

“Que ni sueña en sacarnos de la calle”*: surgimento e luta do *Movimiento de los trabajadores desocupados* na Argentina contemporânea.

Danúbia Mendes Abadia**

ABSTRACT

The emergence or the organization of political actions of the unemployed workers in Argentina date from the second half of the 1990's, constituting itself as a reaction to neoliberal policies implemented by Menem's government, which impelled policies of the State structural reform through actions of regulation and privatization. Costs of social fragmentation, earnings in the hands of the few and impoverishment of the people started to cause a scenery of uncertainties, dissatisfaction and social protest that gave place to what has been called 'la nueva protesta social argentina' (the new Argentinean social protest). Therefore, social movements went beyond fights and protests on the streets, and established actions in the heart of the involved communities, important elements in the construction of the new daily practices of those who are excluded from the formal process of capital reproduction. Such scenery has caused a significant shift in the country concerning the production of new ways of resistance and political engagement.

Keywords: neoliberalism, unemployment, new social practices

RESUMO

O surgimento da organização e atuação política dos/as trabalhadores/as desempregados/as na Argentina remonta-se a segunda metade dos anos 1990, constituindo-se como reação às políticas neoliberais implementadas pelo governo Menem que impulsionou políticas de reforma estrutural do Estado através de medidas de regulação e privatização. Os custos da fragmentação social, concentração de renda e empobrecimento da população começam a gerar um cenário de incerteza, descontentamento e contestação social que dá lugar ao que se tem denominado *la nueva protesta social argentina*. Assim, os movimentos estabelecem, para além das lutas e protestos nas ruas, ações no seio das comunidades que estão envolvidos, elementos importantes na construção de novas práticas cotidianas daqueles sujeitos excluídos do processo formal de reprodução do capital. Tal configuração gerou uma mudança significativa no país com relação à produção de novas formas de resistência e de participação política.

Palavras-Chaves: neoliberalismo, desemprego, novas práticas sociais

O aparecimento na Argentina da organização e atuação política dos trabalhadores desempregados remonta-se a meados dos anos 1990, inaugurando-se como uma organização social de novo tipo dentro da proliferação de novas práticas de resistência com relação às

* Frase retirada do comunicado da coordenadoria dos movimentos de desempregados/as Anibal Verón, Buenos Aires, novembro de 2005. www.anibalveron.com.ar. Versão Impressa.

** Mestranda em História - Universidade Federal de Goiás - UFG

políticas neoliberais, aplicadas no país ao longo dos anos 90. A proposta política do presidente Carlos Menem de reforma estrutural do Estado foi delineada pela tentativa de resolução dos problemas econômicos, derivada do controle da inflação através do *Plan de Convetibilidad* (que dolarizou a economia argentina) em seus primeiros anos de gestão. Daí se inicia o período de reformas do setor público através de medidas de regulação e privatização. Os custos da fragmentação social, concentração de renda e empobrecimento da população começam a gerar um cenário de incerteza, descontentamento e contestação social que dá lugar ao que se tem denominado *la nueva protesta social argentina* (PIÑERO, 2004. p. 205).

O desenvolvimento de novas formas de ação coletiva, como os *piquetes*- cortes de rua ou interrupção da passagem por meio de barricadas e as *puebladas*, atingem grande parte do país e se consolidam com o motim de Santiago del Estero¹. Para Jorge Altamira (2002 p.91-92),

La grandiosa movilización política de los explotados santiagueños de diciembre de 1993 abrió una nueva época en la Argentina: la era de las puebladas y los levantamientos populares. (...) El santiagueño marcó el nacimiento de una nueva época porque fue la consecuencia del agotamiento del Plan Cavallo, que sólo pudo sobrevivir creando y produciendo nuevos santiagueños, cada vez mayores y más extendidos en todo el país. También porque le mostró al conjunto de los movimientos reivindicativos de la Argentina el camino de la huelga general, de la acción callejera, de la ocupación de edificios, de las asambleas populares y del poder.

Tais formas de luta e protesto social, inauguradas ainda no início dos anos 90, acompanham o desenvolvimento das organizações *piqueteiras*² através dos MTD's (*Movimiento de los Trabajadores Desocupados*). O surgimento dos bloqueios de estradas em Jujuy, Córdoba, Cutral Có e Tartagal, essas duas últimas localidades das zonas petroleiras de Neuquén e Salta, muito afetadas pela privatização da YPF (Repsol-Yacimientos Petrolíferos Fiscales - empresa de extração de petróleo) e pelas demissões em massa, inauguraram os *piquetes* – interrupção da passagem por meio de barricadas - em junho de 1996, enquanto suas formas características de luta. Ao longo da década, os *piquetes* vão se espalhando e atingem máxima expressão durante a colapso institucional de dezembro de 2001.

Conforme Savmpa (2004), os levantes que se iniciaram em 1996/97 são resultados de

¹ O levante de 16 e 17 de dezembro de 1993 ocorreu nas cidades de Santiago del Estero e La Banda. Durante o motim foram incendiadas as sedes dos três poderes e casas de dirigentes políticos. Ver Cotarelo, María Celia; *El motín de Santiago del Estero, diciembre de 1993*; Buenos Aires, PIMSA, Documento de Trabajo N°19, 1999.

² O termo *piquetero* surgiu entre os cortes de estradas e os levantes sociais no interior do país nos anos 1996/1997. Seu aparecimento deu lugar a múltiplos e massivos processos de identificação que cristalizaram, anos mais tarde, na conformação de várias organizações de escala nacional. Uma configuração de certas demandas começa a articular-se em torno da questão *piquetera*.

uma nova experiência social comunitária, vinculada ao colapso das economias regionais e à privatização acelerada das empresas estatais. Estes movimentos abrem espaços para a compreensão do papel que as organizações sindicais tradicionais desempenham atualmente. Em primeiro lugar, o aparecimento dos protestos em diversas regiões do país, sem convocação das centrais sindicais tradicionais, simboliza o surgimento de um ciclo de protestos com feições distintas das formas já consolidadas ao longo da história: a rua ocupa o cenário principal da luta e os trabalhadores desempregados substituem o operário clássico enquanto personagem revolucionário por excelência. Isso não significa que as manifestações políticas tradicionais tenham desaparecido. Nas palavras de Mirta Lobato e Juan Suriano, “as greves persistem e coexistem junto a novos repertórios de confrontação “multiformes” e hoje, os operários já não são os protagonistas centrais, lugar que tem sido ocupado pelos “excluídos do modelo”: desempregados, *cartoneros* (catadores de papel), vagabundos e mendigos (LOBATO & SURIANO, 2003).

Dessa forma, observa-se que os movimentos apresentam características comuns em sua expressão e aparecimento, como também em sua composição enquanto movimento de trabalhadores desempregados. Quer dizer, apesar da heterogeneidade que abarca a composição dos movimentos (no que se refere a diferenças de idades, gênero e raça), é certo que os desempregados compartilham determinadas condições de vida e experiências comuns. O desemprego não escolhe suas vítimas. Nas palavras de Svampa (2003 p.12):

la desocupación abraza a diferentes categorías sociales, desde grupos considerados como “pobres estructurales” con una trayectoria marcada por la vulnerabilidad social y la precariedad laboral, pasando por segmentos de la clase trabajadora industrial, que hasta hace poco tiempo contaban con un trabajo más o menos estable y que vieron interrumpida abruptamente su carrera laboral, hasta sectores de clases medias empobrecidas, que en el último decenio han visto reducidas drásticamente sus oportunidades de vida.

Por outro lado, a diversidade de composição dos movimentos piqueteros acarreta no surgimento de diversas tendências político-ideológicas. O tom multifacetário que caracteriza os *piquetes*- numa espécie de rede de ações por todo o país, também está presente nas relações que os próprios movimentos estabelecem entre si. Como define Svampa,

Desde suas origens, estes movimentos anti-neoliberais estiveram atravessados por diferentes correntes político-ideológicas, que incluem desde o populismo nacionalista até uma multiplicidade de organizações de corte anticapitalista, ligadas as diferentes vertentes da esquerda. No entanto, mais além da heterogeneidade, estes grupos reconhecem um espaço comum tracejado por determinados repertórios de ação, entre os quais se encontra o *piquete* ou *corte de ruta*, o trabalho comunitário

nos bairros, a democracia direta e, por último, a institucionalização de uma relação com o Estado através do controle dos *planes* sociais (subsídios de 150 pesos por mês) e do financiamento de projetos produtivos (hortas comunitárias, padarias, empreendimentos têxteis, cooperativas de água e de construção, entre outros).

Ainda que os protestos do período de 1996 apresentem um perfil defensivo, de luta contra a retirada dos direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora, iniciam uma nova etapa de manifestações sociais em que os trabalhadores e o povo começam a obter graus de articulação, de organização e de sistematicidade. No começo dessa etapa, estes movimentos - as *puebladas* e os *piquetes*, foram frequentemente considerados movimentos espontâneos. Para os historiadores Iñigo Carrera e María Celia Cotarelo (2003 p.4):

(...) existen elementos que señalan, embrionariamente, la posibilidad de la existencia de un movimiento en formación en el conjunto del país, constituyendo su forma más primitiva y espontánea. El motín de 1993 señala, que ha comenzado una fase ascendente de las luchas de la clase obrera y el pueblo.

Com efeito, o traço mais significativo dos protestos dos anos noventa foi o tipo de reivindicação que faziam. As demandas dos protestos registrados durante a década estão fortemente orientadas a preservar direitos sociais adquiridos durante o século XX: condições de trabalho, educação pública e a significativa luta dos desempregados por uma renda mínima frente a perda do trabalho remunerado. Ainda que os protestos do período de 1996 constituam um perfil defensivo, abrem um ciclo em que os trabalhadores começam a delinear novas possibilidades de resistência e de organização social.

A resposta por parte do Estado às mobilizações que começavam a ampliar-se e mostrar-se à sociedade, foi o desenvolvimento de estratégias de controle social. Durante o governo Menem, os trabalhadores desempregados passaram a receber uma quantia mensal denominada *planes*. Apresentando o caráter assistencialista, tal subsídio não resolveria os problemas do desemprego e subemprego que atingiam o país; era distribuído para cada família que sofria com o desemprego e a partir da organização dos desempregados, os *planes* passaram a ser recolhidos coletivamente e utilizados para o benefício de muitas pessoas, que realizavam assembléias em seus respectivos bairros e decidiam como funcionaria a gestão coletiva do benefício “doado” pelo governo.

A população argentina sofreu durante o período analisado um grande abalo em sua estrutura social. A redução do emprego foi acompanhada de outros fenômenos como o incremento da taxa de sub-emprego e a precarização dos novos postos de trabalho gerados. Além das políticas de privatização, extendendo-se para o conjunto das desregulações em que

foi submetida a economia argentina nos últimos tempos, e ao liberar o capital para que circule com menos quantidade de travas possíveis, instaura-se uma relação de forças entre capital e trabalho, claramente favorável ao primeiro, seja pelo aumento do desemprego ou pela fragmentação social que introduz (Sader, 2001 apud DUARTE 2002. p. 173).

O surgimento das organizações aqui discutidas, como reação à desestruturação que atinge o cotidiano de suas vidas, colocam-se ante a incapacidade do Estado em fornecer respostas a precarização que estão submetidas; questionam a legitimidade do sistema de democracia representativa, oferecendo à sociedade soluções originais para a pobreza e desemprego por fora da institucionalidade, consolidando a horizontalidade e a democracia direta como características distintas dos movimentos e organizações políticas tradicionais.

O processo de desindustrialização e precarização da classe trabalhadora afetou as organizações sindicais no que se relaciona a sua capacidade de representação político-social do mundo do trabalho (PALOMINO, 2005. p.21). O crescimento dos protestos sociais realizados pelos movimentos autônomos foi acompanhado pelo retrocesso, cooptação e fragmentação social que haviam sofrido as organizações sindicais e os movimentos populares nos primeiros anos da década de 1990. Durante seu governo, Menem flexibilizou o mercado de trabalho com a introdução de contratos de curto prazo, além da criação da lei que permitiu a demissão de funcionários públicos. Fausto e Devoto (2004, p. 499) constataram que, no que diz respeito a composição da estrutura sindical, na Argentina predominou a rigidez e hierarquia (beneficiando apenas as burocracias sindicais) e os sindicatos perderam muito do peso e da influência que haviam tido no passado.

Os inúmeros conflitos proporcionados pela resistência social à privatização de estatais, são exemplos de cooptações de dirigência sindicais que se mantiveram a favor do governo, sendo beneficiada por este.³ O quadro do sindicalismo, alinhado ao governo e inativo, funcionou como ímpeto para o nascimento de novas experiências de organização sindical, em oposição às organizações já consolidadas durante a história deste movimento.

E é nesse quadro, do aparecimento de novas experiências de organização sindical, que situa-se a formação da *Central de los Trabajadores Argentinos*, CTA. Sua origem se remonta ao início de 1990, e ao longo da década, constituiu-se como central sindical alternativa à Confederação Geral dos Trabalhadores Argentinos (CGT). Mas não é apenas o fato da nova central sindical constituir-se em oposição a CGT que a coloca como uma nova experiência de organização social. A Central de Trabajadores Argentinos foi, desde sua criação, aberta a

³ José Seone (2004) apresenta o caso da empresa estatal SOMISA – empresa telefônica e ferroviária, em que a direção sindical participou dos benefícios da venda, transformando-se em um sindicalismo empresarial.

incorporação de trabalhadores informais, empregadas domésticas e, o que também a diferencia das outras organizações sindicais, esteve aberta aos desempregados e aos sem-teto. Com relação a essa experiência, Victor Gennaro, secretário geral da CTA, numa entrevista a Ana Ester Ceceña (2001. p. 61-74) afirma:

Reconstruir nossa identidade- após as demissões e aumento do desemprego, nos fez abrir a uma nova mentalidade. Descobrimos que o bairro era o novo lugar que nos encontrávamos, onde estávamos todos os dias. A fábrica, enquanto lugar de trabalho que nos formava, onde aprendíamos a história, onde se recuperava a identidade e a memória como trabalhador, hoje não existe mais. Foi um tempo muito difícil e, ainda que a resistência ao modelo de privatizações e de exclusão tenha atingido algumas vitórias defensivas, o mais importante é que começamos a ver que nos devolviam nossos companheiros: ex-metalúrgicos, ex-têxteis, ex, ex, ex-trabalhadores começavam a aproximar-se e a organizar-se enquanto trabalhadores precários. Tivemos experiências maravilhosas como a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat*, que nos trouxe povoados, trabalhadores rurais, aborígenes ou as trabalhadoras sexuais, grupos que nunca estiveram organizados em uma central sindical.

Dessa perspectiva, diversos grupos se constituíram em uma central de novo tipo, que abria-se a novas experiências, muitas vezes contraditórias e difíceis, mas apresentava eixos de atuação mais amplos que as formas sindicais tradicionais. A formação da CTA se inscreve, porém, junto as outras formas de protestos já citadas e junto às organizações dos trabalhadores desempregados.

Assim, podemos concluir que o reinício do ciclo de protestos sociais, marcado em 1996 no interior do país, reativou um processo de articulação de novas práticas coletivas, de movimentos populares associados a novas formas de organização, de luta e de representação política e identitária que emergiram frente às realidades sociais forjadas pelas políticas neoliberais.

A irrupção piqueteira: a busca da autonomia na reprodução da vida coletiva

As transformações que atravessaram a Argentina nos últimos 30 anos acabaram por reconfigurar as bases da sociedade. Este processo, como argumenta Maristella Svampa e Sebastian Pereyra (2003), marcado pelo empobrecimento, a vulnerabilidade e a exclusão social, remonta-se aos anos 70 com a ditadura militar e tem seu ponto de inflexão em 1991 com a entrada de Menem; acentua-se ao longo da segunda metade dos 90', particularmente no ano de 1995 em que a crise mexicana do final de 1994⁴ influenciou a economia argentina, que

⁴

A crise que passou pela história com o nome de “Efeito Tequila” devastou a economia mexicana e teve

a partir de então entrou num processo de estagnação até desembocar na maior crise da história do país no final de 2001, atingindo taxas de desemprego superiores a 20% e levando mais da metade da população para baixo das linhas de pobreza (FERNANDES, 2003. p. 30-31).

A radicalidade e rapidez das ditas transformações, expressaram um inédito processo de descoletivização⁵ na sociedade argentina. A busca por uma reinserção no mercado de trabalho teve como consequência o aumento das atividades informais como refúgio ao desemprego e como estratégia de sobrevivência. O processo de crise econômica, que desestruturou num breve período de tempo a vida de milhares de pessoas, é ainda um processo de crise de sentido, quer dizer, crise dos sujeitos sociais. Dessa forma, nas palavras de Fernandes (2003, p. 36), estar desempregado significa para o sujeito perder a legitimidade de sua existência, ser dominado pelo sentimento de inutilidade e exclusão do processo produtivo. A partir desta perspectiva é que vários dos movimentos procuraram agir no sentido de fortalecer os grupos sociais apresentando saídas originais e coletivas para a superação da miséria e do desemprego.

A recomposição social causada pelas transformações que a última década do século XX acarretou ao país, incluiu numa modificação no exercício dos papéis sociais: foram numerosas as mulheres que, impelidas pela fome e pela situação precária da família como um todo, ingressaram junto com seus filhos nos movimentos de desempregados, participando das assembléias e dos piquetes, ampliando sobretudo sua participação social e coletiva.

Assim, os movimentos estabelecem para além das lutas e protestos nas ruas, diversas atividades desenvolvendo ações de maior alcance no seio das comunidades que se encontravam. Centros Educativos, creches, restaurantes e hortas comunitárias, além de uma ampla rede de empreendimentos produtivos como padarias, tecidos e confecções artesanais e industriais, todos vendidos através de redes de comercialização alternativa, são elementos importantes na construção de novas práticas cotidianas daqueles sujeitos excluídos do processo formal de reprodução do capital.

A organização de tais atividades econômicas adquire formas autogestionárias e cooperativas, ainda que nos diferentes grupos piqueteros não existem critérios comuns sobre o caráter destes empreendimentos, sua viabilidade e desenvolvimento futuro (PALOMINO, 2004. p. 3). Todavia, grande parte das atividades desenvolvidas pelos movimentos, iniciadas na década 90 e em muitos casos presente até os dias atuais, exploram as possibilidades de se criar uma nova economia implantada em redes sociais que transcendam a economia capitalista.

repercussões em todas as economias capitalistas, particularmente na América Latina.

⁵ Por “descoletivização” têm-se por referência a perda dos suportes coletivos que configuravam a identidade do sujeito (sobretudo referidos ao mundo do trabalho e da integração social) e, por conseguinte, a entrada num período de “individualização do social”(…).

O conteúdo das práticas desenvolvidas por algumas organizações piqueteras vêm conseguindo, ao longo dos anos, apontar alternativas de sobrevivência a uma população precarizada e cada vez mais atingida pela retirada de seus direitos básicos, ao mesmo tempo em que imprime importantes transformações no cotidiano de dezenas de milhares de argentinos. Tais transformações podem ser resumidas, como faz Fernandes (2003 p. 39), em três eixos principais: os piquetes- como tática de luta reivindicatória; as assembléias nos bairros- como uma forma de organização política; e o trabalho autogestionário- como forma de produção material.

A partir daí podemos discutir que, para além de seu impacto econômico, as experiências que estes movimentos vem desenvolvendo desde sua formação, ainda no segundo mandato menemista, atingindo grande expressão durante o colapso recente que abarcou o país, sobressaltam efeitos importantes no que se relaciona ao reforço da identidade grupal e ao estímulo da atividade piquetera, constituindo-se com relativa autonomia com relação as formas institucionais e desenvolvendo práticas autogestionárias em resposta as políticas de minimização das condições de trabalho e de sobrevivência.

Referências Bibliográficas

AIZICZON, Fernando. *La Experiencia de los obreros de Cerámica Zanón, Neuquén, 1983-2002*. Universidad Nacional del Comahue, Argentina. 2004.

ALTAMIRA, Jorge. *El Argentinazo – el presente como historia*. Eidicones Rumbos. Buenos Aires. 2002.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In Pós-neoliberalismo, As políticas sociais e o Estado Democrático. Org. Emir Sader e Pablo Gentili. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995. pp. 9-23.

BASUALDO, Eduardo. *La crisis actual en Argentina: entre la dolarización, la desvaluación y la redistribución del ingreso*. In. *Revista Chiapas*. Número 13. México, 2002.

BEINSTEIN, Jorge. *Es necesario e posible salir del desastre neoliberal*. Lê Monde Diplomatique. Edición Cono Sur. 2002.

CACHITO. *Los hijos del Cordobazo. Crônica desde el Gran Buenos Aires*. *Chiapas* número 12. México, 2001. pp- 13-22.

CASTELLANI, Gabriela. *Implementación del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo em la Argentina contemporánea*. In. *Mas allá del pensamiento único: hacia una renovación de las ideas económicas em Amércia Latina y el Caribe*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO.

2002. pp. 81-143.

CARRERA, Nicolás Iñigo. COTARELO, María Celia. *Argentina, diciembre de 2001: hito en el proceso de luchas populares*. In. *Movimientos Sociales y conflicto en América Latina/ compilado por José Seone*. 1ª ed. Buenos Aires, CLACSO, 2004. pp. 209-221.

CARRERA, Nicolás Iñigo. COTARELO, María Celia. *La protesta social en los 90'. Aproximación a una periodización*. In. Programa de Investigación Sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina. Buenos Aires, PIMSA. Documento de trabajo, N° 27, 2003.

CECEÑA, Ana Esther. “*El Nuevo Pensamiento y la Transformación de la lucha en Argentina. Entrevista con Victor de Gennaro*” Em *Chiapas* (México: UNAM/ Ediciones Era) N° 11: 61-74, 2001.

FAUSTO, Boris. DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. Ed. 34, 2004. pp.466-513.

FERNANDES, Marco. *Quadros Argentinos, fábricas ocupadas e movimento de desempregados: embriões de socialismo e reconstrução egóica*. Belo Horizonte, 2003.

FERNÁNDEZ, Ana María. *Subjetividades y Políticas: desfíos de la Argentina de Hoy*. In. Ponencia IX. Jornadas de Investigación de la Facultad de Psicología. Universidad de Buenos Aires, UBA. 2003.

HOPSTEIN, Graciela. A “*baderna*” *Argentina ou a potência constituinte da multidão*. In: O Trabalho da Multidão, Império e Resistências. Museu da República, Rio de Janeiro 2002. pp. 46-57.

KOROL, Claudia. *Las nuevas palabras de los piqueteros*. Revista Chiapas número 13, México 2003.

PALOMINO, Héctor. *Los Sindicatos y los movimientos sociales emergentes del coalpso neoliberal en Argentina*. In. *Sindicatos e Nuevos Movimientos Sociales en América Latina – organização Enrique de la Garza Toledo*, 1ª Edição – Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 19-52.

_____ *Las experiencias actuales de autogestión en Argentina. Entre la informalidad y la economía social*. In. *Nueva Sociedad*. N° 184. Buenos Aires, 2003. p.115-128.

PATRICI, Nicolás. *Normalidad y Crisis: El caso Argentino y el problema de la representación política*. In. Ponencia en el XI Encuentro de Latinoamericanistas Españoles, en la ciudad de Tordesillas en Mayo de 2005.

ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro. 2006.

SEONE, José. *Rebelión, dignidad, autonomía y democracia. Voces compartidas desde el Sur*. In. *Chiapas*. Instituto de Investigaciones Económicas. UNAM, Ciudad Universitaria, México, Clacso, 2004.

SITRIN, Mariana. *Horizontalidad, Voces de poder popular en Argentina*. Buenos Aires, Argentina, ed cooperativa Chilavert, enero 2005.

_____ *El devenir de las organizaciones piqueteras en Argentina*. In. *Revista Barataria*, La Paz, Bolívia, septiembre de 2004, nro 1. versão eletrônica <http://www.maristellasvampa.net/publicaciones-ensayos.shtml>
Acessado dia 17/10/06

_____ *Las dificultades de los movimientos de desocupados em Argentina*. In. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, Brasil, nro 15, dezembro de 2004. versão eletrônica <http://www.maristellasvampa.net/publicaciones-ensayos.shtml>, acessado dia 28/10/06

_____ *Relaciones Peligrosas. Clases medias, gobierno peronista y movimientos piqueteros*. In. *Revista El Rdaballo*, N° 15, Buenos Aires, invierno de 2004.

VARELA, Amarela. *!Piqueteros, Carajo, Piqueteros!* *Revista Chiapas* número 13, México 2003.

A CONSTRUÇÃO DA MUDANÇA DA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS

Clarismar Gomes de Abreu (UFG)

RESUMO:

O presente trabalho pretende discutir aspectos daquilo que defino como construção da mudança da capital do Estado de Goiás que ocorre num momento onde para que a idéia da mudança da capital, desenvolvida pelo grupo que alcançou o poder político pós-30, alcançasse a materialidade necessitava dessa construção inicial da mudança num discurso de defesa da necessidade, viabilidade e pertinência desta. Apesar de que podemos perceber motivos outros além destes justificativos que também podem ter contribuído para o desenvolvimento dessa idéia da mudança.

ABSTRACT:

The present work intends to argue aspects of that I define as construction of the change of the capital of the State of Goiás that occurs at a moment where so that the idea of the change of the city, developed for the group that reached the power politician after-30, reached the materiality needed this initial construction of the change in a speech of defense of the necessity, viability and relevancy of this. Although that we can perceive reasons others beyond these to explain that also can have contributed for the development of this idea of the change.

Palavras-chave: Goiânia – Mudança Capital – Política.

A idéia da mudança da capital remonta períodos anteriores a sua efetiva mudança na década de 30 e “*de vez em quando, falava-se na necessidade da transferência da sede do governo para outro ponto do Estado*” até que “*Finalmente, a 22 de novembro de 1930, assumiu o governo do Estado, como interventor Federal, o dr. Pedro Ludovico Teixeira, que veio a tornar em realidade o sonho de Couto de Magalhães*” (MONTEIRO, 1938). Muito mais que transferir para outra cidade já erguida, Pedro Ludovico irá erguer um cidade com um destino: ser a nova capital do Estado de Goiás. Creio que a idéia da mudança promovida por Ludovico não era meramente um sonho de um governante anterior, era um *sonho* ou *estratégia* do próprio Ludovico. Apesar de em entrevistas Ludovico falar que a idéia da mudança ele a tinha desde menino *oficialmente* ou *publicamente* se refere ao tema somente em 1932. Após esse período seriam apenas construídas a problemática e justificava do projeto

de mudança.

Frederico Hernane, entende o "silêncio" acerca do fato mesmo depois de assumir o comando do Estado como *um curinga: A Revolução lutou e saiu vitoriosa mas Pedro Ludovico, consciente dos muitos interesses que entrariam em jogo numa possível mudança da capital, pois a idéia de molho, aguardando o momento propício para lançá-la - como a um curinga. (HERNANE, 1997: 09)*

Chaul, aponta o congresso de municípios realizado em 1932 no município de Bonfim como o momento onde Pedro Ludovico *fez a primeira declaração sobre a mudança da capital (CHAUL, 1997: 67)*, o fato é que entre imaginar e declarar há uma longa distância. Monteiro em seu livro relata que em 1936 indagou Pedro Ludovico sobre como *lhe veio à mente a grandiosa idéia da mudança da capital goiana:*

Então explicou-nos Dr. Pedro Ludovico: - A idéia da necessidade da mudança da capital de Goiaz, ele a tem desde menino. É assim que, estudando geografia notou que a população da capital de Goiaz era três vezes menor que a de Cuiabá, a menos populosa das outras capitais brasileiras. Sentiu-se chocado por tão grande inferioridade. Porque seu Estado natal estava tão na retaguarda dos seus irmãos? Não é rico seu solo? As riquezas do sub-sólo goiano não são magníficas? Não possui ele extensas e férteis terras? Florestas opulentas? Então, porque essa pobreza? E a principal causa de tudo isso se lhe apresentou: - Era necessário transferir a capital para outro ponto do Estado, para um local mais acessível. E assim sempre pensou. (MONTEIRO, 1938: 20)

Neste trecho das palavras de Pedro Ludovico vem a baila que a idéia de mudar a capital era anterior a sua posse como interventor, merece destaque também o fato de mencionar que tinha a necessidade de mudar para outro ponto do estado, um lugar mais acessível, segundo Ele.

Um fator que podemos tentar discutir é que diferencial aquele governo tinha dos demais que também idealizaram mas não promoveram a mudança. Pois não bastava que o governador alimentasse a idéia da mudança, acreditamos que eram necessários outros fatores, como de fato uma série de fatores incidiram para a efetivação da mudança da capital do Estado de Goiás. Com a chamada *revolução de 1930* novas forças políticas assumiram o controle do Estado. Alguns autores, como Silva (2001), entendem o surgimento e vigoramento desta oposição ligado a fatores econômicos, haja vista, que o grosso desta oposição partia de regiões que ascendiam economicamente e que começam a se atentar para o fato de seu poder político ser disforme comparado ao seu poder econômico. Além de buscarem uma partição que equiparasse ao seu poder econômico, queriam que o Estado acionasse mecanismos que permitissem uma maior mercantilização dos produtos goianos. Desejavam então um Estado que possibilitasse e ajudasse seus interesses econômicos. Desta

forma, a luta oposicionista vai surgir no sul do estado, de onde advinha a necessidade de derrubar os entraves ao avanço capitalista. Ela apresenta como título do segundo capítulo de seu livro um interessante título: *Das urnas às armas: Goiás e a Aliança Liberal*. Um poder de concisão fantástico. Haja vista que ao observamos o contexto da época percebemos que dificilmente a oposição se tornaria situação senão por meios *extra-legais*¹. Esse grupo oposicionista integrou a Aliança Liberal que veio em 1930 articular a revolução que tomou para si o poder político do Brasil².

De situação à oposição, as forças caiadistas buscavam impedir qualquer crescimento político da situação. A transferência da capital da cidade onde tinha forte base política³ para outro território representava ao mesmo tempo seu enfraquecimento político e o crescimento político de Pedro Ludovico. Além dessa oposição política, havia a oposição local de parte da população motivada pelas perdas socioeconômicas proporcionadas pela mudança da capital. Mudar a capital poderia ser uma estratégia adotada pelo governo que buscava se diferenciar do governo anterior. A necessidade desta perspectiva de efetiva mudança se torna mais evidente a partir da constitucionalização do país, onde eleições seriam realizadas. Desta forma, era preciso realizações políticas que representassem ao eleitorado goiano a necessidade de continuação dessas realizações.

A essas realizações foram ligados termos como progresso e modernização. Os grupos políticos que ascenderam ao poder político em Goiás a partir da revolução de 30 buscaram estabelecer dentro da sociedade da época a idéia de que representavam a modernidade que vinham para substituir o atraso a que Goiás anteriormente estava submetido⁴. E uma das estratégias ideológicas adotadas por tal grupo está o fato de caracterizarem a modernidade como *progresso, o culto do novo e a rejeição do passado* (CHAUL, 1997: 231). Esse governo seria novo em oposição ao velho governo, proporcionando dessa forma um novo tempo. Tenta-se criar uma representação de uma divisão temporal entre o velho e o novo⁵. O novo

¹ “O movimento realizou, pela via extralegal, o que as oposições nunca haviam conseguido, em Goiás, pela via legal: tornarem-se governo” (SILVA, 2001:122).

² Ver FAUSTO (1987), DeDECCA (1981), SILVA (2001).

³ “Os políticos da capital controlaram, antes de 1930, o executivo estadual, a representação federal e, enfim, a política estadual” (CAMPOS, 2002: 180)

⁴ “O movimento de 1930 marca, até de forma mítica a construção de um ‘Brasil Novo’. O Estado Novo é colocado como um divisor de águas entre o ‘Velho Brasil’ e o ‘Brasil novo’” (NASCIMENTO, 2002: 84)

⁵ Sobre essa divisão temporal presente na mentalidade das pessoas ANZAI no seu trabalho sobre a vida cotidiana na zona rural do município de Goiás nos aponta esse caráter: O marco final adotado no trabalho – o ano de 1930 – foi estabelecido em função dos próprios depoimentos dos trabalhadores rurais pesquisados, que o percebem como a inauguração de um novo tempo, o tempo da conquista do ir e vir, da libertação da ‘dívida do gaste’ que sobreveio com o movimento de 1930 em Goiás. Na representação que os trabalhadores pesquisados fazem de 1930, o ‘novo tempo’ aparece como um dom, que lhes foi concedido pelo governo revolucionário de Pedro Ludovico Teixeira. O tempo histórico é por eles dividido em ‘antes e depois do dr.

governo para perpetuar-se teria valido do discurso de que ele, ao contrário dos governos anteriores, traria o progresso e a modernização ao Estado⁶.

Para auxiliar na representação de um novo tempo e um governo novo foi idealizada uma obra que sintetizasse e simbolizasse esses ideais, uma cidade construída sob os moldes da modernidade. Assim, o governo poderia deslocar o centro administrativo do Estado para uma nova cidade pronta a ter sua história construída, além desta nova cidade simbolizar as idéias do novo governo.

Esse governo ao assumir o governo buscou romper com o passado através da representação de que seria um novo governo que traria progresso e modernização ao estado. Assim, construir uma nova cidade que atendesse esses critérios foi uma das suas grandes realizações. Para justificar a mudança Pedro Ludovico se valeu fundamentalmente de apontar a precariedade técnica e salubre da cidade.

Mas mesmo o governo apresentando argumentações de ordem técnica foi preciso após a decisão da efetivação da mudança da capital um momento de convencimento da população da necessidade desta mudança, segundo Ribeiro, *Durante todo o ano de 1932, Pedro Ludovico utilizou-se de seus pronunciamentos oficiais e dos da imprensa para convencer a opinião pública da necessidade de empreender a mudança.* (RIBEIRO, 2004: 26). É interessante perceber como um fato que até outrora permanecera silenciado assume a pauta do dia.

Em um texto que fora publicado no Correio Oficial dois dias após publicar os fatos do congresso de Bonfim, o autor lida como *uma possibilidade*, entretanto, uma idéia que até dois dias atrás não tinha se tornado "oficial" na pauta de governo, adquire nas linhas do texto uma gama de perspectivas, algumas não se efetivaram, porém, pontos destas *perspectivas* vão se aproximar bastante daquilo que foi decidido a posteriori:

O dr. interventor federal, na cidade de Bomfim, em resposta a um discurso proferido por gentil senhorita, **foi levado** a tocar no **melindroso** assunto da mudança de nossa capital.

S. Excia., entretanto, **não se comprometeu**. Disse que a idéia lhe tem preocupado o espírito de lutador sincero e desassoimbrado, visando o progresso de nossa Estado.

Podemos adiantar que S. Excia. não usará de precipitações na solução desse problema.

É possível que, dentro em breve, uma comissão de engenheiros e médicos seja encarregada do estudo acurado desse assunto. Aliás, o fato de fazer-se esse estudo não quer dizer que a Capital seja mudada. é apenas uma informação de caráter

Pedro', que 'derrubou os caiado' e 'libertou o trabalhadores rural'. Neste caso, portanto, privilegiou-se o marco político, por ser representativo em termos da região estudada (ANZAI, 1985: 10).

⁶ "Carl E. Shorske observa que, nos últimos cem anos, o 'moderno' serve-nos para diferenciar nossas vidas de tudo o que precedeu" (NASCIMENTO, 2002: 120)

interessante e utilitário para a vida administrativa de Goiaz.

(...)

O governo ainda não está resolvido a fazer já a mudança. Pois, não há estudos que o autorizem a abraçar, de olhos fechadas, a idéia.

A nossa Capital ha cincoenta anos que possua a mesma população.

Os prédios são os mesmo de ha três decênios atraz.

E o clima é muito mais exaustivo que o do **sul do Estado**.

Nossa principal cidade é construída em terreno rochôso, onde uma rêde de esgotos sai por preço devêras avultado. Ha falta dagua, e a prova, é que ninguém, até hoje, se aventurou a canalizá-la.

(...)

Além disso, Goiaz não é somente a atual capital. Ele é muito e muito o Interior, que sempre foi esquecido pelo governos da oligarquia passada.

Estamos certo de que a idéia vái levantar uma forte gritaria.

Fóra de duvidas, o interior todo baterá palmas á iniciativa.

E muitos goianos nascidos à margem do rio Vermelho, olharão com simpatías para o empreendimento, porque dele dependerá o próprio progresso de Goiaz. Pois a capital é a sala de visitas do Estados. E ela não pôde estar muito quem, como a nossa, da evolução de suas congêneres. E muito menos não representar, como a de Goiaz, o adiantamento geral do Estado.

Aqueles que acreditarem em nosso futuro, bendirão a iniciativa, que é hoje olhada com reservas, e quiçá, como um caso político que será soprado, naturalmente, pelas iras dos decaídos.

Estas considerações são necessárias.

Mas com elas não queremos dizer, mal não ha em repetirmos, que o governo pretenda, de pronto e sem estudos mudar a capital. (citado por RIBEIRO, 2004: 28) (grifos nossos)

No texto Pedro Ludovico aponta o reconhecimento do quão melindroso é o assunto, sendo levado a tocar no mesmo, mas sem se comprometer a nada, mas já estando preocupado com assunto disse que tomará as devidas atitudes, como o fez. Além disso, após a exaltação das possibilidades da nova cidade, aponta o sul como uma alternativa paralela as criticas a cidade de Goiás: "E o Clima é muito mais exaustivo que o do sul do Estado". Continuando sua defesa, alerta para os brados de protestos que surgirão e que segundo ele, "veremos que eles partirão, em sua maioria da boca de alguns capitalistas, que olham para os seus interesses, esquecendo os do Estado". Entretanto, o autor esquece-se de observar a outra ótica do evento, ou seja, os interesses, também capitalistas, originários da outra frente sul/sudoeste que desejavam a mudança. Ele ainda afirma que "Fora de duvidas, o interior todo baterá palmas à iniciativa", até que ponto essa afirmação é efetivamente verdade não sabemos, mas que fazer esse imaginário estar presente na mentalidade era algo interessante aos objetivos do grupo político no governo. *De uma forma geral, podemos dizer que o texto é uma critica a atual capital e por conseguinte uma defesa da sua mudança.*

Um ponto presente nos discursos acerca do período e que considero interessante de ser ressaltado é a forma que esse tema foi tratado, normalmente os discursos tratam o assunto como *um problema a ser equacionado*. Tanto no congresso de Bonfim onde Pedro Ludovico disse que "*grande problema está em estudos e promete resolvê-lo brevemente de acordo com*

os interesses do Estado" ou em entrevista concedida ao jornal "Diário da Noite" no Rio de Janeiro onde segundo o jornal " *O chefe do governo do grande estado do Planalto Central veio resolver vários problemas de vulto, que constituem o seu programa administrativo. Entre eles destaca-se a construção de uma cidade para a nova capital do Estado.*" (MONTEIRO, 1938: 18).

Itami Campos faz uma análise onde faz uma correlação entre o Médico e o Político, sendo que Pedro Ludovico encara o Estado como a um doente que precisa de remédios, e ele se propõe a curar as moléstias do estado:

Ao prestar contas ao chefe do Governo Provisório(Getúlio Vargas)A no que tange ao aspecto sanitário, e também aos outros setores que analisa (educação, navegação, colonização, situação econômico-financeiro e, principalmente, mudança da capital), ele diagnostica, história, analisa e propõe políticas de ação. Goiás é examinado como a um doente. Em tudo, Pedro Ludovico interfere, esquadrinha" (CAMPOS, 2002: 170)

O autor enxerga na preocupação com a questão sanitária uma bandeira política que se mostrou de difícil realização, pela dificuldade de captação de recursos. Sendo que o Interventor necessitava de uma bandeira política para as eleições que se aproximavam. A questão da mudança da capital surge então como esta bandeira. Que, em certa medida, ainda mantinha uma relação com a questão sanitária, haja vista, que um dos argumentos que viriam a condenar a cidade de Goiás estavam ligados a essa questão⁷.

Então, *A critica a capital estava feita, a mudança justificada. Necessário se fazia à ação. E esta foi sendo desenvolvida tão logo se tornou possível.* (CAMPOS, 2002: 177). E na entrevista no Diário da Noite isso parece estar bem próximo, conforme garante Ludovico. Nela é noticiado o fato de que o governo federal pretendia construir um prédio em Goiás para as repartições dos correios e telégrafos, então "*O sr. Pedro Ludovico fez ver ao sr. José Américo a inoportunidade dessa construção visto ser projeto do governo estadual a mudança da sua sede*". A notícia prossegue e o Interventor coloca a necessidade de uma nova capital como requisito para o desenvolvimento: "*O governo de Goiaz, na verdade, está no firme propósito de dotar o Estado de uma nova capital, iniciou o sr. Pedro Ludovico Teixeira. É esta uma velha aspiração do povo goiano e mesmo uma necessidade para o maior desenvolvimento do Estado.*" Ao dizer que isto é uma velha aspiração do povo goiano, é possível subentender que o "*povo goiano*" é uma expressão totalizante, o que os discursos

⁷ A cidade de Goiás, 'Centro do poder da oligarquia deposta pela Revolução' (PALACIN, 1974, P11), era para os outubristas expressão do atraso e do isolamento do Estado. Assim, o grande argumento a favor da mudança foi negar condições à cidade de ser capital, e a base da crítica foi dada pelo que se chamou de argumento sanitário, com apoio no Regulamento da Saúde Pública do Estado. 174

anti-mudancistas evidenciam que não podem ser totalizantes, Basta por exemplo folhear o jornal A VOZ DO POVO desse período que será visto artigos em defesa da mudança como também artigos contra a mudança. Em trecho posterior continua seu tom totalizante e mostra-se disposto a realizar o empreendimento em pro do "seu estado":

Acho-me no rio para resolver esse problema e tenho certeza que o meu Estado possuirá nova capital em 1933. Todo o povo goiano tem confiança nesse empreendimento que é uma velha aspiração geral. O sr. Pedro Ludovico terminou as suas palavras cheias de devotamento pelo seu Estado, declarando-nos mais que no Planalto reina a plena paz e intenso trabalho em todos os ramos de atividade"

Também apresenta criticas a cidade de Goiás:

"A séde do governo, onde está, não poderá atender aos múltiplos problemas da administração. É uma cidade onde a população não cresce e o índice de construções é irrisoriamente de 1 1/2 casa por ano. Dada a sua topografia qualquer obra para o melhoramento das suas precárias condições de higiene, de comunicações e de conforto, gastaria vultuosas somas de dinheiro e com resultados pouco satisfatórios"

Continua já apontando possibilidades de inicio das obras:

"Desejo que as obras se iniciem em maio vindouro, O governo poderia aproveitar uma das cidades do Estado mas isto não daria os resultado desejados. Desde que empreendemos fazer a mudança da Capital, fá-la-emos para uma cidade construída, especialmente, para esse fim."

Este ponto tocado por Ludovico descarta a possibilidade de mudança para outra cidade, ou seja, apenas transferir a capital. Pretende construir uma nova cidade para ser a nova capital do Estado.

A idéia ganha vida própria e houve uma divisão entre opiniões favoráveis e contrárias a tal intento. A grande maioria dos gritos *descontentes* com a mudança eram provenientes da cidade de Goiás. Consideramos alguns fatores decisivos para essa oposição, fatores econômicos e políticos. Era notório que a população da cidade defenderia a manutenção daquela situação, haja vista que tinham se estruturado economicamente ali, e a mudança da capital implicaria – como implicou – numa diminuição das negociações. Daí defendiam a manutenção daquela ordem. Se partirmos da concepção de que a mudança da Capital carregava consigo motivações políticas que visavam de uma vez por todas acabar com os resquícios da estrutura política anterior a revolução de 30, não é de se estranhar que aqueles que se sentiam ameaçados com essa mudança perderem ainda mais seus poderes políticos.

É importante considerar esses dois discursos que, conforme observa OLIVEIRA, Foi

para se contrapor a eles [anti-mudancistas] que os mudancistas criaram as primeira representações discursivas de Goiânia. (OLIVEIRA, 1999: 160) Ao criar-se a imagem da cidade de Goiás como atraso e ao propor uma nova cidade sob a bandeira do moderno era sinônimo do que propunha aquele governo: a modernização do Estado:

Os argumentos dos mudancistas concebiam Goiânia como uma cidade moderna, dinâmica e nova que traria o desenvolvimento econômico para o Estado. Em contrapartida, a cidade de Goiás passou a ser representada em seus argumentos como tradicional (principalmente nos aspectos de terem famílias privilegiadas), extática, e velha, e que era a principal responsável pelo atraso econômico do Estado. (OLIVEIRA, 1999: 162)

O discurso anti-mudancista, a nosso ver, não é um discurso que contradiz a necessidade modernização e se insere dentro do projeto de tirar de Goiás o título de capital. Alfredo Nasser no momento da mudança contesta o argumento da cidade de Goiás como empecilho ao desenvolvimento econômico do estado:

A responsabilidade pelo atraso do Estado não deveria ser creditado à antiga capital, mas à sua “ausência de absoluta de orientação econômica” por causa do descaso do governo nacional com os estados centrais do País. Desse modo, o desenvolvimento do estado só ocorreria depois de dota-lo de vias de “transporte fácil e barato, rasgando novas rodovias, acelerando o avanço dos trilhos”(Ibidem: 170); depois que se instituísse o “Banco do Estado” para incentivar à produção. Assim, “Vila Boa não é, nem poderia ter sido a responsável pela sorte da nossa economia”. (citado por OLIVEIRA, 1999: 161)

O discurso mudancista⁸ ultrapassa o momento da mudança da capital, a nosso ver, ele apenas muda seu foco, ou seja, se antes o foco era a necessidade de construir e solidificar a mudança, após a efetivação desta, era preciso legitimar a nova cidade como cumpridora das aspirações que pretendia simbolizar. Paralelo então a apologia da nova cidade era desenvolvida uma série de críticas a Cidade de Goiás. E se na perspectiva desse discurso Goiânia concretizou a modernidade então os anti-mudancistas passam a ser vistos como pessoas que queriam impedir. Nesse jogo de discursos passam a ser vistos como pessoas que queriam impedir o progresso do Estado e sua modernização, percebemos aqui a junção do elemento da cidade moderna como propulsor do progresso.

Entretanto, não se esperou derrubar essa barreira para empreender-se a construção da cidade, começou-se a fazer acontecer o projeto encarando as oposições. Iniciando aquilo que

⁸ Oliveira, define a literatura mudancista como “o conjunto de obras de escritores partidários da mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia, que, na maioria das vezes, estavam aglutinados em torno da figura do interventor Pedro Ludovico Teixeira. Eles foram os primeiro a produzir uma imagem de Goiânia e, em termos gerais, a imagem por eles produzida foi apropriada pela imprensa, pela literatura, pelas obras acadêmicas e pela população em geral” (p. 160).

chamo de materialização da cidade. Momento esse que para acontecer necessitou dessa construção inicial da mudança num discurso de defesa da necessidade, viabilidade e pertinência da mudança.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Clarismar Gomes de. Mudança da Capital do Estado de Goiás: Rompimento Com O Passado. *Revista Possibilidades*. Ano 02 nº 05, jul./set. 2005.

ANZAI, Leny Caselli. *Vida Cotidiana na Zona Rural do Município de Goiás 1888-1930*. Dissertação de Mestrado UFG. 1985.

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da Capital: Uma Estratégia de Poder. In: BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. *Goiânia: Cidade Pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia. Ed. da UFG. 1997.

DE DECCA, Edgar. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*, História e historiografia. São Paulo, Brasiliense, 1978.

HERNANE, Frederico. *Jornal A Voz*. Dezembro. 1997.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: REVISTA DOS TRIBUNAIS. 1938.

NASCIMENTO, Francsico Alcides do. *A Cidade Sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2002.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. Dissertação de Mestrado UFG. 1999.

PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: Os Planos, A Cidade e o Sistema de Áreas Verdes*. Ed. da UCG, 2004.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, Família E Poder. História de uma Permanência Política – Os Caiado Em Goiás. In: CHAUL, Nasr Fayad (org). *Coronelismo em Goiás: Estudos de Casos de Família*. GOIÂNIA: MESTRADO EM HISTORIA/UFG. 1998.

SABINO JR, Oscar. *Goiânia Documentada*. São Paulo: EDIGRAF. 1960.

SILVA, Ana Lucia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: AGEPEL. 2001.

A CHEGADA COMO PONTO DE PARTIDA: A TRANSFORMAÇÃO DE UMA POÉTICA ATRAVÉS DA VIVÊNCIA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA.

Manoela dos Anjos Afonso*

Resumo: Desde o primeiro contato com a gravura, que se deu no ano de 1998, na cidade de Curitiba, a figuração esteve presente em minha pesquisa gráfica. Tal fato se deve, principalmente, à profunda admiração que desenvolvi pela visualidade dramática do Expressionismo nas artes plásticas, sobretudo na gravura. Em 2003, com a mudança para a cidade de Brasília, algumas características do seu espaço urbano atípico foram incorporadas às gravuras desenvolvidas a partir desse momento: horizontalidade, repetição, módulo e as formas simplificadas tornaram-se elementos basilares dessa nova produção. Este trabalho tem como objetivo a reflexão sobre a chegada como ponto de partida: como a vivência de uma nova configuração espacial urbana pode influenciar não só o produto artístico – que aqui são as gravuras da série “Brasília Gravada” – mas também seus processos de produção?

Palavras-chave: Brasília; Gravura; Carimbo.

Abstract: Since the first contact with the printmaking, in Curitiba City, 1998, the figuration always was presented in my graphic research. This fact happened mainly due the great admiration that I developed for the dramatic visuality of the Expressionism in the visual arts, especially in the printmaking. In 2003, with the move to Brasilia City, some features of its untypical urban space were internalized in the prints after this moment: horizontality, repetition, module and the simplified forms become basic elements of this new production. The aim of this paper is to make a reflexion about the arrival as a start point: how the experience of a new urban space design reflects not even in the artistic product – that means the prints of the Brasilia Gravada series – but also in its production process?

Keywords: Brasília; Printmaking; Inkstamp.

* FAV/UFG/CNPq – Mestranda em Cultura Visual

Introdução

Este trabalho é um fragmento da minha dissertação de mestrado. Ela pertence à linha de pesquisa ‘Poéticas Visuais e Processos de Criação’, do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual, da Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás. Contextualizo aqui a sua origem, pois geralmente a apresentação de pesquisas desenvolvidas nessa linha – onde o próprio artista investiga seus processos de criação – restringe-se a eventos acadêmicos ligados quase que exclusivamente aos cursos de pós-graduação em Artes, sobretudo em Artes Visuais. Segundo REY (1996:82, grifo meu), a “pesquisa em arte delimita o campo do artista-pesquisador que orienta sua pesquisa a partir do processo de instauração de seu trabalho *plástico*¹ assim como a partir das questões teóricas e poéticas, suscitadas pela sua prática”. Vale ressaltar que, atualmente, as questões teóricas e poéticas pertinentes ao fazer artístico extrapolam as especificidades do campo da arte. Sendo assim, trabalhos provenientes de linhas de pesquisa com ênfase nos processos de criação, quando aceitos em eventos da História, Literatura, Filosofia, Sociologia, entre outros, podem propiciar discussões extremamente enriquecedoras e contribuir para o exercício do diálogo entre artistas e historiadores, escritores, filósofos e profissionais de áreas afins. De objeto de análise um tanto distante, o artista, sua produção e seus processos de criação passam a participar presencialmente da construção de conhecimentos interdisciplinares e interartísticos.

Outro motivo pelo qual procurei situar a origem desse trabalho é porque ele apresenta um forte caráter autoral. Como um dos objetivos da pesquisa em Poéticas Visuais é problematizar, prática e teoricamente, uma produção artística em processo produzida pelo próprio pesquisador – que é o artista, torna-se inevitável construir uma narrativa em primeira pessoa e, de vez em quando, usar de informalidades muitas vezes não aceitas noutros campos do conhecimento.

A metodologia utilizada nesse trabalho assemelha-se àquela exercida pelo crítico genético, que “entrega-se ao acompanhamento de percursos criativos, sempre em busca de uma aproximação maior do processo criador” (SALLES, 2004:11). A diferença é que, no caso dele, o objeto de pesquisa lhe é externo. Já o artista desenvolve sua argumentação teórica a partir de dentro do processo de criação do seu próprio objeto de pesquisa. Essa é a diferença fundamental entre uma pesquisa *sobre* arte e uma pesquisa *em* arte, como salienta Sandra Rey (1996:82, grifo da autora): “(...) costumamos chamar a pesquisa na ênfase de Poéticas Visuais

¹ Na leitura deste trabalho, o termo ‘plástico’ deve ser substituído pelo termo ‘artístico’, pois no campo interartístico o interesse está voltado à produção artística em geral, e não apenas nas artes plásticas.

de ‘pesquisa *em arte*’ para diferenciá-la da pesquisa em História, Teoria e Crítica, denominada ‘pesquisa *sobre arte*’.”.

Portanto, não posso dizer que a metodologia aqui adotada é, de fato, a crítica genética, pois ela é destinada àquele que faz uma pesquisa *sobre arte*. Mas posso afirmar que utilizo muitos de seus procedimentos metodológicos na análise de meu próprio trabalho artístico.

A crítica genética é uma investigação que vê a obra de arte a partir de sua construção. Acompanhando seu planejamento, execução e crescimento, o crítico genético preocupa-se com a melhor compreensão do processo de criação. É um pesquisador que comenta a história da produção de obras de natureza artística, seguindo as pegadas deixadas pelos criadores (SALLES, 2004:12).

Ao invés de *comentar* a história de determinada produção artística, eu *conto* a história da produção do meu próprio trabalho e procuro compreender as pegadas que deixo no decorrer do seu processo de produção através da problematização teórica dessa caminhada.

1. Do aprendizado da técnica à busca do exercício poético

A gravura - técnica milenar de reprodução de textos e imagens - com o passar dos séculos ganhou espaço significativo na produção visual de vários artistas, deixando de representar apenas uma técnica ou um *desempenho artístico*². Aos poucos, seu uso para fins artísticos extrapolou sua principal função - a de reprodução, fato que ajudou a ampliar consideravelmente seu potencial enquanto linguagem artística, principalmente a partir do modernismo. As experimentações da vanguarda e seus desdobramentos posteriores transformaram a gravura em algo muito além da técnica; ela passou a ser também um modo de pensar do artista. Como afirma BUTI (2002:15), “uma gravura ou qualquer obra plástica é literalmente pensamento visual, contém em essência os conceitos do artista sobre arte e suas ligações com o mundo, que só pela continuidade e aprofundamento da reflexão até o plano material poderão desenvolver-se e gerar significados mais densos”. O gravador Dionísio Del Santo (GRAVURA BRASILEIRA HOJE, 1995:49) também reconhece que “o problema fundamental do artista é a criação, e sob este ponto de vista a importância do múltiplo, por sua própria natureza mecânica ligada à reprodução, se revela secundária”.

² Walter Benjamin define “desempenho artístico” quando procura distinguir a fotografia e o cinema de arte daqueles considerados meras formas de reprodução: “Fotografar um quadro é um modo de reprodução; fotografar num estúdio um acontecimento fictício é outro. No primeiro caso, o objeto reproduzido é uma obra de arte, e a reprodução não o é. Pois o desempenho do fotógrafo manejando sua objetiva tem tão pouco a ver com a arte como o de um maestro regendo uma orquestra sinfônica: na melhor das hipóteses, é um desempenho artístico” (BENJAMIN, 1985:177).

O meu primeiro contato com a gravura se deu no ano de 1998, e foi somente durante a execução da primeira matriz em linóleo (fig. 1) que pude compreender que seria ali, nas artes gráficas, que eu encontraria a tão por mim almejada dramaticidade figurativa.



Fig. 1. Primórdios, gravura em linóleo, 1998.

A imediata identificação com imagens dessa natureza levou-me rapidamente a pesquisar o universo gráfico expressionista³ do final do século XIX e do começo do século XX. Artistas como Edvard Munch, Ernst Ludwig Kirchner e Emil Nolde (fig. 2) passaram a compor e a influenciar meu repertório visual.



Fig. 2. Mulher Loira. Xilogravura de Emil Nolde, 1917. Fonte: Catálogo da exposição ‘Grafik des deutschen Expressionismus’, Institut für Auslandsbeziehungen, Stuttgart, 1983.

³ As características expressionistas que mais influenciaram minha produção foram a força visual das imagens e a preocupação em transmitir “emoções ou mensagens emocionalmente carregadas” (LYNTON, 1991:24). “Se, de fato, expressionismo significa alguma coisa, ele quer dizer o uso da arte para transmitir a experiência pessoal” (LYNTON, 1991:30). E, naquele momento, eu acreditava que o meu trabalho artístico deveria cumprir esse papel, talvez um tanto catártico. Não é à toa que minha predileção inicial foi pelos trabalhos de Kirchner e Nolde; a respeito deles, Lynton (1991:31) afirma que “parece terem confiado na auto-expressão mais ou menos imediata (...)”.

De 1998 a 2003 minha produção gráfica girou em torno de uma representação figurativa com origem nessas influências. Nesse período, produzi gravuras como exercício da técnica, sem me preocupar com o desenvolvimento de uma poética; as imagens surgiam por influência da visualidade expressionista, que acabou se tornando uma espécie de tema para o exercício das técnicas de gravura. Apesar de me satisfazer com essa produção, a gravura enquanto aplicação técnica e a produção de imagens enquanto auto-expressão, aos poucos deixaram de fazer sentido. A partir desse momento busquei desenvolver projetos poéticos, afinal “no campo das artes plásticas, uma exigência técnica nunca deveria estar voltada para si mesma, mas ligada a exigências de linguagem” (BUTI, 2002:15).

Ao me dar conta da diferença existente entre técnica e linguagem na produção artística, passei a conviver constantemente com a seguinte pergunta: como a gravura poderia deixar de ser apenas um exercício da técnica e da ilustração e passar a representar, de fato, um exercício poético além da auto-expressão? A resposta a essa pergunta teve que ser adiada temporariamente, pois no final de 2003 fui obrigada a parar com as atividades gráficas devido à mudança de residência de Curitiba para Brasília. Essa pausa obrigatória somada à vivência de um novo espaço urbano contribuiu para o amadurecimento da produção artística que se seguiria a partir daí.

2. A chegada como ponto de partida: a transformação de uma poética através da vivência do Plano Piloto de Brasília.

Cheguei a Brasília no final de 2003 e, durante alguns meses, experimentei deslumbramentos e estranhamentos muito particulares. Talvez poucas cidades no mundo tenham essa característica de, em alguns momentos, parecer um Museu de Arte Moderna. “(...) Brasília não é somente a cidade mais moderna do século XX, mas, fundamentalmente, é um museu da modernidade (...)” (GORELIK, 2005:151). Vivenciar a cidade de Brasília enquanto espaço físico e simbólico, e poder dialogar com ela através da produção artística, foram acontecimentos decisivos que incentivaram um exercício poético ainda nascente.

Em 2004 voltei a gravar e, apesar de estar imersa na concretude dessa cidade, as gravuras produzidas durante esse ano ainda eram imagens influenciadas pela visualidade e objetivos expressionistas (Fig. 3).



Fig. 3. Alcova I, gravura em linóleo, 2004.

O início do rompimento com essa espécie de ‘estilo’ e ‘prática’ expressionistas, se deu no momento em que procurei exercitar o diálogo entre a gravura e outras linguagens artísticas, e a primeira tentativa foi com a poesia. Essa experiência inicial e intuitiva resultou na série “Poesia Gravada”, composta por gravuras-poema (Fig. 4) surgidas em parceria com Fabriani Melazzo⁴. Nosso objetivo era produzir algo que pudesse representar a fusão entre imagem e poema, mas o procedimento que adotamos não favorecia um verdadeiro diálogo. Nós não conseguimos chegar a um terceiro produto; as imagens inspiravam poemas que, em seguida, inspiravam novas imagens, que geravam novos poemas, e assim sucessivamente, num processo cíclico, onde imagem continuava sendo imagem e, poema, poema. Nós tínhamos consciência de que estávamos ilustrando um ao outro.



Fig. 4. Gravura da série ‘Poesia Gravada’, 2004.

Após a decantação dos deslumbramentos e estranhamentos provocados pelo perambular diário no Plano Piloto de Brasília, percebi que essa cidade representava muito mais que obra

⁴ Amigo, designer e poeta de Uberlândia, Minas Gerais.

arquitetônica e urbanística. Ela foi palco da epopéia gloriosa de sua própria construção, mas hoje também é o cenário das mazelas políticas nacionais; ela é uma grande maquete viva, mas também o museu intocável de si mesma. Encruzilhada desde que nasceu, sob a ponta do lápis de Lúcio Costa, a existência de Brasília parece mesmo ter dependido de todos esses cruzamentos, seja na arte, na política ou na cultura. Afinal, pessoas de diversas partes do país se deslocaram para o Planalto Central com o objetivo de construí-la, fato fundador de seu caráter intercultural. “(...) Brasília deve ser compreendida como encruzilhada particularíssima, como ponto de chegada (...) de uma multidão de histórias diferentes, que podem se reunir em vários grandes conjuntos” (GORELIK, 2005:153). Depois que compreendi essa característica tão particular de Brasília de ser lugar de intersecção (cultural, artística, social, política), percebi que eu precisava aprender a transitar entre as coisas do mundo e, de alguma maneira, fazer do meu trabalho artístico um lugar de cruzamentos e diálogos permanentes.

Já a respeito das qualidades estéticas da capital federal, Gorelik (GORELIK, 2005:154) afirma: “não posso afastar de minha busca de compreensão o impacto que me produziu o conhecimento direto de Brasília, uma das experiências estéticas e culturais mais intensas que uma obra de arquitetura e urbanismo consegue proporcionar”. Não é à toa que muitas de suas características apareçam com frequência na produção de alguns artistas brasileiros, especialmente daqueles que escolheram Brasília para viver. Nos anos 1970, o poeta Nicolas Behr, por exemplo, versou sobre suas qualidades formais: “blocos eixos/ quadras/ senhores, esta cidade/ é uma aula de geometria” (BEHR, 2005: 22). O artista plástico Athos Bulcão, ao longo de sua produção em parceria com o arquiteto Oscar Niemeyer, também deu destaque à geometria presente na cidade e dialogou visualmente com ela através de seus painéis integrados à arquitetura (Fig. 5).



Fig. 5. Azulejos de Athos Bulcão, Anexo 2 do Palácio do Itamaraty em Brasília. Fonte: Fundação Athos Bulcão (<http://www.fundathos.org.br>).

Muitas das características que impulsionaram o trabalho de Nicolas Behr e de Athos Bulcão estão presentes também na minha pesquisa artística desenvolvida a partir de 2005. Foi no cruzamento entre percepções da arquitetura de Brasília, o conhecimento de sua história, a poesia de Nicolas Behr e, inconscientemente, a arte de Athos Bulcão espalhada pela cidade, que cheguei à série de gravuras *Brasília Gravada*. Horizontalidade, repetição, sobreposição, geometria, superquadras, monumentos, longas distâncias em linha reta, algumas curvas, módulos, vazios, ‘solidões’: essas são algumas das características que circundam a produção dessas gravuras. A partir da confecção de carimbos feitos em borrachas plásticas no tamanho padrão de 3,5 x 5,5 cm (Fig. 6.), criei gravuras compostas por módulos repetidos através do ato de carimbar, prática que remonta a uma das características mais famosas do serviço público de nosso país: a burocracia, condição para a realização de qualquer empreitada oficial. O poeta Nicolas Behr também trata desse assunto em alguns de seus poemas: eu engoli Brasília/ em paz com a cidade,/ meu fusca vai /por esses eixos,/ balões e quadras,/ burocraticamente,/ carimbando o asfalto/ e enviando ofícios de/ estima e consideração/ ao sr. diretor” (BEHR, 2005:26).



Fig. 6. Carimbos de borracha e rolo de entintagem, 2005.

Apesar de lidar com matrizes de gravura, cada trabalho é único. Não há preocupação com o múltiplo no sentido tradicional, ou seja, não há interesse em fazer tiragens numeradas e assinadas. O múltiplo, aqui, é de outra natureza: ele só existe para compor gravuras únicas. Cada matriz é criada a partir de elementos arquitetônicos, escultóricos ou urbanísticos espalhados pela cidade (Fig. 7): aproprio-me de suas formas, simplifico-as e depois as gravo nas pequenas matrizes de borracha. É interessante notar que a visualidade expressionista ainda se faz presente (Fig. 8).



Fig. 7. Ponte Costa e Silva. Fonte:

(http://yahoo.guiadasemana.com.br/yahoo/iframe/channel_detail.asp?id=4&cd_city=38&cd_place=20822)



Fig. 8. Módulo feito a partir das formas da ponte Costa e Silva; 2005.

É no ato de carimbar que canalizo a vivência e o aprendizado a respeito da cidade de Brasília. É dessa maneira, através dessas composições gráficas (Fig. 9), que exercito minha relação com Brasília, às vezes de maneira óbvia, outras nem tanto. A horizontalidade do Plano Piloto, a repetição modular de seus blocos residenciais, os intertextos e interstícios da cidade, os ‘blocos, blocos, blocos’ do poeta Nicolas Behr (BEHR, 2005:63), os estranhamentos e deslumbramentos de uma forasteira em Brasília, tudo isso está presente não só nas imagens enquanto produto final, mas principalmente durante seus processos de produção. Talvez essa seja uma maneira de chegar mais perto da resposta à pergunta deixada para trás, em 2003, antes da mudança para Brasília: como a gravura poderia deixar de ser apenas um exercício da técnica e da ilustração e passar a representar, de fato, um exercício poético além da auto-expressão? Através de uma prática interartística, intertextual, intersemiótica mais consciente.

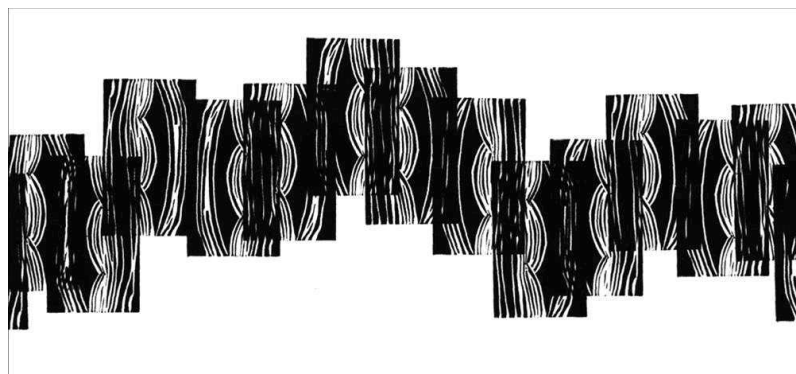


Fig. 9. Ritmo Brasiliense IV; gravura da série Brasília Gravada, 2005.

Referências Bibliográficas

BEHR, Nicolas. **Poesília: poesia pau-brasília**. Brasília: LGE, 2005.

_____. **Restos vitais**. Brasília: Editora do autor, 2005.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 165-196.

BUTI, Marco; LETYCIA, Anna (Orgs). **Gravura em Metal**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GRAVURA BRASILEIRA HOJE. Rio de Janeiro: Oficina de Gravura Sesc Tijuca, 1995. v. 1.

LYNTON, Norbert. **Expressionismo**. In STANGOS, Nikos. *Conceitos da arte moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. p. 24-37.

REY, Sandra. **Da prática à teoria: três instâncias metodológicas sobre a pesquisa em poéticas visuais**. In PORTO ARTE. v. 7, n. 13. Porto Alegre, 1996. p. 81-95.

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto Inacabado: processo de criação artística**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

Sites Consultados

<http://www.fundathos.org.br>. Acesso em 15/09/07.

http://yahoo.guiadasemana.com.br/yahoo/iframe/channel_detail.asp?id=4&cd_city=38&cd_pl ace=20822. Acesso em 15/09/07.

ENSINO DE HISTÓRIA E AS TRADIÇÕES AFRO-BRASILEIRAS NA COMUNIDADE DOS ALMEIDA.

Ana Carolina Borges Aguiar*

RESUMO

O Brasil é o país com maior contingente de afro-descendentes do mundo, cerca de 44% da nossa população se define como “preta” ou “parda”. A lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira” que deveria ser ministrada nas aulas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, com a sugestão de eliminar a invisibilidade da participação da cultura negra na formação social brasileira. No trabalho que se apresenta propõe-se práticas pedagógicas que se associem à elevação da cultura local e as tradições do cerrado dentro da experiência na Escola Quilombo (Escola Municipal Alexandrina Pereira dos Santos), localizada às margens da GO-010, Km 17, em Silvânia – Goiás.

ABSTRACT

Brazil is the country where the most people consider themselves afro-descendent in the world. Almost 44% of our population defined themselves as “black” or “parda” in the Censo of 2000. The law 10.639, of January 9th 2003, includ in the oficial curriculum educational the theme “History and Culture Afro-Brazilian” supposed to be taught in the classes of art, literature and Brazilian History, with the sugestion to eliminate the invisible participation of the black culture in the social formation in Brazil. In this research project I propose better practices with pedagogic that could join local culture and the tradition of the cerrado the experiences in the Quilombo School, located in the border of highway GO-010, Km 17, in Silvânia – Goiás.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Silvânia, Lei 10.639.

KEY-WORDS: Education, Silvânia, Law 10.639.

*Graduando em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/ UFG.

INTRODUÇÃO

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 1944: 65). Durante quase quatro séculos houve imigração forçada de cativos africanos para o Brasil, cerca de 6 milhões de pessoas, que ajudaram a formação do nosso país e cultura, são esquecidas. Compreender o nosso passado, que tem vertente no passado africano é conhecer o nosso presente, o trabalho proposto visa resgatar a cultura e identidade de nós afros-descendentes, e as memórias condenadas ao silêncio transpondo para a sala de aula, dentro do ensino de história, proposto inicialmente para a Escola Municipal Alexandria Pereira dos Santos ou Escola Quilombo, em Silvânia-GO.

O Brasil é um país de negros e mestiços, cerca de 44% da nossa população, se assume oficialmente ao IBGE como “pretas” ou “pardas”, o que torna o Brasil o país com o maior contingente de afros-descendentes do mundo.¹ A lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, que deveria ser ministrada nas aulas de Educação Artística, Literatura e Histórias Brasileiras, propondo eliminar a invisibilidade da participação da cultura negra na formação social brasileira.

O ensino de história sempre ficou restrito às narrativas eurocêntricas, onde o continente africano é citado como exemplo de miséria, primitivismo e violência, adjetivos pejorativos que se relacionam – por falta de uma desconstrução desse imaginário – aos africanos e afros-descendentes. Essas narrativas, presentes nos livros didáticos e comentados pelos professores, promovem a continuidade da idéia de que o “branco” europeu é civilizado, herói e superior, o negro e o africano, inferiores, escravos e submissos, mantendo ainda o preconceito e racismo, na educação e na sociedade.

A partir da lei 10.639 de 2003 pensadores se propuseram a discutir o tema: Tatiana Lenskij, Nadir Helfer, Henrique Cunha Júnior, Selma Pantoja, Maria José Rocha, entre outros. Utilizando destes autores citados, da experiência na Escola Quilombo, da necessidade de valorizar o nosso passado que se cruza com a África, propõem-se práticas

¹ População total: 169.872.856 sendo Branca: 91.298.042 (53,75%); Parda: 65.318.092 (38,45%); Preta: 10.554.336 (6,21%); Amarela: 761583 (0,44%); Indígena: 734.127 (0,43%). Cf. www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2000/populacao/cor_raca_Censo2000.pdf.

pedagógicas que resgatem a cultura afro-brasileira que forma o nosso país e ainda despertem a curiosidade dos alunos dessa Escola para a valorização de suas origens e suas tradições culturais, recuperem as suas memórias, assim se sentindo parte do país, do mundo, com suas contribuições e desconstruindo em si e ao seu redor o preconceito e o racismo, juntos à escola e sua comunidade.

O ideal utilizado nesta pesquisa de uma educação que relacione sempre a parte e o todo, o aluno fazendo parte da cultura, história e construção da comunidade, do estado, do país, do mundo e vice-versa, apontando para um ensino que estude a incompreensão, que apresente para a sala de aula a fragilidade de “verdades absolutas”, que coloca a prática das interrogações como oxigênio do conhecimento é originado de Edgar Morin. Orientando a um conhecimento reflexivo, interpretativo, capaz de compreender a riqueza da diversidade sob a unidade da condição humana, questão fundamental para a construção de homens e mulheres capazes de tolerar o outro, a outra cultura, o diferente, porém, semelhante.

O conceito de cultura proposto por Roque Laraia se entrelaça ao conceito proposto por Clifford Geertz, no qual todos os homens estão geneticamente aptos a receber qualquer cultura existente, como se fosse um programa a ser instalado para que o homem veja o mundo através deste “programa-cultura”. A cultura condicionando a visão de mundo de cada homem, interpretando os símbolos que partilham essa cultura e como consequência pode-se considerar o “seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tendência denominada etnocentrismo...” (LARAIA, 1993: 75). O etnocentrismo transfere a lógica de um sistema para outro, e é isto que se apresenta nos livros didáticos e em muitos de nós, ainda.

As distorções causadas pelo etnocentrismo são fruto da dificuldade em pensar o outro, a diferença, nos sentimos ameaçados, com a identidade em xeque. Everardo Rocha esclarece que é o medo do diferente, do desconhecido que fere e torna a visão etnocêntrica, visão que o autor aponta estar arraigada nos livros didáticos, e o perigo que este se transforma, já que na nossa cultura o livro didático carrega em si a autoridade de dono da verdade, “sua informação obtém esse valor de verdade pelo simples fato de que quem sabe seu conteúdo passa nas provas” (ROCHA, 1994: 16). Portanto, se o conteúdo etnocêntrico que se mantêm nos livros didáticos se permeia como verdade, por ser um objeto tão

relacionado a tal, o pensamento que se fixa é o etnocêntrico apresentado pelo livro, caso não se trabalhe questionamentos ao livro.

As organizadoras Tatiana Lenskij e Nadir Helfer, apresentam um conjunto de artigos que refletem especificadamente sobre o ensino de história, a importância da memória e de um conhecimento que seja refletido e não uma adesão à superinformação que constrói um conhecimento fragmentado capaz de ser refletido negativamente no mundo social concreto, chamando atenção para algo primordial no ensino de história: alunos capazes de tomarem consciência de si e de sua parte no tempo e na história, agentes capazes de reflexão objetiva no presente e do passado.

O rico artigo de Henrique Cunha Júnior em seu título já nos aponta quem são os afro-descendentes que necessitam o direito de conhecimento histórico e cultural de si: *Nós, afro-descendentes: História Africana e afro-descendente na cultura brasileira*. O artigo mostra que a identidade afro-descendente não é construída pelos caracteres fenotípicos e sim pelo conjunto cultural, social, econômico e político. Aponta ainda que a história africana que deve interessar é a que possibilita a compreensão do Brasil, que explica relações construídas ao longo da formação da sociedade brasileira.

Debates sobre a aplicação da lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e debates sobre a desconstrução do imaginário preconceituoso sobre a História da África estão reunidos por Selma Pantoja e Maria José Rocha. Artigos como o de Anderson Ribeiro, *A África, o imaginário ocidental e os livros didáticos – reflexões de uma pesquisa acerca do ensino de história da África* fazem uma crítica ao livro didático que possui como maior equívoco estudar a África a partir do tráfico, isso seria um padrão europeu legitimando outra história, outra cultura. Portanto, deveríamos repensar a História da África separada da expansão européia e combater o preconceito valorizando sempre a riqueza da diversidade utilizando da educação o seu papel fundamental de reflexão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dias vivenciados na Escola Quilombo, em Silvânia-GO, mostrou-nos a necessidade de propor novas práticas pedagógicas, utilizando a pesquisa etnográfica para uma observação participante, entrevista intensa e a análise de documentos, como o livro didático (ANDRÉ, 1995: 41). A Escola Municipal Alexandrina Pereira dos Santos foi inaugurada no ano de 2000, localiza-se na Zona Rural do município de Silvânia-GO na região do Quilombo, à 50 km da mesma, às margens da GO-010, Km17. Oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental, funciona apenas no período matutino, devido a dificuldades nas distâncias entre as residências e principalmente no transporte.

As aulas duram cerca de 45 minutos, a educadora de História, Valquíria Gomes de Souza Braga ministra aulas de história em todas as séries do ensino fundamental. Utiliza como livro didático: *Saber e fazer história. História Geral e do Brasil* de Gilberto Cotrim, cujo conteúdo infelizmente não está atualizado segundo a lei 10.639.

O livro de Cotrim utiliza a mesma apresentação para toda a sua coleção, introduz a importância de “despertar a participação ativa dos alunos nas aulas de História” por meio de exercícios cobrados no fim de cada capítulo chamados: Oficina de História. Cotrim, ainda em sua apresentação, reflete sobre a importância de sua coleção ser apenas o ponto de partida e nunca ponto de chegada.

A coleção de 5º à 8º série é utilizada com os alunos do sexto ao nono ano, a coleção mantém a tradicional “linha histórica”, no segundo livro (6º série/ 7ºano) o sumário apresenta os temas: Feudalismo, Modernidade Européia e Brasil Colônia, este é o único livro, da coleção que dedica ao menos um capítulo sobre o africano na formação do país, porém infelizmente isto se introduz no Capítulo 12, onde o africano é apresentado somente pela sua mão-de-obra, como “base de atividade econômica no Brasil Colonial...e foram *essenciais* para o transporte, o serviço doméstico e o comércio”, neste primeiro contato do aluno com o negro ele se depara com a escravidão, com uma reflexão pejorativa sobre os seus serviços e nada sobre suas raízes em nossas vidas. O Capítulo 13 é o único capítulo inteiramente dedicado aos africanos (em toda a coleção), infelizmente foca muito mais a escravidão, o tráfico, coloca o embarque de 4.009.400 de africanos em uma tabela, explica o

aumento de escravos importados, apresenta as “distinções entre os escravos” e penetra nas suas “estratégias de resistência”, quilombos e somente no *último* parágrafo desse capítulo: “a cultura africana marcou definitivamente o modo brasileiro de ser, pensar e viver, assim como o trabalho do africano e de seus descendentes marca a economia brasileira ao longo de sua história, no passado e no presente” e fim.

O livro da 7ª Série, utilizado no oitavo ano entra no assunto de novo, somente para mostrar a abolição da escravatura, já o da 8ª série não tem ao menos referência. Esse é o livro utilizado pela Escola Quilombo e tantas outras. É notável qual será a referência que os alunos terão para si, uma visão eurocêntrica e favorável ao preconceito, muita informação sobre História da Europa e praticamente nada suficientemente crítico sobre a formação do nosso país, pois no livro a contribuição do negro que se firma nas mentes dos alunos é principalmente da mão-de-obra, o que fortalece o racismo e também a idéia de que o trabalho manual seja inferior.

A crítica de Leila Leite Hernandez vai além, aponta que quando os africanos são identificados de forma banal por sua fisiologia, a imagem de inferioridade e primitivismo é utilizada como justificativa para o tráfico de escravos e genocídios: “O negro, marcado pela pigmentação da pele, transformado em mercadoria e destinado a diversas formas compulsórias de trabalho, também é símbolo de uma essência racial imaginária, ilusoriamente inferior” (HERNANDEZ, 2005: 23).

Saber e Fazer História de Gilberto Cotrim é a base essencial das aulas que são ministradas na Escola Quilombo. Porém, os alunos devem ser esclarecidos de que o livro não é a verdade, é um objeto de estudo, possível de ser questionado, que deve ser utilizado como uma ferramenta para construir e desconstruir. Para a possível discussão sobre as questões abertas ao livro didático pode-se inserir a música *Palmares 1999*, da banda Natiruts: “A cultura e o folclore são meus/ Mas os livros foi você quem escreveu/ Quem garante que palmares se entregou/ Quem garante que Zumbi você matou/ Perseguidos sem direitos nem escolas/ Como podiam registrar as suas glórias/ Nossa memória foi contada por vocês/ E é julgada verdadeira como a própria lei/ Por isso temos registrados em toda história/ Uma mísera parte de nossas vitórias/ É por isso que não temos sopa na colher/ E sim anjinhos pra dizer que o lado mal é o Candomblé...”.

É necessário que em todos os semestres de todos os anos ao menos uma atividade seja distante desse livro, onde se dedique a refletir o país, a contribuição de negros e índios em nossa história, não somente na escravidão. Pensar sobre a construção da região de Silvânia e esclarecer ao máximo para estes alunos que eles são parte da construção da história assim como foram seus ancestrais, para isso os alunos podem pesquisar e produzir seu livro paralelo ao longo de seu 6º ao 9º ano, que conte histórias de seus ancestrais, lendas, mitos, receitas, que escrevam sobre a história de sua região, sobre os acontecimentos presentes, e de como a cultura banto e hoje essas crianças ainda preservam o cerrado.

As aulas de História são todas planejadas pela professora, que sempre está estimulando os alunos a ler e fazer suas lições, na aula do dia 12 de fevereiro de 2007 para a sexta série (que é a sala com maior número de alunos) lecionou sobre o conhecimento de História e frisou: “Lembra que o aprendizado não tem fim!”, no outro dia nessa mesma sala ela propôs que os alunos fizessem suas árvores genealógicas, que poderia ter sido uma oportunidade para que resgatassem memórias, fotos dos seus antepassados. Uma proposta para esse dia seria ainda que os alunos utilizassem a História Oral para entrevistar algum de seus antepassados e trazer alguma tradição da comunidade para dentro da sala de aula, como danças, histórias, lendas, músicas, e com a possibilidade de resgatar fotos, objetos, roupas, que esses alunos poderiam trazer para uma pequena apresentação, um pequeno museu para a escola, seria uma aproximação da família com os alunos e essa família com a escola.

O resgate de algumas tradições, por meio da entrevista concedida gentilmente pela diretora da escola, Irene Aparecida da Silva Machado, apontou a tradição que ainda há de benzedores e cura através de plantas:

“Ainda é atual, essa questão de benzer, de não trazer o médico...tinha uma evangélica falecida, a Dona Benedita... a maior parte que tinha alguma coisa ia lá na Dona Benedita pra ela dá os remédios, os remédios de folhas, raízes...”

Irene ainda nos relata da oração que fazem para São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida para que chova na plantação: “... eles rezavam e molhavam o pé do cruzeiro. Tinha uma oração que eles falam que é uma oração pedindo chuva...”.

A proximidade que se mantêm com a vida do cerrado, torna necessária a proteção também para quem vai adentrá-la, por exemplo, pedir proteção a São Bento contra cobras antes de se entrar no mato:

“São Bento é pela questão de cobra... essa devoção dele é devido a isso... é até interessante isso porque é uma convivência, e lá tinha muita cobra, principalmente lá... tem uma fazenda bem afastada do meio ali, nossa! Como tem cobra naquele local, tanto assim que se você for sair a noite, você pedi pro senhor de São Bento ir na frente pra te proteger... então agente convive e sempre... Senhor de São Bento essa relação por ele ser defensor das pessoas contra as cobras.”

Esses e outros resgates feitos através da História Oral, devem ser preservados e podem ser transpostos para dentro da sala de aula, como uma alternativa de valorizar a comunidade e esses alunos que ali vivem. O forte contato dessa comunidade com o cerrado entrelaça-se em suas crenças, principalmente em São Sebastião e São Bento, Irene nos apontou o caminho da fé dessa região e em janeiro de 2004, Luzia Almeida Mauá, em entrevista concedida esclarece a crença no guerreiro, São Sebastião: “... São Sebastião foi um guerreiro de livrar das coisas... peste, fome e guerra...”.

Luzia utiliza como exemplo sua mãe que quando desejava “livrar”, tornar livres as galinhas da peste mandava seus filhos, rodeando o quintal rezar a oração de São Sebastião para “mode a peste ir embora”, e sua mãe acreditava, como ela, que a imagem de São Sebastião junto à sua espada livrava do mal que poderia vir contra eles.

Essa importante relação entre a vida do cerrado e a vida dessas pessoas no cerrado se transparece, sobretudo em sua religião. Os alunos da Escola Quilombo poderiam produzir trabalhos junto à comunidade, seus ancestrais, que apontassem para a preservação do cerrado associando-se um resgate sobre a crença nos santos, conscientizando assim sobre a preservação, pois proteger a fauna e flora por meio da religião foi uma forma de preservar o cerrado físico.

Geni Matos da Silva Abreu, professora, nascida nos Almeida, em março de 2005 concedeu sua lembrança de menina sobre a lenda do “Ropãozinho”. A lenda do Ropãozinho conta que um filho desobedeceu sua mãe e ele se tornou um animal que ficava perturbando as pessoas; porém ele poderia ter o formato de humano quando fosse à algum lugar, podia até conversar com pessoas, o avô de Geni dizia que o via passando no curral. Essa e outras lendas da região poderiam ser interpretadas nas aulas de História, valorizando a cultura local, pois seguindo somente o livro didático aprendem muito sobre Europa e pouco aprendem sobre si e sobre o valor de onde vivem.

A professora Geni costumava dar aulas para alfabetização, utilizando o cerrado como quadro negro e as frutas como giz, ela ensinava o desejo de escrever utilizando a realidade que eles vivem, o cerrado. Levava a turma para trabalho de campo, onde ela mostrava as frutas, plantações e árvores nativas e os alunos “*ficavam louquinhos querendo escrever*” (palavras dela). Utilizar o cerrado como quadro negro, torna o que se aprende na escola mais prazeroso e ensinamentos assim têm o poder de gerar identidade forte, capaz de formar humanos que se reconheçam na natureza, assim respeitando-a. O ensino de História que utilize símbolos da própria comunidade de Silvânia para refletir sobre sua História e presente também possui esse poder.

Os alunos com a oportunidade de aprender mais sobre si mesmo e sobre seu passado, ajudariam a continuar preservando o que seus antepassados preservavam: o cerrado, sua vegetação e cultura, que desde o início da comunidade dos Almeida naturalmente vem se perdendo, por diversos fatores. Como exemplo destes fatores que não colaboram para a preservação, cito o que proponho mudança: o ensino de história que valorizando somente narrativas européias, desvaloriza a cultura local e os remanescentes de uma cultura Afro-descendente, onde os alunos identificam pouco do que aprendem com a sua realidade.

CONCLUSÃO

A lei 10.639 está em vigor desde 2003, porém ainda não houve qualquer medida do governo que realmente verificasse e auxiliasse na sua execução, soma-se a isto a falta de informação de professores, pais e alunos. Faltam debates sobre a lei que divulguem seu conteúdo e importância, pois as informações e os construtivos debates que ocorrem acerca do tema estão somente no fechado âmbito das Universidades.

Os educadores, pais e alunos devem conhecer a lei, para assim cobrar do governo e das editoras a execução da mesma, em sua parte realmente prática. Infelizmente este silêncio perante a lei e sua execução é fruto do silêncio sobre a cultura e história dos afro-descendentes, esse silêncio que houve – e há – nas escolas que gera tanto preconceito, racismo e intolerância, é o mesmo que cria o obstáculo para reconhecer a importância dessa lei, um círculo vicioso e viciado no tempo.

Se a lei não se executa somente por ter sido promulgada, se o governo não verifica a sua aplicação, se muitos educadores não possuem acesso a essa informação, se editoras não atualizam seus livros didáticos e se as escolas não debatem sobre o tema, o círculo que mantêm o silêncio não se quebra e todas as suas conseqüências, já claras, continuam a se propagar pelo tempo e por gerações.

Segundo Henrique Cunha Jr., na naturalização da ausência de conhecimento da identidade afro-descendente se cristalizou no tempo o mau hábito do silêncio, que é também obstáculo para a aplicação da lei. As transformações na educação, grandes ou pequenas, a longo ou curto prazo são essenciais para trazer a nossa voz que reclame essa lei e grite o nosso direito a diversas identidades no nosso país. Para que assim não silenciemos sob uma única identidade que é forjada e imposta a todos nós. Nos mantemos unidos pelo geográfico, porém continuamos cegos à diversidade que convive em choque dentro do nosso país, sob uma falsa unidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A de. *Emografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COTRIM, Gilberto. *Saber e Fazer História: História Geral e do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2000.

FAZENDA, Ivani. *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JÚNIOR, Henrique Cunha. “Nós, afro-descendentes: História Africana e afro-descendente na cultura brasileira”. In: *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LENSKIJ, Tatiane e HELFER, Nadir Emma (org.). *A memória e o ensino de História*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: Anph, 2000.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2004.

PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (org.). *Rompendo silêncios: História da África nos currículos da Educação Básica*. Brasília: DP Comunicações Ltda, 2004.

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo?* São Paulo: Brasiliense, 1994.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARTHUR BISPO DO ROSARIO: CAMINHOS PERCORRIDOS, IDENTIDADES RECONSTRUÍDAS.

Eudirce Silva Almeida*

Resumo: Este trabalho enfoca a produção artística de Arthur Bispo do Rosario, ícone da cultura popular brasileira, que se situa através do fazer historiográfico e das representações de imagens construídas através da prática cultural do bordar, parte constitutiva do seu discurso histórico e artístico. Nesse contexto, a narrativa escrita insere-se como linguagem artística e a palavra passa a ter outro significado ao se tornar parte do imaginário do artista. Ao questionarmos o seu poder criativo, a tecedura do inesgotável poder de transformação do artista surge, pela sua plasticidade e pelo fluxo no qual a palavra envolve as suas produções.

Palavras-chave: Prática cultural do bordado, representação, imagem.

Abstract: This work deals with the artistic production of Arthur Bispo do Rosario, an icon of Brazilian popular culture. His oeuvre is located through the making of historiography as well as the representation of images produced through the use of the cultural practice of embroidery, which is a constitutive part of Bispo do Rosario's historical and artistic discourse. In such a context, his written narrative turns out to be artistic language and the words find a new meaning by becoming part of the artist's imaginary world. By questioning the artist's creative power we are led to the weaving of his endless transforming power due to his artistry and to the flux in which the word surrounds all his productions.

Key words: Cultural practice of embroidery, representation, image.

* Graduada em Artes Visuais pela Faculdade de Arte Dulcina de Moraes, Especialista em Arte, Educação e Inclusão pela mesma Instituição. Pós graduanda em História Cultural pela Universidade de Brasília.

O presente trabalho aborda a produção artística de Arthur Bispo do Rosario, na qual o fazer artístico se posiciona pela prática cultural do bordado como matéria do fazer historiográfico. Além de promover a cultura popular brasileira em uma proposta artística por meio da representação e reconstrução de novas identidades, enquanto contexto histórico e cultural.

A cultura popular brasileira designa os saberes e fazeres do povo brasileiro. “Um povo plural, cuja trajetória, desde a formação até os dias de hoje tem possibilitado o encontro e a combinação de tradições culturais diversas, recriadas em combinações novas brasileiras”.¹ Desses encontros e criações que é a própria história brasileira é marcada por conflitos e tradições.

A cultura popular é referida não apenas às manifestações festivas e às tradições orais e religiosas do povo brasileiro, mas ao conjunto de suas criações, às maneiras como se organiza e se expressa, aos significados e valores que atribui ao que faz aos diferentes modos de trabalhar, aos jeitos de falar e de ser, aos tipos de música que cria as misturas que faz na religião, na culinária, na brincadeira.

Como um aedo, servo das musas, Arthur Bispo do Rosário se faz instrumento de uma missão divina, borda e costura, grava e constrói e, no fazer de fé, nomeia os seres e reconstrói o mundo. Para Walter Benjamin “a produção artística começa com imagens a serviço da magia. O que importa, nessas imagens, é que elas existem, e não que sejam vistas” (BENJAMIN, 1994: 173). Da produção artística de Bispo, as imagens são representações de uma experiência vivida a partir de seus fragmentos, uma obra que inaugura discursos para realidades de que nos faz co-participantes. Produto de sua produção torna-se artista.

A produção de Bispo tinha uma motivação divina, não a considerava criação artística, o que o tornou um revolucionário por não recuar diante da loucura, encontrando nela, a potencialidade necessária para que a sua missão fosse cumprida: “Eu vou estancar e apresentar o resplendor a fim da representação do mundo”.² A história por trás das obras não é menos impressionante e enigmática, que o mosaico de símbolos bordados em seu importante “Manto de Apresentação”.³

¹ Beatriz Muniz Freire, formada em História; integrou a equipe do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular até 2001.

² Frase escrita em lençóis, metamorfoseados em estandartes.

³ Traje confeccionado por Bispo do Rosario, especialmente para o dia do acerto de contas com o Criador.

Considerado o maior representante da cultura popular brasileira e distante de ser o artista esquizofrênico, desconectado do mundo exterior, Bispo era homem de muitas palavras, muita leitura e pouca conversa. Para ele, a palavra complementava a imagem.

“Eu preciso destas palavras. Escrita”⁴ A rigor, palavra e imagem estão em estado de fusão em sua obra: a imagem continuando a palavra, a palavra continuando a imagem.

A imagem no contexto da produção artística de Arthur Bispo do Rosario é ressaltada enquanto representação. Representação como elemento da linguagem artística traz (cada uma delas) uma imagem visual representada, cabendo ao leitor, compreender o seu significado em uma rede de interações: com o autor, com o objeto, com os leitores em potencial, com as circunstâncias e contextos históricos.

Por meio da representação é que identidade e diferença coexistem em um sistema lingüístico e cultural. Nesse contexto identidade e diferença se associam no sentido de significação, cada imagem traduz a sua identidade.

Daí, a obra de Bispo se constituir de representações identitárias: são geografias organizadas, nomes ordenados, objetos reagrupados, lugares classificados, acontecimentos inventariados. Todas as referências a nomes, datas, locais, ruas, cidades são reais.

A palavra no processo de criação de Arthur Bispo do Rosario se materializa no contexto da loucura, porém ele a usa como instrumento de trabalho para expressar imagens e códigos a que só os loucos têm acesso, no inconsciente, fazendo da própria loucura matéria prima para a reconstrução de identidade.

Quando o meio artístico descobre o sergipano no início dos anos 80, diversos curadores encantados com a criação do interno, o convida para participar de exposições, ele rejeita, não só as exposições como também o rótulo de artista. O velho boxeador até relutou em liberar as peças para serem expostas por não querer separar-se de seu trabalho, sua relação com as criações era visceral. Mesmo com essa negação, o trabalho de Bispo foi comparado a Marcel Duchamp.⁵

Porém, o mais curioso é a não educação formal do artista, a cultura espontânea inerente, expressa escorrendo pelos vãos das mãos “fazedoras”. Bispo

⁴ Detalhe de bordado de um dos estandartes.

⁵ Renomado artista da arte contemporânea.

simplesmente faz. Seu resultado é belo. Sua estética é um quebra-cabeça de fragmentos poéticos do cotidiano banalizado. Sua intenção é divina.

Ele não inventou um mundo novo, expressou seu universo. Foi um narrador que inventariou seu tempo, um batalhador que sobreviveu à miséria de asilo psiquiátrico, um revolucionário da arte, um homem que se fez enviado de Deus.

A produção artística de Artur Bispo do Rosario iniciada em 1939 terminou 50 anos depois com o seu falecimento resultante de um enfarto do miocárdio. Durante esse tempo se dedicou fervorosamente à sua missão. A criação de Bispo parte de um delírio. Tinha a incumbência divina de “reconstruir o universo e registrar a sua passagem aqui na terra para se apresentar ao Deus no dia do juízo final”.⁶ Na sua obra há vestígios, traços, sinais do processo que o levou ao desejo definitivo e belo de encontrar-se com Deus.

A narração escrita está presente nas peças bordadas criando um sistema de signos. Senhor de sintaxe e grafia próprias, Bispo percorreu de maneira ordenada e rigorosa, a palavra e o texto construindo estandartes, vestes, faixas de misses, vitrines, arquivos, anotações de nomes próprios e comuns.

A narrativa do interno que por meio século amargou o cotidiano de uma instituição psiquiátrica atravessou fronteiras para ser escolhida como representação da arte contemporânea brasileira na 46ª Bienal de Veneza,⁷ em 11 de junho de 1995. “Bispo foi reconhecido pelo que mais prezava: a união dos povos, a supressão de fronteiras. Pessoas dos mais diversos credos, nacionalidades e raças emocionaram-se, derramaram lágrimas e reverenciaram aquele novo mundo na Bienal de Veneza”. (HIDALGO, 1996:198). O seu trabalho hoje, o inclui no contexto histórico da cultura popular brasileira, reverenciado no cenário artístico mundial.

Bispo sempre afirmava que “os loucos são como os beija-flores. Nunca pousam. Estão sempre a dois metros do chão”.⁸ E como beija-flor, Arthur Bispo do Rosario, nordestino, negro, pobre, foi fuzileiro naval, pugilista, porteiro de hotel, funcionário da Light⁹, empregado doméstico, percorreu caminhos, reconstruiu identidades...

Excluído do universo dos “normais”, por ser louco, conseguiu no mundo da loucura transcrever a sua visão de mundo por meio da prática cultural do bordado,

⁶ Frases de Arthur Bispo do Rosário sobre a sua reconstrução do universo.

⁷ Evento internacional mais importante de artes visuais.

⁸ Frase de Arthur Bispo do Rosário.

⁹ Companhia Elétrica do Rio de Janeiro.

transformando a sua proposta de vida em reconstrução de identidades plurais, as quais podem ser vistas e compreendidas em riqueza artística pelo valor estético e artístico distintos.

Nesse panorama da cultura popular, a História, ao permitir a análise e interpretação de imagens representadas que se dão aos mais diversos tipos de leitura e interpretação, através de significados distintos de “olhares outros”, contribui para maior conhecimento do momento vivido e sonhado em determinado tempo e espaço. Proporcionando ao historiador, ao pesquisador, temporalmente, captar subjetividades e sensibilidades de outras culturas, revelando fatos que podem ser transcritos por meio de caminhos percorridos e identidades reconstruídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1).

CHARTER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

FREIRE, Beatriz Muniz. *Cultura Popular e Ação Educativa no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*. Disponível em http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/cpe/tetxt1_2htm. Acesso em 06 de setembro de 2007.

HIDALGO, Luciana. *Arthur Bispo do Rosário. Senhor do labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ENTRE A ESTABILIDADE INSTITUCIONAL E A DESIGUALDADE SOCIAL: POTENCIALIDADES E LIMITES DA ATUAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Antônio de Almeida*

Resumo: após 1985, com o fim da ditadura militar, o Brasil vem enfrentando uma gama variada de problemas, os quais têm colocado o país à prova quanto ao seu potencial de consolidação do regime democrático. Neste artigo, tomando como principal referência os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o objetivo será analisar alguns desses problemas procurando compreender as suas implicações para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: democracia, política, problemas.

Abstract: after 1985, with the end of the military dictatorship, Brazil has been facing a great deal of issues, which have been putting the country to test on its potential to consolidate the democratic system. In this paper, taking as the main reference the governments of Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva, the objective will be to analyze some of those issues, trying to understand its implications to the Brazilian society.

Keywords: democracy, politics, issues.

Para refletir sobre os problemas que o Brasil vem enfrentando em termos de consolidação do regime democrático, após o fim da ditadura militar, merece atenção especial o conjunto dos acontecimentos que, mais recentemente, cercaram a ascensão e continuidade de Luiz Inácio Lula da Silva ao comando do país. Com relação a isso, uma análise sobre a construção da estabilidade da democracia brasileira requer que sejam consideradas as mudanças pelas quais passaram, na última década, tanto o Lula como o Partido dos Trabalhadores – PT, no qual ele tem figurado como principal liderança. As opções de Lula e do PT por uma plataforma programática que se deslocou deliberadamente da esquerda para o centro; as amplas alianças políticas que se estenderam até mesmo a alguns dos tradicionais setores conservadores nacionais e as mudanças de imagem que permitiram a construção do estilo “Lulinha paz e amor” foram fatores determinantes para tornar o candidato e posterior Presidente da República mais palatável, até mesmo para alguns membros da elite brasileira refratários a quaisquer orientações políticas para o país, programadas fora do seu controle. Não há dúvida de que essas mudanças têm relação direta com o desempenho eleitoral do candidato Lula, com a garantia da posse na Presidência da República no seu primeiro mandato e, sobretudo, com a governabilidade construída no comando do país. Entretanto, cabe destacar, também, que elas não foram suficientes para afastar, de forma mais efetiva, muitos preconceitos e temores existentes contra ele e seu partido. A origem pobre de Lula, o seu forte

* Professor associado do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, doutor em História pela Universidade de São Paulo.

engajamento nas lutas sindicais, a sua atuação como um dos principais responsáveis pela criação e crescimento do Partido dos Trabalhadores e a radicalidade assumida por ele e pelo seu partido, em contextos, situações e espaços os mais variados, são fatores que fizeram de Lula uma personagem pouco confiável aos olhos dos setores dominantes, pelo menos até meados do seu primeiro mandato. Na recente campanha presidencial de 2002, quando uma nova realidade vivenciada tanto no Brasil como internacionalmente não mais autorizava os representantes dos setores dominantes espalharem o pânico sobre uma possível vitória das esquerdas, ainda assim, os temores em relação ao petista e seu partido se fizeram presentes. Se nesse novo contexto não era mais cabível associar uma possível vitória de Lula a uma evasão deliberada de empresários do país, como o fizera treze anos antes o então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Mario Amato, mesmo assim, nem de longe isso significava que a confiança no candidato petista e no seu partido estava estabelecida. Prova disso o comportamento adotado pelo mesmo Mario Amato logo após a confirmação nas urnas da vitória do candidato petista naquela campanha. Indagado pela imprensa sobre o que esperava do futuro governo Lula, mesmo oferecendo uma resposta ambígua, em função das circunstâncias, o empresário não deixou de revelar o seu temor e desconfiança, inclusive sugerindo que para governar o novo presidente precisaria se cercar de “gente boa”, obviamente não incluindo entre os bons os petistas e demais setores da esquerda.

Essas reservas dos setores dominantes em relação a Lula, apareceram de forma muito mais direta e contundente ao longo dessa mesma campanha presidencial de 2002, quando ainda havia possibilidades de apostar numa candidatura aliada diretamente aos interesses dos investidores capitalistas. As reportagens veiculadas pela imprensa tornavam claras as intenções de empresários nacionais e estrangeiros no sentido de alcançar uma reversão do favoritismo revelado pelas pesquisas de opinião ao então candidato do PT. De acordo com a Revista Isto É Dinheiro, alguns bancos estrangeiros recomendaram a redução de investimentos em títulos brasileiros, através de relatórios e declarações pessimistas, todos externando o temor a uma possível vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Alguns destacaram a preocupação dos investidores com a situação da dívida brasileira e com as possíveis reações do mercado. A revista informa ainda que vários banqueiros e executivos financeiros entrevistados, dentro e fora do país, fizeram severas objeções ao candidato e às idéias que seu partido pretende levar ao governo.

Ao se falar sobre a construção da estabilidade democrática do Brasil, tão grave quanto essa postura adotada pelos empresários e investidores foi o comportamento assumido ao longo da campanha de 2002 por parte da grande imprensa brasileira e pelos próprios

candidatos concorrentes à disputa presidencial. No primeiro caso, desnudando a hipocrisia da chamada neutralidade jornalística, o Jornal o Estado de S. Paulo, por exemplo, além de declarar abertamente em editorial a sua preferência pelo candidato do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, José Serra, fez questão de procurar denegrir a imagem de Lula, vinculando-o a vários acontecimentos negativos. Mais do que isso, o mesmo jornal procurou vincular o rebaixamento da nota atribuída ao Brasil, pela agência de avaliação de riscos que o país oferece para os investidores estrangeiros, aos traços negativos do candidato petista. Dentre eles o “Estadão” destacou as possíveis decisões desastrosas que um eventual presidente Lula poderia tomar por motivações ideológicas e as dificuldades de governabilidade, uma vez que “Lula não sabe como funciona um governo”. Quanto aos adversários políticos, em especial aqueles pertencentes aos partidos conservadores, com o objetivo de desbancar a liderança de Lula, revelada pelas pesquisas de opinião, a estratégia adotada foi a de procurar colar na figura do candidato petista a imagem do medo e da insegurança. Dessa forma, Lula foi responsabilizado pelo “nervosismo” e “irritação” do mercado, pela subida do dólar e pela queda das bolsas. De todas essas investidas, a que ganhou mais repercussão foi uma gravação televisiva da atriz global, Regina Duarte, veiculada durante a propaganda eleitoral do candidato concorrente José Serra. De forma bastante astuta, escolheu-se “a namoradina do Brasil”, com reconhecida popularidade, para evocar as mazelas do passado recente do país e aterrorizar os eleitores sobre o perigo do retorno daqueles problemas com uma possível vitória de Lula.

Para a construção da democracia brasileira, os efeitos negativos dessa postura adotada pelos empresários e pelos adversários políticos de Luiz Inácio Lula da Silva, durante a campanha presidencial de 2002, vão muito além dos objetivos mais visíveis de desgastar a imagem do candidato e, por conseguinte, inviabilizar a sua eleição. Como lembra Pierre Ansart, na concorrência travada entre os partidos em luta pela conquista de poderes, “cada força política está interessada em denunciar, em enfraquecer os vínculos e opiniões favoráveis dirigidas às forças adversárias”, procurando mostrar a incompetência do concorrente e a incoerência de suas proposições. O que se visa é “criar conotações desvalorizantes que se tornarão estereótipos designando o adversário por seus fracassos ou, melhor ainda, pelos escândalos onde estaria envolvido” (ANSART, 2001: 55-80). Esse é o significado mais perverso dessa estratégia que visa denegrir a imagem dos candidatos concorrentes, presente na maioria das campanhas eleitorais que ocorreram no país após a reconquista pela sociedade civil brasileira de eleições livres e diretas para a Presidência da República. Longe de aprofundar o debate sobre as suas propostas programáticas as candidaturas têm

crescentemente optado por viabilizar-se eleitoralmente através do desgaste dos seus adversários. Isso permite compreender porque os candidatos, partidos e forças políticas, priorizam uma fundamentação das campanhas eleitorais a partir dos temores sociais, tais como violência, ausência de segurança pública, desemprego, falta de atendimento à saúde, fome e descontrole inflacionário. Mais do que isso, ao difundirem esses problemas – quase sempre ampliando as suas dimensões para provocar efeitos impactantes –, contribuem para legitimar e aumentar as inquietações e os medos da população, vinculando a continuidade e agravamento dos perigos às possíveis vitórias dos adversários, ao mesmo tempo em que se apresentam como a única alternativa viável no sentido de encontrar uma solução para as crises e restabelecer a tranqüilidade social. E é justamente aí onde residem os maiores riscos para a democracia. Primeiramente, porque como essa tem sido uma estratégia adotada de forma generalizada pelos concorrentes, independentemente de quais sejam os vitoriosos os temores persistem após as eleições, sobretudo para os setores sociais que foram convencidos pela propaganda eleitoral sobre os riscos que representava a candidatura vencedora. Por outro lado, como as ofertadas soluções miraculosas e reparadoras de todos os males sociais nunca são cumpridas de forma satisfatória no exercício do poder, o resultado que se tem é o de um crescente descrédito, desencantamento e ceticismo em relação aos políticos e à política, terreno perigoso para o funcionamento das instituições e para a democracia.

Para agravar ainda mais esse quadro, o Brasil tem convivido com dois outros fatores extremamente negativos para a construção da estabilidade democrática: as acirradas disputas políticas, que se fazem presentes mesmo fora dos períodos eleitorais, e os perniciosos vícios historicamente alimentados por muitos ocupantes de cargos no executivo, legislativo e, até mesmo, no judiciário, os quais compreendem os espaços públicos como canais de favorecimentos pessoais e, não raro, agem de forma inescrupulosa para atingir tais objetivos. De forma combinada ou, alternadamente, esses dois fatores têm sido notados em todos os governos civis que tiveram lugar no país desde o fim da ditadura militar. Emblemáticos, como enunciadores dessas mazelas nacionais, são os acontecimentos que cercaram as graves denúncias de corrupção nos governos dos dois últimos presidentes eleitos diretamente pelo voto popular, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro caso, em 2001, diante das várias denúncias de corrupção no seu governo o próprio Presidente Fernando Henrique se empenhou pessoalmente no sentido de evitar a instalação de comissões parlamentares de inquéritos para apurar as possíveis irregularidades, a exemplo do que ocorrera anteriormente no seu governo em várias outras oportunidades. Sobre esse episódio, os parlamentares do Partido dos Trabalhadores, sobretudo as suas lideranças, denunciaram

com veemência as manobras do governo federal para evitar a instalação de comissões parlamentares de inquérito e exigiram rigor nas apurações. Além disso, o PT aproveitou a oportunidade para lançar uma campanha pública intitulada “*Xô corrupção: uma campanha do PT e do povo brasileiro*”. Sua liderança maior, Luiz Inácio Lula da Silva, veio a público para afirmar que, se até então o nome de Fernando Henrique Cardoso não estava envolvido diretamente com denúncias de corrupção, depois da operação para o arquivamento da CPI o presidente deveria ser cobrado pelas denúncias de desvio de dinheiro público. Da parte dos governistas - incluindo deputados e senadores da base de sustentação, ministros de estado e o próprio Presidente da República -, os argumentos adotados para impedir que os setores oposicionistas obtivessem êxito em suas propostas de instalação de CPIs foram os de que isso pararia o país ou que a CPI seria um mero instrumento político a ser usado pela oposição como palanque eleitoral. Os desdobramentos históricos demonstraram que os acordos e conchavos políticos, as manobras e pressões exercidos pelos governistas junto aos membros do Congresso Nacional surtiram os efeitos por eles almejados, uma vez que as tais CPIs nunca foram instaladas e, por conseguinte, as denúncias permaneceram sem apuração.

O segundo episódio acima referido, cujos desdobramentos tiveram lugar durante o primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é bastante semelhante ao anteriormente exposto no que diz respeito aos fatores motivadores, o que os tornam ainda mais instigantes em termos interpretativos, sobretudo no que diz respeito a uma análise comparativa. Em maio de 2005, a veiculação na imprensa das imagens que flagraram um funcionário dos Correios e Telégrafos recebendo propina de um empresário, longe de ser apenas mais um dos lamentáveis casos de corrupção nos serviços públicos, era apenas a ponta de um *iceberg*, cujas dimensões nunca foram efetivamente reveladas em toda a sua extensão. As declarações do funcionário dos Correios, afirmando representar o PTB naquela estatal e garantindo ter relação estreita com o presidente do partido, deputado Roberto Jefferson, colocou esse deputado numa difícil situação. Ao depor no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, Roberto Jefferson, objetivando recuperar sua imagem, tentou reverter a condição de réu procurando se passar por vítima. Para isso, adotou a estratégia de sair da defensiva e partir para o ataque; em lugar de acusado postou-se como acusador. As proximidades existentes entre os dois episódios, são bastante evidentes, até mesmo porque em ambos os casos as denúncias estavam relacionadas ao envolvimento de figuras do executivo e do legislativo com esquemas de corrupção. Neste caso, porém, muito sintomaticamente os parlamentares e demais lideranças do PSDB e de outros partidos da oposição conservadora mudaram radicalmente o seu discurso e assumiram uma posição

bastante diferente daquela adotada quatro anos antes. Agora, defendiam instalação de CPIs e exigiam apuração. Da parte dos integrantes da base governista, sobretudo os outrora agueridos parlamentares do PT, o que se vê é uma situação inversa. Diferentemente das inúmeras vezes anteriores em que, desfraldando a bandeira da “ética na política”, impiedosamente acusaram e fustigaram governantes, exigindo rigorosas apurações para qualquer tipo de irregularidade, agora se encontram na incômoda posição de acusados. Acusados e divididos, os petistas passam a falar linguagens diferentes. Excetuando-se o Senador Eduardo Suplicy, que mesmo sofrendo críticas internas defendeu abertamente desde o início a instalação de CPIs, os demais, falando por intermédio das lideranças do governo e do partido na Câmara e no Senado assumiram uma posição ambígua que ficava entre defender as investigações mas, ao mesmo tempo, evitar o desgaste do governo e o fortalecimento das oposições. Por isso mesmo, algumas posições como a de não querer a instalação das comissões parlamentares de inquérito, defender uma investigação ampla que se estendesse inclusive a governos anteriores ou até mesmo aceitar as CPIs, desde que focadas em fatos determinados, além de render-lhes fortes críticas, expunham a visível fragilidade da base governista nessa matéria, o que contribuiu para a vitória da oposição, inegavelmente a maior responsável pela aprovação das duas CPIs pleiteadas: a “dos Correios” e a “do Mensalão”.

Instalada em junho de 2005, com a finalidade de “investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos” a denominada “CPMI dos Correios” foi alvo de atenções tanto dentro como fora do país. Durante meses, a imprensa brasileira acompanhou e noticiou detalhada e exaustivamente os vários desdobramentos do caso, ora cumprindo um importante papel no sentido de informar a opinião pública e forçar apuração por parte das instituições e autoridades responsáveis, ora atuando de forma leviana, denunciando e expondo pessoas sem comprovação do envolvimento das mesmas com o ocorrido. Os depoimentos das pessoas acusadas e das testemunhas arroladas, ouvidas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados ou numa das duas comissões parlamentares mistas de inquéritos instaladas – “dos Correios” e “do Mensalão” -, eram televisionados em tempo real e a população acompanhava as explicações e acariações entre pessoas citadas e o surgimento de novas denúncias e novas personagens envolvidas, como se fossem cenas de uma novela. As cifras anunciadas davam conta de um alto volume de dinheiro, superior a quatro milhões de reais, destinado a um forte esquema de corrupção que envolvia, ao mesmo tempo, instituições financeiras, empresários, partidos políticos, parlamentares e figuras do executivo, dos altos aos baixos escalões. Pressionado pelas circunstâncias, em agosto de 2005 o Presidente Lula se

dirige à nação, para falar da grave situação pela qual atravessava o país. Surpreendeu ao reconhecer os erros praticados pelo seu partido, o PT, e até mesmo pelo governo e pediu desculpas à nação. Protegeu-se contra os ataques que o responsabilizavam pelos crimes praticados e procurou reverter a crescente onda de pedidos do seu *impeachment*, adotando um posicionamento com dupla dimensão: por um lado, além de revelar desconhecimento, mostrou-se indignado e ofendido, sentindo-se traído por pessoas em quem depositou confiança; por outro, transferiu para as falhas e vícios do sistema a responsabilidade por ocorrências dessa natureza. Afirmando estar “*consciente da gravidade da crise política*” que “*compromete todo o sistema partidário brasileiro*”, o Presidente desferiu profundas críticas ao próprio partido que fundou e ajudou consolidar. O apelo de Lula, longe de convencer a oposição, foi motivo para uma saraivada de críticas, muitas delas carregadas de ironias sobre um presidente que “nunca sabe de nada”. Partidos mais conservadores, como o Partido da Frente Liberal - PFL veicularam, por vários dias consecutivos, propaganda televisiva com pesadas acusações, responsabilizando e procurando depreciar a imagem de Lula, de vários dos seus ministros de Estado e do PT. Em novembro de 2005, a oposição decide partir para uma ação mais agressiva e muitas das suas lideranças passaram a defender abertamente o *impeachment* do Presidente da República. Entretanto, diferentemente do que ocorrera com a tese das CPIs, os argumentos em defesa da responsabilização do Presidente da República com os fatos ocorridos e, por conseguinte, a tentativa de *impeachment*, não tiveram a repercussão desejada, apesar do esforço de parlamentares e até de alguns veículos de comunicação, que assumiram visivelmente a posição de adversários do governo. Por isso mesmo, a proposta sequer foi levada adiante, uma vez que lhe faltou um ingrediente fundamental: o necessário apoio da sociedade.

Em termos dos desdobramentos das denúncias de corrupção no governo Lula, a estratégia adotada pelo deputado Roberto Jefferson não foi eficiente no sentido de mantê-lo no cargo, uma vez que ele foi o primeiro deputado envolvido com esse processo que teve o seu mandato cassado pelo Câmara dos Deputados. Entretanto, ainda que pelo lado negativo, Jefferson passou para a história como uma das personagens decisivas para desencadear uma das mais graves crises políticas vividas no país, após a ditadura militar. Muitas foram as consequências diretas dessa grave crise. Vários funcionários públicos e de empresas estatais perderam seus postos de trabalho; integrantes de direções partidárias foram substituídos, sobretudo no PT que teve a direção quase toda alterada; ministros de estado foram rebaixados ou substituídos, com destaque para a queda de José Dirceu, homem forte do governo Lula, que além de perder o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil, na seqüência amargou também a

cassação do seu mandato de deputado federal. No Congresso Nacional, além das duas cassações anteriormente referidas, também foi impedido de continuar exercendo o cargo o deputado Pedro Corrêa e quatro deputados optaram pela renúncia do mandato. Os outros doze deputados, dentre os dezenove que foram arrolados pela “CPMI dos Correios” e encaminhados pelo Conselho de Ética para cassação dos mandatos por quebra de decoro parlamentar, todos foram absolvidos em plenário pelos seus pares.

Para além dessas conseqüências diretas ocorridas e independentemente do que ainda possa acontecer com as pessoas que tiveram seus nomes envolvidos nos dois episódios de denúncias de corrupção anteriormente referidos, os mesmos deixaram marcas indeléveis para a realidade histórica do país, constituindo-se como peças fundamentais para se avaliar o potencial de avanço e consolidação da democracia no Brasil. O comportamento adotado tanto pela oposição como pela base governista - independentemente de quem era quem nos dois momentos diferenciados - contribuiu para reforçar a desconfiança popular contra muitos ocupantes de postos no legislativo e no executivo, cujas ações denunciam que os cargos nas instâncias de poder tornam-se um objetivo em si mesmo. Por isso, nos dois episódios, apesar da gravidade da situação para a estabilidade institucional e democrática do país, as principais personalidades envolvidas priorizaram as disputas políticas, cuja preocupação em impor desgaste ao adversário e fortalecer o seu próprio terreno assumiu o primeiro plano. Daí, conclui-se que, para além de possíveis compromissos programáticos ou prioridades estabelecidas perante os eleitores, os partidos e seus representantes têm optado por adotar um comportamento político, cujo fator determinante é a posição ocupada na hierarquia e no controle do poder. Isso, além de possibilitar a absurda situação de inversão de papéis entre direita e esquerda é, sem dúvida, um desserviço para a construção da democracia. Impossível admitir que, sem mudanças em termos de orientação política e ideológica e sem alterações nas suas linhas programáticas, o PFL e o PSDB, os quais, na condição de base de apoio e sustentação de governos anteriores, em especial durante os oito anos de mandato de FHC, se empenharam para impedir quaisquer tipos de apuração das muitas irregularidades denunciadas, repentinamente, na condição de opositores do governo Lula, tenham passado por transformações tão profundas, ao ponto de se tornarem os arautos da ética e da moralidade pública, se credenciando para exigir a criação de comissões parlamentares de inquérito e investigações rigorosas para apurar irregularidades. Nesse sentido, para a saúde da democracia, o faz-de-conta das supostas mudanças ocorridas nos setores conservadores é tão prejudicial quanto às mudanças de rota efetivamente ocorridas entre as esquerdas, neste caso, envolvendo o Partido dos Trabalhadores e muitos dos seus integrantes. O capital político do

PT e, por conseguinte, das suas lideranças, foi construído pela via do envolvimento direto com os setores populares e organizados da sociedade brasileira e consolidou-se por meio da defesa intransigente do atendimento às questões sociais e pela defesa da ética na política. Isso lhes possibilitou, inclusive, a construção do denominado “modo petista de governar” como um fator diferenciador de se pensar e fazer política no país. Ocorre que, para se compreender a perda destas referências históricas e a guinada à direita, por parte de muitos integrantes do Partido dos Trabalhadores, as generalizações do tipo “todos os políticos são iguais” ou “ao chegar ao poder as pessoas se vendem”, ainda que possam ter algum grau de veracidade, cumprem o negativo papel de legitimar o ceticismo contra a política e os políticos, além de ofuscar a percepção de causas mais profundas. Nesse sentido, são bastante apropriadas as contribuições de Pierre Bourdieu ao refletir que todos os que ingressam no campo político, para não correr riscos de ser excluídos do jogo e dos ganhos que ali adquirem, “aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de reconhecer deste modo como **valendo a pena** ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de **conluio originário** bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos” (BOURDIEU, 1989:173). Conclui-se, com isso, que as pessoas que adentram a esfera do político a partir do seu envolvimento e compromissos assumidos com as questões sociais enfrentam, aí, um grande paradoxo: por um lado justificam a sua participação nesse **campo** como condição necessária para ter atendidas as demandas populares, por outro, ao **jogar o jogo**, sob pena de serem expulsas, se enquadram, necessariamente, nas regras estabelecidas, o que dificulta ou até mesmo inviabiliza cumprir os compromissos assumidos. Mais do que isso, os encantos, as seduções e os benefícios auferidos direta e indiretamente em função de estar participando **jogo** político levam muitas pessoas e seus partidos a sacrificarem os seus programas, os seus compromissos e até mesma a sua coerência para se manterem no poder. Portanto, a gravidade do envolvimento de parlamentares e lideranças petistas com esquemas de corrupção para o fortalecimento das instituições democráticas no país, não se limita à comprovação ou não de que alguns aceitaram “presentes”, “prêmios” ou subornos que os beneficiaram individualmente. Tão grave quanto isso, é romper com os compromissos históricos de fazer da política um instrumento de construção de outra realidade social e, ainda que sob a argumentação de estar defendendo um projeto popular, aceitar o “vale tudo” com a justificativa de que “os fins justificam os meios”, mantendo e até mesmo reforçando as velhas estruturas corrompidas. É isso que possibilita a inversão entre direita e esquerda, tanto no discurso quanto na prática, justifica e fortalece o ceticismo popular para com a política e os

políticos, terreno perigoso para o fortalecimento das instituições e para a construção da democracia.

Diante desse quadro, mesmo reconhecendo as implicações de fatores internacionais para as dificuldades a que estão expostos os países do Terceiro Mundo, sobretudo os efeitos perversos de uma economia global pensada na ótica da Nova Ordem Mundial, é possível concluir que os aspectos negativos associados ao comportamento dos agentes políticos no Brasil ajudam a compreender alguns dos limites da atual democracia brasileira. Ou seja, se é alvissareiro o fato do Brasil ter suportado bem as várias crises internas, mantendo, ainda que do ponto de vista formal, a funcionalidade regular das suas instituições, por outro lado, é lamentável que o país continue ocupando a penúltima posição dentre todos os países da América Latina, no quesito distribuição de rendas. Dito de outra forma, os dados do relatório de 2006 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano – PNUD revelam que a miserabilidade da maioria da população brasileira, consequência direta da alta concentração de riquezas, está longe de ser superada na medida em que os 20% mais ricos da população se apropriam de uma fatia de 62,1% de toda a renda nacional, enquanto o quinto mais pobre dos brasileiros fica com apenas 2,6% do total, numa proporção quase 24 vezes inferior. Portanto, os mesmos fatores que explicam porque numa lista de 177 países e territórios, que constam do relatório do PNDU, o Brasil ocupa uma modesta 69ª posição no *rank* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também, informam sobre as contradições e limites da frágil democracia brasileira e permitem compreender porque a estabilidade institucional alcançada não tem sido traduzida em termos de um efetivo combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Referências bibliográficas:

ANSART, Pierre. Mal-estar ou fim dos amores políticos? *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia – MG, UFU - Programa de pós-graduação e cursos de graduação em História, n°s 25 e 26, p. 55-80, jul/dez. 2001 e jan/jun. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1989, 315 p.

Práticas Educativas e a Identidade Política dos “Sem Terra” no Brasil

Rosivaldo Pereira de Almeida¹ (FE-UFG)
historiago@hotmail.com

Resumo

A presente escrita trata-se de uma análise acerca da constituição da identidade política dos “Sem Terra” pelo processo educativo. Compreendemos que a educação é uma prática social rica e complexa pelo qual ninguém escapa. Na relação com os outros e com as organizações sociais ela se efetiva possibilitando a constituição das identidades que por sua vez são construídas a partir das instituições numa perspectiva histórica e sociocultural. Proponho uma discussão acerca das práticas educativas no processo de luta pela terra efetivada pelos trabalhadores do MST e uma outra discussão acerca da categoria identidade e suas relações com os movimentos sociais.

Abstract

The written gift is about one analyzes concerning the constitution of the identity politics of the ones “Without Land” for the educative process. We understand that the education is one practical social rich and complex one for which nobody escapes. In the relation with the others and the social organizations effective it making possible the constitution of the identities that in turn are constructed from the institutions in a historical and sociocultural perspective. I consider a quarrel concerning practical educative in the process of fight for the land accomplished for the workers of the MST and the one other quarrel concerning the category identity and its relations with the social movements.

Palavras chave: Educação, identidade política, MST.

¹ Historiador, especialista em história cultural e mestrando em educação pela Faculdade de Educação da UFG.

Práticas educativas na luta pela terra

“Pedagogia do Movimento, eu acho que é assim: Quem entra no movimento tem que se movimentar. Por que o Movimento está sempre em movimentar”. Lidiane, educanda do Curso de Magistério do MST

Podemos analisar que em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sendo o local da chegada dos trabalhadores à organização, se efetivam práticas sociais de educação, uma vez que no cotidiano de seus integrantes há múltiplas “situações de Aprendizagens”. Percebe-se que na luta pela terra os trabalhadores passam pelo processo educativo. Conforme da CRUZ (2000), escrevendo sobre a luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins destaca que:

A luta pela posse da terra contribuiu para educar os agentes sociais que dela participaram, por intermédio dos enfrentamentos, das disputas que a luta pela terra comporta. Seus atores construíram um aprendizado, um saber social e descobriram que seus direitos são lesados por setores que detêm recursos e/ou poderes. Por esse prisma, a luta pela terra tem contribuído para a ampliação da cidadania no Brasil. (CRUZ, 2000: 87).

José Adelson da Cruz ao realizar entrevistas em pesquisa de campo no processo de construção de sua dissertação de mestrado, percebeu que expressões e situações como: “aprendemos com a vida”, “a consciência do direito a terra”, “o conhecimento da história”, “a luta foi nossa escola” apareceram nas entrevistas de posseiros e agentes de pastoral como saberes importantes, construídos ao longo do processo que direcionou sua luta e sua organização (CRUZ, 2000 p. 93).

O acampamento se constitui nesse processo o lugar em que se toma “a consciência do direito a terra”, e o início da luta por ela. Nele se efetivam as práticas cotidianas de organização e de enfrentamento aos que detêm o poder econômico e/ou político. Pode-se dizer que neles, (nos acampamentos) constituem internamente sistemas organizativos que democraticamente estruturam os núcleos

de base com 10 a 30 famílias, sendo que partir destes núcleos são estabelecidos nos acampamentos as principais comissões que desenvolvem serviços e tarefas cotidianas desempenhadas pelos próprios trabalhadores que possibilitam a garantia do funcionamento e crescimento do acampamento (MORISSAWA, 2001:200).

O cotidiano do acampamento é marcado pelo ensino e aprendizagem, neste contexto os professores que formam as comissões de educação nos acampamentos e assentamentos, estruturam o setor de educação da organização social com todo. Pode se dizer que, entendendo a educação como prática social, os professores e professoras que atuam nos processos educativos contribuem para a formação dos sem terra com a identidade política do movimento uma vez que são norteados pelo material pedagógico produzido pela organização como folders, cartilhas, cadernos, boletins e outros livros que de certa forma exercem influência nesta formação. Conforme NETO:

O MST conta, no seu trabalho educacional, com a produção de materiais pedagógicos, como os boletins da educação, e cadernos de educação e fazendo história, e materiais produzidos a partir das atividades dos próprios educadores, sobretudo nos regionais que contam com maior infra-estrutura na área educacional. (NETO, 1999:58)

Nessa direção o professor “sem terra” atua nas escolas que são organizadas preferencialmente nos próprios acampamentos, e após passarem por cursos de formação de professores, a ele (a) cabe o papel:

de criar condições para que os alunos tomem decisões cada vez mais acertadas e coerentes com a vida do assentamento e com os princípios do MST. Por isso o professor tem necessariamente que ser alguém engajado no movimento; caso contrário, a educação não atingirá seus objetivos com relação ao educando. (NETO, 1999 p. 69).

A Educação para o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2002) é apresentada como cultura, sendo esta, natureza transformada e significada pelo homem, ou seja, um

processo de significação das ações e relações do homem com a natureza. A Educação não acontece somente na escola, conforme Brandão (1995:09):

talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o único praticante. Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas (1995:09).

No cotidiano do acampamento há ensino e aprendizagem², onde, os mais experientes ensinam e reciprocamente aprendem com os mais novos de movimento. O Acampamento torna-se um ambiente onde ninguém escapa do processo de ensino-aprendizagem a partir da interação de seus participantes.

Identidade e Movimentos Sociais

A partir das múltiplas “situações de aprendizagem” (BRANDÃO, 1995 p. 20) se constitui a identidade política dos sem terra. Mas o que seria identidade? E mais, o que seria identidade política?

A partir da década de 1970, a categoria “identidade” passou a ser discutida na teoria social, porém, compreendemos que ela foi forjada pelos novos movimentos sociais de caráter identitário que tinham como preocupação principal à afirmação dos diferentes. As ações sociais e manifestações passaram a ser norteadas não mais pela consciência de classe e sim pela busca do reconhecimento identitário.

Pode se dizer que a identidade se relaciona com a representação de pertencimento e é formada no indivíduo em um processo educativo, para Stuart Hall, um dos que trata da questão da identidade, em seu livro *A identidade cultural na pós – modernidade*:

² Luiz Bezerra Neto escreveu um livro publicado pela Editora Autores Associados com o título: “SEM-TERRA APRENDE E ENSINA: Estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais” que aborda questões relacionadas ao ensino e a aprendizagem no Movimento dos Sem Terra. Livro este que resultou da dissertação de mestrado apresentada à Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". As partes "femininas" do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (2001 p.38).

A identidade está sempre "em processo", sempre "sendo formada", e arriscaria dizer diferente de (HALL, 2001) que no cotidiano, "conscientemente" esta representação de pertencimento torna-se imanente ao indivíduo. Mesmo na chamada pós – modernidade com a fragmentação da identidade apresentada por Hall (2001) a identidade de classe social prevalece na diferença, por exemplo, sou sem terra por não ter terra! Embora seja pai, mãe, católico, cristão, mas continuo "sem terra" pelas "condições materiais de existência".

Conforme SILVA:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 1999 p.81).

Pose-se dizer que a identidade como representação de pertencimento está estritamente relacionada com a diferença social e com a questão da classe em que aquele indivíduo ou grupo social está relacionado.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmer a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. (SILVA, 1999 p.82)

Percebe-se nessa perspectiva dois posicionamentos teóricos em relação à categoria “identidade”, que não gostaria de reafirma. Em primeiro lugar a afirmação de Hall (2001) que a identidade se constitui através de “processos inconscientes”. Em segundo lugar a afirmação de Silva (1999) que as identidades são “impostas”.

Pode-se dizer que a categoria identidade passou a ser tratada na teoria social a partir das ações coletivas dos chamados “novos movimentos sociais”. O termo passou a ser utilizado no momento em que os movimentos identitários começaram a se afirmar defendendo bandeiras específicas principalmente a partir da década de 1990. O Movimento Negro, Movimento Homossexual, Movimento pela paz, Movimento Feminista, entre outros, se afirmaram e reivindicavam seu reconhecimento perante a sociedade. Diferente dos Movimentos sociais “clássicos” que sobretudo na década de 1970 no Brasil tinham um posicionamento político anti-Estado, antipartido, anti-sistema político em geral, e colocava o Estado como inimigo a ser combatido (CARDOSO, 2001: 82), os novos movimentos sociais, se constituem como ações coletivas de caráter reivindicatório. A preocupação é com a afirmação dos diferentes (SILVA, 1999) dos direitos multiculturais (PINTO, 2000) e com a questão da identidade cultural (HALL, 2001). Nessa direção é que se precisa de identidade e pode-se dizer contrapondo a categoria “classe social”.

Analisando a categoria identidade, pode-se afirmar que também está relacionada à classe social. Esta identidade é formada a partir da e nas relações sociais que se estabelecem o contexto de nossa formação humana de forma relacional e política, ou seja, toda identidade é política por que em muitas

situações está ligada a grupos que aspiram e tentam construir os seus espaços. Conforme MASCARENHAS³:

A identidade é um modo específico de articulação de um grupo. É um fato de consciência significando uma auto-representação ou uma auto-definição, manifestada tanto no comportamento quanto no discurso. É um jogo dialético entre o mesmo e o diverso. O conflito e a heterogeneidade constituem terreno propício à formulação da autoconsciência. A identidade se constitui como uma categoria de atribuição de significados específicos estabelecido nas relações entre grupos e pessoas. A identidade de uma pessoa ou grupo é relativa à identidade de outras pessoas ou grupos. Em cada identidade reside a relação “com”, portanto, uma mediação, uma ligação-relação do mesmo consigo mesmo tendo o outro como parâmetro. A representação como elemento básico de composição da identidade pode ser denominada como uma expressão do sujeito, constituída por símbolos construídos coletivamente e também individualmente. (2002 p.15)

Assim compreendo a identidade.

Conclusão

Enfim, a Identidade do MST é formada a partir do processo de luta pela terra. É no processo de luta pela terra que os Sem Terra são formados como sujeitos históricos da transformação social. Nessa perspectiva que se dá à tomada de consciência, uma nova consciência política e social para a vida em sociedade, não por uma questão de etnicidade ou de gênero, mas por pertencer a classe trabalhadora. Identidade Política não é uma imposição, é uma construção social, partindo de um processo de tomada de consciência que leva o ser social ao nível do enfrentamento político. Os cadernos de educação são documentos históricos que registram as peculiaridades desse processo formativo de representação de pertencimento. Contudo, não quero simplificar o que é complexo, apenas desvelar aquilo que se coloca como resolvido.

³ Ângela Cristina Belém Mascarenhas em 2002 escreveu um importante livro que trata da questão da identidade política da classe trabalhadora que foi resultado da pesquisa doutoramento na UNB.

Na força dos símbolos utilizados, nas palavras de ordem, no vermelho dos bonés, camisetas e bandeiras, nas místicas apresentadas, nos hinos e músicas cantadas, entre outras formas artísticas e culturais de representar a realidade e as utopias, vão caminhando os trabalhadores, sempre organizados em fileiras e baseados nas práticas coletivas diversas. Assim compreendo que de forma relacional e educacional, as identidades se formam, individual e coletivamente.

Tem-se falado tanto em “identidades”, principalmente, na chamada “pós-modernidade” onde a categoria classe social para muitos multiculturalistas não explica mais as relações sociais, porém, o que considero de suma importância é o seu caráter relacional que transita por várias áreas do conhecimento, como a Antropologia Cultural, Psicologia Social, Sociologia e a História Cultural. Logicamente existem variações teóricas e metódicas em relação à categoria identidade, porém, o que considero novo nessa discussão é o aparecimento da “Identidade Política” e sua relação com a Educação que se efetiva no cotidiano dos trabalhadores em luta e com o Movimento Social.

BIBLIOGRAFIA

ARROIO, Miguel. FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Educação Básica e o Movimento Social do Campo*. In: *Coleção Por uma Educação Básica do Campo*. Caderno N° 02. Brasília-DF, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *A Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. (Org.). *A questão Política da Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *A Educação como Cultura*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2002.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. *Reproblematizando o(s) conceito(s) de Educação Popular*. In: COSTA, Mariza Vorraber.(Org.) *Educação Popular Hoje*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 2ª Ed. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. *Educação no MST, Balanço 20 anos*. Boletim da Educação. São Paulo: Peres, 2004.

_____. *Pedagogia do MST*. Boletim da Educação. São Paulo: Peres, 2002.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

CARDOSO, Ruth. *A trajetória dos Movimentos Sociais*. In: DAGNINO, Evelina.(org.) *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CRUZ, José Adelson da. *Luta pela terra, Práticas Educativas e Saberes no Médio Araguaia-Tocantins*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

FREIRE, Paulo. *A Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Formação do MST no Brasil*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

GARSKE, Lindalva Maria Novais. *Educação Escolar no MST: Intencionalidades Pedagógicas e Políticas*. (Tese de doutorado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas* in: *Ensaio: avaliação, políticas públicas e Educação* Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Visitado em 08/05/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

_____. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*.; tradução: Tomas Tadeu e Silva, Guaraira Lopes Louro – 5º edição. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora. Goiânia: Alternativa, 2002.

NETO, Luis Bezerra. Sem Terra aprende e ensina: Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

NETO, Luis Bezerra. Sem Terra aprende e ensina: Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. *Campinas, SP: Autores Associados, 1999.*

PINTO, Céli Regina Jardim. Democracia desafiada: A presença de direitos multiculturais. In: AVRISTER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício. (orgs.) Teoria Social e Modernidade no Brasil. *Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.*

SODRÉ, Nelson W. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SILVA, Tomáz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org), Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. et all. *Educação Não Formal. Cenários da Criação.* Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

TORRES, Carlos Alberto. *A Política da Educação Não-Formal na América Latina.* Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Educação Popular em tempos de democracia e pós-modernidade: Uma visão a partir do setor de saúde.* In: COSTA, Mariza Vorraber.(Org.) *Educação Popular Hoje.* São Paulo: Edições Loyola, 1998.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. *Educação Popular e Processo de democratização.* In: BRANDÃO, C R (Org.). *A questão Política da Educação Popular.* São Paulo: Brasiliense, 1980.

Título: Memória e patrimônio: os bens tombados na cidade de Uberlândia

Autora: Mariane Maria Bahia Almeida

Co-autor: Gildo Divino da Silva Filho

e-mail: mariane.ufu@gmail.com

gildo_geografo@hotmail.com

O que preservar, possui significados diferentes, porém existem regulamentações internacionais a respeito da conservação e restauração dos patrimônios edificados, um exemplo seria a “*CARTA DE VENEZA*” (Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios – 1964), que foi redigida por uma comissão composta por membros de diversos países¹, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

Em 1964 o contexto mundial estava diante de uma grande disputa imperialista entre duas superpotências mundiais – Estados Unidos e a Ex. União Soviética. Já a América Latina, com Fidel Castro e Che Guevara, passavam por um momento de “libertação” dos EUA, pois nesse período Cuba era considerada o “quintal” dos norte-americanos, e com a vitória desses dois revolucionários, grande parte dos países latinos foram “contaminados” com o desejo revolucionário de libertação das relações de dominação. No entanto, nesse período o Brasil sofreu com o golpe militar que ocorreu em março de 1964.

Em meio a esse contexto de crise, a “*CARTA DE VENEZA*” nos ajuda a compreender alguns dos princípios básicos, no que tange ao tombamento de edifícios históricos, e para tanto se faz necessário recuperar alguns trechos dessa carta, no que diz respeito às definições gerais e a conservação de patrimônios históricos edificados:

¹ Participaram da comissão de redação da Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de monumentos, membros dos seguintes países: Itália, Bélgica, Espanha, Portugal, Iugoslávia, um representante da UNESCO, da Dinamarca, França, do México, da Tchecoslováquia, do Peru, da cidade do Vaticano, da Grécia, Áustria, Polônia e Tunísia.

Art.1º. A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquirem com o tempo uma significação cultural.

Art. 4º. A conservação dos monumentos exige antes de tudo manutenção permanente.

Qual o verdadeiro sentido de se institucionalizar um bem considerado patrimônio histórico? Não seria preservá-lo para a posteridade? Diferentemente da perspectiva abordada nos artigos acima devemos considerar que a importância do patrimônio histórico se dá no presente e não apenas como uma forma de recobrar o passado, isso porque durante os diferentes tempos históricos tais monumentos vão adquirindo muitas significações, desse modo sendo importante ressaltar que voltamos ao passado para compreender as inquietações do nosso presente.

Art. 5º. A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela destinação deles a **funções úteis** à sociedade; tal destinação é portanto desejável mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Art. 7º. O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por conseguinte, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado salvo quando a preservação do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional. ²

Com isso, temos que só o tombamento do imóvel como Patrimônio Histórico não garante a sua integridade física e a sua historicidade, para tanto é necessária à preservação constante das edificações como, por exemplo, agregar funções sociais úteis, para que desse modo à sociedade consiga reconhecer a necessidade de preservação. Levando em consideração esse aspecto, podemos traçar um panorama do Patrimônio Histórico “oficial”

² CARTA DE VENEZA. Revista do Patrimônio, *IPHAN*, n°22,1987,pp.107-108.

e do que é realmente considerado patrimônio ou história pelos indivíduos. A maioria dos tombamentos realizados leva em consideração essencialmente o valor arquitetônico do imóvel, desconsiderando os sujeitos que participam verdadeiramente dos processos históricos, os seres humanos. As edificações em si mesmas não constroem relações sociais, elas são dependentes dos homens para que possam receber algum significado.

As instituições governamentais tratam o patrimônio como se fosse apenas uma prova do passado, no entanto, cabe ao historiador realizar interpretações das relações estabelecidas entre os homens e as coisas, pois assim como ressaltou FEBVRE:

“Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem nada sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entre ajuda que supre a ausência do documento escrito? (Febvre 1949, ed. 1953 p.428)”.

Ao dizer que cabe aos historiadores “fazer falar as coisas mudas”, acredito que FEBVRE quis destacar o quão importante são as relações estabelecidas pela História por meio da figura do historiador. Por ser ele próprio sujeito e objeto de análise, pois a noção de que o cientista devesse ser imparcial ou mesmo totalmente objetivo, já se tornou algo obsoleto, pois de acordo com as novas tendências historiográficas é necessário que sejam eleitas problemáticas para a análise, essas que são levantadas de acordo com os interesses do cientista que irá estudá-las, ou seja, a própria escolha por uma temática a ser estudada carrega traços de subjetividade.

Portanto, se torna oportuno ressaltar que a memória é das pessoas, pois as coisas não possuem essa capacidade, a memória é um processo constituído pelas vivências e pelas relações sociais, as coisas apenas evocam as memórias sociais. A História é mudança, não volta mais, somente através da memória. E o patrimônio histórico assume um papel auxiliar da memória, assim como trata Marly Rodrigues no seu texto: “O patrimônio histórico é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social” (RODRIGUES, 1996, p.195).

Em contraposição ao que diz a *CARTA DE VENEZA*, o patrimônio deve assumir um papel de utilidade para o presente, e não apenas assumir um caráter de beleza cênica que provoca certa nostalgia, pois:

Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural dos bens que materializam e documentam sua presença no fazer histórico da sociedade. O patrimônio não é, porém, uma representação de todos. (RODRIGUES, 1996, p.195).

Na sua definição, o patrimônio histórico se constitui por bens móveis ou imóveis de interesse público, porém não é o que ocorre, pois o patrimônio instituído é representante de uma minoria, pois normalmente o que leva um bem ao tombamento é a sua monumentalidade e a sua beleza arquitetônica.

Um dos principais objetivos do tombamento é a preservação do bem, porém normalmente a situação dos imóveis tombados é precária, necessitando de intervenções imediatas para a garantia da integridade do imóvel, porém grande parte dos imóveis são públicos, e os órgãos competentes alegam falta de verbas para a realização das restaurações.

O mercado geralmente aproveita quando centros históricos são reestruturados e restaurados, porém fazendo uma análise do panorama geral de todo o país : “ O estado de conservação dos bens, em geral precário, não atende ao pragmatismo exigido pelo consumo cultural e compromete a harmonia e a beleza buscadas pela indústria turística.” (RODRIGUES, 1996, p.197).

Análises dos dossiês de tombamento: uma escolha pelo Palacete Naguettini e o Uberlândia Clube

Em relação à situação do imóvel encontramos diferentes reações ao processo de tombamento: quando o imóvel é público, em todos os processos analisados a decisão de tombamento é unânime e os tombamentos foram realizados sem objeções. Já os imóveis privados, na maioria dos processos os seus donos se manifestam desinteressados, porque quando um imóvel é tombado, mesmo agregando um valor cultural, o seu valor de comercialização diminui, pois o imóvel não pode sofrer descaracterizações. No dossiê de tombamento do Palacete Naguettini, localizado na Avenida Afonso Pena, teve o seu processo de tombamento justificado pelos seguintes motivos:

O Palacete Naguettini, localizado na intersecção do Bairro Fundinho com o Centro da cidade de Uberlândia é um dos últimos remanescentes dos edifícios construídos nas primeiras décadas do século XX na Avenida Afonso Pena, ainda preservado. Dentro da estética do ecletismo, a edificação possui valor cultural referente não apenas à sua arquitetura, mas também à sua história.³

Porém, os proprietários do Palacete Naguettini não tinham interesse que seu imóvel fosse tombado, por isso o procurador, enviou em nome da família que tinha a posse do imóvel, uma carta de impugnação à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Uberlândia, e dessa carta foi tirado o seguinte fragmento em que o procurador declara os motivos dos proprietários pelo desinteresse ao tombamento:

Considerando que a nossa constituinte não tem qualquer interesse em demolir o prédio, mas ao contrário pretende juntamente com os demais herdeiros conservar e preservar o prédio que é herança e tradição da família “Siquieroli”. Considerando que a família tem meios próprios para a conservação do patrimônio. Manifesta seu desinteresse no tombamento público de seu imóvel.⁴

Posteriormente, o Palacete Naguettini foi vendido pela família Siquieroli e o novo proprietário concordou com o tombamento, tendo ficado muito satisfeito ao saber que a partir do tombamento estaria isento a pagar IPTU, de acordo com a Lei Municipal nº4240 Parágrafo 3º, que diz o seguinte “os bens imóveis compreendidos na proteção da seguinte lei, ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, à critério do Prefeito Municipal, enquanto o proprietário zelar pela sua conservação”⁵. E também por seu imóvel agregar um valor cultural por ser oficializado como Patrimônio Histórico.

Outro imóvel que podemos verificar a impugnação dos sócios ao processo de tombamento é o Uberlândia Clube Sociedade Recreativa, que já foi considerado um “palácio social”, que era freqüentado pelas famílias mais ricas da cidade. Esse clube recreativo reunia diariamente pessoas interessadas em se divertirem nos salões de dança e jogos do local. O terreno onde foi construído o Uberlândia Clube foi doado pela Prefeitura

³ Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, dossiê de tombamento do imóvel Palacete Naguettini, tombado no dia 04/04/2006, através do Decreto 10203 a nível municipal. Parecer sobre o tombamento do Palacete naguettini.

⁴ Idem 6. Carta de impugnação dos proprietários do Palacete Naguettini, em oposição a proposta de tombamento realizada pelo COMPHAC.

⁵ Idem 5.

na década de 50 , isso fez com que algo que era um patrimônio público se tornasse uma propriedade privada, que era restrito a poucos.

Durante três décadas, aproximadamente, o Uberlândia Clube teve preferência no gosto das pessoas mais ricas frente aos espaços de lazer da cidade, porém a partir da década de 90 começou a entrar em decadência devido ao crescimento de Uberlândia. Com a incorporação de outras formas de lazer, como os shoppings, o número de sócios foi diminuindo até se estabelecer à inviabilidade de manter a conservação do prédio, o que ocasionou no seu quase total abandono. Atualmente seus salões são alugados para festas e eventos.

Ao serem notificados a respeito da proposta de tombamento do imóvel, a diretoria do Uberlândia Clube, enviou uma carta de impugnação ao processo de tombamento através de seu representante, da qual o seguinte fragmento foi retirado:

Em resposta ao ofício em referência, na condição de Presidente do Uberlândia Clube Sociedade Recreativa e seu representante legal, informo a V.Sa. que não estamos de acordo com o tombamento ali proposto e estranhamos esta missiva pelos fatos: a Sociedade do Uberlândia Clube vem passando por inúmeras dificuldades e embora tenhamos tentado junto ao poder público local, não conseguimos nos entender com relação a débitos existentes com a municipalidade. Fomos enganados em nossa boa fé pela Prefeitura quando da reforma e reinauguração do Teatro Rondon Pacheco.⁶

Porém, mesmo não sendo de interesse dos proprietários, o imóvel foi tombado como Patrimônio Histórico Oficial em 2006, com as alegações de que: “O Uberlândia Clube, além de preservar grande parte de suas características originais, ainda conserva uma mobiliário, luminárias e adornos da época da sua inauguração, sendo uma importante referência da arquitetura e da ambientação da década de 1950, bem como da própria sociedade local”⁷.

⁶ Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, dossiê de tombamento do imóvel Uberlândia Clube, tombado no dia 29/03/2006, através do Decreto 10223 a nível municipal.

⁷ Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, dossiê de tombamento do imóvel Palacete Naguettini, tombado no dia 04/04/2006, através do Decreto 10203 a nível municipal. Parecer sobre o tombamento do Palacete naguettini.

De acordo com essa divergência de interesses entre o público e o privado, podemos fazer o seguinte questionamento: o tombamento dos prédios considerados históricos, atendem a que interesses em Uberlândia?

Para responder a essa pergunta, devemos avançar mais nos processos de tombamento. O inventário feito da casa da Dona Adélia dos Santos França foi realizado pelo COMPHAC (Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural de Uberlândia), a pedido da própria Dona Adélia, pois ela desejava a isenção da cobrança do IPTU, isso segundo informações passadas pela Prof^a Dra. Célia Rocha Calvo⁸. Ela foi uma das primeiras professoras da cidade de Uberlândia, sua casa foi construída logo nos primeiros anos de existência da cidade. O dossiê do imóvel chegou a ser realizado, porém o pedido de tombamento foi negado pela Prefeitura que alegou ser a casa da Dona Adélia e sua trajetória de vida sem nenhuma importância histórica e cultural para a cidade. Porém, o que eles querem dizer com isso? Que apenas as representações elitistas possuem valor? Qual o conceito de patrimônio consagrado pelos órgãos oficiais? Algumas palavras aparecem com muita frequência nos dossiês, como “história” e “cultura”, com qual intuito esses termos tão abrangentes são utilizados?

A História tradicional trata da história das elites, ou seja, feitos heróicos, eclesiásticos, gerais, deixando para segundo plano as camadas mais baixas da sociedade, enquanto a Nova História considera elementos que anteriormente não eram bem aceitos.

Quando o escritor Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do Czar Nicolau foi que “tal homem não possui história” (...) Nos anos 50, quando um historiador britânico escreveu uma tese sobre um movimento popular na Revolução Francesa, um de seus examinadores perguntou-lhe “Por que você se preocupa com esses bandidos?”⁹

⁸ A Prof^a Dra. Célia Rocha Calvo, é professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

⁹ BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp.1992,p.7,37.

Parece que a Prefeitura de Uberlândia, mesmo passados mais de 20 anos do primeiro tombamento, continua adotando a História Tradicional como princípio, pois para indeferir o tombamento da casa da Dona Adélia, o argumento utilizado foi de que a casa e a própria Dona Adélia não possuem história. Agora cabe uma nova indagação: será que os órgãos oficiais como a representação do poder e da elite, devem se propor a agir de forma diferente, em relação aos processos de tombamento?

Referências Bibliográficas

ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania. Rio de Janeiro: IPAHAN, n°23, 1994.

ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos meus sonhos; memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia, EDUFU, 2003.166 p.

BARROSO, Gustavo. A defesa do nosso passado, in *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. IV, 1943, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.

BOITO, Camillo. 1884. *Os Restauradores*. Conferência feita na Exposição de Turim; Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl; Ateliê Editorial; Cotia; São Paulo; 2002; Páginas 09 a 63.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp.1992,p.7,37.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos*. Uberlândia 1938-1990/ Célia Rocha Calvo, São Paulo, 2001. 291 p.

CHAUI, Marilena. *Política cultural, cultura e patrimônio*. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo cultural, *IPHAN*, Revista do Patrimônio, n°22,1987.

CURY, Isabelle. (org.) *Cartas patrimoniais*. Iphan, segunda edição, Rio de Janeiro, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro. *Políticas culturais e patrimônio histórico*. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

LE GOFF, Jacques. et. al. *Memória e História*, Enciclopédia Ernaudí, Lisboa, Imprensa Nacional _ Casa da Moeda,1984.

LEITE, Rogério Proença. *Contra - usos da cidade*. Campinas: Ed. Unicamp. 2004.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é Patrimônio Histórico*. Coleção51- Primeiros Passos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.115 p.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação história e política em Uberlândia nos anos 1919 a 1961*. Tese, UNESC, São Paulo, Agosto, 2004.

Milton Santos, Território e Sociedade, entrevista com Milton Santos. Entrevistadores, Odete Seabra et alli. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2 ed. 2000, p.9,60.

MOTTA, Lia. A SPAHAN e Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios, IPHAN, *Revista do Patrimônio*, nº22,1987.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. *História de Uberlândia: 112 anos*. 2. ed. - Grafy Editora, 2000. 162 p.

OLIVEIRA, Kátia Queiroz de Oliveira. *Cultura e cidade: A Praça Tubal Vilela na memória e vivência de moradores/ Uberlândia: 1940-2002*. Monografia, UFU, Uberlândia 2002.

PESSOÃ, José. *Lúcio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPAHAN, 1999.328p.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº22, 2001, p.9-36.

RODRIGUES, Marly. De quem é o Patrimônio? *Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, nº24, 1996.

ROQUE, Cláudia Rodrigues Pereira. *Uberlândia-1977/1988: As contradições da Modernidade*. Monografia, UFU, Uberlândia, Setembro, 1998.

SANTOS, Milton. *TÉCNICA, ESPAÇO, TEMPO*, in *Globalização e meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo. Editora HUCITEC, 3ª ed., 1997. 190 p.

SARLO, Beatriz. Abundância e Pobreza, in *Cenas da Vida Pós-Moderna*. Intelectuais, arte e vídeo na Argentina. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/RJ.

SILVA, Maria Beatriz S. de Rezende. Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Cidadania. Rio de Janeiro: IPAHAN, nº24, 1996.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia Gráfica, 1970.

UNESCO. *Patrimônio mundial no Brasil*. 2. ed. Brasília. 2002. 304 p.0

Cultura histórica e identidade em *Macunaíma*, de Mário de Andrade

ALVIM¹, Fernando J. da S. e ; RAMOS², Marilúcia Mendes

Résumé

Nous percevons à l'oeuvre de Mário de Andrade le début de la tentative, au Brésil, d'une réflexion consciente que cherchait intégrer les recherches artistiques et scientifique. Nous avons commencé par réfléchir sur la théorie narrativiste et ses contributions tant à la science de l'histoire comme au faire littéraire. Nous cherchons, ainsi, les approches et les éloignés de ces deux façons d'écriture, l'historiografique et la littéraire. Pour ça nous commençons à réfléchir sur la fonction sociale des discours historique et littéraire, sur ses impacts pragmatiques et intentionnels dans la culture où ils sont produits.

Resumo

Percebemos na obra de Mário de Andrade o início da tentativa, no Brasil, de uma reflexão consciente que procurava integrar as pesquisas artística e científica. Começamos por refletir sobre o paradigma narrativista e suas contribuições tanto à ciência da história como ao fazer literário. Buscamos, assim, aproximações e distanciamentos destas duas formas de escrita, a da historiografia e a da literatura. Para isso começamos a refletir sobre a função social dos discursos histórico e literário, sobre seus impactos pragmáticos e intencionais dentro da cultura na qual são produzidos. Ao observar estes impactos na cultura surge a necessidade de um diálogo mais próximo e explícito com a sociologia e a antropologia. A reflexão se fixa na forma como os discursos histórico e literário constroem consciência e cultura históricas. Como eles interferem criando e re-significando a existência por meio de construções meta-narrativas e processos simbólicos de identificações coletivas.

Mots principaux: *Macunaíma*; Culture historique; identité national

Palavras-chave: *Macunaíma*; cultura histórica; identidade nacional

A obra de Mário de Andrade já vem sendo largamente estudada em vários aspectos, contudo as possibilidades de novas abordagens, principalmente de maneira interdisciplinar são vastas. Defendemos que não existe momento mais propício para a retomada dos estudos da Obra de Mário de Andrade, especialmente de *Macunaíma*, neste momento histórico em que tanto discutimos as identidades e os processos de deslocamento na Pós-Modernidade. *Macunaíma* é um personagem deslocado durante todo o desenvolvimento da rapsódia. Os deslocamentos estão

¹ Bolsista do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC – UFG/CNPq), fjalvim@hotmail.com

² Professora Doutora do curso de Graduação e do programa de Pós-Graduação em Literatura da UFG e orientadora deste projeto, marilucia_ramos@uol.com.br

presentes nas subversões do texto a um tempo e um espaço mitológico, por meio das soluções fantásticas para problemas do *herói da nossa gente* que, por possuir todos os caracteres acaba por não ter nenhum (BOSI, 1997). Alfredo Bosi em seu texto *Situação de Macunaíma*, afirma que para entendermos Macunaíma precisamos sondar duas motivações do escritor modernista: “a de narrar, que é lúdica e estética; a de interpretar, que é histórica e ideológica” (BOSI, 1997, p. 171).

Tomando estes dois eixos, o da arte de narrar – como reflexão estética – e o da interpretação da nossa situação nacional – como reflexão histórica e ideológica – buscaremos entender a contribuição de Mário para literatura brasileira e para a nossa consciência histórica nacional. Este motivado pelo projeto de atualização da inteligência nacional explora o imaginário popular brasileiro, reconhecendo uma identidade que se estabelece de forma ambígua entre o passado tradicional e o impulso de avançar cada vez mais em direção à modernidade.

Atualmente, as pesquisas sobre identidade são cada vez mais recorrentes no meio acadêmico nacional e internacional. No Brasil a literatura acaba sendo um dos principais veículos divulgadores e fomentadores da discussão sobre identidade nacional e sobre a própria idéia de nação. O romantismo brasileiro é o início de uma literatura que podemos chamar de nacional, apesar de ufanista e idealista, mediadora de um moralismo, de uma visão de mundo, de uma tradição externa. O modernismo vem, então, atualizar a inteligência nacional, reivindicando o direito à pesquisa nacional e aplicando as técnicas das vanguardas européias ao caso brasileiro. É a famosa proposta antropofágica, legitimadora da crítica e da reconstrução da cultura brasileira a partir da inteligência ocidental européia. Mário de Andrade apresenta-se no percurso histórico do modernismo como um dos mais engajados em pesquisas de campo, aplicando a tradição brasileira esta inteligência externa e modernizadora, de forma a examinar e extrair elementos de uma estética nacional através do que ele denomina de sintomas de cultura, ou seja, manifestações típicas da coletividade.

Partimos da idéia que a literatura é um discurso de possibilidades inesgotáveis. Este posicionamento perante a Literatura nos faz analisá-la de maneira especial, fazendo com que utilizemos recursos que alargam nosso entendimento sobre os discursos estéticos. Estes, atualmente, dialogam muitas vezes diretamente com a produção científica estendendo e problematizando o conceito de objeto estético. No entanto, esses próprios discursos estéticos, naturais à arte em geral, têm a abertura e a mobilidade por tanto tempo refutada pelas ciências humanas. A Pós-Modernidade vem promovendo a idéia das ciências do espírito como um

discurso aberto, relativo a intencionalidade do olhar, ao paradigma pressuposto para a investigação epistemológica do objeto. Tendo em vista isso, buscamos uma reflexão sobre uma possível releitura da história – entendendo esta como um discurso que visa identidade, sentido e orientação – partindo do discurso estético de Mário de Andrade como um discurso intencional que integra a meta-narrativa nacional criadora da identidade do povo, do sentimento e da idéia de nação que acabam por orientar a vida prática desta comunidade. Visto desta maneira, fica evidente o híbrido deste trabalho de análise na intercessão entre crítica literária e reflexão histórico-antropológica.

Visto isso, começamos a delinear uma perspectiva de análise bem distinta das por nós encontradas em nosso levantamento sobre a crítica especializada na obra e no pensamento do autor modernista. Essa perspectiva de análise se caracteriza por integrar reflexões antropológicas, sociológicas, filosóficas, lingüísticas, históricas, literárias e estéticas de maneira geral. Talvez pareça redundante falar de filosóficas e estéticas separadamente, mas buscamos a distinção por motivos didáticos, visto que sob a idéia de reflexões filosóficas buscaremos delimitar o campo conceitual da tradição racionalista característica do pensamento científico das ciências humanas, para que possamos, ao final, colocá-lo em diálogo com o campo da construção do estético, como objeto, e do fazer literário como uma ramificação desse.

Nossas reflexões vislumbram teorizações e análises que passam pelo campo do paradigma narrativista e dos estudos culturais e fixam-se no campo das reflexões estético-literárias. Começamos por refletir sobre o paradigma narrativista e suas contribuições tanto à ciência da história, como ao fazer literário. Buscamos, assim, aproximações e distanciamentos destas duas formas de escrita, a da historiografia e a da literatura. Iniciamos, assim, a discussão sobre a função social dos discursos histórico e literário e seus impactos pragmáticos e intencionais dentro da cultura no qual são produzidos.

Ao observarmos estes impactos na cultura, percebemos a necessidade de um dialogo mais próximo e explicito com a sociologia e a antropologia. A reflexão se fixa, neste momento, na forma como os discursos histórico e literário constroem consciência e cultura históricas. Como eles interferem criando e (re)significando a existência por meio de construções meta-narrativas e processos simbólicos de identificações coletivas. Assim, os discursos são analisados como “atos de fala” que transitam do privilegiado e opressor campo da escrita legítima para se diluir na fala e nas atitudes cotidianas, prevista as alterações. Partindo deste principio percebemos a construção

narrativa, primeiramente – pois temos outras formas de construção artísticas que também devem ser analisadas –, como (re)construção e (re)significação pragmática da existência.

Por meio desta perspectiva metodológica estamos lendo a obra de Mário de Andrade. Começamos, no primeiro momento desta pesquisa, por analisar seus livros de contos. Esboçamos, já neste momento, o início dessa abordagem teórico-metodológica. Só então neste segundo ano de pesquisa em que nos propusemos analisar *Macunaíma*, tivemos o distanciamento necessário para compreender melhor a aplicabilidade e a relevância desta abordagem, não só para o esclarecimento da obra do modernista mas para o campo da historiografia, da teoria e da crítica literária de maneira geral. Assim, percebemos em Mário de Andrade o início da tentativa, no Brasil, de uma reflexão consciente que buscava integrar as pesquisas artística e científica num projeto de construção e compreensão de nosso país.

Visto isso, temos feito leituras e releituras de teóricos como Câmara Cascudo (na conceituação de literatura e história oral), Hayden Withe e Jörn Rüsen (no que tange ao paradigma narrativista e à teoria da história), Gilbert Durand (no que condiz à reflexão sobre o imaginário e a imaginação simbólica), Stuart Hall (discutindo a relevância e atualidade da discussão sobre os processos de identificação no pensamento ocidental) e Maurice Merleau-Ponty (na percepção fenomenológica e existencialista que adotamos como base filosófica).

Concomitantemente a essas leituras teóricas, buscamos por meio de uma triagem de conceitos e interpretações, presentes nos textos de críticos que analisam a obra marioandradeana como os de Cavalcante Proença, Telê Ancona Lopes, João Luiz Lafeté e Gilda de Mello e Souza, atualizar-nos na discussão e na conceituação já produzida sobre a obra e o pensamento de Mário de Andrade.

Esperamos, com o desenvolvimento de nossa pesquisa, poder fazer um trabalho mais refinado, de análise de *Macunaíma*, à luz dos outros escritos do próprio autor modernista, contrapondo-os, a todo o momento, com as leituras dos principais textos críticos que discutem a obra. Partindo deles é que elucidaremos o projeto estético-ideológico do autor e a posição de *Macunaíma* dentro desta grande e complexa obra. Os textos por nos selecionados até o momento são: as *Cartas a Manuel Bandeira*, *A escrava que não é Isaura*, o *Prefácio interessantíssimo*, *O empalhador de passarinho*, *Aspectos da literatura brasileira*, *Música e Jornalismo* e o livro *Pequena história da música*, a partir dos quais iniciamos uma sondagem, paralela à leitura de *Macunaíma*, dos conceitos de criação estética, de arte e de cabotinismo. Esta triagem é necessária

para que conheçamos melhor o pensamento de Mário, podendo perceber os elementos recorrentes em sua prosa, como fios condutores de seu processo de criação e percepção da arte, além de seu próprio amadurecimento intelectual e conseqüente refinamento conceitual.

Neste momento, então, propomos a identificação de algumas definições e a discussão de alguns conceitos retirados dos escritos de Mário de Andrade. Estes, por sua vez, vem nos auxiliando na compreensão da criação estética do modernista, assim como da sua idéia de arte.

Como sabemos, no Modernismo brasileiro as vanguardas artísticas européias foram reinterpretadas, adaptadas em busca de uma autenticidade identitária da arte que era produzida neste movimento brasileiro. Neste momento histórico, situado na década de 1920, temos o chamado “primitivismo estético” que dá uma reviravolta nos processos de mimesis literária. Macunaíma, assim como várias outras obras de relevo de nosso modernismo, são produzidas neste momento histórico. Buscava-se através da criação de uma arte nacional alcançar as matrizes de nosso imaginário nacional mediante a invenção artística (BOSI, 1997). Entre todos os modernistas da semana de 1922, Mário é, sem dúvida, o que foi mais longe em pesquisas de campo e na reflexão sobre nossa cultura, tendo mesmo uma importância basilar na criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN), na década de 1930.

Feita esta pequena introdução sobre o ideal de Mário e dos modernistas em geral, reflexões sobre o processo criador do autor modernista. Em carta a Manuel Bandeira, o escritor fala um pouco sobre a construção estética de seu texto:

O poeta é um rapsodo. Em todo o caso procuro agora tirar dos meus versos essa musicalidade demasiado objetiva, visando conservar a arte da palavra dentro dos meios que lhe são próprios; clareza, sonoridade falada, sentido de dicionário etc. Quanto aos neologismos... Creio que não tens razão. O neologismo... nunca procurei criá-lo. Nasce, sem que eu queira, para a expressão. Aceito-o. É certo que o dicionário é insuficiente. Mas não tenho a mínima pretensão de criar palavras novas para o povo e para a língua. [...] Meu neologismo tem a vida do momento que dele preciso. É possível que esse momento não volte nunca mais... Pois viverá uma só vez (ANDRADE, 2001, p. 26).

Com este trecho percebemos a grande influência do músico sobre o literato. A estética musical está presente na própria escrita do autor. O som também tem uma função expressiva de grande relevância dentro da sua obra. E através das palavras do próprio autor, tomamos a sua escrita não sob o aspecto lingüístico, mas sob um ponto de vista estético. A sonoridade de uma

palavra na obra de Mário de Andrade, completa, e muitas vezes até se sobrepõe, aos outros sentidos (clareza e sentido de dicionário) elencados pelo autor.

Um outro tópico muito relevante é o aspecto irônico da escrita de Mário, denominado por ele de cabotinismo. Em uma crônica no *Empalhador de Passarinhos*, sob o título “Do cabotinismo”, ele nos esclarecerá alguns aspectos deste seu cabotinismo literário. Começa, pois, a falar sobre a importância das ciências – psicologia, sociologia – comparando os conhecimentos por elas produzidos com o que arte produz, e de maneira *cabotina* apresentando o erro de subjugar o fazer artístico a estes conhecimentos ditos legítimos. Vamos à citação para elucidarmos o posicionamento do autor nesta sua crônica:

Enfim, a psicologia, a sociologia, estão criando uma fase histórica que bem se poderia chamar do artista apeado, que, por ser verdadeira não deixa de ser um particularismo desolador, absurdo em sua insuficiência. Estou que é preciso montar de novo o artista no seu Pégaso, apresentá-lo novamente às musas, e submetê-lo à votação dos deuses. O homem positivamente não é só tripas, e estas razões muito intestinais da existência do artista e da arte, financeiras e sexuais, de mistura com fobias, incapacidades e ambições inferiores, avançam menos no conhecimento estético da arte que uma análise da anedota dos passarinhos bicando as uvas de Apeles. Digo mais: são profundamente imorais. Os artistas estão se tornando conscientes dos mil e um cabotinismos que adornam a arte verdadeira. Hoje é muito fácil um artista “inventar” um complexo bem bonitinho e açucarar com ele as suas obras, dando colheita amável a futuros psicanalistas. E em principal, liricamente sensitivo como o é, como sempre foi e sempre será, vai esquecer o seu verdadeiro destino humano, e imoralmente se cabotinizá-lo (ANDRADE, 1972, p. 77-78).

No próprio texto nos percebemos o cabotinismo de uma fala maliciosa, consciente de sua posição e da posição do outro observado atentamente, mas que para não entrar em atrito direto, “subjuga-se” cabotinamente, ou seja, ilude, até certo ponto, o subjugador que acredita dominá-lo. São as razões secretas de cada artista, que ele busca esconder dos outros e muitas vezes até de si mesmo. É o processo de dissimulação das causas mais ou menos inconfessáveis, pejorativas ou perniciosas, da criação artística que o artista procura ocultar até de si mesmo.

Feitas as devidas considerações sobre a construção estética dos neologismos de Mário e, posteriormente, sobre o que ele entende por cabotinismo no fazer artístico, vamos à análise do principal texto em que ele discute estética, o *Prefácio interessantíssimo*. Assim, falando sobre a arte neste texto, Mário afirma que todos os grandes artistas foram deformadores da natureza, de maneira consciente ou não. Para ele, “o belo artístico será tanto mais artístico, tanto mais

subjetivo quanto mais se afastar do belo natural” (sic) (ANDRADE, s.d., p. 24). Continuando sua argumentação Mário afirma mais a frente:

A arte que, mesmo tirando seus temas do mundo objetivo, desenvolve-se em comparações afastadas, exageradas, sem exatidão aparente, ou indica os objetos, como um universal, sem delimitação qualitativa nenhuma, tem o poder de nos conduzir a essa idealização livre, musical. Esta idealização livre, subjetiva permite criar todo um ambiente de realidades ideais onde sentimentos, seres e coisas, belezas e defeitos se apresentam na sua plenitude heróica, que ultrapassa a defeituosa percepção dos sentidos (ANDRADE, s.d., p. 24-25).

Esta passagem do *Prefácio* é por demais importante para entendermos a subversão de Mário de Andrade do tempo e do espaço, das soluções fantásticas que o nosso anti-herói, Macunaíma, realiza na rapsódia moderna. Com isso o artista, segundo o escritor, “bondosamente concede ao leitor a glória de colaborar nos poemas” (Idem, ibidem, p. 31), nos seus significados artísticos cristalizados através da inspiração transmitida espontaneamente, pela atividade inconsciente do artista. É uma arte mais livre do racionalismo, fundada na idéia de um “primitivismo estético”, vigente na Europa, e que no Brasil assume um caráter bem peculiar. Mário afirma que “o nosso primitivismo representa uma nova fase construtiva” (Idem, ibidem, p.30). E mais adiante:

Não quis também tentar primitivismo vesgo e insincero. Somos na realidade os primitivos duma era nova. Esteticamente: fui buscar entre as hipóteses feitas por psicólogos, naturalistas e críticos sobre os primitivismos das eras passadas, expressão mais humana e livre de arte (Idem, ibidem, p. 32-33).

É neste momento do texto que entendemos a afirmação feita por Alfredo Bosi, em seu texto *Situação de Macunaíma*, quando este diz que “o que se chama de ‘primitivismo estético’ do período em que gestou a rapsódia vem a significar uma reviravolta dos processos de mimesis literária” (BOSI, 1997, p. 173).

Desta maneira vamos associando as leituras dos textos críticos sobre *Macunaíma* com uma triagem em outros textos de Mário que esclareçam sua criação como artista. Esperamos, assim, alcançar uma maior profundidade na leitura estética da rapsódia, para só então dar continuidade a nossa perspectiva histórica, propondo uma releitura da meta-narrativa nacional por meio deste novo retrato do Brasil que emerge da obra de Mário de Andrade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. **Edição crítica de Macunaíma**. LOPEZ, Telê P. Ancona (Coord.) São Paulo: ALLCA XX, 1997.
- _____. **Cartas a Manuel Bandeira**. 2 ed. São Paulo: Ediouro, 2001.
- _____. **O empalhador de passarinho**. 3 ed. São Paulo: Martins, 1972.
- _____. **De Paulicéia Desvairada a Café** (Poesias Completas). São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- _____. **O Turista Aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- CASCUDO, Luis da Camara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.
- CONTIER, A. D. **O nacional na música erudita brasileira**: Mário de Andrade e a questão da identidade cultural. *ArtCultura*, Uberlândia, n. 9, p. 66-79, 2004.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. 6 ed. Lisboa: Edições 70, 1993.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LAFETÁ, João Luiz. **1930**: a crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- LOPES, Telê Porto Ancona. **Macunaíma**: a margem e o texto. São Paulo: HUCITEC, 1974.
- _____. **Mário de Andrade**: Ramais e Caminho. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972.
- PROENÇA, Manuel Cavalcanti. **Roteiro de Macunaíma**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SANTOS, Marisa Veloso Mota. **O tecido do tempo**: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970). 1992. 498p. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS, UnB, Brasília, 1992.
- SOUZA, Gilda de Mello e. **O tupi e o alaúde**: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
-

Título do trabalho: Distanciamentos e aproximações entre a História e a Literatura

NOME: Débora El-Jaick Andrade*

Resumo:

O presente artigo visa estabelecer a relação entre história e literatura no século XIX, quando ainda não estava efetivada a delimitação das fronteiras entre as disciplinas, bem como a evolução desta relação no século XX. Abordaremos questões como a constituição de seus respectivos objetos de estudo, o método de abordagem do real, a relação da ficção e verdade, a conceituação das disciplinas na visão de escritores e críticos dos séculos XIX e XX. Por fim descreveremos como a literatura e a história se reaproximaram no contexto atual frente aos deslocamentos e interdisciplinaridade da história e a ascensão do paradigma pós-moderno.

Abstract:

This article aims at establishing the relation between history and literature in the XIX th century, when the boundaries and limits of those disciplines were not yet defined. We will discuss subjects such as the constitution of their respective fields of study, their methods of approaching reality, the relation between fiction and truth , the concept of both disciplines according to writers and critics of the XIX th and the XX th centuries. Finally, we will describe in what way literature and history have become closer, in recent context due to the displacements and interdisciplinary tendency of history and the emerging of post modern paradigm.

* Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense.

A História e a Literatura são campos do conhecimento relacionados e ao longo de sua consolidação como disciplinas estiveram ora muito próximas, ora apartadas por delimitações e fronteiras, resultado de exigências científicas e acadêmicas que acabaram por reaproximá-las nas últimas décadas do século XX.

Na Idade Moderna, a prática da história estava associada à memória de poder dos governantes os anais de feitos da realeza, genealogias reais e papais, enquanto a literatura era representada pela poesia, embora os gêneros dramáticos, satíricos, burlescos e romanescos circulassem tanto nos círculos populares como nos eruditos. Durante os séculos XVII e XVIII história era depreciada por intelectuais e pensadores tais como Pascal ou Descartes como um campo inferior de conhecimento, preso à memorização e à cronologia.

No século seguinte os filósofos iluministas elegeram a razão como o elemento do progresso humano e elaboraram uma árvore que classificava o sistema do conhecimento humano, na enciclopédia de Diderot e d'Alembert, em que o ramo filosófico era o mais extenso e importante. A história estava classificada no ramo da memória e dividia-se em eclesiástica, civil, literário e natural sendo que as mais importantes, a história civil e literária, que compõe a história da humanidade, que têm por objeto as ações e o conhecimento humano homem. Em outras palavras, embora estivesse ligada à memória e não à razão, a história da humanidade como concebeu Voltaire, pertenceria às grandes nações e aos grandes gênios, aos reis e aos homens de letras, aos conquistadores e aos filósofos e registraria o progresso da razão, das ciências e das letras na Europa Ocidental. (DARNTON, 1986 : 272-273)

Na mesma árvore do conhecimento da *Encyclopédie* a literatura tida como “poesia profana” era classificada no ramo da imaginação, junto com a música, a pintura, a escultura a gravura, a arte dramática, o poema épico, o romance. Procedia-se assim a separação dos campos antes da definição de regras e métodos para cada um, atribuindo-se a história à faculdade da memória e a literatura à imaginação, ambos os ramos inferiores no que concerne o ramo da razão, o mais importante que comportava as ciências físicas e naturais, as matemáticas, a lógica e a ética. (DARNTON, 1986 : 272-273)

A classificação iluminista decorria do momento de consolidação do paradigma newtoniano, cujo modelo epistemológico seria reivindicado em momento posterior da evolução das ciências no Ocidente, a partir de meados do século XIX, quando o positivismo tornou-se a filosofia predominante e a objetividade e a regularidade passam a ser critérios de cientificidade.

O estatuto científico entra em choque no campo das ciências sociais – no século XIX se consolidam também a sociologia, a antropologia, a geografia e a economia - com a prática dos historiadores, cujo ofício se relacionava de forma muito íntima com a literatura, embora não se confundisse com ela. No século XIX com popularização do Romantismo, a imaginação juntamente com “as paixões” - tão mal vistas nos séculos do racionalismo filosófico por prejudicarem o uso da razão – se tornaram um aspecto inexorável desta mesma razão, como é expresso na pintura de Goya “O sono da razão produz monstros”. As paixões são associadas positivamente ao inconsciente, à subjetividade, à sensibilidade, à intuição, à cultura popular. Em suas várias manifestações a imaginação é responsável pelas explosões revolucionárias, mas também pela criação nas artes, nas letras, nos romances e romances históricos, era revalorizada pela filosofia de Goethe e pela Poesia dos antigos e dos modernos –como salientava Mme de Stael.

O Romantismo era uma estrutura mental coletiva como a define Michael Löwy- promove o sentimento de nostalgia e inadequação, especialmente compartilhado e manifestado pelos homens letrados que podiam expressá-la com palavras e com arte. Refletia uma procura pela recomposição dos laços que ligavam o indivíduo à sociedade e frente à religião, era um novo humanismo em que a história passa a ser valorizada, como revela Stephen Bann em seu livro *Romanticism and the Rise of History*. Bann sugere que o Romantismo corresponderia ao forjar da consciência histórica, que se expressou na produção de uma pluralidade de veículos de representação e difusão desta consciência e que a História teria se tornado a forma paradigmática de conhecimento, a tal ponto que em todas as classes sociais seria possível compreender o “valor de época”, distinguir-se entre o novo e o antigo. Isto teria ocorrido em uma época que o universalismo europeu, reforçado pelas Luzes, cedia lugar ao particularismo nacional e que os Estados Nacionais se organizavam e constituíam seus impérios, e assim preferencialmente os escritores sentissem a necessidade de uma tomada de consciência da continuidade histórica e da identidade étnica e cultural dos europeus. Baseando-se na perspectiva histórica do Historicismo, filosofia originária do pensamento de Vico e Herder, cuja faceta principal no período romântico era sua doutrina da unidade orgânica - a unidade do fenômeno histórico em um padrão evolucionista de crescimento e a unidade do fenômeno cultural na identidade única da nação - é

em torno da História que os temas literários, artísticos, políticos e filosóficos se organizam e se definem.¹

A história faz parte desta reacomodação do indivíduo no tempo e da busca identitária, tanto quanto a literatura. Através da História as comunidades históricas se identificam no passado enquanto a literatura, atualiza como ficção, esta identidade no presente, assegurando-as da sua coesão, da sua condição e de seu pertencimento. Assim no século XIX tanto o discurso literário se servia da história para reafirmar determinadas identidades quanto a história e os historiadores sentiam-se livres para imitar a forma da narrativa literária, embora a filosofia da história ainda fosse um aspecto indissociado da prática historiográfica como vemos em Guizot, Carlyle, Macaulay, e as pesquisas documentais e empíricas também não estivessem ausentes desta prática como em Michelet.

No Brasil, a História e a Literatura também estiveram associadas assim que começaram a ser registradas por intelectuais e escritores nacionais, que ainda não eram historiadores profissionais. Estes homens ligados ao Estado de diferentes formas, eram bacharéis, políticos, militares, professores, médicos, cuja ligação com a classe senhorial era demonstrada na sua origem ou na sua identidade de classe. Dentre estes, destacam-se os literatos, homens letrados que se distinguiam no panorama do II Reinado poetas e romancistas como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre e Joaquim Manuel de Macedo. Foi Magalhães quem lançou o manifesto pioneiro na Revista Niterói pela produção de uma literatura brasileira de uma cultura nacional feita por brasileiros e não por estrangeiros. O IHGB principal órgão produtor de histórias nacionais a partir de 1838, estimulava os sócios à doação de documentos e material literário como as poesias de Gregório de Mattos. Em sua revista há biografias de poetas e escritores brasileiros, especialmente do século XVI a XVIII, estudos de obras poéticas e instituições literárias, há odes e poesias e composições poéticas de caráter laudatório especialmente dedicados à família imperial. A presença dos literatos no IHGB – escrevendo trabalhos não somente sobre literatura, mas sobre etnografia, aldeamentos indígenas, sobre formas de fomentar a cultura no Brasil, sobre datas e personagens importantes na história do Brasil, assim como dos intelectuais considerados “historiadores” como Varnhagen, abordando temas e documentos literários, - *Florilégio da Poesia brasileira*, o “Caramuru perante a história”,

¹ O Historicismo pressupõe a coesão entre todas as manifestações do espírito como partes de um mesmo organismo, a literatura, a música, a arte, ciências filosofia, religião, tecnologia, legislação, política, crenças.

mostram que a história e a literatura antes de estarem distanciados, estavam sobrepostos no pensamento destes estudiosos.

O prestígio da História no século XIX, em contraste com a sua depreciação no século anterior, é em parte responsável pela profissionalização da função do historiador-pesquisador, devido à criação de arquivos públicos, academias e institutos de pesquisa, museus, universidades e escolas superiores. À medida que o século XIX progride, um novo paradigma se impõe para o campo de conhecimento ligado aos homens e à sociedade: o positivismo. Com a consolidação dos Estados Nacionais cria-se uma rede de instituições educacionais e científicos; nas Universidades novas cátedras e cursos, os campos científico e literário se complexificam e novos critérios de aceitação e consagração são definidos. A história passou também a reivindicar o estatuto de ciência da sociedade concorrendo com a sociologia, à medida que os historiadores se profissionalizam. Mas enquanto a sociologia se estabelecia como ciência do geral, nutrindo –se de todos os princípios das ciências naturais e físicas a história, como a busca pela objetividade e neutralidade, considerando os fatos “coisas” exteriores ao sujeito, procurando explicar fenômenos sociais através de leis sociais, a História firmava-se como ciência do particular, sem no entanto conseguir absorver integralmente e convencer de que sua metodologia atribuía-lhe caráter científico.

Renegando a literatura que lhe foi um veículo de popularização e afirmação durante o Romantismo, para entrar no rol das ciências, a História como disciplina, no entanto, não adequava-se às exigências científicas. A crítica dos sociólogos aos historiadores centrava-se em seu apego pela história política, pelo indivíduo e pela cronologia, considerando-a auxiliar à sociologia. Os historiadores quando muito conseguiam afirmar seu ofício como atividade de erudição, à medida que deixavam o rótulo de colecionadores de antiguidades. Por volta de meados do século XIX o Historicismo positivista se afirma no meio historiográfico com Leopold Von Ranke em 1830 e se difunde como modelo contrário à concepção de história moralizante indicando que a tarefa do historiador consistia em “apenas mostrar como algo realmente se passou”, deixando de lado a pretensão positivista em estabelecer leis sociais e substituindo-a por descrições psicologizantes das ações individuais. A separação entre a literatura e os estudos históricos se intensificou sendo que na própria história literária surgem escolas que defendem a descrição e observação realista e naturalista, que lhe atribuía proximidade com o discurso científico.

A tensão e o desconforto em relação a esta escolha por parte da comunidade historiográfica foi descrita por Carlo Ginzburg em seu artigo “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” em que mostra como uma forma de conhecimento indutiva, intuitiva baseada na observação de sintomas e indícios sobrevive ao paradigma galileano e torna-se o paradigma das ciências da cultura no século XX. A ascensão da Escola dos *Annales* a partir de 1929 significaria não só o triunfo da história compreensiva, tendo revitalizado o papel ativo do historiador na escolha e interpretação das fontes e composição das narrativas –por oposição a neutralidade reivindicada pelos historicistas positivistas. A interdisciplinaridade, legado deixado pela primeira geração de historiadores dos *Annales*, abriu o diálogo com outras áreas do conhecimento, a psicologia, a demografia, a geografia. Contudo, o diálogo com a literatura, mais delicado, esperaria até o pós-45 para encontrar espaço adequado e receptividade.

Algumas aproximações ocorreriam já na década de 1950, na historiografia inglesa. Lembramos do esforço vigoroso de Raymond Williams e Edward Thompson e da geração de historiadores da New Left, associados com a história vista de baixo e com a formação dos Estudos Culturais². Estes iniciaram sua formação com a necessidade de democratizar a literatura e expandir o conceito de cultura, libertando-a da concepção da literatura como cânone literário- a cultura de minoria - para uma idéia mais ampla de cultura - a de cultura comum.(CEVASCO, 2003:42-59)Em oposição a esta renovação nos estudos literários, críticos conservadores como Harold Bloom insistiriam no Cânone Ocidental e no valor da “alta literatura” cada vez mais alijada dentro da ótica dos estudos culturais. (CEVASCO, 2003:138)

Pouco mais de uma década depois, a *Nova História Cultural* herdeira dos *Annales* utilizava fontes literárias para comprovar determinada mentalidade ou definir as características da cultura popular. Nos anos 1970 –80 até este início de século os historiadores voltam-se para o problema da narrativa historiográfica; uma das grandes exigências do meio acadêmico é de abrandar a forma e o estilo da escrita da história para atrair o público, inclusive o leigo. É comum hoje em dia ver historiadores recebendo prêmios literários (como Georges Duby pelo livro *Guilherme, o Marechal*) ou sendo best sellers nas livrarias como o *Grande Massacre dos Gatos* de Robert Darnton. Os historiadores tornam-se de um lado, mais cobiçados pelas editoras, por outro ingressam na disputa mercadológica por espaço e vendagem.

² Os Estudos Culturais tornaram-se cursos específicos em várias Universidades Norte Americanas nas décadas de 1980 e 1990.

As fronteiras também foram cruzadas em muitos momentos: Carlo Ginzburg escreve sobre forma de romance sua pesquisa sobre a o processo inquisitorial de um moleiro italiano em *O queijo e os vermes*, enquanto Humberto Eco compõe seu romance histórico *O Nome da Rosa* com todos os componentes e descrições necessárias a uma pesquisa histórica sobre a mentalidade, a religião e a vida social na Idade Média. Parece que esta aproximação encerrava uma fase de receio e estranhamento da história para com a literatura.

Trabalhos de pesquisa originais começaram a ser deter na ficção como forma de alcançar indícios da história. Todorov, Jacques Le Goff, Roger Chartier, Robert Darnton, Carlo Ginzburg, todos se debruçaram sobre a literatura erudita e popular. Alguns historiadores contemporâneos se destacam como Edward Said. Em seu livro *Cultura e imperialismo* Said enfoca formas culturais, privilegiadamente o romance popular nas principais nações imperialistas do século XIX e XX na Inglaterra e França, pois considerava que na narrativa de ficção encontrava-se aspectos importantes da história, pois o discurso dos exploradores e romancistas acerca das regiões coloniais relacionava-se com a cultura vista de forma mais ampla como práticas, artes, de descrição, comunicação e representação que formavam atitudes.

Entretanto a aproximação da história com a literatura, que gerou a partir do pós-guerra a reflexão de filósofos e teóricos da literatura à metodologia histórica, tem sofrido severas críticas. François Dosse em seu livro *A história à prova do tempo* discute a abordagem literária – como a de Roland Barthes – que entra em cena no período do estruturalismo, avaliando que segundo ela, é abandonado o território do historiador, deixando de tratar o texto literário como fonte e como busca pela totalização, colocando a ênfase sobre o estudo das formas, códigos retóricos, técnicas narrativas, estruturas poéticas, sistemas de signos. Dosse critica também o “estilhaçamento” que aconteceu no campo histórico, com a evolução da Escola dos Annales que retirou a pretensão do historiador à visão global do real e a capacidade do homem agir na história: “Na base do estilhaçamento está a idéia de que o discurso substitui a realidade, de que o homem morreu para dar lugar a sistemas que o superam.” (DOSSE, :)O discurso historiográfico teria refluído para a linguagem: “A realidade tende a tornar-se textual, e não mais material. Discursos, e informações discursivas estão no centro do olhar histórico. Essa inflexão é corolário da desconstrução do histórico em sua unidade e sua totalidade”

Contudo, a polêmica maior que mobilizou a comunidade de historiadores no período pós estruturalista foi a levantada por Hayden White. Nas décadas de 1970 e 80 quando a perspectiva pós-moderna já dava sinais, com a crise da crença do progresso, das ideologias e modelos universais explicativos das transformações sociais, é através da chamada “virada linguística” que é encaminhado o debate em torno da forma do discurso histórico. White discute sobre a natureza do conhecimento histórico considerando o discurso histórico mais uma modalidade do discurso literário: “tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestadamente são: ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos , e cujas formas têm mais em comum com suas contrapartidas na literatura que na ciência”.

Em seu famoso livro *Metahistória : A imaginação histórica no século XX* White afirma que a narrativa não passa de produto de uma construção do imaginário sem veracidade mesmo ao ser apoiada em fontes, ela não tem relação com o real. Atribui a ênfase à linguagem discursiva apesar de acreditar que é possível conhecer o passado, por isto pode-se escrever sobre ele. White retira do discurso histórico- que acredita diferente do discurso científico, uma distinção, em relação a outras formas literárias –apenas na sua forma escrita ele é específico. A história é um tipo de relação com o passado, mediada por um tipo distinto de discurso escrito. White atribui importância à teoria literária para a prática e para a teoria da escrita histórica por causa da narratividade e do papel central da linguagem. O discurso literário pode diferir do discurso histórico, devido a seus referentes básicos, concebidos mais como eventos “imaginários” do que “reais” , mas os dois tipos de discurso são mais parecidos do que diferentes em virtude do fato de que ambos operam a linguagem de tal maneira que qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível. (WHITE, 1991:5)

Como supõe que histórias não são vividas - não existe uma história “real” - todas são ficções, ele aproxima o discurso histórico do literário: A constituição de uma crônica como conjunto de eventos que pode fornecer os elementos de uma história é uma operação de natureza mais poética do que científica. Os eventos podem ser “dados”, mas suas funções como elementos de uma história lhes são impostos – e são impostos por técnicas discursivas de natureza mais tropológica do que lógica (histórias não são vividas: não existe uma história “real”WHITE, 1991:8).

A contestação à esta posição surge de vozes dentro da *Nova História Cultural*, de Todorov que afirma que os discursos histórico e literário não se equivalem porque têm

finalidades diferentes enquanto há graus diferentes de verdades. Carlo Ginzburg também critica diretamente White e a sua desconsideração tanto do método de pesquisa particular da História quanto da intencionalidade em seu discurso de fazer afirmações julgadas verdadeiras sobre o real. Ele mostra que a equivalência entre o discurso histórico e o ficcional é apenas formal, pois os historiadores são capazes de fornecer espécies de provas para apoiar seus argumentos. Roger Chartier que, divergindo quanto à redução do discurso histórico ao discurso ficcional - apesar de pensar o passado como práticas e representações - pensa que a compreensão histórica é construída no e pelo próprio relato pelos seus ordenamentos e composições e também dos vestígios acessíveis que dão inteligibilidade à operação histórica. (CHARTIER, s/d : 82-83) Chartier atesta que a questão da prova continua sendo o centro de investigação histórica “esse exercício ou esse manejo podem ser sujeitos a controle, verificando ou desqualificado numa base inteiramente técnica, os enunciados históricos que produzem apoiada deste modo nos seus processos mais objetivos, a história pode, ao mesmo tempo, ser ou ficção diferenciada da fábula e ser validada como reconstituição objetiva do passado conhecido através de indícios, isto é, da realidade reconhecida a partir dos seus vestígios”.(CHARTIER, s/d:85)

Para concluir, o debate sobre a relação entre história e literatura enveredando para questões epistemológicas, metodológicas e para o problema da narrativa não cessou e nem cessará no século XXI porque a partir das trocas e questionamentos definimos e redefinimos nosso ofício, a relação com as fontes, as fronteiras e objetos comuns com outras disciplinas e temas na literatura e nos teóricos da literatura interlocutores privilegiados.

BIBLIOGRAFIA

- BANN, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. New York : Univ. of Kent, 1995.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história Cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, s/d. Memória e sociedade.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de & ALVES, Gabriela Santos. “Desafios teóricos da história e a literatura”. In: *Revista eletrônica História Hoje*. Vol 1 n.2

PILAR, Thanira Chayb. “A literatura na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1839 a 1869” In: *Letras de hoje*. Porto Alegre v.31 n.4, p.37-40, dezembro 1996.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WEINHARDT, Marilene. “Ficção e história : retomada de antigo diálogo” In: *Revista Letras*, Curitiba, n.58, p. 105-120. jul/dez. 2002.

WHITE, Hayden. “Teoria literária e escrita da História” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 7, n13, 1991.

A figura feminina, sua indumentária na *Belle Époque* parisiense e seus reflexos nas terras brasileiras e na capital do café (1890/1930).*

Letícia Ricci Aparicio**

Resumo: Este artigo trabalha o papel da mulher na *Belle Époque* e como isso refletia em sua vestimenta. Primeiramente, será destacada a figura feminina da Belle Époque parisiense (comportamento, indumentária) e o intercâmbio desse “modelo de mulher” ao Brasil, sua aceitação durante a Primeira República no Rio de Janeiro e em Ribeirão Preto (cidade considerada a capital do café no interior de São Paulo)

Palavras-chave: Mulher – Moda – Vestuário - Primeira República – Rio de Janeiro – Ribeirão Preto.

Abstract: *This article studies the woman's function in Belle Époque and how this reflected in her clothing. First, it will be detailed the womanly figure in Paris Belle Époque (behaviour, clothes) and the interchange of this “woman model” to Brazil, and his acceptance during the First Republic in Rio de Janeiro and in Ribeirão Preto (a city regarded the “capital of coffee” in the interior of São Paulo).*

Keywords: *Woman – Fashion – Clothing – First Republic – Rio de Janeiro – Ribeirão Preto.*

O século XIX nos passa uma imagem de um século sombrio e triste, austero e opressivo para as mulheres. É certo que esse foi um momento que repensou a vida das mulheres como o desenrolar de uma história pessoal submetida a uma codificação coletiva precisa e socialmente elaborada, assinalando o nascimento do feminismo e designando

* Este texto está baseado em parte do Trabalho de Conclusão de Curso em História, a ser apresentado ao programa de Graduação no curso de História Licenciatura Plena do Centro Universitário “Barão de Mauá”, Ribeirão Preto – São Paulo, Brasil sob orientação do Prof. Ms. Humberto Perinelli Neto

** Licenciando em História pela mesma instituição.

significativas mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução), como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política.

Contudo, o século XIX é o momento histórico em que a vida das mulheres se altera: tempo da modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã. Portanto, se a modernidade é um impulso para a independência feminina, é porque as conseqüências das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais lhes são favoráveis.

Em primeiro lugar, o aparecimento de uma história da humanidade supõe que a mulher tem também uma história, que a sua condição de companheira do homem e de reprodutora da espécie é menos imutável do que parece, que a sua essência aparentemente eterna de mulher pode ser submetida a múltiplas variações e destinada a uma vida nova

A mulher ideal continuou a envelhecer durante a metade da década de 1800, atingindo a idade adulta por volta de 1850. “Não era mais necessário ser terna e decorativa pois ela era realmente admirável, um exemplo das virtudes da dona-de-casa e habilidosa na administração do lar. Mas, era necessário que essa mulher fosse talentosa, prática, caridosa, religiosa e, acima de tudo, extremamente maternal, capaz de instruir e orientar os vários filhos sobreviventes” (LURIE, 1997:82). Essa mudança se deu principalmente em função do deslocamento da população do campo para as cidades e com isso, cada vez menos homens trabalhavam em casa ou nas vizinhanças.

Desde a Revolução, a negação de certos privilégios impõe ao vestuário masculino certa sobriedade e é no corpo das mulheres, esposas ou amantes - através de seu porte diferenciado e do traje requintado – que se ostentam o sucesso ou a pretensão dos ambiciosos. Pode-se dizer, portanto, que a beleza feminina encontra seu prestígio a partir da crise revolucionária. Em uma sociedade patriarcal, uma mulher impotente, tola e bela era o referencial para os homens ricos que optam por sustentá-la como demonstração de seu poder econômico e social. Quanto ao status, tal mulher não deve ter nenhuma utilidade prática, tem de ser incapaz de datilografar, limpar, cuidar de crianças, administrar uma propriedade ou acompanhar seus investimentos – todas essas coisas devem ser feitas por empregados pagos. Teoricamente, as roupas que essa mulher veste a identificarão como uma peça de luxo.

Tudo o que traduz a sensibilidade e a delicadeza é valorizado: uma pele fina onde afloram as ramificações nervosas, carne aveludadas para embalar a criança ou o doente, um esqueleto pouco desenvolvido, mãos e pés pequenos. Mas também tudo o que traduz as funções naturais da reprodutora: ancas redondas, seios generosos, tecidos bem nutridos. Tudo o que a pode assemelhar-se ao homem torna-se uma anomalia inquietante.

As mulheres são inseridas no mercado de trabalho através das mudanças propostas pelo capitalismo moderno. Com isso, a família proletária é dissolvida e essa retirada da figura feminina da propriedade privada familiar, as mulheres iniciam, sem o saber, seu processo de libertação. O trabalho assalariado constitui o primeiro passo para essa emancipação.

Os vestidos, ainda apertados e tubulares sob o Primeiro Império, alargariam-se sucessivamente até a época das crinolinas (entre 1854 e 1868): uma saia poderia atingir três metros de diâmetro e necessitar de trinta metros de tecido. Ídolo imponente, a senhora mantinha à distância todo o seu séqüito; tem alguma dificuldade em se deslocar, em se sentar; mobiliza uma criada de quarto para satisfazer as necessidades. “À esses monumentos de vestuário sucedem-se anquinhas postiças, caudas, armações diversas que sublinham as formas com graça e elegância. A altura da cinta, a forma das mangas e das golas conhecem variações segundo a estação do ano” (FRAISSE, PERROT; 1191:353).

Os reflexos da *Belle Époque* parisiense no Brasil foram bastante significativos em decorrência do momento pelo qual o país estava passando. Nos primeiros anos da República, a sociedade patriarcal começa a ser substituída por uma sociedade urbana, ligada aos progressos da era industrial. Em 1900, Santos Dumont voava em Paris, o primeiro carro de motor à explosão chegava ao Brasil e, mais tarde, a *Light* começou a mudar a vida citadina, ao implantar a energia elétrica. O cinema, que já era exibido em pequenas salas desde fins do século XIX, passa a ser a fonte de diversão da elite urbana.

O século XIX foi também o século da explosão da moda. Nele, ela atinge um maior número de pessoas, da pequena e média burguesia da França e da Inglaterra à “boa sociedade” de lugares distantes como o Rio de Janeiro, onde, à partir de então, se tem acesso quase simultâneo às novidades estrangeiras. No Rio de Janeiro, as transformações no espaço urbano, a “europeização” dos costumes, o incremento do comércio e a

intensificação da vida social são elementos que servem de pano de fundo para a difusão da moda.

As mulheres brasileiras, ao abandonarem os trajes coloniais que em casa as confundiam com as escravas, começam a identificar-se na aparência com as européias. Um elemento fundamental para a difusão da moda entre os membros da “boa sociedade” foi o surgimento dos jornais femininos e dos manuais de etiqueta e civilidade – livros que ensinavam comportamentos, higiene para o corpo e da casa, bem como orientavam as escolhas das vestimentas mais adequadas à ocasião, à hora do dia, ao sexo e à idade. Era necessário, para a “nova” sociedade, civilizar seus costumes.

Indo ao encontro das necessidades desta camada, estes jornais – que começaram a circular no Rio de Janeiro em 1827 – já traziam em suas páginas seções especializadas em moda, nas quais eram publicados e minuciosamente descritos modelos de vestimentas que seguiam as tendências da moda francesa, cujos exemplares já eram vendidos nas lojas comerciais da cidade. Um outro dado importante é o caráter didático dessas colunas, que discutiam a adoção e o consumo da moda e divulgavam lojas e produtos, o que satisfazia os desejos da “boa sociedade” de incorporar os padrões europeus de vestimenta.

As mulheres de classe média dedicavam-se a atividades familiares, reuniões sociais e/ou beneficentes e recepções. Mas nos primeiros anos do século, a Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, que era a passarela da moda e da elegância, já apresentava criações francesas da *Belle Époque*, nem sempre adequadas ao nosso clima. Elas se vestiam formalmente, como as francesas, e só se usava o francês para designar peças do vestuário.

O contato com a aristocracia portuguesa e a burguesia industrial européia obrigou, portanto, essa camada a adotar costumes e valores europeus como forma de igualar-se àqueles estratos e também para a obtenção de títulos nobiliárquicos. As tendências das estações vinham da França por meio das gravuras de moda que eram - a princípio - importadas e vendidas nas lojas comerciais e que, com o advento da imprensa feminina, eram reproduzidas aqui nas revistas e nos jornais especializados.

Os membros da “boa sociedade” eram os homens e as mulheres que civilizaram seus costumes e fizeram da moda um elemento que acentuava as diferenças entre eles próprios e entre eles e os outros estratos da população. Ao europeizar seus corpos, passaram a

preocupar-se com a correção do vestuário, com o vestir racional e com a adoção de roupas adequadas à posição que ocupavam na sociedade.

A introdução das ferrovias na década de 1850, as benfeitorias no porto da cidade, a reestruturação dos sistemas de água e esgotos, a inauguração da iluminação a gás, a formação das companhias de carris – com a introdução dos bondes – e a urbanização da zona norte, além da irradiação de linhas no centro da cidade, são apenas alguns dos sinais desse processo de modernização do Rio de Janeiro. Portanto, a difusão da moda esteve intimamente associada ao desenvolvimento urbano.

No Rio de Janeiro, a vida social estimulava seu consumo, visto que era marcada principalmente, pelos acontecimentos sociais e artísticos que proliferavam na Corte e pelos cafés, teatros e bailes, que começavam a atrair seus membros para a rua.

Em consequência disso, podemos afirmar que no século XIX a moda era por essência um fenômeno das grandes cidades, pois elas proporcionavam a movimentação das pessoas em inúmeros círculos sociais. Nesses locais, o contato com outras pessoas que lhe eram estranhas obrigava os indivíduos a se preocuparem com a apresentação pessoal, criando uma necessidade e um interesse pela moda.

Ribeirão Preto: a capital do café torna-se a *Petit Paris*

Aproximadamente durante 50 anos (1890-1940), Ribeirão Preto viveu a glória da época do café. A pequena vila dos tempos imperiais atravessou uma série de transformações urbanas - que alterou significativamente a vida de seus habitantes - e tornou-se o centro de projetos de modernização, que reformularam sua paisagem.

Local de passagem para as tropas que comercializavam o sal e o ouro das Minas Gerais para o litoral e de um pequeno comércio de gênero alimentícios, revelou suas potencialidades por Martinho Prado, importante coronel do município que, por volta de 1877, redefiniu o mito da terra prometida, apontando a região – possuidora da terra roxa para a plantação de café – como a Canaã dos novos tempos. Contudo, foi nas décadas republicanas de 1890 e 1900 que as lideranças municipais passaram a importar-se com a imagem da cidade frente às demais urbes e vislumbrar a possibilidade de executar uma série de intervenções para transformar Ribeirão Preto em um centro urbano civilizador e exemplar. (PAZIANI, 2004:18)

Como vimos no início desse artigo, algumas cidades brasileiras estavam passando por um projeto civilizador, que envolvia a vestimenta tanto masculina quanto feminina,

comportamentos, arquitetura, hábitos europeus – comer, beber, música, divertimentos em geral. “Acredita-se que as modas de mulher parisiense constituíram-se numa das maiores expressões de conquista psicocultural do Brasil pela França, na já denominada, fase de reeuropeização do Brasil” (FREYRE, 1997;40). Ao café foi atribuído esse constante progresso, sendo responsável por impulsionar a imagem do Estado de São Paulo por todo o país.

Interesse e futuro – foram os dois signos fundamentais que inspiraram o aparecimento e a expansão das nossas estradas de ferro.[...] Elas avançaram acompanhando o avanço do café, em procura de tulhas abarrotadas [...]
(CIONE, 1996:153)

As estradas de ferro eram necessárias para atender os interesses pessoais dos ricos fazendeiros – no tocante transporte e escoamento da produção cafeeira – interligando os principais municípios paulistas ao Porto de Santos. E através do seu desenvolvimento, gerou um mercado consumidor - que provocou diversas transformações urbanas - e assim, a vinda de homens, mercadorias e novidades para esta região.

Por volta de 1890 Ribeirão Preto já se mostrava mudada, naquele momento não era muito mais que um povoado, mas tinha uma força política significativa. O dinheiro circulava rapidamente nas mãos dos grandes cafeicultores, o que era um “convite à aventura – política, social e boêmia”. É nessa mesma época que chegava às *terras rossas* um cidadão francês, vindo da Argentina, Cassoulet. Segundo Rubem Cione, foi nosso grande “civilizador” e era apenas um europeu deslumbrado com o nosso sertão. Os coronéis não tendo onde gastar seu dinheiro – até então –, passam a gastá-lo em jogo, mulher e cassino, bebida e cabaré.

Cassoulet construiu ou alugou os primeiros cassinos, dos quais o Cassino Antarctica marcou época em todo o Brasil. Ali bebia-se champagne francesa e usufruía-se de mulheres de todo o mundo, especialmente da França, Polônia e Argentina [...] Os melhores artistas do Brasil apresentavam-se no Cassino. E da Europa também. O mundo artístico das “variedades” tinha aqui o seu El Dorado que virou nome do Cassino [...] No Cassino Antarctica, o coronel não só jogava, bebia e dançava, como tinha apartamentos reservados no fundo, para usufruir as delícias do amor com as mulheres que Cassoulet importava.(CIONE, 1996:157)

Ao começar a freqüentar o *Cassino Antarctica*, os homens ribeirãopretanos tinham condições suficientes tanto para atender aos luxos franceses de suas esposas – que

representava para ele certa importância – quanto para sustentar suas amantes e fazê-las também portar o mesmo luxo.

Esta modernização provocou a dissipação de um ativo comércio, pequenas profissões, indústrias, crescimento demográfico, o aumento no número de construções na zona sul – o “quadrilátero central” – e nos crescentes bairros, surgimento de jornais e revistas, chegada dos automóveis, o Teatro *Carlos Gomes* e os cinemas. O progresso atingia todos os setores da vida pública e se manifestava das formas mais diferentes possíveis. Nas revistas e jornais eram publicadas imagens deste “progresso” e desta civilização.

As “elites” de Ribeirão Preto, eram formadas por um grupo de homens poderosos e influentes no poder público, cujas relações entre si envolviam laços de riqueza e cordialidade. Também mantinham laços de afinidade pessoal e de grandes negócios com importantes capitalistas estrangeiros.

Percebemos até esse momento que a riqueza obtida com a cultura do café - aliada à influência dos contatos cada vez mais freqüentes com o mundo urbano e industrial europeu – despertou a elite ribeirãopretana para a reinterpretação dos seus espaços urbanos. O modelo para a reinvenção “do cenário colonial” foi a Paris do século XIX – demolida e reconstruída pelo então prefeito de Sena, o barão Georges Eugène Haussmann.

Depois da República teatros foram construídos, artistas e amantes foram sustentadas. “Os ribeirãopretanos tiveram uma vida noturna farta. Importavam diretamente da Itália ou Paris, sem passar por São Paulo ou Rio de Janeiro, óperas caríssimas. Só para gastar o dinheiro fácil do café” (CIONE, 1996:158). Cientes de que representavam a ruptura com a paisagem dos tempos imperiais, os coronéis estavam determinados a construir para si um universo de imagens *civilizadas* de Ribeirão Preto.

As mulheres ribeirãopretanas que atestaram a passagem do século XIX para o XX, vivenciaram todas as modificações no campo político, econômico e até mesmo da adoção de hábitos “urbanos”. Em meados do século XIX, as mulheres da pequena vila adotaram os tons de cores preto, pardo, cinzentos em geral. Cores impactantes para uma cidade situada em ambiente tropical. Esta cidade passou a ser um espaço social receptivo às modas européias. A estreita ligação com o porto de Santos facilitava o intercâmbio das novidades européias. Acontecia, a certa altura, de importarem-se da França, enxovais inteiros de casamentos e de batizados.

As roupas femininas já confeccionadas vindas de Paris, nem sempre eram ajustáveis às formas de corpo de mulher predominantes na população brasileira. O que parece explicar que a essa preponderância de modelos passasse a corresponder a voga de modistas ou costureiras francesas no Brasil. Isso significou, em grande parte, trazer-se Paris para o Brasil. O imperialismo francês não se limitava a perfumes, loções, *rouge*, adornos, mas incluía, além de vestidos de vários tipos – dos de baile ao de dias comuns – sapatos, meias, espartilhos, roupas de baixo - regras que se aplicavam igualmente às ribeirãopretanas.

A difusão dessas modas era proposta pelos jornais e revistas que circulavam na cidade. Tais como: *Jornal A Cidade*, *Jornal O diário de notícias*, *Revista Nosso Século*, *O cruzeiro*, *L'illustration*, dentre outros.

As mulheres de Ribeirão Preto, tinham agora uma vida noturna! iam a bailes, cinemas, teatros (Teatro *Carlos Gomes*, *Pedro II*), cafés, desfilavam seus vestidos na *Praça XV*. Os livros que liam e as peças as quais assistiam eram francesas, bem como a música que ouviam e a comida que comiam. O luxo adquiriu proporções tamanhas por aqui que as mulheres da sociedade que tinham maiores condições financeiras, era em Paris que se vestiam, se calçavam, se penteavam, se perfumavam e montavam enxovais.

Conclui-se, portanto, que quanto mais o cotidiano se aproximasse dos ideais franceses de viver, mais significativo era. As mudanças pelas quais a vestimenta feminina irá passar no século XX, também sofrerá influências da moda européia vigente, visto que a circulação das informações em decorrência do progresso tecnológico, irá acontecer cada vez mais rápido.

Referencias bibliográficas:

- BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História – ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Volume IV. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1996.
- DEL PRIORE, M. **Corpo a Corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.
- FREYRE, G. **Modos de homem e modas de mulher**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997..
- HOBBSBAWN, E & RANGER, T (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997,

LANNA, A. L. D. **Uma cidade na transição**: Santos, 1870-1913. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos/Secretaria da Cultura, 1996.

LEITE, M. M. **Retratos de família**: Leitura da Fotografia Histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária/EDUSP, 1974. V. I, p. 225/31.

MOUTINHO, M. R.; VALENÇA, M. T. A Moda no Século XX. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000.

NEEDELL, J. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. **Construindo a Petit Paris**: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). 2004. Dissertação (Doutorado – História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano, Paris/Rio de Janeiro/Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SEVCENKO, N. (coord.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

SOUZA, G. M. **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

WALKER, T.W. **Dos coronéis à metrópole**: fios e tramas da sociedade e da Política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CACHOEIRINHA-TO: MEMÓRIAS DE UMA CIDADE E DE UMA EXPERIÊNCIA

Napoleão Araújo de Aquino*

RESUMO

Cachoeirinha-TO localiza-se na região conhecida como Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. É uma região de transição entre o cerrado e o adensamento da floresta amazônica, tendo recebido bastante influência histórico-cultural dos estados do Maranhão e Pará. Conhecida como “Cidade de três ruas”, Cachoeirinha, com menos de três mil habitantes, teve a louvável iniciativa de elaborar seu Plano Diretor Participativo, com suporte técnico do Grupo Neucidades/UFT¹. Instrumento este, obrigatório apenas para municípios acima de vinte mil habitantes. A presente comunicação expõe aspectos das memórias da própria cidade sobre si mesma, através de falas de alguns de seus moradores, e memórias da experiência de elaboração do referido instrumento legal.

Palavras-Chave: Cidade; Planejamento Urbano; Memória.

RESUMÉ

Cachoeirinha-TO se situe dans la région connue comme "Bico do Papagaio", extrême nord du Tocantins. C'est une région de transition entre le "cerrado" et la densification de la forêt amazonique, ayant reçu assez d'influence historico- culturelle des Etats du Maranhão et du Pará. Connue comme "ville de trois rues", Cachoeirinha, avec moins de trois mille habitants, a pris la louable initiative d'élaborer son Plan Directeur Participatif, avec le support technique du Groupe Neucidades / UFT, instrument obligatoire seulement pour les communes de plus de vingt mille habitants. La présente communications expose des aspects des mémoires de la ville en question sur elle-même, au moyen des rapports de quelques uns de ses habitants et des mémoires de l'expérience de l'élaboration de l'instrument légal en question:

* Coordenador do Neucidades/UFT. Mestre em História-UFG.

1 Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades / Universidade Federal do Tocantins.

Introdução

Este estudo sobre Cachoeirinha e seu plano diretor suscita algumas breves considerações iniciais, com base em referências bibliográficas. Cita-se Maria Stella BRESCIANI (2003), para quem, no Brasil, somente na década de 1980 esta temática passou a integrar o conjunto das pesquisas desenvolvidas no âmbito da História, sendo que há bastante tempo já se tornara algo bem freqüente entre as demais disciplinas das Ciências Sociais.

Bresciani observa que naquela década se efetivou o primeiro grupo de historiadores envolvidos diretamente com a pesquisa de cidades. Afirma ser

importante notar que somente na década de 1980, uma área temática específica sobre Cidades ganha definição precisa como linha de pesquisa em programas de pós-graduação na universidade brasileira, dando lugar à formação de grupos de pesquisadores e estimulando os estudos urbanos nos domínios da historiografia. (BRESCIANI, 2003: 243).

No que se refere ao planejamento urbano, presenciamos na conjuntura contemporânea significativo avanço da multidisciplinaridade. Em *Mudar a cidade...*, o geógrafo Marcelo Lopes de SOUZA (2004), fala do considerável envolvimento das Ciências Sociais neste campo temático. Na apresentação da obra, Souza explicita:

“O público-alvo do presente livro são estudantes de graduação (...): em geral, estudantes das diversas ciências sociais (...) e de Arquitetura/Urbanismo”, acrescentando ainda: “os estudantes e profissionais que se ocupam com Direito Urbanístico igualmente deverão encontrar proveito na leitura desta obra” (SOUZA, 2004: 17).

Trata-se de uma conjuntura absolutamente propícia à multidisciplinaridade, que enriquece, sobremaneira, as pesquisas coletivas, sem, no entanto, diminuir as identidades de cada disciplina. Nesse aspecto, não ocorre de maneira diferente com a área da História.

No caso específico de Cachoeirinha, pode dizer-se que a interdisciplinaridade foi razoavelmente exercitada, envolvendo profissionais da Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Direito, Educação, Geografia, História e Serviço Social.

Nesta reflexão que faz-se acerca do Plano Diretor Participativo da cidade de Cachoeirinha, é importante ter em mente algo fundamental, o fato desta localidade enquadrar-se no grupo dos pequenos municípios, que é a grande maioria, conforme citação a seguir;

A ampla maioria dos municípios brasileiros é de pequeno porte: 73% têm menos de 20 mil habitantes e esse índice alcança 80% quando se incluem os municípios com menos de 50 mil habitantes e com baixa densidade populacional. São 4.485 pequenos municípios, para os quais o país nunca teve política específica". (MCIDADES, s.d.: 68).

O presente texto, com base nas referências bibliográficas situa a problemática do estudo de cidades no Brasil e, em seguida, apresenta uma visão geral do Município de Cachoeirinha, inserido no contexto histórico-regional, bem como sobre aspectos da sua trajetória política e traços das memórias. Discutem-se brevemente as tradicionais divisões entre cidade histórica e moderna e, na mesma linha de raciocínio, as visões que dividem as cidades entre planejadas e não planejadas. Por último, focaliza aspectos da produção de pesquisa resultante da experiência no projeto, assim como, alguns recortes de memórias da experiência.

Memórias de uma cidade de três ruas

Ao iniciar este item em cujo título há a expressão “cidade de três ruas”, o que nos remete a um desenho da cidade, ainda que, de certa forma, imaginário para o leitor, é oportuno novamente nos remeter a Maria Stella Bresciani (2003), quando assinala que

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas (...), os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos (...), um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas..." (BRESCIANI, 2003: 237).

Em um outro texto, igualmente pertinente ao estudo de Cachoeirinha, no contexto da experiência de elaboração do Plano Diretor Participativo, instrumento legal que propõe disciplinar, ordenar as políticas urbanísticas nas relações tanto urbanas quanto rurais, e nas perspectivas ambientais, sociais, culturais, econômicas, turísticas e políticas, Bresciani amplia esta visão do fenômeno da cidade. Segundo afirma;

A relação entre as cidades e seres humanos tem sido encarada de vários pontos de vista. Consideradas produtos da 'arte' humana, elas simbolizam o poder criador do homem, a modificação do meio ambiente, a imagem de algo artificial, de um

artefato enfim. Contudo, a forma como se compõem sobre a natureza, como aderem ao ambiente físico, foi e continua sendo matéria de polêmica bastante acirrada entre os que, profissionais ou não, se preocupam com as cidades” (BRESCIANI, 1993: 7).

O município de Cachoeirinha é cortado pela rodovia Transamazônica, tendo se desmembrado de Tocantinópolis, conquistando, assim, o status de cidade, no início dos anos 1990, após a instalação do novo estado do Tocantins*. Embora contando com uma população de apenas 2.430 habitantes (IBGE, 2007, Apud PDP, 2007), tomou a iniciativa e elaborou seu Plano Diretor. Instrumento este, obrigatório para cidades acima de 20.000 habitantes.

Segundo o recém-formado engenheiro ambiental Bruno Rocha CARDOSO (2007), “O Município de Cachoeirinha, localizado no norte do Estado do Tocantins possui potencial ambiental para o desenvolvimento da atividade turística, pois há várias cachoeiras em torno da cidade”, contando ainda com uma série de;

Eventos tradicionais como festejos do padroeiro da cidade, São João Batista, e também a festa em comemoração ao aniversário do município. Em relação ao artesanato, produzem produtos tendo como a principal fonte de matéria-prima o coco babaçu, fabricando desde o carvão até o óleo, muito admirado na região. Mas para usufruir dessas qualidades há a necessidade de elaboração de um Plano Diretor Participativo visando uma melhoria e expansão da infra-estrutura urbana, auxílio na produção e venda dos produtos gerados e uma divulgação dos eventos festivos em todo o Estado. (CARDOSO, 2007: 1).

A seguir serão apresentados trechos da fala do senhor Adersom Rodrigues dos Santos (2007), primeiro prefeito municipal de Cachoeirinha. Ao descrever os aspectos da localidade na qual viria a ser fundado o povoado, assim se expressa Santos:

Cachoeirinha aqui era uma Amazônia, aí se criou a fazenda (...) de meu avô (...). Tinha um sobrinho dele que foi Mané Flandeiro, fez uma casa lá perto da saída (...). Mané Flandeiro fez (...) um acampamento onde eles iam caçar, ficava aqui na beira dessa cachoeira (...), a cidade aqui é Cachoeirinha por causa de uma cachoeira, aí descobriram, começaram a caçar (...), daqui a pouco entrou o João Pequeno (...), o Juvenal, o Caciano (...). Esses foram os primeiros moradores... (SANTOS, 2007)

No tocante às atividades de subsistência, segundo afirma,

Naquela época era só agricultura, o povo plantava roça (...), arroz e milho (...). Criava gado solto e plantava a mandioca para fazer a farinha(...), plantava cana - naquela época, fazia cachaça e rapadura (...). O Mané Flandeiro tinha um engenho, muito bom, três moendas grossas de Jatobá e rodas, com boi manso (SANTOS, 2007).

Após esse relato sobre a paisagem, em seus aspectos naturais e socioculturais, bem como sobre a chegada dos primeiros habitantes e das atividades econômicas no local, Santos passa à descrição dos processos que vão da criação do Estado do Tocantins e emancipação política de Cachoeirinha ao término de seu mandato, na condição de primeiro prefeito (1993-1996), conforme segue;

O que mudou isso aqui foi a criação do estado do Tocantins, quando eu cheguei aqui o povoado era do município de Tocantinópolis, aqui não tinha nada, aí quando foi em 88 com a criação do estado do Tocantins, eu me candidatei a vereador (...) e ganhei (...), meu prefeito ganhou lá em Tocantinópolis (...), mas continuou o povoado (...), eu entrei com a manifestação, aí fizemos o plebiscito, homologamos, aí quando foi no dia 10 de fevereiro, a manifestação era de emancipar a cidade (...), mas a cidade era duas ruínas e nada mais (...). E nós ajustamos a cidade, aí terminou meus quatro anos de Vereador, e com a emancipação fui candidato a prefeito e ganhei (...). Fiz muitas obras (...), uma praça na saída da cidade (...). Abri a rua - um quilômetro de rua (...). Cachoeirinha vai passar muitos anos sem ver tantas obras” (SANTOS, 2007).

Memórias de uma experiência

Tradicionalmente, as cidades são divididas, grosso modo, em dois grupos, o de cidades históricas e o de cidades modernas. Nesta mesma lógica, estaria implícita uma outra: a de que haveria cidades planejadas e cidades não planejadas. Tais visões são ambas errôneas. Por exemplo, sobre a separação entre cidade histórica e cidade moderna, surge a pergunta: será que a cidade moderna é a - histórica? Da mesma forma, no segundo aspecto: existe cidade que não seja planejada? Também não é verdade, assim como nenhuma ação humana é realizada sem um mínimo de “planejamentos”, mesmo as atividades rotineiras, cotidianas, cujos planejamentos, às vezes, dão-se até de maneira (in)consciente de que de fato seja um planejamento. A questão é que sempre há um traçado prévio, seja escrito ou apenas imaginado, construído mentalmente.

Também os estudos sistemáticos acerca do planejamento das cidades, enfim dos municípios, em nível mundial, não são tão recentes, ao contrário do que muitos poderiam imaginar ou supor. Nesse aspecto, para ficar em apenas um exemplo, cita-se um texto de Patrick GEDDES (1994), intitulado “Levantamentos urbanísticos exercidos pelas municipalidades”, tratando de cidades européias. No referido texto, o autor afirma: “...chegamos à necessidade dos Levantamentos Urbanos e das Mostras Locais, como

preparatórios para os esquemas de Planejamento Urbano”. Para tanto, Geddes transcreve, “com alguma redução”, um memorando, preparado por uma Sociedade Sociológica (Comissão das Cidades) e dirigido “às autoridades pertinentes, locais e centrais”, documento este, de cujo conteúdo citam-se os trechos a seguir.

Diz o documento:

A Lei de Planejamento Urbano de 1909 foi bem acolhida e muito apreciada, e logo decidimos que não era necessário essa Comissão entrar em sua discussão detalhada, ou na discussão de suas emendas propostas. Referimo-nos, essencialmente, ao problema do Planejamento Urbano em si, como foi levantado pelo estudo dos tipos particulares de cidades e distritos envolvidos; e à natureza e método do Levantamento Urbano que, unanimemente, aceitamos como necessário, antes da preparação de qualquer Esquema de Planejamento Urban. (Comissão das Cidades, Apud GEDDES, 1994:159-160).

Embasado nas fontes, especialmente no mencionado documento da Comissão de Cidades, Geddes faz algumas recomendações de cunho metodológico, de procedimentos aplicáveis aos estudos e ações ligadas ao planejamento urbano, em cidades de diferentes contextos, porém alertando para o risco das generalizações.

Nesse sentido, aponta que

os primeiros levantamentos de cidades, pequenas e grandes (...), já estão mostrando sua individualidade local em muitos aspectos: históricos, sociais, espirituais. Por isso, nenhum esquema isolado de levantamento pode ser esboçado para ser igualmente aplicado (...) a todas as cidades afins (GEDDES, idem: 165).

Já no aspecto do mito que associa cidade histórica a cidade não planejada, Reis Filho(2001), deixa patente a idéia de que nossas cidades e vilas, desde a época colonial, não surgiam ao acaso. Pelo contrário, conforme escreve,

Hoje, há consenso entre os pesquisadores portugueses e brasileiros de que a documentação disponível permite comprovar a existência de uma atividade planejadora regular do mundo luso-brasileiro (...). Para os pesquisadores – urbanistas, geográfico, historiadores e sociólogos – é um material de apoio fundamental aos seus trabalhos” (REIS FILHO, 2001: 11).

Após essas referências, serão apresentados alguns aspectos das memórias da experiência na elaboração do Plano Diretor Participativo de Cachoeirinha.

Cabe frisar que esta experiência, embora à primeira vista possa ser relacionada somente à extensão, na prática se verifica igualmente extraordinário exercício de pesquisa, conforme será demonstrado.

Na verdade, trata-se de algo fértil, como elemento fomentador, estimulador da pesquisa, portanto, da produção científica, a exemplo da elaboração dos textos referências, nas diferentes áreas, implicando a busca de material bibliográfico-documental, seguida de sistematização. No caso da área da História, por exemplo, produziu-se o texto sobre o município de Cachoeirinha no contexto histórico geográfico (PDP, 2007: 15-20), bem como o texto referência para a discussão acerca da “dimensão cultural”, apresentando reflexão sobre o aspecto do patrimônio cultural, da memória e da identidade de Cachoeirinha, no âmbito da cultura material e imaterial (PDP, 2007: 84-86).

Finalmente, esta argumentação acerca do caráter de pesquisa que permeia a experiência em apreço, pode ser ilustrada mencionando a monografia defendida pelo estagiário Bruno Rocha Cardoso (2007), ao demonstrar algumas etapas percorridas no decorrer do processo de pesquisa, como segue;

...foram realizadas pesquisas bibliográficas e busca de informações para o levantamento de dados sobre o município de Cachoeirinha-TO (...). Elaborou-se o Questionário Básico sócio-ambiental (...), contendo 84 itens a serem preenchidos, dentre eles 35 específicos de meio ambiente, como os tipos de destinação dos resíduos sólidos domiciliares, acesso aos serviços de ligações públicas de água tratada, esgotamento sanitário e energia elétrica, que seriam usados nas entrevistas (...), aplicados os questionários a 346 domicílios de um total de aproximadamente 500, ou seja, mais de 70% das residências de toda a cidade (...) [e] realizada a tabulação dos dados dos questionários aplicados...”. (CARDOSO, 2007:20-21)

Finalmente, serão apresentados alguns recortes das memórias da experiência retratados em matérias do site da Universidade Federal do Tocantins (UFT,2006^a/2006b/2006c).

Em matéria publicada em 30/05/2006, o site registra a reunião ocorrida naquela data, entre a Coordenação do Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – Neucidades/UFT e o Prefeito Municipal de Cachoeirinha, Messias Pereira de Oliveira, com sua equipe de gestores. Segundo a nota, a reunião teve como pauta a preparação dos trabalhos a serem realizados naquele município, com a participação da equipe técnica da UFT, agendada para o período de 17 a 21/06/2007, com a finalidade de mobilizar a comunidade, promovendo a capacitação de gestores locais, e realizar o diagnóstico das áreas urbana e rural do município. Para o prefeito, segundo a nota, “a participação da universidade e da comunidade na construção do plano

diretor possibilitará maior eficácia ao trabalho, que será fruto de uma atividade conjunta” (UFT, 2006a).

Finalmente citam-se passagens da matéria veiculada dia 19/07/2006, registrando a realização de uma atividade com a comunidade de Cachoeirinha, oportunidade em que as pessoas da comunidade, em oficina desenharam mapas mentais ou cognitivos:

A imagem que os moradores de Cachoeirinha têm da cidade e as expectativas deles em relação ao desenvolvimento do município foram avaliadas nesta tarde pela equipe técnica interdisciplinar Neucidades/UFT(...) A análise tem como base os mapas cognitivos (ou mapas mentais) feitos pelos moradores e as impressões expostas pó(...). Uma observação da equipe técnica em relação aos mapas mentais dos moradores é que todos eles apontaram para a necessidade de elaborar uma política de preservação ambiental. (...) foi consenso entre os moradores que a cidade deve se desenvolver em direção à BR - e não em direção ao rio e córregos da cidade, para não agredir o meio ambiente. (...). As potencialidades turísticas do município também ganharam destaque nas observações dos moradores. Eles defenderam uma política voltada para essa área, incluindo investimentos de infraestrutura para receber os visitantes (...). (UFT,2006b)

A motivação do Neucidades na realização das atividades foi destacada por Ana Flávia (estagiária de Arquitetura e Urbanismo). A acadêmica afirma que participar da elaboração do Plano Diretor de um município como Cachoeirinha - tendo contato direto com a população local – tem proporcionado um enriquecimento que ultrapassa o conhecimento técnico. Para Domingas Souza (assistente social, cursando Especialização em Gerontologia) a realização da oficina e a metodologia utilizada “foram fundamentais para a realização do diagnóstico das necessidades da população, no que tange aos aspectos sociais, políticos e culturais, com ênfase no crescimento urbano e na construção da cidadania”.

Já Daniele Cavalcante (estagiária de Arquitetura e Urbanismo) destacou a receptividade dos moradores Segundo ela, “a viagem possibilitou perceber o amor que eles têm por Cachoeirinha e a confiança numa cidade que, no futuro, possa garantir maior desenvolvimento e bem estar a toda a população”. (UFT, 2006c).

Considerações Finais

A elaboração do presente artigo teve o sentido de estabelecer uma primeira reflexão sobre a elaboração do Plano Diretor Participativo do município de Cachoeirinha. Nesse sentido, a certeza mais razoável é a de que outros textos serão produzidos, apresentados em

eventos científicos e publicados em periódicos. Trata-se de repercussões mais ou menos previsíveis, de algo fecundo, como é o desenvolvimento de atividades acadêmicas de caráter multidisciplinar, verificado na presente experiência.

Devo agradecer aqui os demais integrantes da equipe (docentes e estagiários) nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Direito, Geografia, Pedagogia e Serviço Social, bem como a nossa área de História. Agradeço também as Instituições parceiras: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, Universidade Federal do Tocantins e Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins.

Referências Bibliográficas

BRESCIANI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2003, p. 237-258).

. (Org.). **Imagens da cidade séculos XIX e XX**. São Paulo: ANPUH/MARCO ZERO/FAPESP, 1993.

CARDOSO, Bruno Rocha. **Levantamento da infra-estrutura urbana e diagnóstico ambiental do Município de Cachoeirinha-TO, para elaboração do Plano Diretor Participativo**. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2007.

GEDDES, Patrick..**Cidades em evolução**; tradução Maria José Ferreira de Castilho. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

PDP - PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO/PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-TO, UFT/NEUCIDADES- Cachoeirinha (TO), 2007.

SANTOS, Aderson Rodrigues. entrevista concedida em Cachoeirinha-TO, 03/03/2007

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3 ed.,Rio de Janeiro:Bertrand Brasil,2004.

UFT/ Universidade Federal do Tocantins (UFT 2006a). UFT começa trabalho para elaboração do Plano Diretor de Cachoeirinha. Disponível em <http://www.uft.com.br>. Acesso 10/09/2007.

UFT/ Universidade Federal do Tocantins (UFT 2006b). Realizado mais um encontro para elaboração do Plano Diretor de Cachoeirinha. Disponível em <http://www.uft.com.br>. Acesso em 10/09/2007.

Violência Escolar: Um mal-estar social

Liberalina Teodoro de Rezende Arantes*

Resumo

A violência na escola, em todo o mundo, tornou-se um tema cotidiano, foco das primeiras páginas dos noticiários, um importante objeto de reflexão, que tem primado principalmente pela divulgação das mortes que ocorrem dentro e nos corredores das escolas. De modo singular existe uma preocupação por parte da sociedade, em geral, quanto aos problemas e as consequências da violência no ambiente educacional. Os resultados de pesquisa apontam uma indignação no tocante à violência escolar, permitindo a percepção de que a violência identificada no ambiente escolar tem seu foco num contexto mais amplo, que vai além dos muros da escola, são reflexos sociais.

Palavras-chave: escola, violência, sociedade.

Abstrat

The violence in school, as in all over the world, became a daily theme, headlines of news, an important object of reflection specially because of the spreading of deaths in and around schools. In some way, and in general, the society worries about the problems and consequences of the violence in the educational system. Results of the researches indicate some indication about the violence in schools, however they can permit us to realize that the identified violence in schools have its focus in a wider context, which goes beyond the walls of the school, it is a social reflex.

Keywords: school, violence, society.

1 - VIOLÊNCIA NA ESCOLA: UM SISTEMA SOCIAL

Na atualidade, a sociedade brasileira passa por um momento singular em que as mudanças são muito bruscas e expressivas. A cada dia, surgem novas tecnologias, que acabam influenciando

* Mestranda em Educação com concentração em Psicanálise, pela CORPO. Especialista em Formação Sócio-econômica do Brasil, pela UNIVERSO. Graduada em História, pela UEG. Professora da Rede Pública – Secretaria Estadual da Educação-GO e da Universidade Estadual de Goiás – UnU de Pires do Rio.

nosso ritmo de vida, alterando as relações interpessoais. São tantas as mudanças e nos mais diversos setores, que podemos dizer que vivemos uma revolução na mentalidade humana.

Um período de globalização onde a sociedade caminha numa busca louca de mercado da modernização, numa sensação de constante violência, num contexto social de insegurança e intranquilidade quanto ao futuro. A violência acaba sendo um reflexo da vivência tribulada, insatisfeita e cheia de diversidades que enfrentamos na contemporaneidade e gera um constante mal-estar.

Violência não é um conceito, tem esta característica particular de ser ao mesmo tempo seres de linguagem pura, designando puros movimentos, seria o “negativo absoluto da razão”. Significa que a violência é estranha, em sua natureza, qualquer que ela seja, à razão. Inúmeros fenômenos nos estranhos à razão foram por ela definidos, como o inconsciente, por exemplo. A experiência cotidiana, nos ensina a ver, conviver, experimentar e racionalizar constantemente a violência sofrida ou pensada.

A questão de agressividade é discutida pela psicanálise há bastante tempo. São várias as tendências que tentam explicar esse ato. Freud (1930) afirmava que existe uma agressividade inata no homem, que se assemelha à questão da sexualidade. Essa agressividade busca se manifestar e se satisfazer de forma destrutiva e autodestrutiva. Por uma série de problemas psíquicos, essa violência é canalizada, contratada ou posta a serviço de algo útil. Assim a violência se apresenta com uma explosão diante da frustração, de desejar algo que não é possível ou não pode ser alcançado.

Na ala lacaniana, a agressividade e a violência estão relacionadas com o corte da imagem narcísica que o indivíduo tem de si mesmo. Isso ocorre quando acontece algum fato interno ou externo que ataca a imagem do sujeito, a violência surge como uma reação natural, numa tentativa de reconstrução desta autoimagem.

Do ponto de vista da agressividade inata, seria contrário à natureza humana querer erradicá-la. O que deve ser feito é o manejo dessa violência. Podemos afirmar que a agressividade mal canalizada para fins úteis converte-se em violência. Assim nesta perspectiva, tudo depende fundamentalmente da sociedade onde o indivíduo está inserido. Cabe à organização social através de todo o seu sistema de idéias e possibilidades oferecidas a seus membros, encontrar formas de canalizar esta violência inata de forma que ela se torne relativamente inofensiva, e que possa ser utilizada na própria construção e edificação dessa sociedade.

Numa sociedade que está incorporada no sistema capitalista integrado e brusco, essa tarefa de gerenciamento social ou coletivo da agressividade é um trabalho paradoxal. Existe um limite de suportabilidade de frustração acima do qual não é possível avanço nenhum, a organização

psíquica do sujeito começa a se esfacelar, se vê sem perspectivas, a sociedade lhe aponta caminhos aparentemente inviáveis. Assim se vê frente ao meio social que o tem enquanto um sujeito desqualificado. Se vê privado das necessidades básicas de segurança e bem-estar aumentando-lhes as disposições para ataques violentos.

O próprio contexto social parece funcionar vorazmente, com uma agressividade que se expressa num confronto ininterrupto e sem mediação. Por que respeitar regras e leis de uma sociedade que não lhe dá o retorno por ter aberto mão da violência contra o outro? Esse sujeito que abre mão da violência, sublima suas pulsões agressivas e destruidoras e não recebe os benefícios prometidos, permanece numa posição de exclusão sem usufruir dos bens sociais. Uma formação social não consegue canalizar a agressividade quando ela mesma é a promotora dessa situação e torna mais intensa a frustração de forma que atinja um grau intolerável para os indivíduos de forma coletiva ou individual. Para Lacan, também podemos observar esses fenômenos de violência individual ou coletiva que visam abertamente restaurar a imagem que cada membro de um grupo tem, com relação a outros indivíduos ou grupos.

Quando um grupo acusa outro de inferior, é como se fosse uma auto-afirmação, como se este se impoiesse enquanto não inferior ao segundo. É uma dimensão psíquica da agressividade e da violência que parece inevitável, competindo à sociedade organizar-se de forma que possam diminuir os riscos que ela acarreta. À sociedade cabe inviabilizar ou frustrar o esforço de se pertencer civilizadamente ao seu conjunto.

Desta forma, a sociedade se vê às voltas com a agressividade, conseqüentemente a violência, “fazer justiça com as próprias mãos”. Isso pode ocorrer através do mecanismo de projeção, quando o sujeito encarna num outro indivíduo ou grupo tudo que considera ruim ou mesmo um mal que não se pode suportar. É como se esse “objeto” estivesse recoberto pela própria imagem do mal, que foi depositada nele por outro. O objeto torna-se insuportável e pode ser maltratado e até destituído com atos violentos. Assim o alvo da projeção do mal se torna também detestável porque ele aparece como um transgressor, capaz de experimentar a realização dos desejos mais secretos e caros dos seus opositores, mas que lhes são interditados.

2 - ESCOLA: UM AMBIENTE DE INTERAÇÃO

A violência analisada a partir das formas do Sintoma Social Dominante, pode ser considerada como variante de um tipo de relação com a lei, uma modalidade de subjetividade específica. Uma estratégia de sobrevivência em ambientes hostis, uma modalidade de ação e de reação.

Normalmente ambientes de reclusão geram este tipo de reação, tendem a promover a emergência de subjetivas possibilidades que dificilmente se manifestam de outro modo. Aparentemente a escola é para o adolescente uma reclusão, grades que lhe barram por horas o contato com o mundo lá fora.

A relação entre estudantes, ainda que menos ameaçadora do que a que existe entre indivíduos agressivos e violentos além dos muros da escola, estes costumam ter aspectos problemáticos que causam ansiedade. O estudante é estimulado pela sensação de ignorância e imaturidade, porém o conhecimento das próprias limitações e o desejo de mudanças interiores servem-lhes de estímulos a mudanças comportamentais. Podem se sentir menos ameaçados pelos problemas internos da escola em detrimento dos que lhes aguardam fora desta.

A vida pessoal do estudante, dentro do estabelecimento de ensino, ou fora deste, tem em grande significado para seu desenvolvimento, além e sobretudo para atingir os fins educativos mais concretos. O estudante responde muito à cultura geral de seus colegas e às alianças e rupturas transitórias que se produzem dentro do grupo estudantil, com os professores e com o grupo gestor de um estabelecimento de ensino, porém se preocupam com os problemas internos como: questões relativas ao desempenho escolar, rivalidades, inveja, temores, medo do fracasso, disputas, agressividade, violência.

Os aspectos coercitivos da vida escolar, ainda que menos explícitos e brutais do que o extra-escola, também podem ser mais massificantes e difíceis de se enfrentar. Podemos dizer que o processo educativo deverá dar o impulso de liberação, uma clareza de consciência bem como uma diferenciação e integralização da personalidade do sujeito. Esse encontro de pessoas, de sujeitos que a escola promove, também é palco de confrontos e de laços afetivos e sociais.

Toda comunidade promove as oposições bem como as afinidades de caráter. Na surdina os desejos individuais sempre presentes, passivamente esperam ou reclamam com violência sua realização: apelo à ajuda, proteção, vontade de poder, rivalidades, agressões, admiração. Com o pão nosso de cada dia, o narcisismo de cada um nela experimenta sensações de vitórias e também de derrotas que se apresentam com amargas feridas psíquicas.

Os fenômenos sociais, em seu nascimento, mais ou menos desenvolvidos, podem agora ser apreciados, de forma mais clara e concisa: no exercício da autoridade e seus efeitos disciplinares, as pressões, os mecanismos adaptativos dos indivíduos, as tensões pertinentes aos interesses individuais e do grupo, a formação de “panelinhas” que acabam por enfraquecer o grupo. No ambiente escolar, encontramos uma sociedade em miniatura, vivendo constantes conflitos entre vários integrantes da mesma.

Os conflitos resultantes das necessidades do estabelecimento e da preservação dos particularismos individuais bem como, da espontaneidade criadora, das normas, dos códigos, das crenças, da linguagem comum e a própria dúvida entre a tolerância e o ostracismo por enfraquecer este vínculo coletivo.

Para ARENDT (1992), a violência multiplica a vigor individual e se explica pela frustração da faculdade de agir na contemporaneidade e tem suas raízes na burocratização da vida pública e na vulnerabilidade dos grandes sistemas, que acabam por travar as possibilidades de criação. A violência é um instrumento que necessita de implementos, tais com a revolta, a miséria, o desemprego, etc.

Ainda hoje, a violência insiste em se intrometer no nosso cotidiano, por um lado, podemos reconhecer sua presença em nossas vidas e por outro, perguntamos se a violência, como uma das formas de dominação da força contra o outro, sublima a lógica da lei do mais forte na contemporaneidade.

3. PROFESSOR E ALUNOS – UM LAÇO SOCIAL NECESSÁRIO

A priori, o fenômeno da violência escolar vem sendo visto como um problema social, mais presente no Ensino Fundamental, entre os adolescentes mais novos. Existe entre estes, uma violência predominantemente interativas e relacionais, que vem acontecendo sob os olhos das autoridades escolares, na própria sala de aula.

Interessante ressaltar que existe uma violência interativa e relacional entre pares, que parece estar no centro da construção da sociabilidade escolar e vem tendo como principal cenário a sala de aula, parece bastante significativo que a violência não esteja concentrada no pátio, nos corredores e no portão de entrada, onde aparentemente estão mais livres, sem tanta pressão dos olhares vigilantes da escola. Um contraste desafio, aluno versus professor, em que a violência escolar aparece como expressão de um processo de desinstitucionalização, em que a escola perde gradativamente seu papel de socializadora.

Este aspecto revela que, embora a violência dentro da escola seja influenciada pela realidade social externa, com forte agravante nas desigualdades sociais, é nesse ambiente interno, com dinâmicas de funcionamento obsoletos da escola que boa parte das condutas violentas acontecem. Uma das faces mais significativas deste processo é a diminuição do controle do adulto sobre a situação educativa, deste as relações na família, na escola e na sociedade.

Em termos especificamente institucionais, segundo (AQUINO, 1996), a ação escolar seria marcada por uma espécie de “reprodução” difusa de efeitos provenientes de outras

instituições molares (economia, política, família, mídia, etc), que acabam refletindo no ambiente escolar e em suas diversas relações. Aquino aponta o professor enquanto refém de sobredeterminação que lhe ultrapassam os quereres, restando-lhes a resignação, o desconforto e uma desincubência junto aos efeitos da violência, afinal ele afirma “a gênese do fenômeno e, por extensão, seu manejo teórico-metodológico residiriam fora, ou para além, dos muros escolares”.

Parece bastante significativo a dificuldade por parte de muitos professores em estabelecer relações com seus alunos. A dimensão dos relacionamentos e do comportamento desaparece do horizonte de preocupações dos professores principalmente a partir da segunda fase do Ensino Fundamental. Mais preocupado com os conteúdos específicos, crê que a socialização dos estudantes já foi completada e que o papel de aluno já foi interiorizado, esquecendo que cada vez chega a essa fase alunos mais novos e que quando são deixados sob a influência de seus próprios modos de interação e sociabilidade, os adolescentes dificilmente conseguem supera-los sozinhos.

Como se pode notar, parece flagrante uma certa omissão por parte dos adultos e das autoridades escolares frente ao universo relacional dos estudantes. Os educadores quase sempre acabam padecendo de um certo sentimento de impotência de “mãos atadas” (AQUINO, 1996), quando confrontados com situações atípicas em relação ao marasmo e do ideário pedagógico. Mas vale lembrar que: o cotidiano escolar é rico em situações alheias a esse ideário prático. Nesse contexto, os efeitos da violência representam, sem dúvida nenhuma, a parcela mais onerosa de tais problemas.

Ao que parece, os adolescentes são obrigados a gerir sua entrada no mundo social e no mundo das interações escolares, com maior autonomia. Vêm as conseqüências, vão sabendo gerenciar bem essa autonomia que lhe é imposta pelo meio, o adolescente reage com a dificuldade de levar a cabo esta tarefa, assim os reflexos se exteriorizam na agressividade que se observa entre eles.

Diante das fragilidades e inseguranças do adolescente a autonomia aparece como uma sobrecarga. Os adolescentes empreendem um tipo de “gestão individual”, particularista, como forma de auto-afirmação e gerenciamento de seu próprio medo. Parte destes adolescentes vivem a autonomia de forma autodestrutiva. Mesmo que este processo esteja relacionado a mudanças macrossociais, como a diminuição da autoridade do mundo ocidental modernista, à mudança na maneira de conceber e construir experiências e identidades, que cada vez mais exige o empenho individual do sujeito, vale salientar que a atual conjuntura escolar torna ainda mais complexa esta tendência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. Confrontos na sala de aula: Uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996.

_____. "A desordem na relação professor-aluno: Indisciplina, moralidade e conhecimento". In: _____ (org). Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996b, pp. 39-55.

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. Violência e Psicanálise. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

COUTO, Maria Joana de Brito D' Elboux. Psicanálise e Educação: a sedução e a tarefa de educar. São Paulo: Avencamp, 2003.

FERREIRA, Antônio Eustáquio. A Relação Professor (a) e Aluno (a): um mal estar na civilização? [online] Disponível na Internet via: <http://www.fmb.edu.br/lerartigophp?Artigo=132>. Arquivo capturado em 26/03/2007.

FREUD, Sigmund. Obras Completas. Rio de Janeiro. I mago, (Edições Eletrônicas Standard Brasileiras).

LAPLANCHE, Jean. Vocabulário da Psicanálise/Laplanche e Pontalis: sob a direção de Daniel Lagache: tradução Pedro Tome. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, T. C. e TEIXEIRA, M. A. A violência na teoria psicanalítica: laço social ou ruptura? [online]. Disponível na Internet via [www.url:http://estadosgerais.org/mundial_rj/download/5_e_teixeira_93241003_pot.pdf](http://estadosgerais.org/mundial_rj/download/5_e_teixeira_93241003_pot.pdf). Arquivo capturado em 06/04/2007.

O regime de memória romano: arte de memória e poder na obra de

Luciano de Samósata

Edson Arantes Junior¹

Maurice Halbwachs partiu de um aporte teórico e epistemológico influenciado pelo positivismo metodológico durkheiminiano, para discutir o conceito de memória coletiva. O sentido do conceito de memória, que propomos, pressupõe uma postura mais construtivista, no sentido de entender como os vários elementos são articulados para formar uma memória social e identidade. Nossa postura diante do conceito de memória encaminha a discussão para as maneiras como ocorre a gestão da memória e do esquecimento. Portanto, as culturas apresentam regimes de memória distintos. Objetivamos nesta comunicação definir, contextualizar e encaminhar elementos para a caracterização do regime de memória estabelecido no século II d. C.. Para exemplificar o alcance deste aporte teórico vamos analisar como Luciano de Samósata apresenta o herói Hércules em alguns trechos de sua obra, e a relação desta imagem com o poder imperial.

Palavras Chaves: Luciano de Samosata; regime de memória; Hércules

The Roman memory practice: The art of memory and power in Luciano

Samosota's works.

Maurice Halbwachs based himself on a theory supported and epistemology influenced by durkheiminian methodological positivism to discuss the collective memory concept. The concept of memory, we propose, assumes a more constructivist posture when

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Goiás, professor da Universidade Estadual de Goiás.

trying to understand how the various elements are articulated to form an identity and social memory. Our position in reference to the concept of memory leads our discussion to the way the managing of memory and forgetfulness occur. However, cultures present distinct memory practices. Our objective in this communication to define, contextualize, and refer elements to the characterization of the memory practice established in the II century dc to exemplify the reach of this theoretic basis. We will analyze how Luciano de Samósata presents the hero Hercules in some passages of his works and the relation of this image to the imperial power.

Key words: Luciano di Samosata, Memory practice, Heracles.

Nos anos quarenta, Lucien Febvre reclamou a construção de uma História das Sensibilidades. Que refletisse as diversas maneiras com as quais os homens lidaram com seus afetos, sentidos físicos e expressaram seus sentimentos, ou mesmo, como a sensibilidade, a vida ou a morte, que se transformaram no decorrer do tempo. Muito do que se escreveu pelos historiadores vinculados à *Novelle Histoire*, em sua vertente mais polêmica a História das Mentalidades, tentava suprir com esta carência. Os estudos referentes à Antigüidade Clássica, também, apresentaram sua contribuição, principalmente em torno do nome de Jean Pierre Vernant (VERNANT, 1979; 2000; 2002; 2005).

Sensações provenientes dos sentidos básicos de sobrevivências, tais como o paladar, olfato e a visão, foram historicizadas. Uma reflexão consciente das relações estabelecidas entre os agentes históricos e as representações temporais, e principalmente as maneiras com as quais os grupos agem e representam a ação do tempo. Quais os mecanismos utilizados para construir uma relação com o passado, mesmo que este seja um tempo mítico? Quais as especificidades dos usos da memória em cada temporalidade? Como fugir de generalizações

nomotéticas, afim de, compreender os aspectos particulares de cada cultura e compor um quadro histórico amplo, que agregue os mais diversos espaços e grupos? Pensar a memória é fundamental, uma vez que os homens se localizam no tempo, principalmente, a partir de um trabalho de construção memorialístico, que é afetivo, fragmentado e descontínuo.

A discussão relativa à memória coletiva encaminhada nas ciências humanas, por Maurice Halbwachs (2004), partiu de um aporte teórico e epistemológico vinculado a padrões de *cientificidade* elaborados em um contexto influenciado pelo positivismo metodológico durkheiminiano. Em sua obra postuma, a *Memória Coletiva* (2004), o sociólogo francês entende a memória coletiva de maneira quase institucional, com uma visão positiva e idealizada do lugar ocupado por esta na vida social. Encontramos em seus textos um debate que enfatiza a formação de um sentimento de coerção social, que não é dado pela violência, mas pela formação de uma *comunidade afetiva* (POLLAK, 1989: 03).

Esta posição não dá conta da multiplicidade de sentidos presentes nos mecanismos sociais da memória e a representação construída por ela do agir e sofrer humano no tempo. Já que está presa a uma idéia ingênua de homogeneidade cultural e social, que não dá lugar as mais diversas ressignificações culturais. A compressão da memória, que propomos, pressupõe uma postura construtivista, no sentido de entender como os vários elementos compostos por lembrança estão articulados socialmente para formar uma memória social e com isso gerar uma identidade compartilhada. Esta postura surgiu entorno das análises do historiador francês Michael Pollak, ele argumenta que:

“Numa perspectiva construtivista não se trata mais de lidar com fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e de estabilidade. Aplicada a memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989: 14).

A aplicação desta metodologia em um trabalho de História Antiga, que não permite a utilização da metodologia de História Oral, deve ser feita com muita cautela. As idéias de Pollak foram pensadas como forma de compreender memórias subterrâneas presentes na sociedade contemporânea, principalmente para o caso dos sobreviventes dos campos de concentração e portadores do vírus da AIDS. Assim, existe uma ênfase muito grande no questionamento do não-dito, do que é silenciado, mas não esquecido, que permanece como uma *memória subterrânea*, já que se opõe diretamente a *memória oficial* relativa aos fatos históricos.

Com essas ressalvas e a escolha de não utilizar o termo de *memória subterrânea*, uma vez que este conceito está vinculado à processos mnemônicos relativos a grupos marginalizados da sociedade, da elite econômica e das decisões políticas e muitas vezes culturais. Luciano de Samósata², não era um marginalizado nem socialmente, nem economicamente, uma vez que teve condições materiais que lhe permitiu ter uma formação ampla, fato que demanda um investimento considerável³ em um mundo no qual a parcela populacional de pessoas letradas era consideravelmente pequena. Desta forma este ator não sofreu de exclusão econômica e/ou social, já que está em um lugar privilegiado nos estratos culturais romanos. Entretanto, ele é um sujeito excluído em grande parte de sua vida das esferas de poder, não sabemos se voluntariamente ou involuntariamente, fato é que fez sua carreira longe da cidade de Roma, centro do mecenato praticado então. Mesmo assim, não podemos esquecer que no fim da sua vida ele assumiu um cargo administrativo nas terras do Egito.

Neste caminho, a compreensão dos discursos que surgem em torno deste escritor a partir do conceito de memória encaminha a discussão para os usos distintos que as sociedades fazem do ato de lembrar e, principalmente, como ocorre à gestão da memória e do esquecimento, e quais os elementos exteriores que concorrem neste trabalho. O que se deve lembrar e o que deve ser esquecido. Portanto as culturas apresentam regimes de memória distintos. Objetivamos definir, contextualizar e encaminhar elementos para a caracterização do regime de memória, usando como exemplo as características presentes nas sociedades sob o Império Romano no século II da era cristã. Para isso vamos identificar as características desta cultura imperial; As estratégias de comunicação, os usos políticos da memória; a relação memória e mitos, principalmente, o lugar do Herói Hércules neste contexto.

² Cf. tópico 1.1 do capítulo 1.

³ Ver Luciano. *O Sonho*, I.

Como forma de compreender as múltiplas narrativas vinculadas a memória, sob uma lógica operacional construtivista, criamos a idéia do regime de memória. Este conceito foi inspirado na obra de François Hartog (2003) intitulada *Régimes d' Historicités*. O historiador francês influenciado por Marshal Shallins, principalmente, em sua análise sobre a maneira como as diferentes culturas apresenta temporalidades diferentes. Assim como, a relação estrutura-evento colocada em uma dicotomia profunda, por várias gerações de cientistas sociais, carece de um olhar menos maniqueísta, que compreenda os momentos de transformação dos significados presentes na cultura (SHALLINS, 1999). Outra perspectiva, enfatizada pelo autor de *O espelho de Heródoto* são as análises, a partir de um ângulo da História dos conceitos, de Reinhart Koselleck. Este autor analisa como os conceitos adquirem significados historicamente definidos, já que os conceitos carregam em si uma carga de experiências passadas e projetam uma gama de expectativas futuras. Ou seja, nos conceitos existem uma multiplicidade de temporalidades vinculadas diretamente à uma história social (KOSELLECK, 2006).

A partir destas premissas, entendemos por regime de memória a constituição estrutural de vários elementos meta narrativos vinculados aos mais diversos campos da cultura. Estes são círculos socioculturais que organizam os limites de compreensão dos vários mecanismos sociais de memória, cada cultura apresenta as suas particularidades. Neste artigo, nos interessa fundamentalmente o caso do Império Romano. A apreensão de seu regime de memória deve vincular-se a uma reflexão interdisciplinar, os aspectos selecionados para a formação deste regime de memória, muitas vezes transcende ao campo da escrita da História, mas, apenas, pontuaremos estes tópicos nesta apresentação.

O objetivo desta comunicação é identificar alguns subsídios para a compreensão do regime de memória presente no Império Romano. Quais os mecanismos sociais de memória estabelecidos nesta sociedade?

Destarte, não podemos relegar o importante papel estabelecido pelo Império Romano, no mediterrâneo cuja consequência direta foi a formação de uma cultura imperial (SAID, 1995), na qual os signos e as instituições romanas eram levadas aos mais distantes localidades como forma de divulgação das idéias, e legitimação do poder estabelecido (BUSTAMANTE et alli, 2005). A estratégia romana de conquista era extremamente inteligente, uma vez que não interferia na cultura local, nem mesmo nos processos econômicos. Se determinada região produzia trigo, continuava produzindo este grão que seria tributado. Se houvesse o culto a um Deus determinado, este não seria reprimido, nem mesmo diminuído. Pelo contrario, levar-se-ia uma estátua deste novo deus a cidade de Roma. Durante

muito tempo os historiadores se preocuparam com esta faceta do processo de romanização uma ao processo de romanização, a formação do homem romano, ao uso sócio político dos mitos e o lugar que este ocupa na cultura, mas o próprio conceito de regimes de memória estabelece um diálogo cultural, estabelecido através da troca de signos, valores e práticas, em uma constante atividade ressignificativa dos vários elementos da outra cultura.

Uma estratégia largamente usada era a cooptação das elites locais, que eram vinculadas as elites administrativas, mantendo, assim, seus privilégios. As elites provinciais era formada em um profundo estudo da retórica. Haja vista o desenvolvimento de uma refinada teorização, tanto grega quanto latina, da oratória. E o estabelecimento de instituições de ensino nas principais cidades do Império.

Um dos elementos fundamentais a retórica era a arte da memória, decutida com profundidade por Francis A. Yates, membro do instituto Warburg, este autor publicou em 1966 *The Art of Memory*. Este autor analisa, em tratados de retórica latinos, os mecanismos menemônicos utilizados pelos oradores como forma de expor com clareza seu discurso. Dois pontos são fundamentais: o uso de imagens e lugares que impressionam a memória. A ordem dos objetos disposto em determinados lugares, deveria ser relacionado aos pontos do discurso proferido. Existe uma estética arquitetural nestes treinamentos, vistos em textos como *Hippias Menor*, de Luciano, no qual o autor faz uma descrição detalhada de uma terma romana. Podemos dizer que havia uma mnemotécnica (YATES, 1975: 7-15).

Lembrar era fundamental em uma sociedade onde a escrita ainda não havia tomado o lugar da oralidade, e a política tinha um forte apelo ao discurso. A prática das citações não era feita como nos dias de hoje, os homens necessitavam das duas mãos para lerem um rolo manuscrito de algum texto (CORVISIER, 1997: 5-9). Logo, as referências a outras fontes, possivelmente, são frutos de um trabalho memorialístico. Fato que explicaria, em parte, a quantidade de citações que propõem sentidos diferentes ao contexto original. A relação oralidade-escrita precisa ser questionada, qual o lugar da expressão oral, e com isso todos os elementos relacionados tais como os gestos e a entonação, na transmissão de signos e significados, utilizados no cotidiano, através das mais distintas mensagens e receptores. Qual o lugar dado ao texto escrito, como podemos refletir esta sociedade cujos aspectos socioculturais, ainda estão vinculados a fala? (HAVERLOCK, 1996a; 1996b)

Uma sociedade cujos mecanismos de comunicação escritos, ainda, não são os predominantes. O poder utiliza as mais diversas maneiras para legitimar-se. Estátuas, triunfos, moedas, benesses entre outros veículos de comunicação.

Um elemento fundamental são os critérios de validação baseados na visão. Um texto de Aristóteles é claro a esse respeito. Deve-se primar pela visão. Este é o sentido fundamental no estabelecimento das formações discursivas válidas.

Alguns fatores narrativos são fundamentais para a sustentação dos elementos que articulam à estrutura metanarrativa do regime de memória. As narrativas míticas eram fundamentais para a transmissão de valores, em uma sociedade oral, como era o mundo greco-romano. O mito não pode ser visto como sinônimos de mentiras, falsa consciência ou uma mera ficção. Precisa ser identificado como fator esclarecedor dos aspectos mais profundos de uma sociedade e, também, da maneira como esta enxerga o mundo.

Muitas vezes, estas narrativas giravam em torno da figura de um herói, que usamos a partir do sentido proposto por Francisco Bauzá, isto é, herói é aquele que transpõe os valores dominantes e re-inventa uma nova ordem, suprimindo o caos. Sua imagem podia legitimar a ação de um indivíduo ou de um grupo, ou ainda, legitimar uma ordem pré-estabelecida. Toda a ação do herói se afirma em valores morais. Fato que garante sua imortalidade, por meio da permanência na memória coletiva — mais um fator ordenador da vida social. Bauzá ressalta que a função do herói era a de servir de exemplo de conduta e despertar o sentimento de heroísmo presente nos homens, a imagem ideal pela qual o homem devia guiar sua conduta (Bauzá, 1998, p.3-13). O mito do herói é produto da História e, portanto:

“(...) veículo semântico de determinados feitos e experiências; por esta razão, as diferentes variantes que oferece este discurso devem ser entendidas de acordo com circunstâncias e interesses particulares de um momento histórico preciso” (BAUZÁ, 1998, p. 3).

Como forma de testar os alcances do conceito de regimes de memória, gostaria de propor a análise de um pequeno texto de Luciano de Samósata, este autor sírio do século II da era cristã é um exemplo hiperbólico dos sinais identificados como partes fundamentais na constituição do regime de memória romano.

Luciano era membro da elite provincial, escrevia em um idioma que não era o que aprendeu em casa, sua obra está em grego. Ele construiu em sua obra um profundo diálogo com a tradição grega, principalmente com suas raízes homéricas. Neste artigo vamos analisar um texto singular, que versa sobre o herói Hércules.

O texto chama *Prelúdio Hércules e versa sobre “um Hércules que os Celtas chamam Ogmio, usando uma voz do seu país e a imagem do deus pintam muito rara”* (LUCIANO, Prelúdio Hércules, I). Diferentemente das representações mais comuns, o filho de Alcmena é representado como um velho, careca, cheio de rugas e a pele bem “tostada pelo

sol” (LUCIANO, Prelúdio Hércules, I), ele é comparado aos velhos marinheiros, com Caronte o barqueiro do Hades. Mesmo com esta diversidade representacional carrega os signos tradicionais de Hércules, a pele de leão, a clava na mão direita, e o arco na mão esquerda.

Luciano se questiona sobre a imagem proposta do herói. Ele diz:

“Eu acreditava, por conseguinte, que os Celtas cometiam estas arbitrariedades com a figura de Hércules para irritar os deuses gregos, vingando-se nas representações, porque uma vez percorreram seu território saqueando-lo, quando, buscavam, os rebanhos de Gerion, correram a maior parte dos povos do ocidente” (LUCIANO, Prelúdio Hércules, II).

O autor sírio constrói uma bela alegoria. O herói que realiza os doze trabalhos simboliza a eloquência, ao invés do deus Hermes tradicionalmente vinculado a esta prática. *“Esse Hércules velho, segundo Luciano, arrasta uma enorme massa de homens, atados todos das orelhas”* (LUCIANO, Prelúdio Hércules, III) em finos fios que ligam a língua do filho de Zeus. Seus prisioneiros sorriem, mesmo atados a língua do dominador.

Esta imagem é muito rica, construída na encruzilhada mítica propiciada por esta cultura imperial, transmitida em um discurso, que somente por acaso nos chegou escrito. A fronteira se coloca entre as alteridades, pouco nos diz a referencia concreta ao deus celta, mas muito nos fala a imbricação que legitima o poder imperial, relacionado freqüentemente a figura deste herói. Todos os elementos constituintes desta matriz estão relacionados neste diálogo que mesmo marginal permeou a cultura imperial romana.

BIBLIOGRAFIA:

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

LUCIANO. Obras I. Traducción y notas Andrés Espinosa Alarcón. Madrid : Gredos, 1981. p. 96-100.

OBRAS GERAIS

BAUZÁ, Francisco F. *El Mito del Héroe*. Buenos Aires: FCE, 1998.

- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha & DAVIDSON, Jorge & MENDES, Norma Musco. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, p.17-49, 2005.
- _____. Práticas culturais no Império Romano: Entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, Gilvan Ventura & MENDES, Norma Musco (Orgs). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro/ Vitória: Muad/ EDUFES, 2006. p. 109-136.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. A adivinhação no mundo helenizado do segundo século. *Clássica*. São Paulo, v. 4, p.103-121, 1991.
- _____. *A invenção do romance*. Brasília: Ed. UNB, 2005.
- _____. *A poética do Hipocentauro: Literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- _____. *À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, UFRGS, 2002.
- CORVISIER, Jean-Nicolas. *Sources et méthodes en histoire ancienne*. Paris: Presses Universitaire de France, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Relações de Força: História, Retórica e Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *O Fio e os Rastros: Verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a Representação do Outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. *Régimes d' Historicité: presentisme et experiences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HAVERLOCK, Eric C.. *A musa aprende a escrever: reflexões sobre a oralidade e a literacia da Antigüidade ao presente*. Lisboa: Gradiva, 1996a.
- _____. *A Revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo/ Rio de Janeiro: UNESP/ Paz e Terra, 1996b.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado: Contribuição à semântica dos tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Puc-Rio/ Contraponto, 2006.
- MENDES, Norma Musco. Reflexões Sobre a Romanização de Balsa. *Phoênix*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 307-327, 2002.
- _____. Romanização: cultura imperial. *Phoênix*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 307-324, 1999.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VERNANT, Jean Pierre. O indivíduo na cidade. In. _____ et alli. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Setenta, 1987.p. 25-45
- _____. Fronteiras do mito. In: FUNARI, Pedro Paulo. *Repensando o mundo antigo*. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 09-23.
- _____. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*, São Paulo, n. 9, p. 31-69, 1979.
- _____. *AS Origens do Pensamento Grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- _____ & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- YATES, Francês A. *L' Art de la Mémoire*. Paris: Gallimard, 1975.

A mestiçagem como projeto identitário para a América Latina em José Vasconcelos Gustavo de Oliveira Araújo*

RESUMO

Não é novidade, nos debates acadêmicos, as discussões que tratam de forma mais “aprofundada” questões referentes a multiculturalismo, mestiçagem e hibridismo cultural, principalmente (senão, quase exclusivamente) quando o recorte espaço-temporal refere-se à América Latina e/ou Afro-américa. Nesse sentido, há de se destacar a principal obra do mexicano José Vasconcelos, que traz a mestiçagem como projeto para a América Latina. Em **La Raza Cósmica**, Vasconcelos postula quais são as especificidades do continente e sinaliza para o futuro o advento da quinta e definitiva raça (ou raça cósmica ou raça síntese). Dessa forma, nossa comunicação tem por objetivo compreender o foco da análise da mestiçagem para Vasconcelos.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, mestiçagem, José Vasconcelos

Desde os primeiros contatos entre os europeus e aqueles que habitavam o Novo mundo, foi se evidenciando um choque de culturas, que posteriormente seria traduzido como um núcleo genitor do que hoje concebemos como mestiçagem. Era inevitável que culturas tão dissímiles, ficassem isoladas entre si; na medida em que a empresa colonizadora se adaptava ao novo continente, os que aqui viviam se viram obrigados a integrar o novo cenário. Décadas depois, para somar a esse amálgama racial, chegavam os primeiros negros trazidos da África. A partir de então começou a se delinear o perfil da América Latina¹ como um continente mestiço, surgindo também os primeiros questionamentos acerca da identidade desse novo indivíduo, o latino-americano.

Nossa proposta é compreender como foi pensada a questão da identidade latino-americana, sobretudo a partir dos processos de independências e formação dos Estados Nacionais, e qual o lugar que a mestiçagem ocupa diante dessas discussões. Evidenciando as idéias do mexicano José Vasconcelos como principal expoente e defensor da mestiçagem, tendo

* Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás.

¹ Vale ressaltar que foi no século XIX, a primeira vez que o nome América Latina foi cunhado.

como foco de análise sua principal obra, *La Raza Cósmica*, onde delinea os princípios que levaria à formação de uma quinta raça ou raça síntese, no continente ibero-americano.

A maior parte daqueles que se propuseram a pensar a realidade latino-americana e, conseqüentemente, os seus aspectos identitários, o fizeram partindo de uma determinada situação histórica pela qual passava o continente e na qual estavam inseridos. Jorge Larraín Ibañez enfatiza que é possível propor uma seqüência histórica na construção da identidade cultural latino-americana e que existem etapas que exercem maior preponderância sobre outras. Portanto, na história do continente americano houve uma preocupação e uma produção de cunho americanista mais intensamente a partir dos movimentos de independência. Para Octavio Paz: “O pensamento hispano-americano principia como uma justificação da independência, mas se transforma quase imediatamente num projeto” (PAZ, 1992, p.108).

Nota-se, assim, nos discursos americanistas, uma ênfase na valorização da cultura indo-americana e uma busca incansável de união dos povos. Pensando nesse mesmo sentido de integração e valorização do outro, está José Vasconcelos, o qual propôs a mestiçagem como forma de manutenção da identidade americana. Em 1925, Vasconcelos publica *La Raza Cósmica*, um livro que traz a idéia de formação de uma quinta raça ou raça síntese, resultado da mistura de todas as outras raças existentes.

José Vasconcelos - figura pouco estudada no Brasil - se destacou como filósofo, ensaísta, educador e tornou-se um marco na educação mexicana. Em 1920, foi nomeado reitor da Universidade Nacional do México pelo presidente provisório Adolfo de la Huerta e, em 1921, com o intuito de combater o monopólio que a burguesia e a classe média detinham sobre a educação, criou a Secretaria de Educação Pública (SEP), com o objetivo de salvar as crianças, educar os jovens, redimir os índios, ilustrar a todos e difundir uma cultura generosa e enaltecida, não de uma casta, mas de todos os homens.

Para compreendermos as principais postulações feita por esse mexicano, sobretudo as que dizem respeito à sua filosofia da “**raça cósmica**”, como foram pensadas, quais circunstâncias o levou a propô-la como aspecto diferenciador da identidade latino-americana, devemos retroceder no tempo e analisar a trajetória de vida desse mestiço, que argumentou durante boa parte de sua vida acerca da mestiçagem.

José María Albino Vasconcelos Calderón nasceu em 1882 na cidade de Oaxaca-México, filho de Ignacio Vasconcelos e Carmen Calderón. Seu pai era um agente aduaneiro que

sempre se deslocava de um lugar a outro do território mexicano, e, por conseguinte a família o acompanhava. Com seis anos idade, José Vasconcelos se muda com seus pais para a fronteira norte do México, logo, sua vida vai sendo marcada por diferentes lugares e por diferentes pessoas. Sua infância é caracterizada pelos estudos em uma escola norte-americana, pelo contato direto com crianças protestantes (segmento religioso que sempre foi criticado por Vasconcelos, como católico) e por fim, a perda de territórios tanto da família como posteriormente do México, para os Estados Unidos. Sendo assim, “a Nação, tal como a idealizou o romantismo social do século XIX, acabara por converter no elemento central do discurso vasconceliano”.

Um de seus biógrafos, Christopher Dominguez, argumentou que “essa variedade de ambientes fez de Vasconcelos um ávido viajante, tão audaz como empedernido e lhe presenteou com um conhecimento privilegiado de terras, climas e homens do México, dado definitivo na elaboração de um messianismo mestiço que pregou durante a década de vinte”.² (MICHAEL, 1992, p.XI).

Vasconcelos no ano de 1900, quando estava com dezoito anos, ingressa na Escola Nacional Preparatória, fundada por Gabino Barreda. Lá obterá seus primeiros contatos com a filosofia comtiana, que anos mais tarde criticará de forma veemente. Após ter se formado em Direito, funda em 1909 uma agremiação cultural conhecida como Ateneo de la Juventud tendo como um dos principais objetivos fazer oposição à reeleição de Porfírio Díaz e criticar a forma como era aceito e vivenciado o positivismo no México. Para Octavio Paz “o disfarce positivista não se destinava a enganar o povo, mas sim a esconder a nudez moral do regime dos seus próprios usufruidores. A proposta do Ateneo da Juventude é de criticar esse sistema”.(PAZ, 1992 p.120).

Com um quadro sócio-econômico vergonhoso, em que o índio, o camponês mestiço e o negro foram explorados e colocados à margem da história; terras sendo tomadas pelo Estado e pela Igreja e a perda de território para Estados Unidos, seria em vão qualquer tentativa de impedir ou evitar o levante revolucionário em 1910. Em 20 de novembro é iniciado o processo que levará o México e o mexicano a se inserir na história; o poder de Porfírio Díaz que estava enfraquecido, não suportou a pressão revolucionária e no ano seguinte a política porfirista encontrou seu fim.

A Revolução Mexicana foi a primeira aparição visual do outro no século, para Octavio Paz “a revolução mexicana é um fato que irrompe em nossa história como uma

² Tradução do autor.

verdadeira revelação do nosso ser”.(PAZ, 1992, p.123), suas imagens remetem a uma imensa revolta agrária que arrasou a possibilidade de continuidade entre dois séculos, necessária para que a América Latina se integrasse pacificamente à história. “Se a revolução foi uma brusca e mortal imersão em nós mesmos, na nossa raiz e origem, nada nem ninguém encarna melhor este fértil e desesperado afã que José Vasconcelos, (PAZ, 1992, p.136), inclusive tendo participação efetiva na guerra civil junto às tropas villistas.

Nota-se com o passar dos anos que José Vasconcelos vai se tornando uma referência em relação à realidade revolucionária mexicana. Em 1914, a Convenção de Aguascalientes, organizada pelos villistas e zapatistas, terá em Vasconcelos seu principal teórico e propagantista. Essa participação mais intensa junto às forças “rebeldes” somada às suas idéias – em gestação - sobre a formação de um continente mestiço, fará dele um possível ideólogo da Revolução.

Se somadas a história da infância de José Vasconcelos, sua experiência revolucionária como pretense ideólogo e suas experiências como educador à frente da Secretária de Educação Pública e do Ministério da Educação tem-se como resultado a formação intelectual de Vasconcelos; dos aspectos mencionados, sem dúvida alguma, foi seu envolvimento direto com a Revolução que teve um peso preponderante sobre os demais. É a partir de então que se iniciará a noção de americanismo proposta por Vasconcelos em *La Raza Cósmica*.

O americanismo proposto por Vasconcelos terá como sustentáculo principal a noção de mestiçagem, para ele a América Latina estaria de fato unida, somente quando houvesse uma mistura de todas as ‘raças’ existentes no continente. A solidariedade continental, proposta por Bolívar, encontraria lugar no continente mestiço. Influenciado pelo uruguaio José Rodó, que deu a ele uma perspectiva racial e continental latino-americana, Vasconcelos tentará resolver o problema gerado na revolução (a falta de uma ideologia universal); já que ‘era impossível retornar ao catolicismo e ao liberalismo’, a proposta seria a filosofia da raça ibero-americana. Substituindo o lema positivista que impregnou muitas nações no final do século XIX, “Amor, ordem e progresso”, Vasconcelos propõe um outro mais autóctone, e que condizia com a realidade hispano-americana, “Por minha raça falará o espírito”, evocando com isso a grandeza do ser latino.

Um aspecto que difere o americanismo formulado por Vasconcelos dos demais, é que a grande maioria negava qualquer vínculo com o passado colonial, e buscavam uma forma de se desvincularem da Espanha, José Vasconcelos irá propor diferente, não só exalta o nacional

(índio, negro e mestiço), como também resgata os valores da cultura ibérica. Isso fica mais relevante quando afirma que não seremos grandes enquanto o espanhol da América não se sentir tão espanhol como os filhos da Espanha. “O que não impede que sejamos diferentes cada vez que seja necessário, mas sem separar-nos da mais alta missão comum.”, isto é, a formação da quinta raça.

Para José Vasconcelos “la colonización española creó mestizaje; esto señala su carácter, fija su responsabilidad y define su porvenir.” (1925, apud Michael, 1992, p.96), compreendemos com essa argumentação o destaque que é dado à Espanha e porque não a colonização, já que o princípio da mestiçagem está na relação índio-europeu, havendo também referência ao futuro, sendo definido por essa mestiçagem inicial. “As idéias de Vasconcelos não tinham parentesco com o casticismo e o tradicionalismo dos conservadores mexicanos, pois para ele, como para os fundadores da América, o continente se apresenta como futuro e novidade, ‘a América espanhola é o novo por excelência, novidade não só de território, mas também de alma’”. (PAZ, 1992, p.138).

O ano de 1925 foi um marco, tanto na vida intelectual de Vasconcelos como da intelectualidade americanista. Foi nesse ano que se deu a primeira aparição da obra que faria José Vasconcelos conhecido mundialmente; *La Raza Cósmica: misión de la raza iberoamericana* traz na mestiçagem o condutor do pensamento vasconceliano e como aspecto diferenciador latino-americano, a idéia predominante em suas análises “é que a mestiçagem constitui o signo cultural da América Latina”.

Para Irlemar Chiampi, “a mestiçagem constitui-se em uma capacidade de combinação e estilização deformadoras dos modelos originários”.(CHIAMPI, 1979 p.161). Logo se vê que o reconhecimento do fenômeno da mestiçagem como padrão diferenciador, funciona como suporte da reivindicação de uma identidade para o homem latino-americano. “Caracterizado pela não-disjunção dos componentes raciais e culturais que vieram constituindo a sociedade latino-americana, o ideograma da ‘América mestiça’ exerceu um papel fundamental na construção do discurso de identidade latino-americana” (COUTINHO, 2000, p.26), em contraposição às idéias segregacionistas do darwinismo social.

Contudo a teoria da raça cósmica leva em si um paradoxo, que não sabemos ao certo como lidou Vasconcelos. Ao mesmo tempo em que há uma exaltação do outro, um reconhecimento daqueles que sempre foram marginalizados pela história oficiosa ocidental, tem-

se certo descrédito com os negros, índios e asiáticos. Por detrás da idéia de refinamento estético, parece conter uma espécie de eugenia estética, que Vasconcelos define como um mendelismo astuto. Isso fica mais inteligível na seguinte expressão:

Los tipos bajos de la especie serán absorbidos por el tipo superior. De esta suerte podría redimirse, por ejemplo, el negro, y poco a poco, por extinción voluntaria, las estirpes más feas irán cediendo el paso a las más hermosas. [...] El indio, por medio del injerto en la raza afín, daría el salto de millares de años. [...] Y en unas cuantas décadas de eugenesia estética podría desaparecer al negro junto con los tipos que el libre instinto de hermosura vaya señalando como fundamentalmente recesivos e indignos, por lo mismo, de perpetuación. (ibidem, p.108).

Resulta, portanto, que a mestiçagem proposta por José Vasconcelos como projeto identitário latino-americano, torna-se uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que insere os diferentes tipos raciais na formação de uma quinta raça, estabelece uma relação diferenciada com aquelas que não são essencialmente de origem ibérica, em especial os negros e indígenas.

Isso de certa forma resultou em que, a hegemonia do princípio da mestiçagem, instituída por Vasconcelos, teve de ir cedendo lugar à noção de multiculturalismo e hibridismo cultural. O erro de Vasconcelos, se podemos denominar assim, foi não ter percebido a distinção fundamental entre o fenômeno histórico da mestiçagem e a ideologia construída que englobava num discurso hegemônico culturas heterogêneas, neutralizando suas diferenças.

O discurso teórico de surgimento da raça cósmica, que a princípio tinha uma característica a inserção dos diferentes povos e raças em uma única raça, foi se transformando em um discurso totalizante. Ao invés de ouvir as diferentes vozes do continente, as considerava num conjunto uniforme e monolítico, e ao invés de realçar as diferenças, as diluía. A hegemonia do discurso que valorava a mestiçagem acima de tudo foi sendo questionada, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com o aparecimento de novas formas de analisar a alteridade latino-americana. As novas teses que vão suceder as análises feitas sob a noção de mestiçagem, situam seus discursos em torno das idéias de hibridismo e heterogeneidade, observando o continente como o resultado sempre provisório de cruzamento de influências heterogêneas em constante mutação.

REFERÊNCIAS

AÍNSA, Fernando. Reflejos y antinomias de la problemática de la identidad em el discurso narrativo latinoamericano. México, UNAM, p.54-71, 1990.

CHIAMPI CORTEZ, Irlemar. O discurso americanista dos anos 20. In: Discurso 9. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.159-171.

COUTINHO, Eduardo. Mestiçagem e multiculturalismo na construção da identidade cultural latino-americana. In: Revista da biblioteca Mário de Andrade, Rio de Janeiro, n.58, p.21-32, 2000.

DEVÉS VALDES, Eduardo. “El concepto de identidad en las ciencias humanas y en la política”. Textos de História, Brasília, UnB, V. 4, n. 1, p. 181-190, 1996.

DOMINGUEZ MICHAEL, Christopher. Jose Vasconcelos: Obra Selecta. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992.

GAMIO, Manoel. Forjando Pátria. 4ª. ed. México: Editorial Porrúa,S.A, 1992.

IANNI, Octavio. O labirinto latino-americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

KAPLAN, Marcos. Formação do Estado Nacional. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LARRAIN IBAÑEZ, Jorge. Modernidad razón e identidad en América Latina. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1996.

LUIS BALCÁRCEL, José. Dinâmica de la identidad. In: América Latina, historia y destino. Homenaje a Leopoldo Zea. México, DF, UNAM, 1992, p.75-82.

MEIER, Cristian. Sobre o conceito de identidade nacional. História: Questões & Debates, Curitiba, ano 10(18-19), p.329-347, jun./dez. 1989.

PRADO, Maria Lígia. América Latina: Tradição e Crítica. Revista Brasileira de História, São Paulo, V.1, n.2, p.167-174, 1981.

----- A formação das nações latino-americanas. Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

PAZ, Octavio. O labirinto da solidão e post scriptum. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAMOS, Samuel. El perfil del hombre y la cultura en México. 34ª ed. México, DF: Editorial Planeta Mexicana, 1999.

RIBEIRO, Darcy. América Latina: a pátria grande. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

VASCONCELOS, José. La Raza Cósmica. In: DOMINGUEZ MICHAEL, Christopher. Jose Vasconcelos: Obra Selecta. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992.

VILLA, Marco Antonio. A Revolução Mexicana (1910-1940). São Paulo: Editora Ática, 1993.

“EXPERIÊNCIA FEMININA NO SETOR BANCÁRIO: ESPAÇO DE LUTA E PODER”*

Harley de Araújo**

RESUMO

A presença da mulher nos diversos setores da economia é visível. Concomitantemente ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, cresce também a exploração com a dupla jornada de trabalho: em casa cuidando dos filhos, do marido e dos afazeres domésticos, contribuindo para a reprodução da força de trabalho, e no trabalho remunerado fora, com salário menor que dos homens e não sendo oferecidas a elas as mesmas oportunidades para ocupar cargos de maior responsabilidade na empresa. Esse trabalho faz uma análise da automação bancária em Uberlândia na década de 1990 e a crescente inserção da mulher no setor e como essas trabalhadoras estabelecem estratégias para garantir seu espaço e lutar por seus direitos no interior da instituição em que trabalha e como percebem sua própria inserção no mundo do trabalho.

ABSTRAT

The presence of the woman in the several economics is visible. Together with the grow of the female participation in the work market, grow as well the double journey of work: at home taking care of the kids, the husband and the domestic tasks, contributing to the reproduction of the work force, and at the wage-earning work outside of their house, with less wage than the man and not being offered the same opportunities to fulfilled positions of bigger responsibility in the company. This work makes an analysis of the banking automation in Uberlândia in the 1900's and the increasing insertion of the woman in the sector and how these workers establishes strategies to guarantee its space and to fight for its rights in the interior of the institution where they work and how they see its proper insertion in the work world.

PALAVRA-CHAVE: Mercado de trabalho, Mulher, espaço de trabalho e luta

KEYWORDS: Market of work, Woman, Space of work and fight

* Este artigo é parte integrante de minha dissertação em História (com algumas modificações) intitulada: “Automação Bancária: Os dois lados da moeda”. PUC/SP. Órgão financiador: Cnpq.

** Doutoranda Universidade Federal de Uberlândia

A presença da mulher nos diversos setores da economia é fato visível e consumado. Concomitantemente ao crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, cresce também a superexploração, seja pela dupla jornada de trabalho: [1] em casa cuidando dos filhos, do marido e dos afazeres domésticos, contribuindo para a reprodução da força de trabalho; [2] seja no trabalho, com salário menor que o dos homens e não sendo oferecidas a elas as mesmas oportunidades para ocupar cargos considerados de maior responsabilidade na empresa.¹

No setor bancário, juntamente com a automação e as mudanças organizacionais: implantação de novos processos de gerenciamento e adoção de programas de qualidade total, terceirizações, principalmente nos setores da compensação, cobrança, microfilmagens, houve também um processo permanente de redução dos postos de trabalho e “feminização” do trabalho. A mulher, criada numa sociedade predominantemente machista, foi moldada para executar tarefas mais manuais, ser mais delicada, comunicativa, sociável, submissa ao homem, que ao contrário, é forte, arrojado e está mais preparado para tarefas de comando, decisão, cálculos, fechar negócios. Mas os modelos de organizações sociais encontram-se menos masculinos, exigindo e contribuindo para a feminização de vários setores da sociedade, entre eles, o bancário. Os motivos que permitiram às mulheres ingressarem no mercado de trabalho são amplos. O que se pergunta è: a mulher adaptou-se às novas exigências capitalistas, conseguindo, dessa forma, maior participação na produção e na economia, ou o sistema capitalista metamorfoseou-se para cooptar o trabalho feminino, que é eficaz tanto quanto ao masculino por um custo menor? Essa conquista faz parte de anos de luta por direitos iguais e a profissionalização, mediante as quais a mulher pôde sair do mundo doméstico e da obrigação de somente educar os filhos e, assim, realizar-se no mundo do trabalho, ou o desemprego conjuntural obrigou-a entrar no mercado de trabalho para contribuir com o orçamento doméstico?

Talvez não possamos privilegiar somente uma questão em detrimento de outra. Talvez as várias indagações se complementem, para, assim, podermos refletir melhor sobre a inserção crescente da mulher no setor bancário.

¹ No Brasil, segundo dados oficiais de 1995, somos 29,8 milhões de mulheres trabalhadoras entre ocupadas e desempregadas, ou 40,1% de força de trabalhado brasileira. No que se refere à ocupação, as mulheres estão basicamente na condição de assalariadas no setor público e privado (59,1% das mulheres ocupadas, em 1995). Das 16 milhões de assalariadas no país, cerca de 4,8 milhões são trabalhadoras domésticas. Ou seja, o emprego doméstico representa quase 30% do trabalho assalariado ou, sozinho, cerca de 17% da ocupação de mulheres. Outras 16,6% encontram-se na categoria de trabalho por conta própria. (Fonte: Confederação dos Bancários – CUT – CNB – março de 1999).

As lutas feministas contribuíram em muito para as conquistas das mulheres, no sentido de pôr à mostra a ação destas, a importância do seu papel na sociedade, principalmente para a reprodução do capitalismo, e os conflitos existentes entre homens e mulheres, que o discurso machista e preconceituoso tentava abafar, colocando a mulher como a eterna dominada, submissa em um lar “equilibrado”. Por outro lado, também não podemos negar que o capitalismo reformulou-se, particularmente depois de altos investimentos em tecnologia avançada. Seu objetivo ainda continua ser a extração da mais-valia, a compra da força de trabalho e a concentração de renda por meio de altos lucros da minoria que controla os meios de produção. Mas, a necessidade cada vez menor de pessoas que somente executam o trabalho considerado manual, especialmente no setor bancário, está colocando as mulheres para fazer, concomitantemente, o trabalho dito manual e o intelectual, aquele que exige maior sensibilidade, sociabilidade e comunicação. O capitalismo soube aproveitar bem a capacidade das máquinas de fazer o trabalho que antes era função, principalmente dos homens: de cérebro, inteligência, razão e capacidade de decisão. Agora os homens são “descartados” com maior facilidade do mercado de trabalho, aumentando os lares em que pais estão desempregados e somente as mães exercem atividade remunerada. Os bancos não precisam primordialmente dos homens, as máquinas fazem o trabalho deles. Para as outras funções, a mulher atendeu às expectativas especulativas do setor financeiro. Ela é competente, sociável, conseguindo aumentar a carteira de clientes do banco e recebe muito menos que aquele bancário tradicional do começo da década de 1990.²

Seja pela reformulação do capitalismo, pelo aumento crescente da presença das mulheres no mercado de trabalho, o que notamos e que a luta por um espaço de organização e representação das mulheres trabalhadoras no setor bancário aumentou desde as décadas de 1970/80, junto ao movimento social pela redemocratização do país. Segundo a Confederação Nacional dos Bancários, “a participação das mulheres nas mobilizações pela democracia, direitos sociais e cidadania tem sido muito importante”³. A participação das mulheres na luta pela creche, por exemplo, contribuiu para que esse direito fosse inscrito no Contrato Coletivo de Trabalho e estendido a todos os bancários.

² No Banco do Brasil – agência Afonso Pena, maior agência de Uberlândia, há hoje 36 funcionários: 28 homens e 18 mulheres. Conforme questionário escrito, hoje a presença da mulher é significativa, pois corresponde a 50% do quadro de funcionários, sendo que na década de 1980 não chegava a 15%. No Bradesco, também a maior agência de Uberlândia, conta hoje com 61 funcionários, sendo 30 homens e 31 mulheres, fato que surpreende também os funcionários, pois há duas décadas, a situação era outra., a predominância era masculina. (Questionário escrito – passado para os funcionários do Banco do Brasil e do Bradesco).

³ Confederação Nacional dos Bancários – CNB/CUT (03;1999) – artigo divulgado na Conferência Mundial de Mulheres.

A automação e a reorganização do espaço de trabalho, além de permitirem a redução dos postos de trabalho, incrementaram a participação da mulher no sistema financeiro. Segundo o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - , “as bancárias vão ocupar, principalmente, os postos de trabalho relacionados às operações simplificadas e repetitivas que os sistemas informatizados passaram a demandar a partir da década de 80”.⁴

Em Uberlândia, o banco Bradesco e o Banco do Brasil apresentam peculiaridades que diferenciam o processo de feminização no setor.

No Banco do Brasil, o número de mulheres é menor em relação ao número de homens. Na maior e principal agência do banco do Brasil, há 28 homens e 18 mulheres.⁵ Por ser uma instituição pública, a inserção da mulher nessa instituição, se deve, além de sua luta para entrar no mercado de trabalho, também pela conquista do direito em concorrer em concursos públicos. Mas, mesmo com o direito em participar do concurso para ingressar no Banco do Brasil, verificamos que os cargos considerados de maior importância, como gerente, por exemplo, ainda continuam sendo ocupados predominantemente por homens. Na agência do Banco do Brasil, às mulheres ficaram reservados os cargos de atendentes e escriturárias. Mas, embora não ocupando cargo de direção oficialmente, essas mulheres, principalmente as atendentes e as assistentes de gerências, executam trabalho dos gerentes, dando apoio quando o banco tem muitos clientes, ou em ausência destes, sem receber, no entanto, salário correspondente.

Já no Bradesco, a principal e maior agência da cidade de Uberlândia, o número de homens e mulheres é mais equilibrado. Atualmente, há 30 homens e 31 mulheres.⁶ Segundo a maioria dos funcionários que responderam ao questionário, a inserção da mulher aumentou, devido à necessidade desta contribuir com a renda familiar e ao crescente desemprego dos homens após a automação bancária, já que no começo da década de 1990, havia muito mais homens do que mulheres atuando nos bancos.⁷ Mas, apesar do número de homens e mulheres estar equilibrado, também no Bradesco, os cargos considerados de maior responsabilidade, como gerente, por exemplo, são os homens que ocupam. As mulheres ficam, geralmente, com os cargos de caixas, atendentes ou escriturárias.

⁴ Fonte: MTb – RAIS – Elaboração: DIEESE – Subseção SESE/SEEB-SP.

⁵ Informação concedida pelo gerente do Banco do Brasil em questionário escrito. O gerente tem 26 anos de banco, com nível universitário.

⁶ Informação concedida por Leila Márcia de Melo, em questionário escrito. 14 anos como bancária. Curso universitário.

⁷ Foram passados questionários escritos aos funcionários do Banco do Bradesco. O gerente não permitiu a entrevista oral, alegando ser proibido. Os questionários devolvidos não tinham a identificação do funcionário com exceção do questionário da funcionária Leila Márcia de Melo.

No item qualificação, as mulheres bancárias nada ficam a desejar para os homens, no entanto, percebemos que a exclusão da mulher no sentido de conseguir um cargo “melhor” no banco é camuflada, porque o discurso corrente é que a mulher pode conquistar “seu espaço, porque ela é organizada, mostrando competência **igual ou superior ao homem**”⁸. No discurso dominante, se os cargos de gerência não se encontram ocupados por mulheres, não é por falta de oportunidade. Contudo, se o trabalhador não tiver bastante sutileza para perceber o jogo do banqueiro, ele acaba realmente acreditando nessa “igualdade de oportunidades”. Segundo a bancária Jaqueline:

*“Na teoria, sim. Na verdade, quando vai ter um concurso interno para promoção, a mulher tem fazer maior esforço que o homem para mostrar serviço e vencer o preconceito. Mas, na maioria das vezes, são homens que passam nos concursos internos para promoção. Para o banco é muito bom, pois tem homem recebendo salário de gerente e por trás dele tem os atendentes, os assistentes de gerentes, que geralmente é mulher que faz o serviço dele, mais não recebe para isso”.*⁹

A bancária, talvez por ser mulher, percebeu com mais nitidez a situação de discriminação de gênero¹⁰ que vive as mulheres no mundo do trabalho, por vivenciá-la.

Segundo a Confederação Nacional dos Bancários – CNB CUT - e o Sindicato dos Bancários de Uberlândia, a tendência é aumentar a inserção da mulher no setor bancário, principalmente nos cargos de assistente de gerência, atendimento ao telefone, caixa etc, ficando o cargo de gerente-geral, geralmente, para o sexo masculino. Para o secretário geral do Sindicato dos bancários de Uberlândia: “essas mudanças foram possíveis graças à reestruturação organizacional e à intensificação da automação”.¹¹ O gerente-geral já não tem a função de tomar grandes decisões como: liberação de empréstimo, aplicação. Este trabalho foi bem distribuído entre os funcionários do banco, que agora têm que ser polivalentes.

⁸ Trecho, retirado de um dos questionários repassados aos funcionários do Banco do Bradesco. Quando perguntamos sobre o ingresso das mulheres no setor bancário.

⁹ Entrevista realizada em 04/02/2002 – Jaqueline Maria Oliveira – 15 anos de Banco do Brasil.

¹⁰ Um dos dados que mais evidencia a situação de discriminação de gênero e raça é o valor dos salários. No Brasil, segundo o mapa de Mercado de trabalho do IBGE (1993), 23 milhões de mulheres trabalham, mas recebem em média 43% menos que os homens; isto é, enquanto a renda média é de 4,9% salários mínimos, as mulheres recebem 2,8 salários mínimos. Esta proporção se acentua ainda mais com relação às mulheres negras, que têm um rendimento médio de 1,7 salários mínimos (Fonte: 7º Plenária Nacional/CUT; Agosto/Setembro de 1995. Comissão Nacional sobre a mulher trabalhadora. Cidadania: Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical.

¹¹ Entrevista realizada em 18/04/2002 – José Carlos Duarte – Secretário Geral do Sindicato dos Bancários em Uberlândia e Funcionário do Bradesco.

Percebemos o quão é ideológico o discurso da qualificação, e se ela é realmente válida e aplicada é em benefício de um número ínfimo de funcionários. A maioria dos entrevistados, seja via oral ou escrita, possuíam 3º grau, no entanto, em vez de melhorar o trabalho no sentido de diminuir a carga horária, as funções desempenhadas, o que há é uma intensificação especialmente para essas mulheres, que são, na sua maioria, atendentes ou assistente de gerência. Os maior “beneficiados” foram, com a automação e a exigência da qualificação, os homens que ocupam e exercem a função de gerente, pois a eles a exigência maior é de verificar e corrigir possíveis erros na organização do banco, e fazer balanços quanto ao número de funcionários, decidindo quem irá ficar ou não na instituição.

As tarefas mais estressantes estão agrupadas nessas mulheres que são qualificadas: atender ao público, telefone, resolver e decidir sobre possíveis erros de aplicação financeira, empréstimos, erros no sistema, fazer depósito, abrir conta, cadastros etc, tarefas que eram divididas e agrupadas em setores no banco para os quais o funcionário não precisava necessariamente ter curso universitário.

*“A automação poderia ter sido uma coisa muito boa pra gente. Mas, como no meu caso, meu marido ficou desempregado, fui obrigada a ir trabalhar para fora. O dinheiro é contado, no final do mês, mal dá pra pagar as contas. Se o banco não pensasse só nele, em aumentar seus lucros, seus números de clientes, a gente só teria a ganhar com a automação, mas não é o caso. E as mulheres trabalham muito mais para vencer o preconceito”.*¹²

Observamos que, para funcionária, o setor financeiro soube usar muito bem, em seu benefício, a força de trabalho das mulheres. Sentindo-se na obrigação de lutar contra os preconceitos da sociedade machista, as mulheres trabalham o dobro e não recebem condizente com a função que realmente exercem. O problema dos trabalhadores não é a questão do emprego ou não da automação, mas a sua utilização no sistema capitalista de produção que aumenta a extração da mais valia. Reflexo disso são os altos lucros apresentados pelas maiores instituições nos últimos anos, como o Banco do Brasil e o banco Bradesco, por exemplo.¹³ A automação, principalmente para as mulheres, juntamente com a reestruturação organizacional no trabalho, que passou a exigir maior qualificação para os bancários, não

¹² Entrevista realizada em 25/04/2002 – N.V (Nome Fictício – não permitiu que revelasse seu nome – funcionária do Banco do Bradesco.

¹³ Segundo jornal Folha de São Paulo de 05/02/2002, o resultado de 2001 do Banco de Bradesco supera em 24,7% o de 2002: lucro recorde R\$ 2,71 bi. Também o Banco do Brasil registrou lucro de R\$ 349 milhões no primeiro trimestre de 2002, 154,7% superior ao primeiro trimestre de 2001 e 5,1% maior que o quarto trimestre de 2001.(Fonte:site - www.bancodobrasil.com.br. Vinculado dia 07/05/2002 as 09h58min.

trouxe grandes benefícios. Elas mesmo apresentando qualificação igual à dos homens, não conseguiram ter o retorno em termos salariais, pois os cargos em que os salários correspondem à qualificação do trabalhador estão, em sua maioria, ocupados por homens.

A divisão de tarefas e a segregação sexual dos espaços, para Michelle Perrot, começaram já no século XIX, época em que se apresentava de forma mais clara:

“A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas”. (PERROT, 1988:186).

Hoje é nítido, a mulher vem conquistando seu espaço de trabalho, melhores condições para executá-lo, de salário, mas há muito por que lutar. Pelo que consta na proporção de homens e mulheres empregados nos bancos, no caso do banco do Brasil (agência Afonso Pena) e banco Bradesco (agência Afonso Pena),¹⁴ as mulheres estão em cargos que, para o mercado “qualificado”, são considerados de menor importância. Já o cargo de gerente geral, por exemplo, que ainda é considerado um cargo de status, prestígio e é mais bem remunerado, está ocupado por homens.

Entretanto, o que se vê ainda é que a sociedade coloca as mulheres numa posição de inferioridade em relação aos homens. Teoricamente, às mulheres também são dadas as chances de ocupar os cargos ditos de “prestígio” e com melhores salários, mas, na prática, na maioria das vezes, são homens que conseguem a vaga tão disputada. Isso porque, em nossa sociedade, as mulheres ainda são vistas como pessoas que não inspiram confiança para tomar decisões, nem para exercer cargos de poder. Às mulheres estão reservados os cargos que exigem delicadeza, sociabilidade, de atendimento (atendimento ao público, telefonista, caixa etc), pois são vistas como meigas, delicadas e jeitosas para esse tipo de serviço. Mesmo quando têm alta qualificação para exercerem outros cargos, encontram dificuldades.

Os investimentos tecnológicos possibilitaram a inserção da mulher no setor que vem crescendo gradativamente. O número de homens trabalhando nos bancos, em relação às mulheres vem diminuindo, e diminuindo também a renda familiar. A automação permitiu que funções consideradas masculinas fossem transferidas para as máquinas automatizadas, como liberação de empréstimos, amortizações, aplicações financeiras etc. Já não se precisa de

¹⁴ Banco do Brasil (agência Afonso Pena) – 46 funcionários – 18 mulheres e 28 homens – nenhuma gerente geral mulher. Banco do Bradesco (agência Afonso Pena) – 61 funcionários – 30 homens e 31 mulheres – nenhuma gerente geral mulher. Os dados foram colhidos em questionários escritos nas duas agências.

tantos homens no setor. As transações financeiras com valores muito alto, que precisam da interferência humana, necessitam apenas de um ou dois gerentes, no máximo. Já as funções que exigem de maior número de funcionários, caixas, atendentes, escriturários, telefonistas etc, são reservadas às mulheres. A automação possibilitou o desemprego dos homens, que, geralmente, ganhavam mais, e empregou as mulheres, que estão se tornando chefes de famílias, uma vez que os homens não estão conseguindo encontrar trabalho formal, com salários bem mais baixos, aumentando, conseqüentemente, a pobreza e a concentração de renda.

REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS

NEVES, Euclides Fagundes. *Bancos, bancários e movimento sindical*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998. 424p.

PERROT, Michelle. *Os excluídos. Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1992. 332p.

PIGNON, Dominique & QUERZOLA, Jean. *Ditadura e democracia na produção*. In: GORZ, André (org), **Crítica da divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980. P. 92-138.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo da história oral para a ideologia do século XXI. In; MORAES, Marieta de, FERNANDES, Tânia Maria, ALBERTI, Verena. **História oral .Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: FioCruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC/FGV, 2000, p. 67-71

Mulheres inventariadas de Vila do Carmo: donas de bens e escravos, 1713-1745.

Regina Mendes de Araújo¹

Resumo

A presente proposta pretende lançar luz sobre as mulheres que viveram em Vila do Carmo buscando traçar o perfil econômico e social. Para tanto, tomamos os inventários post mortem que se encontram na casa Setecentista de Mariana que abarcam os anos de 1713-1745. A partir da documentação buscaremos analisar como as proprietárias de bens e escravos se inseriam na sociedade por meio do mundo do trabalho.

O conceito de gênero baliza a presente proposta e orienta a metodologia e o diálogo entre as fontes procurando perceber os elementos que constituem as relações sociais existentes e as relações de poder no universo minerador setecentista.

Abstract

The article has the main subject to show an analysis about free women in the 18th century at *Vila do Carmo* and in their lives they resisted with their work. It is in this context that this search intends to study the quotidian life of free women in the 18th century who lived at Minas Gerais and in their time and to look for resistance strategies.

So, this article was helped by all information used in my search, with the studies about documents that refer to 'inventory *post mortem* (1713-1750)' by *Casa Setecentista de Mariana* for analyzing the women who was owner of slaves the property. Use the concept of gender for to demarcate analysis.

Therefore, this work intends a construction of reflections about these women who contributed as historic agent, thinking all the economic and cultural universe that they have lived.

Palavras chaves: gênero, escravo, inventários

Word key: gender, slaves, inventory

A presente comunicação pretende tratar das mulheres de Vila do Carmo, proprietárias de escravos e bens². Para tal análise será utilizado inventários *post mortem* que consistem em

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² A presente comunicação trata-se de uma parte de minha pesquisa do mestrado que está sendo realizado no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação da Professora Dr^a Carla Maria de Carvalho Almeida.

descrição pormenorizadas de todos os bens móveis e imóveis, posse de escravos e identificação de dívidas e créditos (DAUMARD, 1984p.197). A documentação referente aos inventários abarca os anos de 1713 a 1745 e se encontram na Casa Setecentista de Mariana.

É preciso considerar que os inventários post-mortem, embora capaz de nos fornecer importantes informações das sociedades do passado, não dão conta de abarcar a realidade da população como um todo, pois até 1809 os inventários só eram obrigatórios a pessoas que possuíssem filhos menores. No caso de serem os herdeiros todos adultos, era comum que a partilha dos bens fosse feita de maneira amigável, para se evitar despesas (LEWKOWICZ,1992,p.243-4).

Portanto, naquele universo só abririam inventários aquelas pessoas que possuísse algum bem de valor, ficando um grande contingente de pessoas fora das análises. Ou seja, não é possível uma representatividade de todas as camadas da população, mas somente daqueles que possuíssem alguma riqueza, ainda que pequena.

O conceito que baliza a presente análise será o de gênero com o objetivo de orientar a metodologia e o diálogo entre as fontes, na medida em que, procurando perceber os elementos que constituem as relações sociais existentes entre mulheres e homens da primeira metade do século XVIII, estando assim, mais capacitado para entender as relações de poder no universo minerador da Vila do Carmo.

A partir da década de 1960 há uma maior necessidade em se ouvir a história da mulher. Pode-se perceber isso através da crescente produção historiográfica nesse período. A preocupação em se fazer uma história das mulheres se insere dentro do contexto da modificação do campo histórico e dos métodos e técnicas de abordagem. (VOVELLE, 1998,p.681).

Os historiadores das mulheres queriam integrar as mulheres à história. Esse processo de integração se deu nas décadas de 1970 e 1980 de forma mais efetiva. A tarefa de integrar a mulher à história exigia uma reconceituação. A categoria de análise a se utilizada será “gênero”, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, e estendida à questão da diferença dentro da diferença (SCOTT,1992,p.86). O gênero vai revelar temas como as mulheres, as famílias e as crianças. Esse conceito se apresenta como uma maneira de indicar construções sociais.

Gênero também se apresenta como um primeiro modo de dar significado às relações de poder. E há que se considerar que o conceito de poder também baliza nosso trabalho de

pesquisa, portanto, a presente comunicação também dedicar-se-á ao poder e a história das mulheres.

Como destaca Eni de Mesquita Sâmara, os estudos sobre as mulheres ocidentais, principalmente as culturas ibéricas, desvendam várias imagens de representação de poder ou de “poderes” do sexo feminino (SAMARA,1989/99,p.228).

Para os historiadores que se dedicam ao estudo das mulheres, as relações de poder, aparecem como um desafio, uma busca em recuperar a identidade social da mulher e mostrar sua presença no processo de tomada de decisões. Os estudos historiográficos têm revisto imagens e revelado outras e até rompido com esteriótipos consagrados ao longo do tempo. Esses estudos têm revelado que a mulher por meio do trabalho tem se mostrado mais atuante, gerenciando negócios, exercendo certos poderes.³

Homens e mulheres da sociedade mineradora

A notícia da descoberta do ouro despertou em muitos o desejo de rumarem à região das minas atrás da possibilidade de enriquecimento. Dom Lourenço de Almeida em 1722, explicaria à Coroa que a maior parte daqueles homens que rumaram às minas eram moços solteiros, dos quais larga proporção eram imigrantes recém chegados de Portugal(BOXER,2000,p.190). Muitos jovens portugueses ao virem para as minas alimentavam o desejo de enriquecer, e depois retornar a metrópole. Caroline Brettell em seu estudo pelo noroeste de Portugal mostra que este desejo se materializou para muitos. Contudo, o estudo de Carla de Almeida nos mostra que de fato o que se verifica é uma forte fixação dos portugueses na região das Minas.

A emigração portuguesa caracterizou-se por um fluxo contínuo, desde o século XVI, e essa migração foi marcada pelo elemento masculino em idades muito precoces.⁴ Havia os que optavam ou os que eram forçados a deixar a casa paterna, tinham que buscar o próprio caminho, amparados ou não por alguma compensação deixados pelos pais. Muito optavam então, pela travessia do Atlântico em busca do eldorado.

³ Pode-se verificar que os principais trabalhos são SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*, 1986 e *As mulheres, o poder e a família-São Paulo, século XIX*, 1989. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo -século XIX*, 1984. FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, 1993 e *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*, 1997.

⁴ Conforme SCOTT a idade era em torno dos 12-14 anos. SCOTT, 2002.p.8

Havia, portanto, uma esmagadora preponderância de homens, em sua maioria, portugueses. Carla Almeida demonstra que a presença de pessoas procedentes de outras capitanias, dentro da documentação pesquisada, era mínima entre estes homens, representavam 7,6% (ALMEIDA,2006,p.81.)

Contudo, em relação às mulheres havia uma escassez de moças da mesma condição desses homens para casar, pois muitos pais preferiam mandar suas filhas para conventos em Portugal do que deixar que casassem em Minas Gerais (BOXER,2000,p.191). Esse fato significou um problema para a Coroa que chegou até a promulgar em março de 1732 uma lei proibindo as mulheres de deixarem a colônia sem a devida permissão. O Estado português acreditava que o casamento era uma forma de normalizar a população das Minas que crescia vertiginosamente. Podemos então dizer que houve por parte da coroa um incentivo a formação da família na região aurífera. O casamento era uma forma de fortalecer os laços familiares e viabilizar os interesses econômicos (CHEQUER,2002,p.50).

Haverá, portanto, casamentos legais de portugueses que vieram para as minas e vão se casar com moças da própria capitania de Minas, filhas de portugueses ou descendentes que aqui já viviam. A rede de acolhimento aos jovens portugueses por seus parentes já estabelecidos na colônia seria de fundamental importância para o estabelecimento destes (ALMEIDA, 2006,p.83).

Esses portugueses se estabeleciam e arrumavam por aqui casamentos com as moças daqueles que já haviam conseguido algum prestígio ou ascensão social. Predominavam homens ricos casados com moças do local. Não se pode esquecer que o casamento legal era uma marca de status social e de que se têm recursos.

Em sua pesquisa em Mariana, Carla Almeida nos mostra que 88,6% das noivas eram naturais da América portuguesa, encontrando apenas um noivo brasileiro, natural das Minas. 86,7% dos noivos eram do norte de Portugal (ALMEIDA, 2006,p. 87-8).

Com relação às noivas percebe-se que além de serem da própria capitania, elas se casavam com idades precoces, “o que colabora para intensificar os índices de fecundidade” (BRUSSANEZI,,p.383). O número de mulheres que casavam precocemente era muito grande. Os rapazes vindos do Reino diante da pouca oferta de mulheres da mesma condição ficavam “aguardando ansiosos que as meninas aqui nascidas atingissem a idade mínima para que pudessem se unir em matrimônio”(ALMEIDA, 2006,p.91).

A noção de degredo feminino vai sofrer alterações no decorrer da história colonial. Como destaca Maria Beatriz Nizza da Silva, o litoral em certo momento deixa de ser o local escolhido para o exílio, sendo escolhidas regiões mais remotas e necessitadas de povoamento.

(SILVA,1998,p.61).Talvez, possa se inferir que algumas mulheres degredadas rumaram as Minas e conseguiram se arrumar por aqui casando com algum branco.Até mesmo as africanas chegaram em contingentes menores, pois tanto os engenhos, como as lavras de ouro exigiam um número maior de homens.Contudo, ainda sim estas mulheres vão predominar, principalmente na sociedade mineradora em relação às brancas. Essa situação fez estabelecer a prática do concubinato que a medida que o século XVIII avançou, surgiu uma crescente camada de mulatos. Como destaca Junia Furtado, a desigualdade racial entre os cônjuges era motivo suficiente para dificultar e mesmo impedir matrimônios legais (FURTADO, 2001).

Existem estudos que vão mostrar que os casamentos ilegítimos vão significar para essas mulheres negras uma possibilidade de ascensão econômica e também que estas ultrapassaram em muitos momentos os limites impostos. Mulheres que foram donas de vendas, ou vendedoras de ruas e que deixaram uma grande fortuna.

As mulheres, ainda que em relação aos homens estivessem em número menor, deixaram marcas importantes que merecem atenção dos estudiosos que se dedicam as Minas setecentistas.

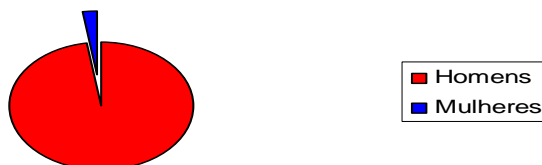
Proprietárias das Minas do ouro: considerações iniciais

A sociedade mineradora foi marcada pela predominância dos homens. Esses que estavam envolvidos nas atividades mineradoras, no comércio, no campo e em várias outras atividades. No entanto, como já vimos estes espaços não eram exclusivos aos homens, vamos encontrar mulheres ocupando espaço, mesmo que de forma limitada.

Vamos agora lançar luz sobre algumas informações para perceber a presença dessas mulheres em vários espaços, ainda que elas se apresentem como a minoria em alguns casos.

Gráfico1

Proprietários de escravos segundo sexo de Vila do Carmo, Vila Rica, Vila de São João e Vila de Pitangui, 1718



Fonte: Lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, código 1028, 1031, 1036 e 1038.

No ano de 1718 foram encontrados em Vila do Carmo 97,9% proprietários de escravos e 2,1% de proprietárias de escravos. No mesmo ano, em Vila Rica, foram encontrados 98,3%

de homens com posse em escravos e 1,7% de mulheres com posse em escravos. Também em Vila de São João Del Rei foram encontrados com posse em escravo 95,5% de homens e 4,5% mulheres. E em Pitangui foram encontrados 97,9% proprietários de escravos e 1 (2,1%) mulher proprietária de escravos.

O que percebemos é que na sociedade nascente do século XVIII predominavam a figura do homem participando do sistema escravista, com uma pequena participação da mulher proprietária.

Estudos como de Flávio R. Puff nos mostra a participação também de uma maioria de homens envolvidos em comércio de almotaxaria. Em Mariana 33,3% das mulheres estão envolvidas nesse tipo de comércio em oposição a 66,7% de homens.(PUFF,2007p.57) Luciano Figueiredo chama atenção para a presença feminina no exercício do pequeno comércio em Vila e cidades do Brasil colonial. Figueiredo nos mostra a presença feminina com o entrar do século XVIII o número de mulheres aumenta até superar numericamente os homens. Como mostra o feito a partir dos dados apresentados por Luciano Figueiredo sobre as vendas de Vila Rica e Vila do Carmo(FIGUEIREDO, 1993,p.54-57).

Gráfico 2

Vendas em Vila Rica

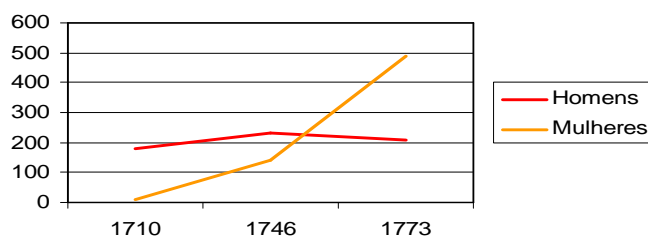
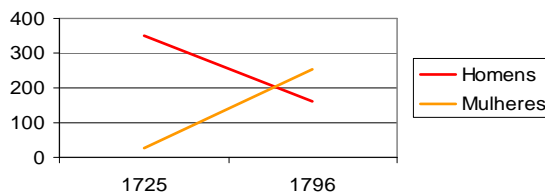


Gráfico 4

Vendas Vila do Carmo/ Mariana

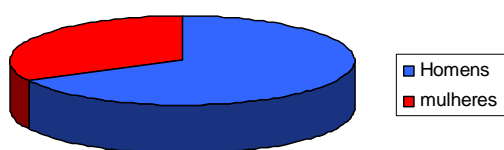


Em outros dados apresentados por Flavio R. Puff há uma preponderância da presença de mulheres envolvidas com o comércio de venda de molhados entre 1733-1753, predominando 188 mulheres contra m presença de 112 homens. Dentre essas mulheres há a predominância de escravas e forras (PUFF,2007.p.72). Os dados sobre a presença predominante de forras e escravas vem reafirmar estudos como de Cláudia Mol que percebeu

a presença das mulheres de Vila Rica que vão as ruas para vender seus produtos, e conseguem a cumulação de um pecúlio conseguindo assim sua própria alforria ou alforria dos seus (MOL,2002).

Voltando o olhar para o universo de inventariados pesquisados, temos 91 inventários *post mort*, sendo que 72 desses inventários eram de mulheres livres e 19 de forras. Mas ainda, dentro de 279 inventários percebemos uma boa representatividade das mulheres.

Gráfico 5
Número de inventariados por sexo de
Vila do Carmo, 1713-1750.



Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, inventários *post mort*

67,4% são homens, sendo 140 sem título honorífico e 46 com títulos honoríficos e mais 2 forros. Em contraposição temos as mulheres com um percentual de 32,6%.

Agora analisaremos a situação dos inventariados considerando a condição e a faixa de riqueza de Vila do Carmo.

TABELA 1
Inventariados segundo o sexo, condição e por faixa de riqueza
(contos de réis)
Vila do Carmo e seu termo 1713-1750 (números absolutos)

Faixa de Riqueza	Homens		Mulheres		Total
	Livre	Forro	Livre	Forro	
Sem bens relacionados	15	0	1	1	17
0-499\$999	10	0	6	5	21
500\$000-1:999\$999	45	2	17	9	73
2:000\$000-4:999\$999	50	0	19	3	72
5:000\$000-9:999\$999	31	0	14	1	46
10:000\$000-17:999\$999	18	0	10	0	28
18:000\$000	17	0	5	0	22
Total	186	2	72	19	279

Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Inventários *post mort*

Conforme os dados da tabela podemos perceber que existe praticamente o mesmo número de homens e mulheres presentes na mesma faixa de riqueza, correspondente a 0-499\$999 contos de réis, sendo 10 homens livres (3,6%), 6 mulheres livres (2,2%) 5 forras

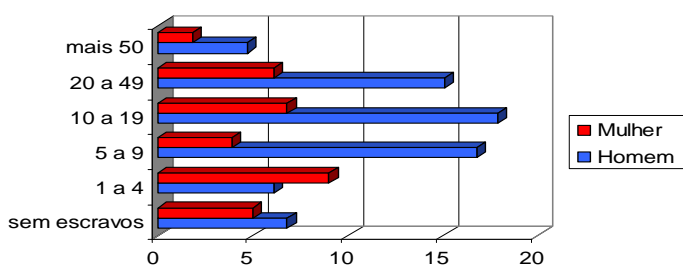
(1,8%). Na segunda e terceira faixa de riqueza temos uma proporção maior de homens (30,7%) em relação as mulheres (17,2), predominando as livres sobre as forras.

Nas faixas de 5:000\$000-9:999\$999 percebemos uma proporção interessante de 11,1% de homens em contraposição a 5,4% de mulheres. Podemos dizer que nessa faixa de riqueza as mulheres até que estão bem representadas. Como também na faixa de riqueza de 10:000\$000-17:999\$999 contos de réis onde temos 18 homens (6,5%) para 10 mulheres (3,6%). Na faixa dos mais ricos não deixamos de ter a representação das mulheres que correspondem a 1,8%.

Portanto, diante desses dados percebemos que as mulheres estão em minoria numérica reafirmando as análises historiográficas já apresentadas inicialmente. O interessante é notar a presença das mulheres em todas as faixas de riquezas, sendo elas representadas em maioria pelas livres. As forras ao contrário dos forros estão presente nas faixas de riqueza entre 0 e 9:999\$999 conto de réis ao contrário dos homens que são representados apenas na faixa de 500\$000-1:999\$999 contos de réis apenas por 2 forros.

Agora lançaremos o olhar sobre a posse de escravos dos inventariados considerando o sexo.

Gráfico 6
Proprietários de escravos segundo
sexo, Vila do Carmo e seu termo



Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Inventários post mort

A partir do gráfico podemos perceber que existe uma maior presença de mulheres com plantéis de 1 a 4 escravos. Uma observação inicial que pode ser feita é que a maioria das mulheres proprietárias, tanto livres quanto forras, possui plantéis pequenos. Muitas delas aparecem na maioria com uma escrava que pode ser uma espécie de acompanhante. Uma das hipóteses é que esse perfil de proprietária com plantéis pequenos reflète o baixo poder econômico. Porém, Sheila de Castro Faria aponta que não é possível considerar de maneira absoluta como “pobre” o proprietário de um único escravo, considerando que a grande

maioria da população economicamente ativa não podia ter nenhum escravo. Portanto, “mulheres proprietárias de escravos, qualquer que tenha sido sua condição social, não pode ser consideradas “pobres”, no sentido econômico do termo” (FARIA,2000,p.83).

Os homens numericamente aparecem em maior quantidade com plantéis maiores estando 17,9% com plantel entre 10 a 19 escravos. Não podemos deixar destacar a presença das mulheres em todas as faixas o que nos mostra que elas estavam envolvidas na sociedade escravista. Portanto, apesar da diferença numérica existente entre o número de homens proprietários de escravos em relação às mulheres, o fato destas ter existido demonstra que havia uma resistência a este controle.

Sobre as proprietárias forras, a origem de sua posse de escravo pode ser variada. Podemos atribuir a casamentos com brancos. Ao que parece, a partir destes casamentos as forras tinham possibilidades de conseguirem obter com a viuvez de seus maridos alguma posse. Portanto, os dados apresentados só vêm reafirmar a posição das forras dentro da sociedade setecentista.

Segundo Eduardo França Paiva, em Minas Gerais havia uma proximidade maior entre senhores e escravos, e uma efetiva possibilidade de alforria para os cativos. O que de certa forma contribuiria para essa maior circularidade e, portanto, o acesso dessas mulheres forras à posse de escravos (PAIVA,1995).

A origem da riqueza das mulheres que chamo de livres pode ser atribuída aquelas que herdavam a escravaria dos pais, ou recebiam como dote para o casamento. As mulheres no período colonial tiveram suas identidades demarcadas pelo estado conjugal.

Um momento importante do aparecimento da mulher como personalidade legal quanto à posse de bens era quando recebia dote para fins matrimoniais; pais, parentes, amigos e mesmo desconhecidos empenhavam-se em destinar uma quantia ou bens para as moças honestas e brancas. (LEWKOWICZ, 1997 ,apud, LEWKOWICZ, GUTIÉRREZ, 1986:133)

Nos inventários além das mulheres possuírem escravos, aparece inventariados cavalos e bois, assim como sítios e roças, no qual podemos inferir que a existência destes nos mostra a participação da mulher no setor produtivo. Considerando as atividades agrícolas, pode-se dizer que estas mulheres estavam incluídas nestas unidades, usando as terras obtidas como forma de se sustentar. Pode-se até admitir que as lavradoras, além de plantarem para sua própria subsistência e de seus filhos, garantiam o pequeno comércio de gêneros básicos nos núcleos urbanos mineiros.

Há que se considerar aquelas mulheres que possuíam roças, mesmo que pequenas, contribuíaam como mantenedoras dos pequenos comércios de gêneros básicos nos núcleos urbanos. Com a atuação delas na produção de subsistência e a atuação em pequenos comércios, era possível obter certa renda. Pode-se, portanto, dizer que estas mulheres poderiam fazer uso dessas rendas para obtenção de escravos para ajudar nos trabalhos.

A mulher exercia dentro de seus lares, poderes que raramente dispunham, porém, por outro lado, pode-se dizer que através da administração de seus bens, poderiam ter uma maior participação na vida pública (PRIORE,1995,p.18).

Raichel Soihet entende que os embates presentes no campo da história das mulheres têm procurado definir espaços possíveis de ocupação do poder feminino. Talvez seja necessário ultrapassar a esfera do político, entendida como o campo de atuação do Estado e voltar a olhar o ambiente privado e a vida cotidiana das mulheres para se entender os lugares do poder feminino no passado (SOIHET,2004).

A mulher do setecentos dentro do espaço público, entendendo esse como campo da atuação do Estado, do político, não possui oportunidade de ação, pois não possui um poder formal, ou seja, dentro do âmbito público e no espaço das aparências não possui força de ação (ARENDDT,2001.p.211-2). Portanto, vão buscar atuarem dentro do espaço privado. Porém, essa idéia se apresenta imbricada, considerando que a necessidade de sobrevivência vai forçar a atuação dessas mulheres além de seus lares, e isso se dará por meio do trabalho.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi mostrar a mulher da colônia como proprietária e como essa assumia a frente dos negócios, conseguindo por meio do trabalho possuir certa autonomia. Provavelmente não era fácil a vida destas, pois essas mulheres conviviam com o preconceito, sendo talvez mal vistas. Muitas deveriam se ver submetidas à autoridade dos pais e maridos, o que acabava por estimular a dependência à figura masculina, romper com tais amarras tornava-se algo extremamente desafiador.

Como Mary Del Priore (PRIORE, 1995) coloca, a mulher assumia o papel do edifício familiar: educar as crianças conforme a fé cristã, cuidar do sustento e saúde física, obedecer e ajudar ao marido, entre outras. Contudo, as mulheres, como administradoras do lar e de possíveis heranças, exerciam poderes discretos e informais.

A presente comunicação consiste ainda em pequenas reflexões que estão sendo feitas a partir da pesquisa do mestrado, que esta em fase de redação da dissertação. Portanto, esse

trabalho é uma tentativa tímida de contribuir para a escrita da história da mulher, e ainda para a discussão sobre gênero. Estudar a história das mulheres é algo desafiador, conforme coloca Eni de Mesquita Samara se apresenta como um desejo de recuperar a mulher e sua identidade social e a inserção desta no processo de tomada de decisões.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistemas de casamentos entre a elite mineira setecentista. In : ALMEIDA, C. M. C de, OLIVEIRA, M.O. (Org) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2006.

ARAÚJO, Regina Mendes de. *Mulheres Livres na primeira metade do século XVIII nas Minas Gerais*. Monografia / Programa de Iniciação Científica da PUC -Minas – Instituto de Ciências Humanas/ICH, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial, 1695-1750*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

BRETTELL e METCALF. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. *População e Família*. V. 5, p. 127-153, 2003.p. 151.

BUSSANEZI, Maria Silva B. Considerações sobre os estudos do Celibato e da Idade ao casar no Passado Brasileiro. *Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. p.381-395.

CHEQUER, Raquel M. Pinto. *Negócios de família, gerencia de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras-riquezas e estigma social. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: 7letras. vol.5 n 9 Julho, 2000

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

_____. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FURTADO, J.F. *Homens de negócio – A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*, São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MÓL, Cláudia Cristina. Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

PUFF, Flavio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia. (1716-1755)*. Dissertação de Mestrado. ICH- Programa de Pós graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

SAMARA, Eni Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. n.21 p.227 – 239, 1989/1991.

SCOTT, Ana Silva Volp. Aproximando a Metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (séculos XVIII e XIX) *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 2002.

_____. “Velhos portugueses ou novos brasileiros?”. Reflexões sobre a família Luso brasileira setecentista. *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 5 - 22 jul/dez, 1990.

_____. História das Mulheres. In : BURKE, Peter.(Org) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres na colônia: uma história a ser escrita. *Ler História*. Lisboa, nº 39, p.59-79, 2000.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e relações de Gênero. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/nec.uf/> Niterói: Núcleo de Estudos Contemporâneos/ Universidade Federal Fluminense. Acesso março de 2004.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças*. São Paulo. Pagu-Núcleo de Estudos do Gênero. p. 29 - 62, 1994.

VOVELLE, Michell. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

ST 03. BIOGRAFIA E MICRO-HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DOS ESTUDOS DE CASO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Coordenador (es): Rodrigo Ribeiro Paziani (Faculdade Dom Bosco/CEMUMC) e Humberto Perinelli Neto (CEUBM/FEF/UNESP/CEMUMC)

O OBSERVADOR

cotidiano de Mariana na visão de Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca

Bruno Assaf Bernardes de Araújo*

Pedro Eduardo Andrade Carvalho**

Resumo: O presente trabalho tem como foco de sua análise o cotidiano de Mariana nos inícios do século XIX. Para tanto, lança mão de uma micro-abordagem sobre uma figura bastante relevante para a administração daquela região, **Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca**. Este tabelião do segundo ofício, mais tarde, Tenente Coronel, Cavalheiro da Ordem de Cristo e Presidente da Câmara Municipal de Mariana nos deixa traços de parte de sua história, que se confunde em diversos pontos com a da própria cidade. Fazendo uso dos documentos presentes na Casa Setecentista de Mariana-IPHAN e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, podemos delinear parte do contexto vivido por este ilustre observador de seu tempo.

Palavras-chave: Micro-abordagem, Minas Gerais século XIX e Teoria da História.

Résumé: Présent travail a comme foyer de son analyse quotidien de Mariana nous débuts du siècle XIX. Pour de telle façon, lance main d'un micro-abordagem sur une figure suffisamment importante pour l'administration de cette région, **Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca**. Ce notaire de du second métier, plus tard, du Lieutenant Coronel, du Monsieur de l'Ordre de Christ et Presidente de la Chambre Municipale de Mariana nous laisse traces de partie de son histoire, qui se confond aux divers points avec de la ville elle-même. En faisant utilisation des documents présents à la Casa Setecentista de Mariana-IPHAN et Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, nous pouvons délinéer partie du contexte vif celui-ci illustre observateur de son temps.

Palavras-chave: Micro-abordagem, Minas Gerais siècle XIX et Théorie de l'Histoire.

Introdução: Brasil na primeira metade do Século XIX.

Antes de tudo é preciso termos em mente os acontecimentos mais marcantes do tempo em que viveu **Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca** para que possamos pensar então, quais destas formam mais influentes em suas atitudes e quais o afetaram mais diretamente. Sendo assim o objetivo desta introdução é o de produzir uma primeira imagem, mais sumária, dos ocorridos no Brasil da primeira metade século XIX, mais especificamente, entre 1808, ano da chegada da família real no Brasil e 1845, ano do inventário de nossa personagem em questão.

* Graduando do oitavo período de História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

** Graduando do sexto período de História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, “a transferência da corte trouxe para a América Portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português” (ALENCASTRO, 1997: 12). A proximidade do centro do poder monárquico provoca, desde o início, uma série de mudanças em diversificadas áreas da sociedade brasileira. A Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808 “*abre os portos do Brazil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos generos destacados*” (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1808: 01).

A América Portuguesa vê-se de maneira tal que: se por um lado, a transposição do núcleo do aparato administrativo português permitia um controle mais centralizado da sociedade, por outro, os acordos firmados entre Inglaterra e a coroa portuguesa reforçava a relação de dependência entre reino português e a inglesa.

Os últimos anos anteriores à independência foram marcados pela Revolução Constitucional do Porto em Portugal (1820) exigindo a volta de Dom João, o “dia do fico”, a convocação da Assembléia Constituinte, a Independência do País (1822) e a Coroação de Dom Pedro I no Rio de Janeiro.

A sociedade escravista: o Brasil entre o público e o privado

Em 1824 é outorgada a Constituição Brasileira que possuía então caráter liberal e é justamente essa característica que fortalece as discussões sobre o direito do senhor em relação ao escravo. Se visto como posse, o direito senhorial seria então resguardado pelo **direito à propriedade**. No Brasil do XIX

“(...) a vida privada escravista desdobra-se numa ordem privada prenhe de contradições com a ordem pública. Manifesta-se a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública. (...) Havia então uma ordem privada específica, escravista, que devia ser endossada nas diferentes etapas de institucionalização do Império. (...) o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregara de dissolver. O Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade”. (ALENCASTRO, 1997, 16-17)

Na década de 1830 acontece a abdicação, em favor de seu filho Pedro II, do trono brasileiro pelo Imperador Dom Pedro I e a instauração da Regência no Brasil. O período regencial é marcado por conflitos bastante diversos. Alguns defendendo o regresso de Pedro I ao governo, como a **Revolta do ano da fumaça**, ocorrida em Ouro Preto e liderada por

militares.¹ Outros a formação de Repúblicas separatistas, como foi o caso da **Sabinada** ocorrida na Bahia em 1837. Outros exemplos de rebeliões que ocorreram na época são: a **Abrilada**, ocorrida em Pernambuco em 1832 em oposição ao governo regencial possuindo caráter conservador e propondo a restauração de Dom Pedro I; e a **Balaiada** ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841 motivada pela crise na economia algodoeira e luta entre alguns grupos locais.

Não cabe aqui nos alongarmos demais nos temas, apenas expô-los para uma melhor interpretação das situações vividas pela nossa personagem, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca.

O observador de seu tempo:

Com o contexto geral do Império traçado, o objetivo deste tópico é apresentar a análise da documentação que diz respeito à Fortunato demonstrando traços de sua vida cotidiana e a visão privilegiada que este possuía sobre a sociedade que o cercava. Para isso, faremos uso das atas e as correspondências recebidas pela Câmara de Mariana no período em que nossa personagem é presidente e seu inventário datado de 1845.

Quando inventariado, Fortunato deixa seus dois filhos, “*Joaquim Donnato da Fonseca*” e “*Francisco de Assis Fortunato da Fonseca*”, como herdeiros. Este ainda menor de vinte e um anos e procurado do “*Advogado Capitão Luciano Pereira dos Passos*” (ACSM, 1845). O inventário ainda revela ser Fortunato viúvo de duas esposas, “*Donna Maria Bárbara*”, seu primeiro casamento do qual vieram ambos os filhos do Coronel, e “*Donna Maria Carolina de Carvalho*” (ACSM, 1845).

Entre os bens arrolados encontramos “*hum Habito de Christo grande pendente avaliado pelos Louvados em cincoenta mil reis*” (ACSM, 1845), marca de seu título de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

O inventário ainda nos traz o registro de

“Huma morada de Casas sitas no Beco denominado do Padre Fresco que partem para hum lado com a horta das Cazas do Tenente Coronel Silva Costa, e por outro com o quintal das Osunia descriptas, com o seo quintal que vai terce ao Corriço do Seminário, o qual se acha aberto com o quintal dos décima, com agoa natura, avaliada pelos Louvados na quantia de quatro centos mil reis”. (ACSM, 1845)

Entre os moveis da casa encontramos: “*hum Relogio de parede*”, “*hum Retracto de Sua Magestade o Imperador*”, “*huma mesa do Escriptorio*”, “*huma poltrona assento de*

¹ Ótimas informações sobre a Revolta do ano da fumaça podem ser encontradas nos trabalhos da Professora Doutora Andréa Lisly Gonçalves.

paú”, “*huma Mesa ordenaria com gaveta avaliada pelos Louvados em dois mil quinhentos e Sessenta reis*” e “*hum pano vermelho para a mesma*”. E na cozinha, “*Meio Aparelho Serviço de Mesa azul pô de pedra avaliado pelos Louvados em quarente e sinco mil*”, “*Seis Garrafas de Christal para agoa*”, “*dois Copos de Christal com prato do mesmo*” e algumas dezenas de talheres arrolados junto à prata e ao ouro. Resta ainda algumas curiosidades como “*Cincoenta Garrafas de vinho Lisboa avaliadas pelos Louvados a quatro centos reis vinte mil reis*” ou “*dezaseis Garrafas vazias*”.

Mas a listagem que mais nos chama a atenção em todo o inventário é a relação dos livros possuídos por Fortunato. Tendo como Louvados os senhores Cônego Antonio José Ribeiro Bhering e o Advogado Gonçalo da Silva Lanna, a biblioteca faz jus à formação em Direito de Fortunato. Este Advogado possuía uma série de livros relacionados com a sua profissão como é o caso das “*Leis do Império*” entre 1808 e 1844, o “*Manoal das Appellaçoens*” de Gioveia Pinto, do mesmo autor ainda possuía o “*Tractado de Testamentos*”. Ainda na coleção, destacamos: “*Direito Civil de Portugal*”, “*Constituição da Bahia*”, “*Índice das Leis*” de F. Thomé, “*Princípios de Direito*” de Joze da Silva Lisboa, “*Arte Legal*”, “*Código Criminal e do Processo*”, “*Reformas do Código do Processo*”, “*Decionario Jurídico*” de Pereira e Souza e a “*Ordenação do Reyno*”. Resta-nos ainda dar destaque à presença da “*Bíblia Sacra*” e um livro de “*Pharmacologia*” a série de livros totaliza **46\$200** reis na avaliação dos Louvados.

Esta quantidade considerável de livros que direcionam as normas da sociedade nos permite fazer um paralelo com o modo com que o Advogado se utiliza do conhecimento das leis nas correspondências da Câmara. Geralmente ele se utiliza das datas e números da lei para questionar a validade ou não de uma atitude. Como exemplo, trazemos os seguintes registros:

“Illustrissimos Senhores
Tendo observado algumas perturbaçoens no Serviço da Guarda Nacional, no 1º
Batalhão que Comanda por que alguns officiaes ora são Juizes de Paz, ora Guardas
de maneira que paralisa o Serviço, e se perturba a boa ordem; e constando-me
estar próximo o dia marcado por Vossas Senhorias para a posse dos novos Juizes
de Paz, me pareceo razoável expor estes factos, esperando o abraçamento da
Portaria do Ministério da Justiça de 4 de Agosto de 1834. Deus Guarde a Vossas
Senhorias muitos annos Marianna 15 de Dezembro de 1836
Illustrissimo Senhores Presidente e Vereadores da Camara desta Cidade
Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca” (AHCMM, 1836a)

“Illustrissimos Senhores

Havendo Vossas Senhorias cumprido o artigo 13 da Ley do 1º de outubro de 1828 enviando-me o Titulo junto, cumpre dar nesta parte o que disporem o artigo 16. Deus Guarde a Vossas Senhorias muitos anos Mariana o 1º de Dezembro de 1836 Illustrissimo Senhores Presidente e Vereadores da Camara desta Cidade.

O Vereador Eleito

Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca” (AHCMM, 1836b)

Não caberia aqui uma discussão mais aprofundada da relação entre a biblioteca de Fortunato e a forma de preenchimento das correspondências enviadas por ele à Câmara de Mariana. O importante é enxergar que a posição privilegiada ocupada por ele dentro da sociedade de Mariana da época o permite um senso crítico muito mais apurado. Dando-lhe a capacidade levante questões que iam, desde a constante recusa do cargo de Juiz de Paz pelos nomeados ou o privilégio dos serviços da Guarda Nacional em detrimento destes, até a abdicação do trono pelo senhor Pedro I. É Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca quem lê o ofício enviado pelo presidente de Província à Câmara de Mariana em quinze de abril de 1831 que foi registrado na ata do dia dezessete do mesmo mês na forma seguinte:

“(…) Foi presenteum Officio do Excellentissimo Prezidente com o feixo do dia quinze, expondo que pelos impressos, que lhe forão remettidos Officialmente ao Governo na Provincia ficará na intelligencia de haver O Imperador Abdicado a Côroa em O Senhor Dom Pedro segundo seu Augusto Filho, e da nomeação da Regencia Provizoria, que governa em nome do mesmo Augusto Senhor. O Conselho do Governo, verifica a Constitucionalledade de todo este procedimento, resolvera o reconhecimento da dita Regencia, e que se participasse sua resolução a todas as Camaras da Provincia, recomendando lhes que promovão quanto em si couber o esquecimento do passado, e a cooperação de todas as forças para a tranquillidade da Pátria”. (AHCMM, 1831: 83v)

Fortunato é presidente da Câmara entre 1830 e 1833, permanecendo como vereador desde 1829 até meados da década de 1840. É ainda um tabelião do segundo ofício do cartório de Mariana desde a década de 1810. A gama de informação que lhe é apresentada parece-nos então, bastante superior a da maioria da população. Consideremos, por exemplo, que ele assistiu de perto as reuniões da Câmara no tempo em que era vereador. A ele eram endereçadas as correspondências e era ele, enquanto tabelião, que registrava e copiava parte os processos, justificações, testamentos e inventários que passaram pelo segundo ofício. Sua formação em direito lhe garantia mais que apenas um conhecimento prático das leis, dava-lhe condição de questioná-la enquanto teoria. Seu posto de vereança, aliado ao cargo de tabelião e a formação jurídica tornara-lhe um observador atento e crítico da sociedade que o cercava.

O observador para além do passado:

Esta última parte de nosso texto pretende enxergar até onde, ou até quando, vão os olhos de nosso observador. Quando pensamos na diferença entre o pesquisador da história e seu objeto de pesquisa, uma diferença óbvia logo nos vem à cabeça, o historiador se diferencia de seu objeto pela diferença de tempo que os separa. No entanto, quanto o tempo influencia no olhar do historiador? Analisando a personagem de Fortunato fomos levados a pensarmos nesta questão.

“‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’. O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo”. (BLOCH, 2001: 55)

Se o tempo garante um olhar diferenciado ao historiador, por lhe permitir acesso às informações que o indivíduo do passado não possuía justamente por estar imerso nele, como explicar a figura de Fortunato Rafael?

Fortunato possui acesso a uma documentação muito mais vasta que a pesquisador do historiador. Chega a questionar pontos parecidos com os levantados hoje, como é o caso das recusas do cargo de Juiz de Paz. No entanto, mesmo que enxergue as mesmas questões que o historiador do presente, o observador do passado as vê de forma diferenciada.

“Um objeto supostamente escrito numa linguagem que não se conhece, mas deve ser decodificada. Estas duas ‘heterologias’ (discurso sobre o outro) se construíram em função da separação entre saber que contém o discurso e o corpo mudo que o sustenta”. (CERTEAU, 2006: 15)

O estudo da personagem do Tenente Coronel nos levava então a pensar que a diferença entre historiador e objeto está justamente no em si, muito mais que na diferença temporal propriamente dita. Claro, é esta diferença que vai garantir uma mudança de perspectiva do observador do presente sobre o passado mas o acontecimento observado é o mesmo.

O que vai traçar fundamental entre a personagem da história que enxerga sua própria situação social e o historiador que a lê em função da documentação é a intenção de cada uma das leituras, não a distância de cada uma em ao tempo. Desta maneira, o mesmo fato histórico pode ser interpretado de maneiras diferentes por pessoas do mesmo tempo e a distância entre

as interpretações pode ser tão grande quanto à do indivíduo do passado e do presente que observam o mesmo fato.²

O pensamento histórico fica por nossa análise, assemelhado **Jorge Larrosa** quando escreve “os paradoxos da repetição e a diferença: notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges”. Neste texto, o autor escreve sobre um escritor que queria escrever *Dom Quixote* como Cervantes o fez. Este autor, Pierre Menard copia cada palavra do Quixote de Cervantes.

“Cervantes escreveu; Menard, em troca, escreve. O eixo sobre o qual gira o jogo borgeano é esse “em troca”. Porque o que ambos escreveram é exatamente o mesmo; textualmente, literalmente, letra por letra, ao pé da letra, com todas as vírgulas, palavra por palavra, com as mesmas palavras. Mas se um escreve com essas palavras “um mero elogio retórico da história” o outro, em troca com as mesmas palavras, escreveu afirmações historiográficas muito polêmicas e nada ingênuas, claramente pragmatistas, positivistas inclusive. Cervantes e Menard escreveram coisas distintas com as mesmas palavras. Aqui está o paradoxo da diferença na identidade, de uma identidade que não é igual, mas que já está, desde sempre diferenciada e cindida em seu próprio ser”. (LARROSA, 1999: 133)

O observador de hoje, enxerga o passado com os olhos de uma disciplina que se especializou nisto, buscar o passado pensando a História como “o privilégio (*tantara*) que é necessário recordar para não esquecer a si próprio. Ela situa o povo no centro dele mesmo, estendendo-o de um passado a um futuro” (CERTEAU, 2006: 16). Já o observador Fortunato, lia seu próprio tempo, preocupado com o futuro que se aproximava eram então as mesmas questões, com observadores diferentes.

Fontes e Bibliografia:

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.523. (coleção História da vida privada no Brasil; volume 2).
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Trad.: André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política no império / Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

² Uma das mostras mais evidentes destas múltiplas possibilidades de interpretação do mesmo acontecimento pode ser visto com mais clareza no livro: FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.
- LARROSA, Jorge. “os paradoxos da repetição e a diferença: notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges”. Trad.: Valdir Heitor Barzotto. In.: ABREU, Márcia (orgs.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo SP: Fapesp, 1999. pp. 115-164. (coleção história da leitura).
- MARIANA, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). *Correspondência remetida pelo por Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca aos Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara de Mariana*, 15 de dezembro de 1836. Documento não catalogado e não disponível a consulta pública.
- _____. *Correspondência remetida pelo por Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca aos Ilustríssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara de Mariana*, 1º de dezembro de 1836. Documento não catalogado e não disponível a consulta pública.
- _____. *Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Mariana*, 17 de abril de 1831. Códice 206, fl.83v.
- MARIANA, Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). *Inventario dos bens que ficaram por falecimento do Tenente Coronel Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca e sua segunda mulher dona Maria Carolina de Carvalho*, 17 de novembro de 1845. Códice 97, Auto 2017.

III Simpósio Internacional Cultura e Identidades

15 a 19 de setembro de 2007
Goiânia, Goiás, Brasil

ISBN 978-857103-446-4

COLEÇÃO BRASÍLIA: UM ESTUDO SOBRE AS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DO TEMPO HISTÓRICO

Cristiano Alencar Arrais*

Resumo: O presente trabalho analisa o “Diário de Brasília” – parte integrante da “Coleção Brasília” – e sua ambição de reconstrução do passado brasileiro via narrativa historiográfica, em 1960. Existe em sua organização, um projeto de memória empreendido por seus organizadores que estava explicitamente dirigido para o futuro. Seus organizadores procuravam cristalizar a “interpretação correta”, entendendo aquele tempo como *preparação*, e como *mobilização* das forças e expectativas nacionais para o agir.

Palavras-chave: Narrativa, Tempo histórico, Brasília

Abstract: This work analyse the “Diário de Brasília” – a fragment of “Coleção Brasília” – and its ambition of reconstruct the brazilian past through historiografic narrative, in 1960. Exist in your organization, a memory projetc was be enterprise by your organizations that was clearly drive to the future. Yours organizations try cristalize the “correct interpretation”, understand that time how *preparation* and *mobilization* of the forces and expectatives of Nation to the action.

Key-words: Narrative, Historic time, Brasília

O presente trabalho é parte integrante de um estudo sobre as formas de mobilização do tempo histórico em ambientes de mudança sócio-cultural. Tomo como objeto de análise um movimento de reconstrução do passado via narrativa realizado pelo Ministério das Relações Exteriores com o apoio do Serviço de Documentação da Presidência da República, em 1960, como parte dos festejos comemorativos de inauguração da nova Capital Federal. Agregado a uma exposição com peças, mapas e fotografias que reconstituíam o processo de escolha e construção de Brasília realizada nas dependências do Itamaraty, chegava a termo um projeto de pesquisa e reunião das mais variadas fontes documentais que reuniram em dezesseis volumes aquilo que seus editores chamaram de “o desenvolvimento da idéia de interiorização da capital”.

A organização da “Coleção Brasília” deixa entrever uma tripartição que identifica três momentos distintos da construção da nova capital. Os primeiros quatro volumes procuram traçar de forma minuciosa todos os eventos ou ocorrências que, de alguma maneira, indicavam, na história do Brasil, um desejo, implícito, recalcado ou mesmo explícito de interiorização da capital do país. O segundo conjunto de volumes procura traçar uma síntese cronológica de todos os acontecimentos que concorreram para a transferência da Capital. Por último, foram também publicados outros quatro volumes que tinham como objetivo registrar as opiniões de personalidades brasileiras “de todas as tendências, a respeito da construção de

* Professor Assistente da UFG – Campus Catalão, Doutorando em História pela UFMG.

Brasília” e “uma seleção de opiniões de estadistas, intelectuais e artistas estrangeiros a respeito de Brasília”.

O Objetivo declarado da “Coleção Brasília” é tornar-se um repositório documental de todo aquele empreendimento que acabava de chegar a termo. Daí o privilégio dado pela transcrição dos documentos originais e pela crítica historiográfica contida no interior da obra. Mas, para além do objetivo declarado da “Coleção Brasília”, é possível localizar uma outra intenção, um outro projeto que interfere no interesse heurístico da coleção. Minha hipótese de trabalho sustenta que a “Coleção Brasília” é, fundamentalmente, uma obra de história política e, ao mesmo tempo, uma *obra política*. Isto porque existe por trás de sua organização, um projeto de memória empreendido por parte de seus organizadores sob a sombra dos interesses do Poder Executivo. É um projeto porque estava explicitamente direcionado para o futuro porque compreendia o presente como um marco histórico. Neste caso, segundo o juízo de seus organizadores, o melhor a proceder é estabelecer, cristalizar o seu sentido para o futuro, a “interpretação correta”, através da facilitação do trabalho de pesquisa documental.

Seguindo essa perspectiva procuro analisar parte da “Coleção Brasília”, intitulada de *Diário de Brasília*. Os volumes que o compõem modelam o tempo histórico segundo os princípios da *mobilização*. Isso porque os mesmos representam o realizar, o horizonte alcançável, o trabalho de apropriação, de comoção e mobilização das forças constituídas, amadurecidas e centralizadas. É, portanto, um presente marcado pela ação no intuito de consolidar o projeto do passado do presente: a refundação da Nação em sua romântica busca pelo centro. Proposta que, apesar de revelar certo anacronismo, é indício das transformações que estavam a ocorrer no campo de experiência da sociedade brasileira de meados do século XX. É este o momento da narrativa que nos interessa neste trabalho.

O Presente como *Realização*: O Diário de Brasília.

O verbo *realizar* é bastante apropriado para nossos interesses neste momento. Sua transitividade indica a necessidade de complementar seu sentido através da exposição das intenções de seu agir sobre o mundo: quem realiza, realiza algo. Seu radical (*real* = coisa, coisas) pressupõe uma intervenção concreta sobre a vida. Estamos, de qualquer maneira, inseridos não mais no campo da preparação, mas da ação, da mobilização com o intuito de cumprir das intenções do presente. A ação é, necessariamente, um exercício de força, do poder de fazer alguma coisa. E seu resultado é sempre a criação ou modificação da realidade.

Para a Ética, a ação é sempre uma atitude responsável de um sujeito, a realização de uma vontade que se presume livre e consciente. A sensibilidade romântica acreditava que a

ação podia mesmo preceder ao ser e à realidade em razão dos princípios morais que lhe eram constituidores. Da mesma maneira, *Diário de Brasília*, reconstitui a trajetória dos anos de construção de Brasília seguindo um mote anacronicamente romântico: a refundação da Nação em sua busca pelo centro. Essa idéia não é apenas um tema proposto para dirigir seus três volumes. É também a manifestação de uma visão de mundo que dominava os discursos de Juscelino Kubtscheck e reforçava a representação da construção de Brasília como marco constituidor de uma brasilidade não acabada.

O projeto historiográfico no qual *Diário de Brasília* se insere tem como foco de interesse a idéia de aceleração do tempo e de descrição de um tempo que é, ao mesmo tempo, cumprimento de um destino (*factum*) e presentificação do futuro. O histórico e contingente, naquele primeiro momento tratado como um ideal carente de centralidade e coerência interna ganha cores mais vivas neste segundo momento. O presente é então submetido ao imperativo categórico kantiano, que dirige os homens e a eles impõe uma necessidade moral absoluta: “devemos, logo podemos”.

Essa aliança entre dever e possibilidade é que fundamenta a construção de um regime de historicidade que tem como um de seus primeiros fundamentos a aceleração do tempo. Isso ocorre através da construção do *Diário de Brasília* na forma de um relato cronológico e detalhado de todas as ocorrências relacionadas à Nova Capital, ao longo de seu processo construtivo. As análises sobre a criação de Brasília tem em comum o fato de apresentarem um interesse racional, motivador da transferência da capital federal para o interior¹.

Não foi percebido, entretanto, uma nítida diferença de horizonte de expectativa entre os projetos de mudança da capital que acompanham a história do Brasil. Até o final do século XVIII as idéias de transferência da capital vinculam-se a construção da nova capital a acomodação às novas circunstâncias que existiam na colônia (Deslocamento do eixo econômico, necessidade de controle efetivo sobre as minas, decadência do nordeste açucareiro, combater a invasão estrangeira). Enquanto que, com a chegada da Família Real, os

¹ Os estudos que tratam da transferência da capital adotam sete soluções explicativas para a transferência da capital: o afastamento dos antigos símbolos de dominação portuguesa, ainda presentes no Rio de Janeiro, a unificação territorial, uma estratégia militar de defesa da capital nacional, mecanismo de promoção de novos padrões de eficiência do serviço público, um mecanismo ideológico capaz de reforçar a identidade nacional, a criação de um novo pólo de desenvolvimento econômico no interior, base avançada de incorporação de expansão da fronteira econômica do país. Para aquele autor, ao contrário, a construção de Brasília deve ser caracterizada como, “um passo lógico dentro do processo de acumulação que impõe determinados padrões de divisão social e espacial do trabalho. (...) Brasília resulta da ação deliberada do Estado sobre o território, com a intenção de eliminar obstáculos à plena socialização do espaço, obstáculos estes decorrentes de ações (ou omissões) anteriores do próprio Estado”. Neste caso, temos em Brasília, a concretização do interesse do Capital, através da ação do Estado, de incorporar novas áreas, criando, ao mesmo tempo, um “trampolim” para o Sudeste industrial através da “expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil” e da criação de um “mercado consumidor relativamente numeroso e sofisticado na região” (Paviani, 1985: 18-25).

argumentos favoráveis à mudança da capital giram em torno daquilo que a interiorização (em seus mais variados modelos) poderia provocar na dinâmica econômica e social do Brasil. Velho (1976) percebe nessa mudança de padrão, traços do padrão intervencionista da esfera política no modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Este é um aspecto importante porque indica uma mudança estrutural no entendimento que os homens de Estado dão à manutenção e ao desenvolvimento do território/Nação. Neste caso, é possível falar numa razão de Estado que situa o problema da transferência da capital como uma solução futura para os problemas enfrentados no presente. Este horizonte de expectativa identificável nesta razão de Estado é que sustenta a visão de mundo dos indivíduos ou grupos políticos que compõem o cenário institucional. Neste caso, mesmo em face dos interesses particulares que intervieram nas políticas públicas, observa-se um padrão de ação dos grupos dirigentes através da orientação dada pela geopolítica estatal – seja ela como resposta às pressões internas, ou como mecanismo de manutenção das relações internacionais.

Essa razão de Estado está, segundo penso, muito bem articulada à retórica mudancista lançada por Kubitschek em seus discursos e fixada no *Diário de Brasília*. Analisando a forma como os acontecimentos estão ali dispostos, é possível perceber a concentração em três grandes funções que servem de guia para a leitura daqueles quatro tomos, formando um tipo de *retórica da ação* que justifica a construção de Brasília e, ao mesmo tempo projeta seu papel dinamizador para o futuro do País²:

1. A função Harmonizadora: entre Passado e Presente:

Não somente em *Antecedentes Históricos*, mas também no *Diário de Brasília*, o passado é uma referência constante. Em meio a discursos e atos presidenciais, determinados motivos e temas se tornam uma constante dentro do ambiente de construção da nova capital federal. A primeira incursão de Kubitschek ao local onde seria erguida Brasília, por exemplo, em 2 de outubro de 1956, é marcada pela visita à cruz plantada cinco meses antes, quando da realização da primeira missa no local da nova capital. O detalhe relevante está, não necessariamente na missa, mas no cruzeiro, “em cuja construção se utilizou exclusivamente pau Brasil” (*Diário de Brasília*, T. I, 1960: 32): uma recorrência à primeira fonte de riqueza

² O termo função procura descrever aqui o efeito da recepção de determinado discurso nas ações e no comportamento dos receptores. Este foi o caminho traçado por Gumbrecht (2003) ao investigar as funções da retórica a partir dos seus efeitos no público ouvinte do parlamento francês no período revolucionário (tanto no que se refere a mudanças não esperadas sem a existência do texto quanto as mudanças na postura do receptor). Não pretendemos ir tão longe: basta-nos somente investir no horizonte de expectativa projetado pela retórica de Kubitschek, para sua pragmática discursiva.

explorada em terras brasileiras após o descobrimento, mas também uma citação ao primeiro produto considerado genuinamente nacional. Por si só este indício é pouco para demonstrar a importância que o passado assumiu na tentativa de mobilização do presente, por parte do interesse governamental e da própria direção da *Coleção Brasília*³. Neste caso, o passado surge como uma referência dupla. Primeiro, através do entendimento do presente como um marco histórico, que teria a capacidade de romper com a dinâmica histórica até então encaminhada pelas forças sociais no Brasil. Conforme veremos na quarta temática aqui explorada, esta idéia será reforçada pela supressão da idéia de sociedade pela idéia de Povo e de Indivíduo Realizador. O segundo aspecto importante faz o caminho contrário, afirma a obra mudancista como uma continuação de um projeto que tem na construção de Belo Horizonte uma de suas etapas fundamentais.

2. A função Moralizadora: O respeito à Constituição

A proposição de um elemento externo que impele indivíduos e Estado à realização de um programa é um argumento comum dentro de certos tipos de retórica que procuram interpretar a ação como um ato alheio à vontade dos indivíduos que a executam, como se os mesmos agissem sob a imposição de uma determinação supra-humana. Os indivíduos, neste caso, são transformados em agentes cumpridores de uma necessidade moral absoluta. Kant entende este tipo de ação como moral em razão da auto-imposição de normas que garantiriam ao mesmo tempo, autonomia e obediência: “A virtude é portanto a força moral da vontade de um homem no cumprimento de seu dever: o qual é uma coação moral através da sua própria razão legisladora, enquanto que esta se constitui a si próprio como um poder que executa a lei”. O cumprimento do preceito constitucional aparece como uma constante dentro do *Diário de Brasília*. Apesar da referência à função harmonizadora da relação passado-presente, “a completa consumação da posse da terra”, estabelece-se como primeiro plano a idéia de que a fala e a ação do Presidente da República não é mais dele, mas da Lei. Apesar de a Constituição de 1946 definir no artigo 4º de suas Disposições Transitórias que “A Capital da União será transferida para o planalto central do país”, sem apontar para data ou qualquer outra referência acerca do que se espera com tal ato, seu sentido é transmitido de forma muito clara pela mensagem. Assim, não é a construção de Brasília, mas a obediência à lei que

³ “Quero dizer-vos que o Brasil está vivendo uma grande hora, apesar dos pesares, e que a marcha para o oeste – com a mudança da capital – deixou de ser uma frase sem sentido para tornar-se realidade. O que os mineiros do tempo dos veneráveis e ilustres Afonso Pena e Bias Fortes fizeram, fundando esta triunfal Belo Horizonte, os brasileiros o farão com a nova capital, criando com isso um tempo novo, uma nova era”. (*Diário de Brasília*, T.I, 1960: 55).

inaugura um novo momento da história do Brasil: o momento da mobilização para o fazer, ao invés de, como no passado, esperar pelo partir, pela redenção do degredo. É a obediência à Lei que garante o sucesso de tal projeto, visto que sustenta o processo de “reestruturação da sociedade brasileira em bases efetivamente nacionais. Apresentando-se como imperativo da economia e da história, sobre mandamento constitucional, a construção de Brasília não podia deixar de ser uma das metas fundamentais deste Governo” (*Diário de Brasília*, T.II, 1960: 41).

3. A função interventora: o papel dos indivíduos frente à história:

O contexto sócio-político da construção de Brasília é certamente um local propício para o surgimento de figuras que podemos chamar de heróicas. Silva (1997) identificou dois modelos: o herói mítico (Bernardo Sayão, cuja imagem, cristalizada pela morte, garantiu-lhe a restrição da exposição ao público e ao mesmo tempo a identificação do indivíduo com uma personalidade unificadora das expectativas criadas pelos próprios candangos sobre a nova capital) e o herói trágico (Matias, o “campeão de uma causa”, o indivíduo que, em constante confronto com a realidade, explicita seu compromisso com o mundo e torna-se sujeito à *hybris* ou ao julgamento externo). Na retórica mudancista o destaque neste momento está no interesse em demonstrar a capacidade humana de intervir de forma salutar nos destinos da nação. A mobilização de homens e máquinas para a realização de um objetivo comum explicita aquilo que Berman (1989) chama de tragédia do desenvolvimento. Isto parece claro na descrição das visitas que Kubitscheck faz ao canteiro de obras da futura capital, ainda em 1957⁴. A mobilização de trabalhadores que ocorreria no período de construção de Brasília, provenientes, em sua maioria de Goiás, Minas Gerais e da região Nordeste, não deixa dúvidas quanto aos efeitos centrípetos da nova capital para o processo de redistribuição demográfica do território brasileiro, a partir da década de 1960. Na retórica mudancista, as pré-condições para a construção de Brasília seriam duas: a técnica (modernização do processo construtivo, expansão da malha viária, exploração da matriz energética, avanço das comunicações) e o momento psicológico (desenvolvimentismo, nacionalismo, populismo). Os dois reunidos marcariam um momento especial na história nacional e, para os construtores de Brasília, uma possibilidade de construção de um tempo e um espaço extraordinários, de uma cidade e de

⁴ Logo ao desembarcar, pôde o Presidente da República verificar a intensa atividade que se desenvolve em Brasília: grande número de máquinas e tratores em ação, material de construção em depósito, barracas de trabalhadores, usina geradora em funcionamento, torre de rádio, etc. Os operários, aproximadamente uma centena saúdam o Chefe do Governo içando no alto da torre de rádio a bandeira indicativa da presença presidencial” (*Coleção Brasília*, T. 1960: 41).

uma sociedade de tipo novo (Silva, 1997:83). Os discursos de Kubitscheck enfatizam esse momento de novidade⁵. A nova capital é o primeiro passo concreto de antecipação do futuro do país. E sua realização deve-se, não somente a um homem, mas aos indivíduos que a construíram, à “juventude” e à “nação”. A Kubitschek cabe o papel de orquestrar o movimento da Nação e apresentar a ela as suas realizações, as evidências concretas de que essa antecipação do futuro é mais do que palavras vazias⁶. Ao citar as realizações de seu governo, Kubitscheck faz mais do que concatena-las, ele pontua a diferença entre o hoje e o ontem, entre o momento em que assumiu a presidência da república e todos os governos que lhe foram anteriores. A imagem dos indivíduos heróicos, de uma época heróica novamente retorna para determinar quem o Brasil é devedor de tamanha realização. O homem apenas entrega, oferece, dirige. São os indivíduos que agem, executam, auxiliam, constroem: a ação é executada não pelo presidente, mas pelo Brasil, pela indústria, pelas “gerações da Brasília-Belém”. Como sujeitos indeterminados, não expressos, os indivíduos estão impossibilitados de serem nomeados. Apenas seus feitos aparecem: é que a obra sobrevive ao indivíduo e torna-se testemunha de sua passagem pelo mundo.

c) Conclusão: usos políticos

Existem muitas possibilidades de articulação da narrativa histórica com outras formas de representação do passado. Em épocas de rápida transformação ou de debilidade e desagregação de antigos padrões sociais, a memória, por exemplo, pode funcionar como um dos elementos fornecedores do cimento social necessário à solução de continuidade com o

⁵ “Se não surgisse nesta hora [Brasília], em que a nação se vê psicologicamente preparada para o grande passo e encontra meios de realiza-lo; se continuasse a ser procrastinada, como um sonho utópico, a nossa geração teria sido desidiosa, a nossa geração teria falhado, teria retardado criminosamente a marcha ascensional deste grande país. Mas quero dizer-vos que Brasília é, antes de tudo, obra da juventude, obra da audácia de uma nação que vê diante de um futuro esplendente e dispõe de energia bastante para antecipa-lo”. (*Coleção Brasília*, T. II, 1960: 77-78).

⁶ O Brasil de Brasília, o Brasil de Três Marias, com o Rio São Francisco plenamente utilizável, o Brasil de Furnas, o Brasil dos Reservatórios de Araras e de Orós – há cem anos reclamado pelo Ceará – o Brasil da USIMINAS e da COSIPA, o Brasil articulados por estradas de penetração, o Brasil da indústria automobilística, da indústria naval, o Brasil da SUDENE, o Brasil que multiplica as suas indústrias de base – esse Brasil já não é o Brasil de quatro anos atrás, graças aos esforços heróicos dos homens de boa vontade, dos que amam o trabalho e tanto me ajudaram (...). Aos que choram um ínvio e incommunicável Brasil, respondem as estradas abertas, que cobriam dez mil quilômetros e hoje cobrem 30.000. A estrada Belém-Brasília já foi apontada como inútil pelos que só conhecem deste país as calçadas das cidades principais. Mas quantos centros de vida estão repontando graças à Brasília-Belém! Apresento-vos, meus patrícios, filha da estrada nova, essa Gurupi que ainda há pouco não existia – a 750 quilômetros de selva - e que hoje cresce e produz 10.000 sacas de arroz. Aqui está Imperatriz, uma velha cidadezinha, travada e triste, onde, há cinquenta anos não se construía uma casa sequer – e hoje se constroem três por dia, graças à Brasília-Belém; aqui está, em plena floresta, Açailândia, a recém-vinda, o último dos núcleos brotados na estrada, a 1.500 quilômetros de Brasília; e Cercadinho, com as suas primeiras roças a humanizarem uma paisagem quase agressiva na sua solidão. Eis as gerações da Brasília-Belém, que aqui vos ofereço!. (*Coleção Brasília*, T. III, 1960: 149).

passado. Neste caso, mesmo que haja alteração de seu sentido, a preservação de determinada “tradição” funcionará como elo de ligação entre os dois tempos.

É importante fixar neste momento, porém, que esse aspecto pragmático da memória exercido em função de suas mais variadas formas de manipulação ou instrumentalização (Ricoeur, 2004:119-120) teria a função de dar existência concreta às noções abstratas que formam as representações dos indivíduos sobre o passado. Mas o que é o sentido do passado senão uma constante reavaliação das experiências coletivas mais profundas de uma sociedade em função do presente?

Sob tal ponto de vista é impossível compreender a “Coleção Brasília” apenas como simples interpretação do passado. Apesar de se caracterizar como verdadeira história, ela carece dos elementos normativos que elevam a história, do ambiente de categoria formadora de sentido para o mundo ao grau de cientificidade exigida pela razão histórica moderna (Rusen, 2001). Seria equivocado também, entendê-la sob o viés da manipulação: não estamos diante de verdadeiras distorções do passado ou de farsas da história. Pelo contrário, a materialidade, o núcleo duro do passado, se assim se pode chamar os vestígios que nos foram legados pelos homens e mulheres de outr’ora e cuja realidade não pode ser negada, a não ser por alguns espíritos mais céticos quanto á existência do passado e, portanto, do próprio mundo, *não* é violada: trata-se sim de uma rearticulação, via narrativa⁷, não somente do passado, mas do próprio mundo experimentado, vivido.

Nesse sentido é que podemos entender *Antecedentes Históricos* como uma obra produtora de memória. A articulação documental ancorada pelo interesse institucional de conceber a história legítima acerca do processo de construção da Nova Capital do Brasil

⁷ Narrativa é entendida aqui como um conceito relacional que, através da invenção de uma intriga, tem a capacidade de dar sentido ao heterogêneo a partir do esquema interpretativo que deriva da imaginação produtora (individual ou coletiva). Ora, a intriga de uma narrativa é comparável a essa assimilação predicativa: ela ‘torna conjuntivamente’ e integra numa história inteira e completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo (Ricoeur, 1994: 10). Além disso, como a construção dos personagens se realiza ao mesmo tempo que a construção da história narrada, ela contribui para “modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação”. Caso esse que favorece, quando mobilizado dentro de um plano ideológico, um discurso que justifica a ação de um governante no exercício do poder. A dominação, como vimos, não se limita a coação física. Até o tirano precisa de um orador, um sofista, para proporcionar um intermediário para sua empresa de sedução e de intimidação. A narrativa imposta se converte assim no instrumento privilegiado desta dupla operação. A mais-valia que a ideologia credita aos governados para responder a reivindicação de legitimação suscitada pelos mesmos apresenta também uma textura narrativa: relatos de fundação, relatos de glória e de humilhação alimentam o discurso da bajulação e do medo. Deste modo, se torna possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção próprios do plano do fenômeno da ideologia. Neste plano aparente, a memória imposta está equipada por uma história ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. Uma memória exercida, com efeito, é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada se encontra assim fundida em benefício da rememoração das peripécias da história comum consideradas como os acontecimentos fundadores da identidade comum (Ricoeur, 2004: 115-116).

(porque não se submete ao contraditório) inverte e corrompe a relação entre experiência e expectativa ao projetar para o passado e não para o futuro, as expectativas do presente. Este não se torna mais o local privilegiado de articulação entre os tempos históricos e portanto, repleto de virtualidades, mas um ponto de flexão que faz coincidir passado e futuro num mesmo projeto. Por isso é que a narrativa do *Diário de Brasília*, não pode ser pensada sem levar em consideração a sua devida dimensão valorativa, ética. Sua retórica da ação fornece os parâmetros morais que constituirão o sentido e o eixo do tipo de história que dali para frente será contada sobre a nova capital⁸.

Assim, além de *preparação* – trabalho de construção do futuro esperado mas não realizado - *Antecedentes Históricos* torna-se também *antecipação* – ato de tornar o futuro presente – porque as expectativas do presente foram também projetadas num passado e, através da narrativa histórica, foi cronologicamente reconstituído e, em alguns casos, orientado, no intuito de corresponder ao campo de experiência das forças políticas e sociais envolvidas na construção da nova capital do País. Ao mesmo tempo, a *realização*, é a mobilização para o fazer ético – o único possível e devido. Portanto, o único narrável.

Passado e futuro, enquanto categorias puras da experiência temporal, são aqui dissolvidas numa única e contínua cadeia de eventos “a história de uma idéia e de um fato, concretizados nas sucessivas sedes de governo de nosso país”. Que idéia e que fato são esses que, concretizados em três capitais (Salvador, Rio de Janeiro e Brasília), tem a capacidade de atração tão grande para mobilizar toda a história nacional? É a viagem, é a caminhada “iniciada por Cabral”, levada adiante por Mem de Sá e as sucessivas levas de bandeiras e que, naquele momento chegava a termo. Projeto de memória voltado para as gerações futuras que se debruçariam sobre a construção da nova capital e um projeto de recuperação do tempo para as gerações do presente que, podiam ver agora realizado no passado uma verdadeira marcha da nação: “a procura do centro”, “a integração do Brasil em si mesmo”, “a realização do mito”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUMBRECHT, H. U. *As funções da retórica parlamentar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁸ Esse tipo de estratégia de persuasão, segundo Ricoeur (1997: 429) “visa impor ao leitor uma visão de mundo que nunca é eticamente neutra, mas de preferência induz, implícita ou explicitamente, uma nova avaliação do mundo e do próprio leitor: nesse sentido, a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética”

- PAVIANI, A. *Brasília: ideologia e realidade, espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Serviço de Documentação. “Diário de Brasília”, in.: *Coleção Brasília*. Brasília, 1960.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*, Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- _____. *Memoria, la historia, el olvido*. Barcelona, Espanha: Fondo de Cultura, 2004.
- _____. *Tempo e Narrativa*, Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- RUSEN, J. *Razão histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- SILVA, L. S. D. *A construção de Brasília*. Goiânia: UFG, 1997.
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

Antigo Regime Português: algumas *outras* abordagens

Por: Claudia Cristina Azeredo Atallah*

Resumo: O presente artigo vai tratar de uma discussão historiográfica acerca do que se convencionou chamar de Antigo Regime em Portugal, contemplando para isso uma proposta renovada da historiografia recente e enfocando como objeto de estudo a região das Minas Gerais do século XVIII.

Abstract: The present article goes to deal with a historiografica quarrel wat it was stipulated to call Old Regimem in Portugal, contemplating for this a proposal renewed of the recent historiografia and focusing as study object the region of the Minas Gerais do século XVIII.

Palavras – chave: Historiografia – Antigo Regime – Minas Gerais

Key – Works: Historiografia – Old Regimem – Minas Gerais.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução

O presente artigo tem como objetivo travar uma discussão acerca da historiografia do que se convencionou chamar de Antigo Regime[†] em Portugal, considerando para tal especificidades que suscitaram algumas considerações e observações de historiadores então comprometidos com uma espécie de *reconstrução* da noção das relações de poder neste período de estudo, tomando como objeto de análise a região mineradora da América portuguesa.

A construção da sociedade e da monarquia na era moderna estariam pautadas em um processo público que envolveria desde cedo uma hierarquização social, esta com raízes nas guerras para estabelecimentos das fronteiras. Desse modo, a estruturação da burocracia passaria necessariamente pela remuneração pelos serviços prestados, reconhecimento que viria direto do rei e gerava uma interdependência entre o monarca e seus vassallos: o primeiro num esforço de cooptação desses homens em busca de centralização política, fiscal e territorial; os segundos em busca de privilégios comerciais ou alianças que garantissem a manutenção de seus poderes militares dentro da esfera do reino.

Na França a crise feudal colocou a nobreza numa posição de dependência econômica em relação ao rei e, portanto, os nobres seriam submetidos à uma monarquia centralizadora que oferecia proteção em troca de fidelidade. Essa atitude da coroa proporcionaria um esvaziamento das paragens longínquas francesas, utilizando a guerra para cooptar nobres que ainda estivessem resistindo, fortalecendo ainda mais a corte como centro de poder. No caso inglês, não houve a necessidade de militarização, posto que os nobres mantiveram desde cedo um estreito vínculo com o comércio e com a agricultura, isso a partir da crise feudal, situação que os colocaria em uma posição mais independente com relação ao monarca e que explicaria a importância do parlamento como força reguladora da política do reino.[‡]

[†] Cabe aqui uma referência à clássica citação de François Furet a respeito da noção do conceito de Antigo Regime: “A noção de Antigo Regime é consubstancial à Revolução Francesa. (...). É portanto inseparável da dupla que forma com a idéia francesa de revolução (...)”. FURET, François. Antigo regime. In: François Furet & Mona Ozouf. Dicionário Crítico da Revolução Francesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1989.

[‡] Essa questão é desenvolvida por Norbert Elias, quando discute o caráter da formação da sociedade moderna na Europa do Norte, elegendo como modelo de centralização política o caso francês, que se dá pela guerra. ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. 2ª edição. Lisboa: Estampa, 1995.

Nos reinos ibéricos o processo de estruturação da sociedade moderna apresentaria algumas peculiaridades. Na Espanha as conexões para a centralização política vieram de alianças matrimoniais que proporcionaram a manutenção das leis locais, gerando uma relação harmônica entre a estrutura administrativa e os reinos hispânicos. Em Portugal esta relação harmônica ficaria já latente com o conflito da coroação para o trono em 1385, quando as Cortes resolveram aclamar o mestre de Avis para rei, legitimando o caráter conciliador das relações políticas do reino.

A concepção corporativa de poder: seguindo um viés historiográfico

O século XVI descortina-se de forma bem particular sobre a Ibéria. As reformas protestantes seiscentistas criaram um ambiente propício para o desenvolvimento de uma série de questões filosóficas relacionadas à fé e à existência humana e, nesta esteira, algumas referências sobre o caráter do poder político se fizeram pertinentes. Assim, a filosofia neotomista da Nova Escolástica exerceria um papel legitimador no que diz respeito às diretrizes então traçadas pelas reformas católicas e os reinos ibéricos serviriam de palco. Com raízes no pensamento medieval de indispensabilidade de todos os ramos da sociedade para a composição da política, a concepção de uma ordem estatal deveria tangenciar a autonomia político-jurídica dos corpos sociais, sendo a justiça o fim lógico do poder político (XAVIER E HESPANHA, 1993). Tais idéias iriam encontrar fundamento na reinterpretação do pensamento medieval, principalmente de Tomás de Aquino, que defendia a existência de uma ordem natural das coisas, harmonizando-se em função do *Bem Supremo* e sujeita à uma regulação cósmica (HESPANHA, 1998), para se desenvolver enquanto filosofia em meio ao Concílio de Trento, mais precisamente vinculada aos dominicanos e jesuítas. Na Espanha, o neotomismo abriu uma série de perspectivas no sentido da manutenção de um *status* político e social durante o alvorecer da era moderna. Era a combinação dosada entre fé e razão necessária para as exigências que as transformações científica e religiosa então impunham em toda Europa e que ali estaria vinculada à defesa do catolicismo e à expansão dos domínios ultramarinos; isto a partir das aulas que Francisco de Vitoria ministrava em Salamanca e que veio influenciar uma geração de teólogos (BARBOZA FILHO, 2000: 96).

Era importante para os neotomistas combater com voracidade as idéias protestantes, pois acreditavam que tais idéias iam de encontro à proposta de fundamentar a conduta

política no direito natural. Segundo elas, o homem não teria o privilégio de conhecer a natureza divina devido à sua natureza mundana e decaída, posto que estava fadado a viver miseravelmente no desconhecido, sem poder organizar sua vida como reflexo da justiça divina, toda a autoridade viria portanto de Deus, com o objetivo depurador para as imperfeições morais humanas (SKINNER, 1997: 204). Ficaria, deste modo, difícil defender qualquer tese baseada no direito natural a partir de tais concepções. A teologia da Nova Escolástica defendia a autonomia das causas segundas em relação ao seu criador (causa primeira) e por isto a natureza seria independente da graça divina, ao mesmo tempo em que a humanidade estaria integrada à ordem natural e cósmica, dependendo acima de tudo da associação entre os seres. Havia a necessidade de uma análise dos fatos da experiência humana para se elaborar os ditames do direito natural, a natureza levaria o homem à associação política sem necessariamente passar pela forçosa ordenação divina, já que seria um ser naturalmente político: a fé estaria deste modo desvinculada do poder temporal (HESPANHA, 1998: 64).

Nesse contexto o aristotelismo foi revisitado durante a era moderna, muitas vezes assumindo características próprias da época e fugindo à fidelidade ao pensamento aquiniano medieval, desdobrando-se em diversas vertentes e fundando bases para o direito natural moderno que iria se desenvolver a partir da transição do século XVII para o XVIII, assumindo um caráter laicizado, combatendo a *universitas* do pensamento escolástico.[§] No entanto, em Portugal ocorreria um desenvolvimento cada vez maior das teorias corporativas de poder, estas vinculadas ao neotomismo. Alguns mestres espanhóis exerceram grande influência sobre a cultura neotomista portuguesa: Molina, Navarro e Suárez chegaram a lecionar em Évora e Coimbra (VILLALTA, 1999: 28). E, no decorrer do quinhentos, os jesuítas foram responsáveis pela sua longa sobrevivência, não somente na própria estrutura do poder político, estabelecendo as normas do direito como suporte para o governo, mas inclusive na formação acadêmica de agentes administrativos que estariam a serviço da Coroa no reino e nos domínios no ultramar.

Esses e outros aspectos referentes à gênese do poder político em Portugal moderno são minuciosamente estudados por António Manuel Hespanha. Autor de uma magistral

[§] Sob tal perspectiva a filosofia de Tomas Hobbes seria o ponto de partida para um estudo mais apurado e independente da existência humana. SKINNER, Quentin. Op. Cit. P. 422

obra acerca do caráter do Antigo Regime e de suas implicações políticas em Portugal, tece um minucioso estudo acerca da estruturação das instituições portuguesas da época. Numa tentativa de atualizar os métodos e os objetivos referentes ao estudo do poder, identifica a origem corporativa e jurisdicional da política, processo que atinge seu apogeu durante o século XVII. Nesse sentido, traça um perfil bem específico para as relações de poder existentes neste domínio, onde, mais do que características absolutistas intrínsecas, desvenda as redes clientelares onde se amarram os órgãos administrativos do reino, cada um com seu grau de representatividade. Caracteriza ainda o poder político como parte de uma conjuntura que vai englobar inclusive os outros níveis de poder e as formas *doces* de subjugação (escolas, igrejas), tudo viria a cooperar para a sustentação do sistema. Sob tal aspecto, considera para o estudo do equilíbrio entre poderes políticos tidos como centrais e outros vistos a partir de sua posição periférica, alguns outros níveis importantes. Dentro desta proposta, o historiador ainda ressalta a indispensabilidade de tensões existentes entre o espaço político *racionalizado* e *uni-centrado* moderno e o *patchwork* do viés político-jurisdicional tradicional (HESPANHA, 1986: 43).

Hespanha se tornou leitura obrigatória para o historiador que intenta dissertar sobre a época moderna lusitana. Seus escritos, frutos do debate historiográfico travado em favor de uma reavaliação da história política que acompanharia o desenrolar do atual contexto da escrita da História, associados à uma rigorosa pesquisa documental, propõem um diferenciado olhar sobre as relações entre o Estado monárquico e as instituições representativas que se estendiam ao longo do território português.

Segundo o historiador, as relações que se estabeleceram entre a Coroa e essas regiões, entendidas por ele como periféricas, se apresentam como fundamentais para se compreender alguns possíveis níveis de tensão no interior dessas redes sociais, políticas e administrativas montadas. Mais ainda, os possíveis focos de conflito que poderiam muito bem vir a desestabilizar tais relações emergem neste caso como pano de fundo para o estudo do poder do Estado.

A discussão em torno da concentração de poderes a partir do centro e o notável centralismo do Estado, que pairava sobre a sociedade como um elemento de arbítrio enquanto lugar comum do Antigo Regime europeu se tornam portanto passíveis de análise. Para Hespanha, obedecendo à uma lógica de análise baseada nas formas mentais e

ideológicas, a época de Antigo Regime em Portugal apresentou características próprias que seriam definidas a partir de um contexto específico, contexto este que vai se deitar sobre as teorias corporativas do pensamento medieval e jurisdicionalista (HESPANHA, 1986), numa idealização orgânica do corpo socio-político, onde o rei ocuparia a posição de cabeça com a função de fazer valer a ordem estabelecida. Este quadro de aparente equilíbrio oferecia à sociedade e à todas as partes do organismo político uma certa autonomia concedida justamente por uma noção de pacto, situação que geraria uma interdependência entre o monarca e seus vassallos. Estaria aí, deste modo, a genealogia da tradição portuguesa que, mesmo sofrendo corrosões com a tentativa de fortalecimento do poder real a partir da abertura de novos espaços de atuação do poder do monarca, isto partindo do advento da expansão marítima, iria se enraizar na razão estatal e ditar as normas administrativas. Ambos os processos – o de centralização e configuração do poder real e o de manutenção dos alicerces tradicionais de poder – se à primeira vista nos parecem infensos, fazem parte de uma mesma conjuntura que viria legitimar uma lógica particular e inerente ao reino português (BARBOZA FILHO, 2000: 76).

Seguindo por esse caminho, a teoria que defende a centralização política advinda do Estado monárquico durante a época moderna, no caso português, desmorona. Alguns outros trabalhos vêm seguindo este caminho teórico proposto por Hespanha. Deste modo, seria importante citar os esforços de historiadores brasileiros no sentido de incentivar discussões de caráter historiográfico que possam vir a colaborar com uma saudável discussão acerca dos métodos de pesquisa nesta área. Revitalizando antigas discussões, *O Antigo Regime nos Trópicos* reúne uma série de artigos que possui como principal objeto de pesquisa a tentativa de inserção das diversas sociedades coloniais que faziam parte do império português no ambiente político, econômico e social do Antigo Regime (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA; 2001).

Assim, os autores estabelecem alguns parâmetros conceituais para novas perspectivas teóricas, que vêm sobretudo questionar algumas interpretações que assumiram um lugar comum na produção historiográfica dos últimos anos: reduzir inúmeros conflitos e situações que se desenhavam ao decorrer de mais de três séculos de dominação a simples reflexos de incompatibilidade entre metrópole e colônia; considerar algumas peculiaridades inerentes às possessões coloniais como pontos insuperáveis para a inserção do mundo

colonial na dinâmica do Antigo Regime – que estaria restrita ao reino. Analisando por este ponto de vista, esta empreitada teórica, ao realizar uma salutar conexão entre as paragens coloniais e a terra lusitana, despedaça o aparente equilíbrio das teorias propostas pelos nossos *outros historiadores* e vem propor um olhar diferenciado sobre as fontes que abundam deste lado do atlântico.

A discussão levantada por António Manuel Hespanha veio portanto sustentar argumentos e apontar caminhos para mais profundos estudos. Em Portugal alguns outros pesquisadores vêm desenvolvendo teorias acerca da estruturação do poder político e do seu carácter corporativo durante o Antigo Regime em Portugal. Deste modo, seria necessário lançar um olhar sobre a obra magistral de José Subtil sobre o Desembargo do Paço (SUBTIL, 1996), que deu origem à algumas outras pesquisas do autor no campo do poder institucional do direito em Portugal moderno.

Em sua tese de doutoramento, que foi publicada pela Universidade de Lisboa em 1996, Subtil traça uma pormenorizada discussão acerca daquela que foi a mais célebre instituição de todo o sistema político do Antigo Regime, o Desembargo do Paço, que, junto à Universidade de Coimbra, assumiram papel relevante no que diz respeito à legitimação e disseminação dessas idéias corporativas tão caras à pedagogia jesuítica. Na verdade, como bem caracterizou José Subtil, existia uma linear conexão entre os estudos de direito canônico e civil e o Desembargo: cerca de 70% dos magistrados que serviam à coroa passaram por Coimbra ou ainda exerciam lá funções docentes. Este fato acentua ainda mais o carácter corporativo e jurisdicional das instituições políticas (SUBTIL, 1996).

Portanto, a própria dinâmica entre essas instituições vinha atender a organização administrativa em que se conformava todo o reino e, neste sentido, o Desembargo do Paço assumiria uma importância capital para todo o sistema. Apresentava, em sua essência, características típicas institucionais de Antigo Regime, possuindo um largo conhecimento estatutário de suas jurisdições e uma capacidade de se manter imune às interferências externas. No decorrer dos séculos XVI e XVII, no auge da estrutura corporativa da monarquia lusitana, a coroa necessitaria algumas vezes contornar e até mesmo submeter-se às decisões dos desembargadores do Paço (SUBTIL, 1996).

A obra de Subtil, nos revela que Desembargo assumia portanto um papel capital ao mesmo tempo em que estabelecia uma interdependência com outros setores da

administração. Neste sentido, além de representar o principal órgão do dispositivo institucional da coroa, com atribuições relativas à gestão da justiça, possuía também larga jurisdição no campo da *graça*, oferecendo suporte ao rei nas decisões que extrapolavam os domínios da justiça. Configura ainda um largo campo de análise das competências que eram atribuídas ao Desembargo, elaborando inclusive estudos detalhados sobre a atuação dos seus oficiais no reino e no ultramar, apresenta balanços estatísticos que nos dão noções sobre o quantitativo que serviria ao rei ao longo de quase três séculos de existência. Assim, questões relativas à progressão na carreira e à hierarquização interna nos levam a perceber a importância que o grupo de desembargadores exercia em toda esta dinâmica (SUBTIL, 1996: cap. III).

O grupo de desembargadores desempenhava um valioso papel na interpretação e na aplicação do direito e, considerando esta questão como nuclear para a política, isto lhes concedia um certo prestígio e até mesmo autonomia nas aplicações da justiça. Nota-se que, no ambiente sócio-político da época, o ato de governar confundia-se muitas vezes com o ato de julgar, isto devido às implicações que o enraizamento da cultura jurisdicional e corporativa proporcionavam. Desta forma, os oficiais da justiça e, principalmente, os desembargadores, possuíam, por legitimidade, uma certa influência sobre o sentido que adquiriam as ações do monarca, exercendo uma força de ordenamento sobre a razão política do reino (SUBTIL, 2005).

Em um artigo que está inserido nessa mesma perspectiva, José Subtil estende uma discussão já traçada em seu livro acerca das relações entre centro e periferia no discurso do Desembargo, caracterizando-o como responsável pelo estabelecimento da comunicação entre o centro e as diversas zonas periféricas do reino. Preocupado com as configurações gerais de poder, que quase sempre são observadas a partir de um contexto geral, o autor estabelece limites e indeterminações que viriam a gerar distorções no se fazer cumprir as leis. Estes aspectos estariam relacionados mais especificamente às próprias práticas sociais e políticas que enlaçariam as relações de poder entre o centro e a periferia (SUBTIL, 2005).

Nesse sentido, tais obras estabelecem hoje matrizes sobre as quais inúmeros historiadores vêm desenvolvendo suas pesquisas. A produção acadêmica segue deste modo redefinindo alguns métodos de pesquisa e revisando algumas diretrizes de caráter conceitual. Porém esta é somente uma parte da História.

Debates pela historiografia

Recentemente a discussão acerca da questão sobre a centralidade do Estado monárquico português assumiu dimensões incalculáveis. A reunião de alguns pesquisadores em torno do projeto que vem propor a possibilidade de um *Antigo Regime nos trópicos* suscitou uma série de conflitos saudáveis, posto que incentivam o debate, em torno de conceitos como absolutismo, sistema colonial, nativismo, centralização administrativa, escravidão.

Grande foi a disseminação, na década de 70, da célebre tese de Fernando Novais sobre as relações entre Portugal e Brasil entre os anos de 1777 e 1808, um período que, segundo o autor, configurou a chamada crise do antigo sistema colonial e que viria a influenciar pelo menos duas gerações de historiadores. Seguindo um viés marxista, Novais explora e maximiza as transformações que se operaram na Europa a partir do final do século XVII com a Revolução Inglesa e, fazendo conexões com épocas anteriores, alega que seria “*efetivamente uma nova fase da história que se inaugura*” (NOVAIS, 1995, p. 4).

No legendário capítulo sobre a crise do antigo sistema colonial, Novais caracteriza o *sentido* da colonização a partir de uma interpretação exaustivamente econômica, reduzindo as práticas políticas e os agentes sociais à esta conjuntura:

“(...) enquanto se desenrola o processo concreto da colonização, os corifeus da economia mercantilista teorizam a posição e função das colônias no quadro da vida econômica dos Estados europeus; fixam, assim, num plano mais abstrato, os fins e os objetivos visados nos empreendimentos coloniais, e a legislação não faz na realidade mais que tentar levar à prática os princípios formulados pela teoria mercantilista (NOVAIS, 1995: 59).”

Considerar as relações existentes entre a coroa portuguesa e suas possessões a partir de um viés unicamente econômico, implicaria em reduzir uma gama de fatores e especificidades que desenharam as diferenciadas áreas ultramarinas, fatores estes que também configuravam elementos constitutivos de sociedades que emergiam em diversas áreas de domínio português, com razões próprias porém interligadas não só por redes econômicas, mas sobretudo por relações de vassalagem que costuravam todo o império. Fernando Novais deixaria de lado aspectos relativos às práticas políticas e às relações sociais e de poder, contudo será necessário considerar que sua abordagem e suas preferências teóricas configurariam o ambiente historiográfico de uma época e, mesmo que

seja importante ainda para novas gerações de historiadores conhecer seus escritos, para que revisitarem seus argumentos e alguns aspectos de sua obra?

Recentemente a historiadora Laura de Melo e Souza traz à tona essas e outras questões (SOUZA, 2006). Quando citamos acima que *O Antigo Regime nos Trópicos* viria revitalizar antigas discussões, não expressamos a profundidade da colocação. Reunindo artigos que, como já citado, seguem pelo caminho desbravado por António Manuel Hespanha, o livro tentou conceder suporte conceitual para novas interpretações acerca de *velhos* conceitos. Conseqüentemente, preparou um ambiente onde iria se travar um profundo e salutar debate historiográfico: em seu livro sobre a administração nas Minas Gerais setecentista Laura de Melo se propõe a discutir algumas destas interpretações. Reafirma antigas posições, aprofundando seus argumentos a partir principalmente de críticas formuladas à idéia da existência de um Antigo Regime nos trópicos. Para tal, elabora um consistente *dossiê* acerca da produção historiográfica sobre o assunto.

Seguindo pelo caminho proposto inicialmente por esse artigo, não poderemos elaborar uma minuciosa discussão sobre os pontos de vista da historiadora relativos à coletânea acima citada, mesmo porque as críticas muitas vezes perdem o sentido e se tornam indefinidas se formos analisar com mais cuidado e profundidade a obra de Hespanha, principal alvo das críticas. Por outro lado, se torna visível que o grande ponto conflitante responsável por tantos desencontros é a questão das minas setecentistas.

No alvorecer do século XVIII grandes foram as transformações empreendidas pela coroa na região mineradora da América portuguesa. Em primeiro lugar, há de se considerar a introdução de um novo tipo de objeto de exploração: o ouro, equivalente universal, que desde cedo obrigou as autoridades metropolitanas a reordenarem algumas práticas administrativas e, sob um contexto mais geral, deve se considerar ainda a própria dinâmica européia da época, onde a consolidação de uma época de transição iniciada com as grandes navegações e com o capitalismo comercial estaria em processo. Neste sentido, antes de se afirmar que a administração dos distritos mineradores foram diferentes, se faz necessário um olhar mais analítico sobre estes aspectos, com o objetivo principal de não se recorrer às algemas dos estudos isolados ou ainda apaixonados.

Desse modo, seria importante citar algumas peculiaridades administrativas implantadas nas minas que possuíam como objetivo principal reformular normas, bem

como criar outras mais, para justamente se introduzir o império português na nova situação: a descoberta do ouro já no final do século XVII viria a revigorar os cofres lusitanos frente ao mundo europeu, um mundo em um acelerado processo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Tão longínquas paragens reunidas sob uma mesma coroa e, a partir do setecentos, no trato direto com o ouro – tal situação implicaria mudanças, que não significariam contradições e que, para alguns historiadores, até hoje são difíceis de digerir.

A despeito da suposta centralização promovida durante o reinado de D. João V, compreendida a partir das incisivas medidas tomadas pelos agentes do rei na região mineradora, será necessário antes considerar que o domínio da fazenda representaria um *“domínio que sempre escapou ao espartilho jurisdicionalista, de acordo com a própria doutrina corporativa. A fazenda era a gestão da casa de el-rei, fazia parte do seu domínio doméstico”* (HESPANHA, 2007). Mais ainda, essas mesmas medidas incisivas, eram frutos dos espaços de poder concedidos pelo rei a esses ministros régios e cooperariam com o aplicar das leis e com a idéia de que *“a centralidade do direito se traduz, de fato, na centralidade dos poderes normativos locais, formais ou informais”*, refletindo uma espécie de desorganização, mas que, na verdade, significava peças do mosaico em que se configurou o Antigo Regime nos trópicos.

Portanto, a própria organização administrativa suscitava a tradição política corporativa, quando a coroa delegava poderes com mais complacência e até uma certa autonomia para que, paradoxalmente, não perdesse o domínio sobre as suas possessões – e essa situação se aplica, sem pudores, à primeira metade do século XVIII. Fazer tal afirmação não implicaria uma *“desconsideração de que, ao fim e ao cabo, tudo se fazia em nome do rei e de Portugal”* (SOUZA, 2006: 51), posto que a própria tradição corporativa se organizou em nome do rei, como também seus agentes eram animados por essa razão. Muito menos significaria contradições e dicotomias entre colônias e metrópole, eram, antes de tudo, reflexos dos diferentes modos de governar que atendiam à algumas especificidades locais e também às redes de sociabilidade às quais esses homens estavam amarrados.

Por fim, após algumas breves considerações acerca do caso das minas, cabe esclarecer que a discussão proposta nesse artigo serve de pilar para uma pesquisa de doutorado que está em andamento acerca das representações de poder dos agentes da

justiça na América portuguesa durante o período pombalino, mais precisamente com enfoque num conflito entre autoridades metropolitanas ocorrido na comarca do Sabará, na região das gerais, que envolveu o ouvidor da comarca, José de Góes Ribeiro Lara de Moraes e alguns outros poderosos locais.

No caminho proposto por António Manuel Hespanha, procuramos justamente identificar o grau de poder desses agentes oficiais atribuídos pela tradição política e suas relações cotidianas que, se a primeira vista, assumem caráter contraditório, relacionado à distância e à suas atitudes imbuídas de autoridade, são na verdade reflexos de um pluralismo político de caráter normativo que fazia parte da razão política do império português.

Bibliografia

- BARBOZA FILHO, R. *Tradição e Artíficio* Iberismo e Barroco na Formação Americana. BH: UFMG/RJ: IUPERJ, 2000.
- ELIAS, N. *A Sociedade de Corte*. 2ª edição. Lisboa: Estampa, 1995.
- FURET, F. Antigo Regime. In: François F. & Mona O. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1989.
- HESPANHA, A M. Depois do Leviathan. Almanack Brasiliense número 5 (on-line), SP: 2007. Disponível em www.almanack.usp.br
- HESPANHA, A M. *Às vésperas do Leviathan*, instituições e poder político (Portugal – séc. XVII.). Lisboa, Livraria almedina, 1986.
- HESPANHA, A M. *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Européia*. Sintra: Publicações Europa-América, 1998.
- NOVAIS, F. *A Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed. SP: Hucitec, 1995.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. SP: Cia. das Letras, 2000.

SOUZA, L. M. e. *O Sol e a Sombra política e administração na América portuguesa do séc. XVIII*. SP: Cia. das Letas, 2006.

-SUBTIL, J.. As relações entre centro e a periferia no discurso do Desembargo do Paço (sécs. XVII – XVIII). In: CUNHA, M. S. da C. e FORMOSA, T.(ed.) *Os municípios no Portugal Moderno* Dos forais manuelinos às reformas liberais. CIDEHUS. Ed. Colibri, 2005.

-SUBTIL, J. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autônoma de Lisboa, 1996.

-SUBTIL, J. Os desembargadores em Portugal (1640-1820). In: MONTEIRO, N. G. F., CARDIM, Pedro e CUNHA, M. S. (org.) *Optima Pars Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

-XAVIER, A B. e HESPANHA, A. M. A concepção corporativista da sociedade. In: MATTOSO, J. (org.) *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. Vol. III.

ANPUH-GO: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – SEÇÃO GOIÁS
III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
15 –18 DE OUTUBRO DE 2007

ST 12: ESTUDOS POLÍTICOS E MILITARES CONTEMPORÂNEOS
COORD: JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO

RELEMBRANDO O INDIZÍVEL: MEMÓRIA DE MILITARES SOBRE A
REPRESSÃO NO BRASIL (1964-1985)

ALINE PRADO ATASSIO
UFSCAR/FAPESP

OUTUBRO DE 2007

*RELEMBRANDO O INDIZÍVEL: MEMÓRIA DE MILITARES SOBRE A REPRESSÃO NO
BRASIL (1964-1985)*

*ALINE PRADO ATASSIO**

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as memórias de militares do exército sobre a repressão entre os anos 1964-1985, através da Coleção História Oral do Exército, organizada e publicada pela Bibliex. Nesta publicação, que conta com 250 entrevistas divididas em 15 tomos, os oficiais que se encontravam dentro do Exército no período do regime militar expõem a forma como perceberam, entre outras coisas, a repressão no período ditatorial. Este texto procura, com o auxílio da história oral e estudos de memória, demonstrar também aspectos internos à instituição que contribuíram para a criação de uma memória homogênea entre os militares sobre o período e que difere substancialmente daquela conhecida pela sociedade civil.

Palavras-chave: Repressão, memória, militares

Abstract: This paper intent to do one analyses of the army military's memories about the repression between 1964-1985, using the collection *Army's Oral History*, organized e published from Bibliex. In the publication, which had 250 interviews distributed in 15 volumes, the militaries who was inside the Army in the military's period expose the way which they perceived the repression in that time. This text search, whit help of oral history and the memory's, studies, still show some institution aspects interior which contributed to the creation of one hegemony memory among the offices about the military's period and whose conflict with that one knew form the civil society.

Key-words: Repression, memory, militaries

*

O golpe de 1964 que levou o país a 21 anos de regime de exceção foi assunto de muitos livros e debates na sociedade civil e a versão da história que permanece no imaginário da

* Aluna de doutorado da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Agência de fomento: FAPESP.

sociedade está embasada nestas literaturas e principalmente nos relatos daqueles que vivenciaram as agruras do período militar. Não obstante as manifestações do Exército sobre o tema, com a publicação de notas e livros de memórias de seus integrantes, jamais a instituição havia se pronunciado sobre o assunto na tentativa de impor uma visão oficial sobre o golpe, até que em 2003 a Bibliex lançou a Coleção História Oral do Exército - 1964: 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História. Este trabalho visa analisar esta publicação, tida aqui como parte de um material utilizado para a construção da história oficial do Exército sobre o golpe de 1964.

A coleção, composta de 15 tomos e 250 entrevistas, surgiu como resposta à esquerda, a oposição civil e, principalmente, ao que eles denominaram revanchismo. Essa publicação foi a oportunidade de mostrar a todos a versão daqueles que participaram de alguma forma da “revolução”¹, independente da patente ou região em que serviam quando o movimento eclodiu. Nas palavras do próprio organizador, general Aricildes de Moraes Motta, o que se pretendia era “mostrar o outro lado da colina”. Ainda de acordo com o organizador, o objetivo da coleção é “tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pelas palavras daqueles que agora ganharam oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações” (MOTTA, 2003:9).

Partindo desta coleção, este texto pretende analisar a memória militar sobre a repressão no regime militar. Este texto procura, com o auxílio da história oral e estudos de memória, demonstrar também aspectos internos à instituição que contribuíram para a criação de uma memória homogênea entre os militares sobre o período e que difere substancialmente daquela conhecida pela sociedade civil.

A fim de atender o objetivo deste trabalho, faz-se imprescindível definir como a memória é aqui compreendida. Neste texto a memória “é o resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais” (Montenegro, 1992/93).

Relativamente à memória coletiva, foco de nossa atenção neste trabalho, podemos defini-la como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (Halbwachs, 1990). Este tipo de memória só existe enquanto uma organização a mantém ou reconstitui, de forma que consciente desse fato, é muito comum que os grupos

¹ Os militares entrevistados optaram por denominar o movimento de 1964 de revolução, em oposição a golpe, como ficou conhecido na sociedade civil.

lutem para preservar suas memórias, escrevendo-as, celebrando-as e passando-as às gerações futuras, o que é um dos principais objetivos da Coleção aqui estudada.

A memória coletiva é importante forma de luta social pelo poder. Aquilo que se lembra ou que se faz questão de esquecer revela pouco a pouco a identidade do grupo. Segundo Jacques Le Goff (1996): “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

A memória não é apenas aquilo que se viveu, mas também o que se aprendeu, de forma que a história passada às gerações futuras possui importante papel na formação da memória do grupo e do seu imaginário².

Os estudos da memória garantem que a fala individual pode com precisão revelar o grupo, o imaginário coletivo construído pela instituição e sedimentado nos seus membros e ainda seus esquemas de percepção. Podemos, desta forma, compreender o discurso como algo socialmente produzido, ainda que o texto, ou seja, a forma como o depoente organiza sua fala, seja individual. Isso, contudo não significa que os agentes não sejam dotados de livre arbítrio, mas, conforme Bourdieu, ao analisar o Exército, devemos admitir que tal instituição é uma estrutura organizacional, bem como uma instância reguladora das práticas dos seus agentes. Por isto exerce nestes, através das condições e da disciplina que submete seus agentes, uma ação formadora de disposições³ duráveis. Podemos dizer que o Exército impõe a todos aqueles que dele fazem parte um princípio comum de visão e divisão, ou seja, “estruturas cognitivas e avaliativas idênticas” (Bourdieu, 2001).

Tendo em vista tais considerações, passamos a análise das memórias militares sobre a repressão.

*

² O imaginário pode ser compreendido como um conjunto de signos, símbolos, idéias, mitos e ícones resultantes de discursos e práticas sociais. A construção do imaginário é parte intrínseca da legitimação de algumas instituições, como o Exército, que abrangem por completo a vida dos indivíduos que dela fazem parte, determinando seus *habitus* (Bourdieu, 2004). Segundo José Murilo de Carvalho (1990), “é por meio do imaginário que se podem atingir não soa a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos, esperanças de um povo. É nele que as sociedades *organizam seu passado, presente e futuro*” (grifo meu).

³ Disposições são aqui entendidas como atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão.

Atualmente, com a expansão dos estudos acadêmicos sobre o regime militar, as publicações de memórias daqueles que participaram de ações contra a ditadura e a comprovação da prática de tortura durante o período⁴, além da ampla atenção dada pela mídia à questão⁵, os militares deixaram de negar a existência de tal prática. Entretanto, os depoentes não admitiram que o ônus por tais atos seja debitado na conta do Exército, pois não foi praticado pela instituição e sim por alguns poucos elementos que faziam parte dela, como exemplifica o depoimento do coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro: “Faço distinção entre o excesso individual que pode ter até uma razão neurótica, psicológica, e o excesso institucional. Este, durante toda a minha participação, eu não vi!” (MOTTA, 2003, t.6; p.88).

A tortura - prática execrada por muitos - foi, contudo, considerada por outros como resposta ao tipo de guerra que o inimigo estava travando, que descrevem como “suja”, ou seja, desprovida de ética e sem respeito à pessoa do inimigo. Dois excertos de depoimentos estão transcritos abaixo e demonstram a pluralidade de opiniões sobre o assunto. No primeiro, o coronel Pedro Américo Leal condena a tortura, considerando que esta é uma prática proibida inclusive nos momentos extremos de uma guerra, pois fere princípios caros a todas as Forças Armadas; já o segundo, do coronel Hahenderson Vieira, a prática é válida dada a situação do momento em que foi praticada. A justificativa estaria na primazia do inimigo ao utilizar técnicas escusas de combate e eliminação do seu oponente, obrigando os agentes da repressão a utilizarem métodos semelhantes sob o risco de serem derrotados caso assim não agissem:

“Você não pode justificar nunca a tortura. Se na guerra você não a permite e, se nós primamos por certos princípios, como vamos permiti-las quando agimos contra nossos inimigos. Não podemos” (MOTTA, 2004, t.13; p.251).

⁴ Sobre a tortura é imprescindível a leitura dos livros: *Brasil: Nunca Mais – um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985; Alves, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

⁵ O jornal *Folha de São Paulo* publicou no dia 14 de janeiro de 2007 uma extensa reportagem sobre a tortura no Brasil. De acordo com o jornal, telegramas trocados entre a diplomacia brasileira e norte-americana no biênio 1973-1974 revelam que o governo dos EUA tinha conhecimento detalhado sobre as torturas no Brasil mas não tomaram nenhuma medida para impedir ou retaliar os fatos. *Folha de S. Paulo*, domingo, 14 de janeiro de 2007, Caderno 1/Brasil, p. A10-14 ou ainda www.folha.com.br/070122.

“Ora, temos que combater o inimigo com as mesmas armas que ele utiliza. Se não soubermos combatê-lo com suas próprias armas, iremos sucumbir. É possível que em alguma época tenha havido, *deve ter havido, alguns excessos, talvez até alguma tortura*. Não digo que isso não tenha acontecido. [...]. Mas foi episódico, esporádico, talvez até por força da quantidade de pessoas que atuavam dentro de um organismo dessa natureza, para fazer interrogatórios” (MOTTA, 2003, t.5; p.282, grifo meu).

No depoimento acima, percebemos também a menção à natureza do aparelho repressivo e do contingente que compunham-no. O desvio de funções das Forças Armadas é outro problema apontado; para alguns entrevistados, os membros do Exército, Marinha ou Aeronáutica não devem exercer funções policiais até mesmo porque não são treinados para isso, de forma que o treinamento que recebem, a fim de atuarem em situações de guerra, não visa a repressão e sim a extinção do inimigo. Quando as Forças receberam funções policiais, segundo os entrevistados, foi cometido um grande equívoco, pois as conseqüências, até hoje sentidas pelas Forças Armadas, eram previsíveis⁶. Conforme depoimento do coronel Clidenor de Moura Lima: “O nosso pessoal não estava preparado para enfrentar a guerrilha urbana de forma adequada [...] que é que aconteceu? A ação, a doutrina, a filosofia da Polícia Civil predominaram sobre as idéias dos nossos oficiais que trabalhavam em conjunto com ela” (MOTTA, 2003, t.6; p.121).

O reconhecimento da tortura é difícil, pois no mais, além de ser abominada pela sociedade e proibida pelos direitos humanos internacionais, é uma prática que fere a ética militar, viola princípios e regulamentos das Forças Armadas e as tradições militares, não obstante transgredir os acordos internacionais assinados pelos presidentes militares⁷.

A tortura, se *não* autorizada pelos presidentes ou comandantes militares, além de todas as implicações acima, caracterizaria ainda um ato de indisciplina. Todavia, se autorizada pelas esferas superiores, decorreria de uma política imoral, irracional e desprovida da ética militar, que levaria novamente ao desprestígio da instituição e mesmo do regime militar, dificultando ainda mais sua admissão, de forma que não houve um único

⁶ O livro de Hélio Contreiras, bem como o de D’Araújo, Castro e Soares contém depoimentos interessantes sobre a tortura e a repressão que corroboram o argumento aqui exposto. Ver: Contreiras, Hélio. *Militares – confissões. Histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998; D’Araújo, Soares e Castro. *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁷ Martins Filho, João Roberto. A memória militar sobre a tortura. In: Teles, Janaina (org). *Mortos de Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2000.

entrevistado que declarasse conhecimento sobre a autorização ou condizência dos presidentes ou mesmo de oficiais comandantes para a realização de torturas. Entre a cruz e a espada, os depoentes preferiram reconhecer a tortura como um ato praticado pelos oficiais inferiores, suboficiais e até graduados, que exercendo funções policiais em companhia de policiais civis e militares, contaminaram-se e se deixaram levar pelos seus instintos mais funestos, corrompendo a hierarquia. A seletividade da memória atuou nesta parte das narrativas com significativa eficácia. O depoimento do general-de-exército Jaime José Juraszek ilustra com precisão esse pensamento:

“Os chefes militares nunca mandaram torturar; nunca vi um general, um coronel, nunca vi mandarem torturar. É bom lembrar também que as operações eram feitas em conjunto com civis, a Polícia Militar e outros órgãos” (MOTTA, 2003, t.6; p.34).

A declaração do general-de-brigada Flávio Oscar Maurer, reproduzido abaixo, ilustra outra situação comum entre os entrevistados, inclusive entre aqueles que serviam nos órgãos de repressão, como os DOI-CODIs: nenhum afirma ter realizado ou presenciado a prática da tortura. Com exceção do depoimento do general Adyr Fiúza de Castro aos pesquisadores do CPDOC, é raro encontrarmos depoimentos de torturadores⁸.

“Nunca participei de uma ação repressiva com o emprego da violência. Apesar de ter mantido presos aqueles elementos da VAR- Palmares durante uma semana, não cometemos contra eles qualquer agressão física. Mas na minha opinião, quando se combate a guerra suja, os métodos, às vezes, também precisam ser violentos. Acredito que tenha havido exagero por parte de uns poucos colegas, *mas sem o comprometimento da instituição*. Foram apenas atos isolados de alguns integrantes da Força” (. MOTTA, 2003, t.8; p.311, grifo meu).

Outra queixa registrada, porém menos freqüente, e uma das poucas que imputariam aos comandantes as responsabilidades pelas torturas e mortes nos porões da ditadura, versa sobre a negligência dos comandantes, que por descuido ou confiança excessiva nos seus

⁸ Fiúza de Castro, um dos criadores do CIE (Centro de Informações do Exército) e do CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) relatou o ritual das torturas. Ainda que tenha falado em 3ª pessoa, suas explicações didáticas sobre o funcionamento dos aparelhos de repressão e das práticas de tortura demonstram que seu conhecimento vai além da teoria. D´Araújo, Soares e Castro. *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

subordinados, permitiram, ainda que inconscientemente, ocorrência de excessos. O próprio presidente Geisel, que vivenciou em seu governo a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI no II Exército (SP), incriminou o general Ednardo, comandante da referida Região Militar, exigindo seu afastamento do cargo. Nas palavras de Geisel:

“Quando foi comandar o II Exército ele [Ednardo] se descentralizou, deixando o pessoal subordinado agir, enquanto se dedicava às relações sociais, à vida absorvente de São Paulo. [...]. Num fim de semana ele não estava em São Paulo e mataram esse operário. Então veio esse argumento: ‘Ah! Ele não sabia!’, Mas ele era o responsável! Naquela situação, ele não devia se afastar do comando, era displicência. O chefe nessa hora é responsável. Não tem o direito, quando acontece uma coisa dessas, de dizer: ‘A culpa é de fulano porque dei a ordem e ele não fez’. Sempre que acontece um fato, o responsável é o chefe” (D’Araújo & Castro (orgs). 1997, p.370 e 376).

A opinião de Geisel reflete no pensamento do general Ruy Leal Campello, quando este afirma que: “Então, registro que, sem controle ou assistência de comando superior, podem ocorrer excessos. E isso cala fundo” (MOTTA, t. 3 p.77). Com isso o general impõe a necessidade de um comando forte a fim de coibir ações descabidas por parte dos subordinados. Porém, muitos afirmam que o tamanho e a complexidade das Forças Armadas e dos seus órgãos de repressão impediam muitas vezes que a ordem de um comandante chegasse aos escalões mais baixos, fugindo assim do controle das autoridades as ações realizadas em toda a dependência que figurava sob seu comando.

A decisão de Geisel em afastar o comandante do II Exército é tomada por outros como prova da ausência de envolvimento dos presidentes militares nos episódios que envolveram a prática da tortura, como fica patente no trecho abaixo, extraído do depoimento do Tenente-Coronel Elias Lima Barros:

“Tudo decorreu do estado emocional que envolvia os protagonistas, mas nunca esteve no pensamento do Governo Central apoiar tais atos ilícitos”. Houve um fato elucidativo neste sentido: a própria decisão do Presidente Geisel. Ao tomar conhecimento do caso do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, de imediato afastou das funções o Comandante do II Exército. Essa decisão demonstra a repulsa do militar brasileiro a atos de violência e

‘revanchismos’, resultado de sua formação e, sobretudo, de sua índole [...]” (MOTTA, 2003, t.4; p.198).

Por fim, o depoimento do tenente-coronel Idalécio Nogueira Diógenes serve como expressão da opinião majoritária entre os militares, ou seja, a de que as selvajarias foram praticadas em nome de um bem maior, o bem do Brasil:

“O Brasil deve à Revolução o fato incontestado de ter evitado uma guerra fratricida como acontecia, então, no Vietnã. [...]. Esse é o maior mérito da Revolução. Isso justifica, ao meu ver, até mesmo os eventuais desvios de conduta de alguns” (MOTTA, 2003, t.4; p.189).

Considerações finais:

O recolhimento silencioso daqueles que atuaram no regime militar, assim como as crescentes críticas da sociedade civil ao período e aos seus gerentes fizeram com que aqueles militares que de alguma forma viveram os anos em que o país esteve sob o domínio das armas, sentissem necessidade de lutar pela preservação de suas memórias. Neste caso, a memória tenta recompor a relação passado-presente e é uma tática de sobrevivência emocional do grupo, desgastado com os inúmeros ataques e ferido na idéia de que contribuíram para o bem da Nação e, no entanto, não tem suas atitudes reconhecidas, dado que a versão vencedora da batalha pela memória é a daquele grupo que perdeu o combate político em 1964.

É recorrente a idéia de que perderam para a esquerda a batalha pela memória, como fica explícito no trecho da introdução da Coleção, escrita por Jarbas Passarinho, na qual o coronel sinaliza a situação dos oficiais que participaram do golpe e dos governos militares: “são quase mortos-vivos a sofrer o ‘revanchismo’ dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida do governo de esquerda moderada. Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens” (Passarinho. In: Motta, op.cit, p.27).

Mas, mais do que isto, as entrevistas figuram como uma tentativa de estabelecer o lugar da memória do grupo na sociedade. Os depoimentos de oficiais até então publicados, por não terem o caráter institucional, demonstraram mais as divergências, erros e problemas do que a unidade e virtudes do movimento de 1964. Sendo assim, não é de estranhar a ânsia dos militares em registrar as próprias memórias, escrevendo uma versão oficial da história, que já corria dentro do grupo, mas que se mantinha dentro dele.

Isto se tornou evidente por dois motivos em especial: a quantidade de depoimentos que compõe a Coleção e a ausência de opiniões divergentes, resultado da inexistência entre os depoentes, de oficiais considerados pelo Exército como “de esquerda” ou simpáticos a esta no período.

Todavia, não devemos, ao ler tais memórias, esquecer que a instituição militar busca através destes relatos, construir uma história oficial sobre o a repressão, e que os depoentes acreditam-se agentes discursivos, ou seja, responsáveis pela criação do discurso que será reproduzido pelo restante dos membros do grupo, o qual deverá ser repassado aos seus membros mais jovens e, na medida do possível, atingir a sociedade civil. Acima de tudo, ao lermos as entrevistas, devemos lembrar a influência que as instituições militares exercem sob a formação da percepção e conseqüentemente dos discursos de seus representantes:

“[...] para ilustrar minha maneira de ver, gostaria de dizer que a visão que as pessoas têm das coisas, dentro da corporação, é muito condicionada por essa própria corporação. [...]. A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas, e, sobretudo, a corporação militar. *A farda não é uma veste qualquer, é uma pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente*” (General Octávio Pereira da Costa, in: MOTTA, 2003, t.2; p.45, grifo meu).

Bibliografia utilizada:

- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
..... *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- HALBWACHS, MAURICE. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.
- LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. “História Oral, caminhos e descaminhos”. In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, vol13, no 25-26, setembro 92- agosto 93.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 14 Tomos.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, rio de Janeiro, vol.5, no 10, 1992, p.200-212.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: Um Perfil*. São Paulo: Globo, 2003.

A CONCEPÇÃO DIALÓGICA BAKHTINIANA E A NARRATIVA HISTÓRICA DA PÓS-MODERNIDADE

Ana Beatriz C. Baiocchi (UFG) *

RESUMO:

A proposta desta comunicação é identificar a importância e a atualidade das contribuições de Mikhail Bakhtin, e do discurso sobre o pós-modernismo e de como este incorpora conceitos como a polifonia e o dialogismo desenvolvidos pelo autor, na intenção de melhor fundamentar e contextualizar a narrativa histórica em torno da pós-modernidade. É relevante explorar a importância específica do pensamento de Bakhtin para a crítica cultural de esquerda e propor uma apropriação parcial de seus pensamentos para os fins estratégicos de uma hermenêutica radical dos meios de comunicação de massa. Bakhtin oferece à análise cultural, uma visão unitária e transdisciplinar das ciências humanas e da vida cultural, baseada nos aspectos textuais comum de seus materiais.

PALAVRAS-CHAVE:

Pós-modernismo – Dialogismo – Polifonia

ABSTRACT:

This article has the objective to identify the relevance in our time of the Mikhail Bakhtin's contribute to the post-modernism speech. Also, it intends to identify how this speech incorporates the concepts of polifonia and dialogism, as an attempt to have a better definition of the historic narrative in a post-modernist context. We are specifically interested at exploring the importance of Bakhtin's thought to the left's cultural critical and propose a partial appropriation of his thoughts in order to realize a radical hermeneutics of the mass communication. Bakhtin offers to the cultural analysis an unitary and transdisciplinary vision of human sciences and cultural live, based on the common textual aspects of the its materials.

KEYWORDS:

Post-modernism – Dialogism – Polifonia

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Goiás

A proposta desta comunicação é identificar a importância e a atualidade das contribuições de Mikhail Bakhtin e do discurso sobre o pós-modernismo, como esse mesmo discurso incorpora conceitos como polifonia e dialogismo desenvolvidos pelo autor, na intenção de melhor fundamentar e contextualizar a narrativa histórica em torno da pós-modernidade.

Muito se fala sobre um “mal-estar na civilização”. Este fato sugere uma tensão deliberada em relação ao discurso do pós-moderno, como algo que representa uma “ruptura” cultural: ruptura iniciada pelo modernismo, que aqui é encarado como um período transicional entre o romantismo do século XIX e o atual panorama cultural. A palavra “pós-moderno” é útil, por implicar os elos com o modernismo, ao mesmo tempo indicando um movimento substancial para além ou longe dele. Movimento que foi prontamente preenchido pelo desenvolvimento das recentes e sofisticadas tecnologias eletrônicas e, ao mesmo tempo, foi drasticamente alterada nesse processo, de modo a se tornar “pós-moderna”.

O termo pós-moderno tem sido usado de maneiras diferentes por estudiosos de literatura e feministas, de um lado, e por estudiosos da cultura popular, de outro. O primeiro grupo tende a equacionar o pós-modernismo, com o utópico. De fato, em sua forma utópica, o pós-modernismo é, em parte, um produto do feminismo, da desconstrução, da psicanálise lacaniana, que, acarretaram juntos, uma significativa ruptura cultural que chamaríamos de pós-moderna.

Este pós-modernismo utópico implica um movimento da cultura e dos textos para além das categorias binárias opressivas. Seus mais expoentes representantes são Mikhail Bakhtin, Derrida, Lacan, Cixous, Kristeva e Roland Barthes. Segundo a autora A. Kaplan, “a exigência de um fim para as mortíferas oposições binárias entre masculinidade e feminilidade, talvez seja o melhor resumo do pós-moderno utópico” (Kaplan, 1993, p.15).

Já o pós-modernismo “comercial” ou cooptado, por outro lado, foi teorizado por Jean Baudrillard (na esteira de McLuhan) e, mais recentemente, por Arthur Kroker e David Cook. Para esses autores, o pós-modernismo está ligado ao novo estágio do capitalismo multinacional e multiconglomerado de consumo, e a todas as novas tecnologias que esse estágio produziu. Enquanto na primeira postura, o fim dos binarismos é emancipador, nessa

segunda acepção do termo, o fim dos binarismos é geralmente formulado em termos negativos.

É relevante explorar a importância específica do pensamento de Bakhtin para a crítica cultural de esquerda, propondo uma apropriação parcial de seus pensamentos para os fins estratégicos de uma hermenêutica radical dos meios de comunicação de massa. Bakhtin oferece à análise cultural, uma visão unitária e transdisciplinar das ciências humanas e da vida cultural, baseada na natureza textual comum de seus materiais. Sua crítica está no que sugere o autor Russel Jacob sobre a idéia de um novo consenso: não há alternativas. “É esta a sabedoria do nosso tempo, uma era de exaustão e recuo políticos. O que preocupa é o colapso dos horizontes e ambições intelectuais” (Jacob, 2001, p.12).

Bakhtin está longe de aceitar esse colapso. De acordo com sua visão global do “texto” como referido a todas as produções culturais enraizadas na linguagem – e, para Bakhtin, não existe produção cultural fora da linguagem – tem o salutar efeito de derrubar os muros, não apenas entre a cultura popular e a de elite, mas também, entre o texto e o contexto, entre “dentro” e “fora”, que para o autor, na verdade, é artificial, pois há um fluxo regular de permeabilidade entre os dois.

O contexto já é textualizado, instruído pelo que Bakhtin denomina de “falas anteriores” e pelo “já dito”. Enquanto o texto, “recende aos contextos”, permanentemente inflexionado pela história e moldado pelos acontecimentos. Assim, a “poética histórica” de Bakhtin evita a dupla armadilha de um formalismo apocalíptico vazio e das versões deterministas do marxismo, onde a superestrutura artística simplesmente “reflete” uma base econômica. Em vez disso, ela propõe uma espécie de “justaestrutura” de determinações mútuas e, em alguns aspectos, recíprocas.

Para Bakhtin, a consciência individual é descentrada, pois os signos só podem surgir no território interindividual. Nesse momento Bakhtin desbanca o acalentado mito do ego monádico, postulando a consciência como uma realidade sócio-ideológica, e não como produto de um cogito autônomo e autogerador. Na verdade não se desenvolve a individualidade contra o social, mas através dele.

A concepção bakhtiniana da linguagem constitui, portanto, um veículo para se evitar a armadilha do economicismo mecanicista: a categoria da causalidade mecânica pode ser superada com extrema facilidade com base na sua filosofia da linguagem.

Foram, sobretudo, suas reflexões variadas sobre o princípio dialógico que anteciparam e influenciaram os estudos do discurso e do texto, atualmente em desenvolvimento. A primeira sobre a concepção de texto (discurso ou enunciado) como objeto das ciências humanas. A segunda sobre o princípio dialógico e seus desenvolvimentos em diferentes teorias do discurso e do texto. Esta se subdivide em duas outras: uma sobre o diálogo entre interlocutores, outra sobre o diálogo entre discursos (ou enunciados) no dizer de Bakhtin.

Dessa concepção decorre que o homem não só é conhecido através dos textos como se constrói enquanto objeto de estudos nos ou por meio dos textos, o que distinguiria as ciências humanas das ciências exatas e biológicas que examinam o homem “fora do texto”. Bakhtin propõe, para cada ciências humanas, um objeto textual específico, pois pontos de vista diferentes sobre o texto constroem “textos” e, portanto, objetos também diferentes.

De acordo com Bakhtin, a alteridade define o ser humano pois o outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro. A interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem; o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos, ou seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos; a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto.

O dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. O discurso não é individual, nas duas acepções de dialogismo mencionadas; e não o é, porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais, e, também, porque se constrói como um diálogo entre dois discursos, ou seja, porque mantém relações com outros discursos.

O que nosso autor critica são as análises parciais tanto do “ideologismo estreito”, quanto do “formalismo limitado”, recuperando no texto, seu estatuto pleno de objeto lingüístico-discursivo, social e histórico.

Um dos eixos do pensamento bakhtiniano, está justamente na busca das formas e dos graus de representação da heterogeneidade constitutiva da linguagem. E entre esses estão, sem dúvida, a preocupação com a dimensão histórica-ideológica e a conseqüente constituição sígnica das ideologias, além, da insistência na discussão de uma natureza

interdiscursiva, social e interativa da palavra, a tentativa de oferecer elementos para uma reflexão sobre os gêneros discursivos; a interdiscursividade como condição da linguagem.

Bakhtin interessa-se pelas características e formas do intercurso social pelo qual o significado é realizado. Nesse sentido, procura explorar a idéia e centrar a discussão no fato de que a linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta no momento e no lugar da atualização do enunciado; o significado da palavra está também ligado à história através do ato único de sua realização. Sua proposta de análise reside no fato de se levar em conta a história, o tempo particular, o lugar de geração do enunciado de um lado, e os envolvimentos intersubjetivos que dizem respeito a um dado discurso. Este último aspecto foi denominado, “entonação”, “tom do discurso”.

O que é enfatizado é que para combinar essas duas dimensões, histórica e intersubjetiva, é a avaliação social realizada pelo sujeito, que se configura como uma dimensão que atualiza o enunciado do ponto de vista de sua presença factual, do ponto de vista de seu significado semântico e não somente enquanto palavra, forma gramatical, ou frase tomada em sua definição lingüística abstrata. O que interessa é a natureza social dos fatos lingüísticos, o que significa entender a enunciação indissolúvelmente ligada às condições de comunicação, que por sua vez estão sempre ligadas às estruturas sociais.

Entretanto, a idéia de que na palavra confrontam-se os valores sociais, e de que a comunicação verbal é inseparável de outras formas de comunicação, permite não apenas evoluir para as questões do plurilingüismo, dos conflitos no interior de um mesmo sistema e dos diferentes registros existentes no interior desse complexo, como também ancorar a questão do dialogismo numa dupla e indissolúvel dimensão.

“Assim como o mar é todo água, de igual modo a logosfera é toda palavra, mas estas não são todas iguais. Mesmo quando têm a aparência de serem as mesmas, significam coisas diversas em situações diferentes. Aqueles que não sabem explorar a capacidade das palavras de significar coisas diferentes em diferentes camadas epistemológicas de seu sistema de cultura acham-se condenados a viver sem liberdade, no âmbito de um número muito pequeno de tais camadas. A linguagem não é uma prisão; é um ecossistema.” (Clark e Holquist, 2004, p.247).

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade; é nesse sentido que podemos interpretar o

dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem.

Por um outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos; e aí, o dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem.

“O self bakhtiniano nunca é completo, uma vez que só pode existir dialogicamente. Não é uma substância ou essência por direito próprio, porém existe apenas num relacionamento tenso com tudo o que é outro e, isto é o mais importante, com outros selves.” (Clark e Holquist, 2004, p.91).

De acordo com Linda Hutcheon, é nos discursos do pós-modernismo que estamos percebendo a inserção e a subverção das noções de objetividade e transparência lingüística que negam o “sujeito enunciador”. Havia uma necessidade de romper com os paradigmas – formalistas e humanistas – que ainda predominam, e de situar a arte e teoria em dois importantes contextos: o primeiro situado dentro do próprio ato enunciativo; o segundo situado dentro do contexto histórico e social e político (e também intertextual) mais amplo, acarretado por esse ato e no qual se fixam a teoria e a prática.

Ainda de acordo com a autora, em nome coletivo da universalidade (e da objetividade), do realismo no romance e de vários formalismos críticos, é essa entidade enunciativa que tem sido suprimida – como sujeito humanista individual e até mesmo como produtor pressuposto de um discurso “situado”.

O pós-modernismo sugere que não é só isso: para ativar o processo dinâmico da geração de sentido, a enunciação exige mais do que somente o texto e o receptor. O texto tem um contexto, e talvez a forma passe a ter sentido tanto por meio da inferência do receptor em relação a um ato de produção quanto por meio do próprio ato de percepção.

Em “Marxismo e a filosofia da linguagem” de Mikhail Bakhtin, o signo não pode ser separado da situação social sem abandonar sua natureza de signo. Sua crença é a de restabelecer a integridade do ato de enunciação. O produtor seria conhecido como uma posição (como a do receptor) a ser preenchida dentro do texto. Falar sobre produtores e receptores de textos seria falar menos sobre sujeitos individuais do que sobre “posições de

sujeito” que não são extratextuais, mas são isso sim, fatores constitutivos essenciais do texto.

Chamando a atenção para as estruturas de autoridade dessas posições dentro do próprio texto, um texto pós-moderno pode ser capaz de subverter (mesmo que tenha instalado) a ideologia de originalidade que as sustenta. A posição do produtor do texto (afastada pelo modernismo e pelo formalismo em sua reação contra o intencionalismo do século XIX) está sendo repensada. Não se pode evitar na tentativa de estabelecer uma poética pós-moderna da atual arte (e também da teoria) autoreflexiva paródica é esse conceito do sentido que só existe em relação a um contexto significativo, ou seja, o contexto do ato enunciativo como um todo, antes suprimido, e o conceito do discurso “situado”, que não ignora as dimensões sociais, históricas ou ideológicas da compreensão.

Uma das principais proposições de Bakhtin está voltada justamente para o problema da significação na linguagem. No seu entender, a palavra adquire significações relativas aos contextos nos quais ela pode se inserir. No entanto, a palavra não deixa de ser uma; e essa unicidade é assegurada não só pela sua composição fonética como também pela unicidade inerente a todas as suas significações. Para se construir uma verdadeira ciência do significado, é necessário que tenhamos no nosso horizonte duas direções: a investigação contextual do elemento lingüístico nas condições de uma enunciação concreta e a investigação do significado desse elemento no sistema da língua. O primeiro tipo de investigação está centrado na noção de tema, e o segundo no conceito de significação.

O tema no entender de Bakhtin apresenta-se como elemento único, não reiterável, da enunciação. Ele é a expressão da situação histórica concreta em que se pronuncia um enunciado; como exemplo, dessa forma, a frase “que horas são?” constituiria um tema diferente cada vez que fosse usada. Um tema é então, determinado por uma operação em que entram conjugados os elementos não verbais da situação e as formas propriamente lingüísticas.

Por significação, entende-se, a partir da obra “Marxismo e a filosofia da linguagem”, os elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos. Retomando o exemplo citado, o enunciado “que horas são?”, Bakhtin afirma que a significação aí é idêntica em todas as instâncias históricas em que é pronunciada. Ela se

compõe das significações de todas as palavras que fazem parte dela, das formas de suas relações morfológicas e sintáticas, da entoação interrogativa, etc.

No entanto, o elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade como sinal, mas antes a sua mobilidade específica. Em outros termos, a mobilidade específica da forma lingüística é a orientação que é conferida à palavra (no sentido genérico), por um contexto e uma situação precisos. Daí a afirmação acima de que a significação é uma possibilidade de significar no interior de um tema; já está no próprio conceito de signo a idéia de que significar não é algo da forma, mas da mobilidade específica da forma, mas a forma existe, e resiste como um objeto sempre igual a si mesmo. O que não devemos perder de vista é o fato de que o conceito de mobilidade específica é representativo de uma maneira de se colocar uma questão geral da semântica: a relação entre unicidade e polissemia da forma lingüística.

A identificação com as idéias de Bakhtin começa na defesa da tese de que a forma lingüística não é o signo em si (se a forma é identificada em relação a ela mesma, nesse caso ela é tão somente sinal), a forma lingüística torna-se signo: o elemento que torna a forma lingüística um signo não é a sua identidade como sinal, mas antes, sua “mobilidade específica”; a exata compreensão do que seja essa “mobilidade específica” leva-nos a caminhos diferentes na formulação de um conceito de enunciação que apreende o social.

Agora, trata-se, de conceber a palavra na relação com os fatos de discurso, isto é, na relação com o interdiscurso, que comparece como espaço de memória na enunciação (da palavra); assim, o centro organizador da enunciação, estaria não no meio social que envolve o indivíduo, mas no fato do indivíduo ocupar uma posição de sujeito em relação aos fatos de discurso.

Especificamente, a enunciação se constitui, de acordo com Bakhtin, tendo em vista o fato de que a palavra, enquanto signo variável e flexível é orientada pelo contexto e por uma situação precisos. Para Bakhtin, a enunciação é a orientação da palavra por uma situação de mundo, mas essa orientação é devida ao próprio caráter do signo lingüístico, e não pelo fato de existir alguns índices na linguagem que permitem localizar o enunciado em relação a uma situação de mundo.

A enunciação permite o movimento que vai do sinal ao signo; o signo lingüístico, no entender de Bakhtin, adquire sua identidade na relação dialética entre a estabilidade de

sua significação, que lhe permite ser reconhecido como o mesmo signo em diferentes situações de enunciação, e a mobilidade que ele adquire relativamente à especificidade dessas situações enunciativas.

Segundo Bakhtin, as relações dialógicas definem o acontecimento da linguagem, que são relações de sentido que se estabelecem entre enunciados produzidos na interação verbal. Neste sentido, o conceito de dialogismo se sustenta na noção de vozes que se enfrentam em um mesmo enunciado e que representam os diferentes elementos históricos, sociais e lingüísticos que atravessam a enunciação.

Referências Bibliográficas:

BARROS, D.L.P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: **BRAIT**, Bhet. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas/SP, UNICAMP, 1997.

BRAIT, Bhet. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: **BRAIT**, Bhet. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas/SP, UNICAMP, 1997.

CLARK, Klark, **HOLQUIST**, Michael. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsburg, 1ª ed., São Paulo, Perspectiva, 2004.

JACOBY, Russel. *O fim da utopia*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro, Record, 2001.

KAPLAN, E. Ann. *O mal estar no Pós-modernismo: teorias e práticas*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

Procópio e os aspectos políticos e culturais do Império Bizantino no VI século d.C.

Lyvia Vasconcelos Baptista*

Resumo:

Procópio de Cesárea nasceu entre os anos de 490 d.C. e 507 d.C., em Cesárea, na Palestina. Como historiador, compôs três obras: *História das Guerras*, *História Secreta* e *Sobre os Edifícios*. Abordado pela historiografia como a principal fonte do governo de Justiniano (527-565), seus escritos se destacam pelo conteúdo rico e variado que apresentam, fornecendo informações políticas, religiosas e culturais do Império Bizantino no VI século d.C., sob diferentes perspectivas.

Palavras chave: Procópio, Império Bizantino, Justiniano.

Abstract:

Procopius of Caesarea was born among the years of 490 a.C. and 507 a.C., in Caesarea, Palestine. As historian, he wrote three works: *Wars*, *Secret History* and *Buildings*. Approached by the historiography as the government's of Justinian (527-565) main source, his writings are highlighted by the rich and varied content that they present, supplying political, religious and cultural information of the Byzantine Empire in the VI century a.C., under different perspectives.

Key words: Procopius, Byzantine Empire, Justinian.

* Mestranda pela Universidade Federal de Goiás, bolsista CAPES.

Esta comunicação almeja articular a figura de Procópio de Cesaréia, historiador do Império Bizantino, e os elementos políticos e culturais do seu período, a saber, o VI século d.C.. Procópio nasceu, provavelmente, entre os anos de 490 d.C. e 507 d.C., em Cesaréia, na Palestina, cidade costeira importante e fundada pelos fenícios. Foi nomeado, em 527 d.C., “conselheiro” (*xymboulos*) de Belisário, e em 533-534 d. C., durante a guerra contra os vândalos na África, serviu como assessor (*páredros*) deste general,

Filho de Estéfano, Procópio teve uma educação voltada para a oratória e para assuntos jurídicos, almejando uma carreira legal (GARCÍA ROMERO, 2000: 9-10), quiçá devido à própria disposição do ensino em Bizâncio, no século VI d.C. Segundo José Marin Riveros (1998: 159), existiam, neste período, as “Escolas de Estudos Superiores”, no Império, principalmente em Antioquia e Edessa, dedicadas aos estudos de teologia; e em Beiruth, onde se estudava direito. A chamada “Universidade de Constantinopla” foi criada em 452 d.C, por Teodósio II (408-450), e tinha a principal função de formar funcionários para atuarem no Império. Adotando o grego como língua oficial de ensino, realizavam-se estudos sobre retórica, gramática, dialética, direito, filosofia, aritmética, música, geometria, medicina e física.

Como escritor e historiador, Procópio se destaca, uma vez que suas obras são hoje fontes históricas sobre as guerras contra os “bárbaros” e sobre o comentado governo de Justiniano, possibilitando-nos a visualização do império em questão, sobre inúmeras perspectivas e em muitos campos. Na *Historia das Guerras*, que abrange as excussões e batalhas realizadas pela “Nova Roma”, entre os anos de 527d. C. a 553 d. C. , dividida em oito livros (*Guerras Persas*, cujo conteúdo reside nas tensões entre os bizantinos e os persas, constitui os dois primeiros livros. Os livros III e IV tratam sobre a *Guerra Vândala*, na África, desde 532 a 548. Os livros V, VII, descrevem a campanha contra os ostrogodos: *Guerra gótica*, na Sicília e Itália, entre 536 e 551, estendendo-se até o ano de 553, conteúdo do último livro), o império é percebido político e militarmente, numa tentativa de imparcialidade, com o objetivo, lançado no próêmio, de apresentar os acontecimentos para que o tempo não os reduza a nada. Na *História Secreta* (*Anékdota*; lat. *História arcana*) vemos um império marcado por condutas pouco ortodoxas, onde Procópio descreve ações de Justiniano e Belisário, bem como de suas esposas, sob a luz da crítica. Já seu tratado: *Sobre os edifícios* (*De aedificiis*), é considerado um verdadeiro panegírico em elogio ao imperador. Dividida em seis livros breves, a obra registra praticamente todos os

edifícios públicos construídos no território bizantino, durante o império de Justiniano, além de proporcionar interessantes dados oficiais sobre a administração interna do novo estado romano.

O governo de Justiniano caracteriza-se pelo enfraquecimento do “ciclo latino” e o conseqüente desenvolvimento das chamadas “tendências helenizantes” (MARIN RIVEROS, 1998: 159). A aproximação com os estudos clássicos, principalmente, possibilitado pela adoção do grego como língua imperial, permite que algumas categorias antigas permeiem a ideologia bizantina. O império romano do oriente nutre-se do pensamento grego clássico, estabelecendo um contato que se manterá durante quase toda a sua resistência aos assaltos dos povos da Ásia.

Sobre a historiografia desenvolvida acerca dos trabalhos de Procópio, Averil Cameron destaca que ele foi reconhecido como a fonte principal, talvez única, das guerras justinianas, bem como dos aspectos culturais e políticos do seu governo. A principal discussão concernente ao seu trabalho surgiu por ocasião da descoberta da obra *História Secreta*, a partir de então, ele tornou-se o centro da seguinte controvérsia: como pôde o mesmo homem ter escrito a admirável *História das Guerras* e o folheto injurioso e grosseiro que constitui a *História Secreta*? A negação de tal possibilidade perdurou da data do descobrimento de tal composição (1623) até meados do século XIX, com os estudos de J. Haury que ressaltavam uma certa uniformidade de estilo entre as obras de Procópio. Cameron ressalta que, desde então, houve o crescimento de estudos que priorizam passagens individuais ou problemas particulares em detrimento às discussões gerais (CAMERON, 1996: IX).

Nessa perspectiva, Averil Cameron (1996) defende a idéia de que uma visão menos idealizada e radical das composições de Procópio, tão divergentes num primeiro momento, acentua notavelmente a coerência geral do seu estilo.

Além das discussões concernentes ao estilo procopiano, ressalte-se que o elemento religioso também encontra forte relevância na historiografia produzida sobre o historiador bizantino. A respeito da religião que professava, a maioria dos estudos admitem o cristianismo de Procópio, sendo que “o próprio nome de Procópio é o de um mártir da Palestina, executado no ano 303, e muito venerado na região, o que aponta a convicções cristãs de sua família.” (RUBIN, apud: SIGNES CODOÑER, 2000: 20). Porém, talvez devido à preocupação com os limites de objetividade em sua escrita, é quase impossível rastrear alguma declaração direta acerca da sua crença. Juan Signes Codoñer, no prefácio da tradução de uma das obras de Procópio, enfatiza que:

Há ademais muitas passagens que ligam a Procópio com superstições, presságios e prodígios próprios da mentalidade da época e que transcendem a qualquer credo em concreto. Si não entendemos esse crisol de cultos que era o mundo mediterrâneo por estas datas e a grande dívida que o cristianismo tem com respeito às outras religiões ou tradições no nível das crenças populares, seremos incapazes de entender porque o Cristão Procópio presta crédito em uma determinada passagem aos oráculos sibílicos sem perder por nenhum momento sua condição de Cristão (SIGNES CODOÑER, 2000: 25).

Desta forma, parece quase inegável a influência religiosa nas três obras de Procópio, uma vez que elas comportam suposições de providência divina, da polaridade entre o bem e mal, bem como apresentam a relação do imperador com o sobrenatural e a possibilidade do milagroso (CAMERON, 1985: 113).

Apesar do Império Bizantino ser, muitas vezes, abordado como referência e berço de uma atividade cristã, não vemos em Procópio uma atitude militante na defesa do cristianismo, e em mais de uma passagem em suas obras encontramos ligação com crenças populares e críticas à religião oficial. Por outro lado, no escrito procopiano intitulado *Sobre os edifícios (De aedificiis)*, vislumbramos uma postura exemplarmente cristã, por parte do autor, porém não devemos radicalizar as afirmações sobre sua crença religiosa nesta obra, visto que aquele possui um caráter oficial (CAMERON, 1985: 123-124). A resolução de tal impasse encontra sua melhor formulação na crença de que Procópio era um cristão, mas, como um intelectual, não desconsiderava as outras manifestações religiosas. Além disso, a maioria de suas críticas, embora ligada ao fenômeno cristão, dirige-se, mais diretamente, à figura e ações do imperador Justiniano, na *História Secreta* associado a demônios.

Abordar as composições de Procópio, de maneira a evitar situá-lo no “pedestal do racionalismo”, possibilita-nos a ampliação de perspectivas e confere aos seus trabalhos um caráter mais interessante, embora os torne menos impressionantes (CAMERON, 1996: 113). Aliás, Cameron ressalta que a tentativa de harmonizar as aparentes inconsistências nas declarações religiosas de Procópio representa a ilusão de tentar salvá-lo dele mesmo.

Assim, o problema maior, na historiografia realizada acerca de Procópio, é de teor metodológico, sobre como se deve ler o historiador bizantino. Averil Cameron propõe, primeiramente, considerar as três composições procopianas naquilo que supera suas superficiais diferenças, descobrindo a coerência geral que aí se estabelece; em segundo lugar, deve-se realizar um esforço de percepção da relação entre as obras e o contexto, tentando abordar a escrita de Procópio como

um produto do reinado de Justiniano, e não somente como um movimento com o objetivo do regresso ao modelo clássico grego (CAMERON, 1996: XI).

De fato, o que melhor situa Procópio no contexto do chamado sexto século é sua relação com Justiniano. Ao mesmo tempo, os estudos sobre o império bizantino tendem a enfatizar o período que se caracteriza pela manifestação do poder de Justiniano, quiçá, porque se tem, desse momento, um dos mais ricos relatos, escrito sob a autoridade de Procópio. O governo de Justiniano é, na maioria dos estudos, abordado de forma fragmentada, através da localização, na representação espacial dos elementos que compõem o período em questão, das esferas militares, legislativas, artísticas e religiosas. Pois as campanhas que empreendeu contra os bárbaros pelos territórios limítrofes do império, com a ajuda de Belisário, o notável código legislativo que estruturou, sua ligação com a religiosidade, tendo como expressão máxima a construção da surpreendente igreja de Santa Sofia, e o grande desenvolvimento das artes e da literatura, constituem aquilo que melhor se sabe sobre suas ações, devido aos relatos de Procópio.

Sobrinho de Justino I (518-527), Justiniano, o Grande (527-565) assumiu o trono com a morte do tio, que morreu sem filhos. Casou-se com Teodora, cujo nome e referência encontramos nas obras de Procópio, representada não poucas vezes com uma abalável reputação. A ascensão de Justiniano ao trono se realizou sem crise aparente, a legitimidade de seu governo assentou-se no parentesco com Justiniano e na sua atuação como co-regente (MARAVAL, 1999: 32). Ao assumir o trono, Justiniano esforçou-se por representar e atuar em dois ideais: o ideal imperial e o cristão: “um Estado, uma Lei, uma Igreja” (VASILIEV, 1945: 123). Assim, suas ações ressaltam o objetivo e o ideal de construir novamente, como um dever sacrossanto, a integridade dos territórios do império romano dos séculos I e II; como representante cristão, travou batalhas contra os povos que professavam outras formas religiosas, que, ao seu ver, oprimiam as populações ortodoxas, realizando, pois, um movimento de reconstituição de uma fé cristã única. Tal desejo, porém, não se efetivou sem conseqüências. Os empreendimentos bélicos, contra os chamados “bárbaros”, valeram uma boa parcela dos recursos financeiros e materiais (VASILIEV, 1945).

Justiniano elaborou um notável código legislativo constituído pela compilação de todas as constituições imperiais, promulgadas desde Adriano até o período de seu governo, finalizando, em 529 d.C., o denominado *Codex Iustinianus*. Realização esta que foi revista e amadurecida pelo próprio imperador, surgindo, em 533 d.C., um novo código, conhecido como *Digesta*. A

partir de então, as obras legislativas, sob a égide de Justiniano, ampliaram-se, constituindo um material que denominamos *Corpus iuris civilis* ou “Corpo de direito civil”, porém a apreciação de tal material surge apenas no século XII, devido ao empenho nos estudos do direito romano (VASILIEV, 1945). Maraval enfatiza que antes da elaboração de tal obra por Justiniano, o Império Romano constituía-se como uma “massa de jurisprudência difícil de gerir” (MARAVAL, 1999: 36).

Durante seu governo, podemos dizer que ocorreu um considerável crescimento literário e artístico. Mesmo o imperador não cessou seus escritos sobre o direito, e suas ações serviram como conteúdo para teólogos e historiadores. Essa época foi chamada de “idade de ouro” e produziu uma das maiores riquezas arquitetônicas do império, além de muitas outras construções: a igreja de Santa Sofia, “a realização arquitetural bizantina máxima. Segundo Franz Georg Maier (1991: 40), Santa Sofia dominava a silhueta da cidade de Constantinopla, pois desde Bósforo se podia avistá-la. Constituía-se assim como símbolo do poder religioso convergido para Constantinopla. Os próprios bizantinos assim a consideravam, e por muito tempo serviram-se dela como modelo” (RUNCIMAN, 177: 201).

Tal construção representava uma boa parcela do enriquecimento cultural, durante o governo de Justiniano. Jacques Heers (1991: 249) ressalta a idéia da ação de Justiniano em prol da construção de uma Constantinopla como capital brilhante e esplendorosa. Não sem objetivos políticos, tais construções efetivaram-se, funcionando como veículo de propaganda do imperador, através de escritores como Procópio, fato que podemos perceber em sua obra *Sobre os Edifícios* (SIGNES CODOÑER, 2000: 86). Neste momento, temos a construção de grandes palácios, aquedutos, pontes, banhos públicos e igrejas, o que possibilita Steven Ruciman (1977: 198) afirmar que, a partir do século IV, Constantinopla tornou-se a capital do novo mundo estético. Essas construções revelam a grande influência de elementos orientais e helênicos e, importa aqui, ressaltar o caráter modificável de tais realizações, uma vez que as influências artísticas cambiavam de forma muito nítida, sendo que:

a arte bizantina, [em geral] é um espelho fiel da síntese que constituiu a civilização bizantina. Nela podem ver-se todos os seus elementos constituintes - grego-romanos, aramaicos e iranianos – em proporções variáveis, mas sempre fundidos perfeitamente num todo, em algo único e original em todas as suas derivações. A arte, sobretudo religiosa, mas nem por isso [somente] cristã. Era antes de tudo o produto da época religiosa em que o cristianismo triunfou (RUNCIMAN, 1977: 196).

A grande atividade religiosa no período, que se estende de 527 a 565, é a ação evangelizadora, cujo objetivo era levar o cristianismo além dos limites do império. Isso porque o ideal de unidade configura-se nas várias manifestações do poder de Justiniano e a preocupação com a “paz da Igreja” identificava-se como a própria paz do Império. Segundo Rafael González Fernández (1998: 60), talvez por tal contexto, não é estranho que o decreto dos imperadores Valentiniano II, Graciano e Teodósio II, promulgado na Tessalônia, em 380, seja a primeira lei do Código de Justiniano, cujo conteúdo baseia-se no estabelecimento do cristianismo como religião oficial do império e como norma de fé: aquela que se vale da autoridade dos bispos Dámaso de Roma e Pedro de Alexandria. Presente também no *Codex Theodosianus*, tal decreto não ocupava, contudo, o lugar privilegiado conferido a ele no Código de Justiniano, estabelecendo, a partir daqui, uma única religião, reconhecida no aparato estatal, fazendo-se uma força religiosa e ideológica, na qual se apoiaria o ideal de unidade do Império.

Não foi, porém, sem controvérsias teológicas que o curso do governo de Justiniano efetivou-se. As heresias permaneceram como o perigo mais grave à unidade da Igreja, uma vez que “os países do Oriente testemunham... temperamentos religiosos muito diferentes, marcados por tradições, superstições bastante diversas, pela lembrança das religiões antigas ou pelos contatos espirituais com as regiões vizinhas (tais como a Pérsia)” (HEERS, 1991: 244). Elas constituíam-se na rejeição a qualquer cânone dos Concílios Ecumênicos, que compuseram, juntamente com as Sagradas Escrituras, a base da fé ortodoxa. A ligação do Estado com a Igreja, no império Bizantino, sendo esta considerada um departamento do Estado, possibilitou a exposição do imperador às mais diversas divergências religiosas.

Assim, pelas notáveis medidas administrativas, acrescidas aos empreendimentos bélicos em direção ao ocidente, ao caráter artístico em considerável enriquecimento e à formulação de um extenso e trabalhoso Código Civil, o governo de Justiniano apresenta-se como um dos mais importantes na história da Civilização Bizantina. Procópio de Cesaréa configura-se como uma fonte primorosa de tal governo, refletindo elementos do período em que escreve, apresentando, portanto, certa autenticidade na tentativa de aproximação do modelo clássico grego. Constituindo-se desde sempre, segundo Averil Cameron (1996: 03), como a maior fonte de informação básica, possibilitando um filtro pelo qual os pesquisadores vêem o reinado de Justiniano, bem como outros elementos do período em que se insere.

Referências bibliográficas:

ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BERTELLI, Carlo. Pour une évaluation positive de la crise iconoclaste byzantine. *Revue de l'Art*. Paris, v. 80, n° 80, p. 9-16, 1988.

BRÉHIER, Louis. *Le Monde Byzantin : vie et mort de Byzance*. Paris : 1948.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992.

CAMERON, Averil. The daughter of Leonides: reading the Hippocratic corpus. In:_____. *History as Text: The Writing of Ancient History*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990. pp. 11-31.

_____. *Procopius and the sixth century*. London: Routledge, 1996.

FERNÁNDEZ, Rafael G. *Las estructuras ideológicas del Código de Justiniano*. Disponível em: <[http://interclassica.um.es/investigacion/monografias/las_estructuras_ideologicas_del_codigo_de_justiniano/\(ver\)/1](http://interclassica.um.es/investigacion/monografias/las_estructuras_ideologicas_del_codigo_de_justiniano/(ver)/1)>. Acesso em: 15 de maio de 2007.

GRMEK, Mirko D. *Histoire de la pensée médicale en occident*. Paris: Du seuil, 1995.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 48, p. 12-38, 2004.

GUILLOU, André. L'Orthodoxie byzantine. *Archives des sciences sociales des religions*. Paris, v. 75, n° 75, p. 5-10, 1991.

LEMERLE, Paul. *Histoire de Byzance*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

MAIER, Franz Georg. *Bizâncio*. México: Siglo Veintiuno, 1991.

MARAVALL, Pierre. *L'empereur Justinien*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

MARIN RIVEROS, José. El Imperio Griego de Bizancio: una aproximación al Mundo Bizantino y su Legado Histórico. *Episteme*. Porto Alegre, v. 3, n° 5, p. 157-171, 1998.

MORÓN, Jose Maria Candau. *El universo referencial de los historiadores griegos tardios*. Universidad de Sevilla, 1996. Texto disponibilizado pelo próprio autor.

PROCOPIO. *Historia de las Guerras: libros I-II*. Tradução de Francisco Antonio Garcia Romero. Madrid: Gredos, 2000.

_____. *Historia de las Guerras: libros III-IV*. Tradução de José Antonio Flores Rubio. Madrid: Gredos, 2000.

_____. *Historia Secreta*. Tradução de Juan Signes Codoñer. Madrid: Gredos, 2000.

RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

TOYNBEE, Arnold. *Los griegos: Herencias y raíces*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

VASILIEV, Alexander A. *Historia del Imperio Bizantino*. Espanha: Iberia de Barcelona, 1945.

Disponível em:

<http://www.holytrinitymission.org/books/spanish/historia_bizancio_vasiliev_1.htm>. Acessado em: 10 de janeiro de 2007.

CIDADE DE DEUS E CIDADE TERRENA, JERUSALÉM E BABILÔNIA: A TEORIA DAS “DUAS
CIDADES”, DE SANTO AGOSTINHO, E SUA FUNÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO
IDENTITÁRIA DO CRISTIANISMO DO FINAL DO SÉC. IV E INÍCIO DO V

Por Fabrício Santos Barbacena¹

RESUMO: Desde os primeiros anos após sua conversão ao cristianismo, Santo Agostinho concebia o gênero humano como dividido em dois grupos, um dos bons, amantes de Deus, e outro dos maus, adoradores do seu amor próprio. Alguns anos mais tardes, à essa idéia foi acrescentada a interessante comparação, de grande força bíblica, com “cidades”, surgindo assim os conceitos de Cidade de Deus e Cidade terrena, “Jerusalém” e “Babilônia”, as quais obteriam um lugar de grande destaque no pensamento teológico de Agostinho sobre a história. A presente comunicação propõe-se a analisar o modo como Agostinho, ao descrever as qualidades da cidade de Deus e destacar os pecados e a miséria da cidade terrena, busca fazer com que seus ouvintes/leitores se identifiquem com aquela e se esforcem por viver as virtudes da cidade de Deus, que se apresenta como modelo identitário a ser observado.

1. Introdução; formação da idéia das “duas cidades”

O presente trabalho tem como objetivo analisar um tema bastante relevante na interpretação religiosa de Santo Agostinho sobre o sentido da história: o das “duas cidades”, a “cidade de Deus” ou “cidade celestial”, por um lado”, e a “cidade terrena” ou “cidade dos homens”, por outro. Para Agostinho, o conjunto dos seres racionais, (isto é, dos seres humanos e dos anjos),² dividem-se entre esses dois grupos, e não existe

¹ Mestrando em história social pelo Programa de Pós-Graduação em História da UnB e membro do Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos (PEJ).

² Pois, para Agostinho, não apenas os homens se dividem entre a Cidade de Deus e a cidade terrena (também chamada “cidade dos homens”), de acordo com suas vontades – os bons pertencentes àquela, os maus a esta -, mas também os anjos, com os anjos bons como cidadãos da cidade celestial e os maus, também chamados de demônios, fazendo parte desta última. Cf., por exemplo, *Comentários aos Salmos* 136, 1 e as considerações de Agostinho, em *Sobre a Cidade de Deus* 11.28, por exemplo, para a idéia de que as duas cidades existem desde o momento da separação entre anjos bons e anjos maus, antes da criação do mundo material. Com a criação dos homens, também eles iriam decidir, durante suas vidas, a qual cidade desejariam pertencer.

meio termo entre eles: ou se pertence a uma, ou se é membro da outra³. Em uma definição sucinta (dentre as várias definições dadas por ele, ao longo de todos os seus escritos e, especialmente, na obra “Sobre a Cidade de Deus”⁴), o bispo assim descreve cada um dos dois grupos acima elencados: “De fato, esta é a grande diferença por meio da qual ambas as cidades, sobre as quais estamos tratando, distinguem-se: uma é a sociedade dos homens piedosos; a outra, dos ímpios, cada uma com os anjos que pertencem ao seu respectivo grupo”. Nos habitantes da cidade celestial, domina o “amor a Deus”, e o “amor a si mesmo” é a marca distintiva da cidade dos homens.⁵

De fato, Agostinho, desde os primeiros tempos após sua conversão definitiva ao cristianismo, em agosto de 386, já dividia as pessoas entre amantes da sabedoria e estultos, homens terrenos e pessoas espirituais,⁶ numa perspectiva que identificava, num primeiro momento, a sabedoria proclamada pelos filósofos neo-platônicos com a doutrina pregada pela Igreja Católica.⁷ Alguns anos mais tarde, na obra *Sobre a Verdadeira Religião*, em meados de 390, das considerações de indivíduos isoladamente sábios ou tolos, Agostinho passa a refletir sobre a totalidade dos seres humanos e a dividi-la em dois grupos muito bem definidos: um primeiro, composto pelos que seguem a Deus de coração reto e com vida piedosa, e um outro, subjulgado ao poder do demônio por causa de sua maldade.⁸ A partir desse momento, a idéia de duas

³ Cf. sobre esse assunto, Johannes Van Oort. **Jerusalem and Babylon. A study into Augustine's City of God and the sources of his doctrine of the two cities.** Leiden: E. J. Brill, 1991, pp.151-154.

⁴ Também referida pelo nome mais usual de “Cidade de Deus”, e abreviada aqui como CD. Para a confecção desta pesquisa, utilizou-se o texto de Migne, *Patrologia Latina* (PL), para as citações de Agostinho em latim e, para a tradução de trechos da Cidade de Deus, as seguintes obras, cotejadas com o texto latino e revisadas, quando se mostrava necessário: Jose Moran. **Obras de San Agustin – Edición bilingüe. XVI-XVII – La Ciudad de Dios.** 2.ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965 e Santo Agostinho. **A Cidade de Deus (contra os pagãos).** (tradução: Oscar Paes Leme). Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003. (Coleção Pensamento Humano).

⁵ CD 14.13: “*Profecto ista est magna differentia, qua civitas, unde loquimur, utraque discernitur; una scilicet societas piorum hominum, altera impiorum, singula quaeque cum Angelis ad se pertinentibus, in quibus praecessit hac amor Dei, hac amor sui*” (PL 41, 421).

⁶ De fato, várias são as passagens sobre o tema presentes em escritos como os *Solilóquios*, o *Sobre a Ordem* e, em especial, o *Sobre a vida feliz*, produzidos durante o retiro em Cassiciaco, localidade nos arredores de Milão (386-387). Neste último trabalho, a vida feliz é identificada com a do sábio que busca a sabedoria suprema, que é a própria Trindade.

⁷ A respeito da influência do círculo de intelectuais neo-platônicos de Milão sobre a conversão de Santo Agostinho, os quais se apropriavam dos escritos de Platão, Plotino e Porfírio numa perspectiva cristã, identificando o *Nous* com o *Logos* do prólogo do evangelho de São João, dentre outras aproximações, cf. Peter Brown. **Santo Agostinho: uma biografia** (Tradução: Vera Ribeiro). Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005, p.123ss e Serge Lancel. **St Augustine.** London: SCM Press, 2002, p.78ss. Para um relato mais resumido do papel da filosofia neo-platônica na conversão de Agostinho e nas suas primeiras interpretações sobre os dogmas da religião cristã, cf. MARROU, Henri-Irénée (com colaboração de A-M. La Bonnardière). **St. Augustin et l'augustinisme.** Paris: Éditions du Seuil, 1955, pp.28-34.

⁸ Cf. *Sobre a Verdadeira Religião* 27.50. A respeito dessa obra, van Oort, op.cit., p.112, faz o seguinte comentário: “ No *Sobre a Verdadeira Religião*, pela primeira vez encontra-se [na obra de Agostinho] a idéia apocalíptica de *dois grupos de pessoas* progredindo em direção ao Dia do Julgamento” (“On the

comunidades, uma dos bons, a outra dos mal, que percorrem o curso da história e que serão definitivamente separados no fim dos tempos, no dia do Juízo Final, pode ser considerada uma constante no pensamento de santo Agostinho, que estará presente em praticamente todas as suas reflexões mais importantes acerca do processo histórico e em suas interpretações teológicas sobre esse tema.

Contudo, o interessante é que, não muitos anos depois de escrever o *Sobre a Verdadeira Religião*, uma metáfora instigante foi acrescentada a essa representação do conjunto dos homens como divididos entre a comunidade dos bons e a dos maus: cada uma desses grupos foi rotulado com o nome de “cidade”. Mais especificamente, à cidade dos justos ou “Cidade de Deus” foi também dado o nome de “Jerusalém”, que representa, nas escrituras judaicas, o lugar mais santo da terra prometida, a morada de Deus, a fortaleza que guarda o Templo sagrado de Iahvé, e para os escritores cristãos é símbolo da Jerusalém celeste, do repouso e da bem-aventurança que eles esperavam no Céu. Por outro lado, à cidade dos perversos, a “cidade terrena”, foi atribuída a sugestiva denominação de “Babilônia”, cidade cujo rei Nabucodonossor, em 587 a.C., foi responsável pela destruição de Jerusalém e de seu Templo e pela escravização dos judeus durante cerca de setenta anos, até estes serem libertados por Ciro, rei dos persas. Não raras vezes nas Escrituras, tudo o que há no mundo de mais profano, vergonhoso e torpe é representado por Babilônia, a “grande meretriz”, a “mãe das prostitutas e das abominações da terra”, como a chama o Apocalipse de São João.⁹ É em torno das idéias de “cidade de Deus” e “cidade terrena” que a principal obra de santo Agostinho sobre a história, o *Sobre a Cidade de Deus* (412-426), foi escrita, mas, como já foi dito acima, tais idéias apareceram muitas décadas antes nas suas reflexões teológicas sobre o devir humano.

Diante das informações expostas *supra*, a presente comunicação trabalhará o modo como Santo Agostinho apresenta e define as duas cidades para os seus fiéis e leitores em alguns trechos selecionados de sua vasta obra. Com efeito, pela estudo das características, por ele elencadas, da “cidade de Deus” e da “cidade terrena”, e pela análise do modo como ele contrapõe estes dois grupos, é possível entender melhor um importante elemento discursivo utilizado por Agostinho nas suas tentativas de influenciar o modo de agir diário dos seus interlocutores, pela formulação ou reforço de

True Religion for the first time the apocalyptic idea is found of two groups of people progressing towards the Day of Judgment”).

⁹ Ap 17:1.5.

representações mentais positivas sobre o que é ser cristão e do cristianismo como a única religião verdadeira e correta. Mas, antes de se tratar propriamente das estratégias discursivas de Agostinho acima citadas, uma breve reflexão sobre o que se está entendendo aqui por “representações” e “práticas” mostra-se bastante recomendável, e é o que se fará em seguida.

2. Representações e práticas

Num trecho de obra, para muitos, já clássica para o entendimento acerca da história cultural, Roger Chartier define o objetivo dessa área como o de estudar, nas diversas sociedades que se materializam ao longo do tempo, “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.¹⁰ Este elemento subjetivo, ao qual Chartier alude como os modos pelos quais se pensa, lê e se interpreta a si mesmo e ao mundo ao seu redor, é por ele e por outros também chamado como *representação*. “Representação, diz Le Goff, é tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração”.¹¹ Para alguns autores, o estudo e análise das representações é compreendida como uma das atividades fundamentais para a história cultural. Segundo Pesavento, “em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações”, ou seja, tomar como objeto as representações que as pessoas de outrora fizeram sobre si mesmas e sobre o mundo que as cercava.¹²

Denise Jodelet é uma das muitas teóricas que estudam detidamente este conceito. Para ela, representar – entendido aqui enquanto ação produzida pela mente – é o ato de substituir um determinado objeto exterior ao sujeito por um objeto mental que toma o lugar daquele. A representação, dessa forma, torna “presente [o objeto] quando ele está distante ou ausente. É assim o representante mental do objeto que ela restitui simbolicamente. Além disso, conteúdo concreto do ato de pensamento, a representação mental traz a marca do sujeito [que executa o ato de produzir ou utilizar representações]

¹⁰ Roger Chartier. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais” in: **História Cultural – Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro / Lisboa: Difel / Bertrand Brasil, 1990, p.17.

¹¹ *Apud* Sandra Jatahy Pesavento. “Em busca de uma outra história: imaginando o Imaginário” In: **Revista Brasileira de História – Representações**. São Paulo: ANPUH / Contexto, vol. 15, n° 29, 1995, p.15.

¹² Pesavento, **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (série “História &... Reflexões), p.42.

e de sua atividade”.¹³ Esse último aspecto de uma teoria da representação é certamente muito importante. Afinal, as imagens mentais, formadas por uma pessoa em sua relação com os outros e com o mundo, não são meros “reflexos” do mundo exterior no mundo interior do sujeito, os quais devam ser julgados de acordo com a sua maior ou menor “conformidade” com os objetos que existem “em si mesmos”. Pelo contrário, tal julgamento não pode ser inequivocamente efetivado, já que não temos contato direto com as “coisas em si” (se tais seres existem, discutam os filósofos!), mas apenas as analisamos através das representações que cada um faz destes objetos. Na representação, portanto, estabelece-se uma relação entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido que nunca é direta, mas é sim sempre mediada pelas representações, representações estas nas quais a pessoa não deixa de lançar, voluntária ou involuntariamente, os seus valores, desejos, crenças e sensibilidades, bem como os dos diversos grupos identitários aos quais ela pertence. Com efeito, só para ficar num único exemplo, a representação mental sobre os cachorros, produzida por uma pessoa que possui fobia a cães, será necessariamente distinta da de alguém que não possua tal rastro psicológico e, pelo contrário, goste desse tipo de animal. Em sociedades como a chinesa, a representação sobre os cães pode incluir uma atratividade pelo sabor do animal servido como refeição, o que é um elemento praticamente impensável para a representação, sobre o mesmo tipo de animal, tida por uma pessoa do Ocidente. A representação é, desse modo, bem mais do que mero “reflexo” do objeto: é mistura, em diferentes graus, de elementos deste e do sujeito que se utiliza da representação a qual se reporta ao objeto. Como afirma Sandra Pensavento: “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência [por meio delas]”.¹⁴

Mas a representação, embora seja um conceito fundamental, não aparece de maneira isolada no universo de referenciais teóricos de relevância para a História Cultural. Um outro conceito, o de *práticas culturais*, ou simplesmente *práticas*, mostra-se também muito importante, em especial porque, segundo vários autores, as representações devem ser entendidas em relação dialógica com aquelas. Pode-se definir práticas sociais como toda ação feita pelos seres humanos com intencionalidade, dentro de um determinado sistema cultural e influenciado pelas concepções que nele circulam.

¹³ Denise Jodelet. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In _____ (Org.) **As Representações Sociais** (Tradução: Lílian Ulup). Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p.23.

¹⁴ Pensavento, **História...**, p.39.

Ou, dito de outra forma, as práticas são as ações que tem como base representações mentais.

Por outro lado, as práticas são importantes como meio para se chegar ao conhecimento das representações, na medida em que, caso essas últimas não se concretizassem mediante alguma prática que desse a conhecer ao mundo exterior aquilo que é pensado no universo interior da pessoa, ela não poderia ser objeto de conhecimento por terceiros. Não é à toa que Mauss, um dos primeiros a trabalhar, juntamente com Durkheim, o conceito de representação, chegou a afirmar: “Mesmo as representações coletivas mais elevadas não têm existência, não são realmente tais senão na medida em que comandam atos”.¹⁵

Em resumo, pode-se afirmar que as ações humanas são portadoras do simbólico e, nessa medida, são ações que têm como base as representações individuais e coletivas dos agentes que as praticam. Além disso, as práticas e as representações se influenciam numa via de mão dupla: se estas são fundamento daquelas, as práticas não deixam de influir, em vários graus, nas representações, as quais podem vir a ser re-elaboradas e re-configuradas a partir dos novos dados sociais que são apresentados aos sujeitos, depois de efetuada alguma prática.¹⁶

Desse modo, vê-se como práticas e representações são conceito que se apresentam quase como inseparáveis dentro do referencial teórico acima exposto. No item seguinte, será trabalhado alguns aspectos do modo como as representações que Agostinho tinha sobre as duas cidades eram expostas aos seus leitores/ouvintes por ele, na tentativa de que estes a recepcionassem e adequassem, cada vez mais, suas condutas diárias às exigências subjacentes ao par identitário “cidade celestial” X “cidade terrena”.

3. As duas cidades: mecanismos estruturadores de uma identidade cristã e de programas de conduta católica.

As duas comunidades nas quais, segundo Agostinho, dividem-se os seres racionais e que ele identifica desde a obra *Sobre a verdadeira religião* são por ele, em

¹⁵ *Apud* Roger Chartier. “O mundo como representação” in: _____ **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p.72.

¹⁶ Para maiores detalhes sobre esta temática e como Chartier relaciona os conceitos de prática e de representação com o de apropriação, cf. Chartier. “Introdução...”.

escritos futuros, comparadas a “cidades”¹⁷. Mas, antes de se falar sobre as implicações dessa teoria de Agostinho para as representações sobre as identidades concebidas em sua época, um dado importante deve ser levado em conta: a representação que Agostinho possui do que seria uma *civitas* (“cidade”, como o latim é em geral traduzido¹⁸) é fundamentalmente diversa daquela que nós, brasileiros do século XXI, possuímos do que seja uma “cidade”. Com efeito, as relações com o espaço urbano são múltiplas e já variam bastante dentro de uma mesma sociedade do mundo contemporâneo. Imagine-se que abismo tanto maior não separa as concepções presentes hoje em dia no Brasil ou no Ocidente sobre a cidade daquelas dos antigos romanos, os quais “são prodigiosamente diferentes de nós e, em matéria de exotismo, nada têm a invejar aos ameríndios e aos japoneses”!¹⁹

No mundo grego, como recorda Johannes Van Oort,²⁰ a *polis* era muito mais do que o espaço físico onde se aglomeravam os cidadãos, mulheres filhas de cidadãos, os estrangeiros e os escravos, mas era concebida como uma entidade ao mesmo tempo política (na acepção moderna do termo, no sentido de relacionado com o exercício do poder político institucional legitimamente constituído, cujo exercício só era facultado aos cidadãos e, que na Antiguidade, sempre possuía uma dimensão religiosa a ela conexas), militar, cultural, geográfica e religiosa, e retirar quaisquer um desses aspectos seria mutilar tal idéia. Os cidadãos, os *politai* (observe-se a filiação desta palavra com *polis*, palavra que, por falta de um termo mais adequado, rotineiramente é traduzida por nós como “cidade”) são pessoas que possuem direitos políticos para participar das decisões de sua *polis* e tem como obrigação máxima defendê-la militarmente, quando for preciso. Ao mesmo tempo, eles compartilham um culto cívico comum, além dos muitos cultos particulares não-proibidos praticados de modo individual e/ou familiar, bem como possuem uma formação cultural baseada em grande medida em textos literários, em especial os homéricos, compartilhados pelas diversas *poleis* do mediterrâneo e além como um patrimônio cultural comum do mundo grego.

¹⁷ Segundo Van Oort, seria nos *Comentários aos salmos* 148.4 e 145.20 (PL 37, 1940 e 1898, respectivamente), ambos de 395, em que o termo “*civitas*” e a contraposição entre Jerusalém e Babilônia aparece pela primeira vez. Também de acordo com o mesmo autor, o tema das duas cidade só apareceria “completamente desenvolvido” (“*fully developed*”) em meados de 400, na obra *Sobre as pessoas que devem ser catequizadas* (“*De Catechizandis rudibus*”) 21.37 (PL 40, 336-337).

¹⁸ Van Oort, op.cit., pp.105-106, discute os motivos para se preferir a tradução de “cidade” a “Estado” ou “reino”, em grande medida a partir de argumentos resumidos nos parágrafos abaixo.

¹⁹ Paul Veyne. “Introdução” In: _____(Org.). **História da vida privada – do Império Romano ao ano mil.** 17. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Diretores gerais da série: Philippe Ariès e Georges Duby), p.14.

²⁰ Van Oort, Op. Cit, p.103-4.

A sociedade romana, desde os primeiros séculos de sua existência influenciada por elementos helênicos vindos ou diretamente de contato com os gregos, ou por meio dos etruscos, possuía várias semelhanças, na sua concepção de cidade, com o conceito de *polis*. Mas aqui, a idéia de Roma, a *Urbs*, cidade por excelência, toma novas proporções: com a expansão da cidade, a conquista de territórios e a fundação de novos espaços urbanos, tinha-se a representação de cada nova *colonia* como extensão da *Urbs* original (palavra utilizada por excelência para designar Roma), com seu território sendo parte do de Roma e as instituições e características urbanísticas principais desta sendo reproduzidas, sempre que possível, nos novos estabelecimentos de cidadãos romanos nos territórios subjulgados.²¹ As colônias romanas eram, em grande número, como que “miniaturas urbanísticas e institucionais” da cidade-mãe, Roma, a qual era a entidade máxima, o último elo de vários da mesma corrente (dentre os quais estavam a família, os outros cidadãos e o núcleo urbano local, onde se vivia), aos quais o cidadão romano devia a sua lealdade terrena e se sentia singularmente ligado.

Ao adotar o termo *civitas Dei* e *civitas terrena*, Agostinho buscava estabelecer uma interpretação específica sobre as relações de cidadania dos seres humanos, a qual ele procura sobrepôr às correntes em sua época. O bispo de Hipona defendia nas suas obras que o que realmente importava não era o vínculo que possuíamos com cidades terrenas e impérios passageiros, mas sim qual era a nossa *cidadania espiritual*, e que todos os homens eram chamados a participar da *Cidade de Deus*, embora muitos não o quisessem e fossem, assim, lançados entre os cidadãos malditos da *cidade terrena*.²² Durante o curso da história, os seres humanos pertencentes à cidade de Deus e à cidade terrestre caminham juntos, como dois corpos misturados e interligados neste século, embora com corações e vontades distintas e separadas, e serão separados definitivamente no fim dos tempos.²³ A ênfase, na obra de Agostinho, é no caráter de

²¹ Resume-se aqui, quanto a Roma, os dados mais pormenorizados presente em Pierre Grimal. **Les villes romaines**. 4.ed. Paris: Presses Univesitaires de France, 1971.

²² Cf., para a idéia da cidade de Deus como a pátria que nós somos cidadãos (“*unde cives simus*”), cf. *Comentários aos Salmos* 136, 1 (PL 37, 1761), dentre outros exemplos possíveis.

²³ Cf. a obra *Sobre as pessoas que devem ser catequizadas* 19.31: “Portanto, as duas cidades, uma dos iníquos, a outra dos santos, caminham desde o início da espécie humana até o fim do mundo, agora misturadas quanto aos corpos, mas separadas quanto às vontades, às quais hão de ser separadas também quanto ao corpo no dia do Juízo verdadeiro”. (“*Duae itaque civitates, una iniquorum, altera sanctorum, ab initio generis humani usque in finem saeculi perducuntur, nunc permixtae corporibus, sed voluntatibus separatae, in die vero iudicii etiam corpore separandae*” – PL 40, 333. Tradução livre, baseada na tradução inglesa fornecida por Van Oort, op.cit. p.115). Cabe destacar que a tradução do título latino da obra – *De catechizandis rudibus* – é de todo difícil, pois falta em português um termo que represente o estado de *rudis* – pessoa que, na Antiguidade, procurava a Igreja no desejo de receber uma primeira instrução sobre a fé para, quem sabe, mais adiante se tornar um catecúmeno, um candidato ao

peregrinos neste mundo dos cidadãos da cidade celeste, os quais não devem se desviar de sua rota, e devem usar os bens terrenos não como fins em si mesmos, mas como meios para se alcançar o fim supremo, que é Deus.²⁴

A teoria das duas cidades também serve como um forte mecanismo para que o bispo de Hipona lembre, aos seus fiéis, quais são as atitudes que eles, como cristãos, deveriam fomentar e o modo como suas vidas deveriam ser diferentes das dos pagãos que não conhecem o verdadeiro Deus. Ao falar, então, de Cidade de Deus e de cidade terrena, Agostinho destacava os caracteres negativos desta e os positivos daquela, para que os seus fiéis e outros leitores de suas obras (como os muitos pagãos, a quem também foi dirigida a obra *Sobre a Cidade de Deus*) fizessem a escolha correta. A identidade dos cidadãos da Cidade celeste, dessa forma, era definida, em muitas passagens, de maneira relacional, pela sua diferença com os vícios da cidade terrestre.²⁵ Além disso, pode-se usar aqui a frase de Pierre Bourdieu de que, nesse caso, “o indicativo é um imperativo”,²⁶ ou seja: ao descrever a Cidade de Deus com verbos no modo indicativo (modo da ação real, do ato concretizado, seja no passado ou no presente, ou a ser concretizado no futuro), o bispo não deixa de estar, na verdade, dando comandos morais a serem praticados pelos seus fiéis, como se estivesse usando verbos no imperativo.²⁷ A enunciação das características identitárias da Cidade de Deus

batismo. A tradução do título como “A instrução dos catecúmenos”, tal como se encontra na edição da Vozes (Santo Agostinho. *A Instrução dos Catecúmenos* – teoria e prática de catequese. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984) não parece de todo satisfatória, pois muda a classe morfológica e a relação sintática das palavras traduzidas, e esquece-se também da especificidade do termo *rudis*, deixando-o sem tradução.

²⁴ Van Oort elencou, em seu livro, nada mais, nada menos que 60 citações onde a idéia de peregrinação, relacionada com a cidade de Deus ou as duas cidades, está presente na obra *Sobre a cidade de Deus*. A respeito desse tema tão recorrente em Agostinho, basta aqui a citação das primeiras linhas da obra supracitada: “A gloriosíssima cidade de Deus, neste percurso de tempo peregrinando entre os ímpios...” (“*Gloriosissimam civitatem Dei sive in hoc temporum cursu, cum inter impios peregrinatur...*” – Texto latino retirado de Van Oort. Tradução livre baseada na tradução inglesa deste). Sobre a doutrina do *uti* (quando se usa algo como um meio para outro fim) e do *frui* (quando se busca um bem como fim em si mesmo), cf. Van Oort, op. cit., p. 142-5. Para Agostinho, os homens deveriam, durante essa peregrinação terrestre, utilizar-se (*uti*) dos bens terrestres com o fim de alcançar o gozo de Deus (*frui Deo*) na outra vida. Todo pecado pode, para ele, ser resumido na subversão desta ordem de valores, quando se buscava, como fins em si mesmo, os bens criados por Deus para chegarmos até ele, utilizando-os indevidamente. Cf. *Sobre os costumes da Igreja Católica e sobre os costumes dos maniqueus* 1.37 e 1.39 para a primeira formulação destes conceitos, bem como *Sobre a doutrina cristã* 1.22.20 e 83 *diversas questões* 30, dentre os vários textos que Agostinho desenvolve essa temática.

²⁵ Como afirma Kathryn Woodward, “*Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*” in: Tomás Tadeu da Silva (org.). **Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.9: “A identidade é relacional. (...) A identidade (...) se distingue por aquilo que ela não é. (...) A identidade é, assim, marcada pela diferença”.

²⁶ Pierre Bourdieu. **A economia das trocas linguísticas – o que falar quer dizer**. São Paulo: UNESP, 1994, p.100.

²⁷ Logo antes da frase: “Nesse caso, o indicativo é um imperativo”, Bourdieu afirmava: “A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma (“você não passa de um...”), é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência,

constituía-se, assim, em um verdadeiro *programa de conduta* para os ouvintes de tais discursos, que visava reformular suas representações sobre o que é ser cristão e, assim, fomentar novas práticas culturais, nas pessoas de sua época, que tivessem como meta a adequação de suas ações com o modelo identitário a eles proposto.

Um exemplo poderia ajudar a visualizar melhor o que foi discutido no parágrafo anterior. No livro XIV do *Sobre a Cidade de Deus*, Agostinho faz o que é, provavelmente, sua descrição mais famosa das duas cidades, a partir do amor que é o fundamento de cada uma. Abaixo será apresentado, então, esse trecho da obra agostiniana e depois se fará alguns comentários sobre o mesmo.

Dois amores fundaram, pois, duas cidades, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a celestial. Gloriosa-se a primeira em si mesma e a segunda em Deus, porque aquela busca a glória dos homens e tem esta por máxima glória a Deus, testemunha de sua consciência. Aquela ensoberbece-se em sua glória e esta diz a seu Deus: “Sois minha glória e quem me exalta a cabeça” [Sl 3:4]. Naquela, seus príncipes e as nações avassaladas vêm-se sob o jugo da concupiscência de domínio; nesta, servem em mútua caridade os governantes, aconselhando, e os súditos, obedecendo. Aquela ama sua própria força em seus potentados; esta diz a seu Deus: “A ti hei de amar-te, Senhor, que és minha fortaleza” [Sl 17:2]. Por isso, naquela, seus sábios, que vivem segundo o homem, não buscaram senão os bens do corpo, os da alma ou os de ambos e os que chegaram a conhecer Deus “não o honraram nem lhe deram graças como a Deus, mas desvaneceram-se em seus pensamento e obscureceu-se-lhes o néscio coração. Crendo-se sábios”, quer dizer, orgulhosos de sua própria sabedoria, a instâncias de sua soberba, ‘tornaram-se néscios e mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança de imagem de homem corruptível, de aves, de quadrúpedes e de serpentes’. Porque levaram tais ídolos aos povos, para que os adorassem, indo eles à frente, ou os seguiram “e adoraram e serviram a criatura e não o Criador, para sempre bendito” [Rm 1:21-25]. Nesta, pelo contrário, não há sabedoria humana, mas piedade, que funda o culto legítimo ao verdadeiro Deus, à espera de prêmio na sociedade dos santos, de homens e de anjos, “com o fim de que Deus seja tudo em todas as coisas” [1Co 15:28].²⁸

é o mesmo que impor um direito de ser **que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade**”. (Id., idib. – Grifo nosso). Tais proposições certamente lançam muitas luzes sobre a abordagem discursiva do Bispo de Hipona a respeito das duas cidades.

²⁸ CD 14.28. Tradução extraída de Santo Agostinho. **A Cidade de Deus (contra os pagãos)**..., pp.169-70. (“*Fecerunt itaque civitates duas amores duo; terrenam scilicet amor sui usque ad contemptum Dei, coelestem vero amor Dei usque ad contemptum sui. Denique illa in se ipsa, haec in Domino gloriatur. Illa enim quaerit ab hominibus gloriam: huic autem Deus conscientiae testis, maxima est gloria. Illa in gloria sua exultat caput suum: haec dicit Deo suo, ‘Gloria mea, et exaltans caput meum’ [Sl 3:4]. Illi in principibus ejus, vel in eis quas subjugat nationibus dominandi libido dominatur: in hac serviunt invicem in charitate, et praepositi consulendo, et subditi obtemperando. Illa in suis potentibus diligit virtutem suam: haec dicit Deo suo, ‘Diligam te, Domine, virtus mea’ [Sl 17:2]. Ideoque in illa sapientes ejus secundum hominem viventes, aut corporis aut animi sui bona, aut utriusque sectati sunt; aut qui potuerunt cognoscere Deum, non ut Deum honoraverunt, vel gratias egerunt; sed evanuerunt in*

De imediato, a identificação do amor próprio ao desprezo de Deus, feito por Agostinho logo no primeiro período, deve ter tido um forte impacto sobre as mentes de quem a lia ou escutava²⁹, pois fazia-os pensar em toda atitude que fosse tida como amor próprio sendo não apenas contrária a Deus, mas um ato sumário de menosprezo a ele. Essa idéia negativa impactante é colocada estrategicamente antes do modelo que se propõe para aquele que não querem, com suas vidas, serem réus de desprezo a Deus: deve-se, então, buscar ser cidadão da cidade celestial, onde se pratica exatamente o contrário da cidade terrena, ou seja, o amor a Deus até o desprezo de si próprio. Nessa descrição que é um chamado à vivência, fica implícita ainda um apelo à radicalidade: embora não expresso, o modelo de relação entre as “grandezas” amor a Deus/desprezo de si próprio é, de modo visível, o de natureza diretamente proporcional: quanto mais se despreza a si mesmo, mais se demonstra amar a Deus. Assim, o leitor é como que instigado a fomentar ao infinito este último termo da relação, o do amor a Deus, enquanto aquele outro, do amor a si próprio, deve ser levado, de maneira ideal, ao mais próximo de zero possível neste mundo.

Além disso, contrapõe-se a piedade divina da Cidade de Deus à soberba e orgulho humanos da cidade terrena. Nessas linhas do bispo de Hipona ressoa a polêmica de São Paulo com os filósofos pagãos, que tinham a crença cristã de um Deus sofredor e morto na cruz como loucura e absurdo³⁰. Nesse contexto, Paulo afirmava que preferia a “loucura” de Deus à sabedoria do mundo, que “a linguagem da cruz é loucura para os que se perdem, mas, para os que foram salvos, para nós, é uma força divina”³¹ e declarava: “pois a loucura de Deus é mais sábia do que os homens, e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens”.³² Dessa maneira, em uma obra como o *Sobre a cidade de Deus*, que tem um forte aspecto polêmico contra a religião pagã e os cultos cívicos, bem como todos aqueles que os defendem – dentre os quais os mais destacados eram os

cogitationibus suis, et obscuratum est insipiens cor eorum: dicentes se esse sapientes, id est, dominante sibi superbia in sua sapientia sese extollentes, stulti facti sunt; et immutaverunt gloriam incorruptibilis Dei in similitudinem imaginis corruptibilis hominis, et volucrum, et quadrupedum, et serpentium: ad hujuscemodi enim simulacra adoranda vel duces populorum, vel sectatores fuerunt: et coluerunt atque servierunt creaturae potius quam Creatori, qui est benedictus in saecula [Rm 1:21-25]. In hac autem nulla est hominis sapientia, nisi pietas, qua recte colitur verus Deus, id exspectans praemium in societate sanctorum, non solum hominum, verum etiam Angelorum, ut sit Deus omnia in omnibus [1Co 15:28]”.

²⁹ De fato, obras como a Cidade de Deus eram consumidas à época de sua escrita, dentre outros modos, por recitação pública, seja pela escassez de exemplares e os custos para a confecção de novos, seja pela inabilidade de alguns para poder lê-los por si próprios.

³⁰ Cf. 1 Co 1, 17-31.

³¹ 1 Co 1:18.

³² 1 Co 1:25.

filósofos pagãos –, o trecho acima citado buscava tornar acessível, a leitores que não conheciam os textos de Paulo, os seus argumentos e tentar mostrar-lhes como sua sabedoria humana era, na verdade, *stultitia*, nesciedade e tolice, e que a verdadeira sabedoria estava com os cristãos.

Por fim, um último aspecto merece ser considerado: o do culto religioso das duas cidades. Com efeito, a celestial fundamenta o seu culto no Deus verdadeiro, enquanto a outra deixa-se prostrar perante meras imagens inertes de animais e homens (uma outra temática de São Paulo, que, na verdade, era a retomada de um antigo *topos* da apologética judaica contra os ídolos e deuses dos povos pagãos). O *Sobre a Cidade de Deus* teve, como um dos motivos imediatos para o seu aparecimento, as críticas que os pagãos lançaram ao cristianismo de que, pelo abandono destes dos antigos cultos que tinham garantido a sobrevivência e a prosperidade do Império Romano por séculos, os cristãos seriam os culpados de tantos males no presente, em especial pelo saque à cidade de Roma, acontecido em agosto de 410, pelas mãos dos Visigodos de Alarico.³³ Por quase todos os vinte e dois livros desta obra, o bispo de Hipona se põe a mostrar como os deuses não evitaram muitos desastres no passado e que eles não deveriam ser adorados, mas sim o verdadeiro Deus. Ao culto cívico dos deuses pagãos, ao qual estava tão ligada a noção antiga de cidadania romana, Agostinho se esforçava por sobrepor o culto do seu Deus cristão, e a estratégia da qual ele se utilizou, ao falar em termos de “cidadania” a uma “pátria celestial”, que deveria ser colocada acima de todas as relações de cidadania de outrora, deve ter provocado grande impacto em muitos de seus contemporâneos, como algumas de suas cartas demonstram.³⁴

4. Considerações finais

Inúmeras outras são as passagens em que Agostinho, ao longo de sua obra, aborda as duas cidades e dá as características de cada uma delas, de modo que um estudo

³³ Sobre as motivações para a confecção do *Sobre a Cidade de Deus*, que é retomada e recontada, com maiores ou menores detalhes, por praticamente todos os pesquisadores que se debruçam sobre esta obra, conferir as considerações mais do que claras, feitas por Agostinho em *Retratações* 2.43.1. Para uma análise muito interessante das posições de Agostinho sobre como se deve encarar os males temporais, contraposta com posicionamentos pagãos e de outros pensadores, cf. Theodor E. Mommsen. "St. Augustine and the Christian Idea of Progress: the Background of the City of God" in: **Journal of the History of Ideas** 12 (3), 1951, pp.346-374.

³⁴ Cf. *Epistola ad Firmum* e *Epistola 2**, para o caso de Firmo, pagão que estava se instruindo nas doutrinas cristãs a partir dos livros do *Sobre a Cidade de Deus*, que ele se propunha a mandar copiar e distribuir para seus amigos, e ao qual Agostinho exortava a tomar o passo definitivo de sua conversão.

exaustivo de cada uma das fontes significaria um volume de trabalho muito acima do escopo e da delimitação de tempo da presente comunicação. Contudo, espera-se que as reflexões aqui desenvolvidas possam abrir novas perspectivas para a análise do tema da cidade de Deus e da cidade terrena, de maneira que elas venham a ser compreendidas não apenas como teorias abstratas, formuladas por Agostinho, sobre o processo histórico, mas também como conceitos de grande apelo prático, concreto, que, ao serem apresentados aos seus interlocutores pelo bispo de Hipona, visavam mudar a realidade social a sua volta pelo remodelamento de importantes representações sociais correntes em seu tempo.

5. Referências Bibliográficas

5.1 – Fontes

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus (contra os pagãos)** – Parte I: livros I-X. (Tradução: Oscar Paes Leme). 6. ed. Petrópolis; São Paulo: Vozes; Federação Agostiniana Brasileira, 2001. (Coleção Pensamento Humano).

_____. **A Cidade de Deus (contra os pagãos)** – Parte II: livros XI-XXII (tradução: Oscar Paes Leme). Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2003. (Coleção Pensamento Humano).

MIGNE, Jacques Paul. *Patrologia Latina Database*. 5 CDs. 1993-1995.

5.2 – Bibliografia secundária

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer**. São Paulo: UNESP, 1994.

BROWN, Peter. **Santo Agostinho: uma biografia** (Tradução: Vera Ribeiro). Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005.

CHARTIER, Roger. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais” in: **História Cultural – Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro / Lisboa: Difel / Bertrand Brasil, 1990.

- _____. “O mundo como representação” in: _____ **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- GRIMAL, Pierre. **Les villes romaines**. 4.ed. Paris: Presses Univesitaires de France, 1971.
- LANCEL, Serge. **St Augustine**. London: SCM Press, 2002.
- JODELET, Denise. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In _____ (Org.) **As Representações Sociais** (Tradução: Lílian Ulup). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.
- MARROU, Henri-Irénée. **Saint Augustin et l’augustinisme**. Paris: Editions du Seuil, 1955.
- MOMMSEN, Theodor E. “St. Augustine and the Christian Idea of Progress: the Background of the City of God” in: **Journal of the History of Ideas** 12 (3), 1951, pp.346-374.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o Imaginário” In: **Revista Brasileira de História – Representações**. São Paulo: ANPUH / Contexto, vol. 15, n° 29, 1995.
- _____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (série “História &... Reflexões”).
- VAN OORT, Johannes. **Jerusalem and Babylon. A study into Augustine’s City of God and the sources of his doctrine of the two cities**. Leiden: E. J. Brill, 1991.
- VEYNE, Paul. “Introdução” In: _____(Org.). **História da vida privada – do Império Romano ao ano mil**. 17. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Diretores gerais da série: Philippe Ariès e Georges Duby).
- WOODWARD, Kathryn. “*Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*” in: SILVA, Tomás Tadeu da. **Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

A NOMEAÇÃO DA OBRA ARTÍSTICO - MUSICAL: UMA CONVERSA INSTAURADA ENTRE FORMA E IMAGINAÇÃO

Eduardo Barbaresco Filho*

RESUMO: O ato de dar nome a algo é uma temática discutida desde as categorias aristotélicas ao estruturalismo moderno. Seja a atribuição de uma qualidade ou expressão qualquer, a nomeação situa-se num espaço das representações e perpassa caminhos da significação de um dado fenômeno. Nessa perspectiva dois aspectos são marcantes: a forma – estrutura, e a força imaginativa. Para Derrida (1973) o diálogo entre tais termos permite uma abertura ao pensar histórico e a possível construção de um sentido. A proposta aqui é a de investigar essa figuração na linguagem musical, sobretudo, na relação título, obra e intérprete, com destaque a exemplos musicais do classicismo e do romantismo. Assim, o título é potencialmente portador de especificidade histórica revelada por mundos interagidos e distintos no universo musical.

Palavras-chave: música, forma, imaginação.

ABSTRACT: The act to give a name for something is a thematic one argued since the Aristotelian categories to the modern structure. Either the attribution of a quality either an expression any, the nomination places in a space of the representations and the ways of the signification of data phenomenon. In this perspective two aspects are important: the form - structure, and the imaginative force. For Derrida (1973) the dialogue between such terms allows to an opening when thinking description and the possible construction of a direction. The proposal is here to investigate this figuration in the musical language, over all, in the relation heading, workmanship and interpreter, with prominence the musical examples of the classicism and the romanticism. Thus, the title is potentially carrying of historical specific disclosed by worlds interacted and distinct in the musical universe.

Key words: music, form, imagination.

INTRODUÇÃO

A música é um espaço de interações, trocas, permutas e re-significações dentre as quais se situa a relação título, obra e intérprete. Para Genette e Lewin (1997) o nome de uma obra se trata, pois, de um suporte à sua própria compreensão, um elemento mediador entre conteúdo interno e mundo externo. Derrida (1973) compara o título a um “abismo”, justamente por distanciar a obra de um intérprete permitindo qualificações diretas, como se as palavras fossem situadas em outro universo, distinto do musical, mas, integrado, acoplado, a música. ESCAL, (1987, p. 102) afirma a importância do nome como figura que “antecipa a obra numa escuta”.

Numa perspectiva estética o nome marca a autoria da obra, e caracteriza até mesmo um modo de senti-la, ou torná-la presente num dado momento, seja por questões formais, ou relativas à fantasia. A palavra, refém de um título, diz da música, da arte que é portadora de uma estrutura, abstrata, concreta, tradicional, moderna – dois aspectos se tornam presentes e interconectados: a forma e a imaginação. Respectivamente o primeiro, garante

* Mestre em Música; Universidade Federal de Goiás; trabalho financiado pelo CNPQ.

contornos delineadores ao próprio conteúdo, enquanto, o segundo reflete a potencialidade sonora, a força da obra artística, viva em um determinado momento.

ABDO (2000, p. 20), comenta que a “forma se refere a uma estrutura dinâmica marcada pela tensão interna de seus componentes, que requer dinamicidade de seus intérpretes e estabelece vínculos” (obra, estrutura e mundo do indivíduo). GROUT e PALISCA (1997, p. 337) definem:

Forma é uma estrutura, ou formato organizador da música. Tem a ver com a organização dos elementos em uma peça musical, para torná-los coerentes ao ouvinte que pode ser capaz de reconhecer, por exemplo, um tema ouvido antes na mesma peça, ou uma mudança de tonalidade que estabelece laços entre duas partes de uma composição. A palavra forma é mais usada, no entanto, com referência ao plano estrutural de um único movimento: termos como binário, ternário, ritornello, sonata rondó e variações servem para esquemas formais próprios.

O termo imaginação é definido pelo dicionário O Globo (1991) como a faculdade de representar os objetos pelo pensamento, fantasia, faculdade de inventar ou criar. Refere-se a uma figuração mental sobre um dado fenômeno, um instrumento destinado à criação e à expressão de idéias, que seria justamente a leitura, a tradução de um mundo físico em outro criado, um objeto existente real e sua imagem, “a transfiguração do real” como dito por LAPLANTINE e TRINDADE (1996, p. 28).

Segundo Derrida (1973), o diálogo entre tais termos é o que garante uma abertura ao pensar histórico. A força se vincula à forma na construção de um sentido mesmo em figuras abstratas do pensamento, como sentimentos e sensações. Instaura-se nesse pensar um diálogo para estabelecer diferenças entre títulos de períodos da história da música, precisamente o classicismo e o romantismo. Por que os títulos ora remetem a uma forma ora dizem de uma dimensão poética imaginativa? As possíveis distinções nas alusões dos nomes de musicas mostram certamente mudanças na escrita, na escritura da linguagem musical e no próprio pensar humano.

1. Classicismo: razão e forma musical

Adentrando nos padrões filosóficos do século XVIII tem-se que as questões do pensar humano eram convergentes à idéia de racionalidade sobre tudo e sobre todas as coisas. Cassirer (1997) coloca a figura da razão, próxima ao sentido de “fazer”, descobrir, aliando à herança da tradição cartesiana, o ideal de universalidade, de univocidade.

Para os pensadores iluministas isso não significava dizer que a obra criada fosse dispersa na sua própria estrutura, mas sim afirmar que toda a imaginação, a inspiração

necessária, toda a mimesis¹ clássica se subordinava à razão. A diversidade das formas é tão somente o desenvolvimento de uma força maior, única, imutável, presente em todos os indivíduos pensantes, em toda época e cultura: a razão. Recorrendo historicamente a esse vocábulo tem-se, no século XVII, o pensamento dedutivo, em que todo o conhecimento, para ser verdadeiramente filosófico, devia ser alcançado e estabelecido por uma idéia primordial de um ser supremo, de uma certeza intuitivamente aprendida, na qual podiam ser conectadas outras preposições ligadas à certeza primordial, um mecanismo de derivação e explicação sistemática.

O século XVIII renuncia a esse sistema e vê na análise, por via de Newton, o grande desenrolar de todo o pensar. Assim, levando em consideração a própria experiência de um fenômeno, a razão é descoberta pelo abandono do espírito, segundo Cassirer (1997). Uma notável diferença no método analítico é que o raciocínio físico-matemático passou a ser desenvolvido amplamente em outras áreas e no pensamento em geral. Outro conceito difundido neste período é o de “mônada” Leibniziana. Está seria uma unidade dinâmica, ativa, sempre em estado novo no mundo, infinita, capaz de gerar diversidade, carregada de uma transitoriedade e subordinada a uma lei, ou regra maior, sob o princípio da continuidade, quer dizer, da unidade na multiplicidade, do ser no devir, da constância na mudança (CASSIRER, 1997, p. 53). Assim, são designadas relações entre o geral e o particular, ou seja, a afirmação de que um está no outro.

Certamente os ideais estéticos não distam desse raciocínio. O século das luzes impulsionou uma abertura ao conhecimento sensível, refletido na música na maneira de compor, na relação com o público, no mecenato e na própria estrutura da obra. Para Dufrenne (1972) o mundo em que a obra significa é reativo e requer consciência de espectador, de um sujeito social.

A obra artística é produto das relações com seu meio². Daí uma possibilidade de se afirmar a valorização da forma musical nas composições ou ainda, a forma musical e sua proximidade com o raciocínio analítico. Não que o período do final do século XVIII tenha reinventado o que em música chama-se de “formas musicais”, mas estas foram estruturadas e recolocadas em uso por um pensamento normalizado, simétrico, legalizado, domesticado. Segundo o dicionário Grove (1994), foi o iluminismo que trouxe o estilo galante que passou a caracterizar grande parte das artes/música do final do século XVIII, com o predomínio de uma

¹ Representação, imitação de algo.

² Vários autores como Le Goff, Castoriadis e Evelyn Patlagean consideram as manifestações culturais, e dentre elas a música, comoportes representativos de uma sociedade.

melodia graciosa, de um acompanhamento simples substituindo o contraponto do barroco tardio de Bach e Haendel. Fazem parte desse movimento o desenvolvimento de um estilo leve na música francesa, a reforma do livreto operístico italiano, o aperfeiçoamento de um estilo instrumental com nova expressividade na Alemanha.

Em termos de análise musical são importantes alguns fatores: a organização espacial que predominava era a harmônica, baseada no encadeamento I, V, I, com pouca expansão tonal, o baixo de Alberti, uma melodia com preferência a graus conjuntos e grande utilização de notas do acorde, escalas, terminações de frases femininas e apogiaturas longas. O gosto por este último e por sua acentuação, juntamente com o descanso em notas do acorde, lhe confere grande elegância e clareza. Na constituição interna da obra musical tinha-se preferência pela escolha de um modo, sendo uma mesma frase ora repetida em modo maior, ora em menor. Nesse período houve a consolidação da forma sonata e dos gêneros concerto e sinfonia.

Pode-se assim pensar que o classicismo está ligado à estética do bom gosto, do acabamento, da elegância, de uma nobreza aristocrática, da vida nos palácios. Contudo, o equilíbrio não é tão perfeito. A própria ideologia do iluminismo é bipolar e contraditória ao afirmar o positivismo, o racionalismo e o método analítico, que não deixam de ter um lado cético e empírico. Em termos musicais nesse paradigma encontra-se uma beleza externa da vida na corte e, no lado interno, o próprio drama humano sendo desenvolvido numa linguagem antitética. Isso é comprovado em obras como o “Réquiem”, de Mozart, com fortes características barrocas, e até romântico-sentimentais. É interessante citar, a dessacralização da música, pois pela primeira vez as missas e oratórios não eram meras contribuições a uma liturgia, mas uma culminância da forma musical.

Como exemplificação histórica tem-se Mozart (1756-1791) e suas obras: missas, movimentos de missas solenes, música sacra, drama sacro, ópera, vocal, sinfonias, música orquestral para piano e música de câmara para teclado. Percebe-se claramente a aplicação da forma em todo o seu trabalho, por exemplo, nas sonatas: geralmente com três movimentos, ou tema e variações, sendo o primeiro em uma estrutura tonal dividida em três seções principais – a primeira em dois grupos, um na tônica e outro na dominante – a segunda corresponde ao desenvolvimento – a terceira à recapitulação do tema central e a coda; daí uma estrutura na forma ABA. É observado que os títulos estão estritamente conectados à estrutura da obra, talvez na tentativa de torná-la clara a um intérprete. Os títulos dizem somente da obra. Aqui se pode pensar que Mozart não trabalhou com questões sensíveis, porém seria uma falácia, na medida em que o próprio sensível humano era voltado ao racionalismo. Citemos, por

exemplo, as óperas de Mozart e toda a dramaticidade envolvida. O caráter clássico é mais apolíneo que o dionísio. O que acontece é a predominância da simetria, da razão, conferindo um estilo elegante e claro à música de Mozart diferentemente de muitos de seus sucessores.

2. Romantismo: a imaginação

Segundo GROUT e PALISCA (1997, p. 572), o adjetivo “romântico” deriva de romance, cujo sentido original era o de uma narrativa ou poema medieval sobre personagens ou episódios escrito em língua vernácula. A palavra começou a ser utilizada em meados do século XVII, com a conotação de algo distante, lendário, fictício, fantástico, um mundo imaginário oposto ao real e ao presente.

Contudo, foi no começo do século XIX que esses ideais começaram a ganhar força por três pontos cruciais na história: o pré-romantismo na Alemanha; a pré-revolução na França e a contra-revolução na Inglaterra. É interessante ressaltar que essas lutas sociais afetaram diretamente o pensar estético da época. Um exemplo claro está na relação entre obra e público. Antes os artistas se preocupavam em responder demasiadamente ao público, fosse pelo mecenato ou pela igreja, mantendo uma relação de reciprocidade. Agora, o compositor imagina o ouvinte virtual, e não tem controle sobre este. Sartre (1967) afirma que o público romântico é ativo, participativo, em um mundo onde o homem é o próprio Deus, quebrando, assim, a relação de reciprocidade.

O novo público vem justamente com o advento do burguês, voltado ao sentimento de crítica artística e do gosto individual. Quem compõe, dessa maneira, não é mero contratado, mas um “compositor” inspirado, “indeterminado”, frente a um mundo imaginário gigantesco. Kant (1993), em seu livro *Crítica da Razão Pura*, diz que o artista romântico é aquele que busca o infinito pela emoção, navegando sob a categoria do sublime, perpassada por uma beleza grandiosa, oculta, inefável.

O romantismo (1790-1910) faz ressurgir fortemente alguns ideais estéticos barrocos, como as figuras antitéticas, a ordem e o caos, a serenidade e a vertigem, o heróico e o trágico, o céu e o inferno. O que acontece é que essa antítese se aglutina numa forma de pensar onde não são presentes dois termos, mas um apenas, como é observado na figura do Herói: aquele que possui força e sensibilidade, razão e emoção, o homem desnudo e suas fraquezas sentimentais, agora não escondidas, sim descobertas dentro da perspectiva da fantasia, da liberdade num universo criativo.

Uma característica relevante no romantismo é o grande desenvolvimento da poesia: “um espelho do mundo circundante, imagem da época (...) que paira em meio caminho entre o retratado e o retratista, nas asas da reflexão poética” (SCHLEGEL apud LOBO, 1987, p. 56). Aqui a figura do artista é permeada pela obra, por sua realidade externa e interna, de modo que a arte passa a ter e ser um retrato de uma realidade interior, livre, autônoma e simbólica. Nessa temática se condensa grande parte dos traços característicos da estética romântica, segundo TODOROV (1979, p. 201). Embora presente desde tempos primitivos, é no romantismo que se desperta o caráter simbólico da obra de arte.

O símbolo, no romântico, nasce de uma articulação entre o real e o ideal, sendo que, em alemão, se diz *sinnbild*, que significa uma articulação entre sentido “sinn” e imagem “bild”. Assim, é visto como a tradução de um ideal transcendental, idealista, no qual o finito representa o infinito, que é a beleza. A arte romântica é cercada, carregada de um grande potencial significativo, como diz LOBO (1987, p. 56): “mesmo aquelas metáforas que parecem simplesmente arbitrárias tem com frequência profundo significado”.

A imaginação simbólica é uma figura da obra artística tanto para o criador, quanto para o receptor, e um de seus principais constituintes é a intuição, entendida como força produtiva e criadora, espaço aberto à verdade. “Aquilo que a reflexão encontra está já presente e só a imaginação, interpretada como faculdade absolutamente produtiva, abre o acesso à verdade” (D’ANGELO, 1998, p. 71).

Certamente a música romântica não está alienada de todas essas alusões. Pode-se verificar um alargamento da forma, agora entendida, sobretudo, aos olhos da imaginação, o sentimentalismo, o heróico, o amor pela pátria. Em termos musicais, destacam-se a balada, gênero poético com temas alargados e grande força emotiva, o romance sem palavras, o noturno, os arabescos, o intermezzo, as barcarolas, o improviso, a canção erudita, a ópera que falava de fuga da repressão política, de amor, de cenários exóticos medievais, do drama, o poema sinfônico.

Outra característica marcante é o desenvolvimento do piano num sentido amplo, com melodias mais livres e assimétricas em relação ao clássico, exploração de todos os registros do instrumento, além de uma expansão harmônica. Para melhor elucidação, observemos Liszt e algumas de suas peças.

Liszt (1811-1886) possui mais de 700 obras, dentre as quais para piano, arranjos de outras peças, música vocal, de câmara, orquestral, sendo um dos estilos mais predominantes de sua composição o poema sinfônico/música de programa. Este é definido como forma orquestral em que um poema/programa fornece uma base narrativa ou ilustrativa

para a obra. Citemos o Estudo Transcendental n. 4 “Mazeppa” onde o título é retirado de uma obra de Byron (1788-1824), na qual o autor escreve sobre um herói revoltado, apaixonado por uma rica donzela e não correspondido, é atrelado a um cavalo e solto num deserto. A idéia imagético-sonora é a de uma cavalgada.

Toda a dramaticidade sonora apresentada na música de Liszt é mais que um reflexo de um período. É própria ação da imaginação livre criativa, que embora não pareça “real” uma vez que disserta sobre o fantástico, revela qualitativamente, de modo nominativo e num espaço de significação, a obra a qual se refere.

CONCLUSÃO

Se a arte é produto de seu tempo, como diz Kandinsky (2000), os títulos também potencialmente são partes desse processo. Sejam ligados a uma forma condizente a elementos puramente musicais, ou a figuras poéticas, dizem da obra a qual se referem por mecanismos de composição que são encontrados na música ou fora dela. Os nomes são acertos históricos importantes na identificação de referida arte ou tipo de música. São herdeiros de uma tradição histórica marcada, sobretudo, pelo pensamento de um referido período no qual a força da imaginação e da forma são elementos da criação artística.

O que se percebe a partir das obras anteriormente aqui citadas, é que a figura da imaginação se “escondia” em detrimento a razão nos clássicos, por isso a existência de um caráter predominantemente formal nos títulos. É simplório afirmarmos a não-existência da imaginação no classicismo, para não dizer errôneo, pois esta é o fio condutor da criação artística, da imaginação criativa, como diz Derrida, da imaginação transcendental, segundo Kant, ou da produtora, de acordo com Hegel³.

A forma caminha de sua restrição à liberdade em um sentido mais amplo, nos românticos, e um elemento que garante essa autonomia é a própria imaginação. Nesse sentido, os títulos “formais” também afirmam por uma dialética negativa, um mundo musical fantasioso, justamente porque comportam o universo musical do qual é servil, e vice-versa. Os títulos que não são elementos do contexto musical abrem a música a um outro mundo, seja

³ Segundo Derrida (1991, p. 116), permanece, em todo caso, que a imaginação produtora, conceito fundamental da estética hegeliana, tem um lugar e um estatuto análogos aos da imaginação transcendental, porque ela é, também, uma espécie de arte natural: arte oculta nas profundezas da alma humana, imaginação produtora, conforme afirma Kant. Isso se dá, principalmente, porque o esquematismo transcendental da imaginação, intermediário entre a sensibilidade e o entendimento, homogêneo à categoria e ao fenômeno, comporta os predicados contraditórios da passividade receptiva e da espontaneidade produtora. Enfim, o movimento da imaginação transcendental é o movimento da temporalização.

das emoções humanas seja de paisagens, natureza entre outros. O diálogo instaurado é ora amistoso, ora nem tanto, contudo, sempre revisto e adequado, revivido num dado momento.

BIBLIOGRAFIA

- ABDO, S. 2000. Execução/interpretação musical: uma abordagem filosófica. *Per Musi*, revista de performance musical, Belo Horizonte, v. 1, p. 16-25, 2000.
- CASSIRER, E. *A filosofia do iluminismo*. Campinas: Unicamp, 1997.
- D'ANGELO, P. *A estética do Romantismo*. Lisboa: Estampa, 1998.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- DUFRENNE, M. *Estética e filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ESCAL, F. *Le titre de l'oeuvre musicale*. Paris: Payot, 1987.
- GENETTE, G. e LEWIN, J. E. *Paratexts: Threshold of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GROUT, D. J. e PALISCA, C. V. *A história da música ocidental*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- KANDINSKY, W. *Do espiritual na arte*. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.
- KANT, E. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- LAPLANTINE, F. e TRINDADE, L. *Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- LOBO, L. *Teorias poéticas do romantismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SADIE, S. *Dicionário Grove de música*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- SARTRE, J. P. *Qu' est-ce la littérature*. Paris: Gallimard, 1967.
- TORODOV, T. *Teorias do Símbolo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.

HISTÓRIA E FOTOJORNALISMO

Marta Emisia Jacinto Barbosa*

RESUMO

A presente pesquisa busca investigar como historicamente foi produzido o fotojornalismo no Brasil associado a uma rede de linguagens e comunicações. No século XX, a imprensa brasileira viveu um período de importantes experiências no âmbito da produção e articulação de novas linguagens, quando se forjou um tipo de jornalismo que relacionou texto escrito e texto visual, dinamizando as formas de fazer e ler notícias, acontecimentos. Nesta perspectiva, interessa discutir os significados daquilo que Barbosa Sobrinho chamou de “industrialismo” na imprensa no século XX, pensar a relação entre fotografia e reportagem para problematizar a relação entre fotojornalismo e produção de memória.

Palavras chave: Fotojornalismo; Memória; Redes de Comunicação

ABSTRACT

The present research intends to investigate how it was historically produced the photojournalism in Brazil in association with a net of languages and communications. In 20th century the Brazilian press lived an important experiences period in the scope of the production and aggregation of new languages, when a journalism type was forged and related written to visual text, putting in motion the forms to make and to read new, events. In this perspective, it interests to discuss the meanings of what Barbosa Sobrinho called “industrialism” in the 20th century press, to think the relation between photograph and news article to question the relation between photojournalism and memory production.

Keyword: Photojournalism; Memory; Communication Nets.

Este texto apresenta uma reflexão a respeito da relação entre história, fotojornalismo e memória como resultado de uma pesquisa desenvolvida sobre imprensa e fotografia na construção de uma memória dominante sobre a seca no Ceará entre o final do século XIX e início do XX. Essa investigação me levou a recompor um amplo circuito de comunicação, na

* Professora da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

então região norte do Brasil, que abrangia diferentes locais por onde a notícia era produzida, reproduzida e circulava até chegar a grandes jornais e revistas no Rio de Janeiro.

Recuperar trajetórias de notícias, órgãos da imprensa, repórteres, reportagens, repetições de textos, de cartas, telegramas, e todas essas experiências me levaram a pensar na necessidade de o historiador aprofundar seus estudos sobre os significados da produção da imprensa no campo da investigação histórica, indagando a respeito dos caminhos da produção da imprensa em suas distintas formas e linguagens. Destaca-se um esforço empreendido no sentido de investigar como a imprensa no Brasil tem se constituído enquanto componente importante na produção de memória sobre os sujeitos, os lugares, suas experiências, organizando fatos, estabelecendo “verdades”.

Uma dimensão da atividade jornalística que despontou pouco a pouco foi o interesse na composição da linguagem escrita e da linguagem fotográfica. Embora esse esforço possa ser visto no século XIX, é no século XX que verificamos cada vez mais um investimento na atividade fotográfica para a montagem das reportagens impressas nas folhas de jornais e revistas.

Raquel de Queiroz, em 1956, entre tantos textos escritos na Revista *O Cruzeiro*, em sua “Última Página”, seção que mantinha sua relação com os leitores que lhe pediam para falar sobre muitos temas, escreveu sobre a reportagem ilustrada. Certa feita, a autora surpreendeu ao escrever “O Mundo em Figura”, enaltecendo a importância da fotografia na produção das notícias. Dizia a autora:

Quanto invejo a capacidade de comunicação dêsses demoníacos rapazes que podem dizer tudo, carecendo apenas do olho clínico para escolher o assunto, a velha técnica da angulação, da luz e do momento oportuno, e, sem precisão de gramática nem de outras astúcias do escriba, põem na frente do leitor o mundo inteiro resumido em algumas polegadas de papel. (QUEIROZ, 1956)

O “mundo em figura”, de Raquel de Queiroz, é aquele em que a máquina fotográfica aparece como possibilidade de conhecer aquilo que é distante, e que, graças à lente da máquina, não nos contará mentiras. O trabalho fotográfico como expressão da precisão, a possibilidade de revelar o mundo.

Falando sobre o desenvolvimento da indústria da imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, algumas vezes afirmava, ter chegado nesse momento a vez do fotógrafo (LIMA SOBRINHO, 1997: 43-49). Para Brito Broca, no limiar do século XX, ao lado da arte gráfica e da reportagem, surgiu um elemento novo na imprensa: a fotografia (BROCA, 2004: 297-298). Tais reflexões nos desafiam a pensar sobre as

implicações desse processo de “industrialização” da imprensa em que emerge um novo modo de noticiar e, ao mesmo tempo, de se relacionar ao processo histórico de produção de memória, de que fazem parte repórteres, fotógrafos e tantos outros produtores.

A revista *O Cruzeiro* que publicava os textos de Raquel de Queiroz desenvolveu experiência importante no âmbito da produção de imprensa que relacionava fotografia e texto escrito¹. As linhas da escritora expressavam, acima de tudo, uma transformação no modo de fazer imprensa que anunciava, entre outras coisas, a experiência fotojornalística.

Experiência que cobriu muitos assuntos no universo de temas dentro da imprensa brasileira. Aqui gostaria de indicar como ponto de reflexão duas reportagens que mereceram destaque nos anos 1950.

Falávamos anteriormente da necessidade de refletir sobre a relação entre memória e imprensa ou, mais especificamente, fotojornalismo e produção de memória. Penso que as duas experiências que iremos trabalhar são aqui referências para discutirmos os caminhos de investigação do historiador diante do material de imprensa, dos produtores de imprensa.

Grandes reportagens sobre a fome no Nordeste conquistaram prêmios importantes no âmbito do jornalismo brasileiro. Refiro-me, especificamente, a duas reportagens que ganharam o Prêmio *Esso*² de melhor reportagem: “Uma tragédia brasileira: os paus de arara”, de 1955, e “Diário de um flagelado das Secas”, de 1959.

A fotografia de famintos do Nordeste na imprensa atravessou momentos diferentes. Sua história se construiu ao longo das várias publicações; cada uma expressava um recorte que indicava tanto permanências quanto inovações. Das fotos individuais às coletivas, das pequenas às maiores, as constantes publicações, verificam-se passos em direção à definição de um campo visual para os famintos abordados. Entre esses passos, a fotografia de retirantes famintos, que faz fotógrafos e repórteres ganharem prêmio.

“Uma tragédia brasileira: os paus de arara” é o título de uma grande reportagem sobre o Nordeste seco publicada na revista *O Cruzeiro*, de 1955, que conquistou o primeiro prêmio *Esso* em 1956. Sobre a revista *O Cruzeiro*, é preciso salientar sua importância na constituição do fotojornalismo brasileiro, pois, para Peregrino, o que a diferenciou das demais publicações, suas contemporâneas, foi “a obra fotográfica produzida e inserida nas grandes reportagens”. Falando sobre o uso freqüente de imagens articuladas em séries de documentação de um fato,

¹ A revista *O Cruzeiro* foi fundada em 1928 por Carlos Malheiros Dias. Segundo Werneck Sodré, esta revista surgiu com uma “grande publicidade preparatória” (SODRÉ, 1999: 251-389). Integrou-se depois ao grupo de Francisco Assis Chateaubriand, que, segundo Peregrino, chegaria a congregar 34 jornais, uma editora de livros e numerosas revistas, além de dominar 36 estações de rádio e 16 emissoras de televisão (PEREGRINO, 1990: 19).

² Criado em 1956, este prêmio é considerado o mais tradicional concurso direcionado à imprensa do Brasil.

afirma que a revista “inaugurou uma linha que viria marcar sensivelmente a fotografia de reportagem, posto que a linguagem utilizada passou a incorporar a foto como elemento narrativo em contextos diversos” (PEREGRINO, 1990: 19).

Os repórteres Ubiratan de Lemos e Mário de Moraes, ganhadores do prêmio³, configuraram com seu trabalho um momento importante da produção fotojornalística. Os dois viajaram durante 11 dias, cobrindo o trajeto de retirantes nordestinos para o sul do país. Essa reportagem sobre a viagem dos retirantes famintos foi composta em doze páginas organizadas entre fotografias, textos e farta publicidade (que convidava o leitor a viajar pela *Pan American* e se deliciar com o leite condensado *Moça*). Dividia-se em quatro partes: o sertanejo foge do torrão natal para não morrer de fome; nada mais fotogênico que a pobreza: os quadros humanos mais fortes possuem substancialmente um potencial de beleza; o Brasil gastava mais de 600 mil dólares com a imigração estrangeira, mas não despense um centavo com a migração nacional; as araras. Esses momentos organizaram as matérias e ajudaram a contar a história dos sertanejos migrantes.

As imagens fotográficas ocuparam um grande e importante número de páginas na composição das matérias. O texto anunciava “Dois repórteres desta revista experimentam, ao vivo, o drama dos retirantes nordestinos que fogem do sertão...”. Os repórteres fizeram a viagem de cinco mil quilômetros no “caminhão arara” com os retirantes, numa estratégia de registrar “a tragédia” por dentro, o mais próximo possível, o mais “verdadeiro”, das experiências de flagelados⁴.

Esse esforço nos remete às características do trabalho fotojornalístico, no que concerne ao ponto de vista da fotografia de imprensa: o furo de reportagem de caráter espetacular e a imagem como testemunho. Vale indicar a compreensão de Frederic Lambert sobre informar como modo de ensinar ao leitor a respeito dos fatos novos, informar pode também implicar em reproduzir valores, fotografar imagens revistas e corrigidas pela atualidade (LAMBERT, s/d: 23-27).

Nesse sentido, importa para nós, que trabalhamos com a pesquisa em história, indagar o que significa o processo de produção dessas informações que ganharão forma e se tornarão memória.

³ A comissão julgadora que definiu os premiados foi composta por: Herbert Moses, da *Associação Brasileira de Imprensa*, Alves Pinheiro, do *Jornal O Globo*, Otto Lara Resende, da *Revista Manchete*, Danton Jobin, do *Jornal Diário Carioca* e Antonio Callado, do *Jornal Correio da Manhã*.

⁴ Em novembro de 1956, a *Revista O Cruzeiro* publicou uma história em quadrinhos, chamada “O repórter fotográfico”. Desenhada por Carlos Estevão, contava a história de um repórter fotográfico em busca do seu furo, do “momento decisivo”, como dizia Cartier Bresson.

No “virar mundo” dos repórteres, a farta publicação de fotografias, construindo a reportagem, se destaca. Isto faz lembrar a discussão feita por Helouise Costa sobre a fotorreportagem como uma prática que construiu uma nova relação entre texto e imagem, criando uma narrativa própria. Na sua perspectiva, a foto apresenta um ponto de vista especificamente visual sobre os acontecimentos, não se limitando a ilustrar o texto (COSTA, 1998: 138-159). A considerar essa compreensão, é preciso perguntar sobre o ponto de vista visual montado na reportagem sobre os paus de arara.

Ao pesquisar a iconografia produzida por Jean Manzon n’*O Cruzeiro*, Costa ressaltou a existência de vertentes temáticas que pautavam seu trabalho, entre elas, o que chamou de realidade brasileira. Esta abrangia imagens de natureza, tipos regionais, cidades, carnaval, futebol, imigração, crianças abandonadas, delinqüência juvenil e outros. Penso que esse campo de ação da produção iconográfica do fotógrafo Manzon se estendeu e definiu pontos de referência para outros repórteres: escolhas temáticas e imagéticas (COSTA, 1998: 138-159).

Em “Uma Tragédia Brasileira”, a história da viagem é montada com uso de descrições do sofrimento em pormenores, que se estendem aos relatos de vida no sertão feitos pelos retirantes e conduzidos pelos repórteres nas entrevistas. As fotografias com suas legendas, que numa única página compreenderam 18 imagens, exibem mais que a viagem, procuram dissecar um sertão, um sertanejo.

Mais sugestivo que “Uma Tragédia Brasileira...” foi a afirmação: “Nada mais fotogênico que a pobreza; os quadros humanos mais fortes possuem substancialmente um potencial de beleza”. A frase, que dá título ao texto das páginas 74 e 75, sublinha a força das imagens da pobreza: a partir da pobreza era possível produzir boas imagens. A fotografia e o cinema têm explorado esse potencial “fotogênico” da pobreza. Esse potencial imagético atribuído às fotografias da pobreza conduz os leitores da revista imediatamente às fotografias expostas na página. Conduz a ver e reconhecer uma certa pobreza tratada naquelas páginas.

A apresentação das fotografias numa composição que lembra história em quadrinhos sugere uma forma de divulgar essa fotogenia da pobreza, dos retirantes do Ceará, Pernambuco, Paraíba, de modo a forçar uma narrativa, a induzir definições dessa pobreza. Como afirmava Wenders, “narrar força as imagens a dizer alguma coisa” (WENDERS, 1990: 76); nesta perspectiva, o entrecruzamento de linguagens foi criando uma espécie de “unanimidade” para os quadros de pobreza. No dizer de Sontag, a imagem isolada, como unidade básica, empreende um movimento na direção da sua memorização (SONTAG, 2003: 23).

Os artifícios para construir esses pontos de vistas vão desde a escolha das imagens à montagem da página, à composição de títulos e legendas. As fotografias tomam o maior espaço da página, a guiar a leitura, marcando diálogos com os relatos escritos.

Jean-Claude Bernardet, ao discutir o uso de imagens da série *Os Retirantes*, do pintor Cândido Portinari, no filme de Geraldo Sarno, sublinha que o “importante não é tanto que os vejamos, mas sim que os reconheçamos” (BERNARDET, 2003: 15-39). O que nos leva a indagar: no processo de construção de um certo horizonte ou referência de imagens, é necessário montar uma estratégia que garanta o reconhecimento de um repertório visual? Tal repertório pode arrastar sinais de outros momentos, outras experiências, que são recuperados e retrabalhados em revistas e jornais quando o assunto aflora. Ele não prescinde do texto escrito, integra-se a ele, criando indícios de reconhecimento.

No âmbito desses retornos, resta destacar o Prêmio *Esso*, de 1959, para a reportagem “Diário de um flagelado da seca”, de Rubens Rodrigues dos Santos que, em 1958, ano citado sempre como de grande seca, viajou pelo Nordeste como correspondente especial do Jornal *O Estado de São Paulo*⁵.

Para fazer “Diário de um flagelado da seca”, o jornalista se inscreveu em frentes de serviços. Na reportagem publicada, apresentou seu cartão de inscrição, provando ao público que havia se passado por “flagelado” por algum tempo até ser “descoberto”⁶. Construiu seu texto com o uso de estudos como o de Tomaz Pompeu de Souza Brasil, autor de *Memória sobre clima e secas do Ceará*, de 1877.

A reportagem dividia-se em onze partes que se estenderam durante dois meses de publicação. O jornalista descreveu sua trajetória quase como um etnógrafo, registrando cada pormenor vivido pelos flagelados, suas expressões, palavras, modos de ser, de sentar, de comer, de falar, de morar, de trabalhar. Trazia fotografias de flagelados em grandes grupos, no mato seco, nas casas, apresentando seu interior, sua mobília. Anotava e fotografava em diferentes ângulos. O que resultou na divulgação de, aproximadamente, vinte fotografias, sempre em tamanho grande. O jornalista afirmou sua decisão de “colher o maior número possível de flagrantes e observações” para que sua experiência pudesse ser documentada.

A posição do jornalista que documenta não deve enredar o historiador em suas investigações, em suas perguntas, tratam-se de caminhos distintos. Quando fazemos uso de

⁵ Rubens Rodrigues dos Santos, jornalista, engenheiro e cineasta, ganhou quatro prêmios *Esso*, pelo Jornal *O Estado de São Paulo*.

⁶ Em 17 de julho de 1958, o jornal prepara seus leitores para a reportagem de Rubens Rodrigues. Informa que enviou este correspondente com o objetivo de “melhor dar a conhecer aos leitores as necessidades e sentimentos de nossos patrícios, nossos afortunados do Nordeste, através de um autêntico ‘Diário de um flagelado da seca’”.

imagens sem nos perguntar sobre a trajetória de sua produção e o que implicou sua difusão nos deixamos enganar. Quando utilizamos imagens, publicadas pela imprensa, para demonstrar *o que* aconteceu, nos envolvemos nos trilhos das narrativas jornalísticas, sendo preciso problematiza-las.

O trabalho com essas fotografias sugere pensar nos mecanismos pelos quais a memória é forjada e a história é contada. O exercício da pesquisa tem sido o de pensar que os conteúdos específicos das imagens e textos, sejam sobre “famintos”, “flagelados”, pobres, pobreza, e outros dessa natureza, apontam para uma prática ligada à produção, reprodução, impressão e divulgação de imagens, que instituem memória.

A pesquisa em história que toma a imprensa como objeto de estudo nos coloca atentos ao mapeamento das páginas de jornal, ao destrinchar de colunas, títulos, legendas, pequenas notas, para identificar repetições, sobreposições de narrativas, para, enfim, desenhar trajetos que indiquem a composição de memória.

Esse trabalho pode permitir descobrir a presença de diferentes colaboradores, informantes dos jornais, jornalistas, todos pretensamente construindo “notícias exatas” do que se passa nos lugares. Percorrer diferentes caminhos pelos quais passaram a informação me fez ponderar sobre a ação de redes de comunicação que compõem o circuito da produção das notícias e acontecimentos. Nessa perspectiva, a imprensa precisa deixar de ser pensada como mera fonte de dados e passar a ser trabalhada pelo historiador como componente constitutivo da realidade.

Construir esses percursos implica em ponderar sobre as perspectivas que se desdobram na historiografia, tanto sobre o uso de imagens quanto pela maneira de abordar o tema. Qual perspectiva de história estaria fundamentando estes trabalhos? Qual o sentido político do uso dessas imagens nos trabalhos de história? Que memória a historiografia estaria produzindo? O que interessa problematizar? Quais as possíveis dúvidas sobre certas memórias que são reproduzidas sem crítica em livros de história e na imprensa, em filmes, na televisão?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. 2004. Tese (Doutorado em História Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BERNADET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Academia Brasileira de Letras, 2004.
- COSTA, Helouise. Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon. *Revista do Patrimônio Histórico*, Rio de Janeiro, n. 27, p 138-159, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria. A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890-1915. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, p.81-92, jun. 1996.
- LAMBERT, Frédéric. Idées justes et idéss fausses sur l’image photographique de presse. In: *Le photojournalisme: informer em écrivent avec des images*. Paris: Le Centre de formation et de perfectionnement des journalists, s/d.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. 3. ed. São Paulo: EDUSP; Com-Arte, 1997.
- QUEIROZ, Raquel de. O mundo em figura. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, jul. 1956. Última Página.
- SILVA, Marcos A. da. SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- WENDERS, Wim. *A lógica das imagens*. Lisboa: Edições 70, 1990.

Os ritos religiosos e a representação do pênis: devoção e sexualidade na Grécia clássica

Leandro Mendonça Barbosa*

Resumo:

Na contemporaneidade a sexualidade se tornou um tabu – sobretudo pelo apelo religioso. Este trabalho visa a especulação de dois pontos: primeiramente a investigação de como o conceito de sexualidade era tratado na Grécia Clássica – através da obra *As Bacantes*, do teatrólogo Eurípides – e posteriormente por que e em qual momento a religião se desprende deste caráter sexual, embora a representação do pênis no ritual não atingisse um caráter puramente sexual. A obra já citada relata um ritual em honra a Dioniso realizado em Tebas. Através de bibliografia especializada traçar um panorama deste culto juntamente com a cidade de Atenas, em que falos alados eram levados em procissão religiosa oficial. Pretende-se por fim elucidar as relações de poder entre a religião e a realeza, e de que forma este poder real usava do imaginário religioso em seu próprio benefício.

Abstract:

At the contemporaneity, sexuality has become a taboo – because of religiosity, above all. This work aims at the speculation of two points: firstly, the investigation of how the idea of sexuality was handled at the Classic Geek – over the work *As Bacantes*, by the teatrologer Eurípides – and there after why and in which moment the religion keeps unfasted of that sexual mark. The work already spoken of explains a ritual in honor to Dionísio, accomplished in Tebas. Through a specialized bibliography, scribes a panorama os this cult with the city os Athenas, in which winged phallus were taked at religious official prosession. Is liked to elucidate power relations between religion and royalty, and in which ways this royal power used the religious imaginary in its own benefit.

Palavras chaves: ritual religioso – pênis – Grécia – devoção – poder

INTRODUÇÃO:

Qual é a melhor forma de se estudar religião na antiga Grécia? Quais as relações que podem ser realizadas? Qual os conceitos que se adequariam melhor a realidade grega, sem se tornar anacrônico? Parecem que estas perguntas são muito genéricas e difíceis de serem respondidas em definitivo. De acordo com algumas pesquisas já realizadas, se torna praticamente impossível de se realizar um estudo sobre religiosidade popular grega sem entrar em um outro campo que, nos dias de hoje, caminha completamente separado das práticas religiosas: a sexualidade – pelo menos se tratando da Grécia na época clássica. Trabalharemos com duas cidades-estados consideradas importantes para se compreender a sociedade grega: Atenas e Tebas. Estas cidades foram escolhidas para serem analisadas devido as peculiaridades entre os mesmos rituais: enquanto em Atenas enormes pênis com asas eram carregados pela cidade por moças da sociedade (DETIENNE, 1990), em Tebas – como se pode averiguar na fonte que será descrita em breve neste artigo – as mulheres, chamadas de mênades¹ tinham de ir até os bosques nas montanhas praticar o culto, já que o poder oficial de Tebas não envergava com bons olhos este tipo de ritual; o deus Dioniso² – a divindade que se consistia o culto – é então apresentado como um deus das florestas, uma divindade *cthônica* (BURKERT, 1993). Não se pretende neste breve artigo chegar a reflexões conclusórias sobre o porque da diferenciação; cabe aqui a constatação e a discussão destas peculiaridades.

A fonte utilizada para este estudo é sem dúvida uma descrição muito minuciosa não dos ritos religiosos em si, porém *As Bacantes* de Eurípides concede pistas para se entender como os rituais religiosos da época clássica – e no caso desta fonte particularmente a cidade de Tebas do

¹ Também chamadas de bacantes, eram as mulheres seguidoras e adoradoras do culto de Dioniso. Eram conhecidas como selvagens e endoidecidas, de quem não se conseguia um raciocínio claro. Durante o culto, dançavam de uma maneira muito livre e lasciva, em total concordância com as forças mais primitivas da natureza. Os mistérios que envolviam o deus provocavam nelas um estado de êxtase absoluto, entregando-se a desmedida violência, derramamento de sangue, sexo, embriagues e autoflagelação.

² Também chamado de Dionísio dependendo da tradução. Aqui usarei a definição do *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, de autoria de Pierre Grimal.

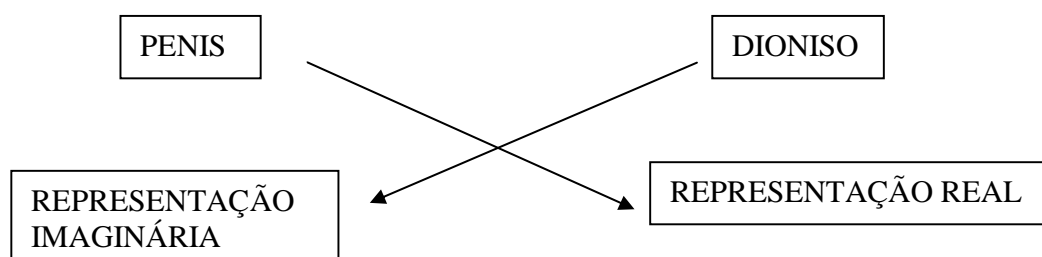
século V a.C. – influenciam desde as camadas populares até os nobres e a realeza; rituais estes altamente ligados a questões sexuais:

Desta terra ausente, bem longe, ouvi falar de outros males que caíram sobre esta cidade: que nossas mulheres abandonam seus lares, correm pelos montes boscosos a venerar com danças o tal Dioniso, um novo deus. No meio de tíasos se erguem, ao que dizem, crateras repletas de vinho. Por toda a parte, em ermos lugares se entregam ao prazer dos machos. Tais são os ritos das Mênades; porém, antes de Baco, a Afrodite celebram! (grifo nosso) (EURÍPIDES, v. 215)

Estes dizeres do rei tebano Penteu sobre os *males que caíram sobre esta cidade ; que nossas mulheres abandonam seus lares, correm pelos montes boscosos a venerar com danças o tal Dioniso, um novo deus* mostram claramente que parte da nobreza não estava de acordo com estes rituais orgiásticos, porém esta fonte tem de ser analisada com certo cuidado, já que se trata de uma obra de cunho teatral, e não como uma análise social pura da sociedade.

Na concepção do francês Roger Chartier – que utiliza o pensamento de Louis Marin – a representação vem através de signos para se materializar o subjetivo. Sem a pretensão de realizar um estudo de semiótica neste artigo, podemos exemplificar como alguns símbolos que especifique o imaginado pelo homem:...*uma dupla função são deste modo atribuídos à representação: tornar presente uma ausência, mas também exibir sua própria presença enquanto imagem e, assim, constituir aquele que a olha como sujeito que olha.* (CHARTIER, 2002: 165).

No caso dos ritos dionisíacos – as festas que tinham como representação de seu deus o objeto do pênis ou uma sexualidade relacionada – este se torna o signo, representando o deus Dioniso e sua virilidade e seu poder de sedução. O pênis se torna a “imagem” capaz de representar o “objeto ausente” adequadamente. Com o esquema que se segue, fica elucidado ilustrativamente o mecanismo de representação:



FOUCAULT E A REVOLUÇÃO SEXUAL:

Não se pode discorrer sobre sexualidade sem citar e até exaltar o filósofo que mais se preocupou com ela. Michel Foucault pode ser considerado o grande idealizador de uma “História da Sexualidade”, e apesar de algumas críticas pertinentes, os créditos ainda tem de serem dados a ele, se hoje se existe uma preocupação com o caráter psicológico e sexual de um indivíduo e de uma sociedade. Foucault pretendia realizar um estudo sobre a sexualidade contemporânea, porém teve de ir muito além disto:

Mas, à medida que as investigações avançavam, ficava cada vez mais evidente a dificuldade de compreender ‘ a formação e o desenvolvimento da experiência da sexualidade a partir do século XVIII, sem fazer, a propósito do desejo e do sujeito desejante, um trabalho histórico e crítico’. Assim, sem abandonar a idéia de que a repressão, a proibição, a lei e o código não se apresentam como categorias prioritárias na análise das questões relacionadas à sexualidade, Foucault decide reorganizar o plano de pesquisa original, buscando reconstruir e compreender a elaboração, lenta e complexa, durante a Antiguidade greco-romana, de uma hermenêutica de si. Enfrentando todos os riscos decorrentes de tal decisão, dentre os quais o de ter que lidar com uma documentação pouco familiar ao autor, Foucault, revela-se um estudioso profundamente sensível ao caráter dinâmico, sempre passível de reavaliações, renovações e reafirmações – movimento nem sempre tão coerente como desejam alguns – do conhecimento. (ENGEL, 1997: 302 – 303)

Como um grande leitor e conhecedor do alemão Nietzsche, Foucault elabora um método através de uma reflexão da obra *Genealogia da Moral*, onde o fato e o acontecimento não existem, o que existem são as interpretações que se dá a estes fatos e a crítica quer os condiz. Usando de o que podemos chamar “psicologia filosófica”, Foucault – assim como Nietzsche – acredita que o externo não influencia o interno, e sim este último simplesmente se adapta ao primeiro. Nas palavras poéticas e apaixonadas de Paul Veyne, fica clara a importância de Foucault para a história e para as outras ciências humanas, e como ele revolucionou o método de se fazer ciência:

A história-genealogia a Foucault preenche, pois, completamente o programa da história tradicional; não deixa de lado a sociedade, a economia, etc., mas estrutura essa matéria de outra maneira: não os séculos, os povos e as civilizações, mas as práticas; as tramas que ela narra são a história das práticas em que os homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades. Esse novo modelo de história, essa ‘arqueologia’, como a chama seu inventor ‘desdobra-se na dimensão da história geral’; ele não se especializa na prática, no discurso, na parte imersa do iceberg, ou antes a parte oculta do discurso e da prática é inseparável da parte emersa. (VEYNE, 1982: 180)

Pode-se afirmar – sem se tornar saudosista ou exagerado – que Foucault promoveu uma espécie de “Revolução Sexual” nas Ciências Humanas. Mostrando o caráter interdisciplinar e a importância da sexualidade para se compreender os processos e as estruturas sociais. Em uma sociedade como a grega, em que se enxergam apontamentos de cunho sexual em uma prática religiosa, entende-se que esta sexualidade não agradava ao poder, que o enxergava como desviador do ideal de “bom cidadão” grego.

OS DEUSES E A REPRESENTAÇÃO DO SEXO:

Toda a região da Península Balcânica era povoada pelo imaginário de deuses. Cada cidade possuía seu deus principal e outras divindades que representavam diferentes aspectos do imaginário grego, dependendo da região³.

Quando se trata de sexualidade, em certas regiões certos deuses eram mais reverenciados que todos, porém pode-se chegar a uma unificação de quais divindades permeavam mais o imaginário grego quando o assunto era sexo:

(...) Primeiramente, Dioniso que manda levar o falo em procissão. Mas também Afrodite, diretamente implicada por seu nascimento: ela se forma, toma forma, a forma admirável de seu corpo de mulher, no sêmen, no esperma que jorrou do membro de

³ A diferenciação de representação imaginária entre os deuses conforme a região existe principalmente pelas ondas migratórias e imigratórias que aconteciam entre a Europa e a Ásia, legando assim muitos aspectos culturais estrangeiros diferentes em diferentes regiões. Esta questão será mais bem discutida no final deste artigo.

Urano, cortado por Crono, por instigação de Géia, a onipotente. Ao lado de Afrodite e estreitamente associado ao ritual do casamento, há Hermes, tão naturalmente itifálico, sob a forma de pilar dotado de um sexo em ereção. E, a dois passos, Priapo e o deus Pã. Priapo, o bode com silhueta humana que agride suas vítimas com um falo, disposto a penetrá-las, um deus de sexualidade tão violenta que poderia tornar itifálica toda a população masculina de uma cidade (DETIENNE. 1990: 268).

Através destas tantas divindades que permeiam no imaginário social esta claro que na Grécia clássica não se podia separar religião de sexualidade. A sexualidade passou a ser considerada um dogma somente com a formação do cristianismo e da sociedade católica, que passou a condenar atos orgiásticos e separou os seus rituais deste caráter libidinoso.

A predominância de Dioniso em relação aos outras divindades é curiosa. Os estudos apontam para um Dioniso estrangeiro (TRABULSI, 2004) – embora uma parte da historiografia coloque-o como tebano, os novos rumos de pesquisas tratam de um Dioniso asiático – e boa parte da população, principalmente da cidade de Tebas aceitaram de bom grado este deus, cedendo-lhe ritos e até lhe legando sacerdotisas.

Através desta constatação, pode-se entender – como já foi dito na introdução deste artigo – que a sexualidade caminhava junto com o cunho religioso, e o primeiro não era visto nem entendido como um dogma pelo segundo. O tabu sexual passou a ser encarado pelo poder religioso como desviador do “bom cidadão” cristão, como acontecia na Grécia antes de Cristo. Ou seja, sempre o poder oficial ditando as regras na sociedade Ocidental.

FESTAS E SEXUALIDADE: O PÊNIS ALADO E O RITO CTHÔNICO:

Nas duas cidades brevemente analisadas – Atenas e Tebas – percebe-se grande diferença em relação ao cotidiano das polis, principalmente quando se trata do já referido ritual em honra a Dioniso. Enquanto em Atenas os rituais aconteciam em praça pública, em Tebas o mesmo – com algumas pequenas variações, causada por regionalismos – tem de ser praticado escondido nos bosques.

Como já foi colocado, na cidade de Atenas, era uma honra à moça que carregava a representação fálica alada de Dioniso. As famílias atenienses abastadas eram escolhidas em honra

do ritual, e somente quem possuía certos privilégios elitistas é que possuíam poder de decisão sobre este nobre ritual.

No texto trágico de Eurípides o rei Penteu é castigado por desrespeitar a honra do deus Dioniso. Convencido pelo deus, Penteu se veste de mênade e vai ao encontro do ritual, onde sua mãe Agave, em transe, dilacera seu corpo:

O corpo lhe jaz disperso entre os ásperos penedos e as touças do bosque, onde seria difícil achá-lo. A cabeça do infeliz, tomou-a a mãe em suas mãos e a espetou na ponta do tírso. Crê ela que servis de leão pelo Citeron carrega! Repleto de orgulho pelo despojo funesto, deixou suas irmãs dançando com as Mênades e agora vem vindo direto aos nossos muros, invocando Báquio que com ela à caça andou – o triunfador a quem faz oferta de um troféu banhado em lágrimas... (EURÍPIDES, v. 1137)

Este aspecto da obra acaba por mostrar o aspecto religioso de temência aos deuses de Eurípides, uma característica não contida em suas outras obras. O autor usa de metáforas para elucidar simbolismos como a obediência ao poder, a religiosidade social e a insatisfação do poder real em toda a Grécia – porque embora o ritual se passe em Tebas, o texto trágico mostra o imaginário religioso da sociedade grega em quase toda sua totalidade – quanto à obediência de seu povo as ondas religiosas em detrimento do mando real.

Devido a estes fatores, o ritual em Tebas adquiriu um caráter rural – ou como já foi colocado, cthônico – longe dos olhos dos “cidadãos de bem”. A diferença no cotidiano religioso de uma *polis* para outra se dava possivelmente pela diferença nos costumes e nas relações de poder, causada por dois fatores essenciais: as diferenças religiosas – causada porque as cidades – estados possuíam uma política autônoma e sua própria forma de legislar – e os processos migratórios.

Cada cidade-estado no período clássico grego cultuava um diferente deus, e dependendo do deus é que se configuravam os costumes, os preconceitos e as relações cotidianas de poder. Embora em Atenas o culto oficial fosse à deusa Atena, Dioniso não era visto com maus olhos pelo poder, pois seu culto se dava somente na primavera, no mês *Broedromiôn* – correspondente a setembro (FLORENZANO, 1996) – não atrapalhando os rituais de estado, em honra à deusa. No caso de Tebas, a prática do menadismo passou a se tornara popular, e como Dioniso foi

considerado um deus estrangeiro a realeza tebana não aceitou seu culto, pois estava atrapalhando os cultos oficiais e conseqüentemente “desviando” as pessoas do caminho já traçado pelo estado.

Desde os primórdios até a contemporaneidade, as ondas migratórias exerceram influências sobre uma região, e a imigração acontecia com muita freqüência ao longo do Mediterrâneo. Esta imigração pode ter trazido com ela o deus Dioniso, que no texto de Eurípides sempre é tratado como estrangeiro pelo rei Penteu. Como hipótese, se pode definir que o rito ao deus foi inserido por uma onda de imigração diferente da que houve em Atenas, por isso as diferenças entre os processos rituais.

No final desta breve análise, fica claro o uso da religião pelo poder – seja a favor dela ou contra ela. O que se enxerga na contemporaneidade ocidental com certeza é o reflexo desta sociedade clássica. A religião – no caso o cristianismo – usado como instrumento das forças para controle das massas, seja para abençoar ou punir.

FONTE:

Aristóteles. *Poética*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

Eurípides. *As Bacantes*. Trad. Miroel Silveira e Junia Silveira Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

BIBLIOGRAFIA:

BURKERT, Walter. *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. Trad. Simões Loureiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

DETIENNE, Marcel. *A Escrita de Orfeu*. Trad. Mario da Gama Cury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

_____. *A Invenção da Mitologia*. Trad. André Telles e Gilza Martins Saldanha da Gama. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora UNB, 1998.

- _____. “Um Falo para Dioniso” In: SISSA, Giulia e DETIENNE, Marcel. *Os Deuses Gregos*. Trad. Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DODDS, E. R. *Os Gregos e o Irracional*. Trad. Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Escuta, 2002.
- ENGEL, Magali. “História e Sexualidade”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*. São Paulo: Atual Editora, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 11ª edição. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 4ª edição. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- JAEGER, Werner W. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- PATLAGEAN, Evelyne. “A História do Imaginário”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4ª edição. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- PORTER, Roy. “História do Corpo” In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. 3ª edição. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SOUZA, Eudoro de. *Dioniso em Creta e outros ensaios: estudos de mitologia e filosofia da Grécia antiga*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Dionisismo, Poder e Sociedade na Grécia até o fim da época clássica*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os Gregos: estudos de psicologia histórica*. 2ª edição. Trad. Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História/Foucault Revoluciona a História*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UNB, 1982.

MEMÓRIA E ESPACIALIDADE NA FESTA DO ROSÁRIO

BARLETTO, Marisa¹

SOUSA, Patrício Pereira Alves²

Resumo: Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa que busca apreender a constituição de espaço e tempo social num distrito da cidade de Viçosa – MG, a partir da memória do grupo de Congado. A Festa do Rosário está sendo analisada como um re-fazer da paisagem local a partir da apropriação, re-significação e também reprodução de lugares, que por sua vez são resultantes da disputa simbólica pela demarcação do espaço. Ao analisar a festa, entendemos que esta é carregada de simbolizações impressas no espaço, constituindo a paisagem, e dão suporte à memória étnica e religiosa de parte dos afro-descendentes de Viçosa - MG.

Palavras-chave: memória; espaço; Congado

Abstract: This work is part of a research project that tries to understand the space constitution and social time in a district of the city of Viçosa - MG, starting from the memory of the group of Congado. The Rosário's Festival is being analyzed as a re-do of the local landscape from the appropriation, re-significance and also reproduction of places, that are results of the symbolic dispute for the demarcation of space. When analyzing the festival, we understood that this is replete of symbolizations impressed in the space, constituting the landscape, and giving support to the ethnic and religious memory of the afro-descendants of Viçosa - MG.

Word-keys: memory; space; Congado.

¹ Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa; membro da Coordenação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG).

² Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa; bolsista de iniciação científica do programa da FUNARB (Fundação Arthur Bernardes); membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG)

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa que tem como proposta apreender a constituição de espaço e tempo social num distrito da cidade de Viçosa (MG) a partir da memória do grupo de Congado. Buscamos ainda, a partir de reflexões em torno da Festa de Nossa Senhora do Rosário realizada no distrito de São José do Triunfo, entender as intrínsecas relações entre o evento festivo e à dimensão espacial daquele distrito.

O distrito de São José do Triunfo, localizado na cidade de Viçosa-MG, pertence à mesorregião da Zona da Mata Mineira. Lamas et al. (2007) apontam que esta mesorregião ocupou inclusive grande importância na história do Brasil, por ter se configurado como a região que provia grande parte dos suprimentos demandados pela região mineradora de Minas Gerais no auge do Brasil Colonial. Sua formação geográfica, é pois, em parte, fruto desta relação com as áreas auríferas de Ouro Preto e Mariana.

Com a decadência das minas de ouro na metade do século XVIII, efetivou-se a formação de fazendas com a base econômica orientada para a pecuária e as lavouras de café perpetuaram a condição escrava dos afro-descendentes.

O distrito de São José do Triunfo figurou-se neste cenário como importante território para a fixação de negros. Segundo pesquisa realizada pelo NIEG³, alguns poucos moradores antigos ainda têm a memória da condição escrava. Segundo contam os moradores, São José do Triunfo tem o apelido de ‘Fundão’ porque o lugar era caminho de fuga de escravos, onde há uma gruta que na época servia de refúgio; gruta essa também chamada de ‘Fundão’.

Paniago (1990) ressalta ainda que a população negra que se fixou nesta região é de origem do grupo Bantu, formada por inúmeras tribos do grupo Angola-Congolês e de grupos da Contra-Costa. A autora apresenta como evidência da ocupação desta população na região de Viçosa as “sobrevivências culturais” encontradas por ela em pesquisas na década de 1980. Embora algumas outras manifestações desta cultura, como a dança jongo, ainda sejam evidentes, é, diz Paniago, nos grupos de Congos, Congadas ou Congados que é mais perceptível a presença do Bantu, sobretudo nos distritos de São José do Triunfo e de Cachoeira de Santa Cruz.

³ Trabalho de Extensão sobre Saúde Reprodutiva Feminina, realizado pelo NIEG – Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – em 2000, junto aos agentes comunitários de saúde do PSF e da população feminina de São José do Triunfo, distrito de Viçosa-MG.

O Congado, como define Roberto (2000), é o termo que designa os cortejos de negros escravos que reverenciavam santos católicos em Festas, rituais e cerimônias de coroação de rei e rainha Congo.

Segundo os participantes mais antigos, a Festa do Rosário em São José do Triunfo começou por volta do ano de 1930, quando os avós dos atuais Rei Congo e Capitão da Banda levaram-na do centro de Viçosa para o distrito de São José do Triunfo (Fundão), data que coincide, segundo eles, com o início de formação deste distrito. Seu Dola e Seu Zeca, que ocupam respectivamente as funções de Rei Congo e Capitão da Banda - e tidos pelos participantes do Congado como os que conservam o maior conhecimento da festa religiosa no local - transparecem em seus discursos e memórias sobre a festa uma indissociável relação entre o lugar, sua história e o Congado.

Nas falas desses participantes mais antigos - percebidos como “guardiões da memória” - as aproximações entre os distintos tempos por que passa o distrito, a festa e suas espacialidades são constantes. Isto é notório quando estes guardiões explicam a origem e o sentido do Congado. As referências ao espaço africano como local de procedência de um povo, de suas trajetórias e de suas crenças, são narrativas em tom de nostalgia e a espacialidade se expressa na recorrente necessidade de localização espacial de onde origina esta história. Parece mesmo haver por parte deles a necessidade de dar uma coerência aos percalços de suas raízes, onde um apontamento espacial torna-se fundamental. São nítidas as aproximações e conexões entre espaço e tempo para constituição da memória e dos sentimentos identitários e de pertencimento. Os guardiões entrevistados possuem forte relação com a história do distrito por estarem presentes há um longo período nesta localidade e por serem “portadores” de um dos discursos que ocupa maior significação e centralidade sobre o lugar que habitam: o da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

A dimensão espacial no evento festivo envolve a configuração espacial da festa. As significações conferidas aos diversos símbolos espaciais por parte do Congado são expressas em termos de desenhos e inscrições territoriais por parte do grupo de dançadores e dos trechos percorridos durante a alvorada e no momento da festa. A estrutura coreográfica (ternos) possui uma série de sutilezas espaciais em sua organização, fruto da composição e encadeamento de movimentos, passos e gestos da dança de Congado. A festa, desta maneira, sendo um evento eminentemente de deslocamentos, faz-se e desfaz-se em constantes construções de imagens. A lógica da organização do grupo tem um grande sentido espacial, a

banda de Congado e o Reinado são, em grande medida, um desenho repleto de sentidos. Corpo e espaço tornam-se um contínuo; o corpo é neste momento também paisagem e território e o espaço parte da estrutura física do indivíduo. Cortar um terno é como ferir um corpo. Evidências desta espacialidade também são expressas nas músicas entoadas pelos participantes da festa. Referências e alusões ao espaço da rua, ao continente africano e ao processo de abolição da escravatura no Brasil, são constituintes das cantorias.

Vários autores no campo da Geografia Cultural (MAIA, 1999; FERNANDES, 2003; FERREIRA, 2003; CORREA, 2005; dentre outros) têm discutido e pesquisado sobre a relação Espaço-Festa. Dentre as várias questões abordadas, destacamos a análise de Ferreira (2003), segundo a qual o lugar festivo seria uma das manifestações espaciais de conflitos que procuram exercer o poder sobre o espaço através do discurso, elegendo-o como espaço da festa. O ato de festejar teria, pois, uma dimensão eminentemente espacial, uma vez que controlar um dado espaço e concebê-lo como festivo por meio de tensões e conflitos pelo poder (no sentido foucaultiano) seria uma dimensão fundamentalmente do festar.

A delimitação do espaço da festa é pensada aqui a partir de constantes tensões que disputam um espaço simbólico. E a 'conquista' deste espaço que irá definir o lugar pertencente a um ou outro grupo são os discursos sobre suas significações e seus valores simbólicos. Desta maneira, é 'dono' do espaço aquele que detém o discurso e os saberes sobre ele. Assim, quem possui a memória da paisagem e do lugar, o domina, pois aquele que lembra é que define o que deve ser lembrando e o que deve ser esquecido.

As análises de Pollak (1989) apontam, de certa maneira, neste caminho de proposições. Para o autor, a memória coletiva possuiria a função de avigorar os sentimentos de pertencimento de grupos e delinear as fronteiras entre coletividades. Em sua concepção, a alusão ao passado desempenharia o papel de sustentar a coesão das coletividades e das instituições que constituem uma sociedade, definindo seu lugar cabido, suas conexões, bem como seus conflitos. É o que o autor chama de enquadramento da memória, que teria por função 'produzir' a memória de modo a melhor se adequar para manutenção da identidade: os discursos e princípios sobre sua coerência e suas fronteiras. A memória teria, assim, o poder de tecer significações e sentidos aos lugares, uma vez que possui como herança as lembranças da formação e constituição dos espaços.

Neste ponto de vista, podemos dizer que o ato de festejar se torna de fato festa quando se apropria dos lugares. Uma vez que a festa só existe enquanto disputa pelas significações que dão coerências e sentido em festejar para e sobre algo, e como muito bem define Ferreira, “a batalha retórica pela definição da festa só torna, na verdade, um afrontamento, ou seja, uma festa, quando a tensão se espacializa.” (FERREIRA, 2003:12).

O que as evidências apontam é que a Festa de Nossa Senhora do Rosário chega ao Fundão num deslocamento gerado por batalhas discursivas ocorridas na área central do município a que faz parte São José do Triunfo. Segundo os "guardiões da memória", a festa antes de ocorrer no Fundão já acontecia em toda a região, inclusive em Viçosa, onde era organizada pelos avós dos 'guardiões'. O que supomos é que a festa tenha “perdido” na área central de Viçosa a batalha retórica pelo lugar. A pista principal está na demolição da Igreja de N. Sra. do Rosário que havia na praça central do município.

A fixação da Festa do Rosário no Fundão também não parece ter sido efetivada de forma muito tranqüila, pelo relato dos “guardiões da memória” embora a festa tenha se deslocado para o distrito em 1937, só recentemente a festa parece ter adquirido relações pacatas com a Igreja. A fala dos "guardiões" são emblemáticas neste sentido:

Hoje em dia o povo dá muito mais valor, hoje o povo tem mais conhecimento do Congado. Isso aconteceu depois do Cônego ter aprendido em Ouro Preto sobre o Congado; quando o Cônego falou pro povo do Congado, o movimento passou a ter muito mais valor, o povo ganhou amor pelo nosso movimento.

Para Pollak (1992), este processo de negociação da memória faz parte do processo de construção do sentimento de identidade. Seria a memória um elemento não só semelhante à identidade, mas constituinte desta, na medida em que se aproximam enquanto tentativa de negociação e da reconstrução de si.

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992:05).

Assim, o tempo vivido por um determinado grupo e as divisões impostas à ele são de cunho social, agindo inclusive sobre as memórias individuais, que se apóiam nestas divisões como marcos para sua lembrança. Junto do tempo, como dimensão da memória, figura-se o espaço como outra dimensão fundamental do lembrar-se. Pollak aponta que

Além dos acontecimentos e das personagens (...) existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. (...) Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. (POLLAK,1992:02-03).

E esta noção de espaço como aglomerador de estruturas temporais distintas é extremamente significativa para se entender a construção do lugar como parte de um espaço total com o qual as pessoas estabelecem relações materiais de existência e simbólicas de identidade, pertencimento e, certamente, de memória.

Isto nos leva a aproximação entre as paisagens e as memórias. As paisagens, enquanto referências maiores de um espaço e um tempo, podem transformar-se em memória na medida em que é necessário apoiar em cenários, ligados tanto a imagens, cheiros, sons e sabores que formam uma paisagem, para lembrar-se de algo. As lembranças retornam a lugares, e é necessário, para tanto, retornar à espaços que a memória tirou do movimento e transformou em formas com esforços de estatificação. Assim, o passado, para memorização, não pode ser tomado como fluxo, mas como lembrança de lugares e espaços vividos. (HARVEY, 2004).

É neste sentido que Holzer (1999) apresenta as concepções de Sauer, de que as paisagens não deveriam ser analisadas somente como uma cena que é vista pelo observador, mas pela complexidade que esta agrega. Seria a paisagem, neste sentido, cristalizadora dos conflitos entre os grupos que dividem mesmos espaços e da relação destes grupos com o espaço físico que habitam.

Este autor acrescenta ainda que a paisagem seria o resultado e cristalização do trabalho humano e das relações sociais, envolvendo um sentido cultural capaz de revelar traços do imaginário e das identidades impressas e constituintes destas. De acordo com Lowenthal, “as paisagens são formadas pelas preferências paisagísticas. As pessoas vêem seu entorno através das lentes da preferência e do costume, e tendem a moldar o mundo a partir do que vêem”. (apud HOLZER, 1999: 156).

Nesse mesmo sentido, segundo Costa (2003), a materialidade constituinte da paisagem cria no indivíduo significações imateriais. A paisagem seria, neste ponto de vista, uma associação entre formas materiais visíveis e as lentes através das quais se olha estas formas, que pode remeter a uma imensidão de possibilidades, desde a identificação até a fobia e negação a um lugar.

Entendemos a noção de paisagem como formas materializadas no espaço dos diferentes tempos que se dão num mesmo local, fruto do trabalho e dos processos de socialização e conflitos de grupos, e como espaços repletos de símbolos e significações para os sujeitos e coletividades que fizeram parte de sua formulação ou que de alguma maneira tenham no presente algum contato com estas formas espaciais. Pensamos ainda a paisagem como formas permanentemente aptas à (re)construção e (re)significação pelas memórias e lembranças de pessoas que viveram estes lugares em outros tempos.

Halbwachs (1990) considera que, assim como se necessita colocar germes em meios saturados para que eles se cristalizem, é necessário trazer à memória estímulos para que ela se torne massa consistente de lembranças. Neste sentido compreende-se que a festa funciona como estímulo para lembranças de fatos coletivos outrora vividos. Paisagem e memória pensadas neste nível revelam a festa como evento propício para análise das memórias coletivas em torno da paisagem. A festa com seu poder pedagogizante, por possuir certa regularidade temporal e um caráter ritualístico e de repetição, fixa na memória de seus participantes e ensina aos novos integrantes do grupo seus valores e crenças, cria certas paisagens mentais e constrói a memória espacial do grupo a ela vinculado.

Embora já tenhamos salientado que a relação da Festa do Rosário com a Igreja Católica hoje aparenta bem conflitos, é importante fazer alguns apontamentos. São, fato, grandes as 'concessões' feitas pela Igreja ao momento festivo: ela 'permite' a substituição do pároco local por um padre negro na maior parte da missa, 'permite' que o grupo adentre no espaço da nave da Igreja batucando seus tambores e que os de maior hierarquia na festa ao fim da missa possam proferir seus dizeres, que em grande parte das vezes são enunciados em algo muito distante do português e muito mais próximo das línguas de origem africana. A relação apresenta, entretanto, uma série de sutis conflitos. Fica claro pela estruturação da missa que quem a dirige é a Igreja Católica, que concede de acordo com sua 'permissão' voz ao grupo de congadeiros. A recíproca também se dá nesta dimensão. Embora o grupo de Congado professe claramente suas filiações cristãs, a missa é tomada de momentos que parecem se distanciar

disso. As falas proferidas ao fim da missa por Seu Zeca e Seu Dola caracterizam muito bem este fato, eles tiram totalmente o domínio da Igreja no momento em que começam a falar numa outra língua e num ritmo e tom que se aproxima significativamente de outras formas de culto religioso.

A festa da N. Sra. do Rosário - com seus hibridismos, sincretismos, sobreposições e outros movimentos - é um re-fazer da paisagem local a partir da apropriação, re-significação e também reprodução de lugares, que por sua vez são resultantes da disputa simbólica pela demarcação do espaço. O distrito é re-desenhado, cartografado segundo outras referências - dos afro-descendentes. A tradição - tradução - do Congado é um modo de, num mesmo golpe, restaurar referências étnicas e seus embates históricos no campo da religiosidade.

Referências bibliográficas:

CORREA, A. M.. Não acredito em deuses que não saibam dançar: A festa do candomblé, território encarnador da cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

COSTA, O.. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, p. 33-40, jan./jun. 2003.

FERNANDES, N. da N.. Geografia Cultural, Festa e Cultura Popular: limites do passado e possibilidades do presente. *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, p. 23-32, jan./jun. 2003.

FERREIRA, L. F. . O lugar festivo: a festa como essência espaço-temporal do lugar. *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, p. 7-21, jan./jun. 2003.

HALBWACHS, M.. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D.. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 12ª ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2003.

HOLZER, W.. Paisagem, Imaginário, Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

LAMAS, F. G; SARAIVA, L. F.; ALMICO, R. C. S. *A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma historiografia*. Disponível em: www.abphe.org.br/congresso2003. Consultado em 08/05/2007.

MAIA, C. E. S.. Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras. In CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Manifestações da Cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

POLLAK, M.. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

POLLAK, M.. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº.10. p.200-212, 1992.

ROBERTO, A. de P.. *A Festa de Nossa Senhora do Rosário no Serro, Minas Gerais: a reinvenção de uma tradição*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2000.

Construindo a apresentação de si: Zito – de Rei a súdito da Baixada

Alessandra Siqueira Barreto¹

Neste trabalho pretendo abordar a trajetória de um dos mais importantes e polêmicos políticos da Baixada Fluminense² da atualidade, José Camilo dos Santos Filho – o Zito. Durante mais de dois anos, apesar de muita insistência, não foi possível entrevistá-lo. Após diversas tentativas sempre frustradas, decidi tomar sua biografia (autorizada ou encomendada?) como fonte primeira de dados a respeito de sua trajetória pessoal. No entanto, em uma última tentativa, consegui marcar uma entrevista com ele, através do gabinete de sua filha, então deputada estadual, hoje deputada federal, Andréia Zito.

O dia 26 de abril de 2006 certamente foi o mais tenso (talvez porque o mais esperado) de toda a minha pesquisa de campo. Apesar de todas entrevistas e conversas que realizei com políticos e pessoas a estes ligadas terem marcado momentos singulares e excepcionais para a elaboração de minha tese de doutorado³, a entrevista com Zito me fez confrontar todas as imagens e pré-noções que eu mesma já havia construído acerca de sua *persona pública*. Cheguei no escritório, na rua Prefeito Carlos Lacerda, em Duque de Caxias, às nove e meia da manhã. O prédio onde ele está situado é estritamente comercial e localiza-se ao lado da Câmara Municipal da cidade, próximo à praça central. Dirigi-me à sala que fica no sétimo andar. Simone, a secretária, era quem monitorava a entrada e a saída de pessoas. Na recepção, havia também algumas poltronas para cerca de oito pessoas. Quando cheguei, dois homens já aguardavam para falar com Zito. Após minha identificação, a secretária avisou a Lucas (um assessor) que eu havia chegado. Ele imediatamente veio falar-me, pedindo que eu esperasse alguns minutos. Em seguida, entraram os dois homens que haviam chegado antes de mim. Esperei por cerca de trinta minutos. Enquanto aguardava, as pessoas não paravam de chegar ao escritório e eu aproveitava para prestar atenção nas

¹ Doutora em Antropologia Social/ Museu Nacional /UFRJ. Professora do Departamento de Ciências Sociais/ Universidade Federal de Uberlândia (MG - Brasil)

² A Baixada Fluminense é uma região cujas fronteiras não são precisas, podendo ser composta de 7 a 13 municípios, dependendo da referência. Trabalharei aqui com a seguinte formação: Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Japeri, Paracambi e Seropédica.

³ Barreto, 2006.

conversas que elas mantinham sobre política e a atual administração municipal⁴. Fui recebida, finalmente. Na sala, que devia ter aproximadamente 12 metros quadrados, estavam Zito e um outro homem, o ex-secretário de governo de Waldir Zito (irmão de Zito) em Belford Roxo. Ao que tudo indica, aquela era a sala do ex-secretário, pois este estava sentado atrás de uma escrivaninha, de costas para uma grande janela — de onde se via o viaduto e a linha férrea — enquanto Zito encontrava-se em uma das cadeiras à sua frente, onde também me sentei.

As imagens do homem arrogante, quase rude, de voz imponente e estatura marcante propagadas por fontes variadas – moradores, políticos, jornalistas etc. – foram reavaliadas no mesmo instante em que pisei naquela sala. Ao entrar, fiquei frente a frente com um homem modestamente vestido (tênis, calça jeans e camisa de malha verde) que não ocupava a cadeira principal e colocava-se como um “convidado”. Este homem levantou-se e cumprimentou-me respeitosamente, pedindo que eu me sentasse a seu lado. Sua voz imponente, entretanto, contrastava com a postura curvada e com o olhar que me fitava por não mais que alguns poucos segundos, sempre dirigido ao chão. Após as apresentações e alguns minutos de conversa sobre o meu trabalho, perguntei se poderia gravar a entrevista. A autorização foi imediata. Iniciei com uma pergunta geral: “Como foi sua entrada na vida política?”. A resposta foi sintética. Um breve resumo de cerca de 15 minutos, sem mencionar partidos ou nomes de aliados e adversários, centrando-se em sua origem familiar “humilde” — filho de “pais analfabetos” que chegou a ser vereador, deputado e prefeito. Fiz então uma nova intervenção: “O senhor começou sua vida pública no PTR, um partido pequeno, e depois integrou vários outros. Poderia falar um pouco mais sobre estas ‘passagens’?”. Obtive a seguinte resposta: “Você está sabendo bem da minha vida, né?!” (risos). Em seguida, Zito reiniciou seu relato contando em detalhes os diversos momentos de sua trajetória que serão agora explorados.

⁴ Dentre os relatos que ouvi, o que narro a seguir chamou particularmente minha atenção. Uma mulher negra, apelidada pela secretária de “Luana Piovani”, reclamava sobre a forma como vinha sendo tratada pela equipe do atual prefeito. Tentando entender do que se tratava, puxei conversa. Ela explicou-me, então, que a atual administração estaria promovendo uma “caça às bruxas” e que todas as pessoas ligadas ao antigo prefeito estariam “com um X nas costas”. Tal moça cursa faculdade de serviço social e trabalha como “parceira” em um projeto social, não sendo funcionária da prefeitura. Alegando que vinha sendo discriminada e boicotada, afirmava sua vinculação a Zito dizendo não ter um X nas costas como os outros, e sim um Z, de Zito.

José Camilo dos Santos Filho – Zito – nascido em 15 de outubro de 1952, é o segundo dos três filhos de José Camilo (conhecido como Seu Zé) e de Dona Luzia. Pernambucanos, Seu Zé e Dona Luzia deixaram sua cidade natal e foram para Paulista, cidade da zona da Mata, em busca de um emprego na indústria têxtil Companhia Paulista de Tecidos que sustentasse a família inteira. Após anos e anos de trabalho, Seu Zé foi demitido por testemunhar a favor de um ex-funcionário da empresa, um conhecido seu que moveu um processo trabalhista contra a companhia. A partir daí, a família precisaria prover seu sustento da forma que lhe fosse possível. Teve início, assim, a ciranda de empregos e ocupações pelas quais Seu Zé passaria. Tentou de tudo um pouco. A princípio, montou uma “venda” no quintal de casa, na qual comercializava desde bebidas até frutas e mantimentos. Depois de algum tempo, no entanto, a empreitada não deu certo devido à dificuldade em receber pelas mercadorias compradas “fiado” — na maior parte dos casos por amigos ou pessoas próximas, em situação semelhante ou pior do que a da família Camilo dos Santos. O esgotamento de todas as alternativas da família fez Seu Zé decidir “tentar a vida” em outro lugar. Saíram de Paulista em fevereiro de 1954, tendo como destino o Rio de Janeiro e a busca do “sonho da cidade grande”. Na ocasião, a filha Maria José tinha 4 anos e Zito, pouco mais de um ano de idade.

O mito fundador da trajetória de Zito é reforçado em sua biografia (GRAMADO, 1999), assim como na narrativa de seu irmão Waldir. Essa construção o transforma em um personagem com um passado em comum, um *passado partilhado* com muitos moradores da Baixada: o de migrante nordestino. A viagem para o Rio de Janeiro corrobora a saga nordestina: o pau-de-arara, a fome, a sede, o medo e, às vezes, até mesmo a morte. Há uma espécie de *ilíada* conferindo um desencadear espetacular aos acontecimentos (no sentido mais amplo, de não-ordinário), envoltos em dramas pessoais que, no entanto, marcam ligações com um todo maior — no caso, o percurso transcorrido por muitos migrantes de diversas localidades das regiões Norte e Nordeste do país. Esses nordestinos, saídos de suas cidades-natais, deixam para trás familiares, amigos, enfim, tudo o que possuem, em troca do sonho de uma “outra vida”. No caminho, a poeira, o sol, a chuva e a sensação ambígua da esperança e do medo do porvir. A designação comum a tantos que narram suas histórias a partir desses fatos, ricos em incidentes e acontecimentos, é apenas um dos aspectos que unem pessoas diferentes e lugares distantes. Mas se a viagem, por mais penosa que possa

ser, é carregada de desejo e confiança, a chegada pode trazer à tona uma realidade nem sempre parecida com as imagens idealizadas. O acordar pode ser abrupto, um despertar quase cruel.

O relato de moradores sobre o caminhão chegando ao Rio de Janeiro, desembarcando todas aquelas pessoas — algumas com rumos já traçados, outras ainda não — marca a expatriação, mas também formas de integração. Alguns lugares constituíam destinos certos. É o caso da Baixada Fluminense que aparece, novamente, como um *destino partilhado*. Sendo assim, a chegada ao recém emancipado município de Duque de Caxias reintegrou a família de Zito, a partir dos laços de parentesco originais. Os Camilo dos Santos foram acolhidos na casa de um parente de Seu Zé que tinha lhe arrumado um emprego em uma empresa de ônibus. Pouco tempo depois, no entanto, a convivência na pequena casa da rua Itatiaia, em Duque de Caxias, tornava-se complicada devido ao grande número de pessoas dividindo um espaço exíguo. A mudança para um lugar exclusivo da família deu-se ainda naquele mesmo ano, quando Seu Zé optou pela permanência no município, alugando um cômodo na rua Itacolomi.

Diante das possibilidades de tal segmento social, a Baixada Fluminense aparece como o espaço privilegiado para moradia. As razões são variadas. Desde a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e, portanto, com o local de trabalho, até a possibilidade de se conseguir *ocupar* ou adquirir um terreno/ *lote* ou casa⁵. O problema da habitação é então colocado, agora sob a ótica do morador. Da perspectiva dos indivíduos que buscavam a “casa própria”, a Baixada foi ao mesmo tempo eldorado e lugar de expiação. Representava a possibilidade da crença em um futuro melhor, com terrenos baratos e adequados aos restritos orçamentos dos membros das camadas populares. Mas também encerrava inúmeras outras relações: de abandono, de dominação e de submissão. Se por um lado tornava possível o surgimento do *selfmade man*, por outro mantinha os moradores sob o jugo de práticas políticas coronelistas e clientelistas, quase invariavelmente associadas à violência (LEAL, 1975; FERREIRA, 1994, ALVES, 2003).

No Brasil, a estrutura latifundiária favoreceu a transfiguração do poder público por meio dos usos (e abusos) do poder privado, ancorada no poder político que tinha como contexto a

⁵ Abreu (1988), Souza (1992), Costa (1999).

profunda desigualdade da distribuição de renda e de terra, criando vínculos de obrigação e de compromisso entre o “coronel” e a população a ele submetida. O *coronelismo* funcionou como “uma forma específica do poder político brasileiro que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontavam ao Império; já então os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal” (QUEIRÓS, 1976:165). Grosso modo, o *mandonismo local* operaria uma diferenciação de poder ao colocar em cena a figura do chefe político, impondo a premência do estabelecimento de uma relação com o “coronel” para o funcionamento e a manutenção do referido sistema ⁶. Este último oferecia o eleitorado, enquanto o chefe político, os serviços públicos e o fortalecimento de seu poder privado. Tal estrutura, entretanto, vai se enfraquecendo com o crescimento urbano e a industrialização, responsáveis pela reconfiguração das relações de poder tradicionais. Essa alteração no panorama político refletiu nos primeiros anos da família Camilo dos Santos em Duque de Caxias, correspondendo a um período de agitação e conflitos (GRYNSZPAN, 1987). Mesmo ausentes da biografia de Zito e dos relatos de Waldir, os saques e as revoltas camponesas representaram um levante popular inédito na região e marcaram a história local (*idem*)⁷.

Desde seu início, a trajetória de Zito evidencia a diversidade de códigos culturais e campos de possibilidades em jogo. A chegada ao Rio de Janeiro ainda bebê, com pouco mais de um ano de idade, tendo viajado por quase oito dias em um caminhão com mais de 40 pessoas foi o começo de tudo. A infância foi marcada pela dificuldade financeira, a questão da moradia constituindo sempre um grande problema — a família passou por seis endereços diferentes, desde o cômodo da rua Itacolomi, até conseguir adquirir o terreno onde finalmente construiu a casa própria. O lote – como os demais oriundos do retalhamento das grandes áreas destinadas às culturas agrícolas como, por exemplo, a citricultura – ficava em uma rua sem calçamento, sem rede de esgoto e sem luz, como a maioria das ruas do município nessa ocasião.

A especulação imobiliária somada ao descaso com que o poder público lidava com a problemática da moradia na Baixada Fluminense definiam o panorama encontrado pelas

⁶ Ver, também, a este respeito, o artigo de Castro Faria (1999) sobre poder local e municipalismo.

⁷ Consultar também Torres e Menezes (1987).

famílias de migrantes que ali tentaram fixar-se, fugidos da miséria da cidade-natal, da falta de oportunidades de trabalho ou das favelas cariocas. Desde a falta de infra-estrutura básica até loteamentos irregulares, as questões relativas à terra e à casa própria foram tomando vulto e, dessa forma, capitalizando os discursos políticos que visavam arregimentar os votos daquela (grande) parcela da população⁸. Apesar das dificuldades, a compra e/ ou ocupação dos lotes deu início ao processo de expansão da cidade (e da região) com a ampliação da construção de imóveis residenciais⁹.

A *autoconstrução* foi o modelo (possível) adotado pela família que, assim como grande parte dos moradores da região, contava com uma rede de solidariedade fundada nos laços de parentesco, mas também nos novos laços adquiridos: os de vizinhança¹⁰. A dupla jornada marcava os dias dos Camilo dos Santos, principalmente os do chefe da família. O trabalho na Garagem Bom Retiro durante o dia era seguido pela construção da casa, para a qual contava com a ajuda dos filhos e de Dona Luzia. Além da empreitada privada da construção da casa própria, os moradores da Baixada têm que enfrentar inúmeros outros problemas. A maneira pela qual eles conseguem lidar com adversidades e privações do cotidiano consiste em estender tal padrão de resolução privada para fora de suas casas, para as vias públicas. A rua — lugar de todos, mas responsabilidade do poder público — é, então, reapropriada pelos moradores que elaboram um modo de atuação para tentar converter o abandono e o descaso — como a falta de aparatos coletivos e de infra-estrutura — em soluções imediatas. “O morador entrará em cena como construtor e mantenedor precário dos equipamentos urbanos necessários às mínimas condições de salubridade e conforto” (Monteiro, 2001: 23).

O *trabalho* aparece como solução para os problemas, mas também como valor social e elemento constitutivo dos processos de identificação locais. Um *ethos* do trabalho é aqui acionado, sem que isso signifique uma característica exclusiva dos membros de camadas populares. Nos discursos da família Camilo dos Santos, o trabalho tem um lugar de destaque, sendo recodificado e transformado por Zito a partir da categoria *trabalho social*.

⁸ Entre os trabalhos recentes sobre o tema, consultar, por exemplo, os artigos organizados por Valladares (1980) e o trabalho de Borges (2003).

⁹ Sobre o processo de ocupação e desenvolvimento da Baixada Fluminense, ver Barreto (2006).

¹⁰ Sobre a categoria *autoconstrução*, consultar Lima (1980).

A educação dos filhos era prioridade do casal que não queria que os meninos fossem “analfabetos como eles”. Estudavam em escola pública e auxiliavam no trabalho preferencialmente nos finais de semana. No entanto, ao longo de toda sua biografia, Zito nos é apresentado como alguém que não valorizava o estudo como forma de ascensão social, diferenciando-se dos pais que tinham a educação como única via de mobilidade possível para os filhos. Zito via no esforço individual, no “ganhar dinheiro”, a única maneira de “crescer”, de “mudar de vida”. Nesse sentido, um *ethos* do trabalho vai constituir uma marca identitária forte, permeando todo o discurso sobre si construído na biografia e a composição de sua *persona* política. Ele entrou e saiu de alguns colégios (todos públicos), mas sempre encontrava tempo para jogar futebol e, principalmente, para fazer “uns bicos”. Começou a trabalhar como faz-tudo: carregando areia, fazendo pequenos serviços. Seu primeiro empreendimento autônomo consistiu na confecção e venda de pipas na feira livre do Aterro do Flamengo, inaugurada durante o governo de Carlos Lacerda. “Era uma verdadeira aventura [...] Saíamos de casa de manhã bem cedo e só voltávamos à noite. Ganhava um bom dinheiro” (Zito apud GRAMADO, op. cit.:108). Nessa época, seus “serviços” eram empreendimentos exclusivamente particulares, não havendo qualquer menção à prestação de assistência à população do bairro. Interessava-lhe apenas “ganhar dinheiro”¹¹. A falta de recursos do bairro era por ele convertida em oportunidades e a “independência” (leia-se: saída da casa e da jurisdição paterna) chegou cedo, aos 17 anos, quando se casou. Sua casa foi construída nos fundos do terreno de seus pais, uma “meia-água”, e Andréia nasceu no ano seguinte.

Aos 25 anos, decidiu deixar o emprego que o pai lhe havia arrumado e tornar-se seu próprio patrão o que, no entanto, fracassou. Zito acabou, então, indo trabalhar com o pai na “tendinha” da família. A partir destes episódios são elaboradas as características que o transformariam no *selfmade man*, — aspecto central de sua *persona* pública. O espírito empreendedor configuraria a primeira delas. À frente da “tendinha” foi responsável por sua reorganização e transformação em loja, reestruturando o lugar e fazendo obras de expansão.

¹¹ Na biografia de Zito, é marcante a referência constante aos bens materiais adquiridos ao longo de sua trajetória. A carroça, a moto, a televisão, a geladeira, outra moto, o carro etc. Tais bens parecem simbolizar as conquistas e a própria ascensão social de Zito, sendo enfatizados como fatores de distinção com relação aos “colegas de bairro” e ao próprio irmão.

No ano seguinte, inaugurou uma outra no bairro Jaqueira e Seu Zé, à essa altura já aposentado, ficou responsável pela loja da rua Ipanema.

Os problemas com a criminalidade local começaram a aparecer e a postura de Zito foi distinta da dos demais comerciantes. A fama de “valente” — que teria começado ainda na juventude com as brigas de rua, narradas como revanches da época de criança — alcançaria, agora, um novo patamar.

“[Zito] Não deixava de resolver seus problemas com qualquer um e começou a ser respeitado no bairro, dando os primeiros contornos no homem que se tornaria um líder comunitário. Mais pela imposição da própria vizinhança, que via nele uma pessoa que não admitia injustiças. A primeira providência para resolver os impasses era sempre uma boa conversa, mas se preciso fosse, Zito não pestanejava em utilizar os punhos para se impor” (GRAMADO, op. cit.:116/117).

O pagamento por “proteção” era uma prática comum na região e, em larga medida, obrigatória. Zito afirma ter-se rebelado e não aceitando fazer parte desse sistema local. Em sua narrativa são claramente ressaltadas sua coragem e disposição para o embate (físico, inclusive) enquanto “homem de bem”. Por outro lado, tais afirmações vão de encontro a relatos de moradores sobre a relação de Zito com a violência e o banditismo locais. Algumas versões apresentavam Zito como “mancomunado” com os bandidos e, portanto, usurpando os comerciantes, obrigando-os a venderem seus pontos e saírem da região. A essa altura, Zito já havia conseguido ampliar seu patrimônio e começava a explorar um outro tipo de estabelecimento: os bares/ botequins. Entre fracassos e novos negócios, ele ingressou, em 1985, na Guarda Municipal de Duque de Caxias. Mas foi somente a partir de sua entrada para a política que à sua fama de “valente” somou-se a de “justiceiro” ou “matador”.

No caso de Zito, em particular, a identidade nordestina, de “homem valente” — constantemente acionada — e provavelmente seu histórico de inserção no “mundo policial” — por ter integrado a Guarda Municipal — podem ter fornecido elementos para algumas dessas construções narrativas¹². Uma espécie de “cultura do medo” — como assinalou Barreira (1998: 63), ao tratar da relação entre pistolagem e eleições — apontaria os policiais como uma das categorias menos confiáveis no universo estudado pelo autor. De forma análoga, na Baixada, tais atores também estão sujeitos à mesma classificação

¹² Tais conexões, no entanto, são descartadas pela deputada Andréia Zito e pelo próprio Zito, alegando que tais acusações foram forjadas por “inimigos políticos”, na tentativa de deter seu êxito eleitoral.

negativa. No entanto, ao mesmo tempo em que tais associações relacionam-se a um certo imaginário do medo, os crimes podem conferir fama e prestígio em um universo social marcado pela falta de segurança pública e pela privatização da coerção (física e moral). Dessa forma, a notoriedade desejada e necessária em determinados contextos (ser escolhido para um “serviço” específico; ser considerado um “vingador” por certos grupos) pode transformar-se em um predicado pouco interessante em outros (conseguir votos para além do seu universo eleitoral de origem, por exemplo).

Eleito vereador com base na limpeza que realizou no bairro onde morava, executando não só os possíveis ladrões e bandidos como qualquer um que o contestasse, assumiu a presidência da Câmara Municipal. Tendo acesso às máquinas da prefeitura, em troca do apoio e sustentação dados ao prefeito, ampliou sua já notória rede de clientelismo, realizando agora obras públicas de impacto coletivo. Arrolado como réu em um processo de homicídio doloso e após ter sido preso duas vezes pelo Ministério Público, elegeu-se deputado estadual, ganhando imunidade parlamentar por quatro anos, neste absurdo da legislação brasileira que, naquela época, garantia imunidade também para crimes comuns. (ALVES, 2003: 27).

A ambigüidade e a ambivalência são constitutivas das narrativas sobre a violência, principalmente quando associada às práticas políticas. O agente de determinada ação ilegal pode ser considerado “pistoleiro” ou “vingador”, implicando em um sistema classificatório com remissão direta a valores e à sua hierarquização. Se ambos são criminosos sob o olhar jurídico-legal, não o são necessariamente a partir das perspectivas dos diferentes grupos atingidos por sua ação. A internalização de valores sobre a violência por determinados estratos sociais implicará na maneira como esta é percebida e engendrada como aceitável ou não; legítima ou ilegítima (FREITAS, 2003). Contudo, o recurso bastante comum à *diabolização do outro* — no caso, a vítima — (WIEVIORKA, 1997) pode produzir a imagem desejada e ser acolhido por determinados grupos ou segmentos, não somente legitimando a ação, como também sobre ela elaborando algum consenso e justificação moral.

Se, no caso de Zito, as acusações não foram levadas adiante — ou pelo silêncio como “tática de preservação da vida” (FREITAS, op.cit.), ou por falta de provas materiais — sua apresentação de si foi igualmente deslocando o foco da violência e evidenciando seus predicados como “um igual”, um “trabalhador como outro qualquer”. As carências e a falta de infra-estrutura do bairro Dr. Laureano permitiram que Zito começasse a travar contatos com políticos e funcionários da prefeitura e se constituísse como porta-voz e mediador das

reivindicações de sua vizinhança. Um dos primeiros contatos foi com o então vereador Dr Heleno. A partir das relações que estabeleceu por meio das reivindicações de melhorias para o bairro, Zito construiu o discurso sobre sua vocação política e sobre o imperativo do exercício desse papel. A estruturação de tal narrativa conferiu inteligibilidade às ações de mediação com o poder público e seus agentes, ao mesmo tempo em que o autorizou a “falar por seu bairro”.

Corroborando a informalidade da resolução de problemas como regra geral, Zito — assim como anteriormente Joca, em Belford Roxo (MONTEIRO, 2001) — atualizará a relação entre tais ações e as práticas políticas. Em um primeiro momento destaca-se como líder comunitário e só mais tarde torna-se um legítimo mediador político.

Quando analisamos o surgimento de Zito como ator político¹³, uma *geografia política* evidencia-se imediatamente. A construção de um lugar para si dentro do bairro e, com isso, a obtenção do reconhecimento de sua capacidade em “resolver problemas” e de lidar com políticos foi o ponto de partida para sua transformação de liderança comunitária a candidato “ideal”. A própria noção de “ideal” já nos remeteria à percepção da entrada na arena eleitoral como involuntária, dada pela *vocação* (KUSCHNIR, 2000). Aqui, novamente, o “cálculo egoísta” é minimizado (BOURDIEU, 1996), exaltando-se o engajamento como comprometimento desinteressado.

Em 1988, a convite do então deputado federal e candidato à prefeitura de Duque de Caxias, Messias Soares, Zito candidatou-se a vereador pelo PTR (Partido Trabalhista Republicano), sendo eleito com 1.770 votos. Sua campanha direcionou-se ao bairro de sua residência e áreas adjacentes, contando com o apoio de familiares e vizinhos. Começava assim a vida política de Zito, e sua escalada rumo ao poder regional.

“Eu, que não era filiado a nenhum partido, que não gostava de política, me filiei e me candidatei a vereador. [...] Eu entrei para a vida pública em 1988 — candidato a vereador — na vontade de fazer alguma coisa pras comunidades nos bairros onde eu tinha uma certa credibilidade política, eleitoral. E tive uma sorte imensa de ser eleito [...]”.

¹³ É importante destacar que muitos trabalhos sobre trajetórias políticas e eleições de modo geral marcam a pertinência do conceito de *geografia eleitoral* para a compreensão da atuação de políticos e cabos eleitorais. Ver, a este respeito, Chaves (2003), Kuschmir (1993 e 2000), Lopez (2001), Borges (2003), entre outros.

A entrada na arena política municipal não foi fácil. Seus pares não o receberam de braços abertos. Zito não tinha qualquer intimidade com a rotina da Câmara e desconhecia o *habitus* político. Sua *apresentação*, tanto quanto seu “estilo”, colocavam-no à margem, distanciado dos demais parlamentares. Era chamado de “peão” — segundo ele mesmo contou a Gramado (op. cit.) — por “estar sempre sujo de lama”. Sua proximidade com o eleitor pobre incomodava duplamente. Primeiro, porque configurava uma ameaça no momento de disputar os votos, em eleições futuras. Segundo, porque aquela forma de apresentar-se “simplesmente vestido”, “como um qualquer”, “desarrumado” diluía a fronteira entre o mundo ao qual ele pertencia anteriormente — como um “morador comum” da cidade — e seu novo *status*, de homem público, de vereador.

A importância da apresentação de si e da performance dos atores sociais (GOFFMAN, 1975) nos remete à relação entre identidade, relações sociais e autoconstrução de imagens. Nesse sentido, a *apresentação* de si demarca de maneira mais imediatamente visível fronteiras simbólicas — no caso, entre o morador pobre e o político profissional — forjando distinções, da mesma forma em que pode, em determinadas circunstâncias e lugares, expressar a hierarquia como valor social. É interessante perceber que distinguir-se do eleitor-morador é também condição para o reconhecimento do político enquanto tal. A afirmação recorrente de alguns moradores referindo-se a políticos/ candidatos: “ele é como a gente” ou, ainda, “ele é um de nós” não contradiz a percepção do político como alguém especial. A suposta igualdade anteriormente mencionada refere-se muito mais ao reconhecimento de possíveis laços identitários e/ ou de relações específicas do que à *persona* política em si.

Seu projeto político, entretanto, delineia-se mais claramente a partir de 1990, com o ingresso no PTB e a candidatura para a ALERJ. Na ocasião, já casado com Narriman Felicidade, Zito havia conquistado seu eleitorado valendo-se da imagem de “homem de ação” (relacionada ou não à violência, à “limpeza do bairro”) e costurado algumas alianças locais. Na disputa por uma vaga na ALERJ, mesmo tendo obtido 11.300 votos (TRE/RJ), não conseguiu ser eleito, ficando com a primeira suplência.

Na eleição municipal de 1992, já pelo PSB, foi o vereador mais votado da Baixada Fluminense, com 7.100 votos. No biênio 1992-1993, enquanto era Presidente da Câmara

Municipal de Duque de Caxias, Zito foi acusado pela morte de Ary Vieira Martins. Segundo depoimentos divulgados por jornais, as desavenças entre ele e o subsecretário de Serviços Públicos da Prefeitura de Caxias em torno de obras, materiais e equipamentos teriam motivado o crime. Diferentes discursos e versões foram construídos a respeito do episódio, alguns o incriminando, outros, o defendendo¹⁴.

Em 1993, como presidente da Câmara dos Vereadores, conheceu Marcello Alencar. Em 1994, já pelo PSDB, teve novamente a prisão decretada. O vereador e, agora candidato a deputado estadual, foi detido no dia 9 de setembro, no Aeroporto Internacional, enquanto aguardava a chegada do candidato de seu partido à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso. No entanto, — e ainda sob a acusação de homicídio — foi eleito deputado estadual, com 34.373 votos (sendo 30.484 somente em Duque de Caxias), ficando entre os dez mais votados para a ALERJ¹⁵.

Na década de 1990, as emancipações de Belford Roxo, Japeri e Mesquita descortinaram novos arranjos políticos. Zito, por sua vez, sob novas denúncias que ligavam seu nome a mais três assassinatos, já fazia articulações para o pleito municipal mesmo antes de 1996¹⁶. Foi a partir deste momento que Zito ganhou visibilidade na grande mídia. Ainda nessas eleições, ele — no PSDB — conseguiu eleger-se para o primeiro mandato em um cargo executivo, tornando-se prefeito de Duque de Caxias em um pleito disputadíssimo com o ex-prefeito e ex-senador, Hydekel de Freitas.

Durante o primeiro mandato, Zito promoveu uma administração de muitas obras. Calçando ruas, construindo e reformando escolas, postos de saúde, praças etc., ele se fez notar. A construção de um aparato assistencial municipal para a população caxiense, incluindo projetos diversificados — como o para a terceira idade, por exemplo — fazia com que “sua gente” o visse como um benfeitor (CHAVES, 2003) que legitimava o atendimento sob a rubrica de “ação pública”, colocando-se, assim, como provedor ou doador desinteressado¹⁷. À frente da Secretaria de Meio Ambiente, Zito colocou sua esposa,

¹⁴ Consultar os jornais *O Globo* (26/11/1993) e *Jornal do Brasil* (27/11/1993).

¹⁵ Sobre a relação entre política e violência, ver Soares (1996) e seus desdobramentos para a Baixada Fluminense em Souza (1997).

¹⁶ Em outubro de 1995, outra denúncia rondava Zito. Dessa vez, de envolvimento em mais três assassinatos publicada pelo jornal *O Dia* de 03 de outubro de 1995. Em outra matéria, em 17 de janeiro de 1996, uma testemunha declarou que Zito também era o mandante do assassinato de um jovem de 14 anos e de um feirante de 35 anos em 1988 e 1989.

¹⁷ *Idem*, p.135.

Narriman, que ganhou visibilidade por intermédio das polêmicas em torno do aterro sanitário de Gramacho. Nesse meio tempo, Andréia trabalhava diretamente com o pai na Secretaria de Governo e, como ela própria ressalta, “não era uma função política, era mais administrativa, interna”.

A alocação de parentes em cargos “de confiança” é uma prática antiga e recorrente em nosso país que, para além de explicitar o nepotismo, traz à tona a dimensão da obrigação social (QUEIROZ, 1976), segundo a qual trata-se de um dever para com a família e a forma mais eficaz de impedir que tais cargos sejam ocupados por outros grupos políticos formados no momento da eleição — mas que, na realidade, continuam a disputar acessos fundamentais para manterem-se na arena política¹⁸. No caso de Narriman, sua nomeação tinha dupla justificativa, segundo a lógica em questão: ela era a esposa do prefeito — portanto, alguém de extrema confiança — e, por outro lado, possuía habilitação técnica. A visibilidade na Secretaria de Meio Ambiente rendeu a Narriman o capital político necessário para que pudesse compor, em 1998, a chapa como vice-governadora ao lado de Luiz Paulo Corrêa da Rocha pelo PSDB — obtendo o terceiro lugar em votos (110 mil só em Duque de Caxias). Nessa eleição, Andréia Zito se elegeu pelo PSDB, apoiando sua campanha fundamentalmente no nome do pai.

Mesmo em meio a denúncias, 2000 revelou-se irrefutavelmente o ano de Zito. Bastante assediado pela imprensa, colocou à mostra todo o seu poder e influência políticos e não apenas por meio de sua reeleição — com 81,06% de aprovação e a expressiva votação de 315.679 contra 27.950 votos do segundo colocado. Zito também teve papel fundamental nas eleições de sua esposa e de seu irmão para prefeituras-chave da Baixada. Waldir foi eleito em Belford Roxo, pela coligação PPS/ PTB / PRN / PMN / PST, derrotando a ex-prefeita, Maria Lúcia, por 89.495 votos contra 73.640. Em Magé, Narriman derrotou Nelson do Posto (PDT) e Núbia Cozzolino (PTB), dois caciques locais — com 35.802, 32.589 e 27.453 votos respectivamente¹⁹.

Em 2001, Zito deixou pela primeira vez o PSDB. Apesar das acusações e conflitos, as expressivas vitórias nas urnas em 2000 e em 2002, possibilitaram a Zito começar a

¹⁸ Ver, a este respeito, Bezerra (1995), Kuschnir (op.cit.) e Lopez (op.cit.).

¹⁹ Zito contou também com o apoio de sua filha, Andréa Zito, deputada estadual no terceiro mandato e do deputado federal Dr. Heleno, ambos do PSDB.

trabalhar no projeto político de tornar-se governador do Rio de Janeiro. Viajando pelo estado, na tentativa de formar alianças e de fortalecer-se politicamente, acabou se ausentando bastante da cidade o que, segundo ele próprio, lhe causou algum ônus. Quase ingressou no PMDB, foi para o PDT e retornou ao PSDB, novamente pelo convite de Marcello Alencar. Zito foi escolhido coordenador da campanha presidencial de José Serra no estado (e anunciado como tal em abril daquele ano). Com o lema “vamos Serrar”, acompanhou as caminhadas e comícios do presidenciável em Duque de Caxias. As tentativas de alianças (com o PDT, por exemplo) foram, no entanto, fracassadas; sendo assim, a executiva nacional resolveu não lançar candidato próprio ao governo do estado do Rio de Janeiro.

O apoio do partido à candidatura de Solange Amaral (PFL) para o governo do estado do Rio de Janeiro frustrou o projeto político de Zito de ascensão ao Palácio Guanabara — deixando-o extremamente contrariado. Em 2003, filiou-se ao PDT, mas não foi acompanhado por sua esposa nem por sua filha. Decerto, a saída do partido marcava a posição de Zito na queda-de-braço interna ao PSDB, mas relacionava-se mais imediatamente à busca pela operacionalização de seu projeto político, até então barrado pelo partido. Como seu trânsito entre alguns partidos e pessoas importantes ainda estava garantido e sabendo que seu peso político certamente não seria descartado, Zito pôde arriscar-se. E o fez.

A eleição municipal de 2004 traria novas surpresas. Desde o ano anterior, Zito já havia desistido da reeleição de seu irmão em Belford Roxo. Waldir tinha um grande índice de rejeição: em sua gestão, a cidade sofreu com paralisações de servidores municipais, greves de motoristas de vans e todo tipo de denúncia sobre uso ilícito de dinheiro público. A cidade continuava com os mesmos problemas de antes e as promessas de que “Waldir é Zito” não se concretizaram. Em Duque de Caxias, por sua vez, a sucessão tornou-se uma questão complicada. Que nome seria capaz de substituir Zito? Seu carisma seria transferido ao sucessor? Quem seguiria o seu estilo político? Devido à legislação eleitoral, Andréia não podia disputar a prefeitura como “sucessora natural” de seu pai e Narriman, com projeto político próprio, tentava a reeleição. Sob o lema da continuidade política, Laury Villar — que ingressou no PDT juntamente com Zito — foi o escolhido pelo partido para concorrer à prefeitura de Duque de Caxias. Na avaliação de Zito, no entanto, Laury não era o nome

mais indicado para concorrer ao pleito, mas diante da hesitação partidária frente às demais opções, acabou apoiando tal candidatura.

A participação de Zito na campanha de Laury à prefeitura foi intensamente criticada, sob a alegação de que a ela não estaria dedicando-se a contento. Durante o período eleitoral, Zito, de fato, não se afastou dos trabalhos da prefeitura, a eles destinando o período da manhã — momento em que deixava a cargo da filha, Andréia, a rotina de campanha. No primeiro momento da campanha, Zito parecia acreditar que seu nome por si só já seria suficiente para promover a candidatura do sucessor. A disputa, no entanto, tornava-se cada vez mais acirrada e a entrada em cena da propaganda televisionada significou um capítulo à parte na corrida eleitoral. A participação de Anthony Garotinho e da governadora Rosinha Matheus, manifestando publicamente seu apoio a Washington Reis (PMDB), além do uso da máquina do governo do estado, foram fundamentais para a reviravolta nas intenções de voto. A vinculação ao nome de Zito não conseguiu fazer frente à distribuição de cestas básicas pela Fundação Leão XIII e pelos centros assistenciais do candidato do PMDB em Caxias. O primeiro turno acabou com vantagem de Washington Reis, totalizando 45,2% dos votos válidos contra 41,6% de Laury Villar (TRE/RJ). Sem o apoio do partido no segundo turno, na queda de braço com Garotinho, venceu este último que, dentre as muitas derrotas sofridas nas eleições municipais de 2004, conseguiu com Duque de Caxias uma das vitórias político-eleitorais mais importantes do estado. Na ocasião, os jornais anunciaram amplamente que Zito havia perdido o posto de “rei da Baixada”²⁰.

Logo após a derrota, Zito foi convidado por César Maia, prefeito carioca, que criou uma secretaria para recebê-lo – Secretaria de relações institucionais, já pensando no capital política do “rei da Baixada” e nas possibilidades de arranjos políticos. No entanto Zito não se filiou ao PFL, retornando ao PSDB em 2005. Para viabilizar seu retorno e seu projeto político de retomar a administração de Duque de Caxias, em 2008, Zito optou por candidatar-se a deputado estadual.

Considerações finais

²⁰ Ver, por exemplo, as matérias publicadas nos seguintes jornais: *Jornal do Brasil*, 04/11/2004; *O Dia*, 06/11/2004 e *O Globo*, 06/11/2004.

Zito passou por “transformações” ao longo de sua trajetória política. No início da vida pública, era um homem considerado rude, intimidador, que não sabia se expressar adequadamente em público (avesso à oratória política). Para algumas pessoas, um homem “que dava medo!”. O tipo físico auxiliava na construção dessas imagens. Alto, forte, com os cabelos sem corte e bigode. A entrada no mundo da política e os “encontros” propiciados por sua inserção como vereador nesse mundo lhe renderam um controle (gradativamente conseguido) sobre sua apresentação e o cuidado com sua imagem, que até então não parecia figurar entre suas preocupações, afinal de contas seu ingresso na política foi justamente sob a construção muito próxima do *líder marginal*.

Zito emagreceu, cortou o cabelo, tirou o bigode e a barba estava sempre feita. O vestuário também se adequou. Os ternos e as camisas sociais substituíram as de malha. Entretanto, na fabricação de sua imagem a preocupação com a manutenção do vínculo de pertencimento com os moradores de Caxias ficava explicitada na opção por um estilo, senão mais simplório, casual. No dia a dia, a calça jeans, a camisa de malha (que agora era “de marca”) e o tênis tornaram-se o uniforme do prefeito Zito.

Considerado um “Zé ninguém” no início de sua carreira política, conseguiu aproximar-se de Marcello Alencar a partir do mandato de deputado estadual (apesar de ter sido apresentado a este quando ainda era vereador). Este, político experiente e muito bem articulado, viu em Zito um poderoso aliado na Baixada, já que em Duque de Caxias Zito gozava de grande prestígio e tinha um estilo que poderia lhe render frutos políticos. Unindo o *atendimento* (exercido segundo Zito apenas durante o primeiro mandato como vereador, mas desmentido por sua filha a deputada Andréia Zito), aos *acessos*, à intimidação (de fato ou imputada, mas que figura entre as imagens difundidas sobre sua *persona*²¹) e à sua atuação como administrador, Zito conseguiu ampliar seu poder e prestígio políticos e ser intitulado o “rei da Baixada”.

O troca-troca de siglas partidárias também foi sua marca. Sua “fabricação” não se apoiou em qualquer filiação e seu discurso político não estava impregnado do discurso ideológico

²¹ Por exemplo, seu adversário na eleição de 2004, Washington Reis (PMDB) declarou ao jornal *O Dia* de 01/11/2004 que temia pela violência durante a campanha e também após: “Tomar muito tiro. Tiro de verdade: de metralhadora, nove milímetros. Ameaça por total conhecimento que, do lado de lá, o adversário é mal e joga muito sujo. Nunca na vida pensei que um dia fosse preciso dormir de olhos abertos. [...] Agora começa a pior missão: mexer na casa de marimbondos. [...] Graças a Deus não houve nenhuma vítima [durante a campanha]”.

associado a partidos. A força da “personalização” na política pode ser analisada a partir desta trajetória e reflete, de alguma maneira, a pertinência de se atentar para a problemática dos partidos políticos no Brasil. A personalização da política, diferentemente do que alguns autores chegaram a pensar, não foi suprimida ou relevada à segunda ordem em relação aos partidos políticos. A volatilidade eleitoral no Brasil é elevada, sendo um indicativo do que alguns autores consideram como instabilidade de nosso sistema partidário²².

A desconstrução do Rei (da Baixada) abriu espaço para focar outras características de Zito. O seu “lado frágil”, do homem que, “igual a qualquer pessoa. Às vezes, [teve] tive vontade de chorar e de ficar calado”, foi explorado por jornais como *O Dia*, por exemplo. A tentativa de apontar tais aspectos desembocaria na decretação do declínio político do ex-Rei e na situação de atual fragilidade política, apontada como consequência de um projeto político auto-centrado que preteriu alianças e acordos. Zito, no entanto, demonstrou não estar morto politicamente. O convite de César Maia para integrar a sua equipe foi um indicativo de sua importância mesmo diante das derrotas sofridas. A mídia não deixou de estampar seu nome nos jornais, mesmo após a sua saída da prefeitura de Caxias. Na disputa, venceu o PSDB, partido onde protagonizou episódios de amor e ódio, ameaças de chantagens etc. A volta por cima veio com a sua eleição para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, como o deputado mais votado (204.880), e com a de sua filha para a Câmara dos Deputados (190.413) – posição até então ocupada por seu ex-aliado, Dr. Heleno. O rei pode ter sido destronado, mas ao que tudo indica esquecido, não.

BIBLIOGRAFIA SOBRE BAIXADA FLUMINENSE:

- ABREU, Maurício. 1988. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/ Jorge Zahar.
- ALVES, José Cláudio Souza. 2003. *Dos barões ao extermínio. Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, APPH, CLIO.
- BARREIRA, César. 1998. *Crimes por encomenda. Violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. 2006. *Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ. (Tese de doutoramento)
- _____. 2004. “Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores”, in: *Campos*. Curitiba, 5(2).
- BORGES, Antonádia. 2003. *Tempo de Brasília. Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da política, UFRJ.

²² Consultar, entre outros, Nicolau (1998).

- BOURDIEU, Pierre. 1996. "A ilusão biográfica", in: *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, Papirus.
- CHAVES, Christine A. 2003. *Festas da política. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis, MG)*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da política, UFRJ.
- COSTA, Aguimon Alves da. 1999. *Breves considerações sobre a ocupação do solo urbano na Baixada Fluminense e a questão da legalização fundiária: um enfoque ao usucapião como política habitacional*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- FARIA, Luiz de Castro. 1999. "Localismo, municipalismo e práticas políticas", in: Cadernos do NuAP. Rio de Janeiro, NAU, n.4.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. 1994. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- FREITAS, Geovani Jacó de. 2003. *Ecos da violência. Narrativas e relações de poder no nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política.
- GOFFMAN, Erving. [1959] 1975. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GRAMADO, Paulo. 1999. *Zito. Rompendo barreiras com justiça e trabalho*. Rio de Janeiro, Liberato.
- GRYNSZPAN, Mário. 1987. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ (Dissertação de mestrado).
- KUSCHNIR, Karina. _____. 2000. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. 1993. *Política e mediação cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (Dissertação de mestrado).
- LEAL, Victor Nunes. [1949] 1975. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- LIMA, Maria Helena Beozzo de. 1980. "Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro". In L. Valadares (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LOPEZ Jr., Feliz Gracia. 2001. *As relações entre executivo e legislativo no município de Araruama*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ. (Dissertação de mestrado)
- MONTEIRO, Linderval Augusto. 2001. *Baixada Fluminense: identidade e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, História Social/UFRJ (Dissertação de mestrado).
- NICOLAU, Jairo Marconi. 1996. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. 1976. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- SOARES, Luiz Eduardo. 1996. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ISER.
- SOUZA, Josinaldo Aleixo de. 1997. *Os grupos de extermínio em duque de Caxias – Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Sociologia/IFCS/UFRJ (Dissertação de mestrado).
- SOUZA, Sonali Maria de. 1992. *Da laranja ao lote. Transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ (Dissertação de mestrado).

- TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. 1987. *Sonegação, fome, saque*. Duque de Caxias, Consórcio Administração de Edições.
- VALLADARES, L. 1980. (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WIEVIORKA, Michel. 1997. "O novo paradigma da violência". In: *Tempo Social: Revista de Sociologia*. São Paulo, USP, 9(1), maio, pp. 5-41.

Análise cultural de Joãozinho e Mariazinha: a imagem da criança nos contos de fadas

Rozimeire Agüero Barrios *

Este texto pretende analisar o contexto histórico cultural em que é construída a imagem da criança nos contos de fadas, utilizando-se do conto Joãozinho e Mariazinha dos Irmãos Grimm. Assim na história citada, no momento onde a madrasta convence o pai das crianças a abandoná-las à própria sorte na floresta, pode-se visualizar o que Philippe Áries chama de infanticídio tolerado, severamente punido no Antigo Regime mas que era cometido em segredo, sob a forma de um acidente, ou seja, a criança era ignorada. Neste ponto Darnton aponta um outro contexto, a dura realidade dos camponeses, a proliferação de madrastas, devido o auto índice de mortes de mulheres durante ou após o parto. Portanto, segundo Darnton os contos de fadas, oriundos dos contos populares, são documentos históricos, que retratam a cultura popular, e não devem ser ignorados por não poderem ser datados com precisão, ou porque fazem parte da tradição oral, devem é ser analisados historicamente, sendo a principal proposta desta pesquisa.

Palavras-chaves contos de fadas, criança, camponeses

This text intends to analyse the historical cultural context in which is beid the image of the children in the fairy tales, using the little Jhon and little Mary tale by brothers Grimm. In the quote story, at the children's father to leave the children at their aeln Luck in the woads, you can see what Phillippe Áries alls as endured child murders, severe punished in the Ancien Regime but it was committed under wraps, in a accident way, in any case, the child was despired. At this point Darnton points to another context, the hard reality of the peasants, the step mothers proliferation, ailing to the high index of women deaths during a after the Childbirth. So, according to Darnton the fairy tales, brought from folk tales, are historical documents, that retract the folk culture, and it be dated wih accuracy, o just because it makes part of the oral tradition, it must be historically analysed, been this the mainly propose of this research.

Key Words : folk tales, children, peasants

Os contos de fadas são contos populares que ao longo do tempo foram recolhidos oralmente e se transformaram nas histórias escritas que se conhece hoje: Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, Joãozinho e Mariazinha. Segundo Robert Darnton em seu livro *O grande*

* Graduanda do Curso de História da UEMS – Universidade Estadual de Mato grosso do Sul.

massacre de gatos, esses contos oriundos de uma tradição oral, eram transmitidos ou contados geralmente em torno das lareiras nas longas noites de inverno, enquanto os homens consertavam suas ferramentas e as mulheres costuravam, em uma reunião que se chamava a *veillée*, na França, num período não muito preciso, que compreende do século XVI ao XVIII.

Sem dúvida, o processo de transmissão afeta as histórias de maneiras diferentes, em culturas diferentes. Alguns conjuntos de tradições folclóricas podem resistir à “contaminação”, embora absorvendo novo material de maneira mais efetiva que outros. Mas as tradições orais parecem ser tenazes e altamente duráveis quase em toda parte, entre os povos sem escrita. Também não se desmantelam com sua primeira exposição à palavra impressa. (DARNTON, 1986: 36)

Apesar desta compilação estes contos conservaram a originalidade e simplicidade da versão oral. Neste contexto, para Darnton os contos populares são documentos históricos, que sofreram transformações em diferentes tradições culturais, e não devem ser ignorados por não poderem ser datados com precisão, ou porque fazem parte da tradição oral. Precisam é ser analisados historicamente, e conseqüentemente revelarão o contexto de pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas e desesperos da classe camponesa, impressos em sua cultura. É, portanto, uma oportunidade única para se estabelecer contato com a massa de camponeses analfabetos, que desapareceram no passado.

Segundo Philippe Áries em sua obra *História Social da Criança e da Família*, diz que após a compilação, as velhas histórias da tradição oral, ou seja, os contos populares foram transformados nas *Bibliothèque Blue* esses livros agradavam muito a nobreza e a burguesia deste período, que até promoviam reuniões para ler e escutar estas histórias. O que se observa neste trecho: (...) “Em algumas cidades da província, a pequena burguesia algumas vezes ainda conservava esse passatempo. (...) os homens se reuniam durante o inverno nos cabarés e durante o verão “nos jardins, onde, após tirar a peruca, colocavam seus gorros” [para ouvirem as histórias].” (ARIÈS, 2006. p. 73)

Nesta questão da elite fazer parte, ou não da cultura popular em certos períodos Peter Burke em seu livro *O que é História Cultural?*, diz:

(...) O que torna a exclusão problemática é o fato de que as pessoas de status elevado, grande riqueza ou poder substancial não são necessariamente diferentes, no que diz respeito à cultura, das pessoas comuns. Na França do século XVII os leitores dos livrinhos baratos tradicionalmente descritos como exemplos de cultura popular incluíam mulheres nobres e até mesmo uma duquesa. (BURKE, 2005: 41-42)

É interessante afirmar que estes contos também voltaram à entrar no fluxo da cultura popular através da mesma *Bibliothèque Bleue*, onde editores especializados “publicavam

edições impressas de contos para o público rural que sabia ler e que era alcançado através de mascates.”(ARIÈS, 2006 ,p.72)

Neste contexto, pode-se afirmar que esses dois mundos culturais não são paralelos entre si, pelo contrário mesclam-se, de cima para baixo, como de baixo para cima, numa troca de informações descomunal, mesmo os camponeses estando tão afastados dos salões sofisticados onde foram parar seus contos populares. Carlos Ginzburg em sua obra *O queijo e os vermes* afirma que:

Pode-se ligar essa hipótese àquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo “circularidade”: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (...). (GINZBURG, 1939:12)

Robert Darnton compartilha das idéias de Ginzburg, a respeito da circularidade cultural e afirma que, Perrault representa algo único na história da literatura francesa, e de maneira semelhante os Grimm na Alemanha: o supremo ponto de contato entre a cultura popular e a cultura de elite, quando este compila estas histórias e as modifica para atender ao gosto da nobreza da época.

Portanto, analisar estes contos é uma proposta interessante na questão de direcionar o olhar e a pesquisa histórica para novas fontes, buscando talvez nuances e temas que apesar de serem abordados pelos historiadores, continuam com riquíssimas possibilidades de interpretação, e de desvelar o contexto social de onde se originaram assim, Peter Burke diz: “Agora que a oralidade juntou-se à literalidade (...) como tópico de pesquisa histórica, os historiadores estão descobrindo muitas fórmulas e temas, (...) e também passaram a prestar mais atenção aos boatos, baladas e contos populares.”(BURKE, 1937, p.123)

Desta forma, o conto Joãozinho e Mariazinha dos Irmãos Grimm, conta a história de duas crianças que são abandonadas na floresta pelo seu pai e sua madrasta, pois estes não tinham o que comer, devido à imensa miséria que passavam. As crianças, perdidas na floresta andam muito e encontram uma casa feita de pão e coberta de bolo, a casa pertencia a uma mulher muito velha que na verdade era uma bruxa, ela torna as crianças prisioneiras suas, para matá-las e comê-las posteriormente. Mas através de sua esperteza as duas crianças conseguem matar a bruxa, roubar suas pedras preciosas e voltam para casa onde encontram seu pai e vivem felizes para sempre.

Mas, para falar da figura das crianças primeiro é importante observar como se dava, a organização das famílias e dos casamentos neste período. Darnton observa que este último não era uma saída da pobreza, pelo contrário a moça tinha que ter um dote. As mulheres

geralmente se casavam entre 25 e 27 anos, dos cinco ou seis filhos que tinham um ou dois sobreviviam até a idade adulta. As uniões geralmente terminavam com a morte de um dos cônjuges, e não com o divórcio, assim as madrastas proliferavam, pois a maioria dos homens voltava a se casar, na proporção de uma em cada dez mulheres que ficavam viúvas. Com base nestes fatos, as relações entre irmãos postigos, madrastas e padrastos não deve ter sido nada fácil na realidade da vida camponesa, como é caso do conto analisado de Joãozinho e Mariazinha, onde é a madrasta que convence o pai das crianças à abandoná-las na floresta.

No entanto, analisar a imagem da criança nos contos de fadas remete-se a Philippe Ariès, que estudou o tema em sua obra já citada anteriormente neste texto. Ele trabalha a idéia de evolução da imagem da criança, e do sentimento de infância, em diversos documentos: diários, cartas, romances, pinturas e esculturas.

Do século XII até meados do século XIII, nas esculturas e na pintura, as crianças são representadas como adultos em miniaturas, sem nenhuma das características da infância, sem nenhuma particularidade que as distinguissem dos adultos, são simplesmente reproduzidas em escala menor.

Isso sem dúvida significa que os homens do século X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida. (ARIÈS, 2006: 18)

No final do século XIII surgiram alguns tipos e representações de crianças talvez mais próximas do sentimento moderno. Primeiro ela aparece nos temas do anjo adolescente, “esse tipo de anjos adolescentes se tornaria muito freqüente na arte do século XIV e persistiria ainda até o fim do *quattrocento* italiano: são exemplos os anjos de Fra Angélico, de Boticelli e de Ghirlandajo. “ (ARIÈS, 2006. p.19) Depois, o Menino Jesus, que segundo Áries é o modelo e ancestral de todas as representações de crianças na história da arte, no entanto esse sentimento de infância - apesar da representação das infâncias santas - permaneceu limitado ao Menino Jesus até fim do século XIV.

Já no século XV surgiram dois tipos novos de representação da infância: o retrato e o *putto* - .imagens de crianças desconhecidas nuas, surgiu no fim do século XVI, representou uma revivescência do Eros helenístico - : “A criança, como vimos, não estava ausente da Idade Média, ao menos a partir do século XIII, mas nunca era o modelo de um retrato, de um retrato de uma criança real, tal como ela aparecia num determinado momento de sua vida.” (ARIÈS, 2006. p.21)

No caso do retrato de crianças geralmente junto de suas famílias no início, e posteriormente no século XVII, sozinhas, para Ariès este fato “indicava que as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha”.

Assim ainda segundo Ariès, na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia não que não existisse alguma afeição com relação às crianças, não existia a segregação de crianças, jovens e adultos, como fases diferentes de vida, ou maneiras diferentes de se vestir. Também não se pensava nelas como criaturas inocentes, e ingressavam na força de trabalho adulta logo que começavam a andar. “Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.” (ARIÈS, 2006. p. 21)

Estes fatos aconteciam devido a imensa privação, e a dura realidade a que estavam expostas estas pessoas, fome, guerra, pestes: morrer um ser tão insignificante como a criança era se livrar de um peso, menos uma pessoa para ser alimentada, é o que pode ser observado no trecho do conto Joãozinho e Mariazinha quando a madrasta convence o pai das crianças à abandoná-las na floresta:

*__O que será de nós? Como poderemos alimentar nossos pobres filhos, se não temos mais nada nem para nós mesmos?
__Sabes de uma coisa, __ respondeu a mulher __ amanhã bem cedo levaremos as crianças para a floresta, onde o mato é espesso. Lá acenderemos uma fogueira e daremos a cada criança um pedaço de pão; então iremos trabalhar e as deixaremos sozinhas. Elas não acharão mais o caminho de volta para casa, e estaremos livres delas. (GRIMM, 1989: 79)*

Segundo Ariès este é um fenômeno que persistiu até o fim do século XVII: o infanticídio tolerado, que era um crime severamente punido pelo Estado e pela Igreja, mas que era praticado em segredo. As crianças ou morriam sufocadas na cama dos pais, ou eram abandonadas à própria sorte como é o caso dos dois personagens do conto, ou seja, neste período onde a sobrevivência era deveras problemática, com relação às crianças não se fazia nada para protegê-las ou conservá-las:

O fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas tão pouco dotadas de um ser suficiente não era confessado, mas tão pouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da vontade, do esquecimento e da falta de jeito. (ARIÈS, 2006: prefácio)

Este descaso com as crianças no conto analisado mostra que não se pensava como se pensa hoje: que a criança já nasce com uma alma e já tem uma personalidade. Na verdade é uma indiferença que persistiu até o século XIX no campo, consequência direta e indireta da demografia e da realidade da época, e que só começou a mudar lentamente com a

interferência da Igreja, que elaboravam editos episcopais proibindo os pais de dormirem com seus filhos menores de um ano de vida. O que se pode observar nesta citação:

Assim, embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes. (ARIES, 2006: 25)

O conto Joãozinho e Mariazinha, portanto além de mostrar o mundo real, cruel e perigoso em que viviam os camponeses do Antigo Regime sugerem como eles deveriam agir para sobreviver numa ordem social que não se admite o fraco, a menos que seja esperto. Em suma, este conto desvela um contexto social da vida dos camponeses no início da Idade Moderna, onde ainda não havia o sentimento de cuidado com a criança pequena, ou com infância como um período distinto da juventude e da velhice. Esse sentimento que se tem hoje, onde a criança é protegida e a infância respeitada como um período peculiar, diferente das outras fases da vida, foi construída ao longo do tempo, o que se pode observar na análise da imagem da criança nos contos de fadas.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

DARNTON, Robert, *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sônia Coutinho. 5º ed. Rio de Janeiro: Ed.Graal, 1986.

GINZBURG, Carlos, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRIMM, Jacob. *Os contos de Grimm*. Ilustração Janusz Grabianski. Tradução do alemão Tatiana Belinski. São Paulo: Paulus, 1989.

Flávio Josefo e as causas da queda de Jerusalém (66-70 d. C.): a divisão interna entre os judeus

Ygor Klain Belchior - ygorklain@gmail.com ¹

“Lembrai-vos da Lei de Moisés, Meu servo a quem ordenei, em Horeb, estatutos e leis para todo o Israel” (Malaquias 3: 22).

Resumo

A grande revolta que irrompe na província da Judéia no fim do principado de Nero marca o declínio do judaísmo palestinese, e demonstra igualmente as divisões latentes dos judeus. Para esta província, o governo romano, cedeu liberdade religiosa, permitiu-lhes seguir os costumes dos seus pais e garantiu o surgimento e a manutenção de uma elite política judaica atuante no Sinidério e na hierarquia sacerdotal, o que proporcionou o apoio de grupos a favor da helenização. Contudo, a ortodoxia de grupos judaicos como, os Fariseus, “que tinham fama de interpretar as leis com vigor” (Lc. 18:10-12), confrontava diversos aspectos da dominação romana, e de grupos judaicos simpatizantes à romanização e à helenização. A proposta deste trabalho é estudar através do conflito entre judeus e romanos entre os anos de 66 e 70 d.C, as diferentes identidades e mentalidades religiosas dos grupos dessa sociedade.

Abstract

The big revolt what break in on province of Judea in the end of the participate of Nero marks the decadence of the Judaism of Palestine, and demonstrates equally the splits hidden from the Jews. To this province, the government of Rome, cessionary religious freedom, has enabled get after the customs of their nation and warranted the maintenance from a political acting into the Siniderio and on hierarchy priestly; this provides the furtherance of groups the favor from roman domination. All the same, the orthodox groups Jewish like, the Fariseus “who had fame of interpreting the laws with vigor (Lc. 1810:-12), confronted a lot of appearances from roman domination, and Jewish groups who was inclined to helenization. The proposal of this work is study across the conflict among Jews and Romans among the years of 66 & 70 d.C, the different identities and religious mentalities of the groups that society.

No ano de 66 d.C., Gessius Florus, o representante romano na Judéia, “ordenou que do tesouro sagrado fossem sacados dezessete talentos sob o pretexto de que César [Imperador Nero] deles necessitava” (JOSEFO, 2006: 59). O procurador assim o fez e apoderou-se do tesouro do Templo. Em resposta a este ato, alguns judeus amotinados proferiam contra Gessius Florus insultos, e saíram às ruas com cestas fingindo ser uma coleta de esmolas para atender as necessidades do “nosso pobre procurador Florus” (JOSEFO, 2006: 60). Em repreensão, o procurador se dirigiu a Jerusalém com um exército com a finalidade de intervir ali com armas romanas e espoliar a cidade com terror e ameaças.

No dia seguinte, o procurador ordenou aos sumos sacerdotes, aos poderosos e a parte mais nobre da cidade que “entregassem as pessoas que o haviam insultado, e lhes disse que não faria vingança com eles mesmos” (JOSEFO, 2006: 61). Porém, Florus, além de não cumprir sua promessa, ordenou que suas tropas saqueassem o chamado “mercado acima”, e que matassem a todos que encontrassem. Seus soldados, “que além de cumprir as ordens de

¹ Graduando na Universidade Federal de Ouro Preto.

seu general desejavam também obter vantagens, não devastaram somente o local como também entraram em todas as casas e degolaram seus ocupantes” (JOSEFO, 2006: 61).

Flávio Josefo nos oferece uma visão das atrocidades cometidas a mando do procurador no ano de 66 d. C.:

As pessoas fugiam pelas ruelas e os romanos matavam os que viam. Cometeu-se todo o tipo de vandalismo. Detiveram muitas pessoas pacíficas e as conduziram diante de Floro, que após mandar açoitá-las, crucificou-as. Três mil e seiscentos foi o total de pessoas que morreram naquele dia, contando as mulheres e as crianças, pois nem sequer foram respeitados os recém nascidos (JOSEFO, 2006: 61).

Essa atitude tomada pelo procurador causou um motim entre os judeus, que levou a uma série de conflitos. Porém, não foi este o principal motivo que levou a revolta de 66-70 d.C. e a destruição de Jerusalém e do templo, lugar que polarizava toda a vida religiosa, política e econômica de Israel. Existiram causas mais profundas.

As eclosões sociais entre 66- 70 d.C foram fruto de transformações ocorridas na Palestina. As péssimas condições sociais, as perseguições muito violentas aos judeus e as provocações romanas, inclusive na cunhagem de moedas e na pilhagem do templo Judeu também foram agravantes para este conflito.

Contudo, apesar da historiografia moderna reconhecer esses problemas como as causas que levaram a guerra entre Judeus e Romanos, um historiador da época, chamado Flávio Josefo, considera em sua obra “Guerras Judaicas” que este conflito foi fruto das divisões internas entre os Judeus. Porém, devemos nos ater ao detalhe que ao escrever esta obra, o historiador Josefo que era membro da elite Sacerdotal e que foi duramente atingido pela revolta popular, foi o principal acusador do povo como o responsável pela derrota dos Judeus.

Ao detalhar os motivos que levaram o conflito, Josefo descreve minuciosamente os grupos político-religiosos vigentes na Palestina do Século I d.C. É dessa narrativa que irei me aproveitar para desenvolver este trabalho, ou seja, através da análise desses grupos feita pelo historiador Flávio Josefo, tentarei levantar o mosaico de grupos judaicos que formavam a sociedade plural da palestina do século I d.C.

Uma das principais tarefas do império romano na província da Judéia no século I a.C. foi a sua missão civilizadora, efetivada graças a uma política muito diferenciada. Para esta província, o governo romano, cedeu liberdade religiosa: “concedo-lhes isenção do serviço militar [romano] e lhes permitiu seguir os costumes dos seus pais e se reunir para os ritos santos e sagrados segundo suas leis e fazer suas oferendas e sacrifícios” (JOSEFO, 2006: 225), construiu cidades, reconstruiu o Templo e garantiu a manutenção de uma elite política

judaica, fato que proporcionou o aparecimento de grupos que apoiavam a helenização: os saduceus e os herodianos.

Porém, os fariseus, os zelotes e os essênios, grupos altamente religiosos (ortodoxos), ou seja, seguidores da Lei de Moises, a Torá, se recusavam a aceitar a dominação romana, a helenização, bem como, o culto ao Imperador e a profanação do Templo. Para eles, os não judeus, sobretudo os ocupantes, devem ser eliminados, sobretudo se dão demais a seu domínio sobre outro país, ou se eles zombam de suas instituições religiosas. Eram eles, principalmente os Fariseus, caracterizados pela observância rígida das leis e das tradições (Lc. 18:10-12).

Seguindo essa hipótese, pode-se perceber que um dos fatores que permitiram a manutenção desse conflito, e a conseqüente destruição de Jerusalém foi o motivo religioso. As discordâncias sobre o modo de implantar o proposto na Aliança firmada com Deus levaram ao surgimento de diversas correntes do judaísmo, entre elas, na origem, o próprio cristianismo. A ortodoxia de grupos judaicos como, os Fariseus, “que tinham fama de interpretar as leis com vigor” (JOSEFO, 2006: 36), confrontava diversos aspectos da dominação romana, e de grupos judaicos simpatizantes à romanização e à helenização.

Portanto, para melhor entender o conflito entre os Judeus, este trabalho será iniciado com um debate sobre a relação do fiel com o Deus e com as leis de sua religião. Ou seja, será feita a tentativa de analisar, segundo a religião judaica, como é constituído o relacionamento do fiel, seja ele ortodoxo (fariseu, essênio zelote) ou saduceu, com este Deus, como também, através da leitura da Torá, e de um debate com as principais doutrinas do judaísmo vigentes no século I d.C, quais eram as leis desse Deus. Enfim, esta primeira etapa da análise será uma reflexão sobre religião judaica com o intuito de apresentar a ortodoxia de alguns grupos Judeus no que tange o combate a helenização e a grupos pró-Roma.

Os grupos Político-Religiosos

Não devemos pensar o judaísmo do século I d. C. como um bloco monolítico, uma religião solidamente unificada. Pelo contrário, a Palestina do século I d.C. era um grande mosaico de povos e costumes.

Para o historiador Flávio Josefo, “os judeus têm três tipos de filosofia: os seguidores da primeira são os fariseus; os da segunda são os saduceus; os da terceira, que têm fama de cultivar a santidade, se chamam essênios” (JOSEFO, 2006: 29) .O autor também menciona vários outros grupos revolucionários ativos, especialmente na guerra contra os romanos de 66

a 70 d.C.. É a partir destas informações fornecidas por este historiador judeu, que nos será permitido reconstruir e apresentar o quadro político religioso da Judéia no século I.

A seita dos saduceus era pequena em número, porém muito conceituada, pois os membros que a integravam eram ricos e influentes. Constituída, em sua maioria, por políticos atuantes no Sinidério, possuíam grande apreciação entre os romanos. Dentre eles, haviam saído, desde o início da ocupação romana, os sumos sacerdotes que, eram os representantes judeus diante do poder imperial. Portanto, como os saduceus pertenciam à classe dominante, possuíam maior contato com ambientes helenizados, e estavam inclinados a algumas modificações ou “helenizações”. Segundo os autores, Christiane Saulnier e Bernard Rolland os saduceus podem ser considerados “como descendentes do sacerdócio e da aristocracia da época dos Macabeus, abertos para o helenismo” (ROLLAND & SAULNIER, 1983: 59).

Este grupo, não acreditava na ressurreição, na imortalidade da alma, nos anjos, na providência divina (Mc. 12. 18-27); rejeitavam a tradição oral e interpretavam a lei e os profetas diferentemente dos outros. Diziam que “o bem e o mal dependem da eleição dos homens e que estes se comportavam de uma outra maneira segundo a vontade de cada um” (JOSEFO, 2006: 37). Não crêem na vida após a morte, nem nos prêmios e nem nos castigos do Hades.

Os fariseus, grupo de judeus devotos à Torá, eram homens que cumpriam zelosamente não só as leis escritas, mas também os costumes conservados oralmente (Lc. 18. 10-12). Distinguiram-se por sua conduta moral e sua moderação na vida, seus adeptos pertenceram ao povo, ao contrário dos saduceus que pertenciam à aristocracia. Ofereciam resistência à helenização que se havia manifestado entre os judeus tendentes a adotar os costumes Greco-romanos. Para eles, “os não judeus, sobretudo os ocupantes, devem ser eliminados, sobretudo se dão demais a seu domínio sobre outro país, ou se eles zombam de suas instituições religiosas” (JOSEFO, 2006: 78).

Porém, estes princípios, não constituíam a essência do farisaísmo. Esta era constituída através da vida em conformidade com a lei de Deus, prometendo a graça divina somente àqueles que fazem o que a lei manda (Dt. 11. 26-32). Deste modo, a religião consistia na prática de atos externos. Segundo Flávio Josefo, os fariseus interpretavam a Lei de Moisés com muita perícia, ensinando ao povo, as práticas de seus antecessores, que não estavam escritas (tradição oral).

O combate à helenização, para uma parte dos fariseus, e com o apoio de outro grupo, conhecido pelo nome de zelotes, estava ligado ao empenho pela independência nacional, pois nenhum poder poderia se impor diante a soberania do Senhor. Seu nome *zelota* vem do termo

grego que significa zeloso por Deus (Nm. 25. 6-13); “todos os textos nos descrevem zelotas de um mesmo tipo: rigoristas violentos que [...] executam impiedosamente aqueles que, a seus olhos, são infiéis à Lei de Moisés. Para os zelotas da guerra judaica, o inimigo já não é o judeu apóstata, mas sim o romano e seus colaboradores” (JOSEFO, 2006: 78). Recusavam-se a reconhecer o domínio romano e respeitavam o Templo e a Lei. Professavam um messianismo radical e só acreditavam em um governo teocrático, ocupado por judeus.

Essa colaboração entre os zelotes e os fariseus se movia primeiro numa esfera puramente religiosa, no zelo pelo cumprimento da Lei de Deus. Mais tarde, a partir da década de sessenta, com o advento da guerra entre romanos e judeus, consideravam que também havia de se manifestar no âmbito militar, razão pela qual não se podia recusar o uso da violência, nem se devia temer a perda da vida em combate, ou até mesmo o suicídio, pois era como um martírio para santificar o nome do Senhor. Como declara Eleazar, chefe da resistência em Masada², em seu discurso a Flávio Josefo:

creio que foi Deus que nos concedeu esse favor, de que esteja em nosso poder morrer livremente, privilégio recusado a todos os que encontraram uma derrota inesperada. Nossa sorte, ao alvorecer, é uma prisão certa, mas resta a escolha livre duma morte nobre com aqueles que mais amamos [...] sem sermos reduzidos à escravidão, morramos como homens livres com nossas mulheres e filhos. (JOSEFO, 2006: 325- 327)

Outro grupo que é retratado por Josefo, os essênios, eram considerados como o exército santo de Deus, que deveria combater na terra e aniquilar todos os ímpios no momento em que Deus lhes desse o sinal; “nesse momento, os anjos do céu também combaterão contra os demônios, num combate escatológico que garantirá a vitória final de Deus, o aniquilamento de todos os ímpios e o triunfo dos santos” (ROLLAND & SAULINIER, 1983: 83). Sempre estavam ritualmente prontos para a “guerra santa” (ROLLAND & SAULINIER, 2006: 83), mas ao contrário dos zelotas, não estavam dispostos a iniciá-la enquanto não lhes fossem dado o sinal de Deus. Seu impacto político na sociedade judaica do século I é praticamente desconhecido, tudo o que sabemos é que combatem na guerra de 66-70 d. C. (à partir de um sinal de Deus?) ao lado dos zelotes.

Segundo Josefo, para os essênios, a guerra contra os romanos demonstrou o valor da alma em todos os aspectos:

“Nela tinham sido torturados, retorcidos, queimados, tinham sofrido fraturas em seu corpo e tinham sido submetidos a todo tipo de tortura

² Masada é uma fortaleza natural localizada no Deserto da Judeia sobre o Mar Morto. É o símbolo da destruição do antigo reino de Israel, da violenta destruição do último reduto de patriotas judeus pelo exército romano.

para que pronunciassem algum tipo de blasfêmia contra seu legislador e que comessem alguns alimentos que lhes são proibidos. Mas eles não cederam em nenhuma das coisas, nem tampouco tentaram atrair a si o favor de seus torturadores mediante súplicas, nem choraram diante deles”. (JOSEFO, 2006: 35)

Segundo Josefo, em meio às torturas, os essênios, entregavam, com sorrisos e com sarcasmos, suas almas a seus executores, como se fossem recebê-las de novo. É importante destacar, que para eles é muito importante a crença de que o corpo é corruptível e que sua matéria é perecível, embora a alma permaneça sempre imortal. Através da morte as almas se libertam das cadeias da carne, é como se saíssem de uma escravidão, ascendem contentes as alturas. “Crêem [...] que as almas boas irão a um lugar além do Oceano, onde não há chuva, nem neve e nem calor, somente sempre refrescante e suave zéfiro que sopra desde o Oceano. Em troca, para as almas más estabelecem um lugar obscuro e frio, cheio de eternas torturas” (JOSEFO, 2006: 35). Com efeito, os homens bons se faziam melhores no decorrer de sua vida pela esperança da honra que vão adquirir depois da morte e “os maus refreiam seus passos por medo de sofrer castigo eterno quando morrem, ainda que nesta vida possam passar despercebidos” (JOSEFO, 2006: 35-36).

Embora existam poucas informações sobre os herodianos, sabemos, através das Escrituras Sagradas, que eram judeus partidários e amigos dos governadores romanos na província (Mc. 6.21-26; Mt. 14.1-12; 23.7-12). Na época de Jesus, foram, ao lado dos Fariseus, os principais conspiradores (Mc. 3.6; Mt. 22.16). Sem eles, segundo Bernard Rolland e Christiane Saulnier, os reis Herodes Magno (Mt. 2.1-19), depois Antipas na Galiléia, e mais tarde os dois Agripas (At. 12.1-23) não poderiam reinar.

Outro grupo político-religioso que cabe retratar são os sicários. Seus seguidores eram conhecidos por este nome, por carregarem uma “*sica*”, ou seja, uma adaga curta. Para Josefo, foram eles os principais culpados pela destruição do Templo de Jerusalém, o autor os classificava como bandidos e salteadores, que não assassinavam somente os romanos, mas também seus próprios compatriotas, cometendo crimes bárbaros e fomentando a revolta. Esse partido defendia a rebelião contra Roma, pois não reconhecia nenhuma autoridade senão a divina.

Até esse ponto, apresentei os principais grupos político-religiosos vigentes na Judéia do século I. Através dessa exposição, podemos notar, em tese, as diferenças de costumes e doutrinas entre esses grupos, principalmente no que tange o combate à helenização. Porém, como poderemos saber, se essas características eram verdadeiras, e até que ponto os judeus defenderam suas doutrinas e seus costumes frente à dominação e as leis romanas?

Um episódio interessante que serve para ilustrar a pergunta anteriormente proposta, e que nos mostra o nível de obediência dos judeus para com suas doutrinas, ocorreu entre os anos de 40- 41 d. C. quando o Imperador de Roma Caio Calígula enviou seu General Petrônio a Jerusalém para que “pusesse no Templo suas estátuas e, no caso os judeus se negassem a isso, mandou matar a todos que se opusessem e escravizasse o resto do povo” (JOSEFO, 2006: 41).

Não obstante, os judeus alegaram as Leis e os costumes de seu povo, que não permitiam que fossem erguidas nenhuma imagem de Deus, menos ainda de um homem que se considerava como um deus, não somente no Templo judeu, mas em todos os lugares pois, segundo a Lei de Deus: *Maldito o homem que fizer imagem de escultura ou de fundição, abominável ao SENHOR, obra de artífice, e a puser em local oculto (Dt. 27. 15)*. Após ouvir essas palavras, Petrônio lhes perguntou: “Lutareis, então contra César?” (JOSEFO, 2006: 41).

Em resposta os judeus declararam: “que, duas vezes ao dia, ofereciam oferendas por César e pelo povo romano, e se ele queria erguer ali suas estátuas, antes tinha que sacrificar a todo povo judeu, pois eles estavam dispostos a ser imolados junto com seus filhos e suas mulheres”. (JOSEFO, 2006: 42)

Ouvindo esta declaração do povo judeu o General Petrônio ficou admirado e se compadeceu “da incomparável religiosidade daqueles homens e de sua decidida disposição para a morte” (JOSEFO, 2006: 42).

É clara a devoção do povo judeu para com suas Leis e costumes. Estes estavam dispostos em desafiar, tanto a autoridade romana provincial, como também, a autoridade do imperador romano, sem se importarem com o risco de perderem suas vidas, pois se assim o fizerem estarão fazendo para glorificar a Deus.

No domínio religioso, o judaísmo tardio apresenta-se baseado no monoteísmo e na Tora, a Lei de Deus. Ao contrário, o mundo romano, pagão e politeísta, “não conhece a noção de verdade exclusiva” (ROLLAND & SAULINIER, 1983: 86). As cidades romanas podem ter um deus protetor, sua divindade local, e a prática de devoções particulares para com esse deus, porém sem negar a existência de outros deuses. Além disso, o culto que era prestado ao imperador fora totalmente chocante para os judeus.

No entanto, essa oposição se torna mais radical, visto que os judeus não estavam unidos a esse respeito: “alguns vêm com bastante simpatia e bem estar que a civilização romana oferece, ao passo que outros nela só vêm uma impiedade maior” (ROLLAND & SAULINIER, 1983: 87). Mais precisamente, os fariseus e os judeus ortodoxos em geral

consideravam que qualquer contato com o estrangeiro provoca impureza ritual da qual é preciso se purificar. Como escreve João a propósito do processo de Jesus: [os fariseus] *Não entraram no pretório para não se contaminarem e poderem comer a páscoa* (Jo. 18.28).

Portanto, como pode ser observado, a Palestina no século I d.C. era composta por um grande mosaico de povos e costumes. A grande revolta que irrompe no fim do reinado de Nero marca o declínio do judaísmo palestinese, e demonstra igualmente as divisões latentes dos judeus. Contudo, para concluir este trabalho, volto a ressaltar as palavras de Josefo:

“Podemos dizer com verdade que uma guerra tão cruel em seu interior, não lhes era menos funesta que uma guerra externa e que Jerusalém não sofreu mais da parte dos romanos, do que o furor dessas infelizes divisões, que já lhe havia feito experimentar males ainda maiores. Assim não tenho receio de afirmar que é principalmente a esses inimigos de sua pátria e não aos romanos, que devemos atribuir a ruína dessa poderosa cidade e que a única glória que lhes pode caber é ter exterminado esses malfeitores, cuja impiedade unida a tantos outros crimes que nem poderíamos imaginar, lhe tinha destruído a união que lhe dava muito mais força que suas mesmas muralhas. Não podemos pois dizer, com razão, que os crimes dos judeus são a verdadeira causa de suas desgraças e que, o que os romanos lhes fizeram sofrer, não foi um justo castigo? Deixo, porém, a cada qual, que julgue como lhe aprouver” (JOSEFO, 2006: 649)

FONTES

BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA São Paulo: Editora cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

JOSEFO, Flávio. Guerra dos Judeus: Livro II. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

_____. Guerra dos Judeus: Livro VII. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

TORÁ: A Lei de Moises. São Paulo: Editora e livraria Sêfer Ltda, 2001.

Bibliografia

BOWKER, John. Deus uma breve história: A busca humana da verdade eterna. São Paulo: Editora Globo, 2002.

BLENKINSOPP, J. A History of Prophecy in Israel. Louisville: John Knox Press, 1996.

COMBY, Jean. Roma em face à Jerusalém: visão de autores gregos e latinos. Jean-Pierre Lemonon; tradução Benoni. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

JOSEFO, Flávio. Autobiografia. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

_____. História dos Hebreus: Obra Completa. São Paulo: Editora CEPAD, 2005.

_____. O Judeu de Roma. Curitiba: Editora Juruá, 2006.

LEITE, Edgar. Amós e a emergência do universalismo profético judaico. In___ Interação social reciprocidade e profetismo no mundo antigo. Alexandre Galvão Carvalho (org.). Vitória da Conquista: edições Uesb, 2003.

ROLLAND, Bernard e SAULINIER, Christiane. A Palestina nos tempos de Jesus. Tradução de José Raimundo Vidigal. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovitch. História de Roma. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WEBER, M. Ancient Judaism. New York: Free Press, 1952.

O RASQUEADO MATO-GROSSENSE: PRÁTICA IDENTITÁRIA E MEMÓRIA SOCIAL

Flávio Roberto Gomes BENITES*

RESUMO: O rasqueado é a “música popular mato-grossense que tem as suas origens nos ritmos que formaram a música popular brasileira” (ARRUDA, 2007: 21). Sob a perspectiva dos Estudos Culturais e foucaultianos, estudaremos o rasqueado (letra e música) como um *arquivo* em que estão imbricadas diversas práticas sociais (danças, festejos, linguajar, culinária...) como manifestação da identidade mato-grossense. Nesse sentido, defendemos a idéia de que o rasqueado é um *acontecimento*, um efeito do hibridismo de diferentes práticas que se interpõem e instituem, via memória social, o *status* da identidade mato-grossense. Como recorte, analisaremos as músicas: “Pixé”, “Rasqueado do pau rodado”, “Pau fincado” e “É bem Mato grosso”.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Mato-Grosso; Identidade.

ABSTRACT: The *rasqueado* is the “popular music from *Mato Grosso* that had its origins in the rhythms that had formed Brazilian popular music” (ARRUDA, 2007: 21). Under the perspective of the Cultural and Foucaultians Studies, we will study the *rasqueado* (lyric and music) as an *archive* where they are related a lot of social practical (dances, parties, language, food...) as manifestation of the identity of the people from *Mato Grosso*. In this direction, we defend the idea of that the *rasqueado* is an *event*, a effect of the hybridism of different practical that they are interposed and they institute, through the social memory, the status of the identity of the people from *Mato Grosso*. As object, we will analyze the songs: “Pixé”, “Rasqueado do pau rodado”, “Pau fincado” and “É bem Mato Grosso”.

KEY-WORDS: Music; *Mato Grosso*; Identity.

Gostaríamos de trazer para este ensaio algumas contribuições que giram em torno da *identidade*. O viés que elegemos para tratar tal temática não a vê como fixação de características únicas de um grupo social. O que queremos é mostrar diversas práticas sociais (danças, festejos, linguajar, culinária) que se irrompem no *rasqueado mato-grossense*, ou seja, enquanto valores de uma cultura local que os reivindica para si e os institui como manifestações da identidade mato-grossense.

Assim, propomos que o rasqueado possa ser entendido como um *arquivo*, no sentido que lhe é dado por Michel Foucault (2004), que agrega uma série de costumes que têm a *função de dizer* (é também uma prática discursiva) e de atualizar o que é ser mato-grossense a cada

* Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso – Departamento de Letras – Campus Universitário de Cáceres; Mestre em Letras pela UFPB. E-mail: frgbenites@gmail.com

acontecimento do rasqueado. Há, portanto, em seu ritmo – na letra, sobretudo, – um jogo constante de diferentes práticas que se interpõem e visam instituir, via memória social, o *status* da identidade mato-grossense. Como veremos, essa constituição identitária não é tão pacífica, como se poderia pensar à primeira vista, posto que o Estado de Mato Grosso, especialmente a partir de sua divisão em outubro de 1977, é, necessariamente, preenchido por culturas externas em decorrência do fator migratório de sua ocupação.

Para contextualizar e problematizar a identidade

Os Estudos Culturais, aqui representados em grande parte por Stuart Hall (2004), abordam o tema identidade relacionando-o com o problema da multiculturalidade, fator que põe em xeque as noções estáveis que envolvem, ou envolviam, as questões identitárias, além de trazer a importância da alteridade, dados que marcam a relação *identidade e diferença*.

Hall se reporta ao início do pensamento moderno e considera que aí se tem a instauração de uma concepção essencialista e individualista da identidade. É comum a idéia de que o filósofo francês René Descartes (1596-1650) deu início à filosofia moderna ao centralizar no sujeito a questão do conhecimento. Com a famosa proposição “Penso, logo existo” (*Cogito ergo sum*), Descartes cessa um conjunto de dúvidas na busca de uma verdade primeira, pois não pode duvidar do seu próprio ser que pensa, que duvida. “No centro da ‘mente’ ele colocou o sujeito individual constituído por sua capacidade para pensar e raciocinar”. (HALL, 2004, p. 27).

Para sua época, obviamente, Descartes teve o mérito de situar a dimensão do sujeito, fixando-o na sua referência ao conhecimento, ao saber. Entretanto, ele localiza no próprio indivíduo a possibilidade de ser sujeito, promovendo uma coincidência entre o eu que pensa e o eu que existe; o que resulta em um sujeito como fonte de si mesmo.

Essas certezas passaram a ser questionadas e revistas quando houve uma percepção ampliada acerca das complexidades da vida coletiva e social do estado moderno impulsionada pelo advento, sobretudo, do marxismo e do fenômeno da globalização. Tais fatores direcionaram a identidade para as experiências de grupos e “o indivíduo passou a ser visto como mais localizado e ‘definido’ no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna”. (Hall, 2004:30).

Se, por um lado, essas noções descentraram o sujeito moderno, na outra mão, elas

engendraram a discussão sobre as identidades culturais e o contato intercultural enquanto efeito da globalização; elemento que, de acordo com Hall,

refere-se àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. (2004:67).

No entanto, veio a necessidade de se saber a respeito da maneira como esse sujeito fragmentado é colocado em termos de suas identidades culturais, uma vez que a globalização acabou impulsionando aquilo que os Estudos Culturais chamam de “crise de identidade”. A resposta é dada a partir da implantação de *Sistemas de representação cultural*, que têm por finalidade criar um sentimento de pertencimento a uma determinada cultura, a um grupo social.

Assim, criam-se discursos e símbolos recorrendo-se a idéias de *tradição, costumes, narrativas míticas* para se fixar uma *identidade nacional*. Segundo Woodward, “o passado e o presente exercem um importante papel nesses eventos. A contestação no presente busca justificação para a criação de novas – e futuras – identidades nacionais, evocando origens, mitologias e fronteiras do passado”. (2004: 23).

No entanto, essa tentativa de reconstrução identitária é sempre contestada, posto que está em jogo relações de poder e de grupos dominantes, e a idéia de identidade nacional pressupõe a relação de *diferenças* e “... precisa ser concebida como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e o social e também como harmonia e/ou tensão no interior do próprio social.” (CHAUI, 2006: 26). No caso do Brasil, que tem dimensões continentais, a questão da identidade é, necessariamente, posta pelo jogo de relações entre as diferenças, mesmo que haja políticas que queiram fixar identidades. Especialmente quando se leva em conta o fenômeno da migração, como, por exemplo, do Nordeste para o Sudeste e do Sul para o Centro-Oeste, nesses casos, o hibridismo é preponderante.

O rasqueado ou o arquivo da identidade mato-grossense

Nos termos apresentados acima, assim como em outros Estados, Mato Grosso não pode ser identificado como uma cultura homogênea. Essa pluralidade de manifestações culturais é evidenciada, principalmente, pela música. Como veremos, há expressões locais que implica em

conflitos simbólicos entre grupos locais, ou os nativos, e o “estrangeiro”.

Em se tratando de música, existem aquelas que são facilmente relacionadas com os agentes sociais que as executam devido ao fato de já terem se tornado de domínio público porque são disseminadas pelos meios de comunicação de massa. Por exemplo, quando se fala em *forró*, o referente imediato são os Estados do Nordeste; o Rio de Janeiro é conhecido pelo *samba*, a Bahia pelo *axé*.; há o *vanerão* gaúcho e o *frevo* pernambucano. Há outros ritmos, porém, que são menos conhecidos, como o *carimbó* do Pará, a *catira* de Goiás e o *rasqueado* de Mato Grosso.

O *rasqueado cuiabano* (assim conhecido por ser mais executado em Cuiabá, a capital do Estado) “é a música popular mato-grossense que tem as suas origens nos ritmos que formaram a música popular brasileira”. (ARRUDA, 2007: 21). O *rasqueado* é formado por três ritmos que estão na base da formação do povo brasileiro, ou seja, o negro, o índio e o europeu:

Lundu – canto e dança populares no Brasil durante o século XVIII, introduzidos, provavelmente, pelos escravos de Angola [...] o *cateretê* – dança de origem ameríndia. O Padre José de Anchieta aproveitou-se de uma dança religiosa dos índios, chamada *cateretê*, para atraí-los ao cristianismo [...] *habanera* – ritmo antiqüíssimo hispano-árabe (séc. X). (ARRUDA, 2007: 21).

Os instrumentos utilizados na execução do tradicional *rasqueado* são o *ganzá*, o *mocho* ou *adufo* (espécie de tambor em forma de banquinho), o *violínofone* e a imprescindível *viola-de-cocho*. Arruda observa que novos instrumentos, principalmente os eletrônicos, são empregados por bandas ditas da região urbana.

O *rasqueado* e outras manifestações culturais típicas do Mato Grosso passaram por uma crise cultural devido ao fluxo migratório ocorrido a partir da divisão do Estado em 11 de Outubro de 1977. Esse fato levou os políticos de então a se preocuparem mais com o problema agrário e o crescimento econômico frente à política nacional. “As terras mato-grossenses, abertas à colonização após a divisão do Estado, não contavam com a infra-estrutura necessária para receber e fixar o contingente migratório que estava por chegar”. (SIQUEIRA, 2002: 212). Nesse contexto, o fator artístico-cultural ficou em segundo plano, sendo criado, somente em 1991 (de acordo com Siqueira) uma Política Estadual de Incentivo à Cultura e a criação da Secretaria de Estado de Cultura, em 1995.

Esse processo, já apresentado acima a partir da discussão teórica da identidade, fez com que grupos locais, preocupados com a possível perda de sua cultura, passassem a constituir diversas ações com o objetivo de fortalecer, preservar e difundir a cultura local em torno do

rasqueado. Segundo Arruda (2007), os movimentos são o Grupo Sarã, os trabalhos de Vera-Zuleika, o Evento “Encantação Mato Grosso”, a Caravana do Rasqueado e Confraria do Rasqueado. Esses movimentos abrigam tanto a “velha guarda e a nova geração do rasqueado”.

Junto a esses eventos, as composições das letras se mostram como importante instrumento de divulgação de diversas práticas sociais locais. Nesse sentido, queremos mostrar que o rasqueado se constitui em um *arquivo* da memória cultural mato-grossense. A noção de *arquivo* é tomada de empréstimo de Michel Foucault, que o concebe em termos de *práticas discursivas*:

Não entendo esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documento de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas, por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, [...] mas que elas tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo [...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. (FOUCAULT, 2004: 146-147).

Assim, é por meio de acontecimentos que os enunciados se relacionam com outros e entram em *funcionamento* para dizer o que é ser brasileiro, e, no nosso caso, o que é ser mato-grossense. São enunciados que se materializam, evocando a memória social para produzir identidades por meio de práticas historicamente instituídas. Vejamos como esses conceitos podem ser aplicados à letra do rasqueado cuiabano. Por razões metodológicas, reproduzimos as letras das músicas escolhidas, para, em seguida, analisá-las.

Pixé (Moisés Martins e Pescuma)

*Milho torrãozinho, socado
Canela açucarada
A branca pura, aquela gurizada
No tempo do Campo do Ourique
Quando a pandorga, o finca-finca
O buscapé e o trique-trique
Pintavam o céu com pingos de luz
É tempo bom que não volta mais
Só na lembrança de quem foi menino, hoje é rapaz
Milho torrado, bem socadinho
Ai que saudade do eu tempo de menino
Um dia ainda verei eu tenho fê Meu neto, meu neto
Com a boca toda suja de pixé.*

Rasqueado do pau rodado (Pescuma e Pineto)

Não agüento mais ser chamado de pau rodado
 Já tomo licor de pequi, já danço o Siriri
 Como bagre ensopado
 Sou devoto de São Benedito
 Até já danço o rasqueado
 Sou devoto de São Benedito
 Até já danço o rasqueado
 Adoro banho de rio, vou direto pra Chapada
 Na noite cuiabana tomo todas bem gelada
 Sou viciado no bozó, pescaria e cururu
 Tomo pinga com amargo
 Como cabeça de pau
 Eá, Eá, Eá, só não nasci em Cuiabá
 Mas no que eu cresci
 Meu bom Jesus mandou buscar.

Pau fincado (Vera-Zuleika)

Não importa se eu vim dos vales,
 Dos pampas ou de além-mares,
 Comi cabeça de pacu
 Logo que cheguei aqui,
 Quase que eu me embriaguei
 Tomando licor de pequi
 Sou par constante
 Nas rodas de siriri,
 Sou pau-rodado
 Mas não arredo o pé daqui!

É bem Mato Grosso (Pescuma, Henrique e Claudinho)

É bem Mato Grosso
 O guaraná ralado, pacu assado
 Manga madura no quintal
 É bem Mato Grosso
 Banho de rio ou cachoeira
 Pescaria no Teles Pires, Araguaia o Pantanal
 É bem Mato Grosso
 Festa de Santo, churrasco, pixé, caju
 É Bem Mato Grosso
 Som com viola-de-cocho, siriri e cururu
 É bem Mato Grosso
 Belas igrejas, casarões coloniais
 Festa de rodeio, praias, festivais
 É bem Mato Grosso
 Grandes rebanhos, plantações fenomenais
 Um povo hospitaleiro
 Como não se viu jamais
 É bem Mato Grosso
 O sol mais quente que há
 Aquela bem geladinha
 A morena e a loirinha que faz a gente suspirar
 É bem Mato Grosso o bailão de rasqueado
 Onde ninguém fica parado
 Até o dia clarear
 É bem Mato Grosso.

Como dissemos, nas letras estão sobrepostas diversas práticas sociais, tais como a culinária, linguajar, festejos e danças. A música “pixé” é praticamente a receita do doce “em pó” (tipo paçoca) servido em canudinhos de papel. A música expressa o fator *tradição* na formação identitária mato-grossense, ao recuperar na memória as brincadeiras de criança e os fogos de artifício, além de manifestar o desejo da *continuidade* da prática de comer o doce em “um dia ainda verei, eu tenho fé, meu neto com a boca toda suja de pixé”.

Outro fator importante a ser observado na culinária do Estado está relacionado à pescaria e, como resultado, o peixe mais saboreado na região é o pacu, que dentre outros preparos, a preferência é pelo pacu assado. Há também o pequi, fruto do cerrado muito utilizado para preparar alimentos, sobretudo com o arroz; é aproveitado para se fazer licor de pequi, bebida muito apreciada no Mato Grosso.

Em se tratando das festas populares, a mais tradicional é a de São Benedito, festa de origem negra que cultua tal santo desde o século XVIII, tanto na Capital quanto no interior do Estado.

Além dos rituais sagrados, comuns a todas as festas de Irmandade, nas Festas de São Benedito, destacava-se a presença do Rei, um negro, que levava na cabeça uma coroa de prata, e que, junto com os Juízes, saíam em procissão, acompanhados de música de banda e um grande número de irmãos com chapéu de sol e a realização das Congadas ou Dança do Congo [...] a festa ocorre em algumas cidades do interior do Estado, como Vila Bela da Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Livramento. (LOUREIRO, 2006: 45).

Nas festas religiosas é comum a apresentação de músicas e danças regionais, sendo as mais conhecidas e executadas o *siriri* e o *cururu*. Este é uma manifestação folclórica que atualmente é dançado por homens, mas que antigamente, sobretudo nas Igrejas, tinha a participação de mulheres. Essa música é executada como se fosse uma reza cantada na qual os cururueiros se revezam na cantoria. De acordo com Loureiro, é “... uma música de poucas notas, repetitiva, acompanhada pelo ritmo marcado pelas violas de cocho e ganzás, trovos, carreiras e toadas sobre religião, comandos de rituais sagrados, assuntos do cotidiano...” (2006: 73).

O *siriri*, por sua vez, é uma dança executada em fileiras, em roda, de pares um frente ao outro; utilizando a viola de cocho, o ganzá e o mocho, “cantam os participantes versos e músicas com temas regionais, vários deles compostos pela comunidade”. (LOUREIRO, 2006: 84).

Uma questão importante a ser observada no linguajar do mato-grossense são as expressões “pau rodado” e “pau fincado”. Tais expressões marcam a relação do nativo com o

forasteiro, pois *pau rodado* é a pessoa de outro Estado ou país e *pau fincado* é o nativo. Essa forma de se expressar evidencia um *conflito simbólico* na questão identitária em relação à ocupação do Estado pós-divisão, embora seja comum dizer que o Mato Grosso é um Estado hospitaleiro. O estrangeiro é compelido a considerar-se *pau fincado*, a partir da prática dos costumes locais. Nesse sentido, podemos recuperar o que os Estudos Culturais abordam quando se referem ao fato de que as *identidades* são constituídas e percebidas a partir da relação com o outro, com a *diferença*.

Veja-se que todas essas manifestações culturais, típicas do Mato Grosso, são contempladas nas letras dos rasqueados acima apresentados. Dessa maneira, o rasqueado, tido como *acontecimento*, a cada vez que é executado faz com que haja uma atualização constante, via memória social, da identidade mato-grossense, ou seja, os indivíduos se envolvem nessas práticas sociais reivindicam para si um sentimento de pertença às tradições de seu Estado. Para tanto, há uma recorrência à memória social, à memória que institui a identidade por meio de sua relação com o passado. É nesse sentido que apresentamos o rasqueado como um *arquivo* da identidade mato-grossense, uma vez que nele estão imbricadas uma diversidade de práticas sociais, como vimos acima, que funcionam, por meio de seu aspecto repetível dado como *acontecimento*, para dizer, na recorrência à história, o que é ser mato-grossense.

Bibliografia

ARRUDA, Zuleika. *O que é o rasqueado cuiabano?* Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Reimpressão.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HENRIQUE & CLAUDINHO. *Pixé*. São Paulo, s/d. Disco Compacto. Digital, Áudio. 199.001.914. Vol. 5.

_____. *Rasqueado do pau rodado*. São Paulo, s/d. Disco Compacto. Digital, Áudio. 199.001.914. Vol. 5.

LOUREIRO, Roberto. *Cultura mato-grossense: festas de Santos e outras tradições*. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

PESCUMA, HENRIQUE & CLAUDINHO. *É bem Mato Grosso*. São Paulo: 2007. Disco Compacto: Digital, Áudio. CD 1. (Rasqueia Brasil).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História do Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

VERA-ZULEIKA. *Pau fincado*. Cuiabá, 2007. Disco Compacto: Digital, Áudio. 312MT032. Parte integrante do livro ARRUDA, Zuleika. *O que é o rasqueado cuiabano?* Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 3. ed. Petrópolis: 2004.

CULTURA POLÍTICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO BRASIL: O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO IMPÉRIO

Julio Bentivoglio¹

Resumo: Nesta comunicação pretende-se discutir a relação entre a cultura política – da independência brasileira até a *hegemonia* conservadora em 1850 – e o surgimento de uma nova consciência histórica, tomando como eixo de análise o processo de formação dos partidos políticos no Império, problematizando as imagens construídas pela historiografia. Ela visa ainda propor uma leitura alternativa sobre a cartografia das forças políticas existentes, a gênese das agremiações políticas e sua relação com a consolidação do Estado.

Palavras-chave: Cultura Política; Partidos Políticos; Brasil Império.

Abstract: The intention of this communication is to argue the relation between the culture politics – beginning of Brazilian Independence until the conservative hegemony in 1850 - and the rising of a new historical conscience, taking as analysis axle the process of formation of the political parties in the Empire, questioning the images constructed for the historiography. It still aims at to consider an alternative reading on the cartography of the political forces existing, the genesis of the parties and its relation with the consolidation of the State.

Key-words: Culture Politics; Political Parties; Brazil Empire.

Esta comunicação destina-se a discutir em linhas mais gerais a cultura política e a formação dos partidos políticos brasileiros na primeira metade do século XIX, tomando as práticas e os sentidos construídos no passado em contraponto com as interpretações oferecidas pela historiografia a respeito do tema. Para isso, ampara-se em duas perspectivas teóricas fundamentais. A primeira, embasada em Reinhart Koselleck (2006), analisa a constituição de uma nova consciência histórica no Brasil relacionando-a à emancipação política e ao processo construção do Estado nacional, aspectos decisivos para se compreender a cultura e a atuação das forças políticas no período em foco. A segunda, parte da leitura de Edward Thompson (1989) para compreender o processo de formação dos partidos políticos, verificado em meio às lutas políticas vivenciadas naquele contexto e não como entidades teleológicas pré-

¹ Universidade Federal de Goiás (Campus Catalão). Doutor em História Econômica (USP), Mestre em História e Cultura (UNESP-Franca) e Professor Adjunto de Teoria da História e História do Brasil. Esta pesquisa conta com financiamento do CNPq.

existentes, como muitas vezes são apresentados pela historiografia. Pensa sua formação a partir das experiências políticas vividas.

A partir das práticas políticas e dos sentidos construídos pelos sujeitos históricos, pretende-se analisar a cartografia das forças políticas existentes e suas relações de força em meio às circunstâncias dadas. A meu ver, as alianças e disputas vivenciadas naquele momento permitem, ao lado dos discursos e do vocabulário adotado, refigurar os significados da ação política, dos ideários existentes e da construção do Estado brasileiro, criticando imagens cristalizadas que reproduzem determinadas leituras, seja sob o olhar do legado saquarema, seja sob o olhar do legado liberal. Ângela de Castro GOMES (2005: 32-3) afirma que estudos sobre a cultura política devem contemplar

uma leitura do passado – histórico ou mítico, ou ambos – que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, um enredo – uma narrativa – do próprio passado. Nesse sentido estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais.

O intuito é o de analisar a cultura política pós-abdicação tal como foi interpretada pela historiografia, evitando-se tanto o olhar tautológico quanto generalizações ou ainda uma visão consensual que não permite perceber fraturas e contradições sociais (SOIHET, 2005: 9).

A gênese desta cultura encontra-se no processo de emancipação política do Brasil, pois, com a Independência, verificou-se a constituição de uma nova consciência histórica, de ruptura com o passado e de formação de novas expectativas de futuro, redimensionando a relação com Portugal e materializando-se em diferentes projetos políticos. A multiplicação de panfletos e de periódicos naquele momento atesta o surgimento de novas práticas e novos interesses que, embora marcados pelo pensamento político europeu anterior, trazem, muitas vezes uma renovação nos sentidos e significados das palavras.

Grosso modo, a bibliografia sobre os partidos brasileiros pode ser dividida em duas posições. De um lado encontram-se inúmeros autores que defendem a existência de dois partidos políticos que se formaram na primeira metade do século XIX: liberal e conservador. E de outro aqueles que professam a inexistência de partidos naquela conjuntura. Nos dois casos existe uma compreensão inadequada do conceito, em diferentes níveis, mas localizada em alguns pontos fundamentais. Primeiro ao pensar os partidos segundo uma leitura

sociológica ou embasada na ciência política moderna. Em segundo lugar por tentar associá-los ao conceito de classes ou a uma determinada visão ideológica de mundo de maneira rígida e categórica eliminando diferenças e diversidades de perspectivas políticas possíveis até mesmo intra-partidárias. Em terceiro lugar cometendo o equívoco de não compreender os significado que o conceito de partido assumiu em diferentes conjunturas da Independência ao Segundo Reinado, visto que o termo além de polissêmico, adquiriu nuances diferentes em circunstâncias específicas. Em quarto, por associar a compreensão dos partidos ao processo de construção do Estado. Por fim, ao tentar localizar partidos políticos através dos discursos veiculados na imprensa, nas tribunas do Parlamento e do Senado, distinguindo-os segundo seus projetos para o Brasil.

Em relação aos autores que defendem a existência de partidos, indicam que o Partido Conservador teria surgido precisamente em 1837, quando Bernardo Pereira de Vasconcelos ao lado de outros liberais moderados, teria rompido com antigos companheiros ensejando o *Regresso*. O Partido Liberal, por sua vez teria raízes nas lutas da independência. No rol destes intérpretes, um grupo divide os partidos em termos de situação social, como Raymundo Faoro (1959), para o qual os liberais representariam os interesses agrários, contrários ao avanço do poder central promovido pela burocracia. O partido conservador representaria o estamento burocrático, expressão da monarquia portuguesa colonizadora e civilizadora, com a preocupação de absorver e cunhar interiormente a sociedade, enquanto o partido liberal representaria a sociedade colonial, por meio da classe proprietária e, ocasionalmente, duas ordens guerreiras, o caudilho e o bandido. Já Azevedo Amaral (1938) vê nos conservadores os representantes dos interesses rurais e nos liberais a voz de grupos intelectuais e de outros grupos marginais ao processo produtivo, como os mestiços urbanos. Para Afonso Arinos de Melo Franco (1954) os liberais eram representantes da burguesia urbana, dos comerciantes, dos intelectuais e dos magistrados. Os conservadores representariam os interesses agrários, notadamente dos cafeicultores do Rio de Janeiro. Fernando de Azevedo (1963) e João Camilo de Oliveira Torres (1957) vêem na distinção rural e urbano a diferença fundamental nos partidos. Para ambos os liberais representariam grupos urbanos e os conservadores rurais. Ainda defensores da distinção e existência partidária encontram-se Paula Beiguelman (1979) revela que os partidos políticos eram partidos da patronagem, usados pelo imperador. José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem & Teatro de sombras* (1980) mostra que do partido conservador faziam parte burocratas, principalmente magistrados, e setores de proprietários rurais, principalmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além de comerciantes das grandes cidades, enquanto o partido liberal era constituído

fundamentalmente por profissionais liberais, em particular advogados, jornalistas e por proprietários rurais. Para este autor, até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou para-políticas que existiam antes da independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. Logo após a Abdicação, formaram-se sociedades mais abertas, como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar, mas eram organizações *ad hoc*, girando em torno do problema da Abdicação. Nessa mesma direção encontra-se a análise de Augustin Wernet (1978), que entende as sociedades regenciais como prenúncio da formação político partidária. O que estes autores não respondem é: por que constituir clubes, sociedades e não partidos?

Ilmar Mattos, em *O tempo saquarema* (1985) indica que liberais e conservadores apresentavam-se ao mesmo tempo semelhantes, diferentes e hierarquizados, dependendo das circunstâncias. Para os liberais, o rei reina, mas não governa, como na fórmula de Thiers. O parlamento deve governar e ser autônomo; defendiam a descentralização administrativa, federalismo, valorização do cidadão com eleição para magistrados e agentes do Poder Judiciário, mas não se preocupavam com a integridade territorial. Para os conservadores o rei reina, governa e administra, segundo fórmula de Guizot, defendendo a centralização e a autoridade.

De outra parte, há um conjunto de autores que não reconhecem a existência destes partidos, indicando que ambos seriam *farinha do mesmo saco*, visto não possuírem programas políticos específicos, estatutos, processos de filiação, etc. Dentre seus principais integrantes encontram-se Oliveira Vianna que em *O ocaso do império* (1925) afirma que eram não somente iguais, mas constituíam simples clãs organizados para a exploração comum das vantagens do poder em uma sociedade quase feudal. Caio Prado Júnior em *Evolução política do Brasil e outros estudos* (1942) afirma que os partidos tinham significação ideológica restrita, pois expressavam o grande império burguês, no qual existe apenas um conflito entre burguesia reacionária, representada pelos donos da terra e a burguesia progressista relacionada ao comércio e às finanças. Maria Isaura Pereira de Queiroz, por sua vez, em *O mandonismo local na vida política brasileira* (1969) revela que os partidos imperiais foram o véu sob o qual se escondeu a força dos chefes locais, liberais e conservadores, as idéias de seus membros não apresentavam diversidade, expressando apenas as facetas do patriarcalismo e do mandonismo. Aliás, como Nelson Werneck Sodré, Maria Isaura Pereira de Queiroz considera os partidos Liberal e Conservador como simples representantes de interesses agrários que dominavam a política imperial. Nestor Duarte em *A ordem privada e a organização política nacional* (1969) admite certa diferença entre os partidos, mas no nível

ideológico, afirmando que as diferenças eram puramente no nível retórico, sem vinculação a problemas concretos. Vicente Licínio Cardoso em *À margem da história do Brasil* (1979) mostra que liberais e conservadores representavam os interesses do latifúndio e da escravidão, sem divergência real; somente com o Partido Republicano o povo passou a ser representado no Parlamento. Naquela sociedade escravista, a ilusão dos partidos é a miragem enganadora da política imperial parlamentar. Por fim, Nelson Werneck Sodré, na *História da burguesia brasileira* (1963) afirma, categoricamente que essa divisão partidária é evidentemente frouxa e precária e corresponde a divergências dentro da mesma classe.

A despeito dessas interpretações, a documentação usa o termo partido reiteradas vezes. Há, naquele período, inúmeras referências aos *partidos* que identificam forças políticas específicas: Partido do Rei, Partido Aristocrático, Partido da Ordem, Partido do Regresso, Partido de Lisboa, Partido de D. Pedro, Partido da Anarquia, Partido Liberal, Partido Conservador, Partido da Praia que, para determinados sujeitos, demarcavam claras posições na arena política. *Partido*, portanto, assumia uma conotação de grupo político, identificando determinadas posições e objetivos mais imediatos daquele momento. De qualquer modo, como era típico nos regimes monárquicos e mesmo nos republicanos daquela época, a multiplicidade de partidos não era apreciada. Na compreensão dos contemporâneos muitos partidos exprimiam fragilidade do regime ou ainda a existência de interesses de grupos ou facções que colocavam em risco o interesse coletivo, pois se sobrepujavam aos interesses da nação.

Com relação à historiografia mais recente, Marco Morel descaracteriza a origem parlamentar dos partidos brasileiros devido à incoerência e à falta de laços sólidos entre os parlamentares. A seu ver, outros aspectos devem ser considerados, particularmente as “ligações pessoais, de parentesco, de compadrio, interesses sociais, afinidades intelectuais, econômicas ou regionais” (MOREL, 2005: 63).

Lúcia Pereira das Neves aponta, por sua vez, que na cultura política do constitucionalismo, o conceito de partido se associava a grupos “que se posicionavam a favor ou contra alguma prática política” (NEVES, 1999: 194). Em outras palavras, os partidos indicavam partes de um mesmo conjunto.

Pensando a política imperial em sua totalidade, a existência de um partido justifica-se quando este tem amplitude nacional, quando forças políticas dispersas são agrupadas em torno de um mesmo projeto, aceitando uma liderança e uma direção nacional por parte de uma elite

regional, com regras de arregimentação e uma ação política organizada². Aqui teríamos um primeiro paradoxo: os liberais surgiram durante a emancipação e conseguiram integrar diferentes lideranças expressivas espalhadas em território brasileiro em torno de um objetivo comum, a independência, mas teriam formado, naquela altura, um partido?

Como se vê a historiografia até meados dos anos 1970 procurava identificar ou não os partidos mediante um referencial sócio-econômico, marcado pelo conceito de classe e de ideologia. Nos anos 1980, o tom é dado pelos discursos, ou seja, pelos projetos defendidos pelos atores políticos. Ilmar Mattos talvez tenha sido o intérprete que melhor tenta relacionar, composição social, ação e discurso político para entender os partidos do Império, ao lado de Cecília Helena Salles de Oliveira (2001) e Miriam Dolhnikoff (2005), embora todos incorram num problema, que também existe na historiografia anterior, qual seja, o de referendar uma determinada leitura legada pelos próprios contemporâneos. O primeiro ao repetir a imagem construída pelos saquaremas, as duas por fazerem eco à tradição luzia. Assim, se para Mattos, os conservadores foram os arautos do processo civilizador no Brasil, encarregados pela construção do Estado, Dolhnikoff e Oliveira empenham-se para demonstrar a presença e a permanência do ideário e do projeto liberal neste mesmo Estado.

Lúcia Maria Guimarães em recente resenha sobre os partidos imperiais dirá que sua formação data do período regencial, sobretudo após a abdicação em 1831. As lutas no Parlamento passaram a contrapor três grupos: *moderados*, *exaltados* e *caramurus*. Esse quadro perdurou até 1834, quando o Ato Adicional e a morte de D. Pedro I provocaram um realinhamento das forças políticas. Dissensões internas dos moderados provocaram a crise no governo que permitiu a eleição para regente único, dividindo os moderados e dando ensejo a outras vertentes, como por exemplo, os *marombistas*, parlamentares independentes que alteravam suas posições políticas ao sabor de interesses mais imediatos e os *caramujos* que não se definiam politicamente, bem como faltavam as sessões decisivas. O movimento regressista capitaneado por Bernardo Pereira de Vasconcelos agregou ex-moderados junto com ex-corcundas e muitos marombistas, teria resultado na formação do *Partido Conservador*. A renúncia de Feijó precipitou a formação de um outro agrupamento de forças políticas reunindo antigos exaltados, ex-corcundas, como Antônio Carlos de Andrada, dando origem ao *Partido Liberal*. A autora não os considera partidos políticos, pois careciam de

² A respeito do conceito de partido político ver BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*. Paris: Armand Colin, 1976 e WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. Unb, 1998, v.1, p.188-198. E também o volume 2, p.175-186.

programas definidos, de documentos públicos sujeitos à verificação e registro, nem eram dotados de certa disciplina partidária.” (GUIMARÃES, 2005: 564). De qualquer modo, Lúcia Maria Pascoal é uma das vozes isoladas que descreve esses políticos que não se vincularam a nenhum dos partidos políticos existentes. Homens como Aureliano Coutinho, José Clemente Pereira, Francisco Vilela Barbosa (Paranaguá), Caetano Maria Lopes Gama (Maranguape) ou ainda Januário da Cunha Barbosa.

Rodrigo Pato Sá Motta (1999) revela, por sua vez que,

Quanto aos partidos, nos primeiros anos do Império eles praticamente não existiam, pelo menos na forma moderna. Havia grupos de opinião, pessoas que partilhavam determinados pontos de vista políticos, por exemplo, republicanos, absolutistas e liberais. Mas os grupos não eram nem organizados nem duradouros o suficiente para serem caracterizados como partidos (MOTTA, 1999: 27).

Nas regências, este autor também localiza o surgimento dos partidos, embora faça afirmações complicadas como a de que os conservadores foram compostos por “ex-liberais” ou “neo-conservadores” [que] passaram a temer os efeitos das medidas descentralizadoras que ajudaram a implantar (MOTTA, 1999: 31). Mas ao contrário de outros historiadores, Motta afirma que liberais e conservadores eram essencialmente partidos parlamentares.

Referências Bibliográficas

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*. Paris: Armand Colin, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*. Paris: Armand Colin, 1976 e WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. Unb, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1985, 2.v.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda B e GOUVÊA, Maria de Fátima

Silva (orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. Sociedades políticas. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

OLIVEIRA, Cecília H. L. de Salles. *A astúcia liberal*. São Paulo: Ícone, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda B e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Nacional, 1949.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. Unb, 1998.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix, 1978.

A INTERNET COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EXPERIÊNCIA DE DOCENTES E GRADUANDOS DE HISTÓRIA NA UFG CAMPUS CATALÃO.

Julio Bentivoglio¹
Karla de Oliveira e Silva²

Resumo: A presente comunicação sintetiza dois anos de estudos financiados pelo Programa de Licenciaturas da Universidade Federal de Goiás (Prolicen), que discutiram as relações entre Ensino de História e Internet. Ela apresenta dois momentos da pesquisa: a) o levantamento sobre a existência e a utilização da internet e dos laboratórios de informática pelos alunos das escolas de Catalão-GO e b) a análise das entrevistas sobre a utilização e conhecimento de sites relacionados à História por professores e graduandos do curso de História da UFG-Catalão. Os dados obtidos traçaram um diagnóstico e um panorama que sinaliza a necessidade de um amplo debate sobre o uso e o conteúdo de História existente na rede, tanto nas escolas como na universidade.

Palavras-chave: Ensino de História; Internet; Computador.

Abstract: The present communication synthecizes two years of studies financed for the Program of Licenciatures of the Federal University of Goiás (Prolicen), that had argued the relations between History Education and the Internet. It presents two moments of the research: a) the survey on the existence and the use of the Internet and the laboratories of computer science for the classes of the schools of Catalão-GO and b) the analysis of the interviews on the use and knowledge of sites related to History for professors and students of the course of History of UFG-Catalão. The gotten data had traced a diagnosis and a panorama that demonstrate the necessity of an ample discusion about the use and the content of History that exists in the net, as much in the schools as in the university.

Key-words: History Education; Internet; Computer.

Em 2005 teve início esta pesquisa de PROLICEN, desenvolvida junto às escolas públicas e privadas do município de Catalão-GO, a fim de investigar a inserção das novas tecnologias digitais entre alunos e professores do ensino médio. Pudemos perceber o crescimento do número de alunos que utilizam o computador e internet em suas casas e também, em menor grau, nas escolas da cidade, em experiências de aprendizagem. Constatamos que a maioria das escolas de Catalão possui laboratórios de informática que têm sido subutilizados não só ensino de História, mas também no de outras disciplinas. Do mesmo modo, percebeu-se que professores de História nas escolas não se encontram devidamente preparados para lidar com os processos de informatização na educação.

¹ Universidade Federal de Goiás (Campus Catalão). Professor Adjunto de Teoria da História e História do Brasil.

² Universidade Federal de Goiás (graduada em História e bolsista Prolicen 2006).

Na pesquisa junto a algumas escolas do município de Catalão, verificamos que é comum o uso do computador pelos professores nas particulares, mas que nem todos nas públicas o faziam. Mas todos demonstraram ter pouco conhecimento sobre a variedade de sites relacionados à História na internet, bem como raramente utilizam seu conteúdo nas salas de aula. Pouca informação dispunham a respeito de sites sobre filmes, fotos, textos, revistas, museus, centros de documentação, bibliotecas, arquivos, sites de universidades, dentre outras coisas, que poderiam ser um rico material a ser debatido nos cursos de licenciatura. Além disso, existe um enorme desconhecimento sobre *cd-roms* existentes.

Foi possível perceber um esforço nestas escolas, por parte de professores e alunos em se utilizar do computador e da internet na aprendizagem e ensino de História, mas com algumas questões bastante problemáticas. Muitos alunos usam a internet para fazer seus trabalhos de História e alguns professores não se dão conta disso; as escolas ainda não possuem um número suficiente e adequado de máquinas para seus alunos, tampouco *softwares* específicos para o ensino de História; o despreparo dos professores que demonstram pouco conhecimento sobre *sites* e *softwares* de História.

Diante disso, ao invés de utilizarem *sites* mais adequados, vinculados a universidades, centros de pesquisa, revistas digitais de história, entre outros, acabam usando *sites* de busca (como o Google, a Wikipédia) e, desprovidos de um discernimento mais crítico, colhendo informações aleatoriamente. Outro dado preocupante é a qualidade do material disponibilizado nessas páginas, com textos superficiais, às vezes informações incorretas e sem a devida indicação das fontes de onde foram extraídos.

Em 2006 a pesquisa envolveu alunos do último ano de graduação em História, futuros professores da rede de ensino desta região e os docentes do próprio curso de História da UFG-Campus Catalão. A meta foi a de investigar como no âmbito universitário docentes e alunos de graduação em História lidam com a internet e o computador na construção de seus conhecimentos. A rigor, constata-se uma total insuficiência de pesquisas referente ao uso dos recursos multimídia vinculados ao ensino de História. Parecem inexistir reflexões que visem problematizar a relação entre a produção e reprodução de conhecimentos históricos e a internet. Perguntas surgem. Quais os sites que os acadêmicos visitam? Onde buscam informações bibliográficas em bibliotecas? Como encontram artigos em revistas especializadas virtuais ou on-line, como instrumentalizam o uso das novas tecnologias junto a seus alunos em diferentes níveis e séries? Pensamos que esta iniciativa constitui um exercício de reflexão bastante proveitoso aos cursos de licenciatura relacionados à História.

Talvez, uma das maneiras para se contornar a precariedade com que os alunos do ensino fundamental e médio lidam com o computador e a internet nas atividades de ensino-aprendizagem, poderia advir de professores mais familiarizados com essas novas tecnologias, conhecedores de suas possibilidades e restrições durante sua formação acadêmica. A respeito da presença da informática no ensino, constata-se que

a utilização de computadores na educação tem trazido diferentes tipos de discussão. La Faille (1989), Crochik (1990) e Bittencourt (1998) analisam a problemática da informática na educação do ponto de vista epistemológico e didático, caracterizando o computador como um recurso didático-pedagógico. Uma das preocupações desses pesquisadores reside no fato de que o computador estimularia a operacionalização de conceitos, empobrecendo o raciocínio dos estudantes. Por outro lado, o desenvolvimento de softwares com linguagem de programação, como Basic, Pascal e Logo, permitiram ao aluno vivenciar o seu potencial criativo, uma vez que possibilitam ao estudante utilizar o computador como máquina a ser ensinada, podendo resolver problemas, finalizar tarefas, desenhar, escrever (Valente, 2002 Apud ROCHA et al 2003).

Os futuros educadores não devem ignorar as diferenças existentes entre a construção de conhecimentos por meio de práticas efetivas, integrando variados sujeitos numa mesma sala de aula, inclusive com a presença do computador, permitindo o envolvimento e a interação física, a serviço da construção de experiências de produção de saberes por parte dos alunos e, de modo completamente diverso, a construção de saberes por meio da simulação ou de vivências individuais e isoladas feitas em casa ou em *lan-houses*. Embora seja possível estabelecer comunicação on-line, trocar informações com outras pessoas, conversar, etc., não existe a garantia de que os interlocutores estejam aptos a conduzir adequadamente processos de aprendizagem. Tais considerações alertam para a urgência de reflexão que vislumbrem os impactos das novas tecnologias visuais, em especial dos processos de produção e reprodução do conhecimento por meio da *internet*, num momento em que há um aumento considerável de cursos de graduação e pós-graduação não-presenciais autorizados pelo MEC.

É preciso refletir sobre os impactos provocados pelas novas relações e formas de sociabilidade virtuais. Bem como a procura solitária por informações dispersas pela internet sem uma adequada orientação. É preciso analisar melhor a relação entre a escola e a internet (SETZER, 2001). Ao contrário das promessas de liberdade e emancipação, pode-se dizer que o convívio e o hábito da navegação pela internet têm provocado isolamento, individualismo, desenraizamento e mesmo a solidão (SFEZ, 1994). Como foi apontado no relatório anterior,

sob a promessa de encontros humanos sem fronteiras de tempo e espaço, de valorização do indivíduo e de uma expansão quase infinita de seus conhecimentos,

*o que se presencia, efetivamente, é uma padronização e uma redução das formas de apreensão do real a uma superficialidade terrível, aprisionada no culto às imagens em movimento que simulam a realidade.*³

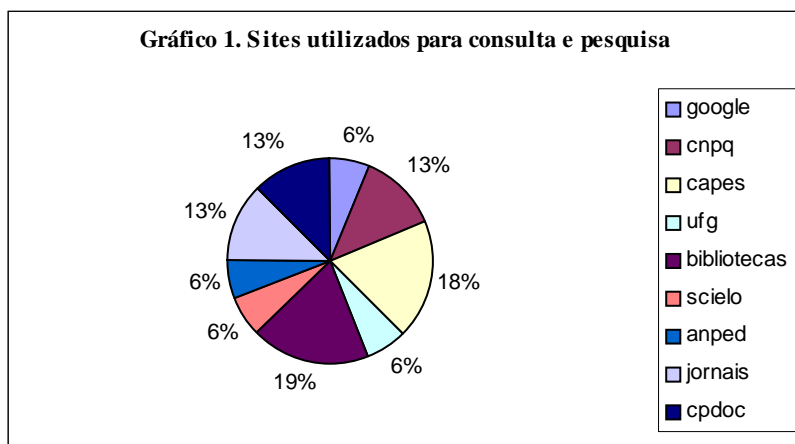
Questionários foram enviados a professores do curso de História do CAC-UFG, 14 ao todo, e aos alunos do último ano de graduação deste mesmo curso. Dos professores, nove entregaram suas respostas, e em relação aos alunos foram 30, de um total de 35. Como não havia obrigatoriedade na colaboração com a pesquisa reputamos bastante satisfatória a acolhida, bem como acreditamos que ela permite construir um breve painel a respeito do tema em foco.

Abaixo passamos a tecer considerações sobre os questionários e as respostas fornecidas pelos professores, depois, dos graduandos. A maioria maciça dos professores entra diariamente na internet, apenas um revelou navegar apenas esporadicamente. O tempo médio de navegação foi de até duas horas, embora 34% tenham afirmado que ficam menos de uma hora conectados, indicando ainda que o fazem quase que exclusivamente para ver e-mails. Apenas um professor costuma navegar em média três horas todo dia.

O site mais citado pelos docentes é o Google, com 17% de todas as referências, na verdade um site de busca e não efetivamente um site com material específico para o historiador. Em seguida surgiram sites de universidades com 14% das indicações e em terceiro o site do CNPq, muito visitado por conta da plataforma Lattes, onde docentes atualizam e visitam seus currículos na rede, mas também por trazer informações sobre editais de pesquisas, concursos, resultados de avaliações, etc. Optamos por destacar o site da UFG das demais universidades, com 6% das referências, visto ser também visitado, mas com finalidades bastante específicas, em especial, as notícias e questões voltadas para seus servidores. Em seguida apareceram referências aos sites de e-mails, como Uol, Gmail, Yahoo e Hotmail. Em relação ao uso da internet para consulta de fontes e pesquisa, um docente revelou não usar rede com essa finalidade. O site mais indicado para fins de pesquisa foi o do CNPq, com 19% das citações, referência curiosa, pois ele não detém exatamente bancos de dados ou informações que possam ser utilizadas como fontes para pesquisas históricas. Em seguida, com 18%, surge o site da Capes, onde se localizam o banco de teses e dissertações, o Qualis dos periódicos nacionais e o portal livre de periódicos, itens bastante lembrados pelos professores e que certamente contribuem para o desenvolvimento de pesquisas. Em seguida, empatados com 13% aparecem os sites do Google e do CPDOC, o primeiro não exatamente

³ Relatório final Prolicem 2005.

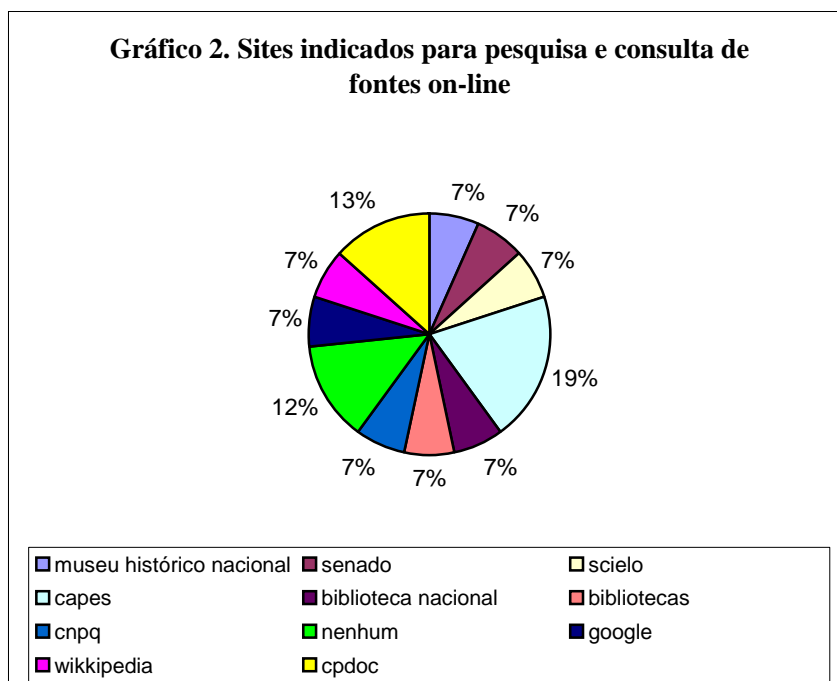
um site com conteúdo documental, mas somente um programa para buscas e o segundo sim, com fontes digitalizadas e informações sobre seu rico acervo.



Outra informação obtida por meio dos questionários foi verificar que todos os professores usam a internet para se relacionar com colegas ou outras instituições, 44% deles freqüentemente e 56% esporadicamente. Em seguida, auferiu-se ainda que apenas dois terços dos professores comunicam-se com seus alunos, bolsistas ou orientandos pela internet, fora do horário normal das aulas, especialmente via e-mail. Apenas dois se servem de comunicadores instantâneos, particularmente o MSN para bater papo on-line. 1/3 dos entrevistados revelaram não se comunicar com seus alunos pela internet, um deles ressaltando jamais adotaria esse procedimento, preferindo conversar pessoalmente.

O site da Capes foi o mais indicado para consultas e pesquisa on-line. Em seguida, com 13% das referências aparece o portal do CPDOC. Relevante é o fato de que com muitos disseram não existir nenhum site para esse fim, totalizando 12% das referências.

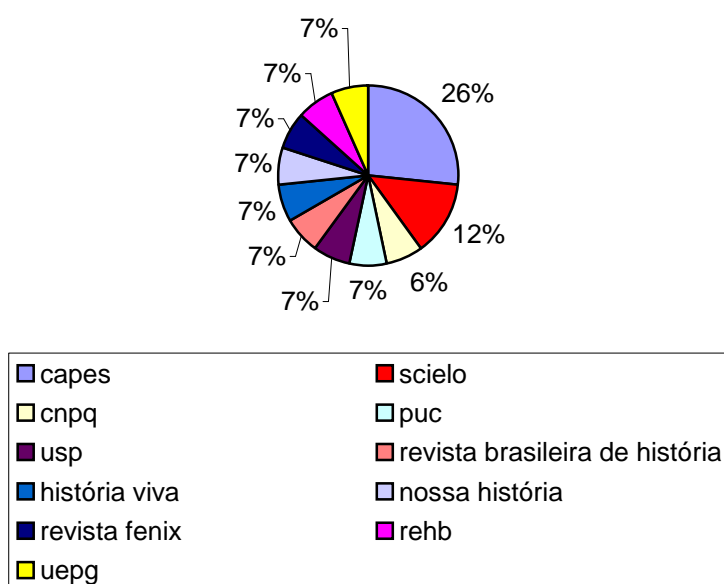
Gráfico 2. Sites indicados para pesquisa e consulta de fontes on-line



No Gráfico 3 encontram-se reunidas as principais menções a sites de periódicos voltados para a História. Nele existem desde sites de revistas acadêmicas propriamente ditas até sites que reúnem informações sobre vários periódicos ou ainda de revistas não acadêmicas e vendidas em bancas de jornais. Mais uma vez, com 26% das indicações está o site da Capes, onde existe o Portal dos Periódicos disponíveis para consulta. Em seguida, com 12% está o Scielo, onde se podem encontrar várias revistas existentes não só de História, mas também das demais Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Depois foram lembradas várias outras revistas.

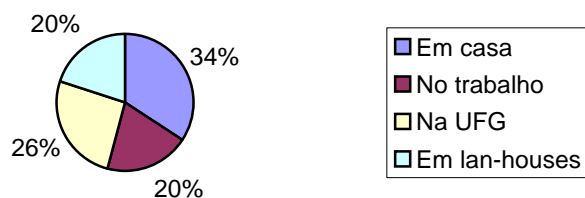
Dado preocupante foi o fato de 40% dos docentes se referirem à Wikipédia, como uma das enciclopédias on-line que conhecem. Tal domínio apresenta vários problemas. O primeiro é que os verbetes não são escritos por especialistas, tampouco são assinados. Outro problema é saber quem gerencia estes dados e também a possibilidade de serem introduzidas informações erradas. Não há garantia de veracidade no conteúdo disponibilizado.

Gráfico 3. Sites indicados para consulta de periódicos on-line



A pesquisa realizada entre os alunos do último ano de História sobre a utilização da internet em seus variados aspectos não surpreendeu muito, pois o interesse por desenvolver essa pesquisa vem da compreensão que a internet é pouco utilizada para o ensino de história no Campus de Catalão e que poucos alunos dominam ou demonstram conhecer bem conteúdos de História na rede. Do total de alunos, apenas 19% usam a Internet diariamente, 33% usam-na raramente, e 48% esporadicamente. O tempo médio de navegação é de duas horas, sendo que 11% permanecem mais de três horas. Fica a pergunta de quanto desse tempo é dedicado a consultas ou pesquisas em sites com conteúdos de história.

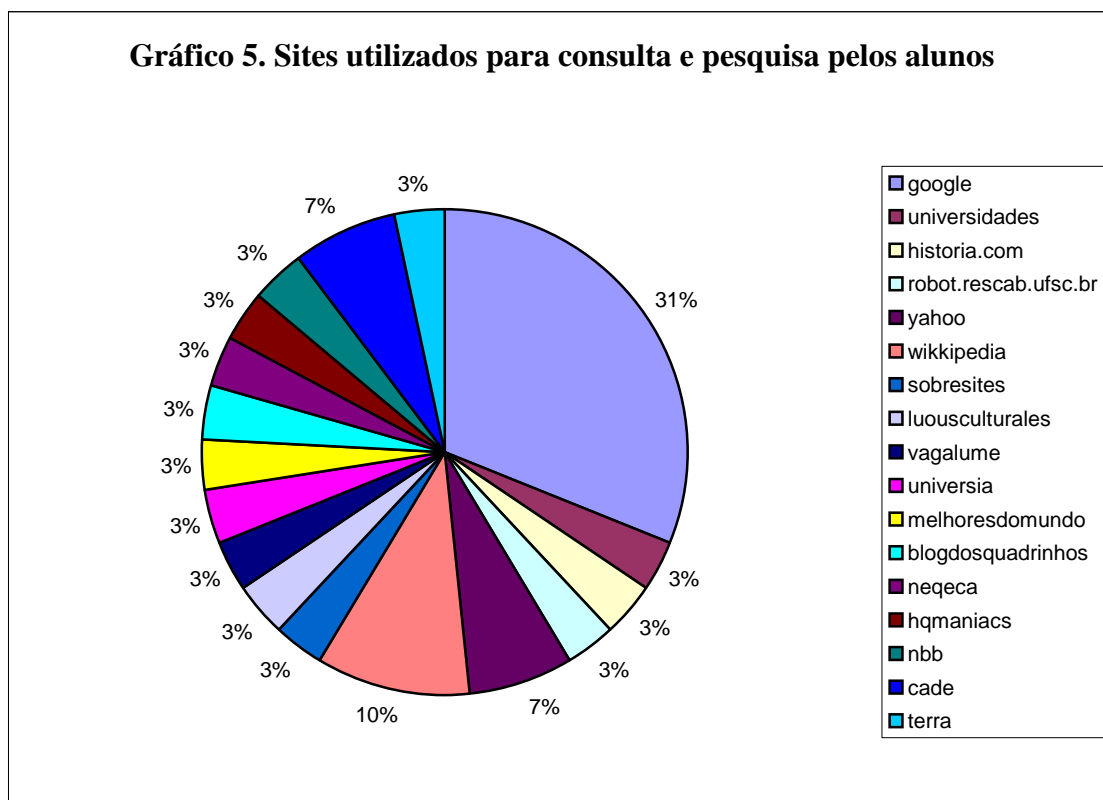
Gráfico 4. Local onde usa a internet



No Gráfico 4 vê-se que a maior parte dos alunos utiliza a internet em casa e no trabalho. Acreditamos que esse alto índice de pessoas que utilizam a internet em *lan-houses* deve-se ao fato de não possuírem computador em casa, embora o CAC-UFG tenha Laboratório de Informática é comum as queixas de alunos da dificuldade de encontrar

horários apropriados, visto muitos estudarem à noite e trabalharem durante o dia, embora o percentual de sua utilização pelos graduandos seja alta, em parte, relacionada com a confecção da monografia de final de curso.

A maioria dos alunos afirma que utiliza a internet em para pesquisa, sejam acadêmicas ou não. De fato, boa parte do tempo gasto parece ser mesmo na leitura de e-mails, visita à página do Orkut ou em salas de bate-papo como no MSN. Portanto, é importante ressaltar que 7%, que usa a internet raramente e 26% que não usam a internet para pesquisa. É um número alarmante e que é causador de grande preocupação, pois acreditamos que a internet vem se tornando um lugar cheio de experiências e possui acervos variados de documentação e de informações disponíveis aos estudantes em geral.



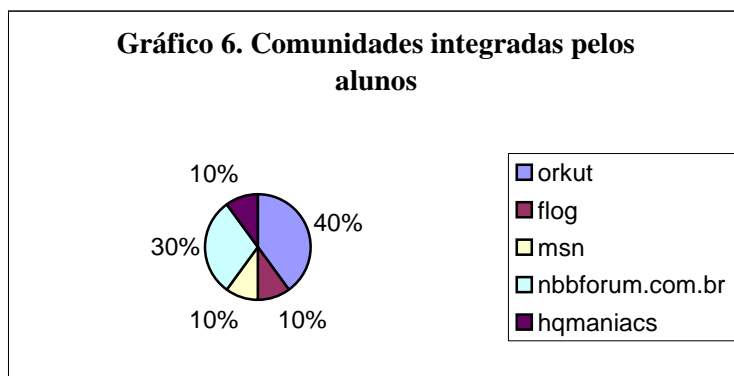
No Gráfico 5 encontram-se os sites mais utilizados pelos alunos do último ano de graduação em História. São os mais visitados por eles para consultas e pesquisas. O mais referido foi o Google, com 31% de referências, sendo que os demais possuem pouca utilização da população pesquisada. Em seguida aparece a enciclopédia virtual Wikipédia, cujo conteúdo, como apontamos anteriormente, é bastante problemático, visto não haver um controle seguro sobre as informações disponibilizadas.

Como se vê o Google é, disparadamente o site mais utilizado tanto por alunos quanto por professores para realizar pesquisas, encontrar temas ou objetos de estudo. Isso demonstra

não somente a força que esse site de buscas possui, mas, sobretudo, o desconhecimento de endereços específicos de pesquisa e consulta.

Mais da metade dos alunos costuma relacionar-se academicamente, com outros colegas, instituições ou professores utilizando-se da internet, embora 48%, ou seja, quase a metade não o fazem. Esse isolamento é bastante prejudicial, visto não integrar esses alunos às discussões ou experiências que ocorrem em outras universidades, como cursos, simpósios, eventos, etc.

No Gráfico 6, relacionamos os alunos que fazem parte de alguma comunidade na internet, que perfaz apenas 1/3 dos futuros formandos. Desses, 40% integram o Orkut, rede de relacionamentos que não se destina à questões voltadas para esse campo do saber, embora, dentro dela existam grupos devotados à História, à Universidades, à assuntos específicos como Teoria da História, História das Idéias, a Michel Foucault, dentre outros.



Em relação a sites voltados para História percebeu-se um verdadeiro desconhecimento por parte dos alunos de páginas específicas para esse fim. Wikipédia foi citada por 40% deles, seguida pela História.com com 20% de lembranças e depois variados sites apontados por um ou dois alunos. Acerca das revistas e periódicos especializados o resultado impressiona: sequer se utilizam do Portal de Periódicos da Capes. Apenas 7% dos entrevistados souberam indicar alguma revista, mas revista que é vendida nas bancas.

Como esse diagnóstico sugere, há urgente necessidade de que as universidades brasileiras discutam e construam reflexões em torno da produção e reprodução de saberes pela internet e que, dentro dos cursos de graduação exista, um amplo espaço de discussão em torno de sites e conteúdos existentes e suas possibilidades de uso, com um caráter crítico e pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia. Currículos de história e políticas públicas. In: BITTENCOURT, Circe. (org) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

ALMEIDA, M. E. B. de. *Informática e formação de professores*. 2002. Disponível em: <<http://www.proinfo.mec.gov.br>> Acesso em 21 dez 2005.

BAIRON, Sérgio. *Multimídia*. São Paulo: Global, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. *Da sedução*. Campinas: Papirus, 1992.

BITTENCOURT, Circe. (org) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002

BITTENCOURT, Circe et al. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2001.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96*. Brasília/DF: Câmara dos deputados, 1996.

BRASIL. Secretaria de educação à distância. *Proinfo: Informática e formação de professores*. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seed>> Acesso em 21 dez 2005.

CASTRO, Cláudio de Moura. *O computador na escola*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

COBUM, Peter. *Informática na educação*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

FONSECA, Selva G. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva G. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1994.

JANOTTI, Maria de L. M. História, política e ensino. In: BITTENCOURT, Circe. (org) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002

LEVY, Pierre. *O que é virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1996.

MACHADO, Nilson J. Comunicação na escola: dos quadros-de-gis aos *mídia* eletrônicos. (São Paulo) *Revista da Faculdade de Educação*, v.14, n.1, jan 1988.

QUÉAU, Philipe. O tempo do virtual. In: PARENTE, André. *A imagem-máquina*. A era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RICCI, Cláudia S. *Quem é quem no ensino de história em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2000.

ROCHA, Lys E; CASAROTTO, R. A. & SZNELWAR, Laert. Uso de computador e ergonomia: um estudo sobre as escolas de ensino fundamental e médio de São Paulo. *Educação e pesquisa*, v.29, n.1, 2003.

SETZER, Valdemar W. *Meios eletrônicos e educação: uma visão alternativa*. São Paulo: Escrituras, 2001.

SFEZ, Lucien. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

A especificidade do conceito de sentido histórico em Herder e Droysen.

Luiz Carlos Bento*

Este artigo pretende refletir sobre a especificidade do conceito de sentido histórico na perspectiva de Herder e Droysen, chamando atenção para a atualidade e a importância das reflexões históricas destes dois pensadores para a construção de uma teoria da história consciente de sua própria historicidade. Em linhas gerais, pretendo analisar a descoberta herderiana da *contingencialidade* humana e as reflexões de Droysen sobre o sentido *ético* da história no contexto das ciências, visando confrontar estes conceitos com algumas interpretações deturpadas do historicismo alemão que atribui uma noção de sentido histórico a este período que a meu ver não é a mais apropriada para se pensar às contribuições da Escola Histórica Alemã e o historicismo humanista de Herder.

Palavras Chaves: História, Sentido histórico e historicismo.

This article intends to reflect on the characteristics of the concept of historical direction in the perspective of Herder and Droysen, calling attention for the present time and the importance the historical reflections of these two thinkers for the construction of a theory of the conscientious history of its proper historical. In general lines, I intend to analyze the herderiana discovery of the doubtful human being and the reflections of Droysen on the ethical direction of history in the context of sciences, being aimed at to collate these concepts with some ruined interpretations of the German historicismo that attributes a notion of historical direction to this period that in my opinion is not most appropriate to think itself to the contributions of the German Historical School and the historicismo humanist of Herder.

Keys Words: History, felt historical and Historism.

Refletir sobre autores desta envergadura teórica, configura-se sempre em um grande desafio para nós homens contemporâneos, aviltados pelos problemas cotidianos que a própria situação de marasmo intelectual que é imposta pela conjuntura de nossa época. A compreensão das exposições teóricas destes autores significa abrir uma janela que nos liga diretamente ao cenário intelectual da segunda metade do século XVIII e XIX para refletir-mos sobre as contribuições que legamos dele. Reflexão de grande importância, sobretudo para nós que nos intitulamos profissionais da história.

Embora não tenham alcançado uma dimensão planetária como Kant, Hegel e Marx, são autores de suma importância para compreendermos a formação do pensamento histórico alemão, que genericamente conhecemos sobre a alcunha de historicismo. Johann Gottfried von Herder (1744 - 1803) filósofo e escritor alemão que foi aluno de Kant e tornou-se amigo de Hamann, cujas idéias em matéria de lingüística, poesia e mitologia vieram a influenciar profundamente seu pensamento. Embora fosse aluno de Kant a sua reflexão sobre o sentido histórico é profundamente distinta da concepção de história universal kantiana.

* Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

Herder ocupa lugar de destaque na história da cultura alemã, pelo movimento de idéias que provocou e pelo impulso que deu às novas gerações, particularmente ao jovem Goethe. Quanto à história, considerava-a uma característica de todas as realidades naturais. Todo o universo, segundo Herder, poderia ser entendido a partir de uma perspectiva histórico-evolutiva. Herder não só procurou estabelecer as “leis gerais” do desenvolvimento da história da humanidade como também fez estudos particulares sobre diversos povos, onde afirmava as especificidades históricas e o caráter particularizado da formação humana.

Herder foi um homem apaixonado e inquieto, insatisfeito tanto com as suas próprias realizações quanto com a época em que vivia. Seus escritos e estudos tiveram grande influência na literatura alemã, sobretudo no Romantismo que atingiu seu ápice com Goethe. Segundo Gardiner a contribuição de Herder para a consolidação do pensamento romântico é oriunda de sua visão histórica, pois ela implicava a ruptura com o pressuposto de que o pensamento e o desenvolvimento humano podem interpretar-se como sendo conforme a um padrão uniforme, ao longo de períodos históricos diferentes. Esta visão tem como corolário o fato de que a partir deste pressuposto torna-se um anacronismo julgar idades passadas a partir de pontos de vistas culturais contemporâneos.

Em linhas gerais, o pensamento histórico de Herder esta impregnado pela convicção de que a característica mais marcante da história é a variedade e a individualidade apresentadas pelos diferentes povos. Desta visão histórica advem o fato de que os homens para se averem com sigo mesmos e com o seu próprio tempo tenham que observarem e conhecerem os limites impostos pelas situações e pelas circunstâncias históricas disponiveis em sua época. Para Herder existe uma lei fundamental que assim como no plano da natureza rege a história e que consite no fato de que:

por toda parte, na terra, acontece tudo o quanto nela possa acontecer, em parte de acordo com a situação e as necessidades do lugar, em parte de acordo com as circunstâncias e condições da época, e em parte de acordo com o caráter nato e adquirido dos povos (HERDER Apud, GARDINER, 1964)

A passagem anteriormente exposta nos oferece uma idéia do pensamento histórico de Herder, pois na sua perspectiva a história é fruto da ação combinada de forças vivas que atuam de acordo com suas especificidades e individualidades e que são responsaveis por todas as transformações e acontecimentos que acontecem no mundo humano. Embora Herder esteja vinculado ha uma visão religiosa do mundo e proceda dentro de pressupostos claramente iluministas, ele consegue identificar a problemática central que fornece legitimidade a todas

as ciências humanas e sobretudo a história que é a descoberta da historicidade imanente a todas as realidades culturais.

Nesta perspectiva de interpretação histórica aberta por Herder a formação de um povo ou cultura, depende do tempo, do lugar e das circunstâncias externas que os circundam, portanto, estes fatores marcam a formação desta cultura de uma forma tão indelével que jamais poderemos entendê-los sem que façamos referências diretas a estes fatores que são elementos formadores desta determinada cultura.

Esta interpretação trará como consequência a percepção de que toda obra humana é marcada pela transitoriedade e pela contingência, pois a história passa a ser vista como o resultado das forças, ações e tendências humanas subordinadas ao lugar e ao tempo. Mediante esta análise podemos afirmar que uma cultura cresce de acordo com o tempo, os lugares e as circunstâncias e declina em função dos mesmos fatores. Neste sentido o pensamento histórico herderiano é profundamente atual, pois lança como pressuposto o fato de que todas as formações humanas devem ser investigadas, julgadas e compreendidas a partir das especificidades inerentes ao seu processo de formação histórico.

O pensamento histórico herderiano postula que uma coisa é comum a todo o gênero humano, que é o fato de aspirarmos sempre a um grau mais elevado de desenvolvimento, porém uma vez alcançado este nível não podemos nem mantermos nele nem retrocedermos ao estágio anterior, iniciando logo após o ápice um processo de declínio. Portanto na perspectiva herderiana tudo é transitório na história, pois nós pisamos as cinzas de nossos antepassados e caminhamos sobre os escombros destroçados de instituições humanas anteriores. Segundo Herder *“no templo da história pode ler-se a seguinte inscrição: caducidade e apodrecimento”*. Neste sentido a percepção da transitoriedade dos feitos humanos traz consigo descoberta da contingencialidade como problema inerente a condição humana.

A descoberta da contingencialidade enquanto forma de consciência histórica foi marcada por um profundo pessimismo a respeito do progresso, elemento que inegavelmente contribuiu para a formação do romantismo alemão. A leitura herderiana da história inaugura uma nova forma de pensamento que desvincula de forma consciente ou não a historicidade dos elementos naturais e formula um novo sentido histórico que é profundamente marcado pela consciência da condição contingente e transitória da vida humana. Desta forma Herder elabora uma idéia de sentido histórico profundamente marcada por um caráter culturalista que

postula a necessidade de relativizar o valor das coisas buscando compreender o sentido delas em seus próprios contextos valorativos.

Joran Gustav Droysen (1808- 1886) Foi um dos maiores nomes da historiografia alemã no século XIX, diferentemente de Herder ele era um historiador profissional que preocupava-se especificamente com os problemas e a relevância da história. Ao longo de sua trajetória acadêmica alcançará destaque como tradutor de obras clássicas da tragédia grega e ganhará notoriedade no espaço acadêmico alemão ao publicar a biografia de Alexandre o Grande.

No ano de 1857, nove alunos da Universidade de Iena se inscreveram em uma série de preleções oferecidas por Droysen que, deixando de lado a história do helenismo e a história da Prússia e da Europa moderna, trataria do que hoje, se chama habitualmente “teoria da história”. O curso denominava-se precisamente “Enciclopédia e Metodologia da História”, cujas lições depois reunidas em livro por Rudolf Hübner e Peter Leyh receberiam o nome definitivo de *Historik*. A proposta das preleções era simples, o que ele pretendia era saber o que significava pensar historicamente.

Para Droysen pensar historicamente é compreender os valores que orientam o desenvolvimento de uma cultura, porém diferentemente das ciências naturais que são dirigidas pelo empreendimento de produzir mecanismos de controle sobre a vida material, a história busca compreender os fenômenos simbólicos e a produção de sentido que eles encerram ou orientam.

Por esta via a história enquanto forma de produção do conhecimento não se adequa ao método das ciências da natureza, pois não procede à elaboração de leis de caráter universal nem produz um conhecimento controlável empiricamente, pois a vida humana não pode ser subsumida a leis. Por outro lado a história não pode proceder ao modelo da filosofia da história que produz uma reflexão metafísica a respeito da realidade humana entendendo-a como meta-histórica. Os pressupostos básicos de formulação do conhecimento histórico são os materiais, ou seja, as fontes que servem como vestígios e leituras de uma experiência vivida que nos permitem fazer hipóteses sobre o mundo real que nos chega em forma de passado. Passado este que vem até nós através de pistas que podem ser decifradas a partir de uma postura investigativa que o historiador deve exercer em relação ao documento.

A identidade do conhecimento histórico esta dada pelo seu caráter compreensivo, pois os historiadores investigam hipotético-empiricamente fenômenos que portam valores. A compreensão dos sentidos e a identificação dos valores que dirigem as ações humanas é na perspectiva de Droysen a tarefa dos historiadores de ofício.

É por isso que a teoria da história de Droysen em sua primeira versão esta dividida em “systematik” e “methodik” na primeira parte aparece uma reflexão sobre as formas de existência histórica que alguns autores chamam de Antropologia Histórica do Historicismo a segunda parte “methodik” relaciona-se com as formas e o modo histórico de pensar vinculado à heurística e a hermenêutica.

A atualidade da teoria da história de Droysen esta vinculada a seu caráter sistemático, pois para ela a construção do passado é resultado de escolhas que são formuladas a partir do espaço de experiência dos indivíduos. Escolhas estas que são influenciadas por critérios epistemológicos, teóricos, metodológico, estéticos e éticos.

Tanto Herder quanto Droysen são autores de suma importância para a teoria da história, pois demarcaram de forma bem acentuada a importância da consciência histórica como forma dos homens se situarem dentro do processo histórico. Ambos formularam conceitos diferenciados do que significa pensar historicamente, embora seja nítido uma grande evolução metodológica e epistemológica entre os escritos do segundo em relação ao primeiro, penso que a compreensão destes autores é indispensável para que possamos elaborar uma teoria da história consciente de sua própria historicidade e dos limites e possibilidades que se apresentam a Ciência Histórica.

Bibliografia

CALDAS, Pedro Espínola Pereira O limite do Historismo: *Johann Gustav Droysen e a Importância do Conceito de Bildung na Consciência Histórica Alemã do Século XIX*. In Revista Filosófica de Coimbra, n° 29, 2006 p. 139 a 160.

GARDINER, Patric. *Teorias da História*. Fundação Caluste Culbenkian, Lisboa, 3° 1964.

HÜSEN, Jorn. *A Razão Histórica*. Brasília: Ed. Unb, 1999.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *Droysen: Fundamentação da Ciência da História pela via da Produção de uma Antropologia Histórica*. In História Revista, volume 07. Universidade Federal de Goiás, 2002, p. 151 a 156.

MARTINS Estevão Resende. *Historicismo: Tese, Legado, Fragilidade* In História Revista, volume 07. Universidade Federal de Goiás, 2002, p. 01 a 22.

MĀYĀ: A MANIFESTAÇÃO DE FORMAS E CONFUSÃO DO EU

Iasminy de Paula Berquó*

Resumo:

A filosofia indiana em sua complexidade de conceitos possui pilares que a estruturam, sendo o conceito de Māyā um destes conceitos base. Desta maneira, pretende-se analisar os poderes exercidos por Māyā na vida individual, e mais especificamente no cotidiano de uma brāmane que já alcançou um alto nível de consciência espiritual. A partir do épico indiano Mahābhārata, será analisado aqui a teia ilusória criada por Māyā e a sua implicação na vida de um sábio.

Palavras-chave: Māyā, Ilusão, Eu.

Abstract:

The Indian Philosophy in its complexity of concepts possess pillars which structuralize it, been the concept of Māyā one of these basic concepts. That way, we intend to analyze the powers exerted by Māyā in the individual life, and more specifically in the brāmane's daily, when he was reached a great level of spiritual conscience. From the epic Mahābhārata we can study the illusory web created by Māyā and its implications in the life of a man who was get the power of the wisdom.

Key-words: Māyā, Illusion, Self.

* Graduanda em História da Universidade Federal de Goiás.

A filosofia indiana, enquanto um saber altamente especializado, possui como objetivo último a realização do ser, do Eu que habita e concede vida ao corpo, a alma (*ātmā*). Desta maneira, conhecer a sabedoria que possibilita a ascensão da alma, não se encontra sob o domínio de todos, mas restrita às autoridades e discípulos potencialmente preparados para receberem e passarem a profunda sabedoria secreta.

Assim, a filosofia na Índia por volta dos anos antecedentes ao século IV a.C, período em que é aceito por *Krishna Dharma* o início da compilação do *Mahābhārata*, explicita quatro metas fundamentais da vida material: *artha*, *kāma*, *dharma* e *mokṣa*. As três primeiras etapas residem em um plano mundano, no qual o indivíduo se encontra enredado em um contexto de preocupações e desfrutes, criados por exigências ilusórias. Portanto, o último estágio nomeado, pelas escrituras sagradas, como *mokṣa*, compõe um momento extra terreno, uma vez que constitui a liberação da alma do “oceano de misérias” do mundo, e conseqüente identificação com a instância espiritual Suprema.

Artha se refere às posses materiais, e em seu sentido literal significa coisa, objeto, substância. Compreendendo então, o conjunto de objetos materiais que participam do cotidiano individual, e são utilizados para a realização virtuosa das obrigações da vida. Determinado conceito, também conota a obtenção de riquezas e fortunas mundanas. Deste modo, o indivíduo situado nesta meta, encontra-se em constante desejo de aquisição de bens materiais e prestígio.

Kāma compreende o prazer e o amor. É o semideus hindu senhor da terra e das esferas celestiais inferiores, o desejo encarnado. O *Kāma-Sutra* de *Vātsyāyana*, é uma obra bastante referencial acerca do tema, na qual se explicita as várias formas do prazer através de uma análise técnica, como em um manual. No entanto, de acordo com o renomado indólogo Heinrich Zimmer, o *Nāṭya-Śāstra*, grupo de compêndios que retratam o prazer a partir de uma forma poética, possui uma análise mais profunda e abrangente. Devido ao fato, de apresentar e discutir não somente as posições para a obtenção de um prazer grandioso, mas também a profunda psicologia das emoções. Os indivíduos que se encontram enredados nos poderes de *Kāma Deva*, estão em constante busca do prazer sensorial.

Dharma são os deveres religiosos e morais. Constitui um fundamento da vida revestido de poder, uma vez que a partir dele se faz possível chegar à consciência transcendental, como também ao equilíbrio nato da existência espiritual do Eu. No *Mahābhārata* defende-se a idéia, de que o caminho para lidar com os problemas da vida de

maneira correta, tem origem nas leis indicadas e determinadas pelo *dharma*. Assim, o *dharma* estrutura e mantém unido o corpo social, proporcionando ao indivíduo que o segue corretamente, a residência em uma moral divina e constante equilíbrio com a Verdade Suprema.

Mokṣa é a etapa de redenção ou liberação espiritual. Desta maneira, constitui uma ocupação que se classifica exterior ao plano mundano, mas sim um objetivo transcendental. Abrange as técnicas para a transcendência dos sentidos, e a permanência da identificação com a realidade atemporal. Logo, o indivíduo que alcança determinado estágio, rompe com o véu ilusório da vida e obtém a elevação espiritual última.

Assim, o aspecto ilusório de *Māyā*, enquanto atuação no mundo material, se apresenta nas três primeiras etapas explicitadas. Devido ao fato, de o indivíduo se identificar com uma realidade passageira, e por isso perecível, acreditando necessitar de determinada vivência para se sentir realizado. A vida individual neste contexto, passa a se constituir a partir de necessidades específicas (prestígio, fama, gozo dos sentidos, poder, dentre outros), que se tornam reais e imprescindíveis para a sobrevivência. Ocorrendo então, de acordo com a literatura sagrada, o obscurecimento da mente, responsável por remeter a alma para o modo da ignorância.

Māyā em seu aspecto corpóreo mitológico, é explicada como sendo uma semideusa criada por *Viṣṇu*, deus mantenedor do universo material e criador dos planetas celestiais, com a função de servi-lo tanto no mundo terreno quanto em planetas celestiais, através da promoção de acontecimentos ilusórios. Na instância material, a atuação de *Māyā* visa corresponder aos anseios individuais, dispondo cada indivíduo em realidades virtuais, onde experimentarão diferentes aspectos daquilo que desejaram, juntamente com os sofrimentos intrínsecos a cada situação. Enquanto que no mundo espiritual, a sua função é proporcionar diferentes situações, nas quais a alma e o Supremo vivenciem momentos repletos de harmonia, cooperação e amor. Desta maneira, *Māyā* apresenta dois aspectos funcionais principais: o esquecimento da relação entre a alma e o Supremo, devido à vivência de fantasias próprias do indivíduo, como também a constante lembrança do Eu para com sua realidade espiritual. Neste segundo aspecto, *Māyā* exerce a função de auxílio, no sentido de ajudar a alma na manutenção de relações eternas com o Ser Absoluto.

Heinrich Zimmer em seu livro *Filosofias da Índia*, defende a idéia de que *Māyā* constitui um conceito bastante enigmático, no qual denota o caráter insubstancial do mundo e da própria mente. Culminando então, no mundo material, em uma alteração nos

valores da vida, e na restrição da consciência que se volta para o ego. Assim, *Māyā* existe tanto no mundo compreendido por nossa percepção, quanto em nós próprios. Determinado fato, culmina em um duplo enredamento, o indivíduo em em si e os efeitos produzidos no meio, engodos de *Māyā* que são reconhecidos como totalmente reais.

O *Bhagavad-Gītā*, sexagésimo quinto capítulo do épico indiano *Mahābhārata*, defende a eterna servidão das almas individuais para com o Supremo, neste caso nomeado como *Kṛṣṇa*. Portanto, a ocupação constante em favor do Absoluto, através de atuações morais e religiosas determinadas pela literatura védica, é considerada a atitude mais consciente do ser. Em contrapartida, o distanciamento da alma dos serviços defendidos como plenos de verdade e bem-aventurança, transforma o indivíduo em um servo de *Māyā*, prisioneiro da transitoriedade do mundo.

O *brāmane*, membro da casta de homens considerados muito inteligentes, é aceito desde muitos anos anteriores ao século IV a.C, como um indivíduo de capacidade surpreendente, uma sabedoria grandiosa e autorizado a instruir grandes reis em suas empreitadas. Deste modo, detinha um poder conseqüente de sua sabedoria, e constituição de uma autoridade inquestionável. Assim, o *brāmane*, muitas vezes reconhecido como um sábio, em seu completo preparo desvenda as formas de atuação da ilusão criada por *Māyā*, dirigindo-se a ela com grande menosprezo. Por meio da sabedoria secreta revelada ao sábio, este alcança a permanência na identificação com o “poder sagrado” (*brahman*), garantindo, na maioria das vezes, uma concentração nos propósitos espirituais e distanciamento das “garras de *Māyā*”.

Contudo, até mesmo um sábio potencialmente preparado, pelo fato de estar existindo no mundo material, está sujeito às artimanhas produzidas por *Māyā*. O sábio que, devido ao alcance dos seus saberes, cria uma identificação poderosa com o próprio ego, é um exemplo que demonstra o fato específico. Desta maneira, o sábio acredita ser superior aos demais mortais, se portando como uma divindade em meio à imundície do mundo terreno. Determinado efeito ilusório, cria na alma, de acordo com a filosofia indiana, um sentimento de auto-realização irreal, fruto da teia ilusória produzida por *Māyā*, e que permite ao indivíduo atender seus anseios egoístas e efêmeros.

O sábio genuíno, é conhecido como um *mahātmā* (grande alma), uma vez que o seu ser foi transformado pela sabedoria. Desta maneira, constitui-se como um exímio conhecedor das etapas fundamentais da vida material, expostas no início do texto, além de residir na etapa denominada *mokṣa*, no processo de liberação espiritual. Todavia, as

sutilezas de *Māyā* se fazem presentes mesmo em instâncias altamente espirituais, apresentando-se com atuações diferenciadas das do mundo mundano. A situação se configura, neste domínio, como uma cooperação de *Māyā* para com o serviço devocional ao Supremo e a familiarização com o ambiente espiritual.

Assim, o sábio inicialmente vivencia um período de confusão do Eu, proporcionada pela constante manifestação de formas irrealizadas por *Māyā* no plano material. Instante este, em que a alma não reconhece a sua identidade espiritual relacionada ao Absoluto. Em um segundo momento, o ser adentrando em uma nova realidade caracterizada como transcendente, é influenciado por *Māyā* com o objetivo de permanecer em simultâneos relacionamentos harmônicos com o novo contexto, e constante lembrança das ligações do Eu com o Ser Supremo.

Deste modo, a filosofia indiana constituída nos anos que antecederam o 4º século a.C, explicita constantemente o objetivo de se alcançar a auto-realização espiritual, ultrapassando os limites corpóreos e materiais. Determinada característica, se faz presente tanto nas civilizações pré-árias (primitivas), quanto nos povos arianos que chegaram no norte do território indiano por volta do ano de 1.500 a.C. Permitindo-nos observar, a permanência de um princípio que configurou a sociedade na Índia desde milênios anteriores à era cristã. Comprovando assim, o argumento defendido por Henrich Zimmer, de que a filosofia indiana permaneceu tradicional, uma vez que defende-se ser uma sabedoria atemporal, e por imutável. Sendo assim, *Māyā* sempre será compreendida como uma fonte com grande poder de criação, na qual manifesta-se de variadas formas, entorpecendo o indivíduo em diferentes graus e esferas. E a meta última da existência, o reconhecimento da alma como identidade real distante das ilusões elaboradas por *Māyā* neste mundo tido como uma criação passageira. Assim, o constante exercício de concentração da mente em aspectos transcendentais, configura uma medida para atingir a liberação e o desprendimento da irrealidade do mundo.

BIBLIOGRAFIA:

DHARMA, Krishna. *Mahābhārata*. Tradução de Vânia de Castro.
São Paulo: Ediouro, 2002.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*.
São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PRABHUPĀDA, Swami. *Bhagavad-Gītā*. Tradução A. C. Bhaktivedanta Swami
Prabhupāda.
São Paulo: A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada, 1896 – 1977.

ZIMMER, Heinrich. *Mitos e símbolos na arte e civilização da Índia*.
São Paulo: Palas Athena, 2002.

ZIMMER, Heinrich. *Os fundamentos da filosofia indiana*.
São Paulo: Palas Athena, 2005.

A Visão da Morte nas Instalações de Siron Franco

Lucia Bertazzo*

Dra. Maria Elízia Borges**

Resumo: A obra de Siron Franco sempre teve ligação estreita com os problemas sociais. Por isso, a morte e a violência são denunciadas em uma série de instalações realizadas pelo artista. Nesse artigo, pretendo analisar obras em que a morte infantil aparece decorrente de problemas sociais, como a má distribuição de renda, a violência doméstica e o abuso sexual. Enfocarei as instalações: “Bandeira dos caixões”, “Salvai Nossas Almas” e “Tapete Brasileiro”. Encontramos nelas 1020 caixões de crianças, roupas usadas, radiografias, jornais, instrumentos de tortura e até a representação do corpo retalhado de uma criança.

Palavras-Chaves: Violência; Morte; Instalações artísticas.

Abstract: Siron Franco is an artist who has always dealt with social problems in his works. For instance, death and violence are exposed in a series of installations he has produced. In this article I intend to analyze installation art pieces where infant mortality is present and brought about by social problems, such as income inequality, domestic violence and sexual abuse.

Key Words: Violence; Death; Installations art.

Ao apresentar o assunto do horror cotidiano, dando uma conotação positiva ao fato, podemos considerar imagens que aparecem na imprensa como um meio que pode atingir as pessoas estimulando-as a se mobilizarem em prol de soluções para os problemas sociais. A presente análise leva em consideração as obras do artista Siron Franco, onde o sentimento de revolta diante de horrores praticados cotidianamente e veiculados pela mídia tornou-se estímulo para a realização de várias obras. Seu objetivo não foi só o de inserir essas questões no discurso estético, mas principalmente se tornou instrumento de denuncia para a conscientização a respeito de atrocidades e para encontrar soluções afim de que fossem evitadas. As obras de Siron dialogam diretamente com passeatas e atos civis de repúdio à violência.

O que motiva essas manifestações de repúdio é o fato de que todos os dias, ao ligarmos o noticiário, escutamos relatos de monstruosidades perpetuadas por seres humanos:

* Aluna do Mestrado em Cultura Visual da FAV – 2007/2008

** Professora Orientadora do Mestrado em Cultura Visual / FAV-UFG

tragédias, violências, mortes, descaso governamental já fazem parte do café da manhã, do almoço e do jantar da atualidade. Sem falar de programas, como o “Linha Direta” da Rede Globo, especializados em descrever ao telespectador como é cometido cada ato de violência. Em outra vertente mais popular, temos programas, como o “Chumbo Grosso” da TV Goiânia, que mostram cada ato cruel de uma forma sem nenhum reboço. O difícil é saber o objetivo de tudo isso.

Mas qual é o sentido de ouvir notícias de mortes e violência? Não é fácil responder. O que vemos, é que no programa “Linha Direta”, usa-se o pretexto de divulgar fotos de criminosos para a população ajudar as autoridades a identificar o paradeiro dos foragidos. No “Chumbo Grosso”, temos um acúmulo de perversidades e um apresentador que incita a população ao ódio para com os criminosos. Fica claro a existência de uma guerra, nem tanto silenciosa, no seio de nossa sociedade. A tomada de consciência do tamanho dessa guerra é dada quando lemos estatísticas. *Rio Body Count* é um site que, além de apresentar as estatísticas, reproduz as matérias de jornais a respeito de mortes no Rio de Janeiro.

Segundo José Carlos Rodrigues, as mortes que vemos nos jornais não despertam nossa compaixão por não dizer nada relacionado com a nossa vida pessoal. “O morto dos meios de comunicação é um desconhecido, um anônimo, um qualquer, um estranho, um ele. O morto dos meios de comunicação não nos concerne diretamente” (RODRIGUES, 1983: 229),.

Já Susan Sontag, no livro “Diante da Dor dos Outros”, ao refletir sobre as fotografias de guerra, encontra funções variadas para elas. Servem tanto para aludir à guerra, como para provocar um sentimento pacifista. Sua reflexão resulta em uma formulação nova: a relevância dessas imagens depende, em última instância, da maneira com que nós, espectadores, as encaramos.

Concordo com Susan: pelo fato de atrocidades serem vistas diariamente nos meios de comunicação, não significa que tenham perdido toda a capacidade de nos chocar. Muitas pessoas sentem revolta e dor na ocorrência de casos como o assassinato da criança José Helio Fernandes, de 6 anos, arrastada por 7 quilômetros presa ao cinto de segurança no dia 7 de fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro. A sociedade se mobiliza e faz protestos, prova de que a comoção é real. É preciso ser muito insensível para não se sentir tocado com as atrocidades apresentadas nos noticiários. Para alguns, pode causar terror. Ali está estampada a fragilidade de nossa sociedade, ainda mais quando uma leitura da página policial dos jornais provoca um sentimento de insegurança e impotência diante da realidade.

A arte, antes da imprensa, já representava o terror que as maldades humanas podem produzir. As representações do inferno ou, antes dele, os monstros já traziam a bestialidade. O

fato que caracteriza a atualidade é a consciência clara de saber que quem produz as atrocidades é o ser humano. Muitas crianças já trocaram o medo tradicional do “bicho-papão” pelo medo do ladrão “real”.

1. Siron Franco

Siron Franco, nascido na Cidade de Goiás em 1947, tornou-se um artista reconhecido internacionalmente. Sempre produziu obras com conteúdos engajados na denúncia de problemas sociais. Sua produção inicial refletia “o horror” e retratava principalmente figuras imaginárias facilmente identificáveis como monstros. Uma característica de sua obra plástica é que “o monstro, no entanto, é também humano.” (ADES, 1995: 95)

Um evento ocorrido na infância o marcou para a vida toda. Aos 9 anos, ao visitar um amigo no Bairro Popular em Goiânia, entra em uma casa que estava silenciosa demais. Lá encontra os corpos dos seis integrantes da família Mateucci mortos a machadadas, acontecimento que nunca foi desvendado pela polícia. Após encarar a morte violenta de perto, foi difícil não ser tocado pelo horror. As imagens dos corpos retalhados o acompanharam durante todo o resto da infância, da adolescência e na fase adulta provocando intermináveis pesadelos. Contando que a atividade artística trata da subjetividade humana, não há como aqueles acontecimentos não ter reflexos em sua obra.

A ligação de Siron com os problemas sociais, segundo o mesmo, foi apreendida com os pais. Enquanto seu trabalho se tornava reconhecido, ampliava seu engajamento político. Enquanto se dedicava à pintura, engajou-se em sua primeira luta social contra a ditadura, embora não entrasse em nenhum grupo organizado. Nunca se filiou a nenhum partido. Segundo afirma: - “Eu não tenho partido, eu tomo partido”. (FRANCO, 2007)

O procedimento de intervenção estética em local público, segundo o artista, facilita a difusão da mensagem e provoca reflexões. A dimensão midiática torna-se bem maior que uma passeata com milhares de pessoas. A particularidade do protesto faz com que os meios de comunicação dêem maior visibilidade ao evento, fazendo com que mais pessoas reflitam sobre a questão.

2. Instalações:

2.1. “Bandeira dos caixões” - 1990



FRANCO, Siron. “Bandeira de Caixões”. Fortaleza, 1990. Arquivo do Artista

Em 1990, Siron recebe de seu amigo jornalista Gilberto Dimenstein o relatório da Unesco relatando que a cada dia no Brasil morriam mais de 1000 recém-nascidos vítimas da desnutrição e da falta de cuidados no pré-natal. Sua revolta por essa revelação gerou a instalação formada por 1020 caixões de bebês colocados no gramado em frente ao Congresso Nacional, no dia 12 de outubro de 1990. Os caixões estavam pintados de verde, amarelo, azul e branco formando uma envergonhada bandeira brasileira.

A obra mostrou uma realidade infame que o “Brasil” tentava esconder. Segundo o artista, caixão e bandeira são dois símbolos que todos conhecem. A mensagem era para ser passada para a população brasileira.

O objetivo era evidente: fazer com que a mídia desse destaque, no dia da criança, para os assustadores números da mortalidade infantil. Os dados, antes da instalação, pareciam escondidos; a tomada de consciência devia suscitar o sentimento de culpa na população, já que massacre de crianças era real e não era fácil pensar nesse massacre sem pensar na precariedade da distribuição de renda e nos inúmeros problemas sociais de nosso país.

Como não sentir a morte dessas crianças quando esse fato criminoso entra em nossas casas por meio do noticiário? Os dados nos fazem pensar em nossos filhos e nas inúmeras crianças que vemos nas ruas todos os dias. “Assim, a morte do outro evocará sempre a minha própria morte; ela testemunhará minha precariedade, ela me forçará a pensar nos meus limites.” (RODRIGUES, 1983: 24) Não há dúvida que muitas pessoas pararam e pensaram no porquê dessa estatística ser tão cruel.

A morte apresentada na instalação era nua e crua. Caixões guardam cadáveres, a morte é real. Não é fácil pensar na morte apresentada como um dado estatístico não é fácil. A percepção da tragédia nos envolve quando se vê algo real e visível que “obedece ao regime intensivo da matéria.” (MORAES, 2002, p.144). Os pequenos cadáveres a serem enterrados eram a matéria evocada pelos caixões.

Em seus pronunciamentos da época, Siron queria mostrar aos governantes que as medidas não estavam ajudando nossas crianças. O gramado do Congresso Nacional ofereceu o cenário ideal para todos os políticos verem a tragédia brasileira. Além disso, a mídia

nacional e internacional tem fácil acesso e está sempre presente em Brasília. Era um chamado para a discussão de dados reais e para a tomada de atitudes também reais, sem ficar em discursos somente cheios de conceitos. Em seus depoimentos, Siron apontava para o fato: “A intelectualidade brasileira está discutindo muito a estética e esquecendo a ética.” Concluindo o raciocínio sobre sua visão da morte apresentada de maneira direta disse: “Não tenho mais medo da morte, já trabalhei muito com ela”. (MORETZSHIN, 1990)

Após Brasília, a fúnebre bandeira seguiu para Fortaleza, capital do estado do Ceará, que possuía o maior índice de mortalidade infantil. Depois disso, foi extraviada e seu destino desconhecido.

Felizmente, 27 anos se passaram e podemos apresentar alguns dados positivos em relação àquela data. “A taxa de mortalidade infantil caiu de 47,5/1000, em 1990, para 26,6/1000, em 2004.” Mesmo assim, nós brasileiros não podemos nos orgulhar tanto, pois os problemas sociais ainda são muito reais.

“As disparidades continuam: as crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer, em comparação às ricas, e as negras, 50% a mais, em relação às brancas. Dos 3,2 milhões de crianças que completam 1 ano de idade, 370 mil não possuem registro de nascimento (2005), e, portanto, vêm negado seu direito a uma identidade. Dos 11 milhões de crianças menores de 3 anos, quase 90% não freqüentam creches. Na faixa etária de 4 a 6 anos, apenas 55% freqüentam a pré-escola. Mais de 70% das crianças pobres nunca foram à escola durante a primeira infância. A desnutrição entre crianças menores de 1 ano diminuiu em mais de 60% nos últimos cinco anos, mas ainda 100 mil crianças com menos de 1 ano são desnutridas.” (Unicef, 2007).

2.2. “Tapete Brasileiro” - 1993



FRANCO, Siron. “Criança Brasileira”. Goiânia, 1987. Arquivo do artista.



FRANCO, Siron. "Tapete Brasileiro". Paris, 1993. Arquivo do artista.

A instalação "Tapete Brasileiro" difere da anterior pelo local de exposição. Foi produzida para ser apresentada na exposição internacional de arte contemporânea *Découvertes 93*, em Paris. (MAGALHÃES, 1993). A instalação apresentava um tapete de tamboretas que são encontrados freqüentemente nas casas goianas, feitos de pele de boi ou de vaca, peças do mobiliário tradicional popular. Para confrontar com a aparente tranqüilidade evocada pelo uso de um objeto cotidiano, encontramos, como se estivesse escondido, o corpo de uma criança esfaляlado, ensangüentado e amarrado com arame farpado. A "Criança Brasileira" escondida debaixo do tapete evocava os casos de violência contra crianças, tantas vezes silenciados, dentro da aparente tranqüilidade familiar.

Criada a partir da notícia de que em um culto religioso goiano crianças tinham sido esquartejadas para serem oferecidas em sacrificio, a obra "Criança Brasileira" apresenta o corpo despedaçado de uma criança. O mesmo artista afirma que foi difícil executar a obra, pois não havia como não passar mal no processo de dilaceramento da boneca, o que não deixava de evocar a criança real que estava sendo representada. O plástico dilacerado parecia pele humana, lembra Siron.

Quando pronta, serviu como cartaz para uma campanha contra a violência e seguiu para Paris, onde simplesmente desapareceu. Além disso, "surpreendentemente, sua exposição em muitas universidades na Europa e no Brasil foi proibida, a pedido do corpo docente ou dos próprios alunos, que não suportariam a convivência com tal imagem." (COSAC, 2005: 11)

Olhar para imagens como essa não é fácil. Ver um corpo nesse estado nos recorda a nossa ferocidade e até a fragilidade como ser humano. A identificação é involuntária. "Despossuído de tudo, o ser humano se torna enfim uma presença silenciosa que ninguém pode suprimir: o que essa presença traz, por si mesma e como afirmação última é o sentimento de pertencer à espécie" (MORAES, 2002: 152).

O tema da violência contra crianças, representado na obra, lembra que é um fato real, embora escondido por nosso tradicionalismo. É o que afirma o relatório da Unicef (2007):

“As crianças são especialmente afetadas pela violência. Embora os sistemas de notificação e informação sobre violência contra a criança sejam fracos, os dados existentes sugerem que 96% dos casos de violência física e 64% dos casos de abuso sexual contra crianças de até 6 anos sejam cometidos por familiares. No caso dos adolescentes, a violência tem lugar fora de casa. Nas duas últimas décadas, o número de homicídios de adolescentes (15 a 19 anos) aumentou quatro vezes. Tais homicídios afetam desproporcionalmente os meninos negros das famílias pobres das áreas urbanas. Há 956 municípios, onde há casos de exploração sexual reportada”.

2. 3. “Salvai Nossas Almas” - 1998



FRANCO, Siron. “Salvai nossas Almas”. Brasília, 1998. Fotógrafo: Orlando Brito.

“Salvai Nossas Almas” foi mais uma instalação apresentada primeiro no gramado do Congresso Nacional em Brasília e que, em seguida, rumou para Goiânia, onde o índice de pedofilia é alarmante. A instalação enfoca novamente a violência, tanto doméstica já revelada na instalação “Tapete Brasileiro”, quanto o abuso sexual contra a criança. Nessa obra, Siron criou grandes módulos com roupas usadas, radiografias, jornais e instrumentos usados na tortura de mulheres e crianças. É um assombro pensar como são altos os índices desse tipo de criminalidade, normalmente impune. A maldade humana chega a um refinamento quando instrumentos cortantes são deixados nos corpos de crianças.

Ao redor dos módulos, foram colocadas reproduções gigantes de páginas de jornais que relatavam atos de violência praticados por pessoas de várias posições sociais. As notícias indicavam que pessoas de várias categorias profissionais estavam relacionadas com pedofilia: médicos, juízes, engenheiros, padres, pastores, estudante, artistas, pedreiros etc. Todas as

classes sociais estão sujeitas a terem “monstros” entre elas, já que o abuso sexual, e mormente de menores é um crime revoltante, resultado da falta de valores relacionados ao respeito com o ser humano.

Landini (2003) fez um estudo sobre os casos de abusos de crianças publicados no jornal *Folha de São Paulo*. Em sua conclusão, mostra o preconceito que as matérias jornalísticas revelam para com as classes economicamente menos abastadas.

“Vale a pena voltar um pouco na história. A “descoberta” de que a violência sexual, especialmente aquela cometida contra crianças e adolescentes, não é exclusiva das classes baixas, data de poucas décadas atrás quando o movimento feminista começou a questionar a violência doméstica (sexual e física) contra as mulheres. Entretanto, a questão a ser enfatizada é que, apesar dessa “descoberta”, permanece um viés na percepção. Quer dizer, a violência sexual nas classes altas não é mais velada como antigamente; entretanto, quando vem a público, o faz de forma distinta, como uma anormalidade, uma doença individual que deve ser curada. Dessa forma, a mídia ajuda a reiterar a visão de senso comum da existência de uma dualidade na explicação da própria violência, ou seja, reitera a idéia da existência de uma violência produto da barbárie e da pobreza, e uma violência produto de um “desvio psicológico”, relacionando essas explicações à classe social; dessa forma aprofundando ainda mais a barreira em uma sociedade já bastante marcada pela discriminação econômica.” (LANDINI, 2003)

Em “Salvai Nossas Almas”, Siron mostra como o cotidiano pode ser cruel, ao apresentar profissionais de vários segmentos da sociedade que tem um lado podre. O homem contemporâneo perdeu a capacidade de expressar seu sofrimento diante de tantos números e de notícias que ficam em páginas escondidas dos jornais, tudo isso, reflexo do individualismo. “Esta ausência de espaço para a expressão de seus sentimentos é um sintoma das sociedades contemporâneas, nas quais freqüentemente as pessoas constroem uma auto-imagem de mônadas isoladas, o ‘*homo clausus*’.” (MENEZES, 2004: 34)

3. Conclusão

Nas três obras, assim como em outras que não foram avaliadas aqui, Siron chamou atenção para a morte infantil e a violência doméstica, fruto dos problemas sociais brasileiros. A doença é social. O abuso sexual contra crianças é um crime violento que dificulta

desenvolvimento normal e harmonioso da pessoa. Mesmo quando não resulta em morte, deixa marcas pelo resto da vida.

Por que Siron apresenta esses casos? Sabemos que dificilmente os problemas serão totalmente resolvidos, mas cutucar a mídia para essas questões pode, ao menos, fazer com que mais pessoas denunciem as barbaridades cometidas e, ao tomarem consciência, lutem para uma sociedade sem violências. Como diz Susan Sontag:

“Mostrar um inferno não significa, está claro, dizer-nos algo sobre como retirar as pessoas do inferno, como amainar as chamas do inferno. Contudo, parece constituir um bem em si mesmo reconhecer, ampliar a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros.” Mas quem sabe que quando ampliamos o conhecimento da sombra sabemos melhor como debater com ele? (SONTAG, 2003: 95)

Referencias Bibliográficas

ADES, Dawn. **Siron Franco: Figuras e Semelhanças: Pinturas de 1968 a 1995**. Rio de Janeiro, Editora Index, 1995.

COSAC, Charles. Siron Franco: Embalagem. Catálogo exposição. Paris: Embaixada do Brasil, 2005.

FRANCO, Siron. Goiânia, 05 mar 2007. Entrevista concedida a Lucia Bertazzo.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa**. Cad. Saúde Pública vol.19 supl.2. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em : http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800009. Acesso em: 07 set 2007.

MAGALHÃES, Carlos Fernando. Tapete brasileiro: um acento do olhar. **O Popular**, Goiânia, 24 jan 1993. Caderno 2, p.2.

MENEZES, Raquel Aisengart. A “morte contemporânea” e seu ideário. *in*: **Em Busca da Boa Morte: Antropologia dos Cuidados Paliativos**. Rio de Janeiro: Garamond, FIOCRUZ, 2004. p. 24- 52.

MORAES, Eliane Robert. **O Corpo Impossível**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

MORETZSOHN, Carmem. Siron faz o velório do infanticídio. **Jornal de Brasília**. Brasília, 12 out 1990. Caderno 2, p.9.

Rio Body Count. Disponível em www.riobodycount.com.br. Acesso em: 07 set 2007.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as Crianças. **A situação das crianças e dos adolescentes brasileiros**. Disponível em: <http://www.unicef.org.br>. Acesso em: 7 set 2007.

ENTRE A CRUZ E A FOICE: O DISCURSO ANTICOMUNISTA NO PERIÓDICO CATÓLICO DE MINAS

GERAIS *O DIÁRIO* – DA RENÚNCIA DE JÂNIO (1961) À QUEDA DE JANGO (1964).

Farley da Conceição Bertolino*

RESUMO:

A comunicação tem como premissa maior analisar o discurso anticomunista contido no periódico católico de Minas Gerais *O Diário*, identificando os acontecimentos que culminaram no golpe civil-militar em 1964. Foi necessário estudar inicialmente o aspecto ideológico anticomunista, propagado a partir de meados da década de 1930, sobretudo pela Igreja Católica, assim como se tornou fundamental entender a crise do populismo a partir do panorama político, econômico e social que antecedeu ao Golpe de 1964. Procedemos à análise do papel atribuído à classe média e à Igreja Católica em apoio ao bloco conservador e opositor ao governo João Goulart. Para nossa análise, tomamos como referência os conceitos de Imaginário Anticomunista e Golpe Civil-Militar de 1964. No caso o conceito refere-se também ao acontecimento, que levou os militares ao poder em 1964.

RÉSUMÉ:

La plus grande prémisses de la communication c'est analyser le discours anticomuniste dans le journal catholique de Minas Gerais, *O Diário*, en identifiant les événements qui ont abouti au coup d'état militaire en 1964. Il nous a fallu étudier, d'abord, l'aspect idéologique anticomuniste propagé, à depuis le milieu des années 30, surtout par l'Église Catholique. Ensuite, il est devenu fondamental comprendre la crise du populisme à partir du panorama politique, économique et social antécédent du Coup d'État de 1964. Nous avons fait l'analyse du rôle de la classe moyenne et de l'Église Catholique en ce qui concerne l'appui au bloc conservateur et opposant au gouvernement de João Goulart. Pour notre analyse, nous avons eu, comme référence, les concepts de l'Imaginaires Anticomuniste et le Coup d'état Civil Militaire de 1964. Le concept se réfère aussi à l'événement qui a amené les militaires au pouvoir en 1964.

O termo *anticomunismo* assinala claramente o sistema, opinião ou sentimento adverso ao comunismo. Logo, anticomunistas seriam aqueles indivíduos e grupos que empregavam suas lutas contra o comunismo, seja pela palavra ou pela ação. De acordo com Motta, a atitude de recusa combatente ao projeto comunista deve levar em consideração que o comunismo precisa ser entendido como “a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético” (MOTTA, 2002, p. XIX). Apesar desse ponto comum, os diversos grupos anticomunistas se apresentam bastante heterogêneos, podendo estar ligados aos fascismos, ao liberalismo e, no Brasil, principalmente ao catolicismo.

A tradição anticomunista na sociedade brasileira teve maior força na medida em que se expandia a influência do Partido Comunista, sobretudo a partir de novembro de 1935 com o

* Bacharel/Licenciado em História pela PUC-Minas.

“Levante Comunista”, movimento de insurreição que teve início em Natal (RN), estendendo-se pelo Recife (PE) e Rio de Janeiro, com o objetivo final de implantar o socialismo no Brasil. A partir daí, construiu-se o mito “Intentona Comunista” que teve como consequência a associação da imagem daquela ação revolucionária à violência, assassinatos covardes e estupros, demonstrando dessa maneira que o comunismo colocaria em sério perigo a ordem.

Foi também em 1935 (fevereiro) que a imprensa católica de Belo Horizonte lançou *O Diário*, jornal cotidiano que era desejo do arcebispo daquela capital – Dom Cabral –, e que se realizou com o apoio de um dedicado grupo de colaboradores católicos e o incentivo do episcopado mineiro, ultrapassando inclusive os limites do Estado. Embora não fosse exclusivamente um órgão religioso, mas uma folha moderna, com um completo noticiário, páginas de comércio e da lavoura, do ensino e do esporte, *O Diário* seria, no entanto, “um defensor de Deus, da Pátria e da Família” (MATOS, 1990, p.127).

O imaginário anticomunista foi reproduzido ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, sobretudo pela Igreja Católica que encontrou no periódico *O Diário* o espaço ideal para divulgar suas opiniões diante da ameaça do denominado “perigo vermelho”, atingindo significativa importância no início dos anos de 1960.

A complexidade dos problemas brasileiros, bem como a crise em que os partidos políticos se encontravam no início da década de 1960, podem ser percebidos na eleição do presidente Jânio Quadros (janeiro de 1961), que com apenas seis meses de governo renunciou ao cargo de presidente agravando a crise político-econômica do país. João Goulart deveria ser o sucessor à vaga de Jânio Quadros na presidência da República, que supostamente completaria o período governamental até 31 de janeiro de 1966. No entanto, quem assumiu a chefia do governo foi Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, devido ao fato de Jango estar impedido, por estar ausente do país.

Goulart recebeu do Congresso um poder limitado e enfraquecido mediante o parlamentarismo imposto, justamente no momento que o país exigia um governo forte e centralizado que fosse capaz de efetuar as mudanças necessárias. Essa manobra teve a finalidade de apaziguar a crise e evitar o confronto aberto, pois não só os setores conservadores tentavam

impedir a posse de Jango, como também os ministros militares de Jânio Quadros, o que gerou um ambiente pré-guerra civil.

Naquele momento, a sociedade já se encontrava dividida e organizada em dois grandes grupos: de um lado havia o grupo Conservador/Oposicionista que encontrou no estabelecimento do parlamentarismo o afastamento da ameaça comunista; em contrapartida, uma intensa mobilização popular buscava impedir a solução anticonstitucional através da “Campanha da Legalidade”. Conforme Delgado, a “Cadeia da Legalidade” havia sido implementada por iniciativa do petebista e governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e “era constituída de programações radiofônicas ouvidas em quase todas as cidades do Brasil, e tinha como objetivo exclusivo defender a posse de João Goulart na Presidência da República” (DELGADO, 2004, p.27).

Em novembro de 1961, uma nova polêmica colocou a política externa em destaque, ao ser anunciado o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, trazendo como consequência forte reação que desencadeou uma série de protestos contra o governo de Jango. De acordo com Motta, “esse ato enfureceu ainda mais a opinião anticomunista por ter sido anunciado às vésperas da comemoração da *Intentona*, o que foi interpretado como uma provocação dos comunistas” (MOTTA, 2002, p.235).

Sob os títulos *Duas lições de 35* e *O melhor antídoto*, os editoriais do jornal *O Diário*, publicados respectivamente em 26/11/1961 e 28/11/1961, comentavam que o reatamento das relações entre o Brasil e a URSS reverenciava a memória das vítimas do “Levante de 1935”, e que diante deste fato duas lições deveriam ser apreendidas e aplicadas àqueles anos de crise: a primeira era que o comunismo, em qualquer parte do mundo, fora cruel e sanguinário. Neste ponto, destacavam-se os crimes de Stálin e também de Hitler “cujo nacional-socialismo não passou, aliás, de uma modalidade de comunismo”. O editorial ainda explicava que os crimes dos comunistas – e nessa classificação o jornal incluiu Franco, Castro, Tito e Mao – deixava “por toda parte um rio de sangue” que “segue a marcha do Partido Comunista e seus diversos avatares”, inclusive no Brasil em 1935.

A segunda lição referia-se ao “melhor antídoto” sugerido contra o comunismo que era a “democracia”. Nas palavras do editorial, “todos sabem que a democracia resolve os problemas sociais, sem sacrifício da liberdade”. Além disso, a opinião que o periódico exprimia destacava ainda a presença ameaçadora do comunismo: “Essa continuada agitação comunista, cada vez

mais agressiva, começa a alarmar, a produzir o pânico. Já existem formas larvadas de anticomunismo, de medo ao comunismo”. E ainda completava, em tom de intimidação: “à medida que forem elas crescendo, as forças de reação se reagruparão”.

Ou seja, se por um lado temos que a defesa do projeto reformista e nacionalista alcançava um número considerável de adeptos, dos quais faziam parte os comunistas e petebistas, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), grupos de cultura popular, setores da Igreja progressista, sindicalistas que fundaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e políticos da Frente Parlamentar Nacional; por outro lado, o grupo conservador/oposicionista conseguiu reunir a classe média civil e militar, o empresariado, políticos conservadores e direitistas, e setores da Igreja que se opunham às reformas, juntos no combate ao comunismo. A organização destes dois blocos que se contrapunham, demonstrava uma certa politização da sociedade, da qual os mineiros teriam papel de destaque.

A breve experiência parlamentarista, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, encontrou sua derrota no plebiscito de 06 de janeiro de 1963, cujo objetivo era de referendar ou não a emenda parlamentarista, sendo que, a maioria da população decidiu-se pelo seu fim. Logo, o plebiscito representava a eleição que concedeu novamente a João Goulart a presidência da República e, conseqüentemente, a possibilidade para efetivar o seu programa de reformas de base.

Grande parte da imprensa exerceu pressão e influência na campanha do plebiscito, criando a sensação de que o referendo representava uma polarização entre “democracia” e “comunismo”. Todavia, podemos notar que o jornal *O Diário* posicionou-se contrário a realização do plebiscito e ao retorno do presidencialismo. Vejamos o que sugere o trecho retirado do editorial intitulado *O fim do Parlamentarismo*:

Torna-se cada vez mais impetuosa a torrente presidencialista. É forçoso admitir que o parlamentarismo vive seus últimos dias. Brevemente, por via do referendo ou de simples revogação do Ato Adicional, o país vai fazer um grande retrocesso político (*O DIÁRIO*, 8/11/1962, p.4).

Restituída a autoridade plena ao Presidente Goulart, *O Diário* chegou a afrontá-lo no editorial intitulado *A hora do Presidente*: “Agora vai ser imposta a prova decisiva à capacidade do Sr. João Goulart, uma prova por ele mesmo insistentemente desejada e solicitada” (*O DIÁRIO*, 17/01/1963, p.4). Além disso, o jornal criticou também as relações que o presidente mantinha e ainda chamou a atenção do leitor para o “perigo” que eventualmente viria a acontecer:

É sabido que o atual presidente, além de seus assessores naturais, além dos elementos de prole dentro das hostes partidárias, além dos líderes das facções políticas que o apóiam, costuma ouvir conselhos de amigos que merecem sua confiança, mas não a do País. Não é segredo que entre esses figuram representantes de ideologias diversas, alguns até adeptos de correntes extremadas. (*O DIÁRIO*, 17/01/1963, p.4).

Indubitavelmente, o jornal criticava as relações que Jango mantinha com os políticos de centro-esquerda, com alto nível técnico, e que mais tarde viriam compor o seu Ministério. Assim, os primeiros meses de 1963 revelaram a expectativa de que Goulart pudesse governar em clima de tranqüilidade. Segundo Ferreira (2003), a sua estratégia política era de que, mediante acordos, negociações e compromissos entre o centro e a esquerda ele implementaria as mudanças econômicas e sociais por meios democráticos.

Entretanto, o país passava por uma crise econômica e financeira extremamente preocupante e o país precisava implementar o programa de reformas. Assim, uma semana antes do plebiscito, Goulart anunciou o seu projeto de governo, “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”, elaborado pelo economista Celso Furtado (Ministro do Planejamento) com a colaboração de San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda). Sobre esse assunto, vejamos o que nos comunica o editorial *À espera do Plano Trienal*:

Falando à nação brasileira à entrada do Ano Novo, o Presidente da República mostrou-se otimista e eufórico, a ponto de asseverar que o Brasil já superou o subdesenvolvimento e agora pode considerar-se na fase de predesenvolvimento. Há um plano trienal elaborado pelo Ministro Sem Pasta Celso Furtado após minuciosa pesquisa de recursos e organização da vida financeira do triênio (*O Diário*, 03/01/1963).

O Plano, que tinha como objetivo a realização gradual das reformas reivindicadas por setores da sociedade civil, não conseguiu o apoio dos seus aliados, e menos ainda dos seus opositores que realizaram ampla campanha contra o governo de Jango através dos órgãos IPES e IBAD¹. Isso porque o Plano Trienal “implicava em restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando assim interesses de capitalistas e trabalhadores” (FIGUEIREDO *apud* FERREIRA, 2003, p.364). O seu fracasso foi percebido antes mesmo de concluir um ano, e a partir de março de 1963, Goulart passou a defender com maior entusiasmo a bandeira das Reformas de Base, especialmente a Reforma Agrária.

Formou-se então a “coalizão de esquerda pró-reformas” que buscava a implantação da Reforma Agrária pelo Legislativo, desconsiderando a maioria conservadora dos parlamentares

¹ O Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) eram organismos de caráter profundamente conservador e feição nitidamente anticomunista. Eram responsáveis pelas propagandas anti-reformas, associando-as ao comunismo. Contavam com o apoio e incentivo financeiro dos EUA.

que viam nessa ação uma ameaça ao direito de propriedade. Concomitantemente, as ruas foram tomadas por passeatas, comícios e ameaças de greve geral, liderado por Brizola, o CGT, a UNE, entre outros grupos de esquerda que tentavam pressionar o Congresso.

Por outro lado, o grupo conservador/oposicionista combatia a reforma agrária no Parlamento, liderados pelo PSD e UDN, “representando os interesses dos grandes proprietários rurais e de expressivos setores da Igreja Católica, negaram apoio a qualquer emenda constitucional que viabilizasse a reforma agrária proposta pelo governo” (TOLEDO, 1997, p.36), demonstrando dessa forma, que não seria fácil para Jango efetivar as reformas.

O acirramento das pressões sobre Goulart, tanto dos anticomunistas quanto dos grupos esquerdistas, fez com ele tomasse a infeliz medida de decretar estado de sítio, contribuindo ainda mais para que enfraquecesse sua posição. Se antes disso *O Diário* já tecia críticas ao Presidente Jango, a partir desse decreto o editorial não poupou palavras. Intitulado *Em pleno caos*, o periódico avaliou o estado de sítio como o primeiro passo para ser implantada uma ditadura, e assim, criticou com veemência o discurso do presidente:

Quem se der ao trabalho de comparar o que vem dizendo o Sr. João Goulart desde que assumiu o governo terá a impressão exata do vazio. Antes do plebiscito não governava porque seus poderes eram tolhidos. Depois, com a volta do presidencialismo, passou a insistir nas reformas de base que complementariam o Plano Trienal. Agora entrevê tentativas de subversão, mas precisamente deixa de apontar os principais promotores do caos que está aí. Refere-se ao IBAD, que era mantido com dinheiro suspeito, mas não se pronuncia a respeito das agitações que arrastam o Brasil para a ruína (*O Diário*, 04/10/1963, p.1).

O periódico católico publicou na primeira página do dia seguinte a manchete: “ESTADO DE SÍTIO: SALVAÇÃO DO REGIME OU DITADURA”, reproduzindo a mensagem do Presidente ao Congresso que havia decretado o estado de sítio em todo o território nacional pelo prazo de trinta dias. Outro editorial evidenciou o posicionamento crítico quanto à atitude do Presidente Jango, cujo título *Inepto, ridículo, absurdo* promoveu acusações e lamentações:

Se o governo não pode assegurar a ordem pelos meios regulares, também não o poderá com sítio nem com ditadura. Se há greves, se há revoltas de sargentos², se há agitação, quem é o responsável senão quem dá apoio e proteção aos agitadores, senão quem transformou organismos de convulsão social em verdadeiros órgãos do Governo? Como aprendiz de feiticeiro, o Sr. João Goulart soltou forças que não sabe dominar. E jamais as dominará (*O DIÁRIO*, 06/10/1963, p.4).

² O Editorial se referia ao episódio de 12 de setembro de 1963, quando o Supremo Tribunal Federal não havia aprovado a elegibilidade de sargentos para cargos no Legislativo, e diante disso, sargentos, fuzileiros navais e soldados rebelaram-se sem serem punidos pelo governo.

Com efeito, a iniciativa de Jango desagradou tanto seus opositores quanto aos seus aliados que, por motivo de desconfiança, recusaram sua proposta. Coube ao presidente recuar já que não teve o apoio dos sindicatos e das outras forças populares. No entanto, como assinala Bandeira (1978), esse recuo do presidente significou a perda do controle político e militar da situação, fazendo com que ele se isolasse à esquerda, à direita e ao centro. Contudo, na véspera do natal de 1963, Goulart decretou o monopólio da Petrobrás na importação do petróleo e seus derivados, sendo que esta era uma das reivindicações que os grupos de esquerda defendiam. Percebendo seu crescente isolamento, em janeiro de 1964 Goulart se aproximou dos movimentos populares e ainda anunciou outra medida que aqueles reclamavam: a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros para o Exterior.

As resistências contra as reformas de Jango aumentaram e, em março, o centro da crise se deslocou para o Rio de Janeiro. Diante das agitações e confusões estabelecidas, que estavam desorientando as pessoas, *O Diário* manifestou sua posição em relação às reformas:

A posição da Igreja Católica, e pois de todos os católicos, é uma: somos pelas justas reformas sociais e políticas. Sendo pelas reformas, nossa posição é contra o comunismo, que não deseja reformar, mas sim destruir criando uma forma de opressão e terror. (...) Em resumo, em nome das reformas precisamos combater os comunistas e os agitadores; em nome da democracia e da justiça, devemos pleitear as reformas (*O DIÁRIO*, 10/03/1964, p.4).

Efetivamente, o comício das reformas, ocorrido no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil (RJ), foi um marco decisivo na chamada “democracia populista”, cujo efeito maior resultou no golpe civil-militar. Diante de mais de duzentas mil pessoas que reunidas exigiam as reformas de base, o Presidente João Goulart, de improviso e de forma franca, apoderou-se da palavra, e discursando durante pouco mais que uma hora, denunciou a indústria anticomunista, ressaltou a necessidade de revisar a Constituição, e reafirmou o audaz propósito de lutar pelas reformas (Agrária, Política e Universitária). Acompanhado de sua esposa, Jango encerrou o comício anunciando, através de dois decretos do Executivo, “a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e a desapropriação de terras com mais de cem hectares que ladeavam rodovias e ferrovias federais” (TOLEDO, 1997, p.39).

A repercussão deste comício aguçou o conflito político entre as esquerdas e direitas sendo duramente criticado pela imprensa católica. Com o editorial intitulado “Saldo do Comício das Reformas”, o parecer do jornal *O Diário* indicava aquele como um “comício sem brilho e medíocre, com muitos soldados e amplas caravanas oficiais, que serviu de cena para a demagogia

de grandes proporções e para a encampação das refinarias particulares” (*O DIÁRIO*, 15/03/1964, p.4). Declarava-se em consonância com o Presidente Goulart na defesa das reformas, mas devido ao fato dele estar mal assessorado, suas boas intenções se transformaram em “frases banais e em projetos inexequíveis”.

Chamo a atenção para o discurso utilizado pelo grupo Conservador/Oposicionista, que passou a defender a mesma bandeira que as esquerdas utilizaram contra a emenda parlamentarista em 1961, pela Campanha da Legalidade. Porém, em 1964, a defesa da ordem legal foi executada pelos conservadores que buscaram a intocabilidade da Constituição, visto que as esquerdas adotaram a estratégia ofensiva de rompimento institucional. Sob o título “Campanha da Ilegalidade”, o editorial católico do dia 17 de março de 1964, promovia críticas ao discurso proferido pelo Presidente Goulart no comício da Central do Brasil, comentando que ele havia desencadeado oficialmente a “campanha contra a Constituição” e, de forma incisiva tentavam intimidá-lo: “Se o Sr. João Goulart não gosta da atual Constituição, nos termos da qual foi eleito, da Constituição que ele jurou defender, nada o impele de renunciar” (*O DIÁRIO*, 17/03/1964, p.4).

Outros dois episódios agravaram ainda mais a posição na qual se encontrava Jango, adiantando subitamente a efetivação do golpe. O primeiro foi a “Revolta dos Marinheiros”, uma rebelião dos quadros subalternos cada vez mais politizados da Marinha que atingiu a oficialidade pela quebra da disciplina e da hierarquia, fundamentos básicos que exprimiam o que era “ser militar”. Assim, no dia 25 de março de 1964, o ministro da Marinha, Sílvio Motta, deixou o cargo por considerar o governo complacente com as questões disciplinares que envolviam marinheiros e fuzileiros navais. Conforme sugere Ferreira (2003), ao anistiar os marinheiros “indisciplinados” Goulart atingiu profundamente a integridade profissional das Forças Armadas, irritando ainda mais os setores conservadores da sociedade, inclusive as Forças Armadas.

Finalmente, o episódio que deu um basta ao governo de João Goulart ocorreu no dia 30 de março de 1964, quando o presidente pronunciou inflamado discurso em manifestação de sargentos e suboficiais no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. No meio militar, sua atitude foi considerada como um atentado à disciplina e à hierarquia das Forças Armadas, pois conforme certifica Motta, “prestigiando com sua presença um ato político de militares inferiores, Goulart oferecia um argumento adicional em prol da tese subversiva, e terminava de selar o seu destino” (MOTTA, 2002, p. 269).

Na madrugada do dia seguinte, explodiu o golpe civil militar, com a marcha das tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, saindo de Juiz de Fora (MG) rumo ao Rio de Janeiro, sem que uma guerra civil ensangüentasse as ruas do país. No dia 1º de abril de 1964, o jornal *O Diário* exibiu em primeira página manchetes tais como: “II e III Exércitos aderem ao movimento”; “II Exército acompanha Minas na luta contra o comunismo”, e ainda, “General Mourão Filho recomenda o afastamento de João Goulart, para restaurar domínio da Constituição”.

A decisão polêmica de Goulart, que buscou evitar o confronto entre os brasileiros, encontrou na sua partida ao exílio a solução mais ponderável. Nesse mesmo dia, o Congresso declarou vaga a Presidência da República visto que Jango já havia partido do Rio de Janeiro para Brasília, e de lá certamente para o exílio. Sem imaginar o que o futuro revelaria à nação brasileira, o título do editorial daquele 1º de abril comunicava: “Está lançada a sorte do regime”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A crise antes do Golpe. **Nossa História**, São Paulo, Biblioteca Nacional, n.5, mar., p.26-30, 2004.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: volume 3: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.343-404.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936.** Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).**São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de.(Org.) **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

HISTÓRIA E LITERATURA:

construção do conhecimento histórico em Os subterrâneos da liberdade de Jorge Amado

Maria Marciária Martins Bezerra*

Resumo

Este artigo procura intertextualizar a história e a literatura a partir da obra *Os subterrâneos da liberdade* de Jorge Amado. Nele examina-se o percurso fluido e multifacetado da literatura para um diálogo com a história, uma vez que a obra nos permite analisar a resistência comunista durante o Estado Novo.

Abstract

This article aims to intertextualize history and literature focusing *Subterrâneos da liberdade*, by Jorge Amado. This work analyses the fluid way of literature in a dialogue with history, considering that this research allow us analyze the communist resistance during the Estado Novo.

Palavras-chave: história e literatura; comunismo; Estado Novo

Key words: history and literature; communism; Estado Novo

1- Introdução

O diálogo entre *História* e *Literatura* encontra-se presente na contemporaneidade. É comum diferenciar a história da literatura no sentido em que a história percorre o mundo do fato, enquanto a literatura se produz no mundo da ficção. O historiador não pode criar seus fatos, ao contrário do escritor, nisso o segundo goza de maior liberdade para explorar narrativas. Neste sentido, a obra *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado, nos indica um percurso multifacetado da literatura para um diálogo com a história, uma vez que a obra nos permite analisar como Jorge Amado tratou a resistência comunista no Brasil durante o Estado Novo. É possível em *Os subterrâneos* encontrar reflexões que focalizam os laços históricos e conceituais que ligam os universos da *História* e da *Literatura*.

* Professora de História do Colégio Estadual Manoel Vilaverde em Inhumas-GO, mestre em História Social pela Universidade de Brasília.

2- Em busca da história: comunismo e Estado Novo na literatura amadiana

A intertextualização que fazemos entre História e Literatura veio do gosto pela literatura narrativa (romance, conto, epopéia), ensaística (ensaio, crônica, memória) e pela sugestiva historiografia que nos diz da aplicabilidade da ficção para elucidar a realidade de uma época ou evento. Arthur Helps (2003) sugere: se você pretende compreender a sua própria época, leia as obras de ficção produzidas nela. As pessoas quando estão vestidas em fantasias falam sem travas na língua. Para ficar com Arthur, sem travas na língua, a obra *Os subterrâneos da liberdade (Os ásperos tempos, Agonia da noite, A luz no túnel)*, de Jorge Amado, nos permite tratar de um tema pertinente na história: o comunismo no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945).

A trilogia constitui um relato de como o comunismo atravessou fronteiras (URSS) para se fixar no Brasil por meio dos operários, trabalhadores rurais e seus simpatizantes. Fica evidente o propósito do autor de fazer da narrativa um meio de difusão da mensagem comunista. “Ela constitui o ponto extremo do engajamento amadiano, espécie de bizarro apogeu do modelo ficcional centrado na representação do drama do oprimido pela via da perspectiva partidária” (DUARTE, 1996: 209). A narrativa se utiliza da história e do objetivo de romancear o processo de hipertrofia política das massas no confronto com os donos do poder.

Na obra, os operários de Santos e do Rio de Janeiro, os sertanistas mato-grossenses, os intelectuais orgânicos são os protagonistas que dão sentido, nexos, à narrativa política de Amado sobre o Estado Novo. O partidarismo intenso que marca a narrativa faz com que, na versão amadiana, o Estado Novo massacre muito mais o partido do que a população em geral e as instituições democráticas em particular. O Partido Comunista do Brasil (doravante, PC) “é alçado ao panteão duplo de herói e mártir desse tempo obscuro, enquanto Vargas e a burguesia são reduzidos à mais baixa vilania” (DUARTE, 1996: 219). O cotidiano da classe operária sob o populismo e os efeitos da propaganda getulista que, em torno dos propalados direitos dos trabalhadores, se não desaparecem de todo, esmaecem frente ao drama de luta e resistência protagonizado pelos comunistas. A questão da resistência comunista que se contrapunha aos donos do poder é fundamental para compreender a articulação política dos líderes comunistas de também estarem no poder.

A obra é marcada por um viés político, em que a intenção de Amado é disseminar o pensamento comunista entre os operários e trabalhadores rurais, haja vista que passava pela sua

fase mais aguda de adepto incontestado ao comunismo. Pensar Jorge Amado como intelectual engajado é falar que ele se apropriou conscientemente de uma ideologia que tratou de propagar a defesa do comunismo como o meio mais “correto” para que a sociedade finalmente cessasse toda forma de exploração do homem sobre o homem.

Segundo Norberto Bobbio (1997: 179), “a paixão e a ação dos comunistas foram inspiradas no ideal da emancipação humana contra a exploração e a alienação, um ideal universalista antitético ao do fascismo, que era nacionalista, e ao do nazismo, que era até mesmo racista”. Portanto, na idéia do resgate do homem da miserabilidade terrena, da escravidão econômica e da opressão política, reside o fascínio que o comunismo exerceu sobre os excluídos, sobre aqueles que, estando nos degraus mais baixos da esfera social, somente poderiam ascender a um degrau mais alto por meio de um ato revolucionário, de uma transformação radical da sociedade.

Sendo assim, acreditamos que Jorge Amado, em sua trilogia, teve um claro sentido de acerto de contas com o governo de Getúlio, que havia reprimido o PC, encarcerado Prestes, prendido e torturado centenas de opositores. Dissemos “acerto de contas” porque era próprio de intelectuais como Jorge Amado (escritor e político) estarem inclinados a contestar governos anti-democráticos, como é o caso do Estado Novo, que perseguiu políticos de esquerda, censurou e torturou em nome da “segurança” e da “ordem” Nacional.

3- História e Literatura: interlocutoras possíveis

Refletir sobre Literatura e História conduz à percepção de que “a obra literária recorre à história não na perspectiva de testemunho ocular ou repórter dos fatos, mas como intérprete, capaz de recriar poeticamente a realidade” (VELLOSO, 1998: 259). Posto isso, é necessário tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao questionamento histórico.

A obra literária “é evidência histórica e deve ser adequadamente interrogada” (CHALHOUB, 1998: 7). No caso de *Os subterrâneos da liberdade*, Jorge Amado, por meio da literatura, reafirma seu discurso político, visto que ao escrevê-la passava por uma fase de adesão ao pensamento comunista.

Nesse sentido, em uma obra literária o importante é buscar a lógica social do texto, independentemente se é romance político, histórico, sociológico, antropológico, ou não. Claro que para isso devem-se pensar e ponderar as formas específicas da fonte literária. Assim, do que já foi dito conclui-se que ao historiador que busca na literatura seu objeto de estudo, requer interrogar: De que literatura está se indagando? Qual o sentido dessa literatura para o contexto histórico? Como o autor concebe a obra?

A inscrição histórica da literatura engajada em Jorge Amado reúne várias proposições ideológicas e reivindicações sociais. Em *Os subterrâneos* percebem-se as lutas ideológicas do comunismo, liberalismo e integralismo. Lutas que atravessam toda a trilogia evidenciando as manobras políticas de Vargas para eliminar o “complô internacional comunista”, que irá justificar a implantação do Estado Novo. Na obra isso não impede que, nos subterrâneos da ditadura varguista, a resistência operária e os ideais comunistas continuassem a nutrir o sonho de um Brasil “justo” e “igualitário”. O sectarismo político que envolveu Jorge Amado à época fez com que *Os subterrâneos* fosse tida por grande parte dos críticos literários como um enorme panfleto. Não obstante, na trilogia, um conjunto de virtudes narrativas e, mais do que isso, um testemunho vivo das práticas policiais e repressivas do Estado Novo foram registrados, servindo como importante instrumento de análise histórica.

4- Conclusão

Literatura, história e política foram elementos que não se dissociaram na obra amadiana. Podemos observar que o constructo ficcional em Amado estruturou-se a partir da busca pela história presente. Portanto, a contribuição amadiana para o universo historiográfico é relevante, visto que Jorge Amado em *Os subterrâneos* procurou registrar a oposição das classes oprimidas, representadas pelos operários e trabalhadores rurais, ao Estado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. Os ásperos tempos. In: _____. *Os subterrâneos da liberdade*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 1.

_____. Agonia da noite. In: _____. _____. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. v.2.

_____. A luz no túnel. In:_____. _____. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. v. 3.

BEZERRA, Maria Marciária Martins. *História e Literatura: dialogismo na construção do conhecimento histórico em : Os subterrâneos da liberdade* de Jorge Amado. Brasília: UnB, 2005. 121 p. (Dissertação de Mestrado em História Social, Programa de Pós-graduação em História da UnB).

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *A história contada: capítulo de história social de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HELPS, Arthur. *Life and labors of Mr. Brassey 1805-1870*. University Press of the Pacific, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro (Orgs.). *Estado Novo ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IGREJA FORA DA SACRISTIA: A AÇÃO POLÍTICA DE FRADES DOMINICANOS EM OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR ENTRE 1968-1969.

Emanuela Antunes Bezerra*

Resumo: A presente comunicação versa sobre a ação política de frades dominicanos no centeio das manifestações políticas e sociais nos anos de 1968 e 1969 do regime político militar brasileiro. Os aspectos abordados buscam compreender a Igreja Católica em tempo de renovação eclesial e teológica, tendo em vista o contexto do Concílio Vaticano II e Medellín, frente a materilização da fé a partir da práxis política dos dominicanos em oposição a ditadura militar, assim como a ofensiva dos militares junto a estes. Dessa maneira, analisar de forma sistemática, sob a luz do conhecimento histórico, a ação dos frades dominicanos é profícua na medida em que tal atuação desencadeou um novo olhar da Instituição Católica em relação ao Regime Militar que de entusiasta assumiu uma postura questionadora.

Abstract: The main of this communication is about the poriticians acts of dominican fiars in the center of politician and social manifestations in the years 1968 and 1969 of brazilian politic militar regiments. This approachment try to undestand the catolic church in telogic and ecclesiastic renovation time in the contexto of 2nd Concil Vaticano and Medellín, when the dominicans showed there faith in concrete acts against the militar dictatorship, and the offensive acts against them. At this time, to a sistematic form analised, in a historical knowledge, the dominican friars acts is positive about the new catolic institution view, in front of the militar regiments, that put on a question attitude.

Palavras-chave: Ditadura Militar – Dominicanos – Estado e Igreja.

A Igreja Católica em tempo de renovação eclesial e teológica

A necessidade de estabelecer um diálogo com a modernidade faz com que a Igreja Católica, em meados do século XX, abra um espaço para a discussão da sua perspectiva teológica e eclesiástica. A proposta inicial consiste em discorrer, numa perspectiva histórica, sobre as transformações ocorridas na Igreja a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e a sua recepção na II Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín na Colômbia (1968). A conjuntura política da década de 60 na América Latina, com a instauração de ditaduras militares, favoreceu a projeção de setores progressistas da Igreja Católica latino-americana, bem como a sua vinculação com movimentos de resistência, em prol da defesa dos direitos humanos imbuídos dessa nova perspectiva da orientação teológica conciliar e episcopal.

* Graduada do 8º período de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2007).

No Brasil, faz-se oportuno destacar que a defesa de um discurso libertário, adotado pelos setores progressistas, não sacramentalizou uma modificação estrutural da instituição católica. Não podemos, portanto, compreender a Igreja como um corpo monolítico a favor dessa nova forma de ser cristão, na medida que setores da instituição mantiveram-se sustentados por uma mentalidade conservadora que não permitiu a adesão plena das transformações teológica e eclesial. Entretanto, a constatação que algo de novo surgiu e promoveu mudanças em segmentos da Igreja Católica não pode ser ocultada, e a Ordem Dominicana, nesse processo, através da ação política de alguns de seus frades, pode ser tomada como a vanguarda de renovação do cristianismo católico brasileiro no período de institucionalização da repressão militar aos grupos de manifestações civis e partidárias em oposição ao regime.

Considerando que “o pensamento religioso não evolui sozinho no espaço simbólico, pois ele interage com outras formas de pensamento e outras esferas de organização social, política e cultural” (DELGADO, 2006:108), a Igreja Católica, em 1959, através do Papa João XXIII, anuncia a convocação de um novo tempo para o catolicismo: o Concílio Vaticano II (1962-65). Marco na história da instituição o Concílio Vaticano II, voltou-se às questões pastorais e uma adaptação de suas concepções doutrinárias ao mundo moderno. Muitos foram os católicos conservadores que encontraram empecilhos em compreender ou aceitar o estilo e a mensagem da nova Igreja que se projetava, mas apesar das críticas, o Vaticano II aconteceu e transformou, em certa medida, a noção de fé dos cristãos católicos.

A essência do Concílio Vaticano II é a proposta de uma releitura da doutrina da Igreja definida no passado, tendo como base um projeto de modernização respaldado no Evangelho. Beozzo (2005) afirma que o Vaticano II é um Concílio pastoral-ecclesiológico. Para compreender a pastoral e a ecclesiológica do Vaticano II o autor destaca como palavras-chave o “*aggiornamento*” e o “diálogo”. *Aggiornamento*, palavra de origem italiana, trata de uma abertura crítica da instituição, sob a luz do Evangelho ao mundo moderno, reconhecendo o papel da Igreja Católica não só nas questões do mundo transcendental e espiritual, mas também como instituição integrante do tecido social da realidade humana e que deve se interar, preocupar-se e agir com as questões do mundo terreno.¹ O diálogo, por sua vez, a partir dos acontecimentos históricos coloca

¹ Isto não quer dizer que a Igreja ao longo de sua história não tenha interferido nas querelas humanas, no

a Igreja em contato com o mundo. É investido desse sentimento de *aggiornamento* e de uma proposta de Igreja dialogante com a sociedade que o Papa João XXIII abre em outubro de 1962 o Concílio Ecumênico do Vaticano II. O Concílio significou uma possibilidade de modernização da instituição eclesiástica, de forma a poder atender melhor exigências sociais, políticas, econômicas e culturais do seu tempo.

O Vaticano II impulsiona, com sua eclesiologia, a teologia ecumênica, a do diálogo inter-religioso e com os não-crentes. Desloca-se de uma teologia objetiva e objetual, dogmatista e doutrinal, para uma existencial, hermenêutica e dialogal (LIBÂNIO, 2005: 75).

Como um prolongamento do Vaticano II para a América Latina, discorreremos sobre a sua recepção na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM) em Medellín (1968)². Considerando que o Vaticano II foi um evento essencialmente europeu, logo após seu encerramento em Roma, sentiu-se a necessidade de adaptar suas conclusões à realidade latino-americana, tendo em vista que a América Latina agrega a maior comunidade católica do mundo ocidental. A resposta do Vaticano II para a América Latina veio com a convocação do II CELAM, em Medellín, na Colômbia, em 1968. Somado a um contexto de crises sociais, econômicas e das instituições políticas democráticas, como produto de seu tempo, a Igreja latino-americana tornou-se um ferredouro de idéias, de novas experiências, de renovação pastoral e compromisso social, de reflexão teológica e uma nova experiência espiritual. José Maria Vigil, afirma que:

a espiritualidade e a teologia latino-americanas provinham em primeiro lugar da teologia e do espírito conciliar, e é ao serem recebidas no continente que se fecundam e se desenvolvem de forma autóctone e criativa. (...) Os eixos teológico-espirituais que aportaram como legado do CV II (...) mostra que essa teologia e essa espiritualidade, denominadas 'latino-americanas' e de 'libertação', não são 'originais', neste sentido, mas são propriamente falando a versão latino-americana, criativa e autóctone da teologia e do espírito do CV II (VIGIL, 2006: 376).

entanto, com o Vaticano II, essa interferência assume um caráter teológico.

² Faz-se oportuno destacar que o Vaticano II é a coroação institucional de transformações que vinham ocorrendo em segmentos da Igreja Católica, mesmo que de forma tímida, desde a década de 50 e Medellín foi a sua releitura para a realidade histórica latino-americana.

Com efeito, o Concílio Vaticano II e a II CELAM delegam a Igreja Católica latino-americana novos objetos e sujeitos, favorecendo “um aprofundamento do pensamento religioso que engendra novos modos de presença na sociedade, (...) a religião amplia seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação” (COUTROT, *apud* REMOND 1996: 335). Neste contexto de renovação eclesial e teológica pensado para a América Latina a partir de Medellín, segundo as considerações de Löwy, podemos inferir que setores da sociedade católica brasileira se evidenciaram como a maior expressão latino-americana de caráter progressista. Essa tônica progressista de segmentos da cristandade católica brasileira exponenciou sua ação política e social no momento de enrijecimento do regime político militar. Seguindo ainda as proposições de Löwy, destaca-se a evidente participação dos frades dominicanos brasileiros no processo de radicalização da esquerda cristã no que tange ao apoio concedido aos grupos de resistência armada; em geral, aos movimentos clandestinos, ajudando-os nas fugas e esconderijos. Sendo, portanto, a Ordem Dominicana um dos poucos lugares onde se começava e a elaborar a interpretação do cristianismo do ponto de vista da materialização da fé através da práxis política da libertação.

Neste sentido, a proposta apresentada pela II CELAM (1968), que ocorrera no mesmo ano do endurecimento da repressão militar no Brasil, em virtude do AI 5, defende o anúncio de uma Igreja preocupada com os pobres, com os oprimidos e que deveria, portanto, interferir nas condições materiais e políticas da sociedade. A “Igreja do Povo de Deus”, defendida por Medellín, deveria se colocar na sociedade em defesa daqueles que não possuíam voz e, neste sentido, a ditadura militar brasileira silenciou muitas vozes. Desse modo, a Igreja Católica brasileira, nessa conjuntura de cerceamento das organizações civis e partidárias, a priori, tornou-se uma das poucas possibilidades de espaço para a práxis política onde, pensava-se, que o aparelho do Estado não poderia interferir diretamente. Os episódios históricos nos demonstram que nem mesmo a Igreja passou incólume a repressão e a tortura de alguns de seus membros.

Depois de Medellín não havia mais condições de se fingir que tudo corria bem, enquanto ‘os filhos e filhas’ da Igreja eram perseguidos, a partir daí, a Igreja Católica passou a exercer um papel importantíssimo na luta contra a ditadura (GONÇALVES, 2004: 54).

Os acontecimentos históricos que se seguiram após Medellín e a decretação do AI 5 não permitiram à Igreja Católica silenciar diante dos fatos. Mais que isso, a renovação teológica eclesial postulada pelo Vaticano II e a II CELAM exigiam uma nova forma de ser cristão atento à sua realidade histórica – objetiva e capaz de interferir e promover através de ações sociais e políticas a sua transformação.

A luta pela justiça social, na teoria e na prática, abriu novos horizontes para a Igreja Católica. O catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e novas linguagens, em sintonia com os desafios da sociedade brasileira. Isso alterou (...) sua função e seu lugar na sociedade brasileira (DELGADO, 2006: 116).

A politização de segmentos da instituição católica deve ser compreendida sob o signo do sagrado, já que a práxis política se orientou a partir de uma identidade humanística cristã, mais preocupada com as querelas sociais no contexto do enrijecimento da política militar, do que propriamente com uma postura político-partidária. Dessa forma, setores progressistas da Igreja se organizam para atuarem contra as violações generalizadas dos direitos humanos, a marginalização das classes populares, a repressão contra seus membros e leigos. Preocupada com a defesa dos direitos humanos e sociais, a Igreja adotou uma postura de solidariedade cristã aos perseguidos políticos da ditadura.

Acometidos por esse sentimento, os frades dominicanos, a partir de 1968, assumiram um papel de destaque na defesa pelo respeito aos direitos humanos e sociais. Neste sentido, referenciada de forma fragmentada e pouco freqüentada como objeto verticalizado pela literatura específica, a ação dos frades dominicanos, aglutinadora de diversos movimentos de oposição ao regime militar só se tornou possível a partir de uma nova leitura da visão cristã de mundo, pela qual

cristo é Deus encarnado na história e, portanto, os homens reconciliados com o tempo. Cada vida individual deve contribuir para o progresso coletivo da história, dando uma propensão ao engajamento. A atitude fundamental do divino não é marcada pela deferência, devoção, respeito, mas pelo entusiasmo, o fervor e a identificação que torna possível pela aparência humana da divindade (COUTROT, *apud* REMOND 1996: 339).

Com efeito, a compreensão da ação política dos frades dominicanos em oposição ao regime militar, sob o prisma de uma nova perspectiva religiosa, traduz a saída do cristão da sacristia para tomar espaço nas relações sociais e políticas. A fé teocêntrica tridentina, de submissão a um Deus onipresente e onipotente, acentuando a fragilidade do ser humano, cede espaço ao modelo cristocêntrico de cristão que entende a crença sobre o Cristo ressuscitado a partir de uma postura social engajada pelos direitos humanos, onde a politização do sagrado é um instrumento de materialização da fé, pois a “prática evangelizadora começava pela análise da realidade, pelo engajamento político e abria caminho para as questões sociais e humanas” (DELGADO, 2003: 95).

Por uma concepção de fé: a práxis política da oposição ao regime militar

A impossibilidade de separar a fé cristã do compromisso social, levou um grupo de frades dominicanos, entre eles frei Betto, Fernando, Ivo, Ratton, Tito, Osvaldo, Carlos Josaphat, entre outros, a enveredarem pela luta de desagregação da política militar vinculando-se, quando oportuno, aos grupos de esquerda. A crítica social, política e econômica passou a fazer parte da missão evangelizadora dos frades. É na conjuntura política do ano de 1968 que frades dominicanos buscaram na práxis política vivenciar a experiência do cristão renovado pelo Concílio Vaticano II (1962-65) e a II Conferência Episcopal da América Latina (1968). Para segmentos progressistas da instituição católica 68 foi a oportunidade de aplicar a realidade objetiva as resoluções de uma nova forma de ser Igreja, ou seja, “A Igreja do Povo de Deus”. Na concepção de Frei Betto a práxis política é uma possibilidade de concretização da missão do Evangelho, pois ele afirma que:

o cristianismo é antes de tudo uma práxis. Não teria valor apenas como doutrina ou como teoria religiosa. Pouco significaria como simples discurso sobre teologia. A revelação de Deus, conforme atesta o Antigo Testamento, é a revelação de um desígnio cujos traços se desenvolveram através da práxis histórica (BETTO, 1970: 40).

Sob a premissa de através da ação política realizar a missão cristã, de acordo com as várias produções dominicanas sobre o assunto, um grupo de frades vincularam-se aos grupos de esquerda, na medida em que compartilhavam com os movimentos revolucionários que uma

transformação política e social era necessária na sociedade brasileira. A nova forma de ser Igreja legitimou para os dominicanos a postura por eles adotada no exercício da defesa dos direitos humanos e sociais. O posicionamento crítico em relação a realidade histórica em que viviam, enfatizado por essa nova forma de ser cristão, a partir do *aggiornamento* do pensamento cristão influenciada pela teologia dos humanistas franceses e a situação da política nacional com o enrijecimento militar, colocou os frades dominicanos em articulação política com ALN – Ação Libertadora Nacional. O contato dos dominicanos com Carlos Marighella, líder da ALN, deu-se em virtude do momento histórico de intensificação da repressão política a partir da decretação do AI 5. Foi frei Osvaldo Resende, quem organizou o primeiro encontro dos dominicanos com Marighella no Convento das Perdizes em São Paulo. A práxis política realizada pelos dominicanos pode ser compreendida no que diz respeito ao favorecimento de infra-estrutura para os militantes políticos para encontros, esconderijos, palestras clandestinas em conventos, promoção de fugas pela fronteira do Uruguai e o que para eles configurava-se no maior dos recursos utilizados: a pregação do Evangelho. Para Frei Fernando (1972) a atuação política dos dominicanos, como um exercício da fé, assume “o reconhecimento de fato da vocação religiosa e sacerdotal”, pois viver o evangelho era integrar-se à comunidade através de práticas sociais concretas, que defendessem os injustiçados.

A vinculação de frades dominicanos junto aos movimentos de contestação às forças armadas, levou os militares a um intenso processo de desmoralização e difamação da Província Dominicana no Brasil. A ação humanística cristã dos freis, assumiu um caráter pela ótica dos militares de subversão atentando com a doutrina de segurança nacional. Neste sentido, os militares utilizaram do contato dos dominicanos com Marighella articulando uma emboscada que levou o líder da ALN ao seu fim. Segundo Gorender,

os dominicanos, frei Fernando e Ivo foram presos pela equipe do delegado Fleury, após torturados entregaram aos policiais um encontro que estava marcado entre eles e Marighella, na noite do dia 4 de novembro de 1969, com isso os policiais foram ao local do encontro, na Alameda Casa Branca, e armaram a emboscada da morte do líder da ALN (GORENDER, 1987: 178).

A esse episódio atribuí-se a definitiva ofensiva dos militares a ordem dos pregadores, que

já não era bem vista pelo governo, desencadeando a prisão do grupo de dominicanos, frei Beto, Fernando, Ivo e Tito, que participaram junto a organizações revolucionárias na luta contra a desagregação da política repressiva militar que desrespeitava os direitos humanos, civis e sociais. Tito pode ser tomado como um ícone da repressão militar aos frades, em seus escritos ele declarou:

é preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. Raros os presos políticos não sofreram torturas. Muitos morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com defeitos físicos. A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua missão é defender e promover a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um BASTA às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra esta situação, quem o fará? Num momento como este, o silêncio é omissão. Se falar é um risco, é muito mais um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento da justiça de Deus no mundo. Faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um preso morto pelas torturas (BETTO, 1983: 239-240).

A Igreja não podia mais ser indiferente à ação repressiva dos militares. Desse modo, ela passou a exercer um importante papel na luta contra a ditadura durante a década de 70, tendo como expressão maior a CNBB, pois, segundo o padre Basen (2000), quando a perseguição bateu com força nas portas da instituição, perseguindo religiosos e leigos, essa não podia mais *“fechar os olhos, pois os filhos e filhas da Igreja e líderes da sociedade estavam sendo perseguidos”* (BASEN, 2000: 5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO. **Batismo de sangue:** os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 283p.

BRITO, Fernando de; Betto; LESBAUPIN, Ivo. **O canto na fogueira.** Petrópolis: Vozes, 1977. 348p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 135p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano:** volume 4 : o tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 432p.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. A Igreja Católica e o golpe de 1964. **Akrópolis : Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Umuarama, PR , v.12, n.1 , p.49-55, jan./mar. 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira:** das ilusões perdidas a luta armada. 2. ed. São Paulo: Atica, 1987. 255p.

LORSCHIEDER, Aloisio. **Vaticano II:** 40 anos depois. São Paulo: Paulus, 2005. 92p.

RÉMOND, RENÉ; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Por uma historia política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Fundação Getulio Vargas, 1996. 464p.

VIGIL, J. M. O Concílio Vaticano II e sua recepção na América Latina. **Revista Eclesiástica Brasileira : REB**, Petrópolis, RJ , v.66, n.262 , p.370-395, abr. 2006.

PEDRO DE BRAGANÇA: UM ESTUDO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO

*Poliene Soares dos santos Bicalho**

Resumo:

A vida e a atuação política de D. Pedro de Bragança é o objetivo maior deste artigo. Com base em um estudo histórico-biográfico, busca-se fazer uma análise crítica deste político de personalidade dualista (entre o liberalismo e o absolutismo) e de vida pessoal um tanto curiosa. Diante disso, na perspectiva dos atuais estudos biográficos que buscam pensar o indivíduo no contexto maior de sua atuação política, far-se-á um estudo da trajetória de vida do sujeito político, no espaço de atuação do mesmo nas principais decisões da Nação Brasileira, então em formação nas primeiras décadas do século XIX.

Palavras-chave: História, Biografia e Política.

Abstract:

The life and the performance politics of D. Pedro de Bragança is the objective biggest of this article. On the basis of a description-biographical study, politician of dualista personality (between liberalism and the absolutism) and of personal life searches to make a critical analysis of this one in such a way curious one. Ahead of this, in the perspective of the current biographical studies that they search to think the individual about the context biggest of its performance politics, a study of the trajectory of life of the citizen will become politician, in the space of performance of the same in the main decisions of the Brazilian Nation, then in formation in the first decades of century XIX.

Word-key: History, Biography and Politics.

1. A trajetória de vida: entre o liberalismo e o absolutismo.

O homem Pedro I viveu apenas 36 anos. Nasceu num lar nada convencional para um menino, embora ele nunca tenha sido um simples menino, que nasceu para ser rei. Com o pai envolvido numa regência e posterior governo atribulado pelos acontecimentos irradiados da França e uma mãe “ao mesmo tempo impetuosa e premeditada em matéria de política” (SILVA, 2000: 86), Pedro de Bragança cresceu longe dos cuidados maternos e paternos. Com os criados aprendeu, mais do que com os pais e/ou com um mestre, os ensinamentos para a vida. O Palácio de Queluz, onde somente D. Maria I morava regularmente, foi o lugar de nascimento e morte de D. Pedro, ambos no seu quarto: Sala D. Quixote. Mas foi também nele que o príncipe viveu a sua primeira infância. Não uma infância rica, como pode se esperar de

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Doutoranda em História Social na Universidade de Brasília (UnB) e Professora de História do Brasil da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

um Príncipe. Os reis portugueses, desde os Avis até os Bragança, não eram afortunados. Externamente, ostentavam riqueza e poder; internamente, a pobreza era real.

A juventude do Príncipe D. Pedro foi marcada por uma vida amorosa, no mínimo, intensa, motivo pelo qual muitos se preocuparam em caracterizá-lo como um mulherengo, como se este fosse o seu único atributo. Mesmo porque ser mulherengo, no Rio de Janeiro – para um príncipe que vivia livre pelas ruas, em contato com as negrinhas e com as sinhazinhas, longe das formalidades que a sua condição de dinasta exigia, como para qualquer outro garoto de sua idade – era um comportamento extremamente normal. As mulheres, assim como os amigos com os quais se relacionou, eram de condição social inferior. Exceto as duas esposas: D. Leopoldina e D. Amélia, que não foram por ele “escolhidas”.

Com sua primeira esposa, D. Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena, filha do Imperador Francisco I, D. Pedro aprendeu muito. O retrato enviado pelo Marquês de Marialva ao exigente Príncipe era o de “uma jovem germânica de dezenove anos, loura e de olhos azuis – de pele clara, robusta (mas não gorda), com os lábios e o rosto cheios, e o pescoço um pouco grosso. Não era bonita, mas também não era feia” (MACAULAY, 1993: 76). Mulher forte, inteligente, esportista, bondosa, bem formada. Tamanha era a simpatia que a imperatriz devotava aos seus súditos que (segundo Alberto Rangel – citado por Paulo Napoleão – sobre o caso de D. Pedro com a Marquesa de Santos) um missivista anônimo escreveu ao Imperador sugerindo que “a então Viscondessa fosse mandada “com honra” para o exterior; e aduziu que, se ao contrário a Imperatriz Leopoldina se retirasse para o estrangeiro, “então não menos certo será a total ruína do Império, e de tudo que lhe seja concernente” ”(SILVA, 2000: 115)

D. Leopoldina amava o seu marido, não se podendo afirmar o mesmo da parte do Imperador. Este era lhe grato, afeiçoado, às vezes dedicado, às vezes alheio... Mas davam-se bem. D. Pedro a admirava profundamente, mas não se pode dizer que a amava nesta mesma intensidade. A sua formação intelectual o encantava, e com ela aprendeu muito. Mas a traía, e ela sofria com isso. O caso com a Marquesa de Santos foi o mais enfadonho. Seus resquícios não se abateram apenas sobre o casamento, mas alcançaram e determinaram, em alguns instantes, o rumo malogrado do Primeiro Reinado.

Quando conheceu Domitila de Castro, futura Marquesa de Santos, numa viagem a negócios em São Paulo, as infidelidades diárias, constantes e públicas corroeram aos poucos o casamento e a vida de D. Leopoldina. Domitila era uma jovem de 24 anos, separada do marido, bonita e atraente, de quem D. Pedro se tornou amante fiel. Mais tarde, para ela providenciou moradia entre a Boa Vista e o Paço Municipal, humilhação a que teve que se

sujeitar D. Leopoldina. Eram os anos críticos de sua vida. O caso amoroso era público e humilhante para D. Leopoldina, que, resignada, suportou até quando pôde. Numa das poucas discussões, acusou o imperador de negligente com a família e teve como resposta insultos e agressões, estando no terceiro mês de gravidez. Antes da partida do Imperador para o Rio Grande do Sul, ao campo de combate da Guerra da Cisplatina – outra e importante causa da perda de popularidade do Imperador –, a frágil moribunda Imperatriz sussurrou-lhe: “Eu estou morrendo... Quando você voltar do Rio Grande, eu não estarei mais aqui. Os que são separados na vida serão unidos depois da morte” (SILVA, 2000: 228). Morreu a 11 de dezembro de 1826.

O Império não dispunha mais das altas quantias, o que dificultava a busca de uma boa pretendente ao trono de Imperatriz do Brasil. Mas, depois de muito vagar por solos europeus, encontrou Barbacena um nobre casamento para D. Pedro. Tratava-se da jovem Amélia Auguste Eugenie Napoleona von Leuchtenberg, duquesa da família real da Bavária, que a 16 de outubro de 1829 chegou ao Brasil, acompanhada do Marquês de Barbacena. Foi D. Amélia companheira na vida e na morte. Após a guerra liberal portuguesa, os sinais da doença (tuberculose) eram visíveis, encontrava-se D. Pedro tuberculoso. Morreu às duas e meia da tarde do dia 24 de setembro de 1834. “Ele expirou nos meus braços, informou D. Amélia aos seus enteados no Brasil. Ele morreu como um mártir sagrado e um filósofo cristão, e nunca houve uma morte mais tranqüila” (MACAULAY, 1993: 338).

A dualidade pessoal e política estão presentes em D. Pedro. Num primeiro momento, conhecemos um homem popular, humilde, amante da liberdade, destemido e determinado, capaz de realizar ações que tornaram o Brasil realmente uma nação. Proclamou a independência deste país e manteve a unidade e a integridade de seu território: eis o seu grande feito. Entretanto, num segundo momento, deparamo-nos com um homem duro, corruptível e manipulável, capaz de praticar um golpe ao Estado que ele mesmo solidificou, retirando do povo a justa liberdade que temporária e ilusoriamente lhe havia legado – a dissolução da Assembléia Constituinte – eis o seu grande erro. Eis o caminho que o levou à Abdicação, o caminho do absolutismo num país onde os sentimentos de nacionalidade e liberdade começavam a brotar.

Ainda pensando o personagem D. Pedro, e aqui, mais uma vez, é a dualidade do mesmo que aflora, no prefácio da edição brasileira da obra *D. Pedro I – A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal-1798-1834* (1993) –, D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança afirmou:

Para entender, entretanto, a vida de D. Pedro I é preciso ter claro que foi marcada pelo signo da dualidade. Foi, de fato, política, geográfica e até fisicamente dividido. No plano político, ele sofreu os efeitos de ter sido criado na tradição absolutista portuguesa e de ter feito uma opção constitucional. (grifo nosso). Na geografia, um oceano separava o Brasil de Portugal. Daí as óbvias dificuldades de mantê-los unidos.

Ora, tratar da ideologia política que moldou os ideais de D. Pedro, como se pode ver, não é uma tarefa fácil. Pensamos que uma análise dos próprios conceitos, absolutismo e liberalismo, seja relevante para compreender melhor a sua própria pessoa. Aqui nos interessa frisar o porquê de ter D. Pedro apresentado comportamentos absolutistas. Não era viável nem possível ao Brasil uma política liberal nos moldes europeus. Os excessos de determinados grupos demonstravam que a liberdade ainda não podia ser outorgada aos brasileiros, pois estes não estavam prontos para exercê-la. Além do que, a Constituinte, embora fosse considerada Liberal, representava para D. Pedro um meio para se alcançar um fim, que era a manutenção da autoridade régia. Desejava a unidade política, para tanto, o sistema monocrático e centralizado se fazia não apenas conveniente, mas necessário. E quando os acontecimentos tornam estes e outros interesses ameaçados, a dissolução da Constituinte dá-se... “Como Imperador constitucional, e mui principalmente como Defensor Perpétuo do Brasil (...) disse ao povo que com minha espada defendia a Pátria, a Nação e a Constituição, se fosse digna do Brasil e de mim” (grifo nosso) (RODRIGUES, 1977: 35).

Já não era mais digna do Brasil e dele e, como prerrogativa já definida em texto da mesma, “a Constituinte funcionaria, não como direito próprio, mas enquanto fiel ao sistema monárquico, condenada, se rebelde ou extraviada, à dissolução já fixada nos Conselhos do Trono” (FAORO, 2000: 320). Dissolveu a Constituinte... e, por mais que seja condenável – não se pode negar que a “dissolução provocou a arbitrariedade da Constituição outorgada (a de 1824) e, por melhor que esta tenha sido, concorreu de 1823 a 1826 para o enfraquecimento do espírito público, a deliberação da moral do povo e a redução do civismo político” (RODRIGUES, 1977: 199) –; não se pode também ignorar que D. Pedro agiu exercendo um direito que lhe era reservado na mesma discussão constitucional. Assim, não agiu despoticamente e nem ainda tiranicamente – agiu como um liberal (por ainda, apesar de dissolvendo-a, estar respeitando a Constituinte).

Genericamente, se convencionou “identificar o conceito de absolutismo com o de poder ilimitado e arbitrário” (BOBBIO, 1986: 01), concepção que se torna inconcebível “para fins de pesquisa histórica-política e constitucional, desde o momento em que nada

acrescentava em termos de distinção e especificação no seio de um fenômeno genérico em si e meta-histórico como o do *poder*”. (*Idem, Ibidem*) Com base nas formas de pensar o absolutismo – como poder ilimitado e arbitrário – apenas num âmbito de debate político e ideológico, desconsiderando a amplitude e a dimensão histórica de *poder*, além das conjunturas históricas nas quais ele se apresenta, é que se incorreu, e se incorre ainda hoje, no erro de ver os poderes absolutistas, despóticos e tirânicos como sinônimos ou, talvez, complementares, porém, não se pode reduzir o conceito a um tipo artificial.

Deste modo, não fica difícil compreender o porquê de, em determinados instantes, D. Pedro I poder ser definido como um absolutista no Brasil e um liberal em Portugal. No bojo do poder em que esteve inserido desde que nasceu, exerceu-o de formas diversas, ou seja, consciente ou inconscientemente, soube perceber as condições nas quais se fazia figura imprescindível e insubstituível. Era rei, e não o foi somente porque nasceu para sê-lo; se o fosse apenas, teria perdido para D. Miguel o direito. Era rei mais ainda porque se sentia como tal e lutou até os últimos instantes – confiante, muitas vezes, apenas no poder que o tornava tal e qual – pelo direito de sê-lo.

Numa segunda interpretação do conceito de absolutismo, a idéia de soberania se faz presente. Aqui, absolutismo poderia ser definido como “aquela forma de governo em que o detentor do poder exerce sem dependência ou controle de outros poderes, superiores ou inferiores” (BOBBIO, 1986: 02), o que não implica na crença de que a “autoridade soberana não tem limites constitucionais”. Deste modo, como afirma Norberto Bobbio, o Absolutismo trata-se de um regime político-constitucional não arbitrário, uma vez que está sujeito a limites e regras pré-estabelecidas, porquanto a vontade do monarca não é ilimitada. Talvez aqui morasse o Calcanhar de Aquiles de D. Pedro.

Por outro lado, no que se refere ao liberalismo, algumas questões se apresentam. O que realmente se pode afirmar quanto ao liberalismo é a inexistência de consenso com relação ao mesmo. Em uma definição bastante genérica, “o Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa (ou na área Atlântica) embora tenha exercido notável influência nos países que sentiram mais fortemente esta hegemonia cultural (Austrália, América Latina e, em parte, a Índia e o Japão)”. (*Idem, Ibidem*)

Buscando uma definição mais consistente, procurou-se analisar o liberalismo a partir do adjetivo liberal, do substantivo liberdade, assim como o liberalismo e a civilização moderna, o Liberalismo e a Idade Burguesa, as etapas do Estado Liberal e o Estado Liberal hoje: entre neocorporativismo e mercado. Procuraremos discutir aqui os dois primeiros casos em específico, por melhor retratarem a discussão política liberal à época de D. Pedro I.

No século XIX, outros termos acabavam negando ou limitando o conteúdo do adjetivo, tais como monarquias-liberais – com suas formas limitadas de representação política – e os liberais-nacionais – que acabavam identificando a causa nacional com a liberal de organização federativa ou subordinavam a liberdade à unidade nacional. Nestes últimos casos não podemos deixar de verificar alguma semelhança com o que aconteceu no Brasil oitocentista, durante a política constitucional e, naturalmente, a luta pela unidade nacional. Esta última, para ser alcançada, necessitava da autoridade real, de modo que a Assembléia Constituinte desconsiderasse a soberania popular. O pensamento constitucional de José Bonifácio idealizava e proclamava a necessidade de uma autoridade real que subtraísse a vontade dos deputados: “O Imperador desfruta de um título independente, da perigosa dependência” dos representantes do povo, título que “emana da vontade direta do povo” (FAORO, 2000: 320). Aqui existe uma inversão da doutrina liberal. Após as acaloradas comemorações e condecorações da Aclamação, durante a sessão de inauguração da Assembléia Constituinte, D. Pedro fala:

“É hoje o dia maior que o Brasil tem tido, dia em que ele pela primeira vez começa a mostrar ao mundo que é Império e Império livre (grifo nosso). Quão grande é o meu prazer vendo juntos representantes de quase todas as províncias, fazendo conhecer umas às outras seus interesses, e sobre eles basearem uma justa e liberal (grifo nosso) constituição que os rege (RODRIGUES, 1977: 32).

O forte discurso liberal se inverte quando o mesmo Imperador declara prometer guardar a Constituição se esta fosse digna do Brasil e dele, ou seja, a Constituição funcionaria não por direito próprio; mas enquanto fiel ao sistema monárquico, – se insurgente ou extraviada – condenada à dissolução, como já citamos. A partir de 1822, o conceito de liberalismo, que inicialmente foi utilizado como qualidade dos liberais, já indicava uma ordem política-social utilizada nos manifestos proclamados por D. Pedro I (1º e 6 de agosto de 1822) e redigidos por Gonçalves Ledo e José Bonifácio. (*Idem*, p. 87) A expressão liberdade política surgiu no Brasil apenas em relação à metrópole, contudo, já contribuía para a nascente animosidade entre brasileiros e portugueses, tornando o ideal liberal uma vertente separatista.

O Brasil do século XIX era, pois, fruto das mudanças político-ideológicas, ainda que superficiais. Fundamentos da cultura política do liberalismo se apresentam e se realizam, “seja numa monarquia constitucional que continuava ligada à Igreja”, seja numa “sociedade em que reinavam os homens ilustrados, cujo papel era o de orientar a opinião pública ou até mesmo “numa liberdade que

não ultrapassasse os direitos alheios e uma igualdade que se restringisse ao plano da lei”. (Ibidem, p. 100) Assim como na Europa, no Brasil Liberalismo e Democracia, confundidos na teoria, vão se diferenciar na prática, principalmente após a Independência, quando os interesses dos grupos que governavam o país estavam em jogo e, em nome do liberalismo, disputam o poder frente ao Imperador. D. Pedro, assim como Bernardo de Vasconcelos – político de destaque do Primeiro Reinado e da Regência – talvez se defendesse, da mesma forma que este, quando fosse acusado de renunciar os princípios liberais para abraçar os conservadores:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje (ano de 1838), porém é diverso o aspecto da sociedade (como o era quando da Dissolução e da Abdicação) (grifo nosso): os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que até então corria risco pelo poder, corria agora risco pela desorganização e pela anarquia ... (COSTA, 1977: 110)

O liberalismo brasileiro passou, como se pode ver, por duas fases. Primeiro, quando da Independência e da Abdicação, lutou-se contra o *despotismo real* e o *liberalismo conservador*, que se defende das pretensões democratizantes dos radicais pós-Abdicação. Todavia, devemos ressaltar que o liberalismo brasileiro não se assentou sob as mesmas bases do liberalismo europeu. No Brasil, os princípios liberais não se impuseram na luta da burguesia contra a aristocracia e a realeza, nem evoluíram em função da Revolução Industrial, que aconteceria bem mais tarde no país. Era o Brasil um país de realidade histórica distinta: “um país colonial independente inserido dentro dos quadros do sistema capitalista” (*Idem*, p. 111). As lutas liberais tiveram – numa sociedade em que, num primeiro momento, os adeptos do liberalismo eram as categorias rurais ou a sua clientela – um sentido bem específico. Ainda num primeiro momento, era na luta contra a metrópole que o liberalismo ganhava espaço. A oposição liberal se deu quando a Coroa Portuguesa se identificou com a metrópole.

Por hora, a discussão sobre liberalismo e absolutismo no Brasil e, em específico, na atuação política de D. Pedro, nos permitiu confirmar o que expusemos logo no início deste texto, quando nos referíamos à dualidade do mesmo. Sim, foi D. Pedro um liberal, o qual prosseguiu com práticas absolutistas, mas nem por isso tirânicas e/ou despóticas, no sentido literal dos conceitos. Ele atuou, liberal ou absolutamente, sob a proteção do poder que o pertencia.

Bibliografia

- BOBBIO, Norberto. MATEICCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Ed. Universidade de Brasília. 2ª edição. Brasília. 1986.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. Segunda edição. Livraria Editora Ciências Humanas. LTDA. São Paulo. 1979.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol. 1. 5ª edição. Editora Globo. Alegre. 1979.
- MACAULAY, Neill. D. *Pedro I – A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal. 1798-1834*. Ed. Record. Rio de Janeiro. Tradução André Villalobos. 1993.
- RODRIGUES, José H. *Independência: Revolução e Contra – Revolução. A Liderança Nacional*. Ed. Universidade de São Paulo. São Paulo, s/d.
- RODRIGUES, José. H. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Ed. Vozes. Petrópolis. 1977.
- SILVA, Paulo Napoleão N. B. N. *Pedro I. O Português Brasileiro*. Editoras Gryphus. Rio de Janeiro. 2000.

OS “PRESOS” E A ESCRITA DE SI; REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE CONTENÇÃO PENAL.

José Gustavo Bononi*

Resumo

Este trabalho tem como proposta uma análise sobre a vida e condição dos internos sobrepostos aos métodos punitivos moderno-contemporâneos, aplicados pela sociedade atual, a partir de memórias relatadas em redações escolares no ano de 2004 no Complexo Compacto Penitenciário de Serra Azul SP. A estrutura do trabalho se baseia na história oral, dialogando com outros campos de estudo como a Antropologia e a Sociologia. Este será sintetizado partindo da visão analítica de Foucault da “escrita de si” e serão selecionadas diversas redações onde os internos compartilham a vivência no internato e compactuam de forma *etopoiética*, ou melhor, uma função estética e política da criação de si, expondo a subsistência no internato, as relações sociais, a hierarquia no sistema de contenção e as expectativas de egresso à liberdade.

Palavras-chave: penitenciária; internos; punição;

Abstract

This article seeks to analyze the living conditions of prisoners, within contemporary punitive methods utilized by current society. It uses memories communicated through school writings during the year of 2004 at Serra Azul SP Penitentiary Compound. The structure of this work is based in oral history, in dialogue with other fields of study such as Anthropology and Sociology, and it will be analysed from the analytical vision proposed by Foucault, which is concerned with “self-writing”. Some school writings will be selected to show how the prisoners share their experiences in jail in an “etopoiética” form, in other words, an aesthetic and political function of the making of the self, exposing their subsistence in the prison, the social relations, the hierarchy of the system of containment and the expectations of release to freedom post jail.

Keywords: penitentiary; prisoners; punishment;

* Graduando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina com atividade de extensão em educação para reclusos. Observou em trabalho de campo etnográfico o ambiente de contenção penal de Serra Azul II, atualmente trabalha com pesquisas na área de educação/penitenciária.

A liberdade

Todo sonho de um reeducando é a liberdade, mas parece muito distante. O relógio neste lugar parece andar para trás, parece que estamos intactos no mesmo lugar. Para todos lugares que olhamos só vemos céu e parede, tentamos dizer que ta tudo bem, mas a realidade é outra. O pior ainda é ficar longe da nossa esposa, filhos e de nossos familiares. O pior ainda são as condições, para que o pessoal possa a vir nos visitar.

A passagem é muito cara e a distância é muito grande, até parece que estão querendo nos separar de nossa família. E quando nosso pessoal no trás alguma coisa, alimentação, ou alguma roupa ainda são barrados. Sem contar a humilhação que as nossa esposa e filhos, mãe irmã passam para nos visitar. Pois só quem ama a gente de verdade para suportar tal sofrimento.

É por esta razão que sempre procuro fazer de tudo um pouco, para preencher este vazio que fica dentro da gente. O único presente que poso dar para os meus familiares é a minha liberdade (C. R. C. 14/07/2004).

O trabalho aqui delineado pretende esmiuçar o ambiente de internato prisional dos sujeitos sobrepostos nas penitenciárias contemporâneas, partindo de um sistemático estudo de campo realizado na Penitenciária de Serra Azul II no interior do Estado de São Paulo no ano de 2004. Nesta, tive a oportunidade de observar as redes de relações hierárquicas verticais e horizontais na penitenciária de possíveis julgados no interior do Estado paulista, partindo (além do trabalho de campo o qual ministrei aulas de história como educador) de uma análise de redações propostas onde os internos compartilham a sobrevivência e as relações interpessoais no complexo de contenção.

Como observar as múltiplas relações de governamentalidade dentro do presídio no início do século XXI partindo do pressuposto da coexistência de inúmeras “micro-sociedades” (instituições) no âmbito geral da sociedade moderno-contemporânea, trabalhando as relações entre os internos e entre os agentes destinados ao supervisionamento dos submetidos?

Partindo desta problemática, as inúmeras fontes autobiográficas que recolhi nas aulas ministradas de história dão um panorama interessante do convívio entre os presos, do ambiente de internato e das relações entre os sujeitos participantes da “micro-sociedade” reclusa. As temáticas das redações eram livres, sobre os temas era pedido para que eles falassem de si, do sistema carcerário, dos problemas vistos por eles no complexo, enfim, da vida destes no local de cumprimento da pena. A princípio minha idéia era trabalhar a análise das redações apenas de forma *etopoiética*¹ vista por Foucault como uma “transformação da verdade em êthos” (FOUCAULT, 2004a: 147), partindo do conceito foucaultiano de escrita de si, onde o filósofo buscou nas práticas de si da Antiguidade greco-romana respostas para

¹ Segundo Foucault a escrita *etopoiética* tem duas formas: os *hypomnemata* (diários que retratavam o cotidiano) e a correspondência. Essa escrita seria um grau decisivo para a *askesis*, para a formação dos “discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação” (FOUCAULT, 2004a: 147).

pensarmos problemas éticos atuais, nisto ver as redações em uma forma de subjetivação possível, um trabalho de reflexão dos internos, de se descortinar e se explicitar. Contudo, essas redações, como fonte de pesquisa autobiográfica, remetem a uma compreensão da idéia de documento como monumento proposta pela História Cultural², o que enriquece ainda mais a análise de determinado grupo.

“O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 2003: 526).

Analisando a penitenciária contemporânea como um núcleo social diferenciado que co-existe a um plano maior, a conclusão de que novas personalidades construídas e moldadas, dentro do que Foucault vem chamar de disciplinarização dos “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1998: 117), a partir da prática de subsistência é notória, e fica claro que a formação de uma nova personalização aos submissos internos se sobressai perante as metodologias das instituições que pregam a reabilitação e egresso naquilo que chamo de “plano maior”.

El ámbito autobiográfico conforma un núcleo muy interesante, ya que en un análisis teórico no solo se entrecruzan y dirimen hoy en día conceptos literarios, sino nociones que fundamentam el conocimiento occidental: realidad referencial, sujeto, esencia, presencia, historia, temporalidad, memoria, imaginación, mimesis, poder; son algunos que resulta necesario abordar y cuestionar a la hora de estudiar la autobiografía (ANTROPOS, 1991: 5).

Porém, esta é a justificativa (ou não) das metodologias atuais de reabilitação de presidiários, a transformação da personalidade do sujeito, trabalhando a hipótese deste já ter vindo com uma personalidade “infratora”. Sua rotina é uma constante busca por certo preenchimento temporal e as expectativas e decepções se entrecruzam compulsoriamente em um cotidiano de informação (dado pelas televisões e rádios), doutrinas evangélicas e medidas sócio-punitivas com o sentido se articular o “castigo”:

² Analisada veemente, entre outros, no clássico estudo de Le Goff, 2003.

São cinco horas e trinta minutos, no presídio é acesa a luz, é o funcionário que vem, na mesma rotina de todos os dias como e de costume faz uma espécie de ritual, conta todos. A partir dessa hora começa então um novo dia, onde todas as esperanças se renovam na maior das expectativas de que alguma coisa boa aconteça. (A. B. 14/07/2004)

“*Fala Sério*”! Título dado à redação de A. B. que mostra sua indignação pela exposição ao ócio que lhe é imposto em nome de uma metodologia reabilitadora que nem banhos quentes os concedem. As redações, entregues com um orgulho inimaginável, os nomes, as matrículas, cela e data do dia, sem medo de serem repreendidos ou de irem para o castigo (ao criticar o sistema carcerário), assinam ativa e performativamente, o que, Derrida poderia chamar de “invenção de uma reescrita” (DERRIDA, 2004: 206) do ambiente sistemático de contenção.

Na prisão cada minuto ou segundo pode parecer pouco, mas também pode ser de grande valor porque a cada minuto que se passa é sinal que você está caminhando para frente. A rotina massacrante dos dias, ou melhor, dos anos, faz com que o coração do preso tenda a se sensibilizar com o seu próprio estado de cárcere, procurando então o entendimento para tais acontecimentos, o futebol, o trabalho, a escola, e tudo isso citado dentro do cárcere faz com que você se sinta bem e é claro sem esquecer de uma boa convivência com todos (A. B. 14/07/2004).

A idéia foucaultiana de heterotopia alicerça certa noção de “micro-sociedades”, quando percebemos a coexistência, num espaço social, de um “grande número de mundos possíveis fragmentários”. A penitenciária como uma reverberação das práticas de vingança aplicadas pela sociedade moderno/contemporânea no início do século XX no Brasil. Na análise de David Harvey, ao estudar uma possível condição pós-moderna, analisa este conceito foucaultiano e vê que persiste na sociedade contemporânea, uma preocupação com a “alteridade” e com “outros mundos” (HARVEY, 1992).

Mas esta visão passa despercebida no mundo das instituições de contenção. O medo talvez seja o elemento que implica em uma não compreensão e um não investimento humano da sociedade neste mundo co-existente. Desta forma, a melhor descrição da penitenciária poderia ser a de um espetáculo social da vingança onde o ócio, não o ócio observado por Benjamin como “uma forma precursora da distração e do divertimento” (BENJAMIN, 2006: 843), mas um ócio obrigatório, exaustivo, desgastante, inimaginável, apenas praticável, faz parte de um dentre tantos métodos punitivos da “grande sociedade” para com a “micro-

sociedade” dos reclusos. A necessidade de ocupação, mesmo que alienante (como as várias igrejas evangélicas e o trabalho, em oficinas que atuam no interior do presídio), é nítida aos olhos de quem analisa esse grupo social distinto, toda programação de televisão, jornal, livros são atrativos para libertação do ócio vigiado, trabalhado como punição criminal.

Apesar de tudo o sistema deu umas melhora. Se as firma que esta pra vir pra ca, pode se que de uma melhorada no sistema. Gostaria muito de trabalha para da o sustento da minha filha e da uma força para minha esposa [...]. O estudo o trabalho e muito importante para nós que estamo preso (V. M. F. 13/07/2004).

Ao elaborar uma visão analítica sobre as condições metodológicas relacionadas à reabilitação subjetiva no complexo do Carandiru, na primeira metade do século XX na capital paulista, Elizabeth Cancelli fala em “despersonalização do indivíduo” o que, a meu ver, essa visão implica em uma “formação” de indivíduos sem identidade, mas, ao se “moldar” uma personalidade se tem uma nova identidade, logo uma despersonalização para uma nova personalização:

Todo esse aparato fez com que as prisões, transformadas em laboratórios calcados ainda na Antropometria, nos “métodos de precisão”, nas anomalias genéticas, atestassem o grotesco administrativo que a burocracia moderna se deu o direito de ter e a imprudente premissa da infalibilidade da ciência e do método, dando estatuto filosófico e político ao que era apenas uma continuidade histórico-institucional da despersonalização do indivíduo [...] (CANCELLI, 2001: 154).

Essa personalização após uma suposta despersonalização implica em novas regras, novos hábitos, novos costumes, que são adquiridos conforme a convivência em grupo no internato é ditada. Essas novas regras, além das impostas pelos agentes que transpõem a lei de execução penal, são estabelecidas por essa “micro-sociedade” de internos que estabelecem valores e respeitos que horizontalmente são relacionados pelos presos. O simples fato de deixar uma cueca secando depois de lavada, exposta, abre a oportunidade de um preso ter uma relação homossexual dentro do convívio do internato. Outras regras, como a segregação de criminosos por denominação a partir do tipo de crime, abre classificações como os *jacks*, assim denominados os presos por estupro, pedofilia, pederastia, atentado violento ao pudor e crimes relacionados à violentação de mulheres. Em oposição a estes se encontram os *ladrão*,

assim denominados os que furtam, assaltam, traficam, sendo os mais respeitados os ladrões de banco. Fazendo parte deste “espetáculo social” estão os *calça azul* ou agentes penitenciários, em substituição ao antigo carcereiro, já que nossa época traz à tona a re-denominação em nome do politicamente correto. Estes são incumbidos em aplicar a “punição disciplinar” em função de “reduzir os desvios” (FOUCAULT, 1998: 150) de personalidade considerada “perigosa”.

Dentre estes grupos, os que mataram são merecedores de maior respeito, tirando aqueles que assassinaram mulheres, crianças, velhas e que estão relacionados a crimes voltados para o sexo. Os *jacks* geralmente são internos que convivem em um raio³ chamado seguro, segregados por estarem “jurados” de morte pelos outros internos (assassinos, traficantes, ladrões) que são maioria no sistema.

Os agentes incumbidos de impor punição ao corpo encarando o como “objeto e alvo de poder” (FOUCAULT, 1998: 117) disciplinar, adquirem um perfil raivoso por se encontrarem igualmente trancafiados e vêem os presos como irrecuperáveis. Os vulgos carcereiros participam do ambiente relacional da “micro-sociedade” das penitenciárias, sendo vistos por esta sociedade como seres repugnantes. Thompson analisa essa participação naquilo que Donald Clemmer define em “Prisonization in the Sociology & Correction” de “prisonização”, sendo a “adoção em maior ou menor grau de modo de pensar, dos costumes, dos hábitos – da cultura geral da penitenciária” (THOMPSON, 1980: 23).

O castigo vem a ser a mola propulsora do bom adestramento⁴ concedido pelos agentes, seu efeito corretivo passa “pela expiação e pelo arrependimento” visando que o “castigar é exercitar” (FOUCAULT, 1998: 150).

[...] eu reeducando, em 12 anos de prisão vim pegar castigo nesse lugar, uma estive errado mereci mesmo castigo, mas a segunda vez eu não cometi nada para o calça azul me levar ao castigo de graça, eu sou esforçado em tudo o que faço, sempre procuro estar presente em todos eventos educacionais, me vejo como um bom aluno e um ótimo reeducando. Tudo que peço é uma unidade melhor onde exista igualdade em tudo (R. A. A. 14/07/2004).

³ Raio é uma parte da estrutura arquitetônica do complexo penitenciário onde ficam as celas dos presos, no caso de Serra Azul II a estrutura chamada de compacta serve para evitar rebeliões e maiores contatos de presos (mesmo voltada para evitar rebeliões estas quase sempre são impossíveis de se evitar).

⁴ Foucault em “Vigiar e Punir” trabalha a arte de disciplinarização dos corpos, para ele, “o poder de disciplinar é com efeito um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar”. (FOUCAULT, 1998: 143)

Ora não é o homem o incrível bicho que se adapta a qualquer meio? Os cigarros viram moedas de troca, o futebol a diversão, a TV a distração, e então a micro sociedade reclusa se torna uma poderosa (mas micro) sociedade “nave”. As rebeliões passam como uma tentativa dessa “nave” de expressão social em “ares hostis”, se, ao invés de lutas de luta de classes, observarmos o sistema de contenção como “micro sociedade” espetacular que co-existe a um social maior. Contudo o sufocamento para que essa nave não tenha voz é a principal atividade dos agentes e do Estado de políticas públicas dono do “ar estrangeiro”.

Eu reeducando R. A. A. venho por meio desta redação criticar o trabalho de funcionários que por diversas vezes não quer cumprir com a obrigação ou se faz de desinteressado com os alunos que estudam ou praticam alguma atividade nesta penitenciária (R. A. A. 14/07/2004).

Voltando para aquilo que Odete Maria de Oliveira vem chamar de “sociedade prisional” (OLIVEIRA, 1996: 75) a “Universidade do crime” (assim denominada pelos internos) faz sentido ao entendermos a reincidência como um não arrependimento do indivíduo.

Quando trago a questão da “universidade do crime”, inexoravelmente remeto o problema para o alto índice de reincidência nos presídios contemporâneos do Brasil. Este alto índice de reincidência esta intrínseco ao não funcionamento das práticas ou métodos re-educativos para egresso do sujeito na sociedade, logo, sua metodologia acaba tendo um sentido reverso aliciando e pregando ódio em quaisquer delituosos, homogeneizando criminosos à prática “ócio-cultural”.

Essa reincidência pode ser interpretada naquilo que Pierre Bourdieu chama de *habitus*, ou seja, “aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Esta autonomia é a do passado, ordenado e actuante [...] assim assegura que a permanência no interior da mudança faça do agente individual um mundo no interior do mundo” (BOURDIEU, 1990: 56). Percebe-se essa experiência vivida no internato, esse espectro de percepções absorvidas, as apreciações e depreciações encarnadas pelo ator social dentro daquilo que chamo de “micro-sociedade”, convivendo e compartilhando um espetáculo social da vingança, “a mais velha especialização social” (DEBORD, 2005: 20).

Essa personalização forçosa e alienante, que tem como elemento fundamental a exposição ao ócio, contraria as expectativas de reabilitação para egresso à sociedade, sem contar o despreparo financeiro e profissional que esses sujeitos se encontram ao sair do ambiente de internato e reintegrar aos costumes mercadológicos do capitalismo.

Quando pedido em sala de aula para que eles dissertassem sobre seu país e como estes observavam o contexto conjuntural do Brasil em que estão inseridos, me surpreendi com a capacidade de criticar, sendo arbitrariamente um povo sem direitos políticos. Em seus relatos angustiosos, raivosos, que remete ao desespero, desilusão, abandono da esperança, mas, arrependimento? Numa sistemática de fabricação de corpos dóceis mal condicionados e alocados para a espetacularização do principal órgão das políticas públicas de repreensão e controle estatal das pulsões do indivíduo moderno contemporâneo, a penitenciária.

Aqui neste país sobrevive somente os mais fortes, meu caso mesmo se eu tivesse condições financeiras tenho certeza que não estaria preso. Aqui você vale o que você tem. Se a pessoa é pobre e de baixa renda, a justiça só sabe condenar, eles não estão nem aí para os necessitados. Se não temos como contratar um bom advogado, eles nomeiam um do Estado que nem valor nos dá e nem vem nos procurar e nem se interessa em cuidar de nossos processos como se deve.

(M. C. F. 14/07/2004)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antropos – Revista de Documentación Científica de la Cultura, nº 125 (outubro/1991). «La autobiografía como literatura, arte y pensamiento; teoría literária y textos autobiográficos» (editorial). Barcelona.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Org. Willi Bolle. Trad. Alemão Irene Aron; Trad. Francês Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity Press, 1990.

CANCELLI, E. **Repressão e Controle Prisional no Brasil**: prisões comparadas. In. História: Questões & Debates, n 42, Curitiba: Editora UFPR, 2005.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã... Diálogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FOUCAULT, M. **A escrita de si**. In: _____. Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____ **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 18. Ed. Tradução de Raquel Ramalhet
Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão. 5 Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social.** 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

THOMPSON, Augusto F. G. **A Questão Penitenciária.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FONTES

Acervo pessoal:

Redações ano 07/2004 - Complexo Compacto Serra Azul II

-**A. B.** - 14/07/2004;

-**C. R. C.** – 14/07/2004;

-**M. C. F.** – 14/07/2004;

-**R. A. A.** – 14/07/2004;

-**V. M. F.** – 13/07/2004;

Retratos de Anjinhos: fotografia mortuária de crianças em Bela Vista de Goiás

Déborah Rodrigues Borges*

Resumo: Este trabalho examina as representações de crianças mortas em fotografias feitas na cidade de Bela Vista de Goiás entre as décadas de 1920 e 1960. A interpretação das imagens é feita considerando-se elementos da mentalidade católica sobre a morte, tais como a idéia de boa morte e a crença popular de que as crianças mortas tornavam-se anjos. Assim, a fotografia mortuária infantil era utilizada pela família como meio de manutenção da memória da criança falecida, por meio de sua representação como anjo.

Palavras-chave: fotografia mortuária, criança, Bela Vista de Goiás.

Abstract: This paper examines the representations of deceased children in photographs made in the city of Bela Vista de Goiás, from 1920's to 1960's. The interpretation of the images considers elements of the catholic mentality about the death, such as the idea of the good death and the popular belief that the deceased children became angels. Thus, the mortuary portrait of children was used for the family like way to maintain the memory of the dead child, by its angel representation..

Key-words: mortuary portrait, child, Bela Vista de Goiás.

Introdução

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a prática e os usos da fotografia mortuária em Bela Vista de Goiás entre as décadas de 1920 e 1960, partindo de retratos fúnebres de crianças. A menção aos anjinhos, feita no título, refere-se a uma denominação popular atribuída a crianças mortas, em especial as menores de sete anos de idade. Foram analisadas seis fotografias de anjinhos de Bela Vista de Goiás neste trabalho. As imagens foram encontradas nas casas de familiares das crianças falecidas (exceto as duas últimas, localizadas na residência de Antônio Faria, antigo fotógrafo da cidade de Bela Vista de Goiás) e digitalizadas a partir de scanner ou câmera fotográfica digital. O levantamento de informações sobre as fotos se deu por meio de entrevistas com os proprietários das imagens.

* Mestranda em Cultura Visual – FAV/UFG (bolsa CNPq).

Além de Faria, outro fotógrafo identificado como autor das imagens utilizadas neste estudo é Adelino Roque. Ambos atuaram no município de Bela Vista, sendo que o primeiro desempenhou suas atividades profissionais entre as décadas de 1930 e 1990. Ainda não foi possível obter uma delimitação do período de atividade fotográfica de Adelino Roque. Entretanto, é certo que ele ministrou a Faria suas primeiras lições de fotografia. Portanto, seguramente, Roque iniciou sua atuação como fotógrafo em Bela Vista de Goiás num período anterior a 1930. É certo também que a formação de ambos se deu de forma amadora, pois nenhum deles frequentou aulas de fotografia em instituições especializadas.

Mentalidades da morte em Bela Vista de Goiás

O surgimento da cidade de Bela Vista remonta ao século XVIII. Neste período, construiu-se no local um ponto de pouso para os tropeiros que abasteciam, com diversos produtos, as expedições que exploravam o sertão dos Goiazes em busca de minerais preciosos. Havia um rancho para acolher os tropeiros e ao seu redor algumas pessoas começaram a se fixar.

Além de estar, de certa forma, relacionado ao ciclo de exploração do ouro em Goiás, o surgimento de Bela Vista foi possibilitado por outros fatores, em especial a religiosidade. No dia 9 de junho de 1852, José Bernardo Pereira e sua esposa, Inocência Maria de Jesus, registraram em cartório a doação de terras a Nossa Senhora da Piedade. No dia 25 de junho do mesmo ano, José Inocêncio Telles também doou terras à santa. Tais terras destinavam-se à construção de uma “casa de oração”, concluída em 1872, em torno da qual outras pessoas fixaram moradia na região.

Em frente a essa igreja, construiu-se uma praça, que concentrava grande parte das atividades sócio-culturais do município. Naquela época, a população passou a realizar uma festa em homenagem a Nossa Senhora da Piedade, a qual persiste, ainda hoje, como uma das maiores tradições da cidade, celebrada todos os anos no final do mês de julho. Como se percebe, o catolicismo teve um papel importante na constituição sócio-cultural da cidade de Bela Vista de Goiás, e interferia na organização dos ritos mortuários praticados na região. Neste contexto, uso do retrato fúnebre associa-se à visão católica da boa morte, para a qual a aparência do defunto desempenha papel fundamental.

A beleza do cadáver foi – e ainda é – muito importante. Indicava, inicialmente, a morte do Justo, ou seja, da pessoa que durante toda a sua vida se preocupou em ter um comportamento equilibrado, a fim de atingir um estado de pureza da alma capaz de garantir-

lhe uma morte serena. No defunto, uma face tranqüila e bela era considerada como prova de que a alma se encontrava em paz, no reino dos céus. Entretanto, posteriormente essa beleza torna-se “um aspecto banal, mais reconfortante, da morte do ser amado. Quantas vezes, ainda hoje, os visitantes, quando ainda os há, murmuram com admiração diante do morto exposto: ‘Dir-se-ia que dorme’”. (ARIÉS, 1981: 341)

A última imagem do ente querido, já morto, poderia ser posteriormente retomada a fim de relembrar sua aparência de serenidade, o que serviria de conforto aos familiares e amigos. A imagem da morte como sono e descanso é fundamental para esse tipo de uso da fotografia, pois confere à morte um aspecto positivo, sendo a bela imagem do defunto uma espécie de triunfo sobre todo tipo de sofrimento e agonia que ele possa ter sofrido nos momentos anteriores a essa passagem.

Na fotografia mortuária infantil as noções de Boa Morte e de Bela Morte estão presentes de uma forma ainda mais forte do que nos retratos fúnebres de adultos. Ora, se a Boa Morte era alcançada por aqueles que buscaram atingir, durante toda a vida, um estado de pureza da alma, uma proximidade maior com Deus, a associação da infância a qualidades de ingenuidade e inocência significava que a criança, muito provavelmente, sempre desfrutava de uma Boa Morte. A morte da criança também era uma das mais belas, num sentido bem literal. Riedl (2002) destaca uma certa preferência dos profissionais do Cariri (Nordeste Brasileiro) em fotografar os anjinhos, pois as imagens resultavam mais bonitas.

A criança e o anjinho nos séculos XIX e XX

Um sentimento de infância como fase específica da vida de um ser humano começa a se delinear somente em meados do século XIII (ARIÉS, 1981a). Nas artes, essa idéia da criança surge associada ao anjo, que começa a ser representado neste período como um jovem adolescente. Esse tipo de representação persistiu durante o século XIV, e a ela se somaram o modelo do menino Jesus e de Nossa Senhora menina. A infância começa, assim, a ser associada nas artes à pureza das entidades sagradas.

No domínio familiar, a transição do século XVII para o XVIII foi um marco importante na elaboração do conceito moderno de infância. Se antes havia uma certa noção de desperdício necessário (como as mulheres, em geral, tinham muitos filhos, considerava-se natural que alguns morressem), começa a surgir, no século XVII,

o desejo de fixar os traços de uma criança que continuaria a viver ou de uma criança morta, a fim de conservar sua lembrança. O retrato da criança morta, particularmente, prova que essa criança não era mais tão geralmente considerada como uma perda inevitável. (ÁRIÉS, 1981a: 58J)

No âmbito da sociedade, até o século XVIII a criança também não tinha muita importância. Somente na segunda metade deste século essas concepções começam a ser modificadas. Neste momento, a criança “passa a ter existência como categoria social, à qual se reconhece uma certa dignidade, dignidade destinada a crescer extraordinariamente com o desenvolvimento da sociedade industrial” (RODRIGUES, 1983: 212). A criança, neste contexto, é vista como potencial força de trabalho para a indústria. Ela é, assim, fonte de riquezas e, por isso, torna-se grande beneficiária das melhorias nas condições de vida que emergiram no período, propiciadas pelo aparecimento de preocupações higiênicas e de serviços de saneamento básico.

Desta forma, percebe-se que, no século XVIII, a criança já gozava do status de sujeito individualizado, importante para o sistema sócio-econômico e para a família. Esta concepção permaneceu e se desenvolveu no século XIX, período das belas mortes românticas e da preocupação com a boa morte. A morte, na visão romântica, é especialmente idealizada no caso de pessoas jovens. Esse tipo de visão foi bastante influenciado pelo culto dos santos mártires, muitos deles mortos precocemente (ARIÈS, 1981b). A associação do morto com as entidades sagradas é ainda maior, no século XIX, com relação às crianças, pois eram consideradas inocentes e puras, sendo queridas por Deus.

Em Goiás, embora não houvesse, no século XVIII, um modo de vida como o das sociedades industriais, as crianças e a infância já possuíam igualmente um valor enquanto categorias distintas do desenvolvimento humano, como seres a quem os pais e outros familiares dispensavam cuidados e carinhos. Isto se reflete, por exemplo, no pequeno número de abandonos identificado no século XIX na região.

Em análise comparativa com os dados apresentados por outras regiões do Brasil, Goiás, no século XIX, apresentava um baixo índice de crianças abandonadas. Importante lembrar que Goiás nessa época era uma região muito pobre, pobreza essa provavelmente intensificada pela fase de transição da mineração para a agropecuária. (VALDEZ, 200: 17)

Assim, percebe-se que o tratamento dispensado à infância associa-se a outras questões, e não apenas a fatores econômicos ou religiosos. As famílias goianas prezavam as crianças. É certo que havia práticas como entregar um filho para ser criado por parentes ou amigos, mas raramente os pais abandonavam a criança à sua própria sorte. A adoção era comum. Havia,

portanto, uma forte mentalidade de valorização da criança, em geral, e de uma piedade com relação aos rejeitados, que passavam a ser integrados em outros núcleos familiares.

Memória e devoção: a imagem fotográfica do anjinho

Outra marca da importância atribuída às crianças no estado de Goiás era sua expressiva presença nas festas religiosas.

Os meninos e meninas participavam das festividades não só como espectadores, mas também como protagonistas. Os pequerruchos desempenhavam papel de destaque nas inúmeras festas religiosas que aconteciam no Brasil. As crianças, reconhecidas pela sua inocência e pureza, eram escolhidas para representar santos e anjos em dias de festas (...). (VALDEZ, 2003: 29)

Em Bela Vista de Goiás, a participação das crianças nas procissões da festa de Nossa Senhora da Piedade era – e ainda é – constante. Os pequenos eram vestidos com túnicas longas. As asas, o rosário e a coroa completam os atributos dos anjinhos.

No caso da fotografia mortuária infantil, a idéia da inocência do anjo está presente em todos os retratos analisados neste trabalho. Considerava-se que a criança morta se tornava um anjo que protegeria a família que ficou na terra, e iria receber os pais quando estes chegassem ao portal do céu. Para o velório e o enterro, as crianças mortas eram vestidas com túnicas longas, geralmente brancas, e em sua cabeça costumava-se colocar uma coroa de flores. Esta indumentária era necessária aos pequenos defuntos “para se incorporarem imediatamente ao exército de santos que habitavam o céu” (VALDEZ, 2003: 33). Havia uma crença “no papel de intermediária que a criança morta ocupa entre os vivos e as autoridades celestes. Essa função se assentava no estado de pureza com o qual ela era caracterizada e que já garantia prerrogativas especiais à criança enquanto viva” (VAILATI, 2005: 94).

A figura 1 é o retrato mortuário de um menino falecido em 07/11/1925 (ano aproximado), vítima de sarampo. O caixão e as vestes do garoto são brancos, numa alusão à pureza infantil. Foi colocada uma coroa de flores na cabeça da criança, e suas mãos estão entrelaçadas, numa posição de reza, atributos associados à figura do anjo. Uma das coisas interessantes neste caso é que a criança tinha um irmão gêmeo que faleceu exatamente um mês depois, vítima da mesma doença. Entretanto, não foi feita fotografia mortuária deste menino, pois ele já havia sido retratado em vida junto de sua madrinha.

Percebe-se, pois, que de fato a criança tinha um valor individual, na medida em que, ainda que fossem gêmeos idênticos, houve a preocupação da família em manter fotografias

distintas como lembrança de cada um dos filhos. Importante também para a prática da fotografia mortuária é o fato de que, muitas vezes, o retratado não possui fotografia anterior, em vida. Ainda que este não seja um fator determinante na decisão de se fazer um retrato do morto, sem dúvida tinha alguma importância.

Na figura 2, vê-se a fotografia de uma menina falecida poucos dias após seu nascimento, que foi prematuro. Não foi possível levantar a identificação da criança, nem a data de seu falecimento. Entretanto, sabe-se que seu pai encomendou a fotografia a fim de mostrar aos parentes que não estavam na cidade na ocasião do velório. Além disso, foram feitas cópias deste retrato, que os pais distribuíram entre familiares e amigos. A comunicação da morte, portanto, era feita também por meio da fotografia mortuária. E não só a comunicação da morte, mas a de uma boa e bela morte. No caso, a criança com vestes brancas, dentro de um caixão branco, evoca a idéia do anjo, que os pais pretendiam transmitir às pessoas que receberam a fotografia. Observa-se ainda, neste caso, o uso de uma colcha de tear como fundo sobre o qual foi disposto o caixão para a foto. Esse tipo de tecido, e outros objetos de uso cotidiano, eram freqüentemente empregados na composição da cena dos retratos belavistenses, em geral, e observa-se também na confecção do retrato fúnebre.

Na figura 3 tem-se a fotografia mortuária de uma menina cujo nome, causa e data da morte não foram identificados. Ela está vestida de anjo (vestes longas brancas, coroa de flores na cabeça) e tem as mãos cruzadas em pose de oração. Percebe-se que seu caixão tem acabamento rude (os pregos da tampa estão bastante visíveis). Isto se deve ao fato de que, na época, não havia na cidade de Bela Vista empresa funerária ou qualquer pessoa que se ocupasse exclusivamente da produção de indumentárias relacionadas aos ritos mortuários. Assim, quando alguém morria, encomendava-se um caixão a algum marceneiro, e a tarefa de vestir o morto e enfeitá-lo para o velório cabia à família.

Na figura 4 há outro fato importante com relação às práticas mortuárias da cidade de Bela Vista no período considerado. A criança (cujo nome, data e causa de falecimento não foram identificados) foi retratada sobre a mesa onde era velada. Como foi dito anteriormente, os caixões eram encomendados a marceneiros após a morte de uma pessoa. Assim, enquanto não ficava pronto, o velório ocorria desta maneira, com o defunto disposto sobre uma superfície (uma mesa ou banco), ornamentada com forros, colchas, flores e velas. O pai da criança desta fotografia se encontrava fora da cidade quando do seu falecimento. Assim, o retrato mortuário foi produzido de modo que o pai pudesse ter algum tipo de contato com a imagem (no caso, a bela imagem do anjo, que se tentou reproduzir) de

seu filho morto, a fim de poder vivenciar a dor de sua perda e manter uma lembrança de seu anjinho.

A figura 5, em comparação com as demais, evidencia uma condição econômica mais privilegiada da família deste anjinho. A superfície do velório, bem como o próprio defunto, foram ricamente enfeitados: as rosas ao fundo, por exemplo, são mais opulentas e refinadas do que as flores utilizadas para ornamentar os pequenos caixões das outras fotografias deste grupo. Além disso, o forro e o travesseiro sob o bebê parecem ser de material mais nobre e caro do que as colchas de tear das fotos anteriores. A longa túnica com a qual se vestiu a criança possui um rico bordado ao longo da barra, e foi cuidadosamente disposta de modo a evidenciar este efeito (percebe-se como as dobras do tecido estão bem feitas). Isto indica, portanto, que a idéia da criança morta que vira anjo não se restringe às camadas menos privilegiadas economicamente, como se poderia supor. A família deste bebê, possivelmente, tinha algumas posses, e ainda assim fez retratar seu pequeno defunto como anjo, com vestes brancas e mãos em pose de reza.

Já na figura 6 pode-se supor uma situação econômica contrária. A criança foi fotografada dentro de uma caixa de papelão, que provavelmente seria a mesma de seu enterro. O bebê foi vestido com cuidado, mas com uma roupa de cor mais escura. Além disso, não foi feita coroa de flores para colocar em sua cabeça. Entretanto, as mãos cruzadas e as pequenas flores, juntamente com uma folhagem mais espessa, dispostas sobre o bebê indiciam a tentativa dos familiares de eternizar uma última – única? – imagem desta criança como se ela tivesse se tornado um anjo.

Considerações finais

Um dado importante para este estudo é o fato de que nenhuma das fotografias mortuárias coletadas se encontrava num álbum de retratos de família. Os retratos de anjinhos mortos foram encontrados dentro de caixas, envelopes e gavetas. A foto mortuária não era colocada no álbum de família porque este, “às vezes, representa um lugar sociável, um cartão postal da família burguesa que serve como representação perante visitantes e estranhos, e as gavetas, caixas etc. constituem um lugar mais íntimo para a memória” (RIEDL, 2002: 17).

Não só para a família burguesa, mas também para a família belavistense, num contexto de cultura marcadamente rural e católica, a fotografia mortuária era compartilhada apenas com parentes e amigos íntimos. Esse cuidado no manuseio e na exibição dos retratos fúnebres remete à idéia de fotografia-relicário, de Kossoy (2002). Quando se associa a este

conceito o fato de que, no caso da fotografia mortuária infantil, os belavistenses consideravam a criança falecida como anjo, tem-se fortes indícios de que estes retratos se revestiam de um certo caráter devocional.

De modo geral, pode-se dizer que a relação da fotografia com a morte é fecunda e complexa. Maria Elízia Borges expressa que, “devido às suas particularidades – imagem parada disponível e eterna – a fotografia e/ou retrato de porcelana acabam absorvendo com maior prontidão e coerência a tarefa de trâmite entre vida e morte” (BORGES, 1995: 177).

Ainda que a autora se referisse especificamente às fotos em porcelana (utilizadas como adornos nas edificações tumulares), a observação cabe para os usos do retrato mortuário, bem como para a imagem fotográfica de modo geral. O congelamento da cena, de um instante fugaz – seja de vida ou de morte – é fator determinante na escolha da fotografia como meio de ritualizar e dominar a morte, fazendo dela uma imagem de beleza. Ela se presta prontamente à manutenção da memória dos mortos, ainda muito importante para a construção da vida familiar.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981a.

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da Morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981b.

BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária: representação da criança despida**. Revista História, 1995.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

RUBY, Jay. **Secure the shadow: death and photography in América**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos**. 2005. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia: Alternativa, 2003.

Anexos

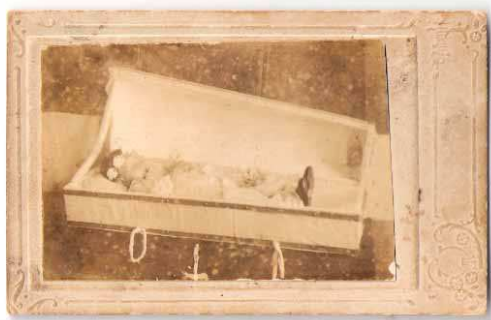


Fig. 1
Autor: Adelino Roque



Fig. 2
Autor: Antônio Faria



Fig. 3
Autor: Adelino Roque



Fig. 4
Autor: desconhecido



Fig. 5
Autor: Antônio Faria



Fig. 6
Autor: Antônio Faria

EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM ESPAÇO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA CULTURA DOS ASSENTADOS RURAIS

Elisabeth Maria de Fátima Borges¹

RESUMO: Embora o problema da educação brasileira não seja apenas do meio rural, neste setor a situação, historicamente, é bem mais grave. Porém estamos vivendo um momento histórico, pois está nascendo um processo de elaboração de um novo modelo de escola do campo. Um processo participativo e construtivo, evidenciando as experiências dos movimentos sociais no campo, as universidades vêm se unindo às comunidades de assentados rurais, contribuindo, assim, com este processo de formação de um novo modelo de escola do campo, pautada na realidade rural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local e principalmente contribuindo para a (re)construção da identidade e da cultura do homem do campo. Nesta comunicação apresentaremos um exemplo desta nova realidade na Escola Pólo Holanda, situada no Assentamento Holanda no Município de Goiás – GO.

ABSTRACT: Although the problem of the Brazilian education is not just of the rural way, in this section the situation, historically, is much more serious. However we are living a historical moment, because it is being born a process of elaboration of a new model of school of the field. A process with participation and constructive, evidencing the experiences of the social movements in the field, the universities are uniting if to the communities of having seated rural, contributing, like this, with this process of formation of a new model of school of the field, ruled in rural reality, contributing to the local maintainable development and mainly contributing to the building (or to reconstruct) of the identity and of the man's of the field culture. In this communication we will present an example of this new reality in the School Pólo Holanda, located in the 'Holanda Assentamento' in the Municipal district of Goiás–GO.

PALAVRAS – CHAVE: educação do campo – movimentos sociais – reforma agrária

KEYWORDS: education of the field–social movements–agrarian reforms

Um dado histórico que se torna preocupante é o silenciamento, o esquecimento e até o desinteresse sobre o mundo rural nas pesquisas sociais e educacionais. Em contrapartida assistimos, nas últimas décadas a uma instigante presença política dos sujeitos do campo na cena política e cultural do país. É neste cenário que os processos de formação, educação do povo do campo, precisam tornar-se objeto de pesquisa. Emerge no cenário educacional o projeto “Por uma educação básica do campo” que visa a busca de uma educação específica do campo por meio de conteúdos novos e uma metodologia pedagógica diferenciada. A educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se

¹ Mestre em História pela UFG. Professora da UEG, UnU Cora Coralina.

delimitar um território teórico, que visa defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir de sua realidade.

Observa-se hoje que está havendo uma articulação entre as universidades e movimentos sociais em busca de um modelo peculiar para tal educação que, quase sempre se pauta no paradigma urbano. Diante disto este trabalho tem por finalidade a ajuda na elaboração de um processo educacional que se pauta na busca e/ou reafirmação da cultura e da identidade do campesino, cujo enfoque será a formação dos educadores para a práxis de uma educação voltada para a inclusão social e a sustentabilidade econômica dos assentados.

O projeto “Educação do Campo” se faz necessário para dar respaldo aos anseios dos agricultores familiares, uma vez que a luta pela terra requer instrumentos que contribuam para a organização coletiva e a permanência do homem do campo.

O projeto de Extensão “Educação do campo: Resgate histórico e sustentabilidade econômica” surgiu da preocupação com a formação política e humana dos professores e alunos da Escola Municipal Pólo Holanda, na perspectiva de prepará-los para dialogar com a comunidade sobre os problemas ali vivenciados, promover o desenvolvimento local, fortalecendo a agricultura familiar.

É necessário refletir sobre as potencialidades e enfrentar desafios para a construção de um projeto de desenvolvimento do campo que possa, de fato, contribuir para a produção diversificada, gerando empregos e renda para os assentados rurais. São essas prioridades que permitem o desenvolvimento rural sustentável.

No município de Goiás – GO a desapropriação dos latifúndios improdutivos trouxe grandes benefícios para a economia local, pois os assentamentos rurais hoje são responsáveis pela produção de grande parte dos produtos hortifrutigranjeiros que abastecem o mercado e as feiras da cidade. Ressalta-se também que a qualidade desses produtos, com porcentagem mínima de insumos químicos e o fato de que dos quarenta feirantes da cidade trinta são assentados demonstra a viabilidade da agricultura familiar na melhoria da renda dos agricultores e no desenvolvimento econômico do município (JESUS, 2006, p. 61-62).

Os problemas que afligem os assentados rurais do município de Goiás são em consequência da falta de políticas agrícolas adequadas para atender as exigências e necessidades da população que vive no campo. Isso tem levado a falência e o empobrecimento de muitos agricultores familiares.

O desenvolvimento do campo passa também pela construção e consolidação de um projeto de educação como instrumento possibilitador de educação do campo. O presente Projeto “Educação no campo” tem por objetivo, desempenhar um papel, mediante a metodologia de união entre a Universidade, a Prefeitura Municipal, a escola e a comunidade na busca de soluções dos problemas existentes. É um projeto de fundamental importância para os assentados rurais, visto que colabora na implantação de uma educação vinculada a essa população e o resgate cultural campesino.

Pereira (2006, p. 95) relata que para a população do campo a educação tem a função de ajudar a despertar em cada pessoa a consciência de sua própria dignidade e de sua capacidade de exercer a cidadania.

Contraopondo a dinâmica de exclusão do homem do campo, propomos a implementação de uma nova proposta de ensino, que busque a formação integral do educando como formador do processo histórico. Uma educação que se insere na cultura local, em que o sujeito seja visto como agente do processo educativo. Uma proposta educacional criadora e capaz de produzir o novo, de forma que os educandos consigam visualizar novos horizontes no campo.

A educação do campo é uma proposta importante, uma vez que a questão camponesa merece atenção especial por meio de uma educação regional, imprescindível para a formação das crianças e adolescentes que sejam capazes de intervir no seu meio. Visa ainda a inclusão social do homem do campo, uma nova gestão, trazendo fundamentos teóricos metodológicos que ampliam as condições de acesso à educação como direito fundamental na construção da cidadania de crianças e adolescentes que vivem nas áreas de Reforma Agrária.

Os princípios norteadores e os pressupostos teórico-metodológicos do projeto de extensão, ora apresentado, são baseados nos princípios do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária): princípio do diálogo, da práxis e da transdisciplinariedade. O princípio do diálogo visa garantir uma dinâmica de aprendizagem que garanta o respeito à cultura, a valorização dos diferentes saberes e a produção coletiva do conhecimento. O princípio da práxis visa contribuir para um processo educativo que tenha por base o movimento ação-reflexão-ação e a perspectiva de transformação da realidade; uma dinâmica de ensino-aprendizagem que ao mesmo tempo valorize e provoque

o envolvimento dos educandos em ações concretas e ajude na interpretação crítica e no aprofundamento teórico-metodológico necessário a uma atuação transformadora em seu meio social. E finalmente o princípio da transdisciplinariedade, que ajuda na construção de um processo educativo que contribua para a articulação de todos os conteúdos e saberes locais, regionais e globais, garantindo livre trânsito entre um campo do saber e outro. Este projeto destaca a importância de que nas práticas educativas os sujeitos identifiquem as suas necessidades e potencialidades, e busquem estabelecer relações que contemplem a diversidade do campo em todos os seus aspectos: econômicos, sociais, culturais, políticos e de gênero. Atendendo assim ao Art. 5º da CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002.

Este Projeto de extensão é desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás – UEG, mais precisamente na Unidade Universitária Cora Coralina.

A UnU Cora Coralina está situada em uma região, o município de Goiás – Go, que é o maior palco de assentamentos do estado de Goiás e um dos municípios que possuem mais assentamentos rurais no Brasil, hoje nele consta vinte e três assentamentos rurais de Reforma Agrária. Assim sendo este projeto, que nasceu de um debate na Disciplina Optativa “Movimentos Sociais no Campo” do Curso de Licenciatura em História, se justifica pela necessidade da UnU Cora Coralina se ingressar neste projeto nacional “Por uma educação básica do campo”, pois o papel das Universidades é fundamental para que se possa debater a viabilidade deste projeto nacional que visa interpelar as escolas do campo a ser espaço de reconstrução da memória coletiva e histórica de toda a comunidade. Daí este projeto surge da necessidade de se formar um grupo de estudo onde se debaterá a importância de se ter não apenas escolas “no” campo e sim escolas “do” campo. Este grupo, formado por pessoas da comunidade local: professores da zona rural (inclusive muitos que são alunos da UnU Cora Coralina), alunos, representantes dos cinco assentamentos de reforma agrária que possuem alunos na escola (Assentamentos: Holanda, Baratinha, Engenho Velho, Dom Tomás Balduino, Vila Boa e São Pedro), representantes da Secretaria Municipal de Educação e acadêmicos da UEG -UnU Cora Coralina. O principal objetivo é trazer a comunidade local para o debate sobre a importância de se ter uma educação com pedagogias que valorizem a cultura, a luta social, o trabalho, e a história.

A Escola Municipal Pólo Holanda foi criada em 2005 pela Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás, através da Secretária Municipal de Educação, atendendo reivindicação das comunidades dos assentados da região da Holanda, em sessão aberta na Câmara Municipal, onde por unanimidade foi aprovado o projeto de Lei nº 005/2005. As atividades escolares iniciaram aos nove dias do mês de maio do ano dois mil e cinco.

A princípio a Prefeitura Municipal de Goiás, através do transporte escolar conduzia as crianças destes assentamentos até a cidade de Goiás para estudarem. Preocupados com os graves problemas sociais oriundos desta nucleação, como o consumo de drogas, o desenraizamento das crianças e adolescentes do dia a dia e da cultura local, com o êxodo para a cidade, os pais se uniram para reivindicar a construção de uma escola pólo na região. Depois de muitas reivindicações dos moradores do Assentamento Holanda, que fizeram abaixo assinado e, muitas outras manifestações a prefeitura cedeu e implantou a escola, na sede do Assentamento Holanda, cedida pelo INCRA. Na Escola são ministrados: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano). Ela atende alunos de seis assentamentos: Holanda, São Pedro, Engenho Velho, Baratinha, Vila Boa e Dom Thomas Balduino. Atualmente a escola atende a um público de 200 alunos.

Os alunos, inicialmente, rejeitaram a escola, ficaram revoltados acreditando que estavam sendo injustiçados, que estudarem no campo seria um regresso, que não teriam ensino de qualidade, alguns chegaram inclusive a quebrar as carteiras escolares como protesto. Como agravante a este processo dos doze professores da escola apenas três residem no campo, o que contribui para que o ensino não tenha ligação com a cultura e o cotidiano dos alunos.

Dias (2006, p. 128) destaca que, na sociedade brasileira, ainda existe uma discriminação do meio rural, o que muitas vezes gera conflito, desmotivação e afastamento dos jovens do campo que estudam nas escolas da cidade. A autora mostra ainda a relevância da educação escolar no meio rural como instrumento de possibilidades párea contribuir para a agricultura familiar e subsidiá-la com a preservação ambiental de forma sustentável.

Foi pensando em problemas como este que surgiu no Brasil um Programa Nacional “Por uma educação básica do campo”. É um projeto que faz parte do projeto popular de desenvolvimento nacional, processo que envolve cinco compromissos básicos:

compromisso com a cidadania, com a solidariedade (distribuição de poder, renda e riqueza), compromisso com o desenvolvimento, compromisso com a sustentabilidade e com a democracia ampliada. Para concretizar estes compromissos é preciso valorizar nossa população, nosso patrimônio natural e social. E qual é o espaço do campo neste projeto nacional? A escola do campo pode e deve ser um espaço de debate e aprofundamento desta questão.

O projeto popular de desenvolvimento do campo é baseado na agricultura familiar cooperativizada. Isto traz grandes contribuições para os assentados, como: geração de empregos, barateamento da comida, liberação de renda para outros setores da economia. Para se conseguir isto é preciso tratar o homem rural não mais como arcaico, mas como sujeito do processo de desenvolvimento. É preciso estimular os pequenos e médios agricultores a recuperar a terra, assimilar princípios de agro-ecologia e reorganizar a produção através de tecnologias alternativas. É necessário também agregar valor a agricultura familiar (agroindustrialização) e quebrar o monopólio de comercialização, promover resgate histórico da luta pela terra e cultura campesina. Urge ainda novas medidas de produção agrícola que garantam: comércio e crédito diferenciado.

Para tal é preciso que se desenvolva um projeto educacional contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento a partir de questões relevantes para a intervenção social nesta realidade.

Neste processo a educação ocupa um lugar sócio-cultural. Ela por si só não resolve os problemas do campo, porém, pode se tornar um elemento importante se combinada com um conjunto de ações políticas, econômicas e culturais, que mexam diretamente no processo econômico.

Caldart (2005) mostra que pensar uma proposta de escola do campo não é pensar um ideário pedagógico pronto, fechado, ao contrário, é pensar um conjunto de transformações que a realidade vem exigindo. Transformação do papel da escola: que tenha compromisso ético moral com cada participante das práticas educacionais; e manter um compromisso com a intervenção social: mantendo vínculos com projetos de desenvolvimento regional e com a formação para do trabalho no campo; compromisso com a cultura do povo do campo, resgatando e conservando e recriando: a educação, valores, memória histórica e da educação para a autonomia cultural. É urgente ainda uma

transformação da gestão da escola: ampliando o acesso à escola para as famílias, a comunidade e os movimentos populares, buscando assim uma maior participação da população na tomada de gestão do cotidiano escolar. É urgente ainda buscar uma maior participação dos alunos na gestão do cotidiano escolar e a criação de coletivos pedagógicos que repensem estes processos de transformação, traduzindo-as em ações educativas concretas. A escola do campo precisa ainda de uma transformação em sua pedagogia escolar, uma pedagogia que valorize a realidade do campo, que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo: ciclos da natureza, trabalho, festas, entre outros. Urge ainda uma transformação nos currículos escolares: que contemple a relação com o trabalho na terra, e que trabalhe o vínculo entre educação e cultura. É necessária, ainda, uma transformação dos educadores da escola do campo, que vivem um círculo vicioso e perverso, de forma que assumam a identidade do campo e ajudem a construir uma nova pedagogia.

Caldart (2005) mostra o quanto é notório o silenciamento, esquecimento e até desinteresse pelo rural nas pesquisas sociais e educacionais. A autora mostra que a população do campo é vista como atrasada e a educação rural retrata esta visão. As Conferências Nacionais “Por uma educação básica do campo” vem recolocar o rural e a educação rural na agenda política do país. Para a autora o grande desafio histórico atual é pensar e fazer uma educação do campo vinculada às estratégias de desenvolvimento.

A autora mostra que o Programa Nacional “Por uma educação básica do campo” defende que a educação do campo precisa ser específica e diferenciada, isto é, alternativa. Uma educação que se volta aos interesses ao desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos trabalhadores rurais. Uma proposta de educação básica que assumisse a identidade do meio rural: não somente como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo, abrangendo princípios, concepções e métodos pedagógicos.

Leite (2002) apresenta a trajetória histórica da escola rural desde a República Velha até os dias atuais, mostrando a discriminação que esta escola sofreu durante toda a história educacional de nosso país. O autor converge com Caldarte ao defender que a escolaridade rural exige um tratamento diferenciado. Que deve ministrar uma educação

baseada no contexto rural, em um processo sócio-histórico genuíno, pararelo, não semelhante ao processo urbano.

Arroyo (2004) destaca que hoje que tanto a imprensa, as elites e a sociedade reconhecem que o campo não está parado, está vivo. E que ali não há somente uma dinâmica social, mas também um movimento pedagógico. É a busca por uma educação que reconheça a história concreta de cada educando. Ele defende que este projeto de educação básica do campo deve incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo.

A hegemonia do modelo de vida urbano tem levado muitos pesquisadores a concluir que o rural já não tem significado histórico relevante e que o campesinato está em extinção. Porém movimentos sociais, de luta pela terra, têm comprovado que a migração cidade-campo não é uma via de mão única. O rural não tende a desaparecer e exige espaço para ser sujeito. Um projeto de educação que contribua para com a realidade do campo se faz fundamental.

Diante deste contexto histórico algumas ações são urgentes, como: o reconhecimento da necessidade da escola “no” (situada) e “do” (voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos trabalhadores rurais) campo; e pensar em uma proposta de escola que leve em conta, a tendência de superação da dicotomia rural-urbano, uma proposta de uma educação básica que assumisse a identidade do meio rural, não somente como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda específica de um novo projeto de desenvolvimento do campo, pautado na inclusão e sustentabilidade econômica.

Caldart (2004) reflete sobre a identidade que vem sendo construída pelos sujeitos que se juntam para lutar por uma educação básica do campo. A autora mostra que é a luta por uma educação básica “no” e “do” campo, uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à cultura e às suas necessidades humanas e sociais. A autora mostra que este movimento vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais da vida no campo. A autora mostra que o campo tem vários sujeitos: assentados, acampados, pequenos agricultores, meeiros, assalariados rurais, porém com uma identidade comum: são um só povo, brasileiros que vivem no

campo e que historicamente têm sido vítimas da opressão e da discriminação que é social, política econômica e cultural.

O Projeto “Educação do Campo – Sustentabilidade e Resgate histórico Cultural” reafirma, como grande finalidade da ação educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno dos assentados rurais, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade da qual faz parte.

Sabemos que embora o problema da educação brasileira não seja apenas do meio rural, neste setor a situação muitas vezes se torna mais grave, pois, além de não considerar a realidade em que a escola está inserida, a mesma sempre foi tratada, sistematicamente, pelo poder público, com políticas compensatórias. O campo não se constitui em espaço prioritário para ação institucionalizado do Estado, por meio de diferentes políticas públicas e sociais.

A aprovação recente do parecer nº 36 de 2001 e da Resolução nº 01 de 2002, da Câmara da Educação Básica do Conselho Educacional de Educação, que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação reconhece o papel estratégico da educação no desenvolvimento rural sustentável dos estados e municípios; reafirmando, assim, a prioridade que a Educação do Campo deve ocupar no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural.

A aprovação das diretrizes operacionais, com o objetivo de adequar os direitos conquistados na área educacional a essa realidade, é de suma importância para as escolas do campo, pois representa o resgate de um direito negado, o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, para participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. Além disso, é o primeiro momento na história da educação que se elabora políticas específicas para as escolas do campo, ou seja, procedimentos para adequar os direitos definidos pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no que se diz respeito à universalização do acesso da população do campo à educação básica e à educação profissional de nível técnico.

Este é um momento histórico, pois está nascendo um processo de elaboração participativo, construtivo e propositivo, evidenciando as experiências dos movimentos sociais do campo, as universidades, juntamente com as prefeituras vêm se unindo para contribuir para este processo de construção de um novo modelo de escola para o campo.

Estamos vivenciando um marco na elaboração de uma proposta em que a identidade da Escola do Campo emerge identificada com a realidade de seus alunos: a luta pela terra, inserida no mundo do trabalho e da cultura, a agricultura familiar, a exclusão e discriminação sofrida pela população do campo.

É preciso e urgente que se implemente uma articulação voltada para a formação destes professores que atuam no meio rural. É pensando nesta realidade que a Universidade Estadual de Goiás, através do Projeto de Extensão “Educação do Campo Sustentabilidade e Resgate histórico Cultural” pretende atuar na Escola Municipal Pólo Holanda visando ajudar neste processo de elaboração, participativo, construtivo e propositivo, ou seja, no processo de construção de um novo modelo de escola do campo, uma escola como instrumento de cidadania a serviço de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável nos assentamentos rurais.

Pessoa (1999, p. 262) ao analisar os assentamentos de Reforma Agrária em Goiás mostra que os trabalhadores rurais em sua luta pela terra descobriram desde o início a inadequação da escola à sua condição e aos projetos na terra. A escola que desejam deveria formar seus filhos na luta por seus direitos e não apenas nas lições já pré-fabricadas, baseadas na vida urbana, oriundas dos livros didáticos. Estabelecendo a diferença entre os anseios dos acampados e assentados a respeito da educação de seus filhos e aquilo que o sistema oficial de ensino traz já pronto. Além disto, o autor destaca outro fator nesta discrepância, que são os educadores das escolas de assentamentos, provenientes em sua grande maioria do setor urbano. Pessoa denomina isto de divergência entre “professor de fora” e “professor de dentro” e mostra que esta realidade é sentida e enfrentada em todos os assentamentos rurais do município de Goiás – GO.

É neste sentido que se justifica a atuação deste projeto de extensão na Escola Municipal Pólo Holanda, onde dos doze professores nove são do setor urbano e apenas três residem nos setor rural. Portanto este projeto visa colaborar na formação de professores da própria comunidade, professores do campo.

O presente Projeto também possui, portanto relevância social ao ser voltado para as minorias oprimidas do campo (assentados rurais) em uma sociedade que se entende como democrática. É um projeto que visa contribuir para a compreensão do mundo rural e para o reforço e/ou recuperação da identidade camponesa, baseando-se no fato de que os

adolescentes e jovens rurais estão sofrendo um processo de aculturação urbana e perda de identidade. Portanto, este projeto de extensão traz um benefício efetivo para a sociedade vilaboense, especialmente para a comunidade dos assentados rurais. Este é um projeto viável e que já possui novas demandas, uma vez que está sendo solicitada a sua aplicação em outras escolas pólos de assentamentos rurais do município de Goiás – Go.

República *bossa nova*: o encontro entre a música e a política (1956-1960)

*Adriana Evaristo Borges**

Resumo: Os anos que compreendem 1956-1960 significaram grandes mudanças políticas, econômicas e sócio-culturais para o Brasil. A mudança na perspectiva política alcançada no governo de Juscelino Kubitschek e a ascensão do movimento bossa nova nesse período sugerem um diálogo entre música e política, uma concordância em termos de urbano e modernidade entre a elite artístico-cultural produtora da bossa nova e o governo JK. Embora o conceito de música agregue em si aspectos harmônicos, melódicos e mesmo emocionais, interessa para esta análise o corpo textual, a letra da música. Desta forma, pretendo nesta comunicação, pensar a partir da análise das músicas como o movimento bossa nova traduz em suas letras a política de JK e uma releitura da sociedade traduzida na imagem de um “novo” brasileiro e um “novo” Brasil.

Abstract: The years that understand 1956-1960 had meant great changes politics, economic and partner-cultural for Brazil. The change in the perspective politics reached in the government of Juscelino Kubitschek and the ascension of the movement bossa nova in this period suggests a dialogue between music and politics, an urban agreement in terms of and modernity enters the producing artistic-cultural elite of bossa nova and government JK. Although the music concept adds in itself harmonic aspects, melodious and exactly emotional, it interests for this analysis the literal body, the letter ad music. Of this form, i intend in this communication, to think from the analysis of musics as the movement bossa nova translates its letters the JK politics and a new look of the society translated the image of "new" a Brazilian and "new" Brazil.

Palavras-chave: bossa nova, urbano e modernidade.

Keywords: bossa nova, urban and modernity.

A música brasileira pode ser percebida como um importante documento de análise histórica, uma vez que compõe um rico conjunto histórico cultural através do qual uma sociedade ou um grupo social pode expressar seus interesses, valores culturais, enfim, manifestar sua opinião perante a realidade social que vive. Além da função de entretenimento, a música dá-nos a possibilidade para algumas reflexões sobre a sociedade, a política e a cultura. A música como documento histórico deverá ser observada dentro de sua época, na realidade cultural na qual está

* Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás.

inserida, pensada na relação de quem a produziu, para quem foi produzida e de onde foi produzida.

Pretende-se aqui a análise não da sonoridade, arranjos harmônicos ou a introdução de novos instrumentos que caracterizam o movimento bossa nova – embora tais elementos estejam situados dentro da proposta – mas interessa para este trabalho o corpo textual. Neste caso, ao referir-me ao conceito de música, embora consciente da dimensão alcançada por ele, refiro-me especificamente às letras das músicas que compõem o movimento bossa nova no período de 1956-1960.

É importante ter claro que a produção musical não pode ser identificada como um mero reflexo, as músicas aparecem entrelaçadas num processo interno de influência mútua, ou seja, que são simultaneamente constituintes e constituídas, que em sua repetição e circularidade produzem e reproduzem sistemas que organizam, expressam e regulam comportamentos (Matos, 2003. p.103).

A proposta desta comunicação é a de propor uma rápida delimitação sobre o ponto de encontro entre o movimento bossa nova e a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek no período 1956-1960, para com isso tentar perceber como se dá a relação entre música e política a partir de uma problematização do *urbano*, um sinônimo de moderno que está no interior de um movimento musical que se pretendia elitizado, ressaltando-se para tanto que o mesmo urbano era um elemento chave do projeto político juscelinista.

O período de 1955 a 1960 ficou conhecido como o dos “anos dourados” da história do Brasil. Momento avaliado como de incrível prosperidade política, econômica e cultural. Para alguns foi também um momento de liberdade de expressão, favorecendo ainda a criatividade em todos os aspectos. Um período fortemente marcado pelo urbano, expresso através das artes, da política e da música. A proposta cultural era em larga medida a de um Brasil desvencilhado da imagem agrária e conseqüentemente atrasada. Pensar nos “anos dourados”, é refletir sobre um momento quase lúdico, onde a política, a economia e as artes estavam envoltas pela aura do desenvolvimentismo, a busca pela transformação e projeção do novo “homem brasileiro” e do Brasil.

A proposta era romper com os antigos padrões vigentes, já que o período demarcava-se por um alinhamento cultural e político com os Estados Unidos da América. Na política a modernização através da intensificação da industrialização geraria um crescimento econômico que tiraria o Brasil da condição de mero importador de mercadorias e bens de consumo dando-lhe possibilidades de fazer frente junto ao mercado com as grandes potências. Na música a influência de outros ritmos, principalmente o jazz norte americano, daria uma nova cara ao

samba e ao urbano. A bossa nova seria então o ritmo que embalaria a emergente classe média, que encontrou neste estilo musical não só um elemento de identificação sócio-cultural, mas também uma mercadoria digna de exportação.

Não se trata apenas de associar música e política pelas configurações do período histórico, mas trata-se sim de considerar um conjunto de fatores que ligam música e política em torno de questões comuns, como um novo tratamento do urbano – onde a construção de Brasília representa o ponto máximo de urbanidade e a bossa nova desloca o urbano dos morros cariocas para o centro das cidades, principalmente dos bairros nobres do Rio de Janeiro - e a internacionalização do país, ou seja, transformar o Brasil em um produto de exportação seja através da música, da política ou de ambas.

Faz-se necessária a análise individual tanto da música bossa nova quanto da política de JK, ainda que de forma breve para que se definam os pontos de verossimilhança, os pontos de contato entre música e política. Pontos de contato esses que se tornam claros no próprio movimento musical e no apoio da elite artístico-intelectual que fez da música um objeto de ratificação de um projeto político, um elemento propagador de um país moderno e desenvolvido.

O ponto de contato entre música e política

A política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek tinha por objetivo transformar a economia do país que até então era predominantemente agrária em uma economia moderna, com a intensificação da industrialização e urbanização, numa corrida que levaria ao desenvolvimento a política dos “50 anos em 5”, ou seja, recuperar cinquenta anos de atraso em cinco anos de governo.

A elaboração do Plano de Metas, o incentivo às indústrias de bens de consumo a expansão do parque industrial e, a inserção da indústria automobilística promoveu grandes mudanças na economia nacional. Constando de 30 metas, o Plano possibilitaria o crescimento do país a partir de investimento consistente em setores básicos da economia: transporte, energia, alimentação indústrias de base e educação. No entanto, as metas estabelecidas estariam convergindo para uma meta síntese, tornando a construção de Brasília o ponto máximo do projeto urbanístico e modernizador da política desenvolvimentista de JK.

A novidade, a ousadia do projeto não estava na transferência da capital para o Centro-Oeste, mas no próprio projeto. Tirar do Rio de Janeiro o posto de Distrito Federal e transferi-lo para o vazio inóspito que este espaço representava com o objetivo de interiorizar o desenvolvimento e ocupar os vazios populacionais, viabilizando a intercomunicação da capital

com os demais estados. Brasília seria um marco de modernidade, de urbanização e desenvolvimento.

A intensificação da industrialização e a própria construção de Brasília acabaram por viabilizar o surgimento de uma classe média que se estabeleceu em função do aumento do funcionalismo público e das próprias indústrias. Classe essa que pode ser pensada como um produto desse próspero momento da economia, provocando importantes mudanças sociais.

Essa classe média urbana, que surgiu em meio a tantas transformações na política, na economia e na sociedade, mesmo se sentindo privilegiada pelo fato de a economia estar baseada em sua produção e consumo, sentia-se culturalmente deslocada. Esse se torna o momento ideal de busca de identificação cultural, algo que situe essa nova classe e o seu padrão de vida.

Até então o referencial de urbanidade estava posto, em termos musicais, pelo samba, e estava longe dos padrões e experiências da classe que surgia. A idéia principal era romper com esse urbano vinculado aos morros cariocas e deslocá-lo para bairros nobres do Rio de Janeiro, onde o urbano, nesse período estava voltado para a estética, para a modernidade, o que de certa forma explicava a arquitetura de Brasília, a nova capital do país.

Em meio a esse turbilhão de novidades surgiu a bossa nova. Uma música de temática e harmonia leves, marca de um estilo que tinha a influência do jazz norte americano e tinha por objetivo romper com os padrões musicais vigentes na época. Com a introdução de novos instrumentos, novos arranjos harmônicos e novos temas, a bossa nova fazia oposição ao samba que agora era considerado ultrapassado pelo culto que fazia ao ócio, ao morro e ao malandro.

O samba não respondia aos anseios do “novo” país e do “novo” homem que figuravam o cenário entre na segunda metade dos anos 1950, ao contrário da bossa que se encaixava perfeitamente nessas expectativas. A tradução do urbano e do moderno parecia aproximar cada vez mais música e política. Mesmo que a princípio o movimento não parecesse ter intenções políticas – era apenas um grupo buscando um elemento cultural de identificação e representação – acabou sendo envolvido por aspirações e tendências políticas, uma vez que a música tinha intenções semelhantes às propostas pelo governo JK.

Ao analisar o termo bossa, percebe-se que era designado para representar o que era novo, atual, diferente. Neste caso nada mais novo que um presidente da república com projetos tão ousados e uma música que além de “desbancar” o samba – que era visto até então como símbolo de brasilidade – se afinava com as intenções políticas.

Nada mais conveniente que denominar então o período compreendido entre 1956-1960 como República Bossa Nova. Denominação esta que pode ser caracterizada como crítica, se pensarmos nos saudosistas do samba ou mesmo da política Getulista, ou como um elogio se

considerarmos as novidades impostas pelos novos tempos, como a tecnologia industrial, a construção da nova capital ou mesmo o Plano de Metas. Tudo era bossa nova, não só a música, mas o próprio presidente e seu projeto. Era a apropriação do termo pra designar a atual realidade.

Alvo de grande crítica, música e política se tocavam reforçando ainda mais o pensamento de que a política de Juscelino Kubitschek estava sendo desenvolvida para uma minoria da população, para a classe média, deixando à margem os demais.

Para celebrar esse encontro entre a política de JK e a bossa nova, Juca Chaves, compositor famoso por suas sátiras políticas, escreveu em 1958, a canção *Presidente bossa-nova*:

“Bossa nova é ser presidente // Desta terra descoberta por Cabral. /Para tanto basta ser tão simplesmente: // Simpático, risonho, original. // Depois desfrutar da maravilha // De ser presidente do Brasil, // Voar da Velha - Cap pra Brasília // Ver o Alvorada e voar de Volta ao Rio. // Voar, voar, voar. // Voar, voar pra bem distante // Até Versalhes onde duas mineirinhas, // Valsinhas dançam como debutantes. // Interessante... // Mandar parente a jato pro dentista, // Almoçar com tenista campeã. // Também poder ser um bom artista exclusivista, // Tomando com Dilermando // Umas aulinhas de violão. // Isto é viver como se aprova, // é ser um presidente bossa nova / Bossa mesmo, // bossa-nova...”

(Presidente Bossa Nova, Juca Chaves).¹

A imagem produzida por essa composição é a de um homem irresponsável e alheio às necessidades reais de seu país. O presidente estaria deslumbrado com sua posição de chefe de Estado, preocupado apenas com a estética considerada fútil. A crítica perpassa não só a política, mas também a música bossa nova, considerada pelo autor como superficial, motivo evidente pelo qual compara música e política.

No entanto não nos prendamos apenas nas críticas. O período analisado envolve diversos fatores que propiciam o alinhamento entre o movimento musical e o projeto político. Dentre eles considero a importância da industrialização, que acaba por gerar uma classe disposta a reivindicar seu espaço e a internacionalização do país que é um projeto comum tanto à música quanto à política, ambos estavam desejosos de competir com o mercado norte americano.

A figura de JK não conquistou apenas os interlocutores da bossa nova, conquistou sim uma parcela considerável da população, mas é importante perceber que todo projeto está vinculado a uma camada específica da sociedade o que pode ser percebido pelo tipo de indústrias de bens de consumo e pela própria construção de Brasília. A construção da nova capital mobilizou a maior parcela da população brasileira, encantada com o crescimento econômico e a

rápida modernização do país. Enquanto para muitos essa obra não significava mais do que desperdício do dinheiro público, para outros era o símbolo máximo do projeto modernizador de Juscelino Kubitschek e de sua capacidade realizadora enquanto presidente da República (Filho e Doratioto, 1995. p.35).

A pedido do presidente, Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes (ícones importantes da bossa nova) compuseram *Brasília, Sinfonia da Alvorada* em 1958. De forma apaixonada e poética, a Sinfonia descreve em cinco atos toda a saga da construção da nova capital. Na capa do LP, que recebe o mesmo nome da sinfonia, gravada nos estúdios Colúmbia do Rio de Janeiro, Vinícius escreveu um texto onde fala de sua satisfação em fazer parte de algo tão grandioso como a construção da nova capital, da sua amizade com o presidente Juscelino e com Oscar Niemayer. O mesmo revelou uma demonstração clara de apoio, como também do sentimento de confiança do qual estavam contagiados os “novos” brasileiros. Ao final do texto, em agradecimento, em seu nome e de Tom Jobim, Vinícius declara: “(...) sem embargo de uma constante vigilância crítica, nos foi sempre do maior estímulo nesse empreendimento em que esses dois sentimentos são determinantes: amor pela obra e confiança no futuro de Brasília e do Brasil”.

“No princípio era o ermo”, assim inicia-se a *Sinfonia da Alvorada*. O primeiro ato intitulado: *O Planalto Deserto*, narra o vazio que esperava para abrigar a nova capital.

*“(...) No princípio era o agreste: O céu azul, a terra vermelho-pungente/
E o verde triste do cerrado. // Eram antigas solidões banhadas // De
mansos rios inocentes // Por entre as matas recortadas. // Não havia
ninguém. // A solidão parecia um povo inexistente dizendo coisas sobre
nada. (...) O sem-termo, o infinito descampado // Onde, nos campos
gerais do fim do dia // Se ouvia o grito da perdiz // A que respondia nos
estirões de mata à beira dos rios // o pio melancólico do jaó. // E vinha a
noite. // Nas campinas celestes rebrilhavam mais próximas as estrelas //
E o cruzeiro do Sul resplandecente // parecia destinado a ser plantado
em terra brasileira: // A grande Cruz alçada // sobre a noturna mata do
cerrado // Para abençoar o novo bandeirante // o desbravador ousado //
o ser de conquista // o homem!”².*

Seu cenário desértico, lugar do inóspito e vegetação sem cor passava a constituir o lugar de grandes possibilidades, remontando ao momento épico das bandeiras e dos velhos bandeirantes que desbravaram terras e alargaram o território nacional em busca de ouro.

O ato segundo – *O Homem* – nada mais é senão uma analogia a figura do próprio Juscelino Kubitschek, o homem de visão que transformaria o nada numa cidade promissora por seu empenho, seu trabalho. O homem que ergueria no planalto central uma cidade nova pelo planejamento e pela arquitetura:

“Sim, era o homem. // Era finalmente e definitivamente, o homem. // Viera para ficar. // Tinha nos olhos a força de um propósito: permanecer, vencer as solidões // E nos horizontes, desbravar e criar, fundar e erguer. // Suas mãos já não traziam outras armas que as do trabalho em paz. /Sim, era finalmente o Homem: o Fundador. // Trazia no rosto a antiga determinação dos bandeirantes, //mas já não eram o ouro e os diamantes o objeto de sua cobiça. (...) Seus pés plantaram-se na terra vermelha do altiplano. Seu olhar descortinou as grandes extensões sem mágoa/no círculo infinito do horizonte. // Seu peito encheu-se do ar puro do cerrado. // Sim ele plantaria no deserto uma cidade muito branca e muito pura...”.³

A chegada dos trabalhadores que vieram de tão longe e de todas as partes do Brasil para trabalhar e erguer o sonho da cidade da alvorada é o assunto do terceiro ato – *A chegada dos candangos*. Trabalhadores que vieram tomados pela esperança que pairava nos ares da capital que estava por surgir em meio ao vazio, ao verde da flora nativa e a saudade dos que ficaram para trás. Para esses homens o sonho de um futuro melhor estava sendo construído junto com Brasília e para tanto era necessário:

“Tratava-se agora de construir: e construir em ritmo novo. // Para tanto era necessário convocar todas as forças vivas da Nação // todos os homens que, com vontade de trabalhar e confiança no futuro, pudessem erguer, num tempo novo, um novo Tempo (...) foram chegando em sua mudez cheia de esperança, // muitas vezes deixando para trás mulher e filhos a aguardar suas promessas de melhores dias // foram chegando de tantos povoados, tantas cidades cujos nomes pareciam cantar saudades aos seus ouvidos/dentro dos antigos ritmos da imensa pátria”.⁴

Através do trabalho e dos sonhos de cada um Brasília se levantou. E tudo que se fez necessário para que ela estivesse pronta é narrado no quarto ato – *O trabalho e a construção* – desde os milhares de trabalhadores até o cimento e a areia foram contabilizados. A cidade de ferro e concreto que parecia suspensa de tão leve tinha as mais belas estruturas:

*“Ah, as empenas brancas! // Como penas brancas... // Ah, as grandes estruturas! // Tão leves, tão puras... // Como se tivessem sido depositadas de manso por mãos de anjo na terra vermelho-pungente do planalto, // em meio a música inflexível // à música lancinante/a música matemática do trabalho humano em progressão... // O trabalho humano que anuncia que a sorte está lançada e a ação é irreversível”.*⁵

A sinfonia não foi tocada durante a cerimônia de inauguração da capital em função dos altos custos de sua produção devido ao equipamento e tecnologia necessários que pertenciam à empresa francesa Clemançon. Mas ainda assim ela foi um culto ao projeto político de JK que culminou na construção de Brasília. Vinícius de Moraes e Tom Jobim em alguma medida parecem ter representado os sentimentos confiança e esperança de uma grande parcela da população em torno do progresso e do desenvolvimento que estavam intrínsecos na sua fundação.

Escritas no mesmo período (1958) a “Sinfonia da Alvorada” e “Presidente bossa nova” tornam possível pensar a relação entre música e política. O lirismo contido nas palavras de Vinícius de Moraes e Tom Jobim ao descrever Brasília e todo o esforço e dedicação envolvidos nesse processo acaba por traçar um paralelo com a composição de Juca Chaves, que muito além do lirismo se ocupa das críticas ao governo de JK e sua estreita relação com os produtores do movimento musical bossa nova. Enquanto a “Sinfonia da Alvorada” traduz o envolvimento dos interlocutores da bossa nova no projeto político, envolvidos pelo ideal de modernidade e desenvolvimentismo, “Presidente bossa nova” questiona a imagem do presidente Juscelino Kubitschek e o valor da própria bossa nova como parte da cultura musical.

É preciso considerar ainda quem eram esses representantes da bossa nova. Tom Jobim e Vinícius de Moraes eram muito mais que apenas representantes de um movimento musical, eram intelectuais da época e ocupavam funções que justificam a sua posição de alinhamento junto ao projeto político vigente.

Vinícius de Moraes era funcionário público, servia ao Itamaraty, onde prestou serviços diplomáticos durante 26 anos, e no início dos anos de 1950 prestou serviços burocráticos na sede do Ministério das Relações Exteriores. Conciliou o cargo público e a produção artística, que no seu caso perpassava não só a música, mas a literatura, o cinema e o teatro. Tom Jobim, no entanto, desde o início dos anos de 1950 viveu da música. Tocava na Rádio Clube do Brasil a princípio, e logo depois passou a tocar nos night clubs do centro urbano carioca e logo foi atuar como produtor de LP’s em uma importante gravadora multinacional. Viver da música não era

mais um elemento de marginalização. A intensificação da industrialização tornou a música e o músico em produtos altamente comercializáveis. A bossa nova foi um marco na internacionalização da música brasileira, e as gravadoras perceberam uma nova fonte de lucros, e os músicos também.

Neste sentido é possível entender que a indústria musical era uma das grandes beneficiárias do projeto desenvolvimentista de JK o que justifica mais ainda a postura de alinhamento entre a política e a música.

A Sinfonia da Alvorada vinha então, a partir desta perspectiva, celebrar os objetivos comuns que proporcionaram o encontro entre o movimento musical e o projeto político de JK. A construção de Brasília parecia ser o resultado desse encontro, onde era feita uma nova leitura da urbanidade e da modernidade em busca do desenvolvimento.

O projeto arquitetônico da nova capital elaborado por Lúcio Costa e Oscar Niemayer intensificou o desenvolvimento, mas tinham por objetivo traduzir os interesses e perspectivas da classe média, construindo junto com seus edifícios uma nova concepção de vida. A arquitetura queria surpreender pela leveza e criatividade das novas formas, “formas que não se apoiassem no chão, rígidas, estáticas, como uma imposição da técnica, mas que mantivessem os palácios como que suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto” (Mayrink, 1988. p. 78).

A princípio, pelo menos, a música bossa nova não tinha a intenção de transformar-se em objeto político, mas essa aproximação se deu em função de uma concordância de intenções dos produtores da bossa nova e o projeto político de JK, onde o urbano servia como referencial de modernidade. E, nesse aspecto, música e política parecem ter cumprido seu papel.

NOTAS:

¹ Apud: DANTAS FILHO (1991), p.32.

² Brasília: Sinfonia da Alvorada. <http://vinicius-de-moraes.letas.terra.com.br/letas/87259/>. Acessado no dia 03/06/2007.

³ Idem

⁴ Idem

⁵ Idem

BIBLIOGRAFIA:

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PINHEIRO, Luiz Adolfo – *JK, Jânio e Jango: Três jotas que mudaram o Brasil*. Brasília: Letrativa, 2001.

BOJUNGA, Cláudio. *O artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CASTRO, Ruy – *Chega de Saudade: a histórias e as histórias da bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DANTAS FILHO, José. *A República bossa nova: a democracia populista: 1954-1964*. São Paulo: Atual, 1991.

MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

MOURA, Roberto M. *MPB - Caminhos da arte brasileira mais conhecida no mundo*. São Paulo: Irmãos Vitale, 1998.

SEVCENKO, Nicolau – *História da vida privada no Brasil: A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio* (Coordenador geral da coleção: Fernando A. Novais; organizador do volume: Nicolau Sevcenko). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena História da música popular: da modinha à lambada*. São Paulo: Art. Editora, 1991.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

FERNANDO COLLOR DE MELLO: PODER E DISCURSO 1989-1992
Fernanda Soares Borges, UEG¹.

Key words: Fernando Collor, Media, speech

In this paper I will discuss the way former President Fernando Collor de Mello became popular during the 1989 election period, in spite of presenting strong rejection after being elected. Until then, never had a Brazilian politician used media instruments in such an efficient way as he did. Mediatic speaking was a fundamental instrument in his election campaign. The media created a *'savior of the fatherland'*. Therefore, this paper seeks to understand how the media associated the legitimacy of power to speech to create an imaginary Brazilian Politician, accepting or rejecting certain ideas, values or even people. The marketing strategies were emphasized through the media which contributed to the image of a young fearless politician.

Palavras Chave: Fernando Collor, mídia, Discurso.

O trabalhador de 1989 viveu um momento de espetáculo político, assistindo o jogo dos signos, das imagens e dos sons. Fernando Afonso Collor de Mello, filho de Arnon e Leda Collor de Mello, que como aborda Terezinha Mendes Marra (1999), estudou em Brasília e se formou em economia na cidade de Maceió, dirigiu os negócios do Grupo Collor que possuía uma emissora de rádio e outra de televisão em Alagoas afiliada da Rede Globo, fator que contribuiu imensamente com sua campanha. Os anos que dirigiu os negócios da família renderam-lhe experiência com os meios de comunicação em massa, adquirindo assim uma intimidade com o público, pois Collor falava o que grande parte do eleitor queria ouvir e agia como eles queriam agir, se tornou um porta voz do povo.

Collor foi um grande estrategista, que soube usar a sua imagem como forma de propaganda política, incorporando uma postura de homem carismático, desportista, saudável, heróico e inovador. Maria do Rosário Gregolim discute os efeitos de sentido provocados pela linguagem visual que proporciona uma representação do real: *um signo, portanto pode representar o real simbólico, epistemologicamente e esteticamente (Gregolim, 2001, 166)*. No caso Collor especificamente este jogo imagético se deu de forma intensa, os veículos de

¹Graduanda em História pela Universidade Estadual de Goiás.

comunicação trabalharam a construção de um governante Ideal. Na revista Veja do dia 26 de julho de 1989 Jô Soares publica um artigo estabelecendo critérios para o candidato ideal, a elegância de Collor aparece em primeiro lugar e no final está escrito: “*cuidado a ordem dos fatores pode alterar o produto*”. A revista Veja sendo uma revista semanal de opinião pública, contribuiu com a disponibilização de imagens e textos que explicitamente construiu o ser político Collor, as imagens de Collor como o lutador de karatê, O praticante de esportes radicais emitia a idéia de um político jovem, forte e destemido.

Os meios de comunicação comumente são sucitados pelo grupo dominante este grupo o qual nos referimos se trata dos diversos fragmentos que compõe o grupo hegemônico. Collor serviu de personagem para este grupo ávido de lucros que ansiava a permanência de suas ideologias fundamentadas na manutenção do poder (econômico-político).

“As forças hegemônicas procuram controlar a constituição do discurso a partir da difusão, da manutenção e de tentativas de perpetuação de ideologias, tomando-o como instrumento que viabiliza o” poder “, ou melhor, que sustenta as relações de poder”.(Gregolin,2001 :P. 229)

Neste momento histórico esta ideologia do grupo dominante era incompatível ao que as maiorias dos trabalhadores esperavam. Em alguns estados brasileiros como, por exemplo: São Paulo, os trabalhadores estavam se mobilizando, fortalecendo os movimentos sindicais e lutando por democracia, muitos destes trabalhadores, não votaram no Collor, mas o fato é que os que votaram foram suficientes para elegê-lo a presidência. Em que se fundamentou esta maioria que o elegeu? O show midiático nunca visto antes de forma tão declarada no Brasil, de fato pode ser considerado o principal fator, pois foi devido a este instrumento que o poder de persuasão das classes mais se manifestou. *Esta ideologia que caracteriza um discurso diferenciando-o de outros (gregolim, 2001.229)* é capaz de formar um sentimento de unidade nas pessoas, levando-as a se aderir a uma causa que não contempla verdadeiramente suas necessidades, embora as represente de forma aparente. A imprensa mesmo alegando ser imparcial acaba por ser um instrumento de aniquilação ideológica e propagadora de uma outra ideologia substituinte de forma conveniente e manipuladora (gregolim, 2001).

A mídia, no caso a revista Veja a qual nos limitamos, pode ser considerada como um veículo de comunicação a serviço do *bloco no poder* (Gramisci, 2005). Em 1989 este meio de comunicação, mesmo alegando ser imparcial (Veja. Ed 1094) deu legitimidade ao discurso de Collor que refletia os interesses das parcelas de classes que compunha o grupo dominante. Esta legitimidade se deu através da personificação de Collor como o líder culto e moderno, mas, acessível à população em geral. Na batalha final este conflito ideológico ficou mais intenso, Collor aparecia nas imagens exibidas pela revista como: o moderno em oposição ao

que era considerado como retrogrado e podia significar o atraso do país. Assim, o embate entre a ideologia sustentada pela elite capitalista expressa no Collor, e a ideologia de alguns segmentos de grupos dos trabalhadores defendida pelo candidato da oposição, na pessoa de Luis Inácio Lula da Silva, significava dentro do discurso elitista, constantemente reprisado pela Revista Veja, a oposição entre o moderno e o atrasado. A mídia, neste caso influenciou diretamente, favorecendo ao candidato do Partido Da Renovação nacional.

“A imprensa apresenta-se como mecanismo de sustentação desse poder instituído. [...] não pretende seu discurso neutro, mas, no tocante à explicitação de suas perspectivas ideológicas, quer que o público, assim o entenda. (Gregolin,2001:P.232).

O discurso ideológico construído pelo Collor e sobre o Collor apresenta dois aspectos fundamentais: a personificação e idéia de salvação. Collor incorporou um personagem, que intencionalmente poderia ser vinculado pelo povo num todo, aos astros do cinema hollywoodiano, tão representativo e insignificante quanto a imagem vinculada ao Collor. O que fortaleceu a imagem deste personagem, foi a imagem criada pela mídia sobre os opositores, que representava tudo o que de ruim o eleitor poderia identificar naquele momento, os opositores eram figurados no governo Sarney e no candidato Lula. Na Veja de 06 de dezembro de 1989 aparece estampado na pagina 58 e 59 uma chamada com letras grandes escrito: *“Onde Lula é o Demônio”*. Na matéria abaixo o editor redigiu um texto e mostrava imagens do Bispo Macedo com uma multidão e do lado escrito: *Collor conquista voto evangélico*. Este tipo de chamada aparece em outras edições da revista e em outras paginas da mesma revista, como a pagina 05, editado: *“O PT não mete vírus”*.

O slogan atribuído a Collor *“o caçador de marajás”*, contribuiu com esta personificação, pois como aborda Marra (1999), o eleitor estava sensibilizado com longos anos de golpes e escândalos políticos. A figura de Collor como o *“caçador de marajás”*, o lançou no cenário político brasileiro, e grande parte do eleitorado, simpatizaram-se com sua audácia de destituir dos cargos funcionários públicos que ganhavam uma renda muito maior que o seu salário, de forma inconstitucional. Este slogan rendeu a Collor a imagem de um *“salvador”* que veio para salvar o povo dos males da nova republica.

“ Há tempo de espera e do apelo: aquele em que se forma e se difunde a imagem de um salvador desejado, cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um conjunto, na maior parte das vezes confuso, de esperanças, de nostalgias e de sonhos”. (Girardet, 1987:P. 73).

A estigmatização de Collor como o *“Salvador da Pátria”*, se deu principalmente pela sensibilidade política da população brasileira, em virtude das sucessivas crises políticas.

Segundo Marra, “o eleitor simples, estava completamente desiludido com os políticos profissionais e muito preocupado com a questão da corrupção”. Mediante a esta situação, o momento histórico facilitou a vinculação de Collor a uma espécie de salvador, de governante ideal. Gerardet discute os modelos criados sobre a multiplicidade de imagens projetadas sobre um mesmo personagem. Estes modelos são fundamentados no processo de heroificação, *que resulta na transmutação do real em sua absorção no imaginário* (Girardet, 1987:72). Neste sentido existe duas formas de criar-se um herói: a primeira é pela parcela de espontaneidade ligada ao real, a segunda é a construção intencional, a fabricação de um herói.

Fernando Collor pode ser enquadrado no segundo caso, o da construção intencional de um herói, uma vez que o discurso adotado por Collor e defendido pelos meios de comunicação, atribuía-lhe um caráter mítico, envolvido a ações imediatas e não a lembranças do passado, pois o então candidato não tinha uma longa carreira política e justamente por ter sido pouco explorado no cenário político nacional, Collor apareceu como um lançamento, algo novo a serviço do trabalhador brasileiro. Nos discursos proferidos durante a campanha eleitoral de 1989, Collor se postava como um justiceiro em defesa dos menos favorecidos, fazendo praticamente um pacto com a população brasileira. Mesmo não tendo nada de salvador o marajá de Alagoas, possuía um discurso redentor, discursava usando um misto de fé, esperança e justiça. No discurso proferido durante a convenção do Partido Da Renovação Nacional – PRN, Collor fez um compromisso com sua geração, principalmente com os jovens, propondo liderar o processo de mudanças e defender incondicionalmente os direitos do povo brasileiro.

“Não venho em nome dos que tem fome de poder, mas sim em nome dos que tem fome de justiça. [...] venho em nome da fé como mandatário da verdade e sobre a inspiração da liberdade como justiça para promover a prosperidade coletiva. [...] quero ser a voz dos oprimidos, dos desassistidos, dos espoliados e dos humildes que nunca tiveram voz e nem vez no processo histórico brasileiro”.(Collor, apud Tavares,1998: P.148).

Este discurso imbuído de esperanças levou grande parte da população brasileira a crer nas propostas do “Salvador”, do ser imaginário criado pela mídia para satisfazer interesses capitalistas de pequena parcela da população e convencer a grande massa a seu favor. Não que esta massa seja moldável, passiva a qualquer situação, mas o *vulgo* é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados (Maquiavel, 1965:96-98). Este clássico da história política discute os meios pelos quais um governante conquista o poder e se mantém no poder, um dos aspectos apontados é a qualidade de ser um bom *simulador e dissimulador*. Collor soube disfarçar esta qualidade de príncipe *simulador*, vendendo sua

imagem no mercado eleitoral. Sempre iniciava seus discursos com a frase “minha gente” ou “meu povo” e terminava prometendo um Brasil novo.

Esta imagem vinculada a Collor rendeu-lhe vitória na eleição de 1989. Na Capa da *Veja* do dia 24 de dezembro de 1989 estava estampada à figura de Collor e no enunciado escrito: *O dia do caçador*, nas páginas 67 – 80 fotos do então presidente e chamadas como: *estilo Collor no poder, e a festa colorida*. A celebração da vitória de fato foi glamurosa, mas durou pouco tempo. *Milhões de brasileiros se reconheceram no discurso de Collor pelo menos até o seu primeiro dia de governo (Marra,1999:113)*. Collor enquanto presidente desconstruiu imagem criada no período eleitoral, começou desagradando no discurso de posse quando disse que o Brasil era uma das maiores democracias do mundo. De 1990 a 1992 o país, viveu um momento de crise política e econômica, as medidas econômicas adotadas por Collor e pela Ministra da economia Zélia Cardoso baseadas no confisco, feriram completamente os brasileiros.

Longe de ser um “salvador”, Collor se revelou como um dos “Marajás”, veio à tona esquemas de corrupção, golpes e fraudes. Os mesmos meios que construiu Collor o desconstruiu, a revista *Veja* neste momento vai trabalhar imagens que descredibiliza o presidente da república. Foram divulgadas várias imagens com frases na ofensiva: *O jardim do marajá da Dinda (Veja, ed 1251:1992)*, *O dinheiro sumiu(Veja, ed:1992)*, *Brasil renuncia Collor(veja, ed 1249: 1992)*, *A população na rua(Veja ed 1248 ano 1992)*, e por fim, *guerra do enpeachment (Veja ed 1250: 1992)*. O homem do marketing político rompeu com seu discurso inicial e implantou um sistema de corrupção e inflação.

Referencias bibliográfica

- MAQUIAVEL. *O príncipe*. Martin claret, 2004: São Paulo.
- TAVARES, Olga. *Fernando Collor: o discurso Messiânico e o clamor ao sagrado*. Annablume, 1998: São Paulo.
- GREGOLIN, Rosário do Maria; GRUVINEL, Fátima de Maria; KHALIL, Gama Marisa. *Análise do discurso: entorno do sentido*. Cultura acadêmica, 2001: São Paulo.
- MARRA, Mendes Terezinha. *O encantador de marajás*. Frank Soudant, 1999: Brasília.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Companhia das letras, 1987: São Paulo.
- GRAMSCI. *Poder, Política e Partido*. Expressão popular, 2005: São Paulo.
- REVISTA VEJA. Onde Lula é o demônio. São Paulo, Abril, ed 1108, ano 22 – n 48. 6 de dez de 1989.
- REVISTA VEJA. A população na rua. São Paulo, Abril, ed 1248, ano 25 – n 34. 19 de ag de 1992.
- REVISTA VEJA. Brasil renuncia Collor. São Paulo, Abril, ed 1249, ano 25 – n 35. 26 de ag de 1992.
- REVISTA VEJA. O jardim do marajá da Dinda. O dinheiro sumiu. São Paulo, Abril ,ed 1251, ano 25 – 37. 9 de set 1992.

Sociedade do controle: práticas de subjetivação do corpo na contemporaneidade

Fernanda S. Borges*

Resumo

Este artigo propõe investigar o corpo em sua passagem da Modernidade à Contemporaneidade. Segundo Foucault o controle da sociedade se faz pelo corpo e com o corpo, sendo a tecnociência o saber que produz poder. Considerando as práticas discursivas midiáticas como um território fértil para a expressão desse corpo, selecionam-se capas da revista *Veja* para compreensão das novas estratégias de saber/poder e de produção de verdade a partir de um discurso médico-científico que produz formas específicas de subjetivação.

Palavras-chave: Corpo; Mídia; Subjetivação

Abstract

The aim of this article is to investigate the body in its passage from Modern times to Contemporaneity ones. According to Foucault the society the control is done by the body and with body, and the technoscience is the Knowledge that produces power. By considering the media discursive practices as fruitful area for the expression of this body, covers of *Veja* magazine are selected in order to have a comprehension of new strategies of Knowledge – power and truth production from a scientific-medical discourse that produces specific subjective forms.

Key-Words: Body; Media; Subjective

1. Introdução

As transformações que o corpo vem sofrendo ao longo da história trazem implicações importantes nas práticas discursivas e não discursivas que temos na atualidade. Embora o corpo humano seja constituído por elementos biológicos, ele é, sobretudo, uma construção sócio-cultural. O período no qual se caracteriza a entrada em cena do interesse, de forma mais específica, pelo corpo e pelo trato corporal é identificado com a Modernidade.

Uma nova tecnologia de poder, chamada por Foucault de disciplinar, é introduzida na sociedade no fim do século XVIII. Trata-se de uma técnica centrada no corpo, que o manipula para torná-lo, ao mesmo tempo, útil e dócil. Concebe-se esse corpo de maneira individual, para potencializá-lo e torná-lo uma máquina produtiva. Esse processo foi necessário à formação e à manutenção dos “corpos dóceis”.

O exemplo histórico dessa disciplina está na obra de Jeremy Bentham e em seu famoso *Panopticon* (1791), no qual o inspetor de uma penitenciária pode “ver sem ser visto” (Foucault, 2003).

Os princípios de visibilidade e vigilância propostos por Bentham são aplicados, também, em outras instituições como: fábricas, escolas, hospitais, hospícios, entre outras instituições fundamentais à vida da sociedade industrial capitalista.

Pode-se observar a partir da ascensão do capitalismo e, conseqüentemente, da modernidade todas as implicações culturais decorrentes dessa nova forma de se organizar

* Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Goiás

social e culturalmente, passando agora a uma nova forma de percepção e relação entre o poder e os corpos.

Duas imagens, portanto da disciplina. Num extremo, a disciplina - bloco, a instituição fechado, estabelecido à margem, e toda voltada para funções negativas: fazer parar o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, com o panoptismo, temos a disciplina - mecanismos: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir. O movimento que vai de um projeto ao outro, de um esquema da disciplina de exceção ao de uma vigilância generalizada, repousa sobre uma transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar. (Foucault, 2003, p. 173)

Foucault denomina esse período de sociedade disciplinar, pois traz como características essenciais a distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, sendo os corpos moldados para desempenhar diferentes funções.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil é. Forma-se então, uma política de coerções que consiste num trabalho sobre o corpo, numa manipulação calculada dos seus elementos, dos seus gestos, dos seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, os chamados "corpos dóceis". (Foucault, 2003, p. 119)

Conforme preceitua Fonseca(2003) o indivíduo moderno, produto da disciplina, possui uma identidade da qual dependem as suas marcas mais profundas de utilidade e docilidade, tais marcas são concretizadas a partir da particularização de cada indivíduo.

Na passagem da modernidade para a contemporaneidade houve mudanças no modelo de sociedade. De uma sociedade vista por Foucault como “disciplinar”, para um modelo de sociedade identificada por Deleuze (1992) como de “controle”. Enquanto nas sociedades disciplinares o modelo *Panóptico* é dominante, pois o observador deve estar de corpo presente e em tempo real a observar e a nos vigiar, nas sociedades de controle esta vigilância torna-se rarefeita e virtual.

Na verdade a sociedade disciplinar não deixou de existir, mas em conformidade com Foucault, a disciplina é interiorizada, ou seja, o aspecto disciplinar não desaparece, apenas muda a atuação das instituições que passam a adquirir total fluidez.

As instituições sociais modernas produzem indivíduos sociais muito mais móveis e flexíveis que antes. Essa transição para a sociedade de controle envolve uma subjetividade que não está fixada na individualidade. O indivíduo não pertence a nenhuma identidade e pertence a todas.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault define os mecanismos de sujeição do corpo como uma tecnologia. Há um saber sobre o corpo e um controle sobre as suas forças. Na sociedade de controle, surgem novos mecanismos de vigilância.

Assim, ao analisar o poder nos séculos XVII, XVIII e XIX, Foucault propõe que a modernidade seja caracterizada por uma *anátomo-política do corpo* e uma *biopolítica da população*. A primeira, como foi dito, tem a ver com as "disciplinas", e a segunda com os controles reguladores, as intervenções do poder que se preocuparam com a gestão da vida, com as taxas de natalidade e mortalidade, os níveis de saúde, a duração média de vida, ou seja, é a época em que o poder investe no corpo vivo, temos aí o que Foucault chama de *biopoder*.

De acordo com Fonseca (2003), na era do biopoder, a administração dos corpos e a gestão calculista da vida supõem o desenvolvimento de técnicas disciplinares diversas para serem aplicadas a todos os lugares institucionais. Lugares esses em que a vida acontece.

Dessa foram, além do corpo, a própria vida assume o centro das intervenções. De acordo com Foucault (2001), o biopoder foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, pois era preciso potencializar o corpo para torná-lo, além de produtor, consumidor.

o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (Foucault, 2002, p.80).

A concepção de corpo que temos atualmente está diretamente ligada ao desenvolvimento da medicina, principalmente em relação à biologia e a genética, que provocaram profundas implicações no redimensionamento da categoria corpo e da categoria estética.

Logo, as relações sociais baseadas na economia capitalista uniram diferentes tecnologias para a moldagem desses corpos e de suas subjetividades. Na contemporaneidade, a questão não se trata apenas de formatar o corpo, mas de tematizá-lo, criando discursos e práticas que possam legitimá-lo.

Conforme Sant'Anna (2001), ao ideal do corpo máquina, produtor de energia, peculiar às sociedades industriais, acrescentou-se a imagem do corpo produtor de informações. O desenvolvimento das tecnologias de informação sobre nossos corpos altera nossa relação com a saúde, com a vida, e com nós mesmos. O bem-estar do corpo tornou-se um valor permanente e gerador de lucros elevados no mercado da saúde. A medicina nos tornou mais

responsáveis por nossa saúde corporal, nos fornecendo mais poder de controle sobre nossos corpos.

2. Corpo e Mídia

Ainda segundo Sant`Anna (2001), o corpo se tornou o lugar privilegiado da subjetividade, caracterizando-se como o lugar das experiências de prazer ilimitado, das práticas estéticas, resultante da união entre beleza e saúde, além da inflação da publicidade como lugar da descoberta das verdades e do novo arranjo das visibilidades e dos enunciados disseminados pela mídia, que tem como principal temática a tecnociência e a informação.

Deve-se então interrogar como a mídia vem pautando o corpo no diálogo instaurado entre essa nova ordem tecnocientífica. Que aspectos da cultura corporal ela vem enfatizando? Perfeccionismo estético? Saúde? Qualidade de vida? Bem-estar? Juventude?

As imagens e os enunciados construídos pela mídia revelam-se um importante território de investigação, pois utiliza-se argumentos científicos, que constituem formas de saber/poder, e redimensionam os processos de constituição do sujeito que configuram as estratégias de poder da sociedade contemporânea.

O binômio saber/poder sofreu mudanças significativas, na passagem de uma sociedade disciplinar - marcada pela vigilância - para uma sociedade de controle, especialmente com o advento das tecnologias da informação.

A materialidade discursiva selecionada para análise são capas da revista *Veja* publicadas entre os anos de 2001 a 2005. O gênero “capa de revista” se revelou apropriado para as reflexões propostas, já que as imagens e os enunciados das capas propiciam uma análise discursiva interessante acerca da tecnologização do corpo e da vida.

O recorte foi feito a partir das seguintes categorias: corpo, saúde e ciência, ou seja, concentrou-se nas capas que apresentaram a atuação da ciência e da tecnologia sobre o corpo e a vida. Além disso, selecionou-se a revista *Veja* por ser uma revista de grande circulação no país.

Investiga-se também como a mídia exerce papel fundamental no processo de subjetivação do sujeito, quer dizer, nos modos pelo qual ele se conhece e se transforma. As capas selecionadas enfatizam os cuidados com o corpo e com a saúde a partir do discurso científico, associando ao mesmo tempo uma capacidade de consumo a uma crescente responsabilização do indivíduo perante o seu corpo.

Segundo Foucault, pode-se compreender, por meio dessas práticas discursivas, as formas como o sujeito de conhecimento se expressa e se constitui historicamente, além de perceber o aparecimento e a consolidação de formas específicas de subjetividade, como

também novas estratégias de poder e de produção de verdade. Tem-se a seguir o referido *corpus* para análise.

Figura 1



Novembro/2001

Figura 2



Março de 2003

Figura 3



Setembro/2004

Figura 4



Dezembro de 2005

Inicialmente, optou-se por essas quatro capas para observar como a cientificização, tão presente no discurso midiático, relaciona corpo, saúde e estética.

Na figura 1 a imagem de uma mulher magra, “sarada”, dentro dos padrões estabelecidos, representa o ideal de beleza buscado atualmente. O título “A ciência da boa forma” e o enunciado sob a fotografia reforçam o saber da ciência reinventando as estratégias de biopoder e os modos de intervenção sobre o corpo.

Foucault em *A ordem do discurso* (2006) observa que o poder não é exercido somente por enunciados interditos ou enunciados de caráter repressivo/negativo, e desenvolve a seguinte noção de vontade de verdade:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 2006, p.34)

O autor nos mostra que a oposição verdadeiro/falso no interior de um discurso é regida pelo modo como a verdade circula, quem pode dizer a verdade, a quem dizê-la e qual é o regime regulador de aparição de enunciados de uma época (Foucault, 2006).

As figuras 2 e 3 legitimam o discurso de verdade da ciência, fazendo com que o indivíduo acredite que pode retardar o envelhecimento, prolongar a vida, aprimorar a forma física e quem sabe adiar a morte.

Na figura 2 aparece novamente a imagem do corpo de uma mulher *em forma*, com músculos definidos (malhada), e o título “Os limites do corpo”. Abaixo do título encontra-se o seguinte enunciado: “Não é só suor: genética também determina os resultados da malhação”.

Percebe-se a influencia da genética na manipulação dos corpos incorporando os padrões de beleza exigidos pela sociedade capitalista atual. A figura 3 traz o rosto de uma mulher em aspecto espiral remetendo à imagem de uma molécula de DNA. O título “A ciência da vida longa e saudável”, reafirma o discurso médico-científico que responsabiliza os indivíduos pela saúde e a aparência do corpo, tornando-os escravos de seus próprios corpos.

De acordo com Ortega (2005), trata-se da formação de um sujeito que se *autocontrola*, *autovigia* e *autogoverna*, ou seja, ganha-se autonomia para tornar-se perito de si mesmo, de seu próprio corpo e de sua saúde. Dessa forma, o corpo torna-se lugar privilegiado da subjetivação.

As promessas da tecnociência, de um modo geral, reforçam a idéia de boa alimentação, estilo de vida e hábitos de consumo que condicionam uma vida mais ou menos saudável, associando a noção de saúde à de beleza.

A figura 4 também utiliza esse discurso médico-científico que não só responsabiliza o indivíduo por sua saúde, como ainda legitima a estetização deste discurso. Percebe-se uma característica da sociedade de controle que repassa ao indivíduo a idéia de que ele é o responsável por sua vida e sua saúde.

a saúde tornou-se não só uma preocupação; tornou-se também um valor absoluto ou padrão para julgar um número crescente de condutas e fenômenos sociais. Menos um meio para atingir outros valores fundamentais, a saúde assume a qualidade de um fim em si. A boa vida é reduzida a um problema de saúde, da mesma maneira como a saúde se expande para incluir tudo o que é bom na vida. (Crawford apud Ortega, 2005, p. 154)

Nesse contexto, os domínios da estética e da medicina se confundem e novamente implicam em processos de subjetivação, o corpo torna-se um portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais vigiado e controlado. Tal controle sobre o corpo visa menos à saúde do que à ilusão de saúde, pois o que conta realmente é a aparência.

Conforme Ortega (2005), força, juventude, longevidade, saúde, beleza são os novos critérios que avaliam o valor da pessoa e condicionam suas ações. O resultado disso é a interiorização dessas práticas discursivas, objetivando e subjetivando os sujeitos, classificando-os como responsáveis ou irresponsáveis, aptos ou inaptos ao cuidado de si, dependendo dos hábitos e do estilo de vida seguidos.

3. Considerações Finais

Essa breve análise tentou evidenciar como as práticas discursivas midiáticas influenciam os valores e comportamentos de determinado momento sócio-histórico. Em outras palavras, a cultura midiática se tornou ponto de confluência entre as práticas de saúde, estética e consumo, contribuindo para a emergência de técnicas de si contemporâneas.

O corpo mantém-se como espaço de controle e se estabelece como o território em que o poder incide nos modos de constituição do sujeito. Na atualidade, a mídia contribui com estratégias discursivas de intervenção no corpo, elaborando tecnologias de objetivação e de subjetivação, que ajudam construir ideais de saúde e estética corporais reafirmando a noção de controle.

Logo, nas sociedades atuais, o princípio do *Panóptico* continua ativo, mas agora exercido nas novas formas de controle. A tecnociência acompanha o desenvolvimento do

capitalismo e parece intensificar esse controle do corpo. São jogos de poder/saber que influenciam o consumo e suscitam novas práticas, novos modos de subjetivação, novas formas de pensar, de sentir etc.

Podemos dizer que o consumidor acredita-se livre diante das ofertas do mercado; entretanto, nesse cenário, as mais avançadas técnicas de intervenção no corpo para a construção de um ideal estético reafirmam a noção de controle.

4. Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002

_____. **A ordem do discurso**. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 14 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

ORTEGA, Francisco. **Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão ao corpo**. In: Rago, Margareth; Orlandi, Luiz, Veiga-Neto, Alfredo (orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PORTER, Roy. **História do corpo**. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres**. In: Rago, Margareth; Orlandi, Luiz, Veiga-Neto, Alfredo (orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OS CURSOS DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: UM OLHAR HISTÓRICO

Simone Aparecida Borges¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo reconstituir a trajetória dos cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás, desde a criação até o ano 2000, reconstituindo, assim, o percurso histórico de ambos. Trata-se de uma pesquisa de cunho histórico, que partiu da coleta, reunião e interpretação de documentos escritos (atas, regimentos, portarias, grades curriculares, histórico escolar, jornais, etc), como também da memória dos pioneiros dos referidos Cursos.

Palavras-chave: História, Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

Abstract: The aim of this work is to reconstitute the way of the History Course at Goiás Catholic University and Goiás Federal University (*Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás*), since its creation until the year 2000, rebuilding, in this way, the historical trajectory of both. It is a historical research, that started with the collection, gathering, and interpretation of written documents (proceedings, bylaws, regulation, curricular schedule, scholar review newspapers etc), and also of the pioneers memory of Courses.

Keywords: History, Goiás Catholic University, Goiás Federal University.

Neste texto trabalhou-se com uma noção ampliada de documento. Assim, foram considerados como documentos: Resoluções, Relatórios, Pareceres, como também entrevistas com sujeitos ligados diretamente à criação e consolidação dos cursos de História da UCG e da UFG.

O primeiro curso de História do Estado de Goiás teve sua gênese ligada à criação da Faculdade de Filosofia de Goiás, unidade primordial para a posterior composição da futura Universidade de Goiás (atual Universidade Católica de Goiás). Esta unidade de ensino foi idealizada durante a realização, em Goiânia, do I Congresso Eucarístico, em 1948:

Nesse Congresso, eu diria, saiu a conclusão, a resolução de se fundar em Goiás uma universidade. Durante o segundo semestre daquele ano o Arcebispo convocou a Goiânia o Cônego Emílio Salim, que era reitor da Universidade Católica de Campinas. O Padre Emílio Salim fez os estudos preliminares sobre a fundação desta universidade. Primeira condição, criar uma entidade mantenedora. Foi criada a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás. Essa mantenedora agregou, desde então, as escolas católicas já existentes e serviu de apoio institucional para criar os primeiros cursos da Faculdade de Filosofia (OLIVEIRA, 2006).

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

O sonho de criar uma universidade não se concretizou nesse momento, todavia, ocorreu a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Goiás. Em 1949 o Decreto nº 26.144, de 2 de janeiro, autorizou o funcionamento de cinco cursos na Faculdade, entre eles o de Geografia e História, que iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1949 (OLIVEIRA, 2006). O reconhecimento do Curso concretizou-se com o Decreto nº 30.588, de 22 de fevereiro de 1952.

O curso de Geografia e História tinha a duração de três anos, como os demais cursos da Faculdade. Conforme entrevista “O currículo naquele período era o 3+1, o curso todo era de 4 anos. Nós tínhamos o diploma de bacharel e de licenciado. O curso de bacharel era feito em três anos e o de licenciatura em um ano” (CASSIMIRO, 2005).

O corpo docente das primeiras turmas do curso de História da UCG foi requisitado junto às Faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Enfermagem e em vários Colégios e Ginásios da época (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DE GOIAZ, 1951, p. 9), já que a Faculdade de Filosofia foi a primeira instituição de ensino em Goiás a oferecer as habilitações específicas para o exercício do magistério superior.

Após a Reforma Universitária de 1968 houve a implantação do Currículo de Estudos Sociais, reconhecido pelo Decreto nº 82.521, de 30 de outubro de 1978, em substituição ao de História, vigorando de 1975 a 1983. O currículo de Estudos Sociais foi bastante criticado, já que representou a descaracterização do Curso e para os profissionais de História, a sua desprofissionalização, ao instituir a licenciatura curta. Com a departamentalização, instituída pela Reforma, o Curso passou a compor o Departamento de História e Ciências Sociais, sendo que o curso de Geografia integrou-se ao Departamento de Ciências Biológicas.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, o curso de História da Universidade de Goiás sofreu modificações quanto à composição do corpo docente. Percebe-se que os alunos da Faculdade foram se incorporando ao corpo docente da instituição, bem como destaca-se a presença dos padres jesuítas. Conforme relação de professores da Faculdade Filosofia de Goiás, a partir do ano de 1959 já aparece o nome da professora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas como docente da instituição. Outros graduados na Faculdade se incorporaram também ao corpo docente: Maria Augusta Sant`Anna de Moraes, Horieste Gomes, Ana Lúcia da Silva e Antônio Teixeira Neto, Juarez Costa Barbosa

Na década de 1980 o curso de Geografia veio compor junto ao curso de História o Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais (HGS). Esse período foi marcado,

pela crise financeira da Universidade e, como em todo o Brasil, pela crise das licenciaturas, o que provocou uma grande evasão de alunos do curso de História da UCG para a UFG, e o conseqüente fechamento do curso no horário matutino.

É interessante destacar que a maioria dos professores entrevistados para esta pesquisa se graduou e iniciou o magistério superior na Universidade Católica de Goiás e após a criação do curso de História da UFG, esse corpo docente se desdobrou para atender à demanda das duas Universidades. A partir da implantação do Regime de Dedicção Exclusiva (RETIDE), instituído pelo Decreto nº 64. 086/69, todavia, ocorreu uma migração dos professores do curso de História da Universidade Católica para o curso de História da Universidade Federal. O relato a seguir rememora essa situação “A maioria dos professores optou pela Dedicção Exclusiva e ficaram quase todos, se não todos, vinculados à Universidade Federal de Goiás. Os salários e as garantias eram melhores” (TEIXEIRA NETO, 2005).

Em 1987 e 1988 foram realizados os últimos concursos para suprir as vagas deixadas por esses professores. A partir de então o quadro docente do curso de História se configurou da seguinte forma: de um lado, um quadro permanente, composto por professores concursados, ressaltando-se que ainda não houve aposentadorias, como ocorreu na UFG, como também por professores que estão retornando da UFG; e do outro, um quadro flutuante de docentes, composto por professores convidados que, muitas vezes são os mesmos que retornam. Há que esclarecer que a contratação de professores convidados é uma política da UCG, portanto, não está restrita somente ao HGSR². Todas essas políticas inserem-se em um contexto de medidas de contenção, ou seja, torna-se menos oneroso contratar professores por um ano e dispensá-los posteriormente, bem como contratar profissionais já aposentados e bastante titulados, pois, assim, a instituição não terá que investir em sua qualificação.

Na década de 1990, no intuito de sair da crise e encontrar um caminho para as licenciaturas na UCG, foi criado o Projeto de Formação de Professores, um projeto audacioso que consistia em formar o professor, bacharel e especialista ao final de 8 semestres. A intenção era romper com a formação denominada “3+1”, isto é, a dicotomia entre professor e pesquisador. O Projeto, aliado às novas exigências da LDB 9394/96, conseguiu alcançar alguns objetivos, como dar nova dinâmica às licenciaturas da UCG e recuperar o número de alunos. Ao final da década de 1990, muitos professores do curso de História já possuíam mestrado, fornecendo um novo figurino ao curso de História.

² Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais, a partir da criação, em 1999, do curso de Relações Internacionais.

A partir do ano 2000 constatou-se a configuração de um quadro docente permanente e titulado (doutores e mestres), fruto de investimentos da instituição na qualificação dos professores. Percebe-se também a configuração de um quadro flutuante de professores, os convidados. Em termos curriculares do Curso de História, houve o acréscimo de disciplinas ligadas às novas tendências historiográficas, tais como tempo presente, memória, patrimônio, mito, teatro, entre outras inseridas na História Cultural. Outra novidade foi o rompimento com a especialização do 8º período.

Interessa ressaltar que a criação do Centro de pesquisa Histórica (CPH)³, em 1989, deu um grande impulso às pesquisas em História. Conforme relato “O objetivo do CPH era de desenvolver a pesquisa histórica, com destaque da pesquisa em Goiás. Formar um acervo, um local que os alunos pudessem ir para pesquisa” (MACHADO, 2006).

Em virtude do incentivo à pesquisa, surge a pós-graduação (*lato sensu*) em História na UCG. O primeiro curso iniciou-se em 1988, com a Especialização em História do Brasil Contemporâneo.

Diante dessa realidade constatou-se um amadurecimento científico por parte do corpo docente do HGS, que já conta na atualidade com um quadro permanente e qualificado de Doutores. Tal quadro advém não apenas da política interna de qualificação da UCG, empreendida desde o final da década de 1970, como também, mais recentemente, em cumprimento às determinações da LDB 9394/96, que exige um terço do quadro de professores entre Mestres e Doutores.

O resultado das pesquisas empreendidas pelo Departamento e a constante qualificação do quadro docente representaram vetores para a proposta de criação do Mestrado em História da UCG, em 2001. Finalmente aprovada em 2006, tendo como área de concentração “Cultura e Poder“. Para atender a área de concentração foram definidas duas linhas de pesquisa: Identidades, Tradições e Territorialidades e Poder e Representações.

Em síntese, interessa salientar que o curso de História da UCG foi pioneiro na preparação de professores de História para o Estado de Goiás, servindo como celeiro de formação de professores para a UFG. Se inicialmente, na fase de sua criação, a ênfase do Curso era a formação para o magistério, não se pode dizer o mesmo de toda a sua trajetória. Mostra disso foi a recente criação do Mestrado em História.

1.2 O CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

³ A partir de 1996 O CPH recebeu nova denominação, Centro de Pesquisa do Departamento de História, Geografia e Ciências Sociais (CPHGS).

Na ocasião do primeiro aniversário da UFG, realizou-se, no período de 22 a 29 de janeiro de 1962, a “Semana de Planejamento da UFG”. O evento foi bastante significativo, pois foi divulgada a idéia da criação de um Centro de Estudos na recém-fundada Universidade Federal de Goiás, ligado diretamente à Reitoria. Ao final da Semana de Planejamento da UFG, o reitor Colemar Natal e Silva anunciou a criação do Centro de Estudos Brasileiros, com a aprovação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás, pela Resolução n.º 12, de 9 de fevereiro de 1962 (TELES, 1963: p. 14).

Esse intento inovador, no entanto, teve vida curta. Após o golpe militar de 1964, o Centro de Estudos Brasileiros foi fechado pelo novo regime. Os depoimentos informam que após o golpe a Universidade Federal de Goiás foi alvo de vários inquéritos. Um deles se direcionou ao CEB, acusado de ser um local de subversão, disso resultando o seu fechamento. Conforme Teles (2006), o Centro de Estudos foi fechado com base no AI –1, de 09 de abril 1964, baixado pelo Regime Militar. O Ato Institucional n.º 1 “criou as bases para a instalação dos Inquéritos Policial–Militares (IPMs) a que ficaram sujeitos os responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária” (FAUSTO, 1996: p. 467).

Após o fechamento do Centro de Estudos Brasileiros os seus alunos foram transferidos para a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL), criada em 8 de novembro de 1962, pelo Decreto–Lei n.º 51.582. Assim, pode-se afirmar que o CEB foi o embrião dos cursos de História e Geografia da UFG. Os alunos que cursariam o terceiro ano no antigo CEB inauguraram o curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no ano letivo de 1965. Na memória de Freitas esse período ficou assim representado:

A Faculdade de Filosofia havia sido criada na Federal sem o curso de História e Geografia, partindo do princípio de que na Católica já havia o curso de História e Geografia, para evitar a duplicação de meios para fins idênticos, que no caso, é a formação de professores dessa área. Mas, com a intervenção que houve na Reitoria, com a saída do Doutor Colemar, foi decidido que o Centro de Estudos Brasileiros seria fechado e pensou-se em aproveitar de alguma forma aqueles professores que não tivessem comprometerimentos maiores (FREITAS, 2005).

Segundo ex–aluno do CEB, o curso de História e Geografia foi criado naquele momento para atender aos alunos do Centro de Estudos e, em 1965, ocorreu o primeiro vestibular. O curso de História e Geografia foi criado em 1965, concomitantemente com a

aprovação do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo Parecer nº 508, de 15 de junho (Documenta 38, junho de 1965, CFE/UFG, p. 45).

É oportuno destacar que a primeira composição do corpo docente do curso de História e Geografia da FFCL da UFG veio de professores graduados na Faculdade de Filosofia de Goiás. Depreende-se, assim, que o curso de História da UFG foi celeiro para a composição do núcleo inicial do corpo docente de História da UFG. Dos professores que aqui denominamos de *primeira geração*, a maioria se graduou ou lecionou anteriormente na Universidade Católica, são eles: Alfredo Albinagem, Horieste Gomes, José Ubiratan de Moura, Lena Castello Branco Ferreira Freitas, Luiz Gonzaga de Faria, Maria Augusta Sant`Anna de Moraes e Modesto Gomes (PARECER/CFE Nº 213, 1968). Há que registrar a presença da professora Gilka Vaconcellos Ferreira de Salles, que se graduou na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte, e do professor Padre Luís Palacín Gómez, que veio da Espanha. A partir de 1965, a situação do corpo docente da FFCL da UFG foi se regularizando com a realização de concursos.

Na UFG, a Reforma Universitária de 1968, foi implementada após a aprovação do Plano de Reestruturação, pelo Decreto nº 63.817, de 16/12/68, em cumprimento aos Decretos nº 53, de 18/11/66 e nº 252, de 28/2/67. De acordo com a reestruturação a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG foi desmembrada em duas unidades: a Faculdade de Educação, que se incumbiu dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, que congregou os cursos de Letras (Bacharelado e Licenciatura), Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e História (Bacharelado e Licenciatura). Percebe-se, assim, que após a fragmentação da FFCL. Nesse período o curso de História já encontrava com currículo autônomo em relação ao de Geografia e com a fragmentação da FFCL veio a separação em unidades de ensino distintas. Sendo assim, o curso de Geografia passou a compor o Instituto de Química e Geociências.

Diferentemente do curso de História da UFG, que após a Reforma Universitária, que optou pelo currículo de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, o da UFG continuou com o currículo que habilitava o aluno à Licenciatura Plena, ou seja, o profissional poderia lecionar nos ensinos de 1º e 2º Graus. O curso era semestral, podendo ser integralizado em seis semestres, no mínimo, ou em 14 semestres, no máximo. Esse sistema vigorou até o ano de 1984.

A década de 1980 foi marcada pelo acirramento da crise das licenciaturas no Brasil, afetando universidades privadas e públicas. Um dos principais aspectos dessa crise, a desvalorização da profissão do magistério, que causa o descrédito nas licenciaturas,

permanece até os nossos dias, ou seja, já se tornou um problema estrutural devido, principalmente, à falta de políticas públicas que valorizem a docência.

Na década de 1980 a UFG, além de problemas de ordem externa, já que a crise das licenciaturas afetou as universidades em geral, viveu problemas de ordem interna, vez que havia um grande tumulto e descontentamento provocados pelo sistema de créditos. Nas palavras do professor Juarez Costa Barbosa (na época presidente de Colegiado de Cursos), o sistema de créditos gerou um verdadeiro “samba do crioulo doido”, do Ponte Preta:

A intenção ao se implantar o sistema de créditos era integrar os cursos, por isso é que criaram os institutos. Por exemplo, o aluno de Ciências Sociais ia assistir aula de Estatística no Instituto de Matemática. Só que funcionou assim: o aluno à vezes tinha aula de História do Brasil II no Campus II e logo depois uma aula no Campus I, ou seja, ele tinha 5 minutos para chegar, então ele não terminava a aula e já chegava atrasado para a próxima aula. Nós não conseguíamos entrosar os horários e o aluno era punido por isso. Os alunos chegavam para disputar uma vaga em determinada disciplina e não conseguiam e, assim, ficavam dependendo de uma outra disciplina, chamada de pré-requisito. Na época da matrícula o aluno pernoitava para poder pegar um lugar na fila para conseguir fazer a matrícula no dia seguinte. Houve um período que houve até tiro na fila. E quando nós voltamos ao regime anual tudo isso acabou, o aluno tinha currículo definido, uma grade curricular definida (BARBOSA, 2006).

Nesse período, já de abertura política, a luta pela valorização e formação dos educadores já se fazia latente em todo o país, o que contribuiu para a criação, em 1980, do Comitê Nacional Pró-Formação do Educador. No intuito de tratar essa temática aconteceu, em 1980, na UFG, sob os auspícios da Faculdade de Educação, o “I Seminário de Licenciaturas”. Em 1983 também se realizou o “Seminário sobre Graduação e Ensino na UFG”. Como primeiro resultado dessas discussões, foi implantado, em 1984, o regime seriado, em substituição ao de créditos.

Em 1984 conforme Resolução do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP) n° 219, de 3 de fevereiro, houve a fixação de um novo currículo de graduação, que oferecia duas habilitações: licenciatura e bacharelado, de forma separada. Todavia o artigo 6° previa que poderiam ser cursadas simultaneamente. A licenciatura tinha por objetivo formar professores para as escolas de 1° e 2° graus, enquanto que o bacharelado, formar pesquisadores na área de História. O regime era seriado, com duração de 4 anos.

Em 1987 a nova reformulação curricular (Resolução CCEP n° 258/87, de 30 de janeiro) garantiu ao curso de História a duração de cinco anos, sendo o regime ainda seriado. O curso de História habilitava o aluno à licenciatura e ao bacharelado separadamente.

Nesse contexto de intensos debates e na tentativa de estabelecer uma política de formação para os novos educadores, surgem o Fórum de Licenciatura, em 1992, e o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), como reformulação do antigo Colégio de Aplicação. O CEPAE foi criado em 1994, visando o ensino, a pesquisa e a extensão, com o fim de atender os estágios das diversas licenciaturas.

Em 1990 o currículo do curso de História inovou ao oferecer os graus de licenciatura e bacharelado simultaneamente, conforme Resolução CCEP n° 309, de 6 de novembro de 1990. O curso permaneceu seriado e com duração de 5 anos. Habilitava o aluno para as escolas de 1° e 2° graus, como também o pesquisador em História. A partir desse currículo a monografia de final de curso passou a ser obrigatória para todos os alunos. É importante ressaltar que revogou-se o artigo 6° da Resolução n° 309, que possibilitava cursar concomitantemente o bacharelado e a licenciatura.

A Resolução CCEP n° 395, de 12 de dezembro de 1995, alterou novamente o currículo do curso de História. O curso continuou seriado, mas com a diminuição de um ano.

O curso de História está atualmente inserido na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), que surgiu a partir do desmembramento do antigo ICHL. Tal desmembramento deu-se por meio da Portaria n° 3435, de 4 de dezembro de 1996, devido à nova estruturação acadêmica e administrativa da UFG. A FCHF foi implantada em fevereiro de 1997 e “tem por função o atendimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FCHF, 2001).

No ano de 2005, diante de nova reformulação curricular, o Curso passou a oferecer a licenciatura e o bacharelado separadamente, com duração de quatro anos. De acordo com a nova reformulação, o curso de História possui como objetivos primordiais formar:

profissionais para o magistério nos ensinos fundamental e médio, dos setores público e privado, ou para atividades em centros de pesquisa, documentação e informação, em instituições públicas e privadas, que atuem na área de cultura, patrimônio, documentação e informação (PORTAL/UFG, 2006).

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa ressaltar a interligação mantida pelos cursos de História das duas primeiras instituições de ensino superior em Goiás, desde suas origens até a atualidade. Tal característica esteve intimamente relacionada aos momentos de crise das duas Instituições,

causando a migração de professores de uma para outra. Os professores da UCG, como foi abordado, foram os fundadores do curso de História da UFG. Posteriormente, no momento de crise da UCG e de implantação da RETIDE, os professores migraram para a UFG. Atualmente, devido à crise vivenciada pelas Universidades Federais, e em virtude da aposentadoria de muitos professores da UFG, alguns docentes retornam à UCG.

Uma característica divergente entre os referidos cursos, advinda da diferença da constituição das duas instituições em que os mesmos estão inseridos, diz respeito à configuração de seus quadros docentes. A Universidade Federal de Goiás, desde 1966, tentou manter, embora cada vez mais ameaçada, uma política de concursos. Por isso o curso de História da UFG nutriu um quadro contínuo de professores, sendo afetado somente, na década de 1990, mediante as aposentadorias. Já a UCG, embora a partir do final dos 1970 e na década de 1980 tenha regulamentado a carreira docente e assumido uma política de qualificação dos seus quadros docentes, ao mesmo tempo manteve uma política de professores convidados. Assim, de um lado a partir, da década de 1980, o curso de História da UCG passou a ter um quadro permanente de professores, que, inclusive, na atualidade, é realçado por professores-doutores aposentados da UFG, todavia, por outro lado, tem-se um quadro flutuante de professores convidados.

Uma afinidade entre os dois Cursos se desdobra na área de concentração da pós-graduação *stricto sensu*. O curso de Mestrado em História da UCG possui como área de concentração Cultura e Poder e duas linhas de pesquisa definidas em dois campos: Identidades, Tradições e Territorialidade e Poder e Representações. O Mestrado/Doutorado em História da UFG possui a área de concentração: cultura, fronteira e identidades, e como linhas de pesquisas: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração, História, Memória e Imaginários Sociais e Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração. Conclui-se, assim, que os dois Cursos estão em sintonia com as novas tendências historiográficas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Juarez Costa. Entrevista realizada em Goiânia (GO), em 2005.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário. Entrevista realizada em Goiânia (GO), em 2006.
- DOCUMENTA 38, Conselho Federal de Educação/UFG, 1965.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira. Entrevista realizada em Trindade (GO), 2005.
- MACHADO, Laís Aparecida. Entrevista realizada em Goiânia (GO), em 2006.
- OLIVEIRA, Antônio Ribeiro. Entrevista realizada em Goiânia (GO), em 2006.

PARECER Nº 213, Conselho Federal de Educação, 1968.

PORTAL UFG, 2006.

RELATÓRIO de Verificação de Funcionamento da Faculdade de Filosofia de Goiás, 1951.

RELATÓRIO Atividades da FCHF, 2001.

RESOLUÇÃO CCEP Nº 219, 1984.

RESOLUÇÃO CCEP Nº 258, 1987.

RESOLUÇÃO CCEP Nº 309, 1990.

RESOLUÇÃO CCEP Nº 395, 1995.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Entrevista realizada em Goiânia (GO), em 2005.

TELES, Gilberto Mendonça. *O Sentido Revolucionário do Centro de Estudos Brasileiros*. In: Cadernos de Estudos Brasileiros, Goiânia, ano I, 1963.

JOSÉ DE ALENCAR E KARL MARX: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Valdeci Rezende Borges*

Resumo: Alencar dialogou com vários autores ao produzir seus romances. *A Pata da Gazela* (1870) aborda o amor a um objeto e a reificação da pessoa, aparentemente em diálogo com K. Marx e seu texto sobre “A Mercadoria”, em *O Capital*, ao criticar tal prática social.

Palavras-chave: fetiche, José de Alencar, K. Marx.

Abstract: Alencar talked with some authors when producing its novels. *A Pata da Gazela* deals with love to an object and the person's reification. Apparently, talked to K. Marx and his text about *The merchandise*, in *The Capital*, when he criticizes such social practice.

Key-words: fetish, J. de Alencar, K.Marx.

Alencar ao tecer seu texto estabeleceu relações intertextuais com diversos saberes, como a tradição literária e filosófica, expressa nas intersecções com Rosseau e Kant, mas seu diálogo mais inusitado talvez seja com as reflexões de Marx sobre “A mercadoria” e a “Divisão do trabalho e manufatura”, n’*O Capital*, delas apropriando, ao tratar da questão do fetiche. Neste artigo, busca-se explicitar tal prática de leitura e seus indícios no romance comparando-o com o texto marxiano.

A identificação da mulher por meio do sapato obteve fama com *Cinderela*, de C. Perrault, que remonta a Elieno e a história de Rodopis, que teve sua sandália levada por uma águia ao faraó, o qual, fascinado com seu pé, a fez procurada e a desposou. Já Alencar focou a adoração e a fantasmagoria que cerca os objetos, o pé e a bota, na sociedade moderna.

No ambiente do consumismo, onde a mercadoria feiticeira tem templos e altares (lojas e vitrines), um laçao perdeu a bota, que foi apanhada por Horácio para aproximar de uma senhora presente na carruagem à espera. Era bota “de pelica e seda” a “irmã do lindo chapim de ouro da borralheira”. Como o carro partiu sem entregá-la, passou a adorar o objeto, apaixonou-se pelo pé que o calçava e buscou descobrir a dona. O moço era pura matéria e representa o amor sensual ao pé que deixou marcas na bota. A história parece absurda, como advertia Marx (1983:73).

* UFG/CAC, Dr.

O fetiche foi objeto de atenção nos séculos XVIII e XIX. O termo adveio de feitiço no trato da religião, quando Brosses abordou a conversão de animais e objetos em divindades, com atributos mágicos; idéia retomada por Hegel e, depois por Marx n' *O Capital* (1867). Binet e Ellis viram-no como perversão, desvio, ao eleger parte do corpo ou objetos a ele ligados como foco de excitação e com valores estranhos.

Já Marx usou o termo ao tratar da mercadoria e parece que Alencar se inspirou em suas idéias, delas apropriando-se. Segundo Marx (1983:70), a mercadoria, que “parece uma coisa trivial, evidente”, se analisada, mostra-se “uma coisa muito complicada”, transforma-se de obra física em transcendente, “cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”, devido aos diversos sentidos a ela atribuídos, diferentes do valor de uso. “O caráter místico da mercadoria”, “enigmático”, é produto do cérebro humano, advém dos valores agregados que a reveste com máscaras, dando-lhe aparência pessoal. Para Marx (1983:71), tal aspecto, “misterioso”, vem da mercadoria “refletir aos homens as características sociais do seu trabalho” como se fossem marcas próprias dela, como produto e também de refletir a relação social dos produtores como relação entre objetos, coisas. A mercadoria mostra-se aos homens de modo luminoso; “a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico” é dada de modo objetivo, como “uma coisa fora do olho”. Mas, “no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho”, numa “relação física entre coisas físicas” e não como “excitação subjetiva”. A relação social entre os homens “assume forma fantasmagórica” de relação entre coisas. Por isso, buscando uma analogia, Marx teve de se “deslocar” para a “região nebulosa do mundo da religião”, na qual “os produtos do cérebro humano aparecem dotados de vida própria”, como “figuras autônomas”, que “mantém relações entre si e com os homens”. Ao sentido inscrito nas coisas chamou de “fetichismo que adere aos produtos de trabalho” voltados para o mercado, sendo “um hieróglifo social” (MARX, 1983:72), cujo segredo é difícil de decifrar, feiticeiro, mágico, reflexo religioso e fantasmagórico, que enevoa e se adere aos produtos em troca.

O texto alencariano é permeado pela faceta religiosa de culto objetal e adoração ao pé e à bota, vista como “idolatria” e “fetiche”, anomalia, monstruosidade e vício. Ele trata dessa atração e expõe o investir de atributos mistificadores aos objetos, a transferência das relações humanas para as coisas, sua coisificação, usando, mesmo, o termo “hieróglifo”, acrescido por “do amor”, indicando que cabia decifrar o enigma do amor às coisas. Tal universo complexo e nebuloso,

erigido ao redor de um objeto trivial, que parece autônomo e produz situações absurdas, signo das relações modernas, foi abordado de forma poética, humorada, própria e próxima a Marx.

No culto ao objeto, Marx (1983:71) destacou as sutilezas metafísicas e manhas teológicas da religião. Horácio armou um altar para realizar seu ritual e recolheu-se a adorá-lo. A descrição assemelha-se a marxiana de impressão luminosa e transparência, de olhar iluminado, de projeção de uma coisa para outra; de remissão à esfera religiosa e adoração de relíquia; de relação física entre coisas e de sua aparente autonomia, fantasmagoria, em situação “consagrada ao culto da matéria” (ALENCAR, 1965: 417).

Recolhendo, Horácio acendia duas velas transparentes e colocava-as a um e outro lado da almofada de veludo escarlate, sobre uma mesinha de charão, embutida de madreperolas. Tirava de um elegante cofre de platina a mimosa botina, e com respeitosa delicadeza deitava-a sobre a almofada, de modo que se visse perfeitamente a graciosa forma do pé que habitara aquele ninho de amor. [...] Então [...] sentava-se numa cadeira de espreguiçar, defronte, [...] e ficava em muda e arrebatada contemplação até alta noite. [...] Sobre aquela botina via elevar-se como sobre um pedestal um vulto de estátua, mas vago, indistinto; e, contudo esse esboço sem formas sedutoras, aquela sombra sem alma e sem calor, lhe parecia de uma beleza deslumbrante. Não era ela a mulher a que pertencia o mais formoso pé do mundo, o mino, a obra-prima da natureza? (ALENCAR, 1965: 423-5)

Ocorria com Horácio situações em que uma coisa física e banal tornava-se metafísica e motivo de reflexão, criando vida própria; a mercadoria se pondo “com os pés no chão” e “sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias”, desenvolvendo “cismas muito mais estanhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa” (MARX, 1983:70). Se Marx (1983:73), nas três partes iniciais do capítulo, usou casacos como exemplo e, na última, pela primeira vez, adotou as “botas”, dizendo que sua relação com as outras mercadorias aparece, a nossa vista, “exatamente nessa forma absurda”, Alencar escolheu justo elas em sua alegoria de tais absurdos.

Horácio supervalorizava as “coisas”; examinava e pensava sobre o banal: “achou o objeto digno de séria atenção” e fez dele “exame consciencioso”. Refletia sobre a bota e não a via como valor de uso, que satisfazia uma necessidade social específica; mas a envolvia com mistificações: “objeto digno de séria atenção”, de “adoração”, um “tesouro”, que enriquecia remetendo a filósofos e poetas como Virgílio, a divindades como Vênus, a “fábula de Édipo”, ao “enigma da esfinge”, ao “mito da vida”, para adensar seu “hieróglifo do amor” (ALENCAR, 1965:412-5).

Agregava valores aos objetos vindos de outros contextos culturais: “um primor de pelica e seda”; “concha mimosa de uma pérola”; obra de arte, “inspiração de algum artista ignoto, de algum poeta de ceiró e torquês”; a “perfeição da obra” e a “excessiva delicadeza da forma”. Era seduzido pelos “debuxos suaves” e as “ondulações” deixadas pelo “pezinho”. A bota não era

nova, traços “indicavam bastante uso” e “se fosse um calçado novo”, “saído da loja, não teria grande valor aos olhos” do rapaz habituado às “obras-primas” das lojas finas. Era “traste mimoso”, “gentil companheiro” de “moça formosa”, que “ainda *guardava a impressão e o perfume*”. O feitiço não era pelo consumo da bota, mas de outro objeto novo do mercado humano, a moça, ou seu pé, recebedores de atributos especiais (ALENCAR, 1965: 412).¹

A idealização mística dos objetos revela a aparência adquirida, os sentidos sobrepostos que os revestiam e os tornaram “feiticeiros”. “Aroma da mulher bonita”, “perfume inebriante”, “*aroma delicioso*”, “*odor suave*”. A “obra-prima” e o “*feiticeiro pezinho*”, faziam inverter a hierarquia do corpo na cultura, que valorizava a cabeça, razão e face; o pé se punha sobre a cabeça. A bota era especial, de “moça”, de “*deusa, a Vênus deste olimpo*”, sendo apalpada e beijada com respeito. O pé era “*silfo*”, “*anjo*”, fascinante, arrebatador, enlouquecia. A “imagem do *pé sedutor*” era “*adorada como um ídolo*” (ALENCAR, 1965: 412-5).

Horácio corporifica o fetiche como fantasmagoria socialmente produzida, tendo caracteres da organização burguesa, que cria anomalias: “belos talentos” eram sorvidos no luxo e consumidos em “gala estéril e efêmera”, sem flor e fruto; “era uma de tantas inteligências desperdiçadas no incessante bulício da moda”. Inteligente, perspicaz, investigador e observador, mas estéril, ocioso, sensual, dado ao “culto da forma” e ao “fanatismo do prazer”. Enfraquecido, insensível, admirava a beleza exterior, a matéria, o efêmero e sua religião era o prazer. Perdia a noção do todo, era fragmentário, buscava sempre o novo, diferente e tornava a pessoa em objeto, coisa. “Admirava na mulher a formosura unicamente”; vendo-a como “estátua animada”; frio, adorava “a mulher em detalhes”. Tais traços revelam suas atitudes ante a “impressão profunda que nele produziu a mimosa botina”. Já “tinha admirado a mulher em todos os tipos e em todos os seus encantos; mas nunca a tinha amado sob a forma sedutora de um pezinho faceiro”. Perdia a sensibilidade, a idéia de conjunto, adorava a parte, tornava tudo objeto e só ficou “despercebido esse *condão mágico*”, que excitava a “imaginação ociosa” (ALENCAR, 1965: 415-7).

Portanto, foi visto como possuidor de “*infantilidades*”, de “delírio da *febre de materialismo*”; era “uma aberração da alma, *consagrada ao culto da matéria*”. Tinha “voracidade insaciável do desejo”, era uma “*dessas monstruosidades incompreensíveis*”, vivia em estado de “*embriaguez*”. Anômalo e pervertido, seus templos eram as lojas, salões e o altar onde idolatrava o “pezinho mimoso”, “ídolo de sua alma” (ALENCAR, 1965: 417, 424).

¹ Os grifos no texto de Alencar até o fim deste artigo são meus.

No culto à bota, em sua fantasia, da coisa inanimada, emergia mulher deslumbrante, com vida independente, “que plainava sobre a almofada como sobre uma nuvem de ouro”, de acordo com Marx (1983:71). Na busca pela dona da bota, suas relações reificavam as mulheres suspeitas de possuir o pé; era inconveniente e desrespeitoso, tornando-as objetos, desprezando seus valores e violando seus corpos. Seu olhar, atrevido, travava-lhes a ação ao fitava-lhes as pupilas e baixar à “fímbria do vestido” com “insistência significativa”, deixando-as desconcertadas. Pelas convenções e noções de “pudor” e “decoro”, o pé feminino era objeto erótico, devendo ser escondido. Ele ultrajava a moralidade, desvalorizava o humano, aumentava o valor das coisas, declarava amor ao pé e não à mulher, a figura humana não o interessava; cego pela luminosidade do objeto a reduzia à coisa, ao pé. Ela sentia que se tornava objeto, que aquele era “amor sensual” que “prestava *culto ao deus ignoto*” adorado sob sua forma (ALENCAR, 1965: 425-6, 431, 433, 444-5, 455).

Sacerdote da matéria e da forma, tendo seus esforços frustrados, recorreu à arma decisiva para ver e ter o pé: revelou sua paixão, o suplício do “*desejo*”, do “*gozo infinito*”, do “amor” por “uma *coisa*” escondida que o fazia arrastar “a alma pelo pó”, no “intento de entrever de longe o *objeto*” pelo qual daria a vida, o “pezinho mimoso”. Proclamava aquela que se via senhora como objeto, reduzindo-a a parte de seu corpo, deixando-a rubra e trêmula (ALENCAR, 1965: 445-6). Reificada assumia forma de coisa e a coisa figurava como dotada de vida (MARX, 1983: 70-1).

Na sociedade burguesa os homens relacionam entre si trocando produtos (MARX, 1983: 71,73) sendo mesmo o casamento um negócio. Horácio, consagrando a imagem de adorador de coisas, de transformador de gente em objeto, dispôs-se a trocar o necessário para ter o pé; pediu-a em casamento. “Cativo” do pé queria “obrigá-la a conceder-lhe imediatamente o que pedira: a sua mão, e com a mão o pezinho que ele adorava” (ALENCAR, 1965: 452, 454-5, 459).

Para Horácio, reforçando o encanto metafísico que produzia a coisa física, só uma “coisa” o interessava, “*coisa bem pequenina*”, um “verdadeiro *condão de fada*”, que o fez de “senhor um escravo”. O “*ente adorado*”, “*ídolo*”, era visto “nos sonhos dourados de sua imaginação”; “estava sob a influência de uma *paixão materialista*”, “*amava a forma*, e levava sua *idolatria a ponto de adorar não a forma completa*, a imagem viva e palpitante da mulher, mas um *fragmento*, um *trecho apenas* dessa forma”. Não amava a moça, mas “um pé e nada mais”, tinha “a *idolatria da beleza material*” e queria “na mulher *a forma, o amor plástico*”. Do todo só se interessava pelo

“objeto de sua adoração” e desprezava “diferentes irradiações da beleza” (ALENCAR, 1965: 460-2).

Para fazer desaparecer tal reflexo religioso e nebuloso, Alencar contrapôs tal fantasmagoria desvelando a realidade. Quem retirou a máscara e o véu místico foi Leopoldo. Envolto nas reflexões sobre “*ídolos e fetiches*”, ao ver Amélia, de longe na rua com outras senhoras entrando numa carruagem, flagrou a imagem de um pé enorme, que o deixou estático por acreditar ser dela. Triste andou pelas ruas e parou numa sapataria “ou antes uma tenda”, de simples e tosca que era, esclarecendo o enigma (ALENCAR, 1965: 426-7, 435). Alencar parece seguir ainda as idéias de Marx sobre como tal reflexo religioso desaparecia ante as circunstâncias cotidianas da vida prática nas quais a bota foi produzida e com que sentido, tornando-as transparentes e racionais. Para Marx (1983:73-6), o fetiche da mercadoria, sua magia na sociedade burguesa, desaparece quando recuamos para outras formas de produção. Logo, Alencar expôs antigas relações e condições de produção manufatureira de calçados contrapondo-as àquelas impostas no modo fabril.

Marx (1983: 267-9, 271, 283-4), tratando da divisão do trabalho e manufatura, considera que o avanço da produção fabril retira do trabalhador sua vontade, criatividade, consciência, entusiasmo, controle de si e reconhecimento no que produzia, tornando-o autômato. Tais condições e relações propiciavam, quando ocultas, o caráter místico e pessoal que os objetos adquiriam nas vitrines luxuosas. Alencar opôs dois tipos de espaços e relações de trabalho, um antigo e tradicional, outro moderno; a tenda do mestre do ofício, onde oficina e loja estavam juntas, e as sapatarias requintadas da elite. Enalteceu a atividade artesanal, vista como arte, e confrontou os artigos que produzia com os franceses feitos em massa e à máquina; “ninguém a exercia com mais *habilidade, esmero e entusiasmo* do que ele”; sua obra “não tinha que invejar ao produto das melhores fábricas de Paris” (ALENCAR, 1965: 427).

Alencar apontou a historicidade dessa produção remetendo a formas refugiadas no tempo, como Marx (1983: 73-6, 282-5), que as opunha, ao tratar da alienação e empobrecimento espiritual e intelectual do trabalhador. Destacou que “a superioridade humana” é furto da “vontade” e do “poder” que “nasce do *querer*”, sempre que o homem aplica “a *veemência e perseverante energia de sua alma* a um fim” para vencer obstáculos e fazer “coisas admiráveis”. Porém salientava: “Mas para que um homem se entregue assim a uma idéia e se cative a um pensamento, é necessário *ser atraído irresistivelmente, ser impelido pelo entusiasmo*”, pois “É o

entusiasmo que faz o poeta e o artista, o sábio e o guerreiro; é o *entusiasmo* que faz o *homem-idéia* diferente do *homem-máquina*". Entusiasmo como "*fogo celeste d'alma*", como na fábula de Prometeu, "que *anima* as estátuas de Galatéia". "Uma *faísca dessa eletricidade moral* opera maravilhas iguais à centelha do raio". Alencar foi ao mundo clássico para opor-se ao modo de produzir das fábricas, que tirava do trabalhador tal faísca, a produção independente de sua vontade, criação, previsão, controle consciente e planejado, em relações de dependência e reificadas (ALENCAR, 1965: 427).

Se as condições modernas de produção fabril, em série, com divisão acentuada do trabalho e regime assalariado, representadas nos produtos das fábricas de Paris ou das sapatarias francesas da Corte, retiravam do trabalhador seu saber, separavam idéia e execução, trabalho manual e intelectual, eliminando a criação, inspiração e vigor, tornando-o autômato, máquina, de acordo com as idéias de Marx (1983:73-6, 283-4), Alencar seguiu o expediente deste de se deslocar para a ilha de Robinson, Idade Média e Antiguidade, para tratar das relações de produção. Ele recorreu a outro momento histórico para exaltar o entusiasmo como força de inspiração divina, que vivificava o homem, diferindo-o dos seres e objetos inanimados ou reificados da sociedade moderna. O mestre sapateiro "tinha o entusiasmo de sua arte" e "descobria nela *segredos e encantos desconhecidos aos mercenários*. Para ele, o calçado era uma escultura". Este trabalhador era criador e artista, diferia do submetido ao mercado, recusando suas condições de trabalho: "Depois de trabalhar muitos anos em casas francesas, o mestre fluminense resolveu estabelecer-se por sua conta. Alugou uma pequena loja de duas portas, onde trabalhava com dois oficiais" (ALENCAR, 1965: 428).

O mestre, ao trabalhar para si, possuía a liberdade e o saber que lhe possibilitava exercer a atividade com "*suas delícias de artista*". Uma pequena clientela preferia "seu calçado ao melhor de Paris e o pagavam generosamente". As "raras encomendas" ele "as executava com enlevo; *revia-se em sua obra*, verdadeiro primor". Na sua oficina, ante do produto de seu trabalho, realizado como arte, com suas idéias e domínio das matérias, ele, produtor, reconhecia-se naquele (ALENCAR, 1965: 428).

Assim, Alencar expôs as condições de produção de sapatos, fazendo-a por meio de um objeto diretamente ligado à necessidade de se pôr os pés no chão, uma bota ortopédica, com valor só de uso, sem outros agregados, opondo-se à postura fetichista de Horácio. Na singela oficina, Leopoldo, ao olhar os calçados no mostrador e chegar ao balcão, deparou com um par de botas

femininas usado, meio coberto, com medidas enormes, associando-o ao pé monstro. Mas, junto, existiam outros pés de botas; um “muito elegante apesar de comprida”, semelhante às usadas, embora de linhas regulares, e outro, dentro da fôrma, que era o modelo do pé monstruoso. O mestre produzia, com sua arte superior, o calçado para disfarçar aquele pé, sendo o botim “a máscara do aleijão” (ALENCAR, 1965: 429). Ali estava a imagem do defeito no calçado feito por outros sapateiros, mecanicamente, sem o dissimular, ao lado do produzido pelo artista para “desvanecer a deformidade sob a aparência de uma botina elegante”. Ainda que tal bota tenha sido associada à dissimulação, por ocultar a realidade, não era ela e o pé que a calçava que enfeitiçavam; possuía só valor de uso ortopédico, não outro particular agregado, sendo conhecidas às condições de sua produção. Já da bota do pezinho encantador, não se conheciam as circunstâncias de produção, possibilitando a atribuição de outros sentidos, diferentes de seu uso, tornando-a metafísica, mágica, em conformidade com a reflexão marxiana.

ALENCAR, José de. A Pata da Gazela. In: _____. *Ficção Completa e outros escritos*, v. 1. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. p. 407-87.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1

Resumo: O autor demonstra como se deu a ligação entre um personagem histórico real, Vlad Drácula, e um personagem literário, o Conde Drácula, e como esta ligação foi fundamental para a formação do imaginário atual à respeito de vampiros.

Abstract: The writer shows how was created the link between a historical character, Vlad Drácula, and a literature character, the Count Drácula, and how this link was important for the formation of the actual imaginary about vampires

Palavras chave: Vampiros, Drácula, Imaginário

Keywords: Vampires, Dracula, Imaginary

Poucos personagens históricos podem equiparar-se à Dracula em questão de fama. Hoje, Drácula é quase um sinônimo da palavra “vampiro”, e, ao lado do monstro de Frankstein, de Mary Shelley, é uma das mais célebres e conhecidas personagens da literatura mundial.

Sua imagem e seu nome são parte da cultura pop atual; ele está em livros, histórias em quadrinhos, desenhos animados, videogames, outdoors, revistas, entre outros veículos de comunicação em massa.

Grande parte desta fama se originou do livro do escritor irlandês Bram Stoker, Drácula, editado em 1901. Mundialmente famoso, este trabalho levou a todos os cantos do mundo o nome e a imagem de Drácula, que se tornou conhecido como o terrível vampiro da Transilvânia, muito mais célebre que qualquer outro dos personagens da obra de Stoker.

Embora o livro de Stoker seja mundialmente conhecido, inicialmente ele nem sequer contava com o título ou o nome do funesto Conde Drácula, sendo que o escritor pretendia denominá-la “The Un-Dead” e batizar seu vampiro como “Conde Wampyro”.

O que Bram Stoker fez, e que provavelmente deu mais veracidade e fama a sua obra, foi se apoiar em um personagem histórico real para criar seu personagem fictício. O Drácula de Stoker foi baseado em um cruel personagem da história do leste europeu, o voivoda Vlad Dracula “Tepes”.

O Drácula histórico nasceu na região da Transilvânia, na atual Romênia, local de onde teria se originado também o Drácula fictício de Bram Stoker, assim como outros déspotas da

^{1 1} Graduado pela Universidade Federal de Goiás em História, Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

história romena, como a Condessa Sanguinária Elizabeth Báthory; Mihnea, o Mau, filho de Drácula e Vlad o Profanador, bisneto de Drácula.

Vlad nasceu filho do voivoda, rei, Vlad Dracul. O pai de Drácula ganhara a alcunha de Dracul (dragão em romeno) por ter ingressado na chamada Ordem do Dragão, criada pelo rei Húngaro para combater os turcos, que ameaçavam o Leste Europeu; e seu filho recebeu a alcunha de Drácula, que significa “filho de Dracul”, por causa de seu pai.

Ainda jovem, Drácula foi raptado pelos turcos, que mantiveram ele e seu irmão, Radu, como reféns para impedir que seu pai, o rei da Wallaquia, região da Romênia ao sul da Transilvânia, guerresse contra o Sultão turco ao lado dos Húngaros e dos outros pequenos reinos cristãos do Leste Europeu.

O cativo de Drácula, no entanto, não durou muito. Vlad Dracul foi assassinado pelo primo, Vladslav Danesti, de um ramo rival da família, que tomou o poder na Wallaquia. Sem necessidade de manter os filhos do antigo voivoda como reféns, os turcos soltaram Vlad e Radu. Vlad voltou para a Wallaquia a fim de retomar seu trono, enquanto Radu, convertido ao islamismo, ficou entre os turcos.

Ao voltar para a Wallaquia, Vlad Drácula soube que Vladslav havia partido para a guerra contra os turcos na região do Kosovo, e, de posse de um pequeno exército de partidários de seu pai, invadiu o castelo de Vladslav e retomou o trono.

A volta de Vladslav, no entanto, obrigou Vlad Drácula a fugir. Ele primeiro fugiu para a Moldávia, onde seu tio Bogdan II era rei, e depois para a Hungria, onde lutou ao lado do herói romeno Iancu de Hunedoara na Cruzada de Varna.

Vladslav logo começou a assinar acordos de paz com os turcos, e a Hungria declarou guerra à Wallaquia. Ele então atacou as cidadelas Wallaquias de Almas e Fagaras, na Transilvânia Húngara, onde foi emboscado e morto por Vlad Drácula.

Com o trono da Wallaquia vago, começaram a aparecer pretendentes a voivoda. Além de Vlad Drácula, os dois irmãos de Vladslav e um filho bastardo de Vlad Dracul, Vlad, o Monge também decidiram tomar o trono da região.

Vlad Drácula atacou as cidadelas que apoiavam seus rivais e empalou milhares de pessoas, ganhando então a alcunha de “Tepes”, ou “O Empalador”. A empalação é um método de tortura e execução que consiste na introdução de uma lança pelo ânus ou boca da vítima até que a ponta saia pelo orifício contrário, esta lança depois é colocada na vertical, deixando o corpo da vítima suspenso pelo ferimento. As vítimas morrem de hemorragia ou desidratação, morte esta que pode levar de 48 a 72 horas. Vlad Drácula era famoso por criar verdadeiras “florestas” de corpos empalados, aos quais gostava de assistir agonizar.

Depois de consolidar seu poder na Wallaquia, matando ou espantando os outros pretendentes ao trono, Drácula se lançou numa guerra contra os turcos. Primeiro ele reconquistou a cidadela de Giurgiu e outras vilas sob domínio turco na fronteira da Wallaquia com a Bulgária, e desafiou o sultão Mehmed II, conquistador de Constantinopla, recusando-se a pagar impostos aos turcos e torturando seus emissários que haviam sido mandados para negociar a paz com a Wallaquia.

Mehmed II reuniu o maior exército turco desde a conquista de Constantinopla e cruzou o estreito de Dardanelos, sob constante ataque das tropas de Vlad Drácula, que visavam causar o caos e afundar os navios de transporte turcos, e só foram repelidas de volta para suas terras quando os janissários do sultão conseguiram armar trincheiras na praia e atacar a cavalaria ligeira de Drácula com seus canhões e armas de fogo.

O exército do sultão era imenso. Segundo o cronista grego Chalkondyles, cerca de 250.000 soldados turcos e árabes seguiam o sultão, contra apenas 23.884 guerreiros que defendiam a Wallaquia. O arqueólogo inglês Daniel Mersey aumenta ainda mais a quantidade de soldados das forças turcas, pois, segundo ele, cada um dos 250.000 soldados descritos por Chalkondyles possuía um secto pessoal de por volta de 18 escravos guerreiros que lutavam a seu lado e seguiam suas ordens. Com isso o exército de Mehmed II teria em torno de 4.500.000 combatentes. Tal exército colossal era comandado pelo sultão em pessoa.

Drácula observou que tal exército, devido ao número de combatentes, se deslocaria muito vagarosamente, e necessitaria de muitos alimentos, que não poderiam ser enviados das terras otomanas. Ele ordenou aos soldados da Wallaquia que adotassem a estratégia da “Terra Arrasada”, queimando as florestas, destruindo os campos, evacuando as cidades e envenenando os poços em todo o território Wallaquo da fronteira com a Bulgária até a capital, Tirgoviste. As queimadas e o represamento dos rios feito pelos soldados de Drácula contribuíram para que o verão daquele ano de 1462 fosse o mais quente e seco já registrado na região da Wallaquia, o que, aliado à falta de provisões e os ataques de guerrilha dos arqueiros montados do exército de Drácula, acabaram por flagelar as tropas turcas, reduzindo seu número rapidamente.

Drácula também empregou táticas cruéis que tinha aprendido com os turcos durante seu cativo. Ele reuniu todos os moradores da Wallaquia que haviam contraído peste e lepra e os disfarçou de turcos, mandando-os para o meio das tropas do sultão para disseminar doenças entre eles. Drácula também ordenou a seus soldados que catapultassem cadáveres pestilentos no meio das tropas inimigas e que usassem flechas envenenadas contra os soldados otomanos.

Quando o exército do sultão, diminuído pelas táticas de Drácula, acamparam às portas da capital Tirgoviste, o voivoda Vlad Tepes executou sua mais ousada ação na guerra contra os turcos. No silêncio da noite, ele e suas tropas de cavaleiros leves invadiram o acampamento turco em uma violenta e rápida ação com a finalidade de matar o sultão Mehmed II. Este no entanto, horrorizado, fugiu do acampamento protegido pelas suas tropas de elite, e o intento de Drácula fracassou.

No outro dia, o sultão ordenou o cerco à capital de Drácula, Tirgoviste. No entanto, ele encontrou a cidade deserta e com os portões abertos. Atrás dela, as tropas do sultão encontraram uma floresta de lanças e corpos empalados. Drácula havia reunido todos os prisioneiros, criminosos e até mesmo cadáveres dos cemitérios e empalado todos na vasta planície ao norte de Tirgoviste. Segundo Chalkondyles a floresta de corpos mortos e agonizantes possuía três quilômetros de largura e um quilômetro de extensão. Diante daquela cena macabra, o que havia restado do exército turco debandou, e o próprio sultão desistiu da guerra.

Drácula foi louvado em todo o mundo cristão por sua vitória, sozinho, contra os turcos otomanos. Os cidadãos turcos da Bulgária e de Constantinopla abandonaram suas casas com medo que Vlad Tepes marchasse sobre o enfraquecido Império Otomano. O sultão, no entanto, tinha uma carta na manga. Ele encorajou Radu, irmão de Vlad Drácula, a entrar na Wallaquia e buscar apoio nos nobres locais, chamados Boyares, que haviam sofrido com os desmandos de Drácula e com a guerra, que destruía suas terras e colheitas.

Radu conseguiu arregimentar uma grande força militar entre os Boyares, e forçou seu irmão a buscar refúgio em uma fortaleza que ele havia construído nas montanhas, o castelo Poenari. O local era praticamente intransponível, e Drácula, de lá, buscou a ajuda do rei húngaro Matias Corvino e de seu primo, Estevão da Moldávia.

Drácula esperou em vão, pois seus aliados haviam sido enganados por uma carta falsa, onde ele jurava lealdade ao sultão turco. Nenhuma ajuda chegou, e, depois de um longo cerco, os soldados de Radu invadiram Poenari e Vlad Drácula foi obrigado a fugir. Ele se dirigiu para a Hungria, mas foi capturado por Matias Corvino e levado a Budapeste, onde ficou por mais de dez anos.

Após um longo tempo preso, devido à carta falsa, Drácula conseguiu convencer Matias de que ele não jurara lealdade aos turcos. Libertado, ele casou-se com a filha do rei Húngaro e foi autorizado a voltar para governar a Wallaquia.

Seu governo foi curto. Pouco mais de dois meses depois de ter retornado ao trono Wallaquo, Drácula morreu em combate contra os turcos. Ele foi decapitado e sua cabeça foi

enviada para Constantinopla, enquanto seu corpo foi enterrado no monastério de Snagov, próximo à capital da atual Romênia, Bucareste.

A lenda a respeito do Drácula vampírico surgiu enquanto Vlad Tepes ainda governava a Wallaquia. Após matar Vladslav, Drácula viu-se em conflito com outros três pretendentes ao trono de seu reino. Cada um deles contava com o apoio de uma ou mais cidadelas, cujos nobres forneciam soldados, armamento e provisões para que o candidato a voivoda vencesse seus adversários e conquistasse o trono. Várias cidadelas de população germânica apoiavam os irmãos de Vladslav ou Vlad, o Monge, desconfiando de Drácula pela aliança que este possuía com a Hungria. Estas cidadelas foram atacadas e destruídas pelas tropas de Vlad Tepes, e muitos de seus habitantes foram empalados, o que gerou revolta entre os cidadãos de origem germânica que residiam na Wallaquia.

Os germânicos, no entanto, não tinha unidade, força militar ou coragem para lutar contra Drácula e vingar seus conterrâneos chacinados, porém, sabendo do prestígio que este possuía junto aos grandes impérios católicos do Leste Europeu, como a Polônia e a Hungria, decidiram usar sua mais moderna invenção, a prensa, para atacar a boa fama de Vlad Tepes.

Estes germânicos passaram a imprimir, em grande quantidade, panfletos difamatórios, contando de forma exagerada as torturas que Vlad Drácula impunha a seus prisioneiros e acrescentando relatos fantasiosos sobre hábitos macabros do voivoda. Muitos destes panfletos relatavam que Vlad Tepes costumava fazer suas refeições observando suas vítimas de empalamento agonizarem, e alguns afirmavam que o voivoda também tinha o costume de colocar bacias de prata sob as lanças do empalados para recolher o sangue deles, sangue este do qual ele se alimentava.

Na época de Drácula estes panfletos eram vistos apenas como uma curiosidade macabra, uma espécie de armação óbvia sobre um herói cristão feito por seus inimigos. No entanto, estes impressos sobreviveram ao tempo e chegaram no século XIX, misturando-se a relatos sobre outros déspotas sanguinários conterrâneos de Drácula, como a sanguinária Condessa Elizabeth Bathóry, que teria matado mais de 650 moças virgens para beber o sangue delas e se manter jovem eternamente.

No final do século XIX, Bram Stoker era apenas um funcionário público irlandês com um gosto pela literatura. Ele estava escrevendo um romance sobre um vampiro, mas ainda não havia decidido que nome dar a seu personagem principal ou ao romance. Uma visita a um museu na Inglaterra o colocou frente a frente com um panfleto de meados do século XV cuja narrativa se referia a um tirano sanguinário chamado Drácula, que, segundo o impresso, bebia sangue de seus inimigos.

Stoker incorporou o nome de Vlad Tepes a seu personagem e ao título de sua obra. Drácula se tornou uma das obras mais famosas e rentáveis da história da literatura anglo-saxã. Lançada em 1901 e a mais de um século entre os livros mais vendidos da Grã-Bretanha, a obra de Stoker conta a história de um corretor de imóveis, Jonathan Harker, que viaja à Transilvânia para vender a um conde local uma propriedade na Inglaterra. O conde, chamado Drácula, é um sujeito demasiado estranho, pois pode andar pelas paredes como uma aranha, dorme dentro de um caixão, não se reflete em espelhos e possui três concubinas vampírescas trancadas em seu castelo.

Após a terrível estada de Harker no castelo do Conde, este se muda para a Inglaterra, onde começa a atacar a noiva do corretor de imóveis e sua amiga, sugando-lhes o sangue. Para vencê-lo, Harker e alguns de seus amigos chamam à Inglaterra um certo Doutor Van Helsing, que, após certificar-se que se trata de um vampiro, reúne as armas certas e os ajuda a localizarem e eliminarem o conde Drácula.

A obra de Stoker, contada sob forma de documentos dos personagens, como cartas, diários e recortes de jornal, diz muito pouco sobre o personagem-título. Drácula aparece na primeira parte do livro e deixa de aparecer na ação em quase todo o resto da obra, sendo apenas mencionado ou sugerido pelos outros personagens ou sendo visto de relance, andando de carruagem ou passeando pela rua. Na primeira parte do romance, no entanto, o Drácula de Stoker faz a única menção ao seu passado, sugerindo que teria sido Vlad Tepes, ou pelo menos um de seus descendentes.

Na Romênia atual, Drácula é um herói nacional, com direito a selo postal e estátua em praças, no entanto, podemos apenas especular sobre o que teria acontecido ao voivoda Vlad Tepes se seus inimigos não tivessem impresso, com o intuito de difamá-lo, panfletos sobre o déspota vampírico Vlad Drácula. Sem estes panfletos, e, conseqüentemente sem o Drácula de Stoker, Vlad Tepes poderia ter se tornado uma figura minimamente conhecida da história, fora do Leste Europeu, como a Condessa Bhátory e Ivan, o Terrível, ou mesmo uma figura quase completamente ignorada, fora de seu país de origem, como Mihnea, o Mau e Vlad, o Profanador.

Na tentativa de extinguir seu prestígio e difamar sua imagem, os inimigos de Vlad o tornaram, sem querer, uma das mais conhecidas e famosas figuras do cultura mundial. Na tentativa de matá-lo, seus inimigos germânicos o tornaram imortal.

Referências Bibliográficas:

ANDREESCU, Stefan. *Vlad Tepes (Dracula): Intre Legenda si Adevar Istoric*. Bucuresti: Editura Minerva, 1976.

BUICAN, Denis. *Avatarurile lui Dracula: de la Vlad Tepes la Stalin si Ceausescu*. Bucuresti: Scripta, 1993.

DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, Uma cidade sitiada..* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIACONU, Constantin .A. *Anti-Dracula Citadela Ciortea-Istrita*. Bucuresti: Asociatia de Istorie Comparativã a Institutiilor si Dreptului, 1995.

DUBY, Georges. *Ano 1000, Ano 2000: Na Pista de Nossos Medos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva SA, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Razão, Possessão, Derrisão: Três facetas das práticas divinatórias entre os romanos. *Clássica*. São Paulo, 4 (4): 135-144, 1991.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KLUGER, Rivkah Schärf. *O Significado Arquetípico de Gilgamesh, Um moderno herói antigo*. São Paulo: Paulus, 1999.

KING, Stephen. *Dança Macabra: O fenômeno do horror no cinema, na literatura, na televisão dissecado pelo mestre do gênero*. São Paulo: Planeta DeAgostini, 2004.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1984.

_____. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.

_____. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.

LOPES, Reinaldo José. Enigmas Históricas: O Filho do Dragão. *Aventuras na História (Superinteressante)*. São Paulo: Ed.6: 34-39, Fevereiro 2004.

LURKER, Manfred. *Dicionário dos Deuses e Demônios*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MATEI, Mircea D.; CÂRCIUMARU, Radu. Vlad Tepes Si Stefan Cel Mare Prieteni Sau Dusmani Intr-un ev Mediu Intunecat? In. MATEI & CÂRCIUMARU. *Studii Noi Despre Probleme Vechi: din istoria evului mediu românesc*. Târgoviste: Editura Cetatea de Scaun, 2004.

MCNALLY, Raymond T.; FLORESCU, Radu. *Em Busca de Drácula e Outros Vampiros*. São Paulo: Mercuryo, 1995.

MERSEY, Daniel. *Guerreiros Lendários: Grandes Heróis Mitológicos e Reais*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MILLER, Elizabeth. A Dracula Handbook. Capturado: http://www2.xlibris.com/bookstore/book_excerpt.asp?bookid=27522&page=1 28/10/05

MORÁS, Antonio. *Os Entes Sobrenaturais na Idade Média: Imaginário, Representações e Ordenamento Social*. São Paulo: Annablume, 2001.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no Imaginário Cristão*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

OTETEA, Andrei. *The History of the Romanian People*. Bucharest: Scientific Publishing House, 1970.

PALOMBA, Arturo Guido. *Tratado de Psiquiatria Forense Civil e Penal*. São Paulo: Atheneu, 2003

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *Guerra e Guerreiros na Idade Média*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SCHMIDT, Frieder. Do Pergaminho ao Papel. *Scientific American (História): A Ciência na Idade Média*. São Paulo: Nº1: 90-93, s.d.

SELIGMANN, Kurt. *Magia, Sobrenatural e Religião*. Lisboa: Edições 70, 1948.

STAVARUS, Ion. *Povorestiri Medievale Despre Vlad Tepes-Draculea: Studiu critic si antologie*. Bucuresti: Editura Univers, 1978.

STOIAN, Emil. *Vlad Tepes: mit si realitate istorica*. Bucuresti: Editura Albatros, 1989. (Memoria Pamintului Romanesc)

STOICESCU, Nicolae. *Vlad Tepes*. Bucuresti: Editura Academiei Republicii Socialiste Romania, 1976.

TABORDA, José G. V.; CHALUB, Miguel; ABDALLA-FILHO, Elias (org). *Psiquiatria Forense*. Porto Alegre: Artemed, 2004.

TEOTEOI, Tudor; STEFANESCU, Stefan; MURESANU, Camil. *Istoria Romanilor*. Vol. IV de la universalitatea crestina catre europa "patriilor". Academia Romana sectia de stiinte istorice si arheologie. Bucuresti: Editura Enciclopedica, 2001.

TODERASCU, Ion. *Unitatea Romanesca Medievala*. Bucuresti: Editura Stiintifica si Enciclopedica, 1988.

TREPTOW, Kurt W. *Dracula: Essays on the Life and Times of Vlad Tepes*. The Roumanians in World History (Vol. V2) Iasi: Series coordinated by GH. Buzatu (ed.) East European Monographs, no. CCCXXIII, 1991.

TWISS, Miranda. *Os Mais Perversos da História*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

O HARLEM ESPANHOL COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DA NOVA LATINIDADE EM *CHANGO'S FIRE*, DE ERNESTO QUIÑONEZ

Jane Brodbeck¹

RESUMO

A produção literária da mais nova geração de autores latinos situa-se numa América fragilizada pelas distorções decorrentes da economia da era Clinton e pela xenofobia pós 11/9. As relações entre caucasianos de origem puritana e moradores do Harlem espanhol, sinalizam conflitos que indicam uma resistência da parte dos latinos, através de seus costumes, crenças religiosas e estilos de vida. Além disso, os imigrantes latinos se deparam com a ameaça de um outro tipo de colonialismo pós-moderno representado pelas grandes redes de lojas que invadem o espaço mítico de *El Barrio* e pela presença dos brancos pertencentes à classe média. Ao focalizar a tensão entre o local (Harlem espanhol) e o global (a cidade de Nova Iorque), pretendo discutir novas formas de se pensar a identidade latina, sob a perspectiva de um autor criado no Harlem, e descendente de pai equatoriano e mãe porto-riquenha.

Palavras-chave: Literatura hispânica, Ernesto Quiñonez, *Chango's Fire*

ABSTRACT

The literary production of the new generation of Latino writers emerges in the America weakened by the distortions produced by Clinton's economy and the 9/11 xenophobic reactions. The relations between Caucasian of Puritan origin and dwellers of the Spanish Harlem focus on conflicts that indicate resistance on the part of the Latinos through their customs, religious beliefs and life styles. Besides, Latino immigrants face the threat of another type of post-modern colonialism represented by the big chain stores that invade the mythic space of *El Barrio* and by the middle-class whites. By analyzing the tension between the local (Spanish Harlem) and the global (NYC), I intend to discuss new ways to think the Latino identity under the perspective of an author raised in the Harlem, and descendant of Ecuadorian father and Puerto Rican mother.

Key-words: Latino literature, Ernesto Quiñonez, *Chango's Fire*

O espaço no romance de Ernesto Quiñonez representa um microcosmo das relações de poder a que são submetidos os indivíduos dos países de condição subalterna, mais precisamente, os da América Central frente à potência econômica estadunidense. O Harlem espanhol, também conhecido como *El Barrio*, abriga uma comunidade hispânica das pequenas ilhas localizadas no

¹ ULBRA- Doutorado em Letras

Caribe tais como Porto Rico, República Dominicana e Cuba. Esses grupos de origem étnica similar, mas com características diferenciadas estabeleceram-se no bairro a partir da década de quarenta, com a chegada dos porto-riquenhos que ocuparam o lado leste das ruas 96 até a 125. As condições de trabalho dessa primeira geração de porto-riquenhos eram àquelas que nenhum cidadão americano desejava fazer tais como lavar pratos em hotéis e restaurantes, limpar urinóis nos hospitais, fazer a manutenção nos edifícios, trabalhar na linha de montagem das fábricas, dirigir táxis sem licença para circular, ser proprietário de bodegas, etc. Dessa forma, apesar do número expressivo de porto-riquenhos, a comunidade hispânica ainda era invisível para a sociedade anglo-saxônica (GONZALEZ, 2000: 90)².

A segunda geração, entretanto, constituía-se dos filhos dos migrantes que freqüentavam escolas públicas numa sociedade segregada pelos grupos raciais, que, na década de cinquenta implicava duas raças, a branca e a negra (GONZALEZ, 2000: 90). Os latinos não se enquadravam em nenhum dos grupos, sendo que a imagem veiculada por Hollywood apresentava-os como selvagens, violentos e viciados em drogas (GONZALEZ, 2000: 90). A assimilação desses jovens foi total, tornando-se imperativo falar somente inglês bem como aprender a cultura e a história dos Estados Unidos, em detrimento da cultura, história e língua nacional. A terceira geração, por sua vez, compõe-se de jovens das décadas de oitenta e noventa, que cresceram numa sociedade com graves problemas sociais tais como o desemprego, escolas de qualidade inferior, serviços sociais precários, além das drogas e da violência. Esses jovens cresceram sem uma identidade cultural, tornando-se, conforme, Gonzalez (2000:95) numa geração perdida.

Essa breve introdução histórica serve não apenas para situar a questão dos latinos em Nova Iorque, mas também para direcionar o foco do presente ensaio, que trata da construção da identidade latina no espaço restrito denominado de Harlem espanhol ou *El Barrio* e que serve como território onde circulam os personagens ficcionais criados por Ernesto Quiñonez, em seu romance *Chango's Fire* (2004). Com o intuito de melhor fundamentar a análise do referido romance, não se pode prescindir da conceituação teórica de alguns autores como Stuart Hall e Néstor García Canclini no que se refere à construção da identidade cultural contemporânea e a influência da economia globalizada sobre as comunidades excluídas do sistema capitalista

² Todos os textos em inglês e espanhol foram traduzidos para o português pela autora do presente trabalho.

dominado pelas grandes corporações. Além desses conceitos, torna-se imprescindível uma rápida retomada da política utilizada pelo governo Clinton na década de noventa com o intuito de “restaurar” o Harlem espanhol.

De acordo com Stuart Hall, “*Os fluxos culturais*, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de ‘identidades partilhadas’[...] entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo” (HALL, 2002: 74). Com a veiculação de propagandas de bens de consumo através dos vários meios de comunicação, os países do Terceiro Mundo são bombardeados diariamente com a imagem que os cidadãos de países ricos são todos bonitos, ricos e felizes. O *American way of life* torna-se, portanto, uma meta a ser conquistada, levando milhares de migrantes da região do Caribe a enfrentar uma verdadeira odisséia para melhorarem a sua condição de vida.

Impulsionadas pela pobreza, pela seca, pela fome, pelo subdesenvolvimento econômico e por colheitas fracassadas, pela guerra civil e pelos distúrbios políticos, pelo conflito regional e pelas mudanças arbitrárias de regimes políticos, pela dívida externa acumulada de seus governos para com os bancos ocidentais, as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na ‘mensagem’ do consumismo global e se mudam para os locais de onde vem os ‘bens’ e onde as chances de sobrevivência são maiores. (HALL, 2002: 81).

Por sua vez, o movimento diaspórico desses grupos migrantes traz como conseqüências, mudanças significativas, quanto ao modo como os indivíduos de uma cultura estrangeira (Latinos) interagem no novo espaço (Nova Iorque), fazendo com que a questão da identidade se constitua a partir de alicerces híbridos. Nas gerações de porto-riquenhos analisadas anteriormente, verifica-se uma assimilação de certos costumes do país para o qual migraram, criando-se situações que produzem uma identidade que se constrói a cada dia. Ainda conforme Hall (2003: 433), em seu tratado sobre a diáspora, o mesmo afirma que: “[...] cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos que viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades”.

Em seus comentários a respeito da globalização, Néstor García Canclini (2000:109), ao referir-se às fórmulas adotadas por certos países para tentar resolver as diferenças, questiona a ausência em língua inglesa da palavra “mestizo”, o que indica, segundo Canclini, uma essencialização quanto à identidade:

[...] a heterogeneidade multicultural é concebida como separatismo e dispersão entre grupos étnicos para os quais o pertencimento comunitário se tornou a principal garantia dos direitos individuais. Pensa-se e age-se como membro de uma minoria (afro-americano, *chicano* ou porto-riquenho) [...] (CANCLINI, 2000: 190-110).

No caso específico do romance de Quiñonez, podemos perceber que *El Barrio* constitui-se num espaço em que o próprio conceito de multiculturalismo é questionado, quando os moradores oriundos de países da América Central, em sua maioria, defrontam-se em pleno século XXI, com políticas adotadas pela administração pública no intuito de recuperar os prédios que se encontram em condição de abandono. A partir, portanto, da legislação apresentada no Congresso dos EUA, em 1994, por Charles Rangel, chamada de *Upper Manhattan Empowerment Zone* (EZ) visando “estimular a produção de produtos culturais e serviços com o intuito de atrair um público maior, incentivar a criação de empregos e estimular a economia do Turismo em Upper Manhattan” propõe-se “preservar o ‘caráter diferenciado’ dos bairros[...]” (DÁVILA, 2004: 97). Na verdade, o que se verificou foi um processo de *gentrification*³, justificando a demolição de prédios abandonados ou alugados pela grande maioria de famílias latinas que se viram, de uma hora pra outra, sem terem onde morar devido à valorização dos imóveis naquela área.

Baseando-se nessas questões, Ernesto Quiñonez constrói seus personagens, tendo como cenário a Nova Iorque do século XXI, a “megalópole global” constituída de “uma mescla multicultural de populações nacionais e estrangeiras” (CANCLINI, 2000: 166), uma cidade que abriga diversos grupos étnicos tais como os latinos do *El Barrio*. O narrador e protagonista, Julio Santana, dirige-se ao leitor na primeira página, descrevendo a casa que ele foi incumbido de queimar; uma atividade criminosa muito conhecida dos moradores do Harlem Espanhol, nas décadas de cinquenta e sessenta, quando o aumento do fluxo de porto-riquenhos ocasionou a retirada de italianos, judeus e proprietários de imóveis irlandeses, que “testemunharam a mudança efetuada no bairro para uma cor mais amarronzada” (QUIÑONEZ, 2004, p.6).

Através de sucessivos incêndios, a política de melhoramento do bairro cede lugar às grandes cadeias de lojas americanas como Gap, Starbucks, Blockbuster Vídeo, Old Navy, que espelham a nova tendência do mercado globalizado atrelada ao processo de homogeneização, tornando todas as megalópoles semelhantes, contribuindo para uma falsa familiaridade que o turista, por ventura, venha a sentir. Para Julio, as memórias de infância de uma Nova Iorque então

³ Reconstrução.

suja e falida perpetuaram-se a tal ponto que as mudanças ocorridas ao longo das décadas jamais suplantaram a visão que ele tinha das luzes brilhando (QUIÑONEZ, 2004: 12-13).

O prédio em que Julio mora com seus pais, imigrantes de Puerto Rico, constitui-se numa espécie de microcosmo das mudanças ocorridas no *El Barrio*. Uma de suas vizinhas é uma moça branca, chamada Helen, nascida em Wisconsin, que, conforme a mesma: “se você não for da região, eles não olham para você da mesma maneira. Você pode ser tão branco quanto o Grande Dragão⁴, mas isso não importa, um estranho na cidade é sempre um estranho” (QUIÑONEZ, 2004: 49). A metáfora do *melting pot*, conforme Canclini (2000:109), “implica purificação e destilação”, revelando traços ainda entranhados no imaginário da população branca, anglo-saxônica e protestante que vê na aproximação do Outro um símbolo permanente de medo e repulsa. Por sua vez, Helen também sente a hostilidade da comunidade latina quando uma mulher grita para ela ir embora do bairro.

Se, por um lado, o bairro hispânico sofre as conseqüências do processo de globalização nas ruas de *El Barrio* que Julio não consegue mais reconhecer: “A quem pertencem essas ruas?” (QUIÑONEZ: 246), ao mesmo tempo, a comunidade hispânica se insurge contra a presença dos brancos no Harlem hispânico. Na noite de inauguração da galeria de arte de Helen, Julio se depara com um grupo de ativistas latinos que protestam contra a invasão da classe média branca no bairro, pedindo que: “Renovem os prédios, mas não as pessoas!” (QUIÑONEZ: 246). De certa forma, a atitude hostil dos moradores hispânicos torna-se um ato de resistência, de garantia do seu espaço de tal forma que o soneto de Emma Lazarus, um hino de boas vindas aos imigrantes do século XIX, cujos versos estão inscritos na base da Estátua da Liberdade: “Venham a mim os exaustos, os pobres, as massas confusas ansiando por respirar liberdade” são parodiados pelo narrador em versos que representam a verdadeira face da América pós-onze de setembro: “Dai-me os seus fatigados. Os seus pobres. *Mas não na minha vizinhança. Não no meu subúrbio. Não no meu prédio*” (QUIÑONEZ: 16, grifo da autora).

No romance de Quiñonez, os porto-riquenhos, dominicanos e cubanos que circulam pelo bairro dividem o espaço com uma classe média branca que, na década de setenta e oitenta, queimava os seus prédios no Harlem hispânico devido à desvalorização imobiliária, criando casas populares para os moradores hispânicos, não no sentido de alojá-los, conforme observa Julio, mas

⁴ Grand Dragon (no original) refere-se ao líder regional ou estadual da Ku Klux Klan

para colocá-los em reservas semelhante aos indígenas no século XIX. O contraste entre passado e presente, que se torna visível através das mudanças arquitetônicas e dos novos moradores no Harlem hispânico, demonstra o final de uma era em que os imigrantes acreditavam no sonho americano, que o bairro hispânico, como nos informa o narrador, era um trampolim para o sucesso dos holandeses, judeus, irlandeses e italianos; para os latinos que vieram mais tarde, um bairro mágico em que as famílias sonhavam com um futuro melhor para seus filhos e filhas, algo impensável no Harlem da década de 90.

As relações que se estabelecem no espaço circunscrito de *El Barrio* refletem uma dicotomia entre uma comunidade étnica guetoizada, com crenças religiosas originárias do Caribe como a santería⁵, cujo “babalawo” é Papelito, “preto como piche, sem nenhum traço de sangue espanhol em sua origem”, um homem que “pode matar com orações” (QUIÑONEZ: 33) e a América anglo-saxônica, protestante, refratária às formas de manifestação religiosa herdadas dos africanos, com rituais e oferendas em altares coloridos, praticados pelos Babalawôs (como Papelito) que as mulheres do bairro hispânico procuram com frequência para resolverem os seus problemas amorosos e familiares. Se “para os protestantes evangélicos, em especial, os Pentecostais, a Santería é um culto demoníaco, uma forma de bruxaria” (DE LA TORRE, 2004:10), a santería, conforme o narrador é “uma religião nascida da necessidade de sobrevivência, de diversidade, de cor e mágica” (QUIÑONEZ: 76).

Nos bairros latinos onde vivem pessoas de origem caribenha, as botânicas que se encontram praticamente em todas as ruas de comércio, existem como uma oposição aos costumes europeus. [...] um santeiro pode adivinhar o futuro, machucar ou matar um inimigo, encantar um amante, curar os doentes. (SHORRIS, 2001:19-20).

A trajetória do narrador assemelha-se a um rito de iniciação; ao abandonar a sua atividade criminosa de incendiário, Julio encontra na Santería a missão que Papelito havia profetizado numa conversa com Manny, um santeiro que vivia no Brooklyn e que se torna o seu líder espiritual no processo de transformação de Julio. “Xangô iria me revelar o significado das suas histórias, mas somente se eu trabalhasse na adoração do Orixá. Se eu realizasse os rituais corretamente, Xangô me levaria a conhecer os caminhos de um deus” (QUIÑONEZ: 271).

⁵ Santería (literalmente, caminhos dos santos - os termos preferidos entre praticantes incluem Lukumi e Regla de Ocha) é um conjunto de sistemas religiosos relacionados que funde crenças católicas com a religião tradicional Iorubá, praticada por escravos e seus descendentes em Cuba, no Brasil (onde o candomblé apresenta semelhanças com a santería), em Porto Rico, na República Dominicana, no Panamá e em centros de população latino-americana nos Estados Unidos como Florida, Nova York, e Califórnia. Disponível em Wikipedia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santería>. Acesso em 20ago2007.

Através da narrativa de cunho autoetnográfico, Julio contrapõe a sua versão da religião praticada pela comunidade latina à visão preconceituosa dos etnógrafos europeus a respeito da santería afro-cubana que, de acordo com Steven Gregory (1999: 6), “foi depreciada pelos espanhóis brancos em Cuba e pela elite *creole* (nascida na ilha) como uma força bárbara, anti-social que deveria ser eliminada no interesse do progresso nacional”. Ao aceitar a missão que Papelito lhe havia confiado, Julio personifica a nova geração de santeiros latinos, o que atesta a conservação de tradições locais (Caribe) num ambiente globalizado (Nova Iorque), além do hibridismo representado pela dualidade de Xangô (orixá) e Santa Bárbara (santa católica), dando continuidade ao sincretismo religioso proveniente do contato da religião africana Ioruba e o catolicismo ibérico na região do Caribe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANCLINI, Nestor García. *La globalización imaginada*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- DÁVILA, Arlene. *Barrio Dreams*. Puerto Ricans, Latinos, and the Neoliberal City. Berkeley: University of California Press, 2004.
- DE LA TORRE, Miguel A. *Santería: The Beliefs and Rituals of a Growing Religion in America*. Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing, 2004.
- GONZALEZ, Juan. *Harvest of Empire*. A History of Latinos in America. New York: Penguin, 2000.
- GREGORY, Steven. *Santería in New York City: A Study in Cultural Resistance*. New York: Routledge, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- QUÍÑONEZ, Ernesto. *Chango's Fire*. New York: HarperCollins Publishers, 2004.
- SHORRIS, Earl. *Latinos*. A Biography of the People. New York: Norton, 2001.

MEMÓRIA, ORALIDADE E IMAGEM.

Rosemary Fritsch Brum*

In my text I would like to explore the paper of orality and the image lecture's in the brazilians artists in situation of interview as a dramatic performance. This moment is when the subjective dimension of social and of artistic experience would be the appropriation for these biography : art and life in relationship between the artist and the audience. In the contemporary discourse the movement of the virtuality image can be approached in many different ways, because isn't only memory and orality: is the text and context technology of production and dissemination.

Vocidade-performance-entrevista

O objetivo desse trabalho é explorar o papel da oralidade e da leitura da imagem de artistas brasileiros na situação de entrevista, entendida aqui como uma performance dramática. Esse é o momento no qual a dimensão subjetiva do social e da experiência artística pode ser apropriada por essa biografia: arte e vida em relação entre o artista e a audiência. No discurso contemporâneo o movimento da imagem virtual pode ser apropriado nas mais distintas maneiras, porque não é apenas memória e oralidade: é o texto e o contexto tecnológico da produção e disseminação.

Os artistas visuais e performáticos trabalham com meios (formas de expressão e mídias) que ultrapassam a linguagem.

* UFRGS/IFCH/NPH. Doutora em História, Especialista em Filosofia da Linguagem.

Sugere-se que os problemas da biografia que se utiliza da técnica da história oral sobre movimentos culturais decorrem da utilização de meios que inserem várias formas expressivas em um circuito de comunicação múltiplo (cinema, vídeo-documentário, etc).

A história oral, a coleta de narrativas e a produção de fontes orais recolocam o problema: em que medida a extensão do ato comunicativo que depende da performance da voz, do gesto, pode ser posta a serviço da relação das palavras com tais circuitos de significados, uma vez que compreendem novas ações e novos objetos relativos à memória.

A presente reflexão surgiu de uma trajetória de exercício ortodoxo da história oral, mas que foi fragmentando-se em dúvidas ao longo das experiências. E que culminou nesse ano, numa situação de avaliação acadêmica. A proposta continha biografia, história oral temática e de vida, em duplo registro, o da escrita e o imagético, com o artista entrevistado. No caso, tratava-se da experiência teatral, pelos seus narradores, principalmente a do Teatro Exercício, de Goiás, nos anos 70 em diante, através da figura de Hugo Zorzetti, com entrevista em vídeo com o próprio. Restaram temas para a reflexão dessa modalidade de apresentação acadêmica. Algumas estão delineadas a seguir.

Primeiramente a questão da dialogicidade entre os termos da comunicação. Não se pode mais fugir às evidências de que essa proposta biográfica que associa texto escrito ao visual será mais freqüente, daqui para frente. Não se sabe se em algumas áreas o texto não se tornará obsoleto, em favor...da oralidade! É interessante radicalizar para ter-se uma perspectiva mais imaginativa sobre os novos tempos.

Vive-se o absoluto domínio da imagem, mas na esteira, ressurge a oralidade. Por exemplo: quando se tinha apenas a entrevista, antes da popularização das tecnologias imagéticas e a sua valorização como instrumento de pesquisa, transcrevia-se o material a depender da orientação teórico-metodológica-diria epistemológica - do pesquisador/escritor. Algumas décadas foram utilizadas nessa discussão, desde que a história oral foi impondo-se como técnica, para alguns, metodologia, para outros.

Platão e Aristóteles já antecipavam os principais problemas da linguagem quando ela se faz escrita. Heródoto, Tucídides, por seu turno, estabeleciam os princípios de veracidade entre as narrativas orais, o valor da testemunha e o estilo na escrita ao qual MORE (GINSBURG, 2004, p.26), apreciava subverter “preferirei dizer coisas que não são verdadeiras a mentir, porque me é mais caro ser honesto que ser sábio”. Enfim, o passado da questão é nobre.

Para plantar no presente, ZUNTHOR (1993) propõe o que pode ser uma saída temporária ao menos para uma face do problema: substituir noção de oralidade por vocalidade, o que é reconhecer a dimensão corporal da seqüência lingüística, ou seja, a voz integrada ao gestual e expressão do corpo. BAKHTIN(1992) sabia o que fazia quando demonstrou como a relação entre o corpo e o discurso, principalmente quando escrito, cria a defasagem de sentido. Quando o texto aparece, desaparece o corpo, aquele que deu a origem. Não por nada preocupou-se tanto com a entonação, o corpo e o texto poético, sugeriu a noção de prolongamento, no espaço dialógico do acordo (ou do desacordo) ente o corpo e a voz transformada ou sacrificada, ao discurso, conforme entenda-se a questão.

Uma série de outras questões aqui é antecipada, aproveitando o espaço de discussão. Uma boa história contada tem um enredo, voltando-se a Aristóteles. Seguidamente em momentos de em que a narrativa alcança uma associação dos acontecimentos com uma transformação ao nível do tema, o entrevistado é afetado. No caso do ator Hugo, apoiava-se no braço da cadeira, fazia um movimento para trás e para frente e retomava sua narrativa. É sensato deduzir que esse contínuo recuar-avançar, como ato registrado na memória corporal, expressasse um certo sofrimento psíquico de um porta-voz e testemunha de geração? Hugo ao projetar o corpo para frente, como se fosse buscar um sopro de coragem – ou alívio- para narrar, terá contado sua história várias vezes, mas a reserva emocional está lá, estocada.

Ao ser entrevistado, o ator produziu uma narrativa através da linguagem oral, transformou sua experiência dos eventos do passado, numa síntese compreensível, e seus gestos atuaram sublinhando tudo isso. O “tomar o fôlego” para falar foi o silêncio e a vocidade, a modulação que acompanhou a narrativa, que conferiu o clima para a ação recontada.

Estará o historiador preparado para entender uma situação de entrevista como um fenômeno performativo, é de perguntar-se. Talvez a resposta inicie por ZUMTHOR, entendendo-se que a imagem que uma câmera de fotografia, vídeo, filme, celular, etc, persegue apenas e totalmente, o *momentum* da passagem, da transmissão, da intervocalidade corpóreo-sinestésica entre atuante e platéia, na gesta e na fixação do fato e do texto cultural. Esse momentum guarda alguma relação com a memória do vivido - no caso da biografia de artistas como o exemplo citado. Da narração da experiência como um todo, resta algum significado que pode ser

intraduzível e sim enunciado por um corpo que está presente. Resta que a imagem alcance o impossível, o reflexo absoluto. E isso já é outra discussão.

BAKTHINE, Mikhail. **Esthétique de la création verbale**. Paris: Galimard, NFR, 1984. (Bibliothèque des idées)

DALLAGO, Saulo Germano. **A palavra e o ato**: memórias teatrais em Goiânia. 2007. Dissertação (Mestrado)-, Mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

GINSBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha**. Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In **Revista Brasileira de História**. O ofício do historiador. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 23n. 45, 2003. pp.11-36.

SMITH, Richard Cândida. Circuitos de subjetividade: história oral e objeto de arte. In **Estudos Históricos**. Arte e História. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 30, 2002. pp.76-90.

SIMON, Josef. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: edições 70, 1990. (Círculo da Filosofia).

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPIRITISMO NA NOVA CAPITAL DE GOIÁS

Victor Creti Bruzadelli*

Resumo:

O espiritismo se autodefine como um uma religião, que abriga, ainda, aspectos científicos e filosóficos, formando uma tríade coesa buscando a “evolução espiritual” através de diversas encarnações. Essa religião nasce na França do séc. XIX e, nos séculos seguintes, se expande por todo o mundo e, principalmente, pelo Brasil, que receberá o título de “Capital do espiritismo”, por ser o país com o maior número de adeptos dessa religião no mundo. Com a construção da nova capital de Goiás, busca-se um novo jeito de ser moderno, incluindo, muitas vezes, novos hábitos religiosos; dentre eles o espiritismo. Daí essa doutrina alcançar, já no início de Goiânia, um grande número de adeptos. O presente trabalho busca demonstrar como a comunidade espírita se organiza na nova capital para se transformar numa sociedade organizada, buscando sua expansão e passando a ser “vista com bons olhos” pelas demais agremiações religiosas.

Palavras-chave: espiritismo, Goiânia, religiosidades.

Abstract:

Spiritism defines itself as an eclectic doctrine which embraces religion with science and philosophy in many aspects, creating a trinity of believes that search the "spiritual evolution" through the many human incarnations. That religion was born on the 19th century's France, spreading around the world in the 20th century, when it came to Brazil, country which will be recognized as "Spiritism's Capital", beeing the region with the greatest concentration of spiritism's adepts. The new capital of the brazilian state of Goiás is planned to make up an modern way to be, including totally new habits and new religious points-of-view. That is the cause of the numerous adepts found by the spiritism in the begining of Goiânia. Our research investigates how spiritism as a community is organized in the new capital to become a structured society, expanding itself and beeing accept in equal mode by another religious communities.

Keywords: spiritism, Goiânia, religiosity.

* Universidade Federal de Goiás, Graduando em História, Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC.

O espiritismo é uma doutrina religiosa surgida na França do século XIX, tendo como “codificador” o pedagogo positivista Hippolyte Léon Denizard Rivail, que mais tarde adotaria o pseudônimo de Allan Kardec para diferenciar suas obras pedagógicas de suas obras espíritas. Em abril de 1857 é lançada a pedra fundamental da doutrina com a publicação de “O Livro dos Espíritos”, uma espécie de manual composto por perguntas e respostas colhidas por vários médiuns. Um caráter bastante interessante é que o espiritismo, além de se declarar religião, se entende também como filosofia e ciência. Aqui podemos perceber fortemente a influência do pensamento de Auguste Comte, devido a estes serem estágios pelos quais, segundo o pai do positivismo, o homem passaria para conquistar uma etapa definitiva (para Kardec, a evolução espiritual plena). Essa tríade busca explicar que o homem deve passar por várias “encarnações” (vidas sucessivas) num com o objetivo de se tornar mais evoluído e alcançar o Reino de Deus, representando, assim, uma nova perspectiva do cristianismo, porém, divergente das anteriores, quais sejam, o catolicismo e protestantismo, no que se refere aos dogmas do castigo eterno no inferno ou à conquista de uma beática vida no paraíso.

É interessante ressaltar que vários estudiosos e cientistas do século XIX dedicaram-se ao estudo do espiritismo, realizando inclusive pesquisas a partir do método de investigação científica, da experimentação. Dentre os filósofos destacam-se o francês Leon Dennis e o italiano Ernesto Bozzano; entre os cientistas franceses destaca-se, Cammile Flamarion, astrônomo; o químico e Prêmio Nobel inglês Willian Crockes; o também, inglês Arthur Conan Doyle, médico e escritor, autor do famoso Sherlock Holmes; o inglês Paul Gibier, discípulo de Pasteur, que foi diretor do Instituto Bacteriológico (hoje Instituto Pasteur) de Nova Iorque, membro da Academia de Ciências de Nova Iorque e da Sociedade Psíquicas de Londres.

Ainda no final do século XIX o espiritismo alcança adeptos no Brasil. Graças a importantes médiuns e expoentes do espiritismo, como o médico e político Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, o professor Eurípedes Barsanulfo e Rui Barbosa, essa religião atinge um maior número de adeptos nas terras brasileiras, que receberá o título de “capital do espiritismo”, também conhecido como Coração do Mundo ou Pátria do Evangelho, termos tirados de um livro de Humberto de Campos, escritor maranhense detentor da categoria de imortal da Academia Brasileira de Letras, psicografado pelo médium Chico Xavier. O livro

“Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” busca construir um mito de fundação para o Brasil, tornando-o o novo “berço” para onde será transportada a “árvore do Evangelho de Jesus” (XAVIER, 1977).

A construção da cidade de Goiânia, e conseqüentemente a transferência da Capital, são processos decorrentes de um complexo contexto histórico, talhado nas fontes do urbanismo moderno das utopias de uma sociedade gestada nas idéias européias dos séculos XVIII e XIX, como o Iluminismo e o Cientificismo. A crença no modernismo e na modernidade, decorrentes da economia industrializada, da burguesia capitalista, do cientificismo e seus outros tantos ideários modernos, como propriedade privada e democracia, tornaram-se quase dogmas. Isto desencadeou uma espantosa onda de movimentos modernistas, desde a segunda metade do século XIX, em todo o mundo ocidental.

A modernidade, segundo Marshall Berman,

é um conjunto de experiências vitais que são compartilhadas por todos em todo o mundo. Esta promete a ventura, o poder, a alegria, o crescimento e a transformação das coisas, mas ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos e o que somos... Ela nos despeja a todos num turbilhão de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústias. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse K. Marx: “tudo que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 1996).

É o que se percebe ao estudar o sentimento da população da antiga Capital, quando do início da proposta da mudança a partir da construção de uma cidade planejada e moderna. Essa insegurança frente à modernidade faz com que muitos cidadãos goianos resistam e manifestem-se contrários à construção e transferência da capital.

É nesse contexto que deve ser analisada a meta principal de Pedro Ludovico Teixeira, que teve o intuito de transformar uma sociedade ligada a estruturas políticas, econômicas e sociais de raízes aristocrático-escravocratas, fundiárias e, portanto, conservadoras, que se mantinha no mecanismo do famoso pacto coronelístico dos favores e clientelismos.

No dia 18 de março de 1933 o governador do Estado de Goiás, Pedro Ludovico, publica o decreto nº. 3.359, pelo qual se demarca a área designada para a construção da nova capital do Estado. Neste mesmo decreto fica imposta a distribuição de áreas para edificação de obras específicas, como prédios da administração pública, escolas, templos religiosos e outros. Mas deste último tipo de edificação a única que o Estado se preocupa em

manter é a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Campinas, na qual os católicos professavam sua fé (essa Igreja se encontra atualmente demolida).

E os templos destinados às outras religiões? Segundo vários estudiosos do tema, o espaço para prédios não-católicos não foi prioridade, nem sequer foi citada a necessidade dessas construções nos projetos urbanísticos de Atílio Corrêa Lima e Armando Godoy, os dois primeiros urbanistas responsáveis pela estruturação da nova capital.

Essa despreocupação com o espaço dedicado aos cultos não-católicos poderia ser entendida como um indício da inexpressividade do espiritismo kardecista e de outras religiões no território goiano, mas não é o que apontam os dados colhidos na pesquisa. As primeiras notícias que se têm sobre o espiritismo em Goiás remontam ainda ao séc. XIX, com um grupo de senhoras da antiga capital que se reuniam junto a um Frei dominicano, D. Raimundo Maimoré, para as primeiras sessões experimentais em suas casas (GUILARDUCCI, 2003). Já a primeira entidade espírita juridicamente regulamentada data de 1924, chamando-se Centro Espírita “Amigo dos Sofredores”, na antiga capital do Estado, casa que enfrentou por diversas vezes a hostilidade da sociedade vilaboense e outros segmentos religiosos da cidade (CASTRO, 1995).

Outro fato interessante do espiritismo kardecista em Goiás é a fundação do Centro Espírita “Luz da Verdade”, na região rural do Estado, que dará início ao primeiro Município espírita do mundo, Palmelo. Diferentemente de qualquer outra cidade, Palmelo surge em decorrência às atividades de um grupo espírita (PAES, 1992).

Já na cidade de Goiânia, o primeiro Centro Espírita data de 8 de maio de 1938 recebendo o nome do mesmo grupo familiar que estudava os preceitos kardecquianos, “Estudantes do Evangelho”. Já nesse período, a casa se preocupa em colocar em prática os estudos das bases científicas, filosóficas e religiosas do espiritismo e, principalmente, a prática da caridade, um dos ideais espíritas para a “salvação”. Outro Centro de bastante expressão entre as casas espíritas do início da nova capital é a Agremiação “Dr. Adolfo Bezerra de Menezes”, fundado em 15 de dezembro de 1943 (CASTRO, 1995).

Por iniciativa de João Nicolau, um dos líderes do movimento espírita, e com a doação da Gráfica Romeu, pertencente a Romeu Pelado, surge o primeiro jornal espírita de Goiás, o *Goiáz Espírita*. Esse jornal representa uma primeira iniciativa de transcender o espaço de cada Centro para a busca de uma maior organização, integração e fortalecimento do movimento perante a sociedade civil. Esse espaço servia, além de divulgar reuniões espíritas e textos referentes à doutrina, para a defesa das acusações de práticas de

“macumba” (num texto repetido em várias edições, onde se afirma que no “espiritismo não há velas” e não “se pratica o mal”) e para atacar diversas vezes outras religiões, especialmente a católica que era acusada de ser “aliada do estado”. É verdade também que em outras edições o periódico buscava uma reconciliação com a religião dominante no país, como uma que ostentava a manchete: “A Igreja faz propaganda do Espiritismo”. Para o censo de 1950, o jornal instrui aos seus leitores que se afirmem espíritas perante a pergunta de credo religioso. Como se pode perceber, esse jornal teve um caráter múltiplo, de doutrinação, informação, defesa e ataque.

As duas casas espíritas já citadas, juntamente com outras recém fundadas, como “Paz em Jesus”, “Amor, Caridade e Luz”, “Grupo Ismael”, “Amor e Caridade”, “Centro Santo Agostinho” e a “Escola Caibar Schutel” organizam a 1ª Semana Espírita de Goiânia, nos dias 21 a 27 de dezembro de 1947. Percebemos aí outra iniciativa de unificar o “movimento espírita”, iniciativa essa que já vinha acontecendo em todos os estados brasileiros, tendo a FEB (Federação Espírita Brasileira) como órgão coordenador e dirigente. Da necessidade de aglutinação de ideais surge, no dia 3 de outubro de 1950, a “União Espírita Goiana”, na já citada Agremiação “Dr. Adolfo Bezerra de Menezes”, que buscava exercer no Estado as mesmas atribuições da FEB no Brasil. Nesse mesmo ano de 1950, era criado na FEB o Conselho Federativo Nacional, que tinha por objetivo “executar, desenvolver e ampliar”, em caráter nacional, os planos da FEB. Mas a construção da União não foi de simples execução, pois foram necessárias várias “dezenas de meses de expectativa”, para que se conseguisse a aprovação de grande contingente de dirigentes de centros tanto da capital, quanto do interior do Estado. Um fato relevante é que apesar de o movimento espírita kardecista buscar se defender, através do *Goiaz Espírita*, de acusações de macumbaria, magia, entre outros, a construção da “União Espírita Goiana” está marcada pela participação de comunidades esotéricas, como o “Centro Esotérico da Comunhão do Pensamento Tatwa Jesus Cristo”, e umbandistas (que são vulgarmente tratadas por macumbaria) como o “Centro Eclético Espiritualista Tenda do Caminho”.

Em 1948 começa-se a estruturar o “Centro Eclético Espiritualista Tenda do Caminho”, organização de umbanda que se reunia na casa dos integrantes das reuniões, muitas vezes de forma escondida. Este se constituiria juridicamente e se instalaria em sua sede definitiva em 1953. Em 1962, a instituição modifica a orientação umbandista para kardecista e, por sugestão do médium Chico Xavier, também seu nome é transformado em “Irradiação Espírita Cristã”. Embora de orientação kardecista, alguns hábitos da origem

umbandista permanecem entre seus membros, dentre os quais se destaca a utilização de vestuário branco pelos médiuns da casa, durante as sessões.

Uma nova sede para a Federação Espírita do Estado de Goiás (FEEGO), antiga União Espírita Goiana é criada em 1992. Essa nova sede, maior e mais organizada, se torna necessária devido à expansão do espiritismo em todo o estado. Em 1998 é criada a ASEFEGO (Associação de Entidades Filantrópicas Espíritas de Goiás), que busca dar suporte logístico às casas que promovem ações de assistência e promoção social, os principais constituintes da prática espírita e grande responsáveis pela boa aceitação da religião no seio das elites dominantes.

Pode-se ver assim que o espiritismo em Goiânia encontrou um terreno fértil e se organizou para que pudesse se perpetuar. Segundo Peixoto da Silveira (SILVEIRA, 1951), “após 1942 temos 21 templos católicos, 8 protestantes e 4 espíritas”, em Goiânia. Em 1970, segundo Oscar Sabino Junior (SABINO JUNIOR, 1980), a capital de Goiás apresenta mais de 50 centros espíritas kardecistas e umbandistas. Já, segundo o Censo de 1991, do IBGE, a cidade apresenta 48 centros espíritas kardecistas. Em relação à atualidade, segundo dados estatísticos da Prefeitura Municipal, organizados pelo SEPLAM, Goiânia possui hoje 200 instituições de orientação espírita. Pode-se verificar, assim, um crescimento exponencial no movimento espírita no Estado.

A presença do médium Chico Xavier em Goiânia já era bastante comum, pois, desde há muito tempo, ele vinha fazendo visitas à colônia Santa Marta, hospital especializado em cuidados com pacientes portadores de hanseníase. Fato que se pode comprovar, também, com sua vinda à Assembléia Legislativa de Goiás, em 7 de maio de 1974. A convite do Dep. Lúcio Lincoln de Paiva, Chico Xavier faz uma grande “conversa informal” (palavras dele), sobre o tema “Cristo e a Atualidade”, com intelectuais, jornalistas, políticos e povo goiano. Esta foi a primeira presença efetiva de um médium em solenidade oficial, promovida por autoridades constituídas em Goiânia. Este evento ficou registrado no livro *Chico Xavier em Goiânia* de 1977. Outro momento importante foi a transformação do médium Divaldo Pereira Franco em cidadão Goiano e goianiense em 1984, através do recebimento das duas simbólicas “chaves”.

Esta presença marcante do espiritismo, não é exclusividade da cidade de Goiânia, ou seja, está em consonância com o que ocorre no resto do país. Porém, podemos afirmar que o fato da nova capital ter sido erigida nas perspectivas da modernidade favoreceu sua ampliação. A modernidade dá certa coerência tanto à construção da nova

capital de Goiás, quanto para a expansão da religião kardecista na nova metrópole do Brasil Central, o que possibilitou que ambos os movimentos compartilhem valores em comum.

BIBLIOGRAFIA

- BACELLI, Carlos A. *Mediunidade e vida: Chico Xavier*. São Paulo: Instituto de Divulgação Editora André Luiz, 1987.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CASTRO, Silvia Alessandri M. *Irradiação Espírita Cristã – Memórias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1995.
- CORDEIRO, Narcisa Abreu. *Goiânia: Evoluções do plano urbanístico*. Goiânia: Instituto Centro-brasileiro de Cultura, 2003.
- GUILARDUCCI, Tânia Maria. *Surgimento do espiritismo em Trindade-GO*. Goiânia: Monografia defendida na conclusão do curso de História na UCG, 2003.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.
- PAES, Iranlida Divina Resende. *Palmelo, Ontem e hoje*. Goiânia: Editora Kelps, 1992.
- RIBEIRO, Maria Helena Jubé. *Goiânia, os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- SABINO, Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Ed. Oriente, 1980.
- SIGNATES, Luiz. *A filosofia espírita da fé raciocinada*. In: <http://www.ipepe.com.br/raciocinar.html> - acesso em 19/08/2007 às 14:48 h.
- SILVEIRA, Peixoto. *Belo Horizonte e Goiânia: exemplos para a mudança da capital*. Goiânia, 1951.
- XAVIER, F. C. *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* (pelo Espírito Humberto de Campos). 11. Ed., Rio de Janeiro, FEB, 1977.
- XAVIER, Francisco Cândido. *Chico Xavier em Goiânia* (pelo espírito de Emmanuel). São Bernardo do Campo: Grupo Espírita Emmanuel, 1977.

Tropicália: Imagem e som

*Victor Creti Bruzadelli

Resumo:

Em 1968 é lançado o explosivo disco “Tropicália ou Panis et Circenses” que reunia artistas do grupo tropicalista. Esse grupo de artistas defendia uma nova estética e uma nova atitude perante a arte. Apropriando-se de aspectos de outras formas de arte como o cinema novo, a *pop’art*, o concretismo e a antropofagia, além da assimilação de guitarras e baixos elétricos e procedimentos da música de vanguarda, fazem uma verdadeira “revolução musical”. A imagem conquista nesse movimento um papel central, expressa tanto nos *happenings*, nos vestuários e, principalmente, na capa dos discos. O presente trabalho busca ver o papel adquirido pela imagem nesse movimento e como a capa do disco-manifesto busca fazer uma síntese de todo o movimento.

Palavra-chave: Tropicalismo, Imagem, “Tropicália ou Panis et Circensis (disco)”.

Abstract:

In 1968 is released the explosive album “Tropicália ou Panis et Circenses”, which congregated the tropicalista group. This group of artists stood for a new esthetics and a new attitude before art. Adopting aspects and other forms of art such as cinema novo, pop art, concretism, antropophagy and also asimilating eletric guitar and eletric bass and procedures of vanguard music, they made a true “musical revolution”. The image is the main character, expressed in the happenings, wardrobe and mainly on the cover of the records. This present work aims to understand the position of the image and how the cover of the “manifesto-album” tries to synthesize Tropicalism.

Key words: Tropicalism, Image, “Tropicália ou Panis et Circenses” (album).

* Universidade Federal e Goiás, graduando em história, Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC.

Cinema Novo, *pop'art* e TV, são algumas das influências que a Tropicália sofreu. Essa cena musical surge na década de 1960, período no qual afloram várias vanguardas artísticas modernas. Podemos perceber através das influências e da análise da cena o caráter central que o aspecto visual e imagético terá na constituição do ideário dessa cena. O presente trabalho é o início de uma pesquisa sobre as relações da Tropicália com as imagens e uma tentativa de perceber como o Tropicalismo se relaciona com o universo imagético.

É saber corrente que na gênese da Cena Tropicalista um dos personagens fundamentais é o do designer Rogério Duarte. Apesar de Rogério também ser baiano seu encontro com Caetano e Gil só acontecerá no Rio de Janeiro e será decisivo para a concepção do ideário da Tropicália (inclusive, em seu livro *Tropicaos*, chega a afirmar que os grandes pais do que veio a se chamar Tropicalismo foram ele e o escritor de *PanAmérica*, José Agrippino de Paula).

Gilberto Gil, por sua vez, se tornou, no início de sua carreira, compositor de *jingles* publicitários, o que o forçou a se adequar à linguagem das imagens da televisão e do cinema, que possibilitará composições no estilo cinematográfico, como *Domingo no Parque*, de 1967. Caetano Veloso, ainda na sua adolescência em Santo Amaro, tinha a rotina de ir ao cinema quase todos os dias, o que alimentava seu sonho de um dia ser cineasta - ideal que perpassa por várias de suas músicas. Isso pode ser percebido, por exemplo, na constituição do cenário musical, como ocorre na canção *Tropicália*, também de 1967. A aproximação entre esses artistas e o mundo cinematográfico sempre foi recorrente.

Caetano conta que suas concepções de objeto de arte se transformaram quando escutou pela primeira vez a gravação de *Chega de Saudade*, executada pelo bossanovista João Gilberto, também quando viu o filme *Terra em Transe* de Glauber Rocha e assistiu a montagem de *O Rei da Vela* (1967), peça de Oswald de Andrade, por parte do Teatro Oficina, dirigido por José Celso Martinez Corrêa. Essas duas últimas expressões têm apelo e necessidade da imagem como seu meio de expressão. É interessante perceber que a arte é vista por esse tropicalista como algo essencialmente imagético e dinâmico e que esse aspecto conquistará um papel central na obra de Caetano. A importância deste universo será reforçada pela inserção da prática do *happening*, que se constituía numa forma de expressão das artes plásticas que, apropriando características das artes cênicas, faziam com que o artista fizesse de seu próprio corpo e discurso uma ferramenta artística. Um caráter essencial dessas práticas artísticas é que são marcadas pelo improviso e pela espontaneidade do artista frente ao público, que também interfere em suas apresentações nas produções artísticas dos Tropicalistas.

Esse grupo de artista sofreu influência de vanguardas como o Cubismo, o que levava à fragmentação (e a montagem) tanto da letra quanto da melodia. A influência do Dadaísmo operava na dessacralização do objeto artístico. Essa dessacralização, aliada ao comercialismo da arte, importado do universo *pop*, foram decisivos para a formação do caráter “herético” e subversivo da música Tropicalista na Era dos Festivais. Esse caráter era reforçado pelo figurino adotado pelos Tropicalistas, que destoavam dos vestidos longos e tradicionais ternos, pois se utilizavam de cores berrantes e até mesmo de roupas de plástico, além da utilização do *happening*.

O tropicalismo vai ao público através do III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record de São Paulo, em 1967, com a apresentação de Gilberto Gil da emblemática *Domingo no Parque* e com a de Caetano Veloso com *Alegria, Alegria*. Essas apresentações causam grande indignação no público, não só pela presença de *happenings* e o uso de roupas “esquisitas”, mas também pela incorporação das guitarras elétricas, instrumentos símbolos do Iê-iê-iê, estilo musical julgado inferior pelos universitários que compunham tanto o público quanto artistas dos festivais, guiados pelos ideais politizantes do CPC, da UNE. Estava iniciada a Revolução Musical Tropicalista.

Deflagrada a revolução Tropicalista, era preciso que ela chegasse ao público de forma mais bem estruturada. Isso irá acontecer através do disco *Tropicália ou Panis et Circenses*, de 1968. O disco-manifesto já traz em seu título um forte indício do caráter anárquico e satírico do movimento, já que é escrito num latim gramaticalmente incorreto, deveria ser grafado “Panem et Circensis” (GONZAGA, 2007: p.7). O manifesto é fortemente influenciado pelo disco *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, dos Beatles, que havia sido lançado no ano anterior. Essa influência vai desde não haver fronteiras entre as canções até a composição *pop* da capa. Além disso, o álbum é recheado pela carnavalização, o que leva à ambigüidade e à ambivalência tanto das canções como do projeto gráfico.

As citações literárias na capa também são relevantes. Pode-se ver, emoldurando a foto, cores verde e amarelo que servem como uma paródia ao “movimento adversário da antropofagia oswaldiana: o verde-amarelismo” (SOUZA, 2002: p. 170). Outra citação presente está nas letras do título do álbum que lembram as da poesia *Luxo-Lixo* do concretista Augusto de Campos.

“Ao contrário do que imaginam alguns ensaístas” a foto “não foi idealizada com um conceito muito definido. Na verdade, a sessão de fotos que deu o tom da capa do disco-manifesto foi quase um *happening*.” (CALADO, 1997: p. 196). O retrato foi tirado, em São Paulo, por Olivier Perroy, que na época trabalhava na Editora Abril. Em seu plano de fundo

vemos um enorme vitral (pertencente ao jardim de inverno da casa do fotógrafo) que mais parece um grande mosaico, que serve para reforçar o caráter sincrético da Cena Tropicalista. Ao lado dos artistas aparecem palmeiras excluídas parcialmente pelas lentes da câmera. Essas árvores tipicamente tropicais e carregadas de um sentido de Brasil primitivo (Brasil Pindorama, do modernista Oswald de Andrade) engrandecem o teor da metáfora e de brasilidade da capa.

À frente do vitral percebemos estado-maior tropicalista disposto de uma forma que lembra as tradicionais fotos de famílias patriarcais das regiões interioranas do Brasil, com Torquato Neto e Gal Costa representando os chefes dessa família. Cada um dos integrantes da Cena aparece de forma bastante diferenciada do outro, reforçando o que os críticos literários Ivo Lucchesi e Gilda Dieguez chamaram de *estética da inclusão*, através da qual se incluía o diálogo crítico/integrador com as diversas tendências do momento (LUCCHESI & DIEGUEZ in SOUZA, 2002: p.169) com o que há de mais ultrapassado na arte brasileira. Esta justaposição entre moderno e arcaico é característica primeira do tropicalismo que buscava demonstrar a fragmentação da modernidade brasileira (SOUZA, 2002: 169).

Na foto pode-se perceber que Gal Costa tenta impor a figura de uma mãe tradicional, recatada, porém com uma roupa de cores cafonas e berrantes. O que provoca, novamente, o estranhamento frente a justaposição de idéias opostas (recato/cafonice). Ao seu lado, Torquato Neto, que deveria representar o pai, está exposto de forma mais despojada com uma jaqueta que mais lembra os garotos estadunidenses da década de 1950, evidenciando a vinculação ao universo *pop*.

Num patamar superior aos demais se encontra Tom Zé, representando um migrante nordestino. Percebemos aqui que a realidade do Brasil-arcaico e do Brasil-viajante-sertanejo serão aspectos presentes nas obras tropicalistas, como *Miserere Nobis*, de Gilberto Gil e Capinam. Pode-se perceber também que o deslocamento que o homem do sertão sente na metrópole é o mesmo do tropicalismo no contexto musical da década de 1960, e o mesmo da música brasileira em relação ao restante do mundo. Além, é claro, de evidenciar a baianidade da maioria dos integrantes do grupo.

No lado oposto percebemos a presença de Rogério Duprat, empunhando um penico a guisa de xícara de chá. “Uma idéia que alguns analistas interpretam como uma citação do dadaísta Marcel Duchamp, mas que também sintetizava a irreverência do maestro tropicalista” (CALADO, 1997: p. 196). A roupa de Duprat é a mais clássica dos integrantes do grupo, conferindo-lhe um ar de seriedade que é quebrado com a presença do penico.

Novamente percebe-se o processo de justaposição (seriedade/irreverência). O penico também pode representar a qualidade da arte que é degustada, inclusive a tropicalista.

Ao fundo percebe-se o trio paulistano *Os Mutantes*, que empunham os malditos instrumentos do universo *pop*, ratificando a aceitação e a deliberada entrada desses artistas no ramo da arte comercial. Em contraposição a modernidade dos instrumentos elétricos vê-se fotos antigas, ainda em preto-e-branco, do poeta Capinam em trajes de formatura, e da cantora Nara Leão, no que parece ser um ambiente extremamente florido e cafona. As fotos também acabaram sendo usadas de improviso, devido o curto prazo que havia para a produção da capa impediram a presença dos dois artistas, pois não estavam em São Paulo.

Gilberto Gil está sentado à frente dos demais com uma toga em cores tropicais, com um misto de estética *hippie* e africana, demonstrado a vontade ser moderno (ser *hippie*) e o arcaísmo do Brasil (escravidão africana). Além disso segura a foto do poeta Capinam. Caetano Veloso sentado no encosto do banco carrega o retrato de Nara, que acaba encobrindo quase todo o seu corpo, ficando de fora apenas a sua cabeça, ostentando uma cabeleira irreverente. O fato de somente aparecer a cabeça desse artista reflete o papel que ele via para si no grupo, já que se imaginava não um artista, mas um intelectual que deveria pensar a arte e não necessariamente criá-la. Tanto é assim que Caetano é o responsável pela composição da canção-manifesto *Tropicália* e escritor do livro *Verdade Tropical*, no qual busca dar uma explicação para a cena.

Na contracapa do álbum aparece uma espécie de roteiro cinematográfico, escrito por Caetano, com o auxílio de Torquato. São cenas protagonizadas pelos próprios tropicalistas, exceto a última que tem como “personagens” o poeta Augusto de Campos e o “mestre” dos tropicalistas, João Gilberto. O roteiro fictício é composto por oito cenas recheadas do humor satírico típico dos tropicalistas, como no trecho no qual a personagem Torquato Neto, pergunta: “Será que o Câmara Cascudo vai pensar que nós estamos querendo dizer que bumba-meu-boi e iê-iê-iê são a mesma dança?”, numa alusão direta a música *Geléia Geral*, de Gil e Torquato, e ao ambiente pouquíssimo adepto das construções sincréticas, presente na música nacional.

Outra cena de grande importância é o monólogo protagonizado pelo maestro Rogério Duprat ambientado numa torre de TV em São Paulo, cidade brasileira símbolo de movimentação mercadológica. No meio de uma longa fala aparece uma pergunta bastante interessante aos baianos e explicativa sobre o caráter da Tropicália: “Como receberão a notícia de que um disco é feito para vender?”.

Um fato que é importante ser citado é que uma das faixas do disco foi escrita a partir de um quadro. A canção *Lindonéia*, foi encomendada a Caetano e Gil por Nara Leão, que ficou impressionada com a obra *Lindonéia ou a Gioconda do Subúrbio*, do artista carioca Rubens Gerchman. Outra música, *Batmacumba*, de Gil e Caetano, num processo de justaposição entre moderno personagem de histórias em quadrinho, Batman, e a arcaica religiosidade afro-brasileira, macumba.

Ainda no final de 1968, a Tropicália, que já era frequentadora de programas televisivos como o do Chacrinha, estréia na TV seu próprio programa. O *Divino, Maravilhoso* foi veiculado pela Rede Excelsior e tinha como apresentadores Caetano Veloso, Gal Costa e Gilberto Gil, mas no elenco contava também com Os Mutantes, Tom Zé, Torquato Neto e Jorge Ben. O programa teve curta duração devido à constante perseguição aos tropicalistas por parte do governo militar, que acabou com a prisão e a extradição de Caetano e Gil (fato que para muitos autores representa o fim da Tropicália).

Como se pode perceber, as relações com o mundo da imagem e o apelo a eles foi constante na Tropicália. O tropicalismo, ao contrário do que se imagina, não foi apenas uma revolução musical, foi também uma revolução do modo de pensar e de agir.



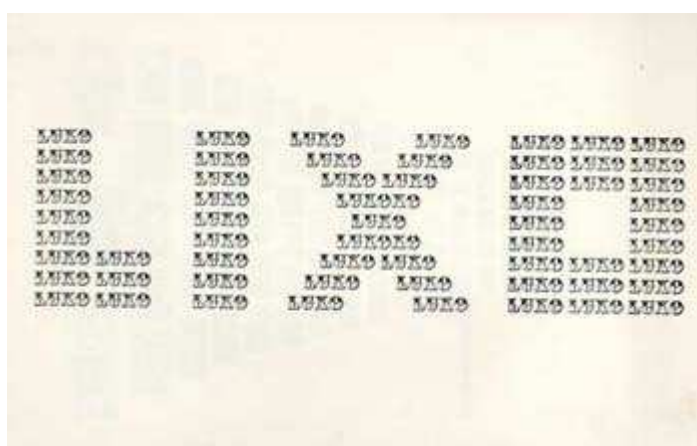
Lindonéia ou a Gioconda dos Subúrbios, de Rubens Gerchman.



Capa do disco *Tropicália ou Panis et Circencis*, de 1968.



Capa do Disco *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, dos Beatles (1967).



Poema concreto *Luxo-Lixo*, de Augusto de Campos.

Bibliografia

- ABREU FILHO, Carlos Eduardo. *Fala Tamborim: MPB, Identidade nacional e internacionalismo no grupo Novos Baianos (1969-1974)*. Goiânia: Monografia de conclusão de graduação em História pela UFG, 2006.
- ADORNO, Theodor. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.
- BRUZADELLI, Victor Creti. *As apropriações estéticas da Cena Tropicalista*. Jataí: Anais do I Congresso do Curso de História da UFG - Jataí, 2007.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CALADO, Carlos. *Tropicália – A História de uma Revolução Musical*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FAVARETTO, Celso. *Tropicália – Alegoria, Alegria*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.
- GONZAGA, Clarita Ribeiro. *Por Deus, pela pátria e pelo coco da Bahia! O tropicalismo como construção cultural*. São Leopoldo: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.
- PAIANO, Enor. *Tropicalismo – Bananas ao Vento no Coração do Brasil*. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.
- PALLA, Maria José. *A palavra e a imagem ensaios sobre Gil Vicente e a pintura quinhentista*. Lisboa: Editora Estampa, 1996.
- SOUZA, Naum Pereira. *Tropicália: Imagens, Alegorias, Fragmentos da Modernidade Brasileira*. Goiânia: Dissertação de mestrado em Sociologia pela UFG, 2002.
- VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.
- VIANNA, Hermano. *O Mistério do Samba*. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1995.

**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
CULTURA E IDENTIDADES**

Fronteiras *après-la-vague*:
Dinâmicas de expansão da economia agrária em
áreas de povoamento consolidado no Brasil colonial

Diogo de Carvalho Cabral*

* Geógrafo e Mestre em História Social (UFRJ), Pesquisador Associado do Centro de Cultura e Meio Ambiente Tom Jobim.

Resumo: O conceito turneriano de fronteira enfatiza os macro-processos “modernos” de povoamento dos territórios do Novo Mundo, alargando o ecúmeno neo-europeu e abrindo espaço para a ocupação agrícola. No caso brasileiro, esses macro-processos estiveram associados às expedições ao “sertão” para o aprisionamento de gentios e procura de metais preciosos mas, sobretudo, ao desenvolvimento da pecuária. De um ponto de vista mais regionalizado, pode-se vislumbrar um outro aspecto do fenômeno: aquele ocorrente em áreas de povoamento “branco” já consolidado, como em boa parte da costa brasileira (do Rio de Janeiro a Recife) da segunda metade do século XVIII, onde eram típicas paisagens compostas de grandes canaviais e roças de subsistência avançando sobre grandes “sertões” florestais interiores. Este cenário originava-se da dinâmica de “sítios agro-madeireiros”, produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento da madeira como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento.

Palavras-chave: Fronteiras internas, economia rural; exploração madeireiro.

Abstract: The Turnerian concept of frontier emphasizes “modern” macro-processes of settlement of the New World territories, enlarging the Neo-European *œcuméne* and opening spaces for agricultural exploitation. In the Brazilian case, these macro-processes were associated to expeditions to the sertões for Indian capture and searching for precious metals but above all to cattle raising development. From a more regionalized point of view, one may visualize another aspect of the phenomenon: that occurring in areas of “white” settlement already consolidated, as in great part of Brazilian coast (from Rio de Janeiro to Recife) in the second half of eighteenth century, where landscapes composed by large cane plantations and subsistence crops advancing over large inner forests were typical. These scenarios originated from the dynamics of “agro-timbering spots”, agriculturalists that practiced tropical timber extractivism and primary improvement as accessorial activity, in the process of forest clearing.

Key-words: Inner frontiers, rural economy, timber exploitation.

Para falar dos espaços que ficavam além dos centros urbanos, a historiografia brasileira usou – e ainda usa – largamente a categoria “fronteira”. Este conceito enfatiza os macro-processos “modernos” de povoamento dos territórios do Novo Mundo, alargando o ecúmeno neo-europeu e “abrindo espaços” na floresta tropical para a exploração agrícola. No caso brasileiro, esses macro-processos estiveram associados às expedições para o aprisionamento de gentios e procura de metais preciosos mas, sobretudo, ao desenvolvimento da pecuária.

Estas “fronteiras” são pensadas a partir de um conceito de espaço como uma verdadeira “planície isotrópica”². As diferencialidades geográficas, tanto biofísicas quanto sócio-econômico-culturais, não são levadas em consideração. Por conseguinte, a própria concretude histórica do processo fica prejudicada em descrições desse tipo. Isto tem que ver diretamente com a escala espacial de análise adotada. Neste sentido, o intuito deste artigo é contribuir para um refinamento do conceito de fronteira nos estudos sobre a América portuguesa através de uma redução da escala de observação, mais atenta aos meso e micro-processos de apropriação do território.

O problema da escala espacial

Concebida de uma certa forma, a questão da escala sempre esteve presente, implícita ou explicitamente, na moderna epistemologia das ciências sociais. De Georg Simmel a Fredrik Barth, de Émile Durkheim a Edgar Morin, quase todos os grandes pensadores do social tiveram que enfrentar o problema de como a *distância* entre o observador e o observado, ou entre sujeito e objeto, interfere na análise do comportamento humano gregário. Nestas reflexões, a própria validade analítica do conceito de *sociedade* já foi, diversas vezes, colocada em jogo. No entanto, o eixo da discussão que pretendo utilizar aqui difere em alguns aspectos desse antigo e mais amplo debate, embora guarde com este uma similaridade importante: *a definição da escala para além do simples operacional cartográfico* (CASTRO, 1995).

Uma definição de processo sócio-ambiental deve circunscrevê-lo no âmbito de uma ou mais escalas espaciais – e, neste último caso, articuladas entre si. Enquanto extensões fisionômico-paisagísticas, as florestas tropicais pluviais são bem mais complexas do que

² “A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana [...]” (CORRÊA, 1995:20-1).

correntemente se supõe. Sua identificação como entidade espacial está fortemente atrelada à escala cartográfica na qual se procede a visualização de uma determinada extensão da superfície terrestre. Como demonstrou Brannstrom (2002), a Mata Atlântica, como realidade geocológica una e homogênea, perde a sua substância em grandes escalas (maiores ou iguais a 1:20.000). Parafrazeando, quando observada mais de perto, a imagem do grande manto florestal contínuo de 1,2 milhões de quilômetros quadrados esvai-se sob a constatação de um verdadeiro *mosaico vegetal*, muito variável em sua composição, tanto ao nível regional como local.

Conceitualmente, o desmatamento tropical resulta em *fragmentação*, ou seja, na formação de segmentos isolados de mata circundados por um mar de habitats não-florestados. A grande maioria dos estudos sobre fragmentação florestal, sejam aqueles utilizando índices quantitativos, sejam aqueles usando modelos espaciais de desflorestamento, trabalham na escala regional/macro-regional. Esta abordagem é válida quando se tem, ainda, grandes extensões de floresta. Contudo, quando estudamos áreas em que o processo de desflorestamento já atingiu níveis muito elevados e que, conseqüentemente, hajam somente pequenas e dispersas manchas de mata, é necessário que se diminua a escala espacial de análise e nos ajustemos às singularidades do fenômeno neste nível específico.

Estas ressalvas vêm nos lembrar da importância de uma categorização mais fina e acurada da linha de base biofísica com a qual estamos trabalhando, a fim de captarmos o maior número de nuances possível, tarefa para a qual a adoção de pequenos recortes espaciais parecem oferecer um valioso instrumento. Quiçá essa mudança de perspectiva possa permitir, também, como feliz efeito colateral, que se veja *criação* ao lado de *destruição*, *transformação* ao invés de *degradação*, *produção social* a partir de *produção natural*. Sim, porque, quando abandonamos a visão macro do “super-organismo” florestal, a destruição de um de seus “órgãos” não mais implica no desaparecimento do “todo” (BRANNSTROM, 2002:420, 436). Conforme observa argutamente Carvalho (2005:112, grifo meu): “Quando se olha de longe, a tessitura das relações estabelecidas com a floresta realmente parece ser homogênea, um longo processo de destruição; mas, quando se olha de perto, percebe-se pontos de contatos, de conflitos, a *diversidade* [...]”. Diversidade de práticas, imaginários e discursos, diversidade de racionalidades ambientais, diversidade, portanto, de *paisagens*.

Fronteiras *après-la-vague*

De um ponto de vista mais regionalizado, pode-se vislumbrar um outro aspecto do fenômeno da fronteira: aquele ocorrente em áreas de povoamento “branco” já consolidado, como em boa parte da costa brasileira (do Rio de Janeiro a Recife) da segunda metade do século XVIII, onde eram típicas paisagens compostas de grandes canaviais roças de subsistência avançando sobre grandes “sertões” florestais interiores (Ver SILVA, 1990). Este cenário originava-se, em larga medida, da dinâmica reprodutiva de “sítios agro-madeireiros”, pequenos produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento da madeira tropical como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento.

A agricultura não era a única, nem mesmo talvez a mais importante atividade econômica na qual se engajavam os pequenos produtores de alimentos do Brasil colonial. O padrão de emprego livre numa economia onde metade da força de trabalho é compulsória³ não pode, naturalmente, ser igual ao encontrado numa moderna economia de mercado capitalista, na qual os indivíduos desempenham uma única ocupação por longos períodos e onde todas as necessidades da vida diária são adquiridas por meio da compra. Na sociedade colonial, um homem ou uma família podia – e era bastante comum que o fizesse – combinar ocupações distintas dentro de um mesmo “setor” econômico (produção, circulação ou distribuição) e até de setores distintos, em quase todos os níveis ou estratos sociais. Além da tradicional cultura de mantimentos – que compreendia, geralmente, o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, utilizados nos gastos da casa e, eventualmente, como excedentes comercializáveis –, as unidades domiciliares da “pobreza rural” podiam ter diversas outras ocupações, como a tecelagem, a alfaiataria e o comércio miúdo (CASTRO, 1987:112-3; SAMARA, 2005:154-61).

O extrativismo madeireiro seria, nessa perspectiva, uma outra manifestação desse padrão geral, modelada sob circunstâncias particulares sociais, econômicas, históricas e, principalmente, ecológicas. A disponibilidade de matas conservadas era, sem dúvida, a mais importante. Indo de encontro à historiografia tradicional, alguns autores têm mostrado que, mesmo no final do período colonial, essa disponibilidade não era tão pequena quanto se pensava; o grande *boom* da destruição da Mata Atlântica teria ocorrido, em verdade, somente no século passado (MILLER, 2000; CASTRO, 2002).

³ Para os três primeiros quartéis do século XVIII, supõe-se que o peso relativo dos cativos na população economicamente ativa da colônia oscilou em torno de 50 por cento (SAMARA, 2005:20).

“Em 1800”, assevera Miller (2000:35), “as costas brasileiras encampavam mais hectares de terra florestada do que a nova república da América do Norte tinha em termos de área total”.

Essa enorme quantidade de florestas não estava situada muito distante do litoral, mesmo nas áreas de povoamento mais antigo da América portuguesa, como as capitanias da Bahia e de Pernambuco. “Ao contrário do que sustentam muitos historiadores”, ressalta Barickman (2003:167), “a Bahia no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX possuía uma oferta abundante de terras”. Mesmo no fim do século XVIII, a ocupação neo-européia de Ilhéus e Porto Seguro, no sul da capitania, “mal começara a abrir brechas nas matas costeiras” (Idem:169). Do mesmo modo, Palacios (2004:312-23), ao abordar o problema dos conflitos sócio-políticos entre agricultores livres e pobres e o senhorio canavieiro mediado por uma política estatal restritiva quanto à apropriação das florestas, registra a existência de extensas matas bastante próximas aos centros costeiros apropriadas por pequenos plantadores de mandioca e algodão.

Como se sabe, a apropriação do território, instrumentalizada pelo *sistema sesmarial*, caracterizou-se, no Brasil, por uma enorme liberalidade. A imensidão das glebas concedidas, principalmente no primeiro século e meio de colonização efetiva (c.1530 – c.1680), acabou por tornar rapidamente escassa a terra juridicamente livre para doação. Como para garantir a doação bastava ao sesmeiro que pusesse em produção apenas uma parte do solo recebido, “logo ficou claro que terra virgem não era sinônimo de terra disponível” (ABREU, 1997:221). Já no final do século XVI, o acesso à terra tornou-se difícil para muitos colonos recém-chegados. Os que possuíam recursos puderam adquirir ou aforar ou parte delas. Grande parte desse “resíduo” populacional do sistema oficial de apropriação, contudo, acabou se transformando em meeiros, rendeiros ou simples agregados dos proprietários rurais, que obtinham, com isso, um enorme poder político.

A conjunção desses três fatores – a abundância de terras propícias à apropriação *de facto*, mas não *de jure*, a conseqüente formação de toda uma classe de homens pobres livres sem bens de raiz e o poder de gestão político-territorial concentrado nas mãos dos grandes proprietários fundiários – modelou a paisagem agrária colonial como um complexo mosaico. Tendo como referenciais os limites das sesmarias “originais”, esse mosaico era formado, em linhas gerais, por uma primeira faixa composta de lavouras de exportação (cana, tabaco, etc.) localizadas o mais próximo possível dos centros urbanos

de comercialização, bem como das vias de escoamento (principalmente os rios)⁴, reservas de matas – muitas vezes de grandes proporções – para retirada de recursos diversos e, é claro, para a expansão futura da empresa, estendendo-se para as terras além-baixada, e pequenas roças de subsistência (comercial e não-comercial) bordejando ou mesmo pontilhando esses “sertões interiores”. Essa dinâmica fica patente quando lemos um trecho do relatório do Vice-Rei Marquês de Lavradio, sobre a situação do uso da terra no distrito de Guaratiba, Rio de Janeiro, em 1778:

[...] as terras, q’ se achão por cultivar são os Sertões dos Engenhos, e Fazendas, os q^{es} são necessários indispensavelm.^{te} aos mesmos Eng.os p.^a em cada anno tirarem delles o grd.^e n.^o de Carros de Lenha, q’ conforme a moagem: tirarem páos p.^a moendas, madeiras de carros, taboas p.^a Caixões, madeiras p.^a a reedificação dos Eng.^{oz} e haverem terras novas p.^a seplantarem as Canas (LAVRADIO, 1946:329).

Neste contexto, era comum que emergissem sistemas de proteção florestal tão ou mais eficientes que a instituição “pública” das madeiras-de-lei⁵ como, por exemplo, a permissão de assentamento de agregados por parte de grandes senhores de terras em troca do serviço de fiscalização das matas existentes nas soledades mais afastadas das fazendas, conforme observou Henry Koster (1942) no nordeste e John Luccock no Rio de Janeiro. Eis o relato desse último, datado de 1813:

A-fim-de esclarecer e confirmar suas pretensões [territoriais], há muitos proprietários que instalam ao redor de suas fronteiras certo número de pequenos sitiantes a que chamam de ‘moradores’; estes pagam um pequeno fôro, buscam seu sustento principalmente pelo cultivo de verduras e preenchem as importantes funções de vigias, impedindo invasão por parte de proprietários vizinhos e furtos de madeira (LUCCOCK, 1975:194).

Esses “contratos” podiam, inclusive, ser sacramentados no papel. No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII, várias escrituras de arrendamento de terras proibem o desmatamento e, não raro, estabelecem um censo a ser pago proporcionalmente ao número de machados possuídos pelo foreiro (SILVA, 1990:172-3).

Por outro lado, como o crescimento da economia de exportação era de caráter extensivo, necessitava-se periodicamente de novos arroteamentos. Para estas tarefas, o grande agricultor quase nunca empregava seus próprios meios de produção – os escravos africanos. Além da óbvia facilidade propiciada para a fuga, os negros podiam ser feridos ou mortos por picadas de insetos ou cobras, galhos ou árvores que tombavam, fogos descontrolados ou quaisquer outros tipos de acidentes. Assim, na maioria das vezes, a empreitada era confiada a trabalhadores livres de alguma forma ligados à extensa

⁴ Incluem-se aí, por exemplo, as plantações dos chamados “lavradores de partido”, isto é, aqueles produtores de cana-de-açúcar que não possuíam o “engenho” propriamente dito, sendo obrigados a vender sua produção bruta ao senhor que a beneficiava.

⁵ Ver, a este respeito, Miller (2000).

família patriarcal (os agregados), em troca do direito de usar temporariamente as áreas desmatadas para a agricultura e/ou comercialização das madeiras retiráveis (DRUMMOND, 1997:103-4).

Também a pequena produção agrícola a partir da simples “posse” da terra nas áreas de franja florestal podia dar origem à atividade de exploração madeireira. O ciclo dos “sítios volantes”, conforme chamou Gorender (1978:299), incluía, muitas vezes, antes da limpeza do terreno com fogo, uma fase de “apanha” das espécies fornecedoras de boas madeiras. Obviamente que estas deviam ser poucas, se comparadas com a diversidade arbórea total de um trecho de Mata Atlântica – digamos, talvez, 10 ou 20%. Mas é preciso lembrar que nem toda a Mata Atlântica estava assentada sobre o precioso massapé nordestino e os solos precisavam ser adubados, o que significa dizer que *era necessário queimar uma parte substancial de floresta*. E, talvez mais importante do que isso, a terra precisava estar disponível para a plantação (isto é, desflorestada) *rapidamente*, o que um homem, sua família e uns poucos escravos (quando existissem) não poderiam realizar a base unicamente de machado.

Por haver árvores mais robustas (com troncos de maior diâmetro) que teimam em remanescer mesmo após a queima, era muito importante que se as derrubasse antes que se tocasse o fogo, porque *lenhos secos são consideravelmente mais difíceis de serem cortados*. Segundo Deffontaines (1945:564), “[a] floresta é verde e úmida demais para queimar em pé; não há incêndio de floresta sem uma derrubada prévia”. As próprias modificações ecológicas estruturais impostas pelo corte seletivo à comunidade vegetal podem aumentar o grau de combustibilidade da floresta, facilitando, assim, o trabalho do fogo no processo de expansão da terra arável. Em outras palavras, o custo de oportunidade do arroteamento não-aproveitador de madeira era muito alto, isto é, a produção global (agricultura mais extrativismo) acabava ficando substancialmente mais cara, primeiro porque o terreno não era preparado adequadamente – o que influía na fertilidade do solo – e, segundo, porque se desperdiçava biomassa com potencial valor-de-troca. O padrão fitogeográfico da Mata Atlântica, combinado a um acesso quase universalizado aos recursos florestais – o que pressionava os preços para baixo – tendia a fazer com que, na maioria das vezes, só valesse a pena entrar na densa floresta primária para cortar algumas poucas árvores quando já se fosse, no final das contas, derrubá-la por completo de qualquer maneira.

Considerações finais

A dinâmica de avanço da fronteira agrícola sobre as florestas tropicais atlânticas, no Brasil colonial, revestiu-se de uma complexidade que não pode ser apreendida sem uma consideração pormenorizada das escalas espaciais a partir das quais esses fenômenos são observados. Meu foco, aqui, foi o da unidade produtiva.

Devemos reconhecer que o encontro com o sertão florestal e a transformação dessa paisagem dava margem a mil e uma possibilidades de organização espacial da “fazenda”. Certamente que “abrir uma fazenda” ou “fazer terra”, como se dizia, significava, essencialmente, desalojar a floresta, mas essa constatação não deve obliterar o fato de que o desflorestamento era geograficamente seletivo, principalmente por causa das exigências ambientais dos cultivos que se desejava implantar. A plantação da mandioca, por exemplo, frequentemente determinava o desmatamento das encostas e espigões; já a cana-de-açúcar tendia a eliminar as matas de áreas mais úmidas, próximas aos fundos de vale. Claro que era muito comum a combinação de cultivos, sendo as plantas domesticadas diferencialmente exigentes, o que resultava num desflorestamento mais homogêneo no gradiente da paisagem. De toda forma, a manutenção de uma área de mata virgem ou, pelo menos, de uma capoeira mais desenvolvida, era crítica para a sobrevivência das unidades rurais.

Estas áreas de terras virgens destinadas à expansão das lavouras, bem com ao fornecimento de madeira e lenha, eram parte integrante das fazendas, sendo, por isso, muitas vezes preservadas pelos proprietários fundiários por espaços consideráveis de tempo. Isto propiciava inúmeros conflitos com os rurícolas mais pobres, que se viam, na maioria das vezes, despojados do acesso aos recursos silvestres. Esses processos, ocorrentes em regiões tradicionalmente não consideradas como “de fronteira”, devem ser incorporados ao temário da história agrária brasileira, já que representam um aspecto relevante dos movimentos de apropriação e produção do espaço colonial.

Referências bibliográficas

ABREU, M.A. “A apropriação do território no Brasil colonial”. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (orgs.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARICKMAN, B.J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BRANNSTROM, C. "Rethinking the 'Atlantic Forest' of Brazil: new evidence for land cover and land value in western São Paulo, 1900-1930". *Journal of Historical Geography*, v.28 (3), 2002.
- CARVALHO, E.B. "Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*". *Esboços*, v.13, 2005.
- CASTRO, C.F.A. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília-DF: UnB, 2002.
- CASTRO, H.M. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, I.E. "O problema da escala". In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, R.L. "Espaço, um conceito-chave da geografia". In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DEFFONTAINES, P. "A floresta a serviço do homem no Brasil". *Boletim Geográfico*, v.28, 1945.
- DRUMMOND, J.A. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.
- LAVRADIO, M. "Relação – parte II". *RIHGB*, v.76, 1946 [1779].
- LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MILLER, S.W. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford UP, 2000.
- PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília-DF: Ed. UnB, 2004.
- SAMARA, E.M. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- SILVA, F.C.T. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia: Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990.

**III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
CULTURA E IDENTIDADES**

Fronteiras *après-la-vague*:
Dinâmicas de expansão da economia agrária em
áreas de povoamento consolidado no Brasil colonial

Diogo de Carvalho Cabral*

* Geógrafo e Mestre em História Social (UFRJ), Pesquisador Associado do Centro de Cultura e Meio Ambiente Tom Jobim.

Resumo: O conceito turneriano de fronteira enfatiza os macro-processos “modernos” de povoamento dos territórios do Novo Mundo, alargando o ecúmeno neo-europeu e abrindo espaço para a ocupação agrícola. No caso brasileiro, esses macro-processos estiveram associados às expedições ao “sertão” para o aprisionamento de gentios e procura de metais preciosos mas, sobretudo, ao desenvolvimento da pecuária. De um ponto de vista mais regionalizado, pode-se vislumbrar um outro aspecto do fenômeno: aquele ocorrente em áreas de povoamento “branco” já consolidado, como em boa parte da costa brasileira (do Rio de Janeiro a Recife) da segunda metade do século XVIII, onde eram típicas paisagens compostas de grandes canaviais e roças de subsistência avançando sobre grandes “sertões” florestais interiores. Este cenário originava-se da dinâmica de “sítios agro-madeireiros”, produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento da madeira como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento.

Palavras-chave: Fronteiras internas, economia rural; exploração madeireiro.

Abstract: The Turnerian concept of frontier emphasizes “modern” macro-processes of settlement of the New World territories, enlarging the Neo-European *œcuméne* and opening spaces for agricultural exploitation. In the Brazilian case, these macro-processes were associated to expeditions to the sertões for Indian capture and searching for precious metals but above all to cattle raising development. From a more regionalized point of view, one may visualize another aspect of the phenomenon: that occurring in areas of “white” settlement already consolidated, as in great part of Brazilian coast (from Rio de Janeiro to Recife) in the second half of eighteenth century, where landscapes composed by large cane plantations and subsistence crops advancing over large inner forests were typical. These scenarios originated from the dynamics of “agro-timbering spots”, agriculturalists that practiced tropical timber extractivism and primary improvement as accessorial activity, in the process of forest clearing.

Key-words: Inner frontiers, rural economy, timber exploitation.

Para falar dos espaços que ficavam além dos centros urbanos, a historiografia brasileira usou – e ainda usa – largamente a categoria “fronteira”. Este conceito enfatiza os macro-processos “modernos” de povoamento dos territórios do Novo Mundo, alargando o ecúmeno neo-europeu e “abrindo espaços” na floresta tropical para a exploração agrícola. No caso brasileiro, esses macro-processos estiveram associados às expedições para o aprisionamento de gentios e procura de metais preciosos mas, sobretudo, ao desenvolvimento da pecuária.

Estas “fronteiras” são pensadas a partir de um conceito de espaço como uma verdadeira “planície isotrópica”². As diferencialidades geográficas, tanto biofísicas quanto sócio-econômico-culturais, não são levadas em consideração. Por conseguinte, a própria concretude histórica do processo fica prejudicada em descrições desse tipo. Isto tem que ver diretamente com a escala espacial de análise adotada. Neste sentido, o intuito deste artigo é contribuir para um refinamento do conceito de fronteira nos estudos sobre a América portuguesa através de uma redução da escala de observação, mais atenta aos meso e micro-processos de apropriação do território.

O problema da escala espacial

Concebida de uma certa forma, a questão da escala sempre esteve presente, implícita ou explicitamente, na moderna epistemologia das ciências sociais. De Georg Simmel a Fredrik Barth, de Émile Durkheim a Edgar Morin, quase todos os grandes pensadores do social tiveram que enfrentar o problema de como a *distância* entre o observador e o observado, ou entre sujeito e objeto, interfere na análise do comportamento humano gregário. Nestas reflexões, a própria validade analítica do conceito de *sociedade* já foi, diversas vezes, colocada em jogo. No entanto, o eixo da discussão que pretendo utilizar aqui difere em alguns aspectos desse antigo e mais amplo debate, embora guarde com este uma similaridade importante: *a definição da escala para além do simples operacional cartográfico* (CASTRO, 1995).

Uma definição de processo sócio-ambiental deve circunscrevê-lo no âmbito de uma ou mais escalas espaciais – e, neste último caso, articuladas entre si. Enquanto extensões fisionômico-paisagísticas, as florestas tropicais pluviais são bem mais complexas do que

² “A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana [...]” (CORRÊA, 1995:20-1).

correntemente se supõe. Sua identificação como entidade espacial está fortemente atrelada à escala cartográfica na qual se procede a visualização de uma determinada extensão da superfície terrestre. Como demonstrou Brannstrom (2002), a Mata Atlântica, como realidade geocológica una e homogênea, perde a sua substância em grandes escalas (maiores ou iguais a 1:20.000). Parafrazeando, quando observada mais de perto, a imagem do grande manto florestal contínuo de 1,2 milhões de quilômetros quadrados esvai-se sob a constatação de um verdadeiro *mosaico vegetal*, muito variável em sua composição, tanto ao nível regional como local.

Conceitualmente, o desmatamento tropical resulta em *fragmentação*, ou seja, na formação de segmentos isolados de mata circundados por um mar de habitats não-florestados. A grande maioria dos estudos sobre fragmentação florestal, sejam aqueles utilizando índices quantitativos, sejam aqueles usando modelos espaciais de desflorestamento, trabalham na escala regional/macro-regional. Esta abordagem é válida quando se tem, ainda, grandes extensões de floresta. Contudo, quando estudamos áreas em que o processo de desflorestamento já atingiu níveis muito elevados e que, conseqüentemente, hajam somente pequenas e dispersas manchas de mata, é necessário que se diminua a escala espacial de análise e nos ajustemos às singularidades do fenômeno neste nível específico.

Estas ressalvas vêm nos lembrar da importância de uma categorização mais fina e acurada da linha de base biofísica com a qual estamos trabalhando, a fim de captarmos o maior número de nuances possível, tarefa para a qual a adoção de pequenos recortes espaciais parecem oferecer um valioso instrumento. Quiçá essa mudança de perspectiva possa permitir, também, como feliz efeito colateral, que se veja *criação* ao lado de *destruição*, *transformação* ao invés de *degradação*, *produção social* a partir de *produção natural*. Sim, porque, quando abandonamos a visão macro do “super-organismo” florestal, a destruição de um de seus “órgãos” não mais implica no desaparecimento do “todo” (BRANNSTROM, 2002:420, 436). Conforme observa argutamente Carvalho (2005:112, grifo meu): “Quando se olha de longe, a tessitura das relações estabelecidas com a floresta realmente parece ser homogênea, um longo processo de destruição; mas, quando se olha de perto, percebe-se pontos de contatos, de conflitos, a *diversidade* [...]”. Diversidade de práticas, imaginários e discursos, diversidade de racionalidades ambientais, diversidade, portanto, de *paisagens*.

Fronteiras *après-la-vague*

De um ponto de vista mais regionalizado, pode-se vislumbrar um outro aspecto do fenômeno da fronteira: aquele ocorrente em áreas de povoamento “branco” já consolidado, como em boa parte da costa brasileira (do Rio de Janeiro a Recife) da segunda metade do século XVIII, onde eram típicas paisagens compostas de grandes canaviais roças de subsistência avançando sobre grandes “sertões” florestais interiores (Ver SILVA, 1990). Este cenário originava-se, em larga medida, da dinâmica reprodutiva de “sítios agro-madeireiros”, pequenos produtores agrícolas que praticavam o extrativismo e o beneficiamento da madeira tropical como atividade acessória, na esteira do processo de arroteamento.

A agricultura não era a única, nem mesmo talvez a mais importante atividade econômica na qual se engajavam os pequenos produtores de alimentos do Brasil colonial. O padrão de emprego livre numa economia onde metade da força de trabalho é compulsória³ não pode, naturalmente, ser igual ao encontrado numa moderna economia de mercado capitalista, na qual os indivíduos desempenham uma única ocupação por longos períodos e onde todas as necessidades da vida diária são adquiridas por meio da compra. Na sociedade colonial, um homem ou uma família podia – e era bastante comum que o fizesse – combinar ocupações distintas dentro de um mesmo “setor” econômico (produção, circulação ou distribuição) e até de setores distintos, em quase todos os níveis ou estratos sociais. Além da tradicional cultura de mantimentos – que compreendia, geralmente, o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, utilizados nos gastos da casa e, eventualmente, como excedentes comercializáveis –, as unidades domiciliares da “pobreza rural” podiam ter diversas outras ocupações, como a tecelagem, a alfaiataria e o comércio miúdo (CASTRO, 1987:112-3; SAMARA, 2005:154-61).

O extrativismo madeireiro seria, nessa perspectiva, uma outra manifestação desse padrão geral, modelada sob circunstâncias particulares sociais, econômicas, históricas e, principalmente, ecológicas. A disponibilidade de matas conservadas era, sem dúvida, a mais importante. Indo de encontro à historiografia tradicional, alguns autores têm mostrado que, mesmo no final do período colonial, essa disponibilidade não era tão pequena quanto se pensava; o grande *boom* da destruição da Mata Atlântica teria ocorrido, em verdade, somente no século passado (MILLER, 2000; CASTRO, 2002).

³ Para os três primeiros quartéis do século XVIII, supõe-se que o peso relativo dos cativos na população economicamente ativa da colônia oscilou em torno de 50 por cento (SAMARA, 2005:20).

“Em 1800”, assevera Miller (2000:35), “as costas brasileiras encampavam mais hectares de terra florestada do que a nova república da América do Norte tinha em termos de área total”.

Essa enorme quantidade de florestas não estava situada muito distante do litoral, mesmo nas áreas de povoamento mais antigo da América portuguesa, como as capitanias da Bahia e de Pernambuco. “Ao contrário do que sustentam muitos historiadores”, ressalta Barickman (2003:167), “a Bahia no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX possuía uma oferta abundante de terras”. Mesmo no fim do século XVIII, a ocupação neo-européia de Ilhéus e Porto Seguro, no sul da capitania, “mal começara a abrir brechas nas matas costeiras” (Idem:169). Do mesmo modo, Palacios (2004:312-23), ao abordar o problema dos conflitos sócio-políticos entre agricultores livres e pobres e o senhorio canavieiro mediado por uma política estatal restritiva quanto à apropriação das florestas, registra a existência de extensas matas bastante próximas aos centros costeiros apropriadas por pequenos plantadores de mandioca e algodão.

Como se sabe, a apropriação do território, instrumentalizada pelo *sistema sesmarial*, caracterizou-se, no Brasil, por uma enorme liberalidade. A imensidão das glebas concedidas, principalmente no primeiro século e meio de colonização efetiva (c.1530 – c.1680), acabou por tornar rapidamente escassa a terra juridicamente livre para doação. Como para garantir a doação bastava ao sesmeiro que pusesse em produção apenas uma parte do solo recebido, “logo ficou claro que terra virgem não era sinônimo de terra disponível” (ABREU, 1997:221). Já no final do século XVI, o acesso à terra tornou-se difícil para muitos colonos recém-chegados. Os que possuíam recursos puderam adquirir ou aforar ou parte delas. Grande parte desse “resíduo” populacional do sistema oficial de apropriação, contudo, acabou se transformando em meeiros, rendeiros ou simples agregados dos proprietários rurais, que obtinham, com isso, um enorme poder político.

A conjunção desses três fatores – a abundância de terras propícias à apropriação *de facto*, mas não *de jure*, a conseqüente formação de toda uma classe de homens pobres livres sem bens de raiz e o poder de gestão político-territorial concentrado nas mãos dos grandes proprietários fundiários – modelou a paisagem agrária colonial como um complexo mosaico. Tendo como referenciais os limites das sesmarias “originais”, esse mosaico era formado, em linhas gerais, por uma primeira faixa composta de lavouras de exportação (cana, tabaco, etc.) localizadas o mais próximo possível dos centros urbanos

de comercialização, bem como das vias de escoamento (principalmente os rios)⁴, reservas de matas – muitas vezes de grandes proporções – para retirada de recursos diversos e, é claro, para a expansão futura da empresa, estendendo-se para as terras além-baixada, e pequenas roças de subsistência (comercial e não-comercial) bordejando ou mesmo pontilhando esses “sertões interiores”. Essa dinâmica fica patente quando lemos um trecho do relatório do Vice-Rei Marquês de Lavradio, sobre a situação do uso da terra no distrito de Guaratiba, Rio de Janeiro, em 1778:

[...] as terras, q’ se achão por cultivar são os Sertões dos Engenhos, e Fazendas, os q^{es} são necessários indispensavelm.^{te} aos mesmos Eng.os p.^a em cada anno tirarem delles o grd.^e n.^o de Carros de Lenha, q’ conforme a moagem: tirarem páos p.^a moendas, madeiras de carros, taboas p.^a Caixões, madeiras p.^a a reedificação dos Eng.^{oz} e haverem terras novas p.^a seplantarem as Canas (LAVRADIO, 1946:329).

Neste contexto, era comum que emergissem sistemas de proteção florestal tão ou mais eficientes que a instituição “pública” das madeiras-de-lei⁵ como, por exemplo, a permissão de assentamento de agregados por parte de grandes senhores de terras em troca do serviço de fiscalização das matas existentes nas soledades mais afastadas das fazendas, conforme observou Henry Koster (1942) no nordeste e John Luccock no Rio de Janeiro. Eis o relato desse último, datado de 1813:

A-fim-de esclarecer e confirmar suas pretensões [territoriais], há muitos proprietários que instalam ao redor de suas fronteiras certo número de pequenos sitiantes a que chamam de ‘moradores’; estes pagam um pequeno fôro, buscam seu sustento principalmente pelo cultivo de verduras e preenchem as importantes funções de vigias, impedindo invasão por parte de proprietários vizinhos e furtos de madeira (LUCCOCK, 1975:194).

Esses “contratos” podiam, inclusive, ser sacramentados no papel. No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII, várias escrituras de arrendamento de terras proíbem o desmatamento e, não raro, estabelecem um censo a ser pago proporcionalmente ao número de machados possuídos pelo foreiro (SILVA, 1990:172-3).

Por outro lado, como o crescimento da economia de exportação era de caráter extensivo, necessitava-se periodicamente de novos arroteamentos. Para estas tarefas, o grande agricultor quase nunca empregava seus próprios meios de produção – os escravos africanos. Além da óbvia facilidade propiciada para a fuga, os negros podiam ser feridos ou mortos por picadas de insetos ou cobras, galhos ou árvores que tombavam, fogos descontrolados ou quaisquer outros tipos de acidentes. Assim, na maioria das vezes, a empreitada era confiada a trabalhadores livres de alguma forma ligados à extensa

⁴ Incluem-se aí, por exemplo, as plantações dos chamados “lavradores de partido”, isto é, aqueles produtores de cana-de-açúcar que não possuíam o “engenho” propriamente dito, sendo obrigados a vender sua produção bruta ao senhor que a beneficiava.

⁵ Ver, a este respeito, Miller (2000).

família patriarcal (os agregados), em troca do direito de usar temporariamente as áreas desmatadas para a agricultura e/ou comercialização das madeiras retiráveis (DRUMMOND, 1997:103-4).

Também a pequena produção agrícola a partir da simples “posse” da terra nas áreas de franja florestal podia dar origem à atividade de exploração madeireira. O ciclo dos “sítios volantes”, conforme chamou Gorender (1978:299), incluía, muitas vezes, antes da limpeza do terreno com fogo, uma fase de “apanha” das espécies fornecedoras de boas madeiras. Obviamente que estas deviam ser poucas, se comparadas com a diversidade arbórea total de um trecho de Mata Atlântica – digamos, talvez, 10 ou 20%. Mas é preciso lembrar que nem toda a Mata Atlântica estava assentada sobre o precioso massapé nordestino e os solos precisavam ser adubados, o que significa dizer que *era necessário queimar uma parte substancial de floresta*. E, talvez mais importante do que isso, a terra precisava estar disponível para a plantação (isto é, desflorestada) *rapidamente*, o que um homem, sua família e uns poucos escravos (quando existissem) não poderiam realizar a base unicamente de machado.

Por haver árvores mais robustas (com troncos de maior diâmetro) que teimam em remanescer mesmo após a queima, era muito importante que se as derrubasse antes que se tocasse o fogo, porque *lenhos secos são consideravelmente mais difíceis de serem cortados*. Segundo Deffontaines (1945:564), “[a] floresta é verde e úmida demais para queimar em pé; não há incêndio de floresta sem uma derrubada prévia”. As próprias modificações ecológicas estruturais impostas pelo corte seletivo à comunidade vegetal podem aumentar o grau de combustibilidade da floresta, facilitando, assim, o trabalho do fogo no processo de expansão da terra arável. Em outras palavras, o custo de oportunidade do arroteamento não-aproveitador de madeira era muito alto, isto é, a produção global (agricultura mais extrativismo) acabava ficando substancialmente mais cara, primeiro porque o terreno não era preparado adequadamente – o que influía na fertilidade do solo – e, segundo, porque se desperdiçava biomassa com potencial valor-de-troca. O padrão fitogeográfico da Mata Atlântica, combinado a um acesso quase universalizado aos recursos florestais – o que pressionava os preços para baixo – tendia a fazer com que, na maioria das vezes, só valesse a pena entrar na densa floresta primária para cortar algumas poucas árvores quando já se fosse, no final das contas, derrubá-la por completo de qualquer maneira.

Considerações finais

A dinâmica de avanço da fronteira agrícola sobre as florestas tropicais atlânticas, no Brasil colonial, revestiu-se de uma complexidade que não pode ser apreendida sem uma consideração pormenorizada das escalas espaciais a partir das quais esses fenômenos são observados. Meu foco, aqui, foi o da unidade produtiva.

Devemos reconhecer que o encontro com o sertão florestal e a transformação dessa paisagem dava margem a mil e uma possibilidades de organização espacial da “fazenda”. Certamente que “abrir uma fazenda” ou “fazer terra”, como se dizia, significava, essencialmente, desalojar a floresta, mas essa constatação não deve obliterar o fato de que o desflorestamento era geograficamente seletivo, principalmente por causa das exigências ambientais dos cultivos que se desejava implantar. A plantação da mandioca, por exemplo, frequentemente determinava o desmatamento das encostas e espigões; já a cana-de-açúcar tendia a eliminar as matas de áreas mais úmidas, próximas aos fundos de vale. Claro que era muito comum a combinação de cultivos, sendo as plantas domesticadas diferencialmente exigentes, o que resultava num desflorestamento mais homogêneo no gradiente da paisagem. De toda forma, a manutenção de uma área de mata virgem ou, pelo menos, de uma capoeira mais desenvolvida, era crítica para a sobrevivência das unidades rurais.

Estas áreas de terras virgens destinadas à expansão das lavouras, bem com ao fornecimento de madeira e lenha, eram parte integrante das fazendas, sendo, por isso, muitas vezes preservadas pelos proprietários fundiários por espaços consideráveis de tempo. Isto propiciava inúmeros conflitos com os rurícolas mais pobres, que se viam, na maioria das vezes, despojados do acesso aos recursos silvestres. Esses processos, ocorrentes em regiões tradicionalmente não consideradas como “de fronteira”, devem ser incorporados ao temário da história agrária brasileira, já que representam um aspecto relevante dos movimentos de apropriação e produção do espaço colonial.

Referências bibliográficas

ABREU, M.A. “A apropriação do território no Brasil colonial”. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (orgs.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARICKMAN, B.J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BRANNSTROM, C. "Rethinking the 'Atlantic Forest' of Brazil: new evidence for land cover and land value in western São Paulo, 1900-1930". *Journal of Historical Geography*, v.28 (3), 2002.
- CARVALHO, E.B. "Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*". *Esboços*, v.13, 2005.
- CASTRO, C.F.A. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília-DF: UnB, 2002.
- CASTRO, H.M. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, I.E. "O problema da escala". In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, R.L. "Espaço, um conceito-chave da geografia". In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DEFFONTAINES, P. "A floresta a serviço do homem no Brasil". *Boletim Geográfico*, v.28, 1945.
- DRUMMOND, J.A. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 1997.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.
- LAVRADIO, M. "Relação – parte II". *RIHGB*, v.76, 1946 [1779].
- LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MILLER, S.W. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford UP, 2000.
- PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília-DF: Ed. UnB, 2004.
- SAMARA, E.M. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- SILVA, F.C.T. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia: Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990.

POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM PIRENÓPOLIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Elisa Silva Caetano*

RESUMO

Apresentaremos um debate sobre movimentos sociais e políticos na cidade de Pirenópolis nas décadas de 1920 e 1930. Utilizaremos, para tanto, um documento cedido pelo Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro. A partir disso, demonstraremos como os conflitos locais podem refletir as crises políticas de outras regiões, ou seja, como as questões políticas nacionais (movimento social messiânico e movimento social anticomunista) influenciam nas ações sociais de pessoas comuns no interior de Goiás.

Palavras-chaves: Pirenópolis; Comunismo; Messianismo.

RÉSUMÉ

Nous présenterons un débat à propos des mouvements sociaux et politiques dans la ville de Pirenópolis de 1920 à 1930. Nous utiliserons, donc, un document donné par l'Archive National de Rio de Janeiro. À partir de ça, nous montrerons, comment les conflits locaux peuvent refléchir les crises politiques des autres régions, c'est-à-dire, comment les questions politiques nationales (mouvement social messianic et mouvement social ant communiste) influencent les actions sociales des presonnes communes à l'intérieur de l'état de Goiás.

Palavras-chaves: Pirenópolis; Communisme; Messianism.

* Graduanda do curso de História (Bacharelado) da Universidade Federal de Goiás.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de destacar os movimentos sociais, políticos e religiosos, na cidade de Pirenópolis nas décadas de 1920 e 1930. Para melhor entendimento, iremos destacar o conceito de movimento social, assim como, suas principais características. Após tal abordagem, contaremos com as definições de movimento social messiânico e movimento anticomunista, para então, tratarmos do que diz respeito aos fatos ocorridos neste pequeno município de Goiás.

1. MOVIMENTO SOCIAL

No que se entende por movimento social, acredita-se que estes surgem do descontentamento com a vida atual, onde, as sociedades buscam atingir uma nova forma de vida que acreditam ser mais pertinente. Os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade produz sua organização a partir de seu sistema de ação histórica atravessando pelos conflitos de classes e pelas transações políticas. Os movimentos sociais (conduta coletiva de historicidade) podem ser vistos como, a ação colidente de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica.

Os movimentos sociais são observados das mais diferentes perspectivas como, a forma em que se dão, a disposição que possuem e o conteúdo político que apresentam. Alguns autores vêem o movimento social ora dirigido para o poder ou para normas e valores. Assim, o advento de tais movimentos tem também como causa as mais diferentes explicações, ou seja, a maior ou menor densidade populacional, a sanidade ou insanidade dos grupos participantes, a civilização do litoral e a incultura do sertão (VASCONCELLOS, 1991: 24).

O movimento social pode ser visto como um elemento capaz de reequilibrar a sociedade. Para que os movimentos surjam é imprescindível que aja uma interrupção, ainda que temporária, das relações sociais existentes entre indivíduos ou grupos, tornando-os descontentes. Para Vasconcellos (1991) o movimento social é o resultado dos conflitos e não das crises, pois, tais movimentos visam à dominação e, se dão pela junção de três fatores: “Identidade, Oposição e Totalidade” (VASCONCELLOS, 1991: 27).

“O princípio de identidade é a definição do ator por ele mesmo”, ou seja, acredita-se que o movimento social é o palco de decisão que determina o ator político. Assim, a consciência de

identidade faz parte da significação de uma classe ou de uma força social de classe, pois as classes só podem ser definidas em adjacência de relações sociais. Mas, a formação de um movimento social antecede, de fato, tal consciência de identidade (FORACCHI, 2002: 291-292).

Com relação ao fator “oposição” pode-se dizer que um movimento social se realiza, somente, se houver identificação do adversário e, o conflito faz surgir o adversário. Porém, não podemos dizer que o movimento social se defina somente pelo conflito, uma vez que, o fator “totalidade” nada mais é que “o sistema de ação histórica cujos adversários, situados na dupla dialética das classes sociais, disputam entre si a dominação” (FORACCHI, 2002: 293).

Para Alain Touraine (2002) o conceito de movimento social não pode ser separado das noções de sistema de ação histórica e de classes sociais. Porém, tal conceito não nasce com a industrialização (lutas operárias) e pode ser definido – através de uma análise propriamente política – em relação às instituições que atacam ou que defendem, buscando poder e legitimidade, mas, reduzindo-o ao Estado.

Todo movimento social, seja de uma classe dirigente ou de uma classe dominada, contém em si a utopia da sociedade, transparente e racional, sociedade sem classes, certamente marcada por tensões e oposições, que permanecem sempre interiores a um modelo racional e humano de organização social (FORACCHI, 2002: 307).

1.1 Movimento Social Messiânico

Para Vasconcellos (1991) movimento social religioso é aquele que surge na sociedade procurando operar uma mudança, seja na ordem econômica, na ordem política, buscando movimentar as populações para obter essa nova ordem. E, para o autor a religião é o elemento propiciador dessa mobilização.

Nesse sentido, é importante estar atento ao apontar um movimento social religioso como messianismo, pois, caracterizar os pontos em comum seria possível de diversas formas, ou seja, o aparecimento do líder ou messias, seu carisma, suas proposições. A repercussão do líder na sociedade em que surgira. A visão demonstrada por seus participantes.

No entanto, para que se dê a transformação da sociedade em uma nova ordem, é preciso existir uma pessoa (líder ou messias) que esteja hábil ao cumprimento da missão. Podemos atribuir a essa habilidade do messias o conceito weberiano de carisma, pois, é necessário que aja por parte dos liderados, significativa aceitação. Mas, tal liderança, é executada, a partir do momento em que, acreditam ter suas leis ditadas por inspiração divina. Assim, o messias, seja a

reencarnação de divindade ou de herói, é uma categoria dentro da classe dos profetas, com destino político a cumprir (WEBER, 1974: 374).

A hierarquia social desses movimentos religiosos assume a forma piramidal, ou seja, o líder (ou os líderes) ocupa o topo da pirâmide. A camada intermediária é representada por um pequeno grupo que se vê próximo ao líder para reprodução de sua mensagem. Já na base da pirâmide encontram-se os adeptos, fiéis e peregrinos.

A respeito do Movimento da Santa Dica, podemos destacar algumas características em comuns com alguns movimentos ocorridos no Brasil, como por exemplo, *Canudos*, *Joazeiro*, *Contestado* e *Mucker*. Assim, podemos perceber segundo Queiroz (1965) que, a maioria desses movimentos se iniciara no meio rural e as lutas contra pobreza ou a dominação são características latentes desses grupos. Tal dominação pode ser entendida na política coronelista¹, pois, tanto o sertão nordestino quanto Goiás sofria, nessas décadas, com tal política.

O messianismo e o cangaço definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo, da forma peculiar de poder da República Velha que se personificava diante do camponês rebelado. Os movimentos messiânicos só se transformaram em lutas armadas porque seu adeptos foram atacados (...) por razões que (...) tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída (MARTINS, 1990: 61).

A política e a economia do estado de Goiás, nas primeiras décadas do século XX, podem ser facilmente descrita como “deficiente”. Isso por que, tal região era vista como campo de extensão e capacidade ilimitada de recursos naturais, desde a mineração até a criação de gado bovino, pois, este ocupa “na construção econômica do nosso Estado o mesmo lugar que o café na de São Paulo – o de alicerce” (LUDOVICO, 1933: 147).

Desse modo, as largas fronteiras, a ineficiência dos poderes públicos, a falta de meios de transporte rápido e barato e a livre autonomia por parte dos estados membros da Federação – autonomia esta, herdada da proclamação da República e da descentralização do poder – são conseqüências da liberdade que deram aos Presidentes de Estado para administrar e legislar sem ter que prestar esclarecimentos ao governo da República, principalmente, quando podiam contar com a justiça e a polícia (em todo território estadual), agindo e coibindo os contrários às leis.

Nesse sentido, acredita-se que o coronelismo nasceu da Guarda Nacional onde, após seus postos e patentes serem vendidos e doados pela República (interesses partidários ou não) alguns

¹ “[O coronel] é inseparável da sociedade agrária, matando-a, em morte lenta, a urbanização e a crescente comercialização dos interesses” (FAORO, 1985: 632).

que, não eram oficiais de patente, mas, tinha prestígio social passou a ser coronéis. Tais coronéis, por sua vez, exerciam o que chamamos de afilhadismo, ou seja, a forma a que dispunham manter dependentes várias pessoas ou eleitores, conseguindo para estes vários cargos públicos.

È possível entender que, os movimentos sociais messiânicos, assim como qualquer outro movimento social, surge com a figura de um messias para transformar a sociedade e buscar uma nova ordem diferente da existente. No entanto, segundo Queiroz, “os movimentos messiânicos não são nunca puramente religiosos” (QUEIROZ, 1965: 128)

1.2 Movimento anticomunista

O comunismo enquanto projeto político constituía-se numa ameaça à ordem estabelecida.

Um espectro aterroriza a Europa: o espectro do comunismo. Para perseguí-lo unem-se numa Santa Aliança todas as potências da Velha Europa: o Papa, o czar, Guizot e Metternich, os radicais da França e os policiais da Alemanha ... Quais os opositoristas que não são acusados de comunistas por seus adversários no poder? Quais os opositoristas que, por sua vez, não têm replicado, a seus adversários da direita ou da esquerda, com a alcunha infamante de comunista? (MARX; ENGELS, 1993: 65).

Ao colocar o comunismo como sinônimo de incompatibilidade, o discurso anticomunista atribui um movimento aos sentidos que são produzidos sobre os “comunistas” que, os reduzem a denominações carregadas de preconceitos mantendo uma imagem negativizada dos mesmos.

Nos discursos que pretendem movimentar a opinião pública, ou naqueles evidenciados por diversos trabalhos historiográficos ou mesmo discursos presidenciais² e jornalísticos, vemos a importância da figura do inimigo, tornando-se essencial identificá-lo, para em oposição a ele, facilitar uma interpretação reduzida da realidade. Percebemos a utilização das conotações e associações de palavras como ateus, maus, falsos, revolucionários, agitadores, etc., trabalho este preparado por intelectuais, jornalistas e instituições, Igreja, Estado, conseguindo apresentar como evidente: um comunista é um inimigo.

Segundo Cancelli, de todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia, eles se tornaram o alvo mais inflexível, da ofensiva

² “Alicerçado no conceito de materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. (...) o comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva e demolidora, visando. Por todos os meios, implantar e sistematizar a desordem...”(GUASTINI, Raul. Ideário político de Getúlio Vargas. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1943. Discurso: Contra o extremismo da esquerda. Da saudação do povo brasileiro nos primeiros minutos de 1936. p.59)

policial ao abordar o combate ideológico e social. “Seus militantes e simpatizantes seriam igualmente priorizados como inimigos em potencial” (CANCELLI, 1994: 80).

A perseguição contra os comunistas manteve-se durante todo o período de vigência do governo Vargas, mas teve um impulso maior entre 1930 e 1937. O indivíduo comunista era associado às aberrações política, psicológica, social e inimiga dos valores dignos da tradição cristã. Eram representantes de uma ideologia de esquerda que questionava as premissas do capitalismo e as lideranças burguesas. Assim, os comunistas cumpriam a qualidade de “inimigo objetivo” da nação.

Após a criação e utilização do Plano Cohen³, o regime do governo Vargas pôde comprovar que a sociedade estava disposta a aceitar o Partido Comunista como um dos grandes males da nação. Nesse sentido, segundo a autora Maria Isabel de Moura Almeida, alguns periódicos existentes em Goiás, católicos ou não, também influenciaram seus leitores, de forma bastante significativa, à uma opinião anticomunista.

Durante todo o período Vargas, o governo conseguira, através de vários instrumentos de propaganda, com que grande parte da população se sentisse encorajada nas campanhas cívicas que buscavam a construção de um novo país. Entre eles, “a campanha de caça aos comunistas (...) estimulada pelas autoridades. Entregar à polícia um comunista significava um ato de bravura” (CANCELLI, 1994: 93).

Na busca de exercer um dever patriótico, grande parte da população enviava cartas e telegramas diretamente a Vargas. Mas, esse tipo de denúncia anticomunista prestava a objetivos que iam desde irracionalidade totalitária e disputas políticas à vinganças pessoais.

2. CONFLITOS SOCIAIS EM PIRENÓPOLIS: AÇÃO ANTICOMUNISTA E MESSIANISMO

Diante desta sucinta análise, iremos analisar as principais características desses movimentos e, como estes aconteceram e eram vistos, em Goiás. Exemplificaremos os conceitos utilizados com dois tipos de conflitos locais que, se destacaram como, movimento messiânico⁴ - no que diz respeito ao movimento social religioso da Santa Dica (Movimentos dos Anjos) que se

³ “... uma falsificação tão grotesca de golpe preparada no interior do aparelho de Estado...” (CANCELLI, 1994: 82)

⁴ Para Pereira de Queiroz, “os termos ‘messias’ e ‘messianismo’, o qualificativo ‘messiânico’ pertencem à linguagem corrente que os definiu de acordo com os relatos bíblicos”. Assim, o conceito desde cedo serviu a um trabalho classificatório que visava a separar messias verdadeiros de falsos messias. (QUEIROZ, 1965: 3).

desenvolveu no vilarejo da Lagoa, hoje distrito de Lagolândia, município de Pirenópolis, Estado de Goiás, a partir de 1923 – e ação anticomunista, em se tratando da denúncia feita contra o prefeito de Pirenópolis, onde este fora acusado por uma “pessoa comum” de praticar atos comunistas⁵.

Benedita Cipriano Gomes (Santa Dica) em 1923 já sentiu manifestarem-se seus dons proféticos e milagrosos, atraindo ao pequeno povoado de Lagoa (hoje Lagolândia – Pirenópolis), um número cada vez maior de peregrinos que passaram a vê-la como Santa. Vinda de uma família de camponeses, tornar-se-ia líder do único movimento messiânico do Centro-Oeste. Em apenas dois anos o povoado de Lagoas se firmou como comunidade e Santa Dica, em pouco, se tornou forte influência política da região, como aconteceu com Antônio Conselheiro em Canudos e os monges na região do Contestado.

Para garantir a subsistência e a segurança de seus seguidores, a santa pregava no reduto, a igualdade, a luta pela abolição dos impostos e a distribuição de terras sob o lema "A terra é de Deus".

Em 1924, por ordem do governador de Goiás, Miguel da Rocha Lima, o comandante da Polícia Militar convocou Santa Dica a reunir voluntários, com a missão de interromper a entrada da Coluna Prestes pelo Estado de Goiás. Ela seguiu, levando aliados da Polícia Militar que também estavam sob seu comando, em direção a Anápolis. Quando Santa Dica regressou ao reduto da Lagoa, seu povo foi desarmado e a Polícia Militar seguiu para a Capital.

Numa madrugada de 1925, um batalhão da PM cercou Lagoas, disparando as metralhadoras, houve um grande tiroteio e, ao amanhecer Santa Dica conduziu a comunidade na travessia do Rio Jordão.

Mário Mendes, repórter do "Correio da Manhã", se interessou pelos fatos - que tiveram alguns registros na imprensa carioca e foi para Goiás, agregando tanto na questão que se tornaria defensor de Santa Dica em seu julgamento. Absolvida, ela foi expulsa do Estado. Mais tarde, com a revolução de 1930, Santa Dica foi notificada pelo governador de Goiás a colaborar com o Estado e apoiar o governo de Washington Luís. Nesta época, já sofria a influência de Mário Mendes que se tornou seu esposo e, com a santa teve três filhos.

Juntamente, com o movimento messiânico de Pirenópolis, iremos abordar a ação anticomunista de uma pessoa comum contra o prefeito do município – em 1937 – Mário Mendes.

⁵ AHN-MJNI, caixa 295, de julho de 1937.

João Basílio de Oliveira, presidente do Conselho Municipal provisório de Pirenópolis, em 1930, fez uma denúncia contra o prefeito Mário Mendes, em 1937 onde, acusava-o de praticar atos comunistas.

É possível perceber que não consta a entrada da carta, referente ao processo do Sr. João Basílio de Oliveira, no Arquivo Nacional. Parte do processo vindo da Diretoria Geral de Justiça, assinado em 8 de julho de 1937, por Paulo Motta, diz que

Está junta uma carta, procedente de Goiás, na qual o signatário, João Basílio de Oliveira, denuncia, como comunistas, o Prefeito de Pirenópolis e outras pessoas cujos nomes menciona. A denuncia tem a virtude de não se revestir a forma de anonimato (...) Tenho duvida, porém, em (...) ao Governador do Estado de Goiás, como seria natural, por isso que esta providencia talvez acarreta um movimento de perseguição ao denunciante (AHN-MJNI,1937: 1-2)

Nesse sentido, o que João Basílio de Oliveira fizera pode ser claramente percebido no telegrama que fora enviado, tanto para Secretaria da Justiça e Negócios Interiores – Diretoria da Justiça – quanto ao próprio governador do Estado de Goiás que, na época da denúncia era o Sr. Pedro Ludovico Teixeira. Este dizia:

Prefeito promete mandar espancar-me e obrigar engulir carta denuncia que dirigi V.Ex. a qual, diz estar seu poder, entregue pelo governador. Peço providencias sentido evitar tamanha violência contra quem julgava ter cumprido dever patriótico. Saudações cordiais. (AHN-MJNI,1937)

Para Hobsbawm, é no contexto do movimento messiânico social que vamos encontrar a eclosão do comunismo, no sentido de colocar todos os indivíduos no mesmo nível social, para a realização da igualdade e da fraternidade. Porém, “os movimentos sociais não podem, então, ser considerados precursores dos movimentos comunistas modernos” (QUEIROZ, 1965: 134).

CONCLUSÃO

Com relação a análise apresentada, lançaremos as seguintes questões: qual a relação político-social que houve nas ações “revolucionárias” de Benedicta Cypriano e Mário Mendes? A denúncia feita por João Basílio da Oliveira pode ter fundamentação, ou era apenas disputa política? Qual a relação que pode existir entre messianismo e comunismo enquanto movimentos sociais?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA Maria Isabel de Moura. O Anticomunismo na imprensa goiana: 1935-1964. Dissertação de mestrado – UFG, Goiânia, 2003.
- CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia da era Vargas. 2ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ª Edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus Editora, 1965.
- VASCONCELLOS, Lauro de. Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- WEBER, Max. Ensaios de sociologia. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1974.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO: ESPAÇO, TEMPO, MOVIMENTO E MATÉRIA

Eline Maria Moura Pereira Caixeta¹

Resumo

Em 1952, o “Manifesto Ruptura” trazia consigo os novos paradigmas da década de 1950 no campo das artes plásticas, a chamada “década construtiva” brasileira, que, no plano político, coincidiu com o projeto “desenvolvimentista” de Juscelino Kubitschek. O edifício do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1953-1968), de Affonso Eduardo Reidy – primeira obra, no Brasil, a explorar expressivamente o uso do concreto aparente – teve seu projeto imbuído desse contexto ideológico. Este trabalho tem como objetivo confrontar o discurso presente no projeto arquitetônico do Museu com aquele proferido pelos artistas ligados ao concretismo brasileiro a fim de demonstrar as contaminações figurativas existentes entre os dois campos artísticos.

Palavras-chave: arquitetura, arte, cidade moderna e contemporânea.

Title: MUSEUM OF MODERN ART OF RIO DE JANEIRO: SPACE, TIME,
MOVEMENT AND MATTER

Abstract

In 1952, “Manifesto Ruptura” brought with it the new paradigms of the 1950s in the plastic arts field, the so-called Brazilian “constructive decade”, which, in the political sphere, coincided with the “developmental” project of Juscelino Kubitschek. The building of the Museum of Modern Art of Rio de Janeiro (1953-1968), projected by Affonso Eduardo Reidy, – the first construction in Brazil to expressively explore the use of concrete without finishing – had its project imbued with this ideological context. This study aims to confront the discourse that is present in the architectural project of the Museum with the one uttered by the artists who are connected to the Brazilian concretism in order to demonstrate the figurative contaminations that exist between these two artistic fields.

Key words: architecture, art, modern and contemporary city.

¹ Universidade Católica de Goiás, Doutora Arquiteta / ETSAB-UPC/Espanha. Este texto faz parte da tese de doutorado “Affonso Eduardo Reidy. O Poeta Construtor” defendida na Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona – Universidade Politècnica da Catalunya, em fevereiro de 2000. Apoio CAPES.



Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, construção do bloco de exposições, escada que leva ao primeiro pavimento com Francisco Bolonha no *pilotis*, s/d. (MAM, Núcleo de Documentação) Foto: Aertsens Michel

“1950: década construtiva”

O “Manifesto Ruptura” (1952) trazia consigo os novos paradigmas da década de cinquenta no campo das artes plásticas. A idéia básica deste manifesto era o rompimento com todas as variedades e hibridações do naturalismo. Rompia-se com toda uma estética que até então havia sido a base do modernismo brasileiro para propor outra baseada em experiências que tendessem à renovação dos valores considerados como essenciais para as artes visuais — *espaço, tempo, movimento e matéria*.

Segundo Vanda Klabin (1985:45), nesta proposta são incorporados postulados da vanguarda construtiva européia que, de um modo geral, investem “contra as atitudes metafísicas e irracionistas que permeavam a atividade artística para afirmar a arte como prática racional e positiva” colocando-a no campo da produção.² Além de sua proposta estética, que inaugura a questão da arte abstrata, havia também o propósito de uma participação mais efetiva da arte na construção de uma nova sociedade.

A década construtiva das artes plásticas coincidiu — no plano político— com o projeto desenvolvimentista brasileiro, cuja tônica era promover e estimular o crescimento econômico do país, especialmente através do fortalecimento do mercado interno e do incremento da produção industrial. Segundo Ronaldo de Brito (1985), a arte construtiva internacional vinculava-se à idéia de integração do homem no processo industrial, o concretismo brasileiro mantém este compromisso: o trabalho artístico deveria contribuir qualitativamente na produção e o artista passaria a atuar, ao mesmo tempo, como agente criador e técnico, manipulando com competência a informação visual.

²

Além da base filosófica da Bauhaus e da Escola de Ulm, o concretismo no Brasil tinha como base teórica do desenvolvimento de seus trabalhos, a ciência, a mecânica, a semiótica de Pierce e a teoria da informação de Nobert Wiener.

Este contexto ideológico irá incidir sobre a produção arquitetônica deste período, reforçando sua vocação construtiva como fundadora de mundos e colocando a tecnologia da construção como tema relevante do projeto.

Durante a década de 1950, as revistas nacionais especializadas em arte e arquitetura continuam a veicular uma imagem de modernidade relacionada à racionalidade, à higiene, à simplicidade e à originalidade. A ênfase dada ao caráter construtivo da arquitetura e sua relação com a indústria foi outro aspecto que caracterizou as discussões do momento.

No início da década de 1950, aparece, no Brasil, a possibilidade de trabalhar formal e expressivamente a tecnologia do concreto armado aparente. É neste período que as primeiras Bienais de São Paulo divulgam a nova etapa da obra de Le Corbusier — as Unités d’Habitación, a capela de Ronchamp e o convento de La Tourette — e a obra estrutural do engenheiro italiano Pier Luigi Nervi.

Neste contexto de idéias, a tecnologia da construção passa a ser um tema importante. Na utilização de sistemas construtivos que representavam maior tecnologia, o concreto armado predominou. Pouco a pouco ele transformou-se em expressão contemporânea da técnica construtiva brasileira. O interesse pela investigação de novos sistemas estruturais também cresceu, passando a estrutura a ser considerada um atributo formal de primeira linha na concepção do projeto.

O desenvolvimento da engenharia civil neste período, principalmente daquela dedicada ao cálculo estrutural, foi considerável. Alguns arquitetos, a exemplo dos engenheiros, passaram a investir na elaboração técnica de seus projetos, buscando uma feição mais tecnológica para suas obras. Esta tendência não chegou a dominar, mas produziu obras primorosas, entre as quais podemos citar o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1953-1968), primeira obra, no Brasil, a explorar expressivamente o uso do concreto aparente.

Um novo conceito de Museu

A criação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, como entidade cultural, esteve extremamente relacionada a este contexto ideológico. Idealizado como espaço simbólico

deste novo modelo cultural construtivo, possuía, intrínsecamente, esta condição de representante de uma nova modernidade urbana.

A relação entre o abstracionismo e o desenvolvimentismo dos anos 1950 foi mediada pela atuação dos museus de arte moderna. A produção da arte abstrata, em sua forma mais acabada e original, só apareceu no Rio de Janeiro depois da criação do MAM Segundo Maurício Parada (1993), tratava-se, pois, “da instauração de um rito de passagem” onde a arte contemporânea tornava-se um dos caminhos possíveis para ultrapassar os limites culturais do subdesenvolvimento nacional.

Desde sua origem, o MAM foi concebido como um museu dinâmico, um espaço educativo e de socialização. Baseado no conceito do museu dinâmico americano — inserido no mundo da produção capitalista e profundamente relacionado aos agentes culturais, às escolas, às Universidades e à produção artística— sua tarefa primordial era educar as massas, melhorar sua percepção estética e criar no homem comum o gosto pela arte.

Como espaço aberto ao grande público, também foi concebido como novo espaço de lazer urbano, assim como a praia, o Maracanã e as grandes galerias de Copacabana. Foi neste sentido que, a partir de 1952, as elites vinculadas ao Museu iniciaram uma verdadeira disputa com a Municipalidade e a Igreja, pela área próxima ao Aeroporto Santos Dumont, situada nos aterros que se prolongariam até a Avenida Beira-Mar, onde se localizaria parte da mais nova área de lazer da cidade. Tratava-se da construção da sede definitiva do Museu.

Nos primeiros desenhos que Reidy faz para o Museu já estão contidas as principais preocupações do projeto: a paisagem, a flexibilidade dos espaços, o perfil estrutural, a iluminação, a ambiência construída, a idéia do edifício dentro do parque.

Em um único desenho — o perfil do bloco de exposições — o arquiteto define o partido do edifício. Com uma estrutura leve e transparente, o Museu se volta para a baía. Com uma estrutura independente, bastante complexa do ponto de vista estrutural — lajes, pilares, tirantes e pórticos— cria espaços integrados e de uso flexível, definindo a «forma» do edifício e seu «caráter» expressivo. Como forma, para Reidy, significava *ambiência construída*, tais desenhos demonstram sua preocupação com a insolação e com a escala.. Com este croqui fica claro que seria um edifício de *espaços monumentais*, um monumento transparente na baía da Guanabara que evoca a grandiosidade e a beleza de sua paisagem.

Nos demais desenhos estuda a modulação das fachadas maiores do bloco de exposições, estuda mais uma vez o perfil do bloco de exposições e traça a imagem mesma do edifício, em meio à paisagem. Sua visualização longínqua, demonstra esta intenção. Propõe a imagem de uma horizontalidade *perfeita*, contrastada apenas pela verticalidade das palmeiras. Estas, por sua vez, são esboçadas sempre em primeiro plano, assim enfatizando o predomínio da natureza sob a concepção do projeto.

Espaço, tempo, movimento e matéria



Affonso Eduardo Reidy, *Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*, 1953-1968.
Terraço do restaurante localizado no andar superior do edifício da administração. (MAM, Núcleo de Documentação)

M
A
M
A
M
uma coisa pura
linha luz e ar
pousa frente ao mar
M M M
A A A
M M M
(ANDRADE, 1957)

Em termos de aparato museológico o MAM é exemplar. Em termos arquitetônicos também é altamente sofisticado. Os ambientes projetados estão em consonância com as exigências do programa, expressando o novo ideal de espaço almejado. A criação de sucessivos mezaninos, de diferentes pés-direitos e diversos tipos de iluminação gerou *variedade* e *hierarquia* dentro da idéia de espaço único. Tais elementos propiciam a divisão virtual dos espaços no bloco de exposições, conferindo-lhe uma dinâmica inexistente na maioria dos espaços do gênero. Os focos de luz, em contraste com a cor e a textura do concreto, criam

uma forte e expressiva tensão entre a delgada pele de vidro e a corpórea massa que a envolve.

O conceito de *promenade architectural*, de Le Corbusier é intensamente explorado neste projeto. O Museu propicia vários percursos ao usuário que vão desde sua entrada no *pilotis* do edifício, passando ao primeiro pavimento por meio de belíssima escada elicoidal, até sua ascensão ao segundo pavimento através de uma escada longitudinal, que acompanha os limites do mezanino e a série de aberturas zenitais existentes na laje de cobertura ou ainda saindo pelo primeiro pavimento através dos terraços do teatro e do restaurante. O mesmo ocorre em seus espaços externos quando se passa pela elegante pérgola do restaurante, caminha-se pelo terraço voltado para a imensidão da baía, ou se desce pela rampa ao aconchego do pátio interno. Inúmeros poderiam ser os percursos descritos, pois o Museu encontra-se no caminho entre a cidade e o mar, ele é a *porta de passagem* para os jardins do aterro.

A estreita afinidade entre o discurso do arquiteto e o ideário da arte concreta produzida no Brasil, faz com que o projeto da sede do MAM seja um *momento* muito especial na obra de Reidy . Nele, fica evidente a importância dada aos conceitos objetivos de *espaço, tempo e estrutura* como elementos chaves na concepção do projeto, assim como a tentativa de manipular a percepção destes três elementos em sua relação com o usuário. Através de sua estrutura formal, altamente comprometida com a questão da organização espacial, Reidy procura *expressar* o próprio conceito do museu —o museu dinâmico, espaço educativo e de socialização— tornando-o de algum modo legível, compreensível. Através desta mesma estrutura busca tornar inteligível a própria lógica construtiva do edifício, valorizando o ensejo da concretização da obra. Esta coincidência, entre o momento no qual Reidy realiza tal discurso e aquele em que a arte concreta ganha maior força no Brasil, não pode ser ignorada, pois revela-se como forte indício de uma troca de experiências.

Neste caso, Reidy busca como referencial algumas pautas assinaladas pela arte concreta. Procura estabelecer analogias —seguindo determinados preceitos conceituais e metodológicos — entre a arte que o Museu buscava “representar” e o próprio Museu como espaço de representação. Neste sentido, a conexão que se estabelece entre o projeto do Reidy e a arte concreta não é de mimesis, mas de conceitos. Reidy busca encontrar, no âmbito de sua obra, as respostas que a arquitetura poderia oferecer às colocações e

reflexões do concretismo que, de certo modo, refletiam uma das disposições mais instigantes da modernidade: a correspondência entre *arte e ciência*.

Para tal, retoma alguns conceitos e princípios da tradição arquitetônica moderna. A compreensão do espaço como estrutura cinevisiva já existia na obra de Le Corbusier. O conceito de *promenade architectural*, que envolve a idéia de *deslocamento* no espaço, correlaciona as noções de espaço e tempo a uma *unidade cinética*. De modo análogo o tempo também é entendido como “funcionamento”, como “relação exterior entre as partes”. No MAM, a percepção integral do edifício só se dá na medida em que o observador caminha por seus espaços. A relação de síntese entre as partes, a imagem mesma do edifício, é mentalmente elaborada pelo observador após o seu percurso. O edifício não possui uma estrutura espacial previsível, que possa ser compreendida *a priori*. Para a sua total compreensão torna-se necessária a experiência do deslocamento.

A estrutura portante do bloco de exposições, por ser um elemento marcante, tende a estatizar os espaços. Sua integridade nos leva a querer congelar a imagem do Museu num só olhar. Reidy cria elementos que tensionam esta estaticidade, conferindo dinamismo aos espaços internos. A repetição e a linearidade dos pórticos estruturais estabelecem uma primeira lógica organizadora dos espaços, que, por princípio, é forte, centralizadora e concentrada em si mesma. Internamente, ele rompe esta lógica sobrepondo-lhe outra, pautada na diversidade e na variedade. Quebra a continuidade da laje de cobertura e das superfícies de vidro pela definição dos focos de luz, rompe a seqüência horizontal dos espaços com a inserção de mezaninos e escadas, que os integram verticalmente. Como na arte cinética, evolui da cor para a luz. Os espaços tornam-se fluídos, transparentes; as superfícies neutras em sua textura e cor; a luz passa a dar seu espetáculo, elemento integrador e desintegrador de formas.

Na cobertura, Reidy desarticula a idéia de *plano único*. Trabalhada com uma série de lajes curvas e planas que, associadas às linhas dos pórticos, se deslocam formando um sofisticado desenho. Neste desenho se sobressaem a textura do concreto aparente e a luz que penetra no ambiente. O mesmo ocorre com as lajes de piso, penduradas por cabos de aço, recortadas por mezaninos e perfuradas por escadas. A luz que entra pelas laterais tensiona os espaços. Ao subir pela generosa escada elicoidal, completamente solta entre as lajes do pavimento térreo e do primeiro pavimento, nos deparamos com um amplo

ambiente de pé-direito duplo, guarnecido por uma seqüência de aberturas zenitais que, com sua luz, colaboram na integração vertical dos espaços. Justamente no ponto onde se inserem tais aberturas, as laterais do edifício se fecham em um de seus lados aumentando o impacto da luz. Como era intenção do arquiteto, a luz natural *direciona* os espaços e *tensiona* a matéria. Nestes ambientes, Reidy trabalha nos limites entre a materialidade e a imaterialidade dos espaços, os principais elementos que utiliza são a luz, o concreto e o vidro. Opacidade e transparência, peso e leveza refletem a essencialidade da obra.

A necessidade de refletir sobre a *essencialidade* —a *estrutura*— da obra, percebida no projeto e nos textos de Reidy, é uma tendência própria da arte na modernidade —seja ela arte da edificação ou da composição, ou como arte monumental, estatuária e pictórica, ou poética e novelística.

Segundo Eugenio Trías (1991:234), “a arte, na modernidade, tende a derivar de uma *reflexão* (teórica) que lhe precede e que determina sua própria produção, ou que subjaz à *obra* ou ao *objeto*.” Além disto, o produto desta reflexão só pode alcançar o estatuto de obra de arte se ela afeta não apenas o objeto singular, mas também a “globalidade abstrata da essência ou da estrutura inerente ao campo artístico” onde se manifesta. Assim sendo, o objeto deve *significar* essa reflexão.

Derivar da reflexão sobre si e sobre sua especificidade, descobrir seus elementos estruturais —sua natureza e sua essência— e raciocinar sobre os componentes materiais de sua produção são os paradigmas da arte moderna apontados por Trías; os mesmos perseguidos por Reidy no projeto do MAM.

Em poucas palavras Reidy (c.1957-1958:1) define o partido do Museu: “... o *predomínio da horizontal* em contraposição ao movimento do perfil das montanhas e o emprego de uma *estrutura extremamente vazada e transparente*, que permitirá manter a continuidade dos jardins até o mar...” Com a mesma economia de meios, o poeta Carlos Drummond de Andrade (1957) sintetiza a imagem do Museu: “uma coisa pura... linha luz e ar...pousa frente ao mar...”

O edifício do MAM é uma deferência ao *lugar* e à *paisagem*. Edifício horizontalizado — a linha— simboliza o aterro —uma planície incomum na cidade—, exaltando as formas sinuosas da baía. Figura e fundo compreendidos em sua totalidade. É também um lugar de contemplação da natureza, o terraço — a linha sobre o ar. Como no Ministério da Educação

(1936-1942), repete a idéia do *pilotis* como porta de entrada ou grande pórtico que faz a ligação entre a cidade e o parque — mais uma vez a linha sobre o ar. A leveza e a transparência das formas correspondem à essência espacial da obra, o peso e a opacidade do material, a sua essência construtiva.

O Museu é composto por uma unidade tripartida. Como estrutura formal o bloco de exposições, o bloco-escola e o teatro são completamente independentes. Os edifícios do teatro e da escola, por sua «massa», funcionam como dois pesos que tensionam a membrana transparente do Museu e sobre os quais ela se apóia. Eles se integram por sua diferença, como o *positivo* no *negativo*. O mesmo ocorre com o corpo principal —o bloco de exposições— cuja figura corresponde à imagem da *caixa de vidro* de Mies van der Rohe — e do *pórtico* de Le Corbusier; a primeira, leve e transparente, o segundo, robusto em sua elegância.

No projeto do MAM já não se encontra nenhuma referência mimética, apenas algumas *analogias* entre princípios utilizados por Le Corbusier e Mies van der Rohe, oriundas da reflexão que Reidy faz sobre a especificidade da obra.

Nele, o arquiteto faz um esforço duplo no sentido de repensar os elementos da *obra em sua materialidade* e trabalhar com os limites mesmos de sua materialidade. Reidy libera os espaços internos da presença dos pilares. Içadas por tirantes ou discretamente apoiadas na haste menor dos montantes do pórtico, as lajes de piso e de cobertura do bloco de exposições parecem flutuar. Não pretende dissolver completamente o peso e a gravidade dos volumes. Neste sentido, o pórtico, objeto poético por excelência, atua como âncora que liga o edifício ao solo.

Apesar da predominante transparência da caixa, dos artifícios que usa para lhe dar leveza, dos detalhes e do refinamento construtivo de muitos de seus elementos, a espacialidade predominante no Museu ainda é a de Le Corbusier. É certo que nele está presente a tendência ao depuramento do desenho. Mesmo assim, a obra de Reidy não perde a tensão e a dramaticidade dos espaços de Le Corbusier, para adquirir a limpidez e a claridade dos espaços de Mies.

A associação do tijolo à vista aos perfis metálicos, marcante na definição da estética do bloco-escola, demonstra a ascendência de Mies sobre a obra de Reidy neste momento. Não fosse a exuberância espacial do pátio interno e as articulações volumétricas por ele

definidas, poderíamos nos arriscar a dizer que o edifício da escola é essencialmente “miseano” em suas exterioridades. No entanto, o pátio interno, que trabalha como elemento poético do projeto, rouba o lugar de protagonista das superfícies de tijolo e dos perfis metálicos. Com sua magnífica rampa, sua marquise e os terraços que o complementam no pavimento superior, forma um conjunto de espaços que, sem dúvida alguma, é de origem corbusiana.

Por fim, a idéia do *pátio* e dos *terraços* se reproduz nos espaços externos contíguos ao museu e em seu paisagismo. O museu se acomoda entre três praças/ pátios que o relacionam com a cidade e o parque. Adequadamente definidas pelos elementos paisagísticos que as compõem, elas funcionam como complemento dos espaços do museu.

O edifício do MAM constitui o «marco» com qual Reidy se liberta completamente das premissas da escola carioca. Ele é o *resultado* de uma obra madura, que evolui desde o conjunto do Pedregulho (1947) em suas investigações formais, espaciais e construtivas, passando pelo Teatro Marechal Hermes (1950) até chegar ao Colégio Experimental Brasil-Paraguai (1952), seu antecessor mais próximo. Trata-se, pois, da «conclusão» de um longo período de investigações que se desenvolve no interior de seus projetos e inclusive em obras correlatas de outros arquitetos, fato que transformou-o num dos edifícios mais emblemáticos de sua época.

Bibliografia:

ANDRADE, Carlos Drummond de. "MAM". *Catálogo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*, n. 15, 1957.

BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1985.

CAIXETA, Eline M. M. P. *Affonso Eduardo Reidy: o poeta construtor*. 2000. 600f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, Universidade Politécnic da Catalunha, Barcelona, 2000.

KLABIN, Vanda Mangia. "A questão das idéias construtivas no Brasil: o momento concretista". *Gávea*, n. 1, pp. 45-54, jan. 1985.

PARADA, Maurício B. A. 1993. *A fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: a elite carioca e as imagens da modernidade no Brasil dos anos 50*. Dissertação

(Mestrado em História), Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

REIDY, Affonso E. O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MAM- R.J. (mimeo), c.1957-1958.

TRIAS, Eugenio (Ed.). *Lógica del límite* (1ª ed.). Barcelona: Ediciones Destino S.A., 1991.

Droysen, aluno de Hegel: Afinidades eletivas entre a teoria e a filosofia da história.

Pedro Spinola Pereira Caldas*

RESUMO

Droysen é um dos principais autores da tradição historicista, mas também um historiador com profundas influências hegelianas. Posto não ser difícil apontar as diferenças entre os autores, é nosso objetivo mostrar como o historicismo de Droysen é teleológico. Esta é nossa tarefa: provar que a teleologia é um conceito histórico ainda útil, mesmo em nossa época antitragica.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia da História – Teleologia – Historicismo alemão.

ABSTRACT

Johann Gustav Droysen is one of the main authors of the historicist tradition, but also a historian with deep hegelian influences. This paper is about the importance of hegelian thought for the elaboration of Droysen's concept of history. Since it is not difficult to point out the differences among the authors, it is our aim to show how teleological Droysen's historicism is. This is our task: to show that Teleology still being a useful historical concept, even in our antitragical time.

KEYWORDS

Philosophy of History – Teleology – German historicism.

É bastante comum falar que o historicismo é o conceito central para compreender o pensamento histórico do século XIX. Já há quase dez anos me embrenho com este conceito que, creiam-me, não deixa sossegado quem se mete com ele. Por esta razão, julgo interessante me ater a outro conceito, bastante esquecido, mas também decisivo para o entendimento do pensamento histórico no século XIX: teleologia. Eu disse esquecido? Queria dizer: proibido. Afinal, há “neo-historicista” (Stephen Greenblatt), mas não há novas correntes da teleologia. Já começa em desvantagem aquele que partir desta premissa em um debate acadêmico, antes mesmo que ele se inicie. É o que Slavoj Žižek chama de *Denkverbot*.

* Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Gostaria de sustentar a idéia de inscrever o conceito de teleologia novamente no dicionário e no vocabulário de conceitos históricos. Para que isto soe plausível, procurarei demonstrar como há uma estrutura teleológica no pensamento hermenêutico de um dos grandes nomes do historicismo: - Johann Gustav Droysen. Claro, penso que esta ligação possível entre historicismo e teleologia fique mais viável caso demonstre minimamente o quanto Droysen foi influenciado pelo autor da *Fenomenologia do Espírito*. Não estou a dizer que não há diferenças entre os dois: há, e não teria dificuldade em demonstrá-las, mas creio que, neste caso, é mais instigante constatar as afinidades eletivas entre Droysen e Hegel.

Uma primeira influência pode ser encontrada no conceito de ciência: parece-me indiscutível que Droysen, se não tivesse freqüentado os cursos de Hegel na Universidade de Berlim, teria um outro conceito de ciência. As semelhanças são evidentes. Em determinado momento, ainda bastante introdutório, de suas preleções sobre teoria da história, Droysen afirma:

Movimento e unidade são ambos momentos, através dos quais o espírito é espírito, através deles ele se polariza em direção a uma vivacidade incansável que se consumiria a si mesma sem a energia da unidade e que se afundaria morta sem o movimento constantemente ativo e periférico.

Desta duplicidade desenvolvem-se os dois métodos (...) o físico e o especulativo (DROYSEN, 1977:10)

Se, por um lado, lamenta a pobreza de consciência irmanada à riqueza de experiência, Droysen em momento imediatamente posterior dirá que a acusação feita ao conhecimento excessivo dos fatos não deve adormecer a sensibilidade para as particularidades. Assim, o método histórico procurará, segundo ele, estabelecer a identidade entre os dois métodos, cujo maior problema consiste não exatamente em sua parcialidade, mas na ilusão de, em sua parcialidade, acreditarem estar dando conta da totalidade.

Isto posto, faço uma breve alusão ao que Hegel afirma em sua *Fenomenologia do Espírito*, obra planetária que, está claro, não irei sequer arranhar nesta comunicação. A crítica à bipolaridade das ciências, da qual Droysen parte para tentar justificar a existência da *Historik*, também foi identificada por Hegel cinquenta anos antes, no prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, e é uma das alavancas de seu imenso projeto filosófico.

Essa oposição parece ser o nó górdio que a cultura científica de nosso tempo se esforça por desatar, sem ter ainda chegado a um consenso nesse ponto. Uma corrente insiste na riqueza dos materiais e na inteligibilidade; a outra despreza (...) essa inteligibilidade e se arroga a racionalidade imediata e a divindade. (HEGEL, 2002:32)

É importante compreender o que ele entende por contingência. Se à filosofia cabe a formação de uma totalidade de perspectivas, não é porque estas tenham curto alcance. Para Hegel, a crítica à contingência é a mesma que dará base à crítica ao empirismo ingênuo, pois não será um momento imediato que, segundo a razão, poderá dar sentido à história, mas sim será o espírito que assumirá a forma final:

O espírito só tem consciência, quando ele é consciência-de-si; isto é, eu somente sei de um objeto na medida em que, nele, eu saiba de mim mesmo, que minha determinação saiba que aquilo, que eu sou, também é objeto para mim (...). Eu sei de meu objeto, e eu sei de mim. Ambos não são separáveis. (HEGEL, 1994:54)

E como sentimos estas passagens presentes quase trinta anos depois no curso de Droysen sobre teoria da história, dado em 1857? As lacunas deixadas por Droysen sobre os detalhes da filosofia de Hegel, e principalmente sobre a sua filosofia da história, começam a ser preenchidas – e a apresentar problemas interessantes.

Há dois momentos. Primeiramente, um que diz respeito à própria noção de objeto. Ora, quando Hegel afirma que não se separa o saber do objeto do saber-de-si como objeto, ainda que em Hegel em última instância o si do objeto não seja jamais contingente, fica difícil imaginar que Droysen não pudesse partir de semelhante pressuposto. Afinal, toda a sua crítica aos historiadores “eunucos” (alerta aos testemunhos de Zaratustra: a expressão não foi inventada por Nietzsche!) estaria baseada justamente em uma crítica à existência de objetos em si, que poderiam ser descobertos por qualquer historiador que usasse um método correto, universalmente válido. Para Droysen, a contingência seria mais do que mero fato porque é um momento em que o fato de conhecer altera o próprio objeto e o próprio sujeito.

Uma segunda influência se encontra na concepção “resignada” de história, um preço que toda e qualquer concepção teleológica precisa pagar. Resignação não é necessariamente apatia, mas quiçá uma possível postura crítica perante o otimismo de matiz hollywoodiana que marca a nossa época “pós-trágica”, uma época em que, como lembra Hans-

Ulrich Gumbrecht (que certamente tem horror ao pensamento teleológico), tudo pode ser revertido, contornado, consertado através do que Gumbrecht denomina “artifícios desparadoxificadores” (GUMBRECHT, 2001:16). Nada é dado, tudo pode ser tanto refeito, desde uma cirurgia plástica até inseminação artificial ou restauração de obras-de-arte devoradas pelo tempo e por cupins. Deste modo, parece ainda uma estranha aposta esta a encontrar algum sentido na teleologia, seja em quem for. O embaraço aumentaria ainda mais caso um crítico verdadeiramente alérgico à teleologia tenha boa memória e lembre da seguinte passagem de Hegel: “A perspectiva da história mundial filosófica não é uma dentre muitas perspectivas em geral que é posta como abstração, de modo que descarte as demais. Seu princípio espiritual é a totalidade de todas as perspectivas.” (HEGEL, 1994:32). Uma frase que deixa de cabelos em pé os relativistas, mas que poderia ser “apreciada com moderação” em um franco debate intercultural.

Apesar de não se desenvolver, a passagem do filósofo toca em um ponto importante: uma perspectiva não crer-se dona de uma visão absoluta. Para Hegel, isto se vivencia na experiência do luto, no sentimento de que mesmo as mais nobres formas de vida (i.é, as perspectivas) na história também decaem. Perante o aniquilamento do que há de mais belo, tudo parece ser efêmero: “Do que há de mais nobre e belo pelo que nos interessamos a história nos separa; as paixões conduziram-nas ao fim; é efêmero. Tudo parece se esvaír; e nada permanece.” (HEGEL, 1994:35). Logo, de cara se percebe que para Hegel não pode haver confusão entre absoluto e exemplaridade, absoluto e beleza, ou, se preferirmos, entre plenitude e normas exemplares. Ora, justamente por mesmo o mais belo e o mais nobre, ao decaírem, suscitarem sim a melancolia e o luto, mas não se confundirem com o todo – afinal, terá ao menos sobrado a consciência do melancólico, a experiência do luto em si, que já depende natural e logicamente de que algo sobreviveu ao que no início parecem ser ruínas - o espírito, diz Hegel, se rejuvenesce, elabora a si mesmo, e, assim, acaba tornando obrigatória a pergunta: “qual o fim de todas estas particularidades? (...) é necessário que haja um ponto final por detrás de todos estes sacrifícios de conteúdos espirituais” (HEGEL, 1994:36).

Droysen também vê na experiência da fugacidade o marco zero da consciência histórica, aquilo que a desperta:

O transcorrido pertencerá ao passado na medida que não tiver sido assimilado e interiorizado, e, assim, permanecido presente. Cada presente se esvai rapidamente de

nós, desaparece; de acordo com a nossa finitude, possuímos não apenas o momento fugaz, mas nele tudo que ele ainda traz consigo, todos os resquícios de presentes passados, com todas as suas interiorizações. E para ter mais do que este momento, do que este aqui e agora, não podemos humanamente proceder senão reviver estes passados ideais e estas lembranças, e nelas, tornar presente aquilo que se foi; o espírito finito, e somente ele, tem a capacidade, de, com a lembrança e a esperança, dar ao momento fugaz uma abrangência que seja um reflexo da eternidade de Deus (...)
(DROYSEN, 1977:10)

A experiência da fugacidade, ao invés de ser simplesmente uma consciência da relatividade do homem, ela é uma busca de consistência. É verdade que cada um parece buscar em sentidos opostos tal consistência: Hegel é mais utópico ao enfatizar a relativização da particularidade e apostar posteriormente no rejuvenescimento. Droysen parece apostar em uma forma de reconstrução, em reviver passados ideais não mais presentes de modo imediato. Hegel por sua vez perfaz movimento análogo ao anteriormente exposto: ou seja, ocorre da mesma maneira que o luto produzido pela decadência do que há de mais belo e nobre não significa que a história perca o sentido; na verdade, é aí que, ao menos na consciência do enlutamento, primeiro despojo encontrado nas ruínas, a história começa a se refazer, uma determinação negativa da essência do homem (sua essência ainda não está nele) não o leva à imediata aniquilação. A própria consciência enlutada, e porque enlutada especulativa, é a experiência de que ela não se confunde com a grandeza com a qual o saber representativo se identificava e estabelecia.

Mas o grande problema da teleologia permanece: e a liberdade de autodeterminação, e a vontade de cada qual? Ficam vontades e liberdades dissolvidas em um grande sentido que as atropela? A teia fiada por Hegel é sutil: afinal, se o homem passa a ter consciência do fundamento divino da história, isto não lhe embotaria a vontade? Ou seja, ao se perguntar “qual o fim de todas as particularidades”, apresenta-se então problema do compasso entre razão e vontade, entre o tapete e o fio que o elabora. **Deslocado o sentido para a razão, não seria a vontade absurda? Este é o problema central de sua filosofia da história.**

Proponho que se pense a teleologia de maneira menos evidente: o télos como elemento central do pensamento histórico hegeliano não é sinônimo de repouso, mas sim o reconhecimento de que não há outra essência da vida humana do que sempre se esteve em movimento.

Até chegar a ser consciência absoluta de si, a Providência é uma força latente, interna, não-consciente – natural, nos termos do próprio Hegel, um impulso que se confunde justamente

com a paixão, o primeiro e indispensável meio de realização da história. A paixão é o instante em que se confundem o arbítrio da vontade e a obediência à necessidade, nela tudo converge e gira em torno de um ponto. O homem de ação pensa somente em sua obra e a coloca diante de si – sua vontade é seu próprio objeto. Mas é justamente neste caráter necessário da paixão, da tarefa indispensável e inadiável, que permite Hegel ver o seu momento universal. Contra uma tendência que friccionava livre arbítrio e bem comum, particularidade e universalidade, Hegel tenta mostrar que nem aquele é destruidor e ensimesmado, nem esta é algo que desce dos céus, vindo de fora e interferindo em um contexto do qual ainda não participava. É um aspecto essencialmente trágico, pois, se a ação depende justamente de uma certa obscuridade da consciência para consigo mesma (e aí estamos falando da poeira que a razão joga nos olhos na consciência, ainda não clara como consciência de si), ou seja, se a razão é astuciosa para se esconder da consciência – por ora manifestada como vontade prática – a lei geral que se cria é escrita pela própria vontade, mas, quando for lida, o será pela razão.

O conceito de progresso, em Hegel, é antes de tudo um progresso que se determina como o caminho rumo à consciência que o homem tem de sua própria liberdade, ou ainda, de que ele é para si e em si, ou seja, de que ele não é em outro, como a matéria e os elementos da natureza sempre são em outro, sempre se definem somente a partir do reconhecimento de um outro. Esta estrutura progressiva, é preciso que seja dito, não é a expressão da arrogância do saber posterior, que afirma saber mais sobre algo do que este algo mesmo, por simplesmente ter vindo depois, mas é uma questão hermenêutica. Será que somente se fiando completamente ao que uma época ou um texto diz literalmente podemos compreendê-lo? Não seria a diferença e a cisão fatores produtivos e capazes de emprestar e dar sentido ao que considerava pleno? E para admitir que o sentido de algo não está dado plenamente naquilo que simplesmente se apresenta como tal (ou seja, a manifestação explícita de intenções), não seria necessário admitir como decisiva a idéia de destino, ou seja, de que há algo que atribui sentido, mas cuja representação imediata se me escapa?

E como isto se verifica em Droysen? Atenho-me ao exemplo verificável em sua biografia de Alexandre Magno e em seu conceito geral da cultura grega antiga.

No prefácio para *História dos Epígonos*, o terceiro volume da *História do Helenismo*, Droysen procura justificar o sentido de se estudar o período do helenismo. Discretamente orientado por Hegel, ou seja, vendo que um período considerado normalmente à época como

simples período degenerativo, Droysen tentará mostrar que há na aparente decadência um sentido, ou seja, que a verdade não se revela imediatamente e que ela reflete sobre si mesma. Possivelmente para manter a diferença em relação a Hegel, Droysen irá preferir falar em “teologia” da história ao invés de “filosofia” da história. Para ele, a teologia da história seria a confluência de vários vetores dentro de uma determinada unidade histórica. Sobre o alegado caráter decadente do helenismo, diz Droysen:

(...) Nem sempre a decadência das configurações estatais se dá simultaneamente com as da vida religiosa ou do desenvolvimento social; em grau ainda menor o vigor dos negócios, do comércio, das artes condiciona necessariamente o progresso moral e a força nacional. As infinitas e ricas relações tecidas de mil modos apresentam em primeiro lugar a história raramente podem ser reduzidas à expressões gerais e abstratas. Todavia há a decadência histórica de um povo em específico; ela ocorre quando o conteúdo espiritual e estimulador desaparece de sua vida, quando ele cessa de possuir uma força vital capaz de lhe dar novas metamorfoses, novas ligações, e quando ele regride a um estado vegetativo e natural de existência empírica. E muito pouco disto pode ser dito sobre o período helenista (DROYSEN, 1960:378-379)

Mas há um problema: como conciliar tal afirmação com uma concepção radical e assumidamente cristã e teleológica da história, quando vemos que, para Droysen “a civilização grega é a conclusão do paganismo, o desenvolvimento mais completo e rico do homem a partir de suas próprias forças” (DROYSEN, 1972:42). O Homem pagão, mesmo sendo o exemplo da autonomia, experimenta a insuficiência desta autonomia.

È este descompasso entre a espontaneidade do homem pagão e a consciência de sua finitude (limite) que marcará o homem que surge com o cristianismo. É um mote protestante, que Paul Tillich, já no século XX, formulará com perfeição, e que considero perfeitamente aplicável para Droysen: “O homem moderno é o homem que, em sua autonomia, tornou-se inseguro. Característico do fato de ter-se tornado inseguro é o fato do homem do presente não ter mais qualquer visão-de-mundo no sentido de uma totalidade de convicções seguras sobre Deus, mundo e si mesmo.” (TILLICH, 1962:76). E é este sentido trágico, “resignado”, que ainda empresta algum sentido à idéia teleológica, conceito que nos permite resistir contra os artifícios exterminadores de paradoxos. Pode haver algo mais historicista do que esta consciência da finitude? O Historicismo, se bem visto, não é a simples afirmação da relatividade de todas as

épocas, ou a certeza ingênua da objetividade histórica. Não. O Historicismo é a tentativa de encontrar sentido no acaso, sabendo, porém, que o acaso não é “um caso”, “um exemplo”, mas um evento decisivo para que o processo histórico tivesse tomado aquele rumo e não outro. Mas, como acaso, poderia muito bem não ter acontecido. Mas, tendo ocorrido, não pode ser ignorado, e passa a ser determinante.

Referências bibliográficas:

- DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**. Stuttgart; Bad Canstatt: Fromann-Holzboog, 1977.
Editado por Peter Leyh.
- _____. **Historik**. München: Oldenbourg, 1960. Editado por Rudolf Hübner.
- _____. *Texte zur Geschichtstheorie*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1972.
- GUMBRECHT, Hans-Ulrich. Os Lugares da tragédia. In: ROSENFELD, Kathrin R. **Filosofia e literatura: O Trágico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- HEGEL, Georg W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Die Vernunft in der Geschichte**. Hamburg: Meiner, 1994.
- TILLICH, Paul. **Der Protestantismus als Kritik und Gestaltung**. Stuttgart: Evangelisches Werkverlag, 1962.

“ENTRE O CAFÉ E O AÇUCAR: O HOMEM DO CAMPO E SUAS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO/SP – 1940/1970”.

Rodrigo de Andrade Calsani*

Resumo: Nas múltiplas possibilidades de se conhecer e aprender História encontramos no homem do campo uma que nos remete a reflexão de sua importância cultural na formação da região de Ribeirão Preto, na transição cafeeira para canavieira. Em diálogo com a economia, a política e o social redescobrimos um universo pouco explorado e que merece ser pesquisado. Dar voz a essas pessoas, simples, caipira, por meio de suas experiências de vida, é colocá-las como agentes no processo histórico. Do porão ao sótão acadêmico. Da periferia ao centro da vida de todos nós.

Palavras-chave: Homem do campo, experiência de vida, transição.

Abstract: In the multiple possibilities of if knowing and learning History we find in the man of the field one that in sends the reflection to them of its cultural importance in the formation of the region of Ribeirão Preto, in the coffee transition for canavieira. In dialogue with the economy, the politics and the social one we little discover an explored universe and that it deserves to be searched. To give voice to these people, simple, “caipira”, by means of its experiences of life, is to place them as agents in the historical process. Of the bilge to the academic attic. Of the periphery to the center of the life of all we.

Keywords: Man of the field, experience of life, transition.

“Antes, a *periferia* era puro silêncio, a história dos povos dissolvia-se na história dos reis, das igrejas, dos acontecimentos”. (MAROTTA, 1991: 26).

E se pudéssemos traduzir para os dias de hoje, a importância da experiência de vida do homem do campo (migrante ou imigrante), que tanto viveu e tem muito a nos ensinar com sua história rotulada de menor importância por alguns, mas tão repleta de caminhos, amores, vidas, encontros e desencontros, no âmago de uma sociedade tão diferente, “cultura”, competitiva e desleal muitas vezes. Peter Burke desabafa: “Por outro lado vários historiadores estão preocupados com a história vista de baixo. [...] a história da cultura popular tem

* Graduado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, SP. Ano de obtenção: 2005. Pós graduando em História, Cultura e Sociedade, na mesma instituição. Ano de ingresso: 2006. Professor da rede pública e particular do Ensino Fundamental, Médio e Universitário de Ribeirão Preto.

recebido bastante atenção [...] algumas dessas evidências são visuais, outras orais” (BURKE, 1992: 14).

Em *A formação da classe operária inglesa*, E. P. Thompson difunde a história social e polemiza a ideologia dominante com a recuperação de uma história alternativa, da minoria, que na suas práticas cotidianas, em suas experiências de vida, nos conduz a reflexão e a percepção de compreender seu universo e participação na construção histórica.

Quando muitos (as várias releituras de Karl Marx) afirmavam ser a história marxista resumida em modos de produção, em luta de classes e em supra e infra-estrutura, E. P. Thompson, identificou um novo objeto de estudo, o operário inglês considerado por muitos, ignorante e repetidor da filosofia do Partido Comunista, que ao seu modo lia individualmente ou, participava de roda de leituras para terem ciência dos acontecimentos relacionados à sua condição operária da época.

E. P. Thompson posiciona esse operário (e outros como artesãos, negociantes, jornaleiros, meeiros) como ativista popular e a cultura como força motivadora da transformação histórica (HUNT, 2001: 66). Thompson declarou: “Para nós, o impulso antropológico é percebido, sobretudo, não na criação de modelos, mas na demarcação de novos problemas, no modo de ver, com novos olhos, os velhos problemas” (HUNT, 2001: 66). Ele decodificava o comportamento do operário, mas sem abrir a mão ao seu lugar social e sua crença ideológica, o marxismo.

Natalie Davis reconheceu a importância da antropologia para ajudar o historiador a desenvolver uma percepção de rica variedade da experiência humana. Demonstrou pelos contextos a influência na organização, na composição, o papel e a função de grupo de jovens dos mosteiros em diferentes ambientes e que interferiram na construção da história da Reforma. Davis e Thompson buscavam dar voz aos excluídos da história oficial, fomentaram a abordagem cultural da violência popular, pessoas essas que poucos registros deixaram como fonte documental para estudo dos historiadores.

A fonte então, também foi repensada, e mais uma vez encontramos na escola inglesa Paul Thompson (atualmente existem vários seguidores) que difunde a prática da história oral como fonte de pesquisa. Criticada pela maioria até os dias de hoje essa metodologia, trouxe mais um caminho para escrevermos a história de pessoas comuns que com certeza não teriam espaço em livros oficiais de história. Segundo Paul Thompson:

“A história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da

própria história e revelar novos campos de investigação [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. (THOMPSON, 1998: 22).

A história oral pode não ser totalmente fidedigna, pode ser próxima do tempo presente, uma biografia, mas temos a convicção que também é uma modalidade de vida, cuja base é a memória pessoal, a percepção de um contexto vivido e experimentado em comum com o outro, a memória coletiva. Temos a impressão de que assim como a história oral tem suas brechas, dúvidas, outras fontes como certidões, testamentos, livros, também deixam lacunas históricas, também tem o peso pessoal de quem a elabora.

A opção pelo homem do campo em nosso primeiro trabalho de conclusão de curso “Entre o café e o açúcar: a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940 – 1970)”¹ nasceu por meio de conversas, *prosas*, com pessoas idosas que nos mostraram que o conhecimento se constrói também pela escola de vida, simples, difícil, vida caipira, rústica que nos remetem conhecer um pouco mais do Brasil e de suas histórias; do micro - o homem do campo, para o macro - o contexto rural brasileiro.

Encontramos por meio dos nossos depoentes (trabalhamos com a história oral e também bibliográfica) a simplicidade mais pura do estilo de vida, seja pela sua moradia, por sua vestimenta, momentos de lazer ou de lida. As reflexões que as entrevistas provocaram, transpareceram pelo olhar, pelo suspiro e até pelas tímidas lágrimas, o passado tão sofrido, a saudade de um ente querido. Histórias de vidas que nos remetem para um momento da transição do café para a cana-de-açúcar possibilitam compreender algumas atitudes de cada agente e a possível conciliação da economia, do social e do cultural.

Nas conversas que tivemos com os depoentes percebemos a atitude simplista de lavrador de uma vida inteira, costumes de roça, de canto, de religiosidade que nos remetem a definição de caipira por Cornélio Pires: “Por mais que rebusque o étimo de caipira, nada tenho deduzido com firmeza. Caipira seria o aldeão (...) caipirismo é acanhamento, gesto de ocultar o rosto (...) E o caipira é sempre lavrador.” (PIRES in BRANDÃO, 1983: 11). Carlos Rodrigues Brandão complementou:

¹ Calsani, R. de A. **Entre o café e o açúcar**: a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940/1970) – 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto.

“Nos anos sucessivos a 1880, quando pouco a pouco o valor do café e, logo depois, o da cana, tornou vantajoso o uso exclusivo de toda a terra para plantios de mercado, esses caipiras livres, depois revestidos como agregados, colonos, camaradas, começaram a ser expulsos das fazendas de café, e, bem mais tarde, seriam os trabalhadores volante de hoje”. (BRANDÃO, 1983: 40).

Nos relatos dos depoentes (foram cinco) encontramos a descrição da prática do cultivo de vários produtos agrícolas, tanto na própria área de produção quanto nas proximidades de suas casas. Conforme afirmaram Bacellar e Brioschi², no período de 1930 até 1950, ocorria na região de Ribeirão Preto o cultivo de vários produtos agrícolas: algodão, arroz, feijão, limão, tomate, verduras, paralelas as do café e depois da cana-de-açúcar.

Atentar para a presença da prática da policultura no referido período é algo significativo. Tal constatação desmistifica a tese do predomínio absoluto da monocultura cafeeira e, posteriormente, canavieira. Brioschi e Bacellar partilham dessa idéia, por meio de pesquisas filiadas a História Social. Seguindo um caminho diferente, caracterizado pelo olhar qualitativo, cultural, passamos a inserir esse dito “anônimo da história” na transição do café para a cana-de-açúcar.

Como não poderia ser diferente com o avanço de novos plantios, o caipira, muitas vezes calado, quando abria o seu coração e mente (nos depoimentos) tornava-se falante, apaixonado e saudosista. A maior dificuldade não foi à adaptação aos novos produtos agrícolas (café, arroz, feijão, algodão, milho, limão, cana-de-açúcar, entre outros) e sim, a mudança de costumes no que tange a sua família, religiosidade, valores, a conversa entre amigos e parentes antes de dormir, os bailes que com o passar do tempo deixaram de existir.

Com o advento da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto em meados de 1950, o trabalhador foi expulso das colônias e passaram a residir nas cidades, nas periferias. O pagamento passou a ser quinzenal (vale no dia 20 e o restante no dia 05), por meio de sua produção: a quantidade de cana (nesse período era crua, pois não existia a prática da queimada) cortada era somada e o pagamento era realizado sobre um valor (unidade criada pelo usineiro) que não havia como verificar se estava correto ou não.³

² BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (orgs.) **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: ed. Humanitas FFLCH/USP, 1999.

³ Quem pesava a cana era o feitor e muitas vezes calculava “a olho” quantos metros quadrados um trabalhador rural havia cortado. Não havia e nem há uma conferência pelo trabalhador sobre o peso do dia. Na década de 1960, o trabalhador colhia duas toneladas (cana crua) e atualmente (com a prática da queima da cana-de-açúcar) colhe em média de dez a quinze toneladas. Segundo o Sindicato do Empregado Rural de Pitangueiras, a cada tonelada colhida em 2005, o homem do campo ganhava R\$2,50 (Dois reais e cinquenta centavos). A consequência é um número maior de trabalhadores que morrem por ataque cardíaco, na tentativa de mais toneladas e uma “melhor” remuneração.

O que estamos alertando simultaneamente é o avanço das tecnologias agrícolas (também de latifúndios açucareiro tão comum na história brasileira) e em contra partida, a diminuição (ou desaparecimento) da vida comum de sociabilidade de pessoas simples. O homem passa a ser em meados de 1970 e até os dias atuais, uma “máquina” de cortar cana.

Estudar e conhecer esse caipira, pois ele mesmo se considera como tal, é compreender um universo de raiz, de cultura, de costumes e valores comuns ao nosso, mas que pelo fato de vivermos em função do tempo, nos distanciamos desse indivíduo tão maravilhoso e sábio. Muito mais que uma pesquisa, esse contato proporcionou mais um conhecimento e um caminho que, infelizmente, não existe na maioria dos livros de História.

“Enquanto o historiador das idéias esboça a filiação do pensamento formal, de um filósofo para outro, o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento. [...] “as pessoas comuns aprendem a se virar e podem ser tão inteligentes, á sua maneira, quanto os filósofos” (DARNTON, 1986: 14).

Referências Bibliográficas:

BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R. (orgs.) **Na estrada do Anhanguera:** uma visão regional da história paulista. São Paulo: ed. Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo.** S.P: Ed. Brasiliense, 1983.

BURKE, P. (org). **A escrita da história:** novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: ed. Unesp, 1992.

CALSANI, R. de A. **Entre o café e o açúcar:** a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940/1970). (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário “Barão de Mauá”, Ribeirão Preto, 2005.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CERTEAU, M de. Operação histórica. In LE GOFF, J; NORA, P. **História:** novos problemas. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

DARNTON, R. **O grande massacre dos gatos.** 2.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1986.

DESAN, S. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In HUNT, L. **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 63-96.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes** - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HUNT, L. **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, J. A história do cotidiano. In DUBY, G. (et. all.) **História e nova história**. Lisboa: Teorema. s/d.

LEVI, G. Microanálise e a construção do social. In REVEL, J. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MAROTTA, C. O. de A. **O que é história das mentalidades**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. (coleção primeiros passos).

MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. 4.ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.

MOTA, C. G. (org.). **L. Febvre: história**. Trad. Adalberto Marson, Paulo de Salles Oliveira e Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo**. Expansão e Declínio: 1765-1851. São Paulo: DIFEL, 1968.

PIRES, C. Conversas ao pé do fogo. In BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. São Paulo: Vértice, 1988.

REVEL, J. **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTO, B. R. E. **Caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Ed. Evoluir, 2001.

SOARES, A. R. **Um século de economia açucareira: evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970**. São Paulo: Clíper Editora.

TARTAGLIA, J. C. (org.). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 1988.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lélío Lourenço de Oliveira. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

“BONFIM”: o “lugar” do leproso.

Cidinalva Silva Câmara*

RESUMO

Apesar do grande avanço no tratamento da lepra nos últimos anos, o indivíduo contaminado por tal doença ainda vive em condições estigmatizantes, isto deve-se, principalmente, às práticas confinatórias, largamente utilizadas, para combater-la. No Brasil, a prática confinatória esteve em vigor das primeiras décadas do século XX até a de 1980. No Maranhão foi criado um asilo-colônia em 1937 – a colônia do Bonfim - que abrigou até a década de 80, milhares leprosos. Analisar as práticas discursivas que fundamentaram a criação desse asilo é o objetivo deste ensaio. Nesse sentido, pretendemos compreender como essa medida pode ser pensada à luz das reformas urbanas efetuadas no Brasil dos primórdios da República até o início do Estado Novo. Procurando analisar como técnicas disciplinadoras e as regulamentadoras foram desenvolvidas no Brasil para combater a lepra e o leproso.

Palavras-chave. Lepra, Confinamento, Maranhão.

RESUMÈ

Malgré de la grande avance dans le traitement de la lèpre ces dernières années, la personne contaminée par telle maladie encore vit dans des conditions estigmatizantes, ceci se doit, principalement, aux pratiques confinatórias, largement utilisées, pour combat la. Au Brésil, la pratique confinatória a été en vigueur des premières décennies du siècle XX jusqu'à de 1980. Dans le Maranhão a été créée une asilo-colônia en 1937 - la colonie du Bonfim - qu'il a abrité jusqu'à la décennie de 80, milliers lépreux. Analyser les pratiques discursivas qui se sont basées la création de cet asile est l'objectif depuis essai. Dans ce sens, nous prétendons comprendre comme cette mesure on peut penser à la lumière des réformes urbaines effectuées au Brésil des primórdios de la République jusqu'au début de l'État Nouveau. En cherchant à analyser je mange des techniques disciplinaires et les réglementaires ont été développées au Brésil pour combattre la lèpre et le lépreux.

Mots-Clè. Lèpre, Emprisonnement, Maranhão.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão

Introdução.

Este ensaio tem como objetivo analisar a criação do asilo-colônia do Bonfim localizado na cidade de São Luis do Maranhão. Nesse sentido, pretendemos compreender como essa medida pode ser pensada à luz das reformas urbanas efetuadas no Brasil dos primórdios da República até o início do Estado Novo. Nesse momento, como procuraremos demonstrar, há um investimento em técnicas de aprimoramento dos corpos e de higienização dos centros urbanos com o intuito eliminar grupos de indivíduos que poderiam por em risco o ideal de progresso e desenvolvimento industrial almejado para o Brasil.

Nessa tentativa, utilizaremos o esquema analítico de Michel de Certeau sobre as “práticas do espaço”, Assim sendo, buscar-se-á enfatizar as operações em que se definem novas territorialidades no tecido urbano à luz dos usos feitos pelos indivíduos e grupos sociais que os habitam. (CERTEAU, 1994). É preciso enfatizar ainda que este trabalho se fundamenta nos estudos sobre poder desenvolvidos por Michel Foucault, procurando analisar como técnicas disciplinadoras e as regulamentadoras foram desenvolvidas no Brasil para combater a lepra¹ e o leproso.

Nesse sentido, este ensaio representa a tentativa de aplicação de tais categorias na análise de um problema sociológico fundamental: *a exclusão de um grupo de indivíduos do convívio social por meio de discursos e práticas que lhes conferiam identidades deterioradas (GOFFMAN, 1978), considerando-os indignos de participar do tecido social do qual faziam parte, em nome da defesa da coletividade (BECKER, 1976).*

O exercício de análise aqui objetivado depende ainda da capacidade de tornar compreensível as articulações entre a criação dos asilos-colônia e os projetos políticos que, articulados a níveis local e nacional, tinham como principal objetivo produzir uma nação higienizada, moderna e civilizada a partir da adoção de técnicas disciplinares que normalizassem a conduta, sobretudo, das populações mais pobres. Frequentemente essas operações envolviam o expurgo dos pobres do perímetro urbano. Em outros casos, tratavam-se de exclusões mais traumáticas, como fora o caso dos hansenianos.

Pretendemos expor que a compreensão da função desempenhada pela colônia depende da análise de como se operou a “sociodinâmica da estigmatização” a nível local.

¹ Utilizaremos o termo lepra ser esta a denominação dada, no período em análise, à doença que viria, a partir da década de 1980, a ser renomeada de hanseníase em nosso país.

Nesse interstício, a colônia foi resultado da articulação entre o saber científico e as técnicas políticas de intervenção sobre os corpos dos doentes como forma de garantia da saúde da população, do coletivo. Nessa operação, legitimava-se o afastamento dos corpos individuais do perímetro urbano e o confinamento compulsório, assim como a aplicação de uma rígida disciplina, entendidas enquanto as medidas mais profilaticamente corretas no momento.

Nossa análise terá, portanto, como ponto de chegada o período da criação da colônia, na década de 30 do século passado. Ao término, pretendemos que fique claro ao leitor que as relações entre saber/poder permitiram não somente a criação do asilo, como também a própria definição do espaço onde o mesmo está localizado como “lugar de leproso”.

Bonfim: o “lugar” dos excluídos.

“Bonfim, cabo fronteiro à capital do Maranhão, na margem esquerda do Bacanga, cercado por um banco d’areia, que é encoberto completamente pela enchente da maré. Fica a 2° 23 lat.merd., e a 36° 31’ long. Occ.”(MARQUES, 1870: .93-94).

Augusto Cezar Marques em seu Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão, faz uma descrição do Bonfim relatando as atividades ali ocorridas desde os primórdios da colonização do Maranhão. Segundo o supracitado historiador, em 1718 foi construído no Bonfim um hospício² administrado pela ordem dos carmelitas. Jeromino d’Albuquerque, em “portaria de 20 de fevereiro de 1616, concedeu duas léguas n’este cabo para a edificação d’este hospício” (MARQUES, 1870: 94).

Tal edificação erigida no Bonfim acolheu ainda séc. XVII, presos contaminados por bexiga; foi utilizado como Lazareto, lugar de quarentena dos pretos novos, escravos recém chegados da Costa da África, ocasião em que fora administrado pela Santa Casa de Misericórdia. O Bonfim teria ainda abrigado um cemitério de ingleses, além de ser palco de uma grande festa ao santo, Nosso Senhor do Bonfim.

Todavia, ao chegar a terceira década do século XX, o Bonfim já não era mais apenas um porto de quarentena, onde os escravos esperavam até chegarem a seu destino final - São Luís. Era sim, o que pode ser considerado como “o lugar” reservado para o “fim” daqueles rejeitados pela cidade que ansiava por livrar-se de suas mazelas e torna-se limpa e higienizada. Uma cidade que se preparava para o suposto progresso que viria com a

² Destacamos que o termo Hospício usado por MARQUES refere-se, como consta no dicionário Aurélio da língua portuguesa, “casa onde se hospedam e/ ou tratam pessoas pobres ou doentes, sem retribuição”. Isto é, hospital de caridade de caráter religioso e não somente manicômio.

modernização do urbano, tão prometida naquele começo de século e no qual o governo getulista tanto apostava.

Neste sentido, o poder político, utilizando o saber médico, efetivou em São Luís, um processo que (CERTEAU, 1994: 73) chamou de operatório, isto é: “A ‘cidade’ instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação”. Uma delas, a que utilizaremos neste ensaio, seria a produção de um “espaço próprio” em que são definidos os lugares de acordo com os sujeitos e as atividades a serem desenvolvidas.

Analisando-se assim, a criação do asilo-colônia do Bonfim observamos a prática da construção de “um espaço próprio para os morféticos”, fora do perímetro urbano de São Luís. Isto se fez no sentido de ordenar os espaços na cidade, de forma a conferir um lugar para cada sujeito dentro do espaço urbano que proporcionasse a separação entre os indivíduos considerados aptos labor dos ditos inaptos; os considerados sãos dos tidos como não-sãos; os não-leprosos dos leprosos, pois, “(...) a organização racional deve, portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam” (CERTEAU, 1994: 75). E, definitivamente, o lugar onde os leprosos poderiam viver não parecia estar no perímetro urbano de São Luís.

A preocupação das autoridades públicas maranhenses com a lepra já era antiga, desde o ano de 1838 o presidente da Província, já propunha a transferência do hospital dos lázaros para um lugar que ficasse isolado da população. Isto porque, além de viverem no centro da cidade, ainda incomodavam as pessoas andando pelas ruas pedindo esmolas e expondo a cidade às suas mazelas. No entanto, como cita (CORREIA, 2006: 73) “quase meio século depois, transferidos que tinham sido, encontravam-se novamente a constranger a sociedade (...)”

Destarte, a necessidade de construir um espaço reservado que possibilitasse o banimento dos leprosos da cidade de São Luís já era presente bem antes do século XX, mas apresentava-se ainda mais urgente no início daquele século em que a cidade, em consonância com as outras capitais brasileiras, pretendia sair de seu atraso econômico-social e adentrar na dita modernidade.

Essa operação de construção de “espaços próprios” e “impróprios” para os “doentes”, assim como para os “sãos”, pode ser evidenciada através do discurso do leprólogo Achilles Lisboa que em seu “Catecismo da Defesa Contra a Lepra de 1936, sugeria a

instituição de exames médicos periódicos e obrigatórios em locais como as escolas, hospitais e repartições públicas, enfim, nos locais de aglomerações, “(...) por não se ter como adivinhar quando o indivíduo está em estágio de incubação” (LISBOA, 1936: 12).

Além dessas orientações, o cientista Achilles Lisboa, levou a público suas preocupações com a questão da lepra em discurso proferido em 1948 na Assembléia Legislativa do estado, publicado em 28/10/1948 no jornal “O Imparcial”. Neste discurso Lisboa, além de indicar os lugares considerados de risco (zona do baixo meretrício e os terrenos próximos do cemitério do Gavião) e orientava os cuidados que deveriam ser tomados para com os mesmos. Assim, com relação ao baixo meretrício, o leprólogo orientava:

(...) vigilância rigorosa e continuada da zona do meretrício que deverá ser também interdita até a rigorosa desinfecção nos trechos em que apurem os casos de lepra suspeita. Deverá a mesma Higiene pelo que apurar da inspeção feita pelas visitadoras, tomar providências para o isolamento dos casos que encontrar e interdição das moradias onde observarem, até que as medidas de desinfecção rigorosíssima se possam praticar, sendo preciso notar que, em tais medidas de desinfecção o expurgo deve ser absolutamente e demorado.

Quanto aos terrenos que ficavam nas proximidades do cemitério do Gavião, onde os leprosos viviam antes de serem encaminhados para o Bonfim, o supracitado cientista demonstra sua preocupação com a construção de casas naqueles terrenos e relata que: “(...) o contato com aqueles terrenos facilita da moléstia de maneira a mais alarmante”. A orientação era a interdição e incineração dos terrenos do Gavião e o exame na zona do meretrício.

Deste modo, estavam demarcados os espaços de onde, diziam ser provável, emanar uma contaminação de lepra. Estava delimitado o espaço disciplinar, que como diria (GIDDENS, 2003: 173) “deriva primordialmente, não da associação de uma organização com um pedaço específico de território, mas do arranjo espacial”. Igualmente estava demarcado o lugar reservado para os leprosos – o Bonfim do outro lado do rio Bacanga.

Excluir o leproso para “proteger” o país e “manter a ordem social”.

A lepra, moléstia repugnante que devora as carnes do indivíduo, tornando-o repelente, é tanto mais cruel, quanto, poupando a vida da sua vítima, expõe-na à execração pública, durante a sua longa existência.

Ninguém morre de lepra. O leproso morre de qualquer outra moléstia intercorrente, ou de velhice. E como a sua transmissão se dá por contágio, imagine-se o número de vítimas que cada leproso pode produzir, durante os largos annos que vive carregado de tão lúgubre fardo. (CAIUBY Apud CURI, 2002: 136).

Têm-se notícias do confinamento dos leprosos desde as primeiras informações sobre a lepra. Nos últimos séculos, porém se desenvolveu em vários países, práticas de

confinamento compulsórios que levaram à criação de todo um aparato próprio como a construção de leprosários, lazaretos e asilos-colônia.

No Brasil, até período imperial, tratamento dos leprosos ficou a cargo de instituições religiosas. Porém, com a chegada do século XX, nosso país passou a discutir a necessidade de promover um maior controle sobre a população doente e o combate à lepra passou então para a responsabilidade estatal.

Foi nesse período que vimos nascer uma verdadeira “marcha contra a lepra”, onde médicos arquitetos e os governantes dedicaram-se para encontrar a maneira mais eficaz no combate à doença, elegendo-a, imediatamente, como a grande inimiga a ser combatida pela nação, convocando os brasileiros a unirem-se em tal empreitada:

Milhões de brasileiros accorrerão, sem dúvida, ao apello da guerra santa, que esse desferirá contra o inimigo da pátria [a lepra], inimigo commum de todos os habitantes desde vasto paiz. Nem haverá um só indivíduo, nacional ou estrangeiro, capaz de negar o seu abulo a essa redemptora cruzada. (CAIUBY Apud CURI, 2002: 139).

Assim sendo, desenvolveu-se no Brasil uma série de “técnicas disciplinares” posta em práticas através da construção de verdades sobre o leproso, sua doença e seu corpo, encabeças por médicos, arquitetos e governantes.

A construção dessas verdades, caracteristicamente atravessada por relações de poder, só fora possível graças à rede de aparatos e dispositivos que produziam e regulavam costumes, hábitos e práticas sociais com relação aos leprosos. Afinal, como escreve (FOUCAULT, 1979:179): “(...) existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam constitui em o corpo social e que (...) não podem se dissociar, se estabelecer e nem funcionar sem uma produção, acumulação e funcionamento do discurso”.

Esses mecanismos e dispositivos, que pareciam está em defesa da coletividade, tinham sua função assegurada através de procedimentos de inclusão e exclusão desenvolvidos por meio de instituições construídas com essa finalidade: os asilos-colônias, como o do Bonfim em São Luís; os preventórios e os dispensários, destinados aos filhos dos doentes.

Estas tecnologias de poder disciplinar produzem positivamente sujeitos, saberes e discursos verdadeiros que adentram em todos os campos da sociedade, por isso mesmo, estão situadas numa multiplicidade de redes de poder e não nos indivíduos somente, estes não estão submissos ao poder disciplinar, são parte de seu aparato. O poder é exercido de maneira difusa

através de múltiplos discursos tidos como socialmente verdadeiros, “de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOULCAUT, 2000: 14).

Não obstante o exercício de violência inerente às práticas de isolamento na colônia, esse dispositivo adquiria sua força, não simplesmente pelo rigor de suas imposições, mas sobretudo pela concordância com a racionalidade científica da época, o que conferia um elevado poder de persuasão junto aos indivíduos, inclusive entre os leprosos. Pis, como escreve (FOULCAUT, 2000: 7-8): “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz o discurso”.

Esta constatação explica os procedimentos da sociedade com relação ao leproso: a denúncia feita pelos vizinhos e pela família, o abandono dos internados nos asilos, em fim, o completo rechaço social pelo qual passava, e ainda passa o doente de lepra no Brasil. O leproso estava no intermédio entre o corpo doente a alma pecadora, a lepra era entendida com um castigo divino, e isso agravava ainda mais a situação do doente, uma vez que, sendo ele um pecador, deveria pagar por seus pecados e resignar-se ao confinamento dos leprosários.

Para além da disciplina, o aparato desenvolvido no Brasil para combater a lepra pressupunha a normalização dos leprosos. Isto é, através da disciplina foi posto em prática uma outra tecnologia de poder: a normalizadora. Uma tecnologia de poder que tinha como alvo o corpo social, ia para além do corpo individual. Era uma tecnologia massificante, preocupada com a coletividade, com a saúde pública, os índices de mortalidade e natalidade e, principalmente em combater os efeitos que as doenças poderiam ter sobre a população.

Esta tecnologia regulamentara, segundo (FOUCAULT, 1979: 295): “consiste em fazer viver e em deixa morrer”. E, neste, tipo de controle, a medicina tem um papel fundamental. É nela que se desenvolve um tipo de poder/saber que atua, a um só tempo, sobre o indivíduo e sobre a coletividade, sobre os órgãos e os organismos ao mesmo tempo. Em conseqüência, a medicina possui efeitos disciplinadores e regulamentadores.

Esse poder de que goza a medicina lhe possibilitou desenvolver mecanismos de combate da lepra sentado num modelo que segundo (FOUCAULT, 1999) é baseado no controle. Um modelo estigmatizador, excludente que expulsou os doentes dos centros urbanos. Um modelo que dividiu, naquela São Luis do início do séc. XX, a população entre

leprosos e não-leprosos. O leproso foi rechaça, expulso da cidade, para longe e de forma que não retorne mais. Assim o leproso deixava de ser cidadão, em nome da pureza e da saúde da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à lepra se fez no Brasil por meio de uma prática que (CERTEAU, 1994) chamou de “administração panóptica³”, uma verdadeira “prática microbiana” organizando um sistema urbanístico, higienizando as cidades por meio da expulsão de seus territórios aqueles indivíduos que poderiam, na visão daquele momento histórico, ser um perigo à regulamentação da vida cotidiana do país que se desejava saudável para poder ser produtivo. Destarte, nos cabe questionar: Nesse movimento, produtor de um espaço disciplinar, que espaços são reservados aos sujeitos que vistos como ameaçadores? Foram previstos os efeitos que esse movimento poderia proporcionar ao tecido social? Perguntamos isto porque “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (CERTEAU, 1994: 175). E as condições de vida a que foram relegadas os brasileiros atingidos pela lepra, ou mesmo os que eram somente suspeitos, configurou-se, em muitos casos, como uma verdadeira catástrofe, uma vez que, aplicada de forma indiscriminada, desestruturou famílias inteiras, interrompendo projetos individuais em nome do grande projeto coletivo de “nação” próspera.

Assim sendo, a teoria microbiana que se desenvolveu naquele momento levou ao aperfeiçoamento das instituições direcionadas ao tratamento dos leprosos. Como diz (CURI, 2002:135). “O ideal higienista era o de conter a lepra em um espaço físico controlável, sujeito à fiscalização médica rigorosa, que objetivava resguardar a população ‘saudável’ do convívio daqueles que consideravam como portadores da terrível moléstia”.

Todavia, conclui-se que mesmo que a criação do Bonfim tivesse com objetivo, ambíguo, adequar os pacientes ao convívio social, de fato isso não correu, uma vez que mesmo depois de curados, as marcas do estigma da lepra tenderam a afastá-los do convívio social limitando sua ação como agentes. Dessa forma, restringiram-se os espaços em que tais pessoas poderiam atuar, bem como foram limitadas também, as suas rede de sociabilidades: família, trabalho, religião, lazer, opinião política – fato esse que interferiu e ainda interfere nas suas interações com a comunidade que se formou nos arredores da ex-colônia.

³ A este respeito ver CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: a arte de fazer. Terceira parte: Práticas de espaço.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Uma teoria da ação social**. Rio de Janeiro: Zahar Eds. 1976. Cap. 5- as regras e sua imposição.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama: quem é essa mulher?** Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do séc. XIX. - São Luís: Edufma, 2006.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros:** lepra e isolamento no Brasil 1935/1976. - Uberlândia, Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Uberlândia. Dissertação de Mestrado, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graau, 2000.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A construção da sociedade.** - São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LISBOA, Achilles. Catecismo da defesa contra a lepra. São Luís: Imprensa Oficial, D.E.I.P, 1936.

PALHANO, Raimundo Nonato. **A Produção da Coisa Pública, Serviços Públicos e Cidadania Na Primeira República:** a república ludovicense.- São Luís: IPES, 1988.

VELHO, Gilberto (Org.). **Desvio e divergência:** uma crítica da patologia social.- Rio de Janeiro: Joege Zahar, 1999.

FONTES ESCRITAS

JORNAL O IMPARCIAL 1937

JORNAL O IMPARCIAL 1948

REPRESENTAÇÕES DA METRÓPOLE EM *A TERRA DESOLADA* (1922), DE T. S. ELIOT, E EM *À PONTE DO BROOKLYN* (1930), DE HART CRANE

Flávio Pereira Camargo*

RESUMO: A partir da leitura de *À ponte do Brooklyn* (1930), de Hart Crane, e de *A terra desolada* (1922), de T. S. Eliot, pretende-se fazer uma aproximação entre esses dois poemas de modo a evidenciar a representação da cidade moderna e, sobretudo, a relação estabelecida entre o artista e o espaço da metrópole.

PALAVRAS-CHAVE: representação, metrópole, poesia moderna.

ABSTRACT: Starting from the reading of *The bridge* (1930), of Hart Crane, and of *The wast land* (1922), of T. S. Eliot, it intends to do an approach among those two way poems to evidence the representation of the modern city and, above all, the established relationship between the artist and the space of the metropolis.

KEY-WORDS: representation, metropolis, modern poetry.

A poesia da cidade

Ao resgatar a história do nascimento da cidade, com base no texto sagrado do Gênesis, que surgiu com a construção da torre de Babel, pelo fatricida Caim, Pesavento (2002) assinala que o discurso e a imagem das cidades que nos chegaram referem-se à construção da cidade como a representação de uma criação do homem.

A representação simbólica da cidade na história da humanidade, desde a Babel bíblica, remete-nos a uma imagem da cidade como centro de conflito entre os homens, pois a *urbe* é o local, por excelência, da agitação, do aglomeramento, da concorrência, do desenvolvimento; enfim, de uma eterna competição entre os homens.

Se “a cidade é o objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros” (PESAVENTO, 2002: 09), temos, desse modo, a construção de um imaginário social sobre as cidades. Qual seria então, o imaginário social sobre a cidade moderna em T. S. Eliot e em Hart Crane? Essa é uma das questões que pretendemos responder ao longo de nossa análise.

* Mestre em Letras e Linguística – Estudos Literários na Universidade Federal de Goiás. Professor de Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Campos Belos. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Culturais (NIESC/UFG/CAC) da UFG, Campus de Catalão.

Se há uma produção de imagens sobre a cidade, teremos, certamente, uma visão poliocular de modo que se explicita a complexidade do real, haja vista que a cidade é o “lugar do homem” e, sendo assim, haverá uma multiplicidade de olhares que se entrecruzam, de modo a abordar o real na busca de cadeias de significados diversos para a *urbe* moderna. A representação da cidade tende, desse modo, a assumir uma “forma metafórica de expressão” (PESAVENTO, 2002: 09), como se evidencia na poesia de Baudelaire, T. S. Eliot e Hart Crane, dentre outros poetas.

A poesia da cidade moderna seria, dessa forma, parte da era da cidade, da máquina, da ascensão das massas, do crescimento da cultura popular e, sobretudo, uma forma de expressão literária em que o artista poderia demonstrar o seu descontentamento com a Modernidade, com esse mundo da fragmentação, como se lê na poesia de T. S. Eliot.

***The wast land*: uma poética da fragmentação**

Com fragmentos tais foi que escorei minhas ruínas

T. S. Eliot

The wast land (1922) é considerado pela crítica literária como a realização máxima do movimento modernista na poesia. Uma poesia que encontra beleza nas coisas pequenas e secas. Durante a 1ª Guerra Mundial, Londres se tornou um lugar cada vez mais soturno, o que se refletia no poema *The wast land* que Eliot trabalhava. O poeta resgata uma totalidade de sensibilidade e funde, em seu poema, todas as cidades do passado e do presente em um declínio apocalíptico sob a nova forma de Cidade Irreal, que marca, no poema, ao mesmo tempo, “seu vínculo com a tradição e sua separação em relação a ela, através de uma abundância de alusões, citações, pastiches e paródias” (BRADBURY, 1989: 172).

As cinco seções do poema *A terra desolada*: o enterro dos mortos; uma partida de xadrez; o sermão do fogo; morte por água e o que disse o trovão, partem de algum ponto literário elevado e o utiliza como pastiche. No poema, há uma variedade de cenas isoladas, fragmentadas, que apresentam uma variedade de cenas do mundo moderno, que revelam o seu desespero e, sobretudo, a sua esterilidade. A cidade moderna é, ao mesmo tempo, uma selva e um deserto. Em meio às cenas do mundo moderno, entretanto, notamos pausas líricas, “evocações da fragilidade moderna, da dor e do sofrimento, da presença incessante da angústia da morte, a consciência da caveira que esconde sob a pele” (BRADBURY, 1989: 173).

T. S. Eliot, mesmo sendo devoto de uma tradição, quebrou os moldes tradicionais para dar novas formas à poesia inglesa. Em sua poesia é possível observar a presença do passado oriental sânscrito, pulsações gregas, latinas e hebraicas.

Fragmentos, citações de várias origens, em diversas línguas, que evocam as “ruínas” culturais que sustentam a *ruína* do homem ocidental na Modernidade. Nessa passagem, observamos uma alusão ao mito do Rei Pescador, a uma cantiga de ninar londrina, a Dante, a Virgílio, a Nerval, a Thomas Kyd e ao Upanishad. Portanto, múltiplas fontes e raízes, multiformes influências, as quais informam o substrato de uma poética do fragmento. T. S. Eliot, ao assimilar as multiformes influências, desenvolve um modo sutil de globalização literária por meio de um processo de revitalização literária do material “tomado por empréstimo” através de complexas operações mimético-metafóricas, conforme salienta Junqueira (2000: 108).

Podemos afirmar que há uma estreita relação dos poetas jovens, modernos, com os poetas mortos, seus antepassados, com a tradição literária, que implica em uma percepção e um resgate do passado literário, que se manifesta no presente, de modo que há uma relação entre passado e presente. Eliot atualiza toda uma herança literária e cultural de gerações passadas. A multiforme amálgama de citações e fragmentos foi sistematizada por Eliot a partir de *A terra desolada* até atingir seu ápice nos *Quatro quartetos*, através da técnica de eliotização de escritores e filósofos, dentre os quais: Dante, Virgílio, Heráclito, Mallarmé, Baudelaire, Corbière, Shakespeare, Keats e Joyce, dentre outros tais que, como se verifica nos versos seguintes em que há alusões a Baudelaire, ao *Inferno*, de Dante, e ao Canto Fúnebre em *The white devil*, de Webster.

*Cidade irreal,
Sob a fulva neblina de uma aurora de inverno,
Fluía a multidão pela Ponte de Londres, eram tantos,
Jamais pensei que a morte a tantos destruíra.
Breves e entrecortados, os suspiros exalavam,
E cada homem fincava o olhar adiante de seus pés,
Galgava a colina e percorria a King William Street,
Até onde Saint Mary Woolnoth marcava as horas
Com um dobre surdo ao fim da nona badalada.
Vi alguém que conhecia, e o fiz parar, aos gritos: “Stetson,
Tu que estiveste comigo nas galerias de Mylae!
O cadáver que plantaste ano passado em teu jardim
Já começou a brotar? Dará flores este ano?
Ou foi a imprevista geada que o perturbou em seu leito?
Conserva o cão à distância, esse amigo do homem,
Ou ele virá com suas unhas outra vez desenterrá-lo!
Tu! Hyprocrite lecteur! – mon semblable –, mon frère!” (ELIOT, 1981: 91)*

O poeta faz uma alusão, no primeiro verso, à Cidade Irreal de Baudelaire e, no último, ao poema “Ao leitor”, quando se refere diretamente, em tom irônico, ao leitor, o seu cúmplice. Entretanto, o poeta estabelece uma relação de identificação com o seu leitor. Nos versos: “Breves e entrecortados, os suspiros exalavam, / E cada homem fincava o olhar adiante de seus pés” há uma referência ao *Inferno*, de Dante. E no verso “Conserva o Cão à distância, esse amigo do homem” há uma alusão a Webster. É interessante observarmos que essa estrofe está inserida na primeira parte do poema: o enterro dos mortos, que fala, sobretudo, da esterilidade da terra:

*Abril é o mais cruel dos meses, germina
Lilases da terra morta, mistura
Memória e desejo, aviva
Agônias raízes co ma chuva da primavera.
O inverno nos agasalhava, envolvendo
A terra em neve deslebrada, nutrindo
Com secos tubérculos o que ainda restava de vida.
O verão nos surpreendeu, caindo do Starnbergersee
Com um aguaceiro. Paramos junto aos pórticos
E ao sol caminhamos pelas aléias do Hofgarten,
Tomamos café, e por uma hora conversamos.
Bin gar Keine Russin, stamm' aus Litauen, echt deutsch.
Quando éramos crianças, na casa do arquiduque,
Meu primo, ele convidou-me a passear de trenó.
E eu tive medo. Disse-me ele, Maria,
Maria, agarra-te firme. E encosta abaixo deslizamos.
Nas montanhas, lá, onde livre te sentes.
Leio muito à noite, e viajo para o sul durante o inverno (ELIOT, 1981: 89).*

A estrofe se inicia falando da primavera, que surge após o inverno, período em que a “terra morta”, estéril, tomada pela neve e pelo gelo, nada produz. A terra, durante o inverno, permanece improdutiva, fria, estéril, morta, até que as primeiras chuvas da primavera caem sobre a terra estéril e avivam as “agônias raízes” dos tubérculos secos. A primavera é a estação das flores, do colorido, da alegria. E, enfim, surge o verão, com seus raios solares, com seu calor e vigor que, juntamente com a primavera, fazem a terra “acordar”, produzir vida, sair de seu estado estanque, improdutivo. Essa terra desolada que se apresenta no poema é, na verdade, um reflexo da cidade moderna, marcada pela esterilidade, pela frieza entre os homens, pela agonia e, sobretudo, pela seca espiritual, decorrente de um período de pós-guerra.

No poema, o mito da busca da felicidade e da redenção é visível, de forma que o poema “pode ser lido como um produto do desespero pós-guerra, mas também como um clamar universal de fé, a busca de uma totalidade do ser que foi perdida. O tom de desespero quanto à perda espiritual e ao vazio decorre de uma visão da fragmentação, do materialismo e

da vulgaridade da cidade moderna, mas é também um estado de alma” (BRADBURY, 189: 174).

Em *A terra desolada* são frequentes as alusões mítico-simbológicas, além de considerável riqueza de imagens e metáforas. O imagismo presente em Eliot é fruto, em grande parte, da influência exercida pelas teorias estéticas de Ezra Pound. Em relação à estrutura da poesia eliotiana, salvo aqueles poemas produzidos na primeira fase, toda a poesia de Eliot se caracteriza pela descontinuidade, pela fragmentação, pela multiplicidade descontínua de matrizes composicionais e pelo desenvolvimento assimétrico das partes isoladas.

Eliot não somente absorve a poesia e todas as formas de cultura cristalizadas no passado, mas, sobretudo, recicla e reitera a sua própria poesia, como se verifica na IV parte – morte por água – em que há um aproveitamento da última estrofe do poema “Dans le restaurant”, incluído em *Poemas* (1920), publicado em francês, onde surge pela primeira vez o marinheiro fenício, personagem-símbolo de Flebas, o deus da fertilidade, que aparece afogado. A figura do marinheiro fora introduzida por Madame Sosostriis, uma célebre vidente da Europa, na primeira parte do poema, quando ele a procurou para que ela previsse o seu futuro nas cartas do tarô. É exatamente a carta do Marinheiro Fenício Afogado que sai para ele, sugerindo morte por água.

A técnica da fragmentação reflete o desespero de T. S. Eliot “ante a impossibilidade da comunicação, do enunciado global de seu pensamento, da cristalização dos dados pertinentes à realidade fenomênica dentro dos limites de um sistema orgânico, unitário e coeso de significados e significantes verbais” (JUNQUEIRA, 2000:112).

A problemática eliotiana apresenta duas vertentes existenciais basilares: o isolamento e a incomunicabilidade do ser, do ser que “está aqui”, diante do tempo e da história, do ser que tem consciência crítica do mundo, da vida e de si próprio em uma sociedade em que os valores humanos já não têm mais valor. Essas vertentes refletem a solidão e o desconcerto humanos do homem moderno; enfim, o vazio e a ruína espiritual do homem ocidental. Os próprios títulos denunciam a crítica nuclear da desolação do homem contemporâneo: *A terra desolada* e *Os homens ociosos*, por exemplo. Em algumas passagens de *A terra desolada*, observamos certas preocupações com o cotidiano, com tudo aquilo que possa expressar seus aspectos mais repugnantes e decadentes.

Podemos afirmar, na esteira de Junqueira, que *A terra desolada* representa um vanguardismo técnico e formal, além de exercer uma avassaladora influência sobre o pensamento poético do século XX. O poema divide-se em cinco seções, como assinalado

anteriormente, e estrutura-se a partir de três planos problemáticos, quais sejam: 1) o isolamento e a incomunicabilidade do ser humano; 2) os contrastes entre os predicados universais do pensamento ocidental que levam a uma vacuidade, fruto das reduções materialísticas, resultado das novas tecnologias e da automação cibernética; enfim, o declínio da Europa ocidental e 3) o pragmatismo do homem moderno, que desconsidera suas origens históricas, culturais e míticas.

No poema, Eliot se fixa na visão de apenas uma cidade, Londres, de modo a explorar os detalhes dessa cidade burguesa moderna. O poeta ainda substitui o método narrativo pelo mítico como observamos em *A terra desolada* e *Quatro quartetos*. Apesar de ser um poema longo, em *A terra desolada* há uma extrema contenção, que suprime o que parece liricamente supérfluo ou discursivo. A aplicação do método mítico, além dos procedimentos estilísticos e conexões estruturais típicas da técnica da fragmentação, leva o poeta a utilizar citações enxertadas no próprio corpo do poema como uma forma de atualizar a presença da tradição histórica e cultural.

Nova York: capital do imperialismo americano

A cidade, nas obras modernistas, é, de modo geral, o ambiente da consciência pessoal, de impressões fugidias, “é a cidade das multidões de Baudelaire, os conflitos do submundo de Dostoiévski, o *mélange adultère du tout* (mescla adúltera de tudo) de Corbière (e de Eliot)”, conforme assinala Bradbury (1989: 79). Na poesia modernista há a representação da natureza necessariamente urbana da paisagem onde vivemos. Trata-se, pois, de um ponto de vista moderno do artista, que, por um lado, expressa o seu desligamento e a perda e, por outro, a emancipação artística. Podemos afirmar, portanto, que a arte modernista não é apenas metropolitana, mas cosmopolita.

Nova York é considerada uma cidade privilegiada para um jovem escritor como Hart Crane. Os poetas modernistas de Nova York, Wallace Stevens, e.e. Cummings, Hart Crane e Marianne Moore, assumem uma idéia de poesia como algo constritivo, inflexível e árduo. Para Hart Crane, “Nova York expõe a pessoa a uma série de situações de modo intenso e bastante selvagem, que nunca se ofereciam em Cleveland etc. Nova York trata a gente rudemente, mas apresenta mais recessos terapêuticos – panoramas mais arrebatadores do que qualquer outro lugar dos Estados Unidos de que tenho notícia” (CRANE apud HOMBERGER, 1989: 119).

Em *The bridge* (1930), Crane (1995) trabalha com temas explicitamente americanos. Em sua poesia, Crane defende o otimismo que moldou a história americana do progresso, do desenvolvimento, tendo a metrópole papel central no poema. Enquanto Eliot, em seu poema, mais especificamente na parte III – O sermão do fogo, fala sobre a esterilidade, principalmente quando fala do desejo sexual ardente na parte baseada sobre o Sermão do Fogo de Buda, Crane, em *A ponte*, por meio de um processo de mitologização intencional, retira do passado tudo o que pode vir a ser útil e colocado a serviço de uma imaginação eclética do artista que relembra um futuro desimpedido, com predomínio, sobretudo, de um espírito dionisíaco alheio à esterilidade presente na poesia de Eliot.

Crane, ao se inspirar em Whitman e, por conseguinte, também em Emerson, “ergue uma estrutura aérea de metáforas sem apoio sob a forma da ponte do Brooklyn, a rede de aço de Roebling que representa a subordinação da natureza à vontade heróica do homem” (HOMBERGER, 1989: 283). A ponte constitui um gesto simbólico de confiança, exploração e expansão desbravadoras ao unir dois espaços, dois mundos. A ponte do Brooklyn é totalmente urbana e representa uma proeza técnica da sociedade moderna, industrial. Enfim, representa o domínio das forças do homem sobre a natureza em busca de desenvolvimento tecnológico.

A ponte traz ainda a simbologia da passagem. E essa passagem se refere tanto à cidade quanto ao homem. A passagem da cidade do século XVIII, para a cidade moderna do século XX, industrializada, técnica, em franco desenvolvimento e expansão, em que há o predomínio do concreto, do aço, do tráfego intenso, dos automóveis, dos arranha-céus, dos shoppings, das casas noturnas. Enfim, uma cidade em que predomina a agitação urbana, o movimento intenso, um fluxo contínuo de movimentação pelas ruas da metrópole.

Exemplares desse desenvolvimento celebrado pelo espírito romântico moderno de Crane, que desafia o classicismo de Eliot, são as referências aos elevadores dos arranha-céus; ao cinema, considerado a sétima arte, que encanta as multidões com os truques cinematográficos; ao centro financeiro de Nova York, *Wall Street* e as várias imagens que refletem a correria e a velocidade do desenvolvimento da cidade, que tratam o homem rudemente.

A ponte, “medonho limiar da promessa do profeta, / Prece de um pária, e grito de um amante”, pousada sobre o nada, com seus braços de aços, é capaz de abarcar as águas agrilhoadas da baía, que unem dois espaços. Por suas estruturas metálicas, fortes, resistentes, passam carros velozes à noite, que, com suas luzes, ornaram o caminho do progresso:

*E de novo as luzes do transito que deslizam pelo teu idioma
 Veloz e total, imaculado suspiro de estrelas
 Ornando o teu caminho, condensam a eternidade:
 E vimos a noite erguida nos teus braços.*

*Sob a tua sombra, esperei junto dos pilares;
 Apenas na escuridão é a tua sombra nítida.
 Os bairros flamejantes da cidade todos inacabados,
 A neve submerge já um ano de ferro...*

*Ó insone como o rio lá em baixo,
 Em abóbada sobre o mar, erva sonhadora das pradarias,
 Desce, vem até nós, os mais humildes,
 E da tua curvatura empresta a Deus um mito.*

Sobretudo na última estrofe, é perceptível o romantismo moderno de Hart Crane, que louva o desenvolvimento de Nova York. Entretanto, o poeta não conseguiu se adaptar às novidades, ao desenvolvimento, à tecnologia, ao crescimento urbano da metrópole, à sua agitação financeira, urbana, econômica e social; enfim, ao mundo intenso e selvagem, restando-lhe apenas a morte em 1932.

Ao contrário de Eliot, Hart Crane não nos apresenta uma poética da fragmentação, da citação, da descontinuidade. Crane, sobretudo, representa uma imagem positiva da metrópole moderna americana, símbolo do imperialismo dos Estados Unidos, em pleno desenvolvimento econômico e social.

Referências:

BRADBURY, Malcolm. As cidades do modernismo. In: _____ ; MCFARLANE, James. **Modernismo: guia geral 1890-1930.** trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Londres. In: BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. **Modernismo: guia geral 1890-1930.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 144-145.

_____. T. S. Eliot. In: _____. **O mundo moderno: dez grandes escritores.** Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CRANE, Hart *apud* HOMBERGER, Eric. Chicago e Nova York: duas versões do modernismo americano. In: BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. **Modernismo: guia geral 1890-1930.** trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CRANE, Hart. *À ponte.* Trad. de Maria de Lourdes Guimarães. Lisboa: Relógio D'Água, 1995.

ELIOT, T. S. **Poesia.** Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. A tradição e o talento individual. In: _____. **Ensaio de doutrina crítica.**[s./l.]: Guimarães Editora, [19--]. P. 19-35.

JUNQUEIRA, Ivan. Eliot e a poética do fragmento. In: _____. **Baudelaire, Eliot, Dylan Thomas: três visões da modernidade.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A pedra e o sonho: os caminhos do imaginário urbano. In: _____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

PEQUENO COMÉRCIO E ETNICIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE VILA RICA (1720-1800)

Débora Cristina de Gonzaga Camilo*

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir a formação de um comércio étnico a partir da ação de negras de tabuleiros e vendeiras em Vila Rica nos anos de 1720 a 1800. As mulheres, foco da documentação estudada eram as grandes promotoras do pequeno comércio cotidiano, o qual compreendia corpos e produtos. A herança africana que, na formação da América portuguesa teria se manifestado através de religiosidades, modos de fazer, falar e aqui, comerciar, têm peso importante quando se trata de compreender as formas assumidas pelo pequeno mercado: “transgressões” às leis, festas, ajuntamentos e trocas étnicas. Assim, este trabalho pretende dialogar com as atuais perspectivas dos estudos historiográficos, procurando entender como a existência de um mercado étnico promoveria trocas identitárias e/ou a transposição das mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: pequeno comércio, mulheres, etnicidade.

ABSTRACT: This work intends to discuss the formation of an ethnic trade starting from the blacks' of boards action and vendeiras in Vila Rica in the years from 1720 to 1800. The women, focus of the studied documentation was the great promoters of the small daily trade, which understood bodies and products. The African inheritance that, in the formation of Portuguese America would have manifested through religiosities, manners of doing, to speak and here, to trade, they have important weight when it is understanding the forms assumed by the small market: infractions against the laws, parties, reunions and ethnic changes. Like this, this work intends to dialogue with the current perspectives of the historical studies, trying to understand as the existence of an ethnic market would promote changes identitárias and/or the transposition of the same ones.

KEY WORDS: small trade, women, ethnicity.

O pequeno comércio praticado em vendas e tabuleiros no Brasil colonial tem sido abordado, em diversos trabalhos historiográficos¹ que afirmam a participação e a grande importância do mesmo para obtenção de alforrias e enriquecimento de pretos e, principalmente, de pretas. Parte dos trabalhos tem abordado o tema no Oitocentos, focados nas regiões litorâneas como Bahia e Rio de Janeiro, auxiliados pelas fontes iconográficas e textuais oriundas dos viajantes. Nosso trabalho busca contrastar com estas pesquisas procurando entender como se deu a construção deste pequeno comércio em Vila Rica na primeira metade do século XVIII, o qual não abarcava somente os elementos de cor da população local, bem como entender como este pequeno comércio agia na reconstrução e manutenção das heranças culturais africanas.

* Mestranda pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹ Alguns dos trabalhos podem ser aqui citados, como os de Liana Maria Reis (artigo 1989), Luciano Figueiredo(1993), Claudia Mól (dissertação de 2002) e, mais recentemente, a tese (ainda não publicada) de Sheila de Castro Faria.

É conhecido através de numa historiografia já consagrada a importância do pequeno comércio para o abastecimento local das vilas e arraiais. A legislação, por meio de editais e autos de verificação nos demonstra que a preocupação se dava num sentido específico: evitar contrabandos, danos contra os senhores de escravos e contra a saúde pública.

Embora a documentação faça muito mais regularmente menção às pessoas de ascendência africana como promotores de desordens através do pequeno comércio, por vezes eram presos homens brancos (o que inferimos pela ausência de especificações quanto à sua qualidade quando de sua prisão) acusados de venderem sem as licenças pelos morros onde se praticava a mineração. Assim é que no ano de 1732 Antonio Teixeira foi preso por “andar com uma frasqueira contendo publicamente pelo morro”², com produtos como vinagre, aguardente do Reino, bacalhau, azeite doce e uma balança sem a marca da aferição. Como Antonio, incorreram na mesma condenação outros como Manoel Gonçalves Lessa, com uma venda com cachaça e fumo³, Francisco Machado de Souza também vendeiro de cachaça, vinagre, fubá, seda, facas, entre outros produtos. Custodio, Francisco e outros homens foram também presos pelo comércio ilegal.

É interessante notar que há diferenças entre o que vendem e como vendem os brancos e os indivíduos de ascendência africana. Embora fossem encontrados vendendo como ambulantes, em sua maioria os brancos estavam instalados em vendas, ocupados na comercialização de cachaças, vinagres, azeite, fumo, bacalhau, vinho e açúcar. Tais produtos, muitos importados ou de outras regiões da colônia, chegam aos morros para consumo geral, enquanto percebe-se que o trabalho de vendeiros e negras de tabuleiros nos morros se volta, em grande parte, para o setor escravo e pobre da população. A interdição implícita à venda de miudezas pelos homens brancos parece-nos uma tradição legada de Portugal, onde a comercialização das mesmas era atividade feminina, sancionada pela Coroa, destinada a evitar que mulheres viúvas, solteiras e desamparadas tivessem de socorrer a prostituição ou a outros meios ilícitos para se sustentarem. Assim, somente encontramos homens brancos acusados de venderem por tabuleiros por meio de suas escravas presas, o que os obriga a pagar a condenação.

Aparece também justificado no comércio branco a importância da atividade para o sustento das famílias. Assim é que em 1730 Francisco Rodrigues e Vicente de Souza alegavam serem uns “(...) *pobres e miseráveis, com obrigações de mulheres e filhos*”⁴, e que,

²APM, CMOP, caixa 03, documento 29.

³APM, CMOP, caixa 03, documento 16.

⁴ APM, CMOP, caixa 02, documento 30, folha 01f.

portanto, recorriam à mercê dos vereadores para serem soltos da prisão após serem presos com azeite, aguardente do reino e farinha, dentre outros gêneros, o que lhes é concedido.

A importância do pequeno comércio para o abastecimento local é clara. A diversificação das ocupações na região mineradora era necessária e importante na conformação urbana. O crescimento populacional e o afã minerador que tomou conta da região nos anos finais do século XVII e nos iniciais do século XVIII deixaram relatos da fome e carestia a que estavam submetidos os moradores destas Minas. Juntamente com o incremento da atividade agrícola o pequeno comércio atende, então, tanto a uma demanda situacional quanto é característica do pensamento econômico nas sociedades de Antigo Regime. Segundo Liana Maria Reis em artigo de 1989,

“O aumento crescente das populações concentradas nos centros urbanos e o desenvolvimento das várias atividades- como a agricultura, pecuária, engenhos, o comércio, a prestação de serviços e o vasto leque de tarefas executadas pelos oficiais mecânicos- geraram uma demanda pela força de trabalho qualificada e não qualificada (escrava e livre) para atender a uma divisão do trabalho, cada vez mais complexa.”⁵
(REIS, 1989)

O relato do jesuíta Antonil revela a rentabilidade do pequeno comércio:

“(…) também com vender coisas comestíveis, aguardentes e garapas, muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro. Porque, como os negros e os índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia, tiram ouro para si, a maior parte deste ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costumam dar a chuva miúda aos campos, a qual continuando a regá-los sem estrondo os faz muito férteis - e, por isso, até os homens de maior cabedal não deixaram de se aproveitar por este caminho dessa mina à flor da terra, tendo negras cozinheiras, mulatas doceiras e crioulos taverneiros ocupados nesta rendosíssima lavra e mandando vir dos portos do mar tudo o que a gula costuma apetecer e buscar.”⁶

A diversificação do trabalho, como dissemos, é uma marca da racionalidade econômica nas sociedades de Antigo Regime. Nesta inexistente a concepção contemporânea de lucro e a idéia de um homem que pensa, *a priori*, em suas perdas e ganhos materiais. Antes, estes sujeitos agem em busca de segurança e manutenção da vida, respondendo aos contextos políticos, sociais e ambientais.

⁵ REIS, Liana Maria. *Mulheres de Ouro: As negras de tabuleiro nas Minas Gerais do Século XVIII*. In: Revista do Departamento de História, UFMG. n.º. 8. Janeiro de 1989.

⁶ A.J. Antonil, *Cultura e opulência no Brasil*. Apud. FIGEUIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF:Edunb, 1993.

É importante ressaltar tal aspecto devido à tentação constante de se buscar no passado, ou melhor, de justificar nele a mentalidade capitalista mesmo antes desta ser concebida e “praticada”. Como apontaria Karl Polanyi no clássico *A Grande Transformação* (1945), a falácia de uma economia auto-controlável surge a partir do século XIX, e é desmentida seguidamente no Novecentos. A economia seria, então, intrínseca às relações humanas. Este pequeno comércio local, desenvolvido tanto por lusitanos, mulatos, crioulos e pretos não teria como fim o enriquecimento, a acumulação de ouro, mas “(...) salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. (o homem) valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos.”⁷ As trocas visavam mais do que o ganho econômico: aliam recursos materiais a prestígio social, a sentidos ritualísticos dos produtos e do trabalho.

Ainda que o pequeno comércio tenha sido importante na arrecadação tributária⁸ e no abastecimento urbano, é certo também que não era bem visto pelas autoridades locais quando praticado por indivíduos de ascendência africana. Os tabuleiros e vendas eram simultaneamente espaços de tumulto, festa e trabalho. São inúmeros os documentos que trazem à tona os problemas ocasionados pelo pequeno comércio principalmente próximos às lavras minerais, dos quais citamos um pequeno trecho:

“(...)E porque outro sy sucedem as pendências, ferimentos, mortes e roubos, e offenças a Deus nosso Senhor de hirem mulheres com taboleiros às lavras do ouro com pasteis, bollos doce, mel, aguardente, e mais bebidas, que algumas pessoas mandão as ditas lavras, e sítios em que se tira ouro, dando occasião a este se desencaminhar de seus senhores, e hir dar a mãos, que não pagão quintos a Sua Magestade, que Deus guarde ordeno e mando que nenhua mulher, ou hôme escravos ou forros, vão às lavras do ouro, nem fora dos arrayaes a vender couza alguma comestível, nem de bebida, sob pena de serem assoutados, e perderem tudo”⁹.

A ligação entre as negras e os desvios do ouro, roubos aos senhores e ferimentos e mortes de escravos levou, em 1734, à promulgação de uma lei que impedia que as mulheres se aproximassem a menos de “200 passos” do local de trabalho dos negros.¹⁰ É curioso notar que são poucas as distinções que se fazem quanto a badernas em vendas de brancos ou quanto à sua presença neste pequeno comércio. Haveria, então, especificidades étnicas na prática

⁷ POLANYI, Karl. *A grande transformação*. p.65. LEVI, Giovanni. A herança imaterial.

⁸ Não é nosso objetivo explorar economicamente o tema, mas por hora talvez interesse citar um pequeno dado sobre a importância dos vendedores negros na arrecadação tributária. Em 1728, dos 320 contribuintes para o Real Donativo dos distritos do Padre Faria, Taquaral e Bom Sucesso, aproximadamente 21,6% era de ascendência africana.

⁹ APM, SEÇÃO COLONIAL(SC). Códice 07 folha 37v.

¹⁰ APM, SC 37, folhas 61-61v.

comercial realizada pelos indivíduos de ascendência africana. Seria interessante dialogar com estudos sobre as sociedades africanas para melhor elucidarmos as dúvidas. Sabemos, por exemplo, que os africanos para cá transportados seriam constantemente identificados pelo local de embarque ou pela semelhança lingüística.

O termo nação, que torna tanto mais clara nossa investigação, não pode referir-se, aqui, à procedência exata dos africanos, mas às designações e à identidade construída pelos indivíduos, razão pela qual o substituiremos pelo termo *etnia*¹¹. Minas, angolas, benguelas, entre outros, ressignificaram suas vidas não apenas em razão do passado africano, mas também em relação às suas necessidades em terras americanas, o que não quer dizer um apagamento das tradições, mas uma reelaboração, adaptação aos contextos locais.

Em algumas regiões da África haveria já há tempos a tradição do pequeno comércio. Relatos de viajantes destacam não somente a existência das trocas entre os africanos (principalmente na porção centro-ocidental), como a presença feminina na produção de alimentos para o comércio. Tratando do trabalho feminino em Angola, Selma Pantoja afirma a grande participação das mesmas no mercado luandense desde a instauração do tráfico negreiro, no qual desempenhavam papel importante no abastecimento dos navios e no fornecimento de alimentos para cidade. Cláudia Cristina Mol, em trabalho de 2002, explicita que o aprendizado do comércio se daria ainda na costa africana, transportando e adaptando nas novas terras seus modos de fazer e trabalhar. Segundo ela, o pequeno comércio seria a atividade promotora de enriquecimento de muitas negras. Sheila de Castro Faria também aponta o papel ascendente do comércio de tabuleiros e vendas para as mulheres de cor nas cidades do Rio de Janeiro e São João Del Rey na primeira metade do século XIX.

Este pequeno comércio a varejo dominado por mulheres africanas se voltava, como afirmamos anteriormente, a toda a população, mas carregava um conteúdo étnico que não pode ser esquecido. Alguns editais apontam claramente a ligação entre as negras de tabuleiros, negros fugidos e quilombolas, o acoitamento que se dava nas vendas, entre as outras infrações¹². Variados motivos podem ser apontados como razões para a proteção de

¹¹ Conceito criado no seio dos estudos antropológicos, *etnia* relaciona-se à alteridade, às formas de atribuição e identificação realizadas pelos próprios autores, organizadores das interações entre as pessoas. Os traços particulares dos grupos étnicos não dizem respeito à ancestralidade, costumes, mas sim ao contato que transforma, que cria cultura. É difícil, aqui, realizar um estudo pormenor das atribuições dadas pelos próprios negros, mas podemos encontrar algumas pistas documentalmente.

¹² O Juiz vereadores e Procurador do Senado da Câmara que servimos o presente anno por eleyção *nesta*. Porquanto se nos representou por parte do Povo do districto desta Villa, e seo termo as vexações que esprimentão [*sic*] pela multidão de negras de taboleyro que andão pelas vezinhanças dos Arrayaes do termo desta dita Villa e dysfarçadamente [*sic*] com sestos [*sic*] vendendo aos negros que andão em lavras e por caminhos socorrendo aos fugidos de tudo o que lhes he necessário para com menos deligencia vão estes buzcar [*sic*] as cazas de seos senhores, dando também ocazio a se fazerem grandes offensas a Deos, e mandando-nos

cativos de outros, quilombolas e criminosos. A ajuda por dinheiro ou outro favor era constante nesta sociedade em que a ajuda mútua era imprescindível, principalmente entre as camadas menos favorecidas. Podemos cogitar a perpetuação de uma economia de favores, ou uma “economia do dom”¹³, característica das sociedades não-capitalistas. Assim, a ajuda, o favor, criariam relações de dependência e alianças que se perpetuam e são importantes para a manutenção tanto individual como de famílias e grupos mais amplos.

É impossível saber por meio desta mesma documentação se os acoitamentos são resultados de uma relação financeira. Como colocamos, as relações econômicas estão aí subscritas nas relações sociais, nas necessidades cotidianas. Também não nos é possível afirmar que os casos de acoitamento¹⁴ se dessem apenas como forma de proteção e, nesse caso, entre os indivíduos de mesma etnia. Afirmer a ajuda entre indivíduos de diferentes etnias e condições é arriscado. Ao contrario dos estudos marxistas das décadas de 1970 e 1980, não podemos inferir uma unidade de classe. Mais ou menos pobres, forros e cativos, crioulos e africanos de diversas etnias foram separados categoricamente e efetivamente tinham diferenças entre si. Não nos parece, porém, correto afirmar uma separação étnica rígida. Como coloca Stuart Hall, as pessoas desempenham papéis distintos conforme as necessidades e contextos.

“(…) à medida que os sistemas de significado e de representação cultural multiplicam-se, confrontamo-nos com uma multiplicidade desconcertante e fugaz de identidades possíveis, podendo nos identificar com cada uma delas- ao menos temporariamente.(…)As pessoas não (...) identificam seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os diversos interesses e identidades sociais das pessoas possam ser reconciliados e representados.” (HALL, 1997: 19)

informar pelo Procurador deste Senado de todo o deduzido na representação do dito Povo, achamos muy conveniente dar toda a providencia necessária a todos estes vexames, sem embargo daz [*sic*] muytas prohibições que a este respeyto já tem havido, tanto por este Senado, commo por bandos dos Excelentíssimos Governadores desta Capitania. APM, CMOP, código 49, folhas 53-54.

Miguel Pacífico Filho, em tese de 2004 coloca que as negras alforriadas com suas vendas eram acoitadoras de negros e promotoras de encontros entre indivíduos de variada procedência. “Apontadas como local de ‘ajuntamento e bebedice’, serviam ainda de abrigo a negros em fuga, abastecendo-os com ouro, mantimentos e pólvora. Verifica-se, nesse caso, a estruturação de mecanismos de contato, ou sociabilidade, entre homens negros da capitania do ouro que gozavam de diferente estatuto social: cativos em fuga e negras alforriadas.” p. 77.

¹³ GODELIER, Maurice. O enigma do dom. *O enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁴ Não registramos na documentação da Câmara nenhum caso de apreensão de negros em vendas, ao contrario dos autos de achada para os produtos proibidos ou vendas ilegais.

A pequena atividade comercial, sinônimo de riqueza para alguns e de modo de subsistência para outros tantos não foi, como tentamos colocar, algo homogêneo ao longo do tempo. As distinções necessárias entre as práticas de negros e brancos ficam, por vezes, sem interpretações possíveis pela ausência de lentes apropriadas que nos permitam ler sinais e códigos não europeus. A diferenciação de produtos, por exemplo, não aparece apenas como resultado da pobreza da maioria da população consumidora, mas também como adaptação aos alimentos aqui produzidos, bem como a manutenção de aspectos ligados à religiosidade africana.

Nas religiões africanas de herança iorubá as divindades estão ligadas a certos produtos. Alguns a sabores, outros a cores e ainda outros a metais¹⁵. Assim, muitos de nossos “pontos cegos” tornam-se visíveis e inteligíveis. Na venda, não só os produtos, mas também os vendedores estavam se expondo. Bolos, frutas, pastéis, refrescos, doces, pães, aguardente, lingüiças e outras mercadorias se mostravam ao lado de corpos, devoções, tradições culturais africanas e outras aqui criadas.

Pelo compartilhamento do trabalho, das crenças e das marcas da exclusão, o pequeno comércio seria um espaço promotor de sociabilidades e de criação de um “nós” ainda que temporário. Mesmo porque as diferenças étnicas não fazem surgir, necessariamente, conflitos em todos os aspectos da vida social¹⁶. Assim, festejar, trabalhar, ajudar cativos e estabelecer alianças poderia ultrapassar barreiras étnicas, ou ao menos acionar identificações necessárias e/ou desejáveis aos contextos. Mulheres acoitadeiras de homens, mulheres que trabalhavam próximas visando proteção mútua...não podemos esgotar as situações passíveis de intercâmbios e aproximações, mas é certo que estas não estão limitadas às diferenças de nação ou condição.

É ainda insuficiente a discussão apresentada aqui. Longe de ser um mercado único, tentamos desenvolver uma análise da pequena atividade comercial em Vila Rica. Sinteticamente, colocamos que o pequeno comércio não era uma atividade restrita às pessoas

¹⁵ “Finalmente, cabe lembrar que os próprios *santos* se distinguem e identificam por meio de suas preferências em matéria de consumo; (...) Uma divindade privilegia certas cores e texturas nas suas vestimentas; certos sabores e aromas nas suas comidas; determinados paladares em suas bebidas; determinadas essências nos seus ‘defumadores’; certos metais, nos seus adreços e emblemas; certas pedrarias nas suas jóias.” VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; BARROS, Jose Flavio Pessoa de. *A galinha d'angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p.08.

¹⁶ “(...) as categorias étnicas oferecem um recipiente organizacional que pode receber conteúdo em diferentes quantidades e formas nos diversos sistemas sócio-culturais. Podem ter grande importância em termos de comportamento, mas não necessariamente, podem colorir toda a vida social, mas também podem ser relevantes apenas em determinados setores de atividade.” In: BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

de ascendência africana ou as mulheres, embora tivesse funções diferenciadas no caso das vendas de brancos e fosse dominado pelas mulheres. Procuramos também enfatizar o aspecto não econômico do mercado, voltado não para o enriquecimento como fim, mas à segurança e manutenção de status na comunidade. As ligações étnicas entre os pequenos comerciantes e o restante da população de cor local era um aspecto importante a ser levado em conta, criador de laços de sociabilidade que, em momentos específicos, ultrapassavam barreiras étnicas.

Bibliografia

- BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*. (mimeo).
- FERRONHA, António Luís. *As civilizações africanas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um padre exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MÓL, CLÁUDIA CRISTINA. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- MOTT, Luiz R. B. (1976). “Subsídios à História do pequeno comércio no Brasil”. In: Revista de História, vol. 53, nº 105, pp. 81-106.
- PACÍFICO FILHO MIGUEL; *Práticas sociais dos homens negros nas Minas Gerais da América Portuguesa..* FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Assis, 2004.
- PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus 2000.
- REIS, Liana Maria. *Mulheres de Ouro: As negras de tabuleiro nas Minas gerais do Século XVIII*. In: Revista do Departamento de História da UFMG, número8, janeiro de 1989.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: historia da coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva; BARROS, Jose Flavio Pessoa de. *A galinha d'angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Siglas das fontes

APM: Arquivo Publico Mineiro

CMOP: Câmara Municipal de Ouro Preto

Interações conceituais entre *libertas*, *auctoritas* e *liberalitas*: uma análise do
Principado de Tibério a partir dos *Anais* de Tácito.

Rafael da Costa Campos¹

Resumo: por meio de uma observação das críticas feitas por Públio Cornélio Tácito ao governo do Imperador Tibério em seus *Anais*, buscaremos estabelecer algumas relações entre os termos *libertas*, *auctoritas* e *liberalitas*.

Palavras-chave: Principado; Tibério; Tácito.

Resumé: Par une observación des critiques qui Publius Cornelius Tacitus a fait sur le gouvernement de l' Imperateur Tiberius dans ses *Annales*, nous trouverons poser quelques relations entre les terms *libertas*, *auctoritas* e *liberalitas*.

Mots-clés: Principate; Tiberius; Tacitus.

Pretendemos nestas páginas fazer algumas breves considerações iniciais sobre a constituição de uma representação da figura do Imperador Tibério César Augusto, por meio da narrativa do historiador latino Públio Cornélio Tácito (55 d.C. - ?) em seus *Anais*. Partindo de alguns comentários sobre determinados eventos de seu Principado (14 d.C.- 37 d.C.), visamos estabelecer uma comparação entre a descrição deste Imperador realizada por Tácito e as considerações feitas pela historiografia sobre o assunto, que se encontra amplamente sustentada na contraposição entre as narrativas históricas de historiadores contemporâneos e posteriores ao Imperador Tibério, bem como contemporâneos e posteriores a Tácito.

No que concerne à construção de uma representação da figura de Tibério, temos como preocupação ressaltar primeiramente a relação entre o significado que o termo *libertas* possui para o historiador romano, na medida em que se estabelece com o institucionalização do Principado uma nova forma de governo, que passa a sustentar uma relação complexa com a memória e a tradição política da antiga liberdade republicana (GOWING, 2005:14-35). A compreensão do termo *libertas* como a existência de uma liberdade política de expressão, estabelecida pela preponderância da aristocracia senatorial republicana na direção dos assuntos concernentes à *res publica*, sofre uma significativa alteração a partir do período em que uma série de dissensões políticas e civis são deflagradas no século I a.C., tendo como maior característica o surgimento de disputas entre seguimentos da aristocracia conduzidos por generais, cujas

¹ Professor Mestrando da Universidade Federal de Goiás, bolsista do CNPq.

contendas visavam a sobreposição do poder e prestígio individual na condução dos assuntos políticos e militares desta sociedade.

Diante deste processo, tem-se com Otávio Augusto o estabelecimento de uma nova forma de governo em que a direção da *res publica* torna-se gradualmente condensada nas mãos de um *Princeps*, legitimada pelo prestígio e autoridade (*auctoritas-potestas*), e pela disseminação de uma política de restabelecimento de valores políticos e morais republicanos, em consonância com um deslocamento do papel político do Senado a um plano secundário. Com a morte de Augusto e a ascensão de Tibério em 14 d.C. observa-se como o restabelecimento da tradição republicana significa de fato uma nova forma de poder político, fato sumarizado por Tácito (*qui cuncta discordiis civilibus fessa nomine principis sub imperium accepit*) (ANAIS, I-1).

A partir deste momento *libertas* passa a reproduzir um significado diferente diante da perspectiva de Tácito: liberdade e Principado passam a significar coisas incompatíveis mediante a sucessão dinástica dos Imperadores, que se deu até o Principado de Domiciano (*Nerva Caesar res olim dissociabiles miscuerit, principatum ac libertatem*) (VIDA DE AGRÍCOLA, I-3), e as garantias de um direito de liberdade política e de expressão, conquanto já fossem questionáveis com a morte de Cícero em 43 a.C, passam a ser relacionadas com as características pessoais dos Imperadores em permitir ou não certa autonomia da aristocracia senatorial de raízes republicanas.

Desta maneira, a liberdade e presença de uma memória política republicana, embora sua constituição ganhe novas conotações relativas às considerações do presente período em que a narrativa de Tácito foi constituída, ganham um novo sentido, e torna-se latente uma preocupação em estabelecer-se como salvaguarda a relação do *Princeps* com virtudes como *clementia*, *pietas*, *iustitia*, *civilitas*, *libertas*, *liberalitas* e *munificentia*. Escolhemos observar a análise dos eventos do Principado de Tibério primordialmente por meio dos termos *liberalitas* e *munificentia*, antecipando que a preocupação de Tibério em constituir em torno de si uma imagem de governante comprometido com os interesses das ordens sociais próximas à sua pessoa política, bem como em relação ao povo, é diversa da caracterização feita por Tácito de um governante hipócrita, rude e dissimulado, embora esteja contida dentro de sua própria narrativa.

Tendo estabelecido como objeto de investigação os *Anais*, esta pode ser brevemente sintetizada como uma narrativa histórica que remonta aos principais eventos políticos e militares dos primeiros Imperadores do Principado, iniciando-se com uma síntese da ascensão de Otávio Augusto e os governos de Tibério, Cláudio e Nero;

infelizmente pelo fato de a obra ter sido reencontrada bastante fragmentada, existem grandes lacunas sobre os principados de Calígula e Cláudio. Nesta obra, Tácito afirma que seu intento é transmitir os principais eventos referentes aos governos destes Imperadores sem raiva ou parcialidade (*sine ira et studio, quorum causas procul habeo*), devido à sua própria distância em relação a estes, embora não falem grandes escritores que escreveram com brilhantismo sobre tal período, mesmo que tomados pela bajulação ou pelo ódio (*sed veteris populi Romani prospera vel adversa claris scriptoribus memorata sunt; temporibusque Augusti dicendis non defuere decora ingenia, donec gliscente adulatione deterrerentur*) (ANAIS, I, 1).

Thomas Spencer Jerome (1912: 265-282) afirma que a estrutura narrativa oferecida por Tácito nos *Anais* é em grande medida pouco confiável por três motivos principais: em primeiro lugar, a grande massa de afirmações sobre a conduta de Tibério, que a princípio se mostram favoráveis à conduta do *Princeps*, está permeada por insinuações que suscitam algum tipo de desconfiança. Em segundo, na narrativa de Tácito são encontradas poucas ações relativas ao Imperador que realmente são inconsistentes e repreensíveis. Por último, existem afirmações considerando a conduta do *Princeps* que não baseadas em quaisquer fatos e se mostram contraditórias no conjunto da narrativa.

Além disso, a escrita da história em Tácito obedece a vários pressupostos referentes à constituição de uma argumentação retórica, baseada na verossimilhança e compreensível devido à grande importância da tradição oral e da função do orador para os romanos. Desta forma, Tácito constrói um tipo ideal de tirano, visando argumentativamente apelar para os sentimentos do leitor, relacionando os fatos com um intento de corroborar a fixação desta imagem do Imperador construída mediante insinuações e conjunções de fatos aparentemente contraditórias.

Stephen G. Daitz (1960: 30-52) complementa que Tácito se utiliza de duas técnicas de constituição de uma personagem: a descrição direta e a auto-revelação do caráter. Na primeira, o historiador relaciona a linhagem do Imperador com a sua personalidade, a personalidade com ações, e estas com motivos estabelecidos em critérios especulativos, baseados em uma relação de versões convergentes de determinado evento ou característica do personagem, visando certa autonomia do autor perante a constituição da narrativa. Já a técnica da auto-revelação mostra falas creditadas a Tibério, cujas palavras são de Tácito, mas que visam complementar a caracterização da personalidade do Imperador. Assim sendo, Tibério herdou a

arrogância (*superbia*) da *Gens Claudia*, e sua principal característica é a hipocrisia, creditada às diversas influências que este recebeu ao longo da vida, mas que somente deixaram afluir um elemento que estava constituído em sua essência, justificada em seus atos dissimulados e na sua fala ambígua e obscura.

Embora se assome durante os seis primeiros livros asserções que constroem uma visão negativa do Principado de Tibério, não devemos questionar o valor do propósito de Tácito na construção de sua narrativa e nem tampouco considerar os atos de Tibério como meras invenções (HARRER, 1920: 57-68), mas observarmos a relevância da personalidade, dos pensamentos e preconceitos de uma época sobre a escrita de Tácito: a constituição de um imaginário pessimista relativo aos primeiros imperadores que se somam às percepções sobre o corrente estado de coisas sobre o Principado. Autores posteriores à Tibério e relativamente próximos à Tácito como Flávio Josefo, Sêneca, Suetônio e Plínio o Jovem, conquanto variam sobre os aspectos positivos dos primeiros anos do Principado de Tibério, são semelhantes no julgamento negativo sobre seus últimos anos de governo, e bastante céticos se compararmos tais narrativas ao tom elogioso das feitas por Veléio Patérculo e Valério Máximo, que viveram durante o Principado de Tibério.

Embora não se busque saber qual das narrativas é mais próxima de uma “realidade”, é importante pensar que havia uma razão comum para a constituição negativa da imagem do Imperador; dentro da tarefa de esclarecer sobre o governo dos primeiros imperadores, pois Tácito encontra a explicação para a aparente discrepância entre as boas e más características do Principado de Tibério ressaltando sua profunda dissimulação e hipocrisia que, todavia eram inerentes dentro das relações entre imperadores e o Senado, uma tentativa de explicar a ambição por poder e o servilismo existente nos atores políticos de seu tempo (VON FRITZ, 1957: 73-97).

Kurt Von Fritz (1957:73-97) e R.G. Tanner (1965:95-99) corroboram a afirmação de que umas das principais características do Principado é a condensação do poder legítimo do Imperador diante da cooptação do exército: embora Tibério possa ter parecido hesitante perante o Senado em sua primeira aparição como Imperador, estava absolutamente ciente de sua autoridade ao assumir o controle do exército. John Percival (1980:119-133), Mason Hammond (1963:93-113) e H.W. Benario (1972:14-26) confirmam também a importância que o termo *libertas* possui em Tácito, pois o historiador associa as virtudes de um bom Imperador com a possibilidade de se ter algum tipo de liberdade política ou de expressão, deficiências que ele associa ao

Principado de Tibério, principalmente pela perseguição política de membros da aristocracia senatorial resultante da delação e da aplicação massiva da lei de traição (*maiestas*). Além disso, Chaim Wirszubski (1969:95) afirma que para Tácito *libertas* significa também uma característica pessoal em que um indivíduo pode agir com autonomia e sem servilismo no estabelecimento de relações sociais, sobretudo em relação ao Imperador.

A constituição do significado de *libertas* para Tácito acentua a importância da avaliação feita sobre o caráter do Imperador expresso em suas atitudes em relação às ordens sociais, como meio de se avaliar a construção da história do Principado. Segundo David Shotter (2005), as relações de Tibério com o Senado foram ofuscadas pela operação da lei de traição. Na melhor das hipóteses seu comportamento poderia ser visto como bem-intencionado, mas parcial e danoso em suas conseqüências; negativamente, suas ações poderiam ser consideradas como parte de um plano sinistro e cínico para arruinar e eliminar senadores ricos e influentes – o tipo de cidadão que poderia oferecer riscos ao seu poder. Este comportamento serviu para evidenciar a falta de independência do Senado perante uma parte considerável de suas ações, e serviu também para Tácito estabelecer uma crítica da falta de liberdade existente em seu Principado.

No entanto, devemos destacar que em inúmeras passagens dos *Anais* (I-46; II-26; II-48; III-8; III-72; IV-20; IV-64; VI-45) temos um Imperador que se mostra ciente de seus deveres enquanto governante. Conquanto sombrio e áspero em seus atos e palavras, Tibério primeiramente não deixou de demonstrar uma generosidade privada (*liberalitas*) para com membros próximos à casa imperial: em relação aos bens de Emília Musa, matrona que morreu sem deixar testamento e cuja fortuna já era avaliada pelo *fiscus*, estes foram concedidos pelo *Princeps* ao senador Emílio Lépidio (*quod bona Aemiliae Musae, locupletis intestatae, petita in fiscum, Aemilio Lepido, cuius e domo videbatur*); embora fosse considerado co-herdeiro, Tibério concedeu a herança do cavaleiro Pantuleio para M. Servílio (*et Pantulei divitis equitis Romani here ditatem, quamquam ipse heres in parte legeretur, tradidit M. Servilio*) (ANAI, II-48).

Além do exercício de sua *liberalitas*, com o auxílio de membros da aristocracia senatorial, exerceu também a *munificentia*, estabelecida aqui como concessão de benefícios ou auxílio como, por exemplo, no envio de provisões às tropas de Germânico e uma contribuição extra diante das perdas ocorridas nas expedições marítimas contra os revoltosos na Germânia em 16 d.C. (*Reductus inde in hiberna*

miles, laetus animi quod adversa maris expeditione prospera pensavisset. addidit munificentiam Caesar, quantum quis damni professus erat exsolvendo) (ANAIS, II-26); ao enviar quantias de dinheiro e suspender a coleta de tributos às cidades da Ásia afligidas por um terremoto em 17 d.C. (*nam centies sestertium pollicitus Caesar, et quantum aerario aut fisco pendebant in quinquennium remisit*) (ANAIS, II-47); auxílio na tragédia ocorrida com o desmoronamento de um anfiteatro da cidade de Fidenae, em que Tibério confrontou o problema distribuindo dinheiro em proporção às perdas, sem distinção (*ni Caesar obviam isset tribuendo pecunias ex modo detrimenti. actaeque ei grates apud senatum ab inlustribus famaue apud populum, quia sine ambitione aut proximorum precibus ignotos etiam et ulro accitos munificentia iuverat*) (ANAIS, IV-64); e um grande incêndio na Cidade de Roma em 37 d.C, em que parte do *circus* próximo ao monte Aventino pegou fogo, que se alastrou e consumiu casas e ínsulas vizinhas (*Caesar ad gloriam vertit exolutis domuum et insularum pretiis. milies sestertium in munificentia conlocatum*) (ANAIS VI-45).

Salientamos que era fundamental para um Imperador o balanço entre a percepção que era feita de sua *civilitas*, em oposição à *superbia*: uma harmonia entre a sugestão de que o soberano é igual aos seus colegas, ao mesmo tempo em que outros aspectos servem para criar uma distância social, um *Civilis Princeps*. Este procedimento era claramente demonstrado na leitura das fontes ou na análise do material numismático ou arqueológico, ressaltando a articulação de certas prerrogativas que foram fundamentais para a sociedade sobre a qual estes soberanos governaram: a continuidade do passado republicano, a dependência do Imperador em relação ao consentimento das outras ordens sociais; mas acima de tudo o uso da estrutura social de uma cidade-estado para organizar e unificar os diversos povos dentro dos limites do Império, nas esferas política, militar e religiosa (WALLACE-HADRILL, 1982:32-48).

A transformação no sistema político não fez com que as responsabilidades dos imperadores fossem vistas como dádivas, e sim como obrigações legais, como práticas de um *modus operandi*. Ideais como a *clementia*, *virtus*, *pietas* e *iustitia* adquiriram uma significação ainda maior durante o Principado; A *liberalitas* e a *munificentia* eram características essenciais bastante apreciadas pela aristocracia e pela *plebs*, mas somente quando vinha acompanhada daquilo que era pejorativamente qualificado pelos senadores da aristocracia republicana de *levitas popularis*, o que nos leva a pensar que a forma pelas quais as dádivas eram concedidas era algo de enorme importância (YAVETZ, 1969:105). Desta maneira, Tibério não conseguiu se afastar da

arrogância de sua linhagem republicana (*Tiberium Neronem maturum annis, spectatum bello, set vetere atque insita Claudiae familiae superbia*) (ANAIIS, I-4), que acrescida de uma dissimulação presente em essência (*Iam Tiberium corpus, iam vires, nondum dissimulatio deserebat*) (ANAIIS; VI-50), somada ao servilismo crescente da aristocracia (*at Romae ruere in servitium consules, patres, eques*) (ANAIIS, I-7) constituiu um modelo de oposição à *libertas* republicana que possivelmente uma vez foi materializada nas enunciações discursivas de Tácito.

Na tensa relação que constitui a figura de um *Civilis Princeps*, é possível que Tibério não tenha sido tão bem-sucedido como Augusto em uma aproximação menos conflituosa com a aristocracia senatorial, que possivelmente mantivera a memória de um passado de tradição republicana, e bem como as outras camadas da sociedade romana, embora tenha desempenhado suas obrigações como governante, e inclusive permitido o culto à sua imagem. Tácito nos apresenta uma narrativa que, ao mesmo tempo em que é carregada de uma entonação própria de sua personalidade e de seu tempo, não pode ser desacreditada devido à sua relação com outros autores contemporâneos, que mais do que um compartilhamento de fontes, teve uma relação complexa com um imaginário político de seu tempo.

Referências bibliográficas:

BENARIO, Herbert W. “*Imperium and Capaces Imperii in Tacitus*”. In: *The American Journal of Philology*, Vol.93, No.1. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1972. Pp.14-26.

DAITZ, Stephen G. “Tacitus' Technique of Character Portrayal”. In: *The American Journal of Philology*, Vol.81. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1960. Pp.30-52.

FRITZ, Kurt Von. “Tacitus, Agricola, Domitian, and the Problem of the Principate”. In: *Classical Philology*, Vol.52, No.2. Chicago: The University of Chicago Press, 1957. Pp.73-97.

GOWING, Alain. *Empire and Memory: the representation of the roman republic in the imperial culture*. London: Cambridge University Press, 2005.

HAMMOND, Mason. “*Res olim dissociabiles: Principatus ac Libertas: Liberty under the Early Roman Empire*”. In: *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol.67. London: Harvard University Press, 1963. Pp.93-113.

HARRER, G.A. “Tacitus and Tiberius”. In: *The American Journal of Philology*, Vol.41, No.1. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1920. Pp.57-68.

JEROME, Thomas Spencer. “The Tacitean Tiberius: a Study in Historiographic Method”. In: *Classical Philology*, Vol.7. Chicago: The University of Chicago Press, 1912. Pp. 265-292.

PERCIVAL, John. “Tacitus and the Principate”. In: *Greece & Rome*, Vol.27, No.2. London: The Classical Association, 1980. Pp.119-133.

SHOTTER, David. *Tiberius Caesar*. New York: Routledge, 2005.

TÁCITO. *Anais*. Trad. de A.J Woodman. London: Hackett, 2004.

_____. *Vida de Agrícola*. Trad. de Agostinho Silva. Lisboa: Horizonte,1980.

TANNER, R.G. “Tacitus and the Principate”. In: *Greece & Rome*, Vol.16, No.1. London: The Classical Association, 1969. Pp.95-99.

WALLACE-HADRILL, Andrew. “Civilis Princeps: between citizen and king”. In: *The journal of roman studies*, Vol. 72. London: Society for promotion of the roman studies, 1982. Pp. 32-48.

YAVETZ, Zvy. *Plebs and Princeps*. New Brunswick: Transaction Books, 1969.

WIRSZUBSKI, Chaim. *Libertas as a political idea during the late republic and the early Principate*. London: Cambridge University Press, 1968.

Senhoras Donas: economia e cultura material em terras maranhenses - 1755-1822

Marize Helena de Campos*

Resumo:

O estudo tem como foco o Maranhão colonial, especificamente entre 1755 – 1822, anos que o caracterizaram como grande centro produtor e exportador algodoeiro. Interessa-nos investigar, como viviam as mulheres, que por tanto tempo "balançaram sonolentas" nas redes da historiografia tradicional, do que constava seu patrimônio e por quais mecanismos era transmitido. Os Testamentos e Cartas de Sesmarias, pilares da pesquisa, trazem informações detalhadas sobre exposto e permitem criar um quadro de maior visibilidade acerca do objeto e do período.

(Palavras-chave: História Econômica; História do Maranhão; História das Mulheres)

Summary

This study draw attention to the Maranhão colonial, specifically among 1755 – 1822, years what the featured a big center productive and exporter of cotton. Our interests is, how lived the women, what between this and that time "maked balance sleepy" on the nets from the traditional historiography, whereby constant your patrimony and for what mechanisms it's used to be broadcasted. The testaments and letters of Sesmarias, pillar from research , they bring information detail on the subject of exposed and allows bring

* Universidade de São Paulo – USP, Doutoranda – História Econômica, CNPq.

up a chart of major visibility as for of the object and the period.

(Key-words: Economic History; Maranhão's History; Women's History)

A escolha desse tema tem como objetivo estudar o Maranhão entre 1755 – 1822, anos que o caracterizaram como o grande centro produtor e exportador algodoeiro. Pretende-se verificar, ali, as mudanças, continuidades, permanências e rupturas econômicas, destacando nesses aspectos, de modo específico, a constituição, manutenção, transmissão ou perda de bens das *senhoras do algodão*.

Isso porque, muito se tem falado sobre as “mulheres do açúcar”, ou do nordeste açucareiro, das “mulheres do ouro”, ou das minas, bem como daquelas, dos "barões do café", paulistas e cariocas. Todavia, o que se sabe das que, de meados do século XVIII a, pelo menos, três quartos do XIX, viveram, enriqueceram e desfizeram seus bens sob o incremento das atividades ligadas à agricultura de exportação do algodão em terras maranhenses?

Assim, dentro da dinâmica econômica que cunhou aquela sociedade interessa-nos saber como viviam as mulheres, que por tanto tempo "balançaram sonolentas" nas redes da historiografia tradicional, do que constava seu patrimônio e por quais mecanismos era transmitido.

Os Testamentos e Cartas de Sesmarias¹, pilares da pesquisa, trazem informações detalhadas sobre exposto e

¹ Também pretendemos trabalhar com Inventários, todavia essa documentação encontra-se sob a guarda do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão - ATJ/MA que, de forma inesperada e sem maiores explicações, fechou suas portas ao público impedindo a análise daquelas fontes.

permitem criar um quadro de maior visibilidade acerca do objeto e do período.

Nos 72 testamentos levantados, dos quais 29 analisados, buscamos perceber quem eram aquelas mulheres que, contrariando a estrutura patriarcal, acumularam, gerenciaram e legaram seus bens.

As impressões recolhidas até agora, e das quais priorizou-se o fundo econômico, permitiram iniciar um traçado que, para além de seus perfis pessoais, contemplam seus bens e seus legados, os quais, não raro, eram destinados a mulheres pertencentes ao núcleo familiar, ou próximas a ela.

Segundo Sheila de Castro Faria, “o testamento era feito pelos que tinham algo a deixar”².

Em nossa pesquisa, isso se confirma pelo detalhado repertório de objetos apresentados. Dentre eles, afogadores de ouro, brincos de ouro, brincos de diamantes, cordões e correntes de ouro, braceletes de coral, chapas de ouro, anéis de ouro, lençóis de renda, lençóis da Bretanha, fronhas, cortinado de cama, cama de roupa de *panno* de algodão, *trabyceyros*, *taxo* de cobre, louça de Veneza, cortinas, cobertor acetinado, almofadas, toalhas de *maons*, toalhas guardanapos, caixas cheias de roupas brancas, caixas, tamboretas, baldes, redes, camas torneadas, cadeiras, catres, colchões, imagens, crucifixos, talheres de prata, esporas de prata, ferro de cova machados, candeeiros, martelos, *sayas de xamalote*, *sayas da Bertanha*, *sayas de cambraya*, *camizas*, *almofariz de bronze*, escravos, casas cobertas de telhas-pindoba ou palha, sítios, terras, fazendas, engenhos, roças, roda de ralar mandioca etc. nos chamaram a atenção.

² FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. RJ: Nova Fronteira, 1998. p. 268

A partir do uso desse vasto e variado rol de pertences, o que se nota é uma rica carga de informações sobre economia, patrimônio e cultura material. Nesse sentido, tais registros nos permitiram entrever, não só, amostras do universo material daquelas mulheres como também modos de viver, onde destacam-se:

1. a rusticidade do escasso mobiliário, muitas vezes, compensado pela rouparia. Pode-se perceber que dormia-se em grosseiros catres e redes, cercados por cortinados e forrados com lençóis de renda, da Bretanha ou de algodão.

2. os trajes que, nem sempre, ou quase nunca, luxuosos eram ornamentados com vistosos e requintados brincos de ouro ou diamantes, cordões e correntes de ouro, braceletes de coral, chapas e anéis de ouro.

3. apetrechos como esporas, ferro de cova, machados, candeeiros, martelos, rodas de ralar mandioca, etc., reveladores de um cotidiano marcado pela agricultura.

Além disso, algumas atitudes como a preocupação em destinar parte significativa dos bens para outras mulheres, nos despertaram inquietações. Exemplo é o caso de Anna Pinheiro que, enérgica, alerta para a não possibilidade de usufruto, do bem herdado, por parte do homem com o qual a sobrinha viesse a se casar.

Não se deve perder de vista que tal como as mulheres escravas, e na mesma medida, embora com significados distintos, as mulheres brancas e pobres ou de famílias brancas e abastadas desempenhavam tarefas que lhes exigiam esforços, como é o caso das lidas domésticas, o trato com a escravaria, a educação dos filhos, e como temos visto, muitas vezes chefiando a família, solicitando terras, cuidando de gados, lavouras etc. Nesse universo, aliás, as mulheres mais

velhas, ou melhor, as avós possuíam um grande prestígio e suas falas eram consideradas como ordens para os mais variados aspectos das relações sociais, como: o namoro, o casamento; e até valiam para os homens: os filhos, os netos e afilhados; e para as mulheres: as filhas, as netas e afilhadas.³

Também, já se pode observar que, existem certos itens quase sempre presentes no patrimônio daquelas mulheres. Muitas possuíam: casa de “vivenda”, ainda que de taipa e coberta de pindoba; escravos, mesmo que em número reduzido, e certa quantia em dinheiro, às vezes o suficiente apenas para seu enterro.

É, de fato, o “cenário complexo e repleto de detalhes” do qual já falava Fernanda Alves Costa⁴ e que apresentamos em três momentos⁵:

1. nos testamentos levantados, seus respectivos livros, testadoras, locais e datas

2. na listagem de todas as testadoras e a respectiva cronologia do documento

3. na análise dos testamentos do livro 229 (1756 – 1795), onde, através de um breve histórico pontuamos as características de vida de cada *senhora dona* à época da realização do testamento, destacando suas posses e quem as herdou.

Em cada caso há singularidades, feições próprias daquela mulher, todavia notou-se, com clareza, a recorrência

³ Pereira, Josenildo de Jesus. *Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista*. São Paulo: 2001. Dissertação (mestrado) - PUC/SP - Programa de Pós-Graduados em História. p.52.

⁴ COSTA, Alves Fernanda. *Testamentos e Inventário: os laços matrimoniais entre forros e suas ligações com o comércio e a agricultura na Freguesia de Barra Longa (1750 – 1800)*. Comunicação apresentada no I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, 2006

⁵ Em virtude do grande número de páginas, apenas o terceiro está aqui apresentado integralmente. Os demais encontram-se no corpo de texto do Relatório para a Qualificação do Doutorado.

das estratégias de favorecimento à mulheres de seu círculo de amor, amizade e também por vezes das que lhes despertavam piedade.

Com efeito, a partir dessas expressivas imagens e práticas, apresentadas detalhadamente no corpo de texto do Relatório para Qualificação, observamos que, das 29 mulheres:

→ Dez eram casadas 34,48%

→ Sete eram solteiras 24,13 %

→ Cinco eram viúvas 17,24 %

→ Quatro eram casadas pela segunda vez 13,79 %

→ Três eram viúvas pela segunda vez 10,34 %

→ Dez encontravam-se com saúde, sem doença alguma, de pé e em perfeito juízo 34,48

→ Seis estavam doente e de cama 20,68%

→ Quatro estavam doente 13,79%

→ Uma estava de cama e temendo a morte 3,44%

→ Uma estava doente e na rede 3,44%

→ Uma estava gravemente enferma e de cama 3,44%

→ Uma era idosa e encontrava-se gravemente enferma 3,44%

→ Uma estava em estado convalescente 3,44%

→ Uma estava grávida 3,44%

→ Três não informaram o estado de saúde 10,34 %

→ Dezoito não tiveram filhos 62,06

→ Quatro delas teve apenas um filho homem 13,79%

→ Três tiveram filhos que faleceram 10,34%

→ Uma teve três 3,44%

→ Uma teve quatro 3,44%

→Uma teve quatro filhos homens antes do casamento
3,44%

→Uma teve seis 3,44%

→Vinte e três não tiveram filhas 79,31%

→ Três tiveram uma filha que faleceu 10,34%

→Uma teve uma filha 3,44%

→Uma teve três filhas 3,44%

→Uma teve três filhas, sendo que uma delas faleceu
3,44%

→ Treze deixaram herança para apenas um homem
44,82%

→Cinco deixaram para quatro homens 17,24%

→Três deixaram para dois homens 10,34%

→Três deixaram para três homens 10,34%

→ Duas não deixaram herança para nenhum homem
6,89%

→Uma deixou para cinco homens 3,44%

→Uma deixou para seis homens 3,44%

→ Uma deixou para “filhos e filhas de Bento
Pinheiro” 3,44%

E por fim,

→Doze deixaram herança para apenas uma mulher
41,37%

→Três deixaram para três mulheres 10,34%

→Três deixaram para quatro mulheres 10,34%

→Três não deixaram herança para nenhuma mulher
10,34%

→Duas deixaram para seis mulheres 6,89%

- Duas deixaram legados para duas mulheres 6,89%
- Uma deixou para cinco mulheres 3,44%
- Uma deixou para oito mulheres 3,44%
- Uma deixou para onze mulheres 3,44%
- Uma deixou para dezessete mulheres 3,44%

Sobre o estado civil, o que se constata é: a maior parte era casada, todavia chama atenção o elevado número de mulheres solteiras. Como se vê, também não era grande a diferença entre o percentual entre as casadas pela segunda vez, as viúvas e as viúvas pela segunda vez.

Então, por um lado o casamento não era o único caminho seguido pelas mulheres, a condição ou opção de solteira revela uma sociedade com um intenso trânsito de mulheres não submetidas à tutela de maridos. Por outro lado a viuvez levava muitas vezes a outro(s) casamento(s).

Do estado de saúde, dez (ou 34,48%) gozavam boa saúde, estavam *sem doença alguma, de pé e em perfeito juízo*. Contudo, considerando todas as que se qualificaram como doentes, enfermas, gravemente enfermas ou convalescentes, a maior parte (51,67%) não estava bem.

Ou seja, quase metade das testadoras encontrava-se debilitada, acamada e com grande temor de uma morte próxima, o que, possivelmente, justifica a realização do documento.

Outro elemento a se destacar nos testamentos foi a maternidade, isso porque essa característica, como algo natural e concretizada em muitos filhos, parece não ter sido realidade na vida daquelas mulheres. Tomando por base a média das que não tiveram filhos ou filhas chega-se a +- 70%. Elevadíssimo percentual que faz cair por terra a

“verdade” das famílias extensas, numerosas com imensas proles. Ao menos no Maranhão em fins do setecentos.

Quantos aos herdeiros, outra imagem. A maior parte das mulheres (+ - 43%) deixava sua herança para uma só pessoa, e a maior parte das que receberam foram mulheres (90 mulheres x 59 homens).

Não há como negar uma conduta reveladora de privilégios para aquelas. Privilégios que podem acenar estratégias de proteção, de preocupação com o futuro e quiçá, de transmissão de uma herança que poderia extrapolar a esfera dos bens para alcançar aquelas dos poderes ligados ao patrimônio.

Mas a herança não era o único instrumento a originar e acumular patrimônio. Através das Cartas de Datas e Sesmarias tem sido possível perceber sua formação a partir de outra via: a das doações feitas pelas autoridades administrativas.

Nesse sentido, apontamos a seguir essa documentação, que somada aos testamentos tem composto um quadro maior e mais detalhado sobre a dinâmica econômica, na qual participaram ativamente as mulheres: as Cartas de Sesmarias pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão e constantes nos 4 livros de *Registros de Cartas de Datas e Sesmarias passadas pelo Governador e Capitão General do Maranhão*, números: 34 (1776-1787) / 35 (1787-1794) / 36 (1809-1814) e 37 (1814-1824); nos *Livros de Freguesias e Terras (1854 -1855)* e nos *Livros dos Registros Gerais de Cartas de Data e Sesmarias Confirmadas por sua Majestade (1756 – 1816)*, aos quais somou-se o rol das mulheres sesmeiras, constantes no *Catálogo de Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão existentes no Arquivo*

Histórico Ultramarino – Lisboa e disponíveis para consultas em 14 cds rooms do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco.⁶

Tais documentos relatam a legitimação da posse e propriedade das terras da colônia àqueles interessados em explorá-las. Chamou-nos a atenção, porém, o registro de nomes femininos nessa documentação, já que o processo de povoamento e ocupação de terras, pela sua própria natureza de “desbravamento” e “pioneirismo”, tradicionalmente é lido como um movimento masculino.

Com isso, reforça-se o fato de que nem todas as mulheres corresponderam aos papéis de esposa, mãe, a elas destinados pela sociedade patriarcal, pelo contrário, ali elas aparecem lutando pelo que então conferia mais prestígio e poder: a posse da terra, e de suficiente escravatura para a sua exploração.

Como nosso intuito é mostrar a participação feminina na economia daquela sociedade, temos trabalhado somente as sesmarias passadas em nome das mulheres. Sobre muitas, há forte indício de que fossem cabeças de família, de qualquer modo, acreditamos que mesmo quando juntas a homens da família seu papel foi importante e decisivo.

Após a transcrição de informações como nome da sesmeira, localidade da sesmaria obtida, data da doação e a quantidade de hectares, algumas deduções já ganharam forma.

Pôde-se, por exemplo, observar que um expediente, muito comum, usado para receber a posse da terra era a alegação de ter notícias de que a mesma encontrava-se

⁶ Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Ver: BOSCHI, Caio C. *Catálogo dos manuscritos avulsos relativos ao Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. São Luís: FUNCMA / AML, 2002.

devoluta, ao mesmo tempo em que afirmavam reunir condições para seu cultivo. Quanto ao tamanho a maioria girava em torno de três léguas de comprimento, ou “de comprido” por duas de fundo ou “de largo”.⁷ Da localização, a maior quantidade de pedidos era para a região banhada por rios, enquanto que o cultivo de lavouras era a principal razão para justificar o pleito, seguido pela criação de gado, e posse de escravos.

Tais dados nos possibilitam uma série de investigações que certamente irão contribuir para aprofundar a compreensão da inserção e participação daquelas mulheres na dinâmica econômica e social. Além disso, será possível conhecer mais profundamente sobre os locais e suas particularidades econômicas, sobre a existência de alianças ou redes femininas, maiores ou menores, mas que resultavam na obtenção de porções consideráveis de terras em seus nomes.

Considerando as localidades apresentadas percebe – se a importância das terras sitas às margens dos rios, dos quais sobressaem – se o Itapecuru, o Munim e o Mearim.

Quanto às famílias, torna – se evidente a força que determinadas consolidam em determinadas regiões como as Belfort no Itapecuru e as Jansen no Munim, marcando com seus sobrenomes no mapa maranhense um princípio de concentração de terras.

Nos termos de confirmação não se pode deixar de registrar a utilização termo “viúva de fulano de tal” para situar

⁷ *A sesmaria se traduzia numa área quase variável. Se encontram concessões de uma légua em quadra ou de três léguas de extensão por uma de largura, encontram-se, também concessões de 10, 20, às vezes 500 ou mais léguas. Estudando-se as súmulas das sesmarias divulgadas por Felisbello Freire verifica-se a existência de sesmarias de diferentes tamanhos. Deste modo não havia norma rígida, inflexível, em relação ao assunto. Enquanto isso, a data de terra expressa-se por apenas um quatro de légua em quadra. Transformando-se estes elementos em hectares, temos então que a sesmaria de uma légua ou de três léguas representa uma superfície total que varia, em números redondos, entre 10 mil e 13 mil hectares, ao passo que a data de terra corresponde a 272 hectares.* Diegues Jr., Manuel. População e propriedade da terra no Brasil, União Pan-Americana, Washington, 1959, pp.15-17. In: CLIO História; Revista Eletrônica de textos e documentos.

a linhagem e ou importância daquela determinada *senhora dona*. Igualmente valiosa é a indicação dos filhos e irmãos que a acompanham na posse das terras referendando tratar-se de mulher idônea, ou como diziam: *Senhora*, ou...*Dona*.

Esses casos nos levam a pensar em mulheres que, de fato, encabeçaram domicílios e núcleos produtivos. Mulheres participativas, atuantes e porque não dizer independentes, que contrastam com o “comum historiográfico patriarcal”.

Mulheres que buscaram seu quinhão, que aliaram-se a outras ou que depositaram nos filhos o crédito de idoneidade e honra que a sociedade pedia.

Há ainda, o rol das mulheres sesmeiras constantes no *Catálogo de Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão existente no Arquivo Histórico Ultramarino* e disponíveis em cd's room pelo Projeto Resgate, onde temos a data (dia, mês e ano), o nome da mulher, o local de solicitação e os argumentos utilizados, aprofundando sobremaneira nossos conhecimentos sobre seus patrimônios e ramos de atuação.

Chegamos assim, entre tantas outras, a: Isabel, Clara, Maria, Ignês, Anna, Roza, Cezília, Margarida, Estácia, Bárbara, Marianna Viegas, Angela, Thereza, Jeronima, Benta, Ignacia, Gerarda, Angélica, Brígida, Marcella, Francisca, Claudina, Lourença, Mônica, Tomázia, Casemira, Joaquina, Catarina, Anicetta, Joanna, Vicência, Micaella, Apolônia, Caetana, Lucrecia, Carlota, Jozefa, Cândida, Bernardina, Raymunda, Antônia, Luzia, Luisa, Izidora, Ritta, Arcangila, Umbelina, Olimpia, Bonifácia, Cipriana Deuzulina, Auriliana, Derculina, Jesuína, Teodora...que, por serem mulheres parecem não ter história e nem participado da história maranhense. Ledo engano, pois de Isabel a Teodora, muitas Claras, Marias, Annas, Rozas, Raymundas, Antônias, Luzias,

Luisas, Izidoras, Rittas, a seu modo, participaram das engrenagens que movimentaram a economia daqueles 125 anos. Histórias escritas nos Testamentos, das Cartas de Sesmarias e dos Inventários.

A pesquisa em andamento certamente sofrerá algumas alterações, mas sua espinha dorsal está desenhada.

Bibliografia

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *Origens da Indústria no Sistema Afro-Exportador Maranhense – 1875/1895. Estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do Nordeste Brasileiro no final do século XIX*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo – USP, 1988.

CARVALHO, Carlos Jesus de. *Ascensão e Crise da Lavoura Algodoeira no Maranhão (1760-1910)*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1982.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres Do Sertão Nordestino*. História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 3ª ed. SP: Contexto, 2000.

FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina*. São Paulo, Ática, 1982.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão*. Monografia de Especialização em História

Econômica. São Luís: Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. SP: Cia. Ed. Nacional, 1980.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Três Mulheres da Elite Maranhense*. Revista Brasileira de História. SP: ANPUH / Contexto, vol.16, n°31 e 32, 1996.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1954.

MEIRELES, Mário M.. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, Hildete Pereira de Melo & MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *A partilha da riqueza na ordem patriarcal*. XXIX Encontro Nacional de Economia. Salvador: 11 a 14 de dezembro de 2001.

MOTA, Antonia da Silva. *Família e fortuna no Maranhão Colônia*. Família e Fortuna no Maranhão Colônia. São Luís: EDUFMA, 2006.

NAZZARI, Muriel. *Dotes paulistas: composição a transformações (1600-1870)*. In: Revista Brasileira de História, S. Paulo, v. 9, no 17, pp. 87-100, set.88/fev.89.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. SP: Brasiliense, 40ª edição, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, v. 1.

HISTÓRIA CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Heloisa Selma Fernandes Capel*
Antônio Luiz de Souza*

Resumo:

A presente comunicação levanta questões que envolvem os princípios da história cultural e sua aplicação a diversas situações no ensino de história. Considera a desconstrução do objeto de estudo como uma necessidade do historiador e a construção do passado como exercício historiográfico. A partir de possibilidades advindas dos Estudos Culturais, podem ser discutidas: a insuficiência no uso das metanarrativas, a necessidade de estabelecer interfaces interdisciplinares e a importância da utilização do documento/fonte, em sua ampla acepção no ensino-pesquisa. A comunicação enfatiza alguns caminhos traçados por práticas educativas reflexivas no campo da história cultural. Apresenta dados sobre a adoção de novos objetos temáticos, a valorização dos estudos sobre a linguagem e as representações, bem como a substituição da história factual pelo ensino historiográfico.

Palavras-chave: história cultural, ensino de história, documento.

Abstract:

This work raises questions involving the principles of cultural history and their application to various situations in the teaching of history. It considers the deconstruction of the object of study as a historian's necessity and the construction of the past as a historiographic exercise. Possibilities produced by Cultural Studies allow one to discuss: the insufficiency in the use of metanarratives, the need to establish interdisciplinary associations, and the importance of the use of the document/source in its widespread meaning in teaching-research. This work emphasizes some paths trailed by reflexive educational practices in the field of cultural history. It presents data regarding the adoption of new thematic objects, the attribution of value to studies of language and representations, as well as the substitution of factual history by historiographic teaching.

Key-words: cultural history, teaching of history, document.

Em sua obra *Alegoria da Pintura*, realizada em meados de 1666, o pintor Johannes Vermeer traduz o que para nós, historiadores e professores de história, constitui-se no desafio da história. Na obra, o autor representa, de forma figurativa e mimética, a personagem que encena o drama da história: a musa Clio, que se dá a ler por uma iluminação dirigida e indireta e que se apresenta, com figurino especial, num cenário com

* Universidade Católica de Goiás, Doutora, Programa de Mestrado em História/UCG.

* Universidade Católica de Goiás, Mestrando, Programa de Mestrado em História/UCG.

diversos instrumentos: o livro de registro, o instrumento musical, o mapa emoldurado na parede, as máscaras sobre a mesa. O pintor interpreta as informações visuais e faz o transporte para a tela. Ele busca objetividade, num exercício de empatia com o objeto representado. É possível ver o início da pintura com os louros da cabeça de Clio na tela de trabalho e com isso, o pintor imita e recompõe. Mas Vermeer indica-nos que o pintor não está sozinho em seu exercício de representação: uma cadeira é colocada em primeiro plano. Alguém afasta a cortina e senta-se no ateliê para observar o processo de produção. Vermeer convida-nos a sentar na cadeira e apreciar a arte de fabricação do artista numa representação alegórica, performática. Vermeer representa o artista, que, por sua vez, representa Clio. Sentamo-nos na cadeira e participamos do jogo de representações ali destacados. Passamos, nós mesmos, a compor o quadro em seu arranjo representativo, na presentificação de ausências edificadas de forma não objetivas, só acessáveis em seus procedimentos construtivos, em processo. Da obra de Vermeer, dois princípios colocados pelos estudos de História Cultural, podem ser úteis no exercício de lidar com a história em,



J.Vermeer (1666) *Alegoria da Pintura*

situações educativas: o esforço de desconstrução do objeto e, ainda, o trabalho de identificação de sentidos não aparentes. Estas são as preocupações que permeiam o estudo de história cultural desde os seus inícios, na identificação com as opções de crítica literária, como já nos indicou Lynn Hunt, em seu já clássico trabalho sobre a Nova História

Cultural.¹ Para a autora, o uso da linguagem como metáfora e as estratégias interpretativas *baseadas no desvelamento do significado*, por um lado, bem como as *estratégias desconstrutivas baseadas no desvelamento dos modos de produção do texto*, por outro, são todas opções legítimas no ofício do historiador (HUNT, 1992:21).

A posição construtora do texto, concebido em sua ampla acepção, já havia sido enfatizada por Michel Foucault no seu célebre *Arqueologia do Saber* (1969). Para ele, textos são discursos que constroem objetos que falam. Michel de Certeau, também, já havia destacado, em suas análises sobre a *operação historiográfica*, que o objeto não poderia mais ser considerado como algo claro, objetivo, mas uma produção de um determinado grupo, de uma determinada cultura no tempo e no espaço. Assim, o documento configura-se, ao mesmo tempo, como um registro e uma construção. O historiador deveria ser aquele, portanto, *que liga as “idéias” aos lugares* (CERTEAU, 1982: 65). Documentos são textos e textos não podem ser estudados neles próprios, mas como meios, ou, no dizer de Richard Johnson: *como formas subjetivas ou culturais que ele efetiva e torna disponíveis* (JOHNSON, 2006: 75).

Considerados como textos elaborados e construídos, os documentos estão recheados de elementos de intertextualidade, interdiscursividade, de heterogeneidades próprias à sua natureza, além de dados que se constituíram fora do texto e que contribuíram para a sua produção e foram, ao mesmo tempo, produzidos por eles². Documentos são, eles mesmos, históricos, e, a rigor, produzidos em segunda mão. É dever do historiador e do professor de história, portanto, desmontar a engrenagem de fabricação do documento-texto. Analisando-o sob diversas perspectivas: da estrutura e dos condicionantes externos e inerentes ao próprio documento, o historiador deixa de apresentar o conteúdo como realista ingênuo, mas discorre sobre as possibilidades de construção do mesmo. Nessa perspectiva, não cabe mais a pergunta do que é, mas a indagação de como foi construído. Para compreender o processo de construção, é necessário desconstruir as partes do discurso, compará-lo, examiná-lo sob diversos ângulos, num esforço cubista para compreender o objeto em suas

¹ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

² A este respeito, ver o texto de CARDOSO, Sílvia Helena B. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, UFMG, 2005.

múltiplas dimensões. Embora este seja um esforço mais honesto e modesto, é, ao mesmo tempo, um trabalho consciente de suas limitações: o historiador é, ele mesmo, como professor e pesquisador, histórico. Estamos todos, imersos em jogos de interpretação, considerados, por alguns autores, como jogos de poder:

Independente das formas em que são tratados os Estudos Culturais, é importante enfatizar que eles devem ser vistos no contexto das relações de poder. Quer tomem como objeto conhecimentos públicos e suas lógicas e definições subjacentes, quer investiguem os domínios privados da cultura, os Estudos Culturais são parte dos próprios circuitos que buscam descrever. (JOHNSON, 2006:51)

A desconstrução toca na insuficiência das estratégias metanarrativas de apresentar a história. Como em nenhum outro tempo, os historiadores tornaram-se tão conscientes dos limites de abarcar a totalidade do passado. Fazemos história como quem foca a lanterna num quarto escuro, em arranjos caleidoscópicos, com perspectivas sempre limitadas de foco e de composição. A desconstrução toca, ainda, nas ortodoxias teóricas, sempre menores do que a complexidade com que o real se nos apresenta enquanto eixo temático de estudo e de pesquisa. Tornamo-nos mais empíricos e menos cheios de certezas. A partir daí, novos programas e outras formas de organização didática dos conteúdos podem ser buscadas em situações de ensino.

Outras necessidades tornaram-se prementes, a partir dos estudos de história cultural. A antidisciplinaridade, ou melhor, a rejeição da idéia de que as disciplinas são suficientes para abarcar, em campos epistêmicos específicos, a totalidade do conhecimento. Nascida com forte ligação com a antropologia e a literatura, a história cultural nos obriga a sermos multi, trans, interdisciplinares nas discussões de situações históricas diversas. Um desafio a ser transposto no âmbito das humanidades, com os riscos de diluição das fronteiras disciplinares e no furor das disputas dos campos epistemológicos. Partindo-se desse princípio, o ensino de história precisa de transversalidade e de maior erudição e contato com outras áreas do conhecimento.

O *desvelamento dos sentidos aparentes* nos faz dar voltas em torno de questões filosóficas. Afinal, o que não foi dito pelo documento? Os procedimentos empírico-formais,

recheados de racionalidade, de causalidade e de verificabilidade, foram questionados por concepções hermenêuticas. De suas variantes, destacamos a hermenêutica filosófica contemporânea, a que nos mostra que devemos desconfiar de modos de conhecer e de saber que não negociem com outras experiências, como as vividas pela arte e pela história (GADAMER, 2005). A hermenêutica não quer questionar o estatuto de cientificidade da ciência, mas voltar-se, essencialmente, para o processo de instauração de sentido que surge no nosso relacionamento com o mundo. A hermenêutica quer dizer o mundo a partir de nossa finitude, de nossa historicidade, de onde decorre seu caráter interpretativo. O sujeito não pode ser separado do mundo objetivado. Numa atitude hermenêutica, seu esforço deve ser o de ler por meio de, indagar como a sociedade dá a ler, como é interpretada, sob quais mecanismos visíveis, materiais e simbólicos pode ser discutida. Aqui voltamos ao conceito de representação. Compreender as evidências históricas como fenômenos a serem interpretados é considerar que eles presentificam ausências, pulsões, influências, determinações de diversas origens. Encarados como representações, os *atos históricos são feitos*, configuram-se em práticas sociais.

Identifica-se, portanto, alguns princípios da história cultural que podem ser pensados em situações educativas: a necessidade de ler o objeto de forma hermenêutica e desconstrutiva, a abertura para os novos campos interdisciplinares, a valorização dos estudos da linguagem, a aproximação empírica com o objeto de estudo sem ortodoxias teóricas, a utilização de novas concepções de objeto e de documento, a adoção constante da auto-reflexão historiográfica, além de algumas recusas: a rejeição à objetividade ingênua, à metanarrativa generalizante, às empatias levianas e anacrônicas.

A partir das escolhas e de recusas até aqui anunciadas, acreditamos ser produtiva a ação formadora da história cultural. Trabalhando com a diversidade, trabalha em um tempo de diversidades, de múltiplos enunciados nas humanidades e nas diversas áreas científicas em geral. Herdeira de algumas fortunas, a história cultural entende a sala de aula como uma experiência cultural, como ato cultural. Não anunciamos o fim. Denunciamos os limites e enunciamos algumas possibilidades. Principalmente, as similitudes e dessemelhanças permitem diversos escritos de natureza histórica. A arte na fabricação do texto (pesquisa,

hipóteses, método) tornará o enunciado clássico ou transitório. Os usos que a história cultural pode fazer da riqueza historiográfica permitem a emancipação do discurso histórico.

Escrevendo sobre o itinerário da historiografia no século XX, Carlos Antonio Aguirre Rojas mostra que os espaços culturais ou nacionais dominantes na produção historiográfica desapareceram nos fins do século XX. O século XXI começa sem dominância alemã, sem a dominância francesa, sem a hegemonia da esquerda inglesa, como até então se comportara o debate historiográfico.(ROJAS, 2007:26). Segundo o autor, a situação atual nos convida à inovação historiográfica, à inovação cultural por causa do policentrismo.

A História Cultural nos estimula à inovação e participa da opinião segundo a qual os centros desapareceram, isto é, os paradigmas chamados de dominantes perderam a hegemonia. É neste sentido que a história cultural e o ensino de história chegam à emancipação do discurso histórico. O discurso chegava à sala de aula dotado de soberania absoluta, legitimado porque falava de algo que não mudava, isto é, falava do passado. O discurso estava aprisionado ao passado. Emancipá-lo é uma operação delicada porque precisamos entendê-lo como uma construção, uma montagem que o presente estabelece sobre o passado a partir de fragmentárias pistas. Neste sentido, podemos dizer que o livro é parte de um diálogo, parcial, com o passado e de um diálogo com outras vozes do presente. O presente pode interrogar o passado e dialogar com as comunicações da arquitetura funerária. Outros, interrogarão melhor o espaço habitado pelos deuses.

O debate historiográfico chega à sala de aula e inova o ensino de história na medida em que o livro didático permita a desconstrução dos objetos de estudo e apresente a obra/texto como um exercício historiográfico. Algumas exigências são fundamentais: um corpo docente qualificado, com disponibilidade existencial para envolvimento no esforço de inovação na sala de aula, por exemplo. Inovação que entende o livro didático, - na verdade, o livro em geral, - como documento, como testemunho parcial de um tempo e

como resultado de trabalho de múltiplos personagens, desde o escritor, artistas, gráficos, paginadores e editores em geral. (CHARTIER, 2003).

Ao mesmo tempo, exigência de um material didático que trabalhe como o conceito de verdade como fruto de um trabalho/construção, de um esforço intelectual datado no tempo e no espaço. A situação clássica de repetição ou reprodução de conteúdo é rompida para transformar o livro, ele mesmo, em objeto da desconstrução de que falamos acima. O texto é uma construção necessária para presentificar simbolicamente o passado de que se fala. Como construção lingüística, o passado experimenta com os educandos uma relação social, histórica e psicológica mediada pelo construtor das imagens do passado, isto é, pelo historiador. É neste ponto que acreditamos encontrar uma das passagens de saída da história tradicionalmente mestre da vida. Seja no espaço acadêmico, seja no espaço do grande público, o ofício da desmontagem interna do texto de que se fala é a passagem para uma história como historiografia.

Outra tarefa que podemos articular é o estudo das fontes utilizadas pelo livro base, pelo manual. É elementar, mas não custa repetir que o texto de história é uma permanente representação do passado. Representação que narra e interpreta, a partir de um outro lugar, chamado de presente, as próprias representações que um outro lugar, chamado de passado, produziu. No campo da história cultural dispomos do riquíssimo referente *Representações* (PESAVENTO, 2004: 40-41). A fonte não é e não contém o passado porque toda fonte é um discurso produzido pelo imaginário. Sabemos utilizar estas matrizes e o fazemos a partir de nosso imaginário, produzindo novas imagens, isto é, discursos, que representarão o passado. O passado, como objeto, é sempre multifacetado para permitir as remontagens necessárias na composição do livro, na ação apropriativa do livro, que fazemos diariamente, e na ação formativa que estabelecemos com os educandos.

Podemos exemplificar, é claro. Podemos exemplificar com os acessórios chamados imagens ou ilustrações nos livros em geral. Quase sem exceção, os discursos imagéticos são ilustrações para tornar os livros bonitos e símbolos do que convencionalmente é uma obra bem editada. Não há nenhum esforço de trabalho simbólico e discursivo para

decodificar os significados e significantes daqueles discursos imagéticos ou textuais. As citações da literatura clássica servem como ilustração de curiosidades e complementação de pé de página. Velásquez, Goya ou Machado de Assis aparecem como recurso decorativo da edição e são utilizados como ilustração ao final da aula/encontro para afirmar que alguém pintou ou escreveu uma crônica em tal contexto. A pintura e a literatura, mas também a peça fílmica, o desenho industrial, a arquitetura, são trabalhadas como reflexos de uma realidade histórica – voltamos, aqui, ao chamado realismo ingênuo, aquele que acredita na realidade do passado transposta integralmente para o texto.

A história cultural afirma a necessidade de romper com a distante relação história e literatura. O professor de história é chamado para dar suporte temporal ao professor de literatura. A literatura é, na prática escolar convencional, compreendida a partir de duas posturas: o texto e o autor são isolados do mundo ou o professor de história localiza a obra para que o aluno possa compreendê-la como reflexo do seu tempo. Proclamamos que os dois discursos, o literário e o de história, não apresentam uma só possibilidade de estudo. Ambos trabalham com as tramas tecidas na inventividade da língua e do método.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Sílvia Helena B. *Discurso e Ensino*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, UFMG, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Trad. Maria de Lourdes Meirelles Matêncio. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

GADAMER, Hans-George. *Verdade e Método I*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 7^a. Ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, SP: Editora Universitária, 2005.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In. SILVA, Tomaz Tadeu (org). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* 3^a. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. pág.8-131

PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. 2^a.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pág. 40-41

ROJAS, Carlos Aguirre. Tese sobre o Itinerário da Historiografia do século 20: Uma visão numa perspectiva de longa duração. MALERBA, Jurandir & ROJA, Carlos Aguirre (orgs.) *Historiografia Contemporânea em Perspectiva crítica*. Bauru: Edusc. 2007. pág. 26.

JANELAS E FRAGMENTOS TEMPORAIS NO SAGUÃO DA BIBLIOTECA.

Dino Giovanni Gozzer Carbonel¹

Arte na Cidade, evento artístico ambicioso, empreendedor e inovador, ficou esquecido no tempo. Revive-lo é a intenção deste texto. O projeto foi realizado em 1995 pelo Departamento de Artes Plásticas da UFU e contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Durante o evento foram apresentadas, em diferentes locais urbanos, construções plásticas de artistas paulistas e uberlandenses. Cada um destes trabalhos foi produzido em/e para ocupar especificamente espaços públicos.

No catálogo, o evento Arte na Cidade foi apresentado como sendo o início de uma idéia ambiciosa; nele também foi descrita a importância do projeto ser um meio através do qual se possibilitaria à comunidade uma convivência maior com as Artes Plásticas. O texto não deixou de apresentar as metodologias ou estratégias a serem aplicadas. O projeto se comporia de vários workshops. A temática principal seria a “cidade” e tratariam de temas relativos às instalações de obras de arte em espaços urbanos, obras que passariam automaticamente a configurar um acervo público.

Um dos muros externos do saguão da Biblioteca do Umuarama (UFU) foi escolhido pelo artista paulista Caetano de Almeida, como suporte do seu trabalho. É uma grande pintura horizontal composta de quatro pinturas menores de 145cm x 270 cm cada uma, verticalizadas, retangulares e alinhadas horizontalmente entre si. O saguão é ocupado por um mural que se constrói a partir do agrupamento ordenado e progressivo de elementos modulares: retângulos verticais. Estes se comportam como mosaicos sempre hábeis a cobrir extensas áreas, ou como tijolos a construir um muro. A pintura de Caetano de Almeida sugere ser um “afresco” que se expande, à medida que cresce o número de seus formantes.



Fig. 1 Caetano de Almeida, Memorial, 1995. Dimensões: 270 cm X 650 cm. Biblioteca Umuarama, UFU. Foto: Dino Gozzer, 2006.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia, MG. Pesquisa financiada pelo CNPq.

“Comecei este trabalho procurando algo marcante dentro da cidade, poderia ser uma pintura, um monumento, etc., acabei encontrando um prédio inteiro, o do Uberlândia Clube, na rua Santos Dumont”. Declarou Caetano de Almeida em entrevista publicada no catálogo do evento e acrescentou que o *“reconhecimento, a observação e a memorização foram os primeiros passos para o início do painel batizado de 'Memorial', executado na biblioteca do Campus Umuarama”*. (catálogo, 1995: s/p).

Com efeito, *Memorial* apresenta um tratamento cromático e formal que confirma o "achado" do artista. Pois as massas de cor e as formas por ele definidas no painel, carregam a "memória" da arquitetura modernista do prédio. As tonalidades cromáticas do degradê ciano, quase monocromático, nos remetem à luminosidade azul dos ornamentos no teto. Além disso, a sinuosidade da linha, que no painel delimita as formas bidimensionais, se assemelha enquanto gesto, às bordas curvas e arredondadas que definem os frisos internos do histórico edifício modernista.

O reconhecimento, a observação e a memorização foram, naturalmente, as primeiras ações de Caetano de Almeida ao chegar a Uberlândia. Ele buscou na cidade e, buscou nela porque não a conhecia. A sua condição de estrangeiro o induziu a lançar-se, sentir e perceber a cidade, conhecê-la. Adentrou numa situação nova que lhe permitiu elaborar uma narrativa urbana a partir das primeiras observações que fez do lugar, da cidade, *"das pedras e cinzas que restam dela ou de velhos cartões postais. Ou ainda dos seus nomes, capazes de evocar a vista, a luz, os rumores e até o ar no qual paira a poeira de suas ruas. É por meio desses indícios (...) que se pode obter um verdadeiro quadro dos lugares."* (PEIXOTO, 1996: 23).

No seu mergulho urbano, em seus itinerários cotidianos, o estrangeiro deixa aflorar a memória e a imaginação, percebendo os mínimos detalhes: a luminosidade do céu, as cores das fachadas, a vegetação das praças e o transcurso do tempo estampado nas paredes desbotadas dos mais velhos edifícios. Por isso, no seu caminhar diário e freqüente, o forasteiro vai se tornando um nativo, um caminhante urbano local, familiarizado com as cenas da cidade. De uma cidade que nos faz lembrar, pois durante o percurso *"Recordamos como era a rua quando a percorríamos em criança para ir à escola, ou quando, mais tarde, passeávamos por ela com a namorada, ou pensamos no incêndio famoso, ou no crime, sobre o qual todos os jornais fizeram reportagem."* (ARGAN, 1991: 22).

Caetano de Almeida, caminhando pelas ruas da nossa cidade, pode até associar, eventualmente, detalhes que esteja vendo às recordações da cidade da sua infância, adolescência ou juventude. O passeio urbano lhe permite certamente conhecer a cidade, porém este primeiro contato, este conhecimento imediato, novo ou fresco, não é condição

suficiente para, naturalmente, conhecer o passado da nossa cidade. A experiência histórica de Caetano deu-se num outro lugar: na sua cidade natal. Apesar disso, os elementos dispostos no contexto urbano oferecem-lhe informações capazes de suscitar inferências sobre a nossa história. Uma vez que, motivado pelas pedras e as cinzas do nosso passado, isto é, pelos seus indícios, ele pode intuir. Assim, durante a sua caminhada, Caetano de Almeida sente o passar do tempo, o esvaecer de fragmentos de memória, de tramas e discursos históricos que constroem a história de Uberlândia.

Fatos históricos que estão narrados arquitetonicamente nos elementos semânticos de cada uma das edificações da nossa cidade. Isto é, no portão de madeira envelhecida da Igreja do Rosário, nos requintados ornamentos dos casarões do Fundinho, na superfície arredondada, lisa, transparente e espelhada do Edifício Chams, assim como também, nos relevos detalhadamente trabalhados do interior do Uberlândia Clube. Tudo isto nos faz pensar que *"Nas cidades, os olhos não vêem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas. Ícones, estátuas, tudo é símbolo. Aqui tudo é linguagem, tudo se presta de imediato à descrição, ao mapeamento."* (PEIXOTO, 1996: 23).

Nesse sentido, os relevos do Uberlândia Clube são símbolos que comunicam, ou melhor, encarnam momentos da história da nossa cidade. Símbolos matéricos dos quais Caetano de Almeida se apropria e representa. Talvez uma tentativa de trazer de volta um passado quase esquecido, uma intenção de presentificar um passado da nossa história, ainda não totalmente perdido. A pintura no saguão da Biblioteca de Umuarama representa relevos arquitetônicos que testemunharam não só o brilho da arquitetura e do mobiliário dos anos 50, mas também o apogeu dos melhores momentos do badalado Clube. Um passado que está incrustado na história da cidade como instantes, como fragmentos de uma longa história.

O que quero dizer é que quando Caetano de Almeida percebeu os relevos arquitetônicos do Uberlândia Clube, encontrou neles, o conjunto de elementos representativos da cidade. O valor cultural que tanto procurava para dar início à sua proposta plástica. E aqui é possível cogitar que a escolha do elemento se justifique no fato deste ser um indício com significação histórica capaz de ecoar e trazer até nós, um passado histórico. Um vestígio urbano capaz de presentificar momentos de uma história.

Se isto for verdade, a suposta intenção do artista me produz então alguns questionamos do tipo: Será que esses momentos algo esquecidos mas representados cromaticamente na superfície do muro, são também percebidos pela população uberlandense? O "afresco" exposto num espaço semi-público - externo à Biblioteca do Campus Umuarama - é capaz de prender inicialmente nossa atenção, para logo induzir-nos imaginariamente ao passado? Será

que hoje, na cidade contemporânea, uma gigantesca imagem exposta num local bastante transitado e freqüentado é condição suficiente para capturar a atenção de um caminhante qualquer? Me parece que não. Segundo Nelson Brissac Peixoto:

As transformações mais radicais na nossa percepção estão ligadas ao aumento da velocidade da vida contemporânea, ao aceleração dos deslocamentos cotidianos, à rapidez com que nosso olhar desfila sobre as coisas. (...) O olhar contemporâneo não tem mais tempo. (PEIXOTO, 1996: 179)

Com efeito, são mudanças geradas pelas novas necessidades da vida contemporânea. Pois estamos sujeitos ao cumprimento de horários nos nossos compromissos laborais, acadêmicos, sociais e até culturais. E este fenômeno se reflete tanto no comportamento acelerado da cidade como no nosso condicionamento a ela. Isto porque, na cidade somos obrigados a ganhar tempo, a andar rápido e, *"Andar depressa é esquecer rápido, reter apenas a informação útil no momento."* (PEIXOTO, 1996: 181).

Afortunadamente, e em contraposição ao estilo de vida atual, ainda existe a possibilidade da desaceleração da vida cotidiana. E isto só acontece num *"mundo da lentidão, que se dá tempo"* (PEIXOTO, 1996: 181), uma vez que nele, é possível experimentar, ou seja, vivenciar o lento transcorrer do tempo. Um mundo no qual o tempo seja usado e sentido paulatinamente, onde nossos movimentos sejam lentos, cadentes e pacientes. Subverter a tirania da aceleração do tempo na cidade significa sentir que esta espera nossas ações, que está a nosso serviço, isto é, que não estamos condicionados a ela.

Esta possível condição temporal da cidade lenta e devagar nos oferece a oportunidade de olhar detidamente as coisas, ou seja, o exercício da contemplação acurada, detalhada, crítica e reflexiva. Daí, refletir sobre as relações entre o presente e o passado requer andar devagar, *"sem destinação precisa, desacelerado. É o que permite que o passado, o tempo perdido, seja presente, como uma alusão, como uma brisa que sopra suavemente"*. (PEIXOTO, 1996: 181).

No saguão da Biblioteca do Umuarama está representado um ornamento arquitetônico que pertence a um outro lugar, o ornamento em si está no interior do Uberlândia Clube. Caetano de Almeida desloca até outro ponto da cidade um elemento histórico, numa intenção de dissipar, expandir ou ampliar o alcance da sua significação, do seu valor. Ele pinta ou representa uma porção de tempo transcorrido, ou seja, um fragmento de uma história, porém, desta vez, em porções espaciais. Isto porque o mural é formado por quadros que se assemelham a janelas através das quais podemos contemplar um passado específico, a história do Clube.

Cada um destes quadros emoldura as formas aí presentes. Daí, podemos pensar estes quadros com sendo janelas que mostram algo. Pois, *"Janelas são, desde os primórdios da pintura, um dispositivo do olhar. O quadro a partir do qual se traça a perspectiva, a linha de fuga que organiza a paisagem."* (PEIXOTO, 1996: 126). Nas janelas de Caetano de Almeida, porém, restam *"indícios da paisagem, fragmentos de molduras e detalhes de construções insinuando-se no quadro. Os elementos semânticos da paisagem urbana são destacados do contexto e reorganizados segundo diferentes posições e escalas"*. (PEIXOTO, 1996: 126).

Estas janelas urbanas mostram ruínas. Elas deixam transluzir um distanciamento temporal, aproximam uma história passada. As janelas e os fragmentos de Caetano de Almeida sugerem sutilmente o passado e com elas se trava um embate, um corpo a corpo, pois, no auge da visibilidade presente o passado torna-se visível. Nas pinturas do saguão, *"A cidade apenas se vislumbra atrás, sugere sua presença. Sem jamais se figurar por inteiro. Aí a pintura pode revelar a força e o lirismo que ainda têm essas paisagens urbanas."* (PEIXOTO, 1996: 130).

Estes fragmentos pictóricos sugerem a presença de uma porção de história. No entanto, são também um recorte espacial - destacado e reconfigurado em um novo lugar – o qual poderíamos chamar de "pormenor" do macro espaço urbano. São fragmentos pictóricos de uma totalidade urbana. Isto porque,

Uma casa está para a cidade como uma janela ou um portão estão para uma casa. E pode ainda prosseguir-se dizendo: um puxador ou um batente estão para o portão como este está para a casa, e como a casa está para a cidade. O que equivale a afirmar que muitas vezes se deveria partir do pormenor, do particular de uma coisa para chegar à sua totalidade. (DORFLES, 1986: 141).

O pormenor ou fragmento, segundo Gillo Dorfles, pode converter-se numa totalidade completa, com coerência plena. E isto só é possível, através de uma autonomia adquirida: enquadramento ou emolduração de uma área total. Sendo assim, o pormenor ou fragmento é capaz de oferecer informação por si mesmo. E tomando como exemplo uma pintura de Klee, Dorfles comenta:

Se isolarmos nele, também ao acaso, um fragmento, aumentando e engrandecendo esse minuto em particular, podemos obter em lugar do "microsigno" inicial, um macrosigno muito mais homogêneo por vezes que toda a pintura. (...) Deste modo o pormenor de uma obra, aparentemente truncado e inconcludente, converte-se, através desta operação de engrandecimento e de "enquadramento", numa obra completa e distinta. (DORFLES, 1986: 143-4).

E acrescenta: *"Eis, portanto, um caso em que o detalhe pode constituir uma entidade por si só e pode (...) adquirir uma força expressiva maior até que a obra da qual deriva, revelando forças ocultas que na obra original não tinham aparecido"*. (DORFLES, 1986: 144).

As janelas de Caetano sugerem momentos transcorridos no interior dos salões do Uberlândia Clube, portanto, fragmentos do passado. São pormenores históricos de cintilante cor azul, contidos no limite da pintura.

Eles se expressão através do azul brilhante e intenso sobre a superfície pictórica, como se fossem formas, espelhadas na superfície da água contida numa piscina, prontas a extrapolar suas bordas. Elas parecem estar prestes a ampliar-se. Isto porque as massas de cor azul, pormenores temporais, flutuam sobre seu fundo branco. São fragmentos de tempo que parecem flutuar, deslizar e transitar, porém, quando tocam e alcançam a linha emoldurante da pintura, eles se sentem presos, emoldurados, limitados de uma necessidade expansiva.

Estes pormenores históricos e urbanos engrandecidos, porém, enquadrados no mural por Caetano de Almeida, se diferenciam dos pormenores autônomos de Dorfles, isto porque, os pormenores do saguão, apesar de possuírem uma força expressiva, parecem não ter atingido, ainda, uma entidade por si só, ou seja, a sua completude. As formas azuis pormenorizadas parecem permanecer truncadas e inconclusas nos seus desejos de socialização. Pois nelas, a cidade jamais se figura por inteiro. Elas não englobam a subjetividade coletiva, o imaginário social da cidade, a globalidade histórica identitária.

As formas e fragmentos – histórico/formais - de Caetano de Almeida, como em toda produção plástica, buscam socializar-se, encontrar ressonância nas individualidades da cidade. Elas procuram captar, na acelerada vida da cidade, a atenção e reflexão dos apressados, dos indiferentes e condicionados caminhantes urbanos. Perante esta dificuldade de comunicação, e motivadas pela sua sede de socialização, além do muro, anseiam alcançar e cobrir formalmente a configuração da cidade. Enquanto que, como indícios históricos, pretendem inserir-se na identidade totalizante e global da cidade. O "Memorial" do saguão da Biblioteca possui janelas pictóricas, as quais são construídas por fragmentos históricos/formais, dispostos a ampliar-se, expandir-se, como mosaicos a cobrir toda uma história, toda uma cidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ARGAN, Giulio C. *O espaço Visual da Cidade*. In: **Temporalidade: Memória e Cotidiano da Cidade**. Espaço & Debates: Revista de estudos regionais e urbanos, ano XI – 1991 N°33. São Paulo: Bandeirante, 1991.
2. ARGAN, Giulio C. **El Arte Moderno**. Vol. 1. Valencia, 1976.

3. AUGÉ, Marc. **Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
4. BARTHES, Roland. **Elementos da Semiologia**. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.
5. CANCLINI, Nestor Garcia. *O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque.(org.) **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL**. *Cidade*. nº 23,1994. 301p. p.95-115.
6. CANTON, Kátia. **Novíssima Arte Brasileira: um guia de tendências**. São Paulo: MAC-USP/Iluminuras/FAPESP, 2001
7. CARLOS, Ana Fani Alessandri. In: SILVA, José Borzacchiolo da (org). **A Cidade e o Urbano: temas para debate**. Fortaleza: EUFC, 1997.
8. CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. V.1 Petrópolis: Vozes, 1994.
9. CHIARELLI, Tadeu. In: **Tridimensionalidade: Arte Brasileira do Século XX**. São Paulo: Itaú Cultural: Casac & Naify, 1999.
10. COLI, Jorge. **O Que é Arte**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.
11. DORFLES, Gillo. **Elogio da Desarmonia**. Coleccção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 1986.
12. DURHAM, Eunice. "*Texto II*". In: ARANTES, Antônio.(org.) **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. P.23-58.
13. FABRIS, Annateresa; COCHIARELLI, Fernando; FAVARETTO, Celso et al. **Tridimensionalidade: Arte Brasileira do Século XX**. São Paulo: Itaú Cultural: Cosac & Naify, 1999.
14. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
15. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad, Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.
16. FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo/ SESC: Annablume, 1997.
17. HOLSTON, James. *Espaços de Cidadania Insurgente*. In: ARANTES, Antônio A. (org). **REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. *Cidadania*. nº 24, 1996. 304p. p.242-253.
18. HUCHET, Stéphane. *Horizonte Tectônico e Campo "Plástico" – de Gottfried SAemper ao grupo Archigram: pequena genealogia fragmentária*. In: **Cinco Textos Sobre Arquitetura**. Org, Maria Lúcia Malard. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
19. **JORNAL CORREO**.
20. **JORNAL O TRIÂNGULO**.
21. LEMOS, Carlos A. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
22. NETTO, Teixeira Coelho. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
23. PAES LEME, Shirley (coord.). **Arte na Cidade**. Uberlândia: UFU, 1995. s./p. (catálogo de exposição)
24. PALLAMIN, Vera Maria. **Arte Urbana: São Paulo, Região Central (1945 – 1998): obras de caráter temporário e permanente**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.
25. PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Ed. SENAC/Marca D'água, 1996.
26. PINTAUDI, Silvana Maria. In: SILVA, José Borzacchiolo da (org). **A Cidade e o Urbano: temas para debate**. Fortaleza: EUFC, 1997.
27. SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.
28. SECRETARIA Municipal de Cultura. **De "Museu de Ofícios" à Museu Municipal**. Uberlândia: SMC, s./d., s./p. (apostila).
29. SILVA, José Borzacchiolo da (org). **A Cidade e o Urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.
30. SOUZA CAVALCANTI, Lana de. Estudo da Cidade na Perspectiva Geográfica. In: **ANAIS ... 8º Encontro de Geógrafos de América Latina**. Santiago de Chile, de 04 al 10 de marzo de 2001. (CD-ROM).
31. VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
32. ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura**. Trad, Maria Isabel Gaspar. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

CIDADES: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA MODERNIDADE BRASILEIRA

Heloisa Helena Pacheco Cardoso*

Resumo – As matérias publicadas nas revistas nacionais de grande circulação, como *O Cruzeiro*, têm como eixo a noção de progresso que valoriza o presente e projeta o futuro. Nos anos de 1920 e 1930, São Paulo e Rio de Janeiro foram apresentadas como as cidades símbolos do desenvolvimento. Nos anos de 1950 é Brasília que aparece como projeto revolucionário. O propósito deste texto é refletir sobre os significados dessas publicações.

Palavras-chave: *O Cruzeiro*, cidades, modernidade.

Abstract – Papers published in national magazines like *O Cruzeiro* give the idea of progress which exalt the present and predict the future. In twenties and thirties, São Paulo and Rio de Janeiro were considered symbols of development. In fifties Brasília appeared as a revolutionary project. The aim of this paper is to reflect about the meanings of the publications cited above.

Key-words: *O Cruzeiro*, cities, modernity

O espaço urbano, nas múltiplas intervenções que sofre, expressa os momentos vividos pela sociedade brasileira e os caminhos assumidos pelo Estado nas relações de poder que compartilha. Nessas intervenções, planos de reestruturação urbana estão sempre propondo mudanças físicas, que incluem desde a abertura de grandes avenidas em nome da melhoria da circulação de veículos e pessoas até a eliminação de edificações ou de áreas inteiras em nome do progresso. Nessas mudanças os mais pobres são alijados dos espaços que ocupam, seja porque suas habitações deixam de existir, seja porque o valor imobiliário dos imóveis ou dos aluguéis torna sua permanência impossível nas novas condições.

Muito além das perspectivas de engenheiros e arquitetos que vêem nas cidades o lugar do planejamento e da racionalidade, elas são lócus onde relações sociais são construídas e reconstruídas cotidianamente.

* - Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

Ter a vida urbana como foco da nossa reflexão nos possibilita avançar para além do físico e do aparente para tentar compreender as redes de comunicação estabelecidas entre as pessoas, os territórios construídos por elas, suas lutas por pertencer a esse espaço embora muitos sejam excluídos dele. A cidade é um lugar de visibilidade das relações capitalistas, que se mostram tanto na monumentalidade como na marginalização.

No bojo da política desenvolvimentista dos anos 50, quando o projeto Brasília aparece como proposta revolucionária, os modelos de cidade se inseriam nas expectativas de um país que caminhava para desenvolver “50 anos em 5”. A nova capital federal vai, nesse período, simbolizar a modernidade brasileira. Aí a vida urbana no Rio de Janeiro e em São Paulo passa a ser questionada pelos efeitos do crescimento desordenado, pela pauperização da população migrante, pela deterioração de áreas consideradas até então “nobres”, estando nas intervenções de especialistas as indicações para as mudanças que corresponderiam ao estágio de progresso que o Estado brasileiro almejava. O foco é a defesa de uma política de planejamento como forma de justificar as intervenções para uso e ocupação do solo.

Nesta década, muitas foram as críticas à vida urbana nas grandes cidades pelos problemas que as mesmas enfrentavam. Ao mesmo tempo em que a expansão urbana e seus elementos mais visíveis, como as indústrias, as refinarias, os arranha-céus, as grandes avenidas, são apontadas nos meios de comunicação como progressos da civilização contemporânea, eram vistos também como provocadores de alterações nos hábitos dos moradores, apresentadas como efeitos naturais que poderiam ser corrigidos a partir de políticas públicas implementadas nas diversas áreas. Em momento algum os meios de comunicação questionaram a opção capitalista brasileira. O que se propunha eram correções de curso que garantiriam o processo de acumulação, o que poderia colocar o Brasil no rol das nações desenvolvidas.

A revista *O Cruzeiro*, em exemplar de meados dos anos 50, em matéria sobre a expansão urbana¹, destaca os significados dos arranha-céus no Rio de Janeiro, setor onde o mercado imobiliário dirigia grande parte dos seus investimentos, ressaltando os modos de viver das pessoas que habitavam os apartamentos recém-construídos na então capital federal. Chamados de zebus de pedra, os apartamentos são questionados enquanto modos de viver: cada vez menores, mal construídos e mais caros. O título da reportagem é significativo: *zebus* nos remete para a grandeza e imponência externa dos novos prédios, símbolos de um Brasil que avançava; *de pedra* como referência àquilo em que se estava transformando as relações

¹ MARTINS, João. Os zebus de pedra. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, n.31, 14 de maio 1955, pp. 8-13.

entre as pessoas na busca desenfreada por manter níveis de existência satisfatórios. Embora o foco da análise seja o alto custo de vida e seus efeitos na alimentação, transporte e moradia da população, João Martins, o autor do texto e das imagens, avaliando o “crescimento urbano no Rio de Janeiro” destaca a contradição entre o “país do futuro” e a face perversa do mercado imobiliário que, na ânsia do lucro e lidando com expectativas de uma parcela da população em condições de comprar os novos apartamentos, estaria comprometendo suas condições de vida. Entre os efeitos da verticalização, o artigo ressalta a falta de água, o agravamento dos problemas de trânsito, o aumento das favelas e a elevação do índice de crimes e contravenções. Isso em um momento em que a grande cidade aparece, para muitos que habitavam o interior do país, como uma oportunidade de emprego e de melhores condições de vida. Essas críticas acumuladas vão constituindo justificativas e formando opinião pública para as propostas de intervenção na cidade

A imprensa exerce um papel importante na divulgação de projetos políticos gestados no Estado. Ela faz circular fatos, forma opiniões, mas, sobretudo, seleciona notícias e transforma sua interpretação no próprio acontecimento. Ela se efetiva enquanto uma prática social na mediação entre o que é publicado e o leitor, constituindo nesta mediação uma rede de informações que vai se consolidando como memória explicativa da história do país.

Esta foi uma conduta visível na imprensa brasileira não só neste período. Continuando nossa análise a partir da revista *O Cruzeiro*, observamos que o seu projeto gráfico colocava em proeminência assuntos e personagens, trabalhando com textos e muitas imagens para melhor delinear os enfoques pretendidos. Criada em 1928, no Rio de Janeiro, pelo grupo dos Diários Associados, a revista era destinada à população urbana, letrada, que via nela, ao mesmo tempo, informação e entretenimento. De 1943 a 1975, data da sua última edição, a revista foi publicada ininterruptamente. Nos anos 50, embora considerada um veículo de oposição ao governo JK, suas matérias constroem, em meio às críticas à inflação e à carestia, imagens de um Brasil que avançava. As realizações para impulsionar a industrialização brasileira, os investimentos em infra-estrutura de energia e transportes, a evolução urbana e o crescimento das grandes cidades são alguns dos temas que aparecem com maior regularidade nas páginas da revista.

Na análise de como o projeto editorial da revista se aproximava do público leitor, em uma sociedade que valoriza o tempo, Marialva Barbosa observa que “o leitor de *Cruzeiro* devia inicialmente folhear a revista, passar os olhos sobre a profusão de ilustrações e fotos existentes em todas as páginas e só depois se deter nos temas que mais lhe chamam a atenção. Aí, sim, começa o que a revista considera a leitura” (BARBOSA, 2002)

O Editorial de seu primeiro número, publicado em 1928, destaca *O Cruzeiro* como “a mais moderna revista brasileira”. A noção de modernidade é construída na avaliação do passado e em projeções de um futuro “de um país que cada dia se renova”, onde “a civilização ascensional do Brasil, em todas as suas manifestações” estaria impressa semanalmente em suas páginas.

Associando a denominação *Cruzeiro* ao novo e à opulência, portanto ao desenvolvimento, o Editorial² assim justifica a sua criação e seu papel no interior das publicações já existentes:

Nossas irmãs mais velhas nasceram por entre as demolições do Rio colonial, através de cujos escombros a civilização traçou a reta da Avenida Rio Branco: uma reta entre o passado e o futuro. Cruzeiro encontra já, ao nascer, o arranha-céu, a radiotelefonía e o correio aéreo: o esboço de um mundo novo no Novo Mundo. Seu nome é o da constelação que, há milhões incontáveis de anos, cintila, aparentemente imóvel, no céu austral, e o da nova moeda em que ressuscitará a circulação do ouro. Nome de luz e de opulência, idealista e realístico, sinônimo de Brasil na linguagem da poesia e dos símbolos.

Desta forma a revista se insere nos ideais desenvolvimentistas e contribui para sua divulgação, como se eles fossem a vocação natural do país.

A revista, na sua edição de 10 de novembro de 1928, traz duas matérias sobre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Na primeira, de autoria de Guilherme de Almeida, São Paulo é decantada como o lugar do progresso, cujo símbolo é a cor tijolo, cor da construção:

*A cidade que constroe uma casa de duas em duas horas, a cidade que se estende e se avoluma e sobe, num record assombroso, a capital da terra roxa, veste, para os olhos limpos e entendidos que sabem ver, uma “toilette”(que) Lanvin ou Vionnet descreveriam assim: “Vestido de esporte em Jersey brique degradé, cinco tons...”
“Brique”- cor de construção. Cor dos cubos de terra cozida que se apinham, das telhas acolhedoras que se imbricam, dos vergões que o progresso abre nas glebas úteis, da poeira que erguem na estrada as modernas bandeiras de tratores e caminhões...Cor ativa do trabalho, cor alegre de construção. Cor com que o sol edifica o dia e fabrica a noite. Tijolo – cor de São Paulo...³*

As referências a Jeanne Lanvin e Madeleine Vionnet, estilistas famosas no início do século XX, trazem significados importantes. Assim como a alta costura, São Paulo era símbolo da inovação, mostrada nas construções que se avolumavam. Assim como os vestidos

² *Cruzeiro*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Cruzeiro SA, Ano 1, Nº1, 10 nov 1928. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro>.

³ ALMEIDA, Guilherme de. A cor de São Paulo. *Cruzeiro*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Cruzeiro SA, Ano 1, Nº 1, 10 nov. 1928. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro>.

esportivos de jérsei de lã xadrez com fios dourados e prateados, São Paulo se vestia de brique para mostrar ao mundo seu avanço.

Na mesma edição um outro artigo⁴ faz referências ao projeto de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, que objetivava criar uma nova cidade inserida nas possibilidades de progresso do país. Agache elaborou um plano de reformas urbanísticas para a cidade na gestão do prefeito Antônio Prado Junior (1926-1930). A reurbanização urbana visava efetivar a vocação do Rio de Janeiro como metrópole. Referindo-se a ela, a matéria salienta que ao projeto “não falta grandiosidade e beleza nessa obra gerada com notável senso prático e exata compreensão das realidades” que possibilitará pensar o que será o Rio de Janeiro de amanhã – o Rio de Janeiro de 1950:

Previsão científica, realmente, deve ser o plano de transformação de desenvolvimento de uma cidade. Eis porque o projeto em elaboração cogita já das ligações que um dia terão de ser feitas entre o Rio e Niterói, entre o Rio e a Ilha do Governador, ligações inteligentemente articuladas, que com as avenidas largas, verdadeiras artérias, que se estenderão até aos subúrbios extremos da cidade e as grandes ruas que comunicarão os arrabaldes e bairros entre si.

A convite do prefeito Antônio Prado, Agache visitou o Rio de Janeiro em 1926. O seu Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento projetava uma nova cidade onde as mudanças físicas e o embelezamento, com grandes avenidas arborizadas e áreas com jardins no Centro, indicavam a possibilidade de mudanças sociais, com investimentos em saneamento e implantação de um sistema moderno de circulação (metroviário). O Plano expressava “a necessidade de adequar a cidade à existência de um setor industrial”, e respondia “às expectativas de uma burguesia urbana, inspiradas em um modelo europeu de cidade” (REZENDE, 2002, p.260-1)

Nos anos 20 e 30, São Paulo e Rio de Janeiro eram as cidades brasileiras que simbolizavam o desenvolvimento na República. Reunindo a movimentação financeira do Estado, visível em seus bancos e estabelecimentos comerciais, novas avenidas e casarios, a capital paulista aparece como lugar onde as mudanças aconteciam na velocidade das construções, sinônimos de trabalho e de avanço.

Na capital federal os projetos de reformulação urbana do período associavam a transformação da cidade ao desenvolvimento do país. O projeto de Agache era a compreensão das nossas “possibilidades formidáveis de progresso”, o que justifica o título do artigo – O

⁴ O Rio de Janeiro de 1950. *Cruzeiro*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Cruzeiro SA, Ano 1, Nº 1, 10 nov. 1928. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro>.

Rio de Janeiro de 1950 -, uma projeção do que deveria ser a capital do país: a expressão da modernidade brasileira.

Essa projeção de modernidade enfrenta nos anos 50 outros planos e projetos gestados em nível do Estado. A meta síntese do governo Juscelino Kubitschek propõe a construção de uma nova capital no Planalto Central. A política de desenvolvimento é elaborada no chamado Plano de Metas, que previa um conjunto de investimentos em energia, transportes, indústrias de base e outros capazes de retirar o país do atraso, anunciando um futuro promissor. Aquilo que os artigos da revista *O Cruzeiro* de 1928 anunciavam como presente e futuro, agora era passado, e Brasília aparece como a obra revolucionária:

*O Brasil, com a sua nova Capital, deixa para trás o próprio tempo. Brasília saltou por cima do século XX. É um poema com a marca da modernidade. É de cimento e de sonho... A chave da cidade está nas mãos do Presidente. O colosso que é Brasília, foi obra de um esforço quase sobre humano. Foi tudo construído dentro de três anos de trabalho duro e constante. O mundo inteiro voltou suas vistas para que, no dia 20 de abril, acontecia em Brasília: uma cidade para abrigar 500mil habitantes se inaugurava e um sonho de mais de cem anos se tornava em realidade.*⁵

Saltar por cima do século XX é anunciar um outro futuro, onde o “bem-estar do homem” seria a meta suprema a ser atingida. O condutor desse projeto revolucionário, o presidente JK, um “visionário”:

*A mudança da capital é uma obra infinitamente revolucionária. Revolucionária também é tudo que tem relação com a Nova Capital: homens, planos, urbanismo e arquitetura. Edifícios de construção arrojada, estradas amplas, ruas bem calçadas, com os infalíveis trevos, completam um sistema de trânsito perfeito. O clima é dos mais saudáveis, água em abundância, luz elétrica, telefone, rede de esgotos, tudo como exigem os tempos modernos em que vivemos*⁶.

Essa mudança de foco, que transfere a modernidade localizada em São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 20 e 30, para associá-la à nova capital federal, nos anos 60, não alteravam as visões que a revista *O Cruzeiro* transmitia ao seu público leitor. Embora publicadas em tempos diferentes, essas matérias mantinham seu eixo condutor: a noção de progresso a valorizar o presente e projetar o futuro.

Apresentando as cidades na perspectiva da modernidade, a paisagem urbana é valorizada na sua racionalidade e imponência, com imagens do belo como efeitos dos planejamentos efetuados pelas políticas governamentais. Os modos de viver a e na cidade

⁵ O futuro já tem capital: Brasília. *O Cruzeiro*. 07 maio 1960. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro>.

⁶ Brasília: cidade humana. *O Cruzeiro*. 26 de março de 1960. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro>.

aparecem abstratamente em expressões como habitantes da cidade, bem-estar do homem, felicidade humana, termos genéricos que transmitem um significado de harmonia para o viver urbano, encobrendo as relações sociais instituídas, onde as pessoas, nas suas diferenças e nos seus embates, deixam suas marcas.

Analisar este eixo condutor nos leva à reflexão de duas questões essenciais: como entender as noções de progresso e modernidade tão presentes na história brasileira? Como lidamos com a noção de cidade nos nossos estudos sobre cultura urbana?

Modernidade e progresso são expressões que colocam em evidência relações lineares, que apontam para um futuro diferente, situado em um processo de continuidade que caminha anunciando sempre o novo. Se entendermos como Fontana que “cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar-se dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados”(FONTANA, 2004: 478), a linearidade e a continuidade se transformam em questões a serem investigadas e não em verdades históricas.

O progresso econômico e social, questionado nos significados que contem, deixa cair a aparência dos benefícios para todos para fazer emergir trajetórias de grupos sociais diversos, trajetórias de homens e mulheres, vivendo tensões e conflitos gestados no interior das relações sociais que são construídas cotidianamente. Por este caminho, a cidade deixa de ser vista apenas “como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença” (FENELON, 1996: 6-13), instituindo marcas que nos informam sobre as vidas que se desenvolvem nela.

Daí a importância de se pensar cidade na acepção de “cultura urbana”, buscando entendê-la nos modos de viver de seus habitantes, nas suas lutas por moradia, educação, saúde, lazer, buscando as pessoas como sujeitos sociais que lutam pela efetivação de seus valores e interesses e, nessas lutas, entram em confronto ou se aproximam de outras perspectivas e outros viveres.

Não é nesse caminho que a imprensa produz suas notícias. Assumindo e compartilhando interesses e projetos políticos de grupos sociais que representa, ela veicula notícias dando a elas efeitos de verdade que permanecem como memorização do acontecer social. Nesse processo, as ilustrações e fotos, usadas em grande quantidade e que se transformam em textos pelos títulos e subtítulos que as acompanham, aproximam a publicação do leitor.

Lidar com a imprensa, de uma maneira geral, ou mais especificamente com as revistas de circulação nacional como *O Cruzeiro*, como fontes de pesquisa, exige de nós uma reflexão mais profunda sobre os mecanismos de produção social da memória. Maciel, ao propor uma análise histórica que passe pelo desvendamento dos mecanismos que permitem ao texto jornalístico difundir uma memória que se pretende hegemônica, afirma que ele “como uma força social que atua no presente, seleciona e fatia aspectos da realidade que constituirão a pauta do debate público, disputando com outras forças sociais a direção a ser dada aos acontecimentos” (MACIEL, 2004: 40).

Revistas e jornais continuam sendo um material importante nas nossas pesquisas, desde que não busquemos neles a verdade dos acontecimentos. As reportagens que analisamos nos permitem afirmar que a vinculação destas publicações com os projetos políticos dos grupos dirigentes leva a priorizar a relação entre progresso, desenvolvimento e modernidade como linha condutora de apresentação dos fatos selecionados pelos seus articulistas. Mesmo apresentando aspectos negativos da vida cotidiana, as matérias apontam os dilemas do presente para indicar a “vocação” nacional para o desenvolvimento. O desafio colocado para nós, historiadores, é como construir um diálogo com esses conteúdos sem assumi-los como expressão da realidade vivida.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Marialva. *O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. Ciberlegenda. Revista Eletrônica. Rio de Janeiro: PPGCO/UFF, nº 7, 2002.*

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 1999, p.6-13.

FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru/SP: EDUSC, 2004, p.478.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 14-40.

REZENDE, Vera F. Planos e Regulação Urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 256-281.

Movimento negro em Uberlândia: multiplicidade de práticas e sentidos Fernanda Ferreira Cardoso*

RESUMO:

Este texto discute as diferentes estratégias que a população negra de Uberlândia utiliza para enfrentar a discriminação racial e a exclusão social. Desse modo, grupos do movimento negro e práticas culturais afro-brasileiras são importantes pra compreender as múltiplas formas de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: movimento negro; cultura afro-brasileira; resistência.

ABSTRACT:

This article discusses different strategies of black population in Uberlândia uses to face racial discrimination and social exclusion. In this way, groups of black movement and Afro-Brazilian culture through practices are important to understand the multiple ways of resistance.

KEYWORDS: black movement; Afro-Brazilian culture; resistance.

Refletir sobre as estratégias que a população negra uberlandense utiliza para lidar com os conflitos sociais historicamente vividos nessa cidade, pelas experiências de discriminação e exclusão social constitui-se em foco desse trabalho. Tais estratégias são pensadas a partir das ações de grupos do movimento negro existentes em Uberlândia e das ações empreendidas por homens e mulheres negras na vivência cotidiana da sua cultura e como estas se desdobram nas relações sociais que envolvem diferentes sujeitos: o poder público, a imprensa local, os demais moradores da cidade, entre outros.

Assim, pensar o carnaval, a congada, a religiosidade de matriz africana, entre outras, presentes nessa cidade, implica perceber o significado dessas práticas na vida dos sujeitos sociais dessa pesquisa: homens e mulheres negras. E como tais práticas representam um meio de reconhecimento para os seus participantes, seja internamente, entre diferentes escolas de samba e ternos de congado que buscam maior destaque entre

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia e bolsista de iniciação científica da FAPEMIG – Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais.

si, seja em um contexto social maior em que esses sujeitos marcam o seu lugar e identidade numa cidade que, por diversas formas, evidente ou camuflada, segregaram e segregam os negros estigmatizando os seus espaços de moradia e sociabilidades, por estes lugares apresentarem marcas dos seus valores, crenças e modos de vida.

O período escolhido para examinar o conjunto de práticas e relações acima mencionadas inicia-se em 1983 e estende-se ao ano de 2000. A data inicial corresponde a formação do primeiro movimento negro de Uberlândia, o MONUVA – Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta e esse intervalo selecionado tem um sentido histórico para a compreensão tanto da formação do movimento negro nessa cidade como para outros modos de atuar em busca de direitos e inclusão sociais.

Nesse contexto tem-se o fim da ditadura e o processo de (re)democratização política, com a emergência, ou retorno¹, de diversos movimentos sociais com bandeiras de lutas distintas, é o caso do movimento sindical, de estudantes, organização das mulheres, de negros, dos homossexuais, entre outros. Merece destaque aqui o Movimento Negro Unificado – MNU criado em 1978, cujo objetivo foi não só lutar contra o preconceito e a discriminação racial, mas também unificar os vários grupos existentes.

Então, num momento marcado pelo renascimento do espaço político-partidário e pela promessa de democratização ampliada, projetam-se inúmeras expectativas relacionadas à igualdade de direitos e de representatividade na sociedade. Em meio a esses anseios, uma possibilidade de entendimento para a organização e articulação de movimentos negros perpassa o desejo de igualdade nas condições materiais de vida e o reconhecimento social da cultura e dos modos de vida desta população.

Nesse processo de reorganização das forças políticas, surge em 1982 a candidatura de Zaire Rezende (mandato 1983-1987) para prefeito de Uberlândia, apropriando-se ou ressignificando a proposta de luta pela democracia, convidando a população a participar oficialmente da vida pública. Tal estratégia fora utilizada, e bem sucedida, no Governo de São Paulo pelo candidato Franco Montoro do PMDB. Nesta brecha da participação e da democracia surgem vários movimentos sociais, o movimento negro de Uberlândia está entre eles.

¹ Não quero aqui inferir que no período de ditadura militar no Brasil não houve formas de luta e resistência, inclusive por movimentos organizados, mas que isso aconteceu do modo diferenciado visto a intensa repressão imposta pelo regime.

As fontes históricas usadas na construção dessa pesquisa envolvem a imprensa escrita, documentos produzidos pelos grupos do movimento negro e associações ou irmandades formadas por negros, como grupos de congado e escolas de samba. Nestes, busco atas e estatutos, projetos e panfletos de eventos realizados, cartas e ofícios, entre outros, que ajudam a entender a(s) atuação(s) dessas pessoas em diversos espaços.

Além disso, as narrativas orais ajudam a interpretar os sentidos que estes sujeitos atribuem às suas ações, ao movimento negro uberlandense e às práticas culturais afro-brasileiras presentes na cidade. E dessa forma analiso, por meio das falas e dos silêncios, como o entrevistado se inscreve no social e como ele narra e elabora significados para as situações e experiências que aparecem no seu enredo.

Dentre os documentos escolhidos para este trabalho, os quais não são concebidos como portadores da verdade, mas como fontes que indicam pistas para que o historiador(a) produza um conhecimento histórico, baseado em procedimentos científicos e acompanhado de uma carga de subjetividade, estão as fotografias produzidas pelos sujeitos dessa análise e outras produzidas pela pesquisadora e por órgãos públicos, possibilitando um exercício de contraposição e análise para que estas não figurem apenas como ilustração. Mas pensadas como um olhar possível, dentre tantos outros, uma imagem que foi selecionada e ajuda a construir uma memória.

Ao optar pela mídia impressa local como fonte dessa pesquisa o objetivo é perceber como esta ajuda a construir, através de discursos e silêncios, a imagem social de mulheres e homens negros moradores desta cidade, que nela trabalham, possuem sociabilidades, vivenciam sua religiosidade, produzindo, simultaneamente, uma cultura, que expressa a marca da identidade étnica, composta por um mosaico de formas e significados diversos.

O jornal Correio de Uberlândia foi escolhido por ser um dos jornais mais antigos e de maior circulação na cidade que permanece até os dias atuais, pertence ainda a um dos grupos econômicos mais poderosos do município, o grupo ALGAR. Este grupo possui uma empresa de telefonia, CTBC (Companhia Telefônica Brasil Central), que opera linhas fixas e celulares, possui empresas de propaganda (ABC propaganda), atua também na área de informática, sendo proprietário de um provedor, Netsite, e mantém alianças com empresas de televisão e rádio na cidade. Além disso, detém o

controle acionário da Pousada do Rio Quente, sendo ainda proprietário da ABC Táxi Aéreo, Space Segurança.

Como se vê o Correio de Uberlândia é um grupo que, além de dominar vários meios de comunicação, está vinculado a grupos políticos que se mantiveram nos poderes públicos por muito tempo, cuja atuação sempre representou os interesses das elites da cidade. Isso é verificado se observarmos quem são os interlocutores com quem o jornal frequentemente dialoga. Baseado na pesquisa feita nos jornais é possível afirmar que o Correio de Uberlândia usualmente faz elogio aos setores empresariais mais prósperos da cidade, tal como os Irmãos Garcia, CCO Empreendimentos Imobiliários, Praia Clube, ABC Indústria e Comércio, Armazém Peixoto, Sindicato Rural, Multi Imobiliária, Armazéns Martins, associados do Rotary, dentre outros. Repetidas vezes constata-se publicidade destas empresas, isto é, elas ajudam a financiar o jornal, há uma parceria entre eles.

A partir da análise de como o jornal constrói as suas narrativas identifica-se a forma como este veículo nomeia e qualifica os diferentes sujeitos que vivem na cidade, fazendo sobressair alguns e silenciando outros. Em todo o período pesquisado o jornal possui um espaço para a coluna social, esta me ajudou a compor o perfil do Correio de Uberlândia, em especial a coluna chamada Mini News vista na década de 1980, período em que Sérgio Martinelli aparece ora como diretor, ora como redator - chefe deste.

Assim, a Mini News constitui em um espaço que menciona situações importantes para os grupos que acabo de citar, festas, aniversários, novos empreendimentos, às vezes páginas inteiras dedicadas à trajetória de um desses empresários. Daí fica a pergunta, quando os negros e negras desta cidade aparecem neste quadro, que é de reconhecimento social, conforme vemos abaixo:

RECONHECIMENTO

*Amanhã estará tomando posse a nova diretoria do Sindicato Rural, tendo à sua frente, um moço dinâmico, que conhece muito sobre os interesses e as reivindicações dos associados da entidade, o Odelmo Leão Carneiro Sobrinho. Mas hoje, queremos prestar uma homenagem ao presidente que amanhã estará passando o comando ao seu sucessor, Walter Alves Carneiro (...).*²

² RECONHECIMENTO. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 24 fev. 1983. Mini News, p.03.

Fica claro que esse grupo possui a valorização do jornal e o novo presidente eleito recebe os cumprimentos por ser conhecedor dos interesses dos ruralistas da região. Dois dias depois desta nota, ratifica-se na Mini News *Odelmo Leão é presidente do nosso Sindicato Rural*, confirmando a idéia de que o jornal e as elites locais, empresários e ruralistas, formam um mesmo grupo social que compartilha interesses. E dessa forma se vê como a vida e os interesses das famílias ricas é que merecem destaque no jornal e são temas assíduos em vários cadernos, em especial na Mini News que, nessa mesma época lança informações sobre a filha de uma família de “prestígio social” na cidade que vai estudar nos Estados Unidos e assim é noticiada cada carta ou telefonema dado pela estudante aos pais e mandando recomendações ao jornal.

Esse tratamento diferenciado que o Correio de Uberlândia dispensa aos diferentes sujeitos da cidade pode ser pensado a partir das reportagens nos dias de carnaval, em que o desfile de rua, com maioria negra, é sempre abordado com caráter de desordem social, cuja presença da polícia é indispensável. No carnaval de 1984 foi noticiado:

*Como ocorre em todas as festas que reúnem aglomerações de pessoas, o carnaval teve o registro de algumas ocorrências policiais, determinando a detenção dos responsáveis para averiguações e apuração de responsabilidades. (...) O Pronto-Socorro da Escola de Medicina atendeu várias ocorrências durante o carnaval, que, como nos anos anteriores, aumentou o número de atendimentos, a maioria por efeito de alcoolização. Na edição de amanhã devemos divulgar um completo balanço das ocorrências registradas durante as comemorações carnavalescas aqui na cidade de Uberlândia e, para isso, esperamos contar com a boa vontade e colaboração dos órgãos responsáveis.*³

O texto do jornal vai de encontro com a fala da Conceição Leal⁴ ao explicar-me como aconteceu a formação do MONUVA justificando essa criação pelo fato de Uberlândia ser uma cidade de práticas racistas. Ela relata que:

Um fato também interessante que nós passamos em Uberlândia com a criação do Conselho e (...) do MONUVA foi que todo carnaval havia uma invasão de polícias nas escolas de samba e nós estávamos na escola de samba do Bolo quando a polícia invade e naquela madrugada mesmo nós

³ CARNAVAL uberlandense com registro de poucas ocorrências. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 07 mar. 1984, p.12.

⁴ Conceição Leal foi uma das fundadoras do MONUVA e participante de outros grupos do movimento negro na cidade.

fizemos um documento. E tinha um presidente da Câmara chamado Antônio Jorge Neto, fantástico, eu acho até que você devia entrevistá-lo, uma pessoa que foi de um compromisso muito sério com a comunidade negra e tinha dois vereadores negros, isso ajudava muito, que era a Olguinha Helena e o Sebastião Eurípedes. Aí fez estrategicamente uma discussão na Câmara e levou o coronel da polícia militar, juiz, pessoal do Exército e com quinze dias caiu o comandante da polícia militar por conta desse ato, foi de uma importância, de uma importância política na época.⁵

O depoimento de Conceição Leal é elucidativo de como as práticas sociais da população negra uberlandense eram tratadas pelos poderes públicos. Interessante que na forma como ela organiza a sua narrativa ela não se coloca, nem coloca os negros como vítimas da violência, real ou simbólica, que viviam por parte dessas instituições. A entrevistada mostra que a reação ao acontecido foi elaborar um documento e buscar uma articulação com a Câmara de vereadores, já que contavam com apoio não só do presidente da Câmara, mas de dois vereadores negros para rebaterem tal situação.

Observa-se também como ela elege a criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, do qual ela compunha o Grupo de Trabalho e do MONUVA, também integrante, como um marco na contestação e solução de problemas como o que foi relatado acima. E como a via institucional, no caso o movimento negro, ajuda no diálogo com os representantes dos poderes públicos, pois, em entrevista com Olga Helena⁶ ela explica que não participou da articulação do MONUVA, fica implícito que ela foi convidada pelo movimento e pôde ajudar por ser vereadora. Ao ser questionada sobre a formação do movimento, Olga diz:

Eles vinham batalhando antes de mim, cê tá entendendo? Eu faço parte do MONUVA porque eu trabalhei junto com eles, sabe, briguei por eles.

Entrevistadora: Pelo lugar que você ocupava.

Olga: É. Mas quem criou não fui eu, foram eles mesmos, nasceu deles do próprio movimento. (...)

Olga: Isso. Agora eu acho que eu era uma formiga ali, certo? Porque eles eram os importantes porque eles que criaram não fui eu é muito importante falar isso, sabe. Então, eu acho que eu era um instrumento porque eu estava no poder, eu fui um instrumento, mas eles já vinham com a bandeira também, sabe. Eu abracei a bandeira do movimento é isso aí. Porque a gente não pode carregar o que não é da gente, cê entende?⁷

⁵ Maria da Conceição Leal. Entrevista realizada dia 14 de Agosto de 2007.

⁶ Olga Helena é ex-vereadora de Uberlândia e antiga participante do MONUVA – Movimento Negro Uberlandense Visão Aberta.

⁷ Olga Helena da Costa. Entrevista realizada no dia 11 de Agosto de 2007.

Ainda sobre a forma em que o Correio de Uberlândia versa sobre as diferentes práticas sociais na cidade. Um meio de problematizar o modo como o jornal interpreta as práticas populares é trazer para o debate como outras práticas aparecem neste informativo. Nesse sentido, chamou-me atenção como os festejos também de carnaval eram qualificados quando realizados em espaços frequentados pelas elites da cidade.

O Praia Clube realizou, na noite de 10 do corrente o seu Grito de Carnaval do Cinquentenário, revivendo toda a alegria e animação que tanto caracteriza o espírito praiano. O gigantesco “Disco Voador” ficou superlotado de foliões, a maioria jovens, brincando quase até o nascer do sol no dia 11. A animação ficou por conta da orquestra Sound’s Factory (...) e merece o destaque pelos elogios que recebeu dos presentes nessa atuação.

Já que Caetano Veloso disse que “atrás do Trio Elétrico só não vai quem já morreu”, a juventude praiana delirou com o show de Dodô, Osmar e Armandinho, o legítimo trio baiano. Duas horas com o calor do ritmo carnavalesco (predominância do frevo) contagiando os foliões.

A diretoria do Praia, neste “gritão” que antecede o carnaval já mostrou o que será a festa de fevereiro, em comemoração aos 50 anos do clube que é o orgulho da cidade.⁸

Nesta abordagem tem-se a valorização do evento a partir dos elementos que o compõe e na maneira em que é descrito sempre alude à identidade do grupo em questão: os praianos. Identidade essa que é avaliada com adjetivos positivos e colocada como importante para a cidade de Uberlândia, *orgulho da cidade*.⁹ Historicamente, as notícias do Correio de Uberlândia relacionadas ao carnaval de rua em geral limitam-se a calendários e informes como o local, data e horários. Este periódico em questão não se preocupa em mostrar o carnaval popular a partir dos significados que ele possui na vida das pessoas envolvidas, o trabalho que é realizado durante o ano na confecção de fantasias, adereços e carros alegóricos, os ensaios realizados, entre outros.

Dessa forma, pensar a atuação de luta dos negros nessa cidade passa pela multiplicidade de práticas - políticas e culturais – por eles realizada e está inserida numa teia de relações complexas e por vezes contraditórias entre eles e outros sujeitos sociais, legisladores, jornais, pessoas ligados ao judiciário, dentre tantos outros.

Se na mídia impressa local ora a vivência de homens e mulheres negras, seja na congada, no carnaval, nos terreiros de umbanda e candomblé é silenciada ou mesmo apresentada numa hierarquia inferior a outras formas de viver, ora o aparecimento de sujeitos negros nas suas ações – organização de movimento negro, realização de

⁸ SUCESSO total no Grito de Carnaval. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 14 nov. 1984.

⁹ Idem.

encontro e mesmo nas festas populares de origem e identidade afro-brasileira, torna-se inevitável, inclusive no reconhecimento a estes atores sociais, justamente pela forma que pressionam e conquistam, entre muitas perdas e conformidades, espaço e admiração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARMO, Luiz Carlos do. **“Função de preto”**: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia/MG 1945-1960. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder público e movimentos sociais aproximações e distanciamentos**: Uberlândia – 1982-2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil**. São Paulo, Editora Moderna, 1987.

FONTES:

Jornal Correio de Uberlândia, 1983-2000.

NARRATIVAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA EM ÁFRICA: A CRÔNICA DO CONDE D. DUARTE DE MENESES (SÉCULO XV).

***¹Sylnier Moraes Cardoso**

Resumo

Três das quatro crônicas de Gomes Eanes de Zurara tratam da expansão portuguesa. A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses, objeto de nosso estudo, teve por pretensão realçar o “perfil ideal” de nobreza no século XV, inserida no contexto da reconquista em África.

Palavras-chave: crônica- nobreza- expansão

Abstract

Three of the four chronicles from Gomes Eanes de Zurara deal with the Portuguese expansion. The chronicle of Count D. Duarte de Meneses, subject of our study, had the intention to stress the “ideal profile” of the nobility in the 15th century, inserted into the context of the African recon quest.

Key words: Chronicle – Nobility – Expansion.

¹ Universidade Federal de Goiás – Jataí
Bolsista PIBIC/PRPPG

NARRATIVAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA EM ÁFRICA: A CRÔNICA DO CONDE D. DUARTE DE MENESES (SÉCULO XV).

Três das quatro crônicas de Gomes Eanes de Zurara tratam da expansão portuguesa. A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses, objeto de nosso estudo, teve por pretensão realçar o “perfil ideal” de nobreza no século XV, inserida no contexto da reconquista em África.

Gomes Zurara é escolhido como cronista régio e guarda-mor das escrituras do Tombo (arquivo nacional) por volta de 1451- 1452, não se sabe ao certo. É o sucessor de Fernão Lopes, eleito para continuar sua obra. “Das crônicas atribuídas a Gomes de Zurara, três tratam exclusivamente da história da ocupação portuguesa no Norte da África. A trilogia narra, com cuidado, cinco décadas da presença portuguesa em Marrocos, de 1415 a 1464”.

Principais obras:

- Crônica da Tomada de Ceuta;
- Crônica dos Feitos da Guiné;
- Crônica do Conde D.Pedro de Menezes; e
- Crônica do Conde D. Duarte de Menezes, objeto deste estudo.

A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses relatava a vida de um dos mais fiéis súditos do rei D. Afonso V. Anteriormente o próprio Zurara havia escrito uma crônica sobre o pai de D. Duarte, D.Pedro de Meneses. No capítulo III, Zurara concluiu o prólogo narrando à genealogia do protagonista da crônica.

De acordo com o cronista, os antepassados paternos do Conde remontam aos reis de Castela e Portugal. Sua mãe foi muito pouco citada, pois D. Duarte era filho ilegítimo. “Nem escreuemos aquy a geeraçom da madre do conde dom Duarte por quanto elle era filho natural o qual seu padre fezera em huma moça de sua casa”. (ZURARA, 1978: 17).

Recorrer a uma linhagem nobre era de fundamental importância para a legitimidade do poder da fidalguia. Já no início da Crônica D. Duarte foi levado à Ceuta para viver com seu pai que era das quatro crônicas atribuídas a Gomes Eanes de Zurara, três tratam exclusivamente da história da ocupação portuguesa no Norte de África. A trilogia narra com cuidado cinco décadas da presença portuguesa em Marrocos, de 1415 a 1464. (Introdução à *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Diplomática de Larry King) governador da cidade. Com 15 anos travou sua primeira batalha, na qual de acordo com o cronista,

venceu triunfalmente, levando a morte trezentos mouros. “O jovem guerreiro é prontamente armado cavaleiro por seu pai e participa de outros encontros com o inimigo até um intervalo de calma que ocorre na guerra de 1429 a 1431.” (ZURARA, 1978: 32). a segunda característica do cavaleiro além de possuir uma linhagem, era a de ser guerreiro. “E sseguido entender dos homeens nom se desenfadaua tanto em outra cousa como nos feitos da cauallaria, como aquelle que casy do berço husara ho officio das armas”. (ZURARA, 1978: 31). A imagem de cavaleiro, de acordo com as fontes, estava associada a atributos como honra, esforço, bravura, justiça, moderação e especialmente o de ser um bom cristão. Em vários momentos da Crônica sobre o Conde Duarte de Meneses esses atributos foram reforçados: A concepção de Zurara acentua-se ainda mais com a exaltação do ideal cristão em contraposição com os mouros. O protótipo da caracterização relativa à oposição cristão-mouro foi constante na crônica. Um dos objetivos do bom cristão era conquistar o infiel. Percebemos aí a presença do espírito cruzadístico ainda existente em alguns momentos do início da ocupação portuguesa na África.

A honra era outro atributo que garantia à cavalaria distinguir-se dos demais homens, pois “o defender fta em tres cousas, a faber, esforfo, honra e poderio” (ORDENAÇÕES, 1984: 60).

Obviamente também na crônica de Zurara o esforço em distinguir as características de D. Duarte de Meneses possui a intenção de caracterizar um tipo ideal de cavaleiro, sendo este personagem de forma exagerada colocado como um exemplo a ser seguido, um espelho do que foi seu pai D. Pedro de Meneses.

A morte do protagonista em 1464 também está carregada de uma grande simbologia pois este morreu protegendo o rei D. Afonso V que havia entrado em território inimigo com poucos homens, correndo o risco de ser capturado ou morto. A ação do Conde, de acordo com o cronista, foi a de proteger primeiramente seu rei, mesmo que para isso fosse necessário, como realmente aconteceu, perder a vida.

“E entom abalhou el Rey e o Conde nom foy renganado em sseu dito por que caasey todos partyram onde lhe logo mataram a cavvallo e feryram a elle na traseyra. E elle a pee chegousse a elle o conde de moonsantoe huum scuydeyro que era filho de huum criado de seu padre que por lhe dar se cavallo morreo aly como boa, o qual avya nome Nuno Martinz de Villa Lobos. Trabalhou o conde de moonsanto por tomar seu cunhado a cavvallo. E porque elle avya as pernas curtas e deseyarmado e apressado dos contraryos e desacompanhado nem pode tam

ligeiramente cavalgar como lhe cumpria... E assy acabou aquella nobre e tam honrado cavalleyro, cuja morte foy muy chorada (ZURARA, 1978, p 354).

O objetivo da crônica de realçar os “grandes feitos” de D. Duarte encontrava-se ainda mais presente no legado que este deixou. Após sua morte cavaleiresca ao tentar proteger seu rei, a saga da família continuou na pessoa de D. Henrique, herdeiro de D. Duarte. O capítulo final da crônica já mencionava a ascensão do jovem Meneses ao título de conde D. Henrique, entendendo-se que outro membro desta família continuaria com as mesmas características cavaleirescas de seus antepassados.

Apesar de conter um discurso simbólico em relação a cavalaria, tendo como representante o conde D. Duarte de Meneses, a Crônica de Zurara não deixa de apresentar uma concepção e uma propaganda do ideal de cavaleiro ainda existente em pleno século XV e como já foi observado anteriormente, sempre ligada à expansão marítima rumo a África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

MARQUES, João da Silva (org) *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa: INIC (Vol I e Suplemento), 1988.

MONUMENTA HENRICINA, Dir., Org e anotação crítica de António Joaquim Dias, OFM, Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 15 Vols, Lisboa: 1960-1974.

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (Vol. I ao V).

PINA, Rui de *Crónica do Rei D. Duarte*. Lisboa : Editorial Presença, 1966.

_____*Crónica de El Rei D. Affonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónicas do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

_____*Crônica dos Feitos da Guiné*, Lisboa: Alfa, 1989.

ESTUDOS:

BARROS, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, SOARES, Torquato de Sousa (ED). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945- 54, 11v.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. SP: Companhia das letras, 2002.

COELHO, Antônio Borges. *Clérigos, Mercadores, Judeus e Fidalgos*. Lisboa: Caminho, 1994.

_____*Na barca da conquista. O Portugal que se fez caravela e nau*, in *A Descoberta do Homem E Do Mundo*, SP: Companhia das Letras, 1998.p 123- 143.

DINIS, António J Dias. *Vida E Obras de Gomes Eanes De Zurara*, Lisboa: Republica Portuguesa- Ministério das Colônias, 1945.

DUARTE. Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade No Portugal Medieval (1459- 1481)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

GODINHO, Vitorino M. *Os Descobrimentos E A Economia Mundial* (vol I e II), Lisboa, Editorial Presença, 1971.

_____*Os Descobrimentos: Inovação e Mudança Nos Séculos XV e XVI*, in *Revista de História Econômica e Social*, n 2, Lisboa: Sá da Costa, Julho-Dezembro, 1978. pág 1-27.

MARQUES, A H de Oliveira. *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2a Edição, Lisboa: presença, 1980.

_____*História de Portugal*, Vol I, Lisboa: Palas Editores, 1985.

_____*Nova História de Portugal, Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1987.

MATTOSO, José. *Perspectivas Actuais Sobre A Nobreza Medieval Portuguesa*, in *Revista de História Das Idéias* (vol 19) *A Cultura Da Nobreza*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1997. p 7-37.

_____*SOUZA, Armindo de. História de Portugal: a Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa: Círculo de Leitores, vol II, 1993.

MORENO, Humberto Baquero. *O município no espaço atlântico (séculos XV e XVI)*, in *Anais Do I Colóquio De Estudos Históricos Brasil- Portugal*, BH: PUC, 1994.p 37-46.

_____*A Batalha De Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada aos cursos de Letras da Universidade de Lourenço Marques, Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973.

Um homem em busca de sua identidade: Octavio Paz e *O Labirinto da Solidão*

Anizio José do Carmo Júnior*

Resumo: Octavio Paz, grande pensador mexicano do século XX, destacou-se por uma grande obra intelectual que abrange ensaios de crítica literária e cultural, escritos políticos e importante produção poética. De sua obra, o que mais se destaca, pelo menos fora do México, são os seus ensaios – o mais conhecido é *O labirinto da solidão* – que suscitam interesse de antropólogos, sociólogos, críticos literários e historiadores. Em sua obra ensaística, a que nos interessa, são constantes os temas referentes à situação política da América Latina e México, bem como a discussão sobre a construção das identidades latino-americana e mexicana. Nosso objetivo é analisar os ensaios de Octavio Paz, em especial *O labirinto da solidão*, e sua trajetória intelectual, investigando como o autor estudou a construção da identidade nacional mexicana.

Palavras-chave: Octavio Paz, Identidade mexicana, *O labirinto da solidão*.

Résumé: Octavio Paz, penseur mexicain du XXème siècle, s'est détache par sa grande oeuvre intellectuelle qui renferme des essais de critique littéraire et culturel, des écrits politiques et d'importante production poétique. De son oeuvre, ce qui est mis en évidence au moins dehor du Mexique, ce sont ses essais - le plus connu est *Le Labyrinthe de la Solitude* - qui suscitent l'intérêt des anthropologues, des sociologues, des critiques littéraires et des historiens. Dans ces essais ce que nous intéresse, ce sont les consntants sujets qui concèrne la situacion politique de l'Amérique Latine et du Mexique, ainsi que la discussion à propos de la consruccion des identités latin-américainne et méxicaine. Notre objectif est d'analyser l'essai d'Octavio Paz, *Le Labyrinthe de la Solitude*, en recherchant comme l'aurteur, chez sa trajectoire intellectuelle, a étudié la construction de l'identité mexicainne.

Mots Clé: Octavio Paz, identité mexicainne et *Le Labyrinthe de la Solitude*.

1. Octavio Paz: poeta e ensaísta

1.1. Vida e obra

Passada a virada do século XIX para o século XX, quando o Ocidente vivia a euforia da modernidade e os países europeus começavam um conflito gerado por sua expansão imperialista, a Primeira Guerra Mundial, nascia Octavio Paz Lozano, em Mixcoac, Distrito Federal do México, no dia 31 de março de 1914, em meio à Revolução Mexicana.

* Acadêmico em História na Universidade Federal de Goiás. E-mail: magnizio@pop.com.br.

Seu pai, também chamado Octavio Paz, era partidário e advogado de Emiliano Zapata, e estava envolvido no projeto de reforma agrária que se seguiu à Revolução; porém essas atividades provocavam sua ausência de casa por longos períodos. Foi criado por sua mãe, Josefina Lozano, filha de imigrantes espanhóis e mulher religiosa, bem como por uma tia e por seu avô paterno, Ireneo Paz, intelectual, escritor e ex-partidário das forças de Porfírio Díaz. Com a morte de Emiliano Zapata, em 1919, e a conseqüente perseguição de seus partidários, a família Paz emigrou para os Estados Unidos, em 1920, estabelecendo-se na cidade de Los Angeles. Algum tempo depois, voltou para o México, onde passou parte da infância e da adolescência na biblioteca de seu avô, onde teve contato com obras culturais muito significativas, da literatura clássica ao modernismo mexicano. Durante a década de 1920, descobriu os poetas europeus Gerardo Diego, Juan Ramón Jiménez e Antonio Machado, que influenciaram profundamente seus futuros escritos.

A "sede revolucionária" legada por seu progenitor, se manifestou em sua participação em uma série de "levantes estudantis", que buscavam a autonomia da Universidade do México, em 1929. Em 1931, quando tinha 17 anos, publicou seu primeiro poema, *Cabellera*, e no mesmo ano fundou as revistas *Barandal* e *Cuadernos del Valle de México*. Dois anos depois, aos 19 anos, Octavio Paz publicou seu primeiro livro, uma coleção de poemas intitulado *Luna Silvestre*.

Em 1937, após o término de seus estudos universitários, onde bacharelou-se em Direito, viajou para Yucatán em busca de trabalho em escolas camponesas para ministrar aulas. Pouco depois se casou com a escritora Elena Garro. Nesse ano viajou para a Espanha, durante a Guerra Civil Espanhola, e participou junto com sua esposa, do *Congresso de Escritores Antifascistas* celebrado em Valência. Lá publicou *Bajo tu clara sombra y otros poemas sobre España*, *Perfil del hombre* e *No pasarán*. Foi nessa época entrou em contato com os intelectuais da República Espanhola e com o poeta chileno Pablo Neruda.

De regresso ao México, em 1938, se juntou a Efraín Huerta e Rafael Solano, entre outros, e fundou a revista *Taller*, em que participaram os escritores espanhóis de sua geração exilados no México. Em 1939 publicou os livros de poemas *A la orilla del mundo* e *Noche de resurrecciones*. Em 1940, junto com Xavier Villaurrutia fundou a revista *El hijo pródigo*, que obteve grande repercussão. Em 1942, a pedido de José Bergamin, deu uma conferência, *Poesía de soledad, poesía de comunión*, na qual estabelecia sua diferença com a geração anterior, e tratava de conciliar em uma só voz as poéticas de Xavier Villaurrutia e Pablo Neruda.

Graças a uma bolsa de estudos concedida pela Fundação Guggenheim em 1943, Octavio Paz passou dois anos nos Estados Unidos, onde a poesia inglesa chegou a seu conhecimento, sendo um dos poetas T. S. Eliot. Em 1945 ingressou no Serviço Exterior Mexicano e foi enviado a Paris, onde fixou residência. Permaneceu na França de 1946 a 1951, onde sua admiração pelos poetas surrealistas tornou-se uma sólida amizade (SANTIAGO, 2006: 19). Através do poeta surrealista Benjamin Péret conheceu André Breton. Tornou-se amigo de Albert Camus e de outros intelectuais europeus e hispano-americanos de Paris do Pós-Guerra. Essa circunstância definiu com precisão suas posições culturais e políticas: se afastou do marxismo, após denúncias de que regimes comunistas estavam violando os direitos humanos; e se aproximou do surrealismo, interessando-se por temas dos mais diversos.

Viajou para Índia e Japão, em 1951 e 1952, respectivamente, onde teve contato com o pensamento oriental, de grande influência em sua criação poética. Regressou ao México em 1953 onde até 1959 desenvolveu um intenso trabalho literário: em 1955, fundou *Poesía en voz alta*, grupo que consolidou com a colaboração de Leonora Carrington, Juan Soriano e Juan José Arreola. Colaborou com a *Revista mexicana de literatura* e com *El corno emplumado*. Em 1956 escreveu uma obra de teatro: *La hija de Rapaccini*. Nesse ano foi homenageado com o prêmio Xavier Villaurrutia.

Durante o ano de 1949 e a década de 1950 publicou quatro livros fundamentais: *Libertad bajo palabra* (1949), onde está o primeiro de seus poemas longos, *Piedra de sol*, uma das grandes construções poéticas da modernidade hispano-americana; *El laberinto de la soledad* (1950), esforço de discussão sobre a identidade e a sociedade mexicanas; *¿Águila o sol?* (1951), livro de prosa de influência surrealista; *El arco y la lira* (1956), seu esforço mais rigoroso por elaborar uma poética. Em 1959 fez a reedição de seu ensaio *O labirinto da solidão*, onde corrigiu o estilo e os erros de documentação e acrescentou um novo capítulo (REINATO, 1998: 1316).

Em 1960 regressou a Paris e em 1962 voltou à Índia, como embaixador mexicano. Conheceu Marie José Tramini, com quem se casou em 1964. Publicou o livro de poemas *Salamandra* (1961), anterior a sua viagem à Índia, e *Ladera este*, cuja produção ocorreu nesse país, e inclusive seu segundo poema longo, *Blanco*.

Em 1963 obteve o Grande Prêmio Internacional de Poesia. Publicou os livros de ensaios *Cuadrivio* em 1965, quatro ensaios dedicados a quatro poetas destacados: Luis Cernuda (espanhol), Fernando Pessoa (português), Ramón López Velarde (mexicano) e

Rúben Darío (nicaraguense); publicou *Puertas al campo* em 1966 e *Corriente alterna*, em 1967. Todos estes livros mostram o centro de seus interesses: a poesia experimental e a antropologia, Índia e Japão, a arte mesoamericana, a política e o estado contemporâneos.

Em 1968, poucas semanas antes de iniciarem-se as Olimpíadas na capital mexicana, Octavio Paz renunciou a seu posto diplomático na Índia devido aos assassinatos cometidos pelo governo do México na famosa matança de Tlatelolco, no dia 2 de outubro desse mesmo ano, quando o Exército abriu fogo contra manifestantes universitários na Cidade do México. No ano seguinte, apresentou na Universidade do Texas um texto denominado *México: la última década*, onde abordou dois aspectos: retomou o tema da identidade mexicana e enfatizou a crise de 1968. Em 1970 publicou essa conferência com o título de *Posdata*; em 1975, esse texto foi incorporado ao livro *O labirinto da solidão* (REINATO, 1998: 1316-1317).

Em 1971 fundou no México a revista *Plural*, na qual colaboraram alguns dos escritores mais importantes da geração posterior. Nesse ano publicou *El mono gramático*, poema em prosa em que se fundem temáticas filosóficas, poéticas e amorosas, e em 1974, *Los hijos del limo*, recapitulação da poesia moderna; em 1975, *Pasado en claro*, outro de seus poemas longos, publicado no ano seguinte em *Vuelta*, livro com o qual obteve o Prêmio da Crítica na Espanha.

Em 1977 deixou *Plural* e integrou-se à revista *Vuelta* da qual foi diretor até sua morte. *El ogro filantrópico*, continuação de suas reflexões políticas, foi publicado em 1979, e dois anos depois obteve o Prêmio Cervantes. Ainda em 1979 concedeu uma entrevista na qual retomou o tema da identidade mexicana, que foi editada com o nome de *Volta a O labirinto da solidão*, e nas edições posteriores, essa entrevista foi integrada ao livro *O labirinto da solidão* (REINATO, 1998: 1316). Em 1982 editou-se *Sor Juana de la Cruz o las trampas de la fé*, retrato de uma monja mexicana e da sociedade mexicana do século XVII; em 1987, publicou *Árbol adentro*, último volume de poesia.

Em 1990 lhe foi concedido o Prêmio Nobel de Literatura, e publicou *La otra voz* e *Poesía de fin de siglo*, ensaios que recorrem a suas últimas reflexões sobre o fenômeno poético. Em 1993, publicou *La llama dobre* e *Amor y erotismo*, e em 1995, *Vislumbre de la Índia*. De uma personalidade exigente e exigida, sua escrita soube recorrer a distintas tradições e a lidar com variados interesses em uma só voz e numa herança plural. Além de suas poesias, buscou em outras áreas da cultura coincidências e diferenças que alimentaram sua obra e abriram espaços para a compreensão do mundo. Se sua poesia percorre o caminho

do vazio do eu à plenitude do mundo e o amor, seus ensaios são um mosaico de reflexões pontuais sobre os aspectos mais diversos de nossa época. Morreu de câncer aos 84 anos em abril de 1998.

1.2. Época e pensamento

Se Octavio Paz queria, pelo menos fora de seu país, ser mais apreciado como poeta, isso não aconteceu: fora do México, foi e é muito mais apreciado como ensaísta, embora, na sua personalidade de escritor e no conjunto de sua obra, o ensaísta não se explica sem o poeta (KUJAWSKI, 2001: 25). E passou a ser interessante encontrar o poeta nos textos críticos, onde seus poemas, muitas vezes afloram de forma involuntária ou simplesmente permanecem no esquecimento (ALMEIDA, 1997: 13).

Paz começou sua carreira de escritor nos anos 1930, num período que, no México, passou a ser denominado de pós-revolucionário. Durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), sobressaíam-se no país duas tensões no campo político: “uma espécie de nacionalismo com matizes socializantes e os restos de um humanismo mesclado de ideais liberais” (REINATO, 1998: 1314). Nesses anos também foram fundadas organizações de inspiração revolucionária como o *Bloque de los obreros intelectuais* e a Liga de Escritores e Artistas Revolucionários (LEAR). Daí, Paz começou a buscar uma autêntica causa revolucionária: deixou de lado os escritores anarquistas, que o acompanhavam desde a adolescência e, os vinte anos, começou a ler Karl Marx e os clássicos da tradição comunista libertária.

Em 1937, quando tinha 23 anos, pareceu surgir a causa revolucionária que era esperada por Octavio Paz: apaixonado pelos republicanos, viajou para a Espanha e participou do Congresso de Escritores Antifascistas, na cidade de Valência, onde conheceu Pablo Neruda e Rafael Alberti. Diante da influência do movimento comunista internacional e da proclamação da República Espanhola, Paz e sua geração acreditavam estar diante do nascimento de uma "nova era", tanto que chegou a afirmar que "não descobriu a Espanha: a reconheceu, se reconheceu" (CRIPA, 2002: 1).

Apesar das expectativas e diante dos acontecimentos políticos de seu tempo, certos fatos geraram conflito entre suas convicções estéticas e políticas, que tornaram-se uma constante em sua obra: em 1939, após total engajamento na defesa da República Espanhola, Paz rompeu com essa mesma esquerda, por discordar dos rumos que ela tomava,

principalmente após a assinatura do Pacto de Não-Agressão entre Hitler e Stalin. Contribuíram para seu distanciamento da esquerda outros fatos: o conhecimento da existência de campos de concentração na U.R.S.S.; o assassinato de colegas seus que criticavam o regime soviético; o assassinato de Trotski no México; e, em 1941, seu rompimento com Pablo Neruda (REINATO, 1998: 1315).

De 1938 a 1943, já de volta ao México, Octavio Paz dedicou-se à produção de ensaios, poesias e escritos diversos, nos quais esforçou-se por entender um tema que o acompanhava a muito tempo: a questão da identidade nacional mexicana. Desde sua estada em Paris, o autor já vinha formulando aquilo que viria a ser o seu “projeto identitário mexicano”. Foi na Europa que o problema da identidade mexicana começou a ser esclarecido para Octavio Paz: no México considerava-se europeu, e projetava a alteridade no indígena; na Europa, tendo que explicar a história e a cultura americana aos europeus, percebeu que não sentia-se e nem era europeu, ao mesmo tempo que também não era indígena (REINATO, 1998: 1315).

Outro tema passou a incomodá-lo na década de 1940: a solidão. O conjunto dos escritos que abordavam esse tema já apareceram no final da década de 1930, em artigos publicados em diversas revistas, entre elas a *Revista Vírgulas*. De início, o par de temas solidão-identidade era buscado a partir de sua experiência pessoal, mas com o passar do tempo esses temas passaram a integrar sua vivência intelectual, sendo buscados no caráter nacional mexicano. Contudo, outro tema aparece no pensamento de Octavio Paz, formando um novo par: solidão-comunhão (REINATO, 1998: 1315).

Eduardo José Reinato afirma que o par solidão-comunhão relaciona-se com o tema constante no pensamento de Octavio Paz: o tema que relaciona-se com a solidão produzida pela modernidade. Para Paz, a modernidade produziu uma solidão que só possível de ser superada pela comunhão. Daí, ao discutir a modernidade e a solidão dela proveniente, o autor confrontou-se com a questão da identidade mexicana, que foi tematizada no livro *O labirinto da solidão* (REINATO, 1998: 1315).

Neste sentido, os escritos de Octavio Paz enquadram-se na revisão do discurso americanista que vinha desenvolvendo-se desde os anos de 1920. A década de 1920 experimentou um grande impulso do ensaio latino-americano, graças ao contexto da América Latina nas primeiras décadas do século XX – um exemplo é a Revolução Mexicana (1910-1917). Esses estudos interpretativos, inspirados não só pelo contexto como também por um caráter de revisão das teses americanistas clássicas, buscavam refletir sobre as

“visões de América” precursoras de algumas idéias e contrapontos bastante influentes na trajetória histórica e historiográfica americana (CARVALHO, 1998: 7-28).

Essa revisão do discurso americanista, de caráter anti-positivista (CORTEZ, 1979: 162), que consolidou-se nas décadas de 1940-1950 – no contexto pós-guerra –, tinha o projeto de descolonizar culturalmente a América Latina, visando estabelecer os critérios de diferença latino-americana em relação aos modelos europeu e estadunidense, formulando um sentido homogêneo à nossa cultura (CORTEZ, 1979: 161). E dentro desse grupo *revisionista* – principalmente ensaístas – que buscou efetivar esse projeto, estava Octavio Paz.

O labirinto da solidão é um ensaio de revisão crítica de história, cultura e sociedade mexicanas, e sua primeira edição foi lançada em 1950, sendo reeditada em 1959. Em 1969, apresentou na Universidade do Texas um texto denominado *México: la última década*, onde abordou dois aspectos: retomou o tema da identidade mexicana e enfatizou a crise de 1968. Em 1970 publicou essa conferência com o título de *Post Scriptum*; em 1975, esse texto foi incorporado ao livro *O labirinto da solidão* (REINATO, 1998: 1316-1317). Em 1979 concedeu uma entrevista na qual retomou o tema da identidade mexicana, que foi editada com o nome de *Volta a O labirinto da solidão*, e nas edições posteriores, essa entrevista foi integrada ao livro *O labirinto da solidão* (REINATO, 1998: 1316). Octavio Paz analisou a construção da identidade mexicana a partir da história dos mexicanos. O autor inseriu essa história no contexto da história mundial, usando como elo entre as duas histórias a *solidão* – a solidão do homem moderno. Para o autor, a solidão ganha uma dimensão universal com a hegemonia do projeto de modernidade (REZENDE, 2004: 221).

Segundo Paz,

A solidão, o sentir-se e saber-se só, desligado do mundo e alheio a si mesmo, não é característica exclusiva do mexicano. Todos os homens, em algum momento da vida, sentem-se sozinhos; e mais: todos os homens estão sós. Viver é nos separarmos do que fomos para nos adentrarmos no que vamos ser, futuri sempre estranho. A solidão é a profundeza última da condição humana. O homem é o único ser que se sente só e o único que é busca de outro. Sua natureza – se é que podemos falar em natureza para nos referirmos ao homem, exatamente o ser que se inventou a si mesmo quando disse “não” à natureza – consiste num aspirar a se realizar em outro. O homem é nostalgia e busca de comunhão. Por isso, cada vez que se sente a si mesmo, sente-se como carência do outro, como solidão (PAZ, 2006: 175).

Octavio Paz faz um reexame dos valores da cultura européia, ao mesmo tempo que critica sistematicamente o modelo cultural anglo-saxônico. O autor vê o mexicano não como um *ente* separado do mundo, e sim integrado a este mundo. Paz busca situar o homem mexicano na história mundial, partindo de um reexame da tradição – a tradição espanhola (PAZ, 2006: 166). Através da dialética, do envolvimento do individual com o coletivo, da permanência com a mudança, nasce um novo México: que não é mais uma extensão da Espanha, e sim um *ente* novo, ligado e integrante deste mundo, do mundo moderno. Essa integração foi possível graças à hegemonia do projeto de modernidade.

Ao escrever sobre a solidão do mexicano, o autor escreve também sobre a solidão do homem moderno. Octavio Paz afirma que

...A solidão faz parte da condição humana (...) e é uma atitude de estranhamento diante das coisas do mundo, uma busca de refúgio, mas não necessariamente um ato de desistência ou de finalização da história. A solidão é fundante. Por mais que nos ausentemos do mundo, o nosso eu não existe sem o outro, ele se constrói numa relação...

... Se a solidão é constituinte do humano, a maneira de vivê-la é histórica...

...A solidão do mundo moderno ou pós-moderno, sob o cerco das mais sofisticadas tecnologias, está muito diferente da solidão do homem religioso medieval ou mesmo dos românticos do século XIX. Elas são diferentes, mas têm seus pontos comuns. Assim como no amor buscamos complementos no outro, construindo afetividades, na solidão criamos distâncias e recolhimentos para olhar o mundo e tecer seus (des)encantamentos. Ela também elabora seus diálogos com ritmos diferentes, com movimentos sinuosos que não dispensam a presença dos outros. Nossa trajetória desenha traços bem definidos de uma busca de equilíbrio que, efetivamente, nunca se concretiza...

...[Porém] viver a solidão não significa necessariamente abandonar-se ao isolamento, desde que ela represente a possibilidade de olhar o outro com suas diferenças, também como atores e criadores dos cenários históricos (REZENDE, 2004: 222).

Segundo Octavio Paz, foi a Revolução Mexicana (1910-1917) que transformou o México, fazendo-o “ser”. Mesmo sendo um fenômeno mexicano, o movimento revolucionário está ligado à história mundial. Foi a Revolução que modernizou o país, inserindo-o no processo de modernização/ocidentalização do mundo. E com a modernidade,

veio a solidão; esta colocou o mexicano diante de si mesmo. E para conseguir olhar-se, o mexicano teve que olhar o passado e buscar sua tradição, a tradição espanhola – a tradição da “Espanha aberta, heterodoxa, que rompe o cárcere para respirar o ar livre do espírito” (PAZ, 2006: 137). Porém, mesmo que partilhem história e laços culturais, o México não é mais uma extensão da Espanha, e sim um país com caráter próprio – ou que busca ter um caráter próprio.

Dentro da realidade americanista – cujo impulso renovador iniciou-se na década de 1920 e consolidou-se nas décadas de 1940 e 1950 –, Octavio Paz insere-se entre os autores que, diante da perda de centralidade da cultura européia, buscaram renovar os valores da cultura ocidental. Nessa renovação, a Europa deixa de ser o arquétipo histórico – dissolução relativa – e a América surge como herdeira e renovadora dos seus valores. Um “outro histórico” é possível, e o modelo é a América (CORTEZ, 1979: 171). E dentro dessa discussão sobre a renovação do discurso americanista, Octavio Paz discute a construção da identidade mexicana, tendo como categorias/temas o par solidão-comunhão.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcia Fabrini de. *Tempo e Otredad nos ensaios de Octavio Paz*. São Paulo: Annablume, 1997.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. “Idéias e identidade na América: quatro visões”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: v.24, n.2, dez., 1998, pp. 7-28.

CORTEZ, Irlemar Chiampi. “O discurso americanista dos anos 20”. *Discurso*. nº 9. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 159-171.

CRIPA, Ival de Assis. “A história da poesia e a poesia da história: crítica literária e história intelectual nos ensaios de Octavio Paz”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000300030&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 03.05.2007.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *Idéia do Brasil: a arquitetura imperfeita*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2001.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e post scriptum*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

REINATO, Eduardo José. “Considerações sobre O Labirinto da Solidão”. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 8, n. 6, 1998, p. 1313-1325.

REZENDE, Antônio Paulo. “História, modernidade e solidão”. *Territórios e fronteiras*. Cuiabá: v.5, n.1, pp. 213-230, jan./jun., 2004.

OS TEXTOS INTEGRALISTAS – ENTRE DISFARCES E VESTÍGIOS – A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE BRASILEIRA SOB O PRISMA DA SÍNTESE TOTALITÁRIA

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro*

Resumo:

A Ação Integralista Brasileira, importante movimento da década de 1930, caracterizou-se pela defesa de idéias que buscavam, pela anulação de qualquer contradição, compor a síntese de uma identidade brasileira única, inquestionável. Busco, na análise das idéias integralistas, apreender a constituição do movimento, a partir dos discursos produzidos por seus intelectuais contrapondo-os com re-construções de memórias da militância. Analiso ideologia e cultura, construções, consonâncias e contradições no discurso integralista, a partir, principalmente, das perspectivas de Antonio Gramsci e Mikhail Bakhtin, entendendo que, a produção de idéias não escapa às múltiplas determinações contextuais e conjunturais – infra e superestrutura - de quaisquer tempos e que os homens produzem a História no constante diálogo com os outros homens.

Palavras-chave: Integralismo; Ideologia; Cultura

Résumé:

L'Action Intégraliste Brésilienne, un groupe d'importance à la décade de 1930 au Brésil, avait, comme caractéristiques, la défense d'idées dont la quête étaient l'annulation de n'importe quelle contradiction, composer la synthèse d'une identité brésilienne unique. Je cherche, par l'analyse des idées intégralistes, saisir la constitution du groupe, à partir des discours produits par ses intellectuels en les opposant aux reconstructions de mémoires de ses militants. J'analyse l'idéologie et la culture, les constructions, consonances et contradictions dans le discours intégraliste, à partir, principalement, des perspectives d'Antonio Gramsci et Mikhail Bakhtin, en comprenant que la production d'idées n'échappe pas aux plusieurs déterminations contextuelles et structurales - infra et superstructure - de n'importe quelle époque et que les hommes produisent l'Histoire au moment où ils dialoguent avec des autres hommes.

Mots-clé: Intégralisme, Idéologie, Culture

Entre os anos 1932 e 1937, uma expressiva parte de brasileiros participou ativamente da Ação Integralista Brasileira, um movimento de características fascistas que congregava elementos ideológicos do pensamento católico disposto no Concílio Vaticano I (1869-1870). Este Concílio indicava as tentativas de respostas da Igreja Católica para a ascensão do liberalismo e às cada vez mais intensas investidas populares à participação política. Eram tempos em que os Estados-nação europeus se amoldavam na forja do imperialismo. Tempos em que se procurava atirar no proletariado em

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Professora do Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira.

formação a busca para as explicações de sua exploração nas suas próprias consciências. Época de Manifestos, mas também de Encíclicas.

Entre fins do século XIX e início do XX, os socialismos, os comunismos e anarquismos transgrediam a ordem em palavras e ações. O conservadorismo reagia. Liberais buscavam respostas às questões sociais que apontavam a pobreza como mal e empecilho para as propagadas liberdades individuais. Os clérigos queriam o retorno à ordem cristã do medievo – manter-se na querela dos poderes sobrepondo-se à temporalidade pela representação do divino.

Deste lado, o da Igreja Católica. Embora defendesse alternativas ao avanço do racionalismo, o Concílio Vaticano I afirmaria a fé, reivindicando sobre esta uma leitura racional contra o materialismo que seria representado tanto pelo liberalismo como pelo comunismo. No capítulo 2º., o texto do Concílio afirmaria que algumas verdades religiosas, como a existência de Deus “podem ser conhecidas com certeza pela luz natural da razão humana.” A Encíclica *Rerum Novarum*, lançada em 1891 pelo Papa Leão XIII, neste sentido, foi a afirmação das resoluções da Igreja no século XIX, em forma de manifesto, como resposta às questões sociais que afetaram profundamente o mundo a partir das Revoluções Francesa e Industrial.

Seguindo a direção apontada pela Igreja, em termos de organização social e pela contenção da desordem sob a égide do espírito, o integralismo pretendeu, em época de ascensão do fascismo na Europa, estabelecer a correspondência entre a forma de organização e ideologia totalitária com o catolicismo conservador, anti-proletário, anticomunista e também antiliberal. A apropriação de elementos culturais brasileiros e também das leituras hegemônicas do que seria, ou deveria ser, o povo brasileiro, foram incorporadas à doutrina que se gestou a partir do *Manifesto de Outubro de 1932*, o documento fundador da AIB. Nos dias de hoje, o século XXI, as mesmas idéias defendidas pelo movimento em inícios do século XX, são retomadas como diretriz de uma proposta de “revolução” nacional – a que estabeleceria o Estado sob o primado do espírito.

A doutrina foi elaborada, fundamentalmente, por três dos dirigentes da AIB: o Chefe Nacional, Plínio Salgado; o Chefe das Milícias, Gustavo Barroso e o Chefe da Doutrina, Miguel Reale. Cada um destes contribuiu com sua percepção de Estado e organização social para compor o conjunto da doutrina integralista que deveria conter,

dentro de uma concepção totalitária¹ de sociedade, a idéia de que o Estado Integral deveria representar a síntese de todas as possibilidades de existência do próprio Estado. Porém, a síntese, o Estado, não resultaria nem da junção ou da acumulação, da recíproca negação de afirmativas, muito menos da sua superação no movimento da História. A síntese deveria ser restritiva e finalista, pela negação da multiplicidade, às idéias selecionadas como verdades unidas pela espiritualidade do catolicismo escolástico, revivido no enfrentamento de uma nova concepção da natureza² trazida pela ciência moderna e pelas transformações provocadas pela “era das revoluções”³. O Estado, como síntese, deveria ser erguido sob o primado do espírito.

O Estado Integral, seguindo os preceitos da *Rerum Novarum*, cuja leitura da “questão social” se estabeleceria a partir dos caminhos de explicação da fé indicados por Tomás de Aquino, deveria encerrar, em si mesmo, a família, o município e o mundo do trabalho, amparados nesta intercessão, pela sutura moral do catolicismo que o lema do movimento procurava sustentar: “Deus, Pátria e Família”.

Cabe ressaltar que as leituras que os intelectuais integralistas faziam da sociedade brasileira, conectando-se a percepções anteriores desenvolvidas acerca das necessidades de formação do ideal de povo brasileiro, reuniam concepções sobre as questões raciais e sociais que perpassavam os projetos de Estado nacional que se desenvolviam nos primeiros trinta anos do século passado. Neste sentido, é preciso atentar para a contribuição de Mikhail Bakhtin no que se refere à necessidade de ler nas entrelinhas do pensamento hegemônico os vestígios da cultura popular apropriados pelo pensar dominante. As leituras do marxismo, primordialmente interpretados por Antonio

¹ A questão do uso do termo totalitário e suas interpretações no momento de organização da AIB tornam-se base para a distinção que os intelectuais do movimento fazem em relação aos regimes de Mussolini e Hitler, quanto ao que consideram e defendem como base primordial do integralismo: a democracia orgânica. As mudanças no discurso integralista – da exaltação ao fascismo à democracia orgânica ao longo da história do movimento – são respostas contextuais às expectativas da sociedade brasileira, que são veiculadas nos periódicos, discursos políticos e religiosos, literatura e poesias produzidos pelos líderes e militância do movimento. E também se constata pelas fontes orais e escritas que o afastamento do discurso pró-fascista tem início no pós-guerra, quando da derrota do Eixo.

² Na concepção de Tomás de Aquino, fundamentalmente seguida pela Igreja Católica, a natureza é entendida como *locus/logo* da verdade divina “a verdade consiste na conformidade entre a coisa e o intelecto.” (AQUINO, T. Questões discutidas sobre A verdade. In *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 67). E ainda: “(...) a coisa criada se denomina verdadeira, na medida em que cumpre a função para a qual foi destinada pela inteligência divina.” (op. cit., p. 69). Para a ciência moderna, a “idéia” de natureza, alçada desde o século XVII, seria perfeitamente entendida através da racionalidade e, desta forma, controlável em suas leis (Isaac Newton) pelos homens – a natureza, vista sob o prisma da sua materialidade.

³ Expressão utilizada por Eric Hobsbawm para indicar o processo histórico das transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, atingidos pelas mudanças profundas e permanentes que provocaram a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Cf. HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções (1789 – 1848)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Gramsci e Bakhtin⁴ servem de arcabouço teórico à investida de se apreender, na tentativa de continuidade do movimento, aspectos culturais que permanecem, pois ideológicos, no entendimento de parte da população brasileira de como deve ser governado o Brasil. A perspectiva dialética que se induz pela “filosofia da práxis” procura dar suporte ao entendimento das análises das estruturas sem, contudo, restringir mecanicamente as “múltiplas determinações”⁵, à infra-estrutura, ou seja, ao econômico rigidamente determinante. As obras de Gramsci e Bakhtin dão-nos este suporte: o de deixar fluir pelas brechas da rigidez da leitura científica, a sensibilidade, ou humanidade, da cultura.

Aliando esta perspectiva à da construção do modelo de Estado Ocidental percebido por Gramsci, entende-se que a apropriação de elementos culturais contribui para as breves acomodações dos sempre frágeis consensos que se estabelecem ante a constância do movimento da História, no intenso e permanente fluir das lutas de classe.

Para a compreensão de todo movimento político que lança às suas bases as suas linhas de pensamento e de ação, em momentos de sua organização, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, em suas múltiplas relações, no que Gramsci entendeu como Estado ampliado⁶, é preciso atentar para as lacunas que podem ser percebidas pelas interpretações da doutrina, estabelecida como parâmetro de ação, pela militância. Assim sendo, as interpretações dos sujeitos sobre a doutrina forjada em 1932, que antecipara a organização do movimento, vão sendo revistas, em respostas pragmáticas, na re-elaboração da ideologia. Porém, a fusão totalitária e anti-dialética do *Manifesto* manteve a direção e a base das idéias que até hoje servem de apoio aos que se dizem integralistas. Se o pragmatismo dava as direções das ações da Chefia do movimento e da militância aos longos da trajetória do integralismo, a essência doutrinária permanece e se representa pelo que consideram a síntese integralista, o Sigma: a totalidade a partir da soma do pensamento ocidental, porém, com a exclusão do que é entendido como fora do mundo do espírito cristão.

⁴ Obras relacionadas entre as referências bibliográficas.

⁵ MARX, Karl. *Para crítica à Economia Política*. In *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

⁶ O uso dos termos sociedade política e sociedade civil estão vinculados à percepção de que o Estado é uma relação social, na perspectiva dos estudos gramscianos. O Estado, ampliado, para Gramsci, compreende a relação entre os diversos setores da sociedade que se organizam em vias de conquistar a hegemonia política e implantar seus projetos econômicos e sociais. Sociedade política, sociedade civil e infra-estrutura compõem a estrutura do Estado que, antes de ser algo estabilizado e uniforme, compreende as relações em que conflito, coerção e consenso se estabelecem na constância dos movimentos da história. Conferir: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2000.

A literatura produzida na trajetória do movimento, que se estende até hoje, com proporções e visibilidade bem menores que as da década de 1930, seguiram e seguem as diretrizes apontadas pelo *Manifesto de Outubro* do ano da fundação da AIB. Este serve de parâmetro e guia para a definição das fronteiras do que é o integralismo. Os limites da ideologia, o controle da sua interpretação, são fatores importantes em um movimento que pensa a construção de uma sociedade sob o domínio de um desejado Estado totalitário. Assim sendo, a produção ideológica e o julgamento de sua interpretação são critérios estabelecidos pelos que se consideram integralistas para definir quem é e quem não é verdadeiramente integralista. Estas são as regras que os organizadores do movimento determinaram quando, a partir de 1938, o integralismo, como o entendiam seus intelectuais fundadores, passou à uma existência que se punha às margens da sociedade política, adotando denominações, ou estratégias que contradiziam sua própria essência ideológica – a de representar uma alternativa antagônica tanto ao socialismo como ao liberalismo.

Ainda que em determinados momentos da história – de 1935 a 1937 e entre 1945 e 1965, a liderança do movimento tenha o “submetido às regras liberais” como Partido Político (primeiramente como Partido da Ação Integralista Brasileira, depois como Partido de Representação Popular [PRP]), como estratégia de guerra de movimento, da sociedade política, alguns ideólogos e participantes jamais aceitaram a inserção do integralismo no chamado “jogo democrático”. Estes são pontos que definem o que é considerado pelos intelectuais do movimento, o verdadeiro pensamento integralista: o da defesa de parâmetros bem definidos do que deve ser o Estado e a sociedade integralista, ordenados por uma doutrina cujas fronteiras se definem pela negativa de aceitação de qualquer outra forma de pensamento em que a Doutrina Social da Igreja, formatada pelo Vaticano I e a organização hierárquica e para-militar, características do fascismo, não estejam coadunadas numa síntese sem possibilidade de crítica ou intervenção. Esta forma de pensar representa compreender a essência da Doutrina do Sigma.

Ainda que o Chefe Nacional, Plínio Salgado, líder e principal intelectual do movimento, tenha participado ativamente da vida política nacional ligando-se a partidos políticos (AIB, PRP e Aliança Renovadora Nacional [ARENA]), como representante eleito, em vários momentos da história nacional, ele sempre resguardou a ideologia integralista como o pensamento para o futuro – no qual a democracia representativa deveria ser substituída pela democracia orgânica (de ordenação e controle social pelo

Estado das várias suas várias instâncias desde a família ao trabalho – como queria também a Encíclica papal de 1891). Para este fim, em 1952, Plínio Salgado organizou os Centros Culturais da Juventude, onde os jovens “Águias Brancas” tinham aula de Filosofia, Sociologia, Economia, Política Internacional, Geografia Econômica do Brasil, Interpretação da História etc. Segundo Salgado, no contexto da Guerra Fria, a iniciativa de educar os jovens no integralismo representava uma ação contra a organização do *Komsomol*, a Liga da Juventude Comunista Leninista, com seus congressos internacionais⁷. Foram fundados quinhentos e quatro Centros Culturais e neles, além das aulas e conferências eram dados cursos de anti-marxismo. O antigo Chefe da AIB considerava seu empenho em educar os jovens uma atitude redentora, a qual acrescentou a de lançar livros anticomunistas para fazer frente às publicações do partido comunista. Salgado considerava-se o principal organizador da oposição ao modelo soviético, considerando o semanário “A Marcha”, fundada por ele em 1953, o principal órgão divulgador da luta anticomunista. Assim, na perspectiva de se tornar porta voz de grande parte da população brasileira que comungava a mesma antipatia pela União Soviética, candidatou-se a presidente para as eleições de 1955, concorrendo com Juarez Távora, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek.

Neste período, as camisas verdes foram abandonadas, embora a menção à nomenclatura⁸ não tenha sido excluída dos discursos dos partidários das idéias integralistas. Porém, é necessário pôr em questão a distância em termos de organização partidária entre os que se consideravam somente perrepistas, ou populistas, e os águias-brancas. Ser um perrepista, necessariamente não significava ser integralista, no próprio sentido que davam os águias-brancas. Estes sim, se consideravam integralistas. A diferença se daria pelo grau de adesão à doutrina. Os perrepistas assumiam posições diante do jogo democrático que se submete ao processo eleitoral, estipulando metas que visavam a permanência na sociedade política. Os águias-brancas estariam mais na esfera da sociedade civil, na organização da juventude, basicamente composta por elementos da classe média brasileira, principalmente estudantes e profissionais urbanos. Neste caso, haveria duas formas de ação, seguindo a exemplificação de participação política no Estado ampliado apontada por Gramsci. Enquanto organizados em partido político,

⁷ O Komsomol (Kommunistichéski Soiuz Molodiôji) ou Comsomol, a sessão da juventude do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) nasceu como União da Juventude Comunista em 29 de outubro de 1918, mas passou, em 1922, para Liga Comunista Leninista da Juventude de Toda a União.

⁸ Os integralistas, desde a década de 1930, eram também chamados de “camisas-verdes” - a cor de seus uniformes. Assim eram reconhecidos. O uso da camisa verde lhes proporcionava a identificação com seus pares e representava a adesão à doutrina e, pelo juramento de fidelidade, ao Chefe Nacional.

participando da sociedade política, como forma de participar mais efetivamente do seu controle, o integralismo estaria fazendo a guerra de movimento. Como associação que procurava reunir a juventude em torno da doutrina e dos parâmetros de educação moral e cívica que pretendiam os Centros Culturais, procurando construir o projeto de alcance da hegemonia, o integralismo estaria em guerra de posição.

A nova geração, a do século XXI, independentemente de idade, está procurando trazer o integralismo à discussão e, mais que isto, torná-lo fator de direção de ações interventoras na sociedade brasileira. Esta geração estaria marcada pela decepção com o modelo ocidental capitalista. Se sentem traídos com o processo de abertura que levou ao fim a ditadura militar. Desde a morte de Plínio Salgado, em 1975, tentam se organizar, mas mantêm a independência entre os grupos, e não conseguem uma unidade na organização do movimento. Entre seus participantes estão, também, os antigos águias-brancas que se tornam referência, pois “guardiões” de uma memória da convivência física com o próprio Chefe Salgado. São também aqueles que conseguem aglutinar no seu entorno o mais número de participantes que mantêm espaços de referência, como a Casa de Plínio Salgado, um importante “lugar de memória” do movimento. Antes, fator de união, atualmente, a ligação familiar dos novos com os velhos integralistas se dilui. Os que mantiveram o integralismo em suas famílias viram perder, entre os velhos e os jovens, a geração dos seus próprios filhos que escolheram outras bandeiras de luta, inclusive de oposição.

Algumas características unem essa nova geração, por exemplo, o fato de alguns freqüentarem o escotismo. O catolicismo também é preponderante entre os novos integralistas, como o foi nas outras duas gerações. O interesse pela ordem militar, a crítica à corrupção política, a descrença da democracia os levam a sentirem necessidade de rumo, de uma diretriz confiável num mundo considerado materialista, a mercê do consumo, e dominado pela mídia que despreza a elevação moral da sociedade, como dizem.

Ao longo destes anos, o discurso construído e costurado à Doutrina do Sigma serviu de linha mestra do movimento. Mesmo as contradições, como a adesão às táticas liberais como estratégia para a participação política, foram incorporadas à argumentação de que seria preciso aproximar-se dos inimigos (os liberais) e lutar em seu campo. O pragmatismo é típico do fascismo, mas, no integralismo, a doutrina antecedeu a prática de organização fascista do movimento. A formação de grupos para-militares, a montagem hierárquica sob a direção de uma Chefia nacional, a fidelidade e obediência

inquestionável da liderança do movimento deram a tônica do movimento até a morte do Chefe Salgado, em 1975. Na atualidade, a figura do Chefe continua viva e dominante, em pensamento e “espírito”. Salgado ainda é considerado insubstituível. Os novos grupos que se organizam em todo o país vêm em suas idéias, expostas no *Manifesto* e na literatura produzida desde a fundação da AIB, em 1932, a garantia de sobrevivência e da identidade do movimento. A memória da antiga militância, o rememorar dos antigos integralistas e águias-brancas, também contribui para os novos integralistas comporem essa identidade.

Existem, atualmente, três grupos que se destacam em termos de organização no Brasil: a Frente Integralista Brasileira (FIB); a Ação Integralista Brasileira (AIR) e o Movimento Integralista Linearista do Brasil MIL-B). Cada qual defende pontos de vista conflitantes acerca da interpretação doutrinária. Há uma disputa entre eles acerca da posse da “verdadeira” explicação sobre os fundamentos do integralismo.

Para os militantes da FIB a obediência aos princípios básicos é respeitada quanto à interpretação católica da doutrina. Seguem a *Rerum Novarum*. A FIB tem como seu setor de estudos da doutrina o apoio do CEDI, o Centro de Estudos e Debates Integralistas, com núcleos espalhados por diversas partes do Brasil e que se comunicam por meio da *internet*, mas mantém independência em termos de produção e organização interna. A FIB utiliza a Casa de Plínio Salgado localizada na capital paulista para reuniões. Eles têm o apoio dos irmãos Carvalho, que se sucedem na presidência da Casa em três mandatos, que foram plinianos⁹ na década de 1930 e “águias brancas” na juventude. Atualmente, são importantes guardiões da memória do período da AIB, na infância e mais ainda dos tempos do PRP.

A Ação Integralista Revolucionária se propõe a questionar certas assertivas do Chefe Plínio Salgado e defende a submissão à doutrina, mas com independência de interpretação. Ainda que defenda uma independência em relação ao catolicismo, sustenta a idéia da construção do Estado Integral sob a primazia do espírito.

O Movimento Integralista Linearista Brasileiro interpreta a doutrina, como dizem, com os olhares do século XXI. Incorporam a leitura científica, da ordenação newtoniana, da negação dos dogmas e do relativismo, mas submetendo todo conhecimento produzido pelos homens à inspiração divina. Seguem Santo Agostinho ao quererem demonstrar a existência do divino apenas pela fé. Para eles, Deus apenas

⁹ Assim eram chamadas as crianças levadas por seus pais ou amigos a integrarem o movimento integralista na década de 1930.

existe e move o Universo. Este é visto através da coerência da ordem da natureza concebida por Deus defendida por Leibniz. Seguem, principalmente, Gustavo Barroso. Consideram o sionismo o mal da humanidade, posto que concluem que as principais casas bancárias pertencem a judeus. Estes, segundo os linearistas, não teriam compromisso com as pátrias que habitam.

Os novos integralistas dizem divergir do nazismo quando chamam a atenção para a distinção que fazem entre sionismo, que definem como poder econômico, e semitismo, que traz a referência ao povo judeu. Deste modo, defendem que não há discriminação racial, mas constatação que certos grupos formados por judeus controlam o mundo através do poder econômico. Acham que há uma conspiração sionista para dominação do planeta¹⁰ e que urge a reação dos homens espiritualizados, guiados por uma elite superior, para defender o mundo que está sendo governado pelo próprio demônio.

Para os seguidores do movimento não importam os contextos e as conjunturas. Os ideais de construção de um Estado Espiritual, que represente a síntese totalitária, sempre procurará ser respaldado pela Doutrina do Sigma, ainda que esta seja relida de maneira diversa. De todo o modo, é importante refletir sobre a continuidade da idéia e da utopia integralista. Estes ideais totalitários, conservadores, autoritários e de cunho espiritual estão presentes e permanecem na sociedade brasileira como recurso de atuação contra o que consideram desordem. O integralismo, com sua mensagem salvífica, para alguns brasileiros, representaria uma alternativa ao que consideram o caos, representado tanto pela democracia burguesa quanto pelo socialismo.

Referências Bibliográficas:

AQUINO, T. Questões discutidas sobre A verdade. In *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

¹⁰ Esta “teoria da conspiração” está delineada n’*Os Protocolos dos Sábios de Sião* (LAMBERLIN e Outros. São Paulo: Centauro, 2001). Gustavo Barroso seguia esta teoria, considerando verdadeira a idéia de que grupos de banqueiros internacionais de origem semita mantêm a dominação do mundo pela exploração capitalista internacional.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de Doutorado Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2000.

HOBBSBAWM, E. *A Era das Revoluções (1789 – 1848)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAMBERLIN e Outros. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Centauro, 2001.

Manifesto Integralista de 1932 – da fundação da Ação Integralista Brasileira, s/e; s/d.

MARX, Karl. Para crítica à Economia Política. In *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

“Theodor Adorno *versus* Thomas Kuhn: Indústria Cultural, Mitos, Paradigmas, Cientificidade.”

Fábio Freire Maciel de Carvalho*

Resumo Em Língua Vernácula:

Adorno implantou dúvidas nas mentes do século XX, ao levantar o Mito do Esclarecimento, a idéia de que substituímos os mitos religiosos pelo mito da Ciência. Adorno também formulou a teoria da Cultura de Massa, criando um conceito artístico que denunciava as manipulações, e criticava a Arte pelo dinheiro e fama. No entanto, mergulhando no mundo dos Paradigmas de Kuhn, pode-se perceber que Adorno criou outro Mito, um Paradigma que redefiniria a maneira de trabalhar as Ciências Humanas e a Arte. Thomas Kuhn buscou mostrar como os Paradigmas construíram a verdade científica, este trabalho busca mostrar como Adorno e a História formaram seus próprios Paradigmas.

Palavras-Chave: Arte, Ciência, Cultura de Massa.

Abstract:

Adorno arose doubts in the intellectual minds of the XX century, causing to exist the Myth of Enlightenment, an idea of substituting the religious myths, by the Myth of Science. Adorno also created the Mass Culture concept, generating an artistic Paradigm that denounced the manipulations, and criticized the Art for the money and fame. Nevertheless, immersed into the world of Kuhn's Paradigms, it can be noticed that another Myth was generated, a Paradigm that would redefine Arts and Humanistic Science. Thomas Kuhn showed how Paradigms have built the Cientific Truth. The aim of this paper is to point out how Adorno and History have conceived its own Paradigms.

Keywords: Art, Science, Mass Culture.

* Universidade Federal de Pernambuco, Graduando em História.

Sumário:

Resumo em Língua Vernácula e Abstract_ Pág.01

Sumário_ Pág.02

01. Dos Mitos_ Pág.03

02. Da Cultura de Massa_ Pág.04

03. Da Mitificação_ Pág.07

04. Dos Paradigmas_ Pág. 08

05. Referências Bibliográficas_ Pág.10

“Theodor Adorno versus Thomas Kuhn: Indústria Cultural, Mitos, Paradigmas, Cientificidade.”

01.Dos Mitos.

*“Se você tem uma idéia Incrível
É melhor fazer uma canção
Está provado que só é possível
Filosofar em Alemão” – Caetano Veloso. Língua.*

Theodor Adorno foi um dos mais importantes pensadores do século XX, sendo sua obra conjunta com Horkheimer um marco para a filosofia feita pós-Escola de Frankfurt. Esta importante obra, intitulada de *Dialetik der Aufklärung*, ou Dialética do Esclarecimento (com um sentido que deve ser entendido também como “Iluminismo”), foi composta a partir de conversar entre Adorno e Horkheimer, os autores do livro, sendo Adorno, aquele que alcançou maior sucesso na propagação de suas idéias futura, e reciclagem das idéias já presentes nesta obra.

Kuhn foi professor de “Filosofia e História das Ciências” no MIT, formado originalmente em Física, Kuhn terminou por pesquisar a história das ditas Ciências Exatas. Sua principal obra é *The Structure of Scientific Revolutions*, uma obra com diversas convergências com Adorno, mas que será utilizada, neste trabalho para contrapor o filósofo alemão.

Adorno e Horkheimer (2006) escreveram que o homem que lhes era contemporâneo substituiu os mitos religiosos pelo Mito do Esclarecimento, ou o Mito do Iluminismo, onde a ciência se tornaria quase “sacra” ao se transformar em algo que explicaria “tudo”, encontrando nossas verdades absolutas. Para melhor ilustrar esta idéia, Adorno e Horkheimer utilizaram Homero, o famoso trovador grego, e afirmaram que Ulisses se assemelhava ao ideal burguês e do Esclarecimento. Ulisses tampou o ouvido de seus servos, para poder se deixar amarrar a um poste e ouvir o canto das sereias, este canto exerceria o papel do Esclarecimento, mostraria a verdadeira beleza para Ulisses, enquanto a massa segue remando, inerte a beleza que os cerca.

Mas não é o Mito do Esclarecimento o foco desta pesquisa, e sim como Adorno formou seu próprio mito, o mito da Cultura de Massa, que se tornaria Paradigma para o pensamento das gerações futuras de pesquisadores na área das Ciências Humanas.

02. Da Cultura de Massa.

Segundo um filósofo alemão, “O que uma época percebe como mau é geralmente uma ressonância anacrônica daquilo que um dia foi considerado bom -- o Atavismo de um antigo ideal.”(NIETZSCHE, 1992), por isto, muito se fala que o historiador não deve fazer juízo moral do passado, por se tratar de um forte anacronismo. Apesar disto, ninguém está plenamente livre de cometer anacronismos, já que até Ranke, que buscava se afastar tanto do objeto de estudo, cometeu o seu anacronismo. Ao tomar como protótipo de desenvolvimento da monarquia prussiana, sendo o exemplo máximo para qualquer outro grupo social.(FISCHER. 1970).

Os anacronismos, e/ou os etnocentrismos não se limitam apenas ao pai do Positivismo, Theodor Adorno, crítico ferrenho da mitificação da ciência. Adorno foi exatamente o homem que denunciou a ciência como um mito absoluto, substituindo os mitos religiosos anteriores, igualando a ciência aos dogmas religiosos. Theodor afirmou que a ciência se tornou mítica, ao afirmarmos que seus parâmetros são indiscutíveis, e suas verdades absolutas, levando a quase uma redenção do homem.(ADORNO, 2006)

No entanto, mesmo tendo consciência de suas próprias críticas à respeito da mitificação de “verdades”, Adorno terminou por criar outro mito, o mito da Cultura de Massa, ou Indústria Cultural. Segundo Adorno, algumas das características da Indústria Cultural são: a “repetição” e “padronização”, como uma fábrica, onde “uma experiência não é superior nem inferior as anteriores e posteriores”; ou seja, músicos em que todos os instrumentos tem o mesmo valor “estético” e até mesmo com “improvisos pré-concebidos”(ADORNO, 1991), mecânicos. A padronização era tanta, que a interação entre cinema, literatura e música pode ser mostrada quando Adorno afirma que: Os cantores “perdem e recuperam a voz como heróis de romances”; enquanto o cinema é sem críticas e repleto de repetições; a literatura e seus romances de detetive seguem sempre a mesma fórmula, com produções que visavam apenas as vendas, em detrimento das tramas e inovações.(ADORNO, 1991).

Segundo Adorno, coletando e misturando elementos da Alta Cultura (erudita) com a Baixa Cultura (popular) a classe dominante e a elite capitalista formaram a Média Cultura ou Cultura de Massa.

Adorno(1991), durante a formulação de seus trabalhos, dividiu as diversas culturas em três faixas: Alta cultura, Média cultura e Baixa cultura. Apesar do termo “Baixa cultura” aparentar uma certa “inferioridade”, o grande problema de Adorno era, na verdade, com a Média cultura, pois a Baixa e a Alta eram culturas “legítimas”, manifestações culturais que se mantinham fiéis as suas origens, cujas mutações ocorriam de formar “natural”, enquanto a

Média cultura transitava entre as outras duas culturas de acordo com a necessidade do mercado; o objetivo da Média Cultura, segundo Adorno, seria puramente financeiro, incapaz de qualquer manifestação legítima, e portanto, de valor cultural.

Esta “pobreza cultural” se deve ao fetichismo da mercadoria e o valor de troca imbuído em um determinado produto, neste caso, a arte. Adorno chegou a afirmar que: “Se perguntamos a alguém se ‘gosta’ de uma música de sucesso lançada no mercado, não conseguiremos furtar-nos á suspeita de que o gostar e o não gostar já não correspondem ao estado real, ainda que a pessoa interrogada se exprima em termos de gostar e não gostar. Ao invés do valor da própria coisa, o critério de julgamento é o fato da canção de sucesso ser conhecida de todos; gostar de um disco de sucesso é quase exatamente o mesmo que reconhecê-lo. O comportamento valorativo tornou-se uma ficção para quem se vê cercado de mercadorias musicais padronizadas”. Ou seja, o valor de uso, um valor “sentimental”, foi substituído pelo valor de troca, um valor “monetário”.(ADORNO, 1991)

Adorno critica, por exemplo, a utilização de meios para baratear custos em uma determinada produção, especialmente se isto colocar o padrão estético da obra para baixo. Também critica as pessoas que se submetem a esta Média cultura, esta cultura de massa, pelo seu “caráter masoquista”, onde o comportamento é o de um “prisioneiro que ama a sua cela porque não lhe é permitido amar outra coisa”.(ADORNO, 1991)

Para Adorno, a cultura deve ter sua legitimidade e sua riqueza “natural”, sem se preocupar com vendas ou modismos. A Alta Cultura, segundo Adorno, deve ter sempre algo para passar, algo para transmitir, desta forma, ocupando um cargo com “regalias” diante dos outros grupos culturais.

Umberto Eco (2004) identifica em Gutenberg o surgimento deste tipo de cultura, pois livros como a Bíblia se tornaram produtos comerciáveis, diminuindo tamanhos, edições mais ou menos luxuosas, afinal a principal característica da Cultura de Massa, identificável em todas as suas manifestações, é a busca pelo lucro. Isto cria o fenômeno benjaminiano de “Perda da Aura”; as obras de arte perdem seu caráter único e passam a ser vinculadas ao lucro, está decretado o fim da “arte pela arte”. No entanto, fica difícil acreditar que Homero, ou Heródoto não mudaram trechos de suas obras visando agradar os seus “consumidores”, mas sempre é bom lembrar que não se precisa ter capitalismo para se encontrar “relações capitalistas”, e o próprio Adorno alertava para Homero, utilizando Ulisses como síntese para o “Mito do Esclarecimento”, e melhor ilustrar sua teoria acerca da mitificação da ciência. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006)

A invenção de Gutenberg foi também responsável por um grande benefício para os artistas, como a possibilidade de se viver a partir das vendas de seus livros. Robert Darnton(1989) escreveu que antes da invenção de Gutenberg, os escritores e filósofos eram “esmoles errantes”, viviam em estradas com as esmolas de ricos viajantes. Outra opção, era ingressar no estado(geralmente com ajuda de um parente) e fazer carreira burocrática. Porém, com a imprensa, ficou a idéia de que era possível viver deste “emprego”.

Apesar disto, segundo Darnton(1989), exceto por Diderot, praticamente nenhum autor iluminista conseguia viver da venda de livros, inclusive, muitas pesquisas do século 20 (inclusive do próprio Darnton), indicam que os “altos iluministas” estavam longe de serem os best-sellers dominantes na França pré-revolucionária. Muitos iluministas, como Voltaire, buscavam cargos políticos como saída para a situação econômica. Se a situação estava difícil para a “elite” literária, imagine para subliteratos que não desfrutavam das tão desejadas ‘conexões’ e prestígio.

A Indústria Cultural, segundo Adorno, se apodera do conceito de “aura”, desenvolvido por Benjamin(1998), e chama a atenção para “aquilo que poderia estar presente” na obra, para mostrar o quão mais rica poderia ser. Desta forma, os meios de comunicação de massa tentam manter algum glamour ou respeito.

Para Adorno, a maior manifestação encontrada de Cultura de Massa é o Jazz, ritmo quase erudito nos tempos de hoje, enquanto que alguns intelectuais e músicos aclamam figuras como Duke e Mingus, além dos Beatles, filhos do rock de Elvis que foi influenciado diretamente pelo Jazz e Blues. Os Beatles são idolatrados, tratados como verdadeiros gênios da música, quem poderia imaginar que um fenômeno tão rico e poderoso, como os Beatles e a Contracultura, teriam sua origem em algo tão “sem valor e crítica” para um dos maiores pensadores do século XX.

Para Adorno, o tempo e a História o levariam a um lugar de destaque entre os pensadores do século XX, e de fato o levou, mas apesar deste reconhecimento, Adorno é muito questionado pelas suas teorias, hoje consideradas racistas. Mas, segundo Gaddis(2003) até Hitler esperava ser perdoado pela História.

A História aprisionou Hitler, sua derrota na Segunda Grande Guerra, juntamente com os movimentos sociais que buscaram, e buscam igualdade entre raças, credos e sexualidade, puseram por terra as teorias arianas de Hitler, impossibilitando qualquer Historiador de afirmar, ou até mesmo insinuar que Hitler fazia algum sentido. A História aprisionou os historiadores a apenas uma versão acerca de Hitler, ele tem que ser tratado como um genocida racista.

Charles Rosen(2002), crítico musical, maestro e estudioso da História da Música, pergunta se “devemos adorar Adorno”, já que Theodor, além de, em seus escritos, ter tecido diversos comentários ofensivos para com os povos Eslavos, acusando-os de serem incapazes de qualquer tipo de subjetividade, também foi extremamente etnocêntrico ao criticar o Jazz. Ainda segundo Rosen, os “bons discos de Jazz americanos” já estavam a disposição na Alemanha de Adorno, derrubando o argumento de que “o Jazz alemão era muito ruim”, e por isso que Adorno criticou a pobreza deste estilo. E vale adicionar ao pensamento de Rosen que Adorno fugiu da Alemanha Nazista para os Estados Unidos da América, e nem isto mudou sua opinião sobre o Jazz.

As críticas de Rosen sobre a adoração que hoje se encontra para Adorno podem parecer duras, mas foi justamente Adorno que denunciou os Mitos, e um mito criado por Theodor deveria ser o primeiro a receber críticas. No entanto, dificilmente Adorno ficaria feliz com estas críticas que ira receber aqui, já que ele criou discussões tão importantes, ele, possivelmente, se consideraria mais digno de respeito das gerações posteriores.

03. Da Mitificação.

As informações dispostas neste texto, nos temos hoje, e Adorno, enquanto escrevia suas obras, aparentemente, apenas se preocupava em passar o ponto de vista dele acerca do valor estético daquilo que ele não gostava.

O pensamento que surgiu em Adorno e Horkheimer se tornou um novo mito nas ciências sociais da segunda metade do Século XX, e início do XXI. Esta mitificação pode ser percebida pelo alcance que os debates acerca de “qualidade em entretenimento” tomaram. Os próprios “meios de comunicação em massa” (ou seria “de massa”?) entraram neste debate. Mas o debate, nem sempre, é acerca do conceito de Adorno, na verdade, muitas das pessoas que discutem Indústria Cultural, ou buscam resquícios dela em um passado longínquo nunca, sequer, ouviram falar de Adorno. Seria isto um defeito? Não.

O conceito de Adorno popularizou-se, e em meio a esta popularidade, metamorfoseou-se. Praticamente ninguém mais discute Jazz como Cultura de Massa, é na verdade, um estilo considerado quase erudito. E se Adorno criticava duramente qualquer um que arrolasse Mozart, Bach e Beethoven como “clássicos”, hoje muitos dos mais ferozes críticos da “Indústria Cultural” são aficionados pelo “estilo clássico”(ADORNO, 1991). A questão que lanço é: Adorno estava certo, e nos somos uma sociedade de expoentes intelectuais massificados (até os mais radicais esquerdistas se encaixariam nisto), ou nossos intelectuais e

“sub-intelectuais”, mesmo que nunca tenham lido Adorno, estão anos-luz a frente de Theodor ao analisar cultura e o fenômeno da “massificação”?

Ao aqui trabalharmos as idéias de Adorno, um “anacronismo” parece surgir. Mas neste artigo, não pretendo dizer que Adorno era idiota, ou não entendia de nada; mas que sua abordagem acerca da cultura gerou um Paradigma que não mais responde as necessidades dos questionamentos.

04. Dos Paradigmas.

Thomas Kuhn (1970) dividiu a Ciência em períodos, o da Ciência Normal, e o período de incertezas. Quando surge este período de instabilidade nas ciências, período que responde pela nomenclatura de “Crises Científica”, diversas novas teorias e maneiras de pensar surgem, até que se forme (e se “comprove” após exaustivos debates) uma nova teoria que irá guiar o pensamento científico por tempos vindouros, dando início ao chamado período da “Ciência Normal”. Durante este novo período, a comunidade científica é tomada por sentimento otimista, de que a nova teoria poderá sanar as dúvidas existentes e que a forma de pensar anterior era praticamente “inconcebível”, absurda. Os Paradigmas não precisam responder a todas as dúvidas existentes, mas deve responder bem as principais dúvidas, e as respostas que fornece servem como base para o desenvolvimento das Ciências, em períodos de “saltos” de desenvolvimento. É justamente este rápido desenvolvimento que leva a novos questionamentos, criando uma nova Crise de Paradigmas, que termina por derrubar antigos Paradigmas e criar novos.

O trabalho de Adorno se tornou Paradigma. Surgiu em um momento de dúvidas acerca da Arte, afinal, explodia o cinema, as técnicas para gravação de discos, os primeiros hits e romances policias que se tornavam best-sellers. Dentro deste novo cenário artístico, cheio de novidades, novidades que geravam incertezas e desconfianças, faltava um trabalho que categorizasse e explicasse este novo fenômeno.

De fato, para um determinado grupo de acadêmicos, a resposta de Adorno ao problema agradou. Assim como para um público que podia até ignorar a existência do filósofo alemão, as expressões “Cultura de Massa” ou “Indústria Cultural” apresentavam um apelo satisfatório. Até hoje, ainda apresenta-se de maneira mais que satisfatória para muitos, seja em discursos sobre politização, seja em discursos sobre qualidade, ou até mesmo sobre grau de inteligência. (In)felizmente, este conceito de Adorno, e as suas interpretações não agradam ao autor deste artigo.

Baseado nas argumentações apresentadas anteriormente, sobre a opinião de Adorno acerca de Eslavos e músicos que não se enquadravam em seus estilos preferidos, fica fácil concluir que Adorno e Horkheimer teorizaram sob um palanque de etnocentrismo. Se Adorno escreveu sobre o absurdo de Auschwitz(ADORNO, 2003), e sobre como a educação não deveria ser centrada no individual, mas no coletivo; só que ele não aplicou isto em seus escritos sobre cultura. Adorno ignorou as particularidades de povos, culturas e grupos sociais e quis normalizar tudo a partir dele mesmo, ou seja, centrou sua teoria no indivíduo Adorno, um crime até para o filósofo alemão.

Guardando as devidas proporções, o etnocentrismo de Adorno acerca de cultura pode ser assemelhado ao discurso anti-judeu de Hitler. Aos críticos que alcunharam pejorativamente Picasso com um “período negro” devido a influência da cultura Afro em seu trabalho.(GUINSBURG, 2000) Especialmente aos europeus que colonizaram a América e a África, tratando os nativos como “pobre coitados”, ou “sub-cultura” devido as diferenças, afinal, se os ingleses diziam que suas colônias e seu proletariado tinham “Folk Lore” e não “Culture”, Adorno dividiu em “Alta, Média e Baixa” cultura.(ADORNO, 1991)

05.Referências Bibliográficas.

- ADORNO, Theodor. **Aesthetic Theory**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2004.
- _____. **Can One Live after Auschwitz?** Califórnia: Stanford University Press, 2003.
- _____. **The Culture Industry**. Nova York: Routledge, 1991.
- ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **The Origin of German Tragic Drama**. Londres: Verso, 1998.
- DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução o Submundo das Letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FISCHER, David Hackett. **Historian's Fallacies: Toward a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Torchbooks, 1970.
- GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Nova York: Basic Books, 1973.
- GINSBURG, Carlo. **Relações de Força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2ª Edição. Chicago: The University of Chicago Press, 1970.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1992.
- _____. **Assim Falou Zaratustras; Um Livro para Todos e para Ninguém**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ROSEN, Charles. Should We Adore Adorno? **The New York Review of Books**. V.49, n.14. 24 de Outubro 2002.
- WEHLING, Arno. **A invenção da História: Estudos Sobre o Historicismo**. Rio de Janeiro: Eduff, 1994.

APOLÔNIO DE TIANA: REFLEXÕES ACERCA DE UM “HOMEM SANTO” A PARTIR DA BIOGRAFIA DE FLÁVIO FILÓSTRATO DE LEMNOS.

Rayane Helena Araújo Mendes de Carvalho*

RESUMO

A *Vida de Apolônio de Tiana* é uma obra de autoria de Flávio Filóstrato de Lemnos, um sofista que pertencia ao círculo de filósofos da Imperatriz de Roma, a esposa de Septímio Severo no século II d.C., Júlia Domna. Pretendemos com esta comunicação, além de iniciar uma pesquisa que toma corpo por agora, estudar a vida e a figura deste homem, que teve o mérito de receber uma biografia vinda de dentro da corte palaciana imperial romana. O aspecto que abordaremos de sua pessoa, dentre os inúmeros expressos por sua figura, será o seu caráter místico, religioso e santo, durante todas as suas andanças pelos domínios do Império Romano, no século I d.C., registradas por Filóstrato.

PALAVRAS-CHAVE: Filóstrato, Apolônio, homem divino.

A *Vida de Apolônio de Tiana* é uma obra que pertence a um período no qual verificou-se um aumento na produção literária grega, que segundo B. P. Reardon (REARDON, 1971:IX.), teve início no século I d.C. na dinastia dos Antoninos, mais precisamente no Império de Adriano, ganhando forças na dinastia dos Severos. É justamente no governo de Septímio Severo em que se localiza a produção desta obra, dentro do círculo de filósofos da Imperatriz de Roma, a sua esposa Júlia Domna. Mas em meados do século III d.C., esta produção literária foi perdendo forças devido a problemas belicosos que o Império enfrentou, além de ser o tempo em que o Cristianismo começou a se impor sobre as demais crenças “pagãs”. Tal qual nos afirma Atienza:

“Desde a sua aparição pública como nova crença disposta a varrer com seus princípios universais qualquer outra religião anteriormente existente e, sobretudo, a paganidade reinante – o que, no fundo, não era tão difícil, porque a religião olímpica não constituía, em si, uma crença visceral nem para os gregos, que a estruturaram, nem para os romanos, que a adotaram -, o cristianismo se distinguiu, sobre os cultos imperantes, por sua tendência essencial em considerar satânico e

* Graduanda pela Universidade Federal de Goiás

execrável qualquer culto que não fosse aquele que se elaborou a partir dos ensinamentos evangélicos.”

(G. ATIENZA, 1996:26)

Pouco sabemos a respeito do círculo da Imperatriz, mas em um trabalho mais minucioso Bowersock (BOWERSOCK, 1969:101-109.), nos mostra a existência do conceito de “círculo” (kýklos) ao redor da Imperatriz, empregados nas próprias obras de Filóstrato, tanto na *Vida de Apolônio de Tiana* (Livro I, capítulo 3), quanto na *Biografia dos Sofistas* (*Biografia dos Sofistas*, pág. 622). Há relatos que nos dizem um pouco mais a respeito da existência deste círculo, como o de Dión Casio (DIÓN CASSIO, LXXV 15, 6-7) “que nos esclarece que a imperatriz havia se dedicado a diversões intelectuais devido à inimizade do poderoso prefeito da guarda Fulvio Plautiano, que a excluía das políticas.” (BARNABÉ PAJARES, 1992:15).

Nesta época, segundo Alberto Barnabé Pajares (1992) dentre os gênero literários, houve o predomínio da prosa e dentro dela, mais especificamente a retórica, protagonizadas na figura do retórico conferencista e não na de um forense, retomando o tempo dos antigos sofistas. São expoentes desse período: Aristides, Luciano, Alcifrón e Arriano, além é claro, do próprio Filóstrato. É nesta época também que nasce um novo gênero literário, o romance. Este período compreendido entre os séculos I ao III d.C., recebe várias críticas literárias que abarcam desde a carência de originalidade e abundância literária do passado, ao caráter das obras produzidas, como: oratório, frio, livresco e pedante. Mas estudos recentes têm mostrado uma outra ótica a esses problemas, dentre os responsáveis pela nova revisão do assunto, podemos citar Reardon, como já mencionado anteriormente, e o estudo de C. García Gual, *As Origens do Romance* (1972). Para eles:

“Essa grande onda de citações e evocações das épocas anteriores, mais precisamente das épocas Arcaica e Clássica, épocas de pioneiros literários, épocas de criação, não demonstra falta de originalidade, mas uma preocupação comum e geral dos autores do Império, em concretizar essa tradição criada, de prestarem ao mundo o imenso serviço de ensinar e conservar o que os antigos descobriram, de exercitar, por utilizar o termo grego, a Paidéia de uma antiga e fecunda cultura.”

(BARNABÉ PAJARES, 1992:9)

Não nos prenderemos a questões de caráter literário, nem mesmo às voltadas a assuntos teórico-literários, quanto mais às citações exemplificativas de obras, e autores da época, visto que o nosso foco não está centrado neste mérito.

Ao analisar a situação político, cultural e religiosa do Império dos Severos em que Filóstrato escreve, Alberto Pajares diz segundo T. Mantero (1966: 21 e seguintes) :

“Se trata de uma série de imperadores, de origens africana e sírios, que por o serem, não se viam ligados a tradição romana do velho grupo social senatorial, circunstâncias que permitiu que saísse de apuros uma série de novos elementos culturais, antes soterrados, e se igualaram em importância aos tradicionais greco-romanos. É também um momento em que os sofistas ocuparam um papel predominante na sociedade. São secretários do Imperador, ou mestres da juventude e em sua formação se sentem atraídos para todos os temas, mesmo sem aprofundar em nenhum deles. A irreligiosidade inspira aversão, e o Império se abre a múltiplas divindades novas, desde Baal e Tanit a Sérapis, e a toda classe de superstições, aceitadas sem a menor crítica, enquanto que a filosofia abandona cada vez mais o racionalismo, para interessar-se pelo sobrenatural e pela pureza moral.”

(BARNABÉ PAJARES, 1992:12)

Aqui já podemos ter uma idéia básica da real intenção da pesquisa que iniciamos agora. Faremos um recorte de toda a obra nos aspectos religiosos, político e cultural, haja vista tamanha riqueza temática.

Mas antes de chegarmos ao cerne da questão que move a nossa pesquisa, faremos uma breve apresentação do autor de nossa obra, o sofista Filóstrato de Lemnos. Houve naquele tempo, século II e III d.C., um número considerável de Filóstratos de uma mesma família, o que de certa forma pôde inicialmente, confundir a autenticidade de suas obras. Estes indivíduos homônimos eram seu pai, seu sobrinho, ou seu cunhado e ou seu neto, segundo diferente concordância de fontes. Embora esse aspecto seja de importantíssima relevância para o nosso trabalho, não nos ateremos a ele, visto que no momento foge do nosso real objetivo, que é o de deixar que a comunidade acadêmica tome ciência do objetivo de nossa pesquisa, através da apresentação da obra *Vida de Apolônio de Tiana*. O “nosso” Filóstrato, o Lúcio Flávio Filóstrato de Lemnos é autor das seguintes obras: *Quadros*, *Cartas*, *Heróico*, *Biografia dos Sofistas* e *Vida de Apolônio de Tiana*. Sendo que no livro *Biografias dos Sofistas*, ele cunha o termo *A Segunda Sofística*. Muitas coisas que temos a respeito da vida do “nosso” Filóstrato, foram deduzidas através de seus próprios escritos, o que nos força a dar

credibilidade a estes dados. Os testemunhos mais importantes que foram cruciais pra resolução do problema quanto ao caráter autêntico das obras e a diferenciação dos Filóstratos, foi um artigo no *Suda*, uma enciclopédia léxica do século X d.C., além do *Código Vaticano*, numa epítome das *Biografias dos Sofistas* (recolhido na edição de Kayser desta obra, pág. XXVIII), que identifica o autor destas biografias como o mesmo do da *Vida de Apolônio de Tiana* e das *Cartas*. E ainda tem uma passagem de Menandro, um retórico do século III d.C., que afirma que o autor de os *Quadros* é o mesmo de *Heróico*. Portanto, podemos afirmar que o “nosso” Filóstrato nasceu em Lemnos, por volta dos anos de 160 a 170 d.C. e que provavelmente teria sido filho de sofista, haja vista que esta arte era hereditária. Dentre os mestres de Filóstrato, “estão dois discípulos de Herodes Ático: Proclo de Naucratis e Hipódromo de Larisa, e outros renomados retores como Demiano de Éfeso e Antípatro de Hierápolis”(BARNABÉ PAJARES, 1992:14). Sendo que provavelmente, graças a Antípatro de Hierápolis, o educador dos filhos de Septímio Severo, Geta e Caracalla, que Filóstrato conseguiu adentrar ao círculo da Imperatriz síria de Roma, Julia Domna.

Filóstrato enumera no início de sua obra, em quais fontes baseou-se para escrever a biografia de Apolônio de Tiana, sendo estas: tradições orais locais, textos do próprio Apolônio, como suas cartas e seu testamento, e o livro de Máximo de Egeas, sobre a estada de Apolônio na cidade de Egeas, o livro de Merágenes e é claro, o relato de Damis, o assírio companheiro inseparável de Apolônio (FILÓSTRATO, *Vida de Apolônio de Tiana*, I 2-3).

Os estudiosos afirmam que “Julia Domna queria converter a figura de Apolônio no protótipo da fusão entre religião e filosofia que operava em sua época, e que a interessava especialmente destacar sua elevação de sentimentos, a pureza de sua vida e sua piedade para o divino.” (BARNABÉ PAJARES, 1992:15-16). Visto que as referências a Apolônio são bastante escassas, mas quando as vemos, elas o taxam pejorativamente de bruxo, algo bem diferente e distante das supostas intenções da Imperatriz. Temos alguns exemplos de tais referências para elucidar que são bastante interessantes, devido ao respaldo de seus autores. “Dión Cassio, menciona em duas ocasiões: em umas delas se refere como Apolônio viu de Éfeso o assassinato de Domício, que estava ocorrendo em Roma.” (DIÓN CASSIO, LXVII 18), e este fato também é narrado por Filóstrato de maneira semelhante no seu livro VIII nos capítulos 25 e 26, da nossa obra. Em outra passagem, Dión Cassio nos conta que:

“como a Caracalla ‘o agradava tantos magos e feiticeiros, que a Apolônio, o capadócio, que floresceu na época de Domício e foi um consumado

feiticeiro e mago, lhe ascendia incensos e o honrava, e inclusive lhe construiu um heroon.”

(DIÓN CASSIO, LXXVIII 4.).

Tem também os escritos de *História Augusta*, “que nos conta que, quando Aureliano se dispunha a destruir Tiana, lhe apareceu Apolônio e lhe convenceu a respeitar a sua cidade natal.” (Vida de Aureliano 24). “Severo Alexandre lhe rendia cultos em um santuário privado à imagem de Apolônio, junto com a de Cristo, Abrão e Orfeu.” (Vida de Severo Alexandre XXIX 2). E até mesmo Luciano de Samósata, o menciona desta mesma forma, “em sua sarcástica descrição do falso profeta Alexandre, diz que este foi discípulo de Apolônio e acrescenta: ‘Já se vê que classe de escola tem o individuo de quem falo!’.” (Luciano, Alexandre ou o falso profeta 5).

Tendo visto como definiam sua imagem, podemos agora de forma mais calma expor o rumo que nossa pesquisa tomará. Procuraremos de maneira inicial, entender qual eram os objetivos da Imperatriz para tornar Apolônio um “homem de bem”, “um homem divino” (FILÓSTRATO, *Vida de Apolônio de Tiana*, VIII 7.), “um representante da ‘verdadeira sabedoria’”, usando as próprias palavras de Filóstrato, um homem que estivesse ligado ao mundo do divino, tendo uma vida dedicada integralmente à sua filosofia de vida, e aos bons feitos espirituais, filosóficos e políticos. Não nos apegaremos na idéia de que esse “homem divino” de Filóstrato, seja meramente um projeto intencional imperial e concretizado por um sofista, é claro. Apenas não descartaremos a hipótese de que haja intencionalidade na construção deste conceito. Mesmo porque para melhor entendimento e compreensão de um conceito deve-se respeitar a sua variação temporal, ou melhor, a sua variação histórica, onde o seu caráter único foi articulado no momento de sua utilização (KOSELLECK, 1992). E como as palavras, no nosso caso, o conceito de “homem divino”, nos forçam a fazermos associações que pressupõem o mínimo de sentido comum, ao pensarmos sobre tal conceito e na realidade histórica a qual ele nos remete, fazemos conjecturas a cerca da probabilidade de uma possível conjuntura histórica que poderia ter volvido os ânimos de Roma à espera de uma provável figura messiânica esperada no seio da sociedade insatisfeita, que se encaixava no amplo “mosaico sócio-político” a que Roma tinha se transformado e, quem sabe, à procura de alguma identidade perdida (ATIENZA, 1996).

Para compreendermos melhor o conceito com o qual trabalharemos, precisamos falar mais da vida deste homem. Apolônio nasceu em Tiana, cidade aos pés do Monte Tauro, localizada na Capadócia, uma região da Ásia Menor, provavelmente entre os primeiros anos

do século I d.C. e morreu, segundo Filóstrato entre os anos de 96 e 98 d.C. no Império de Nerva. Era de família antiga e descendente direto dos fundadores da cidade, era rico, portanto. Seu pai tinha o mesmo nome que ele e sua mãe, apesar de pouco mencionada, não citando-lhe nem o nome, diz apenas que quando esta estava grávida dele, Proteo, uma divindade egípcia, lhe apareceu, anunciando-lhe a vinda de seu filho. E na hora do parto, algo de bom no destino de seu filho lhe foi revelado através de um sonho, além de:

“Os aldeãos afirmam que no momento em que paria, um raio que parecia que ia cair sobre a terra subiu ao éter e desapareceu no alto, rendendo e anunciando de antemão aos deuses, creio, seu esplendor por cima de todo o terreno, sua proximidade aos deuses, e do mérito que teria este homem.”

(FILÓSTRATO, A Vida de Apolônio de Tiana, I-5)

Podemos perceber com isso o quão próximo aos deuses era, para Filóstrato, a figura de Apolônio. Desde seu nascimento, a sua vida estava ligada em uma relação intrínseca com os deuses, tornando-se explícita através da sua dedicação à filosofia pitagórica, e ao fato dele nunca ter-se desviado dela e nem de seus preceitos, em momento algum de sua vida. Apolônio foi um pitagórico, um discípulo de Pitágoras de Samos, o que nos implica a dizer que ele levou uma vida ascética, centrada na crença que sempre preocupou em preservar. Podemos enumerar alguns de seus preceitos filosóficos: o vegetarianismo, a abstinência sexual, uso de vestimentas de linho e calçados de cortiça, o não uso de bebidas alcoólicas, amante da cultura grega e um inimigo da tirania. Quanto a este fato que aproxima a nossa pesquisa ao caráter político da obra, podemos dizer baseando-nos nas palavras de Filóstrato, (Filóstrato, *Vida de Apolônio de Tiana*, livro V. 7-11), que Apolônio era abertamente contra Nero, chegando até a participar da conspiração contra este Imperador, junto com Julio Vindex, o governador da Galia Lionesa, em março do ano de 68 d.C. (SEUTONIO, Nero XLI 1; XL 4; DIÓN CASIO LXIII 22, 3-6; 26, 1.).

Vemos também na obra de Filóstrato que Apolônio teve muito mais do que apenas o seu nascimento vinculado aos deuses, isso foi apenas o início de uma vida voltada totalmente a práticas de boas ações, voltadas para o divino, caracterizando-o como um “homem divino”. Apolônio fez milagres (IV 25, VI 26), ressuscitou uma morta, ou ao menos, aparentemente morta (IV 45), fez profecias (I 10, IV 4, 34, VI 32, etc.), expulsou demônios (IV 20, 25, VI 27), sarou enfermos (IV 4), retirou uma peste (IV 10), evocou os mortos (IV 16), apareceu subitamente num lugar afastado (IV 10, VIII 10), viu o que acontecia em lugares afastados

(VIII 26), falava línguas sem ao menos as ter aprendido (I 19), possuía a capacidade de compreender os animais (I 20). Haja vista que ele foi também muito querido por todas as terras que percorrera, desde os magos da Babilônia, os brahmanes da Índia, aos gimnosofistas do Egito. Sendo até uma excelente figura de bom “diplomata”, pois durante a sua estadia nas terras indianas ele conseguiu persuadir e mudar o pensamento do rei da Índia, que estava imbuído de má impressão a respeito dos gregos, devido à escravidão de Xerxes.

Dito todos esses exemplos do caráter de Apolônio, relatado por Filóstrato, podemos encontrar uma figura de um homem divino, ou melhor dizendo, dado às coisas divinas, de como os gregos diziam *theîos anèr*, (GIL, 1969: 470). Lembrando que “divino, *theîos*, para os gregos, na época, tinha um sentido bastante diferente do que tal palavra evoca em nossa consciência lingüística.” (DOODS, 1965: 74). Que como Giovanni Reale nos coloca, “o Divino é entendido sempre pelo grego como uma pluralidade estrutural” em antítese a concepção monoteísta de origem bíblica que temos (REALE, 1992). Mas para trabalharmos mais seguramente com esse conceito de “homem divino”, teremos de ter maiores cuidados para não deificarmos Apolônio, mesmo sabendo que a deificação para os gregos, num primeiro momento “exprimiam a identificação do homem e da alma humana com Deus” (REALE), procuraremos como os neopitagóricos, que segundos os quais a finalidade essencial da ética é exatamente o de se tornarem deuses (REALE).

Visto essa série de exemplos dos feitos de Apolônio, os quais nos movem para utilizar o conceito usado por Filóstrato, buscaremos até onde possa se assemelhar e até onde possa se diferenciar os conceito de santificação e o de divinização, na época grega antiga, na figura de Apolônio de Tiana. Tomando por base Reale, vemos claramente que:

“a santidade no contexto do paganismo, não tem lugar uma concepção da santidade tal como se delineou no contexto da religião hebraica e, sobretudo, cristã, a qual implica uma metánoia estrutural e uma e uma inversão do viver com relação ao modo de pensar do mundo [...]. O santo se enquadra na esfera do natural e do racional e a santidade, no máximo, pode ser uma das virtudes, mas não uma das mais elevadas.”

(REALE, 1992:232)

Já sobre o conceito de deificação, usado pelo próprio Filóstrato, na sua obra, na defesa de Apolônio contra a acusação de Domiciano em seu julgamento, nos diz Reale que:

“No seu sentido específico, o termo exprime a identificação do homem e da alma humana com Deus. Trata-se de uma doutrina preparada amplamente pela doutrina platônica e neoplatônica da virtude entendida como ato de assimilação ao divino e comum a muitos filósofos da era imperial. Inspira profundamente a filosofia neopitagórica, segundo a qual o fim precípua da ética é exatamente o de tornar-se Deus.”

(REALE, 1992:66)

Com isso podemos entender um pouco melhor a defesa de Apolônio, diante da acusação contra ele de que era conhecido e chamado publicamente de deus. Apolônio diz: que “qualquer homem de bem se vê honrado com o sobrenome de deus.”(FILÓSTRATO, VIII; 5). E que foi por causa de seus feitos que ele chegou a ser tão estimado assim pelos outros, que era de curar os enfermos, de tornar os sacrifícios mais santos, acabar com a insolência e vigorar as leis, dentre outros feitos como os já mencionados anteriormente. Mas na concepção de Apolônio, ele não era a própria divindade, como os outros o chamavam devido a sua bondade, e como lhe foi acusado. Na concepção de Apolônio, tal como a concepção neopitagórica, havia era uma assimilação a deus. Vejamos nas palavras de Apolônio:

“[...]o que ocorre é que tem um certo parentesco entre o homem e a divindade, graças a qual é aquele o único dos animais que conhece aos deuses e filosofa sobre sua própria natureza e sobre a forma na que participa do divino. Diz assim mesmo que sua forma se assemelha à divindade, segundo interpretam as estátuas e as pinturas, e está convencido de que as virtudes o vem dos deuses e de os que participam delas estão próximo aos deuses e são divinos.”

(FILÓSTRATO, VIII, 7)

Para concluirmos, podemos dizer que na concepção de Apolônio, segundo a narrativa de Filóstrato, os “homens de bem têm algo de deuses” (FILÓSTRATO, VIII, 7) e que eles “não excedem os limites de sua sabedoria” (FILÓSTRATO, VIII, 7). E “se necessita o homem que se cuide de por ordem nas almas, homem que se apresenta como um deus por sua sabedoria” (FILÓSTRATO, VIII, 7), ele poderia sim ser este homem divino, devido a sua vida dedicada e empenhada numa “vida de pregações e peregrinações”. Depois de estabelecida toda esta análise da figura de homem divino na narrativa de Filóstrato, procuraremos estabelecer uma analogia entre a figura misteriosa e muitas vezes dúbia de Apolônio com a do deus Janos, mas na qual ele não teria uma dupla face materializada, mas uma dupla natureza: uma humana e a outra divina, que lhe garantiria não só a honra de ser um

mediador entre os homens e as divindades, podendo realizar atos transcendentais, tais como milagres, curas, dentre outros, como também a capacidade de contemplar o tempo em toda a sua extensão, passado, presente e o porvir. Sendo assim, ainda nos resta uma pergunta dentre tantas que nos atordoam, que ainda se mantém no nosso campo de visão: se com essa analogia, podemos de certa forma garantir a natureza divina de Apolônio, além é claro da natureza humana, será que possa existir um substrato comum entre a natureza de um homem divino, com a natureza de um homem santo? Ou ao menos características comuns, ou melhor, fatores comuns que nos permitam efetuar uma operação análoga entre “santo” e “divino”, e porque não, entre “mágico” e “religioso”, para não usarmos os termos “sagrado” e “profano”, na personagem Apolônio de Tiana, de Flávio Filóstrato de Lemnos.

BIBLIOGRAFIA

- ATIENZA, Juan G. *Santos Pagãos, deuses ontem, santos hoje*, São Paulo: Ícone, 1996.
- BARNABÉ PAJARES, A. Introdução. In: FILÓSTRATO. *Vida de Apolônio de Tiana*, Madrid: Gredos, 1992. p.7-57.
- BOWERSOCK, G. W., *Greek Sophists in the Roman Empire*, Oxford, 1969.
- GARCIA GUAL, C. *Los Orígenes de la novela*, Madrid, 1972.
- LENDERING, Jona, 1996. *Flavius Philostratus: The life of Apollonius*, <http://www.livius.org/index.html> Data de acesso: 18 de agosto de 2007.
- KOSELLECK, Reinhart, 1992, *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e prático*, <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/101.pdf> data de acesso: 30 de agosto de 2007.
- MANTERO, T. *Ricerche sull' Heroicos di Filostrato*, Génova, 1996.
- PERRY, B. E., *Literature in the Second Century*, Class. Journ, 1995.
- PERRY, B. E., *Literature in the Second Century*, Class. Journ, 1995.
- REALE, Giovanni, *História da Filosofia Antiga*, vol. V, São Paulo: Loyola, 1995.
- REARDON, B.P.. *Courants littéraires grecs des II et III siècles après J. C.*, Paris, 1971.

ABSTRACT

APOLLONIUS OF TYANA: REFLECTIONS ON A “HOLY MAN” BASED ON THE BIOGRAPHY OF FLAVIUS PHILOSTRATUS OF LEMNOS.

The *Life of Apollonius of Tyana* is a work written by Lucius Flavius Philostratus of Lemnos, a sophist belonged to the philosophers circle of the Roman Empress, Septimius Severus' wife in the II century C.E., Julia Domna. Besides starting a research that it is being developed by now, we also intend to study the life and the figure of this man, who had the merit of receiving a biography from the inside of the imperial roman court. The aspect approached of his figure, among several expressed by him, will be his mystic, religious and holy personality, during his walking by the Roman domains, in the I century C.E., registered by Philostratus.

KEYWORDS: Philostratus, Apollonius, holy man.

COM QUE ROUPA EU VOU? CONTRIBUIÇÕES DE ROLAND BARTHES ACERCA DA OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADES NO NÍVEL DO DISCURSO HISTÓRICO

Euzébio CARVALHO¹

RESUMO: O enunciador do conhecimento histórico, no nível do discurso, pode aparecer em três formas: primeira pessoa do singular (escrevo), primeira pessoa do plural (escrevemos) ou indeterminado (escreve-se). Discutiremos neste trabalho, no concernente à enunciação do discurso histórico, orientado pelas reflexões de Roland Barthes, algumas possíveis implicações decorrentes da forma indeterminada. Principalmente, em relação à objetividade almejada por esse conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; discurso histórico; objetividade.

Quando Ismália enlouqueceu,
Pôs-se na torre a sonhar...
Viu uma lua no céu,
Viu outra lua no mar.

No sonho em que se perdeu,
Banhou-se toda em luar...
Queria subir ao céu,
Queria descer ao mar...

E no desvario seu,
Na torre pôs-se a cantar...
Estava perto do céu,
Estava longe do mar...

E como um anjo pendeu
As asas para voar...
Queria a lua do céu,
Queria a lua do mar...

As asas que Deus lhe deu
Ruflaram de para em par...
Sua alma subiu ao céu,
Seu corpo desceu ao mar...²

Dentro de um domínio morfológico da linguagem, o verbo constitui uma das dez classes gramaticais existentes em nosso idioma.³ Juntamente com o substantivo, são as duas classes gramaticais nucleares da língua portuguesa. Contudo, numa abordagem sintática desse idioma, o verbo é considerado o elemento mais importante.

¹ Mestrando em história na UFG sob orientação da Dra. Maria da C. Silva, professor na graduação em história da UCG e funcionário do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, IPEHBC/UCG, o qual agradeço a oportunidade para a produção desse texto, na pessoa de seu diretor Antônio C. Pinheiro. Agradeço também os/as alunos/as da disciplina “Produção do pensamento histórico brasileiro”, de 2007/2, da UCG, pela proveitosa oportunidade de debate e construção de entendimentos sobre o ensaio que ora analiso. Somam-se aqui meus agradecimentos pela leitura crítica feita por Nilton P. da Fé.

² Ismália, poema de Alphonsus de Guimaraens. In AYALA, Waldir (org.) Poesia Brasileira: parnasianismo e simbolismo. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (coleção Antologia Escolares Edijovem).

³ A saber: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Nos estudos da linguagem, o verbo pode ser significado como a *classe gramatical que tipicamente indica ação e que pode ou (sic) constituir, sozinha, um predicado, ou determinar o número de elementos que este conterà*.⁴ Assim, o verbo é uma palavra ou expressão que traduz um fato. Enquanto classe gramatical, o verbo pode designar: 1) ação (praticada ou sofrida pelo sujeito); 2) o fato do qual o sujeito participa ativamente; 3) indica estado ou qualidade do sujeito; e, por fim, 4) um fenômeno da natureza.

O verbo pode ser flexionado quanto ao *tempo*,⁵ quanto ao *modo*,⁶ quanto à *pessoa* (primeira, segunda e terceira) e, por último, quanto ao *número* (singular ou plural). Da relação entre os dois últimos elementos de flexão verbais, originam-se as três pessoas do discurso: 1ª (eu/nós), 2ª (tu/vós) e a 3ª (ele,ela / eles,elas), respectivamente, no singular e plural. As pessoas do discurso são expressas pelos *pronomes*, os quais, foram criados pelos gramáticos aristotélicos, para ser usados “em lugar do nome”, constituindo uma categoria estritamente gramatical. No que se relaciona aos pronomes, quanto às pessoas gramaticais, temos os *pronomes pessoais*. Esses, ocorrem em três tipos: aqueles que determinam a pessoa que fala (1ª pessoa - eu/singular ou nós/plural), a pessoa com quem se fala (2ª pessoa: tu/singular e vós/plural) e a pessoa de quem se fala (3ª pessoa: ele/ela, no singular e eles/elas, no plural). A título de informação, ainda existem os pronomes demonstrativos, possessivos, relativos, dentre outros.

Um momento... este é um texto produzido por um historiador e, a princípio, para outros profissionais da história, devemos logo apontar seus objetivos. Interessar-nos-ão os aspectos morfológicos do discurso histórico e suas implicações teóricas, que por sinal, são mais ideológicas que teóricas, como será apontado adiante.

Tomaremos como discurso, a *descrição formal dos conjuntos de palavras superiores à frase*.⁷ Não obstante, conceituar *discurso histórico*, fora, e adiante de uma compreensão estruturalista do ofício do profissional da história,⁸ torna-se uma tarefa hercúlea. Porém, de forma simplificada, entenderemos por discurso histórico o conhecimento

⁴ FERREIRA, 1999.

⁵ Os tempos verbais existentes no idioma português são: presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito, passado do futuro.

⁶ Indicativo, conjuntivo ou subjuntivo, imperativo, formas nominais.

⁷ Barthes, 2004, p.163.

⁸ Em caráter sintético, o profissional da história é aquele que, após uma graduação em história, em nível superior, constrói narrativas históricas, que são essencialmente textuais, a partir da pesquisa em documento, em sua mais horizontal acepção, mediada por reflexões teóricas, metodológicas e historiográficas.

especializado produzido pelo profissional da história dentro de uma tradição historiográfica existente no Ocidente e inaugurada no século XIX, especialmente na Alemanha e França.

Entenderemos o discurso histórico inserido dentro de um *processo comunicacional*, ou seja, processo de transmissão de uma mensagem específica (histórica). Tal processo, como sistematizado por Jakobson,⁹ é formado por seis *fatores de comunicação*: um profissional da história (1. EMISSOR) produz um texto histórico (2. MENSAGEM) que será lido por um RECEPTOR (3), valendo-se da forma escrita (4. CÓDIGO) de uma língua (5. CANAL). Por sua vez, o texto histórico, refere-se a um *acontecimento*¹⁰ (6. CONTEXTO).

No processo comunicacional, as atribuições de sentido e as possibilidades de interpretação, que se possam deduzir e observar, estão localizadas no direcionamento intencional dado a esses fatores.¹¹ Assim, durante tal processo, se quaisquer um dos seis fatores for enfatizado, a linguagem, conseqüentemente, também assumirá diferentes *funções*:

1. Se a ênfase é dada ao *fator emissor* da mensagem, ou seja, em **quem** a produz (no caso o profissional da história), a linguagem adquire uma *função emotiva*. Como exemplo para tal função imagine a seguinte cena: em um bate-boca uma pessoa dirige-se a outra gritando: “Você não presta pra nada!”. Apesar das aparências, a frase informa sobre o ânimo do emissor e não sobre o destinatário da mensagem;

2. Se a ênfase recai sobre o *fator mensagem* (o **como**) temos a *função poética* da linguagem. Nesse caso, na feitura do processo de comunicação, isto é, nos diferentes recursos de atribuição de sentidos, é a forma da mensagem que recebe maior destaque. Conseqüentemente, tais linguagens, assumem caráter estético. Nesse sentido, como ilustração, indicamos o filme “Kill Bill”,¹² do diretor estadunidense, Quentin Tarantino. Dentro da

⁹ Apud CHALHUB, 2001.

¹⁰ Numa perspectiva clássica, no domínio historiográfico, são diferenciados fato, evento, acontecimento. Contudo, por acontecimento, entendemos o objeto de estudo (escolhido ou criado) pelo profissional da história. É um consenso entre os profissionais da história que o objeto de estudo histórico, necessariamente, deve possuir uma “materialidade”, ou seja, não pode ser ficcional. Nesse sentido, a história trabalha com fatos, eventos e acontecimentos ocorridos e que deixaram indícios (documentos/informações). Quando dizemos, contudo, que o objeto de estudo histórico pode ser escolhido e/ou criado, não queremos que o leitor entenda por isso que o profissional da história “cria”, “ficcional” os documentos com os quais trabalha, mas sim que tal profissional pode se dedicar a estudar *novos* objetos. Retomaremos a noção de fato, evento, acontecimento posteriormente.

¹¹ CHALHUB, 2001.

¹² Título Original: Kill Bill; Gênero: Ação; Origem/Ano: EUA/2003; Duração: ; Direção: Quentin Tarantino; Distribuição em Vídeo e DVD: .

narrativa fílmica, a construção dos sentidos, por parte do diretor, e as possibilidades de sua interpretação passam pela observação da forma e do “lugar” destinado às cenas de violência;

3. Por sua vez, se a ênfase volta-se para o *fator receptor* da mensagem (o **para quem**), temos a *função conotativa* da linguagem. Como exemplo, citamos a linguagem publicitária que procura destinar produtos específicos para consumidores também específicos;

4. Contudo, se o *fator código* (o **com o quê**) é o fator enfatizado, a linguagem assume a *função metalingüística*. No cinema, quando um filme desenvolve seu enredo, considera-se a própria linguagem cinematográfica, daí a metalingüagem. Nesse caso, o filme “Lisbela e o prisioneiro”,¹³ do brasileiro Guel Arraes, é um bom exemplo.

5. Por fim, quando a ênfase é direcionada para o *fator contexto* (o **quê**), a linguagem assume a *função referencial*. Dentre as funções apontadas anteriormente, esta é, por excelência, a função presente no discurso histórico. Para Barthes, em relação a outros tipos de discurso, ela pauta toda a *pertinência* do discurso histórico. Sem dúvida, esse discurso é o *único em que o referente é visado como exterior ao discurso, sem que nunca seja, entretanto, possível atingi-lo de fora do discurso*.¹⁴

No processo comunicacional específico da mensagem histórica, as atribuições de sentido e as possibilidades de interpretação do discurso produzido, tradicionalmente, justificam-se em relação estreita com o fator contexto ou, em termo mais específico, com o *fator referente*. Sendo assim, a partir daqui, a análise da **relação** da mensagem histórica com o seu referente será o objeto de nossa atenção.

O discurso histórico, desde sua especialização no século XIX, buscou sua legitimação enquanto conhecimento científico e específico na relação com o referente. Em sua relação com o referente, o discurso histórico apresentou-se como *objetivo*, ou seja, científico e racional, e *especializado*, isto é, particular e específico. Desta forma, **o discurso histórico foi tido e entendido como um discurso científico e não-ficcional**, sobremaneira em oposição ao

¹³ Título Original: Lisbela e o Prisioneiro; Gênero: Comédia Romântica; Origem/Ano: BRA/2003; Duração: 106 min; Direção: Guel Arraes; Distribuição em Vídeo e DVD: Fox Filmes.

¹⁴ *O fato nunca tem mais do que uma existência lingüística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o real.* BARTHES, 2004, p. 177.

discurso literário, por ser ficcional, não poderia ser objetivo, portanto científico. Essa é a hipótese a ser testada ao longo deste texto.

Até o presente desta enunciação, entre os profissionais da história, principalmente em sua fase de graduação, em grande parte das instituições brasileiras, o discurso histórico é assim ainda entendido. Há um desconhecimento horizontal das diversas e diferentes críticas, produzidas ao longo do século XX, direcionadas a tal entendimento. Em 1938, como nos informa Certeau (1925-1986)¹⁵, esse entendimento foi objeto da reflexão de Raymond Aron (1905-1983), possivelmente, em decorrência de seu doutoramento em filosofia da história feito na *École Normale Supérieure*, em 1930¹⁶. No auge do estruturalismo, em 1967, no ensaio “O discurso da história” foi à vez de Roland Barthes (1915-1980) também tecer suas críticas. Em meados da década seguinte, em 1975, outro francês, o historiador Michel de Certeau, apresentou semelhantes considerações em “L’Écriture de l’Histoire”. Assim, como essas, outras obras também trilham o mesmo caminho, mas por limitações particulares, não serão abordadas nesse estudo.¹⁷

Passamos, então, a discutir outros elementos, também característicos do discurso histórico, que estão relacionados à sua *função referencial*. Neste texto, privilegiaremos as observações apontadas por Roland Barthes no ensaio já referido, “O discurso da História”, publicado originalmente, em 1967, na França, e em 1988, no Brasil.

Antes de seguirmos, é preciso, contudo, ressaltar que, nos processos comunicacionais, a linguagem pode assumir, num mesmo discurso, em diferentes momentos, diferentes funções, comportando ao mesmo tempo, inclusive, mais de uma função. Isto ocorre, freqüentemente, com a linguagem cinematográfica, por exemplo.

A enunciação do discurso histórico

Em “O discurso da história”, Roland Barthes se questionou sobre a existência (ou não) dos *universais* desse discurso, isto é, *formas de unidades e/ou regras de combinação* que lhes sejam específicas e, por isso, identificadoras de si. Somente a existência de tais universais

¹⁵ CERTEAU, 2002, p. 67.

¹⁶ Introduction à la philosophie de l’histoire. Essai sur les limites de l’objectivité historique; La philosophie critique de l’histoire, ambos de 1938.

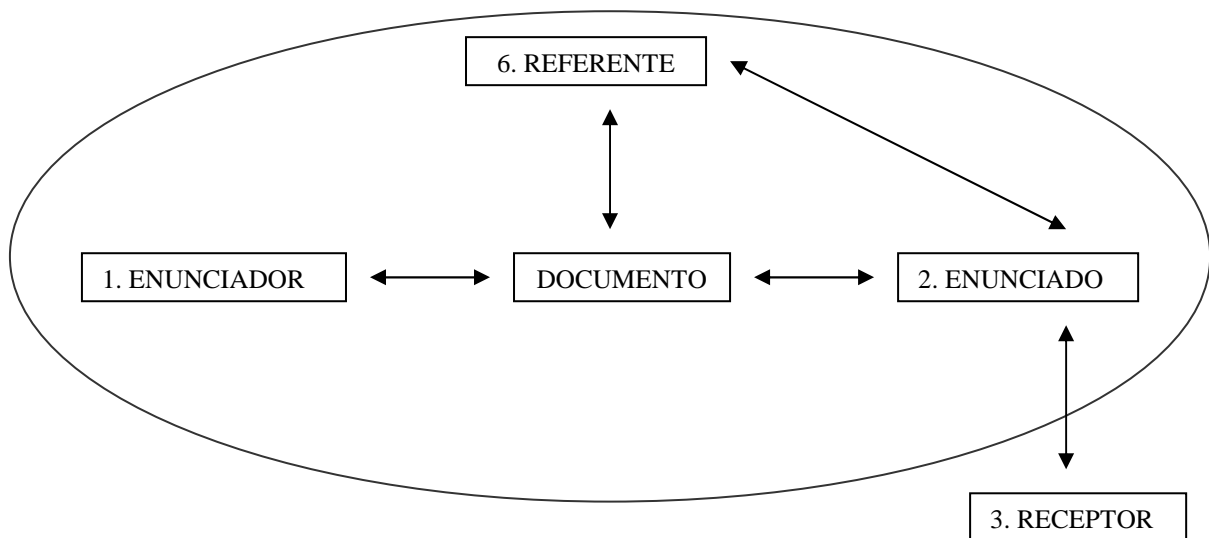
¹⁷ Refiro-me, sobretudo, aos estudos de Hayden White (1928-).

poderia legitimizar a oposição entre a narrativa de ficção e narrativa histórica, tida como não ficcional.¹⁸

A questão que ele nos coloca, apesar de aparentemente complexa, devido a precisão de seus termos lingüísticos, é a seguinte: a **enunciação** do discurso histórico, isto é, a *narração* dos acontecimentos passados, dada por meio de um *texto* produzido pelo profissional da historia, oferecida em um *enunciado* que, por sua vez, possui um *referente* fortemente marcado e que, em consequência disso, coloca tal enunciação sob a caução imperiosa do “real”, justificada ainda por uma exposição racional, difere-se da narração ficcional?¹⁹

A pergunta de Barthes, mesmo que resumidamente, apresenta os elementos constitutivos da *operação historiográfica*, utilizando o termo de um outro estudioso.²⁰ Sistematizamos tais elementos da seguinte forma:

SISTEMA DA ENUNCIÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO



¹⁸ BARTHES, 2004, p.163.

¹⁹ BARTHES, 2004, p.163. Esse autor remete esse procedimento aos gregos. Contudo, sabemos que tal procedimento foi inaugurado, nos termos apresentados pelo autor, não na antiguidade, mas no século XIX, com o positivismo e com o historicismo, principalmente na França e na Alemanha.

²⁰ CERTEAU, 2002, p. 65. Ao “fazer história” o historiador *fabrica* algo específico. A operação historiográfica é o processo de construção de um conhecimento específico sobre o passado. O passado seria, portanto, um *constructo* do historiador. Nos termos barthesianos, a operação historiográfica seria o processo de produção do discurso histórico.

Importa dizer que no processo de enunciação, o profissional da história se vale de pressupostos teóricos, metodológicos e de outros discursos históricos (historiografia). No sistema representado anteriormente, esses elementos estão presentes na área interna ao círculo.

Comparando nosso sistema com os fatores de comunicação de Jakobson percebemos, no processo de produção do discurso historiográfico, a presença um novo elemento: o *documento*. Sob (ou sobre?) ele, o profissional da história, construirá todo o *efeito de real* de seu discurso. Ele será a evidência maior da não ficcionalidade, da materialidade, da verdade, do discurso produzido.

Ao analisar o suporte material do processo de enunciação do discurso histórico, ao nível lingüístico, Barthes identifica a presença de dois embreantes²¹ básicos: o embreante de *escuta* e o embreante de *organização*.

A escuta

Para Barthes o enunciado histórico apresenta, ao mesmo tempo, três níveis que se interseccionam: a palavra do enunciante (profissional da história), o evento relatado (referente) e suas fontes informacionais. Na operação historiográfica, as fontes, das quais o profissional da história retira suas informações, são tradicionalmente chamadas de documentos históricos.²² Esses documentos são os índices do referente, o qual, no caso do discurso histórico, encontra-se sempre no passado.

Os documentos se fazem presentes no nível do discurso histórico²³ por meio do que Barthes chamou de *embreantes de escuta*. Constitui o embreante de escuta toda a menção que o profissional da história faz às fontes de informação utilizadas.²⁴ Tradicionalmente, a utilização dos documentos é apresentada como um dos procedimentos garantidores da objetividade do conhecimento histórico. Contudo, a utilização das fontes por parte do profissional da história se faz *sempre* mediante *escolhas*, tendo em vista que é possível não se

²¹ Nesse texto, orientado por Barthes, os termos embreantes, shifters e signos são correspondentes.

²² *Grosso modo*, no século XIX, momento de especialização desse saber, somente as fontes escritas e “oficiais” eram reconhecidas como documentos históricos. Com a escola dos *Annales*, no século seguinte, a concepção de documento dilata-se sobremaneira. Ao longo do século XX, sob a influência da arqueologia e da antropologia, sobretudo, a noção de documento histórico foi bastante alargada.

²³ Ao utilizar a expressão “no nível do discurso histórico”, referimo-nos à dimensão material desse discurso, ou seja, à sua dimensão de existência: o texto.

²⁴ BARTHES, 2004, p. 165.

referir a elas. O profissional da história seleciona *este* e não *aquela* documento. Num mesmo documento, seleciona *este* e/ou *aquela* trecho. Dentro de sua argumentação, do seu texto, seleciona *este* ou *aquela* lugar para citar o referido trecho. Assim procedendo, como advém *sempre* de escolhas, Barthes mostra que a citação de fontes, por si só, não é garantia de objetividade. Como produzir um conhecimento objetivo partindo sempre de escolhas? Como escolher objetivamente?

Acreditamos que para ser garantidora de objetividade, a escolha, uma ação subjetiva, deveria ser regulada por procedimentos racionais e objetivos. Na ausência desses procedimentos, pensamos que, no nível do discurso históricos, devemos explicitar os termos que orientaram nossas escolhas. Se não objetivo, seria este um procedimento passível de inteligibilidade.

Organizando a matéria do discurso

No processo de enunciação do discurso histórico, Barthes também identificou a existência dos *embreantes de organização*. Por meio deles, o enunciador (profissional da história, enunciante) organiza seu próprio discurso. Retoma-o, modifica-o durante o próprio percurso do discurso, ou seja, o texto. Esses embreantes são os pontos de organização do discurso. Eles produzem um movimento do discurso em relação à sua própria matéria, ao longo desta matéria.²⁵

A existência dos embreantes de organização, como nos informa o referido autor, produz o atrito de dois tempos: o tempo da enunciação, ação do texto produzido pelo profissional da história, ou seja, o tempo papel, e o tempo da matéria anunciada, o objeto de estudo desse profissional, o referente de seu discurso. O atrito entre a enunciação e a matéria anunciada dá origem a três *fatos de discurso histórico*. São eles:

1. Ocorrência de uma escrita dúplice (paragramática) que contém um diálogo de um texto (o enunciado) com outros textos (as fontes de informação; o referente do enunciado). Isto postula uma *nova* lógica, específica do discurso histórico. Esse fato do discurso nos remete aos fenômenos de aceleração da história, em que um mesmo número de páginas²⁶ ou de capítulos cobre lapsos de tempos variados, ora alguns séculos, outrora poucos anos. Esse

²⁵ Como exemplo de tais embreantes, Barthes cita os “eis aqui”, os “como dissemos acima”, os “sobre ele, nada acrescentaremos”, os “eis outras informações dignas de”.

²⁶ Para Barthes o número de páginas seria uma espécie de unidade medida, mesmo que grosseira, do tempo da matéria anunciada.

fenômeno provoca uma pressão sobre o processo de enunciação: na medida em que o tempo da matéria anunciada (do objeto de estudo, do referente) se aproxima do tempo da enunciação (do discurso) maior é a pressão de um sobre o outro e mais lentamente caminha o discurso histórico.

2. O segundo fato de discurso histórico, nascido do atrito entre enunciação e matéria anunciada, é o efeito zigzague: o discurso histórico, embora textualmente linear, confrontado com o tempo do referente (o tempo da matéria anunciada)²⁷ parece aprofundar esse tempo, produzindo um efeito de denteamento do tempo da enunciação, que ao nível do texto, é linear.

3. No que se refere às inaugurações próprias ao discurso histórico, temos o terceiro fato. Essas inaugurações são os lugares onde se encontram o começo da matéria anunciada e o começo da enunciação. Ocorrem basicamente de duas formas: a) abertura performativa, onde a palavra representa um ato solene de fundação, revestindo o discurso de uma dimensão sagrada e preditiva; a outra inauguração seria o b) Prefácio, o qual, anuncia o discurso (prospectivo) ou julga-o (retrospectivamente).

Os fatos de discurso, por meio dos embreantes de organização, muito mais que uma possibilidade de o profissional da história exprimir sua subjetividade, funcionam como complicadores do tempo da matéria enunciada, na medida que o confronta com o tempo próprio do discurso, o tempo da enunciação. O resultado desse “confrontamento” é a ocorrência de um tempo complexo, paramétrico, não-linear. Na medida em que o profissional da história sabe o que ainda não foi contado, ele necessita duplicar o escoamento crônico dos acontecimentos por meio do tempo próprio de sua palavra. Esse procedimento acaba por atestar a função preditiva do profissional da história, o que o aproxima do agente do mito, do adivinho, o que lembra o tempo mítico das antigas cosmogonias.²⁸

Mister se faz lembrar ao leitor, antes de prosseguir, que a função referencial é o principal caracterizador do discurso histórico. Ao oferecer um tratamento específico ao seu referente, por meio da teoria, da metodologia e da historiografia, o discurso histórico apresenta-se como especializado, específico em relação a outros discursos. Relembramos também, que tal procedimento, tradicionalmente, foram os legitimadores do discurso

²⁷ Barthes o chama também de o tempo crônico da história.

²⁸ BARTHES, 2004, p. 168.

histórico, funcionando como um selo certificador de sua objetividade, racionalidade e cientificidade.

Mais embreantes...

Além dos embreantes de escuta e organização, que se referem especificamente ao processo de enunciação do discurso histórico, Barthes aponta a existências de outros: os embreantes dos protagonistas, dos destinatários e do enunciador (o profissional da história).²⁹

Os embreantes dos protagonistas,³⁰ no discurso histórico, ganharam maior atenção só recentemente, em especial, nos estudos de micro-história, quando as dimensões biográficas, centradas no sujeito, foram contrapostas às dimensões sociais. Contudo, ao longo do século XX, ao privilegiar às análises estruturais e/ou conjunturais da sociedade, no tempo e no espaço, o discurso histórico, relegou seus “personagens” a um lugar menos privilegiado. Ocupou-se da *sociedade* em detrimento dos *indivíduos*.

A você, leitor (ou Dos embreantes de destinação)

Os embreantes dos destinatários, por sua vez, talvez, sejam um dos menos ocorrentes no discurso histórico. No nível textual, os destinatários, o elemento terminal de um sistema de comunicação, ou seja, os/as leitores/as, estão presentes *senão muito raramente...* Barthes se refere a isso como *fato notável e bastante enigmático*.³¹ Segundo esse autor, o fato de não possuir um *tu* é justamente o que especifica o discurso histórico. Contudo, toda a estrutura do discurso histórico implica em um “sujeito” da leitura.³² Talvez, seja isso que motivou o autor em qualificar o discurso histórico como *enigmático*. No discurso histórico, há um único caso em que estão presentes os embreantes de destinação: quando a História se dá como uma lição. Esse entendimento da história, como *magistra vitae*, foi recorrente no século XIX. Acreditava-se que o conhecimento histórico teria um caráter pedagógico, ou seja,

²⁹ Referência feita por Barthes à terminologia proposta por Jakobson. BARTHES, 2004, p.168.

³⁰ No discurso há dois tipos de protagonistas: o protagonista da enunciação (enunciador, enunciante, destinador, autor) e o protagonista do enunciado (os seus “personagens”, ou seja, o objeto do qual *fala* o discurso). Barthes não se ocupa, em sua análise, com esse embreante. O único caso referido por ele é aquele em que enunciador é o protagonista da enunciação, ou seja, um ator do evento que dele se torna narrador (BARTHES, 2004, p.170). Como exemplo, podemos citar o caso de Euclides da Cunha em *Os sertões*.

³¹ BARTHES, 2004, p. 168

³² Segundo a estrutura do processo comunicacional apresentado no início desse texto, todo discurso, e não somente o da história, implique, conseqüentemente em um sujeito da leitura.

ensinaria os homens a agir no presente, evitando os erros do passado. Como exemplo, citamos a História Geral do Brasil, obra de Varnhagen, escrita em 1854. Em um lugar específico, o autor destina sua obra à *Sua Magestade Imperial*, Dom Pedro II, o imperador vigente do Brasil, à época, nos seguintes termos: *Senhor, (...) o estudo da Pátria História [é] tão importante ao esplendor da nação, á instrucção commum e até ao bom governo do paiz.*³³

No texto que ora submetemos a sua leitura (processo de recepção), objetivando incorporar a discussão apresentada anteriormente, decidimos utilizar os signos reveladores de sua existência, leitor. Fazê-lo presente, materialmente, por meio dos signos de destinação, em nosso texto. Na falta de um termo melhor, que valorize especificidades, utilizaremos o vocativo “leitor”.

Voltando à análise dos embreantes, presente na enunciação do discurso histórico, chegamos, enfim, ao último deles: o embreante do enunciador. Esse ponto é central ao objetivo maior deste texto: analisar as *formas* (roupas) utilizadas, evidenciadas ou não, pelos profissionais da história, no nível do discurso que produzem e suas implicações na objetividade de tal discurso.

No nível do discurso, com que roupa eu vou?

O discurso histórico, cujo suporte material é o texto, na língua portuguesa, pode ser produzido na primeira pessoa do singular (escrevo) e na primeira do plural (escrevemos). Contudo, essas duas formas são preteridas em favor de uma terceira, quase que onipresente, conhecida por *indeterminada* (escreve-se). Na ânsia de garantir objetividade ao conhecimento histórico, pensamos que tal procedimento, recorrente entre os profissionais da história, decorre da forte influência do positivismo no momento de nascimento da disciplina História, dado no século XIX. Muito popular, perpetua-se até a contemporaneidade.

Sendo assim, os embreantes do enunciador, relacionar-se-ão a essas três formas. Após apresentar as três *opções de vestimenta* do enunciador, em seu processo de enunciação, passaremos a sua problematização, em especial, as suas possíveis implicações epistemológicas.

³³ VARNHAGEN, 1854, p.v.

Não basta ser historiador, tem que participar (Dos signos do destinatador)

Em “O discurso histórico”, Roland Barthes nos mostra que, na busca de um discurso histórico “objetivo”, o profissional da história ausentou-se de seu discurso, eliminando qualquer signo que remeta a ele próprio, isto é, o emissor da mensagem histórica. Agindo assim, por mais pueril que tal recurso possa nos parecer, o profissional da história entendia que não interviria em seu próprio discurso e, por extensão, em seu objeto de estudo. Em outras palavras, esse recurso, que se apresenta em formas *literárias*, por si, serviu como índice máximo da *neutralidade científica*.

Localizamos nesse raciocínio *retórico*, a justificativa para, entre outras evidências, a popularidade do uso da forma verbal conhecida por “indeterminado” no discurso histórico. Vejamos, por exemplo, o trecho que se segue: *Pode-se afirmar que em Hegel a filosofia e a história se encontram.*³⁴ Nele, quem é a pessoa da oração? Quem afirma? Quem assume a responsabilidade por tal enunciado? Ninguém. Ela não pode ser determinada ou identificada. Sabemos que há um autor, que se sabe pelo nome presente no texto histórico, porém não há uma pessoa do discurso. O enunciador não se apresenta no enunciado produzido. Por que? Como considerar objetivo um discurso sem enunciador? Curiosamente, é justamente aí que reside não a objetividade, mas a sua *impressão*, o seu *selo* garantidor. Vejamos:

Um discurso que se conta sozinho, sem a necessidade de um enunciador, seria o discurso objetivo por excelência. Ao utilizar a forma indeterminada, um mero recurso literário, o enunciador entende afastar-se de sua enunciação. O discurso objetivo seria aquele em que a subjetividade do profissional da história jamais interviria. Para tanto, o enunciador deveria anular sua *pessoa passional*, substituindo-a por uma *pessoa objetiva*, na qual o sujeito subsistiria em sua plenitude, porém como sujeito objetivo.³⁵

³⁴ RIBEIRO, Paulo Rodrigues. A história científica do século XIX. In ALENCAR, Maria Amélia Garcia de (org.). A história da história. Goiânia: ed. da UCG, 2002.

³⁵ BARTHES, 2004, p. 169. Nesse sentido, o intróito desse texto, na parte em que apresentamos o processo comunicacional, em que discutimos o processo de enunciação do discurso histórico, ao mesmo tempo em que serviram para orientar o leitor na discussão que pretendíamos chegar, mais à frente do texto, serviram também para alimentar um processo de preenchimento, no qual, nas entrelinhas, queríamos evidenciar para o destinatário, que possuíamos conhecimentos suficientes para legitimar o que seria dito a *posteriori*.

Utilizando-se do *indeterminado*, o profissional da história entende ausentar-se do seu discurso, no qual há, conseqüentemente, carência sistemática de qualquer signo que remita ao emissor da mensagem histórica: ela parece contar-se sozinha. Barthes nomeia esse procedimento como um *processo de preenchimento* do profissional da história, o qual, *sujeito vazio de enunciação, vai-se pouco a pouco enchendo de predicados variados destinados a fundá-lo como uma pessoa, provida de uma plenitude psicológica, (...) de uma continência.*³⁶ Nesse sentido a história deve ser casta, e o profissional da história deve ser um celibatário, um eunuco em relação a si e a sua subjetividade. Isto acaba por provocar uma *ilusão referencial*, na qual o enunciador “pretende” deixar o referente falar por si. Ocorre uma enunciação privativa. Esteando-se na psicanálise e na lingüística, Barthes insinua: *sabemos que as carências dos signos são também significantes.*³⁷ Desta forma, a utilização da forma verbal (no *indeterminado*) não passa de um álbi retórico.

Como nos mostra Ginzburg, ao longo da modernidade ocidental, para ser reconhecido como científico, um conhecimento deveria afastar-se ao máximo de elementos subjetivos.³⁸ Assim, em o nível do discurso, tal entendimento assumiu a forma indeterminada que, por si, passou a garantir a objetividade. Consideramos tal procedimento inocente e ideológico.

Ele é inocente na medida em que, mesmo que o sujeito não se faça presente formalmente, na oração, ele se faz presente no discurso, no qual existe sempre um emissor que escolhe palavras, as submete a determinados arranjos, e não outros; faz escolhas, seleciona certos elementos em detrimento de outros, preenche alguns *vazios de sentido*, silencia-se sobre determinados aspectos, sintetiza... O resultado de todo esse processo, consciente ou não, tornam-se conhecimentos.

Tal procedimento é ideológico na medida em que, a utilização da forma verbal no indeterminado, o mascara, e nesse ponto, o enunciador não pode alegar desconhecimento. Como foi expresso, a ausência do emissor provoca uma impressão de que a história conta-se sozinha. Tais condições produziriam um enunciado:

³⁶ BARTHES, 2004, p. 169.

³⁷ BARTHES, 2004, p. 169.

³⁸ GINZBURG. 1989.

- a) Cujo enunciador seria pré-existente, por isso sagrado, ou seja, não criado, mas que precede à criação. *No princípio era a Palavra, e a Palavra esta junto de Deus, e a Palavra era Deus;*³⁹
- b) Um enunciado autônomo, por isso infalível, livre de parcialidades e independente de subjetividades;
- c) Um enunciado religioso, por portar uma “verdade objetiva”.⁴⁰

Suprimindo sua pessoa passional, expressa no nível do discurso pelo *eu* do *acredito*, idiossincrático à enunciação, o profissional da história a substitui por outra: a pessoa objetiva, simplesmente utilizando o *acredita-se*. Estas informações, somadas às anteriores, evidenciam, em nossa opinião, um caráter ideológico recorrente a tal procedimento, na medida em que, antes de ser verificado, necessita ser *acreditado*. Barthes nomeia esse processo como uma *forma particular de imaginário* do discurso histórico.⁴¹

A objetividade, conquistada desta forma, pela crença na possibilidade de anular, na oração, a pessoa subjetiva, como foi dito, provoca uma *ilusão referencial*, na qual o profissional da história pretende deixar o referente falar por ele mesmo. No nível do discurso histórico, o único referente que pretende falar por si é o discurso da revelação. Não seria mais uma enunciação, mas um anúncio, uma anunciação, tão recorrente nas narrativas míticas, mágicas e religiosas.⁴² O discurso histórico deve ser produzido por meio de um processo de enunciação, deve ser constituído como uma escrita e não como uma *escritura*.

Pensamos que o discurso histórico, se se quer científico e racional, não pode ser revelado, nos termos apresentados, mas produzido, construído, elaborado. Para isso, são imprescindíveis as marcas deixadas pelo enunciador em seu enunciado, as marcas da produção, da construção, da elaboração: não basta ser profissional da história, tem que participar.

O historiador esquizofrênico e o Rei nu

³⁹ João, 1, 1. In Conferência Nacional dos bispos do Brasil. A Bíblia Sagrada. Tradução da CNBB. São Paulo: Loyola, 2001, p. 1393.

⁴⁰ Aqui aproximamos da idéia de *escritura* da história, apresentada por Michel de Certeau (CERTEAU, 2002).

⁴¹ BARTHES, 2004, p. 169.

⁴² Como exemplo de anunciação, citamos, dentro do universo católico, aquela que o anjo faz à Virgem Maria. Confira Lucas 1, 28; Mateus 1, 16; Mateus 1, 18-20; Mateus 1, 21-23; Mateus 19, 26 etc.

Analisando o enunciado, e não mais a enunciação, Barthes afirma que o discurso histórico produz unidades *de conteúdo*, as quais, como significados, não são nem o referente puro, de seu objeto de estudo, nem o discurso completo, isto é, o texto produzido pelo profissional da história.⁴³ De acordo com o autor mencionado, para além das unidades de conteúdo, existem também as unidades *de discurso* histórico, as quais produzem o *problema da denominação dos objetos históricos: A palavra pode economizar uma situação ou uma seqüência de ações; ela favorece a estruturação na medida em que, projetada em conteúdo, ela própria é uma pequena estrutura.*⁴⁴ Seguindo esse raciocínio, Barthes identifica o *problema do estatuto do conhecimento histórico*. Para ele, o discurso histórico é uniformemente assertivo: conta-se o que foi. O que não foi, ou o que foi duvidoso, é subtraído do discurso. Sendo assim, o discurso histórico não comporta a negação. Possivelmente, ocorre desta forma para não comprometer a sua pretensa “objetividade”. Mais uma informação que demonstra o caráter ideológico da objetividade histórica, nos termos apresentados aqui.

Polemicamente, mas com devido lastro, baseado em estudos sobre a linguagem esquizofrênica, Barthes assemelha o enunciante “historiador” ao enunciante psicótico. Essa aproximação ocorre quando o profissional da história é incapaz de aplicar a um enunciado uma transformação negativa, o que, *grosso modo*, caracteriza a esquizofrenia. São nesses termos que Barthes aproxima o *discurso histórico objetivo e positivista* do discurso esquizofrênico. Tanto um, quanto outro, promovem uma censura radical da enunciação. Mas é justamente o sentimento da enunciação, a sua consciência, que permite a transformação negativa. Em ambos há um refluxo contundente do discurso para o enunciado e, em específico, no caso do discurso histórico, para o referente. Ninguém está presente para assumir o enunciado.⁴⁵ Não assumir o enunciado, minimamente, evidencia um problema de “ética histórica”, digamos assim. Essa constatação nos remete à discussão anterior, acerca do caráter ideológico da objetividade no conhecimento histórico. Em nosso entendimento, a defesa dessa objetividade está embebida de aspectos ideológicos, ao menos, na concepção comum e corrente de objetividade.

⁴³ BARTHES, 2004, p.170.

⁴⁴ BARTHES, 2004, p.172.

⁴⁵ BARTHES, 2004, p.173.

Seguindo esse raciocínio, a forma indeterminada (observa-se) só reforça a ausência do enunciante diante de sua enunciação. De forma oposta, as formas verbais que possibilitam a determinação das pessoas que falam, independente se estejam no singular (observo) ou plural (observamos), seriam elementos contribuintes do processo de conscientização do enunciante perante seu enunciado.

O discurso histórico, em nome de sua possível objetividade, necessita, portanto, muito mais da transformação negativa de si, do que se apresentar como radicalmente assertivo. No nível textual, a presença da dúvida, da negação, seria entendida como positiva e não como índice de subjetividade, de falta de objetividade. Assim, um discurso interrogativo ou negativo, seria muito mais útil para assegurar a objetividade do que o assertivo. A presença da dúvida e da negação seriam instrumentos para mostrar os limites da afirmação construída pelo enunciante historiador. Desta forma, senão mais objetivo, ao menos, o enunciado histórico seria mais complexo e mais consciente de seus limites e possibilidades.

Toda enunciação supõe seu próprio sujeito, quer esse sujeito se exprima de maneira aparentemente **direta**, dizendo *eu*, quer **indireta**, designando-se como *ele*, que **nula**, recorrendo a formulações impessoais; trata-se de engodos puramente gramaticais, variando apenas o modo como o sujeito se constitui no discurso, ou seja, dá-se, teatral ou fantasisticamente, aos outros; todas designam formas do imaginário. Dessas formas, a mais capciosa é a **privativa**, aquela precisamente que é ordinariamente praticada no discurso científico, do qual o cientista se exclui por preocupação de objetividade; **o que fica excluído sempre é apenas a “pessoa”** (psicológica, passional, biográfica), **de modo algum o sujeito**; ainda mais, esse sujeito se compenetra, por assim dizer, de toda a exclusão que impõe espetacularmente à sua pessoa, de modo que a objetividade, no nível do discurso – nível fatal, não há que esquecer -, é um imaginário como qualquer outro.⁴⁶

Lembramo-nos aqui da estória contada pelo dinamarquês Hans Christian Andersen. Havia um rei que gostava de vestir-se com elegância e que, movido por sua vaidade e tolice, foi ludibriado por dois espertalhões loquazes. Eles venderam ao rei um tecido mágico, mas que só os inteligentes poderiam ver. Obnubilados pela (possível) ignorância, os ministros do rei e a sua corte passaram, então, a elogiar o tecido. A lógica

⁴⁶ BARTHES, Roland. Da ciência à literatura. In BARTHES, 2004, p.9. Grifo nosso.

segundo a qual só os inteligentes viriam o tecido, seqüestrou a opinião de todos. Até que, em um grande evento, o rei apresentou suas elegantes vestes para toda a população:

Cidadãos do nosso país! Dentro de poucos instantes a sua inteligência será colocada à prova. O rei vai desfilar usando a roupa que só os inteligentes podem ver”. Canhões dispararam uma salva de seis tiros. Ruflaram os tambores. Abriam-se os portões do palácio e o rei marchou vestido com a sua roupa nova. Foi aquele oh! de espanto. Todos ficaram maravilhados. Como era linda a roupa do rei! Todos eram inteligentes. No alto de uma árvore estava encarapitado um menino a quem não haviam explicado as propriedades mágicas da roupa do rei. Ele olhou, não viu roupa nenhuma, viu o rei pelado exibindo sua enorme barriga, suas nádegas murchas e vergonhas dependuradas. Ficou horrorizado e não se conteve. Deu um grito que a multidão inteira ouviu: “O rei está pelado!” Foi aquele espanto. Um silêncio profundo. E uma gargalhada mais ruidosa que a salva de artilharia. Todos gritavam enquanto riam: “O rei está nu, o rei está nu...” O rei tratou de tapar as vergonhas com as mãos e voltou correndo para dentro do palácio.⁴⁷

De forma análoga a esta estória, no nível do discurso, o enunciado histórico, produzido na forma indeterminada ou impessoal, formas tidas como marca de objetividade, corresponderia a um estratagema, cujo funcionamento seria análogo ao tecido mágico. O enunciante historiador, vestido com esse tecido, acreditaria ser a *pessoa* do discurso objetiva em sua plenitude. Sendo uma *pessoa objetiva*, movido pela vaidade cientificista de ser o enunciador da verdade histórica sobre o passado, o enunciante da história acreditar-se-ia um *sujeito objetivo*. Contudo, isomorfo ao menino desinformado da estória, Barthes mostrou-nos que tal ilação não passaria, na verdade, de um pressuposto simplório e ideológico, um castelo de cientificidade erigido sobre um lastro de postulados retóricos.

O *sujeito* do discurso histórico que acredita que a objetividade do discurso que produz passa, necessariamente, por formulações de enunciados impessoais, indeterminados ou privativos, está nu. Mostra a simplicidade e a puerícia de sua objetividade. Felizmente, essa objetividade não é mais unânime. Alguém gritou: o rei está pelado! Se se quiser habitante do *burgo* da objetividade, o enunciador da história terá que tecer, com as próprias mãos, as fazendas com as quais costurará suas roupas.

⁴⁷ Versão contada por Rubem Alves. Disponível em <http://www.rubemalves.com.br/oreinu.htm>, acessado no dia 07 de setembro de 2007.

Epílogo

Em 1930, Noel Rosa gravou um samba que nos serviu de inspiração para o título deste texto. Em um trecho, se ouve:

Já estou coberto de farrapo
 Eu vou acabar ficando nu
 Meu paletó virou estopa
 Eu nem sei mais com que roupa?⁴⁸

Se o rei de Christensen ficou nu devido sua vaidade, o eu lírico de Noel também ficou nu para, com humor, referir-se à pobreza brasileira. Ao longo de nossa discussão, consideramos as duas obras, como insumos para o referente maior da discussão que propusemos: se o *sujeito* do discurso está sempre vestido com o discurso que produz e se o discurso apresenta sempre o seu sujeito, independente que qualquer estratégia teórica, como nos informou Barthes, perguntamos: com quais “roupas” a *pessoa* do profissional da história deve se apresentar no discurso que produz? Deve apresentar-se privativamente, crendo estar nu de si, em nome de uma “objetividade-tecido-mágico”? Ou, deve sim, exprimir-se de maneira direta, quer pelo *eu* ou *nós*, vestindo-se com seu discurso e o seu discurso vestido de si?

Pensamos que a *pessoa* do enunciado histórico precisa se apresentar de forma direta no discurso que produz. Carece recusar as formas indiretas, nulas, impessoais e privativas. Porque alguém disse: *a objetividade, no nível do discurso, é um imaginário como qualquer outro.*⁴⁹

No canto da sala, um antigo fonógrafo faz girar um pesado setenta e oito rotações. Do LP brota uma simples e contagiante melodia: *Com que roupa eu vou? Pro samba que você me convidou...*

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. O rumor da língua. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴⁸ Com que roupa? Música de Noel Rosa, gravada pela Parlophon, em 1930.

⁴⁹ BARTHES, 2004, p.9.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. (L'Écriture de l'Histoire. Gallimard, 1975)

CHALHUB, Samira. Funções da Linguagem. 2001

FERREIRA, Aurélio B. de H. Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI. Versão 3.0. Sem Local: Nova Fronteira; Lexikon Informática Ltda, 1999.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (Miti emblemi spie: morfologia e storia. Torino: Einaudi, 1986)

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. História Geral do Brazil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

EZLN: Do levante à transformação do discurso político (1994 – 2000).

Martha Melo Carvalho *

Resumo

O Exército Zapatista de libertação Nacional (EZLN), no México, será o objeto desta comunicação. O objetivo é perscrutar sobre o papel do levante zapatista na transformação do discurso político em discurso poético. O uso radicalmente criativo da guerra rompe com todas as referências anteriores ligadas a esquerda estalinista ou fundamentalista. Análise desse discurso político será baseada no comunicados do Exército Zapatista, publicados no período de 1994 ao ano 2000.

Resume

The Zapatista army of National Liberation (EZLN) - in Mexican- will be the aim of this communication. The objective is introduce an analysis of Zapatista insurrection in transformation of politic discourse in poetic discourse. The creative utilization of war breaks with every precedent references of Stalinist or fundamentalist left. The analysis of that politic discourse is based on communicates of neo-zapatistas, published on period from 1994 to 2000.

I

La soberania nacional reside esencial y originariamente em el pueblo y se instituye para beneficio de este. El pueblo tiene, entodo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.

(Artigo 39 da constituição Mexicana.)

Na América, como na Europa, embora ideólogos neoliberais anunciassem um período de crescimento econômico, prosperidade e liberdade, a atribuída superioridade deste sistema quanto à capacidade de produzir e distribuir riquezas e a implementação

* Aluna da pós-graduação do curso de especialização: *História Cultural: poder, identidade e imaginário*, na Universidade Federal de Goiás.

da propagada “economia de mercado livre”, terminaram por acentuar as desigualdades econômicas, agravando os problemas sociais já existentes e provocando outros novos. É nesse contexto de “nova ordem global” que muitos movimentos expressivos na América Latina mobilizaram-se numa forte reação ao que denominam genericamente de neoliberalismo.

A concepção de um novo papel da sociedade civil no contexto das políticas neoliberais e os usos das novas tecnologias sobre as quais repousa a globalização abriram novas formas de discursos progressistas nos quais o campo cultural torna-se uma arena crucial.

Nesse sentido, o México será o palco para contextualizar o desafio à lógica unilateral da modernização na década de 1990 – tão característica da nova ordem global. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), localizado no Estado de Chiapas, região sudeste do México, tem como referência a resistência de indígenas e camponeses no período da colonização espanhola e na Revolução Mexicana de 1910, na qual se destacou como liderança Emiliano Zapata.

Trata-se de um movimento social de caráter “político-cultural”(Castells, 2000) em defesa da democracia como espaço de inclusão das diferenças no Estado-Nação. Tem como pressuposto norteador a fusão entre a identidade étnico-cultural e os postulados da interpretação classista da sociedade, atuando sobre as profundas contradições existentes na política e na sociedade mexicana.

Revela também que a nova ordem global provoca múltiplas desordens locais, causadas pela lógica dos fluxos globais de capital. O EZLN se enquadra no contexto de uma crítica da modernidade que reivindica a radicalização dos ímpetus emancipatórios proclamados pela revolução burguesa e não concretizados ao longo da história do capitalismo, o que implica no reconhecimento da diferença cultural e étnica, na compreensão da diferença como signo positivo de identidade, de peculiaridade cultural, social e econômica.

A queda do muro de Berlim e a derrocada do socialismo soviético reforçaram a tese do modelo democrático liberal, “no que parecia ser o último capítulo da incorporação de regimes comunistas e movimentos de luta armada no processo de democratização continental” (Figueiredo, 2006).

Na madrugada do dia 1º de janeiro de 1994, na região sudeste do México, esse quadro de aplicações da política neoliberal é questionado. Na medida em que

sociedades com histórias específicas vão impondo imersões contra a dominação dos fluxos globais o discurso neoliberal do fim da história mostra-se ultrapassado.

O EZLN inaugura um novo quadro de luta contra as conseqüências excludentes da modernização econômica no México. A questão central trazida pelos zapatistas é a necessidade de se redefinir a questão do poder e as formas de se fazer política, o que implica em novos parâmetros para a concepção dos movimentos sociais na América Latina do final do século XX.

A escolha do objeto se justifica na medida em que estabelece uma reflexão sobre a ação e o discurso que assumem e integram distintos elementos: a reivindicação de identidade e autonomia, de um Estado democrático, “pluricultural”, construído através da sociedade civil. Assim, são incorporados diversos elementos identitários que se expressam em um movimento indígena-camponês armado, que é parte impulsora de um movimento político mais amplo.

Diante dessa situação analisaremos nesta pesquisa três pontos que consideramos relevantes no discurso zapatista:

1. O pacto político e social com os povos indígenas. *autonomia*
2. O projeto de reforma do Estado, associado ao projeto de democratização, justiça e governabilidade.
3. O projeto de uma política econômica alternativa apoiada pela sociedade civil.

Essas três perspectivas do movimento zapatista devem oferecer subsídios para a compreensão das contradições do Estado-Nação mexicano na modernidade, no que se refere à profunda polarização econômica e social; à perda do controle soberano da direcionalidade econômica e política; à negativa em aceitar a pluralidade étnica e as autonomias como base inicial da reforma do Estado e da sociedade.

Para perscrutar essas demandas inseridas no discurso do EZLN, utilizaremos como fonte os comunicados emitidos pelo movimento no período entre 1994 e meados do ano 2000, período que marca o levante zapatista e a primeira derrota do PRI (*Partido Revolucionário Institucionalista*) nas eleições presidenciais, após setenta anos de permanência no poder.

Segundo Castells, os movimentos sociais devem ser entendidos em seus próprios termos, ou seja, eles são o que dizem ser. Suas práticas e sobretudo seus discursos são sua autodefinição. Entendemos, assim, que este enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência do EZLN.

II

A formação do Estado-Nação mexicano pós Revolução de 1910 está intimamente ligado ao PRI - *Partido Revolucionário Institucionalista*, cujo projeto político consistiu literalmente na institucionalização da revolução em 1917 em toda sua variedade de ideais e atores.(Castells, p.322).

O PRI durante setenta anos manteve uma política que se baseava na incorporação orgânica de setores populares, exercendo controle sobre os agricultores e fazendeiros, a maioria em um sistema de uso comunitário da terra em propriedade do Estado (*ejidos*), estabelecidos pela reforma agrária.

O PRI também foi responsável pela modernização do México, entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, modernização caracterizada pela redução dos gastos públicos, privatização da maioria das empresas públicas, internacionalização do sistema bancário a liberalização do comércio e à abertura para capitais estrangeiros. Culminando na sua expressão máxima no Acordo do Livre Comércio das Américas do Norte (NAFTA) em 1994. Acordo este que é a expressão institucional da globalização em larga escala na economia mexicana.

Diante desse quadro, que também perpassa o envolvimento do PRI as possíveis fraudes eleitorais e a um quadro de corrupção que possui níveis de relação com o narcotráfico. Na madrugada do dia primeiro de janeiro de 1994 o movimento zapatista após dez anos de formação na Selva Lacandona, declara guerra ao Estado Mexicano, assumindo controle das principais cidades adjacentes à Floresta Lacandona, no estado mexicano de Chiapas: San Cristóbal de las Casas, Altamirano, Ocosingo e Las Margaritas.

O debate desencadeado pelos zapatistas contribuiu consideravelmente para romper a hegemonia do PRI no México. Atuando sobre as profundas contradições existentes entre os defensores da modernização e os interesses de um aparato político corrupto do partido.

Excluídos dos atuais processos de modernização da América Latina, os camponeses indígenas (cerca de 10% da população do país) repentinamente passam a existir. Os zapatistas transformam o México, provocando uma crise na política

mexicana, apresentando propostas de reconstrução democrática que vêm sendo amplamente discutidas no México.

III

O EZLN se configura como a primeira luta armada após a derrocada do socialismo soviético, “o primeiro arranhão na nova ordem mundial”. E vinha com uma especial habilidade propagandística, destacando-se o discurso fortemente influenciado pela identidade indígena, mas com demandas políticas para a nação e gestos de forte apelo simbólico, como a escolha do ano, do dia e a tática para invadir as cidades.

Ano eleitoral, primeiro dia da vigência do Acordo do Livre Comércio das Américas do Norte. O Exército zapatista traz a luz do palco a necessidade de se repensar a situação dos camponeses indígenas e a reforma do Estado mexicano.

Tendo real compreensão de que as transformações para esse processo não se definem pela força beligerante, mas pelo diálogo com a sociedade. O zapatismo consegue transformar aquilo que poderia restringir-ser a reivindicação de um grupo étnico aos seus direitos “históricos”, em um processo de resignificação da democracia no México. Dar voz aos camponeses indígenas significou dar voz para a sociedade mexicana.

O movimento “neozapatista” reinterpreto alguns aspectos de sua antiga cultura indígena, trazendo para os movimentos sociais na América-Latina novas formas de organização fundamentadas em estruturas democráticas baseadas em acordos, consensos, democracia direta e consulta constante de seus dirigentes por parte das assembléias comunais.

Bibliografia

TOURRAINE, Alain. Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós -70.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitay. A guerra do espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. São Carlos: RiMa, FAPESP, 2006.

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Chiapas construindo a esperança, São Paulo: Paz e Terra, 2002

EZLN – Documentos y Comunicados 1- 1º enero/ 8 de agosto de 1994. Prólogo de Antonio García Leon. Colección Problemas de México, Ediciones Era, 1994.

_____ 2 – 15 de agosto de 1994/ 24 de septiembre de 1995. Prólogo de Antonio García Leon, Crónica de Carlos Monsiváis. Colección Problemas de México, Ediciones Era, 1995.

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y. As raízes do Fenômeno Chiapas: o Já basta da resistência zapatista, Paz e Terra, 2002.

GENNARI, Emilio, EZLN: passos de uma rebeldia, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas sociais na História do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: COUTINHO, Nelson. (org). Os Intelectuais e a Organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MELLUCCI, Alberto A.. A Invenção do presente, Editora: VOZES, 2001.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v.2.

LA CAPRA, Dominick. História Intelectual: Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, Elías José. (Org.). “Giro Lingüístico” e História Intelectual. Universidad Nacional de Quilmes. 1998.

DISSERTAÇÃO E TESE

SOUSA, Adilson Amorim de. O levante dos “invisíveis” da História: O movimento Indígena no Equador na década de 1990. Dissertação (Mestrado História Social das relações políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2005.

ROCHA, Maria Neblina Orrico. Movimentos Sociais e a Internet. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade de Brasília (UNB).

BITTENCOURT, Libertad Borges. Mudança Dirigida: As organizações indígenas na América Latina – México e Brasil – 1970-2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília (UNB).

FOLIA DE SANTO REIS DE BELA VISTA DE GOIÁS: O processo de desencantamento e reestruturação da folia no século XXI.

Emerson Nogueira de Carvalho

Este trabalho cumpre as exigências do curso de graduação em história do departamento de História, Geografia, Sociologia, Relações internacionais (HGSR) da Universidade Católica de Goiás.

Para evitar maiores expectativas a cerca do tema, é válido ressaltar que se trata de um trabalho de conclusão de curso de graduação (monografia), que por sua vez ainda encontra-se em fase de pesquisas orais e bibliográficas.

Fui motivado a escolher esse tema, pelo anseio de entender o porquê do abandono da folia Reis de Bela Vista de Goiás por parte dos foliões. Além disso, meu interesse foi reforçado por ter sido escolhido o próximo ALFER (folião encarregado em fazer a “junta” da folia e girar carregando a bandeira e/ou estandarte).

O trabalho terá como referencia de pesquisa em sua maior parte, a metodologia da “historia oral”. Também utilizei para o referencial bibliográfico as seguintes obras: HISTÓRIA DAS FESTAS E RELIGIOSIDADES EM GOIÁS. Maria Socorro de Deus e Mônica Martins da Silva. A FOLIA DE REIS DE MOSSAMÊDES. Carlos Rodrigues Brandão. Além de alguns texto da REVISTA GOIANA DE ARTES, *De folias, de reis e de Folias de Reis* e *Musica nas folias de Reis “mineiras” de Goiás*, ambos de Yara Moreyra.

A folia de Santos Reis é uma tradição europeia, na sua essência é considerada profana pela visão católica. Ela veio para o Brasil com os colonizadores no século XVI. Aqui, tinha um caráter religioso - é valido ressaltar que essa “coexistência entre o sacro e o profano era comum” (Moreyra, 1983, p. 137).

Como abordou a profª Mônica Martins da Silva, *as tradições são repassadas por pessoas diferentes, para épocas também diferentes, elas são modificadas, adaptadas e reescritas*. Partindo dessa característica, hoje a

folia de Santos Reis de Bela Vista de Goiás que está prestes há completar 59 anos, já sofreu muitas transformações na sua tradição “original”.

Quando falo em tradição original, me refiro a como era a festa no seu início. A folia começou a ser “tirada” (realizada) no ano de 1949, por um mineiro chamado Murilo (os motivos que o levaram a começar a girar com a folia na cidade de Bela Vista de Goiás ainda são desconhecidos).

A folia de Bela Vista de Goiás começava sua peregrinação no dia 31 de dezembro, perdurando até o dia 5 de janeiro, em ambos os dias era servido um banquete para todos os convidados.

“O primeiro ano de giro da folia, a companhia contava com cerca de dez foliões, além do ALFER. No dia 31 de dezembro a folia saiu e foi passando nas casas dos moradores da região, quando foi pelas 3 horas da tarde o ALFER mandou um menino ir na casa de fulano para pedir a janta. No outro dia cedo, os folião se reunia e via onde podia ser o almoço e mandava um menino ir na casa pedir o almoço. Desse jeito foi até o dia 05 de janeiro o dia que nos entregamos a folia na casa do seu Mane ponte. No pagode da festa não tinha mais do que dez casais, mas a festa foi boa, nos foi embora só depois que o sol saiu, já esperando a folia do ano que vem.” (Sebastião Roxo um dos foliões mais velhos ainda vivo.)

A cada ano aumentava o número de pessoas que acompanhavam o giro da folia, até chegar o momento de dificuldade em fazer comida para os foliões, devido a um sério problema de locomoção. Foi a partir dessa nova realidade, que se deu a idéia do Sr. Sebastião Roxo de pedir as comidas com antecedência.

Com essa mudança aumentou-se mais o número de integrantes na folia, e assim a mesma foi crescendo, até chegar ao seu ápice na década de 90, onde a folia contou com o maior número de cantadores e foliões.

No ano de 1997 aconteceu uma das melhores, senão a melhor, festa de entrega de folia. Estimaram-se cinco mil pessoas, e foi realizada na casa do seu Leonito Serafim Nogueira e de Dona Benedita de Carvalho Nogueira (meus pais).

Com o despontar do novo século – XXI -, a Folia passou a sofrer gradativos abandonos, vários foram os foliões que se desligaram da festa.

Tal atitude particularmente me leva a refletir a respeito da atual condição da Folia.

Dentre as mudanças, a que mais nos chama a atenção, é o fato dos foliões, estarem ingressando em outras práticas religiosas, principalmente as evangélicas, onde a folia é vista como idolatria.

Outra mudança é quanto ao “giro”, mas o que é isso? Para respondermos essa pergunta temos de relatar da JUNTA a ENTREGA da folia. A junta é o encontro de convidados e foliões na casa do alfer no dia 30 de dezembro (anteriormente era dia 31). Aqui prepara-se a saída da companhia, seguindo seu caminho após rezar um terço e ouvir toda a cantoria, que narra o nascimento de Jesus Cristo, além de pedir proteção para os foliões durante o percurso. Feito isso, o alfer pega a bandeira (estandarte), que representa os três reis magos (Baltazar, Belquior e xxxxx), e segue em peregrinação rumo à casa da festeira (representação de Belém), que acontece no dia 05 de janeiro.

A entrega acontece na casa da festeira, faz-se uma cantoria de encerramento, narrando toda a história do nascimento à morte de Jesus Cristo, além de fazer a escolha do próximo ALFER e FESTEIRA, reza-se um terço, serve-se um jantar com sobremesa para todas as pessoas presentes. Após todo cerimonial acontece uma baile, chamado popularmente de “pagode”.

Uma vez entendida as cerimônias de junta e entrega, podemos nos dedicar a responder a pergunta feita acima. O giro é a visita realizada pelos foliões a pé às casas dos moradores da região, onde é feita a cantoria para o pedido de esmola (este no final é repassado para a festeira), além de convidar cada morador para a entrega da folia. E nessa andança pela região os foliões almoçam e jantam.

Atualmente, é grande o número de pessoas que realizam a antiga andança de carro, uns por “preguiça”, outros porque não suportam fazer todo o percurso a pé, devido à idade já avançada. Outra mudança significativa diz respeito aos jovens, estes estão participando com maior intensidade e trazendo para si a responsabilidade de efetivamente fazer a festa acontecer, esta tarefa a alguns anos ficava a cargo das pessoas com mais experiência.

Diante de toda essa realidade meu trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro abordará o conceito de cultura popular, com maior intimidade as festas, dialogando a todo o momento com o caso específico a ser estudado (folia de reis de bela vista). Uma vez que através dele se consegue traduzir a linguagem do povo, tudo que vem deles e de suas almas, reafirmando os laços sociais e raízes, aproximando os homens, movimentando e resgatando lembranças e emoções. No segundo caberá uma análise a respeito das práticas cristãs não católicas na cidade de Bela Vista de Goiás, e quais as conseqüências para a realização da festa da folia. Por fim e nunca com menor importância, ficará a cargo de entender o papel do jovem, com sua participação ativa para manutenção da festa.

Objeto e apropriação na obra de Paulo Fogaça

Rosane Andrade de Carvalho*

Resumo: Este texto trata dos trabalhos tridimensionais, especialmente o conjunto intitulado *Totem*, de Paulo Fogaça, artista nascido no interior do Estado de Goiás em 1936, mas que iniciou sua trajetória artística na cidade do Rio de Janeiro no final dos anos 1960, no contexto da repressão militar. A abordagem está ancorada no procedimento artístico de Fogaça que se valeu da apropriação de ferramentas rurais – enxadas, enxós, picaretas e foices - para tratar de questões políticas e sociais de sua época.

Palavras-chave: Paulo Fogaça, objeto, apropriação.

Abstract: This text deals with the three-dimensional works, especially the intitled set *Totem*, of Paulo Fogaça, artist born in the interior of the State of Goiás, but that it initiated its artistic trajectory in the city of Rio de Janeiro in the end of years 1960, in the context of the military repression. The boarding is anchored in the artistic procedure of Fogaça that if was valid the appropriation of agricultural tools - hoes, chip axes, pickaxes and scythes - to deal with questions politics and social of its time.

Key-words: Paulo Fogaça, object, appropriation.

A produção de Paulo Fogaça (1936 -), artista nascido na cidade de Morrinhos, interior de Goiás, é resultado do imbricamento das investigações com procedimentos artísticos experimentais vigentes a partir do findar dos anos 1960 e com a apreensão de aspectos da paisagem, e os objetos que a compõe, de origem rural, precisamente o cerrado goiano. Os acontecimentos de sua época servem de mote para que o artista constitua uma poética de viés crítico, sem, no entanto, se desvincular das preocupações estéticas, meios e processos artísticos próprios também ao período da arte experimental. Fogaça iniciou a sua trajetória artística no final dos anos 1960 na cidade do Rio de Janeiro, convivendo no interior de um ambiente cultural e artístico prolífico em experimentações de suportes e processos tecnológicos como audiovisuais e filmes Super-8, especialmente no espaço do Museu de Arte Moderna (MAM/RJ) daquela cidade. Vale ressaltar que a partir de 1964, com o golpe militar, o país passou a viver sob o clima da censura, da violência e do cerceamento, fazendo surgir no meio artístico e cultural brasileiro daquele período trabalhos e proposições de caráter politizado, transgressivo e contestatório perante a situação social e política do país. É, portanto, a

partir desse contexto que Paulo Fogaça realizou uma série de trabalhos nos quais conjuga o experimentalismo estético com a crítica sócio-política se valendo da imagem e dos objetos que compõem o mundo rural.

No entanto, o recorte aqui apresentado refere-se tão-somente ao conjunto de trabalhos tridimensionais, *Totens*, realizados em meados da década de 1970, quando do retorno do artista à cidade de Goiânia, porém inseridos na pesquisa iniciada ainda no final dos anos 1960 com *Rosa dos Caminhos*.

Os referidos tridimensionais estão na obra de Fogaça na “categoria” de *objeto*. Tal categorização se deve ao tipo de processo operacional tomado pelo artista que lida no campo das estruturas circunscritas no espaço tridimensional, mas que, diferente da tipologia da escultura tradicional, não se constrói pela retirada, inserção ou modelagem da matéria, mas pela apropriação de artefatos prontos na constituição dos mesmos. Nesse caso, a referência primeira é o *ready-made* de Marcel Duchamp, datado do início do século XX, objetos industrializados elevados à categoria de objetos artísticos. Porém, numa análise comparativa mais aproximada entre os procedimentos duchampiano e de Fogaça tal referência se mostra porosa devido aos propósitos dos artistas, e ainda pela distância temporal entre as produções que configuram tipos distintos de contextos sociais, políticos, culturais e artísticos.

Numa outra linha de análise, a origem do *objeto* pode ainda ser pensada a partir de dois procedimentos: o *papier collé* cubista e o *objet trouvé* surrealista, também localizados no primeiro decênio do século XX. Enquanto o *papier collé* e o *objet trouvé* surgem das pesquisas no campo da pintura, o *ready-made* se inscreve nas discussões conceituais do objeto e da prática artística problematizando o sistema de arte e propondo “a substituição do trabalho do artista pela pura e simples apropriação de objetos industriais”. (GULLAR, 1993:24). Na obra de Fogaça a filiação com os problemas da pintura é inexistente, sua prática se relaciona às pesquisas com as linguagens múltiplas, objetuais, fotográficas e filmicas.

A matéria-prima básica dos objetos de Fogaça é o conjunto de artefatos que compõem o universo dos trabalhadores do campo, as ferramentas rurais¹ - enxadas, enxós, foices e picaretas. Ao se valer das ferramentas rurais na constituição de seus

* Faculdade de Artes Visuais/UFG. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual. Bolsista CAPES.

¹ Ao denominar tais ferramentas como rurais, afirmo a função ou utilidade primeira das mesmas como instrumentos utilizados no trabalho com a terra, o cultivo e a plantação, que, obviamente, encontra-se tanto no meio rural como urbano.

trabalhos Fogaça indicia problemáticas sociais existentes tanto no espaço citadino como no rural, dialogando com temas gerais como, violência e cerceamento da liberdade. Reporta às relações de poder e de jugo existentes nas diferentes instâncias sociais. Tais leituras são favoráveis, sobretudo se pensadas no contexto político-social brasileiro dos anos 1960/70, período conturbado decorrente da instauração do governo militar a partir de 1964. E, ainda, se analisadas no interior da problemática fundiária, desencadeadora de inúmeros conflitos em todo território brasileiro. Segundo o teórico Ricardo Fabrinni (2002), os objetos cotidianos possuem função reflexiva, pois ao serem re-semantizados enfocam o contexto espacial e temporal que os envolvem; adquirem o estatuto de obra e, sobretudo revelam que a suas possíveis significações extrapolam o objeto físico, material.

Na construção de seus *objetos* Paulo Fogaça opera no campo da apropriação e da colagem de elementos extra-artísticos, remetendo, como já dito, às práticas dadaístas e, sobretudo duchampianas, no que se refere à transfiguração de coisas simples e banais em objetos de arte; um porta-garrafas, uma roda de bicicleta, um urinol foram tomados por Marcel Duchamp, e transformados em objetos artísticos. Nesse sentido, a operação artística de Fogaça não se configura como um fenômeno inovador no meio artístico, no sentido de não inaugurar um novo procedimento, porém revela uma compreensão do processo de transformação do fazer artístico. Na vertente duchampiana a apropriação de objetos cotidianos objetivava questionar o estatuto do objeto artístico por meio da desestabilização da norma ditada no sistema de arte tradicional com categorias previstas visando, em certa medida, a re-elaboração do conceito de obra de arte pela dilatação de seus limites. Entretanto, em Fogaça a apropriação não visa questionar os componentes constituintes das categorias artísticas e do sistema artístico, mas antes demarcar um posicionamento crítico perante a situação social e política existentes em seu tempo. Desse modo, o objeto apropriado por Fogaça não é um objeto qualquer, mas aquele possuidor de propriedades intrínsecas e extrínsecas necessárias para materializar o discurso do artista pautado numa visão questionadora da realidade social. O objeto deve possuir uma dimensão semântica prevista, ou seja, *a priori* da nova ordenação que o artista pretende lhe dar. Há, portanto, na escolha de Fogaça uma relação de proximidade, de familiaridade com o objeto. Enquanto que em Duchamp a escolha do objeto pautava-se, em certa medida, num gesto casual, fortuito, interessando mais a interferência e as ressonâncias do mesmo no sistema de arte, do que suas propriedades semânticas; o interesse de

Duchamp ultrapassa as questões plásticas para adentrar os campos da filosofia e da crítica. Crítica esta que se dirige às instituições legitimadoras do meio artístico, do gosto, da noção de obra de arte “retiniana”² e manual; “o artista não é um fazedor; suas obras não são feitura mas atos” (PAZ, 1990: 23). Segundo a crítica de arte Anne Cauquelin (2005), no sistema duchampiano o artista deixa de ser aquele que faz o objeto para ser aquele que escolhe ou elege o objeto, deslocando o mesmo do domínio da vida cotidiana para o da arte.

No que se refere à crítica, em Fogaça esta se dirige, sobretudo ao seu entorno, à sua realidade circunstancial, ao momento político-social do país. Desse modo, as questões de autoria, originalidade e autonomia do objeto de arte engendrados pelas práticas apropriativas de Duchamp estão, em certa medida, ausentes dos objetos de Paulo Fogaça, ou antes, não são condições determinantes de sua existência, uma vez já passado cerca de 50 anos do gesto inaugural do artista francês.

O processo construtivo dos *objetos* de Fogaça, *Rosa dos Caminhos* e *Totens*, encontra similaridades ainda com os tridimensionais de Pablo Picasso dos anos 1930 realizados pela colagem por soldagem de estruturas de ferro ou de objetos prontos. A exemplo de *Crânio de Touro*, de 1943, obra construída pela união do guidão e do selim de uma bicicleta, que ao serem justapostos constituem num novo objeto, porém deixando à vista os elementos constituintes dessa nova construção. A transmutação do objeto não se encontra somente no aspecto formal, mas também na função. Para Picasso seria um tanto interessante que após esta primeira metamorfose empreendida por ele, ocorresse uma outra em sentido contrário, uma espécie de dupla metamorfose, caso algum dia o seu *Crânio de Touro* fosse jogado fora (como sugere ter ocorrido com a bicicleta cujas peças constituíram a obra) e alguém a encontrasse e dissesse: “Ora, ali está alguma coisa que seria muito boa para usar como guidão para minha bicicleta (...)”. (PICASSO, 1945 apud CHIPP, 1996:278).

Em Fogaça as ferramentas são coladas compondo um novo arranjo, desenhando no espaço uma estrutura que se apresenta entre o geométrico e o orgânico, pois ao mesmo tempo em que intenta ser um retângulo, um quadrado ou um círculo a forma se rende à organicidade necessária à função original da ferramenta – cavar, furar,

² Para Duchamp toda arte moderna é “retiniana” – do Impressionismo à arte óptica, com exceção do Surrealismo e alguns poucos artistas como Seurat e Mondrian. Uma arte voltada para a o olho (contemplação) e não para a reflexão. (Ver Paz, 1990)

raspar, arrancar. Mesmo formando um corpo íntegro a estrutura, à semelhança de Picasso, permite identificar cada elemento dentro de sua totalidade.

Como dito anteriormente, Fogaça realizou o seu primeiro tridimensional se valendo de artefatos rurais em 1969, por ocasião do I Salão da Bússola³, realizado no MAM/RJ naquele ano. A denominação atribuída a esse trabalho inaugural ainda se dá no campo da representação numa espécie de identificação por analogia de um objeto já existente, busca uma referência exterior. O processo operatório é retomado por Fogaça na concepção dos *Totens* e *Fóssil*, ambos de 1976/77, mas o que engendra estes trabalhos, ou ainda, o tipo de comunicação que as três obras propõem é de ordem diversa. Enquanto *Rosa dos Caminhos* busca uma filiação imagética exterior, existente no mundo real, inscrevendo-se no campo da representação; *Totens* e *Fóssil* intentam expor ou evidenciar, mais pelo tipo de objeto apropriado do que pela alusão ou referência imagética de um outro objeto, uma dada circunstância.

É dessa forma que *Rosa dos Caminhos* (fig.01), por se tratar de um trabalho de caráter representacional, indicia uma investigação mais no plano estrutural e processual do que conceitual, não que este esteja ausente dos propósitos da obra, apenas não se configura como questão primeira. A composição do objeto é resultado de uma organização estrutural que se dá pela repetição do mesmo elemento – oito enxadões de ferro – a partir de um eixo, num ritmo preciso. Uma organização que prima pela execução projetual. As ferramentas são justapostas e coladas entre si pela soldagem e apoiadas diretamente sobre uma base de pedra reconstituída, remetendo a tipologia escultural tradicional com o seu pedestal imponente. Esta base de pedra é no conjunto uma presença marcante, não se deixa fundir com a estrutura, ao contrário, mantém-se como um bloco maciço deixando evidente a sua função de sustentar, ou ainda destacar a “rosácea” nela apoiada.

³ O Salão da Bússola ocorreu sob o calor das ações repressivas, violentas e, sobretudo, cerceadoras do Governo Militar após a decretação do Ato Institucional n.5. Dado o caráter experimental das diferentes proposições que ali se encontravam, pode ser considerado um momento de significativa abertura que conseguiu aglutinar propostas de artistas de diferentes gerações e ainda, trabalhos de cunho iminentemente crítico em relação ao momento político e social do Brasil. (ver: Moraes, 1975)



Fig. 01. Rosa dos Caminhos. 1969.

Como dito, a relação de similitude com um signo exterior encontrada em *Rosa dos Caminhos* não pode ser identificada no conjunto de oito *objetos* de meados dos anos 1970 – os *Totens*. Nesses trabalhos o caráter representacional encontra-se ausente. Os *Totens* se comportam antes como objetos emblemáticos que evidenciam questões ou problemáticas sociais e políticas existentes no espaço e tempo vivenciado pelo artista.

A titulação e a associação a uma seqüência numérica indicam uma preocupação temporal, e atribui aos trabalhos uma carga arqueológica. Porém, a arqueologia vista como forma especial de sensibilidade do artista em relação ao material apropriado. Logo, o artista propõe esses *objetos* como testemunhos de uma dada situação, sendo esta marcada pela violência, pelo autoritarismo e pela repressão. Diz Fogaça: “(...) questões de presente-futuro-passado, de liberdade e de espaço (reais e virtuais)”. (FIGUEIREDO, 1979: 126). O título, nesse sentido, deriva da evocação de uma imagem íntegra que detém as implicações circunstanciais do contexto no qual a obra foi gerada sem, no entanto, ser um “substituto da presença figurativa”. O aspecto totêmico, portanto, ultrapassa a relação contemplativa estabelecida entre a obra e o observador que sustenta as leis de distanciamento entre os mesmos, para provocar percepções diversas naquele que observa. A identificação desses trabalhos aos objetos totêmicos ocorre também em suas qualidades formais como, a frontalidade, a centralidade e o aspecto hierático dos mesmos.

A questão temporal perpassa boa parcela da obra de Fogaça, a exemplo da série *Hieróglifos*, conjunto de trabalhos realizado na década de 1970 em diferentes linguagens (desenho, pintura, serigrafia, audiovisual) no qual a farpa é o elemento que se destaca e que conduz os trabalhos. E, ainda *Fóssil* concebido no mesmo período de *Totens*, cujo procedimento também se vale da apropriação da ferramenta rural, porém

agora incrustada sobre um bloco de pedra, à semelhança de um bloco monolítico, histórico, uma espécie de evidência material.

Diferente de *Rosa dos Caminhos*, nos *Totens* a base é integrada à estrutura principal compondo um só corpo. Nesses trabalhos há a preocupação do artista em manter certa unidade, um sentido de equilíbrio, mesmo que precário decorrente do aspecto sinuoso e desestruturado dos perfis de alguns *Totens*. Em *Totem 6-104-26* (fig. 02) os perfis laterais desenham no espaço um movimento de avanços e recuos, numa espécie de deslocamento excêntrico; a semelhança visual entre suas faces é descontínua. Enquanto que em *Totem 3-48-12* (fig. 03), ao circundar o *objeto*, nota-se que o mesmo mantém-se estruturado sobre um eixo que assegura a continuidade frontal do *objeto*; a vista frontal juntamente com suas faces laterais não se apresenta como um conjunto semelhante de formas, mas se mantém próximos numa relação previsível entre as faces; uma indicia a outra.



Fig. 02. Totem 6-104-2. 1976/77



Fig. 03. Totem 3-48-12. 1976/77

O arranjo serial de *Totem 6-104-26* descreve na paisagem volumes alternados de vazios e cheios dando à estrutura certa fluidez; o olhar consegue ultrapassar o *objeto*, mas a sua presença se impõe. A lógica da repetição confere ao *objeto* uma organização simétrica, reforçando seu caráter de frontalidade e de centralidade, qualidades também presentes em *Totem 3-48-12*.

A materialidade da ferramenta detém certo grau de memória decorrente do desgaste da mesma – marcas que o tempo imprimiu sobre o metal. É, porém, uma qualidade densa do material, que mesmo deixando refletir os raios de luz que incidem sobre a peça, destacam o *objeto* e suas formas no espaço onde se faz presente, transformando-o numa presença instigante diante dos olhos do observador.

Nos demais trabalhos da série o artista segue a mesma linha organizacional da composição explicitada nos *objetos* mencionados, sobretudo as qualidades que caracterizam o objeto totêmico, como a verticalidade, a centralidade e a forma simples e frontal. Nota-se que não é o aspecto formal do objeto apropriado que dita a escolha do mesmo, mas antes as suas propriedades semânticas. A nova orientação dada às instrumentos rurais – carregados de qualidades expressivas - assegura e justifica o título dado aos *objetos* de Fogaça.

Os *objetos* de Paulo Fogaça guardam, portanto, resquícios de todo um processo histórico de constituição e concepção do *objeto* circunscrito no espaço real, aproximando-se mais das formulações e conceitos acerca da apropriação de elementos que, decorrente de sua carga semântica, atribuem ao trabalho questões estéticas e éticas. A identidade original do elemento apropriado, a matéria substantiva dos *Totens*, a ferramenta rural, é, dessa forma, fundamental na construção do discurso do artista. Fogaça aborda, através da utilização precisa do material, dentre outros assuntos, a problemática rural com suas disputas por terra e diferenças sociais, a questão da liberdade entendida num contexto de cerceamento de idéias e ações. É dessa forma que a presença e a materialidade dos *Totens* projetam uma realidade no espaço como fragmentos de memória de um tempo e espaço precisos, o dos anos 1960 e 1970 no Brasil.

Referências bibliográficas:

CHIPP, H.B. **Teorias da arte moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FABRINI, Ricardo Nascimento. O signo conceitual. In.: _____. **A arte depois das vanguardas**. Campinas: Editora Unicamp, 2002. p. 135-151.

CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea**: uma introdução. São Paulo: Martins, 2005.

FIGUEIREDO, Aline. **Artes plásticas no Centro-Oeste**. Mato Grosso: edições UFMT/MACP, 1979.

GULLAR, Ferreira. O quadro e o objeto. In.: _____. **Argumentação contra a morte da arte**. Rio de Janeiro: Revan, 1993. p.23-28.

KRAUSS, Rosalind E. **Caminhos da escultura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORAIS, Frederico. A crise da vanguarda no Brasil. In.: _____. **Arte plásticas**: a crise da hora atual. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1975. P. 69-117.

PAZ, Octavio. **Marcelo Duchamp ou o castelo da pureza**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

TASSINARI, Alberto. **O espaço moderno**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

A representação do líder ideal em JK: como nasce uma estrela.

Sônia Leonor de Castro, UEG¹.
Soninhacastro10@yahoo.com.br

Em 2006, Carlos Heitor Cony publicou JK: Nasce um estrela, livro com clara preocupação com a memória nacional, construindo a imagem de Juscelino Kubitschek como um modelo de governante ideal. Nosso objetivo é analisar como este autor constrói esta imagem vinculada ao nosso imaginário político. Inicialmente discutiremos o conceito de representação presente no livro *A beira da Falésia* de Roger Chartier. Neste sentido nosso objetivo é compreender como Carlos Heitor Cony construiu a narrativa do seu JK

Palavras-chave: Juscelino Kubitschek, Carlos Heitor Cony, representação

The presentation of an ideal ruler by JK: How a star is born, by Carlos Heitor Cony.

In 2006, Carlos Heitor Cony publishes JK: How a star is born, a publication which presents a concern with national memory, creating an image of Juscelino Kubitschek as an ideal ruler. In this paper we will analyze the presentation of JK. Our objective is to understand the characteristics presented in this author's narrative and the association of this image to that of an imaginary Politician. Initially we will discuss the concept of a presentation debated by Roger Chartier in his book, *A beira da falésia* (2002). For this author the presentation is the "instrument of present knowledge that reveals a missing object, substituting it with an image capable of bringing him the memory" (Chartier, 2002: 74). Cony presents the model ruler, pedagogically teaching the voters to choose their rulers.

Key words: Juscelino Kubitschek, Carlos Heitor Cony, presentation.

Apresentamos nesta comunicação os primeiros resultados obtidos na pesquisa intitulada *A representação do governante ideal em JK: Como Nasce uma Estrela*, de Carlos Heitor Cony", na qual objetivamos a elaboração de uma monografia de final de curso, que será apresentada no curso de História da Universidade Estadual de Goiás, Uruaçu.

Inicialmente buscamos rápidas reflexões teóricas sobre a relação história e literatura, focando principalmente o uso do texto literário como fonte para a construção de uma história cultural. Este caminho nos coloca diante de dois conceitos, o de representação e imaginário político, especialmente a noção de salvador da pátria formulada por Girardet (ano). A

¹¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Goiás, texto escrito sob orientação do professor Edson Arantes Junior.

aproximação deste conceito permite visualizarmos o potencial simbólico que o texto de Carlos Heitor Cony representa ao imaginário político brasileiro.

O primeiro ponto desta análise é contextualizar esta obra. A pergunta inicial gira em torno do escritor. Elementos meta narrativos, fundamentais para a compreensão da obra. Quem é Cony? O que ele produziu? Qual seu vínculo com o personagem representado? O escritor carioca nasceu em 1926. É um interessante intelectual brasileiro. Produz em vários campos da vida literária é colunista em jornais, comentarista esportivo, jornalista, “imortal” da Acadêmica Brasileira de Letras. Publicou uma série de romances, crônicas, contos, reportagens, livros infanto-juvenis, algumas adaptações em parcerias e individuais, traduções e ensaios, como *JK: Memorial do Exílio*. Foi responsável, também, pelas edições finais as memórias de JK, intituladas *Meu caminho para Brasília*.

Em 2002, Cony publica *JK: Como nasce uma estrela* uma obra que, segundo o autor é destinada “às novas gerações que não viveram o tempo de Juscelino Kubistschek e não conhecem a trajetória do ex-presidente” (CONY, 2002, 08). Escrita com a intenção explícita de suprir as lacunas existentes nas notas biográficas de livros escolares. Neste texto o escritor expressa sua preocupação com a memória nacional. Desta maneira, o autor carioca denuncia os livros didáticos, acusando os seus autores de descaso com esta memória. Uma vez que JK é um personagem impar em nossa história política.

No ano que comemora o centenário do nascimento do ex-presidente. Cony apresenta este pequeno texto, como forma de trazer à memória nacional a lembrança deste líder de carisma inegável.

Na análise deste pequeno texto, pretendemos identificar as características apresentadas pelo autor, para a construção do seu JK. A escolha desta obra partiu do desejo de compreender a relação estabelecida entre a construção do conhecimento histórico e a arte literária. Após a leitura de Roger Chartier na qual ele afirma que “as relações entre história e literatura estão no centro do debate atual. A compreensão de que a literatura é, além de um fenômeno estético, uma manifestação cultural, leva a possibilidade de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade e isso tem permitido ao historiador assumi-la como espaço de pesquisa. É preciso que a história faça um retorno em si mesma, em sua dimensão literária, pois a história não pode desvincular-se da literatura, pois ela sempre foi e sempre será narrativa (CHARTIER, 2002).

Entendendo as imagens do ilusório, buscamos uma compreensão do conceito de mito, neste contexto, na linguagem corrente esta palavra desprovida de qualquer

complexidade, designa uma idéia falsa, ou, então, a imagem simplificada e ilusória de uma realidade. Seu campo semântico é o da mentira. É evidente que uma definição tão simplista não é suficiente para embasar um conceito de mito político. Nas disputas políticas, é raro haver uma idéia que possa haver simplesmente “desaparecer” ao ser examinado. A política combina sem que se possa desmandá-los por inteiro, julgamentos factuais e juízos de valor. A interpretação da realidade está sempre em jogo nos debates políticos. Assim, não é fácil fazer “desaparecer” uma idéia, mesmo que do nosso ponto de vista ela seja de todo falso, e da perspectiva do mito como idéia falsa, o caminho mais longo é aquele que é visto como uma espécie de mistificação, uma burla, mais que apenas um equívoco.

Girardet (1987) constrói uma imagem do salvador que muitas vezes, surge na forma de um líder individual, não de uma classe social ou de uma corporação. Na história política sempre surge a imagem do salvador, que procura formas variadas e contextos para trazer esperança às pessoas que muitas vezes estão desiludidas e não vêem esperança para os problemas e querem, novamente, acreditar em alguém ou em uma fórmula milagrosa.

A imagem de um salvador, a esperança de um novo tempo e a denúncia de uma conspiração andam frequentemente juntas; ligadas fornecem uma representação completa do jogo político, em que estão indicados em um esquema maniqueísta bem/mal, vencedores/vencidos.

O salvador, também, é aquele capaz de encarnar a vontade do todo social que se identifica, quase que sobrenaturalmente, contra os interesses egoístas, particularistas, os adversários. O anseio, por harmonia e unidade, está presente em muitos mitos políticos. Uma harmonia que significa o fim da política, pois a política só existe a partir do momento em que a discrepância quanto ao ordenamento da vida em sociedade.

Desta forma, o salvado é visto com um formador de idéias, solucionador dos vários problemas que possam surgir, ou seja, é nele que grande parte das pessoas depositam total confiança, na esperança de solução, por menor que seja.

A partir deste contexto buscamos uma reflexão sobre a vida e obra de JK. Personagem político, que entra em cena como salvador, solucionador de problemas. Nascido em doze de setembro, de 1902, na cidade de Diamantina- Minas Gerais. Juscelino Kubitschek de Oliveira elegeu-se deputado federal, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte e deputado constituinte, governador de Minas Gerais e foi presidente da república de 1956-1961.

O desenvolvimento foi a principal política do governo JK, cujo slogan era “cincoenta anos em cinco” que tornou o lema de seu governo. Para cumprir a promessa de

desenvolvimento, apostou tudo no chamado plano de metas no qual havia uma lista de prioridades nas áreas de energia, industrialização, transporte, educação e alimentação. Um dos pontos centrais de seu projeto foi a construção da capital federal no interior do Brasil. Deste modo, foi responsável por um dos períodos de maior desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico do país.

No entanto, não nos interessa o JK presidente, mas procuramos entender a representação construída por Cony, como se construiu este personagem heróico e quais as razões da escolha de JK por Cony? Primeiramente devemos lembrar que O imortal era amigo pessoal do presidente Bossa Nova, foi o organizador das memórias finais de JK.

A imagem que o escritor carioca cria de JK é a de um Homem de Caráter íntegro, responsável, ousado e determinado em tudo. O que se propôs a fazer. O autor cria sua representação do fundador de Brasília, talvez isso justifica a preocupação com a memória do mesmo. Para Cony é lamentável que a história deste político esteja ausente dos livros didáticos “uma coisa que devia ser ensinada nas escolas... um ensino tão caro e deficiente” (CONY, 2002: 65).

Em Cony, pode-se encontrar um inconformismo com relação a memória de JK.

Segundo Chartier “a relação de representação, assim entendida, como co-relação de uma imagem presente e de um objeto ausente, um valendo pelo outro”, (CHARTIER, 2002: 74). A intenção de Cony é tornar sensível a presença de JK, trazer a novas gerações o modelo de conduta deste Homem, que segundo o escritor é politicamente correto, um homem de ideais, um sonhador.

Não pretendemos desconstruir a imagem que Cony apresenta de JK, mas entender a construção de um modelo de governante ideal.

A representação desviada transforma em máquina de fabricar respeito e submissão. O objetivo de nosso projeto é analisar o livro todo, mas nessa primeira fase analisaremos a forma de como Carlos Heitor Cony vê o nascimento e a infância de JK.

A criança JK nasce num âmbito de extrema pobreza, numa cidadezinha do interior abandonada e defasada pelo fim da mineração. Nascerá em uma família de poucos recursos financeiros, sua infância seria cercada de dificuldades. Como uma criança comparada a uma estrela, sobreviveria dessa forma? Além das dificuldades financeiras, o JK de Cony, passaria por profundas experiências durante a infância, o contato com o pai era que mudaria o rumo de sua vida, a perda de seu pai.

“Dentre as imagens dessa época, a mais distante e certamente a mais impressionante que ele guardou, foi a do enterro do pai, João César de Oliveira, que morreu vítima da *tuberculose*”(CONY, 2002: 17).

Cony apresenta uma criança frágil, marcada por uma tragédia familiar, ficando órfão de pai. Essas imagens ficariam em sua memória para sempre.

“Ao contemplá-lo, o menino sentiu um nó na garganta” (CONY, 2002:19).

Veja como esse acontecimento, abalara sua infância, era apenas uma criança de dois anos de idade, que depara-se com uma perda dolorosa que afetaria toda sua vida.

“*Se a família de JK já não era rica, com a morte do chefe tornou-se mais pobre... Tudo na vida era medido e contado*”. (CONY, 2002:19).

Notamos que a criança JK, é uma criança como a maioria das crianças deste país, JK teve uma infância comum e um tanto quanto difícil. Mas, o que Cony quer dizer, é que apesar de todos os obstáculos impostos pela vida, à criança JK, em nada afetou à formação do seu caráter, todas as dificuldades o transformou em um homem simples, sonhador, guerreiro e acima de tudo íntegro.

Obras gerais.

BACZKO, B. *Imaginário Coletivo*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 290-332.

_____. *Utopia*. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/ casa da moeda, 1985, v. 5, p.333-396.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

_____. *À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, UFRGS, 2002.

CONY, Carlos Heitor. *JK: Nasce uma estrela*. Rio de Janeiro: Record, 2002

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

A arte que nasce da saudade: a representação funerária do cemitério alemão de Florianópolis (SC).

Elisiana Trilha Castro^{*}, Alice de Oliveira Viana^{**}

Resumo: Em Florianópolis, a instalação de um Cemitério da comunidade germânica em 1925, no recém inaugurado cemitério público São Francisco de Assis no Itacorubi, evidencia a criação de um espaço singular que ganha seus próprios referenciais funerários, próximos aos sepultamentos católicos presentes neste mesmo cemitério. Partindo de uma análise do Cemitério alemão de Florianópolis existente nestas condições particulares, a proposta deste trabalho é refletir acerca da representação funerária desta comunidade alemã, suas expressões artísticas e as funções destas no registro da morte, assim como o papel deste local como referencial patrimonial da presença germânica ainda pouco estudada na capital catarinense.
Palavras-chave: Cemitério, arte, patrimônio

Abstract: In Florianópolis, Brazil, the establishment in 1925 of a cemetery for the Germanic community inside the, at that time, recently inaugurated public cemetery of "São Francisco de Assis" located in a town's region called "Itacorubi", reveals the creation of a unique space that earns it's own funerary references against the catholic burials present in the same cemetery. Based on the analysis of this Florianópolis's Germanic cemetery that exists in this particular condition, this article proposes reflections about the funerary representation of this Germanic community, it's artistic expressions and their functions when applied to the death's registration, as well about this location's role as a patrimonial reference of the German presence in the Santa Catarina State capital, yet lacking of study.

Keywords: cemetery, art, patrimony

1 – Sobre o projeto: Este estudo é parte de um projeto de pesquisa iniciado em junho de 2006 para o NUCOMO (Núcleo de Investigação em Configuração e Morfologia na Arquitetura e no Urbanismo- PGAU/UFSC), e busca levantar questões acerca dos rituais e da arte funerária do cemitério alemão instalado dentro do Cemitério Municipal São Francisco de Assis no bairro Itacorubi/Florianópolis.

O projeto inicial possui várias etapas em andamento e este artigo apresentará alguns resultados da análise da arte tumular luterana deste cemitério a partir de pesquisa de campo e

^{*} Mestranda do Programa de pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade/UFSC. Pesquisadora do NUCOMO (Núcleo de Investigação em Configuração e Morfologia na Arquitetura e no Urbanismo/UFSC) e do NAUI (Núcleo Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural/UFSC). Participante do Grupo de Estudos sobre Patrimônio (FAED/UDESC) e membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). Agência financiadora: CAPES

^{**} Mestranda em Teoria e História das Artes Visuais do programa de pós-graduação em Artes Visuais da UDESC – PPGAV/UDESC. Pesquisadora do grupo de pesquisa Percepções e Sensibilidades da UDESC, bolsista do Programa de Monitoria de pós-graduação da UDESC – PROMOP/UDESC.

da produção de um banco de imagens. O cemitério abriga alemães católicos e luteranos, mas o foco deste trabalho é refletir acerca das representações funerárias dos luteranos, suas opções estéticas na composição tumular e seu papel como referencial patrimonial da comunidade luterana de Florianópolis.

Importante destacar que este cemitério possui uma história ímpar, uma vez que sua atual localização foi resultado de uma transferência de sua primeira localidade, na cabeceira da ponte Hercílio Luz, maior símbolo e cartão postal da cidade, inaugurada em 13 de maio de 1925.

2 - Uma história peculiar - a mudança de casa: Nas primeiras décadas do século XX, a antiga Desterro procurava entrar nas sendas da modernidade e o fazia principalmente através de reformas urbanas. Dentre as novas mudanças para a cidade, destacou-se a construção da ponte Hercílio Luz, com um projeto elaborado por norte-americanos, e representando grande avanço para época, pois iria ligar a ilha-capital a sua parte continental, ligação que até então era feita por balsas.

Mas para construir a ponte foi preciso transferir o primeiro cemitério público da capital, instalado desde 1840 no alto do morro do Vieira, local próximo ao centro da cidade, para um bairro distante cerca de 6 km. Junto a este estava também instalado o cemitério da comunidade alemã desde 1868 para atender aos luteranos que não podiam sepultar-se junto com os católicos (CASTRO). Os luteranos, como também os demais acatólicos, tiveram que fundar seus próprios cemitérios, já que:

Em virtude do predomínio do catolicismo no país e do fato de a Igreja Católica ser a religião oficial, os protestantes, tanto estrangeiros como brasileiros, enfrentaram sérios entraves ao longo de boa parte do século XIX. Suas casas de culto não podiam ter a forma exterior de templos, os fiéis não podiam casar-se legalmente ou registrar os seus filhos, as crianças evangélicas sofriam discriminação nas escolas públicas e havia outras formas de intolerância aberta ou disfarçada. Outra restrição imposta aos protestantes dizia respeito aos cemitérios (MATOS, 2006: 12).

Com a transferência, o cemitério alemão passou a ocupar um espaço separado dentro do novo cemitério municipal da capital catarinense e encontra-se atualmente sob a responsabilidade da ACCAP - Associação Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (CASTRO, 2004). A proposta é observar como a comunidade alemã expressou através de suas formas alegóricas de representação mortuária, os seus referenciais identitários e, portanto, o lugar destas representações funerárias como também do cemitério por sua forma, entre os referenciais patrimoniais dos imigrantes alemães na capital catarinense.

3 - Uma prática da despedida - a estética funerária luterana: Representar a morte ou o morto faz parte das manifestações culturais de diferentes grupos humanos, sendo o cemitério, em grande medida, o lugar de tais manifestações que, na forma de túmulos ou de ritos, indicam as relações particulares travadas por diferentes culturas diante da morte. No Brasil, a partir do século XIX, vão ser instalados os cemitérios a céu aberto após um longo período de sepultamentos dentro das igrejas - prática comum entre os católicos, especialmente entre aqueles pertencentes às famílias mais abastadas - e nestes, a estética funerária terá papel preponderante como a forma de expressão de sentimentos e crenças acerca da finitude (ARIÈS, 2003).

A arte funerária vai se apresentar nos cemitérios públicos brasileiros através do talento e da sensibilidade de diferentes artistas e artesãos, conhecidos como “marmoraristas”, que darão forma, através de suas obras, à saudade e à despedida dos mortos na sua última morada (BORGES, 2001). Importante ressaltar que esta prática de dizer adeus àqueles que nos são queridos, inserindo imagens, estátuas, símbolos ou construindo grandes jazigos, surgirá também em grande medida, como forma de distinção social dentro dos cemitérios.

No caso deste estudo, através de uma primeira observação das expressões estéticas tumulares no cemitério alemão foi possível perceber diferentes formas de expressão dessa arte onde aparecem desde a presença de alegorias, como da morte e da saudade, imagens de Cristo e cruzes diversas até sepulturas sem adereços, compostas por túmulos horizontais com epitáfio inscrito em placa vertical geralmente de alvenaria. A variedade destas imagens neste cemitério, pouco comuns entre os luteranos, justifica-se pelo fato de que, apesar do mesmo ter sido fundado para atender aos fiéis deste credo, também ter aceito sepultamentos de católicos (KLUG, 1994). Desta forma, este cemitério constitui-se em um dos poucos locais a abrigar católicos e luteranos no mesmo espaço, fato bastante raro, como nos confirma a citação abaixo:

Na cidade de Joinville a febre amarela grassava com elevado número de mortos entre os imigrantes europeus nas décadas de 1870 a 1890, impondo a prática dos enterramentos em cemitérios fora dos templos. O primeiro cemitério da cidade, denominado Cemitério da Colônia, contava com sepultamentos de católicos e de luteranos, fato inusitado para a época, mas compreensível a partir do fato de todos serem imigrantes alemães (GUEDES, 1998:34).

Para a análise aqui proposta, é preciso antes definir o que se entende por arte funerária. Considera-se como arte funerária a forma de se expressar esteticamente a memória do morto e os sentimentos que envolvem a perda do mesmo, podendo apresentar-se através da inclusão

de artefatos, adereços ou pela opção por determinadas formas tumulares. Cabe destacar que é possível encontrar as mais diversas formas de expressão funerária, dependendo do lugar ou do grupo social ao qual pertencem essas referências. No caso do cemitério aqui analisado, é possível encontrar posturas funerárias de grupos luteranos e católicos, os quais possuem diferenças significativas e que serão apresentadas ao longo desta análise.

O cemitério alemão é composto por sete quadras que foram sendo ocupadas ao longo dos anos e que apresentam mudanças na forma de sepultar, variando desde as formas de representação funerária, o formato dos túmulos até mudanças na distribuição espacial como a adoção de formas contemporâneas de sepultamento. Tais características são referências patrimoniais deste grupo étnico já que no cemitério encontram-se os registros de suas posturas e práticas diante da morte que ao longo do tempo foram transformando-se substancialmente.

Em uma breve descrição das quadras, vê-se que na primeira e segunda quadra estão os sepultamentos mais antigos transferidos do cemitério da ponte Hercílio Luz. São túmulos feitos de mármore branco, em boas condições de conservação, com esculturas e cruzeiros, sendo também utilizado o ferro tanto nos epitáfios como nos adornos. Apesar da presença de grande número de estátuas e demais representações, essas primeiras quadras se caracterizam por uma representação mortuária austera, sem a presença de imagens de santos, com poucas fotos e epitáfios com mensagens. Boa parte dos epitáfios possui informações como o nome e a data do falecimento, sendo comum informar de qual lugar veio o imigrante.

Na terceira quadra encontram-se as sepulturas dos Hoepcke, família tradicional da cidade, apresentando cerca de 20 sepultamentos, onde se observam diferentes tipologias de arquitetura tumular e adoção de artefatos como ânforas. A partir desta quadra percebem-se mudanças nas expressões arquitetônicas e nas representações estéticas. Verifica-se maior aparência de horizontalidade, e uma diminuição da presença de estátuas e outros adereços funerários. Na sequência, a quarta quadra apresenta túmulos com menos estatuária funerária e a quinta apresenta a proposta mais horizontalizada, adotando somente epitáfios simples, compostos em grande medida por somente nomes e datas. As quadras finais já são compostas por sepultamentos em estilo cemitério jardim: placas com nomes e epitáfios, feitos de granito escuro e com sepultura sem marcação ou referência, tendo apenas por cima do lugar da sepultura, gramado verde. Também são encontrados nesta quadra, bancos e um passeio de flores com cobertura, permitindo a permanência de pessoas na proximidade dos túmulos, tanto para suas práticas religiosas, como para outras atividades.



Figura 01: cemitério alemão de Florianópolis. Fonte: arquivo pessoal das autoras.

A cada quadra este cemitério possibilita encontros com a história da imigração alemã em Florianópolis, começando pelos túmulos transferidos do antigo cemitério que estava na ponte, passando pelo momento do ingresso de católicos no mesmo cemitério, fatos registrados nos sepultamentos da primeira quadra. Também seus túmulos guardam os nomes daqueles que formaram a comunidade alemã na capital e suas memórias: “anônimos” e figuras destacadas como Carl Hoepcke na quadra exclusiva de sua família que podem contar acerca da presença alemã em Florianópolis. O cemitério ainda ganha destaque como referencial patrimonial, através do registro da adoção de novas concepções arquitetônicas cemiteriais ao longo de suas quadras.

4 - Por uma estética do comeditamento: A proposta deste artigo é refletir sobre a arte funerária protestante e para isto faz-se necessário pensar a postura religiosa desta confissão com relação à morte. Pelo fato do cemitério alemão possuir sepultamentos de católicos e luteranos, para esta análise foi necessário perceber diferenças destes dois grupos religiosos na forma como expressam sua relação com a morte.

Para a doutrina luterana, os vivos não podem interferir no destino dos seus falecidos e, portanto, atos e ritos durante o enterro e depois do mesmo, não favorecem alguém que durante sua vida, não agiu de acordo com as leis de Deus. A morte é encarada como um sono profundo e assim segue até o dia do Juízo Final, onde aqueles que seguiram sua vida corretamente – em termos da moral luterana - irão para o Paraíso, não podendo ninguém daqui interceder com relação a isto.

Com isso, de acordo com a Confissão luterana, só existem dois lugares para as almas após a morte: o Paraíso, onde repousam as almas dos justos junto a Deus e que, portanto, não precisam da intervenção dos vivos, e o Inferno, de onde as almas condenadas jamais podem sair. Desta forma, perde o sentido o investimento em ritos e cultos, o que acaba por criar uma despedida focada em um sepultamento sem luxo, comedido, e em condolências no momento deste, sem cortejos e missas de sétimo dia, por exemplo, acontecendo somente um culto para pedir conforto à família enlutada. É importante destacar que esta estética é fruto das crenças

luteranas acerca da morte que se refletem não só no cemitério, mas na adoção ou não de ritos funerários. Para o luterano, que não crê na possibilidade de interceder pelo falecido, os cultos do dia de finados e o uso de velas nos cemitérios, práticas comuns para os católicos, não fazem parte de sua postura funerária.

Assim, a inexistência do Purgatório, ou seja, a ineficácia de qualquer ação pela salvação do morto, parece explicar juntamente com suas recomendações de uma vida mais austera, a quase ausência de ornatos e imagens alegóricas como a saudade e a melancolia, ou da necessidade de investimentos desta ordem nos túmulos, o que acaba por gerar um conjunto de sepultamentos formados em sua grande maioria por somente lápides, epitáfios e fotos.

No caso dos ritos funerários católicos, estes devem representar, em grande medida, a preocupação com o destino da alma e a crença de que se pode interceder por esta, pois a mesma pode estar no Purgatório, lugar no qual, para a doutrina católica, estão aqueles que ainda têm possibilidade de ir para o Céu. Isto reforça a necessidade da realização de ritos por parte dos vivos para os seus mortos, de orações e outros atos de intercessão junto aos santos protetores.

Crendo na eficácia da intercessão na salvação da alma, cerca-se o sepultamento e os dias que o seguem de procedimentos e orações junto a Deus e aos santos, como esforços dos vivos pelos mortos. Tal crença na possibilidade da intercessão pelos mortos junto a Deus reflete nas representações estéticas e nas configurações dos cemitérios católicos, que apresentam grande número de imagens de santos, anjos e virgens, como um prolongamento destes ritos marcados pela fé no poder dos ritos funerários de mudar o *status* da alma dos que já partiram.

Para os luteranos, que não crêem nos santos e proíbem imagens, a imagem de cristo na cruz crucificado encontradas em muitos túmulos neste cemitério igualmente não é bem-vinda, recomendando-se somente a cruz sem o Messias, pois os luteranos procuram não enfatizar o martírio, além de não conviverem com a imagem de Cristo, uma vez que, como afirma o pastor Luis Dirceu Wasserberg, membro da comunidade luterana de Florianópolis, ninguém sabe realmente como ele foi, e ele não está mais ali na cruz porque já ressuscitou (WASSERBERG, 2007). Aqui cabe destacar que não se trata de desprezo ou de uma relação na qual o corpo parece não ter valor, mas da crença de que a pessoa está salva por suas ações em vida ou pelo arrependimento, o que descarta a estadia dos mortos em lugares intermediários, que para os católicos seria o purgatório.

Os cemitérios luteranos, de uma forma geral, se diferenciam dos católicos por apresentarem uma paisagem mais uniforme, apresentando uma regularidade quanto ao formato de seus túmulos. Sem os santos, que não fazem parte dos referenciais religiosos dos luteranos, estes cemitérios costumam apresentar grande quantidade de túmulos compostos por pedra lapidar, ou seja, placa vertical com inscrição geralmente localizada na parte superior do sepultamento, mas podendo vir junto ao túmulo horizontalizado.

No caso do cemitério alemão é proibida pela associação que o mantém a construção de mausoléus, pois estes estabelecem esteticamente diferenças entre os sepultados, o que não é recomendado pela religião luterana. Afora o uso de poucos ornatos, muitos cemitérios assemelham-se a jardins ou parques, o que os diferencia de outros cemitérios a céu aberto. Entre as representações funerárias mais comuns estão a cruz ou a pedra tumular com epitáfio, mas também podemos encontrar representações como o ramo de palma e a âncora. Também é comum arte em ferro, com ornamentações em forma de cruzes e corações. Apesar de alguns destes cemitérios possuírem representações e alegorias funerárias, é fato que apresentam poucas estátuas e, portanto, uma paisagem mais uniforme formada muitas vezes por carreiras de pedras tumulares.

Desta forma, a arte funerária aqui analisada, juntamente com as quadras que compõem o cemitério alemão, reforça a importância deste cemitério entre os bens culturais da comunidade germânica em Florianópolis. Este local, pouco conhecido na cidade, apresenta através de seus túmulos e de suas particularidades formais, importantes aspectos culturais deste grupo, que, em sua estética cemiterial, deixou registros de suas crenças e principalmente da história da formação desta comunidade em Florianópolis, suas características, negociações e conflitos, já que a mesma era formada por dois grupos religiosos distintos que se encontrarão no cemitério e ali deixarão marcadas suas diferentes posturas funerárias: um patrimônio que se faz presente na sua configuração espacial através das diferentes quadras e na arte que nasce da saudade.

5 - Considerações finais: Este projeto, ainda em andamento, já apontou, como apresentado acima, importantes relações entre a crença luterana acerca da morte e a configuração de seus cemitérios, como também diferenças marcantes entre suas formas de expressar a morte e a dos católicos. Resta ainda analisar qual o papel da influência dos católicos na composição de certos túmulos luteranos que apresentam alguns artefatos notadamente de influência católica. Mas em grande medida, já foi possível observar que ele se constitui em um singular espaço de manifestação das crenças diante da morte: um espaço que podemos chamar de cemiterial híbrido, por apresentar características de católicos e luteranos e

uma possível aproximação destas diferentes posturas religiosas materializadas em túmulos ali presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. Vol. II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BORGES, Maria Elizia. Imagens devocionais nos cemitérios do Brasil. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. **Na travessia das artes**, São Paulo, 11: Anpad, 2001. p. 10 - 15.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério**: a transferência do Cemitério Público de Florianópolis, 1923-1926. 2004. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. (Org.). **Histórias de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. 2ª ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro-Florianópolis. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.

MATOS, Alderi Souza de. O Cemitério dos Protestantes de São Paulo: Repouso dos Pioneiros Presbiteriana. In: **Portal da Igreja Prebiteriana no Brasil**, 2005. Disponível em: <www.ipb.org.br/artigos/artigo_inteligente.php3?id=53>. Acesso em 21 ago. 2006.

WASSERBERG, Luis Dirceu. **Entrevista oral** [agosto 2007]. Alice de Oliveira Viana e Elisiana Trilha Castro. Florianópolis: Comunidade Evangélica Luterana de Florianópolis, 2007. Mídia digital. Entrevista concedida acerca da postura da confissão luterana com relação à morte.

A arte que nasce da saudade: a representação funerária do cemitério alemão de Florianópolis (SC).

Elisiana Trilha Castro^{*}, Alice de Oliveira Viana^{**}

Resumo: Em Florianópolis, a instalação de um Cemitério da comunidade germânica em 1925, no recém inaugurado cemitério público São Francisco de Assis no Itacorubi, evidencia a criação de um espaço singular que ganha seus próprios referenciais funerários, próximos aos sepultamentos católicos presentes neste mesmo cemitério. Partindo de uma análise do Cemitério alemão de Florianópolis existente nestas condições particulares, a proposta deste trabalho é refletir acerca da representação funerária desta comunidade alemã, suas expressões artísticas e as funções destas no registro da morte, assim como o papel deste local como referencial patrimonial da presença germânica ainda pouco estudada na capital catarinense.
Palavras-chave: Cemitério, arte, patrimônio

Abstract: In Florianópolis, Brazil, the establishment in 1925 of a cemetery for the Germanic community inside the, at that time, recently inaugurated public cemetery of "São Francisco de Assis" located in a town's region called "Itacorubi", reveals the creation of a unique space that earns it's own funerary references against the catholic burials present in the same cemetery. Based on the analysis of this Florianópolis's Germanic cemetery that exists in this particular condition, this article proposes reflections about the funerary representation of this Germanic community, it's artistic expressions and their functions when applied to the death's registration, as well about this location's role as a patrimonial reference of the German presence in the Santa Catarina State capital, yet lacking of study.

Keywords: cemetery, art, patrimony

1 – Sobre o projeto: Este estudo é parte de um projeto de pesquisa iniciado em junho de 2006 para o NUCOMO (Núcleo de Investigação em Configuração e Morfologia na Arquitetura e no Urbanismo- PGAU/UFSC), e busca levantar questões acerca dos rituais e da arte funerária do cemitério alemão instalado dentro do Cemitério Municipal São Francisco de Assis no bairro Itacorubi/Florianópolis.

O projeto inicial possui várias etapas em andamento e este artigo apresentará alguns resultados da análise da arte tumular luterana deste cemitério a partir de pesquisa de campo e

^{*} Mestranda do Programa de pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade/UFSC. Pesquisadora do NUCOMO (Núcleo de Investigação em Configuração e Morfologia na Arquitetura e no Urbanismo/UFSC) e do NAUI (Núcleo Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural/UFSC). Participante do Grupo de Estudos sobre Patrimônio (FAED/UDESC) e membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). Agência financiadora: CAPES

^{**} Mestranda em Teoria e História das Artes Visuais do programa de pós-graduação em Artes Visuais da UDESC – PPGAV/UDESC. Pesquisadora do grupo de pesquisa Percepções e Sensibilidades da UDESC, bolsista do Programa de Monitoria de pós-graduação da UDESC – PROMOP/UDESC.

da produção de um banco de imagens. O cemitério abriga alemães católicos e luteranos, mas o foco deste trabalho é refletir acerca das representações funerárias dos luteranos, suas opções estéticas na composição tumular e seu papel como referencial patrimonial da comunidade luterana de Florianópolis.

Importante destacar que este cemitério possui uma história ímpar, uma vez que sua atual localização foi resultado de uma transferência de sua primeira localidade, na cabeceira da ponte Hercílio Luz, maior símbolo e cartão postal da cidade, inaugurada em 13 de maio de 1925.

2 - Uma história peculiar - a mudança de casa: Nas primeiras décadas do século XX, a antiga Desterro procurava entrar nas sendas da modernidade e o fazia principalmente através de reformas urbanas. Dentre as novas mudanças para a cidade, destacou-se a construção da ponte Hercílio Luz, com um projeto elaborado por norte-americanos, e representando grande avanço para época, pois iria ligar a ilha-capital a sua parte continental, ligação que até então era feita por balsas.

Mas para construir a ponte foi preciso transferir o primeiro cemitério público da capital, instalado desde 1840 no alto do morro do Vieira, local próximo ao centro da cidade, para um bairro distante cerca de 6 km. Junto a este estava também instalado o cemitério da comunidade alemã desde 1868 para atender aos luteranos que não podiam sepultar-se junto com os católicos (CASTRO). Os luteranos, como também os demais acatólicos, tiveram que fundar seus próprios cemitérios, já que:

Em virtude do predomínio do catolicismo no país e do fato de a Igreja Católica ser a religião oficial, os protestantes, tanto estrangeiros como brasileiros, enfrentaram sérios entraves ao longo de boa parte do século XIX. Suas casas de culto não podiam ter a forma exterior de templos, os fiéis não podiam casar-se legalmente ou registrar os seus filhos, as crianças evangélicas sofriam discriminação nas escolas públicas e havia outras formas de intolerância aberta ou disfarçada. Outra restrição imposta aos protestantes dizia respeito aos cemitérios (MATOS, 2006: 12).

Com a transferência, o cemitério alemão passou a ocupar um espaço separado dentro do novo cemitério municipal da capital catarinense e encontra-se atualmente sob a responsabilidade da ACCAP - Associação Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (CASTRO, 2004). A proposta é observar como a comunidade alemã expressou através de suas formas alegóricas de representação mortuária, os seus referenciais identitários e, portanto, o lugar destas representações funerárias como também do cemitério por sua forma, entre os referenciais patrimoniais dos imigrantes alemães na capital catarinense.

3 - Uma prática da despedida - a estética funerária luterana: Representar a morte ou o morto faz parte das manifestações culturais de diferentes grupos humanos, sendo o cemitério, em grande medida, o lugar de tais manifestações que, na forma de túmulos ou de ritos, indicam as relações particulares travadas por diferentes culturas diante da morte. No Brasil, a partir do século XIX, vão ser instalados os cemitérios a céu aberto após um longo período de sepultamentos dentro das igrejas - prática comum entre os católicos, especialmente entre aqueles pertencentes às famílias mais abastadas - e nestes, a estética funerária terá papel preponderante como a forma de expressão de sentimentos e crenças acerca da finitude (ARIÈS, 2003).

A arte funerária vai se apresentar nos cemitérios públicos brasileiros através do talento e da sensibilidade de diferentes artistas e artesãos, conhecidos como “marmoraristas”, que darão forma, através de suas obras, à saudade e à despedida dos mortos na sua última morada (BORGES, 2001). Importante ressaltar que esta prática de dizer adeus àqueles que nos são queridos, inserindo imagens, estátuas, símbolos ou construindo grandes jazigos, surgirá também em grande medida, como forma de distinção social dentro dos cemitérios.

No caso deste estudo, através de uma primeira observação das expressões estéticas tumulares no cemitério alemão foi possível perceber diferentes formas de expressão dessa arte onde aparecem desde a presença de alegorias, como da morte e da saudade, imagens de Cristo e cruzes diversas até sepulturas sem adereços, compostas por túmulos horizontais com epitáfio inscrito em placa vertical geralmente de alvenaria. A variedade destas imagens neste cemitério, pouco comuns entre os luteranos, justifica-se pelo fato de que, apesar do mesmo ter sido fundado para atender aos fiéis deste credo, também ter aceito sepultamentos de católicos (KLUG, 1994). Desta forma, este cemitério constitui-se em um dos poucos locais a abrigar católicos e luteranos no mesmo espaço, fato bastante raro, como nos confirma a citação abaixo:

Na cidade de Joinville a febre amarela grassava com elevado número de mortos entre os imigrantes europeus nas décadas de 1870 a 1890, impondo a prática dos enterramentos em cemitérios fora dos templos. O primeiro cemitério da cidade, denominado Cemitério da Colônia, contava com sepultamentos de católicos e de luteranos, fato inusitado para a época, mas compreensível a partir do fato de todos serem imigrantes alemães (GUEDES, 1998:34).

Para a análise aqui proposta, é preciso antes definir o que se entende por arte funerária. Considera-se como arte funerária a forma de se expressar esteticamente a memória do morto e os sentimentos que envolvem a perda do mesmo, podendo apresentar-se através da inclusão

de artefatos, adereços ou pela opção por determinadas formas tumulares. Cabe destacar que é possível encontrar as mais diversas formas de expressão funerária, dependendo do lugar ou do grupo social ao qual pertencem essas referências. No caso do cemitério aqui analisado, é possível encontrar posturas funerárias de grupos luteranos e católicos, os quais possuem diferenças significativas e que serão apresentadas ao longo desta análise.

O cemitério alemão é composto por sete quadras que foram sendo ocupadas ao longo dos anos e que apresentam mudanças na forma de sepultar, variando desde as formas de representação funerária, o formato dos túmulos até mudanças na distribuição espacial como a adoção de formas contemporâneas de sepultamento. Tais características são referências patrimoniais deste grupo étnico já que no cemitério encontram-se os registros de suas posturas e práticas diante da morte que ao longo do tempo foram transformando-se substancialmente.

Em uma breve descrição das quadras, vê-se que na primeira e segunda quadra estão os sepultamentos mais antigos transferidos do cemitério da ponte Hercílio Luz. São túmulos feitos de mármore branco, em boas condições de conservação, com esculturas e cruzeiros, sendo também utilizado o ferro tanto nos epitáfios como nos adornos. Apesar da presença de grande número de estátuas e demais representações, essas primeiras quadras se caracterizam por uma representação mortuária austera, sem a presença de imagens de santos, com poucas fotos e epitáfios com mensagens. Boa parte dos epitáfios possui informações como o nome e a data do falecimento, sendo comum informar de qual lugar veio o imigrante.

Na terceira quadra encontram-se as sepulturas dos Hoepcke, família tradicional da cidade, apresentando cerca de 20 sepultamentos, onde se observam diferentes tipologias de arquitetura tumular e adoção de artefatos como ânforas. A partir desta quadra percebem-se mudanças nas expressões arquitetônicas e nas representações estéticas. Verifica-se maior aparência de horizontalidade, e uma diminuição da presença de estátuas e outros adereços funerários. Na sequência, a quarta quadra apresenta túmulos com menos estatuária funerária e a quinta apresenta a proposta mais horizontalizada, adotando somente epitáfios simples, compostos em grande medida por somente nomes e datas. As quadras finais já são compostas por sepultamentos em estilo cemitério jardim: placas com nomes e epitáfios, feitos de granito escuro e com sepultura sem marcação ou referência, tendo apenas por cima do lugar da sepultura, gramado verde. Também são encontrados nesta quadra, bancos e um passeio de flores com cobertura, permitindo a permanência de pessoas na proximidade dos túmulos, tanto para suas práticas religiosas, como para outras atividades.



Figura 01: cemitério alemão de Florianópolis. Fonte: arquivo pessoal das autoras.

A cada quadra este cemitério possibilita encontros com a história da imigração alemã em Florianópolis, começando pelos túmulos transferidos do antigo cemitério que estava na ponte, passando pelo momento do ingresso de católicos no mesmo cemitério, fatos registrados nos sepultamentos da primeira quadra. Também seus túmulos guardam os nomes daqueles que formaram a comunidade alemã na capital e suas memórias: “anônimos” e figuras destacadas como Carl Hoepcke na quadra exclusiva de sua família que podem contar acerca da presença alemã em Florianópolis. O cemitério ainda ganha destaque como referencial patrimonial, através do registro da adoção de novas concepções arquitetônicas cemiteriais ao longo de suas quadras.

4 - Por uma estética do comeditamento: A proposta deste artigo é refletir sobre a arte funerária protestante e para isto faz-se necessário pensar a postura religiosa desta confissão com relação à morte. Pelo fato do cemitério alemão possuir sepultamentos de católicos e luteranos, para esta análise foi necessário perceber diferenças destes dois grupos religiosos na forma como expressam sua relação com a morte.

Para a doutrina luterana, os vivos não podem interferir no destino dos seus falecidos e, portanto, atos e ritos durante o enterro e depois do mesmo, não favorecem alguém que durante sua vida, não agiu de acordo com as leis de Deus. A morte é encarada como um sono profundo e assim segue até o dia do Juízo Final, onde aqueles que seguiram sua vida corretamente – em termos da moral luterana - irão para o Paraíso, não podendo ninguém daqui interceder com relação a isto.

Com isso, de acordo com a Confissão luterana, só existem dois lugares para as almas após a morte: o Paraíso, onde repousam as almas dos justos junto a Deus e que, portanto, não precisam da intervenção dos vivos, e o Inferno, de onde as almas condenadas jamais podem sair. Desta forma, perde o sentido o investimento em ritos e cultos, o que acaba por criar uma despedida focada em um sepultamento sem luxo, comedido, e em condolências no momento deste, sem cortejos e missas de sétimo dia, por exemplo, acontecendo somente um culto para pedir conforto à família enlutada. É importante destacar que esta estética é fruto das crenças

luteranas acerca da morte que se refletem não só no cemitério, mas na adoção ou não de ritos funerários. Para o luterano, que não crê na possibilidade de interceder pelo falecido, os cultos do dia de finados e o uso de velas nos cemitérios, práticas comuns para os católicos, não fazem parte de sua postura funerária.

Assim, a inexistência do Purgatório, ou seja, a ineficácia de qualquer ação pela salvação do morto, parece explicar juntamente com suas recomendações de uma vida mais austera, a quase ausência de ornatos e imagens alegóricas como a saudade e a melancolia, ou da necessidade de investimentos desta ordem nos túmulos, o que acaba por gerar um conjunto de sepultamentos formados em sua grande maioria por somente lápides, epitáfios e fotos.

No caso dos ritos funerários católicos, estes devem representar, em grande medida, a preocupação com o destino da alma e a crença de que se pode interceder por esta, pois a mesma pode estar no Purgatório, lugar no qual, para a doutrina católica, estão aqueles que ainda têm possibilidade de ir para o Céu. Isto reforça a necessidade da realização de ritos por parte dos vivos para os seus mortos, de orações e outros atos de intercessão junto aos santos protetores.

Crendo na eficácia da intercessão na salvação da alma, cerca-se o sepultamento e os dias que o seguem de procedimentos e orações junto a Deus e aos santos, como esforços dos vivos pelos mortos. Tal crença na possibilidade da intercessão pelos mortos junto a Deus reflete nas representações estéticas e nas configurações dos cemitérios católicos, que apresentam grande número de imagens de santos, anjos e virgens, como um prolongamento destes ritos marcados pela fé no poder dos ritos funerários de mudar o *status* da alma dos que já partiram.

Para os luteranos, que não crêem nos santos e proíbem imagens, a imagem de cristo na cruz crucificado encontradas em muitos túmulos neste cemitério igualmente não é bem-vinda, recomendando-se somente a cruz sem o Messias, pois os luteranos procuram não enfatizar o martírio, além de não conviverem com a imagem de Cristo, uma vez que, como afirma o pastor Luis Dirceu Wasserberg, membro da comunidade luterana de Florianópolis, ninguém sabe realmente como ele foi, e ele não está mais ali na cruz porque já ressuscitou (WASSERBERG, 2007). Aqui cabe destacar que não se trata de desprezo ou de uma relação na qual o corpo parece não ter valor, mas da crença de que a pessoa está salva por suas ações em vida ou pelo arrependimento, o que descarta a estadia dos mortos em lugares intermediários, que para os católicos seria o purgatório.

Os cemitérios luteranos, de uma forma geral, se diferenciam dos católicos por apresentarem uma paisagem mais uniforme, apresentando uma regularidade quanto ao formato de seus túmulos. Sem os santos, que não fazem parte dos referenciais religiosos dos luteranos, estes cemitérios costumam apresentar grande quantidade de túmulos compostos por pedra lapidar, ou seja, placa vertical com inscrição geralmente localizada na parte superior do sepultamento, mas podendo vir junto ao túmulo horizontalizado.

No caso do cemitério alemão é proibida pela associação que o mantém a construção de mausoléus, pois estes estabelecem esteticamente diferenças entre os sepultados, o que não é recomendado pela religião luterana. Afora o uso de poucos ornatos, muitos cemitérios assemelham-se a jardins ou parques, o que os diferencia de outros cemitérios a céu aberto. Entre as representações funerárias mais comuns estão a cruz ou a pedra tumular com epitáfio, mas também podemos encontrar representações como o ramo de palma e a âncora. Também é comum arte em ferro, com ornamentações em forma de cruces e corações. Apesar de alguns destes cemitérios possuírem representações e alegorias funerárias, é fato que apresentam poucas estátuas e, portanto, uma paisagem mais uniforme formada muitas vezes por carreiras de pedras tumulares.

Desta forma, a arte funerária aqui analisada, juntamente com as quadras que compõem o cemitério alemão, reforça a importância deste cemitério entre os bens culturais da comunidade germânica em Florianópolis. Este local, pouco conhecido na cidade, apresenta através de seus túmulos e de suas particularidades formais, importantes aspectos culturais deste grupo, que, em sua estética cemiterial, deixou registros de suas crenças e principalmente da história da formação desta comunidade em Florianópolis, suas características, negociações e conflitos, já que a mesma era formada por dois grupos religiosos distintos que se encontrarão no cemitério e ali deixarão marcadas suas diferentes posturas funerárias: um patrimônio que se faz presente na sua configuração espacial através das diferentes quadras e na arte que nasce da saudade.

5 - Considerações finais: Este projeto, ainda em andamento, já apontou, como apresentado acima, importantes relações entre a crença luterana acerca da morte e a configuração de seus cemitérios, como também diferenças marcantes entre suas formas de expressar a morte e a dos católicos. Resta ainda analisar qual o papel da influência dos católicos na composição de certos túmulos luteranos que apresentam alguns artefatos notadamente de influência católica. Mas em grande medida, já foi possível observar que ele se constitui em um singular espaço de manifestação das crenças diante da morte: um espaço que podemos chamar de cemiterial híbrido, por apresentar características de católicos e luteranos e

uma possível aproximação destas diferentes posturas religiosas materializadas em túmulos ali presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. Vol. II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BORGES, Maria Elizia. Imagens devocionais nos cemitérios do Brasil. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. **Na travessia das artes**, São Paulo, 11: Anpad, 2001. p. 10 - 15.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério**: a transferência do Cemitério Público de Florianópolis, 1923-1926. 2004. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. (Org.). **Histórias de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. 2ª ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro-Florianópolis. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.

MATOS, Alderi Souza de. O Cemitério dos Protestantes de São Paulo: Repouso dos Pioneiros Presbiteriana. In: **Portal da Igreja Presbiteriana no Brasil**, 2005. Disponível em: <www.ipb.org.br/artigos/artigo_inteligente.php3?id=53>. Acesso em 21 ago. 2006.

WASSERBERG, Luis Dirceu. **Entrevista oral** [agosto 2007]. Alice de Oliveira Viana e Elisiana Trilha Castro. Florianópolis: Comunidade Evangélica Luterana de Florianópolis, 2007. Mídia digital. Entrevista concedida acerca da postura da confissão luterana com relação à morte.

OUTRAS HISTÓRIAS: HISTÓRIAS DE VIDA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Oswaldo Mariotto Cerezer*

RESUMO: O presente texto faz parte de análises resultantes de uma pesquisa realizada no Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, dentro da Disciplina de Didática do Ensino de História. A pesquisa foi realizada pelos acadêmicos do 5º Semestre, utilizando-se de entrevistas orais com professores de História, com o objetivo de compreender, através de suas histórias de vida, as experiências de formação acadêmica, dando ênfase à Didática, e as influências desta na carreira profissional dos mesmos. Ao mesmo tempo, foi analisada a importância da Didática para esses professores e as transformações didático-pedagógicas operadas por eles em suas trajetórias profissionais. O trabalho realizado possibilitou uma análise relevante sobre as transformações ocorridas na educação brasileira, e em particular, do papel da Didática dentro dos cursos de formação de professores de História, possibilitando com isso um novo olhar dos acadêmicos em formação sobre a mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias de vida; formação de professores; didática e ensino de História.

OTHER HISTORIES: LIFE'S HISTORIES IN THE FORMATION OF THE TEACHERS

ABSTRACT: This text is part of resultant analyses of a research carried through in the History Course of the University of the *Mato Grosso* State (Brazil), in the Subject Didactics Teaching of History. The research was carried through by the academics of 5º Semester, using itself of verbal interviews with History Teachers, with the objective to understand, through their histories of life, the experiences of academic formation, giving emphasis to the Didactics and its influences in the professional career of these teachers. At the same time, it was analyzed the importance of the Didactics for these teachers and the didactic-pedagogical transformations operated by them in their professional trajectories. This work made possible a relevant analysis of the occurred transformations in the Brazilian education, and, specially, of the Didactics paper in the courses of formation of History teachers, making possible, with this, a new to look at of the academics in formation about that Subject.

KEY WORDS: Life's histories; Teacher's formation; Didactics and Teaching of History.

Didática e formação docente: breves considerações

As abordagens sobre a didática no processo de formação de novos profissionais da educação têm sido tema recorrente em publicações, Seminários, debates entre educadores,

* Mestre em Educação, UFSM - Professor Assistente do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Correio Eletrônico: omcerezer@hotmail.com.

professores dos cursos de licenciatura e futuros professores. Essa preocupação tem evidenciado cada vez mais a relevância da didática como elemento fundamental para a formação docente, por tratar-se de uma questão que permeia todo o processo de desenvolvimento e consolidação das práticas pedagógicas dos educadores, com repercussão e influência direta sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Apesar das transformações ocorridas na didática nas últimas duas décadas, o grande desafio que ainda se apresenta aos professores e aos cursos de formação é a preocupação em superar o “formalismo didático”, no dizer de Candau (2005), no sentido de buscar formas de superação do “método único capaz de ensinar tudo a todos” (p.35). Essa preocupação expressa por Candau tem suscitado nos cursos de licenciatura a necessidade de rever as abordagens, estudos e encaminhamentos sobre o papel da didática na formação docente e suas conseqüências sobre o ensino e aprendizagem.

A necessidade de rever o papel da didática está relacionada às transformações e reformas ocorridas na educação brasileira a partir da década de 1980, juntamente com as modificações e avanços que a sociedade contemporânea vem presenciando. Essa nova era tem colocado novos desafios à profissão docente e à didática, que não comportam mais seus velhos métodos de organização e planejamento do ensino. A didática era encarada como orientadora de técnicas e métodos de ensino e aprendizagem, denominada por Candau de “didática instrumental”.

No atual contexto, é preciso pensar na didática como “(...) tendo por objetivo a compreensão dos diferentes determinantes da prática pedagógica e a construção de formas de nela intervir que favoreçam a formação de sujeitos sociais reflexivos, críticos e comprometidos com uma democracia plena para todos”. (CANDAU,1997:94). Ser professor na atual conjuntura histórico/social significa ser um profissional dotado de saberes e habilidades capazes de perceber o contexto em que atuam e, a partir deste, criar e renovar constantemente suas práticas, pois, ser professor hoje significa saber muito mais do que apenas os conteúdos de sua área de atuação. Tal realidade exige uma ampla e complexa rede de saberes, conhecimentos, habilidades e competências que permitam aos educadores o desenvolvimento de mecanismos para a efetivação de atividades pedagógicas voltadas para a formação humana.

Ao mesmo tempo, esses saberes são sempre provisórios e incompletos, o que demonstra a necessidade de formação contínua, tanto em termos de saberes curriculares, técnicos, teórico-metodológicos, didáticos, entre outros. A necessidade de atualização constante encontra

explicações nas profundas transformações da sociedade atual e das novas exigências de formação que esta vem cobrando das instituições e ensino, lançando reflexos diretos sobre o ambiente escolar e sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação.

Assim, mobilizar saberes e habilidades da didática durante o curso de formação de professores torna-se fundamental para a construção de mecanismos teóricos/práticos para que futuro professor possa refletir e construir alternativas para lidar com as nuances do contexto escolar em que irá atuar. Nesse contexto, segundo Pimenta (1997:43)

(...) espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e dos desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da Teoria da Educação e da Didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva nos alunos a capacidade de investigar a própria atividade para, com base nela, constituir e transformar os seus saberes-fazeres docentes num processo contínuo de construção de suas identidades como professores.

A autora aponta para o necessário aprofundamento das questões teóricas referentes à didática e as teorias da educação nos cursos de licenciatura, para que, através delas, os futuros professores possam perceber a complexidade existente no contexto escolar e com isso, invistam numa atitude de investigação sobre o mesmo, buscando um processo contínuo de construção e reconstrução de suas identidades docentes. Destaca ainda que essa construção deve se pautar pela realidade do contexto escolar em que o professor atua, visando o desenvolvimento de um ensino como prática social.

Partindo dessa premissa, o grande desafio que se apresenta é como lidar com a didática sem cair nas armadilhas do reducionismo baseado em modelos ou receitas de dar aulas, ou no tecnicismo pedagógico. Nesse contexto, Candau argumenta que

O grande desafio da Didática atual é (...) assumir que o método didático tem diferentes estruturantes e que o importante é articular esses diferentes estruturantes e não exclusivizar qualquer um deles, tentando considerá-lo como o único estruturante. Portanto, o desafio está na superação do formalismo, na superação do reducionismo e na ênfase na articulação: articulação essa que tenta trabalhar dialeticamente os diferentes estruturantes do método didático, considerando cada um deles, suas inter-relações com os demais, sem querer negar nenhum deles. (CANDAU, 2005: 35).

Nesse contexto, a didática precisa ser construída a partir da realidade existente, sendo necessário, para isso, conhecimento sobre o contexto social, histórico, cultural, econômico dos principais envolvidos nesse processo. Pensar na dialeticidade necessária para lidar com a complexidade da educação é pensar na possibilidade de, não só compreendê-la, mas, e sobretudo, tentar desenvolver um trabalho de formação que esteja embasado nessa realidade e voltado para a

sua transformação, através de um repensar crítico e contínuo do educador e da instituição de ensino, sobre as práticas pedagógicas nela desenvolvida.

Outras histórias: a história de vida como suporte na formação docente

O estudo aqui apresentado faz parte de uma pesquisa desenvolvida com acadêmicos do Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte dos trabalhos da disciplina de Didática do Ensino de História por mim coordenada. O objetivo do estudo foi colocar os acadêmicos em formação em contato direto com professores de História já atuantes para, através de seus depoimentos, sobre suas trajetórias de formação acadêmica e vida profissional, coletar informações sobre suas percepções sobre a didática no momento da formação acadêmica e as influências destas em suas atividades como professores de História. Visamos também compreender como esses profissionais se utilizam dos saberes da didática em suas práticas pedagógicas e a importância da mesma no processo de formação de novos professores.

Para o desenvolvimento do estudo, utilizamos a pesquisa qualitativa por acreditarmos no seu potencial que prima pela investigação detalhada dos fenômenos em estudo. Sua importância nos estudos sobre formação docente está no fato de não menosprezar as singularidades presentes nesse processo, dando assim, maior visibilidade e seriedade sobre os fatos estudados.

Nessa perspectiva, os trabalhos começaram a ser desenvolvidos em sala de aula, primeiramente através de estudos teóricos sobre didática, histórias de vida e prática de ensino, culminando na organização de seis grupos de estudos e na elaboração de projetos de pesquisa. Cada grupo se responsabilizou pela escolha e entrevista de um professor de História, para a coleta das informações previamente estudadas e organizadas. Realizada a entrevista, os dados foram transcritos e analisados, dando origem a um artigo.

Para a realização de tal pesquisa, a história oral de vida, através do estudo da memória de sujeitos envolvidos em determinado contexto sócio-histórico, mostra-se muito eficaz por possibilitar uma abertura mais ampla sobre as minúcias e especificidades da história de vida dos sujeitos envolvidos nas análises. Assim, trabalhar a memória de pessoas que fizeram parte de determinado momento histórico, como mecanismo para a obtenção de novas informações e interpretações, significa dar importância às experiências individuais ou coletivas dos sujeitos,

ampliando assim os horizontes do conhecimento histórico, uma vez que esta possibilita a construção de perspectivas e entendimentos que, de outra forma, não seria possível executar.

Dessa forma, a história oral possibilita novas maneiras de avaliar e interpretar os acontecimentos históricos, as suas influências, conseqüências e significados para as pessoas que os viveram. Essa concepção de produção do conhecimento histórico traz à tona elementos importantes até então escondidos nos labirintos da memória humana, possibilitando que se construa um conhecimento mais amplo e democrático. Para Fonseca,

Os contextos históricos vividos pelos professores, em diferentes épocas, revelam dimensões das lutas pela sobrevivência e dos embates políticos cotidianos, por vezes ignorados pela historiografia. Os relatos de situações partilhadas, dificuldades, tristezas e alegrias demonstram como determinadas experiências históricas são potencializadoras do desenvolvimento pessoal e profissional de cada um dos sujeitos. (2003:79).

Paul Thompson, ao abordar as possibilidades de estudo proporcionadas pela história oral, afirma:

Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existiam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (1992 :22).

A memória oculta nas sombras do passado é extraída via depoimentos pela história oral e transforma-se em elemento fecundo para a elaboração de uma história viva que passa a ter novo sentido e a dar novos significados para quem as viveu. Ao mesmo tempo, esta memória fornece novos entendimentos sobre o tempo presente e figura como o ingrediente fundamental para a formação de novos educadores. Nessa perspectiva, Thompson afirma que:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. (...) traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. (1992:44).

Portanto, a memória possui qualidades que a tornam importante na medida em que a mesma possibilita fincar raízes mais profundas em busca do novo, do desconhecido, do deixado de lado ou de um ponto de vista particular e até mesmo coletivo e, com isso, colaborar no processo de formação de novos educadores, que se utilizarão destas experiências no processo de formação de suas identidades docentes.

Ao transformar suas experiências de vida em experiências coletivas, os professores

ampliam as possibilidades de que as suas vivências possam ser úteis na formação de outros educadores, cumprindo assim, um papel social de grande relevância, ao passo em que reafirmam seus papéis de agentes construtores da história. Os elementos constituidores da memória, além de permitirem o conhecimento de detalhes e informações que de outra forma não estariam à disposição, são também constituidores de saber e poder, pois representam uma conquista para os seus narradores.

Histórias de vida, didática e formação docente: uma relação necessária

Ao voltarmos nossa análise sobre as histórias de vida dos professores investigados, estamos possibilitando aos futuros professores um olhar diferenciado sobre seus processos de formação, a partir das experiências de profissionais já atuantes. Essa relação permitirá uma compreensão maior das questões presentes na profissão docente, ao mesmo tempo em que permitirá a construção de novas formas de saberes necessários ao seu exercício.

Os dados coletados pelos seis grupos nos mostram vários aspectos importantes em relação aos cursos de formação de professores, ao papel da didática nos cursos de licenciatura, às transformações ocorridas na educação e, em particular, no campo da didática, assim como as influências dos processos de formação no desempenho das funções docentes. Assim, os depoimentos coletados transformam-se em suportes importantes no desenvolvimento da formação profissional dos acadêmicos de História envolvidos com a pesquisa, pois, como salienta Fonseca (2003:80):

(...) os professores de história, ao fazerem um balanço de suas experiências, não se limitam às profundezas de seus passados singulares, mas articulam suas trajetórias ao contexto de resistências e lutas, motivando o conjunto dos professores à tomada de consciência e à ação histórica.

Os dados coletados demonstram que a didática, para os pesquisados, possui papel importante no desenvolvimento de suas atividades em sala de aula. Ao mesmo tempo, salientam que a didática não foi tema suficientemente trabalhado na sua graduação, o que trouxe algumas dificuldades em sua profissão, trazendo a necessidade de um processo de criação e adaptação de suas práticas pedagógicas, diante das dificuldades enfrentadas em sala de aula.

A pouca importância dada à didática é característica marcante da sua trajetória como disciplina nos cursos de licenciatura, nas quais a mesma teve, durante muito tempo, um caráter

meramente instrumental. Essa realidade está expressa nos depoimentos dos entrevistados, pois estes frequentaram os cursos de História nas décadas de 1980 e 90, período marcado pela retomada das discussões sobre o papel da didática na formação e atuação docente, o que contribuiu para ampla revisão e transformação da mesma.

A necessidade de construir alternativas didático-pedagógicas para lidar com as incertezas da sala de aula é uma característica presente em todos os depoimentos, o que demonstra um processo de amadurecimento sobre a prática docente e sobre o papel desempenhado pela didática nesse contexto. A preocupação em adequar o ensino de acordo com a realidade encontrada traz à tona o processo de ensino como prática social, necessitando da construção do vínculo com o contexto existente para que o processo de ensino e aprendizagem possa alcançar seu objetivo principal, ou seja, a formação de cidadãos.

Criar, a partir das teorias da didática, mecanismos e metodologias para lidar com as questões presentes no cotidiano escolar é uma preocupação constante dos entrevistados. Essa questão demonstra que “(...) os processos de formação não se constroem apenas nos cursos frequentados em escolas e universidades, durante determinados períodos da vida” (FONSECA, 2003:80). Assim, a reflexão sobre o ser professor e os significados que esta profissão desencadeia nos sujeitos envolvidos nesse processo faz-se necessário ao exercício da prática docente, para que a mesma possa refletir em formação para a emancipação social dos envolvidos e não para a sua alienação.

Conhecer o contexto de atuação profissional, suas singularidades, o perfil social, cultural e econômico dos alunos, e, a partir destes, criar alternativas e possibilidades de ação pedagógica, é uma tarefa necessária a qualquer professor, evitando assim, o desenvolvimento de ações desvinculadas do contexto e do público para o qual a formação está sendo destinada. Nesse contexto, Sandra Azzi argumenta que:

O professor, na heterogeneidade de seu trabalho, está sempre diante de situações complexas para as quais deve encontrar respostas, e estas, repetitivas ou criativas, dependem de sua capacidade e habilidade de leitura da realidade e, também, do contexto, pois pode facilitar e/ou dificultar a sua prática. (AZZI, 2005:46).

As análises proporcionadas pelo estudo trouxeram novas informações e enfoques sobre a formação docente e, principalmente, do papel da didática nesse processo. Os acadêmicos envolvidos tiveram a oportunidade de ouvir e aprender com professores já atuantes, o que trouxe grande satisfação aos mesmos e novos pontos de vista sobre o “ser professor” e os elementos

constituidores da profissão. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para a formação profissional dos futuros professores de História, dando oportunidade para que as vozes ouvidas se transformassem em novos saberes a serem construídos a partir dos significados que cada um atribui às experiências ouvidas e analisadas.

Referências

AZZI, S. Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, S.G. (Org.) *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CADAU, V. M. Da didática fundamental ao fundamental da didática. In: ANDRÉ, M. E. de. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.) *Alternativas no ensino de didática*. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. A didática e a relação forma/conteúdo. In: CANDAUI, V.M. (Org.). *Rumo a uma nova didática*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FONSECA, S. G. *Didática e prática de ensino de história*. 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

PIMENTA, S.G. A didática como mediação na construção da identidade do professor: uma experiência de ensino e pesquisa na licenciatura. In: ANDRÉ, M. E. de. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.) *Alternativas no ensino de didática*. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

THOMPSON, Paul E. *A voz do passado*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

As representações do amor masculino e as relações de poder na prática sexual entre homens na Roma Antiga

*Helton Gomes Chaves

Resumo: Esta comunicação pretende apresentar estudos e análises sobre as relações afetivo-sexuais entre homens no Império Romano. A partir dessa análise, pretendemos entender como o cidadão livre observava e concebia o prazer amoroso entre homens e suas normas morais e sociais acerca da virilidade e da relação de poder nas práticas do amor masculino naquele contexto histórico.

Palavras-chave: Virilidade, poder e amor masculino.

Abstract: This paper intends to present studies and analyses on the affective-sexual relations between men in the Roman Empire. From this analyses, we intend to understand how the free citizen observed and conceives the loving pleasure between men and its moral and social norms concerning the virility and the relation of power in the masculine love practices in that historical context.

Key Words: Virility, power and male love.

Amor e sexualidade são temas delicados, mas de constantes discussões, pois seus conceitos, sentidos e representações na história variam de sociedade para sociedade, distantes não só culturalmente, mas também temporalmente. Vamos, no texto que segue analisar e tentar entender como os temas ditos eram representados e vividos no cotidiano do cidadão romano. Práticas deixadas para a posteridade na literatura, nas artes plásticas, nos muros, nas paredes de cidades romanas como Pompéia, por exemplo. Muitas imagens foram escondidas durante séculos pela igreja e abertas ao público somente no ano 2000 no Museu Nacional de Nápoles, contrariando assim o Vaticano.

Sabemos que a Roma Antiga foi mais que uma cidade, dependendo da época que se estuda, por certo período foi um Império que no seu auge se estendia da Grã – Bretanha ao Rio Eufrates, do Mar do Norte ao Egito. Mas vou me deter neste texto às

* Universidade Federal de Goiás, Graduando

limitações geográficas da Península Itálica, mais especificamente a Roma, a cidade propriamente dita.

Embora a palavra sexualidade seja uma expressão contemporânea iremos aplicá-la a Roma Antiga por considerar que esta expressão pode adquirir valores de acordo com a cultura romana, como de qualquer outra cultura, sem necessariamente aplicarmos o valor e a moral das culturas da modernidade e da atualidade. Já as palavras heterossexual e homossexual são inapropriadas para aquele contexto histórico, pois não havia definição de caráter sexual para se amar homens ou mulheres, ou os dois, mas se dividia entre ativo e passivo. Não existia uma definição, um termo, para quem sente atração por homens ou mulheres.

"A análise da sexualidade integra a historicidade do corpo, do que pode ser definido por erógeno, das prescrições estabelecidas à prática sexual e de suas emoções, evidenciando variados sentidos, de acordo com os valores socialmente constituídos em grupos, tempos e espaços históricos estabelecidos". (Feitosa, 2005, p.43).

Vamos entender por amor masculino tanto às emoções relacionadas ao afeto por um homem ou por uma mulher, como à vida sexual propriamente dita. A palavra amor podia assumir sentidos diferentes dependendo de como, de qual contexto e por quem era pronunciada, falada ou escrita.

A antiguidade romana não foi o paraíso da não repressão sexual. Regras sociais e morais eram impostas para qualquer prática cotidiana e o não cumprimento das mesmas podia ser mal vista pela sociedade. O que existia era uma observância das normas que limitavam assim uma prática desregrada, o excesso seja na mesa, nas festas ou no prazer sexual para muitos era algo considerado de uma fraqueza inadmissível. É importante lembrar que as regras e a moral variavam de acordo com o grupo social que se fazia parte, regras para a "elite romana" não eram as mesmas para os escravos, libertos ou estrangeiros.

Mas sobre as questões sexuais relacionadas à prática do amor masculino, a maioria da população era tolerante e a considerava normal como qualquer outra forma de prazer amoroso. Os políticos conservadores consideravam essas práticas por vezes artificiais, independentes do sexo do parceiro, pois poderia amolecer o cidadão-soldado. A passividade era considerada consequência da falta de virilidade e os homófilos passivos podiam ser expulsos do exército ou até mesmo condenados à pena de morte.

No que se trata da relação da sexualidade com a religiosidade, estas eram intimamente ligadas, com o culto à fertilidade e a magia da reprodução. Objetos fálicos podiam ser encontrados nas paredes das casas, nos cruzamentos, em pingentes e colares. Para nós pode parecer algo absurdo e estranho, mas para aquele contexto histórico e cultural fazia parte do cotidiano das pessoas e alguns desses objetos podiam ser usados como amuletos contra o azar, mal olhado e más intenções. Não existia o horror sagrado, por exemplo, acerca das relações afetivo-sexuais entre homens, seria mais apropriado falar, que o condenável na sociedade romana era o fato de fazer-se passar por alguém do outro sexo e não de fazer sexo com pessoas do mesmo sexo. Os romanos não se opunham a essas formas de amor, mas colocavam regras rígidas a serem seguidas. Na elite romana, aceitava-se como natural que um homem mantivesse relações com mulheres ou com homens, por exemplo, o patrão com seus escravos ou escravas. O cidadão romano poderia ter prazeres sexuais tanto com homens quanto com mulheres, desde que impusesse sua virilidade e dominação. De acordo com os gostos pessoais cada um optava pelo homem, pela mulher ou pelos dois. Mas essas relações eram proibidas entre homens de “sangue” romano.

O exercício da virilidade corresponde a uma função eminentemente política, o cidadão romano nasceu para dominar. Podemos dizer em uma categoria sexual, dividido entre ativo e passivo, tendo a imagem de virilidade associada à força física, à superioridade bélica, ao caráter e à sexualidade do cidadão romano. Ser ativo era ser o macho, que deveria penetrar para ser considerado homem de verdade, seja qualquer que fosse o sexo do parceiro passivo. Ter prazer virilmente ou dar prazer servilmente, essa é a questão que parece envolver a relação sexual na Roma antiga. A moral sexual considerava que devia haver dois parceiros, um passivo (homem ou mulher) que deveria fornecer prazer

e sofrer a lei da virilidade e o outro, o senhor, o ativo que impunha seu domínio enquanto era servido. Sodomizar seu escravo era coisa inocente, secundária e não vista como um problema ou um desvio social e moral. A submissão sim considerada antinatural para o cidadão, ser penetrado por seu escravo ou por qualquer outro homem seria considerado um ato atentatório, pois se considerava a passividade uma conseqüência da falta de virilidade. Sendo esta uma virtude que deveria ser intrínseca ao homem cidadão de Roma e a falta da mesma era repudiada e o homem não viril desprezado. O cidadão romano não podia ter prazeres servilmente passivos e seu corpo deveria ser inviolável, pois esse ato era considerado monstruoso.

Para evidenciar a questão da virilidade e da relação de poder na prática sexual Paul Veyne cita em seu texto a Homossexualidade em Roma o fato de Catulo, em suas poesias, ameaçar sodomizar seus inimigos para simbolizar sua vitória, seu poder e sua superioridade sobre os mesmos. Havia uma diferença entre as regras sociais e as práticas cotidianas, que nem sempre seguiam com rigidez as regras e normas sociais impostas. A moral romana variava de acordo com o estatuto social. A passividade era considerada um rebaixamento para o homem livre, pois ele se colocaria em uma posição de inferioridade, de submissão, já entre os escravos era um dever absoluto para com seu amo, o escravo estava para servir o seu senhor e tinha a obrigação de lhe dar prazer. O cidadão romano deveria preservar para si o papel ativo na relação sexual, mas um escravo não se envergonharia e nem cairia em críticas e desprezo social se estivesse servindo a seu senhor. Como exemplo pode citar a existência dos “Filhos do Prazer” que eram rapazes escravos que serviam para satisfazer os desejos sexuais do seu senhor. Em Roma chegou a ter o dia do prostituto, Fastos de Preneste, no dia 25 de abril logo após o dia da prostituta. Esses rapazes serviam para satisfazer os anseios sexuais masculinos, já que a uma mulher não era permitida a essa prática sexual, ela só poderia ser desposada no casamento e pelo seu marido. De acordo com alguns estudiosos acerca do tema a prostituição em algumas ocasiões era bem aceita, pois homens e jovens podiam exercer sua sexualidade sem precisar burlar os preceitos morais de violar uma senhora ou jovem romana, não era algo infame, mas sim uma possível expressão de liberdade.

O homem romano não poderia de forma alguma inverter os papéis, e se colocar no lugar de um ser inferior usando de suas práticas. Por se falar em submissão um outro ato grave que atenta imensamente contra virilidade masculina é a felação, era preferível se passar por um homófilo passivo do que por um FELLATIO, palavra que vem do verbo felar que significa chupar, sugar, nesse caso pessoa que pratica a felação, sexo oral. Para Veyne seria retirar todo seu prazer para dar a outro sem exigir nada em troca, seria o extremo, da passividade e da falta de virilidade para um homem cidadão de nascimento livre de Roma. Possuir e não ser possuído, ser ativo e não ser passivo, ser senhor e não ser escravo, essas questões estão diretamente relacionadas com a virilidade e a imposição do poder do senhor dominador e macho.

Ser ativo não era um crime, e a alta sociedade romana por vezes se vangloriava dessas práticas, pois assim demonstravam poder e virilidade submetendo o outro ao seu prazer e à sua dominação. Como já disse anteriormente existem regras a serem cumpridas que nem sempre eram seguidas pelos atores da ação, ou seja, não eram todos em sua vida cotidiana e familiar que acatavam e respeitavam todas as regras sociais e morais, muitas vezes quebravam essas normas e se fossem pegos cairiam no descrédito e no desrespeito ou até mesmo ser condenados à morte. O parece existir é uma forma ideal de relacionamento entre homens e uma relação da “atividade” com “passividade”, ser servido e servir, ser superior e ser inferior respectivamente, e a não permissão de uma possível inversão nos papéis representados por cada um nas respectivas práticas.

Referências bibliográficas:

FEITOSA, L. M. G. C. *Amor e Sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume, 2005.

GRIMAL P. *O amor em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VEYNE, P. (Org.) *O Império Romano*. In: ARIÉS, F., DUBY, G (Dir) *História da vida privada. Do império ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ROBERT, J-N *Os Prazeres em Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROBERT, J-N *Eros Romano: Sexo y moral en la Roma antigua*, Madrid: La mirada de la historia, 1999.

ENTRE FRAQUEZAS, COAÇÕES E PROMESSAS: CONCISO APONTAMENTO DE DELITOS SEXUAIS - RIBEIRÃO PRETO (1878-1914).*

Angela Pires Martori Chichitosti**

Resumo: Conhecer o espaço (seja ele rural ou urbano) em que o homem viveu e vive, é de fundamental importância para compreendermos o presente. Crimes sexuais, principalmente, contra as mulheres, ocorrem ainda nos dias atuais. Os motivos e como a sociedade os vê, reflete, em determinados aspectos, o organismo social no qual vivemos. Compreender, interpretar e empreender uma análise a partir dos discursos constantes nos Inquéritos e Processos Criminais, a cerca de delitos sexuais, ocorridos na (hoje) cidade de Ribeirão Preto, nos permitirá estudar o processo de construção de papéis sociais, as normas jurídicas daquele período e como a sociedade encarava determinadas práticas.

Abstract: To know the space (either agricultural or urban it) where the man lived and lives, is of fundamental importance to understand the present. Sexual crimes, mainly, against the women, still occur in the current days. The reasons and as the society see them, reflect, in definitive aspects, the social organism in which live. To understand, to interpret and to undertake an analysis from the constant speeches in the Inquiries and Criminal proceedings, about sexual delicts, occurred in (today) the city of Ribeirão Preto, in will allow them to study the process of construction of social papers, the rules of law of that period and as the society faced definitive practical.

Palavra-chave : sexualidade, delitos sexuais, Ribeirão Preto.

* Este artigo é parte integrante de uma pesquisa mais ampla de monografia que está sendo desenvolvida sob a orientação do Prof. Ms. Fábio Augusto Pacano para a conclusão do curso de Especialização.

** Graduada em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto/SP. *Ano de Obtenção:* 2005. Pós-Graduada em História, Cultura e Sociedade pela mesma instituição. *Ano de ingresso:* 2006. Professora da rede pública de Ensino Fundamental e Médio em Ribeirão Preto.

É consensual entre pesquisadores que se debruçam sobre pesquisas relacionadas a sexualidade, afirmar que, desde os primórdios da colônia, os lusitanos enxergaram no Brasil as condições favoráveis para a prática de sexo mais livre, deixando a marca de uma prática sexual sem limites. Não nos deixando levar pelas generalizações, houve nesse mesmo período a tentativa através de agentes eclesiásticos de difundir e reafirmar entre os colonos; os índios, e posteriormente, entre negros, o cristianismo romano e todas as suas implicações legais.

As tentativas não obtiveram grandes êxitos. Colonizadores e clérigos contrariaram não só a moral sexual católica como também intensificaram suas práticas. Seja como forma de expansão territorial, ampliação de poderes econômicos, ou apenas, satisfazer os desejos carniais (aplicando não raro o uso da violência), o casamento monogâmico, muitas vezes, cedeu espaço as práticas de bigamia, concubinato, sodomia e outros pecados tidos como nefando. Gilberto Freyre, em sua obra Casa-Grande e Senzala (1973: 72) salienta que:

Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio da colônia e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas.

A Igreja Católica por muito tempo defendeu que a única finalidade da relação sexual era a procriação. Entre os pecados considerados mais graves, referente a sexualidade, estavam o adultério, o estupro, o rapto, o incesto espiritual e carnal e a sodomia. A confissão, utilizada como fonte de reprodução da verdade, foi uma das formas encontradas para vigiar e controlar as condutas dos fiéis.

Os mesmos eram orientados a descrever os atos, pensamentos e as posições empregadas durante o ato sexual, pois, não bastava apenas arrancar do indivíduo o que ele gostaria de esconder de si mesmo, mas sim o que ele tinha temor em dizer, possibilitando dessa forma que a sexualidade pudesse ser algo interpretado. O sexo, relacionado ao pecado e a possíveis problemas patológicos de futuras gerações, caso fosse mantido de forma desregrada, se distanciava cada vez mais do desejo e do prazer. Aos poucos, os assuntos pertinentes a sexualidade passaram a ter um

foco científico, possibilitando uma série de pesquisas sobre o tema. Práticas e representações acerca da sexualidade se ajustavam à realidade do Novo Mundo.

Com a independência, o Brasil passou a adotar pressupostos liberais que se mesclavam a um código de valores solidamente conservador (IGLÉSIAS,1985:16-26). Em 1830, Dom Pedro I, tornou oficialmente público o Código Penal Imperial (revogando o Livro V das Ordenações Filipinas), esse previa, a punição de crimes contra honra e a família e aos atos públicos de indecência, cabendo ao policial determinar ou não o que era adequado àquela sociedade.

Já em 1890, o recente governo Republicano promulgou o novo Código Penal, no qual buscava empreender várias formas de controle aos indivíduos, os crimes contra a honra e a família foram reorganizados, porém, o tempo previsto para as penas diminuíram, de acordo com o Título VIII *Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor*.¹

É dentro desse contexto de transformações que Ribeirão Preto se destaca. Em meados do século XIX, a região de Ribeirão Preto era conhecida como o Sertão do Rio Pardo (LAGES, 1996). Com a interiorização feita por meio de abertura de estradas Reais e clandestinas, bem como o emprego de transportes fluviais, os entrantes mineiros povoaram essa região. A formação populacional inicial foi composta basicamente por migrantes, mas, como não poderia deixar de acontecer, pessoas com várias intenções e necessidades procuravam um novo local para viver e ou construir/ acumular “fortuna”.

Ribeirão Preto teve no seu início uma agricultura variada, CALSANI (2005) salienta que a boa qualidade do solo propiciou não só o grande cultivo do café, mas também o plantio de produtos como feijão, milho, legumes e a criação de gado.

Importante valor econômico e social teve em 1883, a fundação da Cia. Mogiana. O trem possibilitou um melhor e mais rápido escoamento dos grãos do café, que tinha como destino o porto de Santos e de lá a exportação; a imigração de italianos, portugueses e espanhóis e a própria “modernização” de Ribeirão Preto.

Já nos primeiros anos do século XX, Ribeirão Preto respirava ares da *Belle Époque* (que compreendeu o período de 1885 à 1914, momento em que as influências européias encontraram

¹ A ortografia dos artigos do Código Penal e citações dos Processos Criminais e Inquéritos Policiais respeitam a forma original da escrita.

seu auge nessa região). Nesse momento, há a valorização do que é novo, em todos os campos, seja ele cultural; econômico ou político. Entretanto, essa dita modernidade não abrangeu todos ribeirão-pretanos. A exemplo no que ocorria no Rio de Janeiro, notava-se com clareza as desigualdades sociais, sérios problemas de infra-estrutura e o aumento dos índices de doenças.

As várias modificações no campo político, social, econômico e cultural em Ribeirão Preto não aboliram a prática de delitos sexuais. O Arquivo Municipal e Histórico de Ribeirão Preto conta atualmente com apenas uma parte do acervo de Processos Criminais e Inquéritos Policiais ocorridos em Ribeirão Preto². No período correspondente a nossa pesquisa (1878-1914), foram localizados 23³ (P.C. e I.P.), esses somam um total de 28 delitos praticados, visto que, crimes cometidos pelo(s) mesmo(s) ofensor(es) contra uma ou mais pessoas eram arquivados dentro de uma mesma pasta.

Por unanimidade, ficou constatado que os crimes foram praticados por pessoas bem próximas ou do mesmo convívio social. As denúncias partiram com destoante frequência por parte de pessoas menos favorecidas financeiramente, comprovados a partir do atestado de miserabilidade, podendo dessa forma o processo correr as custas do poder público.

Entre os processos e inquéritos foram encontrados 5 acusações de rapto seguido de defloração, 1 rapto e 1 tentativa de rapto. De acordo com o Art. 270 do Código Penal de 1890, é considerado rapto *“Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genésicos”*.

Sendo assim, a saída da mulher honrada da casa da família se dava por motivo de casamento ou para abraçar a vida religiosa. A retirada da casa paterna sobre outras circunstâncias, era tida como crime de rapto seja ele praticado com o consentimento da raptada (sedução), ou violentamente (contra a sua vontade).

²Grande parte dos processos e inquéritos que ficavam arquivados no Fórum da cidade e demais municípios do Estado, foram transferidos para a cidade de Jundiá e lá permanecem sem classificação e equipe qualificada para atendimento a pesquisadores.

³ Uma pesquisa mais completa foi possível enquanto o acervo permaneceu sob a custódia do Fórum da cidade de Ribeirão Preto, entretanto, não se pode afirmar que todos os crimes praticados no período estudado foram efetivamente denunciados. Ver DE TILIO, R. **Casamento e sexualidade em processos judiciais e inquéritos policiais na Comarca de Ribeirão Preto (1871 a 1942)**: concepção, prática e valores. Ribeirão Preto, USP, 2005. (dissertação de mestrado em Psicologia).

Nos casos de rapto seguido de defloramento a finalidade do crime era autorização para casamento, como é o caso de Thomaz Valério e Barros(21 anos) e Guiseppina(18 anos), ocorrido no ano de 1889⁴, por motivos de não aceitação por parte do pai da ofendida, o casal resolveu fugir para que pudessem se casar em juízo. Nos casos em que a raptada fosse maior de 21 anos o ofensor se livraria da pena caso optasse pelo casamento, mas esse não foi o caso de Thomaz, que precisou responder em juízo o crime cometido. A pena poderia variar para mais, caso o ofensor fosse ministro de qualquer confissão religiosa, pessoa casada ou membro da família ou criado da mesma.

O Código Penal trata sobre defloramento no seu art. 267, mas não é pouco específico. Lendo os auto de corpo de delicto, compreendemos que defloramento é a cópula completa ou incompleta com mulher virgem de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude. Os crimes de defloramento, em sua grande maioria, eram revelados à família das ofendidas em um período bem posterior ao ocorrido, e como consequência, demoravam um pouco para serem levados à justiça. Motivos como a esperança das promessas serem cumpridas, falta de recursos e medo de contar a família, foram alegados.

As ofendidas, na maioria das vezes, declaravam ter sido; enganadas, seduzidas, conduzidas pelo companheiro a praticar o ato. Entretanto, deixam transparecer que tinham consciência do erro. Ao permitirem a entrada em seus quartos e quintais de forma clandestina ou irem a locais ermos, consentem tal prática. No caso do “ofensor” se abster em assumir as responsabilidades e as “ofendidas” de se colocarem somente na situação de vítimas, davam a elas a possibilidade de serem julgadas pelos valores morais que possuíam e nesses casos as declarações das testemunhas, ditavam os rumos do processo.

Percebe-se que quando o processo ou inquérito é conduzido por uma das partes com advogado particular a tendência é de argumentações que tentam (e as vezes conseguem) rebaixar a mulher a humilhação, igualando a ofendida ao mesmo nível moral das prostitutas. Foi o caso do Processo Crime ocorrido em 1912, envolvendo Manoela e Manoel⁵. O acusado após ser condenado por violência carnal apelou a justiça e contratou um advogado, vejamos uma frase dessa defesa:

⁴Caixa 069 A 1º Ofício Cível. P.C. 113.

⁵ Caixa 170 A 1º Ofício Cível. P.C. 130

“Se tanto bastasse, isto é, si somente as declarações, a queixa, de uma mulher contra homem, fosse suficiente para incriminal-o, terriamos de assistir todos os dias as maiores despropósitos, as mais revoltantes violencias – casamentos á força- entre prostitutas e homens honestos, como veríamos innocentes na cadeia por delictos praticados por outrem.”⁶

Há casos em que o acusado “se livra” das acusações, desaparecendo. O processo fica tramitando por algum tempo, e enquanto são feitas as averiguações, o acusado foge. É certo que por prevenção, alguns delegados optam por manter o acusado preso, mas, nem sempre isso acontece. Foi o caso de Maria Ferreira e Francisco Theodoro, Processo Crime de 1878, após raptar, estuprar, manter longe de casa a ofendida e posteriormente, ter abandonado a mesma a prostituição, o caso foi dado por encerrado dois anos após sua abertura, por desconhecer o paradeiro do acusado.

Crimes contra crianças menores de 12 anos também foram constatados. Em um dos casos envolvendo uma criança de nome Elvira no ano de 1902, de 10 anos de idade, deixa claro que a punição não diferenciava do caso de rapto e defloramento citado acima. Mesmo o acusado tendo usado de artifícios como oferecer doces para atrair a criança que vivia sobre o mesmo lar que ele, por ser filha de sua amasiada (sic), e ter tido relações sexuais de forma violenta, devido ao pouco desenvolvimento e corpo ainda infantil da ofendida, o caso foi classificado por defloramento e não como estupro pois, o acusado havia anteriormente manifestado e falado sobre intenção de casamento com a mãe da ofendida o caso foi encerrado perante a contratação do casamento.

O fato de o homem fazer promessas verbais ou mesmo materiais (creme dental, perfume, tecido para roupa) sobre casamento, perante apenas a pretendida ou mais grave ainda, na presença de testemunhas, permitia que no caso de haver defloramento, a ofendida tivesse provas

⁶ Manoel de Souza e Manoela Paranho. Processo Crime (130) 30/06/1912. caixa 170 A p.43

incontestáveis, levando o acusado a optar entre o casamento e a prisão, mesmo que ele tente de todas as formas negar que a autoria do crime não tenha partido dele.

Dos crimes encontrados, apenas 2 envolviam proprietários de fazendas, os demais, exerciam atividades como jornaleiro, carroceiro,... afinal, mais modestas. Seja por preservação da honra, da moral ou dos bons costumes, o fato é que: famílias tidas como mais abastadas não denunciavam tais crimes e raramente eram envolvidos em denúncias, deixando transparecer as relações de poder nessa sociedade.

Finalizando, esse são alguns exemplos dos delitos encontrados e por nós pesquisados, muito há de se estudar e analisar, tratando esse texto, apenas de um ensaio. Se fosse necessário fazer agora as considerações finais, muito deixaria de ser dito, por isso, empreendo apenas alguns apontamentos.

Rapto, sedução, estupro, atentado violento contra o pudor e defloramento estiveram presentes na História do Brasil e se perpetua nos dias atuais. De qualquer forma, cometendo (efetivamente) ou não o crime, convivia –se com a possibilidade de serem denunciados e de terem, em certos casos, a impunidade como certa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CALSANI, Rodrigo A. **Entre o café e o açúcar**: a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940/1970). Centro Universitário “Barão de Mauá”, Ribeirão Preto, 2005. (Monografia de Conclusão de Curso).

CHARTIER, R. *O mundo como representação*. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 1991. p.173-191.

FLANDRIN, J-L. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: Da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In. **Sexualidades Ocidentais**. Trad. Lygia A. Watanabe, Thereza C. F. Stummer. 3.ed.São Paulo: Brasiliense, 1987. p.135-152.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto**: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA, 1996.p...

LEPARGNEUR, Hubert. **Antropologia do prazer**. Campinas: Papyrus, 1985.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In. **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. In. **A nova história cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERINELLI NETO, Humberto; DOIN, José Evaldo de Mello; PACANO, Fábio Augusto. Incursões pela Belle Époque caipira: proposta de uma prática de História da cidade e do urbanismo. In. **Dialogus**. Ribeirão Preto, v.1 n.2,2006, p. 213-237.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Org. Jacques Revel. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1998.p.15-38.

ROSENTAL, P-A. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Org. Jacques Revel. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.p.151-172.

SILVEIRA, F. A. FURLAN, R. Corpo e Alma em Foucault: Postulados para uma Metodologia da Psicologia. In. **Revista Psicologia USP**. São Paulo: Edusp, Volume 14, no. 3.

VAINFAS, Ronaldo. **História e sexualidade no Brasil**. VAINFAS, Ronaldo.(org.). Rio de Janeiro: Edições graal, 1986.

GIRO DE FOLIA REIS: tradição, devoção e festa popular

Tito Oliveira Coelho¹

O giro de folia de Reis resgata a história dos reis magos do Oriente que fizeram longa viagem em busca do Menino Jesus. Sabe-se que as folias eram manifestações festivas em Portugal, mas chegando ao Brasil adquiriram características religiosas. As folias são “fenomenações” vindas de Minas Gerais e Bahia para Goiás com a abertura das fronteiras nos anos de 1940, sendo as folias do Espírito Santo mais antigas. Religiosidade se confunde com festividade já que contam com grande comedoria, dança de catira e forró.

PALAVRAS-CHAVE

1 Festa Popular, 2 Folguedo, 3 Giro de folia, 4 Reis Magos do Oriente

ABSTRACT

KING'S FESTIVITY CIRCUIT: Tradition, devotion and popular feast

The king's festivity circuit brings back the history of the three wise kings from the East, who traveled in search of the infant Jesus. It is known that the festivity was a manifestation party in Portugal but when they arrived in Brazil they took a religious characteristic. The festivity is a phenomenon originally from Minas Gerais and Bahia that come to Goiás, with the advent of opening of the borders in 1940, being the festivities of the Holly Spirit the oldest ones. Religiosity is mistaken by festivities as there are a lot of eating, catira and forró dancing.

KEY WORDS

1 Popular feast, 2 entertainment, 3 festivity circuit, 4 three wise kings from the East.

¹ Unidade Regional Educacional Central da Secretaria Municipal de Educação, Goiânia, GO; especialista em História, FCHF/UFG; especialista em Metodologia do Ensino Superior, FE/UFG e mestre em Geografia IESA/UFG.

1 Introdução

Este trabalho é o resultado de pesquisas bibliográficas e de campo sobre as folias de Reis: História e fenômeno interespacial. Como histórico aborda-se pequena interpretação sobre os Reis Magos do Oriente e como tradição memória, identidade e cultura; como fenômeno rural/urbano a articulação dos grupos de folias no espaço urbano de Goiânia e suas adjacências. As folias de Reis estiveram em silêncio no meio urbano goianiense durante alguns anos, mas atualmente têm se rearticulado, tornando-se parte das datas festivas na capital goiana. Só o tempo histórico de curta duração nos permitirá avaliar se se trata de uma efeméride ou se o movimento terá uma base de sustentação sólida, tornando-se protagonista na História de Goiás.

2 OS TRÊS REIS

O giro de folia de Reis resgata a história dos reis magos do Oriente que fizeram longa viagem da Babilônia até a lapinha de Belém. Eram sábios astrólogos e astrônomos da Mesopotâmia, descendentes de Enoque, Noé, Melquisedeque, Balaão, e rei Ciro (BOFF, 2007). Seguiram a conjunção de Júpiter com Saturno que formaram uma grande “estrela” na constelação de Peixes. Os reis passaram por várias paisagens naturais e urbanas em busca do Menino Jesus. Na Judéia Herodes, segundo a tradição, tentou persuadir os reis a voltar e dizer onde estava o Menino. Mas fizeram outra trajetória e não revelaram o lugar em que José e Maria estavam com o filho. O palhaço faz parte desta história, sendo mais de uma versão sua procedência: uns dizem que era o bobo da Corte, outros o soldado de Herodes disfarçado que se arrependeu e passou a adorar o Menino.

O culto aos “Reis” Magos do Oriente (tradicionalmente três, mas com indícios de que eram doze) “preserva” lendas, fatos e fatores históricos ocorridos em tempos-espaço asiáticos do Oriente Médio, os quais se manifestam no Brasil há cerca de três séculos. A Palestina representou uma localidade em que se deram os acontecimentos necessários à criação da Folia de Reis na Península Ibérica (VIGILATO, 2000 : 47), atualmente Espanha e Portugal, por volta dos séculos XII e XIII. Sabe-se que séculos depois as folias de Reis veio para o Brasil por intermédio dos colonizadores.

3 AS FOLIAS NO BRASIL

Sabe-se que as folias eram manifestações festivas em Portugal, com a intenção de entretenimento. A História conta que esta modalidade de folguedo veio da Coroa Portuguesa para o Brasil no período colonial, tomando características religiosas. Os giros de folias adquiriram características diferentes segundo os costumes de cada região e sub-região brasileiras.

Esta manifestação (Folia de Reis ou Reisado) territorializou-se no Brasil em meados do século XVIII [embora isto não descarte evidências já no século XVI] como manifestação religiosa (DIÁRIO da MANHÃ, 19/01/2004 : 5) e sincrética adaptada à cultura nacional em diversas regiões, localidades e lugares. O dia de Reis é comemorado no dia 6 de janeiro, acompanhando o Natal e o Ano Novo. Os foliões pedem licença às casas para cantar e recordar o nascimento de Cristo e sua perseguição por Herodes.

O tempo da folia é de devoção aos Reis Magos, mas também um motivo para festas; é tempo de celebrar a abundância durante a folga de fim/início de ano. Cria-se um tempo-espaço festivo para comer e beber, fato este concebido como “bagunça”, por parte de muitos religiosos e indivíduos alheios aos conhecimentos desta manifestação. A folia tem o momento de devoção e o de festa, ou seja, o momento do culto e o momento de ajuntamento, a festa. Durante a cerimônia, as cantigas são de homenagem e lamentos pela perseguição do Menino-Deus, onde se canta, alegra-se e emociona-se. Depois da devoção dança-se catira (espécie de dança tropeira goiana), brinca-se com o palhaço come-se muito e dança-se forró. O baile é realizado, normalmente, sem a participação dos foliões durante o pouso, para não haver exaustão, mas não é regra geral. São vários santos homenageados por foliões, mas a mais conhecida é a de Santos Reis.

SILVA (2001 : 32) ressalta a existência de dois tipos de folia na cidade de Pirinópolis, GO: a folia de Reis e a folia do Divino; “Elas se diferenciam em vários aspectos; o principal deles é que, ao contrário da folia de Reis, que gira à noite [as de estilo goiano giram sempre durante a noite e as mineiras de dia], as folias do Divino giram durante o dia e a cada noite o grupo de foliões realiza um pouso em lugares previamente estabelecidos”. Outras distinções

existem entre estas duas modalidades de folia, sendo elas importantes manifestações do catolicismo popular brasileiro. Este folguedo é conhecido como Reis-do-Boi, Terno de Reis (quando não há a presença dos palhaços). Normalmente a folia é composta pelo capitão ou embaixador (canta os versos e coordena a folia), primeira à sétima voz, sanfoneiro, violeiro, violonista, pandeirista, caixeiro (um bombo, ou surdo), tocador de cavaquinho e o palhaço. Tudo isso é vislumbrado no Encontro de Folia de Reis em Goiânia criado no ano de 2002.

4 O SURGIMENTO DAS FOLIAS EM GOIÁS

As folias são “fenomenações” que mostram ter vindo para Goiás com a abertura das fronteiras nos anos de 1940, sendo as folias do Espírito Santo mais antigas. As folias que se manifestam em Goiás e mais especificamente em Goiânia são de estilo mineiro e baiano, que através destes criou-se o estilo goiano.

Não é de nossa intenção resgatar a história da imigração/migração das folias de Reis de Portugal para o Brasil e do Sudeste/Nordeste para Goiás. Mas todo fenômeno espacial tem uma lógica histórica de se pensar. As folias não são oriundas das tribos africanas e “sul-americanas”, mas mesclaram-se com estas. CANESIN e SILVA (1983 : 19) em seus estudos disseram que “Na época em que o Brasil foi descoberto, os portugueses já sabiam o que era folia. Quando aqui chegaram, eles trouxeram a folia que conheciam”. Sabe-se que os foliões se reterritorializaram (em relação a Portugal) nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e outros adquirindo características locais. Quando chegaram ao Estado de Goiás trouxeram tais características, como forma de “trasladação” do regionalismo. Na ocasião da abertura das fronteiras agrícolas o território goiano foi adquirindo os elementos que precisava para a articulação das folias.

PESSOA, PESSOA e VIANÊS (1993 :. 61) constataram que “Seguindo as trilhas dos mineiros que aportaram em Goiás em busca de dias melhores, o lavrador José Pedro Rabelo chegou a Itapuranga no início da década de 40, vindo de Espinha do Peixe, Distrito de São Pedro, município de São Gotardo – MG”. A maioria das folias de Reis no Estado de Goiás é oriunda de Minas Gerais como o caso supramencionado e outros como a folia do Bairro São Joaquim em Goiânia. Este fato é citado por COELHO em sua observação participativa

durante o giro de folias 2005/2006: “Tive a oportunidade de conhecer a Companhia de Folia São Joaquim, na Vila São Joaquim. É uma folia com 200 anos de história, coordenada por Sebastião da Costa Sobrinho” (DIÁRIO da MANHÃ, 09/01/06). Esta folia veio de Minas — não se sabe precisar o lugar — para Trindade e ficou numa família de festeiros e como em nesta cidade já havia folias veio girar no setor São Joaquim há cerca de 30 anos.

O contato com esta folia foi permitida a partir dos contatos do movimento de foliões do Jardim das Aroeiras, o qual estabelece relações interesaciais com outros grupos em Goiânia. Acredita-se que a modernização do campo foi um dos fatores de dispersão de foliões para as cidades, posteriormente à abertura de fronteiras no Estado de Goiás.

5 O GIRO DE FOLIAS

Normalmente os giros são realizados do dia 26 de dezembro ao dia 06 de janeiro com saída, almoço e jantar no pouso até chegar e realizar os rituais de entrega da folia com uma festa final. Os ritos religiosos se confundem com os festivos já que contam com grande comedoria, dança de catira e forró.

O giro de folia de Reis é marcado pelo festeiro (uso mais comum nas folias), podendo contar com a ajuda de auxiliares, dos capitães, embaixadores e outros membros da comunidade. Na Cia. de Catireiros e Foliões Estrela do Oriente do Setor Pedro em Goiânia não existe festeiro e todos os foliões assumem tal papel no giro. Justificam isso porque os foliões giram cantando, tomando sol “pedindo” esmolas e não “faz” sentido entregá-las ao festeiro. Questionam: “onde ficam os mensageiros dos Santos Reis? Nesta Cia. todos os foliões são festeiros e fazem a festa para o povo com as esmolas”. Usualmente cabe ao festeiro articular a saída e a chegada, pedindo doações em moeda ou espécie (arroz, feijão, macarrão, carnes, verduras e outros) para realizar a comezaina durante a entrega ou recolhida, como dizem. O que porventura faltar o festeiro completa. As esmolas recolhidas pelo alferes são repassadas para o festeiro fazer a festa e o dinheiro (entregue à bandeira através do alferes) que exceder a despesa com cordas de instrumentos e outros custeios são entregue ao dono da casa em que se faz a entrega (conforme observamos nos giros de folia do Jardim das

Aroeiras em Goiânia). A organização do giro é feita por leigos sem a interferência do clero e a escolha do novo festeiro é feita pelos pastorinhos durante a entrega da folia.

Na saída da bandeira o capitão faz um pequeno sermão aos foliões antes do giro começar. No caso da Folia do Jardim das Aroeiras o Sr. Miguel recomenda não usar bebidas alcoólicas, não freqüentar bares e botecos, andar limpo e tomar cuidado com brincadeiras de mau-gosto. Os foliões são bentos (benzidos pelo capitão da folia) ajoelhados diante da bandeira, afina-se os instrumentos e começa-se a andança.

Durante o giro o pastorinho é responsável por guardar a bandeira, não deixar que foliões passem na frente dela, fazem abordagem na porta das casas, orientando os devotos no porte da guia e dos rituais a ela. Na abordagem o boneco faz versos, piadas para quebrar a pessoalidade dos abordados. Se aceita a bandeira o palhaço guia a folia até o interior da casa procurando a existência do presépio. Canta-se a toada, faz-se versos de agradecimento e pede a esmola para o bastião ou para a bandeira. Fica à escolha do devoto a entrega da oferenda.

A bandeira não pode cruzar, pois existe uma superstição de que isso ocorrendo pode falecer foliões ou outros castigos. Fala-se que os “Treis Rei é vingativo” (linguajar popular dos foliões goianos). No caso da bandeira ter que voltar e cruzar, é feito um ritual de pedido aos Três Reis, fecha-se (enrola-se) a mesma e retorna sem problemas (dizem que se pedir “prmissão num tem problema”). No entanto a bandeira não pode cruzar sem pedir permissão aos Santos Reis. A bandeira deve girar até o almoço na parte da manhã.

Chegando a casa em que se vai almoçar pode existir um arco de coqueiro e conter presentes no mesmo. Faz-se uma fila e toca-se uma valsa (chamam de meia lua) como ritual de chegada no arco. O marungo faz os versos saúdam o patrão e a patroa e toda sua família e o verso: “os Treis Rei envem girano tão alegre, tão contente e eu prigunto o patrão se nesse arco tem presente”. Caso o patrão diga sim os caetanos começam a procura dos presentes embrulhados em folhas de coqueiros escondidas no arco. Pode ser encima ou embaixo, no arco ou no chão. Se estiverem enterrados os presentes no chão os palhaços devem procurá-los e perguntar ao patrão se há mais escondidos. Achados os presentes os pastorinhos fazem os versos para arreentar a fita de papel que fecha a entrada e passa a folia ao comando do embaixador, que puxa a toada em direção ao interior da casa. Canta-se e faz-se todos os rituais enquanto os serventes e cozinheiras servem à mesa.

Terminados os rituais o capitão ou o coordenador da folia apita convidando os foliões para o almoço. Sempre estes formam um círculo em volta da mesa e rezam o Pai Nosso e Ave Maria; depois se servem primeiro, pois estão cansados e depois os presentes. Terminado o almoço, feito um “quilo” o capitão apita chamando para o agradecimento da mesa. Canta-se o bendito da mesa, os palhaços fazem versos a todos os elementos contidos à mesa, aos serventes e cozinheiras, os presentes despedem e começam a girar em direção ao pouso. Repetem-se os rituais de chegada no arco e canta-se no presépio onde a bandeira pousará. Os rituais do jantar são os mesmos do almoço e como nas cidades não há espaço para todos dormirem os foliões são distribuídos nas casas vizinhas ou voltam para casa e no outro dia na hora do café os foliões são benzidos para sair. Canta-se em agradecimento ao desjejum e voltam a girar novamente.

No dia da chegada os rituais são os mesmos no arco, no presépio, no jantar e depois os palhaços passam a coroa na cabeça dos participantes fazendo versos visando escolher o novo festeiro. Agradece-se a mesa e seguem cantando rumo ao presépio para entregar a bandeira para o novo festeiro. Os palhaços entram ajoelhados sem as máscaras e festejam o giro. O novo festeiro conduz a bandeira fechada (enrolada) até sua residência para esperar um novo giro no ano seguinte.

6 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo do tempo-espaço festivo religioso, parte da cultura geral, é uma forma de interpretar a distribuição dos grupos culturais no espaço e a marca que eles imprimem na paisagem construída periodicamente (a festa); é uma maneira de valorizar o ser humano, investigando as sensações e as percepções do homem segundo sua história; a comunicação coletiva e a construção de identidades permitem o indivíduo ou grupos expor as dimensões simbólicas, que, às vezes, encontram-se restritas à sociedade (CLAVAL, 1997 : 91-92). Cabe ao estudante de ciências humanas interpretar as formas, a sonoridade, os movimentos e os sentidos que tem o estar na festa religiosa. É importante perceber o sentido das coisas através da interlocução, da dialogia e da maneira particular em que cada indivíduo vê as coisas. O tempo-espaço da folgança permite o diálogo sem pressa e preocupação com o relógio. É aí que aprendemos com os outros para construir nossas representações. Os foliões têm se

organizado e vem — ultimamente — criando grandes interrelações tempo-espaciais em Goiânia.

As folias estão se articulando com eventos organizados por grupos culturais alternativos em Goiânia, no intuito de fortalecer a ambos. No ano de 2007 a Cia. de Catireiros e Foliões Estrela do Oriente, o Grupo de folia e Catira Mirim do Jardim das Aroeiras e os Reizeiros da Bahia tiveram participação efetiva na I Procissão dos Tambores em Goiânia, realizada no dia 07 de abril no Sábado de Aleluia.

BIBLIOGRAFIA

BOFF, Leonardo. Os Reis Magos ontem e hoje. Disponível em: <http://www.leonardoboff.com/>. Acessado em 09 jul. 2007.

CANESIN, Maria T; SILVA, Telma C. da. *A Folia de Reis de Jaraguá*. Goiânia: UFG/ICHL, Centro de Estudos da Cultura Popular, Coleção “Religiosidade Popular”, n. 1, 1983. ? p.

CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, Iná E. de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

COELHO, Tito O. Aprendendo com a folia de Reis. *Diário da Manhã*, Goiânia, 09 jan. 2006. Opinião. Disponível em: http://www.dm.com.br/opiniao_do_leitor.php?edicao=6640. Acessado em: 24 jan. 2006.

Festa começou em Portugal. *Diário da Manhã*, Goiânia, 19 jan. 2004, Cidades, p. 5.

PESSOA, Jadir de M. (org.); PESSOA, Edson; VIANÊS, Edson A. *Meu senhor dono da casa: os 50 anos da folia de Reis das Lages*. Goiânia: Graf. e Ed. O POPULAR, 1993. 173 p.

SILVA, Mônica M. da. *A festa do Divino: romanização, patrimônio & tradição em Pirinópolis (1890-1988)*. Goiânia: Cegraf/UFG/Agepel, 2001. 229 p.

VIGILATO, José. *Folia de Reis: do Oriente para Belém*. Goiânia: Ed Kelps, 2000. 145 p.

TÍTULO: O INTERIOR E A FRONTEIRA COMO ELEMENTOS PARA PROJETOS POLÍTICOS NO SÉCULO XX

AUTOR: George Leonardo Seabra coelho¹

RESUMO: Esse texto tem o intuito de debater como o interior brasileiro e a “fronteira” tornaram-se elementos para a elaboração de projetos políticos no século XX. Ou seja, de que forma os governos e a intelectualidade nacional apropriaram do interior brasileiro – assim como das diferentes fronteiras (social, política, econômica e cultural) – para elaborar projetos relativos ao desenvolvimento econômico e a identidade nacional. Nossa abordagem irá avaliar essa questão entre 1940 e 1970, mas realizando uma abordagem que busca relacionar os projetos políticos com a produção historiográfica sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: região, fronteira e políticas públicas.

ABSTRACT: This text have the purpose of debate how the Brazilian inside and the “frontier” appeared as elements for the elaboration de politic scheme in century XX. Is the analyse on as the governments and national intellectuality appropriated the Brazilian inside and of the frontiers differents (social, politic, economic and cultural) for elaborate relatives scheme to the economic development. Our analysis will go this question between 1940 e 1970, but accomplishing an appraisalment that relate the scheme politic with the historiography production on the conception the “frontier”.

KEY WORDS: zones, frontier and publics politics

O presente artigo visa propor um estudo voltado para a história política brasileira do século XX. Daremos importância a construção do discurso sobre a ocupação de espaços vazios na região Centro-Oeste entre a década de 1940 até a década de 1970. Nossa preocupação repousa na forma foi construído um discurso oficial que procurou edificar uma certa visão de mundo sobre a região, assim como criou e justificou determinadas funções para o interior. Acreditamos que, em diferentes momentos da recente história política brasileira o interior teve destaque nas políticas públicas de ocupação territorial no século XX.

A partir da década de 1940, região Centro-Oeste foi alvo de projetos com o intuito de ocupação econômica. Em um primeiro momento a preocupação central foi criar e conectar os principais centros de população e produção do país. Em seguida a região se tornaria o principal caminho rumo a ocupação efetiva da Amazônia brasileira. Neste contexto, a região Centro-Oeste foi com o passar dos anos avaliada como uma espécie de “trampolim” rumo ao objetivo superior: a conquista da Amazônia. E é nesta conjuntura que procuramos entender como se constituiu um discurso oficial de ocupação territorial que estabeleceu um diálogo entre: o desenvolvimento

¹ Graduado em História pela UFG.

econômico e o fortalecimento da nação; entre a ocupação demográfica e a expansão econômica; e entre o avanço da civilização e o choque com o outro.

As contribuições de Pierre Bourdieu (2001) sobre como o poder simbólico é referido a um espaço e acaba por definir determinadas idéias sobre a noção de região é de grande importância para nosso trabalho. A delimitação de uma região se constrói no interior da sociedade, ela é um processo social, simbolicamente construído e suscetível de sofrer mutação. Bourdieu (2001) considera que o conceito de região não se resume apenas ao caráter físico de certa área, ou seja, não se resume simplesmente aos aspectos puramente geográficos de uma localidade. A região é uma manipulação simbólica que impõem limites e “o que nela está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social” (p.113). A fronteira não é produção de simples aspectos físicos, mas fruto de um processo social que sofre efeitos discriminatórios ela é um produto de uma imposição arbitrária que geralmente traz suas contradições. Acreditamos que em meio a essa idéia de ruptura, conflito e encontro como o outro ocorre uma interdependência regional, ou seja, uma relação de inter-relação entre as regiões.

No sentido de verificar como a região e a inter-relação entre as mesmas são inseridas em um contexto de expansão capitalista no Brasil, contaremos com as análises de Milton Santos (1988). O autor demonstra como as regiões vão desigualmente mudando de composição ao longo do tempo. A região é analisada de acordo com o seu funcionamento a nível econômico e sócio-cultural e o grau de intermediação do Estado. As regiões ocupadas pelo homem, segundo Santos (1988), vão desigualmente mudando de composição, exigindo uma nova definição. Não há meios de considerar uma região como autônoma, ela deve ser analisada de acordo com o seu funcionamento ao nível econômico, sócio-cultural e o grau de intermediação feito pelo Estado. Estudar “uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição” (p.46). No Brasil existe uma específica relação inter-regional, pois se configura a contradição do desenvolvimento do setor urbano industrial moderno com o tradicionalismo do campo. Logo, a intervenção do Estado procura especializar certas regiões em determinadas atividades e com isso aproveitar economicamente o máximo das condições específicas de cada uma delas.

Graziano da Silva (1982) avalia a noção de região partindo do ponto de vista do capital. O autor considera que é necessário partir das formas de processo produtivo que visam a acumulação do capital e não simplesmente avaliar os aspectos puramente geográficos ou políticos-

administrativos. Segundo o autor, algumas questões que surgem no decorrer do desenvolvimento da agricultura brasileira podem ser entendidas em nível das inter-relações que se estabelecem entre aquelas unidades. Segundo Linhares (1990), para perceber o processo de ocupação de determinada região e suas conseqüentes variações, o pesquisador deve estar alerta para algumas particularidades, pois as desigualdades regionais e culturais devem ser compreendidas com aspectos mais profundos. Entre outros aspectos, é importante perceber como o movimento de modernização nos processos produtivos se desenvolveu no período em questão.

A modernização pode ser compreendida como modificação da cultura material, o abandono das práticas rotineiras e dos instrumentos arcaicos, em troca da adoção de práticas modernas. Do ponto de vista econômico, essa modernização sofre restrições devido a própria estruturação e funcionamento da agricultura brasileira. Consideramos que o fortalecimento econômico do empreendimento agrário acompanhado pela forte repercussão do ideal de modernização é um forte indicador da presença de uma ideologia urbana no discurso de ocupação do interior. Junto a esse processo ocorre a modernização das mentalidades através de um discurso de idealização do urbano e pela valorização do moderno em oposição ao tradicional. Segundo Martins (1975), não se procura modernizar apenas a tecnologia da produção, mas também as relações de produção. A modernização é parte de um processo de desenvolvimento econômico como ajustamento social e cultural a uma nova estrutura econômica. No que se refere a esse processo no Brasil, Graziano da Silva (1982) considera que no Brasil ocorreu uma “modernização conservadora” que privilegiou apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidade produtiva. Essa “modernização conservadora” estruturada na aliança do grande capital com o latifúndio monocultor de produção extensiva – sob a ajuda do Estado – não se expandiu por outras estruturas produtivas e regiões do país.

A existência ou não de terras disponíveis pode condicionar o desenvolvimento extensivo/intensivo da produção agropecuária e é essa determinação que orienta a incorporação do progresso técnico na agricultura. E é somente quando essa possibilidade de expansão da fronteira se vai esgotando é que o desenvolvimento capitalista no campo começa a se fazer de modo a intensificar a produção nas áreas já ocupadas. Segundo Graziano da Silva (1982) a fronteira não é necessariamente uma região distante do ponto de vista demográfica ela “é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção” (p.115).

Em relação a esse assunto levaremos em consideração os argumentos de José de Souza Martins (1975) sobre a ocupação econômica do território brasileiro. Para a explicação deste processo, o autor adota a idéia da Frente de Expansão e a Frente Pioneira. A Frente Pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas áreas econômicas ao mercado e o que é característico é o uso privado de terras. Assim, a Frente Pioneira expõem seu antagonismo com a Frente de Expansão em torno da propriedade privada, pois o que é recorrente na Frente de Expansão é a não utilização da terra como capital. Segundo o autor, essa definição só é útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade. A teoria da fronteira é basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital, onde a distinção conceitual entre frente pioneira e frente de expansão são, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira.

Segundo Linhares (1999) a atuação do Estado, a partir de 1930, volta-se para os espaços vazios do Centro-Oeste, as áreas deprimidas do Nordeste e a imensa Amazônia a fim de abrir os sertões para a civilização. O projeto principal entre a década de 1930 até o final da década de 50 era a ocupação o centro do país, ou seja, a expansão da fronteira econômica sob áreas ainda não inseridas nas relações de produção capitalistas ou inseridas de forma precária. Como meio de proporcionar a auto-suficiência nacional, a Marcha para o Oeste – idealizada por Cassiano Ricardo (1940) – é a imagem projetada pela nova ordem política brasileira.

Em relação aos planos de colonização para a região Centro-Oeste a Marcha para o Oeste tem a pretensão de concretizar a frente pioneira rumo a Amazônia. Essa pretensão é demonstrada na obra *Amazônia Brasileira* (1944). Neste trabalho Virgílio Côrreia Filho apresenta o processo de ocupação da Amazônia desde a chegada dos portugueses e espanhóis no continente. Esse trabalho surge como forma de marcar historicamente o início da colonização desta região, e apresentar os defeitos e sucessos da empreitada, isso porque “hoje dos destroços do passado, ressurgem a Amazônia”¹ para a nação brasileira.

Para a divulgação de projetos visando essas ações, o Estado Novo utilizou-se da cultura e da imprensa como canal difusor. A Marcha para o Oeste foi uma das campanhas que o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) difundiu em publicações radiofônicas. Segundo Raul Guastini (1943), Vargas definiu o verdadeiro sentido de brasilidade ao traçar o roteiro da Marcha para o Oeste. Em seus comentários, o ensaísta defende que “a realização do imperialismo

¹ IBGE. *Amazônia Brasileira*: excertos da “revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: 1944 (p.7)

interno” é o objetivo máximo do governo, somente assim poderia se esperar pela vitalização do interior que “é o local onde residem as nossas maiores forças de cultura e de riqueza”.¹

Segundo Lenharo (1981), com a Marcha para o Oeste ocorre a exploração de formas inconscientes de identificação. Desenvolve-se “a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização dos discursos de poder” (p.56) cria-se uma verdade doutrinária. A política de expansão das fronteiras internas acaba criando um especial clima de participação política. Desta forma, a propaganda ideológica criava um “clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe” (p.14). Segundo o autor, a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha junta pelas próprias forças em busca de sua concretização.

Ao final de 1939 Getúlio planeja ir à Goiânia gesto simbólico que procura representar o avanço para o interior do país. Tal ato busca legitimar a política de ocupação territorial empreendida pela campanha Macha para o Oeste. Palacín (1986) considera que em relação à idéia de progresso empreendida neste período em Goiás, “a mudança da Capital passou a significar [...] uma ponte estendida entre o tempo real do presente e o tempo escatológico das promessas” (p.87). Mesmo o progresso não vindo da forma imediata como foi mitificada, sua visita não deixa de ser um meio de afirmar a brasilidade e a necessidade de avançar e colonizar o interior.

Esta meta é totalmente repleta de elementos simbólicos relacionando progresso ao sentimento nacionalista. Como forma de divulgar sua política, Vargas visita a região central do país. O presidente desembarcou em Goiânia no dia 5 de agosto de 1940. O jornal O Popular descreve toda trajetória do presidente em Goiânia. Ocorreu um desfile escolar, a participação dos recrutas do Tiro de Guerra, tudo conforme o ritual de cerimônia. O presidente participou do lançamento da pedra fundamental do Estádio de futebol na Avenida Paranaíba. E o principal, o ato solene de lançamento da campanha Marcha Para o Oeste nos salões do Automóvel Clube de Goiás, cuja sede também foi inaugurada naquele mesmo dia.

Ao discursar no palácio do governo em Goiânia no dia 7 de agosto, o presidente procura justificar a atual política do governo fazendo uma breve análise do passado brasileiro. Em suas palavras, sob “o Império e a primeira República, crescemos [...] à orla das águas atlânticas [...]

¹ GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (p.150)

voltado para fora”¹. Mas, após o “movimento de revigoração nacionalista e o advento do Estado Novo [...] a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos”², pois “o vosso planalto é o miradouro do Brasil”³. Podemos perceber como no texto ocorre a mitificação da região, ela se torna o local onde a marcha se inicia. Inicia a construção da perspectiva que coloca a região como local onde se desenvolverá as bases para o progresso do país, e local para onde toda nação deve mirar seu impulso empreendedor. Podemos ver como também considera Guilherme Velho (1976), a fronteira é utilizada como matéria-prima para a elaboração de mitos, visto que o ato de marchar para o centro, para o Oeste implica não somente a regeneração, mas o encontro com o próprio elemento nacional.

Lenharo (1981) considera que para o regime a ocupação e integração territorial agiam como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A “Marcha” foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, instrumento penetrante com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada. Isso fica claro, pois nas palavras de Getúlio Vargas a ocupação dos espaços vazios é a “prova de uma concepção renovadora da pátria grande e forte. Assim, torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”⁴, o governo nacional tem o “propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado”.⁵ Fica claro o traço escatológico na construção discursiva, pois os resultados desta proposta estão localizados em um futuro não determinado.

Segundo Lenharo (1981), o “passado é retificado, reinterpretado de modo a justificar as diretrizes do presente” (p.98). Então, o presidente defende que “o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura”.⁶ O interesse ao compor o discurso estadonovista transborda a idéia exclusiva do nacionalismo, e parte para a preocupação com o desenvolvimento econômico e produtivo do país. Ou melhor, eles se interligam como meta comum para o projeto nacional, isto é, nas palavras do próprio presidente, fazer com que “as

¹ GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

² Idem

³ Idem

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ (GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo [...] um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras”.¹

Pariremos para o segundo momento da nossa proposta empreendida neste artigo. O final da década de 1950 é marcado por uma lenta reorientação nos planos de desenvolvimento econômico brasileiro. Acreditamos que essa transformação também refletiu na forma como o governo agiu em relação às propostas econômicas para as regiões. Benvenides (1979) avalia que com a compensação política o governo de Juscelino pôde desenvolver seu projeto principal: o Plano de Metas. A autora não nega o otimismo generalizado com o desenvolvimento a partir do plano, mas graças às convergências dos interesses – políticos e econômicos – que se integraram no programa, o governo manteve certo prestígio. Esse momento também marca o começo do predomínio da tecnocracia na estrutura de ação do governo.

Neste contexto, segundo o grupo de técnicos do IBGE, o problema econômico da região Centro-Oeste está na ineficiência da agricultura, “seja pela falta de organização, seja pela ausência de amparo do governo estadual”², e é agravada pela falta de “uma mentalidade agrícola progressista ao homem do norte do Mato Grosso”³. A enciclopédia dos municípios brasileiros de 1957 é um material capaz de expressar as propostas e futuras ações do governo para a redefinição do papel da região Centro-Oeste para o desenvolvimento do país. Agindo como órgão responsável pela análise da realidade brasileira, o IBGE procura subsidiar “a ação governamental e empresarial no planejamento estratégico nacional e setorial” (IBGE: 1995). Nas análises sobre a ocupação e o ampliação da produção agrícola na região Centro-Oeste, o IBGE considera que o “desenvolvimento da produção na direção Oeste tem sido lento, embora hoje já se defina um impulso real de progresso”⁴. O governo opera seu controle a partir da idéia de que a principal intenção é a energia, o transporte e a alimentação, como forma de “soerguimento moral e político da nação”⁵.

Em mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 1956, Juscelino Kubitschek fixa as diretrizes gerais de um plano de desenvolvimento econômico e afirma que “tem a Nação Brasileira a responsabilidade de estimular o aproveitamento e de promover a ocupação dos vazios

¹ Idem (discurso: O verdadeiro sentido de brasilidade: p.151). Do improviso inaugurando, em Goiânia, a 8 de agosto de 1940, a associação cívica “cruzada rumo ao Oeste”.

² IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: 1957. (p.133)

³ Idem. (p.133)

⁴ IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: 1957. (p.8)

⁵ idem (p.7)

interiores do Brasil Central e da Amazônia, diante da necessidade de alargar as fronteiras econômicas”¹. Fica clara a relação entre o desenvolvimento da nação e culto do nacionalismo. Esses aspectos estão presentes na proposta de ocupação dos “espaços vazios”, como também na especialização econômica e produtiva da região Centro-Oeste. A integração do Brasil e sua “consequência lógica – a conquista socioeconômica do Centro-Oeste e da Amazônia – tinham sido proposições da propaganda do Estado Novo” (SILVA, 2002:130) e são reutilizadas no final da década de 1950. Mas esses elementos estavam envoltos de mais um elemento, isto é, a necessária modernização das técnicas agrícolas para o abastecimento do mercado interno que se constituirá com construção de Brasília.

Considerando o colonialismo interno e a expansão da fronteira, Velho (1976) avalia que de 1930 até o final da década de 50, a fronteira em movimento constituiu-se numa questão central nos projetos políticos. Martins (1975) também considera que uma das principais formas de suporte ideológico na política brasileira é a colonização interna. Em viagem do presidente para Goiânia a fim de assinar a mensagem ao Congresso definindo a construção de Brasília, o jornal O Popular dá especial destaque à visita e transcreve toda a mensagem. No texto é reafirmado a necessidade de interiorização da capital federal para resolver um “dos problemas mais importantes de nossa evolução histórica”² o vazio do interior do país.

Além de trazer ao público a mensagem ao Congresso Nacional, o jornal acompanha todo percurso. Nas edições anteriores são comuns os comentários e manchetes sobre a necessidade de deslocamento da capital para a região. Segundo os editores, a região Centro-Oeste, assim como o Estado de Goiás faz parte das “extensas porções territoriais voltadas para a miséria, desamparo e desolação”³. As manchetes do jornal apresentam um tom de esperança com a construção de um novo centro urbano e que assim “se constitua de fato o centro de irradiação civilizadora que se espera seja desempenhado pela mudança”⁴. Luis Palacín (1994) considera que, “a campanha nacional Marcha Para o Oeste culmina na década de 1950 com a construção de Brasília” (p. 111). O início da construção da capital em uma região “quase” desabitada era a expressão que faltava para demonstrar que o progresso entrava em cena e a expressão do espírito empreendedor. Um

¹ BRASIL, Presidente. Mensagens presidenciais, 1947-1964: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Jânio da Silva Quadros e João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.(p.213).

² Jornal O Popular, 18 de abril de 2002 (Informe Especial).

³ Ano XVIII, Goiânia 1 de janeiro de 1956: n° 2607.

⁴ Ano XIX, Goiânia 5 de abril de 1956.

novo centro urbano aumentaria o crescimento da produção e comercialização da agricultura e “realizando, quem sabe, a sonhada racionalização da agricultura brasileira[...]uma transformação estrutural na agricultura”¹.

O presidente – em sua última mensagem ao Congresso Nacional – defende que a ação empreendedora do Estado em uma região onde “havia apenas deserto e silêncio”² hoje em dia realmente está “destinada a testemunhar, agora e sempre, a memorável arrancada para o Oeste”³. Essa relação com a ida para o Oeste também é destacada pelo jornal O popular, pois informou que com o início das obras de construção da nova capital, a Fundação Brasil Central, o governo e o Brasil está “em nova etapa da Marcha para o Oeste”⁴, isto é, “desbravar e povoar remotas regiões Brasileiras”⁵.

Partindo para o último momento de nossa pesquisa, ou seja, as propostas de ocupação do interior na década de 1970. Consideramos que é um momento fortemente marcado pela intensificação da ideologia de produzir mais e em melhores condições técnicas. A renovação agroindustrial em profundidade e a industrialização urbana só seriam possíveis com um mercado interno em expansão que se consolidaria através da participação dos militares nos principais postos do governo e em todos os setores importantes da atividade econômica. É neste sentido que partiremos para as considerações sobre como esses elementos foram empregados na construção do discurso de ocupação territorial foi constituído durante o governo do general Ernesto Geisel.

Na década de 1970 o governo criou uma série de programas com o intuito de desenvolver as regiões atrasadas do país. Ambos os programas visavam utilizar a região Centro-Oeste e o Nordeste como suporte para a plena conquista da Amazônia. Em relação à região Centro-Oeste o IBGE em estudo publicado no ano de 1977 considera que o desenvolvimento até agora “não ensajou ao interior remoto senão subsistir como um vazio populacional e de economia débil”⁶. A Amazônia seria a fomentadora de novas energias da região Centro-Oeste e abrigo para novas populações vindas do Nordeste.

¹ BRASIL, Presidente. Mensagens presidenciais, 1947-1964: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Jânio da Silva Quadros e João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. (p.418).

² Idem. (p.340)

³ Idem (p.340).

⁴ Ano XX, Goiânia 4 de agosto de 1957.

⁵ Idem.

⁶ IBGE. Diretoria técnica: Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Sergraf, 1977. (p.7)

Em 1970 o governo Federal baixou o decreto-lei nº 1.106 criando o Programa de Integração Nacional (PIN). Neste estabelecia a construção da rodovia Transamazônica e promover a efetiva ocupação e incorporação dos vazios no interior. No governo de Geisel, logo em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional em 1975, lança o início do II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado para o progresso social e a atenuação dos desequilíbrios regionais. Tal programa deveria não apenas beneficiar as regiões atrasadas, mas ampliar a base do sistema industrial e aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. Velho (1976) percebe que a ideologia da industrialização proposta na década de 1970 – assim como a política de modernização da década de 1950 – procurou transferir o modelo industrial para o campo, através da criação de empresas rurais e da modernização produtiva nos latifúndios. Esses elementos são os pontos chave para o entendimento da construção dos discursos em relação a ocupação dos “espaços vazios”, e na função da região Centro-Oeste para o desenvolvimento do país.

A partir deste breve texto surge a idéia de propor um debate sobre a possibilidade de poder compor uma construção de um discurso preocupado em inserir a região Centro-Oeste nos projetos políticos nacionais. E seguindo esta proposta destacamos três níveis de diálogo na composição deste discurso: o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da nação; entre a ocupação demográfica e a expansão econômica; e entre o avanço da civilização e o choque com o outro. Após destacar essa continuidade discursiva um passo seguinte é realizar uma avaliação sobre como esses elementos são postos nas obras de Sérgio Buarque de Hollanda e Cassiano Ricardo.

BIBLIOGRAFIA

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.- 3ª edição - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BORDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz.- 4ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- LENHARO, Acir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1981.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- PALACÍN, Luis. História de Goiás – 6ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. HUCITEC: São Paulo, 1988.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. Progresso e Sertão Goiano: a Espera. In. BOTELHO, T. (org) Goiânia: cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002.
- VELHO, Otávio Guilherme. Campesinato Autoritário e Campesinato. São Paulo: DIEHL, 1976.

TÍTULO: O INTERIOR E A FRONTEIRA COMO ELEMENTOS PARA PROJETOS POLÍTICOS NO SÉCULO XX

AUTOR: George Leonardo Seabra coelho

RESUMO: Esse texto tem o intuito de debater como o interior brasileiro e a “fronteira” tornaram-se elementos para a elaboração de projetos políticos no século XX. Ou seja, de que forma os governos e a intelectualidade nacional apropriaram do interior brasileiro – assim como das diferentes fronteiras (social, política, econômica e cultural) – para elaborar projetos relativos ao desenvolvimento econômico e a identidade nacional. Nossa abordagem irá avaliar essa questão entre 1940 e 1970, mas realizando uma abordagem que busca relacionar os projetos políticos com a produção historiográfica sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: região, fronteira e políticas públicas.

ABSTRACT: This text have the purpose of debate how the Brazilian inside and the “frontier” appeared as elements for the elaboration de politic scheme in century XX. Is the analyse on as the governments and national intellectuality appropriated the Brazilian inside and of the frontiers differents (social, politic, economic and cultural) for elaborate relatives scheme to the economic development. Our analysis will go this question between 1940 e 1970, but accomplishing an appraisalment that relate the scheme politic with the historiography production on the conception the “frontier”.

KEY WORDS: zones, frontier and publics politics

O presente artigo visa propor um estudo voltado para a história política brasileira do século XX. Daremos importância a construção do discurso sobre a ocupação de espaços vazios na região Centro-Oeste entre a década de 1940 até a década de 1970. Nossa preocupação repousa na forma foi construído um discurso oficial que procurou edificar uma certa visão de mundo sobre a região, assim como criou e justificou determinadas funções para o interior. Acreditamos que, em diferentes momentos da recente história política brasileira o interior teve destaque nas políticas públicas de ocupação territorial no século XX.

A partir da década de 1940, região Centro-Oeste foi alvo de projetos com o intuito de ocupação econômica. Em um primeiro momento a preocupação central foi criar e conectar os principais centros de população e produção do país. Em seguida a região se tornaria o principal caminho rumo a ocupação efetiva da Amazônia brasileira. Neste contexto, a região Centro-Oeste foi com o passar dos anos avaliada como uma espécie de “trampolim” rumo ao objetivo superior: a conquista da Amazônia. E é nesta conjuntura que procuramos entender como se constituiu um discurso oficial de ocupação territorial que estabeleceu um diálogo entre: o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da nação; entre a ocupação demográfica e a expansão econômica; e entre o avanço da civilização e o choque com o outro.

As contribuições de Pierre Bourdieu (2001) sobre como o poder simbólico é referido a um espaço e acaba por definir determinadas idéias sobre a noção de região é de grande importância para nosso trabalho. A delimitação de uma região se constrói no interior da sociedade, ela é um processo social, simbolicamente construído e suscetível de sofrer mutação. Bourdieu (2001) considera que o conceito de região não se resume apenas ao caráter físico de certa área, ou seja, não se resume simplesmente aos aspectos puramente geográficos de uma localidade. A região é uma manipulação simbólica que impõem limites e “o que nela está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social” (p.113). A fronteira não é produção de simples aspectos físicos, mas fruto de um processo social que sofre efeitos discriminatórios ela é um produto de uma imposição arbitrária que geralmente traz suas contradições. Acreditamos que em meio a essa idéia de ruptura, conflito e encontro como o outro ocorre uma interdependência regional, ou seja, uma relação de inter-relação entre as regiões.

No sentido de verificar como a região e a inter-relação entre as mesmas são inseridas em um contexto de expansão capitalista no Brasil, contaremos com as análises de Milton Santos (1988). O autor demonstra como as regiões vão desigualmente mudando de composição ao longo do tempo. A região é analisada de acordo com o seu funcionamento a nível econômico e sócio-cultural e o grau de intermediação do Estado. As regiões ocupadas pelo homem, segundo Santos (1988), vão desigualmente mudando de composição, exigindo uma nova definição. Não há meios de considerar uma região como autônoma, ela deve ser analisada de acordo com o seu funcionamento ao nível econômico, sócio-cultural e o grau de intermediação feito pelo Estado. Estudar “uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição” (p.46

Graziano da Silva (1982) avalia a noção de região partindo do ponto de vista do capital. O autor considera que é necessário partir das formas de processo produtivos que visam a acumulação do capital e não simplesmente avaliar os aspectos puramente geográficos ou políticos-administrativos. Os “desequilíbrios regionais” devem ser vistos considerando que a especificidade de cada região completa-se em um quadro de referência que inclua outras regiões com níveis distintos de reprodução do capital e relação de produção. Segundo Linhares (1990), para perceber o processo de ocupação de determinada região e suas conseqüentes variações, o pesquisador deve estar alerta para algumas particularidades, pois as desigualdades regionais e culturais devem ser compreendidas com aspectos mais profundos. Entre outros aspectos, é

importante perceber como o movimento de modernização nos processos produtivos se desenvolveu no período em questão.

A modernização pode ser compreendida como modificação da cultura material, o abandono das práticas rotineiras e dos instrumentos arcaicos, em troca da adoção de práticas modernas. Do ponto de vista econômico, essa modernização sofre restrições devido a própria estruturação e funcionamento da agricultura brasileira. Consideramos que o fortalecimento econômico do empreendimento agrário acompanhado pela forte repercussão do ideal de modernização é um forte indicador da presença de uma ideologia urbana no discurso de ocupação do interior. Junto a esse processo ocorre a modernização das mentalidades através de um discurso de idealização do urbano e pela valorização do moderno em oposição ao tradicional. Segundo Martins (1975), não se procura modernizar apenas a tecnologia da produção, mas também as relações de produção.

Em relação a fronteira em movimento no Brasil durante o século XX, Velho (1976) considera que as fronteiras são múltiplas e complexas. Mas na maioria das vezes, são entendidas mais como interpretação do que como avanço, ou seja, a fronteira como problema só surgiu devido a sua interpretação para servir de matéria-prima para a elaboração de mitos. Segundo Velho (1976), a alternativa de um movimento de fronteira reduz a necessidade de medidas mais radicais nas zonas ocupadas. A existência ou não de terras disponíveis pode condicionar o desenvolvimento extensivo/intensivo da produção agropecuária e é essa determinação que orienta a incorporação do progresso técnico na agricultura. E é somente quando essa possibilidade de expansão da fronteira se vai esgotando é que o desenvolvimento capitalista no campo começa a se fazer de modo a intensificar a produção nas áreas já ocupadas. Segundo Graziano da Silva (1982) a fronteira não é necessariamente uma região distante do ponto de vista demográfica ela “é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção” (p.115).

Em relação a esse assunto levaremos em consideração os argumentos de José de Souza Martins (1975) sobre a ocupação econômica do território brasileiro. Para a explicação deste processo, o autor adota a idéia da Frente de Expansão e a Frente Pioneira. A Frente Pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas áreas econômicas ao mercado e o que é característico é o uso privado de terras. Assim, a Frente Pioneira expõem seu antagonismo com a Frente de Expansão em torno da propriedade privada,

pois o que é recorrente na Frente de Expansão é a não utilização da terra como capital. Segundo o autor, essa definição só é útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade. A teoria da fronteira é basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital, onde a distinção conceitual entre frente pioneira e frente de expansão são, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira.

Segundo Linhares (1999) a atuação do Estado, a partir de 1930, volta-se para os espaços vazios do Centro-Oeste, as áreas deprimidas do Nordeste e a imensa Amazônia a fim de abrir os sertões para a civilização. O projeto principal entre a década de 1930 até o final da década de 50 era a ocupação o centro do país, ou seja, a expansão da fronteira econômica sob áreas ainda não inseridas nas relações de produção capitalistas ou inseridas de forma precária. Como meio de proporcionar a auto-suficiência nacional, a Marcha para o Oeste – idealizada por Cassiano Ricardo (1940) – é a imagem projetada pela nova ordem política brasileira.

Em relação aos planos de colonização para a região Centro-Oeste a Marcha para o Oeste tem a pretensão de concretizar a frente pioneira rumo a Amazônia. Essa pretensão é demonstrada na obra *Amazônia Brasileira* (1944). Neste trabalho Virgílio Côrreia Filho apresenta o processo de ocupação da Amazônia desde a chegada dos portugueses e espanhóis no continente. Esse trabalho surge como forma de marcar historicamente o início da colonização desta região, e apresentar os defeitos e sucessos da empreitada, isso porque “hoje dos destroços do passado, ressurgem a Amazônia”¹ para a nação brasileira.

Para a divulgação de projetos visando essas ações, o Estado Novo utilizou-se da cultura e da imprensa como canal difusor. A Marcha para o Oeste foi uma das campanhas que o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) difundiu em publicações radiofônicas. Segundo Raul Guastini (1943), Vargas definiu o verdadeiro sentido de brasilidade ao traçar o roteiro da Marcha para o Oeste. Em seus comentários, o ensaísta defende que “a realização do imperialismo interno” é o objetivo máximo do governo, somente assim poderia se esperar pela vitalização do interior que “é o local onde residem as nossas maiores forças de cultura e de riqueza”.²

Segundo Lenharo (1981), com a Marcha para o Oeste ocorre a exploração de formas inconscientes de identificação. Desenvolve-se “a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização dos discursos de poder” (p.56) cria-se uma verdade doutrinária. A

¹ IBGE. *Amazônia Brasileira*: excertos da “revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: 1944 (p.7)

² GUASTINI, Raul. *O Ideário Político de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (p.150)

política de expansão das fronteiras internas acaba criando um especial clima de participação política. Desta forma, a propaganda ideológica criava um “clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe” (p.14). Segundo o autor, a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha junta pelas próprias forças em busca de sua concretização.

Ao final de 1939 Getúlio planeja ir à Goiânia – primeiro chefe da Nação a visitar a região – gesto simbólico que procura representar o avanço para o interior do país. Tal ato busca legitimar a política de ocupação territorial empreendida pela campanha Macha para o Oeste. Palacín (1986) considera que em relação à idéia de progresso empreendida neste período em Goiás, “a mudança da Capital passou a significar [...] uma ponte estendida entre o tempo real do presente e o tempo escatológico das promessas” (p.87). Mesmo o progresso não vindo da forma imediata como foi mitificada, sua visita não deixa de ser – no campo do simbólico – um meio de afirmar a brasilidade e a necessidade de avançar e colonizar o interior.

Esta meta é totalmente repleta de elementos simbólicos relacionando progresso ao sentimento nacionalista. Como forma de divulgar sua política, Vargas visita a região central do país. O presidente desembarcou em Goiânia no dia 5 de agosto de 1940. O jornal O Popular descreve toda trajetória do presidente em Goiânia. Ocorreu um desfile escolar, a participação dos recrutas do Tiro de Guerra, tudo conforme o ritual de cerimônia. O presidente participou do lançamento da pedra fundamental do Estádio de futebol na Avenida Paranaíba. E o principal, o ato solene de lançamento da campanha Marcha Para o Oeste nos salões do Automóvel Clube de Goiás, cuja sede também foi inaugurada naquele mesmo dia.

Ao discursar no palácio do governo em Goiânia no dia 7 de agosto, o presidente procura justificar a atual política do governo fazendo uma breve análise do passado brasileiro. Em suas palavras, sob “o Império e a primeira República, crescemos [...] à orla das águas atlânticas [...] voltado para fora”³. Mas, após o “movimento de revigoração nacionalista e o advento do Estado Novo [...] a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos”⁴, pois “o vosso planalto é o miradouro do Brasil”⁵. Podemos perceber como no texto ocorre a mitificação da região, ela se torna o local onde a marcha se inicia. Inicia a construção da perspectiva que coloca a região como

³ GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

⁴ Idem

⁵ Idem

local onde se desenvolverá as bases para o progresso do país, e local para onde toda nação deve mirar seu impulso empreendedor. Podemos ver como também considera Guilherme Velho (1976), a fronteira é utilizada como matéria-prima para a elaboração de mitos, visto que o ato de marchar para o centro, para o Oeste implica não somente a regeneração, mas o encontro com o próprio elemento nacional.

Lenharo (1981) considera que para o regime a ocupação e integração territorial agiam como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A “Marcha” foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, instrumento penetrante com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada. Isso fica claro, pois nas palavras de Getúlio Vargas a ocupação dos espaços vazios é a “prova de uma concepção renovadora da pátria grande e forte. Assim, torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”⁶, o governo nacional tem o “propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado”.⁷ Fica claro o traço escatológico na construção discursiva, pois os resultados desta proposta estão localizados em um futuro não determinado.

Segundo Lenharo (1981), o “passado é retificado, reinterpretado de modo a justificar as diretrizes do presente” (p.98). Então, o presidente defende que “o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura”.⁸ O interesse ao compor o discurso estadonovista transborda a idéia exclusiva do nacionalismo, e parte para a preocupação com o desenvolvimento econômico e produtivo do país. Ou melhor, eles se interligam como meta comum para o projeto nacional, isto é, nas palavras do próprio presidente, fazer com que “as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo [...] um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras”.⁹

Pariremos para o segundo momento da nossa proposta empreendida neste artigo. O final da década de 1950 é marcado por uma lenta reorientação nos planos de desenvolvimento econômico brasileiro. Acreditamos que essa transformação também refletiu na forma como o governo agiu

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ (GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

⁹ Idem (discurso: O verdadeiro sentido de brasilidade: p.151). Do improviso inaugurando, em Goiânia, a 8 de agosto de 1940, a associação cívica “cruzada rumo ao Oeste”.

em relação às propostas econômicas para as regiões. Benvenides (1979) avalia que com a compensação política o governo de Juscelino pôde desenvolver seu projeto principal: o Plano de Metas. A autora não nega o otimismo generalizado com o desenvolvimento a partir do plano, mas graças às convergências dos interesses – políticos e econômicos – que se integraram no programa, o governo manteve certo prestígio. Esse momento também marca o começo do predomínio da tecnocracia na estrutura de ação do governo.

Neste contexto, segundo o grupo de técnicos do IBGE, o problema econômico da região Centro-Oeste está na ineficiência da agricultura, “seja pela falta de organização, seja pela ausência de amparo do governo estadual”¹⁰, e é agravada pela falta de “uma mentalidade agrícola progressista ao homem do norte do Mato Grosso”¹¹. A enciclopédia dos municípios brasileiros de 1957 é um material capaz de expressar as propostas e futuras ações do governo para a redefinição do papel da região Centro-Oeste para o desenvolvimento do país. Agindo como órgão responsável pela análise da realidade brasileira, o IBGE procura subsidiar “a ação governamental e empresarial no planejamento estratégico nacional e setorial” (IBGE: 1995). Nas análises sobre a ocupação e o ampliação da produção agrícola na região Centro-Oeste, o IBGE considera que o “desenvolvimento da produção na direção Oeste tem sido lento, embora hoje já se defina um impulso real de progresso”¹². O governo opera seu controle a partir da idéia de que a principal intenção é a energia, o transporte e a alimentação, como forma de “soerguimento moral e político da nação”¹³.

Em mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 1956, Juscelino Kubitschek fixa as diretrizes gerais de um plano de desenvolvimento econômico e afirma que “tem a Nação Brasileira a responsabilidade de estimular o aproveitamento e de promover a ocupação dos vazios interiores do Brasil Central e da Amazônia, diante da necessidade de alargar as fronteiras econômicas”¹⁴. Fica clara a relação entre o desenvolvimento da nação e culto do nacionalismo. Esses aspectos estão presentes na proposta de ocupação dos “espaços vazios”, como também na especialização econômica e produtiva da região Centro-Oeste. A integração do Brasil e sua “conseqüência lógica – a conquista socioeconômica do Centro-Oeste e da Amazônia – tinham

¹⁰ IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: 1957. (p.133)

¹¹ Idem. (p.133)

¹² IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: 1957. (p.8)

¹³ idem (p.7)

¹⁴ BRASIL, Presidente. Mensagens presidenciais, 1947-1964: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Jânio da Silva Quadros e João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.(p.213).

sido proposições da propaganda do Estado Novo” (DUARTE da SILVA: 2002, p.130) e são reutilizadas no final da década de 1950. Mas esses elementos estavam envolvidos de mais um elemento, isto é, a necessária modernização das técnicas agrícolas para o abastecimento do mercado interno que se constituirá com construção de Brasília.

Considerando o colonialismo interno e a expansão da fronteira, Velho (1976) avalia que de 1930 até o final da década de 50, a fronteira em movimento constituiu-se numa questão central nos projetos políticos. Martins (1975) também considera que uma das principais formas de suporte ideológico na política brasileira é a colonização interna. Em viagem do presidente para Goiânia a fim de assinar a mensagem ao Congresso definindo a construção de Brasília, o jornal O Popular dá especial destaque à visita e transcreve toda a mensagem. No texto é reafirmado a necessidade de interiorização da capital federal para resolver um “dos problemas mais importantes de nossa evolução histórica”¹⁵ o vazio do interior do país.

Além de trazer ao público a mensagem ao Congresso Nacional, o jornal acompanha todo percurso. Nas edições anteriores são comuns os comentários e manchetes sobre a necessidade de deslocamento da capital para a região. Segundo os editores, a região Centro-Oeste, assim como o Estado de Goiás faz parte das “extensas porções territoriais voltadas para a miséria, desamparo e desolação”¹⁶. As manchetes do jornal apresentam um tom de esperança com a construção de um novo centro urbano e que assim “se constitua de fato o centro de irradiação civilizadora que se espera seja desempenhado pela mudança”¹⁷. Luis Palacín (1994) considera que, “a campanha nacional Marcha Para o Oeste culmina na década de 1950 com a construção de Brasília” (p. 111). O início da construção da capital em uma região “quase” desabitada era a expressão que faltava para demonstrar que o progresso entrava em cena e a expressão do espírito empreendedor. Um novo centro urbano aumentaria o crescimento da produção e comercialização da agricultura e “realizando, quem sabe, a sonhada racionalização da agricultura brasileira[...]uma transformação estrutural na agricultura”¹⁸.

¹⁵ Jornal O Popular, 18 de abril de 2002 (Informe Especial).

¹⁶ Ano XVIII, Goiânia 1 de janeiro de 1956: n° 2607.

¹⁷ Ano XIX, Goiânia 5 de abril de 1956.

¹⁸ BRASIL, Presidente. Mensagens presidenciais, 1947-1964: Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Jânio da Silva Quadros e João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. (p.418).

O presidente – em sua última mensagem ao Congresso Nacional – defende que a ação empreendedora do Estado em uma região onde “havia apenas deserto e silêncio”¹⁹ hoje em dia realmente está “destinada a testemunhar, agora e sempre, a memorável arrancada para o Oeste”²⁰. Essa relação com a ida para o Oeste também é destacada pelo jornal O popular, pois informou que com o início das obras de construção da nova capital, a Fundação Brasil Central, o governo e o Brasil está “em nova etapa da Marcha para o Oeste”²¹, isto é, “desbravar e povoar remotas regiões Brasileiras”²².

Partindo para o último momento de nossa pesquisa, ou seja, as propostas de ocupação do interior na década de 1970. Consideramos que é um momento fortemente marcado pela intensificação da ideologia de produzir mais e em melhores condições técnicas. A renovação agroindustrial em profundidade e a industrialização urbana só seriam possíveis com um mercado interno em expansão que se consolidaria “através da participação dos militares nos principais postos do governo e em todos os setores importantes da atividade econômica” (BENVENIDES: 1979, p.184). E é neste sentido que partiremos para as considerações sobre como esses elementos foram empregados na construção do discurso de ocupação territorial foi constituído durante o governo do general Ernesto Geisel.

Em 1970 o governo Federal baixou o decreto-lei nº 1.106 criando o Programa de Integração Nacional (PIN). Neste estabelecia a construção da rodovia Transamazônica e promover a efetiva ocupação e incorporação dos vazios no interior. No governo de Geisel, logo em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional em 1975, lança o início do II Plano Nacional de Desenvolvimento, voltado para o progresso social e a atenuação dos desequilíbrios regionais. Tal programa deveria não apenas beneficiar as regiões atrasadas, mas ampliar a base do sistema industrial e aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. Velho (1976) percebe que a ideologia da industrialização proposta na década de 1970 – assim como a política de modernização da década de 1950 – procurou transferir o modelo industrial para o campo, através da criação de empresas rurais e da modernização produtiva nos latifúndios. Esses elementos são os pontos chave para o entendimento da construção dos

¹⁹ Idem. (p.340)

²⁰ Idem (p.340).

²¹ Ano XX, Goiânia 4 de agosto de 1957.

²² Idem.

discursos em relação a ocupação dos “espaços vazios”, e na função da região Centro-Oeste para o desenvolvimento do país.

A partir deste breve texto surge a idéia de propor um debate sobre a possibilidade de poder compor uma construção de um discurso preocupado em inserir a região Centro-Oeste nos projetos políticos nacionais. E seguindo esta proposta destacamos três níveis de diálogo na composição deste discurso: o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da nação; entre a ocupação demográfica e a expansão econômica; e entre o avanço da civilização e o choque com o outro. Após destacar essa continuidade discursiva um passo seguinte é realizar uma avaliação sobre como esses elementos são postos nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo.

BIBLIOGRAFIA

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.- 3ª edição - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BORDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz.- 4ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- DUARTE da SILVA, Luiz Sérgio. Progresso e Sertão Goiano: a Espera. In. BOTELHO, T. (org) Goiânia: cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002.
- IBGE. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- LENHARO, Acir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1981.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- PALACÍN, Luis. História de Goiás – 6ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. HUCITEC: São Paulo, 1988.
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo: DIEHL, 1976.

Goianidade: (des) construção de um conceito identitário.

MARCO TÚLIO RAMOS COELHO*

Resumo

A identidade na pós-modernidade é sinônimos de grande confusão para o mundo acadêmico, gerando as discussões mais acaloradas. Em Goiás não poderia ser deferente, a valorização da cultura local foi pensada concomitantemente a proposta na esfera intelectual. Apresentar uma pesquisa que tem seu foco em historiar a elaboração de um conceito identitário em regional é o objetivo desse texto.

Abstract

The identity in after-modernity is synonymous of great confusion for the academic world, generating the heated quarrels more. In Goiás it could not be deferential; the valuation of the local culture was thought concomitantly the proposal about the intellectual sphere. To present a research that has its focus in historiar the elaboration of a identitário concept in regional is the objective of this text

Palavras Chave

Identidade - Valorização – Goianidade

Em Goiás na década de 90 do século passado, uma parte da sociedade (por exemplo, a AGI – Agência Goiana de Imprensa, a AGL – Academia Goiana de Letras) buscou valorizar a imagem do típico ser goiano, ligado aquilo que seria suas raízes mais remotas, buscando na

* Graduando do curso de História da Universidade Católica de Goiás

memória, nas representações, na culinária, no patrimônio, na música e outras tantas esferas da vida cotidiana legitimar tal atitude.

2

Frente a essa busca, essa tentativa de valorização, em dezembro de 1992 com Governo do Estado de Goiás, e uma forte dedicação da Academia Goiana de Letras, a AGI (Agência Goiana de Imprensa) lançou uma revista intitulada Goianidade. O objetivo principal da revista era “*valorizar a identidade cultural*”¹, vale sempre ressaltar tratar-se da cultura popular goiana.

Tal valorização fazia-se necessário para que houvesse um reavivamento do sentimento de pertencimento e orgulho do povo goiano para com a sua cultura. Acredita-se no acometimento de um grande vazio, de uma desvalorização da condição de homem do campo, de uma não condição favorável por parte de Estado que se encontrava frente a uma situação de atraso; esse conjunto de condições e situações influenciava esse resgate por parte da AGI e pode ser percebido no editorial da revista:

“A economia de Goiás tem posição emergente hoje no plano nacional, está em fase de transformação e de modernização, mas continuará se apoiando muito no campo e nada disso vai contrariar as perspectivas de continua ascensão goiana no plano da cultura.” (EDITORIAL REVISTA GOIANIDADE, 1992)

Infelizmente essas não eram as únicas desmotivações para com a cultura local – sertaneja no sentido de ser – “*os defensores de variantes equivocadas*”² poderiam ter por pretensão a idéia de modernização da cultura regional, para assim receber o reconhecimento das elites da cultura nacional. O vazio sempre abre a possibilidade do surgimento do novo.

Envolvido por esse universo prático e assustador, a Agência Goiana de Imprensa tem uma grande motivação uma vez que:

“Os goianos conscientes e sensíveis não tem nenhum motivo inteligente para desprezar os vínculos com a terra e por isso estimulam a expansão cultura que ao mesmo tempo os realce e os exalte. (EDITORIAL REVISTA GOIANIDADE, 1992.)

Não se pode pensar em momento algum que a tarefa de defender a identidade cultural do povo goiano foi solitária, como já havia sido informado acima, contou com uma efetiva participação e cooperação dos escritores literatos e da Academia Goiana de Letras, responsáveis em certa medida pela elaboração do resultado final – a revista propriamente dita

¹ Revista Goianidade, pág. 09 – dezembro de 1992.

² Idem 1

- isso porque “...em todos eles (os representantes da literatura goiana) * preserva-se a identidade cultural do Estado, nenhum rejeita ou nega”³.

Diante dessas constatações percebe-se tratar a goianidade de uma “Tru 3 Inventada”, assim como é problematizado no livro de org. do professor Eric Hobsbawn ue mesma intitulação. Assim sendo, não se deve pensar diferente com relação ao objetivo primordial desse trabalho que “não é estudar suas chances de sobrevivência , mas sim o modo como elas surgiram e se estabeleceram”⁴, lançando um olhar de historiador sobre tudo que envolve a elaboração do conceito identitário, para assim entender quais são os elementos evidenciados quando se pensa em identidade para uma entidade organizada de representação de classe, no caso aqui específico a AGI – Agencia Goiana de Imprensa e seus colaboradores .

Como historiador o foco do olhar concentrará em perceber até que ponto elementos do mundo acadêmico estão presente na elaboração de uma identidade cultural como memória, representações, patrimônio e as novas características da identidade.

Por encontrar-se em níveis iniciais, e ser uma pesquisa que cumpre as exigências do programa de graduação da Universidade Católica de Goiás, limitar-me-ei a apresentar somente essas considerações. Em um outro momento onde o temo de pesquisa contribuir, outras explicações bem como os resultados mais recentes da pesquisa poderão e deveram ser apresentados.

* grifo meu

³ Idem 1 e 2

⁴ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. org.- *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pag. 09

VOCE NÃO PASSA DE UMA MULHER: OS LIMITES FEMININOS NA OBRA DE MARTINHO DA VILA (1969/1979).

Tatiana Luiza Souza Coelho¹

Resumo:

Baseada nos princípios da Nova História escolheu-se como fonte de pesquisa a música para analisar como as manifestações de desigualdades entre os gêneros são representadas em nossa cultura, mais especificamente na expressão artística música. As representações de gênero. O trabalho lançará um olhar diferente no universo dos saberes e fazeres que têm a mulher como um espaço de construção e reprodução no cotidiano. Os estudos de gênero se iniciaram a partir de um contexto histórico específico, a década de 1970, período marcado por acirradas discussões políticas, econômicas, sociais e culturais. Fruto de questionamentos epistemológicos os estudos sobre as relações de gênero tornaram-se uma constante nas ciências sociais, inclusive na História.

Palavras-Chave: História, Gênero e Música.

Como mulher e estudante de História surgiu à preocupação de um estudo detalhado de como a figura da mulher vem sendo construída, reconstruída e representada na música popular brasileira, mais especificamente na obra de Martinho da Vila de 1969 até 1979.

Aceitei o desafio de abordar uma discussão sobre tema muito pouco trabalhado e ainda bastante recente nas discussões acadêmicas. Através deste trabalho pretendo expor o papel da mulher historicamente e socialmente construído ao longo do tempo através da música desse cantor/compositor.

Tomada pela instigação, levantei o questionamento de como que, mesmo após o processo de Liberação sexual feminina ocorrida no mundo e também no Brasil a partir da segunda metade do século XX, a mulher é ainda representada, estereotipada e naturalizada com elementos de sensualidade, submissão, sexualidade, doçura, passividade.

Aliada a inquietante idéia de pesquisar sobre as relações de gênero soma-se a necessidade de estudos epistemológicos nessa área, que apesar de crescente, ainda se faz escasso no âmbito acadêmico.

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Goiás.

As discussões sobre as relações gênero, que conforme Scott pode ser brevemente entendida como “um elemento essencial das relações sociais baseado nas diferenças sociais percebidas entre os sexos (...) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86), são recentes dentro da academia, que mesmo apesar de vir se constituindo como um novo modelo epistemológico ainda enfrenta diversas barreiras, inclusive a do silêncio.

Durante o decorrer da minha graduação, quase nunca, para não dizer nunca, a questão feminina na narrativa histórica foi problematizada. A matriz curricular da graduação foi montada a partir das metas-narrativas clássicas, provocando silêncios e perdas para os sujeitos que poderiam falar a partir da análise das diversas formas de discurso. Levada por esse inquietante silêncio é que o projeto foi pensado e a pesquisa será realizada.

A escolha da manifestação artística, a música, se deu pela importância e presença desta no cotidiano das pessoas. A música está no ônibus, no carro, na cerveja do final de semana, no lazer, nas mais diversas atividades de homens e mulheres da nossa sociedade e atinge nosso inconsciente de forma quase imperceptível.

Assim, sem que ao menos percebamos, as desigualdades das relações de gênero são reproduzidas em nosso inconsciente e manifestadas posteriormente na forma de representações sociais, conceito indispensável durante a realização deste estudo.

O trabalho lançará um olhar diferente no universo dos saberes e fazeres que têm a mulher como um espaço de construção e reprodução no cotidiano.

Os estudos de gênero se iniciaram a partir de um contexto histórico específico, a década de 1970, período marcado por acirradas discussões políticas, econômicas, sociais e culturais. Fruto de questionamentos epistemológicos os estudos sobre as relações de gênero tornaram-se uma constante nas ciências sociais, inclusive na História. De acordo com Louro:

A categoria gênero merece um destaque significativo nessa reflexão. A emergência dessa categoria representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na realidade que ela sugeria uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e masculino, atentado para formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações sociais. (LOURO, 2002, p.15)

Como mulher e estudante de história o assunto não escapou a minha curiosidade. O papel feminino construído, internalizado e reproduzido ideologicamente, não escaparia a uma

expressão cultural, daí o interesse de como se dá a construção feminina na música popular brasileira.

De acordo com Scott:

A existência do campo relativamente novo da história social proporcionou um importante veículo para a história das mulheres; a associação de um novo tópico com um novo conjunto de abordagens enfatizou a reivindicação da importância, ou pelo menos a legitimidade do estudo das mulheres (...) Nesse contexto, os historiadores das mulheres poderiam apontar para a realidade da experiência vivida pelas mulheres e presumir seu interesse inerente e sua importância. (SCOTT, 1992,p, 81).

Motivada pela revolução documental proporcionada pela Nova História, que ampliou o campo da documentação histórica, a música neste trabalho constitui-se como fonte referencial de análise das representações de gênero devido a sua importância e poder como manifestação artística e sua capacidade de alcance no universo social.

Originada nos estudos sociológicos de Durkheim, e aprimorada mais recentemente nos domínios da Nova História Cultural, as Representações Sociais abrangem um conceito um tanto complexo, situando-se num limite entre a sociologia e a psicologia.

Conforme já citado, tal conceito desenvolve-se na teoria de Durkheim que teorizou que as categorias básicas do pensamento tinham origens na sociedade, ou seja, o conhecimento só poderia ser encontrado junto à experiência social, a vida social seria a condição do pensamento organizado na sociedade. Aprimorado por outros teóricos o conceito ganha lucidez na nova vertente historiográfica. Quanto ao conceito de representação social nos descreve Chartier:

Vemos que a representação é o produto do resultado de uma prática. A literatura, por exemplo, é representação, porque é o produto de uma prática simbólica que se transforma em outras representações. O mesmo serve para as artes plásticas, que é representação porque é produto de uma prática simbólica. Então, um fato nunca é o fato. Seja qual for o discurso ou o meio, o que temos é a representação do fato. A representação é uma referência e temos que nos aproximar dela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo. (CHARTIER, 1991.p.)

De acordo com Moscovici:

As representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. As lutas de representações têm tanta importância quanto às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os seus valores, o seu domínio. A representação social, enquanto objeto de estudo da Psicologia Social, permite a articulação do social e do psicológico, tornando-se um instrumento de compreensão e de transformação da realidade. (MOSCOVICI, 2001.p.)

Tomando por base as definições de Chartier e de Moscovici, entendemos que as representações sociais constituem-se como forma peculiar de apreender características cotidianas, culturais e também econômicas de uma determinada sociedade, dando margem à compreensão de seu contexto social. As representações são fenômenos sociais que, se entendidas a partir do lugar de onde são produzidas, podem ser consideradas fonte de conhecimento.

Assim, ao traçarmos um estudo entre gênero e música, procuramos mostrar de como as relações de poder são manifestadas explícita e implicitamente na obra desse autor/compositor.

O recorte temporal de análise (1969/1979) não foi por acaso.

A Organização das Nações Unidas declara o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, que de acordo com Sarti “já se fazia sentir do feminismo europeu e norte-americano, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional”. (SARTI, 2004: 03).

Somando ainda as mudanças na condição de vida das mulheres no país, proporcionada pelo crescente desenvolvimento desde a década de 60, a conjuntura repressiva efetuada pela política da época proporcionou um momento de grande relevância ao movimento, que, devido à luta de resistência à ditadura, acabou por ganhar visibilidade abrindo caminho para uma crescente discussão sobre a categoria gênero.

Em 1975 em plena ebulição do movimento feminista, Martinho da Vila lança um de seus álbuns de maior sucesso, *Maravilha de Cenário*, que trazia no repertório a música *Você não passa de uma mulher*, música de grande polêmica e muito criticada pelas mulheres da época. Vejamos um trecho da música:

*Olha moça inteligente
Que tem no batente um trabalho mental
Q.I. elevado e pós-graduada
Psicanalizada e intelectual
Vive a procura de um mito
Pois não se adapta a um tipo qualquer
Porém, lhe afirmo que apesar de tudo
Você não passa de uma mulher, ai mulher...*

*Menina moça também é mulher, ai mulher
Pra ficar comigo tem que ser mulher
Fazer meu almoço e também meu café
E não há nada melhor do que uma mulher
Bem mulher.*

A letra dessa música reflete bem o contexto político e social da época, aliás, tal constatação pode ser feita no próprio nome do disco; *Maravilha de Cenário*, que deturpava com a luta feminista que cada vez mais se engajava e ganhava visibilidade, somando-se ainda a crescente inserção feminina no mercado de trabalho concomitante também à sua inserção nas universidades.

Ainda assim, o autor ironiza tais conquistas e as transporta de forma pejorativa para sua música, ressaltando que apesar de todas as conquistas “você não passa de uma mulher”.

Percebemos ainda na última estrofe a construção que o mesmo faz do que vem a ser mulher na visão masculina: *Pra ficar comigo tem que ser mulher, fazer meu almoço e também meu café e não há nada melhor do que uma mulher, bem mulher.*

O cantor ainda expressa o ideal perfeito do “ser mulher”. Em *Malandrinha*, música que se encontra no disco *Canta Canta Minha Gente*, lançado em 1974, o autor descreve quase que de uma maneira sagrada seu ideal de mulher:

*Ó; linda imagem de mulher
Que me seduz
Ah! Se eu pudesse
Tu estarias num altar
És a rainha dos meus sonhos
És a luz
És malandrinha, não precisas trabalhar.*

A maneira quase que sagrada que o cantor descreve sua amada (pode ser observar isso ao escutar a melodia) nos remete a uma das representações bastante comum em nossa sociedade de um esteriótipo de mulher: A mulher idealizada quase que como um ser sagrado, bastante comum no nosso imaginário social. No final ainda justifica porque sua

Tomemos por último a música *Na Outra Encarnação*, em seu disco *Batuque na Cozinha*, lançado em 1962. Observem nesse trecho da música a justificativa que o cantor dá para querer em uma outra vida nascer mulher:

*Mas, na outra encarnação
Eu vou voltar mulher
Dormir cedo, acordar tarde
História em quadrinhos na mão
Uma casa bem cuidada
Empregadas demais pra cuidar dela
E eu vou viver vendo novela
Em cores na televisão.*

O menosprezo que se faz à suposta facilidade que é o trabalho doméstico e a vida fácil e tranqüila que leva uma mulher soma-se a representação de como a mulher vive na ociosidade sem ter nenhum tipo de preocupação, a não ser ler quadrinhos e se sentar à frente da televisão.

Nesse sentido o trabalho em questão traz a cena o estudo dos símbolos construídos na música de Martinho da Vila, revelando seus significados socialmente elaborados, frutos da construção de uma realidade social machista.

A formação patriarcal, vigente desde os tempos coloniais, perpassou o tempo e vigora ainda hoje, seja de maneira camuflada ou explícita nas relações sociais. As desigualdades entre homens e mulheres, apesar de grandes conquistas por parte da última, ainda são gritantes e atingem os âmbitos sociais políticos e culturais em nossa sociedade.

Durante séculos a mulher vem sendo construída e legitimada por suas funções biológicas e não por seu lugar social. Tal aspecto nos condiciona diretamente aos estudos de gênero, que de acordo com Plaza:

Problematiza justamente a idéia de uma organização simples em torno do “sexual”. Ainda que a anatomia seja um componente importante a ser analisado, deve-se levar em consideração, que gênero antes de tudo é uma estilização do corpo, não a anatomia, mas o discurso que se organiza em torno desta. (PINTO, 2004, p.39)

Conseqüentemente, subjugando seu papel de atuante na História e legitimando papéis impostos a ela de reprodutora, maternagem, submissão, passividade, sensualidade, o “ser mulher” é apreendido e compreendido como uma manifestação natural e não como um efeito do discurso, que outrora fora construído, e que se, ao longo de tempo muda seus significados preservam em sua essência seus significantes.

As representações sociais são dinâmicas e se apresentam de forma diferente de acordo com o tempo, o espaço e a cultura predominante. O produtor das canções fala de um lugar social e fala para lugares sociais. O compositor apresenta um discurso que permite a decodificação. O significante permanece. Os significados são alterados pelos ouvintes a partir de seus lugares sociais.

Contudo, as desigualdades das relações de gênero, fruto de uma perspectiva estrutural, não escapam à manifestação cultural, nem mesmo quando submetidas a mudanças, trazendo em si e a representação da construção de uma prática social: a imagem do “ser mulher”.

Bibliografia:

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. Pelo avesso da cultura; representações psíquicas do feminino. Taubaté, Cabral Editora Universitária, 1997, 1º ed.

BELLOTTI, Ellena Gianini. Educar para submissão. 6º edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

BEMJAMIN. Walter, 1892-1940. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura/Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. – 7. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHARTIER. Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, n.11(5), 1991.

COSTA, Albertina de Oliveira. **BRUSCHINI**. (orgs.); Uma questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

FAOUR, Rodrigo. História Sexual da MPB. A evolução do amor e do sexo na canção brasileira. 2º edição. Editora Record. Rio de Janeiro. São Paulo, 2006.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: **MOSCOVICI**, S. (ed.). *Psicologia social*. Paris: Press Universitaires de France, 1984, pp. 31-61.

LOURO, Guacira. L. Epistemologia feminista e teorização social: desafios, subversões e alianças. In: **ADELMAN**, M; **SILVESTRIN**, C. B (orgs.) **Gênero Plural**. Curitiba: UFPR, 2002.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais. Petrópolis. Vozes, 2001.

NEUMA, Aguiar. (org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1997.

PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Michelle Perrot; tradução Denise Bottmann. _ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Plaza Joana. Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: **GONÇALVES**, Eliane. Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências/Organização de Eliane Gonçalves. – Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Revista Crítica Marxista, São Paulo: BONTEMPO, n. 11, p. 71_75, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Rev. Estudos Feministas. Vol. 12. N° 2. Florianópolis Maio/Agosto 2004.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: A escrita da história: novas perspectivas/Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP 1992.

SOLLER, Maria; **MATOS**, Maria (orgs.). O imaginário em debate. Olho d'água, 1998.

THERBORN, Göran. Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000/Göran Therborn; tradução Elisabete Dória. Bilac. – São Paulo: Contexto, 2006.

TINHORÃO, José Ramos. Música Popular: um tema em debate/José Ramos Tinhorão; 3° edição revista e ampliada - São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. História Social da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora 34, 1998.

CIDADE E COTIDIANO SOB UMA VISÃO DA INTERNACIONAL SITUACIONISTA

Marcus Vinicius Costa da Conceição*

Resumo: A Internacional Situacionista herda de seus movimentos precursores (a Internacional Letrista, o MIBI e a Associação Psicogeográfica de Londres) o estudo da cidade como elemento fundamental da revolução do cotidiano. Para isso desenvolverá durante toda a sua existência (1957 – 1972) estudos ligados a cidade como a Teoria da Deriva, o Urbanismo Unitário, entre outros, que “apoiados” pelos estudos de Henri Lefebvre sobre o cotidiano darão um novo sentido para as cidades, se contrapondo ao rumo que a reconstrução européia tomava nesse momento, uma vez que se regia pela lógica do capital.

Palavras Chave: Cidade – Cotidiano – Internacional Situacionista

Abstract: The Situationist International inherits of their precursory movements (Lettrist International, MIBI and the association of London psychogeography) the study of the city as fundamental element of the revolution of the daily. For that it will develop during all its existence (1957 - 1972) tied studies the city as the Theory of the Drift, the Unitary Urbanization, among other, that "leaning" for Henri Lefebvre's studies about daily will give a new sense to the cities, opposing to the direction that the European reconstruction took on this moment, once if it governed to the logic of the capital.

Key Words: City – Quotidian– Situationist International

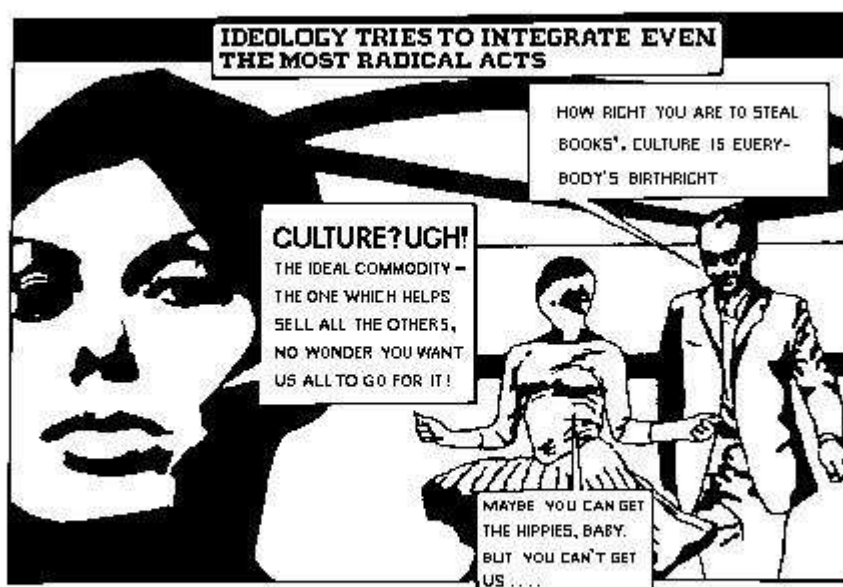
A Internacional Situacionista (IS) surge em 1957 com a união de três vanguardas artísticas européias pós-segunda guerra mundial, sendo elas: a Internacional Letrista, o Movimento por uma Bauhaus Imaginista (MIBI - composto em sua maioria por integrantes do grupo Cobra) e também pelo Comitê Psicogeográfico de Londres. Essas vanguardas já eram responsáveis por alguns estudos sobre a cidade e os quais vão ser transplantados para a IS principalmente na sua primeira fase (1957-1962), a qual podemos classificar como a responsável pelas elaborações a respeito das teóricas críticas sobre a sociedade tendo como parâmetro as artes.

* Graduando em História – UEG/Anápolis. Bolsista PIBIC/CNPq.

Entende-se por arte aqui, o conceito derivado dos dadaístas e dos surrealistas da supressão da arte enquanto algo desvinculado dos demais aspectos do cotidiano e sua realização na vida. Os situacionistas levarão essa proposta ao extremo, sendo essa uma questão fundamental, que ocasionará a “cisão” da IS entre 1961 e 62 e o seu deslocamento de uma vanguarda artística revolucionária para um grupo de ação política responsável, em parte, pelos acontecimentos contestatórios de 1968 na França.

É preciso ressaltar a não existência de uma arte situacionista, mas sim a apropriação da arte por técnicas situacionista, é desta forma que os situacionistas se comportaram nessa primeira fase em especial com a criação de técnicas e teorias a respeito das artes e das cidades, como o *Détournement* (desvio), Urbanismo Unitário, a Teoria da Deriva e a Psicogeografia.

O método conhecido como *Détournement* (nome dado pelo letrista Isidore Isou) foi uma das principais formas que os situacionistas utilizaram na forma de subverter as artes e a linguagem e lhes darem um novo sentido revolucionário. Esse método já empregado anteriormente pelos surrealistas (conhecido por estes, como colagem) consistia em utilizar textos, quadros, filmes ou qualquer criação artística e fazer com que este se voltasse para a sua própria crítica, está técnica pode ser observada nesse fragmento de HQ de André Bertrand com texto de Raoul Vaneigem de 1967.



Neste período (até 1962) também a IS fará uma grande contribuição aos estudos sobre urbanismo e arquitetura, e sua importância na revolução a partir do cotidiano. Os situacionistas compreendiam a cidade como um espaço fundamental para a construção de

novas situações. A análise do estudo situacionista sobre a cidade passa por três pontos fundamentais. São eles: a Psicogeografia, o Urbanismo Unitário e a Teoria da Deriva.

A psicogeografia é definida como “o estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos”(DEBORD in JACQUES,1955: 39). Este é o único procedimento que não se originará dos situacionistas, entretanto eles serão responsáveis pelo seu desenvolvimento. Esta técnica está intimamente interligada com a Deriva (principal procedimento situacionista) a qual consiste em andar apressadamente por vários lugares deixando-se levar pelas paisagens e aspectos daquela determinada área com o intuito de construção de um mapa particular da cidade fazendo quebrar a estrutura dominante da cidade sobre o homem.

O Urbanismo Unitário se constituirá como um elemento fundamental para integração de um meio, fazer com que partes diferentes de uma cidade se comunicassem. Constant foi o responsável por algumas dessas experiências em Amsterdã, nas quais alguns grupos se espalhavam pela cidade e através de *walkie-talkies*, se comunicavam transmitindo as suas impressões sobre o lugar a partir das técnicas psicogeográficas.

Constant levou a fundo os seus estudos sobre a cidade. Considerado um urbanista utópico passou o tempo que esteve na IS (os seus estudos sobre a cidade vem de antes) esboçando o que seria uma cidade situacionista, mesmo depois de expulso continua a formulação de seu projeto, é na década de 1960 o lança dando o nome de Nova Babilônia.

Os situacionistas vão fazer uma crítica feroz às novas arquiteturas, principalmente ao funcionalismo de Le Corbusier, o qual proclamava uma arquitetura contra a revolução, enquanto os situacionistas entendiam, nesse período, que este era um dos principais pontos para que a revolução acontecesse. Para os situacionistas, as novas cidades e o rumo que as antigas tomaram após a reconstrução da Segunda Guerra Mundial estavam privilegiando somente os valores burgueses da vida (o conforto e o automóvel) e deixando de lado os seus aspectos lúdicos e a impossibilidade de contato social entre as pessoas.

Paris é uma cidade em que esse aspecto pode ser observado, antes mesmo da criação da Arquitetura Funcionalista. Depois dos movimentos de 1848 e 1871, esta começa a passar por uma remodelação, comandada por Hausmann a pedido de Napoleão III, com a abertura de avenidas largas, em detrimento das antigas vielas, com o objetivo de impedir as novas barricadas e facilitar a repressão aos movimentos sociais. Apesar disso em 1968 o bairro parisiense do *Quartier Latin*, onde se encontra a Universidade Sorbonne - principal palco das manifestações desse ano, com suas ruas de pedras vão ser totalmente remodeladas após as

manifestações, chegando ao calçamento das ruas de pedras históricas com objetivo de que novas manifestações ali não pudessem encontrar novos meios de florescer.

Essas novas cidades serão um entrave às experiências situacionistas sobre a cidade, uma vez que passaram a constituir um núcleo urbano extremamente organizado não permitindo a Deriva nesses ambientes. Os bairros proletários serão a maior demonstração desse tipo de organização com sua homogeneização.

O cotidiano será um dos pontos de debate desde o início da IS. Os situacionistas compreendem que uma revolução só será possível se está ocorrer a partir da vida cotidiana, com o desaparecimento da sociedade de consumo. O cotidiano estaria resumido ao consumo, a sobrevivência. Desse modo eles fazem uma crítica da vida cotidiana levando estes aspectos em consideração.

É preciso salientar a questão do Espetáculo, essencial para compreender a “segunda fase da IS”. O conceito aparece pela primeira vez no início dos anos 1960 e posteriormente Debord escreverá um livro contendo as suas teses sobre o espetáculo, este é *A Sociedade do Espetáculo*. O espetáculo pode ser definido pela degradação da vida cotidiana, a partir do momento em que se soma a produção alienada, o consumo- também alienado- e a mercadoria passou a valer não pelo seu conteúdo, mas pela sua representação.

Nos estudos sobre o cotidiano Henri Lefebvre será um nome que estará em permanente contato com a IS até 1961, o único intelectual com que se correspondiam . Apesar disso e do intenso contato e troca de teorias sobre o cotidiano e a cidade, a IS vai negar qualquer influência do pensamento de Lefebvre nas suas teorias. E, depois do rompimento, chegam a acusá-lo de plágio. Lefebvre é o precursor dos estudos sobre o cotidiano e também será o responsável pela renovação (na universidade) da sociologia urbana se contrapondo aos estudos realizados pela Escola de Chicago.

Lefebvre começa seu estudo sobre o cotidiano com a publicação do volume I da sua trilogia *Critique de la vie quotidienne* realizado em 1958, e com volumes posteriores em 1962 e 1981. Em 1957 rompe com o PCF e começa a fazer uma revisão do marxismo. Segundo ele a sua principal contribuição a este se deu a partir do estudo do cotidiano.

A partir de 1962 a IS abandona os seus estudos sobre a arquitetura e urbanismo e começa a se envolver em discussões de caráter político revolucionário. É a partir desse momento que a teoria a respeito do espetáculo começa a ganhar forma e passar ser o ponto principal de embate. E neste período também que eles passam a realizar a crítica da União Soviética caracterizando-a como uma sociedade de Capitalismo de Estado e tornam-se herdeiros dos comunistas de conselhos, crendo que o verdadeiro embrião revolucionário

seriam os conselhos operários. Em 1967 as duas grandes obras teóricas dos situacionistas são lançadas: *A Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord e *a Arte de Viver para as Novas Gerações* de Raoul Vaneigem. Ambas retomaram os aspectos desenvolvidos na “primeira fase” da IS. A obra de Debord tratará a respeito da arquitetura, não mais com um teor revolucionário, mas sim como um elemento de dominação de classe. A obra de Vaneigem retoma a idéia do cotidiano e faz uma análise da sociedade a partir desses aspectos.

E dessa maneira que a arquitetura, o urbanismo e o cotidiano estiveram ligados ao desenvolvimento da IS, apesar de alguns períodos de refluxo e outros de explosões de teorias, foram de importância fundamental para o estabelecimento de uma nova crítica da sociedade moderna.

Referências Bibliográficas:

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

FELÍCIO, Erahsto (org). *Internacional Situacionista. Deriva, psicogeografia e urbanismo unitário*. Porto Alegre: Deriva, 2007.

GOBIM, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

GROSSMAN, Vanessa. *A arquitetura e o urbanismo revisitados pela Internacional Situacionista*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MATOS, Olgaria C.F. *Paris 1968. As barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002.

Título: A cidade e o migrante: as estações ferroviárias como lugar de memória

Autor: Givaldo Ferreira Corcinio Junior*

Resumo

O trem tornou-se um elemento praticamente indissociável da imagem de São Paulo. As estações ferroviárias paulistanas constituíram-se como símbolos particulares da cidade, introduzindo uma relação dialética entre o dentro e o fora. Revelaram-se como um ícone da modernidade, sendo lugar de passagem, de despedidas e de chegadas. Elas concentravam em suas estruturas mais do que desenhos arquitetônicos ou artísticos. Estavam nelas também desenhos de desejos, sonhos, esperanças, emolduradas pela fuligem da “Maria Fumaça”, imprimindo na linha do horizonte o negativo fotográfico que revelou no imaginário social a cidade grandiosa, repleta de medos e utopias. Hoje, entretanto, elas situam-se como um elo entre o novo e o velho, construindo assim uma teia de sentidos composta de ferro, vidro, concreto e nostalgia.

Abstract

the train practically to be a non-separable from São Paulo's image. The paulistan train stations been established as particular symbols of the city, introduce a dialethic relation between the inside and the outside. They shown as a modernity's icon, was a place of passage, farewells and arrivals. They concentrated in his strutures much more than artistic or architectural drawings. They were in them also drawings of desires, dreams, hopes, framed by Maria Fumaça's soot, printing on sky-line the photographic negative than developed on social imaginary the grandiose city, replete of fears and utopias. Today, however, they be as a link between the new and the old, building a web sense composed of iron, glass, concrete and nostalgia.

Palavras-Chave

Representação, estação ferroviária, cidade

Keyword

representation, train station, city

1. Introdução

* Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Brás Cubas de Mogi das Cruzes

Qual o papel da estação ferroviária e de sua organização na elaboração da representação de uma cidade? E quando a cidade em questão é São Paulo, a qual possui a maior frota de automóveis e de ônibus coletivos do país? Existe interferência da ferrovia e de sua organização na forma como a representação da cidade é elaborada pelos cidadãos? Como ela é apresentada através dos relatos das populações que passam a se estabelecer em São Paulo a partir do final do século XIX? A busca principal desta pesquisa é compreender como, para a população que aporta em São Paulo, articula-se a estação ferroviária e seus arredores, quanto espaço e lugar¹, com a representação elaborada sobre a cidade.

As respostas, menos simples do que se desejaria, podem ser obtidas caso inicie-se o exercício oposto e questione-se qual a importância do automóvel para a urbe paulistana. Inicialmente podemos observar o que escreve Sevcenko (1992), que afirma:

"O clube mais reservado e importante da cidade, marco referencial da área nobre do centro e ponto de encontro da elite que decidia os destinos da República, era o Automóvel Club [...] num contexto em que o transporte era maciçamente baseado nos trens, bondes, carroças, charretes, cavalos e mulas, ele [o automóvel] sempre foi encarado como um 'brinquedo de rico'. Depois da Guerra e com sua introdução no serviço de taxis urbanos, os automóveis vão ter seu boom ao longo da década de 20" (SEVCENKO, 1992:74)

Sendo então um “brinquedo de rico”, o automóvel não teria uma gama de usuários, no começo do século XX, que permitisse vislumbrar a cidade pela interferência que inicialmente ele possa ter causado. Na afirmação anterior não existe, porém, a pretensão de excluir-se o automóvel como um referencial de estudo da constituição de São Paulo. Particularmente após a elaboração do chamado Plano de Avenidas por Prestes Maia, pauta para o desenvolvimento da cidade durante o período entre 1930 e 1960. Tal plano consistia em direcionar a expansão urbana para o eixo de um conjunto de novas avenida e vias radiais a serem construídas, como a Radial Leste e a Avenida 23 de Maio, que estendia os braços da cidade para seus distantes rincões, ainda com características rurais. A construção dessas novas avenidas para possibilitar o fluxo e a exibição desses objetos-fetiche, demonstra o compromisso entre os grupos dirigentes e as elites economicamente dominantes.

Mesmo sendo os automóveis objeto de status e distinção social, nesse contexto, uma

1 Para Certeau, “lugar” e “espaço” são duas categorias diferentes, pois o lugar pode ser compreendido a partir da estabilidade e da ordem que existe ali. Já o “espaço” tem relação direta com a transformação. Segundo ele, o espaço é o lugar praticado, vivenciado.

grande parte da sociedade de então, ainda sim, tinha os olhos postados junto as janelas dos vagões, e não dos automóveis. A visão da cidade a correr ao largo dos trilhos era a mais vista e a organização da vida cotidiana estava mais associada aos silvos do trem, suas partidas e chegadas do que com os procedimentos de partida do automóvel.

O favorecimento do transporte automotor em detrimento do transporte ferroviário apresenta firmemente a relação entre as instância de poder e as elites. Contudo, as representações que elaboram-se da cidade reproduzem e resemantizam dados e influências oferecidas tanto pelo trem e seu espaço urbano quanto pelo automóvel, mostrando assim que esses aparelhos urbanos passam a ter importância não apenas utilitária, mas também como signos e significantes.

2. O grande baile

A relação entre cidade e ferrovia pode ser vista como representando uma intrincada dança, a qual ora é comparável ao tango, onde a sincronia entre os dançarinos é importante, ora mostra-se como a valsa vienense que, mais do que beleza, demonstra a “olas de desesperación interior a traves de embriagantes remolinos” (MORSE, 1985) da sociedade na qual estava inserida, ou ainda tem aspectos de *techo-dance* ou outro ritmo pós-industrial, que constitui-se como uma dança para o indivíduo diluído na multidão e onde a relação entre os participantes se dá mais pelo esbarrão e do que pelo estabelecimento de contato.

O tango, dança que surge nos subúrbios de Buenos Aires como remédio para a tristeza e a solidão dos homens, tem no seu cerne uma sensualidade presumida, um *vir-a-ser*, um encantamento onde os olhos dos espectadores buscam os dançarinos e todos compreendem-se como partes de uma totalidade envolvente. Na relação cidade-ferrovia, houveram tempos de odes a ferrovia e o trem era tido o cavaleiro da modernidade. O som de seus apitos, em conjunto com os apitos das fábricas, construía a cena de uma sinfonia dos mensageiros da modernidade. A cidade – seus representantes e habitantes – desejavam a ferrovia, buscavam associar-se a ela, a tomavam por símbolo e estandarte desse momento, logrando a conquista da natureza pelo engenho humano. O envolvimento também ali mostra-se intenso. Cidade e ferrovia se tocam, se contorcem e se associam. O desejo de desenvolvimento impulsiona o par a se enredar e os dois andam em total sincronia, como os que bailam nas noites porteñas.

Os dançarinos de tango trazem aos que assistem imagens de desejo e beleza. Tais referências deixaram nas memórias coletivas marcas de modelos de sedução e encantamento. Para muitos a ferrovia tinha efeito semelhante sobre suas mentes, talhando nelas modelos do desejado desenvolvimento socio-econômico e do relacionamento com o novo e o diverso.

Esses referencias fortalecem a concepção do trem e da cidade serem como as duplas de

dançarinos de tango. Tal associação permitiu ao cidadão que buscava (re)encantar-se com o novo, a possibilidade de lançar suas inquietações e sua solidão para serem dissipadas com a fumaça da locomotiva ao chegar na estação. A relação de sincronia entre os envolvidos garantiria ao final da apresentação – seja de dança ou do progresso – o tão almejado sucesso, traduzido ou como os aplausos ou como crescimento econômico e a dinamização social da comunidade.

Os primeiros contatos dos atores sociais com a ferrovia muitas vezes garantiram a eles visões de alguma forma relacionadas com a dinâmica relatada acima. Mas, como a paisagem que se vislumbrava ao largo dos trilhos ferroviários, aquilo que era uma sedutora interação transformou-se em padrão solidamente constituído. As representações transmutam-se do romantismo e da conquista para uma espécie de pragmatismo. O tango passa a ser valsa e os movimentos, ainda sincrônicos e belos, não são mais sensuais. Passam a ser rigidamente elaborados, relacionados a diversos planos de intensões. A valsa vienense e as diversas manifestações identificadas como etiqueta da corte barroca

“transformavam-se em deveres (...) O jantar de gala, o baile, a visita formal, do modo como os praticavam a aristocracia e aqueles que, após o século XVII, a imitavam, proporcionavam satisfação apenas às pessoas para as quais a forma é mais importante que o conteúdo.” (MUMFORD.1998:409).

Do mesmo modo, a ferrovia passa a ser compreendida como algo a ser superado, mas ainda necessário, como a etiqueta da aristocracia barroca que garantia uma regularidade de ação e movimento. De forma ligeira, o automóvel passava a ganhar visibilidade, rompendo com a cristalizada imagem da estrada de ferro. A cidade molda-se aos interesses dos possuidores daquele meio; o trem torna-se quase como um mal tolerável. O outrora festejado símbolo da modernidade perdera o posto. As modificações econômicas e sociais ocorridas no decorrer dos anos 1940 a 1960 empurram o trem para a *raia-míuda*, para o serviço aos menos abonados. A glória ainda subsiste, mas é rivalizada pelos carros com sua mobilidade e versatilidade. É um dever manter a ferrovia, ainda era por ela que as riquezas da nação transitavam, mas os sonhos de progresso eram, agora, embalados por outra sonoridade. O mensageiro do progresso tem pneus e avisa da sua chegada com buzina, não mais apitos.

O fortalecimento do transporte sobre pneus fez a valsa mudar para o *techo*, dança tida como pós-industrial. A valsa ou o tango não são mais a forma de expressão do desejo e da liberdade. A liberdade é transcrita pelo som metálico das novas musicalidades. Não existe a figura da dupla de dançarinos. Eles agora são individualizados e suas performances dão-se

independente do todo, mesmo que consideremos os espectadores como receptores da performance. Assim, a banda modifica-se. Muda-se a música, o som mostra-se frenético e compassado. A passagem de uma "dança" para a outra caracteriza-se pelo estranhamento que possivelmente era vislumbrado pelos atores sociais de então, pois os novos signos dessa desejada modernidade apresentam-se. Tais símbolos mudaram de eixo. Passam a ter as características automotivas. São compactos, sedans, propagados pela mídia. Símbolos de esplendor prata-metálico, individuais como deveria ser a liberdade desejada em tempos de *techo-dance*, onde o ser diferente é mais importante.

O trem, com sua lógica de funcionamento e sua especificidade espacial, perde sua prevalência como representante da modernidade, e passa então a estar nos fundos daquela cidade pujante tomada pelo vislumbre do automóvel como novo paradigma de expansão. Deste modo a cidade escorada nos subúrbios servidos pelo trem o nega, enaltecendo dialeticamente o transporte individual, que mostra seus passageiros – seus valores e status – como se estivessem em uma vitrine móvel de lojas imponentes, ou os esconde por trás da presumida proteção oferecida pelas películas de controle solar. Ao contrário do trem, alijado de sua visualidade na cidade e da cidade, com acrílico opaco substituindo o vidro e os muros a esconderem aquele que outrora era festejado como o ápice do desenvolvimento da nação e de sua elite.

3. o sonho nos trilhos perdidos da memória

Numa cidade de mais de 7 milhões de pessoas, podemos apontar a existência de um número equivalente de visões sobre a importância da ferrovia e das diversas contribuições ofertadas pela interação com esse meio de transporte para certa parte dessas vidas que estabeleceram-se em São Paulo.

A população de São Paulo e de seus arredores por vezes travam com a ferrovia uma relação de aproximação e repulsão. Como o automóvel transformou-se no símbolo hegemônico do progresso, a estrada de ferro passou a ser vislumbrada como um elemento problemático dentro da constituição da cidade para muitos. Ainda sim, ele constitui-se num elemento significativo na representação da urbe.

Tanto é assim que, quase como nostalgia, as pessoas em São Paulo valorizam o “metrô” como um transporte exemplar e símbolo da pujança econômica alcançada durante o “milagre econômico brasileiro” do período militar – durante as décadas de 1960 e 1970, o PIB brasileiro cresceu devido a uma conjunção de apoio do governo militar e investimentos de transnacionais, notadamente com empréstimos subsidiados – mesmo ocultando-se da percepção que o metrô nada mais é que um trem eletrificado e subterrâneo.

Cabe mostrar uma representação clara de como a população via as estações ferroviárias. Em 1946, uma das principais estações ferroviárias da capital incendiou-se.

“Foi como se tivesse se incendiado a própria roupa do corpo do povo, que via naquele prédio uma propriedade toda sua, pessoal, para não dizer íntima. A Estação da Luz, vale repetir, comportava imagens reais e imaginárias do viajante, qualquer viajante, que extraía dela a mesma sensação que alguém tem ao ver uma foto de uma pessoa querida em um álbum.(...)(DIAFERIA,2001:39)

Sendo no passado um espaço de passagem, de idas e vindas, de despedidas e de recepções festivas, a estação ferroviária concentrava em sua estrutura mais do que apenas desenhos arquitetônicos ou artísticos. Estavam nelas também desenhos de desejos, sonhos, esperanças e expectativas emolduradas pela fuligem da maria fumaça, imprimindo na linha do horizonte o negativo fotográfico que se revelou no imaginário social a cidade grandiosa repleta de medos e utopias.

As estações ferroviárias paulistanas constituem-se como símbolos particulares da cidade, sendo vistas como elementos que introduzem uma relação dialética entre o dentro e o fora e revelaram-se como um ícone da modernidade. Hoje entretanto, elas situam-se como um elo entre o novo e o velho, construindo assim uma teia de sentidos composta de ferro, vidro, concreto e memória.

Os migrantes que alcançam a cidade pela ferrovia, passavam a relacionar-se com o trem, a estação e tudo aquilo que encontrava-se nos arredores dela como sendo uma ante-sala do futuro, que levaria para o tão decantado – e pouco explicado – progresso material, econômico e cultural. Todos os elementos materiais, palpáveis e mensuráveis da estação, eram então a face física do sonho de modernidade que passava a fazer-se visível.

Podemos afirmar que muitos os que aportaram na cidade eram, sobretudo, errantes. Pessoas em busca, de modo incerto, da construção de um futuro. São Paulo foi, é um lugar do progresso, da possibilidade de fazer-se, a terra fértil para o surgimento do *self-made man*, que semeia seus desejos e faz nascer deles o concreto armado e o asfalto que tinge de cinza a linha do horizonte. A ocupação das terras da periferia da cidade foi, muitas vezes, o “prêmio de consolação” oferecido a esses migrantes que vieram e tomaram parte do desenvolver-se da cidade, contingenciando seus sonhos nas catracas das bilheterias das estações, nos assentos dos vagões, mas não compartilhando das memórias e vivências que foram instituídas pela historiografia tradicional como constituidoras da história.

O trem transmutava-se no bilhete de ingresso desses *outsiders* no mundo novo da urbe

desenvolvida e moderna, quando os trabalhadores se preparam para sair em busca desse portal que os permitiria alcançar as cálidas imagens do inusitado, do esplendoroso e do progresso vendidas nos cartazes presos nos muros e tapumes das construções do centro da cidade. Esse conjunto binário (o sonho do progresso em contraste com o cotidiano), que engloba imagens, desejos e ações, dança diante desses grupos postos ao largo da linha férrea – migrantes, pobres, trabalhadores avulsos – onde eles, numa tentativa de construir uma conexão entre dois mundos, a cidade que lhes acolhe e a terra natal, passam a gestar no espaço do cotidiano referenciais e associações que pudessem levar a eles, trazendo para si elementos tidos como positivos dos dois.

As representações constituídas por muitos sobre São Paulo e reproduzida pelos cidadãos que nela encontram abrigo, oferecerem àqueles postados distante da cidade o sonho de avançar, como o trem, por terras desconhecidas e ainda sim prodigiosas. Como Martins (2005) sugere, “há um divórcio profundo entre o concebido e o vivido” e, deste modo, o espaço vinculado ao trem torna-se o portal entre o desejado e o existente, entre a visão onírica da ascensão socio-econômica e a fria realidade, que por vezes reserva o contrário daquilo aos seus pleiteantes. O cotidiano condensa-se na mente das populações do subúrbio como o frio orvalho que umedece o ar nas manhãs da cidade e a condição de migrante imprime sobre as sensações e pensamentos desses indivíduos um mal-estar que pode ser caracterizado como a falta do local de origem, como observa-se nas diversas elaborações referentes a eles.

Desterrados em sua própria terra, nativos em terra estrangeira, esses migrantes reconstróem suas sociabilidade sob um novo signo, o da multiplicidade. A cidade passa a ser o lar e o exílio desses indivíduos onde eles, juntamente com tantos outros em igual dilema, passam a costurar a colcha de retalhos onde, com seus fios de histórias e memórias, cosem-se a nova face da cidade.

Desta feita, estudar a influência das estações ferroviárias e de seus arredores na construção das representações através dos olhos desses migrantes é a possibilidade única de trazer à tona um conjunto especialmente significativo de percepções relativas a cidade que estão relegadas ao esquecimento, posto elas não consistem nas imagens tidas como preponderantes para a construção de uma história “verdadeira” de São Paulo e sua pujança econômica, política e social. Outrossim, esse grupo pôde, como nenhum outro, ler a cidade por um prisma particular, oferecendo uma compreensão diferenciada de seu crescimento. Estudar as imagens por eles oferecidas é acessar um arquivo pouco explorado, onde o pano de fundo para as relações sociais é uma outra São Paulo, não a dos casarões dos barões do café, nem as chaminés das indústrias, mas sim o trem e todos os espaços a ele associados, com suas

especificidades

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. Vozes. Petropolis/ RJ, 1994

DIAFÉRIA, Lourenço. Como se fosse um livro aberto. In: DIAFÉRIA, L. et al (org). Um século de Luz. São Paulo: Scipione, 2001, p. 19-43.

GLEISER, Marcelo. O fim da Terra e do Céu, Cia das Letras, SP, 2001

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. 34, RJ, 2001

MARTINS, José de Souza. Subúrbio. Hucite, São Caetano/SP, 1992

MORSE, Richard, Ciudades "perifericas" como arenas culturales (Rusia, Austria, America Latina), 1985

MUMFORD, Luwis, A cidade na História: suas origens, transformações, 1998

ROUANET, S. Paulo e PEIXOTO, N. Brissac. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? In: Revista USP. Dossiê Walter Benjamin, set/out/nov 1992, n. 15, São Paulo: EDUSP, 1992, p. 49-75.

SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. Cia das Letras, SP, 2005.

SEVCENKO, Nicolau, Orfeu extático na metrópole: SP, sociedade e cultura nos frementes anos 20, 1992

SOMEKH, Nádia. A Luz da cidade: memória urbana e sociedade. In: DIAFÉRIA, L. et al (org). Um século de Luz. São Paulo: Scipione, 2001, p. 19-43.

TRABALHO E CULTURA: MODO DE VIDA E RESISTÊNCIA DOS SERTANEJOS POBRES DO EXTREMO-NORTE DE GOIÁS – 1860 a 1920.

*Olívia Macedo Miranda Cormineiro**

Resumo

Palavras-chaves: trabalho; modo de vida; cultura; resistência.

Esta comunicação tem por objetivo apresentar problemas e hipóteses acerca dos modos de viver e trabalhar dos homens, mulheres e crianças pobres que habitaram os extremos da região setentrional da província/estado de Goiás entre as décadas de 1860 e 1920. Nesse sentido, por meio da abordagem “The history from below”, buscar-se-á problematizar experiências indicativas da capacidade destes pobres do sertão em sofisticar, manter e reformular costumes, tradições e padrões culturais constituidores de estratégias que, por meio da busca em conservar a integralidade de interesses culturais e materiais, viabilizava resistir às práticas de disciplinarização de seu modo de vida pelos grupos dominantes e possibilitava a construção de alternativas de autonomia.

Abstract

Key words: work; way of life; culture; resistance.

This communications has as an objective to present problems and hypotheses about the ways of poor men, women and children living and working, who lives in the extreme northern region of the direction, by means of approaching “The history from below, seeking problematic indicative experiences of the capacity of the poor region in to sophisticate, to keep and to reformulate costumes, traditions and cultural standards that constitute strategy that, through the search in conserving the integrity of cultural and material interests, it made possible to resist the practical of disciplinarization of this way of life the dominant groups and made possible the construction of economy alternatives.

APRESENTAÇÃO

O projeto de pesquisa do qual se origina esta comunicação propõe historicizar os modos de viver e trabalhar dos pobres residentes na região mais setentrional de Goiás entre as décadas de 1860 e 1920. Buscando escapar à fórmula da história tradicional e política, amplamente praticada na historiografia sobre esta região, no projeto procura-se abordar a historicidade dos sertanejos-pobres, no tempo específico de suas próprias experiências, a

* Especialista em História Social pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

partir da perspectiva da “history from below”, observando, como nos adverte o historiador inglês E. P. Thompson:

“À medida que alguns atores principais da história, políticos, pensadores, empresários, gerais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena”
(THOMPSON. 2001 p.234)

Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que o objetivo desta comunicação é apontar alguns indícios da pertinência das hipóteses sustentadas no projeto de pesquisa. Igualmente, esclarece-se que o problema central da comunicação diz respeito à relação trabalho e cultura, considerada como construtora de estratégias de resistência e de busca por autonomia dos sertanejos-pobres. De fato, esta é a especificidade desta proposta de trabalho: onde comumente se vê cultura gratuita, nos moldes veynianos, aqui enxerga-se o conflito social, pois ao falarmos de cultura do passado:

“Estamos nos referindo a um complexo mais rico que o do folclore atual, que não se reduz às artes figurativas, à literatura e à música, mas que abarca temas que hoje classificamos nos campos da economia, da tecnologia ou da religião” (FONTANA. 2000 p. 350)

Obviamente nos limites desta comunicação não poderei abordar a relação trabalho e cultura de forma ampla. Por esta razão escolhi tratar, mais especificamente, alguns aspectos da relação entre produção de alimentos, atividade venatória e autonomia, buscando apresentar elementos que possam demonstrar a vinculação entre estas atividades e a consecução das estratégias de viver destes sujeitos. No que se refere fundamentalmente às atividades agrícolas, a roça, tanto por ser o principal meio de vida neste sertão quanto por ter viabilizado durante várias décadas a prática da pecuária¹, era o lócus de constituição de algumas das principais estratégias sócio-culturais utilizadas por estes pobres. Assim, uma hipótese inicialmente defendida é que neste espaço sócio-cultural os sertanejos-pobres, utilizando o costume e a tradição sob formas muito variadas, buscavam alcançar alguns resultados que de outra forma seria pouco provável alcançar.

No entanto, a produção quase que exclusivamente familiar destes pobres do sertão constituía-se um impasse entre seu modo de vida e os projetos de desenvolvimento das administrações de Goiás. Segundo os presidentes e governadores, desde épocas anteriores a 1860, o fato destes sertanejos “trata [rem] do cultivo quase exclusivo do que precisa para si e sua família” (REL. PRES. DE GOIÁS. 1873 p.38), era razão suficiente para considerá-los indolentes, “homens sem instrução, sem ambições, contentando-se com o estrictamente

¹ Atividade que se tornaria, desde as últimas décadas do século XIX, a base econômica do norte goiano.

indispensável à satisfação das necessidades muito limitadas” (REL. GOV. DE GOIÁS. 1896 p. 13), ou seja, razão suficiente para considerar suas atividades autônomas comprometidas, exclusivamente, com o instinto de sobrevivência.

De fato, dentro da economia de vida deste sertanejo a dimensão constituída por práticas e estratégias que asseguravam a reprodução biológica da vida possuía um lugar de destaque, afinal comer é um argumento inquestionável. Entretanto, estas práticas ultrapassavam as necessidades biológicas, constituindo-se mediadoras de necessidades² sócio-culturais que objetivavam obter prática e simbolicamente meios para alcançar relativa autonomia.

Seguindo esta argumentação, desloca-se neste trabalho a discussão do problema da sobrevivência para uma dimensão mais ampla: a segurança alimentar. Surgindo, a partir de então, outro aspecto a ser integrado a esta análise: a roça por pressupor uma relação de trabalho, manifestação direta da força de trabalho dos sertanejos-pobres, constituía-se uma tensão de forças sócio-políticas onde, aprioristicamente, estes sujeitos eram agentes políticos. Vejamos alguns exemplos indicativos.

Atualmente, não raras vezes a lavoura é representada como um passe de mágica, onde do chão ao prato todas as práticas são suprimidas. É provável que esta visão esteja ligada ao fato de que, hoje, as experiências alimentares tenham se afastado das experiências de produção de alimentos. De qualquer forma, na realidade do sertanejo-pobre não havia nenhuma mágica, a não ser a da vida que sempre insistia em se renovar. Sua labuta era travada em termos muito específicos, afinal por esta época ainda não havia sido introjetado no peito deste sertanejo-pobre um relógio, e suas práticas buscavam integrar suas necessidades aos seus interesses.

Isso não significa, segundo me parece, que a luta do sertanejo-pobre por seu modo de vida tenha sido menos árdua. Ao contrário, este sabia, pela experiência, que tinha sempre que se preparar para as contingências que poderiam afetar sua vida ou sua roça, e não raramente afetavam, restringindo seu sustento ao limite do suficiente. Assim, a escolha de determinadas culturas não eram apenas uma questão de costume, ou uma forma de evitar a fome, mas uma estratégia de vida e trabalho. Vejamos. A roça de arroz, por exemplo, tinha seu cultivo “no

² Entenda-se que **necessidade** no caso aqui presente não se restringe à subsistência, ampliando-se a interesses e a padrões de sentimentos, certamente sócio-culturais, reconhecidos pelos próprios sertanejos pobres para eleger quais eram suas prioridades. Obviamente não estou com isso expressando que as prioridades dos sertanejos pobres fossem estabelecidas apenas por si, mas procurando evidenciar que se por um lado as contingências sociais determinam as necessidades e as práticas dos sertanejos pobres, por outro estes constroem e modificam estratégias que lhe possibilitem agir sobre estas mesmas contingências da forma que considerarem mais adequada às suas próprias situações.

vale do Tocantins [...] feito à unha. Começa [va] pela broca, onde funciona [va] incansavelmente [...] o facão [...]” exigindo do sertanejo-pobre que “o braço não para [sse] nunca” (SILVA apud CARVALHO. 1997 p.98).

Ademais, plantar arroz demandava um terreno com umidade suficiente, por isso os sertanejos-pobres cultivam-no em *vazantes*³ entre os meses de outubro e dezembro, o que funcionava como medida de segurança em caso de estiagem. Por outro lado, mesmo nas terras de vazantes a safra quase nunca era satisfatória porque a terra era de areia e “terra de areia dá um bom arroz, mas é só um ano” (BERNARDES. 1991 p.42), o que fazia com que novas terras fossem necessárias a cada ano agrícola. No entanto, desde a década de 1860, quando de fato procurou-se aplicar a Lei de Terras de 1850, o acesso a novas terras torna-se outra dificuldade para o cultivo do arroz, pois para “ocuparem as terras do Estado a Lei de Terras deve [ria] regular a concessão” (REL. GOV. DE GOIÁS. 1896 p. 30/31). Esta concessão só era possível por meio da compra, o que contribuía para que o sertanejo-pobre tivesse que utilizar as mesmas terras por vários anos e definia que a produção de arroz mantivesse-se acanhada.

Esta é uma questão importante. O sertanejo-pobre que insistisse em manter sua produção centrada principalmente no cultivo do arroz corria sério de risco de ver seu paiol vazio antes da chegada do mês de agosto. De fato, isso não definia que este sertanejo fosse morrer de fome, mas definia, certamente, que ele deveria mudar significativamente suas práticas costumeiras. De que forma? Parece-me, os indícios são bastante consistentes, que uma safra fracassada tinha como conseqüência mais imediata a imposição de que estes homens, mulheres e crianças pobres locassem sua força de trabalho para fazendeiros e comerciantes, o que representava uma modificação drástica em seus modos de viver.

Ora, trabalhar como camarada⁴, no extremo-norte, consistia em ajustar-se com algum fazendeiro ou comerciante para realizar determinadas atividades. No entanto, segundo Silva, aceitar esta atividade significava submeter-se a práticas remanescentes da servidão. Ademais, notemos que segundo a lei de locação do trabalho (Goyaz. 1892) os sertanejos-pobres se obrigavam a residir nos domínios do locador e não saírem, durante a vigência do contrato, sem a autorização do mesmo. Surgindo aqui o que me parece uma das razões dos sertanejos-pobres resistirem a esta forma de trabalho. Sobre isso a o governador de Goiás afirma que

³ *Vazantes* são locais próximos às margens de rios ou córregos que por serem mais úmidos contribuía para o desenvolvimento do arroz.

⁴ Segundo Maria Lúcia Silva camarada seria a designação atribuída aos trabalhadores pobres que vendiam sua força de trabalho aos fazendeiros e comerciantes em troca principalmente de produtos produzidos na própria fazenda, sendo pouco comum o pagamento monetário.

“nas cidades, povoações e no campo, avultado é o número de indivíduos [...] que consideram os serviços domésticos como deprimentes para um homem livre” (REL. GOV. DE GOIÁS. 1896 p. 14).

Não obstante, a razão que me parece mais pertinente para a recusa do sertanejo-pobre ao serviço doméstico não era a “indignidade do trabalho”, mas o fato de que neste tipo específico de serviço este ficava mais ainda sob as vistas do “patrão”, dificultando, assim, que exercesse qualquer atividade fora do âmbito das suas exigências do empregador o que, suponho, de qualquer forma pressupunha um controle bastante amplo do tempo, da vida e das escolhas do sertanejo-pobre por parte dos grupos dominantes.

Retomando a questão da roça de arroz observamos que após o plantio o trabalho se dirigia à tentativa de proteger a roça, para isso o sertanejo-pobre fazia “cerca de cama no chão para que não entr [asse] gado ou animais silvestres” (SILVA apud CARVALHO. 1997 p.98), ou então, tornando-se a vigília essencial, mudava-se para o centro da roça, pois o trabalho de vários meses poderia ser perdido se um bando de capivaras ou de “periquito estrelado [...]descem no arrozal [...] levando a roça de eito logo que o arroz começa[sse] a secar o leite [...]” (BERNARDES. 1991 p.43). Nestas situações, suponho que o sertanejo-pobre dedicasse seu tempo quase que exclusivamente ao roçado, e esta expectativa sazonal de ter que despender parte considerável de seu tempo em atividades essenciais às culturas, me parece, era uma das razões, embora não a mais relevante, para que estes sertanejos resistissem em locarem sua força de trabalho aos fazendeiros.

Porém o arroz não era a única ou primeira alternativa de cultivo dos sertanejos-pobres. A mandioca amarga foi, e ainda o é, uma alternativa persistente entre as culturas cultivadas. Os argumentos correntes relacionam a preponderância da mandioca na lavoura do sertanejo-pobre primordialmente ao fato de agradar o paladar e pertencer à sua tradição o “passadio de boca na base [...] da farinha de mandioca de tudo quanto é jeito, tapioca, goma, beiju de massa” (BERNARDES. 1991 p.151). Por outro lado, não considero seguro afirmar que a predominância da mandioca amarga tenha sido definida prioritariamente pelo costume, tanto quanto não é seguro defender como razão exclusiva para uma baixa produção de arroz o fato de ser este um cereal que demandava maiores cuidados, e que os sertanejos-pobres, por serem indolentes, “não se dedicavam a cultivá-lo” (REL. GOV. DE GOIÁS. 1896 p.18).

No que se refere à mandioca, é óbvio que as constantes situações de escassez por que passavam os sertanejos-pobres era uma boa razão para explicar a imprescindibilidade desta cultura. Entretanto, me parece necessário ressaltar o fato de que o cultivo da mandioca amarga, além de um padrão de enfrentamento da fome, tornou-se um modo de vida que era,

certamente, uma prática estratégica de previdência, anunciada pela própria administração desde 1835, nos seguintes termos: “[...] fome do anno passado fez conhecer a conveniência da plantação de mandioca e [...] trouxe a abundancia dos gêneros mais necessários para a vida nas povoações do Norte [...]” (REL. PRES. GOIÁS. 1835 p. 18).

Porém este padrão de previdência era de um tipo muito peculiar, e por isso mesmo um significativo aspecto do modo de viver e trabalhar destes sujeitos, pois o sertanejo-pobre prevenia-se, com esta prática, não apenas dos constantes períodos de escassez, mas especialmente prevenia-se contra a possibilidade de, em caso de não conseguir alimento suficiente para passar o ano, ter que alterar significativamente seu modo de viver e trabalhar. Cabe aqui uma ressalva. Quando nos referimos ao cultivo do arroz enfatizamos a questão do tempo como um elemento necessário à própria atividade do cultivo, no que se refere à mandioca amarga há um outro aspecto significativo: a mandioca não demandava tanto trabalho quanto o arroz, então seu cultivo, além da questão da segurança alimentar que se traduzia em resistência ao trabalho como empregado, era especialmente uma forma de resguardar o uso de seu tempo, o que favorecia o alcance de determinada autonomia. Mas que tipo de autonomia? A de manter seu modo de viver.

Segundo José Maria Audrin, contemporâneo destes sertanejos, “o primeiro cuidado do [...] sertanejo consiste, pois em assegurar o alimento cotidiano pelos esforços dos **seus braços e do suor do seu rosto**⁵” (AUDRIN. 1963 p. 43). Esta é uma constatação importante porque indicia um problema realmente essencial para estes sujeitos: o fato de preferirem assegurar seu alimento com suas próprias mãos lhes possibilita espaço para exercerem outras atividades. Segundo me parece, estas atividades encerram um aspecto determinante da relação entre trabalho e cultura na vida destes pobres: as práticas amalgamadas de sua economia de vida, de suas festas e de seus costumes.

Um aspecto da economia de vida dos sertanejos-pobres que exemplifica esta relação são as atividades venatórias. Esta atividade, além da função trivial de fornecer proteína, cumpria a função específica de buscar integrar uma dimensão produtiva da economia de vida do sertanejo-pobre, verdade que de forma muito periférica, à economia comercial e agrária deste sertão. No entanto, a busca por participar desta economia comercial pressupunha não abrir mão dos seus padrões culturais.

Castelnau, um viajante do século XIX, já observava mesmo em décadas anteriores a 1860, em 1844, que de Boa Vista do Tocantins e São Vicente, no extremo-norte de Goiás, era

⁵ Grifo nosso.

exportado carne salgada de pirarucu e couros curtidos de animais silvestres para o Pará (CASTELNAU. 2000. 46). Índícios apontam que esta prática possibilitou ao sertanejo-pobre exercer permanentemente, ou quase, uma atividade importante e lucrativa na economia agrária e comercial do extremo-norte, o que promovia alguma oportunidade para negociar aspectos importantes das práticas de exploração desenvolvidas pelos grupos dominantes.

Dentro das limitadas alternativas destes pobres do sertão, suponho que a possibilidade de “matar bicho no mato para vender a pele” (BERNARDES. 1991. 107), surgia no seu horizonte como a oportunidade de tornar seus interesses mais visíveis e mais possíveis. No entanto, conseguir realizar esta atividade não era tão simples. Primeiro, porque mesmo não estando, na maioria das vezes, circunscrito ao contrato de prestação de serviços os sertanejos-pobres, pelo fato de residirem nas terras de um fazendeiro deveriam, sempre, justificar sua ausência, fosse para caçar ou vender o produto da caça. Segundo, porque para conseguir um preço melhor pelas peles silvestres era necessário vende-las para outro comerciante, que não o dono da terra onde residia, o que caracterizava concorrência.

Nesse sentido, se retornarmos à questão da mandioca pode-se perceber uma evidência da integração, na vida deste sertanejo-pobre, entre trabalho, cultura e interesse. De fato, a preferência pela mandioca amarga se encontra, também, no fato desta cultura, por demandar menores cuidados, abrir espaço para que este sertanejo pudesse organizar seu tempo de forma a conseguir realizar, de forma autônoma, as atividades de caça.

No entanto, para vender as peles silvestres era necessário ausentar-se por mais que uma tarde ou noite. Obviamente, este modo específico de trabalhar não se enquadrava no código de exploração da força de trabalho “de sol a sol”, sendo muito provável que uma atividade que não fosse exercida exaustivamente para oferecer resultado entrasse em conflito com os padrões considerados adequados pelos grupos dominantes. Uma das soluções empreendidas pelos sertanejo-pobres para conseguir realizar esta atividade era justificar suas ausências prolongadas com motivações religiosas. Audrin expõe a questão das romarias da seguinte forma:

“Os costumes religiosos são outro motivo de viagens [...] Mas não exageremos demais. O sertanejo é também homem prático, e amiúde [...] será pretexto para planejar e efetuar saídas, até de longa duração. Quantos negócios a iniciar ou concluir: compras, vendas, trocas, dívidas [...]” (AUDRIN, 1963 p. 91/92)

Partindo da argumentação acima, o que se apresenta, ainda de forma inconclusiva nesta pesquisa, é a possibilidade de se restabelecer, nesta discussão, seu caráter de conflito social, indicando nas relações sócio-culturais que envolvem trabalho e modo de vida a

perspectiva de uma análise relacional. Para alcançar tal objetivo acredito que devemos superar a visão compartimentalizada das experiências sociais, procurando compreender a dimensão cultural como parte integrante das demais dimensões da vida, pois como esclarece Fontana:

“Uma das causas que torna difícil compreender a complexa natureza desta cultura é que, nela, inexistem linguagens especializadas semelhantes às nossas. Muito do que se referia à vida material, por exemplo, expressava-se numa linguagem religiosa, que não tinha o mesmo sentido especializado que tem hoje para nós”.
(FONTANA. 2000 p. 350).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1-BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.
- 2-FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da história geral**. São Paulo: EDUSC. 2000.
- 3-SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone Editorial. 2001.
- 4-THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da UNICAMP. 2001.
- 7-WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras. 1990.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: LEMBRANÇAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

*Michelle Viviane Godinho Corrêa**

Este trabalho é resultado dos estudos feitos para o desenvolvimento de minha pesquisa de iniciação científica, financiada pelo PROBIC/PUC, intitulada “*História e Memória: A Segunda Guerra Mundial contada pelos ex-combatentes da FEB*”. Há muito para se entender sobre a memória dos ex-combatentes para além do que se pode ver através das crônicas já publicadas. A história oral, enquanto metodologia de pesquisa, pode nos proporcionar algo mais abrangente no campo da memória da guerra. É por ela que podemos ter novos dados acerca da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial sob a perspectiva do soldado comum que se envolveu na guerra. Portanto, falaremos da história oral através dos tempos, de sua relação com a memória e sua aplicação na área da História do Exército.

A História Oral

A metodologia da história oral pode nos parecer algo recente, mas existem registros de sua utilização desde a Antiguidade, sendo utilizada em narrativas históricas como as de Heródoto. A tradição oral era transmitida por narradores¹, sendo geralmente designada esta função aos mais velhos. Porém com o surgimento da escrita e o letramento das sociedades, o prestígio do narrador se reduziu, não deixando, contudo, de ser utilizado na construção das narrativas históricas. No século XIX, podemos notar sua importância nos estudos de Michelet e outros historiadores.

Com o advento da escola metódica, o valor do depoimento oral decaiu, por não ser considerado como prova de um fato histórico, como era o documento escrito. Somando-se a este critério da nova escola em evidência, a exigência da formação acadêmica aos historiadores a partir do século XIX mudou a forma de seu proceder, sendo o documento escrito mais valorizado academicamente que a evidência oral.

Esta formação acadêmica teve alguns precursores e dentre eles se destaca o professor alemão Leopold von Ranke, que não se mostrava simpático a tudo que lhe parecesse demasiadamente subjetivo. Desta forma centrou-se nos documentos escritos por crer que ali havia credibilidade. Desta forma, em seu seminário de pesquisa na Alemanha, Ranke formou

* Michelle Viviane Godinho Corrêa é graduanda do curso de História da Pontifícia universidade Católica de Minas Gerais e bolsista de Iniciação Científica pelo PROBIC/PUC.

¹ Quando digo narrador, me refiro as pessoas que era transmitiam a história através da oralidade.

gerações de historiadores com esta visão da supremacia documental em relação à fonte oral.

A escola metódica enfrentou problemas com a própria conceituação de documento, pois os meios de comunicação já eram outros nas primeiras décadas do século XX. O advento do telefone trás a oralidade de volta e a utilização da escrita perde sua neutralidade. A evidência oral volta a ocupar lugar de destaque na produção historiográfica, reconquistando seu status. Além das novas tecnologias, o declínio do método documental e dos métodos quantitativos a partir da Segunda Guerra Mundial colaborou para que a fonte oral ganhasse espaço acadêmico nas pesquisas. Essa queda acontece através das críticas ao método documental e mais ainda pelo interesse em estudar a classe operária e seu modo de vida².

Com o destaque do gravador na década de 1960 as formas de comunicação na sociedade ocidental e o perfil da história sofreram alterações. O gravador permitia a reprodução e consulta dos relatos, transformando-os em fontes, conseqüentemente em documentos. Desde finais da década de 1960 a vertente da História Oral cresce no meio acadêmico, ganhando espaço em revistas, anuais e congressos por diversos países.

A ressignificação da história oral se iniciou nos EUA com a história de vida. Posteriormente a história oral foi sendo retomada enquanto método na Europa, principalmente em comunidades locais interessadas em preservar sua memória e seu folclore. O impacto político do pós-guerra foi fator determinante para esta volta. O processo de independência da África colonial mostrava a necessidade de formular sua própria história e o impacto do poder do operariado em 1945 despertou nos pesquisadores interesse pela história operária.

De forma bastante animadora, Lozano³ escreve sobre a volta da fonte oral no meio acadêmico:

Percebo-a como uma “reconsideração”, visto que nos primórdios da disciplina o emprego de depoimentos orais era um dos principais recursos para conhecer e escrever história. No início do século XX – sem remontar a épocas anteriores do desenvolvimento da disciplina – a história acadêmica e científica e, por isso mesmo, a oficial faziam-se quase exclusivamente com base nos documentos escritos. Além da palavra escrita, nada havia de confiável ou de certa validade. A evidência oral era abertamente rejeitada. Essa atitude e mola do fazer histórico predominou até depois de meados deste século, quando certos historiadores, ansiosos por encontrarem novos temas e fontes de informação, “reconheceram” e iniciaram, de forma entusiástica e não raro romântica, a construção, sistemática ou não, de novas *fontes orais*.

² THOMPSON, Paul. *Historiadores e História Oral*. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.93.

³ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19.

Na década de 1980 a história oral declina, a partir de cortes estatais aos financiamentos de pesquisas. A história oral havia se desenvolvido onde havia a tradição do trabalho de campo e onde havia financiamento às pesquisas. Com estes cortes estatais nos países da América do Norte e Europa, a história oral sofreu um declínio que dá espaço para que as histórias política e econômica voltassem a se destacar no cenário historiográfico⁴.

No Brasil, inicialmente introduzida nos anos 1970, a história oral só se torna expressiva no meio acadêmico a partir dos anos 1990. Sua expressividade se fez notar a partir do aumento no número de seminários e cursos acerca do assunto, que inicialmente era objeto dos cientistas políticos e progressivamente passou a ser objeto de estudo dos historiadores. Contudo, o alvo das pesquisas brasileiras não foram inicialmente as classes baixas, mas sim as classes altas da sociedade (o que não significa que trabalhos com a classe baixa não fossem realizados). De início, freqüentados por doutores, os seminários de história oral foram abrangendo progressivamente os mestres e graduandos bolsistas de iniciação científica, como nos mostra Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira na apresentação do livro “Usos & Abusos da História Oral”. Ao longo dos anos 1980 o estudo das camadas populares da sociedade passa a ser apresentado de forma mais expressiva nas pesquisas de história oral no Brasil.

Desta forma a história oral continua a ser um importante método de pesquisa, apesar das críticas ferozes. Concordo com Thompson⁵ quando conclui:

Portanto, a descoberta da história oral pelos historiadores agora em andamento, provavelmente não será ignorada. E ela não é apenas uma descoberta, mas também uma reconquista. Oferece à história um futuro livre da significação cultural do documento escrito. E devolve também ao historiador a mais antiga habilidade de seu ofício.

Quando a sua conceituação, diversas são as formas como os historiadores definem a história oral atualmente. Há os que a entendem como uma disciplina, outros como uma técnica. Entretanto, parece-me que a definição da história oral enquanto metodologia de pesquisa mais coerente quanto a sua prática. Segundo Amado e Ferreira⁶,

⁴ THOMPSON, Paul. *Historiadores e História Oral*. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.98.

⁵ THOMPSON, Paul. *Historiadores e História Oral*. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.137.

⁶ AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes FERREIRA. Apresentação. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p xvi.

a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática.

Existem outras formas mais particulares de definição nas quais não entraremos em questão por serem de uso restrito a quem as criou, como as definições de Lozano em seu artigo “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”.

Quanto ao termo “história oral”, também existem suas discussões. Alguns historiadores preferem não usá-lo, como Danièle Voldman e Philippe Joutard, substituindo-o por “*historia feita com testemunhas*” ou “*fonte oral*”. Entretanto não me parece ambígua a expressão história oral se entendida como “um método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas”⁷.

Frente às críticas a História Oral e a utilização da fonte oral, argumento que a subjetividade há em todas as fontes históricas produzidas pelo homem. É certa de que a qualquer tempo, as produções do homem retratam seu tempo. Melhor é assumir os riscos da subjetividade que há em tudo que o homem produz e continuar avançando na produção do conhecimento. Sobre este aspecto, Portelli⁸ também afirma que:

A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, com imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente corretas, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quando registros factuais confiáveis.

O que importa na História Oral é saber o significado de cada omissão por parte do entrevistado ou o significado de cada seleção de informações fornecidas ao entrevistador. Concordo com Alessandro Portelli⁹ quando afirma que:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a história oral

⁷ WALLOT *apud* JOUTARD, Philippe. História oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.56.

⁸ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Cultura e Representação**. São Paulo: Educ.1997, no. 14, p. 32.

⁹ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Cultura e Representação**. São Paulo: Educ.1997, no. 14, p. 35.

não tenha validade factual. Entrevistas sempre relatam eventos desconhecidos; elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas

A Memória: trazendo o passado ao tempo presente

A memória é a mola mestra deste trabalho. Com propriedade de conservação de informações, através da memória o homem pode rever suas impressões e informações do passado. Desta forma, a memória é uma reelaboração do passado. Este processo de rememorar modifica não só a ordenação psíquica destas lembranças como também provoca uma nova leitura do fato vivido. Porém, a memória não diz respeito somente a um passado distante, ela também nos fala do presente e se projeta no futuro. Como afirma Seixas¹⁰ “A memória não é regressiva (algo que parte do presente fixando-se no passado); ela é prospectiva e, mais do que isso, é projetiva, lançando-se em direção ao futuro”.

A contribuição de Seixas para a compreensão da relação memória/história em seu artigo “*Os Tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a História?*” nos elucidam bastante sobre o assunto. Através da comparação dos estudos de Bergson, Proust e Bachelard, Seixas nos expõe as diversas problemáticas em torno da memória e nos leva a reflexão dos tempos da memória numa dimensão espacial que lhe é intrínseca e não historicizada, devido a interpretação inversa que se tem feito a respeito dos espaços da memória. Através destes estudos, através da enriquecedora discordância entre eles, podemos concluir que nos autores em questão a memória é o que torna possível o emergir do passado no presente, atualizando esse passado e reconstruindo-o. Como afirma Le Goff¹¹, “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”.

Sobre a relação história tempo e memória, Delgado afirma que são “processos interligados”, e ressalta que “o tempo da memória ultrapassada o tempo da vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, [...] de tradições, de histórias escutadas e registradas”¹².

⁹ SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?. In: Projeto História. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, Edusc, 2002, p. 44.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 419.

¹¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17.

¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.96.

Assim Delgado¹³ define a memória e sua importância para a história:

Memória e transmissão de experiências são faces diferentes de um único cristal que inclui a História. A memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões. [...] É matéria prima para o conhecimento histórico. É reflexão do homem sobre sua vida e seu tempo. É tempo de criação, de imaginação e de registro das tradições”.

Além das recordações do passado, a memória também contém suas lacunas, e estes silêncios são importantes para a história, pois se mostram reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva (não sendo esta a única possibilidade de se interpretar o silêncio), mesmo que de um determinado grupo, como o que está sendo pesquisado. Segundo Thompson¹⁴, “a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes”.

Em seu artigo “A memória não é mais o que era”, Henry Rousso¹⁵ assim define a memória e escreve sobre a relação memória/história do tempo presente e memória/identidade:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto não me admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam seqüelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas [...] A memória, para prolongar essa definição lapidar, e uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo” que muda, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, constitui [...] um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

A memória trás em si uma característica que é, ao mesmo tempo, notada nos documentos: ela resulta de uma série de escolhas. Todo documento – manuscrito, impresso, oficial ou não, iconográfico, oral – sempre é feito com base em uma escolha advinda da

¹³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.96.

¹⁴ THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.204-205.

¹⁵ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.94-95.

memória entre o que será lembrado e o que será esquecido, mesmo que temporariamente. Entretanto, os documentos possibilitam ao historiador o estudo de acontecimentos passados, enquanto a memória possibilita o conhecimento da reação causada pelos fatos acontecidos naqueles que os vivenciaram¹⁶.

Lembranças da Segunda Guerra Mundial

Os estudos que embasam esta exposição se concretizam com a coleta de relatos orais dos ex-combatentes da FEB. Diferente do adulto, os idosos se alongam mais na descrição de lembranças passadas, sendo elas parte substancial de suas vidas.

O idoso procura problematizar seu passado discutindo suas lembranças com outros idosos que vivenciaram o mesmo período ou fato específico¹⁷. Desta forma, a Associação dos Veteranos da FEB, mantém viva a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e com sua colaboração este trabalho tem se desenvolvido de forma bastante satisfatória.

Antes de iniciar a coleta de depoimentos orais sobre determinado assunto, faz-se de fundamental importância a revisão historiográfica para avaliar o que já foi produzido sobre o objeto de estudo. Neste caso, pude constatar que a historiografia da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial era restrita a poucos exemplares, mais situados na área das relações internacionais e crônicas produzidas por militares de alta patente do exército e correspondentes de guerra que acompanharam a FEB na Itália.

Nas produções de relações internacionais o foco é a problematização em torno das questões políticas que envolveram a ida do Brasil à guerra e os arranjos políticos entre Vargas e o governo americano. Nas crônicas de guerra, enfatiza-se a questão de honra na declaração de guerra contra o Eixo, a organização da FEB, o cotidiano da guerra e os grandes feitos da FEB no teatro de operações. Como se pode perceber, diversos pontos se contrapõem entre estas visões da guerra e a pouca produção historiográfica em torno deste objeto de estudo dificulta ainda mais a solução das lacunas existentes. Entretanto, o que mais chamou atenção nos livros lidos foram as generalizações, a massificação da memória de todos em uma só

¹⁶ MONTENEGRO, Antônio. **História oral e memória**: a cultura popular revisada. São Paulo: Contexto, 1992, p.20.

¹⁷ BOSI, Ecléa. Memória-Sonho e Memória-Trabalho. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.60.

visão da guerra. Correspondentes de guerra, militares, falam por si e garantem pelos outros a mesma visão. São crônicas escritas nas décadas de 1960 ao início da década de 1990 que mostram uma visão bastante particular da participação brasileira na guerra.

Tentando entender as lembranças dos ex-combatentes da FEB, entrevistei um grupo de dez senhores, selecionados aleatoriamente nas fichas da Associação dos Veteranos da FEB, em Belo Horizonte. Pude constatar que as generalizações feitas nas crônicas de guerra não procedem. Cada pracinha tem sua visão sobre o evento e generalizar uma opinião, colocando-a como de todos, foi uma arbitrariedade cometida por seus autores. Além do mais, alguns combatentes falam sobre tudo, enquanto outros preferem falar sobre política e outros sempre deslizam a fala para detalhes do cotidiano no palco da guerra. Cada um é único, uma lembrança particular, memórias que sofreram muito pouco com a subversão da memória pela história¹⁸. Um exemplo elucidativo são as respostas sobre a ida do Brasil na guerra. A maioria dos pracinhas entrevistados acreditam que o Brasil declarou guerra ao Eixo devido o torpedeamento dos navios e a manifestação popular a favor da declaração de guerra. Entretanto Otton Arruda¹⁹, coloca como principal causa da ida do Brasil à guerra os acordos entre Vargas e o governo americano:

Eu acho que Brasil entrou na segunda guerra mundial por uma manobra do governo americano para obter o apoio do Brasil. Eu acho que foi manobra pelo seguinte, Getulio Vargas era um ditador e muito simpático ao Hitler, ao Mussolini, ao aquele argentino, o Perón, e ... o Getulio para aderir a política americana, o americano ... teve que fazer muita oferta. Uma delas foi Volta Rredonda com toda a montagem ... que aquilo para a época, para o Brasil representava um progresso extraordinário que nos tínhamos vontade, mas a condição, era quase impossível. Então veio na hora. E acontece que essa adesão do Getulio Vargas , essa união de Getulio Vargas com a política americana desagradou a Alemanha, que passou a atacar os nossos navios mercantes.

Essa e outras tantas divergências de opinião nos mostram detalhes até então encobertos pela historiografia tradicional e que podem ser trazidos a luz da história pela metodologia da História oral. Com seus avanços apresentados nas ultimas décadas, a História Oral está tornando possível a releitura da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e trazendo à evidencia personagens até então colocados em segundo plano pela produção

¹⁸ Ver discussão sobre a história subvertendo a memória e a memória subvertendo a história em: ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.93-101.

¹⁹ Entrevista concedida a Michelle Viviane Godinho Corrêa, em sua casa (Belo Horizonte), no dia 16 de junho de 2007, como parte do projeto “História e Memória: a Segunda Guerra Mundial contada pelos ex-combatentes da FEB”.

historiográfica de meados do século XX e início do século XXI. A utilização desta metodologia de pesquisa histórica proporciona uma releitura do passado fazendo emergir no presente a memória dos militares de baixa patente, pouco utilizada pela historiografia do Exército, proporcionando uma reelaboração da participação brasileira na maior guerra do século XX sobre os olhos do século XXI.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes FERREIRA. Apresentação. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p viii-xxv.

BOSI, Ecléa. Memória-Sonho e Memória-Trabalho. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.42-70.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

JOUTARD, Philippe. História oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.43-62.

LE GOOF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p 419-476.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 15-25.

MONTENEGRO, Antônio. **História oral e memória: a cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto, 1992, p.9-33.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Cultura e Representação**. São Paulo: Educ.1997, no. 14.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. In: Projeto História. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Edusc, 2001, p. 9-36.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.93-101.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?. In: Projeto História. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, Edusc, 2002, p. 44.

THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.45-103.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; e HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 65-91.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 34-41.

RESUMO: (máximo de 10 linhas, Times New Roman, fonte 12, espaço simples)

Título: Privilégios e dinâmica social: A nobreza camarária em Vila Boa no setecentos

Titulação: Graduanda de História (bacharelado) - Bolsista PIBC - Orientanda da Prof.

Dra. Cristina de Cássia P. Moraes

Emal: carla.correia18@hotmail.com

O objetivo dessa comunicação é analisar os processos de estruturação e reprodução da nobreza da terra (adquirida por riqueza ou ofício) em oposição à nobreza natural (herdada do sangue) através de fatores concorrentes à ativa participação na vida governativa da Vila: prestígio, distinção e honra. Essas qualificações garantiram aos nobres da Capitania de Goiás a participação em algumas Irmandades como a de Nossa Senhora da Lapa cujo critério de ingresso dos irmãos era o da limpeza de sangue. A linguagem religiosa unificava as práticas sociais promovendo a construção de identidade entre os associados, promovendo, pelo lado da observância católica, a coesão social. Unidos por um destino comum firmam a autenticidade da sua linhagem espiritual e hierárquica.

RESUMO EM INGLÊS:

Privileges and social dynamics: the nobility “CAMARÁRIA” in Vila Boa in 1700.

The purpose of this communication is to analyze the structure and reproduction of the land nobility (acquired due to richness or office) in opposition to the natural nobility (blood relation heritage). Prestige, distinction and honor will be studied as relevant factors in the active participation in some brotherhoods such as “Nossa Senhora da Lapa”, whose criteria for its members was a “clean blood”. The religious language linked the social practices which, in its turn, constructed the members identity and catholic social cohesion. United by a common destiny they stated the authenticity of their spiritual and hierarchical lineage.

Privilégios e Dinâmica social: A Nobreza Camarária em Vila Boa nos Setecentos.¹

Carla Correia^{2*}

No período Medieval, as classes sociais eram divididas em três grandes grupos: o clero, a nobreza e o povo, assim, como em Portugal e no resto da Europa. Porém essa divisão será substituída pelo Estado Moderno. Nesse novo período continha o Estatuto das Repúblicas dentre as Ordenações³. A organização do conselho das câmaras municipais em Portugal garantia os direitos e liberdades em âmbito municipal; pois os membros dessas repúblicas eram eleitos pelo povo em geral, sendo eles pertencentes a classes dos homens bons⁴.

No Brasil, Martim Afonso de Sousa funda duas vilas: a de São Vicente e a de Piratininga (hoje cidade de São Paulo), fundadas em 1532. As duas vilas ganham ordenamento jurídico para instalar as suas câmaras municipais, pois, de acordo com as Ordenações do Reino as câmaras municipais representavam o governo do povo, pelo povo e para o povo. De fato era o povo que elegia os elementos ou “oficiais” que iriam dirigir os destinos da vila ao aplicarem o Direito e as Justiças.

Os homens que povoaram essas duas vilas eram homens do Renascimento Português que não tinham em mente fundar uma nova nação, mas sim, alargar os domínios da Monarquia de Portugal. Por isso, da Coroa Portuguesa recebiam todo o apoio e garantia às suas ações nos limites das suas repúblicas municipais. Esse pacto mútuo teria continuidade nos domínios de além-mar.

Na organização das Câmaras Municipais em Vila Boa os membros eram denominados oficiais, e cabia a cada um desempenhar um ofício, ou seja, um encargo no *concelho*. Nessas condições, as Câmaras Municipais do Brasil eram exatamente iguais às de Portugal

¹ Projeto de pesquisa PIBIC/UFG orientado pela prof.a. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes.

² Graduanda em História pela UFG (Universidade Federal de Goiás).

³ São as Ordenações do Reino, o código fundamental dos direitos públicos e privados, tendo como fontes o direito romano e o canônico, mais os seus usos e costumes. O Rei Felipe II mandou reformar as Ordenações Manuelinas, reformas aliais, de pouca importância. No nosso caso, é importante assinalar que as ordenações Manuelinas foram as primeiras introduzidas no Brasil (...), elas tratavam da organização das câmaras municipais, do seu funcionamento, das suas atribuições, do número de oficiais do conselho, do código eleitoral, dos seus direitos e liberdades, das suas imunidades, etc.(FERREIRA, Manoel Rodrigues. As Repúblicas Municipais no Brasil (1532-1820). Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1980)

⁴ Homens bons, era o nome que se dava aos vilões ricos dos campos que por contrato exploravam as propriedades rurais da nobreza, e que dominavam os cargos dos conselhos das vilas e cidades, sendo divididos em homens bons dos campos e os homens bons dos mesteres, burgueses das cidades.(FERREIRA, Manoel Rodrigues. As Repúblicas Municipais no Brasil (1532-1820). Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1980)

Metropolitano. As ordenações não determinavam as atribuições das câmaras municipais, pois simplesmente determinavam as atribuições de cada oficial.

Nessas condições, quando um homem era eleito, na cidade ou na vila, para um determinado cargo ele deveria ler o capítulo das Ordenações do Reino que tratava sobre o assunto. As câmaras municipais possuíam em seus acervos o livro das Ordenações, para que seus membros pudessem utilizá-lo para resolver questões de assuntos de direito e justiça, ou outros que fossem de sua competência. Porém as Ordenações não determinavam o número de oficiais que era viável para as câmaras. De um modo geral, quando se fundava uma vila o rei ou um de seus representantes legais expedia o floral de fundação, no qual vinham determinadas tanto as medidas relacionadas com o urbanismo, como as que dispunham sobre o número de seus oficiais. Assim, na carta régia de 11 de fevereiro de 1736, que criou a Vila Boa de Goiás dentre outras providências consta a seguinte medida:

“... se faça logo a eleição das pessoas que hão de servir os cargos da terra onde haverá dois juizes ordinários, e dois vereadores e um procurados do Concelho...”

Para que ocorresse a expansão e o domínio desse território, se fez necessário criar uma *governança* que conferia *dignidade* e futuramente *uma via de nobilitação*⁵, com altos encargos financeiros para a Coroa portuguesa ligados ao exercício de feitos militares, seja ele de apropriação do território ou a expulsão de estrangeiros do litoral brasileiro. A função de nobilitar alguém constituía a moeda de troca de que dispunham os monarcas portugueses para obter os resultados pretendidos sem grande dispêndio da Fazenda Real, uma vez que os vassallos da capitania de Goiás se contentavam com as honras e privilégios inerentes à condição de nobre. Ser nobre em Goiás tinha início com o ser aceito em uma Irmandade de importância na Vila que funcionava como uma escada para a eleição do *Concelho* das Câmaras ou Repúblicas Municipais.

Na Capitania de Goiás, onde tudo ainda estava por se fazer, quais eram as mercês mais solicitadas ao monarca? Sabemos de antemão que a distribuição de mercês não se restringia a uma ascendência fidalga, mas sim a recompensas de serviços militares nos domínios

⁵ Conceder título de nobreza a (alguém); enobrecer <o rei nobilitava seus súditos em reconhecimento a serviços prestados> 2 manifestar deferência, consideração especial por (alguém ou algo); honrar. Dignificar, distinguir <sua visita nobilita nossa humilde casa> 3 tornar(-se) nobre, digno, generoso, magnânimo; dignificar(-se), enobrecer(-se), engrandecer(-se) <o sofrimento nobilitou-o> <nobilitou-se ao arrepende-se dos erros>... (HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2022).

ultramarinos. Pedia-se o hábito das ordens militares, a de Avis, a de Santiago e, principalmente, a de Cristo⁶, a de maior prestígio; cargos na Justiça ou na Fazenda. Essas recompensas (as mercês) não eram pedidas somente para os requerentes com serviços prestados, mas também aos seus familiares, inclusive para aqueles que viessem a casar com as filhas constituindo assim para estas uma forma de dote e postos de chefia militar. (SILVA, 2005)

A regulamentação do registro das mercês em 1714⁷ deu origem ao modo de pedi-las. Além das certidões passadas pelo superior hierárquico, os serviços deviam ter sido prestados pelo menos durante doze anos contínuos, e só com autorização especial da Coroa se podia suprir este tempo mínimo. O requerente devia ainda provar que não cometera crime, nem no Reino, nem na Colônia e apresentar certidão do registro de mercês para mostrar que não recebera nenhuma antes. A documentação era então examinada pelo Conselho Ultramarino, por conselheiros que haviam servido no Ultramar para então diminuir bastante as pretensões dos requerentes e no caso de parecer afirmativo, o rei concedia a mercê. A decisão régia concordava na maior parte das vezes com o parecer dos mesmos. A Mesa de Consciência e Ordens iniciava o processo de habilitação do candidato, sendo ouvidas testemunhas nos lugares da naturalidade do candidato e seus ascendentes. Toda a despesa do processo corria por conta do habilitando. (SILVA, 2005)

Enfim, era, por conseguinte, esse restrito grupo que intervinha, decisivamente, no governo local, seja no domínio público econômico ou mesmo, no âmbito da sociabilidade religiosa e cultural. Reiteramos que o *Concelho* Municipal detinha poderes legislativos – basta citar as leis e posturas relativas ao governo local – e poderes judiciais – julgavam as infrações às leis municipais. (REIS, 2006)

⁶ As **Ordens Militares** (e religiosas) nasceram da necessidade do Cristianismo de agrupar esforços móveis no sentido da propagação da religião. Para o efeito, criaram-se ordens militares, que iriam combater os infiéis (além das Cruzadas), e ordens religiosas que iriam ser responsáveis pela gestão e manifestação desses fiéis. ... A **Ordem Religiosa de Santiago** é uma ordem religiosa-militar castelhano-leonesa instituída por Afonso VIII de Castela e aprovada pelo Papa Alexandre III... A **Ordem de São Bento de Avis**, foi uma ordem religiosa militar de cavaleiros portugueses... Nos séculos **XII** e **XIII**, a **Ordem dos Cavaleiros Templários** ajudou os portugueses nas batalhas contra os Mouros, «infiéis» porque muçulmanos. Em troca recebeu extensas terras e poder político. Os castelos, igrejas e povoados prosperam sob a sua protecção. Em 1314, o papa Clemente V foi forçado a suprimir esta rica e poderosa ordem, mas D. Dinis «transformou-a» na **Ordem de Cristo**, que herdou as propriedades e privilégios dos Templários. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_de_Cristo).

⁷ A legislação do tema é a seguinte: Alvará de 31 de dezembro de 1547 estipulou o prazo de dois meses para a mercê ser registrada, sob a pena de ficar inválida e a lei de 17 de julho de 1767 duplicou esse prazo. Nas Ordenações Filipinas o assunto se encontra no livro II, tit. 42. O Alvará de 20 de novembro de 1654 insistiu no registro das mesmas. A concessão fora regulamentada pelo Regimento das Mercês em 1671, complementado pelo Alvará de 15 de agosto de 1706 e pelo de 28 de agosto de 1714. (Biblioteca Nacional de Lisboa. Cód. 250 cedida pela prof. Dra. Cristina de Cássia P. Moraes).

Os mandatos dos “oficiais da Câmara”, sendo eles, os juizes, os vereadores e do procurador, tinham duração de um ano. Tomavam posse no dia 1º de Janeiro e deixavam seus ofícios no dia 31 de dezembro. Os únicos cargos eletivos da Câmara Municipal eram os já mencionados, de juizes, vereadores e procurador. Alias, devemos esclarecer que os juizes ordinários eram eleitos pelo povo, eram “oficiais da Câmara”, mas os juizes de fora eram funcionários da Coroa. Daí o seu nome “de fora”, ou seja, estranhos à administração municipal. Os “juizes de fora”, eram nomeados apenas para os grandes centros, enquanto que em Goiás, o primeiro juiz de fora nomeado foi em 1819, ano no qual foi criada a segunda vila em Goiás, a de São João das Duas Barras (no norte), e assim, ocorrendo à divisão da comarca. Na documentação pesquisada encontramos no processo de devassa do Desembargador Brandão em Vila Boa, 1765-1789, vemos que os mais altos cargos da administração estavam sendo ocupados provisoriamente, pois não havia candidatos pelo alto custo dos salários e o pouco rendimento arrecadado pela Fazenda Real. Todos os cargos administrativos só podiam ser ocupados mediante concorrência pública e tinha duração de três anos.⁸

O mandato dos Oficiais da Câmara era de um ano, mas não se faziam eleições anualmente. As eleições eram feitas de três em três anos. Isto é, num só escrutínio eram eleitos três conselhos, um para cada ano. Só podiam ser votados os que pertenciam à nobreza das vilas e cidades, ou seja, os denominados *homens bons*.

O cargo de governador geralmente era exercido pelos fidalgos *reinóis*, que possuíam títulos de nobreza, enquanto os cargos de ouvidor e de provedor eram exercidos por advogados (juristas), ou pessoas habilitadas para exercer cargo administrativo, cargos entes que também recebiam títulos, o que demandava em constantes disputas.

Na capitania de Goiás, os cargos, embora independentes, nunca foram perfeitamente delimitados, como consta na carta do capitão-mor de Vila Boa, Dr. Antonio de Souza Telles e Menezes, de 1789.

Pelas leis e ordens positivamente dirigidas aos Governadores, têm estes a proibição de se intrometerem com as justiças e magistrados, mas há mais de 10 anos que alguns deles, nesta e em outras

⁸ Processo de Devassa do Desembargador Brandão em Vila Boa, 1765-1789, Lisboa, Histórico Ultramarino, Goiás, caixa 13. (Documento encontrado no livro: PALACÍN, Luis, et al. História de Goiás em Documentos. I. Colônia).

*Capitanias, se têm intrometido com a jurisdição da justiça e magistrados como é notório.*⁹

Os juízes de fora só eram nomeados para as vilas, logo, se não tivesse vilas, não existia juízes e a justiça não funcionava ou era exercida de forma arbitrária, quando se exercia. Em Goiás, ocorreram algumas situações que podemos considerar como originais em relação a determinadas funções e cargos. Determinou D. Luiz de Mascarenhas que:

*A instâncias do superintendente Agostinho Teles Pacheco que se nomeassem em cada um dos arraiais dois juízes ordinários, anuais, e tabelião, alcaide e porteiro, o que foi confirmado por ordem de 31 de outubro de 1739.*¹⁰

Conforme o documento supra, a nomeação de juiz ordinário para os arraiais é algo inusitado posto que, somente na Vila – segundo as *Ordenações do Reino Português* haveria eleições para juiz ordinário, vereadores e almotacéu. Enfim, em 1739 em pleno apogeu da mineração e de novos descobertos esta pode ter sido a solução encontrada pela Coroa para a *anarquia dos começos*.

O cargo de ouvidor era o de maior instância no território, ele funcionava como juiz de apelação (ou segunda instância), nomeado pelo rei estava acima do julgado, acumulava funções e entre elas, o ouvidor exercia função de corregedor, fiscalizava os juízes e tentava manter a ordem pública e zelava pela moral.

Para melhor avaliar a importância das Câmaras Municipais, cabe enfatizar que elas possuíam um poder que hoje estamos muito longe de ao menos avaliá-lo. Assim, por exemplo, cabia-lhes dar posse aos governadores das capitanias, nomeados pelo Rei. E o Rei, com antecedência, comunicava aos senados das câmaras municipais das capitais das capitanias, que nomeara tal fulano para o cargo de capitão-general governador, descrevia as suas qualidades, e por fim, solicitava que os oficiais dos senados das câmaras lhes dessem posse. Frequentemente as Câmaras representavam ao Rei, contra atos dos governadores das capitanias. Durante 290 anos existiram câmaras municipais na América Portuguesa, nunca

⁹ Carta do Capitão-mor de Vila Boa, Dr. Antonio de Souza Telles e Menezes, 1789, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos, Cód. I – 28.24.3.

¹⁰ SILVA e SOUZA, Luiz Antonio da. Memória do descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás. Goiânia: Oriente, 1978, p. 84.

qualquer Rei de Portugal praticou qualquer ato de violência contra qualquer uma delas ou de seus membros (FERREIRA, 1980, p.51).

Ademais, ao analisarmos a importância da nobreza camarária na Capitania resgataremos a influência de algumas Irmandades de homens brancos, como por exemplo, a de São Miguel e Almas, Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora da Lapa na constituição da *nobreza da terra dos Guayazes*. Outrossim, é notório a relação existente entre a organização das Câmaras Municipais e a estrutura societal das Irmandades. Regidas por normas e preceitos de administração comuns a outras instituições religiosas e civis, as Irmandades seguem as determinações estatutárias dos *Concelhos* Municipais. As Irmandades como um todo, deviam regular o exercício da justiça, promover a concórdia e ritualizar a união entre o sagrado e o profano, o Deus/Rei e a Igreja de Deus. Para o seu governo escolhia-se os *bons homens*, bem como, nas Repúblicas Municipais os *homens bons*. A partilha de funções hierarquizava as funções e distribuições dos lugares principais nas reuniões ou *Mesa* sociativa e na *Mesa* camarária.

Nas Irmandades um juiz “principal cabeça do governo”, um ou dois procuradores: um representava a irmandade na Vila; outro, de fora, a representava nos demais arraiais, um escrivão, um tesoureiro e um andador cuja missão consistia em convocar os irmãos ao toque de campainha para os serviços litúrgicos e fúnebres. Na República Municipal um juiz ordinário “principal cabeça do governo”, um ou dois vereadores, um escrivão e um tesoureiro, um almotacé espécie de fiscal responsável em andar pela vila para fazer valer as posturas, regular os pesos e medidas e convocar com a campainha os povos para se reunirem em frente ao pelourinho para deliberação de assuntos referentes aos interesses dos vilaboenses.

Em ambas as instituições o serviço de direção devia recair em “pessoas chãs, abonadas e inteligentes”. O prestígio dos juizes se faz patente no privilégio de ostentação das varas. A vara também significava proteção. Quando um Juiz Ordinário ou de Fora a colocava sobre o ombro de uma pessoa, ela estava a salvo de qualquer arbitrariedade de outra autoridade, principalmente quando a mesma representava a Coroa. Se os juízes andassem pela Vila sem portarem as varas, pagariam quinhentos réis de multa por cada vez que cometessem o delito. Nas Irmandades o privilégio maior era o de segurar as varas do Pálio nos cortejos processionais. Quando um juiz ditava penas aos irmãos negligentes dobravam as varas quando se sentiam ultrajados por palavras e atos que feriam a sua dignidade e autoridade. A matriz identitária do grupo é assinalada pelo uso de insígnias e símbolos que singularizam a devoção e a história da irmandade. (ARAUJO, 2002: p. 290).

O certo é que em todas as irmandades de brancos da Capitania só podiam ser admitidos como irmãos pessoas que gozassem de boa reputação, sã conduta e que estivessem isentas de sangue “mouro, mulato, judeu ou cristão-novo. Na irmandade de Nossa Senhora da Lapa, um passo do capítulo II se determina que os irmãos deviam ser exclusivamente brancos: *e de nenhua sorte de algua das infectas nasçoens porque pessoas desta qualidade, mistura e nasçoens não entrarão nem menos fé aceitarão nesta irmandade porqual quer principio que seja.* (MORAES, 2005) Idêntica situação pode ser descrita para ser um representante do “povo” na República Municipal: *não ter impedimento de qualidade nem condição até o quarto grau.* Ou seja, não ter a mistura com judeus, mouros, mulatos e não participarem dos ofícios mecânicos.

Além disso, segundo os “*homens bons*” da Vila, a mistura que resultava em pardos, cabras e mestiços, se de um lado, fazia deles a gente a mais apropriada para as expedições e conquistas pelo sertão, posto que a mesma natureza os dotara com mais qualidades físicas, por outro, nesses ermos, eles expunham suas más fraquezas como *vadios sendo muitos ladroens de animais, mal cazados e desobedientes a seu paiz, de sorte que constrangidamente a estas deligencias que a mayor parte vão prezos em ferros.* (MORAES, 2005: p.300)

A profundidade dessa questão prende-se com a duplicidade das relações entre a igreja e o poder secular onde, a Igreja assume o enquadramento religioso dos povos no Antigo Regime e em contrapartida, o Estado incorpora mecanismos jurídicos como são algumas normas do direito canônico. Outrossim, são criados por iniciativa do rei os tribunais eclesiásticos, os juizes eclesiásticos delegam a execução de penas nos tribunais seculares, a alta hierarquia eclesiástica ocupa lugares importantes no aparelho jurídico do Estado, dentre outros. Desse intercâmbio surgem casos chamados de *foro misto, ou seja*, delitos em que a legislação considera pertencer simultaneamente à jurisdição secular e à eclesiástica tais como: adultério, concubinato, prostituição, alcoviteirice, incesto, feitiçaria, sacrilégio, blasfêmia, perjúrio, usura e jogo. Para além disso, as irmandades e confrarias eram de foro misto o que geralmente ocasionava um grande mistifório jurisdicional.

Para mais, havia a necessidade de se pertencer a alguma irmandade para se ter o direito de pleitear um lugar entre os *homens bons*. Se a irmandade desse *assento* a um irmão na associação, o mesmo estaria isento de impedimentos como o judaísmo, a gentilidade, e do defeito de qualidade – ascendentes cuja profissão era ofícios mecânicos, ou como identificavam as mulheres: de “segunda condição”.

A concessão do privilégio ou de uma mercê foi sucessivamente utilizada pela Coroa portuguesa para incentivar a busca e a extração do ouro, para solidificar o corpo mercantil e

aumentar as transações comerciais. Esperamos, portanto, encontrar com essa pesquisa um resgate e um novo olhar sobre a história do período colonial na Capitania de Goiás, posto que não se refere apenas aos potentados, aos arrivistas mineradores, mas, sobretudo, aos excluídos do Antigo Regime que não portavam uma nobreza de toga e nem de espada, mas de serviços outros prestados ou comprados à Coroa por concessão de mercês ou privilégios de nobreza ou de fidalguia. Não mais se trata de uma nobreza de sangue, hereditária, mas de uma nobreza individual e vitalícia, quando muito transmitida aos membros da família mais próxima. (SILVA, 2005)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTÁSIA, Carla Vassalos Rebeldes: Violência coletiva na Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1988.
- AZEVEDO, Thales de. As Elites de cor. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1955.
- BRASIL, Americano do. Pela História de Goiás. Goiânia: UFG, 1980.
- DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ELIAS, Nobert. O processo civilizatório. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. As Repúblicas Municipais no Brasil (1532-1820). Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1980.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- _____. O mundo que o português criou. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O nome e o sangue. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- MELO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MORAES, Cristina de Cássia P. Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás, 1736-1808. Lisboa: UNL, 2006. (tese de doutorado).
- _____; QUINTELA, Anton C. A detenção de um letrado em Goiás: Antonio F. Dourado perante a Inquisição. In: Revista UFG. Dossiê Sertão. Goiânia: Ed. UFG, ano VIII, nº2, dez/2006; pp. 166-182.
- _____. A Capitania dos Guayazes em festa: as comemorações pela convalescença do rei D. José I. Revista Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v.XXV, n. 1, jun/1999, p.81-92.

- NOVAIS, Fernando. (Coord.) História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. v.4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- OLIVAL, Fernanda. O acesso de uma família de cristãos-novos portugueses à Ordem de cristo. In: Ler História. Lisboa, 33:67-82, 1997.
- PALACIN, Luis, GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaina. História de Goiás em Documentos. I. Colônia. Goiânia: Ed. UFG, 1995.
- _____. “Os homens pardos de Goiás a procura de cidadania.” In: Ciências Humanas em Revista. Goiânia: UFG, v. 6, nº (2)p. 3-9, jul/dez. 1995.
- _____. A Sociedade Colonial. Goiânia: Ed. UFG, 1981.
- SILVA, Maria Beatriz N da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

Música, Literatura e identidade amazônica na primeira metade do século XX.¹

Tony Leão da Costa².

Resumo

No século XX, artistas, como músicos e poetas, vêm se destacando na construção de imaginários sociais sobre a região amazônica. Pretendemos nesta comunicação falar sobre esse olhar artístico e por vezes “etnográfico” que músicos e poetas fazem desta região, a partir da produção artística em Belém do Pará no período entre as décadas de 1930 e 1960, fase de efervescência das idéias modernistas. Tentaremos mostrar como esses intelectuais ocupam papel central na construção de imaginários a partir das artes, e que, de certa forma contribuem para caracterizar o regional amazônico até os dias de hoje, assim como mostrar como músicos e literatos estão muito próximos nesses projetos de criação/reprodução de imaginários sobre essa região.

Palavras-chaves: história e música; história e literatura; artes e imaginários regionais.

Abstract

In century XX, artists, as musicians and poets, become well-known in the social construction of imaginary about the Amazon region. We intend in this communication to speak about this artistic look, and also ethnographic view, that musicians and poets make of this region, from the artistic production in Belém of Pará in the period enter the decades of 1930 and 1960, phase of bubbling of the modernists ideas. We will try to show as these intellectuals occupy central paper in the construction of imaginary from the arts, and how they contribute to characterize the Amazon region until the present, as well as showing as musicians and others artists are very close in these projects to creation/reproduction of imaginary about this region.

Key-words: history and music; history and literature; regional's arts and imaginaries.

¹ Este texto constitui-se em versão levemente modificada de texto original apresentado à disciplina “Da *World History* à história da Amazônia” ministrada, respectivamente, pelos professores doutores Serge Gruzinski, da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* de Paris, e Aldrin Figueiredo, do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, no referido programa de pós-graduação.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Bolsista da Secretaria Estadual de Educação, Governo do Estado do Pará.. Contatos: leaodacosta@yahoo.com.br.

I

Muitos elementos existem em comum entre a música e a literatura, inclusive o fato de estas duas linguagens artísticas terem desenvolvido um movimento contínuo de aproximação durante século XX, movimento este que, segundo o ensaísta Affonso Romano de Sant'Anna, foi de uma fase de “equivalências” a uma de “identidades”, particularmente entre a poesia e a música popular (2004: 49). É o que se percebe na ação de muitos poetas atuando como letristas da música popular brasileira, particularmente a partir dos anos 60 do século XX, mas não exclusivamente neste período. No Pará essa aproximação revelou várias parcerias, tendo como exemplo, talvez a mais conhecida do meio artístico local, a dupla realizada por Ruy Barata, poeta que floresceu nas páginas da revista literária “Terra Imatura” no final dos anos 30 (COELHO, 2005), e Paulo André Barata, compositor e filho deste poeta que surgiu como músico nos anos 60 em festivais em Belém.

Um outro elemento de convergência entre literatura e música a partir dos anos de 1920 ou 1930, pelo menos, é o aparecimento de um olhar etnográfico tanto da música como da literatura sobre as coisas do “povo” brasileiro. O modernismo em sua redescoberta do Brasil fazia, sobretudo, isso: redescobria esse “povo” e sua “cultura popular”, ambos surgidos no discurso especializado europeu ainda entre os séculos XV e XVIII (TRAVASSOS, 1997: 17)³. No Pará desde as décadas iniciais do século XX intelectuais, literatos e artistas plásticos se esforçavam por esboçar uma história da região que levasse em conta a constituição racial do povo paraense. É interessante observar que neste processo arte e história se fundiam num movimento de construção de identidade regional. Os mesmos artistas e literatos que se dedicavam a construir as representações do que seria o “povo” amazônico debatiam abertamente com historiadores profissionais na luta por definições de vários aspectos da história da região (FIGUEIREDO, 2001: 57-58).

Na música, esse fenômeno de busca de identidade ocorrerá também na primeira metade do século XX, com a incorporação de ritmos e temas de manifestações populares na obra de autores como Waldemar Henrique e Gentil Puget, artista que, segundo Vicente Salles, fizeram parte de “uma geração de compositores que ingressou na história da música brasileira

³ Não pretendemos aqui entrar no longo debate historiográfico sobre a definição de cultura popular, pretendemos apenas demonstrar como para músicos e poetas a observação sobre as manifestações e práticas de setores subalternos ou populares da sociedade paraense eram importantes como fontes de inspiração para sua criação artística em vários momentos do século XX, sobretudo a partir do modernismo, como tentaremos mostrar a seguir. Contudo, para efeito de informação sobre a questão da cultura popular conferir: BURKE, 1989; THOMPSON, 1998; CERTEAU, JULIA e REVEL, 2001; CHARTIER, 1995; HALL, 2003.

como autênticos criadores de canções. (...) [e que] representaram o extremo Norte, com suas músicas e suas lendas” (1970: 12). Como defendia Mário de Andrade, um dos principais participantes do modernismo no Brasil, a única maneira de se fazer música universal era fazer música regional olhando-se, fundamentalmente, para as manifestações populares (TRAVASSOS, 2002). Da mesma forma, em Belém, a partir da década de 1930 esses artistas lançaram seu olhar para as manifestações da cultura popular e contribuíram, inicialmente, para a criação de um discurso musical sobre a região amazônica (OLIVEIRA, 2000).

Se observarmos o caso de um gênero musical em particular, o Carimbó⁴, poderemos perceber como na música existiu um complexo jogo de significações e resignificações da cultura popular, que levou em último momento à transformação deste estilo em um símbolo da identidade cultural local pelo menos desde a década de 1970, quando o carimbó passa a ser conhecido nacionalmente e até internacional nas gravações do músico e compositor Pinduca. Falemos um pouco, então, de um caloroso debate sobre o Carimbó acontecido nas páginas das revistas e jornais paraenses nos anos 70:

II

Dois tambores, um banjo, um pandeiro, um ganzá, dois pauzinhos e um instrumento de sopro (clarinete ou flauta – esse primeiro de preferência). Nada mais nada menos que isso deve ser o instrumental de um conjunto de carimbó. Eletrônica? É uma heresia. Como no Clube do Bolinha mulher não entra, no carimbó eletricidade também não. Tem que ser mesmo na base do pau e corda (MORAES, 1979: 4).

Desta maneira o jornalista Abmael Moraes definia a maneira correta da formação e do modo de tocar o carimbó “pau e corda”, isto é, o “carimbó de raiz” como também é comumente definido. Sua caracterização surgia num momento de grande debate a respeito do “verdadeiro” carimbó, que como gênero musical tipicamente amazônico ou paraense,

⁴ A respeito do carimbó já existe uma vasta bibliografia que discute os vários aspectos desta manifestação cultural que envolve um instrumental musical específico (que tem por base um ou dois grandes tambores de couro tocados na horizontal com os tocadores sobre o tambor, conhecidos como carimbós ou curimbós), a dança (na qual as mulheres mais paradas são cortejadas pelo homem que saracoteia ao seu redor e evita ser coberto pela saia da mulher) e a própria música marcada por ritmo sincopado e dançante e com letras que no geral tratam do cotidiano do homem do campo amazônico. Para uma visão resumida do conceito e da bibliografia referente ao carimbó confira o verbete “Carimbó” em SALLES, 2003, p. 120-121.

representava um aspecto marcante da sensibilidade do caboclo amazônico e era visto como uma marca da própria cultura regional.

De um lado do debate poderíamos encontrar o cantor e compositor de carimbó Verequete, nome artístico de Augusto Gomes Rodrigues, que no mesmo texto reclamava das inovações que ocorriam no gênero nos anos 70: “Foi a eletricidade que acabou com o carimbó. Não pode se conceber guitarra elétrica num ritmo autêntico como o carimbó” (MARAES, 1979: 4). E depois atacava seu principal rival, o também músico e compositor Pinduca, nome artístico de Aurino Quirino Gonçalves:

Ele foi responsável por muito do que aconteceu ao carimbó. Ele, por assim dizer, entregou o ouro ao bandido, na parceria que fez com Eliana Pitman [⁵]. Pra ele, tudo bem, que viu seu ritmo (...) bastante divulgado, mas o carimbó foi duramente prejudicado, porque foi desvirtuado. Ele adulterou tudo, colocando um instrumental que, absolutamente, não é condizente com a tradição do carimbó (MORAES, 1979: 5).

Pinduca, por sua vez, acusado de deturpar o verdadeiro carimbó, tinha uma visão bastante diferente sobre as modificações que fez nesse gênero musical e revida, tempos mais tarde, em entrevista ao pesquisador de música paraense Alfredo Oliveira: “Foi com essa deturpação que consegui transformar o carimbó em sucesso internacional” (OLIVEIRA, 2000: 362).

Em fins dos anos 70 o debate, que de certa forma permanece até hoje nos meios artísticos e intelectuais paraenses, se dava então entre dois grupos, o do carimbó pau e corda, visto como carimbó original, verdadeiro, e o carimbó estilizado, que introduziu novos elementos, particularmente um novo instrumental que envolvia guitarras e baixos elétricos, e bateria no lugar da percussão tradicional dos curimbós.

Possivelmente o debate em torno do verdadeiro carimbó tenha se intensificado neste período em decorrência do declínio comercial do gênero a partir de 1975. Em 1971 o carimbó havia surgido no cenário da música popular com bastante vigor, inicialmente conquistando o mercado local paraense, com o lançamento dos primeiros LP's de Verequete,

⁵ Artista carioca que acabou fazendo várias parcerias com Pinduca e aproveitando-se do período de sucesso do carimbó.

e mais tarde conquistando o mercado nacional e até internacional por certo período, já nesse momento surgindo o carimbó estilizado feito por Pinduca em Belém, Cupijó⁶ e Eliana Pitman.

Porém, o percurso entre ascensão e queda do carimbó comercial é bem mais longo que os acontecimentos dos anos 70 do século XX. O caminho que percorreu o carimbó para se tornar naquele período símbolo de identidade regional, a ponto de se discutir qual era o “verdadeiro” carimbó, passa por um processo que vai da marginalização social do gênero, passando pela valorização por determinados setores da sociedade, em um contexto bem específico de nossa história política e cultural, até sua estilização e comercialização mais ampla.

Para Alexandre Cunha, o carimbó, a exemplo do que ocorreu com a umbanda em Belém, passou por um “processo de transfiguração cultural que vai do popular ao folclórico” (CUNHA, 2003: 43), transformando-se em elemento de identificação de uma cultura regional. Assim é possível entender que em fins do século XIX uma das primeiras referências feitas ao carimbó em Belém ocorre ainda com um caráter de repressão e preconceito por parte das autoridades, na lei 1020 de 05 de maio de 1880, do Código de Posturas da cidade, citado por Alexandre Cunha:

(...) Artigo 107: É proibido, sob pena de 30.000 reis de multa: § 1º Fazer bulhas, vozerias e dar autos gritos sem necessidade, § 2º Fazer batuques ou samba, § 3º Tocar tambor, carimbó, ou qualquer outro instrumento que perturbe o sossego durante a noite, etc (CUNHA: 49).

Décadas mais tarde e a postura em relação ao carimbó começa a mudar. Em 1934 o maestro e compositor Waldemar Henrique compõe uma peça instrumental do folclore paraense intitulada “Carimbó”, além de outras obras que buscavam inspiração na criação popular, como bois e batuques⁷. Tem destaque também neste período Gentil Puget, outro compositor paraense que elaborou algumas de suas obras a partir da linha melódica do carimbó (CUNHA: 50) e que junto com Waldemar Henrique formaram a linha de frente no Pará no movimento de valorização musical de elementos da cultura popular a partir de

⁶ Nome artístico de Joaquim Maria de Castro, importante músico popular natural do município de Cametá.

⁷ Em 2005 a Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará, comemorando o centenário de nascimento do maestro e compositor Waldemar Henrique lançou o CD “Waldemar inédito e raro Henrique”, que, como já demonstra o título, traz composições até então inéditas deste autor. Parte das composições são da década de 1930, dentre elas se encontra a música “Carimbó”. Confira referência na Bibliografia.

arranjos eruditos. Sobre esses dois compositores um jornal da época faz o seguinte comentário:

A música folc-lórica brasileira, com seu ritmo estranho e bizarro, tem em Gentil, um dos seus mais lídimos e expressivos cultores.(...)

Temos exemplos frisantes de que assim acontece realmente. E, como estamos nos referindo à moderna arte musical brasileira, o nome de Waldemar Henrique serve de provas ao que acabamos de afirmar. (...).

Com Gentil Puget, o fato se reproduzirá, estamos certos. (...).

A prova está na recente decisão da Rádio Club do Pará, incluindo na sua programação semanal as “Vozes e Ritmos do Brasil”, sob direção artística de Puget, (...) que tem por finalidade a propaganda da música popular brasileira... (CRUZ, 1939).

Nos anos 60 o carimbó novamente ressurgirá no cenário musical paraense, só que agora sob um contexto bem específico. Para Marcos Napolitano este momento histórico foi fundamental para a história da música popular no Brasil, pois se caracterizou como período de consolidação da canção popular “como veículo fundamental de projetos culturais e ideológicos mais ambiciosos, dentro de uma perspectiva de engajamento típico de uma cultura política ‘nacional-popular’” (NAPOLITANO, 2002: 47).

É neste contexto que vamos ter a atuação de músicos e intelectuais paraenses buscando no carimbó e em outros gêneros da música popular local inspiração para sua produção musical e também como símbolo de contestação estética ao regime militar que se impunha desde 1964. Assim foi, por exemplo, o caso Ruy Barata que além de poeta atuou também como político de esquerda no Pará antes de ser caçado e ter seus direitos políticos retirados com o Golpe. Para ele, as letras das canções que fazia em parceria com seu filho, Paulo André, tinham claramente um aspecto de subversão ao regime, como se vê na afirmação a seguir:

A chamada letra regional é sempre uma letra política. Temos, por exemplo, o baião de Luís Gonzaga, que, a meu ver, é profundamente político pois questiona uma realidade social e lingüística: a nordestina. O opressor sempre impõe a sua linguagem. O regional foge a essa imposição. Todas as minhas letras são políticas porque não sou um alienado, flagram uma realidade local e, necessariamente, não servem a qualquer regime.(BARATA apud OLIVEIRA, 1987: 44).

Apesar dessa apropriação do carimbó (e de outros gêneros musicais populares) como linguagem regional do “oprimido”, sua difusão e aceitação nos anos 60 não foi completa. Em 1967 o padre Raul Tavares, diretor da CAJU (Casa da Juventude Católica), inspirado nas idéias de contestação do regime militar a partir de manifestações culturais, realizou um festival onde um grupo de carimbó do município de Marapanim se apresentou sendo recebido, inicialmente, com estranheza por parte do público que: “logo que começou [a se apresentar](...), aquelas senhoras idosas, os senhores e todos os presentes começaram a vaiar”. Só depois de alguns minutos de apresentação que o público, não acostumado com apresentações urbanas daquele gênero, acabou por dar uma boa recepção aos músicos :“com cinco minutos o pessoal começou a dançar e aplaudir” (TAVARES *apud* MARTINS, 1999: 25). Pinduca também lembra que no começo de sua carreira, no início dos anos 70, o carimbó em Belém era pouco aceito e que chegou a receber vaias nos clubes da cidade, enquanto nos cidades do interior do estado sua música já fazia grande sucesso: “Estava muito difícil, pois tudo o que é nosso não é admirado. As pessoas só dão valor ao que é de fora” (Estúdio, 1987: 34).

Assim, como já vimos, é somente na primeira metade da década de 1970 que o carimbó tornar-se-á um gênero musical muito popular, parece-nos que popular nos vários seguimentos sociais ao mesmo tempo e não mais em setores específicos da sociedade, assim como será visto aqui e nacionalmente (TINHORÃO, 1998) como um elemento típico da cultura regional paraense completando-se um processo de apropriação e resignificação de um gênero musical fundamentalmente rural e popular. Nesta rápida narração da história deste gênero, é possível perceber como a música pode passar por um processo tortuoso de apropriação por vários setores da sociedade e como pode ser um recurso simbólico pelo qual músicos, mercado e outros agentes sociais se utilizam para construir identidades culturais.

III

É possível afirmar de modo provisório que esse busca de identidade regional, uma identidade definidora das gentes e características da região, permanece presente na música e

literatura paraense até hoje. E que a aproximação de música e literatura permanece, tanto na parceria de poetas com músicos, como já dissemos, como em representações muito parecidas que músicos e poetas fizeram e fazem sobre a região. Tomemos um exemplo dessa aproximação em duas obras de momentos históricos relativamente afastados. Uma poesia de Jaques Flores⁸ como título de “Produção” publicada em 1957 e uma composição musical de Almir Gabriel⁹, com o título de “Gorijuba”, gravado CD “Na boca do Peixe” de 2004:

Produção.

*Neste dia o sol acordou
cantando
Acordou enfeitado que, mal comparando,
até parecia
o mastro do Divino.
Nhô Rufino, que ja vinha
com a alma encharcada
de chuva, chuva e de chuva,
vendo a pavulagem do sol,
disse:
- Queres que eu vá trabalhar,
mas eu não vou.
Do que vale gastar minha sustância,
na pesca ou na roça,
se no Ver-o-Peso um alqueire de farinha
não dá pra comprar um quilo
de carne, açúcar e de café?
Eu vou é pra rêde dormir
que o que é do homem,
bicho não come
(FLORES, 1957)*

Gorijuba

⁸ Pseudônimo de Luiz Teixeira Gomes, poeta e cronista, um dos participantes da primeira geração do modernismo paraense nos anos 1920.

⁹ Músico e poeta paraense revelado a partir de meados dos anos de 1980, filho de Almir Gabriel, músico e compositor na década de 1970 que mais tarde se engajou na política partidária chegando a se tornar governador do Estado entre 2002 e 2006.

*gorijuba, lá na vigia
é tanta gorijuba que dá
no mais, deus ajuda*

*se deus faz a chuva
a gente faz a farinha
se o tempo não muda
pra que pensar
que a culpa é minha
a barriga ronca
porque eu também
não sou de ferro
da rede pro mundo
pra quê suar
só vou quando eu quero
(GABRIEL, 2004)*

Nas duas obras ficam bem claros alguns elementos recorrentes nas representações literárias e musicais sobre o homem amazônico. Em ambas um trabalhador – pescador, roceiro ou produtor de farinha - deixa de trabalhar e prefere dormir ou deitar-se na rede. Sua escolha decorre de um confronto com as forças da natureza – a chuva ou o mau tempo – que inicialmente lhe impossibilita de trabalhar. Da mesma maneira os dois personagens apesar de aparentemente pobres ou em posição de desvantagem frente às forças da natureza e da desigualdade e dificuldades sociais – pela própria condição social e porque o primeiro reclama-se do preço dos produtos do Ver-o-Peso¹⁰ e o segundo reclama da barriga que ronca com fome – assumem uma postura de rebeldia no final dos enredos na medida em que o primeiro recusa-se a trabalhar, mesmo precisando, já que tem a certeza de “que o que é do homem, bicho não come” e o segundo, meio que indolentemente segue uma postura parecida ao considerar que “da rede pro mundo pra quê suar só vou quando eu quero”.

Tais imagens de certa maneira reproduzem alguns aspectos do imaginário social sobre a Amazônia que poderiam ser encontrados ainda nos primeiros relatos sobre a região nos séculos XVII ou XVIII (UGARTE, 2003). É o que se percebe, por exemplo, na canção “Gorijuba” onde fica bastante evidente a fartura de determinados recursos da natureza, no

¹⁰ Ver-o-Peso: tradicional mercado de peixe de Belém situado às margens da baía do guajará, no centro comercial da cidade, local onde fica também uma popular feira de produtos alimentícios de todo tipo além de vendedores de produtos tradicionais, como ervas medicinais.

casa o próprio peixe que dá título à canção. Outro aspecto importante é o papel da natureza como agente determinante na narrativa. É o mau tempo ou a chuva que geram, inicialmente, as ações ou falta de ações dos personagens e de certa maneira reproduzem em menor escala a idéia de determinismo climático muito forte, sobretudo no século XIX, pelo qual a natureza é determinante no temperamento indolente de determinados grupos ou raças (MOTA-MAUÉS, 1989). Nas obras analisadas vemos, contudo, um aspecto de resistência do homem frente ao meio ambiente, como já dito. No final da narrativa é o homem que decide não ir trabalhar: “só vou quando quero”, como diria a canção de Almir Gabriel.

Esse detalhe de certa “rebeldia” nas duas obras nos faz lembrar da rejeição do trabalho típica de um personagem muito popularizado pelo samba carioca nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro: o malandro. Para o malandro carioca a resistência à marginalidade social, descaso do poder público, falta de recursos financeiros, etc., se dá, sobretudo pela valorização da vida boêmia, do ócio e pela rejeição do trabalho honesto, visto como coisa de “otário” (MATOS, 1982).

Parece-nos que no Pará se não houve uma construção tão acabada de um personagem na música popular como ocorreu no Rio de Janeiro dos anos 1930 e 1940, houve pelos menos um esboço do que seria um herói local na canção, pelo menos em alguns momentos da história da música popular no século XX. É o que se percebe, por exemplo, na fala de Ruy Barata sobre o papel da letra regional, como vimos acima. Contudo, nosso objetivo aqui não é fazer uma densa descrição das imagens sugeridas pelas letras das canções regionais e da literatura, pretendemos apenas sinalizar a existência desse papel tanto na canção como na literatura e mostrar como ambas concorreram para o processo de formação da identidade cultural amazônica ou paraense durante o século XX, os dois textos acima servem como exemplares disso.

Percebe-se, então, que tanto a poesia moderna paraense como a música popular ou erudita – como no caso de Waldemar Henrique, por exemplo – têm uma característica em comum: um olhar etnográfico sobre as coisas do “povo”. Como já dissemos, esse olhar etnográfico tem suas origens nas preocupações sobre identidade nacional, e no nosso caso identidade regional, constituídas desde pelo menos o final do século XIX. Neste contexto que podemos perceber, por exemplo, as preocupações de um intelectual como José Veríssimo que ainda no século XIX se perguntava sobre as características e conseqüências de nossa composição étnico-racial mestiça, fruto da mistura do branco com o índio e com o negro

(VERÍSSIMO, 1970). Assim como, é neste contexto que poderíamos localizar a origem dos debates estéticos e políticos do modernismo no Brasil e no Pará, em particular.

Desta forma, o papel dos produtores culturais assume grande importância, pois são eles que desempenham a função de divulgar imagens sobre a Amazônia a partir da imprensa, das músicas, da rádio, do cinema, etc. Para autores como o crítico Eduard Said (SAID, 2005) o papel do intelectual¹¹ de maneira geral está ligado à defesa de um ponto de vista, um ideal, um conjunto de representações para um público e a partir de determinado lugar social. Esse produtor cultural é em boa parte responsável por um imaginário literário, musical e também social sobre a região amazônica seu povo e suas músicas. O papel desse intelectual como criador e/ou difusor de representações sobre a realidade e como “etnógrafo” que busca as coisas do povo pode muito bem ser exemplificada na seguinte crônica de José Maria¹², datada de 1939, intitulada “Fui ao terreiro...” que retrata seu interesse em conhecer um terreiro de umbanda nos subúrbios de Belém:

O contraste foi logo estabelecido. Enquanto eu rodava dentro de um automóvel macio, moderníssimo, ouvia, já ao longe, o batuque desenfreado que se ritmava no terreiro. A emoção se me apoderou. Cada vez mais próximo aquele batucar estranho, meio bárbaro, quase selvagem, que no silêncio da noite se multiplicava e se agigantava. Eu presumia apenas o que veria ali dentro. Nunca havia ido lá. Ouvia falar, apenas. A minha curiosidade era enorme. Ia, finalmente conhecer a macumba... Ia vêr de perto. Ia observar. Ia, se possível mesmo, dançar aquele cadenciado primitivo. Ia deslindar muita coisa ainda desconhecida para mim. Satisfazer uma vontade bisbilhoteira de quem quer tudo saber.

(...)

Na sala principal repetia-se o batucar. Hinos eram cantados. Letras, apareciam as mais exótica e incompreensíveis. Ancas em movimento. Corpos que se quebravam. Serpenteavam. Uniam-se. Sensualismo... Recalques... Braços que se erguiam ao céu, como em súplica divinas. Batida de pé, característica e certa. Sombras que se projetavam... Os instrumentos, ruidosos e monótonos, soavam... Ritmo! Ritmo em tudo. Nas cadeiras. Nas danças. Nos gestos...(MARIA, 1939)

¹¹ Para efeito deste trabalho utilizamos os conceitos de “intelectual” e “produtor cultural” como equivalentes, segundo definições independente de Eduard Said e Raymond Williams (1992), respectivamente. Já que em nosso entender os produtores culturais, quase todos, desempenhando a função de intelectuais na sociedade paraense (considere-se isso pelas suas funções públicas de escritores, poetas, músicos, etc.), e, assim, podem ser vistos como indivíduos que tem o papel de nomear a realidade, lhe dando sentido a partir de um lugar social, constituindo representações a partir de um posicionamento na sociedade, tal como os definiu Eduard Said acima.

¹² Cronista e crítico de Rádio que atuou em várias revistas literárias de Belém a partir do final dos anos 1930.

O texto de José Maria é interessante para pensarmos algumas questões referentes ao papel do intelectual, na música e na literatura, no processo de construção de imaginários sobre o regional e o popular.

Em primeiro lugar percebe-se que esse intelectual que representa e descobre ou redescobre o “povo” e a “cultura popular” tem muitas vezes um olhar de fora, enquanto grupo social em uma sociedade estratificada, que busca conhecer algo exótico ou pelo menos distante de seu dia-a-dia, como pode ser percebido no texto. Sua curiosidade o leva a conhecer espaços culturais até então distantes do seu, como se fizesse literalmente uma viagem, espacial e cultural para o conhecimento de “popular”, a quem se atribuirá um significado e uma qualificação. Essa visão corrobora com análise da antropóloga Carmem Isabel Rodrigues sobre a construção do termo “caboclo” como categoria definidora do povo e da cultura popular da região amazônica. Para esta autora este termo é sempre representado pelos indivíduos que fazem uso dele como uma “categoria de ‘atribuição pelos outros’”, isto é, considera-se caboclo sempre o outro e nunca a si mesmo, o caboclo sempre é o outro a quem alguém se refere e nunca um elemento de auto-atribuição, além de que esta categoria está sempre carregada de um sentido negativo, como ocorre com o conceito caipira em outras regiões do país. Neste sentido, continua a autora: “A questão mais importante acerca da categoria caboclo é exatamente o da não definição: o caboclo é aquele que está nas franjas, nas fronteiras da modernidade, o que é, de certo modo, contra a modernidade”. (RODRIGUES, 2002: 10).

Parece-nos que isso fica bem claro no texto de José Maria, como uma diferença: para nós nem sempre o popular, ou o caboclo em questão, terá uma conotação pejorativa e de inferioridade, em alguns momentos históricos se dá exatamente o contrário este é visto pelos intelectuais como símbolo do que é autêntico e puro, não corrompido, por exemplo, pelo mercado, pelo consumismo, etc., - isso ocorre entre outros momentos no período da Ditadura Militar, como já vimos, momento no qual o popular é assumido como símbolo de luta simbólica contra o regime político (RIDENTI, 2003) e em momentos anteriores, como no modernismo. De qual quer forma duas idéias são importantes nesse debate o popular como algo exótico e distante e, segundo, como uma categoria de atribuição pelo outro e não pelos próprios agentes de quem se fala.

Uma segunda questão a se considerar é o lugar social que habita o intelectual: parece-nos que sua condição, considerando-se o contexto histórico específico que analisamos, é privilegiada na medida em que tem maior ressonância social como construtor de imaginários

– falamos aqui especificamente de imaginário sobre o popular e a cultura popular. É o intelectual que escreve em jornais, publica livros, lança LP's e CD's, e, mais tarde ocupa cargos públicos ou privados nas instituições que tratam da cultura ou do mercado cultural, na maior parte das vezes. Não que ele seja o agente exclusivo a desempenhar esse papel, já que os agentes da cultura popular também fazem isso e tem seus espaços de circulação e consumo de seus produtos – muitas vezes até mais amplos que os produtos culturais dos intelectuais. Mas cabe aqui destacar, *e esse é nosso objetivo neste texto*, que quem desenvolve um discurso mais marcante, por ser mais qualificador sobre o popular e a cultura popular é o intelectual – neste sentido que é um discurso de *atribuição*, que *qualifica* e *seleciona* de fora, a partir de um determinado lugar e para um determinado público o que seria o popular ou a cultura popular. É, sobretudo, esse intelectual – não só ele é claro, mas, fundamentalmente ele – que desempenhará a função de definir o local em oposição ao global, isto é, que aspectos da cultura regional são peculiares e, portanto, diferente de uma cultura nacional ou global. Dizemos que o intelectual desempenha esse papel em maior alcance, pois é ele muitas vezes que assumirá funções sociais que possibilitam a formação e manutenção desses imaginários mais que outros grupos sociais. Foi o que ocorreu, por exemplo, com indivíduos como Mario de Andrade que até hoje pode ser considerado um dos grandes interpretes do Brasil a partir de sua atuação como literato líder do modernismo a nível nacional e como “folclorista” que assumiu funções públicas de destaque no campo da cultura (TRAVASSOS, 1997). Ou no caso paraense com o grupo de poetas, músicos, militantes de esquerda, intelectuais de maneira geral, que nos anos de 60 e 70 buscou na cultura popular elementos para a luta política contra o regime militar, do qual faziam parte Ruy Barata, Paulo André Barata, João de Jesus Paes Loureiro, Alfredo Oliveira, etc.¹³

Um terceiro aspecto: ao definir o “local”, suas característica culturais defini-se uma identidade regional – muito mais teórica do que prática, pois esse discurso que seleciona,

¹³ Como exemplo do “lugar privilegiado” que esses indivíduos assumirão no cenário político e cultural do estado podemos citar o caso de Simão Jatene que participou do grupo “Os Menestréis” nos anos 60, teve uma carreira de músico destacando-se por compor na linha da chamada “música de protesto”, foi professor da UFPa e Governador do Estado pelo PSDB até o ano de 2006; João de Jesus Paes Loureiro, poeta, militante perseguido pelo regime militar, teve seu primeiro livro “Tarefa” censurado e destruído em 1964, participou do grupo “Os Menestréis” e a partir dos anos 80 exerceu inúmeras funções públicas ligadas ao campo da cultura como: Secretário Municipal de Educação e Cultura de Belém, Superintendente e criador da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Secretário de Cultura do Estado, Secretário de Educação do Estado, Presidente e criador do Instituto de Artes do Pará, além de professor da UFPa, e; Paulo André Barata, músico e compositor, parceiro de seu pai, o poeta e militante de esquerda Ruy Barata a partir dos anos 60, destacado artista regional, tendo sido um dos primeiros dessa geração a fazer sucesso no cenário nacional gravando dois LP's pela gravadora continental, sendo responsável ainda por revelar para o público a cantora Fafá de Belém cantando músicas suas e de Ruy Barata, e que mais tarde também desempenha funções públicas na implantação e direção do Museu da Imagem e do Som do Pará e como Diretor Cultural da Secretaria de Cultura do Estado.

obviamente deixa de fora o que não é visto como regional, como popular, ou como autêntico – que está em diálogo e confronto, ao mesmo tempo, com o nacional ou o internacional, com o “global”. O local se define no diálogo com o global ao mesmo tempo em que em oposição a este, seleciona, define, escolhe, caracteriza, etc., e o intelectual na música popular e erudita e na literatura tem um papel muito importante nesse processo, como tentamos mostrar.

Para finalizar deve-se considerar mais uma vez que o intelectual não é o único agente que define o regional, existem outros fatores e agentes importantes nesse processo, como o estado, o mercado (editores de livros, gravadoras de CD’s), o consumidor, as universidades e institutos de ensino e pesquisa, e, obviamente, o próprio “popular” se constituindo e se definindo, independente e/ou em contato com todos esses outros elementos, mas o que tentamos mostrar aqui foi que o papel dos intelectuais como produtores de imaginários e produtos culturais – na literatura e na música que veiculam esses imaginários - apresenta certas peculiaridades ou um certo “lugar privilegiado” - como vanguardas até certo pontos como definiria Raymond Williams (1999) - fruto, sobretudo, do espaço e funções sociais e culturais onde estes se encontram localizados.

BIBLIOGRAFIA.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CERTEAU, Michel, JULIA, Dominique, REVEL, Jacques. A beleza do morto. In: CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16. 1995

COELHO, Marinilce Oliveira. *O Grupo dos Novos: Memórias literárias de Belém do Pará*. Belém: Edufpa, 2005.

CUNHA, Alexandre. “Cultura Popular no Pará: da repressão a símbolo de identidade”. In *Crime, Hermenêutica & Cultura*. Belém, 2003.

FIGUEIREDO, Aldrin. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia*. 2001. Tese (Doutorado em História Social). - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 247-248.

MARTINS, Augusto César Lobato. *Jovens, Estudantes e Ação Cultural no Pará sob a Ditadura Militar – 1964/68*. Belém, 1999. Monografia de Conclusão do Curso de História, UFPa.

MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOTA-MAUÉS, Maria Angélica. “A Questão Étnica: Índios, Brancos, Negros e Caboclos”. In *Estudos e Problemas Amazônicos*. Belém: SEDUC-IDESP, 1989.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Alfredo. *Ritmos e Cantares*. Belém: SECULT, 2000.

RODRIGUES, Carmem Isabel. *Caboclos na Amazônia: Identidade na Diferença*. Mimeo, UFPE/2002.

RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos de 1960-1970 e sua herança”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Col. Brasil Republicano v. 4).

SALLES, Vicente. *Música e Músicos no Para*. Conselho Estadual de Cultura, 1970.

SALLES, Vicente. *Vocabulário Crioulo: contribuição do negro ao falar regional amazônico*. Belém: IAP, Programa Raízes, 2003.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Música Popular e Moderna Poesia Brasileira*. São Paulo: Landmark, 2004.

TINHORÃO, José R. *Historia Social da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998

TRAVASSOS, Elizabete. *Ao Mandarins Milagrosos: arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Rio de Janeiro: Funarte – Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. *Modernismo e Música Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. “A Fração *Bloomsbury*”. In *Plural*; Sociologia, USP, São Paulo, 6: 139-168, 1 sem., 1999.

UGARTE, Auxiliomar Silva. “Margens Míticas: A Amazônia no Imaginário Europeu do Século XVI”. In DEL PRIORE, M. e GOMES, Flávio S. (org.). *Os Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VERÍSSIMO, José. “As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes”. *Estudos amazônicos*. Belém: UFPa, 1970.

FONTES CITADAS.

CRUZ, Ernesto. “Opinião de um fan” In Revista *A Semana*, Coluna “Radiovisão” de José Maria, Belém, n. 1030, ano XXI, 06/05/1939.

FLORES, Jaques. “Produção”. In: Revista *Amazônia*, Ano 3, n. XXVIII, abril de 1957.

MARIA, José. “Fui ao terreiro...”. In: Revista *Terra Imatura*, ano 1, nº. 10, setembro de 1939.

MORAES, Abmael. “Ascensão e queda do carimbó”. In. Revista *Observador Amazônico*, Coluna “Pagina Dupla”, Belém, ano 2, n. 06, junho, 1977.

O “Rei do Carimbó” ganhou nome de Pinduca dançando “quadrilha” In. Revista *Estúdio: Rádio, TV, Disco, Show*. Belém, Ano I, n. 04, 1987.

DISCOGRAFIA.

Almir Gabriel. *Na boca do peixe*. Governo do Estado do Pará: Lei Semear/ Yamada/ Amazônia Celular, 2004.

CD *Waldemar inédito e raro Henrique*. Projeto Uirapuru: o canto da Amazônia, Belém: SECULT, 2005.



ARTIGO: A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA CIDADE DE JATAÍ/GO

Artigo apresentado no III Simpósio
Internacional de História – Cultura e
Identidades

Goiânia/GO

Agosto/2007

A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NA CIDADE DE JATAÍ-GO

Samuel da Costa (*)

Resumo:

Este trabalho reconstrói o cenário de Jataí, palco de acontecimentos gloriosos, a maioria respaldada pela religiosidade de seu povo. Enfocando sua formação, seus pioneiros dos quais se destaca o ilustre José Manoel Vilella, as congregações católicas que para lá foram, o contexto histórico em que se dá sua ida para a região, bem como aspectos gerais, quais sejam: a economia, a política, a sociedade e a cultura. Lançando um olhar especial sobre a influência da Igreja Católica na construção e na formação da identidade do povo e dos costumes jataienses. Dentre as várias ações da Igreja estão a implantação da imprensa de rádio (Rádio Difusora de Jataí), a assistência aos portadores de Hanseníase, assim como a construção do Hospital Padre Tiago e escolas seculares entre elas a escola Nossa Senhora do Bom Conselho, entre outras realizações.

Abstract:

This work portrays Jataí's set stage of glorious facts, the greatest are based on people religiosity. It focuses the city formation, its pioneers who is emphasized Jose Manoel Vilella, and Catholic Congregation which comes to the region. So this work is focused on the general aspects like Economics, politics, society and culture, and gives a special glance in the influence of Catholic Church in the formation of people's identity and habits. Due to the contribution of Catholic Church in the city formation it needs to refer the several action of this, like: the radio press's introduction, and Padre Tiago Hospital. Finally they create some school for example: Nossa Senhora do Bom Conselho School, among other things.

Palavras Chave: Igreja Católica, Ação Social, Política

À medida que o estado se firma e com ele a necessidade de controle de espaço, surge nessa realidade inusitada uma série de fatores contundentes e essenciais para sua consumação,

a saber, a contribuição de identidades pré-concebidas por suas tradições, que para se firmarem partem, se necessário, e na maioria das vezes o é, para disputas pela hegemonia do pretense território em formação; dessa forma, a instituição de uma estrutura política torna-se imprescindível para evitar conflitos limítrofes. Porém, a consolidação e a legitimação política encerram em si mesmas uma profunda ambigüidade, pois, se de um lado pretende se afirmar a “identidade nacional” e, portanto, recusa a dissemelhança com relação a qualquer outra “nação”, de outro, rejeita eventuais minorias que se mostram como risco à unidade e integridade nacionais, firmando assim a superposição de uma cultura a outra, bem como o choque interno por encontrar num mesmo lugar grupos sociais divergentes, dado ao apego e ao desprezo de certos valores culturais.

Logo, percebe-se que os fatores determinantes da instituição e consolidação do poder político vão além do simples processo do governo e ocupação de um determinado lugar, levando em conta para sua legitimação elementos culturais, volitivos, bem como a atuação de forças antagônicas numa mesma sociedade, vez que o interesse da legitimação política de um pretense líder, mesmo com respaldo de parte da sociedade, na maioria das vezes irá de encontro aos interesses políticos de grupos divergentes, tornando em alguns casos o apêndice do litígio entre ambos para a legitimação do poder político.

Num olhar mais específico ou voltado para a realidade da sociedade jataiense desde sua formação, perceber-se-á a relação da Igreja Católica com a política local e as acepções sociais frente ao paradigma político vigente à época, porém pelo que se percebe em relação a qualquer assunto, o posicionamento das pessoas quanto à atitude do cristão diante dos problemas sociais, econômicos e políticos é divergente.

Alguns seguem o entendimento de Watchman Nee, expresso no seu livro “O Sentido da Vida” (Editora Árvore da Vida, S. Paulo, 1994), segundo o qual os cristãos não devem ter atitudes políticas nem se envolver nos problemas sociais, pois seu papel é o de Jesus Cristo, de resolver somente a questão espiritual.

Para outro grupo, a Bíblia é um livro religioso com dimensões políticas e o ministério de Jesus Cristo teve práticas políticas. A esse respeito escrevem de forma magistral os religiosos Leonardo Boff e Márcia Miranda no artigo “Fé e Política: Suas Articulações”

“A Bíblia é um livro religioso antes de ser um texto político. Mas ela possui também uma dimensão política, no sentido maiúsculo, que pode inspirar o compromisso político dos que a aceitam como texto de revelação.”

Em vários livros da Bíblia Sagrada, está revelado como Deus escuta o grito dos oprimidos e se mostra como libertador do povo. Essa libertação mostra-se como integral e

total, libertação da morte e a completa realização da pessoa e do cosmos através da ressurreição. Anunciam a Deus como Deus da Justiça, especialmente dos mais fracos e indefesos. Denunciam a religião-ópio, separada da vida e sem preocupação com o direito, a justiça e o perdão. Mantém sempre vivo o horizonte utópico de uma sociedade de justiça, bem-querença e fidelidade.

O Reino de Deus, a grande pregação de Cristo, significa a grande política de Deus sobre a sua criação. Expressa sua vontade de completa libertação de tudo o que diminui e oprime o ser humano e a plena realização dos sonhos de um mundo resgatado e completamente aberto para Deus.

É a revolução absoluta que inclui uma dimensão pessoal, social e final. Quanto à prática da Igreja, Jesus concretamente pretende que ela continue em defesa dos pequenos contra os grandes; que liberte o povo dos males concretos e que tenha coragem de gritar: felizes os pobres porque de vocês é o Reino e ai dos ricos porque já têm a sua consolação aqui na Terra. Esta prática de Jesus Cristo é política. Nasce da fé e tem conseqüências na esfera política. A perseguição, a tortura, a crucificação foram conseqüências de suas atitudes em favor dos perdidos deste mundo, pois anunciava que Deus é bom para aqueles que se consideravam pecadores e excluídos da comunidade dos “justos”.

É inegável que desde os primórdios se funde uma sólida fronteira entre política e religião e muito comumente as histórias das civilizações de todo o globo estão intimamente ligadas ao tema política e religião. Seja política utilizada como forma de se criar uma sociedade mais justa e atenta aos anseios dos menos favorecidos, seja mostrando-se como aliada da supremacia dos líderes políticos ou como a equilibradora do sistema. Houve fases da história em que a religião superou a política, deixando esta em segundo plano. Fato que culminou com o fenômeno denominado Cesaropapismo.

Em fins de 1864, alarmado com os progressos do liberalismo na política européia e assediado pelo movimento de unificação da Itália, liderado pelo rei da Sardenha e do Piemonte, o papa Pio IX dirigiu aos bispos do mundo inteiro a carta encíclica “Quanta Cura”. Ela apresentava, como anexo, um sumário dos erros do mundo moderno, composto de 80 proposições condenáveis. Uma delas era justamente a afirmação da necessidade de se separar doravante a Igreja do Estado.

Ao julgar ímpia e escandalosa a proposta de separar a política da religião, o chefe da Igreja Católica Romana, em 1864, ordenou aos bispos que atuassem, junto aos governantes dos países onde oficiavam, a fim de fazerem cumprir as diretrizes emanadas de Roma, não só nos assuntos de Estado, mas também em matéria de economia, educação e vida familiar.

A Igreja não tem ambições nem pretensões político-partidárias. Ela sabe que sua palavra encontra hoje grande ressonância no povo, mas pela natureza essencialmente religiosa de sua missão. Ela não tem nenhuma intenção de prevalecer-se da força de sua palavra para a promoção de seus líderes nem para a defesa de interesses ou privilégios. Por isso mesmo, ela não concorda com a militância político-partidárias de membros do clero e de religiosos. A Igreja não é intérprete de aspirações partidárias nem mediadora de facções políticas. Isto não significa porém, que ela seja apolítica. Ela sabe que um pretense apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que seja.

A Igreja não aceita a opinião dos que pretendem reduzir sua missão à formulação de princípios atemporais, pelo contrário, ela acompanha os homens no concreto das situações da vida individual e social para explicitar as exigências do Reino de Deus nas condições particulares, em cada momento e em cada lugar: ela lhes revela que a adesão a Cristo exige atitudes de conversão, de abertura e de diálogo, exige mudanças no comportamento de pessoas e grupos, que se dizem cristãos, mas que toleram situações de injustiça e impiedade incompatíveis com a consciência cristã.

Assim sendo, pautada na ética e na fronteira invisível que se estabelece entre religião e política, o pretense trabalho pretende mostrar o relevante papel que a Igreja Católica desempenhou e ainda desempenha na política de Jataí através de realizações de obras assistenciais, as várias iniciativas no ramo da educação, inclusão social, ressocialização.

Em síntese, demonstrar o posicionamento da Igreja que transcende o da tarefa de pastorear e mesmo não cabendo a ela intervir diretamente na construção política e na organização da vida social, essa tarefa faz parte da vocação dos seus fiéis, pois a ação social implica numa pluralidade de caminhos concretos e terá sempre em vista o bem comum e não se conformará com a condição de mera espectadora dos acontecimentos a sua volta.

Com o escopo de evidenciar a relevância da ação da Igreja na política de Jataí desvencilhando-a de seu papel meramente religioso é que o presente trabalho se processa. Para tanto vale lembrar do elo que se estabelece entre a política e a religião desde os primórdios. O espaço em que se erigiu a sede do município de Jataí era integrado ao patrimônio da Capela do Espírito Santo do Paraíso, o documento de doação foi feito na antiga cidade do Espírito Santo dos Coqueiros e o registro desta escritura foi feito em 05 de agosto de 1856 em cartório em Rio Verde/GO, sede do município.

No ano de 1864 o município de Rio Verde/GO perde grande parte de seu território ao ser criada a Freguesia do Divino Espírito Santo de Jataí, foi criada em 17 de agosto do mesmo

ano a Paróquia do Divino Espírito Santo em território desmembrado da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Rio Verde.

Nesta mesma data o governo de Goiás publica lei elevando o território de Jataí à categoria de Distrito. A lei estabelecendo os limites só foi divulgada em 1875.

É imprescindível para tanto falar do fundador da cidade de Jataí e o que o trouxe a esta região. Segundo fontes orais, o fundador de Jataí é José Manoel Vilella que já aos vinte anos de idade mudou-se para os sertões de Goiás na companhia de seus pais Francisco Joaquim Vilella e Floriana Borges da Silva. Sobre o motivo que trouxe a família mineira a esta região parece mais concebível o fato de os avós maternos de José Manoel Vilella não se sentirem bem com a permanência de seu genro e de sua então desonrada filha Floriana, que engravidara antes do matrimônio. Então, segundo fonte oral, para que tudo ficasse em paz entre as famílias, além do casamento dos pais do fundador, negociaram sua mudança com a família para outra região.

O povoamento foi crescendo e com o crescimento as necessidades dos seus moradores tornaram-se maiores. Por determinação do Presidente da então Província de Goiás, criar-se-iam as primeiras obras públicas, dentre elas é priorizada a construção de um cemitério que se deu graças à intervenção do vigário Antônio Marques Santarém, que conseguiu junto à população, arrecadar fundos para as despesas; fato que foi comunicado ao Bispo de Goiás, antiga capital da Província.

Em 07 de julho de 1874, o governo de Goiás publicou uma lei determinando que nenhuma povoação seria levada de Freguesia à categoria de vila ou cidade sem ter primeiro edifício público para funcionamento de escola de alfabetização voltada ao público do sexo masculino. Isto determinado, José Manoel Vilella e seu contemporâneo José de Carvalho Bastos edificaram o prédio que foi chamado Casa da Escola, fica na esquina da rua Miranda de Carvalho com a rua que hoje leva o nome de José Manoel Vilella. Hoje, a Casa da Escola está totalmente alterada pela interveniência da prefeitura ao longo dos anos.

O ensino primário foi possível de se instaurar graças à interferência da Igreja Católica que na pessoa do Padre Pedro de Brito Vasconcellos, que mediante correspondência, solicitava às autoridades da capital material didático e equipamento necessários ao aprendizado dos poucos, mas freqüentes, alunos da única escola da localidade.

Segundo Dorival Carvalho de Mello, em seu livro Jataí – Páginas Esquecidas, “tudo era muito difícil e deprendia muito tempo porque não existiam estradas nem correios na região.” Móvel solicitado não vinha, chegava dinheiro para mandar fazer.

Nessa época, idos de 1875, Jataí já possuía um respeitável comércio no setor da pecuária, juntamente com a atividade agrícola que se despontava promissora, apesar de não ser mecanizada.

Além do intenso movimento de gado, a população se via impedida de livre trânsito ao interior do município, pois era cortado por um rio denominado de Rio Claro, fato que ensejou a construção de uma ponte por iniciativa do senhor, o pioneiro, José Manoel Vilella.

A Comarca de Jataí, criada no final de julho de 1898, passou por muitos altos e baixos e por motivos de conveniências administrativas ou mesmo políticas, foi várias vezes desativada e ativada novamente.

Já na República e com a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira ao governo do Estado, na condição de interventor, foi assinado um decreto que restabelecia a Comarca de Jataí em caráter definitivo.

Dentre os vários prefeitos que administraram Jataí nestes idos, destacou-se o paradoxal Manoel Balbino de Carvalho (Carvalhinho) que por sinal, manteve estreita relação com Pedro Ludovico Teixeira.

Ainda no campo da política, é relevante lembrar que Jataí se torna assunto político na imprensa nacional ao receber o então candidato a Presidência da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que visitava Jataí com o objetivo de dar o pontapé inicial na sua campanha ao Palácio do Catete, sede do governo federal no Rio de Janeiro.

Para os jataienses, acostumados ao isolamento pela imprensa, o fato era por demais auspicioso, pois elevava o nome de Jataí no cenário político nacional. Brasília foi a obra mais comentada, fotografada e admirada pelo mundo todo, realidade não muito diferente ainda em tempos hodiernos. E Brasília teve início em Jataí.

Antônio Soares Neto, vulgo Toniquinho, perguntou a Juscelino Kubitschek durante o comício inaugural de sua campanha à presidência se ele iria mudar a capital da República para o Planalto Central. Juscelino respondeu que sim. Já na condição de presidente, Juscelino voltou à Jataí duas vezes mais.

No campo da economia, a atividade bancária por volta de 1940 se despontava como aliada de grande expressão do trabalho produtivo e crescente da vida econômica da extensa região de Jataí. O comércio e a indústria eram formados por pequenos estabelecimentos que trabalhavam somente com gêneros de primeira necessidade. A clientela mais representativa era formada por fazendeiros que tinham maior poder aquisitivo e mesmo assim, alguns faziam suas compras de maior vulto em Uberlândia. “Aproveitando o vai-e-vem dos caminhões, alguns ricos fazendeiros preferem comprar seus artigos na cidade grande”.

Ainda no princípio de sua formação o supedâneo econômico de Jataí era a pecuária, o cultivo de café e do açúcar. Com o passar dos anos, a cafeicultura entra em declínio prevalecendo a pecuária. Os grandes latifúndios totalmente improdutivos faziam parte de uma velha filosofia herdada dos colonizadores. O rebanho bovino era seu maior trunfo, embora a quantidade do gado deixasse a desejar.

A comercialização no setor pecuário, com vendas de numerosas levas de boi gordo para o interior do estado de São Paulo, principalmente, é que dava suporte à economia fazendo girar um expressivo volume de dinheiro.

Em vista destas atividades sempre em expansão, instalaram-se em Jataí o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, na avenida Brasil, sob a gerência de Costa Bueno. Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, representado pelo senhor Sinval de Barros Mello, na avenida Benjamin Constant. Banco Mineiro da Produção, administrado pelo senhor Marcondes de Godoy, na avenida Brasil. Casa Bancária Costa Bueno & Cia., dirigida pelos próprios, na avenida Brasil. Banco do Brasil S/A, a cargo de Costa Bueno na avenida Brasil. Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais sob o cuidado do senhor João Carvalho França na avenida Brasil.

Para uma melhor compreensão da saga religiosa, mais precisamente da Igreja Católica Apostólica Romana, é mister conhecer as congregações que aqui se instalaram, o momento de sua instalação e suas obras sociais e religiosas.

A cúria diocesana, o instituto Espírito Santo e a Fundação Divino Espírito Santo (Rádio Difusora de Jataí) podem ser considerados como sede da Diocese do Divino Espírito Santo de Jataí, isto é, sede das paróquias, não só do município jataiense, mas como de mais dezessete outras cidades do sudoeste goiano.

Outras quatro comunidades paroquiais cujas matrizes estão sediadas em Jataí como as casas e obras confiadas às religiosas Agostinianas (Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho), Vicentinas (Instituto São José), Franciscanas dos Pobres (Lar e Creche João XXIII), Franciscanas da Reconciliação (Clínica Frei Juliano e Catequese), Monjas Concepcionistas (Contemplativas de Clausura) e as atividades organizadas dos leigos, fazem parte do movimento católico de Jataí.

Num primeiro momento é interessante perceber Jataí, em termos gerais, como sede do bispado. Depois, um pouco mais detalhadamente, compreender as quatro paróquias da cidade, a saber: Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião, e São Judas Tadeu e as Religiosas que atuam na cidade, as pastorais ligadas com as paróquias e com os vários movimentos leigos.

Jataí, sede do bispado ou diocese: Pio XI, famoso entre outros feitos, como o Papa que enfrentou Benito Mussolini por ocasião da instauração do fascismo na Itália, criou em 21 de junho 1929 a Prelazia do Divino Espírito Santo de Jataí com a Bula Apostólica “Sollicitudo quai in Omnes” desmembrando o sudoeste goiano da Arquidiocese de Goiás. Os Padres Agostinianos foram os responsáveis perante a Santa Sé pela nova Circunscrição Eclesiástica. Em 20 de outubro de 1930 o Padre Frei Germano Campón, OESA, professor na Casa Internacional de Estudo dos Padres Agostinianos em Pávia, Itália, foi nomeado administrador Apostólico, tomando posse em 28 de abril de 1931 em caráter episcopal. Dez anos depois, mais precisamente há 19 de abril de 1941, Monsenhor Germano foi promovido a Prelado de Jataí e Bispo Titular de Oreó. Sua ordenação episcopal deu-se em São Paulo, há 1º de junho do mesmo ano.

Em 05 de abril de 1955, devido a sua idade avançada e saúde debilitada, a Santa Sé deu-lhe como administrador Apostólico Dom Abel Ribeiro Camello. Já no mês seguinte há 12 de maio, a renúncia definitiva de Dom Germano foi oficializada. O velho Prelado tomou residência em Bragança Paulista permanecendo por lá até sua morte em 13 de maio de 1961. Seus restos mortais foram trasladados e jaz na cripta da capela de Nossa Senhora de Guadalupe, Instituto Espírito Santo de Jataí.

Outro Papa que consta da história eclesial de Jataí é Pio XII que levou Jataí de Prelazia a categoria de Diocese; isto se deu em 26 de março de 1956 pela Bula “Quo Aptiori” e nomeou em 17 de janeiro de 1957 Dom Abel Ribeiro Camello como Bispo Diocesano. Mas a instituição canônica da Diocese e a posse de Dom Abel só foram realizadas no dia 08 de maio de 1957 na antiga Matriz do Divino Espírito Santo. Após três anos como Bispo Diocesano, Dom Abel foi transferido para a Diocese de Goiás. Em 14 de maio de 1960, o Papa João XXIII nomeou como sucessor de Dom Abel o Frei Benedito Domingos Cósia quando este era pároco na cidade de Pires do Rio/GO. Tomou posse dia 12 de dezembro de 1961 na Pro-Catedral Nossa Senhora do Rosário, até então em construção. Veio para a posse e se instalou em caráter definitivo em Jataí até setembro de 1989.

A primeira paróquia foi criada em 17 de agosto de 1864, desmembrada da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Rio Verde (1848). Assim, com o nome de Divino Espírito Santo, incluía as cidades de Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Portelândia, Caçu, Itarumã, Itajá, Aporé e Serranópolis. Hoje, todas paróquias ativas. Mineiros, Portelândia e Santa Rita do Araguaia foram desmembradas em 1913, mas as demais foram emancipadas a partir de 1963.

A matriz provisória e o bloco catequético são dirigidos pelo atual Pároco Padre José Mendonça Del'Acqua. A construção da catedral definitiva iniciou-se em 1984 e hoje compõe um dos cartões postais de maior expressão de Jataí pelo seu estilo arquitetônico.

Nomeada “Pro-Catedral” por Dom Abel Ribeiro, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário foi criada em 10 de agosto de 1963. Dirigida desde 1961 pelos Frades Franciscanos de Anápolis. Em 1980 foi para Jataí o Padre Didoné, o pioneiro dos Padres Missionários da Sagrada Família, responsável pela administração paroquial, por suas numerosas capelas e variadas pastorais.

A Paróquia de São Sebastião, criada também em 10 de agosto de 1963, é dirigida pelo Pároco Padre Francisco Bray e pelo Vigário Paroquial Padre Valdenor Honorato da Silva, ambos incardinados na Diocese de Jataí, como também o Diácono permanente Ronil Scheneider.

A Paróquia de São Judas Tadeu, cuja sede localizada na parte alta da cidade, data sua ereção canônica também em 10 de agosto de 1963 tendo como Pároco o Padre Agostinho da Costa Oliveira, sacerdote incardinado na Diocese de Jataí, coadjuvado pelo Diácono permanente Abelson Ferreira Freitas.

A comunidade de São Judas Tadeu conta com ramificações no setor Granjeiro, Estância e Perolândia, mantém com a Diocese a Creche Santo Antônio na saída para Caiapônia e o Centro Catequético ao lado da Matriz de São Judas Tadeu para melhor formação cristã das famílias jataienses.

Na década de 1940, mais precisamente no dia 16 de junho de 1941, o Bispo Dom Germano convidou as religiosas Mercedes Iriarte, Maria do Pilar Romero Hampanera, Luízia Gonzáles e Trindade Flores de Jesus, todas irmãs Agostinianas Missionárias, para se transferirem para Jataí com a missão de administrar um estabelecimento e ensino que ainda estava em fase de instalação. Como o contingente populacional era crescente e faltavam escolas, então a Igreja Católica em mais um de seus empreendimentos lança mão de sua milenar habilidade e cria o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, ainda atuante nos dias atuais e, diga-se de passagem, um dos conceituados núcleos de ensino da cidade e região. Para colaborar com as providências relacionadas à criação do colégio, Dom Germano formou uma comissão composta por um seleto grupo de cidadãos locais.

O segundo grupo de religiosas que chegou à cidade é a Congregação das Irmãs de São Vicente de Paula de Gysegem, instalada na Diocese no dia 19 de março de 1959. Por seus trabalhos no Instituto São José, com aulas diurnas e noturnas, prestam grande serviço às

famílias de menor poder aquisitivo e conseqüentemente na construção do caráter cívico e cristão do cidadão local.

Convidadas para cuidar do Lar e Creche João XXIII foram para Jataí em 21 de setembro de 1962 as irmãs Franciscanas dos Pobres. Por muitos anos quem cuidou da Clínica Infantil Dona Angelina Cósia, entidade pioneira na região no campo da prevenção contra verminose e outras doenças, foi a irmã Daniela Maria. As Irmãs ajudavam também nos trabalhos pastorais das paróquias de Nossa Senhora do Rosário (particularmente Vila São Pedro e São Judas).

A Congregação das Irmãs Franciscanas da Reconciliação, instaladas na cidade em 16 de dezembro de 1963, cuida de modo especial da catequese juvenil na sede da Paróquia São Sebastião e nas vilas Fátima, Olavo, Luiza, Sofia entre outras. Está também ligada à administração das referidas Irmãs a Clínica Frei Julião, que presta serviços odontológicos em cooperação dos generosos profissionais leigos.

As religiosas mais recentes de Jataí são as Concepcionistas Contemplativas cujo nome oficial é Ordem da Imaculada Conceição, fundada por Santa Beatriz Menezes da Silva em 1482. Sua contribuição para a comunidade e para a Diocese é a oração contínua com trabalho e silêncio, no antigo estilo de vida monacal. O grupo veio de Uberaba em 25 de março de 1989 e sua casa, antiga residência das Irmãs de São José, é chamada Mosteiro Monte Sião da Imaculada Conceição.

Dentre as muitas obras da Igreja Católica de Jataí destacam-se: Lar e Creche João XXIII, Creche Santa Rosa, Creche Sant'Ana, Creche Santo Antônio, Pastoral da Criança em todas as paróquias, Rádio Difusora de Jataí, Instituto Espírito Santo, Centro Comunitário Padre Damião (cuida especialmente de doentes portadores de Hanseníase), Clínica Conf. Vicentina do Divino Espírito de Jataí (Secção clínica geral e doenças contagiosas), Clínica Padre Tiago Menelli, estes últimos dirigidos pelo Padre Tiago.

Por fim, uma relação breve que seja sobre a Igreja Católica em Jataí, não pode ser considerada integral e fiel sem um aceno às atividades de um grande número de leigos nas quatro paróquias com suas capelas e em pequenas comunidades.

As mulheres e os homens católicos de Jataí estão em todas as atividades, é óbvio, como qualquer outro cidadão, no comércio, no ensino, na política, no setor agropecuário, na saúde, nos clubes de serviços, etc. Os leigos da Igreja Católica de Jataí são empenhados num tremendo esforço de conscientização e realização de obras que se dão mediante encontros, reuniões, conferências, grupos de estudo, cursos, etc. Inicialmente o Instituto Espírito Santo,

centro de treinamento de adultos, inaugurado em 12 de dezembro de 1966, liderava estes encontros, mas agora também acontecem nos centros comunitários.

Assim seguem as atividades de uma Igreja em marcha para a Páscoa definitiva, mas com pés firmemente plantados no chão e no dia-dia da existência humana, tomando formas novas numa variedade criativa: encontros de noivos, encontros de jovens, encontros de casais, Pastoral Política, Pastoral de Direitos Humanos e Justiça, Pastoral Catequética, Pastoral de Saúde e etc. A Pastoral da Saúde, ligada ao Padre Tiago, em cooperação com abnegados leigos, presta serviços odontológicos, tratamento contra hanseníase, tuberculose, entre outras patologias. Com o apoio da Cúria Diocesana e de religiosos, os leigos também lançaram mão de um brilhante projeto de medicina preventiva e educacional, é a Pastoral da Criança.

“Leigos, Religiosos, Sacerdotes, Bispos, todos reunidos como povo santo e pecador, procurando construir juntos como irmãos, o Reino de Deus em Jataí.”

BIBLIOGRAFIA

- MELLO, Dorival Carvalho, *Jatahy Páginas Esquecidas*, Jataí, Sudográfica, 2001
- NEE, Wachman, *O Sentido da Vida*, São Paulo, Editora Árvore, 1994.

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Liliane Tosta Costa*

Resumo

A educação formal acontece de forma sistematizada nas instituições de ensino e fundamenta-se em conceitos referentes à sociedade, cultura e ao indivíduo. Isto significa que as práticas educativas, que acontecem no interior da escola, partem desses pressupostos, nos quais estará definido, a priori, qual indivíduo pretende-se formar, a partir de qual cultura e para qual sociedade, desvelando-se, também, uma preocupação com a formação de identidades. O campo das identidades surge a partir da preocupação científica e política com a diferença. Essas diferenças são marcadas por meios simbólicos; assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e a redescoberta do passado é parte desse processo de construção. A educação, enquanto uma forma de ajustamento das novas gerações torna-se instrumento de manutenção ou construção de novas identidades. Nessa perspectiva, o currículo de história não é neutro e a forma como esse passado é recontado interfere diretamente na formação de identidades. Assim, procuramos compreender nessa pesquisa que tipo de identidade está configurado nos documentos oficiais.

Palavras-chave: Educação, currículo de história, identidades.

Abstract

The formal education happens of form systemize in the education institutions and is based on referring concepts to the society, culture and to the individual. This means that practical the educative ones, that they happen in the interior of the school, leave of these estimated, in which will be defined, a priori, which individual intends itself to form, from which culture and for which society, itself, also, a concern with the formation of identities. The field of the identities appears from the scientific concern and politics with the difference. These differences are marked by symbolic ways; thus, the construction of the identity is in such a way symbolic how much social and the past is part of this process of construction. The education, while one form of adjustment of the new generations becomes instrument of maintenance or construction of new identities. In this perspective, the history resume is not neutral and the form as this past is recounted intervenes directly with the formation of identities. Thus, we look for to understand in this research that type of identity is configured in official documents.

Key words: Education, resume of history, identities.

A escola é uma instituição destinada pelo Estado para desempenhar papel prioritário no estabelecimento dos padrões da realidade, isto é, espaço onde há o controle da socialização de saberes e culturas. A forma como a prática educativa se configura é norteadora por documentos oficiais que delimitam qual conhecimento deve ser ensinado em cada área do saber, interferindo diretamente na prática pedagógica. Nessa perspectiva, o currículo é um instrumento de poder, que delimita quais conhecimentos devem ser ensinados, logo, enfatizamos a importância de uma análise crítica a respeito desse objeto específico, qual seja o currículo de história e sua operacionalização nas instituições de ensino. A história como

*Formada em Pedagogia pela UFG e aluna do curso de especialização em História Cultural – FCHF/UFG.
E-mail: lilianetc@yahoo.com.br

estudo da ação do homem no tempo busca compreender essa construção e a forma como é ensinada nas escolas, implicando em indagar quais conceitos o indivíduo conhece; a forma como ele se relaciona com estes interfere diretamente na formação de identidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998, p. 03), um dos objetivos para o ensino de história na segunda fase do Ensino Fundamental é: “Conhecer as características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais, culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país”. Fica claro a preocupação em se construir uma identidade nacional através da transposição dos conteúdos de história em sala de aula. Logo, a seleção de conteúdos busca atender os objetivos propostos no documento, portanto, há uma concepção de identidade nacional que perpassa a proposta do Governo Federal. Nessa perspectiva, os documentos oficiais não podem ser vistos como um catálogo prescritivo de saberes desinteressado é preciso pensar que tipo de identidade é moldado através do ensino de história.

Não é possível analisar as diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e sua relação com a formação de identidades sem explicitarmos a concepção epistemológica à qual nos respaldamos para alcançarmos este fim. A educação é um retorno às experiências vividas, a fim de construir relações ou propor rupturas com as coisas vividas. Para essa reflexão, recorreremos a Edmund Husserl (1859 – 1938), que propôs um novo olhar para a compreensão da realidade, buscando novas bases para a ciência e a filosofia. Essa busca resultou no método fenomenológico, cujo principal postulado é a idéia de intencionalidade, nesse âmbito, a consciência é intencionalidade. Partindo desse pressuposto, a verdade está nas experiências vividas. Husserl propõe a volta às coisas mesmas: “e o que é a educação, senão um retorno às coisas mesmas, ou seja, um retorno à experiência ao mundo vivido, à existência, à essência?” (SILVA, 2003, p.79).

Essa volta ao vivido pressupõe novas relações entre sociedade, cultura e indivíduo, pois parte de um princípio que valoriza a experiência vivida pelo indivíduo e que foi abandonada pela perspectiva positivista da educação, que visa apenas à formação instrumental a partir da apreensão de técnicas. A educação na perspectiva fenomenológica contrapõe a concepção positivista, propondo uma ruptura. “A educação numa dimensão fenomenológica deve ser comprometida com a pessoa, com a vida, com a existência humana” (SILVA, 2003, p.82). Assim, a educação pautada nos princípios fenomenológicos parte da vida e é pela vida, numa perspectiva que possibilita a formação do ser em sua completude, percebendo o ser

humano como um constante vir-a-ser, em uma perspectiva crítica que rompa com a realidade alienante do mundo contemporâneo.

A educação, na perspectiva fenomenológica deve ser aquela que, além da informação, possibilita a formação, complete o ser humano, ser este que está em constante desenvolvimento, ser inacabado, incompleto, mas ser sensível, perceptível e, acima de tudo, humano, ser capaz de transcender. (SILVA, 2003, p.85)

Pensar a educação escolar nessa perspectiva significa olhar a educação sob um outro prisma, numa abordagem que vise compreender as conotações que são conferidas a esse fenômeno, a fim de posicionar-se e relacionar-se com o fenômeno educativo em uma atitude que transcenda posições preconceituosas e que consiga apreender sua essência¹, olhando para o fenômeno sem os rótulos tão comuns nas instituições de ensino.

Para compreender a realidade e apreender a essência do fenômeno, é necessário dar voz ao fenômeno. Isso implica em minimizar preconceitos e sínteses apressadas que explicam o fenômeno a partir da sua funcionalidade, reduzindo-o a relações de causa e efeito. É preciso romper com essas concepções que Husserl chama de atitude natural em busca de um olhar que transcenda essa visão superficial. “É preciso, pois, romper com as opiniões pessoais, as idéias do senso comum, dos filósofos e cientistas e partir das ‘coisas e dos problemas’, em sua pureza essencial, independente de sua existência” (COELHO, 1999, p.58).

A atitude natural, própria do homem comum, vê a realidade como algo pronto, acabado. Assim, a escola e os fenômenos educativos que acontecem no interior do espaço escolar, isto é, a relação professor-aluno, o currículo e os processos avaliativos aparecem como algo completamente determinado, estático. Então, por meio do planejamento e da metodologia utilizada, é possível saber previamente o que vai acontecer, de forma que em momento algum o percurso pode ser mudado.

Essa concepção vê o processo educativo como algo neutro e a escola como se estivesse em uma redoma de vidro, isto é, a cultura, os valores, os saberes, a linguagem que são ensinados na escola são “descobertas científicas”, logo, tornam-se imutáveis. Segundo Coelho,

O saber educativo situa-se, então, no plano do previsível, podendo e devendo ser antecipado enquanto idéia, planejado e executado de acordo com o que as descobertas científicas e as inovações tecnológicas propiciam. E a função das ciências, das técnicas, da didática, do planejamento é justamente viabilizar essa antecipação e antevisão. (COELHO, 1999 p.60)

A escola de qualidade, então, é aquela que alcança com eficiência os fins pré-estabelecidos por um grupo de pessoas e, nessa abordagem, a qualidade deve ser quantificada numericamente. Vemos que a educação na atitude natural centra-se nos conteúdos, na

¹ A essência aqui significa a maneira característica de aparecer do fenômeno.

metodologia, na ciência, e o aluno, muitas vezes, é visto como uma “folha de papel em branco” a ser preenchida. Essa atitude preconceituosa não vê o educando como um ser de possibilidades, mas, antes, um ser que está pré-determinado pelo próprio contexto, visa apenas uma formação instrumental voltada para os interesses mercadológicos. A superação da atitude natural seria a atitude fenomenológica, que segundo Husserl, é uma atitude crítica diante da realidade, que busca compreender a intencionalidade perpassando os fenômenos sociais. Nessa perspectiva, os documentos históricos que fundamentam as bases da História, são intencionais; a seleção e a forma como esses conhecimentos históricos são ensinados para as novas gerações são frutos de uma intenção.

Torna-se indispensável resgatar a concepção de sociedade e educação que perpassam tais documentos. O foco da nossa análise serão os documentos oficiais que delimitam o que deve ser ensinado na disciplina de história.

Bittencourt, em seu livro “Pátria, Civilização e Trabalho”, propôs uma análise crítica dos documentos curriculares oficiais de São Paulo no início do século XX. A autora aborda a elaboração do currículo de história nas escolas públicas, para formar a massa; em sua análise, vemos que o ensino estava estreitamente ligado à formação de uma identidade nacional e principalmente com a consolidação de um estado democrático e republicano; buscava-se a formação de um caráter nacional. Nesse contexto, a educação formal tornou-se democrática e o estado devia garantir a boa formação a todos para que a sociedade acompanhasse o processo de modernização e fosse capaz de sustentar os interesses da classe dominante e o ensino de história estava vinculado à instrução cívica; assim, “os conteúdos dos programas se encarregavam de formar um cidadão civilizado”. (BITTENCOURT, 1990, p.78), o programa curricular buscou reforçar um passado homogêneo, cuja intenção era camuflar a existência de uma sociedade republicana estratificada. “Predominou no ensino da História, a versão de um passado único, unificador, sem diferenças sociais, sem divisão de classes e produzido pelo homem civilizado branco”, (BITTENCOURT, 1990, p.131). Essa ideologia criava um referencial simbólico de um povo unido através da miscigenação do branco, do índio e do negro.

Bittencourt aponta um paradoxo presente na democratização da educação no início do século XX. Enquanto a educação primária era voltada para a massa e perpassada pela intenção da formação de uma identidade nacional, voltada para a organização do trabalho e do trabalhador, a educação secundária era voltada para a elite: “Os conteúdos dos programas se encarregavam de formar um cidadão civilizado que se tornaria um político, industrial, intelectual, burocrata, comerciante”. (BITTENCOURT, 1990 p.78).

Foi construída a idéia do trabalho como uma forma de tornar o homem digno e a exploração justificava-se a partir da idéia de que a mesma era uma ação benevolente que tinha o objetivo de tirar a “preguiça” que o brasileiro havia herdado do índio.

As diretrizes curriculares eram acompanhadas de metodologia e uma bibliografia específica, “Cada programa de história veiculado pela escola foi planejado segundo uma meta política determinada a forjar uma sociedade de acordo com os interesses explícitos na manutenção de uma única memória” (BITTENCOURT, 1990, p.202).

Através dessa análise, temos uma história que forjava a história do Brasil com o objetivo de cristalizar uma memória única na construção de uma identidade nacional.

Em 1978, a Secretaria da Educação do estado de São Paulo publicou uma coletânea de documentos históricos que tinha o objetivo de facilitar o trabalho do professor da área de Estudos Sociais, de quinta a oitava série. Essa coletânea vinculava-se a sugestão programática e didática do Guia Curricular.

Esse documento, distribuído para professores da rede pública de ensino, era dividido pelas quatro séries da segunda fase do Ensino Fundamental e cada série era dividida em quatro unidades. Para cada unidade vinha o nome do conteúdo, que deveria ser ensinado naquela unidade e um texto sobre esse conteúdo; abaixo do texto, vinha o que deveria ser destacado e discutido no texto. Esses textos eram trechos dos documentos históricos da temática proposta. Por exemplo, o tema da primeira unidade da quinta série era: “O espaço geográfico brasileiro e seus primeiros habitantes”, vinham acompanhados por textos de Pero de Magalhães Gandavo, escrito em 1570, e abaixo de cada texto a delimitação do que devia ser destacado e discutido com os alunos.

Essa proposta não só limitava o conhecimento a ser ensinado como a forma de interpretação do mesmo, ou seja, o aluno é levado a conhecer a história a partir dos interesses do governo. Nessa perspectiva o currículo é um artefato social mutável que busca atender interesses específicos. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (1995), o currículo é constituído por conhecimentos que são considerados válidos e em conexão com a produção de currículos está à produção de pessoas, “diferentes currículos produzem diferentes pessoas (...) produz identidades e subjetividades sociais determinadas”. (SILVA, 1995, p. 10).

Segundo Goodson (1995), o processo de construção de currículo constrói também mitos e tradições, portanto, concebe a existência de disciplinas que são consideradas tradicionais, imutáveis e acabam sendo tacitamente aceitas pela comunidade escolar, assim, os documentos oficiais são tidos como uma prescrição desinteressada de saberes que devem ser

ensinados “o currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos” (SILVA, 1995, p. 08).

O currículo nessa abordagem se torna um instrumento de poder que favorece determinado setor da sociedade a fim de formar identidades sociais pré-estabelecidas. Goodson aponta para uma dicotomia existente no currículo: o currículo como fato, que são os documentos escritos e o currículo como prático que engloba os conflitos existentes entre a teoria e a operacionalização da mesma na realidade escolar cotidiana.

Assim, é essencial compreender a construção histórica desse documento em uma perspectiva que procure analisar a totalidade desse fenômeno. Com o objetivo de desmistificar os mitos e tradições tão corriqueiras na comunidade escolar. Essa concepção requer uma posição que transcenda a localização espaço/temporal do currículo, é preciso tomá-lo como objeto da história. Segundo Lê Goff, “o domínio da história não encontra limites” (1995, p.11). A historiografia, antes vista como ciência do passado, agora passa ter novas dimensões dando ênfase a ação do homem. Esse processo de escrita da história, no entanto, não é neutro, segundo Michel de Certeau (1995, p.18) “é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”. Logo, não é possível pensar no embate historiográfico sem um “sistema de referência” (CERTEAU, 1995, p.19). Fica claro então, que os saberes históricos são instituições sociais, que passou por um processo de seleção e interpretação. De acordo com Certeau (1995, p.22) “é impossível analisar o discurso histórico independente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio”.

Ao tomarmos como objeto da história a educação e o currículo de história precisamos compreender que esses objetos são constituídos por discursos históricos e que é fruto de um lugar específico, nessa perspectiva, cabe analisar a forma como a sociedade está articulada, já que é em função dela que a produção historiográfica é ou não consolidada. Para Certeau (1995), no debate historiográfico, há uma fabricação localizada, ou seja, “o lugar torna possível determinadas pesquisas e impossibilitam outras” (p.27). Nessa abordagem, cabe pensar que tipo de pesquisas educacional na área do currículo de história têm sido possibilitada, que tipo de recorte tem sido feito, que discurso histórico tem sido reforçado na história do currículo.

Até o século XVIII, a narrativa histórica fazia referência apenas a memória política e militar, o positivismo que tem por parâmetro as ciências da natureza influenciou durante muito tempo as ciências humanas, um dos postulados desse método de pesquisa é a idéia de neutralidade explicando os fenômenos a partir de relações de causa e efeito, essa concepção, entretanto, não conseguiu explicar os fenômenos sociais, levando ao que foi conhecido como

“Revolução Francesa da historiografia”. Os primeiros pensadores desse movimento fundaram uma revista que propunha superar a escola positivista, tinham o objetivo de criar uma alternativa além do positivismo para fazer ciência. Propunham uma troca de conceitos entre as várias ciências (antropologia, geografia, psicologia, economia e outros).

A partir desses princípios, os historiadores deixaram de estudar os “grandes” acontecimentos para estudar coisas da vida comum, as relações sociais, e o processo de constituição da identidade, com esse quadro, vemos a configuração de uma nova escrita historiográfica. Nessa perspectiva a história da educação torna-se importante, pois através dela, as relações sociais são reafirmadas e os papéis sociais são consolidados. A cultura escolar, que vai desde a estrutura física da escola até as relações que são instauradas na instituição legaliza e transmite as novas gerações o que é aceito ou não pela sociedade, cabe ressaltar que a organização escolar é responsabilidade do governo, assim é ele quem consolida essas relações a partir dos seus próprios interesses. A educação enquanto uma instituição organizada pelo governo e aceita pela sociedade precisa ser pensada vista como um campo importante do embate historiográfico.

A década de 90 é marcada por várias reformas educacionais que configuram uma nova realidade educacional, uma dessas reformas, diz respeito ao currículo. Segundo Bittencourt (2004) essas mudanças curriculares não foi um fenômeno nacional; vários países sofreram mudanças em seus currículos oficiais e no caso dos países integrantes do MERCOSUL, têm seguido modelos externos, principalmente os da França. Essas mudanças têm como objetivo a adequação da educação aos moldes mercadológicos. “O movimento de reformulações curriculares dos anos 90 decorre de nova configuração mundial, que impõe um modelo econômico para submeter todos os países à nova lógica do mercado. Uma lógica que cria novas formas de dominação e de exclusão”. (BITTENCOURT, 2004, p. 101).

Esse novo paradigma traz na proposta curricular de história novos enfoques; como por exemplo: novas concepções de aprendizagem baseados no construtivismo, inovação dos métodos de ensino e a ênfase dada às transformações tecnológicas configuram uma nova realidade. Todas essas mudanças visam atender objetivos que permanecem os mesmos, ou seja, a legitimação do passado para forjar uma identidade nacional com a preocupação das características regionais, isto é, a identidade nacional é uma das identidades a serem construídas através dos conteúdos de História. Nessa perspectiva; cabe pensar, como isso se configura; que identidade nacional pretende ser construída e como as características culturais de cada região têm sido abordadas.

BIBLIOGRAFIA

- BITTENCOURT, C. M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- _____. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. História*. Brasília – DF: MEC/SEF, 1997.
- CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*, direção de Jacques Lê Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- COÊLHO, M. I. Fenomenologia e Educação. In: BICUDO, M. A. e CAPPELETTI, F. *Fenomenologia uma visão abrangente da educação*. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*, direção de Jacques Lê Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- GOODSON, I. F. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de documentos históricos para o 1º grau: 5º a 8º séries*. São Paulo, SE/CENP, 1979.
- SILVA, C. C. A educação e sua dimensão fenomenológica. In: PEIXOTO, A. J. *Interações entre Fenomenologia e Educação*. Campinas: Ed. Alínea, 2003.
- SILVA, T. T. da. Apresentação. In: GOODSON, I. F. *Currículo: Teoria e História*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

INDIVÍDUO E O PROJETO ONTO-HISTÓRICO EM SARTRE

Valnides Araújo da Costa*

*“O mundo é também História;
talvez sejamos antes de tudo históricos”
(Sartre)*

Resumo: *O pensamento existencialista de Jean-Paul Sartre, através de um método heurístico (progressivo-regressivo), expresso em Questões de método e Crítica da Razão Dialética trabalha o conceito de “projeto” como superação e possibilidade histórica da existência. Para Sartre a existência humana é uma realidade condicionada. Assim, a História origina-se como “criatividade” humana, como mediação dos projetos existenciais. Neste sentido propomos analisar a Filosofia da História sartriana.*

Palavras-chave: *indivíduo, história, projeto*

Abstract: *The existence thought of Jean-Paul Sartre, through heuristic (progressive-returned) in Questões de Método e Crítica da Razão Dialética works the concept like surpass and historical possibility of the existence. Like this, the History from human creativity and mediator of the existence projects.*

Key words: *individual, history, project*

1. Pressupostos Metodológicos, Epistemológicos e Aporias Subjetivas

Conhecer o sentido da sua existência é um problema instigante para a humanidade que, desde as primeiras culturas, vem representando e simbolizando esta crucialidade existencial comum nas culturas, não importando sua complexidade, tanto na ordem material quanto no seu transcurso espiritual; é considerável que as culturas necessitam de dois fatores materiais para sobreviver: sexo e comida. O homem necessita de sentido de ser para construir culturas: significações ulteriores. O sentido se realiza na própria matéria das “relações reais entre os homens” [...] nas atividades concretas dos indivíduos” (SARTRE, 2002, p. 67). Elucubrações neste prisma talvez sejam o ponto de partida para a formulação de uma teoria da *prática humana*: a história, fenômeno do humano relativo à convenção tempo-espço. Com método próprio: regressivo-progressivo, uma heurística da existência.

Estas questões foram, por primeiro, especulações filosóficas. Agora, a ciência histórica ao investigar as conseqüências da ação humana no tempo e no espaço, alonga a discussão existencial do preâmbulo da filosofia e a torna uma questão prática. Assim, esta possui um estatuto ou caráter de reflexão da situação humana; esta reflexão dirige-se a uma

* Universidade Estadual de Goiás – UnU Uruaçu, Graduando

cons-ciência da historicidade, este conjunto de fatos históricos vividos pelos indivíduos e que são condicionantes do devir histórico. A situação humana é aquilo pelo qual todo e qualquer indivíduo dessa espécie sofre as experiências do vivido, retrospectiva e prospectivamente no amálgama de tempo e espaço da existência. À situação humana responde o Existencialismo, como interpretação da superação das situações; e às conseqüências finais desta situação condicionante do agir, a História.

Abordar a história a partir da teoria existencialista, não é somente um objetivo audacioso do pesquisador, mas também um ato objetivo de busca por sentido. Noutros sentidos, é como se fosse o louco metodizando a loucura para entender-se melhor. Este é um problema metodológico que poderá atrapalhar o rigor científico da pesquisa, mesmo em face desta ter um caráter subjetivo que ganha credibilidade a partir de uma metódica. Mas estas aporias subjetivas são necessárias, justamente por ser o pesquisador um ser em situação, é viável como objetivação do subjetivado, para uma possível subjetivação do objetivado. Isto é, investigar com rigor metódico as aporias subjetivas da existência humana, formulando uma teoria interpretativa da realidade que poderá ser subjetivada como paradigma explicativo da realidade, conotando sentido a esta.

Neste sentido de problema subjetivado, este trabalho visa investigar uma possível relação entre a teoria da história e a filosofia existencialista de Sartre; identificar e analisar a filosofia da história deste autor, esboçando uma teoria da história a partir da epistemologia sartriana e seu método existencialista tendo como fonte analítica as obras *Questão de Método*, cuja principal abordagem é o método heurístico regressivo-progressivo (existencialista) e *Crítica da Razão Dialética*, onde Sartre questiona o problema do sentido da história. Esta teoria da história visa analisar a onto-funcionalidade histórica do indivíduo para seu próprio destino, do grupo e da história. O que noutro termo poder ser dito como *o papel do indivíduo na história*.

2. Existencialismo e Teoria da História: uma aproximação possível?

O historiador ao investigar a aventura humana e ao fazer sua crítica a esta aventura contribui para a questão do sentido porque esta não é um privilégio da especulação filosófica. A narrativa histórica corrobora para sanar a angústia existencial do ser humano, dado ser esta um saber construído empiricamente sobre a ação humana no tempo: atitudes individuais permeadas por um contexto coletivo.

Na questão do papel do indivíduo na história o existencialismo, neste ponto-de-vista, possui duas premissas fundamentais que corroboram com a teoria da história. A

primeira premissa é fenomenológica: o método heurístico regressivo-progressivo visa a realidade fenomenal da história: o homem individualizado; a segunda premissa é ontológica, a teoria existencialista ocupa-se de como este ser que é social e histórico se faz nos contextos de relações inter-individuais: superação onto-histórica.

O existencialismo sartriano propõe a reflexão pertinente ao sentido da história humana. Sartre parte de uma afirmação clássica de Engels sobre o protagonismo situado do sujeito histórico: “*são os próprios homens que fazem sua história, mas em determinado meio que os condiciona*” (Apud SARTRE, 2002, p. 73). Este fazer história é o próprio sentido se materializando, ganhando forma no tempo e no espaço, é o fazer-se de cada indivíduo que se direciona para uma “*autonomia ontológica*” (SARTRE, 2002, p. 62). É o projeto existencial se instaurando como superação das situações. Mas, a situação é um totalizante que perpassa tudo, porque o “fazer” responde a uma determinada possibilidade “de fazer-se” e vice-versa: a superação é um possível dado pela própria situação. Isto quer dizer que a história também faz o homem.

O filósofo Antonio GRAMSCI assim soube demonstrar as angústias metodológicas sobre a questão do sentido de ser do homem:

Ao colocarmos a pergunta "o que é o homem" - queremos dizer: o que é que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode controlar seu próprio destino, se ele pode "se fazer", se ele pode criar sua própria vida. Digamos, portanto, que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. Observando ainda melhor, a própria pergunta "o que é o homem" não é uma pergunta abstrata ou "objetiva". Ela nasce do fato de têmos refletido sobre nós mesmos e sobre os outros; e de querermos sàber, de acôrdo com o que vimos e refletimos, aquilo que somos, aquilo que podemos ser, se realmente - e dentro de que limites - somos "criadores de nós mesmos", da nossa vida, do nosso destino (1995, p. 38)

A história é a criatividade humana como superação da situação existencial; a postura individual e as experiências refletidas historicamente, formam o que pode ser denominado campo dos possíveis, isto é, projetar a história como futuro a partir das suas condicionantes. Assim, a história como criatividade existencial é fenomênica à existência humana, é a forma pela qual se expressa a eidade humana, num ciclo dialético e dialogal do indivíduo e o grupo, isto é, ao mesmo tempo que a história expressa a existência humana, torna-se sua condicionante: a história é expressão (fenômeno) e condição condicionalizada da existência individual.

Assim,

por mais reduzido que seja, o campo dos possíveis existe sempre e não devemos imaginá-lo como uma zona de indeterminação, mas como uma região fortemente estruturada que depende da História inteira e envolve suas próprias contradições. É superando o dado em direção ao campo dos possíveis e realizando uma das

possibilidades que o indivíduo se objetiva e contribui para fazer a História: nesse caso, seu projeto assume uma realidade que o agente talvez ignore e que, pelos conflitos que ela manifesta e engendra, influencia o curso dos acontecimentos (SARTRE, 2002, p. 78).

Esta nescidade por causa dos conflitos engendrados pela história é como se fosse a fuga da história ao indivíduo e, sendo este néscio da sua influência, equivoca-se como se esta fosse uma entidade individual além-de-si; a consciência superante à história se rarefaz no indivíduo situado por este se ater somente a seu projeto histórico, isto é, o indivíduo não constrói uma chave interpretativa do seu projeto histórico como sendo algo individual que concorre com os demais projetos históricos de outros indivíduos. Mas, o projeto histórico do indivíduo necessariamente não é um planejamento pessoal. É um campo de possíveis para qual se dirige o indivíduo numa constante superação de situações condicionantes de novas posturas projetivas, num processo de contradições, isto é, o projeto é aquilo que o homem “*consegue fazer do que foi feito dele*” (SARTRE, 2002, p. 77): subjetivo objetivado subjetivamente como consciência histórica.

O projeto histórico do indivíduo não lhe escapa simplesmente. Objetiva-se no conflito entre o que ele faz de si e o que fazem com ele. A este conflito conhecemos por dialética que tem sua origem no *confronto* das relações projetivas dos indivíduos. Assim, temos o silogismo hipotético: a primeira de que a história é a criatividade humana mediada por seus projetos existenciais; a segunda de que a dialética é resultante do confronto desses projetos, logo a história é a síntese dialética dos projetos existenciais dos indivíduos. É neste sentido que a história escapa a qualquer indivíduo situado, não pelo fato deste não fazê-la, “*mas pelo fato de que o outro também a faz*” (SARTRE, 2002, p. 75).

A consciência do fazer história se dar a partir da vivência numa *perspectiva de futuro*, isto é, a consciência está condicionada às próprias experiências e prospectivas que o indivíduo se impõe. Ou seja, o projeto histórico é esboçado subjetivamente a partir da experiência do vivido, do deixar transpassar-se pelas aporias do seu tempo, as angustias: subjetivar o objetivante; isto faz com que o indivíduo objetive o que lhe é subjetivo e subjetive o que lhe é objetivo, este subjetivo objetivado é o projeto histórico, é a consciência histórica manifesta nas relações. Noutro sentido, subjetivar o objetivo é o mesmo que tomar para si a realidade, conscientizar-se da sua situação; ao passo que objetivar o que é subjetivo é projetar-se ao futuro, agir historicamente, ou superar a situação condicionante, mas consciente da sua forma condicionalizada. Segundo SARTRE

sentir profundamente é já uma superação em direção à possibilidade de uma transformação objetiva; na prova do vivido, a subjetividade volta-se contra si

mesma e arranca-se ao desespero pela objetivação. Assim, o subjetivo retém em si o objetivo que ele nega e supera em direção a uma nova objetividade; e essa nova objetividade, em sua qualidade de objetivação, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada. O que quer dizer, a uma só vez, que o vivido como tal encontra seu lugar no resultado e que o sentido projetado da ação aparece na realidade do mundo para tomar sua verdade no processo de totalização (2002, p. 81).

A aproximação entre existencialismo e teoria da história é uma possibilidade prática das ciências, não só no plano cognitivo com a iminência de um pensamento complexo, mas pelo amalgama interpretativo da condição humana. Do ponto de vista da filosofia da história de Sartre existe uma relação natural entre as duas teorias: a teoria existencialista admite a história como campo dos possíveis onde ocorre a superação por parte do indivíduo da sua situação existencial; a história por sua vez é o processo dialético entre os projetos históricos, ou seja, das atitudes de superação dos variados indivíduos que compõem o meio social onde os projetos históricos se confrontam na formatação da história.

3. O método e o objeto do existencialismo

Para o existencialismo a história é igual a superação existencial. Neste sentido, os conceitos de *ser-em-si* e *ser-para-si* levantados por Sartre em seu *O Ser e O Nada* encontram uma nova abordagem em *Questão de Método e Crítica da Razão Dialética*. O *ser-em-si* outrora nauseante que deflorava o homem numa paixão inútil é possível, numa práxis engajada, de uma autenticidade. É a partir do conceito de *prático-inerte* que Sartre especulará o indivíduo com um novo método. Não só focando a existência em si, mas o contexto desta. Este contexto é fundamental para o entendimento da existência porque o contexto é a situação existencial materializada em seus símbolos, significados e limites.

Para Sartre o existencialismo é uma filosofia prática, de fato, a filosofia enquanto conceito universal é algo que não existe, o que existe são filosofias contextualizadas historicamente, situações filosóficas que servem aos objetivos de cada época. Ou seja, a filosofia não existe enquanto realidade absoluta da qual deriva suas correntes, o que existe são sistemas de pensamento correspondentes à realidade histórica. Os sistemas de pensamento tornam-se abstrações não só interpretativas, como também justificativas do seu tempo. É neste sentido que propõe uma filosofia existencialista cuja proposta é analisar o indivíduo situado, em sua totalidade existencial. E assim pensa o papel do indivíduo nas relações dialéticas. Haja vista que o tempo e as provas do vivido calaram muito em Sartre. Metodologicamente admite que o pesquisador está condicionado ao seu contexto, ao seu grupo e é deste ponto que

formula seu ponto-de-vista, ou seja, o velho jargão de que *todo ponto-de-vista é a vista de um ponto* é uma premissa metodológica do existencialismo.

O método heurístico do existencialismo sartriano preocupa-se em entender o indivíduo como realidade situada a partir da sua situação e a situação a partir do indivíduo, num princípio heurístico-hermenêutico de ligação do todo às partes e das partes ao todo. O método aplicado por Sartre visa descobrir os interstícios do condicionamento do indivíduo. O condicionamento do indivíduo é histórico, nesse ponto o existencialismo se serve da história e entender este condicionamento é possível pelas ações do indivíduo. Assim, nos dizeres de (SARTRE, 2002. p. 114) “*é a obra ou o ato do indivíduo que nos revela o segredo de seu condicionamento*”. As condições existenciais do indivíduo se revelam pelo método heurístico através de sua historicidade vivida.

Mas, as ciências caracterizam-se por seu objeto e qual é o objeto do existencialismo. Já sabemos que é o indivíduo condicionado, mas qual é a expressão desse indivíduo? Para SARTRE

o objeto do existencialismo – pelas lacunas dos marxistas – é o homem singular no campo social, em sua classe no meio dos objetos coletivos e dos outros homens singulares, é o indivíduo alienado, reificado, mistificado, tal como o fizeram a divisão do trabalho e a exploração, mas lutando contra a alienação por meio de instrumentos falsificados e, a despeito de tudo, ganhando pacientemente terreno [...] nosso método é heurístico, ensina-nos algo de novo porque é, a uma só vez, regressivo e progressivo. Sua primeira preocupação é, como a do marxista, encontrar o lugar do homem em seu contexto (2002, p.103).

Um ponto que chama atenção no método das ciências humanas é a interpretação apresentada sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade. O existencialismo prima o indivíduo enquanto realidade material existente, isto quer dizer que o existencialismo na confunde o indivíduo no grupo, mas observa o que há do indivíduo no grupo e o que há do grupo no indivíduo. Do grupo dirige-se para o indivíduo a determinação como situação, do indivíduo para o grupo parte a superação e daí a história. Dessa forma, o indivíduo alcança a história pelo grupo, isto pelas contradições dos confrontos de projetos existenciais; o grupo alcança o indivíduo pela sua situação e meio condicionante tal qual pensou Engels.

Para o existencialismo o indivíduo é a primeira realidade, e o grupo não é uniforme quanto ao indivíduo. Pelo contrário,

o grupo confere seu poder e sua eficácia aos indivíduos que fez, que, em retorno o fizeram e cuja particularidade irreduzível é uma forma de viver a universalidade. Através do indivíduo, o grupo volta-se sobre si mesmo e reencontra-se tanto na opacidade particular da vida, quanto na universalidade da sua luta. Ou antes, essa universalidade toma a fisionomia, o corpo e a voz dos chefes que ele se deu; assim, o próprio acontecimento, embora seja um aparelho coletivo, é mais ou menos

marcado por signos individuais; as pessoas refletem-se nele na medida em que as condições de luta e as estruturas do grupo lhe permitiram personificar-se (SARTRE, 2002, p. 101)

É neste sentido que se almeja pensar o indivíduo e sua participação no acontecimento histórico. Contudo, deve-se atentar para a possibilidade de uma super-interpretção quando se fala do primado do indivíduo na formatação do acontecimento histórico, como é o caso dos heróis da historiografia positivista. O método existencialista não comete o erro de supervalorizar o indivíduo como causa efetiva da história, mas encontrá-lo nos grupos dentro dos processos dialéticos dos projetos existenciais que formam a história humana e aí saber qual o papel do indivíduo neste processo, isto é, como o projeto existencial de cada indivíduo corrobora a dinâmica histórica. Isto se dá pelo simples fato de que sem homens vivos envolvidos na dialética dos projetos, no fazimento da história esta não existiria, nem cognitiva, nem materialmente, dentro do cosmo.

Neste sentido, Sartre propõe uma filosofia do sentido da história que reflete o papel do indivíduo nesta e o seu sentido. Esta será o objeto de análise que pretende concluir num trabalho de conclusão de curso que além de desenvolver o diálogo da filosofia com a história, tenta uma construção de uma matriz teórica de interpretação do ser e do fazer-se do homem enquanto indivíduo na história, isto é, refletir como os sentidos são dados pelo imaginário humano nas suas situações existenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COHEN-SOLAL, Annie. *Sartre*. Porto Alegre: L&PM, 2005. (Coleção L&PM Pocket, n.457)
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética: Precedido por questões de método*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores)
- _____. *O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- _____. *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM, 2007. (Coleção L&PM Pocket, n.500)
- _____. *Idade da razão*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- _____. *Sursis*. São Paulo: Circulo do livro, s/d.
- SASS, Simeão Donizete. O ser-para-si e a práxis. In: *Educação e Filosofia*, v. 12, nº 23, jan-jun. 1998, p. 169-184.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: Arte e técnica da interpretação*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

Antes do depois: os limites da história da arte diante dos recentes prognósticos sobre a morte da arte.

Luís Edegar de Oliveira Costa¹

Resumo:

Este texto trata dos limites da história da arte conforme os questionamentos levantados pela arte contemporânea, refletidos em posições teóricas que enfocam a definição do estatuto dessa disciplina e da constituição de sua escrita.

Palavras-chave: história da arte; arte contemporânea; morte da arte.

Résumé:

Ce texte traite des limites de l'histoire de l'art conforme les questionnements soulevés par l'art contemporain, reflétés dans des positions théoriques qui focalisent la définition du statut de cette discipline et de la constitution de leur écriture.

Mots clé: histoire de l'art ; art contemporain ; décès de l'art.

O Carl Einstein de Georges Didi-Huberman é autor de uma obra originária, virtude que seria responsável por ela padecer do esquecimento por parte dos historiadores da arte. Ainda conforme Didi-Huberman, momentos originários devem ser reprimidos pelos discursos quando estes se constituem em disciplina, pois, do contrário, eles exporiam as limitações desta na forma dos esquecimentos cometidos (2003: 21-23). Desse modo, a história da arte teria se constituído na contramão de discursos originários como o representado pela obra de Carl Einstein. E esta, por não ter se enquadrado e não ter originado um enquadramento, por não ter sido absorvida e não se acomodar aos discursos modelares, à escrita da história da arte canônica, tornou-se útil recentemente diante do que representa a produção de arte dos últimos trinta anos, responsável pela superação das linguagens do modernismo e da história da arte.

A arte dos últimos trinta anos teria tornado anacrônica a história da arte, a mesma história da arte que constituiu a interpretação das linguagens do modernismo e, nesse processo, nas escolhas metodológicas que definiu para si, transformou em anacrônica a obra de Carl Einstein. Mas o anacronismo da obra de Carl Einstein é positivo. Entre outras coisas, esse anacronismo estaria na escrita não modelar dessa obra, para a qual ainda não havia leitores. Essa escrita antecipatória se reencontraria agora com o seu tempo, atualizada na percepção proporcionada pela arte contemporânea

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais da UFG. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.

e seus desafios, pela superação da história da arte que tratou de esquecer-la (DIDI-HUBERMAN, 2003).

Sobre essa mesma arte, Giulio Carlo Argan afirma que ela trouxe dificuldades para a crítica de arte, colocou esta em crise. Essa arte apresentou uma tendência que defendia a diluição da arte na vida, propondo uma não diferenciação entre a experiência da arte e a experiência do mundo, caracterizando uma recusa à crítica de arte. Essa tendência, nas palavras de Argan,

partiria de premissas não-artísticas em si (o interesse cognoscitivo, a religião, a política, o ideal moral ou o próprio ideal estético) e teria em vista finalidades também elas não-artísticas. Assim, por exemplo, uma construção arquitetônica exprimiria artisticamente uma concepção do espaço, uma convicção religiosa ou política, uma situação da sociedade, uma ideologia ou utopia; e uma obra pictórica implicaria um dado conhecimento ou um interesse em conhecer o mundo visível, teria finalidades religiosas ou morais, ou até mesmo estéticas. A arte integrar-se-ia assim, embora conservando a autonomia das suas modalidades, no sistema global dos valores; e a sua história, embora procedendo segundo metodologias próprias, integrar-se-ia na história geral da cultura ou da civilização. (1995:160)

Ainda na arte dos anos 1960 e 1970, outra tendência reivindicou algo diferente, uma autonomia absoluta da arte, marcada pela não diferenciação da atividade do crítico e da atividade do artista. Na prática, essa superposição de papéis significava que não haveria mais necessidade da crítica. Conforme essa tendência, que levaria a crítica a assimilar a arte a um sistema de valores não artísticos,

a arte faz-se a partir da arte para alcançar ainda a arte, que, aliás, nem poderia ser entendida como um 'valor', porque isso significaria admitir um sistema de valores abrangendo a arte, nem pode ser o objeto de juízo crítico, porque todo o juízo é juízo de valor. A única definição possível da arte seria pois uma tautologia, que por sua vez demonstraria a impossibilidade de afirmar um 'conceito' de arte. E ainda, se a única formalização possível do conceito de arte é a operação artística, esta mesma formalização do conceito de arte destrói a obra de arte como tal, de modo que a arte e a crítica se destruiriam.(ARGAN, 1995: 160-161).

Desse modo a arte dos anos 1960 e 1970 configurou-se a partir de tendências que, em comum, recusavam a crítica de arte. Como foi dito, essa recusa estava na não diferenciação dos valores da arte representada pela diluição da arte na vida e pela não diferenciação em relação aos papéis do artista e do crítico representada pela idéia de uma autonomia absoluta da arte. Mas se essa arte coloca a crítica em crise ela também estaria em crise, “determinaria ‘criticamente’ a sua própria morte, excluindo-se de qualquer possibilidade de relação com a realidade do mundo” (ARGAN, 1995:161).

Portanto, conforme a percepção proporcionada pela arte contemporânea, Argan se posiciona em relação à história e a crítica de arte em um lugar diferente do reivindicado para o Carl Einstein de Didi-Huberman. Para ele a percepção que a arte deve proporcionar é outra, diversa da percepção corrente; e a crítica está em crise na mesma medida em que a relação da arte com o mundo está em crise. Uma arte que busque se identificar totalmente com o mundo perde sua razão de ser, pois isto seria o mesmo que se negar a ter qualquer tipo de relação com o mundo. Isso não quer dizer que Argan faz a defesa de uma arte desvinculada do presente, até porque ele vê na arte moderna uma ruptura com o passado tomado como autoridade que distorce e impede as condições de uma percepção pura, impede uma relação fenomenológica com o objeto e a experiência estética, entendida como um compromisso com o presente. Quando Argan se refere à morte da arte na arte contemporânea ela estaria relacionada a uma crítica de arte que geraria os objetos artísticos ao invés de ser produzida por eles, se refere a uma crítica de arte sem arte uma vez que a arte absorve o papel da crítica. Enfim, Argan critica uma arte que busca se identificar totalmente com o mundo e que, nesse sentido, não seria mais moderna.

Arthur Danto defende a tese de que a arte acabou como um conjunto delimitado de objetos. A morte da arte como um conjunto delimitado de objetos significa que qualquer objeto pode ser transformado em objeto de arte. Esse fim é também o fim da história da arte enquanto lugar de grandes narrativas, formuladas para dar coerência a esse conjunto. Com a morte da história da arte frente à produção de arte contemporânea, desaparecem os parâmetros que serviam para diferenciar objetos quaisquer de obras de arte. Os artistas estariam livres de possíveis teleologias. Tudo é permitido, “não há uma arte mais verdadeira do que outra e a arte não deve ser de uma só maneira: toda a arte é igualmente e indiferentemente arte” (DANTO, 1999:55). Com essa transformação os limites da arte não seriam mais tarefa da história da arte, e sim da filosofia. O que acaba então, a morte que é evocada mais uma vez é, neste caso, a morte ou o fim da arte como

objeto de um projeto teórico vinculado à idéia de progresso, é a morte da arte como protagonista de uma grande narrativa produzida e promovida pela história da arte.

Para Danto, o que é arte depende de uma definição filosófica, uma definição que não determina ou pressupõe a partir de sua formulação uma direção histórica para a arte. Ou seja, os artistas não devem a partir da definição filosófica da arte produzir uma arte que seja a encarnação dessa definição. Isso teria acontecido com a arte do modernismo, encarada pela crítica de arte como uma produção artística dirigida rumo a uma autoconsciência filosófica que pressupunha que aquilo que o artista produzia estava, ou deveria estar, de acordo com essa orientação, encarnando a “essência filosófica da arte” submetida a uma grande narrativa da história da arte. A arte contemporânea é festejada pela superação que representaria dessa submissão da filosofia da arte à história da arte, uma vez que na arte contemporânea a arte alcançou uma absoluta liberdade. Para Arthur Danto, a arte contemporânea, em sua diversidade, demonstraria que a definição filosófica da arte não é tarefa da própria arte, e sim dos filósofos da arte. Além disso, essa definição deve abarcar essa diversidade, deve dizer respeito e abranger “qualquer tipo de arte”:

Uma definição filosófica deve capturar tudo e não deve excluir nada. Porém isto significa que não pode haver nenhuma direção histórica artística que a arte possa tomar a partir daí. Para o século passado, a arte havia de dirigido rumo a uma autoconsciência filosófica, e se subentendia que o artista deve produzir uma arte que encarne a essência filosófica da arte. Agora podemos ver que este caminho está errado, e com uma compreensão mais clara reconhecemos que a história da arte não tem uma direção para tomar. A arte pode ser o que querem os artistas e patrocinadores. (DANTO, 1993:57).

Mas afinal, se tudo pode ser arte, se a arte pode ser o que bem entendem os artistas, “se toda a arte é igualmente e indiferentemente arte”, como sei o que é arte? E, ainda como conciliar essa posição sobre a morte da arte como parte de uma grande narrativa da história da arte, a compreensão de que a arte contemporânea trouxe consigo uma absoluta liberdade para a arte com a necessidade de uma definição essencial da arte, reconhecida e reivindicada por Danto como tarefa de uma, por assim dizer, filosofia da arte autônoma? Para Danto, na arte contemporânea qualquer coisa pode ser considerada uma obra de arte, qualquer objeto que diga alguma coisa e incorpore seu

significado. Mas se é assim, não haveria mais nada que a arte não possa fazer, o que justificaria que a arte na arte contemporânea, como quer Danto, passe a ser, na definição de seus limites, tarefa da filosofia e não mais da história da arte. Até porque o que define uma obra de arte não é uma evidência sensível, mas uma reflexão racional (MAMMÍ, 2001:79-80).

A história da arte é questionada pela arte contemporânea e dada como superada ou, no mínimo, enquanto disciplina, está diante da necessidade de enfrentar o desafio de sair da clausura que a sua constituição gerou. Em boa medida, isso se dá a partir de uma compreensão de que a arte moderna é normativa, ou de que a história da arte da arte moderna é normativa e constitutiva de uma narrativa linear, por valorizar aquelas produções que se submetem a uma coerência estilística. Já vimos que a idéia de uma essência da arte, uma “essência filosófica da arte” é criticada mais pela submissão à história da arte do que pela recusa da busca dessa essência ou definição da arte pela filosofia da arte. Vimos também que essa definição não deve deixar nada de fora, nada da diversidade da arte contemporânea pode estar ao desabrigo dessa definição filosófica da arte, o que quer dizer desenvolver um conceito que seja abrangente o suficiente para não se deixar capturar pelo discurso da história da arte, não se submeter à lógica evolutiva e linear da história da arte manifesta na compreensão desta sobre a arte moderna. Ora, a idéia de que a arte moderna é configurada e configura uma narrativa linear e evolutiva, que ela é resultado de uma concepção hegeliana precisa ser matizada, como faz Lorenzo Mammí ao comparar Argan e Danto.

A proposição de Arthur Danto é essencialista e se distinguiria de outras concepções essencialistas por não estabelecer limites entre os objetos de arte e outras classes de objetos. O que muda são os objetos. Quaisquer objetos podem encarnar o significado artístico, recobertos por uma definição de arte que abarca o que vier da absoluta liberdade da arte na arte contemporânea. E se tudo pode ser arte conforme essa definição nada mais pode nos surpreender ou se diferenciar enquanto objeto de arte com especificidades ou particularidades singulares.

Para Argan, em contraposição, um objeto só é obra de arte quando fixa um dado conteúdo histórico em valor estético. Mas se Argan valoriza e destaca certos objetos, se diferencia os objetos artísticos e pensa uma delimitação que é pressuposta como tarefa da história da arte, ele não está propondo uma essência, não é essencialista, ao menos não se comparado com o que propõe Danto. Para Argan não há uma essência do objeto artístico. O que há é um valor da arte que faz parte de um conjunto de valores. E como

esse valor pode ser compreendido como a objetivação de um dado histórico, essa concepção libera o artista de seguir uma tradição ou de ter de se referenciar a um modelo.

Há que dizer ainda que na história da arte desde a arte moderna já está configurada a impossibilidade de se definir um campo fenomênico da arte, uma vez que esse campo não pode ser estabelecido por critérios empíricos, por classes ou subclasses de objetos, etc. É praticamente impossível definir os limites e o conteúdo do campo da arte porque para a história da arte “explicar um fenômeno significa identificar, em seu interior, as relações de que ele é o produto e, fora dele, as relações pelas quais é produtivo, isto é, as que o relacionam a outros fenômenos, a ponto de formar um campo, um sistema où tout se tient (em que tudo é coerente)” (ARGAN, 1995:20). Para a história da arte da arte moderna de nada adiantam os a priori, os modelos, uma vez que ela não se deixa fechar, antecipadamente, num todo definido e previsível que pudesse enquadrá-la. E se a história da arte constitui uma narrativa, essa é elaborada a posteriori, na tentativa de definir o que há em comum entre os fenômenos artísticos. Por isso o objetivo da história da arte não é buscar a essência da arte, e sim o possível fator comum que permite vinculá-los, esses fenômenos, e constituir assim, a posteriori, um campo fenomênico da arte, limitado pela historicidade do objeto e a diferenciação provocada pelo juízo de valor, valor que a história da arte é capaz de definir. E se essa concepção não dá conta da arte contemporânea isso não quer dizer que a história da arte não é capaz de se reformular, propor novos métodos críticos capazes de enfrentar, sem apelar para essencialismos, essa produção mais recente.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Arte e crítica de arte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BELTING, Hans. **O fim da história da arte: uma revisão dez anos depois**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

DANTO, Arthur. **Después del fim del arte**. El arte contemporáneo y el linde de la historia. Barcelona: Paidós, 1999.

DIDI-HUBERMAN, Georges. O anacronismo fabrica a história: sobre a inatualidade de Carl Einstein. In: ZIELINSKY, Mônica (Org.). **Fronteiras: arte, críticas e outros ensaios**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MAMMÍ, Lorenzo. “Mortes recentes da arte”. **Novos Estudos**. São Paulo, nº 60, julho de 2001, pp. 77-85.

AS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DE CORPO E GUERRA DO IMPERADOR TRAJANO SEGUNDO O PANEGÍRICO DE PLÍNIO

Américo Henrique Marquez do Couto (UFG)¹

RESUMO

Plínio, o Jovem, amigo de Imperadores, e em particular de Trajano, foi nomeado cônsul e obteve o governo da Bitúnia. Escreveu sua principal obra, o *Panegyricus Trajani* (*Panegírico de Trajano*), única peça oratória que se conservou dele. Em suas cartas também ao Imperador Trajano se refere a elementos simpáticos e assuntos políticos com o Imperador. O Imperador Trajano teve um dos governos mais importantes da História Romana e, com uma política expansionista efetivou uma série de conquistas elevando os limites do Império ao máximo e utilizando de construções do cotidiano também possibilitou o desenvolvimento de inúmeras atividades artísticas. Assim, procuraremos construir um texto enfocando os principais elementos sobre o corpo e a guerra nestas obras em compreensão do Governo do Imperador Trajano.

Palavras Chaves: Trajano, Imagem e Guerra.

Marco Ulpio Trajano, Imperador (98-117) nascido em Itálica, na Bética, no sul da Hispânia, perto de Híspalis, depois Sevilha, em 53, foi o primeiro governante de fora da Península Itálica, que levou as fronteiras do Império ao ponto máximo de sua extensão geográfica e realizou um vasto programa de obras públicas. De família nobre, concluiu a formação militar junto ao pai, Governador primeiro da Síria e depois da Ásia, à época de Vespasiano. Comandou uma legião na Hispânia e participou das campanhas na Germânia, nas quais conquistou grande prestígio. Nomeado cônsul por Domiciano em 91, mais tarde, foi adotado por Nerva, a quem sucedeu em 98. Eficiente administrador, reorganizou o Império, com apoio decisivo do Senado, que lhe concedeu o título excepcional de *Optimus Princeps*. Manteve um contato permanente e íntimo com a intelectualidade romana como consta da correspondência que manteve com Plínio, o Jovem. Seu prestígio, no entanto, não se deveu somente aos êxitos na política interna, mas também às conquistas militares e territoriais, destinadas a aumentar e consolidar o poder de Roma e a proporcionar os recursos necessários para suas reformas. Ampliou o Exército e reforçou as fronteiras com a Germânia, derrotou os dácios em duas campanhas e criou a nova província da Dácia em 106, hoje Romênia. Assegurada a fronteira oeste do Império, voltou a atenção para o leste. Anexou o reino da

¹ Bacharel e Licenciado em História pela FCHF/UFG e Mestrando em História pela UFG.

Nabatéia, parte da Arábia que se estende a leste e sul da Judéia, e empreendeu uma guerra contra o reino parto em 110, que culminou com a anexação da Armênia e da Mesopotâmia, a conquista das principais cidades partas e chegou com suas tropas até o Golfo Pérsico. Com uma série de revoltas nos territórios recém-conquistados e nas comunidades judias de diversas províncias orientais em 116 e com a saúde abalada, entregou o comando do Exército ao sobrinho Adriano, que seria seu sucessor, e partiu de Antioquia de volta para Roma, porém morreu na viagem em 117, em Selino, posteriormente Selindi, Cilícia, no sul da Anatólia.

Segundo Malcolm A. R. Colledge (2000: 972), Trajano foi a imagem do novo Augustus e com uma ativa ação e materialidade tornou-se além de líder, o Imperador que fez com que os romanos revivessem as glórias e os momentos brilhantes da *Res Publica*.

Neste mesmo sentido, Michel Grant (1987) nos apresenta um Trajano:

“(...) atraente e afável, que possuía a rara qualificação de popularidade entre os senadores e o exército ao mesmo tempo. Suas políticas de governo foram progressistas. (...) O talento de Trajano para o governo civil, a agressividade popular de suas políticas militares, sua personalidade agradável e acessível conquistaram – lhe o título de Optimus Princeps², o governante máximo. Mas embora suas campanhas dácias lhe tivessem proporcionado muito dinheiro, as ambiciosas campanhas da Partia, que se seguiram, custaram somas enormes, com pouca ou nenhuma compensação política ou vantagens militares. É certo que estas demonstrações de força podem ter ajudado seus sucessores a manter a paz. Não obstante, em geral, Trajano continuou sendo o exemplo clássico de um homem bom que se deixou levar pela entusiasmante tradição romana de que as conquistas eram gloriosas”. (GRANT, 1987: 253 e 256).

Uma imagem positiva de Trajano é a construída por Plínio, o Jovem que, tanto no *Panegírico a Trajano* como na *Correspondência* enviada para o Imperador, trata de homenagear o Príncipe, além de apresentar suas glórias, triunfos e liberalidades que o Imperador possuía, como, por exemplo, quando afirma que: “(...) o que o distingue e enaltece [Trajano] é que ele se considera um de nós e têm tão presente que é um homem como que é um chefe de homens”. (PLÍNIO, *Cartas*, II).

Ainda pelo *Panegírico* de Plínio a Trajano, podemos notar a preocupação com a grandeza do Império (PLÍNIO, *Cartas*, VI), as representações de ordem, medo e poder diante de fatos como a força crescente da Guarda Pretoriana, (PLÍNIO, *Panegírico*, XII e XIII), as intensas ligações com a ordem eqüestre, a familiaridade e suas relações com os Senadores (PLÍNIO, *Panegírico*, XXII, XXIII e XXIV) e suas glórias e riquezas (PLÍNIO, *Panegírico*, XXXVI, XXXVII e L) e muitas outras.

As imagens, segundo Peter Burke, nos oferecem virtualmente a única evidência das práticas sociais (BURKE, 2004:12). Neste sentido, podemos observar a importância desta

² Título que somente pertencia a Júpiter.

conjuntura junto às propagandas imperiais, pois os Imperadores utilizavam de suas imagens para controlarem e explicarem suas práticas sociais. Assim, como denota Burckhardt (BURCKHARDT apud: BURKE, 2004:36) as imagens e as manifestações artísticas públicas são testemunhas de etapas passadas do desenvolvimento do espírito humano, objetos nos quais é possível ler as estruturas de pensamento e representações de uma determinada época.

O conceito de imagem denota inúmeras conotações como as que

(...) "constituíram-se no ponto de partida para dois estudos importantes realizados pelo historiador Philippe Ariès, ou seja, uma história da morte, sendo que ambas as fontes visuais foram tratadas como 'evidência de sensibilidade e vida' iguais em valor à literatura e documentos de arquivos" (BURKE, 2004 :15)

Peter Burke afirma que as imagens dos governantes estão freqüentemente representadas em um estilo triunfante e desta afirmação comutamos, acreditando que a idéia de triunfo expressa em forma de rituais, esculturas, arquitetura e outras manifestações além de nos oferecer mais detalhes faz com que sua representação de poder seja expressa de forma mais importante e expressiva além de exibir em público sua representação de governo e sua forma clara de poder e domínio já que estas figuras quase sempre são expressas de forma colossal, ou pelo menos com um tamanho significativo.

As imagens de Trajano foram confeccionadas em Roma e nas províncias romanas e foram divulgadas por intermédio de vários suportes como a pintura, as estátuas de bronze e pedra, relevos e outros. Ao observar estas imagens, aproxima-se da tese de Peter Burke, que afirma que:

"(...) ler imagens não é tão fácil quanto parece, pelo menos quando a distância cultural entre o autor e o espectador é tão grande quanto a que nos separa" (...) "Para transpor este hiato a prudência exige, pelos menos, que se dê considerável atenção à descrição dessas imagens feitas na época de sua produção. Algumas delas podem ser encontradas em guias daquele tempo, que, como as inscrições nos monumentos e medalhas, eram feitos para moldar as percepções dos espectadores". (BURKE, 1994: 30-31).

Segundo Peter Burke, qualquer imagem pode servir como evidência histórica (BURKE, 2004; 20-21). O uso destas imagens nos permite observar como seu poder foi difundido nos domínios do *Imperium Romanum* além de demonstrar suas preferências pelo mundo helênico. As imagens de governantes estão diretamente vinculadas a expressões de triunfo, demonstrando seu objetivo de difusão da representação de poder aos seus governados.

Trajano e outros Príncipes formaram uma imagem representada por uma personalidade forte construída por diretrizes políticas. Depois de Cláudio, afirma Paul Petit que Adriano foi o mais importante governante que favoreceu o desenvolvimento de órgãos responsáveis pela transmissão de ordens e para a construção de uma memória positiva na administração do

Imperium. (PETIT, 1974:182-183). Além desta demonstração de Adriano, obras públicas de esplendor imperial como os arcos do triunfo, os troféus³ e as alegorias⁴ também se configuram como elementos significativos do poder da imagem, junto à representação positiva do governo imperial. Estas imagens e o recurso do imaginário são fundamentais e se evidenciam como vantagens na convocação de um número cada vez maior de súditos.

Segundo Paul Zanker, em sua obra *Augusto e il Potere delle Immagini* (1989), os modelos exemplares das estátuas são características do período imperial romano, pois nos reinos helenísticos os artesões eram mais livres para exprimir a aura sobre-humana dos governantes (ZANKER, 1989: 12). Este autor também nos confirma a preocupação destas elites em copiarem cânones das imagens imperiais compostas pelas oficinas de Roma, difundindo estas oficinas e impondo uma imagem *standart* do Imperador e de sua família. Tanto que o modo de vestir e de se pentear da família imperial acabava virando moda em diversas cidades (1989: 320). No entanto, como infere o próprio Paul Zanker, a formação destes modelos não criou uma cultura unitária para o Império (1989: 320 e 354).

A imagem pública do Imperador, busto ou estátua, era posta sobre uma base ou sobre um pedestal e quase sempre se via acompanhada de uma inscrição, para identificar o príncipe homenageado e os que lhe ofereciam a obra. Em algumas destas inscrições pode-se identificar a relação do Imperador com uma determinada comunidade, o reconhecimento do ícone simbólico do Imperador e a relação da comunidade com suas elites (GONÇALVES, 2001:67). Assim, percebe-se a preocupação da difusão das imagens pelos governantes e, como essa imagem poderia ser recebida pelos súditos.

Estas imagens revelam detalhes culturais que muitas vezes não aparecem nos textos. Assim o testemunho de imagens “(...) é ainda valioso porque elas revelam não apenas artefatos do passado, mas também sua organização; (...) além de revelar como os objetos eram usados e importantes para a construção de imagens como testemunho para os usos de muitos objetos (...)” (BURKE, 2004:121-122).

Ainda, segundo Peter Burke, a evidência das respostas a imagens não é somente literária, mas também pictórica. Assim, as representações das imagens, sejam elas quais forem, nos dizem algo sobre seus usos e que tipo de história está sendo enunciada, denotando preferências. A maioria das representações imperiais foi construída enquanto os Imperadores

³ Os troféus significavam a absoluta vitória imperial, conseguida por intermédio das virtudes dos Imperadores. Eles apareceram tanto nos arcos quanto nas moedas, indicando as vitórias bélicas.

⁴ Estes elementos configuram as proezas dos heróis e dos Imperadores romanos em grandes momentos de vitória.

ainda exerciam seus cargos e possuíam um retrato impactante para os observadores. Eram colocadas em lugares públicos, pois tinham como objetivo que os Imperadores homenageados ao morrerem fossem divinizados.

Segundo Georges Balandier, “(...) um ‘corpo místico’ anula lentamente o outro, retirando disto um intenso brilho espiritual ou condenando-o à ruína e, em certos casos, à degradação neurótica”. (BALANDIER, 1989: 55). Assim, podemos observar esta exemplificação nos rituais da *consecratio*⁵ e da *damnatio memoriae*⁶ efetuados após a morte do governante. Isso nos ajuda a compreender que o que será revelado, nas explicações por imagens e símbolos, são criações e organizações que situam constantes riscos de degradação devido à fundamentação e ao uso de imagens que podem não estar imbuídas de ordem ou de verdade histórica ou podem estar condicionadas a diversas tipologias de interesses.

Na construção de imagens históricas como em diversas outras conjunturas as referências o corpo são de grande importância pois, ampliam o leque de contextualização que podem ser referenciadas. Assim, segundo Roy Poter (1992), “os corpos são objetos para contemplação externa e é um sistema de comunicação primário, mas os historiadores prestam pouca atenção a seus códigos e chaves”. (POTER, 1992: 372). Portanto, deve-se apresentar o corpo como um elemento de referência para estruturas históricas de prestígio e saber, o que possibilita o historiador (re) construir melhor determinado objeto como, por exemplo, as representações de poder do Imperador Trajano.

Segundo Fábio Lessa (LESSA, 2003),

“(...) o conceito de corpo excede práticas de exclusivismo biológico. Neste sentido, concordamos com o antropólogo José Carlos Rodrigues que o corpo porta em si a marca da vida social, ele é sempre uma representação da sociedade, isto porque ‘(...) a experiência do corpo é sempre modificada pela experiência da cultura (RODRIGUES, 1975:11)’ e que ‘no corpo está simbolicamente impressa a estrutura social; e a atividade corporal (...) não faz mais do que torná-la expressa’(RODRIGUES, 1975: 62 e 125 – grifo do autor). Até mesmo porque, ‘(...) uma sociedade só encontra existência nos corpos pulsantes dos seres humanos que a constituem ...’ (RODRIGUES, 1999:177).

Logo, analisar representações dos corpos nas práticas de guerra em Roma e, especialmente em Trajano, nos ajuda a recompor construções de poder e glória que é utilizada na construção da imagem imperial.

⁵ Medida senatorial que glorificava a imagem do Imperador após seus *omina mortis*, dando-lhe a saudação do seu poder e a sua “divinização”.

⁶ Medida senatorial de acordo com as leis do Império que destruía toda e qualquer manifestação pública do Imperador julgado e condenado.

Diante desta prática, o corpo se representa como trocas simbólicas e em um complexo de símbolos convive e interage na dinâmica social formatando caracterizações na organização estrutural da Roma Imperial.

Segundo Pedro Paulo A. Funari (2003),

“as representações do corpo humano remetem às diversas cosmovisões sociais, às maneiras variadas como os segmentos da sociedade compreendem e organizam o mundo; e (...) revelam as ênfases subjetivas, as valorizações e as distorções resultantes dos interesses e concepções sociais. Para que se possa entender mais a fundo a diversidade de pontos de vista, convém contrastar representações do corpo que provenham de diferentes âmbitos sociais e culturais”. (FUNARI, 2003: 167).

Esses elementos podem ser vislumbrados em passagem da imagem de Trajano construída pelo *Panegírico de Trajano*, de Plínio, o Jovem. Nesta obra com é de característica de um panegirista faz-se um discurso em louvor e elogio a um personagem, Plínio relata um Trajano como *Optimius Princeps* como já fora enunciado.

As grandes referências bélicas a Trajano são tratadas como ênfase como quando se caracterizava suas vitórias. Nesta lógica, Plínio refere-se a “(...) um brilho na guerra, mas se eclipsa na paz; se alcança a fama com a toga, mas não com as armas; (...) glorifica com o público e em casa” (PLÍNIO, *Panegírico*, IV) e ainda quando,

“ (...) desde que a arte de manejar as armas deixou de ser um exercício para converter-se em um espetáculo e de penoso que era passou a ser um prazer; desde que preside nossos exercícios não é qualquer veterano que é condecorado com a coroa moral ou cívica, (...) assim, afirma-se que grande honra representa que um só entre muitos desfruta de grande honra com os costumes e com o valor de nossos antepassados, assim disputa-se com si mesmo [Imperador] e tem sozinho o direito de Imperar” (PLÍNIO, *Panegírico*, XIII),

construindo uma diretriz de poder e representação para o Trajano e o Império Romano.

Plínio também dedica grande parte de seu *Panegírico* para falar das glórias (PLÍNIO, *Panegírico*, XVI, XXVIII, XXXVI), das riquezas pessoais e práticas do Imperador como (PLÍNIO, *Panegírico* II [harmonia], XIII [respeito], XXII [boas relações com políticos, militares e familiares], XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, L [doações e riquezas], II, VIII, XXV, XXXVIII, XLI, LXVI, LXXX, LXXXVII, [liberalitas e justiça] e, XLIV, LXXI [igualdade]).

As imagens Trajano também são enfatizadas comentadas por Plínio para anunciá-los como grande conquistador e conseqüentemente, como *Optimus Princeps*. Assim, exemplifiquemos que em um triunfo de cortejo do Imperador demonstrou-se:

*“(...) não só os despojos e armas dos vencidos como também grandes blocos com pinturas alusivas às batalhas ou ações de guerra importantes, assim como representações das cidades conquistadas, os rios, as montanhas do país vencido “in TACITO, Anales, 2, 41 e OVIDIO, Trísta, 4, 2, 20 e Ex Ponto, 2, 1. (PLÍNIO, *Panegírico* XVII e nota 27),*

foram apresentadas ao público e na referência da fama do Imperador ao mencionar que a mesma é efêmera e que ele pode sistematizá-la com a difusão de objetos representativos como estátuas (PLÍNIO, *Plangerício*, LV), concretizando-se publicamente os seus interesses de poder e do Império com seus súditos e seus inimigos.

Nas associações de corpo também temos representações do Imperador na obra de Plínio que corroboram para o afirmado ao de Júpiter para transformá-lo em *Optimus Princeps*, podemos inferir em atitudes de comportamento de fluxos de poder e também demonstrar noção de superioridade ao observar a destruição de um corpo ao afirmar que deve-se

*“(...) como espécie de vingança contemplar corpos despedaçados e com membros mutilados e, finalmente com ameaçadoras e horríveis imagens de corpos jogadas nas chamas e derretidas para que daquele terror e motivo de espanto, o fogo as devolva o uso e prazer dos homens. Por este mesmo respeito aos deuses, César, é que não permite que se de graças a um gênio por tua bondade e sim a Júpiter *Optimus Princeps*; estima-se que nós o devemos a ele e todo o que devemos a ti e que o bem que tu fazes é um dom de aquele que se dignou conceder à tua pessoa”* (PLÍNIO, *Panegírico*, LII)

Ainda sobre o corpo, afirma-se que o Imperador “(...) por algumas vezes agradava exercitar-se no mar com respeitosa destreza física”. (PLÍNIO, *Panegírico*, LXXXI). Assim, deve-se observar que os corpos de uma mesma sociedade revelam uma heterogeneidade de concepções, como as representadas anteriormente e inúmeras outras dentro da ótica da Roma Imperial. Algo que nos instiga a perceber que corpos cuja alma podemos buscar nos detalhes de representações de um passado distante, nos têm muito a dizer e contribuir para analogias de objetos históricos como o contexto do Imperador Trajano.

Por fim, devemos observar que as representações do corpo e a função da imagem eram glorificar, celebrar, persuadir os súditos e não fornecer uma cópia reconhecível dos traços do Imperador ou uma descrição sóbria de suas ações. Assim, as imagens reais tinham como maior preocupação a receptividade e, por isso, mostravam o governante em posições gloriosas e com um significativo tamanho.

Ainda sobre esta contextualização, vale ressaltar, parafraseando BURKE (2004: 233-238), que os testemunhos sobre o passado identificados pelas imagens possuem valor real, apoiando-se nos testemunhos escritos. Assim, podemos perceber uma coesão de um diálogo entre as testemunhas visuais e escritas que corroboram para uma concretização do objeto em estudo. Porém, salienta-se que apesar do uso de imagens como documentos seja vantagem, alguns autores nos mostram que as imagens, muitas vezes podem ser ambíguas ou polissêmicas, portanto, ocorrem algumas divergências quanto ao seu uso, devendo, portanto, ser condicionados ou associados a outras documentações e representações que ajudam na

construção de uma tipologia mais próxima do “real” para o estudo histórico, como o que aqui fizemos diante da imagem do Imperador Trajano.

RESUMÉ

Pliny, le Jeune, ami des empereurs, et en particulier de Trajano, a été nommé consul et obtenu le gouvernement du Bitínia. Il a écrit son exécution principale, le *Panegyricus Trajani* (*Panegírico de Trajano*), seulement la pièce d'oratória qui si conservé de elle. Dans ses lettres également à l'empereur Trajano s'il rapporte aux éléments agréables et soumet des politiciens avec l'empereur. L'empereur Trajano a eu un des gouvernements les plus importants de l'histoire romaine et, avec l'une politique d'expansionista il a accompli une série de conquêtes élevant les limites de l'empire au maximum et employer des constructions de les quotidiennes également il a rendu le développement possible des activités artistiques innombrables. Ainsi, nous rechercherons pour construire à un texte concentrant les éléments principaux sur le corps et la guerre dans ces workmanships dans l'arrangement du gouvernement de l'empereur Trajano.

Mots – Clés: Trajano, image y guerre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01 – DOCUMENTOS TEXTUAIS

DION CASSIUS. *Roman History*. English translation by Eanest Cary. London: Harvard University Press, 1995. vols. 8 e 9.

Epitome de Caesaribus. Traduction de M. N. A. Dubois. Paris: C. L. F. Panckoucke, 1846.

EUTROPE. *Abrégé de l' Histoire Romaine*. Traduction et introduction par Maurice Rat. Paris: Garnier, 1990.

EUTROPIO. *Compendio de História Romana desde a fundação da cidade de Roma*. Niterói: Escolas Selesianas, 1931.

PLÍNIO, EL JOVEN. *Panegírico en Honor de Trajano*. In: *Biógrafos y Panegiristas Latinos*. Traducción Del latim y notas por Luis Escolar Bareno. Madrid: Aguilar, 1969.

PLÍNIO, LE JUEVE. *Correspondance avec Trajan*. Traduction du latin et introduction par Yves Hucher. Paris: Bibliothèques 10/18, 1966.

VICTOR, Aurelius. *Livre des Césars*. Traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Letters, 1975.

02 - OBRAS GERAIS

ALBERTINI, E. *L'empire romain*. Paris: Felix Alcan, 1938

ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: Difel, 1969

_____. *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O Dédalo: Para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *O Poder em Cena*. Brasília: Ed Unb, 1980.

BIRLEY, Anthony R. "Trajan to the Antonines". In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. New York: Cambridge University Press, 2000. v.11. pp.96 - 132.

BOISSIER, G. *L' Opposition sous les Césars*. Paris: Hachette, 1905.

BROWN, P. *Power and Persuasion in Late Antiquity*. Madison: University of Winsconsin Press, 1992.

BURKE, Peter. *Fabricação do Rei. A construção da Imagem Pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

CIZEK, Eugen. La fin de Trajan. In: _____. *L'epoque de Trajan – Circonstances politiques et problèmes idéologiques*. Paris: Boulevard Raspail, 1983. pp.12-86.

_____. *Mentalités et Institutions Politiques Romaines*. Paris: Fayard, 1980.

CLEMENTE, G. *Guida alla Storia Romana*. Milano: Arnoldo Mondadori, 1990.

- COLLEDGE, A. R. Malcolm. Art and Arqutitery in Rome. *The Cambridge Ancient History*. New York: Cambridge University Press, 2000. v.11. pp.946 - 1032.
- CRAWFORD, M.H. Roman Imperial Coin Types and the Formation of Public Opinion. In:_____. *Studies in Numismatic Method*. Cambridge: University Press, 1983. pp.45-61.
- FRANCASTEL, P. *Imagem, Visão e Imaginação*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FRASCETTI, A. *Rome et le Prince*. Paris: Belin, 1994.
- FUNARI, P. P. A. Representações do Corpo nas paredes pompeianas. In: TELM, N; BUSTAMANTE, R. M. C. (Orgs). *Olhares do Corpo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 167-172.
- GASKELL, Ivan. História das Imagens. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 237-71.
- GIARDINA, A. (org). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1991.
- GOODMAN, Martin. *Roman World – 44 BC – AD 180*. London and New York: Routledge, 1997.
- GRANT, Michael. *Gli Imperatori Romani*. Roma: Newton Compton, 1993.
- _____. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Império Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.
- HOMO, L. *Les Institutions Politiques Romaines*. Paris: Albin Michel, 1927.
- JACQUES, François; SCHEID, John. *Rome et l'Integrantion de l'Empire*. Paris: Press Universitaires de France, 1990. t.1.
- LE GALL, Joël; LE GLAY, Marcel. *L'Empire Romain*. Paris: Press Universitaires de France, 1986. v.02.
- _____; VOISIN, Jean – Louis; LE BOHEC, Yann. *Histoire Romaine*. Paris: Press Universitaires de France, 1991.
- LEFORT, C. As Encarnações do Poder. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais: pp.16-17, domingo, 18 de junho de 2000.
- LE GOFF, Jacques. *Pour une Histoire Politique*. Paris: Press Universitaires de France, 1995.
- RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. New York: Cambridge University Press. 2000. v.11. pp. 620-634.

- LESSA, Fábio de Souza. Corpo e Cidadania em Atenas Clássica. In: THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha (Orgs.). *Olhares do Corpo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 48-55.
- _____. *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.
- _____. O feminino em Atenas. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.
- LUHMANN, N. *Poder*. Brasília: EdUnB, 1992.
- MARTIN, Jean – Pierre. El Apogeo del Imperio (96 – 235 Después de J. C.). In: _____. *La Antigua Roma*. Madrid: Jorge Juan, 1975. p. 261 – 322.
- PETIT, Paul. *Histoire Générale de l'Empire Roman*. Paris: Seuil, 1974. v. 2 e 3.
- POTER, Roy. História do Corpo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 291-326.
- REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.
- REYNOLDS, Joyce. “Cyrenaica” - A. D. 70 – 117. A. D. 117 – 193. In: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. New York: Cambridge University Press. 2000.v.11. pp. 547-558.
- ROSTOVITZ, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- _____. *Storia Sociale ed Economica dell'Impero Romano*. Florença: Nuova Itália, 1933.
- VEYNE, Paul. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. *Le Pain et le Cirque*. Paris: Seuil, 1976.
- WALBANK, F. W. El Veranillo de los Antoninos; Tendencias en el Imperio del Siglo II d. De J. C.. In: *La pavorosa revolución: La decadencia del Imperio Romano en Occidente*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.pp. 33-77.
- ZANKER, P. *Augusto e il Potere delle Immagini*. Torino: Giulio Einaudi, 1989.
- _____. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

A AMÉRICA NOS PCN's DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Prof. Dr. Getúlio Nascentes da Cunha¹

Resumo: O texto parte da crescente preocupação com o ensino de História da África e da cultura africana no Brasil e se pergunta porque o mesmo interesse não tem sido demonstrado em relação à História da América, uma vez que o país tem feito um esforço de se colocar como liderança dos países latino-americanos

Abstract: Dealing with the idea that teaching Africa History and black culture in Brazil is a preoccupation that is getting bigger, the text ask why the same is not happening with Latin-American History, as the Brazilian government tries the assume a paper of leadership in the country.

Palavras chaves: Ensino de História, História da América; American History, History Teaching

Dentro do novo espírito educacional proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foram publicados pelo Ministério da Educação os novos Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto para o ensino fundamental, como para o ensino médio. Em termos do ensino de História os PCN's fazem toda uma discussão inicial em que são valorizadas todas as discussões por que têm perpassado a produção historiográfica ao longo dos últimos anos: as novas abordagens, as novas metodologias, as possibilidades de romper com abordagens exclusivamente cronológicas, a necessidade de levar em consideração as histórias individuais de professores e alunos, etc. Depois conclui:

A História tem permanecido no currículo das escolas, constituindo o que se chama de saber histórico escolar. No diálogo e no confronto com a realidade social e educacional, no contato com valores e anseios das novas gerações, na interlocução com o conhecimento histórico e pedagógico, o saber histórico escolar tem mantido tradições, tem reformulado e inovado conteúdos, abordagens, métodos, materiais didáticos e algumas de suas finalidades educacionais e sociais. Nesse diálogo tem permanecido, principalmente, o papel da História em difundir e consolidar identidades no tempo, sejam étnicas, culturais, religiosas, de classes e grupos, de Estado ou Nação. (PCN História Ensino Fundamental, p. 29)

Apesar das modificações e questionamentos pelos quais a própria ciência histórica tem passado e das propostas presentes nos PCN's, a LDB é clara em relação a quais são os objetivos do ensino de história. Diz ela em seu art. 26, § 4º “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.” Ou seja, apesar de cada época ter se utilizado do ensino da História com uma finalidade a opção pela ênfase na formação da identidade brasileira, via influência dos diferentes grupos que compõe a

¹ Curso de História UFG/CAC

sociedade brasileira, permaneceu inalterada.

A tentativa, vinda sobretudo dos professores em sala de aula, de aproximar o conhecimento produzido nas universidades com a realidade cotidiana do ensino, fez com que várias temáticas até então pouco tratadas como o mundo trabalho, a vida cotidiana, a sexualidade, as várias manifestações culturais, as mulheres, etc., bem como novas opções metodológicas que apontam cada vez mais para o papel dinâmico do aluno no processo de ensino-aprendizagem faz com que a cada dia novos materiais didáticos sejam preparados. Isso, contudo, não tem modificado o papel que historicamente foi atribuído à disciplina desde a sua implantação.

Como o próprio texto do PCN reconhece, essas novas abordagens têm propiciado uma ampliação do interesse por outras regiões, culturas e tradições (PCN História Ensino Fundamental, p. 32). Fugindo da antiga predominância da abordagem eurocêntrica, as comparações com situações semelhantes na Ásia, África e América são cada vez mais frequentes e desejáveis. A possibilidade de se tratar dessas áreas contribui na própria discussão sobre a questão da temporalidade e de uma linha temporal única e evolutiva capaz inclusive de propiciar uma maior incorporação do aluno ao saber histórico e à própria prática histórica como agente (PCN História Ensino Fundamental, p. 40).

A ampliação da área geográfica é considerada como uma forma de exemplificar as diferenças do processo histórico em cada região, levando o aluno a questionar o andamento de sua própria história e se colocar como um agente ativo do processo. Seria uma forma de romper com a idéia de um processo único no qual o indivíduo estaria inserido e sem possibilidades concretas de transformá-lo.

Mesmo com todas essas mudanças na abordagem e na própria concepção da finalidade da História, ainda assim permanece a constatação de que, de uma forma ou de outra, a História sempre tem trabalhado com a questão da identidade. Num mundo cada vez mais volátil, onde as mudanças acontecem de forma cada vez mais acelerada, o PCN aponta para uma possibilidade de trabalho importante, que é a noção de alteridade mais do que de identidade. Seria necessário questionar o próprio conceito de identidade, trabalhando com a noção de “eu” e do “outro” em sua dimensão temporal e atual (PCN História Ensino Fundamental, p. 34).

Essa ênfase na alteridade aparece claramente no PCN do Ensino Fundamental, tanto no 3º ciclo como no 4º ciclo. Aqui, a discussão em torno da temática da cidadania é colocada de forma central. Mais do que apontar a cidadania como uma questão de amor à pátria se propõe de fato uma abordagem que construa um sentido de cidadania baseada na participação

individual e coletiva, mas também, e de forma não menos importante, pelo respeito ao direito do outro². Aparentemente, adotou-se um conceito amplo de cidadania que não passava exclusivamente pela questão da participação política, mas sim pelas relações entre as pessoas, entre as pessoas e o Estado e entre as pessoas e o meio ambiente.

Entretanto, quando o PCN explicita os conteúdos, o último eixo temático previsto para o 4º ciclo é denominado “Cidadania e cultura no mundo contemporânea”. Suas subdivisões apontam para uma cidadania restrita ao aspecto político:

no Brasil . os .homens bons. no período colonial; a escravidão e a luta pela liberdade; o poder oligárquico, o coronelismo e o voto na República Velha; as Constituições e as mudanças nos direitos e deveres dos cidadãos, as ditaduras e a supressão de direitos políticos e civis (Estado Novo e governo militar após 1964), experiência liberal democrática de 1945-1964, o conceito de cidadania hoje no Brasil e a percepção da condição de cidadão pela população brasileira, as desigualdades econômicas e sociais e as aspirações de direitos pela população brasileira hoje (PCN História Ensino Fundamental, p. 72-3)

Essa é apenas uma das várias contradições que podem ser encontradas ao longo do texto dos PCN’s de História. Apesar de ser um assunto praticamente intocado no PCN de História do Ensino Fundamental a necessidade de se dar melhor tratamento à História da África e da Cultura africana no Brasil é uma preocupação do PCN de História para o Ensino Médio³. No geral as diretrizes para o Ensino Médio segue um enfoque temático com pouco ou nenhuma especificação de localização seja geográfica seja temporal. As poucas referências acabam privilegiando o contexto brasileiro e dentro dele a matriz inter-racial da população (europeus, índios e negros) e sua repercussão histórica.

Nesse sentido, a proposta elaborada para o Ensino Fundamental parece ser mais ampla:

A proposta sugere que o professor problematize o mundo social em que ele e o estudante estão imersos e construa relações entre as problemáticas identificadas e questões sociais, políticas, econômicas e culturais de outros tempos e de outros espaços a elas pertinentes, prevalecendo a História do Brasil e suas relações com a História da América e com diferentes sociedades e culturas do mundo. (PCN História Ensino Fundamental, p. 46)

Há já alguns anos tem sido uma constante a preocupação com a questão da História da África e da cultura africana no Brasil. Quando governo torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura negra (Decreto Lei nº 10.639) isso é feito dentro de uma concepção histórica e política, que atende não só a uma necessidade histórica de revalorização da herança negra presente em todos os aspectos da sociedade brasileira. Mas também a uma clara

² Esse objetivo é colocado explicitamente: “valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades” (PCN História Ensino Fundamental, p. 43).

³ Ver por exemplo o item 2.1.7 Cultura (Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e Suas Tecnologias, p. 79)

tentativa do governo brasileiro de ampliar sua presença e influência no continente africano.

Não pode negar que é cada dia mais urgente a adoção de ações afirmativas que recuperam o papel e a importância das populações negras para nossa história, bem como promovam a correção de injustiças históricas contra as populações negras. Não se trata de negar a importância e a justiça de ações como a demarcação de territórios quilombolas, adoção de cotas em universidades e valorização via escola da cultura africana. E sim de pensar que tipo de identidade e de cidadania essa construção atende.

Nesse sentido, se torna cada dia mais necessário (re)pensar também a inserção do Brasil dentro da América latina. A inclusão do ensino de espanhol como opção de língua estrangeira nas escolas do ensino fundamental e médio parece ter tido uma função muito mais instrumental do que reflexiva. Instrumental no sentido de que o aumento dos contatos econômicos criou a necessidade de ampliação do grupo de falantes do espanhol demandados pelas empresas que possuem relações comerciais com os países latino americanos, principalmente aqueles do Mercosul. Mas não parece ter sido reflexiva, aumentando a consciência de nosso passado comum enquanto colônias e países que têm problemas que se assemelham.

O esforço por parte do governo brasileiro de se tornar o centro propulsor do desenvolvimento na América do Sul, não parece ter repercutido ainda no ensino de história, na preocupação de inserção do Brasil historicamente dentro do continente.

Mesmo em termos do ensino superior, a preocupação com a História da América sempre se apresentou como deficiente. Com exceção das universidades com grandes quadros de professores e dos estados que fazem fronteira com os países latino-americanos, onde há uma tradição maior de pesquisas sobre a América Latina, essa preocupação é praticamente inexistente nos demais estados. Mesmo em termos de mercado editorial é pequena a bibliografia disponível sobre o tema, bibliografia está que privilegia alguns assuntos que são recorrentes, caso da Revolução Cubana.

No que se refere ao ensino fundamental e médio, a história da América chegou a ser uma disciplina presente em alguns cursos do ensino médio nas décadas de 1980 e 90. Entretanto, o PCN rompeu com a forma fragmentada como era tratada a história, dividida em História do Brasil, História Geral e História da América. Em lugar da fragmentação optou por uma história integral, definida como uma “proposta de história total que articula a História do Brasil, da América e Geral em um único processo, explicado por relações de causalidade, contigüidade e de simultaneidade no tempo.” (PCN História Ensino Fundamental, p. 46)

Essa forma de abordagem não está livre de limitações e perigos. Se por um lado ela

tem a clara vantagem de romper com uma abordagem cronológica que tendia a subordinar toda à História à idéia de progresso pensado a partir da Europa, sem levar em consideração as especificidades regionais e locais, por outro lado, principalmente para o Ensino Médio. Mas por outro lado ela mantém um conceito de identidade ainda muito ligada a definições geográficas e nacionalidades. Fazendo sentido assim, a preocupação com os elementos formadores da nação brasileira: o europeu, o índio e o negro.

Ao fazer isso os PCN abandonam a possibilidade de se criar um conceito de identidade mais amplo, ou pelo menos de se trabalhar um conceito de solidariedade que ultrapassasse as fronteiras do país. No PCN do Ensino Fundamental, onde os conteúdos são apresentados ainda de forma mais regionalizada (Brasil, América mundo) não se percebe uma preocupação de inserir o Brasil dentro do contexto americano. Apenas para citar um exemplo é o caso da questão dos índios: os índios brasileiros são apresentados como coletores e caçadores, enquanto a cultura de outros povos americanos é levada até a cerâmica, numa visão que não só reduz as culturas dos povos indígenas brasileiros mas que não da conta das múltiplas trocas que ocorriam em toda a território americano antes da chegada dos europeus (PCN História Ensino Fundamental, p. 57). Da mesma forma a relação entre o Brasil e os demais países só é mencionada diretamente nos casos de conflitos como a Guerra do Paraguai e a Guerra do Acre (PCN História Ensino Fundamental, p. 70) negando-se novamente as múltiplas trocas existentes entre o Brasil e os demais países do continente. Esquecendo que a história comum de conquista, colonização, exploração, cristianização, entre outros, nos liga de forma irremediável e todo o continente, para além de toda a qualquer diferença que possa existir.

Isso é claro é também uma opção política que o Estado brasileiro parece não estar disposto a fazer. Se é inegável a importância da África como parte constituinte de nossa nacionalidade, muitas vezes parece mais interessante para o Estado manter sua vinculação com a matriz européia, mais do que com sua história latino-americana. Entretanto, ao deixar parte dos conteúdos abertos para que cada escola trace seu próprio projeto político pedagógico e dentro dele faça as escolhas que lhe pareçam adequadas, resta ainda a esperança de que juntamente com a História da África, também a História da América venha a ser valorizada no Ensino Fundamental e Médio.

FONTES

- Os PCN'S bem como as legislações básicas que norteiam o Ensino Fundamental e Médio estão disponíveis no site do Ministério da Educação no Endereço: <http://portal.mer.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=569&Itemid=565>

BIBLIOGRAFIA

- BITTENCOURT, Cierce M. Fernandes (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CABRINI, Conceição; CIAMPI, Helenice; VIEIRA, M. do Pilar, et alli. *O Ensino de História. Revisão urgente*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986
- NEVES, Maria Aparecida Mamede. *Ensinando e Aprendendo História*. São Paulo: EPU, 1985.
- NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o Ensino de História*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, s/d.
- SILVA, Marcos A. da & ANTONACCI, Maria Antonieta M. “Vivências da contramão – produção de saber histórico e processo de trabalho na escola de 1º e 2º graus”. In: *Revista Brasil. De História*, v. 9, nº 19, pp 09-29, set.89/fev.90.
- SOFFIATI, Arthur. “A ausência da natureza nos livros didáticos de História”. In: *Revista Brasil. De História*, v. 9, nº 19, pp. 43-56, set.89/fev.90.
- VICENTINI, Carlos Alberto. “Escola e livro didático de História”. In: SILVA, Marcos A. da (org.) *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, s/d, pp. 69-80.

A “FESTA DO CARREIRO EM ORIZONA-GO”: CULTURA E TRADIÇÃO NO COTIDIANO RURAL

Maria Idelma Vieira D’Abadia¹

Maria Geralda de Almeida²

Resumo

O carro de boi como instrumento de trabalho da zona rural no Brasil foi até poucas décadas um dos principais meios de transporte de carga. Esse estudo tem como objetivos compreender a resistência de certas tradições no campo e analisar a produção da *festa* como instrumento de resgate cultural do cotidiano do carreiro. A metodologia utilizada baseia-se nos relatos orais dos organizadores; na observação direta com registro escrito, fotográfico e vídeo do evento, bem como o depoimento dos participantes. Diante da investigação realizada até o momento, percebe-se que a Festa dos Carreiros em Orizona-GO, desperta nas gerações passadas de carreiros, intensas emoções e contribui para o interesse dos jovens e crianças em conservar a tradição do carro de boi no município.

Palavras-chave: festa, tradição, carro de boi.

Abstrat

The ox car, as a work instrument of the rural zone in Brazil, was until few decades one of the mainly good traffic. The study has as goals to understand the resistance of certain traditions on the field and to analyze the feast as an instrument of cultural ransom of the ox car conductor (*carreiro*), day-to-day. The employed methodology is based on the organizers oral reports; on the direct observation with written, photographed and video registers of the event, as well as the members’ testimonial. In the presence of the investigation done till the moment, it’s perceived that the *Festa dos Carreiros* in Orizona-GO awakes intensive emotions on the *carreiros* past generations and contributes to the interest of the youth and children in conservating the ox car tradition on the municipal district.

¹ Universidade Estadual de Goiás – UEG/ Universidade Federal de Goiás – UFG. Mestre/ doutoranda em Geografia.

² Universidade Federal de Goiás – UFG. Doutora em Geografia (orientadora).

Key-words: feast; tradition; ox car.

O presente texto apresenta uma leitura inicial da “festa dos carreiros em Orizona”. O município de Orizona surgiu da expansão agrícola no início do século passado. Na região de Campo Formoso³, essa expansão deu-se em virtude da produção de alimentos para o mercado interno nacional nas áreas periféricas de reprodução do capital. O centro-sul concentrava suas atividades agrícolas voltadas para o mercado internacional, tendo como produto base de exportação o café. É importante recordar que a Estrada de Ferro chega à região na segunda década do século XX. A interiorização da linha férrea possibilitou a vinda de migrantes que se dedicaram principalmente as atividades agropecuárias na região, tanto que até o último senso, a população rural sobrepunha a população urbana. O município possui uma característica bem marcante para a estrutura fundiária goiana, a qual se baseia na média e grande propriedade da terra. Em Orizona há um predomínio da pequena e média propriedade familiar distribuída através dos povoados municipais com destaque para: Egerineu Teixeira, Corumbajuba, Buritizinho Cachoeira, Montes Claros, Firmeza e Taquaral, povoado onde encerra a “festa dos carreiros” com a carreta chegando no sábado à tarde com a missão cumprida.

Inseridos nesse contexto, os moradores locais, mesmo diante das transformações ocorridas no campo através da modernização agrícola que chega a região com maior intensidade, na década de noventa e a produção de leite sobrepondo a de grãos, ainda permanecem em suas propriedades. A estrutura familiar dos moradores, bem como os princípios comunitários fortalecidos pela ação da Pastoral da Terra⁴ produziu nos orizonenses uma organização comunitária mais expressiva. Organização essa baseada na relação de trocas, no princípio da solidariedade, o qual para Milton Santos (2000) aparece como uma forma de reconstruir em novos termos, diante da competitividade vigente, a solidariedade horizontal, ou seja, entre a vizinhança, os grupos, os que acreditam na proximidade da humanidade.

Em seu artigo, “A dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado mineiro”, Santos analisa a dimensão das práticas do mundo rural, com destaque para o mutirão.

A partir da análise da instituição mutirão, procurei registrar estratégias e sabedorias de sujeitos que viveram e pensaram sua própria existência, elaborando por meio de complexas relações sociais acordos que, no decorrer da vida, foi-se constituindo em

³ Antigo nome do município.

⁴ Ação da Igreja Católica da ala progressista, que atua nos movimentos eclesiais de base.

saídas para estabelecerem com a natureza do cerrado e com outros produtores rurais as possibilidades de se reproduzirem. (SANTOS, 2003:137)

Essa análise apresentada pelo autor dimensiona o quão valorosa foi, e de certa forma ainda o é, a ajuda mútua em um grupo próximo; as estruturas produtivas familiares se firmaram nessa dimensão comunitária, no caso de Orizona, inclusive com a permanência da agricultura de subsistência, lavoura comunitária e produtos tradicionais artesanais tais como: cachaça, rapadura, açúcar de forma, polvilho e farinha de mandioca, fubá de milho, queijos caseiros, dentre outros.

Essa estrutura já mencionada corrobora para os encontros festivos como a famosa Festa do Peão de Orizona, festivos religiosos como a Festa da Padroeira, Festa de Santo Antônio em Firmeza, de São Miguel Arcanjo em Cachoeira e tradições religiosas encenadas e cantadas como o Canto das Almas na Semana Santa, além dos tradicionais bailes na roça nos salões comunitários das comunidades rurais e urbana. Aliás, a separação entre as duas é muito tênue.

Machado, com quem concordamos, cuja idéia sobre as mudanças na cultura popular das Gerais, ocorrida com a implantação dos projetos de modernização da agricultura pós 1970, contribuiu para desarticular um sistema tradicional de produção baseado na subsistência e na solidariedade da vizinhança. A autora salienta que:

A fé e a religiosidade sustentavam a crença em um mundo melhor As tradições e os mutirões, as promessas ao pé da cruz, os terços cantados, as festas de Reis, os desafios, os pagodes, a encomendação das almas, as parteiras, os tecidos tramados no tear, as brolhas, os pontos cruz, os potes d'água, os monjolos, a feitura dos sabões em tachadas, as farinhas, as quitandas nos fornos de barro ..., as figuras do carreiro de boi e do boiadeiro. (MACHADO, 2006:28)

São imagens que expressam o cotidiano de outrora, e perduraram na memória dos que a vivenciaram em suas experiências de vida, comparando as duas situações entre o interior de Minas Gerais e o município de Orizona, embora tenha chegado a modernização da agricultura, esse processo ainda não desarticulou totalmente as tradições rurais no município, assim como, ocorreu no interior de Minas Gerais.

Assim, o carro de boi ainda sobrevive e alguns carreiros antigos trabalham com esse meio de transporte, usando-o nas tarefas rotineiras do cotidiano rural. Esses carreiros, majoritariamente são pequenos proprietários de terra, que vêm na força do boi o seu auxiliar na vida doméstica.

No contexto vivido pela população local, como foi posto anteriormente, a religiosidade se faz presente e promove laços significativos entre o povo. Com forte participação na Romaria da

Trindade⁵, nessa romaria, de acordo com Deus, em 1988 a Prefeitura local organizou o primeiro desfile de carreiros e não parou mais, tornando-se um evento a parte na romaria. (DEUS, 2000, p.163).

Não se trata de um acontecimento religioso, mas de uma apropriação por parte da política local de turismo para fins lucrativos. Uns, foram motivados pelo desfile, outros, velhos carreiros do passado, pelo saudosismo e há ainda os que vão por modismos.

Diante das circunstâncias em que o carreiro passa a ser “visto”, sob novas (re) significações a memória dessa coletividade busca consolidar essas interpretações.

Para uma melhor compreensão dessas ressignificações, buscamos no pensamento de José de Sousa Martins o referencial para a compreensão da modernidade instalada no país através do processo expansionista do capital. Para o autor uma modernidade constituída ao mesmo tempo por temporalidades que não são as suas.

Essa inclusão de temporalidades distintas relacionando-se ao mesmo momento promove situações de incorporação dos signos modernos pela cultura e o cotidiano popular. Nesse sentido, Martins propõe compreender a modernidade pela investigação do “modo como moderno e os signos da modernidade são incorporados pelo popular”. (MARTINS, 2000, p.35).

Nesse contexto da racionalização do tempo proposta pela modernidade mascarada, o carreiro e o carro de boi aparecem como resíduo a margem da racionalidade do capitalismo. Aparece como concepção do mundo rural, que leva tempo para o transporte, no caso estudado dois dias e meio, num percurso em que um caminhão leva apenas a metade de um dia para fazer o transporte. No entanto, levar a lenha de carro de boi, significa (re) viver o tempo de ajuntamento em que as pessoas precedem as coisas. O mais importante é parar e (re) viver o tempo de carro de boi juntos.

A invenção de novas formas de reviver costumes antigos, atingidos pelo peso da mudança modernizante fragmentadora, imposta ao mundo rural, que o separou da natureza. É vista nas festas por Maia (2003), como a celebração dessa união e a demonstração dos mais diversos sentimentos. Para a autora a festa “representa algo da vida humana em que o trabalho, o lazer, o lúdico, o riso, o sagrado, o doméstico constituíam um todo.” (MAIA, 2003, p.162).

⁵ Cidade do estado de Goiás com forte tradição religiosa, nela é realizada todos os anos a romaria ao Divino Pai Eterno.

Nesse sentido o trabalho do carreiro em Orizona não está fragmentado da vida cotidiana rural que se manifesta dentro de um contexto memorial para o qual Maurice Halbwachs (2006), expressa que a memória se constitui em relação ao coletivo e é reativada mediante a apresentação de opiniões diferenciadas sobre o mesmo evento, sendo assim aguçada por outros pontos de vista do grupo, portanto, a memória é coletiva.

Saliente-se ainda que, a presença do carro de boi, geralmente, é mostrada nos festejos religiosos com desfiles do carro enfeitado reforçando a identidade local.

As gerações orizonenses passadas têm uma imensa recordação dessa lida com o carro de boi. Em depoimento aleatório dado por um dos mais experientes carreiros do grupo em 2007, fica evidente o sentimento de saudade expresso na frase “*quem já foi carreiro de verdade, chora quando vê o carro cantá*”⁶.

Com essa frase iniciamos aqui a narrativa da “Festa dos Carreiros”. Em primeiro lugar quero esclarecer que os organizadores e participantes, não denominam o evento de festa, mas sim de Carriata, ou seja, eles estão em trabalho, mas esses dias de trabalho são diferenciados dos dias normais no cotidiano, principalmente pelo horário do carreto. Assim o grupo vê o evento como certa encenação do trabalho do carreiro. Embora, de suma importância para revitalização dessa profissão e um momento de divertimento entre eles.

O primeiro dia, quinta-feira, é marcado pelo ajuntamento dos carreiros com seus carros na propriedade de João Ribeiro, local onde os carros serão carregados com a lenha para o transporte⁷. Nesse local acontece o primeiro jantar e pouso. Pela manhã, sexta-feira, organiza-se para a primeira etapa do percurso que é de 16km com várias dificuldades de locomoção como morros e pontes estreitas das estradas vicinais.

A jornada dura o dia todo, chegando ao “Matadouro” local do segundo pouso, no entardecer. Em virtude da proximidade do local com a cidade, várias pessoas se deslocam para assistir a chegada dos carreiros. Nesse momento, além do cansaço do carreiro e do candieiro⁸ que caminharam no percurso, junto ao carro e aos bois, todo o dia. É preciso soltar os bois da canga⁹ para alimentá-los e levá-los ao pasto. Os carros carregados são deixados ao ar livre próximo ao local do pouso. Apesar do enorme esforço, nota-se entre os participantes muita descontração e

⁶ Sebastião, carreiro a mais de 38 anos na região. Depoimento prestado em 19/07/2007. Orizona-GO.

⁷ Em 2007, o carreto foi realizado com 17 carros.

⁸ Nome dado ao ajudante do carreiro que vai à frente dos bois para guiá-los.

⁹ Instrumento de madeira usado no pescoço dos bois para mantê-los juntos e atrelados ao carro, durante o trabalho.

conversas sobre o dia de trabalho. Após essa etapa, parte dos carreiros e ajudantes vão as suas propriedades para fazerem as atividades cotidianas, principalmente ordenha e alimentação dos animais, tomarem banho, outros vão até a cidade e retornam para o jantar. Os que irão dormir ali mesmo arrumam suas camas usando o próprio carro.

O jantar é servido a todos os presentes, com o local bem amontado de pessoas que se deslocam de Orizona para participar da “festa”, animada pelos locutores das rádios locais, Leonardo Ribeiro e Elvis Gomes, o primeiro anuncia as duplas sertanejas locais que se apresentam deixando o público bem animado, sem falar nas várias doses de cachaça já consumidas ao longo do dia pelos carreiros e os participantes. Feitas no improviso e sem uma programação rígida, também foram declamadas duas poesias pelos poetas locais Sebastião Eduardo e José Conceição, nas quais eles evidenciaram o cotidiano do município, a vivência rural e as “glórias” de ser carreiro. Seguindo a programação o locutor que fazia a animação da festa, no momento, Elvis Gomes, fez um solo de berrante para os presentes. A palavra foi dada a um dos organizadores conhecido popularmente por “Zé Cuaiada¹⁰”, que agradeceu a todos pela presença, enquanto organizavam o tablado para a catira.

O grupo da Catira é formado pelos participantes do evento e estão incluídos homens e crianças, destaque para uma menina de seis anos que dançou em todos os números apresentados. Ainda na programação noturna Antônio Joaquim, músico local, fez um solo no violão em homenagem ao Zé Coalhada.

Após todas as apresentações, por volta das 22:30 iniciou-se o baile da roça, animado pela sanfona e o teclado elétrico. O arrasta-pé foi intenso, os pares se divertiam dançando e várias pessoas também assistiam o desenvolver das danças.

No dia seguinte (sábado) pela manhã os bois são colocados novamente na canga, atrelados ao carro e seguem, em direção à Taquaral, lugar de destino final do carreto. Durante o percurso de 11km, várias pessoas se juntam aos carreiros e seus carros, seguindo a aglomeração chegam ao povoado por volta das 16 horas. Lá acontece a descarga dos carros com a lenha- a maioria- o

¹⁰ Organizador da Carreata, juntamente com o Sr. Jeová, cujo papel na organização consiste em providenciar a alimentação dos carreiros, dos participantes e dos penetras durante o percurso da carreata. Também a lenha é de sua propriedade e o grupo de carreiros lhe faz o frete sem custos. Ao Sr. Jeová cabe o transporte dos alimentos para os animais; prestar assistência durante o percurso com sua camioneta além de levar seus dois carros de boi para a carreata; criar bois para serem negociados após o percurso. A carreata é usada como um teste para os bois com possível potencial para carrear.

milho e a cana de açúcar. Para recebê-los assim que chegam o Sr. José moe a cana no engenho e serve a garapa e a pinga fresca aos carreiros e aos acompanhantes.

A partir daí a parte que envolve o trabalho do carreiro está concluída. Agora todos esperam o andamento da programação e os momentos de lazer, mais tarde no salão comunitário do povoado é servido o jantar para cerca de 2000 pessoas, que já se encontram no local.

Após o jantar, animados ao som da banda musical, geralmente da região, as pessoas prosseguem com a festa até pela manhã do dia seguinte. Uma animada festa na roça, ainda feita nos moldes das antigas tradições dos mutirões rurais de outrora.

O que se pode dizer nessas palavras finais sobre a “Festa dos Carreiros em Orizona” é que a apropriação de tradições que estavam e estão, de certa forma, diretamente ligadas ao cotidiano rural goiano se expressam nos ajuntamentos e na vivência de grupos simbolicamente o seu mundo. Parafraseando Chaveiro (2005), podemos dizer que a modernização avassaladora e hegemônica imposta no território goiano não erradicou a tradição. Com isso novos significados são dados às velhas tradições.

Referências

CHAVEIRO, E. F. Símbolos das paisagens do cerrado goiano. In: ALMEIDA, M.G. de. (Org). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade cultural.** Goiânia: Ed. Vieira, 2005. 348 p.

DEUS, M. S. **Romeiros de Goiás: a romaria da Trindade no século XX.** Goiânia, 2000, 184 p. Dissertação (Mestre em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal de Goiás.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

MACHADO, M.C.T. (Re) significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi – do trabalho ao festar (1950-2000). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.26, n 51, p.25-45, 2006. Disponível em www.ufu.br/sielo. Acesso em 07 de agosto de 2007.

MAIA, D. S. A Vaquejada: De festa sertaneja a espetáculos nas cidades. In ALMEIDA, M. G. de e RATS, A. J. P. (Orgs). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. 283 p.

MARTINS, J. S. São Paulo: UCITEC, 2000. 210 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 236 p.

SANTOS, R. J. A dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado mineiro. In ALMEIDA, M. G. de e RATS, A. J. P. (Orgs). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. 283 p.

Fotografia e Memória: a imagem visual como estímulo ao ato de lembrar

Saulo G. S. Dallago¹

Márcio Pizarro Noronha (Orientador)

RESUMO

Este estudo tem por objetivo levantar discussões acerca do poder da fotografia como elemento catalisador de memórias num trabalho de história oral. Com base em um trecho da entrevista concedida pelo dramaturgo goianiense Hugo Zorzetti (entrevista em vídeo), parte da dissertação de Mestrado em História intitulada “A Palavra e o Ato: Memórias Teatrais em Goiânia”, o trabalho procura discutir, numa intersecção dos estudos da imagem e da memória, a utilização de fotografias como agentes estimulantes do ato de lembrar, utilizando, para este fim, das teorias do historiador alemão Walter Benjamin (1892-1940), principalmente sobre os conceitos de narração, memória, experiência e reprodução técnica, além do enfoque fundamental nos escritos sobre memória voluntária e involuntária, bem como os estímulos sensoriais ligados a estas, presentes na obra do romancista francês Marcel Proust.

Palavras Chave: Memória; Narrativa; Fotografia

ABSTRACT

This study it has for objective to raise quarrels concerning the power of the photograph as catalytic element of memories in a verbal work of history. On the basis of a stretch of the interview granted for dramatic writer goianiense Hugo Zorzetti (interview in video), part of the dissertaton of Mastery in intitled History "A Palavra e o ato: Memórias Teatrais em Goiânia ", the work looks for to argue, in a crossing of the studies of the image and the memory, the photograph use as agents stimulants of the act to recollect, using, for this end, of the theories of the German historian Walter Benjamin (1892-1940), mainly on the concepts of narration, memory, experience and reproduction technique, beyond the basic approach in the writings on voluntary and involuntary memory, as well as the on sensorial stimulatons to these, gifts in the workmanship of the french writer Marcel Proust.

Words Key: Memory; Narrative; Photograph

¹ UFG, Mestre em História, bolsista CNPQ (2005 a 2007)

O cenário estava posto e previamente preparado. Após mais de duas horas de gravação da entrevista concedida pelo principal personagem de minha pesquisa de mestrado², Hugo Zorzetti, diretor e dramaturgo do grupo teatral Teatro Exercício, onde o entrevistado rememorou e relatou fatos de importância e relevância imprescindíveis para a finalização do projeto, o grande momento chegara: a revelação de uma surpresa que havia prometido dias antes a meu entrevistado (até como forma de incentivá-lo, via curiosidade, a conceder-me a entrevista) seria colocada em prática.

³E – Bom, a gente está chegando já aqui ao fim da entrevista, ao fim da fita também né. Lembra que eu tinha falado pra você que tinha preparado uma pequena surpresa?

H – Ah, sim, lembro!

E – Tá vendo aquele envelope ali embaixo? Dá uma olhadinha nele?

H – Vamos...

E – Essa é uma fotografia histórica que o Mauri me arrumou. Dá uma olhada nela!”(DALLAGO, 2007: 160)

O encontro entre o “documento” vivo, o narrador, o eu rememorante, e o documento visual, a fotografia, o instante capturado e eternizado num pedaço de papel, seria efetivado. Que reações poderiam ser provocadas no entrevistado pelo contato com o retrato de seu passado? Teria uma reação fria, analítica, ou emocional, saudosista? Em todo o caso, acontecendo qualquer hipótese, a técnica estava a serviço do registro e documentação do fato, através da câmera de vídeo que eu tinha em minhas mãos, para sua reprodução e (por que não?) eternização, possibilitando-me fazer as análises cabíveis num momento posterior (como agora, ao deter-me na produção deste breve estudo).

Segundo Benjamin (1994) a fotografia, como arte reprodutível tecnicamente, faz com que o valor de culto do objeto artístico ocupe um segundo plano, dando lugar ao valor de exposição. Entretanto, salienta que os rostos humanos retratados nas antigas fotografias trazem em si ainda o valor de culto, sendo a última trincheira de refúgio da aura. “A aura acena pela última vez na expressão fugaz de um rosto, nas antigas fotos. É o que lhes dá sua beleza melancólica e incomparável” (BENJAMIN, 1994: 174).

² Dissertação de Mestrado em História, intitulada “A Palavra e o Ato: Memórias Teatrais em Goiânia”, defendida em 06/06/2007, do programa de pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), Universidade Federal de Goiás (UFG). Orientação: Prof. Dr. Márcio Pizarro Noronha.

³ Nas citações da transcrição da entrevista, “E” corresponde às falas do Entrevistador, enquanto “H” demonstra as falas do entrevistado, Hugo Zorzetti. A entrevista foi realizada no dia 05/04/2007, na residência de Hugo Zorzetti, por Saulo Germano Sales Dallago. Duração: 135 min, sendo 55 min. na primeira fita (dvd) e 80 min. na segunda (aprox.). A transcrição desta entrevista encontra-se na parte de Anexos da dissertação de mestrado citada na nota anterior e presente nas referências bibliográficas deste trabalho.

Interessante refletirmos sobre o conceito de aura tendo em vista as reações de Hugo Zorzetti diante da fotografia revelada como testemunho visual, documento histórico de seu passado. Sem adentrarmos em concepções metafísicas a respeito do que significa aura, podemos perceber que a fotografia, embora sendo reproduzível, copiável, repetível, captura e demonstra um instante único, irreversível, irrepitível. O eu que rememora, diante da fotografia, pode assumir todo saudosismo característico daquele que viveu a experiência e que, além de sua própria memória, conta apenas com o suporte imagético da foto para seu esforço de evocação daquele instante único de sua vida.

Aliás, diante da primeira reação de Zorzetti, a expressão “esforço de evocação” parece perder a validade, pois o que vemos nos transmite muito mais um prazer, um deleite, do que propriamente um esforço: “H – Maravilha! Olha o que nós temos aqui! Nós temos o Gotyschalk Fraga! O Gotyschalk nesse momento, nesse dia, deixe-me ver... esse fusquinha aqui é meu!” (DALLAGO, 2007: 160)

Analisando a comunicação não verbal⁴ de Hugo no momento em que retira a fotografia do envelope e mira seu olhar sobre ela, podemos perceber todo saudosismo presente no instante em que, estimulado pela imagem, evoca experiências passadas. Seu sorriso franco e olhar emocionado denotam um grande prazer provocado pela observação da fotografia, acompanhados da expressão “Maravilha!”, que corrobora toda a gestualidade que assume a partir de então. Em seguida, Hugo coloca a fotografia numa posição onde esta passa a ser captada pela câmera de vídeo, e inicia uma espécie de descrição dos elementos compositivos da imagem. Primeiro, detém-se sobre a primeira figura humana, da esquerda para a direita, presente na foto, descrevendo-a como o ator Gotyschalk Fraga, ex-membro do grupo Teatro Exercício, e em seguida passa a algo mais próximo de um esforço de evocação, quando tenta se recordar de qual instante era aquele, captado pela fotografia. Logo após, desvia-se por um instante de seu eixo inicial de rememoração para pronunciar as palavras “esse fusquinha aqui é meu!”, demonstrando ter reconhecido outro elemento presente na fotografia e trazendo-o à tona como uma espécie de estratégia para desviar-se de seu esforço evocativo, como forma de “dar um tempo” a sua memória para que, posteriormente, retome a busca pela recordação do significado do acontecimento total retratado.

A pensarmos em busca por recordações não podemos nos furtar a citar a maior obra literária produzida pelo ocidente dedicada à memória: “Em busca do tempo perdido”, de Marcel

⁴ A comunicação não verbal está ligada aos gestos, entonações, pausas, expressões, ou seja, nas expressões emitidas pelo ator comunicacional, diferentes das expressões transmitidas, estas sim ligadas aquilo que diz, sua comunicação verbal. Para maiores informações, ver GOFFMAN, Erwing. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

Proust. Ao longo de todos os livros que compõem este romance, o narrador, através de estímulos sensoriais, evoca seu passado utilizando-se do que ele classifica como memória involuntária. Conforme Proust relata, explicitando as diferenças entre memória voluntária e involuntária:

A memória voluntária, que é sobretudo uma memória da inteligência e dos olhos, nos dá do passado apenas faces sem verdade; mas quando um odor, um sabor encontrados em circunstâncias muito diferentes despertam em nós, apesar de nós, o passado, sentimos o quanto este passado era diferente do que acreditávamos lembrar, e que nossa memória voluntária pintava, como o fazem os maus pintores, com cores sem verdade (PROUST, apud SEIXAS, 2004: 46)

Conforme as palavras de Proust, a memória voluntária estaria ligada a uma dimensão visual, enquanto a memória involuntária, a estímulos sensoriais outros, como olfato e paladar. A memória voluntária seria uma espécie de memória “fria”, descritiva, sem vínculo emocional; a memória involuntária, aquela capaz de trazer a tona todos os sentimentos envolvidos no passado e re-atualizados no presente (SEIXAS, 2004). Entretanto, observando as reações de Hugo Zorzetti quando do contato com a fotografia no momento da entrevista, surge a seguinte questão: até que ponto a imagem visual pode ou não, como estímulo sensorial, catalisar memórias involuntárias ou, antes, memórias de um passado intimamente ligado ao presente, uma vez que carregadas de afetividade?

Para refletirmos sobre esta questão, vale mais uma vez utilizarmos as palavras do filósofo Walter Benjamin quando este, ao falar sobre a fotografia, relata:

a técnica mais exata pode dar às suas criações um valor mágico que um quadro nunca mais terá para nós. Apesar de toda perícia do fotógrafo e de tudo o que existe de planejado em seu comportamento, o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamoscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás. A natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar; é outra, especialmente porque substitui a um espaço trabalhado conscientemente pelo homem, um espaço que ele percorre inconscientemente (BENJAMIN, 1994: 94)

Sendo assim, o poder da fotografia em capturar instantes de um passado de “minutos únicos há muito extintos”, difere-se do poder do olhar e, portanto, do que a memória voluntária guarda daquilo que fora tocado por este olhar. A aura presente na fotografia (ou, antes, seu poder de afetar aquele que a observa, uma vez que o conceito de aura em Benjamin, amplamente discutido por muitos teóricos, pode levar a interpretações múltiplas que não

condizem com o enfoque dado a questão neste trabalho) como já dito, está muito mais ligada à sua dimensão de irrepitibilidade do instante capturado do que de uma irrepitibilidade da obra artística. A fotografia, assim, pode perpassar o âmbito da afetividade, levando o indivíduo por ela afetado a dimensões inconscientes de um passado impossível de ser registrado pelo breve olhar que percorre o tempo que se esvai continuamente.

Ainda segundo Benjamin:

a maioria das recordações que buscamos aparecem à nossa frente sob a forma de imagens visuais. Mesmo as formações espontâneas da *mémoire involontaire* são imagens visuais ainda em grande parte isoladas, apesar do caráter enigmático da sua presença (BENJAMIN, 1994: 48)

A questão imagética envolvida nas recordações, então, não pode ser considerada premissa básica de uma memória voluntária, uma vez que mesmo a memória involuntária utiliza-se de imagens para resgatar o passado nas reminiscências do eu rememorante. Ao que parece, a dimensão da afetividade e da ligação que a recordação passada estabelece, através desta afetividade, com o presente, torna-se muito mais importante do que a forma com que essa lembrança é evocada, se estimulada por imagens, sons ou gestos, se trazida a tona através da rememoração destes ou de outros estímulos sensoriais afetados no passado e repetidos (ou pelo menos recordados) no presente.

Mais que uma operação de busca pelo passado, conforme afirma Gagnebin, Proust opera

uma busca das analogias e das semelhanças entre o passado e o presente. Proust não reencontra o passado em si – que talvez fosse bastante insofista –, mas **a presença do passado no presente e o presente que já está lá, prefigurado no passado**” (GAGNEBIN, apud BENJAMIN, 1994: 17. **Grifo meu**)

Lançando nosso olhar novamente para a entrevista concedida por Hugo Zorzetti, fica bem clara, mais uma vez, a dimensão afetiva presente no eu rememorante, afetado pela imagem, no trecho em que afirma:

H – [...] Rapaz, isso me traz grandes lembranças! Maravilha! É um grande presente, Saulo, um grande presente! Isso aqui é o meu passado, na época eu ainda tinha cabelo, ainda tava com chapéu, mas...

E – Parece que tinha bastante até, nessa fotografia aí!

H – Muito, muito, muito! Esse era o problema! O Mauri também está parecendo um porco-espinho!

E – Com essa barbona dele!

H – Uma barbona... era A Barricada, ele fazia A Barricada com essa barba, eu me lembro que era A Barricada! (DALLAGO, 2007: 161)

As palavras iniciais da citação acima são pronunciadas pelo entrevistado com um tom especialmente emocionado, de olhos fixos na imagem apresentada pela fotografia, como se a qualquer momento fosse ser sugado, capturado para o interior da foto. É impressionante a sintonia estabelecida entre o narrador e o documento visual de seu passado, uma simbiose que, mais uma vez, traz a mente a questão da imagem fotográfica como estimuladora de recordações permeadas de sensações múltiplas. Além disso, podemos perceber também a estreita relação que o eu rememorante estabelece entre passado e presente ao observar a fotografia, reportando-se a si próprio ao analisar seu “eu fotografado” com as palavras “na época eu ainda tinha cabelo” e, num segundo momento, falando sobre outro personagem exposto pela fotografia, o ator Mauri de Castro, também integrante de seu grupo de teatro e que, na época, “parecendo um porco-espinho”, graças a barba que ostentava e que, segundo, Hugo, era utilizada para compor o personagem do espetáculo *A Barricada* no qual Mauri atuava a época.

Segundo Benjamin:

as primeiras pessoas reproduzidas entravam nas fotos sem que nada se soubesse sobre sua vida passada, sem nenhum texto escrito que as identificasse. Os jornais ainda eram artigos de luxo, raramente comprados, e lidos nos café, a fotografia ainda não se tinha tornado seu instrumento, e pouquíssimos homens viam seu nome impresso. O rosto humano era rodeado por um silêncio em que o olhar repousava (BENJAMIN, 1994: 95)

A legenda que, nas primeiras fotografias, era algo praticamente inexistente acompanhando as imagens, ganha uma dimensão totalmente diferente quando, ao invés de escrita ao lado da foto, é narrada pelo eu rememorante, aquele indivíduo congelado pela fotografia num instante de seu passado e descongelando a “frieza” da imagem com suas recordações estimuladas pela foto. A composição da imagem, mesmo obedecendo a imperativos técnicos, traz toda a carga afetiva para aquele personagem ali retratado, o que nos faz remeter mais uma vez a Benjamin, quando afirma que “a diferença entre a técnica e a magia é uma variável totalmente histórica” (BENJAMIN, 1994: 95)

A fotografia, assim, torna-se um poderoso e importante instrumento catalisador de memórias em estudos de história oral (ou, mais especificamente no caso de minha pesquisa de mestrado, de história áudio-visual). Imagens não apenas como suporte ou auxílio para a memória, mas indo além, provocando e estimulando sensações no eu rememorante, num processo circular onde este, afetado pela imagem, nos dá uma dimensão totalmente nova em relação a ela, através do relato de suas memórias, legenda viva, performática, instantânea da captura realizada tecnicamente pelo instantâneo fotográfico. A memória, voluntária ou

involuntariamente, provocada, instigada, excitada pelo registro documental: a técnica a serviço da magia, ou a magia a serviço da técnica? De qualquer forma, a mágica técnica de rememorar o passado através da narrativa memorialística ganha uma importante aliada na técnica mágica da fotografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**”, Obras escolhidas, vl. 1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DALLAGO, Saulo Germano Sales. **A palavra e o ato: memórias teatrais em Goiânia**. 2007. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás.
- GOFFMAN, Erwing. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas atuais**. In: UNICAMP. **Memória e [res]sentimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, p. 37-58.

SABER POPULAR *VERSUS* SABER CIENTÍFICO NO PERÍODO EPIDÊMICO DE GRIPE ESPANHOLA DE 1918.

Leandro Carvalho Damacena Neto.*

“Da impotência do saber médico em dialogar com a moléstia abriu-se a oportunidade para a utilização de práticas alternativas. Ao contrário do que em outras ocasiões, nada fez a medicina acadêmica para combater o discurso não oficial sobre a enfermidade, mesmo estando esta mesma medicina em um momento crítico de sua própria legalização enquanto único saber sobre os corpos e as enfermidades”.

(Cláudio Bertolli Filho, 1986: 148)

Resumo

No presente trabalho irei analisar o período epidêmico de gripe espanhola, no ano de 1918. A medicina científica comemorava as grandes descobertas da bacteriologia, a sociedade médica e parte da população tinham no seu imaginário que a humanidade estava livre das doenças que as acometiam desde tempos remotos, além disto, tinham à crença que a medicina seria a “salvadora da humanidade”. A moléstia de influenza espanhola veio juntamente com a população questionar essa crença na medicina científica, pois o saber médico oficial se tornou impotente para solucionar a crise sanitária que o desafiava. Pretendo analisar a “medicina popular”, ou seja, as práticas e os saberes populares no período epidêmico de 1918, sendo que, grande parte da comunidade médica clínica, rejeitava as práticas da medicina popular, considerando os curandeiros e benzedeiros como charlatães que se aproveitavam do leigo para obter vantagens pecuniárias, vendendo remédios ineficazes e placebos. Irei dar ênfase na “tensão” entre o saber médico-oficial e o saber popular. Antes mesmo de se referir ao saber popular como fala impotente diante do discurso competente, manifesto pela medicina científica, temos de perceber que a população mostrou-se cética diante de um discurso que proclamava o “fim das enfermidades”. A sociedade buscou força, crença e esperança na memória popular, ou seja, na tradição, tão desacreditada pela modernização em curso naquele período. As práticas populares de cura permitiram que a população acreditasse de novo na

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH – Anápolis. Especializando no curso *Lato Sensu* Docência em História e Cultura Africanas e Afro Americanas pela Instituição e pelo Cieaa.

possibilidade de sobrevivência, foram elas, que constituíram o imaginário de grande parte da população sobrevivente do flagelo de gripe espanhola no ano de 1918.

Palavras-chave: saber popular, saber científico, gripe espanhola.

TO KNOW POPULAR VERSUS KNOWING SCIENTIFIC IN THE EPIDEMIC PERIOD OF SPANISH GRIPPE OF 1918.

Abstract

In the present work I will go to analyze the epidemic period of Spanish gripe, in the year of 1918. The scientific medicine commemorated the great discoveries of the bacteriology, the medical society and part of the population had in its imaginary one that the humanity was free of the illnesses that acometiam them since remote times, moreover they had to the belief that the medicine would be the “rescuer of the humanity”. The Spanish disease of influenza he together came with the population to question this belief in the scientific medicine, therefore knowing official doctor if became impotent to solve the crisis sanitary that defied it. I intend to analyze the “popular medicine”, that is, the practical ones and to know them popular in the epidemic period of 1918, being that, great part of the clinical medical community, rejected the practical ones of the popular medicine, considering the healers and quacks as quacks who if used to advantage of the layperson to get pecuniary advantages, vended inefficacious and placebos remedies. I will go to give to emphasis in the “tension” between knowing doctor-officer and popular knowing. Before exactly of if relating when popular knowing as it speaks ahead impotent of the speech competent, manifest for the scientific medicine, we have to perceive that the population revealed ahead skeptical of a speech that proclaimed the “end of the diseases”. The society searched force, belief and hope in the popular memory, that is, in the tradition, so discredited for the modernization in course in that period. Practical the popular ones of cure, had allowed that the population believed of new the survival possibility, had been they, who constituiram the imaginary one of great part of the surviving population of I afflict it of Spanish gripe in the year of 1918.

Key Words: to know popular, to know scientific, Spanish gripe.

No período epidêmico de 1918 a medicina científica comemorava as grandes descobertas da bacteriologia, a sociedade tinha no seu imaginário, que a humanidade estava livre das doenças que as acometiam desde tempos remotos, além disto, consideravam a medicina como uma religião, “salvadora da humanidade”.

A moléstia de influenza espanhola veio juntamente com a população paulista questionar a crença na medicina científica, pois o saber médico oficial se tornou impotente para solucionar a crise sanitária que o desafiava. Os mecanismos de transmissão da gripe constituíam-se em uma incógnita para a medicina oficial das primeiras décadas do século XX.

As idéias e os remédios referentes às enfermidades confrontavam as premissas fundamentais da medicina oficial, essas eram veiculadas tanto por leigos quanto por pequena parte de doutores da comunidade médica. É bom ressaltar que as práticas tradicionais não deixaram de ser utilizadas devido ao avanço da bacteriologia, existia na verdade uma mescla de saberes no seio da sociedade e da própria comunidade médica, no qual muitos utilizavam as descobertas bacteriológicas e as práticas tradicionais, que estavam arraigados no saber popular.¹

Para explicitarmos quais foram às medidas profiláticas apoiadas na sabedoria popular utilizadas pela população, abordaremos as memórias dos contemporâneos da moléstia. A crescente medicina popular durante o ano de 1918 ocorre pela inocuidade e inacessibilidade às propostas terapêuticas por parte da população. Sugestões preventivas e mais ainda as curativas foram solicitadas pela sociedade flagelada pela gripe, o desconhecimento da doença pela medicina científica fez com que, na falta de uma profilaxia determinada, vários médicos comessem a receitar medicamentos na maioria das vezes ineficazes para a população, no sentido de amenizar, aliviar o sofrimento desta, tendo em vista, segundo Goulart, a pressão social a que estavam submetidos:

Historicamente, o médico tem um papel social que inclui, entre outros aspectos, a elaboração de respostas às doenças que acometem a sociedade. A explicação médica tem grande importância social e emocional, uma vez que permite ao doente compreender seu infortúnio. Um dos aspectos essenciais do papel e do poder social do médico está em sua capacidade de nomear o sofrimento do paciente. Dentro desse quadro, pode-se entender o valor do diagnóstico e do prognóstico de uma doença. Mesmo se tratando de uma doença perigosa, esses mecanismos possibilitam

¹ A discussão sobre a medicina popular será baseada nos trabalhos de BERTUCCI, 2003 e 2005; BERTOLLI FILHO, 1986; GOULART, 2005, pela falta da documentação de práticas curandeiras no período epidêmico de 1918.

torná-la compreensível e emocionalmente mais aceitável que uma doença incompreensível. (GOULART, 2005: 114)

A gripe espanhola se tornou dentro desse quadro uma doença incompreensível, tanto para os médicos, como para a sociedade. A população enferma reivindicava soluções para o mal que os acometia, e os aterrorizava:

Feche seus olhos por um momento e tente se imaginar entrando num quarto onde, num leito, se estende um corpo como o rosto azulado, cianótico, uma pessoa morrendo asfixiado como os pés pretos – o sinal de que a hora era chegada. Agora imagine que essa pessoa é um irmão, um pai, uma mãe, ou qualquer ente querido seu. Se isso acontecesse com você e sua família, é lógico que você iria querer entender o que aconteceu. (“Entrevista ao Senhor Nelson Antônio Freire” apud GOULART, 2005: 114).

Ocorre que vários médicos se utilizam dessas práticas populares de medicina. “Tais práticas seguiam as medidas expedidas pelas autoridades oficiais, o saber leigo repetia muitas vezes o saber clínico sobre a influenza e as possibilidades terapêuticas como foram produzidas originalmente pela ciência”. (BERTOLLI, 1986: 155) Entendendo que não houve a predominância em 1918, de uma prática oficial ou de uma prática popular, no ápice da epidemia as duas falas se tornaram aliadas para o tratamento da população.

Ressaltamos que no período da hegemonia da medicina científica, um pouco antes da epidemia de gripe, grande parte da comunidade médica clínica, rejeitava as práticas da medicina popular, considerando os curandeiros e benzedeiros como charlatães que se aproveitavam do leigo para obter vantagens pecuniárias, vendendo remédios ineficazes e placebos. Durante a fase epidêmica na capital paulista, desenvolveu-se um comércio com a intenção de angariar lucros. Divulgam em jornais da capital paulista remédios que eram utilizados, antes da epidemia para outras finalidades, indicando-os para o tratamento da gripe, conforme assinala Bertolli Filho que aponta para os descaminhos da propaganda durante a fase epidêmica:

A lógica que dirigia o discurso propagandístico era ditada antes pela busca do lucro do que pela prevenção e cura dos gripados, daí a incorporação nos anúncios tanto do ideário médico oficial quanto o da medicina popular, na expectativa de maximalizar a venda dos produtos apresentados. (BERTOLLI, 1986: 162-163)

Remédios que antes da epidemia de influenza eram utilizados para outras finalidades foram adaptados especificamente para o tratamento da população:

(...) O que geralmente ocorria era a adaptação de antigos anúncios às necessidades surgidas com a gripe espanhola, procedendo-se à atualização do discurso propagandístico e a conseqüente redefinição ou extensão das propriedades terapêuticas dos produtos anunciados. Somente a partir dessa operação, que tinha como objetivo seduzir o receptor da mensagem, é que se tornou viável o anúncio como específico para o combate da Influenza de drogas como o Maleitosan que tanto a marca de venda quanto décadas de propagandização haviam popularizado como um remédio próprio para o combate à malária. (BERTOLLI, 1986: 163) Grifo do autor.

A desconfiança frente à medicina acadêmica levou a população a procurar uma resposta para o desconhecimento da doença de gripe. A medicina caseira ou popular viveu seu apogeu durante a epidemia, diante da ineficiência das drogas indicadas nos receituários médicos.

A sociedade cada dia mais vitimada pela gripe, não iria ficar esperando de “braços cruzados” a epidemia ceifa-lá totalmente, A população tinha a sua disposição os saberes populares, então por que não utilizá-los? Foi exatamente isto que ocorreu no ano de 1918, sendo que muitos dos que não tinham acesso aos tratamentos e medicamentos da comunidade médica acabaram se beneficiando de suas vantagens, menos como terapias alternativas e mais como única forma de tratamento gratuito disponível. Na memória dos contemporâneos da epidemia de influenza espanhola, obtemos informações mais precisas sobre os remédios populares. A partir daí percebemos a grande ascensão que teve a medicina popular naquele ano para o tratamento da doença de gripe “foi uma gripe tão agressiva que já não davam conta de fazer remédios. Só limão. Numa certa hora acabaram também os limões em São Paulo. Eu comia pouco, só tomava água com limão”. (BOSI *apud* BERTOLLI FILHO, 1986: 159)

A utilização de produtos naturais pelos enfermos se tornou uma crença na cura da doença, grande parte da população tinha em produtos como o limão, o alho, o quinino, e o sal, a única esperança para curar e prevenir a gripe espanhola. Ressaltamos que muitas pessoas com condições de obter tratamento médico oficial recorreriam à medicina popular. Muitos desses utilizavam medicamentos populares eram receitados por diverso esculápios com a finalidade de “aliviar” a população com uma terapêutica específica.

Entre as práticas médicas e populares durante a epidemia de gripe espanhola temos o “ressurgimento” de teorias consideradas ultrapassadas como a teoria do miasma, para o qual as doenças se originavam a partir de certas condições atmosféricas e climáticas específicas, existentes em determinados locais. Algumas medidas adotadas pelas autoridades sanitárias ou recomendadas pelo próprio costume tinham base na concepção miasmática das doenças, como por exemplo, a prática da fumigação, entranhada na memória popular:

A sugestão para a queima de alcatrão, para limpeza do interior de edifícios pouco higiênicos, bueiros, ratos e fezes de animais (...) inalações de vaselina mentolada, os gargarejos com água e sal, com água iodada, com ácido cítrico, tanino e infusões de plantas contendo tanino, como folhas de goiabeira e outras (...) como preventivo, internamente, pode-se usar qualquer sal de quinino nas doses de 0,25 a 0,50 centígramos por dia, devendo usá-los de preferência no momento das refeições para impedir os zumbidos nos ouvidos, os tremores etc. (BERTUCCI, 2003: 109)

As doses do quinino foram controladas com maior rigidez em medidas estipuladas, sendo aconselhados o uso após as refeições, pois o quinino poderia deixar a pessoa inconsciente. O uso abusivo dessa substância pela população enferma na cidade de São Paulo foi uma constante, muitos utilizavam altas doses, ocorrendo assim desmaios destes em plena rua, muitas vezes sendo estes confundidos com mortos, daí levados juntos com outros mortos para serem sepultados ainda vivos, conforme relatos estarecedores difundidos como verdadeiras lendas urbanas durante e após a epidemia gripal.

A teoria miasmática exerceu grande influência na interpretação da doença de gripe e nas medidas adotadas pelo Serviço Sanitário Estadual, uma dessas interpretações é que a origem da epidemia de gripe espanhola de 1918 se deu a partir da Guerra no continente Europeu:

A Guerra Européia em toda a sua extensão e violência havia interferido inclusive nas leis naturais que regiam o universo; Imunização imperfeita de milhares de corpos, a decomposição do sangue derramado nos campos de batalhas, a ausência de higiene nas trincheiras, deflagração de milhares de projéteis e explosivos alteraram a atmosfera e a natureza de todo o globo (...) as mudanças ocorridas na atmosfera causou alterações nos micróbios que ganharam uma virulência ímpar. (BERTOLLI, 1986: 156-157)

A medicina popular surgiu então como alternativa diante de uma doença desconhecida, a proliferação de receitas milagrosas, chás, emplastos, beberagens diversas espelham as insatisfações da população com a falta de atendimento adequado, com a impossibilidade de estabelecimento de um diagnóstico preciso, pela ausência de estratégias do governo e das autoridades sanitárias. “Desconhecido o agente causador da doença de gripe, a solução foi à utilização de uma profilaxia individual e sintomática, constituindo assim em uma terapêutica heterogênea”, (GOULART, 2005: 115), até mesmo a aguardente se tornou em medicamento bastante utilizado como preventivo da moléstia:

O botequim da rua do Tesouro e a Casa Pomona, no Largo da Sé, passam os dias repletos. Extranhando esse facto, procuramos saber a sua causa. Entramos no Pomona, dispostos a dar dois dedos de prosa com qualquer dos garçons. Não foi necessário. Um apreciador da branquinha, que entoava desafinadamente a “Pinga com Limão, Cura a urucubaca”, forneceu-nos indirectamente a explicação que buscávamos. Pinga com limão, si cura a urucubaca, também pode curar a influenza.. (“A GAZETA” apud BERTOLLI FILHO, 1986: 161)

A população estava à procura da cura e prevenção da doença de gripe, a medicina popular e sua farmacologia constituiu-se em uma crença ou esperança para a sobrevivência à epidemia, pois o saber médico, a racionalidade científica acabou deixando a população, parafraseando Max Weber, em uma “Gaiola de Ferro”. (WEBER, 2004: 134)

Cada médico tinha uma “tentativa” de explicação diferente; nós não sabíamos no quê e em quem acreditar. Esperávamos por uma explicação que ninguém tinha para dar, como até hoje esperamos para saber o que foi aquela sassânida infernal. (“Entrevista ao Senhor Nelson Antônio Freire” apud GOULART, 2005: 114)

Antes mesmo de se referir ao saber popular como fala impotente diante do discurso competente manifesto pela medicina científica, temos de perceber que a população mostrou-se cética diante de um discurso que proclamava o “fim das enfermidades” que acometiam a humanidade. A sociedade buscou forças, crença e esperança na memória popular, ou seja, na tradição, tão desacreditada pela modernização em curso naquele período. Não é possível falar em impotência saber popular, uma vez que esse saber permitiu que a população acreditasse de

novo na possibilidade de sobrevivência, foi ele que constituiu o imaginário de grande parte da população, que se tornou sobrevivente do flagelo de gripe espanhola.

BIBLIOGRAFIA

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e Sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. SP, 1986, 482p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BERTUCCI, Liane Maria. “*Conselhos ao Povo*”: *Educação contra a Influenza de 1918*. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abril 2003 (Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>)

_____. *Entre Doutores e para leigos. Fragmentos do discurso médico na Influenza de 1918*. Hist., ciênc., saúde. Manguinhos, abr. 2005, vol. 12, n. 1, p. 143-157.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: TAQ/ Edusp, 1987.

GOULART, Adriana da C. *Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro*. Hist., ciênc., saúde. Manguinhos, vol. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad., Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

“*POUCA SAÚDE E MUITA DOENÇA*”: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E MEDICINA CIENTÍFICA DURANTE A PANDEMIA DE INFLUENZA ESPANHOLA DE 1918.

Leandro Carvalho Damacena Neto. *

“O vírus mutante da gripe assumiu características tão singulares em 1918, que a chamada influenza espanhola, até hoje, apavora quem procura entender o que aconteceu naquele ano”.

(Liane Maria Bertucci, 2003:106).

Resumo

A epidemia de Influenza espanhola de 1918 se constitui um dos maiores enigmas para a medicina científica do século XX. Enfocarei algumas indagações do saber médico do período acerca desta epidemia. Alguns pesquisadores da pandemia de gripe levantam a hipótese que no ano de 1918, a espanhola vitimou cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo. Nas discussões da comunidade médica acerca desta epidemia, a gripe espanhola foi constantemente confundida com outras doenças como a cólera, dengue e tifo, e apenas no final do mês de junho de 1918 que informações vindas de Londres esclareciam que se tratava de gripe ou influenza. Antes deste esclarecimento os médicos relutaram em considerá-la como sendo uma gripe, classificando-a como catarro epidêmico, enquanto outros diziam ser uma doença já conhecida, ou uma outra doença não identificada. Os médicos que a chamavam de “gripe” utilizavam aspas na palavra, devido às informações desencontradas. A gripe era um mal cuja etiologia era então pouco conhecida, doença patogênica de cunho epidêmico menos estudada pela ciência médica do início do século XX, era considerada doença aguda de evolução rápida e geralmente benigna. No presente trabalho irei enfatizar a ineficácia da medicina-científica em plena “era bacteriológica”, no tratamento das pessoas acometidas pela epidemia de gripe no ano de 1918.

Palavras-chave: gripe espanhola; medicina científica; saúde pública;

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás – UnUCSEH – Anápolis. Especializando no curso *Lato Sensu* Docência em História e Cultura Africanas e Afro Americanas pela Instituição e pelo Cieaa.

“LITTLE HEALTH AND MUCH ILLNESS”: DIALOGUES BETWEEN HISTORY AND MEDICINE SCIENTIFIC DURING THE SPANISH PANDEMIC OF INFLUENZA OF 1918.

Abstract

The epidemic of Spanish Influenza of 1918 if constitutes one of the biggest enigmas for the scientific medicine of century XX. I will focus some investigations of knowing doctor of the period concerning this epidemic. Some researchers of the gripe pandemic raise the hypothesis that in the year of 1918, the Spaniard vitimou about 20 million people in the whole world. In the quarrels of the medical community concerning this epidemic, the Spanish gripe constantly was confused with other illnesses as cólera, affection and tifo, and only at the end of the month of June of 1918 that information comings of London clarified that was about gripe or influenza. Before this clarification the doctors they to relutar in considering it as being an gripe, classifying it as catarro epidemic, while others said to be an illness already known, or one another not-identified illness. The doctors who called it “gripe” used quotations marks in the word, which had to the failed to meet information. The gripe was one badly whose etiology was then little known, pathogenic illness of epidemic matrix less studied by the medical science of the beginning of century XX, she was considered acute illness of fast and generally benign evolution. In the present work I will go to emphasize the inefficacy of the medicine-scientific one in full “she was bacteriological”, in the treatment of the people attacks for the epidemic of gripe in the year of 1918.

Key Words: Spanish gripe; medicine scientific; public health;

A epidemia de Influenza espanhola de 1918 se constitui um dos maiores enigmas para a medicina científica do século XX. Enfocaremos algumas indagações do saber médico do período acerca desta epidemia. Para iniciarmos será necessário esclarecer que ocorreram no mundo várias epidemias de gripe e, não somente a pandemia de 1918, sendo que esta última marcou a história mundial por sua alta virulência.

Existem no decorrer da história da humanidade alguns registros de epidemias gripais – é necessário esclarecer que os contemporâneos dessas epidemias não tinham consciência que o mal que os assolavam era proveniente da doença de gripe, somente *a posteriori* através de

pesquisas relacionada à doença que o mal foi parcialmente esclarecido. Epidemias e pandemias gripais têm sido constante na história, a Influenza pode ser considerada como uma das enfermidades que mais tragicamente marcou o passado humano.

Várias epidemias ocorridas durante a Idade Média foram denominadas genericamente como “peste”, mas algumas destas podem ter sido crises gripais ocasionadas por mutações genéticas. “Somente a partir do século XVI é que se tem certeza da presença da influenza sob a forma epidêmica, posteriormente, a partir da Idade Moderna, constantes pandemias gripais foram registradas em todo o mundo”. (BERTOLLI, 1986: 89)

Entretanto, nenhuma destas pandemias e epidemias chegou a alcançar o grau de virulência da gripe espanhola de 1918. Nas discussões da comunidade médica acerca desta epidemia, a gripe espanhola foi constantemente confundida com outras doenças como a cólera, dengue e tifo, “e apenas no final do mês de junho de 1918 que informações vindas de Londres esclareciam que se tratava de gripe ou influenza.” (GOULART, 2005: 102) “Antes deste esclarecimento os médicos relutaram em considerá-la como sendo uma gripe, classificando-a como catarro epidêmico”, (CAMPBELL *apud* SILVEIRA, 1999: 91-105) enquanto outros diziam ser uma doença já conhecida, ou uma outra doença não-identificada. “Os médicos que a chamavam de “gripe” utilizavam aspas na palavra”, (KOLATA, 2002: 17) devido às informações desencontradas.

A gripe era um mal cuja etiologia era então pouco conhecida doença patogênica de cunho epidêmico menos estudada pela ciência médica do início do século XX, era considerada doença aguda de evolução rápida e geralmente benigna – este caráter benigno sempre familiar da gripe presente no dia-a-dia das pessoas, no ano de 1918 tornou-se um dos motivos pelo qual médicos, administradores públicos e a sociedade não se preocuparam com medidas preventivas. “A epidemia de gripe assumiu características graves e fatais que até hoje não são suficientemente conhecidas”. (KOLATA, 2002: 88)

A gripe espanhola de 1918 flagelou o mundo por três vezes naquele ano e, em diferentes espaços de tempo:

A primeira onda mundial epidêmica de gripe espanhola, sem gravidade e de pouca duração, ocorreu entre março e julho, no Brasil, provavelmente, foi confundida, com a gripe de todos os anos. O segundo e, terrível ciclo mundial da gripe espanhola começou em agosto e, só terminaria em janeiro de 1919. Uma terceira vaga mundial da epidemia, menos letal que a anterior, iniciou-se em finais de fevereiro e durou até maio de 1919. (BERTUCCI, 2003: 115)

A primeira vaga mundial de gripe como a terceira levou as pessoas a pensar que a moléstia não passava de um resfriado corriqueiro não tão letal. Já a segunda vaga mundial da epidemia de gripe que teve como características altas taxas de infectividade e óbitos, patogeneidade e virulência. “Normalmente a mortalidade da doença de gripe era de um único óbito em cada 10.000 infectados, durante a segunda vaga da epidemia de 1918 o número de óbitos elevou-se a 300 óbitos por 10.000 infectados”. (BERTOLLI, 1986: 94) A segunda vaga de influenza no ano de 1918 mostrou-se “25 vezes mais letal do que as gripes comuns, chegando a matar 2,5% de suas vítimas, quando a taxa era de apenas um décimo de 1% das pessoas que gripavam”. (KOLATA, 2002: 18)

A mortalidade da epidemia de gripe espanhola de 1918 se tornou uma incógnita, o vírus da gripe naquele ano teria passado por uma mutação genética, mas os fatores que o tornaram demasiadamente patogênico em fins de 1918 permanecem até nos dias atuais desconhecidos pela medicina.

A medicina científica contemporânea da moléstia de gripe de 1918 não possuía o conhecimento do agente infeccioso, muito menos de como era a forma de sua transmissão e a terapêutica adequada a ser utilizada na população enferma, ou seja, a comunidade médica não conhecia a etiologia da influenza espanhola. No período epidêmico eram freqüentes os discursos imprecisos e contraditórios dos médicos em relação à doença de gripe, alguns apresentavam a moléstia como simples e corriqueiro resfriado, ora como uma entidade patológica nova, outros informavam que era proveniente de um microorganismo/ bactéria desconhecida e alguns defendiam que a influenza era originária de um “vírus filtrável”, conforme nos relata Silveira:

A proposição da existência dos vírus filtráveis baseava-se na observação de que certas culturas consideradas “estéreis” – isto é, que haviam sido submetidas a sucessivas filtrações, capazes de reter todas as bactérias – ainda continuava mantendo a capacidade de provocar reações similares às moléstias estudadas nos organismos inoculados. Assim, durante os primeiros trinta anos do século XX, as viroses só podiam ser estudadas através de seus efeitos patogênicos nos organismos infectados. (LYONS; PETRUCCELLI APUD SILVEIRA, 1999: 100)

Somente com a invenção do microscópio eletrônico na década de 1930 a medicina pôde estudar as estruturas dos vírus isoladamente, antes disto ninguém compreendia o que era um vírus, uma vez que o material genético do vírus ainda não havia sido descoberto. “Cientistas

ingleses acabariam identificando o vírus de influenza em 1933, pertencente ao grupo Myxovirus” (BERTOLLI FILHO, 1986: 97.), sendo acompanhada sua mutação e testada: vacinas experimentais.

O bacteriologista alemão Richard Johann Pfeiffer, chegou a propagar a descoberta de uma bactéria patogênica causadora da Influenza em 1892, a partir do estudo efetuado em doentes da pandemia gripal de 1889-1890.

Com a epidemia de gripe espanhola de 1918 o bacilo de Pfeiffer foi descartado como agente causador uma vez que os estudos destinados a encontrar a bactéria nos corpos das vítimas levaram sempre ao mesmo resultado, “a porcentagem baixa do bacilo referido ser encontrado também em doentes com sarampo, bronquite crônica entre outras”. (BERTOLLI FILHO, 1986: 97; SILVEIRA, 1999: 97)

Em 1892 Pfeiffer tinha certeza de ter encontrado a chave para o problema da doença de gripe, então o mistério da doença tinha sido decifrado pensavam quase todos os bacteriologistas. A epidemia de gripe espanhola de 1918 estava com os dias contados, seu agente causador já era conhecida sua forma de transmissão e, sua terapêutica também, ledo engano, a moléstia de influenza ainda era uma incógnita para a medicina nas primeiras décadas do século XX tanto no Brasil como na Europa, sérias contradições predominavam nos meios científicos: desconhecimento do agente causador e na forma de contágio prevalecendo medidas profiláticas individual e sintomática e uma heterogeneidade de terapêuticas.

Antes de 1918 quando o mundo científico e a sociedade estavam “maravilhados” com as descobertas da era bacteriológica o isolamento dos microorganismos como o da varíola, da peste, do tétano, etc, que acometem a humanidade a intermináveis doenças. Estava presente no imaginário das pessoas do período, com os avanços da medicina bacteriológica o fim dessas doenças:

(...) os milagres da medicina eram encarados quase como religião, pelos avanços proporcionados pela teoria microbiana, que, durante os cinquenta anos que precederam a gripe de 1918, possibilitaram a descoberta de diversos patógenos em intervalos quase regulares, e que quase fizeram com que a morte perdesse o seu significado, a ‘espanhola’ veio zombar do otimismo reinante. (KOLATA apud GOULART, 2005.).

Naquele contexto histórico do ano de 1918, tanto a população como a medicina científica “não acreditava” mais na mortalidade das doenças, pensavam que os males que assolavam a humanidade haviam sido extintos, a epidemia de gripe espanhola daquele ano veio, portanto

colocar em “xeque” o discurso hegemônico “salvador da humanidade” propalado pela bacteriologia, mas temos que ressaltar mesmo com seu fracasso, em 1918, a bacteriologia também exerceu fator determinante no processo de estabelecimento conceitual da moléstia de gripe. (SILVEIRA, 1999: 95)

Com o descrédito da bacteriologia frente à gripe espanhola de 1918 não conseguindo esta encontrar a etiologia da doença para especificar uma terapêutica adequada e eficiente para a população assolada pela epidemia. A medicina laboratorial cedeu espaço para as práticas mais vinculadas a teoria miasmática que andava em descrédito. Essa teoria do miasma influenciou quase todas “as medidas dos Serviços Sanitários Estaduais, pautadas nas desinfecções de ruas, casas, destruição de cortiços e casebres, utilizada para as práticas de higienização das cidades no início do século XX”. (McGREW *apud* HOCHMAN, 1998: 51.) Essa teoria higienista serviu para os administradores públicos legitimar seu discurso modernizante, estava mais presente entre os médicos clínicos que desenvolveram terapêuticas heterogêneas e sintomáticas baseadas na pesquisa empírica de observação dos enfermos de gripe. Estipulavam tratamentos para os enfermos, na maioria das vezes os medicamentos receitados não passavam de paliativos – que possuem eficácia momentânea.

Esse ressurgimento da teoria miasmática não significa uma sobreposição sobre a teoria bacteriana o contrário ambas acabaram coexistindo, ocorrendo naquele momento uma renovada ascensão da teoria miasmática juntamente com as concepções da bacteriologia. Paradoxalmente duas teorias eram aceitas no período, uma complementando a outra. Uma das únicas medidas profiláticas realizadas no período da epidemia de gripe espanhola por influência destas teorias foram a dos isolamentos e quarentenas – mesmos alguns médicos dizendo que eram irrealizáveis -, foi uma das principais medidas empregadas pela comunidade médica na tentativa de amenizar o sofrimento da população – essas serviram para aliviar o medo da população, mas na verdade não surtiram efeito prático sobre a epidemia gripal.

A medicina bacteriológica junto com a medicina clínica no período epidêmico de 1918 desenvolveu heterogêneas terapêuticas contra a influenza espanhola baseadas na sintomatologia da doença, como assinala Goulart:

Na falta de mecanismos que viabilizassem um diagnóstico preciso, a comunidade médica se concentrou na definição de seus sintomas. A sintomatologia da doença ditava as substâncias a serem empregadas no seu combate. Desconhecidos seu agente causador e a forma de contágio, a solução encontrada foi à utilização de

uma profilaxia individual e sintomática, dando margem a uma terapêutica extremamente heterogênea, assim como a uma diversidade de interpretações sobre as causas da doença. Isso acabou por desencadear o aparecimento de uma série de remédios nunca vistos, ou que, durante a epidemia, excepcionalmente, ganharam atribuições curativas para a influenza. Tal conjunto de fatores demonstrou que a população, diante das limitações da medicina oficial em dar uma resposta à doença, passou a utilizar ainda mais tudo o que chegava ao seu conhecimento. (GOULART, 2005: 113).

A população cada vez mais enferma recorreu à medicina popular representados por raízeiros, e curandeiros. Outra prática recorrente era o consumo de remédios utilizados para outra finalidade, e que foram utilizados como específicos para o tratamento da influenza. O que percebemos por parte dos fabricantes de remédios não era a preocupação em tratar os enfermos, mas sim obter lucros frente ao flagelo que assolava a todos:

É importante notar que poucos foram às drogas e outros produtos anunciados durante o flagelo que se constituíam em mercadorias inexistentes no mercado antes da declaração do estado epidêmico. O que geralmente ocorria era a adaptação de antigos anúncios às necessidades surgidas com a gripe espanhola, procedendo-se à atualização do discurso propagandístico e a conseqüente redefinição ou extensão das propriedades terapêuticas dos produtos anunciados. (BERTOLLI, 1986: 163)

Com a crescente impotência do saber médico frente à epidemia de gripe espanhola a população ficou propícia às especulações em torno de tratamentos, terapêuticas que iriam preservar suas vidas. Alguns clínicos tentaram especificar os sintomas da moléstia de gripe nos enfermos para uma possível medida profilática ineficaz, na maioria dos casos, conforme relata Kolata:

(...) o indivíduo começava sentindo uma forte dor de cabeça, seus olhos começavam a arder, vinham os calafrios e o indivíduo ia para a cama, enrolado em cobertores, mas sem efeito, sem aquecê-lo, o indivíduo dormia sem repousar, delirando e tendo pesadelos à medida que a febre aumentava, quando despertava, seus músculos e sua cabeça latejava, o indivíduo caminhava para a morte, isso durava alguns dias, ou algumas horas, mas nada podia deter o progresso da doença. (KOLATA, 2002: 14)

Além dos sintomas da moléstia de gripe alguns médicos e enfermeiras aprenderam a reconhecer os sinais das pessoas que ficavam enfermas com a moléstia, mas as terapêuticas e

tratamentos continuavam eram ineficazes para debelar o mal, “o rosto assumia um tom castanho arroxeadado escuro, começava uma tosse de sangue, os pés ficavam pretos e por último sentia-se uma terrível falta de ar, uma saliva tingida de sangue saía da boca, a pessoa morria”. (KOLATA, 2002: 14)

Bertolli filho assinala uma série de outros sintomas graves registrados pelos clínicos que tentavam tratar dos doentes acometido de influenza; assinalando inclusive a gravidade e virulência com o qual se manifesta à gripe em alguns enfermos:

Calafrios, sensação de frio, febre, dores de cabeça, prostração intensa e dores musculares, principalmente nas costas, ombros e pernas, a temperatura do enfermo pode chegar até a 40° centígrados e persistir alta de um a seis dias... São notadas alterações no aparelho respiratório, tais como dores de garganta, catarro nasal e tosse, existia a forma benigna da doença não colocando a vida do enfermo em perigo e as infecções secundárias, colocando-se em risco a vida do enfermo, principalmente quando ocorrem complicações por pneumonia bacteriana, fato que pode levar o gripado a óbito dentro de um período geralmente não superior a 48 horas. (BERTOLLI, 1986: 88).

Temos que perceber, que durante o flagelo epidêmico, nos períodos iniciais da epidemia tanto a sociedade como a comunidade médica, quanto às autoridades administrativas, achavam que a epidemia de gripe não passava de um simples vírus de gripe, um resfriado comum e corriqueiro, e sempre presente, no dia a dia da sociedade caracterizando a moléstia com a gripe benigna, o que não sabiam, e que o vírus de gripe de 1918 tinha sofrido uma mutação em suas proteínas virais nunca vistas antes, vitimando milhares de pessoas por onde grassou. A influenza espanhola ocasionava na maioria das pessoas que morreram pela doença de gripe complicações graves como a pneumonia bacteriana, ampliando o grau de infectividade e virulência da cepa viral. Cientes dessas complicações que ocorreram ao longo da evolução da pandemia. Alguns cientistas propuseram que a moléstia seria uma doença multifatorial, isto é, que não existia uma única causa, tanto o vírus como também a bactéria tinha que estar presentes agindo em sinergia para provocar a doença, ou seja, com o vírus as pessoas geralmente contraíam gripe normal, fraca, e somente com a bactéria também não adoeciam, era necessárias as combinações do vírus com a bactéria, sendo que o vírus causava a gripe deixando o sistema imunológico fraco e a bactéria atacava os pulmões com a pneumonia – “essa concepção multifatorial da doença de gripe espanhola não é completamente provada,

mas constitui-se em uma hipótese provável sobre a mortalidade desta epidemia”. (KOLATA, 2002: 93)

Neste período, de 1918 com o flagelo de gripe espanhola grassando em todo o mundo vimos à impotência do saber médico frente à moléstia de gripe. Devido ao próprio desconhecimento sobre a etiologia e tratamento, caracterizando uma crise que iria atingir o próprio aparelho Sanitário Estadual Paulista. Sabe-se hoje que a epidemia de gripe espanhola é originária da gripe aviária. Como a transmissão para os seres humanos ocorreu continua sendo uma incógnita, mas existem algumas hipóteses de que houve uma mutação, que as proteínas virais teriam sofrido alterações que permitiram a transmissão do vírus de porcos para os seres humanos, conforme Kolata:

A gripe espanhola de 1918 foi a pior de todas as pandemias gripais ocorridas, esta começou com uma gripe de aves, mas antes de infectar uma pessoa ela tem de ser humanizada, isto é, mudar para uma forma que permita manter as características similares às das aves, que a tornam tão infecciosa, e adquirir as características similares às da gripe humana, que permitam que se desenvolva nas células pulmonares de um ser humano, esse passo crucial, ocorre em geral em porcos. Os porcos fazem a ponte entre as aves e seres humanos, tanto cepas humanas de gripe como cepas de aves podem se desenvolver em porcos, o vírus de 1918 começou provavelmente em uma ave, foi transmitida a um porco e infectou pessoas... (KOLATA, 2002: 265-266)

A gripe espanhola de 1918 originou-se de uma gripe aviária, as formas letais, virulentas atingidas naquele ano continua sendo um mistério para toda a sociedade.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e Sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. SP, 1986, 482p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BERTUCCI, Liane Maria. “*Conselhos ao Povo*”: *Educação contra a Influenza de 1918*. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abril 2003 (Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>)

GOULART, Adriana da C. *Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro*. Hist., ciênc., saúde. Mangueiras, vol. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

_____. *Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do Saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. SP: HUCITEC/ANPOCS, 1998.

KOLATA, Gina Bari. *Gripe: a história da pandemia de 1918*. Trad., Carlos Humberto Pimentel Duarte da Fosenca. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A medicina e a influenza espanhola de 1918*. In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, n. 19, 1999, pp. 91-105.

Patrimônio e memória na Cidade de Goiás: uma experiência interdisciplinar de educação patrimonial

Andréa Ferreira Delgado*

Ilse Leone Borges Chaves de Oliveira**

Resumo

A partir das propostas de ensino das Subáreas de História e Português do Cepae, desenvolvemos uma experiência de educação patrimonial com alunos da sétima série em 2006. Por meio da apresentação de uma série de textos e atividades que elaboramos para abordar o patrimônio material e imaterial da cidade de Goiás, gostaríamos de discutir alguns eixos teóricos que consideramos fundamentais para a educação patrimonial: a abordagem interdisciplinar, a problematização do conceito de patrimônio, a historicização da intervenção do IPHAN no processo de construção do patrimônio nacional, o debate acerca das inter-relações do campo do patrimônio com o turismo e a incorporação da experiência social dos alunos. A memória foi o conceito privilegiado, seja aquela instituída pelo conjunto dos bens tombados, seja a delineada pela escrita de Cora Coralina.

Palavras-chaves: educação patrimonial, memória, literatura

Le patrimoine et la mémoire à la ville de Goiás: un travail interdisciplinaire d'éducation patrimoniale

À partir des plans des cours des équipes d'Histoire et de Langue Portugaise du CEPAE, nous avons travaillé l'éducation patrimoniale avec les élève de la 7^{ème} pendant l'année de 2006. Em partant de la présentation de textes divers bien que d'activités proposées pendent les moments de travail à propos du patrimoine matériel et immatériel de la ville de Goiás, nous voudrions discuter quelques axes théoriques que nous considérons fondamentaux dans ce sujet tels que l'approche interdisciplinaire, le concept de patrimoine, l'historicité de l'intervention de l'IPHAN dans le peocéssus de constitution du patrimoine national, le débat sur les intéractions di champs du patrimoine avec le tourisme et les acquis de l'expérience sociale des élèves. La mémoire a été le concept privilégié, soit celle instituée par l'ensemble des patrimoines publiques soit celle suggérée par l'écrivain Cora Coralina.

Mots-clé: éducation patrimoniale, mémoire, littérature

Introdução

Nossa prática de ensino de História e Português, há cerca de cinco anos, está fundamentada na produção de itinerários interdisciplinares para a abordagem dos

* Professora de História do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), da Universidade Federal de Goiás. Doutora em História pela Unicamp.

** Professora de Português do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Literatura pela UNB.

conteúdos. Por meio do projeto “Memória e literatura: a construção de experiências pedagógicas interdisciplinares”, incorporamos a pesquisa e conseguimos inter-relacionar os dois campos teóricos que marcam nossa trajetória acadêmica com a atuação em sala de aula da educação básica.

A experiência que constitui o tema desse texto foi nossa primeira incursão na educação patrimonial. Porém, ao longo de muitos anos, a Cidade de Goiás foi meu objeto de investigação, associado ao estudo da invenção de Cora Coralina como mulher-monumento. Nesse processo, desenvolvi reflexões que associam o estudo teórico da construção do patrimônio no Brasil com uma proposta de educação patrimonial para orientar práticas pedagógicas.

A escrita desse texto retoma esses caminhos e, por isso, está organizado em três eixos: explicitação de alguns pressupostos para a educação patrimonial; configuração teórica da abordagem da cidade de Goiás como objeto do campo do patrimônio e o relato da experiência pedagógica.

Educação patrimonial como objeto do ensino da História

Nossa concepção é que a educação patrimonial deve fundamentar-se na problematização do seu objeto. Quer seja na pesquisa histórica, quer seja no ensino de história, o “Patrimônio” precisa ser desnaturalizado e historicizado. Isso significa dizer que os bens tombados e reconhecidos como “patrimônio nacional” não são dados naturais, mas sim produtos de práticas culturais que os engendram.

Se a educação patrimonial for planejada apenas a partir do tripé de “conhecer, preservar e difundir” os bens tombados pelos órgãos públicos, reproduziremos determinadas concepções que orientaram a produção do patrimônio local, regional e/ou nacional. Em outras palavras, tanto o trabalho com os bens culturais em sala de aula quanto a visita a monumentos, museus e cidades históricas devem compreender a investigação da sua produção pelos agentes oficiais encarregados de instituir a memória coletiva.

Consideramos imprescindível a abordagem da construção do campo do patrimônio, tal como propõe Maria Cecília Fonseca:

É imprescindível questionar o processo de produção desse universo que constitui o patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos

que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. (FONSECA, 1992: 23)

A constituição do campo do patrimônio no Brasil resulta das estratégias discursivas e não discursivas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que produziram a noção de “patrimônio nacional” ao realizar o trabalho de produção, gestão e imposição de determinados bens como memória coletiva.

O termo “patrimônio” designa, desde a pioneira experiência francesa no período pós-revolucionário, o conjunto de bens de valor cultural protegidos legalmente pelo Estado que, em nome do interesse público, deve zelar para que sejam cultuados, preservados e legados às gerações futuras. Depois que o órgão estatal responsável por instituir o patrimônio lhes atribui a função de representar a nação, esses bens passam a ser considerados como propriedade de todos os cidadãos. No Brasil, a nomeação oficial de um bem como patrimônio da nação sob a guarda do Estado ocorre por meio do registro nos Livros do Tombo do IPHAN.

Enquanto modalidade de produção da memória e da identidade nacional e, portanto, de objetivação da idéia de nação, o “patrimônio nacional” é produto das relações de saber e poder que o engendram. Assim, para delinear a trajetória do campo do patrimônio no Brasil, torna-se necessário inventariar as práticas discursivas que traçam as configurações assumidas pelo IPHAN nos diferentes períodos de sua história (SANTOS, 1992).

Em resumo, propomos incorporar aos objetivos dos projetos de educação patrimonial a discussão do conceito de patrimônio, a historicização de suas múltiplas acepções e a investigação das políticas públicas de construção e preservação do patrimônio no Brasil.

A cidade de Goiás como objeto do campo do patrimônio

A cidade de Goiás, incorporada ao mapa do Patrimônio Nacional pela ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde os anos 1950 e detentora do título de “Patrimônio da Humanidade” concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 2001, é objeto privilegiado da história do patrimônio no Brasil e, por extensão, da educação patrimonial.

São múltiplos os caminhos que se abrem para a prática pedagógica. É nossa concepção de educação patrimonial, esboçada acima, que vai delinear as trajetórias de abordagem.

Ao invés de compreender o patrimônio na cidade de Goiás como resultado da configuração no espaço urbano dos bens materiais que são suportes da memória nacional e regional e que, a partir desse acontecimento, cabe aos professores de história praticar a educação patrimonial que resulte no reconhecimento do valor histórico desta cidade e na sua preservação, propomos seguir outro caminho: tentar desconstruir esse processo, revelando as imbricadas teias de constituição e naturalização de Goiás como cidade histórica e turística.

O reconhecimento de Goiás como cidade histórica não pode ser explicado apenas pelo fato de ter sido capital por mais de duzentos anos e conservar na estrutura urbana as construções do século XVIII. A inserção de Goiás no mapa do patrimônio não se justifica simplesmente pelo desejo de preservar esses bens como vestígios do passado, cujos valores seriam supostamente intrínsecos aos objetos e pré-existentes a qualquer classificação.

O órgão do Patrimônio Nacional não atua, portanto, para revelar o valor estético e histórico dos bens; pelo contrário, ele institui esses valores no processo de tombamento e nas práticas de intervenção e preservação. Ou seja, a cidade de Goiás somente passou a ter visibilidade como lugar histórico quando foi inscrita na rede discursiva do patrimônio, à medida que o tecido da linguagem lhe foi atribuindo determinados conteúdos para torná-la símbolo da memória coletiva.

O poder de evocar, testemunhar e eternizar o passado não é resultado de qualquer característica inerente aos objetos tombados. Ao contrário, os discursos produzidos no campo do patrimônio são importantes instrumentos de delimitação da memória coletiva nas sociedades contemporâneas.

Investigar a instituição de Goiás como cidade histórica é, portanto, indagar acerca dos atores e dos processos de “enquadramento da memória”, na acepção de Michel Pollack, ou seja, do trabalho de constituição, formalização e imposição da memória coletiva.

No processo de constituição de conteúdos para o passado, o investimento para solidificar e dotar de duração e estabilidade uma determinada memória para representar o conjunto da sociedade configura operações de seleção, organização e uniformização

da multiplicidade de significados atribuídos ao passado. Nessa perspectiva teórica, a memória coletiva é concebida enquanto coerção, como “imposição, uma forma específica de violência simbólica” (POLLACK, 1989: 3).

A declaração e classificação de algumas cidades como “históricas” atribui territorialidade à história que as instituições dotadas do poder de consagrar os símbolos nacionais querem perpetuar, engendrando “lugares da memória”, como nos ensina Pierre Nora, onde a estabilidade e preservação do espaço favorecem “o relembrar e o reencontrar do pertencimento, princípio e segredo da identidade” (NORA, 1993: 18) que se pretende uniformizar e impor como nacional ou regional.

A objetivação da cidade de Goiás como “lugar da memória” resulta de uma série de estratégias que se entrelaçam: a incorporação na ordem do discurso do Patrimônio Nacional, a invenção das tradições locais e a monumentalização de Cora Coralina como símbolo emblemático da cidade. Em outros artigos (DELGADO, 2005a; 2005b), investigo essas práticas discursivas que trabalham as relações entre o espaço, o tempo e a história para conferir visibilidade e sentidos a esta cidade.

A partir dessa trama construída pela investigação histórica, concebemos nossa experiência pedagógica interdisciplinar de educação patrimonial.

Literatura e patrimônio: a construção da memória coletiva

Para traçar uma trajetória de educação patrimonial para a cidade de Goiás, associamos literatura e patrimônio a partir da idéia de que ambos são estratégias de produção da memória coletiva na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, entrelaçamos patrimônio material e imaterial ao abordar o patrimônio material, configurado nos bens tombados pelo IPHAN, e o patrimônio imaterial produzido por meio da escrita da memória de Cora Coralina.

Outro eixo de abordagem do patrimônio imaterial foi construído para estabelecer a ligação com o projeto de ensino que desenvolvemos anteriormente com essas turmas - “A alimentação como prática cultural”: privilegamos a questão de práticas culturais associadas à alimentação no estudo da escrita autobiográfica de Cora Coralina e, depois de assistir a uma palestra da historiadora Gláucia Plêcart, autora de uma dissertação de mestrado que investiga o empadão goiano como exemplo de patrimônio imaterial, nós discutimos esse tema. Durante a visita à cidade de Goiás comemos o empadão servido em um dos restaurantes da cidade como “prato típico” e, com isso, os alunos obtiveram

elementos para debater um dos eixos da palestra: a influência do turismo na modificação da receita tradicional.

Nos projetos de ensino que desenvolvemos (DELGADO e OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA e DELGADO, 2006), a prática da leitura entrelaça-se ao estudo do processo histórico, visando articular presente e passado, a partir de temas do cotidiano e da prática social, com objetivo de tornar a aprendizagem significativa para os alunos.

Para realizar a transposição didática (CHERVEL: 1990, CHAVALLARD, 1991), compreendida aqui como um conjunto de estratégias que visam articular os elementos teóricos advindos da produção científica com o fazer pedagógico, optamos por produzir materiais didáticos, concebidos como suporte para a explicação e problematização realizadas pelas professoras, a partir de metodologias que estimulam constante a participação dos alunos.

Embora os limites desse texto não permitam a reprodução e discussão dos materiais didáticos, vamos delinear os caminhos entrelaçados que compuseram a trajetória dessa experiência de educação patrimonial tomando-os como referência, para aproximar o leitor dos conteúdos e estratégias pedagógicas operacionalizadas em sala de aula.

a) Os tempos da memória e a cidade de Goiás

Os alunos leram uma coletânea de poemas e de crônicas de Cora Coralina (CORALINA, 1984, 1993, 1994, 2001), que organizamos a partir de determinada interpretação da sua obra: o amálgama entre reminiscências autobiográficas e memorialismo está na tessitura da escrita da memória de Cora Coralina que é, a um só tempo, momento de construção de uma memória autobiográfica e uma forma específica de criação da memória coletiva (DELGADO, 2003).

Como estratégia de leitura, propusemos uma atividade para explorar esses dois eixos: a autobiografia poética, por meio de questões de interpretação de três poemas – “Menina mal amada”, “Minha infância” e “Moinho do tempo” – e o memorialismo, delineando a “poética do sabor” (DELGADO, 2002) nos poemas “Normas de educação” e “Antiguidades” ao propor questões que interligavam os temas educação de crianças e práticas alimentares.

Em seguida, a professora Ilse trabalhou com o texto “Os tempos da memória e a cidade de Goiás”, subtítulo do artigo “Cora Coralina e a invenção de si” (DELGADO, 1999), do qual extraímos trechos para compor o material didático. Nosso objetivo foi

investigar o entrelaçamento entre as vivências do espaço e o enredo rememorado como principal estratégia da escrita da memória da poeta. Privilegiamos comentários e citações de poemas memorialistas, nos quais a “memória topográfica” (BOLLE, 1994) de Cora Coralina tece o tempo e o espaço num só movimento, delineando imagens da cidade de Goiás por meio de experiências individuais e coletivas, tornando-a espessa de múltiplos sentidos, temporalidades e memórias.

Trabalhar esse texto com os alunos foi um exercício de incorporação da crítica literária como saber escolar, pois o artigo transformado em material didático propiciou analisar a obra de Cora Coralina por meio de conceitos teóricos que, inter-relacionados com práticas de leitura dos alunos, possibilitaram a compreensão da literatura como estratégia de construção da memória coletiva. Ao mesmo tempo, os poemas de Cora Coralina incitaram os alunos a traçar seus próprios percursos na cidade de Goiás, preparando a abordagem acerca do patrimônio e, principalmente, a visita que realizamos em Goiás.

b) Patrimônio Nacional

A abordagem teórica do patrimônio e das práticas de tombamento em Goiás, conduzida pela professora Andréa, também ocorreu nas aulas de Português. O principal objetivo do material didático “Patrimônio Nacional” foi introduzir e historicizar a noção de “patrimônio histórico e artístico nacional”. Para tanto, definimos esse conceito e desenvolvemos o conteúdo em dois subtítulos: “A Revolução Francesa e a produção da noção de patrimônio nacional”, para estudar as relações entre patrimônio e a objetivação simbólica da nação e “Construção do patrimônio: uma ação política de gestão do passado”, para discutir os significados das estratégias do Estado para produção e preservação do patrimônio nacional, destacando a criação do IPHAN e os mecanismos de tombamento no Brasil.

No final, reproduzimos três documentos que permitem investigar as “Concepções de Patrimônio na Legislação Brasileira”: o Decreto-Lei n. 25, de 20 de novembro de 1937; o Art. 216 da Constituição de 1988 e o Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000.

A análise de documentos históricos é uma prática recorrente, pois constitui um dos eixos da proposta metodológica de ensino de História no Cepae. Nesse caso, os documentos foram problematizados à medida que o próximo material didático era

estudado, visando relacionar a política de Estado configurada nas práticas do IPHAN na cidade de Goiás com as concepções de patrimônio configuradas na legislação.

c) A instituição de Goiás como cidade histórica

Para trabalhar a concepção teórica de que a cidade de Goiás somente passou a ter visibilidade como lugar histórico quando foi inserida no mapa do patrimônio por meio da atuação do Instituto Histórico e Artístico Nacional (DELGADO, 2003; 2005a), o texto foi dividido em três itens: a) “O tombamento de bens isolados”, no início da década de 1950, quando o IPHAN chegou à cidade de Goiás para fazer o tombamento dos principais edifícios públicos e religiosos, que representava o acervo arquitetônico do século XVII, a partir da concepção de consagrar determinados bens imóveis como monumentos históricos; b) “A delimitação do centro histórico” pelo IPHAN, em 1978, que incluiu o entorno dos principais monumentos no âmbito da proteção do patrimônio, denotando mudanças no campo discursivo do patrimônio e a incorporação progressiva do turismo nas políticas públicas; c) “Goiás como Patrimônio da Humanidade”, título concedido pela Unesco em 2001 que inaugura a atual fase vivenciada pela cidade, caracterizada pelo aumento do fluxo turístico.

Ao delinear a construção do mapa do patrimônio no Brasil (RUBINO, 1996) nos trinta primeiros anos de atuação do IPHAN, destacamos o privilégio dado aos “monumentos de pedra e cal”, preferencialmente os que representam a arquitetura religiosa e a estatal do século XVIII. Por meio dessas características, refletimos acerca do quanto a construção do patrimônio é seletiva, preservando aqueles prédios que testemunhavam o poder religioso, político e militar da elite para a construção da identidade histórica e cultural da nação brasileira. Ao mesmo tempo, alijando do campo do patrimônio os vestígios, por exemplo, dos templos não católicos, das senzalas e dos bairros operários.

Durante as aulas, trabalhamos com um mapa da cidade de Goiás elaborado pelo IPHAN que permite visualizar as diferentes fases de intervenção do órgão estatal no espaço urbano, pois estão demarcados os bens isolados “Tombados em 1950/51”, a “Extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico em 1978”, a “Zona de preservação histórica” e a “Área de entorno de preservação do Núcleo Histórico”.

Esse mapa foi utilizado também como estratégia para estimular novas leituras dos poemas de Cora Coralina. Solicitamos que cada aluno elaborasse uma legenda e produzisse um “Mapa da memória de Cora Coralina”, relacionando o Rio Vermelho e

suas pontes, as ruas da cidade e os bens tombados com os poemas onde esses marcos urbanos são objetos da escrita da memória.

Os mapas foram fundamentais durante a visita a Goiás. Os alunos foram estimulados a utilizá-los constantemente como instrumento de orientação para percorrer as ruas da cidade e localizar os monumentos. Ao explorar as duas legendas – a que demarcava a intervenção do IPHAN e aquela que tinha sido elaborada com os marcos da memória de Cora Coralina –, os alunos eram guiados pela memória coletiva, configurada tanto pelos bens tombados quanto pela produção literária.

Ao investigar o processo de monumentalização de Cora Coralina como símbolo da cidade, destaco que a obra da poeta delineia um “mapa da memória” (FREIRE, 1997) utilizado como peça de múltiplas estratégias no processo de produção da cidade histórica e turística. Essa noção foi reapropriada na prática da educação patrimonial.

Os mapas construídos pelos alunos foram diferentes entre si, pois cada um escolheu os poemas que desejava representar no “Mapa da memória de Cora Coralina”, demonstrando, com isso, uma percepção individual de leitura. Entretanto, eles têm um ponto em comum: a ação do IPHAN foi amalgamada com a escrita da memória. Com isso, considero que conseguimos sintetizar a noção de patrimônio material e imaterial.

Além disso, cada aluno traçou um novo mapa para entretecer o rememorar do tempo aos espaços da cidade, reelaborando sentidos e significados para a memória coletiva configurada no mapa produzido pelo IPHAN. Ao propiciar que os alunos se tornem artífices dos complexos mecanismos de reprodução e preservação da memória, essa atividade pode ser considerada como síntese da nossa experiência de educação patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLLE, W. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: USP, 1994.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

CHEVALLARD, Y. *La transposición didáctica: del saber sabio ao saber ensinado*. Argentina: Aique Grupo Editor AS, 1991.

CORALINA, Cora. *Meu Livro de Cordel*. São Paulo: Global, 1994.

CORALINA, C. *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo: Global, 1993.

- CORALINA, C. *Villa Boa de Goiás*. São Paulo: Global, 2001.
- CORALINA, C. *Vintém de cobre - meias confissões de Aninha*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1984.
- DELGADO, A. e OLIVEIRA, I. A alimentação como prática cultural: uma experiência interdisciplinar de ensino de História e Português. *Revista Solta a Voz*. Goiânia, v. 15, n. 2, p. 95-107, 2004.
- DELGADO, A. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- DELGADO, A. Cora Coralina e a invenção de si. *Educação, Subjetividade & Poder*. Porto Alegre, v. 6, p. 42-54, 1999.
- DELGADO, A. Cora Coralina: a poética do sabor. *Ilha: Revista de Antropologia*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 59-83, 2002.
- DELGADO, A. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 22, p. 113-143, 2005a.
- DELGADO, A. Museu e memória biográfica: um estudo da “Casa de Cora Coralina”. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 8, n. 2, p. 103-117, 2005b.
- FONSECA, M. *Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 1992.
- FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 1997.
- NORA, P. Entre memórias e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- OLIVEIRA, I. e DELGADO, A. Memória e tessitura da narrativa: uma experiência escolar de leitura. *Revista Solta a Voz*. Goiânia, v. 17, n. 2, p. 119-133, 2006.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996.
- SANTOS, M. *O tecido do tempo: idéia de patrimônio cultural no Brasil – 1920-1970*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 1992.

Caminhos culturais na identificação do Ilhéu (Florianópolis 1970 – 1990).

Rafael Damaceno Dias*

Resumo: Nas últimas décadas do século XX os moradores de Florianópolis se viram envoltos em profundas alterações que se desdobraram do plano urbano ao demográfico o que os obrigou a repensar os termos que até então ordenavam sua sociabilidade e, sobretudo, a reorganizar sua identidade. Há evidências de que nessa reorganização os designativos até então desclassificantes – *ilhéu, mané da ilha* – alçaram uma nova condição, passando a remeter a uma identidade social desejável notadamente para as camadas sociais médias e altas da sociedade florianopolitana. Pretende-se discutir aqui essas evidências a partir dos textos escritos entre as décadas de 1970 e 1990 por dois dos mais importantes cronistas sociais de Florianópolis do período: Beto Stodieck e de Cacau Menezes.

Palavras – chave: transformações urbanas - identificações

Abstract: In the last few decades century XX the inhabitants of Florianópolis if turn in deep alterations that if they had unfolded of the urban plan to the demographic one what he compelled them to rethink the terms that until then commanded its sociability over all and, to reorganize its identity. It has evidences of that in this reorganization the indicative ones until then bads - *ilhéu, mané da ilha* – had reached a new condition, starting to send to a desirable social identity for the average and high social classes of the florianopolitana society. It is intended to argue here these evidences from the texts written between the decades of 1970 and 1990 for two of the most important social cronistas of Florianópolis of the period: Beto Stodieck and of Cacau Menezes.

Keywords: urban transformations - identifications

1 – Introdução

Existiram diversos setores interessados em afirmar o *ilhéu, o mané da ilha* como sendo um autêntico representante dos antigos moradores da cidade de Florianópolis durante a década de 1990: editoras que publicaram livros acerca do tema, folcloristas que estudaram esse personagem tentando defini-lo, escritores que escreveram sobre seus modos de falar e de ser, jornais que publicaram notícias sobre suas origens.

A origem do termo que circula na cidade provoca grandes controvérsias. Mané, pode ter vindo de Manuel, nome de largo uso em territórios portugueses tendo como diminutivo *manezinho* que poderia ser uma forma carinhosa de tratamento. Todavia, existe a percepção geral em Florianópolis que o termo era utilizado de maneira depreciativa para designar os habitantes que não moravam no centro da cidade: os habitantes de suas camadas menos favorecidas economicamente. E só recentemente ele teria passado a ser utilizado de forma

* Mestrando no programa de Pós – Graduação da Universidade Federal do Paraná.

positiva: na designação daqueles que seriam, para uma certa ótica, os verdadeiros amantes de Florianópolis.

Nos próximos itens serão levantadas, a partir de uma discussão entre bibliografia pertinente e referenciais teóricos, as hipóteses que as fontes selecionadas para essa pesquisa sugerem. Num primeiro momento será tratado do modo como Beto representou o ilhéu e que sugerem a presença de um lugar social inferior na representação desse personagem. Em seguida, será tratado do ilhéu de Cacau Menezes: a partir daquilo que escreveu parece ser possível identificar diversos outros ilhéus, uns com uma conotação de confronto com o *estrangeiro*, outros que denotam o desejo de crescimento de Florianópolis e outros, bastante diferentes daquele ilhéu de Beto, que denotam um orgulho de ser ilhéu.

2. O ilhéu de Beto Stodieck¹

Quando lemos hoje as colunas sociais de Beto Stodieck escritas nas décadas de 1970 e 1980 tem-se a impressão de que a cidade está transformando-se de um modo repentino. A cidade por ele descrita começava a adquirir outros contornos que estavam sendo dados principalmente, segundo ele pela chegada de novos hábitos e comportamentos na cidade. E é a partir do modo como esses novos hábitos são descritos por Beto é que podemos ressaltar alguns elementos que compõem a sua representação do ilhéu:

O que importa é que o florianopolitano, graças a súbitos jatos de ânimo que anda levando elevou-se a uma inesperada categoria internacional, não ficando nada a dever aos que estão nos tomando de assalto, os que estão vindo para ficar e brilhar. Brilharemos juntos, pois (O ESTADO, 1977: 16).

Pode-se ler na observação de Beto sobre os novos traços dos costumes locais uma conotação positiva. Porque a palavra assalto, um termo que remete a algo ruim, parece não estar sendo utilizado por Beto nesse sentido: apesar de serem assaltados o importante é que brilhem juntos.

Entretanto, numa outra interpretação, é possível destacar algo diferente. Porque Beto está dizendo que foi graças aos que chegam de fora que o ilhéu conseguiu alcançar uma categoria internacional. Algo imprevisto, como a chegada desses de fora proporcionou ao ilhéu a coragem de ter-se de se mexer para chegar a categoria dos outros os quais estão vindo para ficar e brilhar para que ele não seja tomado de assalto.

Todavia, em que momento o colunista está escrevendo? Primeiramente, deve-se destacar que é um momento relacionado a transformações nacionais: a passagem de um país

¹ Sérgio Roberto Leite Stodieck nasceu em Florianópolis em 1946.

rural para um país urbano. As cidades médias e grandes brasileiras vivenciavam um momento de atração de migrantes provenientes da zona rural.

É um momento também em que os turistas descobrem a cidade, ou melhor, em que a administração municipal começa a investir na idéia de que Florianópolis possui uma vocação natural para o Turismo.

Esse ilhéu de Beto é o ilhéu de um primeiro confronto de alteridades. Esse ilhéu, que vê sua cidade recebendo turistas se percebe diferente, é um ilhéu que está se conhecendo, como descrito no guia sobre os atrativos de Florianópolis publicado na década de cinqüenta: “Cada vez mais melhorada, cada vez mais precisa, cada vez mais exata, esta obra que é uma necessidade de informação sobre nós mesmos (SOARES, apud ASSIS, 2000: 59)”.

Segundo Fredrick Barth (1998) grupos sociais somente percebem-se enquanto dotados de características próprias em confrontação com outro grupo. É a partir da alteridade, do choque entre referenciais culturais que a percepção da diferença se produz (BARTH, 1998: 196). Esse é o primeiro ilhéu, o da primeira alteridade.

2.1. Um outro ilhéu de Beto Stodieck

Mas esse ilhéu de Beto também está sendo descrito, no momento em que Florianópolis assim como as demais cidades brasileiras viviam um surto de desenvolvimento relacionado em parte ao milagre econômico. Nesse momento são criadas a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina, se estabelece na cidade a empresa Eletrosul, a Rede Brasil Sul de Televisão que atraem também migrantes de outros Estados e que se somam aos migrantes provenientes da zona rural de Santa Catarina. Relacionado a esse movimento, pode-se supor, Beto passa a descrever um ilhéu com outros contornos, como por exemplo, nessa coluna escrita dois anos após a primeira:

Ser ilhéu necessariamente não precisa ter nascido na ilha, mas sim estar inserido no espírito do seu dia-a-dia, conhecer as pessoas que fazem o folclore local e, por que não?, ser uma dessas pessoas; aí é ilhéu com toda as pompas e circunstâncias.

(...)

Aliás, ser ilhéu é não querer saber de atravessar as pontes; é não gostar – e falar mal – dos vizinhos, tanto do norte quanto do sul, é ter comido empadinha da Manita no Chiquinho, é ter comprado pão na padaria do Moritz. É ter freqüentado altas noitada na Vila Palmira, se enveredado pelo balé do Brack; é ter brigado naquela memorável noite em que o Paineiras virou Pauleiras. O bom ilhéu não deixa por menos e fala bem rapidinho com todos os chiados que é pro não iniciado não entender a metade... (O ESTADO, 1979: 19)

Poderíamos supor ser esse um outro ilhéu. É o ilhéu que precisa afirmar sua diferença diante de uma ameaça. É o ilhéu da produção de fronteiras culturais que podem ser entendidas pelas lutas na manutenção de relações sociais estabelecidas (ELIAS, 2000) e que estão

relacionadas com a produção social de signos identitários (BARTH, 1998: 196). Nessa coluna a idéia de que cultura e inclusão social passam pelo compartilhamento de códigos culturais e sociais é evidente. No caso, ser ilhéu não é apenas morar na ilha, mas adotar uma forma de ser que cria uma gramática comum de se relacionar (BARTH, 1998: 197).

Assim, nesse ilhéu de Beto pode-se perceber que existem elementos que dizem respeito à contradição referente aquele momento vivenciado: deseja-se progresso, mas em alguns momentos deseja-se que tudo permaneça igual... São ilhéus diferentes que remetem a momentos diferentes vivenciados na cidade.

A hipótese que se pode levantar sobre esse ilhéu é que suas representações se referem às contradições dos primeiros choques de alteridade vivenciados por Beto. Essas colunas parecem demonstrar a consciência da alteridade que se instalava na cidade.

As identificações formadas aí remetem a ambigüidade própria de sua indecisão no modo de lidar com o outro, mas que possui uma conotação negativa: porque o outro brilha mais, o outro ameaça. Chegam novos moradores e o ilhéu de Beto representa a produção e o descobrimento da diferença. É um ilhéu indeciso, que almeja desenvolvimento, mas não quer atravessar as pontes: deseja preservar seu espaço... No próximo item serão tratadas das colunas sociais de Cacau Menezes e de relações possíveis de se estabelecer entre outros ilhéus e os momentos vivenciados em Florianópolis.

3. Os diferentes ilhéus de Cacau Menezes²

Quando lemos hoje as colunas sociais de Cacau Menezes escritas durante a década de 1990 tem-se a impressão de que alguma coisa mudou em relação ao ilhéu. Algo que poderia ser resumido numa pergunta: como pode um jornalista que necessita de um público leitor, que viaja para diversos países do mundo escrever isso:

Florianópolis se transformou na ilha dos intrusos. É impressionante como tem gente de fora cuspiendo no prato que come. Chegam aqui e querem mandar em tudo. Imagine um paulista no Rio escrevendo nos jornais cariocas contra a cidade deles, falando mal de Flamengo e Botafogo, dos símbolos deles, etc. Seria linchado. Aqui deitam e rolam e ainda são aplaudidos. Querem até fazer prefeitos (DIÁRIO CATARINENSE, 1998).

Ao se ler essa coluna, percebe-se, primeiramente um tom bastante rude em relação a novos moradores da cidade: invasores que chegam e querem mandar em tudo, falam mal dos símbolos da cidade e até prefeitos querem fazer. Vejamos a continuação da coluna:

Não aceito. Os incomodados que se retirem. Ou então que vão mandar na casa deles. O comodismo dos nativos, a omissão de quem tem que defender seu chão, sua casa, sua cidade, seus símbolos, sua raiz, impedindo as

² Cláudio Menezes nasceu em Florianópolis em 1955.

transformações que querem os que agora chegaram, está transformando nossa cidade numa colcha de retalhos ou na casa da sogra. Acorda Floripa. Vamos reagir. Limitar o poder dos forasteiros é fundamental, antes que nos descaracterizemos por total. É preciso respeito. Nós somos tolos, mas não muito como pensam alguns forasteiros (DIÁRIO CATARINENSE, 1998: 3).

Nessa coluna não é utilizada a palavra *ilhéu*, mas sim *nativo*. Nativo é geralmente utilizado em locais freqüentados por surfistas para designar aqueles que são nascidos numa determinada praia. Em oposição a eles estariam os *haoles*, que em havaiano significa estrangeiro, mas que denota também invasão da praia, e como tal mal vindos aonde chegam. Esse seria um dos *ilhéus* que está nas suas colunas: um *ilhéu* que fala da invasão... O que chama a atenção é que ao lado deste, existem colunas sociais escritas que remetem a um outro *ilhéu*, como por exemplo, em A Arte de ser Ilhéu:

Sem querer entrar nessa briga de estado contra estado, que não leva a nada, embora Cacau reconheça que esse tipo de opinião aumenta a rejeição local contra os de fora, gostaria muito de convidar meu colega de trabalho para um final de tarde, pode ser ali mesmo, na Marina do Rico. Ou para tomar um caldo de camarão na casa do Beto do Box no Canto da Lagoa, de preferência numa noite de lua cheia e descalço. São tantos os programas... De fato, para viver em Floripa, é preciso esquecer as grandes cidades. É preciso arte e sensibilidade. Nossos recantos, incrivelmente belos, superam outras deficiências. Para morar aqui, antes de tudo, é preciso saber o que se quer (DIÁRIO CATARINENSE, 1998: 3).

Nessa coluna Cacau escreve que para morar em Florianópolis é preciso esquecer as grandes cidades. Todavia, em outras colunas sociais o que se quer é justamente festas bastante semelhantes àquelas que acontecem nos grandes centros:

Florianópolis precisa de uma casa de Jazz, uma casa de Blues, uma casa para um público mais diferenciado, classe A, onde os mais afortunados se sintam a vontade. Temos esse público na Ilha. Não temos é casa para eles... Foi o que fizemos na Dizzy. Afastamos os caretas só com o som. Insistimos na juventude, no bom gosto, no beautiful people da zona nobre, no perfume. E deu certo... Quem quer baixaria, essa gurizada de bermuda e tênis, que leva latinha de cerveja no carro, que vá pra Lagoa. Mulher de espartilho, também não dá, né Zé... (DIÁRIO CATARINENSE, 1997: 3)

São notas contraditórias como essas que parecem sugerir algumas hipóteses de pesquisa. Stuart Hall (2003) enfatiza que é possível identificar na argumentação de determinados movimentos identitários uma tradução do passado. Nessa tradução, o passado é apropriado através de uma negociação na qual seu sentido é alterado para corroborar uma determinada leitura do presente (HALL, 2003: 29).

Pode-se perceber essa estratégia no modo como Cacau fala sobre a cidade em 1992: “E vieram os eletrosuis, os tchês, os PTs, os do contra tudo e contra todos, os invasores, os favelados, os poluidores, e muita gente daqui descobre agora que já foi feliz e não sabia (DIÁRIO CATARINENSE, 1992: 6)”.

Como no caso da tradução um imenso leque de possibilidades se abre, Cacau pode passar a articular sua argumentação numa estrutura própria de um tempo. Acontecimentos cronologicamente afastados estão articulados na criação da interpretação que está realizando: a Eletrosul que se instala na cidade no início da década de 1970 e a fundação do Partido dos Trabalhadores que data da década de 1980 estão sobrepostos.

Nessa tradução a cidade é representada de forma idealizada, onde tudo era melhor e que as transformações acontecidas a levaram a um caminho pior: “muita gente daqui descobre agora que já foi feliz e não sabia”. Por esse raciocínio, ser ilhéu é motivo de orgulho porque significa estar associado à honestidade, àquilo que de prazeroso existia na Ilha. É estar associado a um tempo sem crimes, ser pertencente àqueles os quais compartilharam uma comunidade imaginada (GUPTA; FERGUSON, 2000) e que vivenciaram um tempo estragado pelas transformações que aconteceram:

Não há mais coqueiros, lanchas, poesia e boemia em Coqueiros. Há sim favelados, muito favelados, praias poluídas, tiroteios em bares e todo tipo de comércio em ruas estritamente residenciais (...)

Coqueiros, sem coqueiros, pelado, pobre, sem educação, sem lei, sem verde, sem critério, sem praias, sem paz é o mais puro reflexo da decadência e da desordem florianopolitana (DIÁRIO CATARINENSE, 1996: 5).

Essas diferentes representações do ilhéu sugerem que Cacau está abrindo uma área de inclusão para os novos moradores da cidade nos termos daquilo que Stuart Hall (2005) qualifica como identificações. De acordo com ele a modernidade coloca o indivíduo diante de situações deslizantes nas quais as identidades tornam-se fluidas porque são assumidas de acordo com a conveniência de um dado momento (HALL, 2005: 13).

E como as contradições dos diferentes ilhéus parecem se operar dentro dessa área de inclusão foi permitido, segundo nossa hipótese, que ora o ilhéu adquirisse a forma de alguém que vê sua casa sendo invadida, ora proporcionaria ao ilhéu ser designativo de algo positivo: ligado a uma comunidade imaginada (GUPTA; FERGUSON, 2000).

Seguindo essa interpretação é possível perceber que as contradições existentes não impedem a coexistência de diversas representações do ilhéu como, por exemplo, a do ilhéu que sente saudade de um passado idealizado, com a do ilhéu da televisão (Cacau tem um bloco no Jornal do Almoço da RBS TV desde a década de 1990), antenado com uma proposta de vida *cool*. É esse ilhéu que parece ter sido transformado em mercadoria, um ilhéu que vendeu dicionários temáticos onde foram dadas definições para ele:

O Ilhéu tem velocidade lusitana de flexão capaz de pronunciar cinquenta palavras longas por minuto; tem o som cantado português que sonoriza melodicamente com o vocábulo... O nativo Ilhéu ainda usa, em pleno curso, e com significado original, palavras lusitanas do século dezesseis, que

podem, aos de fora, parecer estranhas e inusitadas: é inegavelmente, o purismo popular (ALEXANDRE, 1994)

Além disso, esses diferentes ilhéus de Cacau demonstram a escrita de um colunista que soube manipular as transformações vivenciadas em Florianópolis de uma forma diferente daquela realizada por Beto Stodieck. Cacau parece ter sabido manipular através de suas identificações os diversos conflitos que aconteceram na cidade e com isso angariar leitores de todos os lados: aqueles que se identificaram com o ilhéu que estava sentindo-se invadido, aqueles que se identificaram com o ilhéu de uma proposta de vida cool, ou aquele ilhéu das festas de classe A. Ele escreve num outro momento de conflitos culturais que aconteceram em Florianópolis: naquela cidade que ele designa por Floripa.

Referências Bibliográficas:

ALEXANDRE, Fernando. *Dicionário da Ilha: Falar & Falares da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Cobra Coralina Edições, 1994.

BOPPRÉ, Afrânio. *Esperança Interrompida: Cenários e Bastidores de uma Disputa com a Direita em Florianópolis/1996*. Florianópolis: Insular, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. *Mais além da "Cultura": Espaço, Identidade e Política da Diferença*. p. 30-49. In: ARANTES, Antonio A. (org). *O Espaço Da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. Ed Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF, Fernat. *Teorias da Etnicidade*; BARTH, Fredrick. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. São Paulo: ed. UNESP, 1998.

SOARES, Doralécio. *Florianópolis Turístico*, Florianópolis, v.1, 1955, sem paginação. Acervo de obras raras da biblioteca na Universidade Federal de Santa Catarina. In: ASSIS, Leonora Portela de. *Planos, Ações e Experiências na transformação da "pacata" Florianópolis em capital turística*. 2000. 1v. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 2000. p. 59.

Fontes:

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 11 set. 2005. p.20.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 10 abr. 1998. Caderno Variedades, p. 3.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 13 abr. 1998. Caderno Variedades, p. 3.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 03 out. 1992. Caderno Variedades, p. 6.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 01 abr. 1997. Caderno Variedades, p. 3.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 11 set. 1996. Caderno Variedades, p. 5.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*.

O ESTADO. Florianópolis, 01 nov. 1977. p. 16.

O ESTADO. Florianópolis, 10 de abr. 1979. p. 19.

Disputa dos vivos pelos lugares dos mortos – A secularização dos cemitérios públicos de Cuiabá em 1901.

Autora: Maria Aparecida Borges de Barros Rocha¹

A Câmara Municipal desta cidade pela Resolução nº 40 de 19 de Novembro do ano próximo passado, mandou que a partir de 1º de Janeiro de 1901 passassem os Cemitérios Públicos do 1º e do 2º distritos da capital para o poder da municipalidade, e autorizou o respectivo Intendente a organizar um Regulamento para o serviço de enterros e direção dos estabelecimentos, assim como a tomar as providências que julgasse necessárias, a fim de dar inteiro cumprimento às disposições da dita Resolução.²

A referência citada acima faz a introdução de um documento que utilizaremos em nossas investigações sobre a secularização dos cemitérios públicos de Cuiabá em 1901. No entanto, para melhor compreensão do nosso problema, faz-se necessário algumas considerações preliminares.

Em Cuiabá, na segunda metade do século XIX, quando se efetua a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos, estes são entregues pelo Presidente da Província de então, o Sr. Alexandre Manoel Albino de Carvalho à administração do bispado local, ficando esses cemitérios nessa condição desde a inauguração dos mesmos em 1864 até o ano de 1901, quando a Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, chama à si a posse e a administração dos cemitérios públicos da cidade solicitando dos dirigentes da igreja a entrega das chaves dos cemitérios, por considerá-los de propriedade do município.

Essa solicitação gera intensos conflitos envolvendo, em campos opostos, a municipalidade e o bispado local. O Sr. Bispo Diocesano D. Carlos Luis L'Amour, se sentindo injustiçado, manda publicar *à estação da missa, em todas as igrejas locais, uma Pastoral e uma Portaria com data de 2 de Dezembro de 1900*. Além desses documentos o Bispo manda anexar um Comunicado anônimo que teria feito publicar no jornal *A Situação* em 9 de Dezembro de 1888, por ocasião de uma tentativa fracassada de secularização dos cemitérios da capital, quando na Assembléia Provincial se *tratava de devolver ao município a administração dos dois Cemitérios Públicos da cidade*.

¹ Professora Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso

² A questão dos Cemitérios Públicos de Cuiabá – Considerações sobre a origem dos mesmos. Cuiabá, Typografia D'O Rebate, 1901

Essa tentativa de secularização dos Cemitérios Públicos de Cuiabá, no entanto, não teria sido coroada de êxito porque ainda imperava no país o regime monárquico, em que o ultramontanismo exercia grande influência sobre a administração civil, assim como porque a Assembléia Legislativa Provincial contava ainda em seus quadro com representantes da Igreja católica.;

Foi também anexado um ofício-protesto dirigido ao Presidente da Câmara e uma Reclamação apresentada ao Juiz seccional, pedindo manutenção de posse dos cemitérios citados, todos esses documentos teriam sido enfeixados em um folheto por representantes da Igreja para posteriormente serem distribuídos à população local, dessa forma, o Bispo acusa o município de tentar se apossar dos cemitérios, considerados como propriedades da Igreja, pois, teriam sido eles construídos com ajuda de esmolas e pela Igreja administrados durante todos esses anos, ou seja, desde a Município defende seus direitos de propriedade apresentando inauguração dos mesmos em 1864.

Por outro lado, o como provas de seus direitos sobre a administração dos cemitérios, um grande número de investimentos aplicados nos Cemitérios da Piedade e de São Gonçalo de Pedro II (Inserir notas), essa disputa se intensifica com muitas ramificações envolvendo a legislação em vigor na nascente República.

O fato da Câmara Municipal ter exigido a entrega das chaves dos Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá é considerado pela mesma como uma reparação de um ato impensado levado a efeito pelo Presidente de Província Alexandre Manoel Albino de Carvalho há cerca de cinqüenta anos atrás, quando da inauguração dos cemitérios.

Esses acontecimentos, no entanto, acabam por exacerbar os ânimos dos mais importantes dirigentes religiosos da cidade. O Sr. Bispo Diocesano, D. Carlos Luiz L'Amour não conseguindo conter sua contrariedade diante dos fatos, em represália, manda retirar do interior dos cemitérios da cidade, assim como das suas capelas todas as imagens, quadros, sinos e quaisquer outros paramentos religiosos deixando-os, conforme avaliação de um dos representantes da Câmara Municipal, em total abandono e com os portões abertos .³

Esse ato intempestivo do representante maior da Igreja católica foi condenado, assim como foi considerado Intolerante, irrefletido incoerente, incoseqüente e incompatível com os preceitos religiosos por ela mesma defendidos além de ser considerado também como uma profanação contrária aos mais rudimentares preceitos da doutrina cristã.

³ Ibidem, Idem

A relação estabelecida pela população da cidade de Cuiabá com a morte e com os seus mortos, assim como a construção dos cemitérios e a transferência dos enterramentos, merecem algumas considerações.

O processo de transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos em Cuiabá, parece ter contado com características locais bastante específicas e divergentes daquelas apresentadas por outras cidades brasileiras, que, ao construir seus Cemitérios Públicos, já os fazem na condição de Cemitérios Municipais, assim os denominam e dessa forma esses estabelecimentos são administrados pela Câmara Municipal ou pelo Governo Provincial.

Em outras cidades do interior da Província de Mato Grosso como Corumbá e São Luiz de Cáceres, assim como em diversas outras localidades ou vilas, os cemitérios desde quando são construídos teriam ficado imediatamente sob a administração municipal e tem obedecido aos seus Regulamentos expedidos pelo poder civil competente, sem contar com quaisquer problemas ou incompatibilidade criada pela Igreja Católica ou qualquer de seus representantes.⁴

Fernanda Maria Matos da Costa ao tratar da secularização da morte em Juiz de Fora, Minas Gerais, denomina secularização um processo que se inicia a partir dos enterramentos fora dos templos, com identificação de sepulturas individuais, realidade diferente daquela anterior quando todos os corpos eram enterrados no interior dos templos e nem sempre eram identificados individualmente.⁵

Pensamos neste trabalho em definir ou identificar a secularização dos cemitérios em Cuiabá como o processo que se inicia não a partir da transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios, até porque esses cemitérios continuarão, em Cuiabá, por cerca de meio século a serem administrados por representantes da Igreja; portanto, pretendemos denominar de secularização um outro processo que se desenvolverá a partir da República e culminará numa disputa entre Igreja e Estado pela administração desses campos santos.

Consideramos, portanto, que a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos em Cuiabá envolveu um processo lento que se desenrolou desde o ano de 1830 quando identificamos as primeiras preocupações referentes à necessidade de construção de cemitérios públicos na cidade até o ano de 1864 quando temos a inauguração do Cemitério da Piedade, que apesar de ter sua construção efetuada quase integralmente pelo

⁴ Ibidem, Idem, p. 14

⁵ COSTA, Fernanda Maria Matos. *A secularização da morte em Juiz de Fora, 1850 – 1889* - Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

Governo da Província, passou desde a sua inauguração a ser administrado por representantes da Igreja.⁶

Em 1901, temos um outro acontecimento importante relacionado aos cemitérios da cidade: A questão da Municipalização dos cemitérios, que estamos propondo como objeto principal de nossos estudos.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1850 quando se efetua a transferência dos enterramentos e são criados os Cemitérios Públicos, a administração desses cemitérios é entregue imediatamente à Santa Casa de Misericórdia na forma de monopólio garantido por cinquenta anos, com possibilidades de renovação e com garantias de que a Santa Casa não acumulasse prejuízos nessas atividades.

*... pelo fato de o encargo significar a onerosa obrigação de criar e manter três enfermarias, com o risco de sobrecarregar as rendas de seu hospital, se a receita do serviço funerário não fosse suficiente, se via obrigada a propor algumas condições: que o tempo de concessão dos serviços não fosse inferior a cinquenta anos, para que, por esta forma fosse possível obter um rendimento capaz de fazer face à grande despesa anual com que se deveria contar: que no fim desse período, tivesse a preferência, em condições iguais, de continuar a mesma comissão.*⁷

Ainda a respeito da cidade do Rio de Janeiro a mesma autora quando discute a secularização dos cemitérios denomina de ambivalente uma lei de 1º de Outubro de 1828, afirmando não parecer contraditório, aos olhos de quem a elaborou e de quem lia, os cemitérios serem geridos pelas Câmaras Municipais e ao mesmo tempo pertencerem à jurisdição eclesiástica, o caráter ambivalente da lei teria permanecido despercebido até o ano de 1870, na cidade do Rio de Janeiro.⁸

Em Cuiabá houve uma característica bastante própria, pois os cemitérios teriam sido construídos pelo Governo da Província, mas desde a sua inauguração vinham sendo administrados ou geridos por representantes da Igreja.⁹

Na cidade de Belém percebemos situação semelhante à do Rio de Janeiro, pois a administração dos cemitérios públicos dessa cidade também é entregue à Santa Casa de Misericórdia local que desfrutará dessa administração até os conflitos havidos na cidade quando da secularização dos cemitérios e das emaranhadas discussões em torno do Decreto nº 789 de 27

⁶ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramento em Cuiabá, 1850-1889*. Ed. Central de Texto, Cuiabá, 2005.

⁷ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*, p. 127

⁸ RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além*, p. 262

⁹ ROCHA, op. Cit.

de setembro de 1890 envolvendo múltiplas tendências religiosas, políticas, sociais e culturais.¹⁰

A questão dos cemitérios públicos em Belém implicava rever múltiplas relações já consolidadas há bastante tempo, como a negociação efetuada para a administração do cemitério de Santa Izabel entre a Santa Casa de Misericórdia e o Estado.

Em Belém, domínios de contendas antigas mais de acentuaram no final do século XIX, quando ocorreu a separação entre Estado e Igreja e Estado. Quando a República estabelece como necessário interferir em campos hegemônicos católicos os problemas tenderam a avolumar-se, ou melhor dito, com a cruzada secularizadora, as intrigas definiram-se e estabeleceram-se definitivamente.¹¹

Na cidade de São Paulo, foi no ano de 1858 que o processo de transferência dos enterramentos se intensificou com a inauguração do primeiro Cemitério Público municipal envolto a tensões e conflitos que serão abrandados apenas com o decorrer dos anos e resolvidos definitivamente apenas após a República e a secularização dos cemitérios.¹²

Em Cuiabá, na segunda metade do século XIX são construídos dois Cemitérios Públicos, esses dois cemitérios localizaram-se nos dois principais núcleos urbanos da cidade, a saber: o Cemitério da Piedade foi construído no primeiro distrito, próximo à Sé, região central da cidade, enquanto o Cemitério de São Gonçalo foi construído no segundo distrito da cidade, numa região que ficou conhecida como o Bairro do Porto, próximo ao rio que dá nome à cidade.

Quando, em Cuiabá, se efetuou a transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios públicos são os mesmos entregues pelo Presidente da Província de então para serem administrados pelo bispado local, que passa a determinar quais serão os seus administradores dentre os membros do clero local.¹³

Essa condição se desenrola durante muitos anos, desde a inauguração desses cemitérios em 1864 até o ano de 1901, quando o então Governador do Estado de Mato Grosso solicita do clero local a entrega das chaves dos cemitérios, por considerá-los de propriedade do município.

Essa solicitação gera uma sucessão de fatos conflituosos envolvendo a municipalidade, o Governo do Estado e o bispado local que faz distribuir à população da cidade uma série de panfletos acusando o governo do Estado e o

¹⁰ SILVA, Érika Amorim. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX* – Dissertação de Mestrado apresentada à PUC São Paulo, 2005.

¹¹ Op. Cit. P. 139

¹² PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público*, p. 26

¹³ ROCHA, op. Cit.

Município de tentar se apossar de algo que era de propriedade da Igreja, uma vez que os cemitérios teriam sido construídos por essa instituição contando com apoio popular em forma de esmolas além de terem sido por todos esses anos por ela administrados.

A municipalidade, por sua vez, defende seu direito de propriedade dos Cemitérios Públicos da cidade e como forma de provar todos os investimentos aplicados na construção dos mesmos, apresenta grande número de Leis Provinciais, e outros documentos com indicações das quantias em dinheiro despendidas pelos cofres públicos para a construção e manutenção esses cemitérios.

Institui-se, então, uma disputa bastante acirrada entre Governo do Estado e Câmara Municipal versus a Igreja e o bispado pelo controle e administração dos cemitérios públicos da cidade de Cuiabá.

Pretendemos investigar e compreender em nosso trabalho todo o desenrolar dessa disputa envolvendo em campos opostos o Governo do Estado e a Câmara Municipal versus a Igreja e o Bispado, além de considerar as possibilidades de interação dos fatos vividos pela população em geral em torno desses conflitos e tensões tão intensos em torno da secularização dos Cemitérios Públicos da cidade de Cuiabá, em 1901.

Durante todo o período colonial brasileiro e mesmo durante todo o Império, a religião católica foi considerada religião oficial do país, havendo uma interação bastante estreita entre Estado e Igreja nesses períodos.

No entanto, no final do século XIX a Igreja estava sob jugo do Estado, suas determinações precisavam da aprovação do poder imperial, essa nova realidade entra em choque com os interesses da Igreja, pois, esta instituição gostaria de manter sua autonomia administrativa, sem perder os privilégios junto ao Estado e uma atuação de destaque junto à sociedade, caracterizada pelo controle sobre o ensino, além do propósito de supervisionar e controlar os registros de nascimento, casamento e óbitos, assim como o privilégio de considerar os cemitérios públicos como católicos e administrá-los diretamente ou através da Santa Casa de Misericórdia.

A Igreja vai procurar se organizar para combater esse processo de secularização da sociedade, envolvendo o controle sobre registros de nascimentos, casamentos, mortes e enterramentos, pois a secularização é vista como perda de domínios da Igreja, de direitos de celebração no seio da sociedade, além de ser uma inversão de valores religiosos. Érika, p. 131.

As relações entre Igreja e Estado se fragilizam enquanto a sociedade brasileira se reorganiza e em muitas de suas esferas, com a retirada do poder eclesiástico, dessa forma, o ensino, o registro de nascimentos, de casamento

e de óbitos passarão para a alçada e serão administrados pelo Estado Republicano.

Nascem no Brasil os Cartórios de Registro Civil que passarão a efetuar e controlar esses registros que eram até então de responsabilidade da Igreja passam a ser do poder e do controle do Estado que os administra a partir de uma política de concessões.

Hobsbawn denomina esse momento como um importante rompimento com o catolicismo tradicional. Podemos perceber que esse movimento acontecido na Europa se reflete no Brasil.

Aos poucos as relações entre Estado e Igreja vão se desgastando; a união entre essas duas instituições já não correspondia aos interesses de ambas e em meio a esse conflito estava a questão dos cemitérios e a questão dos enterramentos.

A compreensão dos conflitos entre Estado e Igreja na segunda metade do século XIX se faz fundamental para entendermos como se deu no final do Império e início da República, um movimento de reorganização do Estado Nacional, a partir do pensamento liberal, que preconizava valores e liberdades individuais, que culminariam com uma nova legislação em torno da secularização da vida e da morte, determinando novas práticas para o ensino, o casamento e o divórcio, assim como instituindo a secularização dos cemitérios, propondo romper dessa forma com antigos laços entre o poder civil e o eclesiástico enquanto transferia para o Estado atribuições que há muito tempo eram de domínio da Igreja católica.¹⁴

Em 1891 foi promulgada a 1ª Constituição Republicana que introduziu a lei de secularização dos cemitérios no país.

Para a Igreja Católica, naquele momento, a secularização era considerada como um processo que buscava interferir diretamente no cotidiano da população, pois transformaria em atos civis os principais momentos da vida dos cristãos como o nascimento, o casamento, o ensino que até então tinha um perfil religioso, assim como também alteraria a morte e o pós mortis uma vez que os cemitérios também seriam secularizados. A secularização transformaria toda uma estrutura social organizada à séculos sob o manto da Igreja católica, propondo uma nova organização social civil.

Estamos iniciando nesta oportunidade uma nova etapa de investigações sobre os cemitérios e enterramentos na cidade de Cuiabá, nossa proposta para este momento é privilegiar a questão da secularização ou municipalização desses cemitérios em Cuiabá, a partir da instituição do regime republicano no país.

¹⁴ VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Fernanda Maria Matos. *A secularização da morte em Juiz de Fora – 1850-1889*, Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

GOMES, Edgar da Silva. *A separação Estado-Igreja no Brasil (1890): Uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. Dissertação de Mestrado apresentada A PFTNSA – Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção. São Paulo, 2006.

PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público – Transformações fúnebres em São Paulo (1850 – 1860)*, São Paulo, Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2004.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas Práticas de Enterramento – Cuiabá, 1850 – 1889*. Ed. Central de Texto, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos – tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

_____. *Nas fronteiras do além – A secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

SILVA, Érika Amorim. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850 – 1891)* – Dissertação de Mestrado apresentada na PUC SP em Março de 2005.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo, Unesp, 7ª Ed. 1998.

“A Energia que move o século XX” Reflexões sobre o aquecimento global e as contribuições da disciplina de História na Oitava série do ensino fundamental.

Sandra Cristina Donner*

Resumo

Este artigo descreve uma experiência realizada em uma sala de aula do ensino fundamental inspirado nos princípios da História Cultural. O trabalho realizado conecta os vários tipos de energia utilizados durante o século XX com os fatos históricos ocorridos no período, buscando fomentar nos estudantes uma nova consciência ecológica baseada no conhecimento do contexto histórico e do impacto das diversas fontes energéticas no seu cotidiano.

Palavras chave: educação, história cultural, energia.

Abstract:

This article describes a class experience in the last year before High school, were utilize the Cultural History theory. Work connects some kinds of energy utilized in the XX century with the history facts from this period, were the students improve his ecological conscience and reflect about the energy impact in their every day life.

Key words: education, Cultural History, energy.

Esta comunicação propõe-se a narrar uma experiência de uso da História Cultural em sala de aula, no ensino fundamental. Todos sabem que a discussão sobre os eixos transversais em educação atinge, principalmente, a área das humanas e, especialmente, as disciplinas de história e geografia. Todavia, muitos professores de história ainda permanecem alienados das questões contemporâneas e fechados nos seus conteúdos, engessados pelo currículo. Tal atitude empobrece o ensino, pois, como a História Cultural nos mostra, a riqueza está muito além das estruturas e dos formalismos.

A História Cultural consolidou-se como uma teoria controvertida. Sua base teórica foi sistematicamente criticada por historiadores de várias correntes. Dentro de seu meio o debate sobre conceitos e métodos também é acalorado. O que é inegável, todavia, é o crescente interesse que todas as áreas do saber têm tomado pelo conceito de cultura e pelo intercâmbio possível com a História Cultural.

Segundo Peter Burke, em seu mais recente livro: “O que é História Cultural”, cada vez mais a cultura está no centro das discussões substituindo, muitas vezes, o conceito de

* Mestre em Teologia e História da Igreja, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em História, professora na Escola Técnica Frederico Guilherme Schmidt e na Escola Montessoriana Constructor.

sociedade. Então: “Como sugere a popularidade de expressões como essas, é cada vez mais difícil dizer o que não faz parte da cultura. O estudo da História não é exceção a essa tendência geral.” (BURKE, 2004: 9)

As questões culturais chegam à sala de aula por duas vias, uma delas é pela “subversão” dos professores de história, que, não contentes com o conteúdo de muitos livros didáticos, ampliam o horizonte dos alunos e dão “cor” para a história se apropriando dos estudos culturais. A segunda via é o próprio contato dos alunos com a mídia, que tem valorizado esse tipo de abordagem histórica. Aqui cabem muitas críticas quando à qualidade dos trabalhos apresentados e as credenciais dos autores/pesquisadores.

Além disso, segundo Burke, o uso da cultura como conceito popularizou-se nas décadas de 80 e 90. Várias áreas abriram-se para uma visão mais ampla de seus temas de pesquisa: “No caso da psicologia cultural, por exemplo, ele significa um distanciamento da idéia de que os seres humanos têm impulsos idênticos, e uma aproximação da sociologia e da antropologia. Na geografia cultural, o desafio é não voltar à idéia tradicional de áreas culturais.” (BURKE, 2004: 12)

Sendo assim, a partir do momento que um professor deseja um diálogo com a História Cultural e pretende aplicar alguns de seus conceitos para o entendimento da História em sala de aula, é necessário também buscar uma interface com outras áreas do saber.

Um educador atento está a par tanto das discussões correntes na mídia, quanto do mundo de seus alunos, sejam eles crianças, adolescentes ou adultos. Nos últimos anos as preocupações com os problemas climáticos obtêm cada vez mais destaque na mídia. E os jovens não escapam dela.

O problema climático causado pelo aquecimento global em suas diversas conseqüências encontra raízes históricas profundas. Ao analisarmos a postura de consumo da natureza pelo ser humano, podemos remontar a diversos períodos históricos. E, por isso, a questão serve como janela para diversas discussões históricas. Se quisermos falar de Idade Média, podemos nos inspirar no livro “As palavras e as coisas” de Michel Foucault e discutir a integração entre homem e natureza, se pretendemos questionar a pretensão de superioridade humana e o direito de uso do meio ambiente, podemos falar sobre os vários filósofos Iluministas que “criaram” o ideal da Modernidade e as idéias pragmáticas dos racionalistas.

Um ponto escolhido para dar vazão a toda discussão sobre os problemas climáticos que tanto angustiam os alunos foi a conexão entre o uso dos diversos tipos de energia pelos humanos ao longo da História e seu impacto na atualidade.

Este trabalho foi desenvolvido em uma escola Montessoriana. Maria Montessori criou um método pedagógico que se insere no movimento das Escolas Novas, e parte do pressuposto de que o material em estudo deve dizer respeito ao interesse pessoal dos alunos, respeitando seu tempo de elaboração. Para Montessori, o ensino deve ser ativo, ou seja, os alunos devem ser agentes de seu aprendizado, elaborando problemas e buscando respostas. O papel de professor não é apenas de tutor, ele deve inspirar e ser um indicador de acertos e erros, ajudando os alunos na resolução de seus problemas mas sem interferir no processo de descoberta.

Tendo por base um método que incentiva a busca pessoal do conhecimento e utiliza a prática da pesquisa e da elaboração de ligações entre os saberes, foi proposto para uma turma de oitava série do ensino fundamental, que, durante o primeiro semestre do ano, fosse estudado o conteúdo de história sob a luz do uso das energias ao longo do século XX.

O tema do aquecimento global havia sido eleito para ser à base das discussões do ano letivo, tendo, inclusive, sido iniciado com os alunos assistindo ao documentário “Uma verdade inconveniente” de Al Gore. A questão climática deveria perpassar todos os conteúdos em todas as séries da escola, visando questionar a postura ecológica dos alunos e seu papel de conscientização na sociedade em que estão inseridos.

Os trabalhos de diversas disciplinas culminariam na Feira de Conhecimentos, a antiga feira de ciências, em que os alunos, quando muito, produziam cartazes sobre os amarelados conteúdos de História.

A partir desse tema, todo o conteúdo de história contemporânea passou a ser trabalhado com a interface do uso das energias. Paralelo às discussões em sala de aula, cada aluno recebeu uma delas para desenvolver sua própria pesquisa: máquina a vapor, gasolina, álcool, diesel, etanol, hidrogênio, energia nuclear, eólica e solar. Sua missão como alunos/pesquisadores era: descobrir como funcionavam, quando passaram a ser utilizadas e em qual contexto, qual seu impacto para o meio ambiente a curto, médio e longo prazo e como é sua situação hoje.

Os alunos, prontamente atenderam a proposta. O fato das turmas montessorianas serem compostas por poucos alunos, em geral até quinze, proporcionou ao educador um acompanhamento muito próximo das descobertas e conquistas de cada aluno, enriquecendo ainda mais o processo.

Para exemplificar como esse estudo sobre energia se encaixa na proposta de uso da História Cultural em sala de aula, tema desta comunicação, podemos usar tanto a pesquisa sobre a gasolina e dos petroquímicos em geral, quanto à questão da energia nuclear.

Ao longo do semestre, o que conectou os diversos conteúdos foi o desenvolvimento das fontes de energia. No início, trabalhamos a virada do século XIX para o século XX com a energia a vapor e sua conexão com as máquinas da I Revolução Industrial. Sem seguida o nosso foco foi a energia petroquímica, diesel e gasolina, nesse ponto discutimos o desenvolvimento tecnológico da II Revolução Industrial, a revolução nos transportes e sua influência no Neo-Colonialismo.

Mas, para além da história econômica e política, trabalhamos como os derivados de petróleo mudaram a cultura do século, desde os discos (de vinil, petroquímico) até as roupas (tecidos sintéticos), o uso do automóvel como status, e a febre de consumo do American Way of Life.

A indústria petroquímica serviu também para questionarmos como essa fonte de energia influenciou na I e II Guerras Mundiais e como ela ainda é foco de várias guerras e movimentos da segunda metade do século XX e do nosso cotidiano. Foram realizadas pesquisas sobre a temperatura da Terra antes e depois desse período, e os alunos trouxeram dados sobre o impacto ambiental dos derivados de petróleo em seus mais diversos usos.

Quando passamos ao estudo da energia nuclear, esta foi imediatamente situada no período da Guerra Fria. As pesquisas na área, o funcionamento de uma usina nuclear, a discussão sobre ser ou não uma energia limpa, os mitos que envolvem o assunto foram temas de discussões acaloradas entre os alunos. Não foi esquecido também o papel do programa nuclear brasileiro, então, estudamos como eram os governos que o planejaram, e a atual proposta de construção de mais uma usina.

As pesquisas sobre o álcool, o etanol e o biodiesel tiveram como ponto de partida os debates atuais sobre o uso dessas energias em carros e indústrias e serviu também para, tanto estudarmos o programa do pró-álcool em seus avanços e tropeços, quanto para pensarmos o Brasil na nova geopolítica energética internacional.

Por fim, sobre a eletricidade, foi realizada uma conexão com a disciplina de ciências, que, no primeiro trimestre estava estudando física. A idéia de conectar os princípios da eletricidade com a disciplina de História serviu para compreendermos como se dá a eletrificação das cidades e também para um resgate histórico, no caso de Porto Alegre, do papel que a Usina do Gasômetro teve para a cidade. Nos braços da História Cultural, voamos

para o início do século. Ao lado da usina, havia um presídio, e os apenados faziam trabalhos na área termoelétrica. Outra janela para a uma nova pesquisa e descoberta: o mundo penal no Brasil.

Além disso, um dos pontos exigidos na pesquisa era o impacto ambiental, e, por isso, as energias eólicas e solares possuíam grandes contribuições. Utilizando a questão da energia solar, o aluno pesquisador trouxe modelos de casas ecológicas e levou os colegas a repensarem suas próprias casas imaginando possíveis melhorias que as deixariam mais sustentáveis. Novamente a História pôde viajar para o passado, e usando Michel de Certeau os usos e o morar foram discutidos em sua construção histórica.

Nossa viagem pelo mundo da energia nos levou até os carros movidos a hidrogênio. Nesse momento, os alunos, com base no que foi construído, passaram a projetar como seria um mundo “limpo” em que o que saísse dos veículos não passasse de vapor de água.

Esse pequeno relato pretendia ser apenas isso: o relato de uma experiência que foi muito rica, tanto para a professora, quanto para os alunos. Sua importância reside na simplicidade. O tema do ano letivo era a questão ambiental, então, como tornar as aulas de história interessantes utilizando esse viés? Como trabalhar o impacto dos humanos ao longo da história sem que caíssemos em uma explicação simplista? Como levar os alunos a tornarem-se pesquisadores e também proporcionou a idéia de que são atores/causadores do atual problema ambiental?

Com uma perspectiva cultural da História e uma metodologia educacional que promove a autonomia foi possível isso. Afinal, segundo Lynn Hunt, (HUNT, 1997: 9)

“As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são como campos da prática cultural e produtos culturais, o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extra-cultural da experiência.”

Referencias Bibliográficas:

BURKE, Peter (org). A escrita da História- novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano-artes de fazer I. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos, o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: UNESP, 1997.

SILVA, Tomas Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos. Petrópolis, Vozes, 2000.

SILVA, Zélia Lopes da (org). Cultura Histórica em debate. São Paulo, UNESP, 1995.

História Local, uma interface entre os trabalhos no Brasil e na Europa, comparações e contribuições.

Sandra Cristina Donner*

Resumo:

Este artigo pretende apresentar um breve panorama do histórico dos trabalhos em História Local na Europa, especialmente na Inglaterra e na Noruega. Também, destacar os princípios metodológicos utilizados nesses países. Além dessa apresentação, queremos discutir a situação da História Local no Brasil e propor uma possível relação com o modelo europeu com semelhanças e diferenças, buscando contribuições para nossa historiografia.

Palavras chave: História Local, Historiografia, Globalização.

Abstract:

This article want give a brief study about Local History in Europe, particularly in England and Norway. In addition, explain the methodology utilized in this countries. At list, propose a relationship between the European model an his contribution for Brazilian historiography.

Key words: Local History, Historiography, Globalization.

Os estudos históricos apresentam um momento de grande impulso nesse século XXI. Hoje os livros sobre os mais diversos assuntos, na área de história, ganharam destaque nas prateleiras das livrarias. Chegamos ao ponto de termos canais específicos sobre História nas televisões a cabo. Esta popularização, sem dúvida, se deve aos novos enfoques, apresentados pela Nova História, pela História Cultural, pela História Social e tantas correntes teóricas inovadoras que surgiram no último século.

Além disso, no nosso mundo globalizado, cada vez mais o local tem entrado em cena. Os novos sentimentos regionalistas, separatistas e de busca e reforço da identidade tem tomado um grande espaço na mídia. Para entendermos esse fenômeno de revalorização das identidades e especificidades locais, precisamos nos valer de alguns conceitos básicos. Por Globalização utilizamos a concepção de Giddens (1991: 32):

“(...) a globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a milhares de distancia e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anverso às relações muito distanciadas que os modelam a transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço.”

* Mestre em Teologia e História da Igreja, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em História, professora na Escola Técnica Frederico Guilherme Schmidt e na Escola Montessoriana Constructor.

Diante desse novo quadro, cabe conceituarmos o que entendemos por Local: “(...) um subespaço ou um subconjunto espacial que envolve algum tipo de delimitação ou recorte territorial, e que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais.” (ALBAGLI, 1998:4). Este conceito está em permanente discussão e evolução dentro da Geografia e também entre os historiadores que trabalham com a História Local e Regional, utilizam basicamente a idéia de que uma região é um espaço que possui um conjunto de relações simbólicas e/ou políticas específicas, não ficando limitada a um formalismo administrativo.

Ao longo do século XX, especialmente à medida que o fenômeno da Globalização avançava, os estudos sobre a História Local foram ganhando destaque:

“Para alguns, a globalização representa o fim da geografia ou a anulação do espaço, expressa pela ‘desterritorialização’ das atividades humanas, bem como a ‘despersonalização’ do lugar enquanto singularidade. Já outros visualizavam uma reafirmação da dimensão espacial, bem como uma revalorização do local, à medida em que se acentua a importância conferida à diferenciação concreta dos lugares. Um terceiro ponto de vista, contemplando aspectos de ambas as visões, identifica a permanência de ‘alteridade’ ao nível do local, embora sob a influência da força universalizante da circulação do capital.” (ALBAGLI, 1998:3).

Essa nova preocupação com a História Local dentro da academia acompanha esse fluxo mundial de revalorização do local, da busca pelas tradições (inventadas ou não) já diagnosticada por vários historiadores, entre eles Eric Hobsbawn (1984) e Peter Burke (2005). Observa-se que tem ocorrido uma busca sistemática pelo reforço das identidades, seja nas pequenas localidades, seja como Estado-Nação.

Já existem muitos estudos sobre o impacto da Globalização sobre as identidades locais, muitos apontam o fenômeno do declínio das especificidades causado pela padronização, desconstrução do local e perda da autenticidade das culturas. Por isso, a busca, segundo Bauman:

“A idéia de ‘identidade’, e particularmente de ‘identidade nacional’, não foi ‘naturalmente’ gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessas experiências como um ‘fato de vida’ auto-evidente. (...) A idéia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia-criar a realidade à semelhança da idéia.” (BAUMAN, 2005:26).

A Globalização nos trouxe o acesso ao “outro”, e esse contato provocou um aumento da diferenciação e da complexidade cultural, neste momento, frente a essa alteridade, a identificação de quem se é tornou-se mais evidente. Além disso, dentro dessa nova modernidade, as identidades também estão em movimento. Juntam-se em grupos móveis e velozes em busca de referências. Nesse contexto, a História Local precisa dar conta dessa

subjetividade emergente. Então, o seu objetivo deve ser, segundo Paul Thompson: “(...) por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da História.” (1992:21).

A História Local tem raízes muito antigas na Europa e também no Brasil. Segundo Koselleck (1993) até o século XVIII, o termo História tinha como acepção as diversas narrativas particulares, histórias de batalhas, história de lugares, história de paróquias, história de reis. Foi somente durante a modernidade que se construiu a idéia de existência de uma história abarcando toda a humanidade em um único processo temporal, e que, sobre ele se poderia pensar e filosofar.

No Brasil, os estudos históricos começaram pelo local. Os primeiros relatos organizados foram dados pelos cronistas viajantes europeus, dentro dessa visão explicada anteriormente. São os relatos de Hans Staden (*Duas viagens ao Brasil*), Jean de Léry (*Viagem à Terra do Brasil*), Pero de Magalhães Gandavo (*Tratados da terra do Brasil e História da província de Santa Cruz*), Fernão Cardim (*Tratados da terra e gente do Brasil*), Gabriel Soares de Souza (*Tratado descritivo do Brasil em 1587*) e Claude D'Abbeville (*História da missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão*) e muitos outros que dão as primeiras imagens do passado de nosso país, ao relatarem as peculiaridades dos locais por onde passaram e as histórias de seus moradores.

História Local na Europa, um estudo de caso:

Os estudos em História Local na Europa formam um campo de sólida tradição. Muitos países possuem cadeiras de História Local nas suas universidades, fundações de História Local, e especializações nessa área, como a universidade de Cambridge e o Max Plank Institute na Alemanha. Vamos aprofundar o histórico e os métodos de pesquisa em dois países: a Inglaterra e a Noruega.

Na Inglaterra, um dos primeiros historiadores a pesquisar a História Local de maneira sistemática foi William Camden's (1551-1623). Seu livro fez um levantamento das ilhas britânicas, condado por condado, baseado em anos de trabalho de campo, leituras e pesquisa documental. Esse levantamento foi realizado visitando condados e buscando a documentação primária e os vestígios materiais. Outro historiador pioneiro foi William Dugdale que escreveu “*Antiquities of Warwickshire Illustrated*”, publicado em 1656. Sua inovação foi, em vez de dividir a história por séculos, dividiu cada paróquia por séculos e introduziu a importância da topografia e dos vestígios arqueológicos.

O movimento da história universalizante, fruto da modernidade, também chegou à Inglaterra, mas, a partir de meados do século XIX ficou claro que abarcar toda a história do país era impossível, então, surgiram os movimentos de arqueologia local e as Sociedades de História. Nesse contexto, surgiu a organização Victória History of the Counties of England, em 1899. Essa instituição tinha como base os condados, mas, estes, eram reduzidos às cidades e paróquias no momento de escreverem sua história.

A Noruega é um país em que o movimento de História Local é muito forte, embora seja um fenômeno mais recente do que os estudos ingleses. Seu início está conectado com o momento em que deixou de ser colônia da Suécia, no século XIX. Após a separação passou a existir uma busca sistemática pelo resgate histórico dos vilarejos e da vida dos camponeses (maioria da população norueguesa).

Estes estudos começam a ganhar força e projeção quando três grupos se uniram na virada do século XIX: os agricultores, com interesses políticos e que viam no resgate histórico uma oportunidade de legitimar sua influência frente a uma sociedade cada vez mais industrial; os historiadores amadores, geralmente professores, pastores, médicos ou advogados que arrogavam para si a função de escrever a história da comunidade; e os profissionais da história formados pelas universidades.

Inicialmente os estudos de História Local concentravam-se em descrições topográfica, e na coleta de fatos históricos locais e regionais de maneira quantitativa, buscando mapear o potencial econômico do país. Essas pesquisas chegaram a cobrir todo o país, formando compêndios de larga escala.

Mas foi no século XX que a História Local passou a ter um desenvolvimento expressivo com a criação das Sociedades de História Local. Essa busca por identidade está intimamente ligada a construção da idéia de país após sua independência e ao contexto mais amplo da Europa de retomada/construção, das tradições, que já foi citado anteriormente. Os interesses da História Local Norueguesa eram assim expostos:

“Their intention was to establish empirical foundations for a larger project, concerning the nation’s internal history. The view that the main task of local history is to form ‘building blocks towards a national history’ as always been present to a greater or lesser degree in the research circles, although arguably less so in Norway than in other countries” (WINGE, 1995:246)

Em 1956, foi fundado o Instituto Nacional de História Local da Noruega, seu objetivo era melhorar as condições para a pesquisa dos povoados e servir de guia para os historiadores locais em todo país. Hoje essa proposta é fomentada pelas associações de História Local que recebem uma grande parte da verba dedicada para a cultura nos municípios. E os

pesquisadores são tanto amadores, moradores da localidade, quanto historiadores profissionais, uma vez que em todas as faculdades de História do país há cadeiras sobre História Local e o trabalho nesses centros é uma possibilidade de colocação profissional.

No início dos anos 90, os municípios que possuíam estudos sobre sua história, tanto rural quanto das cidades, chegava a 70%. As publicações desse tipo de história movimentam ainda hoje um significativo setor editorial do país, uma vez que quase todas as famílias possuem os livros da comunidade e os anuários de história de sua região¹.

A História Local produzida na Noruega e na Inglaterra possuem elementos comuns. O principal reside na finalidade das pesquisas. Em ambos os casos a marca dessa corrente historiográfica está no seu interesse pela comunidade local, não apenas como objeto de estudo, mas como público alvo. Os povoados estudados são fonte e também objetivo, pois a história será ‘consumida’ por eles, é para eles que as pesquisas são realizadas, para que se sintam sujeitos de sua história e formadores de identidade. Sendo assim, o historiador não pode chegar com as perguntas já prontas e a hipóteses definidas. É a partir dos anseios da comunidade que se formará o foco das pesquisas.

Embora a comunidade tenha um papel determinante na problematização a ser explorada pelo historiador, isso não significa que ele será um mero coletor de informações. Seu papel é mediar os conflitos que existem no local e procurar dar “voz” para todos naquela comunidade. Ao realizar uma pesquisa histórica, os historiadores estabelecem um grupo de apoio dentro da comunidade que será sua fonte de informações e também intermediário para o contato com os outros moradores. Esses auxiliares tanto podem vir da associação de moradores quanto do Instituto de História local.

Essa proposta de atender as demandas da comunidade também impõe uma nova periodização que não será dada pelos fatos históricos da vida do país ou do mundo, mas pela cronologia interna, que surge da história particular daquela localidade e pode ser encontrada nos relatos orais ou marcada pelas especificidades políticas e sociais internas (WINGE, 1995: 259).

Uma vez que as questões e a periodização serão dadas pela comunidade, é igualmente importante que o vocabulário empregado na elaboração do material da pesquisa, geralmente em forma de livros, esteja em uma linguagem acessível ao público alvo, pois este grupo será o leitor-alvo do trabalho (WINGE, 1995:256). Esta nova relação coloca um desafio para os

¹ Dados encontrados em entrevista com Margit Loyoland, historiadora do Norsk Localhistorysk Institute, 1999, arquivo pessoal de Sandra Donner.

historiadores que precisam adequar sua linguagem para que não sejam perdidas nem a riqueza nem a profundidade.

A produção em História Local, nos países pesquisados, em geral divide-se em livros sobre a história das fazendas (na Noruega), sobre a história das paróquias (na Inglaterra) e sobre as cidades. Mas, a principal diferença entre a historiografia local na Europa e no Brasil não reside apenas na metodologia, mas sim, no grau de inserção da comunidade e, principalmente no apoio estatal a estes estudos.

História Local no Brasil, aproximações:

A História Local no Brasil teve várias fases. E diferentes status como produção histórica. Como já dissemos anteriormente, as pesquisas históricas iniciam por aqui com os primeiros cronistas viajantes, que nos séculos XVII e XVIII fazem um relato do modo de vida das pessoas e suas histórias. A pretensão desses estudiosos não era a dos historiadores atuais, e seus escritos só voltaram ser valorizados na segunda metade do século XX. Ao lado dos cronistas, os estudos de corografia estão na base da História Local do Brasil. Por muito tempo, o relato das condições geográficas, sociais, econômicas e históricas dos municípios era feita por amadores e, algumas vezes por profissionais, incentivados pelo Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (NEVES, 2002:89).

Em um segundo momento, durante a década de 30, iniciou-se as grandes abordagens da História do Brasil, baseadas nos estudos de Caio Prado Jr e dos referenciais marxistas, que buscavam as grandes sínteses históricas, baseadas nas estruturas. Os estudos locais somente voltam a ser valorizados na academia com as novas teorias que surgem da Escola dos Annales. Elas propõe o uso de fontes históricas variadas como os documentos municipais, eclesiásticos, cartoriais e orais. Com isso o interesse pelo estudo do regional e local aumentou.

Dois elementos aparecem frequentemente nas pesquisas sobre História Local no Brasil, dentro dos trabalhos por mim analisados, são eles a questão da delimitação do tempo e do espaço.

Quanto ao espaço, todos procuram conceitua-lo como sendo uma construção da subjetividade humana, fugindo ao conceito da geografia positivista meramente físico ou ligado a divisões administrativas. Segundo Barbosa:

“Propomos que a delimitação dos recortes espaciais seja feita levando-se em conta a historicidade dos espaços. Assim, a definição do que é local ou a região vale-se criteriosamente, da observação das relações orgânicas que determinada a espacialidade mantêm com outra em diferentes momentos históricos.” (BARBOSA, 1999: 126).

Quanto ao tempo, uma nova periodicidade, dada pela população objeto de estudo, é muito importante, afinal, de um povoado a outro podemos sair da pós-modernidade e entrar em um vilarejo do século XVIII. Mas, não é apenas questão de observarmos o descompasso histórico, e sim, a divisão do tempo na fala das pessoas: “na última enchente”, “há cinco colheitas”, etc. Segundo Barbosa: “Na História Local e Regional, importa a apreensão do tempo dos lugares, o tempo realmente vivido por cada localidade, composto por um amálgama de experiências distintas dos pólos hegemônicos num mesmo momento histórico.” (BARBOSA, 1999: 120).

Quanto ao recorte temporal e de objeto dos estudos, observamos que, enquanto na Europa as pesquisas sobre as localidades procuram fazer um acompanhamento de longo prazo na história dos povoados, no Brasil em geral são escolhidos recortes de tempo sobre uma determinada região como foco das pesquisas. Os temas mais frequentes tem sido o movimento operário, a industrialização de uma determinada região, as reformas urbanas no início do século XX, os movimentos rurais, as instituições políticas e o resgate da memória de algumas pessoas, utilizando-se da História Biográfica. Mas, em alguns casos, encontramos livros sobre a história de alguns municípios, em geral eles foram escritos por jornalistas e a pedido da prefeitura da cidade, como o livro sobre a cidade de Esteio no Rio Grande do Sul, ou são livros de divulgação turística da cidade, como o livro da História de Porto Alegre.

Todavia, alguns trabalhos sobre História Local encontram-se muito próximos da metodologia utilizada na Europa, como o projeto de Rejane Penna, desenvolvido em conjunto com a prefeitura de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. Segundo ela, os objetivos do projeto eram:

“Em relação à importância da História Local, acreditamos que ela pode auxiliar uma localidade na busca de sentido para sua própria natureza em mudança. Além disso, os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história da cidade. Também pode ser importante instrumento para o ensino nas escolas, levando as crianças a compreender o modo pelo qual o sistema político e social sob o qual vivem acabou sendo como é, e de que modo a força e o conflito têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel na evolução.” (PENNA, 2000:97)

A proposta de aproximar a História Local trabalhada na Europa com a brasileira não pretendia destacar uma sobre a outra. Apenas indicar que temos muito a aprender com outros métodos e outras teorias, final, lá os estudos nessa área estão, literalmente, séculos a nossa frente. Todavia, não devemos cair em uma adaptação “barata”, o contexto brasileiro é muito diferente. A principal contribuição que creio ser valiosa é a importância de escrevermos uma história voltada para os sujeitos. Como no exemplo acima.

Portanto, nesse momento de Globalização e de Regionalismo, de identidades múltiplas e identidades revisitadas no local, podemos ficar com as palavras de Barbosa:

“O objetivo dessa modalidade de escrita da história é fornecer elementos imprescindíveis para a compreensão das diversas variáveis que constituem o sistema global de relações dentro do Estado-Nação e, também elementos que tornem possível submetemos a um exame crítico as grandes generalizações de nossa história, não apenas nacional, mas, de certo modo, ocidental.” (BARBOSA, 1999: 126).

Bibliografia:

- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: O novo papel do local. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1998.
- ALSVIK, Olav. The Norwegian Institute of Local History. Oslo, Norsk Lokalhistorisk Institute, 1993.
- BARBOSA, Agnaldo de Souza. A proposta de um estatuo para a Historia Local e Regional. Algumas Reflexões. In: História e perspectiva, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.
- BAUMAN, Zygmund. Identidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2004.
- BRAATEN, Kirsten. Ny lokalhistorisk litteratur 1998. Oslo, Lokalhistorisk Institute, 1998.
- BURKE, Peter. A escrita da Historia: novas perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.
- _____. O que é História Cultural? Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2005.
- CASTRO, Hebe. Historia Social. in: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da Historia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a Construção do Espaço. In: Revista de História Regional. Ponta Grossa: EUPG, 1998.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano-artes de fazer I. Petrópolis, Vozes, 1996.
- DANIELSON, Larry. The Folklorist The Oral Historian and Local History. In: DUNAWAY, David and BAUM, Willa. Oral Historian and Interdisciplinary Anthology. London, Altamira Press, 1996.
- GIDDENS, Antony. As conseqüências da modernidade. São Paulo, UNESP, 1991.
- HOBBSAWN, Eric. Invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- KJELSDSTADLI, Knut. History as Science. in: HUBANRD, Willian, et alli. Making a Historical Culture, Historiography in Norway. Oslo, Escandinavian University Press, 1995.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado : Para una semantica de los tiempos históricos. Buenos Aires, Paidós, 1993.

- LISBOA, João Luis. Memória e identidade(s). In: Cultura- Revista de História e teoria das idéias. Lisboa: Centro de História da Cultura- Universidade Nova de Lisboa, vol. XIV, 2002.
- LONGHOLM, Sivest. The role of Local History. Oslo, Escandinavian University Press, 1995.
- LOWENTHAL, David. The past is a Foreign Country. New York, Cambridge, 1985.
- LØYLAND, Margit. Entrevista concedida em 15.12.1999. Arquivo pessoal de Sandra Cristina Donner.
- LUNDEN, Kåre. History and Society. in: HUBANRD, Willian, et alli. Making a Historical Culture, Historiography in Norway. Oslo, Escandinavian University Press, 1995.
- MENDES, José Manuel de O. O regionalismo como construção identitária. O caso dos Açores. In: Revista Crítica das Ciências Sociais. Coimbra, Universidade de Coimbra, 5/1996.
- MYHRE, Jan Eivind. Social History. in: HUBANRD, Willian, et alli. Making a Historical Culture, Historiography in Norway. Oslo, Escandinavian University Press, 1995.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. História Regional e Local: fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade. Feira de Santana, editora Arcádia, 2002.
- NEVES, Lucília de Almeida. Memória e História: substratos de identidade. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; LOKAI, Zilda M. História: fronteiras. Florianópolis, ANPUH, 1999.
- PENNA, Rejane; AVILA, Manoel e GAYESKI, Miguel. Fontes orais e História Municipal avanços e dificuldades no pareceria La Salle e prefeitura de Nova Santa Rita, In: Estudos Leopoldenses, Unisinos, São Leopoldo, v. 4, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta história que chamam de micro. In: GUAZZELLI, César; PETERSEN, Sílvia R. et alli. Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2000.
- PHYTHIAN-ADAMS, Charles. Re-thinking English Local-history. Leicester, Leicester University Press, 1987.
- REIS, José Carlos. Da “História Global” à História em Migalhas”: o que se ganha e o que se perde. In: GUAZZELLI, César; PETERSEN, Sílvia R. et alli. Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2000.
- RIBEIRO, Manuela. As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica-reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno. Coimbra, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 44, dezembro de 1995.

- SILVA, Joseli Maria. Cultura e Territorialidades urbanas- uma abordagem da pequena cidade.
In: Revista de História Regional. Ponta Grossa, editora UEPG, 2000.
- SILVA, Marcos A. da. República em Migalhas- História Regional e Local. São Paulo, Marco Zero, 1990.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado- história oral. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1992.
- WINGE Harald. Local History. in: HUBANRD, Willian, et alli. Making a Historical Culture, Historiography in Norway. Oslo, Escandinaviam University Press, 1995.

ALEGORIAS DO CEMITÉRIO DA SAUDADE DE CAMPINAS – SP

Halima Alves de Lima Elusta¹

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizia Borges

Resumo: *cemitério, alegoria, arte funerária.*

O Cemitério da Saudade da Campinas – SP pode ser considerado um *museu a céu aberto* por abrigar construções de valor artístico e histórico. Além dessa característica ele é também um reflexo de uma mentalidade do período em relação à morte e aos sentimentos a ela relacionados.

O presente trabalho pretende mostrar os principais monumentos, especialmente alegorias, que materializam esse sentimento de dor e perda da sociedade burguesa da cidade até a década de 1940 e contextualizá-los nas demais representações da arte funerária brasileira.

Abstract: *cemetery, allegory, funerary art.*

The Saudade Cemetery in Campinas – SP can be consider an open sky museum because it shelters several historical and artistic buildings. Besides this characteristic, it is a reflection of the period mentality with regard to death and feeling envolt.

This article intend to expose the most important buildings giving special attention to the allegories with materialize feelings of pain and lost of the burgher society, until 40th, and contextualize among other representation in brazilian funerary art.

¹Mestrado em Cultura Visual na Faculdade de Artes Visual FAV/UFG
Bolsa Cnpq

O Cemitério da Saudade da Campinas (1881), interior de São Paulo é uma síntese dos antigos espaços de sepultamento da cidade, desde o período em que era um povoado no caminho dos bandeirantes rumo a Goiás.

A população começou a se estabelecer na região criando um pequeno povoado, que passou a ser um Bairro chamado de Mato Grosso das Campinas (1745) e posteriormente a Freguesia Nossa Senhora da Conceição (1774).

A sociedade dos vivos era estruturada em dois segmentos, os brancos e os negros escravos. Dessa mesma forma essa sociedade era estruturada na morte. O convívio de brancos e negros era diário, mas eram separados no sono eterno.

O primeiro espaço de sepultamento da cidade surgiu como campo santo, conhecido por cemitério bento² e posteriormente chamado de Cemitério dos Cativos ou dos Pretos. Este espaço era destinado aos escravos, criminosos e desconhecidos. Os brancos sepultavam seus mortos na Igreja Matriz da Vila de Jundiá³, até a Matriz ser construída em 1781.

O crescimento significativo da região se deu durante a produção açucareira, quando foi elevada a categoria de Vila de São Carlos (1797). Nesse período foi sancionada a lei⁴ que obrigava a construção dos cemitérios fora dos templos. Portanto em 1831 foi construído o Cemitério Público da cidade, também chamado de Cemitério dos Brancos.

O Cemitério dos Brancos, apesar de ser chamado de *público* era administrado pela Câmara Municipal conjuntamente com a Fábrica da Igreja, permitindo apenas que os mortos católicos fossem ali inumados, o que fez com que o Cemitério dos Cativos continuasse existindo, como local de sepultamento dos não católicos.

Em 1842 a vila é elevada a categoria de cidade, chamada de Campinas, se destacando dentre as outras cidades do estado por ser um pólo de produção de café. O crescimento da economia atraiu para região trabalhadores de todo o país e imigrantes europeus, proporcionando um rápido crescimento populacional em um pequeno espaço de tempo.

Nas décadas de 1850 e 1860, as irmandades religiosas solicitaram autorização junto a Câmara para construção de seus cemitérios particulares ao lado do Cemitério Público. Foram

² O primeiro registro da existência desse campo santo data de 1753. (PUPO, 1969)

³ Vila de Jundiá, atualmente cidade de Jundiá (1651) no século XII era povoada por populações indígenas, recebendo os primeiros colonos brancos em 1615. Foi inaugurada a Capela da Nossa senhora do Desterro e foi elevada a categoria de cidade 1655. Nessa capela provavelmente eram sepultados os mortos da vila. (<http://www.jundiai.com.br/Caracteristicas.asp#História>)

⁴ Em 1801, a Coroa, por meio de uma Carta Régia, recomenda o sepultamento fora das igrejas e templos. Mas essa recomendação torna-se lei apenas no Império do Brasil independente, em 1828, com apenas uma diferença da anterior: os campos santos deviam ser construídos longe das cidades. Esse afastamento foi justificado com base nas novas teorias higienísticas de que os cadáveres, principalmente os das vítimas das epidemias de cólera morbo e febre amarela, poderia contaminar, através do ar, a população das cidades.

estes: o Cemitério da Irmandade São Miguel e Almas (1854), o Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1861) e o Cemitério dos Acatólicos (1863).

Nesse mesmo período surgiram mais dois campos santos na cidade de Campinas (1842), o Cemitério dos Bexigentos (1862) para vítimas de varíola e o Cemitério dos Morféticos (1864) para as vítimas de lepra, construídos ao lado dos próprios lazaretos.

O Cemitério da Saudade foi construído em 1881, e assim como na Europa e nas demais cidades do Brasil nos séculos XIX e XX, foi um conjunto de fatores que levou o poder público a afastar os cemitérios do centro urbano em Campinas: o crescimento populacional e urbanístico, o desenvolvimento dos saberes médicos, o advento das epidemias e a crença na teoria dos miasmas⁵.

Segundo Lapa, que destacou os sinais de modernidade da cidade de Campinas, o afastamento dos doentes e dos mortos do centro são conseqüências da

modernidade que chega a esse setor da vida pública (...) o próprio sistema que envolvia a doença, a morte, a condução e o sepultamento do cadáver e a conservação do cemitério era irracional e ineficiente para os padrões burgueses, incompatível com o novo estilo de vida que se implantava. (LAPA, 1996:324)

A nova necrópole foi chamada de cemitério do Fundão até 1925, pois era localizada afastada da cidade, próxima a Capelinha do Fundão, na saída para Valinhos. Recebeu todos os túmulos dos antigos cemitérios que foram desativados. Hoje o Cemitério da Saudade continua organizado dessa mesma forma, mas as áreas das irmandades não são delimitados por muros, apenas pela presença de uma capela própria e as características estéticas de cada um dos cemitérios, como pode ser observado no mapa de quadras. (fig. 01)

No espaço interior foram construídos os cemitérios particulares das irmandades, sendo elas a Irmandade São Miguel e Almas (laranja), Irmandade da Venerável Ordem Terceira do Carmo (verde), Irmandade do Santíssimo Sacramento (vermelho) além do traslado das sepulturas dos Acatólicos e a criação do Cemitério Curas D'ars (bege), para as vítimas de febre amarela. A área em amarelo é o chamado cemitério municipal.

⁵ Segundo Reis, a “doutrina dos miasmas, desenvolvida pela ciência do século XVIII. Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava.” (REIS, 1991:75)



Fig. 1 – Mapa de quadras do Cemitério da Saudade de Campinas, SETEC, 2003.

Para este trabalho foi selecionado um recorte mostrando as alegorias presentes em maior quantidade no Cemitério da Saudade, especificamente na área que pertence à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Essa área foi selecionada por possuir sepulturas de valor estético, por ser uma das mais antigas ainda preservada e por ser o retrato da mentalidade da época em relação à morte na cidade.

O Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento pertenceu a camada mais abastada da cidade, que viveu o auge de riqueza no período da monocultura cafeeira. Dentre os mortos sepultados neste cemitério estão os personagens importantes da história da cidade, como os barões do café, políticos e médicos; a elite burguesa de Campinas.

Este cemitério possui características que o destaca do entorno por ser composto de túmulos verticais, a maioria em mármore Carrara e a grande quantidade de esculturas. As sepulturas seguem os estilos neoclássico⁶, *art nouveau* e principalmente o eclético⁷.

⁶ Neoclassicismo – é um retorno aos padrões de equilíbrio, razão e ordem da estética clássica. No Brasil essa estética está relacionada aos padrões da elite, sendo no século XIX o estilo oficial da academia, tanto na pintura como na arquitetura. (Guia de Arquitetura eclética no Rio de Janeiro, 2000)

⁷ Eclétismo na arquitetura é um estilo que mescla referências neoclássicas, românicas, neogóticas e *art nouveau* em uma mesma construção: “eclética seria a arquitetura que associa num mesmo edifício referências estilísticas de diferentes origens. Entretanto no Brasil convencionou-se usar o termo numa acepção mais elástica para designar a produção arquitetônica inspirada pela academia após o declínio do neoclássico”. (Guia de Arquitetura eclética no Rio de Janeiro, 2000:06)

As imagens escolhidas pelas famílias, para perpetuar a existência de seus entes queridos, refletem bem o que Vovelle (1997) chamou de *morte burguesa*⁸. O luto burguês foi definido de meados do século XIX até os anos 30; período que essa classe emergente absorveu estilos e gestos que lhe pareciam enobrecedores.

O gosto estético da burguesia brasileira foi importado da Europa, assim como os valores que representavam. Por vezes os próprios túmulos eram importados da Itália ou copiados de modelos de catálogos que circulavam pela Europa e pelo Brasil. Além desses modelos, construtores também chegaram à região. Famílias de imigrantes encontraram ali a possibilidade de ter seu próprio negócio, servindo a burguesia na construção de casarões e monumentos funerários.

Essa nova camada da população, a burguesia, possuía valores próprios e, por ser emergente, buscou novas formas de concretizar sua existência. Além dos casarões construídos na cidade de Campinas, os monumentos funerários tiveram grande importância como afirmação e eternização de poder.

Os túmulos durante toda a história do homem refletiram a mentalidade do período, diante da vida e da morte, portanto, a partir do século XIX, representavam a crença no progresso, na razão, na ciência e na explicação materialista, o *trunfo da vida sobre a morte*. (BELLOMO, 2000)

A pesquisa de Eduardo Rezende, nos cemitérios da cidade de São Paulo, mostra que os cemitérios, que antes eram locais exclusivos para manifestação de fé, tornam-se uma instituição parte do contexto sócio econômico urbano, após a secularização.

Com o advento da República (1889) e a Constituição de 1891, foi oficializada a secularização dos cemitérios de todo o país, o que permitia que ricos e pobres, católicos ou não fossem sepultados no mesmo campo santo. Essa teórica *igualdade* após a morte passou a ser diferenciada pela construção dos túmulos, é a *Belle Époque* dos cemitérios brasileiros.

Os cemitérios secularizados do final do século XIX e começo do século XX são repletos de estatuário com imagens de Cristo, Nossa Senhora, santos, anjos e alegorias entre outras, mostrando as relações de poder existentes dentro de uma sociedade que se recusou a aceitar a igualdade após a morte.

Para este estudo foram destacadas as alegorias, especialmente as que representam sentimentos em relação à morte. As alegorias surgem das representações de anjos que, de

⁸ Na morte burguesa são exaltados os valores de amor familiar, utilizando simbologia cristã para afirmar a fé mesclada a simbologia profana para reforça os valores de cidadão civil.

acordo com a análise de Vovelle, na idade barroca eram querubins, e em meados do século XIX tornam-se anjos adultos:

esse anjo adulto, às vezes sem asas, que nos apresenta uma sensibilidade religiosa diferente, em certos aspectos, senão descristianizada, pelo menos pouco ortodoxa, não desapareceu totalmente. Devemos contudo, sublinhar que se transformou, notadamente na segunda metade do século XIX. Afeminou-se, se assim podemos dizer, a olhos vistos.” (VOVELLE, 1997:331)

Essa transformação da figura de anjo caracteriza a mudança da relação de valores da sociedade, laicizada, que preocupava-se com a imortalidade da memória e não tanto com a salvação eterna., fazendo do cemitério um “lugar de luto institucionalizado e transcrito na pedra” (VOVELLE, 1997:132) que valoriza a exaltação de sentimentos em relação à vida e separação.

Portanto, esses anjos deixam de ser estátuas e passam a ser alegorias,

possuidoras de um caráter que ultrapassa o simples sentido das estátuas, as alegorias representam idéias abstratas, fazendo alusão à política, à religião, à moral e à sociedade. São figuras humanas personificadas, acompanhadas de símbolos. Esses símbolos possuem significados, que aliados às estátuas, passam a ter um sentido que excede a simples acepção. Em outras palavras, tem-se uma apresentação concreta de uma representação mental. Seu campo de atuação é bastante amplo, pois está presente não só na escultura, mas também na retórica, pintura e literatura. (BELLOMO, 2000:143)

Essas alegorias podem ser separadas em dois grupos: as cristãs e as sentimentais. Dentre as alegorias cristãs podemos encontrar as que personificam virtudes teológicas (fé, esperança e caridade); a justiça; eternidade; oração; morte e juízo final. E no grupo das alegorias sentimentais estão a tristeza; o silêncio; a consolação, o sofrimento; a saudade; a lembrança e a desolação.

As imagens são recorrentes nos diferentes cemitérios do país, mas a incidência de um ou outro tipo caracterizam especificidades da população de uma região. No Cemitério da Saudade de Campinas, dentro do espaço reservado ao Cemitério do Santíssimo Sacramento, podemos encontrar os dois tipos de alegorias, que representam as virtudes teológicas e as sentimentais.

No túmulo da família do Comendador Francisco de Paula Camargo, existem três alegorias de virtudes teológicas: no topo, a **fé**, à direita a **serenidade** e à esquerda a **esperança**.



Fig. 2 - Alegorias da fé, serenidade e esperança no túmulo do Comendador Francisco de Paula Camargo, Patricio Vélez, sem data. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

As três são fundamentos da moral cristã. A fé está representada por uma figura de anjo de asas abertas, como se acabara de pousar, trazendo a cruz, símbolo do cristianismo⁹. Apresenta-se em forma de figura feminina vestida com uma túnica que permite que seu corpo ainda jovem possa ser percebido. No topo de sua cabeça traz a estrela que se destaca como luz, a estrela guia.

A alegoria à serenidade é também uma imagem feminina, porém sem asas. Esta, olha serenamente para os céus, parada ao lado do caixão. Apesar de apoiada com o joelho sobre a pedra, possui uma leveza que aparenta estar flutuando. Os braços cruzados sobre o peito reforçam a idéia de meditação serena.

A alegoria a esperança é uma imagem feminina, de cabelos presos, vestido mais elaborado e pés descalços. Das três figuras essa é única que parece estar realmente tocando o chão. Tem uma das mãos voltadas para o céu num gesto de crença, e a outra segurando uma âncora, que simboliza a segurança e a firmeza aqui na terra.

As três virtudes simbolizam estados da crença cristã. As alegorias referentes a fé e a serenidade mal tocam o chão, característica da elevação espiritual, e carregam a estrela guia na testa, como se abrissem caminho para aceitar a morte com a certeza da salvação eterna, enquanto que a esperança toma formas mais humanas.

Outras alegorias de virtudes teológicas existentes no cemitério da Campinas são da **ressurreição, oração e juízo final.**

⁹ Na cruz “está contida a fé e a crença em um dos princípios mais caros para os cristãos: a idéia da morte e da ressurreição de Cristo”, sendo assim, símbolo da vida eterna. (BELLOMO, 2000:125)

O juízo final é anunciado pelo anjo do apocalipse. Normalmente são figuras masculinas, como no caso das duas selecionadas, segurando ou tocando a trombeta, que é uma referência direta ao dia do juízo final. Na crença cristã, todos os mortos acordarão ao som da trombeta para este grande dia. A figura 03 mostra o anjo do juízo final sentado sobre uma esfera, que é ornada em baixo relevo com os símbolos das casas zodiacais. Está de asas recolhidas em pose de quem aguarda, segurando a trombeta, o momento de tocá-la. O anjo tem feições humanas de um garoto e veste uma túnica simples.

A figura 04 é mais imponente, composta por um anjo masculino, seminu, de asas abertas, como que pronto para levantar vôo. Segura uma mulher morta e toca trombeta anunciando o juízo final.

As duas representações, apesar de bem diferentes, tem o mesmo significado: alertar o espectador que o dia do julgamento chegará. Porém na figura 04, mantém o sentido cristão, mas apresenta as casas do zodíaco na esfera que são figuras pagãs de tempo e mundo.



Fig. 3 e 4 – Alegorias do juízo final túmulo de Dona Angelina de Oliveira Jacob, autoria desconhecida, sem data / túmulo da Família Millani, José Rosada, sem data. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

A alegoria da **ressurreição** está representada por um anjo de asas grandes e abertas, em pé e com o corpo completamente coberto por uma longa túnica. Tem cabelos curtos, cacheados e feição de um rapaz jovem. Tem uma das mãos voltadas ao alto, simbolizando a vida celestial e a outra estendida para baixo. Esse gesto do anjo mostra a passagem entre a vida terrena e a salvação eterna.

Seus atributos são a estrela guia no topo da cabeça e a folha de palma na mão que está voltada ao chão. A palma significa a vitória e a alegria, mas para os cristãos, está associada a idéia de paz, vida eterna e ressurreição. (BELLOMO, 2000)



Fig. 5 – Alegoria da ressurreição. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

Uma das alegorias mais encontradas no Cemitério da Saudade é a figura orante. Essa figura surgiu na Idade Média nos cemitérios europeus, simbolizando a separação do corpo e da alma, o corpo era representado pela figura jacente e a alma pelo orante. Com o passar do tempo, resta apenas o orante, que toma feições humanas.

Hoje é comumente representado por um querubim, uma criança, um anjinho de mãos unidas em posição genuflexa. Segundo Leite (BELLOMO, 2000), esse querubim é uma alegoria de virtude teológica, a alegoria da oração.

Maria Elizia Borges em seu trabalho nos cemitérios de Ribeirão Preto classificou essa mesma alegoria como *alegoria da desolação*, “o anjo mostra-se em estado de oração – anjo orante. Em geral, sua cabeça está literalmente inclinada para baixo e uma das pernas insinua o gesto do caminhar” (2002, p. 187)



Fig. 6 – Alegorias da oração. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

A desolação é uma alegoria sentimental e a oração uma virtude teológica, mas o fato é que ambos os gestos estão entrelaçados. Esse querubim transita entre os dois momentos,

mostrando um sentimento em relação à morte e um dos princípios do cristianismo: a oração. Este pode ser representado com ou sem asas.

Essa alegoria em posição genuflexa está presente em cemitérios de todo o Brasil e empregadas no mesmo tipo de sepulturas: as de crianças. Segundo Maria Elizia Borges, em “Arte funerária: representação da criança despida”, as estátuas infantis, são em maioria típicas de produção em massa, feita em série pelas marmorarias locais ou produzidas em São Paulo e espalhadas por todo o país. Isso explica a semelhança das quatro imagens da figura 06. As três primeiras são do Cemitério da Saudade e Campinas e a última, do Cemitério de Morrinhos, em Goiás.

A atribuição dos dois sentidos, sentimental e teológico, à mesma alegoria se deve ao fato de a morte da criança causar comoção social. Dentro do imaginário burguês, a morte da criança é vista como um futuro próspero que deixou de acontecer, um jovem, um adulto, um trabalhador a menos na sociedade, ou ainda, como forma do adulto “camuflar a dolorosa verdade: a raiva de ter perdido a infância, e junto a ela, a fantasia de felicidade, da bondade, da beleza, da autenticidade, da liberdade e do prazer ilimitado.” (BORGES, 1995, p. 175)

Essa comoção pela morte infantil é também representada pelo anjo que carrega o bebê morto direto ao céu. Na figura 07, o anjo querubim aponta com uma das mãos ao céu e na outra segura o bebê e levanta vôo. É uma alegoria da ressurreição que ao mesmo tempo mostra o zelo em relação a criança.



Fig. 7 – Alegoria da ressurreição. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

Além das alegorias que representam virtudes teológicas, e as que denotam um significado emocional existem outras que representam sentimentos e são muito encontradas

no cemitério de Campinas. Dentre elas as que mais aparecem são as alegorias da **tristeza, desolação, lembrança e saudade**.

A alegoria da tristeza mostra uma figura que vive o luto da perda do ente querido, num choro solitário. As duas alegorias da figura 08 estão no mesmo túmulo, sendo uma figura feminina adulta e outra de uma criança.



Fig. 8 – Alegorias da tristeza. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

Segundo Leite, a alegoria da **tristeza** é acompanhada pela árvore de salso chorão, nas representações dos cemitérios do Rio Grande do Sul, mas em Campinas essa árvore não aparece, a tristeza é representada pela própria ação de chorar. Neste túmulo é representada pelo choro da criança.

A figura feminina está em posição genuflexa sobre o túmulo e sua expressão, diferentemente da alegoria da oração, é de meditação e pensamento. É uma referência a um sentimento humano e não de transe espiritual. Uma das mãos segura a cabeça, reforçando a idéia de transe racional. Seu olhar está voltado para baixo, em direção a sepultura, mas não é um olhar de quem vê a sepultura, mas sim de quem vê em memória.

Ambas alegorias seguram a coroa de flores, que é um indicativo de alegria divina. Simboliza a vitória da alma humana sobre o pecado e a morte. Essas alegorias mostram a tristeza de quem fica repleto de lembranças, mas com a tranqüilidade de quem sofre sabendo que alma de seu ente está salva.

Outra alegoria que mostra esse sentimento em relação a separação e perda é a alegoria da **recordação**. A figura de uma mulher apoiada sobre o túmulo, segurando um buquê de flores e olhando fixamente para um medalhão em alto relevo com o retrato do morto.



Fig. 8 – Alegoria da lembrança. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

As flores colocadas em um buquê sugerem uma visita ao cemitério para homenagear e recordar o morto. A concentração do olhar no retrato reforça a idéia de lembrança, de recordações dos momentos em vida.

Provavelmente essa escultura foi encomendada em São Paulo, pois, essa mesma escultura existe no Cemitério São Paulo, feita por Eugenio Prati, também em bronze¹⁰, o que mostra que as representações em homenagem aos mortos retratam os costumes, o gosto e os valores comuns a mentalidade de um período.

A alegoria da **saudade** é sem dúvida a mais comum nos cemitérios secularizados, podendo estar apoiada em uma coluna, ajoelhada sobre o túmulo, registrando os dados do morto em uma estela, abraçando a cruz, espalhando as flores da recordação entre outras ações (BORGES, 2002). Em Campinas, a maior incidência de alegorias da saudade é em forma figuras femininas, como podemos ver na imagem abaixo.

¹⁰ Eugenio Prati. “Flores e pensamentos”, s.d. Bronze. Família Hamleto Raffaelli. Cem São Paulo, SP – (RAHME, 2000:125)



Fig. 9 – Alegoria da saudade. Fotografia: Halima Elusta, 2006.

A alegoria apresenta-se em estado de meditação, com expressão triste e serena, as vestes são leves e longas. Está acompanhada de flores, carregando um coroa em uma das mãos que representa a salvação divina. Outras flores adornam a coluna e simbolizam a *beleza efêmera e o dualismo vida/morte*. (RAHME, 2000) A idéia de morte é reforçada pelo cotovelo apoiado sobre a coluna, o símbolo da vida ceifada, representando a separação pela morte.

A presença das alegorias, tanto de virtudes teológicas quanto sentimentais, no Cemitério da Saudade de Campinas caracteriza o gosto estético, o imaginário em relação à morte e o desejo de perpetuar a memória dessa sociedade. Por meio dessas esculturas fica claro o desejo dessa elite burguesa campineira, que registrou e eternizou sua existência exaltando os valores de família, sentimentos em relação à morte a perda além da fé cristã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BELLOMO, Harry Rodrigues, et al. *Cemitérios do Rio Grande do Sul – arte, sociedade, ideologia*. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1983): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

_____. *Arte funerária: representação da criança despida*. História, São Paulo: Ed. UNESP, v. 14, p. 173-187, 1995.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade – os cantos e os antros – Campinas 1850 – 1900*. Edusp: São Paulo, 1996.

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969.

RAHME, Anna Maria Abrão Khoury. *Imagens femininas em memória à vida – a escultura no cemitério da Consolação, Araçá e São Paulo de 1900 a 1950*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Curso de pós-graduação em Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/Centro de Arquitetura e Urbanismo. *Guia de arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Org José Czajkowski. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História – Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Editora Ática, São Paulo, 1997.

Sites:

<http://www.jundiai.com.br/Caracteristicas.asp#História> acesso em 20 de julho de 2006

O núcleo temático de Medéia (texto para publicação)

Keila Maria de Faria*

The thematic nucleus of Medea

The tragedy Medea, that so much aversion caused in the contemporaries of Euripides in the competition of 431 B.C. obtained posthumous recognition and it influenced several authors along the time. Medea that we have in our imaginary one is that delineated by the verses euripidean: powerful barbaric and sanguinary, bewitching woman that uses the magic as revenge instrument against its enemies, cruel filicide that it eliminates the own children to avenge the betrayal of the husband. In the intention of to unmask the several crimes of the heroine and to understand its state of abandonment and the reasons of its revenge in the piece of Euripedes analyzed some Greek myths: *Frixo*, *The Daughters of Pelias* and *Jason and the Argonauts*, that we denominated as thematic nucleus of Medea, because they are directly correlated with the tragedy Medea and they explain the origin of the tragic love between Jason and the bewitching of the Colchis.

Key words: Euripides, Medea, myths.

A tragédia *Medéia* é uma das peças mais complexas da dramaturgia euripidiana, após Eurípedes diversos outros autores elaboraram sua *Medéia* inspirados pelos versos do poeta grego. Entretanto a primeira encenação desta peça no concurso trágico de 431 a. C causou grande aversão e repulsa nos contemporâneos do teatrólogo. A grandiosidade deste drama só obteve reconhecimento póstumo atingindo uma glória perene na literatura universal.

Eurípedes não foi o primeiro a apresentar *Medéia* como assassina de sua descendência, outros autores também apresentaram a heroína com tal característica. Na versão coríntia do mito, influenciada pelo épico de Eumelo, *Korinthiaka*, *Medéia* recebeu de Hera, para quem fundara o santuário de Hera Acraia, a imortalidade para seus filhos. Entretanto, o ritual de imortalização consistia em imergir ritualisticamente¹ as crianças no fogo sagrado de

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora substituta da Universidade Federal de Goiás, campus de Jataí. O presente trabalho é um fragmento (com pequenas modificações) de um tópico da minha dissertação de mestrado intitulada, *Medéia e Mélissa: representações do feminino no imaginário ateniense do século V a. C*, a pesquisa foi financiada pelo CNPq.

¹ Os rituais de imortalização estão vinculados à prática da magia, os mesmos poderiam ser realizados com fogo ou água. Mas às vezes esses rituais não davam certo, podendo ocasionar a morte da criança como ocorreu com os filhos de *Medéia*, ou simplesmente por que a divindade ao ser surpreendida durante o rito ficava irritada, abandonava a criança e o rito não se completava. A tentativa de imortalização de Demofon (fogo) exemplifica bem essa posição, Deméter quando estava a serviço de Metanira, tentara imortalizar o filho desta e fora

Hera e ao surpreender Medéia durante tal prática, Jasão não aceitou ver os filhos tão próximos do fogo e interrompeu o ritual irado. Portanto, nesta versão a morte dos filhos não foi intencional, Medéia pretendendo imortalizá-los causou-lhes a morte, o marido não a perdoou e partiu para Iolco, Medéia entregou o poder a Sísifo e também foi embora em um carro puxado por serpentes aladas (Ferreira, 1997, p. 62).

Na releitura que Ferreira (1997) fez de Parmenisco, o gramático atribui o crime do assassinato das crianças aos coríntios. Insatisfeitos com o governo da feiticeira bárbara estes mataram os quatorze filhos de Medéia e Jasão, mesmo as crianças tendo assumido a postura de suplicantes junto ao altar de Hera Acraia, a violação do altar disseminou uma peste por toda cidade (Ferreira, 1997, p.63). Tal crime deu origem à instituição de uma cerimônia religiosa, na qual quatorze² jovens (sete homens e sete mulheres) eram anualmente escolhidos para expiar o crime de sacrilégio (pois desonraram o santuário) cometido pelos habitantes de Corinto. Em outra versão desta mesma tradição, os coríntios mataram os filhos de Medéia e atribuíram o crime à mãe das crianças, divulgaram que o assassinato fora cometido por Medéia que havia matado o rei e também os próprios filhos.

Portanto, a tradição mítica já apresentava Medéia como infanticida, mas o poeta inovou ao retratar o *hímeros* (ciúme) como agente causador da vingança. A Medéia euripidiana é uma mulher possuída por uma *hýbris* funesta, uma paixão imensurável que a levou ao desvario, transformando-a em assassina de sua própria descendência. Foi essa dor intensa, quase insuportável, que explodiu em crimes de sangue, que inseriu Medéia na memória do teatro trágico, pois a reminiscência de uma mulher ensandecida pelo ciúme, capaz de matar com as próprias mãos seus filhos ainda não empalideceu completamente na memória teatral..

Todavia, não podemos compreender tal narrativa somente através da tragédia *Medéia*, pois esta é o resultado final de vários mitos gregos reelaborados pelos tragediógrafos que estão entrelaçados com a história de amor trágica de Jasão e Medéia. *Frixo, As filhas de*

surpreendida, então revelara seu caráter divino e partiu sem concluir o ritual (*Hino Homérico a Deméter*, 69-84). O rito de imortalização pela água pode ser exemplificado por Aquiles quando sua mãe a deusa Têtis mergulhou-o nas águas do rio Estige (um dos rios do inferno) que tornava invulnerável tudo aquilo que imergia em suas águas, deixando de fora apenas o seu calcanhar, que se tornou o seu ponto frágil. Apolodoro (*Biblioteca*, III, 6) diz que o ritual de imortalização praticado por Têtis era o mesmo de Deméter, e com essa prática Têtis já havia matado aos outros seis filhos que tivera com Peleu que era mortal. O próprio Aquiles só não morrera graças à interferência de seu pai, todavia, teve os lábios queimados, em Apolodoro, Aquiles significa etimologicamente, “sem lábios”.

² Há várias versões deste mito, e o número de filhos varia de acordo com a tradição, na tradição coríntia Medéia apresenta uma extensa prole: quatorze filhos (sete homens e sete mulheres), por isso esse era o número de jovens que serviam no templo de Hera Acraia para expiar o sacrilégio dos coríntios. Na tragédia o casal possui apenas dois filhos: Feres e Mémero.

Pélias, Jasão e os Argonautas são algumas obras compostas por Eurípedes (das quais temos somente fragmentos) e que estão diretamente correlacionadas com a história de Jasão e Medéia. A peça tem início com o repúdio de Medéia por seu marido Jasão e o novo matrimônio deste com a princesa Creusa, filha de Creonte, rei de Corinto, que recebera o casal exilado. Todavia, para entendermos como a heroína chegou a esta situação de abandono é necessário recorrermos aos demais mitos que formam o núcleo temático de Medéia, ou seja, todos os mitos que estão relacionados com a história do casal, pois eles ajudam a compreender a louca paixão destrutiva de Medéia no drama homônimo.

A história de *Medéia* está diretamente correlacionada com o mito de Jasão e os *Argonautas*, foi a expedição destes à Cólquida que proporcionou o encontro entre Jasão e Medéia dando início à sua história trágica de amor. O núcleo temático de Medéia teve início com uma traição, Atamas abandonou sua mulher Nefele para casar-se com Ino. Após o casamento a nova esposa sugeriu ao marido que sacrificasse os filhos do primeiro matrimônio: Frixo e Helé, todavia, estes auxiliados pelos deuses conseguiram fugir para a Cólquida, montados em um carneiro de lã de ouro e alado, esta é a narrativa da tragédia euripídica *Frixo*. A busca por essa pele do carneiro prodigioso originou a expedição dos *argonautas* à Cólquida.

A expedição foi organizada e liderada por Jasão. Jasão (em grego *Iáson*) é filho de Esão e de Alcimedede ou Polimedede, herdeiro legítimo do trono de Iolco, que fora usurpado de seu pai pelo meio irmão deste, Pélias (Pindaro, *Píticas*, IV, 118). O nome original do herói era Diomedes, todavia o centauro Quíron ao recebê-lo ainda criança deu-lhe um novo nome: Jasão³ (Rinne, 1998, p. 23).

Em outra versão do mito Esão oferece a regência do reino ao seu meio irmão Pélias até que seu filho e herdeiro, Jasão, alcançasse a maioridade e pudesse assumir o trono. Jasão foi educado por Quíron no monte Pelión e ao atingir a maioridade retornou a Iolco para reivindicar o trono da cidade, que por direito lhe pertencia. Jasão chegou à cidade e solicitou ao tio a devolução do reino, Pélias se prontificou restituí-lo com a condição de que o sobrinho devolvesse a Iolco o Velo de Ouro. Este Tosão de Ouro era a pele do carneiro alado no qual

³ Os nomes próprios tinham um grande significado entre os gregos, não eram somente identificadores da pessoa que o portava como ocorre na atualidade. Os nomes próprios eram definidores de características físicas, espirituais ou hierárquicas de seu portador (Souza, 2001, p. 176) Diante de tal concepção, o centauro Quíron teria feito a troca do nome de líder dos argonautas, por ter previsto o seu futuro? Possivelmente o sábio centauro alterou o nome do herói (anteriormente chamado Diomedes) prevendo que futuramente o herói viajaria à Cólquida e de lá traria Medéia (a deusa da cura nos relatos míticos), de onde se originaria a explicação para seu nome: Jasão - “aquele que traz a cura”. Portanto, Jasão estaria predestinado a encontrar Medéia e trazê-la à Grécia, todavia, esta afirmação constitui apenas uma inferência.

Frixo e Helé, antepassados de Jasão, fugiram da morte e se exilaram⁴ na Cólquida, país de Aietes onde se encontrava o Tosão Dourado. Segundo Pélias o reino passava por um período de grandes dificuldades que só se resolveriam quando fosse celebrado um sacrifício aos antepassados e quando o Tosão fosse restituído, pois o espírito de Frixo reivindicava a posse do objeto sagrado. Todavia, este fora dado por Frixo ao rei Aietes como presente pela boa acolhida que lhe dera o soberano, que também lhe oferecera uma das filhas, Calcíope⁵, em casamento constituindo com esta, quatro filhos. O rei consagrara o Tosão a Ares e o mesmo se encontrava cravado em um carvalho no bosque sagrado do deus da guerra, guardado por um dragão insone. Portanto, Jasão deveria conquistar de volta a relíquia sacra como prova de sua capacidade de governar o reino.

Outra versão diz que o próprio Jasão sugerira a conquista do Tosão Dourado. Pélias questionara ao herói, sem reconhecer neste o seu sobrinho, mas reconhecendo no jovem a figura descrita pelo oráculo como ameaça ao seu governo, sob qual punição infligiria àquele que lhe ameaçasse o reinado⁶. Jasão respondeu que solicitaria a tal pessoa que conquistasse o Velo de Ouro. Outra versão do mito afirma que esta resposta foi uma artimanha de Hera para punir Pélias que não a honrava. “Hera a fim de que Medéia se convertesse em um mal para Pélias (pois não honrava Hera), disse: ‘lhe encarregaria de trazer o velocino de ouro’⁷” (Apolodoro, *Biblioteca*, I, 16). Mediante esta resposta Pélias encarregou Jasão de reconquistar o Tosão Dourado. Todavia, só designara Jasão para esta missão por acreditar que o sobrinho não seria capaz de cumprir uma empreitada tão lúgubre e não retornaria vivo, assim eliminaria a ameaça ao seu reino. Independente da versão adotada, o fato é que a busca do Velocino de Ouro originou a viagem dos *argonautas* à Cólquida proporcionando o encontro de Jasão e Medéia.

Sob a liderança de Jasão a expedição à Cólquida, hoje o porto russo de Poti, (Obregón, 2001, p.74), foi organizada com o auxílio divino. Participaram da expedição os mais valorosos guerreiros gregos, cujo número variava entre cinquenta e cinquenta e cinco, destacando entre seus ilustres tripulantes: Castor, Pólux, Cálais, Zetes, Etálides, Argos (filho de Frixo e Calcíope), Teseu, Peleu, Hércules, dentre outros, além dos adivinhos Ídmon,

⁴ Apenas Frixo conseguiu sobreviver, Helé caiu no mar dando nome de Helesponto à região em que ocorreu a queda.

⁵“a face que brilha como bronze”.

⁶ Um oráculo respondeu a Pélias, quando este questionara sobre seu reino, que a ameaça ao seu reinado andava apenas com uma sandália. Inicialmente a resposta não fez sentido, mas durante um sacrifício oferecido pelo rei a Poseidon ao qual Jasão compareceu calçando apenas uma sandália o usurpador compreendeu o oráculo e identificou no jovem de aparência exótica o inimigo de seu reinado (cf. Apolodoro, *Biblioteca*, I, 16).

⁷ Apolônio de Rodes também apresenta a viagem dos argonautas como uma maquinação de Hera para castigar Pélias através de Medéia (Apolônio de Rodes, *Argonáutica*, III, 609 – IV, 252, *apud*: Obregón, 2001, p. 77).

Anfiarau e Mopso, segundo o catálogo apresentado por Apolodoro (*Biblioteca*, I, 16) ⁸. Podemos dizer que a expedição dos *argonautas* recebeu desde o início a proteção dos deuses, a própria Atena auxiliou Argos na construção da embarcação náutica, designada *Argó*⁹, de onde se originou o designativo dos tripulantes, *argonautas*.

É interessante observar que a inserção da deusa Atena na narrativa do mito de Medéia e Jasão, como auxiliadora na construção da nau, ocorre somente a partir do século cinco. Essa época marca justamente o período áureo da cidade de Atenas que vivenciava o auge de sua hegemonia sobre o mar Egeu, iniciada com as Guerras Greco-Pérsicas (Moreau, 1994, p.164), aspecto muito evidente da alusão ao poderio que Atenas desfrutava desde então. Ressaltando que foi exatamente o seu predomínio marítimo, pois a cidade construíra uma poderosa frota para combater a invasão persa, que estimulou o desenvolvimento do imperialismo ateniense (Guarinello, 1994, p.16).

O madeirame utilizado na confecção da nau procedia do monte Pelión e a proa falante do navio foi confeccionada com carvalho sagrado de Dodona, trazido pela deusa Atena, de acordo com as informações de Apolodoro (*Biblioteca*, I, 16). Para comportar os mais de cinquenta remadores que participaram da viagem, o casco da embarcação deveria medir aproximadamente 25 a 30 metros de comprimento e no máximo três metros de largura, pois possuía duas fileiras de remadores (uma em cada borda) e uma passarela entre ambas. A vela do tipo quadrada era confeccionada de lã ou peças de linho e o mastro era sustentado por correias de couro amarradas à popa e à proa e nas laterais da embarcação, que era composta por 25 bancos de cada lado, nos quais se sentavam os remadores. Os remos foram construídos de pinheiro e fortemente amarrados nas bordas da nau (Obregón, 2001, p. 38).

Embora estejam separadas por três milênios, a Expedição dos Argonautas e as Grandes Navegações da época Moderna possuem similitudes quanto ao significado de tal empreitada para as respectivas sociedades em que ocorreram. Fazendo uma analogia, poderíamos dizer que a viagem dos *argonautas* representou naquele tempo quase o mesmo que as viagens marítimas empreendidas pelos pioneiros das Grandes Navegações no século XV d.C, ou seja, o desbravamento do globo terrestre conhecido até então, a ampliação dos conhecimentos geográficos do mundo e a colonização e povoamento de algumas regiões

⁸ As variações à lista dos nomes dos *argonautas* não diferem muito entre os autores. Cf. *Píticas*, IV, 171: Apolônio de Rodes, *Argonáutica*, I20-227; Higino, *Fábulas*, 14, *apud*: Apolodoro, *Biblioteca*, I, 16.

⁹ Derivado de *Argos*, “rápido, ágil, branco”, significa a rápida, a brilhante.

desabitadas¹⁰. Em sua viagem os *argonautas* foram (re)povoando regiões e fundando cidades, como comprovam os versos de Apolodoro.

Estes, (os *argonautas*) com Jasão como comandante, se lançaram ao mar e chegaram a Lemnos. Então Lemnos não possuía homens e sua rainha era Hipsípila (...) Quando os *argonautas* chegaram a Lemnos, então em poder das mulheres, se uniram com ellas” (Apolodoro, *Biblioteca*, I, 17).

“(...) Polifemo fundou em Mísia a cidade de Cío e ali reinou (...) (Apolodoro, *Biblioteca*, I, 19).

O conhecimento científico que os *argonautas* possuíam para orientá-los em sua rota marítima para a viagem era muito diferente daquele utilizado pelos europeus colonizadores da época moderna¹¹, ou seja, os *argonautas* orientavam-se exclusivamente pelos recursos naturais, pois, não dispunham de invenções tecnológicas para auxiliá-los. Os nautas orientavam-se pelo sol e pelas estrelas¹². As estrelas indicavam o caminho aos navegantes e os ventos ditavam o ritmo da navegação e serviam também para indicar as direções.

Os *argonautas* navegavam costeando durante o dia, e ancoravam na praia à noite. A velocidade média da nau oscilava entre três e oito nó¹³. A remo podiam atingir a velocidade de três nó e de quatro a seis nó com a vela, e de vento em popa alcançavam sua velocidade máxima (Obregón, 2001 p. 40). A viagem durou ao todo quatro meses (Apolodoro, *Biblioteca*, I, 26), e a rota de retorno não seguiu o mesmo itinerário percorrido na ida como Fineu havia profetizado na versão apresentada por Apolônio de Rodes¹⁴ (*Argonáutica*, II, 164-606, *apud*: Obregón, 2001, p.57). Várias foram as dificuldades encontradas pelos heróis no decorrer de sua viagem (Rochedos entrecocantes¹⁵, Cila¹⁶, sereias¹⁷, guerras), enfim, o

¹⁰ Não acreditamos realmente na ausência total de habitantes nestas localidades, semelhantemente ao continente americano, as regiões povoadas pelos *argonautas* não eram completamente desabitadas, possuíam seus habitantes autóctones.

¹¹ Logicamente o avanço científico do século XV d.C era muito superior àquele existente nos primórdios da civilização grega, foi justamente esse conhecimento científico (astrolábio, bússola, caravelas) que impulsionou as Grandes Navegações.

¹² Segundo Obregón (2001, p.36) as estrelas não são eternas, elas sofrem alterações ao longo dos anos, as estrelas alteram a cada 26 anos o seu “diâmetro” em relação ao do globo terrestre, ou seja, a posição das constelações na época da expedição dos argonautas não era a mesma que conhecemos atualmente.

¹³ Unidade de velocidade equivalente a uma milha náutica por hora (1852 m/h). Um nó equivale a 0.51444 m/segundos. Disponível em: <www.wikipedia.org/wiki/milha_nautica>. Acesso em: 06 de novembro de 2006.

¹⁴ Não conseguimos a fonte *Argonáutica*, a mesma só foi encontrada na USP no idioma original (grego) e no presente momento não temos o domínio lingüístico necessário à análise de um documento neste idioma. Daí a necessidade de citarmos a fonte através da leitura indireta, todavia, ressaltamos que Mauricio Obregón (2001) cita fragmentos bem amplos da *Argonáutica*, sobretudo os livros I, II, III, IV o que nos possibilitou conhecer a obra, ao menos parcialmente.

¹⁵ Também denominado *Simplégades* ou Rochedos Azuis, eram duas ilhotas situadas no mar Negro perigosas à navegação. Fineu ao indicar a rota da viagem aos argonautas dissera-lhes que ao chegar a estas rochas, deveria primeiro enviar uma pomba entre os rochedos, se a ave saísse do outro lado poderiam passar ilesos (Apolônio de Rodes. *Argonáutica*, II, 164-606, *apud*: Obregón, 2001, p. 57).

desconhecido. Os problemas enfrentados pelos *argonautas* não diferenciavam muito das dificuldades encontradas pelos pioneiros da navegação no século XV d.C, pois o imaginário medieval povoara o Oceano Atlântico de monstros e seres fantásticos, possivelmente um legado do imaginário grego sobre os seres prodigiosos de sua mitologia, que os nautas enfrentaram durante a viagem. Entretanto, apesar das dificuldades os *argonautas* conseguiram cumprir a sua missão e concluíram a viagem amparados pela magia de Medéia, retornando salvos à Grécia.

Semelhante a Europa Moderna que não ousava navegar todo o oceano Atlântico, o mundo dos contemporâneos de Jasão também não era muito amplo, limitava-se aos arredores do Mar Mediterrâneo, desconheciam os grandes oceanos aos quais denominavam apenas por Oceano Infinito, e nomeavam ao Estreito de Gibraltar de Rio de Oceano (Obregón, 2001, 16). A expedição partiu de Iolco, a atual Volos¹⁸, mais especificamente do golfo de Pásagas em direção à Cólquida, considerada o fim do mundo. Os *argonautas* foram os primeiros a se aventurarem a navegarem para estas terras, nenhuma outra viagem havia sido empreendida pelos gregos para estas paragens, ou melhor, nenhuma que tenha sido documentada ou que obteve sucesso, o Tosão Dourado estava na Cólquida por intermédio dos deuses, que transportando Frixo descendente dos eólios, o salvara.

A expedição dos *argonautas* foi uma viagem de desbravamento partindo de Volos, na época micênica denominada Minyens, navegaram em direção ao desconhecido, ou seja, a caminho de Aia, antigo nome do país de Medéia (Moreau, 1994). A narrativa da expedição refere-se a um período anterior a guerra de Tróia, aproximadamente uma geração antes, nos fins do século XIII, entre os anos de 1270 a 1220. Inicialmente restrita ao âmbito do simbolismo a expedição dos *argonautas* foi posteriormente correlacionada com o processo de expansão colonial da Grécia, a viagem dos heróis, assim como a expansão marítima colonial, possui três etapas que correspondem na história do mito a uma extensão progressiva das terras abordadas pelos viajantes (Moreau, 1994, p.159). A importância da expedição pode ser averiguada pelos sinais deixados pela mesma na toponímia, ao observarmos o percurso

¹⁶ Monstro marinho feminino, voraz devorador de naufragos, habitava uma gruta situada no estreito de Messina no litoral do mar Tirrênio.

¹⁷ As sereias da mitologia grega são seres monstruosos, demônios marinhos parte mulher parte pássaro viviam numa ilha do Mediterrâneo e atraíam aos navegantes com seu canto, devorando-os, seu número variava entre duas e quatro, conforme a fonte. Os *argonautas* foram salvos do canto nefasto das sereias graças à música melodiosa de Orfeu (cf. Kury, 1990).

¹⁸ Esta cidade é atualmente o terceiro porto da Grécia, uma região florida no verão e coberta de neve (monte Pelión) no inverno (Obregón, 2001, p.20). O tradutor da tragédia, Mário da Gama Kury, afirma que Iolco é atualmente uma cidade da Ásia Menor, próxima a Guzeihizar, na Turquia.

percorrido pelos nautas podemos perceber que várias localidades mencionadas pelos autores antigos perduraram na topografia grega do século XXI.

O animal salvador, que conduzira Frixo à Cólquida, fora sacrificado em honra a Zeus e a pele deste presenteada ao rei do país, Aietes. Outra versão do mito diz que Frixo fora assassinado pelo rei Aietes que pretendia apossar-se do Velo Dourado. Em função de tal crime o rei Pélias argumentara com Jasão que o espírito de Frixo reivindicava a expiação do crime, e como ele (Pélias) já era muito velho para empreender a viagem punitiva, Jasão deveria vingar a morte de seu ancestral eólio¹⁹. Superadas todas as dificuldades os *argonautas* chegaram ao seu destino, à Cólquida no Cáucaso, situada logo após a desembocadura do rio Fasis, no qual ancoraram.

Os *argonautas* e seu líder foram bem recebidos pelo rei do país Aietes e Jasão informou-lhe o motivo de suas presenças em suas terras. O monarca concordou prontamente com a devolução do Tosão Dourado, desde que Jasão comprovasse sua valentia e coragem desempenhando quatro provas designadas pelo rei²⁰. Entretanto, as mesmas deveriam ser executadas somente pelo líder do grupo, sem o auxílio de seus companheiros. O herói inicialmente titubeou, mas percebendo os olhares de Medéia, a filha de Aietes, aceitou cumprir a missão imposta pelo rei. O Olimpo conspirava a favor de Jasão, Atena ajudara na construção da nau, os deuses transportaram o navio em segurança através das *Simplégades*, e agora Hera, considerada madrinha de Jasão, interferia mediante o auxílio de Afrodite, fazendo Medéia apaixonar-se pelo herói e desta forma ajudá-lo através de seus conhecimentos mágicos, a executar a missão.

É a partir deste momento que se desenvolveu toda história trágica do amor de Jasão e Medéia. O herói interessado no poder da magia da jovem sacerdotisa de Hécate, para desempenhar sua missão, prometeu-lhe matrimônio sob juramento no templo da deusa de três corpos²¹. Medéia utilizando-se de todo o seu saber sobre ervas mágicas e também de sua magia interferiu ajudando Jasão, fornecendo a este uma poção mágica que o tornou indestrutível por um dia, tornando possível a realização de todas as provas. Segundo a narrativa de Apolônio de Rodes na *Argonáutica* (III, 609, *apud*: Obregón, 2001, p.77) a

¹⁹ Esta é a versão apresentada pelo tradutor na introdução da tragédia que utilizamos como fonte (cf. Kury, 1991).

²⁰ As provas impostas a Jasão eram impossíveis de serem realizadas em um único dia: 1ª domar dois touros de casco e chifres de bronze que lançava fogo pelas narinas e boca; 2ª arar os campos de Ares; 3ª semear neste campo os dentes de uma serpente monstruosa, dos quais nasceriam guerreiros armados para defender o campo semeado e 4ª matar o dragão guardião do tosão dourado que velava noite e dia o objeto (cf. Kury, 1991, p. 12).

²¹ Hécate, deusa protetora da magia e das feiticeiras, senhora dos mortos e patrona das encruzilhadas. Representada com três corpos de mulher unidos pelo ombro, rosto em três direções, simbolizando o ciclo da vida: nascer, crescer e morrer (cf. Robert, 1988, p.78).

poderosa poção foi preparada com uma flor que nascia onde caiu o sangue de Prometeu. A paixão imensurável de Medéia por Jasão foi a causa de sua perdição, em nome deste amor a sacerdotisa de Hécate cometeu vários crimes. Após concretizar com sucesso a sua missão Jasão fugiu levando consigo sua salvadora e o cobiçado objeto sagrado, pois Medéia descobriu que o pai não pretendia honrar sua palavra e que desejava matar Jasão. Os amantes²² fugiram levando o meio irmão de Medéia, Apsirto, que foi morto e esquartejado e lançado ao rio pela heroína durante a fuga, para retardar a perseguição de seu pai.

Difíceis e múltiplos foram os perigos e as dificuldades encontradas pelos nautas em sua viagem de regresso, mas a intervenção de Medéia e sua magia asseguraram aos navegantes aportarem seguramente no porto de destino, próximo a Iolco. Nesta cidade o amor desvairado de Medéia por Jasão conduziu a heroína para um novo crime, a morte do rei da cidade. Pélias receoso da vingança do sobrinho fechou as portas de Iolco, impedindo a entrada de Jasão, pois havia assassinado o pai de Jasão em sua ausência e também o irmão caçula, Prômaco, ainda criança. Utilizando-se do disfarce de uma velha sacerdotisa, Medéia liderando uma procissão fez as portas da cidade se abrir para ela e seu cortejo²³ e em seguida metamorfoseou-se diante do velho Pélias em uma jovem e linda mulher, impressionado com tal transformação o rei pediu a Medéia que o rejuvenescesse também. Outra versão diz que os *argonautas* foram recebidos com festa em Iolco e que o pai de Jasão já bastante idoso não podia participar das festividades e Medéia o rejuvenescera. O rei usurpador também cobiçou o rejuvenescimento, e instigado por Jasão, Medéia arquitetou um plano para vingar-se de Pélias, que usurpara o seu trono²⁴ e matara seu irmão quando Jasão estava cumprindo a missão imposta por Pélias. Para convencer as filhas do rei a executarem o ritual, Medéia sacrificou um velho carneiro e o colocou dentro de seu caldeirão com diversas ervas e dele saiu um carneirinho. Diante de tal demonstração as filhas de Pélias esquartejaram o pai e o lançaram no caldeirão da feiticeira, entretanto, o soberano nunca mais saiu dele, pois Medéia fornecera deliberadamente uma fórmula errada às filhas de Pélias. Após todos esses crimes o casal exilou em Corinto e viveu feliz por dez anos e Medéia concebeu dois filhos desta união.

Desta forma, *Medéia* origina-se do entrelaçamento de diversos mitos gregos que constituem o núcleo temático da história trágica dos jovens amantes. A tragédia *Medéia* narra a dor e o sofrimento da heroína ao ser abandonada pelo marido e toda a vingança tramada pela

²² O termo não possui nenhuma conotação pejorativa, não designa uma relação extraconjugal, visa apenas enfatizar o amor recíproco entre Jasão e Medéia.

²³ O cortejo que acompanhava Medéia, composto por doze moças foi um presente de Arete, rainha dos feaceos (Apolodoro, *Biblioteca*, I, 26).

²⁴ Esta é a versão apresentada por Mário da Gama Kury (1991, p. 13) na introdução da tragédia que usamos como fonte.

mente enciumada de Medéia. Com Eurípedes Medéia imortalizou-se na história literária como uma mulher monstruosa e furiosa, enlouquecida de paixão e sedenta de vingança. Ensandecida de ciúmes pela traição do marido, a heroína atingiu o ápice de seu desespero transformando-se em assassina dos próprios filhos, após matar sua rival (Creusa) juntamente com o pai desta, com presentes impregnados por uma poção mágica, para concretizar sua vingança contra o esposo infiel e puni-lo por seu perjúrio.

Após concretizar sua *timoría* (vingança), Medéia fugiu no carro de fogo enviado por seu avô Hélios (o deus Sol), levando consigo os cadáveres dos filhos, recusando a Jasão o direito de enterrá-los. Portanto, o núcleo temático de Medéia começa com a traição de Atamas e encerra-se com a traição de Jasão e conseqüentemente o assassinato dos filhos deste executado pela própria mãe.

Referências bibliográficas

A. DOCUMENTOS IMPRESSOS

- APOLODORO. *Biblioteca*. Trad. Margarita Rodríguez de Sepúlveda. Madrid: Gredos, 1985.
- EURÍPIDES. *Medéia; Hipólito; As Troianas* /Eurípedes. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- _____. *Tragédias*. Trad. José Pérez. São Paulo: edições Cultura, 1943.
- HOMERO. Deméter. Trad. Jair Gramacho. In: *Hinos Homéricos*. Brasília: UnB, 2003. p. 69-84.
- OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. Vera Lucia Leitão Magyar. São Paulo: Madras, 2003. p. 133-145.
- PÍNDARO. Píticas. Trad. Alfonso Ortega. In: *Odas y fragmentos*. Madrid: Gredos, 1984, p. 161-178.

B. OBRAS GERAIS

- ARMSTRONG, Karen. *Breve história do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BRANDÃO, Junito de Souza. Jasão e os argonautas. In: _____. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 175-205.
- BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- BUXTON, Richard. Religião e mito. In: CARTLEDGE, Paul (org.). *História ilustrada da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p.424-451.
- CÂNDIDO, Maria Regina. Medéia: ritos e magia. *Phoênix*. Rio de Janeiro, V. 2, p. 229-235, 1996.

- _____. Medéia: mito e mulher. In: SILVA, Francisco Carlos T. (org.) *História e Imagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 265-277.
- DEVEREUX, Georges. *Mujer y mito*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; QUINELATO, Eliane. A fábula grega e o feminino. In: FUNARI, Pedro de Abreu; FEITOSA, Lourdes Conde *et al* (org.). *Amor, desejo e poder na Antigüidade*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 183-195.
- ELIADE, Mircea. A vegetação: símbolos e ritos de renovação. In: _____. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 213-265.
- _____. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- FERREIRA, José Ribeiro. *Amor e morte na cultura clássica*. Coimbra: Ariadne, 2004.
- FERREIRA, Luisa de Nazaré. A fúria de Medéia. *Humanitas*. Coimbra, V. 49, p. 61-84, 1997.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; FEITOSA, Lourdes Conde *et al* (orgs.). *Amor, desejo e poder na Antigüidade: relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Unicamp, 2003.
- GAZOLLA, Rachel. *Para não ler ingenuamente uma tragédia grega*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- GRAF, Fritz. *La magie dans l'antiquité gréco-romaine idéologie et pratique*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1994.
- IERANÒ, Giorgio. Observações sobre o mito de Medéia no século XX. In: LEÃO, Delfim F. FIALHO, Maria do Céu; SILVA, Maria de Fátima (orgs.). *Mito clássico no imaginário ocidental*. Coimbra: Ariadne, 2005. p.107-119.
- KATZ, Marilyn A. Mulheres, crianças e homens. In: CARTLEDGE, Paul (org.). *História ilustrada da Grécia antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 160-201.
- KOVACS, David. On Medea's great monologue. *The Classical Quarterly*. Londres, V. 36, p. 343-352, 1986.
- KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *Introdução à tragédia Medéia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 11-17.
- LESSA, Fábio de Souza. Imagem feminina: Medéia. In: SILVA, Francisco C. T. (org.) *História e imagem*. Rio de Janeiro: 1998. p. 279-288.
- _____. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MOREUA, Alain. *Le mythe de Jason et Médée*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.
- MOSSÉ, Claude. *La mujer na Grécia clásica*. Madrid: NEREA, 1990.
- MURRAY, Gilbert. *Eurípides y su tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
- OBREGÓN, Mauricio. *Mitos, leyendas, historia*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2001.
- PÉREZ, José. *Introdução às Tragédias*. São Paulo: Edições Cultura, 1943. p.V-XXXI.
- RINNE, Olga. *O direito a ira e ao ciúme*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- ROBERT, Fernand. *A religião grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- ROMILLY, Jacqueline de. *A tragédia grega*. Lisboa: Edições Setenta, 1997.
- _____. *La modernité d'Euripide*. Paris: Puf Écrivains, 1986.
- SNELL, Bruno. Mito e realidade na tragédia grega. In: _____. *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 95-115.
- SOUSA, Dolores Puga Alves. Tradições e apropriações da tragédia: Gota D'Água nos caminhos da Medéia clássica e da Medéia popular. *Fênix Revista de História e estudos culturais*. Uberlândia, V. 2, p.1-23, julho/agosto/setembro 2005.
- SOUZA, Cláudio Mello e. *Helena de Tróia* (O papel da mulher na Grécia de Homero). Rio de Janeiro: Lacerda, 2001.

C. DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

<www.wikipedia.org/wiki/milha_nautica>. Acesso em: 06 de novembro de 2006.

<www.revistafenix.pro.br>. Acesso em : 03 de março de 2007.

EXPEDIÇÕES MILITARES NA FRONTEIRA OESTE DO IMPÉRIO: A Guerra do Paraguai em Mato Grosso (1864-1870).

Aluísio Gonçalves de Farias*

Resumo:

O presente trabalho tem como temática central a Guerra do Paraguai (1865-1870), enfoca os estudos sobre o Exército brasileiro e o Império, e tem por objetivo analisar a formação, a organização e a atuação do Exército Imperial no citado conflito na Província de Mato Grosso. Outro foco de análise é o momento posterior ao conflito (1870-1920), especificadamente a região Sul da Província. Utilizamos para a realização desta pesquisa, documentos oficiais pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), como correspondências do Comando das Armas da Província, Ofícios de Acampamentos Militares, Relatórios do Presidente de Província e bibliografia referente ao período.

Palavras-chaves: Paraguai, Mato Grosso, Militares, Infantaria, Exército.

Abstract:

The present work has as thematic central the War of Paraguay (1865-1870). It focuses the studies on the Brazilian Army and the Empire, objectifying to analyze formation, organization and performance of the Imperial Army in the cited conflict in the Province of Mato Grosso, also analyzing the moment subsequent to the conflict (1870-1920), specifically in the south region of the Province. We use for the accomplishment of this research, pertaining official documents to the Public Archive of Mato Grosso (APMT), as correspondences of the Command of the Weapons of the Province, crafts of military Encampments, Report of President of Province and referring bibliography to the period.

Key-word: Paraguay, Mato Grosso, Militaries, Infantry, Army.

O presente trabalho tem como objeto de análise o Batalhão 21 de Infantaria, uma Instituição Militar formada na Província de Minas Gerais, em junho de 1865, por ordem do Império, por consequência dos ataques de paraguaios na Província de Mato Grosso, assim, o objetivo deste artigo é analisar a formação e atuação do Batalhão 21 de Infantaria na Guerra do Paraguai na referida Província.

O recorte temporal que utilizo para este trabalho é de 1864, início da Guerra do Paraguai até o ano de 1870, momento em que a historiografia considera o fim da guerra.

Utilizo ainda, as fontes do Arquivo Público de Mato Grosso, que abrangem os anos de 1860 à 1870. Estas documentações se referem à invasão paraguaia em Mato Grosso e a

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, bolsista CAPES/ FAPEMAT, e tem como orientadora a Prof. Dr^a Maria Adenir Peraro.

mobilização por parte da Província e do Império para a defesa da fronteira Oeste do Brasil. É observado um grande número de correspondências que mostram o cotidiano de militares e a política estrategista do Império.

O Exército é um dos alicerces para a construção de um Estado; pois, implica na idéia de soberania Nacional e a organização da sociedade em um determinado território.

Nessa perspectiva, o Exército é uma instituição de suma importância para a análise da natureza do Estado, uma vez que, este é um dos elementos que garante a coação física para a realização das ordens emanadas, o que implica na idéia de *monopolização da violência*; ou seja, o monopólio legitimado perante a população. Assim, passa-se até a garantia de segurança pessoal para o Estado, que, por conseguinte, passa a ter responsabilidade de proteger a todos.

No Brasil, o Exército passou a ser estruturado e organizado de forma profissional a partir do conflito com Paraguai; momento em que o Império se viu obrigado a aparelhar e criar condições favoráveis para uma batalha de defesa de seu território. Assim, passa a existir um recrutamento obrigatório seguido de uma formação da oficialidade.

A Guerra do Paraguai teve início em dezembro de 1864. Naquele momento, as relações diplomáticas entre o Império brasileiro, governada por D. Pedro II e a República do Paraguai, governada por Solano Lopez encontravam-se deteriorada, devido a conflitos de interesses no que tange a fronteiras entre os dois países; a navegação do Rio Paraguai, uma vez que navios brasileiros adentravam o território paraguaio para chegar a Província de Mato Grosso; além de conflitos que remontam ao período colonial ibérico, relacionado ao tratado de fronteiras. Além desses fatores entre o Brasil e o Paraguai, temos ainda o cenário político de crise envolvendo outros dois países da Bacia do Prata: a Argentina e o Uruguai.

A Argentina por ter sido durante o período colonial um Vice-Reino (Província de Buenos Aires) de suma importância para o Império Espanhol e por abranger um vasto território, não aceitou e não reconheceu a independência do Paraguai no século XIX. Dessa forma, criou intensos desentendimentos diplomáticos, uma vez que tinha o sonho de recuperar a estrutura territorial do Vice-Reino do Prata, e para isso teria que voltar a anexar o Paraguai.

Outro aspecto que favoreceu o desencadeamento da Guerra do Paraguai foram as interferências do Império Brasileiro na política do Uruguai. Nesse sentido, a ascensão dos Blancos (Partido conservador) no Uruguai que se encontravam no poder não agradava aos liberais (Gabinete de Zacarias) no Brasil, o que provocou desentendimentos, sendo um dos choques devido a livre navegação do Rio Paraná.

Essas interferências brasileiras eram vistas pelo Paraguai como uma ameaça ao equilíbrio político e a soberania dos Estados Platinos. Nesse sentido, os choques entre o Brasil e Paraguai foram inevitáveis.

Devido aos fatores internos ou como diz Doratioto “devido a dinâmica da construção dos Estados Nacionais na Região do Rio do Prata”(DORATIOTO, 1991:81), ocorreu a Guerra do Paraguai e a Província de Mato Grosso foi a primeira a sofrer um ataque.

A Guerra do Paraguai é vista em sua particularidade na região de Mato Grosso, uma vez que esta província foi palco secundário da Guerra para onde fora enviado o Batalhão de Infantaria nº 21, entre outros, como o nº 20 e o 19º de Goiás.

Durante o conflito com Paraguai (1864-1870), ocorreu enorme mobilidade armamentista por parte do Império, quanto à organização de Batalhões e Companhias, além de acrescentar a Guarda Nacional como Forças de Linhas (BARROSO, 2000:15). Não havia no Império, naquele momento, sequer um Exército regular e, portanto, uma falta de estrutura bélica para a tal guerra, bem como escassez de homens nas forças militares. Assim, segundo Joaquim Francisco Mattos (MATTOS, 1990:15) que apresenta o número de efetivo militar de 31/03/1864 da Diretoria Geral da Secretaria da Guerra, o total de homens era apenas de 18.320, com 38 do Corpo Eclesiástico e 1.016 da Guarda Nacional, entre oficiais e praças.

Diante desses dados é importante salientar que o Exército, naquele momento, não constituía a força oficial do Império, uma vez que esta era marginalizada, não tinha uma importância nacional, e se concentrava, em grande parte, no Sul do país, devido a Guerra da Cisplatina e conflitos nessa região. Dessa forma, esta Instituição era formada por homens livres e não proprietários de terras ao contrário da Guarda Nacional, na qual seus oficiais pertenciam à classe de latifundiários e aristocráticos imperiais.

Em dezembro de 1864, a Província de Mato Grosso foi invadida facilmente pelos paraguaios, fato que traduz a fragilidade militar da região fronteira que representava esta Província. Nesse sentido, as autoridades provinciais por várias vezes, entre elas nos relatórios de província e mensagens de governadores, apresentavam e reclamavam a falta de estrutura bélica da região para o governo central no Rio de Janeiro; porém sem a devida resolução do problema.

Em Dezembro de 1864 os paraguaios invadem a Província de Mato Grosso, organizados a partir de duas expedições, sendo uma terrestre e outra fluvial, comandadas pelos paraguaios coronel Vicente Barrios e o Coronel Izidoro Resquim. E isto significou o ponto de partida para o desenvolvimento desse conflito.

Barrios foi o responsável pelo ataque ao Forte de Coimbra, uma unidade militar com uma posição estratégica responsável pela guarda da fronteira. Nesta operação foram utilizados três batalhões de infantaria.

A localidade de Corumbá foi uma das primeiras a ser atacada pelos paraguaios em janeiro de 1864, sob o comando de Barrios, enquanto outra expedição iniciava o ataque pelo Rio Apa na cidade de Miranda com 1.450 soldados de infantaria. Apesar dos ataques às cidades, estas estavam praticamente abandonadas pela população, onde havia apenas alguns militares.

Em Cuiabá, a população temia uma possível invasão, pois bastava aos paraguaios descenderem o rio; porém, criaram-se estratégias para a defesa da cidade, que contou com a organização de um Corpo de Voluntários da Pátria, feito pelo então marinheiro aposentado Augusto Leverger, que passou a ter o título de Barão de Melgaço, uma vez que mobilizou os homens em Cuiabá e os deslocou para fora da Cidade, na Região estratégica denominada Melgaço.

Dentre os diversos corpos e batalhões enviados a Mato Grosso, este trabalho se restringe apenas ao Batalhão de Infantaria de nº 21. Trata-se de um corpo formado em apenas sete meses depois da invasão Paraguaia em Mato Grosso, visto que este foi organizado sob ordem do Império na Cidade de Uberaba, como nos diz Moreira:

“ A lei nº. 1.246, de 28 de junho de 1865, regida pela Ordem do Dia nº 459, de 5 de julho do mesmo ano, regulamentou a formação do 21º Batalhão de Infantaria, a oito companhias, oriundo da junção dos Corpos de Guarnição de São Paulo e Minas Gerais.”(MOREIRA, 1990:15)

Observamos que esta unidade militar fazia parte de uma grande expedição, composta por vários outros Corpos e Companhias, como o Batalhão de Infantaria nº 20; além de contar com Batalhões de Voluntários da Pátria, Cavalaria e uma comissão de engenheiros. E será esta organização que realizará as operações de defesa no Sul de Mato Grosso, e que também ficará na história pela sua manobra militar em terras paraguaias, denominada de “Retirada da Laguna” conforme descreve o escritor Visconde de Taunay, também referenciado no corpo desta pesquisa.

As origens do Batalhão 21 de Infantaria remontam à década de 1840, uma vez que esta unidade é formada a partir da 2ª e 3ª Companhias de Pedestres de Minas Gerais, as quais são organizadas em 1842, assim como os Corpos Fixos de São Paulo e as Guarnições Fixas de Minas Gerais, criados em 1847.

A partir do ataque dos paraguaios em 1864, esses corpos militares de São Paulo e Minas Gerais se articulam em Uberaba, Província de Minas Gerais, e ocorre o desaparecimento dos Corpos Fixos, e a soma de outras unidades, para formar o Batalhão 21, com oito companhias.

Formada essa coluna militar, deslocou-se em direção a Coxim, onde permaneceu por quatro meses, e por ser esta região de intensa insalubridade, devido às cheias de rio, ocorrem intensas epidemias, como a de beribéri, e perda soldados, além da falta de abastecimento de alimento, provocados pelas inundações causadas pelas cheias do Rio Paraguai.

Com relação às condições de insalubridade na Província de Mato Grosso, que foi uma das grandes dificuldades da Guerra, este é um dos principais elementos que contribuíram para a grande perda de homens da expedição militar ao Sul da referida Província.

Após a permanência em Coxim, o batalhão 21 se dirigiu à Miranda, sob o comando do Major José Thomaz Gonçalves. Nessa localidade, o Corpo permaneceu durante quatro meses de intensas dificuldades devido às doenças climáticas, provocando novas perdas de contingentes. Depois de nove dias de caminhada esse Corpo chega à região de Nioaque, o que possibilitou um descanso e reorganização das tropas.

A Coluna militar, ao chegar à região do Rio Apa (fronteira do Brasil com Paraguai), o Coronel Thomaz decidiu cruzar e invadir a região paraguaia, porém para isso, retorna à Nioaque para planejar essa invasão. Depois da decisão e do planejamento da invasão, receberam a ordem de partida e o Batalhão 21 de Infantaria, fica à retaguarda da Expedição.

Os primeiros momentos da invasão foram assustadores; os soldados brasileiros foram atacados, porém sem grandes perdas, devido a forte ação militar do Batalhão 21, que por estar na retaguarda da expedição, foi o último a chegar ao conflito. No momento da retirada dos soldados paraguaios, estes atearam fogo na ponte do Rio Taquaraçu, o que provocou um atraso à expedição.

No território paraguaio, os brasileiros atacaram e se apossaram da cidade de Machorra, e mais uma vez o plano seria de utilizar o Batalhão 21 na retaguarda e o ataque com o 17º Batalhão de Voluntários. Esse plano tinha o objetivo de conquistar o Forte Bela Vista, o qual era a defensiva do lado paraguaio e, portanto, ponto estratégico para uma vitória.

A estratégia utilizada pelos paraguaios para defesa de seu território, foi a destruição e queima total de todos recursos possíveis que poderiam ser utilizadas por tropas brasileiras. Desse modo, as dificuldades, foram se tornando cada vez mais insuportáveis.

Após a tomada do Forte de Bela Vista, a expedição decide seguir caminho para a Fazenda Laguna, a qual segundo historiografia, era pertencente ao Presidente paraguaio

Francisco Solano Lopes. No trajeto á Laguna, não foi encontrado nenhum alimento, provocando uma “deficiência de munição de boca” (MOREIRA, 1990:22).

Na região de Laguna, o Batalhão 21, saiu de sua posição de retaguarda e foi escolhido para realizar um ataque a um acampamento Paraguaio, que segundo Moreira (1990) “estava a uma légua e meia do estacionamento brasileiro”. Este batalhão contava com o apoio de Corpos de Caçadores à Cavalo.

Nos primeiros momentos desse conflito, os paraguaios saíram em retirada, com um saldo de oitenta mortos e a perda de muitos materiais bélicos, deixados para trás durante a retirada. No lado brasileiro, registrou-se a perda de um soldado. Apesar desse clima de euforia dos brasileiros, já não havia uma estrutura que possibilitasse a posse das terras até então conquistadas, e nem mesmo mantimentos, vitais para a sobrevivência. Assim, estes fatores impossibilitaram a continuidade do plano de conquista até chegar à Assunção. Eles estavam cercados pela tropa paraguaia.

Diante dessas dificuldades, não havia outra escolha, foram obrigados a se retirarem, retirada que ficou conhecida historicamente como “Retirada de Laguna”, uma manobra militar bastante complicada, uma vez que a posição da Expedição brasileira era alvo muito fácil de constantes ataques.

O Batalhão 21 de Infantaria agia, a partir de então, no flanco esquerdo da Coluna, que devido a esta posição foi menos atingido pelos paraguaios.

A coluna se dirigiu à margem direita do Apa e ficou estacionada por dois dias. Essa ação tinha a intenção conseguir mantimentos e alimentação dos comerciantes brasileiros situados em Nioaque; porém, a coluna não conseguiu concluir o plano.

Tropas brasileiras foram atacadas frontalmente de surpresa em Manchorra, e o Batalhão 21 foi atacado por uma cavalaria. O combate foi rápido, porém fulminante com a perda de duzentos e trinta soldados brasileiros. Este episódio foi um dos decisivos para os conflitos no palco secundário da guerra e um dos mais sangrentos.

Depois desse conflito, além da perda de soldados, a coluna militar sofria intensamente com a falta de alimentos e munição (equipamentos). Estes estavam próximo à Nioaque (lado brasileiro), o que poderia sinalizar melhora para a coluna, uma vez que era neste local que encontravam grande parte dos comerciantes que abasteciam a coluna. Porém, soldados paraguaios atacaram essa cidade antes da chegada da tropa brasileira. Esse fato é um dos que contribuiu para a perda de homens e o enfraquecimento da coluna, uma vez que a situação já era muito complicada.

A situação tornava-se mais caótica, devido as doenças tropicais, como o caso da cólera-morbo, o que também era resultado da fome, uma vez que a soldadesca não tinha resistência física, o que facilitava a contaminação e a disseminação dessa doença.

A coluna consegue, depois de tamanho sofrimento e abandono por parte do Império brasileiro, atravessar o Rio Miranda, ainda sobre o comando do Major Thomaz Gonçalves, o qual era comandante do Batalhão 21. Logo depois chega a cidade de Nioaque e, em seguida, Aquidauana, e neste local o Major Thomaz declara na ordem do dia o fim Retirada: “*A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias mais difíceis(...)*”(MOREIRA, 1990:42).

Após toda essa difícil operação militar de retirada, o Batalhão 21 de Infantaria chegava a Cuiabá em 1867, onde permaneceu até 1869. Quanto a esse período de permanência em Cuiabá, essa corporação ficou estacionada no Largo da Matriz (Requerimento do Batalhão 21 de Infantaria à Tesouraria da Província, Lata 1870, pasta de assuntos militares, APMT). Os que lutaram na “Retirada de Laguna” receberam a medalha de *Constança e Valor*; alguns receberam essa honra ainda no Ribeirão das Correntes, regulamentado pelo Decreto nº três mil novecentos e vinte e seis, de sete de agosto, os praças com a Medalha de Prata e os oficiais com a de Ouro, pela suas ações na operação no Sul de Mato Grosso.

Com relação aos soldados do Batalhão 21, grande parte destes era proveniente de outras províncias, além de serem voluntários de outras corporações militares que foram “addidos” (incorporados a este instituição), como pode ser observado em documentações que demonstram a presença de soldados do Batalhão 17 de Voluntários, presentes na Coluna Militar, e que foram somados ao 21 de Infantaria.

Desse modo, logo após o conflito muitos soldados passam a solicitar recursos para voltar às cidades de origem, uma vez que grande parte deles tinha cinco anos longe de suas famílias.

Com o fim do conflito em 1º de Março de 1869, o chefe das operações no território paraguaio Conde D’eu, solicita a participação do Batalhão 21e de outras forças estacionadas em Mato Grosso nestas ações. Assim, deslocam para Assunção duzentos e vinte e seis praças do Batalhão 21 de Infantaria.

Após esta tarefa de apoio no Paraguai, o Conde D’eu designa o 21 de Infantaria a permanecer em Corumbá com a finalidade de vigiar as cidades de divisa e o Forte de Coimbra.

Em 1º de Março de 1870 termina oficialmente a Guerra do Paraguai. Os efeitos do pós-guerra para o Brasil foram de suma importância, uma vez que representa um marco

histórico, pois através desse momento foram possíveis grandes transformações nos cenários social, econômico e político do Brasil.

O Batalhão 21 de Infantaria é transformado em 16º Batalhão de Caçadores em 1920 pelo Decreto nº 13.916 de 11 de Dezembro de 1919, o qual já previa a transferência dessa instituição para Cuiabá, e que foi instalado no Arsenal de Guerra, localizado no Bairro do Porto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2000

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*, Trad. Telma Costa. Lisboa: Ed. Teorema, 1991.

MARQUES, Maria Eduarda Castro (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro 1995.

MATTOS, Francisco Joaquim. *A Guerra do Paraguai (História de Francisco Solano Lopes, o extermínio da nação paraguaia.)*. Brasília, 1990.

MOREIRA, Reinaldo Correia. *O Batalhão Laguna*. Rio de Janeiro: Bibliex. 1990.

PERARO, Maria Adenir. *Os Bastardos do Império, Família e Sociedade em Mato Grosso no Século XIX*. São Paulo:Ed. Contexto,2000

TAUNAY, Visconde . *A Retirada de Laguna*. Coleção prestígio 13ªed. São Paulo Ed. Ediouro. 1952

Governo Juscelino Kubitschek: Uma discussão inicial.

FÉLIX, Ângela da Silva

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza (Orientadora).

O presente artigo tem como objetivo analisar o governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961) buscando (des)construir o mito.

O Governo de Juscelino Kubitschek até hoje é cercado de contradições, lembrado como o responsável pela industrialização acelerada pela qual o país passou durante seu governo, o presidente que construiu Brasília, mas por outro lado acusado de entregar o Brasil à dívida externa.

Figura sorridente e carismática, JK ao que parece, tinha a simpatia das classes menos favorecidas da sociedade, conhecido até como o presidente “Bossa Nova”, uma mistura de samba com Jazz que surgiu na década de 1950.

O novo ritmo era alegre e moderno e logo o termo foi associado à personalidade descontraída de JK, a palavra “bossa” significa originalidade. Teria seu governo marcado pela originalidade? De qualquer forma a Bossa Nova foi a trilha histórica de uma era de desenvolvimento desencadeada por JK.

Diante deste jeito cativante de ser pode-se afirmar que este mineiro nascido em Diamantina, teria se tornado um dos maiores presidentes que o Brasil já viu? Aquele que trouxe o desenvolvimento da economia e o progresso para o país através do seu audacioso Plano de Metas?

Ou será que tantos sorrisos serviram apenas para mascarar a parte “podre” do seu governo: seu poder de persuasão para favorecer apenas seus interesses, a corrupção e o entreguismo do país à dívida externa? Estes e outros questionamentos direcionam o nosso olhar neste artigo, na tentativa de compreender o governo JK, bem como, a história política do Brasil.

Juscelino e o poder

É importante situar o contexto em que JK foi eleito, ou seja, chegou ao poder. Fruto de uma aliança sustentada pelo Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na plataforma eleitoral de Juscelino / Goulart constavam o nacional-

desenvolvimentismo de Kubitschek, e o nacionalismo dos discursos de Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas buscava o apoio das massas urbanas.

“Ao que tudo indica, o equilíbrio político sobre o qual se sustentou tal aliança parece ter-se constituído de um acerto entre grupos urbano-industriais e agromercantis, com participação mínima das forças políticas mais próximas de um projeto nacional popular de desenvolvimento econômico”. (MENDONÇA, 1990:275).

A candidatura de JK representava interesses da maioria parlamentar: elite rural preservada, propriedade no campo intocada, e os interesses do empresariado mantido. Juscelino ainda contava com o apoio de grande parte da burguesia, devido às suas propostas de empreendimentos públicos e privados, mantinha excelentes relações com grandes empresários, imprensa e clero conservador.

Como governante de Minas Gerais (MG), Juscelino intensificou a industrialização no Estado, cumpriu a promessa de campanha desenvolvendo os setores de energia e transportes, criou a Cemig, empresa de produção e distribuição de energia elétrica, e três mil quilômetros de novas rodovias.

Todos esses fatores serviram para impulsionar a candidatura de JK à Presidência da República, grandes nomes do Partido Social Democrático (PSD) como Tancredo Neves e José Maria Alkimin enxergaram no governante a capacidade de transformar eficiência administrativa em votos.

A União Democrática Nacional (UDN), partido de esquerda, portanto contrário a JK tentou impedir sua candidatura, pretendiam que todas as lideranças de todos os partidos escolhessem por consenso de um candidato único que expressasse o “desejo de pacificação nacional”, não obtendo sucesso, a última tentativa foi cancelar as eleições, o plano também fracassou. Juscelino surgiu como candidato natural à Presidência da República em outubro de 1955.

“Vale dizer que JK teve uma vitória apertada nas urnas, recebeu 36% dos votos, contra 30% do udenista Juarez Távora e 26% de Adhemar de Barros”. (*Isto É, edição 1577, especial 12*). Quando JK assumiu o poder vigorava no Brasil uma Constituição dita liberal, com eleições livres, liberdade de imprensa, “liberdade política” para a esquerda.

A pouca diferença nas urnas serviu como pretexto para a UDN questionar a validade do pleito. O jornalista Carlos Lacerda afirmava que JK precisava da maioria absoluta dos votos. O impasse foi resolvido com a intervenção do Marechal Henrique Teixeira Lott no episódio

conhecido como “novembrada”, nesse episódio o presidente interino foi tirado do poder e Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência em fevereiro de 1956.

A gestão JK

Juscelino Kubitschek é até hoje um símbolo dos anos 1950, os anos dourados, período que ficou marcado por vários acontecimentos importantes no Brasil, uma década em que o otimismo do governo JK tomou conta do país. Parafraseando José Murilo de Carvalho, em seu livro *A Formação das Almas*, o culto aos heróis é fundamental para a legitimação de regimes políticos por serem fulcros de identificação coletiva, *“Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação”*. (...) *“Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva”*. (CARVALHO, 1990: 55).

O povo se identificava com JK, ainda segundo CARVALHO, a construção do mito se baseia no imaginário e muitas vezes contrariam os documentos históricos, aliado a esse fator importante, estavam, o aumento das manifestações artísticas e culturais, o surgimento da Bossa Nova e a construção de Brasília.

Dentro do Plano de Metas composto por trinta e um objetivos, a construção de Brasília era a meta-síntese, o maior símbolo da construção do “novo Brasil”. *“A nova capital representava, em sua concretude, a prioridade estabelecida pelo Plano para a indústria automobilística e o transporte rodoviário, enquanto eixos do desenvolvimento nacional”*. (MENDONÇA, 1990: 276).

O que se pode afirmar é que JK foi um homem audacioso, determinado, começando pelo *slogan* de sua campanha: “50 anos em 5”, isto é, cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo, JK visava desenvolver o país trazendo a industrialização, entende-se por progresso e desenvolvimento como a modernização, o crescimento da economia nacional

Porém de acordo com Marcelo José Lopes de Souza desenvolvimento não é só crescimento econômico.

“Crescimento e modernização, senão forem acompanhados por distribuição da riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares, não devem, por conseguinte, valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito”. (...) “a pertinência da substituição do conceito economicista de desenvolvimento das teorias da modernização por outro mais abrangente, social”. (SOUZA, 1996: 07- 08).

Acompanhando o desenvolvimento econômico veio a industrialização, na realidade o Brasil já vinha passando por um processo de industrialização desde a década de 1930, houve

um crescimento desordenado das cidades, entre 1930 e 1940 o país passou do mundo rural pra o mundo urbano industrial.

“Ao mesmo tempo, a elevação dos índices de crescimento do pólo urbano-industrial atraía um contingente cada vez mais expressivo de população rural, o que significava a ampliação da massa total de poder aquisitivo, ainda que os salários, individualmente fossem baixos” (MENDONÇA, 1990: 276).

Nos anos 1950 o Brasil vivia um período de crença no desenvolvimento no progresso e na mudança.

“JK aproveitou instrumentos já produzidos por Getúlio Vargas, para estudar, formular e implementar políticas de desenvolvimento, valorizando a iniciativa local e o nacionalismo, beneficiou-se de um aparelho de Estado já montado”. (...) “maximizou o que já existia e acrescentou fatos novos, como a construção de Brasília”.
www.cpdoc.fgv.br *O Brasil que Vargas deixou s/d.*

Logo que foi eleito Juscelino instituiu em 1956 o Conselho de Desenvolvimento, órgão central de planejamento subordinado ao Presidente da República, este Conselho elaborou um conjunto de trinta e um objetivos, denominado Plano de Metas.

Novos órgãos passaram a integrar o aparelho estatal, o que foi chamado administração paralela, órgãos diretamente subordinados à Presidência. Dessa administração paralela destacam-se os Grupos de Trabalho e os Grupos Executivos ligados ao Conselho de Desenvolvimento, cujo objetivo principal era incentivar investimentos em áreas estratégicas. Cabia aos Grupos de Trabalho a preparação de projetos de leis e de decretos para aprovação no Congresso, e os Grupos Executivos aprovavam os projetos empresariais de interesse par o Plano de Metas.

O Plano de Metas foi a base de sustentação para a gestão juscelinista.

“Operou-se uma ruptura com a orientação da política econômica anterior sobretudo em dois níveis: no da definição de um novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado; e no do estabelecimento de novas estratégias de financiamento para a industrialização brasileira. No primeiro caso, a prioridade seria do setor produtivo de bens de consumo duráveis; no segundo, a opção foi a internacionalização da economia brasileira, em lugar da ênfase aos empréstimos públicos privados...(...) Do ponto de vista quantitativo os resultados do Plano de metas foram exitosos, por mais que, no seu conjunto, eles representassem a desnacionalização da economia brasileira”.
 (MENDONÇA,1990: 279).

Tanto progresso em tão pouco tempo trouxe conseqüências graves para o país, em primeiro lugar a presença de multinacionais em território nacional, tais empresas devido à sua superioridade tecnológica precisavam de altos investimentos para continuar funcionando, dessa

forma as oportunidades para o pequeno capital ficaram praticamente nulas. Assim o capital estrangeiro se sobrepôs ao capital nacional, o setor produtivo estatal, responsável pelos bens de produção tornou-se atrofiado, novamente a solução encontrada para a escassez de insumos básicos foi a importação.

Houve ainda o aumento da inflação e o endividamento externo, fatos que têm reflexos até o presente.

Juscelino Kubitschek teve como objetivo principal o desenvolvimentismo, a intenção teria sido louvável se tivesse sido bem planejada, não foi o que aconteceu, o país não tinha bases suficientemente sólidas para sustentar tamanha empreitada, os custos foram muito além do previsto.

Em outras palavras ...

Reportando à Ângela de Castro Gomes, Juscelino era uma pessoa com o dom de saber ouvir todos aqueles que chegassem até ele, político ou não, com seu jeito diplomático ele ouvia, se atenderia os pedidos feitos era outra questão, mas ele sabia como fazer para “acalmar” as inquietações de quem o procurava.

“Foi no consultório médico que segundo Juscelino, ele aprendeu a ouvir as pessoas, a entender seus medos e desejos e a derrubar formalidades, sem perda de autoridade. Desta forma quando convidado para ser chefe de gabinete do interventor Valadares, sentiu-se como em um consultório, ouvindo os chefes políticos municipais, filtrando os problemas que deveriam ou não chegar ao interventor, atendendo, protelando... Pela narrativa de JK, fica nítido o quanto ele valorizava esta vivência e o quanto atribuía a ela a marca de seu estilo político pessoal: agudo psicologicamente, tolerante e agradável, mas decidido e inflexível para alcançar os objetivos políticos definidos como necessários e desejáveis”. (GOMES, 1991: 05)

Considerado um visionário, ou seja, enxergava à frente do seu tempo, inteligente e audacioso, foi um governante que ousou duvidar da vocação agrária do país, prova disso foi o grande desenvolvimento industrial que marcou o seu governo, segundo Clóvis de Faro e Salomão L. Quadros da Silva:

(...) o que o êxito da administração JK pode ser diretamente creditado a uma das nossas mais bem-sucedidas experiências de planejamento econômico, consubstanciada no que foi denominado Programa de Metas”.(FARO,1991:44)

(...)“o Conselho de Desenvolvimento elaborou um conjunto de 30 objetivos específicos, distribuídos segundo cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, denominado Programa de Metas”(...) (SILVA,1991: 56)

Que o Brasil conheceu o progresso durante o governo de Juscelino Kubitschek é inegável, porém é preciso analisar as conseqüências desse desenvolvimento acelerado que tomou conta do país durante os anos JK. Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi

(...)“a industrialização do período JK foi caracterizada como tendo por base o financiamento inflacionário. O Plano de Metas previa uma inflação de 13,4% ao ano, a inflação média real no período, foi de 22,6% ao ano.

Nem o Plano de Metas nem a construção de Brasília

(ambos empreendimentos de curto prazo e de alto custo) previram formas de captação de recursos para seu financiamento. Essa incerteza com relação às fontes de financiamento esteve presente durante todo o governo JK”. (LEOPOLDI, 1991: 91).

Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi JK tinha duas opções: “Poderíamos dizer que a Juscelino Kubitschek coube optar entre crescer ou solucionar o desequilíbrio externo nas contas do país (...) Kubitschek, decidiu-se pelo crescimento com endividamento” (LEOPOLDI, 1991: 94)

Os “50 anos em 5” passou do sonho ao pesadelo, a fase dourada que o Brasil viveu no início do governo JK, a construção da nova capital, industrialização, progresso, modernidade, logo deu lugar à crise que se instalou por volta de 1959, queda dos salários, inflação, endividamento externo, predomínio do capital estrangeiro, instabilidade monetária, fatores que marcaram a vida política do país naquela época, mas que podem ser a origem dos problemas atuais que permeiam o cenário político nacional.

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo:Companhia das Letras, 1990.

FARO, Clóvis de. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.).O Brasil de J.K. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC,1991.

FILHO, José Dantas. *A República Bossa Nova - a democracia populista:1954-1964*.3.ed.. São Paulo: Atual,1991.

GOMES, Ângela de Castro (org.).O Brasil de J.K. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC,1991.

JUSCELINO Kubitschek: o brasileiro do século. **Revista: Isto É** , São Paulo, n.1577, especial 12 s/d.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Ângela de Castro (org.).O Brasil de J.K. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC,1991.

LIMITES? **Mundo jovem: um jornal de idéias**, n. 337, 2003.

MARANHÃO, Ricardo. O Governo Juscelino Kubitschek. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento do capitalismo dependente: da industrialização restringida à internacionalização.In : LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. .ed.Rio de Janeiro:Elsevier/Campus, 1990).

O BRASIL QUE VARGAS DEIXOU. Disponível : <http://www.cpdoc.fgv.br> [capturado em 18 de jul.2007]

SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.).O Brasil de J.K. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC,1991.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo:Ática,1996.

Fronteira em expansão, ideologia em emersão: o caso de Goiás.

Resumo:

O objetivo deste texto consiste em uma análise, ainda que breve, de como o processo de expansão da fronteira foi impulsionado, dentre outros fatores, por uma ideologia cujos resquícios podem ser vistos ainda hoje. Esse discurso (que permeia o processo de acumulação e expansão capitalista ao interior do Brasil) desembocou na idéia que aponta regiões de economia agropecuária enquanto “atrasadas”.

Palavras-chave: expansão da fronteira, industrialização, ideologia urbana.

Abstract:

The objective of this text consists of an analysis, although brief, of the idea that points Goiás while a late state. What is intended actually is to look for the constitution of that idea, their appearance and restatement in several moments, so that one can understand it because of the association of delay to areas of the interior of the country in that case, specifically Goiás.

Key-words: expansion of the frontier, industrialization, urban ideology.

Introdução:

Para uma breve contextualização do processo de expansão da fronteira¹ no país, a crise de 1929 possuiu enorme relevância. Foi a partir dela que o Estado observou o risco que representava ao país uma economia baseada na monocultura de exportação, como era o caso do café. Constatou-se a partir daquele momento que a economia nacional da forma como estava estruturada demonstrava-se bastante vulnerável às variações do mercado externo.

A partir desta constatação, o Estado optou por intervir no setor agrário-exportador, considerado naquele período o grande representante da vulnerabilidade da economia brasileira. Dali em diante houve uma mudança no eixo de acumulação capitalista, o qual deixou de se fundamentar no setor agrário e se voltou para o setor urbano-industrial.

Dentre as decisões tomadas pelo governo estava o redirecionamento setor agrícola para o mercado interno, haja vista a demanda interna de alimentos e matérias-primas estar em franca expansão, sobretudo em virtude do processo de urbanização. Deve-se destacar porém, que além de abastecer o mercado nacional, este setor continuaria a exportar alimentos e matérias-primas.

Na visão estatal o campo deveria passar por algumas intervenções, a fim de que pudesse efetivamente participar do processo de desenvolvimento da economia nacional. Foram então estabelecidas funções que a agricultura deveria cumprir, a fim de que não obstaculizasse o desenvolvimento da economia nacional, processo o qual visava a auto-sustentabilidade, conforme explicitado.

Dentre as incumbências destinadas ao setor agrícola estão o já citado abastecimento do mercado interno, o financiamento de importações, a diminuição dos custos da produção industrial, ocupação de vazios demográficos e geração de empregos. É daí, conforme Linhares e Silva (1999), que surge a questão agrária, ou seja, da intervenção do Estado para que a agricultura participasse do projeto de desenvolvimento econômico do país.

¹ - Essa discussão se embasa na noção de “fronteira” proposta por José de Souza Martins (1997), enfatizando-se a *frente pioneira*, ou seja, a incorporação de novas áreas à produção, caracterizada por uma economia de mercado, eminentemente capitalista.

Dentre essas “tarefas” uma é de fundamental importância para que se possa compreender a problemática em torno da qual este texto procura avançar, trata-se da *incumbência de diminuir os custos da produção industrial*. Ela foi o sustentáculo de uma visão que permanece ainda hoje acerca do estado de Goiás, mesmo que atualmente seja demonstrada com algumas nuances diferenciadas. O “atraso” ou qualquer outra idéia que se aproxime disso, constitui o elemento fundamental daquela visão.

A ideologia do atraso:

De acordo com Martins (1975) o crescimento industrial e o aumento no número da população urbana são fatores que acarretam um predomínio do mundo urbano em detrimento do rural. Dentre outras questões está o fato de neste período, a economia urbana começar a oferecer melhores condições de reprodução do capital se comparada à agrícola. O resultado deste processo é a elaboração de uma ideologia urbana, a qual justificaria a mudança de valores trazida pela urbanização.

Esta afirmação da vida urbana traz também a construção de alguns estereótipos acerca do homem do campo, que em sua maioria são negativos e visavam justamente reforçar as características urbanas e justificar as intervenções no meio rural, com o propósito de “dinamizá-lo”.

Martins (1975, p.05) demonstra qual era de fato o sentido da inserção do meio rural na economia e sociedade brasileiras: “(...) uma unilateral dependência do rural em relação ao urbano, que se ‘moderniza’ e neste se integra apenas na medida em que consome os produtos e os estilos de vida da sociedade urbana”. Devido a inelasticidade² da oferta de produtos agrícolas ao mercado, a qual acarreta uma alta de preços, o setor agrícola deveria sofrer a intervenção do setor urbano-industrial a fim de “modernizar-se”.

Conforme o autor, é aí que surge o problema agrário: da suposta necessidade que o meio rural teria de se adequar às exigências do urbano. O sentido da inserção do campo na economia portanto é o de se adequar às necessidades urbanas, além de não obstar o

² - O termo inelasticidade é utilizado, sobretudo por economicistas, para se referir ao fato de a produção agrícola não acompanhar a expansão do mercado interno, acarretando numa alta de preços pela grande demanda em comparação a oferta.

crescimento industrial. Neste contexto os programas de extensão rural apresentam-se imbuídos de uma ideologia, apontando a baixa produtividade do campo como justificativa para nele intervir com o propósito de modernizá-lo.

A tese defendida pelo autor consiste em dizer que a afirmação do capitalismo no Brasil se dá com base no estabelecimento tradicional e no caipira, os quais são bastante desfavorecidos pela ideologia urbana. É a economia agrária que custeia a formação da economia nacional, processo no qual a expropriação do homem rural ocupa um papel de grande importância.

O desenvolvimento urbano-industrial, portanto é possibilitado justamente pela existência de um setor agrícola que acaba por abarcar os custos do processo de industrialização e reprodução de capital. A ideologia fortemente presente nos discursos governamentais consiste em afirmar a impossibilidade do campo em acompanhar o desenvolvimento do país, necessitando para tal da intervenção do Estado. Foi com base neste “atraso” que o setor agrícola custeou este processo, absorvendo custos que em outras situações acarretaria numa diminuição de rentabilidade do capital.

No primeiro governo de Vargas (1930-1945), devido à constatação de que uma economia baseada na monocultura de exportação deixaria o país bastante vulnerável, buscou-se a auto-sustentabilidade. Passou a vigorar o modelo de *substituição de importações*, que visava substituir parte dos produtos antes importados por outros produzidos internamente.

No período em que este modelo econômico demonstrou-se em vias de esgotamento (final da década de 1950, início dos anos 1960) foram discutidos os novos rumos que a economia nacional deveria seguir. Volta-se então, a exemplo do que ocorrera nos anos 1930, a atenção para o meio rural o qual fora visto em ambos os períodos como um dos empecilhos para a continuidade do crescimento do país.

Dentre os grupos que debateram essas questões está a corrente estrutural-dualista³, cuja orientação são os pressupostos cepalinos. Para esta corrente de pensamento a estrutura fundiária, da forma como estava organizada, emperrava a expansão industrial. Defendiam

³ - Tal corrente se baseia nos pressupostos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina - apontando a existência de resquícios feudais no Brasil. Demonstra-se, com base neste raciocínio, a existência de duas forças antagônicas na realidade brasileira, as quais se contrapõem: cidade (como representante da modernidade e do progresso) e campo (contrariamente, símbolo do atraso).

que a oferta de alimentos não acompanhava a demanda do mercado interno, forçando uma alta geral nos preços, e conseqüentemente nos salários. Por outro lado, as grandes fazendas, por sua auto-suficiência, não colaboravam com esse crescimento industrial.

Seguindo a tendência de subordinação do campo a partir da intervenção do setor urbano, representado pelo Estado, apontavam a necessidade de reformular a estrutura agrária, o que não ocorreu efetivamente.

Já a corrente conservadora, em oposição á dualista, destacava que a necessidade de haver uma reestruturação do espaço agrário era secundária, uma vez que o aumento de produção, e de produtividade, poderia ser obtido por um processo de “modernização” agrícola. Foi o que de fato ocorreu.

Assim sendo, a modernização da agricultura se insere no processo de expansão do capitalismo, no qual a terra é transformada em “agente do capital”, participando de sua reprodução. Este processo, denominado por Silva de *industrialização da agricultura*, compreende dois níveis: a elevação da tecnologia utilizada no campo e a subordinação desse setor ao urbano-industrial.

A tendência do meio rural a partir desse período, e sobretudo a partir dos anos 1960, é de se integrar ao setor industrial, como forma de assegurar maior desenvolvimento tecnológico de sua produção e também de garantir o escoamento de seus produtos para a indústria, que cada vez mais exerce o controle sobre o mercado.

Visualiza-se assim uma lógica para esse processo, a intervenção da cidade no campo (o qual predominava até a crise de 1929) deveria ser legitimada de alguma forma, e o fora através do discurso. Afinal, o setor urbano-industrial se tornaria ocupante de uma posição privilegiada das preocupações do Estado, já que o soerguimento da economia se basearia na indústria.

Tem-se então uma reestruturação das bases acumulativas da economia e o surgimento de uma ideologia: caberia à cidade, impulsionadora do desenvolvimento do país e sinônimo de modernidade, ditar os rumos da economia e a inserção do campo nesse processo. As vantagens para a indústria estavam claras, afinal ditar os padrões de comportamento e consumo também para os homens e mulheres do campo era uma forma de expandir o mercado interno. A partir daí, a “modernização” do campo criaria uma

demanda considerável de máquinas e insumos, levando a uma expansão da produção industrial, setor privilegiado nas ações estatais.

Assim, apontando o campo como atrasado, e portanto fora da dinâmica do capitalismo, e conseqüentemente a necessidade de “modernizá-lo”, traz o surgimento de um novo mercado para a indústria a montante, a qual teria a partir daí maiores condições de se expandir.

O caso de Goiás:

Conforme demonstra Borges (2000), a inserção de Goiás na divisão regional do trabalho ocorre a partir da segunda metade do século XIX, com a produção de gado de corte para o Sudeste. A participação da economia goiana aumentou no início do século seguinte, com a aceleração do processo de urbanização e a expansão da fronteira agrícola. A partir daí, Goiás também passou a produzir matérias-primas e alimentos para o mercado do Centro-Sul.

Como fora pontuado, numa economia em que a industrialização começa a se desenvolver, a manutenção de uma produção tradicional de alimentos é importante, na medida em que gera uma economia de capital que seria gasto na importação de alimentos ou sua aquisição por outros meios que não a produção tradicional.

O que de fato ocorre, conforme explica Oliveira (1977), é que dentro da expansão *heterogênea* do capitalismo algumas regiões se industrializam, como o Sudeste do país, e outras se especializam na produção de alguns produtos, como é o caso de Goiás. A posição que este último ocupará na economia nacional portanto deve ser vista com base na lógica de expansão capitalista, na qual as regiões possuidoras de melhores meios de transporte e comunicações serão privilegiadas, já que terão melhores condições de contatar os mercados consumidores.

Nota-se então, que haverá um maior desenvolvimento da produção nas regiões em que o capital encontra melhores condições de concorrência (tais como uma proximidade com os mercados consumidores e capacidade de armazenamento da produção por

exemplo). Havendo conseqüentemente uma perda de competitividade por parte das regiões que não investem em tecnologia e infra-estrutura, muitas vezes vistas sob o estigma do atraso.

Em relação ao estado de Goiás, no que se refere à constituição da idéia de atraso, a análise de Chaul (1997) se demonstra bastante elucidativa. Ele afirma que o estigma do atraso se deriva da idéia de decadência, construída já com a chegada dos viajantes europeus⁴ nesta região e que fora reafirmada por grupos políticos em ascensão na I República. Era uma forma de a oposição desqualificar os grupos até então dominantes, os quais eram responsabilizados pela situação de atraso em que se encontrava Goiás.

A construção da modernidade se apresentou ainda mais fortemente a partir dos anos 1930, em oposição ao passado e aos oligarcas da República Velha. Neste sentido, a construção de Goiânia simboliza a modernidade, mas acabou por outro lado reforçando a associação entre passado, atraso e decadência, como bem demonstra Chaul (1997).

Esta associação reapareceu em outros momentos, numa crescente a partir da década de 1930, período em que cada vez mais se observaria a subordinação do campo ao setor urbano-industrial e da intervenção estatal a fim de viabilizar este processo. A idéia que prevalece é a de um passado que deveria ser superado.

Trata-se de uma ferramenta ideológica, a qual tem surtido grande efeito na subordinação do meio rural e na incorporação do trabalhador agrícola num processo produtivo que privilegia o setor urbano-industrial.

Chamou-se a atenção para as questões levantadas nas obras de Borges (2000) e Chaul (1997)⁵, devido ao fato de demonstrarem uma redefinição na perspectiva analítica

⁴ - Os registros deixados por estes viajantes se tornaram fontes bastante utilizadas pela historiografia, disseminando, a “visão de decadência” que permaneceu por muito tempo nas análises históricas referentes a Goiás, mesmo que com algumas variações.

⁵ - Em relação a este autor, essa redefinição na perspectiva analítica da historiografia regional, a que se refere este texto deve ser vista em termos da obra em questão: “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade”. Isso porque se observa nesta obra, em relação à anterior (resultado final de sua dissertação de mestrado, intitulada: ‘A construção de Goiânia e a Transferência da capital) uma mudança de perspectiva, uma vez que anteriormente, a análise de Chaul se pautava no conceito de “periferia da periferia” ao analisar o papel desempenhado pelo Centro-Oeste na economia nacional, esta vista por ele, dentro do contexto mundial, enquanto periférica. Visão esta, à qual o autor não fará alusão naquela obra mais recente.

que por alguns anos predominou em termos de historiografia regional, mas que começou a mudar a partir da década de 1990.

Estas obras são significativas ao propor uma desconstrução das análises que até então predominavam, embasadas sobretudo na perspectiva estrutural - dualista, a qual propõem uma oposição entre cidade e campo, sendo este considerado ultrapassado e símbolo maior do atraso que insistia em emperrar o desenvolvimento econômico do país.

Em última instância idéias como estas viriam justificar a interferência no meio rural como um todo, incluindo-se aí a economia goiana. Fica claro a partir do processo de industrialização que tais discursos obedeciam a imperativos de uma política estabelecida pelo governo federal, à qual deveriam se adequar todos os setores da sociedade.

A nível regional tem-se como um fator importante nesse momento (especificamente em 1943) a construção de Goiânia. Este fato simbolizou uma oposição ao passado e a antigas concepções que ao menos teoricamente se desejava superar, é fruto da tão almejada integração nacional, colocada em prática pelo Estado Novo com a Marcha para o Oeste.

Assim, se o campo continuava sendo apontado como “atrasado”, situação que segundo o Governo seria modificada a partir da atuação do Estado nesse setor, o homem que ali vive não mais (naquele período ao menos, e a partir de um discurso governamental) deveria ser apontado como um jeca, ou um caipira simplesmente, mas como um trabalhador, importante para o desenvolvimento da Nação⁶.

Há portanto uma manipulação da idéia de atraso conforme os interesses das classes detentoras do poder. No caso da construção da nova capital goiana, visualiza-se que sua associação à idéia de “novo”, enquanto símbolo do progresso, pressupõe uma depreciação das condições antigas, vistas como ultrapassadas.⁷ Este é um exemplo de manipulação da idéia de atraso a nível regional, enquanto instrumento político, forma de justificar futuras ações e a disseminação de uma mentalidade que se deseja impor.

A idéia de atraso associada a regiões de economia agropecuária, como é o caso de Goiás, acabou sendo reproduzida também a nível regional. Ela se tornou um recurso, ao qual se lança mão quando se deseja negar uma situação anterior e afirmar uma condição do

⁶ - Tais idéias serão mais bem discutidas por LINHARES e SILVA (1999).

⁷ - A este respeito, consultar CHAUL (1999).

presente (como se vê por exemplo em situação de transições de governantes no poder), ou quando se almeja justificar uma ação futura.

A mudança da capital de Goiás viria justificar a intervenção estatal no meio rural uma vez que, tida como sinônimo de mudança e de progresso, ela seria a grande propulsora na integração da economia goiana às demais, e conseqüentemente, do desenvolvimento da região, bandeira de luta da classe dominante das regiões sul e sudoeste do estado naquele momento.

Já a nível regional, ela é tida como sustentáculo político de Pedro Ludovico, representante aliás das oligarquias do sul de Goiás, que naquele período adquirem grande relevância econômica no estado e buscam maior participação política. É uma forma, de negar um passado que ao menos discursivamente se desejava superar.

Considerações finais:

A intenção desse artigo foi tentar compreender o por que da associação de arcaísmo ao estado de Goiás e às economias pautadas na agropecuária, de maneira geral.

Constatou-se que as origens da vinculação da idéia de atraso a Goiás podem ser visualizadas ainda no século XVIII, quando da passagem de viajantes europeus pela região. Tal perspectiva fora disseminada pela historiografia local, que com base nos relatos desses viajantes reafirmaram a noção de Goiás enquanto região atrasada e pouco representativa no contexto nacional.

Nesse sentido a concepção dualista reafirma essa noção ao apontar a existência de um dualismo na realidade brasileira, composta por regiões de economias desenvolvidas (Centro-Sul do país) e regiões periféricas, como seria o caso de Goiás.

Mas é importante destacar que a historiografia começou a rever essas questões, sobretudo a partir da década de 1990. Nesse sentido é que se destaca a obra de Borges (2000), a qual adota uma perspectiva na qual Goiás não é mais apontado enquanto ocupante de uma posição periférica ou marginal, mas inserido na dinâmica do desenvolvimento

desigual e combinado do capitalismo, a partir do qual algumas regiões, dentre elas a goiana, se especializa na produção de alimentos e matérias-primas, enquanto outras se industrializam.

Entretanto a idéia de atraso, como fora ressaltado, permanece presente na visão de parte da população, inclusive goiana, sendo retomada pela classe dirigente como forma de justificar suas ações, sendo muito corriqueiro a utilização desta idéia (de atraso) como forma de contraposição a um passado que afirmam negar. Assim o foi na Primeira República em Goiás, e não somente neste estado, e assim o é atualmente mesmo que com algumas modificações. Goiás continua sendo visto por muitos enquanto “uma grande fazenda asfaltada”, para utilizar um dos clichês mais conhecidos.

Ao menos fora dos meios acadêmicos parecem restar ainda muitos resquícios da idéia de atraso, a qual se reestrutura a partir de algumas mudanças introduzidas no campo, tais como a internet e a eletrificação rural.

Assim os goianos, tidos como caipiras, mesmo que agora “modernizados” por aqueles aparatos tecnológicos, continuam sendo alvo de muitas críticas depreciativas advindas sobretudo de moradores das regiões Sul e Sudeste do país. Entretanto, o que eles não levam em conta é que fora com base nesses “caipiras”, que se deu e continua se dando parte considerável da acumulação capitalista no país. Sobretudo não levam em conta a formulação de uma ideologia urbana, analisando a questão por somente um de seus lados: o da depreciação.

Referências Bibliográficas:

BORGES, B.G. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia, Ed. da UFG, 2000.

CHAUL, N.F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, Ed. da UFG, 1997.

_____. *A construção de Goiânia e a Transferência da capital*. Goiânia, ed. da UFG, 1999.

IANNI, O. *Estado e Planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

LINHARES, M. I. L e SILVA, F. C.T *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re (li) gião. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Modernização dolorosa*. São Paulo, Zahar, 1982

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SZMRECSÁNYI, T. *Pequena história da agricultura no Brasil*. 4ed.- São Paulo: Contexto, 1998- (Repensando a História).

Memória, instrumento de disputa por hegemonia?

Orlanda Rodrigues Fernandes*

Resumo:

Esse trabalho problematiza a luta por hegemonia por meio da análise do jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960. Tem como objetivo compreender como a imprensa se constitui enquanto prática social na cidade de Uberlândia refletindo sobre a memória enquanto instrumento de hegemonia. Discute a construção deste veículo enquanto fonte de pesquisa, visto que a imprensa organiza, articula e constrói interesses, analisando o periódico enquanto parte da cidade para entender como este intervém na sociedade. Questiona-se quem são os sujeitos que constroem essa intervenção, uma vez que os projetos das diversas forças sociais são articulados pela imprensa segundo os interesses de seus proprietários, financiadores e grupos os quais representa, influenciando diretamente a produção da memória por esta.

Palavras-Chaves: Memória, hegemonia, imprensa.

Abstract:

This work questions the fight for hegemony through the analysis of the newspaper *Correio de Uberlândia* in the decade of 1960. Its objective is to comprehend how the press builds itself as a social practice in the city of Uberlândia by reflecting itself over the memory as an instrument of hegemony. It discusses the construction of this vehicle as a source of research, seen that the press organizes, articulates e builds interests, analyzing the newspaper as part of the city to understand how this interfere in society. It is also questioned who the subjects that build this interference are, once the projects of the many social forces are articulated by the press according to the interests of its owners, financiers, and groups which they represent, directly influencing the production of the memory by this.

Key-Words: Memory, hegemony, press.

Este trabalho tem como problemática central a disputa por hegemonia por meio da imprensa. O jornal escrito foi utilizado como fonte de investigação, com o propósito de analisar o posicionamento dos sujeitos que compunham o jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960, a fim de compreender de que forma a imprensa constitui-se prática social de sujeitos específicos na cidade de Uberlândia.

* Aluna do curso de Mestrado em História na Linha Trabalho e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia com pesquisafinanciada pela CAPES.

Este estudo fez-se necessário por ser a década de 1960 um momento a ser enfrentado a fim de romper os mitos que ainda persistem inclusive o de uma visão única e universal da imprensa sobre o momento, recuperando a singularidade das relações e interesses que influenciavam o posicionamento do jornal *Correio de Uberlândia* e o que isso significava na luta por hegemonia na cidade.

Toda cidade desenvolve construções de memórias, essa não é uma característica única da cidade de Uberlândia. O que chama atenção na produção de memórias locais, principalmente a realizada pela imprensa, é seu intuito de o fazer com a maior ênfase possível para se colocar sobre as demais como a mais correta e mais autorizada.

Para entender a memória produzida por esse jornal sobre o período analisado é preciso compreender como esta constitui sua materialidade e para isso foi necessário explorar suas possibilidades refletindo sobre o significado social das fontes ao problematizar as relações políticas, sociais e ideológicas que permeiam o processo de sua produção e preservação. Portanto, a imprensa não é algo objetivo, precisamos entender suas dimensões, considerando-a formadora de opiniões, articuladora de projetos políticos e produtora de memórias.

Para isto, foi preciso retomar a propriedade do *Correio de Uberlândia*, seus cotistas, financiadores, diretores, redatores, que dão formato ao periódico a fim de compreender que sujeitos estavam organizando a produção do jornal e quais seus interesses. Enfatiza-se que, ainda na década de 40, o jornal *Correio de Uberlândia* pertencia a cotistas ligados ao partido político UDN – União Democrática Nacional – entre eles João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos e Alexandrino Garcia. Valdir Melgaço Barbosa, vereador e deputado pela UDN, assumiu sua direção em 1952, onde permaneceu por toda a década de 1950 e de 1960.

Ainda na década de 1950 o jornal foi vendido para Agenor Garcia, irmão do comendador Alexandrino Garcia (ainda ligado à UDN), permanecendo nessa família até 1971, quando foi comprado por Sergio Martinelli, voltando, em 1986 às mãos dos Garcia por meio da compra do jornal pelo grupo ALGAR.¹

¹grupo empresarial brasileiro com sede em Uberlândia, e que atua principalmente na região Sudeste e Centro-Oeste, num processo de expansão para todo o país e exterior, fundada por Alexandrino Garcia em 1954 com a intenção de implantar um sistema de comunicação, hoje é uma empresa que atua nas áreas de telecomunicações, agronegócios e entretenimento. Sobre o grupo ALGAR, sua influência e área de atuação ver: SIMONINI, Giselda Costa da Silva. *Telefonia: Relações Empresa e Cidade (1954-1980)*. Dissertação

(Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994. Para um maior conhecimento sobre a trajetória do jornal desde sua fundação ver: Fundador era bastante polêmico – José Osório Junqueira tinha fazendas e mais oito jornais-. *Correio de Uberlândia*. 06 fev.2000, A-6. ALGAR adquire o jornal em 1988 Circulação Diária Começou em 1972, com Oito Páginas. *Correio de Uberlândia*. 06 fev. 2000, A-6. Autoridades elogiam trajetória do Correio. *Correio de Uberlândia*. 06 fev. de 2000, A-9. SILVA, Antônio

Logo, a memória produzida pelo jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960 é representativa de frações de classe, com um projeto de sociedade que se queria edificar, uma visão de mundo apresentada de certas formas com intenções e objetivos, que não são determinados, mas influenciados pela presença política da UDN por meio de seus proprietários e diretores.

Com a problematização sobre os proprietários, financiadores, redator chefe do jornal e grupos os quais o *Correio de Uberlândia* representava, a questão da disputa por hegemonia – não como um conceito fechado, mas sim como relações vividas no conjunto de práticas da totalidade social - de determinados posicionamentos aflorou no trabalho. Compreendi então o posicionamento do jornal, que sujeitos escreviam e construam as reportagens, ou melhor, quem controlava essa produção, para quem se dirigiam ao fazê-lo e com qual intenção.

Além de proprietária de emissoras de rádio, filiada e agente de partidos políticos, produtora rural e dona de frigoríficos, ou seja, atuante no comércio de produtos ligados à agropecuária, essa classe era cotista de jornais impressos na cidade. Percebe-se que em Uberlândia, grande parte da rede de comunicação na década de 1960 pertencia a uma classe dirigente² que se beneficiava das atividades agrícolas e pecuárias e da especulação imobiliária e que também participava da esfera política articulando a produção cultural difundida pela imprensa com suas políticas públicas a fim de conquistar apoio para os projetos de cidade que os beneficiariam de alguma forma.

Há que se problematizar que, as atividades jornalísticas, bem como as demais atividades que compõem a imprensa da cidade, são controladas por sujeitos que não necessariamente possuem ligações com o que denomina-se de produção cultural, eles adquirem essa função ao se tornarem proprietários de mais um bem na cidade - o jornal, a emissora de rádio e TV. Por isso insisto em analisar a imprensa como mais que um meio de difusão cultural, como uma prática social de determinados sujeitos e que engloba outras práticas, como a leitura e a linguagem, que compõem a realidade social, seus conflitos, disputas e não são meros instrumentos de poder, mas constituem e disputam esse poder.

Dessa forma, ao nos questionarmos sobre quem são os sujeitos que produziram o jornal e em que circunstâncias, levamos em consideração que são questões expressivas de sujeitos históricos inseridos em relações sociais e acontecimentos que merecem

Pereira. *A importância da crônica para o registro da memória local*. Secretaria Municipal de cultura. Arquivo Público Municipal. Pasta sobre o correio de Uberlândia no Arquivo público municipal.

² Utilizo o conceito de classes dirigentes e não de burguesia, porque uma classe pode ser dominante sem ser dirigente e ter quem dirija a seu favor, mas no caso de Uberlândia a classe dominante é a própria classe dirigente, isto é, detem poder coercitivo e o exerce para além do aparato estatal.

problematização a fim de compreender suas intensões. Visto que a hegemonia, a partir de uma análise gramsciana não se constitui em um conceito fechado e pronto capaz de explicar fenômenos históricos ou questões políticas, mas sim a análise destes que leva ao desenvolvimento do conceito de hegemonia.

Acredito que seja mais que imposição ideológica, essa classe dirigente coloca em disputa seu projeto de cidade. Entender, então, o que significa o jornal enquanto produção desses sujeitos dentro de um processo, permiti-nos problematizar, não apenas, a justificativa e intensão dessa construção, mas a sua utilização nessa disputa por hegemonia.

É nessa disputa por hegemonia de uma determinanda classe que tinha a produção de memória realizada pelo jornal como um instrumento que aparece o posicionamento com relação ao Regime Militar e sua implantação, por meio de explicações sobre a instituição desse e medidas adotadas por ele, que é de grande interesse para este trabalho.

Havia um interesse local por parte das classes dirigentes em difundir o ideal liberal industrial defendido pelo Regime Militar, visto que seriam eles mesmos os investidores e lucradores de tal expansão, além disso, difundindo esse ideal num jornal destinado claramente às classes média e dirigente, visavam atrair apoio destas e de investidores industriais de outras cidades e/ou outros estados para Uberlândia:

Mais uma comissão de uberlandenses dirige-se à capital mineira para a obtenção de benefícios para a cidade. Domingo partiu de Uberlândia, liderada pelo chefe do executivo municipal, uma caravana de homens de negócios e industriais que vão falar com o governador Magalhães Pinto sobre assuntos ligados à Cidade Industrial.

O prefeito Raul Pereira de Resende, os srs. Luiz Della Penna, eng. Helvio Felice, Cesarino Crosara e outros, neste momento já devem ter entrado em contato (ontem) com o chefe do executivo estadual através da atuação do deputado Valdir Melgaço que fez a ligação entre o governador e os uberlandenses.

Embora não seja conhecida em seu total a agenda de reivindicações, sabemos perfeitamente que o sr. Raul Pereira de Resende, com o apoio do deputado Valdir Melgaço, promoverá meios para retornar a Uberlândia trazendo uma verba de 20 milhões de cruzeiros, retida em Belo Horizonte e destinada a serviços na futura Cidade Industrial.

Outro assunto que será tratado, refere-se à isenção de impostos e à fiscalização estadual em Uberlândia, ora tão em atualidade dentro do panorama político de nossa terra.

A notícia da viagem da comissão a Belo Horizonte, não deixa de ser das mais importantes para esta comunidade. Realmente, os homens que a compõem, figuras destacadas do progresso industrial, comercial e político da metrópole triangulina

foram altamente credenciados a conseguir um benefício que o estado tem obrigação de nos dar.

A atuação do deputado Valdir Melgaço, que é uberlandense e ocupa relevante lugar no mundo político estadual, deverá constituir ponta de lança na obtenção do atendimento às nossas reivindicações. Por isso aguardamos, tranquilamente, o sucesso da viagem do prefeito e dos industriais.³

A utilização de uma linguagem no plural transmite, numa leitura acrítica, a sensação de que toda a população já sabia dessa viagem e de sua necessidade – mesmo sendo a primeira vez que noticiam essa informação – e que os benefícios serão para toda a cidade. Além disso, muitas coisas não ditas na reportagem, ao serem analisadas, dizem muito sobre para quem e com quem o jornal está estabelecendo um diálogo.

Quando é colocado que a comissão é formada por pessoas altamente credenciadas, quem as credenciou? Quem as escolheu para participar da comissão? Os benefícios serão para quem? Não destaco essas questões por achar que era dever do jornal trazê-las, entendo claramente que não era este seu intuito e não estou cobrando isso dele, apenas as destaco por me permitirem ver com maior clareza o seu objetivo.

Logo, os interesses a serem atendidos, são os dos industriais comerciais e políticos que usufruirão desses benefícios, eles foram negociar com o governo estadual a liberação da verba que já estava decidida previamente por essa classe, participante da sociedade política uberlandense, para ser investida nas indústrias.

A matéria justifica a importância desses investimentos para a “metrópole triangulina”, ou seja, difunde a idéia de que Uberlândia é uma cidade grande e que, portanto, supostamente precisa prioritariamente de indústrias, de uma forma de sociedade que seja capaz de garantir o desenvolvimento econômico e a ordem. Dessa forma, dialoga com seus pares por meio de uma linguagem cúmplice, na segunda pessoa do plural e imprime a notícia de um ideal de cidade, o jornal constrói uma realidade baseada em alguns fatos, a qual deseja e da qual se beneficia, que passa a fazer parte das experiências das pessoas e que influencia seu olhar sobre a cidade e sobre o tipo de sociedade que se quer desenvolver.

Considerando memória não apenas como recordação do passado que reproduz a realidade com fidelidade, mas sim uma construção que traz a tona, segundo posições atuais, interpretações da realidade que já traziam em si pontos de vistas novamente reunidos, os posicionamentos do jornal ao serem vistos como o que de fato ocorreu apagam questões

³ Comissão Capital. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 22 set. 1964. Coluna Assim Pensamos, p. 3.

defendidas a fim de atender esses interesses locais, bem como as posições contrárias e acabam, não apenas construindo uma realidade sobre a década de 1960 em Uberlândia, como uma realidade nacional do período.

Apesar de o jornal ser uma prática essencial na disputa por hegemonia por tentar garantir o consenso por meio da publicação diária, não constitui-se por si só, relaciona-se a outras medidas tomadas pela mesma classe e que também tem no dia-a-dia o seu cenário de disputa.

A memória é então utilizada como um instrumento dessa disputa por hegemonia, uma vez que, o jornal constrói em suas páginas uma cidade, um processo de evolução dessa cidade que apaga sujeitos e lutas, dando destaque a outros sujeitos problematizados neste trabalho.

Considero, portanto, a memória em movimento e produzida no social a partir do presente, utilizada no plural, pois são as maneiras como grupos, classes sociais, interpretam o passado, ou seja, este é um campo de disputa por aquilo que queremos para a nossa sociedade. A memória produzida a partir de significações do presente com interpretações sobre o passado projeta um futuro e, portanto, é uma construção em disputa de acordo com interesses e projetos de sociedade que se almeja.

Toda essa análise possibilita a problematização do que era Uberlândia para esses sujeitos que compunham a imprensa nesse momento e como tinham o interesse de que essa interpretação fosse a hegemônica. Para estes, além de uma cidade voltada para a propriedade rural e imobiliária, onde o comércio possuía uma fundamental importância e que visava a industrialização e o desenvolvimento econômico proveniente disso, a cidade aparecia como sinônimo de progresso, a sensação é que a cidade já possuía as dimensões atuais, com bairros e periferias bem definidos.

Dessa forma, a produção de memória feita pelo jornal *Correio de Uberlândia* tenta tornar hegemônico a idéia de Uberlândia enquanto uma cidade desenvolvida, grande centro produtor do triângulo que acabava absorvendo os problemas das cidades vizinhas e não tão desenvolvidas. As classes dirigentes beneficiavam-se disso e construíam, então, a cidade de Uberlândia como o centro do triângulo mineiro, essencial para as atividades econômicas da região, favorecendo a difusão da necessidade de desenvolvimento industrial da “Cidade Jardim”.

A repetição constante de um posicionamento favorável à maioria das medidas do Regime Militar no jornal é que, muitas vezes, dá a idéia de que é algo defendido por toda cidade e/ou aceito por ela. Os que a difundem não são ingênuos de pensarem assim, pelo

contrário a repetição é também utilizada como maneira para se legitimar diante daqueles que possuem outras posições.

Embora, de certa forma, o Regime Militar protegesse pela força - impedindo a oposição - os interesses e projetos da classe dirigente, isso não é significativo a ponto de explicar por completo o fato da reação não ter sido capaz de implementar o seu projeto tornando-o hegemônico, uma vez que o poder da classe dirigente e do Estado da qual faz parte vêm muito mais de seus mecanismos de persuasão. Isso não significa que o Regime Militar realmente conseguiu total hegemonia ou não seriam necessárias medidas coercitivas físicas – como a tortura -, mas não foi apenas essa a responsável direta por sua força.

E a problematização dessa prática social que é o jornal permite-nos ver que, a imprensa traz o registro das implementações dos projetos de cidade dessas classes dirigentes, que não são apenas parte de um discurso na tentativa de convencer. Como já destacado, eles têm um lugar social, mostram o que essas classes estão fazendo, o que estão realizando e o que pretendem alcançar com essas realizações.

É possível, portanto, perceber que o jornal é parte de práticas das classes dirigentes a fim de atingir seus interesses e mais, de colocá-los como interesse de toda a cidade, uma vez que esses sujeitos fazem parte da sociedade políticas e participam também da elaboração de políticas públicas para a cidade, como a produção de planejamento urbano:

O jornal não é apenas um discurso que reflete os anseios políticos, econômicos e sociais do planejamento urbanístico, ele é prática desses sujeitos de extrema importância e que está relacionada a outras, como a produção de um planejamento.

Nesse sentido, se faz necessário enxergar o que a imprensa tem o intuito de esconder e apagar, pois medidas aparentemente simples podem escamotear interesses diversos e a tentativa de garantir o desenvolvimento desejado. É dessa forma que o jornal tenta se constituir como memória autorizada da cidade, uma vez que difunde as realizações e transformações implementadas por sujeitos que dominam instituições na sociedade civil e na sociedade política, possibilitando uma circulação de idéias e projetos a um grau impressionante e que só uma abordagem crítica que considere o jornal enquanto prática social é capaz de desdobrar as reais ligações.

Com essa problematização, percebe-se que o apoio e a articulação com o Regime Militar, ou melhor com determinadas propostas desse governo, articulava interesses e possibilitava verbas, uma vez que os administradores da cidade de Uberlândia possuíam

cargos públicos, eram políticos, proprietários de bens imóveis e meios de comunicação na cidade e começavam a investir na industrialização ligada ao capital multinacional.

Dessa forma, as políticas econômicas do governo militar favoreciam os projetos desses sujeitos para Uberlândia. E como estes não estavam preocupados com as desigualdades, exploração e torturas, o regime era a forma coerente e organizada de que necessitavam para “construir a Cidade Jardim” e sua memória no jornal, que coloca uma determinada linearidade no desenvolvimento de Uberlândia e na necessidade do mesmo, a fim de determiná-lo como incontestável, coerente, hegemônico.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Parte II. “Entre a Palavra e a Imagem: o Sertão da Fome”. In: *Famintos do Ceará – Imprensa e Fotografia Entre o final do século XIX e início do século XX*. Tese (Doutorado em História). PUC-SP, 2004.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra hegemonia na América Latina. In: *Ler Gramsci, entender a realidade*. COUTINHO, Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. In: *Concepção dialética da história*. 4^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001,.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Dos Cadernos Miscelâneos Caderno 7 – (1930-1931). In: *Cadernos do Cárcere* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 265-266.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa. 1880-1920. In: KHOURY, Y. Et al (orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Olho D’Água, São Paulo, 2004.

COMO UM MÚSICO, VESTIDO DE BANDIDO, FORTALECE UM PRESIDENTE: O CASO DE LUIZ GONZAGA.

Adriana Fernandes¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mostrar a superposição de signos encontrada na performance de Luiz Gonzaga nos anos de 1950, quando o músico trajando roupas de vaqueiro nordestino, mas que eram amplamente conhecidas como trajes de cangaceiros, pode promover o nacionalismo de Getúlio Vargas e consequentemente reforçar esta ideologia de maneira subliminar. Com o trabalho fica clara a inserção política que a música tem e que esse recurso tem sido usado correntemente já há algum tempo e muitas vezes sem que, mesmo os músicos tenham consciência disso. Também é uma forma de mostrar o papel social exercido pelo músico e sua atividade, desmistificando uma suposta autonomia e independência do fenômeno artístico em relação ao meio social.

Palavras-Chave: Luiz Gonzaga; Getúlio Vargas; Cangaço; Nacionalismo; Baião

Abstract: The present work has as its goal to show the overlap of signs found in Luiz Gonzaga's performances of the 1950s, when the musician wearing northeastern cowboy clothes, widely known as bandits' outfits, promoted Getúlio Vargas's nationalism and hence emphasized this ideology in a subliminal manner. It is made clear the political insertion of music and how this resource has been used currently even without the musician's awareness. It is a way to show the musician's social role, against the common sense that gives autonomy and independence to artistic phenomenon apart from its social context.

Keywords: Luiz Gonzaga; Getúlio Vargas; Banditism; Nationalism; Baião.

¹ PhD em etnomusicologia e professora da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás. Foi bolsista do CNPq de 1997 a 2001.

Baião é o nome do estilo musical popular brasileiro que assolou o meio musical no período de 1948 a 1954 (aproximadamente) partindo do Rio de Janeiro, então capital federal, e se espalhando por todo o país. Esta música teve origem na região rural do Nordeste do Brasil, onde grande parte da população era de pessoas de baixa renda e não alfabetizadas. Essa população era também muito apegada à religião, e o catolicismo exercia uma grande influência nas suas vidas.

O Baião foi popularizado e conhecido no Rio de Janeiro principalmente através de Luiz Gonzaga (1912-1989), um *show-man* tocando acordeon de teclado (chamado de sanfona) e cantando de forma carismática. Ele lançou uma música intitulada “Baião” em 1948 nas rádios cariocas cujo título se tornou o nome da “nova” música e estilo de dança. A principal razão para o seu sucesso teria sido a grande comunidade de nordestinos migrantes vivendo mais ao sul do país, oferecendo mão-de-obra barata durante o período de industrialização brasileira (que já era significativa desde 1938). As letras dos baiões de Luiz Gonzaga combinam características da cultura nordestina com os problemas sociais enfrentados por estas pessoas. Embora exista um estilo específico chamado baião, neste ensaio eu lido com uma abordagem mais geral, onde os estilos chamados xote, coco, arrasta-pé, xaxado, forró, tocados e cantados por Gonzaga são considerados “parentes” próximos do baião.

Outro termo associado com o baião é o banditismo. Luiz Gonzaga em suas performances usava uma indumentária de vaqueiro, que também era usada por Lampião (1898-1938), um bandido famoso que liderou um grupo nos anos 1920/30. O grupo foi exterminado em 1938.

Durante aquela época, o nacionalismo era a ideologia dominante na vida brasileira. O presidente, Getúlio Vargas, governou o país de 1930 a 1945 como um ditador, e de 1951 a 1954 como presidente democraticamente eleito. Ele é considerado um presidente populista, e era chamado de “pai dos pobres.” Nacionalismo saturado de populismo é um tópico relacionado com o baião e sua influência é discutida aqui.

A proposta deste estudo é entender algumas contradições sobre a música, baião, dentro de uma dada relação político-social no período de 1948-1954. Embora essa música cantasse os problemas do Nordeste e dos nordestinos, ela foi usada para difundir o regime político e como uma forma de expressão da migração nordestina no Brasil. Este estudo investiga as razões e as inter-relações que levaram o governo a usar esta música como um veículo de propaganda do regime. O ensaio explica, através da análise dos signos envolvidos, como o governo tolerava o ambíguo uso da indumentária do “bandido” por Luiz Gonzaga. O método usado para analisar o

baião é a semiótica Peirceana. Através da semiótica foi possível investigar os signos mais obscuros que envolvem o baião, como o nacionalismo, o populismo e o banditismo.

A MÚSICA

É necessário caracterizar o estilo de música em foco para melhor entender as possíveis relações que ela oferece. Seus aspectos gerais como música para dançar nordestina deve ser explicado através de suas letras, seu sistema musical, instrumentação e contexto de criação.

A música do baião é principalmente para dançar, como fica explícito nos versos do seu primeiro sucesso:

*Eu vô mostrá pra vocês
Como se dança o baião
E quem quisé aprendê
É favô prestá atenção (Baião)*

No entanto, esta característica é enriquecida com o passar dos anos. Os versos deixam de ser superficiais e passam a dar dados mais específicos do Nordeste brasileiro. O dialeto português usado é diferente do resto do país, tanto com relação ao sotaque quanto aos termos regionais. Características do menestrel também se fazem presentes, os versos “contam” uma estória, mesmo que seja apenas para ensinar como dançar. O modo como é cantado é informal, recheado de conversas entre os músicos, comentando sobre o tema que estão tocando, como se não estivessem num palco ou num estúdio, mas se divertindo no seu quintal. Existia empatia, cumplicidade, catarsis entre os músicos e o público. Estas qualidades permanecem as mesmas para a audiência, não importa se ao vivo ou em gravação. A íntima relação de Luiz Gonzaga com seu público, seu carisma, vem desta característica, esta informalidade, que explica seu grande sucesso no rádio.

Existem vários temas “discutidos” em suas músicas: os forrós (*Forró de Mané Vito, de Zé Antão, em Caruaru*); a natureza (*Acauã, Sabiá, Asa Branca, Café, Algodão, Minha Fulô, Noites Brasileiras, Siri Jogando Bola, Xô Pavão*); as mulheres; o amor; a vida dura no Nordeste; as comemorações como Natal, São João; e os feitos políticos. Muitas dessas composições têm duplo sentido de conotação sexual e muito uso de metáforas. Esta característica dá aos versos imprecisão, ou melhor, liberdade de interpretação do seu significado, o que foi importante para o sucesso do baião. O cerne dos versos é uma aliança dialética entre poesia e “rudeza”, a “beleza da primitividade.”

A melodia propriamente dita, tem como principal característica o uso dos modos litúrgicos, e dentre eles o modo mixolídio é muito comum. Este aspecto chamava atenção para a

qualidade sonora da música, ela soava “exótica” para o resto do país, que usava geralmente o sistema tonal. O uso de modos litúrgicos é tão relacionado com a música nordestina que se tornou índice (dentro dos termos semióticos) para “Nordeste” no contexto brasileiro. Esta relação está sendo formada pelo menos desde a virada do século XIX/XX. Chiquinha Gonzaga (1847-1935), compositora brasileira, quando compo para o Teatro Musical usou estes modos quando queria dar um “sabor” de Nordeste para o personagem ou a cena (FERNANDES, 1995). Outra característica é a ênfase do ritmo sincopado que torna a música especialmente talhada para a dança. Ele pode ser claramente ouvido na zabumba.

A instrumentação inclui sanfona (acordeon de teclado) e zabumba. O triângulo foi incluído depois de 1948. Provavelmente com a afirmação e boa recepção de sua música no sul do país, Luiz Gonzaga se sentiu mais confiante em ser mais “nordestino.” O trio foi especialmente pensado para as apresentações em público e segundo informantes tal formação foi criada por Gonzaga. No entanto, nas gravações o violão de seis e sete cordas, outros tipos de percussão e flauta podem ser ouvidos.

O que tem sido falado e escrito sobre o baião tocado e cantado por Luiz Gonzaga é que ele criou este estilo, moldando-o para ser melhor aceito pelo público citadino do Sul² do país, e como tal, não existia antes de 1948. Fato que deve ser levado em conta é que Luiz Gonzaga saiu do Nordeste em 1930, viajando com o regimento militar por vários estados, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, sempre tocando e observando o que era tocado. Então, ele se instala no Rio de Janeiro por volta de 1938, tocando e vivendo lá por quase dez anos antes do sucesso do baião. O que pode ser sugerido é que Luiz Gonzaga também foi influenciado pela música dos lugares por onde passou. Portanto, ele não teria criado um “novo” estilo para satisfazer seu novo público, mas também para se satisfazer. Provavelmente ele já havia sido influenciado pelo “Sul,” no desejo de “ser como os do Sul” e o que aconteceu foi uma feliz concatenação de estilos conhecidos por Gonzaga, agora não apenas nordestinos, mas mais cosmopolitas.

Cosmopolitanismo é mencionado aqui como Turino o define: “Tipo específico de formação cultural, engajamento cultural, ou constituição de habitus...não específico de um único local ou de poucos locais vizinhos, mas sim situado em muitos lugares no mundo...conectados por diferentes formas de mídia, contatos e intercâmbios.” (TURINO, 2000: 7-8)

² Sul aqui representa toda porção geográfica que hoje se encontra abaixo da chamada região Nordeste, o que envolve as regiões Sudeste, Centro-Oeste (devido a Brasília) e Sul propriamente.

Este conceito cabe na discussão do baião devido a relação entre o Nordeste brasileiro e o Sul. O Sul representava progresso, o portal para o mundo. O Nordeste representava o arcaico, as origens. No entanto, o conceito de cosmopolitanismo permite mudanças, não é absolutamente estável. Existia uma necessidade entre os cosmopolitas do Rio de Janeiro de abraçar a cultura nordestina, porque ela era também parte da formação cultural brasileira (aliada ao nacionalismo que será discutido logo abaixo). No entanto, para se encaixar no mundo cosmopolita era necessário adaptações, conformidades. Isto aconteceu naturalmente, devido a relação entre Luiz Gonzaga e o Sul. Em mais de uma fonte estudada, a preocupação de se “adaptar aos padrões do Sul” está presente, tanto para Gonzaga quanto para os seus letristas. A escolha da instrumentação, dos versos ou o ritmo têm escondidos a busca da aprovação do público sulista, sem no entanto ser rejeitado entre os nordestinos.

NACIONALISMO E POPULISMO

Existe uma coincidência de tempo entre a fama do baião (1948 a 1954) e o período de política Vargasista. Getúlio Vargas governou o país ditatorialmente de 1930 a 1945 e foi eleito democraticamente para o período de 1950 a 1954. O interstício de 1946 a 1950, embora governado pelo presidente Dutra, teve fortes características dos anos de ditadura Vargas e, neste trabalho, estou considerando todo o período de 1930 a 1954 como anos de Varguismo e de forte nacionalismo.

Nacionalismo, como definido por Turino é “movimento ou ideologia política que ancora a idéia de legitimidade de soberania numa relação co-extensiva entre nação e estado”(TURINO, 2000:13) O estado é o território político, a nação é o grupo de pessoas que “reconhecem ou aceitam laços comuns de algum tipo como base da unidade social” (idem, ibidem). Outra consideração a se fazer para este conceito é que os movimentos nacionalistas nasceram depois da Revolução Francesa (1789) e eram liberais e internacionalistas. No entanto, com o passar do tempo se tornaram conservadores, reacionários e não-internacionalistas (BRITANNICA ENCYCLOPEDIA).

Embora Vargas fosse um ditador, ele era e ainda é adorado por grande parte da população, porque ele sabia como manipulá-los. Seu *modus operandi* de governo deu muitas oportunidades e chances de uma vida melhor para o proletariado e as pessoas humildes. Ele criou um programa de educação em massa: Mobral; estabeleceu o salário mínimo (o maior da história brasileira); autorizou o crescimento de jornais em circulação dando uma falsa idéia de liberdade

de imprensa; usou a Rádio Nacional para espalhar suas idéias nacionalistas e encrustá-las nas mentes das pessoas. Não era sem razão que ele era chamado de “pai dos pobres.” Este modo de governo é chamado de populismo.

Populismo não é uma novidade. Nasceu com o movimento Russo Narodnik (que significa populista) no final do século XIX. Os membros de um movimento socialista na Rússia do século XIX acreditavam que a propaganda política entre os pobres poderia levar ao levante das massas, e através de sua influência, a libertação do regime czarista (BRITANNICA ENCYCLOPEDIA).

Trazendo isso para o contexto do século XX, populismo significa a propaganda política entre as massas com um objetivo um pouco diferente: reforçar o *status quo*, forjar entre as massas uma confiança cega na autoridade máxima da nação-estado: no caso brasileiro, o presidente. Explicando de forma simples, populismo significa “ir pra galera como se fosse um deles” e tirando proveito desta situação. De acordo com GOLDFEDER (1981) “é a prática política e ideológica de incorporação das massas dentro do sistema de dominação, operando mecanismos explícitos de controle político, assim como dispositivos de participação direcionados a reforçar o seu compromisso social” (p.31).

Embora Vargas tivesse esta política populista nas relações sociais, ele era um ditador e como tal, muitos crimes foram cometidos sem possibilidade de denúncia. A era Vargas foi marcada por perseguição da oposição, censura, desaparecimento de pessoas (principalmente intelectuais), torturas e extermínios.

Quando o baião foi lançado no Rio de Janeiro, isso aconteceu através da Rádio Nacional, a rádio do governo. Portanto, desde o começo, era uma música permitida pela censura. A razão pode ser explicada pelos versos, que, inicialmente, não falavam dos problemas nordestinos, mas a música de Luiz Gonzaga começou a criar um público cativo e aumentar a audiência. Os cosmopolitas do Rio de Janeiro estavam absorvendo o baião. Este último fator foi provavelmente o mais importante para levar a censura a permitir aquelas canções cantando sobre as condições nordestinas. Como foi dito antes, as letras não era absolutamente claras sobre o seu significado e algum aspecto de “denúncia” estava disfarçado nas descrições, na saudade, e as “estórias” poderiam ser consideradas licenças poéticas para alguém que não tivesse informação da migração em massa e dos problemas da seca.

Durante o período Vargas a área de música foi muito enfatizada. O canto coral e a iniciação musical eram parte do currículo escolar e Villa-Lobos em pessoa estava comprometido neste projeto (ele era o chefe do SEMA: Superintendência de Educação Musical e Artística, desde 1932). A Rádio Nacional, “a voz do Brasil,” teve um grande papel neste projeto devido a industrialização (que trouxe tecnologia) aliada ao populismo. Ela tinha uma grande audiência por todo o país, por entre as donas de casa, os trabalhadores da construção, os assalariados, via “radinho de pilha” (um sintoma de tecnologia) que os acompanhava durante o trabalho e durante o lazer. Havia programas especiais abertos ao público, transmitidos ao vivo, quando novos talentos poderiam se apresentar, ganhar algum tipo de concurso ou pelo menos chamar a atenção de agentes e gravadoras. Isso foi o que aconteceu com Luiz Gonzaga e depois, veio a fama. É sabido que Luiz Gonzaga se apresentava em recepções oferecidas pelo governo no Palácio do Catete, assim como em comícios políticos. Gonzaga se apresentou para Eva Perón quando ela visitou o Rio de Janeiro em 1949 (FERRETTI, 1988). Algumas canções foram feitas exclusivamente para publicidade de obras do governo como a Marcha da Petrobrás e Paulo Afonso. De acordo com Luiz Gonzaga, ele foi pago por políticos, latifundiários e esta era a sua fonte de renda. Este fato e seu elo com a igreja católica foram as razões que ele apresentou para explicar os motivos de não denunciar o sistema político abertamente (CAMPOS, 1986). Talvez ele não pudesse ver os problemas dentro do sistema político da época, ou talvez isso fosse aceitável para ele. O governo Vargas fazia sentido dentro dos padrões morais de Gonzaga: ele era um “bom” presidente. O baião cabia como uma luva no projeto nacionalista. Era música das massas e para as massas, próxima delas, ao ponto de fazê-las esquecer dos seus problemas, aprofundar na sua saudade, unir-se à música. Este tipo de experiência é considerada primeiridade na concepção semiótica, ela cria fortes elos emocionais entre o signo, no caso a música, e as pessoas. Como consequência, esta primeiridade também cria um elo entre o nacionalismo e as pessoas.

BANDITISMO

Quando Luiz Gonzaga se apresentava ele usava chapéu de couro e gibão, lembrando as roupas dos vaqueiros nordestinos também usadas por Lampião e seu bando, os cangaceiros.

Lampião é uma figura controversa na história brasileira. Embora ele fosse um assassino, um fora da lei, ele era temido e admirado pelas pessoas, inclusive Gonzaga. Lampião era fruto do sertão, uma região hostil à vida. Sua vegetação e clima são inóspitos e o homem que lá vive, o

sertanejo, é um herói e é moldado para aquela vida. De acordo com MELLO (1985) o sertanejo vive numa área onde ele não conhece limites, disciplina e poder públicos. Ele é o poder e a lei. Ele age independentemente, de acordo com os seus instintos de sobrevivência, seu grande sentimento de liberdade, seus próprios padrões morais, que tendem a ser violentos. Honra é a única coisa que o sertanejo pode levar para o túmulo e a principal causa que pode levá-lo a ser um bandido.

Lampião mantinha relações com a igreja e com o governo. Ele era devoto do Padre Cícero, um líder messiânico católico. Padre Cícero teria agraciado Lampião com o título de capitão e seus companheiros de tenentes. No entanto, isto era parte de uma estratégia política comprometida em exterminar a Coluna Prestes que estava no processo de se tornar a liderança do partido comunista brasileiro. Na prática, o governo, através do Padre Cícero estava empregando Lampião e seu bando para caçar comunistas e qualquer pessoa que estivesse contra o regime. Armas e munição foram dadas a Lampião e seu bando, não apenas pelas autoridades públicas oficiais, mas também pelas “verdadeiras” autoridades da região, o coronel, o latifundiário. Isso aconteceu no período que vai de, aproximadamente, 1924 até pelo menos 1934.

No Nordeste da época, haviam dois tipos de poder, as autoridades públicas e a autoridade do coronel e sua própria milícia. Muitos coronéis apoiaram, esconderam, deram condições de sobrevivência para os bandos de cangaceiros em troca de proteção armada e pequenos “serviços.” As razões para isso são apontadas e explicadas por HOBBSAWM (1969), que afirma que o bandido social (o cangaceiro) não é um revolucionário, ele é um reformista:

Na medida que os bandidos têm um “programa”, este se pauta na defesa e restauração da ordem tradicional das coisas, “como elas deveriam ser” (nas sociedades tradicionais significa o que se acredita que tenha sido em algum passado real ou mítico). Eles consertam erros, vingam casos de injustiça, e ao fazê-lo aplicam um critério mais geral de relações justas e aceitáveis entre os homens em geral, e especialmente entre os ricos e os pobres, os fortes e os fracos (p.21).

Continuando com Hobsbawm, a classificação de Lampião como um bandido social vale a pena explicar. Além das características descritas acima, os bandidos sociais são lavradores, campesinos. Eles vêm desta classe social e permanecem do seu lado, o que explica a admiração. Os bandidos são considerados por estas pessoas como “heróis, campeões, vingadores, defensores da justiça, talvez até mesmo líderes da libertação, e em qualquer caso homens para serem admirados, ajudados e apoiados” (idem, ibidem, p.13), porque são um tipo de liderança que se levanta corajosamente contra o opressor. No entanto, quem é o opressor para o bandido e para o

campesino que ele “representa”? Sendo um reformista, o bandido e o campesino acreditam, dentro dos seus padrões morais, ser normal, “tradicional” a exploração dos pobres pelos ricos. Embora o coronel, o latifundiário seja o primeiro opressor desta população, ele não é visto assim desde que seja “um bom patrão.” Se ele não fosse “bom” poderia ser um alvo para Lampião. O opressor real para os cangaceiros era a autoridade pública e oficial, o delegado e seus seguidores. A lei e seus representantes eram uma ameaça para a “ordem tradicional das coisas,” por que a ordem que eles estavam tentando restaurar não possuía aquelas figuras e sim o patrão e o empregado, ou o coronel e o meieiro/colono.

De acordo com Hobsbawm existem três principais formas de banditismo:

- a) o ladrão nobre (Robin Hood)
- b) o vingador (o terrorista)
- c) os guerrilheiros (os cossacos por exemplo)

Embora cada categoria possa ter características das outras, existem certos procedimentos e singularidades que são mais enfatizadas, explícitas, as quais fazem com que os exemplos se encaixem nas categorias. Lampião e seu bando são classificados como vingadores e como tal, terror é parte de sua imagem.

Eles são heróis não a despeito do medo e horror que suas ações inspiram, mas de certa forma devido a eles. Eles não são exatamente homens que consertam erros, mas vingadores, e exertores de poder; seu apelo não é aquele de agentes da justiça, mas de homens que provam que mesmo o pobre e o fraco podem ser terríveis (HOBSBAWM, 1969: 50).

No entanto, mesmo sendo vingadores haviam os bons e os cruéis. De acordo com a lenda, Lampião tinha os dois lados.

Ele matava por brincadeira

Por pura perversidade

E dava comida aos famintos

Com amor e caridade (Apud HOBSBAWM, 1969: 51)

A lenda de Lampião começou a integrar a história enquanto ele ainda era vivo. Ele era um bom estrategista e tinha um tino “marketeiro.” Ele espalhou sua imagem, sua história, como ele queria, através de fotos, filmes, cartões de visita, poesia e música. Existem várias fotos dele e de seu bando durante seus anos áureos, tiradas por fotógrafos amadores não só com o consentimento do líder mas a seu pedido. Ele foi filmado em 35mm em 1936 por Benjamin Abraão, um mascate. Cordelistas e repentistas eram frequentemente convidados para se juntar ao grupo durante suas horas de lazer.

O fim de Lampião tem várias razões. Uma delas é muito importante. O progresso, o rápido desenvolvimento industrial imposto por Vargas tornou impossível o cangaço. Estudos sociológicos feitos por Gilberto Freyre, chefe do departamento de estado de Pernambuco na época, mostrou como enfraquecer Lampião. Também a metralhadora e o rádio foram elementos decisivos para a derrota de Lampião e seu bando.

OS LAÇOS ENTRE OS SIGNOS

O baião era muito apropriado para os planos populistas de Vargas. Num primeiro olhar era apenas música para dançar, congregando muitas pessoas de uma só vez. Seu sucesso tem explicações mais profundas, está relacionado com a migração de pessoas pobres do nordeste para o sul do país em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nisto está implícito que aqueles migrantes acreditavam numa vida melhor no sul, acreditavam que havia trabalho suficiente para todos, do contrário eles teriam se tornado ladrões e cangaceiros. Por extensão, eles acreditavam nos planos do governo de uma forma simples e prática. Vargas estava dizendo que o Brasil estava crescendo e tinha que crescer cada dia mais. Ele não disse que esse crescimento tinha que ser homogêneo por todo o país. Vargas, depois de suas ações benéficas para o proletariado foi proclamado o “pai dos pobres.” Visto que os migrantes nordestinos eram pessoas pobres e estavam ligadas ao baião porque era sua expressão musical, Vargas tirou proveito disso.

No entanto, havia um outro signo relacionado com o baião que poderia ser perigoso para a imagem de Vargas. Luiz Gonzaga tinha admiração por Lampião, por que ele era poderoso e gostava de música e dança como Gonzaga. Então, Gonzaga, em homenagem a Lampião usava o chapéu de couro e o gibão em suas performances. Embora Lampião fosse um bandido, ele também era um herói para muitas pessoas pobres do Nordeste, pois havia mostrado que mesmo o pobre pode ser poderoso. Ao mesmo tempo, Lampião foi apoiado e acreditado pelos coronéis, as autoridades locais. Portanto, Lampião estava ligado com as autoridades. É Hobsbawm mais uma vez quem pode explicar a ambiguidade do bandido:

Ele é um “de fora” e um rebelde, um homem pobre que se recusa a aceitar a regras normais da pobreza...Ao mesmo tempo, o bandido é inevitavelmente conduzido para a teia de abundância e poder, porque, diferente dos outros pobres, ele consegue riqueza e exerce poder. Ele é “um de nós” que está em constante processo de se associar a “eles.” Quanto mais bem sucedido ele é como bandido, mais ele é ao mesmo tempo representante e campeão dos pobres e parte do sistema dos ricos. (idem, ibidem, p.76)

A relação entre Luiz Gonzaga e Lampião vai, portanto, além de admiração. Existe semelhanças, iconicidade na sua fama. Ambos vieram da pobreza e tinham estreitas relações com o poder: no caso de Lampião com o coronel, no caso de Gonzaga com Vargas e seu projeto nacionalista. Para Lampião e Gonzaga as relações de poder com o coronel e com Vargas eram necessárias para reforçar seu próprio poder. Lampião era uma força militar, Gonzaga era uma força cultural que podia ligar e aproximar o governo das massas. Havia uma conjunção de interesses que fizeram Gonzaga e Lampião úteis para o projeto nacionalista. Gonzaga tocava e cantava música do Nordeste, de características conhecidas e familiares dentro da população pobre. Ele evocava seu herói, Lampião, que sem sombra de dúvida era um homem poderoso. A apropriação da música de Gonzaga e da imagem de Lampião pelo nacionalismo de Vargas fez com que a população pobre se sentisse no poder, porque deu a elas a oportunidade de se expressar dentro do poder político. Esta apropriação fez com que os nordestinos, e os pobres por extensão, se sentissem “pertencentes a nação” (e não excluídos como costuma ser o caso), o sentimento nacional estava completo (TURINO, 2000:13-14), baião era parte da cultura brasileira, nordestinos faziam parte da nação brasileira.

O baião estava automaticamente relacionado com o Nordeste através de signos indíceos como a instrumentação, os versos, os modos litúrgicos, os termos e sotaques regionais, o tema das canções. Não estava automaticamente relacionado com protesto ou denúncia porque a maioria das canções tinha versos leves, de duplo-sentido, risíveis, e era pra dançar. O que mais chama a atenção de imediato é o caráter dançante, não os versos. A interpretação dos versos é ligada com religiosidade e fatalidade (destino). É “normal” e “natural” a exploração, a relação do rico e do pobre, do forte e do fraco. Como foi dito antes, os padrões morais daquelas pessoas pobres tendem a ser reformistas, eles não são revolucionários por princípio. Portanto, os versos eram apenas lembranças dos seus problemas, não uma denúncia. Mesmo para Gonzaga, ele não discordava do sistema, mas sim o integrava. Baião era parte do projeto nacionalista porque ligava os pobres ao governo como se eles fossem parte dele, como se eles governassem.

A relação dialética entre Vargas e Lampião é interessante e rica em paralelos. Embora Vargas fosse a principal razão para a morte de Lampião (que foi morto em 1938), ele não era considerado como tal. Vargas era consciente e aprovava a relação do governo anterior com Lampião e seu bando na caça aos comunistas, e continuou alimentando esta relação enquanto lhe era conveniente. Vargas descartava Lampião quando não precisa mais dele. De qualquer forma,

Lampião era um fora-da-lei, perigoso e precisava ser detido. No entanto, os pobres nordestinos poderiam considerar Vargas um opressor (que era verdade), ele era a autoridade suprema, e portanto uma ameaça para a ‘tradicional ordem das coisas.’ Mas não foi isso que aconteceu. Naquele ponto, Vargas representava para os pobres nordestinos mais que autoridade, devido ao populismo ele era o “pai.” Vargas estava entre as massas, com elas, fazendo muitas coisas boas para elas, integrando-as na nação, difundindo sua cultura. Nesta visão, Vargas agora era o seu novo herói, a nova versão de Lampião, não apenas distribuindo suas fotografias pelo país, como Lampião, mas também dando aos pobres chances de uma vida melhor. Portanto, quando Luiz Gonzaga, usando chapéu e gibão de couro, cantava e tocava baião, ele não apenas lembrava Lampião, ele também lembrava Vargas e então, o músico, em sua performance, vestido de bandido fortalecia o presidente Vargas e o nacionalismo, e é esta uma possibilidade de explicação da inserção do fenômeno artístico na vida social.

REFERÊNCIAS

BRITANNICA ENCYCLOPEDIA Micropaedia, 8:516, 552.

CAMPOS, Augusto de. **O Balanço da Bossa e Outras Bossas**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

CROOK, Larry. “Northeastern Brazil” In: Schechter, John M (ed.) **Music in Latin American Culture: Regional Traditions**. New York: Schirmer Books, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Baião dos Dois: Zedantas e Luiz Gonzaga**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana. 1988.

FERNANDES, Adriana. “O Balanço de Chiquinha Gonzaga: Do Carnaval à Opereta”. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1995.

GOLDEFEDER, Miriam. **Por trás das Ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, Eric. **Bandits**. USA: Delacorte Pres, 1969.

MELLO, Frederico Pernambucano de. 1985 **Guerreiros do Sol. O Banditismo no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Massangana: Fundação Joaquim Nabuc, 1985.

TURINO, Thomas. **Nationalism, Cosmopolitanism and Popular Music in Zimbabwe**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

CAMPO E CIDADE: CULTURA, MEMÓRIA E TRABALHO, ELHOS CURTUMEIROS ENTRE O SUL DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO – 1940 – 1980.

Aurelino José Ferreira Filho*

RESUMO

O Objetivo do presente trabalho é tornar visíveis experiências de vida e de trabalho de um grupo de homens, os velhos curtumeiros da cidade de Franca entre os anos de 1940 a 1980. Homens que neste período saíram de pequenas cidades da região Sul do Estado de Minas Gerais buscando melhores condições de vida e de trabalho na cidade de Franca, região Nordeste do Estado de São Paulo.

Buscou-se refletir sobre o deslocamento social destes homens, o trabalho nas lavouras de café na região paulista, o trabalhar nos curtumes e a elaboração do ofício de curtumeiros como um caminho promissor para compreender experiências de vida destes sujeitos, que antes de dedicarem-se a este ofício experimentaram outras formas de trabalho e ganhos entre o campo e a cidade.

ABSTRACT

The purpose of this work is become experiences of life and work of a group of men, the old men that work in tannery at the Franca City between 1940 and 1980. Men who in this period left small cities of south of Minas Gerais looking for better conditions of life and in the Franca city, northeast region of São Paulo.

There was a reflection about the social displacement of these men, the work in the coffee plantation in the São Paulo region, the work at the tannery and the preparation of de tannery workers office as a promising way to understand experiences of life of these men, that before work in this position tried another works and gains between the field and the city.

TRABALHO/CIDADE/MEMÓRIAS

WORK / CITY / MEMORIES

* Professor Doutor da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS

A presente pesquisa refletiu sobre experiências de vida e o fazer-se no ofício de curtumeiros, memórias da migração, de práticas culturais e de trabalho de um grupo de homens que, entre os anos de 1940 e 1970, dirigiram-se de algumas pequenas cidades limítrofes entre o sul de Minas Gerais e a região nordeste do Estado de São Paulo para a cidade de Franca.

Denominou-se velhos curtumeiros a este grupo de antigos trabalhadores do couro, detentores de um ofício, um saber-fazer e experiência adquirida ao longo dos anos de trabalho nos curtumes daquela cidade. Atualmente aposentados, e ao contrário dos atuais trabalhadores em curtumes — jovens, sem experiências e memórias do trabalho — estes velhos curtumeiros trazem em suas memórias, experiências, conhecimentos e saberes, que — embora descartados por novas tecnologias — dão sentidos e significados às suas próprias vidas, e, sobretudo, questionam a invisibilidade imposta aos velhos trabalhadores pelo atual mundo do trabalho.

Trabalhando com noções de deslocamento social e questionando representações simbólicas em torno de definições como campo/cidade, mundo urbanizado/mundo rural, sertão/civilização, industrialização/atraso, entre outras, problematizou-se o migrar, o viver e as práticas daqueles homens nestas “fronteiras”. Como se deu, e como re-significam, no presente, este processo na constituição de suas vidas.

Buscou-se, portanto, pensar sobre o deslocamento social daquele grupo para o estado de São Paulo entre os anos de 1940 a 1970, revelando diferentes possibilidades de diferentes sujeitos constituírem a vida entre o campo e a cidade, lançando novos olhares sobre o que tradicionalmente a historiografia classificou como migração nacional.

Sondou-se os “caminhos percorridos” por aqueles trabalhadores nas itinerâncias de práticas de trabalho e culturais, na aprendizagem de um ofício na cidade. As perspectivas, promessas e esperanças de uma vida melhor na região do nordeste paulista. Região que experimentava importantes transformações econômicas e urbanas naquelas décadas.

Indagou-se, portanto, sobre aspectos de suas vidas no sul de Minas Gerais, o deslocar-se para São Paulo e o trabalho nas fazendas de café já em Franca e nos curtumes da cidade, tendo que “reconstruir” seus conhecimentos e práticas, experimentando novamente o deslocamento e constituição de novos saberes em suas vidas. Em que medida se apropriaram deste novo

território, como resistiram ou incorporaram mudanças impostas por este novo espaço. De que formas enfrentaram questões em torno da moradia, da locomoção, da violência, das novas relações de sociabilidades e de trabalho. Enfim, cidade como práticas vividas, e memórias repondo a presença de velhos trabalhadores.

Memórias e narrativas que revelam a percepção que os trabalhadores nas grandes e médias cidades, são, em grande medida, homens do campo que em determinado momento significativo de suas vidas se deslocaram para este novo espaço, enfrentando cotidianamente um longo processo de lutas por trabalho, direitos e dignidade. Explicitando que faz parte da mesma lógica social, ora includente, ora excludente, processos sociais pelos quais estes homens tornam-se trabalhadores urbanos, mas também excluídos na cidade.

Trabalhou-se com noções de Cultura e Memória como campo de análise capaz de explicitar trajetórias re-significadas e compartilhadas, modos de vida e práticas pelos quais sujeitos comuns constroem suas experiências de vida e de trabalho na elaboração de suas memórias sociais.

Nas décadas de 1950 e 1960 a cidade de Franca experimentou um importante processo de urbanização e industrialização, absorvendo grande parte da mão de obra que para a cidade se dirigia. Evidenciando que a consolidação da cultura e da memória fabril calçadista na cidade de Franca, *capital nacional do calçado*, a partir da década de 1960, exigia o controle social dos homens do campo na cidade, com seus hábitos e costumes rurais, transformando-os em trabalhadores fabris. Marco inicial para o esquecimento dos velhos trabalhadores do couro, de suas práticas e de seus saberes.

Problematizando experiências sociais de homens comuns, vislumbrou-se experiências de sujeitos que experimentam suas atuações e relações sociais como possibilidades e limites, mas também como opções, revelando a cidade como territórios das diversas e diferentes memórias. Campo de disputas entre as memórias do progresso, da urbanização e industrialização e outras memórias, subterrâneas, de trabalhadores, como os velhos curtumeiros.

No período que compreendeu os anos de 1980 e 1990, os velhos curtumeiros perderam seus postos de trabalho, substituídos por novas tecnologias e por jovens profissionais. Revelou-se assim como práticas e saberes de velhos trabalhadores, elaborados ao longo dos anos, perdem o valor e lugar social frente às novas tecnologias e novas relações do trabalho, descartando formas

antigas de se trabalhar, nas quais se faziam presentes exatamente pelo domínio daqueles conhecimentos e saberes.

Ao rememorar suas experiências de trabalho e de vida, sempre saudosamente, os velhos trabalhadores fazem uma re-elaboração crítica de um processo mais amplo. Processo este que os desqualificam na medida em que estes envelhecem e não pode mais acompanhar as novas tecnologias da produção. Assim, o que é sentido e expresso como saudade não significa simples saudosismo, mas uma forma própria de significar perdas do presente a partir de relações afetivas com o passado. E apegar-se afetivamente, e até saudosamente, às suas experiências de trabalho é repor papéis e lugares os quais não mais ocupam.

Suas memórias e recordações ligam o tempo do campo ao tempo da cidade, o tempo do agora a um tempo em que trabalhavam e que tinham o domínio de um ofício, que tem sentido exatamente por situá-los em um momento de suas vidas em que se sentiam produtivos. Há nas lembranças de velhos trabalhadores sentimentos de pertença. Pertença a uma classe, a um grupo, a um ofício e a um saber-fazer. E a forma saudosa como rememoram suas experiências de trabalhadores revelam o presente de quem perdeu essa condição, já excluídos das novas formas de produção, às quais não dominam mais.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antonio Augusto. **Paisagens Paulistanas. Transformações do Espaço Público.** São Paulo: Imesp, 1990.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes mineiros em Franca.** Série História local n. 2. Franca: Unesp, 1989.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.) **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Mundos do Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Saindo das Sombras: homens livres do escravismo.**

Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares.** Tradução. KHOURY, Iara Aun. In: Revista Projeto História n. 10. Programa de Estudos Pós-graduandos em História da PUC- SP, São Paulo: Edusp, 1993.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História.** Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Sonhos Úcrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores.** In: Revista Projeto História n. 10. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC / SP, São Paulo: Edusp, 1993.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei.** São Paulo: Edusp, 1997.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias.** São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Cenas da vida pós-moderna.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Fábio Gutemberg R. Bezerra de. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920 – 1945.** Tese de doutoramento em História pela Departamento de História do Inst. De Filosofia e Ciências Humana da Unicamp, Campinas, 2001

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I. 3ª. Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.**

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Campo e Cidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

**Elhor Beatriz Milhazes e Julio Ghiorzi: Poéticas, Iconografias & Narrativas.
Um estudo de caso na produção pictórica brasileira contemporânea.
(Refletindo temas do Neobarroco)**

Camila Rodrigues Viana Ferreira¹

Márcio Pizarro Noronha²

Resumo

O trabalho trata de um estudo em História da Arte, cujo objeto de reflexão é especificamente a pintura brasileira do tempo recente, através da obra dos artistas Beatriz Milhazes e Julio Ghiozi, observando as relações destas obras com o campo da estética neobarroca. Com base em procedimentos clássicos da abordagem formal, o tema é explorado a partir da presença do barroco no mundo contemporâneo, enquanto forma e estilo (Wolfflin; Calabrese) e enquanto mecanismo psíquico (Lacan). As formas serão analisadas em termos técnicos, do senso decorativo e dos recursos historicistas utilizados (do tipo paródico), permitindo a definição de um campo estilístico referido a cada um dos artistas estudados, na caracterização de uma época histórico-artística.

Abstract

The work deals with a study in Art History, whose object of reflection is specifically the Brazilian painting of the recente time, through the workmanship of the artists Beatriz Milhazes and Julio Ghiorzi, observing the relations of these workmanships with the field of the new-baroque (neobarroca) aesthetic. On the basis of classic procedures of the formal boarding, the subject is explored from the presence of baroque in the contemporary world, while it forms and the style (Wolfflin; Calabrese) and while psychic mechanism (Lacan). The forms will be analyzed in terms technician, of the decorative sense and the used historicist resources (of the parodic type), allowing the definition of an stilistic field related to each one of the studied artists, in the characterization of an historic-artistic time.

Palavras chaves

Barroco-neobarroco, Arte brasileira, Pintura, Beatriz Milhazes, Julio Ghiorzi.

¹ Graduada em História...

² Doutor em História (PUCRS) e Doutor em Antropologia (USP). Vice-Diretor da EMAC-UFG (Escola de Música e Artes Cênicas. Professor no PPG-História (FCHF-UFG) e PPG-Música (EMAC-UFG). Coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq: "Interartes: Processos e sistemas interartísticos e estudos de performance".

Keywords

Baroque/new baroque, Brazilian Art, Painting, Beatriz Milhazes, Julio Ghiorzi.

I. Introduzindo o tema e os trabalhos dos artistas.

Este trabalho é o resultado de uma monografia de conclusão de curso de História, na Universidade Federal de Goiás, realizada através dois anos de pesquisa em projetos PIVIC e PIBIC-CNPq e, posteriormente, do desenvolvimento de uma pesquisa específica sobre dois artistas brasileiros. Trata-se de uma introdução à formação em História da Arte e aos métodos clássicos de abordagem da obra de arte, todos eles desenvolvidos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Devemos ainda dar atenção ao fato de que este texto foi produzido num curso de graduação em História, cuja presença de disciplinas de formação artística do ponto de pesquisa histórica é frágil e que, portanto, há um esforço em conjugar uma iniciação à pesquisa no campo da História da Arte com as exigências específicas de um curso acadêmico de História. Nestes termos, privilegiamos a noção de Histórias específicas, como a da História da Arte, e o recorte temporal, para marcar a noção de historicidade, voltada especialmente para o estudo do tempo presente e para a produção artística do tempo recente, enfatizando ainda um recorte cultural e geográfico, o da produção artística brasileira³. Além disso, nosso objeto privilegiado será sempre a referência da pintura, através das práticas pictóricas e de procedimentos de leitura e interpretação de imagens de dois artistas (pintores, prioritariamente) brasileiros, pertencentes às gerações artísticas dos anos 1980 e 1990, estando ambos com carreiras nacionais e internacionais em desenvolvimento, com distintos graus de reconhecimento nacional e internacional: Beatriz Milhazes e Julio Ghiorzi.

O estudo destes artistas se deve ao fato de termos encontrado certas afinidades de cunho técnico e de cunho estilístico entre eles. Em ambos, encontramos uma forte presença do elemento técnico (e das técnicas da pintura), a marca da pesquisa de caráter estilístico, com a valorização da dimensão ornamental (e daí a noção de artifício), caracterizando um estudo em torno da poética de cada artista, bem como um interesse singular e aqui, muito diferenciado entre eles, em torno da narrativa em pintura, traçando relações particulares com a pintura de ornamentação-decorativa e a pintura histórica, dois elementos da pintura fortemente explorados no conjunto da estética barroca e de uma estética neobarroca.

³ Por indicações de leitura e orientação, não usaremos em todas as ocasiões o termo contemporâneo para a designação temporal da arte, preferindo sempre a expressão arte do tempo presente ou arte recente.

Para adentrarmos nos objetos desta estética vamos exemplificar com duas obras plásticas, uma de cada um dos artistas estudados. A primeira delas consiste num estudo da figura humana produzido por Julio Ghiorzi. Julio Ghiorzi é um artista plástico (com formação acadêmica de bacharelado em Pintura, na UFRGS, RS; mestre em Cultura Visual, UFG).



Figura humana em fundo azul I, 2000; esmalte sobre placa de celulose compactada; 122x122cm.

A sua obra *Figura Humana em Fundo Azul II*, é uma obra que traz efeitos de sensações que são produzidas através de juízo de valor, uma discussão bem presente ao dado momento contemporâneo.

Considerando sempre a forma de produção experimental do artista, seus trabalhos sempre buscam o efeito tradicional da pintura, buscado através de outros meios matéricos. Os traços pictóricos da obra tem o efeito da pintura tradicional, e os traços formais da obra marcados pela topologia cultural, nos remete ao campo da instabilidade e do estranhamento. Estranhamento esse, comum na contemporaneidade com relação às produções artísticas. No caso da obra apresentada podemos perceber uma deformidade nos traços, que nos leva ao campo mimético, onde dois gêneros de animal se misturam e se confundem (NORONHA, 2005).



(três músicos, 1998)

A produção pictórica de Milhazes, se dá pela sua laboriosidade, composta por técnicas inovadoras, que trazem todo um prazer estético. A Composição de *Os três Músicos*, traz um conforto na cor (apesar de seu aspecto explosivo). Com a predominância do vermelho bordo, a instabilidade do quadro fica mais a cargo da sensação de velocidade que nos é passada. Mais à esquerda da imagem a presença da figura do redemoinho nos dá a impressão de que suas flores e seus objetos ornamentais estão sendo puxados para baixo. E a direção do movimento do quadro se alterna, tanto como se seguisse no sentido da horizontalidade quanto no da verticalidade (esse fato devido a presença do redemoinho, figura-forma ondulante do barroco⁴). No geral suas obras são marcadas pela sensação de movimento, o que dá um efeito de 3º Dimensão.

Depois de uma pequena análise das obras apresentadas se faz necessário o cruzamento das mesmas com o conceito contemporâneo utilizado neste trabalho *Neobarroco*. Com base nas características do Barroco – séculos XVII e XVIII – e nas leituras da teoria do Neobarroco, busca-se um entendimento desta estética e atmosfera neobarroca no ambiente contemporâneo. Dessa forma, o estudo historiográfico e o cruzamento entre os teóricos do barroco (Wölfflin, Henri Focillon, Germain Bazin e Arnold Hauser), e do neobarroco (Eugenio D’Ors (anos 1940) e Omar Calabrese (anos 1980)). Permitindo assim, um melhor entendimento das produções artísticas de Milhazes e de Ghiorzi e os modos como ambas se relacionam ao cenário e à história da arte na contemporaneidade). Além da estética visual

⁴ D’Ors analisa estas formas rebuscadas no Barroco. Calabrese também insiste neste elemento espiralado e em movimento para pensar um mundo que se pensa como neobarroco. Para o italiano, até mesmo matérias como a Física e a Matemática, adotaram este princípio de funcionamento barroco, com seu mundo em curvatura e não em linhas retas e suas projeções.

enquanto forma e estilo, encontraremos mecanismos psíquicos (Lacan), nas obras apresentadas.

Esclarecendo quanto ao tema *Neo barroco*; o trabalho trata-se do estudo dos conceitos e das estéticas do barroco e do *Neo barroco*.

Com relação ao barroco, críticos da arte do século XVII já sentiam as distorções em torno das obras clássicas, não só as distorções como também as imitações. Essas características não eram entendidas com o mesmo espírito de hoje. As obras eram consideradas inteligíveis, e essas distorções e imitações dos modelos clássicos não eram percebidas, como uma mudança de espírito, uma vez que os maneiristas – barroco, eram os *não clássicos*. Contudo, o barroco é a própria consolidação da negação, da contradição do classicismo. Ele privilegia o exagero, e, de acordo com d’Ors ele está presente em todas as manifestações culturais do século XVIII; mais presente ainda no modo de vida e nas representações cotidianas.

As concepções de beleza passam a ser variadas, e, não mais padronizadas, como no classicismo. As relações da arte entre clássico/barroco tornam-se binárias. Wöfflin classifica então, a arte, pelo viés do estilo formalista, ou seja, visão *linear vs. Pictórica; visão superficial vs. Profundidade; clareza vs. Obscuridade; clareza absoluta vs. relativa* (Noronha). A arte dos séculos XVII e XVIII se caracteriza pela mudança de visão cultural.

Podemos concluir que, arte barroca proveniente do século XVIII, assume um caráter de profundidade, alegoria que leva ao excesso e ao exagero. E esse excesso e exagero estão sendo configurados em obras de arte no mundo contemporâneo, e muitas dessas obras tomam um caráter de arte “*Neo barroca*”. A repetição de fenômenos análogos pode ser considerado como traços de uma época. Contudo a *estética Neo barroca* pode ser entendida como uma reflexão que envolve a produção da Arte Contemporânea, bem como, elementos e conceitos que fazem parte da *ressignificação* da Arte Barroca dos séculos XVII e XVIII.

De acordo com Calabrese, podemos então entender que a História não deve ser rígida quanto às formas de categorizações, e que, em outras épocas, pode haver uma *ressignificação* dos fatos. Por fatos, podemos entender um conjunto de acontecimentos que tem pertinências entre si. Sendo assim, uma época pode ser categorizada por um conjunto de fatos concernentes entre si, ou seja, os fatos produzem similitudes que estão inseridos dentro de um “sistema cultural”. Atribuir pertinência aos fatos e acontecimentos do passado é algo possível, pois eles são constituídos por olhares distantes a um evento já constituído.

O barroco ou o *Neo barroco*, seria a forma exata do mal-estar da e na contemporaneidade⁵, um elemento tal como no passado que, numa configuração formal, provoca desconforto para a mentalidade de uma época⁶. Sendo o classicismo a representação das formas perfeitas, racionais e principalmente do belo, o barroco encena em seu período, a representação do mau gosto, do excesso e da instabilidade. A arte *Neo barroca* é uma reapresentação permeada pelas características de categorizações da distorção, do excesso, do exagero e da instabilidade, do ornamental, enfim, diversas *des-significações* que possam estar implícitas no estilo, mas que refutam a idéia de feio/belo, gosto/mau gosto ou até mesmo bem/mal, uma vez que a estética está contida em um sistema de juízos de valores.

A arte barroca procura comover intensamente o espectador. Contrariamente a arte do Renascimento, que pregava o domínio da razão sobre os sentimentos, no Barroco há uma exaltação dos sentimentos e da religiosidade expressos de forma dramática, intensa, de forma que procura envolver as pessoas.

A escola literária barroca é marcada pela presença constante da dualidade. Antropocentrismo versus Teocentrismo, céu versus inferno, entre outras constantes.

Contudo não há como colocar o Barroco como simplesmente uma retomada do fervor cristão. A sua grande diferença do período medieval é que agora o homem, depois do Renascimento, tem consciência de si e vê que também tem seu valor.

O Barroco agora se caracteriza, portanto em um período de dualidades, num eterno jogo de poderes entre divino e humano, no qual não há mais certezas. A dúvida é que rege a arte deste período. E nas emoções o artista vê uma ponte entre os dois mundos, assim tenta desvendá-las em suas representações.

Com estas características contidas ao longo da historia barroca, percebemos a importância de trazer o conceito e o estudo para a nossa realidade latino-americana, para que possamos resgatar um tema tão universal, para a nossa realidade.

2.1 – O BARROCO E NEOBARROCO, LATINO-AMERICANO

⁵ Esta noção de mal-estar da forma, dada aqui como um sentido possível para o uso do termo barroco e neobarroco, também pode ser associado a diversos estudos do pós-modernismo. É comum, na bibliografia do pós-moderno, ser feita a referência ao termo de Freud, o mal-estar. Ver referências bibliográficas.

⁶ Wölfflin em sua análise formalista, como já vimos, ressalta a tensão entre clássico e barroco.

Estudar o barroco através dos escritos de Sarduy, não é apenas estudar a estética ou a linguagem de certo momento da Arte. O autor franqueia-nos as portas deste território soberbo e fascinante que é o da linguagem barroca, tema marcante nos debates estéticos nos tempos de hoje.

O barroco latino-americano estudado e desenvolvido por Sarduy, e poetas, ensaístas e dramaturgos como: Augusto Roa Bastos, Haroldo de Campos e Luiz Rafael Sánchez; tem o valor de uma experiência poética que inscreve o passado na dinâmica do presente para que uma cultura avalie as suas próprias contradições na produção da modernidade.

O barroco, encruzilhado de signos e temporalidades, funda a sua razão estética na dupla vertente do luto/melancolia e do luxo/prazer, e é com essa mescla de convulsão erótica e patetismo que hoje revém para testar a crise/fim da modernidade, ao tempo que desvela a condição de um continente que não pode incorporar o projeto do iluminismo. (CHIAMPI, Pag, 6, 1998)

Portanto, o barroco latino-americano tem a sua própria característica, tratando-se de um fenômeno de caráter transhistórico onde as culturas ficam tomadas pelo cansaço histórico do classicismo – numa abordagem formalista, num jogo entre o clássico e o barroco.

Muitos críticos e historiadores da arte olham e estudam o barroco sem os preconceitos classicistas que, inspirados em pressupostos idealistas e racionalistas, segregavam a prática barroca, considerando-a bizarra, caprichosa, ridícula e mesmo depravada.

A história do barroco poderíamos acrescentar como seu reflexo infalível, a da repressão moral: uma lei manifesta ou não, denuncia na prática do barroco um desvio ou uma, anomalia em relação a uma forma precedente, pura, equilibrada – a um classicismo. (SARDUY. Pág. 26, 1979).

Conforme Sarduy demonstra em seus textos, ao longo dos anos. o barroco foi visto com muito preconceito, enquanto a arte ordenada “eterna” do renascimento era expressão de um mundo seguro, e de um homem que se mostrava firme nas suas crenças e convicções, da harmonia do homem com o mundo e consigo mesmo, e ao contrário o barroco trazia no centro de sua estética, o desequilíbrio, a paixão, a duvida, e a inquietação.

Mas a noção do barroco difundiu-se, e percorreu vários locais e até épocas diferentes da história. Inicialmente elaborada na arquitetura, e logo depois, numa afirmação da prática barroca chegou às Artes Plásticas, à Música e à Literatura.

Segundo, Sarduy (1970), *o barroco é um modo específico de utilizar a linguagem, de dispor a frase, conferindo ao texto um sentido que é o da sua premeditada teatralização.*

Os críticos da produção teórico-literária de Sarduy, afirmam que o autor é, ele próprio, uma expressão do barroco, um barroco em si mesmo, onde percebemos que a escrita do autor, traz jogos de palavras, neologismos, períodos longos enredados e escrita de contágio que faz deste trabalho, um inevitável texto barroco.

Percebemos que para criar um texto barroco é necessário: descrever, inventar, planejar, instituir esse fazer autônomo e sem premissas, fazer fazendo, ao modo que tornasse possível a mensagem literária, ou a estética em geral. A metáfora na descrição metalingüística que dá o barroco.

A prática do barroco é um código autônomo e tautológico, não admite na sua rede densa, carregada, a possibilidade de um gerador, de um emissor individual, central, que se exprima - o barroco funciona no vazio - que oriente ou contenha o transbordar dos signos(...) Assim a linguagem barroca: regresso a si mesmo, pôr em evidência do seu próprio reflexo, encenação da sua maquinaria. (SARDUY. Pág. 54, 1979)

Portanto, percebemos que o barroco que o Sarduy nos traz, é muito além dos preconceitos que os críticos ao longo da história transformaram o barroco, pois é visto como um signo onde podemos entender o enredo e a semiótica de uma obra de arte.

Severo acredita que com as características do barroco nasce uma nova literatura, uma nova arte de escrever, onde o corpo do texto equivale ao corpo humano, se converte em um lugar de ilimitadas metamorfoses. E em sua escrita encontramos páginas repletas de signos metafóricos.

Embora encontrassem o barroco como característico nas obras do Sarduy, existe uma diferença proposta pelo próprio autor, onde ele diferencia o Barroco do Neo Barroco.

Para diferenciar e conceituar o barroco do neobarroco, Sarduy parte do pressuposto dos estudos de José Lezama Lima, onde em 1957 prosseguiu e bifurcou as linhas genealógicas, estudando as culturas que marcaram o pensamento da língua espanhola, assim trazendo o barroco como uma cosmologia. Ou seja, o barroco vem ser uma narrativa a respeito da origem da natureza e dos princípios que move o mundo ou o universo, em todos os seus aspectos, incluindo a Arte.

O barroco substituiu o círculo renascentista, “harmonia do mundo, completude, permanência” de raiz platônica, pela elipse. O campo simbólico tão importante no barroco é

definido por Sarduy pela tensão existente entre o círculo (galilaico) e a elipse (kepleriana). O Círculo (Galilaico), traz à função de homogeneizar a matéria, arqui-medizar o espaço, qualidade que se junta ao corpo intacto, indiferente, e que se arrasta num espaço métrico. E se todos os corpos cósmicos são móveis pela natureza, o seu movimento só pode ser circular. A Elipse (Kepleriana), desdobra o seu centro, sendo que a figura matriz já não é o círculo, de centro único, radiante, luminoso, paternal, mas a elipse que opõe a este foco visível um outro foco igualmente activo, igualmente real, mas obturado, morte, nocturno, centro cego, reverso do yang solar germinador: ausente. A elipse não é apenas uma figura representável, e não temos que nos limitar ao seu espaço originário, que é o da geometria e figuração. Ou seja, mostrando através deste deslocamento, a coerência dos Logos gera a diferença entre versões da mesma figura. É neste momento em que encontramos a novidade existente nos textos do Sarduy, a influencia dos modelos cosmológicos formas de expressão artística é recíproca e atemporal: simples mutações de formas simbólicas.

O barroco hoje significa ameaçar, julgar e parodiar a economia burguesa, baseada em uma administração avarenta dos bens; ameaçá-la, julgá-la e parodiá-la no seu próprio centro e fundamento; o espaço dos signos, a linguagem, suporte simbólico da sociedade e garantia do seu funcionamento através da comunicação. (SARDUY. Pág. 93, 1979)

Portanto, o barroco para Sarduy é universal e infinito, atentando ao moralista e natural como o círculo de Galileu, no qual se funda todo o sistema de idéias do consumo e da acumulação, e subversão a suposta ordem normal das coisas, como a elipse subverte e deforma o traçado do círculo, que a tradição idealista vê como perfeito entre todos.

Já o Neo barroco, reflete estruturalmente uma discordância trazendo aspectos como: ruptura da homogeneidade, a ausência do absoluto, a carência em vez do fundamento.

O olhar no Neo barroco, já não é infinito: ele transforma-se em objeto perdido, reflexo de um desejo que não pode alcançar o seu objetivo. Reflexo necessariamente de um saber que sabe não se encontrar já tranquilamente fechado sobre si mesmo. A arte da deposição e da discussão. Um exemplo claro: é a personagem: Regente do livro o Colibri do próprio Sarduy, onde a Regente uma velha e governanta de cabaré, busca incansavelmente o desejo de posse de Colibri, personagem de estética jovem, ágil e robusta.

Podemos entender que o Neo Barroco proposto por Sarduy, é um surgimento contemporâneo do barroco histórico, como modelo de escritura e leitura de certas obras modernas, uma assimilação do barroco fundador.

2.2 – CORPO NO BARROCO

Um aspecto importante que Sarduy retrata em seu conceito sobre o barroco, que não podemos deixar de retratar é a metamorfose corporal.

A retórica do acessório que se converte em essencial, a substantivação do objetivo, o ornamento desmedido, a contorção, o vegetal estilizado, as estátuas e cisnes, e o cosmético como instrumento do sadismo mediatizado, nos situam, num erotismo preciso. Metáfora de Corpos.

Pois o corpo quando entra em ordem com os signos, está submetido a um processo de transformação e metamorfose, ou seja: o corpo pode ser texto, imagem, sujeito e o corpo do outro.

O corpo também é transformado e usado como linguagem através de seu travestimento, onde o corpo pode ser transformado, em algo que tenha a dizer sobre a natureza do mundo e os significados.

AMARAL, Inajara Erthal. Corpo e sexo: masculinidade { } feminilidade. In:

SANTINI, Luciane Alves. *Masculinidade em Crise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

AMORIM, Lia. A sangue frio. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

AUGUSTINIS, Anna Maria Caso De. O mal-estar do sujeito na contemporaneidade. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

BARBIN, Herculine. *O diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CHIANPI, Irlemar. *Barroco e Modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana*. Perspectiva: FAPESP, 1998.

CHASSAING, Jean-Luis. Mais do Gênero... Neutro. In: SANTINI, Luciane Alves. *Masculinidade em Crise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

CONTINENTINO, Ana Maria Amado. Derrida e a diferença sexual para além do masculino e feminino. In:..

COSTA, Jurandir Freire. O ego não-sexual e neutro quanto à gêneros. In: SANTINI, Luciane Alves. *Masculinidade em Crise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

DROPPELMANN, Alex. O travestismo de Jaime: a ortopedia do corpo de José na borda do espelho. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Trad. Mauricio Lessa. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

FALBO, Giselle. Body Art, Body Modification, L' Art Charnel... In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

FERRAZ, Jacinta. Corpo@ArteContemporânea. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

GATTO, Patrícia. O corpo na fotografia: Representações somáticas do tempo. In: GARCIA, Wilton (org.). *Corpo & Arte, estudos contemporâneos*. São Paulo: Nojosa Edições, 2005.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 1983.

JÁUREGUI, Jorge Mario. O “corpo” da arquitetura: entre a função e o desejo. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

JERUSALINSKY, Alfredo. Qual o sexo de Oscar Wilde? In: SANTINI, Luciane Alves. *Masculinidade em Crise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

LESSA, Mauricio de Andrade. Letra e corpo em Mallarmé. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

NORONHA, Márcio Pizarro. *Imagens do corpo e embodiment das imagens*. Sociedade e Cultura, v. 8, n. 2, JUL./DEZ. 2005, p. 131-141.

NORONHA, Márcio Pizarro. A Masculinidade em cena ou encena? In: SANTINI, Luciane Alves. *Masculinidade em Crise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

POLI, Maria Cristina. Sexo e poder: um diálogo com Michel Foucault. In: SANTINI, Luciane Alves. *Masculinidade em Crise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

RIVERA, Tânia. *Arte e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. , 2002.

SARDUY, Severo. *Escrito Sobre um Corpo*. Perspectiva: São Paulo.1979.

_____.*Barroco*. Veja Universidade: Lisboa, 2000.

SIMÕES, Maria da Penha. Em torno de princesas, escravos e monstros. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

SILVEIRA, Elaine Rosner. Cultura, Psicanálise e Gênero. In: SANTINI, Luciane Alves. *Masculinidade em Crise*. Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

SIQUEIRA, Beatriz Elisa Ferro. Francis Bacon: um grito suspenso na distorção da imagem. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

SOUZA, Cíntia Guimarães Santos. *Dos trajetos aos Lugares para Repouso do Corpo*. 2005. 123f. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

VIDAL, Eduardo A., JÁUREGUI, Jorge Mario. Não menos que três, do urbano contemporâneo. In: REGO, Cláudia de Moraes (org.). *O Corpo da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2000.

WOLLHEIM, Richard. *A pintura como arte*. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac & Nally, 2002.

PAULO DUARTE: A ESCRITA MEMORIALISTA COMO CONTINUAÇÃO DA LUTA CONSTITUCIONALISTA.

*Sherloma Starlet Fonseca**

Resumo: A análise das *Memórias* de Paulo Duarte, um combatente na revolução constitucionalista, é um esforço para lançar luz a versões obscurecidas pela história nacional. Esta iniciativa se desenvolve num momento em que a história aproxima-se dos arquivos pessoais e escritos autobiográficos, tomando-os como fonte para o estudo do político, mas dando visibilidade aos excluídos da história, permitindo um novo olhar para as elites políticas e intelectuais. Ao escrever a sua obra memorialista, Paulo constrói a identidade de si e dos derrotados no conflito armado em oposição às representações históricas de Getúlio Vargas como líder revolucionário.

Palavras-chaves: *memórias, revolução constitucionalista e Paulo Duarte.*

Abstract: The analysis of the Memories of Paulo Duarte, a combatant in the constitutionalistic revolution, is an effort to explain the misunderstood versions of national history. This initiative is develops at a moment where history comes close to the personal archives and autobiographics writings, taking them as source for the study of the politician, but giving visibility to excluded of history, allowing an new look at for the politics and intellectuals elites. When he wrote his memories, Paulo build the identity of itself and the defeated in the armed conflict in opposition to the historical representations of Getúlio Vargas as leader revolutionary.

Keywords: *memories, constitutionalistic revolution and Paulo Duarte.*

Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte foi um jornalista que participou ativamente no campo de batalha em 1932. Como membro do Partido Democrático (PD), foi um dos oradores nas caravanas revolucionárias a favor de Getúlio em 1930 e incentivadores do golpe de outubro do mesmo ano. Contudo, ao perceber os intuitos varguistas de prorrogar seu governo, que seria provisório, inseriu-se na luta anti-getulista a favor da convocação da constituinte e das eleições. Vencidos na luta armada, foi enviado com os outros participantes ao exílio na Europa. No exílio e de volta ao Brasil, Paulo não deixou de exercer as atividades jornalísticas e esteve sempre envolvido em novos e pioneiros projetos: como a fundação da Universidade

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em História pela UFG e em Serviço Social pela Universidade Católica de Goiás (UCG).

de São Paulo e a direção da Revista Anhembi. Seu último grande empenho foi a edição de seus nove volumes de memórias.

A trajetória de Paulo Duarte não é muito diferente de outros intelectuais da época. Coursou a Faculdade de Direito em São Paulo, que era a principal instância no campo da produção ideológica do país: atuando como intermediária na importação e difusão da produção intelectual europeia e concentrando inúmeras funções políticas e culturais. Os portadores de diplomas superiores formaram a elite intelectual da época que começava a se abrir para os pertencentes das classes menos abastadas. Paulo integra o grupo dos “primos pobres” das oligarquias cujas famílias encontram-se relativamente afastadas da fração político e intelectual da classe dirigente².

Eu, na realidade não nasci revolucionário, fui condenado a ser revolucionário ou, melhor, um revoltado a existência inteira, diante das fustigadas que a vida me reservou pelas mãos dos velhacos, dos políticos primários e desonestos, das hostilidades que se voltam contra os homens que fazem questão de pensar por conta própria. (DUARTE, 1974: 104)

As circunstâncias levaram Paulo Duarte a fazer parte de uma elite intelectual fora do poder, que portava planos para alcançá-lo, e de oposição aos que nele se acomodavam. Esse grupo apresenta olhares e projetos de nação diferentes dos divulgados por aqueles que estavam no governo. Esses planos, os sentimentos e as afetividades são apresentados nas obras memorialistas de Paulo Duarte e de outros opositores ao governo dissidente de 1930.

Por meio da escrita memorialista e das comemorações anuais em São Paulo no feriado estadual de 9 de julho, os sobreviventes do conflito buscam divulgar suas lembranças, no esforço de resguardar a memória do maior conflito armado entre brasileiros; um movimento único na história em que um povo bradou em prol da Constituição. A existência de governos ditatoriais nas décadas seguintes (o governo Vargas e a Ditadura Militar) reforçou o empenho de divulgação da memória constitucionalista, mesmo que ainda subalterna, devido à atualidade dos seus ideais de respeito à constitucionalidade e às eleições e contra os rumos discricionários que tomaram esses governos.

² Ver Sergio Miceli, *A transformação do papel político e cultural dos intelectuais da oligarquia*. 1979.

A preservação da memória do acontecimento de 1932 ficou restrita a São Paulo: esse é um caso único na história do Brasil de um movimento revolucionário em que as comemorações e o culto aos heróis são realizadas pelo grupo dos vencidos. As explicações para tal peculiaridade não devem ser buscadas apenas no fator da derrota militar. Ao analisar essas questões deve se atentar para as contribuições de Pollak (1989; 1992) de que a história é um espaço de disputa de memórias, por isso são comuns os conflitos para determinar quais datas e acontecimentos vão ser gravados na memória de cada grupo. Em todo caso, a história que se constrói tem a ótica dos “vencedores”, que com o poder de persuasão e repressão detêm os recursos de apagar as lembranças e reescrever a trajetória dos fatos acontecidos (GOMES, 1980).

Por ocupar essa posição distinta, os getulistas consolidam sua versão dos fatos que considera 1932 como um movimento contra-revolucionário: uma tentativa da elite tradicional, as oligarquias do café, de recuperar o poder perdido após a revolução de 1930. Para reforçar a propaganda contra os “revoltosos” de 1932, os governistas lançaram mão de uma poderosa arma ideológica: a acusação de separatismo. Foram necessários anos de pesquisa para refutar essas afirmações, tendo em consideração que as reivindicações paulistas não se restringiam ao campo regionalista, pois contavam com o apoio de autoridades políticas e militares de outros estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os estudiosos sobre a revolução constitucionalista dispõem de uma ampla quantidade de documentos. Entre esses, encontram-se um vasto conteúdo de memórias escritas por ex-combatentes que constituem a maioria das obras referentes a 1932. Esse material só recentemente passou a receber a atenção dos historiadores como fontes privilegiadas para análise. A aproximação da História com a escrita memorialista se desenvolve num momento em que a historiografia avança nos questionamentos em torno da interdisciplinaridade e da retomada do interesse pelo político - após anos de abandono pela Escola dos *Annales*, em defesa de uma “história total”, pautada pela hegemonia do econômico e do social; mas que, contudo, contribuiu para o questionamento da tradicional história política.

O florescimento da história cultural permitiu um novo olhar para as elites políticas e intelectuais, que frequentemente deixam uma massa importante de escritos pessoais da qual os historiadores passam a se apropriar em busca da possibilidade de escapar das explicações monocausais e lineares calcadas apenas no destino final. A história aproxima-se dos arquivos

personais e dos escritos autobiográficos, tomando-os como fonte para o estudo (entre outros) do político, mas dando visibilidade aos excluídos da história nacional.

O retorno da história política, longe de propor uma volta da história tradicional, não considera os escritos biográficos de forma a isolar o personagem a nenhuma época ou lugar; nem a história dos eventos como algo cronologicamente narrado e assim feito da mesma forma que aconteceu. O que o autor expõe é seu relato individual, mas este está inserido dentro de uma coletividade e os fatos são narrados conforme as concepções da pessoa dentro do grupo em que estabelece seus contatos sociais. Assim, é possível considerar Paulo Duarte como um representante de uma classe de intelectuais liberais paulistas que formaram o grupo constitucionalista de 1932.

Para Paulo Duarte, como para muitos membros desse grupo, não pairava qualquer dúvida sobre o significado de suas contribuições para política e para história. A ciência de que não era um anônimo na sociedade é certamente um fator de influência na decisão de Paulo Duarte de escrever suas memórias, pois sabia da importância de sua escrita, mesmo em um contexto em que era pouco lido³.

As *Memórias* de Paulo Duarte começaram a ser escritas em 1965 e só publicadas a partir de 1974 até 1980. A opção por escrever e publicar suas memórias, inserido nesse momento histórico, revela muito sobre a vontade do autor: demonstra a intenção de depor perante a história, de deixar um registro para o presente e o futuro de sua versão sobre tudo o que vivera nas revoluções da década de 1930.

Nas décadas de 1960 e 70, reforçava-se a versão que mitificava a imagem de Getúlio e instituíam 1930 como um divisor de águas. A dedicação a essa obra nesse contexto demonstra que há em sua escrita um projeto de memória a fim de contrapor a versão hegemônica. Conforme Paulo Duarte (1974:2)

É preciso não esquecer, entretanto, o valor como contribuição cultural das memórias autênticas, sem intuídos exibicionistas [...]. A verdadeira história não é

³ Paulo Duarte, como conhecedor da contribuição das memórias para a escrita da história, certamente esperava que seu registro fosse lido e servisse como fonte de estudo. Como todo escritor, escreve para outrem, para ser publicado e lido. Como diferencia Alain Viala (*apud* Alberti, 1991), se o “autor” mantém-se como autoridade, originalidade e autoria, o “escritor” passa a ser reservado aos “autores” para os quais se torna necessário publicar a obra, porque ser escritor não terá valor sem o ato que instaura a relação com o leitor.

contada pelos documentos oficiais, mas pela correspondência e os diários deixados por grandes figuras, testemunhas exatas de acontecimentos ou nomes notáveis na política e na literatura.

A escrita é o meio pelo qual esses intelectuais excluídos do poder encontraram para tentar continuar a luta, redefinir suas posições no jogo político e assegurar um lugar na história. Durante o exílio, o afastamento geográfico e temporal dos acontecimentos, proporcionou um momento de olhar sobre o passado e de busca por explicações da derrota. Este é mais que um estado físico; é um estado mental de reflexões. Talvez seja esse o primeiro “momento biográfico”⁴ para esses intelectuais que buscaram na escrita propor ordenamento e sentido para os acontecimentos.

Nesse período, pode ser registrar dois tipos de escrita mais recorrentes entre os exilados: a epistolar e a jornalística. Os jornalistas exerceram no exílio as atividades de correspondentes e as cartas eram o principal meio de comunicação entre eles e com os que permaneceram no Brasil. É esse material que, posteriormente, ajudou na composição das *Memórias*, parte dele está inserida ou referenciada nos livros⁵. Esses papéis são expressões da identidade do autor, que no trabalho de triagem de sua documentação pessoal tem a oportunidade de ordenar a narrativa e assim, ele reconstrói sua história, construindo um sentido a própria vida e uma imagem de si.

Paulo Duarte projeta sua imagem como uma pessoa qualificada a falar sobre os acontecimentos da década de 1930. Escreve não apenas como testemunha ocular, mas como participante de importantes episódios da história nacional. Na busca por ordenar e dar sentido aos fatos, tanto a escrita de si como a narração dos fatos assumem a subjetividade do autor.

A sinceridade expressa na narrativa, que pretende traduzir-se como essência do sujeito que escreve, tem como referenciais as memórias individuais desse autor. Os registros de memória individual, que se tornou uma prática cultural dos sujeitos modernos, é um elemento constituinte da identidade individual, e o mesmo se aplica em nível coletivo. Há entre memória e o sentimento de identidade uma ligação subjetiva. Nesse sentido, a identidade

⁴ Conforme Carlos Piña (1991), no “momento biográfico”, o sujeito constrói uma imagem de si, isso é, uma representação, realizada para si e para os outros, de sua identidade como persona. A idéia de persona está relacionada à percepção do indivíduo como uno e múltiplo: único em relação a todos os demais e múltiplo no que diz respeito as seus papéis sociais. O sujeito moderno não é contínuo e harmônico, mas ao escrever apresenta o desejo de “unidade do eu”.

⁵ A documentação pessoal de Paulo Duarte foi doado em 1969 para a Unicamp, onde se encontra hoje, custodiada no Instituto de Estudos da Linguagem, junto ao Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE). A catalogação foi concluída em março de 2007 sob a coordenação do Professor Doutor Pedro Paulo Funari.

entendida como a imagem que o sujeito constrói e apresenta aos outros, é adquirida ao longo da vida em função do que lhe é consentido pela memória e pelo convívio social. A identidade, tal como a memória, não são essências da pessoa ou do grupo; são processos em construção, em negociação (POLLAK, 1992; GUERRA, 2004).

Memórias e identidades coletivas são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais. “O caráter conflitivo se torna evidente na memória de organizações constituídas, tais como as famílias políticas e ideológicas” (POLLAK, 1992: 205). Esse é o caso dos constitucionalistas de 1932.

A escrita memorialista de Paulo Duarte é uma tentativa de ordenamento desse conflito e construção da identidade não apenas de si, mas também desse grupo em que está inserido. A identidade constitucionalista apresenta suas multiplicidades e incoerências. A luta paulista uniu facções de classes com interesses diferentes e até mesmo inimigos políticos. A identidade de um grupo com tantos contrastes e pontos de divergências foi construída em relação a um elemento unificador exterior ao grupo. “Sabe-se que a construção da identidade depende de uma relação na qual a alteridade deve colocar-se como componente [...] a figura do *outro* é estabelecida a partir do *eu* que exclui” (FREDRIGO, 2003:90). O outro eleito é escolhido para ser rejeitado em detrimento da imagem de si que é enobrecida e construída em oposição a esse outro: que no caso é identificado no varguismo.

O ataque a Vargas é constante na obra de Paulo Duarte. São comuns as versões que consideram que os fatos da década de 1930 estão diretamente relacionados à figura de Getúlio Vargas, como se ele fosse a própria personificação da revolução de outubro e do golpe que a consolida. As memórias dos ex-combatentes procuraram desmistificar a imagem postíça de Vargas como líder revolucionário, em oposição à versão tradicional da história, Getúlio é apresentado como a despersonificação da revolução de 1930.

Eu, todas as campanhas revolucionárias do Brasil me viram nas linhas de frente. Todos os períodos mais violentos encontraram-me ou na ação ou na cadeia das velhas oligarquias. Um dia vencemos. Mas os oportunistas vieram na retaguarda das tropas vitoriosas. Encontraram o político recém-caído envolvido na sua capa feita de retalhos de todas as torpitudes de uma mentalidade também carcomida. Puseram o político num navio e o exilaram.

Mas ficaram com a capa! Esta é que devia ter sido atirada ao mar. O político podia ficar. Ou se regeneraria ou acabaria de apodrecer em qualquer canto, inofensivamente (DUARTE, 1947:296).

Os liberais paulistas se opunham ao intervencionismo do governo ditatorial, demandavam o fim da ditadura e a volta ao regime constitucional. A iniciativa varguista de nomear “interventores” militares para o Estado de São Paulo que não tinham vínculos com os dois partidos locais, Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD), estimulou a criação de organizações de unificação desses dois partidos que foram inimigos na luta política de 1930. A criação da Frente Única Paulista (FUP) passou a representar um perigo de restabelecimento do predomínio paulista, com graves conseqüências considerando todos os desentendimentos acumulados. O programa constitucionalista recebeu a adesão de diversas entidades representativas dos profissionais liberais ligados aos ideais do PD. Os ressentimentos dos democratas que apoiaram o golpe de 1930 e foram aliados do poder os colocou de alguma forma à defesa da oligarquia cafeeira e acabou protelando a tomada de consciência dos intelectuais “democráticos” quanto à possibilidade de sobrevivência política do mesmo. O próprio Paulo Duarte se afastou do Partido Democrático antes mesmo de sua extinção em 1934:

Eu me afastara não de uma possibilidade de uma conspiração, nem de luta (a prova estava nos artigos de *A Platéia*, que o *Estado* transcrevia), mas do Partido Democrático, devido aos seus erros e traições que, com Sampaio Vidal e Sergio Milliet, eu sofrera da parte de alguns chefes do partido que passaram a disputar comandos e candidaturas, coisa que sempre me repugnou, pois o comando a gente é naturalmente levado a ele e em candidatura não se impõe o próprio nome, aceita-se as indicações dos companheiros. Outro motivo da minha decisão era a aproximação com o PRP que me repugnava (DUARTE, 1974:75).

Segundo Paulo Duarte (1975:30), PD defendia que o movimento de “1932 foi feito não contra 30, mas para repor 1930 em seus princípios violados e conspurcados por Getúlio e pelos tenentes [...] nós não toleraríamos qualquer intuito de volta ao passado”. O envolvimento do PD com o PRP diante de um ódio comum ao varguismo não possibilita o esquecimento das querelas internas. Há no grupo constitucionalista uma constante desconfiança com relação à união entre os antigos adversários políticos. O sentimento de perda remete a uma busca profunda pela identidade e de revigoramento dos ressentimentos. Paulo Duarte não apresenta

uma identidade una dos constitucionalistas. Pelo contrário, ele destaca as contradições dentro do grupo, sendo esse um dos fatores identificados para a derrota.

A vitória governista ao final das batalhas acentuou o poder autoritário de Getúlio e dos tenentes. Os constitucionalistas foram presos na Casa de Correção no Rio de Janeiro e de lá foram enviados ao exílio na Europa. A decisão de Vargas demonstra-se como uma tentativa de silenciar esse grupo de opositores. Nesse sentido, pode se concluir que a escrita memorialista é uma prática de construção de si, mas também de resistência. Assim, Paulo prepara sua própria defesa contra as agruras do tempo.

Ao considerar o momento da escrita, nota-se que a produção das memórias dinamiza as diversas intenções do autor: de explicar a derrota, fazer oposição às imagens consagradas de Vargas e preservar o ideal constitucionalista, sendo possível extrair daí a identidade do grupo representado. Segundo Parga (1992) é sempre a ordem simbólica que define as características e atributos das identidades. Essas são construções discursivas que invocam práticas significantes pelas quais os sujeitos convocam sentido determinado por aquilo que querem ser. A auto representação do grupo como “revolucionário”, “constitucionalista” e “paulista” exerceu grande influência ideológica no imaginário social, mas, além disso, manifestou-se como prática política efetiva no momento em que esse grupo assume a causa do movimento até as últimas conseqüências: o conflito armado.

O sentimento de perda remete a uma busca profunda pela identidade e o revigoramento dos ressentimentos. Paulo Duarte não apresenta uma identidade una dos constitucionalistas. Pelo contrário, ele destaca as contradições dentro do grupo, sendo esse um dos fatores da derrota. Apesar das diferenças internas, a auto representação dos constitucionalistas permaneceu em comum aos ex-combatentes, que representam uma mesma “cultura política”, no sentido que as representações dos grupos ultrapassam o campo do simbólico e do imaginário social para estabelecerem-se como formas de organização e atuação política e caracterizam uma tradição política. No conflito de 1932, os paulistas entraram em confronto com Vargas ao defenderem veementemente o regionalismo, a autonomia dos Estados, os governos civis e o liberalismo. O grupo que se estabeleceu no poder os-1930, preparava as bases de uma estrutura política que se consolidaria em 1937: que implicou numa política de submissão dos interesses regionais as decisões do poder central, uma política nacionalista, voltando o país para o desenvolvimento da indústria e expandindo sua economia no mercado mundial. Conforme João Alberto da Costa Pinto (2007), Getúlio Vargas inaugurou uma estrutura política no Brasil que

permaneceu até a década de 1980, em que os *gestores* são identificados como classes dominantes. Sendo assim, as classes dominantes não caracterizadas pela posse dos meios de produção, mas transcenderia o particularismo das classes.

Os conflitos da década de 1930 estão inseridos num contexto de transição da forma de organização política. A elite paulista manejava a preservação da identidade constitucionalista a colocando a serviço da sustentação de interesses daqueles que se sentiram acuados com a derrota de 1932 e com o conseqüente avanço do poder central. Revidaram contra a ameaça da concorrência movida contra eles pelos detentores das novas competências para o trabalho político e intelectual.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In.: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4, (7), 66-81. 1991.
- DUARTE, Paulo. *Memórias: Raízes Profundas*. v. 1, São Paulo, Hucitec, 1974.
- _____. *Memórias: Inteligência da Fome*. v. 2, São Paulo, Hucitec, 1975.
- _____. *Palmares pelo Avesso*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza . O Brasil no epistolário de Simón Bolívar: uma análise sobre o descobrimento entre as Américas. *História Revista*, UFG/Goiânia, v. 8, p. 89-115, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro [et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GUERRA, François-Xavier. Memórias em Transformação. In.: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. 2004. ALMEIDA, Jaime (trad). Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/revista/numero03/revista3guerra.pdf>.
- PARGA, José Sánchez Producción de identidades e identidades colectivas. In.: *Identities y Sociedad*. Centro de Estudios Latinoamericanos -CELA-/PUCE, Quito, 1992, 9-41pp.
- PIÑA, Carlos. Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico. In.: *Anuário Antropológico/88*. Brasília: Editora UnB, 1991
- PINTO, João Alberto da Costa. Os gestores na organização do capitalismo brasileiro. In.: *História Revista*. Goiânia: UFG, 11 (2) p. 329-358, 2007,
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 5 (10): 200-212. 1992.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3 (3): 3-15, 1989.

- MICELI, Sergio. A transformação do papel político e cultural dos intelectuais da oligarquia. In.: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel. 1979. 1-68

Uma peculiaridade brasileira na Política de Saúde Pública: o Sistema Único de Saúde (SUS) e a incorporação das terapêuticas alternativas

Lore Fortes*

Introduzindo a questão Saúde Pública é necessário lembrar que desde a sua origem na Europa as políticas de saúde pública implantadas na Inglaterra, França e Alemanha definiram alguns aspectos que permanecem e que são retomados e reafirmados por algumas políticas. Se na Alemanha desenvolveu-se uma Medicina do Estado, na França uma Medicina Urbana em função dos problemas decorrentes da crescente urbanização que ocorreu com a industrialização, na Inglaterra a Saúde Pública manifestou-se como um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres, com o intuito de torná-las mais aptas para o trabalho e menos perigosas para as classes mais ricas. (FOUCAULT, 2005, p.97). O sistema inglês de Simon permitiu a interligação entre três orientações políticas, que definem a Medicina Social até hoje: a) medicina assistencial, voltada aos pobres, b) medicina administrativa mais geral, significava o controle da saúde da força de trabalho e, na prática, traduzia-se por medidas de vacinação, controle das epidemias, etc; e c) medicina privada, que beneficiava os que podiam pagar. Verifica-se que determinadas definições da política de saúde pública francesa ainda estão marcando o planejamento urbano ocidental; a *Polizeiwissenschaft* da Alemanha atuou como força do Estado no campo da saúde, natalidade e higiene. Ao observar a política de saúde pública no Brasil, verifica-se que medidas administrativas tomadas pela Alemanha daquela época ainda caracterizam diversas políticas do SUS, no que se refere ao controle populacional, medidas higienistas, etc. Não se trata aqui de constatar o que permanece dos valores daquela época, mas sim procurar trazer para discussão o que surge de novo, ou seja, novas políticas que podem significar algo novo em termos de uma renovação da saúde pública. No entanto, é bom lembrar que novas políticas ao serem implantadas necessitam de um período de maturação para que as pessoas possam incorporá-las em suas práticas, de modo a legitimá-las (BOURDIEU, 1989). Essas novas políticas ainda deverão provavelmente contar com um período maior para sua efetivação em termos de política. Na verdade as idéias integralidade e universalidade surgem com o aparecimento da saúde pública na Europa, ainda que naquela época não estivessem claramente expressas com esses conceitos. Como políticas que pretendem se efetivar no Brasil, surgem com o Sistema Único de Saúde (SUS), introduzido através da

* Ciências Sociais/UFRN, doutora em Sociologia pela UnB.

Constituição de 1988 no Brasil (PINHEIRO, 2006). Ressaltando alguns aspectos que caracterizaram a evolução da saúde pública no Brasil, é necessário situar em que contexto surge a política do SUS, e ao mencionar seus princípios fundamentais, situar a introdução das práticas complementares (também muitas vezes denominadas alternativas) no SUS, tais como homeopatia, acupuntura e fitoterapia. Finalmente acentuar a importância da recente criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Essas terapias no SUS e sua evolução no Brasil representam um caso atípico se comparado com outros países. A oficialização dessas três terapias alternativas pelo SUS representa uma peculiaridade do Brasil, e que foi reconhecida como tal no *First Meeting of International Study of Homeopathy* (1995), realizado em Stuttgart (FORTES, 1996). A análise sucinta sobre a importância dessa política no SUS, coloca-a com uma nova resposta à crise da saúde pública. Conclui-se este artigo com um breve relato sobre o Hospital de Medicina Alternativa de Goiânia, único representante no gênero em toda a América Latina, destacando a sua atuação pioneira na organização de equipes interdisciplinares na saúde pública.

2. Introdução de terapias alternativas no SUS: da introdução da homeopatia, da acupuntura e da fitoterapia até a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)

A introdução gradativa da homeopatia, da acupuntura e da fitoterapia no SUS, além de ter sido uma expressão do reconhecimento do Estado, atendeu a uma preocupação relativa à crise da medicina, sofrida após 1970 e que resultou na implantação de diversas políticas no decorrer dos anos 1980 e 1990 até a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC. Esse processo de legitimação tem ocorrido aparentemente paralelo para cada uma dessas terapias, porém na introdução à saúde pública ocorreram medidas que as integraram. Cabe ressaltar que a concepção teórica dessas terapias caracteriza-se por uma abordagem do doente e não da doença, contrapondo-se, portanto, à terapêutica adotada pela medicina oficial alopática, cuja prioridade é a classificação patológica das doenças. Se por este motivo elas têm sido apontadas tradicionalmente como alternativas. Atualmente elas assumem cada vez mais o papel de terapêuticas complementares à alopatia, uma vez que têm representado uma resposta à lacuna provocada às doenças crônicas e aquelas causadas por problemas emocionais decorrentes das demandas crescentes da sociedade globalizada. Trata-se de terapias milenares como a acupuntura e a fitoterapia, e cabe assinalar que 1840 representou o início da homeopatia no Brasil, quando o homeopata francês Benoît Jules

Mure (1809-1858) imigrou para o Brasil, introduzindo essa terapêutica. Se na sua implantação no Brasil ocorriam conflitos com médicos alopatas, hoje em dia verifica-se uma crescente integração entre essas práticas aparentemente contraditórias. Interessa na presente análise assinalar alguns fatos que representaram marcos para o avanço dessas terapias no Brasil a partir dos anos 1970, podendo-se avaliar especialmente após 1980 que ocorreu uma efetiva incorporação em políticas de saúde pública, contando com uma demanda crescente da população brasileira e a correspondente especialização gradativa de médicos nessas especialidades. Considerando a necessidade de se apresentar um quadro histórico cronológico procurou-se reunir os principais acontecimentos referentes à homeopatia na Tabela 1. Fundamentada na análise das informações da tabela pretende-se destacar as principais medidas políticas que marcaram a integração dessas terapias nas políticas do SUS. A criação da Associação Médico Homeopática Brasileira – AMHB além de significar a organização dos médicos homeopatas permitiu a articulação com o Estado e com as demais terapias então reconhecidas como alternativas. Na sua política destacam-se a realização após 1993 de debates regulares (anuais) através dos Fóruns de Saúde Pública, garantidos pela criação da Comissão de Saúde Pública da AMHB, tendo como objetivo avaliar a implementação dessa política no atendimento da homeopatia na saúde pública. Esse processo ocorre com base em uma crescente demanda de médicos por esta especialidade, sendo que no início de 2000 já havia aproximadamente 2200 médicos credenciados brasileiros para atuar em homeopatia (ROSENBAUM, 1999, p. 19). O processo de reconhecimento da acupuntura e da fitoterapia correu paralelamente à homeopatia, mas em determinados momentos essas terapias aliam-se à homeopatia, especialmente quando o tema é a legitimação pelo governo federal, introduzindo essas terapias à saúde pública. O crescimento da demanda social pelas terapias ditas alternativas e que passam cada vez mais a ser vistas como complementares à medicina oficial, abre gradativamente espaços à homeopatia, à acupuntura e à fitoterapia, constatados pelo aumento da quantidade de médicos demandando a especialização nessas áreas. Cursos de Especialização em Homeopatia desenvolvem-se especialmente a partir de 1980 e em 1992 já havia 20 cursos de Especialização em Homeopatia, estendendo-se por todo o Brasil; sendo que mais de 80% deles com a duração de 1200 horas/aula (FORTES, 2000). A homeopatia caracteriza-se por uma clientela crescente especialmente nas camadas médias e superiores da população. Porém a situação das camadas de renda mais baixa, que representam cerca de 80% da população brasileira é bem diferente, pois tiveram atendimento durante longo tempo quase exclusivamente alopático. (FORTES, 2000).

Tabela 1 – Institucionalização da Homeopatia – 1965 - 2006

Fatos	Instituição	Data
Três disciplinas de homeopatia passam de obrigatórias a optativas	Escola de Medicina e Cirurgia no RJ	1965
Pharmacopéia Homeopática Brás. passa a livro oficial medicamentos	Para todas as farmácias homeopáticas	1965, Decr. Fed. - 1976
Brasil - Estatística registrava 72	Faculdades de Medicina	1972
Criação da Associação Médica Homeopática Brasileira	AMHB	1979
Reconhecimento da Homeopatia como especialidade médica	Associação Médica Brasileira (AMB)	1980
Homeopat. 16ª especialidade méd.	CFM - Resolução N1000/80	1980
Farmacologia Homeopática e Terapia Homeopática	Especialização da medicina	1980
20 cursos de Especialização em Homeopatia, por todo o Brasil	80% deles com a duração de 1200 horas/aula	1992
Introd. oficial homeopatia, acupunt., fitoterapia na saúde públ.	então denominado INAMPS	1980
Waldir Pires (Previdência Social) - Pesquisa vantagens da homeopatia, acupunt. e fitoterapia	Para introduzir em postos de saúde do INAMPS	maio de 1985
Projeto de produção de medicamentos homeopáticos gratuitos	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ para o Ministério da Previdência Social	1986
Representantes ministérios Saúde, Previdência Social, Educação e Trabalho = normas atendimento postos de saúde INAMPS	Comissão de Planejamento e Coordenação consolidada pela Resolução n° 4 CIPLAN	8/ 3/1988
Fixa normas e diretrizes p/ o atendimento em homeopatia, acupuntura, termalismo, técnicas alternat. de saúde mental e fitoterapia	Resoluções n° 5, 6, 7 e 8	1988
Criação do HMA – fitoterapia	Hospital de Medicina	1988

ayurvédica, homeopatia e acupuntura na saúde pública	Alternativa - HMA - Goiânia	
Criação do SUS	Constituição do Brasil	1988
Oficializada a Associação Médico Homeopática (AMBH) pela AMB	Conselho de Especialidades e AMB	1989
Primeiro concurso p/ Concessão título de "Especialista em Homeopatia"	Apoio da AMB e CFM	1990
Cresce a demanda de médicos homeopatas brasileiros	aproximadamente 2200 médicos credenciados	2000
Comissão e Grupo especial de programação em práticas alternativ. homeop. na rede pública - normas	Secretaria Estadual -São Paulo Deliberação CIS 81/89	1988
Programa Estadual de Homeopatia introduz serviços homeop. rede pub.	Câmara Técnica de Homeopatia – Rio de Janeiro - Portaria 023	1991
I Fórum Nacional de Homeopatia da Rede Pública	São Paulo - evento regular avalia implantação homeopatia SUS	1993
Criação - Comissão de Saúde Públ.	AMHB	1994
Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Compl. – MNPC	AMHB, ABFH, ABCDH, soc. médicas nac. de fitoterapia, acupuntura e antroposofia.	2004
Número de consultas em homeopatia cresce gradativamente (Jornal do Brasil, 1985)	Ministério da Saúde - 10% de consultas – em 20 unid., 16 cap., 158 mun., 457 méd. hom.	2004
Crescimento serviços homeopáticos no SUS (Jornal do Brasil, 1985)	26 estados e 19 capitais e 232 municípios	2005
Nova Política do SUS - PNPIC - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares	AMECA, Associofito, Sobrafito, Reliplam e Instituto Brasileiro de Plantas Medicin.	04/05/ 2006
Possuem atividades de ensino, pesquisa e extensão em Homeopatia	10 universidades públicas	2007

Fonte: FORTES, 2000.

No decorrer da década de 1980 o Estado aprovou a introdução oficial da homeopatia, da acupuntura e da fitoterapia no então denominado INAMPS, possibilitando o atendimento às camadas menos favorecidas nas unidades de saúde. No caso da homeopatia, impossibilitada de ser implementada em todas as regiões brasileiras, talvez pela maior quantidade de médicos especializados nessa área, observa-se que em São Paulo e Rio de Janeiro esta iniciativa passa a ser assumida pelas respectivas secretarias de estado (GALVÃO, 1999). Com a Constituição Federal de 1988 o momento de institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), marcado pelos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980, constituiu um grande avanço à organização da assistência e o significado em termos de evolução se reflete nas diretrizes e princípios para a saúde que representam a incorporação efetiva de valores de cidadania (MEHRY, 2004). Se anteriormente as atividades de coordenação do atendimento médico, eram efetuadas pelas secretarias de saúde, passaram a ser redirecionadas de modo a oferecer serviços de assessoria e acompanhamento da implantação e execução de modelos assistenciais para atender melhor às necessidades dos municípios, significando na prática ainda o fornecimento de subsídios técnicos. Atualmente o maior entrave para a institucionalização dessas terapias permanece nos meios acadêmicos, reproduzem o saber biomédico (LUZ, 1996). Este é um fenômeno mundial (FORTES, 2000). A recém criada Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares – MNPC visa garantir inicialmente a presença da homeopatia em toda a rede do SUS. Iniciada por iniciativa do AMHB (BERGO, 2005), articula-se com a Associação Brasileira da Farmácia Homeopática (ABFH), Associação Brasileira dos Cirurgiões Dentistas Homeopatas (ABCDH), e todas as sociedades médicas nacionais de fitoterapia, acupuntura e antroposofia. Com a implantação da política recente da PNPIC/SUS as associações profissionais dos médicos homeopatas oferecem suporte à reflexão teórico-prático: Associação de Medicina Chinesa e Acupuntura no Brasil (AMECA), Associação Brasileira de Fitoterapia em Serviços Públicos (Associofito), Sociedade Brasileira de Fitomedicina (Sobrafito), Rede Latino Americana de Plantas Mediciniais (Reliplam), Instituto Brasileiro de Plantas Mediciniais.

Independente das contradições da lógica das sociedades industriais, com a aprovação no dia 04/05/2006 da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde, essas terapêuticas preocupadas com a recuperação do sujeito, transformaram-se em um novo campo da saúde para as práticas complementares, significando um avanço na institucionalização da homeopatia na rede pública de saúde. Como uma medicina do sujeito e

fundamentada na visão integral do indivíduo enfermo, a homeopatia, bem como as demais práticas complementares têm se mostrado capaz de preencher lacunas impossibilitadas de serem assumidas pela medicina alopática, alcançando definitivamente o objetivo de reconhecê-las não mais como terapêuticas alternativas, mas sim como complementares à medicina.

3. Hospital de Medicina Alternativa (HMA) em Goiânia: práticas complementares oferecidas pelo SUS

Implantado por um grupo de médicos indianos em 1988, oferece um atendimento público de terapêuticas naturais: fitoterapia ayurvédica, homeopatia e acupuntura. Atualmente destaca-se no Brasil e na América Latina como a única unidade de saúde pública a oferecer atendimento em práticas complementares. Denominada hospital, tem somente a função de ambulatório. No ano de 2001 o HMA registrava mais de 40.000 pacientes cadastrados e seu grande diferencial é o atendimento profissional em práticas não alopáticas, oferecido por médicos fitoterapeutas, homeopatas, acupunturistas e quiropraxista, complementado pelos serviços oferecidos por psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionista, fonodíloga e fisioterapeuta. A organização interna, na forma de Grupos Interdisciplinares, tem como objetivo oferecer um tratamento diferenciado aos pacientes, capaz de proporcionar novas alternativas para uma recuperação mais rápida do paciente. Esta preocupação de um trabalho interdisciplinar tem sido considerada na prática a melhor alternativa no sentido de estabelecer um intercâmbio de informações entre os profissionais envolvidos, possibilitando alcançar as melhores alternativas para os pacientes, tratados ora como indivíduos, ora integrados em grupos afins. Um ponto forte no atendimento do HMA tem sido o caso de doenças crônicas. O trabalho com os Grupos Interdisciplinares desenvolvidos até 2004 contou com a organização de diversos grupos interdisciplinares: Gastrite e Redução de Stress, Terceira Idade, Controle de peso. Hipertensão, Climatério, Respiração Bucal. Todos os anos são realizadas pesquisas junto a pacientes, variando entre 500 a 1000 entrevistados, para medir o índice de satisfação da clientela do HMA, para avaliar o atendimento e receber sugestões para melhorá-lo. O atendimento tem revelado bons níveis de satisfação dos usuários, apresentando índices superiores a 70% em diversos itens referentes ao atendimento, problemas administrativos referentes ao agendamento, agravados pela demanda reprimida, porém essa pesquisa não avalia os Grupos

interdisciplinares, somente a atuação individual dos profissionais por especialidades. A preocupação com a biodiversidade e valorização de plantas medicinais regionais tem feito do HMA uma instituição que se sobressai por dois motivos: um, é o fato de ser uma unidade pública, capaz de cultivar, manipular e distribuir gratuitamente os medicamentos fitoterápicos e homeopáticos aos clientes, dentro de uma perspectiva de auto-sustentabilidade futura, sendo o segundo motivo, o de constituir um potencial para o desenvolvimento de pesquisas clínicas com fitoterápicos, especialmente pelo fato de ser uma unidade de referência da América Latina para modelos de atendimento integral à saúde da comunidade.

5. Algumas considerações sobre a temática

A ampla discussão com base nos princípios do SUS levou à abordagem e ao aprofundamento de conceitos de integralidade e universalidade na saúde, passando ao modelo assistencial com temas, tais como acolhimento, o que levou à construção de *linhas de cuidado*, de modo a tornar essa visão mais abrangente. É dentro dessa perspectiva, tendo em vista a melhoria de qualidade no atendimento ao usuário do SUS, que se encontra a recente política que legitima as terapias alternativas/complementares, oferecendo oportunidade de atendimento pelo SUS. No entanto, se existe uma sensibilização do poder público nesse sentido, ainda se desenvolve com muita falta de informação sobre essas terapias, por médicos alopatas e usuários, como dos que decidiram pela implantação dessa política. O agravante dessa situação dá-se pela dificuldade de comunicação social que tem sido o maior entrave no desenvolvimento das relações sociais no campo da saúde, agravado pela visão biomédica predominante. O debate democrático, envolvendo a participação de diversos agentes, representa uma esperança no sentido de uma efetiva incorporação dessas terapias complementares na saúde pública.

BIBLIOGRAFIA

BERGO, Helio Bergo. 2005. *Política Nacional de Medicina Natural e Práticas complementares – MNPC, pactuada nesse início de ano vai garantir a presença da Homeopatia em toda a rede. SUS. AMHB. Net, Brasília, abr. Seção Homeopatia para todos. Disp.em:*
<http://www.amhb.org.br/nuke/modules.php?name=News&file=article&sid=250>.
Acesso 13/ 4/2006.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005
- FORTES, Lore. 1996. Homöopathie auf dem Weg in das staatliche Gesundheitssystem: Brasilien. In: DINGES, Martin (Org.): *Weltgeschichte der Homöopathie*. Munique: Beck, p. 331-354.
- _____, _____. 2000. *A institucionalização da homeopatia no Brasil e na Alemanha: uma análise sociológica dos conflitos e convergências entre seus agentes*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB.
- GALVÃO, Gíssia Gomes. 1999. *Outros modelos de atenção à saúde: a medicina homeopática na rede pública*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ.
- HOSPITAL DE MEDICINA ALTERNATIVA. 2001. *Pesquisa do Perfil Sócio-Econômico de Clientes*. Goiânia: documento interno
- HOSPITAL DE MEDICINA ALTERNATIVA. 2001. *Trabalhos em Grupos Interdisciplinares do HMA*. Goiânia: documento interno.
- JORNAL DO BRASIL. 1985. *Inamps vai usar homeopatia*, 5/8/1985.
- LUZ, Madel Therezinha da. *A arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil*. São Paulo: Dynamis Editorial, 1996.
- ROSENBAUM, Paulo. 2000. *Homeopatia: medicina interativa, história lógica da arte de cuidar*. Rio de Janeiro: Imago.
- MERHY, Emerson Elias et alii. 2004. *O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2006. *Anexo - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde - SUS – PNPIC*. Portaria nº 971, de 03/05/2006, publicada no Diário Oficial da União, Ed. nº 84, de 04/05/2006.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2006. *Plantas Medicinais e Fitoterapia no SUS: a Política do Ministério da Saúde. Informativo Eletrônico de Plantas Medicinais*. Ano 1, nº 2, Verão 2006. Site: <http://www.ibpm.org.br/principal.shtml>, acesso em 23/04/2007.
- PINHEIRO, Roseni. 2006. *Integralidade e Prática Social*. Entrevista. Disponível em <http://www.lappis.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=162&sid=25>, acesso em 19/04/2007.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2006. *Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – Participa SUS*. Documento apresentado na Reunião de

Colegiado de 19/09/2006. Disponível em <http://portal.saude.gov.br>, acesso em 20/04/2007.

SALGUEIRO. Carmela Vertullo.1987. *A incorporação de práticas alternativas de cura no sistema previdenciário*: um relato do desenvolvimento da Homeopatia no Brasil.

Dissertação de Mestrado. São Paulo: FGV/EAESP.

UMA VIAGEM DE CONFLUÊNCIAS POÉTICAS ENTRE OS BRASILEIROS JOÃO CABRAL DE MELO NETO, MANOEL DE BARROS E O AFRICANO CORSINO FORTES

Rosidelma Pereira Fraga¹

RESUMO: Neste artigo o objetivo fulcral é pontuar, através de uma análise global das linhas mestras da teoria intertextual de Kristeva e seus desdobramentos conceituais, algumas confluências na arte poética de João Cabral de Melo Neto, Manoel de Barros e do africano Corsino Fortes. Em suma, o trabalho enfocará os temas recorrentes, a saber: como o sujeito lírico se manifesta nos poemas, a imagem, a metalinguagem, bem como a relação entre lúdico e mito. A proposta consiste ainda no debruçar de indagações críticas e teóricas sobre a lírica contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: sujeito, imagem, metalinguagem e mito.

ABSTRACT: In this research the principal objective is to hang, through a global analysis of the lines schollmistresses Kristeva's intertextual theory and yours meanisg's unfoldment, any poetic convergence in the poetical arte s' João Cabral de Melo Neto, Manoel de Barros and s' african Corsino Fortes. Therefore, the proposal consists still of leaning over of theoretical about the contemporary lyrical and the text will emphasive the recurrent theme: how lyrical subject manisfest in the poems, the aumage, the met-language, as well as the conection between ludic and mith.

KEYWORDS: intertextualidade, subject, image, meta-language and myth.

“O poema/ pena um caminho errante (...) como estrela/ que vai nascer no céu (...) o poema sabe ser inexorável” (Heleno Godoy), porque “poesia é voar fora da asa”, “poesia é a ocupação da palavra pela imagem” e “ao poeta faz bem desexplicar tanto quanto escurecer acende os vagalumes” (Manoel de Barros).

Neste artigo a intenção fulcral consiste no debruçar de confluências poéticas, a partir de alguns temas recorrentes que emolduram a arte poética dos contemporâneos João Cabral de Melo Neto, Manoel de Barros e do poeta africano Corsino Fortes. A espinha dorsal desse trabalho girará em torno de contrastes entre os poemas desses três grandes poetas e a teoria tratada por Julia Kristeva (1999) e Jacques Derrida (1998), dentre outros similares à intertextualidade. Destarte, no primeiro instante enfatizar-se-á algumas reflexões acerca dos “limites da intertextualidade” e, em conseqüência, estabelecer-se-á uma seqüência nos desdobramentos desse conceito que serão aplicados aos poemas posteriormente, a saber: influência, alusão, paráfrase, paródia, enxerto e pluralidade. Como ponto axial de reflexão, o trabalho sustentar-se-á, no segundo momento, em pressupostos críticos e teóricos voltados para

¹ Especialista em Literatura Brasileira pela UNEMAT e Mestranda em Estudos Literários pela UFG, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Goiandira de Fátima Ortiz de Camargo.

a lírica contemporânea, debruçando em reflexões sobre a problemática do sujeito lírico, a imagem, a metalinguagem e o mito, como temas recorrentes entre os três poetas citados.

Sob esse prisma, o artigo terá como base os pontos de vista dos críticos e teóricos, a saber: Mendonça Telles, Guilherme Merquior, Benedito Nunes, Antônio Secchin, Ítalo Moriconi, Alexandre Barbosa, Theodor Adorno, Charles Rosen, Tzevetan Todorov, Dominique Combe, Michel Collot, Alfredo Bosi, Henriques Brito, Octavio Paz, Paul Valéry, Paul Ricouer, dentre outros.

Assim, a influência ou *influentia*, do latim medieval, um termo que em literatura comparada passou a acepção de fluir para dentro; conceito esse que no cerne da questão traz uma polêmica por tratar da originalidade e/ ou autonomia, mas que “o comparativismo resultante de investigações filológicas acabou pondo em confronto as obras literárias” (TELES, 1989: 39).

Consoante a Teles (1989: 40), pode-se asseverar que um dos mecanismos da influência é fazer referência consciente de uma obra anterior, visto que ela pode ser “osmose ou uma lenta penetração de formas, de estilos e de discursos”. Antonio Candido (1974) vê a influência como um ato de renovação quando enuncia que somente o poeta que se deixa influenciar é capaz de múltiplas renovações. Nessa perspectiva, inclui-se, como exemplo, João Cabral de Melo Neto que vem exercendo enormes influências nos poetas da década de 60 até os dias de hoje. E o mesmo não partiu do nada. O poeta admite ter bebido na poesia de Murilo Mendes e de Drummond no que tange à plasticidade da imagem.

Nessa mesma estirpe, insere-se Manoel de Barros que buscou em sua poesia os ensinamentos de Rimbaud, tendo ainda semelhanças com a poesia antilírica de João Cabral e de Augusto dos Anjos. Em alguns poemas de Cabral e Barros é muito forte a mistura do belo e do grotesco, mas a surpresa da arte barrosiana reside no sublime inesperado pelo leitor, o sublime que mostra Merquior (1972), ou o próprio Rimbaud ao dizer que do feio o poeta consegue extrair a essência do belo. Notadamente, na arte cabralina e barrosiana, o belo aparece como uma ruptura do belo artístico do século XVIII, uma vez que não proporciona o prazer estético.

A esse turno, menciona-se a obra *Teorias do símbolo* de Todorov, a fim de explicar que nos poemas de Barros e Cabral, o belo surge como um impacto de beleza. É uma beleza que, ligada à percepção das relações, a qual provoca uma empatia na recepção do leitor no tocante à plasticidade da imagem produzida. O símbolo aparece como expressão na poesia e não

como imitação, uma vez que a palavra exerce um significado evidenciado pelo hermetismo através do jogo do indizível e da impossibilidade de tradução. Há uma desconstrução do próprio símbolo que aproxima da teoria proposta por Derrida.

Friedrich (1991) ao discorrer sobre o belo e o feio na lírica elucida que:

...a mistura do belo e do feio produz aquela dinâmica de contraste (...). Uma poesia necessita também do feio porque este, como provocação ao sentimento natural da beleza, produz aquela dramaticidade chocante que se deve estabelecer entre o texto e o leitor (...). **O papel do feio é claro (...), esta fealdade poética deforma o feio real,** assim como (...) a evasão do suprarreal... (FRIEDRICH, 1991: 138, grifos meus).

No cerne dessas ligações entre um poeta e outro, reitera-se o parágrafo anterior a fim de dizer que “a obra de João Cabral de Melo Neto (...) forneceu exemplos para a criação dos círculos de vanguarda da atualidade. É a que mais influência vem exercendo entre os novos poetas brasileiros, sobretudo depois de 1960” (TELES, 1989: 199).

Nesse foco comparativo se insere o poeta africano (de Cabo Verde) Corsino Fortes que, por sua vez, admite ter bebido na poesia de João Cabral e de outros poetas modernos e contemporâneos. Indubitavelmente, João Cabral deixou seguidores, embora nunca autênticos, mas influenciou poetas do Brasil e de outros países. Sobre a lírica fortiana, percebe-se um traço nítido com a lírica cabralina, por exemplo, em *Pedras de Sol & Substância* (1974), onde o mito do mineralismo está presente, assim como a procura pela infância da língua de Manoel de Barros que é um traço recorrente na poesia de Corsino Fortes.

Merquior (1996: 212) endossa essa idéia de confluência ao escrever que a obra de João Cabral é essencialmente valéryana pela atitude consciente do poeta que rejeita o conceito inspiratório, pois “a nossa poesia ganhou força nova e (...) até hoje definitiva, fazendo-se lírica interpretativa (...) nas meditações de Drummond e da poesia de Cabral”. É imprescindível lembrar que João Cabral bebeu a imagem muriliana em *Pedra do Sono* de 1942, mas de fato, influenciou o próprio Murilo Mendes nos anos 70, conforme se pode ler em *Convergências*, analisada por Barbosa (1974: 135) que reitera os versos do poeta: “perdoai-me/Valéry/Drummond/Soldei concreto e abstrato/ joãocabralizei-me”.

Uma outra figura que merece reflexão é a alusão, do latim *alusionem*, cujo sentido designa todo e qualquer arquétipo de referência indireta através de um propósito intencional. A alusão desperta na consciência do leitor uma espécie de algo que não foi expresso no texto

literário, mas não obstante o leitor toma conhecimento através do próprio texto que Derrida (1994) chama de “discurso enxertado”. Campos, citado por Teles (1989: 42), concebe a alusão como o adensamento da significação, ao passo que Diana Barros (1994) vê como a possibilidade de acréscimo de sentido.

No que tange à paráfrase, pode-se dizer que, em termos de análise da crítica feita por Diana Barros (1994), trata-se de um tipo de discurso construído a partir de um anterior que permite a ampliação das idéias de um outro. Do mesmo modo tem-se a paródia que segundo Bosi em *O ser e o tempo da poesia*, “pode reforçar as potências do significante sempre que agride o significado a que esteve tradicionalmente unido.” (BOSI, 1983:169).

Em se tratando do termo *enxerto*, uma figura peculiar dos estudos de Jacques Derrida (1998), desenvolvido com base em Kristeva, é um recurso retórico que entrelaça um texto em outro texto, ou seja, Derrida vê no texto a possibilidade de entrecruzamento dos discursos, enquanto que Barthes (1987: 214) observa nesse entrecruzamento que o texto literário passa a ser plural. Trata-se da pluralidade dos sentidos, uma vez que a obra sempre dispõe enquanto que o leitor propõe: “a literatura é a exploração do nome”. Pode-se asseverar que a intertextualidade reside no fato de que a linguagem é plural e o intertexto resulta na impossibilidade de viver fora do texto infinito, porque a própria obra constrói o seu sentido que também se torna plurissignificativo a cada leitura realizada pelo crítico.

Concernente à intertextualidade, pode-se dizer que Kristeva criou o termo e suscitou inúmeros estudos acerca da literatura sob a práxis comparatista. Sublinhamos que a permutação do texto para Kristeva é que constituiu o significado poético e esse, por sua vez, remete a outros significados. Ler um poema pressupõe enxergar um discurso infiltrado em outro e através dessa leitura o leitor se tornar um investigador de como a história lê o texto e nele se insere. A respeito do discurso intertextual Harold Bloom (apud CHARLES ROSEN, 2004: 197), ao atacar a autonomia da obra de arte, afirma que os “poemas (...) são palavras que se referem a outras palavras mais e assim sucessivamente, no mundo superpovoado da linguagem literária”.

Similarmente a Kristeva, Nitri (1997) demonstra que a intertextualidade significa não só a inserção de um texto em outro, mas uma forma de transformar o discurso de outrem. Concordemente, Manoel de Barros define esse conceito teórico ao afirmar que “os intertextos resultam de uma perversão sensorial que a um poeta, habitar certos antros, faz frutos. E produz fala protéica. Ou, como em escritas se denominam, produz ambigüidade” (BARROS, 1964,

apud, BARROS, 1964: 326). Da mesma forma, Carvalho (1999) assevera que a palavra ambivalente na obra literária é um outro termo para intertextualidade, posto que o poeta pode mesclar uma palavra já dantes poetizada para injetar um sentido novo, provocando no leitor a guerra de Édipo e Laio, isto é, uma disputa para saber que texto relê e porque isso ocorre.

Ademais, no que tange à presença de João Cabral na poesia de Corsino Fortes, França (1997: 54) elucida que “a influência brasileira nas literaturas africanas de língua portuguesa (...) no caso cabo-verdiano (...) enquadra-se nas suas vidas como o objetivo a alcançar (...), o Brasil surge como tema”. Similarmente a França, Salvato Trigo (1997: 54) ressalta que “as literaturas africanas de expressão portuguesa passam pelo Brasil não por necessidade de imitação, mas por sentirem que ponderosas razões de ordem ético-estética aconselhavam a ir a essa terra multímoda, desenvolvida e fertilizada com muito sangue africano”, e em Cabo essas perspectivas nascem com a poesia de Corsino Fortes que relê o folclore catalão de *Morte e Vida Severina* de João Cabral em sua segunda obra *Árvore & Tambor*.

Frente a essa breve reflexão de cunho mais teórico, o trabalho passará a uma leitura comparativa, a partir de recorte transversal de poemas de João Cabral de Melo Neto, nas obras *Psicologia da Composição*, *O engenheiro* e *A educação pela Pedra*, de Manoel de Barros nas obras *O Guardador de Águas*, *Livro das Ignorâncias* e, mais especificamente, no primeiro poema de *Poemas Rupestres* que permitem um diálogo com o poema “Páscoa de Pedra” da obra *Pedras de Sol & Substância* de Corsino Fortes, contida em *A cabeça calva de Deus*.

Sob a práxis dialógica, pode-se asseverar que nas obras *Psicologia da Composição* (1946) e *O Cão Sem Plumagem* (1949), João Cabral de Melo Neto faz uma poesia antilírica, demarcada por um sujeito que não está em primeira pessoa no que tange à subjetividade do eu-poético. Observa-se, por exemplo, a expulsão do sujeito lírico em seu poema “Antiode”:

Poesia, te escrevia:
 que **és fezes. Fezes**
 (...) **o estrume do poema**
 suas **intestinações**
 bocas da imagem
 da flor: **a boca**
que come o defunto
 defunto, **com flores.**
 __Cristais de vômito
Poesia, te escrevia

Cuspe, **cuspe**.
(MELO NETO, 1946: 65-9: grifos meus).

Essa mescla do belo e do grotesco traz de imediato o choque da linguagem em tom baixo e vulgar. Tem-se no poema acima, a questão da alteridade do sujeito lírico. O sujeito não se identifica no poema, deixa a linguagem falar à poesia que, tão somente “és fezes”, “estrupe do poema”, “intestinações”. Essa poesia antilírica já pulsava em matéria de poesia em Augusto dos Anjos no seu único livro *Eu*, do Pré-modernismo brasileiro, quando o leitor se depara com os “escarros” mesclados ao beijo. Evidentemente, João Cabral elabora um projeto de desmontagem reflexiva de sua própria tessitura poética, sem ser preciso perfumar a flor e poetizar o poema. Barbosa (1986: 26) faz um balanço da poesia de Cabral e constata que “a recusa de uma tematização de caráter meramente figurativa, em que a flor é tão somente absorvida pelo poema na medida em que deixa de ser ilustração retórica e passa a existir enquanto palavra”. O crítico salienta ainda que essa possibilidade refere-se ao fato de que “o poema configura um espaço em que a criação e a crítica estão vinculadas pela metáfora intertextual”.

De fato, em “Antiode” percebe-se que há a subjetividade, mas o sujeito não se identifica e a relação possível é que a linguagem fala à própria poesia, a linguagem pulsa na consciência da poesia o que ela é, como ensina Valéry (1991). Secchin (1999: 69) vê essa expulsão do eu-poético como uma estratégia do impuro, pelo fato de o eu-lírico insurgir a profundidade do “bom gosto”. Trata-se de “um recurso a um campo imagístico orgânico para definir a poesia”. Nota-se, por sua vez, a desmontagem dos conceitos do “sublime” e do “transcendental” que é um fenômeno lírico. Nunes (1971: 56) elucida que esse fenômeno lírico se refere à possibilidade da “desagregação da metáfora”.

O diálogo entre Manoel de Barros e João Cabral ocorre em várias passagens de textos. Compare-se, a propósito, os três fragmentos abaixo, o primeiro de *O Cão Sem Plumas* (1949) o segundo de *Arranjos para assobio* (1982) e o terceiro, de *Livro das ignoranças* (1994):

Na **água do rio**
Se vão perdendo
Em lama numa lama
(...) que ganha
os **gestos defuntos**

de lama
o sangue de goma.
 (MELO NETO, 1949: 79, grifos meus).

Escorre na pedra amareluza
 Escuta fazerem **a lama**
 Refulge de noite **no próprio esgoto**
 (BARROS, 1982 apud 1964: 206, grifos meus).

...há de se deitar sobre (...) toda a
 espessura de **sua boca**
 Sou (...) **santificado** pelas
Imundícias?
 (BARROS, 1994: 23, grifos meus).

Há uma carga de intensa significação nos três exemplos citados, pois do feio, Manoel de Barros desperta um novo encanto, o disforme produz a surpresa. Com todo o tom baixo, o poeta é “santificado pelas imundícias”. O poeta exerce uma mistura do profano e do sagrado que Blanchot (1987: 231) denominou como a presença do sagrado na obra porque “o poema denomina o sagrado como o inominável, o que diz o indizível; o poema é o véu que torna o fogo (...) indecomponível porque oculta e dissimula”. Esse véu que cobre os poemas de Barros e Cabral associa-se ao indizível discorrido por Todorov (1996: 244), porque se refere ao indizível que “provoca um transbordamento do significante pelo significado”. Segundo Paz (1986), isso ocorre porque o poeta é do mundo do oxalá e fala uma linguagem que ninguém fala. Pode-se asseverar que esse signo vem vestido de uma imagem produzida através da aurora da palavra da que fala Paul Ricouer. Como se vê, a imagem poética “torna-se um novo ser da nossa linguagem, exprime-nos ao tornar-nos naquilo que ela exprime (...) ela é um devir da expressão” (RICOUER, 1978: 321). Trata-se da mesma imagem desdobrada na ordem hegeliana discorrida por Paz, isto é, um devir a ser da linguagem poética.

Nessa perspectiva, o poema conduz ao assalto inesperado. Friedrich (1991: 44) ao citar Baudelaire escreve que “do prazer aristocrático de desagradar, a poesia vangloria-se de irritar o leitor”. Esse “emblema de choque” é endossado por Merquior (1972: 9) quando escreve sobre o tom sério mesclado com o discurso baixo. Não obstante o leitor consegue extrair algo de resplandecente e (...) para aspirar ao sublime o texto devia vazar-se numa dicção pura, incontaminada pela mescla estilística”. É essa linguagem vazada do sujeito lírico que sobrepuja na lírica de Manoel de Barros e João Cabral. Pode-se notar dentro dessa linhagem de tons sujos

e puros, a presença mítica do lúdico nos poemas de *O Guardador de Águas*, cuja linguagem se cristaliza, isto é, uma linguagem verbalizada que expulsa o sujeito autobiográfico:

Gravata de **urubu** não tem cor
 Em **perna de mosca** salobra **as águas se cristalizam**
 Besouros não ocupam **asas** para andar sobre **fezes**
 (BARROS, 1989: 9, grifos meus).

Nessa perspectiva, Manoel de Barros cria um contraste entre as águas que se cristalizam em Barros e os cristais de Cabral, mas os “cristais de vômito”, que não emitem de imediato a beleza própria dos cristais e sim o tom de repugnância no leitor. Da mesma forma na relação entre asas e fezes que causa o choque, mas as asas simbolizam a grandeza, o que é alto. Há um tom de elevação dos “nadifúndios” e o poeta faz o jogo com as palavras besouros, que é do chão, elevando o telúrico em matéria de poesia. O sujeito nesses versos parece vestir *la máscara de ficción detrás de la cual se esconde el sujeto lírico, de acuerdo com a tradición crítica, podría assimilarse a um ‘desvio figurado’ em relación al sujeto autobiográfico.* (COMBE, 1999: 145).

Os versos de Barros demonstram não só a expulsão do sujeito lírico como realizam outros novos experimentos na linguagem poética. Tem-se no verso: “Besouros não ocupam asas para andar sobre fezes”, um estilo conjugado no poema “a flor e a náusea” de Drummond, ou em *Flores do Mal* de Charles Baudelaire no que tange ao impacto do grotesco que nos alivia da beleza. Mais precisamente na beleza contida na elevação das asas, um vôo do imaginário, pois o próprio poeta nos ensina que “poesia é voar fora da asa”. Esse vôo ocorre no plano da linguagem poética e o leitor é surpreendido pela linguagem baixa, sob um tom sutil. Essa sutileza lírica Barros (1994: 47) solfeja nos poemas d’*O Livro das Ignorâncias* ao dizer: “meu ser se abre como um lábio para moscas”, porque “tudo aquilo que a nossa civilização rejeita, pisa e mija em cima, serve para poesia”.

Indubitavelmente, o belo e o feio, tanto na poesia de João Cabral como na obra de Manoel de Barros se inserem no cunho que Baudelaire, citado por Collot (2004: 169), traduz como mágica sugestiva que contém “o mundo exterior ao artista e o próprio artista. Essa abertura põe em questão a identidade do sujeito (...), podendo colocá-lo em crise”. O que, a princípio, se pode dizer é que nos dois poetas há o sujeito lírico que se coloca fora de si. O poeta

dá lugar ao objeto, afasta-se do compromisso de identidade, demonstrando o desejo da imagem, posto que “ele se inventa sujeito, projetando-se sobre a cena lírica através das palavras e imagem do poema”.

É evidente que os termos não-poéticos tanto em Baudelaire, Rimbaud, Drummond, João Cabral, Manoel de Barros e outros poetas de mesma capacidade criadora, ajudam a sair do convencional, transformando o conceito que o leitor tem de belo, fazendo do verso o que Cortazar (1954: 54) chamou de “encantamento na linguagem”. Essa magia da linguagem permite estar fora do habitual a partir da imagem que provoca no leitor o choque inesperado, mas é pelo viés da hermenêutica da imagem que o leitor recorre à intensificação do sentido da poesia barrosiana e cabralina. Paz (1996: 131) escreve que a imagem explica pela própria imagem e não se explica com palavras, visto que ela convida o leitor a reviver a imagem do poema. Dessa forma, ao dizer que o poema é imagético, Barros enfatiza a supremacia da imagem do próprio fazer poético, visto que “o poeta é um ser que lambe palavras e depois se alucina”. Presencia-se nesse verso a ludicidade como a metalinguagem. Tem-se na alucinação do poeta a idéia oriunda do ato de contentar-se em praticar a arte da poesia, através do mito da criação, no sentido de fazer surgir e depois admirar o mundo criado (o poético). Essa referência ao mito decorre da perspectiva de que “tanto o mito como a poesia se situa na esfera lúdica” (HUIZINGA, 1971: 144).

Em João Cabral, o fazer poético centra-se na linhagem de rigor, de ritmo preciso, de linguagem econômica e exata como a matemática. Trata-se também de uma linguagem substantiva e metalingüística. Percebe-se que no intuito de tirar o sujo, o imperfeito, o ínfimo e o oco e fazer uma poesia que comprova o domínio com a linguagem, Cabral escreve em *A educação pela Pedra*:

Catar feijão se limita com escrever:

jogam-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na da folha de papel;
e depois, **joga-se fora o que boiar.**

Certo, toda palavra boiará no papel,

água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

(MELO NETO, 1966: 32 grifos meus).

Nesse poema "Catar feijão", o ato de escrever passa por um processo depurativo, a palavra tem no texto peso e sabor. Assim, o rigor construtivo na linguagem cabralina segundo Moriconi (1998, p. 19) é visto como o “minimalismo da palavra (...) associado à supervalorização da forma do silogismo típica da construção da metáfora na fase mais canônica da obra de João Cabral (...) que vai de *O engenheiro* à *A Educação pela pedra*”. Barbosa (1986: 123) já havia ressaltado que é na década de 60 que Cabral configura o domínio da linguagem. Dir-se-ia que nesse poema a metalinguagem se constrói como próprio reflexo da realidade, vai além da palavra pela palavra.

No tocante à esfera mítica, o qual reside na esfera da própria poesia, pode-se asseverar que na poética de João Cabral, Manoel de Barros e do africano Corsino Fortes visualizar-se-á o mito do mineralismo a partir desse instante como foco dessa discussão de confluência. Destarte, destaca-se o poema “Páscoa de Pedra” da obra *Pedras de Sol & Substância* de Corsino Fortes que demonstra em seus poemas ter bebido na poesia de Cabral no que tange à pedra letárgica e concreta, bem como de tudo que é mineral. Da mesma forma, tem-se a presença da lírica de Manoel de Barros na obra de Corsino Fortes no âmbito do retorno à língua, na volta à infância do idioma em seu livro recente *Poemas Rupestres*.

Assim, observa-se, à guisa de convergência, traços que remetem ao mineral e ao conjunto lexical desses três poetas no eixo da intertextualidade. Em Fortes têm-se os versos:

Assim! **Nasço e vou**
 Nos pés das pedras que nos
 perseguem (...)
 Nas mãos das pedras que nos interrompem
 Deambulam perto
 Os acrobatas da pedra Rolada
 E a ruína das catedrais
 E se perguntamos às **pedras/uterinas** (...)
Na boca das pedras: a
 pedagogia do marulho
 Mas onde encontrar
No deserto da fala
a pedra sonora?
 (...)
 Mas onde? Onde encontrar
a pedra mãe!
 A montante da **infância**
 A jusante da **velhice**
 A pedra cicatriz

A pedra da primeira memória
 A pedra que foge
Da mão do engenheiro
do pé do arquiteto
 E constrói/No terraço da alma/a ogiva
 De uma salva de palma.
 (FORTES, 1984: 277, grifos meus).

A propósito, percebe-se no poema acima dois grandes intertextos. No primeiro plano, o poeta demonstra o trabalho com a linguagem substantiva como é nítida em Cabral; o sujeito lírico se manifesta apenas no primeiro verso, depois se distancia do poema, penetrando num universo de símbolos de vida e morte. Essa visão é encarada com base na relação entre pedra e homem. De fato, percebe-se que na perspectiva lendária de Prometeu, pedra e homem apresentam “um movimento duplo de subida e descida. O homem nasce de Deus e retorna a Deus. A pedra bruta desce do céu, transmutada, ela se ergue (...); o templo deve ser construído com pedra bruta...” (CHEVALIER, 2001: 696). Curioso é notar que há uma relação com o mito de Prometeu e o poema de Corsino Fortes no tratamento da pedra e do trabalho com ela, do homem e seu universo espiritual que transcende porque há o nascimento e morte do homem em “nasço e vou/ nos pés das pedras que nos/ perseguem”. Em seguida há um tempo que não é ininterrupto, tendo em vista que “nas mãos das pedras que nos/interrompem”. Há, por conseguinte, uma pedra metaforizada na perduração temporal nas mãos do homem que pode simbolizar a relação desse nascimento e morte.

No segundo plano, verifica-se o mito de retorno à língua ou do nascimento do verbo que Barros defende como um ato de reaprender, de saber errar a língua, na tentativa de reaprender as palavras que precisam ser adoecidas no próprio exercício com a linguagem poética. O homem precisa retornar às cavernas do próprio sistema lingüístico.

Veja-se que no poema de Corsino Fortes, as pedras não são estáticas, são “pedras uterinas” que simbolizam esse nascimento, a relação entre mãe (língua) e o falante (povo). Essas pedras são enfáticas em todo o poema para designar não só o sentido concreto, mas também o abstrato, pois “se perguntamos às pedras/uterinas/na boca das pedras: a pedagogia do marulho”. Em outras palavras, as pedras no poema ensinam que é preciso retornar à origem para aprender. Esse aprendizado é apreendido pela própria criança (a língua em estado nascente) dado à atribuição da palavra pedagogia em seu sentido amplo. Manoel de Barros retoma esse mito da

criação em várias obras e, mais precisamente, no livro *Poemas rupestres*, conforme será enfatizado posteriormente.

Reitera-se o poema de Corsino Fortes na busca de explicar essa relação de língua e povo aludida acima, na qual o poeta questiona: “onde encontrar/no deserto da fala/ a pedra sonora?/ onde encontrar/ a pedra mãe!”. Comumente, vê-se que no próprio poema o sujeito direciona o leitor à resposta: “a montanha da infância/ a jusante da velhice/ a pedra cicatriz/a pedra da primeira memória/esta chuva de pedra”. Sob um olhar crítico, pode-se dizer que na esfera mítica criada por Corsino Fortes é bastante evidente a existência de símbolos que retomam o mito da origem do idioma, expresso através da idéia de “pedra sonora”, “pedra-mãe” que se mesclam ao mito da infância demarcado na “montanha da infância”, ensinada hoje na “jusante da velhice”.

Paulatinamente, é imprescindível que se atente a seguinte enunciação sobre o mito: “para compreender a linguagem, basta-lhe conhecer os mitos e decifrar os símbolos. Através dos mitos (...) o homem capta a temporalidade, nascimento, morte e ressurreição” (ELIADE, 2004: 125). A rigor, há não só essa marca de nascimento da língua, do retorno às cavernas nos versos de Corsino Fortes, como ocorre na obra *Poemas Rupestres* de Manoel de Barros. O certo é que em Fortes, esse retorno é cicatrizado pelas marcas da velhice, por um processo de recordação em “a pedra da primeira memória”. Tem-se a experiência de vida, a qual se nota também no poema “Aninha e suas Pedras” da goiana Cora Coralina. Nesse sentido, o conhecimento da essência do idioma, bem como da própria vivência ou existência humana instauram-se no processo de *anamnesis*, na retrospectiva do passado, visto que o objetivo crucial é escutar a linguagem da “pedra da primeira memória”, sob uma “chuva de pedra”.

Destarte, o poeta explicita que é “a pedra que foge/ Da mão do engenheiro/ e do pé do arquiteto/ constrói/ No terraço da alma/ a ogiva/de uma salva de palmas”. É quase impossível para o leitor não enxergar a voz cabralina pulsando nesse poema de Fortes, a qual é trabalhada em forma do fazer poético, deixa o poeta ser o arquiteto da fala na escrita do poema, um construtor de versos como se torna possível na obra *O Engenheiro*, pois Cabral (1947) metonimizado na figura do engenheiro ergue os tijolos da metalinguagem no edifício lingüístico, uma vez que “O engenheiro sonha coisas claras: (...)/O lápis, o esquadro, o papel, /O desenho, o projeto, o número”.(MELO NETO, 1945: 32).

Essa linhagem do fazer poético no âmbito da linguagem e, sobretudo, no mito do mineralismo, João Cabral (1947: 63) complementa no poema VII de *Psicologia da Composição* ao dizer que “é mineral o papel/onde escrever/ o verso; o verso/que é possível não fazer”. Por conseguinte, tudo é mineral: “são minerais/as fezes/as flores e as plantas, as frutas, os bichos/quando em estado de palavra”. O fato de o poema de Corsino Fortes reler a poesia de Cabral e Manoel de Barros remete-nos às considerações de Henriques Brito (2000: 127), o qual, por sua vez, assevera que a “memória lida faz parte da memória vivida, e a leitura de poetas anteriores é a experiência fundamental na formação de qualquer poeta”. São tendências de uma poesia pós-lírica que exige a maturidade do leitor.

A despeito dessa relação intertextual, notadamente a partir da relação entre mito e linguagem, há que se considerar Manoel de Barros pelo fato de conjugar sua atividade mítica na esfera lúdica com seu poema inaugural de *Poemas Rupestres*:

Por viver muitos anos dentro do mato
 moda ave
 o menino pegou um olhar de pássaro
 (...) Por forma que ele enxergava as coisas
 por igual
 Como os pássaros enxergam.
 As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
Pedra não era ainda a palavra pedra.
 (...)
 As palavras eram livres de gramáticas e
 Podiam ficar em qualquer posição.
 Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costumes de flor
 Podia dar ao canto forma de sol
 E, se quisesse caber em uma abelha, era
Só abrir a palavra abelha e entrar dentro
dela.
 Como se fosse **infância da língua.**
 (BARROS, 2004: 11, grifos meus).

A rigor, o que chama a atenção, a princípio, é que o poeta já infantilizava formigas em *O Guardador de Águas* e no *Livro Sobre Nada*. Esse aprendizado é marca constante no poeta que aprendeu com Bernardo, personagem que virou árvore em tantos poemas e assim manifesta Barros (1996: 29): “Bernardo me ensinou: para infantilizar formigas é só pingar um pouquinho de água no coração delas”. Curioso é notar que a infantilização barrosiana é infiltrada

de várias formas, na brincadeira com a linguagem, ou como o mito de origem, dado no processo lúdico-significativo das palavras.

Nesse poema acima, o poeta-criança atribui à outra criança, isto é, na voz do menino-adulto que é responsável pela nomeação das coisas inominadas porque é próprio da criança “errar” o idioma. Nota-se que, sob um tom prosaico, o poema em terceira pessoa, em tom de disfarce lírico, demonstra sua intenção de trabalho com a linguagem em estado casto porque a poesia é linguagem em estado nascente como teoriza Valéry. Isso se observa nos versos: “por viver muitos anos dentro do mato/moda ave/o menino (...) contraiu visão fontana”. Essa carga sinestésica explícita no “tato do olhar de pássaro”(v-3) permite ao leitor a recorrência de um sujeito lírico que metonimizado no poema através do tempo. Esse se encarrega pela transformação do idioma que no poema é demarcado no verso pelo retorno inicial no instante em que o leitor tem "as coisas todas inominadas". O poeta dá-nos a possibilidade de fazer essa leitura cronológica na medida em que retoma ao mito de origem, uma vez que as palavras ainda não eram palavras e a grafia estava nas pedras. Ora, “... água não era ainda a palavra água/Pedra não era ainda a palavra pedra/...” (v.9-11). Quer dizer, ainda não havia gramáticos para criarem regras impostas na sociedade: "as palavras eram livres de gramáticas" (v.12).

É bastante visível a figura do homem excêntrico, aquele que se isola nas cavernas para aprender. Esse sujeito é demarcado na terceira pessoa do singular (o menino) e pode-se dizer que esse sujeito vem metaforizado na figura do próprio poeta que utiliza o menino ingênuo, aquele que desconhece a lógica gramatical, a ordem sintática, mas ao mesmo tempo aprende pela experiência e pelo tempo; o poeta exerce na imagem do menino o seu ofício de grande conhecedor do idioma. O poeta foge dessa responsabilidade na atribuição do sujeito menino, mas não está implícito no poema. Daí coloca-se em pauta a questão da identidade do sujeito, discutida por Collot (2004). Comprova-se o não compromisso com a gramática, com a ordem sintática, próprio da criança no instante em que relata as palavras "podiam ficar em qualquer posição" (v.13).

Vale ressaltar nesse jogo lúdico com as palavras, o poeta demonstra a peculiaridade que a criança tem ao nomear o desconhecido porque "podia dar às pedras costumes de flor" (v.15). O poeta demonstra que ainda não havia o dicionário para impor o conceito de que a flor remete à beleza e, por essa razão, podia ser tão fezes como é a "Antiode" cabralina. Ora, a flor podia ser pedra como se lê em Manoel de Barros. A esse turno, o inesperado ocorre no momento

em que uma nova idéia no poema é pintada aos olhos do leitor, de modo que o menino pudesse inserir-se na abelha e a poesia se abrir com a palavra, ou seja, era "só abrir a palavra abelha e entrar dentro/ dela. / Como se fosse infância da língua" (v.18-20). Observa-se que no tocante à transgressão gramatical, Manoel de Barros impõe um novo conceito de significado, através do poema, e a língua torna-se um jogo transformador no qual são conjugados o prazer do desvio da norma e o gosto pela inovação, infringindo as formas impostas pela tradição, pois o sujeito lírico ao se apropriar da linguagem lúdica e da transgressão da sintaxe se esconde atrás de uma pessoa, nesse caso, a criança que não tem compromisso algum com a gramática.

Indubitavelmente, o poeta Manoel de Barros trabalha com um processo de inversão de sentidos, inversão sintática, na busca de não obedecer à ordem imposta pela gramática e, sobretudo, no sentido de inovar e renovar a linguagem poética. A palavra em Barros assume uma força bastante imagética, inserindo-a numa atividade lúdica que transcende o ato de brincar. A palavra é forte e o poeta precisa reinventar o idioma. Para essa didática de invenção, o poeta já no seu *O Livro das Ignorâncias* desinventava os objetos. Nota-se que era preciso "desinventar objetos/Dar ao pente funções de não pentear" a fim de que esse objeto ficasse "à disposição de ser uma begônha" (BARROS, 1994: 13). Essa atividade era constante no poeta que, por sua vez, fez dessa carga imagética a novidade semântica na linguagem que é possível pelo exercício da própria linguagem poética que deve ser obscura e de difícil apreensão, conforme demonstra Chklovsky (1974), chegando à desautomatização do objeto, próxima da desconstrução proposta por Jacques Derrida (1994) como um ato de *enlouquecer o Subjéctil*. Essa desautomatização do objeto em Barros ocorre pela recorrência da metáfora, o poeta faz do semelhante o dessemelhante como afirma Bosi (1983: 30): "uma boa metáfora implica uma percepção intuitiva da semelhança entre coisas dessemelhantes".

Em suma, à guisa de considerações finais, é relevante citar a opinião de João Cabral declarada a Secchin (1980, p. 323) no que tange ao mito de origem: "as literaturas primitivas me interessam. Parece que a linguagem começou pelas palavras concretas". A despeito de Corsino Fortes em *Pedras de Sol & Substância* e de Manoel de Barros no livro *Poemas Rupestres*, constata-se essa preocupação com a linguagem que remete ao símbolo do concreto e a tudo que se designa por mineral, chegando ao mito de origem, ao retorno do nascimento do idioma.

Por conseguinte, como definir a poética desses três representantes de literatura de expressão portuguesa? Como encontrar o limite e expansão da poesia de João Cabral e Manoel

de Barros? São questões que coloca o leitor frente ao desejo de "penetração surda no reino das palavras" ao estilo e recomendações drummondianas. A poesia de Cabral é um grande marco na literatura de ontem e hoje no exemplo de linguagem e de influência. Manoel de Barros dá o exemplo de que poesia não foi feita para se compreender, poesia deve ser incorporada na exploração do signo imagético. Corsino Fortes, um poeta africano recente, com três livros publicados, demonstra o seu aprendizado na poesia cabralina. Cabe ao leitor decifrar como ocorre essa intertextualidade e a intensificação ou transformação do sentido, segundo os ensinamentos de Kristeva.

Em resposta às indagações anteriores, reitera-se o tema uma viagem de confluências poéticas, a fim de refletir sobre o que é ser poeta e como é o fazer poético de Cabral, Barros e Fortes. Em consequência, "poeta é um ser que lambe palavras", poeta é "o engenheiro" que trabalha na medida exata das palavras porque vê o mundo justo como Cabral, ou o poeta é um ser eternamente sensual com a linguagem a exemplo de Barros. É preciso tocar na mão do engenheiro e construir "no terraço da alma/ a ogiva/de uma salva de palmas", como faz Corsino Fortes, uma vez que "em poesia que é a voz de fazer nascimentos, o verbo tem que pegar o delírio", lá onde o idioma principia o mito de origem e a poesia, num tom valéryano, fala a linguagem pulsante do que ela efetivamente é: poesia, um vôo fora da asa. E o poema, sem dúvida, "diz quem escuta e sua solidão a voz, (...) a própria solidão da palavra...". (ADORNO, 1983: 194).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *Lírica e Sociedade*. In: _____ BENJAMIN, Walter Benjamin; HABERMANS, Jürgen; HORKEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Textos escolhidos. Col. Os pensadores. Trad. José Lino Grünwald et al. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

BARBOSA, João Alexandre. *Ilusões da Modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. *A metáfora crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BARROS, D. L. P. & FIORIN, J. L. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, (Ensaio de Cultura, 7), 1994.

BARROS, Martha. Com o poeta Manoel de Barros. In: _____. BARROS, Manoel de. *Gramática Expositiva do Chão: Poesia quase toda*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. (Trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BORGES, J.; TULIBA, L. Pedras aprendem silêncio nele. In: _____. BARROS, M. de. *Gramática Expositiva do Chão: Poesia quase toda*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- BOSI, Alfredo. Poesia resistência. In: _____. *O Ser o Tempo na Poesia*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- BRITO, Paulo Henriques. Poesia e memória. In: _____. PEDROSA, Célia. *Mais poesia hoje*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- CHEVALIER, Jean & ALAIN, Gherbrant. *Dicionário de Símbolos*. 9.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- CHKLOVSKY, Victor. Et alli. A arte como procedimento. 9.ed. In: _____. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Trad. Ana Maria R. Filiposki et alli, Porto Alegre: Globo, 1973.
- COMBE, Domenique. La referencia desobrada: el sujetó lírico entre la ficción e la autobiografía. In: _____. ASEGUINOLAZA, F. C. (org) *Teorias sobre la lírica*. Madrid: Arco/Livros, 1999.
- CORTAZAR, Julio. Para uma poética. In: _____. *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1954.
- DERRIDA, J. BERSTEIN, L. *Enlouquecer o Subjetil*. São Paulo. Ateliê Editorial. Imprensa Oficial. EdUNESP, 1998.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FRANÇA, Arnaldo. A literatura caboverdiana no contexto das literaturas africanas de língua portuguesa. In: _____. CRISTÓVÃO, Fernando; FERRAZ, Maria de Lourdes; CARVALHO, Alberto. *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*. Edições Cosmos: Lisboa, 1997.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da Lírica Moderna*. (da metade do século XIX a meados do século XX). Trad. Marise M. Curioni. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1991.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- LIMA, Luiz Costa. *Lira e antilira: (Mário, Drummond e Cabral)*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MERQUIOR, José.Guilherme. *Razão do poema: Ensaios de crítica e de estética*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. A natureza da lírica. In:_____ *A astúcia da mímese: ensaios sobre lírica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

MORICONI, Italo. Pós - modernismo e volta do sublime na poesia brasileira. In:_____ PEDROSA, Célia; MATOS, Cláudia; NASCIMENTO, Evando. *Poesia hoje*. Rios de Janeiro: EDUFF, 1998.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Edusp, 1997.

NUNES, Benedito. *João Cabral de Melo Neto*. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____ A Recente Poesia Brasileira: expressão e forma. In: _____. *Novos estudos CEBRAP*, nº 31. São Paulo, 1991.

PAZ, Octavio. A imagem. In: _____ *Signos em rotação*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1976.

RICOUER, Paul. *A metáfora viva*. Trad. Joaquim Torres Costa e António Magalhães. Porto: Portugal: Rés, 1978.

ROSEN, Charles. As ruínas de Walter Benjamin. In: _____. *Poetas românticos, críticos e outros loucos*. Trad. José Lourenço de Melo. Campinas: SP: Ateliê Editorial. Editora UNICAMP, 2004.

SECCHIN, Antonio Carlos. *João Cabral de Melo Neto: a poesia do menos e outros ensaios cabralinos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

TELES, Gilberto Mendonça. *Retórica do Silêncio I: Teoria e prática do texto literário*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

TODOROV, Tzevetan. *Teorias do símbolo*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas SP: Papirus, 1996 (Coleção Travessia do Século).

TRIGO, Salvato. *Ensaios de literatura comparada afro-luso-brasileira*. Lisboa: Veiga, 1986.

VALERY, Paul. *Variedades*. Trad. Maíza M. de Siqueira. São Paulo: Iluminuras, 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE POETAS

ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*. Rio Grande do Sul: Edelbra, 1993.

BARBOSA, João Alexandre. *Ilusões da Modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. *A metáfora crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BARROS, D. L. P. & FIORIN, J. L. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, (Ensaio de Cultura, 7), 1994.

BARROS, Manoel de. *O Guardador de Águas*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

_____. *O livro das Ignorâncias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record, 1996

_____. *Poemas Rupestres*. Rio de Janeiro: Record, 2004

FORTES, Corsino. *Pedras de Sol & Substância*. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

_____. *A cabeça calva de Deus*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

MELO NETO, João Cabral de. O engenheiro . In: _____ *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1945.

_____. Psicologia da Composição. In: _____ *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1947.

_____. O cão sem plumas. In: _____ *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1951.

_____. A Educação pela Pedra. In: _____ *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.

MENDES, Murilo. *Convergências*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979

FORA DA VIDA: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DA FAMÍLIA FLEURY GODOY NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX.

Rafaella Sudário Ribeiro Franco. *

Resumo: O presente artigo tem por objetivo visibilizar a literatura de autoria feminina através da análise da produção ficcional e não ficcional de duas gerações de autoras goianas. A partir de suas obras é possível uma compreensão e interpretação das experiências patriarcais da sociedade goiana, do conjunto de representações e do imaginário em que essas mulheres estavam inseridas.

Palavras-chave: história, gênero, experiências, literatura.

Abstract: The present article has the objective of observing the feminine literature through the analysis of the literary production and not literary production of two generation of authors from the city of Goiás. Through their work it is possible an understanding and interpretation of the patriarchal experiences of the goiana society, of the set of representations and the imaginary which these women were inserted.

Key words: history, gender, experiences, literature.

O presente artigo tem por objetivo analisar a produção ficcional e não ficcional de Augusta Faro e suas filhas Maria Paula e Nita Fleury, mulheres da família Fleury Godoy, que residiram na Cidade de Goiás, desde 1896 até as primeiras décadas do século XX.

As experiências que constituíram essas mulheres são percebidas por meio da leitura de suas obras. Tais experiências possibilitam a compreensão e interpretação do conjunto de representações e do imaginário instituído da sociedade goiana.

Augusta Faro e suas filhas escreveram artigos para jornais e revistas na passagem do século XIX até a década de 60 do século XX¹. Engendradas nas relações sociais, viram na literatura, local de fala e espaço de resistência. Essas mulheres publicaram livros de contos,

* Mestranda do programa de História da Unb; linha de pesquisa Estudos Feministas e de Gênero.

¹ Maria Paula e sua irmã Mariana escreveram para a *Revista Oeste*, *Cruzeiro*, *Revista Ton Ton*, *Jornal O Popular*, *A Rosa*, *O Lar*. Maria Paula foi organizadora do *Jornal Baumman*, jornal manuscrito feito e editado por ela.

crônicas, poemas, memórias e romances. É a partir desta produção bibliográfica que tentaremos compreender a experiência dessas mulheres e as representações que teceram o imaginário no qual elas estavam inseridas.

Estudos conceituais sobre a experiência nos mostram que os sujeitos não têm experiência, mas são constituídos nela, sendo efeitos das práticas sociais. Nesse sentido, Joan Scott (1999) problematiza esse referencial teórico e propõe sua historicização. Em seu texto *Experiência nos ensina*:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída racionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. (...) Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. (SCOTT, 1999:27)

Desta forma, entende-se por experiência as formas de crenças ou percepções, ou seja, um processo para todos os seres sociais, local onde a subjetividade é construída, onde a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social.

Assim como Joan Scott, Teresa de Laurettis (1994) escreveu sobre o tema e em seu texto *Tecnologias de Gênero* nos explica que experiência é “... um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior.” (LAURETTIS, 1994:228).

A experiência é ao mesmo tempo individual e coletiva, faz parte da linguagem cotidiana, está imbricada nas nossas narrativas. A experiência é interpretação e, por esta razão, este complexo de significados precisa ser analisado de forma cuidadosa por parte das/os historiadoras/es porque ela se constitui um elemento importante na compreensão do passado e que foi negligenciado pela historiografia tradicional.

Destacamos a literatura como elemento fundamental na tentativa de compreensão dessa experiência, pois ela constitui uma fonte privilegiada para a leitura de uma época, suas sensibilidades e valores.

A literatura foi ignorada pela ciência ao longo dos anos, pois se acreditava que ela não era a fonte “ideal” para a produção da verdadeira epistemologia. Entretanto, as novas discussões sobre as fronteiras entre História e Literatura têm incentivado os historiadores a buscarem no literário uma fonte de acesso ao conhecimento historiográfico. Por meio do reconhecimento da importância da literatura como uma das formas de tradução da realidade e

fonte para a história, foi selecionada as obras literárias deixada pelas mulheres da família Fleury Godoy para análise das experiências.

Augusta Faro e suas filhas Maria Paula Godoy e Mariana Fleury deixaram um *corpus* literário relevante, o qual será utilizado como fonte documental para o presente trabalho. O objetivo principal é entender a história de Goiás e suas práticas sociais na passagem do século XIX para o XX e suas primeiras décadas a partir da análise da experiência na qual as mulheres da família Fleury Godoy estavam inseridas.

Augusta foi uma das primeiras mulheres a dedicar-se à Literatura em Goiás. Seu primeiro livro foi lançado em 1891 intitulado *Devaneios*. Esta é uma obra que reúne vários contos e nela é possível verificar as relações de poder no âmbito familiar, os costumes e valores no final do período monárquico. *Ramallete de Saudades* são relatos de memória encontrados em um velho caderno da autora, sendo acrescido ao livro numa 2ª edição em 1988. *Ramallete de Saudades* foi escrito por Augusta Faro em 1872, um ano depois da aprovação da Lei Barão de Rio Branco ou Lei do Ventre Livre². Ao fazer a leitura desses relatos percebemos as relações entre senhores/as e seus/suas escravos/as:

- Augusta, para dentro... era o estribilho diário. Recomendava ao preto velho, tio Jô, que era o cozinheiro africano e que a muitos anos nos servia. [...] junto ao quarto de nossos pais dormíamos nós três com minha ama de leite, uma alemã, Ana Bocam, que continuava em casa pois era muito pobre e com uma porção de filhos. [...] Não sei qual o número de escravos, mas eram muitos. Havia os que trabalhavam na roça de café, e, em casa, como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, cozinheiras, sem contar as mucamas e os crioulinhos, cujo serviço era brincar com os sinhozinhos. (CURADO, 1891:106)

Além disso, o livro nos mostra as profundas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira (e, por conseqüência, também goiana) nessa época, influenciadas pelo processo de modernização e urbanização na vida das famílias e conseqüentemente nas relações sociais.

Augusta veio do Rio de Janeiro para Goiás em 1896, narrou toda esta trajetória que durou dois meses em um diário que foi organizado e publicado posteriormente por sua filha Maria Paula Godoy³. Foram dois meses de desconforto, calor, estradas precárias, falta de água, perigo e dificuldade em viajar com crianças.

Em seu diário Augusta Faro narra:

² toda criança negra era livre, mas deveria trabalhar pelo tempo que o senhor de escravos o sustentava, ou seja, o senhor o sustentava até os 9 anos então, trabalhava até os 18 anos, nenhum escravo foi beneficiado por essa lei, pois antes foi abolida a escravidão;

³ Diário escrito por Augusta Faro e publicado por Maria Paula; livro: *Do Rio de Janeiro a Goiás – a viagem era assim*. 1896.

[...] O sol foi esquentando, os viajantes aumentando, o vagão era um verdadeiro forno, um horror! Em Campinas, que é uma bela cidade, com estação quase maior do que a Central, tivemos baldeação. Agora sim, deixamos o muito ruim pelo pior. Seguimos já cansados e num lugar por nome 'Morro Seco', lugar árido, terra cor de oca, uma ou outra árvore mirrada, galinhas ciscando, sol quente, a máquina já fatigada repousa um pouco porque estamos no alto da serra. Nesse lugar não há água, nem de poço, e bebem água da chuva... quando chove. Como nesse lugar a máquina despeja a sua caldeira, os moradores recolhem essa água viajada como cousa preciosa. Gente malicenta, esfarrapada. Vivem de farinha e rapadura, que vão comprar na cidade vizinha, porque nada plantam – um verdadeiro deserto! [...] Ainda na véspera o trem descarrilhara. Tendo partido de São Paulo às 5 horas, chegou no outro dia às 6 horas da manhã em Ribeirão Preto. Graças a Deus, porém, nada sofremos; e às 9 horas da noite, chegávamos nessa cidade. Que impressão desagradável! Iluminação a querosene e das piores, deixando as ruas quase às escuras. (CURADO, 1985:32/33).

Depois de dois meses de viagem Augusta Faro chega à Cidade de Goiás; foi na antiga capital do estado, que a família Fleury Godoy viveu - mais precisamente, na Chácara Baumman⁴. Nesse cenário cresceu Maria Paula Godoy e sua irmã Mariana Fleury (também chamada Nita) que influenciadas pelo trabalho e dedicação da mãe, desenvolveram o gosto pelas artes e literatura.

Entendemos que a história precisa ser escrita a partir de perspectivas diferentes, com múltiplas leituras de fontes diversificadas que outrora foram ignoradas pela historiografia. A leitura das obras destas mulheres nos permite uma construção historiográfica com novas formas de interpretações históricas diferenciadas dos modelos hegemônicos tradicionais. Dessa forma, propomos alternativas desconstrucionistas do material disponível.

A partir das obras de Augusta Faro, Maria Paula e Nita Fleury percebemos as relações de poder e seus efeitos, os mecanismos construtores da sociedade goiana, os processos discursivos onde os sujeitos foram engendrados, já que essas mulheres escritoras foram constituídas também na experiência do ato de escrever suas crônicas, contos, poemas. Tais obras traduzem suas leituras de mundo, numa dialética entre representações e auto-representações.

A emergência de novos temas possibilitou a construção de uma história no feminino, negando o determinismo biológico e natural, valorizando as dimensões simbólicas e as representações sociais. O pós-modernismo, assim como a História Cultural e os Estudos

⁴ A Chácara Baumman pertenceu ao Barão Baumman e depois foi comprada por Dr. Sebastião Fleury, onde viveram desde 1903. Atualmente a chácara é tombada pelo Patrimônio Histórico de Goiás.

Feministas trouxeram uma abertura para novas formas interpretativas e narrativas, rompendo com a cientificidade e veracidade do positivismo; o próprio discurso passou a ser interrogado.

A História Cultural abre espaço para questionar e interpretar os acontecimentos e as fontes, proporciona aos seus pesquisadores um diálogo com outras ciências; assim como nos diz Vainfas: “a chamada História Cultural é uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica.” (VAINFAS, 1997:149)

A História Cultural descentrou a idéia de se escrever ou pesquisar apenas pelo aspecto econômico ou político, mas abraçou a valorização da cultura como fonte para a produção do conhecimento, e a utilização do imaginário e das representações sociais para a construção da historiografia. Sobre a importância da cultura para a pesquisa científica Sandra Pesavento nos diz:

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa. (...) ajustamento da realidade do mundo às formulações explicativas do homem para dar conta do próprio mundo.
(PESAVENTO, 2004: 15)

Além das contribuições da História Cultural, destacamos as discussões sobre o pós-modernismo, pois as mesmas nos conduzem para a desconstrução da verdade e o questionamento da objetividade. Acredita-se que não chega ao passado mas aproxima-se dele através dos indícios ou dos “restos textualizados”.

Conforme explicita Linda Hutcheon, no fenômeno do pós-modernismo “o centro já não é totalmente válido” e alerta para o cuidado de “não transformar o marginal num novo centro”. (Idem, 1991:29/30). Para a autora, o pós-modernismo é uma “atividade cultural em andamento” e precisa de uma poética para a organização dos vários conhecimentos e para o estudo das culturas.

Assim como a História Cultural e o pós-modernismo, os feminismos também abrem caminhos para a construção de novas histórias, novos sujeitos. Consiste em um projeto que torna visível a análise da experiência de grupos diferentes, grupos anteriormente esquecidos, dimensões e atividades da vida deixadas de lado pela história convencional.

É no contexto dos movimentos feministas, nessa militância pela mudança que apresento duas gerações de mulheres no interior do Brasil, mulheres goianas que, a partir de suas obras literárias, deixaram riquezas de detalhes da micropolítica da vida cotidiana, o que permite a interpretação histórica com outros olhares, novos valores e possibilidades de construção do social e de uma nova epistemologia.

Margareth Rago (1998) em seu texto *Epistemologia Feminista, Gênero e História* defende propostas de epistemologias alternativas como formas de inovação libertária. Para a autora, é preciso uma constituição de um projeto feminista de ciência, uma participação do feminismo na crítica cultural. Como forma de argumentação para sua proposta de projeto, Margareth Rago acredita que:

as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem se processando, também, na produção do conhecimento científico. (RAGO, 1998:23/24)

O projeto feminista de ciência luta para dar visibilidade às mulheres e possibilita o nascimento do contradiscurso feminista, que conseqüentemente constitui um campo feminista do conhecimento, onde as mulheres se tornam agentes dos discursos rompendo com o enquadramento conceitual normativo.

É nessa concepção de epistemologia feminista que propusemos trabalhar com as obras das mulheres da família Fleury Godoy. Através de suas crônicas, contos e poemas podemos analisar e propor desconstruções para o sistema patriarcal.

Mulheres submetidas ao determinismo biológico⁵; à suas condições de produção; mas que fizeram da literatura e do domínio da escrita, formas de libertação, estando “Fora da Vida”, com suas personagens que timidamente ousaram sair da forma convencional de “ser Mulher”. Elas tentaram fugir do binarismo público/privado, pois sempre foram mulheres conhecidas na sociedade, mostrando um privado que é político.

As mulheres da família Fleury Godoy fizeram política apesar da limitação do espaço físico de seus lares, pois mesmo não lhes sendo permitido o emprego fixo ou trabalho remunerado no hierarquizado “espaço público”, utilizaram da paixão pela escrita e produção de suas obras, estratégias que romperam com a obrigatoriedade de seus afazeres domésticos⁶.

Conforme têm explicitado os movimentos feministas, o pessoal é político e assim o privado também é público, o pessoal e o social não se separam. Sabemos que há parcelas de subjetividade do pessoal no social e também o social é transportado para o pessoal. Essa fronteira entre espaço público e privado tem sido problematizada, levando os pesquisadores e

⁵ Em vários contos, crônicas e outros registros da família percebe-se a exaltação da maternidade, o maternal ligado ao divino, ao santo.

⁶ Em entrevistas por mim gravadas as netas de Augusta Faro; Marilda Godoy e Augusta Melo confirmam que avó e mãe usaram da literatura para romperem com os deveres domésticos, além de biografias das autoras documentadas em livros e jornais que comprovam o mesmo assunto.

teóricos do pós-modernismo, além dos/as estudiosos/as da cultura a reconhecerem a inter-relação desses espaços, fugindo do binarismo construído pela epistemologia convencional.

Os estudos feministas procuram desconstruir esses modelos e práticas produzidos no imaginário social; de que o espaço público é político, de que ao homem é permitido o acesso ao espaço social, o espaço da cultura, e às mulheres restam o espaço privado e os afazeres domésticos.

As experiências destas mulheres apresentam representações de gênero, reiterações tradicionais de imagens, mas lêem-se também em seus textos, através de suas personagens e histórias, momentos de descontinuidades, afastamento dos modelos binários patriarcais que separavam e hierarquizavam a produção de homens e mulheres. Esses modelos são produzidos nas representações sociais, tornam-se regimes de verdade para a sociedade.

Michel Foucault (1979) em seu livro *Microfísica do Poder* trabalha com o conceito de regime de verdade, segundo o qual:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (...) (FOUCAULT, 1979:12).

Os feminismos têm buscado desconstruir esses regimes de verdades, propondo possibilidades múltiplas de práticas sociais e de mulheres que rompem com as representações construídas sobre a “verdadeira mulher”.

As mulheres da família Fleury Godoy tinham conhecimento político, estudaram, foram professoras, palestrantes, presidentas da academia feminina de Letras de Goiás e receberam vários títulos e homenagens através da literatura. Essa foi uma forma de romperem com as limitações do espaço doméstico. Fragilizaram também com a imagem universalizada da mulher que não pensa ou que não sabe fazer política, pois sempre escreveram artigos visibilizando mulheres que estavam rompendo com os paradigmas⁷ da sociedade; escreveram sobre II Guerra Mundial, sobre a cultura de vários estados, e receberam diversas premiações, como no Rio de Janeiro, São Paulo, Goiânia e França.

⁷ Referência ao artigo “Vão abrindo alas que nós vamos passar”. O artigo cita e parabeniza mulheres agindo e transformando a sociedade, exemplo: referência à Rachel de Queiroz. Título em homenagem à Chiquinha Gonzaga.

A literatura e o conhecimento foram à forma que encontraram de se libertarem, de se emanciparem dos afazeres domésticos; entre outras realizações foram elas que arquitetaram suas casas. Nós feministas estamos visibilizando novas formas, mulheres que de algum jeito ou em algum momento substituíram conceitos e práticas fixas imposta a nós.

Um outro aspecto que abordamos neste artigo é a problemática literária da constituição do cânone, o que tem sido uma preocupação dos estudos feministas. Rita Schmidt (1996) problematiza o cânone e também o contra-cânone. No subtítulo de seu texto podemos observar sua proposta de análise, quando ela diz: “*Nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro*”. Isso quer dizer que é preciso construir um projeto orgânico e dinâmico em nossas práticas acadêmico-culturais para não cairmos mais no erro de repetirmos o discurso do mesmo, ou seja, o discurso hegemônico, nem tão pouco nos apropriarmos, de forma mecânica, do discurso do outro.

É preciso uma política e epistemologia que descentralize o centro, mas que também não se pense as margens a partir do referencial centro. Pelo contrário, é preciso problematizar as margens a partir de suas próprias periferias, suas próprias referências, entendendo que as margens são complexas, possuem suas próprias categorias e particularidades, sem reduzir as margens à diferença em relação ao centro.

Sobre essa reflexão, Schmidt afirma:

No meu entender, a polarização cânone/contra-cânone que começa a tomar corpo nos estudos das literaturas nacionais via discurso crítico, configura uma afirmação tautológica da autoridade do centro na medida em que a negação dos seus paradigmas de referência, condição de existência da retórica contra-canônica, implica, mesmo que de uma forma oblíqua, o reconhecimento do centro como referencial. (...) Essa lógica perversa, caucada em noções de causalidade e de determinação de valores originários que se tornam modelares, precisa ser desconstruída sob pena de nosso discurso crítico construir aqui suas próprias periferias. (SCHMIDT, 1996:115-116).

A problemática cânone/contra-cânone não pode ser simplificada ou restrita à oposição centro/margem como nos alerta Schmidt: “A simples redução da diferença à polarização cânone/contra-cânone parece-me ser uma oposição essencialista e improdutiva, que reproduz o binarismo centro-margem, fixando identidades culturais numa hierarquia imposta ou presumida.” (SCHMIDT, 1996:121).

Em sua formação o cânone sempre desconheceu rupturas ou descontinuidades, pois preocupava-se sobretudo em reafirmar a legitimidade e os valores que constituíam o centro. Apesar da grande resistência ao questionamento dos pressupostos alicerçados nos critérios

estéticos e juízos de valores tradicionais, surge no contexto da crítica feminista e da pós-modernidade uma série extensiva de estudos e pesquisas que estão alterando o mapa da produção literária e a própria configuração da historiografia oficial.

Na concepção de Schmidt, a problematização do cânone encontra-se no contexto do pensamento pós-moderno, o qual busca descentralizar as questões de poder, verdade e valor. Precisamos adotar uma postura de deslocamento do referencial centro-margem para assim reconhecemos uma cultura própria dessas margens, dinâmica, agenciada em suas próprias periferias. Posteriormente, é possível analisarmos nessas margens as representações e os múltiplos imaginários que constituem as relações humanas, como é o caso das autoras selecionadas para a presente pesquisa.

O nosso trabalho também se formula a partir dessas contribuições, pois buscamos visibilizar a autoria feminina e suas experiências reconstituídas por elas mesmas a partir de seus textos. Pretendemos fazer um trabalho de interpretação histórica, analisando as representações sociais e o imaginário e, dessa forma, acrescentaremos novos olhares e novos espaços de construção. Visibilizar a autoria feminina também é um gesto político, porque acreditamos na contribuição relevante deixadas por essas mulheres que foram silenciadas durante muitas construções do conhecimento científico, e que agora buscam o afastamento dos modelos hegemônicos de produção.

O texto abaixo, extraído do conto *Fora da Vida* escrito por Maria Paula (que utilizou o pseudônimo Marilda Palínea) ilustra a resistência dessas mulheres aos papéis tradicionais:

D^a. Lucia... fora a melhor prosa que eu conhecera na cidade. (...) Era um espírito ágil, curioso, devorando quantos livros encontrasse e gostando de discutir as idéias que estes lhe despertavam com inteligência e bom humor... Emprestara-lhe romances, pois preferia literatura de ficção... Era moça, muito moça, bonita, comunicativa. Sentia-se nela um irresistível impulso para viver em sociedade... Nada disso compreendia Lúcia. Inteligente e fina, seu espírito naturalmente inclinado para as cousas de arte, sofria e se rebelava contra a vida mesquinha, vegetativa, que se tornara a sua... Ela fez-se professora de primeiras letras. (GODOY, 1960: 9)

No trecho acima, a personagem Dona Lúcia apresentava valores que tradicionalmente não deveriam ser associados às mulheres: ela era comunicativa, ávida leitora de livros e buscava vários conhecimentos. Como tais características não estavam comumente associadas com as mulheres, elas entravam em contradição com os seus papéis tradicionais, e como tal, precisavam ser controladas e silenciadas pelas práticas sociais e também pelas experiências da

sociedade patriarcal. Isto é ilustrado pela narradora quando ela fala que Dona Lúcia nascera para “viver em sociedade”, como se o viver em sociedade não fosse comum para as mulheres.

Percebemos nesta fala que, tradicionalmente, o espaço público sempre foi ocupado pelo homem e que pertencia a ele este espaço da cultura; mas no conto a personagem rompe com essa imposição de separação de espaços e demonstra não se conformar com a vida que tentaram fazer com que ela vivesse.

Hoje é possível fazer a interpretação das margens nesses discursos. Leituras que apresentam novos olhares, alterações nas formas de pensar, agir e se relacionar dos sujeitos em oposição às construções binárias determinantes de identidades fixas. Laurettis afirma que: “... a experiência se altera e é continuamente reformada para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para mulheres, de forma capital – as relações sociais de gênero.” (LAURETTIS, 1994:228).

O conto *Fora da Vida* demonstra também momentos de reprodução de representações hegemônicas, momentos de “performatividade do gênero” como nos explica Butler em seu livro *Problemas de Gênero*. Para a autora, performatividade do gênero significa ato instituidor, produção discursiva na repetição e na recitação. Ação das representações sociais que cria realidade; criação das práticas de gênero. Ela nos diz:

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (...) Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero. (BUTTLER, 2003:194/195).

Como exemplo de performatividade do gênero, no conto *Fora da Vida* percebemos a imagem da mulher histérica, quando a personagem diz que as mulheres têm nervos que vibram: “- O senhor sabe. Nós mulheres, temos nervos que vibram, às vezes, por tão pouco... Somos tão impressionáveis, tão fracas, tão oscilantes...” (*Idem*).

Esta idéia da “Mulher” histérica é reiterada ao longo dos tempos históricos inerente ao imaginário social. Percebemos a construção da representação de mulheres que perdem a paciência fácil, oscilam o humor, ou mesmo eram tidas como loucas, mal amadas, etc. Observamos também a universalização desta característica, onde muitas mulheres são tidas como histéricas; então todas são representadas e constituídas nos imaginários como “A Mulher”, levando nós, historiadoras feministas a buscarmos uma desconstrução dessas representações universalizantes.

No mesmo conto, faz-se a leitura da representação da velhice; são representações pejorativas, onde a pessoa mais velha perde seu valor na sociedade, como se ela não produzisse mais.

Dentro dessas construções sociais, o imaginário nos mostra uma sociedade que exclui esse grupo de pessoas e julga que o mesmo retorna à infância. Muitas vezes, a velhice compõe um par binário: juventude e belo *versus* velhice e feio. Podemos perceber isso quando a personagem fala que tem medo de ficar trêmula, cheia de rugas; então era preferível morrer logo: “E repetia sempre: - ‘Não quero viver muito. Para que? Tenho uma repugnância enorme de me ver trêmula, curvada, arrastando os pés, fraca e triste, nessa decadência física dos velhos. Também tenho horror a uma longa enfermidade, que me faça sofrer muito” (GODOY: 1960:10).

Por fim, D. Lúcia se sentia “fora da vida” quando lia: “É exato, porém, que a leitura, um vício para mim, me dá uma exaltação fictícia, um entusiasmo passageiro, fazendo-me viver fora da vida.”. (*Idem*)

Era o segredo de sua felicidade, sair da situação em que fora inserida, sem muitas opções, para o encontro de leituras que lhe proporcionava resistência aos papéis que sempre foram atribuídos às mulheres pela sociedade patriarcal, pois ela teve o seu papel social na pequena cidade onde vivera: “Vivia lendo. Lendo e palestrando, pois tinha a casa sempre cheia, principalmente de moças...” (GODOY,1960:11).

Estes textos permitem a leitura de uma micropolítica, a leitura de um outro lugar, a visibilidade do irrepresentável, como Teresa de Laurettis (1994) em seu texto *Tecnologias de Gênero* chama de “*space off*”. A autora explica que usou a expressão *space-off* retirada da teoria do cinema e para ela, esse é o outro local dentro do discurso, vai além das representações que enxergamos nos textos, são as margens nos próprios textos, os pontos cegos, o não representado explicitamente.

Para Laurettis, essa percepção de análise faz parte “do atual esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva – uma visão de ‘outro lugar’” (LAURETTIS, 1994: 236).

Segundo a autora, esse movimento entre o representável e o não representável, seja no campo discursivo ou visual, é um movimento chamado “dentro e fora do gênero”: as práticas feministas têm buscado escrever a partir desse “outro lugar”, ou seja, fora das construções tradicionais gênero:

Esses dois tipos de espaço não se opõem um ao outro, nem se seguem numa corrente de significação, mas coexistem concorrentemente e em contradição. O

movimento entre eles, portanto, não é o de uma dialética, integração, combinatória, ou o da différence, mas sim a tensão da contradição, da multiplicidade, da heteronomia. (LAURETTIS, 1994: 238)

Ao mesmo tempo em que escrevemos desse outro lugar - ou seja, fora das representações convencionais do gênero - não podemos escapar das redes de significações e de representações de gênero já existentes e consolidadas. Esses espaços são forças em direções contrárias, também observadas na micropolítica cotidiana.

Os feminismos buscam produzir uma nova epistemologia a partir da leitura e valorização das margens encontradas nos discursos hegemônicos para, então, promover a desconstrução das representações que foram produzidas na epistemologia convencional.

Acerca desta reflexão, Laurettis sugere:

O movimento para dentro e fora do gênero como representação ideológica, que, conforme proponho, caracteriza o sujeito do feminismo, é um movimento de vaivém entre a representação do gênero (dentro de seu referencial androcêntrico) e o que essa representação exclui, ou, mais exatamente, torna irrepresentável. É um movimento entre o espaço discursivo (representado) das posições proporcionadas pelos discursos hegemônicos e o space-off, o outro lugar, desses discursos: esses outros espaços tanto sociais quanto discursivos, que existem, já que as práticas feministas os (re)construíram, nas margens (ou ‘nas entrelinhas’, ou ‘ao revés’), dos discursos hegemônicos e nos interstícios das instituições, nas contrapráticas e novas formas de comunidade. (LAURETTIS, 1994: 238)

A partir da ótica feminista de desconstrução e da tentativa de escrever desse “outro lugar”, procura-se enxergar e possibilitar caminhos diversos para as interpretações das experiências e também propor mudanças e transformações, quebrando com a rigidez de papéis, de valores e posições da “Mulher”.

A história de Goiás ainda está em processo e precisa ser escrita desnaturalizando paradigmas, reescrevendo as relações sujeito/objeto, contribuindo para uma nova produção acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AIRES, Eliana Gabriel. *O conto feminino em Goiás*. Goiânia: UFG, 1996.
- BRITO, Célia Coutinho. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Cultura Goiana. 1974.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*; Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CURADO, Augusta de Faro Fleury. *Devaneios*. Goiânia: Gráfica e Editora Piloto Ltda, 1988.
- CURADO, Mariana Augusta Fleury. *Rua do Carmo (crônicas)*. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1981.
- GODOY, Maria Paula Fleury (org.) *Do Rio de Janeiro a Goiás 1896 (A viagem era assim)* 2ª edição. Goiânia, 1985.
- _____ *A Velha Casa. Rio de Janeiro*: Pongetti, 1960.
- _____ *Suave Caminho (Crônicas)* Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.
- _____ *A longa viagem (Crônicas)* Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1968.
- FLAX, Jane. *Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista*. In: Holanda, Heloisa Buarque de. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, 1991. p.217-250. (trad. De Carlos A. de C. Moreno).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. (trad. Roberto Machado) Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FRANCO, Rafaella Sudário R. *Devaneios: A Construção do cotidiano por meio da arquitetura* e da escrita feminina em Goiás. In: Revista Fragmentos de Cultura, v.15, nº 10, p.1475-1602. Goiânia: Editora da UCG, out. 2005.
- HUTCHEON, Linda. *A Poética do Pós-Modernismo: história, teoria e ficção*. Tradução Ricardo Cruz. - Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- JODELET, Denise. *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia Do Gênero*. In: Hollanda, Heloisa Buarque de. *Tendências E Impasses*. Rio de Janeiro: Roxo, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RAGO, Margareth. *Epistemologia Feminista, Gênero E História* In: org. Pedro, Joana Maria e Grossi, Miriam Pillar. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis, 1998.

SCOTT, Joan W. *Experiência* in: Silva, Alcione Leite da; Lago, Mara Coelho de Souza. *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Cânone/ Contra-Cânone: Nem Aquele que é o mesmo Nem este que é o outro*. In: CARVALHAL, Tânia Franco(org.). *O discurso crítico na América Latina*, Porto Alegre: IEL: Editora da Unisinas, 1996.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

História mundial do sofrimento: teoria do conhecimento e filosofia da história em Walter Benjamin.

Josias José Freire Jr.*

Resumo:

Neste texto trabalharei questões relativas à teoria do conhecimento e do alegórico de Walter Benjamin, apresentadas em seu livro sobre o Barroco alemão. A partir dessa exposição teórica desenvolverei reflexões sobre sua filosofia da história que, trabalhadas a partir de algumas idéias de teoria da história, me permitirão debater sobre algumas possibilidades e potencialidades de sua filosofia da história.

Palavras-chave: História, alegoria e conhecimento.

Abstract:

In this text I will work subjects relating to Walter Benjamin's epistemology and allegory, presented in his *Trauerspiel* book. From that theoretical exposition I will develop reflections on his philosophy of history that were worked from some ideas of theory of history, this approach will permit me to debate questions concerned some possibilities and potentialities of it.

Key words: History, allegory and knowledge.

A Filosofia da História de Walter Benjamin é o limiar de seu pensamento. Perscrutá-la é uma tarefa árdua e sem garantias. Árdua, pois os métodos – as chaves que abrem a nós seu pensamento – são elaborados no decorrer do desenvolvimento de sua obra, notadamente fragmentária. Sem garantias também, pois a impressão que fica ao depararmos com seu tragicamente célebre texto póstumo – as teses ‘Sobre o Conceito de História’ (BENJAMIN, 1994: 222) – é que a chave da última porta não foi confeccionada, ou talvez, não haja porta. Para muitos filósofos as *teses* representam menos um problema do que uma solução. Perspectiva que se inverte, quando quem as lê é um historiador. Como conciliar hoje,

messianismo, marxismo e filosofia da história? Como aproveitar algo prático, para a teoria e para a didática da história, a partir do pensamento do filósofo alemão?

Para aproximar de algumas respostas proponho me aproximar do perímetro da filosofia de Walter Benjamin: sua filosofia da história. Para tal empreita seguirei o seguinte itinerário: primeiro apresentarei, de forma didática, a teoria do conhecimento do autor alemão, apresentada em seu livro *A Origem do Drama Barroco Alemão* (BENJAMIN, 1984). Posteriormente abordarei sua teoria da alegoria, exposta também no livro sobre o Drama barroco. A partir da articulação destes dois pontos apresentarei a idéia de *história mundial do sofrimento* (BENJAMIN, 1984: 188) como “cerne da visão alegórica” da história, idéia basilar de sua filosofia da história.

Ao fim do texto farei algumas considerações sobre alguns pontos da teoria da história no que concerne à narrativa histórica, com o propósito de atualizar as reflexões feitas na primeira parte do trabalho. Este texto tem por tarefa principal expor algumas possibilidades da filosofia da história de Benjamin, a partir da idéia da reabilitação “de uma visão devastadora da história e do tempo” (GAGNEBIN, 1994: 31), trabalhada em toda sua obra, desde o livro sobre Drama barroco.

As tentativas da filosofia sistemática de conhecer a verdade, para Benjamin, se mostram fracassadas por não respeitarem a essência fugidia da verdade. Em sua leitura da Doutrina das Idéias de Platão, Benjamin desenvolveu sua teoria do conhecimento de maneira à não violentar a natureza da verdade, sua essência incomensurável.

Para abordar a teoria benjaminiana do conhecimento dividirei as idéias apresentadas no livro sobre o Barroco a partir de dois pontos. Este recorte sistemático é sem dúvida muito esquemática e banal frente à complexidade do pensamento em questão. Mas é minha alternativa de inserção em um debate – a teoria da alegoria e sua vinculação à filosofia da história – da maneira menos arbitrária possível.

A teoria das idéias de Benjamin se organiza de maneira a romper com a idéia sistemática de conhecimento, que o vinculava facilmente à verdade e tornava o inapreensível, o incognoscível banal. O projeto benjaminiano é um projeto de expansão e fortalecimento do saber e da razão, reconhecendo suas impossibilidades, mas explorando também suas potencialidades.

O conceito, na teoria do conhecimento de Benjamin, tem primeiramente duas funções¹: a salvação dos fenômenos nas idéias e a apresentação (*Darstellung*) dessas. O

¹ Sigo a proposta de Francisco de Ambrosio P. Machado (MACHADO, 2004: 59-66) por sua objetividade.

fenômeno em sua forma empírica, nas abordagens filosóficas sistemáticas, matemáticas, é visado como universal de forma esquemática e superficial, por métodos unilaterais, como a busca de leis e regularidades. Para Walter Benjamin, os fenômenos só podem ser compreendidos quando seus extremos são primeiramente percebidos e isolados. Este é o primeiro momento da tarefa filosófica, seguindo os desvios benjaminianos. A valorização dos extremos é a estratégia para, já de antemão, livrar o trabalho da busca de homogeneidades das ‘deduções intermináveis’, tão caras à filosofia da Razão instrumental.

Depois de reunidos, os extremos devem ser desvinculados de seus contextos, quebrados para, a partir desta fragmentação, o trabalho conceitual começar. Desarticulados de uma ordem sistemática os fenômenos podem ser trabalhados à maneira do ensaísta da escolástica ou do sábio dos talmudes. Da mesma forma os fenômenos devem ser recolhidos e justapostos como mosaico: “Tanto o mosaico como a contemplação justapõe elementos isolados e heterogêneos, e nada manifesta com mais força o impacto transcendente, quer da imagem sagrada, quer da verdade.” (BENJAMIN, 1984: 51).

Esta justaposição, o agrupamento e a apresentação dos fenômenos é tarefa dos conceitos, mediadores e ordenadores da relação fenômeno – idéias e conhecimento – verdade, a “força que determina a essência [da] empiria” (BENJAMIN, 1984: 58).

Subordinados aos conceitos, fenômenos são diluídos em seus “elementos constitutivos” (BENJAMIN, 1984: 56). Após a tarefa crítica destrutiva dos fenômenos pelos conceitos, aqueles devem ser reunidos – salvos – “agora livres da falsa unidade”, e levados “ao mundo das idéias, onde estarão protegidos” (MACHADO, 2004: 62). A segunda tarefa dos conceitos é a apresentação das idéias². É pelos conceitos, enquanto mediadores, que os fenômenos podem ser salvos para o *Ser das idéias*. Apresentadas como mosaico, as idéias escapam da filosofia sistemática e protegem os fenômenos enquanto heterogeneidade: os extremos.

Creio ser possível, neste momento passar à teoria da alegoria. “Por conseguinte, a reabilitação da alegoria por Benjamin será uma reabilitação da história, da temporalidade e da morte na descrição da linguagem humana.” (GAGNEBIN, 1994: 35). Benjamin vê no Drama barroco alemão a tensão entre imanência transcendência (GAGNEBIN, 1994: 37). O

² Para uma leitura mais aprofundada do conceito de apresentação ver o artigo: GAGNEBIN, J. - M. Do conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion* vol.46 nº. 112 Belo Horizonte Dec. 2005. Disponível no *website*: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2005000200004. Consultado em 29/06/2007.

“abismo” entre o mundo político banhado pelas guerras e pelas disputas religiosas em contraste a profissão de fé do teatro barroca. Barroca é a história estilhada pela tensão entre o sagrado perdido pela ‘queda’ na linguagem e o profano banhado de sangue.

A Alegoria é o método de mortificação das obras, onde as coisas são historicizadas, arrancadas de seu contexto e colocadas a serviço do filósofo-historiador. “[...] A alegoria tinha sempre sido criticada em razão da sua historicidade e do seu caráter arbitrário. Com efeito, estas duas propriedades constituem segundo Benjamin, sua especificidade, mas também explicam sua grandeza [...]” (GAGNEBIN, 1994: 36).

O procedimento alegórico rompe com a tranqüilidade da representação, com o esteio das palavras, das coisas no mundo da linguagem. As significações infinitas de cada palavra abrem toda a tradição moderna – escassa de experiência autêntica – a tensão da eterna crítica, da própria crítica como *médium de reflexão*.³

A alegoria é a ferramenta teórica que possibilita o estilhamento da história e sua inserção em outro contexto. Esse procedimento marcou toda obra de Walter Benjamin, desde seus primeiros escritos – o livro sobre o Drama Barroco e suas centenas de citações – quanto sua *opus magnum*: a obra Passagens.

Nesta última parte desse trabalho apresentarei algumas reflexões teóricas no sentido de atualizar a filosofia de Walter Benjamin para sua utilização no campo da teoria da história e da historiografia.

Nos termos da filosofia da história de Benjamin a utopia de uma sociedade sem classes e a redenção messiânica se transformam em ação quando é colocada em prática uma proposta da história que ouve as súplicas dos que não possuem história. A irrupção revolucionária é o momento da oportunidade de corrigir injustiças perpetradas pela história que tudo explica. Por isso Benjamin atribui ao passado, trazido enquanto história e utilizado como conhecimento das injustiças – do malogro e do sofrido, a função de conscientizar o “historiador materialista” de sua responsabilidade. Em sua filosofia da história o sofrimento emana, o *ethos* da humanidade é rompido e fragmentado na proposta de escrita que salte para um não-tempo.

O ‘pano de fundo’ que dá possibilidade a esta idéia política/messiânica de salvação é sua idéia de filosofia da história. Idéia que para ser perseguida deve - assim como a verdade – não ter seu ‘segredo’ aniquilado, mas sua forma ‘revelada’ (BENJAMIN, 1984: 53). Por isso a importância de tratar o pensamento não de forma linear, sistemática e niveladora, mas a

³ Para mais detalhes ver a tese de doutoramento de Benjamin sobre os românticos de Jena. BENJAMIN, Walter: O conceito de crítica de arte no romantismo alemão. Tradução de Márcio Seligmann-Silva, São Paulo: Iluminuras, 1993.

partir de suas primícias cognitivas: relacional, como as constelações se relacionam com as estrelas.

A percepção do tempo de exceção, as fantasmagorias da metrópole moderna e o desencantamento mistificador da razão instrumental – o mito moderno –, fazem o passado reclamar outras versões sobre si para o presente, de onde vem o compromisso de mudar a ordem das coisas através da escrita da história e de seus métodos peculiares propostos. Para esta percepção algumas prerrogativas são imprescindíveis segundo Benjamin: a organização do pessimismo, a abertura ao diferente, ao descontínuo e ao silenciado.

Da percepção dos problemas de seu tempo, passando pela necessidade da intervenção salvadora do passado e do presente, impregnando seu método das características de seus objetos, chego ao local da escrita da história proposta por Benjamin que tange sua idéia de filosofia da história, com procedimento alegórico que ‘injeta’ história e tempo, mortifica até emergir a face esquelética, ruínosa da história que agora *aparece* saturada de tempo, como o *continuum* do tempo ao ponto de explodir.

O reconhecimento destes “não-sentidos” para a história há algum tempo vem sendo discutido como possibilidade de inserção do trágico na história (DIEHL, 2002: 45-82)⁴. Este procedimento remonta os princípios elementares de relação do homem com tempo: formular as perguntas a partir do seu presente, pelas demandas do passado. Os últimos dois séculos nos oferecem sem dúvida uma tradição de catástrofes das quais constituiremos nossos sentidos para a ação no presente. A filosofia da história de Benjamin, como outras do século XX, mas de maneira peculiar e visionária, busca incluir os não-sentidos, os não-lugares na interpretação dos homens perante o tempo de exceção.

A escrita da história de Walter Benjamin possibilita, a partir de sua teoria do conhecimento, perceber a sua própria essência como índice do passado ao qual nos referimos. A ‘tragicidade’ está inserida na própria escrita benjaminiana, pela sua teoria da linguagem (que não pude desenvolver aqui, mas que se torna urgente para uma compreensão mais aprofundada de sua teoria do conhecimento e do alegórico). A expansão da experiência pelo ‘matagal do desvairo e do mito’ é muito mais que um projeto iluminista de avanço da razão: é uma volta ao aberto, ao fragmentário, ao malogro da própria história.

A obra filosófica e histórica de Walter Benjamin fornece sustentação ‘historiográfica’ – como forma de apresentação de suas idéias sobre a história, melhor, de sua filosofia da

⁴ O trabalho do historiador Astor Antônio Diehl foi imprescindível para a elaboração das minhas idéias sobre a problemática levantada neste trabalho.

história – e teórica como reflexões inesgotáveis sobre o ato de escrever sobre o passado, e tudo que isso implica.

O ato de narrar enquanto “tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional” (RÜSEN, 2001: 154), recentemente tem despertado interesse enquanto possibilidade de representação das ações do homem no passado conforme as experiências vividas em nossos tempos. A falta de sentido aos poucos vem sendo reconhecida como estratégias de narração, de *produção e política de memória coletiva*.

Na tentativa de realizar uma “dialética negativa da constituição de sentido” (RÜSEN, 2001: 172) reconheço a possibilidade da teoria da linguagem e a filosofia da história de Benjamin ser trabalhada na dimensão da “estratégia estética da poética e da retórica da representação histórica” (RÜSEN, 2001: 163) ⁵. Essas reflexões podem fornecer a consciência da eminência do perigo ao qual estamos submetidos e principalmente consciência do malogro do ofício de escrever histórias.

⁵ A leitura da obra teórica, aqui referida, do historiador alemão Jörn Rüsen foi determinante para meus estudos da obra de Walter Benjamin, suas relações com a teoria da história e, mais especificamente, da atualização da sua filosofia da história na problematização da narrativa / escrita da história. Aqui, meus sinceros agradecimentos as portas abertas por sua obra.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Vol. 01. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo : Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. Passagens, edição alemã de Rolf Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na edição brasileira de Olgária C. F. Matos; tradução do alemão de Irene Aron; tradução do francês Cleonice P. B. Mourão, Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica. Memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MACHADO, Francisco de Ambrosio Pinheiro. Imanência e História, A crítica do conhecimento em Walter Benjamin. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

RÜSEN, Jörn, Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

O PODER DA PROPAGANDA NA ANTIGUIDADE: O ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DAS IMAGENS COMPLEMENTARES E CONCORRENTES DE IMPERADORES ROMANOS COM BASE NA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA *HISTÓRIA AUGUSTA* (SÉC. IV d.C.).

Wanessa Batista Freire*

Resumo: A propaganda estabelecida como meio de legitimação e adesão do poder imperial configurou as formas de representação imagética idealizada dos Imperadores, Septímio Severo, Dídio Juliano, Pescênio Nigro, Clódio Albino e Caracala, no Alto Império Romano. Objetivamos apresentar as imagens integradas e concorrentes empreendidas no embate imagético destes Imperadores, bem como a apreensão e eleição de símbolos e estratégias empregadas por estes para a obtenção do governo único de Roma, com base na releitura da documentação do IV século d.C., a *História Augusta*.

Palavras-chave: Propaganda, Representação Imagética, História Augusta.

Abstract: The marketing firmed as the way to legitimate and to acquire the imperial power configured the forms which was represented and idealized the Imperators Septimius Severus, Didius Julianus, Pescenius Niger, Clodius Albinus and Caracalla in the Roman Empire. We wonder to present the integrated and competing images undertaken in the visual confront between these Imperators, as well as the apprehension and election of symbols and strategies used by them to captivate the unique government of Rome, based in the readings of the documentation from the IV century, the *Augustan History*.

Key-words: Marketing, Visual Representation, Augustan History.

O período Severiano foi marcado por uma guerra civil deflagrada no contexto de mais uma crise sucessória provocada pelo assassinato de Cômodo Antonino e a posterior execução do Imperador Helvius Pertinax que o sucedera. Com esta guerra, podemos visualizar o embate de imagens integradas e concorrentes empreendidas por Dídio Juliano Pescênio Nigro, Clódio Albino e Septímio Severo. E, sobretudo, compreender as formas de propaganda desenvolvidas por estes com o intuito de propagar a representação de suas respectivas imagens através da

*Graduanda de Iniciação Científica (PIVIC). Orientanda da Prof^ª. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves. Universidade Federal de Goiás.

wanessa_bfreire@yahoo.com.br.

Fonte de financiamento: CNPq

eleição de símbolos e estratégias de poder. Posteriormente, Caracala, também se valerá destes meios com o objetivo de garantir sua permanência no poder.

A morte de Helvius Pertinax em 193, que culminou no surgimento da guerra civil, ocasionou a proclamação de quatro Imperadores para o governo de Roma:

À morte de Pertinax, assassinado por instigação de Albino, quatro distintos Imperadores foram proclamados quase ao mesmo tempo: Juliano pelo Senado em Roma, Septímio Severo na Ilíria, Pescênio Nigro no Oriente e Clódio Albino na Gália, cada um destes três por seus respectivos exércitos. Herodiano afirma que Clódio Albino foi o César de Severo, mas em pouco tempo, cada um deles se irritava com o fato de que o outro fosse Imperador e os exércitos da Gália e da Germânia não podiam suportar a idéia de que o Imperador não fosse o nomeado por eles. E por causa disso, todo o Império submergiu no caos geral. (HISTÓRIA AUGUSTA, Vida de Clódio Albino, I).

No período da Guerra Civil, compreendida de 193 a 197 d.C., Septímio Severo estabeleceu seu combate contra Dídio Juliano, Pescênio Nigro e Clódio Albino pelo governo de Roma. Diante da situação, Severo enviou donativos a senadores, plebeus e soldados, destituiu a Guarda Pretoriana existente, além de se posicionar como o vingador de Helvius Pertinax e, se auto-proclamar filho de Marco Aurélio. Sendo assim, via-se como herdeiro dos Antoninos e, desta forma, sentia a necessidade de ordenar ao Senado o cancelamento da *Damnatio Memoriae* de Cômodo, divinizando-o, uma vez que, agora, fazia-se parte integrante da família dos Antoninos. Portanto, foi desta forma que Severo empreendeu suas articulações estratégicas a fim de sobressair-se, deflagrando o embate das organizações militares junto à força imigética contra seus opositores.

Antes de morrer em 211 d.C., Septímio Severo indicou seus filhos Geta e Caracala à sucessão. Percebe-se aí, uma tentativa de promover um segundo governo colegiado em Roma, a exemplo do governo de Marco Aurélio e Lúcio Vero. Porém os dois irmãos não conseguiam ocultar o sentimento de ódio que ostentavam um pelo outro. Numa estratégia de poder, Caracala que possuía um maior vínculo com os pretorianos, acusou Geta de tentar assassiná-lo e, para que isto não ocorresse, viu-se na necessidade de assassiná-lo primeiro.

A abordagem que queremos apresentar a partir da interpretação da *História Augusta*, uma obra pagã escrita num tempo posterior aos acontecimentos, é que, ao contrário do que a maioria da historiografia defende, o governo dos Imperadores no período da guerra civil de 193 a 197 d.C. e o posterior governo de Caracala em que deu segmento às pretensões de

Severo, não se basearam apenas no apoio remunerado do exército, mas também, no efeito da propaganda que prestigiasse a imagem destes.

Portanto, nossa intenção em estudar os efeitos da propaganda como um fator em conjunto ao auxílio do exército, como uma garantia de permanência do Imperador no poder, é de fundamental relevância, uma vez que, nossas proposições inovam o modo de visualizar as práticas simbólicas da representação do poder dos Imperadores. E, a aceitação pelo exército da imagem construída do Imperador apto ao governo único de Roma demonstra a necessidade destes Imperadores em se posicionar de forma plena no âmbito público e privado, evidenciando suas virtudes e ocultando seus vícios.

A análise da propaganda proposta por este projeto de pesquisa tem um embasamento fundamentado na documentação textual da *História Augusta*, sendo um conjunto de biografias de vários imperadores romanos, esta nos permite perceber, ao longo de sua escrita, inúmeras formas de representação de imagens e símbolos selecionados pelos governantes. As imagens descritas possibilitam a compreensão da intenção do imperador em ter desenvolvido tal estratégia para prestigiar sua imagem em detrimento das demais articuladas por seus opositores.

A *História Augusta* traz o relato tanto da vida pública quanto da vida privada do Imperador. Esta obra, portanto, tem o intuito de demonstrar os vícios e virtudes, os méritos e as falhas de cada Imperador e, através da interpretação do biógrafo, percebemos a postura dos Imperadores seja em seu âmbito particular, como um homem comum até sua representação como um grande general do Império Romano.

Cabe aqui, situarmos o conceito de propaganda trabalhado nesta pesquisa. Este conceito é aplicado por nós, pela abordagem da forma como os Imperadores buscavam adesão e legitimação do poder Imperial por meio da veiculação e propagação de uma imagem idealizada para os grupos sociais Imperiais.

Desta forma, com a representação imagética construída do Imperador, a propaganda deste era veiculada e propagada pelos diversos grupos sociais do Império Romano. Esta representação imagética era realizada através da presença física do próprio Imperador, ou pelas representações arquitetônicas como os arcos as estátuas e termas, as epigráficas e numismáticas que simbolizavam o poder deste Imperador sobre Roma.

Uma vez que a *História Augusta* traz o relato da vida dos Imperadores Romanos, temos em seu conteúdo, a exposição da vida dos mesmos, tanto no âmbito público quanto no

privado. Assim, nos propomos a discutir esta exposição feita na *História Augusta*, relatando, ao menos, alguns pontos imprescindíveis à análise pretendida. Desta forma, trataremos ao conhecimento, a vida dos cinco Imperadores mencionados neste texto: Dídio Juliano, Septímio Severo, Pescênio Nigro, Clódio Albino e Caracala.

A vida do Imperador Dídio Juliano foi biografada por Aelius Spartianus. Ele traz, a princípio, que foi Dídio quem subiu ao poder em Roma, aclamado pelos pretorianos, após a morte de Helvius Pertinax. Filho de Clara Emília e Petrônio Dídio Severo, e tendo como irmãos Dídio Próculo e Nummio Albino, Dídio Juliano foi educado na casa de Domitia Luccilla, mãe do Imperador Marco Aurélio. Foi designado questor um ano antes da idade legal, além de ser nomeado edil e, logo em seguida pretor com o apoio de Marco Aurélio. “Depois de pretor, subiu ao mando da vigésima primeira legião, a *Primigenia*, aquartelada na Germânia” (HA, Vida de Dídio Juliano, I).

Dídio viu-se em uma situação complicada ao ser acusado por um tal de Severo Claríssimo de participar da conjuração que estabeleceu-se contra Cômodo. Entretanto, Cômodo o declarou livre e ordenou à morte o acusador. “Por ter sido cônsul com Pertinax, sucedê-lo no proconsulado da África e, ter desposado sua filha, foi sempre tido como seu colega e sucessor” (HA, Vida de Juliano, II).

Com a morte de Helvius Pertinax o povo passou a odiar Juliano, uma vez que consideravam que o assassinato foi articulado por ele. Este pensamento foi ganhando forma, à medida que nenhuma providência foi tomada a respeito das injustiças cometidas no governo de Cômodo. Além disso, “Juliano não se posicionava frente ao avanço do exército hostil de Severo, promovendo uma maior revolta por parte dos romanos” (HA, Vida de Dídio Juliano, III; IV).

Como já dito neste texto, Severo, ao chegar a Roma, tratou rapidamente de pagar donativos aos senadores, plebeus e soldados, garantindo logo o apoio destes. Foi então, que “percebeu-se a chegada de Septímio Severo e a retirada de Dídio Juliano, que foi executado por um soldado a mando do Senado” (HA, Vida de Dídio Juliano, VII; VIII).

Aelius Spartianus também foi o responsável pela biografia de Septímio Severo. Dando continuidade ao acontecimento do assassinato de Dídio Juliano, Aelius já imbui a história da vida de Septímio Severo, como aquele governante oriundo da África, que obteve o poder do Império. Nascido na cidade de Leptis Magna, Severo, filho de Geta e Fulvia Pia, tinha como antecessores em sua família, cavaleiros romanos antes da cidadania romana se outorgar a

todos os habitantes livres do Império. “Desde sua chegada a Roma, Severo se valeu de diversos presságios que julgava ser um sinal de sua ascensão ao poder” (HA, Vida de Severo, I). Isto nos leva a pensar nas representações que Severo fazia par si como um homem digno de atingir o governo de Roma.

Um fato curioso atenta-se para o passado de Septímio. “Foi acusado de adultério e absolvido por Dídio Juliano, a quem sucedeu no proconsulado e no Império Romano” (HA, Vida de Severo, II). Por ordem de Marco Aurélio, foi nomeado tribuno da plebe, e, segundo a *História Augusta*, baseada na referência à autobiografia de Severo, escrita após a morte de Albino, legado que não chegou à posteridade, “Septímio silenciou a história de sua vida privada ao casar-se com Márcia” (HA, Vida de Severo, III). Vale uma ressalva referente à menção desta autobiografia, uma vez que, ela foi, possivelmente, consultada pelos escritores da *História Augusta*, como documentação para a elaboração da biografia de Septímio contida na obra.

É evidente no decorrer da leitura da documentação da *História Augusta*, que Septímio Severo, foi um homem rígido e repugnante. Variados são os exemplos de sua arrogância e prepotência perante seus soldados. Contudo, podemos observar que estas atitudes são relevadas pelo fato de Severo remunerar muito bem seu exército, uma vez que, como vimos, este período é caracterizado pela ordem dos Imperadores soldados, aqueles que obtêm apoio pela força das armas e, é aclamado pela imagem representativa e idealizada que transmite no poder como um grande general.

Ao episódio que se configurou na sua chegada em Roma no governo de Dídio Juliano, a obra nos traz o relato de que “entrou na cidade de Roma com todas as suas armas e subiu ao Capitólio escoltado por homens armados” (HA, Vida de Severo, VII). Este relato nos permite um parêntese no que diz respeito à representação de um grande homem, um eficaz general e, sobretudo, de uma apresentação perante o público que garanta a confirmação e aceitação da imagem a ser construída.

Numa sagaz estratégia, Severo aliou-se a Clódio Albino para então debelar o confronto com Pescênio Nigro que avançava para a África. “Após derrotar Nigro em Cízico, a cabeça deste foi vista passear no alto de uma lança” (HA, Vida de Severo, IX). Este ato demonstra todo o triunfo de Severo, uma vez que, levaria a cabeça até Roma para todos presenciarem o resultado de mais uma guerra civil vencida por Septímio. Mas este não se contentava com isso, pois os familiares de Nigro foram perseguidos e condenados à morte.

Entretanto, uma nova guerra civil se noticia com a sublevação de Clódio Albino na Gália, ao perceber que foi enganado por Septímio, perante a estratégia anunciada. Frente a isso, Severo decide declarar Albino como seu inimigo público. O começo dos embates entre os dois generais favoreceu a vitória do exército de Albino. Diante desta situação inusitada Septímio, consultou os presságios da Panônia que lhe comunicou que venceria a batalha e que o poder não lhe seria tomado. Sendo assim, “vários amigos de Clódio Albino desertaram e passaram a compor as tropas de Severo” (HA, Vida de Severo, X; XI). Muitos homens de Albino que não se propuseram a mudar de lado foram executados mais adiante em outras ocasiões.

Septímio, também foi bastante inteligente ao propor que o assassino de Cômodo fosse jogado aos leões, ganhando, desta forma, prestígio perante o público que clamava pela justiça de Cômodo. Foi também ele quem conduziu a mortandade de vários homens. Chegou-se a cogitar que Severo pretendia guerras pela ânsia de glória, sem ter necessidade da mesma acontecer.

Septímio Severo ficou marcado pelas grandes construções que realizou ao longo de seu governo e, também, pela restauração de santuários públicos que caíam de tão velhos. “Antes de morrer em seu leito, Severo ordenou que sua imagem fosse deificada, além de ordenar que a reprodução da estátua da deusa Fortuna fosse colocada em sua alcova para legar a seus filhos esta sagrada efígie” (HA, Vida de Severo, XXIII).

Bem como as biografias de Dídio Juliano e Septímio Severo, Aelius Spartianus também foi o biógrafo da vida de Pescênio Nigro. Este é apresentado como filho de Annio Fusco e Lampridia, cuja condição é inexata. Aelius ainda nos relata que “Pescênio teve uma educação literária mediana, além de possuir um caráter feroz e uma grande cobiça em riquezas” (HA, Vida de Pescênio Nigro, II).

Nigro foi aclamado Imperador pelo exército da Síria após a notícia da morte de Cômodo. Pescênio Nigro e Septímio Severo já tinham sido amigos íntimos no tempo em que Severo governou a província de Lion. “E em uma ocasião Septímio lamenta não poder imitar a disciplina de Nigro perante os soldados” (HA, Vida de Pescênio Nigro, III).

Sua morte, num confronto com Severo, resultou na decapitação e o seguinte passeio de sua cabeça no alto de uma vara por todo o trajeto até Roma. “Seus familiares foram perseguidos e mortos e seus bens confiscados” (HA, Vida de Pescênio Nigro, VI).

“Entre tantas opiniões que divergem a respeito de Albino, percebemos que o Senado adorou sua figura como a nenhum outro Imperador, mais pelo ódio que sustentavam a Severo” (HA, Vida de Clódio Albino, XII). “Albino foi alto de estatura, tinha cabelos grisalhos e a brancura de sua pele era tão admirável que se deveu o nome a isto” (HA, Vida de Clódio Albino, XIII).

Albino morreu em confronto com Septímio Severo em uma das batalhas que travaram. Seus homens desertaram mediante um presságio que disse que Severo seria o vencedor, e assim, se apresentaram para servir no exército de Septímio.

Caracala teve sua vida biografada, bem como a de seu pai Severo, por Aelius Spartianus. Este nos informa que “depois da morte de Severo, Caracala tentou matar seu irmão Geta” (HA, Vida de Antonino Caracala, I). Mas não foi somente Geta que ordenou matar, mas também, “ordenou a morte seu primo de sangue, Africano, além de Pompeiano, neto de Marco Aurélio, e diversos soldados” (HA, Vida de Antonino Caracala, III). Entretanto, “concedeu o regresso à pátria, a todos os relegados e desterrados” (HA, Vida de Antonino Caracala, III).

Desta forma, podemos perceber a imagem que Caracala passava a todos os segmentos sociais do Império Romano, pois segundo a *História Augusta*:

Realizado tudo isso, se dirigiu à Gália e, quando chegou, matou o procônsul da província de Narbona. Logo irritou a todos os governantes da Gália e obteve ódios por seu despotismo, se bem, que de vez em quando, se fingia bondoso, sendo a ferocidade como algo de sua natureza. Havendo atuado muitas vezes contra as pessoas e os direitos das cidades, contraiu uma grave doença, durante a qual tratou cruelmente aos que lhe atendiam. (HA, Vida de Antonino Caracala, V).

Foi assassinado pelo seu Prefeito do Pretório, Macrino, em 217 d.C., e, bem com o seu pai, baseou seu poder com o auxílio do exército. Ambos buscaram aumentar os privilégios dos soldados, além de aumentar também os soldos dos legionários. Mas como vimos, este auxílio do exército era reforçado pela veiculação de uma imagem representada e idealizada do Imperador.

Tanto Septímio Severo quanto Caracala foram Imperadores que basearam seu poder no incentivo financeiro aos pretorianos, prática que vem desde a época de Augusto. Contudo, não apostavam somente no apoio vindo do exército. Procuravam garantir o apoio tanto dos Senadores quanto do povo romano. Mas os pretorianos não só ansiavam os bens materiais, eles viam a necessidade de serem comandados por um general que lhes transmitissem

segurança e liderança, pois, o valor do homem romano era atribuído com base no homem que o governava.

Portanto, estes Imperadores muito se serviram do apoio remunerado do exército, pois neste âmbito configurou-se a legitimação do poder pelos chamados Imperadores soldados, e pela propagação das imagens e eleição de símbolos que se faziam necessárias para a construção desta imagem que atenderia a todo um imaginário social dos segmentos Imperiais.

Um ponto importante a se abordar é que, apesar de trabalharmos mais com os Imperadores, Dídio Juliano, Pescênio Nigro, Clódio Albino e, em especial, Septímio Severo, o imperador ideal sob o ponto de vista da *História Augusta* não são eles. Para a *História Augusta*, o sublime imperador digno de servir de exemplo é Severo Alexandre. Enquanto que o estereótipo do imperador repudiado é Heliogábalo.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1ª ed. brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos: Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALFÖLDY, G, *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- BIRLEY, A . The Augustan History. In: DOREY , T. A. (ed.). *Latin Biography*. London: Routledge, 1967. P. 113-138.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (org.). *Representações – Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira – Nove Reflexões Sobre a Distância*. Tradução: Eduardo Brandão- 2ª Edição; São Paulo. Companhia das Letras; 2001.
- Gonçalves, A.T.M. *Poder e Imaginário Romano: as Imagens Contrapostas de Septímio Severo, Pescênio Nigro e Clodio Albino nas Guerras Civis de 193 a 197 d.C.. História em Revista: Pelotas*, 2003.
- Gonçalves, A.T.M. *A Legitimação do Poder Imperial e os Problemas Sucessórios nos Breviários de História Romana Produzidos no IV século d.C.. História Revista. Goiás/UFG*, 2006.
- MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. *Imperadores Imaginários: Política e Biografia na História Augusta (século IV d.C.)*. São Paulo. 1998.
- WALBANK, F.W. *La Pavorosa Revolución – La Decadencia del Imperio Romano en Occidente*. Alianza Editorial.

“Dom Fernando: biografia e história”

Lázara Alzira de Freitas*

RESUMO

Todo professor deve ter definido seu projeto político-pedagógico, tendo claro, interesses de classe, valores, ética, prática e articulações deste projeto em sala e com a sociedade. Tendo como eixo temático a constatação, a interpretação, a comparação e a explicação da realidade social complexa e contraditória. A própria linguagem, e as práticas discursivas da vida social, interconectam-se diretamente com a História do Imaginário, sintonizam-se com a História das Idéias, podendo se preocupar com estudo de objetos culturais, sujeitos, sistemas e processos. "Deus esta no Detalhe", sendo assim, trabalharei às particularidades públicas de um homem que enriqueceu nossa história – Dom Fernando Gomes dos Santos e sua forma de ensinar, questionando o objeto e colocando em destaque sua função social e dimensão da realidade e não da totalidade.

ABSTRACT

All professor must have definite its politician-pedagogical project, having clearly, interests of classroom, values, ethics, practical and joints of this project in room and with the society. Having as thematic axle the constatação, the interpretation, the comparison and the explanation of the complex and contradictory social reality. The proper language, and the practical discursivas of the social life, are interconnected directly with the History of the Imaginary one, are syntonized with the History of the Ideas, having been able to be worried about study of cultural objects, citizens, systems and processes. “God this in the Detail”, being thus, I will work to the public particularities of a man who enriched our history - Dom Fernando Gomes Dos Santos and its form to teach, questioning the object and placing in prominence its social function and dimension of the reality and not of the totality.

Palavras-chave:

Dom Fernando Gomes dos Santos; Catedral Metropolitana; Seminário Santa Cruz

Dom Fernando Gomes Dos Santos; Cathedral Metropolitan; Santa Cruz seminary

* Mestranda em História Cultura e Poder, pela Universidade Católica de Goiás; Especialista em História Regional Local e Nacional, pela UFG; Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás.
email: lazaralzira@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O tema trabalhado neste ensaio se trata da biografia e ensino, vivida por Dom Fernando Gomes dos Santos, conforme seus valores, ética, prática e articulações, e da Igreja do Concílio Vaticano II e Seminário Santa Cruz em Goiânia, conforme o imaginário, a constatação, a interpretação, a comparação e a explicação da realidade social complexa e contraditória.

Para tanto recorreremos a uma breve passagem pela época Medieval, com as Ordens Mendicantes, especificamente de São Francisco de Assis; Idade Moderna, com os turbulentos anos revolucionários, que trouxeram ao ser humano uma forma inovadora de ver a vida; e chegaremos ao século XXI com os efeitos de todas essas ansiedades acumuladas, também chamadas de pós-modernidade.

Através de uma releitura embasada em vários autores citados, conduziremos o leitor a chegar a sua própria conclusão, sobre o tempo e forma de vida em que levam o “povo de Deus”, conduzidos e orientados por Dom Fernando e pela Igreja do Concílio Vaticano II.

O Concílio tem a perspectiva da encarnação de Deus e quer proclamar a verdade ao homem, que a busca com angústia e amor, paradoxos confusos, mas humanizados com a sensibilidade do coração de cada seminarista ou fiel, participante da Catedral Metropolitana, ou do Seminário Santa Cruz, para dividir com generosidade e esperança às ovelhas do seu rebanho, que vivem um período novo de sua história, o homem moderno, que sofre mutações rápidas e profundas.

“Dom Fernando: biografia e ensino”

Goiânia que apresentava várias características de uma cidade tradicional nos primeiros anos de vida, passa da década de 60 à década de 80, como dominantes, suas características modernas.

A Igreja Católica encontrou no arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, o apoio necessário para montar uma estrutura física e psicológica, que mais tarde deu a essa população o sustentáculo necessário para manter uma vida digna, a superar seus mais caros preconceitos para fazer frente à complexidade social que se descortinava em seu tempo.

O Seminário Santa Cruz não recebia somente candidatos ao sacerdócio, mas também outros alunos que queriam aproveitar a qualidade do ensino da instituição, e a qualidade ética da ação do educador, que aqui era identificado. Não apenas em ações externas à prática pedagógica, mas ao contrário, na sua interioridade, considera-se que o educador ético não é principalmente aquele que dá bons conselhos, ou que na sua vida pessoal cultiva a caridade, mas sim aquele que realiza a sua ação pedagógica através das potencialidades de criação, reprodução e desenvolvimento da vida dos seus educandos.

Dom Fernando usou como exemplo para seus comandados, o fervor dos Padres Franciscanos quando celebraram a primeira Missa nas Terras de Vera Cruz, e o zelo dos Padres Jesuítas, ensinando o Brasil a ler, a rezar, e a cultivar os campos.

Com a criação da Arquidiocese de Goiânia, em 1956, o Seminário Santa Cruz permaneceu em Silvânia até 1961. Onde hoje funciona o aprendizado Pe. Lancísio, dos irmãos maristas. Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro arcebispo de Goiânia, iniciou após assumir a arquidiocese o projeto de construir uma nova sede-própria para o Seminário Santa Cruz.

Hoje este prédio abriga o Centro Pastoral Dom Fernando. Os jovens professores, assim como os jovens seminaristas sofrem o efeito do processo de socialização profissional, que acaba por constituir um segundo momento de formação (normalmente de “sinal contrário” ao da formação inicial), com força mais do que

suficiente para exercer um efeito dominante nas suas concepções e práticas profissionais.

Ambos não podem exercer o seu papel com competência e qualidade, sem uma formação adequada para lecionar as disciplinas, ou saberes de que estão incumbidos, sem um conjunto básico de conhecimentos e capacidades profissionais, orientados para a sua prática. É importante fazê-lo de modo convergente com os restantes domínios e objetivos da formação, e com o que se sabe acerca do desenvolvimento profissional dos professores.

Todo professor deve ter definido seu projeto político-pedagógico, (em diário de campo) tendo claro, interesses de classe, valores, ética, prática e articulações deste projeto em sala de aula e com a sociedade. Portanto é de suma importância na escola para o professor estagiário ou seminarista, começar com as observações, e a partir daí, envolver-se em seu Projeto Político.

Pode-se também questionar o objeto de cada disciplina e colocar em destaque a função social de cada uma delas, porque cada disciplina expressa particularmente uma dimensão da realidade e não da totalidade. Só tendo sentido, a medida em que é articulada aos diferentes objetos.

Até mesmo ao ler um livro, estamos produzindo cultura, porque ao absorver o que lemos, para repassar estaremos acrescentando nossa bagagem pessoal, através de nossa prática criadora, e do senso comum, todo ato de comunicação acarreta um ato de interpretação, toda fala é uma tradução, e todo homem é um filósofo, conforme disse Gramsci, e apreende a sê-lo através do bom senso, da religião, dos processos de socialização e acumulação. Assim é a estética da recepção.

Nos anos 50, em Jerusalém, reuniu-se a ASSEMBLÉIA DOS APÓSTOLOS¹. A Igreja já apresentava decisões doutrinárias e pastorais, o que passou a constituir a dupla tarefa dos Concílios.

As expressões culturais que se associam a este sistema religioso, o que pode incluir desde as formas arquitetônicas da Catedral Metropolitana de Goiânia, até os

¹ Cf. At, 15,30 ...ali reuniram-se em assembléia...”

discursos que se concretizam nos sermões e bulas papais, por exemplo, de João XXIII (1958-1963) e Papa Paulo VI (1963-1978), que conduziram o Concílio Vaticano II².

Um bom exemplo de práticas culturais, que geraram produtos culturais no sentido literário e artístico, foram às ordens mendicantes, fundadas por São Francisco de Assis na Idade Média séc. XIII; geraram padrões de vida (no sentido antropológico).

Através da antropologia o homem civilizado se torna objeto de estudo, sua vida é mais aberta à observação e ao estudo, este método também poderia se utilizado para o estudo das cidades modernas (costumes, práticas sociais...) Podendo assim perceber sua cultura, organização física e principalmente a vida urbana do indivíduo.

Já na Idade Moderna, estas práticas e representações se transformam, e o mendigo foi visto como forasteiro, e recebido com desconfiança e passou a ser visto de maneira cada vez mais excludente.

Suas representações foram inseridas no âmbito da marginalidade. O mendigo foi representado como um desocupado, um estorvo que ameaçava a sociedade. Algumas canções e obras literárias irão representá-lo com alguma frequência desta nova maneira, os discursos jurídicos e políticos farão isto sempre. E as novas tecnologias de poder passariam a visar a sua reeducação, e quando isto não for possível, a sua punição exemplar.

Os problemas da vida moderna perpassam por preservar a autonomia e a individualidade, devido a grandes forças sociais, e tratam o indivíduo e o mundo que o circunda. O indivíduo esta em luta pela sua existência. O homem sempre necessitou lutar pela sua sobrevivência, e a característica atual dessa luta segundo George Simmel, aparece sob a forma mental.

O séc. XVIII (revoluções) levaram o homem a se libertar das dependências históricas.

Para se compreender a vida moderna é necessário recorrer às estruturas da metrópole, pois é aí que se fundam o “indivíduo e o superindividual da vida” (GEORGE SIMMEL in “A Metrópole e a Vida Mental” – O Fenômeno Urbano - tradução de Sérgio Marques dos Reis).

² Concílio Vaticano II – 1962-1965.

Enquanto que o século XX foi marcado por intensas transformações econômicas, sociais e políticas, uma época em que a história acelerou-se. Essa transformação veio sendo provocada pelos avanços contínuos da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento científico e tecnológico.

A Igreja em Goiás vivenciou o período ditatorial em estreita união com a Igreja de todo o Brasil, orientados pela CNBB. Talvez Goiás tenha chamado atenção nacional porque aqui estava Dom Fernando um dos bispos mais presentes na defesa dos injustiçados, que, ao lado de Dom Hélder, de Dom Pedro, do cardeal Paulo Evaristo, e outros, dando voz aos que não podiam falar.

Os leigos das CEBs e seminaristas, convivendo muito de perto com Dom Fernando e Dom Antônio naqueles tempos difíceis da ditadura militar, ficaram marcado pelas atitudes proféticas, que eram assumidas por toda a comunidade católica, principalmente pelo Presbitério. Parecia que a adversidade dava forças renovadas a esse povo.

A atividade do professor requer uma combinação de conhecimentos científicos e acadêmicos, de base na sua especialidade com conhecimentos de ordem educacional. Requer também o desenvolvimento da capacidade de análise e de concepção, realização e avaliação de soluções de ordem prática. O professor é chamado a desenvolver uma atividade muito específica, onde há um tempo para planejar e refletir, mas onde também há um tempo onde é preciso agir e tomar decisões sobre os acontecimentos, muitas vezes com conseqüências irreversíveis. (ex. o preconceito, o autoritarismo militar, os votos perpétuos e outros).

Fica o desafio de uma adaptada evangelização e educação na fé, através da catequese e da liturgia, a consolidação de uma unidade e de uma ação pastoral através de estruturas visíveis, adaptadas às novas situações.

As pessoas precisam saber que, periodicamente estamos preocupados com questões que transcendem o dia-a-dia, e a área disciplinar de cada um. Nem sempre temos tempo de ter a oportunidade de pensar, além do que a gente habitualmente pensa. É bom que a sociedade saiba que estamos nos questionando.

Sabemos que, às vezes é preciso transcender o nosso horizonte e que o conhecimento é sempre uma tradução, seguida de uma reconstrução. A partir deste exemplo, podemos concluir que a percepção é uma reconstrução.

O confronto do saber popular, com o conhecimento científico universal elencado pela escola-seminário/Igreja, é fundamental para reflexão pedagógica. Porque leva o aluno a ultrapassar o senso comum e construir formas mais elaboradas de pensamento.

A consciência da necessidade de transformação leva a Igreja a assumir três grandes setores a serem trabalhados pastoralmente: a promoção do homem e dos povos do continente para os valores da justiça, da paz, da educação e do amor conjugal, frente às profundas mutações da vida e dos valores.

A corrida armamentista produziu terríveis engenhos de morte. As multinacionais passavam a controlar a produção e o consumo. E o globo terrestre tornava-se uma pequena aldeia: os meios de comunicação facilitavam tudo, os recursos naturais se esgotavam a superpopulação era assustadora, revoluções e pequenas guerras colocavam o mundo em alerta constante até de uma possível e catastrófica guerra nuclear.

Violência, opressão, erotismo, epidemias, fome e miséria comandavam o espetáculo. Alguns poucos tornavam-se mais ricos, enquanto que a maioria empobrecia. Assim era em todo o mundo e Goiás não fugia a regra, afirmava-se aqui, as bases das questões agrárias (1930-1965) o coronelismo. (CAMPOS. F. ITAMI, in Coronelismo em Goiás). Por toda parte a angústia, o medo, o fanatismo, o indiferentismo, a exploração, o sem sentido.

Neste contexto a Igreja procura seu devido lugar e sobretudo, o cumprimento fiel de sua missão, que lhe exigia assumir a realidade e trabalhar por mais justiça e fraternidade entre os homens. Despertando na juventude o desejo de conhecer a Igreja para poder ama-la, e ama-la para se dedicar inteiramente a Deus e ao próximo.

Havia uma necessidade no cidadão, de sair de seu casulo de egoísmo, fabricado sutilmente para o aprisionar, sob o pretexto de falta de tempo, de incapacidade e outras coisas mais.

A dialética da dinâmica curricular, favorece a formação do sujeito histórico, à medida que lhe permite construir, compreender como o conhecimento foi produzido historicamente e humanamente.

Se existe a intenção de possibilitar ao aluno de escola pública e dos seminários, entender a realidade, é necessário, criar laços concretos com projetos políticos, de mudanças sociais. O aluno-seminarista ou o receptor, deve ser orientado para um determinado conteúdo, que necessite solução de um problema nele implícito.(ex.: preservação do meio ambiente)-(produzir um bem social).

A Tematização de aulas, e organização exige coerência, com o objetivo de promover a leitura da realidade. Para tanto deve-se analisar, a origem do conteúdo e conhecer o que determinou a necessidade do seu ensino. Essa reflexão traz à tona o problema de se chegar à origem do conhecimento, descobrir o caminho das mudanças conceituais, valorativas, ideológicas que motivam a sua instalação na escola.

A formação de professores aparece frequentemente como solução que, uma vez posta em prática, permitiria resolver de uma só vez todos os problemas. Devemos ter, no entanto, uma clara noção das suas possibilidades e limites. A formação não permite ultrapassar todas as dificuldades, só pode influenciar as suas práticas em determinadas condições e dentro de determinados limites. O que não quer dizer que não seja essencial e não mereça por isso o melhor da nossa atenção.

A prática profissional, é altamente significativa para os futuros professores. O trabalho de preparação das aulas (as mini-aulas em curso ou celebrações) e a realização da mesma, constitui para eles, um forte incentivo que proporciona uma intensa situação de aprendizagem. As múltiplas instâncias, em que este trabalho é preparado e discutido, no grupo, na turma, pelos professores cooperantes, pelo conjunto dos professores do curso, proporcionam momentos de reflexão e análise que fazem igualmente parte integrante da experiência formativa.

A História é relativista, pois é feita de interpretações. É uma liberação e joga velhas certezas no lixo. Tudo é relativo ou seja historicista. Para construirmos a história é necessário desconstruirmos velhos conceitos.

Nas últimas décadas do séc. XX, os historiadores descobriram que ha possibilidade de uso de conceitos e procedimentos, tanto vindos da antropologia, de

autores como Clifford Geertz, com a técnicas de descrição densa, ou estrutural como em Levi-Strauss e Marshall Sahlins. Portanto há uma rica conexão de História antropológica, História da Cultura Material, História do Cotidiano e História Local, para obter traços da vida cotidiana. E todos deixam heranças importantíssimas para o séc. XXI.

Assim como o Concílio Vaticano II que deixou grandes heranças para esse nosso século e também Dom Fernando. Ele observava o avanço da mídia globalizando o homem comum ainda despreparado, em sua cultura local, para a avalanche de informações trazida de todo o mundo.

O Concílio Vaticano, foi o 20º Concílio Ecumênico e reuniu-se em sua 4ª sessão a 18/07/1870. No dia seguinte estourou a guerra entre França e a Alemanha. A reunião nem sequer se encerrou, e após 92 anos, surgiu novamente a idéia de um Concílio Ecumênico.

VATICANO II - 11/10/1962 a 07/12/1965 Papas: João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978) Assuntos principais: “Procuremos apresentar aos homens de nosso tempo, íntegra e pura, a verdade de Deus de tal maneira que eles a possam compreender e a ela espontaneamente assentir. Pois somos Pastores...” (João XXIII aos padres conciliares, na homilia de abertura do concílio).

Só foi acontecer em 25/01/1959, a menos de três meses de ter sido eleito João XXIII ao Pontificado, quando ele manifestou desejo de convocar um concílio ecumênico.

Primeiramente observando a situação particular de Roma a exigir um Sínodo³, quanto antes; depois, projetando seu olhar pelo mundo inteiro, o S.S.vê a recusa da fé cristã, o abuso e o comprometimento da liberdade, a atividade do príncipe das trevas, a divisão entre duas cidades, a atenção e a atração das vantagens de ordem material que o progresso da técnica moderna engrandece e exalta, o relaxamento da contextura e da boa ordem antiga.

E diante desse quadro, com humilde resolução de propósito, o Sumo Pontífice é apanhado pelo “sopro do Divino Espírito Santo” e pronuncia diante de

³ Sínodo: Assembléia de párocos e de outros padres, convocada por ordem do seu prelado ou de outro superior.

todos a proposta dupla de um sínodo diocesano para a Urbe e a de um Concílio para a Igreja universal.

A idéia de mundo “construída” é apropriada pelo Papa e passa a ter o significado que ele colocou, ou melhor, que viu que perdurava há anos numa Igreja, que não poderia mais ser contemplada a distância, pois “sua missão deveria ser a de mostrar aos fracos, aos pobres, aos proletários, que são eles o povo preferido pelo Mestre Divino”. (MARRA.MENDES A TERESINHA, in Caderno de pesquisa “As Relações da Igreja Católica com o Povo e com o Estado no Brasil:1945/1964”).

Diversificadas vozes sociais, mundiais, buscam a resistência de uma Igreja que se vê fragilizada; e sua realização última é uma nova construção das forças apostólicas, de todos os documentos e da unidade da Igreja, depois de recordar a promessa divina de que haverá um só rebanho e um só pastor para a saudável renovação dos costumes do povo cristão e para a disciplina eclesiástica se adaptar melhor às necessidades dos tempos.

As religiões vivem da propagação da fé. E o Concílio Vaticano II tem como ponto de partida Jesus Cristo, e a um Cristo vivo deve corresponder a uma Igreja viva. O CVII fez com que a Igreja passasse de uma Igreja-Instituição, para uma Igreja-Comunidade, totalmente inserida no mundo, e a serviço do Reino de Deus, assim como esteve Dom Fernando ao longo de seu caminhar, despojado e servo, “sem violência e sem medo”.

A comunicação de massa estendia-se por todo o planeta e era preciso criar estratégias educacionais na Universidade Católica de Goiás, e religiosas através das CEBs, muito sensíveis ao fato de que subitamente o homem comum não é apenas o habitante de uma rua de sua cidade, ou de seu Estado, ou sua nação, mas de todo o planeta, e participante de uma cultura não apenas local e nacional, mas mundial.

Portanto a pós-modernidade fez nossas pernas ficarem mais curtas diante do passo que queríamos dar, pois a perversão e o estresse são sintomas resultados da falta de lei, da falta de tempo, e da falta de perspectiva de futuro, porque tudo se desmoronou (do muro de Berlin a crença nos valores e na esperança). “Tudo se tornou demasiadamente próximo, promíscuo, sem limites, deixando-se penetrar por todos os poros e orifícios”, diz Zizek. a pedagogia da transmissão não tem mais lugar quando

tudo o que é sólido cada vez mais se desmancha na excessividade caótica das informações fragmentadas dos interesses mercadológicos. Essa é a “flexibilidade pós-moderna” também presente na nossa sociedade.

Depois de Medellin, então, foi o desabrochar de um novo jeito de ser Igreja. Nosso arcebispo Dom Fernando participou de todas as sessões do Concílio e foi um dos bispos do Brasil que mais fez intervenções na Assembléia Conciliar. Algumas tiveram repercussão mundial, como aquela que ele fez sobre a presença dos presbíteros na Igreja, e aquela outra sobre a colegiabilidade episcopal.

A História cultural interconecta-se diretamente com a História do Imaginário, sintonizam-se com a História das Idéias, e é um campo histórico que pode se mostrar sintonizada não apenas com a História Cultural, como também com outras dimensões historiográficas, como a História Política: idéias associadas às expressões; idéias específicas; pensamentos sistematizados; idéias ao nível de movimento; paradigmas; ideologias e difusão de idéias; e idéias coletivas de longa duração, podendo se preocupar com estudo de objetos culturais, sujeitos, sistemas e processos, que irão se descortinando através da memória.

Se estudo um determinado sistema religioso, e a História Religiosa é um domínio que se sintoniza com a dimensão da História Cultural, embora também com a História Social e em muitos casos com a História Política, então estarei preocupado com determinados sujeitos e agentes e possivelmente deverei me familiarizar com determinados objetos culturais que são os objetos de culto usados neste caso⁴, por Dom Fernando Gomes dos Santos⁵, a indumentária eclesiástica, e assim por diante.

⁴ Dom Fernando Gomes dos Santos e o Concílio Vaticano II, serão meus objetos de estudos para dissertação.

⁵ Dom Fernando Gomes dos Santos Nascido na Paraíba em 1910, faleceu em Goiânia em 1995.

CONCLUSÕES:

Este ensaio teve como objetivo conhecer as Práticas e Referências de uma abordagem crítica da ética de ensino na Catedral Metropolitana do Concílio Vaticano II, conforme a grande figura de Dom Fernando Gomes dos Santos, e o imaginário vivido e o fazer história, daquele que muito ativamente participou da mudança do Seminário Santa Cruz para Goiânia, e de sua forma de ensinar.

Vimos os problemas enfrentados pela Igreja Católica, conforme a chegada da chamada “pós-modernidade”, e o tempo e forma de vida em que levam o “povo de Deus”, conduzidos pela fé, e orientados por Dom Fernando e pela Igreja do Concílio Vaticano II.

O Concílio teve a perspectiva da encarnação de Deus e quis proclamar a verdade ao homem moderno que sofre mutações rápidas e profundas, mas que a busca com amor.

Nós trouxemos a lembrança deste, através de alguns participantes e estudiosos, para dividir com generosidade e esperança, aos leitores que vivem um período novo de sua história, realizando as potencialidades de criação, reprodução e desenvolvimento para uma abordagem crítica de sua história.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. in “As Origens da pós-modernidade”
- BANDEIRA, Leda de Bitencourt. in “Nós somos a Igreja do Vaticano II” – 1966 –para Fins didáticos – carmelita da Divina Providência.
- BALANDIER, Georges. in “o Imaginário na Modernidade”
- BARROS, José D’Assunção in “Cinema – História (entre Expressões e Representações) Rio de Janeiro 2007.
- CAMPOS, F. Itami. in Coronelismo em Goiás
- JENKINS, Keith. In “ A História Repensada – tradução Mario Vilela 3 ed. São Paulo Ed. Contexto. 2005
- MARRA.Mendes A Teresinha, in Caderno de pesquisa “As Relações da Igreja Católica com o Povo e com o Estado no Brasil:1945/1964”. Ed. UCG Nº 11 Goiânia.
- MACHADO. D. Adelmo, in Memória do Concílio Vaticano II (in memoriam) Ed. Loyola 1998 São Paulo - SP
- SIMMEL. George in “A Metrópole e a Vida Mental” – O Fenômeno Urbano (tradução de Sérgio Marques dos Reis).
- SANTOS.D.Fernando Gomes dos, in “Sem Violência e sem Medo – Ed. UCG 1982
- Revista da ARQUIDIOCESE Nº 2 – 1995 “Dom Fernando Vive entre Nós”
- Parâmetro CURRICULARES

QUESTÕES DA HONRA E DE “DEFESA SOCIAL”:

discurso jurídico e representações do papel feminino e do masculino na Primeira República

Eliane Martins de Freitas*

RESUMO

No presente texto procuramos compreender a atuação do Poder Judiciário nos casos em que esta instância foi chamada a intervir em processos envolvendo homens como agressores e mulheres como vítimas, seja nos crimes contra a pessoa seja nos crimes contra a honra (ou chamados “crimes sexuais”). Interessa-nos, compreender as construções elaboradas pelos juristas brasileiros, na primeira metade do século XX, em torno dos papéis sociais do feminino e do masculino. Tal recorte justifica-se pela intensa preocupação que os juristas da chamada Escola Positiva de Direito demonstraram com relação à proteção e normatização do comportamento feminino em nome da “defesa social”.

Palavras-chave: Poder Judiciário, feminino, masculino.

ABSTRACT

In the present text we seek the understanding of the actuation of the Judiciary Power in the cases in which its intervention was required in processes involving men as aggressors and female as victims, either in crimes against the individual or in the ones against honor (or the so-called “sexual crimes”). We are interested in comprehending the constructions elaborated by brazilian jurists, in the first half of the XXth century, around the social roles of the feminine and the masculine. The temporal outline is justified by the intense concern that the jurists of the Positive School of Law demonstrated towards the protection and normalization of feminine behavior in the name of the “social defense”.

Key-words: Judiciary Power, feminine, masculine.

I – A Nova Escola Positiva de Direito Penal

As atualizações das leis penais no início do período republicano foram dirigidas, segundo vários autores, pela necessidade de adaptação a uma sociedade marcada por profundas transformações, diante do fim da escravidão e da diversificação social em curso. Todo esse processo não passou ao largo da produção intelectual dos bacharéis e juristas brasileiros que, tanto nas últimas décadas do Império quanto no início da República, buscaram refletir acerca da sociedade e formular estratégias de controle social. O presente texto visa compreender os desdobramentos dessas mudanças na prática jurídica, em particular, no que tange à atuação do Poder Judiciário nos casos em que esta instância foi chamada a intervir em processos envolvendo homens como agressores e mulheres como vítimas.

*Professora do Curso de História do CAC/UFG, doutora em História pela UNESP/Franca.

A partir das últimas décadas do Império e início da República, segundo Alvarez (2003), que “novas idéias penetraram no debate intelectual, permitindo reflexões inéditas acerca da relação direito sociedade. E também mudanças nas instituições de ensino e no perfil dos estudantes e profissionais do direito começam a se desenhar” (p. 27)¹. Tais idéias impulsionaram a emergência da criminologia e da doutrina penal dela derivada, a Nova Escola de Direito Penal ou Escola Positiva de Direito Penal. As idéias da criminologia, professadas por Lombroso, Ferri e Garafalo, assim como as críticas que suscitaram, tanto da sociologia criminal quanto das diversas escolas de direito penal, foram discussões obrigatórias não só entre juristas, mas também entre os demais intelectuais envolvidos com questões relativas ao direito penal².

A criminologia buscou engendrar uma abordagem científica acerca do crime procurando estabelecer uma oposição no interior da doutrinas penais entre a Escola Clássica de Direito e a Escola Positiva de Direito. De acordo com Alvarez, esta cisão, indica duas formas de abordar o problema do crime: de um lado, “a escola clássica, que define o crime em termos legais, ao enfatizar a liberdade individual e os efeitos dissuasórios da punição” e de outro, “a escola positiva, que rejeita uma definição estritamente legal do crime, ao enfatizar o determinismo em vez da responsabilidade individual e ao defender um tratamento científico do criminoso, visando proteger a sociedade” (ALVAREZ, 2003: 45).

Dessa postura de deslocar o objeto do conhecimento da criminologia do estudo do crime para o estudo do criminoso e de valorizar os procedimentos científicos de pesquisa, resultou a abertura do saber jurídico para um discurso normalizador que possibilitou o surgimento de inúmeros saberes e práticas normalizadoras, como, por exemplo, a antropologia criminal. Assim, para os juristas brasileiros, a criminologia representava, concomitantemente, a possibilidade de compreender as transformações sociais e de elaborar estratégias de controle social, bem como de estabelecer tratamento jurídico-penal diferenciado a certos segmentos da população. Uma vez que, segundo eles, o Código Penal republicano era incapaz das novas funções que o direito penal e as instituições penais deveriam exercer em uma sociedade desigual como a brasileira. Com os instrumentos que o saber normalizador oferecia, tais como capacidade de identificação, qualificação e hierarquização dos fatores naturais, sociais e individuais envolvidos na gênese do crime e na evolução da criminalidade,

¹ Dentre essas novas idéias, destacamos a penetração do positivismo e do monismo evolucionista.

² Dentre as principais críticas às teorias da antropologia criminal destacaram-se a escola sociológica de Lyon, liderada por Lacassagne, e os trabalhos de Gabriel Tarde.

os juristas acreditavam poder transpor as dificuldades que as doutrinas baseadas na igualdade ao menos formal dos indivíduos não conseguia enfrentar.

A partir da segunda década da República, o discurso da nova escola penal começa a ganhar uma certa autonomia com relação a sua matriz teórica inicial e a antropologia criminal lombrosiana já não é tão citada pelos juristas nacionais. No entanto, as características fundamentais do pensamento da Escola Positiva de Direito Penal permaneceram inalteradas, mantendo-se a defesa da mudança nos fundamentos do direito de punir. A base desse direito passaria, então, a ser a *defesa social*, ou seja, a necessidade da sociedade, em seu conjunto, de se proteger contra a ação criminosa. Onde se propunha uma mudança na orientação da ação punitiva, que deveria deixar os critérios clássicos que vinculavam o delito à pena para se orientar pelo perigo real ou potencial que o indivíduo representava à sociedade. Ou seja, ao indicar a necessidade de a sociedade se colocar em prontidão contra o crime, ela prescreve não apenas medidas essencialmente defensivas, mas, sobretudo, medidas preventivas, que atuem antes do ato criminoso, impedindo mesmo sua manifestação.

Assim, o Estado, para cumprir sua função de defender a sociedade, não precisaria esperar a ocorrência do delito. Pelo contrário, ele deveria se antecipar a ele. Tratava-se, assim, de um Estado mais intervencionista, que deveria tutelar determinados setores da população, principalmente aqueles que deveriam sofrer maior controle, mas precisavam, também, de assistência e proteção, como por exemplo, os loucos, as mulheres e os menores.

Esse novo ideal implicava, portanto, num redimensionamento das funções das instituições jurídico-penais, os juristas acrescentavam à ação da Justiça as funções preventivas e terapêuticas. Para tanto, era necessário reformar o aparelho judiciário republicano, no que tange às instituições judiciárias (criação de juízos especiais para menores e fim do júri popular, por exemplo) e às instituições penais (criação de penitenciárias, colônias correcionais, estabelecimentos especiais para menores, dentre outros). Buscava-se também a individualização da pena. De um lado, isso significou a materialização da mudança de objeto da criminologia, indo da prática do crime para o criminoso e, de outro, dava a oportunidade de se colocar em prática os princípios científicos, uma vez que seria necessário conhecer e classificar os criminosos para melhor adequar as penas às suas características específicas.

Concluindo, mesmo que muitas das reformas legais e institucionais propostas pelos adeptos da nova criminologia não tenham sido efetivamente implementadas, a emergência de um discurso no interior do saber jurídico, que propunha tanto reformas nas instituições jurídico-penais quanto reformas sociais mais amplas, demonstra que os juristas buscaram

ocupar novos espaços de atuação, não apenas no interior da carreira jurídica, mas também perante a opinião pública da época.

II – Discurso jurídico e representações do papel feminino e do masculino

Conforme dissemos as mulheres estavam entre os grupos que a Escola Positiva de Direito julgava ser dever do Estado assistir e proteger. Logo, os crimes contra a honra, inicialmente, e os “crimes da paixão”, depois, foram alvos de ampla literatura jurídica. Segundo Esteves (1989): “Os Juristas estavam, como os médicos, imbuídos da missão de formar cientificamente o cidadão completo, cumpridor de papéis interdependentes: trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado (moradia, lazer e corpo saudáveis, por exemplo)” (p. 41). Daí, como o julgamento de um crime levava em conta a *defesa social*, nos crimes contra a honra ou crimes sexuais, em particular, o tripé honestidade/moral/bom trabalhador formava um referencial da sociedade que se desejava e a conduta total do réu e da vítima, passada ou presente, foi um elemento subjetivo fundamental para que se completasse o conceito legal do delito de defloração ou de estupro.

Assim, os crimes contra a honra, esbarravam, para além da própria criminalidade, no modelo normativo de família e principalmente de mulher, elaborado desde meados do século XIX. Conforme Esteves, mais que a questão da virgindade, na maioria das vezes, o que estava em julgamento era o padrão de honestidade que estava associado ao comportamento e à conduta da vítima, ou seja, no julgamento de um crime de defloração ou estupro, mais que a quebra de uma norma jurídica sexual, os operadores da Justiça lidavam, também, com a quebra de outras normas morais e sociais (pp. 39 e 40).

O modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, de acordo com Rago (1985), pregava “novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual” (p. 62). Forjando “uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-decasa, afetiva, mas assexuada” (p. 62) e exigindo o seu confinamento à esfera privada da vida doméstica.

O sistema criminal, segundo Bretas (1997), adotaria duas estratégias diferentes para abordar “os desvios percebidos na sexualidade feminina”: “Podia agir de uma forma punitiva, reforçando o desvio ou optar por uma abordagem civilizadora, promovendo o casamento no caso das jovens defloradas” (p. 187). As diferentes agências do sistema criminal, atribuíam peso diferente a cada alternativa, os júris, por exemplo, “relutavam em cooperar com a

tendência civilizadora dos juízes, uma vez que a maioria dos julgamentos terminava com a absolvição do réu”. A polícia, ao contrário, assumia a abordagem civilizadora, visto que era “responsável pelo primeiro passo do processo, tinha sempre que pedir a punição do acusado” (p. 188).

Nos processos criminais que analisamos, percebemos que as vítimas tornaram-se, mais que os réus, o centro de análise dos julgamentos. Seu comportamento, passado e presente, era detalhadamente esquadrihado, como que para avaliar se “provocaram” ou não o crime e, portanto, se eram merecedoras ou não do amparo e proteção da Justiça. Essa atitude aparece de forma particularmente exacerbada nos discursos dos Advogados dos réus, que se utilizaram amplamente do “elemento subjetivo”, ou seja, da apreciação da conduta total do réu e da vítima como argumento de defesa, optando quase invariavelmente pela desqualificação moral do comportamento das vítimas. Em um caso de defloração, ocorrido em 1940, por exemplo, temos a seguinte caracterização feita pela Defesa:

Moça acostumada a andar em más companhias, a freqüentar bailes de ponta de rua, a passear, altas horas da noite, pelas ruas de Catalão em companhia de meretrizes, habituada a ir a pagodes, ora namorando um soldado e com ele, à meia noite, perambulando pelas ruas da cidade, já quase desertas, ora namorando E. P. às 11 horas da noite, e ora a sós com O. de Tal, filho de “C. S.”, abraçados os dois às 2 horas da manhã da madrugada, foi um dia deflorada. (...) A mãe de I., que nunca soube ensinar-lhe o caminho do pudor e da dignidade (...). (AEC-FMC - Processo 03-193/1940, fls. 73 e 74).

A Defesa, ao questionar o comportamento da vítima, os lugares que freqüentava e as companhias com quem andava, a referência aos “bailes de ponta de rua” e ao fato de a moça ser “habituada a ir a pagodes” segue a linha da criminologia, que buscava policiar esses espaços de lazer por entendê-los como espaços nos quais se criam condições para a emergência de práticas devassas e pervertidas. Portanto, uma moça de respeito, “honesta”, não poderia freqüentá-los. Esse comportamento, no entanto, não é “culpa” exclusiva da vítima, ele foi permitido, de certa forma mesmo, por uma educação familiar frágil, ou seja, a mãe não cumpriu o seu papel de guardiã da moral que lhe cabia no modelo normativo de família, não “soube ensinar-lhe o caminho”. Desse quadro resulta para a Defesa uma suposta falta de valores morais socialmente aceitáveis, uma “imoralidade” que não seria merecedora do apoio e da proteção da Justiça.

O Promotor Público respondeu as alegações da Defesa com os seguintes argumentos:

Moça pobre e honesta, I. R. S., se viu um dia cortejada por rapaz conceituado na sociedade em que vivia. (...) certamente que os motivos que a levavam a não querer

corresponder fossem os mesmos que levaram sua mãe, humilde e pobre, a afirmar que sua filha gostava de namorar moços que não era para ela, e que tanto impressionou o M.M. Juiz; sim, foram estes os motivos, incabíveis numa sociedade cristã e democrática (...) motivos de ordem imoral por que traduzem uma opressão. (...) Surge então o mais ignominioso dos recursos: a difamação da menor, (...), e que alcançou o seu auge com depoimentos pessoais onde se procurava por a menor na rua da amargura: freqüentava bailes de ponta de rua, expressão capitalista depreciativa dos bailes simples de nossa gente pobre e humilde; vivia em companhia de meretrizes e era encontrada altas horas da noite com rapazes; era uma moça fácil e com tendências de conquistadora, mulher fatal (...). Esta Promotoria não pode se conformar que a honra, a honestidade de uma virgem pobre, miserável e de condição inferior na sociedade, sejam assim conspurcadas. (AEC-FMC - Processo 03-193/1940, fls. 188 e verso) (grifos do original).

Da argumentação do Promotor surge a imagem de pessoa duplamente frágil e desamparada, por ser mulher e por ser pobre. Porém, ele fez a opção por explorar a questão das desigualdades sociais em primeiro plano, tentando demonstrar o preconceito inerente à sociedade, que sobressaía dos argumentos da Defesa. Um bom exemplo disso são as referências aos bailes populares, que, no discurso da Defesa, são condenados e que aparecem, na fala do Promotor, como “bailes simples de nossa gente pobre e humilde”. A interpretação, por parte da Defesa, do suposto “desejo de ascensão social” por parte da vítima, aparece na fala do Promotor como expressão de uma opressão.

Mas, apesar do esforço do Promotor, o réu foi impronunciado pelo Juiz, cuja sentença foi corroborada pelo Acórdão do Superior Tribunal:

Não é aceitável que a ofendida levasse a sério qualquer promessa de casamento do apelado, dada a divergência de condições sociais existente entre ambos. O que é certo e foi posto em realce pela sentença é que a menor já gozava de excessiva liberdade. (...) Esta maneira de proceder, reveladora da pouca moralidade e dos sentimentos menos honestos da ofendida, vem demonstrar que, ao invés de ser procurada, foi ela quem saiu alta noite, de casa, à cata de namorado, em busca de sua própria perdição (AEC-FMC - Processo 03-193/1940, fls. 205 verso e 206).

Assim, para os Desembargadores do Superior Tribunal de Justiça, julgando a causa dentro dos padrões do modelo estabelecido de comportamento feminino na época, as moças pobres deveriam saber “o seu lugar” e não poderiam possuir a “virtude” da ingenuidade. De outro lado, os homens que possuíssem recursos financeiros jamais eram suspeitos de comportamento imoral.

O padrão de comportamento feminino também poderia ser argumento nos casos de crime contra a pessoa, particularmente, aqueles que a defesa buscava caracterizar como

“crimes de paixão”. Ao analisar os “crimes de paixão”, Cancelli (2000) mostra que o caráter criminoso e moralista que se dava às questões que envolviam o crime de adultério, por exemplo, não raro vinham a público e sempre eram exploradas pelos jornais. Daí, o adultério em si deixava de ser o objeto de julgamento, mas os crimes a eles associados é que eram populares e visavam indistintamente aos casados e não casados.

Mas, em virtude disso, a autora acrescenta que: “Nem todos os ‘crimes de paixão’ chegavam até aos tribunais, muitos eram registrados como ocorrência policial, quase sempre de ‘agressão de mulheres’” (Cancelli, 2000, p. 140). Entretanto, esses crimes não deixaram de ser retratados como igualmente cumpridores de funções úteis à sociedade, ou seja, uma espécie de punição aos atos socialmente reprovados. Depreende-se que a virtude era o que se esperava para as mulheres e essa virtude significava: castidade para as solteiras, e total fidelidade para as casadas. Embora, o adultério fosse um crime difícil de ser provado, a autora ressalta que:

Em um caso de tentativa de homicídio, ocorrido em 1931, a Defesa envereda por esses caminhos:

Trata-se, inequivocamente, de um crime passionnal instantâneo, cometido na mais completa perturbação dos sentidos e da inteligência. I. F., com todo o ardor dos seus vinte anos, apaixonou-se por R. M., de quem nem mesmo a vida licenciosa impediu que dela se aproximasse pelo casamento eclesiástico. Julgava, por certo, que a vida matrimonial a reconduzisse aos seus deveres de mulher e de esposa. Mas os instintos desenfreados da prostituta fizeram com que fossem bem amargos os poucos dias em que viveram juntos. As desonestidades sucessivas forçaram a separação (AEC-FMC - Processo 08-610/1931, fls. 34).

O discurso do Advogado de Defesa nos permite perceber que, nos casos em que vítimas e acusados têm uma relação matrimonial ou marital, outros elementos, particularmente os que dizem respeito a padrões morais de comportamento entram, também, como nos casos de defesa da honra, em julgamento. Segundo Corrêa (1983), nesses casos, “ao aceitar o modelo casamento como ponto de referência para a discussão do relacionamento homem-mulher, os julgadores aceitam também a identidade social de cada um deles” (p. 90). Esse modelo, segundo a autora, estabelece para o homem o papel de figura ativa e, para a mulher, o lugar de subordinada, passiva. O homem aparece, assim, como o provedor financeiro e o protetor moral, e a mulher, como boa dona-de-casa e boa mãe.

Aliando esses papéis pré-estabelecidos às teorias penais correntes, o Advogado de Defesa, constrói seus argumentos:

(...) I. F. – é voz dos autos – sempre foi um rapaz trabalhador e cumpridor dos seus deveres (...) É, sim, de “temperamento exaltado”, “exasperado nas discussões”, o que vem corroborar, apoiando, nosso ponto de vista. O exmo. Snr. Juiz sumariante deve ter percebido na fisionomia de I. os caracteres de um verdadeiro hiperestésico, olhos fixadores e semblante extremamente expressivo. E esta sensibilidade excessiva, trabalhada longamente pelos escárnios da mulher, pela humilhação de ser traído, e precipitada finalmente pela vergonha suprema de surpreende-la em flagrante, fez com que o “furacão psicológico” se desencadeasse, movimentando seus músculos, dirigindo-lhe os movimentos, para que ele, desesperadamente, vazasse finalmente o impulso do inconsciente. É teoria assente que a emoção não é mais que a consciência das modificações orgânicas internas e externas. (...) E não digam os partidários extremados do livre arbítrio que num momento desses, impulsionado por um determinismo físico, o homem ainda possa controlar a vontade. Um processo lento, de elaboração toda interior, alheio aos comandos da vontade, precipitado assim subitamente, transforma o homem num simples agente mecânico, cego, irresponsável. (AEC-FMC - Processo 08-610/1931, fls. 34, 35 e 36).

As emoções se sobrepuseram à razão e I. foi vítima de uma privação temporária dos sentidos, provocada pelo desrespeito e pela desonra impostos por R.. Ele havia oferecido a ela a possibilidade de “regenerar-se” pelo casamento, tornando-a uma mulher honesta, mas a “volúpia insaciável e desenfreada” falara mais alto e ela não quis a vida honesta que ele lhe oferecia. Segundo o Advogado:

Já não tinha mais escrúpulos em ter, ela mesma, a iniciativa das entrevistas daquele gênero. O que prova, claramente a sua requintada devassidão porque, na gente do interior, mesmo entre as prostitutas sempre elas é que são as “procuradas” (AEC-FMC - Processo 08-610/1931, fls. 34 e 34 verso).

O Promotor não aceita esses argumentos, rebatendo-os:

Ficou exuberantemente demonstrada a culpabilidade de I. F. que, a despeito de ser um indivíduo apalermado, inerte, pateta e de uma passividade a toda prova, tentou matar sua mulher R. M., cumulando nesse ato uma requintada crueldade. (...) O talentoso curador do réu apegou-se à teoria sensualista de Condillac e estamos mesmo muito de acordo que toda emoção é acompanhada de uma modificação orgânica. Devemos, entretanto, considerar o fator psíquico em seu conjunto e não apenas em relação ao órgão fisiológico a cuja modificação é concomitante. Devemos sempre encarar a totalidade das modificações psíquicas anteriores cujos vestígios determinam a natureza do ato presente (AEC-FMC - Processo 08-610/1931, fls. 37 e 38).

Mas, esta não foi a opinião dos Jurados, prevaleceu ali o julgamento moral e I. foi absolvido por privação temporária dos sentidos. O Juiz recorre alegando que a decisão

estava em desacordo com as provas colhidas no processo e o Superior Tribunal anula o processo e manda submeter o réu a novo julgamento, o que não acontece, pois, o réu foge para lugar ignorado.

O caso mostra, de um lado, como os papéis socialmente estabelecidos de homem e mulher são importantes nas decisões dos Jurados, mas, de outro, que o Juiz, mesmo comungando com isso, não abre mão de seu papel de árbitro neutro e cientificamente orientado, pois, para ele, o que estava em desacordo com as provas era o fato do réu não ter sido submetido a uma perícia médica.

FONTES

Fórum Municipal de Catalão – Arquivo da Escrivania do Crime - Processo: 08-610/1931 e 03-193/1940

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Marcos C. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.

BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família*. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ESTEVES, Martha de A. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Bell Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano - a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREITAS, Eliane M. *Os significados da justiça: justiça, violência e aplicação da lei em Goiás 1890-1941 – 2005*. Tese (Doutorado História) Fac. História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

UBERLÂNDIA: PRODUZINDO E DISPUTANDO MEMÓRIAS

Sheille Soares de Freitas*

Resumo:

Este trabalho trata dos usos da produção de memórias nas disputas e modos de viver a/na cidade de Uberlândia. Utilizo, para esta discussão, o Jornal Correio de Uberlândia na problematização das práticas e tensões sociais a partir da década de 1970.

Palavras-chave: Cidade, Memórias e Imprensa.

Abstract:

This work treats of the uses of the production of memoirs in the disputes and manners of living the/in city of Uberlândia. I use, for this discussion, the Jornal Correio of Uberlândia in the problems of the practices and social tensions starting from the decade of 1970.

Key Words: City, Memoirs and Press.

Ao pensar as discussões sobre cidade, cultura e memória na atualidade, proponho um debate sobre as disputas e as tensões que se constroem nas relações sociais. Por essa ótica, quando elegi a cidade de Uberlândia, como sendo relevante a essa reflexão, entendi que compunha essa escolha a minha vivência enquanto moradora e os incômodos acumulados sobre os direitos, usos e práticas sociais tidas nesse cenário urbano.

As cidades brasileiras apresentam a injustiça social como pano de fundo de suas trajetórias históricas e encaram a emblemática trilogia: desenvolvimento, progresso e urbanização como uma unidade positiva de crescimento e natural destino das cidades empreendedoras.

A idéia aqui, é questionar como um processo extremamente violento¹ e excludente – social e culturalmente – quer se legitimar como benéfico, acolhedor e tranquilo sendo que o que se observa é uma tensão constante pelo direito a cidade e à sobrevivência.

* Universidade Federal de Uberlândia, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFU, bolsista FAPEMIG, E-mail: fsheille@gmail.com.

¹ Esta discussão sobre a violência das transformações sociais teve como referência a análise feita por E.P. Thompson, na sua obra A Formação da Classe Operária Inglesa, v.II, em especial quando discute as noções de

Minha perspectiva política visualiza nos modos de viver da população uberlandense marcas da desigualdade e das estratégias de controle social. E, por isso, procuro problematizar as relações que se promovem nessa sociedade, bem como os meios e mediações constituídos na produção de memórias e histórias da cidade.

Com esse suposto, acredito que é investigando a experiência dos moradores que posso vir a dialogar com suas trajetórias, indagando sobre como os territórios, significados e imagens da cidade são elaborados em diferentes linguagens que expressam suas diversas práticas de interpretação das relações sociais vividas.

Ao entender que o viver a cidade é experimentar compartilhando, o lidar com as fontes permite que se olhe para as tramas sociais problematizando as disputas por hegemonia, as estratégias e interesses que compõem as relações classistas. As evidências expressas nas fontes, entendidas enquanto práticas sociais, são percebidas, neste trabalho, como narrativas que se entrecruzam e disputam interesses e valores nas redes de relacionamento na cidade.

Estas problemáticas são pertinentes a partir de um procedimento que estabelece uma forma de olhar e entender como se dá o processo histórico das relações sociais, tendo como ponto de partida as questões postas no presente. Assim, a relação presente/passado permite que se coloque em questão os usos do passado e a relação de memórias na composição de projetos sociais em disputa hoje. Esta dinâmica sugere reelaborações e seleções do que e como se lembrar, uma forma de demarcar os embates e legitimar certos valores e interesses num determinado campo de forças partilhado, mas, ao mesmo tempo, desigual.

Dentro das várias possibilidades de linguagens a serem investidas e postas em relação em minha pesquisa, tendo como interesse a problematização de suas produções e apropriações, a imprensa é apresentada, para esta comunicação, como um recorte possível para se pensar as relações sociais vividas na cidade de Uberlândia.

A imprensa escrita de Uberlândia traz em suas páginas pontos relevantes a serem analisados sobre o processo de dominação na cidade. Pensando nisso escolhi, para esse momento de reflexão, o Jornal Correio de Uberlândia, por apresentar dentre os demais jornais da cidade a conquista de um lugar de destaque na significação das relações historicamente vividas desde fins da primeira metade do século XX.

Ele está presente nas escolas públicas, nos acervos de diversos arquivos e nas bancas de jornais espalhadas pela cidade. Apresenta-se, portanto, como referência para a compreensão de uma determinada elaboração das relações vividas em Uberlândia. Sua

comunidade e experiência dos trabalhadores ingleses do século XVIII no processo que identifica como a formação histórica da classe operária inglesa.

narrativa se forja na pluralidade, os interesses e valores presentes em suas páginas, apesar de mediados por seu editorial, buscam compor, mesmo que de maneira fragmentada, um cenário único de pertencimento à cidade. Essa postura é mais que uma mediação entre o vivido e o que se quer interpretar sobre ele, é uma prática de comunicação que procura disputar modos de ver, organizar e viver a cidade.²

Um balanço histórico escrito um dia após o aniversário da cidade, pelo publicitário Celso Machado, na coluna Papo Geraes, apresenta seu amor filial à cidade, indicando que este é para sempre, ao mesmo tempo sugere aos uberlandenses a adesão a esse sentimento, quando argumenta que:

Não importa que você tenha mudado muito e perdido um pouco do encanto de cidade jardim. Que a agitação e o movimento de suas antes sossegadas ruas e avenidas tenham se transformado em palcos de disputas entre veículos na correria desenfreada.

Que o seu crescimento desordenado e desorganizado tenha atraído e despertado uma violência e insegurança que não combinam com a beleza de sua concepção e a suavidade de seus encantos naturais e projetados.

(...)

Não importa tudo isso, porque, como nós, a cidade também muda. Que não só perde, também ganha muita coisa nova e boa.

Como tudo que temos hoje em Uberlândia. Não importa que ela tenha mudado muito, porque quem ama, ama também a mudança. Com tudo que ela proporciona. E porque Uberlândia continua uma cidade encantadora, acolhedora, bonita e empolgante. Capaz de motivar pessoas para lutar por ela, para que continue assim com esse seu jeitinho especial de ser.³

A normalidade aparente que se expressa no processo de transformação da cidade narrado e significado neste jornal deve ser questionado, pois se o discurso do progresso aparece como o caminho para as melhorias do viver a cidade, deve ser aí também situado o caminho da desigualdade social.

Machado ao conclamar seus interlocutores a lutarem pela cidade para que esta continue assim, ou mesmo neste projeto, naturaliza a desigualdade do processo de tensão em que a cidade é disputada. Tendo em vista que as lutas empreendidas nas relações sociais dizem mais do que conservar a beleza e o desenvolvimento da cidade jardim, é preciso reconhecer que o fazer-se destas diversas lutas expressam inclusive os pontos negativos que o articulista sustenta como inevitáveis. Mais que isso, é preciso observar que os moradores da cidade possuem expectativas diversas e, por vezes, conflitantes ao projeto de sociedade implícito na narrativa recorrente deste meio de comunicação.

² Pensando sobre as práticas de comunicação e o processo de mediação como ação política ver: MARTÍN-BARBEIRO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

³ MACHADO, Celso. Amor de filho é pra sempre ... In: *Jornal Correio de Uberlândia*, pág. B2/Caderno Revista. Uberlândia, 01/09/2007.

Não há como ignorar a trajetória e as relações construídas pelos moradores da cidade. Quando essa matéria traz de forma bucólica uma cidade que muda, mas que muda “como nós”, e que é isso o que importa, vale pensar que referenciais de viveres estão sendo tomados para que essa interpretação, produzida um dia após a comemoração dos 119 anos de Uberlândia, apresente-se como uma expectativa de que o projeto vivido até agora deu certo e que merece ser preservado.

Enfrentando esta perspectiva, a leitura de Sarlo sugere um olhar mais atento sobre o que se produz e se publiciza. Pensando o período da ditadura na Argentina, a autora destaca a disputa pelo que se explicita e é elaborado sobre a sociedade, identificando esse processo e o potencial de interpretá-lo como um ato de intervenção política.⁴

Os espaços em que os modos de pensar e organizar a vida são elaborados trazem interpretações das relações sociais, mas cabe ressaltar que, em última instância, para além das questões da cidade colocadas em discussão é a vida comum que se questiona, ora pretendendo modificar, ora buscando legitimar determinados interesses ao longo do processo histórico vivido.

Problematizar essas práticas de comunicação é dizer sobre sentidos de história que para além do formato ou dos enredos que constroem indicam a produção do conhecimento histórico a partir de uma classe que pensa as relações e tentam organizar os modos de viver tendo como referenciais seus interesses e valores.

Nesta perspectiva torna-se relevante refletir sobre a maneira que os sujeitos envolvidos na produção do jornal e das notícias tomam para si a condição de narradores do que se vive na cidade. Esta é uma noção recorrente na imprensa, sendo apresentada em diferentes momentos históricos.

Em reportagem do Jornal Correio de Uberlândia, em 1976, discutia-se o papel do jornal e dos jornalistas enquanto informantes das transformações e dos sentidos destas mudanças para os demais moradores da cidade. Afirmava-se, naquele momento, a necessidade de legitimar a imprensa como um lugar de revelação do que deve ser entendido como o acontecido na cidade.

Este suposto possibilita que o jornal apresente, em meados da década de 1970, a cidade de Uberlândia como urbana e industrializada, sugerindo mudanças nas relações vividas na cidade, colocando-a em associação com outras cidades pensadas como padrão de desenvolvimento pelo grupo que se associava no editorial do jornal:

⁴ SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 2005. (p.55-63)

Uberlândia tem que assumir o seu verdadeiro papel. E que vai ditar as normas, terá que ser o pessoal da comunicação. Se é uma cidade onde a maioria é comerciária, é operária, é universitária, por que não fazemos as notícias sobre os problemas, suas alegrias, suas realizações? O sucesso de uma firma comercial, deve ser muito mais importante do que o leilão (...)

Pelo menos para o menino de sete anos, que nunca viu um boi de pé, com acordo de cavalheiros ou não, ele vê, isto sim, uma cidade que cresce. Uma cidade com novos loteamentos, com novas fábricas sendo construídas, como novas revendas de automóveis sendo criados em projetos maravilhosos e que demonstram o poderio econômico de nossas empresas.

Então, para ele a imprensa, o rádio, e tv, são pessoas que só falam sobre coisas estranhas (...)

Vendo as torres de suas três televisões, ouvindo som de suas quatro emissoras de rádio, assistindo ao movimento dos estudantes de todas as faixas a se cruzarem pelas ruas nas turmas da manhã, da tarde e da noite, a criança se sentirá numa metrópole cultural e universitária. Uma cidade parecida como São Paulo ou Belo Horizonte (...)

Fora de sintonia com a realidade que está vendo e apalpando [a criança] será uma precoce cliente do psicanalista, a confessar ao médico, recostada no sofá, que não tem Freud capaz de fazê-la entender porque é que não falam das coisas da cidade de onde ela mora, na televisão, nas rádios e nos jornais de sua terra.⁵

A metáfora da educação correta da criança, feita pelo jornal, sobre o que verdadeiramente é a sua cidade, expressa o interesse em ratificar a idéia de que a imprensa tem como função apresentar a cidade como ela é, mas, por outro lado, uma vez levando este ideal ao extremo, deixa emergir de suas formulações a disputa sobre a produção da informação e dos sentidos que esta sugere.

A disputa em questão traz expectativas que revelam a tensão presente entre grupos com projetos diferentes de cidade, apesar de não expressarem interesses antagônicos, mas, por vezes, conciliáveis. O conflito em torno de um projeto hegemônico rural ou urbano era presente na cidade na década de 1970.

Nesse sentido, os meios de comunicação se apresentam como uma das formas encontradas por estes grupos para elaborarem e articularem determinadas imagens de cidade, as quais compõem estratégias que propõem projetos de cidade, assim como a produção de memórias que os legitimem frente a mudanças e permanências no processo histórico.

Na disputa com estas práticas de comunicação, o que incentiva utilizar essas fontes é acreditar que não se pode controlar as interpretações produzidas a partir do contato com estes projetos, os quais lidam com as expectativas e memórias dos moradores, pois por mais que muitos dos valores veiculados por estes meios tornem-se significativos na trajetória dos sujeitos estes os reelaboram quando os confrontam com a precariedade das condições de vida que enfrentam dia após dia pelo direito à cidade.

⁵ CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Uberlândia tem que assumir o seu verdadeiro papel*, pág.6. Uberlândia, 30/12/76.

Perceber a cidade em movimento é trazer as mudanças, permanências e ressignificações partilhadas na diferença, entendendo o espaço social como ordinário e, concomitantemente, disputado, transformado e ritmado por sujeitos desiguais e com propósitos diversos para este lugar.

Referência Bibliográfica

FENELON, Déa Ribeiro e outros. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MARTÍN-BARBEIRO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 2005.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, v.II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FORUM 2004 e PLANO22@, DIFERENTES DOMÍNIOS NA CONFORMAÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

José Artur D'Aló Frota¹
Eline Maria Moura Pereira Caixeta²
Giovana Mateus de Castro Santana³

Colaboradores: Tiago Mendes Filgueiras e Ronaldo da Paixão Fonseca

Resumo

No contexto de reflexão, que entende a cidade contemporânea como metrópole difusa, sem limites claros e em permanente processo de transformação, sobressai o caso exemplar de Barcelona, cidade que tem demonstrado vocação de renovar-se ao longo da história. Desde o *Plano de Idelfons Cerdà* (1859) para o *Ensanche* até os dias de hoje, a cidade tem passado por um processo de constante e gradativa mutação, repensando seus espaços sem comprometer a gênese de sua estrutura histórica e afetiva. O objetivo deste trabalho é analisar duas intervenções ocorridas em um momento de mudança de orientação delineado a partir de 1997, quando o modelo de intervenção centrado em formalizar conceituações e discussões sobre a “urbe” foi substituído por outro modelo, mais fragmentário e arbitrário, tendo por base o objeto autônomo, o projeto assinado por arquitetos globais e midiáticos

Palavras-chave: rearquitetura, espaço urbano, cidade contemporânea.

FORUM 2004 and PLAN22@: DIFFERENT DOMAINS IN THE CONFORMATION OF THE CONTEMPORARY CITY

Abstract

In the context of reflection, which considers the contemporary city a diffuse metropolis, with no clear boundaries and in a permanent process of transformation, the case of Barcelona is outstanding because this city has demonstrated its vocation to renew itself throughout history. From *Plano de Idelfons Cerdà* (1859) for the *Ensanche* up to now the

¹ Universidade Federal de Goiás, Doutor Arquiteto / ETSAB-UPC/Espanha.

² Universidade Católica de Goiás, Doutora Arquiteta / ETSAB-UPC/Espanha.

³ Arquiteta e Urbanista/ ARQ-UCG.

city has experienced a process of constant and gradual mutation, reinterpreting its spaces without jeopardizing the genesis of its historical and emotional structure. The goal of this study is to analyze two interventions that occurred in a moment of change in guidelines, designed since 1997, when substituting a new model, more fragmentary and arbitrary, based on the autonomous object, on the project signed by global and mediatic architects, for the model of intervention centered on formalizing concepts and discussions about the “urbs”.

Key words: rearchitecture, urban space, contemporary city.

“Planejamento estratégico” e “projeto urbano” em Barcelona

Entre 1939 e 1975, a Espanha sofreu as consequências do longo período ditatorial de Francisco Franco que, segundo Gausa, no campo da arquitetura e urbanismo, se caracterizou pela total negligência e “vazio crítico, devido à ausência de uma produção ideologicamente comprometida ou conceitualmente coerente que remeteu a qualidade de cada obra à destreza espontânea de seus autores” (GAUSA; CERVELLÓ; PLA, 2004, s.p.). Este período foi caracterizado pelo abandono da cidade por parte do setor público, gerando um descontrole que provocou a especulação pelo setor privado causando grande adensamento de edifícios e pessoas e, ao mesmo tempo a ausência de novos equipamentos públicos. Neste período, desenvolveu-se em Barcelona⁴, um tipo de planejamento urbano pautado essencialmente no controle da grande demanda de habitação gerada pela expressiva industrialização da cidade, e conseqüentemente, os esquemas propostos para o ordenamento de toda área metropolitana visam os cinturões de habitação coletiva suburbana, ocupando vastas áreas da periferia da cidade. Tal estratégia, que tem em um primeiro momento o sentido de tentar solucionar as questões mais problemáticas da cidade,

⁴ A Barcelona republicana, anterior a ditadura franquista, dentro de sua tradição renovadora, desenvolveria na década de 1930 uma série de propostas renovadoras, impulsionadas principalmente pelo “Grupor”, um coletivo de jovens arquitetos catalães. Neste contexto destaca-se o Plano Macià (1932), que é realizado por um grupo de jovens arquitetos, sob a direção de Josep Lluís Sert, juntamente com Francesc Macià, e se constitui em um novo projeto de ordenação urbana para Barcelona, desenvolvido segundo os modelos teóricos de Le Corbusier e Pierre Jeanneret para “Une ville contemporaine de tres millions de habitants, 1922” e para a “Ville Radieuse, 1930”.

em especial o trânsito e moradia, no entanto, não foi capaz de enfrentar outros problemas, como a decadência das periferias operárias anteriores a guerra civil e das áreas mais centrais, expressas na decadência de seu núcleo antigo, considerado como um lugar de conflitos e sem segurança.⁵

Em 1976, com a mudança política em curso no país e a retomada da democracia, estabeleceu-se um compromisso por parte da nova administração pública, para a elaboração do “Plano Geral Metropolitano” que, dentre outras medidas, favoreceu a idéia de reconstrução do espaço público. Este plano buscava interromper e inverter o processo de degradação urbana e recuperar valores urbanísticos, estéticos e funcionais da cidade.

O objetivo principal deste plano era reconstruir a cidade por meio da substituição do planejamento pelo *projeto urbano* – idéia que antecipava a prática concreta de planejamento que Barcelona tem adotado há mais de 20 anos.

Entre 1982 e 1995, período em que Pasqual Maragall assume a prefeitura de Barcelona, a cidade converte-se em um verdadeiro laboratório de arquitetura, contando inicialmente com a destacada atuação do arquiteto Oriol Bohigas como diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Na época Bohigas expôs a idéia inicial de uma nova estratégia: dignificar a periferia e recuperar sua área central. A estratégia determinante na recuperação foi a ênfase dada ao *desenho do espaço público*. A partir de 1986, com sua nomeação para Sede dos Jogos Olímpicos de 1992, Barcelona colocou em marcha um ambicioso *plano estratégico* combinando objetivos de crescimento econômico e de desenvolvimento urbano. A proposta de Bohigas induzia uma nova sistemática de desenvolvimento e controle urbano baseada no conceito recente de planejamento estratégico. Urbanisticamente, propunha uma grande operação com o objetivo de unir as diferentes estruturas urbanas da cidade, estimulando, ao mesmo tempo, o enlace dos seus bairros periféricos e o desenvolvimento de suas infraestruturas fomentado a criação de centros de serviços —as áreas de nova centralidade— visando reduzir as diferenças entre a área central tradicional da cidade e suas periferias com relação a oferta de equipamentos públicos e privados, acessibilidade, etc. Tal estratégia se utilizou de mecanismos de cooperação público-privada no sentido de

⁵ Referimo-nos ao Plano Diretor Comarcal de 1953, ao Plano Diretor de 1966 (que ampliou notadamente os limites da área urbana) e a uma revisão do Plano Comarcal de 1953, apresentada em 1974.

reverter o processo de degradação da cidade e de resgatar seus valores ambientais, estéticos e funcionais, comprometidos ao longo do período franquista.

Assim, a atuação de Bohigas esteve pautada no conceito de Planejamento Estratégico que, segundo NUNO PORTAS (2006) se distingue do Planejamento Territorial Convencional por valorizar sua capacidade promotora e propor um desenvolvimento urbano baseado na negociação, objetivando aproveitar e criar oportunidades para o desenvolvimento local. BORJA e CASTELLS (2000, p. 240) entendem o Planejamento Estratégico como forma de condução das transformações urbanas decorrentes da Globalização, tendo por base uma análise participativa da situação atual para definir estratégias para a inversão dos escassos recursos disponíveis nos pontos críticos das mesmas.

A idéia de Planejamento Estratégico visa adaptar as cidades a um novo panorama mundial, marcado pelo dinamismo e instabilidade da economia, pela rapidez das inovações tecnológicas, pela competitividade na captação de investimentos e pela necessidade de criação de empregos, moradia e equipamentos sociais. Procura vincular o projeto global e as intervenções no meio urbano à concretização da cooperação público-privada, promovendo um ambiente social agradável. Também defende a idéia que, para a concretização desses objetivos maiores é necessária a execução de grandes *projetos urbanos* que combinem ou viabilizem objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano e social.

O Planejamento Estratégico enfatiza a importância dos projetos urbanos e sua capacidade de estimular o desenvolvimento e de articular o tecido da cidade promovendo transformações que tornem o território atrativo, competitivo, com melhor base econômica e que permita uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes. O projeto assume uma posição ativa e não é visto mais como um produto ou consequência do planejamento.

Trata-se de um modelo que tem por base a realização de intervenções urbanas cuja localização, escala e atributos ambientais sejam capazes de gerar efeitos que transcendam as áreas de intervenções, nacional, regional e possam, até, alcançar relevância mundial.

As atuações projetuais, independente de sua escala, devem se articular com outros processos e contribuir com a criação de novas áreas de desenvolvimento econômico, além da qualificação significativa dos espaços públicos.

Para BRANDÃO (2006) essa nova geração de projetos urbanos contemporâneos, conhecida como urbanismo de “terceira geração”, está comprometida com esta visão de Planejamento Estratégico e tem por base o Desenho Urbano, que parte de uma visão mais ampla e comprometida com a dimensão socioeconômica do desenvolvimento urbano, abandonando as políticas de intervenção urbana que privilegiavam projetos arquitetônicos isolados.

Foi Barcelona a primeira cidade a introduzir os fundamentos do Planejamento Estratégico na Europa e indiscutivelmente a que tem maior destaque em suas propostas.

Na Europa, a primeira cidade a introduzir os fundamentos do Planejamento Estratégico foi Barcelona, que possui um amplo leque de experiências que obtiveram um grande destaque internacional.

Seu primeiro Plano, denominado *Plano Estratégico, Econômico e Social – Barcelona 2000*, foi iniciado em 1988 e aprovado em março de 1990, tendo por objetivo central a geração de um território atrativo e competitivo, cuja melhoria da base econômica permitissem uma elevação na qualidade de vida de seus habitantes e visitantes.

De acordo com a concepção teórico-metodológica de BORJA e CASTELLS (2000, p.246) o diagnóstico inicial no Planejamento Estratégico permite a definição e a promoção de projetos experimentais antecedentes à conclusão da elaboração do plano. Barcelona atuou no sentido de elaborar e implementar projetos urbanos que visavam preparar a cidade para as intervenções subseqüentes, construindo novos equipamentos e serviços, escolas e pavilhões esportivos, parques e praças públicas.

Mediante a coordenação de Bohigas, desenvolveram-se projetos urbanos experimentais – denominados por ele de “acupuntura urbana” – que de certa maneira deveriam “irradiar” e propagar positivamente seus efeitos no entorno da intervenção. Estas experiências antecedentes representaram uma prática “piloto” na qual se testava e avaliava os efeitos das ações pontuais e sua contribuição com processos mais amplos de desenvolvimento urbano.

A *Plaça dels Països Catalans*, uma obra dos arquitetos barceloneses Albert Viaplana e Hélio Piñon, aberta ao público em 1983, representou o início desta série de intervenções.

Esses primeiros projetos, foram denominados pelo Órgão de Planejamento Urbano como “empíricos”, tinham por objetivo questionar a população no sentido de avaliar os aspectos negativos e as qualidades apontadas, de modo a fazer correções futuras em outros projetos. Desse modo, a cidade passava a ser um verdadeiro laboratório de desenho urbano.

Os Jogos Olímpicos de 1992 fizeram com que a administração local iniciasse projetos urbanísticos de grande porte: o Anel Olímpico, as instalações na Zona do Vall d'Hebron e o Bairro Nova Icária. Além de espaços ligados à celebração das olimpíadas foram projetados, no período do primeiro Plano Estratégico (1988-1992) ambientes culturais, de serviço, transporte, recreação e de infra-estrutura, com a finalidade de aproveitar esta ocasião para promover mudanças espaciais, econômicas e sociais. As estruturas espaciais de uso coletivo foram privilegiadas.⁶

A construção da Vila Olímpica assim como o Cinturão do Litoral nos antigos terrenos industriais de Poble Nou, possibilitaram a formulação de cinco novos parques na cidade: de les Cascades, del Port Olímpic, dels Ponts o d'Icária, del Poble Nou e de Carles I. Os quatro primeiros estão vinculados ao cinturão do Litoral, os quais conformam uma visão atualizada de *Park-Way*, um modelo de parque linear americano que se estende ao longo da cidade. Este conjunto de parques, assim como outros que surgiram após as olimpíadas, compartilham a circunstância de estarem totalmente vinculadas à mobilidade urbana.

A construção dos novos cinturões que circundam a cidade dá resposta a um dos mais importantes temas do urbanismo contemporâneo que se configura na compatibilidade da qualidade urbana com as grandes infra-estruturas viárias. Os cinturões de vias de Barcelona não só evitam a fragmentação urbana como se configuram como elementos de união e de melhoria dos bairros da cidade, em razão da implantação de novos equipamentos que aparecem em seu entorno ou aqueles que englobam as vias em seu espaço como é o caso dos Parcs del Litoral, cujas suas instalações esportivas estão sobre e sob o cinturão do Litoral.

Barcelona: duas décadas de “arquitetura da cidade”

O que move as grandes mudanças na geografia urbana da cidade a partir dos anos 1980 é uma criativa reinterpretação de um leque de idéias provenientes de outros contextos,

⁶ O segundo Plano Estratégico (data) de Barcelona foi proposto como tentativa de manter e melhorar a posição internacional conseguida a partir da organização das olimpíadas. O terceiro Plano Estratégico de Barcelona (1999) previa uma maior valorização de Barcelona, agora, não apenas como “cidade”, mas como região urbana líder de uma nova sociedade de informação e de conhecimento do século XXI. O êxito desses planos, junto a constatação de uma realidade metropolitana compacta, conduziu a reflexão sobre a necessidade de ampliar o território de referência do Planejamento Estratégico. No ano de 2002, iniciaram-se os trabalhos para a elaboração do Primeiro Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona que propunha a realização de transformações que orientassem o desenvolvimento econômico e social da área metropolitana e a constante regeneração de seu potencial de crescimento, em um marco de cooperação público-privada e intermunicipal, com a participação dos agentes econômicos e sociais.

predominantemente europeus, que conformam as bases de uma virtuosa re-orquestração da sua estrutura física, tendo por base uma nova configuração de seus espaços abertos, requalificando-os e criando áreas novas.

Por outro lado, o fator “locus”, em todos os seus matices, atua como condensador de uma produção que, ao mesmo tempo que é variada, conserva um alto grau de coerência formal. O fator tradição, associado a herança local de ‘catalanidade’, é o elo que historicamente dá sentido ao conjunto de intervenções, e que pautou o desenvolvimento da história de cidade, principalmente a partir de seu projeto de expansão decimonônico, o Plano do “Ensanche” de Idelfons Cerdà (1859), e de uma produção modernista de alta qualidade, como aquela encontrada nas obras de Antoni Gaudí, Puig i Cadafalch, Doménech i Montaner e Jujol, todos arquitetos comprometidos com o contexto local, mas também ciosos da necessidade de uma interpretação cosmopolita de cidade.

Metafóricamente, Barcelona reproduz culturalmente sua marcante condição portuária, e como assinala CURTIS (2004:7), “é um porto que continuamente intercambia não só objetos e mercadorias, mas também imagens e idéias”. Barcelona, pelo menos desde o século XIX, estabelece uma relação dualista entre o autóctone e o cosmopolita, uma constante tensão entre sua difícil vocação urbana em constante modernização, que responda aos questionamentos de uma cultura que se pretende ao mesmo tempo ser local e universal. A própria estrutura morfológica da cidade possui atraentes discontinuidades, que de certo modo se apresentam em relevo no Plano Cerdà, que fez conviver, de modo tenso, mas harmonioso, associadas por um sistema geométrico normativo que respeita e induz a uma convivência harmoniosa com as partes orgânicas originárias de pequenos núcleos e urbanizações anteriores à exemplo da Ciutat Vella, do Raval, do bairro Chino, dos povoados Gràcia e San Gervasí, entre outros.

A geografia urbana da metrópole Barcelona é variada e foi sabiamente explorada desde o século XIX no sentido de potencializar uma grande variedade de programas e espaços, que remetem tanto às questões decorrentes da geometria diferenciada de sua malha urbana, quanto das condições geográficas de uma cidade “aprisionada” entre mar e montanha, entre Colserola e o Mediterrâneo.

Nas últimas duas décadas, Barcelona procurou ampliar significativamente seus espaços, principalmente públicos. Assumindo sua vocação de metrópole mediterrânea, estabelece

como quadro de referência aspectos tão variados como clima/vegetação, dia/noite, ócio/trabalho, modernidade/tradição, interesse público/privado e circulação viária/circulação peatonal. A cidade tem sido concebida, historicamente, como um enfrentamento de sua “herdada” trama urbana, que, mais do que uma imposição normativa, representa uma herança cultural. Associadas a uma produção onde o espaço urbano adquire a dimensão do possível, as intervenções realizadas no tecido da cidade respondem à diversidade de suas disponibilidades mais do que suas necessidades. Esta estratégia de intervenção, marcou o redesenho de sua paisagem, ao mesmo tempo em que abriu espaço para um projeto de cidade onde arquitetura e paisagismo estivessem fortemente associados, gerando por sua vez um espaço qualificado para outras formas de intervenção artística que irão maximizar e dar identidade para as diversas e variadas realizações.

A tradição urbanística de Barcelona, desde o Plano Cerdá, tem se pautado em projetar a cidade a partir do enfrentamento com sua densa trama viária, suas quadras, seus pátios interiores, suas praças, seus parques e intertícios urbanos; tem sido atuar seguindo as diferentes escalas e territórios de uma urbe que preserva a apropriação de seu “locus” pelos que nela habitam. Os planos estratégicos implantados a partir da década de 1990, vêm apenas dar continuidade a esta tradição.

O sucesso desta nova geração de projetos é determinado pela habilidade em articular as mais diversas escalas. Para tanto, devem estar presentes a *grande escala*, que articula no território ações funcionais especializadas ligadas à economia globalizada e geradoras de centralidades de âmbito urbano metropolitano; a *escala intermediária*, que se dá na cidade existente e atende ao centro e a periferia, com intervenções de renovação e de promoção de novas centralidades; e a *pequena escala*, que corresponde a atuações pontuais com a função estratégica de reabilitação de ruas ou edifícios.

Si até a década de 1990, os projetos para Barcelona, em sua maior parte tiveram como protagonismo o lugar público em todas as suas escalas, tendo por base as praças, os parques e alguns edifícios-chaves, com a maior parte das obras associadas a arquitetos locais, e alguns arquitetos “estrelas”, como Richard Meier, Norman Foster e Álvaro Siza, a entrada do novo século coincide com uma mudança de paradigma urbano, que privilegia a grande escala e deixa de contemplar a articulação com as demais escalas de intervenção,

assinalando para uma mudança de rumo nas pretensões européias da cidade, muito mais dependente da iniciativa privada e dos operadores internacionais.

Neste contexto é paradigmático o caso da *Plaça de Les Glòries*, um dos tantos lugares ao mesmo tempo antigos/novos do espaço urbano barcelonês. Sua origem, uma praça dividida em dois por uma importante via urbana, a caracterizava como ponto de chegada ao *Mercat dels Encants*, a feira das pulgas de Barcelona. Situada estrategicamente junto a um nó de confluência viário significativo, a praça foi objeto de um grande projeto de requalificação onde competem as vias de circulação viária e um heterogêneo grupo de altas edificações corporativas, que MONTANER (2004:22) aponta como “um depósito de objetos que se pretendem todos protagonistas, desenvolvendo seu jogo autista em volta de um nó de circulação mal projetado...”. O principal edifício é a Torre Agbar de Jean Nouvel, apontada por Montaner como um belo objeto isolado, a nova “aposta” do planejamento urbano local, que rompe com a tradição do projeto que dialoga com as circunstâncias locais em todos os seus matizes. Obra icônica, formalmente provocativa e expressiva, atua como objeto isolado, alheia a seu entorno mais imediato. Vista para ser apreciada ao longe, a torre se ressentia enormemente de uma implantação em um local totalmente descaracterizado e sem qualquer relação de identidade ou proposição com o lugar.

Utilizando-se da experiência acumulada nos Planos Estratégicos anteriores, a proposta para o Forum Universal de las Culturas, Barcelona 2004, foi um evento que serviu de pretexto para a expansão da cidade em direção ao Rio Besòs, seu limite municipal à oeste. A área, sub-utilizada, um típico *terrain-vague*, situa-se em uma zona mal conectada por transporte público e com infraestrutura deficiente. Neste sentido o Forum interage com o Plano 22@, que se propõe a reabilitar a região compreendida entre a Praça de Les Glòries e a foz do rio Besòs, onde se localiza o Forum, e que coincide com a finalização viária da Avenida Diagonal, uma importante artéria do Plano Cerdà, até então inconclusa.

O Forum, como proposta de inserção urbana nova, rompe com a sistemática dos projetos anteriores que buscavam inovar a partir de uma leitura mais criteriosa da estrutura morfológica da cidade. Sua inserção na área busca mais o protagonismo de autor, gerando projetos de uma qualidade formal inegável, mas pouco diálogo recíproco, o que é agravado pela ausência de um plano de conjunto expressivo. Em termos formais, os projetos para o Forum rompem com a tradição contemporânea dos espaços abertos da cidade, pautada por

uma arquitetura silenciosa, que com poucos elementos consegue definir o novo lugar, dotar-lhe de uma nova identidade, deixando a cidade preexistente fortemente presente na conformação de seu entorno e de sua paisagem. Por outro lado, tratam-se de projetos altamente gráficos, com forte apelo visual, mas pouco consistentes do ponto de uma caracterização do lugar à altura da tradição catalã.

O Plano 22@, por sua vez, é menos ambicioso enquanto cenografia arquitetônica. Sua condição de peça de planejamento urbano, orientada a uma intervenção reabilitadora de um tecido degradado, em boa parte associado ao uso industrial, fez com que o mesmo retomasse, em parte, as escalas mais diferenciadas do grande leque de experiências anteriores. Sua plataforma operacional provém desta base anterior de experimentações, focando novas possibilidades interpretativas para a malha geradora proveniente da retícula de Cerdá, bem como reabilitando as antigas instalações fabris para utilização como habitação e serviços públicos.

Assim, tanto o Forum, quanto o Plano 22@, possuem pontos de convergência no sentido de dar continuidade, na prática, ao Laboratório de Urbanismo de Barcelona-UPC de Manuel de Solá-Morales e Joan Busquets, na aposta pelo desenvolvimento de uma cidade compacta, modelo típico das cidades européias.

Bibliografia:

BRANDÃO, Zeca. **O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo.** Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp134.asp>

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local e Global: la gestión de las ciudades en la era de la información.** México: Editora Taurus, 2000.

BUSQUETS, Joan. **Barcelona.** The urban evolution of a compact city. Rovereto: Nicolodi / Harvard University. Graduate School of Design, 2005.

CURTIS, William J. R. La arquitectura y la ciudad en expansión: Barcelona a finales del siglo XX. In: COSTA, Guim. **Barcelona 1992-2004.** Barcelona: Gustavo Gili, 2004, pag. 7-17.

GAUSA, Manuel; CERVELLÓ, Marta; PLÁ, Maurici. **Barcelona**: guía de arquitectura moderna 1860-2004. Barcelona: Actar, 2004.

MONTANER, Josep Maria. Argumentos de la Barcelona poliédrica. In: COSTA, Guim. **Barcelona 1992-2004**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004, pag. 19-23.

PORTAS, Nuno. Un nuevo urbanismo. In: CASTELLS, Manuel (org.) **Las grandes ciudades en la década de los noventa**. Barcelona, 1993, pag. 273-286.

RE-ARQUITETURAS

o passado no presente: um caminho para Preservação e Contemporaneidade

José Artur D'Aló Frota¹

Resumo

RE-ARQUITETURAS é uma reflexão crítica sobre o papel dos arquitetos e os *espaços da memória*. Procura refletir sobre a necessidade de evolução que a dialética das relações entre a cidade construída e as novas intervenções apresenta. Aborda a construção da cidade moderna enquanto enfrentamento contemporâneo consciente de suas preexistências e, nesse sentido, se insere nas reflexões e análises que procuram uma re-leitura da atuação e do papel do arquiteto ante os novos desafios da sociedade plural contemporânea no início de século XXI. Atualmente, projetar é atuar cada vez mais no lugar já edificado e, assim sendo, a dualidade entre o passado e o presente assume importante papel interativo. Exemplos recentes traduzem um processo evolutivo que permite nova visão do fato arquitetônico como ofício que, se por um lado resgata o contato com a história, por outro, não renuncia à sua condição de contemporaneidade.

Palavras-chave: rearquitetura, cidade moderna e contemporânea, memória.

Title: RE-ARCHITECTURES

Abstract

RE-ARCHITECTURES is a critical reflection about the role of the architects and the *spaces of memory*. It seeks to deeply consider the necessity of evolution that the dialectics of the relationships between the built city and the new interventions presents. It approaches the construction of the modern city as a contemporary confrontation aware of its preexistence, and thus is inserted in the reflections and analyses which aim at reinterpreting the architect's performance and role when facing the new challenges of the contemporary plural society in the beginning of the 21st century. Nowadays, projecting is acting more and more upon sites that are already built, and due to this fact the duality between the past and the present assumes an important interactive role. Recent examples express an evolutionary process that allows for

¹ Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Artes Visuais. Doutor Arquiteto pela Universidade Politécnica da Catalunha- Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona – UPC-ETSAB (1997). A investigação começou a ser realizada a partir de 1999 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PROPAR- Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e contou com o apoio das agências de fomento CNPq e FAPERGS.

a new view of the architectonic event as a craft that, if on the one hand rescues contact with history, on the other does not renounce its condition of contemporaneity.

Key words: rearchitecture, modern and contemporary city, memory.



I.M.Pei: Le Gran Louvre, Paris, 1987

RE-ARQUITETURAS propõe uma reflexão crítica necessária na análise de um problema específico: a intervenção arquitetônica no edifício ou lugar já edificado. Faz a leitura da aporção de diversos arquitetos que tratam a questão não como um problema de especialistas, específico e exclusivo, mas como prática arquitetônica que resgata a história enquanto manifestação que somente poderá ser compreendida plenamente se incorporada ao presente. Assim, não busca estabelecer regra, mas analisar e interpretar estratégias típicas do ofício arquitetônico onde a recuperação histórica é parte do problema, nunca seu objetivo final. RE-ARQUITETURAS atua como uma reflexão sobre a construção da cidade moderna enquanto um enfrentamento contemporâneo consciente das suas préexistências. Neste sentido se insere dentro das reflexões e análises que procuram uma re-leitura da atuação e papel do arquiteto ante os novos desafios da sociedade plural contemporânea neste início de século XXI. Projetar, hoje, *é atuar cada vez mais no lugar já edificado*. A utopia de construir grandes cidades faz parte já do passado. Projetar, hoje, *é lidar com grandes ou, principalmente, pequenos problemas*, sejam eles edifícios, espaços, equipamentos ou objetos urbanos. Paradoxalmente o arquiteto contemporâneo se afasta da especialização excessiva e adquire o velho e saudável *status* de um ofício ligado a solução de problemas, interpretando as necessidades ou a alma de uma comunidade.

A atuação no contexto histórico só terá algum significado na medida em que possa dialogar com o presente e o projeto será mais ou menos eficaz enquanto capaz, na sua concepção, de responder a contemporaneidade implícita à toda intervenção arquitetônica. Ignasi de Solá-Morales, ao refletir sobre a necessidade de construir os caminhos desta nova visão ao intervir no lugar, afirma:

”Separar os novos edifícios dos antigos, explicitar as mudanças tecnológicas, tornar transparente a distância insuperável entre o *Zeitgeist* de uma e de outra época, são os pressupostos presentes na intervenção moderna, tanto de parte dos arquitetos especialistas da conservação do patrimônio histórico quanto, igualmente, dos arquitetos modernos. As diferenças existentes nas duas visões esta basicamente expressa no modo de ler o passado, de entendê-lo, de alcançá-lo. A cultura moderna, que fez da temporalidade a sua experiência central tanto na literatura quanto nas artes plásticas ou mesmo na encenação de sua vida cotidiana, traduz esta mesma experiência na visualização do tempo presente e passado”. In: “L’intervento architettonico: I limiti dell’imitazione”, in: *Architettura, Lingua morta* (1988), Quaderni di Lotus, Electa, Milano, p.9.

Abordar as relações entre as preexistências e a inserção nova, implica compreender a noção de temporalidade da cultura moderna, que exhibe a experiência do cotidiano como “uma experiência de visualização do tempo presente e passado”.

A idéia de modernidade

A noção moderna de *restauro* como especialização provém particularmente da visão romântica de Alois Riegl, expressa em “*O culto moderno aos monumentos*”. Publicado originalmente em 1903, este apontava para a existência de “uma diferença entre o presente e o passado”. Suas idéias formam parte do contexto de crescente “especialização” da teoria arquitetônica no decorrer do século XIX, que serviu para fermentar as bases do Movimento Moderno, e se articulam com os postulados enunciados pelos últimos grandes teóricos da tradição acadêmica, a exemplo de Camillo Sitte e a visão romântica de cidade sustentada no livro “*L’ Art de Batir les Villes*” (1889); da obra de Auguste Choisy “*Historie de l’architecture*” (1899), que revela a influência da estética positivista através de uma visão de progresso contínuo da técnica e da influência exercida pelo meio; ou dos “*Elementos e teoria da arquitetura*” (1901-4), obra de Julien Guadet que restabelece a idéia do “tratado” tradicional e antecipa um dos máximos postulados da vanguarda moderna revelando uma visão claramente funcionalista que, ao mesmo tempo, busca enfatizar a idéia de que existem alguns “*princípios gerais e invariáveis da arte*”.

Por outro lado, o impacto das teorias do movimento moderno sobre o conceito de monumento foi decisivo para entender a leitura que se passa a fazer da noção de *restauro*. A idéia de que existe um obstáculo intransponível entre presente e passado reflete a condição de

ruptura intrínseca ao projeto da vanguarda moderna e nega a possibilidade de interpretar o passado como parceiro do presente, contida na obra de Riegl ou mesmo anteriormente, a exemplo das reflexões e intervenções de Viollet-le-Duc, na metade do século XIX.

As *Cartas de Atenas* (1931) e *Veneza* (1964) são exemplos claros da ascensão desta noção de ruptura e da valorização de uma visão cada vez mais técnica e especializada do processo de intervenção. O problema deixa de ser tratado como ofício arquitetônico e passa a ser circunscrito ao universo técnico, limitado a parâmetros que cada vez mais condicionam o diálogo com o presente.

Um novo território da Arquitetura

Até recentemente eram escassas as reflexões sobre a possibilidade de uma dialética nas relações entre a cidade construída e a nova arquitetura, como se o Movimento Moderno ou os próprios tecidos históricos estivessem isentos desta necessidade. Ainda que a idéia de modernidade tenha sido uma constante cultural ao longo da história, existindo pelo menos desde o Renascimento, no início do século XX a idéia de preservação da cidade histórica encontrará dois opositores concretos: a acentuada pressão sobre os centros históricos, considerados como bem econômico renovável e a apologia do novo como valor cultural absoluto, ambas intrínsecamente associadas ao ideário corrente entre a modernidade maquinista.

A crise de identidade que se abate sobre a arquitetura e o urbanismo do Movimento Moderno a partir dos anos 1950, amplia os espaços da crítica arquitetônica e alimenta outras visões analíticas sobre seus mecanismos e processos. Essas novas visões, articuladas a partir da atuação incisiva de novos críticos e jovens arquitetos, serão responsáveis por um novo impulso no entendimento das relações entre a cidade antiga e a intervenção contemporânea e surgem menos comprometidas com o ideário das vanguardas históricas, interpretados até então por seus principais historiadores.

Nas décadas de 1960 e 1970, juntamente com a consolidação das primeiras críticas à ortodoxia do Movimento Moderno e de alguns ensaios que buscavam redimensionar sua falta de compromisso com a história, aparece o interesse por analisar as relações entre a nova arquitetura e as pré-existências. Entre os diversos matizes que assume a crítica da época — envolvendo sua tendência redutiva, alienante e coercitiva de subordinar tudo a utilidade— alguns críticos aportam uma importante contribuição no sentido da revisão à ortodoxia do Movimento Moderno com relação a interação entre existência e intervenção nova. Neste sentido, ainda que nomes como os do crítico inglês Colin Rowe e do americano Robert Venturi, entre outros, tenham aportado importantes reflexões, foi a presença crítica italiana

que fundamenta os questionamentos entre presença histórica e modernidade nas reflexões sobre arquitetura e lugar.

“Progetto e destino” (1965), de Giulio Carlo Argan, reivindica a necessidade de uma visão histórica global que permitia dispor de um marco histórico e cultural básico. A reivindicação de Argan é apoio imprescindível para possibilitar a interpretação de propostas posteriores, como as de Aldo Rossi, Giorgio Grassi e Vittorio Gregotti. A obra de Argan revela a influência de “*Minima Moralia*” (1951), de Theodor Adorno, publicado na Itália em 1954, uma crítica ao dogmatismo funcionalista e implicitamente ao reducionismo do Movimento Moderno.

Ernesto Nathan Rogers, em artigos publicados geralmente na revista *Casabella-Continuitá*, procura enfatizar *uma mesma visão de arquitetura e cidade*, incorporando nesta a decidida vontade de continuar as idéias do Movimento Moderno, atualizando-as e contextualizando-as na realidade da arquitetura italiana. Rogers entendia que o “sentido” de vanguarda da primeira geração moderna, deveria chamar-se “continuidade” e os fundamentos desta *continuidade* comportariam a capacidade de aprender e continuar as lições *metodológicas* e *morais*, sem o vínculo coercitivo de suas propostas formais. Sua intenção é aprender e “indagar teóricamente sobre o fenômeno arquitetônico, sobre as preexistências ambientais, sobre a utopia da realidade, sobre a evolução do Movimento Moderno, sobre o conceito de tradição...”. A atuação de Rogers enquanto arquiteto engajado tanto no discurso quanto no fazer arquitetônicos está presente naquele que é seu projeto mais polêmico junto ao grupo BBPR —a Torre Velasca de Milão (1954-8). A visão de Rogers exercerá uma clara influência nas idéias de Oriol Bohigas (Espanha) e dos Smithsons (Inglaterra).

Destas novas interpretações sobre a cidade e a arquitetura moderna surge aquela que será a mais significativa teorização sobre a necessidade de entender a cidade sob a ótica interativa da estrutura existente e de suas transformações. “*A Arquitetura da Cidade*” (1966), de Aldo Rossi, procura uma interpretação metodológica da genealogia morfológica da cidade, determinando historicamente a forma do tecido urbano e o modo como este evoluciona no tempo. Com Rossi, a persistência do fato urbano se identifica com a persistência do monumento. A cidade é o lugar ideal para revelar a forma de um passado que ainda experimentamos e a idéia de persistência atua pela memória, pela arte, pela permanência.

“*A construção lógica da cidade*” (1967), de Giorgio Grassi, comparte com Rossi esta visão de cidade enquanto arquitetura. A crítica construída por Rossi e Grassi mais do que coincidir se complementam. Rossi reflexiona sobre a importância dos *tipos* existentes na formação morfológica da cidade, determinando historicamente a forma do tecido urbano e o

modo como este evoluciona no tempo. Grassi, trata de formular as regras de composição ou as combinações necessárias para que uma arquitetura respondesse a estas condições. Defendendo ser indispensável uma resposta satisfatória as necessidades cotidianas dos usuários, ambos irão rechaçar o princípio de que *a forma segue a função*, afirmando uma *relativa autonomia* da ordem arquitetônica. A *imagem da cidade* é um exercício reflexivo que passa pela recordação/evocação da história da arquitetura, de seus elementos históricos, transcendendo os paradigmas racionalistas do Movimento Moderno. E neste sentido, se abre claramente uma nova perspectiva para incorporar a obra contemporânea no âmbito do existente. À abertura sugerida por Rossi e Grassi, se incorpora “*O território da Arquitetura*” (1966), de Vittorio Gregotti, que propõe entender a arquitetura como um processo cultural e neste sentido fundamenta sua capacidade de intervir no território.

Paralelamente e dentro deste contexto de revisão dos princípios do Movimento Moderno, Collin Rowe, autor de um conjunto de ensaios denominado “*A matemática da Vila Ideal e outros ensaios*” , apresenta as bases de uma crítica que estabelece os vínculos e conexões existentes entre o projeto da vanguarda moderna e o projeto histórico, reflexões que receberão uma importante e ampla acolhida no meio arquitetônico. O mesmo Rowe, junto a Fred Koetter, no início da década de 80, articula uma nova e contundente crítica a cidade moderna no ensaio denominado “*Collage City*” (1981).

“*Complexidade e Contradição na Arquitetura*” (1966), de Robert Venturi, reforça a crítica ao excessivo dogmatismo da arquitetura moderna. Partindo da análise do contexto em que se desenvolvem alguns dos melhores exemplos da arquitetura histórica, analisa situações que configuram e explicitam o caráter complexo e contraditório destes edifícios. Explora o potencial da arquitetura histórica em possibilitar uma leitura variada e polifacética, sua capacidade de atuar de forma ambígua, onde alguns elementos arquitetônicos expressam vários significados simultâneos, onde os espaços se permitem a mais de uma função, da possibilidade de estabelecer e transgredir ordens, etc.

Outras modernidades: um caminho para preservação e contemporaneidade

A partir da década de 1980, aparece no contexto Europeu as primeiras propostas de intervenções em lugar histórico cujo compromisso com o contemporâneo não estivesse relegado a um segundo plano ou totalmente esquecido. Intervenções como o novo acesso ao Museu do Louvre, de I. M. Pei ou o Museu de Arte Romana de Mérida, ambos do início da década, enfrentam com grande eficácia e sentido de modernidade os problemas de projeto com inserção no lugar histórico. Ainda que utilizando estratégias totalmente diversas, para problemas distintos e tenham gerado projetos formal e simbolicamente tão diferentes, as duas

obras terão grande repercussão e, de certa forma, balizam muitas das intervenções posteriores, retomando caminhos quase esquecidos. A partir de então, a crítica passa a avaliar o resultado destas novas intervenções, que rompem tanto com o dogmatismo do movimento moderno com relação ao passado quanto com os preceitos preservacionistas conservadores.

Até a década de 1950, poucos foram os arquitetos que se aventuraram a quebrar a visão mais conservadora. Neste sentido o destaque, sem dúvida, foi para a obra sensível do arquiteto veneziano Carlo Scarpa. Sua obra, tendo por base o objeto arquitetônico e a exploração tectônica de seus elementos, iria demonstrar acima de tudo a *importância relativa da técnica*. E, neste sentido, o presente e o passado passam a traduzir essencialmente sensações e percepções distintas que, mais do que se repelirem, se complementam e se completam. A atitude de Scarpa procura resgatar o universo atemporal implícito em toda boa arquitetura, que transcende os limites de uma qualificação estilística determinada. Sua obra, resgatando elementos do passado como referências formais tangíveis para novas re-leituras, ganha força no contexto de crise do Movimento Moderno nos anos 60-70, propiciando novas aproximações críticas ao problema.

No início dos anos 1980 surgem aquelas que seriam as duas propostas mais paradigmáticas no sentido de uma “reconciliação” entre arquitetura contemporânea e contexto histórico: o projeto de Rafael Moneo para o Museu de Arte Romana em Mérida, Espanha (1980-5) e a proposta para o Gran Louvre, em Paris, França (1987), projeto de I.M.Pei.

A intervenção proposta por Moneo para o Museu de Arte Romana de Mérida, tem um determinante sentido de inserção nova. O edifício é formalizado como elemento urbano preponderante que, assumindo o caráter de elemento unitário, polarizador e monumental, busca reorganizar hierárquicamente o contexto existente, fragmentado e pouco expressivo, que configura os limites do tecido urbano local e uma das mais importantes estruturas arqueológicas legadas do antigo Império Romano na península ibérica. A proposta do Museu de Mérida rompe o dogmatismo de determinadas vanguardas e revela a necessidade de uma reflexão crítica necessária no sentido de avaliar as sutilezas “estruturais” existentes nas relações entre programa, lugar, cultura e nova intervenção. Nos ensina que reconhecer o caráter estrutural do contexto é muitas vezes imprescindível, deixando claro que “construir em certos contextos não deve condicionar a atitude de projeto no sentido de um processo necessário de *Zeitgeist* contemporâneo”.

A outra proposta paradigmática dos anos 1980 tem origem no concurso para o *Grand Louvre*. A proposta era desafiadora pois estabelecia as bases para configurar um ingresso principal para o museu, antecipando a futura ocupação total do edifício para adotar um caráter

exclusivamente museológico. O projeto vencedor, de I.M. Pei, implantado em 1987, propõe uma relação lúdica com a própria história cultural da arquitetura, alterando e contrapondo imagens/figuras de naturezas distintas. Por contraposição, a intervenção de Pei reforça a estrutura formal/espacial existente, ainda que atue por um evidente processo de contraste. Por outro lado, se apresenta como solução intrinsecamente contextualista ao reforçar simbolicamente o contexto monumental existente. Atua, de forma quase didática, através do contraste explícito, entre as idéias figurativo/abstração. Fica claro na solução adotada que os requisitos funcionais ou construtivos não são o “problema”, mas “parte da solução”.

No Brasil, um importante precedente de intervenções que atuam sobre o presente e o passado como partes de um mesmo problema é a proposta de Lúcio Costa para o Museu das Missões (1938-48), em Santo Ângelo, RS, construído segundo a variante desenvolvida por Paulo Barreto e aprovada pelo autor. A intervenção de Lúcio, ainda que tenha gozado sempre de muito prestígio, pouco foi valorizada por aquilo que representou como proposta inovadora e corajosa, partindo daquele que pode ser considerado como um dos patronos do IPHAN.

Outras intervenções importantes tiveram origem na atuação de Lina Bo Bardi, desde seu projeto do Museu de Arte Popular (1959-60) em Salvador, Bahia, tendo por base as edificações do Solar do Unhão; passando pela reutilização de uma estrutura fabril no bairro de Pompéia em São Paulo (1977), que deu origem ao SESC Vila Pompéia, que estabeleceu um novo parâmetro no Brasil para operações de salvaguarda, até o final da década de 1980, quando atuou novamente em Salvador, juntamente com Marcelo Ferraz e Marcelo Suzuki, intervindo em projetos tão significativos quanto a Casa do Benin e a Ladeira da Misericórdia, sempre estabelecendo o contraponto do passado como elemento que só possui sentido se interpretado desde o presente.

Apartir da década de 90 surgem, cada vez mais, intervenções que se destacam nesta condição de intérpretes de uma nova visão do ofício de projetar o edifício e o lugar contemporâneos como operações que exigem uma interação entre pré-existências e o presente, das quais citamos algumas: Casa de Cultura Mario Quintana (Porto Alegre, 1990) de Flávio Kiefer e Joel Gorski; Pinacoteca do Estado (São Paulo, 1993), de Paulo Mendes da Rocha; Parque das Ruínas (Rio de Janeiro, 1996), de Ernani Freire e Sônia Lopes; a revitalização da Estação Júlio Prestes —Sala São Paulo de Concertos (São Paulo, 1999), de Nelson Dupré; o Santander Cultural (Porto Alegre, 2001), de Roberto Loeb; o Conjunto Feliz Luzitânia (Belém, Pará, 1996-2002), de Paulo Chaves Fernandes, Jaime Ribas, Rosário Lima e outros e também em Belém, o Mercado Ver-o-Peso (2000-4), de Flávio Ferreira.



Paulo Mendes da Rocha: Pinacoteca do Estado, São Paulo, 1993

Bibliografia

- CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Le couleur des idées/SEUIL, 1992.
- DE GRACIA, Francisco. *Construir en lo Construido. La arquitectura como modificación*. Madrid: Nerea, 1992.
- FROTA, José Artur D'Aló. *El Vuelo del Fénix. La aventura de una idea. El movimiento moderno en tierras brasileñas*. Barcelona: Tese doutoral. ETSAB-UPC, 1997.
- _____. "Arquitetura e Memória. A permanência do transitório". Porto Alegre: UniARQ-UFGRS/Assembléia Legislativa RGS, 1999. *Catálogo da mostra "Arquitetura Comemorativa. Exposição do Centenário Farroupilha 1935."*
- _____. "A permanência do transitório". *ARQtexto*, Porto Alegre, nº zero, p. 13-21, 2000.
- _____. "O passado no presente: um caminho para Preservação e Contemporaneidade". *ARQtexto*, Porto Alegre, nº1, p. 110-111, 2001.
- _____. "Re-arquiteturas". In: *Crítica na Arquitetura*. V Encontro de Teoria e História da Arquitetura. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, p. 219-221, 2001.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. "L'intervento architettonico: i limiti dell'imitazione". In: *"Architettura lingua morta"*. Milão: Electa, p. 8-19, 1988.
- _____. "Estratos y Superposiciones. Intervención en la área de la muralla romana de Barcelona, entre los Palácios Gualbes y el Correu Vell". *ARQUIS*, Buenos Aires nº 4, p.30-35, Centro de Investigaciones en Arquitectura/ Universidad de Palermo/ Editorial CP67, dezembro, 1994.
- _____. "El valor del tiempo en la arquitectura". Entrevista de Roberto Converti. *ARQUIS*, Buenos Aires nº 4, p.94-95, Centro de Investigaciones en Arquitectura/ Universidad de Palermo/ Editorial CP67, dezembro, 1994.

CIDADE E FOTOGRAFIA: ANOTAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E O CONSUMO DO VISÍVEL

Demetrios Gomes Galvão*

Resumo: Esse trabalho explora a relação entre cidade, fotografia, subjetividades e produção de sentidos no cotidiano a partir do consumo do visível da cidade de Teresina, feita por seus caminhantes. Nesse percurso, trabalhamos com as imagens fotográficas produzidas para o Salão Municipal de Fotografias de Teresina, abordando a fotografia no contexto dos estudos visuais, explorando-a como artefato histórico, como canal de expressão e como um produto sócio-cultural. Assim, articulando as fotografias com a discussão que percebe a cidade, em parte, sendo produzida pelos poderes normatizadores que seguem uma racionalidade panóptica, e de outra, pelas práticas cotidianas de usos da cidade, que jogam com o acaso e criam “linhas de fugas quebradas”. Essa é uma perspectiva que vislumbra a cidade como um lugar em que o fato e a imaginação se fundem.

Palavras-chaves: história, cidade, fotografia.

Abstract: This work explores the relation between felt city, photograph, subjetividades and production of in the daily one from the consumption of the visible one of the city of Teresina, made for its caminhantes. In this passage, we work with the photographic images produced for Photograph the Municipal Hall of Teresina, approaching the photograph in the context of the visual studies, exploring it as historical device, as expression canal and as a partner-cultural product. Thus, articulating photographs with the quarrel that perceives the city, in part, being produced by them to be able normatizadores that follow a panóptica rationality, and of another one, by practical the daily ones of uses of the city, that play with perhaps and create "lines of broken escapes". This is a perspective that glimpses the city as a place where the fact and the imagination if establish.

Word-keys: history, city, photograph.

Muitos são os olhares, imagens e discursos construídos sobre a cidade. De acordo com o ângulo escolhido para observá-la, ela pode ser capturada pela ótica da racionalização, do planejamento urbanístico ou pelo consumo ordinário do espaço, feito por seus praticantes. Hoje, as discussões em torno do tema cidade correspondem a um vasto campo de abordagens, sendo percebida não apenas sob o prisma da economia ou da política, mas também por seus aspectos materiais e simbólicos, por sua tradição e modernidade, pelos seus gestos e relatos, por suas cidades visíveis e invisíveis.

* Mestrando em História pela Universidade Federal do Piauí, em cuja condição desenvolve, com auxílio financeiro da CAPES, a pesquisa “A fabricação de subjetividades: sensibilidades e imagens fotográficas da cidade de Teresina no Salão Municipal de Fotografias de 1995 a 2005” da qual esse artigo é um subproduto. E-mail: poetaskladestino@yahoo.com.br.

Esse artigo constrói um caminho teórico, dedicado-se ao mapeamento das possibilidades conceituais para se pensar historicamente a cidade de Teresina a partir da apropriação de fotografias. Procurando explorar a cidade como um campo que incide uma série de discursos, que em parte, tentam normatizar seus espaços através de uma racionalidade panóptica que pressupõe uma ação que produz leis, planos gestores e códigos de postura. E de outra forma, existem as práticas cotidianas de usos da cidade, que se articulam nas dobras, nos seus entremeios, jogando com o acaso e criando linhas que tangenciam as normas. Essa é uma perspectiva que tenta mostrar que a cidade é um lugar complexo, em que o fato e a imaginação se fundem (HARVEY, 1994) e que, para “compreender uma cidade significa colher fragmentos. E lançar entre eles estranhas pontes, por intermédio das quais seja possível encontrar uma pluralidade de significados. Ou de encruzilhadas herméticas” (CANEVACCI, 1993: 35).

Nessa percurso, o caminhante ordinário de Michel de Certeau, não só é o anti-herói que está a vagar pela cidade praticando seus espaços, mas também carrega consigo uma máquina na mão e uma série de idéias na cabeça. Esse caminhante também é um fotógrafo, portanto, um caminhante-fotógrafo, que além de percorrer a cidade deformando o seu mapa e construindo seus percursos, ele também está produzindo sentidos sobre essa cidade no momento de sua caminhada, utilizando-se de seu repertório sensível, sentimental e cultural. Assim,

o homem ordinário é o locutor. Ele é no discurso o ponto de junção entre o sábio e o comum - o retorno do outro (todo o mundo e ninguém) no lugar que dele se havia cuidadosamente distinguido. Uma vez mais, traça ali a ultrapassagem da especialidade pela banalidade, e a recondução do saber a seu pressuposto geral: nada sei de sério. Sou como todo mundo (CERTEAU, 1994: 63).

Antes de seguir a aventura com o caminhante, é necessário tecer algumas observações sobre a construção do espaço urbano, na qual, é tecida pela existência de vetores que constituem as linhas de força da cidade. Sendo alguns desses vetores, o poder institucional (gestores da cidade), os representantes do capitalismo (promotores imobiliários), os saberes científicos (urbanístico e sanitário) e os seres ordinários com suas práticas cotidianas (usos e consumos do espaço). Essas linhas de força se cruzam, se agrupam, se fundem e também produzem bifurcações, tangenciam, desalinham. Essa movimentação de interesses e desejos fabrica e deforma espaços, instaura cenários: constroem uma geografia urbana.

No seu aspecto formal, há uma tentativa de organizar a cidade através de uma racionalidade urbanística, planejada a partir de saberes científicos e legislativos. Essa organização pressupõe uma ação de poderes, que produz escrituras de leis, como planos

gestores e códigos municipais de postura, que normatizam espaços e corpos. Assim, surgem as bases da *Cidade-Conceito* – cartesiana, funcionalista, reta e lisa. Ao passo que atropela todo um patrimônio subjetivo que se constrói ao longo do tempo. A “cidade” instaurada pelo discurso utópico urbanístico é definida pela possibilidade da produção de um espaço próprio, de um não-tempo e da criação de um sujeito universal (CERTEAU, 1994).

Nessa discussão é necessário também perceber o poder como microfísico e perpassando todas as esferas da vida social (FOUCAULT, 1979). Com isso as práticas dos caminhantes ordinários da cidade – pessoas que praticam e vivem a cidade no seu dia a dia e que a subvertem através de suas performances espaciais – constituem-se em ações políticas. Um jogo de poder entre quem administra a cidade e quem pratica seu cotidiano. Uma relação que da contornos a cidade e constitui um embate nada tranqüilo entre essas forças. Nesse ponto de tensão, configuram-se constrangimentos, repressões e resistências na forma de práticas no espaço que vão desde invasões de terras para moradia, ocupações de ruas e calçadas do centro da cidade por camelôs, para vender suas mercadorias contrabandeadas do Paraguai, dentre tantas outras.

Dessa maneira, as ações que ocorrem na cidade promovem intersecções que vão do macro ao microespaço, do poder panóptico aos micropoderes, que envolvem os dois níveis da cidade, o institucional e as práticas cotidianas, ou seja, a ordem molar que corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência; e a ordem molecular, que ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades (GUATTARI; ROLNIK, 1996: 321).

Com isso, não se pretende criar uma pesquisa com base em dualismos, mas tentando mostrar que nos interstícios da cidade existe a produção semântica diversificada. Ao contrapor os discursos gestores e tecnocráticos às práticas de caminhada e de produção de sentido no cotidiano, a intenção é de explorar a produção de sentidos de duas maneiras, na qual, a primeira tem seus processos de subjetivação alicerçados na homogeneização, um investimento na produção de subjetividade seriada, negando a diferença. Já no outro caso, o que se tem é a utilização da imaginação e da invenção para articular movimentações e escolhas, elementos que possibilitam processos de subjetivação heterogêneos e diferenciados. Gilles Deleuze expõe que

um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modos de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda identidade. A subjetividade sequer tem a ver com a “pessoa”: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo

intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder (DELEUZE, 1992: 123).

Porém, na relação que se estabelece entre a cidade planejada e os usos dela, feito por seus habitantes, existe uma incongruência que suscita algumas problemáticas. Desse modo, Gilberto Velho (2002) atenta para os projetos de cidade que são colocados em prática pelos discursos tecnocráticos e empresariais, que articulam saberes científicos e interesses imobiliários. Projetos esses, que têm suas bases calcadas no modelo de modernização empreendido nas cidades européias no século XIX, que em sua maior parte, promoveu políticas de exclusão social e de destruição das “sujeiras” que o passado acumula, produzindo as rugosidades, as nuances, a memória, ou seja, os sentidos produzidos a partir dos fazeres cotidianos das populações. Desse modo,

o planejamento urbano, apoiado em uma engenharia social que ignora ou menospreza a dimensão simbólico-cultural, a experiência e identidades particulares, acaba gerando monstruosidades autoritárias, ainda por cima, ou por isso mesmo, ineficientes. Por outro lado, o culto e a reificação do mercado também atropelam, por sua vez, os interesses e valores de setores e segmentos sociais de menor poder político e econômico (VELHO, 2000: 41).

Engana-se quem pensa que a vida de uma cidade está somente sob a claridade proporcionada pela luz da ciência e dos postes de iluminação; pelo planejamento geométrico dos quarteirões, da linearidade das ruas e avenidas, que de tão retas e longas não se vê o seu fim. Há um esforço para se construir uma cidade do bem estar, para que os indivíduos não se estranhem com os espaços da cidade e que de tempos em tempos ela é novamente atualizada por uma nova utopia urbanística, relegando a escombros e a aterros sanitários, toda uma história microscópica, toda uma produção de sentido e espaços que são referências identitárias para muitas populações.

Esse é um discurso tecnocrático que procura impor um único modo de subjetivação, nesse sentido, excluindo o que acredita ser destoante de seus projetos urbanísticos, dos seus modelos de habitação e da ocupação do espaço urbano. Por outro lado, “o que torna a cidade habitável não é tanto sua transparência utilitária e tecnocrática, mas antes a opaca ambivalência de suas estranhezas” (CERTEAU, 1996: 191). Mais precisamente, são as diversas apropriações subjetivas dos espaços que fazem fervilhar suas possibilidades.

Enfatizando a discussão que privilegia a cidade pelas linhas que se movimentam ao deformar e subverter a faceta geométrica da cidade, encontra ressonância em David Harvey. Assim, ao se apropriar de Jonathan Raban para discutir a condição das cidades na pós-modernidade ele explica:

Ao suposto domínio do planejamento racional, Raban opôs a imagem da cidade como uma “enciclopédia” ou “empório de estilos”, em que todo o sentido de hierarquia e até de homogeneidade de valores estava em vias de dissolução. O morador da cidade não era, dizia ele, alguém necessariamente dedicado a racionalidade matemática (ao contrário do que presumia muitos sociólogos); a cidade parecia mais um teatro, uma série de palcos em que os indivíduos podiam operar sua própria magia distintiva enquanto representava uma multiplicidade de papéis (HARVEY, 1990 : 15).

Desse modo, seguindo um percurso, existem várias portas, janelas e senhas para se acessar a cidade. Janice Caiafa (2002) em suas jornadas urbanas preferiu a janela, mas não qualquer janela, mais precisamente uma que estivesse em movimento. Para discutir a cidade do Rio de Janeiro e suas subjetividades, a autora observa a cidade através de uma de suas melhores formas, pela janela do ônibus, tanto pelo fato dele estar em movimento e possibilitar um olhar circular, que passeia e está de passagem por vários lugares, como por estar na janela, já que a “janela” configura o lugar onde geralmente se encontra uma testemunha ocular que a tudo observa, muitas vezes, sem ser vista. É precisamente do lugar de quem pesquisa circulando pela cidade, que ela expõe:

O transporte coletivo realiza o que talvez seja a força mais marcante da cidade: a dispersão. As cidades surgem produzindo um espaço de circulação. Pra além das casas familiares, a rua abriga desde o início nas cidades os encontros com estranhos, o contágio de idéias e doenças, a mistura que vem com o acesso aos lugares e a ocupação do espaço público (CAIAFA, 2002, 18).

Seguindo o exemplo de Janice Caiafa, a escolha feita por essa pesquisa para acessar a cidade de Teresina, foi através das fotografias do acervo do Salão Municipal de Fotografia, do período que vai de 1995 a 2005. O Salão é um evento anual do calendário de atividades da Secretaria de Cultura do município - Fundação Monsenhor Chaves, que existe desde 1995. Além da exposição de fotografias de profissionais e amadores, o evento ainda promove atividades e discussões em torno das práticas fotográficas. Assim, a pesquisa mergulha na cidade de Teresina pelo consumo do visível feito por seus habitantes, caminhantes anônimos da cidade, que em seguida é convertido em imagens fotográficas. Entendendo que o consumo do visível, é o consumo da plasticidade do cotidiano. Um consumo do capital informacional que constitui a geografia urbana. Ou seja, tudo o que o olho pode alcançar e decodificar pelo repertório pessoal de cada um.

Com isso, observando a cidade de Teresina para além da perspectiva geométrica de um *tabuleiro de xadrez*¹, é possível perceber que ela se apresenta como um texto metafórico e

¹ A discussão entorno do traçado das cidades conhecido como *tabuleiro de xadrez* diz respeito a uma proposta de planejamento urbano retilíneo e objetivista, que emergiu na história das cidades, no período da administração de Haussmann na França no século XIX. Essa imagem da cidade de Teresina pode ser percebida em mapas que datam da década de 1920. (NASCIMENTO, 2002).

metamórfico, com passagens secretas, atalhos e vários andares recheados de significados e ambigüidades. Nesse momento, a cidade está sendo percebida a partir de Michel de Certeau, quando se remete que ela se inventa nas práticas de seus caminhantes, para além da *Cidade-Conceito*² e do olhar *panóptico* do poder, possibilitando a construção de práticas e discursos nas curvas da ordem disciplinar. Assim,

mais “embaixo” (down), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, cujo corpo obedece aos cheiros e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem (CERTEAU, 1994, 171).

Esse caminhante, cidadão comum e anônimo, que não pertence à história dos nomes próprios, é o centro desta discussão sobre cidade. Um consumidor compulsivo de tudo, principalmente um consumidor sinestésico, uma vez que é através dos cinco sentidos que se conhece uma cidade. São através deles que se compõem as cidades particulares com gostos, sons, cores, formas e superfícies específicas que só cada um dos sujeitos percebem. Uma cidade é sentida e conhecida com o corpo inteiro, ao ponto dela habitar os corpos de seus habitantes, e o fazer de modo diferenciado em cada um, pois os percursos pessoais na cidade também são diferenciados.

A própria cidade multifacetada e de muitas vias, instiga em seus habitantes o uso dos sentidos para conhecê-la, decifrá-la e inventar outras da mesma. Os sentidos são os instrumentos naturais que o caminhante tem pra fazer suas travessias sobre os cálculos urbanísticos. Em uma cidade os sentidos também são as chaves pra acessar portas de muitas saídas. Porém, essa pesquisa escolheu captá-la pelo sentido da visão, pela construção cultural da forma pela qual os habitantes de Teresina subjetivam-na e a fabricam imagetivamente.

Relacionando cidade, fotografia e subjetividade, a cidade é pensada como um emaranhado de signos, onde se somam informações de temporalidades diferentes coexistindo simultaneamente no mesmo espaço. Não existindo uma separação entre passado e presente, apenas o agora, uma geografia imagética, uma topografia de sensibilidades costurada de significações históricas. Dessa forma, têm-se um tecido visual, que apreende a linguagem verbal e não-verbal. Essa é uma abordagem que captura ao mesmo tempo duas perspectivas pós-modernistas: a urbana e a do olho, como um dos sentidos mais exigidos para se guiar nesse empório de estilos que é a cidade.

² A organização funcionalista, privilegiando o progresso (tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não-pensado de uma tecnologia científica e política. Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de investigações mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade. (CERTEAU, 1994: 174).

Esse olhar pós-moderno a respeito do tecido urbano, diferencia-se do planejamento urbano modernista, pois ao contrário destes, os projetos pós-modernistas enxergam o tecido urbano como fragmentado e alinhando-se ao conceito de bricolagem, eles vislumbram o ecletismo, a heterogeneidade, ou seja, a sobreposição de traços arquitetônicos de diferentes momentos históricos, possibilitando que o tecido urbano tenha uma visualidade plural, rica em informações para o olho (HARVEY, 1994).

Assim, é através do uso e do consumo dos espaços urbanos pelos caminhantes – que tem como característica suas astúcias, seu esfrelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, que a cidade torna-se um lugar possível, um lugar praticado (CERTEAU, 1994). E embora exista uma malha de poderes espalhados por todos os espaços para *vigiar e punir* (FOUCAULT, 1987), a vida no cotidiano não se resume à obediência e à docilidade. Pois é nele que determinadas práticas afloram desafiando poderes e é pegando carona no caminhante-fotógrafo que se faz possível perceber um movimento de escape e de produção de sentidos, já que eles se utilizam das táticas e diferentemente das estratégias que

graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem (...). As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre movimentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc (CERTEAU, 1994: 102).

O caminhante-fotógrafo ordinário é um experimentador sensível do que está ao seu redor, do que lhe atravessa e lhe punge, um consumidor atento a tudo que está a sua volta – imagens, signos, espaços da cidade, pessoas – processando informações e lendo a cidade, construindo dessa forma sua subjetividade e desenvolvendo seus modos de existir. Nesse sentido,

a subjetividade não se situa no campo individual, seu campo é o de todos os processos de produção social e material. O que se poderia dizer, usando a linguagem da informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidades, etc. – sistemas que não têm nada a ver com categorias naturais universais (GUATTARI; ROLNIK, 1996: 32).

Na perspectiva de Felix Guattari a cidade é um espaço de experimentação subjetiva, palco de muitos processos de subjetivação e é precisamente no cotidiano da cidade, no qual acontecem as *artes de fazer*; as ações ordinárias de quem a vive e a consome na sua

profundidade, desenvolvendo dinâmicas que ultrapassam a organização racionalista e progressista de uma utopia urbana. O que estabelece deslocamentos no que se constitui como norma e padrão, justamente por que os fluxos que atravessam a cidade não são passíveis de serem aprisionados. É por esses motivos que a cidade é rede, multiplicação, fluidez, escape, dispersão. Metáforas que demonstram sua maleabilidade. Sendo assim,

a função subjetiva das cidades consiste precisamente nesse trabalho com o desejo deflagrado pelas engrenagens urbanas. Ao partilharmos o espaço da cidade com outros, ao visitarmos seus edifícios, ao circularmos por suas vias, somos constantemente mobilizados ou interpelados. De uma forma complexa, os processos urbanos funcionam como fatores de subjetivação (CAIAFA, 2002: 37).

São essas movimentações, esse trânsito das pessoas que promovem as mais variadas combinações que acontecem nas cidades, que permitem a inscrição de vários textos em seu corpo fragmentado. Implicando associações como, por exemplo, entre cidade e capital, cidade e campo, cidade e religião, cidade e corpo, além das representações simbólicas dos diversos grupos sociais que a constituem. O que faz dela um emaranhado de símbolos e signos: um tecido informacional que perpassa os níveis materiais, simbólicos, visuais e semânticos.

A cidade se constitui como uma série de textos à medida que a construção dos seus espaços, dos símbolos e signos que a compõem, são realizados através das práticas de seus habitantes ao longo do tempo. Dessa forma, há na cidade semânticas históricas, que faz o passado ressoar no presente, mantendo em si os aspectos da tradição e da modernidade. Assim como, uma constante atualização dos sentidos que são produzidos tanto no cotidiano de suas ruas, como nos escritórios de gestores, arquitetos e outros cientistas. Assim a cidade vai se (re)construindo a partir do que se diz sobre ela (diversos discursos: médico-sanitarista, urbanista, os gestores, os diversos saberes etc.) e do que se pode ler dela (a sua paisagem, a sua organização espacial, os usos feitos no seu espaço, a comunicação urbana que compõe a sua visualidade, os seus códigos e signos, etc).

Desse modo, tomam-se aqui as *bifurcações*³ de Jorge Luis Borges (2001), apropriadas por Gilles Deleuze (1991), de empréstimo para essa discussão, como pontos nevrálgicos, momentos de escolha ou fuga, desdobramentos em tempo e espaço, históricos ou de percurso. A possibilidade em aberto, dizendo de outra forma, escolher um caminho sabendo da existência de outros, tão opacos quanto o escolhido, sob pena de mais adiante retornar ao ponto de partida. Portanto, são os itinerários construídos na e pela cidade; possibilidades de bifurcações e atalhos. A esse percurso Ítalo Calvino acrescenta que, as cidades também

³ O termo bifurcação é referente ao conto de Jorge Luís Borges “Jardim de veredas que se bifurcam”. Ver BORGES, Jorge Luís. O jardim de veredas que se bifurcam. In: *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas (2003: 46).

Recorrendo a exemplos na literatura, Ítalo Calvino é um autor que elege personagens para construir as narrativas de suas cidades fantásticas. Um deles é Marco Pólo (CALVINO, 2003), um sujeito de nome próprio, aventureiro dos sete mares e dos cinco continentes, homem do mundo, contador de grandes histórias e inventor das invisíveis cidades venezianas. Este contrasta com outro que também tem olhos para cidades invisíveis, Marcovaldo (CALVINO, 1994), caminhante anônimo, inocente e melancólico, que viaja pela cidade a procura do inusitado, percorrendo suas estações anuais, caminhando por seus andares, procurando enxergar outros habitantes, também anônimos: as formigas, os escaravelhos, as minhocas, os fungos, etc. O seu olhar procura o campo na cidade, os detalhes minúsculos, negligenciando o asfalto, os arranhásseis e os semáforos.

Marco Polo inventa cidades a partir de aventuras, cidades fantásticas que se sobressaem a “original”, no caso Veneza. As suas cidades são como as cidades em que a cada viagem ele aporta seu navio. Uma série de cidades que constituem relatos de viagem, que são anotadas em seu diário de bordo. Cidades que estão no enredo de uma epopéia. Mas Marcovaldo, diferente de Marco Pólo, é ingênuo e está sempre a procura de coisas simples. Ele se aventura pela cidade à procura de sensações, de gostos e direciona seu consumo para as coisas miúdas como, por exemplo: nos cogumelos que nascem na parada de ônibus, no comportamento dos gatos, nos pombos da praça, na brisa da noite. Ele procura e encontra uma cidade provinciana em plena metrópole.

Esses personagens de Ítalo Calvino, demonstram que existem diversas cidades em uma mesma, e que estas, triunfam sobre os mapas, sobre os cálculos matemáticos e sobre as escrituras da lei. Aonde se demarcam um território com proibições, eles inventam uma travessia, utilizando-se dos passos, dos relatos e dos olhares. Tal como a cidade,

a história não é como um castelo, com sua torre central, de onde um sujeito soberano a pode visualizar em seu devir e pode tomar as decisões que vão mudar o seu rumo. A história é como um labirinto de corredores e portas contíguas, aparentemente todas semelhantes, mas que dependendo da porta que o sujeito pretende abrir, pode estar provocando um desvio, deslizamento para um outro porvir (ALBUQUERQUE JR, 2004: 21).

As manifestações de cidades invisíveis apresentadas por Ítalo Calvino, através de Marco Pólo e Marcovaldo, demonstra que para observar a cidade na perspectiva de suas subjetividades, torna-se necessário imaginá-la

como um universo dissonante e pluralista, mundo do perspectivo nietzschiano onde já não se trata de múltiplos pontos de vista sobre a mesma coexistência de cidadãos, mas múltiplas cidades em cada ponto de vista, unidos por uma distância e ressoando por suas divergências (PELBART, 2000, 48).

A partir da fala de Peter Pal Pelbart, o que pode ser dito é que são as diversas linhas e fluxos que ao se atravessarem dão corpo ao tecido urbano. Imaginando a cidade a partir dessas linhas, é possível escolher duas delas, uma do tipo macroespacial e outra do tipo microespacial. Assim, ao observar um mapa o que se vê é um panorama totalizante e redutor, um discurso científico. Em um mapa, não se enxerga os detalhes e são esses, os percursos, as invenções da cultura ordinária, os itinerários e os relatos. No entanto, um percurso também é um relato de viagem: “histórias de caminhadas e gestas são marcadas pela ‘citação’ dos lugares que daí resultam ou que as autoriza” (CERTEAU, 1994: 205). Tomando essa discussão como provocação, foi fabricada uma imagem, na qual, pudesse ser explorado a cidade como um campo de flutuação semântica, conceito esse, que será desenvolvido no decorrer do texto:



Figura 1: sobre o mapa: percursos (linhas aleatórias traçadas sobre parte do mapa da cidade de Teresina, retirado do catálogo telefônico).

Assim, a utilização dessa imagem tem por intenção esclarecer que existe uma necessária incongruência entre o discurso urbanista - expresso nas linhas do mapa - e os passos delinquentes - representados pelas linhas aleatórias que se sobrepõem ao mapa - que reescrevem diariamente a cidade, mas que na produção de sentidos no cotidiano não se eliminam, pelo contrário, são essas incongruências, que constituem a dinâmica da cidade, uma se amalgamando na outra sem se excluírem, sem constituir um dualismo excludente.

A partir dessa imagem é possível perceber as linhas retas e planejadas da cidade, o formato retilíneo e organizada geometricamente no mapa. Esse é o correlato das linhas molares – corresponde ao trabalho das pessoas que planejam e organizam o espaço urbano,

esse é o papel dos gestores e dos urbanistas. Mas sobre o mapa, existe uma série de traços aleatórios que não respeitam suas delimitações espaciais. Esses são os percursos feitos pelos caminhantes, e em especial, pelo caminhante-fotógrafo, que se locomove sem um manual, e seguem o seu desejo, deformando esses espaços organizados. Já esses, coincidem com as linhas molares, flexíveis e móveis.

Observa-se, portanto, que existem discursos que instituem e territorializam a cidade e usos e práticas que a desterritorializa. Há uma dupla produção de sentidos acontecendo na cidade, na qual, uma não exclui a outra, mas se complementam, no entanto, essa não é uma relação tranqüila. A todo o momento há um embate de força, existe uma relação de choque de poderes, de um, que institui e, do outro, que desobedece. Assim, a combinação entre os conceitos de Félix Guattari (1996), molar e molecular, e os de Michel de Certeau (1994), estratégias e táticas, convergem para que se possa desenhar a cidade como um campo de flutuação semântica, no qual se produzem sentidos, tanto no macro como nos microespaços. Logo, os dois planos, um molar e o outro molecular, se atravessam, se alinham e também se desalinham, ora se atraindo ou se repelindo, não provocando de forma alguma, um maniqueísmo dos opostos. Mas pelo contrário, eles se somam e constroem uma realidade heterogênea, que não exclui nenhuma das linhas que constroem o tecido urbano, e nem as produções de sentidos que ocorrem nesses diversos espaços e instâncias. A esse campo de possibilidades em aberto é o que está sendo chamado de campo de flutuação semântica.

Um outro ângulo pelo qual essa discussão pode ser observada é através da produção imagética feita a partir do consumo do visível da cidade de Teresina. Para isso, duas fotografias foram escolhidas, ambas de fotógrafos que participaram do IX Salão Municipal de Fotografia no ano de 2003. Elas somam-se, com a imagem anterior e com os conceitos usados até aqui para reiterar a discussão que compreende a cidade como campo de flutuação semântica. Saltando-se para fora dos mapas e percursos, do espaço material, para o interior das imagens e de suas subjetividades.

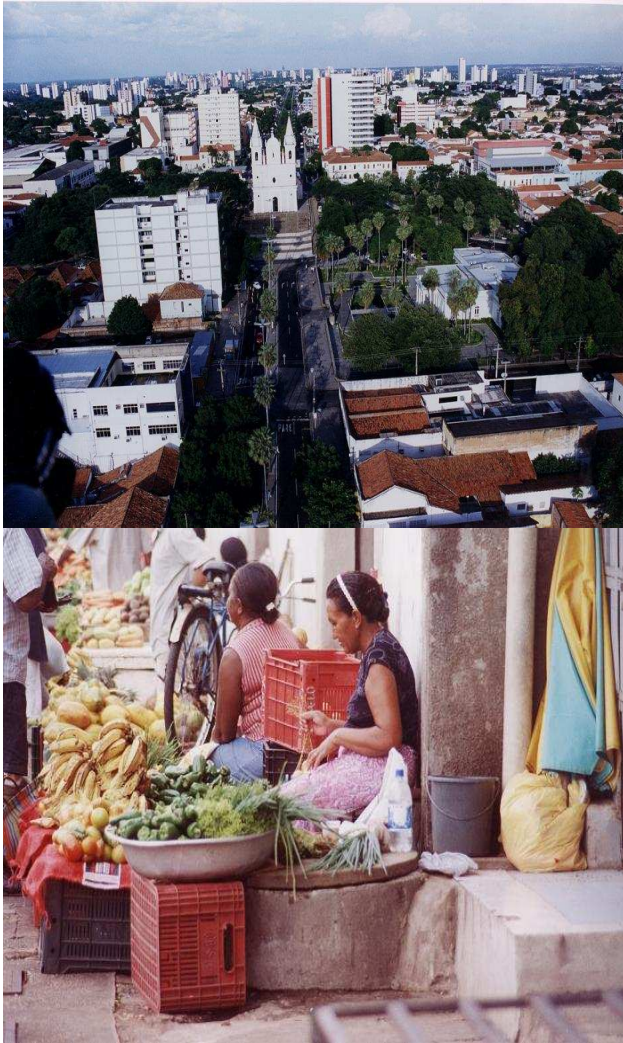


Foto 01

IX Salão Municipal de Fotografia – 2003

Foto 02

Logo, observando a Fotografia de número 01, percebe-se que ela coincide com o discurso de cidade futuro, slogan utilizado pela prefeitura da cidade de Teresina por oito anos, de 1997 a 2004, correspondente ao período de produção das duas imagens. Porém, vê-se no horizonte despontar os prédios e a cidade se construindo verticalmente; também o de cidade verde, já que pode se ver do alto os espaços de verde e a igreja São Benedito ao centro como um forte marco identitário da cidade. Todos esses são discursos instituídos e que instituem e territorializam a cidade de Teresina, dando a ver justamente o que caracteriza a sua visibilidade, enquanto cidade visível.

Diferente da primeira, a segunda fotografia é uma imagem da microscopia urbana, um fragmento que demonstra uma cidade sendo usada, no caso, pessoas ocupando as calçadas não para caminhar ou se locomover, mas para montar nelas o seu negócio, para retirar das calçadas o seu sustento, vendendo em suas barracas verduras e frutas. Essa imagem, trás

muito mais cores que a outra, e ao olhar aquelas frutas e verduras, pode-se até imaginar o cheiro delas. Essa segunda é uma cidade humanizada, uma cidade do uso e do cotidiano, onde há sempre transformações, pois pode acontecer de amanhã essas pessoas não mais estarem nesse lugar, por conta da fiscalização da prefeitura e assim elas tem que se deslocar para um outro lugar. Diferente da primeira imagem que é fixa e sabe-se que a igreja São Benedito estará sempre no mesmo lugar, talvez com lentas mudanças no horizonte, que para muitos indica “desenvolvimento”.

Assim, diante das imagens expostas, é possível distinguir no conjunto das fotografias do Salão duas séries distintas de imagens, como já foi sinalizada: a primeira, representada pela Fotografia 1, consubstanciada em visões panorâmicas da cidade, privilegiando a arquitetura, as características naturais e geográficas, ou seja, os signos de uma identidade que a fixa na sua história, expressando a noção imagética da cidade visível: nessas fotografias não há sujeitos. Esse modo de ver a cidade recorre tematicamente aos cartões-postais e aos livros de fotografias sobre Teresina. Ou seja, como explica Michel de Certeau a Cidade-Conceito, instituída e territorializada: referência de uma utopia urbanística. Na segunda série, na qual, se enquadra a Fotografia 2, a perspectiva é a do fotógrafo que se embrenha pelos interstícios da cidade praticada, ao mirar sua lente nos sujeitos em pleno ato subversivo de uso e de interferência nos espaços urbanisticamente planejados.

Essas imagens correspondem a modos de consumir o visível, embora antagônicos. Assim, como na imagem que retrata que os percursos são diferentes do mapa, elas também não se excluem, tendo em vista que são modos diferentes de subjetivação da cidade e conseqüentemente, de produção de sentidos. O que mostra a existência, de pelo menos, duas maneiras de construir imageticamente a cidade de Teresina, duas perspectivas de consumo e dois modos diferentes de lidar com o tempo. Visto que, na primeira imagem configura-se a tentativa de contenção do tempo, apanhando apenas imagens de uma cidade imutável, e ainda, lamentando pelas mudanças que se opera com o passar do tempo, pela própria interferência dos sujeitos em seus espaços, como: a destruição dos antigos casarões para a construção dos estacionamentos e a ocupação das ruas e calçadas do centro por camelôs e verdureiros, que interferem na “ordem” da cidade. A outra, é a que corresponde à cidade como espaço de experimentação subjetiva. Compreendendo que é no cotidiano da cidade que acontecem as *artes de fazer*; as ações ordinárias de quem a vive e a consome na sua profundidade, desenvolvendo dinâmicas que ultrapassam a organização racionalista e progressista de uma utopia urbana.

Observando que existe uma incongruência entre a perspectiva de mapa e a de percurso, e uma provável diferenciação na fabricação das imagens sobre a cidade de Teresina, o que se pretende afirmar é que a partir dos exemplos imagéticos apresentados, existem diferentes modos de subjetivar a cidade, nesse caso, pelo menos dois. Tomando as duas fotografias em comparação, pode se dizer que uma é do tipo molar, na qual está presente uma subjetividade territorializada, mapeada, mais próxima da cidade visível. A outra, é uma fotografia do tipo molecular, que apresenta uma subjetividade pertencente ao micro, aos percursos e relatos imperceptíveis, esta, mais próxima das cidades invisíveis, tendo em vista, que invisíveis, são as cidades particulares, sentidas e construídas por cada um, a cidade que pertence ao universo da imaginação e da invenção.

É precisamente da configuração proposta a partir dos conceitos citados, que a cidade pode ser percebida como um campo de flutuação semântica; um campo de produção de sentidos variados, que se dá pelo entrelaçamento de todos os níveis de ação no seu espaço. Fazendo emergir uma malha substancial de informações e significados. Mostrando que para além de um dualismo entre o material e o simbólico, entre o visível e o invisível, a cidade é o lugar que aglutina diversas práticas e olhares; misturas que expressam a própria constituição das suas subjetividades e dos processos de subjetivação.

Referências

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **No castelo da história só há processos e metamorfoses, sem veredicto final**. In: PASSETTI, Edson (Org.). Cotia – São Paulo: Atelier Editorial, 2004.

BORGES, Jorge Luís. O jardim de veredas que se bifurcam. In: **Ficções**. Trad. Carlos Nejar. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

CAIAFA, Janice. **Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainard. Rio de Janeiro: O Globo. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

_____. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. Os fantasmas da cidade. In: **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

_____. Impossibilidade, individualidade, liberdade. In: **A dobra**: Leibniz e o barroco. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade dos sonhos. In: **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio**: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

VELHO, Gilberto. Antropologia e cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **Cidade, História e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, p. 36-4, 2002.

A Contribuição do Art déco na Construção da Identidade Urbana de Goiânia

Carla Lopes Garcia

Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – UFG-GO

Goiânia é de fato senhora no porvir de um dos mais belos destinos das cidades brasileiras. Goiânia seria a própria antítese de Goiás. Todo passado esculpido eternamente na velha capital seria projetado, a passos largos, rumo ao futuro com a construção de Goiânia. (Chaul, pg.81,1988)

Nesse momento, começo do século passado, onde idéias de progresso dinamizada pelo nacionalismo e influenciada pelos ideários internacionais tomam forças para consolidar uma época em que o Brasil caminhava a passos largos rumo a centralização do poder mas também experimentava momentos de crise política no país e no mundo. Goiânia nesse nível era representativo espelho da política Vargas rumo ao futuro com a construção de Goiânia. Vários eram os motivos técnicos que vinham sendo levantados desde o século XVIII para justificar a mudança da capital da cidade de Goiás.

Os motivos destacados foram a impossibilidade da implantação de rede de água e esgoto em detrimento de um terreno irregular que dificultava a expansão e o crescimento da antiga capital de Goiás, apesar desses motivos, o que realmente definiu a transferência da capital foram exclusivamente motivos políticos e econômicos. A nova localidade estava situada no portal de entrada da marcha para o oeste, caminho que representava conquista de desenvolvimento e a possibilidade de novas oligarquias econômicas tomarem também o poder político, significando exorcizar anos de atraso, inserindo Goiânia a modernidade.

Idealizada pelo então interventor Pedro Ludovico Teixeira e projetada pelo Arquiteto Atílio Correa Lima e Augusto de Gódoi, surge na década de 30, século XX, Goiânia.

Construída sob alicerces futuristas desenvolvimentistas, estadistas e monumentalistas, representativos de elementos que sugerem o nascimento de uma nova identidade urbana. Prôpos-se uma arquitetura arrojada, moderna e que representasse através dos seus signos todo ideário de desenvolvimento, evolução e poder, planejados por Pedro Ludovico Teixeira.

Surgia o art Déco que muito mais que um estilo arquitetônico, nascido na França e implantado no Brasil, conseguia de forma vitoriosa, através de seu designer cosmopolita refletir uma identidade de poder imprimida na construção dos prédios públicos de Goiânia.

O Art déco teve seu início na exposição das artes decorativas e industriais modernas, em Abril de 1925, em Paris na França. Inicialmente ligada mais ao design, chega a arquitetura com uma proposta de reformulação dos conceitos estéticos impostos pelo art nouveau e pelo ecletismo em contraposição ao Bahaus (desenho proposto pela escola alemã de estilo racional). Sendo um estilo francês ao art déco propões junto ao modernismo o aprimoramento da arquitetura em relação aos signos políticos e ideológicos de forma estética transmitindo monumentalidade e poder.

Foram estas características que ajudaram a construir em Goiânia uma identidade urbana moderna, imponente, inserindo Goiás ao mundo, através da construção da nova capital Goiânia.

A identidade de uma cidade e a visibilidade de suas características são justamente o que torna uma cidade-muitas vezes sem que percebamos de foram consciente mais presente no imaginário das pessoas. (Dossiê de Tombamento,p.23,2004)

Uma preocupação primordial na definição de uma cidade de ser a manutenção em certa medida, de seu passado arquitetônico e urbanístico ao longo da história, despertando a conscientização na preservação desse patrimônio através da população.

Propõe-se mostrar o estilo art déco como influenciador cultural na identidade urbana, mostrando sua importância e contribuição na construção da capital.

O cidadão está umbilicalmente ao eu local de origem, que são laços impossíveis de serem desfeitos pois lhe são introjetados emocionalmente e culturalmente.

O cidadão assimila características de seu habitat, reconhecendo naquilo que é seu sua identidade que se constrói através da história e memórias que conectam seu presente ao passado e imagens que são construídas a propósito dele.

O estilo art déco representava para o centro do poder, da versão mais acabada de desenvolvimento ou mesmo de progresso e ainda traduzia signos de monumentalidade imprimindo aos prédios públicos a proporção exata de poder local em que se instalava.

Apesar de ser um estilo criado por franceses, com conceitos estéticos e decorativos, o mesmo proporcionou a realização através do projeto de construção urbana uma arquitetura que transmitia os desejos das oligarquias políticas goianas através da representação de uma cidade rumo ao crescimento e desenvolvimento embasadas em ideais revolucionários da época.

A integração a entre individuo e cidade é justamente o elo que liga o passado ao futuro, através da memória representada por símbolos que traduzem mudanças na história publica da cidade. Propõe-se que esta integração entre individuo, monumento e história, possam ser

restauradas, através da promoção e divulgação da história goiana entre a geração presente e futura, formando cidadãos conscientes de sua história.

Nesse contexto de importância histórica, Goiânia desponta como capital art déco no Brasil, com seus 147 edifícios art déco, comparados aos edifícios art déco de Copacabana, no Centro de São Paulo e de Belo Horizonte.

O que nos chama a atenção é observar que Goiânia foi a única cidade do país fundada no ápice do movimento. Ressalta-se a importância de ter-se apropriado o poder público desse estilo como forma de criar uma imagem de renovação numa região esquecida pelo resto do país, uma vez que a arquitetura art déco adotada no Brasil coincide com uma época em que o país experimentou um enorme crescimento econômico.

Goiânia, então, foi reconhecida e tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional) em 2002. Como patrimônio nacional do acervo construído em estilo art déco de Goiânia, entre os maiores representantes do art déco na cidade estão as edificações do Teatro Goiânia, o Museu Pedro Ludovico Teixeira. O conjunto arquitetônico da praça cívica, a Estação Ferroviária, a Mureta do Lago das Rosas e a capela do Colégio Ateneu Dom Bosco, ao todo são 22 prédios tombados pelo IPHAN.

Mas, por que ressaltar a importância desse estilo na construção da identidade urbana de Goiânia? Este estilo está ligado à construção da capital goiana como cidade moderna, poderosa, monumental e imponente, assumindo uma identidade moderna, rumo ao futuro através do Art déco, criando um elo de ligação do Brasil com o mundo.

No, entanto, apesar de ser uma cidade projetada para o futuro, Goiânia resente-se da falta de uma memória própria e herança histórico cultural, a falta de conhecimento e reconhecimento por parte dos seus torna a cidade desvinculada de sua herança e identidade, forjada na monumentalidade e progresso. O cidadão precisa reconhecer e apropriar-se de sua história e identidade, através do conhecimento de preservação desses bens culturais como parte importante e contributiva na formação da identidade urbana, integrando espaço urbano e cidadão.

Assim como pessoas assimilam características de sua família também assume características de seu habitat, ou seja, do lugar onde mora, de sua cidade, traços que vão definindo estilos, maneiras de agir e se firmar como cidadão de um lugar, criando um espaço coletivo forjado em uma identidade coletiva.

Entretanto, configurar a imagem de uma cidade é tarefa que não se realiza de forma rápida. Geralmente, são necessárias décadas, muitas vezes séculos, outras ainda milênios, até que uma cidade encontre sua verdadeira vocação, descubra-se na sua forma integrada ao sítio.

Assim uma preocupação primordial na definição da identidade de uma cidade deve ser a manutenção em certa medida de seu passado arquitetônico e urbanístico.

Bibliografia:

VEIGA, Henrique Luis. A Beleza Art déco.Revista Economia e desenvolvimento.Goiânia: nº11.Abril/Junho de 2003 p.45

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de.Imagens e Mudança Cultural em Goiânia/Eliezer Cardoso de Oliveira.Dissertação de Mestrado,243p., Goiânia,1999.

PALACÍN, Luís – Quatro tempos de Ideologia em Goiás- História, Cerne,1986.Goiânia, 94p. Goiânia art déco: Acervo arquitetônico e urbanístico- dossiê de tombamento. Org. de Celina Fernandes de Almeida Manso- Goiânia: Seplan,2004 v.01., 84 p,II.

CHAUL, Nasr n. Fayad. A construção de Goiânia e a Transferência da Capital. Goiânia, Centro editorial e gráfico da UFG,.1988.174p.

FEMININO: REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM MAFALDA

Julieta Vilela Garcia*

RESUMO:

Pensando a História e sua escrita, através dos discursos, da sua materialidade e das diversas instâncias da existência humana, notamos que a representação é muitas vezes, arbitrária, indeterminada e ligada a relações de cultura e poder. Dentro dessa perspectiva, as Histórias em Quadrinhos, como representação histórica dos anos 1960 tem em Mafalda uma fonte, cuja interpretação, de uma leitura que não se pretende única, reflete os efeitos de sentidos produzidos, muitas vezes fixados e limitados acerca da mulher, o que impede a construção de uma nova história. A análise de enunciados e de acontecimentos discursivos nos faz pensar os entremeios e o não-dito. A proposta é contribuir nos estudos do gênero, da construção da identidade, do poder e do imaginário, acerca dos movimentos sociais, com base no recorte da história das mulheres.

Palavras-chave: História, identidade, poder

ABSTRACT:

Thinking about the History and its writing, although from the speeches, its materiality and the several instance of human existence, we noticed that representation is in the most of time, arbitrary, indeterminate and tied for culture and power relations. Inside of this perspective, the HQ (comics), like a history representation from the years 1960, has in Mafalda, a document to lead a research. The interpretation, from a reading that doesn't have the goal to be single, reflect the meaning effects produced, many times fixed and limited about the women, that avoid the elaboration from de new history. The analysis of the enunciation and discursive events make us thinking in the insertions and what is not declared.

Key- words: History, identity, power

Pensando a História e sua escrita, através dos discursos, da sua materialidade e das diversas instâncias da existência humana, nota-se que a representação, se mostra, muitas vezes, arbitrária, indeterminada e ligada a relações de poder. Dentro dessa perspectiva, as Histórias em Quadrinhos, como representação histórica dos anos 1960, tem em Mafalda uma fonte, cuja interpretação, de uma leitura que não se pretende única, reflete os efeitos de sentidos produzidos, muitas vezes fixados e limitados acerca da mulher, o que impede a construção de uma nova história.

A partir de alguns conceitos teóricos da Análise do Discurso, busca-se delimitar o fenômeno discursivo através desta teoria, evidenciando uma metodologia e sua aplicação com

* Universidade Federal de Goiás (UFG) - Graduada em Letras - Bacharelado em Língua Portuguesa e Lingüística

base na análise interpretativa do *corpus*, constituído de uma seleção extraída do compêndio *Toda a Mafalda* (QUINO,1993).

A análise gira em torno dos efeitos de sentidos entre as palavras e a relação com determinada formação discursiva, podendo trazer diferentes sentidos. O que significa analisar os fenômenos não tencionando achar um sentido único e verdadeiro, mas sim, as possibilidades de sentido que podem ser materializadas no texto, através das (re)significações.

Para tanto, a metodologia interpretativa de uma trajetória de reflexão proposta a pesquisa, se baseou na noção de discursos e efeitos de sentido de Pêcheux (1988), na formação discursiva de Foucault (1995) na concepção de ideologia de Althusser (1987), na questão da heterogeneidade discursiva proposta por Authier-Revuz (2004) e aos estudos de Eni Orlandi, dentre outros.

A proposta visa contribuir nos estudos do gênero, da construção da identidade, do poder e do imaginário, acerca dos movimentos sociais, com base no recorte da história das mulheres, cujos enunciados e o acontecimento discursivo nos faz pensar os entremeios e o não-dito.

A Análise do Discurso (AD) que tem por base o estruturalismo em sua primeira orientação filosófica foi inserida no contexto científico, segundo Maingueneau (1997), pelos formalistas russos que abriram espaço para os estudos da linguagem, e, num segundo momento, levaram ao discurso.

Atualmente, a AD atua nos diversos campos discursivos, não se prendendo mais à antiga postura de “engajamento” político-social, mesmo que, para Pêcheux, seu fundador, seja difícil consolidar uma separação entre a teoria e a política.

Em síntese as categorias de análise e os procedimentos da AD de linha francesa que suportarão este artigo, cujo foco é a análise das tiras do cartunista Quino (as tiras da personagem Mafalda)¹.

As categorias de análise na AD são na verdade o que determina o suporte técnico e a forma material dos estudos do discurso nesta disciplina, facilitando os procedimentos de análise, que nos leva ao processo de significação do discurso e sua regularidade. Tomadas em pares: texto e discurso, ideologia e sujeito, formações discursivas e ideológicas, intertextualidade e interdiscurso, apenas os conceitos mais importantes serão ressaltados.

Para AD o texto é uma unidade de análise, cujo autor encontra-se em sua origem, lhe dando coerência e determinando sua finalidade. Ao ser tratada como um discurso, essa

¹ A perspectiva teórica da qual enunciamos, corresponde a um período histórico ditatorial, cuja censura, estava em alta. Mafalda começou a ser escrita em meados de 1960 até 1970 e no Brasil foi publicada até 1980.

unidade se transforma em um objeto simbólico, sujeito a diversas possibilidades de leituras em diferentes momentos e em condições distintas.

No discurso, trabalhamos os vestígios dos implícitos com “formas lingüísticas encarnadas no mundo, significando os sentidos e os sujeitos e significando-se pelos sujeitos que as praticam” (ORLANDI, 2001, p. 63). O discurso é em si essa materialidade do texto, do simbólico, regulado pela memória, monumento que evoca sentidos e valores, encontrando na interpretação as possibilidades de se significar.

Através dos discursos escapa o que denominamos ideologia. Althusser (Pêcheux, 1988, p. 148) afirma que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeito* (grifo do autor), melhor dizendo, ela “só existe pelo sujeito e para sujeitos”. Isto é, a ideologia é um conjunto de idéias que subsistem no sujeito, na consciência, na crença, nos atos e subsistem devido a sua prática. A ideologia faz com que um indivíduo conduza desta ou daquela forma, adote este ou aquele comportamento, o que nos leva a crer que as práticas existem nos atos materiais, na escrita por exemplo. Muitas vezes, essa ideologia pode vir mascarada nos enunciados, por não existirem em si mesmos. Os sentidos, como diria Pêcheux (1988, p. 160), dependem “das posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Aqueles, ou seja, os sujeitos detentores de formações discursivas e ideológicas capazes de dar materialidade ao sentido.

O sujeito é o meio de atuação da luta de classe e conseqüentemente da ideologia. “São agentes da História, mas determinados e introduzidos no complexo das relações sociais, jurídicas e ideológicas que, como condição de sua própria existência, impõem a todo indivíduo a forma-sujeito” (GREGOLIN, 2004, p. 134).

Eis então que Foucault percebe, além da dispersão, a heterogeneidade dos enunciados, que, mesmo partindo de um único objeto, se entrecruzam com outros enunciados que se inter-relacionam.

Foucault (1995, p. 43) convencionou que,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Pêcheux, adicionou este conceito à teoria da AD, e designa a FD como “aquilo que, numa formação ideológica (FI) dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura

dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*". A FD representa, "na linguagem", a FI que lhe governa (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Ao lidar com a interpretação, estamos acionando um conhecimento de dados, de fatos, que se refere a momentos específicos entre o produtor e o leitor das tiras em questão. Sendo assim, a intertextualidade trata dessa condição de referência a algo exterior e que produz matéria necessária para o entendimento. Alguns traços de intertexto são possíveis de serem observados quando existe referência a um momento histórico ou a conhecimentos cristalizados. Esses são fatos que enriquecem a análise, estabelecendo o jogo de vozes existente no discurso. Segundo Bakhtin (1986, p. 121), "o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo".

No caso dos interdiscursos, lidamos com aquilo que fala antes em outro lugar. Todo dizer se sustenta devido a um já dito (interdiscurso) antes, com base na memória discursiva, que influencia e determina os dizeres. Dessa forma, encontramos, nos discursos, a presença de outros, que, em detrimento do que fora pré-construído, serve de sustentação para cada palavra dita, proferida. Para encontrar esse *já dito*, temos, como ponte, o que se *está dizendo*, que é definido como o intradiscurso, que corresponde ao funcionamento do discurso em relação a si mesmo.

As categorias em geral detectam na materialidade da linguagem, referências que sustenta as posições do sujeito, sua formação discursiva, suas práticas que escapam no discurso. O jogo de contrastes em Mafalda começa pelo próprio fato da personagem não ter em si um instinto feminino, como a vaidade de cuidar de si mesma, não participar de brincadeiras de menina e da ausência de uma relação amiga entre mãe e filha. Dessa perspectiva, pode-se apontar oposições semânticas e contradições como o nome de Liberdade, personagem de estatura muito pequena, atribuindo sentidos, inevitavelmente materializados na e pela linguagem.

Mafalda é uma personagem de HQs rica em seu discurso, comentários e questionamentos, reflexo das inquietudes sociais e políticas dos anos 60. Segundo sua biografia, exposta em site (www.mafalda.net), Mafalda nasce na vida real no dia 15 de março de 1962, na Argentina.

Sua história envolve seus pais, seus amigos e o irmão. Mafalda possui uma família de classe média. É uma garota curiosa, preocupada com a situação mundial e com a sua carreira. Sonha em ser intérprete da ONU, para poder traduzir os conflitos entre os países em acordos de paz. A personagem se mostra à frente de seu tempo, representa o protótipo da

mulher moderna, dos anos 70 em diante, representante de um inconformismo da humanidade, mas com fé em sua geração. Seus ódios mais nítidos giram em torno da injustiça, da guerra, das armas nucleares, do racismo, do comodismo, das convenções dos adultos e da sopa (prato odiado pela personagem). As paixões são os *Beatles*, a paz, os direitos humanos e a democracia.

Já o, gênero tira, descendente das Histórias em Quadrinhos (HQs), é considerado uma “arte seqüencial”. As HQs tiveram seu início com as pinturas rupestres (EISNER, 1999 apud MENDONÇA, 2005). Os desenhos das pinturas rupestres foram, durante muitos anos, utilizados na comunicação de muitas civilizações. Hoje esses desenhos, acompanhados de histórias, funcionam como retratos da realidade transmitidos a adultos e crianças por meio da informação, do humor, da crítica e do entretenimento.

A tira, um subtipo de HQs, gênero selecionado para esta análise, é mais curta que as HQs, possui até quatro quadros seqüenciais e sintéticos do tipo textual narrativo. Em *Toda Mafalda*, há a presença de enunciados ora expositivos, ora narrativos, possuindo, assim como as HQs, uma aproximação com a linguagem do cinema e a dos desenhos animados.

Nas HQs, os diálogos, as feições/gestos, os posicionamentos em cena dos personagens traduzem comportamentos sociais, mostrando que é “através dos enunciados que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2003, p. 265). Por meio da linguagem, o sujeito se expressa, se objetiva; a língua em sua essência “se reduz à criação espiritual do indivíduo”. Os enunciados funcionam como “correias de transmissão entre a história da sociedade e a da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 265).

Mafalda como sujeito-personagem faz oposição ao feminino. Ela assume o papel do homem, não deseja cuidar da casa, do marido, dos filhos e desvaloriza sua mãe por ela exercer esse papel. Mafalda não tem vaidade, não gosta de maquiagem, não gosta de se enfeitar, sua preocupação é somente com o estudo, com sua carreira, com sua cultura, ela deseja ser o “homem da casa”. Na verdade, Quino faz da mulher moderna um ser com M de masculino, colocando Mafalda no lugar do homem.

Segundo a AD, a presença do “Outro” no discurso é inevitável, seja pela ratificação de seu discurso, seja pela negação. Quino, ao procurar definir a mulher moderna, traz em seu discurso a sua própria negação, por meio da desvalorização do feminino e valorização do masculino. O inconsciente humano possui a capacidade de se estruturar, assim como a linguagem. Sendo assim, evidencia-se neste inconsciente, materializado na forma de linguagem, veículo de comunicação, a presença de inúmeros discursos que antecedem o que fora imediatamente proferido.

Mafalda defende, *aparentemente*, a autonomia da mulher moderna que pretende ter uma carreira e se livrar dos afazeres domésticos. É autoritária, independente, crítica e tem a intenção de evitar guerras e de mudar o mundo. Ao contrário de sua amiga Suzanita, não há entre os desejos e projetos de Mafalda lugar para um marido, uma casa e filhos.

Para ela, a identidade de Raquel, sua mãe, representa o estereótipo da mulher submissa, ignorante. Possenti (2002, p. 156) diz que o

[...] estereótipo também deve ser concebido como social, imaginário e construído, e se caracteriza por ser uma redução (frequentemente negativa), eventualmente um simulacro. Assim, o simulacro é uma espécie de identidade pelo avesso – digamos, uma identidade que um grupo em princípio não assume, mas que lhe é atribuída de um outro lugar, eventualmente, pelo seu Outro”.



Portanto, não há entre Mafalda e sua mãe identificação e sim um espelhamento ao inverso. Tudo que Mafalda observa em sua mãe é o que ela repudia para si mesma.

A posição ocupada por Raquel, deve-se a um processo histórico, que levou as mulheres a cuidarem das casas e dos filhos, e não estudarem, por causa da falta de oportunidade, dos trabalhos pesados e, principalmente, por não serem aceitas por pertencerem a uma sociedade construtora de sua inferioridade. Mafalda, em seu lugar de filha, questiona e desaprova o lugar de dona-de-casa exercido pela mãe. As formações imaginárias de Mafalda não correspondem a esses mecanismos, dados pela história, e sim a um processo que ainda não estava consolidado, que não faz parte de sua realidade, um processo de libertação feminina ainda por descobrir, caracterizando a interferência de outros discursos em formação.

A essência da alma feminina é muitas vezes deixada de lado, tem-se uma confusão de valores que causa a perda da feminilidade na mulher como se houvesse uma equiparação entre os sexos e não uma distinção, exaltando as peculiaridades e os predicativos de cada um.

Mafalda inferniza sua mãe, comportando-se como um “moleque”. As brincadeiras de menina, mais delicadas, femininas, não são para ela – nada de brincar de casinha, de mamãe, de comidinha ou coisas do gênero.

A amiga Suzanita também é vista como um tipo de mulher inferior, e, da mesma forma que Raquel merece somente o desprezo e as ironias de Mafalda. Os interdiscursos presentes na fala de Mafalda, que ressaltam a concepção feminina antiquada de Suzanita, apoiada em um contexto sócio-histórico, em oposição ao discurso pró-feminista de Mafalda, amparado no movimento de libertação da mulher da época, caracteriza o conflito dos discursos por serem pertencentes a valores e conceitos diferentes, e que, por serem assim, são conflituosos.

Mafalda faz comparações entre sua mãe Raquel, esposa, mãe e dona-de-casa, e a mãe de sua amiga Liberdade, que trabalha fora e ajuda no sustento da casa. A mulher de origem provinciana, criada para ter marido e filhos, é tudo aquilo que Mafalda não deseja ser, chegando a ser agressiva na defesa de seu ponto de vista (supostamente feminista).

Ao criticar duramente a mãe, Mafalda tenta dar uma “sacudida” nas mulheres dessa época, mães e donas-de-casa, para que as mesmas lutem por sua independência. No entanto, ela as desmerece, ferindo a imagem da mulher que se encontraria alheia ao movimento de sua própria libertação.

Contudo, percebemos Mafalda fisicamente como uma menina, que enuncia de um lugar ideologicamente marcado como masculino, contrário a um discurso que seria em prol das mulheres, do feminino. Somente uma análise que não se prende à superficialidade lingüística, à interpretação do que está dito consegue alcançar o não-dito, o Outro no discurso, como o faz a AD.

A experiência constrói formas de viver e contar o vivido. A memória conta história, de lugares, de pessoas, de grupos e culturas, que podem assumir inúmeras configurações. A história aqui é a da mulher dos anos 1960, uma geração que sofreu a influência dos movimentos feministas, que perdeu algumas “marcas” sociais do que era ou não permitido, o que era ou não desejável. Já não sabiam se deviam ganhar independência profissional ou se casar. O que restou a elas foi a representação, ou idéia, que a sociedade lhes passava de felicidade que compreendia: ser mãe e, portanto, esposa.

Diante deste turbilhão de mudanças estabeleceu-se um conflito entre o masculino e o feminino. Mafalda simboliza, esse sujeito em conflito entre um ser masculino e um feminino, mostrando que a Formação Discursiva remete a um “outro” que se faz presente na linguagem e que caracteriza um lugar ideológico.

Interpretando os discursos em Mafalda, que tem a ideologia materializada na linguagem, notou-se que os enunciados reproduziam a idéia de um futuro próximo em relação à mulher e seu papel. E por meio da função enunciativa percebemos uma personagem, que

busca estabelecer um novo momento da história através de um brusco e duro rompimento de como é ser mulher, para um novo conceito: uma multiplicidade de funções, valores e desprendimentos.

Prevalece para essas mulheres uma identidade construída, cujas características se perderam com novas regras e novos valores. A identidade feminina em Mafalda é continuamente forjada por ser dada através dos estereótipos, os padrões construídos em meio à diferença. Aceitando a igualdade, e não a diversidade e a heterogeneidade, ideologicamente estão todos no mesmo lugar o que dificulta, embora não empeça as relações de poder via assujeitamento. Conhecer melhor a relação entre o sujeito, a sociedade e a língua é na atualidade uma forma de conceber como o poder, a identidade e o imaginário podem ser construídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. “Gêneros do discurso”. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. (Coleção Biblioteca Universal).

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.

MENDONÇA, Márcia R. *Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos*. In: _____. *Gêneros Textuais e Ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. p. 194-207.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: edições Criar, 2002 p.123-183

QUINO. *Toda a Mafalda* São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FEMININO: REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM MAFALDA

Julieta Vilela Garcia*

RESUMO:

Pensando a História e sua escrita, através dos discursos, da sua materialidade e das diversas instâncias da existência humana, notamos que a representação é muitas vezes, arbitrária, indeterminada e ligada a relações de cultura e poder. Dentro dessa perspectiva, as Histórias em Quadrinhos, como representação histórica dos anos 1960 tem em Mafalda uma fonte, cuja interpretação, de uma leitura que não se pretende única, reflete os efeitos de sentidos produzidos, muitas vezes fixados e limitados acerca da mulher, o que impede a construção de uma nova história. A análise de enunciados e de acontecimentos discursivos nos faz pensar os entremeios e o não-dito. A proposta é contribuir nos estudos do gênero, da construção da identidade, do poder e do imaginário, acerca dos movimentos sociais, com base no recorte da história das mulheres.

Palavras-chave: História, identidade, poder

ABSTRACT:

Thinking about the History and its writing, although from the speeches, its materiality and the several instance of human existence, we noticed that representation is in the most of time, arbitrary, indeterminate and tied for culture and power relations. Inside of this perspective, the HQ (comics), like a history representation from the years 1960, has in Mafalda, a document to lead a research. The interpretation, from a reading that doesn't have the goal to be single, reflect the meaning effects produced, many times fixed and limited about the women, that avoid the elaboration from de new history. The analysis of the enunciation and discursive events make us thinking in the insertions and what is not declared.

Key- words: History, identity, power

Pensando a História e sua escrita, através dos discursos, da sua materialidade e das diversas instâncias da existência humana, nota-se que a representação, se mostra, muitas vezes, arbitrária, indeterminada e ligada a relações de poder. Dentro dessa perspectiva, as Histórias em Quadrinhos, como representação histórica dos anos 1960, tem em Mafalda uma fonte, cuja interpretação, de uma leitura que não se pretende única, reflete os efeitos de sentidos produzidos, muitas vezes fixados e limitados acerca da mulher, o que impede a construção de uma nova história.

A partir de alguns conceitos teóricos da Análise do Discurso, busca-se delimitar o fenômeno discursivo através desta teoria, evidenciando uma metodologia e sua aplicação com

* Universidade Federal de Goiás (UFG) - Graduada em Letras - Bacharelado em Língua Portuguesa e Lingüística

base na análise interpretativa do *corpus*, constituído de uma seleção extraída do compêndio *Toda a Mafalda* (QUINO,1993).

A análise gira em torno dos efeitos de sentidos entre as palavras e a relação com determinada formação discursiva, podendo trazer diferentes sentidos. O que significa analisar os fenômenos não tencionando achar um sentido único e verdadeiro, mas sim, as possibilidades de sentido que podem ser materializadas no texto, através das (re)significações.

Para tanto, a metodologia interpretativa de uma trajetória de reflexão proposta a pesquisa, se baseou na noção de discursos e efeitos de sentido de Pêcheux (1988), na formação discursiva de Foucault (1995) na concepção de ideologia de Althusser (1987), na questão da heterogeneidade discursiva proposta por Authier-Revuz (2004) e aos estudos de Eni Orlandi, dentre outros.

A proposta visa contribuir nos estudos do gênero, da construção da identidade, do poder e do imaginário, acerca dos movimentos sociais, com base no recorte da história das mulheres, cujos enunciados e o acontecimento discursivo nos faz pensar os entremeios e o não-dito.

A Análise do Discurso (AD) que tem por base o estruturalismo em sua primeira orientação filosófica foi inserida no contexto científico, segundo Maingueneau (1997), pelos formalistas russos que abriram espaço para os estudos da linguagem, e, num segundo momento, levaram ao discurso.

Atualmente, a AD atua nos diversos campos discursivos, não se prendendo mais à antiga postura de “engajamento” político-social, mesmo que, para Pêcheux, seu fundador, seja difícil consolidar uma separação entre a teoria e a política.

Em síntese as categorias de análise e os procedimentos da AD de linha francesa que suportarão este artigo, cujo foco é a análise das tiras do cartunista Quino (as tiras da personagem Mafalda)¹.

As categorias de análise na AD são na verdade o que determina o suporte técnico e a forma material dos estudos do discurso nesta disciplina, facilitando os procedimentos de análise, que nos leva ao processo de significação do discurso e sua regularidade. Tomadas em pares: texto e discurso, ideologia e sujeito, formações discursivas e ideológicas, intertextualidade e interdiscurso, apenas os conceitos mais importantes serão ressaltados.

Para AD o texto é uma unidade de análise, cujo autor encontra-se em sua origem, lhe dando coerência e determinando sua finalidade. Ao ser tratada como um discurso, essa

¹ A perspectiva teórica da qual enunciamos, corresponde a um período histórico ditatorial, cuja censura, estava em alta. Mafalda começou a ser escrita em meados de 1960 até 1970 e no Brasil foi publicada até 1980.

unidade se transforma em um objeto simbólico, sujeito a diversas possibilidades de leituras em diferentes momentos e em condições distintas.

No discurso, trabalhamos os vestígios dos implícitos com “formas lingüísticas encarnadas no mundo, significando os sentidos e os sujeitos e significando-se pelos sujeitos que as praticam” (ORLANDI, 2001, p. 63). O discurso é em si essa materialidade do texto, do simbólico, regulado pela memória, monumento que evoca sentidos e valores, encontrando na interpretação as possibilidades de se significar.

Através dos discursos escapa o que denominamos ideologia. Althusser (Pêcheux, 1988, p. 148) afirma que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeito* (grifo do autor), melhor dizendo, ela “só existe pelo sujeito e para sujeitos”. Isto é, a ideologia é um conjunto de idéias que subsistem no sujeito, na consciência, na crença, nos atos e subsistem devido a sua prática. A ideologia faz com que um indivíduo conduza desta ou daquela forma, adote este ou aquele comportamento, o que nos leva a crer que as práticas existem nos atos materiais, na escrita por exemplo. Muitas vezes, essa ideologia pode vir mascarada nos enunciados, por não existirem em si mesmos. Os sentidos, como diria Pêcheux (1988, p. 160), dependem “das posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Aqueles, ou seja, os sujeitos detentores de formações discursivas e ideológicas capazes de dar materialidade ao sentido.

O sujeito é o meio de atuação da luta de classe e conseqüentemente da ideologia. “São agentes da História, mas determinados e introduzidos no complexo das relações sociais, jurídicas e ideológicas que, como condição de sua própria existência, impõem a todo indivíduo a forma-sujeito” (GREGOLIN, 2004, p. 134).

Eis então que Foucault percebe, além da dispersão, a heterogeneidade dos enunciados, que, mesmo partindo de um único objeto, se entrecruzam com outros enunciados que se inter-relacionam.

Foucault (1995, p. 43) convencionou que,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Pêcheux, adicionou este conceito à teoria da AD, e designa a FD como “aquilo que, numa formação ideológica (FI) dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura

dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*". A FD representa, "na linguagem", a FI que lhe governa (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Ao lidar com a interpretação, estamos acionando um conhecimento de dados, de fatos, que se refere a momentos específicos entre o produtor e o leitor das tiras em questão. Sendo assim, a intertextualidade trata dessa condição de referência a algo exterior e que produz matéria necessária para o entendimento. Alguns traços de intertexto são possíveis de serem observados quando existe referência a um momento histórico ou a conhecimentos cristalizados. Esses são fatos que enriquecem a análise, estabelecendo o jogo de vozes existente no discurso. Segundo Bakhtin (1986, p. 121), "o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo".

No caso dos interdiscursos, lidamos com aquilo que fala antes em outro lugar. Todo dizer se sustenta devido a um já dito (interdiscurso) antes, com base na memória discursiva, que influencia e determina os dizeres. Dessa forma, encontramos, nos discursos, a presença de outros, que, em detrimento do que fora pré-construído, serve de sustentação para cada palavra dita, proferida. Para encontrar esse *já dito*, temos, como ponte, o que se *está dizendo*, que é definido como o intradiscurso, que corresponde ao funcionamento do discurso em relação a si mesmo.

As categorias em geral detectam na materialidade da linguagem, referências que sustenta as posições do sujeito, sua formação discursiva, suas práticas que escapam no discurso. O jogo de contrastes em Mafalda começa pelo próprio fato da personagem não ter em si um instinto feminino, como a vaidade de cuidar de si mesma, não participar de brincadeiras de menina e da ausência de uma relação amiga entre mãe e filha. Dessa perspectiva, pode-se apontar oposições semânticas e contradições como o nome de Liberdade, personagem de estatura muito pequena, atribuindo sentidos, inevitavelmente materializados na e pela linguagem.

Mafalda é uma personagem de HQs rica em seu discurso, comentários e questionamentos, reflexo das inquietudes sociais e políticas dos anos 60. Segundo sua biografia, exposta em site (www.mafalda.net), Mafalda nasce na vida real no dia 15 de março de 1962, na Argentina.

Sua história envolve seus pais, seus amigos e o irmão. Mafalda possui uma família de classe média. É uma garota curiosa, preocupada com a situação mundial e com a sua carreira. Sonha em ser intérprete da ONU, para poder traduzir os conflitos entre os países em acordos de paz. A personagem se mostra à frente de seu tempo, representa o protótipo da

mulher moderna, dos anos 70 em diante, representante de um inconformismo da humanidade, mas com fé em sua geração. Seus ódios mais nítidos giram em torno da injustiça, da guerra, das armas nucleares, do racismo, do comodismo, das convenções dos adultos e da sopa (prato odiado pela personagem). As paixões são os *Beatles*, a paz, os direitos humanos e a democracia.

Já o, gênero tira, descendente das Histórias em Quadrinhos (HQs), é considerado uma “arte seqüencial”. As HQs tiveram seu início com as pinturas rupestres (EISNER, 1999 apud MENDONÇA, 2005). Os desenhos das pinturas rupestres foram, durante muitos anos, utilizados na comunicação de muitas civilizações. Hoje esses desenhos, acompanhados de histórias, funcionam como retratos da realidade transmitidos a adultos e crianças por meio da informação, do humor, da crítica e do entretenimento.

A tira, um subtipo de HQs, gênero selecionado para esta análise, é mais curta que as HQs, possui até quatro quadros seqüenciais e sintéticos do tipo textual narrativo. Em *Toda Mafalda*, há a presença de enunciados ora expositivos, ora narrativos, possuindo, assim como as HQs, uma aproximação com a linguagem do cinema e a dos desenhos animados.

Nas HQs, os diálogos, as feições/gestos, os posicionamentos em cena dos personagens traduzem comportamentos sociais, mostrando que é “através dos enunciados que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2003, p. 265). Por meio da linguagem, o sujeito se expressa, se objetiva; a língua em sua essência “se reduz à criação espiritual do indivíduo”. Os enunciados funcionam como “correias de transmissão entre a história da sociedade e a da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 265).

Mafalda como sujeito-personagem faz oposição ao feminino. Ela assume o papel do homem, não deseja cuidar da casa, do marido, dos filhos e desvaloriza sua mãe por ela exercer esse papel. Mafalda não tem vaidade, não gosta de maquiagem, não gosta de se enfeitar, sua preocupação é somente com o estudo, com sua carreira, com sua cultura, ela deseja ser o “homem da casa”. Na verdade, Quino faz da mulher moderna um ser com M de masculino, colocando Mafalda no lugar do homem.

Segundo a AD, a presença do “Outro” no discurso é inevitável, seja pela ratificação de seu discurso, seja pela negação. Quino, ao procurar definir a mulher moderna, traz em seu discurso a sua própria negação, por meio da desvalorização do feminino e valorização do masculino. O inconsciente humano possui a capacidade de se estruturar, assim como a linguagem. Sendo assim, evidencia-se neste inconsciente, materializado na forma de linguagem, veículo de comunicação, a presença de inúmeros discursos que antecedem o que fora imediatamente proferido.

Mafalda defende, *aparentemente*, a autonomia da mulher moderna que pretende ter uma carreira e se livrar dos afazeres domésticos. É autoritária, independente, crítica e tem a intenção de evitar guerras e de mudar o mundo. Ao contrário de sua amiga Suzanita, não há entre os desejos e projetos de Mafalda lugar para um marido, uma casa e filhos.

Para ela, a identidade de Raquel, sua mãe, representa o estereótipo da mulher submissa, ignorante. Possenti (2002, p. 156) diz que o

[...] estereótipo também deve ser concebido como social, imaginário e construído, e se caracteriza por ser uma redução (frequentemente negativa), eventualmente um simulacro. Assim, o simulacro é uma espécie de identidade pelo avesso – digamos, uma identidade que um grupo em princípio não assume, mas que lhe é atribuída de um outro lugar, eventualmente, pelo seu Outro”.

Portanto, não há entre Mafalda e sua mãe identificação e sim um espelhamento ao inverso. Tudo que Mafalda observa em sua mãe é o que ela repudia para si mesma.

A posição ocupada por Raquel, deve-se a um processo histórico, que levou as mulheres a cuidarem das casas e dos filhos, e não estudarem, por causa da falta de oportunidade, dos trabalhos pesados e, principalmente, por não serem aceitas por pertencerem a uma sociedade construtora de sua inferioridade. Mafalda, em seu lugar de filha, questiona e desaprova o lugar de dona-de-casa exercido pela mãe. As formações imaginárias de Mafalda não correspondem a esses mecanismos, dados pela história, e sim a um processo que ainda não estava consolidado, que não faz parte de sua realidade, um processo de libertação feminina ainda por descobrir, caracterizando a interferência de outros discursos em formação.

A essência da alma feminina é muitas vezes deixada de lado, tem-se uma confusão de valores que causa a perda da feminilidade na mulher como se houvesse uma equiparação entre os sexos e não uma distinção, exaltando as peculiaridades e os predicativos de cada um.

Mafalda inferniza sua mãe, comportando-se como um “moleque”. As brincadeiras de menina, mais delicadas, femininas, não são para ela – nada de brincar de casinha, de mamãe, de comidinha ou coisas do gênero.

A amiga Suzanita também é vista como um tipo de mulher inferior, e, da mesma forma que Raquel merece somente o desprezo e as ironias de Mafalda. Os interdiscursos presentes na fala de Mafalda, que ressaltam a concepção feminina antiquada de Suzanita, apoiada em um contexto sócio-histórico, em oposição ao discurso pró-feminista de Mafalda, amparado no movimento de libertação da mulher da época, caracteriza o conflito dos discursos por serem pertencentes a valores e conceitos diferentes, e que, por serem assim, são conflituosos.

Mafalda faz comparações entre sua mãe Raquel, esposa, mãe e dona-de-casa, e a mãe de sua amiga Liberdade, que trabalha fora e ajuda no sustento da casa. A mulher de origem provinciana, criada para ter marido e filhos, é tudo aquilo que Mafalda não deseja ser, chegando a ser agressiva na defesa de seu ponto de vista (supostamente feminista).

Ao criticar duramente a mãe, Mafalda tenta dar uma “sacudida” nas mulheres dessa época, mães e donas-de-casa, para que as mesmas lutem por sua independência. No entanto, ela as desmerece, ferindo a imagem da mulher que se encontraria alheia ao movimento de sua própria libertação.

Contudo, percebemos Mafalda fisicamente como uma menina, que enuncia de um lugar ideologicamente marcado como masculino, contrário a um discurso que seria em prol das mulheres, do feminino. Somente uma análise que não se prende à superficialidade lingüística, à interpretação do que está dito consegue alcançar o não-dito, o Outro no discurso, como o faz a AD.

A experiência constrói formas de viver e contar o vivido. A memória conta história, de lugares, de pessoas, de grupos e culturas, que podem assumir inúmeras configurações. A história aqui é a da mulher dos anos 1960, uma geração que sofreu a influência dos movimentos feministas, que perdeu algumas “marcas” sociais do que era ou não permitido, o que era ou não desejável. Já não sabiam se deviam ganhar independência profissional ou se casar. O que restou a elas foi a representação, ou idéia, que a sociedade lhes passava de felicidade que compreendia: ser mãe e, portanto, esposa.

Diante deste turbilhão de mudanças estabeleceu-se um conflito entre o masculino e o feminino. Mafalda simboliza, esse sujeito em conflito entre um ser masculino e um feminino, mostrando que a Formação Discursiva remete a um “outro” que se faz presente na linguagem e que caracteriza um lugar ideológico.

Interpretando os discursos em Mafalda, que tem a ideologia materializada na linguagem, notou-se que os enunciados reproduziam a idéia de um futuro próximo em relação à mulher e seu papel. E por meio da função enunciativa percebemos uma personagem, que busca estabelecer um novo momento da história através de um brusco e duro rompimento de como é ser mulher, para um novo conceito: uma multiplicidade de funções, valores e desprendimentos.

Prevalece para essas mulheres uma identidade construída, cujas características se perderam com novas regras e novos valores. A identidade feminina em Mafalda é continuamente forjada por ser dada através dos estereótipos, os padrões construídos em meio à diferença. Aceitando a igualdade, e não a diversidade e a heterogeneidade, ideologicamente

estão todos no mesmo lugar o que dificulta, embora não empeça as relações de poder via assujeitamento. Conhecer melhor a relação entre o sujeito, a sociedade e a língua é na atualidade uma forma de conceber como o poder, a identidade e o imaginário podem ser construídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. “Gêneros do discurso”. In: _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. (Coleção Biblioteca Universal).

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.

MENDONÇA, Márcia R. *Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos*. In: _____. *Gêneros Textuais e Ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005. p. 194-207.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: edições Criar, 2002 p.123-183

QUINO. *Toda a Mafalda* São Paulo: Martins Fontes, 1983.

O saber histórico sob o olhar da arqueologia

Elisa Di Garcia*

Resumo

O objetivo dessa comunicação é pensar como a arqueologia do saber de Michel Foucault permite situar o espaço do saber sobre a história e sua emergência no pensamento moderno, percebendo a historicidade da própria história.

Palavras-chave: História, Arqueologia, Foucault

Abstract

L'objectif de cette communication est penser comme l'archéologie du savoir de Michel Foucault permet s'inscrire l'espace du savoir sur l'histoire et son émergence dans la pensée moderne, percevant l'historicidade de l'histoire elle-même.

Keywords: Histoire, Archéologie, Foucault

Certa vez, Foucault disse que seus trabalhos eram “fragmentos filosóficos em canteiros históricos” (FOUCAULT, 2000c:336). Por certo, em relação a suas investigações, a história assumiu um lugar privilegiado. Mas, ele não fez uma arqueologia do saber histórico. E, as histórias que fez, considerou em uma entrevista, só às fez em função dos combates aos quais estava ligado, eram histórias com “um sentido, uma utilização, uma eficácia política”. Seu objetivo “era poder formular um discurso verdadeiro e estrategicamente eficaz”, mostrar o modo pelo qual “a verdade da história pode ter efeito político” (FOUCAULT, 1979:154).

Numa entrevista anterior, disse acreditar que se a história tem um privilégio, ele vem do fato de ela poder desempenhar “o papel de uma etnologia interna de nossa cultura e de nossa racionalidade”. E, disse também que sua arqueologia das ciências humanas supunha uma “análise do saber e da consciência histórica no Ocidente desde o século XVI”, trabalho no qual não chegou a avançar, mas sobre o qual, naquele momento, se arriscou a dar algumas indicações: seria preciso correlacionar os textos que havia utilizado a propósito de sua análise sobre a linguagem “com as técnicas da exegese, da crítica das fontes, com todo o saber

* mestranda pela Universidade Federal de Goiás

relativo à sagrada escritura e à tradição histórica”. Tal análise se faria em um nível diferente, com periodizações diferentes, para a realização de descrições que deveriam ser diferentes das que fizera anteriormente a propósito das ciências humanas. Mas que em todo caso, “deveriam ser tais que se pudessem definir as transformações que permitem passar de uma à outra” (FOUCAULT, 2000b:62-77).

Em sua arqueologia das ciências humanas Foucault disse que a história não tem lugar entre essas ciências, e que a relação que estabelecem entre si é mais fundamental que uma relação de simples vizinhança em um espaço que lhes seria comum. Ele afirmou mesmo a antecedência da história, “tão velha talvez quanto à memória humana” (FOUCAULT, 2000a:508), frente a constituição tão recente dessas ciências humanas. É no pensamento moderno que Foucault localizou o espaço epistemológico próprio a esse conjunto de discursos, e toda a análise que desenvolveu nesta obra pretendia dar conta da constituição histórica desses saberes. E, se poderia mesmo dizer que, se ele descreveu tão densamente o pensamento clássico, e se demorou tanto em sua análise foi para mostrar com clareza que em seu espaço esses tipos de discurso não podiam existir. Mas, a história se fazia presente, pois desde os confins da idade grega exercia ela um certo número de “funções maiores”. Foucault observou mesmo que “nenhuma história foi mais 'explicativa', mais preocupada com leis gerais e com constantes que as da idade clássica – quando o mundo e o homem, num só movimento se incorporavam numa história única” (FOUCAULT, 2000a:512).

Ele havia apontado o nascimento do pensamento clássico no momento em que a semelhança deixou de ser o caminho que o saber deveria indefinidamente percorrer, para tornar-se o lugar do erro. Ela que – sendo tanto o signo como o que ele indicava e também o nexos entre eles – prescrevia ao conhecimento a tarefa da interpretação sob a forma infundável do comentário, tornou-se o lugar de uma comparação possível entre as coisas com vistas ao estabelecimento de uma ordem. Comparação que deveria partir do mais simples e ir progressivamente ao complexo, seguindo uma ordem que pertencia ao pensamento. A ordenação do mundo não podia mais ser revelada por ela. O espírito deixou de aproximar as coisas entre si para discerni-las – estabelecer as identidades e os graus de diferença que as afastam.

Nessa configuração, o saber, na sua forma mais geral, mantinha relação com uma ciência universal da ordem, que se dava “como a possibilidade de estabelecer entre as coisas,

mesmo não-mensuráveis, uma sucessão ordenada” (FOUCAULT, 2000a:78). Os signos se retiraram do mundo onde estavam depositados desde o fundo dos tempos e passaram a ser constituídos por atos de conhecimento. Foucault advertiu que então não havia nenhum ato constituinte de significação, nem mesmo gênese interior à consciência. Assim, o sentido se dava no quadro completo dos signos desenvolvidos em seu encadeamento, e este era a imagem das próprias coisas. Deleuze observou que o que define o solo clássico, “o que constitui essa grande família de enunciados ditos clássicos, funcionalmente, é essa operação de desdobramento ao infinito, de formação de *continuums*, de desdobramento de quadros: desdobrar, sempre desdobrar – ‘explicar’” (DELEUZE, 1988:134).

E, nessa disposição do saber, “já que conhecer é discernir, a história e a ciência vão se achar separadas uma da outra”. Aí, a história era apenas “a erudição, a leitura dos autores, o jogo de suas opiniões” (FOUCAULT, 2000a:76). Uma história plana, desprovida de historicidade, que cumpria ali uma função diversa do papel que ela pode conhecer no pensamento moderno, pois o discurso histórico, como uma forma ou um gênero já bastante antigo, é também ele, uma categoria reflexiva que não possui características reconhecíveis universalmente. De sorte que, para Foucault, ele só pode sofrer uma mutação na segunda metade do século XIX, pois observou uma defazagem entre o corte que instaurou as ciências da vida, da linguagem e da economia, e o que possibilitou a teoria da história e da política.

No pensamento clássico ressaltou que “o tempo fundava o espaço”. Era a “propriedade da pura sucessão representativa de se interpelar a partir de si, de se reduplicar e de constituir uma simultaneidade a partir de um tempo contínuo” que o pensamento clássico atribuía a possibilidade de “espacializar as coisas em um quadro” (FOUCAULT, 2000a:470). E, o que começou a mudar na configuração do saber europeu, já nos fins do século XVIII, e que Foucault descreveu, em cada um dos domínios empíricos que analisou – a história natural, a análise das riquezas, a gramática geral – concerne, em um primeiro momento, a um tempo que vai atravessar as coisas. É que, observava ele, “uma historicidade profunda penetra no coração das coisas, isola-as e as define na sua coerência própria, impõem-lhes formas de ordem que são implicadas pela continuidade do tempo”. As coisas passam a girar “sobre si mesmas, reclamando para seu devir não mais que o princípio de sua inteligibilidade e abandonando o espaço da representação” (FOUCAULT, 2000a:XX-XXI). A representação deixou de definir o modo de ser comum às coisas e ao conhecimento. Ela deixou de ser a categoria que fundamentava o saber, e os objetos passaram a ter uma existência independente

do próprio conhecimento. Foucault considerou que o saber, “como modo de ser prévio e indiviso entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento” (FOUCAULT, 2000a:346), é que mudou.

É esse tempo que vai cortar as coisas, que possibilitou o surgimento de um campo de empiricidades novo no espaço do saber. É que o próprio saber, na curva do século XVIII para o século XIX, foi se alojar em outro espaço: o espaço da História. E, é este que desde então será o modo de ser de tudo o que é dado na experiência, prescrevendo suas leis a todos os seres empíricos que nele puderam surgir. É que a História, se aproximando do que fora a Ordem na Idade Clássica e a Semelhança na Renascença, tornou-se, no dizer de Foucault, “o incontornável de nosso pensamento”. E, a partir desse solo comum é que as empiricidades puderam ser “afirmadas, postas, dispostas e repartidas no espaço do saber para eventuais conhecimentos e para ciências possíveis” (FOUCAULT, 2000a:300).

Com esta leitura do nascimento da modernidade, Foucault situou também o nascimento da história como um saber moderno. E distinguiu, em sua arqueologia das ciências humanas, a história como figura singular do saber, que só pode aparecer na segunda metade do século XIX, dessa História que é o modo de ser fundamental de nosso pensamento, solo encontrado abaixo de toda cronologia estabelecida, através do qual o próprio saber da história pode surgir. Ele observou que, cedo ela se dividiu, “segundo um equívoco que sem dúvida não é possível vencer, entre uma ciência empírica dos acontecimentos e esse modo de ser radical que prescreve seu destino a todos os seres empíricos e a estes seres singulares que somos nós” (FOUCAULT, 2000a:300).

A historicidade percebida no funcionamento da vida, dos seres que nela podem existir, da produção, do capital e de suas leis, das formas gramaticais, e que autoriza a todas essas coisas sua coerência interna, sua cronologia própria, suas regras de funcionamento, parece ter sido, ela mesma, responsável pela impossibilidade trazida à luz no século XIX, de que as coisas e os homens encontrassem seu lugar comum numa grande narrativa, numa história plana e uniforme como a que até então havia existido. Para Foucault, “as coisas receberam primeiro uma historicidade própria que as libertou desse espaço contínuo que lhes impunha a mesma cronologia que aos homens” (FOUCAULT, 2000a:510).

Assim como foi sobre a falta do que emaranhava todas as coisas num saber fincado na Semelhança, que toda a arquitetura do pensamento clássico se constituiu, foi no vazio de uma

história que fosse propriamente sua, foi por se encontrar despojado dos conteúdos que constituíam sua história, foi por aparecer “desistoricizado” frente a todas essas coisas que através da fragmentação do espaço do saber clássico se libertaram para um tempo no qual poderiam se expor a seu próprio devir, que o homem do século XIX, “todo imbrica em histórias que não lhe são nem subordinadas nem homogêneas”, então, se incumbiu “a tarefa de encontrar no fundo de si mesmo e em meio a todas as coisas que pudessem ainda lhe devolver sua imagem (as outras estando caladas e voltadas sobre si mesmas), uma historicidade que lhe estivesse ligada essencialmente” (FOUCAULT, 2000a:510-11). E, foi por esse vazio fundamental que o século XIX se tornou historiador. Segundo essa perspectiva, é que, sugere Foucault, se deveria rever a maneira como tradicionalmente se escreve a história da História.

Para Foucault, o homem não difundiu para as coisas a historicidade em si descoberta mas, exatamente, o inverso disso no que usualmente se acredita. Se razões políticas, econômicas ou sociais podem ter levado a burguesia, ao pretender narrar suas vitórias, a perceber o peso da história, nas instituições, nos hábitos, é que as coisas já falavam de um tempo que lhes era próprio, e não que a historicidade do homem tenha sido aí descoberta e estendida “aos objetos que ele fabrica, à linguagem que fala e, mais longe ainda, à vida”. Hayden White observou, em sua leitura de Foucault, que “a louvada 'consciência histórica' do século XIX (e, *a fortiori*, a de nossa própria época) nada mais é que a formalização de um mito, ele próprio uma formalização-reação contra a descoberta da *serialidade* da existência” (WHITE, 1994:257). Se o século XIX se interessou pelo futuro social, se se preocupou com a conservação dos monumentos antigos, dos vestígios do passado, dos documentos, com a construção de bibliotecas, com a organização de grandes depósitos de arquivos, se ele propalou sua crença em uma consciência da história, foi por querer encontrar, frente as histórias das coisas, uma historicidade que fosse própria ao homem. Para Foucault, tudo isso pode manifestar, “na superfície, o fato nu de que o homem achou-se vazio de história” (FOUCAULT, 2000a:511).

Mas, desde seu início, essa historicidade se apresentou de forma ambígua, pois que delineia um homem que não é histórico por si mesmo, uma vez que se submete aos eventos das histórias que os seres, as palavras e as coisas empíricas podem apresentar. Ele só se dá ao saber porque fala, trabalha, vive. Para Foucault, “uma vez que o tempo lhe vem de fora dele mesmo, ele não se constitui como sujeito da História” (FOUCAULT, 2000a:511), a não ser

pela superposição, pela modulação de todos esses tempos distintos que essas outras histórias podem apresentar. Entretanto, nessas histórias é o homem o ser através do qual elas podem acontecer, e nesse sentido também ele tem direito a um devir positivo e autônomo, tanto quanto as outras coisas, e essa história que poderia ter – além dessa que tem em torno de si – foi buscada então por detrás das histórias que a vida, a economia, a linguagem podiam constituir, porque é a historicidade própria ao homem que enfim as delinea. A historicidade do homem, descoberta nesse nível profundo, é, há um só tempo, a dispersão radical que possibilita todas as histórias, e enfim a sua própria. Para Foucault, o que então se pode apresentar sob o título dessa forma de historicidade humana, foi o fato de que o homem está exposto ao acontecimento. Daí a necessidade do século XIX de encontrar leis e constantes que garantissem essa forma de historicidade humana. Daí a preocupação de definir esta historicidade humana pelo fato de que é o homem que vive, trabalha, fala, pensa.

Mesmo que não tenha realizado uma arqueologia da história, o projeto de Foucault introduziu uma diferença significativa na maneira tradicional de se escrever uma história da história. Uma diferença com relação a essas análises que buscam uma crescente consciência do significado do tempo, a formação ou o despertar de uma consciência histórica, que pretendem apresentar a via triunfante do conhecimento histórico, restituindo seu progresso. A arqueologia situa suas análises em outro nível, mantendo uma perspectiva de não buscar um movimento preparatório anterior a uma fundação em bases sólidas daquilo que pode surgir. Foucault não buscou encadeamentos causais, ao contrário, suspendeu tal análise para poder encontrar o domínio de existência e de funcionamento de uma prática discursiva, que tem suas “formas próprias de encadeamento e de sucessão” (FOUCAULT, 2004:191). Nessa perspectiva, a unidade do discurso histórico não seria a de um conjunto de conhecimentos e de elementos já estabelecidos tentando se dar um estatuto científico. O saber, para a arqueologia é independente da ciência.

Para Foucault, a busca por esse movimento que vai da experiência a ciência, procurando constituir um discurso que torne inteligível o devir dos homens, passando pelo conhecimento, que ordena o emprírico segundo a forma que sua teleologia lhe impõe, é a negação do saber. Para ele, reconhecer em qualquer ciência apenas a acumulação dos conhecimentos e das verdades em sua progressão linear, ou o momento de nascimento da razão, possibilita descrever apenas esse divisão histórica entre o que já é propriamente científico e o que não o é, ou não o era ainda. Reconduz sempre a uma forma de saber na qual

e contra a qual a ciência teria se constituído ao se libertar de suas impurezas. Não se tratava, para ele, de mostrar os erros ou confusões que se misturariam a conceitos em via de formação, nem descobrir por qual corte uma pretensão científica pode se estabelecer separando de si e relegando para o que seria sua pré-história, todo o sistema de suas impurezas. Desse modo, para Foucault, “toda a densidade das separações, toda a dispersão das rupturas, toda a defasagem de seus efeitos e o jogo de suas interdependências acham-se reduzidos ao ato monótono de uma fundação que é preciso sempre repetir” (FOUCAULT, 2004:211).

As figuras impuras das quais a ciência se destaca têm, para Foucault, sua autonomia, sua consistência própria, suas leis de formação. A análise de uma forma de saber não busca nela o momento em que uma ciência pode ser fundada, nem à que custo. Não busca também atribuir à esse saber alguma forma de cientificidade, mas abrir o espaço no qual a ciência pôde vir a se alojar. Daí o espaço do saber ser o campo da história efetiva das ciências, o campo de historicidade no qual elas podem aparecer. Nesse nível próprio da arqueologia, nem uma história do conhecimento histórico, nem a gênese de uma racionalidade da história, nem sua epistemologia seriam pertinentes para a descrição. O que ela põe em jogo é o fato de que uma ciência possa existir, fato que ela relaciona aos processos de uma prática histórica. A racionalidade como um princípio de encadeamento do discurso, como o que lhe conduz e lhe impõe um sentido, como um valor absoluto, não existe nas análises de Foucault, pois que a própria razão tem uma história.

Ao tratar o discurso em sua materialidade própria e em sua efetividade, ou seja, no que ele faz e no que ele diz, Foucault deslocou o problema debatido pelos historiadores que, na perspectiva do que seria uma epistemologia da história, tentam apresentar sua fundação como uma ciência, e pôde mesmo situar, no espaço do pensamento moderno, a emergência dessas análises cujas pretensões são as de validação do saber da história. Por certo, a própria idéia de história sofreu transformações ao longo da obra de Foucault, e a arqueologia foi apenas um dos métodos de que ele se valeu em suas análises, e que lhe permitiu analisar as formas de problematização. De qualquer forma, foi talvez um convite para a realização de uma outra forma de história, que não descreve os conhecimentos em seu progresso até o momento em que se poderia reconhecer sua atualidade.

Referências Bibliográficas

- DELEUZE, Gilles. Sobre a morte do homem e o super-homem, In: - *Foucault*, SP: Brasiliense, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. RJ: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*, SP: Martins Fontes, 2000a.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. (organização Manuel Barros da Motta). RJ: Forense Universitária, 2000b. (Ditos e Escritos II).
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. (organização Manuel Barros da Motta). RJ: Forense Universitária, 2000c. (Ditos e Escritos IV).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. (organização de Roberto Machado). RJ: Graal, 1979.
- WHITE, Hayden. Foucault Decodificado: Notas do Subterrâneo. In: - *Trópicos do Discurso*. SP: USP, 1994. (Ensaio de Cultura; vol. 6).

Reflexões sobre a primeira linhagem numinosa na Teogonia de Hesíodo

Neyller Pereira Garcia*

Resumo

A comunicação a seguir tem por objetivo analisar na *Teogonia* de Hesíodo a formação identitária da primeira linhagem dos deuses. Para tanto, sustentamos o argumento do antagonismo relacional entre os seres sobrenaturais, a fim de construir suas identidades.

Palavras chave: Hesíodo; Teogonia; e identidade.

Abstract

The following communication aims to analyze, in the Hesíod's Teogony, the formation of the first Gods ancestry. It will be constructed, stopping the argument of the relationary antagonism between the supernatural beings in order to know its identities.

Key words: Hesiod; Theogony; and identity.

No intuito de fazermos uma reflexão a respeito da formação dos deuses na *Teogonia*, partimos da hipótese da formação da identidade dos mesmos. Nosso objetivo se concentra em trilhar um caminho que parte dos elementos que caracterizam a identidade dos seres numinosos (divindades capazes de exercer uma ligação reflexa de suas ações sobre os humanos), para analisarmos o antagonismo relacional entre os deuses pertencentes à primeira linhagem¹. Desta forma, o trabalho consiste no esforço de reconhecer o ato numinoso, ou seja, a ligação reflexa das ações dos seres sobrenaturais sobre os humanos, partindo da formação identitária de cada uma das divindades.

Para tanto é necessário fazer alguns esclarecimentos. Ao nos depararmos com as condições culturais que se referem à estrutura religiosa e/ou mitológica do período arcaico², é preciso ter claro que “*se trata hoje de uma religião morta*” (VERNANT, 2006: 1) e portanto compreendida como um mito. Mas a final o que é o mito? Mircea Eliade afirma que “*o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’ (...)*” (ELIADE, 2004: 11). O mito conta de forma geral a ação

* Graduado pela Universidade Federal de Goiás

¹ Determinamos a primeira linhagem como o grupo de deuses composto por: Caos, Terra, Tártaro e Eros.

² Por período arcaico, concordamos com a definição de Claude Mossé ao delimitar o espaço de tempo que compreende do século VIII ao VI a.C.. Para ela, “*Durante longo tempo, houve uma tendência para identificar a civilização com o desabrochar o classicismo em Atenas*” (MOSSÉ, 1989: 9). Desta forma, por conveniência, tudo que se fixava anterior ao classicismo era denominado por arcaico.

numinosa. O que nos leva à segunda pergunta: O que é a mitologia grega? Segundo Vernant (VERNANT, 2001: 229), entende-se por mitologia grega o conjunto de narrativas que falam de heróis e deuses; desta forma, poderíamos dizer que a mitologia tem sua base fixada na religião grega da era anterior à nossa. A concepção de mito se deu depois do século V a.C., quando os próprios gregos contrapuseram as narrativas oriundas da tradição da poesia oral arcaica, especialmente de Hesíodo e Homero, com a razão, e desta forma, o caráter de verdade da *Teogonia*, por exemplo, foi questionado.

Com base nestes dois pontos, mito e mitologia grega, direcionamos de agora em diante o nosso foco para a *Teogonia* e as manifestações religiosas e sociais da obra de Hesíodo, esta que, tem por fim, um apelo moral. Com base nesta finalidade, a noção de verdade, portanto, moral, nutria a legitimidade do aedo ao ser inspirado e se tornar instrumento das musas³. De acordo com Hesíodo, “*Pelas musas heliconíades começemos a cantar. / Elas têm grande e divino monte Héliocon, / (...) / Elas um dia ensinaram a Hesíodo um belo canto.*” (HESÍODO, *Teogonia*, v.1-2 e 22). No momento em que o autor se inseriu na canção, observamos que o canto adquiriu o tom de veracidade mediante a ligação entre os seres numinosos e o poeta, dando ao interlocutor os “*conectivos argumentativos*” (MAINGUENEAU, 1997: 160), que demonstram que a presença direta das divindades, no caso as musas, proporciona a originalidade do poema. O ato se concretiza na medida em que a “*vigência legítima pode ser atribuída a uma ordem, pelos agentes: a) Em virtude da tradição: vigência que assim sempre foi; b) Em virtude de uma crença afetiva (especialmente emocional; vigência do novo revelado ou do exemplar)*” (WEBER, 1994: 22). O aedo é, deste modo, o revelador da intenção dos deuses.

O enunciado ‘primeira linhagem numinosa’ se refere à descrição que Hesíodo faz ao inaugurar a unidade cronológica da origem dos deuses. Ao estabelecer uma ordem de nascimento, o aedo dá, não só aos deuses, mas também a toda semântica dos nomes destes, um referencial de tempo⁴.

³ É importante notar que a obra de Hesíodo é uma narrativa sobre o triunfo de Zeus. Nesta perspectiva, a poesia oral tem a função, entre outras, de conceder à memória o, que poderíamos chamar de vitória momentânea, frente ao esquecimento. Esta relação não pode ser entendida sem conceder ao esquecimento a função de vitalização da memória, visto que, é neste antagonismo relacional que a memória se faz presente pela percepção de sua ausência. Portanto, ao nos depararmos com o enlace de Zeus com *Mnemosyne* (Memória) observamos o imaginário do período arcaico, na teogonia, na medida em que apresenta uma explicação, uma justificativa e a validade da canção quando descreve a ligação entre as musas (filhas de Zeus e *Mnemosyne*) com o aedo.

⁴ Hesíodo pretendia que sua obra tivesse caráter atemporal, visto que, é impossível contabilizar o tempo da origem dos deuses primordiais. A relevância da organização sucessiva e linear das gerações (linhagens) corrobora com a idéia de princípio, que no transcorrer da narrativa, traduz-se em um entendimento cronológico dos fatos.

“*Sim bem primeiro nasceu Caos, depois também
Terra de amplo seio, de todos sede irresvalável sempre,
dos imortais têm a cabeça do Olimpo nevado,
e Tártaro nevoento no fundo do chão de amplas vias,
e Eros: o mais belo entre Deuses imortais,
solta-membros, dos Deuses todos e dos homens todos
ele doma no peito o espírito e a prudente vontade*”.

(HESÍODO, *Teogonia*, v.116-122)

Adotamos a tradução de Jaa Torrano da *Teogonia* (TORRANO, 2006) e utilizaremos os com a grafia em nosso alfabeto e língua dos nomes dos quatro deuses: Caos, Terra, Tártaro e Eros.

A Terra consagra em si a unidade absoluta, visto que tudo que é imortal e mortal nela habita, depende e tem a irresvalável segurança. Embora Hesíodo tenha sido claro e objetivo ao anunciar que Caos nasceu primeiro, foi somente a partir da Terra que a origem começa a adquirir sentido. O professor Torrano é claro ao enunciar que o pensamento arcaico é concreto e, por esta razão, precisa de uma fixação sólida para criar suas representações (TORRANO, 2006). Terra é a própria Terra no sentido astronômico. No entanto, apesar de sua representação como massa sólida, ela tem um princípio vital que a possibilita ser capaz de gerar e parir outras entidades sobrenaturais com singularidades que lhes conferem identidade.

Tártaro é caracterizado como “*nevoento no fundo do chão de amplas vias*” (HESÍODO, *Teogonia*, v.119). O nome caos traz o sentido de abrir, uma fenda, uma fissura. Sua identidade é formada pela pura ausência, o *não-ser*⁵. Esta entidade, impossível de ser representada concretamente por Hesíodo, é denominada por aquilo que não é. Em sua ação numinosa, constrói uma identidade, ostenta e se sustenta pelo conflito gerado na relação de antagonismo entre ele, Terra, Tártaro e Eros.

A imaterialidade ou a ausência direta de um corpo físico também se configura na representação de Eros. Esta ação numinosa concerne na influência direta da identidade da divindade sobre o espírito do homem, domando lhe o peito, local onde habita *Thymos*, *Nóos* e *Ménos* (KRAUS, 2007). Com base nos estudos de Luis S. Kraus, *Thymos* era o local da alma onde se encontravam os princípios básicos dos sentimentos (emoções). Ele era responsável, por exemplo, pelo arrependimento, pela coragem e pela ousadia; *Nóos* é a fonte do intelecto; e o princípio *Ménos* dava ação ao movimento do corpo físico.

⁵ Termo retirado da obra de estudo de Torrano: o mundo como função de musas (TORRANO, 2006), em que ele cria o elemento de visualização da oposição entre dois mundos do *ser* e do *não-ser*.

Hesíodo descreve o Eros como o domador destas três categorias da alma quando diz que “*ele doma no peito o espírito e a prudente vontade*” (Hesíodo, *Teogonia*, vv.119), sendo que, por influência, ele determina a ação do desejo (vontade) e exerce o descontrole da razão sobre a vontade. A divindade é por várias vezes ligada ao desejo da cópula, que por hábito encontramos o controle da emoção sobre a razão. Entretanto, seria simplório entender a identidade de Eros como simples busca por satisfação no plano das emoções carnis. Entendemos que, ao agir, por exemplo, no *Thymos*, Eros pode provocar no guerreiro a busca incessante pelo *kléos*⁶.

Quando observamos o discurso de Hesíodo na *Teogonia* dos versos 116 a 122, a presença da conjunção coordenativa, que determina o elemento de ligação entre os nascimentos das quatro entidades. No entanto, não podemos afirmar que existe uma seqüência exata dos nascidos depois de Caos. Aceitamos que Terra tenha vindo logo após, na ordem do discurso, por sua função e representação concreta. Entretanto, a dúvida que segue quanto a cronologia da primeira linhagem está no posicionamento entre Tártaro e Eros. Entendamos, até pela ordem, que Tártaro tenha sido o terceiro da linhagem. Este pressuposto tem base na condição dele necessitar da própria Terra para construir sua identidade. Já Eros, por sua vez, é também, senhor do desejo e da fecundidade, que desperta nas divindades a fome pela procriação. Portanto, sua aparição vem em último, pois é proveniente dele a manifestação dos enlaces entres os deuses.

A formação identitária dos deuses da primeira linhagem numinosa se dá, como dito anteriormente, através de um antagonismo relacional. Este pode ser explicitado tendo como ilustração didática um quadrilátero identitário. Caos, como já dito, tem sua identidade consolidada pela presença da ausência, o *não-ser*. Notamos esta configuração na medida que observamos nele a ausência da concretude de Terra e Tártaro. Esta oposição também se estabelece quando o confrontamos com Eros. Caos, em seu princípio de fissura caminha em direção oposta a Eros, que opera no *ser* o sentido de existência, no reconhecimento do outro a possibilidade da relação de amor e procriação.

Terra necessita essencialmente de Eros, pois sua identidade se forma na presença do *ser*. A mesma condição que aproxima Terra de Eros a afasta de Caos e Tártaro, já que eles possuem sua identidade no âmbito do não-ser, onde sua maior característica, de morada, é de plena confiança. Já Tártaro, é de morada turva, nevoada e temida até pelos imortais.

⁶ *Kléos* é valor que move o guerreiro, por exemplo, a dar sua própria vida a fim de partilhar da imortalidade junto aos deuses. Com isto, observamos a representação frente à vitória da memória sobre o esquecimento.

Portanto, no que concerne às divindades, a identidade não é a função comumente reconhecida (por exemplo, Eros como o deus do amor), mas sim o antagonismo de características e das relações que se estabelecem no curso da narrativa da *Teogonia*, entres estes deuses. Ora por ações numinosas, ora por simples constituição do *ser*. As divindades apresentadas formam toda base da genealogia da mitologia e nelas estão representadas categorias que dão sentido à sociedade e à cultura do período arcaico.

Referências bibliográficas

- ELIADE, Mircea. Mito e realidade. Trad. Póla Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- Hesíodo. *Teogonia: A origem dos deuses*. Trad. Jaa Torrano. 6. ed. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- TORRANO, Jaa. O mundo como função de musas. In: Hesíodo. *Teogonia: A origem dos deuses*. 6. ed. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- KRAUS, Luis S. As musas: poesia e divindade na Grécia Arcaica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- VERNANT, Jean-Pierre. Entre mito e política. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. Mito e religião na Grécia antiga. Trad. Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3^a Edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

A memória das tropas:esteio de identidades e marcas na arquitetura

Ana Claudia Alves de A. Garcia¹

Resumo:Este trabalho aborda a questão da identidade, sua relação com o espaço geográfico e com o movimento tropeirista brasileiro, tentando verificar a influência e as especificidades dessa “cultura tropeira” presentes na arquitetura de diversas cidades do país.

Além de anunciar as cidades tropeiras do sul e sudeste do Brasil, o presente estudo pretende demarca-las entre algumas cidades goianas.

Abstract:The aim of this work is to approach the identity matter, its relation with the geographical space and with the Brazilian cattle dealing movement, trying to verify the influence and particularities of this “cattle dealing culture” present in the architecture of several cities of the country.

Over and above announcing the cattle dealing Brazilian cities from the south and southeast, this study intends to line off some cities from Goiás

Introdução

As reflexões presentes nesse trabalho estão inseridas no complexo, amplo e inconcluso tema da identidade. Os apontamentos emergem das intrigantes discussões sobre as identidades no contexto do mundo globalizado; sobre como o movimento tropeirista _que se iniciou no Brasil nas primeiras décadas do século XVIII, prosseguindo por todo o XIX até meados do XX_ contribuiu para a formação de uma identidade tropeira que difundiu-se por todo território, integrando, influenciando, e deixando suas marcas nos hábitos, costumes, valores e tradições de um povo; E sobretudo como, na análise do espaço geográfico brasileiro é possível perceber_ através da arquitetura e do traçado específico de algumas cidades _as marcas desse movimento. A tais reflexões acrescem-se perguntas em torno da preservação do patrimônio arquitetônico, das políticas de recuperação de áreas históricas voltadas para consumo do “turismo cultural”, e se o exercício da memória histórica e o conhecimento das próprias expressões culturais constituem-se em um sustentáculo da identidade no contexto de crise da pós modernidade.

O percurso a ser empreendido trata inicialmente do conceito de identidade, problematizando a “crise”pós moderna que provoca o descentramento dos sujeitos e o conseqüente abalo de suas identidades. Em seguida apresenta o movimento tropeirista brasileiro e o traçado específico das cidades erigidas nas rotas tropeiras, além de considerações sobre a relação identidade/arquitetura e a possibilidade de valorização da primeira a partir do conhecimento e análise da segunda. Finalmente, tece comentários

¹ Historiadora e mestranda na Universidade Federal de Goiás.

sobre cidades tropeiras do sul e sudeste do país inseridas no movimento de valorização do patrimônio histórico visando divisas com o turismo e sobre cidades goianas que nasceram sob a égide do tropeirismo.

As obras Stuart Hall e Ramón Gutiérrez, um dos mais importantes teóricos que abordam o tema da arquitetura como testemunho na formação da memória histórica e na formação da identidade, além de trabalhos de Tereza Rocha, Aluizio de Almeida, Moacyr Flores, dentre outros, servirão como referencial teórico para essa discussão.

I. Identidade: conceitos e “crise” na pós modernidade.

O dicionário de Filosofia traz três acepções de identidade: a) em Aristóteles, designando uma das qualidades da substância quando percebida em duas matérias diversas (Metafísica, V, 1018); b) em Leibniz, tomada como padrão de igualdade entre A e B quando os termos são postos em relação de substituição entre si; c) como fruto de um critério de convenção. Segundo essa 3ª concepção, “não é possível estabelecer o significado da identidade ou o critério para a reconhecê-la, mas dentro de um determinado sistema lingüístico é possível determinar esse critério de forma convencional” (Abbagnano, 2003, p.529). Partindo dessa significação percebe-se que o que é chamado de identidade é uma construção cultural, nascida dentro dos mais variados sistemas de convenções. Do ponto de vista psicanalítico, a identidade surge de um complexo de operações que visam, em última instância, uma satisfação do sujeito em relação às demandas externas.²

Deve-se ter em mente que a identidade³ não é uma experiência uniforme, mas sim relacionada com uma série de sistemas de representações que, embora articulados, são distintos entre si, sendo cada um correspondente a um dos modos pelos quais o sujeito lida com o meio cultural. Assim tem-se como exemplo a identidade racial, a étnica, a religiosa, a profissional, a de classe, a política, etc, cada uma com suas próprias

² Para Freud, **Identificação** é a forma mais primitiva de ligação afetiva; é o processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, uma atitude de outro e se transforma, total ou parcialmente segundo o modelo dessa pessoa; é o processo de identificar algo, reconhecer um objeto como pertencente a uma categoria (Freud, 1969).

³ **Identidade** é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa (Holanda, 1975); é uma experiência do *eu*, relativamente duradoura, mas não necessariamente estável, como uma entidade única e coerente através do tempo (Moore & Fine, 1992).

regras que dão sentido e orientação ao sujeito. As incompatibilidades dentro de cada sistema ou entre diferentes sistemas é que geram os conflitos. Portanto, identidade não é algo único, mas sim uma configuração mais ou menos estabilizada de sistemas identificatórios em constante transformação, cuja articulação é que dá, a cada momento, a noção de eu. Segundo o psicanalista Decio Tenenbaum “o máximo que se consegue é sempre um indicativo do que se é em cada momento”.

Ramón Gutierrez trata do conceito a partir da matemática e da antropologia onde tem-se respectivamente a definição de:

- "igualdade que se realiza sempre, qualquer que seja o valor das variáveis contidas em sua expressão"
- e a definição de "aquilo que diz respeito a todos e pertence a todos, o que implica essa relação de ser o mesmo e de manter o reconhecimento através do tempo, apesar da alteração das variáveis”.

Percebe-se que da Filosofia à Antropologia, passando pela Matemática e Psicanálise, tem-se como constante as idéias de igualdade e alteração. Cabe ainda citar Gutierrez, segundo o qual, “aquilo que melhor qualifica a identidade é o sentido de pertinência, de inclusão no todo” o que de certa forma relaciona-se com a busca de satisfação, além de ser este o mais primitivo mecanismo de ligação afetiva. Pertencer, sentir-se parte do todo, identificar-se com algo é processo basilar na formação do *eu* e na construção da identidade; É o mecanismo que garante ao sujeito a possibilidade de superar traumas (Blum, 1987) e defender-se contra as hostilidades externas. A identificação não só é a base da estruturação do *eu*, como também é a solução psicológica para uma das questões cruciais do ser humano: como lidar com a perda e a mudança.

As sociedades tradicionais, onde o passado é valorizado e os símbolos são mantidos por conterem a experiência de gerações passadas, diferencia-se das sociedades modernas que caracterizam-se pela rápida e permanente mudança. Em tais sociedades, além do contínuo processo de ruptura, existe também a valorização da reflexão, prática que leva constantemente ao exame e a reforma, e que promove seguidas alterações na sua estrutura. O processo de globalização que conectou diferentes e antes isoladas partes do globo, fez por acentuar ainda mais o ritmo das mudanças ao promover um mundo que não é apenas o mundo do rompimento com as condições precedentes, mas que se caracteriza por um ininterrupto processo de rupturas e fragmentações que podem ser acompanhadas em tempo real pela quase totalidade do planeta.

Gutierrez cita o conceito de “deslocamento” apresentado por Lacau segundo o qual “uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado e não é substituído por outro, mas por uma pluralidade de centros de poder”. Tem-se assim, sociedades modernas que não possuem um centro que funcione como princípio organizador único”. Tais sociedades reproduzem-se através da mudança e somente conseguem manter-se parcialmente integradas porque são compostas por diferentes elementos e identidades que se articulam/desarticulam continuamente.

Estando as identidades inseridas no amplo processo de mudanças contemporâneas e estando tais mudanças provocando transformações e fragmentações nas sociedades, as antigas identidades de classe,etnia,gênero,e nacionalidade, que anteriormente funcionavam como suporte , dando estabilidade e referencia ao sujeito, estão em declínio ,alterando a percepção que o sujeito tinha de si mesmo como elemento integrado.(HALL,2001). Tal situação traz a perda de sentido de si e a conseqüente crise de identidade.

As identidades nacionais, constituem-se em uma das principais fontes de identidade cultural chegando a ser percebidas como intrínsecas ao homem. A identificação com algo mais amplo, é o que permite ao individuo o reconhecimento de um lugar como sendo seu ou o reconhecimento de si como pertencente a um determinado lugar. Neste sentido , o grupo, o lugar ou a Nação dos quais faz parte é um sistema de representação cultural que produz sentido.O sentimento de identidade e lealdade que nas culturas tradicionais era destinado aos membros do grupo ou tribo foi sendo deslocado para a cultura nacional.

O Estado-nação, com a unificação de uma língua e um sistema educacional, tornou-se uma poderosa fonte de significados para as identidades modernas. Visando promover o senso de pertencimento em seus cidadãos,usa como estratégia representacional uma narrativa que é contada e recontada na Historia e na literatura, na mídia e na cultura nacional. São narrativas que oferecem imagens, rituais e cenários que representam experiências partilhadas ,vitórias e derrotas que homogeneízam a cultura e dão sentido a Nação. Sentindo-se como parte integrante de um “destino maior”, o indivíduo percebe um significado mais amplo para sua existência :vê-se como partícipe da tradição e continuador de uma "longa e orgânica evolução". Mitos fundacionais(assunto a ser retomado nas próximas paginas), são fortes elementos constituintes dessa narrativa. É a história da origem, por vezes situadas em um passado tão remoto que já não mais integra o tempo real .

Ao tratar da Nação, Stuart Hall salienta que seu significado estende-se tanto ao Estado-nação moderno quanto à *Natio*_ comunidade local, domicílio ou condição de pertencimento_ e que os três fatores constituintes do princípio que dão unidade a Nação são:

- A posse em comum de um rico legado de memórias;
- o desejo de viver em conjunto;
- a vontade de perpetuar de uma forma indivisa, a herança que se recebeu .

Apesar de sua força efetiva, o que vem fazendo com que esta tradicional forma de identidade seja considerada como “em declínio”, é o ritmo acelerado das mudanças impostas pelo processo de globalização e que tem alterado de maneira significativa a forma como se compreende o espaço/tempo. Como a identidade está ligada ao processo de representação, mudanças na relação espaço-tempo, alteram de forma significativa o modo pelo qual identidades são representadas. Além disso as identidades trazem as marcas do seu lugar, do seu lar, do seu tempo, de suas tradições, e de suas histórias que ligam-nas aos acontecimentos históricos mais importantes daquele lugar ou Nação.

Outro fenômeno que vem, segundo Hall, alterando as identidades tradicionais é a separação espaço/lugar⁴.

O intenso fluxo de trocas econômicas e culturais entre as diversas regiões do globo e a ênfase no consumo possibilitaram o surgimento de identidades partilhadas por pessoas que estão distantes fazendo com que as identidades se tornam desvinculadas de seu tempo, de seus lugares, de sua história e tradições específicas, provocando a homogeneização cultural.

A globalização provoca também o afrouxamento das identidades com a cultura nacional, o que não significa identidades nacionais fadadas ao desaparecimento, mas convivendo com identidades locais, regionais e comunitárias mais fortalecidas.

Apesar de tal processo, este autor deixa claro que sempre houve a tensão entre identidades nacionais e identidades universais. Com a globalização_ que traz profundas contradições internas_ verifica-se que juntamente a essa tendência para a homogeneização global existe também a valorização da diferença, fazendo surgir

⁴ Nas sociedades pré- modernas, havia a coincidência entre o espaço e o lugar. A modernidade faz com que o espaço vá se aparando do lugar chegando com a globalização a provocar um reforço na relação de um determinado lugar com outros que estão ausentes, distantes em termos de local. Assim agora tem-se lugares que são profundamente influenciados por culturas e sociedades distantes. O lugar continua fixo, é ali que estão nossas raízes, mas o espaço, pode ser facilmente superado por fax, satélite, Internet ou jatos aviões a jato.

portanto uma nova articulação entre o global e o local e o surgimento de novas identidades globais e novas e novas identidades locais.

Desde a ascensão do capitalismo ,com a exportação de valores e mercadorias Ocidentais, estabeleceu-se um relação assimétrica entre o Ocidente e o Resto.A globalização aproximou esse dois pólos , colocando-os em contato direto e obrigando-os a lidar com as conseqüências desse encontro.Os dois pólos estranham-se, contestam-se e defendem-se. As reações vão desde o fortalecimento de identidades locais, até o revival do tradicionalismo cultural, da ortodoxia religiosa e da re-identificação com as culturas de origem,promovido pelas comunidades minoritárias. Esse é portanto o deslocamento promovido pela globalização que leva algumas identidade a se apegarem a tradição, buscando ali suas velhas certezas identitárias e a outras a optarem pela tradução, na tentativa de retirarem recursos de diferentes tradições culturais.

O conceito de tradução⁵ é útil nesse trabalho, tanto para tratar do surgimento das novas identidades pós- globalização, quanto para explicitar o processo de formação da identidade latino-americana especificamente a brasileira, como a identidade resultante de uma sociedade transplantada, traduzida.

II. O movimento das tropas e os plantadores de cidades.

Tópico que busca traçar um breve panorama do movimento tropeirista.

Segundo a definição de um dos maiores estudiosos do tema, padre Aluísio de Almeida (1968), por tropeirismo entende-se um fenômeno quase universal que se estende desde os tempos pré-históricos, correspondendo ao transporte terrestre via quadrúpedes domesticados.

Segundo o antropólogo e folclorista peruano, Juan J. García Miranda, no século XVI, a administração colonial espanhola, ao chegar à América, deparou-se com uma infra-estrutura viária bastante desenvolvida e transitada por llamas e alpacas que

⁵ Tradução: Conceito que descreve as formações de identidades que atravessam as fronteiras naturais e compõem-se de pessoas que foram dispersadas de sua terra natal. Tais sujeitos mantêm vínculos com seus lugares de origem e tradições, mas, impossibilitados de retorno, são obrigados a negociar com as novas culturas nas quais encontram-se inseridos, evitando serem simplesmente assimilados por elas ou perderem completamente suas identidades. A diferença é que, em virtude de serem o produto de várias histórias e culturas inter- conectadas e de pertencerem a uma e ao mesmo tempo há várias casas, não se constituirão em culturas unificadas. São as chamadas culturas híbridas,onde os sujeitos encontram-se impossibilitados de alcançar qualquer tipo de pureza cultural ou de absolutismo étnico. Segundo Salman Rushdic, o sentido etimológico *tradução* vêm do latim “transferir”, “transportar entre fronteiras”(HAAL,2001,p91). Culturas híbridas são um exemplo das novas identidades que surgem com as migrações pós-coloniais, assim como das identidade que surgiram com a conquista.

ligavam Lima, Potosí e Buenos Aires. Por ocasião da chegada dos colonizadores, eram portanto os camelídeos (lhamas e alpacas) que trabalhavam nas minas de Potosí, apesar de não suportarem longas marchas.

Na Península Ibérica (principalmente na Espanha), havia uma grande criação de muares condutores de cargas. No século XVI, tropas cargueiras foram transplantadas para a Hispano-América. Vinham de Portobelo, cidade portuária próxima à zona do canal do Panamá, e eram embarcadas em direção ao Vice-Reino do Peru, ou seguiam por terra em direção a Santa Fé, na Colômbia (JOB, 1999, p. 17).

A crescente demanda exigida pelas províncias do norte peruano, que, não podendo suprir a necessidade de animais, passa a requisitá-los dos campos de Santa Fé e Entre Rios, na atual Argentina, regiões criatórias que dispunham de excelentes condições naturais.

Na época, o Rio Grande português “consistia numa estreita faixa de terra entre Laguna e Sacramento, onde passavam as tropas na Estrada da Praia” (MATTOS, 1999, p. 26), e os tropeiros eram vistos como chefes de bandos armados que faziam arriadas, uma matança para extração de couro ou busca de gado solto, que era arrebanhado em invernadas e depois enviado às minas.

Os escravos chegavam ao Brasil e eram contrabandeados para a Argentina em troca da prata. E assim foi que os tropeiros luso-brasileiros conheceram as regiões criatórias do Prata e para lá, posteriormente, se dirigiram, quando o ciclo do ouro brasileiro impôs a necessidade de animais de carga.

Paralelamente, as autoridades portuguesas, visando assegurar seus interesses e impedir o avanço castelhano, incentivaram a penetração e a fundação de novas povoações nas terras do atual Rio Grande do Sul, distribuindo sesmarias a tropeiros que por lá se sedentarizassem, bem como a militares aposentados. Ali formou-se o primeiro criatório de muares no Rio Grande português a serem enviados para as Gerais.

Caminho do Sul foi a primeira rota a ser aberta passando as tropas a serem tangidas da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul para a cidade de Sorocaba, que passou a ser o centro de onde partiam inúmeras outras rotas em direção a Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás. Estava aberto o grande ciclo do tropeirismo.

O ciclo do tropeirismo iniciou-se, de fato, no segundo quartel do século XVIII, quando a descoberta do ouro das Gerais, impôs a necessidade de um meio de transporte capaz de abastecer e escoar a produção das minas. É nesse momento que ocorreu a

transposição, para o Brasil, da instituição de comércio que ligava os campos platinos às províncias peruanas.

Segundo Geraldo Bonadio (1999), o ciclo do tropeirismo se manteve até a implantação e consolidação da rede rodoviária no país. No decorrer do ciclo, houve mudanças na economia nacional, mas, com relação às tropas de mulas não se registrou, no final do século XVIII, com a decadência das minas, um retraimento da procura de muares ou gado de corte. O ciclo do tropeirismo permaneceu em ascensão e, mesmo com a declínio do ouro, continuou a crescer, impulsionado por acontecimentos políticos, relacionados, então, à expansão da economia agrícola. Na verdade, o declínio das tropas só foi anunciado com o apito dos trens que transportavam a modernidade.

Considerar o tropeiro como elemento integrador do território nacional significa levar em conta não só o aspecto “desbravador” desse sujeito histórico. E está claro que ele, o bandeirante e o sertanista não só promoveram a ocupação do território nacional, mas também – e principalmente – transportaram, na sua tralha, na algibeira ou no fundo de bruacas empoeiradas e gastas, usos, tradições, costumes, culinárias, modas, notícias. Portavam, enfim, elementos culturais de regiões distintas, que, pacientemente alinhavados (e por vezes cerzidos à força), compuseram essa grande colcha de retalhos chamada Brasil.

Como ocupadores do território, não se podem considerar somente os espaços preenchidos pelos tropeiros. Implantada a política de ocupação e manutenção da fronteira expandida da região meridional, foram eles que efetivaram essa política. Nesse sentido, a conquista das terras meridionais deu-se através da fundação de Laguna e da instalação de estâncias voltadas para caça do gado alçado e também através dos tropeiros que conduziam tais manadas até a região de Sorocaba. A busca por melhores rotas acabou por fixar núcleos de povoamento que “precederam em dez anos a fundação do Rio Grande [...] em 1737” (MACEDO, 1995, p. 22).

Seja tropeando mulas xucras do sul até a feira de Sorocaba, seja conduzindo tropas arreadas que abasteciam as regiões mineiras, goianas, mato-grossenses, ou tropas que escoavam o ouro e posteriormente o açúcar e o café, seja tropeando as boiadas das zonas criatórias de São Vicente e Norte (Bahia e Pernambuco) (PRADO JR., 2004, p. 189), o tropeiro foi paulatinamente adentrando o território e aprendendo cada vez mais e mais sobre a terra, suas dificuldades e possibilidades. Essa foi a sua conquista e, por isso, sua atividade integradora. Aliás, mais que isso, “humanizadora” (MACEDO, 1995, p. 22). Ao estabelecer a comunicação entre os esparsos núcleos colonizadores, o

tropeirismo possibilitou sua sobrevivência e posterior transformação em núcleos produtivos e definitivos.

Com o início da exploração econômica do gado da Região Sul, surgem as tropeadas regulares visando ao fornecimento de muares para o Centro-Sul.

Na pesquisa em que trata das sociedades camponesas, Cândido aponta seis tipos de povoamento:1) povoador anônimo;2)Aldeias de índios;3)Sesmarias (fazendas);4)Capela; 5)pouso; 6)Fundação deliberada.(CANDIDO,2003,p76).

Encontramos na historiografia registros de diversos momentos fundacionais, quando a dotação de um patrimônio para a ereção de uma capela constituía-se no primeiro passo para o surgimento de um arraial ou vila. Erguida a capela, surgia em volta o “arranchamento”. De modo bem diferente, surge uma cidade tropeira. Sabe-se que os tropeiros negociantes de animais e os condutores de cargas fazem seu percurso, parando pelos caminhos. As marchas, de mais ou menos em torno de 5 a 6 léguas, são seguidas de um período de descanso, nos chamados “pousos” oficiais ou particulares.

Segundo Rogich Vieira (1999), há diversas cidades brasileiras que nasceram em pousos de tropeiros. Surgiram à beira de estradas, em determinadas fazendas que vendiam suprimentos aos viajantes, onde se encontrava também uma venda nas proximidades. Nesses casos, a igreja era o edifício que se erguia logo após o arranchamento. Como exemplo,registra-se no estado de São Paulo , Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná,Minas Gerais, Bahia, diversas cidades que nasceram do pouso das tropas.

. No que se refere a Goiás, ainda não há nenhuma pesquisa definitiva sobre cidades que tenham-se originado de antigos pousos tropeiros. As informações obtidas na bibliografia consultada dizem respeito apenas ao *Caminho de Goiás*, aberto em 1726, que seguia a partir de Sorocaba. Segundo os relatos, tratava-se de uma estrada em péssimas condições. Só foram citados os pousos paulistas.

Elaborados em 1817e pertencente a uma coleção de mapas da Biblioteca nacional, o *Guia de Caminhantes* mostra que as estradas reais espalhavam-se pela Colônia e eram em numero e em extensão, majoritariamente ligadas à pecuária. O Ouro e diamantes movimentaram essas estradas, principalmente a Estrada Real que ligava o Rio de Janeiro, as minas, mas a maior parte das estradas estava ligada aos sertões pecuários e eram conhecidas como “estradas reais das boiadas”.

Ao longo da Estrada Real, surgiram vários ranchos , cercados de pastagens naturais que acolhiam homens e animais.

A capitania de Goiás ligava-se ao litoral por três caminhos principais: um alcançava o Rio e outro que levava à São Paulo receberam das autoridades e das comunidades locais o nome de Estrada Real; Outro caminho ligava Goiás a Bahia. Dos quatro trechos calçados existentes na colônia no século XVIII, um deles encontrava-se na capitania goiana ligando Meia Ponte à Vila Boa de Goiás, e constituía-se em um segmento da Estrada Real que alcançava o Rio de Janeiro e Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso, passando por Minas Gerais. Ao longo de tal caminho, os núcleos urbanos e as áreas mineradoras eram abastecidos por mercadores, tropeiros, comboeiros e boiadeiros que partiam do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Minas Gerais, e entrando pelo sertão goiano atravessavam chapadas e morros, descansando em ranchos a beira da estrada. Ali e ao longo das demais vias que cortavam o sertão goiano, surgiram, a exemplo de diversos agrupamentos coloniais, núcleos de povoamento, que se estabeleceram e se desenvolveram em função do pouso e abastecimento das tropas. Como exemplos cita-se Pouso Alto (Piracanjuba), Arraial dos Couros (Formosa) e Arraial do Calça (Campo Alegre)⁶.

III. Arquitetura e Identidade

Nas reflexões sobre identidade, presentes no tópico I, foi feita a relação entre identidade/pertencimento e identidade/afeto: pelo afeto chega-se ao processo de identificação, que permite ao sujeito assimilar algo do “outro”, transformar-se, identificar-se e ao fazer isso, “partilhar” com o grupo no qual está inserido. Partilhar a tradição do grupo, ou aprender a história do grupo constitui-se em um mecanismo de construção social, através do qual é possível reconstruir, ressignificar a história e as tradições de determinada comunidade.

Como exemplo de “bem cultural” produzido pela comunidade, a arquitetura exerce grande influência na formação da memória histórica de um povo e conseqüentemente na sua identidade. Trata-se de um ‘documento’ histórico pelo qual é possível conhecer os modos de vida do homem, as mudanças pelas quais passaram seus

⁶ As citações sobre cidades tropeiras goianas, presentes nesse artigo, estão inseridas no projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Noé F. Sandes, no programa de Pós-Graduação em História UFG, Campus Samambaia para a confecção da Dissertação de Mestrado, provisoriamente intitulada: “Atravessando o Sertão: o encontro de coletores, tropeiros e boiadeiros nos portos do sul e sudeste goiano (1830-1909)”.

valores e principalmente as diversas formas de pensamento ali inseridas. Trata-se de um testemunho vivo de modos de vida, usos e valores de uma comunidade.

Inserido no grupo de estudiosos da arquitetura latino-americana que se dedicam a compreensão do processo de estruturação da identidade na América Latina, Ramón Gutierrez denuncia em suas reflexões, o caráter de dependência cultural que caracteriza a cultura dos países latino-americanos com suas produções arquitetônicas medíocres, sem caráter, que reproduzem modelos estrangeiros sem nenhum respeito aos usuários, ocasionando com isso a perda da identidade das comunidades. Em tal processo, os habitantes de um determinado lugar não reconhecem-se como pertencentes àqueles ambientes.

Como solução, esse autor propõe uma releitura _com sentido histórico_ das obras arquitetônicas, voltada não para a “recriação” das circunstâncias do passado, mas visando a recuperação de valores, que além de garantir a preservação do patrimônio cultural, servirão como elementos que propiciem a identificação da comunidade com seu ambiente.

As transformações na fisionomia das cidades e a predominância de valores calcados no lucro e na especulação imobiliária, além de promoveram a ruptura entre comunidade e meio ambiente, provocaram a desintegração de valores culturais e sociais que anteriormente constituíam-se no sustentáculo das identidades. Com a degradação do ambiente, operou-se, juntamente à destruição física do patrimônio histórico e cultural, a destruição da solidariedade comunitária.

Os novos valores simbólicos, que pregavam o cosmopolitismo e ecletismo cultural, constituíram-se em prova incontestável de desenraizamento, dando a impressão de que tudo é provisório, descartável. O processo de degradação das cidades evidenciou-se na desconfiança quanto à tradição, na busca de modelos de prestígio e principalmente na incapacidade de se aproveitar o existente. Além de ser essa uma arquitetura do consumo e do desperdício, fez-se acompanhada de uma nova visão onde tudo que é velho passou a ser também detestável.

O que mais chama atenção na obra de Gutierrez é que a degradação do meio do ambiente expressa não somente a perda da identidade, mas a própria perda da qualidade de vida das comunidades.

Apesar da crítica, o autor faz um parêntese e ressalta que as propostas urbanas importadas e embasadas em novas temáticas arquitetônicas portam também valores enriquecedores e que devem ser consideradas. Valorizar e defender a própria cultura,

não significa voltar o olhar para o passado, como “época de ouro” e renunciar à modernidade com seus avanços tecnológicos, mas sim compreender que existe uma modernidade própria que nasce da realidade de cada lugar. Uma modernidade que está voltada para as demandas sociais concretas, que relaciona-se com o próprio tempo e que seja compatível com a história concreta dos espaços construídos. Tais propostas são inteiramente contextualizadas e constituem-se em uma busca de respostas funcionais ou de uma “linguagem específica”, que contribua para formar a identidade do presente com "uma qualidade tal que constitua o patrimônio arquitetônico do nosso tempo, e portanto mereça ser preservado no futuro"(GUTIERREZ,1989,p46)

Essa visão avança e extrapola o sentido de conservar a arquitetura do passado para a nostalgia ou consumo do turismo cultural . A recuperação do patrimônio histórico tem em vista uma melhor qualidade de vida para os usuários habituais, os moradores e trabalhadores que utilizam essas áreas históricas.

Como forma de desmontar o processo de dependência cultural, Gutierrez propõe a revisão histórica, que abrange desde a transferência da cultura da conquista, segue pelo século XIX _ momento que obrigou as gerações da independência a formarem uma Nação a partir da tradição incômoda e odiada da colonização ,naquele momento relegadas ao esquecimento e a negada_ e alcança a década de 30 do século XX com o desmoronamento do sistema liberal e suas mudanças⁷.

Submeter nos a esse processo de colonização pedagógica e renunciar a compreensão das causas, visando desmontar os mecanismos em vigor, é renunciar à possibilidade de compreender a nós mesmos. Nesse sentido o exercício da memória histórica e a compreensão do nosso espaço/tempo, é um mecanismo para a compreensão da nossa identidade. Identidade essa que significa ‘fazer parte de algo’ num processo participativo e pluralista para que tal identidade seja integradora e não restritiva.

⁷ É interessante notar que como consequência da citada crise de valores, ao mesmo tempo em que se produziram movimentos denunciando a importação de modelos externos e esboçando reações como o neo colonial brasileiro, ocorreram também movimentos em sentido contrario como a construção, no interior do sertão brasileiro, de cidades totalmente voltadas para o estilo Art'Decor. Vale citar aqui a emblemática foto do Palácio das Esmeraldas , sede do governo na cidade de Goiânia, e um dos expoentes da cultura Art'Decor no Estado, construído com o auxílio de carros de boi.Tem-se ai um exemplo claro de colonização pedagógica, de ruptura que evidencia a preocupação obsessiva com a modernidade. Apesar de vanguardista e rica, tal arquitetura dizia pouco sobre o espaço e sobre a identidades das comunidades ali inseridas..

À noção de pertencimento vincula-se a defesa do patrimônio e preservação da herança local; O exercício da memória histórica constitui-se em uma força transformadora que visa a conquista de uma melhor qualidade de vida.

IV.Considerações finais

Este artigo que propôs reflexões sobre os “caminhos” da identidade no mundo pós-moderno, sobre a identidade Tropeira evidenciada no traçado específico de algumas cidades , encerra-se como algumas considerações:

Nos jornais abundam chamados de propriedades rurais e Hotéis Fazenda que colocam o visitante em contato direto com a natureza e o ar puro do campo ou da montanha ;O turismo cultural vem ganhando a cada dia grande importância no cenário nacional, explorando temas como, ‘Caminhos de Guimarães’ ,Rota dos Tropeiros ou Rota da História e da Emoção,temas estes que remetem às trilhas históricas e a passagem das tropas. Em tais eventos, a prioridade é a segurança e a infra-estrutura para garantir tranquilidade em todos os aspectos.

Tratam-se de projetos que exploram o tema do tropeirismo como linha-mestre, entretanto, (pelo menos isso é o que consta no *projeto*) outros temas são trabalhados concomitantemente: história e cultura, natureza e aventura, fé e misticismo e, saúde e bem-estar são desenvolvidos de acordo com a potencialidade de cada município tropeiro, respeitando sua história, seu povo e seus costumes. O conjunto de toda essa oferta de atrativos, equipamentos e serviços constituem-se no “produto” final desses empreendimentos visando com isso, elevar a auto-estima e o orgulho dos habitantes das cidades participantes, além de fortalecer tais regiões.

São projetos capitaneados pelo tema das tropas, seus antigos caminhos, seu apelo a aventura e a rusticidade e que inserem-se em regiões portadoras de fortes símbolos dessa cultura e dessa história. É preciso considerar no entanto, que aqueles campos, montanhas ou vales, tiveram participação efetiva na construção do Estado brasileiro _bastando lembrar para isso, o papel desempenhado por tropeiros na conquista do Rio Grande Português, na consolidação dos núcleos populacionais do sertão e posteriormente nos ciclos do açúcar e do café. As tropas contribuíram na propagação de idéias, modos de vida e de culturas; Divulgaram mudanças e continuidades. Atuaram sobre o espaço físico e cultural, impingindo-lhes significados, infringindo-lhes valores

humanos e simbólicos. O resultado deste movimento é um rico patrimônio material e imaterial.

A possibilidade de se auferir lucros com o turismo, através da divulgação e exploração da cultura tropeira, é única, valiosa e uma considerável fonte de divisas. As comunidades inseridas em tal processo vão aos poucos se conscientizando da necessidade de preservação para manutenção do turismo. Mas, mais imperioso que valorizar o turismo é compreender e ensinar que os recursos culturais_ materiais e imateriais_ que compõe a memória histórica dessas comunidades são a base de sua identidade e auto-estima ,constituindo-se assim em um inestimável recurso.

Nos projetos voltados para o turismo deve-se constar o grande desafio político de proteção do patrimônio histórico e além disso o desafio de constituir-se em uma política pública onde Estado e sociedade trabalharão juntos no sentido de preservar o patrimônio e conservar a memória histórica dessas regiões. A educação e informação voltadas à comunidade e visitantes permitirão mostrar o valor histórico e a importância dos bens culturais ali visitados. Mais que divisas, esses projetos podem funcionar como um meio de fortalecimento da identidade e da cidadania. Ali encontram-se símbolos da cultura que possibilitam a identificação dos sujeitos com um passado valioso, digno de ser cuidado, preservado e ainda desfrutado. Assim o desenvolvimento dessas regiões estará também promovendo a valorização das diferenças e da diversidade, incitando o sentimento de pertinência e de auto-estima, além do fortalecimento dos laços sociais. Não se protege o que não se conhece e para isso, conhecer a história, a memória coletiva desses povos, seu símbolos , valores e costumes é conhecer o passado e sentir-se parte integrante deste mundo.

O turismo não pode ser visto apenas como uma atividade econômica, mas também como uma prática social coletiva. Este é o motivo pelo qual os projetos turísticos não devem restringir-se somente a reforçar e divulgar os encantos da cultura tropeira, mas a partir dela, promover o desenvolvimento, assumindo o valor histórico e cultural deste legado.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Aluísio. *O tropeirismo e a feira de Sorocaba*. São Paulo: Luzes, 1968.
- BLUM, H. P. (1987) "The role of Identification in the resolution of trauma", Boletim Científico da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, nº 9.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 2001.

FLORES, Moacyr. In: Santos, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 458-467.

FREUD, Sigmund *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XVIII(1920-1922)*. Imago Editora LTDA, Rio de Janeiro, 1969.

GUTIERREZ, Ramon: *Arquitetura latino americana*. São Paulo: Nobel, 1989

HALL, Stuart: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLANDA, A. B. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Nova Fronteira, R.J., 1975.

JOB, Vera Ravagnani. In: FRIOLI, Adolfo; BONADIO, Geraldo (Org.). *O tropeirismo e a integração geográfica e cultural do Brasil*. Sorocaba: Secretaria da Educação e Cultura: FAGED, 1999. p. 17-24.

MOORE, B. E., Fine, B. D. *Termos e Conceitos Psicanalíticos*. Artes Médicas, Porto Alegre, 1992

ROCHA, Teresa. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 215-224.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de Goiás*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

TENENBAUM, Décio. “O eu, os objetos e a identidade” Disponível em <http://www.decio.tenenbaum.com/cv/identidade.pdf> Acesso em Julho de 2007

Cultura pedagógica e dispositivo estratégico: o papel da Coleção “Bibliotheca de Educação” na Pedagogia nova no Brasil

Virginia Sales Gebrim*

Resumo: Esse trabalho objetiva explicitar as possíveis relações entre a pedagogia nova no Brasil e o florescimento no mercado editorial brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, de projetos de natureza educativa. Nesse período destacam-se iniciativas de educadores como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, entre outros, que criaram, fomentaram e organizaram coleções pedagógicas, dirigidas especialmente aos professores. Ressalto nesse estudo que essas coleções funcionaram como dispositivos estratégicos de conformação, ou melhor, de divulgação e disseminação de saberes e práticas escolares identificadas com uma filosofia educacional: a pedagogia nova.

Palavras-Chave: Coleções Pedagógicas; História da Educação; Pedagogia Nova

Abstract: The aim of this study is to present the possible relationships between Brazil's new pedagogy and the blossoming of projects of an educational nature in the Brazilian editorial market, in the first decades of the 20th century. In this period, initiatives of educators, such as Fernando de Azevedo and Lourenço Filho stand out. They created, promoted and organized pedagogical collections, intended especially for teachers. This study stresses how these collections acted as strategic devices for the shaping, or rather the propagation and dissemination of knowledge and school practices identified with an educational philosophy: the new pedagogy.

Key words: Pedagogical Collections; the History of Education; New Pedagogy

Entre os anos 1920 e 1930, as discussões sobre a educação no Brasil, via de regra, foram fomentadas pelo "entusiasmo pela educação", que se converteria, no momento posterior, em "otimismo pedagógico"; nas palavras de Nagle

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão [da escolarização no quadro das transformações do início do século], consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico; de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre escolarização

* Universidade católica de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia universidade Católica de São Paulo.

indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). (2001:134)

Se a divulgação da pedagogia da escola nova para o professorado era o objetivo a ser atingido, a estratégia adotada pelos educadores renovadores pretendia assegurar que o impresso editado funcionasse como um dispositivo de conformação de novas práticas pedagógicas, fornecendo o sustentáculo teórico para os professores. A moderna tendência pedagógica – que se intitulava científica – não media esforços para atingir o professorado. Com foco na prática docente, a “escola nova” propõe uma "prática inventiva", fundamentada em um repertório científico de informações e referenciais críticos, enfim, a disseminação de uma cultura pedagógica para o professorado.

Na difusão desses saberes pedagógicos, as publicações desempenharam um papel de destaque como dispositivo de circulação, de penetração e de regulação do discurso e da prática pedagógica dos docentes. Os educadores comprometidos com o ideal escolanovista organizavam os saberes e as práticas pedagógicas dos professores, tendo os livros como o dispositivo, o instrumento estratégico na conformação de uma pedagogia que pretendia ser científica: a pedagogia nova.

Dispondo de um leque de convicções pedagógicas, os educadores escolanovistas entendiam como condição *sine qua non* para o sucesso da pedagogia nova a promoção de uma nova cultura pedagógica para o professorado.

A estratégia delineada pelos reformadores consistia em coordenar, organizar e subsidiar uma nova cultura pedagógica. O impresso, como produto cultural, deveria ser um instrumento de conformação de uma escola nova para os professores.

Dessa maneira, a pretensão de construir uma “pedagogia nova”, “moderna” e “ativa” ganhava cada vez mais adeptos. No Brasil, esse processo se revestia de uma singularidade: a institucionalização dos sistemas de ensino.

Se na Europa o movimento da escola nova foi articulado como crítica ao modelo escolar já instituído, no Brasil a situação era outra. As críticas empreendidas pelos renovadores dirigiam-se especialmente à necessidade de se implementar um modelo nacional de sistema escolar, calcado na doutrina da pedagogia nova; para isso:

(...) estava ainda em jogo a produção de condições materiais e técnicas para implementar o modelo escolar, que em outros países tinha viabilizado a escola de massas: seriação, classes homogêneas, ensino simultâneo, regulamentação e uniformização do tempo escolar, enquadramento disciplinar, organização do espaço escolar, etc. (CARVALHO, 2000: 121)

São os "educadores profissionais" que, à frente das reformas, das conferências e inquéritos sobre a educação, estariam presentes também na criação e na produção de uma literatura educacional, contribuindo para o "boom" da expansão do mercado de livros que ocorreu nos anos 1920 e 1930. Diante desse quadro de efervescência dos movimentos em prol da educação, a partir dos anos 1920, a literatura educacional se transformaria:

(...) e com esse sentido se desenvolve, como um dos mais importantes instrumentos de sustentação das freqüentes discussões que se fazem, da mesma forma que desempenha o papel de preparadora e de transmissora das novas modalidades de percepção da problemática educacional, especialmente do modelo escolanovista. (NAGLE, 2001: 336)

Nagle afirma que essa nova literatura educacional pode ser caracterizada por quatro conjuntos.

O primeiro formou-se por trabalhos identificados com a pregação nacionalista: "acentuam a importância da difusão da instrução primária, convertida em problema máximo da nacionalidade, pois, educado o povo, automaticamente estariam resolvidos os problemas da sociedade brasileira" (NAGLE, 2001:341).

O segundo conjunto era composto por obras de "natureza pedagógica geral". De caráter técnico-pedagógico, as obras que marcam esse período revelam a preocupação de analisar as questões educacionais numa perspectiva científica, sendo que "cientificar a escolarização significa, principalmente, psicologizá-la" (NAGLE, 2001:344).

A maioria das obras apresentava uma discussão, uma análise técnica dos problemas educacionais, oferecendo conhecimentos e teorias exclusivamente educacionais. Esse conjunto abarcaria publicações que se caracterizariam ora por apresentar a Pedagogia como ciência experimental, ora por mostrar procedimentos didáticos e metodológicos do processo de aprendizagem e, ainda, obras mais especializadas, nas quais os instrumentos de medida foram tratados como recurso fundamental para a organização escolar.

O terceiro conjunto foi composto "pelas publicações em que se procuram apresentar quadros histórico-descritivos da educação brasileira" (NAGLE, 2001:346).

Já o quarto conjunto foi formado por obras que são pressagiadoras do movimento escolanovista, abrangendo a história e os sistemas da escola nova.

Essa classificação da literatura educacional, como observa Nagle, acompanha todo o movimento político e cultural dos anos 1920. Com a expansão da escolarização e, conseqüentemente, o aumento do número de matrículas e a valorização do trabalho educacional, o mercado de livros tornar-se-ia viável, abrindo um negócio lucrativo para as editoras. Simultaneamente, do ponto de vista político, a publicação e a circulação de obras cujos conteúdos balizavam a nova pedagogia tornavam possível o espraiamento de uma nova cultura pedagógica.

O livro tornava-se um instrumento estratégico na transformação da cultura nacional. Um produto cultural embalado pela modernidade, o livro era então visto como um dispositivo que alavancaria a educação. O mercado editorial brasileiro, nas décadas de 1920 e 1930, foi tomado por um crescimento até então inesperado. O *boom* da indústria paulista, provocado "em parte pela crise de importações e a calamitosa carestia do pós-guerra, o fato é que esse surto adquire uma dinâmica própria e se torna num crescendo auto-sustentado" (SEVCENKO, 1998:95).

Para Hallewell (2005), o mercado editorial brasileiro até então era muito reduzido, existindo somente os livros importados e os livros brasileiros que eram impressos no exterior. Em São Paulo havia somente seis editoras até o final do século XIX:

A situação do comércio de livros era extremamente desalentadora. Eram poucos os pontos de venda de varejo e praticamente limitados aos bairros mais ricos do Rio e São Paulo (...). A produção editorial que ainda tinha lugar no Brasil raramente se aventurava além dos campos seguros dos livros didáticos e de livros sobre legislação brasileira, e não passava de uma atividade casual e secundária das grandes livrarias (HALLEWELL, 2005: 235).

A partir daí, no mercado editorial brasileiro começam a surgir novos autores, novos títulos e novos gêneros literários

Quanto aos livros, com uma tiragem anual em torno de 1 milhão de volumes, uma multiplicação entre duas e três vezes do número de casas editoras e livrarias em 1921, com relação ao número existente até o fim da Guerra, São Paulo passa a atrair escritores dos quatro cantos do país, querendo ter suas obras publicadas com a rapidez e a qualidade que a indústria editorial paulista oferecia. (SEVCENKO, 1998: 95-96)

A estratégia comercial das editoras centrava-se no público leitor; para isso, expandia a comercialização de livros, publicava títulos que podiam atrair os leitores de outros tipos de impressos e, ainda, barateando e redimensionando os livros, publicando coleções destinadas a um leitor específico. Quanto à publicação de autores, as editoras apostavam na projeção de autores novos, ao misturá-los com autores conhecidos.

Segundo Sevckenko (1998), o desenvolvimento da indústria editorial em São Paulo foi motivado também por um crescimento no campo das artes plásticas: “Novos espaços de projeção surgem, outros são improvisados em hotéis, livrarias, casas comerciais e até cinemas junto à área do triângulo central da cidade” (1998:96).

Na cruzada pela educação, o livro foi tratado como um instrumento de intervenção política e cultural, prescrevendo os fundamentos de uma nova pedagogia para os educadores. Nessa perspectiva, Nagle ressalta o lançamento de duas publicações: em 1927, a coleção “Biblioteca de Educação” e, em 1931, a “Biblioteca Pedagógica Brasileira”.

A necessidade de formação profissional do professorado, de dispor e organizar conteúdos específicos de didática, biologia educacional, sociologia educacional e psicologia fazia com que a produção de livros se tornasse um projeto viável, lucrativo para as editoras e um projeto de intervenção político-cultural para os educadores profissionais.

No cruzamento desses projetos, a Weisflog Irmãos/Melhoramentos, editora que se dedicava a publicar livros escolares e cartilhas, organiza e lança uma coleção, sob a direção de Lourenço Filho, a partir de 1927, denominada “Biblioteca de Educação”.

Composta por publicações originais de autores brasileiros e traduções, essa coleção, no âmbito dos dispositivos de circulação, penetração e transformação do ideário escolanovista, buscava um leitor específico: o educador brasileiro.

Nesse contexto, cabia à escola, ao professor e ao livro o papel de "nacionalizar" a cultura brasileira, de aparelhar a escola de dispositivos da "civilização", como observava Fernando de Azevedo:

(...) quis o Estado preparar as gerações não para a vida social, segundo uma representação abstrata, mas para a vida social do seu tempo, sob um regime igualitário e democrático em evolução, transmutando a escola popular não apenas num instrumento de adaptação (socialização), mas num aparelho dinâmico de transformação social. (1950:17)

Uma nova pedagogia, uma nova cultura, um novo saber pedagógico para um novo leitor: o professor brasileiro. O livro se revestiria, nessa ótica, de um novo papel: portador de uma missão educativa.

Entre as décadas de 1920 e 1930 várias coleções foram publicadas com a intenção de atingir o professorado brasileiro, como: a “Coleção Pedagógica”, organizada por Paulo Maranhão, da editora F. Briguet (1929) e a “Biblioteca Brasileira de Cultura”, organizada por Alceu Amoroso Lima, da Civilização Brasileira (1933). Ao editar e fomentar determinados saberes pedagógicos, as coleções, de maneira geral, tornavam possível a produção e a circulação de uma mentalidade, articulando projetos políticos e culturais, intervindo ao mesmo tempo na cultura e no mercado de livros.

A expansão do mercado de livros, a partir da segunda metade da década de 1920, é constituída de um duplo sentido: um empreendimento comercial lucrativo e um instrumento de reforma cultural. Assim como a educação, o livro é alçado como um dos instrumentos para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

O lançamento de novas coleções de livros, organizados por educadores renomados, que participavam diretamente das discussões travadas em âmbito nacional, revela a importância estratégica que essas publicações, dirigidas especialmente ao professorado brasileiro, tiveram na implementação da doutrina da escola nova, seja pelos renovadores, seja pelos católicos, pois: "a questão principal era ganhar a adesão do professor à "boa pedagogia", normatizando sua conduta e orientando, doutrinariamente, suas práticas escolares. E será sobre ele que o impresso desempenhará um papel fundamental" (CARVALHO, s/d:104)

Entretanto, em que pesem as divergências no entendimento da doutrina da escola nova por esses dois grupos – renovadores e católicos –, havia um ponto em comum, a estratégia que foi desenvolvida com o propósito de ganhar adeptos para a filiação de práticas escolares renovadoras ou católicas.

Do ponto de vista estratégico, dispositivos como as publicações, ou melhor, as coleções pedagógicas, foram criadas para difundir o credo pedagógico pelo qual renovadores, de um lado, e católicos, de outro, disputavam a escola nova. Na verdade, as publicações escolanovistas publicadas pelo grupo católico já vinham se realizando, constituindo-se numa rede de impressos, como: boletins, anais de congressos e revistas especializadas, respaldadas por uma estrutura organizada, como a Confederação Católica Brasileira de Educação.*

Dispondo de uma rede de instituições, o credo pedagógico católico poderia obter o êxito que sua proposta escolanovista, impregnada de sentido religioso, tinha como alvo: as práticas escolares.

Se a estratégia dos renovadores caracterizava-se por uma certa unidade de princípios, dando atenção a instrumentos que permitiam a constituição de uma cultura pedagógica do professorado, os católicos, por sua vez, adotaram, diferentemente, uma outra perspectiva, como observa Carvalho (s/d: 114):

(...) orientaram-se em duas direções complementares. Na primeira delas, foram instanciados e aplicados critérios de ajuizamento das proposições pedagógicas escolanovistas. A reformulação principal para a formulação destes critérios era a encíclica Divina Illius Magistri e seu campo de aplicação era amplo: crítica dos livros através de resenhas; indicação e orientação de leituras; prescrição ou proscricção de práticas; críticas de proposições pedagógicas de larga circulação no período. Numa segunda estratégia, não se tratava, prioritariamente, de firmar princípios ou de discutir questões doutrinárias, mas importava, sobretudo, articular um discurso escolanovista católico.

Atuando em duas frentes, o grupo católico selecionava as publicações, através de resenhas e comentários publicados em boletins e revistas católicas, "filtrando" a leitura dos professores católicos; entretanto, segundo Carvalho (s/d), esse projeto não alcançou seu objetivo:

Esta vigilância minuciosa de disseminação e dos usos do livro provavelmente malogrou no seu propósito de cercear a presença das edições condenadas ocupando-lhes o espaço social de leitura, com publicações equivalentes no gênero, mas diferentes pelo propósito de catolicizar o campo doutrinário da pedagogia. Mais eficaz talvez tenha sido a constituição de um discurso escolanovista católico. (CARVALHO, s/d: 117)

Para isso, o grupo católico adotou um procedimento semelhante ao dos renovadores, que a essa altura já dispunham de coleções organizadas por Lourenço Filho e Fernando de Azevedo.

Dando atenção à presença material do livro que chegava às mãos dos professores, os católicos escolanovistas coroaram sua rede de publicações, ao lançar, pela editora Civilização Brasileira, uma coleção de livros "católicos": a "Biblioteca Brasileira de Cultura", em 1933, dirigida por Alceu de Amoroso Lima, um dos mais destacados intelectuais católicos que participaram das discussões e debates que ocorreram na época.

Distinguindo-se das demais publicações, como os boletins, guias e revistas pedagógicas, as coleções pedagógicas vão travar um embate que pode ser considerado um exemplo na estratégia que buscava intervir na formação de uma mentalidade, de uma cultura pedagógica dos educadores brasileiros:

De um lado, os educadores católicos reticentes quanto às propostas de mudança, de outro, os educadores liberais reunidos em torno do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, documento entendido como um símbolo, ou melhor, como um marco aglutinador de um grupo de intelectuais dispostos a pensar a modernização do Brasil via processo educacional. (PRADO, 2003: 53)

Para os renovadores, propor uma educação nova era um programa de transformação da sociedade brasileira pela escola. Essa expressão, além de designar um conjunto de conceitos e métodos pedagógicos, expressava algo ainda mais substancial: o conjunto de iniciativas e realizações empreendidas, assim como os cargos técnicos e burocráticos que ocuparam. Além disto, esses reformadores tomaram diversas iniciativas editoriais, como as coleções pedagógicas criadas e editadas na primeira metade do século XX. Afinal, como já dizia Monteiro Lobato: "*Um país se faz com homens e livros*".

Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos, César de (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Reformas de instrução pública. In: LOPES, Eliane, Marta T.; FARIA FILHO, LUCIANO Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *A escola e a república e outros ensaios*. (s/d, xerox).

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*. Cortez: São Paulo, 1988.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: DP&A, 2001.

PRADO, João do. A campanha em defesa da escola pública nas páginas do Estado de São Paulo. In: *Tradição e modernidade na primeira metade do século XX. São Paulo:UNIABC,2003.*

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* São Paulo: Companhia das Letras,1992.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como laboratório.* Bragança paulista: Edusf, 2000.

O CINEMA EM ANÁPOLIS: MEMÓRIA E PRÁTICAS SOCIAIS NA SOCIEDADE ANAPOLINA ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 A 1970.

GERALDES, Amanda Alexandre Ferreira*

RESUMO

Este ensaio se propõe abordar a relação entre os temas Cinema, Cotidiano e Memória na cidade de Anápolis nas décadas de 30 a 70, a partir do levantamento de fontes documentais, como jornais, revistas, panfletos dos cinemas que atuavam no município e ainda registros fotográficos. Busca-se identificar qual a função social que o cinema exercia na cidade e ainda a relação entre cinema e as práticas sociais em Anápolis naquele período. Este estudo fundamenta-se nas discussões sobre memória coletiva e nos recursos metodológicos da história oral e iconografia.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema. Cotidiano. Memória.

ABSTRACT

This essay is proposed to broach the relation between the themes Movies, Daily Life and Memory in the city of Anápolis, in the decades from 1930 to 1970, using as research sources documents, like newspapers, magazines, movies pamphlets from the town and, photographic registers. The goal is to identify what social function the movies had over the town, and, still, the relation between the movies and the social practices in the town during the focused period of time. This research has its basis in the discussions about collective memory and methods sources of oral history and iconographic.

KEY-WORDS: Movies. Daily life. Memory.

Introdução

O presente ensaio é fruto do projeto de pesquisa elaborado para a conclusão da graduação em História. A temática do ensaio é a construção do imaginário a partir do cinema, na cidade de Anápolis, no período de 30 a 70 do século XX. A pesquisa objetiva investigar as representações construídas pela sociedade anapolina e sua relação com a memória. Busca também averiguar se o cinema, como um agente social, modificou as práticas sociais, bem como se propõe a identificar os fatores que implicaram nas mudanças das práticas sociais de lazer.

* Acadêmica do 6º Período do Curso de História da UniEVANGÉLICA. Pesquisadora Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC).

O recorte proposto, as décadas de 30 a 70, foi escolhido devido à atuação do cinema na comunidade, uma vez que esse período foi um momento áureo tanto nos empreendimentos cinematográficos na cidade, quanto no comportamento e práticas sociais.

A função social do cinema na cidade ia além de um meio de comunicação. Era um evento, um acontecimento social: as sessões se dividiam em exibição do jornal noticiário, a exibição do filme e ainda o teatro de revista. A televisão chegaria muitos anos depois. Além da grande tela, no cinema havia um palco, onde esses eventos aconteciam. E não eram somente as festas pomposas, bailes e peças teatrais: lutas-livre e apresentações de mágica também faziam parte da rotina de espetáculos do cinema. O público era fiel e acolhedor.

A metodologia adotada para elaboração do trabalho documental e bibliográfico, o levantamento dos dados e a análise dos mesmos será realizada através de fontes históricas, utilizando-se de jornais, revistas e fotos da época. No segundo momento, propõe-se a realização de entrevistas, valorizando a “memória dos velhos”, relevante para o trabalho em questão.

O cinema e a cidade

A concepção do cinema como um agente social é percebida nas práticas sociais e na construção de um imaginário na comunidade. A cidade é o encontro de tudo, é onde se dão as relações, onde se estabelecem práticas, onde se realizam projetos, onde conceitos se transformam:

[...] Único campo válido da experiência moderna, a cidade é corpo onde se inscrevem emoções e paixões, experiências intransmissíveis e singulares que o poeta-alegorista canta. A cidade é um mundo em miniatura – mônada benjaminiana é cristalização de tensões: passagem de um espaço flutuante entre o interior e o exterior das Passagens, o real e o irreal, a desvalorização mercantil de tudo e a nova aura do imprevisto. (Matos, 1989:72).

O conceito de cidade que Matos (1989) trabalha possibilita uma discussão das relações entre a cidade e a comunidade local e é na cidade que o cinema se faz um agente social, sendo prática de lazer, econômica, política, cultural; aqui o cinema interage e interfere no comportamento, nas transformações de conceitos e na idealização de uma sociedade.

A década de 20 traz uma grande novidade à cidade de Anápolis: o cinema. Nos primeiros anos dessa década o Cine Bruno inicia suas exibições. O cinema mudo contagiava a população com a novidade, mesmo que em condições precárias uma vez que:

Era um barracão muito alto, de paredes de pau-a-pique, piso de terra batida. Não havia cadeiras fixas. O povo se assentava em bancos, caixotes e cadeiras. A única coisa, talvez que resta desse cinema, é um velho banco de madeira, que papai mandou fazer, para ele e mamãe se assentarem e terem um lugar fixo durante as exibições cinematográficas. (Ferreira, 1979: 251).

O banco de madeira que Ferreira menciona, feito especialmente para que o casal pudesse assistir aos filmes no Cine Bruno, afirma a importância que o cinema tinha na vida social.

Em 1929, o Cine Goianás começa a funcionar no mesmo local onde era o Cine Bruno, na esquina da antiga Rua Antonio Carlos, atual Manoel d'Abadia, com a Rua Barão do Rio Branco, onde hoje se encontra o Hotel Itamaraty. Este cinema também era mudo, entretanto segundo um dos relatos houve algumas poucas apresentações de cinema falado no Cine Goianás, quando veio de São Paulo, trazido por um desconhecido no momento, um aparelho de cinema falado. As sessões no Cine Goianás eram somente aos finais de semana; aos sábados eram passadas fitas de seriados que geralmente duravam 15 semanas, fitas essas bem populares, e aos domingos eram fitas de filme, já para um público mais instruído.

Alguns filmes e/ou seriados, devido ao seu menor tempo de duração, eram acompanhados de algum tipo de complemento, fornecido pela própria distribuidora e que eram pagos à parte. Esses complementos podiam ser alguma comédia de curta duração, desenhos ou ainda pequenas histórias divertidas e populares, como as chanchadas.

O Cine Goianás teve um curto período de atuação e em 1933 fechou as portas e no mesmo ano foi construído e inaugurado o Cine Áurea que, “Esse também foi um cinema histórico, onde se realizavam teatros, festas de formatura, bailes carnavalescos, e onde, inicialmente, o Clube Littero Recreativo promovia suas festas”. (Ferreira, 1979:252)

O Cine Áurea foi construído pelo proprietário do cinema da Cidade de Goiás, na época capital do estado, em sociedade com o antigo dono do Cine Goianás. Pela primeira vez as

sessões eram diárias. O Cine Áurea era um bom cinema, com boas cadeiras de madeira e ainda possuía um pequeno balcão.

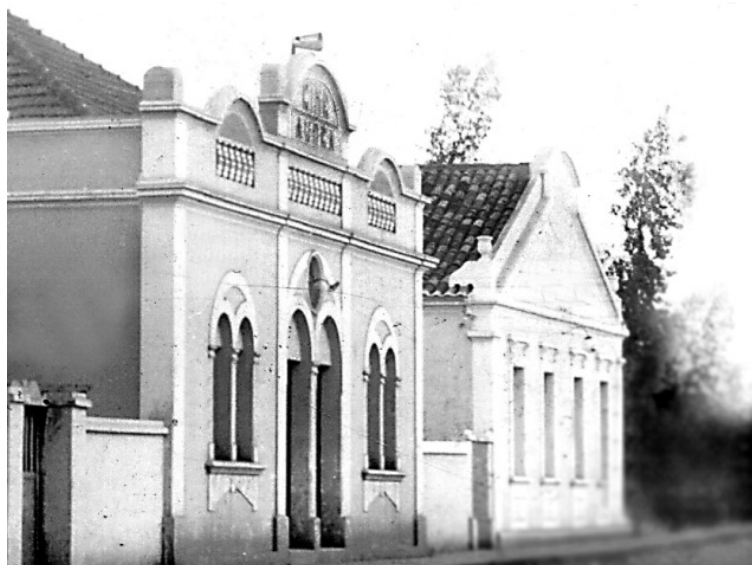


Imagem 1 – Cine Áurea. Sem data. Fonte: Arquivo pessoal.

Ainda na década de 30 a construção do Cine Theatro Imperial foi recebida com grande entusiasmo pela população que no dia 14 de dezembro de 1936 ganhou um magnífico cinema, que para a época era luxuoso e moderno. O Cine Theatro Imperial também promovia festas e teatros, com a participação de artistas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

[...] De vários pontos da cidade, já se avista o majestoso edifício do Cine Theatro Imperial, em adiantada construção. Suas linhas retas já estão aparecendo, dando-nos a idéia de um edifício moderno. De fato, Anápolis pode orgulhar-se de ter um prédio colossal e que obedece a todos os requisitos da arquitetura e da higiene. Os seus proprietários, não resta a menor dúvida, marcam o início das grandes construções em uma cidade sertaneja e dão prova de inteligência, patriotismo e coragem. Oxalá que, dentro em breve, tenhamos outros empreendedores da fibra de Graciano Antônio da Silva e Jonas Duarte. (Jornal O Anápolis, 27 de setembro de 1936, apud Ferreira, 1979:252).

O idealizador do Cine Teatro Imperial, Jonas Duarte, era casado com a filha de Graciano da Silva, o Sanito, e à pedido de seu genro, Sanito cedeu seu terreno para a construção do cinema. A administração do cinema ficou nas mãos do irmão de Jonas Duarte.



Imagem 2 – Cine Theatro Imperial, 1936.

Fonte: Arquivo Pessoal.



Imagem 3 – Inauguração do Cine Theatro Imperial, 1936. Fonte: Arquivo Pessoal.

A notícia do jornal explicita o sentimento de modernidade que envolvia a cidade, uma vez que em 1935, um ano antes da inauguração do grande cinema, a chegada da estrada de ferro agitou a população e só aumentou as crescentes práticas à modernidade que aqui já existiam.

Nos panfletos podemos observar a propaganda do Cine Teatro Imperial em dois momentos distintos. A imagem 4, não datada e a imagem 5, de 1944.

Amanhã!!! - Gary Grant, Claud Rains e Gertrude Michael

EM GUERREIROS DA AFRICA - Não percam e assombroso

CINE THEATRO IMPERIAL

EMPRESA CINE THEATRO IMPERIAL LTDA.

HOJE — 27 de Abril — HOJE

Horario 8,20 — PREÇOS 1\$500 e 1\$000

Apresentação do super film, baseado na batalha de Waterloo — Quando em 1815 o congresso agitado, entre as gananças da Inglaterra, França e Alemanha, foi escolhido o Conde de Wellington para chocar as forças desabridas de Napoleão—
GEORGE ARLISS

O DUQUE DE FERRO

O homem que conquistou a derrota de Napoleão, fazendo-o prisioneiro.

EM CONTINUAÇÃO — O SERIADO: —

O CAVALLEIRO FANTASMA

Com **BUCK JONES**

3.º episódio — O Ataque Nocturno
4.º episódio — Nobre Sacrificio

O film maximo de todos os tempos.— Amanhã!

GUERREIROS DA AFRICA

Maior que LANCEIROS DA INDIA

COMPREM E VENDAM SUAS FAZENDAS POR INTERMÉDIO DE **JOÃO BORGES**, ESCRITORIO EM GOVANIA
RESPONSABILISA PELA BÔA VENDA.

Typ. VOZ DO SUL

Imagem 4 – Panfleto do Cine Theatro Imperial. Sem data. Fonte: Acervo do Museu Histórico de Anápolis.

CINE TEATRO IMPERIAL

— Empresa: CINE TEATRO IMPERIAL LTDA. —

De acordo com o regulamento Policial
— É EXPRESSAMENTE PROIBIDO RESERVAR LUGARES —

HOJE — Domingo, 6 de Fevereiro de 1944 — HOJE

Sociedade de Gala — Duas sessões — Às 19,15 e 21,15 horas

Poltrona	3,50	—	Balcão	1,50
Meia entrada	2,00	—	Meio Balcão	1,00

- 1 - Cine jornal brasileiro
- 2 - Trailers
- 3 - Noticias do dia - Atualidades
- 4 - A Metro Goldwyn Mayer apresenta

Norma Shearer, Leslie Howard, John Barrymore e Basil Rathbone
em

ROMEU e JULIETA



O mais belo e famoso poema de amor emoldurado de videntes que espelham todo o esplendor e bravura da Renascença opulenta e gloriosa! 1.250 roupagens riquissimas foram confeccionadas para as cenas desta nababesca realização. Um Botticelli encontrado em Verona inspirou o vestido apresentado por Norma em sua primeira cena com Leslie, a qual se passa na cela de Frei Lourenço, que é, a proposito, uma copia exata do celebre quadro "São Jeronimo" de Carpaccio... Julieta é o sol — Romeo exclama, doído de amor, essa frase bem "shakespeareana" no romance lindo, vivido agora pela sensibilidade requintada de Norma Shearer e Leslie Howard! Este filme é copia completamente nova.

Tip. Zenith - Anápolis - Goiás

Imagem 5 – Panfleto do Cine Theatro Imperial, 1944. Fonte: Acervo do Museu Histórico de Anápolis.

A exibição do Cine Jornal Brasileiro era obrigatória antes de cada sessão. Essa obrigatoriedade foi uma das medidas do Governo de Getúlio Vargas, preocupado em manter a imagem nacionalista de suas políticas. Na imagem 5 podemos observar o preço dos ingressos; a poltrona a C\$ 3,50, a meia entrada a C\$ 2,00, o balcão a C\$ 1,50 e ainda a meia entrada para o balcão a C\$ 1,00. Justifica-se quanto o cinema era barato e atendia todas as classes sociais.

O Cine Áurea fechou as portas devido à concorrência com o Cine Theatro Imperial. Segundo Ferreira (1979), o Cine Theatro Imperial apresentava diariamente sessões noturnas e as matinês aos domingos, além da Sessão das Moças que acontecia uma vez por semana.

Em 1951 houve a inauguração do Cine Santana, localizado na Praça Bom Jesus, realizado pela mesma empresa que construiu o Cine Teatro Imperial. Era um grupo de 20 sócios que dividiam por cotas/ações os dois cinemas.

Houve na cidade de Anápolis em 1956 o primeiro concurso de fotografias, realizado no Cine Santana e em 1957, em comemoração ao Cinquentenário da cidade, o primeiro festival de cinema amador:

[...] A preocupação atual dos cinegrafistas anapolinos é documentar, em seus filmes, diversas fases da construção de Brasília, a Nova Capital. Brevemente teremos oportunidade de ver os trabalhos dos anapolinos no 1º Festival Goiano de Cinema Amador, organizado para as comemorações do Cinquentenário de Anápolis. [...] O certame deve contar ainda com a colaboração de cinegrafistas de outras cidades, fato que, certamente, dará maior brilhantismo ao concurso. Tomando por base o concurso de Fotografias Coloridas projetadas no Cine Santana, que alcançou um êxito que ultrapassou todas as expectativas, é de se esperar um grande sucesso para o Festivalzinho de Cinema de Anápolis. (Revista A Cinquentenária, 1957).



Imagem 6 – Foto dos cinegrafistas amadores de Anápolis.
Fonte: Revista A Cinquentenária, 1957.

Aqui constatamos mais uma vez a relação e o grande interesse da população pelo cinema, festivais de fotografia e vídeos amadores dão espaço ao surgimento de novas práticas, uma vez que todos se interessavam em participar e mesmo que não pudesse pela falta que equipamento, poderia conferir os resultados nas festas e mostras que aconteciam durante os festivais.

Também no ano de 1957 o Cine Theatro Imperial (ainda em sua administração original), ficou fechado alguns meses para reforma e foi devolvido ao público no mesmo ano;

Reaberto em fins de maio último a seus freqüentadores, com sessões especiais, o Cine Imperial foi realmente um magnífico presente aos anapolinos. Com as suas 1007 poltronas novas, bem espaçadas, com declive regular, equipadas com lâmpadas embutidas nos corredores, aquele cinema tornou-se o ponto predileto dos anapolinos, que ali vão buscar distração para suas horas de lazer. (Revista A Cinqüentenária, 1957.).

A cidade contemplava poucas opções de lazer além do cinema, e muitas delas se relacionavam ao cinema freqüentemente. Teatros, grandes carnavais de rua e festas de âmbito social faziam parte dos acontecimentos periódicos na cidade. Segundo Ferreira (1979) o primeiro carnaval data de 1915 e em 1934 matinês aconteciam no Cine Áurea. Partidas de futebol e passeios pelas praças também eram diários e comuns, fazendo parte dos costumes e tradição local. Nas artes, a cidade contava ainda com grandes nomes na música e na literatura. “[...] Com a instalação do Cine Bruno, em 1924, e a posterior construção da praça que hoje tem o nome de James Fanstone, passou a população a contar com mais divertimentos”. (Ferreira, 1979:432).

Ainda em 1957 foi inaugurado o Cine Vera-Cruz com a exibição do filme “Helena de Tróia”. O cinema foi idealizado e construído pela família do Dr. Ivan Roriz que realizou também o Cine Santa Maria na década de 60 e posteriormente o Cine Bom Jesus. A família do senhor Ivan Roriz, nesse período, ainda era proprietária dos outros cinemas da cidade, os então cinemas Cine Theatro Imperial e o Cine Santana. O pai do Dr. Ivan Roriz comprou aos poucos as cotas dos referidos cinemas, tornando-se então o único possuidor.

A cidade gozava então de 5 cinemas (Imperial, Santana, Vera-Cruz, Santa Maria e Bom Jesus) que aos finais de semana exibiam 4 sessões, cada um, com fitas diferentes; as 14:00h, 16:00h, 19:30h e 21:30h, perfazendo um total de mais de 20 mil cinéfilos anapolinos

e de outras cidades interioranas aos sábados e domingos. Os cinemas eram grandes e tinham uma boa estrutura. O Cine Roxi (antigo Cine Teatro Imperial) contava com 650 lugares e possuía um balcão; o Cine Santana com 1200 lugares e também possuía um balcão; o Cine Vera-Cruz 850 lugares; o Cine Santa Maria 1000 lugares e ainda o Cine Bom Jesus com 600 lugares.

Os cinemas mais elitizados, onde fitas com um maior nível de instrução eram rodadas, eram os Cine Santana e Vera-Cruz.. Os cines Santa Maria, Imperial e posteriormente o Bom Jesus eram cinemas mais populares. De uma forma ou de outra o cinema instruía. Segundo o relato do senhor Ivan Roriz; “O cinema sempre foi um ponto de encontro e o cinema foi muito bom, porque melhorou muito a cultura do povo. A História Universal praticamente passou pelo cinema.”. (Ivan Roriz, entrevista no dia 28 de agosto de 2007).



Imagem 7 – Panfleto do Cine Theatro Imperial. Sem data.
Fonte: Acervo do Museu Histórico de Anápolis.

Assim percebe-se a influência do cinema na construção de representações. Novas e diferentes concepções surgem no cotidiano, assim como a construção de um imaginário sobre o cinema;

[...] Não é possível ignorar o impacto causado pela criação e difusão do cinema e outros meios de comunicação de massa na sociedade do século XX. Como objeto industrial, essencialmente, reproduzível e destinado às massas, o cinema revolucionou o sistema da arte, da profusão à difusão. Entre as mudanças ocorridas na sociedade nas primeiras décadas deste século, o historiador inglês Eric Hobsbawn inclui o surgimento das artes de massa em detrimento das artes de elite, e destaca o cinema, que iria influir decisivamente na “maneira como as pessoas percebem e estruturam o mundo”. (Kornis, 1992: 237.).

A ida ao cinema acontecia na maioria das vezes em família. Os rapazes tinham mais liberdade de irem sozinhos; as mocinhas iam acompanhadas dos pais e/ou familiares. Em alguns momentos as moças começaram a freqüentar o cinema em grupos de amigas ou ainda quando eram sessões “especiais só para moças”. O passeio iniciava-se com as famosas “linhadas” ou “*footing*” ou ainda o chamado “vai-vêm”. Essa prática social consistia em dar voltas e/ou percorrer um caminho pré-estabelecido. As pessoas se dividiam em grupos, sempre em gênero, e assim começavam os namoros. Um grupo de rapazes andava em determinado sentido e um grupo de moças andava em sentido oposto. Assim, trocavam olhares e códigos que era a paquera da época. Sobre as sessões especiais, divididas em gênero, aconteciam raras vezes, quando o filme exibia algum fato científico (como um parto, por exemplo), e/ou fitas de educação sexual. A restrição ao cinema, de sessões só para mulheres e sessões só para homens, exibindo a mesma fita, consistia nos limites da moral da época.

Com o *footing* as pessoas faziam vida social, andando nas ruas e praças da cidade. A ida ao cinema consistia nessa prática. Por um tempo o *footing* acontecia em torno da Praça João Pessoa, em frente do Cine Theatro Imperial, posteriormente ele se estendeu, abrangendo outras áreas da cidade. Segundo o senhor Ivan Roriz:

“Quando inaugurou o Cine Santana e com a decadência dessa parte da cidade o movimento passou pra cá, o footing então era na Rua Barão do Rio Branco. Começava aqui na esquina da Barão com a Manoel d’Abadia (antiga Antonio Carlos), e ia até lá na praça. Todo dia uma turma subia e outra descia e ficava assim até na hora de começar a 1ª sessão, então boa parte entrava na 1ª sessão e outras ficavam andando até a 2ª sessão. Isso também acontecia no Imperial.” (Ivan Roriz, entrevista no dia 28 de agosto de 2007)

A parte decadente da cidade mencionada é justamente a área do Cine Imperial, que passou a ser menos valorizada com a inauguração do Cine Santana. O *footing* que acontecia no Imperial concentrava-se na Praça João Pessoa.

A partir da década de 70 o cinema sofre algumas baixas. O governo criou leis de incentivo à produção cinematográfica brasileira, impondo quantidade de dias obrigatórios para serem exibidos filmes nacionais em todos os cinemas do país. Em meados dos anos 70, a quantidade de dias chegaram a 110 dias, o que dificultava muito a renda dos proprietários de cinema; a produção era pouca, os filmes eram ruins e não havia público. Nessa mesma época começou uma produção chamada pornochanchada, um gênero cinematográfico de âmbito nacional que continha conteúdos erótico e piadas. Nas cidades interioranas, como Anápolis,

essa produção não foi muito bem recebida, tirando assim das salas de cinema um público antigo que era muito conservador.

Assim os cinemas de calçada da cidade, os 5 cinemas, entram em decadência, passando por momentos de dificuldade, vividos somente pelo contexto interiorano da cidade, uma vez que em São Paulo e Rio de Janeiro os movimentos de contra-cultura gritavam por liberdade e expressão.

Considerações Finais

As atividades desenvolvidas pelos cinéfilos anapolinos verificam o surgimento de novas práticas sociais. O projeto de pesquisa que orienta este ensaio propõe-se discutir e averiguar a relação dessas práticas à vida cotidiana, às representações construídas e à memória local. Ainda em fase de desenvolvimento, o projeto busca verificar todas as hipóteses construídas, sendo que o trabalho será esclarecido com a finalização da pesquisa.

Bibliografia

FERREIRA, Haydée Jayme. Anápolis, sua vida, seu povo. Brasília, 1979.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

Jornal *O Anápolis*, edição de 27 de setembro de 1936.

KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

LE GOFF, Jacques. (org). *A História Nova*. 4ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LE MOS, Maria Teresa Toríbio Brittes e MORAES, Nilson Alves de. (org.). *Memória, Identidade e Representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

MATOS, Olgária. Os Arcanos do inteiramente outro. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e Memória, a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2001.

Revista *A Cinqüentenária*, edição única de 1957, não paginada.

IVAN RORIZ, entrevista realizada no dia 28 de agosto de 2007.

JOSÉ DA SILVA BUENO: MEDIAÇÕES DE PODER E CULTURA NA ERA DO RÁDIO EM RIBEIRÃO PRETO.

Tiago S. GIORGIANI*.

Resumo: Nosso trabalho propõe uma reflexão sobre a complexa trama de mediações que a relação comunicação/ política/ cultura articularam em Ribeirão Preto na Era de Ouro do Rádio (1925 a 1950). Adentraremos a esse sistema de modernização, poder, valores e normas pela figura do professor José da Silva Bueno. Administrando a Rádio PRA-7 Bueno se tornou um astuto mediador político e cultural. Soube se aproveitar do nexos simbólico que sustenta o rádio e as formas como ele se ampara na memória, nos ritmos, nas formas e nos cenários de interação e repetição. Usou da ritualidade que foi – e que ainda é – escutar o rádio para racionalizar o espaço e o tempo da vida cotidiana. Assim, criou certas capacidades para impor regras aos jogos de significação e situação. Essas estratégias permitiram a ele - José da Silva Bueno - ser um dos mais influentes homens do interior paulista.

Palavras-chave: Rádio – Modernização – Ribeirão Preto.

Abstract: Our work considers a reflection on the complex tram of mediation that the relation communication / politics / culture had articulated in Ribeirão Preto in the Age of Gold of the Radio (1925 the 1950). We will enter to this system of modernization, power, values and norms for the figure of the teacher José Da Silva Bueno. Managing the Radio PRA-7 Bueno if it became a sly mediator cultural politician and. It knew to use to advantage itself of the symbolic nexus that supports the radio and the forms as it supports itself in the memory, the rhythms, the forms and the scenes of interaction and repetition. It used of the ritual that was - and that still it is - to listen to the radio to rationalize the space and the time of the daily life. Thus, it created certain capacities to impose rules to the signification games and situation. These strategies had allowed it - Jose Da Silva Bueno - to be one of the most influential men of the São Paulo inland.

Keywords: Radio – Modernization – Ribeirão Preto.

Introdução

Pretendemos, com este artigo, trazer a lume algumas considerações a respeito de nossas pesquisas. Ainda que nossos estudos não estejam concluídos, acreditamos já ser possível a exposição de parte de nossas discussões. Para isso, trabalhamos com os conceitos de modernidade, civilização e comunicação.

O cultivo do café transformou o interior do estado de São Paulo. Em marcha pelo oeste do estado, as lavouras desse grão, constituíram uma frente que se estendia desde o Vale do Paraíba até o nordeste paulista, incluindo a cidade de Ribeirão Preto. De meados do século XIX

* Pós-graduando em História, cultura e sociedade pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

até a terceira ou quarta década do século XX, é possível observar as transformações advindas da relação entre o capital cafeeiro e a cultura européia e, tardiamente, norte-americana que foram transpostas para cá por alguns poucos abastados que tinham a oportunidade de sair do Brasil em passeio pelo mundo e por outros muitos imigrantes que vendo seus países submersos pela fome e a miséria imposta pelas guerras desembarcavam no sertão do Brasil em busca de emprego e oportunidades¹.

Nesse período, medidas de saneamento foram implantadas no anseio de erradicar antigas mazelas coloniais, entre elas, as epidemias e o descaso com a higiene pública. Ao mesmo tempo, o novo regime republicano, buscando regenerar o país, intervinha aplicando aos pobres violência e exclusão. Acreditavam que dessa forma fosse possível limpar a miséria das ruas. Para eles era necessário parear o Brasil ao progresso e a modernidade desenvolvida nas capitais européias. Em Ribeirão Preto, maior produtora de café do mundo no início do século XX, essas ações não foram diferentes. A antiga vila, em muito pouco tempo, se transformou em uma metrópole. Palacetes, teatros e cabarés eram erguidos em meio aos casebres. Automóveis transitavam pelas ruas recém ladrilhadas. A urbanização proporcionava á cidade nova paisagem.

Contudo, a modernização não se limitou às transformações arquitetônicas e urbanísticas. Valores, até então, enraizados no espírito de cada caipira ribeirãoopretano diluíam-se frente a uma visão cada vez mais racional. As pessoas viviam um turbilhão de novas experiências e paradoxalmente o novo e o velho eram concomitantes. A cidade ganhava novos espaços e outros tantos iam sendo apropriados e revestidos de novos sentidos. Assim também aconteceu com o tempo: a linearidade cedeu lugar a uma multiplicidade e o que era experimentado pelo homem do campo cedeu lugar às diversas temporalidades da cidade. Existiam agora, os tempos do campo, dos bancos, dos cabarés e teatros, das ferrovias, das feiras, das indústrias, entre outros. O sentimento de unidade compartilhado pelos antigos moradores esfacelou-se e os diversos espaços e tempos passaram a coexistir dentro dos contornos da cidade.

Nesse cenário, em dezembro de 1924, no palácio do coronel Francisco Maximiliano Junqueira, um dos mais importantes cafeicultores da época, aconteceu a primeira reunião do

¹ Marshall Berman, estudioso da modernidade, do qual emprestamos alguns conceitos, acredita que haja uma dialética entre modernização e modernismo. Segundo ele “o pensamento atual sobre a modernidade se divide em dois compartimentos distintos, hermeticamente lacrados um em relação ao outro: “modernização” em economia e política, “modernismo” em arte, cultura e sensibilidade”. (BERMAN, 1982. p. 110).

Rádio Club de Ribeirão Preto. Segundo o Jornal A Cidade estavam presentes *elementos de destaque da nossa melhor sociedade. [...] Compareceram cerca de cinqüenta pessoas a reunião dentre as quais vários capitalistas e agricultores, tendo ficado resolvido à instalação de uma poderosa estação transmissora nesta cidade*².

Mediações políticas e culturais

Durante quase uma década, o Rádio Club realizou diversas transmissões e um bom número de novos experimentos, sempre com o propósito de pugnar o progresso da radiotelefonía no interior paulista. Entre os associados havia poucos amantes da radiodifusão, a grande maioria estava interessada nas possibilidades que poderia se alcançar com o desenvolvimento de uma emissora de rádio na cidade. Por algum tempo, as finanças e a manutenção do Rádio Club foram as principais preocupações da diretoria. No entanto, o sócio José Cláudio Louzada, comerciante e experiente radioamador, não media esforços para melhorar a potência e a qualidade dos transmissores. Foi dessa forma que Cláudio Louzada conheceu José da Silva Bueno, dentista e professor de eletricidade na cidade de Franca.

Louzada entrou em contato com professor com a finalidade de trocar conhecimentos técnicos. Depois de estreitarem amizade e alguns serviços prestados ao Rádio Club ribeirãopretano, em 1933, José da Silva Bueno se muda a Ribeirão Preto e se associa a Cláudio Louzada na firma *Louzada, Bueno & Cia*, empresa especializada em desenvolver e consertar estações de transmissão. Além disso, o senhor Bueno também se associa ao Rádio Club. Com a sociedade na empresa, ambos os técnicos passaram a ser os únicos membros da diretoria a depender da radiofonia para sobreviver. A Louzada & Bueno prestava serviços para emissoras de o todo estado, incluindo o próprio Rádio Club de Ribeirão Preto.

O interesse de Bueno fez com que ele se destacasse entre os membros do Rádio Club que em 1934, passou a usar o prefixo de PRA-7. Louzada e Bueno ainda estalaram no Club a primeira estação de ondas curtas do Brasil. No entanto, José Cláudio Louzada, já doente, faleceu em 1938. Dois anos depois, em 1941, o Rádio Club de Ribeirão Preto passa a ser uma sociedade anônima. José da Silva Bueno e Gescia Sampaio, esposa do falecido J.C. Louzada, se tornam acionistas da nova empresa que passa a ter Bueno como superintendente.

² Jornal A Cidade 27 de dezembro de 1924. Arquivo MIS Ribeirão Preto.

Com a morte de Louzada e a transformação do Rádio Club em Sociedade Anônima, na década de 1940, acentua-se um processo que já vinha ocorrendo. Com o passar dos anos o club foi se descaracterizando. Vários foram os motivos para que isso ocorresse. Sua fundação ocorreu em um momento de crise no café, era o final de um ciclo que enriqueceu muita gente, entre elas, muitos dos que compunham a diretoria do Club. Todos sabiam do potencial de comunicação à distância do rádio e acreditavam que essa seria uma das estratégias para continuar mantendo a hegemonia política da plutocracia ribeirãopretana. No entanto, os tempos afortunados do café nunca mais foram os mesmos e o cenário político mudou na década de 1930. Além disso, o próprio tempo, dissolveu parte dos primeiros associados. Entre os quais, uma das mais importantes figuras econômicas e políticas da cidade, o fazendeiro e coronel Francisco Maximiano Junqueira falecido em 1938. Esses fatos somados às dificuldades de gerir financeiramente o Club fizeram com que a Rádio para continuar suas atividades servisse não só a antiga elite ribeirãopretana, mas, agora também, aos novos líderes que surgiam.

Por esse prisma, José da Silva Bueno foi magistral. Enquanto a modernidade esfacelava a antiga elite ribeirãopretana e outras importantes figuras surgiam, Bueno, como poucos, intervinha e mediava as necessidades desses dois grupos que lutavam pela mesma realidade. Antigos senhores do café e seus aliados tentavam se manter no poder enquanto os novos burgueses buscavam a todo custo erguer o cetro. Nesse momento, a Rádio PRA-7 ganhou grande importância. Elemento fundamental de comunicação obteve papel de destaque nas estratégias de ambas as bases políticas. Foi assim, mediando interesses que José da Silva Bueno transformou a PRA-7 em uma das mais importantes emissoras do país.

Pedidos como os de espaços de tempo na programação para palanques políticos, matérias sobre pessoas importantes da sociedade e suas realizações e, até mesmo, o empréstimo de auditórios da Rádio para palestras ou reuniões eram convertidos em favores. Em pouco tempo, Bueno constituiu uma rede de emissoras pelo interior paulista. Durante a Era Vargas esquivou-se das intervenções e continuou dialogando com as diversas posições políticas.

Contudo, as atuações de José da Silva Bueno à frente dos interesses da Rádio PRA-7 não se limitaram a mediações de cunho político. As transformações geradas pela modernização de Ribeirão Preto trouxeram à cidade uma multiplicidade territorial. Espaços como os dos diversos imigrantes, os dos negros, dos ricos, os espaços de diversão e trabalho, entre outros, compunham o cenário moderno da cidade. Cada território tinha características próprias,

especificidades, culturas e costumes próprios. A Rádio PRA-7 dialogava com todos esses espaços. Se não fosse assim, se a Rádio não fosse bem ouvida, as pessoas importantes com as quais Bueno mantinha contato perderiam o interesse na PRA-7 enquanto veículo de comunicação.

Para que a comunicação entre a Rádio e os diversos espaços fossem possíveis era necessária uma programação que atendesse a todas as expectativas. Nesse sentido, a PRA-7 era polifônica. Sambas, choros, embolada e modinhas faziam parte do repertório juntamente com tangos e polcas. Ainda nessa diversidade musical, José da Silva Bueno fazia questão que fossem tocadas as músicas clássicas, as valsas, as operetas, os concertos, assim como o jazz, o fox trot e charleston. Isso porque, as rádios desse período ainda mantinham suas características iniciais de atuarem como meio de comunicação comprometido com a educação e com os “bons valores”.

Dessa forma, a Rádio PRA-7 também atuou enquanto mediadora cultural. Se inicialmente comprometida com ideais educacionais tocava ritmos ligados às elites, caso da valsa, da música clássica e os concertos, além do jazz e do fox trot que representavam a vanguarda da música moderna, ela se viu, para garantir sua própria sobrevivência, tendo que tocar músicas regionais que atendiam aos gostos mais populares. Com isso, a PRA-7 reinou como uma das mais ouvidas e importantes rádios do interior. Na regência desse sucesso, José da Silva Bueno montou seu império e por muitos foi considerado o Roquete Pinto do sertão.

Conclusão

Em um momento em que a modernização cafeeira demonstrava toda a sua dinâmica na região de Ribeirão Preto a Rádio PRA-7 demonstrou-se necessária. Como estratégia de manutenção do poder surgiu da iniciativa de ilustres plutocratas do café. No entanto, as transformações dos cenários políticos e econômicos somados as dificuldades de manutenção do Rádio Club emperraram por algum tempo o desenvolvimento de uma estação transmissora nessa região do estado de São Paulo. José da Silva Bueno, visionário modernista, ao se filiar ao quadro associativo da PRA-7 enxergou as possibilidades que esse veículo de comunicação poderia proporcionar.

Jogando com a memória e com o nexó simbólico intrínseco nas transmissões radiofônicas, Bueno soube utilizar-se do poder de sedução desse ícone da modernidade. Com uma programação que interagiu com as diversas culturas presentes na região de Ribeirão Preto

promoveu novas formas de sociabilização e novos hábitos. Com isso, os diversos espaços passam a se comunicar e um novo cenário, ainda mais dinâmico, surge na cidade. Isso foi o bastante para que políticos e negociantes se aproximassem desse fenômeno de comunicação. Dessa forma, José da Silva Bueno que já mediava as diferentes culturas passou a mediar também interesses políticos. À frente da Rádio PRA-7 Bueno utilizou-se dos jogos de interesses para promover suas próprias ações. Em vinte anos constituiu uma rede de rádios por todo o interior paulista. Tornou-se personagem ilustre em diversos meios. Soube como ninguém obter vantagens de sua posição.

Referências bibliográficas

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto:** da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros da primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: V&G Editora e gráfica, 1996.

GIORGIANI, T. S. **Pelos caminhos das palavras:** uma breve interpretação da Rádio P.R.A. – 7 a partir das suas representações. Centro Universitário “Barão de Mauá”, Ribeirão Preto, 2005 (Monografia de Conclusão de Curso).

BARBOSA FILHO, A. *Os gêneros no rádio paulista. Do pioneirismo ao advento da TV.* In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

DUARTE, G. R. *Sons de São Paulo:* a atividade radiofônica paulista nos anos 1930/40. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa - PR, v. 2, n. 2, 2005.

AMADEU AMARAL: ENTRE *LÍRICAS POPULARES* E POLÍTICAS PARA OS *POPULARES*, 1920-1925.

Ricardo Vidal Golovaty*

Resumo:

Este artigo objetiva debater parte da vida e obra de Amadeu Amaral, intelectual das décadas de 1900/1920 (hoje um *ilustre desconhecido*), no que tange às relações entre estudos de folclore e projetos de república para a regeneração da nação.

Palavras-chave: folclore, república, solidarismo.

Abstract:

This article purpose contend a fraction of life and work of the 1900-1920's intellectual Amadeu Amaral (today an *unknown illustrious*), which this relations of folklore studies and politic project's to the nation's regeneration.

Keywords: folklore, republic, solidarism.

Amadeu Amaral nasceu em Capivari (SP), no ano de 1875, e morreu na cidade de São Paulo, no ano de 1929. Jornalista, literato e folclorista, contribuiu em variados jornais e revistas como *A Farpa* e a *Revista do Brasil*, tendo parte majoritária de sua carreira em *O Estado de São Paulo*. Em 1919 ingressou na *Academia Brasileira de Letras*. Na política, foi um dos fundadores da *Liga Nacionalista* e do *Partido Democrático* com duas candidaturas derrotadas a deputado estadual.

O método aqui utilizado consiste no cruzamento dos escritos políticos e folclóricos de Amadeu Amaral. Essa abordagem permite que se visualize como interesses científicos e interesses políticos conviviam no seu pensamento. As relações entre projetos políticos e de estudos folclóricos para a república desdobram o objetivo de elucidar parte das tramas entre a história dos estudos da cultura popular e a história política do Brasil.

Minha opção de análise se desenvolve sobre um texto de 1921 de Amadeu Amaral intitulado *Um laboratório social*. Vou tentar trazer à tona alguns dos elementos constituintes do seu projeto político e compará-los com passagens do livro *Lições de Sociologia* de Durkheim, com vistas a levantar hipótese sobre a presença do *solidarismo francês* no pensamento de Amaral.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na linha de pesquisa Política e Imaginário. Participante de dois núcleos de pesquisa do Instituto de História (INHIS-UFU): POPULIS e NEPHISPO. Bolsista CAPES.

Tais comparações com Durkheim são no intuito de demonstrar a proximidade das questões que interessavam aos positivistas críticos do liberalismo em busca dos ideais de república, nação e democracia. A hipótese de que Amaral foi leitor de Durkheim é distante. Mas Amaral era leitor de Alfred Fouillée¹, um dos idealizadores do *solidarismo francês*, que por sua vez possui proximidades com Durkheim.²

O texto de Amaral será seguido quase na íntegra, pois é curto e de passagens significativas. Os anos de 1921-22 foram intensos para o escritor. Em 1921 Amaral dirigiu por seis meses a *Revista do Brasil* justamente no momento da campanha sanitária empreendida pela publicação. Atuou ainda como conferencista pelo interior de São Paulo, provavelmente preparando terreno para 1922, quando saiu candidato a deputado estadual pela Liga Nacionalista.

Um laboratório social não foi publicado logo após sua escrita. Ficou no meio dos papéis que Amaral organizou com vistas ao livro que reuniria seus ensaios políticos. Intitulado *Política Humana*, este só veio a lume em 1976 com o projeto *Obras de Amadeu Amaral* dirigido por Paulo Duarte. O texto se refere à visita do autor à fábrica de tecelagem do Dr. Jorge Street, a convite de um amigo que resolveu mostrar-lhe um local “exemplar” no trato com trabalhadores. O motivo foi uma espécie de resposta sobre outro artigo de Amaral, denominado *O crime organizado*, no qual fez denúncia sobre as precárias condições de trabalho nas fábricas de São Paulo. Criticava o caso de um garoto operário que ao fim da jornada do dia adormeceu no próprio chão da fábrica e, à noite, morreu atacado pelos cães de guarda do local.

É neste tom que o texto tem início:

Recebi, há dias, na redação, a visita de um amigo e travamos, mais ou menos, o seguinte diálogo: (...)

¹ Alfred Fouillée, pensador político da passagem do século XIX-XX e participante da voga de estudos de psicologia das massas (conjuntamente a autores como Henri Fournial, Scipio Sighele, Gustave Le Bon, Gabriel Tarde). Foi um dos fundadores do *solidarismo francês* (ao lado de Leon Bourgeois e C. Bouglé) como “oposição explícita à ala conservadora do catolicismo e ao liberalismo concorrencial com vistas à apreender o país verdadeiro mediante o estudo do comportamento de sua população.” O principal objetivo desta corrente seria trabalhar com os (...) *instrumentos da ciência social para elaborar uma doutrina filosófica. (...) um proposta ética dos direitos do homem, com a qual (...) pretendiam tecer uma rede solidária entre os indivíduos, soldando-os no sentimento social; tratava-se de uma moral de natureza laica que, segundo eles, seria indispensável à democracia. Entrevendo a possibilidade de oferecer uma alternativa antiindividualista ao socialismo, seus teóricos conferiam legitimidade à questão proletária e buscavam neutralizar os riscos da luta de classes por meio das associações, voluntárias ou não.* (BRESCIANI, 2005: 380-381) Entre outras obras publicadas por Fouillée estão *Psychologie du Peuple Français* (1898) e *La France au point de vue moral* (1900).

² Sem entrar nas questões teóricas de Durkheim, basta mencionar as utopias de uma sociedade bem organizada pela divisão do trabalho social e organizações patronais e dos trabalhadores, apresentada e desenvolvida principalmente nos prefácios e na introdução do clássico *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- Bem. Quer ver um estabelecimento industrial onde os operários e seus filhos são tratados como “gente”, - gente com sensibilidades, com idéias, com aspirações, com necessidades afetivas, intelectuais, estéticas... ?

- Que estabelecimento é esse?

- A fábrica de fiação, tecidos e estamperia “Maria Zélia”, do Dr. Jorge Street.

Pensei comigo: Dr. Jorge Street... Velho industrial e capitalista... homem viajado... Tem muito dinheiro; converte, naturalmente, por habilidade, umas migalhas de seus haveres em aparatoso engodo, destinado a fisgar o reconhecimento dos que lhe sacrificam os seus suores, o seu sangue... E, sem dúvida, julga-se credor da admiração pública, e arde por se ver coroado de louros! (...) (AMARAL, 1976a:57-58)

Desta impressão primeira Amaral surpreende-se quando chega à fábrica. O artigo ganha ares de etnografia, de descrição da sua passagem pelas instalações fabris e vila operária:

Descemos à porta de um vasto edifício moderno – sólido, simples, elegante, banhado de luz por todos os cantos. Os ladrilhos, os soalhos, as paredes, os móveis, tudo impecavelmente asseado, sob uma ablução mansa de luz. Salas amplas, com carteiras americanas, com grandes lousas, com globos terrestres, mapas e o mais, e, sentadas em filas diante de professoras normalistas, diligentes e amoráveis, dezenas de crianças de sete a doze anos, muito limpinhas e muito tranqüilas. No saguão, uma das jovens mestras, batendo as palmas, com esse ar severo e carinhoso que é o segredo encantador das mulheres inteligentes e boas, fazia evoluir lentamente uma classe, em descanso entre duas aulas. (AMARAL, 1976a:58-59)

Olhar do higienista atento à ordem, clareza e organização do local. O prédio é moderno e ao mesmo tempo simples, correto e acolhedor, posto que a instalação seja uma parte da escola da fábrica. As crianças se encontram comportadas sob os olhares severos e carinhosos das jovens normalistas. Amadeu Amaral teve como uma das pautas de sua campanha a deputado a condição da criança, defendendo a necessidade de corretas instituições para educação destas. Parte deste projeto pode ser entendida na próxima passagem:

(...) Esses estabelecimentos, rigorosamente concatenados, recebem, zelam, tratam e educam as crianças desde que nascem até completarem quatorze anos – quando os pais não as retiram antes dessa idade, ou por mudança, ou por entenderem que elas já não precisam de mais cuidados nem mais ensino. As crianças que completam o seu período educativo nos estabelecimentos da fábrica têm, chegado à idade legal, colocação garantida ali mesmo, na seção de fiação, na de tecelagem ou na de estamperia, de acordo com o seu natural pendor e as suas aptidões, todas rigorosamente observadas e registradas durante o tempo de escola (...). (AMARAL, 1976a: 60)

O desejo de engenharia social³ como engenharia das aptidões das pessoas pressupõe o clássico tema da divisão do trabalho social. Trabalho e moralidade (familiar e profissional) caminham juntos como modos de enquadramento e organização da sociedade. É notável que o

³ Este texto tem suas noções de *engenharia, engajamento e assimilação* inspirados em BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

autor sugira que as aptidões naturais são encontradas em apenas um ambiente social, ou seja, não há necessidade de, entre as gerações de uma mesma família, haver qualquer tipo de mudança profissional posto que sua adequação técnica e espiritual já se encontra formatada.⁴ O importante nesta seção do projeto é o indivíduo bem organizado, longe de vícios, com boa educação moral e disposição e envolvimento com seu trabalho.

Portanto, como planejar e construir cientificamente um projeto desta natureza? No trecho anterior aparecem observações e registros escolares. Mas a fábrica possui uma vila operária passível de controle cotidiano.

Começamos a segunda parte da nossa excursão – as visitas aos demais estabelecimentos da pequena cidade-modelo. São todos os que as pequenas cidades cá por fora deviam possuir, e nem sempre possuem. Limitar-me-ei a uma rápida enumeração, pois não posso dar a este artigo as dimensões de um relatório: uma igreja, (...) um clube de música e um clube de futebol (...); um armazém onde os moradores da vila se abastecem, querendo, a preço de custo, de gêneros alimentícios, tecidos, ferragens etc; um grande e belo teatro (...) em construção (...); uma farmácia (...); um posto médico. (AMARAL, 1976a: 60)

A fábrica é entendida como comunidade. Há racionalização do espaço de trabalho e ainda do próprio lazer do trabalhador. Controle e eficiência baseados num cenário de intermitente fiscalização. Emerge assim a figura do médico como engenheiro da saúde física e social.

Junto a esse posto está o escritório do chefe do serviço clínico, o Dr. Proença de Gouvêa, (...) O doutor, na verdade, reúne ao exercício da arte de curar os esforços de um higienista e de um educador. Além dos serviços pediátricos já aludidos, há ainda, “extramuros”, uma vigilância que redundava numa verdadeira obra de educação higiênica das famílias. Em começo, por exemplo, aconteceu que muitas criancinhas, passando todos os dias da semana entregues à creche, com perfeita saúde, saíam no sábado, gordas, mansas, magníficas, para voltarem doentes na segunda-feira, e doentes, as mais das vezes, dos intestinos, mercê da alimentação irracional recebida em casa. Hoje, graças aos esforços educativos desenvolvidos sob a direção daquele médico, esses deploráveis erros vão cessando. (AMARAL, 1976a: 61)

A vigilância se dá sobre o corpo do trabalhador e sua família. O controle é racionalizado. Sobre a unidade social ou moral familiar faz-se necessário saber “(...) se ela

⁴ E, dado mesmo que a vida de cada criança não fosse, em grande parte, predeterminada pela hereditariedade, a diversidade moral das profissões não deixaria de acarretar, como conseqüência, grande diversidade pedagógica. Cada profissão constitui um meio sui generis, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, meio que é regido por certas idéias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas; e, como a criança deve ser preparada em vista de certa função, a que será chamada a preencher, a educação não pode ser a mesma, desde certa idade, para todos os indivíduos. Eis porque vemos, em todos os países civilizados, a tendência que ela manifesta para ser, cada vez mais, diversificada e especializada; e essa especialização, dia a dia, se torna mais precoce. A heterogeneidade que assim se produz, não repousa, (...) sobre injustas desigualdades; todavia não é menor. Para encontrar um tipo de educação absolutamente homogêneo e igualitário, seria necessário remontar até às sociedades pré-históricas, (...) tal espécie de sociedade não representa senão um momento imaginário na história da humanidade. (DURKHEIM, 1974: 40)

ainda é um foco de moralidade, uma escola de devoção, de abnegação, de comunhão moral.” Dado que “A família é um grupo que abarca a totalidade da existência, nada lhe escapa; tudo repercute nela. É uma miniatura da sociedade política.” (DURKHEIM, 2002: 34-35) Neste sentido

(...) a vigilância higiênica não se exerce apenas com relação aos acidentes e com relação às crianças. O Dr. Gouvêa tem no seu escritório, dentro de um pequeno móvel, pronto para ser compulsado a todo momento, com extrema facilidade, um conjunto completo de informações sobre cada um dos habitantes da vila: suas medidas de estatura, envergadura e peso, seus caracteres somáticos, seus índices de acuidade sensorial, enfim, tudo quanto possa interessar-se a uma completa fiscalização da saúde a um justo aproveitamento das aptidões.

As crianças têm igualmente as suas fichas, onde além das indicações gerais se encontram as relativas aos respectivos tipos mentais, tendências, capacidades, falhas etc. Assim, a qualidade e quantidade de instrução a ministrar, senão a cada um, ao menos a cada grupo distinto, é regulada com a possível precisão, além de determinarem os cuidados e correções especiais que cada criança reclama.

À enorme e intuitiva utilidade imediata de semelhante serviço acresce um grande valor especulativo. Acumulando essas indicações, o estabelecimento possuirá dentro de alguns anos um precioso material de observação, capaz de fornecer bases positivas e exatas a interessantes estudos antropológicos e outros que com estes se relacionem. (AMARAL, 1976a: 61-62)

A engenharia humana é engenharia social em forma de controle de trabalho e controle de família. O arquivo mencionado demonstra como Amaral ansiava por estes tipos de dados e por instituições capazes de fazer avançar as ciências sociais e psicológicas no Brasil. A psicologia social faria o trabalho de compreensão e manipulação dos valores e crenças populares (via estudo do folclore) enquanto arregimentação e organização das capacidades humanas e sociais. Daí a preocupação com os exemplos cívicos dos políticos e do Estado enquanto maneiras de construção de correntes sociais: fazer idéias se tornarem energias sociais. Formas de manutenção da coesão ao capacitar crianças e jovens à divisão do trabalho:

(...) Visitem-na, sobretudo os senhores legisladores e governantes. Vão lá, sem pompa e sem preparativos, cheguem, examinem, indaguem, critiquem. Aquilo, quer como obra de previdência e de harmonia, quer como obra pedagógica e eugênica, constitui um soberbo exemplo de elevação de propósitos, de continuidade de ação, de ordem e método, com que não pouco terão que aprender os que fazem leis e as executam.

Estes senhores não têm já o direito sequer de ignorar tão admirável iniciativa privada.

Finalmente, seria muito para se desejar que fizessem uma visita à vila Maria Zélia os alunos das nossas escolas, os pequenos e os moços. Nada se tem feito entre nós, ou quase nada, no sentido de dignificar e prestigiar o trabalho perante as gerações novas, de combater o parasitismo, a indolência, o temor à necessidade de ganhar o pão com esforço próprio. É preciso que os nossos jovens, em presença de uma organização onde o trabalho não parece uma pena, mas condição de tranqüilidade, de bem-estar e de estima, aprendam, ao mesmo tempo, a amar o trabalho e a querê-lo cercado assim de garantias e de consideração por toda parte. A vila Maria Zélia é um laboratório de experiências sociais, onde todos temos muito que ver, e é o mais belo ornamento desta cidade prosaica. (AMARAL, 1976a: 64)

Os exemplos que Amaral sugere permitem rastrear como ele concebia o Estado como órgão social. Tal como em Durkheim, ele é o cérebro do corpo social, cujas funções são criar as representações políticas, isto é, aquelas coerentes com o que *deve ser* a sociedade por ele racionalizada/planejada. Já a execução fica a par dos funcionários, políticos e instituições (públicas e privadas), pois o Estado não se confunde com o poder executivo: há diferenças entre a função de pensar e criar representações e as funções de execução.⁵

Se de um lado o Estado racionaliza os projetos de engenharia social, do outro há necessidade de chamar os cidadãos mediante ganchos que não sejam somente idéias científicas. Próximo a Durkheim, que concebe as representações coletivas como mais fluídas e dispersas que as representações criadas pelo Estado, Amaral afirma a necessidade de saber falar ao povo mediante sentimentos, dado as limitações das idéias científicas para este tipo de engajamento e assimilação ao seu projeto político (engenharia social) e folclórico (unindo ciência e tradições locais):

É ponto que merece atenção a falta do elemento tradicional na formação moral da nossa juventude. Se o Brasil é um país pobre em tradições, entendidas no sentido amplo, as nossas escolas, dir-se-ia, não se esforçam senão por aumentar essa pobreza e torná-la em verdadeira miséria. (...)

Há o ensino da história, há o ensino cívico. Trata-se porém de um ensino intelectual, arquetizado, combinado e transmitido à luz de critérios lógicos, racionais, sem dúvida utilíssimo, mas de resultados modestos. Dirige-se sobretudo à inteligência. (...)

As tradições não. Estas falam à inteligência de todos através do sentimento comum, e quando aquela as aceita, as amorfoseia, as exalta, não faz senão reforçar o íntimo prestígio que elas já exercem no coração. É próprio delas infiltrarem-se dentro de nós sem que demos por isso, excitarem a nossa imaginação, associarem-se a todos os nossos afectos simpáticos e a todas as nossas paixões amáveis, aderirem aos nossos hábitos mais caros, e irem assim formando em nosso espírito centros de concepções enérgicos e irradiantes, intimamente engrenados com todas as forças da alma. (...) dão-nos a percepção do irresistível enlaçamento que nos conjuga ao torrão nativo, independente de todo raciocínio, antes de qualquer reflexão, e mesmo contra a nossa vontade. Nada, pois, pode ultrapassar o poder, digamos nacionalizador, da tradição. (...)

⁵ (...) o Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações distinguem-se das outras representações coletivas por seu maior grau de consciência e de reflexão.

Talvez haja quem se surpreenda ao nos ver, assim, excluir de nossa definição toda idéia de ação, de execução, de realização exterior. Afinal, diz-se correntemente dessa parte do Estado, ou pelo menos do que se chama mais especialmente de governo, que ele contém o poder executivo. Mas a expressão é totalmente imprópria: o Estado não executa nada. O Conselho dos Ministros, o príncipe, tanto quanto o Parlamento, não agem por si mesmos; eles dão ordens para que se aja. Organizam idéias, sentimentos, depreendem resoluções, transmitem essas resoluções a outros órgãos que as executam; mas seu papel limita-se a isso. (...) Toda a vida do Estado propriamente dito se passa não em ações exteriores, em movimentos, mas em deliberações, ou seja, em representações. Os encarregados pelos movimentos são outros, são as administrações de todos os tipos. Vê-se a diferença que há entre elas e o Estado; essa diferença é igualmente a que separa o sistema muscular do sistema nervoso central. Nas condições presentes, esse pensamento está voltado para um objetivo prático e não especulativo. O Estado, pelo menos em geral, não pensa por pensar, para construir sistemas de doutrinas, mas para dirigir a conduta coletiva. Nem por isso sua função essencial deixa de ser pensar. (DURKHEIM, 2002: 71-72)

Se é verdade que nem todas as tradições são boas e recomendáveis, e é verdade também que o excessivo apêgo às tradições, quando estas se consubstanciam em regras e pautas impostas à actividade política, económica, artística ou literária, pode tornar-se uma espécie de tirania tão detestável como qualquer outra. Isto porém, são considerações à parte. (AMARAL, 1976b: 30-32)

Este pequeno matiz que Amaral apresenta do nacionalismo ao mencionar provavelmente seus perigos bélicos e tirânicos tem como complemento a caracterização de *política humana* apresentada como espécie de introdução ao livro de título homônimo. Nele Amaral propõe e explicita que

As nossas idéias políticas, económicas e sociais giram a maior parte das vezes em torno de teorias, de utopias, de convenções, de ficções, de abstrações, de trapalhadas. Devem girar em torno do homem; resguardar, levantar, robustecer, valorizar, dignificar o homem, nos seus direitos, nas suas necessidades, nos seus pendores razoáveis, nas suas aspirações justas; compenetrar-se de que um povo é composto de homens e não de classes, não de partidos, não de religiões, não de categorias, não de grupos, não de raças, não de entidades mais ou menos fictícias, ou mais ou menos abstratas, mas de homens, todos de carne e osso, todos com estômago, cérebro e coração, todos com boas tendências que é preciso cultivar e desenvolver, com más tendências que é preciso prevenir e reprimir, com possibilidades insondáveis que é necessário despertar, estimular, guiar, organizar. Operando este deslocamento, isto feito, teremos então a mais patriótica, a mais sábia, a mais fecunda das políticas, porque não será uma política democrática, nem conservadora, nem liberal, nem clerical, nem militarista, nem nacionalista, mas, apenas, ou antes de mais nada, uma política humana, procurando distinguir e ficar, por baixo de todos os véus da retórica, da abstração e do teonismo, a profunda e palpitante realidade da vida e das condições humanas dentro das raias do nosso país. (AMARAL, 1976a: 9)

Esta fusão de patriotismo e humanismo supõe compensação e/ou aproximação entre sentimentos e objetivos localistas e universalistas. É possível interpretar que a base de sustentação do diálogo entre os dois pólos seria a ciência - que mediante seu método universal paradoxalmente⁶ compreenderia a singular psicologia e devida organização política da nação/povo - e o Estado, que como já salientado, é o pensador por excelência das representações coletivas e organizador das medidas políticas.⁷

⁶ Segundo Stella Bresciani este paradoxo é lugar comum nos nacionalismos dos primeiros anos do século XX dado que (...) conferiam validade universal aos assim denominados métodos de análise objetivos e/ou científicos, sem se indagarem sobre o solo em que haviam sido formulados. (...) importar idéias políticas (...) constituiria um erro político primário; contudo, fazer uso de modelos de análise (...) de teorias sociológicas (...) significaria partilhar com a comunidade internacional de cientistas o domínio comum de conhecimentos obtidos (...). Tudo se passa como se fosse possível estabelecer uma ruptura radical entre política, sempre recortada pelo pressuposto nacional, e ciência, cuja isenção e objetividade lhe dariam um caráter universal. (BRESCIANI, 2005: 171)

⁷ Sobre as oposições entre sentimentos nacionais e sentimentos universais Durkheim também as desenvolve em nome do humano. Segundo o sociólogo há (...) um meio de conciliar esses dois sentimentos. É o ideal nacional confundir-se com o ideal humano; é os Estados particulares se tornarem, cada um com suas forças, os órgãos pelos quais se realize esse ideal geral. Que cada Estado dê a si mesmo como tarefa essencial, não a de crescer, de estender suas fronteiras, mas a de dispor da melhor maneira possível sua autonomia, de convocar para a vida moral cada vez mais elevada o maior número possível de seus membros, e então desaparecerá toda contradição entre a moral nacional e a moral humana. Que o Estado não tenha outro objetivo senão o de fazer

Desta feita, uma das funções do nacionalismo seria contribuir com a própria ciência e consciência coletiva nacional. Quando discursou na *ABL* defendendo proposta de criação de uma ala específica de estudos de folclore nesta instituição, Amaral argumentou que a ciência brasileira deveria ser

(...) uma ciência não apenas feita da generalidades aprendidas e de verdades por outrem descobertas e alhures verificadas, mas também construída com os “nossos” recursos, baseada na observação directa e independente das “nossas” coisas, impulsada pelas iniciativas livres na “nossa” natureza, e assim capaz de não ser apenas aluna submissa da grande ciência universal e sem pátria, mas colaboradora operosa e original, que a enriqueça e também a corrija, que é maneira não menos valiosa de enriquecer. (AMARAL, 1976b: 29)

Essa defesa de Amadeu Amaral na *ABL* contribui para o entendimento de como seu projeto político envolvia os ideais de ciência folclórica e nação, de Estado e república, de trabalho e solidariedade social embebidos nos anseios da engenharia social e assimilação do que o *projeto solidarista* classificava como diferenças morais, raciais e de classe brasileiras. Como escritor e representante do jornal *O Estado de São Paulo* e da *Revista do Brasil* Amaral pode ser visto como um dos representantes ou, ao menos, como um dos pensadores específicos da questão social/nacional desses periódicos e grupos políticos.

Referências bibliográficas:

- AMARAL, Amadeu. *Política Humana*. São Paulo: Hucitec; SCET-CEC, 1976a.
- AMARAL, Amadeu. *Tradições Populares*. São Paulo: Hucitec; SCET-CEC, 1976b.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- DURKHEIM, E. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora, in: FORACCHI, Marialice. PEREIRA, Luiz. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p.34-48.
- DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CULTURA POPULAR: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES ACERCA DO “BANCO DO CAPETA”.

Wilson de Souza Gomes*

Resumo

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no município de Santa Fé de Goiás, onde propomos analisar e debater as construções imaginárias cristãs que compõem a cultura popular desse município e região. Assim, em nosso recorte espacial e temporal, discutimos as representações que envolvem a criação do popular “Banco do Capeta” no município de Santa Fé de Goiás, na Serra do Tira Pressa, nos anos de 1970 a 1980.

Palavras-chaves: Cultura Popular, Imaginário e Representação.

Résumé

Ce travail est résultat d'une recherche exécutée dans la ville de Santa Fé de Goiás, où nous considérons analyser et discuter les constructions imaginaires chrétiennes qui composent la culture populaire de ces ville et région. Ainsi, dans le notre espace et coupure séculaire, nous discutons les représentations qui comportent la création de la « banque populaire du Capeta » dans la ville de Santa Fé de Goiás, dans la chaîne de montagne de la Tira Pressa, em années de 1970 le 1980.

Mot-clefs: Culture et représentation populaires et imaginaires

Algumas evidências demonstram a passagem do indígena na região que está situada o município de Santa Fé de Goiás, na Serra do Tira Pressa, no local conhecido como “Banco do Capeta”. Neste trabalho não iremos interpretar as inscrições na rocha, isso porque, explicar as figuras requer um trabalho minucioso e refinado de cunho Histórico-antropológico, analisando e pontuando toda a gama cultural e simbólica que possui os “desenhos na rocha”; focaremos nossa atenção no conflito simbólico do branco para com o indígena.

Assim, encontram-se pessoas nesse município, que esboçam um comportamento inquietante, elas crêem que os desenhos na rocha é a forma que o diabo tem de manifesta sua força. Os populares vêem aquilo como algo verdadeiro e presente no cotidiano sendo incorporada, transformada e assimilada pela cultura desses como real. Vejam que esse aspecto faz

* Universidade Estadual de Goiás/Unidade Universitária de Jussara; Graduado em História.

parte da cultura popular e que ao mesmo tempo em que incorpora e reproduz certas tradições, também cria seus traços próprios, dá vida às relações supra-sensíveis. Na pesquisa de campo e nas conversas informais, encontramos pessoas que acreditam fielmente na existência de forças inexplicáveis. É um lugar cercado de montanhas e rios e que segundo os populares habita o ser do mal. Há pessoas que vêem aquele local como um lugar de magia, de forças mágicas vindas do além, que demonstram certo receio em falar sobre o suposto “Banco de Capeta”. E há alguns que tratam do assunto com muita naturalidade, reconhecem naquelas inscrições traços de uma cultura indígena. Percebemos nos dois casos os seguintes aspectos: os primeiros eram pessoas mais humildes com pouca ou nenhuma escolaridade e uma religiosidade muito forte, no segundo caso, temos pessoas com um maior grau de instrução.

Segundo o professor ATAÍDES (1998), que o Brasil já fora ocupado por populações caçadoras e coletoras que usavam instrumentos como dardo, arco e flecha. A arqueologia estuda Goiás a partir de 1970, e encontram populações indígenas de horticultores, caçadores e ceramistas. Assim, encontramos cerâmica nas localidades da microrregião do Rio Vermelho, que inclui municípios de Itapirapuã, Jussara, Aruanã, Britânia e Santa Fé de Goiás. As cerâmicas possuem semelhanças nas formas, ou seja, sem decoração. Do mesmo modo, temos outra evidências que são as formações dos sítios, onde temos desenhos inscritos nas rochas, como é o caso do “Banco do Capeta” sendo ordenados em forma de ferradura como defende ATAÍDES (1998) e BARBOSA (1974). No ano de 1970 estes afirmam que tribos indígenas passaram pelo local e deixaram registrados elementos de sua cultura. Assim temos que “o estilo - de desenho - é caracterizado pela representação de geométricos e zoomorfos estilizados em grandes dimensões. Gravuras semelhantes em lajedos são bastante comuns nas bacias do Araguaia e Tocantins.” (BARBOSA, 1974: 34). Com isso, às evidências demonstram o homem sendo o responsável pelo registro do desenho nas rochas.

Desse modo, entendermos o motivo no qual a comunidade de Santa Fé de Goiás nomeiam as inscrições indígenas no lajedado da Serra do Tira Pressa como sendo feitas por algo sobrenatural, além de defender que as pessoas que visitam o local ficam ricas, ganham dinheiro; afinal, segundo os populares lá se encontra o “Banco do Capeta”, diante disso, percebemos um confronto, não físico, mas imaginário entre as culturas cristãs e indígenas. Assim, buscamos uma relação e uma discussão que venha compreender algumas questões: quais as causas e efeitos das

inscrições na rocha ou lajedo, o homem ou o sobrenatural? Qual a origem real de tais definições sobre as inscrições no lajedo?

Para a primeira questão apresentamos evidências que a responde, para a segunda questão temos que o povoamento da região Centro-Oeste é fruto de uma ação idealizada e trabalhada no governo Vargas desde a década de 1930, onde se buscava o preenchimento de espaços vazios e a “válvula de escape” dos conflitos das zonas urbanas. O interior tinha que produzir para abastecer o centro urbano de matéria-prima e alimentos. “A colonização do país buscava a fixação do trabalhador nacional pela concessão de terra e pelo amparo e assistência técnica e social do governo. Os núcleos agrícolas ou agroindustriais deveriam selecionar lavradores e localizá-los em certas regiões”. (GOMES, 1982:163). Assim, o brasileiro se desloca para novas terras buscando o interior do país.

Essas pessoas vinham com o intuito de produzir riquezas, conseguir melhorar sua condição de vida. A ascensão social estava no trabalho sem qualquer diferenciação entre intelectual ou braçal. Segundo os idealizadores, o campo é a fonte primária de bens, sendo assim, deve auxiliar a cidade no combate à pobreza. Todo cidadão deve procurar meios para manter a ordem social do trabalho. É nesse contexto que o município de Santa Fé de Goiás é povoado por indivíduos do sertão nordestino, além de regiões do sudeste e sul do país. Nas suas bagagens traziam consigo não apenas as roupas e móveis, eles carregavam dentro da memória um conjunto de mitos e ritos típicos do homem do sertão, onde a ação cristianizadora de motivá-los a serem combatentes do mal, guerreiros guiados pela Igreja Católica, que vê em tudo que não enquadra nos seus ditames, como algo de outro mundo, o mundo do mal.

De acordo com FALCON (2000:102) “O homem é um ser que busca o sentido e ao mesmo tempo cria este sentido, o qual nada mais é do que a “significação imaginária social”. E é nessa construção que encontramos na história das idéias das instituições, das artes, da literatura, das mentalidades e dos movimentos políticos, sociais e religiosos o sentido buscado pelo homem, e que é, caracterizado pela construção cultural sistematizada nas instituições políticas e religiosas.

As instituições fragmentam a realidade e constroem verdades últimas e centralizadoras, onde o sujeito não tem outro papel, a não ser a submissão, e isso se torna uma constante, que é transmitida de geração para geração, a oralidade repassa todo esse estado de crenças e verdades. Ao falarmos de instituições, controles ideológicos e culturais, encontramos uma das maiores e antigas instituições: a Igreja Católica. Com ela sua mentalidade cristã, estruturalmente carregada

de conflitos, lutas entre o profano e o sagrado, o bem e o mal, que está presente em nossos dias e especificamente com o nosso tema. Pois o estudo das mentalidades enquanto conceito implica na interpretação do enigma sobre milenarismo, feitiçaria e heresia. Sendo a mentalidade o alimento da humanidade, devemos analisar e descobrir as manifestações mágicas que dão as características e práticas de cada época. Afinal “o homem não vive somente de pão, a história não tinha mesmo pão ela se alimenta senão de esqueletos agitados por uma dança macabra de autônomos” (LE GOFF, 1995:77).

O estudo das relações atuais, com as passadas, nos trás respostas, ou parte delas, isso para compreendermos as heranças das continuidades tradicionais. A mentalidade se traduz na forma particular de um povo pensar e agir. As instituições buscam moldar isso, com o objetivo de dominar a sociedade para serem mais fáceis de controlar, não oferecendo risco ao seu poder.

O homem do sertão que irá povoar Santa Fé de Goiás, vê no conjunto cerimonial indígena um ser não cristão carregado do mal. Com isso, cria-se um conflito simbólico, a constante luta entre o bem cristão e o mal pagão que se encarna no Diabo. O homem da modernidade e contemporaneidade carrega inconscientemente fragmentos da memória formada por diferentes estratos da sociedade tradicional. Na comunidade sertaneja isto é mais forte e constante. Assim, temos que “o essencial vem da difusão do cristianismo como religião e como ideologia dominante e do quase monopólio que a igreja conquista no domínio intelectual”. (LE GOFF, 2003:438). A cristianização da memória gira em torno de traços tradicionais que influem em nossa sociedade e nas relações humanísticas, onde o indígena e principalmente sua cultura são vista como fantasmagórica ou diabólica. Assim, nesse município as pessoas ao mesmo tempo em que brincam dizendo que lá na Serra do Tira Pressa, no “Banco do Capeta”, não existe nada, elas demonstram certo receio de passar, ou mesmo de ir ao local do suposto banco. Pode ser uma lenda, mas o medo ainda persiste, e o perigo de ser tentado e da sua alma ir para o inferno tem efeitos no seu comportamento.

Seguindo esse aspecto notamos que o uso dos sistemas simbólicos como instrumento de conhecimento e de comunicação, possui uma estrutura dentro de uma ordem que é estabelecida como natural segundo BOURDIEU (2001), com o objetivo de ajustar a sociedade de modo uniforme. Com isso, o poder simbólico é dotado da construção do real, e que estabelece uma ordem, um sentido imediato do mundo. A história do imaginário cristão trás consigo uma marca da cristianização européia do mundo, sendo esta resignificada pelo sertanejo.

Com isso, deve-se levar em conta a presença de certas continuidades. É evidente a existência de um sistema de representações construído que transforma elementos naturais em algo sobrenatural. Então, assistimos a um conteúdo simbólico produzido de modo a articular o que é realidade, e o que é, imaginado. Os vivos estão em um mundo onde o além-tumba, o universo invisível de seres sobrenaturais, ficção, magia e outros, são ferozmente de modo maniqueísta levados, a um combate sem trégua; como afirma NOGUEIRA (2002). A luta entre o bem e o mal é datada logo após a criação do homem por Deus.

Com isso, analisando a história da mentalidade cristã, encontramos o sentido dado às condutas das pessoas no município de Santa Fé de Goiás, ao tratar as inscrições na rocha como algo feito pelo sobrenatural, e, assimilá-lo, à figura do mal, nada mais é do que reviver a mentalidade cristã. Atribuir às inscrições indígenas como sendo algo feito pelo Diabo é uma destas ações.

A construção de uma doutrina única, a idéia de que o bem é pautado em um Deus único todo poderoso, leva fiéis a crença de que povos de tradições diferentes, são a encarnação do mal; nesse caso o indígena. Sendo o Diabo a causa de todas os tormentos, ele deve ser combatido e expulso da face da terra, para não causar nenhum mal à humanidade. Ou então, que no mínimo seus seguidores convertam-se para serem salvos do mal que lhes perseguiu. De acordo com o que BOURDIEU (2001) nos apresenta, dentro desse conjunto simbólico temos a ideologia como um conjunto de mitos que controlam a coletividade. A cultura dominante faz uma contribuição para que as criações fictícias da sociedade estejam estabelecidas em ordem para que molde à consciência dos dominados. Legitimando seu domínio sem distinção entre dominados e dominadores. O poder simbólico é invisível, mas, se materializa através das instituições para domesticar os dominados, ou a fração envolvida nas lutas de vida cotidiana.

Assim, na ótica cristã, a cultura dita pagã é onde reside o Diabo. E a fé cristã concede poder para seus fiéis exorcizem outros seres humanos possuídos por esse agente do mal. E é privilégio de cada cristão combater e resistir ao mal; a cada vitória cristã há o prêmio de remeter o diabo ao inferno, e esse não tentar novos seres humanos.

Um exemplo que podemos usar para tornar a discussão mais esclarecedora perante nosso objeto: é a dos bandeirantes que ao penetrar no interior do território brasileiro, estava tendo suas ações justificadas: o seu combate era “justo” e necessário para a conquista de escravos e fiéis e o extermínio dos que demonstrassem resistência.

E através desse exemplo-relação afirmamos a permanência de traços tradicionais na sociedade moderna. E isso, estimula a imaginação do homem a criar mitos, transformar a realidade em ficção. E esse aspecto está dentro da complexidade e cerimoniais da cultura popular. LABROUSSE nos fala o seguinte: “o social é mais lento que o econômico e o mental mais lento do que o social”. (apud, LE GOFF, 1995:69). Por isso há uma permanência, uma demora uma lenta mudança na mentalidade.

Para CHARTIER (1995) a cultura popular esta presente em qualquer ação humana, numa fala, na ação oral, comunitária e folclórica. É algo individual e ao mesmo tempo plural e livre. Temos desse modo, algo que desaparece e novamente reaparece. O verdadeiro problema não é datar seu desaparecimento supostamente irremediável, mas, entendermos que para cada época, existem relações complexas entre as formas impostas, constringedoras e imperativas, que trazem identidades afirmadas que foram desenvolvidas, e reprime a cultura popular, isso devido ao trabalho de construção de uma cultura monolítica. Atribuir à ação humana algo diabólico é fruto de uma mentalidade de luta entre o Bem e o Mal, o sagrado contra o profano, um elemento dos dogmas cristãos.

Assim, reconhecemos as transformações dentro de cada sociedade em tempo e espaço, embora isso não signifique romper completamente as continuidades que atravessam os três séculos da idade moderna de acordo com CHARTIER (1995). Temos desse modo que a “literatura popular” e a “religião popular” não sejam radicalmente opostas ou diferenciadas da literatura e religião do clero, que impõe de modo único, seus repertórios e modelos; elas estão compartilhadas e presentes em diferentes meios sociais, além de não, pertencer apenas aos ambientes populares, isso porque, são ao mesmo tempo aculturadas e aculturantes. E é inútil, buscar identificar a cultura popular a partir de objetos supostamente específicos, ou modelos culturais expressamente determinados. Mas de fato, o que nos importa não é sua repartição, ou complexidade, o mais importante é sua apropriação pelos grupos de indivíduos que a inserem no seu cotidiano. Temos desse modo um discurso e um comportamento que demonstram certo equivoco para com a interpretação dos desenhos na rocha, isso se traduz em uma mentalidade voltada para uma relação de negação da produção cultural humana e a afirmação dogmática de elementos sobrenaturais.

As pessoas passam a relacionar aqueles pensamentos mitológicos, místicos e mágicos como parte das práticas da sua cultura. E sendo a cultura à característica e a forma de agir e

pensar de um povo e uma sociedade. Com as pessoas do município de Santa Fé de Goiás não seria diferente. Uma sociedade que vive no sertão, no Centro-Oeste tem que se pautar no que a de mais fácil aceso, ou seja, sua imaginação mistificada. Dar personalidade e vida ao invisível, a um conjunto de elementos desenhado na rocha é legitimar aquilo que não lhe foi explicado de modo correto, ou supostamente verdadeiro. Na sua mente está gravado elementos representativos, de uma cultura cristã que traduz o exótico, o novo, o diferente como a representação da figura do Diabo.

Percebam que a mentalidade cristã, apesar de estar em épocas diferentes revive traços tradicionais de longa data, na entrevista cedida pelo Sr. Severiano temos o seguinte discurso: “Eu vou chegar lá, agora vou pedir dinheiro pro diabo (...) o diabo mais rico que existir ai se quiser me dá dinheiro eu quero”. O Sr. Severino se posiciona no seu discurso de uma maneira que, quando você faz um pedido você será atendido e, nesse caso, pedindo dinheiro para o diabo o individuo será atendido. Sendo o diabo algo do campo metafísico, pois não tem corpo ou ocupa espaço físico, como alguém irá ganhar dinheiro ou mesmo ficar rico como dizem as outras pessoas que foram entrevistadas? Temos assim elementos complexos onde a mente cria e dá vida e poder a um ser sobrenatural.

Com um olhar critico e analítico, percebemos que é atribuído à criação ou produção humana, o invisível, o mágico e imaginário; assim, temos uma enorme complexidade cultural. Em acordo com o que FALCON (2000) nos propõe sobre representações e simbolismo, entendemos que existe uma imprecisão ou indefinição das “formas simbólicas” acopladas as representações sociais que exige uma maior interpretação dos fatos. As representações sociais ou imaginárias coletivas são expressas ou mesmo “materializadas” através de signos, símbolos, alegorias, sinais, emblemas e pensamentos que produzem um discurso voltado para preceitos cristãos, de um entendimento, no mínimo equivocado devido à busca de inferiorização e subjugação das outras culturas.

Assim, analisando a linguagem, no discurso dos populares encontramos o sobrenatural como instância constituinte da realidade. O discurso vem carregado de representações e ações que se faz presente algo ou alguém, ou seja, dar presença a alguma coisa ausente, a uma imagem por intermédio de uma idéia, a qual faz presente um objeto, e nesse caso, o encontro com o diabo.

Analisando o discurso, percebemos uma memória de raízes remotas. O homem da zona rural tem uma mentalidade cristã voltada para um mundo tradicional, e isso é uma característica

do sertanejo. Para este, o sertão forja sua auto-imagem, sua identidade, e também uma ideologia. Uma ideologia e uma identidade substancialmente mística de confronto ou interligamento entre a realidade e a fantasia. Seguindo esses aspectos, estamos diante de uma coletividade permeada por conteúdos simbólicos, onde o cristianismo preenche de modo dominante parte das representações populares. A mentalidade dogmática é cheia de superstições e preceitos que justificam o medo para o suposto mal, e esse, segundo os cristãos, está presente em todos os lugares. O pensamento popular é carregado dessas imagens e símbolos que traduzem a máscara ideológica que controla a sociedade com meios alienantes.

BIBLIOGRAFIA

TEXTOS

ATAÍDES, Jésus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: UCG, 1998.

BARBOSA, Altair Sales. **Balanço da Arqueologia Brasileira – Goiás**. In: *Anuário de Divulgação Científica*. Goiânia: UCG. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. V. 1, p. 25-35, 1974.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDEL, Fernando. *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspetictiva, 1978.

BUENO, Aparecida Neuzeni Gonçalves e CARVALHO, Cleusa Divina de. *Desafios e Conquistas: Emancipação Política de Santa Fé de Goiás*. (Monografia Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, 2004.

CÂMARA NETO, Isnard de Abulquerque. *Religiosidade popular brasileira: misticismo e mestiçagem*. São Paulo: Revista ciências humanas Taubaté -SP, vol. 10, nº 1, 2004, p. 71-78

CHARTIER, Roger. “*Cultura Popular*”: *revisando um conceito historiográfico*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 179-192.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas E Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FALCON, Francisco J. Calazans. **História e Representação**. In: *Revista de História das Idéias*, vol 21. cidade, ed, 2000, p. 87-125.

- FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Micro Física do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- GOMES, Ângela Maria Castro. **A construção do Homem Novo: O Trabalhador Brasileiro**. In: *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 151-166.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **As mentalidades: uma história ambígua**. In: *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 68-79.
- LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 419-471.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no imaginário cristão*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *A Experiência Xavante com o Mundo dos Brancos*. Araraquara, SP: UNESP, 1991.
- SOUZA, Cibele de; CARNEIRO, Maria Esperança F. *Retrospectiva histórica de Goiás: da colônia à atualidade*. Goiânia: Cultura Goiana, 1996.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História*. São Paulo: Ática, 1997.

ENTREVISTAS

- CAVAZZUTTI, Francisco. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Itapirapuã, 04/11/2005.
- DIAS, Ângelo Siqueira. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Santa Fé de Goiás, 12/10/2005.
- JOSÉ, Jorcelino. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Santa Fé de Goiás, 12/10/2005.
- LISBOA, Rael Ferreira de. Entrevista concedida a Aparecida Neuzeni G. Bueno e Cleuza Divina de Carvalho. Santa Fé de Goiás, 17/10/2004.
- SILVA, Severiano Bispo da. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Santa Fé de Goiás, 12/10/2005.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia
Mestrado em História

INDUSTRIALISMO E CONSTITUINTE DE 1946
O POSICIONAMENTO DO INDUSTRIALISMO PAULISTA FRENTE AO
PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Caius Vinicius de Oliveira Gomes
Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes

GOIÂNIA

2007

Caius Vinicius de Oliveira Gomes

**INDUSTRIALISMO E CONSTITUINTE DE 1946
O POSICIONAMENTO DO INDUSTRIALISMO PAULISTA FRENTE AO
PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO**

Apresentação no Seminário de Pesquisa em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes (UFG)

Goiânia

2007

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
CAPÍTULO I <i>ESTADO E INDUSTRIALISMO: A articulação industrialista paulista em meio política de modernização do Estado</i>.....	09
1.1 INDUSTRIALISMO PAULISTA – A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MODERNIZANTE INDUSTRIAL.....	15
1.2 REDEMOCRATIZACAO E A CONSTITUINTE DE 1946: Certezas ou dúvidas frente ao industrialismo paulista?.....	23
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

INTRODUÇÃO

A Era Vargas pode ser concebida como um importante momento de consolidação política de modernização que marcara os países ocidentais em momentos distintos quanto a sua aplicabilidade. As reformas político – institucionais promovidas pelos governos varguistas trouxeram ao Brasil um quadro de transformações que marcariam a posteridade. Com a queda da ditadura Estadonovista emerge no seio das mais variadas vertentes políticas nacionais a necessidade de promover uma readequação do Estado, capaz de promover o reenquadramento do Brasil novo cenário histórico desenhado pós Segunda Grande Guerra.

Diante do exposto, vale ressaltar que o Brasil não se desvencilhou da proposta varguista de maneira súbita. Ao contrário, a política de modernização do Estado empreendida por Vargas foi remodelada a partir de conjunto de transformações que marcariam a história do Ocidente e brasileira. Neste sentido, 1945 pode ser entendido como um ano símbolo de um processo de rupturas e continuidades da política modernizante brasileira empreendida por Vargas pós 1930.

Observa-se que a trajetória política de Vargas foi marcada por conchavos caracterizadores da manutenção do poder, definidores do populismo enquanto regime político. A acepção ou queda de grupos ou personagens políticos atendem a uma lógica clara de situacionismo político, a da manutenção da ordem e daquele que comanda a mesma, ou seja, Vargas. Portanto, a harmonização política passava pela acomodação de interesses de diversos grupos.

A queda da ditadura estadonovista em 1945 é uma decorrência da perda da coesão interna de poder. Clara evidência do exposto acima verifica – se na perda de apoio político de setores das Forças Armadas, principalmente, o exército, com a política estadonovista, já que o mesmo consistia em um dos mais importantes alicerces de manutenção desta coesão de poder.

A redemocratização do país teve como desafios a manutenção de uma política capaz de garantir as conquistas políticas e econômicas aos diversos grupos hegemônicos advindas da Era Vargas. Esse quadro apresentava – se como de difícil resolução, já que o período histórico acima mencionado foi delimitado por uma grande capacidade de aglutinação de interesses capaz de garantir ao Estado o funcionamento das estruturas de poder.

Com o iminente fim do Estado Novo surgem em meio aos grupos hegemônicos as dúvidas pertinentes ao quadro de transformações que se desenhara. Eis que vem a tona os anseios dos grupos de industriais paulistas que muito se fortaleceram durante a Era Vargas. A dúvida se o próximo governo seria forte suficiente para garantir a continuidade do industrialismo brasileiro mediante um novo cenário político internacional em que o capital estrangeiro tendia a expandir, permeava o grupo de industriais e intelectuais que conferiram a São Paulo o posto de maior centro econômico – industrial do país durante a Era Vargas.

As rupturas e continuidades tencionavam em prol de revisões e readequações, contudo, os industriais paulistas agiram de modo a garantir que as mesmas não significassem necessariamente a alteração da hegemonia econômica conquistada durante o período acima mencionado.

A **Constituinte de 1946** conseguiria acomodar os anseios de uma camada de industriais, principalmente paulistas, insatisfeitos com a queda da produção industrial observada na primeira metade da década de 1940? Conseguiria o Brasil definir uma política econômica capaz de rearranjá-lo no quadro do desenvolvimento industrial pós 1945? Como se portaria a elite agrária nacional e quais medidas que a mesma tomaria mediante o quadro de transformações apresentado? De que maneira o industrialismo de São Paulo se reorganizaria mediante a perda da tutela autoritária do Estado Novo? Quais mecanismos de regulação do trabalhador seriam criados com o intuito de evitar possíveis convulsões sociais de tendências esquerdistas indesejadas para a época? Qual seria a posição do governo vindouro em relação à continuidade do desenvolvimento da indústria de base? Todos esses questionamentos fizeram da transição política em questão um período de dúvidas em relação aos rumos que a política industrial, e conseqüentemente os industriais paulistas tomariam a partir de então.

A presente pesquisa pretenderá encontrar na constituinte de 1946 as respostas para a problemática acima exposta. Para tanto, tomaremos por base principal a análise dos *Anais da Constituinte de 1946*, levando em consideração a representação política dos principais partidos que deram contorno ao debate político em voga na época e, principalmente de que modo o grupo industrialista de São Paulo se reorganizou mediante esse conjunto de mudanças. Como fonte secundárias analisaremos os *Relatórios Ministeriais* dos últimos anos da Era Vargas, visando elucidar nos mesmos sinais de alteração na política econômica do governo, e como o Industrialismo, especialmente paulista se readequaria a esse processo.

O interesse precípua do presente estudo é compreender como já foi esboçado como o industrialismo brasileiro, tendo como referência o grupo industrialista paulista, será redimensionado na esfera política e econômica nacional, tendo por referência os debates estabelecidos na constituinte de 1946. Qual será, pois, as novas diretrizes econômicas traçadas a partir de então e quais os possíveis efeitos que as mesmas trouxeram para a História do Brasil.

Diante do exposto será feito um desenho histórico sobre a origem do grupo industrialista de São Paulo, levando em consideração não só caráter institucional expressado com a criação de Federações, Confederações, Órgãos, Institutos capazes de organizar a produção industrial de maneira racionalizada diante do modelo de modernização da época, mas também, a capacidade de enquadramento político apresentado por esse grupo de industriais, principalmente após o processo revolucionário de 1930.

Então, em um primeiro momento o presente trabalho buscará elucidar os mecanismos políticos utilizados pelos industrialistas paulistas em meio à política de modernização empreendida pelo governo varguista durante a Era Vargas, especificamente durante a ditadura do Estado Novo. Quais os posicionamentos governamentais em relação à crise de 1929, que fez ruir o Estado Liberal? Qual o projeto de industrialização adotado por Vargas pós 1930? De que maneira o grupo industrialista em questão se enquadrará nos governos Provisórios (1930 - 34), Constitucional (1934-37) e Ditatorial Estadonovista?

Adiante abordaremos a Constituinte de 1946 buscando compreender como o grupo industrialista paulista posicionou – se politicamente almejando a acomodação de seus interesses. Se houve uma articulação político – partidária capaz de garantir a continuidade do projeto de modernização? Como os

Industrialistas paulistas mantiveram a posição hegemônica em relação ao cenário histórico apresentado?

CAPÍTULO I

ESTADO E INDUSTRIALISMO: A articulação industrialista paulista em meio política de modernização do Estado.

A Era Vargas simbolizou a consolidação econômica de São Paulo em relação a qualquer estado da união. Desde muito esse estado federativo vinha apresentando resultados econômicos, tanto na agricultura relacionada, principalmente, ao café, quanto no desenvolvimento industrial, pautado no engendramento de uma indústria de substituição de importações. Já em meados do século XIX, o Rio de Janeiro perde o posto de maior pólo cafeeiro do Brasil para São Paulo, o mesmo aconteceria com a indústria nas primeiras décadas do século XX.

Há de se ressaltar que esse processo foi marcado por uma série de transformações capazes de conferir um quadro geral de mudanças. A expansão a fronteira agrícola, as crises intermitentes do capitalismo liberal que incentivaram a emigração dos europeus, a política de imigração particular e subvencionada, e, principalmente, o surgimento de um grupo de industriais, imigrantes ou não, desejosos e capazes de dar curso ao processo de industrialização do Brasil.

Consagrar o adentramento do Brasil na política de modernização perpassava pela necessidade premente de estabelecer uma política de planejamento econômico capaz de conferir ao país o arcabouço político - jurídico-institucional necessário para o alcance dos alicerces modernizadores do Estado. Para tanto, fazia-se necessário não só o aparelhamento do Estado como a

harmonização social que permitiria o alcance dos paradigmas da modernização em voga na época.

Essa dita harmonização social envolvia em seu bojo uma rede complexa de relações de poder que viria a ser redimensionada pelo governo durante a Era Vargas, principalmente na ditadura estadonovista. A república das Oligarquias trouxe em seu bojo relações de poder que deveriam, no mínimo, ser readequadas a nova proposta de modernização do Estado em voga na época.

É em meio a esse quadro de transformações que surge o industrialismo como uma das políticas modernizantes capazes de garantir o adentramento do Brasil na seara do desenvolvimento ocidental capitalista da época. São Paulo há muito já se articulava em alcançar um lugar de destaque capaz de garantir ao Estado federativo e ao grupo de industriais representantes do mesmo, um lugar de destaque em relação ao projeto político de governo.

O Estado varguista não tinha como proposta o pleno rompimento com as antigas estruturas de poderes ligados fundamentalmente à estrutura agrária. Vale ressaltar que até mesmo o setor industrial brasileiro anterior a 1930, e por extensão o paulista, estava relativamente ligado ao setor agrário, de forma mais ou menos contundente, de acordo com a atividade econômica específica. Com isso, nota – se que, as transformações empreendidas pelo governo varguista, especificamente, estadonovista transpunham as barreiras de uma simples acomodação de interesses para a redefinição de uma complexa situação de poder muito sensível às transformações macro e micro – econômica da época.

Com o advento do Estado Novo este sentimento de modernização passa a ter como um dos seus principais símbolos a industrialização. Nota-se a intervenção estatal garantindo o desvio de capitais de investimentos para o setor

urbano - industrial, sem com isso, deixar de ter no setor agrário um importante setor econômico, tido como fundamental para a consolidação do capitalismo baseado nas relações fordistas, mesmo que de um fordismo periférico caracterizador dos países em estágios de desenvolvimento semelhante ao Brasil da época (SILVA, LINHARES, 1999:73).

A análise política da Era Vargas, principalmente durante Estado Novo, pode ser concebida a partir do estudo de uma relação de poder estabelecida entre Estado e sociedade, como uma das marcas prementes de consolidação e harmonização da estrutura política da época (DINIS, 1978:78).

As variadas teses verificadas em relação ao Estado Novo remetem – se ora a um modelo de sistema de poder moldado por um Estado forte, centralizado e apartidário, autônomo e independente em relação às forças sociais, mercado, pois, por um forte aspecto de neutralidade; ora por um forte pessoalismo político capaz de garantir a autonomia do Estado através do fortalecimento do executivo; ou ainda por meio de uma capacidade de manipulação e conciliação das divergências de poder a partir de uma ação unilateral do poder central (DINIS, 1983:79).

Para consolidar o Industrialismo como uma das principais vertentes caracterizadoras da modernização varguista dois fatores direcionavam os debates governamentais da época, quais sejam: Centralização de Poder e a idéia de predomínio da Ordem Pública. O primeiro ponto refere –se diretamente à necessidade de fortalecer o poder executivo nacional como pré-condição para evitar os particularismos ou localismos políticos que marcaram a República das Oligarquias. O fortalecimento do princípio federativo passava necessariamente pela necessidade de diluição destes regionalismos. Neste sentido o

corporativismo funcionou como uma alternativa viável para garantir a unidade política sem refutar a descentralização administrativa inerente ao Estado de Direito de época. A criação de uma articulada burocracia estatal fazia – se necessária para a concretização do processo hegemônico do Estado e a concretização manutenção dos anseios industriais do grupo paulista que desejavam a criação de uma política nacional capaz de conferir um modelo organizacional de desenvolvimento industrial.

Outro ponto levado em consideração para o alcance dos objetivos acima colimados remete – se à necessidade da harmonização entre o Aparelho estatal e as relações sociais engendradas na época. O Brasil passava por um evidente quadro de transformações inerente ao processo de modernização não somente da Estrutura do Estado, mas também da economia e sociedade como um todo. Diante disso, as relações sociais urgiam de uma necessária readequação às novas estruturas de poder, que não eram definidas necessariamente no seio do Estado. O surgimento de um grupo industrialista paulista, o relativo amadurecimento do trabalhismo urbano, somada ao interesse dos antigos grupos oligárquicos de se rearranjarem no poder, exigiram do poder constituído cuidados especiais em relação aos atores sócias na definição dos novos atores sociais.

Neste sentido, a instituição do Estado Novo pode ser encarada como uma saída encontrada para a resolução de uma crise hegemônica que perdurava desde a Revolução de 1930. Para tanto fazia – se necessário, que ocorresse aquilo que ideólogos estadonovistas intitularam de sanitização do Estado, com um grande fortalecimento do executivo, como condição indispensável para a harmonização política e social entendida como necessária para época. Diante desse fato os industriais paulistas que já se articulavam desde as primeiras

décadas do século XX, e já se rearranjaram nos dois primeiros governos varguistas sendo hábeis em readequarem em um novo momento político capaz de fortalecer o industrialismo brasileiro que, primordialmente, favorecia os interesses do grupo em questão.

Evidencia –se que, a ditadura estadonovista primou pelo desenvolvimento de uma política econômica centrada no aspecto urbano – industrial, sem deixar de promover a harmonização dos interesses de setores tradicionais.

Com isso, nota –se que em vários momentos o Estado varguista foi obrigado a ceder às diversas pressões sociais advindas dos mais diversos grupos que delineavam o quadro social econômico então vigente. Dinis reafirma esse posicionamento ao afirmar que:

"Na verdade, a ausência de uniformidade seria o traço marcante da política econômica implementada, o que se traduziria pela coexistência de medidas favoráveis à industrialização e medidas voltadas para o amparo dos interesses dos grupos econômicos tradicionais" (DINIS, 1983:90).

Para Eli Dinis a resolução da crise hegemônica observada durante a instituição do Estado Novo perpassava pela necessidade de acomodação de interesses de diversos grupos hegemônicos da época. O Estado enquanto instituição de poder deixa de ser o agente promotor, unificador, controlador das diversas esferas sociais e de poder, e passa, através da capacidade de dirimir

conflitos e equacionar os problemas políticos, econômicos e sociais, a ser sensível às relações de poder emergentes na sociedade da época. Com isso, percebe –se que segundo a autora o Estado durante a Era Vargas não se colocou acima das camadas sociais, ao contrário. A análise do processo decisório dos vários órgãos técnicos demonstra que a burguesia estava instalada no aparelho burocrático e indicava a direção a ser seguida, participando intensamente do processo decisório da política modernizante.

Aí encontra espaço um ainda nascente grupo de industriais paulistas que, sensíveis a esse quadro de transformações articula-se habilmente, e interferem diretamente nos mecanismos de poder, através de institutos, órgãos, ministérios, visando garantir os mecanismos políticos necessários para o alcance do desenvolvimento da indústria, e posteriormente, do industrialismo enquanto prática modernizante mediante intensa negociação com os mecanismos de poder do Estado.

A análise do posicionamento dos industriais paulista vai ao encontro do entendimento de que o Estado durante a ditadura estadonovista foi sensível ao conflito de interesses hegemônicos, não se colocou como algo acima das camadas sociais, e posicionou seus mecanismos institucionais, legais e políticos como refletores dos interesses hegemônicos inerentes a mesmo. Portanto o Estado Vargasista não deve ser compreendido como o demiurgo, que se posiciona acima da sociedade, mas sim, como uma instituição que expressa as tensões inerentes a sociedade. Nesse sentido é a posição de Maza ao afirmar que o *“Estado não é nem sujeito – algo que paira acima da sociedade - nem objeto (...), mas sim uma relação Social. No interior do Estado estaria a condensação das relações presentes numa dada sociedade”*. Esta definição é muito importante

porque a definição e a natureza do Estado ganha em complexidade e a relação com a sociedade não passa mais por viés mecanicista, ou ainda da ausência e fragilidade de um dos pólos dessa relação: o Estado e atravessado pelo conjunto de relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos na formação social” (MAZA, apud MENDONÇA, 2005:202).

1.1 INDUSTRIALISMO PAULISTA – A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MODERNIZANTE INDUSTRIAL.

O desenvolvimento do setor econômico industrial em São Paulo esbarrava precisamente em três entraves. Primeiro, no de grande parte da classe política brasileira da época que compunha uma base ruralista com interesses ligados ao agrarismo e as relações campesina provenientes do mesmo, existia, clarividentemente, um receio da elite agrária brasileira em perder o controle das bases econômica do país em detrimento de um novo grupo muito mais alinhado a idéia de modernização disseminada pelos grandes pólos industriais da época.

O dilema em relação a qual caminho seguir estava posto ao Estado brasileiro. Desenvolver a indústria significava romper com estruturas econômicas há muito consagradas, ligadas ao ruralismo. Como explica Miceli:

Em primeiro lugar, os setores agro-exportadores, parecendo agonizar em meio às dificuldades de reprogramar – se e tomar

parte nas novas e mais promissora atividades econômicas; um sistema direta e abertamente dependente da ajuda estatal (1992: 57).

O Estado brasileiro da época tinha interesses fiscais, imprescindíveis para sua sustentação. A preferência pela indústria poderia significar a concretização da idéia da modernização do Estado ligado à industrialização que nos afastava de nossos resquícios coloniais. Mas, em contrapartida, poderia significar a perda da capacidade de tributação ligada às importações, assim como despertar o antagonismo de setores com forte representação política.

Um segundo entrave estava na falta de infra-estrutura e da inexistência de mão-de-obra qualificada para as mais simples atividades industriais. Durante a República Velha observa –se a existência de um Estado não comprometido com a criação de condições básicas, que dependiam necessariamente de medidas políticas, para proporcionar o desenvolvimento da industrialização como setor capaz de transformar a economia brasileira. E um terceiro entrave marcado pela falta de coesão entre os grupos de industriais, principalmente paulistas, em definir um política de desenvolvimento industrial capaz de dar sustentabilidade as vertentes econômica ligadas, direta ou indiretamente, a esse setor. a formulação de uma base minimamente homogênea de atuação.

A década de 1970 marcou uma revisão sobre o papel atribuído aos industrialistas brasileiros durante a Era Vargas, mais especificamente, no Estado Novo. Não é mais cabível a argumentação de uma pacificidade do setor industrial brasileiro em relação ao quadro geral de transformações vivenciado no período aqui mencionado. A burguesia ou grupo industrial brasileiro articulou – se no

sentido estabelecer seu espaço de atuação, não evidenciando necessariamente uma Revolução Burguesa no país, mas, sobretudo, consolidando –se como uma camada, também hegemônica, capaz de interferir e articular – se mediante um quadro de transformações econômicas, políticas e sociais vivenciadas na época. Neste sentido posiciona –se Diniz quando afirma:

Em contraste, meus estudos sobre o período em questão levaram-me à conclusão de que, à despeito da veracidade do argumento da não hegemonia burguesa, as derivações daí decorrentes acerca das características do empresário brasileiro estavam equivocadas. O setor não foi passivo. Ao contrário, teve um papel ativo na definição de novos caminhos. Durante esse período, observou-se a consolidação de seu espaço econômico e a conquista de um espaço político próprio, ao diferenciar-se das elites tradicionais e definir sua identidade enquanto ator político. Se é verdade que não assumiu a liderança de uma “revolução burguesa” no país, por outro lado, tampouco se pode dizer que tenha sido conduzido à reboque, puxado pela clarividência das elites técnicas e militares que ascenderam ao poder estatal naquele momento (1978: 54).

A capacidade de readequação do grupo industrial paulista a esse intenso processo de reformas observadas durante a Era Vargas conferiu a São Paulo um papel de destaque no desenvolvimento da nova política econômica pós 1930. O pactualismo político não foi abandonado como diretriz governamental, contudo, inseriu camadas emergentes, como a dos industriais paulistas ao

processo ao processo de readequação e redimensionamento das estruturas de Estado a partir de então. Portanto, sem desprivilegiar antigos setores agrários, o Estado Varguista proporcionou uma série de reformas capazes de conferir ao grupo industrial paulista as bases necessárias para o desenvolvimento de um projeto industrialista fundado no famoso tripé – Capitais de investimento; mercado consumidor; matéria - prima . Vale lembrar a capacidade de articulação dos industriais paulistas, que desde o período da República Velha já se articulava no sentido de proporcionar a organização da prática industrial brasileira.

A fundação do CIESP em 1928 já demonstrava um nítido interesse paulista de organizar a prática industrial em suas diversas faces, tanto quanto ao processo produtivo técnico, que envolvia maquinários, organização fabril, qualificação de mão - de - obra, quanto a criação de um arcabouço teórico - político capaz de legitimar as aspirações do grupo emergente em questão. Nomes como Francisco Matarazzo, Jorge Street, Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Plácido Meirelles, Antônio Devisate, José Ermírio de Moraes, Carlos Von Bülow e Alfred Weiszflog compuseram primeira mesa diretiva da instituição aqui colimada, e indiscutivelmente marcariam a história do industrialismo brasileiro ainda nascente enquanto projeto político estatal.

O processo de modernização de São Paulo, como em quase todo caso, foi marcado por um intenso quadro de transformações que reverberavam em diversos segmentos sociais, trazendo alterações não só ao quadro econômico, mas também, à sociedade em sua várias camadas. No dizer de Miceli:

Rapidamente, como convinha à época, as fábricas integraram – se ao desenho da cidade, impondo seus ritmos à vida cotidiana. O

barulho dos teares percutia através das longas jornadas em que se executava a sempre inacabada sinfonia do trabalho. As linhas da imigração cruzavam – se e entrecruzavam – se, tecidas pela ligação dos descendentes das primeiras levas, em grande parte camponeses: filhos de italianos uniam – se aos espanhóis ou portugueses: estes, entre si e também aos brasileiros "legítimos", emaranhando etnias e modelando etnias e modelando sobre os cenários mutáveis cidade uma população nova de trabalhadores destinados às indústrias. (1992:49).

Com isso, nota – se, que a preocupação desse grupo industrial paulista não era somente com a criação de um arcabouço político capaz de conferir à industrialização uma política de fomento, mas, sobretudo, proporcionar uma readequação do Brasil em suas diversas amplitudes às condições necessárias para o desenvolvimento da modernização do Estado a partir da indústria. Tais ajustes envolvia além de um ajuste da política cambial, a criação de uma infra – estrutura, o preparo, a qualificação do trabalhador brasileiro para as técnicas de produção modernizantes.

A Revolução de 1930 marcou um importante momento para a configuração do papel do grupo industrial paulista no quadro da política nacional. O CIESP e demais centros e associações industriais, como, Centro das indústrias de fiação e tecelagem, Centro das Indústrias do Papelão, Centro do Comércio e Industrias de Madeira do Estado de São Paulo, entre outros, apoiaram Júlio Prestes no processo político sucessório a Washington Luís. Tradicionalmente, setores industriais de São Paulo já se envolviam politicamente. Porém, a criação do CIESP trazia em seu bojo a preocupação em criar um arcabouço jurídico- político

– institucional capaz de dirimir possíveis conflitos relacionados a prática industrial, assim como, proporcionar resultados satisfatório para toda sociedade. O projeto industrialista do grupo paulista tinham duas preocupações precípua, ou seja, o alcance da representação institucional da indústria que seria representada pelo CIESP, que posteriormente se transformaria em FIESP, e a criação de um aparelho composto por diversas entidades capazes de responder pela necessidade de criação de um sistema intelectual ligado a indústria, representado por órgãos como SENAI, SESI, IDORT e Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Diante do desenvolvimento do industrialismo paulista e Brasileiro, há de se destacar a figura de Roberto Simonsen como uma das mais importantes figuras responsáveis pelo desenvolvimento industrial do período da Era Vargas, eleito deputado constituinte em 1934, teve atuação marcante na criação das diversas entidades acima colimadas. Vale lembrar que a racionalização do trabalho, com o aprimoramento da técnica de produção industrial foram preocupações prementes do pensamento Simonseano. Este que aqui mencionamos possuía uma certa visão holística em relação aos problemas brasileiros. Apesar de acreditar de acreditar que a industrialização deveria ser o timão da modernização brasileira, Simonsen entendia que a mesma seria alcançada a partir do saneamento dos diversos problemas sociais, políticos e estruturais que esse país possuía naquele tempo. A idéia de progresso, evolução, desenvolvimento estabelecia relação com a capacidade brasileira de dar cabo ao desenvolvimento industrial, valorizando a capacidade inventiva e produtora do país.

A industrialização do Brasil, segundo Simonsen possibilitaria a socialização do conforto inerente ao desenvolvimento da tecnologia industrial, através de uma

política de governo capaz de proporcionar as bases para o desenvolvimento industrial do país. Ao contrário do que preconizam alguns historiadores ao lidar com o objeto em questão, Simonsen e o programa do CIESP não propunha o afastamento do Estado da economia brasileira, mas que o mesmo deveria colocar – se como ente regulador e não produtor dentro do âmbito econômico. Assim, evidencia o pensamento Simonseano nessas bases:

O programa social propugnado pelo CIESP assentava – se basicamente, na defesa da racionalização dos métodos de trabalho e da planificação das atividades econômicas, o que significava ampliar o espaço de atuação do Estado. Em síntese, a organização do trabalho, conforme as posições exemplares de Roberto Simonsen, era apresentada como alternativa aos conflitos internos à produção, constituindo a base da harmonização das classes sociais e o elemento promotor da unidade nacional, obviamente identificada ao projeto industrialista(...). A planificação das atividades econômicas, por sua vez, longe de evidenciar uma possível debilidade da elite industrialista, subordinando – a à orientação do Estado, significava o contrário, pois criava condições favoráveis para que o setor representativo da indústria desempenhasse um papel político fundamental, no sentido de transformar o projeto de industrialização no programa nacional por excelência (MICELI , 1992:125).

Com isso, observar – se que a orientação do CIESP e de Simonsen era a da existência de um Estado capaz de garantir a livre iniciativa, mas que as bases político- institucionais para que o setor privado desenvolvesse.

Através do engendramento do projeto industrialista varguista, mais especificamente durante a ditadura estadonovista, o grupo paulista, tendo como principal referência Simonsen, passa a entender que o Estado deveria promover a industrialização de Base, sendo incapaz a iniciativa privada de promover este setor industrial. Entretanto, era necessário estabelecer os limites da atuação estatal através de órgãos representativos do setor industrial.

Em 1931 a CIESP foi transformada em FIESP, em meio ao processo revolucionário de 1930, com o fito de aglutinar empresas e associações já existentes capazes de conferir à instituição um aspecto sindical. A FIESP aglutinou diversos segmentos de desenvolvimento manufatureiro, passando a aglutinar em seu bojo diversos sindicatos com diretorias e regulamentação própria, o que conferiu a essa instituição uma importância grandiosa no cenário econômico brasileiro.

A sindicalização plena da FIESP só foi alcançada em 1937, por meio da criação Federação Paulista das indústrias, subordinada a FIESP que legalmente continuava sendo legalmente uma associação civil. Adiante através da fusão dos Sindicatos Patronais da Indústria de São Paulo com a Federação paulista das Indústrias, há ainda um maior fortalecimento. Posteriormente, em 1942, a Associação civil novamente voltou a alcunha de CIESP devido ao fato de novas disposições normativas reservarem o termo Federação para as entidades sindicais de segundo grau. De qualquer modo o mais importante é ressaltar o

fortalecimento que essa (s) instituição (s) passaram a experimentar, contribuindo de maneira significativa para o fortalecimento do industrialismo Brasileiro.

1.2 REDEMOCRATIZACAO E A CONSTITUINTE DE 1946: Certezas ou dúvidas frente ao industrialismo paulista?

A Segunda Grande Guerra (1939-45) significou para o Brasil um período de readequação no cenário político-internacional, capaz de permitir ao país lograr benefícios em relação ao mesmo. Assim, Vargas faz uso do populismo, e da sua capacidade de mimetismo para auferir privilégios em relação a quadro de instabilidade política internacional caracterizadora do grande conflito mundial.

Com o Estado Novo nota-se a implantação de um modelo de desenvolvimento industrial pautado pela indústria de base. O papel intervencionista do Estado é consolidado com o fortalecimento do personalismo político de Vargas, sendo que as indústrias de base expressariam um importante eixo de construção política de Vargas (SKIDMORE, 1996: 66).

Neste contexto surge a necessidade do Governo de auferir empréstimos que lhe permitisse o fortalecimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), os EUA do Presidente Franklin Delano Roosevelt proporcionará ao Brasil os recursos econômicos necessários para tal empreendimento, contudo em troca contaria com a filiação do Brasil aos aliados na II Guerra mundial, além da construção de uma base aeronaval em Natal (RN). A participação da FAB e da FEB, esta última com a atuação dos pracinhas, que participaram da Segunda Grande Guerra ao

lado dos Aliados, que eram compostos por países que possuíam em regra regimes democráticos, já começavam a demonstrar as contradições da prática política varguista que no futuro seria colocada a prova.

Vargas adotara um Estado ditatorial que se assemelhava, em alguns aspectos, aos Estados Fascistas. A vitória dos aliados acentuou mais ainda a contradição, abrindo espaço para que grupos políticos internos passassem a articular um golpe que daria fim ao Estado Novo. Os mesmos militares que haviam mancomunado com Getúlio, quando do Golpe do Estado Novo, agora articulavam para que o mesmo fosse retirado do poder. Esta facção das Forças armadas, lideradas pelos Generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, Juracy Magalhães, Juarez Távora, que em 1946 chegaria a patente de general, entendiam que além do modelo intervencionista de Vargas não atender as novas exigências do capitalismo mundial da época, já que o Nacional-Liberalismo começava a permear o entendimento econômico das elites nacionais, havia outro fator que muito preocupava esta facção das Forças Armadas. Era o fato do crescimento do caráter popular do governo, o que poderia no futuro significar uma dificuldade maior de por fim ao regime, já que o crescimento de governos semelhantes ao de Vargas vinham experimentando um crescimento considerável, a ameaça da influência do Peronismo fazia-se presente em meio ao quadro político nacional (CARVALHO, 1999:74).

Vargas buscava com o fim da Segunda Grande Guerra um realinhamento de forças capazes de proporcionar a sua permanência no poder. Com este objetivo, aproveita –se ou organiza um movimento das massas populares, basicamente, urbanas, como mecanismo de mobilização política capaz de promover uma crise relacionada ao fato de sua permanência ou saída de

executivo maior em 1945. O Queremismo passava ao papel principal de um jogo de cenas que se desenhavam em meio às angustias prementes relacionadas à certeza do desejo do fim da ditadura, e aos questionamentos sobre a solidez de um processo de redemocratização do país.

Em meio às camadas populares, o queremismo ganha forcas incalculáveis e incompreendidas para o grupo udenista que tentavam atribuir a ditadura estadonovista um significado de atraso, obscuridade não condizentes com o momento histórico pós-guerra em que no ocidente rugia um clamor pela democracia. Neste sentido é emblemática a entrevista concedida por José Américo de Almeida, em fevereiro de 1945, para um jornal de circulação da época em que o mesmo rompendo o cerco da censura do DIP conclama pela necessidade da liberdade de expressão e sufrágio universal, direto e secreto e declarando seu apoio a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN. Fato é que após o episódio acima narrado, tornou-se comum o questionamento a o governo ditatorial varguista por parte de meios da imprensa falada e escrita e de intelectuais e políticos contrários ao regime. Vargas será agora taxado de ditador, tirano, demagogo, hipócrita, mistificador e opressor dos operários, entre outras denominações por opositores políticos que em suma eram, desde de antigos aliados varguistas, como Oswaldo Aranha, Juarez Távora, entre outros, ate opositores tradicionais como o Brigadeiro Eduardo Gomes, Arthur Bernardes, Julio Prestes, Otavio Mangabeira, entre outros (FERREIRA, 2005:21-34).

O queremismo ganha força como um movimento de massas populares alinhadas ao getulismo enquanto que, apesar do caráter essencialmente populista, garantiu as mesmas um arcabouço de conquistas trabalhistas e sociais que conferiu ao regime em questão um respaldo social poucas vezes observado

na história política brasileira. Os panelaços, gritos, louvores, refrões embasados na idéia do *Queremos Getúlio* conferiram a esse movimento uma coesão social capaz não só de impressionar os opositores ao regime varguista, como os próprios correligionários Varguistas. Valdemar Falcão, então Ministro do Trabalho de Vargas, e Hugo Borghi, industrial paulista, foram os responsáveis pela cooptação do movimento pelo governo. Borghi efetivou, inclusive, a compra de rádios capazes de propagar o movimento e fomentar a idéia de um possível continuísmo de Vargas. O PTB emerge como um partido que tinha a frente Segadas Vianna e Borghi capaz de aglutinar a popularidade do movimento em torno da pessoa de Vargas (FERREIRA, 2005:87).

O próprio PCB, que tinha naquele momento Luis Carlos Prestes como uma das principais referências, aderiu ao movimento, mediante a extrema popularidade que o mesmo alcançara principalmente nos centros urbanos. Prestes chega declarar apoio explícito a Vargas, apesar dos quase dez anos amargados na cadeia, sendo a maioria deles em regime de solitária. Havia, portanto uma forte composição de forças capazes de evitar a fácil eleição do Brigadeiro em relação a candidatura de Dutra que não decolava. Em meio a esses acontecimentos, Vargas se posiciona de modo a garantir um embaralhamento do processo sucessório que ele mesmo, na condição de Presidente havia desencadeado quando da convocação para eleições pa dezembro de 1945. Apesar da comoção social gerada pelo Queremismo, Vargas não homologou sua candidatura a tempo hábil, sendo posteriormente deflagrado o Golpe em novembro de 1945.

Havia um nítido descontentamento disseminado em meio às camadas subalternas, a eleições caminhavam de modo a não mobilizar as massas em

torno de nenhum dos dois principais candidatos. Dutra não conseguia dar a sua candidatura um cimento político-ideológico capaz de aproximar as massas. Diante dessa situação tudo levava para uma vitória de Eduardo Gomes, quando de súbito, através do apoio de Vargas, mesmo que relativo, somado a in capacidade do candidato da UDN de cooptar as massas de marmiteiros. Dutra, inesperadamente, vira o jogo político, conseguindo uma surpreendente vitória.

Dito isto, nota – se claramente que o nome de Eurico Gaspar Dutra, general do alto comando das forças armadas, Ministro da Guerra durante a ditadura estadonovista, aparece como uma alternativa remediável para o processo de crise política que caracterizou a derrocada do golpe de 1945.

Apesar de uma tentativa frustrada de Vargas permanecer no poder através da mobilização das massas trabalhadoras urbanas, principalmente cariocas, simbolizada pelo Queremismo, grupos políticos opostos ao continuísmo varguista ligados, principalmente, a UDN e militares que encabeçavam o PSD consolidariam o golpe de 1945, colocando fim ao Estado Novo, proibindo Vargas de disputar qualquer cargo do executivo nas três esferas de poder.

A eleição de Eurico Gaspar Dutra, portanto se nos apresenta como uma possível alternativa de continuidade da modernização assentada em bases conservadoras, de modo a não permitir o fortalecimento de um quadro político não alinhado ao projeto hegemônico. Eduardo Gomes, candidato pela UDN (União Democrática Nacional), e Yedo Fiúza pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), que apesar de efetuar uma campanha de pouco mais de três meses de duração tivera em torno de 11% dos votos, se apresentaram como principais concorrentes no pleito. A UDN sem uma base eleitoral bem definida e o PCB sem capacidade de alcance político e ideológico em meio às heterogêneas camadas

urbanas e nos grandes rincões do Brasil da época não fizeram – se adversários capazes de desbancar o pacto político instituído entre Vargas e as camadas populares que muito corroborou para a vitória de Dutra, o herdeiro torto de Vargas.

Diante da instabilidade política caracterizada no processo sucessório de Vargas, que ocasionou o fim do Estado Novo, setores hegemônicos da elite nacional logo trataram de se articular visando alcançar a satisfação de seus interesses políticos e econômicos. O grupo paulista, já marcadamente caracterizado pelo desenvolvimento do industrialismo, buscava delimitar seu espaço político, imprescindível para a continuidade do projeto de desenvolvimento industrial que havia iniciado na Era Vargas.

As atenções voltaram - se para a constituinte de 1946. As certezas e incertezas quantos aos rumos que a política econômica de Dutra poderia tomar. Os receios quanto às rupturas e continuidades que tencionavam o período de transição política em questão fizeram com os industriais paulistas se articulassem politicamente como muito bem fizeram durante toda a Era Vargas para o alcance dos objetivos colimados.

O PSD foi o grande vitorioso das eleições de 1945, sendo seguido pela UDN e PTB, respectivamente. Em São Paulo especificamente, não foi diferente, com uma importante ressalva. O PTB constituíra na segunda maior bancada já que possuía um dos senadores eleitos, no caso Marcondes Filho. Muitas contradições marcavam a Constituinte de 1946, dentre elas, uma das mais intrigantes era fato de que, a maioria dos personagens políticos que a compunham eram atrelados de maneira mais ou menos intensa aos quadros políticos varguista. Um dos principais líderes udenistas Otávio mangabeira foi

preciso ao afirmar que a democracia que se desenhava tinha sido gerada no ventre da ditadura (NOGUEIRA, 2005:2).

As contradições políticas eram inevitáveis. Vargas havia deixado uma herança institucional, política, social de difícil dissolução. A política de modernização do Estado empreendida por Vargas não poderia ser descartada em um rompante, já que era inegável avanços que a mesma trouxera ao Brasil em relação, especificadamente, ao industrialismo. Getulio era indiscutivelmente o *sujeito oculto* o qual Octaciano Nogueira bem nos lembra. A constituinte travara instantaneamente um dialogo com as instituições e políticas modernizantes lançadas por Vargas, principalmente durante a ditadura estadonovista. No próprio dizer de Octaciano Nogueira, “a democracia brasileira mostrava assim sua singularidade. Começava mal, ao ser restaurada em um novo cenário ocupado por antigos personagens da ditadura que ela pretendia, como todos esperavam, não só substituir, mas também sepultar” (NOGUEIRA, 2005:5).

Como o grupo de industriais paulista se organizaria mediante um complexo quadro definido entre a necessidade de transformação e a certeza de que a Era Vargas havia plantado profundas raízes, muitas delas favoráveis ao grupo citado. Se o PTB tinha Vargas como principal referencia, o PCB se ancorava em Prestes, o PSD era justamente o contrário. Não havia neste partido uma liderança centralizadora, mas ao contrario, vários líderes das diversas regiões do país. Como os industriais paulistas se portariam mediante a incapacidade centralizadora do PSD em todo o país?

Primeiramente, Sergio Soares Braga nos alerta para o fato de que o PSD paulista era composto em grande parte por políticos que estiveram atrelados a maquina estadonovista, lideranças políticas e corporativas, assim como

professores da faculdade de Direito de São Paulo extremamente influentes em organizações culturais e associações de advogados (BRAGA, 1998:650). Coadunando a idéia de Braga vale lembrar a referencia que faz Miceli aos políticos constituintes por São Paulo atrelados ao industrialismo, sem deixar de considerar os *políticos - Bacharéis*, quando afirma:

“Em São Paulo, a composição de ambas as chapas difere consideravelmente dos padrões anteriormente referidos. As clivagens que orientam o realinhamento de forças políticas remontam às dissensões internas ao situacionismo oligárquico que acabaram se reforçando ao longo das décadas de 30 e 40, através da aliança que líderes de peso do empresariado industrial firmaram com o regime de Vargas. (...) A bancada pessedista inclui elementos próximos dos círculos palacianos, representantes do empresariado industrial, em companhia de uma ala de catedráticos da Faculdade de Direito da USP, esses últimos pinçados entre a elite da própria fração intelectual que o grupo Mesquita se empenhou em consolidar. São Paulo foi, praticamente, o único Estado da Federação onde o PSD se valeu do apoio de”. elementos pertencentes à mesma fração da classe dirigente que contribuiu com as figuras de maior destaque para a 'ala dos bacharéis' (...)” (MICELI, 1986:572).

Um dos mecanismos eficazes para a resolução dessa contenda foi tornar esse grupo representativo na assembléia constituinte de 1946. Vários foram os políticos eleitos por São Paulo, comprometidos com a continuidade do

industrialismo enquanto política modernizante e garantidora da hegemonia econômica desse grupo no país. Outro aspecto importante na das incertezas foi aliança com o PTB onde esse partido se fez fortemente representado, principalmente no Estado de São Paulo em que o mesmo só ficara atrás do PSD, superando a UDN. Vargas quando da queda da ditadura estadonovista, posicionou –se de modo a fortalecer o PTB em meio às camadas urbanas, porem não se descuidou de estabelecer uma forte base política no engendramento pessedista, fato que explicita esse aspecto é que o próprio Vargas se candidatou no Estado do Rio Grande do Sul pelo partido supra mencionado. Com isso, não correta a idéia de que PSD e PTB compuseram forcas desarmônicas em meio ao processo político da constituinte de 1946, ao contrario, as próprias heranças getulistas mais os aproximavam em seus projetos.

Vale lembrar em que na maioria dos Estados da União o PSD obteve vitórias esmagadoras, e que portando, a resolução dos alicerces da constituinte perpassava por debates que muitas das vezes envolvia os próprios membros do partido. A resolução dos particularismos políticos ainda muito presentes no Brasil preocupava em certa medida os industriais paulistas, já que carecia o PSD, como já mencionado, de uma forte liderança política aglutinadora capaz de garantir a homogeneização política necessária para a deliberação e apreciação da matéria da casas. A negociação interna do partido foi necessária para que os interesses e continuidade do industrialismo não fosse lesados.

Vários foram os parlamentares paulistas na constituinte de 1946 que estavam diretamente ligados ao setor industrial, destacadamente Horacio Lafer, João Abdala, Ataliba Nogueira, Sampaio Vidal, sem deixar aqueles que mesmo não ligados mais diretamente a atividade industrial, estavam diretamente ligados

as estruturas de poder remanescentes do Estado Vargas, e que portanto tinham o industrialismo como um dos importantes alicerces da modernização do Estado. Nomes como Goffredo Telles Junior, Batista Pereira, César Costa, Cirillo Junior, Costa Neto, entre outros. (BRAGA, 1998:660-670).

Os questionamentos sobre os rumos que tomaria o Brasil em relação à nova Ordem Econômica Mundial observada com a instauração da Guerra Fria também permearam o quadro de incertezas em relação à economia brasileira. A dúvida em relação aos mecanismos políticos brasileiros capazes de garantir hegemonia dos industriais paulistas a partir da criação de limites legais em relação ao capital estrangeiro permeava direta e indiretamente os debates constituintes.

O presente trabalho utilizara como fonte documental primordial os *Anais e os Diários da Constituinte de 1946*, tentando a partir da análise dos debates relatados encontrar possíveis respostas aos questionamentos aqui levantados. Entender como o grupo de industrialistas paulistas se fortaleceu, principalmente, pós década de 30, sendo acentuado durante a ditadura estadonovista é um dos objetivos do presente trabalho. Contudo, o primordial é tentar compreender o complexo jogo político que se desenhou pós 1945, acreditando ser a constituinte de 1946 um momento de fluxos e refluxos da história política e econômica brasileira. Adiante, como o grupo industrialista paulista irá acomodar –se ao novo quadro acima mencionado.

Utilizando uma escassa historiografia sobre o objeto em questão tentaremos fundamentar nossa análise não só em textos escritos pela historiografia revisionista, mas também na detida análise do debate na Constituinte, fonte imprescindível para o nosso trabalho. Assim como, textos

originais escritos por aqueles que vivenciaram o momento histórico e que também contribuíram para a produção intelectual que possibilita o entendimento da política de modernização do Estado na época, principalmente relacionada ao industrialismo em São Paulo.

Fontes

Anais da Constituinte de 1946. Disponíveis no endereço <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>

Relatórios Oficiais

Brasil. Relatórios Ministeriais de 1937 a 1945 (Trabalho, Indústria e Comércio).

Disponíveis no site www.crl.uchicago/info/Brasil/pindex.htm

Arquivo

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um Auto-retrato.* (Arquivo Gustavo Capanema) Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 24).

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à Filosofia.* 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989.* Rio de Janeiro: Campus.

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política.* São Paulo: Difel, 1969.

_____. *L'air et les songes*. Paris: José Corti, 1943.

_____. *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O Dédalo: Para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *O Poder em Cena*. Brasília: Ed Unb, 1980.

BACZKO, Bronslaw. "A imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BRAGA, Sergio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Volume II. Câmara dos Deputados. Brasília, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BURKE, Peter. *A fabricação do Rei. A construção da Imagem Pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1887-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DAHER, M. del C. F.G. *Discursos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

D'ALESSANDRO, Walmirton Thadeu. *Guia para apresentação de Trabalhos Monográficos na UFG*. Goiânia: ed. UFG, 2001.

D' ARAUJO, Maria Celina. *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. FGV, 1999.

DECCA, Edgard de. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil. 1930 – 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DUTRA, Eliana Freitas. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. UFMG, 1997.

DURAND, Gilbert. “Exploração do Imaginário”. In: PITTA, Danielle Perin R. (org.). *O imaginário e a simbologia de passagem*. Recife: Massangana, 1984.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

FAUSTO, Boris (org.). H.G.C.B. *O Brasil republicano. (Sociedade e política)*. Tomo III, vol. 1, 2, 3, 4 São Paulo: Difel.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GIRARDET, Rasul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

HARDMAN, Francisco Foot & Leonardi, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Ática.

HUICI MÓDENES, A. *Estrategias de la Persuasión: Mito y Propaganda Política*. Sevilha: alfar, 1996.

IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Capus, 1999.

JULLIARD, Jacques. "A Política". In: LE GOFF; Jacques, NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. F. Alves, 1988.

LENHARO, Alcir. *Nazismo - O triunfo da vontade*. São Paulo: Editora Ática.

LIMA, Maria Emília A. T. *A Construção Discursiva do Povo Brasileiro: Os Discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

_____. Ruth Ribeiro de. *Nunca é tarde para saber: Histórias de vida, histórias da guerrilha*. Tese de doutorado (Departamento de História) USP. 2 vol. São Paulo, 1998.

LUHMANN, N. *Poder*. Brasília: EdUnB, 1992.

MENDONÇA, Sonia Regina de (org). *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF / Vício de Leitura, 2005.

MENDONÇA, Leda Moreira Nunes; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; MENDES, Jr., Antonio & MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História: Texto e consulta*. Vol. 2, 3 e 4. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MICELI, Paulo Celso. *Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1992.

MOISÉS, José Álvaro. *Entre a incerteza e a tradição política. Uma crítica da primeira geração de estudos da transição*. In: *Novos Estudos Cebrap*, nov., 1994, nº 40. São Paulo: Cebrap.

MOTA, Carlos Guilherme. *Cultura brasileira ou cultura republicana?* In: *R. Estudos Avançados*, jan./abr., 1990, vol. 4, nº 8. São Paulo: EDUSP.

NOGUEIRA, Octaviano. *A Constituinte de 1946: Getúlio, o sujeito oculto*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (Coleção Temas Brasileiros).

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos: textos para seminários*. São Paulo: Alfa/Ômega, 1973.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.

_____. "O Retorno do Político". In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (Orgs.). *Questões para a História do Presente*. São Paulo: EDUSC, 1999. pp. 51-60.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Ed Nacional / Edusp, 1973.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SWAIN, Tânia Navarro (org). *História no Plural*. Brasília: Ed. Unb, 1994.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia

Mestrado em História

UM OLHAR SOBRE A INQUISIÇÃO

**A RECEPÇÃO DO MANUAL EYMERICHIANO NA ESPANHA CATÓLICA A
PARTIR DE SUA REEDIÇÃO POR FRANCISCO DE LA PEÑA EM 1578**

Daiany Sousa Macelai de Oliveira Gomes

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos

GOIÂNIA

2007

A Inquisição é um tema vasto que não se esgota facilmente. A polêmica, por vezes, está travada em discussões que apresentam-na como uma das páginas a serem esquecidas na história do Cristianismo. Atualmente, as interpretações a respeito da Inquisição estão carregadas de metodologia relativista, baseadas em um olhar menos preconceituoso e desviante. Tal tema proporciona aos estudiosos do imaginário um campo fértil de exploração do social e compreensão da cultura ou das religiões populares.

Muitos questionamentos distorcidos conduziram ao surgimento de uma visão estereotipada da religiosidade cristã em períodos marcados pela existência de crises religiosas como os tempos finais da Idade Média e conseqüentemente da constatação da difícil luta de reafirmação da presença católica nos tempos modernos.

O Imaginário seria a representação do real, a referência a um outro ausente, inserindo-se, ainda neste, um sistema de idéias e imagens inerentes ao mesmo coletivo (PESAVENTO, 1995:16). Deleuze (1992) concebe o imaginário como um conjunto de trocas entre o real e o irreal, mas o que é possível perceber em ambos autores é que no contexto do Imaginário, as idéias-imagens são vistas pela sociedade como modelos para a conduta de seus membros. Pesavento comunga da opinião de Le Goff em que a representação pode ser entendida como a "tradução mental de uma realidade exterior percebida que se liga ao processo de abstração" (PESAVENTO, 1995:15).

Para realizar esse trabalho utilizaremos como fonte documental o "*Manual dos Inquisidores*", do frei dominicano Nicolau Eymerich (1376) sendo um ponto primordial a visão deste a respeito do papel do inquisidor, da denúncia, do processo de investigação, da condenação ou absolvição dos suspeitos de heresia.

Eymerich será a linha tênue de investigação em nossa pesquisa, - além de outros documentos históricos como bulas, encíclicas papais, iconografia e concílios - principalmente para as discussões da Inquisição durante o período do medievo. Porém, para as análises do Santo Ofício na Idade Moderna, interessa-nos aqui, compreender de que maneira se deu a recepção do mesmo Manual na Espanha através das interpretações de Francisco de La Peña (1578), comentarista do Manual dos Inquisidores a partir de sua reedição no século XVI. Entendemos que o Tribunal da Inquisição deve ser analisado dentro de seu contexto social e imaginário, sendo produto de determinada época historicamente definida.

Após a apresentação da fonte principal que conduzirá nosso processo investigativo é preciso que destaquemos alguns problemas primordiais de fundo que orientam a nossa pesquisa. Em primeiro lugar, como se deu a recepção do manual eymerichiano durante a Idade Moderna? Qual a sua importância como modelo de perseguição ao crime de heresia? Que elementos do Manual estão presentes na perseguição à heresia durante o período moderno, mas principalmente durante o século XVI, na Espanha católica? Que aspectos demonstram uma mudança de postura na repressão aos hereges e à própria heresia que podem ser identificados no discurso de La Peña? O discurso de Eymerich poderia ser entendido como “moderno” para a prática inquisitorial do século XVI?

A astúcia dos inquisidores, a esperteza dos questionamentos aos suspeitos, a desconfiança, a certeza da culpabilidade dos indivíduos, as provas, a tortura e, por fim, a confissão acompanhada da devida punição eram elementos cotidianos na estrutura do Tribunal. Como encontrar a santidade e a pureza proferidas pelo cristianismo em tais atitudes?

Outra indagação que nos preocupa é a resposta que explique como a Inquisição que ganha força e estatuto de instituição a partir do século XIII manteve-se em funcionamento durante boa parte da Idade Moderna?

Tentaremos, portanto, analisar a Inquisição em seu contexto histórico, mostrando que a realidade em que estava envolvida era bem mais complexa, refutando desta maneira análises superficiais.

O espaço compreendido por nossa pesquisa é preponderantemente o da Península Ibérica, com destaque à Espanha, já que ambos sujeitos históricos em exame, protagonistas no jogo de nossa análise, são espanhóis, sendo elementos importantes para o entendimento da jurisdição inquisitorial em matéria de delitos de fé. O período escolhido prolonga-se de 1376 a 1578, datas da elaboração e reedição do Manual dos Inquisidores, respectivamente. Essa delimitação temporal não reduzirá nossa pesquisa ao período em destaque, já que utilizaremos como recurso constante a apresentação de informações disponíveis anteriormente que auxiliam na compreensão da evolução e crescente estruturação de funcionamento da Inquisição bem como o aperfeiçoamento do processo penal.

Por ser o corte espaço-temporal demasiado longo, propomos responder às questões anteriormente levantadas, que estão ligadas mais diretamente a proposta de trabalho acima descrita. Nossa pesquisa será em parte, norteada pelo método comparativo calcado na análise da Inquisição Medieval a partir de Nicolau Eymerich e seu Manual dos Inquisidores, bem como a recepção do mesmo no período moderno após a compilação pela Igreja e os comentários de Francisco de La Peña, o que leva-nos a atingir um nível de macroanálise, sendo algo mais pertinente. Embora La Peña seja de suma importância para a concretização do Manual dos Inquisidores, dele pouco se sabe ou se tem notícia dentro do contexto

histórico da época. Assim, nos esforçaremos para apresentar o discurso de La Peña a partir de uma minuciosa leitura de suas contribuições no Manual. Lembramos que a macroanálise da Inquisição deve ser entendida no sentido de destacar as mudanças que a cercam e a estruturação desse tribunal de fé ao longo do espaço-temporal em destaque que também se inclui como parte de nossa pesquisa.

Sendo essa pesquisa baseada em um estudo de longa duração, teremos por base a noção de processo. É justamente essa opção que explica a construção do texto em duas partes: uma primeira sobre a fundação e a organização da Inquisição, apresentando noções básicas acerca do Tribunal e da Heresia dialogando com as fontes e uma segunda sobre a estruturação da Inquisição Moderna e a existência de similaridades e divergências dos pressupostos do Manual que estejam eventualmente presentes, ou não, na Inquisição espanhola, a partir das observações de Francisco de La Peña. Tal orientação de estudo estará mesclada com a leitura teórica de pesquisadores que nos são primordiais para a realização do trabalho e na documentação de apoio selecionada.

Um grande desafio que encontramos: as diferentes escalas de análises que se movimentam da macro para a micro análise, já que nos é essencial compreender a Inquisição enquanto instituição e as mudanças que ocorreram com a passagem da Idade Média para os tempos modernos, mas sem nos esquecermos das experiências particularizadas de Eymerich e La Peña que estão presentes em todo o Manual, promovendo uma articulação dos dados em realce.

O processo de pesquisa apoiou-se, em larga medida, na exploração de documentos impressos reeditados e a disposição da comunidade. Este seria o caso do Manual dos Inquisidores largamente reeditado sendo um dos principais manuais de conduta e orientação à perseguição da heresia. A importância do

Manual na Idade Moderna foi de tamanha amplitude, que depois da Bíblia, foi um dos primeiros textos a serem impressos, em 1503, em Barcelona. E quando o Vaticano quis reanimar a Inquisição para fazer frente à Reforma Protestante, mandou reeditar o livro e distribuir para a maior parte dos inquisidores europeus. Outras fontes de real prioridade para nosso estudo são: a *Decretal Ad aboledam*, do papa Lucio III, de 4 de novembro de 1184, cuja expressão se encontra na imensa importância evolutiva da Inquisição, tanto que chegou a ser denominada de “carta magna” da instituição inquisitorial; a *Bula Excommunicamus* (1231) do Papa Gregório IX que oficializava a existência da Inquisição em um momento de agitação proporcionada, principalmente, pela evolução da heresia cátara; outro documento por nós analisado é a Bula *Unam Sanctam* do Papa Bonifácio VIII, de 1302 que reafirma o caráter universal e, ao mesmo tempo, unívoco da Igreja Católica cujo sociedade deveria crer e professar aceitando não ser possível a salvação e a remissão dos pecados fora da mesma. Dentre os documentos significativos estão ainda os escritos de Raynaldus em suas *Acusaciones contra los Albigenses* – este nos auxilia a compreender com exatidão a visão destes hereges a respeito da Igreja Católica, e conseqüentemente do que o Tribunal buscava banir – e o de Reinerius Saccho, em seu escrito "*De las Sectas de Herejes Modernos*" de 1254, que busca esclarecer a seita dos Valdenses e quais pressupostos santos estes negavam; a *Regra de Santo Agostinho* será aqui destacada, mesmo por que os maiores encarregados pela perseguição à heresia durante o período medieval eram os frades dominicanos que seguiam a mesma; os *Dictatus Papae de Gregório VII*, de 1075, é uma das bases para o entendimento da autoridade e das atribuições correspondentes ao Pontífice Romano, uma maneira clara de percebermos a visão que o próprio papa possuía de seu atributo pontifício. O tratado "*De Cura pro*

Mortuis Gerenda" - O Cuidado Devido aos Mortos - foi escrito por Santo Agostinho em 421, como resposta a uma consulta feita pelo bispo Paulino de Nola, a respeito da vantagem de se sepultar um cristão junto ao túmulo de um santo, sendo essa leitura importante para compreendermos a negação da sepultura e dos ritos funerários cristãos ao praticante de heresia, que diferente da idéia da boa morte aos eleitos, carrega o anátema perpétuo. Outros documentos serão apresentados ao longo da pesquisa.

Para a construção desse trabalho, optamos por selecionar cuidadosamente historiadores renomados no meio acadêmico com quem dialogaremos a respeito das divergências e possíveis semelhanças que se encontram em meio a polêmicas e diversidades de análises, privilegiando sempre uma exploração mais crítica da bibliografia selecionada e dos documentos utilizados que serão explicitados ao longo da pesquisa.

A heresia nasce juntamente com o Cristianismo que com toda estruturação do corpo canônico e a organização do Novo Testamento, tem uma religião fundada em bases ortodoxas, definidas a partir dos ensinamentos de Cristo, o que permitiu a existência de um credo único e a fundação de uma Igreja Universal (LE GOFF, 2002:503). O herege rompe com uma "ordem natural" estabelecida pela cristandade, pois muitas vezes questiona-se sobre a opulência material da Igreja, a união do poder espiritual ao temporal, os dogmas cristãos, enfraquecendo as bases do Catolicismo e "quebrando" o elo entre os homens e Deus: a própria Igreja.

Alguns religiosos reuniram medidas canônicas contra a heresia formulando manuais religiosos a serem seguidos pelos "combatentes de Cristo" – os inquisidores – diante de um individualismo religioso que minava o universalismo

espiritual cristão. A partir dessas transformações, Nicolau Eymerich (1376) organizou seu *Manual dos Inquisidores*, baseado em suas experiências pessoais e em relatos passados, assim como em toda definição pontifícia de controle herético.

Em relação aos escritores do Manual, trata-se de dois dominicanos, um do século XIV e outro do século XVI, peritos em Jurisprudência e Teologia. A importância deles reside no fato de ambos procederem a uma grandiosa codificação das práticas e das justificativas (teológicas e ideológicas) acerca do controle das doutrinas da Igreja que culminaram na instituição da Inquisição.

Sobre a Inquisição, em toda sua história, sabemos que foi definitivamente um tribunal eclesiástico. Mas no caso da Península Ibérica o Santo Ofício adquiriu caráter de jurisdição mista e era absorvido pelos organismos das monarquias de Castela e de Portugal, porque os reis indicavam o inquisidor-geral. Nestes reinos, a Inquisição conseguiu perpetuar-se, porque jogava com esta dupla finalidade. O Estado se encarregava da execução das penas. Havia uma descrição no Direito Canônico que proibia os eclesiásticos de condenarem alguém à morte. Portanto, um limite de atuação se encontra nesse ponto: os eclesiásticos excomungavam os condenados e os enviavam para a justiça civil sendo imediatamente executados.

A construção do poder religioso da Igreja se faz presente no comportamento da sociedade, em sua consciência coletiva guiada pelo aparato religioso, garantindo a ordem e refletindo o Reino de Deus sobre a terra. A união dos poderes espiritual e temporal expunha toda a potência religiosa desta Instituição demonstrada a partir da conversão dos infiéis e a expansão do espírito cristão (BALANDIER, 1980:18-19). Isso pode ser claramente percebido nos

concílios ecumênicos citados por Eymerich e Peña, além das punições promovidas pelo braço secular.

Acerca do indivíduo e sua inserção nas relações de poder que coexistem em uma sociedade, entendemos que este é um ser ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si, ele dá valor à imagem que tem de si mesmo e a preocupação com essa imagem pode levá-lo a desobedecer, revoltar-se ou obedecer mais ainda. Assim, a noção de identidade não se opõe a de sociedade e Estado, mas os indivíduos são atingidos no coração pelo poder público quando são tocados na imagem que tem de si, na relação consigo mesmo, quando obedece a sociedade ou o Estado. Quando isso acontece, pode-se dizer que a sua relação com o poder público é a mesma que estabeleceria com outro indivíduo que o tivesse humilhado ou lisonjeado seu orgulho (VEYNE, 1987:9-10). Tal aspecto é identificado nas relações sociais quando percebemos que a simples difamação de herege podia levar o indivíduo à exclusão social, ao desprezo coletivo e a humilhação. Eymerich relata o caso de um suspeito de heresia, que ainda estava em processo de investigação e interrogatório, quando a população enfurecida invadiu a prisão inquisitorial, retirando o preso da cela, espancando-o e esquartejando logo em seguida no meio da multidão de fiéis, o que comprova a presença do sentimento coletivo e da fraternidade entre seus membros, já que o herege não era considerado uma ameaça apenas a si mesmo, mas a toda comunidade que não o aceitava ou reconhecia como parte desse corpo coletivo.

Neste contexto conturbado em que o poder aflorava, seja ele real ou simbólico, as personagens envolvidas não se encontravam em igualdade de circunstâncias, o que explica o sucesso da Inquisição em quase todos os casos mediante a busca pela verdade esperada dos réus. As respostas dos acusados

não eram mais que o eco das perguntas dos inquisidores tornando o julgamento repetitivo e monódico (GINZBURG, 1989:208).

Esse outro, o herege, assombrou a Igreja medieval e a sociedade cristianizada, representando, talvez, o desejo da tão cotejada liberdade, da vontade individual de aderir àquilo que mais poderia se identificar. Por consequência, sua postura favoreceu, de forma indiscriminada, o uso da violência pelo poder das instituições político-religiosas, de métodos coercitivos calcados nos usos e manipulações da História como a evocação de um passado cristão glorioso e da memória coletiva pelos "guardiões do poder" promovendo a expressão máxima da manifestação da força do pensamento idealizador doutrinado pela Igreja em pregações, tradições, perseguições, concílios, punições e dogmas que cercearam a vida desse outro negado e (des) conhecido.

Esse outro, o herege, assombrou a Igreja medieval e a sociedade cristianizada, representando, talvez, o desejo da tão cotejada liberdade, da vontade individual de aderir àquilo que mais poderia se identificar. Por consequência, sua postura favoreceu, de forma indiscriminada, o uso da violência pelo poder das instituições político-religiosas, de métodos coercitivos calcados nos usos e manipulações da História como a evocação de um passado cristão glorioso e da memória coletiva pelos "guardiões do poder" promovendo a expressão máxima da manifestação da força do pensamento idealizador doutrinado pela Igreja em pregações, tradições, perseguições, concílios, punições e dogmas que cercearam a vida desse outro negado e (des) conhecido.

O próximo capítulo irá basear-se no estudo da Inquisição Espanhola, instituída em novembro de 1478 por iniciativa dos reis Fernando e Isabel. O papa Sisto IV assinou a Bula *Exigit Sincerae Devotionis Affectus* pela qual fundou a Inquisição

Espanhola. De maneira inédita concedia poder aos Reis Católicos não apenas para a nomeação, mas também para a revogação e substituição de inquisidores rompendo com a tradição medieval. Tratava-se de uma verdadeira transferência de competências, que foi legitimada cinco anos mais tarde com a nomeação do primeiro inquisidor-geral pelo Papa, de acordo com a proposta régia.

Neste período, a Inquisição tornou-se um poderoso instrumento absolutista dos monarcas espanhóis sendo explorada em seus usos até o século XIX, a ponto de quase não poder ser considerada instituição eclesiástica. É perceptível também a independência desta Inquisição frente a Roma, resistindo às intervenções diretas da Santa Sé. É neste contexto que iremos abordar, além da história da própria Inquisição Espanhola, a recepção e utilização do Manual a partir de sua reedição por La Peña em 1578. Algumas questões despertam inquietações como os aspectos destacados por este jurista, as permanências ou inovações, as possíveis rupturas, o discurso ideológico, as discordâncias e concordâncias, os pormenores em seu discurso, em juízos de valores, dentre outros, o que leva-nos, enfim, à tentativa de captarmos detalhes inerentes ao discurso de La Peña e Eymerich e no diálogo entre ambos.

AS LETRAS DE RENATO RUSSO- Caminhos para a construção da Identidade Cultural urbana brasiliense na Modernidade

Cristiano Vinicius de Oliveira Gomes*

Resumo

Este artigo visa analisar as letras de Renato Russo, ex-integrante da Legião Urbana, tomando como referência o meio urbano brasiliense. Nesse sentido, busca avaliar as perspectivas indiciárias de construção da identidade na geração dos anos oitenta no estágio da modernidade que compreende o último quartel do século XX.

Palavras-chave: letras de Renato Russo; identidade; modernidade

Abstract

This article aims to analyze Renato Russo's lyrics, former member of Legião Urbana group, using as reference Brasília's urban atmosphere. In this context, it wants to evaluate the exponential perspectives of the eighty's generation identity building in the modernity stage which extends the last quarter of the XX century.

Key words: Renato Russo's lyrics, identity, modernity.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás

BRASÍLIA- O CENÁRIO DA LEGIÃO URBANA

URBANA LEGIO OMNIA VINCIT

Um dos sentidos atribuídos ao termo legião, tomado na acepção figurada do dicionário Aurélio, consiste na “multidão de seres reais ou imaginários”. Nesse sentido, o movimento roqueiro foi uma legião urbana, tributária da expressão latina em epígrafe, colocada no final de muitos Cds da banda que Renato Russo foi o letrista, que na sua tradução significa que “a legião urbana a tudo vence”. Se a vitória não era certa, a vontade de se fazer vencedora foi uma bandeira empunhada pela geração dos anos oitenta, a qual, situada no meio urbano e enxergando o mundo desse prisma encontrou um meio de dar vazão às subjetividades da classe média “remediada”, na acepção de Dapieve. O meio urbano e o rock dos anos oitenta estiveram estreitamente imbricados. O cenário político de abertura iniciada por Geisel e continuada por Figueiredo, concomitante à massificação da indústria fonográfica internacionalmente, possibilitou à classe média no setor urbano o acesso à informações e à cultura, gerando uma juventude que se não era intelectual, até média de idade baixa, era atenta aos acontecimentos mundiais. Essa identidade urbana foi fundamental para a construção de percepções as quais se incluíram numa legião urbana nos grandes centros urbanos do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília capitanearam esse movimento que, guardadas às devidas peculiaridades, catalizou um sentimento de rebeldia juvenil, possibilitando o esboço de um perfil a partir dos indícios enunciados nas composições.

Brasília possuía uma particularidade ligada a seu projeto arquitetônico urbanístico. A classe média residente no plano piloto, frequentadora das superquadras, teve uma relação mais estreita no dia-a-dia às influências culturais, dentro de um contexto político próximo, onde as mudanças sentidas no Palácio do Planalto ou no Congresso Nacional eram espontaneamente temas de rodas que afetavam também o interesse da juventude. Como declara Russo:

Sabíamos, antes do resto do país, das declarações políticas do Congresso Nacional. Minha tribo também buscava informações sobre os acontecimentos – não só os políticos, como artísticos e culturais. Brasília proporciona essa facilidade de acesso. Vimos filmes estrangeiros um ano antes de entrarem em circuito nacional, freqüentávamos o Instituto Goethe. Enfim, estávamos informados sobre tudo, e isso permitiu um trabalho musical mais honesto e sincero. (ASSAD, 2000: 42)

O Renato Russo roqueiro, num primeiro momento punk, inseriu-se nesse contexto. Nas palavras de Russo, que admirava a capital federal, mas fazia suas observações acerca das particularidades de Brasília:

A gente fazia rock por necessidade lá. Além de ser uma necessidade de você ir contra o tédio da cidade, é uma necessidade física mesmo, de você se expressar. Ao passo que, se eu tivesse aqui no Rio, ia à praia, ia comer um sanduiche natural, e não teria tanta necessidade assim. Acho que Brasília é importante por causa disso, você tem essa motivação. É uma cidade que te inspira, é uma coisa muito dela, é uma cidade muito bonita. Tem um certo astral, não parece uma cidade brasileira. Agora, acho que as pessoas em Brasília poderiam se organizar, ter uma espécie de organização comunitária, talvez até a nível político, para ajudar as satélites. Acho que o Plano Piloto vive numa ilha, isso é uma coisa muito negativa. Não é tão difícil você prever que possam surgir problemas, num futuro próximo, por causa do desse disparate social que existe. (ASSAD, 2000: 41)

Foi nesse ambiente que o movimento roqueiro em Brasília ganhou fôlego, sendo que Renato Russo, ciente de que a postura política e social das pessoas poderia projetar a capital federal a uma socialização mais justa, tinha pop hábito escrever “força sempre” nos seus autógrafos antes do seu nome, reverberando a epígrafe de que a legião urbana a tudo vence enunciada no título do capítulo. Essa identidade juvenil urbana, veloz e violenta coaduna-se com o sujeito histórico multifacetado e fluído de Bauman.

Eu sou Renato Russo
Eu escrevo as letras, eu canto
Eu nasci no dia 27 de março
Eu tenho 23 anos
Sou áries, ascendente em peixes
Eu trabalhava com jornalismo, rádio
Era professor de inglês também
E comecei a trabalhar com dezessete anos e tudo
Mas só que de repente
Tocar rock era uma coisa que eu gostava mais de fazer
E como deu certo eu continuo fazendo isso até hoje.

Meu nome é Dado Villa Lobos
Eu sou guitarrista da Legião Urbana
Nasci dia 29 de junho de 1965, tenho 21 anos
Cheguei em Brasília em torno de 1979,
Cursei meu 2º grau
Consegui entrar na faculdade de Sociologia
Só que não era exatamente o lance que estava a fim de fazer
Muito teórico, não tem nada de praticidade
Aí meu lance era, de repente, fazer música.

Eu sou Renato Rocha
Baixista do Legião Urbana
Tenho 25 anos
Adoro esporte, adoro corrida de automóveis
Sou de Brasília também
Adoro música, jazz, rock
Adoro Dead Kennedys
Cursei metade do meu 2º grau

Parei de estudar por que gostava de fazer esporte

Oi, meu nome é Marcelo Boinfá
Nasci em 1965, sou do signo de aquário
Gosto de esportes aquáticos
Gosto de desenhar
Gosto de música
Saí da escola depois que eu terminei o 2º grau
E agora toco bateria na Legião Urbana

Eu já sei o que eu vou ser
Ser quando eu crescer
(Riding Song, 1996)

Foi nesse contexto, de efervescência cultural em Brasília, que filhos da classe média urbana letrada lançaram-se no rock com uma expressão inédita, que não se filiava, no Brasil, nem à Jovem Guarda nem a Raul Seixas e nem a Rita Lee. O rock dos anos oitenta teve em Brasília um dos seus principais palcos e a Legião Urbana uma de suas principais bandas. Renato Russo, nesse cenário urbano, foi, para muitos, o principal letrista, ou poeta, de sua geração.

O meio urbano- a sistematização da violência

No Brasil, a segunda metade do século XX foi marcada por uma intensa política de modernização, a qual já havia se iniciado na Era Vargas, intensificada por Juscelino, culminando no período da Ditadura Militar, contribuindo para a inversão demográfica brasileira verificada na década de 1970.

Nesse contexto, a construção de uma identidade que se relacionava como o meio urbano, sua dinâmica de comunicação, imbrica-se à fragmentação dos espaços de convivência a núcleos cada vez menores, introjetando no sujeito urbano uma ambigüidade: a de viver rodeado de pessoas sem que isso significasse uma integração efetiva. As particularidades, amalgamadas pela solidão, tornaram-se a mola mestra dessa nova identidade. Renato Russo, na sua subjetividade, tomando Brasília por referência, foi atento quanto a questão da carência dinamizada nos meios urbanos ao projetar um sentido de solidão que permeia as relações pessoais, recebendo a ratificação de seu público ouvinte pela correspondências de suas composições nos setores juvenil e adulto

A cidade, o meio urbano, possibilitou em esferas distintas e complementares, a emergência de duas bases caras à modernidade: o aumento da velocidade da temporalidade cotidiana das informações e a racionalização de uma tecnologia moderna

planejada sob os auspícios da razão arquitetônica e de engenharia. O meio urbano industrial acelerou a informação, possibilitou a popularização dos meios de comunicação midiáticos, políticos e propagandistas.

No Brasil, a estética capitalista mesclou-se à dinamização de uma racionalidade fundada em anseios políticos autoritários, ansioso por tirar o Brasil do “atraso colonial” e colocá-lo nos trâmites, da modernização.

A reformulação do espaço urbano foi uma das estratégias adotadas por este Estado, no início do século XX. A cidade, com sua organização física- espacial, seus rituais de “progresso”- como no caso das exposições nacionais e internacionais-, passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos. Assim, quando estes especialistas-cientistas se propunham a reformar, a organizar, mesmo que em nível superficial, a esperança que tinham era de que essa projeção externa, pública, cidadina, pudesse orientar os indivíduos. (HERSCHMANN e PEREIRA, 1994: 27)

O meio urbano estabelece um novo padrão de convivência entre as pessoas. Na Primeira República, ampliou-se o afã de tornar o Brasil moderno, à medida que o meio urbano racionalizado serviria de base à construção de uma identidade que afastaria o Brasil do atraso. Num momento histórico posterior, esse já vinculado a uma intervenção do Estado nas diretrizes econômicas do país, a partir da era Vargas, trouxeram à tona essa vocação moderna. A modernidade possibilitou uma identidade a qual, em nome do “progresso”, entendeu o espaço urbano como a representação da modernização.

As composições de Russo, a guisa de estabelecer essa relação tão próxima entre a cidade e a modernidade, colocaram o meio urbano na dinâmica da identidade que se construiu na segunda metade do século XX. A dinamização da informação, a qual ganhou contornos e velocidade novos, os tipos de violência com uma intensidade diferente da vivificada no meio rural, bem como a insatisfação externada mais rapidamente são alguns elementos os quais compuseram a formação de uma identidade que assumia na cidade seu sentido. Nesse ambiente, Russo, em 1985, argumentou sobre o movimeto roqueiro e sua sintonia entre a dinâmica da cidade e as especificidades esboçadas nesse contexto:

Acho que o rock não pode ser delineado música brasileira, por que rock é música universal. Por ser uma música de massa da sociedade tecnológica do pós-guerra, é uma música feita por e para jovens, um pessoal que sempre esteve ligado em televisão, sempre esteve ligado em videogame. É música da metrópole, é música da cidade, é um fenômeno universal, do planeta Terra. Onde tiver uma metrópole, vai ter rock, por que rock, na verdade, é você tentar se expressar artisticamente, de uma certa forma, falando da beleza da cidade. É você realmente ver música onde as pessoas mais antigas não vêem, por que não estão acostumadas

com isso. Então, é você ver música na fumaça, é você ver música no ritmo das pessoas, nos arranha-céus. (ASSAD, 2000: 223)

Brasília, capital construída como baluarte da modernização do nacional-desenvolvimentista, colocado em prática por Juscelino, não se restringia a um projeto político que pudesse ser sintetizado num mandato de cinco anos. A nova capital do Brasil era a síntese elaborada de uma modernidade na qual a prática política de Juscelino contemplava um projeto maior, internalizado na modernização.

Nesse sentido, o meio urbano planejado, erguido no cerrado, do natural à civilização, ao moderno, ao progresso, representava um futuro, capaz de alavancar no Brasil o caminho do desenvolvimento. O planejamento da nova capital, como continuidade da integração dos espaços brasileiros, como almejava Vargas, significava, simbolicamente, o rompimento com o arcaico, com uma capital que não fora pensada com o fito de exercer a atividade administrativa. O projeto de Lúcio Costa, vencedor da disputa arquitetônica, trazia uma combinação de praticidade funcional e suavidade ao mesclar espaços verdes, os quais amenizavam o peso do concreto alicerçado no planalto central. Renato Russo estava atento a esse estado de coisas, reforçando uma idéia dinamizada no cotidiano de Brasília e a lógica das contradições do meio urbano no qual ele vivia:

Aconteceram coisas terríveis aqui em Brasília, só que ninguém sabe. Muita gente morreu na construção da cidade. Mas, para ocultar os cadáveres, candangos que morriam eram misturados com concreto. Deve haver candago morto aqui! (DAPIEVE, 2000: 194)

Zigmunt Bauman, ao analisar os processos de racionalização dos urbanistas, faz uma menção a Le Corbusier. Para Bauman, o sonho de Corbusier de estabelecer um espaço urbano calcado no Plano Diretor- “Plan dictateur”- seria estabelecido através do domínio completo e inquestionável sobre os moradores. Como enfatiza Bauman:

A autoridade do Plano, decorrente das verdades objetivas da lógica e da estética e nelas fundada, não tolera dissensão e controvérsia; não aceita argumentos que se refiram a ou busquem apoio em nada além dos rigores lógicos e estéticos. As ações do planejador urbano são pois, por natureza, imunes à comoção dos entusiasmos eleitorais e surdas às queixas de suas vítimas efetivas ou imaginárias. (BAUMAN, 1999: p. 50)

Bauman argumenta que se de fato Corbusier não chegou a colocar suas idéias em prática, Oscar Niemeyer teve a oportunidade para criar um espaço urbano racionalizado nos parâmetros de uma modernização capaz de inserir no plano urbanístico e arquitetônico a profundidade e praticidade racional que a modernidade requeria.

A oportunidade no caso foi uma comissão para erguer do nada, num vazio desértico e sem o fardo da história, uma nova capital que combinasse com a vastidão, a grandiosidade, os imensos recursos inexplorados e as ambições sem limite do Brasil [...] No despovoado planalto central do Brasil seria possível moldar à vontade os habitantes da futura cidade, preocupando-se apenas com a fidelidade à lógica e à estética; e fazê-lo sem precisar comprometer, quanto mais sacrificar, a pureza de princípios a circunstâncias irrelevantes mas obstinadas de tempo e lugar. Podia-se calcular com precisão e bastante antecedência as “necessidades unitárias” ainda inarticuladas e incipientes; era possível compor, sem empecilho, os ainda inexistentes e portanto silenciosos e politicamente impotentes moradores da futura cidade como agregados de necessidades cientificamente definidas e cuidadosamente medidas de oxigênio, luz e energia. (BAUMAN, 1999: 51)

A assertiva de Bauman se constitui numa análise convincente acerca do projeto modernizador no meio urbano. A racionalização de uma lógica a qual ao dinamizar-se desconsidera a espontaneidade, caminhou repetidas vezes pari passo com os anseios modernos.

A geração de Russo foi integrante desse espaço e o rock dinamizado em Brasília e estendido ao Brasil trouxe essa angústia urbana. Nesse sentido, o tédio de viver numa cidade instrumentalizada pela lógica administrativista, desatenta, projetou na juventude de classe média da qual Russo era integrante, sensações que ratificam a premissa de Bauman:

*Era, como “Tédio”, a idéia stoneana do “what can a poor boy do except to sing for a rock’n’roll band?” aplicado àquela cidade que o antropólogo Hermano Vianna, irmão de Herbert, descreveria assim num texto pioneiro sobre o rock local, chamado “Ai de ti, Brasília”, publicado no número 1 da revista *Mixtura Moderna*, de 1983: “Morar lá é barra pesada. Brasília é fria, monótona, depressiva. A capital da esperança ocupa lugares de destaque em estatísticas pouco comuns: é o local, no Brasil, onde ocorrem mais suicídios e onde se consomem mais drogas”. (DAPIEVE, 2006: 52-53)*

Nesse sentido, esse tédio introjetado no cotidiano implica diferentes perspectivas:

*Moramos na cidade, também o presidente
E todos vão fingindo viver decentemente
Só que eu não pretendo ser tão decadente não
Tédio com um T bem grande pra você (grifo nosso)
Se eu não faço nada, não fico satisfeito
Eu durmo o dia inteiro e aí não é direito
Porque quando escurece, só estou a fim de aprontar
Tédio com um T bem grande pra você.
(TÉDIO (com um T bem grande pra você), 1979)*

Em Brasília, devido às cidades satélites, que receberam a migração de segmentos não desejados dentro dos moldes administrativistas, houve uma desconcentração populacional, que criou um perfil isolacionista e excludente nos ambientes urbanos.

Dependendo da distância e dos limites financeiros do local de morada dos seus habitantes definia-se, genericamente, a situação sócio-econômica do indivíduo. Como ressalta Bauman:

Para seus moradores, porém, Brasília revelou-se um pesadelo. Logo foi cunhado por suas infelizes vítimas o conceito de “brasilite”, nova síndrome patológica de eu Brasília era o protótipo e o mais famoso epicentro até então. Os sintomas mais notáveis de “brasilite, na opinião geral, eram a ausência de multidões e ajuntamentos, as esquinas vazias, o anonimato dos lugares as figuras humanas sem rostos a entorpecente monotonia de um ambiente desprovido de qualquer coisa que intrigasse, excitasse ou causasse perplexidade. (BAUMAN, 1999: 52)

Brasília, como emblema, da ordenação do espaço urbano, representou no Brasil uma nova era, tanto que o executor do plano de construir uma nova capital, a qual aliás já estava prevista na Constituição de 1946¹, Juscelino Kubitschek, foi o símbolo da modernização ao propor seu Plano de Metas, na qual a nova Capital seria a 31ª meta, a meta-síntese, incorporada em campanha eleitoral.

O símbolo da modernidade brasileira foi também num contraponto o espaço da exclusão arquitetada, simbolizada numa temporalidade não mais encravada no meio rural, mas circunscrita a um novo ambiente, capaz de elevar um novo paradigma identitário, excludente e solitário. As mazelas da vida urbana puderam ser sentidas e externadas numa velocidade típica do avanço dos meios de comunicação. Brasília, como decalque de todos os outros grandes centros urbanos, ainda que com menos intensidade de outros, catalisou a violência e o fascínio do meio urbano, caracterizado pelos paradoxos. Num depoimento dado logo após o incidente num show em Brasília que não terminou, Renato Russo, que em muitas outras ocasiões depôs positivamente acerca da capital federal, conclui:

Essa cidade deixa as pessoas malucas. Tinha um boyzinho que pegava o carro e ficava dando voltas em torno de uma mastro em frente a um bar no Gilberto Salomão. Um dia, ele perdeu a direção e invadiu o bar. Uma merda. (DAPIEVE, 2000: 1940)

A cidade é um emblema da violência pública ou privada no qual Renato Russo, metaforicamente, realça sua indignação.

Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana,
Nas ruas os mendigos com esparadrapos podres
Cantam música urbana,
Motocicletas querendo atenção às três da manhã-

¹ O projeto de transferência da Capital do Brasil para o interior já fazia parte das discussões imperiais. José Bonifácio deixou uma série de escritos sobre essa necessidade, por motivo de segurança estratégica. Na Constituição de 1981 houve o registro legal da mudança, ainda que tenha sido letra morta. Na Carta Constitucional de 1946, dentro da perspectiva integracionista e modernizadora, havia também a previsão da nova capital, já com o nome definido: Brasília.

É só música urbana.
Os PMs armados e as tropas de choque vomitam música urbana
E nas escolas as crianças aprendem a repetir a música urbana.
Nos bares os viciados sempre tentam conseguir a música urbana.
O vento forte seco e sujo em cantos de concreto
Parece música urbana
E a matilha de crianças sujas no meio da rua-
Música urbana.
E nos pontos de ônibus estão todos ali: música urbana.
Os uniformes
Os cartazes
Os cinemas
E os lares
Nas favelas
Coberturas
Quase todos os lugares.
(Música Urbana 2, 1986)

A realidade no Brasil de uma urbanização tardia, trouxe a possibilidade de uma construção identitária que reforçava a desilusão com os grandes referenciais políticos e ideológicos que sustentaram a modernidade e a novidade trazida pela generalização do espaço urbano. Este trazendo uma dinamicidade diferente da rural, que se mostra pela convivência próxima dos excluídos favelados com os incluídos moradores de cobertura, numa nova dimensão do uso do poder de polícia do Estado, mais ostensivo, menos tolerante com a multidão.

A música urbana, na composição de Renato Russo, sugere uma crítica não só aos paradigmas modernos ao realçar a sistematização da educação, na construção de um sujeito que será a base do projeto político do futuro. Entretanto, estende a indignação à violência, pelo abuso de autoridade, indiciado na letra pelo cumprimento do dever legal da polícia ao debelar uma manifestação.

Assim, os viciados, os mendigos, os esparadrapos podres, a matilha de crianças sujas no meio da rua e os pontos de ônibus como sinônimo de exclusão sinalizam uma modernidade restrita, incapaz de dar ao indivíduo condições dignas de existência, a qual, aliás, lhe é garantida pelos dispositivos legais. Ao se indignar perante as disparidades contingenciadas em Brasília, Renato Russo era sensível a ponto de fazer de suas letras as vozes e os sentimentos de muitos que o cantavam. A música urbana foi a regra de muitos jovens dos grandes centros no seu convívio diário com as mazelas expostas por Russo.

A sensação de conviver num espaço que reúne várias pessoas, mas não as integra, impossibilitando uma relação que transpasse a esfera do indivíduo, também foi uma vertente dessa identificação do indivíduo com o meio urbano, suscitada nas composições de Russo.

A Música Urbana, na identidade da geração dos anos oitenta, tendo por base a letra de Russo, remete a uma estetização musical, de uma temporalidade, discriminatória, que isola ao invés de integrar. Essa temporalidade anuncia *as antenas de TV, as motocicletas querendo atenção, o vento forte e seco e sujo em cantos de concreto, os uniformes, símbolo da padronização e da autoridade, os cartazes, os cinemas, os lares, as favelas, as coberturas*, dentre outros, simbolizando uma estética que abarca a todos, mesmo que alguns produtos de consumo só estejam a alcance de uma minoria.

A década 1980 foi fundamental na inversão que se fazia desde Vargas. Nessa década, não havia mais como negligenciar o novo padrão societário estabelecido no Brasil. A identidade construída nesse contexto, a qual dialogou com as vicissitudes históricas do passado brasileiro e com as transformações ideológicas no mundo trouxe à tona problemas, sujeitos e projeções novos.

A cidade foi uma dentre outras sínteses dos novos contextos, capaz, nesse sentido, de dar vazão a construções identitárias, diversificadas, indefinidas no seu critério constitutivo. Líquidas, como assevera Bauman, ao assumirem uma forma de recipientes diferentes para cada situação, ensejando uma continuidade indefinida pelos antigos padrões de modernidade.

E mais uma criança nasceu.
Não há mentiras nem verdades aqui
Só há música urbana.

(Música Urbana 2, 1986)

Situar esse cenário urbano, constituinte de uma identidade que se construiu num quadro de relações intensas, sugere a necessidade de estabelecer um nexos entre as individualidades advindas desse contexto e as transformações pelas quais a modernidade passou.

DISCOGRAFIA

Urbana, Legião. Dois. São Paulo, Emi-Odeon, 1986.

_____. Que país é este. São Paulo, Emi-Odeon, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAD, Simone. Renato Russo de A a Z: as idéias do líder da Legião Urbana-
Campo Grande : Letra Livre, 2000.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas* / Zigmunt
Bauman; tradução Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*/ Zigmunt Bauman; tradução
Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

Conversações com Renato Russo. – Campo Grande: Letra Livre Editora, 1996.

DAPIEVE, Arthur. *BROCK: O rock Brasileiro dos anos 80*, Rio de
Janeiro,1995.

DAPIEVE, Arthur. *Renato Russo: o trovador solitário* / Arthur Dapieve. –
[Nova ed.].- Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil
dos anos 1990. In: GUAZZELLI, C. A . B. *Questões de Teoria e Metodologia da
História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

GINSBURG, Carlo, 1939- *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*/
Carlo Ginsburg ; tradução: Federico Calotti. – São Paulo: Companhia das Letras,
1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*/ tradução Tomaz
Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 8. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara Sobral/
Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

CICLOS FESTIVOS E FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE IMPERIAL ROMANA

Ana Teresa Marques Gonçalves*

Resumo: Nesta comunicação pretendemos discutir como as festas e os festivais ocuparam um importante lugar na vida política romana, como definidas pelas tradições romanas. Além disso, objetivamos analisar quais foram as funções simbólicas e identitárias assumidas pelos ciclos festivos na sociedade romana antiga.

Abstract: With this paper, we aim at discussing how the festivities and the festivals played an important role in the roman political life, as defined by the roman traditions. Furthermore, we intend to analyse what were the symbolic and identity functions to take on festives cycles in the ancient roman society.

Palavras-Chave: Roma; Festa; Identidade.

Keywords: Roma; Festivity; Identity.

Como afirma Ramón Teja, em seu artigo “Il Cerimoniale Imperiale”, rituais e festas não são máscaras para o poder, mas uma forma de poder (TEJA,1993:642). Fazendo um breve levantamento de como historiadores e antropólogos têm trabalhado com o objeto “festa” (SILVA,2000:38-39), percebemos que a maioria dos trabalhos parte da concepção de que festa é vista como um ato coletivo, ritual, em que acontecem inversões, subversões, por vezes, a instauração do caos, marcado principalmente pela alegria. Os momentos estudados são muitas vezes marcados pela carnavalização social, pelo descarrego de tensões reprimidas, pela êxtase, pela suspensão da ordem.

Contudo, no mundo romano, em várias ocasiões festivas vemos a estruturação de festividades que não se adequam a esta forma de conceituar “festa”. Trata-se de festejos oficiais, nos quais as principais características são exatamente a manutenção da ordem, o reflexo de certas posições sociais previamente definidas, a formação de uma identidade e a construção de uma memória oficial e coletiva das festividades e da razão da comemoração.

* Professora Adjunta de História Antiga e Medieval da Universidade Federal de Goiás. Doutora em História econômica pela USP.

Devido a isso, utilizaremos a conceituação de “festa” proposta por Norberto Guarinello em seu artigo “Festa, Trabalho e Cotidiano”, no qual define que:

“Festa é sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. Festa, portanto, produz identidade. O que chamamos de festa é parte de um jogo, é um espaço aberto no viver social para a reiteração, produção e negociação das identidades sociais. Um lapso aberto no espaço e no tempo sociais, pelo qual circulam bens materiais, influência, poder.” (GUARINELLO,2001: 972-974).

Partindo destas premissas, vemos toda comemoração como uma forma de comunicação (BURKE,2002:27), um objeto por excelência no qual se pode articular a análise das relações que se estabelecem entre a política, o poder, a propaganda e a memória. As festas continuam a fazer sentir os seus efeitos mesmo quando já acabaram. Associam, pois, a indivisibilidade e a duração característica do sagrado com a divisibilidade do profano. Como ressalta Klaus Bringmann, num artigo sobre os festejos triunfais dos Imperadores, os romanos não conheceram festas que não fossem ao mesmo tempo religiosas e profanas, visto que todos os atos que eram realizados em nome da comunidade política eram, ao mesmo tempo, feitos visando uma comunidade de culto (BRINGMANN,1988: 67). As festas antigas traçam perspectivas que apontam o passado e o futuro de uma coletividade. Por elas, a comunidade reunia o que ocorria no presente, lembrava o passado e indicava metas para o futuro.

A festa é um fenômeno gerador de imagens multiformes da vida coletiva e gera e/ou indica vínculos sociais a serem resgatados e/ou mantidos. Toda comunidade precisa de algo para celebrar, pois toda festa é um tempo consagrado. Normalmente, a festividade comporta uma multiplicidade de atividade de naturezas diversas, mas que se encadeiam e ganham sentido quando encadeadas, distinguindo a festa de uma simples cerimônia. Embora a festa seja também um espetáculo, distingue-se dele, pois quase sempre exige a participação ativa daqueles que dela participam. Mesmo ser espectador de uma festa é, de certa forma, relacionar-se com todos os presentes, é atuar para sua realização de alguma maneira (PEREZ,2002:23-28).

As manifestações do poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação e o luxo as caracterizam. As emoções tendem a se exacerbar nos espetáculos festivos organizados pelos poderosos. As imagens utilizadas nas festas marcam a identidade dos regimes e dos espetáculos do poder, realizados com o objetivo de mostrar grandiosidade e força política. Nenhum sistema político é mudo. Um poder que não fala pelo *décor*, pela *mise-en-scène*, perderia a adesão do grupo de apoio, pois a persuasão reforça a sujeição. Portanto, as festas são signos e fazem parte de um ritual: não há sociedade sem ritual e não há ritual sem festas, pois elas ajudam a legitimar o regime (CAPELATO,1998: 19-59).

O ritual pode ser entendido como um conjunto de atos formalizados, expressivos, detentores de uma dimensão simbólica. Ele é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de comportamento e de linguagem específicos e por sinais emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo. O ritual insiste na dimensão coletiva, isto é, ele faz sentido para os que o partilham. Ele tem eficácia social, pois ordena a desordem, dá sentido ao acidental, cria situações de adesão e regula conflitos. A festa é antes de tudo um ato coletivo, com um lado sagrado e outro leigo de puro divertimento, e serve ao poder, que deve afirmar-se regularmente no decurso de grandes cerimônias (SEGALEN,2000:23 e 73-74).

As festividades garantem ao detentor do poder visibilidade e popularidade, importantes instrumentos para a aquisição e a manutenção do comando social (BELL,1997:8). E os romanos souberam muito bem utilizar suas festas como formas de conseguir o apoio das divindades para seus intentos e garantir a legitimação dos soberanos. No debate travado entre Agripa e Mecenas, principais colaboradores de Otávio, no início de seu governo, descrito por Dion Cássio, Mecenas adverte o Imperador Otávio Augusto: “Decore esta capital com público descuido com relação aos custos e torne-a mais magnífica com festivais de todos os tipos” (DION CÁSSIO,LII, 31.1). Relendo as *Res Gestae Divi Augusti*, o testamento de Otávio mandado colocar por Tibério, seu herdeiro e sucessor, em placas de mármore no templo dedicado ao culto imperial, vê-se que Otávio soube utilizar muito bem este conselho de seus principais amigos, pois promoveu inúmeras festas ao longo de seu governo. Ele realizou jogos 4 vezes em seu nome e 23 vezes pelos magistrados que deveriam custeá-los, mas estavam ausentes ou não tinham meios de subvencioná-los (CARCOPINO,1990:249). E depois

dele todos os outros imperadores o seguiram, lembrando festas antigas dos tempos da Realeza e da República e criando novas, que ajudavam a garantir a unidade imperial.

A partir de Otávio, por exemplo, passaram-se a comemorar em todas as províncias os *dies natalis*, ou seja, o aniversário do governante, e os *dies imperii*, o dia em que ele ascendeu ao comando imperial. Comemorar estas datas era demonstrar lealdade ao centro do poder, pedir que o governante continuasse clemente na condução dos assuntos de Estado e solicitar aos deuses que ao mantê-lo no comando, se pudesse manter também a ordem imperial, vista como importante para a manutenção do poder romano sobre outros povos.

As festas serviam também de cenário para a apresentação das boas qualidades, da imagem idealizada do soberano. Nos momentos festivos, ele era a imagem da generosidade, ao promover distribuições de dinheiro e/ou alimentos, da força, ao ser aclamado pelas legiões e pela plebe urbana de Roma ou das cidades provinciais, do pontificado, ao realizar importantes ritos religiosos, responsáveis por garantir o apoio das divindades à continuidade do Império.

Religião e poder se misturaram intrinsecamente em solo romano. O calendário de festividades (*feriae*) era imenso e comportava verdadeiros ciclos festivos bastante heterogêneos nas formas de comemoração. As festas misturavam várias formas de agradar aos deuses e aos homens. Numa mesma festividade poderiam ocorrer procissões festivas, sacrifícios de animais, jogos gladiatórios, banquetes públicos, corridas de carros, entre outras atrações.

Falemos um pouco dos 159 e/ou 182 dias dedicados aos ciclos festivos romanos (CARCOPINO,1990:242-243). Começamos com os ciclos religiosos. Em fevereiro, seguindo o nosso calendário, ocorria o festival das *Lupercalia*. Os Lupercos (*Luperci*) eram uma confraria (*colegium*) de sacerdotes que celebravam, em Roma, o culto de Fauno Lupercos. Tratava-se de uma procissão que tinha lugar em 15 de fevereiro, na qual os Lupercos nus davam à volta no Palatino, flagelando-se com correias cortadas da pele de uma cabra que tinham acabado de imolar. As mulheres se colocavam à margem da passagem dos sacerdotes, esperando receber parte do sangue aspergido por eles, visto como capaz de garantir a fertilidade. Antes da procissão, o sacerdote responsável por imolar a cabra tocava na testa dos Lupercos com a sua faca ensanguentada e a marca deixada era limpa, então, com um floco de lã embebido em leite. Neste momento, os Lupercos deveriam fazer ouvir uma gargalhada ritual. O sacrifício compreendia também a imolação de um cão. O santuário de Fauno Lupercos, de onde saía a procissão, era uma

gruta na qual, segundo a tradição, a loba tinha amamentado Remo e Rômulo. Essa gruta sagrada, considerada o berço da cidade de Roma, estava à sombra de uma figueira, a figueira Ruminal, de onde brotava uma nascente, vista como a nascente do poder dos romanos (GRIMAL,1992:286).

Depois, em abril, havia as festas de início do ano agrário, nas quais pedia-se o apoio das divindades para uma boa colheita. Ocorriam as *Parilia*, as *Cerialia* e as *Vinalia*, que comemoravam, com procissões festivas, o florescimento das parreiras e a produção vinícola, dentro do culto da deusa Ceres, divindade vinculada à agricultura. Em junho, tínhamos as *Vestalia* e as *Matralia*, festas em honra à deusa Vesta, protetora junto com suas sacerdotisas, as Virgens Vestais, do fogo comum da cidade, e das matronas romanas, as mulheres casadas e mães de filhos, que seriam os futuros cidadãos romanos.

Nas *Vestalia*, os burros jovens eram coroados com flores e não trabalhavam, e honrava-se com sacrifícios de burros mais velhos a castidade das sacerdotisas. Nas *Matralia*, festejava-se, em 11 de junho, *Mater Matuta*, ou seja, a deusa da manhã, da aurora, pois a cada alvorecer a cidade se restabelecia da mesma forma que cada parto significava a manutenção dos romanos. Do culto desta deusa participavam mulheres livres, casadas uma única vez e que tivessem o marido ainda vivo. O templo de *Mater Matuta* ficava no *Forum Boarium*, onde se realizavam sacrifícios e procissões em honra desta deusa.

Em 23 de agosto se davam as *Volcanalia*, isto é, as festas em honra do deus Vulcano, protetor dos artesãos, principalmente dos ferreiros, e dos pescadores. Era usual, nestas festas, lançar no fogo pequenos peixes e outros pequenos animais, pois se acreditava que estas oferendas representavam vidas humanas, para cuja conservação eram oferecidos aos deuses os referidos animais (GRIMAL,1992:467).

Já de 17 a 24 de dezembro, tínhamos as *Saturnalia*, em honra de Saturno, divindade que teria ensinado os homens a cultivar a terra. Por isso, era sempre representado carregando uma pequena foice e identificado como aquele que cultivava e podava a vinha. Os dias de festa finalizavam o ano agrário e religioso e as festividades apresentavam um caráter mais licencioso, durante as quais se subvertiam as hierarquias sociais, com os escravos mandando em seus senhores e estes servindo a mesa dos banquetes.

Mas havia também as festas comunitárias, como as cavalgadas de 19 de março e de 19 de outubro, a corrida de sacos das *Robigalia* em 25 de abril, as corridas a pé ou

com mula das *Consualia* em 21 de agosto e 15 de dezembro, o concurso de pesca com vara dos *Ludi Piscatorii* de 8 de junho, as corridas de cavalos do *Equus October* de 15 de outubro, os combates gladiatórios dos *Ludi Martiales*, em honra a Marte, em 1 de agosto. Havia ainda a invocação de *Anna Perenna*. Divindade romana muito antiga, honrada num bosque na Via Flamínia, ao norte de Roma, era representada como uma mulher velha que se transformava numa jovem. Representava a passagem de um ano para outro de forma eterna, perena. Era comemorada com banquetes públicos na zona rural, próximos de nossos convescotes (GRIMAL,1992:24-25).

Além dessas festividades, Florence Dupont analisou o chamado ciclo da guerra, que se estendia de março a outubro. Iniciava-se com as danças *Sálicas*, realizadas em 14, 17, 19 e 23 de março. Nelas, os sacerdotes *Salii* se vestiam como antigos guerreiros, formavam dois grupos e representavam os dois Martes: o furioso e o tranqüilo, coreografando táticas de defesa e de ataque (DUPONT,2001:199). O nome dos guerreiros dançarinos advinha de Sálío, companheiro de viagem de Enéas. Em julho ocorriam os sacrifícios de animais realizados no templo de Castor e Pólux, os Díóscoros, filhos de Zeus com Leda, irmãos de Helena e Clitmnestra. Como Zeus se uniu a Leda em forma de cisne, eles teriam nascido de ovos. São representados como heróis jovens e combatentes (GRIMAL,1992:123). Em 13 de setembro havia o aniversário do templo de Júpiter Capitolino, comemorado com jogos e sacrifícios. Em outubro realizavam-se principalmente jogos gladiatórios, corridas de carros e triunfos em honra dos generais e das tropas que voltavam vitoriosas.

Os triunfos eram procissões festivas, verdadeiras paradas militares e religiosas, nas quais se reconhecia publicamente a contribuição do exército e de seus generais para a segurança e prosperidade do Estado. Tornaram-se mais comuns na República, com a expansão imperial romana. O comandante vencedor oferecia um modelo de heroísmo, sacrifício e vitória na defesa dos assuntos romanos. Segundo Donald G. Kyle, os romanos viram ao menos 300 triunfos (KYLE,2007:260), que combinavam elementos religiosos, ligados a Júpiter e Marte, militares e políticos. Tanto os triunfos quanto os funerais envolviam sacralidade, honra familiar, organização orquestrada, interação entre participantes e espectadores e provisões de generosidade, por isso também podem ser identificados como festas, pois o público presente era testemunha e beneficiário das mesmas.

Os triunfos eram permitidos pelo Senado e pagos às expensas do tesouro público. Trata-se de uma procissão em seqüência: primeiro, seus principais lugares-

tenentes, carregando *fascēs*, o símbolo do *imperium*, seguidos pelo general vitorioso, o *triumphator*, vestido com manto de púrpura, que lembra a vitória e o próprio Júpiter, e coroado com uma coroa de louros ou de ouro, no alto de uma carruagem especial, toda enfeitada e conduzida por quatro cavalos. Ao lado do general ia um escravo que lhe lembrava ao ouvido que ele era um homem e que toda glória era passageira e devida ao favor de Júpiter. Atrás do carro do general, seguiam membros de sua família a cavalo, em carros ou a pé. Passava-se então a apresentar ao público o botim, os despojos de guerra: homens, mulheres e crianças aprisionados, estandartes dos inimigos, peças de ouro, prata e pedras preciosas conquistadas para e pelos romanos, animais diferentes trazidos para serem abatidos no anfiteatro ou guardados no zoológico (*vivarium*, e ficava próximo da Porta Prenestina), os soberanos estrangeiros agora escravos romanos, entre outras pilhagens. Após isso, vinham os soldados vencedores que recebiam a permissão de entrar no *pomerium*, o território sagrado da cidade, armados e que normalmente passavam embaixo de um arco do triunfo, inicialmente construído de madeira e depois de pedra, para se limparem do sangue da guerra. Por fim, vinham sacerdotes conduzindo animais que iriam ser sacrificados no templo de Júpiter Capitolino. Esta procissão percorria as principais avenidas de Roma, passando pelo *Campus Martius*, pelos palácios do Palatino, pelos fóruns e terminando no Capitólio, e a cidade quase parava para vê-la passar.

David Cannadine, na introdução do livro *Rituals of Royalty*, comenta que não se pode separar o estudo da política da análise das cerimônias, pois há o poder do cerimonial e as cerimônias do poder. O espetáculo no teatro do poder não é um elemento subsidiário, mas sim parte efetiva do poder político, pois por intermédio de sua realização se busca a confirmação do consenso e da manutenção da hierarquia nas comunidades e a legitimidade do soberano (CANNADINE; PRICE, 1987:1-19). As cerimônias são meios para se manter a ordem social. O cerimonial aparece em momentos nos quais um indivíduo passa de um papel a outro, podendo ser encarado como um fenômeno teatral e uma forma de comunicação, pois confere prestígio a quem participa dele, legitima papéis e confirma o consenso. Por isso, é fundamental ao poder político deter o controle das cerimônias (ROMANO, 1994:76-389).

Portanto, a realização de cerimônias públicas, realizadas de forma intensa e constante em todo território imperial, auxiliava na criação de uma legitimidade para o poder e na formulação relacional e processual de uma identidade romana para os habitantes do Império.

BIBLIOGRAFIA

1) DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

Dio's Roman History. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. v.9 (The Loeb Classical Library).

2) OBRAS GERAIS

BELL, A. J. E. Cícero and the Spectacle of Power. *Journal of Roman Studies*. London, 87:1-22, 1997.

BRINGMANN, K. El Triunfo del Emperador y las Saturnales de los Esclavos em Roma. In: SCHULTZ, U. *La Fiesta: Una Historia Cultural desde la Antigüedad hasta Nuestro Dias*. Madrid: Alianza, 1988. p. 65-75.

BURKE, P. O Carnaval de Veneza. In: CUNHA, M. C. P. (org.) *Carnavais e outras Frestas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 27-39.

CANNADINE, D.; PRICE, S. (ed.). *Rituals of Royalty*. Cambridge: University Press, 1987.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena*. Campinas: Papirus, 1998.

CARCOPINO, J. *Roma no Apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUPONT, F. *Daily Life in Ancient Rome*. Oxford: Blackwell, 2001.

GRIMAL, P. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

GUARINELLO, N. L. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001. v. 2, p. 969-975.

KYLE, D. G. *Sport and Spectacle in the Ancient World*. Oxford: Blackwell, 2007.

PEREZ, L.F. Antropologia das Efervescências Coletivas. In: PASSOS, M. (org.). *A Festa na Vida*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.15-58.

ROMANO, R. (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

SEGALEN, M. *Ritos e Rituais*. Lisboa: Europa-América, 2000.

SILVA, M. M. de S. e. A Historiografia Descobre a “Festa”. *Hélade*. Rio de Janeiro, 1(1):38-52,2000.

TEJA, R. Il Cerimoniale Imperiale. In: MOMIGLIANO, A.; SCHIAVONE, A. (dir.). *Storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1993. V.3(1), p.613-642.

INTELECTUALIDADE DA MULHER NEGRA E O LETRAMENTO COMO MEIO DE SOBREVIVÊNCIA

Carlianne Paiva Gonçalves*

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo entender como a identidade da mulher negra letrada fora constituída e qual a consequência disso no processo de resistência e sobrevivência. Utilizo-me da teoria de Angela Kleiman (2005) para conceituar letramento; das reflexões de duas negras, intelectuais e feministas Sueli Carneiro e bell hooks para retratar o movimento feminista e suas interferências junto às diversas formas de opressão em relação a mulher, pois o que se observa é que mesmo após séculos de escravidão, as mulheres negras, no imaginário social, continuam como resquícios de uma senzala maior. Esta posição estereotipada as imobiliza, cabendo a elas as figuras da “Mãe Preta” ou da “Mulata”. Portanto, sobreviver para as intelectuais negras é possível porque elas fazem de sua escrita um ato político de resistência às opressões de gênero, raça e classe.

PALAVRAS-CHAVE: letramento, mulher negra; sobrevivência.

ABSTRACT: This paper has as its main goal to understand how the identity of the literate black woman was constituted and which consequences this constitution had in the process of resistance and survival. In this study I use the theory of Angela Kleiman (2005) to conceptualize literacy; the reflections of two black feminist intellectuals, Sueli Carneiro and bell hooks, to portray the feminist movement and its interferences regarding the several forms of oppression in relation to women, since what is observed is that black women, even after centuries of slavery, are still seen as a remaining of a bigger “senzala” in the social imaginary. This stereotyped position immobilizes them, leaving to them roles such as the “Mãe Preta” or the “Mulata”. Therefore, surviving for the black intellectuals is possible because their writing is made into a political action of resistance to the oppressions of gender, race and class.

KEYWORDS: literacy; black woman; survival.

Na realidade, tem ocorrido um “duplo silêncio”. Ao silêncio sobre as mulheres em geral (“a história é masculina”) soma-se o silêncio sobre as classes exploradas (“a história é a história das classes dominantes”). Sobre o segundo silêncio, muito já foi dito. Quanto ao primeiro, ele aparece travestido na mitologia sobre a natureza doce e patriarcalista do escravismo brasileiro. Mas é interessante notar que essa mitologia não se limita a produzir uma imagem deformada da relação senhor-escravo. Isto porque, na sua lógica, a mulher escrava ocupa um lugar central: “ponte entre duas raças”, “embaixadora da senzala na casa-grande, e vice-versa, e outras coisas do gênero. Em outras palavras: as relações senhor-escrava, senhora-escrava, filhos brancos-escrava jogam um papel estratégico na estruturação das teorias sobre o patriarcalismo da escravidão brasileira (Giacomini, 1988, p. 19)”.

* Universidade Federal de Goiás, licenciada em Português (2005) e graduanda em Lingüística. Este trabalho é parte da minha monografia, essa a ser concluída no final de novembro de 2007.

Este trabalho discute a necessidade de demonstrar o valor das intelectuais negras e, principalmente, o de quebrar com o silêncio imposto sobre elas na sociedade. É notório que, mesmo depois de séculos de escravidão, elas continuam, no imaginário social, como resquícios de uma senzala maior. Esta posição estereotipada as imobilizam, cabendo a elas as figuras da “Mãe Preta” e da sexualizada “mulata”.

O interesse em falar de intelectualidade negra e de letramento como meio de sobrevivência para as mulheres negras veio de uma observação no meio acadêmico, lugar este pouco ocupado por essas. A negação desse espaço, principalmente para as que fazem um recorte de gênero e raça em suas obras, impossibilita que seus trabalhos sejam visibilizados na academia, restando a elas um local restrito no processo de produção e divulgação do conhecimento.

Busco entender como a identidade da mulher negra fora constituída na sociedade e qual a conseqüência do letramento no processo de sobrevivência desta. Trato a sobrevivência num nível muito mais abstrato que físico, pois analiso como a identidade da mulher negra fora estabelecida em decorrência da sua historicidade, esta arraigada numa condição racial que influencia, principalmente, no padrão de escrita.

Nesta pesquisa faço um recorte de raça e sexo, me fundamentando nas escritas de duas intelectuais negras e feministas: Sueli Carneiro (brasileira) e bell hooks¹ (estadunidense). A intenção não é de levantar uma vasta bibliografia dessas escritoras e sim, entender como as idéias delas se inter-relacionam na temática da intelectualidade e do letramento como fator de sobrevivência.

A escolha de bell hooks e Sueli Carneiro neste trabalho não foi aleatória, ela se justifica por ambas terem pautas semelhantes de lutas e de produção teórica. Apesar de se apresentarem num cenário diferente seus contextos são parecidos, uma vez que são mulheres negras, feministas e intelectuais que lutam por espaços femininos de visibilidade positiva. Tudo isso, faz com que a história dessas autoras e de suas literaturas se firmem como forma política e transgressiva diferentemente de algumas produções de autores/as brancos/as.

Sobreviver tanto para Sueli Carneiro quanto para bell hooks se faz como sinônimo de resistência política, lingüística e identitária. Porém, isso só é possível com o rompimento da

¹Gloria Jean Watkins, bell hooks, traz em seus discursos e na sua escrita a forma descolonizante que transgride padrões brancos, por isso, a autora assina com letra minúscula na tentativa de transgredir a linguagem.

“ideologia colonial”, com a quebra das fronteiras que separam/limitam homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos. É na língua e pela linguagem que elas se identificam e se fazem intelectuais.

Para tal estudo, utilizo a Pragmática no sentido de que a palavra realiza ação; a língua como fator de identidade Lopes (2003) e Rajagopalan (2003); do letramento, sendo este sinônimo de prática escrita Kleiman (1995), cujo foco maior é a democratização do conhecimento e especialmente das reflexões acerca de raça, feminismo e resistência de Sueli Carneiro (2003), (2005) e bell hooks (1994), (1995).

Ao falar de letramento é válido ressaltar que o seu surgimento vem de um desenvolvimento social, cuja finalidade era formar identidades nacionais não necessariamente vinculadas a alianças étnicas, culturais, mudanças sócio-econômicas etc. Posteriormente, o estudo se amplia para as condições de uso da escrita, a fim de determinar como eram os efeitos e as práticas em grupos minoritários.

Um dos modelos de letramento é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos” (cf. Scribner e Cole, 1981 p.19 *apud* Kleiman). Strut (*apud* Angela Kleiman 1995) destaca que os modelos ideológicos de letramento vêm esta prática não apenas como aspectos de uma cultura, e sim, estruturas de poder numa sociedade. Portanto, para essa autora, o modelo ideal de letramento é aquele em que as diversidades são valorizadas e democratizadas.

Reconhecer as estruturas de poder que operam sobre grupos minoritários é um desafio dentro da academia. Segundo Azeredo (1994), a dificuldade de estudar gênero na academia se dá porque esta tem uma tradição patrilinear que impede a entrada de outras vozes inclusive a voz da mulher, ainda mais quando esta traz a teoria feminista.

Segundo Christian (1999), ao discutir a disputa de teorias na academia e sua relação tanto dentro quanto fora dela, afirma que a produção da mulher negra quando vista é desconsiderada no que tange sua forma peculiar de teorizar, de expressar-se. Meu povo, em outras palavras, sempre engajado em uma disputa de teorias – embora mais freqüentemente na forma de hieróglifo, uma forma escrita que é ao mesmo tempo sensual e abstrata: bela e comunicativa. (CHRISTIAN, 1999, p.86).

A desigualdade existente entre os dois pólos (brancos x negros) na academia, faz com que os primeiros não enxerguem a produção dos segundos como um alimento para sua sobrevivência (CHRISTIAN, 1999).

bell hooks como professora universitária reconhece e vivencia as desigualdades que operam no ambiente acadêmico. A autora comenta que é com base numa resistência secular que muitas de nós, mulheres negras, nos deparamos com o difícil “chamado”, e este não oferece escolha. Como mesma diz: não escolhemos ser ou não intelectuais, são forças maiores que alimentam o desejo de ser. Nas palavras dela, “Intelectual é alguém que lida com idéias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com idéias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla” (HOOKS, 1995, p.468).

Partindo das práticas identitárias assumidas por Carneiro e hooks, podemos nas palavras de Sapir (*apud* SIGNORINI, 2001, p.23) dizer que “a língua é o mais auto-contido, o mais resistente de todos os fenômenos sociais. É mais fácil eliminá-la do que desintegrá-la a forma individual”. E é por meio dela que as identidades dessas duas mulheres negras são constituídas.

Nas palavras de Maya Angelou (2001, p. 225),

Quando escrevo estou tentando descobrir quem sou, quem somos, o que somos capazes de fazer, o que sentimos, como perdemos e nos levantamos e prosseguimos de escuridão em escuridão. É isso que faço. Mas também estou experimentando a língua inglesa. Estou experimentando ver como ela realmente soa. Eu a adoro. Adoro pelo que ela faz por nós, como nos permite expressar dor e a glória, as nuances de as sutilezas da nossa existência. E também nos permite rir, demonstrar espíritos, sagacidade.

A identidade do indivíduo falante é determinante na posição e construção da teoria lingüística, ou seja, ele é um indivíduo com suas particularidades e não somente um falante nativo de uma determinada língua. Por isso, para relacionar língua e identidade, entendemos que a língua se aproxima e relaciona-se com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se interagir socialmente e de construir o mundo.

Hilary Janks (2000, p. 176) questiona o porquê de alguns escritores/falantes fazerem certas escolhas, e de que interesse elas lhes servem. Essas escolhas devem ser levadas em consideração porque na sociedade alguns discursos operam com maior força, por exemplo,

o do branco, heterossexual, rico em confronto com o do negro, homossexual e pobre. Por isso, se faz mister refletir quem é empoderado ou não pela língua usada.

É necessário entender a relação entre domínio (os efeitos contingentes e contextuais do poder); a disparidade (desigualdade e demanda por acesso); a diferença (engajamento com a diversidade) e o desejo (identidade e agenciamento estão relacionados). É nesta ótica que Janks (2000) argumenta que o conhecimento não avança sem contestação e movimento, deste modo, é importante reconhecer as relações de poder que operam na nossa própria academia, porque esta marca território, sendo necessário saber o que é feito ou não pelos/as professores/as. E é isso que hooks faz, contesta, transgride e transforma o lugar em que atua.

Carneiro (2005, p.96) ao falar de conhecimento relaciona-o com o conceito de epistemicídio de Boaventura Sousa Santos (1997) que se constitui em um modelo eficaz e duradouro da dominação étnico/racial pela negação que comete da legitimidade das formas de conhecimento, de seus membros enquanto sujeitos do conhecimento, ou seja, é a destruição das racionalidades, da cultura e da civilização do outro.

Para a autora referida acima, esse é um processo persistente de produção da indigência cultural, pois nega o direito de ter direito. Isso perpassa na educação, sobretudo de qualidade, pela produção da interiorização intelectual, nos mecanismos que rebaixam a capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminações correntes no processo educativos. (CARNEIRO, 2005, p.96)

Lima (2001, p.312) ao discutir a legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro aponta problemas “pessoais” e, no entanto coletivos acerca do negro na academia, pois afirma ser este um espaço estritamente branco, quantitativo e simbolicamente. Num ambiente onde o negro é objeto um construto teórico, ratificado por brancos, se posicionar enquanto pesquisador é um problema na medida que o discurso do intelectual negro, muitas vezes, é confundido com um discurso emotivo e sem objetividade. Nesse contexto o negro se insere enquanto intelectual subalterno que se deve colocar como tal sempre, uma vez que pode sofrer duras penas ao tentar sair dessa condição.

Luis Paulo da Moita Lopes (2003) salienta que a linguagem está ligada numa concepção de discurso, que a coloca como foco realizador de uma ação humana com um outro num contexto interacional e específico. Segundo esse mesmo autor, é o discurso que traz uma

identidade social, que é definida nos e pelos discursos que o envolvem ou nos quais ela circula.

Ao falar em identidade segundo Rajagopalan (2003), não podemos colocá-la fora das relações estruturais que imperam em um dado momento, e para como ele a identidade compreende conceitos abstratos. Quem opta em adotá-la em termos não-essenciais se depara com duas posturas: reduzir o problema da identidade a uma espécie de acordo tático entre membros de uma determinada comunidade de fala; há algo por trás desse consenso, um jogo de poder que não está no próprio sistema simbólico, mas mesmo assim atua sobre ele. As duas estão erradas, uma por não reconhecer estruturas de poder a outra por não reconhecer as estruturas simbólicas.

Pennycook (2006, p.74) comenta sobre a necessidade de ter instrumentos políticos e epistemológicos que permitam transgredir os limites do pensamento e da política tradicional. “Utilizo a noção de teoria transgressiva para marcar a intenção de transgredir, tanto política como teoricamente, os limites do pensamento e ação tradicional”. E é nessa perspectiva que hooks atua, transgredindo e reduzindo as fronteiras entre línguas e falantes.

Para entender a relação entre língua e falante, especialmente a da mulher negra, é relevante entender um pouco do processo histórico em que ela fora constituída. Segundo Sueli Carneiro (2004, p.5), o cruzamento entre *patriarcalismo*, *escravidão* e *racismo* traça trajetórias diferentes entre mulheres brancas e negras no Brasil, sendo que no trabalho essas diferenças são facilmente identificadas: livre para umas, escravo para outras. Esse cruzamento que oriunda as diferenças é reafirmado pela ideologia da época, atribuindo às mulheres brancas atividades relativas à esfera doméstica (cozer, bordar, cozinhar etc.). Em contrapeso, a condição biológica da mulher negra servia de justificativa para o trabalho escravo, este executado tanto na esfera pública quanto na privada.

Os estereótipos da “mãe preta” e da “mulata”, resquícios da escravidão na sociedade atual, são emblemáticos para pensarmos a realidade proposta pela autora acima. A figura da “Mãe Preta”, por exemplo, é tida como modelo de integração e harmonia raciais existentes no Brasil, pois o fato dela “conviver harmoniosamente” no seio familiar branco, a faz “quase de casa”, reafirmando assim, o mito de uma democracia racial. (GONZALEZ, 1982, p.93). Assim, o estereótipo da “mãe preta” permanece vivo no imaginário social

brasileiro, o que relega a mulher negra uma condição constante de serviçal. Por isso, a sociedade brasileira quase nunca vislumbra a mulher negra como apta à atividade intelectual.

No que diz respeito à “mulata” esta é uma reificação da escrava, a considerada de libido sexual incontrolável, o que de certa forma, justificava a violência sexual do senhor. Nesse sentido, a condição feminina da mulher negra ainda está associada a hipersexualização oriunda de uma errônea leitura naturalizada do corpo negro (NASCIMENTO, 1990).

Em decorrência das desigualdades educacionais, salariais, trabalhistas, sexuais entre outras, que Sueli Carneiro na década de 80 já pede pela inserção do quesito raça como pauta do movimento feminista, numa tentativa de que se reveja a condição da mulher negra no cenário nacional. O fato do componente raça não está presente nas bandeiras de luta do movimento feminista, segundo ela, faz com que muitas vezes a mulher negra tenha que privilegiar a questão racial sobre a sexual.

Devido às ondas de descaso, imposições e não contemplamentos para com a mulher negra, que a reação foi também na estrutura da língua, isso fez com que surgissem expressões como: *Enegrecendo o feminismo* que designa a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. O objetivo maior dessa expressão é demonstrar como as identidades brancas e ocidentais foram fundamentais na concepção clássicas feminista, e também revelar a insuficiência de teorias e práticas políticas que integram as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais.

Por acreditar na possibilidade de uma discussão diferenciada na academia é que trago nesse trabalho Sueli Carneiro, escritora negra, paulista, feminista, filósofa e diretora do Geledés-Instituto da Mulher Negra e bell hooks, também negra, da Geórgia-EUA, feminista, ativista social e professora universitária a qual trabalha as noções de gênero, raça, classe e suas habilidades de produzir e perpetuar no sistema de opressão e dominação.

Carneiro e hooks são intelectuais que em suas produções utilizam-se da escrita-sujeito em vez da escrita-objeto. Isso porque elas são sujeitas de sua história e de sua produção, vêm na escrita não uma fuga de sensações ruins, mas sim, uma maneira de reviver um passado, de sobreviver como mulher negra transgredindo padrões brancos impostos sob elas. Escrever para bell hooks (1995) é um ato político, e esta é uma das preocupações da escritora, a escrita foi a “busca desesperada” de uma posição que a ajudasse a sobreviver a uma infância dolorosa, como a mesma afirma:

Criada numa comunidade segregada sulista, pobre e operária, onde a educação era valorizada sobretudo como um meio de mobilidade de classe, a “vida intelectual” sempre esteve ligada à carreira de ensino. Tratava-se mais do serviço externo como “professor” ajudando a elevar a raça, no qual os professores poderiam conquistar aceitação individual dentro da comunidade negra, do que uma vida “interior” intelectual e personalizada. Criada num mundo assim, era mais que evidente que havia uma diferença socialmente aceita entre qualificação acadêmica e tornar-se intelectual. Qualquer um podia ensinar, mas nem todos seriam intelectuais. E embora a função de professor rendesse status e respeito, ser “demasiado erudito” e intelectual significava que corríamos o risco de ser encarados como esquisitos, estranhos e talvez mesmo loucos (HOOKS, 1995, p.465).

Como Sueli Carneiro, esta é uma das formas de compreender a sua realidade, o mundo em volta dela e encará-lo como concreto. O trabalho intelectual para essa autora se assemelha na busca pela liberdade, que é fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas que passaram de objeto a sujeito, que descolonizaram e libertaram as suas mentes.

Por isso, nos estudos da linguagem e gênero a questão não é saber como homens e mulheres falam diferentemente, como se homens e mulheres preexistissem a seus usos da linguagem como categorias dadas de identidade, mas em vez disso, compreender como as pessoas desempenham o gênero e também a raça com palavras. Isso não quer dizer que constantemente desempenhamos identidades generificadas e racializadas por meio da linguagem, mas que constituímos por meio da linguagem a identidade que ela reivindica ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELOU, Maya. p 216-232. *Escritoras e a arte da escrita*. In: Paris Review; Moore.

Edição de George Plimpton. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001. p. 216-232.

AZERÊDO, Sandra. *Teorizando sobre gênero e relações raciais*. Revista Estudos feministas, outubro de 1994.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estud. av.*, Sept./Dec. 2003, vol.17, n°.49, p.117-133.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *História do Negro no Brasil*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2004, p. (1-58).

_____. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. p.340f. Tese (doutorado em Educação- área Filosofia da Educação). Faculdade de Educação, USP. São Paulo.

- CHRISTIAN, Bárbara. “A disputa de teorias”. Tradução Liane Schneider. *Revista de Estudos Feministas*. Rio de Janeiro. v. 10 jan/1999. p.85-97
- GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava – uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. “Mulher negra na sociedade brasileira”. In CRUZ, Anette. G. V. E; *et al. O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 87-106.
- hooks, bell. “Intelectuais negras”. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro. v. 3. n.2., 1995, p.464-478
- _____ “Language Teaching new Words new words”. In: *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. New York; London: Routledge, 1994. cap. 11, p. 167-175.
- JANKS, Hilary. “Domination, Access, Diversity and Design: a synthesis of critical literacy education”. *Education Review*, vol. 52. n° 2, 2000.
- KLEIMAN, Ângela. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- LIMA, Ari. “A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual”. In: *Afro-Ásia*, n° 25-26, 2001. p. 281-312.
- LOPES, Luis Paulo da Moita. *Discursos de Identidades*. Mercado das Letras: Campinas, 2003.
- NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra e o amor*. In: *Jornal Maioria Falante*, fevereiro a março de 1990, p.3.
- PENNYCOOK, Alastair. “Uma lingüística aplicada transgressiva”. In: *Por uma lingüística aplicada interdisciplinar*. Luiz Paulo da Moita Lopes (org.). Parábola Editorial. São Paulo, 2006.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. Parábola: São Paulo, 2003.
- SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado das Letras: São Paulo, 2001.

Tolerância e tensões na festa de Nossa Senhora do Rosário em Monte Alegre de Goiás

Estael de Lima Gonçalves*

Resumo: A comunicação examina as relações entre a Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Reinado da Cachaça na cidade de Monte Alegre de Goiás. Apresentarei a partir das reflexões/revisões de CHARTIER sobre as relações entre cultura erudita e cultura popular durante a Idade Moderna, assim como a partir de outros autores no âmbito da História Cultural.

Palavras-chave: tolerâncias, tensões, cultura popular.

Abstract: This communication make an exam between the festivity of *Nossa Senhora do Rosário* and the *Reinado da Cachaça* in *Monte Alegre de Goiás* city. I will present through reflections and revisions of CHARTIER about the relations between scholarly culture and popular culture during the Modern Age, and through other discussions into Cultural History.

Key words: tolerance, tension, popular culture.

Esse trabalho vem sendo desenvolvido em âmbito de monografia e pretende analisar as relações de tensão e tolerância nas festas do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Reinado da Cachaça de Monte Alegre de Goiás

Cultura popular não é uma definição fácil, todavia muitos têm trabalhado na tentativa de esclarecer esse termo e seus usos. O historiador francês Roger Chartier é enfático ao afirmar que a cultura popular não passa de uma categoria criada pelos eruditos para enunciar algo que eles consideram fora de seu mundo.

A cultura popular tem sido “[...] sempre abafada, recalçada, e, ao mesmo tempo, sempre renascer das cinzas.” (CHARTIER, 1995, p.181). Essa constante luta da cultura popular passa pela necessidade de superação da idéia de que a cultura erudita é a cultura verdadeira, genuína, o que por muito tempo reduziu o próprio termo cultura, estabelecendo-se que apenas a cultura dos grupos hegemônicos na sociedade era legítima, daí a idéia pejorativa em relação à cultura popular.

* Graduanda em História pela Universidade Católica de Goiás

No entanto, seja como contraste a cultura letrada e dominante, seja por conta do tipo de público que prestigia determinada produção cultural ou por um caráter puramente popular, no sentido de pertencimento as classes menos favorecidas, a cultura popular agrega inúmeras manifestações. E essas manifestações têm sido analisadas e valorizadas pelos estudos culturalistas, representados no âmbito da História pela chamada Nova História Cultural.

O objeto de estudo desse trabalho é uma dessas manifestações da cultura popular, trata-se de uma festa popular que integra religiosidade e folia, sagrado e profana, num mesmo tempo e espaço.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Monte Alegre de Goiás, cidade do nordeste goiano, região da Chapada dos Veadeiros, é uma festa tradicional, que segundo os moradores tem duzentos e setenta e um anos de existência. Em oposição à festa religiosa temos o Reinado da Cachaça, espécie de carnaval fora de época que teve início a cerca de vinte anos e que segundo alguns entrevistados surgiu como uma brincadeira após as festividades de Nossa Senhora do Rosário.

Essa festividade constitui-se de um ritual no qual um rei e uma rainha são os personagens principais e o Reinado da Cachaça como sátira da festa religiosa segue a mesma estrutura. No Reinado do Rosário os reis são escolhidos pelos reis do ano anterior de acordo com afinidades pessoais, já no Reinado da Cachaça tradicionalmente têm-se escolhido os reis de acordo com o consumo de bebidas alcoólicas, ou seja, aqueles, entre o público presente, que mais beberem serão coroados para o próximo ano.

Segundo entrevistas com moradores e material fornecido pela prefeitura municipal da cidade, a festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário teria se iniciado ainda no século XVIII, quando escravos que trabalhavam nas minas da região começaram a comemorar o dia de Nossa Senhora do Rosário, que é celebrado no mês de outubro pela Igreja Católica.

Atualmente ainda é possível verificar a presença dos elementos africanos nessa festividade. Durante o levantamento do mastro de Nossa Senhora do Rosário há apresentação da dança da sússia, expressão artística de vários grupos de remanescentes de escravos, e durante a celebração do reinado em si há a presença dos congos com suas danças e representações.

Em Monte Alegre de Goiás as festividades de Nossa Senhora do Rosário acontecem no mês de julho. Segundo um de nossos entrevistados essa mudança de data se deu há aproximadamente cinquenta anos, quando muitos dos moradores haviam migrado para

grandes cidades e cultivavam o hábito de retornar á cidade para as festividades de Nossa Senhora do Rosário, contudo as estradas da região dificultavam a locomoção em períodos chuvosos como outubro, além de ser período letivo, por isso os moradores teriam alterado a data de comemoração.

Para Valney Rigonato, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás

As festas populares (religiosas) da microrregião da Chapada dos Veadeiros são eventualidades que promovem a sociabilidade entre as pessoas, em função disso, as festas possuem o papel importante de promoverem o encontro e, conseqüentemente, a ebulição social, econômica, cultural e espacial da vida econômica. (Rigonato,2003, p. 06)

Através de entrevistas e durante a observação das festas pudemos contatar que realmente se trata de um momento de comunhão familiar, de sociabilidade entre a comunidade, o que provavelmente contribuiu para o surgimento do Reinado da Cachaça.

As pesquisas mostram que o Reinado da Cachaça surgiu no ano de 1987. Após o banquete que é tradicionalmente servido pelos reis do Reinado do Rosário, um grupo de jovens teria saído em busca de bebidas e teria brincado com o fato de haver um rei e uma rainha entre eles, nesse momento teriam usado pratos e copos para representar as coroas, a partir de então a brincadeira se estruturou e segue ritual parecido com o do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, contando inclusive com a Caçada da Rainha.

Hoje, o Reinado da Cachaça se estrutura através de um modelo semelhante ao dos carnavais da Bahia, com o diferencial de que, associado aos abadás – camisetas ou outro tipo de material que identifica os participantes – vem certo número de fichas que são trocadas por bebidas nos bares que se situam ao redor da praça principal.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário é uma expressão do catolicismo popular brasileiro que por si só já comporta elementos sagrados e profanos e deriva de um tipo de devoção caracterizada pelo relacionamento direto do homem com o sagrado, que se expressa de modo coletivo através desse tipo de manifestação.

Todavia buscamos analisar a questão da convivência entre duas manifestações populares distintas, uma em que se busca a exteriorização de sentimentos de devoção e a satisfação das necessidades espirituais, e outra em que o indivíduo é entregue aos prazeres do corpo.

Acreditamos que haja duas áreas distintas de percepção das duas festas, uma área de tensão e uma área de fronteira onde se expressam as tolerâncias, ou seja, há aqueles que

condenam um ou outro lado das festas e há aqueles que acreditam que uma não fere a legitimidade da outra e que não deve haver qualquer tipo de divergência entre as duas manifestações, mas, sobretudo comunhão entre ambos os momentos.

Bibliografia

CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. Religiosidade Popular e Catolicismo oficial: o eterno contraponto. Disponível em: < <http://unitau.br/scripts/prppg/humanas> >. Acesso em: 24 de agosto de 2007.

CHARTIER, Roger. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos vol. 8. nº.16. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 11 de agosto de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS. Turismo e Religiosidade: Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Império do Divino Espírito Santo, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS. Reinado da Cachaça: O carnaval fora de época no coração do Brasil, 2005.

RIGONATO, Valney Dias. As Festas Populares e o Ritmo Agrícola na Microrregião da Chapada dos Veadeiros: o Batuque do Cerrado. Disponível em: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/artigos.htm>>. Acesso em: 14 de junho de 2007.

O LAPIDÁRIO DE AFONSO X: MAGIA E SEXUALIDADE NO SÉCULO XIII.

Halynne Alves Goulart.*

RESUMO: Estudar os livros I e II do *Lapidario del Alfonso X* é aprender muito mais do que só sobre pedras, é conhecer as crenças e as relações humanas do século XIII. É possível assim observar, entre as muitas temáticas a serem ali abordadas, como as regras da Igreja eram burladas no que tange a sexualidade. Sem nunca deixar passar despercebida a crença no poder dos astros sobre as pedras e o poder destas sobre o homem, numa espécie de magia astral.

ABSTRACT: To study the books I and II of the *Lapidario del Alfonso X* is to learn much more than a knowledge about stones, is to learn about the beliefs and the human relationships of century XIII. So it's possible to observe, between the many thematic there boarded with regard to sexuality, without never to pass unobserved the belief in the astro's power on the stones and the stone's power on the man, in a way of astral magic.

Lapidário de Afonso X constitui um tratado astrológico sobre as pedras e seus poderes ocultos, seus usos medicinais, suas cores, estruturas e funções. [Gomes, 2003]

É uma tradução em língua vernácula, da metade do século XIII, feita a pedido da corte de Afonso X, em Castilla – por isso, leva a frente seu nome. É composto por quatro tratados: o primeiro está dividido em doze seções correspondentes aos signos do Zodíaco; o segundo, dividido em trinta e seis capítulos, cada um corresponde a um seguimento do Zodíaco que se chama decano; o terceiro, organizado em torno da influência de cada planeta; o último, dispõe as pedras na ordem do alfabeto árabe (esta é a proposta do autor, mas na prática não se encontra assim). [Montalvo, 1981]

Os tradutores do *Lapidário* são, segundo as indicações nos prólogos, Yhuda Mosca (provavelmente dos três primeiros livros do tratado) e Mohomat Aben Quich (do último livro). [Montalvo, 1981] Sua fonte direta é o *Lapidário* de Abolays (sábio muçulmano, século XIII). Contudo, as fontes diretas empregadas por Abolays não se pode definir com rigor. Existem alguns estudos no sentido de indicar estas fontes. [Montalvo, 1981]

Afonso X foi de grande importância pelas muitas traduções que financiou, sendo um dos responsáveis pelo abandono do latim como única língua apta para os livros científicos. [Mariño,

1997] Foi também um rei de muitas conquistas e renovadas políticas, mas traído por seu filho e pela metade de seus súditos ao fim de sua vida. [Jiménez, 1999]

O Lapidário serve este trabalho como testemunho da ampla aceitação de certo ocultismos na Espanha do século XIII. Suas receitas e encantamentos, juntamente com as descrições das pedras e da influência dos astros, demonstram um forte uso de uma astromagia nesta obra. [Avilés, 1999]

O uso de astrologia e magia é herança dos autores clássicos e também da cultura pré-critã. Os intelectuais da Idade Média têm os textos antigos como essencialmente científicos, escritos por sábios e próprios para serem objetos de um ensino especializado. [Le Goff, 1973] As obras aristotélicas, por exemplo, mesmo sendo por algum tempo proibidas, foram sempre estudadas e progressivamente ganharam cada vez mais espaço. [Verger, 1999]

A astronomia e astrologia faziam parte das artes liberais ensinadas nas universidades – que surgiram no século XII e floresceram no século XIII . Acreditavam no preceito de Aristóteles de que os astros eram fonte externa poderosa e influenciavam os corpos humanos. [Kieckhefer, 1992] E o poder de uma planta ou de uma pedra deriva da emanção vinda de estrelas e planetas. [Gomes, 2003] Como se pode observar claramente no *Lapidário* afonsino:

*Et si fuere su fregamiento con el água negro, sepas que fue obrada
en ora del Sol et en exaltation de Saturno... Et [si] algun omne fuere ferido de ulgun
bestiglo malo, et fregare esta piedra com el água, el dieren a beuer lo que ende saliere,
prestar la. (MONTALVO, 1981: 208 -209)*

Atribuía-se propriedades específicas aos materiais utilizados e cuidava-se de escolher os locais qualificados, observar as horas, dias, semanas e épocas do ano simbolicamente valorizadas, articulando os ritos manuais e orais. Em um misticismo subjetivo. [Kieckhefer, 1992]

*La quarta manera es desta piedra sobredicha; (...) Et si fuere su fregamiento
com el água blanco, et tirare a color doro, fue obrada em ora del Sol, seyendo Uenus em
La casa de su exaltation. Et qui La touiere consigo et orare a Dios, será recibida su
oracion. Et otrossi aprouecha a recabdar todas lãs cosas que omne quisiere de los omnes.
Et qui demandare allegamiento, o ayuntamiento, o casamiento, recabdar lo a. (Montalvo,
1981: 208-209)*

O uso da magia se explica porque quando os textos científicos não podiam indicar respostas aos problemas naturais apelavam para um conhecimento rudimentar, perpassado por tradições. [Kieckhefer, 1992] E os sábios da Antiguidade não agiram diferente. Para “acobertarem as falhas” de suas ciências, associavam-se de praticas mágicas, ora desprezando-as, ora apoiando-se nelas. Mas, estes geralmente não as admitiam como tais. A exemplo, a astrologia e alquimia que os islâmicos herdaram destes. [Kieckhefer, 1992]

Nos primeiros séculos da Idade Média qualquer tipo de magia era considerada demoníaca pela Igreja e pela maioria dos intelectuais. Com o cristianismo consolidado, no século XIII assume-se uma distinção entre magia diabólica e magia natural. [Kieckhefer, 1992] Todavia a linha que dividiam ambas era muito tênue. Em muitos casos dependia da legitimação consagrada pela Igreja e pela Coroa. [Bethencout, 1987]

No geral, a magia diabólica era o pacto com o demônio para se atingir causas sobrenaturais. A magia natural era um ramo da ciência, não se distinguindo desta, que se ocupava das virtudes ocultas. Quando os homens de saber falavam de magia natural falavam como algo que trata dos poderes ocultos da natureza, falavam daquilo que não podiam entender com os sentidos, propriedades de plantas, animais ou minerais (sendo este o caso) que não podiam ser explicados por suas estruturas físicas. O poder seria, então, advindo de uma fonte externa ou baseava-se em alguma característica simbólica do objeto – magia simpática, ou empatia e antipatia simbólicas. Juntamente podiam ser citadas preces e bençãos ou conjuros. Podia-se, também, usar amuletos para assegurar a saúde. [Kieckhefer, 1992]

Para Homet (1980), é certo que, em qualquer dos níveis sociais (clérigos ou laicos, pobre ou rico...), durante toda a Idade Média há um consenso quanto a efetividade das práticas mágicas independente da valoração que se dê a esses atos.

Não obstante, as aparentes contradições - ciência e magia – figura comumente, nesse período, indicações médicas de métodos contraceptivos e abortivos diante do predomínio da igreja, a qual rechaçava o sexo com qualquer outra finalidade que se não a de gerar filhos. [Jacquart e Thomasset, 1989]

No século XIII, segundo Danielle Jacquart e Claude Thomasset (1989), chegaram a circular uma coleção de bulas que diziam que evitar gravidez era considerado um pecado maior do que o adultério, a fornicção e o incesto, porque seria agir contra a natureza. No século XIII, porém, as informações sobre contracepção circulam fortemente. O ferecidas pela Historia

animalium de Aristóteles e pelos textos de Rhazés e Avicena que passam aos programas das universidades. Informações que estavam intrinsecamente ligadas a pensamentos analógicos, empirismo e práticas mágicas. [Jacquart e Thomasset, 1989]

De la piedra a que llaman çulun. [...] la puseren en la natura da la mujer, impíede empreñar. (MARIÑO, 1997: 2001-202)

[...] Et faze otrossi echar los gusanos que tiene omne em lê uientre, et la creatura de la muger prennada. (MONTALVO, 1981: 217)

Danielle Jacquart e Claude Thomasset (1989) dizem ainda que no Ocidente verifica-se a reafirmação da utilidade do coito para se conservar a saúde e a busca do prazer como condição para o ato sexual, pela necessidade de favorecer a concepção.

De la piedra a que llaman margul en caldeo. (...) es muy buena para los movios: que se, cuando han de yacer com sus mujeres, untan com ello aquel miembro com que han de hacer los hijos, hácelo crecer, extendiendo y engrosando. (MARIÑO, 1997: 67)

Como a Igreja entendeu essas colocações médicas do século XIII? Podemos tomar como distintas a posição da Igreja e a dos homens que a compunham? A instituição não pós-fim a crenças e costumes heterodoxos, ela mesma estava permeada destes.

Observa-se neste trabalho a relação do homem com a totalidade social e cósmica. Uma negociação cotidiana do homem com o sobrenatural, que atinge todas as camadas da população, em busca da sua sobrevivência social e física, misturando signos cristãos e mágicos e conhecimento empírico e sobrenatural.

Estudiosos, clérigos ou não, buscavam cuidar das necessidades de sua época. No século XIII, ao que parece, estavam muito preocupados com questões emergentes, como o prazer e a contracepção. Por isso, a ciência medieval foi rica em magia e aspectos de sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVILÉS, García Alejandro. Alfonso X y la tradición de la magia astral. In: *Scriptorium Alfonsí: de los Libros de Astrologia a las <<Cantigas de Santa Maria>>*. Jesus Montoya Martinez e Ana Dominguez Rodríguez (Orgs). Madrid: Complutense, 1999. (p. 83-103)

BETHENCOURT, Francisco. O Imaginário da Magia, feiticeiras, saladores e nigromantes no século XVI. Lisboa: Projeto Universidade Aberta, 1987.

GOMES, Michel Barbosa. Magia e ciência no Lapidário de Afonso X. In: ANAIS, IV Encontro Internacional de estudos Medievais. Ângela Vaz Leão e Vanda O. Bethencourt (Orgs). Belo horizonte; PUC Minas, 2003. (p. 401-408)

HOMET, Raquel. Cultores de Practcas Magicas en Castilla medieval. In: *Cultores de Practicas Magicas*. Buenos Aires: C. de H. E. LXIII-LXIV, 1980. (p. 178 a 217)

JACQUART, Danielle e THOMASSET, Claude. Sexualidade y Saber Medico en la Edad Media. Barcelona: Labor, 1989.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Estúdios Cor, S. A. R. L., 1973.

KIECHEFER, Richard. *La magia en la Idade Média*. Trad. Montserrat Cabré. Barcelona: Crítica, 1992.

MARIÑO, Brey Maria.(Trad.) *Alfonso X , Rey de Castilla. Lapidario*. Madrid: Castalia, S.A., 1997.

MONTALVO. Sagrario Rodríguez.(Trad.) Introdução e IV, Libro de las piedras ondenadas por el ABC. In.: *Alfonso X. "Lapidario" - según el manuscrito escurialense H.I.15*. Madrid: Gredos, S.A., 1981. (p. 10-17)

_____. IV, Libro de las piedras ondenadas por el ABC. In.: *Alfonso X*. VERGER, Jacques, Homens e saber na Idade Média. Trad. Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

* Universidade Federal de Goiás, Graduanda.

SOPHIE CALLE por “las calles” de Paris: memória, identidade e alteridade.

Cláudia Maria França Silva Gozzer¹

A POÉTICA DE CALLE ...

Este texto é o começo de um estudo sobre alguns trabalhos da artista contemporânea Sophie Calle. Seus trabalhos chamam a atenção do *métier* pela singularidade, evocando relações muito peculiares entre subjetividade, alteridade e memória. Seu percurso poético imbrica-se aos passeios, perseguições e “derivas urbanas” que faz pelas cidades em que momentaneamente habita e às relações interpessoais que constrói. Tais vivências são anotadas em diários e relatos fotográficos, com os quais realiza instalações, performances, livros, vídeos e filmes.

Dentre suas manifestações mais conhecidas, cito *L’Hôtel* (1981), em que Calle emprega-se como camareira de hotel em Veneza. Ao entrar nos quartos dos hóspedes para arrumá-los, a artista entra também na intimidade deles, fazendo um minucioso relato escrito e fotográfico sobre seus hábitos, as camas desarrumadas e objetos, mantendo o anonimato dos “sujeitos” a seu exame. Também de interesse é o trabalho *Les Dormeurs*, em que convida várias pessoas a dormirem em sua cama, sucedendo-se em intervalos regulares, entre os dias 1 e 9 de abril de 1979. A cada qual fora oferecida uma refeição, em função do horário em que fosse “dormir”. Em troca, as pessoas permitiram ser fotografadas (dormindo ou não), ser observadas e questionadas por Calle. Há ainda a série realizada juntamente com o escritor norte-americano Paul Auster, em cujo livro *Leviatã*, cria uma personagem - Maria, inspirada em trabalhos de Calle; em outro momento, a artista obedece a enunciados de Auster, tais como a “dieta cromática” (a cada dia da semana Calle utiliza-se de alimentos de um mesmo grupo cromático).

Penso que suas produções são autobiográficas², intertextuais e envolvem sempre um outro sujeito – uma alteridade que funciona como contorno, oposição e complementaridade à idéia que faz de si mesma. A respeito desta parceria que faz com Auster, Goldstein nos diz que:

¹ Doutoranda em Artes pela UNICAMP. Concentração: Arte e mediação. Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Alves do Valle.

² Acredito que o trabalho da artista insere-se no que Allan Kaprow define como “arte-vida”: “A arte que se apresenta como arte considera que a arte é separada da vida e de todo o resto, enquanto que a arte que é como a vida considera que a arte é conectada com a vida e com todo o resto. Em outros termos, aquele que faz arte que se apresenta como arte tende a vir a ser um especialista; e aquele que faz arte que é como a vida, um generalista”. (KAPROW apud TESSLER, 1996: 58) Compreendo este termo como a relação intrínseca entre a produção artística e o cotidiano de Sophie Calle, sua vida, sua temporalidade e suas memórias pessoais. Assim, seu projeto poético realiza-se em sua vida diária, no rompimento ou tensão dos limites entre o espaço da arte, o espaço privado e o espaço da cidade.

O fato é que Paul Auster e Sophie Calle aumentam (e deformam), com uma espécie de lupa, detalhes e rotinas banais, servindo-se da experiência pessoal – própria e alheia – como matéria-prima para a criação artística. Seduzem-nos com uma aparente familiaridade, para fazer com que nos percamos em itinerários labirínticos e situações inesperadas.(...) Em comum, a tão desvairada quanto tocante busca por vestígios, ausências, ínfimas memórias subjetivas que, na maior parte das vezes, conseguem transformar em obras pungentes e originais. (GOLDSTEIN, 2002: s.p.)

Interessa-me aqui dois trabalhos realizados entre Veneza (1979) e Paris (1981). Após cerca de sete anos fora de Paris, Calle volta à cidade, mas sentia-se perdida.

Senti-me desenraizada e sem amigos, não sabia o que fazer, para onde ir ... comecei então a interessar-me por pessoas que encontrava na rua, tirava fotografias e anotava o que me tinha interessado nelas... um dia segui um homem, mas pouco depois perdi-o de vista num centro comercial. Nessa noite encontrei-o numa *vernissage*. Escutei a conversa, ia para Veneza, decidi segui-lo e foi assim que começou a minha investigação. Em Veneza investiguei junto da polícia, hotéis... para saber onde o encontrar, tudo o que ele fazia interessava-me, onde almoçou, a que horas, o quê... foi uma perseguição obsessiva, até que chegou ao fim, apanhei o comboio e regresssei a Paris.³

Com esse material, Calle organiza posteriormente o trabalho *Suite Vénitienne*, composição de fotografias e textos impressos sobre sua perseguição a Henri B., a “presa”. Posteriormente faz um trabalho similar, *La Filature*, sendo que, ao invés de seguir alguém, passa a ser seguida. Pede a sua mãe que contrate um detetive para segui-la por um dia, em 16 de abril de 1981. Este deve apresentar um relatório detalhado (texto e fotografia) sobre as atividades de Calle naquele dia. Ela pede também a um amigo que fotografe o detetive em ação, mesmo não sabendo quem é ele.⁴

O trabalho final apresenta os registros fotográficos, os textos do detetive e os textos de Calle. Percebe-se a diferença entre a maneira sucinta de descrição feita pelo detetive, enquanto que Calle nos fornece mais subsídios. Lendo todos os textos produzidos por ambos, vamos cruzando a objetividade do relato do detetive com a riqueza de detalhes e a subjetividade do texto de Calle – esse tecido é o que constituirá, por um dia, a imagem de um único sujeito, seus hábitos, os locais por onde passa, suas memórias afetivas nas perambulações por Paris.

³ In.: <http://saisdeprata-e-pixels.blogspot.com/2007/06/sophie-calle-na-bienal-de-veneza.html> . No vernissage em que reviu o homem que seguia, Calle foi apresentada a ele: “Na mesma noite, em uma recepção, tudo por acaso, ele me foi apresentado. Durante a conversa, ele me contou de uma viagem imediata a Veneza. Eu decidi então prender-me a seus passos, a segui-lo”. CALLE, *M’as tu vue*, 2003, p.85.

⁴ Este terceiro elemento trabalharia então com uma hipótese para definir um sujeito específico. Calle escreve: “eu não sabia qual dia da semana daria lugar a perseguição. Por isso, pedi a François M. que ficasse todos os dias às 17 horas em frente ao Palais de la Découverte e fotografar qualquer um que parecesse estar me seguindo. Recomendei-lhe discrição”. CALLE, *Doubles-jeux*, v.4, 1998, p.147.

... A POÉTICA DA CALLE

Há um dado interessante a respeito do sobrenome da artista: em espanhol, o termo “calle” significa rua. Assim, uma feliz coincidência de seu sobrenome indica-lhe uma direção para o espaço externo, em que, pela flânerie e deriva, dão-se encontros fortuitos, fantasias e publicização de suas experiência íntimas.

Ao retornar a Paris, dispõe de tempo livre para re-conhecer a cidade; desta maneira, seus passeios não possuem a velocidade das outras pessoas, que percorrem desatentas o espaço urbano, voltadas para o percurso lógico, sem a percepção de detalhes e sutis modificações do entorno: não se perdem, mas também não se encontram, lembrando Benjamin. Calle percorre as “calles” de Paris atualizando a figura do flâneur, sem rumo certo, contemplando as pessoas e os lugares, um pouco à margem de uma coreografia apressada do coletivo. Assim como os surrealistas, “o trabalho se realizava na experiência da errância”; era fundamental o fato de se perder na cidade, pois assim o inconsciente regeria os “encontros fortuitos com os objetos, pessoas e lugares”, numa mescla do real com o imaginário, na organização de mapas mentais, subjetivos, que se superpunham aos mapas descritivos das cidades. As práticas de deriva do movimento situacionista relacionam-se à flânerie benjaminiana e à perambulação surrealista, embora se preocupem muito mais em ressignificar áreas periféricas da cidade do que passar por situações de estranhamento e sujeição ao acaso. O que se forma é uma relação distinta com a cidade, vivencial e narrativa, “onde os trajetos estão amarrados às histórias e não ao presente contínuo da descrição neutra e absoluta” (FREIRE, 1997:69-70).

Compreendo assim a necessidade da artista se perder na cidade: a evocação de uma desorientação psíquica possibilita um mapa interno, ressurgido como combinatória de experiências com o interior e o exterior, com o passado e com o presente. Compreendo também, pela diferença dos escritos de Calle e de seu detetive, que este se presta a fornecer um mapa muito mais descritivo do que narrativo do caminho da artista.

Ler os textos e ver suas fotos me dá uma sensação de já haver passado por aquela experiência, lembro-me das aulas de francês. Por um lado, nos relatos de Calle, a questão gramatical na presença constante de verbos no passado; por outro, em termos de conteúdo, a referência a pontos da cidade de Paris utilizados como cenários para as construções textuais. Tais dispositivos proporcionam o preenchimento de meu imaginário sobre aquela cultura, dando-me uma sensação de familiaridade com um lugar nunca antes visitado pessoalmente. Nesse sentido, a artista cria um mapa para si que lhe é identitário, mas abre brechas para que eu faça composições imaginárias sobre aquele lugar, ou mesmo faça meus próprios mapas em relação à cidade em que habito.

Luciano Vinhosa Simão propõe a “produção de inter-subjetividades” como uma das operações em arte contemporânea. Ela opera na instauração de “narrativas singulares”, pelo peso simbólico e o discurso sensível de materiais que dizem do tempo, da memória e do corpo, entre outros, gerando “poéticas da afetividade”. Estas “persistem na possibilidade de um sujeito singular que aciona seu próprio mecanismo de subjetivação para operar a interação com o mundo, em oposição ao sujeito coletivo, sujeitado pelas manobras ideológicas”. (SIMÃO, 1998: 60). A proposição de um sujeito-autor de forte tendência autobiográfica se solidariza na presença do outro, pois, a partir do sensível exposto, potencializa reflexões sobre identidade e seu pertencimento ou não a esse perfil. A “produção de inter-subjetividades” possui um cunho “fenomenológico”, no sentido em que a matéria passa a presentificar relações, afetos e maneiras de conhecer e de se posicionar no mundo.

Acredito que a poética de Calle toca aspectos da produção de inter-subjetividades, podendo despertar essa ressonância do outro em seu processo pessoal de subjetivação e vice-versa. Percebo em seus relatos o desejo de identificação com um lugar perdido – a Paris de sua infância e adolescência, o percurso pelos cemitérios da cidade. A figura de subjetividade resultante desse processo de mistura de tempos, de sujeitos e de lugares, trabalha no movimento pendular entre a memória e o esquecimento, entre história e narrativa.

Colombo (1991) percebe o colecionismo contemporâneo como estratégia para minar o nosso esquecimento, diante do excesso de imagens, mas também como um “sintoma” de reunificação do sujeito em meio ao seu processo de fragmentação e descentramento, característico das sociedades atuais. Existe uma “curiosa ideologia da identidade-memória a um tempo pós-moderna (contraposta à subjetividade clássica) e pós-contemporânea (em fase de superação também da “subjetividade fraca” contemporânea)” (COLOMBO, 1991:121). Em meio a esse processo, talvez tudo o que resta seja a percepção de uma perda de identidade.

Isto significa a

consciência da ausência de um originário que foi perdido, ou esquecido; e nesse processo, a pulsão do novo sujeito para constituir-se como tal certamente supera a percepção da dispersão de um dado irrenunciável. (...) Todavia, essa saudade busca a identidade pelos caminhos do puro acúmulo e da mera aproximação de fragmentos, isto é, naquela mesma linha que teorizou a perda do sujeito nos meandros das estruturas. A identidade pós-contemporânea é então o mito da recuperação do originário através dos mesmos caminhos que levaram ao seu esquecimento. (Ibid: 124)

Ao tratar da identidade nos tempos atuais, Anthony Giddens (2002) percebe que vivemos em uma “cultura do risco”, pois o tempo futuro se presentifica pela reorganização das relações tempo-espço, grandes migrações humanas (que diversificam o ambiente cultural e social de

um dado lugar), avanços científicos e tecnológicos, pluralidade de possibilidades à nossa escolha, grandes problemas econômicos e políticos globais, que nos põem em situações de dúvida e incompletude e pela expansão de “mecanismos de desencaixe”, que desterritorializam os locais e os laços sociais, gerando outras recombinações de espaço e tempo. Vivemos diversas identidades, marcadas por desigualdades e tensões; o que experimentamos é a ilusão de unicidade de nossa subjetividade *versus* nossa pluralidade identitária, em que somos permeados por tantas representações (posições-de-sujeito) quantas forem necessárias em nosso estar no mundo.

Giddens considera que em uma cultura do risco, o fenômeno “confiança” se singulariza porque dá respostas de como o sujeito vivencia hoje tais situações de risco. Se antes a confiança era depositada em um ambiente externo mais ou menos estável, onde a vida do indivíduo obedecia a certa previsibilidade nas relações com a tradição, parentesco, camaradagem ou mesmo com as instituições, a alta demanda de situações de risco - própria dos processos de “desencaixe” da alta modernidade, desestabiliza esse lugar-comum da confiança. Isto nos exige confiar no estranho, nas possibilidades de novos laços formados por outros critérios fornecidos pelo momento presente. Isto também nos exige pensar nessas relações como “produção de diferenças”. Para Giddens, auto-identidade seria então a organização desse empreendimento da auto-reflexividade do indivíduo. Este consiste em

manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, [tendo] lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. (...) Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. (GIDDENS, 2002:13)

Acredito que é desta maneira que Calle compõe seus trabalhos, mas antes, a idéia que faz de si mesma.

UM JOGO DE ESCALAS⁵

A produção de Sophie Calle dá entrada para diversos tipos de interpretação, conectando-se com várias linhas de pensamento sobre a subjetividade contemporânea. Entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980, houve um intenso debate interdisciplinar sobre a questão da autoria e da subjetividade. Acredito que a artista não esteve alheia a esse debate.

Dentro de uma “tendência” estruturalista⁶, Barthes e Foucault apresentam suas idéias sobre autoria. Roland Barthes, em *A morte do autor*, escreve sobre a “tirania” dessa figura de

⁵ Jogo de Escalas: a experiência da microanálise é o nome de uma coletânea de textos organizada por Jacques Revel, reunindo diversos pensamentos sobre abordagens históricas que se dirigem ao indivíduo, às biografias, bem como paralelos entre a Micro e a Macro-história.

subjetividade, que centra seus escritos nas idiossincrasias de sua vida, esquecendo-se do leitor, destino da obra. Para ele, quem deve falar é a linguagem, não o autor; a linguagem deve ter certo grau de impessoalidade para que o texto mesmo possa atuar, como uma multiplicidade de vozes. Michel Foucault, em *O que é um autor?* e em *A ordem do discurso*, alinha-se ao pressuposto barthesiano na detecção do sujeito da escrita. O autor não é a origem da obra, mas um ponto pelo qual são atravessadas várias referências; ao leitor caberia o estabelecimento da unidade daquilo que lê; assim, dá-se a idéia de um sujeito não-individualizado. Isso é perceptível em *A ordem do discurso*: “Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo” (FOUCAULT, 1998 apud REVEL, 2005:24).

Philippe Lejeune também participa do debate, por meio de seu pensamento sobre autobiografia. Para ele, o “espaço autobiográfico” é o pano de fundo em que se desenvolvem vários gêneros das narrativas de si, como a autobiografia, o diário, o auto-retrato, as memórias, as entrevistas⁷. Em seu livro *Le pacte autobiographique*, Lejeune define autobiografia como texto em que o autor, o narrador e a personagem se identificam entre si na descrição de sua história de vida, mas mantendo um “contrato de identidade” ou “pacto autobiográfico”: a autenticidade do texto se evidencia pela assinatura e pelo nome próprio. Nas narrativas de si, o sujeito faz um trabalho reflexivo de sua vida, possibilitando ao leitor o processo de identificação: “A autobiografia não se encerra na própria narrativa, pois, como história de vida daquele que a redige, envolve e contagia o leitor, abrindo-lhe campos para identificação além do texto”. No entanto, “A marca desses momentos em toda a história do sujeito sempre pode ser redimensionada e, portanto, retomada como continuidade do relato antes escrito.”(LEJEUNE apud TEIXEIRA, 2003:s.p)

Cruzando as considerações de Barthes, Foucault e Lejeune, temos a constatação da cisão do sujeito, ou a perda da noção daquele sujeito iluminista – absoluto, centrado, uno e coerente através do tempo, imagem esta que, de certa maneira, ainda habita nosso imaginário. Assim, é

⁶ Aqui temos que levar em consideração que as estruturas, sobretudo as que regem a linguagem verbal, organizam as práticas discursivas - a elas se submetem inclusive as singularidades e idiossincrasias do sujeito. Assim, “os signos circulam, tomados num código que a análise permite decodificar numa investida posterior. Bem independente do emissor, o código fundamentalmente precede a mensagem que nele se inscreve”. Cf. DESCAMPS, *As idéias filosóficas na França contemporânea*, 1991: 31.

⁷ Em seu livro *Le pacte autobiographique*, Lejeune ainda não inclui os textos ficcionais como narrativas de si. No entanto, em livro posterior, *Je est un autre – L'autobiographie, de la Littérature aux médias*, de 1980, o autor reconhece que de maneira crescente existe uma incorporação de elementos ficcionais no espaço autobiográfico. Assim, passa a considerar o filme biográfico, a história oral e a narrativa etnográfica como pertencentes ao espaço autobiográfico. Cf. TEIXEIRA, *Escrita autobiográfica e construção subjetiva*, Revista de Psicologia da USP, v.14, nº 1, s.p.

questionada a noção de autor como uma posição-de-sujeito estável. Todos eles entendem o autor como a “articulação” de um trabalho de escrita que supõe atitudes e autores diversos.

No campo da História, temos também a edição da coleção *História da vida privada*, organizada por Georges Duby e Philippe Ariès⁸. Ariès (1991, v.3: p.9 et seq), distingue seis categorias que apreendem a privatização do espaço do indivíduo, dentre as quais chamo a atenção para a “literatura autógrafa”, constituída por escritos de si, publicados ou não⁹. A partir desses estudos, Ariès conclui que a questão da formação da vida privada, desde a modernidade, deve ser tratada pelas relações entre o homem que habita o espaço doméstico e o homem de Estado, das sociabilidades instauradas a partir daí e de suas noções de público e privado.

Carlo Ginzburg, dentro do campo da Micro-História, realiza uma série de estudos de caso sobre indivíduos comuns, periféricos, sem notoriedade social, detendo seus estudos no período da Inquisição. Em seu texto – *Sinais, raízes de um paradigma indiciário* - Ginzburg aponta o método indiciário como paradigma de ação que faz convergir as figuras do historiador, do médico, do psicanalista, do *connoisseur* e do detetive quanto à interpretação dos fenômenos baseada no pormenor: se “a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (GINZBURG, 1998:177) Estes “sintomas” fazem com que o historiador seja “comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural.” (ibid:157) O saber dado pelo método indiciário nasce da concretude da experiência, pois, ninguém “aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (...) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.” (ibid:179)

Operando com fontes escritas e com fontes orais, o historiador compreende que tais fontes abarcam o ficcional e a realidade, fusionando o tempo e a subjetividade da escritura com o tempo social. No desinteresse por categorias interpretativas pré-determinadas, de cunho generalizante, o historiador compreende também que há uma “sensibilidade em relação ao

⁸ Nesta coleção, que abarca cinco volumes (desde o Império Romano à segunda metade do século XX), o interesse voltou-se para a formação da noção de indivíduo, procurando dar relevo a manifestações que diziam da privatização do sujeito. Para tal, os autores organizam textos de diversos autores, os quais apontam práticas e costumes que denunciam uma “necessidade” de estar só, de o sujeito constituir um espaço íntimo.

⁹ As outras categorias são a *literatura da civilidade*, que impõe um conjunto de normas para o convívio social por meio de atitudes com relação ao próprio corpo e seus gestos; o *gosto da solidão*, que paulatinamente impele o indivíduo a fazer sozinho outras atividades, para além dos momentos de oração; a *amizade*, partilhamento de sua presença com um outro sujeito, selecionado no círculo habitual de relacionamentos; o *gosto*, expressado por uma maneira peculiar de organizar os objetos e o interior doméstico; e a *história da casa*, possuidora de uma nova estruturação espacial, definida pela diminuição dos cômodos, pela criação de espaços de comunicação, especialização dos aposentos e distribuição do calor e da luz pela casa.

tempo que passa e nos esforços do escritor para dele construir uma representação e uma memória”, vindo assim a

prática da escritura pessoal com seus suportes como uma maneira de resolver as contradições nascidas da descontinuidade de um texto que avança ao ritmo de uma escritura ocasional (ou mesmo cotidiana) e da preocupação do escritor em se proporcionar, com a continuidade desse mesmo texto, os meios para alcançar não só um domínio do tempo que passa, mas também uma representação estável de si. (HÉBRARD, 2000:30)

Nessa perspectiva, percebo que o projeto poético de Sophie Calle atravessa um “jogo de escalas”, em que o olhar faz *zoom*, ora mira o sujeito com uma teleobjetiva, despersonalizando-o, mesclando sua posição autoral com a do leitor - nas tendências estruturalistas que favorecem a linguagem ao sujeito; ora o olhar é uma “lupa” para enxergar as singularidades dos sujeitos, tal como faz o detetive à cata de pistas. Assim como Ginzburg, com seu “talento como contador de histórias (...) [,] seu dom de resgatar os pequenos detalhes capazes de desafiar nossas visões formadas sobre a história (...) junto a uma habilidade de (...) combinar uma compreensão das forças abstratas na história com a análise de acasos aparentes e incidentes insignificantes” (GUNDERSEN, 2005: s.p) - Calle opera na mesma frequência e permite que sua produção seja considerada como “sintoma” da emergência da pessoa normal e de sua realidade cotidiana como objeto de interesse da cultura como um todo. Para tal, a rua é o espaço ideal dessa aventura. Estar na rua, no espaço urbano aberto, é experimentar no próprio corpo esse jogo de escalas, em que o microcosmo de Sophie Calle é atravessado por outros microcosmos e pelo ilimitado, criando dentro de si uma experiência *sui generis* de estar em uma cidade a ser redescoberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. “Por uma história da vida privada”. In.: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.). História da vida privada: da Renascença ao Séculos das Luzes. v.3. São Paulo: Cia das Letras, 1991.p.7-19.
- BARTHES, R. “A morte do autor”. In.: _____. O rumor da língua. Lisboa: Edições 70,1987. p.49-53
- CALLE, Sophie. M’as tu vue. Paris: Centre Georges Pompidou/Éditions Xavier Barral, 2003.
- CALLE, Sophie. Doubles- jeux: a suivre... v.4. Paris: Actes Sud, 1998.
- COLOMBO, Fausto. Os arquivos imperfeitos. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- DESCAMPS, Christian. As idéias filosóficas na França contemporânea. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Lisboa: Vega, 1988.
- FREIRE, Cristina. Além dos mapas: monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1997.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In.: _____. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.143-179.
- GOLDSTEIN, Ilana S. “Paul Auster e Sophie Calle: a vida como ficção.”In.: <http://port.pravda.ru/culture/2002/11/04/371.html>

GUNDERSEN, Trygve. “No lado negro da história: uma entrevista com Carlo Ginzburg”. In.: <http://www.eurozine.com/articles/2005-07-20-ginzburg.pt.html>

HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes.”In.: MIGNOT, A.C.V. et alli (org). Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p.29-61

LEJEUNE, Philippe. Le pacte autobiographique. Paris: Seuil, 1975.

REVEL, Jacques (org). Jogo de Escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Judith. Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SIMÃO, Luciano Vinhosa. “Da arte: sua condição contemporânea.”**ARTE&ENSAIOS**, Rio de Janeiro, ano 5, nº5, 1998. p.35-63.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcanti. “Escrita autobiográfica e construção subjetiva”. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v.14, nº 1, 2003, s.p.

TESSLER, 1996: 58TESSLER, Elida. “Formas e formulações possíveis entre a arte e a vida: Joseph Beuys e Kurt Schwitters”. **PORTOARTE**, Porto Alegre, v.7, n. 11, mai 1996, p.57-68

<http://saisdeprata-e-pixels.blogspot.com/2007/06/sophie-calle-na-bienal-de-veneza.html> .

PEGA AQUI E MISTURA ALI: OS PRIMEIROS INDÍCIOS DA DANÇA DE RUA EM UBERLÂNDIA – 1970/1980.

Rafael Guarato*

RESUMO

Este texto busca publicizar os mais recentes resultados da pesquisa acerca do hip hop e dança de rua na cidade de Uberlândia, tendo como corte cronológico o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980. Dentre os objetivos, buscamos investigar e sistematizar os antecedentes da dança de rua e do hip hop em âmbito local, suas imbricações com outros ritmos e gêneros musicais nacionais e estrangeiros, a atuação artística e a experiência de integrantes dessa prática cultural, bem como sua relação com os veículos de comunicação da cidade, acompanhando as tensões e conflitos envolvendo o processo de construção da cultura, valores e comportamentos urbanos.

Palavras-chave: Dança de rua, cultura popular e incorporações.

ABSTRACT

This text seek to publicize the most recent results of the research about hip hop and street dance that occurs in the city of Uberlândia, having as chronological cut the period between 1970 and 1980. Among the aims we search to investigate and systematize the antecedents of street dance and hip hop in the local environment, its imbrications with other national and foreigner rhythms, and musical variations, the artistic actuation and the experience of components of this cultural practice, as well as its relation with the local media, following up the tensions and struggles surrounding the process of construction of culture, values and urban behavior.

Keywords – Street dance, popular culture and incorporations.

Em fins da década de 1970, existiu na cidade de Uberlândia uma efervescência de dança, praticada por homens e mulheres, casados e solteiros, jovens e adultos, trabalhadores e desempregados, ricos e pobres, dançavam ao som de Barry White, Donna Summer, Bee Gees, encontrando-se em locais de grande concentração de jovens que saíam à noite para curtir e

* - Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia e pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som (POPULIS).

dançar. Esses espaços eram as festas em casas de amigos, parentes e / ou vizinhos e principalmente em danceterias noturnas da cidade, como as já inativas Boates Buriti e Casa da Calçada. Esse período ficou conhecido como *era discou*, momento em que casais, amigos, saíam para as baladas nas noites de sábado para azarar, encontrar jovens e dançar passos que eram mostrados pelos veículos de comunicação em massa como televisão e cinema, com destaque para a novela *Dancing Days (1978-1979)* da Rede Globo de televisão e o filme *Nos embalos de Sábado a Noite (1978)*, onde jovens superlotavam danceterias, exaltando a alegria, diversão, com imagens muito coloridas, vestimentas inovadoras.

A chamada era discou se apresenta como prática massiva dominante nesse período, representa a musicalidade e dança que compõem uma hegemonia cultural então existente, atraindo um jovem público que enchia as casas noturnas da cidade, tornando-se um feixe mercantil lucrativo para os proprietários de danceterias, professores(as) de dança, gravadoras, lojas de discos do período não só em Uberlândia como em várias cidades e regiões do Brasil (KATZ, 1978). Nessa toada encontra-se a já extinta boate Buritti Chops, que nas noites de sábado abria seu espaço destinado-o a esse caloroso público ansioso para colocar em prática os passos, atitudes, gírias e vestimentas mediados pela televisão.

Por volta de 1979, o então proprietário da danceteria teve de lidar com uma invasão de crianças e jovens provenientes das camadas populares da sociedade uberlandense, os quais queriam entrar na danceteria, queriam dançar e paquerar, as vezes mesmo sem dinheiro para pagar nem mesmo o ingresso. Foi quando o discotecário Jorge Dias Pires, mais conhecido como Jorge Som, que passou a comandar a boate, abriu as portas do salão aos domingos para tal público, onde a faixa etária variava entre os 09 aos 16 anos de idade. Tal atividade era denominada de *mingau dançante* e tinha suas especificidades.

Um fato curioso é que a musicalidade que rolava aos domingos a tarde era predominantemente o ritmo gingado do funk e soul que atraía e encantava as crianças e jovens nos mingaus dançante. Tais músicas “era o que tocava na boate, mas não era o que tocava em radio” (PIRES, 2007), são canções específicas que não era possível ouvi-las no cenário musical uberlandense, somente na Buritti¹ era possível encontrar e satisfazer os desejos daquele grupo de pessoas em ouvir e dançar os passinhos arrastadinhos do funk e soul, que aparecem como prática contra-hegemônica emergente.

¹ - Consegui perceber que houve concursos musicais e dançantes relacionados ao funk em outros locais como na antiga Boate Chopão, conforme matéria da imprensa escrita local: “Primeira eliminatória do Festival de Música Funk”. In: **Jornal Correio de Uberlândia**. Nº. 12.930/Ano: XLIII. (capa). Só que esses eventos eram esporádicos, não dispunham de uma periodicidade fixa como foi o vaso de Boate Buritti.

De certa forma, esses *mingaus dançantes* podem ser visto como uma forma de curtir a balada, mas de uma forma diferente, aquelas crianças e jovens encontraram na musicalidade black, uma identificação que não fora possível com o discou, “essa galera toda, negra, e também brancos porque na época não existia tantos” (TEÓFILO, 2007) não se viam em John Travolta, não usavam as roupas do Travolta, não tinham olhos claros. Assim a prática de ouvir e dançar funk podem ser vista como oposição a um modelo de vestir, andar e principalmente dançar projetado pela era discou.

Isto posto, a característica da boate Buritti é que seu público fora constituído por pessoas que iam lá para dançar e paquerar, mas como a danceteria era composta por dançarinos e todos queriam dançar no centro da pista de dança, a forma encontrada para “organizar a boate” foi fazer uma roda de dança, ou melhor: “*Roda de Funk*”, onde os dançarinos se revezavam para exibirem seus talentos no centro da roda enquanto os demais batiam palmas. Essas rodas iniciaram em fins do ano de 1979; já em 1980 quando os mais destacados dançarinos de funk conquistaram a primeira oportunidade de demonstrar quem era o melhor, foi a realização do 1º Concurso de Funk, que se tornou periódico devido ao seu grande sucesso, passando a ser realizado de 2 em 2 meses a partir de então.

Em meados do ano de 1982 a referencia coreográfica dos grupos ainda era formada por passinhos que eles executavam nas próprias danceterias, os quais eram repetidos várias vezes, somente com a intervenção de um dos componentes, que ao fazer um sinal com um bastão, é que os demais membros do grupo trocavam de passo. Até que em 1983 com a junção de dois dançarinos que faziam parte de grupos de funk distintos, Wesley da Rocha (Chocolate) e Ismael Gomes da Silva (Branca de Neve), formando assim o grupo Os Mascotes e criando os passos marcados, que se trata de decorar movimentos e passos, através da contagem da quantidade de vezes que um determinado movimento teria de ser executado. O resultado dessa inovação foi que,

...quando a gente dançou rapaz, as pessoas ficaram encantadas porque não usavam esse tipo de marcação na época e os caras super respeitados da época quando terminou a apresentação nossa e falou: ‘hó! Vocês já ganhou, vai dar vocês’. A gente achou que era meio aluguel (...) Porque os cara viu que era diferente. Aí que tava começando a surgir as idéias diferentes, aí surgiu a possibilidade de montar um grupo de dança onde não tivesse vínculo com ninguém e que a gente fosse visar a pesquisa de dança (ROCHA, 2006).

Volta, pausa. Aqui é preciso uma análise desta fala. Quando Chocolate afirma que “as pessoas ficaram encantadas”, temos que lembrar que se trata de um público formado por

dançarinos, isto significa que os dançarinos de então aprovaram a inovação realizada pela dupla, culminando na premiação de 1º lugar, a modificação na estrutura de organização da dança rendeu frutos. Ora! Se a modificação foi bem aceita, porque não continuar? Sim! Esse foi a estratégia adotada por Branca de Neve e Chocolate. Daí a intenção de formar um grupo que visasse “a pesquisa em dança”. É claro que não existia pesquisa sistemática de dança naquela época, as informações eram poucas, o acesso a elas era muito complicado, tudo que se sabia de dança até então viera por meio da televisão, que poucos tinham, e de ver outras pessoas dançarem.

A proposta estava lançada, o sonho começa a se forjar, surge um nome, Turma Jazz de Rua, pronto. Temos a idéia e o nome do grupo, mas faltam pessoas para dançar, é quando surge o convite para um branco se associar à Chocolate e Branca de Neve, essa pessoa é Mamede Aref, isso por volta dos anos de 1983-1984. A fixação desse ano como marco de fundação da Turma Jazz de Rua é aqui reforçada pelo fato de que somente com a parceria entre essas três pessoas é que o grupo recebe uma característica inovadora, diferente de tudo feito até então em termos de dança.

Formalizado a parceria, o grupo inicia os ensaios na porta das casas dos próprios componentes, em ruas de terra. Convidaram amigos do bairro e da boate para fazerem parte do grupo recém montado. A particularidade que esse grupo desenvolveu, deve-se às referencias com as quais tiveram, mas principalmente na forma de uso dessas referencias. Em primeiro plano destaca-se o jazz, uma dança americana que aqui no Brasil se instalou no ambiente das academias de dança, técnica, movimentos e deslocamentos próprios. A principal via de contato com tal forma de dança foi por meio de filmes como *All That Jazz* (1979), e posteriormente com o *Chorus Line* (1985), por se tratar de filmes que exibem atuações de dançarinos em musicais, nos quais a dança se torna parte central, com apresentações de coreografias que poderiam ser classificadas como modernas, com participações de bons bailarinos que utilizam técnicas acadêmicas, mas desprendendo-se do formato das grandes companhias de dança.

Essa referencia inicial de jazz passa a ser misturada com a dança que eles já conheciam, o funk e o soul, dando formato a algo que eles denominaram como Funk-Jazz e que foram comuns em diversos países no mundo, como França, Estados Unidos, Brasil, Espanha, e tem como característica uma dança desvinculada aos padrões estéticos acadêmicos, as experimentações eram realizadas sem muita preocupação com alongamentos, preparação, os passos era executados de forma crua, essa turma

(...) tentava fazer um jazz de academia sem freqüentar a academia, fazia um jazz de academia sem termos técnica clássica de jazz, que é a técnica do balé clássico, porém em nossos corpos né... corpos masculinos, é diferente uma mulher dançando e um homem dançando e a gente como não tinha técnica nenhuma, a gente fazia do jeito nosso.(AREF, 2005).

Atenção redobrada, as referencias estão surgindo, novos passos são apropriados, mas de que forma? De acordo com Mamede, no processo de seleção e incorporação (Williams, 1979: 121) dos passos, ele se modifica, transforma, altera sua forma apresentada, isso porque “a gente fazia do jeito nosso” (AREF, 2006), a vontade de dançar tal como os dançarinos profissionais se esbarrava diante a impossibilidade de freqüentar uma academia de dança. Isto posto eles criaram uma nova forma de se usar os passos do jazz acadêmico, associando elementos que já existiam como a postura, modo de andar, correr, falta de alongamento, há uma modificação realizada pelo processo de apropriação, o qual passou a ser incorporado e praticado na rua, sofrendo alterações, sendo recriado e dando origem ao Jazz de Rua.

Somado a essa nova estética de dança, no início da década de 80 do século XX ocorreu uma explosão da breakdance² nos Estados Unidos, culminando em uma série de filmes e aparições de dançarinos vinculados ao break nos meios de comunicação de massa daquele país, mais precisamente a partir de 1982. No Brasil há aparições de filmes e clips de break já no ano de 1983 na cidade de São Paulo (ALVES, 2004), onde os precursores do break no Brasil iniciaram suas atividades e deram continuidade do decorrer dos anos. Nesse processo a cidade de Uberlândia também teve à sua disposição algumas referencias de breakdance.

Em primeiro plano destaco o grupo Funk & Cia (1979), do qual pertencia Nelson Triunfo, que fez uma participação na abertura da telenovela *Partido Alto*³ produzida e exibida pela Rede Globo no ano de 1984. Através da transmissão em rede nacional de dançarinos de funk que utilizavam passos de break, os dançarinos de Uberlândia, mais precisamente da Turma Jazz de Rua “copiava aquilo, a gente fazia igualzinho, porque até então a gente não tinha na cabeça nossa de criar movimentação (...) a gente copiava na tora mesmo, tentava fazer igualzinho e ficava muito distante” (ROCHA, 2006). Ou seja, a dança inicial do grupo teve como âncora copiar algumas aparições de break intermediadas pela televisão.

² - Refere-se que é a forma característica de dança do movimento hip hop sendo ela dividida em três: Poppin', Lockin' e B.boy. Esse “Boom” do break nos EUA se deve principalmente ao grande sucesso de Michael Jackson, cuja dança e corpo de bailarinos utilizam em peso movimentos de Poppin' e Lockin', como as famosas deslizadas e travadas.

³ - Partido Alto foi transmitida durante uns 6 meses no horário das 20:00 horas, escrita por Glória Perez e Aguinaldo Silva, foi dirigida por Roberto Talma, Jayme Monjardim, Carlos Magalhães, Luiz Antônio Piá e Helmar Sérgio.

Emblemático perceber que mesmo com a tentativa de reproduzir os passos exibidos na telinha, quando eram executados pelos dançarinos locais, eles se modificavam, provocando uma distinção gerada pelo processo de apropriação. Isso se deve principalmente pelo fato de que os dançarinos da cidade já estavam acostumados a uma determinada forma de se dançar e ao inserir novos gestos, eles eram transpostos àqueles corpos que já detinham uma preparação de certa movimentação.

Também alguns filmes sobre break exibidos no cinema em Uberlândia. Merece atenção a obra *Breakin'* (1984), no qual dois amigos que dançam break unem-se a uma dançarina de jazz para vencer rachas no interior de uma danceteria. Detalhe, no filme coexiste jazz e break, mas sempre sobrepostos, os dançarinos de break não executam passos de jazz, bem como a bailarina de jazz não realize manobras de break. Para além da dança, o filme *breakin'* também influenciou as vestimentas, como calças de vinil, camisetas masculinas cortadas a altura do umbigo como usava Shabba-Doo, o Ozone do filme, lenços amarrados na cabeça, nas pernas, o duelo, a provocação, o desfecho, a forma de execução do *poppin'* feita por Boogaloo Shrimp, o Turbo no filme, prevalece até hoje na cidade.

Desta forma, esse panorama filmítico influenciou o ainda novo grupo da cidade em relação à expectativa, “o nosso sonho era coloca a dança de rua de Uberlândia, a nossa dança, em evidência na sociedade, na mídia, no meio do sistema” (AREF, 2005). Esse é o cenário vivenciado por muitos jovens residentes nas periferias urbanas de todo mundo – muita pobreza, violência policial, prostituição, assaltos, desemprego, exclusão social e racial. Uma das formas encontrada para sobreviver na “floresta de concreto e aço”, foi a Dança de Rua.

Breakin' é aqui estabelecido como o marco para o surgimento da dança de rua em Uberlândia, em meados de 1984 o grupo Turma Jazz de Rua formata sua forma específica de dançar, que se caracteriza por mesclar funk, jazz e break, uma verdadeira salada de movimentos e gestos que criaram uma estética peculiar, isso porque apesar de misturar essas três referências principais, em momento algum é possível definir ou classificar a dança desse grupo nas modalidades jazz ou break, pois tanto um quanto o outro dispõem de técnicas específicas, passos básicos que devem ser executados para que possa ser realizado uma identificação e classificação.

No entanto, não vinha um manual de dança acompanhando os filmes, clips e aparições de dança na tv, os dançarinos não dispunham de pessoas para ensiná-los, seus professores foram mediados pela televisão e pelos amigos que pegavam os passos com mais facilidades, o

que aconteceu é que os dançarinos tentavam aprender olhando, eles tinham apenas aquele momento para tentar dançar o que era visto, instituindo assim uma nova forma de sociabilidade com os meios massivos.

Esses filmes apenas puderam ser incorporados por que retratam vidas de sujeitos que vivenciam realidades semelhantes às encontradas por aqueles jovens em Uberlândia, os atores moravam em casas pequenas, na periferia, transporte, eram rejeitados quando freqüentavam locais centrais, mal vistos pelas roupas que vestiam, geralmente pobres que encontra na dança seu meio de vida, são fatores presentes nesses filmes e na realidade dos dançarinos uberlandenses. Outro fator que se mostra importante é a formação política econômica em que o Brasil, e também Uberlândia se encontrava, um processo de rápida modernização, onde produtos culturais estão cada vez mais diversificados, acessíveis e atraentes, gerando formas de sociabilidade e status na juventude de então, num processo em que o massivo comporta em seu seio elementos da cultura popular (MARTÍN-BARBERO, 2003: 180). Grosso modo, o importante é apreender como aquelas pessoas pobres, podem pensar e utilizar gestos e movimentos que através da mídia e da prática de assistir foram incorporados.

As imbricações culturais realizadas na formação da dança de rua ao mesclar jazz, funk, soul, break é um fator a mais que nos indica ser necessário pensar o popular enquanto um conjunto de atitudes, expectativas de sujeitos específicos em um determinado período histórico e uma atenção redobrada ao analisar as apropriações realizadas pelos sujeitos históricos de práticas culturais ditas eruditas, sendo que presenciamos *migrações culturais* (GINZBURG, 1987: 112). Isto é, um processo em que, diferentes culturas se interconectam, tornando inviável a dicotomia: erudito X popular.

Mas o que é importante frisar é que em Uberlândia houve uma associação de todas essas referências, dando origem a algo diferente, que posteriormente ficou conhecida como dança de rua. Aqui se torna crucial destacar que longe de procurar estabelecer um *mito de origem* (BLOCH, 2001) um suposto começo que explicaria quase toda a origem da dança de rua, imutável, estático palpável, pois este se encontra fora do processo e da dinâmica história, ao contrário, a pesquisa se situa em busca analisar a trajetória percorrida pela dança de rua em Uberlândia, a sua prática (CHARTIER, 1990), no qual os primeiros indícios contribuem para perceber que em seu processo de formação, mesmo copiando, eles estavam criando (CERTEAU, 1998: 39), encontrando novas *maneiras de fazer*.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, César. **Pergunte a quem conhece**: Thaíde. São Paulo: Labortexto, 2004.

- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. v.1, 3º ed. Trad. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. (3º ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- KATZ, Helena. Discoteca, no embalo da noite. In: **Folha de São Paulo / Ilustrada**. 22/08/78.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. (2º. Ed.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Memória e Reforma do Ensino de História na Rede Municipal de Ensino de Goiânia (1983-1992)

Warlúcia Pereira Guimarães♦

Resumo:

Este trabalho registra a memória daqueles que compartilharam o período da reforma do ensino de História empreendida na rede municipal de ensino de Goiânia, nos anos de 1983 a 1992, na perspectiva de transformar em História a memória da reforma do ensino de História, antes que os grupos que a guardam e a mantêm viva desapareçam. Com ele busca-se compreender como os sujeitos deram voz e vez à identidade regional do ensino de História naquele período, identificar e analisar como se constituíram os jogos de poder naquele momento e que concepções teóricas subsidiaram a construção do currículo de História no município de Goiânia.

Memória; Ensino; História.

Abstract:

This paper records the memory of those who shared the History teaching reform period occurred in county schools in Goiânia, from 1983 to 1992, aiming at turning the memory of reform into History, before the groups that keep it and maintain in alive disappearing, seeking for an understanding of how the individuals have given voice and chance to History teaching regional identity at that time and pursuing an identification and analysis of how such power forces have been constituted in that moment as well as which theoretical assumptions underlay the construction in that moment as well as which theoretical assumptions underlay the construction of curriculum in Goiânia, in the studied period.

Memory; Teaching; History;

A pesquisa “Memória e Reforma do Ensino de História na Rede Municipal de Ensino de Goiânia (1983-1992)”, parte da premissa de que a reforma do ensino de História ainda persiste na memória dos indivíduos que vivenciaram essa reforma bem como, encontrando paralelamente, pontos de contato com minha memória de professora de História da rede municipal que acompanhou o processo da reforma, como estudante do curso de graduação em História, que presenciou, indiretamente, as expectativas em torno da constituição de um ensino de História regional no período de 1983 a 1992. Percebo, assim sob a luz teórica de Halbwachs (1990), que há uma relação entre memórias, isto é, entre uma e outras no processo de reconstrução da lembrança da reforma do ensino de História, existindo, desta forma, um fundamento em comum. Pois, segundo o teórico para se ter à reconstrução de uma lembrança, é necessário que:

♦ Secretaria Municipal de Educação/Goiânia – Mestre em Educação/UCG

[...] esta reconstrução se opera a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstituída (HALBWACHS, 1990:34).

Nessa perspectiva, a memória coletiva evidencia-se como um embasamento capaz de apreender, ao mesmo tempo, a lembrança como reconhecida e reconstituída. Pois, apresenta como características:

[...] uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo [...] não se pode concentrar em um único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardam a lembrança (HALBWACHS, 1990:81-86).

Depreende-se das características de memória coletiva que está tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Assim, para se falar em memória, “é necessário que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas segundo um critério”, pois, segundo Halbwachs (1990:87) “cada um desses grupos tem uma história. neles distinguimos imagens e semelhanças”. Nesse sentido, entende-se que os quatro grupos em estudo possuem memórias semelhantes que os constituem como grupo o que não quer dizer única, uma vez que a memória é ao mesmo tempo plural e individual.

Nesse sentido, este estudo apoiou-se na memória dos quatro grupos estudados, bem como na teoria de Halbwachs acerca da inexistência da memória universal, ou seja, na possibilidade de concentrar em um único quadro a totalidade dos acontecimentos passados. Nesta perspectiva, a pesquisa possuiu como limite de tempo, a reforma do ensino de História na rede municipal de Goiânia de 1983 a 1992, e de espaço, os membros dos grupos que participaram desta reforma.

Pretende-se, por meio da memória coletiva conhecer as mobilizações simbólicas utilizadas no processo de formação da identidade regional do ensino de História, uma vez que concebe-se a identidade como uma construção social e simbólica; analisar como, no período da reforma do ensino de História, os sujeitos deram voz e vez à identidade regional desse ensino; identificar como se constituíram os jogos de poder no momento da reforma, quem foi excluído desse processo e que concepções teóricas subsidiaram a construção do currículo de História no município de Goiânia no período em estudo. Portanto, essas foram as principais questões que mobilizaram esta pesquisa.

Desta forma, utiliza-se, a memória como suporte teórico para o desenvolvimento desta pesquisa uma vez que compreende-se que é na história vivida que se apóia a memória, e entendendo-se por história “tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALWACHS, 1990:60).

Busca-se, portanto, por meio da memória, superar os pontos obscuros e ampliar os horizontes em relação ao ensino de História. pois, “há em cada época uma estreita relação entre hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares donde vive” (HALWACHS, 1990:61). Nessa perspectiva, objetiva-se por meio das lembranças, reconstruir o passado com a ajuda de dados emprestados do presente.

Levando-se em consideração a fluidez desta pesquisa, assim como a perspectiva de apreender o objeto de investigação em sua historicidade, recorre-se também à fonte oral como forma de constituir-lo e analisá-lo, uma vez que, segundo Garrido (1993),

O uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilitar o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora (GARRIDO, 1993:36)

A produção teve por base o recolhimento, ordenamento e a sistematização, pretendeu-se assim analisar, interpretar e situar historicamente os depoimentos e as evidências orais. Nessa perspectiva, tentou-se realizar uma aproximação crítica em relação ao testemunho oral, possível segundo, as fontes orais por meio de:

[...] dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e o outro, com o resto do corpus de documentos orais, daí a importância de se estabelecer uma relação didática entre os diversos tipos de fontes (GARRIDO, 1993:39)

Diante desse pressuposto, utilizou-se tanto a memória escrita, registrada em documentos quanto à memória viva dos depoentes. Pois, segundo Joutard (apud GARRIDO, 1993: 38), “sem fontes escritas que permitam estabelecer a distância entre o dito e o não-dito, ou o que foi dito de forma diferente, não há verdadeira história oral”. Nesse sentido, a análise dos documentos escritos constituiu outro importante recurso para o desenvolvimento da pesquisa.

Em relação aos depoimentos, estes foram recolhidos no interior de cinco grupos, a saber: grupo I, equipe de Estudos Sociais e História – professores da área de Ciências Humanas; grupo II, professores de História de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental; grupo III, assessoras – docentes universitárias que participaram da gestão Dalísia Doles; grupo IV, coordenadoras do Núcleo de Orientação e Supervisão na gestão Linda Monteiro; e, grupo V, docente de História – professora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

Estima-se que onze pessoas tenham passado pela equipe de Estudos Sociais e História, assim, utilizou-se como critério de seleção dos membros da equipe de Estudos Sociais e História, a permanência do vínculo com a carreira docente e a constância maior na equipe. Segundo Halbwachs (1990), para que um depoimento se transforme em lembrança, é necessário que ocorra uma interação dos membros do grupo. Segundo esse autor,

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse substituir tal e qual em nós, mas somente que, o memento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também, é preciso que desde esse memento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (HALBWACHS, 1990:29).

Desta forma, utilizando-se como critério a identificação com o grupo, selecionou-se para serem entrevistadas dentre as pessoas que compuseram a equipe de Estudos Sociais e História cinco pessoas para serem entrevistadas.

O segundo grupo foi formado com os professores de História de 5ª a 8ª séries, que participaram do processo de construção do Currículo de História. O critério para a escolha desse grupo foi que tivessem no mínimo vinte anos de rede municipal. Dentre os onze professores de História que atendiam os critérios foram entrevistados cinco.

As assessoras ligadas ao executivo municipal na gestão Dalísia Doles – grupo III-, não faziam parte do grupo de História, porém, participavam inteiramente das discussões quanto à política educacional empreendida pela SME no período de 1983/86, nesse sentido, os seus testemunhos constituem um componente importante para a elucidação dos fatos e acontecimentos.

O período compreendido pelos anos de 1989/92, gestão Linda Monteiro, constitui outro importante marco para o ensino municipal, uma vez que foi nesse período que foi editado o Currículo de História. Nesse sentido, fez-se necessário ouvir as Coordenadoras do Núcleo de Orientação e Supervisão, que estavam ligadas diretamente ao trabalho das equipes, isto é, de Estudos Sociais e História.

O quinto grupo é formado pela docente universitária de História, ligada à reforma desencadeada na rede, participando em eventos, discutindo propostas e divulgando material didático para o ensino de História.

Assim, com relação aos depoimentos estes foram selecionados tendo por base a sua constituição como grupo e as coordenadas cronológicas e educacionais da construção e difusão da reforma do ensino de História na rede municipal de ensino de Goiânia no período de 1983 a 1992.

Adotou-se como estratégia, para recolher os depoimentos, a forma de entrevistas semi-estruturadas que foram feitas aos cinco grupos em estudo, contendo questões comuns a todos os grupos como também, questões específicas a cada grupo, para que se pudesse identificar e analisar as mobilizações simbólicas utilizadas no processo de formação da identidade regional do ensino de História, bem como os jogos de poder no momento da reforma desse ensino.

Realizadas as entrevistas, passou-se à sistematização e organização das mesmas, agora não mais segundo a lógica dos grupos, mas sim, de acordo com o levantamento de temas e subtemas. Desta forma, as entrevistas, inicialmente fragmentadas como indivíduos e grupos foram, posteriormente, reorganizadas na perspectiva da memória coletiva, uma vez que “a unidade explicativa não será o testemunho individual exclusivamente, mas o testemunho coletivo organizado pelo historiador” (GARRIDO, 1993:45).

Na perspectiva de estabelecer uma “relação dialética” com as fontes (GARRIDO, 1993), foram analisadas as propostas educacionais desenvolvidas pela SME no período de 1983/86 e 1989/1992 e o Currículo de História. Pois, de acordo com o estudioso “os dois registros [oral e escrito] produzem informações distintas, estando sua relevância na dependência, em última instância, de sua articulação no interior de uma teoria e do lugar que ocupe nesta” (GARRIDO, 1993:40)

Nesse sentido, a centralidade dos registros nesta pesquisa foi dada à fonte oral por proporcionar novos elementos que possibilitem a análise da reforma do ensino de História, bem

como, do problema posto, qual seja a reforma do ensino de História na rede municipal de Goiânia possibilitou a constituição de uma identidade regional para o ensino de História.

Após compartilhar da memória dos depoentes, confrontando as fontes orais com documentos escritos, é possível tecer algumas considerações a respeito do processo de reforma do ensino de História na rede municipal de ensino de Goiânia ocorrida no período estudado.

As lembranças e depoimentos recolhidos entre os membros dos cinco grupos entrevistados demonstram que cada um deles teve sua própria história, pois, o tempo e o espaço foram vivenciados de maneiras diferentes por cada grupo e/ou indivíduo ao longo dos nove anos em que transcorreu a reforma do ensino de História. Essas histórias se entrecruzam. A percepção de pontos de confluência, pelo compartilhamento da memória dos depoentes, permite analisar o processo da reforma do ensino de História, na busca de sua compreensão.

Entende-se que o grupo de assessoras que idealizou junto com Dalísia Doles um projeto alternativo para a SME o fez respaldado, mesmo que de forma indireta, pela academia, uma vez que muitas das discussões e ações realizadas em sua gestão já vinham sendo discutidas em diferentes instâncias educacionais, assim como, por associações científicas, sindicais e estudantis. Percebe-se assim, que mesmo não tendo recebido apoio oficial das duas principais universidades goianas a gestão Dalísia Doles encampou e desenvolveu idéias defendidas tanto por estas instituições como pela entidade representante dos professores da rede pública de ensino. Desta forma, avalia-se que a reforma educacional iniciada nessa gestão, dentro da qual se desenvolveu a reforma do ensino de História, tentou incluir as reivindicações e as insatisfações educacionais da sociedade goianiense.

Considera-se que o caráter de “frente democrática” assumido pelo PMDB possibilitou não só a eleição de Íris Rezende Machado para o governo do Estado de Goiás em 1982, como também a emergência na Prefeitura de Goiânia, na Secretaria Municipal de Educação, de educadores que possuíam como referencial teórico e ideológico o marxismo, como no caso das assessoras de Dalísia Doles e da equipe de Estudos Sociais e História. Percebe-se que esses grupos acreditavam na possibilidade de realizar reformas educacionais em **curto prazo**. Nesta perspectiva, o comprometimento, o voluntarismo e o desprendimento de um lado e, do outro, o autoritarismo e a determinação política foram algumas das características desses grupos.

A análise do documento Currículo de História, produzido pela equipe, possibilita afirmar que, segundo suas concepções, a alternativa buscada para a superação dos chamados “equivocos” e “limites” do ensino de História encontrava-se inicialmente no próprio professor, visto como sujeito da história, inserido em seu tempo e espaço. Percebe-se uma contradição entre as concepções e as ações da equipe, pois, apesar de considerar o professor como o intelectual capaz de explicitar a luta de classes, historicamente constituída no desenvolvimento da humanidade, não conseguiu envolvê-lo e efetivar sua participação em uma construção coletiva para o ensino de História.

Pela análise do documento, chega-se ao entendimento da opção dos elaboradores pela concepção teórica marxista, fundamentada no materialismo histórico dialético, com acentuada presença da teoria de Gramsci, o que a distingue das propostas de São Paulo e Minas Gerais, uma vez que a primeira opta pelo revisionismo marxista inglês fundamentado na vertente sociocultural, enquanto a segunda mantém-se dentro dos quadros do marxismo ortodoxo.

Percebe-se, também, que os formuladores da proposta partiam do princípio de que uma proposta regional possibilitaria a constituição de uma identidade própria para o ensino de História. Nesse sentido, o conceito de região desenvolvido pela Geografia Crítica foi uma das matrizes sobre a qual se assentou a reforma. Pelo estudo desenvolvido pode-se considerar que a reforma do ensino de História goianiense adquiriu contornos próprios, porém, não fortes o suficiente para que se constituísse em uma proposta singular, mantendo semelhanças com a proposta mineira, tais como a priorização de conteúdos a partir dos modos de produção e a inserção da História regional e do Brasil nesse âmbito.

Conclui-se, que a construção da proposta de História fez parte de um contexto nacional e mesmo internacional de uma determinada época, representando aspirações e angústias de pessoas que viviam e concebiam aquele momento de determinada forma, que, às vezes, para o presente não tem sentido, porém não cabe tecer juízos de valor, mas compreender, na tentativa de chegar à essência, procurando analisá-la, como um fenômeno próprio de uma época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABERU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. cap. 1, p. 38-54.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. cap. 4, p. 219-229.
- CASTELLS, Manuel. Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____ **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. cap. 4, p. 215-218.
- CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?:** sobre a história e os historiadores. Tradução Marcos Antônio da Silva. São Paulo: Ática, 1995.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- GARRIDO, Joan Del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, nº 25/26, p. 33-65.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **A História nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- NUNES, Eliane Prudente. Dalísia Elizabeth Martins Doles (1937-2000). In: **História Revista**. Goiânia; Editora do Mestrado em História, 2000, v. 12 (1/2), p. 07-10.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional e transformação social. In: Marcos Antônio da Silva (Org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 67-79.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma concepção Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SCHILESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2001.
- THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

O SENTIMENTO DO SERTANEJO FRENTE ÀS PROPOSTAS MODERNIZADORAS

Jaqueline Souza Gutemberg*

RESUMO

Esse trabalho tem o propósito de analisar a sensibilidade do caipira frente às propostas modernizadoras, refletindo algumas canções que relatam o processo de modernização do país e principalmente como os sertanejos sentiram e viveram essas transformações. No Brasil a partir da década de 1950 é visível a materialização de um projeto desenvolvimentista que assume a “(re)organização” social do país. Tal projeto visa romper com os valores tradicionais de uma sociedade ainda dependente da economia agrária. Nesse viés, a proposta se instaura de forma desajustada com a realidade social da época, principalmente com a daqueles que migraram do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho. Assim, tais sujeitos se encontraram em uma nova situação histórica, desprendidos de suas raízes e alheios à nova organização social instaurada.

Palavras-chave: Sertanejo, desenraizamento, modernização.

ABSTRACT

This work has the intention to analyze the sensitivity of “caipira” front to the moderns proposals, reflecting some songs that tell the process of modernization of the country and mainly as the “sertanejos” had felt and lived these transformations. In Brazil from the decade of 1950 the materialization of a development project is visible that assumes the “(re) social organization” of the country. Such project aims at to still breach with the traditional values of a society dependent of the agrarian economy. In this bias, the proposal restores of form misadjusted with the social reality of the time, mainly with the one of that life conditions and work migration of the field for the cities in search of better conditions of life and work. Thus, such citizens if had found in a new historical situation, unfastened of its other people's roots and to the new restored social organization.

Key-words-: “Sertanejo”, take off roots, modernization.

* Graduanda dos cursos de História pela Universidade Federal de Uberlândia.

A idéia de indústria nasce na Era Vargas e se fundamenta no Estado, gestor e protecionista que cria as bases para uma produção econômica que nos primórdios da década de 1930 se voltou para bens de consumo e de produção¹. Nesse viés, a infra-estrutura no país precisava ser construída de forma a atender o projeto que (re) ordenasse a vida política e econômica da nação.

As elites desse período promoveram a materialização do ideal desenvolvimentista no país de tal forma que viabilizaram o agenciamento de todo um desenvolvimento econômico passando por um projeto de Estado, pelo qual foram construídas indústrias de base como a Vale do Rio Doce, a Petrobrás, a Siderúrgica Nacional e outras. Buscava-se, dessa forma, substituir importações que procurassem tornar o país menos dependente do comércio internacional.

O intervencionismo estatal combinou habilmente os interesses do capital privado nacional e o estímulo ao capital externo. Forja-se uma idéia de um Brasil grande, moderno e progressista cuja metáfora do desenvolvimentismo escondia problemas sociais que se avolumavam. O desemprego, a migração, o favelamento, a inflação, a falta de escolas, moradias, educação são alguns dos problemas visíveis com os quais o Brasil teria que lidar a partir de 1970. O Brasil nesse momento passa a enfrentar o colapso da modernidade, que projetada desde o século XIX se materializa na década de 1950 de forma desajustada com a realidade social.

Ao pensar em um país novo, as bases para sua construção estão na (re)organização de uma sociedade pautada nos ideais de progresso. Desde então, forja-se a construção de um sentimento de nacionalidade que vem apontar o progresso do país condicionado ao esforço de cada indivíduo na edificação de um novo Brasil. O esforço das elites se direcionava para a “criação” de uma identidade nacional que romperia com o estigma do brasileiro caipira e indolente². A assimilação do brasileiro ao Jeca-tatu de Monteiro Lobato deveria ser rescindida e o projeto modernizador cairia na aceitação popular pela prerrogativa da emancipação de todos e conquista do bem estar social. Nesse viés, todas as bases para a formação de um caráter nacional, de sociedade em desenvolvimento, se voltaram para o individualismo, para as realizações dos interesses individuais cada vez mais incentivados.

È nesse contexto que muitos sujeitos ainda ligados aos hábitos e costumes tradicionais se perderam nas mudanças e nas novas linguagens urbanas empreendidas. Esse é o caso de muitos dos migrantes que naquela época foram colocados a uma nova realidade social,

¹LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas, SP: Papuris, 1986.

²NOVAIS, Fernando (Coord.). **História Da Vida Privada**. São Paulo: Ática, 1990; V.4,

incorporando novos valores até então desconhecidos. Nesse trabalho demos enfoque especial àqueles que se deslocaram do campo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Em função do êxodo rural acentuado no período de 1950, muitos sertanejos abandonaram toda uma vida pautada nos códigos do campo e se arriscaram nas cidades para não virarem bóias-frias das grandes lavouras. Esse processo de migração expôs os “caipiras” a uma miserabilidade em decorrência da não-incorporação de todos no projeto desenvolvimentista materializado no Brasil. Dessa forma, o caipira vira imigrante em sua própria terra, desenraizado³ perde suas forças para se mobilizar em busca de melhorias.

O desenraizamento é nessa circunstância uma forma de alienação⁴ que coloca os sujeitos em uma nova situação histórica. A modernização apesar de colocar o Brasil no nível de países em desenvolvimento trouxe resultados comprometedores para a sociedade brasileira, entre eles uma desigual participação na prosperidade nacional.

A dupla dos irmãos Zé Fortuna e Pitangueira natural de Itápolis São Paulo região matriarcal⁵ da música caipira – referência artística por suas composições musicais de rica poética e também pelo talento como atores e dramaturgos da Companhia de Teatro “Os Maracanãs” que fundaram na década de 1950, sendo levada pelos artistas para diferentes regiões do país apresentada nos circos da época. Tais cantores tinham suas músicas difundidas pelo o rádio, quando a carreira artística da dupla se tornou conhecida por artistas da época tais como Cascatinha e Inhana, Lourenço e Lourival, Inezita Barroso, Irmãs Galvão, Carreiro e Carreirinho, Tônico e Tinoco, Tião Carreiro e Pardino, Vieira e Vieirinha entre outros. No período em que se instalaram na capital paulista com esperança de melhores oportunidades, alusão que se fazia dos centros urbanos como possibilidade de melhores condições de vida e trabalho, enfrentaram dificuldades que mostraram a drástica realidade de quem vem do campo para as cidades, ficando na maioria das vezes, propensos ao favelamento, a discriminação e a marginalidade.

Observa-se uma estilização do homem do campo enquanto caipira, aqueles que por motivos diversos migram para os centros urbanos e percebem o contraste de mundos tão antagônicos, trabalham com desígnio de fazer a vida e assim poder voltar às suas origens. O estranhamento de tais sujeitos permite-nos analisar como foi se estigmatizando a imagem do

³ BOSI, Ecléia. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (org) **A Cultura Brasileira: temas e situações**. 2ª.ed. São Paulo: Ática, 1992.

⁴ Ibidem.

⁵ RIBEIRO, José Hamilton. **Música Caipira: as 270 maiores modas de todos os tempos**. São Paulo: Globo, 2006.

caipira vinculada à construção do imaginário social do brasileiro apresentado na obra de Monteiro Lobato:

CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável a civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. A medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugiando em silêncio, com o seu cachorro, seu pilão, a pica-pau. (espingarda de carrear pela boca) e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se⁶.

Através da obra citada podemos entender como a esterilização do caipira aguça as dicotomias entre campo e cidade colaborando com a justificação da proposta progressista do país. Nesse sentido, em uma sociedade em transformação, cuja modernidade se expressa por meio de ruas arborizadas, avenidas e prédios, o campo é cantarolado de maneira negativa assumindo o lugar do atraso.

O foco desse trabalho centra na sensibilidade do caipira frente ao mundo em transformação. Dessa forma, seus descontentamentos foram trabalhados por vários compositores da música caipira como forma de compreender a nova realidade instituída. Assim, a música caipira revela um importante instrumento de expressão das queixas dos que não se reconheciam dentro da nova organização social.

Algumas composições desse período não colocam a música apenas como arte pela arte, mas assume papel expressivo de resistências às práticas que se instauram com o progresso. É no entendimento dessa realidade e parte dela que compositores como José Fortuna expressa o sentimento do sertanejo. Assim, José Fortuna aborda em muitas de suas composições a temática do progresso.

Nesse viés, a temática aparece de forma tácita em suas obras, o progresso tomando lugar e modificando os hábitos dos sertanejos. Observa-se que na maioria das letras existe um engajamento do homem do campo com a natureza, um relacionamento direto que completa a vida do caipira. Vários estudiosos da música caipira escreveram sobre Zé Fortuna entre eles Romildo Sant'anna⁷ que assim escreve:

Zé Fortuna compôs acima de duas mil composições, sozinho ou em parceria. Assina duas dezenas de peças teatrais, geralmente encenadas em circos-teatros. Vieira da dupla Vieira e Vieirinha, relatou que escrevera inúmeras outras peças e as vendia, ou para o repertório de companhias circenses ou especialmente para as duplas caipiras,

⁶ LOBATO, Monteiro. Velha Praga. In: **Urupês**. 37 edição. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 141.

⁷ SANT'ANNA, Romildo. **Zé Fortuna e guarânias em brasileiro**. Disponível em: <[HTTP://www.triplov.com/romildo/2006/Ze-Fortuna.html](http://www.triplov.com/romildo/2006/Ze-Fortuna.html). Acesso em:02> . Acesso em out. 2006.

sob encomenda. Com a produção sensível, técnica e comovente, era escritor, na acepção da palavra, inda que as academias o ignorem.

Em 1947, José Fortuna formou uma dupla com seu irmão Euclides Fortuna, conhecida como Zé Fortuna e Pitangueira. Foram para São Paulo em 1948 em função da carreira artística. Em 1950 cantavam na rádio Record dando início à uma carreira de sucesso que se destacava por belas composições dos irmãos e principalmente de Zé Fortuna, cujas letras são caracterizadas por rica poética. As composições de Zé fortuna trazem em sua poética uma valorização da natureza e principalmente uma correlação desta com a própria vida do poeta. Wolney Honório Filho descreve esta abordagem da música caipira: *Esta noção de música caipira não só procurava identificá-la com um mundo caipira-rural isolado, longe das luzes da cidade, como também idealizava-o. Na verdade originava-se dele*⁸. De forma semelhante a essa idéia Zé Fortuna em várias de suas composições aborda essa valorização do mundo natural. Assim escrever em Folha Seca⁹:

(...)
A foia seca do rao cai
O vento leva, num vorta mais
E Corguinho corre, corre sem parar
Vai carregando a foia seca para o mar
Enquanto eu choro, suspiro em vão
Como uma foia na solidão
Enquanto aquela que eu amava num vortá
Esses meus oios não se cansa de chorar

O meu destino é viver abandonado,
Foi tão triste o meu passado,
Cheio de desilusão
Por isso hoje tudo é tristeza,
Eu pertenco a natureza como a foia do sertão.

A música caipira revela uma percepção de mundo por aqueles que se sentiram prejudicados com as mudanças empreendidas. Sendo um instrumento que estabelece um diálogo entre diferentes sujeitos no compartilhamento da mesma realidade, a música caipira “mais rítmica do que melódica e de longa duração¹⁰” permite uma maior sociabilidade dos problemas enfrentados no desligamento do meio natural¹¹ e entendimento das múltiplas faces do processo de desenvolvimento assumido pelo país.

⁸ HONÓRIO FILHO, Wolney. Op. p.24.

⁹ Disponível no disco Zé Fortuna e Pitangueira. 20 anos de saudade. Gravadora: Atração. 2005. Disponível em: <[HTTP://zé-fortuna-e-pitangueira.letras.terra.com.br/](http://zé-fortuna-e-pitangueira.letras.terra.com.br/)>. Acesso em 15 mar. 2007.

¹⁰ Cf. CALDAS, Waldenir. **O que é música sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹¹ CANDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. 5ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

Dessa forma, o caipira diferentemente do Jeca-tatu de Monteiro Lobato, analisa as mudanças oriundas do projeto desenvolvimentista e conscientemente percebe qual é seu papel nas novas tendências sociais. O saudosismo é por isso grande característica desse gênero como expressão de um sentimento do povo do campo na cidade, das rupturas com seu modo de vida e de trabalho. Zé Fortuna em parceria com Carlos César escreveu dessa maneira de ver tais mudanças na música Expresso Boiadeiro¹²:

(...)
Adeus minha mula baia, adeus
Adeus meu alazão
Adeus tempo que passou, adeus
Adeus poeira do chão
Adeus minha peonada, adeus
Adeus tempo passado
No Expresso boiadeiro eu, sozinho levo meu gado

Zé Fortuna em parceria ou sozinho escreveu cerca de duas mil canções entre valsas e rasquiados inovando também com as guarânias paraguaias através de versões como “Índia” (Jose Assuncion Flores – Ortiz Guerrero), popularizando este gênero no país. Em 1960 recebeu um prêmio de Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, um Cartão de Congratulação e Mérito pela composição de “Sob o céu de Brasília”, na inauguração de Brasília. Nos anos de 1970, muitos cantores da fina flor da MPB como Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Betânia, Ângela Maria, Roberto Carlos interpretaram canções de sua autoria. Ganhou muitos festivais de música sertaneja, como o da Rádio Record em 1978 com a canção riozinho (Zé fortuna – Carlos César) interpretadas nas vozes das Irmãs Galvão. Apresentaram também em programas de televisão como em 1950 na inauguração da TV paulista.

Conhecido como cantor e compositor Zé Fortuna também atuou como teatrólogo criando várias peças teatrais e uma companhia de teatro conhecida como “Os Maracanãs”, recorde de público no período de 1950 a 1972, apresentando nas cidades do interior. Embora a dupla Zé Fortuna e Pitangueira ficou conhecida no país foi sempre em trio que eles se apresentavam, Zé Fortuna, Pitangueira e Zé do Fole então acordeonista assim o trio “Os Maracanãs em 1950”, de acordo com sua filha Iara Fortuna responsável pelo patrimônio artístico deixado por seu pai.

¹² Disponível no disco: Zé Fortuna e Pitangueira lançamento 2003. Gravadora: Intercd Records.

O que é válido ressaltar é que, talvez pela doença que o perseguia desde criança (o mal de chagas) o compositor coloca em suas canções de forma muito sentimental as lembranças da infância e um temor pela morte como descreve em Esteio de Aroeira¹³:

(...)

Esteio de aroeira também tenho a sua idade
Meu pai te construiu para que foste teu abrigo
O tempo foi passando e só depois de muitos anos
Pela primeira vez te encontrei, esteio amigo
Meu pau que também era o esteio firme da família
Há muito tempo atrás longe daqui tombou sem vida
Só tu me esperou esteio velho de aroeira
Para me conhecer e ouvir a minha despedida

Esteio de aroeira, quantas verdes esperanças
Ficaram sepultadas no teu tronco no passado
Ainda tu condervas o sinal de uma lembrança
Marcada no seu tronco pelo corte do machado
Nós que nascemos juntos esteio velho de aroeira
Será quem vai primeiro ser tombado pela sorte
Se és tu lá na floresta derrubado pelo tempo
Ou eu por esse mundo derrubado pela morte

Tendo em vista o vasto e rico repertório de Zé Fortuna, esse trabalho empenha em analisar suas obras, principalmente através de suas músicas, que nos permite pensar a trama histórica da época no que diz respeito à migração do campo para a cidade num período marcado pelo êxodo rural. É, portanto, uma proposta de trabalho em desenvolvimento que não esgota indagações.

Portanto, dentre as canções da dupla Zé Fortuna e Pitangueira selecionamos aquelas que pela sua poética permitem compreender a dimensão que o desenvolvimentismo assumiu para aqueles que viram seu mundo rural ruir frente às propostas da modernidade. As letras em questão são vistas como uma possibilidade de recursos/resistências às mudanças empreendidas. Filhos de seu tempo Zé Fortuna e Pitangueira deixaram um patrimônio musical, hoje aos cuidados das filhas de José Fortuna Yara e Marilene Fortuna, no qual registra a paixão do sertanejo pelas coisas simples do campo. Expressos os sentimentos mais pueris do caipira na poesia de Zé Fortuna, cujos dons para composição foram apontados desde criança, tal poesia consagrou o autor como um dos maiores compositores da música sertaneja e de raiz. Atualmente suas composições são lembradas nas gravações remasterizadas dos seus discos (a maioria gravados em 78 rotações) como também nas vozes de outros artistas tais como Rolando Boldrin, Renato Teixeira, As Galvão, Chitãozinho e Xororó e outros.

¹³ Disponível no disco: Zé Fortuna e Pitangueira. 20 anos de saudade – vol. 2. Gravadora: Atração, 2005.

Além disso, muitos pesquisadores da cultura popular e da música sertaneja e de raiz permitem que por meio de seus estudos não caia no esquecimento a contribuição de tal obra na compreensão de como os sujeitos sentiram e viveram a trama histórica de seu tempo¹⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIM, W. A obra de arte na época de sua reprodutividade técnica. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Obras Escolhidas. Volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOSI, A. **A cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 1992.

BOSI, Ecléia. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (org) **A Cultura Brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 1992.

BURK, Peter. **Variedades da História cultural**. Porto, Alda (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALDAS, W. **Acorde na autora**: música sertaneja e indústria cultural. 2^a edição. São Paulo: Nacional, 1979.

CALDAS, W. **O que é música sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. 5^a edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CHAVES, Edilson Aparecido. Lições do Caipira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sabin, nº20, 2007.

DANTAS, M. 1910. **Cornélio Pires**: criação e riso. São Paulo: Duas Cidades. Secretaria de Cultura, Ciências e tecnologia, 1976.

¹⁴ CHAVES, Edilson Aparecido. Lições do Caipira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Sabin, nº20, 72-75p, 2007.

HONÓRIO FILHO, Wolney. **O sertão nos embalos da Música Rural** (1930-1950). 1992. 138 f. dissertação (Mestrado em História) PUC/SP, 1992.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LOBATO, M. “Velha Praga”. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARTINS, J. de S, 1938 – Música Sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados. In: **Capitalismo e tradicionalismo**; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

NEPOMUCENO, Rosa. **Música Caipira: Do rodeio ao palco**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NOVAIS, Fernando (coord.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1998; v.4.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, J. H. **Música caipira: as 270 maiores modas de todos os tempos**. São Paulo: Globo, 2006.

SCHWARZ, Roberto. Fim de Século. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais. São Paulo. 4/12/1994.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das letras, 1998.

ULHÔA, Marta Tupinambá. Música Sertaneja em Uberlândia na década de 1990. **ArtCultura**. Uberlândia: Edufu, nº9, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

A ação modernizadora sobre a “cidade dos tumultos”: o controle dos movimentos e dos comportamentos sociais.

Lea Maria Carrer Iamashita*

Resumo: O artigo trata da modernização da cidade do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado e das práticas vivenciadas pelos segmentos das camadas subalternas da sociedade, particularmente indivíduos livres, libertos e escravos que sobreviviam às custas do trabalho praticado nos espaços das ruas da cidade.

A análise é centrada na aplicação dos aparatos jurídicos criados para a disciplinarização social, como a nova configuração das Posturas Municipais, dos Termos de Bem Viver e dos Termos de Segurança, que buscavam transformar a “cidade de tumultos” na “cidade orgânica”.

Palavras-Chaves: Projeto moderno, cidade, vida cotidiana.

Abstract: The text analyses the modern project in the city of Rio de Janeiro, in the first half of the XIX century and focuses on the daily life of the poor population in that society. It analyses the construction of the juridical apparatus institutions created to put into effect the project, how the municipal laws of the city of rio de janeiro – the “Posturas Municipais” and the “Termos de Bem Viver” and “Termos de Segurança”.

Key Words: Modern project, city, daily life.

Este artigo analisa o projeto de modernização do Brasil recém-independente, por meio das ações desse projeto na cidade do Rio de Janeiro, em razão de ser ela, naquele momento, o centro político, econômico e cultural do Império e como tal, referência para iniciativas semelhantes nas demais cidades do país.

Tal estudo implicou na análise do aparato legal e das ações práticas do governo na direção do disciplinamento social, do ordenamento espacial, da racionalização do uso das ruas da cidade, da normalização dos comportamentos dos indivíduos. Focamos as ações direcionadas aos segmentos populares da sociedade carioca que eram vistos pelas autoridades governamentais como desordeiros e vadios. Pudemos observar o investimento em ações disciplinadoras e homogeneizadoras empreendidas pelas autoridades governamentais já nos primeiros anos após a Independência.

Tratava-se de implantar o modelo de “cidade orgânica” em substituição à “cidade de tumultos”, explicitando a concepção moderna e burguesa de cidade, capaz de produzir efeitos concretos sobre a vida dos cidadãos. Aplicar este modelo significava que as ruas passavam a ser entendidas como “lugares públicos”. Como tais, deveriam ser lugares sempre abertos à circulação, isto é, desobstruídos, limpos e organizados, seguindo a lógica da racionalidade moderna burguesa. Trata-se de uma reviravolta, no que tange às práticas e relações costumeiras, pois compreendia uma mudança de significação, uma vez que conferia ao lugar público um sentido oposto ao do costume do uso particular.

* Doutoranda da Universidade de Brasília. O artigo é parte das pesquisas da dissertação de mestrado da autora.

Vimos assim que diante dos desafios de organização do Estado Imperial e de modernização da sociedade, a questão da ordem se colocava como condição indispensável para sua efetivação. A organização do Império e seu pleno exercício, isto é, a governabilidade assentava-se tanto na preservação dos interesses escravistas; como também na disciplinarização da população, em seu engendramento às leis e à ordem.

A desordem encontrava-se, portanto, prioritariamente referida, nos documentos de época, ao espaço da rua, por ser o local da convivência social, dos conflitos, da partilha de experiências entre pessoas pobres, livres ou escravos. Com este propósito, vários foram os saberes que se solidarizaram para exercer o controle social, enquadrar toda a população conforme os padrões modernos de conduta social.

Em torno da concepção de “civilização”, que inclui a organização racional do espaço, encontramos vários registros referindo-se ao comércio de ambulantes e aos mercados, bem como da necessidade de se estabelecer áreas e horários específicos para cada uma dessas modalidades de atividade comercial. São construtos que traduzem a visão de mundo burguesa segundo a qual, para cada coisa deveria haver lugar devido. A intervenção nesses espaços se fará por meio de leis e de ações administrativas, fiscais e policiais, de modo a torná-los espaços modernos de circulação sob o argumento de que até então estes se encontravam “desorganizados”, “obstruídos”, mal utilizados, desviados de sua função social.

As Posturas Municipais, a partir de 1830, regulamentarão sobre os espaços específicos apropriados às diferentes atividades sociais, ao prescrever sobre a utilização dos mercados, permitindo a todas as pessoas venderem pelas ruas da cidade legumes, frutas, aves e peixe, bem como outro qualquer comestível, desde que não permaneçam instaladas ou circulando por lugares públicos fora das praças e largos para isso destinados pela Câmara.¹

As orientações para o estabelecimento de um espaço “cheio de ordem”, sob a lógica moderna podem ser observadas na Lei de 1º de Outubro de 1828. Esta lei deu novas formas às Câmaras Municipais e marcou as atribuições desta. No Artigo 66, do Título II, denominado “Posturas Policiais”, são explicitadas diretrizes para as Câmaras quanto à elaboração de leis

¹ AGCRJ-Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro- 1830, Cod.: 35(815.41), “1830”, (094.4): 352.075.31, R 585.

regulamentares para o uso do espaço urbano e podemos considerá-las matriz primeira que irá informar as posturas das demais cidades do país.²

O uso do espaço público foi objeto de normatização da Postura Municipal de 1838. Se compararmos esta postura com os códigos anteriores, podemos observar a preocupação em legislar sobre muito mais detalhes para a definição da ordem espacial. Isso implicava o uso das ruas e praças conforme determinado por aquele dispositivo legal, que estabelecia, por exemplo:

Título III, § 6º(...) É proibido ter cavallos ou outros quaesquer animaes atados nas ruas às portas, janellas ou argolas(...) § 13º(...) é prohibido ter cabras, e cabritos pelas ruas e praças das povoações, bem como gallinhas e outras aves(...)

*Título VII, § 1º (...) ninguém poderá crear porcos nos quintaes, áreas ou lojas das casas, nem conservá-los nellas...nem deixá-los divagar pelas ruas sob pena de lhes serem tomados e vendidos por conta da Câmara em leilão (...)*³

Verificamos assim o esforço ordenador emanado do Estado para transformar o espaço da cidade em espaço moderno, isto é, buscava-se eliminar traços identificados com a “desordem”, com as “marcas” do passado colonial, com as práticas de um mundo ruralizado.

Sob os parâmetros de racionalidade, buscou-se também enquadrar as “*classes perigosas*”, domesticá-las sob a ótica capitalista do trabalho, sob sua lógica disciplinar e ordeira, controlando seus movimentos e os comportamentos sociais. Observe-se, por exemplo, a criação do cargo de “juiz de paz”, em 1827, magistrado sem formação específica e sem salário, eleito pela população com o propósito de conciliar os litigantes. Com efeito, por meio de um esquadrinamento dos bairros e quarteirões, do conhecimento de todos os moradores da cidade e da ação dos fiscais de quarteirão, o juiz de paz podia exercer o controle sobre a população.

Seus auxiliares, os inspetores de quarteirão, eram funcionários voluntários que não recebiam remuneração alguma pelo serviço de fiscalização e policiamento sobre cada quarteirão do distrito em regime de meio expediente.

Como um “guardião” da lei e da ordem, ainda competia ao juiz de paz alertar os transgressores, os indivíduos que não acatassem as prescrições legais, obrigando-os a assinarem

² Lei de 1º de outubro de 1828. In: **Constituições do Brasil e suas alterações**: Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986, pp. 37-46.

³ AGCRJ-Seção Biblioteca, CÓD.: 35 (815).41"1838/1893"(094.4): 352-075-31,R 585; Código de Posturas da Ilustrissima Camara Municipal do Rio de Janeiro e Editaes da Mesma Camara.

um “termo de bem viver”, comprometendo-se com a conduta exigida pela lei, isto é, a conduta “ordeira”. Segundo o referido Código do Processo Criminal, cabia àquela autoridade:

(...)§ 2º *Obrigar a assinar termos de bem viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que pertubam o socego publico; aos turbulentos que por palavras ou acções offendem os bons costumes, a tranquillidade publica, e a paz das familias(...).*⁴

Além desse “termo de bem viver”, havia ainda o “termo de segurança”, documento cuja assinatura era obrigatória a qualquer pessoa “suspeita” às autoridades, particularmente ao juiz de paz. Definido como “suspeito”, isto é, passível de cometer qualquer delito, o indivíduo assinava o termo e se comprometia a “andar na linha”, sob o risco de pagar uma multa até 30\$, prisão até 30 dias, e três meses de casa de correção ou oficinas públicas, caso transgredisse o prometido.⁵ Por pessoa “suspeita” entendia-se todo indivíduo, de ambos os sexos, pobre e sem ocupação ou moradia fixa. Nessa categoria incluíam-se os andarilhos, as pessoas com antecedentes de brigas, vendedores ambulantes sem licença da Câmara Municipal, livres, libertos ou escravos, pois, estes, sem a devida licença, não poderiam ter identificado sua condição, se escravo de ganho ou escravo fugido. Na classificação de “suspeito” é visível recortes de classe e raça, estado civil, uma vez que o indivíduo pobre, negro e solteiro, sem família, ocupação e moradia fixas era provavelmente o mais suspeito dentre os suspeitos.

Prevenir-se contra o perigo da desordem passava, portanto, pela produção e circulação de informações sobre indivíduos envolvidos em “*acontecimentos extraordinários*”. Trata-se de uma forma de controle social baseada no conhecimento, pelas autoridades, uma relação semanal das pessoas que foram obrigadas a assinar o termo de bem viver ou de segurança, bem como indiciadas por crimes ou presas. Todas essas entravam no rol dos “desordeiros” e perigosos, pelo envolvimento em qualquer tipo de transgressão às leis, desde brigas e violências domésticas, roubos, furtos e assassinatos, às mudanças de domicílio.

É visível na concepção de civilidade, o viés moralizador, que percebe todo ato ou prática desatrelados de tal referência, como “indecentes”, “imorais”, “incivilizadas”. Daí a preocupação com os comportamentos sociais em público.

⁴ Código do Processo Criminal, *op cit*, p. 17.

⁵ *Idem*, p. 17.

A pesquisa permitiu perceber que o propósito disciplinador e moralizador do Estado não se limitavam ao âmbito público, mas também ao privado, principalmente se considerarmos o esforço do projeto moderno de construção de esferas distintas e separadas da vida social, de delimitação precisa entre o público e o privado, dimensões que se entrecruzavam. Daí a ingerência do Estado no âmbito dos interesses particulares e até mesmo na vida privada, ao prescrever padrões normativos de conduta, de papéis sociais, de sociabilidade e lazer, como podemos perceber pelos “termos de bem viver” analisados.

Como, por exemplo, o caso de José Ferreira da Silva que, no dia 31/05/1823 compareceu à Secretaria da Intendência Geral de Polícia da Corte, por ordem do Conselheiro Interno, João da Cunha e assinou termo de bem viver com Francisco José de Souza, comprometendo-se a não mais incomodá-lo com palavras, nem com ações, sob a pena de, no caso de contravenção, ser punido conforme determinam as leis.⁶

Nessa mesma situação encontrou-se Clara Roza, que compareceu à Secretaria da Intendência Geral de Polícia, em 21/03/1821, por ordem do mesmo Conselheiro João Cunha, que lhe determinou assinar termo de bem viver com Helena Roza, moradora na rua do Sabão, sob a pena de ser despejada da casa em que morava, e castigada por aquela Intendência.⁷

Na mesma Secretaria, em 11/08/1823, compareceram João Gomes da Cunha Barbosa e sua mulher Maria José de Jesus, por determinação do Intendente Geral de Polícia, para “*assinarem termo de viver bem reciprocamente um com o outro, em boa paz e harmonia, com apressão de que o que primeiro quebrar este termo será punido com tres meses de prisão.*”⁸

A ingerência do poder público nos assuntos particulares, nos modos de vida das pessoas, era exercida de forma a não deixar ninguém de fora. Assim, normatizava sobre relações entre vizinhos, sócios, casais, empregados e patrões, senhores e escravos, buscando a normalização da conduta moderna, civilizada. Assim é que um proprietário de escravo foi chamado à Secretaria da Intendência para ser advertido:

(...) *Aos dois dias do mez de abril de hum mil oitocentos e vinte e tres annos na Secretaria da Intendencia Geral de Policia da Corte e Império do Brasil foi vindo*

⁶ A. N.-Fundo /Coleção: Polícia da Corte; Cód.: do fundo OE; Notação código 410, v. 2, Seção Guarda Codes, Termo de Bem Viver, folha 239.

⁷ A. N.-Fundo /Coleção: Polícia da Corte; Cód.: do fundo OE; Notação código 410, v. 2, Seção Guarda Codes, Termo de Bem Viver, folha 168

⁸ A. N.-Fundo /Coleção: Polícia da Corte; Cód.: do fundo OE; Notação código 410, v. 2, Seção Guarda Codes, Termo de Bem Viver, folha 246 E.

*Antônio Ferreira G. de ordem do Conselheiro Intendente da Polícia João Ignácio da Cunha,... que determinava que corrigisse e obrigasse o seu escravo Francisco que serve de cervejeiro em huma Taberna... não inquietar a sua vizinha Francisca Barbosa crioula forra com pena de ser castigado por esta Intendencia(...)*⁹

Além dos argumentos da ordem moral e física para a intervenção no meio social e no espaço urbano, de modo a conter a desordem que ameaçava os costumes, a justificativa do zelo pela saúde pública foi usada e abusada pelas autoridades. Tal argumento legitimava as ações de despejo e de deslocamento de grupos familiares em razão da falta de higiene, de viverem "amontoados". Eram indivíduos que viviam agrupados por redes de parentesco, compadrio e vizinhança. As ações de desarticulação desses grupos tinham o intuito de desconstruir tais redes para melhor controlar suas atividades e aumentar a velocidade de circulação.(PECHMAN, 1994)

Seguindo a lógica da desobstrução das ruas, aliado ao medo dos levantes e revoltas de escravos, a legislação incidia insistentemente contra o ajuntamento de pessoas. A reunião de três ou mais pessoas era considerado crime, como disposto no Código Criminal de 1830, no Capítulo III, que dispõe sobre "*Ajuntamentos Ilícitos*":

(...)Art. 285, "*Julgar-se-há cometido esse crime reunindo-se trez ou mais pessoas, com a intenção de se ajudarem mutuamente para commeterem algum delito, ou para privarem ilegalmente a alguem do gozo, ou exercicio de algum direito ou dever*", com pena de multa de vinte a duzentos mil réis(...)

¹⁰ .

Com esse mesmo propósito foi promulgada a Lei de 6/06/1831, Art. 2, ao prescrever como transgressão "*todo o ajuntamento nocturno de 5 ou mais pessoas nas ruas, praças e estradas, sem algum fim justo e reconhecido, debaixo da pena de um a tres meses de prisão*".¹¹ Não era desprovida de razão tal proibição, pois, não se pode negar que os "ajuntamentos" permitiam o engendramento de práticas que não interessavam ao governo. Dentre elas, a possibilidade de produção de solidariedade entre pares, de formação de uma consciência de sua condição de exclusão social, de atos coletivos de questionamentos contra o governo,

⁹A. N-Fundo /Coleção: Polícia da Corte; Cód.: do fundo OE; Notação códice 410, v. 2, Seção Guarda Codes, Termo de "compromisso", folha 233.

¹⁰Código Criminal do Império do Brasil de 1830.Coleção de Obras Raras, Código: 0010121, Biblioteca do Senado Federal-DF, p..474.

¹¹ *Idem*, Lei de 6 de junho de 1831, p. 475.

especialmente num momento de visível instabilidade política, em que conflitos sociais e políticos tomavam as ruas da capital em defesa dos diferentes interesses de grupos políticos-partidários.

Outra ação rumo à desobstrução dos espaços públicos foi a remoção dos mendigos e vadios das ruas da cidade. Na categoria “vadios” eram incluídos não só desocupados, mendigos e embriagados, como também pessoas sem trabalho fixo, aqueles que não pudessem comprovar moradia, indivíduos que viviam e/ou exerciam atividades marginais, como jogadores, prostitutas ou ciganos. Muitas mulheres incluídas na categoria “prostitutas” exerciam ofícios de vendedoras de quitutes, costureiras e lavadeiras, justamente porque eram mulheres trabalhadoras, independentes, que circulavam nos espaços interditados às “mulheres honradas” por força de seu trabalho ou até mesmo porque além dessas atividades também buscavam na prostituição a complementação de rendimentos para a sobrevivência sua e de sua família.

No caso do mendigo, ele seria enquadrado como vadio se fosse comprovado que estava apto para o trabalho. O Código Criminal, em seu Art. 296, proibia andar mendigando, como se fosse possível, por força da lei, resolver o grave problema da pobreza derivada do perverso sistema de concentração de renda e decorrente exclusão social.

O próprio Imperador se empenhava nessa ação de purgar a capital das manchas urbanas de barbárie. Segundo o Ofício do Intendente Geral da Polícia, Francisco Teixeira de Aragão, de 20/06/1827, o mesmo informa ao Senado da Câmara que, Sua Majestade o Imperador determinou extirpar os mendigos que vagam pelas ruas da capital e, *“daqui a Polícia, comultativamente com o Ilmo Senado, se não pouparei achar todas as providências exequíveis ao estado actual dessa legislação afim do exacto cumprimento da Imperial determinação.(...)”*¹²

É, portanto, visível a associação de pessoas pobres e desocupadas com os vícios e crimes, numa equação cuja solução está na “extirpação”, em retirar os mendigos do circuito urbano. Como fonte de todos os perigos, como condição de possibilidade para os crimes e as desordens, precisam ser vigiados, controlados, presos e banidos. É o “*controle das virtualidades*” de que nos fala Foucault- isto é, a lei prevenindo possíveis males.(FOUCAULT, 2003:84-85) O “*controle das virtualidades*” explicita-se no Art. 2 da Lei de 6/06/1831, que prescreve;

(...) Toda pessoa de qualquer côr, sexo ou idade, que fôr encontrada vadia, ou como tal reconhecida, sem ocupação honesta ou sufficiente para sua subsistencia, será multada

¹² AGCRJ - Cód.: 46-2-89, Ofício do Intendente Geral da Polícia, Francisco Alberto Teixeira de Aragão, dirigido ao Senado da Câmara, 20/06/1827.

*em 10\$000, e soffrerá oito dias de cadêa... e depois remetida ao chefe de policia paralhe dar destino(...)*¹³

Claro que a aplicação de tantas medidas repressoras, ou “das medidas administrativas que traduziam o propósito da política ordenadora do Estado”, não foi prática que se efetivou sem tensões e conflitos, pois confrontava não apenas interesses mas também valores e costumes diferentes dos padrões normativos de conduta prescritos. Muitos desentendimentos e enfrentamentos ocorreram em torno da obediência, transgressão, incorporação/ressemantização das prescrições emanadas do Estado Imperial.

O requerimento de João Rodriguez Cunha, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro evidencia esses conflitos. O reclamante representa queixa contra o guarda de limpeza do Campo de Honra, Gonçállo Joze do Nascimento, acusando-o de abuso de poder, pois este, “*associando-se com os soldados dos corpos tem cometido os maiores atentados, espancando, e proibindo os pretos condutores de água que a recebam, bem como aos capoeiras*”. O Fiscal da Freguesia de Santana, Joze Maria Cavagua Quaresma, após averiguação da queixa, devolve à Câmara o seguinte parecer em 30/04/1833:

*(...) Sou a informar a V. Sas., não acho justa esta representação contra o dicto guarda,...O crime deste Guarda... são os de não consentir, que os escravos fação despojos de immundicias, caixarias no Campo de Honra, que muito lhes tem custado, obrigados por esta prohibição a manda-los mais longe. Se este Guarda fosse froxo, não se teria conseguido acabar com os miasmas putridos de que este Campo foi infectado muitos anos...Muito de propozito tem-se procurado tira-lo deste lugar pelos dictos embaraços(...)*¹⁴

A representação de João Rodrigues Cunha, bem como o ofício do fiscal, são registros ricos quanto as práticas cotidianas de pessoas comuns, em suas relações com a lei, com o direito, com as autoridades, enfim, dos atores sociais envolvidos em algum tipo de conflito. É justamente a perspectiva cotidiana que nos dá acesso à percepção de “tempo vivido social”, que diz respeito às experiências de diferentes atores sociais, à existência de vários ritmos inerentes à complexidade da vida social. A esta constituição plural da sociedade corresponde um

¹³AGCRJ-Seção Biblioteca, CÓD.: 35 (815).41"1838/1893"(094.4): 352-075-31,R 585; Código de Posturas da Ilustrissima Camara Municipal do Rio de Janeiro e Editaes da mesma Camara; Titulo VII, § 2º, p. 27.

¹⁴ AGCRJ-CÓD.: 49-1-8, folhas 17 e 18, Rio de Janeiro em 30/04/1833.

emaranhado de significados, conforme a posição e os interesses dos indivíduo/grupos envolvidos. Se para o autor da queixa, o guarda Gonçállo e os soldados são os desordeiros, os responsáveis por comprometer a tranqüilidade pública, para os escravos, condutores das imundices, a ação do guarda foi igualmente arrogante, violenta e cruel. Todavia, para o guarda, os escravos eram trabalhadores teimosos, que resistiam, apesar de sua condição, em não obedecer a um procedimento prescrito. Para o fiscal, representante do poder público, o guarda procedeu corretamente, pois para se livrar dos miasmas pútridos decorrentes do lixo depositado inadequadamente pelos escravos era necessário agir com firmeza. Enfim, ante as prescrições criadas pelo aparato legal com vistas à modernização do espaço da cidade e das relações sociais, a situação resultante foi a de tensão, atenuada ou acentuada conforme a maior habilidade das autoridades em sua operacionalização, bem como dos outros atores sociais envolvidos em negociar seus termos.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel, **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Cadernos de Estudo PUC/RJ, 1979.

IAMASHITA, Léa M. C., **“Ordem” no mundo da “desordem”: o projeto modernizador e o cotidiano popular (Rio de Janeiro 1822-1840)**, 2005, 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- UnB.

MARTINS, Mônica S. N., **Vadios e Mendigos no Tempo da Regência(1831-1834):Construção e controle do espaço público da Corte**, 2002, 160 f. Dissertação (Mestrado em História)- UFF, Niterói.

PECHMAN, Robert M., Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In BRESCIANI, S.(org.), **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**, São Paulo:ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1994.

THOMPSON, E. P., **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CULTURAS EM DIÁLOGO: SENTIMENTOS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS EM TAPUIRAMA, UBERLÂNDIA-MG, 1993-2007

Juliana Lemes Inácio*

RESUMO: Trabalhadores residentes no distrito de Tapuirama, Uberlândia-MG, têm expressado, nos seus modos de ser e de viver, uma multiplicidade de sentimentos e percepções de cidade. No diálogo com esses sujeitos históricos, percebo como se instituem outros sentidos para o ato de “migrar”. Esses trabalhadores buscam reconstruir seus viveres sem abandonar seus costumes e sua cultura, narrando outras memórias sobre as vivências sociais na cidade e outros sentidos para a sua trajetória, sendo este o objetivo desta comunicação.

Palavras-chave: Culturas; Memórias; Linguagens.

ABSTRACT: Resident workers in Distrito de Tapuirama, Uberlândia/MG have been expressing, in their manners of being and of living, a lot of feelings and perceptions of the city. In the dialogue with these historical subjects, I notice as other senses are instituted for the action of “migrating”. These workers try to rebuild their life without abandoning their habits and cultures, narrating other memories about the social existences in the city and other senses for their life, these are the subjects of that communication.

Key words: Cultures; Memories; Languages.

Este artigo aborda sentimentos, memórias e experiências de trabalhadores vindos da Bahia para o Distrito de Tapuirama, em Uberlândia-MG¹, problematizando, por meio da História Oral e da imprensa local, mudanças nas suas perspectivas em relação ao tempo e suas culturas. Estas questões vêm sendo pensadas por mim na pesquisa que realizo em torno dos modos de ser e de viver desses trabalhadores. Investigo os modos como os viveres destes sujeitos sociais se entrecruzam com projetos e interesses de outros responsáveis pelo processo de dominação que lhes consagra más condições de moradia, baixos salários, dificuldades de acesso à educação, à saúde, enfim, à cidadania. As problemáticas relativas aos viveres dessas pessoas em sociedade são pensadas a partir das perspectivas da História Social, buscando

*Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista da CAPES.

¹ Por volta de 1996, começaram a chegar a Tapuirama trabalhadores vindos do município de Jacobina-BA contratados pela JPL Resinas – produtora rural que atua nessa região mineira desde 1993. O serviço que vinham executar tratava-se da extração de resinas das árvores de pinus e seria realizado em meio a florestas existentes no município de Uberlândia.

investigá-las em sua historicidade, valorizando os sentimentos, os atos interpretativos e as atitudes dos trabalhadores. Nesse sentido, mantenho os sujeitos sociais no centro da análise, procurando escrever uma historiografia mais aberta e composta por narrativas de sujeitos sociais antagônicos nas quais emergem muitas memórias e histórias.

A partir dessa perspectiva, torna-se essencial identificar aqui os sujeitos com os quais eu lido. Os trabalhadores, que escolheram ou se viram obrigados a escolher Tapuirama como o lugar onde dariam continuidade a seus viveres, possuem trajetórias distintas. Alguns possuíam pequenas propriedades rurais na Bahia onde produziam feijão e mandioca entre outros gêneros alimentícios que eram utilizados no consumo da família e/ou vendidos como uma forma de assegurar a renda familiar. Outros viviam da venda da sua força de trabalho, seja na lida com o sisal, quebrando pedras em pedreiras da região, fazendo serviços gerais em empresas de diversos ramos ou tentando sobreviver da venda e criação de animais como bodes. Assim, o traço comum entre estas pessoas é a condição de fazerem-se trabalhadores.

As experiências vividas por estes sujeitos na Bahia – perpassadas por privações distintas, tais como, o acesso à casa própria e encontrar um trabalho em que pudessem ter a carteira assinada – são constantemente reelaboradas nas memórias destes sujeitos sociais bem como o desejo de viverem juntamente com parentes ou amigos que residiam em Tapuirama. Os sonhos e as expectativas narradas atribuem sentidos para o deslocamento geográfico, justificando não só a sua vinda para Minas Gerais, mas também a sua permanência nesse lugar.

Entendendo que as fontes orais nos permitem ter acesso àquilo que as classes sociais não hegemônicas pensam, às suas atitudes, aos seus valores e ao que podem elaborar e transformar, segundo Portelli (1997), elas são utilizadas em conjunto com as perspectivas da história social, dando um sentido político a estas discussões e problemáticas. Ao ser questionada se teria encontrado o que veio buscar em Tapuirama, a Sra. Ivaneide narrou o seguinte:

*Não! Eu já era acostumada mesmo ser andarino, viver pela roça, por todo canto. (...) 'Não nois vai chegar lá, vai armar essa lona que nem nois arma aqui, nois vai trabalhar do mesmo jeito'. O meu importante era trabalhar, eu num tinha exigência 'ah! É na casa boa, ah essa casa é ruim, é apertada', não! Eu num tinha...nunca teve isso não porque lá era acostumado e eu tava com menino de três mês no braço e eu chegava lá e arrumava a minha lona do mesmo jeito.'*²

² Sra. Ivaneide Jesus dos Santos, 39 anos, três filhos, está em Tapuirama há dez anos. Entrevista realizada em 26/11/2006.

Conheci a Sra. Ivaneide por meio da Sra. Antônia, esposa do Sr. José Carlos, trabalhador com quem eu já havia gravado entrevistas e com quem mantenho contato desde a pesquisa realizada na graduação. Com a Sra. Ivaneide, que hoje está afastada do trabalho por motivo de doença, tenho mantido diálogos informais e gravei duas entrevistas em sua residência. Vivendo em Tapuirama há 10 anos, ela demonstra ao longo de suas narrativas conhecimento do lugar de onde fala e, por vezes, ao referir-se a diversas situações identificou-se e à sua família “como pobres que não sabe lê nem escrevê”³. Considerei sua narrativa rica, devido aos modos como ela articula relações com o tempo, pela atribuição de sentidos aos processos vividos por trabalhadores e pelos valores que permeiam os relacionamentos destes sujeitos nesse espaço social da cidade e, por este motivo, produzi mais de uma entrevista junto a ela.

No trecho supracitado emergem as maneiras como a narradora dimensiona suas vivências e reconstrói temporalidades. Os sentidos atribuídos pela Sra. Ivaneide para o seu modo de viver em Tapuirama são elaborados na relação presente/passado. Assim, a ênfase dada ao trabalho na roça, as crianças pequenas e as condições de moradia na Bahia, foram trazidas por ela como uma forma de entendimento do tempo presente. A elaboração do tempo de “andarino” institui memórias para as vivências em Tapuirama, pois ao longo da narrativa ela expressou a importância de possuir uma casa onde mora com a família, os bens materiais que pode comprar, a educação dos filhos e o emprego fixo, construindo uma imagem de satisfação com a mudança para o Distrito e nos remetendo a questões de direito à cidadania.

Nesse sentido, a dimensão do tempo vivido na Bahia é firmada pela necessidade que tinha de trabalhar e não pela exigência com as acomodações ou com a casa. Visto no contexto geral da narrativa, este período foi demarcado por ela, então, como o tempo em que a carteira não era “fichada”, a casa era improvisada e de lona, trabalhava até o momento de dar à luz e a casa era visitada somente nos finais de semana, pois o trabalho com o sisal, atividade ocupada por ela e pelo esposo, exigia que morassem próximos ao motor. Assim, ela remete às experiências vividas no passado justificando a sua mudança e permanência em Tapuirama, movimentando-se entre presente e passado, diante da questão lançada por mim, e instituindo outros significados para o ato de “migrar”.

Os sujeitos sociais ao “migrarem” para estas terras mineiras trouxeram consigo não apenas esperanças de sobreviver, à medida que esta perspectiva de vida não estava garantida na região de onde vieram. Mas, sobretudo, eles chegam buscando uma vida digna, o direito à

³ Sra. Ivaneide Jesus dos Santos. Entrevista realizada em 26/11/2006.

cidadania, ao trabalho e ao reconhecimento social, sendo o movimento da mudança uma estratégia de resistência às explorações sofridas e não um gesto de passividade frente aos processos de dominação pelos quais suas vidas são permeadas. Desse modo, não emprego o termo “migrante” por entender que ele despotencializa os sujeitos históricos retirando deles a possibilidade de fazerem escolhas e de resistirem.

Enxergando-os enquanto trabalhadores inseridos no interior das relações sociais de disputas, exploro as relações de trabalho para além delas mesmas, voltando-me para os modos como expressam sentimentos, as maneiras como elaboram estratégias de lazer, diversão, culturas e pertencimento aos espaços públicos. Ao falarem das relações vividas em Tapuiriama, o Sr. João e a Sra. Jaiane narraram permanências e mudanças ocorridas no seu modo de viver quando questionados sobre seus momentos de lazer, especialmente nos finais de semana no Distrito:

Sr. João: Eu mesmo só saí daqui pra ir em Uberlândia uma vez, desde que eu tô aqui tem, sete mês, eu fui em Uberlândia uma vez. Eu fui pra casa de meu irmão e, em termos disso, pra sair mesmo nois só vai ali na pracinha, ali. De vez em quando... nois toma uma cervejinha e volta pra casa, só...

Sra Jaiane: No começo foi difícil porque lá na Bahia tem lugar pra gente sair, sabe? Tem festa na praça assim... na praça, livre. E aqui não, aqui, né, só tem festa no salão, as músicas também é difícil pra gente acostumar... O ritmo daqui é difícil demais. Não é à toa que a gente manda os povo da Bahia trazer CD de lá, das músicas da Bahia

Sr. João: quando nois vai no baile ali, chega lá nois vê os cara daqui...

Sra.Jaiane: Se juntar a galera, só baiano, aí fica passando as músicas da Bahia, aí os povo fica... e nós aproveita!⁴

O Sr. João era, no momento da gravação da entrevista, um dos trabalhadores com menor tempo de residência em Tapuiriama, era recém chegado com apenas sete meses no lugar e este foi um dos motivos que me levou a entrevistá-lo. A riqueza desse diálogo incidiu no fato de o narrador sugerir ainda estar se acostumando aos modos de viver dos moradores do Distrito, nos sentimentos e percepções referentes às relações sociais e culturais experimentadas, tanto no presente quanto no passado. Isso me permite inferir sobre transformações culturais vividas pelos trabalhadores, localizando-as dentro de uma dinâmica social maior.

⁴ Sr. João Batista de Jesus e Sra. Jaiane dos Santos Oliveira. Entrevista realizada em 16/09/2006.

Um dos primeiros aspectos que chama a atenção na fala do Sr. João diz respeito a uma prática comum entre os moradores de Tapuïrama: manter relações com pessoas na cidade de Uberlândia, ou em outras cidades, através de visitas a parentes que lá residem – apesar de o Sr. João ter afirmado que só o fizera uma vez no período de sete meses de estada no Distrito. O gesto de visitar familiares e os laços de amizade, provavelmente vividos por ele também na Bahia, são agora reelaborados constituindo-se parte das maneiras como ele se relaciona *na e com* a cidade.

Por meio da narrativa do Sr. João e da Sra. Jaiane, notei que uma das mudanças percebidas por eles no modo de viver diz respeito ao “lugar pra gente sair”. Vindos de um lugar onde afirmaram conviver com festas em espaços abertos, como a praça, onde participavam do carnaval, por exemplo, essas pessoas consideram difícil acostumar-se com os eventos realizados em ambiente fechado como no salão – Salão Comunitário Laudelino Pereira – principal ponto de realização de eventos no Distrito. Talvez isso justifique a presença de poucos trabalhadores nordestinos neste lugar. Além disso, a música escutada na região Sudeste não lhes agrada, “o ritmo daqui é difícil demais”. Diante dessa situação, as saídas inventadas são diversificadas: buscam manter um contato com conterrâneos que venham visitar algum conhecido e solicitam a eles que lhes tragam CDs com as músicas tocadas na Bahia, buscando sempre estar em contato com o ritmo cultural vivido.

Por meio de sua cultura os sujeitos se identificam e se diferenciam: juntam a “galera, só baiano, aí fica passando as músicas da Bahia”, e, sem se importarem com o fato de “o povo” daqui ficar, provavelmente os observando, “aproveitam” e se divertem. Visto dessa forma, o gesto de mover a cabeça sinalizando reprovação ao falar dos momentos em que acontecem bailes no salão, quando vêem “os cara daqui” ouvindo outros gêneros musicais, adquire um sentido localizado nas relações culturais vividas por eles. Através das preferências por músicas que tenham sentido dentro de seus costumes e de sua opção por espaços abertos, os sujeitos vão delineando e reelaborando costumes seus. Eles não deixam de partilhar dos costumes “dos cara daqui”, mas não se desvencilham dos seus. Os trabalhadores estabelecem novos vínculos sem abandonar tradições vividas no lugar de origem e, nesse sentido, suas memórias se referem aos modos de ser e viver de trabalhadores na cidade.

Ainda na fala do Sr. João, a praça é apontada como um dos poucos espaços para o lazer aos quais ele e a família têm acesso. Nesse espaço, ele trava relações de convivência com amigos, parentes e com conhecidos, especialmente nos finais de semana quando, suspensa a jornada de trabalho, busca momentos de descanso e de diversão. Assim, a “cervejinha” tomada nos bares localizados no entorno da praça, ganha o sentido de fazer uso

de um espaço e de um momento em que ele não está submetido diretamente ao “controle” do trabalho. Ou seja, tempo de fugir à rotina de acordar de madrugada durante a semana, trabalhar preocupados em cumprir suas metas – já que são remunerados conforme a sua produção – e de retornar as suas casas por volta das dezessete horas, quando muitos afirmam estarem cansados e não terem disposição para saírem ao lazer. O ato de voltar para casa após tomar a “cervejinha” com os amigos, dando a entender que não ficam até a madrugada nos bares, é entendido se percebemos que esta fala é articulada por um trabalhador, responsável por cuidar do lar e que tem compromissos no dia seguinte.

Por meio das narrativas destes trabalhadores, nas quais emergem relações de sociabilidades, linguagens e culturas, venho notando maneiras como outros sujeitos sociais, outros espaços de cidades e momentos vão sendo eleitos nas relações vividas. Seus viveres, suas atitudes e interesses se encontram com outros, diferentes, nas relações de poder, fazendo-me refletir sobre como estes sujeitos imprimem suas marcas na cidade.

A partir das entrevistas – em que os trabalhadores narraram estratégias criadas como opção de lazer e sociabilidade de acordo com o que lhes é possível – problematizo os direitos aos espaços públicos voltados para a cultura e as disputas sociais que envolvem agentes sociais de interesses antagônicos. A escassez de opções de lazer no Distrito, existente também em outras regiões da cidade de Uberlândia, como no bairro Morumbi, por exemplo, também pode ser pensada a partir de outras fontes como o Jornal Correio. Este é um dos jornais de maior circulação na cidade e pertence ao Grupo Algar, detentor de empresas que atuam em variados ramos de negócios, tais como telefonia, segurança, comunicação, lazer entre outros.

No mês de dezembro de 2006, os elaboradores do jornal veicularam uma notícia tomando como ponto de partida brincadeiras que algumas crianças inventam para se ocupar no bairro Morumbi, na periferia do Distrito sede. Em uma longa reportagem que chama a atenção do público leitor para a falta de opções de lazer na cidade, editores e proprietários do mesmo sugeriram projetos políticos e interesses hegemônicos em disputa no âmbito social. O destaque da notícia é dado ao caráter de improviso através do qual as crianças tentam contornar o abandono do poder público em relação ao lazer. Numa primeira leitura, o entendimento de que os jornais não são neutros, mas que pelo contrário representam grupos e têm interesses definidos no social, fez-me ver como eles se articulam nas relações, pois enquanto parte constituinte do tecido social não podem omitir a realidade com a qual as pessoas convivem, porque estas não estão isoladas e têm acesso a informações por outros meios. No entanto, numa análise minuciosa, e tomando o jornal enquanto produtor e difusor

social de sentidos, percebi fissuras e ainda vi outras possibilidades de reflexões, quando o jornalista escreve:

O projeto "Transformação" é desenvolvido pelo Instituto Algar, em parceria com a academia Performance, em um clube recreativo, no bairro Alvorada(...) O espaço para as atividades é cedido pelo Centro Esportivo e Social Alexandrino Garcia (Cesag), e o custeio do projeto é do Instituto Algar, que oferece também maiôs, toucas e coletes para os alunos de natação. 'Este tipo de ação melhora a vida destas pessoas e a nossa também. Estas crianças aprendem a se gostar e vão evitar a marginalidade. Se cada pessoa fizesse um pouquinho, o Brasil estaria bem diferente do que está hoje', frisou a empresária. (...) Para 2007, o atendimento a menores, prestado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social terá o orçamento ampliado... (CORREIO, 2006: B2)

A escolha e veiculação do assunto da reportagem, a desigualdade social e indisponibilidade de acesso a espaços públicos e atividades de lazer – anteriormente apresentados num ar de condescendência e de naturalização – são justificados e esclarecidos no texto acima. Nele, o jornal atribui sentidos para as iniciativas tomadas por parte de grupos empresariais, como o Grupo Algar, proprietário do periódico, e da Prefeitura Municipal de Uberlândia. A disputa localiza-se em divulgar atitudes tomadas por parte de empresas privadas e do poder público municipal em prol de projetos que atendam essas pessoas através de atividades esportivas. Isso se constitui em uma estratégia para amenizar ou silenciar as desigualdades sociais existentes, buscando elaborar uma imagem de cidade tranqüila e ordenada. O jornal busca apresentar o seu ponto de vista como se este fosse compartilhado por toda a sociedade, visando homogeneizar determinados aspectos das relações socioculturais em Uberlândia.

Desse modo, ater-me a memórias, como as que foram elaboradas em diálogo com trabalhadores, como também a sujeitos sociais e históricos distintos, compõem a perspectiva de lidar com outras memórias e histórias presentes neste trabalho. Ao colocar as diferenças em foco, os movimentos populacionais no Brasil e as práticas sociais de trabalhadores na cidade são entendidos enquanto possibilidades alternativas dentro do processo que se pretende hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBERO, Martín Jesús. Ideologia: os meios como discurso do poder. In: _____. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BATISTA, Sheille S. de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres: relação entre campo e cidade**. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

FENELON, Déa R. et al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

HOGGART, Richard. Quem são as classes trabalhadoras? In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

_____. “Nós” e “Eles”. In: _____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

PERIFERIA carece de opções de lazer: alternativas são garantidas pela iniciativa privada ONG e Estado. **Jornal Correio**, Uberlândia, 10 dez. 2006, seção Cidade, p. B2.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, n.14, p. 25-39, 1997.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira¹

Resumo: Este estudo procura analisar alguns aspectos que foram significativos no processo de transformações ocorrido na Praça XV de Novembro, situada em Prata, Minas Gerais.

Palavras-chave: História Social. Preservação. Paisagem Urbana.

Abstract: This dissertation aims at analyzing some meaningful aspects related to the transformations that occurred at the “Praça XV de Novembro” (XV of November Square), located in the city of Prata, Minas Gerais State.

Keywords: Social History. Heritage. Urban Landscape.

Analisar as influências externas e internas que levaram ao desenvolvimento do projeto urbanístico da Praça Fernando Terra e que em breve teria sua denominação modificada para Praça XV de Novembro nos proporcionou um vasto campo de investigações e questionamentos. Inicialmente surgiu uma questão relacionada ao fato do porquê construir alguma coisa totalmente nova em um espaço onde já existiam elementos arquitetônicos amplamente utilizados pelos seus frequentadores. Qual foi a reação dessas pessoas perante a notícia de uma mudança tão radical? Que modelos foram seguidos na elaboração do projeto? Os usos atribuídos ao local após a remodelação foram semelhantes aos anteriores? Nesse sentido, o embasamento dos

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU/MG

depoimentos orais cruzados às outras fontes, propiciaram uma compreensão maior do processo.

O ideal de desenvolvimento e progresso citado no início desse capítulo volta a animar os políticos locais no início da administração Mário Nery, quando a Câmara Municipal decreta e sanciona a Lei de nº 532² que abre créditos suplementares. Essa lei diz o seguinte:

Art. 1º Ficam abertos créditos suplementares a dotação de orçamento vigente na importância dos sérvios especificados.

414095 – Para construção do jardim da Praça Fernando Terra – Zona Norte – 25.880,00

314003 – Para comemorações cívicas, festejos do 94º aniversário da cidade do Prata- 5.000,00

321065 – Para a Banda Lyra de Prata – 3.000,00 fazendo-se estes créditos em possível maior arrecadação.

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Prata, 01/09/1967

Prefeito: Mário Nery

Séc. Agenor de Oliveira

Essa lei tornou possível ao grupo de políticos, que se uniram em torno da idéia de buscar o desenvolvimento integrado para que a região do Triângulo Mineiro, alcançasse alguns objetivos. Eles buscavam um desenvolvimento voltado para o planejamento para o futuro. Sonhavam com um triângulo Mineiro, desenvolvido econômica e socialmente. Buscava-se o desenvolvimento de uma política regional que unisse as cidades triangulinas dentro de um mesmo ideal³. Alguns estudantes da região cursavam o ensino superior nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Um deles, Fued Dib, o arquiteto que elaborou o projeto da nova praça do Prata, diz que o Brasil saía da Segunda Guerra Mundial e começava uma fase completamente nova na política nacional em todos os sentidos. O Brasil começou a marchar para a industrialização que foi grandemente acelerada no governo Juscelino:

Havia então uma efervescência no Brasil, tanto no campo cultural como no campo político. A juventude passou a participar ativamente do movimento político. Nesse ambiente de tanta efervescência, de

² Lei publicada no Livro de Leis 440 de 15/05/63 a 606 de 06/12/69, na página 87.

³Fued José Dib. Depoimento citado.

sonho com um Brasil grande e desenvolvido, surge o governo de Juscelino Kubstchek, que foi realmente um momento da história nacional de afirmação da personalidade política do brasileiro. [...] Vem a construção de Brasília. Ela tinha um simbolismo muito forte pra nós. Por quê? Primeiro, aquela idéia de interiorização da capital, na verdade era a bandeira. O objetivo era a ocupação do espaço físico do Brasil que não estava integrado com o desenvolvimento. O Brasil é um país litorâneo. Esse mundo nosso aqui de Deus, era um mundo abandonado. Nós não tínhamos estradas, não tínhamos energia elétrica... nós não tínhamos perspectivas. Então, a construção de Brasília simbolizou aquela grande marcha para o oeste, para a ocupação deste imenso espaço vazio, que era o Brasil do interior⁴.

Considerando esse ideal, Fued Dib diz que a elaboração do projeto da Praça XV:

foi uma coisa muito pequena dentro daquele contexto político e dentro desse sonho todo que a gente sempre alimentou. Não era porque eu era amigo do prefeito, não! Amigo do Prata, amigo do Virgílio e de tantos outros pratenses. É porque nós tínhamos uma militância política e nós tínhamos uma visão desenvolvimentista. Quando eu fui ao Prata pra fazer aquele projeto para a administração Mario Nery, na verdade, o sonho da gente era fazer um projeto até maior, visando a reorganização da cidade, preparar a cidade fisicamente para uma vida social e produtiva no campo econômico, cultural... Nós fizemos isso na cidade de Campina Verde, em Tupaciguara e tentamos fazer também na cidade de Iturama. Mas, no Prata só foi possível fazer a obra da praça.⁵

Percebe-se que o arquiteto, em momento algum de seu depoimento, refere-se aos interesses que se encontravam por trás do discurso de JK. Segundo Lopes, para alguns intelectuais brasileiros da época, o empreendimento da construção de Brasília significava um passo em direção ao desenvolvimento nacional, contudo, para outros, tratava-se de uma obra dispendiosa que encobria interesses políticos e clientelistas.⁶

O início da remodelação do espaço da praça ocorreu em setembro de 1967, logo após a Lei 532 ter sido sancionada. É válido salientar que, apesar de ser o período de consolidação do regime militar, a influência do governo JK ainda era muito forte. Para atingir seus objetivos, a administração não mediu esforços na corrida contra o tempo, pois a inauguração estava prevista para quinze de novembro do mesmo ano, data em que se comemoraria o 94º aniversário da cidade e também da Proclamação da República. As opiniões relacionadas ao desenvolvimento desse projeto apresentaram-se de maneira diferenciada. “*Juntamente com a Câmara e os assessores, nós ajudamos o Mario a construir a Praça XV de Novembro, com a fonte luminosa, toda a vegetação,*

⁴ Idem. Em relação a esse assunto ver também: RODRIGUES, Georgete Medleg. *op. cit.* p. 02.

⁵ Fued Dib. Depoimento citado.

⁶ LOPES, Luiz Carlos. *Op. Cit.* p. 62.

porque até então, nós tínhamos uma praça sem estrutura, que não tinha calçamento, era de chão... Então construímos essa praça maravilhosa que hoje é a praça XV de Novembro.”⁷

Para as crianças que lá brincavam, a novidade da construção as impelia para o local em qualquer momento vago que tivessem:

Durante a construção, eu não saía de lá. Inclusive, a minha mãe disse que ia arrumar lá, um emprego pra mim. Eu conhecia a maioria dos trabalhadores e técnicos que vieram de fora, pois eles se hospedavam lá em casa (Hotel Brasil), e me tornei amigo de todos eles.⁸

Em outro depoimento, Fábio Camargos Vilela diz ter uma lembrança remota da construção da praça, mas não se esquece que:

tinha o desenho do calçamento, em forma de onda... Os caras colocavam um molde de madeira e iam assentando as pedrinhas pretas e brancas. Eu imagino que essa idéia de onda veio do calçadão de Copacabana no Rio de Janeiro, porque o Mario Nery tinha... a administração dele foi muito legal pra época. Ele realmente conseguiu fazer uma administração boa pra caramba!⁹

O fato comentado por Fábio pode ser constatado pelo depoimento de Fued Dib quando fala das influências externas que nortearam seu projeto:

A gente vê o traçado que nós fizemos da praça, por exemplo, tem influência da arquitetura modernista. Houve uma mistura de modelos. Nas calçadas reproduzimos os desenhos da praia de Copacabana no Rio de Janeiro... a fama de Copacabana, que não era só brasileira, era mundial... Um dia, alguém foi lá e fez aquele calçamento que nós chamamos português, e fez com aquele desenho imitando as ondas... aquilo se espalhou pelo Brasil inteiro.¹⁰

O arquiteto fala que a influência externa era sentida de várias formas. Cita a atuação de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer no projeto de Brasília salientando sua importância. Ele ressalta que essa influência não era recebida apenas por aquele que projetava, mas também por quem construía. O próprio trabalhador também era influenciado e, ao construir, mesmo que fosse um prédio simples, “em vez de fazer uma

⁷ Virgilio Mamede Minucci. Depoimento citado.

⁸ Cícero Alves Junqueira. Depoimento citado.

⁹ Fabio Camargos Vilela. Entrevistada em 18/01/2003.

¹⁰ Fued José Dib. Depoimento citado.

*coluna simples e reta no alpendre, a fazia imitando os arcos do Palácio da Alvorada. E essa influência se espalhou pelo Brasil afora”.*¹¹

Porém, analisando outros depoimentos encontramos opiniões contrárias à remodelação da praça. E até hoje, algumas pessoas dizem não se conformar com a demolição dos caramanchões, pois ali, as relações de amizade entre os frequentadores, se fortaleciam. Maria Augusta Camargos Vilela conta que se lembra bem dos caramanchões. Para ela:

*era uma coisa que tinha que ser preservada. Eles tiraram a beleza da praça pra colocar aquela fonte e deixa-la descuidada como está. Os caramanchões eram lindos, todos feitos de pedra, muito bem feitos... era uma coisa linda que tinha ali. Era um cartão postal da praça... infelizmente acabou*¹².

Suas palavras me levaram a refletir sobre a influência que o elemento arquitetônico exerceu em suas vidas. Quando falam da saudade que sentem, se referem a ele ou aos hábitos e práticas de socialização e convivência que ali aconteciam e não acontecem atualmente?

O caramanchão adquire um valor simbólico à medida que os hábitos e práticas que se desenvolviam sob suas pérgulas, assumem um valor especial para as pessoas que os frequentavam. A nostalgia que se encontra presente em suas narrativas se deve à sua demolição ou à extinção dos hábitos que ali eram praticados? Não será a saudade das conversas amenas de final de tarde, o encontro com os amigos, as brincadeiras de “cantinho” ou “O domingo raiou” que lhes trazem à memória lembranças tão caras?

Naquela época, não havia essa preocupação com a preservação do meio ambiente como vemos hoje. Observando a paisagem atual percebemos que da antiga praça nada sobrou. Apenas alguns prédios que ainda compõem seu entorno não sofreram mudanças profundas, continuam com as linhas arquitetônicas que mantinham na época, porém a derrubada dos caramanchões, justificada pelo discurso desenvolvimentista, despertou a insatisfação de algumas pessoas, entre as quais destacamos o depoimento de Ana Augusta:

Eu me lembro de terem arrancado os flamboyants. Quando começou a desmanchar a praça, que derrubou tudo, que foram carregando aquelas árvores sadias, troncudas... e jogando tudo pra cima de um caminhão pra jogar fora, eu fiquei muito triste com aquilo. Eu não

¹¹ Idem.

¹² Maria Augusta Camargos Vilela. Depoimento citado.

*gostei porque acabou com a praça. Deveriam ter feito outra praça e não desmanchar aquela. Do outro lado tinha o espaço em frente ao grupo... e tiraram também os flamboyants, os caramanchões... foram desmanchando tudo. Foram derrubando tudo. E revirou o chão todinho... dentro de dois meses fizeram um outro cenário.*¹³

Esse cenário foi construído em uma primeira etapa do projeto a qual se constituía na remodelação da quadra norte da praça. Essa quadra passou a contar com um jardim, cujo traçado era bem planejado. No centro, o espaço foi reservado para uma imensa fonte luminosa.

O jornal comemorativo “Prata 126 Anos” publicado em 1998 cuja função era apresentar aos prateses as obras desenvolvidas pela administração municipal da época, é composto por imagens que retratam esse elemento arquitetônico, e é nítida a função do fotógrafo. A ele caberia captar a monumentalidade do elemento arquitetônico que, por vários anos, foi o orgulho dos políticos locais. O discurso contido no texto que acompanha a imagem denota a intenção eleitoreira do prefeito vigente:

*A Fonte Luminosa, um dos marcos de nossa cidade, construída em 1968, não funcionou durante vários anos, o que deixava um grande vazio no coração de todos os moradores do Prata. Até que em 1997, o Dr. Marco Túlio e Dr. Danilo Mendonça **decidiram reformá-la completamente, instalando novos equipamentos e trocando inclusive o sistema de som.** Contrataram técnicos e especialistas e fizeram uma limpeza profunda, tirando a sujeira acumulada por anos. Um funcionário foi colocado para cuidar deste grande patrimônio de nossa cidade. **Como resultado, a Fonte voltou a ter o esplendor dos anos dourados e da época de sua inauguração, 30 anos atrás.** Com seus jatos magníficos e multicoloridos, ela é considerada uma das mais belas de toda a região e voltou a fazer da visita à Praça XV de Novembro um momento inesquecível de lazer.*¹⁴ (sic.)

Constatamos que este não era um discurso isolado já que outros prefeitos também se utilizaram dele. O funcionamento da Fonte Luminosa era considerado prioridade nas propostas feitas em campanha o que se comprova pela matéria que compõe uma das páginas da revista Esquema publicada em novembro de 1991. “No mês de junho deste ano, a administração Márcio Teodoro reativou a fonte luminosa da Praça XV de Novembro. [...] A fonte oferece outro cenário para as manifestações que ocorrem na Praça.”¹⁵ Esses dois exemplos chamam a atenção para os discursos dos políticos brasileiros durante as campanhas eleitorais, nas quais valorizam-se os grandes

¹³ Ana Augusta Novais Miguel., 69. Natural de Prata/MG. É empresária. Depoimento prestado em 20/07/2004.

¹⁴ Informação compilada do jornal *Prata 126 Anos editado em 1998.*

¹⁵ Informação compilada da revista *Esquema* editada em novembro de 1991, p. 41.

feitos, privilegiando obras de fachada com o intuito de cooptar o voto do eleitor por meio do embelezamento das cidades. Essa tem sido uma característica adotada pela maioria dos políticos brasileiros.

O término da construção da nova praça aconteceu como o planejado: a tempo de inaugurá-la nas comemorações do 94º aniversário da cidade. Segundo Ana Augusta a festa de inauguração da fonte foi muito bonita e contou com a presença de várias autoridades das cidades vizinhas. O objetivo almejado pelo grupo que idealizou o projeto foi alcançado. Os discursos proclamados continuavam exaltando o desenvolvimentismo. Para a ocasião foi editada uma revista denominada “Prata Ilustrada” cujas páginas são permeadas por congratulações ao povo pratense pelo aniversário da cidade e ao prefeito Mário Nery pelo seu “espírito empreendedor”. O artigo intitulado “*Prata na Administração Mário Nery Progride em Ritmo de Brasília*” compara, literalmente, os primeiros duzentos e oitenta e oito dias de governo do prefeito ao dinamismo com que JK conduzira o país ao ser eleito Presidente da República:

...Ele está revolucionando o Prata com u'ma administração estupenda. É tão estupenda que ele está fazendo tudo em ritmo de “Brasília”. Haja vista a belíssima Praça Fernando Terra, que foi construída em menos de sessenta dias. Tudo isso diz bem alto sobre o dinamismo desse rapaz que, pela grandeza de sua terra, não tem medido sacrifícios. O seu lema é trabalhar, trabalhar sempre, pelo desenvolvimento crescente de nossa querida terra.¹⁶

O estilo do artigo possui as mesmas características implícitas nos discursos proferidos por JK, os quais eram carregados de um nacionalismo exacerbado. Em Prata, a classe dominante procurava convencer a população do seu desejo de se destacar perante as outras cidades no contexto regional, como nos mostra o discurso da mensagem publicada pela direção do Prata Club:

...Vale ressaltar que, neste nonagésimo quarto aniversário, sentimos a mesma vibração intensa de todos os pratenses, que almejam um Prata grande, pacificado e unido, dentro de uma atmosfera sadia de lares felizes. Unamo-nos: prefeito e munícipes, integrados num pensamento único, a fim de que possamos fazer de nosso Prata comum, uma das mais altas expressões culturais e econômicas deste Triângulo, que quer emancipar-se, para o bem de seu progresso, visando a grandeza nacional....¹⁷

¹⁶ Revista Prata Ilustrada. Artigo publicado em novembro de 1967, p. 67

¹⁷Revista Prata Ilustrada. Artigo publicado em novembro de 1967, p. 02.

Foi possível perceber nas entrelinhas a preocupação da elite pratense com as discussões desenvolvidas em relação à emancipação do Triângulo Mineiro, sendo que o desejo da maioria das cidades da região naquela época era que essa região se tornasse um estado independente de Minas Gerais. Havia, então, uma disputa na questão da escolha da capital e os políticos pratenses desejavam encabeçar a lista das concorrentes. Pretendia-se mostrar que a cidade do Prata, por se encontrar no centro da área geográfica regional do Triângulo, assemelhava-se à Capital Federal, por se localizar no centro do território brasileiro.

*Ontem, Prata progresso...
Hoje, Prata progresso...
Amanhã, Prata progresso...
PRATA – nome pequeno para uma cidade que caminha
aceleradamente na estrada do desenvolvimento, rumo
ao seu grande futuro... E nós já compreendemos. E nós
já sabemos da nossa grandiosidade. Somos pratenses!¹⁸*

A palavra progresso é constantemente referendada nas homenagens, mas, em nenhum momento se falou em qualidade de vida e bem estar social. A elite por trás desse discurso afirmava-se como fundadora de uma nova era na história da cidade, mas, ocorreu que o desenvolvimento sugerido por ela com a remodelação da praça ficou restrito ao centro da cidade, pois os bairros onde residia a parcela da população de baixa renda, foram excluídos desse projeto desenvolvimentista:

Ontem, era PRATA a menina simples, bonita, natural que desfilava sua beleza ante os olhos de todo o Brasil Central, olhos sedentos de mensagem progressista. Num mundo tão duro, implacável, inumano, PRATA ERA A PRESENÇA DA BELEZA E TRADIÇÃO DE QUE SEMPRE ESTAMOS PRECISADOS. Mas, veio o tempo, criou anos, fez crescer a menina PRATA, que, agora, já não é mais menina – é mulher – Mãe que completa hoje 94 anos, na mais bela festa que presenciamos. E PRATA merece tudo isso e muito mais: porque PRATA é mensagem de beleza, de tradição, de cultura. É um belo, um belo poema de progresso!¹⁹(sic)

Anteriormente foi dito que a administração Mário Nery pretendia marcar época. A homenagem prestada pela firma Schiavinato & Cia. Ltda – Materiais para Construção sediada em Uberlândia/MG, vem ao encontro desse propósito:

PRATENSES!

¹⁸ Revista Prata Ilustrada, op. Cit. p.44. Homenagem prestada pela Panificadora “A Bem Boa” de Camargos, Nery & Cia. Ltda.

¹⁹ Idem, p. 52. Homenagem prestada pelo fazendeiro e vereador João de Almeida Macedo- o Zotinho da Ema.

*Que a alvorada de uma nova fase de progresso possa iluminar a **nova cidade que nasce** para que seus filhos possam construir na paz de seu silêncio ou no barulho de seu desenvolvimento a harmonia e a felicidade que sempre reinaram durante estes 94 anos.²⁰(sic)*

A próxima homenagem nos dá uma idéia do desejo de se destacar a cidade do Prata como pólo de irradiação regional. Não interessava apenas as influências externas que eram seguidas como modelos, mas também era importante que Prata servisse de exemplo à outras cidades da região:

“PRATA, você se apresenta com uma roupagem nova, engalanada, na festa de seu 94º aniversário... PRATA, sua tradição tem sido invejada em todo o território mineiro... PRATA das tradições... PRATA dos 94 anos... PRATA hospitaleiro, cidade bonita!”²¹

Esse é o discurso que se instaura para justificar a des-construção da Praça. Ele é calcado nos ideais do desenvolvimentismo. Destruindo para construir. Destruindo o passado representado pela elite política rural, para construir as bases do presente representado por alguns profissionais urbanos. Essa comunicação procura compreender a reação da comunidade perante este discurso.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação. São Paulo: PUC, 1989.

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. ed. 34. Tad. Vinicius Mazzau. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CARRIJO, Gilson goulart. *Fotografia e a invenção do espaço urbano: consideração sobre a relação entre estética e política*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

CARVALHO, Aurea Maria de F. *Fotografia como fonte de pesquisa*. Rio de Janeiro: FNPM/Museu Imperial, 1986.

²⁰ Idem, p. 72.

²¹ Revista Prata Ilustrada. Op. Cit. p. 116. Homenagem prestada pela Serraria Pratense Ltda.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In: *Revista Projeto História*, São Paulo. (24), Jun.2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cidade ou Cidades. In: *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, (23), 1994.

MONNET, Jérôme. *O Alibi do Patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia so Passado*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, RJ, n. 20, p. 227, 1991

SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

A (DES) CONSTRUÇÃO DA PRAÇA XV EM PRATA/MG

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira¹

Resumo: Este estudo procura analisar alguns aspectos que foram significativos no processo de transformações ocorrido na Praça XV de Novembro, situada em Prata, Minas Gerais.

Palavras-chave: História Social. Preservação. Paisagem Urbana.

Abstract: This dissertation aims at analyzing some meaningful aspects related to the transformations that occurred at the “Praça XV de Novembro” (XV of November Square), located in the city of Prata, Minas Gerais State.

Keywords: Social History. Heritage. Urban Landscape.

Analisar as influências externas e internas que levaram ao desenvolvimento do projeto urbanístico da Praça Fernando Terra e que em breve teria sua denominação modificada para Praça XV de Novembro nos proporcionou um vasto campo de investigações e questionamentos. Inicialmente surgiu uma questão relacionada ao fato do porquê construir alguma coisa totalmente nova em um espaço onde já existiam elementos arquitetônicos amplamente utilizados pelos seus frequentadores. Qual foi a reação dessas pessoas perante a notícia de uma mudança tão radical? Que modelos foram seguidos na elaboração do projeto? Os usos atribuídos ao local após a remodelação foram semelhantes aos anteriores? Nesse

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU/MG

sentido, o embasamento dos depoimentos orais cruzados às outras fontes, propiciaram uma compreensão maior do processo.

O ideal de desenvolvimento e progresso citado no início desse capítulo volta a animar os políticos locais no início da administração Mário Nery, quando a Câmara Municipal decreta e sanciona a Lei de nº 532² que abre créditos suplementares. Essa lei diz o seguinte:

Art. 1º Ficam abertos créditos suplementares a dotação de orçamento vigente na importância dos sérvios especificados.

414095 – Para construção do jardim da Praça Fernando Terra – Zona Norte – 25.880,00

314003 – Para comemorações cívicas, festejos do 94º aniversário da cidade do Prata- 5.000,00

321065 – Para a Banda Lyra de Prata – 3.000,00 fazendo-se estes créditos em possível maior arrecadação.

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Prata, 01/09/1967

Prefeito: Mário Nery

Séc. Agenor de Oliveira

Essa lei tornou possível ao grupo de políticos, que se uniram em torno da idéia de buscar o desenvolvimento integrado para que a região do Triângulo Mineiro, alcançasse alguns objetivos. Eles buscavam um desenvolvimento voltado para o planejamento para o futuro. Sonhavam com um triângulo Mineiro, desenvolvido econômica e socialmente. Buscava-se o desenvolvimento de uma política regional que unisse as cidades triangulinas dentro de um mesmo ideal³. Alguns estudantes da região cursavam o ensino superior nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Um deles, Fued Dib, o arquiteto que elaborou o projeto da nova praça do Prata, diz que o Brasil saía da Segunda Guerra Mundial e começava uma fase completamente nova na política nacional em todos os sentidos. O Brasil começou a marchar para a industrialização que foi grandemente acelerada no governo Juscelino:

Havia então uma efervescência no Brasil, tanto no campo cultural como no campo político. A juventude passou a participar ativamente do movimento

² Lei publicada no Livro de Leis 440 de 15/05/63 a 606 de 06/12/69, na página 87.

³Fued José Dib. Depoimento citado.

político. Nesse ambiente de tanta efervescência, de sonho com um Brasil grande e desenvolvido, surge o governo de Juscelino Kubstchek, que foi realmente um momento da história nacional de afirmação da personalidade política do brasileiro. [...] Vem a construção de Brasília. Ela tinha um simbolismo muito forte pra nós. Por quê? Primeiro, aquela idéia de interiorização da capital, na verdade era a bandeira. O objetivo era a ocupação do espaço físico do Brasil que não estava integrado com o desenvolvimento. O Brasil é um país litorâneo. Esse mundo nosso aqui de Deus, era um mundo abandonado. Nós não tínhamos estradas, não tínhamos energia elétrica... nós não tínhamos perspectivas. Então, a construção de Brasília simbolizou aquela grande marcha para o oeste, para a ocupação deste imenso espaço vazio, que era o Brasil do interior⁴.

Considerando esse ideal, Fued Dib diz que a elaboração do projeto da Praça XV:

foi uma coisa muito pequena dentro daquele contexto político e dentro desse sonho todo que a gente sempre alimentou. Não era porque eu era amigo do prefeito, não! Amigo do Prata, amigo do Virgílio e de tantos outros pratenses. É porque nós tínhamos uma militância política e nós tínhamos uma visão desenvolvimentista. Quando eu fui ao Prata pra fazer aquele projeto para a administração Mario Nery, na verdade, o sonho da gente era fazer um projeto até maior, visando a reorganização da cidade, preparar a cidade fisicamente para uma vida social e produtiva no campo econômico, cultural... Nós fizemos isso na cidade de Campina Verde, em Tupaciguara e tentamos fazer também na cidade de Iturama. Mas, no Prata só foi possível fazer a obra da praça.⁵

Percebe-se que o arquiteto, em momento algum de seu depoimento, refere-se aos interesses que se encontravam por trás do discurso de JK. Segundo Lopes, para alguns intelectuais brasileiros da época, o empreendimento da construção de Brasília significava um passo em direção ao desenvolvimento nacional, contudo, para outros, tratava-se de uma obra dispendiosa que encobria interesses políticos e clientelistas.⁶

O início da remodelação do espaço da praça ocorreu em setembro de 1967, logo após a Lei 532 ter sido sancionada. É válido salientar que, apesar de ser o período de consolidação do regime militar, a influência do governo JK ainda era muito forte. Para atingir seus objetivos, a administração não mediu esforços na corrida contra o tempo, pois a inauguração estava prevista para quinze de novembro do mesmo ano, data em que se comemoraria o 94º aniversário da cidade e também da Proclamação da República. As opiniões relacionadas ao desenvolvimento desse projeto apresentaram-se de maneira diferenciada. “*Juntamente com a Câmara e os assessores, nós ajudamos o Mario a construir a Praça XV de Novembro, com a*

⁴ Idem. Em relação a esse assunto ver também: RODRIGUES, Georgete Medleg. *op. cit.* p. 02.

⁵ Fued Dib. Depoimento citado.

⁶ LOPES, Luiz Carlos. *Op. Cit.* p. 62.

fonte luminosa, toda a vegetação, porque até então, nós tínhamos uma praça sem estrutura, que não tinha calçamento, era de chão... Então construímos essa praça maravilhosa que hoje é a praça XV de Novembro.”⁷

Para as crianças que lá brincavam, a novidade da construção as impelia para o local em qualquer momento vago que tivessem:

Durante a construção, eu não saía de lá. Inclusive, a minha mãe disse que ia arrumar lá, um emprego pra mim. Eu conhecia a maioria dos trabalhadores e técnicos que vieram de fora, pois eles se hospedavam lá em casa (Hotel Brasil), e me tornei amigo de todos eles.⁸

Em outro depoimento, Fábio Camargos Vilela diz ter uma lembrança remota da construção da praça, mas não se esquece que:

tinha o desenho do calçamento, em forma de onda... Os caras colocavam um molde de madeira e iam assentando as pedrinhas pretas e brancas. Eu imagino que essa idéia de onda veio do calçadão de Copacabana no Rio de Janeiro, porque o Mario Nery tinha... a administração dele foi muito legal pra época. Ele realmente conseguiu fazer uma administração boa pra caramba!⁹

O fato comentado por Fábio pode ser constatado pelo depoimento de Fued Dib quando fala das influências externas que nortearam seu projeto:

A gente vê o traçado que nós fizemos da praça, por exemplo, tem influência da arquitetura modernista. Houve uma mistura de modelos. Nas calçadas reproduzimos os desenhos da praia de Copacabana no Rio de Janeiro... a fama de Copacabana, que não era só brasileira, era mundial... Um dia, alguém foi lá e fez aquele calçamento que nós chamamos português, e fez com aquele desenho imitando as ondas... aquilo se espalhou pelo Brasil inteiro.¹⁰

O arquiteto fala que a influência externa era sentida de várias formas. Cita a atuação de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer no projeto de Brasília salientando sua importância. Ele ressalta que essa influência não era recebida apenas por aquele que projetava, mas também por quem construía. O próprio trabalhador também era influenciado e, ao construir, mesmo que fosse um prédio simples, “em vez de fazer uma coluna simples e reta no alpendre, a fazia

⁷ Virgílio Mamede Minucci. Depoimento citado.

⁸ Cícero Alves Junqueira. Depoimento citado.

⁹ Fábio Camargos Vilela. Entrevistada em 18/01/2003.

¹⁰ Fued José Dib. Depoimento citado.

*imitando os arcos do Palácio da Alvorada. E essa influência se espalhou pelo Brasil afora”.*¹¹

Porém, analisando outros depoimentos encontramos opiniões contrárias à remodelação da praça. E até hoje, algumas pessoas dizem não se conformar com a demolição dos caramanchões, pois ali, as relações de amizade entre os frequentadores, se fortaleciam. Maria Augusta Camargos Vilela conta que se lembra bem dos caramanchões. Para ela:

*era uma coisa que tinha que ser preservada. Eles tiraram a beleza da praça pra colocar aquela fonte e deixa-la descuidada como está. Os caramanchões eram lindos, todos feitos de pedra, muito bem feitos... era uma coisa linda que tinha ali. Era um cartão postal da praça... infelizmente acabou*¹².

Suas palavras me levaram a refletir sobre a influência que o elemento arquitetônico exerceu em suas vidas. Quando falam da saudade que sentem, se referem a ele ou aos hábitos e práticas de socialização e convivência que ali aconteciam e não acontecem atualmente?

O caramanchão adquire um valor simbólico à medida que os hábitos e práticas que se desenvolviam sob suas pérgulas, assumem um valor especial para as pessoas que os frequentavam. A nostalgia que se encontra presente em suas narrativas se deve à sua demolição ou à extinção dos hábitos que ali eram praticados? Não será a saudade das conversas amenas de final de tarde, o encontro com os amigos, as brincadeiras de “cantinho” ou “O domingo raiou” que lhes trazem à memória lembranças tão caras? Naquela época, não havia essa preocupação com a preservação do meio ambiente como vemos hoje. Observando a paisagem atual percebemos que da antiga praça nada sobrou. Apenas alguns prédios que ainda compõem seu entorno não sofreram mudanças profundas, continuam com as linhas arquitetônicas que mantinham na época, porém a derrubada dos caramanchões, justificada pelo discurso desenvolvimentista, despertou a insatisfação de algumas pessoas, entre as quais destacamos o depoimento de Ana Augusta:

Eu me lembro de terem arrancado os flamboyants. Quando começou a desmanchar a praça, que derrubou tudo, que foram carregando aquelas árvores saudas, troncudas... e jogando tudo pra cima de um caminhão pra jogar fora, eu fiquei muito triste com aquilo. Eu não gostei porque acabou com a praça. Deveriam ter feito outra praça e não desmanchar aquela. Do outro lado tinha o espaço em frente ao grupo... e tiraram também os flamboyants, os caramanchões... foram desmanchando tudo. Foram

¹¹ Idem.

¹² Maria Augusta Camargos Vilela. Depoimento citado.

*derrubando tudo. E revirou o chão todinho... dentro de dois meses fizeram um outro cenário.*¹³

Esse cenário foi construído em uma primeira etapa do projeto a qual se constituía na remodelação da quadra norte da praça. Essa quadra passou a contar com um jardim, cujo traçado era bem planejado. No centro, o espaço foi reservado para uma imensa fonte luminosa.

O jornal comemorativo “Prata 126 Anos” publicado em 1998 cuja função era apresentar aos pratenses as obras desenvolvidas pela administração municipal da época, é composto por imagens que retratam esse elemento arquitetônico, e é nítida a função do fotógrafo. A ele caberia captar a monumentalidade do elemento arquitetônico que, por vários anos, foi o orgulho dos políticos locais. O discurso contido no texto que acompanha a imagem denota a intenção eleitoreira do prefeito vigente:

*A Fonte Luminosa, um dos marcos de nossa cidade, construída em 1968, não funcionou durante vários anos, o que deixava um grande vazio no coração de todos os moradores do Prata. Até que em 1997, o Dr. Marco Túlio e Dr. Danilo Mendonça **decidiram reformá-la completamente, instalando novos equipamentos e trocando inclusive o sistema de som.** Contrataram técnicos e especialistas e fizeram uma limpeza profunda, tirando a sujeira acumulada por anos. Um funcionário foi colocado para cuidar deste grande patrimônio de nossa cidade. **Como resultado, a Fonte voltou a ter o esplendor dos anos dourados e da época de sua inauguração, 30 anos atrás.** Com seus jatos magníficos e multicoloridos, ela é considerada uma das mais belas de toda a região e voltou a fazer da visita à Praça XV de Novembro um momento inesquecível de lazer.*¹⁴ (sic.)

Constatamos que este não era um discurso isolado já que outros prefeitos também se utilizaram dele. O funcionamento da Fonte Luminosa era considerado prioridade nas propostas feitas em campanha o que se comprova pela matéria que compõe uma das páginas da revista Esquema publicada em novembro de 1991. “No mês de junho deste ano, a administração Márcio Teodoro reativou a fonte luminosa da Praça XV de Novembro. [...] A fonte oferece outro cenário para as manifestações que ocorrem na Praça.”¹⁵ Esses dois exemplos chamam a atenção para os discursos dos políticos brasileiros durante as campanhas eleitorais, nas quais valorizam-se os grandes feitos, privilegiando obras de fachada com o intuito de cooptar o voto do eleitor por meio do embelezamento das cidades. Essa tem sido uma característica adotada pela maioria dos políticos brasileiros.

¹³ Ana Augusta Novais Miguel., 69. Natural de Prata/MG. É empresária. Depoimento prestado em 20/07/2004.

¹⁴ Informação compilada do jornal *Prata 126 Anos editado em 1998*.

¹⁵ Informação compilada da revista *Esquema* editada em novembro de 1991, p. 41.

O término da construção da nova praça aconteceu como o planejado: a tempo de inaugurá-la nas comemorações do 94º aniversário da cidade. Segundo Ana Augusta a festa de inauguração da fonte foi muito bonita e contou com a presença de várias autoridades das cidades vizinhas. O objetivo almejado pelo grupo que idealizou o projeto foi alcançado. Os discursos proclamados continuavam exaltando o desenvolvimentismo. Para a ocasião foi editada uma revista denominada “Prata Ilustrada” cujas páginas são permeadas por congratulações ao povo pratense pelo aniversário da cidade e ao prefeito Mário Nery pelo seu “espírito empreendedor”. O artigo intitulado “*Prata na Administração Mário Nery Progride em Ritmo de Brasília*” compara, literalmente, os primeiros duzentos e oitenta e oito dias de governo do prefeito ao dinamismo com que JK conduzira o país ao ser eleito Presidente da República:

...Ele está revolucionando o Prata com u’ma administração estupenda. É tão estupenda que ele está fazendo tudo em ritmo de “Brasília”. Haja vista a belíssima Praça Fernando Terra, que foi construída em menos de sessenta dias.

Tudo isso diz bem alto sobre o dinamismo desse rapaz que, pela grandeza de sua terra, não tem medido sacrifícios.

O seu lema é trabalhar, trabalhar sempre, pelo desenvolvimento crescente de nossa querida terra.¹⁶

O estilo do artigo possui as mesmas características implícitas nos discursos proferidos por JK, os quais eram carregados de um nacionalismo exacerbado. Em Prata, a classe dominante procurava convencer a população do seu desejo de se destacar perante as outras cidades no contexto regional, como nos mostra o discurso da mensagem publicada pela direção do Prata Club:

...Vale ressaltar que, neste nonagésimo quarto aniversário, sentimos a mesma vibração intensa de todos os pratenses, que almejam um Prata grande, pacificado e unido, dentro de uma atmosfera sadia de lares felizes. Unamo-nos: prefeito e munícipes, integrados num pensamento único, a fim de que possamos fazer de nosso Prata comum, uma das mais altas expressões culturais e econômicas deste Triângulo, que quer emancipar-se, para o bem de seu progresso, visando a grandeza nacional...¹⁷

Foi possível perceber nas entrelinhas a preocupação da elite pratense com as discussões desenvolvidas em relação à emancipação do Triângulo Mineiro, sendo que o desejo da maioria das cidades da região naquela época era que essa região se tornasse um estado independente de Minas Gerais. Havia, então, uma disputa na questão da escolha da

¹⁶ Revista Prata Ilustrada. Artigo publicado em novembro de 1967, p. 67

¹⁷Revista Prata Ilustrada. Artigo publicado em novembro de 1967, p. 02.

capital e os políticos pratenses desejavam encabeçar a lista das concorrentes. Pretendia-se mostrar que a cidade do Prata, por se encontrar no centro da área geográfica regional do Triângulo, assemelhava-se à Capital Federal, por se localizar no centro do território brasileiro.

*Ontem, Prata progresso...
Hoje, Prata progresso...
Amanhã, Prata progresso...
PRATA – nome pequeno para uma cidade que caminha
aceleradamente na estrada do desenvolvimento, rumo
ao seu grande futuro... E nós já compreendemos. E nós
já sabemos da nossa grandiosidade. Somos pratenses!*¹⁸

A palavra progresso é constantemente referendada nas homenagens, mas, em nenhum momento se falou em qualidade de vida e bem estar social. A elite por trás desse discurso afirmava-se como fundadora de uma nova era na história da cidade, mas, ocorreu que o desenvolvimento sugerido por ela com a remodelação da praça ficou restrito ao centro da cidade, pois os bairros onde residia a parcela da população de baixa renda, foram excluídos desse projeto desenvolvimentista:

*Ontem, era PRATA a menina simples, bonita, natural que desfilava sua beleza ante os olhos de todo o Brasil Central, olhos sedentos de mensagem progressista. Num mundo tão duro, implacável, inumano, PRATA ERA A PRESENÇA DA BELEZA E TRADIÇÃO DE QUE SEMPRE ESTAMOS PRECISADOS. Mas, veio o tempo, criou anos, fez crescer a menina PRATA, que, agora, já não é mais menina – é mulher – Mãe que completa hoje 94 anos, na mais bela festa que presenciamos. E PRATA merece tudo isso e muito mais: porque PRATA é mensagem de beleza, de tradição, de cultura. É um belo, um belo poema de progresso!*¹⁹(sic)

Anteriormente foi dito que a administração Mário Nery pretendia marcar época. A homenagem prestada pela firma Schiavinato & Cia. Ltda – Materiais para Construção sediada em Uberlândia/MG, vem ao encontro desse propósito:

PRATENSES!

*Que a alvorada de uma nova fase de progresso possa iluminar a **nova cidade que nasce** para que seus filhos possam construir na paz de seu silêncio ou no barulho de seu desenvolvimento a harmonia e a felicidade que sempre reinaram durante estes 94 anos.*²⁰(sic)

¹⁸ Revista Prata Ilustrada, op. Cit. p.44. Homenagem prestada pela Panificadora “A Bem Boa” de Camargos, Nery & Cia. Ltda.

¹⁹ Idem, p. 52. Homenagem prestada pelo fazendeiro e vereador João de Almeida Macedo- o Zotinho da Ema.

²⁰ Idem, p. 72.

A próxima homenagem nos dá uma idéia do desejo de se destacar a cidade do Prata como pólo de irradiação regional. Não interessava apenas as influências externas que eram seguidas como modelos, mas também era importante que Prata servisse de exemplo à outras cidades da região:

“PRATA, você se apresenta com uma roupagem nova, engalanada, na festa de seu 94º aniversário... PRATA, sua tradição tem sido invejada em todo o território mineiro... PRATA das tradições... PRATA dos 94 anos... PRATA hospitaleiro, cidade bonita!”²¹

Esse é o discurso que se instaura para justificar a des-construção da Praça. Ele é calcado nos ideais do desenvolvimentismo. Destruindo para construir. Destruindo o passado representado pela elite política rural, para construir as bases do presente representado por alguns profissionais urbanos. Essa comunicação procura compreender a reação da comunidade perante este discurso.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação. São Paulo: PUC, 1989.

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. ed. 34.Tad. Vinicius Mazzau. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CARRIJO, Gilson goulart. *Fotografia e a invenção do espaço urbano: consideração sobre a relação entre estética e política*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

CARVALHO, Aurea Maria de F. *Fotografia como fonte de pesquisa*. Rio de Janeiro: FNPM/Museu Imperial, 1986.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. In: *Revista Projeto História*, São Paulo. (24), Jun.2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²¹ Revista Prata Ilustrada. Op. Cit. p. 116. Homenagem prestada pela Serraria Pratense Ltda.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Cidade ou Cidades. In: *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, (23), 1994.

MONNET, Jérôme. *O Alibi do Patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia so Passado*. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, RJ, n. 20, p. 227, 1991

SALDANHA, Nelson. *O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica*. São Paulo: EDUSP, 1993.

A EVOLUÇÃO DA LITERATURA DA PRÉ-HISTÓRIA À ERA DIGITAL: A ABORDAGEM DA SEMIÓTICA EVOLUTIVA DA CULTURA

Dr. Edgar Roberto Kirchof¹

RESUMO

O artigo apresenta a teoria do semiótico alemão Walter A. Koch, fundador da Semiótica Evolutiva da Cultura, que sistematiza evolução histórica da literatura a partir de 10 grandes revoluções semióticas: Comportamento Ritualizado, Ritual, Literatura Oral, Pré-Literatura, Literatura, Literatura Clássica, Literatura Medieval, Literatura Pré-Moderna, Literatura Moderna e Literatura Pós-Moderna.

ABSTRACT

The article presents the theory by the German semiotician Walter A. Koch – founder of the Evolutionary Cultural Semiotics – regarding the ten periods of literary historical evolution. Koch proposed this system following ten main evolutionary semiotic revolutions: Ritualized Behaviour, Ritual, Lingual Ritual (Lore), Pre-Literature, Literature, Classical Literature, Medieval Literature, Premodern Literature, Modern Literature, Postmodern Literature.

PALAVRAS-CHAVE/ KEY WORDS

Semiótica Evolutiva da Cultura – Tecnologia – Literatura
Evolutionary Cultural Semiotics – Technology – Literature

TEXTO

Segundo os representantes mais contemporâneos da teoria da evolução, a cultura e, portanto, também a linguagem e a literatura, co-evoluem entre si e com a natureza. Assim sendo, é possível falar em evolução ou filogênese literária e, conseqüentemente, deve ser possível estabelecer seqüências temporais para demonstrar diferenças estruturais em períodos distintos. A fim de demarcar os diferentes estágios evolutivos da literatura, Koch elabora um esquema subdividido em 10 períodos. Não obstante, o autor esclarece que se trata de uma sugestão arbitrária e preliminar, simplificada, que poderá ser corrigida e reelaborada (inclusive quanto ao número dos

¹ Doutor. Programa de Pós-graduação em Educação da ULBRA; Curso de Graduação em Letras da ULBRA.

períodos), na medida em que estudos mais profundos forem realizados (Koch, 1993b, p. 37). A mesma ressalva é válida em relação aos exemplos escolhidos para ilustrar cada um dos períodos. Devido à amplitude e à complexidade das reflexões acerca de cada estágio específico, a seguir, será esboçado apenas um resumo abreviado de cada um dos quatro níveis em relação aos dez estágios evolutivos.

1. Ritual

No primeiro estágio da evolução literária, encontra-se o comportamento ritualizado dos animais. Seu modo de manifestação depende exclusivamente dos meios que os animais dispõem para a comunicação. Restringe-se principalmente a uma manifestação comportamental e visual – os gestos das aves em rituais de acasalamento, p. ex. –, embora também ocorra através de processos morfológicos (p. ex., as penas que crescem na cabeça de certas espécies de pássaros durante a estação do acasalamento), processos químicos, elétricos, olfativos, tácteis e gustativos. No ser humano, alguns desses processos continuam existentes, embora tenham evoluído, inicialmente, para a gestualidade e, em seguida, para a voz e, com isso, tenham permitido o surgimento da linguagem.

No mundo biológico, as formas fundamentais evoluem em direção a formas rudimentares, que geram a sintaxe do comportamento ritualizado, também denominado *display*. Após enumerar as quatro formas de manifestação do comportamento animal ritualizado (o *display*, a disputa territorial, o jogo e o comportamento pela terceira via), Koch defende a tese de que todos possuem sua continuação evolutiva na capacidade humana de desenvolver *rituais*.

Em última análise, há dois aspectos que distinguem o comportamento ritualizado do comportamento normal, tanto por parte dos animais quanto dos humanos: a consciência de que se trata de um fato ou uma ficção, de um lado, e a capacidade de repetição ou estereotipação de outro. Esse jogo das formas fundamentais é característico dos rituais animais, mas também se faz presente nos rituais humanos.

Quanto à pragmática do comportamento ritualizado animal, geralmente, o emissor das mensagens não está preocupado com o receptor. Existem casos em que o animal chega a executar um *display* sem que qualquer outro animal esteja presente. Para ocorrer, é necessário apenas que o *emissor* esteja presente.

2. Ritual

O ritual propriamente dito é característico de todas as espécies humanas que precedem o *Homo sapiens sapiens*. Inicia com o *Homo habilis* (2 mya), mas está presente no comportamento do *Homo erectus*, do *Homo sapiens archaicus* e do *Homo s. neanderthalensis*.

Há duas principais diferenças entre o ritual proto-humano e o comportamento animal ritualizado. Primeiro, os gritos animais se transformam nos esquemas da futura linguagem humana. Segundo, o desenvolvimento vocal não elimina a manifestação de signos gestuais, faciais, posturais, etc. Isso significa que, no ritual humano, é possível o desenvolvimento de *comportamentos comunicativos simultâneos*, fenômeno vedado aos animais.

3. Ritual lingüístico (tradição oral)

Um dos maiores desenvolvimentos do *Homo sapiens sapiens* (40 kya) foi a elaboração de novas tecnologias para a construção de ferramentas e a linguagem arbitrária, sem a qual não existiria tradição oral. Nessa fase evolutiva, surgem, entre outras formas simples, os mitos. Ao passo que o ritual se restringia principalmente a signos gestuais e à linguagem icônica, o mito é uma manifestação semiótica baseada na convencionalidade lingüística.

De um lado, o ritual lingüístico se desenvolve em direção ao símbolo. De outro, sua estratégia semântica predominante é a magia, definida, primeiro, como um fenômeno grupal (superstições privadas não são mágicas, conforme Mauss) e, segundo, como a expressão de desejos obsessivos ou de emoções incontroláveis, conforme Malinowski. Em última análise, na magia, ocorrem conecções que atuam sobre a concepção de causa e efeito do grupo que a pratica.

Na sintaxe, a arbitrariedade lingüística permite, inicialmente, o surgimento de formas elementares, manifestas em fenômenos como homônimos, sinônimos, símiles, etc. A partir destas, emergem as 10 formas simples, retiradas da teoria de Jolles: *canção*, *feitiço*, *mito*, *épico*, *table*, *trickster*, *conto*, o *conto maravilhoso*, o *provérbio*, a *piada* e a charada, sendo que as três mais antigas são a canção, o feitiço e os mitos.

Pragmaticamente, o ritual se torna uma instituição moral. Surgem performances que não exigem a participação de todos os membros do grupo, o que permite que o reaparecimento do receptor e, conseqüentemente, a divisão entre emissor e receptor.

4. Pré-literatura

Só existe pré-literatura a partir da emergência de sistemas icônicos de notação, que precedem a escrita propriamente dita, tais como esculturas, pinturas rupestres, pictogramas, entre outros. A principal função desses sistemas é o auxílio para a memorização da tradição oral. Tal fenômeno ocorreu há aproximadamente 10.000 ya, no neolítico, com a revolução agrícola, o que permitiu o surgimento de agrupamentos que podem ser considerados proto-cidades.

A manifestação dos sistemas icônicos desses povos não se restringe a meras imagens ou pinturas. Os povos do neolítico desenvolveram diversos tipos de pictogramas, ideogramas, psicogramas, nos quais se podem já perceber inclusive rudimentos de narratividade. Esses vários ideogramas podem ser considerados sistemas de pré-escrita.

Semanticamente, os signos icônicos tendem a influenciar o funcionamento do sistema vocal, levando-o a se tornar mais abstrato, mais realista e mais voltado para os meios (ao invés de se voltar apenas para os fins). Se, na fase anterior, a estratégia principal era a *projeção* dos desejos e emoções sobre a realidade, agora tem início um período de *introjeção*, que abre espaço para processos que permitem separar o emocional, o cognitivo e o comunicacional. O ser humano percebe que há uma diferença entre a epistemologia e a ontologia, o que lhe permite separar processos de mapeamento (*mapping*) e processos de matricização (*matrix*) da realidade. Pela primeira vez na história da humanidade, os textos podem ser preservados fora do cérebro humano.

5. A literatura primitiva

A literatura propriamente dita só existe a partir de sistemas escritos, ou seja, a partir do momento em que a tradição oral é transformada em tradição escrita. Esse fenômeno ocorreu, na história da humanidade, aproximadamente a partir de 3000 a.C., junto com o advento da metalurgia. A passagem dos sistemas icônicos para a escrita baseada no alfabeto, contudo, deu-se a partir de seis estágios intermediários (pictogramas, ideogramas, logogramas, logogramas fonéticos, silabário e alfabeto), sendo que há uma correspondência clara entre a passagem de um sistema a outro e as várias revoluções tecnológicas da pré-história, de um lado, e os estágios evolutivos da literatura, de outro. Os psicogramas estão ligados à revolução neolítica; os ideogramas se ligam à era do cobre; o alfabeto, à era do bronze.

A manifestação da literatura primitiva se divide entre *literatura casual* e *literatura não-casual*. A primeira é composta, por exemplo, por meras listas de palavras ou de objetos. A segunda, por sua

vez, divide-se entre *literatura religiosa* (p. ex., a canção de Moisés), *literatura semi-religiosa* (p. ex., o épico babilônico Gilgamesh) e *literatura secular* (p. ex., o picaresco egípcio *Conto de Sinuhe*).

6. A literatura clássica

O protótipo da literatura clássica, segundo Koch, é a literatura grega do século V a.C, cuja principal característica, em termos evolutivos, é uma tendência anteriormente inexistente para o universalismo (unicultura), possível principalmente devido ao crescimento do comércio e, por conseguinte, da comunicação com um grande número de povos distintos. Esse fenômeno levou tanto a literatura quanto a filosofia da época ao estímulo cada vez maior da ciência, da secularização e do individualismo. Uma das maiores conseqüências foi o surgimento da possibilidade inédita de questionar o mito, através da filosofia. Nesse sentido, Koch afirma que a filosofia de Platão, por exemplo, pode ser considerada uma espécie de “exegese do mito”.

A literatura clássica – juntamente com a codificação das leis, da ciência teórica, da lógica formal – só pôde emergir por causa da existência do alfabeto fonético. No entanto, além de permitir codificar a tradição oral, o alfabeto exerceu uma influência em direção à abstração desses sistemas, o que levou a uma certa desintegração das estruturas mais holísticas baseadas no mito e no ritual.

7. A literatura medieval

O pensamento da Idade Média, de forma geral, é hierárquico, sendo que sua hierarquia é controlada por seres divinos e santos. Koch resume essa cosmovisão a partir de dois principais exemplos extremamente influentes na filosofia medieval: a *Arbor Porphyreana*, que prevê a hierarquia estrutural de todas as substâncias, e a lógica escolástica, cujo principal procedimento é a classificação da substância a partir das categorias do gênero (mais abstrato) e da espécie (mais concreto).

No contexto social de cópias de manuscritos e ampliação de bibliotecas, a literatura medieval, em sua manifestação, aprofunda o efeito-alfabeto de abstração e estabelece uma relação fechada entre o significante e o significado. O pensamento se torna ainda mais abstrato do que no período clássico. Semanticamente, essa abstração, na medida em que é controlada por uma forte hierarquia, gera uma visão de mundo linear, inflexível, unidirecional. O exemplo mais característico desse fenômeno unidirecional é aquilo que Koch denomina de *falácia*

metagenética: o que, de um ponto de vista metagenético, é considerado mais perfeito também é considerado como o primeiro princípio do universo. Contudo, de um ponto de vista genético, o que é mais perfeito é também mais recente!

Em termos de sintaxe, a literatura medieval, assim como a literatura clássica, baseia-se eminentemente em formas compostas, o que pode ser verificado facilmente em obras como o *Decameron*, de Boccaccio, ou os *Contos de Canterbury*, compostas de formas simples como *chante-fable*, *jeu parti*, gestas, *tenzone*, fábulas, farsas, romance, sonetos, *vita*, *lai*, *trifle*, *sirventes*, baladas, *rondeau*, *virelai*, canções reais, sotias, contos, novelas, etc. Quanto à pragmática, a situação permanece idêntica à do período clássico, com uma diferença: a tendência universalista é preterida em relação à tendência idiocultural.

8. A literatura pré-moderna

Koch denomina de pré-moderno o período que inicia com o Renascimento e dura até o século XIX, terminando com o movimento simbolista, na literatura. A principal característica desse período é a substituição dos princípios teocráticos, da Idade Média, por princípios mais gerais. A antropocracia, o antropocentrismo e o heliocentrismo substituem a teocracia, o teocentrismo e o geocentrismo, levando a concepções menos pessoais e menos ideoculturais da divindade, conforme manifestas em teorias como o teísmo, o deísmo e o panteísmo, entre outras. Ao invés de Deus, muitos teóricos agora falam de *primeiro princípio*.

A manifestação da literatura pré-moderna possui, como principal marca, a invenção da tipografia, por Gutenberg, que proporcionou uma verdadeira revolução cultural. Dentre suas principais conseqüências, Koch cita a separação entre o visual e o tátil, conforme postulada por McLuhan, que vai acarretar a separação mais radical dos campos da arte e da ciência. Ao passo que a primeira permanece mais ligada ao aspecto visível, contemplativo e estático da realidade, a segunda opta pela experimentação tátil, direta, mecânica e manual.

9. A literatura moderna

Para Koch, o período que inicia com a poesia simbolista de Baudelaire e termina com a poesia concreta caracteriza a literatura moderna (1850-1954). Sua principal característica é a transformação da linguagem em um fim em si mesmo, reduzindo ao mínimo possível sua função de mapeamento. Ao passo que o modo metafísico da linguagem é minimizado, os modos estilístico e estético são explorados em suas máximas potencialidades. Como exemplo, Koch

utiliza um poema das *Illuminations* de Rimbaud, em que a metáfora (estilema) *marine* simplesmente não permite uma conclusão sobre seu significado final.

A manifestação da literatura moderna está marcada profundamente pelo surgimento dos novos meios de comunicação, como o rádio, a televisão, o telefone, a telegrafia, a fotografia, etc. Visto que estes possuem uma capacidade muito elevada de *mapping*, como reação, a literatura parece ter se voltado totalmente para a única possibilidade vedada (ou possível em uma escala muito inferior) aos meios de comunicação de massa: *matrixing*. A procura pelas estruturas mínimas que compõem a linguagem ou a cognição, por exemplo, no estruturalismo ou na psicanálise freudiana, são exemplos dessa tendência.

10. A literatura pós-moderna

Koch denomina a literatura desenvolvida após o concretismo dos anos 50 de pós-moderna. No que tange o pós-modernismo literário, Koch acredita não ser possível estabelecer uma demarcação tão nítida entre a literatura moderna e a pós-moderna. A maioria das respostas pós-modernas (como o potencial desaparecimento do texto, a atomização dos seus elementos constituintes, a estética do silêncio, entre outros), na literatura, dirige-se a problemas surgidos ainda na Modernidade, principalmente o enorme poder de mapeamento demonstrado pela televisão, com o qual a literatura, aparentemente, não se sente capaz de competir.

A partir dos anos 90, contudo, o computador tem se tornado um meio de comunicação mais popular do que a própria televisão, sendo que sua linguagem específica é o hipertexto. Apesar de Koch não ter explorado as relações entre o hipertexto e a literatura, sua teoria permite inferir que muitos dos experimentos realizados por autores contemporâneos, tanto em ambiente virtual quanto em suporte impresso, revelam um forte impacto da estética hipertextual.

A literatura pós-moderna se apresenta como uma espécie de reação à onipresença dos meios de comunicação de massa, realizada através de uma meta-reflexão do comportamento trivial e não-trivial. Daí se explica sua predileção exagerada e neurótica por todo tipo de subtrivialidade, manifesta pela apresentação pormenorizada de eventos e conversas comuns, do dia-a-dia, muitas vezes inconclusivas. É o que se encontra, por exemplo, no *teatro do absurdo*, no *teatro da vida ou de fluxo*, nos *happenings*, etc. No caso do impacto da hipertextualidade sobre o texto literário, destacam-se características como a multiseqüencialidade, a interatividade, a não-linearidade e a multimedialidade.

Koch defende uma concepção holística da pós-modernidade, impulsionada pela teoria evolutiva, desenvolvida, até então, principalmente no âmbito das ciências naturais. Em seus termos,

o que nós necessitamos, na era pós-moderna, é um quadro sintético do mundo, no qual a ontologia se torna um fim em si mesmo. A epistemologia evolutiva e a ontologia evolutiva devem ampliar a capacidade de auto-consciência e de consciência dos outros. (Koch, 1993b, p. 153)

REFERÊNCIAS

KOCH, Walter A. *The biology of literature*. Bochum: Brockmeyer, 1993a.

_____. *The roots of literature*. Bochum: Brockmeyer, 1993b.

_____. Ecogenesis and echogenesis. In: SEBEOK, Thomas A & UMIKER-SEBEOK, Jean (eds.). *Biosemiotics: The semiotic Web 1991*. Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 1992, p. 171-201.

_____. *Evolution of culture*. Bochum: Brockmeyer, 1989.

_____. *Hodos and Cosmos. Ways toward a holistic concept of nature and culture*. Bochum: Brockmeyer, 1987.

_____. *Evolutionary cultural semiotics*. Bochum: Brockmeyer, 1986a.

_____. *Genes vs. memes*. Bochum: Brockmeyer, 1986b.

_____. Art: biogenesis and semiogenesis. *Semiotica* 49 (1984), p. 283-304.

_____. *Poetry and science*. Tübingen: Narr, 1983.

_____. *Semiogenesis*. Frankfurt am Main: Lang, 1982.

_____. *Recurrence and a three-modal approach to poetry*. The Hage & Paris: Mouton, 1966.

Bienais do Mercosul em construção identitária:

Estado e mercado num projeto alinhado

* **Bianca Knaak**

RESUMO: A presente comunicação é parte de minha tese doutoral sobre as relações de Estado e mercado na construção de identidades culturais a partir da experiência das Bienais de Artes Visuais do Mercosul. **PALAVRAS CHAVE:** identidade cultural, políticas públicas; sistema das artes.

ABSTRACT: This paper introduces some aspects from my academic thesis about State and market relations to cultural identities construction by the Mercosul Biennial experience. **KEY WORDS:** cultural identity; publish politics; arts system.

A Bienal do Mercado Comum do Sul, atenta às imposições de um mundo mercadificado globalizadamente, realizada por uma fundação de direito privado e interesse público, foi idealizada sob o epíteto de “a maior mostra de arte da América Latina”. Como tal, já nasceu anunciando, pública e publicitariamente, sua pretensão internacional, construindo sua legitimidade identitária tanto pela abrangência e potência do evento artístico (a maior exposição), quanto pela extensão territorial desse mercado (América Latina).

Através das cinco edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul já realizadas podemos analisar as relações de poder e identidade cultural evidenciadas pelas falas de seus curadores, destacados por suas representações nacionais e sua inserção no sistema das artes de cenário ampliado, internacional e consagrador. Nessas falas, de intenção legitimadora, é possível observar alguns descompassos entre as afirmações conceituais, teóricas e curatoriais gerais, anunciadas pelos curadores brasileiros, e as abordagens internacionais, dos curadores convidados e suas indicações artísticas. Em ambos os casos a representação destacada da produção artística contemporânea dos países integrantes do MERCOSUL¹, parece responder a

* UFRGS/ PPG-HIST; UFG/FAV. Mestre em Artes Visuais (IA/UFRGS) e doutoranda em História Social (IFCH/UFRGS).

¹ MERCOSUL: um não-lugar que com o advento artístico das Bienais de Artes Visuais, constrói-se simbólica e fisicamente em Porto Alegre como espaço ideológico estratégico para a liderança na orientação das políticas de interação comercial para a consolidação de um mercado do Cone Sul.

demandas e contingências anteriores e, muitas vezes, pouco evidentes, mas que não são de todo alheias ao complexo engenho das mega-exposições de arte e seus interesses ulteriores. Além disso, “en los últimos diez años, la participación cada vez más activa de América Latina em los procesos de globalización y sus contextos abstractos há resultado en un papel protagónico para las artes visuales (RAMIREZ, 2000:11)”. Ou como diria Edemar Cid Ferreira, ex-dono do Banco Santos, quando fora presidente da Fundação Bienal de São Paulo (1993 – 2003) e fundador da Associação Brasil+500 e depois, BrasilConnects (fundada em 2001): “a cultura é um abre-alas. A gente vem atrás fazendo negócio” (NAVES, 2007: 429).

Com a observação das relações de poder e identidades culturais presentes nas Bienais do Mercosul, se pode ilustrar a partir desse não-lugar chamado Mercosul, o que o geógrafo David Harvey chama de mudança de sensibilidade que acompanha o momento histórico atual, dinamizando as relações de interesse público representado pelo Estado, e privados, orientados pelo mercado. Assim, esse evento cultural e artístico, nos permite uma abordagem reflexiva do atual sistema das artes do mercado do Cone Sul, articulado operacional e visualmente, sob as imbricações conflitivas de uma cultura simultaneamente pré e pós-industrial, pós-Bolívar e neo-panamericanismo, fomentada, transnacionalmente, por ideologias pós-modernas e políticas neoliberais.

Conveniências coincidentes

Quando a Lei Rouanet foi remodelada, em 1998, para fazer sua propaganda foram divulgadas “numerosas estatísticas para demonstrar que o investimento cultural aumentava as rendas com a exportação, criava fontes de trabalho e fomentava a integração nacional” (YÚDICE, 2004:370). Neste sentido, e totalmente afinada com o ideário neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, a Bienal do Mercosul, chancelada pela Unesco, já tinha se antecipado², protagonizando um modelo de organização cultural no Rio Grande do Sul, que influencia regionalmente, até hoje, as iniciativas subseqüentes, inclusive algumas de valor estratégico na consolidação de políticas estatais³.

² Interessante destacar que, ao tomar conhecimento do projeto o presidente elogiou muito a iniciativa dos gaúchos, mas apesar de convidado, FHC, não compareceu a solene inauguração da I Bienal do Mercosul. No entanto, recém-eleito presidente, o seu mais antagônico adversário político, Luiz Inácio Lula da Silva, não apenas compareceu a abertura da 4ª. Bienal do Mercosul como também assumiu-se como admirador do projeto e aliado político no encaminhamento das demandas da Fundação Bienal (FBAVM) para a consolidação e continuidade da Bienal de Artes Visuais do Mercosul (BAVM).

³ Modelo que inspirou, por exemplo, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul – Ado Malagoli, MARGS entre 1999 e 2002. Com uma programação intensa de exposições nacionais e internacionais, consumiu a maior parte dos recursos destinados a Secretaria da Cultura para implementação de suas políticas e manutenção de seus equipamentos culturais. O prestígio conquistado pelo *marchand* e produtor cultural na direção deste museu,

Atualmente o desenvolvimento de políticas públicas para o setor artístico e cultural vem sendo um grande desafio das gestões democráticas para a inclusão e a cidadania. Em diferentes instâncias o poder público vem dividindo o desafio dessa responsabilidade com a sociedade, através de parcerias público-privadas em progressão gradativa⁴. No chamado “terceiro setor”, um grande número de ONGs, OSIPs⁵, Associações e Fundações vêm tomando frente na proposição, desenvolvimento e administração de projetos culturais, educativos e artísticos, com bastante autonomia curatorial, amparados, principalmente, pelas leis de incentivo à cultura.

A valorização da cultura, como parte indissociável das políticas de desenvolvimento e defesa das integridades nacionais se intensifica em todo mundo. E se reflete na crescente presença, nos diversos níveis da administração pública, de órgãos especificamente encarregados da formulação e execução de políticas culturais, concebidas, com frequência, como instrumentos de preservação da identidade (POERNER, 1997:14).

Para tanto, também no Rio Grande do Sul, as parcerias público-privadas vem se mostrando, na área da cultura, cada vez mais eficientes, criativas e dinâmicas em relação aos tradicionais departamentos e órgãos públicos ligados ao Estado e aos seus municípios. Neste cenário, a força dos meios de comunicação e das mídias eletrônicas desempenha um papel promotor, difusor e consagrador determinante na constituição de identidades.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu

junto ao governo petista, lhe garantiu total autonomia em sua gestão. Isto significou o alheamento das atividades do MARGs, das orientações e diretrizes do próprio Instituto Estadual de Artes Visuais- IEAV (à época dirigido por mim). Ao término de sua gestão junto ao MARGs, coincidente com a derrota petista nas eleições ao governo do Estado, Fábio Coutinho passou a integrar o *staff* da Fundação Bienal do Mercosul, assumindo, já em 2003, a coordenação geral da Ação Educativa da 4ª. edição da Bienal do Mercosul.

⁴ Note-se aqui, e talvez por isso mesmo, que os maiores patrocinadores culturais no Brasil de hoje são, em especial para as artes visuais, bancos e empresas transnacionais. Os bancos por sua vez, preferem, amparados pelas leis de mecenato vigentes, criar e patrocinar suas próprias fundações culturais, num ganho total de reconversão financeira e cultural como é caso, por exemplo, do Centro Cultural Banco do Brasil, do Itaú Cultural, do Instituto Moreira Salles e, em Porto Alegre, do Santander Cultural.

⁵ Organização Não governamental - ONG; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSIP.

significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 2001:23-24).

À construção de identidades nacionais, ao vincular-se cultura (um repertório experiencial simbólico coletivo), à geografia, à identidade e liberdade política e aos poderes do Estado, antepõe-se a força reguladora (ou desreguladora) do mercado globalizado e seus fluxos de capitais. Assim a cultura como expressão de nacionalismos, fundamental no desenvolvimento do estado moderno, torna-se uma questão anacrônica nos dias atuais, pois “as forças econômicas e sociais e muitas forças políticas escapam à jurisdição do Estado-nação”(HELD e MCGREW, 2001:43).

Podemos incluir entre as forças de fluxo expansivo, a força dos meios de comunicação e sua difusão transnacional instantânea. Estas, ao mesmo tempo em que revelam as diferenças nos processos de afirmação e legitimidade identitárias, também consolidam a homogeneização das formas de percepção da realidade. Atuam como aceleradores subjetivos, influenciando nas formas de percepção emergentes dessa cultura global ou no mínimo de culturas transnacionais (“comunidades imaginadas”), que se sobrepõem (em substituição) aos interesses culturais nacionalistas dos Estados-nação.

Sob tais formas de percepção até mesmo a arte e seus artistas mais contestadores se mostram “incapazes de deter a expansão avassaladora da cultura globalizada banal e seus imaginários concebidos em forma de mercado (...) que padroniza a memória e neutraliza os dramas do presente, transformando-os em clichês publicitários” (ESCOBAR, 1999:77).

O acelerado processo histórico das décadas mais recentes tem significado, necessariamente, redefinição, e não o desaparecimento do Estado, assim como a noção de soberania nacional diante do surgimento de novos atores multinacionais transnacionais e internacionais no panorama geopolítico mundial. (...) Foram intensificados os intercâmbios desiguais na economia, política e cultura, enquanto o predomínio ideológico mundial do chamado ‘neoliberalismo’ tem mercantilizado praticamente todas as esferas da vida social no mundo inteiro (RUIZ, 2000:16-17).

Nestes termos, a análise das relações entre Estado e mercado, na defesa de seus interesses, para a construção de identidades culturais do Mercosul aponta para o interesse público, com suas leis de incentivo à cultura, em dar maior responsabilidade à sociedade civil liderada pelo setor privado, baseado num modelo norte-americano de parceria público-privado (PPP).

As chamadas leis de incentivo a cultura, baseadas na renúncia fiscal em nível federal, estadual e municipal, na maioria das vezes permitem investimentos diretos de patrocinadores em eventos específicos e previamente escolhidos pelos patrocinadores. Ou seja, o Estado delega ao mercado o poder de decisão dos critérios de investimento do dinheiro público para fomento e desenvolvimento da cultura nacional. O que acaba por subjugar a produção cultural e artística a lógica do marketing cultural de cada empresa patrocinadora. Nos parece claro que, até o momento, tanto os interesses curatoriais gerais da Bienal de Artes Visuais do Mercosul como sua forma de organização ilustram a capacidade de dirigentes e artistas para o desempenho afinado com a condição global pós-moderna. Onde, nessa “livre-cultura”, o próprio mercado de arte mercosulino atua sistemicamente consolidando processos de legitimação de bens simbólicos, artísticos e culturais, através da subordinação de seus mecanismos valorativos à lógica capitalista e neoliberal.

É afirmação corrente que o poder faz cultura e que a cultura estabelece o poder. Politicamente, identidade cultural e poder econômico podem, por tanto, dividir a mesma cartilha para o desenvolvimento dos interesses nacionais. E por isso / para isso foram criadas algumas leis. Dentre as quais as leis de incentivo a cultura. Estas (algumas surgidas a partir da nova Lei Rouanet) permitem, de acordo com sua lógica operacional, que o apoio aos projetos culturais seja decidido diretamente pelos patrocinadores interessados. Esse patrocínio é, mormente, decidido pelo valor comercial e de reconversão cultural dos projetos, a partir da exposição pública e midiática de suas logomarcas a um determinado público-alvo. Sendo assim, de acordo com a lei, serão os patrocinadores, “de fato e de direito” os reais viabilizadores de cada edição da Bienal do Mercosul. Através do montante financeiro aportado ao projeto, os patrocinadores, em busca de visibilidade, também se tornam os delimitadores de suas dimensões e práticas. Isso inclui as decisões e seleções curatoriais, que precisam equacionar a tão propalada autonomia do curador com o orçamento disponível.

Some-se a isso, o modelo estético difundido internacionalmente nos circuitos de arte contemporânea que segue padrões hegemônicos, fundados nas grandes agências de fomento como galerias, coleções públicas e privadas, fundações e instituições, notadamente situadas em Nova Iorque e Londres. Sem esquecermos, neste sistema das artes, o papel destacado das bienais internacionais de arte (como Kassel, Veneza e São Paulo) para a definição de um circuito contemporâneo de artes visuais que alimenta e legitima o mercado internacionalmente.

Neste sentido as políticas culturais para a promoção da arte contemporânea, que aceleram a organização sistêmica de seus circuitos, baseadas em estratégias análogas aos regimentos do livre-comércio internacional, de forma transparente, ainda que muitas vezes não evidente, revelam que existe um padrão de atividades para esse fim. No entanto,

A eficácia do enquadramento é assegurada por factores como a robustez da base económica – compradores e vendedores, colecionadores e galeristas – que suporta o lançamento dos artistas, a consistência da rede de apoios institucionais, e uma capacidade de intervenção mediática que permite obter uma intensidade e velocidade óptimas de produção e difusão de informações (MELO, 1994:148).

Mas é preciso estar atento às reinvenções e adaptações possíveis, às vezes indispensáveis, ao modelo hegemônico, nas instâncias periféricas desse sistema, orientadas pelos padrões modelares de um circuito artístico contemporâneo bastante conservador e institucionalizado. Pois, neste sentido, a promoção de artistas não euro-norte-americanos, através de bienais funcionam perfeitamente para ampliar, renovar e dinamizar o mercado internacional. Muitas vezes os grandes centros de difusão artística e estética, recorrem à valorização de identidades “outras” (nacionais, étnicas, de gênero, religiosas, etc.) locais / regionais e ou localizáveis fora de seus centros irradiadores, muito mais para afirmarem seus próprios modelos do que para legitimar uma produção cultural e artística ex-cêntrica.

Assim, quando se apresentou o projeto curatorial de Frederico Morais⁶ para a I Bienal do Mercosul “A Maior Mostra de Arte da América Latina”, a grande ênfase recaía na possibilidade de apresentar, em Porto Alegre, a produção artística latino-americana em inédita revisão histórica. Bienais costumam apresentar obras contemporâneas apesar dos sempre bem-vindos resgates históricos (principalmente pelos patrocinadores), mas a Bienal do Mercosul pretendia em sua edição inaugural apresentar obras e artistas de significado basilar para o contexto latino-americano. Chegou por essa razão a receber algumas críticas que, discordando das escolhas do curador, sublinhavam a excessiva presença de obras produzidas há mais de 30 ou 40 anos, que priorizariam com isso uma visão curatorial histórica não prospectiva, da jovem arte do Cone Sul.

Fora, no entanto, justamente sob esse compromisso curatorial ‘reversionista’, que os destaques artísticos seriam eleitos, em cada país participante, a partir de um olhar panorâmico

⁶ Belo Horizonte, 1936. Vive no Rio de Janeiro desde 1966. Crítico e historiador de arte desde 1956. Ex-diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1966-1973) e da Galeria Banerj (1984-1996). Até 1997 havia escrito e publicado 35 livros e 12 catálogos-livros sobre arte brasileira e latino-americana.

endógeno, autônomo e independente. Deixando espaço, quiçá, a partir dessa postura, para a prospecção contemporânea independente dos ditames do mercado internacional hegemônico.

Esta proposta foi, de fato, o grande diferencial da Bienal do Mercosul, atraindo a curiosidade (incredulidade, às vezes) dos agentes e animadores do circuito cultural nacional e internacional, como atesta Mari Carmen Ramirez⁷, especialista em arte latino-americana. Em carta a Frederico Moraes, Ramirez declara que “(...) partindo de muitos ângulos, foi uma bienal cheia de revelações ainda para aqueles que sofrem já de um alto nível de ceticismo e por que não dizer de fastio diante deste tipo de evento” (apud SEFFRINI,2004:182).

Além disso, o curador geral organizou essa bienal partindo de sua interpretação da produção plástica latino-americana, que a organiza em três vertentes produtivas: a vertente “Construtiva – a arte e suas estruturas”; a vertente “Política – A arte e seu contexto” e a vertente “Cartográfica – Território e história”. Este eixo conceitual lhe permitiu expor as obras não por países, mas por afinidade estética, o que deu ao todo uma unidade artística latino-americana ainda mais potente. Sobretudo quando, *a priori*, o que se pretendia com esta bienal era “dar início à tarefa urgente de reescrever a história da arte latino-americana, ou melhor, reescrever a história da arte universal de um ponto de vista que não seja exclusivamente euro-norte-americano” (MORAIS,1997:14). Por tanto, essa divisão se revelou estratégica, como também destacou Ramirez,

A idéia de organizar a mostra segundo eixos conceituais, assim como a atinada representação de artistas e movimentos de legitimação interna e não de mercado, deram (sic) um frescor pouco usual. Poucas vezes encontrei uma leitura da arte latino-americana tão acertada em todas as suas dimensões (apud SEFFRINI, 2004:182).

Neste intuito, mesmo sem abarcar toda América Latina, a representação dos países não se limitou apenas àqueles integrantes do bloco econômico comemorado. Nesta primeira edição compareceram, no entanto, além do Brasil, com 50 artistas, a Argentina (43 artistas), a Bolívia (8 artistas), o Chile (20 artistas), o Paraguai (14 artistas), o Uruguai (22 artistas) e ainda a Venezuela (53 artistas) como país convidado. A partir de então, a inclusão de países convidados tornou-se uma prática recorrente nas cinco primeiras bienais e, além da Venezuela já participaram como convidados a Colômbia (1999), o Peru (2001) e o México, por duas vezes consecutivas (2003 e 2005).

⁷ À época curadora da Archer M. Huntington Art Gallery, da Universidade do Texas. Durante a Bienal do Mercosul participou do seminário “América Latina vista da Europa e dos Estados Unidos” (Porto Alegre, 03 a 05 de novembro de 1997) na mesa temática “Globalização e arte latino-americana” (03.11.97)

A viabilidade e permanência de projetos nacionais instauradores de uma identidade cultural agregadora e territorializada é ainda uma questão presente nos debates sobre globalização. A facilidade para fazer circular capitais transnacionais também difunde referências culturais internacionais, portanto,

A abertura da economia de cada país aos mercados globais e a processos de integração regional foi reduzindo o papel das culturas nacionais. A transnacionalização das tecnologias e da comercialização de bens culturais diminuiu a importância dos referentes tradicionais de identidade. Nas redes globalizadas de produção e circulação simbólica se estabelecem as tendências e os estilos das artes, das linhas editoriais, da publicidade e da moda. Grande parte do que se vê nos países periféricos é projetada e decidida nas galerias de arte e nas cadeias de televisão, nas editoras e nas agências de notícias dos Estados Unidos e da Europa (CANCLINI, 1995:141).

Para atender ao desafio do curador Frederico Morais, a partir do quê estariam todos reescrevendo a história da arte latino-americana os curadores internacionais selecionaram um elenco de artistas que pudesse resumir (na visão de cada um) a trajetória pós-colonial das artes visuais em seus países de origem, mais especificamente no contexto moderno e contemporâneo. A seu modo, cada curador convidado ponderou, em seus territórios bem demarcados, as inegáveis influências estrangeiras, hegemonicamente européias, assim como também as reveladoras e dinâmicas apropriações, releituras, fusões, inovações e retro-influências desses modelos externos e seus sistemas artísticos.

Concluindo:

As constantes adequações ao modelo da mostra e ao projeto da Fundação Bienal como um todo, demonstram o interesse em se fazer da Bienal do Mercosul algo realmente importante para a comunidade, gaúcha em primeiro lugar e mercosulina por extensão. Então, considerando a afirmação do Presidente Lula⁸ de que “o brasileiro precisa de oportunidades para apreciar a arte”, supomos que a continuidade da mostra esteja assegurada de acordo com a orientação das atuais políticas públicas com ênfase nos regionalismos abertos e de interação e àquelas que encaminham o Brasil para maior participação em regimes internacionais e fóruns multilaterais.

Por outro lado, ao longo dos onze anos de atuação da Fundação Bienal, as pressões do mercado globalizante parecem ter atingido também o campo artístico constituído pelo projeto

⁸ Declaração publicada no editorial da revista *BienalMercosul* número 8. outubro de 2003, página 02.

da Bienal do Mercosul. Neste projeto as curadorias se encaminharam, desde o princípio, para a promoção da arte contemporânea latino-americana, considerando e contemplando as suas contaminações, cruzamentos, sincronias e idiossincrasias. E, o perfil internacional que isto lhe permitiu constituir é entendido por alguns setores como um inevitável caminho de inserção global próprio dos circuitos artísticos internacionais.

Por tudo isso e apesar de seu discurso instaurador, à Bienal do Mercosul ainda falta articulação política e abertura intelectual para a auto-análise e compreensão de seu protagonismo num cenário artístico e cultural que introduz os países sul-americanos nos embates de resistência e adequação às globalizações no século XXI. Protagonismo, talvez utópico, poderosamente didático entre seus pares latino-americanos, visando o fortalecimento regional de estados e mercados, a partir da construção cultural polifônica de uma identidade simbólica.

Referências Bibliográficas:

- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro:Ed.UFRJ,1995.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** (a era da informação:economia, sociedade e cultura v.2). São paulo:Paz e Terra,2001.
- ESCOBAR, Tício. O Desafio das Identidades. In: **Catálogo da II Bienal de Artes Visuais do Mercosul**. Porto Alegre: Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul, 1999. 264 p.: il.
- HELD, david e MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro,Jorge Zahar,2001.
- MELO, Alexandre.(org) **Arte e dinheiro**. Lisboa: Assírio & Alvin, 1994.
- MORAIS, Frederico. Apresentação. In: **Continente Sul Sur**, Porto Alegre, n.6, 1997.
- NAVES, Rodrigo. **O vento e o moinho:** ensaios sobre arte moderna e contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- POERNER, Arthur José. **Identidade Cultural na Era da Globalização** – política federal de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- RUIZ, Enrique Sánchez. Globalização e convergência na América Latina. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. XXIII, n.2, julho/dezembro de 2000, p.15-19.
- SEFFRINI, Silvana (org). **Frederico Moraes**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 2004.
- YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2004.

O Guaíba e as margens da arte: marcas da Bienal do Mercosul na cidade de Porto Alegre

***Bianca Knaak**

RESUMO: Esta comunicação introduz um recorte de minha tese doutoral sobre as relações de Estado e mercado na construção de identidades culturais a partir da experiência das Bienais do Mercosul. **PALAVRAS CHAVE:** política cultural; identidade; espaço público.

ABSTRACT: This paper introduces some aspects from my academic thesis about state and market relations to identities construction by Biennials Mercosul experiences. **KEY WORDS:** cultural politic; identity; public space.

A origem das bienais de arte no mundo ocidental remete ao modelo das feiras mundiais do século 19 e início do século 20. Nestas feiras os países se faziam representar internacionalmente através de seus produtos nacionais de maior destaque e competitividade. Em movimentos análogos ao das referidas feiras mundiais, o campo de produção simbólica e artística na era global também produz integrações, parcerias, divisas e desenvolvimento econômico. Como nas grandes feiras internacionais, interessa aos países participantes de bienais artísticas atraírem a atenção uns dos outros e afirmar-se, nessa espécie de jogo, como líderes potenciais de um ranking simbólico internacional.

A mais antiga das bienais internacionais de arte, e modelo direto na origem das demais, é a Bienal de Veneza, atuando desde 1895. Um levantamento realizado em 2001 aponta, vinte e sete bienais internacionais espalhadas pelo mundo e, só no continente americano, oito bienais internacionais em plena atividade sendo duas no Brasil – a mais antiga (em São Paulo/SP) e uma das mais jovens (em Porto Alegre/RS).

Curiosamente, todas as bienais costumam identificar-se a partir do lugar, da cidade onde se realizam a exceção da bienal mexicana (que se identifica pelo recorte iberoamericano, restrita aos artistas provenientes de países de língua portuguesa e espanhola) e da bienal do Mercosul. Mercosul por sua vez é sigla de um não-lugar que se constrói simbólica e fisicamente na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a partir de uma exposição de arte como corolário cultural desse acordo econômico – Mercado Comum do Sul.

Sendo a produção estética, efetivamente, uma forma de relação do homem com a realidade onde se insere, hoje, mesmo com toda a especificidade do fazer artístico, no que tange à produção, divulgação e consumo, a arte está vinculada às regras gerais do sistema econômico vigente e às suas repercussões sociais e políticas, bem como às características dessa sociedade. Assim, considerando a obra de arte como produção simbólica inserida numa sociedade onde tudo se transforma em mercadoria, gerando uma cultura de consumo, devemos considerá-la em suas instâncias promotoras, também como produto integrado às demais formas de produção na construção de identidades culturais.

Meandros

Realizada pela primeira vez em 1997, sua idealização começou dois anos antes a partir do encontro casual dos desejos de uma produtora cultural (Maria Benites Moreno) e de um próspero empresário local (Jorge Gerdau Johannpeter), que favorecidos pela política neoliberal, à época vigente no Estado gaúcho em sua forma mais arrebatada, mobilizaram setores empresariais, políticos e artísticos do estado para sua realização.

O projeto, quando apresentado ao então governador do Estado foi prontamente acatado e levado a diante como projeto de governo. Nas palavras do então Secretário de Cultura, a realização da Bienal do Mercosul significava uma iniciativa político-cultural dentro do projeto maior do governo para reestruturação sócio-econômica do Estado. Como medida oficial de apoio ao projeto, o governador Antonio Britto encaminhou à Assembléia Legislativa a regulamentação da LIC- Lei de Incentivo à Cultura, corrigindo seus estatutos para permitir às empresas de economia mista o abatimento de seus investimentos em patrocínio cultural, facilitando assim a captação de recursos para a Fundação Bienal. Tamanho empenho significou um movimento político coordenado que, inaugurando a LIC, fez da Bienal do Mercosul, em 1997, o primeiro projeto cultural a ser financiado por essa nova lei estadual de renúncia fiscal.

A possibilidade de patrocínios por renúncia fiscal e a adesão do governo estadual e do empresariado gaúcho ao projeto ajudaram o empresário e colecionador de arte, Justo Werlang¹, a liderar personalidades de diferentes setores da sociedade (principalmente ligadas a classe

¹ Primeiro presidente da Fundação Bienal do Mercosul, vice-presidente da 4^a. e 5^a. edições e, em 2007, novamente presidente da 6^a. edição.

empresarial) para, num somatório de esforços públicos e privados, realizar a primeira edição da Bienal de Artes Visuais do Mercosul, em todo seu gigantismo estrutural e orçamentário.

Margens

A existência de uma Bienal de Artes Visuais do Mercosul em Porto Alegre precisa ser entendida *a priori* como um projeto político instaurador de novos parâmetros para o setor cultural e artístico no Estado do Rio Grande do Sul. Através das Bienais do Mercosul se está promovendo a inserção gaúcha no circuito cultural brasileiro e, nas artes plásticas, disputando visibilidade, via Mercosul/ América Latina, com o tradicional eixo Rio - São Paulo. Além disso, a Bienal do Mercosul também está institucionalizando o campo da arte local/regional a partir das relações entre Estado e mercado na consolidação desse evento artístico que – mesmo não sendo esse seu objetivo final – preenche as lacunas deixadas pelas instituições públicas, como museus e institutos, de flagrante incompetência para a sedimentação de um sistema legitimador e autônomo para as artes no Rio Grande do Sul.

Fluxos

Sobretudo em Porto Alegre, sua cidade natal, desde o início a Bienal de Artes Visuais do Mercosul vem sendo simultaneamente criticada, festejada, freqüentada e desejada como um evento sócio-político importante, indispensável e de assimilação cultural coletiva irreversível. A própria Fundação Bienal, nas palavras de seu presidente Elvaristo Teixeira do Amaral, se reconhece como protagonista de um processo que está contribuindo “efetivamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e contemporânea. Menos provinciana em sua constituição e mais sintonizada com as grandes inovações que todos queremos dividir e das quais queremos participar” (apud DUARTE,2005: 15). E são diversos os pronunciamentos oficiais onde encontramos ressonância de avaliações da Fundação Bienal para com as avaliações dos dirigentes governamentais interessados na realização do evento através das parcerias público-privadas. Por isso, a este trabalho interessa ressaltar a sobreposição de valores e poderes através das parcerias público-privadas, onde de imediato se constata a prevalência dos interesses particulares e privados na legitimação cultural (local e internacional) da Bienal de Artes Visuais do Mercosul.

Não pretendemos introduzir aqui, uma “História das Bienais do Mercosul” mas sim uma investigação contextualizada de seus pressupostos e desdobramentos, além da tentativa de

estabelecer uma narrativa a partir dos relatos públicos. Textos que, numa rede de difusão multiplicadora, configuram discursos de afirmação e importância deste evento como fato histórico relevante para o atual sistema das artes, especialmente a partir do circuito gaúcho e porto-alegrense.

Vias

Para constituir-se como evento importante e relevante nacional e internacionalmente, a Bienal de Artes Visuais do Mercosul segue uma estrutura modelar que se modificou muito sutilmente ao longo desses anos e que, via de regra, não a distingue radicalmente dos modelos adotados por outros grandes eventos de arte no Brasil e no exterior, como a Bienal de Veneza (pela opção das representações nacionais), a Documenta de Kassel (pelas curadorias ordenadas em torno de um tema agregador) e a Bienal Internacional de São Paulo (por ambas razões), preservadas, para fins de análise, as especificidades de contextos e peculiaridades de cada um desses eventos.

Nos seus movimentos de afirmação, esse evento, através de seus destaques curatoriais, vem também incitando revisões conceituais à arte latino-americana contemporânea. A cada edição o projeto curatorial segue acompanhado de publicações de catálogos e ações pedagógicas dirigidas como seminários, palestras e visitas monitoradas. Além disso, em todas as edições as exposições se espalharam por diferentes espaços na cidade: museus, casas de cultura, centros culturais, espaços urbanos (até mesmo um ônibus de linha já fora utilizado). E, com este conjunto, o evento Bienal do Mercosul representa uma estratégia política de intervenção na cidade, sob o ponto de vista cultural, urbanístico, visual, estético e artístico. Intervenção objetivamente contemplada no projeto político e civilizador vislumbrado pela Fundação Bienal como consequência, de curto prazo inclusive, da realização ininterrupta das edições da Bienal do Mercosul:

Porto Alegre, por seu turno, logra alcançar novos patamares no circuito internacional de artes, reafirmando-se como centro cultural do Mercosul. Esta condição geopolítica e estratégica multiplica as funções e os espaços culturais da cidade, motivando a comunidade a qualificar-se pelas oportunidades de conhecimento e de interação com a contemporaneidade que eventos como este propiciam.²

² Renato Malcon, presidente da FBAVM durante a realização da 4^a. edição da Bienal do Mercosul apud AGUILAR, 2003:37.

Afluências

A primeira edição foi a maior em número de obras e artistas e tinha por meta, nas palavras de seu curador “dar início à tarefa urgente de reescrever a história da arte latino-americana” Considerando que “a história da arte é, por natureza, transnacional e os sucessos que registra estão, por via de regra, geograficamente vinculados a centros cujo poder, não sendo exclusivamente artístico, se estende a múltiplas dimensões da existência social (MELO,1999:72)” o projeto da primeira Bienal do Mercosul e da própria Fundação Bienal do Mercosul foi alavancado por um otimismo alimentado, principalmente, pela classe empresarial, pela possibilidade de realização, em Porto Alegre, do maior evento de arte latino-americana, associada a idéia de um Mercado Comum do Cone Sul.

A precariedade constitutiva do circuito artístico gaúcho, que abriga a Bienal do Mercosul, favorece as importações de linguagens, tendências, modismos e práticas artísticas e culturais legitimadoras nacional e internacionalmente. Parece claro, por isso, que, até o momento, tanto os interesses curatoriais gerais da Bienal de Artes Visuais do Mercosul quanto sua forma de organização, ilustre a capacidade de dirigentes e artistas para o desempenho afinado com a atual condição global. Mas, talvez devêssemos considerar isso como um dado revelador da incapacidade e ou desinteresse de seus dirigentes e mentores para propor um modelo diferente daqueles já instaurados e constituídos. Pois, nesse tipo de sistema articulado confluem históricos interesses econômicos e sócio-culturais, num jogo de estratégias distintivas das elites para a legitimação através de um capital simbólico. Mari Carmem Ramirez destaca:

Sendo que o problema da “legitimação” é algo constitutivo para a arte desde seus inícios, o mesmo vem adquirindo um papel muito mais central e ironicamente fixo no marco das transformações introduzidas pela globalização. Isto se deve (...) à função que vem cumprindo as artes enquanto capital simbólico de determinados grupos sociais e financeiros. Para estes grupos, a arte não é um valor em si nem tampouco uma mercadoria. Melhor, ela é uma carta de acesso a outro tipo de bens sociais ou simbólicos.³

A possibilidade de acesso, pelo grupo de realizadores da Bienal, a esse capital simbólico, aqui representado pelo convívio direto com os artistas, com a arte internacional e seus expoentes

³ RAMIREZ, Mari Carmem. Identidad o Legitimación: Apuntes sobre la globalización e el arte em América Latina. In: HOLANDA, Heloísa Buarque; RESENDE, Beatriz 2000:17. Tradução livre.

latino-americanos reunidos em Porto Alegre, fica evidente na declaração do empresário gaúcho Renato Malcon⁴, ex- presidente e membro da FBAVM: “Se não houvesse a Bienal talvez alguns de nós não tivéssemos essa relação direta com a arte.(...) Nós passamos a investir em arte. Passamos também a entender o artista, conhecer o seu dia-a-dia, as suas dificuldades (...) os seus interesses”(apud FIDÉLIS,2005:35). A Bienal torna-se então, para esse grupo, mais do que um compromisso social ou uma atividade cultural, um importante evento internacional de arte na capital do estado e, ao mesmo tempo, um fórum privilegiado de encaminhamentos e agendas político-econômicas de interesses multilaterais (local, regional e internacionalmente). Seus gestores seguem atuando de acordo com a orientação das atuais políticas públicas com ênfase nos regionalismos abertos e de interação e àquelas que encaminham o Brasil para maior participação em regimes internacionais e fóruns multilaterais. Assim também, remodelando-se em cada edição, os projetos curatoriais estão se tornando mais permeáveis às participações artísticas extra-mercosul ou latino-américa.

Marcas

A exemplaridade da Bienal do Mercosul que buscamos destacar nesse estudo se encontra na parceria institucional que articula e integra discursos e práticas públicas e privadas a partir de suas intersecções e interesses políticos, estéticos, econômicos e artísticos. Notamos em Porto Alegre uma série de fatos e acontecimentos que pontuam e balizam o atual sistema das artes no extremo sul do Brasil. Essas ocorrências são todas florescidas e registradas após a primeira edição da Bienal do Mercosul, envolvendo, em sua maioria, as mesmas empresas e os mesmos agentes políticos, sociais e culturais nas suas instâncias administrativas e promocionais.

É notório que, desde as adaptações da Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul, aliada a utilização, principalmente da Lei Rouanet, de 1997 em diante aumentou o número de instituições culturais em Porto Alegre. Nestas, a programação sempre inclui mostras de artes visuais, sendo que em sua maioria as exposições de arte constituem a programação predominante destas instituições.

Incrementando a vida cultural dos gaúchos observamos, coincidentemente ou não, depois da primeira edição da Bienal em Porto Alegre, o surgimento do Memorial do Rio Grande do Sul e a reforma e revitalização do Museu de Arte do Rio Grande do Sul – Ado Malagoli, ambos em

⁴ Conselheiro da 1^a, 2^a. e 5^a. Bienal; diretor executivo da 3^a. e presidente da 4^a. edição da Bienal do Mercosul..

1998. E, em 2001, a inauguração do Santander Cultural⁵. Na esteira de sucesso de público e visibilidade, promovido pelas edições da Bienal do Mercosul, pela atuação do MARGS e do Santander Cultural, outros espaços culturais foram projetados para Porto Alegre como a nova sede da Fundação Iberê Camargo e o Centro Cultural da Caixa Econômica Federal. Tivemos também a inauguração do Centro Cultural CEEE – Erico Veríssimo, da Galeria do Instituto Moreira Salles e da Cinemateca Capitólio, bem como a abertura de novas galerias comerciais e a criação de sites especializados em arte. Além disso aumentou a oferta de cursos universitários de artes visuais tanto de graduação como pós-graduação, em instituições públicas e privadas. Portanto, apesar de recente, a existência de uma Bienal de Artes Visuais do Mercosul em Porto Alegre pode ser analisada como um projeto político para o setor cultural e artístico no Estado do Rio Grande do Sul.

Isto posto, entendemos porque a Bienal do Mercosul, antes mesmo de sua primeira edição, já era e continua sendo noticiada pelos jornalistas locais como “a maior e mais importante mostra de arte latino-americana do Sul do país”⁶, destacando-se a grandiosidade e importância do evento para a cidade: “Bienal do Mercosul vai mudar a cidade”⁷. “Uma cidade que tem uma bienal entra para o mapa-múndi da cultura, ao lado de Veneza, São Paulo, Havana, Johannesburgo”⁸, tais afirmações divulgadas muitas vezes através de manchetes acabam influenciando, num curto espaço de tempo, inclusive a opinião de intelectuais e historiadores “experimentados” que voluntariamente se põe a interpretar o evento na grande imprensa: “Uma Mega-exposição maior que a cidade – A Bienal do Mercosul demonstra que, na arte, Porto Alegre pode deixar de sofrer com a síndrome da periferia”⁹ Nessa urdidura de interpretações, apresentações, apropriações e assimilações tramam-se estratégias narrativas de veracidade. Assim, o acontecimento, que vem a público pela reportagem do jornal é valorizado, enquanto

⁵ Além de suas programações específicas, a cada dois anos o MARGS, o Memorial do Rio Grande do Sul e o Santander Cultural emprestam suas instalações para a ocupação da Bienal do Mercosul. Sendo estes três espaços culturais vizinhos, todos ao redor da Praça da Alfândega, acabaram por contribuir culturalmente com a revitalização do centro da cidade.

⁶ VERAS, Eduardo. Jornal **Zero Hora**. Porto Alegre, 2001. Encarte especial 3ª. Bienal de Artes Visuais do Mercosul. Distribuição gratuita aos visitantes.

⁷ REIS, Valéria. jornalista. Jornal do Comércio, 21 de junho de 1996. Panorama, capa.

⁸ VERAS, Eduardo. Jornal **Zero Hora**. Porto Alegre, 2001. Encarte especial 3ª. Bienal de Artes Visuais do Mercosul. Distribuição gratuita aos visitantes.

⁹ FREITAS, Décio, historiador. Zero Hora, 1º de novembro de 1997. Cultura, p.3.

verdade, proporcionalmente a importância atribuída à mídia, e aos bens e serviços culturais em cada sociedade.

Sendo que essa tese ainda está em curso e seguirá baseada em fontes oficiais e de informação midiática, na condição de historiadora devo dividir com os jornalistas a responsabilidade pela possibilidade de escrita e re-escritura desse ensaio. No entanto me caberá, na análise e reconstituição dos textos e contextos relativos à historiografia pretendida, o papel de comentarista, nos termos apresentados por Foucault (1996:25), que não terá outra função senão, repetindo o que se disse, “dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto *primeiro*”. Um comentarista que na aparente reiteração de discursos “deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”, ainda que isso pareça demasiado pretensioso. Para tanto, ao valorizarmos os registros da mídia, principalmente impressa, na divulgação do evento e suas doações, também evidenciamos as estratégias, veladas ou programáticas de políticas públicas para a construção de identidades culturais, a partir de parcerias público-privadas, incentivadas, ideologicamente pelo poder público estatal.

Caberá, a partir dessas revisões e repetições, a análise do legado econômico, político, cultural e patrimonial das bienais para a cidade de Porto Alegre. Sob este aspecto, além das possibilidades de profissionalização pelo patrocínio para promoção cultural e artística através das leis de incentivo à cultura, incluímos desde o incremento das atividades temporárias na área artística durante o período de exposição de cada edição da Bienal, configurando o chamado “efeito balão”, até aquelas de implementação mais lenta, promissoras e estáveis (centros culturais, cursos de formação acadêmica, etc.). Será preciso considerar ainda as doações de obras aos acervos públicos do estado e município, que entre outras implicações, redesenham a orla do Guaíba, reservando-a como espaço expositivo e pontuando seus arredores com obras de intervenção urbana pública, num trajeto que, partindo do Centro de Porto Alegre, até o momento, nos leva à Fundação Iberê Camargo passando pela Usina do Gasômetro. Além disso, com a ocupação de espaços até então inóspitos para a apresentação artística, como os galpões e armazéns do Cais do Porto¹⁰, notadamente situados às margens do lago Guaíba¹¹, bem como das

¹⁰ Dentre os quais o Armazém 6, atualmente ocupado precária e improvisadamente pelo Museu de Arte Contemporânea – MAC/RS. Em 2000 esse espaço foi reivindicado pela comunidade gaúcha e prometido

esculturas públicas e ou intervenções urbanas, “doadas” a Porto Alegre ao término de cada edição, a Bienal do Mercosul se afirma como evento indelével e insubstituível na opinião pública porto-alegrense, interferindo na paisagem e instalando seu próprio acervo público/privado na poética e turística orla do Guaíba.

Segundo Heráclito, para os homens atentos, o mundo é um só. No entanto para a representação histórica do mundo no tempo presente existem múltiplas e ecléticas fontes. Por isso e de acordo com processos instauradores de sensibilidades diferentes e ao mesmo tempo coletivas emergentes, acredito que a produção do conhecimento sobre a realidade contemporânea ao manipular fontes douradas e informações de massa, pode suscitar iniciativas de resistência ideológica e questionamentos ao contexto histórico, cultural e social donde se origina e participa, tanto o historiador quanto o jornalista. Ambos atuando sobre a história e a opinião pública, fazendo jus a esse “esforço infundável do homem em encontrar sentido no mundo, em torno e dentro dele mesmo”(DARNTON,1 :172). Acreditando e fazendo acreditar que a vida é muito mais que uma sucessão de eventos e sóis poentes.

Referências bibliográficas:

- AGUILAR, Nelson. **Catálogo da 4ª. Bienal de Artes Visuais do Mercosul**. Porto Alegre: FBAVM, 2003.
- DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DUARTE, Paulo Sérgio(org). **Rosa dos Ventos: posições e direções na arte contemporânea**. Porto Alegre:FBAVM,2005.
- FIDÉLIS, Gaudêncio. **Uma História Concisa da Bienal do Mercosul**. Porto Alegre:FBAVM,2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola,1996.
- HOLANDA, Heloísa Buarque; RESENDE,Beatriz (org.) **Artelatina: cultura, globalização e identidades cosmopolitas**. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2000.
- MELO, Alexandre. Um outro Mundo. In: **Porto Arte: Revista de Artes Visuais**. Porto Alegre: Instituto de Artes/UFRGS. V.10, n.18, maio,1999. p.67-82.

oficialmente pelo Vice-Governador e Secretário Estadual de Cultura, depois de um manifesto público e de um abaixo-assinado liderado por mim que, à época dirigia o MAC/RS e o Instituto Estadual de Artes Visuais –IEAV.

¹¹ O por-do-sol do Guaíba, “cantado em prosa e verso”, é um tradicional cartão postal da cidade de Porto Alegre

SIMONDON E O TÉCNICO COMO FILÓSOFO DA TÉCNICA

Sávio Ramos Laterce¹

RESUMO

O texto quer explicitar o papel amplo da figura do técnico na visão de Gilbert Simondon. Mais do que um simples trabalhador ou operador, como normalmente é visto, o autor vai alçá-lo à posição de psicólogo ou sociólogo das máquinas. Esse profissional, que não vai separar teoria e prática e que vai viver e pensar entre os objetos técnicos, combina capacidade operativa e vasto conhecimento histórico e atual sobre o seu material de trabalho. Esses serão, para Simondon, dois requisitos necessários, degraus fundamentais para realizar as próximas exigências do técnico: criar novas máquinas e ter consciência clara dos seus efeitos para a humanidade. Esse conjunto de atributos vai fazer com que o técnico possa também ser chamado de filósofo da técnica.

Palavras-chave: Simondon, filosofia da técnica, história da técnica

ABSTRACT

Le texte a l'intention d'expliciter le rôle beaucoup plus large du technique à la vision de Gilbert Simondon. Plus qu'un simple travailleur ou operateur, comme habituellement il est vu, l'auteur lui donne la condition de psychologue ou sociologue des machines. Ce professionnel, que ne divise pas théorie et pratique et que vivre et pense entre les objets techniques, mélange capacité operative et vaste connaissance historique et actuel sur son matériel de travail. Deux exigences seront, pour Simondon, indispensables dans cette reformulation de la fonction du technique: créer nouvelles machines et avoir conscience claire de ses effets pour l'avenir et la prospérité de l'humanité. L'ensemble de ces attributs transformera le technique et le philosophe de la technique dans une seule personne.

Mots-clés: Simondon, philosophie de la technique, histoire de la technique

* IFCS/UFRJ, doutorando em filosofia pela CAPES

Gilbert Simondon, filósofo francês da segunda metade do século XX, traz uma intensa e renovadora contribuição para o pensamento sobre a técnica, tema quase sempre relegado a um plano inferior pela reflexão filosófica. A filosofia mantém uma clássica e recorrente separação entre teoria e prática, posicionando muitas vezes a tecnicidade como servidora desta última. Como toda atividade (*ars servilis*), a partir desse ponto de vista, é percebida como algo menor em relação à contemplação teórica, a técnica não foi considerada pela grande maioria dos pensadores como matéria relevante de estudos. Simondon caminha na contracorrente dessa postura tradicional.

O título da obra que trata desse tema, ainda sem tradução para o português, já traz a sua orientação inovadora: “*Sobre o modo de existência dos objetos técnicos*”. Na perspectiva desse autor, os objetos técnicos são dignos de análise e compreensão por si mesmos. Eles dão o que pensar, pois se constituem como produções espirituais e coletivas do homem e tudo que é humano pode ter conteúdo filosófico significativo. O pensamento de uma época também se expressa nas suas criações técnicas. Nesse sentido, a história do saber e da cultura tem importante presença em sua filosofia, pois os objetos apresentam, para além da sua utilidade imediata e das suas dimensões físicas, linhagens, valorações e filiações que devem ser conhecidas por quem lida com eles. A gênese dos inventos não deve ser separada da sua existência atual. É a partir desse panorama que podemos começar a falar do entendimento singular que Simondon tem do técnico.

Em relação à visão comum, essa figura vai mudar radicalmente de aspecto. A simples utilização e convivência empírica com os utensílios do trabalho não é mais suficiente. O hábito de ligar o técnico à função de puro operador é considerado restritivo e viciado. Uma ampla formação enciclopédica, principalmente ligada ao universo técnico, será uma primeira exigência. Sua atividade envolverá também uma complexa gama de habilidades referentes ao funcionamento, manutenção, regulagem e melhoramento da máquina. Esse novo profissional, também nomeado pelo autor como engenheiro, terá que ser capaz de aliar talentos operativos, intelectuais e criativos. Além disso, uma constituição ética fará parte da sua formação: ele deverá ser capacitado para visualizar o que há de humano por trás das produções técnicas e para refletir sobre as repercussões daquilo que cria, tendo sempre como alvo a expansão da liberdade humana. O pressuposto, portanto, é que filosofia e técnica permaneçam indissociáveis.

Falemos um pouco mais do técnico de acordo com esse novo enfoque. Seu campo de atuação é aberto: pode ser uma máquina industrial, uma placa-mãe de computador ou a construção de uma ponte. Pode ainda ser uma estrada de rodagem, o que vai muito além do

que se entende usualmente como objeto técnico. Questões econômicas e sociais escapam por completo aos interesses técnicos. O preço de uma impressora ou as admirações públicas ou publicitárias de um automóvel serão características que Simondon vai chamar de *inessenciais*. O *design*, por exemplo, se não estiver a serviço de um aprimoramento funcional, é visto como desnecessário. Os pontos centrais de atenção do técnico vão se concentrar em como uma máquina se constituiu, qual o nível de integração das partes que a compõem e o que é possível fazer para ampliar suas potencialidades atuais. Ele também não realiza distinções hierárquicas entre construção e utilização, entre aspectos manuais e intelectuais.

As funções inventiva e operativa também não estarão dissociadas. A idéia é conhecer para criar. O técnico não vai se impor ou se submeter à máquina, como um patrão ou um empregado, mas estabelecerá uma relação de companheirismo, interdependência e colaboração mútua. Sem ser senhor ou escravo, coloca-se no meio delas, aprende com elas, promove comunicações entre elas e, porque não, oferece possibilidades para que elas continuem sendo aperfeiçoadas, como obras que podem continuar a ser criadas (os prédios que tem crescimento estimado de Le Corbusier são demonstrações disso). A missão técnica é a de regência. A analogia de Simondon do engenheiro é com o maestro, a quem cabe dois papéis: por em contato harmonioso os objetos técnicos de ontem e de hoje e pensar quais deverão ser incorporados à orquestra em um futuro próximo.

A vinculação trabalho/técnica é outra grande preocupação desse autor. O utilitarismo, um hábito cada vez mais disseminado no mundo contemporâneo, tende a condicionar a tecnicidade a resultados produtivos, pois tudo precisa ter uma finalidade prática e alcançar objetivos previsíveis e palpáveis. Por sua valorização do processo, Simondon sempre criticou esse princípio utilitarista. Uma criação técnica não poderá ter seu valor medido por seu grau de pronta aplicabilidade ou rentabilidade. Podemos imaginar Leonardo da Vinci em um auto-questionamento se o seu protótipo do helicóptero poderia ser construído imediatamente, quantas pessoas seria apto a transportar, quanto seria cobrado de cada passageiro pelo vôo? Uma inovação tem um valor próprio, seja utilizável ou não em dado momento histórico. Ela não só não tem preço, sendo um bem intangível, como não está submetida ao tempo físico. Esses posicionamentos provocam a necessidade de inverter a vinculação comum que se faz entre trabalho/técnica, que coloca esta como serviçal daquele: “É o trabalho que deve ser conhecido como fase da tecnicidade, não a tecnicidade como fase do trabalho, porque a tecnicidade é o conjunto, cujo trabalho é uma parte, não o inverso.” (SIMONDON, 1989: 241)

No empenho realizado para a confecção de um objeto pré-programado, o trabalhador é o mediador físico (é muitas vezes quem substitui o instrumento ou a máquina), aquele que vai promover a união entre uma determinada matéria e uma forma já definida. A atenção será dada a uma ou à outra, ambas já prontas ou, pelo menos, concebidas por alguém que não está presente no ato de fabricação. O interesse, nesse caso, nunca se posiciona na operação propriamente dita, mas nos seus resultados anteriormente planejados. É o começo e o fim, imóveis, o que interessa, o meio, móvel, não. É esse distanciamento em relação ao que se produz e como se produz, que se daria por ausência de educação técnica, que promove a alienação, segundo Simondon. O operador não participa da operação técnica mesmo quando comanda ou serve a máquina. Ele está presente com seus braços e pernas, mas está alheio mentalmente. Nosso autor aí contraria Marx, ao afirmar que não são as condições políticas ou sócio-econômicas, influências exteriores ao trabalho, que são fontes de alienação, mas o próprio trabalho, quando este não se revela estimulante em termos criativos. Essa nova ótica faz com o que o industrial, por não participar do movimento inventivo dos seus produtos, também seja alienado. Simondon resume o que há no processo técnico e que falta na prática produtiva: “O funcionamento operatório supõe na base, como condição de possibilidade, um ato de invenção. A invenção não é trabalho.” (SIMONDON, 1989: 247)

A própria palavra execução, sempre ligada à realização de um trabalho, já traz nela um sentido fechado de ordenamento externo que não incentiva intervenções ao longo da realização. Nesse esforço, o que é mobilizado e requerido no homem é apenas seu saber motor. A tecnicidade aí está contida por um padrão, uma finalidade pré-estabelecida. Essa situação estável não deve ser abalada por modificações, sempre conjuradas como instabilidades perigosas. Como existe um objetivo já definido a ser atingido, as múltiplas vertentes futuras da relação homem/máquina vão ser encobertas. O simples trabalho reduz, assim, as possibilidades da operação técnica realizar tudo que pode. O homem aí é o que Simondon chama de mero portador de ferramentas. É a humanidade, assim, que tem diminuídas as suas plenas potencialidades, já que a vida mental e as resoluções criativas, características singularmente humanas, são diluídas por uma esquematização sensório-motora que exige apenas repetições. Seríamos, então, menos humanos quando somos só trabalhadores. Ao contrário, efetivamente nos humanizamos no momento em que saímos da simples atualidade aplicadora e penetramos nas virtualidades inventivas.

Simondon não vai nos falar de um domínio ou de uma submissão do homem ao ambiente. Não há sombra de determinismos, em que um impera sobre o outro, mas união. A conjugação será chamada de *meio associado*. Visto desse modo, o objeto técnico é um misto harmônico e

conversível entre homem e natureza e ele se aprimora na medida em que se aproxima do natural. Isso faz com que uma flor modificada em laboratório possa ser mais artificial que uma ponte perfeitamente integrada ao ambiente onde foi construída.

Existe uma falsa imagem, inclusive originária de um certo humanismo de caráter moderno, de que é do homem o comando da constituição dos objetos. Na realidade, se o papel humano for bem desempenhado, serão viabilizados os meios para que a tomada de forma aconteça, mas ela vai se dar por si mesma. Qualquer esquema técnico é maior do que a mera soma de componentes envolvidos na operação. A tese do filósofo escocês do século XVIII, David Hume, de que as relações são exteriores aos seus termos é plenamente assimilada pelo pensador francês. Não há coisas, mas relações que ultrapassam e mesclam essas coisas em composições qualitativamente novas. O que Hume conceitua como relação, Simondon vai nomear de *sistema*. Isso vale até para a composição de um tijolo: “(...) é o sistema constituído pelo molde e pela argila prensada que é a condição da tomada de forma.” (SIMONDON, 1989: 243)

Mas trabalho e técnica não se eliminam. Uma máquina obviamente deve realizar a função a que se presta, mas, para além dessa superficialidade, ela é fundamentalmente portadora de informações que precisam ser decodificadas. É por isso que o simples uso ou a mera visão produtiva e econômica dos objetos técnicos é tida como insuficiente. Esse papel de decodificador cabe ao homem que domina os saberes técnicos. O portador de utensílio fica para trás e surge o portador de informação. Para que uma real troca de informações aconteça entre homens e máquinas é preciso um encontro entre a forma externa do objeto e as articulações mentais internas já presentes a um sujeito. Combina-se estrutura material e energia imaterial, pondo em contato pólos heterogêneos. Quando isso ocorre, a gênese criadora é permanente.

Os objetos técnicos possuem dimensões genealógicas, sendo obras coletivas e abertas. São transmissores interumanos de informação. É o que Simondon vai chamar de *transindividualidade*. Com isso, a estrita separação sujeito/objeto nos moldes cartesianos, com o império do primeiro sobre o segundo não faz mais sentido, pois o conhecimento técnico depende de uma aliança de saberes que vem de ambas as partes: “(...) para que um objeto técnico seja recebido como técnico e não somente como útil, para que ele seja julgado como resultado de invenção, portador de informação, não como utensílio, é preciso que o sujeito que o receba possua em si formas técnicas.” (SIMONDON, 1989: 247-248)

Os objetos não são forjados apenas com matéria, há alma neles, pois existem enigmas e virtualidades de uma série de criações presente neles. Cada um tem seu modo de existência,

sendo literalmente indivíduos com “história” e “código genético” próprios. Daí decifradores serem necessários. Para aqueles que são capazes de enxergar, a humanidade toda está presente em um certo invento.

A operação de decodificação envolve a retomada do processo inventivo. Será preciso remontar o problema que foi resolvido no momento da criação do objeto técnico. Não podemos jamais perder de vista que não há invenção sem problematização. Esse já é um aspecto integralmente filosófico, já que se faz necessário para a compreensão de uma filosofia o esforço de refazer o processo de pensamento que levou à elaboração de um conceito. É o que o filósofo francês da primeira metade do século XX, Henri Bergson, uma forte referência nas reflexões de Simondon, nomeou como intuição. As palavras são daquele, mas poderiam ser deste: “Intuição significa então inicialmente consciência, mas consciência imediata, visão que a custo se distingue do objeto visto, conhecimento que é contato e mesmo coincidência.” (BERGSON, 1993: 27)

É a intuição do já feito que leva à intuição do ainda não feito. A junção dessas duas qualidades, intelectual e criativa, é que faz o técnico penetrar no interior das coisas técnicas para compreender e experimentar suas tendências evolutivas. É isso que o assegura a nova condição de filósofo da técnica.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, H. R. (org.) *Tecnociência e cultura*. Trad. port.: vários tradutores. São Paulo: Estação Liberdade, 1998

BERGSON, H. *La pensée et le mouvant*. Paris: PUF, 1993

CHATELÊT, G. *Gilbert Simondon: une pensée de l'individuation et de la technique*. Paris: Albin Michel, 1994

ROUX, J. *Gilbert Simondon: une pensée operative*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2002

SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 1989

ARTIGOS E REVISTAS

MONTEBELLO, P. *Simondon et la question du mouvement*. Revue de Métaphysique de la France et l'Étranger (n° 3 – juillet 2006), pp. 279-297

BONTEMS, V. *Encyclopedisme et crise de la culture*. Revue de Métaphysique de la France et l'Étranger (n° 3 – juillet 2006), pp. 311-324

PRETENÇÕES IDENTITÁRIAS: As imagens Maracá e Cunani como identidade institucional para o Amapá.

Lídia Lobato Leal

Mestranda em Cultura Visual da FAV-UFG

Resumo

O presente trabalho analisa a utilização das imagens Maracá e Cunani por parte de instituições como o governo do Estado do Amapá e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na tentativa de imprimir uma identidade à população amapaense através da veiculação e massificação desses referenciais imagéticos pela publicidade institucional e privada. Argumenta sobre os interesses que direcionam tais práticas e quais as implicações para a comunidade.

Palavras-chave: Imagem; Identidade; Maracá, Cunani; Instituição.

Abstract

This article analyses the usage of Maracá and Cunani images by institutions like the govern of the state of Amapá and the 'Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)' with the intention of giving to the Amapá's population an identity, by the massive usage of these images by goveranal and private advertising system. It tells about the interests that directs this type of usage and the implications of this to the community.

Key-words: Image, Identity, Maracá, Cunani, Institution.

:

Quando o governo atual do Estado do Amapá assumiu seu primeiro mandato em 2002, sua *tônica* e *slogan* estavam voltadas ao empreendedorismo, no intuito de valorizar as parcerias público-privadas, por iniciativa do Governo Federal. Neste sentido, observa-se uma forte intenção institucional a fim de gerar dividendos econômicos a partir da exploração de aspectos culturais locais. Dentro deste contexto, a partir de 2006 as imagens das cerâmicas Maracá e Cunani “ressurgem” como elementos locais com perspectivas mercadológicas, pois o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com a intenção de fornecer subsídios técnicos que colaborassem com o sucesso das micro e pequenas empresas, iniciou um programa de capacitação para os empresários do setor artesanal, com a realização de diversas oficinas, incentivando-os a promover a construção de diferenciais que não só agregassem valor econômico a seus produtos e ou serviços, como possibilitassem a construção de uma identidade para seus produtos e ou empresas.

Considerando as peculiaridades das imagens das cerâmicas Maracá e Cunani, estas foram escolhidas para serem a marca não somente de um produto de marketing, mas, a partir da visão institucional, da identidade do povo amapaense, conforme fala de Antonio Waldez Góes da Silva, Governador dos Estado do Amapá: “A partir de agora daremos início a um processo de sensibilização e estímulo a nossos empreendedores –

sejam artesanais ou industriais – para que incorporem essa nossa identidade cultural em seu processo produtivo” (SEBRAE, 2006).

A fim de analisar a relação dessas imagens com o aspecto político e mercadológico acima esboçado, vale situar histórica e geograficamente essas sociedades pré-coloniais que habitaram o atual Estado do Amapá. Para alguns autores essas sociedades encontravam-se em nível pré-histórico; para outros em nível pré-colonial. Aqui usaremos o termo pré-colonial de acordo com SEBRAE (2006). No Amapá foram classificadas quatro fases ceramistas: Aruã, Maracá, Mazagão e Aristé, sendo três com exclusiva ocorrência no território amapaense e uma com ocorrência também no Pará de acordo com Betty Maggers, Clifford Evans, Mario Simões, P. Hilbert dentre outros (*apud* NUNES FILHO, 2005).

Geograficamente os sítios estão distribuídos, preponderantemente, ao longo do litoral ou entre rios. A questão geográfica também sugere uma integração cultural que busca abranger toda a população do Estado, colaborando, assim, com a construção de um sentimento de “amapalidade”.

De acordo com a publicação do SEBRAE/AP

Os sítios da fase Aristé [...] são encontrados nas regiões Amapá, Calçoene, Macapá e no Rio Oiapoque. Os da fase Aruã se concentram mais nas regiões Amapá e Calçoene. A fase Mazagão localiza-se mais na região de mesmo nome e no Rio Jarí. E os sítios da fase Maracá, por fim, também se concentram na região de Mazagão. (2006, p.18)

Seguindo os passos institucionais do SEBRAE e do Governo do Estado do Amapá analisaremos a fase Aristé, na qual está inserida a cerâmica Cunani e a fase Maracá, pois buscamos compreender as estratégias de construção de identidade promovidos por esses órgãos.

Os sítios da fase Aristé, de maior extensão (tanto temporal como espacial), ocorrem desde as margens do rio Oiapoque até o rio Araguari. As peças desta cerâmica, relacionada à tradição Policroma, foram elaboradas com finalidade utilitária para armazenagem e serviço, e ritual, como a urna funerária, geralmente enterrada em poços artificiais. Essa última possui modelagem de elementos zoomorfos e antropomorfos, além de grafismos, sendo chamada de Cerâmica Cunani. Sua datação é relativa aos séc. XV a XVI.

As urnas funerárias da fase Maracá, depositadas em sítios cemitérios, geralmente em grutas, não possuem filiação cultural e encontram-se próximas ao local onde ocorrem os sítios da fase Mazagão (região sul do estado). Apresentam formas tubulares,

zoomorfas, antropomorfas e antropozoomorfas e possuem datação relativa intrusiva na fase Mazagão, entre os séculos XVI e XVII.

A retomada dessas imagens por parte das instituições como o SEBRAE, o Governo do Estado do Amapá, com o apoio do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia, aconteceram a partir de 2006, e, conforme declaração do Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico Alberto Góes ao jornal Diário do Amapá: “O que queremos é a colaboração dos profissionais da imprensa na construção do sentimento de amapalidade e na massificação dessas referências iconográficas, que simbolizam o resgate de nossa verdadeira história” (MELO, 2006). Esse sentimento seria o vínculo identitário que estabeleceria a noção de pertencimento dos indivíduos à sociedade amapaense.

Para Stuart Hall, o sentimento de pertencer a uma nação está vinculado a uma composição de instituições culturais, símbolos e representações, que ele chama de narrativa da nação, pois esta é contada e recontada através de “estórias, imagens, panoramas, cenários [...], triunfos e desastres que dão sentido à nação” (2006, p.52). Desse modo, os meios de comunicação de massa foram convocados a participar desse esforço para promover um sentimento de pertencimento. O Governo do Estado, através de suas secretarias e do SEBRAE, tem realizado intensiva propaganda a fim de aproximar as imagens Maracá e Cunani à sociedade por meio de campanhas publicitárias, exposições itinerantes e oficinas para artesãos e empresários de diversos setores produtivos.

Historicamente, vale ressaltar que o Estado do Amapá, sendo um estado jovem, passou por diversas disputas territoriais com a França, levando-o assim a assinar o Tratado de Utrecht (1713) e o Laudo Suíço (1900), que, finalmente, delimitaram suas fronteiras enquanto território brasileiro. Questões como o desmembramento da província do Grão Pará e Maranhão e sua transformação em Território Federal, em 1943, de acordo com Carvalho (1998), acarretaram um forte fluxo migratório. Surge daí então a necessidade de se “delimitar” as questões de identidade.

Além dessa “justificativa” histórica, outras estratégias seriam plausíveis de serem discutidas. Do sentido da imagem, Vilém Flusser anuncia que “imagens são superfícies que pretendem representar algo” (2002, p.7). Seria muito ingênuo imaginar que as instituições do Estado do Amapá teriam a intenção de apenas “resgatar” imagens que estavam esquecidas. Quando sua exposição passa a ser frenética, essas imagens são incorporadas no imaginário e, por que não dizer, passam a imprimir e representar

conceitos, sendo “mediações entre homem e mundo” (FLUSSER, 2002, p. 9) servindo de alienação na medida em que estas são substituições de sua imaginação, pois o homem passa “a ser incapaz de decifrar imagens” (idem) aceitando o que lhe é “dado” por aqueles que detêm os mecanismos de reprodução e reorientação dessas imagens.

Do ponto de vista etmológico convém lembrar que a origem da palavra imagem vem do “Latim *imago*, que no mundo antigo significava a máscara de cera utilizada nos rituais de enterramento para reproduzir o rosto dos mortos” (KERN. *In*: FABRIS, 2006, p.15). Esta citação de Kern nos remete às urnas funerárias Maracá e Cunani. Elas, nesse sentido, seriam utilizadas para substituir a efemeridade do corpo humano ou animal quando de sua produção, e, agora, retomam seu caráter de entreposto, entre o homem e sua representação, revitalizadas por outra significação: a da identidade.

A partir da questão da identidade, Tomaz Tadeu da Silva afirma que “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas”, (2000, p.73) ou, para ser sucinto, homogeneizadas. Se, a partir de uma perspectiva histórica, a consolidação do Estado do Amapá precisou ser “solucionada” em fins do século XIX, a questão da identidade permanecia em aberto, necessitando-se consolidá-la. Este autor argumenta que, declarar uma identidade, um adjetivo que me defina e às minhas crenças, é muito mais simples do que declarar o que “não sou”.

Partindo desse princípio, ao homogeneizar identidades diversas, as demais identidades são negligenciadas à medida que se colocam à margem dessa afirmação.

A campanha da criação da identidade amapaense, que tem por título “O Legado das Civilizações Maracá e Cunani - O Amapá Revelando sua Identidade”, foi lançada com um livro, cartazes e uma exposição. Ao analisarmos as ações da linguagem num sentido de impressão de identidade, podemos recorrer a Saussure (*apud* SILVA, 2000, p.77), que alerta para o fato de que os elementos (signos) de uma língua não possuem valor isoladamente, eles precisam de um conjunto de significações para de fato existirem. O conjunto de significações articulados na “campanha do sentimento de amapalidade” é muito extenso e utiliza-se dos meios que institucionalmente estão em seu poder. Nesse caso em particular, a linguagem constrói imagens tanto escritas, quanto faladas.

Em um cartaz de um espetáculo musical realizado na cidade de Macapá em 2006 a imagem de uma urna Maracá é duplicada (espelhamento) e figura ao lado de cantores, como a banda de axé-music “Babado Novo”, a fim de naturalizar e popularizar essa

representação. As estratégias desse tipo de marketing foram elaboradas por uma conceituada empresa de São Paulo (Top Brands - Consultoria e Gestão de Marcas), para gerir a marca Maracá e Cunani e repassadas em curso ministrado por Eduardo Muniz.

Essa breve análise nos alerta para o que diz Stuart Hall (*In: SILVA, 2000, p.106*) sobre a identificação, dentro de um sentido de senso geral, ser “construída a partir do conhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”, surgindo assim o agenciamento, no sentido de “produzir” um sentimento pertencente a todos.

Imagens, assim como identidades, são entrepostos, são conceituações criadas e divulgadas com finalidades específicas.

(...) é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas [...] elas emergem do interior do jogo de modalidades específicas de poder, e são, assim, mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma identidade em seu significado tradicional. (HALL, S. *In: SILVA, 2000, p.106*)

Dentro do jogo de poder as imagens servem a um propósito identitário por parte das instituições que utilizam tais representações. Estas empenham esforço político, monetário e técnico-especializado que tencionam para a homogeneização do referencial identitário da população, negligenciando a diversidade dos referenciais locais e a divergência entre a proposta oficial e as expressões e diversos grupos.

Os processos psicológicos envolvidos no caso do Amapá são os de “carência identitária”. Desse modo, tenta-se imprimir uma identidade através das imagens veiculadas com uma finalidade específica: agregar valor aos produtos dos artesãos e aos serviços, ao mesmo tempo em que se resolve o problema da “falta de identidade”, enquanto se vendem produtos com valores estéticos passíveis de serem as referências visuais do Amapá.

Para Alfredo Bosi, as instituições “são organizações modernas e complexas que administram a produção e a circulação de bens simbólicos” (1992, p.322). Sua complexidade fica evidente quando se articulam diversos setores para administrar a marca Maracá e Cunani, liderados pelo Estado, e que vão desde instituições financeiras a instituições educacionais. Mostra disso é o que nos é relatado, em entrevista ao jornal Vanguarda Cultural, pelo consultor em design do SEBRAE Cristiano Sales, contratado para ministrar uma oficina.

A necessidade de preencher um hiato entre a época dessas civilizações e a ausência de valorização do passado por parte da população de hoje, despertou nos técnicos do SEBRAE a idéia de buscar referências *dessa cultura perdida*, a fim de imprimir definitivamente uma identidade, uma marca, um legado cultural para o Amapá. (PEDROSA & SILVA, T., 2006, p.19 - grifo nosso)

Assim, o intuito institucional é tornar as imagens *das culturas* Maracá e Cunani um referencial para que as pessoas possam se reconhecer através destas imagens. Para Geertz (1997), a produção visual de um povo deve ser o resultado da interação com vários segmentos da cultura como a religião, a ciência, a moralidade, a política, a tecnologia, o lazer e todas as outras práticas cotidianas. Assim, a arte é uma construção diária, pois “o sentimento que um povo tem pela vida não é transmitido unicamente através da arte” (1997, p.145), sendo a produção visual uma parcela, entre outros aspectos, do modo de vida de uma determinada população.

No caso das imagens Maracá e Cunani, estamos lidando com uma produção visual que não se auto-designava desse modo, visto que as intenções, embora estéticas, estão vinculadas a elementos cotidianos completamente diversos da produção contemporânea. Nesta tentativa de aproximação, com que intenção as instituições “financiam” a produção de designers com as referências Maracá e Cunani?

Para Canclini (2006), o fascínio gerado pelo primitivismo ou o retorno ao modernismo no sentido de justificar a utilização de imagens de culturas pré-coloniais nos remete a essa tentativa oficial de demonstrá-las como identidade de um povo no momento contemporâneo. Canclini nos revela uma prática não somente dos museus, mas, no caso deste estudo, como sendo uma prática das instituições do Estado do Amapá. Questiona “a que se deve essa insistência na unicidade, na pureza, na inocência, no selvagem [...]?” (2006, p.56). Para ele a resposta está vinculada ao valor econômico do investimento, pois é necessário que estas produções alcancem altas cotações, uma vez que elas estão cada vez mais relacionadas a companhias de aviação, carros, antiguidade, enfim, muito mais do que valores estéticos ou simplesmente emocionais ou identitários. As produções visuais primitivas precisam estar vinculadas a valores econômicos.

Voltando à explicação histórica de que os conflitos por território teriam gerado, então, uma “falta” de identidade Stuart Hall nos lembra que “as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora sabendo sempre que elas são representações, e que a representação é sempre construída ao longo de uma falta” (*In*:

SILVA, 2000, p.112). Essa falta tenta ser suprida pela “identidade” presente nas imagens Maracá e Cunani, que, tanto histórica, quanto geograficamente, pode ser justificada como união ou “sutura”. Nesse caso a sutura é promovida institucionalmente.

Ao longo deste ensaio não estamos levantando questões sobre a audiência no sentido de entrevistá-la, conhecer seu modo de compreensão ou, ainda, os níveis de convencimento alcançados pelas tentativas institucionais. Analisamos tão somente as estratégias utilizadas e os mecanismos tacitamente empregados para alcançar uma mudança identitária ou uma homogeneização da comunidade. Esse estudo sobre as reações dos diversos grupos que estão contidos nesses interesses, será vislumbrado no futuro, quando da necessidade de aprofundamento do caso em questão.

Os anúncios impressos são elementos importantes no universo da publicidade segundo Douglas Kellner (1995). Ele alerta que, embora os publicitários divulguem a idéia do anúncio como basicamente informativo, essa informação acaba não resistindo a um exame mais aprofundado. Durante a campanha para a reeleição ao governo do Estado do Amapá, em 2006, foi divulgado um panfleto sobre benfeitorias realizadas no setor da cultura no mandato anterior, em que, num sentido de correlação, aparece o *logo* da campanha eleitoral e, ao fundo, o título da exposição com uma imagem Maracá por trás da imagem do candidato. A mensagem deixa muito clara a necessidade de avanço, tanto cultural quanto científico, pois “o incentivo à pesquisa científica, o corredor da biodiversidade são outras ações que estão firmando a cultura, a pesquisa e o crescimento científico e intelectual do nosso povo.” (Governo do Estado do Amapá, 2006)

Ainda com relação aos anúncios impressos, Kellner esclarece que “suas imagens não apenas tentam *vender* o produto ao associá-lo com certas qualidades socialmente desejáveis, mas que elas vendem também uma visão de mundo.” (1995, p.113 - grifo nosso) Os anúncios impressos: folhetos, panfletos, out-doors, além dos televisivos buscam agrupar um sistema simbólico, através do convencimento a respeito de uma situação superlativizada. “Assim, as representações oficiais do Amapá tendem para realizações imagéticas ditas ‘tradicionais’ que colaboram para a manutenção de uma ideologia burguesa” (SUPERTI, E. *et al*, 2006), pois, ao veicular determinadas imagens, negligencia-se outras. Não só o que vemos, mas o que é ocultado ao nosso olhar, também nos conduz a reflexões.

Na ótica da Cultura Visual Mitchell (2003, p.39) vem reforçar este caráter da imagem:

La “cultura” visual fija su atención en todas aquellas cosas extrañas que hacemos mientras miramos, contemplamos, mostramos y presumimos – o, por el contrario, mientras nos ocultamos, disimulamos o rehusamos mirar. En particular, nos ayuda a comprobar que incluso algo tan amplio como “la imagen” no agota todas las posibilidades de la visualidad.

Deste modo se faz necessário compreender que as imagens fazem parte de um conjunto de elementos constitutivos de significados e atitudes que pendem para a homogeneização, mesmo que Stuart Hall descreva a homogeneização como uma visão “simplista, exagerada e unilateral” (2003, p.77). Reportando-se a Kevin Robin, esboça que ao lado da tendência homogeneizadora há também o fascínio com a diferença, e o mais preocupante do nosso ponto de vista, a “mercantilização” da etnia, ou seja, as imagens Maracá e Cunani, ao mesmo tempo em que são utilizadas na tentativa de homogeneizar identidades, também se tornam mercadorias que podem estar ao alcance de turistas ávidos por um elemento diferencial, exótico, que represente o povo amapaense. Para Hall, esse fenômeno descreve uma maneira mais refinada de articular o “global” e o “local”. Uma segunda qualificação com relação à homogeneização é a distribuição desigual da globalização, tanto de modo geral como de modo local ou “entre regiões ou diferentes estratos da população *dentro* das regiões” (2003, p.78), além de acreditar “que a direção do fluxo é desequilibrada”.

No caso do Amapá, as críticas de Hall demonstram a necessidade anteriormente levantada de avaliar a recepção da audiência com relação às imagens produzidas. Podemos vislumbrar o caráter massivo das imagens Maracá e Cunani nessa tentativa homogenizante de forma regional, uma vez que a crítica de Hall é feita no âmbito global.

Podemos concluir a partir de outros estudos de Hall, no que se refere à audiência, que a recepção da imagem dependerá de vários fatores, inclusive das construções sociais, simbólicas, psicológicas e históricas que forem desenvolvidas, tanto a partir de quem vê, como de quem é visto “the viewer and viewed - are seen as mutually constitutive. Each is implicated in the other, [...] the subject is, in part, formed subjectively through what and how its ‘sees’, how its ‘field of vision’ is constructed” (2005, p.310), deste modo, aquilo que vemos e aquilo que se nos mostra, constroem sentidos que mutuamente modificam o modo como observamos e o modo como somos observados, tornando esta relação dinâmica, mas, ainda independente, pois o observador é socialmente localizado e suas posições demonstram os parâmetros de suas observações.

Ao veicular determinadas imagens, utilizando-se dos meios de comunicação em poder da instituição, o Governo do Estado do Amapá cria códigos que negligenciam as múltiplas identidades culturais do Estado por não valorizá-las, ou mesmo, por não reconhecê-las, uniformizando essas identidades.

REFERÊNCIAS

- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CARVALHO, J. R. F. **Momentos de História da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.
- FLUSSER, V. A imagem. In: **Filosofia da Caixa Preta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **União e Desenvolvimento**. 2006. Macapá - Amapá. Gráfica JM. Folheto, s/p.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. da. (Org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-131.
- _____. Introduction-Part III. In: HALL, Stuart. EVANS, J. **Visual Culture: The Reader**. London: Sage, 2005. p. 309-314.
- KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: Em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, T. T. da. (Org). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.105-139.
- KERN, Maria Lúcia B. Imagem manual: Pintura e conhecimento. In: FABRIS, Ana Teresa. (Org.). **Imagem e Conhecimento**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- LIMA, Cecília. Workshop pretende massificar cultura das civilizações. **Jornal A Gazeta**, Macapá, 22 set. 2006. Cotidiano, Caderno 2, p. 02.
- MITCHELL, W. J. T. Mostrando el ver: Uma critica dela cultura visual. En: **Estudios visuales 1**. Murcia: Centro de Documentación e Estudios Avanzados de Arte Contemporâneo, Nov. 2003, p.17-40.
- MELO, Ziulana. Maracá e Cunani na Fortaleza. **Diário do Amapá**. Macapá, 05 jul. 2006. Vitrine, p.08.a.
- NUNES FILHO, E. P. **Pesquisa arqueológica no Amapá**. Macapá: B-a-Bá, 2005.

PEDROSA, Aroldo; SILVA, Tanha. A Identidade do Amapá em exposição. **Jornal Vanguarda cultural**. Macapá, 19 set. 2006. Caderno Especial, p. 19.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO AMAPÁ - **SEBRAE/AP**: O Legado das Civilizações Maracá e Cunani: O Amapá Revelando sua Identidade. Macapá, 2006.

SILVA, T. T. da. (Org). **Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SUPERTI, Eliane, et al. Fragmentos Identitários. **Anais da SBPC**. 58ª REUNIÃO ANUAL da. SBPC, Florianópolis, jul. 2006. Acesso em 21/04/2007.

Disponível em:< <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/senior/index.html>.>

Lídia Lobato Leal: Mestranda no Programa em Cultura Visual da Faculdade de Artes Visuais-UFG. Professora vinculada ao Grupo de Pesquisa Direitos Sociais Cultura e Cidadania- UNIFAP. Professora da rede pública estadual no Amapá.

PRETENÇÕES IDENTITÁRIAS: As imagens Maracá e Cunani como identidade institucional para o Amapá.

Lídia Lobato Leal*

Resumo

O presente trabalho analisa a utilização das imagens Maracá e Cunani por parte de instituições como o governo do Estado do Amapá e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na tentativa de imprimir uma identidade à população amapaense através da veiculação e massificação desses referenciais imagéticos pela publicidade institucional e privada. Argumenta sobre os interesses que direcionam tais práticas e quais as implicações para a comunidade.

Palavras-chave: Identidade; Maracá-Cunani; Instituição.

Abstract

This article analyses the usage of Maracá and Cunani images by institutions like the govern of the state of Amapá and the 'Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)' with the intention of giving to the Amapá's population an identity, by the massive usage of these images by goveranal and private advertising system. It tells about the interests that directs this type of usage and the implications of this to the community.

Key-words: Identity, Maracá-Cunani, Institution.

O governo atual do Estado do Amapá assumiu seu primeiro mandato em 2002, sua *tônica* e *slogan* estavam voltadas ao empreendedorismo, no intuito de valorizar as parcerias público-privadas, por iniciativa do Governo Federal. Neste sentido, observa-se uma forte intenção institucional a fim de gerar dividendos econômicos a partir da exploração de aspectos culturais locais. Dentro deste contexto, a partir de 2006 as imagens das cerâmicas Maracá e Cunani “ressurgem” como elementos locais com perspectivas mercadológicas, pois o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com a intenção de fornecer subsídios técnicos que colaborassem com o sucesso das micro e pequenas empresas, iniciou um programa de capacitação para os empresários do setor artesanal, com a realização de diversas oficinas, incentivando-os a promover a construção de diferenciais que não só

* Mestranda em Cultura Visual da FAV-UFG

agregassem valor econômico a seus produtos e ou serviços, como possibilitassem a construção de uma identidade para seus produtos e ou empresas.

Considerando as peculiaridades das imagens das cerâmicas Maracá e Cunani, estas foram escolhidas para serem a marca não somente de um produto de marketing, mas, a partir da visão institucional, da identidade do povo amapaense, conforme fala de Antonio Waldez Góes da Silva, Governador do Estado do Amapá: “A partir de agora daremos início a um processo de sensibilização e estímulo a nossos empreendedores – sejam artesanais ou industriais – para que incorporem essa nossa identidade cultural em seu processo produtivo” (SEBRAE, 2006).

A fim de analisar a relação dessas imagens com o aspecto político e mercadológico acima esboçado, vale situar histórica e geograficamente essas sociedades pré-coloniais que habitaram o atual Estado do Amapá. Aqui usaremos o termo pré-colonial de acordo com SEBRAE (2006). No Amapá foram classificadas quatro fases ceramistas: Aruã, Maracá, Mazagão e Aristé, sendo três com exclusiva ocorrência no território amapaense e uma com ocorrência também no Pará de acordo com Betty Maggers, Clifford Evans, Mario Simões, P. Hilbert dentre outros (NUNES FILHO, 2005).

Geograficamente os sítios estão distribuídos, preponderantemente, ao longo do litoral ou entre rios. A questão geográfica também sugere uma integração cultural que busca abranger toda a população do Estado, colaborando, assim, com a construção de um sentimento de “amapalidade”.

De acordo com a publicação do SEBRAE/AP (2006: 18)

Os sítios da fase Aristé [...] são encontrados nas regiões Amapá, Calçoene, Macapá e no Rio Oiapoque. Os da fase Aruã se concentram mais nas regiões Amapá e Calçoene. A fase Mazagão localiza-se mais na região de mesmo nome e no Rio Jarí. E os sítios da fase Maracá, por fim, também se concentram na região de Mazagão.

Os sítios da fase Aristé, de maior extensão, ocorrem desde as margens do rio Oiapoque até o rio Araguari. As peças desta cerâmica, relacionada à tradição Policroma, foram elaboradas com finalidade utilitária para armazenagem, serviço, e ritual, com a urna funerária, geralmente enterrada em poços artificiais. Essa última possui modelagem de elementos zoomorfos e antropomorfos, além de grafismos, sendo chamada de Cerâmica Cunani. Sua datação é relativa aos séc. XV a XVI.

As urnas funerárias da fase Maracá, depositadas em sítios cemitérios, geralmente em grutas, não possuem filiação cultural e encontram-se próximas ao local onde ocorrem os sítios da fase Mazagão (região sul do estado). Apresentam formas tubulares, zoomorfas, antropomorfas e antropozoomorfas e possuem datação relativa intrusiva na fase Mazagão, entre os séculos XVI e XVII.

A retomada dessas imagens por parte das instituições como o SEBRAE, o Governo do Estado do Amapá, com o apoio do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia, aconteceram a partir de 2006, e, conforme declaração do Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico Alberto Góes ao jornal Diário do Amapá: “O que queremos é a colaboração dos profissionais da imprensa na construção do sentimento de amapalidade e na massificação dessas referências iconográficas, que simbolizam o resgate de nossa verdadeira história” (MELO, 2006). Esse sentimento seria o vínculo identitário que estabeleceria a noção de pertencimento dos indivíduos à sociedade amapaense.

Para Stuart Hall, o sentimento de pertencer a uma nação está vinculado a uma composição de instituições culturais, símbolos e representações, que ele chama de narrativa da nação, pois esta é contada e recontada através de “estórias, imagens, panoramas, cenários [...], triunfos e desastres que dão sentido à nação” (2003:52). Desse modo, os meios de comunicação de massa foram convocados a participar desse esforço para promover um sentimento de pertencimento. O Governo do Estado, através de suas secretarias e do SEBRAE, tem realizado intensiva propaganda a fim de aproximar as imagens Maracá e Cunani à sociedade por meio de campanhas publicitárias, exposições itinerantes e oficinas para artesãos e empresários de diversos setores produtivos.

Vale ressaltar que o Estado do Amapá, sendo um estado jovem, passou por diversas disputas territoriais com a França, levando-o assim a assinar o Tratado de Utrecht (1713) e o Laudo Suíço (1900), que, finalmente, delimitaram suas fronteiras enquanto território brasileiro. Questões como o desmembramento da província do Grão Pará e Maranhão e sua transformação em Território Federal, em 1943, de acordo com Carvalho (1998), acarretaram um forte fluxo migratório. Surge daí então a necessidade de se “delimitar” as questões de identidade.

Além dessa “justificativa” histórica, outras estratégias seriam plausíveis de serem discutidas. Do sentido da imagem, Vilém Flusser anuncia que “imagens são superfícies que pretendem representar algo” (2002: 7). Seria muito ingênuo imaginar que as instituições do Estado do Amapá teriam a intenção de apenas “resgatar” imagens que estavam esquecidas. Quando sua exposição passa a ser frenética, essas imagens são incorporadas no imaginário e,

por que não dizer, passa a imprimir e representar conceitos e servindo de alienação na medida em que estas são substituições de sua imaginação, pois o homem passa “a ser incapaz de decifrar imagens” (*idem*) aceitando o que lhe é “dado” por aqueles que detêm os mecanismos de reprodução e reorientação dessas imagens.

A partir da questão da identidade, Tomaz Tadeu da Silva afirma que “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas”, (2000: 73) ou, para ser sucinto, homogeneizadas. Se, a partir de uma perspectiva histórica, a consolidação do Estado do Amapá precisou ser “solucionada” em fins do século XIX, a questão da identidade permanecia em aberto, necessitando-se consolidá-la. Este autor argumenta que, declarar uma identidade, um adjetivo que me defina e às minhas crenças, é muito mais simples do que declarar o que “não sou”. Partindo desse princípio, ao homogeneizar identidades diversas, as demais identidades são negligenciadas à medida que se colocam à margem dessa afirmação.

A campanha da criação da identidade amapaense, que tem por título “O Legado das Civilizações Maracá e Cunani - O Amapá Revelando sua Identidade”, foi lançada com um livro, cartazes e uma exposição itinerante. Ao analisarmos as ações da linguagem num sentido de impressão de identidade, podemos recorrer a Saussure (*apud* SILVA, 2000: 77), que alerta para o fato de que os elementos (signos) de uma língua não possuem valor isoladamente, eles precisam de um conjunto de significações para de fato existirem. O conjunto de significações articulados na “campanha do sentimento de amapalidade” é muito extenso e utiliza-se dos meios que institucionalmente estão em seu poder. Nesse caso em particular, a linguagem constrói imagens tanto escritas, quanto faladas.

Essa breve análise nos alerta para o que diz Stuart Hall (*In*: SILVA, 2000: 106) sobre a identificação, dentro de um sentido de senso geral, ser “construída a partir do conhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”, surgindo assim o agenciamento, no sentido de “produzir” um sentimento pertencente a todos.

Imagens, assim como identidades, são entrepostos, são conceituações criadas e divulgadas com finalidades específicas. (HALL. *In*: SILVA, 2000: 106)

(...) é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas [...] elas emergem do interior

do jogo de modalidades específicas de poder, e são, assim, mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma identidade em seu significado tradicional.

Dentro do jogo de poder as imagens servem a um propósito identitário por parte das instituições que utilizam tais representações. Estas empenham esforço político, monetário e técnico-especializado que tencionam para a homogeneização desse referencial na população, negligenciando a diversidade dos referenciais locais e a divergência entre a proposta oficial e as expressões e diversos grupos.

Para Alfredo Bosi, as instituições “são organizações modernas e complexas que administram a produção e a circulação de bens simbólicos” (1992: 322). Sua complexidade fica evidente quando se articulam diversos setores para administrar a marca Maracá e Cunani, liderados pelo Estado, e que vão desde instituições financeiras a instituições educacionais privadas. Mostra disso é o relato, em entrevista ao jornal Vanguarda Cultural, do consultor em design do SEBRAE Cristiano Sales, contratado para ministrar uma oficina. (PEDROSA & SILVA, T., 2006, p.19):

A necessidade de preencher um hiato entre a época dessas civilizações e a ausência de valorização do passado por parte da população de hoje, despertou nos técnicos do SEBRAE a idéia de buscar referências dessa cultura perdida, a fim de imprimir definitivamente uma identidade, uma marca, um legado cultural para o Amapá.

Assim, o intuito institucional é tornar as imagens *das culturas* Maracá e Cunani um referencial para que as pessoas possam se reconhecer através destas imagens. Para Geertz (1997), a produção visual de um povo deve ser o resultado da interação com vários segmentos da cultura como a religião, a ciência, a moralidade, a política, a tecnologia, o lazer e todas as outras práticas cotidianas. Assim, a arte é uma construção diária, pois “o sentimento que um povo tem pela vida não é transmitido unicamente através da arte” (1997:145), sendo a produção visual uma parcela, entre outros aspectos, do modo de vida de uma determinada população.

No caso das imagens Maracá e Cunani, estamos lidando com uma produção visual que não se auto-designava desse modo, visto que as intenções, embora estéticas, estão vinculadas a elementos cotidianos completamente diversos da produção contemporânea. Nesta tentativa de aproximação, com que intenção as instituições “financiam” a produção de designers com as referências Maracá e Cunani?

Para Canclini (2006), o fascínio gerado pelo primitivismo ou o retorno ao modernismo no sentido de justificar a utilização de imagens de culturas pré-coloniais nos remete a essa tentativa oficial de demonstrá-las como identidade de um povo no momento contemporâneo. Canclini nos revela uma prática não somente dos museus, mas, no caso deste estudo, como sendo uma prática das instituições do Estado do Amapá. Questiona "a que se deve essa insistência na unicidade, na pureza, na inocência, no selvagem?" (2006: 56). Para ele a resposta está vinculada ao valor econômico do investimento, pois é necessário que estas produções alcancem altas cotações, uma vez que elas estão cada vez mais relacionadas a companhias de aviação, carros, antiguidade, enfim, muito mais do que valores estéticos ou simplesmente emocionais ou identitários. As produções visuais primitivas precisam estar vinculadas a valores econômicos.

Voltando à explicação histórica de que os conflitos por território teriam gerado, então, uma "falta" de identidade Stuart Hall nos lembra que "as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora sabendo sempre que elas são representações, e que a representação é sempre construída ao longo de uma falta" (*In*: SILVA, 2000: 112). Essa falta tenta ser suprida pela "identidade" presente nas imagens Maracá e Cunani, que, tanto histórica, quanto geograficamente, pode ser justificada como união ou "sutura". Nesse caso a sutura é promovida institucionalmente.

Ao longo deste ensaio não estamos levantando questões sobre a audiência no sentido de entrevistá-la, conhecer seu modo de compreensão ou, ainda, os níveis de convencimento alcançados pelas tentativas institucionais. Analisamos tão somente as estratégias utilizadas e os mecanismos tacitamente empregados para alcançar uma mudança identitária ou uma homogeneização da comunidade.

Douglas Kellner (1995) alerta que, embora os publicitários divulguem a idéia do anúncio como basicamente informativo, essa informação acaba não resistindo a um exame mais aprofundado. Durante a campanha para a reeleição ao governo do Estado do Amapá, em 2006, foi divulgado um panfleto sobre benfeitorias realizadas no setor da cultura no mandato anterior, em que, num sentido de correlação, aparece o *logo* da campanha eleitoral e, ao fundo, o título da exposição com uma imagem Maracá por trás da imagem do candidato. A mensagem deixa muito clara a necessidade de avanço, tanto cultural quanto científico, pois "o incentivo à pesquisa científica, o corredor da biodiversidade são outras ações que estão firmando a cultura, a pesquisa e o crescimento científico e intelectual do nosso povo" (G.E.A., 2006).

Os anúncios impressos: folhetos, panfletos, *out-doors*, além dos televisivos buscam agrupar um sistema simbólico, através do convencimento a respeito de uma situação superlativizada. “Assim, as representações oficiais do Amapá tendem para realizações imagéticas ditas ‘tradicionais’ que colaboram para a manutenção de uma ideologia burguesa” (SUPERTI, *et al*, 2006), pois, ao veicular determinadas imagens, negligenciam-se outras. Não só o que vemos, mas o que é ocultado ao nosso olhar, também nos conduz a reflexões.

Na ótica da Cultura Visual Mitchell (2003: 39) vem reforçar este caráter da imagem:

La “cultura” visual fija su atención en todas aquellas cosas extrañas que hacemos mientras miramos, contemplamos, mostramos y presumimos – o, por el contrario, mientras nos ocultamos, disimulamos o rehusamos mirar. En particular, nos ayuda a comprobar que incluso algo tan amplio como “la imagen” no agota todas las posibilidades de la visualidad.

Podemos concluir a partir dessa colocação de Mitchell e outros estudos de Hall, (2005) no que se refere à audiência, que a recepção da imagem dependerá de vários fatores, inclusive das construções (e ocultações) sociais, simbólicas, psicológicas e históricas que forem desenvolvidas, tanto a partir de quem vê, como de quem é visto, deste modo, aquilo que vemos e aquilo que se nos mostra, constroem sentidos que mutuamente modificam o modo como observamos e o modo como somos observados, tornando esta relação dinâmica, mas, ainda dependente, pois o observador é socialmente localizado e suas posições demonstram os parâmetros de suas observações.

Ao veicular determinadas imagens, utilizando-se dos meios de comunicação em poder da instituição, o Governo do Estado do Amapá cria códigos que negligenciam as múltiplas identidades culturais do Estado por não valorizá-las, ou mesmo, por não reconhecê-las, uniformizando essas identidades com propósitos claramente econômicos.

REFERÊNCIAS

- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CARVALHO, J. R. F. **Momentos de História da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.
- FLUSSER, V. A imagem. *In: Filosofia da Caixa Preta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

G. E. A. **União e Desenvolvimento**. 2006. Macapá - Amapá. Gráfica JM. Folheto, s/p.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. da. (Org). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-131.

_____. Introduction-Part III. In: HALL, Stuart. EVANS, J. **Visual Culture: The Reader**. London: Sage, 2005. p. 309-314.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: Em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, T. T. da. (Org). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.105-139.

MITCHELL, W. J. T. Mostrando el ver: Uma critica dela cultura visual. En: **Estudios visuales 1**. Murcia: Centro de Documentación e Estudios Avanzados de Arte Contemporáneo, Nov. 2003, p.17-40.

MELO, Ziulana. Maracá e Cunani na Fortaleza. **Diário do Amapá**. Macapá, 05 jul. 2006. Vitrine, p.08.a.

NUNES FILHO, E. P. **Pesquisa arqueológica no Amapá**. Macapá: B-a-Bá, 2005.

PEDROSA, Aroldo; SILVA, Tanha. A Identidade do Amapá em exposição. **Jornal Vanguarda cultural**. Macapá, 19 set. 2006. Caderno Especial, p. 19.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO AMAPÁ - **SEBRAE/AP**: O Legado das Civilizações Maracá e Cunani: O Amapá Revelando sua Identidade. Macapá, 2006.

SILVA, T. T. da. (Org). **Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SUPERTI, Eliane, et al. Fragmentos Identitários. **Anais da SBPC**. 58ª REUNIÃO ANUAL da. SBPC, Florianópolis, jul. 2006. Acesso em 21/04/2007.

Disponível em:< <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/senior/index.html>.>

A POEIRA DOS EMPREGOS DE UMA MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS E A GERAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS*

Dayse de Souza Leite**
Eder Jurandir Carneiro***

Resumo:

A pesquisa busca investigar e analisar os possíveis conflitos ambientais protagonizados entre a Mineração Ômega LTDA, localizada na cidade de Santa Cruz de Minas, e atores sociais – moradores do entorno, órgãos públicos, empresa, imprensa e ex-funcionários – que, em condições assimétricas de poder, disputam a atribuição de usos e significados às determinadas condições naturais territorializadas. Os conflitos são ocasionados pela poeira gerada nas atividades extrativas, que prejudica bairros do entorno e funcionários. Através da reconstituição dos processos de ocupação dos territórios envolvidos na dinâmica, usamos como metodologia básica para consecução dos objetivos, a pesquisa documental em arquivos de órgãos públicos e privados e realização de entrevistas com todos os grupos sociais envolvidos na questão. Ressalta que a empresa está inserida numa Área de Proteção Ambiental – APA.

Palavras-chave: Mineração Ômega, conflito ambiental, justiça ambiental.

Abstract:

This search aims to investigate and analyse possible environment conflicts involving the Mineração Ômega LTDA, an enterprise localized in the city of Santa Cruz de Minas, State of Minas Gerais, and social actors – placing residents, public institutions, enterprises, media press and ex-workers – that, in assymetrical conditions of power dispute the attribution of meanings and uses by certain *territorialized* natural conditions. These conflicts are occasioned by the dust produced by extractive activities, damaging the districts around, residents and workers themselves. By the reconstitution of occupation of

* Projeto de pesquisa desenvolvida no âmbito do PIBIC-CNPq.

** Graduanda em História pela Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, bolsista do PIBIC-CNPq e integrante do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental – NINJA/UFSJ, núcleo este cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

*** Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSJ, orientador do PIBIC-CNPq e coordendor do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental – NINJA/UFSJ.

territories inserted in this dynamic process, we make use of a basic methodology for attainment of the objectives, such as documental search in public and private file papers and interviews with the social groups involved.

We emphasize that the enterprise is inserted in an Environmental protection area – APA.

Key words: Mineração Ômega, environmental conflicts, environmental justice.

I- INTRODUÇÃO

Os “problemas ambientais” se tornaram tema do debate político e objeto de investigação científica em diversas áreas do conhecimento, inclusive da história, a partir da década de 1960. Nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, formou-se a escola historiográfica denominada *Environmental History* (História Ambiental). Desde 1976, seus membros debatem questões metodológicas e teóricas cujo principal veículo é o periódico *Environmental History Review*, editado pela *American Society for Environmental History*. Na historiografia brasileira, a preocupação com a questão ambiental e sua relação com o processo de configuração dos territórios encontra-se no início. A história ambiental trabalha com temas conhecidos pela historiografia, como, por exemplo, a dinâmica do processo de ocupação do espaço, as redes de relações criadas pelos processos sociais, as respostas que a sociedade constrói para lidar com seus “problemas”. Porém, muda o enfoque para o “meio ambiente” e suas transformações, fazendo uma leitura do passado centrada na “crise ambiental” do presente, através de forte contribuição interdisciplinar. Conceitos interdisciplinares são constantemente inseridos nos debates, em que, nas últimas décadas, tem predominado a ideologia do “desenvolvimento sustentável”.

Essa ideologia prescreve a possibilidade de promover o “desenvolvimento econômico” mantendo a “qualidade de vida” da sociedade e conservando os “recursos empresas privadas, organizações não governamentais, escolas, universidades etc. Dessa perspectiva, o “problema” – a chamada “crise ambiental” – estaria na relação entre os seres humanos e seu meio natural. De um lado, estaria a “sociedade” com suas atividades de produção e consumo, visando a suprir suas necessidades materiais. De outro, está a natureza, que teria a função de oferecer matéria-prima e energia e reciclar os detritos gerados pelas “atividades humanas”.

Dessa ótica, perde o sentido uma abordagem que valorize as relações travadas entre os atores que participam da construção dos territórios, embora essas sejam importantes e

decisivas. Acredita-se na existência de “problemas ambientais” igualmente distribuídos para toda a humanidade, já que não se faz distinção entre grupos mais ou menos privilegiados no processo de apropriação de territórios e recepção dos impactos gerados pelas atividades produtivas.

De outra parte, apresenta-se também nos debates um enfoque crítico alternativo, proposto no âmbito das ciências sociais, construído por abordagens cujo foco volta-se para as lutas sociais travadas entre atores que disputam um mesmo território, atribuindo-lhe significados econômicos e culturais distintos e dividindo desigualmente a carga dos impactos das atividades econômicas. Daí surge a idéia de “conflito ambiental”, em contraste com a idéia de existência de “problemas ambientais” dados, prontos e acabados. Os interesses de apropriação e uso de territórios são distintos, o que remete à idéia da existência de conflitos entre atores: o que incomoda a um grupo pode ser favorável a outros, o que é “problema” para um pode ser “solução” para outros. Dadas as relações de produção e formas de propriedade típicas do modo de produção capitalista, os grupos econômica e politicamente mais poderosos estão em condições de impor ao demais seus interesses de apropriação territorial.

É desse quadro conceitual que partem nossos estudos acerca da situação de desigualdade e conflito ambientais envolvendo as atividades da Mineração Ômega Ltda., moradores do entorno e os ex-funcionários da empresa, nas cidades de Santa Cruz de Minas e São João del-Rei, Minas Gerais.

II- A TRAMA DOS CONFLITOS

A Mineração Ômega Ltda., situada no município de Santa Cruz de Minas, teve as atividades de lavra de areia quartzosa iniciadas em 1944 e conduzidas de maneira intermitente até 1967, quando obteve o Decreto de Lavra. A empresa realiza trabalhos de lavra e beneficiamento no local denominado “Córrego da Areia”, vertente sul da Serra de São José, e vem sendo fiscalizada pela FEAM[†] - Fundação Estadual de Meio Ambiente - desde 1987. Em 17 de maio de 1995, durante uma vistoria, a empresa foi convocada a se licenciar, tendo

[†]A lei 9.525/87 autoriza a instituição da FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente – e sua criação se dá a partir do Decreto 28.163/88. Ela é o órgão responsável pelo apoio executivo que viabiliza a operacionalização administrativa, bem como pelos pareceres técnicos que subsidiam as decisões políticas que se dão no âmbito das câmaras de Infra-estrutura (CIF), Atividades Industriais (CID) e Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).

formalizado processo na FEAM em 26 de setembro de 1995, solicitando Licença de Operação Corretiva que foi concedida pelo COPAM[‡] em fevereiro de 1996. Em pesquisa nos arquivos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Minas, tivemos acesso aos Alvarás de Licença nos quais consta como data de início das atividades o dia 24 de outubro de 1958. A areia quartzosa extraída é utilizada principalmente na produção de vidros e secundariamente na indústria de fundição e construção civil.

Integra a trama de relações sociais a presença de moradores de distintas classes sociais que residem em bairros de Santa Cruz de Minas e São João del-Rei. Através de análise de documentos de arquivos de cartório de registro de imóveis, foi possível constatar que os bairros “Parque Recreio das Alterosas” e “Residencial Girassol”, ambos em São João del-Rei, iniciaram os processos de loteamento em meados do século XX. Embora as datas que constam nos arquivos da Fundação Estadual de Meio Ambiente para início das atividades da empresa e a primeira data de concessão de Alvará pela prefeitura municipal de Tiradentes sejam diferentes, o fato é que o processo de urbanização da região do entorno da mineradora é posterior à instalação da Mineração, embora já houvesse algum núcleo de povoamento no local.

Parte dos moradores do entorno, embora beneficiada pelos cerca de 50 empregos gerados pela mineradora, reclama dos impactos sócio-ambientais produzidos por ela. De acordo com a Síntese de Parecer Técnico emitida pela empresa de consultoria ambiental GEOMIL – Serviços de Mineração Ltda., empresa contratada pelo empreendedor para produzir os Estudos de Impactos Ambientais e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), os principais impactos provenientes das atividades minerárias estão diretamente relacionados com a remoção da cobertura de solo e da vegetação e a emissão de partículas finas de sílica e argila para a atmosfera. Entretanto, a síntese afirma que a emissão de partículas já foi praticamente resolvida com a instalação de um filtro de manga, um ciclone pneumático e quatro exaustores que fazem o despoeiramento das linhas de produção, assim como as voçorocas estariam sendo estabilizadas e a revegetação implantada. A Síntese não menciona com destaque as dinâmicas sociais envolvidas na questão. Outro relatório técnico, produzido pela FEAM em agosto de 2006 a pedido do Ministério Público, afirma que “as atividades desenvolvidas pela empresa, da forma como o são, não causam danos ao meio

[‡] O COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental – foi criado em 1977, como Comissão de Política Ambiental. Suas atribuições são as de formulação e execução da política ambiental em Minas. É responsável pela formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, pela autorização para implantação e operação de atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras e pela aprovação das normas e diretrizes para o Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental.

ambiente”. Foi realizada vistoria ao no empreendimento em julho de 2006 e constatou-se que o mesmo opera com dispositivos de controle ambiental eficiente e possui outorga do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – para utilização da água em seu processo industrial. O relatório afirma também que o empreendimento está devidamente autorizado pelos órgãos administrativo-ambientais competentes e concentra suas atividades nos limites licenciados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, enviando a este, com periodicidade regular, os relatórios de automonitoramento. Quanto ao quesito “impactos ambientais”, o relatório afirma que alguns destes são inerentes à atividade mineradora, mas que a empresa possui dispositivos de controle ambiental como o filtro de manga, peneiramento de areia por via úmida, bacias de decantação e aspersão de água nas vias de acesso, além de ter implantado o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, o qual visa a preservar a integridade e a saúde física dos funcionários. Enfim, para o relatório, a empresa encontra-se dentro dos padrões de “qualidade ambiental”. Em 9 de fevereiro de 2006, a FEAM, atendendo a solicitação nossa, emitiu uma declaração atestando que a empresa obteve a Licença de Operação (LO) para lavra e beneficiamento de areia quartzosa, com condicionantes, concedida pelo COPAM no dia 28 de fevereiro de 1996 e que a mesma encontrava-se vencida desde 30 de outubro de 2005. Entretanto, em consulta a arquivos da FEAM, constatei que a LO foi concedida no dia 11 de março de 2006. Solicitei nova declaração, que foi emitida em 22 de janeiro de 2007, a qual afirmava que a Ômega tem uma LO vencida em 1º de novembro de 2003. Nessa declaração consta que a empresa foi alvo de duas denúncias ambientais relativas ao assoreamento de corpos d’água e poluição atmosférica.

Segundo investigações de campo, alguns moradores do entorno reclamam da presença constante de uma poeira fina, que se acumula sobre os móveis, telhados e automóveis, relacionando-a a ocorrência e agravamento de quadros de tosse crônica, dores de cabeça e dificuldades respiratórias (principalmente entre crianças). Aludem também a casos de funcionários da empresa aposentados que estariam com o funcionamento pulmonar comprometido. Além disso, de acordo com alguns moradores, as operações da mineradora estariam pondo em risco nascentes que alimentam um corpo d’água local (córrego Saraiva) e provocando o ressecamento de solos devido ao plantio, no local, de matas de eucalipto destinadas à produção de carvão vegetal utilizado no processo de beneficiamento da areia. As entrevistas com moradores de Santa Cruz de Minas, usuários da água vinda das proximidades da empresa, demonstraram certo descontentamento com sua qualidade em épocas chuvosas.

Alegaram que a água adquire uma coloração amarela, mas não souberam dizer qual seria o motivo. Já as entrevistas com moradores de bairros usuários da água e com o prefeito apresentaram certas discrepâncias. Segundo um dos entrevistados, análises laboratoriais constataram que a água é imprópria para o consumo. Mas o prefeito afirmou que ainda não foi possível substituir a água por outras fontes, devido a questões técnicas e à não aceitação por parte de alguns usuários. Entretanto, nem todos os habitantes das ruas abastecidas por essa água são usuários dela. Quem tem melhor nível socioeconômico consegue substituí-la por outra de “melhor qualidade”.

A expressão da insatisfação de alguns moradores atingidos vai desde queixas veladas até denúncias explícitas aos meios de comunicação, ao CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) de São João del-Rei (uma vez que em Santa Cruz de Minas este órgão ainda não foi criado), à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e ao Ministério Público Estadual. Alguns moradores entrevistados demonstraram, ainda, descontentamento com a morosidade das agências públicas (FEAM, prefeituras, CODEMAS etc.) e com a “parcialidade” dos meios de comunicação locais, que, segundo depoentes, evitam publicizar o problema em sua real dimensão.

Em 2005, um morador de bairro do entorno apresentou uma série de denúncias, em órgãos competentes, contra a empresa. No Ministério Público foi instaurado um inquérito Civil Público em outubro de 2005, para apurar os danos causados pela empresa. Este solicitou à FEAM um estudo e emissão de relatório, emitido em 1º de agosto de 2006, para apurar a denúncia de degradação ambiental, relatório que classificou o empreendimento como de “classe 1”, considerado de impacto ambiental não significativo e sujeito a Autorização Ambiental de Funcionamento. Em setembro do mesmo ano se dá a promoção de arquivamento do Inquérito Civil, sob alegação da “inexistência de providências a serem tomadas, dada a não comprovação de danos ao meio ambiente”.

Ressalte-se ainda que a Mineração Ômega Ltda. localiza-se na “Zona de Amortecimento” de 10 km do Refúgio Estadual de Vidas Silvestres – REVS - Libélulas da Serra de São José, Unidade de Proteção Integral criada, pelo governador de Minas Gerais, em 5 de novembro de 2004, através do Decreto N°. 43.908. Está também dentro da Área de Proteção Ambiental São José, Unidade de Uso Sustentável. A inserção nestas categorias de UCs podem vir a influenciar projetos da empresa.

Em março deste ano, tomei conhecimento da existência de ex-funcionários da empresa, que apresentaram quadro de silicose, doença incurável causada pelo acúmulo de poeira de sílica nos pulmões, levando ao endurecimento desses órgãos, dificultando a

respiração e causando até a morte. Em novembro de 2006, dez funcionários procuraram o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de São João del-Rei – SINTICOM, instituição que apesar de não possuir competência para lidar com questões neste setor, acabou por se sensibilizar com a situação. Foi solicitada à Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO -, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, uma investigação do foco de silicose na região de São João del-Rei. A FUNDACENTRO encaminhou ao Ministério do Trabalho documentos e fotos com informações acerca da Mineração e solicitou deste a avaliação do problema e tomada de providências, o que se encontra em andamento. Segundo dois ex-funcionários da empresa entrevistados, o atual proprietário da empresa alega não ter nada a ver com a situação, de vez que todos os problemas de saúde foram desenvolvidos quando a empresa era de propriedade da multinacional alemã Grop Schott Ag[§]. O proprietário alega não ter tido conhecimento do fato, embora, segundo os ex-funcionários, ele tenha trabalhado na empresa, como engenheiro de minas, por aproximadamente 20 anos. O engenheiro chegou a pedir a um dos ex-funcionários que desistisse de continuar a luta por meio do SINTICOM. Para o diretor do Sindicato, é preciso que grupos ligados à “questão ambiental” se preocupem não só com serras, plantas e animais e passem a tratar de temas ligados ao “meio ambiente” do trabalhador. “Os cerca de 50 empregos gerados significam 50 mortes, o que não é viável do ponto de vista humanitário”, destacou ele. Em reunião realizada em fins de janeiro no SINTICOM, para discutir as providências a serem tomadas para sanar o “problema” da silicose e evitar que outros casos venham a ser desenvolvidos, as Secretarias Municipais de Saúde de São João del-Rei, Santa Cruz de Minas, Prados e Tiradentes foram convidadas a participar. Somente a Secretaria de Prados compareceu e tem ajudado o Sindicato com recursos financeiros para o tratamento dos doentes – feito no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo os entrevistados, a imprensa trata a questão à distância, sem grande comprometimento, sendo, em sua opinião, muitas vezes, paga para noticiar o que interessa a determinados segmentos sociais, defendendo a adequação da empresa às normas ambientais, e não o encerramento de suas atividades.

Os ex-funcionários, ambos residentes em Santa Cruz de Minas, falaram também da presença de poeira em bairros de Santa Cruz de Minas e dos resíduos de areia que são levados para casa pelos trabalhadores, em suas roupas de trabalho. Segundo o presidente do Sindicato,

[§] A página eletrônica da multinacional alemã (<http://www.schott.com/english/company/environment/index.html>), informa que a empresa tem grandes preocupações com as chamadas “questões ambientais” e com suas “responsabilidades sócio-ambientais”.

a poeira sobe e se concentra no ar e, posteriormente, vai descendo aos poucos e pairando sobre as casas dos bairros afetados. Segundo eles, o representante do Ministério das Minas e Energia, presente na reunião realizada na sede do SINTICOM, no dia 29 de janeiro de 2007, disse que a empresa tem instalações ultrapassadas e inadequadas. Entretanto, nos estudos de impactos ambientais esses erros não foram mencionados. Em fins de fevereiro mais quatro ex-funcionários aderiram à luta pela indenização por danos à saúde e para que novos casos de silicose não venham afetar os atuais funcionários que continuam sendo vítimas de situações de trabalho danosas à saúde.

Em entrevista realizada no mês de maio de 2007, um dos proprietários da empresa não mencionou nenhum tipo de conflito envolvendo a empresa e os grupos já apresentados anteriormente. Ele não falou dos casos de ex-funcionários portadores de silicose, nem do morador de um bairro vizinho à empresa que a denunciou por causa da poeira. Apenas apresentou a importância econômica da empresa e criticou os chamados “leigos”, que, para ele, não têm um conhecimento específico sobre o assunto e tendem a problematizar erroneamente a questão.

Contudo, a expressão de descontentamento com os impactos trazidos pela mineradora está longe de ser aberta e geral. Muitos vêem a existência da empresa como favorável, na medida em que oferece empregos para a população. Alguns moradores atestam reconhecer a poluição provocada pela empresa, mas atenuam a manifestação do descontentamento evocando “benefícios” trazidos pela empresa, como a doação de caminhões de materiais para construção civil para a construção de salas para aulas de catecismo religioso.

III- CONCLUSÃO

Vimos que todas as denúncias à empresa, que, inclusive, culminaram na instalação de Inquérito Civil Público foram invalidadas pelos estudos técnicos elaborados por empresas de consultoria e pelas vistorias realizadas pelos órgãos ambientais. Oficialmente, o funcionamento da empresa atende perfeitamente as normas ambientais vigentes. Contudo, a população do entorno e os trabalhadores da empresa que apresentam silicose baseiam suas denúncias em evidências empíricas que não são consideradas, pelos órgãos públicos, como provas suficientes da degradação ambiental produzida pela empresa. Vários autores têm chamado a atenção para o caráter excludente e “oligárquico” do sistema de licenciamento ambiental em vigor, caráter esse que se garante, em grande parte, pela evocação de

argumentos “técnicos” e “científicos” como estratégia desqualificação das denúncias e de despolitização dos conflitos ambientais**.

Nota-se, então, que os conflitos ambientais entre atores portadores de distintos interesses de apropriação dos territórios envolvem sempre disputas simbólicas em que estão em jogo, como se viu, diferentes visões sobre um mesmo fenômeno empírico, assim como o acionamento de distintas ordens de justificação. Contudo, no caso em tela, os atores mais poderosos logram impor também uma certa censura tácita que delimita a esfera daquilo que não se pode discutir impunemente. Configura-se um quadro de “chantagem muda”: o fato de a empresa oferecer empregos e certas vantagens à população de uma região economicamente carente, leva a uma redução da intensidade e da generalidade das críticas e demonstrações de descontentamento contra a empresa. É o que se vê claramente no trecho de entrevista abaixo:

Eu já falei mãe, elas até mandaram um recado para a senhora não falar além do normal, porque eles já estão resolvendo... Não te falei que o pessoal tem cisma, tem medo, medo de prejudicar as pessoas que trabalha lá... Tem muita gente, como este rapaz, este povo daqui da esquina, eles não quiseram falar porque o irmão dela trabalha lá com eles, puxa cascalho.

IV- BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri (2004), *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll.

ACSELRAD, Henri et al. (org.) (2004), *Cidadania e justiça ambiental*, São Paulo: FASE.

CARNEIRO, Eder J. (2005), “A oligarquização da ‘política ambiental’ mineira, in: ZHOURI et al. (org.), *A insustentável leveza da política ambiental*, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 89-116.

FOLADORI, Guillermo (2001), *Limites do desenvolvimento sustentável*, Campinas: Editora da UNICAMP.

** Vejam-se, entre outros, Carneiro (2005) e Zhouri et al. (2005).

HARVEY, David, (2005) *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume.

ZHOURI, Andréa et al. (2005), “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”, in: ZHOURI et al. (org.), *A insustentável leveza da política ambiental*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

UM SENTIDO PARA O SERTÃO

Cláudia Graziela Ferreira Lemes¹

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é promover o início de uma discussão em torno da nacionalidade, da cultura e da identidade do Brasil, mais especialmente do homem do interior. Este que, hoje, chamamos de sertanejo ou de caipira.

Por causa da mostra dos contrastes entre litoral e sertão durante séculos de colonização como ponto importante para a sociedade brasileira, este estudo se mostra pertinente. Pertinência mostrada também pelo fato de o homem do interior ser um tema recorrente nos estudos oriundos da Literatura como do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB doravante), desde a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Utilizo a pintura de Almeida Júnior – *Caipira picando fumo* – para figurativizar a discussão sobre as características do homem do interior. Características que não foram mostradas de forma restrita às letras ou às Ciências Humanas de uma forma geral; pelo contrário, invadiram as Artes Plásticas e, com essas manifestações, houve a preocupação em não colocar a crítica preconceituosa e/ou a censura ao homem do interior.

Nesta reflexão, faço uma retomada da história do Brasil colônia, até o Romantismo. Daí, a mudança de pensamento oriunda do movimento científico toma o rumo das discussões desse trabalho e chegam até a análise do sertanejo.

2. CAMINHANDO PELA HISTÓRIA DO SERTÃO

O século XIX para o Brasil, foi um momento de tentativa de constituição de uma identidade nacional a partir das representações que relacionam natureza, barbárie e civilização. O sertão, visto como categoria do pensamento cultural, geográfico e mítico brasileiro, é reforçado em busca de uma identidade.

¹ Professora do Campus Jataí/UFG

Para Amado (1995), esta categoria já se encontrava presente no Brasil antes desta época, já que aparecia em vários relatos de viajantes e de cronistas desde o século XVI. E, ainda antes, em Portugal, já havia algumas publicações sobre o tema, falando de grandes espaços das regiões conquistadas.

O Brasil, nos primeiros séculos de colonização, era um grande sertão a ser desbravado, conquistado e dominado. Para Holanda (1936), há uma “primazia acentuada da vida rural”, prevalecendo a ocupação do litoral primeiramente. Só a partir do século XVII, a fronteira se expande, através da ação das bandeiras e outras expedições para além do Tratado de Tordesilhas, dando início a uma outra configuração geográfica para o Brasil. Mas será a partir da descoberta do ouro no final do século XVIII que haverá uma expansão significativa, com aumento da população, como afirma Flamarion (1990, p. 100):

Em vinculação, primeiro, com a extração de ouro, mais tarde com uma economia agrícola revitalizada e em função, também, do empobrecimento metropolitano, a maior colônia portuguesa recebeu de sua história uma verdadeira invasão de pessoas – homens sobretudo (...) (op. Cit. p.)

Esta expansão se dava sobre o que era chamado de sertão por bandeirantes ou viajantes, e fazia parte do cotidiano da Colônia.

Saint-Hilaire², fez uso prodigamente do termo *sertão*. Segundo Amado (1995,p.5) o teórico fez uso desse termo mais de uma vez, sempre designando-o como as “áreas despovoadas do interior do Brasil”. Despovoadas no sentido de não terem habitantes civilizados nelas, “pois de gentios e de animais bravios está povoada em excesso”. Esta idéia de não civilizada, não povoada persistirá nos séculos seguintes, chegando até ao século XX.

Sendo assim, *sertão* para os portugueses será inicialmente um lugar despovoado e distante de Lisboa. E esta concepção estender-se-á para o recém-descoberto Brasil, quando olhado de Portugal.

Contudo, ao mesmo tempo em que o Brasil litorâneo será possuidor de um *sertão*, sua concepção será da mesma forma como em Portugal: ou sempre distante

² SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1937. Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

de onde se fala (litoral), olhando para o Oeste; ou visto como um lugar tido como desabitado pela civilização, mesmo que próximo geograficamente.

O *sertão* será sempre carregado de muitas interpretações, sejam de caráter negativo ou positivo, mas sempre trazendo consigo após o Romantismo, a idéia de uma brasilidade, uma nacionalidade pura e ingênua.

Vicentini (1998 apud TELLES, 1990) diz encontrar em Telles a etimologia da palavra *sertão*:

De-sertum, supino de *desere*, que significa o que sai da fileira, passando para a linguagem militar para indicar o que deserta, o que sai da ordem, o que desaparece. Daí o substantivo *desertarum* para indicar o lugar onde ia o desertor e, figuradamente, impenetrável. Observa ainda o crítico que o adjetivo *certum* através da expressão *domicilium certum* e da forma que tornou em português arcaico, *certão*, pode haver contagiado a significação (não a forma) de *desertarum* como “lugar incerto”, *sertão* vocábulo que aponta sempre para um sítio oposto e distante de quem está falando. (TELLES, 1990, mimeogr)

Esta é a definição de um espaço físico, mas pode-se observar que o termo transcendia ao aspecto material e fluía para o imaginário, que ao longo dos séculos, foi sendo elaborado pelos bandeirantes, viajantes, exploradores e missionários. Sertão é um conjunto de representações que buscaram dar explicações, sentido, criar valores para a nascente nação. Há ainda a concepção de sertão como uma oposição ao litoral – este representaria o progresso; o sertão, o atraso com sua população inculta.

DA COLÔNIA PARA OS CAMINHOS DO ROMANTISMO

A tentativa de construção de uma história da formação brasileira passa pela Literatura assim como pela História. Com a invasão de Portugal pelo exército francês, o Príncipe Regente, João VI e toda a corte vêm para o Brasil. Todos deixam Lisboa em novembro de 1807 e chegam ao Rio de Janeiro em 07 de março do ano seguinte.

Com isso o Brasil deixa na prática, definitivamente, de ser Colônia, passando a ser chamada de Reino Unido a Portugal e Algarves. Com a instalação de todo o

aparelho de Estado no Rio de Janeiro: ministérios, tribunais, Conselhos de Estado, etc.

Isso tudo provoca inúmeras mudanças na configuração administrativa, cultural e educacional no Brasil. Abriria, a partir de então, a implantação de um modelo civilizatório. Instituições foram criadas como a Escola Médico-Cirúrgica de Salvador (1815), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1815), o Museu Imperial (1818), a Academia que dará origem a atual Escola Nacional de Belas Artes.

Além disso, a Imprensa Régia, fundada no Rio de Janeiro, torna-se responsável pela impressão do primeiro jornal do Brasil e, depois, dos livros e folhetos. A vida cultural do Brasil toma outra dimensão com a vinda da comitiva de D. João VI e com a chegada posterior de arquitetos, pintores, exploradores naturalistas.

No aspecto educacional, a presença da Família Real no Brasil foi responsável por uma mudança significativa. Sobre isso José Murilo de Carvalho observa:

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em conseqüência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência na Universidade de Coimbra e após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. (CARVALHO, 2003, p.65)

A chegada da Família Real no Brasil é comumente vista como o marco do início do processo de Independência pela criação e transferência de aparelhos governativos, pelo surgimento de Bibliotecas, Teatros e Escolas Superiores. Tudo isso proporcionará o surgimento e o fortalecimento de grupos e de movimentos que querem espaço na participação da construção política do Estado brasileiro.

Um movimento que marcou profundamente o Brasil neste momento, até por volta de 1870, foi o Romantismo. É o responsável pela referência a uma visão de mundo ampla e diversificada, facilitando amplamente sua disseminação entre a segunda metade do século XVIII até o final do século XIX, na Europa. O

Romantismo propõe um rompimento com uma estética neoclássica e com o racionalismo dos Ilustrados.

Trata-se de um corte da ordem, do equilíbrio e da objetividade para a busca das paixões; para a afirmação da individualidade do artista e da subjetividade dos pontos de vista; para a valorização do exótico: um outro que estava além da realidade imediata da práxis cotidiana. O romantismo foi gestado simultaneamente na Alemanha, França, Inglaterra, daí espalhando por toda a Europa.. No Brasil, ele chega via França, já que era ela a encarregada de absorver as idéias, filtrá-las e traduzi-las aos países falantes de línguas latinas, que não tinha acesso a produção anglo-germânica. Veloso e Madeira citam que:

O Romantismo também produziu, aqui representantes do mais puro subjetivismo, porém foi a idéia de pátria que teve maior rendimento político. Entendida em sua acepção de vínculo ao território, de amor à terra, conduziu à valorização do índio, a uma idealização do passado como heróico e fez proliferar uma concepção de natureza que, por sua grandiosidade e exuberância, tornou-se o *locus* ideal, o motivo privilegiado da construção da identidade nacional (VELOZO e MADEIRA. 1999, p.73)

No Brasil, o Romantismo tem raízes no movimento de Independência de 1822, sendo expressivo na Literatura, mas aparece nas diferentes Artes. Naturalmente que traçar um quadro panorâmico do Romantismo no Brasil ultrapassa os limites deste trabalho, mas vale a pena lembrar os nomes que, na Literatura, podem ser lembrados: Gonçalves de Magalhães (1811 - 1882), José de Alencar (1829 - 1877), Gonçalves Dias (1823 - 1864), Álvares de Azevedo (1831 - 1852), entre outros.

Magalhães (1856) é tido como o introdutor do debate sobre o indianismo, através da sua obra *A confederação dos tamoios*. Segundo ele, se destacam ainda, Gonçalves Dias, poeta de *Canção dos Tamoios*, José de Alencar, autor de *O Guarani*.

Será a partir das concepções do Romantismo, da participação de poetas como Gonçalves Dias em atividades etnográficas e viagens ao interior, que começara a se propor a identificação do índio como símbolo de brasilidade, proposta que não será consensual. Esta opção pelo índio em busca de uma brasilidade se explicaria observando o Romantismo Alemão. Lá, o movimento era uma busca da

nacionalidade, concretizada através de uma revalorização idílica de um passado perdido.

Para Ortiz (1989, p.5), não deixa de ser significativa a influência do Romantismo nos países que, no século XIX, se defrontaram com problemas de nacionalidade. Aqui a tentativa era de dizer onde residia a brasilidade, onde repousava o que haveria de mais brasileiro.

Para Maria Regina C. Naxara, (2004, p.120) o surgimento em 1838 do IHGB como o elemento autorizado a elaborar teses sobre a gênese do Brasil, a perpetuar a memória, construir a história da Nação, tinha como objetivo a busca de uma unidade promovida pela Monarquia, baseada em princípios elitistas.

Ora, se a elite tinha a responsabilidade de buscar esclarecimento e depois levá-lo às demais camadas da sociedade, era o IHGB que tentava buscar uma interpretação do Brasil diferente. Isso vai sendo elaborada a partir da oposição entre o *Sertão* e o Litoral, entre cidade e campo.

O homem branco, neste quadro da segunda metade do século XIX, seria o protagonista, tendo o papel de civilizador de terras tão inóspitas. As representações sobre o Brasil e seus habitantes serão marcadas por estas concepções, carregando consigo todas as marcas oriundas destas interpretações.

Do Romantismo e do pensamento racial cientificista surgem assim teses que levaram a debates sobre o que seria o Brasil e seu povo.

Mas a partir de 1870, começa uma cisão importante com o Romantismo, em relação à sua forma de pensar o Brasil. Neste momento, as questões nacionalistas são superadas por questões sociais: o Abolicionismo e a República entram em pauta, o Cientificismo assumirá importante espaço nas instituições de formação da intelectualidade brasileira. Esta geração ficaria conhecida como “Geração de 1870” e seria vista como o começo de uma nova era.

Quando a permanência da escravidão se torna inviável, os debates sobre a utilização da mão-de-obra estrangeira se intensificam, ganhando força as teorias baseadas no positivismo, evolucionismo e darwinismo.

Naxara (2004), além da questão indianista aponta outras que foram importantes para se pensar a busca de uma identidade nacional:

Dois mitos, entre outros, foram importantes para se pensar o Brasil e seu povo e para o estabelecimento das origens e da identidade no século XIX: o das três raças formadoras da nacionalidade, (o mestiçamento entre brancos, negros e índios); e o de um passado ancestral mítico, idealizado na figura do índio, que se misturando ao português teria formado a nova nacionalidade, com a exclusão do negro no plano ideal, e que caracterizou o pensamento indianista romântico. (NAXARA, 2004,p.116)

Esta concepção é originária das teorias raciais, que chegaram ao Brasil no final do século XIX, classificando os homens segundo suas características físicas, como o tamanho do crânio, a cor da pele, estatura. A partir disso, os grupos humanos eram classificados como atrasados ou civilizados.

Para Naxara, vem daí a idéia de que o brasileiro seria um povo mestiço - formado a partir das três raças originais: brancos (que seriam os portugueses), negros (os africanos) e indígenas (os encontrados aqui) – presente até os dias de hoje no imaginário social brasileiro.

O branco/mestiço superior venceria os fracos (negros e indígenas) e estaria adaptado ao meio...Permite cultivar um índio ancestral que não incomoda política e culturalmente, já que não é dotado de materialidade e a quem se atribui um peso pouco significativo quando se pensa a nacionalidade, bem como um negro “resgatado” da escravidão, ambos subsumidos racial e culturalmente ao elemento superior. (NAXARA, 2004, p.135)

Silvio Romero¹, literato, crítico literário e historiador, buscando definir o povo brasileiro, procura identificar suas origens étnicas, chegando à conclusão de que o brasileiro não é de um grupo étnico definitivo, mas oriundo do resultado de três raças. Faz, a partir daí, a opção do termo mestiço.(NAXARA, 2004:133). Escrevendo no período da entrada de migrantes europeus, ele defenderá que as correntes de imigrantes sejam espalhadas por todo território nacional para contribuir com o *embranquecimento* da nação como um todo .

Pensar o Brasil enquanto uma nação do século XIX, passa por construir uma imagem do brasileiro que abarcasse e domasse a natureza exuberante idealizada, em um primeiro momento, pelos românticos, mas valorizada de forma negativa pelos adeptos do cientificismo. Isso daria ao Brasil a possibilidade de inserção em um mundo civilizado

2.2. QUEM HABITA O SERTÃO?

Durante o século XIX o *sertão* é representado como o espaço do não civilizado, do rude em contraste com a natureza exuberante para onde vai o homem branco e civilizado. Este entra em contato com o *mundo sertanejo* e passa a produzir relatos, escritos ou iconográficos, mostrando uma visão marcada pela oposição civilizado *versus* não civilizado, litoral *versus* sertão.

Na Literatura, o *sertão* foi e tem sido apresentado pelo gênero regionalista, que carrega esse nome por falar de um lugar, de costumes e hábitos rurais. Em um primeiro momento este tipo de narrativa aparece em José de Alencar (1829-1877), também em Bernardo Guimarães (1825-1884) e Franklin Távora (1842-1888) além de Alfredo Taunay (1843-1899). Era a forma de definição da nacionalidade, a construção da nação que leva em conta o homem, a natureza e sua luta por dominá-la. Em *O Sertanejo*, há o predomínio do mestiço, com as qualidades ideais para sobreviver no meio em que se encontra, sem muitas dificuldades.

Já a obra de Euclides da Cunha (1902), *Os Sertões*, marca a passagem da Monarquia para a República, no final do século XIX. Um período de muita agitação nacional: o fim da escravidão, o fim do Regime Monárquico e a implantação da República, tudo com muitas promessas de mudanças.

É neste quadro que Cunha vai para Bahia como jornalista escrever sobre a Guerra de Canudos. Para Alencar (2000)

Para esse autor, o sertanejo , sintetizado em Canudos, representava outra raça, outra sociedade, formada a partir de processos históricos distintos. O sertão do século XX estava atrasado em trezentos anos em relação ao litoral; no entanto sua gente era arrojada e com grande capacidade de resistência aos reveses. (ALENCAR, 2000, p.248)

A teórica afirma ainda que vai ser a geração de 1930 que dará impulso à literatura regionalista (com Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado) e construirá representações do sertão nordestino.

Mostrando outras paisagens sertanejas, entrando em Minas e Goiás, aparecem Hugo de Carvalho Ramos (1917) – *Tropas e Boiadas* – Mário Palmério (1956) – *Vila dos Confins* – e Bernardo Elis (1956) com “O Tronco”.

E é a partir destes autores, em especial, de Graciliano Ramos, que o sertanejo surge com voz, corpo, religião e com uma cultura própria. Para além dos atributos que são dados aos sertanejos, o que permanece no imaginário social é que não existe um sertão, mas muitos sertões. Estes são as representações do Brasil.

3. O REGIONALISMO NA PINTURA

Não foi só a Literatura do final do século XIX e do início do XX que tratou de temas regionalistas. A literatura regionalista, como foi demonstrado, contribuiu muito para a construção de uma nacionalidade, é a ela e aos temas por ela tratados que recorreremos para buscar imagens que nos avivam a memória para aquilo que representa o ser brasileiro, ou o estar no Brasil. *Minha terra tem palmeiras, tem mulatas, tem sertão, tem veredas, ..onde cantam o sabiá e para onde vai o sabiá.*

A pintura também contribuiu no final do século XIX para criar uma imagem do Brasil. Ela representou uma realidade, antes posta no cotidiano do interior/sertão brasileiro.

Um exemplo desta busca por uma pintura genuinamente brasileira é José Ferraz de Almeida Júnior. Um paulista, nascido em Itu, em 1850, estuda pintura e desenho na Academia Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, entre 1869 e 1874, retornando depois à sua terra natal. Lá, durante uma visita ao interior de D. Pedro II, recebe uma bolsa de estudos do próprio Imperador e passa a viver na Europa entre 1876 e 1882.

Torna-se admirador de pintores não-acadêmicos, mas de grande importância na França do século XIX, como o realista Gustave Courbet (1819-1877) ou Jean-Baptiste-Camille Corot (1796 -1875).

Depois de viver em Paris, vai para Milão, onde estuda visualidade. Almeida Júnior é um artista sintonizado com seu tempo e, quando retorna ao Brasil, torna-se o primeiro pintor brasileiro a introduzir o cotidiano e o homem brasileiro do interior, do sertão – ou de um dos sertões, o paulista – nas obras de arte. Assim, ele

procura uma aproximação realista entre o cotidiano do homem brasileiro do interior com o mundo civilizado. Sem com isso usar as interpretações universalistas, próprias da pintura acadêmica.

Contudo, é preciso lembrar que apesar das inovações introduzidas nessas telas, começando pela temática, mas contando a luminosidade solar presente no clareamento da paleta e a gestualidade mais livre, Almeida Júnior não abandona as lições de desenho e composição geométrica de sua formação acadêmica.

(http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_.)

Isto fica claro ao observarmos suas telas da fase chamadas de '*caipira*'. Nelas são tratados os personagens sertanejos e seus cotidianos, sem nunca ridicularizá-los ou torná-los pitorescos.

As representações que Almeida Júnior faz do cotidiano são ausentes de passividade ou de indiferença. Ao contrário, provocam sensações e sentimentos ao leitor: não por acaso levaram assombro uma parte da elite do final do século XIX pela ousadia do tema, pela luz e pelo realismo presente.

Toda essa construção da obra de Almeida Júnior ajuda a compreender a realidade cultural de um povo que, na verdade, seria o herói buscado pelo Romantismo do princípio do século.

Abaixo estão dois exemplos significativos da obras de Almeida Júnior que reportam à temática proposta. É possível observar e conferir o tratamento que o artista dá ao meio e ao homem, como a natureza e suas peculiaridades regionais, para exemplificar a sua interpretação regionalista.



Caipira picando fumo - 1893

óleo sobre tela - 70 x 50 cm Pinacoteca do Estado de São Paulo

Naves (2005), em uma análise dessa obra, diz:

O sol é o grande personagem deste "Caipira picando fumo". O homem que se ajeita meio a gosto na porta da casa pode até conviver bem com ele. Mas não está a sua altura. O cismar que o protege também o impede de agir e o que domina o quadro é a exterioridade majestosa da luz e do calor que parecem apenas tolerar a presença daquilo que ainda não foi reduzido a eles. Essa ênfase no meio natural põe esta obra de Almeida Júnior em contato com uma série de manifestações culturais daquele período que ajudarão a compreender melhor a extensão e o significado dessa tela e, talvez, da parte mais significativa da produção do pintor. NAVES, Rodrigo. Almeida Júnior: o sol no meio do caminho. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n.73, 2005(Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-Acesso em: 08 Sep 2007) :

O personagem está tão inserido ao meio que nada parece incomodá-lo. A atividade que realiza está tão inserida em seu cotidiano como o chão que pisa descalço, ou como o sol que invade seu rosto.

É essa forma de representação que faz com que Almeida Júnior se diferencie, dos demais pintores brasileiros do período, marcados por um profundo academicismo, como Pedro Américo.

As narrativas propostas pelo pintor nos transportam para um Brasil do interior, para uma visão do homem caipira/sertanejo. Para uma paisagem de uma natureza em transformação.

O homem, em Almeida Júnior, não é pequeno. Com essa idéia corrobora Naves (2005)

O caboclo que pica fumo parece enlevado em seu afazer modesto. Talvez fosse mesmo possível vislumbrar aí um elogio da vida simples, um bucolismo de quem encontrou a justa medida no contato com natureza e vive em paz. (Op. Cit.)

Esta compreensão, abandonada das idéias do século XIX, que Almeida bem representa, e será buscada com intensidade a partir da Semana de Arte de 1922³, por mais contraditório que possa parecer, já que o artista, não rompe com os limites impostos pela arte acadêmica, mas rompe ao mostrar o sertanejo, seu estilo de vida, e porque não sua alma. Seria nele, o sertanejo e sua vida simples, onde residiria às tão buscadas raízes brasileiras. Seriam estas raízes que a Semana de 22 procurará, com uma outra linguagem, seja na literatura ou nas artes visuais.

E é com essa visão que compactuo: a de que o sertão e o sertanejo são donos de uma identidade tão grande e tão densa maior que a forma única e certa mostradas por alguns teóricos ou artistas. Mas vivenciadas por muitos outros.

³ Movimento de artistas, intelectuais que rompem com o academicismo que vigorava no Brasil, ao mesmo tempo que propõe a busca das raízes nacionais.

3. BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de . **A (Re) Descoberta do Sertão**. In. Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia V. 27, n.2, p. 241-270, abr./jun. 2000.

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, n. 15, 1995, p.145-151.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **A crise do colonialismo Luso na América portuguesa 1750/1822**. In **História geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernização autoritária)** Maria Yedda L. Linhares (coord). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado.. **A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista nos Brasil**. In: José Murilo de Carvalho. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.95-122.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de . **Raízes do Brasil**. 19 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1982.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004

ORTIZ, Renato. **O conceito de Cultura brasileira através dos tempos**. In: XIII Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989, Caxambu, MG.

VELOSO, Mariza e Madeira, Angélica. **Leituras Brasileiras**. Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VINCENTINI, Albertina. **O sertão e a literatura** In Sociedade e Cultura. Goiânia: v. 1, n. 1, jan/jun. 1998, p. 41-54.

NAVES, Rodrigo. Almeida Júnior: o sol no meio do caminho. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 73, 2005: www.scielo.br/scielo.php.com.br. Acesso em: 08 Sep 2007

www.cecac.org.br/Artes

A iluminura carolíngia – A Fonte da Vida

Beatriz Botelho Menezes Lima*

Resumo

Por meio da análise particular da “Fonte da Vida” retirada do folio 3v. do Evangelário de Godescalco, percebe-se a iluminura carolíngia tanto como fonte documental como simultaneamente expressão artística. A compreensão das formas e signos presentes na imagem é estruturada em contínuo diálogo com o texto, com o que motivou a confecção do manuscrito e em especial com o *locus* histórico em que se deu a sua produção.

Palavras-chave: Fonte da Vida, Iluminura carolíngia, evangelário.

A iluminura possui certas peculiaridades que a diferem das outras formas de expressões artísticas correntes na Idade Média. Antes de qualquer análise específica, portanto; faz-se necessário perceber que, para compreender o significado da miniatura, deve-se estar atento a tais particularidades e observar o manuscrito iluminado como uma arte singular.

A singularidade advém, em primeiro lugar, da alteração do olhar do observador com relação à imagem encontrada no manuscrito. A miniatura, ao contrário do que acontece com a arte mural ou com a pintura em cavalete, está muito mais próxima do interlocutor, ao alcance das suas mãos e a menos de um metro de seus olhos. É estabelecida assim uma relação muito mais imediata e íntima do que em geral se percebe quando se trata de outras expressões da arte visual medieval. O observador interage com a imagem apresentada de forma diferenciada, toca-a se assim desejar e percebe as minúcias do traço e das cores com muito mais facilidade do que poderia fazer em se tratando de um vitral, por exemplo. (PÄCH. 1996: 9)

A particularidade desse tipo de expressão artística não se restringe à proximidade do observador à representação pictórica e suas decorrências. Há outro fator fundamental neste processo: a presença do texto anexo à imagem. A expressão escrita dialoga a todo o tempo com a parte figurativa do manuscrito. Não se compreende a mensagem por completo partindo do princípio de que se pode ignorar a imagem ou o texto. Essa

* Graduanda em História pela Universidade de Brasília e integrante do Programa de Estudos Medievais - PEM.

relação dialógica permite que a imagem seja mais que ilustração e o texto, não apenas legenda. O entendimento da mensagem única é possível pela inter-relação entre fórmula escrita e folio iluminado.

Para além da afinidade entre texto e imagem está a sacralidade do livro religioso e o seu significado simbólico. Jacques le Goff expõe de forma clara a maneira com a qual os homens medievais lidam com os signos que os circundam.

Basta pensar na etimologia da palavra ‘símbolo’ para compreender o lugar ocupado pelo pensamento simbólico não apenas na teologia, literatura e arte, mas na própria *ouillage mental* do Ocidente medieval. Entre os gregos o *symbolon* era um sinal de reconhecimento, representado pelas *duas metades de um objeto dividido* por duas pessoas. O símbolo representava um contrato. Era a referência a uma unidade perdida, lembrando e nomeando uma realidade superior e oculta. (LE GOFF. 2005: 331, Grifo meu.)

Evangelários, saltérios, bíblias e missais são envolvidos nessa magia e mística religiosa de que le Goff nos fala. O cristianismo não estabelecia diferenças entre o livro como instrumento de comunicação e a mensagem nele contida. O pergaminho não é apenas suporte para a imagem, mas é também uma das “metades” do sagrado. Assim, é transferida ao objeto a importância que o texto possui para a espiritualidade cristã, supervalorizando o livro e atribuindo a ele um caráter sagrado e irracional. (PÄCH. 1996: 11)

1. Análise de Imagem.



*Evangelário de Godescalco , folio 3v. Paris, Bibliothèque Nationale

A presente iluminura foi produzida entre os anos de 781 e 783 pelo monge Godescalco especialmente para Carlos Magno, motivo pelo qual seu evangeliário (livro que possui as passagens dos evangelhos) é conhecido como *Evangeliário de Carlos Magno*. Encomendado pelo rei e produzido no *scriptorium* da corte em Aachen, o manuscrito pretendia comemorar a marcha carolíngia em direção à Itália, o batismo do filho do monarca (Pepino) e o encontro de Carlos Magno com o Papa Adriano I. O livro apresenta a narração da viagem em detalhes sem deixar de dar os créditos a Godescalco, autor das iluminuras.

A obra é uma produção típica da renascença carolíngia e o mais primitivo exemplo de iluminura do período. O estilo é caracterizado pela presença da natureza como alegoria decorativa e pela notável fusão da arte cristã primitiva com o estilo artístico bizantino.

Podem-se notar dois aspectos técnicos importantes encontrados na obra e próprios do estilo renascentista carolíngio. O primeiro deles é preocupação do autor em causar no observador a sensação de profundidade das imagens; para tal, ele faz uso de mudanças de tonalidade e de sobreposição das figuras. Outro detalhe importante é lembrar que as iluminuras carolíngias foram as precursoras ao utilizar regularmente a forma minúscula do alfabeto latino, maneira de escrita que esta tão difundida atualmente.

Para a produção do manuscrito, composto de 127 páginas, utilizou-se tinta dourada e prateada (obtida a partir de ouro e prata puros) além de pigmentos de cores fortes que imprimem alegria à imagem. Trata-se de um *codex* iluminado por seis miniaturas. As quatro primeiras são os quatro evangelistas – Mateus, Marcos, Lucas e João; a quinta apresenta Jesus Cristo e a sexta imagem é a Fonte da Vida, *Fons Vita*, especialmente destinada à exaltação do batizado de Pepino e escolhida para apreciação mais detalhada.

As informações a respeito do manuscrito onde a imagem se encontra oferece sinais sobre alguns dos signos presentes na figura. A marcha à Roma evidencia a vontade de Carlos Magno de conectar-se com o legado clássico do Império Romano bebendo diretamente nas suas fontes, buscando a legitimação da dinastia e o assentamento de uma aliança com o papado onde ambas as partes obteriam benefícios. Além disso, é importante ressaltar que as facetas mais aspiradas pelo império carolíngio eram a união do romano com o cristão que simbolizava um passado glorioso e a ligação com Bizâncio, a prosseguidora das glórias.

A cruz (no topo da imagem) se insere nesse contexto. O símbolo primeiro da cristandade é freqüente nos manuscritos iluminados do período carolíngio. A união entre Roma e reino de Carlos Magno pode ser percebida como uma relação de dupla-troca: o papa via renascer a esperança de reconstruir um império cristão nas proporções do império romano e o imperador via na Igreja e na religiosidade cristã a melhor forma para tornar legítimo seu governo.

O detalhe que remete a apropriação do clássico se apresenta nas colunas, inspiradas notavelmente no estilo coríntio¹. A alusão à arquitetura romana faz parte do projeto de reprodução da herança artística antiga e sua supervalorização. A partir do momento em que Roma era compreendida como uma realidade política a ser reproduzida, os signos visuais próprios do império são retomados pelo iluminador. Retratar uma coluna romana não se apresenta unicamente como admiração à sua forma mas também denota apreço pelo significado nesta contido. Significados estes que não estão apenas nas colunas ou no crucifixo. Catorze aves aparecem na imagem e, entre elas, temos pombas e pavões.

A presença da pomba é de certa forma natural. De acordo com o relato bíblico o Espírito Santo se teria feito visível no batismo de Jesus Cristo na forma de uma pomba (Mt 3, 16) e não se pode esquecer que a Fonte da Vida foi especialmente dedicada à celebração do batizado de Pepino. Já os pavões atribuem simbolicamente ao sacramento luxo, riqueza, beleza, harmonia e cor. Estas características exaltam a grandiosidade do acontecimento – a entrada do filho do imperador no reino de Deus – e simultaneamente conferem a ele pureza e espiritualidade. “O belo é o colorido e o brilhante, que também é na maior parte das vezes o rico. Mas o belo é ao mesmo tempo bom. O prestígio da beleza física é tal que a beleza é atributo obrigatório da santidade.” (LE GOFF. 2005: 339).

O caráter santo também se faz presente pelo décimo quinto animal existente na imagem: o cervo. Apenas pelo fato deste ser o único mamífero presente na ilustração, já se pode notar a diferença simbólica dele em relação aos outros animais representados. De acordo com o imaginário medieval, o cervo simboliza a renovação cíclica por ser um animal que troca a galhada regularmente. Além disso, é o portador da luz e representa o próprio Jesus Cristo.

¹ O estilo coríntio de coluna se difere dos estilos jônico e dórico que são próprios da arquitetura grega. A diferença está principalmente no entalhe do capitel. A “ordem coríntia”, de colunas encimadas por folhas de acanto estilizadas, se desenvolveram mais tarde que os outros dois estilos e passou a ser amplamente utilizada pelos romanos. (STRICKLAND. 1999: 15)

Outro detalhe que não se pode ignorar é a inscrição no topo da iluminura. A expressão *IN VIGILIA NATALIS* é traduzida literalmente como “Às Vésperas do Natal”. O Natal, neste contexto, não corresponde ao tempo litúrgico; mas deve ser percebido no sentido mais amplo do termo. A idéia é que a imagem representa o momento anterior ao nascimento espiritual de Pepino.

Analisados os elementos figurativos periféricos parte-se então para a observação do elemento central da imagem. Qual seria a relação existente entre a figura do poço e o significado espiritual do batismo? Encontrar a resposta para esta questão é possível justamente devido a inter-relação existente entre texto e imagem. A Fonte da Vida é um dos fólios de um evangeliário e, além de dialogar com a idéia inicial de celebrar o batizado do filho de Carlos Magno, a imagem dialoga também com o texto bíblico presente nas outras páginas. Dessa forma, a passagem em que Jesus conversa com a Samaritana se apresenta como o elo necessário para compreender a mensagem completa do iluminador.

Chegou, então, numa cidade chamada Sicar, perto da região que Jacó tinha dado a seu filho José. Ali se achava a fonte de Jacó. Fatigado da caminhada, Jesus sentou-se junto à fonte. Era por volta da hora sexta.

Uma mulher da Samaria chegou para tirar água. Jesus lhe disse: “Dá-me de beber!” Seus discípulos tinham ido à cidade comprar alimento. Diz-lhe, então, a samaritana: “Como sendo judeu, tu me pedes de beber a mim que sou samaritana?” (Os judeus, com efeito, não se dão com os samaritanos.) Jesus lhe respondeu: “Se conhecesses o dom de Deus e quem é que te diz: ‘Dá-me de beber’, tu é que lhe pedirias e ele lhe daria água viva!” Ela disse: “Senhor, nem sequer tens uma vasilha e o poço é profundo; de onde, tiras essa água viva? És, porventura, maior que nosso pai Jacó, que nos deu este poço, do qual ele mesmo bebeu, assim como seus filhos e seus animais?” Jesus lhe respondeu: “Aquele que bebe desta água terá sede novamente; mas quem beber da água que eu lhe darei, nunca mais terá sede. Pois a água que eu lhe der tornar-se-á nele uma fonte de água jorrando para a vida eterna.” (Jo 4, 5-14)

O batismo, de acordo com a tradição judaico-cristã corresponde ao nascimento espiritual do batizado; momento em que o ser humano se renova e nasce para a vida imaterial. Este nascimento espiritual significa a entrada do indivíduo no reino de Deus, reino este que não tem fim. Ser batizado é como aceitar a “água viva” da fonte que jorra para a vida eterna.

Assim, o simbolismo das aves, do cervo, do poço e dos demais elementos que compõem a imagem converge em um mesmo sentido: o sentido do renascimento, da vida eterna, da renovação contínua, da beleza, do luxo, da santidade e da prosperidade.

Tais predicados se aplicam ao sacramento celebrado em Roma e também ao ideal do império que Carlos Magno enseja arquitetar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1985.

LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. Bauru: Edusc, 2005.

PÄCH, Otto. L'enluminure médiéval. Paris, Éditions Macula, 1996.

STRICKLAND, Carol. Arte Comentada: da pré-história ao pós-moderno. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Imagem retirada de:

<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.apocalyptic-theories.com/gallery/riveroflife/godescalc.jpg&imgrefurl=http://www.apocalyptic-theories.com/gallery/riveroflife/godescalc.html&h=708&w=472&sz=94&hl=pt-BR&start=10&tbnid=rvFKOqIToervcM:&tbnh=140&tbnw=93&prev=/images%3Fq%3DFountain%2Bof%2BLife%26snum%3D10%26hl%3Dpt-BR%26lr%3D%26sa%3DG>

Na ordem do saber: o deslocamento do científico pela divulgação científica

Josiane dos Santos LIMA*

Resumo: No presente trabalho assumiremos a perspectiva de que os espaços sociais, dentre eles o de produção do saber, são constituídos historicamente e implicam uma sustentação por meio de práticas discursivas e não discursivas ao longo do tempo, tendo em vista que os enunciados não circulam aleatória e livremente, conforme aponta Foucault (Arqueologia do saber). Dessa forma, nos propomos tomar como pano de fundo para nossa reflexão a relação existente na contemporaneidade entre o discurso da ciência, e sua notória legitimação como produção do saber, e o discurso da Divulgação Científica, e seu “simples” papel informativo. Assim buscaremos alcançar, pela análise de textos cotidianos como o do jornalismo científico, uma problematização acerca do papel da ciência e o possível deslocamento do saber científico para a informação científica.

Palavras-chave: ciência, divulgação científica, saber.

A atividade discursiva de produção e elaboração de textos de divulgação científica, campo intimamente ligado à difusão do conhecimento científico, parece apontar para um lugar da vida social em que ao se falar de ciência, ao mesmo tempo faz surgir um espaço e um tempo do cotidiano. Neste espaço estão presentes os mais variados temas como a vida, o mundo, as cidades, o meio ambiente e até a própria ciência. Todo este complexo de práticas discursivas e não-discursivas enredam sujeitos imersos no dia-a-dia, todos sujeitos do cotidiano. O que nos faz pensar que a divulgação científica parecer estar mais interessada em uma razão prática da ciência do que no modo como ela é produzida.

Dessa forma, ao pesarmos o espaço de constituição da divulgação científica temos que levar em consideração vários pontos, dentre os quais dois parecem se destacar. Em primeiro lugar, a relação que é estabelecida com a própria produção de conhecimento, tendo em vista os seus modos de circulação. Por meio de mecanismos de circulação entende-se a própria maneira como o conhecimento acaba atingindo outros universos.

Pensemos na produção da ciência em um universo acadêmico. Nesse meio a difusão do conhecimento segue determinado rito. Como diria Foucault (2004:9): “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito de quem fala...”. Dessa forma, a produção de ciência entre pares apresenta um tipo específico de circulação, os *papers* são um bom exemplo disso. Já na divulgação espera-se uma circulação mais massificada, feita em grande escala. Muito embora se tenha um público-alvo, a divulgação científica pode aparecer de maneira mais diluída, impregnando as práticas cotidianas, se insinuando nas estatísticas dos jornais, na propaganda da moda “ecologicamente correta” e em tantos outros lugares. Aparecendo em diversos meios de comunicação, em uma linguagem mais flexível, diferentemente do hermetismo da ciência.

Em segundo lugar, há a questão da apropriação coletiva do conhecimento. Conforme Orlandi (2001), sempre, em uma sociedade como a nossa, quando se distribui um

* Aluna do programa de Pós-graduação Letras/ UFG. Bolsista CAPES.

bem social comum, é produzida uma diferença em algum outro lugar, ou se produz também deslocamentos no próprio sentido desse bem.

A divulgação científica acaba por criar e até sustentar uma idéia determinada da ciência, a qual estaria ligada mais estritamente à resolução de problemas práticos do cotidiano, ou mais forçosamente em alguns momentos, à saúde, como no caso da cura de doenças, por exemplo. O deslocamento realmente se configura quando em nossa sociedade passa a circular uma imagem de que existe um conhecimento inacessível, de uma ciência para os “doutores” e uma ciência prática, com respostas para os problemas do dia-a-dia.

“Independentemente da penetração ‘anônima’ da ciência em nossa vida cotidiana, nossa época se caracteriza também pela presença quase universal, mas difusa, de representação do pensamento científico. Essas idéias que uma grande parte de nossos contemporâneos têm da ciência provêm de fontes de vulgarização ou, se se preferir, de divulgação, de níveis muito diferentes. Seus veículos são os jornais, as revistas, o rádio, a televisão...” (GRANGER, 1994: 17).

Todavia, estes processos de delimitação dos espaços para relação com o saber em nossa sociedade não se dão de maneira tranqüila. Ao mesmo tempo em que a ciência possibilita a existência de um mecanismo que faz com que sua produção alcance um número maior de indivíduos, ela acaba por sustentar uma imagem de inacessibilidade. Já por outro lado, quando a divulgação parece “facilitar” o dizer da ciência, ela acaba distorcendo sua própria imagem, fazendo surgir uma espécie de saber menor, apenas uma degradação do discurso da ciência. Dessa maneira, percebemos que as tramas discursivas assumidas tanto pela ciência como pela divulgação não escapam da relação poder/saber que se dá por meio do discurso.

Assim, segundo Foucault (2004:10), o discurso não deve ser encarado “simplesmente como aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas *aquilo por que, pelo que* se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Em outras palavras, pode-se dizer que o embate discursivo não acontece simplesmente *no* discurso, mas também *pelo* discurso, pela busca do direito de dizer, e mais, pela legitimidade desse dizer. Tal visão parece ser totalmente plausível quando se pensa o discurso dito científico, ou discurso da ciência, e o poder de interpretação que é confiado a ele e, conseqüentemente, aos seus articuladores. Isso tanto no texto científico, o qual se pautaria pela produção de conhecimento, quanto na divulgação científica (doravante DC), cuja função seria de informatividade mais propriamente.

Também não podemos esquecer que a DC mantém uma estreita relação com os seus modos de circulação, assim faz-se necessário pensar uma ligação com o desenvolvimento

das tecnologias de linguagem. Podemos, então, conceber a própria escrita como uma forma de relação social. Tudo isso implicaria dizer que uma alteração da relação do homem com a linguagem, no caso com a escrita, pode levar ao desenrolar de um número significativo de outros processos de transformação, dentre os quais poderíamos apontar a própria noção ou status da autoria.

Conforme Nunes (2003), a diferença que existe entre o discurso da DC e o científico nos parece remeter ao lugar que o saber ocupa hoje em nossa sociedade. Foucault (2000:169) também aponta para a existência de “uma imensa e proliferante criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos...”. Para Nunes tais fatos nos fazem

“pensar na produção atual de discurso de divulgação científica, quando uma série de saberes dispersos entram em cena na mídia, os quais não provêm apenas das comunidades científicas, mas de diversas procedências: dos indivíduos afetados por problemas de várias naturezas, dos especialistas não-científicos, dos leigos, das famílias, de grupos como idosos (...)”(NUNES, 2003:45).

O surgimento e manutenção desses saberes nos discurso da DC, nos fazem pensar que lugar eles ocupariam nesse emaranhado discursivo, uma vez que também é na divulgação que estes saberes tão dispersos ganham voz e circulam amplamente.

Por outro lado, não podemos perder de vista que ao falar em DC acabamos por transitar por duas vias um pouco diferenciadas, mas que no presente trabalho, entretanto, ainda não poderemos tirar todas as conseqüências do funcionamento de cada uma. Expliquemo-nos. Podemos tanto ter a ciência como algo que deve ou é passível de tornar-se notícia para a mídia, ou seja, alguma descoberta ou fazer científico que merece ser circulado como notícia; e isto estaria na ordem própria do acontecimento, a ciência como acontecimento para mídia; o que levaria à circulação em meios “não tão especializados”, mas que se pautam por aspecto quase utilitário e integraria a DC juntamente com outras notícias do cotidiano. Por outro lado, podemos ter a divulgação possibilitada por canais específicos para tal fim, revistas, sites, periódicos que se dedicam a divulgar a ciência como parte do processo de produção de conhecimento; e isto estaria na ordem da criação de um efeito de verdade não só da própria mídia, mas também da ciência.

E em qualquer destas instâncias podemos notar uma determinada relação com o poder e a verdade. Já que a ciência como notícia acaba evidenciando o que da ciência é passível de se tornar noticiável, “aquilo que se dá como de interesse no presente de sua (da mídia) enunciação” (GUIMARÃES, 2001:13). Assim, para Guimarães (2001), a mídia acaba construindo um “desconhecimento” do que seria próprio do acontecimento – sua temporalidade e sua memória – o que caracteriza a notícia como um efeito do presente e da

intenção do meio de comunicação, isso desemboca, em última análise, em um “efeito de memória zero”. Dessa maneira, acaba existindo uma distorção no papel da ciência, uma vez que a sociedade, pelo viés da mídia, passa a tomar a produção de conhecimento de modo imediatista. A ciência acaba existindo como uma “entidade” que pode fornecer respostas presentes para problemas presentes. Dessa forma, Granger (1994) nos diz que é justamente em relação à idéia de uma novidade que a ciência pode trazer ou uma nova descoberta que se manifesta mais claramente o sentido de um verdadeiro comércio em torno da idéia de ciência.

Talvez essa distinção de divulgação de ciência como notícia ou como processo de construção do conhecimento não se dê de maneira tão simples, ou mesmo nem se configure como uma distinção propriamente. Contudo, fica em suspenso uma perspectiva para uma outra investigação, já que tal distinção tocara as relações de circulação da divulgação, algo que afeta possivelmente o seu status e mesmo sua própria constituição.

É, segundo Leibrunder (2000), através de um filtro histórico, formado pelo conjunto de perspectivas assumidas ao longo do tempo, que o mundo tem sido interpretado. Para a autora, a objetividade não parece ser nada além de uma estratégia argumentativa utilizada para justificar e legitimar discursos que são ou que se pretendem dominantes. E hoje, a nossa sociedade encontra no científico, em seu viés, o passaporte para uma legitimação. Conforme nos diz Foucault (1987), toda produção de saber implica um exercício de poder e por outro lado, o exercício de poder também produz saber, mostrando que não existe um saber puro ou neutro.

Dessa maneira, parece válido que não esqueçamos de que as categorias discursivas estão intrinsecamente ligadas às categorias e esferas de poder (Foucault, 2000), sobretudo, se pensarmos um discurso que se pretende portador da verdade, como é o caso do discurso da ciência. Esse discurso, muitas vezes, alcança a sua legitimação por meio da “desqualificação” de outros discursos. Essa busca da legitimação, no caso do discurso científico, é, muitas vezes, uma forma de oferecer idoneidade ou dignidade a uma ordem de natureza política para que seja reconhecida e aceita.

De tal modo, a ciência, ao longo de sua história, pode-se dizer, foi assumindo a condição de *porta-voz da verdade* que supostamente estaria contida nas coisas, já que tal discurso deve se constituir a partir de uma perspectiva universal (Leibrunder, 2000). A impessoalidade e a objetividade características do discurso científico atribuem-lhe, dessa forma, um caráter de inquestionabilidade e, portanto, de veracidade e um perfil institucional. Processo semelhante ocorre com o divulgador de ciência em sua atividade, na medida em que seu texto deve assumir a perspectiva do discurso científico.

Por esse motivo nos parece válido pensar no próprio estatuto do enunciado. A materialidade constitutiva do enunciado assume uma ordem institucional. Por isso é que uma frase proferida no cotidiano, escrita em um livro, fazendo parte de um texto científico ou de uma liturgia religiosa não pode ser tomada como sendo o mesmo enunciado em todas as situações. De um modo ou de outro, a instituição acaba por constituir a materialidade do que é dito (FOUCAULT, 2004). Por esta razão é que muito embora alguns ditos da DC e da ciência se igualem linguisticamente, eles não poderão ocupar o mesmo espaço social. Isso justifica o *status* de uma produção de saber e, por outro lado, demarca o lugar de uma “simples” vulgarização.

Mas há que se notar que algo interessante é produzido nesta relação entre o texto da ciência e o DC. Ao mesmo tempo em que há aproximação do DC em relação ao discurso da ciência produz uma credibilidade para aquele, um efeito de “verdade” e inquestionabilidade, é operado na relação inversa um efeito contrário. Expliquemo-nos. Ocorre que, nesse processo, ou melhor, nessa relação, há uma supervalorização da ciência formal, oficial e, ao mesmo tempo, uma estigmatização do texto de DC, que acaba sendo visto como uma aproximação, uma espécie de versão ou simplificação do discurso científico.

Assim também, afirma Orlandi (2001), não se pode dizer que há uma equivalência ou transporte entre o que é dito em uma ordem de discurso e em outra, mas há, antes, uma transferência. Tal opinião parece um pouco diferente do que propõe Leibrunder (2000:229), a qual diz que a DC “opera uma tradução intralingual, na medida em que busca a equivalência entre o jargão científico e o jornalístico”. Assim, podemos perceber que, enquanto a visão de Orlandi (2001) leva à construção de uma nova ordem de discurso, a de Leibrunder (2000) apenas refere-se a uma prática discursiva heterogênea, a qual possui um discurso fonte - o discurso científico – e um que se pretende atingir – o jornalístico.

A produção da DC promove, então, uma *popularização/vulgarização* do que seria a produção científica, de modo a alcançar o grande público, o qual não está envolvido na produção do conhecimento, mas deseja estar *informado sobre*. O leitor não é um cientista, ele apenas é um leitor de ciência. Dessa maneira, ele não precisa relacionar-se com a posição do cientista, mas com a do jornalista. Mesmo que, muitas vezes, o leitor de ciência se sinta autorizado a dizer que conhece ciência, uma vez que apenas sabe sobre. Tudo isso coopera, segundo Orlandi (2001), para a construção de um efeito de informação, no caso, científica.

Este jogo de interpretação que envolve a DC opera mecanismos de aproximação e distanciamento do autor em relação ao texto e ao próprio leitor. Ao leitor não cabe opinar sobre o que está sendo dito, não há participação ativa, mas apenas reprodução do conteúdo.

Isso nos leva a pensar que a divulgação do conhecimento científico não o torna necessariamente democrático, mas busca, em última instância, persuadir os indivíduos leigos a aceitar a legitimidade do conhecimento postulado. E isso acaba criando um efeito de exterioridade da ciência. Em outros termos, é como se a ciência fosse uma entidade autônoma e não existisse *com* ou *pela* sociedade, mas ocupasse um lugar à parte *na* sociedade.

Para a constituição de todo o seu trabalho, o divulgador científico realiza uma espécie de encenação - tomando a idéia de cenografia discursiva proposta por Maingueneau (1997) - já que o que funciona no discurso é um conjunto de “lugares” que são determinados por uma espécie de topografia social nas quais os sujeitos se inscrevem e funcionam imaginariamente no discurso. E em tal encenação, no caso da DC, o que é encenada é a relação intrínseca com o discurso científico. Assim, em textos desse tipo, pode-se encontrar formas que expressam claramente isso que acabamos de dizer. São comuns ocorrências tais como “segundo o cientista tal...” ou “O grupo de pesquisa do Instituto tal acredita que...”.

Dessa maneira, todas essas formas encenam o falar que seria próprio do discurso científico para que o leitor de ciência possa entender o que a ciência pode produzir e, ao mesmo tempo, participar da circulação de um dado saber, mas não necessariamente de sua produção, a qual estaria na ordem do conhecimento.

Assim, vemos que o texto de DC encontra-se envolvido em uma malha discursiva bem complexa e que ultrapassa a simples intersecção entre dois discursos distintos, ao contrário, opera implicações várias no tecido social se considerado o seu alcance e sua forma de circulação na sociedade.

Segundo Orlandi (2001), o texto de DC pode ser encarado pelo o modo como se apresenta na sua forma de circulação social do conhecimento como uma espécie de versão do texto científico. Em outros termos, pode-se dizer que o texto de DC é uma organização textual que pretende conservar certo efeito de cientificidade e, ao mesmo tempo, permitir que a ciência circule e seja acessível ao público leigo.

Não raro, então, encontraremos em textos de DC elementos que procuram transformar a linguagem supostamente hermética da ciência em uma forma mais acessível, com termos que seriam mais familiares aos possíveis leitores. Assim, conforme Orlandi (2001), teremos, por consequência, um discurso sobre ciência e não um discurso da ciência.

“Caberia, então, à divulgação, a tarefa maior de exercer a partilha social do saber, levando ao homem comum o conhecimento do qual ele historicamente foi apartado e do qual foi-se mantendo cada vez mais distanciado, à mediada que as ciências se desenvolviam e mais se especializavam.” (ZAMBONI, 1991:49).

Dessa maneira, segundo Zamboni (1991), um das representações mais recorrentes sobre a atividade de divulgar conhecimentos novos, consegue sustentação na idéia de uma função de partilha do saber. E tal função possui uma reconhecida necessidade social frente à velocidade com que se acumulam os novos saberes, se conquistam novas técnicas, se garantem novos procedimentos. Assim, a DC tem construído um espaço interessante dentro das estruturas de produção do saber, um espaço ainda conflituoso que carece de maiores investigações.

Dans l'ordre du savoir: le déplacement du scientifique à cause de la divulgation scientifique

Résumé: Dans le travail présent, nous assumerons la perspective qui considère que les espaces sociaux, parmi lesquels il y a celui de la production du savoir, sont constitués historiquement et impliquent une sustentation à travers des pratiques discursives et non-discursives au long du temps, ayant en vue que les énoncés ne circulent ni de façon aléatoire ni libre, selon le signal Foucault (Archéologie du savoir). De cette manière, nous proposons de prendre pour toile de fond, pour notre réflexion, le rapport existant dans la contemporanéité entre le discours de la science, et sa légitimation notoire comme production du savoir, et le discours de la Divulgation Scientifique, et sa "simple" fonction informative. Ainsi, nous essayerons d'atteindre, à travers l'analyse de textes quotidiens comme celui du journalisme scientifique, une problématisation au sujet de la fonction de la science et le probable déplacement du savoir scientifique à l'information scientifique.

Mots-clé: science, divulgação científica, savoir.

Referências

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

----- *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

----- *O que é um autor?* São Paulo: Passagens, 1997.

----- *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

----- *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRANGER, G. G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In:

GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*.

Campinas: Pontes, 2001. pp.5-13.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. (org.) *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. pp.229-269.

NUNES, J. H. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In: GUIMARÃES, E.

Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação. Campinas, SP: Pontes, 2003. pp. 43-62

ORLANDI, E. P. divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In:

GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*.

Campinas: Pontes, 2001. pp.21-30.

----- *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ZAMBONI, L. M. S. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ENTRE A POLITIZAÇÃO E A DESPOLITIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO FEMININO: UM LUGAR DE MULHER NA HISTÓRIA

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar e compreender, entre os lugares história, política, gênero feminino e mídia, o movimento da construção da identidade da mulher política no Brasil. Buscamos entender a noção de sujeito, numa perspectiva sócio-histórica, observando algumas interdições e permissões discursivas mobilizadas pela mídia que caracterizam a mulher na política. Interpretar esses enunciados é entender, também, que a linguagem pode ser vista sob o efeito da representação do feminino, que atravessa fronteiras e redefine cronologias em função da experiência histórica da mulher na política.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero, Discurso, Identidade

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif étudier et comprendre le mouvement de la construction de l'identité de la femme politicienne au Brésil parmi l'histoire, la politique, le genre féminin et les médias. Nous cherchons à comprendre la notion de sujet dans une perspective socio-historique, tout en observant quelques interdictions et permissions discursives mobilisées par les médias et qui caractérisent la femme dans la politique. L'interprétation de ces énoncés signifie aussi pouvoir comprendre que le langage peut être vue sous l'effet de la représentation du féminin, que le langage traverse des frontières et qu'elle redéfinit des chronologies en fonction de l'expérience historique de la femme dans la politique.

MOTS-CLÉS

Genre, Discourse, Identité

Considerações iniciais

O espaço político tem denunciado a baixa participação da mulher nas campanhas eleitorais nacionais, o que é um contra-senso, pelo fato de a população feminina representar em mais de 50% a população do Brasil. Efetivamente são poucas as mulheres que se

* Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG/UnU-Inhumas). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista (UNESP/CAR). Integrante do *Círculo Goiano de Análise do Discurso (TRAMA)* e do *Grupo de Estudos de Análise do Discurso (GEADA)*.

candidatam e que são eleitas nos pleitos brasileiros. Para se ter uma noção, os dados registram que, em 2006, das 2.498 mulheres que disputaram os cargos de presidente, senador, deputado federal, deputado estadual e governador, apenas 176 venceram as eleições. Quanto a essa questão, Lipovetsky (2000, p. 266) lança-nos a interpretar essa persistente exclusão das mulheres das esferas dirigentes e acrescenta que certo racionalismo progressista convida a não ver esse fenômeno mais que um arcaísmo destinado a ser eliminado pouco a pouco sob a pressão das forças da modernidade: o poder, a exemplo de outros domínios, estaria fadado inexoravelmente a deixar de ser o apanágio de um único sexo. As perguntas que surgem a esse respeito, dessa pouca participação feminina na política, à medida que denunciam certa marginalidade da mulher na política, suscitam várias possibilidades de pesquisa. É percorrendo os discursos que emanam desse fato, que o presente trabalho vai permear um olhar sobre a constituição da subjetividade da mulher política.

O discurso político da mulher marcaria um espaço social que distanciaria, de certo modo, a mulher do espaço doméstico (que lhe atribui o papel de mãe, de esposa, de educadora), do espaço religioso, do espaço da estética. Entretanto, o discurso político feminino remonta a esses espaços, num possível “distanciamento”, e insiste em flertar com os tantos cultos que ainda caracterizam a mulher enquanto intrusa em um lugar política e autonomamente masculino. Inserido em uma arena de discursos díspares, o discurso feminino fica dividido entre as práticas que marcam o espaço político que deflagra, geralmente, interesses “permanentemente masculinos” e as práticas que marcam o espaço doméstico que se ordenou como “naturalmente feminino”. Assim, as identidades vão sendo caracterizadas a partir de desigualdades estruturais que circulam nos diferentes lugares dos homens e das mulheres.

Nesse sentido, é com vistas a entre lugares, como o discurso político, o gênero feminino e a mídia, que observamos o movimento da construção da identidade da mulher política no Brasil. Buscamos compreender a noção de sujeito, numa perspectiva sócio-histórica, à luz da Análise do Discurso francesa e das contribuições de Foucault (2004a, 2004b), Perrot (2007), Bauman (2005), entre outros estudiosos, para compreendermos algumas interdições e permissões discursivas mobilizadas pela mídia que caracterizam a mulher na política. Para isso, analisamos uma reportagem sobre o discurso político feminino, veiculada na mídia impressa, que apresenta, segundo as relações desiguais entre os gêneros, como o poder opera na produção da identidade feminina. Interpretar esse discurso é entender, também, que a linguagem pode ser vista sob o efeito da representação do feminino, que

atravessa fronteiras e redefine cronologias em função da experiência histórica da mulher na política.

Mulher e política: um limiar discursivo

A participação da mulher no espaço político institui o gênero feminino como um efeito de uma formação específica de poder. Este é um tema que tem despertado a atenção de vários pesquisadores que voltaram seu olhar para um movimento da mulher que transita não apenas no espaço doméstico, mas no espaço do público político que, de algum modo, ainda não reconhece o feminino como um estatuto de “pertencimento” a esse “lugar de homem”.

Os espaços construídos como genuinamente masculinos constituíram espaços caracteristicamente ‘estabilizados’ e a política, certamente, é um deles. Isso nos instiga a estudar as relações de poder produzidas pelos efeitos de práticas que traduzem essa presumida estabilidade. A mulher na política designa uma identidade que ultrapassa limiares, uma vez que é efeito de discursos e de construções sociais e culturais. Nesse sentido, significar essa identidade, enquanto objeto de discurso político, reconhecer procedimentos discursivos que lhe são constitutivos e relançar um olhar sobre a subjetividade feminina, a partir de um espaço reservado, específica e historicamente, ao homem, é apresentar o recorte maior desta análise.

Com vistas aos diferentes lugares e discursos que constroem o evento da identidade feminina, em uma dada historicidade, observamos uma pseudo estabilidade ou casualidade do discurso político feminino, uma vez reescrito e ratificado pela mídia. Nesse sentido, em diferentes configurações, o sujeito emerge, ao longo de sua historicidade conceitual, em uma multiplicidade de concepções teóricas. Se nas primeiras meditações cartesianas, temos o sujeito moderno, centrado em si mesmo, numa dada unicidade, agora, configura-se o descentramento e a fragmentação do sujeito pós-moderno que, afetado tanto pela história como pela língua, está condicionado a transformações (PÊCHEUX, 1997), em meio ao abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e à poderosa dinâmica de individualização e de pluralização de nossas sociedades (LIPOVETSKY, 2004).

A mulher, enquanto sujeito interpelado pelos discursos do campo político, se vê frente a uma história dessa posição em estado de instabilidade. Identificar-se torna-se uma premência frente à dispersão dos enunciados políticos que permeiam o discurso feminino e que contornam as suas singularidades. Esses enunciados, apesar de obedecerem a certas regularidades, não se desfazem do compromisso em denunciar os posicionamentos femininos existentes nos discursos e as correlações e transformações realizadas no processo de construção da identidade da mulher política.

Por essa razão, a noção de sujeito, nessa perspectiva, tem um relevante papel, pois sabemos que o edifício do poder ou a forma como as verdades vão sendo construídas tem um ponto de ancoragem no sujeito. A existência da verdade atrela-se à existência do sujeito para iluminá-lo e lhe dar beatitude, é na verdade e no acesso à verdade que há alguma coisa que completa o próprio sujeito e que o transfigura (FOUCAULT, 2004b). Esta verdade divide ideologicamente o feminino do masculino, as conjunções e as disjunções que diferenciam naturalmente os mundos do homem e da mulher através das práticas discursivas do poder político. Daí não ser possível entender a identidade feminina sem mergulharmos na relação sinuosa entre o discurso e a história, entre o discurso e as intempéries do poder que ele veicula, entre o discurso e a subjetividade que, também, é povoada por outros discursos, à margem dos lugares incertos em que se situam seus sujeitos. A subjetividade feminina, dessa maneira, se (re)inscreve na identidade da mulher política brasileira e denuncia o trabalho descontínuo que envolve as individualidades na sociedade, a partir de acontecimentos singulares suscitados pelos discursos e provocadores de outros, no exercício da função enunciativa que, em suas movências, fazem emergir as práticas discursivas.

Para tratarmos de certas perspectivas que emolduram a existência de um descentramento do sujeito afetado e atravessado pelo discurso e pela história, as considerações teóricas que fundamentaram o sujeito em Análise do Discurso propõem que este seja tomado como um “lugar”, uma “posição” a ser ocupada e relacionam ao discurso um jogo que envolve poder, desvio e astúcias. Esses aspectos se enunciam na esfera discursiva e constituem os sujeitos, divididos, à medida que estes são construídos da diversidade sócio-histórica que também os constitui no discurso assinalando-lhes uma posição. São considerações que contribuem, de certo modo, para as indagações sobre quem é a mulher política, qual a sua identidade, o que constrói o seu discurso, como as resistências se apresentam, na tradição ou na inovação, quais os conflitos que circulam nesse discurso, que a definem e que lhe atribuem prestígio ou desencanto com o poder político.

É nessa trama que envolve diferenças, lugares, posicionamento discursivo e poder, que se constituem os sujeitos, uma vez que as relações de poder estão na base de toda relação social, em sentidos opostos, porque, ao mesmo tempo em que asseguram a homogeneidade nas regularidades, oportunizam os conflitos gerados pelos sujeitos no momento em que questionam a posição que ocupam no discurso e as relações sociais desiguais (FOUCAULT, 2004a).

A construção feminina no discurso político: um efeito de poder

As práticas discursivas que envolvem a produção do discurso político feminino colocam em relação as identidades, que tomam vez e voz, à medida que os sujeitos participam ativamente do espaço de trabalho e do cenário político, em que propagam ou repassam aquilo que consideram importante e indispensável à sua atuação. O sujeito produz e se reproduz mediante esse espaço discursivo, construindo identidade, demarcando espaços e delimitando papéis, a partir da relação social que estabelece com as significações do mundo político. Daí, sujeito e discurso político serem constitutivos um do outro. É uma relação que nos dá condições de olharmos o poder na sua diversidade microfísica e reguladora. A mídia, por mobilizar discursos em sua trama histórica, constitui técnicas de colonização dos sujeitos postos em sua individualidade ou coletividade.

Na tentativa de realizar uma análise, escolhemos um excerto retirado de uma reportagem da Revista Isto É, sobre a deputada federal Manuela D'Ávila. Vejamos parte desse texto intitulado *A Loira Inteligente:*

A deputada Manuela D'Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas idéias e seus projetos e não pela beleza.

Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loura entra no Plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT – SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL – BA), líder da minoria, olha para trás e diz: “Ah, é a Manuela”.

Valdemar Costa Neto (PR – SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem o nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar. Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D'Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação. “Fui eleita musa do Congresso antes mesmo de tomar posse”, brinca. E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. “A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética”, diz. “Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas”, confessa. “Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e idéias”.

Num Congresso formado por uma maioria de senhores sisudos, num momento em que a juventude torce o nariz para a política, Manuela chama a atenção também pelo que representa e pelo que pensa. Tem convicções ideológicas firmes e idéias claras sobre o que está fazendo em Brasília. (...). (ISTO É. São Paulo, 7 Mar 2007, n. 1949, ano 30, p. 42-43).

O título já denuncia dois lugares de estereótipos bem definidos pela sociedade: o lugar da loira, “classificada” como ignorante nos chistes que circulam sobre o cotidiano feminino e o lugar política, como um lugar de inteligência e de homem, possivelmente. As questões femininas no discurso político são todas regulamentadas como forma de evidenciar o estereótipo da mulher num lugar de homem. Daí, acontece o espetáculo, a construção de um espanto, de uma imprevisibilidade, de uma surpresa, da admiração, da visível novidade, efeitos de sentido que se confundem – *O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT – SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL – BA), líder da minoria, olha para trás e diz: “Ah, é a Manuela”. Valdemar Costa Neto (PR – SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem o nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar* – e agenciam um controle maior sobre o discurso de um não lugar, um novo que se enuncia “inaugurando” uma nova maneira de a mulher estar no mundo, no mundo da política.

O feminino insurge como uma reivindicação da apropriação de si, da evidência do corpo, de uma sexualidade que é estranha à política, ao lugar do homem, do rosto lavado, da austeridade masculina: *Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D’Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação. A associação à imagem da Vênus de Milo, a famosa estátua grega que representa Afrodite, a deusa grega do amor sexual e beleza física, constrói um efeito no discurso de certa “fidelidade à tradição passional do feminino que, no entanto, não é enunciada mais como contraditória com o ser-sujeito, mas como compatível com os valores modernos de soberania individual”.* (LIPOVETSKY, 2000, p. 33).

A subjetividade feminina na política é um construto de espaços e tempos que caracterizam representações: *E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. “A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética”, diz. “Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas”, confessa. “Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e idéias”, pois “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”* (PERROT, 2007, p. 17).

Conforme os enunciados sobre a mulher vão sendo produzidos, outros efeitos de sentido, em concomitância, vão sendo mantidos ou deslocados a uma suposta ilusão de significação. Há uma historicidade rememorada na construção dos enunciados, nesse caso, a exploração das medidas físicas da deputada enunciam uma redução feminina ao corpo. “Por

muito tempo fora atribuída a loucura à mulher como o simétrico da violência aos homens: as mulheres são loucas e os homens criminosos. Uma forma de reduzir a mulher a seu corpo” (*op. cit.*, p. 165). Aqui, essa redução não consiste em uma novidade para esse tempo, produto de tempos anteriores, de discursos anteriores que reconduziram o “abismo” ou o “triunfo” da sexualidade.

O texto inicia com: *A deputada Manuela D’Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas idéias e seus projetos e não pela beleza. Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loura entra no Plenário da Câmara dos Deputados*, um prelúdio à despolitização do discurso político feminino que se enuncia. O que representa uma dissimetria sexual, a partir da “entrada triunfante” da deputada no plenário (um político homem não provocaria tanta visibilidade) e lança o feminino aos desníveis ou relevos de sua representatividade discursiva pela mídia, constitutiva da história como um lugar de espetáculo. A mídia (re)constrói a identidade feminina num processo de inserção histórica, mobilizando os diferentes enunciados que controlam as permissões e interdições discursivas. Estas, por sua vez mobilizam as diferentes imagens do feminino na política, controladas e regularizadas, a partir do que é silenciado – a domesticidade, por exemplo – e do que é enunciado – a mulher na política. Bom, mas é preciso entender que a mídia vai incorporando esse “contra discurso” tratando de neutralizá-lo em seus efeitos de sentido.

As escolhas enunciadas no texto acima constituem uma vociferação do estereótipo feminino (o corpo, a sexualidade, a beleza, a loira inteligente), que carrega toda uma historicidade que, por ser controlada, suscita a própria regularidade no discurso. Isso interpela o discurso político e suas representações singularizadas e fronteiriças presentes entre o lugar do feminino e o lugar do masculino. Atestando a existência histórica desse limiar, Perrot (*op. cit.*, p. 151) observa que “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens”. Não se trata de um simples limiar entre o que é do masculino e o que é do feminino, mas de uma construção histórica e culturalmente alicerçada pelas crenças e valores que contornam o homem e a mulher na sociedade. Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política”, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela (*op. cit.*, p. 153).

Considerações finais

Ao procurarmos entender o processo de subjetivação da mulher na construção do poder político, entendemos que o sujeito “é o seu objeto, seja enquanto objeto de saber seja enquanto objeto de poder seja enquanto objeto de construção identitária” (GREGOLIN, 2004, p. 58). Com isso, realizamos um olhar sobre as relações ou papéis exercidos pela mulher e sobre o tipo de discurso que constitui toda essa trama de poder e de subjetivação feminina. É por esse caminho que observamos o sujeito, tomando-o como lugar de práticas discursivas que servem de campo para que este construa a sua existência no discurso.

Analisando discursos que tratam da relação entre a mulher e o espaço político institucionalizado, buscamos refletir sobre a inserção feminina na política. Uma inserção que percorre veredas e penhascos, a partir dos tantos discursos sobre as mulheres políticas, que circulam na mídia impressa e digital que fragmenta identidades, deslocando-as em suas fronteiras de gênero, pois “a mídia influencia a forma de se pensar a política, promovendo uma “espetacularização da política” que transforma tanto o aspecto material quanto o aspecto semântico dos enunciados políticos” (GREGOLIN, 2006, p. 28). Compreender a produção discursiva que (re)significa a identidade feminina é adentrar em sua não definição e entender que “numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de “solidificar” o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída.” (VECCHI, 2005, p. 12 apud BAUMAN, 2005).

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do sujeito*. Tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004a.

GREGOLIN, M. DO R. V. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

_____. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Os tempos hipermodernos*. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Tradução Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

VECCHI, B. Introdução. In: BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Na ordem do saber: o deslocamento do científico pela divulgação científica

Josiane dos Santos LIMA*

Resumo: No presente trabalho assumiremos a perspectiva de que os espaços sociais, dentre eles o de produção do saber, são constituídos historicamente e implicam uma sustentação por meio de práticas discursivas e não discursivas ao longo do tempo, tendo em vista que os enunciados não circulam aleatória e livremente, conforme aponta Foucault (Arqueologia do saber). Dessa forma, nos propomos tomar como pano de fundo para nossa reflexão a relação existente na contemporaneidade entre o discurso da ciência, e sua notória legitimação como produção do saber, e o discurso da Divulgação Científica, e seu “simples” papel informativo. Assim buscaremos alcançar, pela análise de textos cotidianos como o do jornalismo científico, uma problematização acerca do papel da ciência e o possível deslocamento do saber científico para a informação científica.

Palavras-chave: ciência, divulgação científica, saber.

A atividade discursiva de produção e elaboração de textos de divulgação científica, campo intimamente ligado à difusão do conhecimento científico, parece apontar para um lugar da vida social em que ao se falar de ciência, ao mesmo tempo faz surgir um espaço e um tempo do cotidiano. Neste espaço estão presentes os mais variados temas como a vida, o mundo, as cidades, o meio ambiente e até a própria ciência. Todo este complexo de práticas discursivas e não-discursivas enredam sujeitos imersos no dia-a-dia, todos sujeitos do cotidiano. O que nos faz pensar que a divulgação científica parecer estar mais interessada em uma razão prática da ciência do que no modo como ela é produzida.

Dessa forma, ao pesarmos o espaço de constituição da divulgação científica temos que levar em consideração vários pontos, dentre os quais dois parecem se destacar. Em primeiro lugar, a relação que é estabelecida com a própria produção de conhecimento, tendo em vista os seus modos de circulação. Por meio de mecanismos de circulação entende-se a própria maneira como o conhecimento acaba atingindo outros universos.

Pensemos na produção da ciência em um universo acadêmico. Nesse meio a difusão do conhecimento segue determinado rito. Como diria Foucault (2004:9): “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito de quem fala...”. Dessa forma, a produção de ciência entre pares apresenta um tipo específico de circulação, os *papers* são um bom exemplo disso. Já na divulgação espera-se uma circulação mais massificada, feita em grande escala. Muito embora se tenha um público-alvo, a divulgação científica pode aparecer de maneira mais diluída, impregnando as práticas cotidianas, se insinuando nas estatísticas dos jornais, na propaganda da moda “ecologicamente correta” e em tantos outros lugares. Aparecendo em diversos meios de comunicação, em uma linguagem mais flexível, diferentemente do hermetismo da ciência.

Em segundo lugar, existe a questão da apropriação coletiva do conhecimento.

* Aluna do programa de Pós-graduação Letras/ UFG. Bolsista CAPES.

Conforme Orlandi (2001), sempre, em uma sociedade, como a nossa, quando se distribui um bem social comum, é produzida uma diferença em algum outro lugar, ou se produz também deslocamentos no próprio sentido desse bem.

A divulgação científica acaba por criar e até sustentar uma idéia determinada da ciência, a qual estaria ligada mais estritamente à resolução de problemas práticos do cotidiano, ou mais forçosamente em alguns momentos, à saúde, como no caso da cura de doenças, por exemplo. O deslocamento realmente se configura quando em nossa sociedade passa a circular uma imagem de que existe um conhecimento inacessível, de uma ciência para os “doutores” e uma ciência prática, com respostas para os problemas do dia-a-dia.

“Independentemente da penetração ‘anônima’ da ciência em nossa vida cotidiana, nossa época se caracteriza também pela presença quase universal, mas difusa, de representação do pensamento científico. Essas idéias que uma grande parte de nossos contemporâneos têm da ciência provêm de fontes de vulgarização ou, se se preferir, de divulgação, de níveis muito diferentes. Seus veículos são os jornais, as revistas, o rádio, a televisão...” (GRANGER, 1994: 17).

Todavia, estes processos de delimitação dos espaços para relação com o saber em nossa sociedade não se dão de maneira tranqüila. Ao mesmo tempo em que a ciência possibilita a existência de um mecanismo que faz com que sua produção alcance um número maior de indivíduos, ela acaba por sustentar uma imagem de inacessibilidade. Já por outro lado, quando a divulgação parece “facilitar” o dizer da ciência, ela acaba distorcendo sua própria imagem, fazendo surgir uma espécie de saber menor, apenas uma degradação do discurso da ciência. Dessa maneira, percebemos que as tramas discursivas assumidas tanto pela ciência como pela divulgação não escapam da relação poder/saber que se dá por meio do discurso.

Assim, segundo Foucault (2004:10), o discurso não deve ser encarado “simplesmente como aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas *aquilo por que, pelo que* se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Em outras palavras, pode-se dizer que o embate discursivo não acontece simplesmente *no* discurso, mas também *pelo* discurso, pela busca do direito de dizer, e mais, pela legitimidade desse dizer. Tal visão parece ser totalmente plausível quando se pensa o discurso dito científico, ou discurso da ciência, e o poder de interpretação que é confiado a ele e, conseqüentemente, aos seus articuladores. Isso tanto no texto científico, o qual se pautaria pela produção de conhecimento, quanto na divulgação científica (doravante DC), cuja função seria de informatividade mais propriamente.

Também não podemos esquecer que a divulgação de ciência mantém uma estreita

relação com os seus modos de circulação, assim faz-se necessário pensar uma ligação com o desenvolvimento das tecnologias de linguagem. Podemos, então, conceber a própria escrita como uma forma de relação social. Tudo isso implicaria dizer que uma alteração da relação do homem com a linguagem, no caso com a escrita, pode levar ao desenrolar de um número significativo de outros processos de transformação, dentre os quais poderíamos apontar a própria noção ou status da autoria.

Conforme Nunes (2003), a diferença que existe entre o discurso da divulgação e o científico nos parece remeter ao lugar que o saber ocupa hoje na conjuntura de nossa sociedade. Foucault (2000:169) também aponta para a existência de “uma imensa e proliferante criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos...”. Para Nunes (2003:45) tais fatos nos fazem

“pensar na produção atual de discurso de divulgação científica, quando uma série de saberes dispersos entram em cena na mídia, os quais não provêm apenas das comunidades científicas, mas de diversas procedências: dos indivíduos afetados por problemas de várias naturezas, dos especialistas não-científicos, dos leigos, das famílias, de grupos como idosos (...)”

O surgimento e manutenção desses saberes nos discurso da divulgação científica, nos fazem pensar que lugar eles ocupam nesse emaranhado discursivo, uma vez que também é na divulgação que estes saberes tão dispersos ganham voz e circulam amplamente.

Por outro lado, não podemos perder de vista que ao falar em divulgação de ciência acabamos por transitar por duas vias um pouco diferenciadas, mas que no presente trabalho, entretanto, ainda não poderemos tirar todas as conseqüências do funcionamento de cada uma. Expliquemo-nos. Podemos tanto ter a ciência como algo que deve ou é passível de tornar-se notícia para a mídia, ou seja, alguma descoberta ou fazer científico que merece ser circulado como notícia; e isto estaria na ordem própria do acontecimento, a Ciência como acontecimento para mídia; o que levaria à circulação em meios “não tão especializados”, mas que se pautam por aspecto quase utilitário e integraria a divulgação de ciência juntamente com outras notícias do cotidiano. Por outro lado, podemos ter a divulgação possibilitada por canais específicos para tal fim, revistas, sites, periódicos que se dedicam a divulgar a Ciência como parte do processo de produção de conhecimento; e isto estaria na ordem da criação de um efeito de verdade não só da própria mídia, mas também da Ciência.

E em qualquer destas instâncias podemos notar uma determinada relação com o poder e a verdade. Já que a ciência como notícia acaba evidenciando o que da ciência é passível de se tornar noticiável, “aquilo que se dá como de interesse no presente de sua (da

mídia) enunciação” (Guimarães, 2001). Assim, para Guimarães (2001), a mídia acaba construindo um “desconhecimento” do que seria próprio do acontecimento – sua temporalidade e sua memória – o que caracteriza a notícia como um efeito do presente e da intenção do meio de comunicação, isso desemboca, em última análise, em um “efeito de memória zero”. Dessa maneira, acaba existindo uma distorção no papel da ciência, uma vez que a sociedade, pelo viés da mídia, passa a tomar a produção de conhecimento de modo imediatista. A ciência acaba existindo como uma “entidade” que pode fornecer respostas presentes para problemas presentes. Dessa forma, Granger (1994) nos diz que é justamente em relação à idéia de uma novidade que a ciência pode trazer ou uma nova descoberta que se manifesta mais claramente o sentido de um verdadeiro comércio em torno da idéia de ciência.

Talvez essa distinção de divulgação de ciência como notícia ou como processo de construção do conhecimento não se dê de maneira tão simples, ou mesmo nem se configure como uma distinção propriamente. Contudo, fica em suspenso uma perspectiva para uma outra investigação, já que tal distinção tocara as relações de circulação da divulgação, algo que afeta possivelmente o seu status e mesmo sua própria constituição.

É, segundo Leibrunder (2000), através de um filtro histórico, formado pelo conjunto de perspectivas assumidas ao longo do tempo, que o mundo tem sido interpretado. Para a autora, a objetividade não parece ser nada além de uma estratégia argumentativa utilizada para justificar e legitimar discursos que são ou que se pretendem dominantes. E hoje, a nossa sociedade encontra no científico, em seu viés, o passaporte para uma legitimação. Conforme nos diz Foucault (1987), toda produção de saber implica um exercício de poder e por outro lado, o exercício de poder também produz saber, mostrando que não existe um saber puro ou neutro.

Dessa maneira, parece válido que não esqueçamos de que as categorias discursivas estão intrinsecamente ligadas às categorias e esferas de poder (Foucault, 2000), sobretudo, se pensarmos um discurso que se pretende portador da verdade, como é o caso do discurso da ciência. Esse discurso, muitas vezes, alcança a sua legitimação por meio da “desqualificação” de outros discursos. Essa busca da legitimação, no caso do discurso científico, é, muitas vezes, uma forma de oferecer idoneidade ou dignidade a uma ordem de natureza política para que seja reconhecida e aceita.

De tal modo, a ciência, ao longo de sua história, pode-se dizer, foi assumindo a condição de *porta-voz da verdade* que supostamente estaria contida nas coisas, já que tal discurso deve se constituir a partir de uma perspectiva universal (Leibrunder, 2000). A impessoalidade e a objetividade características do discurso científico atribuem-lhe, dessa

forma, um caráter de inquestionabilidade e, portanto, de veracidade e um perfil institucional. Processo semelhante ocorre com o divulgador de ciência em sua atividade, na medida em que seu texto deve assumir a perspectiva do discurso científico.

Por esse motivo nos parece válido pensar no próprio estatuto do enunciado. A materialidade constitutiva do enunciado assume uma ordem institucional. Por isso é que uma frase proferida no cotidiano, escrita em um livro, fazendo parte de um texto científico ou de uma liturgia religiosa não pode ser tomada como sendo o mesmo enunciado em todas as situações. De um modo ou de outro, a instituição acaba por constituir a materialidade do que é dito (FOUCAULT, 2004). Por esta razão é que muito embora alguns ditos da divulgação e da ciência se igualem linguisticamente, eles não poderão ocupar o mesmo espaço social. Isso justifica o *status* de uma produção de saber e, por outro lado, demarca o lugar de uma “simples” vulgarização.

Mas há que se notar que algo interessante é produzido nesta relação entre o texto da ciência e o da divulgação. Ao mesmo tempo em que há aproximação do DC em relação ao discurso da ciência produz uma credibilidade para aquele, um efeito de “verdade” e inquestionabilidade, é operado na relação inversa um efeito contrário. Expliquemo-nos. Ocorre que, nesse processo, ou melhor, nessa relação, há uma supervalorização da ciência formal, oficial e, ao mesmo tempo, uma estigmatização do texto de DC, que acaba sendo visto como uma aproximação, uma espécie de versão ou simplificação do discurso científico. Seria mais ou menos, se é que podemos dizer isto, como a relação entre Deus e o homem, em que o homem é a imagem e a semelhança do Criador, mas aquele é pecador, ou seja, parece-se com Deus, mas lhe é inferior.

Entendemos, então, para a produção deste trabalho, o discurso de DC não como a soma de dois outros discursos, a saber, o científico e jornalístico, mas como uma articulação específica com efeitos particulares, tendo em vista que os meios de circulação, por exemplo, são distintos para cada produção (Orlandi, 2001). E enunciar na mídia, como é o caso da DC, é enunciar segundo a interdiscursividade que determina a formulação da mídia, mesmo que se pretenda uma objetividade dos acontecimentos, porque, aí, estão envolvidos fatores outros que não só a produção de informação para o grande público (Guimarães, 2001).

Assim, é que para Orlandi (2001), por exemplo, a DC trate-se de uma outra ordem de discurso que não é nem o científico e nem o jornalístico e, diferentemente do que dizem alguns, o discurso de divulgação também não é uma tradução, como quer Leibrunder (2000), por exemplo, uma vez que o divulgador não está trabalhando com línguas diferentes, mas antes opera um complexo jogo de interpretação, já que ele se revela como aquele que

interpreta os fatos a partir de um ponto de vista determinado historicamente. Além do que, a mudança tanto do cenário discursivo quanto das posições ocupadas pelos interlocutores no discurso científico, faz com que o objetivo do discurso da divulgação seja outro. Existe, dessa maneira, não apenas um trabalho de reformulação discursiva, mas essencialmente a formulação de um novo discurso, com características e finalidades próprias, conforme já havíamos dito.

Mesmo porque, se tomarmos a figura do jornalista científico, por exemplo, veremos que ele ocupa uma posição sujeito específica determinada que não resulta de uma soma. A posição sujeito é tão interessante neste caso, se pensarmos, por exemplo, que um texto de DC pode também ser feito por um cientista, mas este ao se dirigir ao grande público não acionará os mesmos recursos que utilizaria se estivesse comunicando-se com seus pares. Esse jogo discursivo que é feito serve também para mostrar a mudança que pode ocorrer na posição sujeito. Ele se move de uma posição a outra porque neste processo, dentre vários outros fatores, as condições de produção são outras que não mais a de um contexto de produção científica e nem de um cientista comunicando-se com seus pares.

Assim também, afirma Orlandi (2001), não se pode dizer que há uma equivalência ou transporte entre o que é dito em uma ordem de discurso e em outra, mas há, antes, uma transferência. Tal opinião parece um pouco diferente do que propõe Leibrunder (2000:229), a qual diz que a DC “opera uma tradução intralingual, na medida em que busca a equivalência entre o jargão científico e o jornalístico”. Assim, podemos perceber que, enquanto a visão de Orlandi (2001) leva à construção de uma nova ordem de discurso, a de Leibrunder (2000) apenas refere-se a uma prática discursiva heterogênea, a qual possui um discurso fonte - o discurso científico – e um que se pretende atingir – o jornalístico.

Entretanto, optamos por pensar que o divulgador ou jornalista lê em um discurso e produz em outro. Dessa forma, segundo Orlandi (2001), o que parece ocorrer é um duplo movimento de interpretação, ou seja, interpretação de uma ordem de discurso que deve, ao produzir um lugar de interpretação em uma ordem outra de discurso, constituir efeitos de sentidos que são próprios ao que se pode chamar de jornalismo científico que, ao produzir com uma forma específica de autoria, acarretará, por sua vez, novos gestos de interpretação, o que acaba também produzindo certo efeito-leitor.

A produção do discurso de divulgação promove, então, uma *popularização/vulgarização* do que seria a produção científica, de modo a alcançar o grande público, o qual não está envolvido na produção do conhecimento, mas deseja estar *informado sobre*. O leitor não é um cientista, ele apenas é um leitor de ciência. Dessa maneira, ele não

precisa relacionar-se com a posição do cientista, mas com a do jornalista. Mesmo que, muitas vezes, o leitor de ciência se sinta autorizado a dizer que conhece ciência, uma vez que apenas sabe sobre. Tudo isso coopera, segundo Orlandi (2001), para a construção de um efeito de informação, no caso, científica.

Este jogo de interpretação que envolve a DC opera mecanismos de aproximação e distanciamento do autor em relação ao texto e ao próprio leitor. Ao leitor não cabe opinar sobre o que está sendo dito, não há participação ativa, mas apenas reprodução do conteúdo. Isso nos leva a pensar que a divulgação do conhecimento científico não o torna necessariamente democrático, mas busca, em última instância, persuadir os indivíduos leigos a aceitar a legitimidade do conhecimento postulado. E isso acaba criando um efeito de exterioridade da ciência. Em outros termos, é como se a ciência fosse uma entidade autônoma e não existisse *com* ou *pela* sociedade, mas ocupasse um lugar à parte *na* sociedade.

Temos que considerar também, no trabalho de DC, o fato de que escrever para um veículo comercial de comunicação, um periódico, por exemplo, faz com que o cientista mobilize recursos bem distintos daqueles que utilizaria em um trabalho científico propriamente. Em outras palavras, podemos dizer que mais uma vez aparece o que poderíamos chamar de “restrições” da mídia. Como havíamos mencionado em outro momento, a mídia exige uma formulação por ela mesma, a partir de sua própria interdiscursividade, de uma posição da qual ela enuncia, com seus eventos tanto de ordem social como política (Guimarães, 2001).

Dessa forma, o trabalho de seleção que o jornalista científico faz de recursos lingüísticos, visando atingir um dado público, faz com que a atividade do mesmo seja um verdadeiro fazer discursivo, isto é, construção de uma outra ordem discursiva e não simplesmente uma reformulação daquilo que já foi formulado pelo discurso científico.

Para a constituição de todo o seu trabalho, o divulgador científico realiza uma espécie de encenação - tomando a idéia de cenografia discursiva proposta por Maingueneau (1997) - já que o que funciona no discurso é um conjunto de “lugares” que são determinados por uma espécie de topografia social nas quais os sujeitos se inscrevem e funcionam imaginariamente no discurso. E em tal encenação, no caso da DC, o que é encenada é a relação intrínseca com o discurso científico. Assim, em textos desse tipo, pode-se encontrar formas que expressam claramente isso que acabamos de dizer. São comuns ocorrência tais como “segundo o cientista tal...” ou “O grupo de pesquisa do Instituto tal acredita que...”.

Dessa maneira, todas essas formas encenam o falar que seria próprio do discurso científico para que o leitor de ciência possa entender o que a ciência pode produzir e, ao

mesmo tempo, participar da circulação de um dado saber, mas não necessariamente de sua produção, a qual estaria na ordem do conhecimento.

Assim, vemos que o texto de divulgação científica encontra-se envolvido em uma malha discursiva bem complexa e que ultrapassa a simples intersecção entre dois discursos distintos, ao contrário, opera implicações várias no tecido social se considerado o seu alcance e sua forma de circulação na sociedade.

Segundo Orlandi (2001), o texto de DC pode ser encarado pelo o modo como se apresenta na sua forma de circulação social do conhecimento como uma espécie de versão do texto científico. Em outros termos, pode-se dizer que o texto de DC é uma organização textual que pretende conservar certo efeito de cientificidade e, ao mesmo tempo, permitir que a ciência circule e seja acessível ao público leigo.

Conforme a mesma autora, o texto de DC encena a voz do cientista e o faz por meio de uma terminologia, a qual serve também para garantir um determinado “efeito-ciência” ao texto de DC. Todo esse processo de textualização jornalística do discurso científico acaba mobilizando recursos, que se pode dizer didatizantes do discurso da ciência.

Não raro, então, encontraremos em textos de DC elementos que procuram transformar a linguagem supostamente hermética da ciência em uma forma mais acessível, com termos que seriam mais familiares aos possíveis leitores. Assim, conforme Orlandi (2001), teremos, por consequência, um discurso sobre ciência e não um discurso da ciência.

“Caberia, então, à divulgação, a tarefa maior de exercer a partilha social do saber, levando ao homem comum o conhecimento do qual ele historicamente foi apartado e do qual foi-se mantendo cada vez mais distanciado, à mediada que as ciências se desenvolviam e mais se especializavam.” (ZAMBONI, 1991:49).

Dessa maneira, segundo Zamboni (1991), um das representações mais recorrentes sobre a atividade de divulgar conhecimentos novos, consegue sustentação na idéia de uma função de partilha do saber. E tal função possui uma reconhecida necessidade social frente à velocidade como que se acumulam os novos saberes, se conquistam novas técnicas, se garantem novos procedimentos. Assim, a divulgação científica tem construído um espaço interessante dentro das estruturas de produção do saber, um espaço ainda conflituoso que carece de maiores investigações.

Dans l'ordre du savoir: le déplacement du scientifique à cause de la divulgation scientifique

Resume: Dans le travail présent, nous assumerons la perspective qui considère que les espaces sociaux, parmi lesquels il y a celui de la production du savoir, sont constitués historiquement et impliquent une sustentation à travers des pratiques discursives et non-discursives au long du temps, ayant en vue que les énoncés ne

circulent ni de façon aléatoire ni libre, selon le signale Foucault (Archéologie du savoir). De cette manière, nous proposons de prendre pour toile de fond, pour notre réflexion, le rapport existant dans la contemporanéité entre le discours de la science, et sa légitimation notoire comme production du savoir, et le discours de la Divulgateion Scientifique, et sa “simple” fonction informative. Ainsi, nous essayerons d’atteindre, à travers l’analyse de textes quotidiens comme celui du journalisme scientifique, une problématisation au sujet de la fonction de la science et le probable déplacement du savoir scientifique à l’information scientifique.

Palavras-chave: science, divulgação científica, savoir.

Referências

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

----- *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

----- *O que é um autor?* São Paulo: Passagens, 1997.

----- *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

----- *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRANGER, G. G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In:

GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*. Campinas: Pontes, 2001. pp.5-13.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. (org.) *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2000. pp.229-269.

NUNES, J. H. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In: GUIMARÃES, E. *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas, SP: Pontes, 2003. pp. 43-62

ORLANDI, E. P. divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In:

GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia e sociedade*. Campinas: Pontes, 2001. pp.21-30.

----- *Discurso e leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

----- *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ZAMBONI, L. M. S. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Mulheres chefes de domicílios e suas identidades.

Iolene Mesquita Lobato *

Resumo: As conquistas das mulheres ao longo do século XX marcaram, de maneira definitiva, rumos para este novo milênio. As mudanças nas taxas de fecundidade, a redefinição de papéis no interior da família e da sua participação no mercado de trabalho sintetizam o novo papel da mulher na sociedade.

Summary: The conquests of the women throughout century XX had marked, in definitive way, routes for this new milênio. The changes in the fecundidade taxes, the redefinition of papers in the interior of the family and its participation in the work market synthesize the new paper of the woman in the society.

Palavras-chaves: Identidade- chefia feminina - mercado de trabalho.

Keywords : identity - command feminine- work market.

Introdução

O presente artigo tem como finalidade levantar algumas questões referentes a identidade social feminina, frente à sua inserção no mercado de trabalho e como esta influenciou a organização das famílias e dos domicílios. Nosso recorte dar-se-á no período de 1991 a 2000, em que se presencia com mais ênfase as diversas mudanças na população, tais como: o crescimento das chefias femininas em todo o país, a queda da fecundidade, o crescimento significativo das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nos arranjos domiciliares. Conseqüentemente, alteram-se as identidades pessoais, e enfraquece-se a percepção das mulheres como sujeitos integrados.

* Universidade Federal de Goiás, Graduada em Ciências Sociais na UFG; Especializando em História Cultural na UFG.

Utiliza-se o enfoque da identidade, para apreender-se tal contexto, partindo do pressuposto de que o sujeito moderno é um sujeito contraditório, fragmentado, capaz de assumir várias identidades; portanto, a identidade não é estável e unificada, ela é mutável e até mesmo provisória.

No passado, a identidade feminina, tradicionalmente, era a de filha, esposa e mãe. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a identidade feminina passa a incorporar um outro referencial - o profissional - incidindo diretamente na família brasileira.

Sendo assim, a família brasileira tradicionalmente patriarcal, é alterada, com novos arranjos, com números cada vez menores de filhos e a chefia feminina; mas não significa que a família chefiada por mulheres seja recente, pelo contrário, Samara (2002) apresentou um estudo sobre as mulheres chefes de família no Brasil, traçando um estudo comparativo desta temática nos diferentes modelos econômicos até então existentes; Scott (2002) chama atenção para o estudo destas mulheres e suas famílias, tal arranjo já se fazia presente desde o período colonial.

Porém, delimita-se nosso enfoque na inserção feminina, mais acentuada, no mercado de trabalho, com a finalidade de priorizar o sujeito pós-moderno. E, a partir dele, pensar a reconfiguração da identidade feminina.

Parte-se do pressuposto de que a inserção da mulher no mercado de trabalho propiciou o crescimento no arranjo familiar (principalmente a monoparentalidade feminina, que vem crescendo nas últimas décadas). Torna-se fundamental ressaltar sua definição, a qual se baseia na Constituição Federal, com as famílias monoparentais sendo definidas no artigo 226, § 4º, “como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, ou seja, na família monoparental o (s) filho (s) vive (m) só com o pai ou só com a mãe, em situação de celibato, viuvez ou divórcio. A mulher ou o homem sozinho, responde pela manutenção da casa e criação do filho(s).

Com esse propósito, há que se verificar a reconfiguração da identidade feminina, tecendo-se algumas considerações críticas a respeito.

Chefia Feminina

Através do avanço dos métodos de controle da natalidade (dos métodos anticoncepcionais), tem se reduzido de forma considerável o número de famílias, em unidades

familiares menores, o que altera tanto os arranjos familiares como também o desfacelamento da família nuclear brasileira. No final do século XIX, ficou mais evidente, um novo arranjo familiar, a chefia feminina monoparental.

Segundo Elza Berquó:

Uma chefia feminina tem vários significados: uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; uma mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa. (BERQUÓ, 2002: 246)

Diversos fatores contribuem para o aumento do número de mulheres responsáveis pelo domicílio: a alta expectativa de vida da mulher em algumas regiões, casamentos desfeitos, homens que migram em busca de emprego ou oportunidades econômicas, mulheres que valorizam a autonomia ou a independência.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2000, a chefia feminina continua crescente no país de 13,0% em 1970, 15,6% em 1980, 20,5% em 1991 e 24,9% em 2000. Isso significa que a intensidade desse fenômeno teve um considerável aumento, ou seja, dobrou nas últimas três décadas..

As mulheres já são responsáveis por 24,9% dos domicílios do Brasil. Na Região Sudeste, esta proporção é a maior: as mulheres estão à frente de 25,9% dos domicílios. Na Região Nordeste a proporção também é grande: 25,6%. No caso desta região, o resultado pode ser também devido um fenômeno muito comum: os homens nordestinos costumam migrar para outras regiões, em busca de melhores condições de vida. Com isto, aumenta o número de mulheres que são “arrimo da família”.

Apesar dessas mudanças, a situação das mulheres chefes de família necessita de políticas públicas, pois se encontram do lado de baixo da pirâmide social brasileira. Só uma visão preconceituosa impede enxergar que ali também se vive a mesma acelerada mudança nos costumes que agita o nível de cima. Não foram os costumes liberais que destacaram o Nordeste como a uma das regiões do país em número de mulheres chefes de família. Foi a miséria, que empurrou seus maridos para longe, em grandes fluxos migratórios, para onde partiram sozinhos - deixando mulheres e filhos para trás.

Nesse sentido, a mulher assume diferentes posições: brasileira, negra, idosa, mãe, chefe de família, profissional, religiosa, enfim, um sujeito social que se apresenta em diversos setores e posições acionando diferentes identidades. Isso reforça o que Hall (1997), salientou a respeito do sujeito pós-moderno, o qual é caracterizado como um sujeito contraditório, fragmentado, que age de acordo com suas necessidades e anseios, desempenhando assim uma identidade de acordo com cada circunstância.

Conforme a Fundação Carlos Chagas (2002), a partir da década de 70 a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Se em 1970 apenas 18.0% das mulheres brasileiras trabalhavam, chega-se a 2002 com metade delas em atividade.

No entanto, o trabalho das mulheres não depende somente da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar - como cônjuge, chefe de família etc -, à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho.

A partir de meados dos anos 80, entretanto, uma reversão dessa tendência vem se consolidando, indicando que a atividade produtiva fora de casa tornou-se tão importante para as mulheres quanto a maternidade e o cuidado com os filhos. Em primeiro lugar, os efeitos da maternidade no trabalho feminino permanecem, mas foram bastante atenuados, uma vez que as taxas de atividade das mulheres com idade entre 25 e 29 anos passaram a se assemelhar - e até superar - aquelas das mulheres entre 20 e 24 anos.

Na década de 90, a presença feminina passa a ser notada, principalmente como sujeito economicamente ativo. Segundo Castells (1999), a entrada de mulheres no mercado de trabalho não se deve apenas ao aumento da demanda da mão de obra, mas a fatores como a possibilidade de pagar menos pelo trabalho, suas habilidades no relacionamento, cada vez mais necessárias em uma economia informacional; sua flexibilidade como força de trabalho, característica principal da economia informacional. Esses fatores influenciaram, significativamente o contexto familiar, pois, a contribuição financeira é decisiva para o orçamento doméstico, contribuindo, assim, para o novo processo de socialização que flexibiliza de certo modo as normas institucionais da família patriarcal e diversifica os papéis exercidos pelos seus membros.

Segundo a PNAD (Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios) de 1990, a ocupação feminina tem grande concentração no setor de serviços (terciário), são 48.0% da força de trabalho neste setor, 20.0% na agricultura e 20.0% na indústria. Essa forte participação no terciário está associada à desvalorização do trabalho feminino, a flexibilidade de horários e jornadas mais curtas e com as responsabilidades domésticas que acumulam funções dentro e fora de casa. Dentre essas atividades informais está o trabalho como empregada doméstica remunerada, setor em que as mulheres representam 92.0% da força de trabalho.

Segundo Eva Blay:

O processo de emancipação de mulher pós 70 impôs outras óticas para a análise de velhos temas. Por exemplo, como fica a estrutura e a organização da família se a mulher não é mais o ser domesticado responsável pelos serviços que a ela atribuídos? Como fica a educação da criança? Ao rediscutir a família, desvenda-se e se questiona a dupla conduta para a sexualidade masculina, a uma para dentro e outra para fora do lar; rompe-se a superfície de uma "paz domestica" construída sobre a subordinação e o silêncio da mulher...(BLAY, 2001:86)

Como se pode perceber, a inserção maciça da mulher no mercado de trabalho (formal ou informal), alterou o quadro de organização familiar e incidiu diretamente na família brasileira.

Nesse sentido, diversas mudanças ocorreram no modo de representação da mulher, principalmente frente a esse novo arranjo familiar. Um dos caminhos para se entender essa representação é através do imaginário.

“O Imaginário é como um sistema ou universo complexo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas” (BARROS, 2004: 93).

Contudo o imaginário interfere no real, pois se volta para um determinado padrão de representação, um repertório de símbolos e imagens com a sua correspondente interação na vida social e política. O imaginário é, portanto, uma realidade tão presente quanto aquilo que chama-se de vida concreta.

Mas é nesse contexto, que se perpassa um imaginário desorientado, que não foi abolido, pelo contrário, está presente no dia-a-dia. Não se dá um passo, sem ser alcançado por imagens, quer de outdoors, propagandas, revistas, telenovelas, enfim, um emaranhado sistema que induz e conduz a vida da família brasileira.

Reportando-se ao estudo de Balandier sobre o imaginário, destaca-se

o imaginário permanece mais que nunca necessário; é de algum modo o oxigênio sem o qual toda a vida pessoal e coletiva se arruinariam. É feito de todas as imagens que cada um cria a partir da apreensão que tem de seu corpo e de seu desejo, de seu ambiente imediato, de sua relação com os outros, a partir do capital cultural recebido e adquirido, bem como das escolhas que provocam uma projeção no futuro próximo (BALANDIER, 1997:232)

De acordo com esse argumento, estamos diante de um gigantesco mercado de imagens, de revelações que marcam o corpo, a vida e a personalidade. E a chefia feminina, não escapa a esse contexto. Pelo contrário, fazer parte desse mundo globalizado, no qual as relações com o outro constituem relações de incertezas, dificulta ainda mais a sua estrutura enquanto arranjo familiar.

Inúmeros estudos - Berquó (2001), Mendes (2004), Carlotto (2005) - revelam que a maior parte das famílias chefiadas por mulheres, pertencem as camadas pobres com baixos salários, e a maioria dessas chefes de família possuem baixa escolaridade e são caracterizadas por um contínuo de carências e precariedades material, intelectual e afetiva.

Poderiam ser citados outros trabalhos que se dedicaram a analisar o imaginário, porém, não é a proposta aqui defendida, todavia, empreender estudo extensivo sobre essa temática.

A Reconfiguração da Identidade Feminina-

De modo geral, quando se faz referência à questão da identidade, percebe-se que é impossível oferecer formulações conclusivas ou fazer julgamentos seguros, pois trata-se de um conceito ainda não acabado, que está em processo de constante transformação.

De acordo com Hall “as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 1997: 04). As identidades modernas estão sendo alteradas. As paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade, que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais, estão sendo transformadas e alteradas, modificando, assim, nossas identidades pessoais e enfraquecendo nossa percepção de nós mesmos como sujeitos integrados.

Com o fenômeno da globalização, e suas conseqüências imediatas (compressão espaço-temporal, aceleração dos processos globais, encurtamento das distâncias etc.), as identidades culturais/ nacionais sofrem um processo de deslocamento e fragmentação:

[...] quanto mais a vida se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (HALL, 1997: 75)

As nossas convicções vêm sendo moldadas pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. Poderíamos enumerar diversos fatores que contribuem para tais tendências, contudo, o que nos interessar aqui é salientar, que a identidade, neste contexto, se tornou histórica, com vários núcleos que se modificam, pois somos frutos de várias junções, as quais afetam nossa identidade pessoal e coletiva.

Assim, o sujeito pós-moderno é um sujeito contraditório, fragmentado, ou seja, ele pode ser tradicional em casa, moderno no trabalho e , pós-moderno na escola. Temos a capacidade de transitar-nos nesses sujeitos. Agimos de acordo com nossas necessidades e anseios, desempenhando assim uma identidade de acordo com cada circunstância.

A identidade só pode ser diferenciada em relação ao outro, porque ela surge no confronto das diferenças, não sendo necessário exercer todas as identidades ao mesmo tempo. Portanto, identidade e alteridade são inseparáveis. A identidade depende, para existir, de algo fora dela, de outra identidade, que forneça as condições para que ela exista.

A identidade feminina também não foge a essa regra. É uma identidade relacional, marcada pela diferença. Segundo informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE) em 2003, a incorporação da mulher no mercado de trabalho chama atenção, principalmente, pela desigualdade de oportunidades e de remuneração que vem enfrentando. Estudos e debates denunciam este problema e procuram, ao torná-lo visível, contribuir para que se criem formas de reduzir as diferenças.

A partir de inserção na atividade econômica remunerada, a mulher passou a possuir uma identidade móvel: “formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados”(HALL, 1997:09). Isso ocorreu, em função de que as sociedades modernas, caracterizadas pelas mudanças constantes, rápidas e permanentes; onde, tudo é fluido, permite que assumam-se diferentes papéis em diversos contextos sociais.

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo,

de diferentes tradições culturais e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. (HALL, 1997: 88)

A inserção feminina no mercado de trabalho, alavancou de certa forma, uma “guerra”, desenrolada num cenário de turbulência social e cultural. Nesse cenário, mostram-se duas identidades diferentes: de um lado, o homem (sujeito ativo histórico, presente em todos os acontecimentos sociais; caracterizado também por ser o chefe de família –patriarcal), de outro, a mulher (sua presença é freqüentemente apagada, seus vestígios desfeitos, praticamente ausente do contexto histórico).

Nesse sentido, conclui-se, que a incorporação maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado, na década de 90, foi um dos marcos significativo que contribuiu para fragmentar, deslocar, descentrar a identidade feminina, proporcionando novas perspectivas para a mesma num cenário ainda marcado pelas fortes desigualdades que permeiam o universo feminino.

Bibliografia

- BARROS**, José D’Assunção. História do Imaginário. In: O campo da História- Especialidades e abordagens, Vozes, 2004, p.91-106
- BALANDIER**, Georges. O imaginário na modernidade. In: O contorno- Poder e Modernidade, Bertrand Brasil, 1997, p.227-273
- BLAY**, Eva Alternam. Um caminho ainda em construção: A igualdade de oportunidades para as mulheres. In: Artigo publicado na Revista da USP nº 49 (março/abril/maio/2001) p.82-97 Ed. USP.
- BERQUÓ**, Elza. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. Fundação Carlos Chagas. SP. 2001 Edit.34.
- CARLOTO**, Cássia Maria. A Chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. Revista Virtual Textos & Contextos, n.4. 2005
- CASTELLS**, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: O Poder da Identidade. São Paulo , Paz e Terra, 2ª ed. 1999, p.169-277
- HALL**, Stuart. A Identidade Cultural na pós modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de domicílios em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero. In: Encontro nacional de Estudos Populacionais- ABEP, XIV ,2004, Caxambu-MG.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres Chefes de Família no Brasil: século XIX e XX. In: Encontro nacional da ABEP, XIII ,2002, Ouro Preto.

SAMARA, Eni de Mesquita. O Que mudou na família Brasileira? (Da colônia à atualidade). 2002, Psicol.USP vol.13 n.2, São Paulo

SCOTT, R.Parry. Mulheres Chefes de Família. Abordagens e Temas para as políticas públicas. IN: Encontro nacional da ABEP, XIII ,2002, Ouro Preto.

_____. Censo Demográfico: Rio de Janeiro, 1991.

_____. Censo Demográfico: Rio de Janeiro, 2000.

REVISTAS:

Encarte Especial DIEESE. 8 de Março de 2003

SITES

www.ibge.com.br

www.seade.com.br

www.abep.org.br

As Pastorinhas: auto teatral que compõe as festas do Divino em Pirenópolis.

Tereza Caroline Lôbo*
João Guilherme Curado**

*Também se exerce violência no domínio acústico e disso somos testemunhas auriculares.
As lembranças estão povoadas de sons
(Bosi, 1998: 445).*

I Ato - “Nestas cidades, nestas campinas”

Com a descoberta do ouro em terras goianas vários foram os arraiais que iam se formando às margens dos abundantes mananciais espalhados pela Província, surgidas antes da posse do primeiro governador de Goiás (1749), sobressaindo arraiais como Meia Ponte, Vila Boa, Santa Luzia, Corumbá e Jaraguá, onde desenvolveu-se gosto e hábitos por atividades ligadas às práticas teatrais e musicais. Uma clarividência da tentativa de socialização das comunidades em formação, contando com elementos dos mais variados lugares, trazendo para os novos destinos culturas diversificadas que passariam a compor o cotidiano. Esses elementos redundaram numa negociação cultural que moldou as identidades locais, percebida no imaginário e no modo de ser da população goiana.

As festas, assim como as missas dominicais eram ponto de encontro das comunidades rurais em geral. Saint-Hilaire relata sobre as observações realizadas em 1819 “ainda hoje a maioria dos habitantes de Meia-Ponte se dedica à agricultura e como só vão ao arraial aos domingos, as casas permanecem vazias durante toda a semana” (1978: 37). Já aos domingos a paisagem da cidade se alterava significativamente, pois após a missa matinal se davam os batizados, almoços em família. As tardes eram reservadas para visitas formais ou mais descontraídas destinadas a parentes mais próximos, em ocasiões especiais nas noites eram realizados bailes ou saraus, onde os dons musicais eram apresentados à sociedade. Quando não eram encenadas óperas, que

* doutoranda em Geografia – IESA/UFG - terezacarolinelobo@hotmail.com

** doutorando em Geografia – IESA/UFG - joaojgguilherm@hotmail.com

na “Era” dos Barracões [na ausência de casas para espetáculos era montado nas ruas teatros rústicos e improvisados], aconteciam, de maneira geral, representações de obras, onde partes musicais alteravam-se com partes faladas. Por outro lado, há ainda a possibilidade do termo ópera ter sido empregado para peças teatrais, onde a música poderia apenas ocorrer de maneira incidente (Souza, 1998: 31).

Comparecer às óperas constituía-se muito mais que refinamento artístico, representava “uma ocasião relevante para o exercício das relações sociais: constituía-se, por exemplo, em ‘palco’ para a celebração de alianças e, possivelmente, também em ‘arena’ onde os conflitos se desenvolviam” (Souza, 1998:11). Também era “sinal de prestígio – confirmava sua posição na pirâmide social. Significava que o indivíduo pertencia a uma elite cultural de tradição” (Souza, 1998: 28).

Saint-Hilaire relata sobre festas em variados pontos de Goiás, como, entre outras, em Traíras, Vila Boa, Santa Luzia. Sobre essa última comenta que “as comemorações não se limitam apenas a uma missa cantada e a um sermão. Soltam-se também bombas e foguetes, encenam-se óperas e se realiza um simulacro de torneio” continua mencionando que a participação obedecia ao seguinte critério “os que figuram na ópera e no torneio pertencem geralmente às famílias mais abastadas das vizinhanças” (1978: 105).

A festa do Divino Espírito Santo, iniciada em Pirenópolis no ano 1819, vai ocupar o centro da sociabilidade do lugar congregando a comunidade e aglutinando durante o período diversos festejos, tais como o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Juizado de São Benedito, as Cavalhadas, as Folias, novena e missas solenes, peças teatrais – também conhecidas por operetas – dentre elas As Pastorinhas que de todas as peças apresentadas em Pirenópolis é a que se conserva até os dias atuais – um teatro de natal, com muitas danças e músicas (...) delas participam muitas meninas da cidade” (Deus e Silva, 2003: 23). O caráter cíclico, dos festejos do Divino é composto por momentos que ocupam todo o ano e o incorpora na vida dessa sociedade e de modo simbólico compõe o que se entende por ser pirenopolino.

As óperas se fazem presentes nas programações da Festa do Divino pelo menos desde 1837 com o drama “Demofonte” segundo levantamento realizado por Jayme (1971: 612). As encenações ocorriam nas ruas até 1860, quando foi construído o teatro de São Manoel, por Manuel Barbo de Siqueira, sendo que em 1891 ele já não mais existia (Jayme, 1971: 152).

Em 1899, Sebastião Pompeu de Pina construiu um teatro realizando ali inúmeras óperas não só durante a Festa do Divino, “dirigiu, durante sua vida, cerca de quarenta e cinco dramas musicados, também conhecidos como óperas” (Pina Filho, 2004: 36). O poder público representado pela intendência municipal por volta de 1916 pretende anexar o Teatro ao

patrimônio do município, o que causa pendências jurídicas, desgastes e intrigas políticas. Ainda no período de tramitação do processo o padre Santiago Uchoa constrói no início da Rua Direita o Cine-teatro Pireneus. Assim se apresenta o dramalhão estrelado pelas famílias tradicionais, poder público e Igreja no cenário cultural, e operístico, pirenopolino.

Sobre a composição do elenco temos que “no século passado e começo deste [XIX e XX, respectivamente] as mulheres não trabalhavam como atrizes, no teatro meiapontense (...) os papéis femininos eram confiados a rapazes, ainda imberbes”, continua o autor apontando o momento de alteração, sendo que “após a primeira Grande Guerra, a sociedade muita mudança sofreu, em todo o mundo. Os reflexos atingiram Pirenópolis. A ‘abertura’ trouxe senhoras e senhoritas para os palcos” (Jayme, 1983: 282). Fato esse que tornará possível a posterior montagem da peça de bailado As Pastorinhas.

II Ato – “Chegai, ó belas pastoras, vinde ao presépio adorar...”

Introduzido no Brasil pelos jesuítas no século XVI, esse bailado folclórico de origem portuguesa compõe-se de representações dramáticas coloridas e movimentadas com cantos e danças. Tiveram grande difusão no Nordeste e Sudeste do Brasil, devido a atuação da Companhia de Jesus. O enredo principal seria a visita dos pastores, no caso do bailado, em sua maioria pastoras que seguem a Belém com o intuito de homenagear o menino Jesus, por isso a maior incidência de representações tem as festas natalinas por referência.

Câmara Cascudo ao inserir o verbete “pastorinha” o remete ao “pastoris” onde aponta que “em Pernambuco e no Nordeste em geral, os pastoris são cordões, feitos em geral aos sábados, do Natal até as vésperas de carnaval, indo as pastoras divididas em duas filas paralelas: uma chamada cordão azul e outra cordão encarnado” (s/d: 683). Outra informação importante é de que a “inclusão do nome ‘cordão’ no pastoril denuncia a influência poderosa da dança e música profana” (s/d: 683) ao bailado.

Sobre as alterações ocorridas o referido autor descreve que “os pastoris foram evoluindo para os autos, pequeninas peças de sentido apologético, com enredo próprio, divididos em episódios, que tomavam a denominação quinhentista de ‘jornada’” (s/d: 683). Assim sendo esse bailado natalino foi se difundindo pelo Brasil afora, mesmo depois da expulsão dos Jesuítas, com o passar dos anos foi também se adaptando aos contextos em que ia se inserindo.

O bailado que encenava episódios ligados à catequização e difusão do catolicismo foi ganhando espaço no Brasil e incorporando os costumes nacionais de tal forma que músicas passaram a referir-se, senão ao bailado, às pastoras que dele participavam e encantavam os poetas e músicos. Esse é o caso de Noel Rosa e João de Barro, que escreveram e musicaram os versos:

*E as pastorinhas
Pra consolo da lua
Vão cantando na rua
Lindos versos de amor
(www.lettras.mus.br)*

III Ato – “Oh! Que festa companheiras, companheira. Oh! Que festa sem igual, sem igual!”

As Pastorinhas nos permite uma análise dos conteúdos vivenciados pela população pirenopolina para a constituição de suas identidades e o que contribui para a construção das mesmas. Na qualidade de um ritual festivo a peça, encenada em Pirenópolis no início do século XX, consegue, ainda, ter sentido na atualidade, quando a sociedade sofre transformações intensas na sua estrutura redefinindo o papel das relações sócio-políticas, religiosas e econômicas.

A peça é aqui entendida como um lugar de festa, pois “lugares são contextos ou panos de fundo, para a intencionalidade definir objetos ou eventos, ou podem ser objetos da intenção em seu sentido primordial” (Relph, 1980: 42)¹. Assim, o lugar é o centro das ações e das intenções onde realizamos nossos eventos mais significativos. Implicando em inter-relações sociais e práticas ritualística-espaciais reinventando relações que nos permite análises dos valores da sociedade pirenopolina tratando do processo ritualístico desenvolvido no palco através de suas representações simbólicas que contribuem para perpetuação desse fenômeno da cultura local dando sentido à sua existência no presente.

O espaço festivo criado durante a manifestação das Pastorinhas foi percebido aqui como uma forma sintética de reflexão sobre a vida e como um palco de representações onde é possível identificar e caracterizar identidades que remetem à “questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (Hall, 2003: 109).

¹ “Places are the contexts or backgrounds for intentionally defined objects or groups of objects or events, or they can be objects of intention in their own right” (Relph, 1980: 42).

As Pastorinhas integram a tradição familiar da cidade, são dependentes do poder aquisitivo e da posição social ocupada pelos partícipes, atingindo a classe sócio-política dominante, já que a participação define-se pelo vínculo a esses fatores. Apesar de ser em outras localidades um festejo tradicional ligado ao culto popular católico, em Pirenópolis representa as articulações da classe social na posse dos espaços de atuação sócio-político-culturais.

Por ser uma festa tradicional está vinculada ao que Halbwachs (2004) denomina “memória coletiva”, cujo passado não é preservado, mas reconstruído coletivamente com base no presente. Ao realizarem-se ano após ano, os festejos ligados ao ritual de encenação, As Pastorinhas, reproduzem continuamente as memórias de acontecimentos ou estados passados, por isso sua apresentação é ainda uma festa de elite. Portanto, “a ‘integridade’ da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do ‘trabalho’ contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado” (Giddens, 1997: 82). Ao encontrar espaço de atuação reproduz não só um passado de elitização, mas um presente que também segrega e exclui.

A memória vai agir sobre a sociedade local por estar carregada de valores internalizados, adquirindo uma configuração própria na consciência coletiva (Sanchis, 1983). O pirenopolino, apoiado na concretude do mundo vivido, sedimentado de emoções e experiências, constrói de maneira singular sua história, mesmo quando ausente de sua terra natal. “Esta nostalgia é aguçada principalmente na temporada da festa de sua cidade, ou melhor, de sua festa, colocando-o numa situação de conflito e necessidade de escolha entre o ir (para a festa) e o ficar (na dura realidade da vida)” (Maia, 2001: 180).

As manifestações das Pastorinhas carregam em si uma linguagem própria, uma maneira de intervir na realidade, utilizando para isso seu caráter simbólico, seu conteúdo social e sua tradição. Contudo, atualmente vivencia um processo de ressimbolização e os seus rituais permanecem como importantes momentos de manifestação dos sentimentos de pertencimento de uma coletividade. Como um lugar que dá sentido ao mundo presente e, por meio de suas articulações com as identidades locais, alimenta a memória que se tem da cidade de Pirenópolis.

A primeira vez que As Pastorinhas entram no programa da Festa do Divino estão mencionadas para os dias 20, 21 e 22 de maio de 1923 (Jayme, 1971: 616) ocorrendo no teatro e não mais nas ruas, como outras apresentações realizadas anteriormente. Sendo assim a revista pode ser considerada como segregadora, uma vez que nem todos adentravam à casa de espetáculos.

Essa opereta “compõe-se de 46 canções diferentes e 12 árias (solos)” (Mendonça, 1981: 265). Consta de uma mistura de bailado, canto, dança e diálogos “onde se entrelaçam frases corretas e de português estropiado, frases em francês e em latim que, muitas vezes, nada significam” (Mendonça, 1981: 265). Contém 34 personagens sendo somente três homens: Luzbel, o Demônio, que contrariado com o nascimento do menino Jesus, usa seu poder de sedução e tenta destruir a religião; o Benjamim, o pastor menino, que acompanha o grupo aprendendo as lições colocadas pelo Simão Velho, pastor condutor da jornada a Belém.

Como mencionamos são apenas três os personagens masculinos, dois inofensivos à primeira vista e um perigoso por ir contra os princípios pregados e pelos poderes de persuasão, sedução, encantamento e domínio, destarte

os demônios são igualmente um instrumento usual da ação mágica. Ora, também os demônios são seres cercados de proibições; também eles são separados, vivem num mundo à parte e, inclusive, costuma ser difícil distingui-los dos deuses propriamente ditos. Aliás, mesmo no cristianismo, não é o diabo um deus decaído? (Durkheim, 2003: 27).

No elenco feminino vinte e quatro meninas-moças distribuídas em duas alas compõem o cordão vermelho comandado pela Mestra e o cordão azul liderado pela Contramestra, ao centro a Diana, uma pastora com roupa metade azul e outra metade vermelha, além de portar arco e flecha, uma alusão à deusa da mitologia. O anjo Gabriel aparece em momentos específicos para anunciar o nascimento do menino Jesus e impedir as ações do Demônio, sempre foi representado por mulher. À Religião é reservada uma ária no momento em que o bem vence o mal. A Cigana do Egito representa a conversão ao cristianismo e a negação dos bens materiais.

Três meninas representando a Fé, a Esperança e a Caridade, vestidas respectivamente nas cores azul, verde e vermelha, entram carregando suas insígnias e cantam suas árias seguidas pelo coro das pastoras. Essas três personagens infantis foram criadas pelo maestro Propício e inseridas ao texto que chegou a Pirenópolis trazido por um telegrafista nordestino.

Alonso Bento Machado, o telegrafista, que residiu em Pirenópolis por uns anos “dizia que As Pastorinhas eram composição de um músico de Santa Luzia de Carangola, Minas Gerais” (Jayme, 1983: 282). Alonso não permitiu que copiassem a revista e há versões de como isso ocorreu. José Sizenando afirma que durante a representação do auto o maestro Propício, com a colaboração de seus alunos de música, conseguiu copiar tudo: partituras de música, diálogos etc” (Jayme, 1983: 282). Outra versão diz que Propício com a ajuda de um sobrinho teria

copiado partitura enquanto aquele copiava as letras e diálogos durante uma madrugada (Siqueira, 2007) após a primeira apresentação de 1922.

Essa representação idealizada encarnada pelos personagens da peça propõe uma ação reflexiva sobre os conflitos dramatizados pelos mitos que simbolizam efetivamente processos profundos do inconsciente social e coletivo. Assim como no teatro das Pastorinhas o enredo é sempre o mesmo e cumpre sua circularidade ano após anos, a comunidade reflete e repete os momentos históricos vivenciados e marcados pelo preconceito, pelo machismo, pela religiosidade, pelos dogmas e pela tradição de viver numa sociedade marcadamente rural e conservadora.

No processo de significação do trecho a presença da luta entre o bem e o mal é representada nas cenas com Gabriel e Luzbel. A dualidade é que vai estabelecer as redes de relações e que darão sentido à trama. Os personagens representam seus papéis em função dessa dualidade e o querer ser bom faz com que o bem, no final, sempre vença o mal.

Os movimentos dos cordões são perfeitos, em fila indiana da mais alta para a mais baixa estatura, toda história é cantada e cadenciada e a ordem passa a noção de disciplina, hierarquia e ritmo, o que delega às mulheres o papel de conduzir a sociedade de forma submissa à fé professada e permitindo aos homens os extravios e exageros sociais como se percebe por ocasião das festas em que há certa permissividade, “efervescência”.

Considerações finais

Fez parte da tradição pirenopolina afirmar que “se o ‘imperador’ era mesmo do barulho, providenciava para que sua festa fosse abrilhantada por sessões teatrais. Pirenópolis sempre teve fama como terra de artistas teatrais, pelo virtuosismo das encenações” (Jayme, 1983: 281). O termo “do barulho” significa pessoa de posses e ligada à elite cultural local, o que demonstra que mesmo na Festa do Divino as diferenciações sociais se faziam e se fazem presentes ainda hoje, mesmo com apoio governamentais e de outros setores.

A direção atual é do casal Alaor e Ita. A estrutura conta com guarda-roupa próprio, sempre renovado, o que gera despesas, Silva afirma que “esse evento não é realizado com o objetivo de lucro, tem mais a função de legitimar socialmente quem o organiza e que dele participa” (2001: 185).

As opiniões sobre as encenações das Pastorinhas apontam possibilidades de se compreender os mecanismos de manutenção dessa festa tradicional que se desenrola sobre os palcos e platéias de Pirenópolis. “Encenada a partir da década de 1920 com alguma assiduidade, e mais recentemente como obrigação anual daquela comunidade” (Pina Filho, 2004: 40). O ponto de vista é compartilhado por Jayme que comenta sobre o novo momento pelo qual a cidade passava: “essa repetição, enfadonha para muitos filhos da terra, foi estimulada pela Goiastur, no intuito de atrair o turismo para a cidade” (Jayme, 1990: 242).

Referências Bibliográficas

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 5ª ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1998. 484p.
- CÂMARA CASCUDO. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª ed. São Paulo, Ediouro, s/d. 930p.
- DEUS, Maria Socorro; SILVA, Mônica Martins da. *História das festas e religiosidades em Goiás*. Goiânia, Ed. Alternativa, 2003. 74p.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. 3ª tiragem. São Paulo, Martins Fontes, 2003. 609p.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós tradicional. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Unesp, 1997. p. 73-134.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo, Centauro, 2004. 197p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 2003. 102p.
- JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia, UFG, 1971. 624p.
- JAYME, José Sizenando. *Pirenópolis: humor e folclore*. Goiânia, 1983. 416p.
- _____. *Goiás humorismo e folclore: Anápolis, Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Silvânia*. Goiânia, 1990. 320p.
- MAIA, Carlos Eduardo Santos. O retorno para a festa e a transformação mágica do mundo: nos caminhos da emoção. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro, ed. UERJ, 2001. p. 177-199.
- MENDONÇA, Belkiss Spencièrè Carneiro de. *A música em Goiás*. 2ª ed. Goiânia, UFG, 1981. 385p.

PINA FILHO, Braz Wilson Pompeu de. *O Cancioneiro de Armênia*. Goiânia, Agepel, 2004. 120p.

RELPH, Edward. *Place and Placeness*. London, Pion, 1980. 161p.

ROSA, Noel; BARRO, João. As Pastorinhas. In: www.lettras.mus.br - acesso em 30/07/2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/Ed. USP, 1975. 158p.

SANCHIS, Pierre. *Arraial: Festa de um povo*. Trad. Madalena Mendes de Matos. 2ª ed. Lisboa, Dom Quixote, 1983. 345p.

SILVA, Mônica Martins de. *A Festa do Divino: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Goiânia, Agepel, 2001. 229p.

SIQUEIRA, Ana de Pina. Entrevista – pastora em 1948, 79 anos, em Pirenópolis, 9 de agosto de 2007.

SOUZA, Ana Guiomar REGO. *A “era” dos Barracões: uma abordagem histórico-social da ópera em Pirenópolis – século XIX*. Goiânia, UFG, 1998. 110p. (Dissertação em Artes).

Os *mina* nas minas dos Guayazes: apontamentos sobre a presença africana em Goiás (1762-1794)

Maria Lemke Loiola¹

Durante algum tempo, a historiografia da escravidão pouco se ateu às discussões acerca das etnias e da *mestiçagem* no Brasil colônia. É bem verdade que Vanhagen já alertava para a importância do tema. Mais tarde, Gilberto Freyre traria à tona a mestiçagem no Brasil. Numa época em que os estudos culturais estavam longe de despertar o interesse dos historiadores, Freyre atentou sobre a importância do negro na formação da sociedade brasileira. Contudo, da insustentável leveza da generalização freyreana vicejaram o que viriam a ser os *equivocos e tabus da historiografia brasileira*.² Dado o caráter ideológico que o tema assumiu, poucos se atreveram a explorá-lo.

O mesmo ocorreu com a procedência escrava. Cristalizou-se a idéia da existência de dois grandes grupos (lingüísticos) africanos: bantus e sudaneses. Estudos recentes têm dado à África conotações menos generalizantes, o que permite compreender melhor a complexidade do que foi o sistema colonial. Atualmente, categorias de cor e histórias da África se encontram do lado de cá do Atlântico, sob interpretações mais abrangentes.

A historiografia de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, têm trazido à tona não só as especificidades locais/regionais acerca da escravidão, mas, principalmente uma dimensão mais complexa à medida que a África passou a ser um dos componentes para a compreensão dessas especificidades, indo além de “fornecedor de mão-de-obra”, fornecedor de culturas e saberes ainda pouco estudados (SOARES, 1998, 2000, 2002, 2004, 2005; OLIVEIRA, 1997; REIS, 1996, 1999; LAW, 2006; FERREIRA, 2006; PAIVA, 2002).

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás, bolsista da Capes.

² Sobre a miscigenação racial e cultural na historiografia brasileira, ver o arguto artigo de Ronaldo Vainfas: Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus na historiografia brasileira. *Tempo*. v. 4, n.8, 1999, pp. 7-22.

Para tanto, diversos autores têm feito uso da documentação eclesiástica, pois é nela que estão algumas *respostas* às questões referentes à vida dos escravos.³ Não foi por acaso que, em algum lugar do passado, um historiador escrevia: a compreensão da história do Brasil somente seria possível se se atentasse para o papel da Igreja na colonização dos povos e seus territórios (HOORNAERT, 1992).

Diante da emergência do tema na historiografia nacional, neste ensaio, gostaria de abordar a presença africana em Goiás colonial, precisamente em Vila Boa e Meya Ponte,⁴ a partir da análise dos livros de batismos de escravos e óbito, tendo como foco as atribuições que recebiam. De acordo com Soares, os livros de batismo registram a inserção e as atribuições identitárias que os africanos receberam na chegada ao Novo Mundo. De uma só vez o africano é inserido no mundo cristão e no mundo colonial (SOARES, 2000a; 2000b) nos quais as contingências da vida e o *savoir faire* adquiridos ao longo da vida determinariam a forma como sairia dele.

Mina são os africanos predominantes nos livros de batismo de escravos de Vila Boa e Meya Ponte. Entretanto, além de serem denominados por sua *nação*, são conhecidos pela cor, atributo que os acompanhava por toda vida. Mas porque pensar a cor como categoria de análise para a sociedade do século XVIII, se o discurso raciológico tomou força no século XIX? Acerca do assunto, Soares (2000, p. 29) afirma:

No século XVIII, a inscrição social se faz, em primeiro lugar, pela cor. As elites são supostamente 'brancas' e de 'sangue limpo'. Os 'pretos' são escravos ou forros, raramente livres. Entre uns e outros, os 'pardos'. No século XVIII, a cor fala da condição social de cada um e, como tudo mais nas sociedades do Antigo Regime, distingue e hierarquiza.

Desta forma, não é possível falar de nações africanas sem discorrer acerca da cor. Sobre as atribuições, na documentação eclesiástica pesquisada não existem negros. Existem pretos, crioulos, pardos, mulatos, mestiços e cabras. A cor e a procedência eram elementos que afetavam diretamente as negociações de compra e venda. Sabendo disso, os párocos responsáveis pelos assentos de batismos incluíam essas informações ao registrar a escravaria, configurando a estreita relação entre o

³ Cf. SOARES, 2005.

⁴ Cidade de Goiás e Pirenópolis, respectivamente.

mundo cristão e o mundo colonial (SOARES, 2000). Além disso, a maioria dos padres não se furtou de ter sua própria escravaria, como fizeram José Caetano Lobo Pereira e Filipe da Sylveira e Souza, entre outros...

Ocorre que, nem todos vinham batizados e muitos jamais seriam, morrendo *pagãos*, ou seja, sem o batismo e enterrados como tal. Assim, se não chegavam batizados, tampouco chegavam *convertidos ao catolicismo* como sugeriu Moraes (2006, p. 264). As queixas dos visitantes eclesiásticos incluíam o precário estado espiritual em que os escravos eram mantidos no século XVIII deixando, com isso, pistas sugestivas sobre alguns costumes nas Minas dos Guayazes

Constame que muitos dos habitantes destas Minas comprão os escravos pagaons e os conservão em Seu poder dilatados tempos sem fazerem diligencia alguma para que elles aprendão o que lhes hé nessessario saber para Serem Baptizados, e o que pior hé que ainda que os ditos escravos estejam capazes por Seus particulares interesses os não mandão baptizar expondo assim as Suas Almas a evidente perigo de condemnação. Para evictar pois tão detestavel erro, mando aos Parochos que tanto que chegar ao Seu destricto algú comboyo de Escravos Saibão do condutor delles a quem os vendeo para o que o poderão obrigar a declarallo debaixo de juramento [...] ⁵

No entanto, mesmo que os senhores mantivessem encobertos seus escravos, ainda é nas fontes eclesiásticas que podemos buscar estimativas de sua quantidade. Também é nos registros eclesiásticos que podemos perceber a formação de uma sociedade cuja variedade *de cores* foi sendo construída ao longo do tempo.

Karasch afirma, “[...] a miscigenação racial era comum na fronteira de Goiás, e um vocabulário variado emergiu para definir o povo com várias cores” (2000, p. 136). Concordamos com Karasch acerca da miscigenação, contudo, seus estudos se referem ao início do século XIX, quando a escravidão já se mostrava diferente da do século XVIII. A documentação eclesiástica indica uma sociedade mais estratificada em termos de categorias de cor no século XVIII.

Para se ter uma idéia disso, nos assentos de batismos da cidade de Goiás, outrora Vila Boa, dos 2.077 batismos de crianças escravas, apenas setenta tiveram

⁵ IPEHBC: Cópia da Primeira e última visita do Doutor Alexandre Marques do Valle, visitador que foi das Minas de Goyaz, (1734-1824), p. 14. Doravante, *cópia da primeira...*

um dos genitores declarados pardos. Assim, o “branqueamento” aumentou de forma paulatina na sociedade e é perceptível nos batismos de escravos, *pari passu* em que houve a redução de africanos. É oportuno lembrar que as designações de cor e *nação* não são auto-imputadas, mas atribuições que os africanos receberam, mormente os interesses dos colonizadores ou, parafraseando Rezende, segundo a *origem inventada por um mundo de signos não-africano* (2006, p. 1). Assim, noções sobre as *nações* foram modificadas à medida da necessidade e do interesse.

Nesta pesquisa, pautei-me em Soares segundo a qual a *nação* não corresponde a um grupo étnico, embora possa conter grupos com língua e cultura comum (SOARES, 2000; 2004; 2005). Sobre *nação*, Karasch afirma que as representações criadas acerca dos africanos podem ser interpretadas considerando-as como “comunidades imaginadas”.

A brasilianista alerta: “[...] tinham que se juntar todos em novas comunidades que já não estavam baseadas numa etnia específica” (KARASCH, 2000, p.128). Na perspectiva de Soares, a forma de tratamento do continente africano foi sendo modificada em consonância às novas exigências do comércio colonial, cujo pressuposto era identificar os povos com os quais mantinham relações (1998; 2000a, 2000b). As transformações ocorridas *na grande história*, ou seja, quando da ressemantização da África e sua introdução sistemática no comércio Atlântico, refletiram diretamente na forma de tratamento recebido pelos escravos do lado de cá do Atlântico.

Os africanos saíram do patamar da gentilidade para entrar no moderno sistema colonial carregando nos ombros o funesto lenho de serem *filhos de Cã*, a quem um dia Noé amaldiçoou à escravidão. Conforme Bosi, era o velho mito bíblico justificando “catequizar populações entregues ao fetichismo e ao domínio de Islão” (2002, p. 258). Era a cultura moderna interpretando à luz de suas necessidades as narrativas de dominação pretéritas. Enquanto isso, os autóctones experimentavam vários epítetos, a maioria, pouco elogiosa.

Na documentação eclesiástica do século XVIII eram conhecidos como “nação cayapó”, “nação xicriabá, ou xacriabá” e, muito raramente, gentio da terra. Os *povos da terra brasílis* aparecem nos assentos eclesiásticos com maior freqüência no

século XVIII do que em período posterior. No livro de óbito de 1803 a 1810 da freguesia de Meya Ponte, quando eventualmente citados, são referenciados como “gentios da terra”, *nação braba*, aparecem ainda, sugestivamente, como administrados (SALLES, 1992).

É provável que essa mudança semântica que os autóctones conheceram esteja relacionada aos conflitos entre os *naturais da terra* e os lusobrasileiros e tenha sido mais lenta na escrita da documentação eclesiástica em comparação à administrativa.

No caso dos africanos, a documentação retrata que saíram do patamar de gentilidade para entrar no mundo *civilizado*. Para os autóctones da capitania de Goiás, a imagem foi invertida, de *nação* passaram a gentios, *bestiais*. Ultrapassaram o limiar abaixo da humanidade. A idéia de pureza e edenia, que os cercou logo após a “descoberta”, foi substituída por epítetos depreciativos que, por muito tempo, foram abraçados pela historiografia tradicional.

Assim, entende-se que *nação* é uma atribuição e, portanto, sujeita a variações regionais investida de crenças construídas em torno de justificativas pouco convincentes. Considere-se ainda que a documentação reflete o que se escreve dos negros, escravos ou forros, e sobre os autóctones. e não a visão que estes têm de si. É a palavra daquele que domina *dando cor* e signos àquele de quem se escreve, matizando-os segundo interesses alheios à sua vontade.

Bem, mas voltemos às estratégias dos senhores junto à Igreja. Numa das visitas que fez, João de Almeida Cardozo recriminava os senhores de escravos que, para fugir de suas obrigações pecuniárias junto à Igreja, incorriam no ocultamento de seus subordinados:

E outrosi me hé constante, q os Senhores, e pays de familias, não satisfazem as obrigaçoens, a q estão adstrictos, de darem a rol toda a sua familia, como devem, [...], mas antes esquecidos desta inviolavel obrigação, [...] não Só não a cumprem naquelle prefixo termo, mas ainda quando fazem obrigados pelas instancias, e rogativas do R.^{do} Parocho, costumão occultar parte dos escravos da Sua família, e agregadas.⁶

⁶ Idem: *Cópia da primeira...*p. 87 e 87 verso.

Além da cobrança dos dízimos eclesiásticos, recaía sobre os donos de escravos a capitação que, em vários momentos, foi motivo de queixa à Coroa. Segundo Salles (1992) e Moraes (2006), um dos problemas enfrentados para pesquisar a quantidade de escravos na capitania de Goiás, é o alto índice de contrabando da época.

Assim, de um lado, os registros de capitação e mapas populacionais refletem o contrabando e, de outro, os registros de batismo sinalizam a prática de não se batizar escravos, indicando uma sociedade à época, pouco afeita à prestação de contas. No intuito de identificar a população escrava em Vila Boa e Meya Ponte, busquei em fontes eclesiásticas algumas informações.

A verificação da presença dos *homens de cor* na antiga capital, pautou-se nos registros de batismo e censos populacionais disponíveis na coleção dos documentos da coleção do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Apesar desses mapas populacionais não constituírem uma série longa, pois recobrem um curto período de tempo, é possível traçar relações e perceber as discrepâncias entre um e outro tipo documental. No caso dos batismos, a análise recaí nos anos de 1762 a 1794,⁷ no qual são contabilizados 2.729 assentos válidos, sendo 2.077 crianças e 652 adultos.⁸

Ainda que a designação *mina* carregue o peso de uma *invenção colonial* (REZENDE, 2006), há que se atentar para a presença marcante deste grupo em Goiás. Os livros de batismo de Vila Boa, para os anos de 1764-1792, apresentam os *mina* como a maioria absoluta dos africanos da capital, como pode ser visto no gráfico abaixo (FIGURA 1).

⁷ Agradeço à professora Maria da Conceição Silva e a Antonio César Caldas Pinheiro por terem cedido esta documentação.

⁸ O registro pode abranger um ou mais assentos, tanto nos óbitos quanto nos batismos. Assim, os dados apresentados nas tabelas se referem aos assentos. A anotação de vários assentos num mesmo registro ocorria quando se tratava de gêmeos ou quando se tratava de vários escravos de um mesmo senhor; o mesmo ocorria nos óbitos.

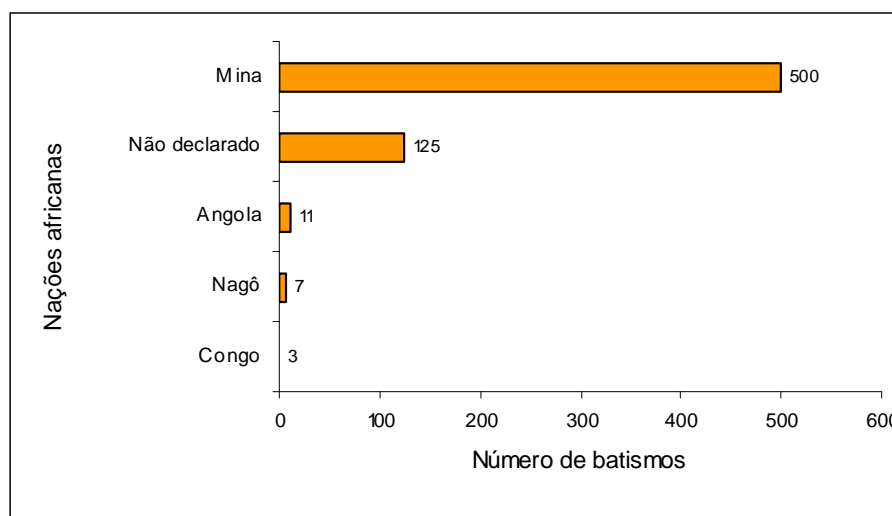


Figura 1: Africanos batizados em Vila Boa 1764-1792

Fonte: (AGDG): Livros de batismo de escravos de Vila Boa 1764-1792.

É considerável o número de pretos cuja *nação* não foi especificada. Entretanto, mesmo que o universo dos que não tiveram a *nação* declarada se referisse a *angolas*, seu total não chegaria a $\frac{1}{4}$ dos *mina*. É certo que estes dados se referem a um período circunscrito do século XVIII. Frise-se que, por serem extraídos de batismos, são parciais. Reportam-se aos adultos batizados em Vila Boa.

De qualquer forma, trata-se de uma superioridade numérica substancial e, por isso, não pode deixar de ser avaliada em seu contexto. Para tentar compreender o fenômeno, reporto-me a Paiva, segundo o qual, a prevalência de um ou outro grupo africano está relacionada a demandas de mão-de-obra específicas, principalmente para as regiões auríferas (2002). Assim, a predileção para os escravos *mina*, esteve alicerçada em duas componentes. A primeira referente ao conhecimento que os *mina* tinham das técnicas de mineração, muitas desconhecidas pelos europeus. Segundo o autor, em Minas Gerais havia uma quantidade significativa de oficiais de ferreiro e ourives negros e mestiços. Mawe, um dos muitos viajantes que passou pela região de Minas Gerais dizia (*apud* PAIVA, 2002):

Alguns dos grãos de ouro são tão pequenos, que flutuam na superfície, podendo, por conseguinte, ser arrastados nas repetidas mudanças da água que se fazem. Para prevenir esse inconveniente, os negros esmagam algumas ervas em uma pedra e misturam um pouco do seu suco à água de suas gamelas [...]

Assim, pode-se afirmar que longe de serem importados apenas como força de trabalho, o conhecimento técnico acerca da mineração e da metalurgia foi decisivo para a escolha de determinado grupo. Sabedores de que o conhecimento da mineração influenciava na escolha de determinado grupo africano, é bem possível que os traficantes vendessem africanos de outras nações como sendo *mina*, inflacionando seu valor e garantindo seus negócios.

Na documentação alusiva às regiões de mineração de Minas Gerais, Paiva encontrou a predominância dos escravos *mina*. Onde vigoraram as atividades agrícolas e pecuárias a predominância foi de Angolas, Congos e Benguelas (2002).

A segunda concerne à idéia de que ter uma escrava *mina* dava sorte ao minerador (PAIVA, 2002). O governador do Rio de Janeiro, escrevendo à Coroa, justificava: “não há mineiro que possa viver sem nem uma negra *mina*, dizendo que só com elas tem fortuna” (SOARES, 2000, p. 86).

Isso pode explicar porque somente são encontradas escravas *mina* no livro de batismo de escravos de Vila Boa. Dos 500 *mina* batizados, 145 eram mulheres,⁹ ou seja, 29%. Entre *nagôs* e *angolas* não houve batismos de mulheres. Isso sugere que para os trabalhos atribuídos às mulheres escravas havia preferência pelas *mina*. Considere-se ainda a crença de que estas davam sorte a quem as tinha. Infelizmente, não é possível saber se as mulheres escravas também trabalhavam nas lavras, como ocorria em Minas Gerais.

O gráfico abaixo (Figura 2) indica o decréscimo de batismos de africanos *mina* no decorrer do período analisado, o que pode estar relacionado com a diminuição da atividade mineradora na região. No caso dos *angola*, o primeiro registro data de 1767, o restante se deu a partir de 1781; já o primeiro batismo de *nagô* ocorreu em 1777.

⁹ Se contabilizarmos as mulheres pretas que tiveram seus filhos batizados esse número aumenta. Entretanto, o foco desta análise são os adultos batizados, por isso, contabilizei as mulheres somente quando recebem o sacramento.

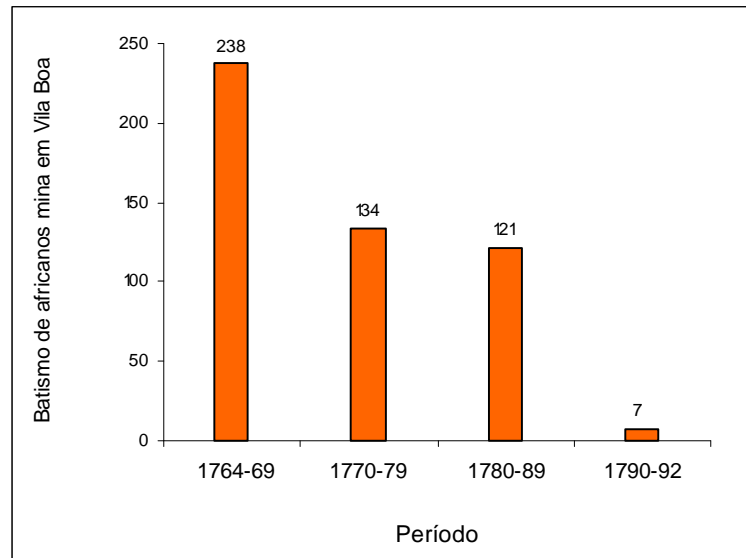


Figura 2: Batismo de africanos *mina* em Vila Boa 1764-1792

Fonte: AGDG:- Livro de batismo de escravos de Vila Boa 1764-1792.

Considerando que os anos de 1764 a 1769 constituem apenas metade de uma década, infere-se que a redução de escravos *mina* batizados esteja relacionada à queda na produção aurífera, cujas técnicas de extração eram bastante rudimentares aliado à falta de interesse dos mineradores em inovar nas técnicas e tecnologias de prospecção. (SALLES, 1992, p. 249-50).

No ano de 1783, o então governador, Luis da Cunha Menezes queixou-se dos poucos escravos para o trabalho nas minas. Dizia ele não ser a falta de água a promover a contínua diminuição dos rendimentos da Fazenda Real, mas o estado lastimoso da capitania. Para o governador, doze mil escravos era uma quantidade deveras pequena para manter as prospecções em patamar satisfatório, pois nem todos escravos estavam aptos a trabalhar: alguns pela idade, outros pelas moléstias às quais estavam suscetíveis.

Menezes propôs à rainha que sanasse a carência de mão-de-obra mediante a importação de escravos dos portos do mar,

[...] a custa da sua Real Fazenda, e suficiente, para pelo decurso dos tempos se hir aumentando o braço desta capitania, como por exemplo 200 Pretos, para estes depois de matriculados na Real Fazenda de S.

Mag.^e, se repartirem pellos Mineiros de mayor necessidade, e merecimento, pelo seu justo valor [...]”¹⁰

O pedido se dava em meio à justificativa da pobreza dos mineiros que compravam seus escravos a crédito por três ou quatro anos. Em caso de não ter honrado com a dívida, o comerciante fazia nova avaliação do escravo, inflacionava-o em relação ao preço do negócio. Assim, renegociava-se o escravo e não a dívida. Havia ainda o pagamento do tempo em que ficou com o escravo em seu poder. Com isso, o mineiro perdia mais que o escravo comprado a crédito. A dívida levava embora “5, 6, 7 Pretos, e muitas vezes mais.”¹¹ Assim, não é difícil entender porque, para se livrarem de dívidas e tributos, os mineiros mantinham seus escravos na clandestinidade sempre que podiam. Salles, ao consultar duzentas petições de sesmarias feitas na década de 1760, notou que os requerentes nunca citavam a quantidade de sua escravaria a fim de evitar a cobrança de tributos (1992, p. 229).

Menezes lamentava a falta de entrada de escravos novos, importados de outras capitanias. Isso reforça a hipótese da preferência pelos africanos para a mineração. Se por um lado a população africana foi decaindo ao longo dos anos, como exposto acima, de outro, a população de crioulos e pardos foi aumentando ano a ano. O gráfico dos óbitos de Meya Ponte para os anos de 1803-1810 indica que o número de pardos, assim como o de crioulos, aumentou significativamente neste período, se comparado a 1760-1776 (Figura 3).

¹⁰ IPEHBC: *Catálogo de verbetes...* doc. 2084. Lembremos que Luis da Cunha Menezes além de pedir à rainha que ajudasse os mineiros a repor sua escravaria, pedia que fosse aberta à exploração a região diamantífera, dos rios Claro e Pilões a fim de alavancar novamente a economia da capitania. Pedia também que liberasse o comércio fluvial com o Pará para importar os gêneros necessários à sobrevivência em Goiás, pois por terra, o custo tornava-se exorbitante e proibitivo.

¹¹ Idem, *ibidem*.

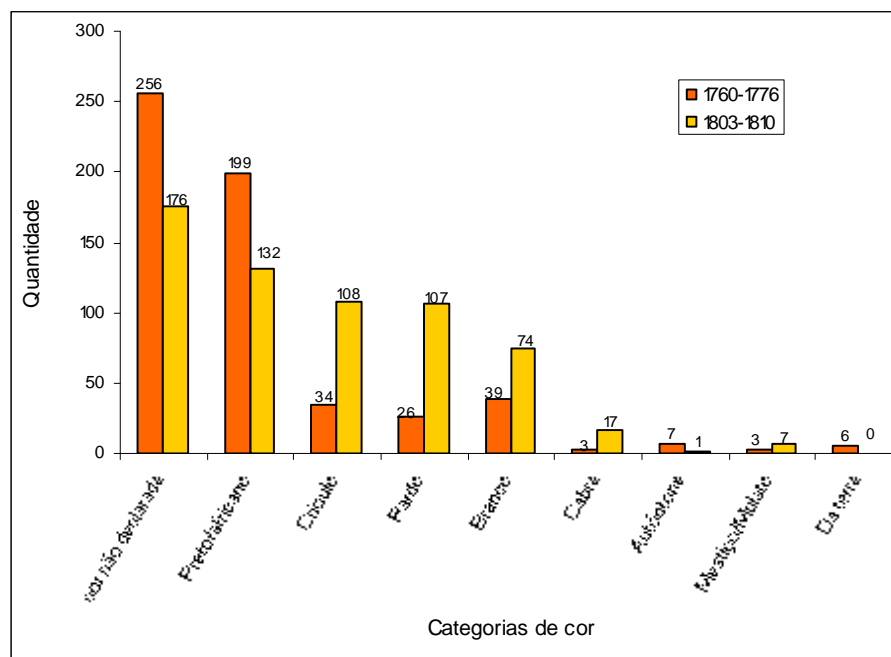


Figura 3: Categorias de cor em Meia Ponte entre 1760-1810¹²

Fonte: Livro de registro de óbitos de 1760-1776 e 1803-1810

No mosaico composto por pretos, crioulos e pardos, outra categoria merece ser mencionada. São os cabras que, como visto no gráfico acima, pouca expressividade numérica tiveram no período de 1760-1776. Contudo, no período de 1803-1810 seu contingente aumentou 100% sobre o período anterior. Em primeiro momento, com os olhos do século XXI, pensei ser uma categoria para designar o trabalhador braçal, como hoje ainda se ouve Brasil afora. O cruzamento de dados dos batismos mostrou que não.

Para Silva, cabra fazia parte de alguma “tribo [sic] africana” (2003, p. 126). Se assim fosse, apareceriam nos registros de batismos como escravos adultos, sem filiação. O cruzamento de informações acerca da mãe e do pai no assento de batismo indica se tratar de uma categoria de cor. Cabra é fruto de miscigenação, quando um

¹² Convém explicitar os critérios adotados neste gráfico. O primeiro concerne à “cor não declarada”, apesar de não constar cor, foram identificados a partir da condição social, eram escravos ou forros. Optei também por separar os autóctones dos “da terra”, os primeiros eram registrados com a designação de sua nação, Xacriabá, Carijó, Caiapó, ou *gentios*. Os “da terra” aparecem como pobres ou viandantes, o que não permite concluir se eram *índios* ou brancos. Para efeito de apresentação, não foram considerados os assentos cuja cor ou condição social não pôde ser identificada; este grupo totalizou 247 assentos no período de 1760-1776 e entre 1803-1810, 170.

dos genitores é preto ou crioulo e o outro é pardo, ou mesmo quando um deles é cabra, como se vê no assento de Francisca, filha de “Pedro cabra e de sua mulher Francisca crioula, escravos de Ignácio da Costa Mattos [...]”¹³

É interessante notar que os *cabra* parecem ter gozado de condição inferior que os pardos. Enquanto estes aparecem em sua maioria como forros nos assentos de óbitos, os registros de cabra os apontam como escravos, indício de que a liberdade tinha lá suas vinculações à questão da cor.

O gráfico acima mostra uma mudança importante na sociedade no período analisado. No período de 1803-1810, a população foi deixando de ser constituída de africanos; ao longo do tempo, foram substituídos pelos nascidos na colônia, dando lugar aos crioulos e pardos. Estes figuram nos óbitos como aqueles que tiveram o maior índice de alforrias. No período de 1760-76, entre os 26 pardos registrados, apenas três aparecem como escravos.¹⁴ No período de 1803-1810 dos 107 pardos registrados, apenas a pequena Rita ainda era escrava.¹⁵ Salles, ao identificar o grande número de pardos, afirma que, na sociedade da capitania de Goiás os pardos se situavam na segunda classe e os pretos na terceira “dentro de um critério de status social advindo da cor, que todavia não impossibilitava a ascensão econômica” (1992, p. 291).

Assim, se por um lado, os africanos carregaram suas designações de *nação* e cor até mesmo após a morte, como *Gaspar, homem preto de nação mina*, cujo provável conhecimento acerca da mineração, o “trouxe” para uma terra na qual vivenciaria a estranha experiência de ser coisa e pessoa. Seus descendentes, por outro, muitas vezes já nasciam livres, e estavam mais livres das vinculações entre cor e a escravidão.

Fontes e referências:

Cópia da Primeira e última visita do Doutor Alexandre Marques do Valle, visitador que foi das Minas de Goyaz, (1734-1824) (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC)

¹³ Arquivo Geral da Diocese de Goiás (AGDG): Livro de registro de batismos de Vila Boa, 1781, p. 96.

¹⁴ IPEHBC: Livro de registro de óbitos 1760-1776.

¹⁵ Idem: Livro de registro de óbitos 1803-1810, p. 39.

Livro de registro de óbitos de Meia Ponte 1760-1776 (IPEHBC).

Livro de registro de óbitos de Meia Ponte 1803-1810 (IPEHBC).

Livro de batismo de escravos de Vila Boa 1764-1792 (Arquivo Geral da Diocese de Goiás)

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOORNAERT, E. et al. *História da Igreja no Brasil*. Ensaio de interpretação a partir do povo. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre o termo “mina”. *Tempo*. n. 20, v. 10, 2006, pp. 109-131. (Dossiê África).

MATTOS, Hebe. “Pretos” and “Pardos” between the Cross and the Sword: Racial Categories in Seventeenth Century Brazil. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*. Amsterdam, v. 80, 2006. pp. 43-55.

MORAES, Cristina de C. P. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás – 1736-1808*. Lisboa: UNL, 2006 (Tese de doutoramento). CD-Rom.

OLIVEIRA, Maria I. C de. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*. nº 19/20, 1997. pp. 37-73.

PAIVA, Eduardo F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: _____ & ANASTÁCIA, C.M. J.(Orgs). *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: AnnaBlume/PPGH-UFMG, 2002, p. 187-207.

SALLES, G V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFMG, 1992.

SILVA, M. J. *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.

SOARES, Mariza de C. Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 127-168.

_____. A “nação” que se tem e a terra de onde se “vem”: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 26, nº 2, 2004, pp. 303-330.

_____. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Descobrimos a África no Brasil colonial. *RIHGB*. Rio de Janeiro, 161 (407), abr/jun 2000, 71-94.

_____. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*. V. 3, N. 6, p. dezembro 1998, 73-93.

RELAÇÕES, DISPUTAS E VALORES. UM ESTUDO SOBRE A IURD EM UBERLÂNDIA.

RODRIGO BARBOSA LOPES

RESUMO:

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada na cidade de Uberlândia-MG, no período de 2006 a 2007. Trata-se de problematizar como a memória é disputada dentro do espaço religioso e de como a fala destes sujeitos é influenciada, mas não determinada pela Igreja Universal. O sujeito utiliza do discurso religioso para justificar e determinar o quanto ela é importante para si como um amparo.

PALAVRAS-CHAVE: Neopentecostalismo, narrativas orais, sujeitos.

ABSTRACT:

This article is resulted of a research carried through in the city of Uberlândia-MG, in the period of 2006 the 2007. One is about to question as the memory is disputed inside of the religious space and as says it of these citizens is influenced, but not definitive for the Universal Church. The citizen uses of the religious speech to justify and to determine how much it is important for itself as a support.

KEYWORDS: Neo-Pentecostalismo, verbal narratives, citizens.

INTRODUÇÃO

Naquela manhã fria, o céu não se espelhou no mar, mas num cinza monótono, desbotado. Como foi difícil sair da cama e enfrentar aquela garoa fina. Acreditei, por todo o breve caminho entre a minha casa até a igreja, que não a encontraria cheia. Somente os mais fiéis enfrentariam o frio e a chuva daquela triste manhã de domingo. O primeiro dia dessa pesquisa foi um teste para a minha fé.

Ao contrário dos templos ostentosos da Igreja Universal, o local escolhido para esse estudo não apresentava o luxo da fachada de mármore e nenhum estacionamento coberto. Apenas uma pintura sobre as portas, estas sempre abertas para qualquer público, identificava o prédio como uma igreja do reino de Deus. A igreja utiliza uma construção antiga, localizada em um bairro periférico de Uberlândia.

Mesmo chegando às sete e meia da manhã – para o meu espanto – havia poucas cadeiras desocupadas no interior do templo, apenas três ou quatro lugares na última fila. A igreja estava lotada e todos os fiéis estavam de pé em um fervoroso coro. À frente de todos os

participantes da sessão havia um jovem pastor, engravatado, que gritava para todos com toda a energia. Aquele grupo, que ultrapassava o número de cem pessoas, enfrentou toda a tristeza da manhã de domingo para estarem ali.

Ocupei um assento, abri minha mochila e comecei a anotar. Não entendia nenhum dos rituais: os apelos, a simbologia, as interpretações que eram feitas de trechos bíblicos, a pregação. Mesmo tendo sido evangélico por alguns anos, tudo era muito diferente *dos meus tempos* de igreja. Mesmo assim, comecei a anotar tudo o que podia e liguei o gravador, sem consultar ninguém. Esta atitude quase provocou o fim da pesquisa. O pastor saiu do palco onde ministrava a sessão, deixando um obreiro orando em seu lugar. Dirigiu-se até a última fileira, chegou ao meu lado e – furioso – me perguntou “quem é você e por que está gravando?”, atônito, desliguei o gravador e disse que era pesquisador e, antes mesmo de terminar de me apresentar, ele continuou no mesmo tom: “guarda tudo isto e me procura depois...”.

A sessão continuou, o pastor pregava e os apelos coletivos dos fiéis aumentavam. Enquanto isso, um frio percorria minha espinha: temia de verdade a reação do pastor. Quando o culto terminou, fui imediatamente conversar com ele. O mesmo me esperava e continuava tenso com a minha presença na igreja. Mostrei a ele que era um universitário, do curso de história, o que o tranqüilizou. A explicação que ele me deu para a reação enérgica foi a eleição municipal, que acontecia naquele mesmo dia. Havia muita disputa em torno da candidatura de um pastor ao cargo de vereador e todos temiam “ataques” dos candidatos rivais. Desculpei-me por não ter pedido autorização e ele também se desculpou, mudando para um tom mais amigável. Antes de ir, pedi autorização ao pastor para conversar com os fiéis daquela igreja e “desde que e eles queiram falar com você, não vejo problema” foi a resposta do líder daquele templo.

O que o pastor não via como problema foi usado como metodologia nessa pesquisa. Buscou-se conhecer o universo de (con)vivências dos neopentecostais por meio das fontes orais. Não se trata de problematizar a Igreja Universal, com seus rituais ou com o discurso da prosperidade. O protagonista dessa pesquisa são os sujeitos que lotaram a igreja naquela – e outras – frias manhãs de domingo.

Esse estudo problematiza como a memória é disputada dentro e como a fala destes sujeitos se apresentam influenciada, mas não determinada pela Igreja Universal. Os sujeitos utilizam o discurso religioso para justificar e determinar o quanto a doutrina religiosa é importante para eles. Desenvolvem um diálogo sobre as disputas sociais e as superações

destes mesmos problemas. Cada problema enfrentado pelo fiel está integrado ao campo da *batalha espiritual*, onde este necessita do apoio constante da fé e da religiosidade.

Os discursos desses trabalhadores motivam a investigação a problematizar o crescimento da religiosidade, especificamente a neopentecostal, junto ao aumento dos problemas sociais causados pelo capitalismo desenvolvido no Brasil nas últimas décadas. Trata-se de entender como o ambiente social, no qual vivem estes fiéis, adquirem novos significados em suas falas. É captar, com devida sensibilidade, o desespero de viver um cotidiano degradado pelos problemas sociais em cada diálogo feito com eles.

Por que, mesmo sendo uma fria manhã de domingo, o templo estava lotado? Quais eram os anseios, as necessidades, os sonhos, as expectativas, as histórias, as memórias, as experiências, as interpretações etc., daquele público que lotava a pequena igreja? Essas perguntas/problematizações foram, e ainda é, o tema para o desenvolvimento dessa pesquisa. Não é buscar números ou dados, mas expressões e linguagens que possam sintetizar o desespero que é viver as tensões sociais no cotidiano, algo visível e palpável em cada fala. É entender o que a nova fé faz ao protagonista deste estudo e, principalmente, como esse se vê dentro do discurso arrebatador da Igreja Universal do Reino de Deus.

PALAVRAS E SILÊNCIOS

A primeira entrevista realizada nessa pesquisa guardo apenas em minha memória. A gravação em áudio ficou com uma qualidade terrível e não pude transcrevê-la. O diálogo foi realizado na casa da fiel, numa tarde de sábado e, mesmo se desconsiderássemos o problema da gravação, aquela entrevista foi a menos proveitosa para a pesquisa. Mas, para mim, foi a mais importante. A fiel era uma mulher humilde, com a idade próxima aos trinta anos, funcionária pública e mãe de três filhos. Seu marido ainda “não tinha aceitado Jesus”, assunto não prolongado. A ênfase na fala da fiel estava voltada para a sonhada casa própria, para a expectativa do aumento da renda financeira, para o futuro dos filhos. A importância daquela entrevista foi constatar como as necessidades daqueles fiéis não eram excepcionais e que a carência não era algo do plano metafísico. O discurso da Igreja Universal propõe, conforme a teologia da prosperidade, o alcance da graça ainda em vida. As necessidades dos fiéis não estão distantes dos desejos dos sujeitos que vivem num mesmo contexto social, mas fora da doutrina neopentecostal.

Trabalhar com história oral com esses sujeitos que participam da IURD requer cuidados e, principalmente, ciência de que a fonte não torna a pesquisa mais ou menos válida.

Não foi necessário entrevistar e caracterizar todos os fiéis de uma determinada igreja, pois fazer mais entrevistas não significa, em nenhum momento, ter um maior número de fontes. Usar as fontes orais não consiste num simples exercício de colher as narrativas. É necessário promover uma análise para problematizar e questionar com “por quês” o quê os sujeitos dizem e, a partir disto, levantar questões. É ouvir cada palavra e silêncio dessas pessoas e buscar, por esse meio, problematizar o discurso neopentecostal e a busca dessa doutrina como uma assistência para os problemas do cotidiano.

“Por outro lado, historiadores que trabalham com a história oral estão cada vez mais cientes de que ela é um discurso dialógico, criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material. A expressão história oral, por conseguinte, contém uma ambivalência que, intencionalmente, retirei neste *paper*: refere-se simultaneamente ao que os historiadores ouvem (as fontes orais) e ao que dizem ou escrevem. Num plano mais convincente, remete ao que a fonte e o historiador fazem juntos no momento de seu encontro na entrevista”.¹

Não é dar voz aos sujeitos *pseudo-classificados* como excluídos e colocá-los na história. Os fiéis da Igreja Universal já possuem vozes e já fazem parte de um processo histórico, sem nenhuma ajuda de pesquisadores universitários. O trabalho é – no máximo – colocá-los na historiografia, como sujeitos em disputas. Por meio de entrevistas, criamos as fontes necessárias para o desenvolvimento desse trabalho, ouvindo e dialogando com cada palavra e silêncio pronunciada pelos fiéis neopentecostais. Trata-se de dialogar e problematizar a fonte produzida, com a consciência de que esta pesquisa estuda uma disputa social e, ao mesmo tempo, não há um isolamento do fiel e este não deve ser classificado como *vítima* de um discurso arrebatador. Antes de serem fiéis e lotarem os templos, mesmo numa fria manhã de domingo, eles são sujeitos sociais. São trabalhadores que vivem em um espaço urbano, sofrem com os problemas sociais no cotidiano e utilizam o discurso neopentecostal como uma busca, não pura e muito menos ingênua, de uma melhora em suas condições de vida.

A partir do que os fiéis argumentam e criam seus discursos? A criação parte de sua memória e de sua experiência. É importante, nesse momento, destacar que a experiência se difere muito da memória. Esta última aparece como discurso criado pelos fiéis. Quando

¹ PORTELLI, A. *História Oral como gênero*. In: Núcleo de Estudo Cultura, Trabalho e Cidade. *História e Oralidade Projeto - História 22*. São Paulo, EDUC, 2001. p. 10

narramos uma história, a contamos de acordo com a nossa experiência que temos no momento da narrativa. A memória é feita do momento presente em direção ao passado e isto é guiado pela experiência. A teleologia desta narrativa deve ser discutida e problematizada, pois – de acordo com a condição social do sujeito – alguns pontos de sua memória (ou discurso) tornar-se-ão mais evidentes. Certa vez, entrevistei um jovem administrador de empresas. Ele me contou como era sua vida antes deste se aderir à Igreja Universal:

(Erik Fadul) Antes da igreja eu tinha uma vida fracassada. Sou formado em administração de empresa, tenho curso superior completo e sou de Belo Horizonte. Não conseguia emprego lá, eu recebia o mínimo...

(Rodrigo Lopes) Estagiário?

(Erik Fadul) É! E eu já tinha minha família e morava num barracão e... era eu, minha esposa e minhas duas meninas é... eu bebia muito, fumava muito é... tinha dias que eu nem conseguia colocar comida em casa... minha esposa também tinha assim uma vida miserável... e as nossas filhas passavam dificuldades. Foi assim que eu cheguei na [Igreja] Universal. Ela [a esposa de Érik] chegou primeiro né, ela foi primeiro depois me levou, depois de um mês e... com o passar do tempo a gente foi aprendendo né a... a conhecer este Deus que até então eu era católico vindo de um berço católico né (...). (Erik Fadul, entrevista realizada em fevereiro de 2005).²

O fiel continua sua fala e mostra o que é transformação:

Estou a seis anos na igreja, até hoje a gente vai vendo as transformações pelo que a gente vai passando. E... lá em BH minha esposa tinha um instituto de beleza. Ela conquistou um título beleza, eu tenho um carro, um carro muito bom. A gente tem apartamento lá eu vim para cá transferido. Já sou gerente de uma grande empresa. E vim para cá transferido para Uberlândia, eu moro numa casa muito boa que tem piscina, três quartos, suíte. A gente... eu, eu tenho ... gado, meu pai mexe com fazenda lá no Pará e... eu compro gado dele também e, tenho alguns investimentos e cada dia Deus vai transformando mais a vida da gente. (Erik Fadul, entrevista realizada em fevereiro de 2005).³

Na primeira fala, note como o senhor Fadul cria um cenário de desvantagens, no qual ele parece perdido. Morava em barracão e não tinha dinheiro para colocar comida em sua casa. Porém, logo em seguida, após a sua conversão, o discurso do fiel possui um tom mais ameno, mais positivo. A mulher “tinha” um instituto de beleza e o pai mexe (ou já mexia) com gado. Evidente que não se trata de discutir a veracidade ou se a fazenda e o salão de beleza vêm antes ou depois da conversão religiosa, mas sim de como as falas se organizam dentro do discurso desses sujeitos. A propriedade rural do pai e o salão de beleza da esposa só aparecem na segunda fala, ou seja, só no momento que o fiel se mostra como integrante da Igreja Universal.

É certo que, como todos os sujeitos sociais, a experiência é influenciada pelo contexto urbano no qual vive cada fiel. Durante as últimas décadas, as políticas sociais perderam

² Entrevista realizada com Erik Fadul Magalhães, em fevereiro de 2005.

³ Ibid.

espaço para iniciativas individuais ou estiveram fora do cenário político administrativo. Organizações não-governamentais, doutrinas religiosas, iniciativas privadas e um sem-número de outros grupos atuam para atender e resolver os diversos problemas sociais brasileiros. Seria o caso da Igreja Universal e do neopentecostalismo?

Entender o cenário brasileiro das últimas décadas e atribuir essa compreensão com os resultados desse trabalho pode responder à pergunta. É necessário destacar que as condições políticas, econômicas, culturais e sociais brasileiras permitiram a formação e o desenvolvimento da Igreja Universal do Reino de Deus e de várias outras instituições religiosas, bem como a alteração de diversas doutrinas, que se aproximam do neopentecostalismo e se afastam do “simples” pentecostalismo. A IURD criou um discurso conveniente, de fácil entendimento e adesão, pertinente ao momento histórico no qual vivemos. O individualismo e o consumismo aparecem de forma clara e muito viva no discurso da Igreja Universal e dos próprios fiéis.

Bibliografia

Entrevista realizada com Divina Viani Ferreira Requieri, 66 em maio de 2006.

Entrevista realizada com Erik Fadul Magalhães, em fevereiro de 2005.

Entrevista realizada com Luiz Carlos da Silva, em fevereiro de 2005.

Entrevista realizada com Juceli de Fátima Silva, 39 em maio de 2007.

ALBERTI, Verena. *História Oral. A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALÉM, J. M. *Representações coletivas e história política em Uberlândia*. In: *História Perspectivas*. Uberlândia: Gráfica da UFU, jan./jun., 1991.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMARGO, Aspasia Alcântara de. *História oral: técnica e fonte histórica*. In: *Programa de história oral: catálogo de depoimentos*. Rio de Janeiro: FGV/INDIPO/CPDOC, 1981.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *A Dialética invertida: 1960-1990*. In: *Revista Brasileira de História*, n. 27, São Paulo: Marco Zero, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?* In: *História Perspectiva*. n.6, Uberlândia, Gráfica da UFU, jan./jun. 1992.

FENELON, D. R.; MACIEL, L. A.; ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Ed. Olho D'água. São Paulo, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, 5º Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FONTANA, Josep. *História: análise del pasado y projecto social*. Barcelona: Editorial Crítica Grijalbo, 1982.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

KHOURY, Y. A. *Narrativas Oraís na Investigação da História Social*. In: Núcleo de Estudo Cultura, Trabalho e Cidade. *História e Oralidade - Projeto História 22*. São Paulo, EDUC, 2001. p. 79 – 103.

KHOURY, Yara A. Diversidade Cultural, Inclusão Social e a Escrita de História. XIV CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL Rio Branco-Acre. 2-5/05/2006.

JUSTINO, M. *Nos Bastidores do Reino*. São Paulo, Geração Editorial, 2001.

MACHADO, Maria Clara T. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada*. Uberlândia, 1965 - 1980. São Paulo: Universidade de São Paulo, FFLCH, 1990. (Dissertação, Mestrado).

MAFRA, Clara. *Os Evangélicos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estud. av.* [online]. 2004, vol. 18, no. 52 [cited 2006-12-05], pp. 121-138. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300010&lng=en&nrm=iso. ISSN 0103-4014.

MARTINS, Heloísa de Souza & RAMALHO, José Ricardo (orgs.) *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, 1994.

MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. A. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. In Schwarcz, L. M. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

MELMAN, Charles. *O Homem Sem Gravidade Gozar a Qualquer Preço*. Tradução de Sandra Regina Felgueiras, Rio de Janeiro, 1º. Ed. Companhia de Freud, 2003.

MENDONÇA, Mauricio. *A Teologia da Prosperidade*. Artigo publicado no site www.espirito.org.br dia 01/07/2004 e retirado do site dia 22/07/2006

MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

PAOLI, Maria C. *Trabalhadores urbanos na fala de outros: tempo, espaço e classe operária brasileira*. In: *Cultura & Identidade Operária*. São Paulo: Marco Zero, 1987.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTELLI, A. *História Oral como gênero*. In: Núcleo de Estudo Cultura, Trabalho e Cidade. *História e Oralidade Projeto - História 22*. São Paulo, EDUC, 2001. p. 9 – 36.

THOMPSON, E. P. *Tradição, revuelta y consciencia de clase: estudios das Crises del Sociedade Pré-industrial*. Barcelona: Editorial Crítico, 1989. A formação da classe operária inglesa. Vol. I, II, II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Tradução de Denise Bottman, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

WEBER, MAX. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo, Marting Claret Editora, 2003.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

REPENSANDO AS PRÁTICAS CULTURAIS DE UM POVO: OS KALUNGA SOB UM NOVO OLHAR

Marilene Rodrigues Loureiro¹

RESUMO:

O objetivo do artigo é construir um discurso com base nos elementos inovadores concebido a partir dos estudos atuais sobre os grupos de remanescentes de quilombo – os kalunga. Fatores que possibilitam lançar um novo olhar sobre as categorias como identidade, resistência e diferença, fundamentais no processo de mudança das práticas culturais nas comunidades através do qual os indivíduos se singularizam produzindo novas modalidades relacionais a partir da forma em que se vêem.

Palavras-chave: Kalunga; Identidades; Diferença.

ABSTRACT

The aim of this article is to construct discourse base of element innovate conceived a part of study actuate about comport grogs de reminiscences de quilombo – us kalunga. Facto possibility throw new look about category when identity, resistance and difference fundamental process charge practice cultural communicates through of which us individuals se singularize produced new modality relate a part ad form se seem.

Keyworde: Kalunga; Identity; Diference.

INTRODUÇÃO

Nosso propósito neste texto é articular uma discussão preliminar sobre aspectos que considero importantes para se pensar a questão da identidade de um povo. Enfocando os elementos fundamentais que tem contribuído para as mudanças na cultura, mais precisamente a dos kalunga. Tendo como objetivo a análise dos fatores estabelecidos como indispensáveis no

¹ Graduada em História pela UCG e especializando em História Cultural: Imaginário, Poder e Identidade pela UFG.

processo de transformação na cultura desse povo. Entendida até então como identidade imposta ao grupo. Utilizamos como ponto de partida a premissa de que podemos pensar a identidade em uma perspectiva subjetiva, dinâmica e aberta, como um conjunto de possibilidades.

Falar dos kalunga² é mais uma forma de tornar a história dos quilombolas cada vez mais próxima da Historiografia Brasileira. Trata-se de povos remanescentes de quilombos que vivem ao norte do Estado de Goiás e Tocantins. Negros que ainda no período da escravidão, atraídos pela busca incessante pela liberdade muitos escravos fugiram das minas e fazendas para regiões de difícil acesso. As condições geográficas formadas por matas fechadas e serras facilitaram a fuga dos escravos para as mediações de difícil acesso, como no caso dos kalunga, para o norte de Goiás. Essas condições topográficas possibilitaram aos ex-escravos a constituição de famílias e formação de pequenos grupos, ou seja, a formação de quilombos.

Desses pequenos grupos que se formaram no norte do Estado de Goiás destacamos os grupos que ocuparam o Vão de Almas, Vão Calunga e Vão do Moleque, todas regiões serranas localizadas entre os atuais municípios de Cavalcante, Terezinha e Monte Alegre. Essas pessoas sobreviviam principalmente da caça, da pesca e dos derivados da mandioca. Dentre esses derivados, destaca-se a farinha de mandioca pela sua facilidade de produção, tornando-se assim um elemento essencial para a sobrevivência desses grupos. Pelo fato dos grupos se manterem em regiões de difícil acesso, por muitos anos eles permaneceram parcialmente isolados, mantendo contatos específicos e limitados com as cidades que lhes eram próximas. Somente alguns membros do grupo estabeleciam esses contatos. Inicialmente, deveriam ser homens e resistentes a ponto de romperem as dificuldades topográficas da localidade.

Assim, a aproximação desses grupos com os de fora deveu-se à necessidade que eles tinham em adquirir aquilo que não produziam, como por exemplo o querosene para iluminação e o sal. Eles trocavam esses produtos pela farinha. Assim, por meio da troca de produtos os habitantes remanescentes de quilombos foram descendo as serras e aproximando de outras culturas, iniciando aí todo um processo de quebra da fronteira e do suposto isolamento.

² Kalunga com K ou C inicial uma palavra de origem africana – bantu, com múltiplos significados, adotado pela professora Meire Baiocchi com K para manter a grafia de origem como também, para identificar os municípios.

OS PRIMEIROS CONTATOS COMO OS REMANESCENTES

Os primeiros registros de contatos com os remanescentes de quilombos tratados aqui, datam de meados do século XIX, quando o governador da província João Manoel de Mello, passava pela região com seus homens em busca de novas jazidas de ouro (SILVA, 2003; 384).

A origem dos kalunga pode ser entendida a partir de pesquisas e dos estudos realizados na região³ pela a professora e antropóloga Meire Baiocchi nos anos de 1970 a 1999, quando publicou o livro *Kalunga, povo da terra*, com apoio do órgão do Ministério da Justiça e da Secretaria de Estados dos Direitos Humanos. A antropóloga acompanhou de perto junto aos remanescentes as condições de sobrevivência dos grupos em diversas comunidades. O que despertou na autora a preocupação em estabelecer junto aos órgãos competentes, apoio em prol do reconhecimento desses povos como remanescentes de quilombos, da necessidade de tornar aquelas terras ocupadas por eles, protegida das ações dos grileiros e fazendeiros, que de forma irregular há alguns anos vinham apossando das terras e retirando dos remanescentes o direito as mesmas.

A intenção da autora consistia em preservar o território ocupado pelos remanescentes e ao mesmo tempo favorecendo aos grupos garantias de sobrevivência. Prevendo incentivo às ações que contribuiriam para a preservação da memória e fomento á produção cultural da comunidade negra no Brasil. Partindo do pressuposto de que, para que essa regulamentação aconteça é necessário que haja uma determinada quantidade de ocupantes quilombolas na região, autora, então, criou a idéia de unificação dos grupos. Ou seja, todos os membros remanescentes de quilombos, descendentes dos ancestrais que viveram nas serras tornariam detentores de uma mesma identidade e seriam reconhecidos a partir de então de kalunga. (BAIOCCHI, 1999; 9-41).

“A identificação kalunga, em nível regional e nacional, surge após a divulgação de sua existência pelo projeto Kalunga – Povo da Terra, nos meios de comunicação e eventos acadêmicos. (...), os moradores saem definitivamente da inviabilidade, porém,

³ Projeto São Domingos 1 (GO-SD1) e Projeto São Domingos 2 (GO-SD2). Os projetos foram executados quando exercia a coordenadoria do Instituto de Antropologia da Universidade Católica de Goiás (1967 / 1974).

paradoxalmente, a identificação como kalunga se fortalece, levado a que, em geral passem a identificar-se como tal.”

Originalmente, apenas os habitantes da localidade conhecida como Vão do Calunga se reconheciam e se identificavam como ‘calunga’, esse termo foi estendido às demais comunidades do Vão de Almas, Contenda, Vão do Moleque e algumas comunidades que se estabeleceram nas proximidades das regiões urbanas. Assim, o termo Kalunga “unifica” os diversos grupos, criando uma identidade única para aqueles que eram vários.

Esse processo de unificação provocou um certo desconforto em alguns grupos que, embora assumissem serem descendentes de quilombos não se viam comparados aos remanescentes que ainda viviam nas serras ou mantinham o modo rústico de sobrevivência nas comunidades.

Ao surgir uma *identidade* imposta de fora para dentro aos remanescentes das comunidades surge também, dentro do grupo, o sentimento de negação ao outro, da percepção do diferente. O que certamente inicia um problema de aceitação e identificação entre os grupos. Porém, será que essa denominação foi aceita por todos? Será que as comunidades que viviam além das serras se reconheciam como kalunga? A identidade kalunga já existia ou foi criada? Por quem, para quem e por quê? Quais as suas implicações culturais intra-comunidade? E quais as implicações políticas e jurídicas extra-comunidade do processo de criação da identidade kalunga? Dentro de uma ‘lógica de identidade’, essas diferentes comunidades acreditam ter algo em comum, que os aproximam? Eles se vêem como possuidores de uma mesma origem, ou seja, como remanescentes de quilombos? Necessariamente, essa origem em comum deve ser tomada como kalunga? Não haveria uma forma, um discurso que ao mesmo tempo tratasse essas diferentes comunidades respeitando suas diferenças?

KALUNGA OU KALUNGUEIROS?

Os kalunga não negam suas origens de que fazem parte do quilombo, a história dos negros que fugiram das minas e se refugiaram nas regiões do Vão do Calunga. Todo esse processo está claro para eles, o que os kalunga resistem é o fato de serem reconhecidos como kalungueiros.

Esses povos, após contatos com outras culturas, da prática do consumo incontrolável, aos poucos se vêem como diferentes em relação aos demais grupos. Passaram a reivindicar um modo particular de serem visto, não mais querem ser comparados como “*aquele povo atrasado e estúpido*”, a forma como esses grupos vêem os remanescentes que ainda vivem na serra.

Sendo assim, kalungueiro, que se refere aos remanescentes moradores do quilombo, que estão mais próximos das práticas dos costumes de seus ancestrais mas, para os remanescentes, possui um outro sentido, vêem na palavra kalungueiro uma condição de inferioridade. Como se todos povos reconhecidos, que compõem o povo kalunga, ainda vivessem isolados da cidade, do convívio de outras pessoas e mantendo os mesmo modos de vida nas comunidades.

Na verdade, o termo *kalunga*, abordado pela autora não teve plena aceitação por parte dos remanescentes que já não moravam mais nas serras, na região do Vão do Calunga, e ao serem denominados como *kalunga*, sentiram-se inferiorizados, pois, o a denominação kalunga lembra os *kalunqueiros* moradores do morro, sempre alvo de críticas por parte daqueles que não moravam mais nas Serras. As comunidades mais afastadas das serras rejeitam a nova denominação - identidade, dizendo que *aqueles*, ou seja, os *kalunqueiros* se conhecem de longe. Ao entrevistar um ex-morador das serras o senhor Louro Fernandes da Cunha de 67 anos, percebe o seu ponto de vista crítico em relação ao povo que ainda moram nas serras, quando ele diz com gestos e tom bem divertido; (*entrevista realizada com o senhor Louro Fernandes da Cunha, na fazendaCajuzeiro, em julho de 2007*).

“kalunqueiros são uns ”comedores de ‘pirão de farinha’”. Os Kalunqueiros são conhecidos de longe, até pelo jeito de comer a farinha: “senta no terreiro, pega um bocado de farinha joga na boca e não desperdiça nada, nem o vento consegue espalhar”. Kalunqueiro é povo sem prestígio para nada, não sabe de nada, não sabe diferenciar o bom do ruim porque só “vivia no tronco”. São uns pretos feio, bobos que comia com as mãos, e em casa não tinha lugar de sentar, não sabia de nada. O povo tinha mania de dizer que kalunqueiro eram todos feiticeiros”.

Os estudos realizados pela autora foram de profundo conhecimento sobre a história, cultura e tradição do povo kalunga, quilombo no Estado de Goiás, que manteve, apesar dos anos, uma interessante estrutura social de características bem peculiares. Considerado importante para

o fortalecimento dos contatos dos grupos com outras culturas, o que contribuiu em grande escala para acelerar o processo de transformação em seus traços culturais modificando alguns hábitos e ao mesmo tempo, adquirindo novos costumes. (BAIOCCHI, 1999; 9).

Através de entrevistas realizadas com os remanescentes podem-se perceber também, convergências nos pontos de vistas acerca do problema em relação ao comportamento quanto à aceitação de identidade entre alguns membros do grupo, como diz Noene de 16 anos, (*entrevista realizada com Noene A. Martins, comunidade Ema 20 de julho de 2007*).

“Muitos dizem que fazem parte do grupo do quilombo, mas que não são kalungueiros. E que kalungueiro, são vistos como povo que não é reconhecidos pelos povos da cidade. Eu me considero kalunga porque nasci na região da proximidade. As crianças que estudam nas escolas da cidade próximas das comunidades, se sentem superior daquelas que estudam nas escolas da comunidade. E as pessoas que não moram no Vão, têm preconceito com aqueles que moram lá, eu me considero kalunga, por que, se eu falar que não sou, então, vou ter de negar os meus pais, meus irmãos e toda a família. Por que o meu pai não nasceu dentro da região Calunga, mais já a minha mãe veio de lá. As crianças não acham bom falar que são kalungueiro por que é a mesma coisa que chamar eles de bobos.”

Como já fora mencionado acima, os *kalungueiros* são os primeiros pretos habitantes das serras. Eles mantinham seu próprio modo de sobrevivência, sua própria cultura, com forte ligação aos tempos de seus antepassados. As comunidades que se formaram por aqueles que desceram da serra também acabaram por ser identificados com os kalungueiros. Essas comunidades vêem os kalungueiros como povos atrasados. O que permite identificamos um problema de construção de identidades, envolvendo conflitos, alteridades e sentimento de pertença.

O TERMO KALUNGA EM QUESTÃO

Percebe-se que, o termo *comunidade kalunga* como tem sido reconhecida pela mídia e outros meios de comunicações na verdade, se refere a unificações de todos os grupos situado na superfície de aproximadamente 237.000 hectares que compõe o hoje “*Sítio Histórico e*

Patrimônio Cultural Kalunga".⁴ A partir da imposição da identidade Kalunga, feita de fora para dentro, por meio dos estudos da professora Meire Baiocchi, originou-se este conflito. Houve uma série de rejeições por parte dos idosos que não se vêem como kalungueiros e das crianças que sentem vergonha de serem *kalunga*. Acredita-se ainda que, alguns dos que se dizem *kalunga* só assumiram a identidade a partir da repercussão e do espaço que os remanescentes tem ganhado na mídia, o que lhes significa reconhecimento e respeito pelo povo.

Detentores de cultura peculiar, todas as comunidades remanescentes de quilombo, que foram identificadas como '*Kalunga*', possuem uma história que se caracteriza como seu próprio modo de viver, suas relações com o meio natural e com a comunidade.

O PROCESSO DE RUPTURAS

Na medida que vão ocorrendo às rupturas nas práticas entre os grupos percebe-se neste momento, a possibilidade da existência de uma crise de identidade, do não reconhecimento entre os grupos, da idéia do não pertencimento entre os que negam a identidade que fora imposta a eles. Constituindo a partir do "descentramento do indivíduo tanto de seus lugares no mundo cultural e social, quando algo supostamente fixa, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e incerteza." (HALL, 1997 p. 6).

Como coloca Stuart Hall, na modernidade, o homem não foi simplesmente afastado, e sim deslocado. Eles traçam este deslocamento através de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. No caso dos remanescentes, esse rompimento ocorreu a principio com a descoberta do povo e da quebra de seu isolamento. Do contato com outras culturas, do enfraquecimento dos laços tradicionais e do apego a outras culturas. Autores de sua própria história construída sobre condições não produzidas por eles, utilizando-se dos recursos a eles fornecidos por gerações precedentes. (HALL, 1997 p. 36).

⁴ "Sítio Histórico e patrimônio Cultural Kalunga" – Lei estadual nº 11.409 de 21 de janeiro de 1991 – Goiás. Criada a partir do projeto *Kalunga – Povo da Terra* (1991 – 1996) da Universidade Federal de Goiás – UFG, coordenado pela antropóloga Mari Biocchi.

As rupturas que aos poucos vem acontecendo são percebidas pelos mais velhos, que diante as mudanças temem pelo fim das práticas tradicionais, consideradas importantes para a continuidade e permanência do grupo. O senhor Gregório, um senhor morador na comunidade Ema próxima da cidade Terezina fala com preocupação das mudanças que tem acontecido nas praticas nos rituais das festas e das falta de interesse dos jovens em preservar os costumes entre grupos, relata; *(entrevista realizada com o senhor Louro Fernandes da Cunha, na fazenda Cajuzeiro, em julho de 2007).*

“Aqui tudo mudou por que o pessoal aqueles novatos que hoje que num quer acumpanha mais como aquela religião que foi começada né? Nos tempos da minha iguala de deles aqui. Ta tudo deferente. Até as brincadeiras ta tudo já dimudado que tinha moda, tinha a polista, tinha a sussa pra as mué dançar, tinha tudo, hoje acabou tudo. Ta tudo mudado por que os novatos num vai nisso aí. Quando fala, se for uma dança aí ta com os novos. Mais se fora uma sussa, não tem novo que quê ir, nem oiá, então ta tudo dimudado. (...)Ta faltando continuar esse mesmo que vinha da antiguidade. É só se eles entrar um mesmo pra mode dizer assim, uns assim pra mode explicar pra eles e se mostrando por que nem isso os povos num ta”.

O senhor Gregório remete a questão dos estudos, vê com bons olhos as escolas para as crianças mas, reclama da falta de compromisso com a cultura do grupo, embora os jovens recebam o conhecimento nas escolas, ainda assim, não percebem a importância de preservar os costumes e dar continuidade, se negam a participarem das celebrações, estão mais influenciados pelas diversões que a cidade oferece, deixando de lado os ensinamentos de seus antepassados, já não são mais como antigamente; *(entrevista realizada com o senhor Louro Fernandes da Cunha, na fazenda Cajuzeiro, em julho de 2007).*

“Por que só os estudos que eles tem eles num ta mais ligando por causa dessas coisas. Num tem mais prazo de girar uma fulia, por que num tem prazo. Por que o estudo num deixa né? Então vai cabando, aquilo, os novatos que vai vendo só o que tem. Que até nas escolas tem só o que? É uma televisão pra ver um forró vê isso vê aquilo e muitas coisa. E os jovens (...) num lembra mais duma sussa, num lembra, se vai numa reza eles num sabe mais sentar mode sistir, (...), os vei tá rezando pra lá os novos só tá naquela bagunça pra culá, é conta um causo daqui, outro conta daculá de namorado, é da gaitada daqui outro pra culá, então o trem dimudou tudo e pra chegar nesso ponto é mei difícil. Não conserva

aquilo que era de antigamente. Por que num ta, por que num ta tendo prazo, num tem prazo.

Por que num tem influencia eles já num tem influencia e inda os estudos, quer dizer os estudos é bom, por que antigamentenum tinha tudo isso. Por que tem tanto que sabe a ler sabe, tinha estudo tinha professor, tinha professora e tudo sabia essas coisas e hoje num ta é tendo prazo pra isso que os novos nenhum quer entrar, é que eles mesmos num quer! Não é por outra coisa não, por que só vai lembrar uns. Uma que num é todos deles que ta no estudo estudando só no interesse de aprender. É por interesse de aprender aquelas porcarias de conversar bestagem e de namorar é só isso que eles que estão na infância deles é só essa. Eu to com setenta e dois já caminhando pra setenta e treis. Então eu falo e entendo por que eu sei fui cumeçado, quinem o fulia. A fulia foi cumeçando de pequeno a girar pode dizer na garupa de meu pai. E nunca deixei de dançar sussa, nunca deixei de festar e dançar varsa e tudo e mexer com enxada.

Diante a esse contexto, como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento desses grupos? O que a experiência da mudança causa no modelo de identidade cultural? São inúmeros os fatores que contribuem para a negação ao “outro”, que influenciam idéia do não pertencimento.

Mais significativo, entretanto, para o kalunga é a relação estabelecida nas práticas entre os grupos mas, que não impede de criarem com grande desafetos imaginários dos grupos os quais não querem mais fazer parte. Os imaginários são, por definição, uma forma de se auto representar diante do outro. É justamente a concepção do “eu” em relação à “ele”, é que levou os kalunga a recusarem a compartilhar a identidade kalunga. O que denomina na verdade, é que essa forma de se vêem esta marcada pela particularidade moderna de cada um quando diz, “eu não sou assim“, “eles não sabem o que é bom”, é como se estivesse fora do núcleo. Embora se sabe que são pertencentes às mesmas raízes.

Foi necessário todo um contato com o outro, estabelecido antes como uma barreira, com a quebra do isolamento vista como uma fronteira, os remanescentes acreditam ou pelo imaginam ter se identificado a partir do olhar dos membros de dentro do grupo. O leva entendemos esse comportamento como fruto de uma nova geração que se vêem como indivíduos diferentes, embora ocupando os mesmo espaços.

A questão que esta em jogo em relação aos remanescentes é, qual identidade querem para si? E se há essa possibilidade, como essa se explicaria?

Os sujeitos então passaram, ou se vêem num processo em que as transformações que acompanham a modernidade, libertaram o indivíduo das tradições e estruturas estáveis. E esse processo permite a ascensão de uma forma nova e decisiva de individualismo provocando uma quebra significativa com o passado. Como também, do compromisso com os rituais dos antepassados. (HALL, p. 50)

O sujeito então é empurrado a uma nova identidade. O que resta saber é, como o sujeito fragmentado é situado? Quando esse se rompe com as fronteiras geográficas, rompem os espaços criando noções identitárias mais globalizadas, se afirmando compartilhados dessa identidade.

Assim, a idéia é entender o por que da identidade considerada de origem e o que os fazem sentir tão diferenciados.

Por outro lado, se o que determina ser ou não pertencente a uma determinada sociedade depende de como o indivíduo se vê. Então, qual a vantagem de se declararem como kalunga? O imaginário do diferente dos kalunga parte da forma como percebe o outro, que pode fazer valer até mesmo a cor da pele mais clara ou como comportam.

CONCLUSÃO

Diante da perspectiva de refletir sobre o processo de aproximação dos remanescentes com outras culturas, a criação de uma identidade cultural que foi imposta àquelas comunidades e a necessidade de inseri-los no meio social, respeitando suas diferenças é que se justificam nossas pesquisas. Possibilitando com isso, que sua história ganhe novos matizes a partir das abordagens interdisciplinares na medida em que possibilitam a percepção da circulação de idéias que caracterizam o período que se inicia nos anos de 1970 e aproxima aos dias atuais, proporcionando assim as bases indispensáveis para novas interpretações. (CHAUL, 2001; 9).

Em conclusão, proponho uma história construída partir de um novo olhar aos novos elementos inovadores, analisar o comportamento dos grupos de remanescentes em suas comunidades, como também, ampliar o horizonte da história dos kalunga e assim, torná-la relevante.

BIBLIOGRAFIA

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga: Povo da Terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretária de Estados dos Direitos Humanos, 1999.

CHAÚ, Marilena. **Conformismo e Resistência**. Brasiliense, São Paulo, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas São Paulo. Unicamp, 1987.

SILVA, Martiniano José. **Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava**. Goiânia: Kelps, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

AUTORIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: DO CONCEITO A ACEPÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Maridulce Ferreira Lustosa

RESUMO:

Este artigo aborda os vários conceitos de autoridade, a construção da crise de autoridade, imagens e negação de autoridade conforme Richard Sennett, e como esta temática deve ser trabalhada no ensino de História a partir do diálogo com outras ciências e em Michel Maffesoli..

PALAVRAS CHAVES: AUTORIDADE, ENSINO E HISTÓRIA

ABSTRACT: This article approaches the some concepts of authority, the construction of the authority crisis, images and negation of in agreement authority Richard Sennett, and as this thematic one must be worked in the education of History from the dialogue with other sciences and in Michel Maffesoli..

WORDS KEYS: AUTHORITY, EDUCATION And HISTORY

“A emancipação do medo, denúncia daquilo que atualmente se chama razão é o maior serviço que a razão pode prestar.”

(Immanuel Kant)

Tratar a temática autoridade tem sido desafiador, pois os entrecruzamentos históricos das relações sociais, sejam elas na família, nas academias, no mundo do trabalho ou nos meios informais, mais clarividente ficam as emoções surgidas no interior do homem, quando postos em evidência, seja avaliando e/ou avaliados seus comportamentos, dentro de um meio natural (ambiente), numa relação hierárquica ou contraposta. Perceber os conceitos diferenciados e as formas de reações que os indivíduos demonstram em seus enfrentamentos cotidianos com relação à autoridade, tem sido objeto da minha observação. Este artigo, objetiva fazer um resgate histórico dos conceitos de autoridade construídos por vários autores que já estudam esta temática, travar um diálogo com os mesmos, buscando analisar, a partir de uma postura de sensibilidade objetiva, as diferenças de construções para que possamos compreender o porquê de hodiernamente vivenciarmos um certo,

* Maridulce Ferreira Lustosa é mestranda do curso de História pela Universidade Católica de Goiás.

“medo” até de pronunciar este vocábulo que por si só traduz seriedade e necessidade de alteridade. Para tanto, escolhemos Max Weber, Rosseau, Freud, Adorno, Horkheimer, Herbert Marcuse e Richard Sennett. Depois buscaremos compreender como trabalhar a temática no ensino de História, suas formas de produção e legitimação. Isso a partir dos domínios da História Cultural e Michel Maffesoli para ler a sociedade pós-moderna e a comunicação nas suas relações de poder, força e autoridade. A compreensão destes fatores sociais requer que as instituições educacionais, trabalhem a constituição do sujeito enquanto processo metacognitivo que busca desenvolver competências do “como pensar sobre”.

Conceitos de Autoridade:

Por mais difícil que seja definir esta idéia, todos têm um conceito, mesmo que seja intuitivo, segundo Sennett, (2001:28), do que é autoridade, contudo vale ainda fazer o preâmbulo conceitual, a partir da Enciclopédia Barsa (2005: 225) quando diz que

...autoridade envolve a noção correlata de legitimidade sendo o poder de mandar, de fazer-se respeitar e obedecer. Originalmente, e no sentido literal, era o poder atribuído ao autor, àquele que produz. Em sociologia, é o controle exercido por uma ou mais pessoas ou entidades sobre outras ou mais pessoas com base no poder atribuído a determinadas posições sociais.

A autoridade para Rosseau (1999), “está nos homens, não vem de fora para dentro, sendo o que confere a autoridade ao homem é sua capacidade de exercer a autonomia. Autoridade não se exerce pela coerção ou pela persuasão; autoridade pressupõe poder e este, emana do povo; de sua força de voz coletiva que faz cumprir as leis (que é a expressão do *nomos da verdade*) e se faz presente como sujeitos que interagem com a realidade na qual está inserida.

Enciclopédia Barsa (2005: 225) descreve que

...a autoridade é um fato universal e de imensas variações quanto à sua investidura, pois pode começar desde à coerção física (dita a lei do mais forte), até os sutis mecanismos de liderança carismática. Este fenômeno não se restringe apenas nas sociedades humanas, no reino animal; constata-se um acordo de domínio e subordinação, em que se distingue um “detentor de autoridade”, em geral o macho fisicamente mais capaz.

Nas sociedades humanas, o exercício de autoridade atinge níveis muito complexos de interação. “A palavra latina que significa autoridade é *auctor* que tem o sentido de que pode dar garantias a terceiros sobre o valor duradouro do que faz”. (SENNETT, 2001: 32).

No sentido mais geral, pode-se dizer que autoridade é uma tentativa de interpretar as condições de poder, de dar sentido às condições de controle e influência, definindo, conforme Sennett, uma imagem de força. Falar de autoridade enquanto processo de interpretação do poder é levantar a questão de quanto do sentimento de autoridade está nos olhos de quem vê. No pensamento social moderno, há duas escolas com visões diferentes. Uma delas afirma que as condições de poder são o determinante maior do que o *sujeito vê e sente, seu expoente é Max Weber* que se contrapõe aos marxistas, especialmente a *Jules Guesde, na França*, que tomava como verdade que as idéias da classe dominante eram as idéias de poder, isto é, as pessoas pensavam aquilo que os poderosos lhes inculcavam como crença. Weber se contrapõe indagando como se poderia explicar então o surgimento da inteligência crítica ou o prelúdio das revoluções. Para Max Weber, segundo Sennett (2001:35,36), “a autoridade é tida como produzindo a obediência voluntária; a simples obediência não nos diz nada, mas, no instante em que uma pessoa obedece por vontade própria, essa pessoa está pensando no ser a quem obedece como dotado de autoridade”.

Segundo Weber (2001, idem) há três categorias da autoridade no poder. São elas: autoridade tradicional - uma crença estabelecida em tradições imemoriais; a legal/racional que se baseia numa crença na legalidade das normas e no direito de dar ordens que fica reservado aos que ocupam cargos e a autoridade carismática que se assenta a um grupo de seguidores com devoção a sacralidade, a força heróica ou exemplidade de um indivíduo e da ordem relevada por ele. (Ex. Jesus, Maomé). O mais importante aspecto desta abordagem, é a identificação da autoridade com a legitimidade. A consequência disso, é que sempre podemos saber quando existe o sentimento de autoridade numa sociedade. Freud concorda com as pessoas que pensam que a autoridade consiste em perceber a força nos outros, independente do conteúdo do que percebam, pois, para ele, as imagens de autoridade são formadas na infância e que persistem na vida adulta, de tal forma que explica: “ quando adultos, interpretamos não o que existe, mas o que um dia existiu em nossa vida; acredita que os atos dos nossos pais contribuem para nossa imagem de sua força.”(SENNETT:2001, 37).

Foi este medo freudiano que influenciou a escola de Frankfurt, especialmente, Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Erich Fromm e Walter Benjamin a combinar a Psicanálise com a crítica social marxista. Assim foi publicada a obra *Autoridade e Família* em 1936 em Paris. Theodor Adorno depreende suas preocupações em *A personalidade Autoritária* mostrando os mecanismos psicológicos pelos quais as imagens infantis da força persistem na vida adulta e nas condições sociais que estimulam ou retardam a persistência desses padrões infantis. Já Max Horkheimer (1990) falou de como, à medida que se desgastaram os controles do *pater familias* burguês no Séc. XIX, passou-se a esperar que o Estado entrasse em cena e funcionasse como substituto.

: A autoridade é fruto da experiência cultural, inclusive na sociedade onde os laços sociais são afrouxados em nível da Família, dos saberes transmitidos na Escola e do Estado. Para Freud, (1974:91) “um fato social é um fato psicológico e como a cultura é uma elaboração humana, as construções de uma civilização é uma subjetividade constitutiva, logo a frustração é um elemento social”.

A Construção da Crise de Autoridade:

Analisar os vínculos de rejeição da autoridade baseada em pessoas com poder desigual também é imprescindível porque precisamos do negativo para obtenção da impressão. Conhecendo-a, ficamos sabendo o que queremos. Sennett (2001) descreve três modos pelos quais se constroem os laços de rejeição: o medo da força de uma autoridade, cujo o autor chama de “ dependência desobediente”, (que se baseia numa concentração compulsiva da atenção; ex.: o que querem eles?), a impressão de uma imagem positiva e ideal de autoridade a partir da imagem negativa existente (esse é o processo da substituição idealizada: uma autoridade real e digna de crédito é o inverso de tudo o que a gente é) e o modo como se estabelece numa fantasia a respeito do desaparecimento da autoridade (a superfície das rejeições é pela fantasia do desaparecimento).

A relevância social desses vínculos de rejeição está na facilidade com que os construímos. Mas a linguagem da rejeição da autoridade remonta a um objetivo nobre do fim do século XVIII: instilar o desejo de liberdade entre as massas populares. Foram originalmente instituídos quando a linguagem se estendeu da política, no séc. XVIII, para a situação econômica, no século XIX. Sennett(Apud Hegel, 2001:63): “(...) a distinção não deve ser feita entre quem é livre e quem é escravo”. Na verdade, o primeiro é dominado de fora, enquanto o outro, tendo seu senhor dentro

de si, por isso mesmo é seu próprio escravo. Entende-se aqui que a liberdade provém de se expulsar o “senhor que há dentro de si”. Quando se destrói a legitimidade, destrói-se a força da autoridade.

Para Adorno (1995), o estabelecimento de vínculos de compromisso é imprescindível para a consolidação da autoridade. A **ausência da autoridade** é o que torna a “*barbárie possível*.”

Quais são os principais elementos que influenciam na crise de autoridade de maneira geral? Seria o relativismo, a falta de direcionamento transparente dos líderes, falta de foco coerente nas decisões, de firmeza, as representações simbólicas, o pragmatismo, as contradições difundidas nos relacionamentos sociais, falta de valores ou inversões dos mesmos? Enfim, poderíamos até ir bem mais longe, contudo, cabe-nos, neste momento, refletir, antes de chegarmos a um entendimento sobre autoridade: qual a origem das desigualdades entre os homens historicamente? ela é autorizada por uma lei natural? Para tanto, cabe-nos refletir ligeiramente, como as imagens de autoridade vão sendo construídas.

Imagens de Autoridade:

Temos ainda, segundo Sennett (2001), as imagens da autoridade construídas processualmente na relações societais. O paternalismo, séc. XIX, a figura do patrão como pai, uma autoridade do amor falso. O patriarcado que foi desenvolvido nas sociedade em que todas as pessoas se aparentam conscientemente por laços consanguíneos.(Ex. Os patriarcas do Antigo Testamento), a sociedade patrimonial forma de organização em que a propriedade passa de geração em geração para o varão primogênito seguinte, o feudo medieval é o exemplo mais óbvio e o industrialismo moderno em que os subalternos não conseguiram os termos do poder usado por seus opressores. A negação da autoridade não transcende o etos do capitalismo: posse é o termo dominante.

Nesta sociedade moderna estamos passando a ver exatamente como é o poder sem amparo que também foi transformado numa outra imagem de autoridade, no polo oposto ao paternalismo, ao invés de falso interesse, essa nova autoridade não expressa interesse algum pelos outros. Trata-se da autonomia, uma autoridade sem amor.

Nas Ciências Físicas, autonomia significa auto-suficiência; no renascentismo era a pessoa dotada de auto-controle que é raro e impõe respeito, mas a pessoa que impõe respeito faz mais do que impor respeito, pois quem parece ser senhor de si, tem uma força que intimida os outros. A autonomia foi herdeira inversa do individualismo do poder que poderiam assumir. Sennett(2001:117) relaciona quatro facetas da autoridade autônoma:

1. sua relação com a disciplina tanto a que o indivíduo impõe a si mesmo quanto aos outros. Parece, num 1º momento, se tratar de uma autodisciplina voluntária, pelo bem da empresa: sem a força, contudo nos discursos dos empregadores, normalmente se percebe mensagem coercitiva oculta tal como “trabalhar com afinco é produto da educação, do desenvolvimento e do caráter”.

2. o vínculo que se pode construir entre uma pessoa autônoma e um subordinado; a pessoa que disciplinou seus recursos, que tem autocontrole, portanto é uma figura autônoma capaz de disciplinar os outros, fazendo com que eles se sintam envergonhados. A vergonha tornou-se mais forte à medida que a violência declinou nas sociedades ocidentais como instrumento disciplinar do cotidiano. Em *o processo civilizador*, Norbert Elias foi o primeiro a afirmar que a vergonha tornou-se um fenômeno cada vez mais importante na sociedade moderna. A autoridade é algo que se fundamenta em parte, no medo de uma pessoa mais poderosa e a inflição de dor é uma base concreta deste poder. A dor aqui pode ser definida não necessariamente como a dor física. A vergonha tomou o lugar da violência como forma rotineira da punição nas sociedades ocidentais. É o desgaste silencioso do sentimento de valorização pessoal que acaba por derrotá-los; Sennett declara que quando a vergonha é silenciosa e implícita, ela se torna um instrumento evidente de quem detém o poder para por as pessoas nos eixos.

3. o modo como os controles exercidos pelas autoridades autônomas sobre os outros estão se tornando mais velados e protegidos nas modernas ideologias burocráticas. Neste caso o patrão mantém frieza ao tratar com o subordinado, estabelecendo sua dominação pela prática da indiferença e deixando que o empregado desse a si mesmo as respostas pelas quais foi em busca no outro. Encontrar novas maneiras de motivar os empregados constitui-se nova marca do alto capitalismo.

4. A crença na autonomia como uma forma de liberdade. Mas devemos entender autonomia como algo que envolve outro tipo de ilusão: um disfarce do poder, de tal sorte que ele parece não provir de lugar nenhum, ser impessoal – um disfarce encarnado na palavra “influência”. Sennett(2001, p. 155) cita Herbert Simon que conceitua influência de uma forma moralmente

casta: “a manipulação, o engodo e a auto proteção parecem desempenhar um papel desprezível no processo de influenciar outras pessoas e, com isso, chegar às decisões”.(Sennett, 2001:.160)

Uma das muitas razões porque a autonomia desperta sentimentos tão intensos é que muitas pessoas passaram a crer que ser autônomo é ser livre. Citando *Tocqueville em Democracia na América* fala na liberdade como meta do individualismo, só que com o sentido de um retrato compassivo, uma imagem dos impulsos mais gentis das pessoas comuns, seu conceito de individualismo:

Um sentimento pacífico e moderado, que leva cada cidadão a se isolar da massa de seus semelhantes e a se recolher no círculo de seus familiares e amigos. Além disso, havendo criado essa pequena sociedade para seu bem estar imediato, ele deixa de bom grado que a sociedade maior siga seu caminho (Tocqueville apud SENNETT, 2001, p.160).

Enquanto que, egoísmo para ele é um amor apaixonado e exagerado por si mesmo, que leva a pessoa a relacionar tudo consigo mesmo e a preferir suas próprias necessidades a todas as outras coisas. Este não é um individualismo dos darwinistas sociais, não é uma força dura pela sobrevivência, nem o individualismo que Jacob Burckhardt imaginou nascido do renascimento italiano e que se tornou cada vez mais forte na história moderna que mostra-nos homens e mulheres lutando por conquistar o louvor uns dos outros, lutando para serem reconhecidos como indivíduos. Ao contrário, é *virtus* o que implica um intenso sentimento de comunhão. Tocqueville mostra-nos pessoas cujo desejo, antes é serem deixados a sós. Não sendo empresários avarentos, nem personagens vigorosos a procura de aplauso, eles querem ficar entregues a si mesmos, a fim de poderem desenvolver seus interesses, preferências e seus sentimentos íntimos. Deseja igualar as condições do poder na sociedade, a fim de que ninguém tenha forças de se intrometer; se todos forem iguais, todos poderão seguir seus caminhos distintos. Isso é descrito por ele como “ individualismo democrático”, usando a expressão democrático aqui com o sentido de igual, conforme seu biógrafo norte americano, George Pierson. Mas quando as condições não permitem a condição de igual, há uma segunda linha que é a da indiferença, do retraimento, insensibilidade deliberada do outro como mecanismo de defesa, pois assim, ele não poderá atingi-lo emocionalmente. Esta linha encarna a autonomia como ideal de liberdade na vida dos que dependem de terceiros.

È verdade que o valor atribuído à autonomia pelos que não a tem é capaz de reforçar a autoridade dos que são percebidos como seus possuidores. Os que a possuem são superiores e mais livres, portanto, concebidos como uma pessoa forte. Tocqueville temia que na relação entre autoridade e independência somos livres para descrever da autoridade e para declarar nossa descrença, o que é uma liberdade desconhecida em diversas pátrias.

Segundo Hegel (Apud Sennett,2001) o modo como ocorre as crises de autoridade se dá a partir do estágio da consciência infeliz, na qual a mentalidade oposicionista do “ nós contra eles” é superada e a pessoa passa a conceber as origens da servidão como um enigma do desejo íntimo. Como ocorre essa mudança maciça da consciência? Em que tipo de mundo essa infelicidade teria sentido? A consciência infeliz instiga as pessoas a acreditarem na autoridade sem acreditarem na onipotência da pessoa em posição de autoridade. Daí, surge uma reflexão: como é o poder sem onipotência? Os gregos conheciam essa outra destinação. Todas as peças tebanas de Sófocles versam sobre atos de reconhecimento que destronam a autoridade suprema; as peças são tragédias. Ao lado do amor ateniense pela ordem racional, há uma desconfiança na capacidade humana de ordenar o mundo. Essa desconfiança, esse medo da arrogância nascida do orgulho, era tida como libertadora do sujeito. Hegel chegou à visão de uma sociedade racional e cooperativa.

Os processos pelos quais a crise de autoridade dá origem à consciência infeliz e à sociedade que a respalda, obrigam-nos a pensar na autoridade em termos muito mais sombrios. O processo de como se inicia a crise é sempre por uma operação delicada de desvinculação. Uma crise de autoridade é gerada por uma pessoa que sem dúvida sofreu nas mãos de uma autoridade e o processo é gerado de tal forma que sente-se vítima. (SENNETT,2001) A origem da legitimidade através do sofrimento encontra-se, em última instância, num dano infligido por outra pessoa ou pelo meio. Nenhum de nós é aquilo de que o outro precisa e surge desgaste silencioso do sentimento de valorização pessoal. Seja qual for a impressão causada pela autoridade de outra pessoa, essa impressão é profunda e não pode ser apagada apenas por um ato libertário de vontade, contudo ocorrido o reconhecimento da ponderação da autoridade, a questão mais importante a ser enfrentada pela pessoa é saber exatamente de que modo a autoridade a fazia agir. Essa visão mental costuma ser deprimente.

As crises de autoridade constroem-se em torno das modulações do reconhecimento da liberdade e da escravidão dentro de si mesmo, reconhecimento de ambas dentro de si mesmo. Cada crise

ocorre através da descrença naquilo em que antes se acreditou. Mas esses atos de descrença não são fins em si mesmos. São meios para chegar a novos padrões de crença. A idéia de que a autoridade é renovada por crises periódicas talvez seja o elemento mais radical da teoria de Hegel: as crises modificam a natureza da consciência da pessoa. A ética do reconhecimento – simpatia, sensibilidade, modéstia a respeito de si – deve controlar cada vez mais a interpretação do poder. Esse reconhecimento livre é a liberdade que não é uma bem aventurança. É uma experiência de cisão, é o reconhecimento final de que há um tirano e um escravo vivendo em todo ser humano. A liberdade existe, finalmente, quando o reconhecimento que dou a você nada retira de mim.

Uma vez ocorrido o reconhecimento da ponderação da autoridade, a questão mais importante a ser enfrentada pela pessoa é saber de que modo a autoridade a faz agir.

Outro elemento provocador de crise de autoridade do ponto de vista coletivo é o enfraquecimento dos controles sociais, chamado de anomia. Um exemplo disso temos em Durkheim em *Suicídio*, quando acreditava e que explica nesta obra, que o padrão, oscilação e o índice de suicídios numa sociedade, falando no desespero geral teve como um dos elementos causais governo fraco num momento e circunstância de instabilidade para o povo. Percebe-se então que surgem sentimentos que só tem sentido em termos de particularidade histórica do grupo. Daí a importância de compreender a autoridade no ensino da História.

Autoridade e o Ensino de História:

Pensar em discutir autoridade na dimensão complexa que o conceito se apresenta na sistematização processual da construção do conhecimento pelo viés da história, exige não menos que “ser parte de”, integrar, envolver e conectar-se com as questões – problemas e, tanto na linha cronológica quanto imaginária do tempo, lembrarmos que, enquanto sujeitos fazemos também a história.

Nesta virada de século e milênio, percebeu-se mudanças na própria constituição da forma de pensar e de se comportar das pessoas. A famosa frase “mudança de paradigma” tornou-se evidente nos discursos das academias. Portanto, consideramos em Michel Maffesoli a possibilidade de percepção que precisamos ter, pois para ele, essa é uma questão de comunicação, uma vez que, a comunicação é:

“tocar, falar, fundir-se com o outro, pôr-se em relação, festejar, soltar-se, entregar-se a um vitalismo estruturador do social, na contramão do funcionalismo produtivista e da razão castradora. Comunicar é viver na marcha de cada dia a pluralidade de pessoas de que cada um é constituído. Comunicar é passar de identificação em identificação, fora da noção de identidade imutável, na busca do prazer, da sinergia, da sintonia, da comunhão, da conjunção social, do estar-junto que permite viver intensamente o “fantástico do cotidiano”. (MAFFESOLI:1978).

O autor fala como alguém que se coloca dentro, fundido com o objeto, nunca fora, num metaponto de vista de julgamento ou de objetividade. Ele quer fazer parte daquilo de que fala. Deseja mostrar (não demonstrar), descrever (não prescrever), valorizar (não julgar), compreender (não necessariamente explicar), comunicar (não imperativamente informar), conectar-se.

A partir da História Cultural, estabelecer e manter diálogo com novos parceiros, conforme Pesavento (2005:109), agrega valor para a resolução das questões ou problemas, pois o tema/objeto comum é partilhado por diferentes recursos e pontos de observação sobre o real. Cabendo ao historiador a bagagem de erudição, estabelecer ampla gama de relações entre os elementos de análise em questão. A história é o lugar de onde se faz a pergunta. O historiador alçará vãos *por outros territórios, armazenará novos conceitos e conteúdos de acordo com a serventia que terão para resolver suas perguntas.* (PESAVENTO, 2005:109).

No caso da temática autoridade, a “ciência parceira” da História é a Sociologia, podendo as mesmas se relacionarem interativamente com as opções teóricas metodológicas de quaisquer outras ciências, pois será a interpretação do movimento na relações entre os homens, a partir deste entrecruzamento das várias concepções de cada ciência que, certamente, contribuirão para o descobrimento das respostas objetivadas pelo estudo investigativo. Assim, a História contribuirá para o entendimento de como tem se dado a legitimação da autoridade enquanto instrumento ou elemento de equilíbrio ou não das relações sociais.

Tratando-se das análises das representações construídas para atender às exigências educacionais, o nosso olhar dirige-se a várias situações, uma delas ligada à apreensão e construção do conhecimento em sala de aula, isto é, ‘a relação de aprendizagem existente

entre os professores e os alunos, e a outra, às múltiplas mercadorias produzidas pela indústria cultural, como vídeos, livros, filmes, pinturas, gravuras, fotografias, enfim, todos os materiais considerados didáticos'. Conforme Zamboni (1998:)

No processo de produção de tais materiais as mudanças são mais evidentes na escolha das temáticas propostas pela História Cultural, às quais foram incorporadas as propostas curriculares, do que no tratamento metodológico a elas atribuído. Nesses materiais, o conhecimento histórico é visto como uma verdade absoluta, homogeneizadora, sem problematização: por exemplo, o tema *Trabalho* nos livros paradidáticos é enfocado de forma compartimentada, sob a ótica de modelos pré-determinados, criados pela história tradicional; o trabalho compulsório sempre relacionado ao indígena, o escravo ao negro e o assalariado aos imigrantes, bem como o evidenciar das relações de poder e o como se dá a constituição de autoridade na essência do sujeito enquanto ser e nas relações coletivas. Nem sempre há textos que mostre as permanências, as simultaneidades, as semelhanças e os diferentes olhares sobre estes temas e outros como para o descortinar das “verdades ocultas” voluntariamente.

Nos livros paradidáticos, aparentemente, os seus autores teriam a liberdade e a possibilidade de aproximar o conhecimento histórico da antropologia, da psicologia, da história da cultura, podendo atribuir à história um olhar especial e próximo do cotidiano, sem certezas absolutas, e com uma infinidade de possibilidades, apresentando em suas explicações, causas necessárias e nunca suficientes. Na prática, entretanto, isto não acontece. As análises estão fundamentadas na sociologia e na economia como modelos explicativos absolutos.

Consideramos que a essência do conhecimento histórico são as ações humanas repletas de emoção, de sensibilidades, de contradições traduzidas no fato histórico. Concordamos com Pesavento (1995, p.16). ao afirmar que

Todo fato histórico e, como tal, fato passado, tem uma existência lingüística, embora o seu referente (real) seja exterior ao discurso. Entretanto, o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstituir o real é reimaginar o imaginado, e caberia indagar se os historiadores, no seu resgate do passado, podem chegar a algo que não seja uma representação (...)

Sabemos, ainda explorando as idéias de Zamboni (1998), que os materiais didáticos são expressões de representações e "em cada um deles devemos adotar um procedimento específico para analisá-los". A fotografia como linguagem documental representa uma dada realidade em um determinado momento. O fotógrafo é um sujeito que conhece o tema que está sendo registrado, uma pessoa que tem um olhar direcionado e cheio de significados e significantes. Entre os dois momentos fotográficos, a criação e a produção, o fotógrafo é envolvido em um conjunto de decisões que vão desde a escolha do filme (marca, asa, cor) até a qualidade do papel no qual o filme será revelado. São os detalhes referentes à intensidade de luz, cor, velocidade, aproximação, tipo de lente existentes no momento da fotografia, que dão ao fotógrafo a concretude de suas intenções.

Não é indiferente fotografar uma dada realidade como um filme branco e preto ou com filme colorido: os resultados são distintos. Quando se quer dar à fotografia um ar mais intimista, explora-se o filme em branco e preto, jogando com momentos em claro e escuro, sempre na dimensão dos contrastes. Assim, também não é indiferente ao fotógrafo a utilização de um papel brilhante ou opaco, ou mesmo dar à fotografia um tom amarelado, envelhecido. A fotografia é um tipo de representação que expressa a relação existente entre dois sujeitos: o fotografado e o fotógrafo. Este último tem uma ideologia e uma intenção expressas na escolha do outro sujeito a ser retratado, atribuindo-lhe símbolos de vida. Para o fotógrafo é uma representação particular, única. Como diz Benjamin (1987): "o espírito dominando a mecânica, reinterpreta seus resultados mais exatos como símbolos de vida". Nesse sentido, a representação do real é em si mesma uma transformação do próprio real.

Ao pensar neste real, o fotógrafo pensou em todos os referenciais que estão ao seu redor. Portanto, a fotografia não é apenas uma ilustração, é um documento direcionado. Cada fotografia tem um significado e gera significantes, cada pessoa que olha uma fotografia ou um desenho, passa a lê-los com um determinado olhar e busca nestas representações uma mensagem. Enfatizo que a existência de inúmeras outras linguagens que produzem também outras representações utilizadas em sala de aula e que são diretamente voltadas para a produção e compreensão do conhecimento histórico, principalmente em uma sociedade imagética como a nossa, caracterizada pela comunicação de massa, pela força das imagens produzidas para e pela televisão. Todos esses processos representativos são mão única, isto é, temos diante da televisão uma atitude passiva, sem diálogo.

Como as instituições educacionais podem fortalecer-se, enquanto também responsáveis para mediar a formação de sujeitos plenos e mais dignos neste “*emaranhado confuso*” em que todos nós estamos envolvidos.

O terrorismo prospera nas sociedades com muita pobreza e injustiça, mas o grande mal é o fanatismo. O enfrentamento de tais desafios passa primeiramente pela educação. Nenhum fim mesmo que seja a liberdade/justiça, “bandeira destes movimentos”, justifica organizações tais como o PCC no Brasil.

A autoridade é imprescindível para a construção da autonomia e emancipação social. Autoridade não se impõe, é formativa e suporta contradições historicamente, pois o passado fundamenta a elaboração do futuro.

A razão objetiva é a força que induz a conduta humana a uma compreensão final de sua própria razão e justiça, entende-se como força, neste sentido, a faculdade de classificação, inferência e dedução. Urge que o exercício de uma práxis pedagógica fortalecida pela ética, solidariedade e valores humanitários, sejam internalizados como saberes indispensáveis nesta nova geração que compõe o Brasil.

Referências Bibliográficas

ADORNO, W. T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, W. T. **Mínima moralia**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **La permonalidad autoritária**. Buenos Aires: Ed. Proyección, 1965, p. 27 – 50.

ARENDT, H. **Que é autoridade?** In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. **Magia e Técnica**, Arte e Política. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 105.

FREUD, S. **O mal estar na civilização**. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HORKHEIMER, M. Meios e fins. In: **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

KANT, E Resposta à Pergunta: Que é o iluminismo. In: **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 11 -19.

MAFFESOLI, Michel. **Logique de la Domination**. Paris, PUF, 1976 *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. "**Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário**". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995, p.16, *Idem*, p.17.
- REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO. **Crime Organizado: é possível definir?** Pernambuco: Nº 34. ISSN: 1519.6186. UFP, 2004. Mensal. Artigo publicado por Adriano Oliveira – Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco.
- ROSSEAU, J. J. **Discurso sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1999.
- _____ **Emilio ou Da Educação**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992. Livro Primeiro. P 10 e 11.
- SENNETT, Richard. 1943–**Autoridade**; tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. In: **Educação, Sujeito e História**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.
- WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- ZAMBONI, Ernesta. **Representações e Linguagens no Ensino de História**. Coleção *Cotidiano da História*. São Paulo, Ática, 1989. *Revista Brasileira de História*. Print ISSN 0102-0188. Vol. 18 n. 36 São Paulo 1998.

Pena Branca e Xavantinho: o cenário cultural uberlandense e o inspirador do verso caipira

Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado*
Marcos Vinicius de Freitas Reis**

Viajar pela trilha sonora e trajetória de vida da dupla Pena Branca e Xavantinho requer pensar vida e obra artística como fruto e reflexo de um Brasil que nos anos de 1950 se desenvolve e, ao seu modo, conjuga, simultaneamente, e não sem conflitos, modernização e tradição. E, neste percurso, faz-se mister desvelar e contextualizar a cidade de Uberlândia, berço e cenário da carreira destes representantes da música sertaneja raiz, cuja fama nacional não apaga as matrizes da cultura popular e das formas de sociabilidades por eles experimentados.

As cidades modernas quase sempre veiculam suas imagens como slogans de um vir a ser. Estas imagens estão alicerçadas no imaginário social construído por aqueles que além de deter o poder econômico mantêm vínculos de convivência com as elites intelectuais locais. Assim é que quase todas as formas de representações das cidades encontram guarida nos meios de comunicação de massa, que procuram imprimir e divulgar sua visão edulcorada, para não dizer em forma de pastiche, do espaço que é ao mesmo tempo o lugar do progresso e do desenvolvimento e o não-lugar que exclui os conflitos, as desigualdades e propicia a exclusão social.

Uberlândia se inclui nesta perspectiva. Se apresenta como uma cidade progressista, cujo desenvolvimento não pode ser negado se a considerarmos pólo regional no Triângulo Mineiro. Tal patamar foi conquistado por sua posição como entreposto comercial que na década de 1965, se consolida com a criação do seu distrito industrial. As imagens do progresso têm como lastro as diversas interligações que tornaram possíveis e conexão da cidade com o mercado nacional e internacional, suas amplas avenidas e vias arteriais de acesso rápido, sua arquitetura exuberante, jardins, clubes, parques e estádios de futebol, hipermercados, ambiente universitários, dentre tantas realizações que dão concretude ao discurso elaborado. Contudo, como qualquer elaboração do ideário burguês observa-se uma integração implícita de tornar anônima a participação e as divergências de muitos outros sujeitos sociais que também construíram esta cidade¹.

Neste viés, Dantas reafirma e desvela os interesses camuflados de uma história que tem contornos e prismas diversos.

(...) Diante desse quadro pintado com cores esfuziantes na imprensa, folhetos da administração pública, publicações de empresas locais, e cantado com júbilo pelos cronistas, poetas, músicos e memorialistas locais, poderíamos indagar sobre sua veracidade porque se, por um lado, a ânsia de progresso permitiu à cidade um grau de desenvolvimento superior às demais cidades do Triângulo Mineiro, por outro alijou do processo outros projetos de cidades, outros sujeitos. E sendo o imaginário uma estratégia para o exercício do poder, é de fundamental importância produzir imagens e discursos para torná-lo inteligível, assegurando-lhe legitimidade. E, nesse aspecto, a classe dominante de Uberlândia revelou-se bastante competente criando uma cidade à sua imagem e semelhança e, concomitantemente, silenciando as vozes dissonantes e ocultando as mazelas.ⁱⁱ

O ideário burguês do progresso, característico da história de Uberlândia, reflete e simultaneamente se adequa à política desenvolvimentista nacional, que iniciou-se em meados do século XX, tornando-se visível concretamente na década de 1950. E desta época o governo Kubitschek tornou-se um paradigma na história da modernidade do país.

O lema vigente consistia em propagar o progresso econômico nacional por meio do Plano de Metas, que preconizava como setores básicos o transporte, a energia, a educação, o alimento, e as indústrias de base e consumo. Como conseqüências da industrialização foram modificadas as relações entre campo e cidade, intensificando as migrações dos indivíduos que habitavam a zona rural. Tal fato não só inverteu a lógica demográfica brasileira, como incentivou o consumo, impulsionou a cultura, mas também trouxe problemas sociais e econômicos tais como: alta inflação, favelamento, desemprego, entre outrosⁱⁱⁱ.

Brasília era apresentada no discurso das elites econômicas nacionais como um pólo-progressista que impulsionaria o desenvolvimento social não apenas em nível nacional, bem como para diversas outras regiões do país. No plano teórico Brasília foi projetada para propiciar o progresso e a integração nacional. Todavia, não se eximiu de contrair também os vícios decorrentes da aceleração migratória experimentada no próprio processo de urbanização então desencadeado. É assim que vê Oliveira:

(...) Dessa forma, pode se constatar que, para algumas pessoas, essa capital foi e continua sendo símbolo de esperança. Para outras, foi se transformando em símbolo de frustração: ao contrário do que foi sonhado

– o sinônimo de progresso -, configurou-se como uma questão não solvida, que provocou um grande endividamento do país e exclusão social. Entre o sonho e a frustração, ela se consolida como uma cidade igual às outras existentes no território brasileiro.^{iv}

Desse modo, por situar-se no itinerário de Brasília, Uberlândia beneficiou-se de investimentos públicos e privados que foram aplicados, entre outras coisas, na abertura de estradas que ligavam São Paulo e Rio de Janeiro à futura capital. O que, por sua vez, aumentam o fluxo de pessoas e mercadorias na região do Triângulo Mineiro:

(...) Para compreendermos o papel de destaque assumido pelo município no cenário nacional, é necessário apontarmos a construção de Brasília que, na segunda metade de 1950, fará da região de Uberlândia “ponto obrigatório de entrecruzamento do sul, norte e nordeste com o Centro-Oeste do país”. Nesta perspectiva, investimentos federais passam a ser canalizados para Uberlândia como forma de viabilização da integração nacional, contida no projeto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek^v.

Ao pautar-se por esta análise as classes dominantes uberlandenses alardeavam que Uberlândia entrara de fato na “era do progresso”, o que, na prática, a fez vivenciar inúmeras transposições para si, tais como: um ordenamento urbanístico que lhe possibilitou a ampliação da iluminação elétrica, o abastecimento de água, inúmeras construções, praças, algumas das quais revestidas de grande simbolismo, e os principais edifícios públicos e residenciais tidos como de considerável beleza. Tão notória é esta assertiva que Uberlândia confirmou sua alcunha de “Cidade- Jardim”.

No imaginário progressista consumou-se um processo que favoreceu o movimento de migração do campo para a cidade, corroborado pela atrativa imagem de progresso e de melhoria de vida que se acenava quanto a possíveis oportunidades de trabalho e ascensão econômica. Estas eram as notórias motivações para o abandono do universo rural em busca da melhor qualidade de vida urbana, que para muitos significava garantia de educação e um bom emprego, tanto para si quanto para seus filhos. Esta situação de inversão do rural para o urbano se acentuou a partir de 1970 com o êxodo rural provocado pela expansão agrícola. Esta tinha como incentivo os projetos agrícolas desenvolvimentistas dos governos militares, tais como o Polócentro, o Prodecer, o Provarzes, que financiaram em terras de cerrado a produção de grãos para a exportação, a modernização da pecuária e a

agroindústria. Tais projetos não só concentrou mais terras, como propiciou o desgaste da economia de subsistência, agravando a desigualdade social. Em sua tese de doutorado, Machado aborda o impacto desses projetos na região do Triângulo Mineiro:

(...) Dessa forma, alinhada aos interesses econômicos da ditadura militar a região foi beneficiada pelos grandes planos políticos da época, como o Pólo Centro, o Pró-Várzeas, o PRODECER, o Armazenamento e Silagens de Grãos, estradas, eletrificação e telefonia rural. (...) As bases de uma insipiente urbanização estavam dadas na década de 60, mas esta região nos últimos vinte anos cresceu e se desenvolveu, em termos dos equipamentos urbanos e sociais e também economicamente. ^{vi} (...) Contudo, café, soja, milho e a moderna pecuária, devastaram paisagens e pequenas propriedades, concentrando riqueza e fartura apenas nas mãos de alguns alinhando o mercado regional ao nacional agro-exportador. ^{vii}

A partir disso podemos admitir que muitos migrantes advindos desse processo encontraram uma realidade avessa àquela apresentada pela imprensa, só restando a eles nesta situação adversa habitar favelas e, em sua maioria, a ascensão social tão almejada ou o acesso à escolaridade por tantos tão sonhados, não se concretizou. Muitos nem mesmo tiveram a opção de retornar ao lugar de origem, a muito desaparecido ^{viii}:

(...) Assim, por exemplo, o desenvolvimento arrancou populações a seu enquadramento antigo, de certo modo libertando, para as reenquadrar no processo às vezes titânico de industrialização nacional, ao qual certa altura, ante as novas condições de concorrência econômica, não podem dar prosseguimento. Já sem terem para onde voltar, estas populações se encontram numa condição histórica nova, se sujeitos monetários sem dinheiro, ou de ex-proletariados virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos. ^{ix}

Nessa dimensão, ao pensar a dinâmica interna da sociedade uberlandense, decorrente do processo de reordenamento do espaço urbano, verificou-se que muitas pessoas das classes populares, tiveram que mendigar ou em alguns casos a se prostituírem. A partir da década de 1960 andar pelas ruas da “Cidade-Jardim” depara-se com tais atividades que tornaram-se comuns ao seu dia-a-dia da mesma, coexistindo a pobreza com aquela imagem de cidade laboriosa, pacífica, industrial, conforme preconizado no discurso veiculado reiterada vezes pelas classes dominantes locais.

(...) Eles vinham até esta cidade em busca de melhores condições de vida e, sem qualquer qualificação profissional, sobreviviam, na sua grande maioria, de pequenos biscates e como mão-de-obra barata, especialmente para a construção civil. Suas crianças não se encontravam matriculadas na escola, a maior parte dos adultos era analfabeta e um número expressivo

de mulheres e crianças e pessoas mais velhas e/ou doentes ganhavam a vida através do exercício regular da mendicância^x.

Outras mazelas sociais estão presentes na História de Uberlândia, como exemplo o precário abastecimento de água, os transtornos causados pelas péssimas condições do transporte, a escassez de energia elétrica em áreas periféricas, assaltos, odor fétido decorrente do esgoto ao céu-aberto, assim como o acúmulo de lixo nas ruas. Esta era a situação que Rosa encontrou nas décadas de 1950 e 1960, contrariando as imagens progressistas até então constituídos:

(...) O cidadão que pagava seus impostos se visto lesado em seus direitos, pois não tinham segurança, não possuíam uma alimentação básica garantida, tanto pela ausência de produtos, quanto pelo seu custo. Esgotados estavam reclamando pela constante falta de água e energia, não possuíam um sistema de saúde pública digno, tão necessário, principalmente no tratamento de epidemias, por vezes contraídas pelas próprias condições insalubres a que estavam sujeitos. O transporte coletivo era irregular e precário, causando verdadeiro transtorno àqueles residentes nas periferias, e principalmente aos trabalhadores, que necessitavam desse meio de transporte para se locomover.^{xi}

Problema crucial que marca a história de Uberlândia e que remete ao social é a questão racial. Na década de 1950 os negros ainda eram vistos em Uberlândia como indivíduos inferiores e “atrasados”, um reflexo das contradições sociais em nível nacional. Em virtude disso moravam em bairros periféricos, em precárias condições de subsistência, com baixos salários e sujeitos a serviços braçais. Cabe ainda ressaltar a efetiva prática segregacionista no espaço uberlandense. Havia, portanto, bares, cinemas, restaurantes, clubes, e até ruas específicas para os negros não se misturarem com as classes dominantes.

Podemos presenciar isto no uso da Avenida Afonso Pena, principalmente nos anos 1950, quando havia uma nítida divisão tanto no imaginário como no espaço físico em duas. Esta avenida concentrava-se o comércio, os bancos, e as áreas de lazer: cinema, praças, restaurantes. De um lado circulava os brancos, preferencialmente das elites, enquanto do outro, reservava-se o lugar aos negros. Ali se instalava o seu clube, o lugar do footing.

Refletindo-se tal discriminação racial o próprio jogador de futebol Pelé, conhecido mundialmente como o melhor do mundo, por ser negro teve acesso barrado no Praia Clube. Outro exemplo notório foi apresentação musical da sambista Elza Soares no Uberlândia Clube, quando foi repreendida pelos seguranças do clube por dançar com os

brancos após o show mesmo sendo famosa não poderia sociabilizar-se com eles. Isso reforça a existência de uma sociedade marcada tanto em seu imaginário quanto em sua concretude pela divisão racial.

(...)Pelas conversas intermináveis com os mais velhos, aprendeu que os territórios boêmios localizados na ruas Santos Dumont e Guarany estavam vetados para pobres e negros, exceção feita aos músicos,cozinheiros, e dentre outros, uma vez que eles adentravam esses espaços para trabalhar e não para gozar os prazeres que as mulheres, os jogos e as bebidas poderiam oferecer.

Não só os prostíbulos da área central eram fechados aos negros e pobres da cidade. Também o eram clubes e bares que destilavam o seu preconceito, irrestritamente, contra anônimos locais e personalidades também conhecidamente nacionais, como o caso ocorrido com a cantora Elza Soares no interior do Uberlândia Clube^{xii}.

O cenário cultural de Uberlândia nos anos de 1950 constituía-se por Casas de shows, bares, cassinos, cinemas, restaurantes, praças e emissoras de rádio. Todavia faz-se necessário colocar na devida escala estas afirmações. Como qualquer cidade do interior do país nas décadas de 1950 e 1960 Uberlândia possuía uma razoável rede de bens de consumo que propiciavam práticas de sociabilidades aos padrões da época. O seu cotidiano era marcado pelas notícias e programas de suas três emissoras de rádio, pelos fins de semana com frequência delineado pelos passeios às praças onde se ouviam as retretas, da banda de música, assistia-se ao culto religioso, às sessões de cinema, culminando com o footing em que se flertava e namorava. Ainda era comum a apenas assiduidade masculina ao estádio Juca Ribeiro para prestigiar o Uberlândia Sport Clube.

Aos mais abonados os espaços de lazer se ampliavam para as visitas aos clubes sociais como o Praia Clube, o Uberlândia Clube o Caça e Pesca itororó Clube, e o Uberlândia Tênis Clube – UTC – curtindo bailes, shows, ou mesmo para a prática de esportes. Era também comum se sentar às mesas de Confeitaria da hora, no Bar Antártica ou no Bar da Mineira para saborear almoços, jantares e lanches. Claro que para os homens se reservavam os espaços de prostíbulos, casas de jogos de azar, que normalmente se escondiam nestes famosos restaurantes e clubes sociais.

Clubes como o Uberlândia Clube e o Praia Clube eram estabelecimentos excludentes a serviço do imaginário de grandiosidade local, que organizavam eventos culturais, com a presença de artistas de renome nacional e internacional e que, apenas em

caráter concessivo, admitiam cantores locais de grande apelo popular. A exemplo de Lotinho, sambista oriundo do Bairro Patrimônio, que por diversas vezes ali se apresentou pelo seu reconhecimento. Quase sempre estes shows eram mostrados pelos meios de comunicação locais como bem organizados, dirigidos por pessoas responsáveis, com o intuito de construir uma imagem de Uberlândia como referência não só em aspectos comerciais, mas também culturalmente sob a égide do desenvolvimento.

Os cinemas, dentre eles o Cine Teatro Uberlândia, possuíam arquitetura moderna, poltronas luxuosas e confortáveis, amplas salas com cortinas de veludos, e apresentavam-se como espaços de sociabilidades para os seus freqüentadores reverem amigos e iniciarem namoros, com imponência retratadora do ideal já referido de ordem e progresso. As próprias salas de exibição dos filmes refletiam a existência da divisão social. Enquanto as melhores poltronas situavam-se à frente e destinavam-se as pessoas com elevado poder aquisitivo, as do fundo eram destinadas a negros e brancos pobres.

(...) O Cine Teatro Uberlândia, com sua ampla sala, de arquitetura moderna, com linhas sóbrias, cortinas de veludo automáticas atraía não só os uberlandenses, mas também pela beleza do *Palácio Encantado* além do envolvimento com os próprios filmes.

Para compreendermos um pouco do fascínio despertado pelos cinemas, temos que levar em conta outros aspectos. Além dos filmes, com seus enredos diversos, seus astros e estrelas, havia também as associações e representações feitas a partir de suas luxuosas salas, os cartazes, e – o flerte-, a atualização com as novas tendências da moda e o ver e ser visto. Sem contar as sessões especiais, tais como: *Sessões das Moças*, *Sessões dos Operários*, *os Vesperais Dançantes* e as solenidades que eram ali realizadas que acabavam por atrair as pessoas para uma sociabilidade continuam.^{xiii}

Neste mesmo período, a cidade de Uberlândia abrigava as emissoras de rádios Difusora (1939), Educadora (1952) e Cultura (1958) que inicialmente foram criadas para educar a população nos princípios da ordem e promoção da disciplina, com vistas ao alcance de uma sociedade civilizada e homogeneizada^{xiv}. Os programas veiculados consistiam na execução de músicas eruditas, crônicas, noticiários patrióticos com ênfase na história do país, construindo a perspectiva de uma identidade única, de afirmação do popular e que dilui conflitos.

(...) A utilização de crianças e escolares na programação radiofônica, se por um lado buscava formar um público fiel, já habituado desde a infância à linguagem do rádio, por outro movia a inserção de valores patrióticos e

cívicos, de amor às coisas locais, sobretudo de seus símbolos de poder, autoridades e instituições, o que de certo modo indicava, também a persistência de um público adulto refratário a estas mensagens. Os meios utilizados para atingir este segmento concentraram-se nas apropriações de imagens que vinculam um passado rural e bucólico ao espírito de modernidade vivenciado na cidade, em crônicas e discursos que preservavam o estilo metafórico e excessivamente pedante dos setores intelectuais letrados^{xv}.

Paradoxalmente, as emissoras de rádios, a par da função desempenhada, para manterem em evidência seus programas e artistas, assim como aumentar o faturamento e ibope, organizavam shows em espaços públicos, admitiam em sua programação práticas populares e, desta feita, revelavam-se não apenas porta-voz das classes dominantes, mas também espaço de disputas, bem como de expressão dos sujeitos anônimos.

(...) Mesmo a Educadora, a nova estação montada na rua Olegário Maciel, n.823, e posteriormente inaugurando “luxuosas instalações” na Avenida Afonso Pena, dividindo o espaço na sintonia do rádio e nos quarteirões do centro da cidade, se a princípio contou com alguns programas eruditos e crônicas, teve de render-se ao estilo popularizado da PRC 6. O popular “invadiu” seus auditórios, orientou seus programas sertanejos com cartas e recados de ouvintes, desfilou sob seu patrocínio nos carnavais de rua de 1958 e participou da “Cavallhada”, uma tradicional festa popular da região, levada ao ar pelos seus microfones^{xvi}.

A noite uberlandense ainda abarcava Cassinos, bares, lupanares, os quais devido ao processo de reordenamento urbano, foram transferidos para as áreas periféricas. Isto para se compor uma cidade “limpa”, e não imiscuir valores imorais aos das pessoas da elite. Deste modo, afastados do centro da cidade poderiam ser assim freqüentados tanto por ricos como pobres, sem prejudicar a imagem higienizada que pretendia. Contudo, apesar de pejorativos, tais logradouros eram assiduamente visitados por uma clientela que moralmente combatiam.

(...) Em suma, misturando interesses especulativos e estratégias de planejamento urbano as elites locais, conectadas a um projeto nacional pautado no ideário burguês do progresso, do embelezamento e da limpeza, procuraram a todo modo higienizar a cidade, delimitando para tanto o lugar de cada um e da cada coisa nesse espaço social. Os efeitos dessa “higienização” urbana, recaíram dentre outros, sobre as “filhas da Eva” e os boêmios mais sensíveis, como Anísio, que viam naquilo tudo uma “*coisa agressiva, abusiva e sem sentido*”. Talvez por saber ou mesmo intuir que, com o fechamento das últimas portas daquelas casas de tolerância, estaria se encerrando um ciclo de vida e também da cidade. Um período marcado por pequenas derrotas e omissões, é verdade, mas

igualmente uma fase exuberante, pontuada de grandes espetáculos, mulheres bonitas, camaradagens, diálogos intermináveis com amigos e mulheres no interior dos bordéis, momento de solidão amenizados e adocicados pela aguardente e pelo frescor inebriante daqueles corpos noturnos. O que ao atos administrativos do poder público municipal, as reuniões solene da Câmara, a indignação das famílias, os interesses empresariais, os editorias e reportagens dos jornais locais não conseguiram abafar foi o insuportável “mau cheiro” de Almíscar que o fechamento da zona boemia na área central fez exalar por toda a cidade. Pois o desmonte da referida zona fez com que os antigos *rendez-vous* dispersassem, segundo um jornal, pelos “*quatro cantos da cidade*”.^{xvii}

Nos anos 1960, são inauguradas duas emissoras de TV locais (TV Triângulo e Paranaíba) com as mesmas diretrizes dos veículos radiofônicos. Veiculavam programas jornalísticos, musicais e de auditório enfocando principalmente aspectos da região. Por serem ligadas as classes dominantes preconizavam uma grade de programação voltada para a construção de uma Uberlândia bela, industrializada, ofuscante das adversidades e de sujeitos não incorporados.

(...) Por outro lado, as emissoras de TV Triângulo e Paranaíba, claramente alinhadas historicamente ao regime militar, (...) o controle sobre os veículos de comunicação escrito, televisivo e radiofônico, permitiram que, aos poucos, fossem sendo criadas imagens recicladas das práticas autoritárias historicamente utilizadas por estes segmentos. Ao mesmo tempo, foram vetadas, pela censura exercida pelos editorialistas desses meios, quaisquer manifestações que contraíssem as estratégias de marketing político destes. Revelou-se nesse momento, o extremo autoritarismo dos veículos de comunicação de massa instalados em Uberlândia. À semelhança do que ocorreu pelo país afora, com outros veículos de comunicação^{xviii}.

Quanto ao esporte, preconizava-se eventos esportivos tanto amadores quanto profissionais. Dentre as modalidades priorizadas prevaleceu o futebol, cujo time profissional, Uberlândia Esporte Clube, abrigou-se no estádio Juca Ribeiro, enquanto a principal sede do esporte amador no estádio Airton Borges da Silva. Tal dicotomia entre times permite entrever uma divisão social, verificando que o estádio freqüentado pelo time principal era motivado por uma torcida ufanista e de maiores recursos, contando com infra-estrutura e apoio material e, de outro, os times amadores que flutuavam ao sabor de suas parcas condições financeiras.

Nos anos 1970, Uberlândia, com força política nacional e governada pela ARENA, partido situacionista, inicia articulações políticas com intuito de criar uma universidade

federal. O Triângulo Mineiro, como sede de uma instituição dessa natureza, reafirmaria a imagem construída pela mídia e pelos discursos políticos, bem como pelas elites locais, do caráter regional vocacionado a constituir-se como pólo – tecnológico e cultural. A efetivação de tal projeto foi concretizada em 1978 pela união das diversas unidades acadêmicas até então existentes de modo isolado e na maioria privadas.

(...) A partir de 1978 desaparecem as faculdades isoladas que, transformadas em cursos, passam a integrar os Centros de Ciências Humanas e Artes, Ciências Biomédicas e Ciências Exatas e Tecnológicas, suportes de sua estrutura acadêmica até recentemente. Realiza-se, assim, mais um projeto político das elites – Uberlândia passava a ser considerada, além de pólo comercial e industrial, pólo cultural regional.^{xix}

O prefeito Virgílio Galassi (1970/71 – 1977-1982), em seu segundo mandato em pleno período da ditadura militar, constrói o Parque Sabiá (área florestal) com um moderno estádio de futebol, denominando João Havelanche em homenagem ao contemporâneo presidente da FIFA, com o objetivo de reconhecimento nacional pela sua grandiosidade. Para a inauguração valeu-se do prestígio da Seleção Brasileira que inaugurou este complexo confirma como um amplo espetáculo de mídia e de ênfase ao empreendedorismo local, visto conter 75 mil lugares.

O novo estádio e a reforma do antigo Juca Ribeiro^{xx} se dão em torno de um projeto político para projetar o futebol de Uberlândia em nível nacional, com a participação de Uberlândia Esporte Clube no Campeonato Brasileiro de 1978, esperava-se divulgar a todo o país a imagem de Uberlândia como desenvolvida e moderna.

(...) Oficialmente chamado “Estádio Municipal João Havelanche”, está localizado na região leste da cidade, no alto do bairro Santa Mônica, com capacidade para 75 mil torcedores. Inaugurado em 1982, foi promessa de Virgílio Galassi durante a campanha para as eleições municipais de 1976, na qual ele obteve o seu segundo mandato como prefeito de Uberlândia, a construção de um “grande estádio municipal”, a fim de dotar a “grande Uberlândia” com um estádio que correspondesse a sua “grandeza”. (...) Isto em muito interessava ao prefeito e seu grupo, pois ter um time da cidade disputando o maior campeonato de futebol do país, além de ser uma boa razão para um investimento como o estádio, era um a oportunidade de propagandar o “progresso” de Uberlândia ao país.^{xxi}

Apesar dos persistentes problemas sociais inerentes ao rápido crescimento econômico e urbano local, Uberlândia adentra os anos 1980, com a continuidade do discurso pertinente ao ideário burguês, baseado em “ordem e progresso”. Ocorre a redemocratização do Brasil, e outros grupos locais (PMDB) assumem a cena política uberlandense. Apesar de fazerem parte das classes dominantes, tentam distanciarem-se politicamente dos grupos anteriormente tidos como identificados como aliados dos militares.

(...) Esse é o significado que apresenta a política de *Democracia Participativa* do Governo Zaire Rezende e de seu próprio partido, o PMDB. Um governo que se apresentou para arrefecer a convulsão social produzida por políticos anteriores. Mais do que um governo de contestação da ordem vigente, como esse se apresentou na campanha eleitoral, foi antes de tudo quando uma administração de perpetuação da ordem social. Promoveu as reformas necessárias que se exigiam para a manutenção do sistema e o reconduziu ao mesmo grupo e à mesma *persona ficta* de quem havia recebido quando de sua ascensão.^{xxii}

Assim, Zaire Rezende, vinculado ao PMDB, com vistas à vitória nas eleições de 1982, apresenta-se com o discurso da Democracia Participativa. Em seu mandato persiste o objetivo de construir a imagem de uma administração de caráter popular, honesta, e acima de tudo democrática.

Neste período incentiva-se a formação das *Associações de Moradores*, que consistia em espaços nos quais as pessoas de determinado bairro, juntamente com a Prefeitura, discutiam os problemas daquela região e a melhor forma de resolvê-los. Porém, tais associações foram cooptadas pelas autoridades locais e constituíram-se porta-vozes do PMDB^{xxiii}.

(...) Em verdade esta estratégia foi muito bem aceita pela Administração Municipal e seu partido já que não lhes interessava nem a organização substantiva dos moradores nem sua autonomia efetiva: a relação estimulava era de troca de serviços urbanos por votos. De uma maneira geral toda a política social da Administração Municipal visava sedimentar o apoio popular para eleições futuras. Foi afirmado por um político da Administração na fase final da campanha eleitoral que lhe deu a vitória que se ganhassem as eleições a execução do programa garantia vitórias sucessivas. Ao invés das obras faraônicas este novo grupo político das classes dominantes optou pelas pequenas múltiplas realizações no campo dos serviços urbanos de consumo coletivo que atingem as classes populares ou seu cotidiano e podem consolidar o apoio político necessário nas eleições. Uma outra estratégia que despontou, ainda que discretamente, foi o emprego na prefeitura para alguns líderes populares,

ou cargos remunerados em empreendimentos de caráter social, no próprio bairro^{xxiv}.

O campo cultural ganhou importância no governo peemedebista com a criação da Secretaria Municipal de Cultura em 1983. Apesar de sua institucionalização, as práticas populares culturais ganhavam mais incentivo financeiro e visibilidade, bem como a veiculação das mídias. Tanto eventos tradicionais dos excluídos sociais – Folia de Reis, Congadas e espetáculos musicais realizados em praças por artistas desconhecidos – e as Casas de Shows e clubes tradicionais, cinemas, teatros e práticas recreativas, tiveram apoio do PMDB. Tal apoio reforça a intenção de se construir e uma imagem diferenciada de um governo popular que também preocupava-se com a cultura do seu povo. Ressaltam-se entre as diversas inovações de âmbito cultural a remodelação funcional e de concepção da Biblioteca Municipal, que passa a fomentar atividades lúdicas aos usuários infantis, o carro biblioteca que vai então aos bairros. Cria-se a Casa da Cultura como um espaço de criação e exposição artísticas e, sobretudo, implementa-se o concurso nacional de dança (Festival de Dança do Triângulo, primeiramente ocorria no Teatro Rondon) e posteriormente anuais,^{xxv} com alcance e divulgação até então não experimentados pelo setor.

Neste cenário a imprensa escrita, especialmente o jornal *Correio de Uberlândia*^{xxvi}, historicamente porta-voz do ideário burguês, noticia shows ocorridos no Praia Clube, Uberlândia Clube e Cajubá, retratando, de forma edulcorada, a grandiosidade desses estabelecimentos de Uberlândia, considerada por muitos uma cidade grande e moderna. Ou seja, em torno dessa imagem cultural uberlandense continuava-se a construir a idéia de uma cidade que abriga diversos eventos culturais de projeção nacional, bem organizados e com artistas reconhecidos.

(...) A grande atração do II Festival de Música do Século, que vem sendo promovido em Uberlândia, pela Secretária de Cultura, será realizado na noite do próximo dia 27, domingo. No Ginásio do Uberlândia Tênis Clube, que recebeu o nome do Deputado Homero Santos, estará se apresentando a partir das 20:30 horas, a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, que tem agora na sua regência titular, o Maestro Ayilton Escobar.^{xxvii}

A imprensa escrita também se dinamiza com a inauguração de um novo jornal, O Primeira Hora, com pretensões de alcance nacional em contraposição ao provincianismo

dos demais existentes. Tal veículo, portador oficial da democracia participativa, de Zaire Rezende, objetivava uma interlocução até então desconhecida que divulgasse os feitos dessa gestão.

Os espaços para apresentações teatrais, de dança e shows diversos foram ampliados, entre eles a adaptação do antigo Cine Vera Cruz em teatro, inicialmente denominado Vera Cruz e posteriormente Grande Otelo^{xxviii}. Esse ganhou expressiva visibilidade pela imprensa local, (podemos citar também o Teatro Rondon Pacheco) que construiu imagem de espetáculos grandiosos evidenciando o nome de artistas de renome da nacional e internacional.

(...) Esta noite, a partir de 21 horas, no Uberlândia Clube, o consagrado humorista Jô Soares, estará apresentando o espetáculo “Viva o Gordo e Abaixo o Regime”, onde ele, além do humor, canta, dança, toca instrumentos e apresenta personagens do cotidiano do mundo artístico, em imitações inéditas, nunca apresentadas antes pela TV ou outros espetáculos anteriores. “Viva o Gordo e Abaixo o Regime” é sem dúvida o maior record de bilheteria do teatro brasileiro, sendo também, um grande sucesso em relação à crítica especializada, com mais de mil e duzentas apresentações^{xxix}.

Dentro deste contexto, surge a dupla caipira Pena Branca (1939) e Xavantinho (1942-1999), filhos do município de Uberlândia, da região de Martinésia^{xxx}. Estes compunham uma família negra de sete filhos, que trabalhavam na roça para sobreviverem como agregados de grandes fazendeiros. Foi neste espaço rural que aprendeu a tocar viola nas festas de Folia de Reis.^{xxxi}

Pena Branca e Xavantinho foram desses sujeitos que migram para os centros urbanos em busca de oportunidades para ascensão social, mas deparando-se com uma divisão social e urbana, são forçados a residir em áreas periféricas e se tornarem trabalhadores braçais. Em Uberlândia, nos anos 1950 e 1960, tal dupla morou no Bairro Patrimônio, área afastada do centro da cidade, composta por moradores em sua maioria negros que viviam e trabalhavam em péssimas condições, devido à lógica imposta pelo progresso dos conservadores.

(...) O bairro Patrimônio, nas décadas de 40, 50 e 60, do século passado, além do descaso do poder público municipal no tocante à infra-estrutura urbana, contava ainda com a presença do Ribeirão São Pedro que, ao transbordar de suas águas, dificultava a comunicação das pessoas ali residentes com o restante da cidade. Entre outros fatores, isso fez com que o bairro permanecesse, por tempos, com um reduzido número de

interações e alterações culturais, num ritmo diferenciado dos demais locais, onde as famílias negras pobres sofriam o assédio da indústria imobiliária que se formava e buscava espaços para morar próximos ao centro da cidade^{xxxii}.

Além das atividades braçais, a dupla dedicou-se à vida artística desenvolvendo atividades musicais e fazendo apresentações nas estações de rádios de Uberlândia, em cuja programação exibia valores regionais em auditórios, ao vivo. Desde o princípio obteve aceitação popular, o que levou os programas que participava a conseguir uma grande audiência.. Um dos primeiros lugares que a dupla apresentou foi na Rádio Educadora, no Programa do Capitão Hipopótamo. Na própria fala de Pena Branca, perceber-se a importância do rádio na popularização, além, lógico de sua da imagem da dupla e aceitação pelo público.

(...) Agora não vai ser mais Peroba e Jatobá, agora vai ser Barcelo e Barcelinho, e ai fiquei três anos na rádio Difusora, mais uns dois na rádio Educadora, mais um e meio na rádio Cultura, Olha! Era uma das duplas que andavam mais e tinha mais audiência e que recebia mais carta.^{xxxiii}

Para as emissoras de rádio deste período era interessante contratar cantores locais para seu *cast*, o que popularizava a imagem dessas estações. Com as apresentações desses cantores nos programas radiofônicos atraía-se mais ouvintes e comerciantes interessados em anunciar seus produtos nessas empresas de mídia. A participação realizada pela dupla caipira Pena Branca e Xavantinho nas rádios locais de Uberlândia, além de beneficiar a imagem das rádios, trazia-lhes o reconhecimento pelo público e a popularização da suas canções.

(...) O que chama atenção,mais uma vez, era a necessidade do envolvimento dos freqüentadores de suas dependências, onde artistas amadores interagiam com a platéia das emissoras, assim como em experiências circenses, em pantomimas, em que os gestos e gracejos davam o tom de risos e aplausos. A visibilidade das reações, nesses casos, foram fundamentais para a preparação de programas que pudessem manter a atenção, a concentração de ouvintes, para que imaginassem estas mesmas cenas, incorporadas também na produção de radionovelas, as quais demandavam a ação decisiva dos sonoplastas.^{xxxiv}.

Em 1968, a dupla migrou para a cidade de São Paulo na expectativa de melhorar sua condição de vida na e tentativa de deslanchar suas carreiras. Em 1970, ganharam o quarto lugar em um festival da Rádio Cometa, e foram convidados a participar da gravação

de um compacto com a música “Saudade” de autoria de Xavantinho. Em 1975, entraram para a orquestra “Coração de Viola”, em Guarulhos. Em 1980, se inscreveram-se no Festival MPB – Shell da Rede Globo. A partir daí, com apoio de Rolando Boldrin, (por meio de apresentações no Programa Som Brasil da Rede Globo e da participação em caravana organizadas pelo próprio Boldrin) tiveram a carreira alavancada, pois estavam continuamente expostos a mídia.

A partir dessa época o sonho começava a se realizar. Com o apoio de nomes expressivos da MPB, entre eles, Milton Nascimento, Chico Buarque, Tavinho Moura e de insígnies representantes do cancionário da música sertaneja raiz como Renato Teixeira e Almir Sater, que reconheceram na dupla não só qualidades vocais, mas, principalmente. “a legitimidade e autenticidade de uma memória rural já esquecida” , Pena Branca e Xavantinho se afirma no cenário musical cult. Não são mais apenas uma dupla caipira, caíram nas graças de elites intelectuais do país, são festejados como interlocutores de um gênero que se situa entre o folclore e o mundo rural, idealizado e nostalgicamente poetizado em seus versos e de outros grandes nomes.

Pena Branca e Xavantinho gravaram uma dezena de discos, passaram pelas maiores gravadoras deste país e ganharam três Prêmios Sharp, sendo um deles em 1990 com o álbum *Cantadô de mundo afora*, e em 2001 ganharam o Grammy, na categoria de melhor Álbum de música regional.

(...) Em 1991, vestiram suas melhores roupas e foram homenageados numa noite de gala, no Rio de Janeiro, arrebatando os Prêmios Sharp, na categoria regional, como melhor dupla, melhor música (“Casa de Barro”, de Xavantinho e Moniz) e melhor disco (*Cantadô de mundo afora*, lançado no ano anterior pela Continental). Muito pó de estrada e indiferença eles tinham enfrentado ali. Quando começaram, as gravadoras já se voltavam para as grandes vendas e arriscaram a fórmula importada para ampliar o mercado^{xxxv}.

O repertório desses artistas, além de músicas relativas a questões bucólicas, possui forte ligação com a MPB. Pena Branca e Xavantinho gravaram canções de expressividade nacional, dentre elas “Planeta água” de Guilherme Arantes, “Ciúmes” de Caetano Veloso, “Cio da Terra” de Milton Nascimento e Chico Buarque.

Esse laço estreito com a MPB, tanto parcerias com interpretações desse gênero musical, acredita-se ter sido uma aposta da indústria cultural para alavancar a carreira da dupla, tornando-os mais populares no Brasil, com a intenção mesma de atingir outros

públicos, como por exemplo à classe média. A repercussão disto ocorreu no LP *Cio da Terra*, com a participação especial do cantor Milton Nascimento, que rendeu à dupla a vendagem aproximada de 300 mil cópias. Presume-se que por representarem uma “autenticidade de um gênero musical” que cantam a exuberância da natureza brasileira, artistas da MPB cedem suas composições para que Pena Branca e Xavantinho pudessem mostrá-las a seu público. Por meio de suas interpretações vislumbra-se a brasilidade do país:

(...) Dorme o sol à flor do Chico, meio dia/ Tudo esbarra embriagado no seu lume/ Dorme poente, Pernambuco, Rio, Bahia/ Só vigia um ponto negro: o meu ciúme / O ciúme lançou sua flecha preta/ E se viu ferido logo na garganta/ Que nem alegre, nem triste, nem poeta/ Entre Petrolina e Juazeiro canta.^{xxxvi}

A dupla ainda possui gravações com músicas folclóricas de expressão regional e nacional (com novas roupagens musicais) que fizeram muito sucesso nos anos 20 e 30 e perduram até os dias de hoje. Recuperam composições de grandes artistas daquela época, como por exemplo Mario de Andrade e Catulo da Paixão Cearense. Dentre elas “Uirapuru”, “Luar do Sertão”.

(...) Oh! Que saudade do luar da minha terra/ Lá na serra branquejando/ Folhas secas pelo chão ! / Este luar cá da cidade / Tão escuro não tem aquela saudade / Do luar do meu sertão.^{xxxvii}

Desde 1960 Xavantinho compõe músicas que retratam, de uma forma especial, seu lugar de origem. Tais canções referem-se com saudosismo e nostalgia a um tempo passado. Por exemplo, a vida no campo, local em meio às dificuldades mas em que acreditam ser felizes e vivem próximos à natureza. Entre elas, “Rancho triste”, “Queimadas”, “Casa de barro”. Estas e tantas outras canções revelam o sentimento de perda das relações vividas no campo, direcionando os investimentos no setor agroindustrial, que degeneram as condições de vida dos trabalhadores:

(...) Meu lugar é um recanto de beleza/ A natureza que me deu como presente/ fiquei meu rancho lá na beira do caminho/ junto a um corguinho de água limpinha e corrente/ tirei o mato e acariciei a terra, / boa semente eu plantei naquele chão/ e fiz pedido a minha Santa Padroeira, / Pra não deixar faltar a chuva no sertão./ O tempo passa e a luta não termina./ A chuva fina continua com seu véu/ Igual a eu ,outro roceiro agradece/ Deus nas alturas, e os milagres do céu.^{xxxviii}

A letra acima, composta por Xavantinho, recorda o tempo de fartura a época das colheitas que, com o progresso, se foi. Recorda ainda as relações sociais com a família e amigos. Descreve a natureza como algo apreciativo e local de onde se retira a subsistência. Logo, a terra de origem era uma região que continha terras férteis para plantio, chuvas abundantes e que não pode mais voltar devido às condições posta na cidade. Outra música cantada pela dupla, de autoria de Adalton Santos, expressa tais sentimentos é o ‘Triste Berrante’.

(...) Mas sempre foi assim, sempre será
O novo vem e o velho tem que parar
O progresso cobriu a poeira da estrada
E esse tudo que é o meu nada
Hoje tenho que acatar e chorar
Meus olho estão enxergando
Uma boiada passar .^{xxxix}

Quando alude ao campo Pena Branca e Xavantinho explicita nas suas composições o orgulho de ser membros do mundo rural, e ao cantar contam às práticas culturais e as relações construídas naquela época, que não mais voltarão. Ao criticar a vida que tais segmentos sociais foram submetidos nas cidades por contraposição exaltam nostalgicamente a vida bucólica, lembrando hábitos e costumes passados, que se perderam com a modernização do país. Para alguns estudiosos, da temática sertaneja, tais versos revelam o desenraizamento cultural a que grandes parcelas de migrantes sofreram:

(...) Desdobrando os ensinamentos de Weil, Ecléa Bosi propõe que a cultura dos migrantes seja vista pela perspectiva de desenraizamento, mas isto não significa *buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas buscar o que pode renascer nesta terra de erosão*. E neste sentido que a música sertaneja não deve ser entendida como componente da alienação das camadas populares. Se o campo era cheio de dificuldades, a cidade não é menos penosa, pois a grande maioria da população de migrantes vive à margem dos benefícios trazidos pelo progresso. *Buscar o que se pode nascer neste terra de erosão*, é, neste caso, entender o culto a memória de um artista e as suas canções como denuncia de um incessante repressão e exclusão. É não só pensar sobre a maneira que o mercado fonográfico atinge o seu “público alvo”, mas inverter o olhar e inquirir sobre como o publico chegou à música, porque a consome. Cantar e recantar músicas que falam de experiência de vida é uma forma, mesmo que inconsciente, de resistir a destruição de sua identidade. Tudo isso, reutilizando bens culturais que não são próprios, pois são disseminados por uma indústria especializada em obter lucro, é verdade, mas que não impede o reemprego.^{xl}

A década de 1990 consagra esta dupla caipira como produtora de músicas de alta qualidade sonora, consumidas por uma seleta platéia de classe média intelectualizada. Assim fixam sua imagem “humilde” ao lado de monstros sagrados da MPB como Fagner, Caetano Veloso, Djavan, dentre tantos outros. Tal é a importância dessa dupla que Marta Ulhôa afirma:

(...) A história da música sertaneja pode ser dividida em três fases. De 1929 até 1944, como música caipira ou música sertaneja Raíz; pós-guerra até os anos 60, numa fase de transição; e no final dos anos 60 até a atualidade, como música sertaneja romântica. Essa divisão aponta para o aparecimento dos estilos, mas não para sua extinção. Ainda se compõem canções em todos os estilos, e mesmo duplas que cantam música de temática moderna (como por exemplo, Chitaozinho e Xororó), mantém no seu repertório canções no estilo tradicional. Na música sertaneja raíz os cantadores interpretam principalmente moda-de-violão e toadas. Artistas representativos desta tendência, mesmo que gravando em época posterior, são Cornélio Pires, Tonico e Tinoco e Pena Branca e Xavantinho^{xii}.

O final do século XX trazem grande revés para a dupla, morre Xavantinho,^{xlii} e Pena Branca, sozinho, volta para Uberlândia, com graves problemas financeiros causados por disputas familiares e empresários. Retoma sua jornada apoiado por novos músicos tal como Tarcísio e sua Orquestra de Violeiros do Cerrado, Renato Teixeira, Inezita Barroso e tantos outros têm dado consistência a reconstrução de sua carreira solo. Músicos amigos participaram seus lucros de seus shows e seus novos discos, têm comparecido a programas de tv e rádio divulgando seu trabalho. Recomeçar num mercado tão competitivo não tem sido fácil, vale esperar.

* Profa Dra dos cursos de graduação e do programa de pós-graduação em História da UFU/ Coordenadora do Projeto de pesquisa intitulada As Toadas do Sertão: vida e obra da dupla caipira Pena Branca e Xavantinho. Aprovada pelo CNPq.

** Graduando em História – UFU, bolsista do Pibic/CNPq. Membro do Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular Som e Imagem – Populis/UFU.

ⁱ As Histórias de Uberlândia que permitem a compreensão da análise acima podem ser conferidos entre tantos em: Cf: SOARES, Beatriz R. *Uberlândia: da Cidade jardim ao Portal do Cerrado* – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro. São Paulo, Tese (Doutorado), FFLCH/USP, 1995; PACHECO, Fábio Piva. *Mídia e Poder: representações simbólicas do autoritarismo na política – Uberlândia 160/1990*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001; PETUBA, Rosângela Maria Silva. *Pelo direito à Cidade: Experiências e luta dos ocupantes de terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia (1990-2000)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade

Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001; MEDEIROS, Euclides Antunes de. *Trabalhadores e viveres: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia- 1970/2001*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: Trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia 1970/2000*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002; SILVA, Idari Alves da. *Construindo a Cidadania: Uma análise introdutória sobre o direito à diferença*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002; REIS, Maucia Vieira dos. *Entre viver e morar: experiências dos moradores de conjuntos habitacionais: Uberlândia – anos 1980/90*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003; BASTISTA, Sheille Soares de Freitas. *Buscando a cidade e construindo viveres: relação entre campo e cidade*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003; MIRANDA, Luciana Lilian. *“Adeus ao Jeca Tatu”: proprietários rurais em Uberlândia, MG, Vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003; DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos 1950/60*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003; SOAREZ, Bruno. *Admirável mundo novo do trabalho? Vivências de alunos-trabalhadores do SENAI / CETAL- FAM em Uberlândia/MG*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004; OLIVERIA, Eliane Dias de. *Cultura urbana e protesto social: o quebra-quebra de 1959 em Uberlândia-MG*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005; JUNIOR, Renato Jales. *Cidade e Cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no Bairro Bom Jesus. Uberlândia-MG, 1960-2000*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006; RIBEIRO, Raphael Alberto. *Almas enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ⁱⁱ DANTAS, Sandra Mara. *Entre o real e o ideal: a cidade que se tem e a cidade que se quer Uberlândia (1900-1950)*. **História e Perspectiva**. Uberlândia: Edufu, n° 25 e 26, jul./Dez. 2001 / Já./jul. 2002, p. 194.

ⁱⁱⁱ Sobre este período da História Cf: GOMES, Ângela de Castro. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991; TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5... a Fiesp e o desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1986; ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Consolidação, Reforma e Resistências: governo, empresário e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998; CARDOSO, Miriam Cimoneiro. **Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977; MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo: Brasiliense, 1981; BENEVIDES, Maria Victoria de Mespitas. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas**. São Paulo. Ed. Ática, 1992.

^{iv} OLIVEIRA, Rejane dos Reis. Brasília – Capital da esperança. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia: Edufu, n° 28/29, ano 14, 2001, p. 50.

^v MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectiva**. Uberlândia: EDUFU, n°4, jan/jun. 1991, p. 40

^{vi} MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura Popular e Desenvolvimentismo em MG: Caminhos Cruzados De Um Tempo**. 290f. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998. p. 154

^{vii} MACHADO, Maria Clara Tomaz. Raízes fundantes da cultura popular no sertão das gerais. **Revista ArtCultura**. Uberlândia: Edufu, n°4, 2002.

^{viii} Cf: SAMPAIO, Roberto C. **Migrações no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1990. GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica Brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997; ACCARINI, José H. **Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões sobre o caso brasileiro**. Petrópolis,

Vozes, 1987; MARIGHELLA, Carlos e outros. **A Questão Agrária no Brasil: textos dos anos Sessenta**. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

^{ix} SCHWARZ, Roberto. Fim de século. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais. São Paulo. p. 6-9, 4 dez. 1994. p 8.

^x MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectiva**. Uberlândia: EDUFU, nº4, jan./jun.1991, p.66.

^{xi} MACHADO, Maria Clara Tomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectiva**. Uberlândia: EDUFU, nº4, jan./jun.1991.ano 14, 2001. p 21. Sobre isso Cf também CASTRO, DORIAN ERICH. *Relicário das práticas mágicas no interior das Minas Gerais: transformações e persistências (Uberabinha/MG. 1963-1945)* 2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

^{xii} OLIVERIA, Júlio César de. **O último trago, a última estrofe** – Vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40,50 e 60.183f. 2000. Dissertação (Mestrado) - História. PUC / SP, São Paulo, 2000. p. 72

^{xiii} PINTO, Luziano Macedo. “Matinee”: o cotidiano em Uberlândia nos anos 40. **História e Perspectiva**, Uberlândia nº 14/15, jan./dez. 1996,p. 121.

^{xiv} Sobre a radiofonia no Brasil ver os importantes estudos de: Cf: DÂNGELO, Newton. **Vozes da Cidade: progresso, consumo e lazer ao som do rádio Uberlândia – 1939/1970**. 2001. 319f. Tese (Doutorado em História) - PUC/ SP, São Paulo,2001; GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; LENHARO, Alcir.**Cantores do Rádio**. Campinas: ed. Unicamp, 1995; MARTINS, Fábio. **Senhores ouvintes no ar A Cidade e o Rádio**. Belo Horizonte: Editora Arte, 1999.

^{xv} DÂNGELO, Newton. **Vozes da Cidade: progresso, consumo e lazer ao som do rádio Uberlândia – 1939/1970**. 2001. 319f. Tese (Doutorado em História) - PUC/ SP, São Paulo,2001. p.186

^{xvi} Ibidem, p 208.

^{xvii} OLIVERIA, Júlio César de. **O último trago, a última estrofe** – Vivências boêmias em Uberlândia nas décadas de 40,50 e 60.183f. 2000. Dissertação (Mestrado) - História. PUC / SP, São Paulo, 2000, p. 89.

^{xviii} PACHECO, Fábio Piva. Mídia e Poder: representações e símbolos do autoritarismo na política em Uberlândia (1960-1990) **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia: EDUFU, nº 30 – Ano 15, p. 30.

^{xix} MACHADO, Maria Clara Tomaz. UFU: a dinâmica de uma história. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues;WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; NETTO, Miguel Rodrigues de Souza. (Org.) **Fragmentos, imagens Memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2003. p. 30.

^{xx} A reforma foi feita no final da década de 1970.

^{xxi} ALVES, Luciano Carneiro. Palanque de papel: o Correio de Uberlândia e a construção do “Estádio Municipal Parque do Sabiá”.**História e Perspectiva**. Uberlândia: EDUFU, nº24, jan./jun., 2001, p.223 – 224.

^{xxii} SANTOS, Carlos Meneses Souza;CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Uberlândia nas Linhas do Enfrentamento: a democracia participativa nas páginas da imprensa. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia: EDUFU, nº 33 – Especial de 2005, p. 239.

^{xxiii} Controladas de forma burocrática e centralizadora.

^{xxiv} ALVARENGA, Nizia Maria. Movimento Popular, democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/1988.**História e Perspectiva**. Uberlândia: Gráfica UFU, nº 4, jan./jun. 1991p.107

^{xxv} Posteriormente ocorria em espaços amplos como no UTC e Praia Clube.

^{xxvi} Circulavam neste período jornal *Primeira Hora* e o *Triângulo*

^{xxvii} CONCERTO da Orquestra Sinfônica no II Festival de Música do Século XX. **Correio de Uberlândia**. Uberlândia, p.6, 26 abr. 1986.

^{xxviii} A mudança do nome do Teatro Vera Cruz para Grande Otelo ocorreu com o intuito de homenagear o artista Grande Otelo. Otelo foi ator, cantor e diretor de filmes de expressão nacional e internacional, é era oriundo da cidade de Uberlândia .

^{xxix} HOJE, Viva o Gordo.**Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p.3 ,17 jun. 1982.

^{xxx} Em 1926 criado o Distrito de Uberlândia cujo nome Martinópolis. Em 1943 foi mudado para o nome de Distrito de Martinésia. Principal atividade econômica é a agricultura.

-
- ^{xxx} CALDAS, Waldenyr. **O Que é Música Sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987; FILHO, Wolney Honório. **O Sertão nos Embalos da Música Rural (1930-1950)**. 1992.138f. Dissertação (Mestrado) – História, PUC/SP, São Paulo, 1992; MARTINS, José de Souza. **Música Sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados. Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975; NEPOMUCENO, Rosa. **Música Caipira**. São Paulo: Editora 34, 1999; CARVALHO, Marta de Ulhôa. **Música sertaneja em Uberlândia na Década de 1990**. **ArtCultura**. Uberlândia: Edufu, n° 9, jul./dez. 2004; BERNADELI, Maria Madalena. **Breve histórico da Música Caipira**. **Do Leitura**. São Paulo, 10(117) fevereiro, 2000; CALDAS, Waldenyr. *Acorde na Aurora: música sertaneja e indústria Cultural*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- ^{xxxii} CARMO, Luiz Carlos. **Sinuosas Vivências: Famílias Negras em Uberlândia (1945-1960)**. **História e Perspectiva**. Uberlândia: Edufu, n° 24, jan/jun. 2001, p. 171.
- ^{xxxiii} Depoimento dado ao Projeto Encantar, que no ano de 2007 lançará um documentário sobre a vida da dupla Pena Branca e Xavantinho.
- ^{xxxiv} DÂNGELO, Newton. **Vozes da Cidade: progresso, consumo e lazer ao som do rádio Uberlândia – 1939/1970**. 2001. 319f. Tese (Doutorado em História) - PUC/ SP, São Paulo, 2001, p.46.
- ^{xxxv} NEPOMUCENO, Rosa. **Pena Branca e Xavantinho: Vozes em Terças Namoram a MPB**. In: **Música Caipira**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 382.
- ^{xxxvi} *Ciúmes* (Caetano Veloso), Pena Branca e Xavantinho. Disco Sonoro, Velas, 1993.
- ^{xxxvii} *Luar do Sertão* (Catulo da Paixão Cearense), Pena Branca e Xavantinho. Disco Sonoro, Velas, 1995.
- ^{xxxviii} *Oração do camponês* (Xavantinho), Pena Branca e Xavantinho. **Pena Branca canta Xavantinho**. Disco Sonoro, Kuarup, 2002.
- ^{xxxix} *Triste Berrante* (Adalton Santos), Pena Branca e Xavantinho. **Violas e Canções**. Disco Sonoro, Velas, 1993.
- ^{xl} BRITO, Diogo de Souza; MACHADO, Maria Clara Tomaz;. **O guardador de saudade: Góia e a poética sertaneja do interior das Gerais**. In: COSTA, Cléria Botelho; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.) **História e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: Edufu, 2006, p 217
- ^{xli} CARVALHO, Marta de Ulhôa. **Música sertaneja em Uberlândia na Década de 1990**. **ArtCultura**. Uberlândia: Edufu, n° 9, jul./dez. 2004, p 60.
- ^{xlii} Xavantinho morreu no dia 8 de outubro de 1999 no Hospital Nipo-Brasileiro, em São Paulo de complicações respiratórias.

O Preventório Afrânio Azevedo

Roseli M. Tristão Maciel *

Resumo

O presente artigo faz parte de uma pesquisa que tem como proposta analisar a lepra sob o aspecto do isolamento dos filhos de seus pais leprosos no Brasil do século XX até o seu recrudescimento no governo Vargas, com a criação dos preventórios, na perspectiva da “lepra moderna”. O caso analisado é do Preventório Afrânio Azevedo, de Goiânia, pelo governador Pedro Ludovico Teixeira.

Abstract

This article is part of research not finished yet, that want to analyse the lepra under aspect of isolation of people affected by leprosy'sons in Brazil, at Vargas Government whith the criation of step-home. The studied case is the step-home “Afrânio Azevedo” in Goiania city built at the Pedro Ludovico Teixeira government.

A interferência do Estado no campo da saúde pública está associada à origem do Estado moderno e seu interesse pelas necessidades individuais e de serviços organizados, propostas pertinentes ao contexto brasileiro do século XX. Assim surge o Preventório Afrânio Azevedo em Goiânia, cidade construída na utopia modernista do progresso, edificada sobre parâmetros vários: políticos, econômicos, sociais, destacando-se um discurso higienista por parte de seu idealizador o médico Pedro L. Teixeira.

Os responsáveis pelo projeto arquitetônico da capital, Atílio Correia Lima e Armando Godoy projetaram uma cidade talhada nas fontes do urbanismo moderno, gestada nas idéias européias dos séculos XVIII e XIX - o Iluminismo e o Cientificismo - ideários de um modernismo internacional que dura até os dias atuais. A modernidade, segundo Berman, [...] talvez fosse mais uma peculiaridade cultural que uma necessidade imperiosa destinada de maneira imperiosa e inexorável à humanidade como um todo. Por que outras sociedades não poderiam buscar sínteses mais harmoniosas entre os meios de vida tradicionais e as potencialidades e necessidades modernas (Berman, 1996).

Pedro L. Teixeira teve o intuito de modernizar, uma sociedade ligada a uma estrutura política, econômica e social e de raízes aristocrática/escravocrata, fundiárias, conservadora que se mantinha no mecanismo do famoso pacto coronelístico.

A modernidade, conforme Berman, é um conjunto de experiências vitais que é compartilhada por todos em todo o mundo. Esta promete a ventura, poder, alegria,

* Professora mestre em História. UEG/Anápolis - Go

crescimento e transformação das coisas, mas ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos e o que somos... Ela nos despeja a todos num turbilhão de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústias. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse K. Marx: “tudo que é sólido desmancha no ar”.

Dentro de toda a proposta modernizadora de Pedro Ludovico, aqui destacamos a da progressiva intervenção do poder público, nas questões sociais, na prática médica brasileira, que se traduziu na ênfase dada à prevenção das enfermidades e na progressiva socialização da Medicina, resultante da convicção de que à adequada assistência médica é direito da pessoa humana.

Os profissionais de saúde e o Estado criaram os organismos oficiais para a implementação de ações de higiene e de saúde pública. No instituto Bacteriológico (atual Adolpho Lutz) dera-se início ao estudo das doenças que mais de perto afetavam as populações, dentre essas a lepra.

A lepra, e outras doenças contagiosas, no Brasil como em outros países da América-Latina e da Europa, até antes do final do século XIX, eram doenças relacionadas ao clima, as especificidades geográficas e físicas locais. No entanto, essas teorias foram substituídas por outras modernas explicações fundadas nos estudos da microbiologia. Das explicações miasmáticas e climáticas passaram-se para a definição de agentes causais específicos da lepra por germes e bactérias.

A partir século XX, assistimos ao surgimento de uma geração de médicos leprologistas. Heráclides César de Souza Araújo, foi um dos primeiros leprologistas do Instituto Oswaldo Cruz nos anos 1920.

O isolamento prescrito por médicos e sanitaristas foi um dos meios, adotados no Brasil, para conter o avanço e proliferação da lepra. Teve início a criação de instituições para o internamento e isolamento dos doentes, resultado da relação direta entre, Estado – Medicina. Pode-se dizer, que essas instituições eram, antes sucedâneos de cárceres do que hospitais ou lares substitutos para os pacientes.

A aceitação da sociedade em relação a todo esse processo deve ser analisada a partir do contexto de novos fundamentos e representações científicas construídos em torno do que foi denominada por “lepra moderna”. Outrossim, tais medidas, vinham de encontro

aos anseios e reivindicações da população urbana que exigia medidas urgentes, por parte das autoridades, em relação ao problema de proliferação dessa doença.

Sendo assim, em 1920 o governo federal criou a partir do Departamento de Saúde Pública, a Inspetoria de Profilaxia da Lepra, que tinha como atividade principal à divulgação sobre a real situação da lepra no país. Em 1921, com a Reforma Carlos Chagas, foi facultada a requisição de força policial para obrigar, aos suspeitos de portarem a doença, a realização do exame e, caso esta fosse diagnosticada, os doentes eram destinados ao isolamento compulsório. A Reforma também organizou as ações de serviços de higiene infantil, impostas de forma autoritária, que atingiram, diretamente, os filhos dos leprosos. Um decreto da Reforma determinava que os recém-nascidos de portadores da lepra, não deveriam deixar a maternidade antes de completar 15 dias de vida. (Decreto nº 15003/1921). Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Regulamento do Deptº Nacional de Saúde Pública. (Rodrigues, 1967).

Os direitos garantidos pelos preceitos liberais da Constituição ao cidadão, não beneficiavam aos leprosos. Os doentes não poderiam ser transferidos ou se transferir de um município ou de um Estado para outro, sem anuência prévia da autoridade sanitária do local onde se destinassem. O isolamento dos infectados pela lepra, e o de suas crianças, era pregado como um dogma. Uma preocupação e prática que excediam ao meramente técnico e, atravessava a instituição familiar, bem como, construía discursos que impunha uma nova modalidade de exclusão social, sob novas representações concernentes à lepra.

A “lepra moderna” envolveu problemas outros, quais sejam, a necessidade de se lançar novas luzes sobre o seu papel nas representações coletivas, historicamente construídas e presentes na sociedade brasileira. Neste sentido, isolar indivíduos doentes, embora de comportamentos não criminosos, era difundido como forma de defesa do *status quo*. Isto é facilmente percebido ao estudar-se os discursos que fundamentaram as medidas tomadas em relação aos leprosos. Estes foram aceitos, pelos fatos de ser a lepra, doença incurável à época e provocar deformações físicas, que ia contra os padrões de saúde, higiene e beleza, imposto socialmente. E por ser, a lepra, considerada doença transmissível e, em potencial, tendia a ser difundida para um número ponderável de pessoas o que constituía num desafio aberto à medicina e ao poder do Estado em relação à ordem social vigente.

É necessário destacar que a idéia da criação dos preventórios faz parte das propostas científicas e dos métodos de tratamento da “lepra moderna”, dentre os quais, o isolamento das crianças, nascidas de pais leprosos, para evitar-lhes, num curto espaço de tempo o contágio e, em longo prazo, colaborar com o extermínio da doença. Esta é uma prática original, é uma particularidade histórica no que se refere às profilaxias concernentes à lepra, ao longo dos séculos, já semelhante método, não aparece nos relatos sobre o tratamento da lepra, em períodos anteriores.

Os lares substitutos, preventórios no Brasil, foram ainda, resultado da implantação das colônias rurais destinadas ao internamento e isolamento dos leprosos. Essas colônias localizavam-se em regiões afastadas da rede urbana e para elas os doentes eram destinados compulsoriamente, conforme a já referida reforma de Carlos Chagas.

A idéia dos lares substitutos acabou tornando-se um contra senso, no contexto da sociedade moderna responsável pela “descoberta da infância” e a necessidade de amparo e proteção da mesma por parte do Estado. Isto porque as teorias, discursos, métodos e novas representações sobre a lepra, favoreceu os surgimento de mais um tipo, dentre os muitos já existentes à época, na categoria: criança desvalida.

O isolamento das crianças, de seus genitores, era fundamentado na mesma teoria que buscava a solução para o histórico problema do abandono de crianças no país. Assim, em 1924 foi criado o primeiro Juizado de Menores, pelo juiz José Cândido Albuquerque Mello Mattos, considerado na época o “apóstolo da infância abandonada”, autor também do Código de Menores de 1927, o “Código de Mello Mattos”. A preocupação era com, o “estado físico, moral e mental da criança. E ainda, com a situação social, moral e econômica dos pais” (Pereira, 1996), considerando novo enfoque com relação à pessoa de menor, sua repressão e exclusão do contexto social, o Código passou a defender sua proteção e socialização (Veronese, 1997).

Na década de 1930, teve início a construção dos preventórios, em diversos Estados do Brasil, para isolar os filhos de leprosos. O ministro da Educação e Saúde do governo de Vargas, Gustavo Capanema, determinou a construção, manutenção e administração dos preventórios. As verbas viriam da parceria entre órgãos públicos federais, estaduais, municipais e convênios com entidades particulares, principalmente da Federação das

Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, criado nos inícios do século XX.

A partir de 1937, com o advento do Estado Novo de Vargas, o poder federal aumentou sua intervenção no combate à lepra. A construção dos preventórios tornou-se prioridade a partir do decreto número 1. 473, de oito de março de 1937. No mesmo foi declarada, de utilidade pública, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a lepra (Gomes, 2000).

O discurso médico-científico, também foi responsável por criar terminologias apropriadas para a lepra e seus portadores. Na verdade, “novos rótulos”, ou mais especificamente, novas representações que substituíram os antigos termos estigmatizados, utilizados até aquele momento, para denominar os doentes e seu “habitat”, ou seja, os locais destinados ao isolamento. Os leprosos passaram a ser denominados como “pacientes”, “internos” ou “colonos”. Por isto, os leprosários modernos foram denominados “colônias - agrícolas” ou “sanatórios” e os locais destinados a abrigar os filhos dos leprosos tiveram o sugestivo nome de “preventórios” ou então “educandários”.

As mudanças de terminologias e as novas representações concernentes à lepra tinham dupla vantagem. Primeira, escondia os estigmas de denominações existentes desde os tempos bíblicos, quais sejam, “lazarentos”, “morféticos”, “lazaretos”, “vale dos leprosos”. Em outras palavras, substituíam termos pejorativos de cunho moral e religioso por uma terminologia científica inatacável. Em segundo lugar, camuflavam a extensão dos estigmas aos seus herdeiros biológicos e a violência à que eram submetidos, com ideologias que pretensamente, não feriam os preceitos dos valores humanos, impostos pela modernidade.

Contrariamente aos discursos ideológicos, na prática os métodos científicos de tratamento da lepra impuseram aos seus portadores e prole, abusos outros que iam além de medidas clínicas, os quais violavam direitos humanos nos âmbitos sociais e familiares, tais como proibição do casamento entre leprosos, de leprosos com não leprosos, proibição da amamentação da criança por parte de mãe leprosa, proibição de amas-de-leite amamentarem crianças nascidas de pai ou mãe leprosos.

É duvidoso que, fundamentado na moderna ciência médica, o Estado liberal, ao institucionalizar a prevenção da lepra através do isolamento compulsório das crianças

nascidas de leprosos, e a substituição de suas famílias, por “lares preventórios”, o *pátrio poder* pela “custódia” e as relações familiares e sociais pelo “tratamento” em nome da saúde tenha sido coerente com os seus preceitos de proteção à infância. Ao contrário, percebe-se facilmente tratar-se de uma relação autoritária, entre médico-paciente-Estado.

O decreto lei nº 6026/43 que modificou o Código de Menores, rezava que os menores desvalidos deveriam ficar sob a tutela de juizes e encaminhados para internatos, isto sem distingui-los em diferentes categorias do que vira ser, “menores desvalidos”, quais sejam, abandonados, infratores, carentes de medidas especiais de re-educação ou doentes. Os filhos dos leprosos, portanto, foram considerados, menores desvalidos, sem enquadrarem-se em nenhuma daquelas características. A este respeito, Sabóia Lima escreveu em seus relatórios, “[...] estudar e classificar os menores, fichá-los, opinar sobre a necessidade do tratamento médico em um preventório [...] sem que o juízo de menores esteja habilitado com recurso e aparelhamentos [...] é apenas estatísticas. [...] O menor não é amparado [...]” (Carvalho, 1977). Dentre as várias concepções médicas, a que sustentou esta postura foi à eugenia – a “ciência do bem nascer”.

O isolamento dessas crianças de pais leprosos, só pode ser compreendida no próprio contexto de aplicação da teoria eugênica e da justificativa que os higienistas buscaram nela. Uma vez que a eugenia foi, bem aceita em muitos países. No Brasil, foi adotada uma versão moderada da eugenia que confiava na educação e higiene como motores de reforma social.

A construção de preventórios, recebeu apoio de sociedades particulares ou beneficentes. A escolha do terreno, geralmente não causava polêmicas porque as colônias e preventórios eram sempre construídos em bairros periféricos ou em zona rural. Para as sociedades urbanas, a “lepra moderna”, possuía uma geografia específica. A perspectiva de isolamento das autoridades médicas e políticas da época, era a mesma dos lazaretos em tempos bíblicos. Em pleno século XX, inauguravam-se os hospitais-educandários, para isolar socialmente os descendentes dos leprosos, transferindo-lhes todo o estigma da lepra, muito embora, sob novas abordagens e representações vinculadas à ciência.

À medida que o governo Vargas, sistematizava a intervenção nos setores de assistência aos leprosos, como responsabilidade da União, a sua estrutura não disponibilizava recursos humanos para atuar nas colônias e nos preventórios. Para sanar este déficit foram feitos acordos com ordens religiosas.

Os preventórios possuíam estruturas similares às das colônias-leprosários. Era totalmente proibida a movimentação externa das crianças. Os preventórios eram construídos seguindo um mesmo padrão arquitetônico, em todos os Estados, com raras variações, de uma região para outra.

Dentre as novas representações e terminologia sobre a lepra, criadas pelo discurso científico, a questão do espaço físico não foi relegada. As terminologias, área “suja”, ou “doente” em oposição direta à área “limpa” ou “saudável”, foram incorporadas para referir-se às colônias ou aos preventórios, tais termos tornaram-se usuais, também, entre a população leiga. Os preventórios eram considerados área “limpa” ou “saudável”, já que os internos ali se encontravam com o objetivo de prevenção. Já as colônias eram consideradas “áreas doentes” ou “áreas sujas”.

O preventório Afrânio Azevedo foi construído na década de 40, em Goiânia, sua na periferia de Goiânia, na região Norte, onde é hoje o setor Urias Magalhães, na época, zona rural, limítrofe ao Setor Fama, fazendo divisa com o Cemitério Parque. O objetivo da instituição era abrigar as crianças filhas de leprosos internados na Colônia Santa Marta, esta localizada, por sua vez, na zona rural de outro município, Senador Canedo, o que distava de mais de trinta quilômetros do preventório.

No espaço do Educandário Afrânio Azevedo localizava-se o prédio, em construção de dois pisos, no estilo das Casas Grandes do período colonial brasileiro. Neste, ficava a administração e os quartos dos internos, dividido em uma ala para meninos e outra para meninas, o refeitório, a cozinha, ambulatório médico, enfermaria, salas de aula e salão de convivência. Os recém-nascidos ocupavam um espaço destinado a servir de berçário.

A residência para médicos, enfermeiros e outros funcionários eram agregadas ao prédio principal, esse detalhe sofria variações de um para outro Estado brasileiro, em Goiânia, as irmãs de caridade ocupavam o mesmo espaço dos internos. Havia pequenas casas geminadas e isoladas do prédio principal, nas quais moravam famílias de trabalhadores. Interessante mencionar que os filhos desses conviviam diretamente com as crianças internas, participando inclusive, das mesmas atividades.

Outros espaços eram construídos com a dupla finalidade de ser oficinas de aprendizagem e produção - corte e costura, bordados, crochê e tricô para as meninas; marcenaria e sapataria para os meninos; padaria, para ambos os sexos - para os internos. O

espaço externo era destinado a criação de hortifrutigranjeiro e gado que era abatido no próprio local. Havia também um pequeno espaço com brinquedos no jardim em frente a fachada principal do prédio, tipo *play ground*, quadra de esportes e campo de futebol. Essas instalações davam ao preventório um caráter contraditório e bucólico de microcidade rodeada de paisagem rural (Horta, 1944).

O regime de trabalho educativo era estabelecido de acordo com a idade e o sexo, em funções que iam desde babás de crianças menores, até pedreiros, açougueiros, etc. Estas atividades, não eram tidas como exploração de trabalho infantil por parte dos governos, dos médicos, educadores e religiosas que atuavam nas instituições. Para eles, era parte da proposta educativa dos preventório, ou seja, preparar a criança para ganhar a própria subsistência quando tivesse que deixar o educandário, até atingir os 18 anos. Essas crianças, muitas vezes nem sequer conheciam os seus pais. Eram-lhes vedadas às visitas, de parte a parte. Sofriam a segregação que conduziam suas vidas a uma profunda disciplina e exclusão social.

A educação formal e profissionalizante, subsidiada pelo Estado, não garantia inserção na sociedade quando deixavam o educandário. O estigma que acompanhava os pais atingia diretamente aos seus filhos, internos ou ex-internos, dos preventórios. A lepra, doença estigmatizada desde a Antiguidade, em seu contexto de doença “moderna”, manteve inalterados os estigmas. Neste aspecto a ciência não trouxe profundas mudanças no cotidiano dos indivíduos afetados pelo preconceito. Simultânea às medidas profiláticas adotadas, o isolamento compulsório, acompanhara o sofrimento do abandono, da perda dos filhos, de exclusão social e, com o agravo, de ver tudo isto estendido aos seus filhos.

Referências Bibliográficas

- BERMAN, Marshal. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das letras, 1996.
- CARVALHO, Francisco P. Bulhões. *Direito do Menor*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GOMES, Ângela de C.(org.) *Capanea: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2000.

HORTA, Anderson. “O Educandário Afrânio Azevedo”. *Revista Oeste*, vol.1, nº 12, Janeiro – 1944.

MARCÍLIO, Maria L. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

SCHWARTZMAN BOMENY, Helena e Costa. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/FGV, 2000.

VASCONCELOS, Maria da Penha (org.) *Memórias da saúde pública: a fotografia como testemunha*. São Paulo: HUCITE/ABRASC, 1995.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Interesses Difusos e Direitos da Criança e do Adolescente*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

CULTURA LETRADA E MEMÓRIAS POPULARES Laura Antunes Maciel*

Resumo: Nesta comunicação reflito sobre as tensões presentes no processo de difusão da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro, discuto as razões da invisibilidade das ações populares neste processo para reconhecer os sinais da presença pública da memória popular na dinâmica social da conjuntura pesquisada.

Résumé: Dans cette communication je propose une réflexion a propos des tensions présents dans le processus de diffusion de la culture lettrée de la ville de Rio de Janeiro, je mets em discussion les raisons de la invisibilité des actions populaires dans ce processus, pour pouvoir reconnaître les signaux de la présence publique de la mémoire populaire dans la dynamique sociale de la conjuncture recherchée.

Palavras-chave: cultura letrada, memória, popular; culture lettrée, mémoire, populaire.

Entre as razões ou dificuldades apontadas por historiadores para “ouvir o discurso dos sem voz”, da gente “normal”, “simples” e “despolitizada”, destaca-se o fato de que o povo brasileiro é “pouco afeito ao mundo letrado” e, por essa razão, em seu cotidiano quase nunca produz registros ou testemunhos de suas experiências históricas.¹ Poderia-se supor que contornado o problema da ausência de registros, os limites e entraves à produção do conhecimento histórico sobre as experiências e ações populares estariam superados. No entanto, apesar da incorporação pelos historiadores de outras fontes e linguagens ter alterado, em parte, os critérios de fidedignidade e veracidade da escrita, ela não foi acompanhada pela “quebra do monopólio da fabricação de versões socialmente verossímeis” e legitimadas pela memória institucionalizada.

Este texto reúne preocupações e caminhos percorridos em pesquisas que venho desenvolvendo sobre a cidade do Rio de Janeiro buscando outras possibilidades “de reflexão sobre o processo de difusão da cultura letrada”² na cidade do Rio de Janeiro, procurando reconhecer a presença pública da memória popular – como falas alternativas e dissidentes – na dinâmica social da conjuntura pesquisada e, ao mesmo tempo, sistematiza alguns pontos para reflexão. As evidências já articuladas até o momento permitem observar a ampliação dos

* Doutora em História Social (PUC/SP, 1997), professora da Universidade Federal Fluminense – UFF.

¹ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 26-27.

² CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, Educ/Fapesp/Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000, p. 17.

circuitos de comunicação social no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX e articulações entre a renovação dos grupos produtores de materiais impressos (autores, editores, diretores, jornalistas) e a constituição de novos espaços de acesso e difusão da cultura letrada (livrarias, bibliotecas, redações, associações, escolas) além de indicar a diversificação na natureza dos textos editados (brochuras, folhetos, manuais, periódicos) evidenciando transformações sociais significativas na constituição de novos públicos leitores na cidade.

Sinalizo desde já que a abordagem desenvolvida na pesquisa não se situa na perspectiva de uma ‘história do livro’ (reconstituindo as práticas de edição e distribuição de impressos) e nem da ‘história da leitura’ (para fazer genealogias das práticas e modos de ler, inventariando como se lia no passado, quais os objetos lidos, ou construindo tipologias de leituras populares). Proponho, ao contrário, buscar pistas materiais da existência de disputas e tensões num campo até então tido como domínio de uma elite culta para perceber os efeitos causados pela produção e divulgação massiva de idéias, intenções e projetos populares por meio de escritos impressos na sociedade carioca. É preciso também esclarecer o modo como o popular é entendido aqui não como aquilo que é feito para consumo dos pobres, nem apenas os impressos vendidos a preços módicos, mas aquelas iniciativas que trazem marcas de intenções de classe, de interesses alternativos ao do poder.

Estamos evidenciando múltiplos espaços onde a população menos letrada podia ter acesso a livros, jornais e revistas, indicando possíveis articulações entre seus idealizadores, consumidores e freqüentadores. Desde algum tempo a historiografia atentou para o movimento de criação de associações e sociedades ‘filantrópicas’ constituídas na Corte, a partir de meados do século XIX, com o objetivo declarado de “distribuir o ensino às classes menos favorecidas da fortuna” favorecendo a educação de escravos, libertos e de homens livres, mas esses estudos em sua grande maioria ainda estão presos à identificação dos idealizadores e à reconstituição dos propósitos dessas iniciativas, sem avançar para o entendimento da construção social de novos significados em torno da educação naquela sociedade.

Um outro olhar para essas iniciativas permite observar diferenças significativas entre os vários esforços para ‘educar o povo’ que se expressam não apenas em seus nomes – como as sociedades Amante da Instrução e Promotora da Instrução, as Sociedades Propagadoras das Belas Artes, os diversos institutos profissionais e o Liceu de Artes e Ofícios –, por exemplo, como em seus objetivos e estratégias de ações distintas – oferta de donativos e contribuições, fundação e

manutenção de escolas e bibliotecas, abertura de cursos diurnos e noturnos, programas, métodos e disciplinas implementados, instituição de prêmios, auxílios e exposições pedagógicas, realização de conferências populares –, apesar de todas se destinarem à instrução das ‘classes pobres’ e ‘proletária’. É possível também entrever a existência de uma pluralidade de intenções e concepções no interior dessas sociedades criadas e mantidas com uma composição social diversificada reunindo desde professores, senhoras de sociedade, intelectuais, fazendeiros, industriais e homens públicos graduados, nem sempre coerentes em termos de suas razões e motivações em prol da educação do povo brasileiro. Mesmo entre os benfeitores envolvidos com a fundação e manutenção de escolas para os trabalhadores há aqueles que o fazem visando melhorar a mão de obra para as fábricas e oficinas e outros que investiam na educação das massas preocupados com a melhoria intelectual e moral do ‘povo brasileiro’. Apesar das diferenças, há em comum nesses projetos de educação dirigidos ao povo o fato deles se moldarem em torno de valores e da ideologia dos grupos proprietários e de sua difusão para os trabalhadores que ali estudam.

Acima de tudo, um novo olhar sobre estas práticas permite renovar a compreensão sobre a reelaboração das relações entre poder e cultura expressas nos intensos debates mantidos nas colunas dos jornais diários, e também nos mantidos pelas organizações de trabalhadores, além das tribunas parlamentares. Uma nova interpretação dos significados políticos da educação popular e dos embates em torno dessas iniciativas pode nos ajudar a entender diferentes demandas por educação, as disputas em torno das propostas e projetos de reforma da instrução e a diferença de perspectivas que orientava essas propostas. Não é possível minimizar os significados políticos de algumas das iniciativas dirigidas ao popular – criação de bibliotecas, edição de livros, ampliação da instrução pública – enquanto estratégias pedagógicas moralizantes que buscavam reformar a linguagem, as condutas, os modos de viver, enfim, a cultura do povo.

Mas é preciso reconhecer no entanto, a existência de outros movimentos e demandas em torno da educação que afirme a intensa participação de indivíduos, grupos e organizações populares em congressos, associações, campanhas e movimentos para expansão do ensino e formulação de projetos educacionais populares. Recuperando falas alternativas naquele momento e menos preservadas nos arquivos ou privilegiadas nas pesquisas históricas em geral, estamos tentando rastrear os diferentes projetos que se relacionam com propostas de educação, criação de bibliotecas e surgimento de escolas por iniciativa de associações de trabalhadores. É o caso, por

exemplo, da *Associação Gráfica do Rio de Janeiro* formada por trabalhadores tipógrafos que mantinha jornal e biblioteca, realizava exames admissionais, com a exigência de exame de leitura, análise gramatical, conhecimento de aritmética e desenho. Além disso, a Associação tinha planos de instituir uma escola profissional para os gráficos e seus filhos, visando iniciá-los na profissão, ampliar sua formação intelectual e difundir o aprendizado das técnicas do trabalho tipográfico.

Esse é o caso, também, dos jornais mantidos por trabalhadores tipógrafos no Rio de Janeiro constituídos a partir de meados do século XIX como o *Jornal dos Tipógrafos* (1858), *O Tipográfico* (1867), *O Gutemberg* (1881), a *Revista Tipográfica* (1888), *Brasil Tipográfico* (1898), além de outros criados já no início do século XX quando a tensão entre tipógrafos e linotipistas crescia no interior das oficinas – *Emancipação* (1902), *O Composedor* (1909) e *O Gráfico* (1916). Em geral, a imprensa operária ou outros textos produzidos por trabalhadores e destinados a eles próprios têm sido lidos apenas como um “esforço de coesão de classe”³, privilegiando o caráter de defesa ou resistência expresso nesses materiais, além de enfatizar suas estratégias para a formação política da classe. Mas é possível ler os jornais, revistas, e outros materiais impressos produzidos por grupos específicos de trabalhadores urbanos letrados – como carteiros, telegrafistas, gráficos, funcionários de estradas de ferro e do corpo de bombeiros, compositores e músicos populares, guarda-livros, tipógrafos –, como um instrumento para fazerem-se ouvir na cidade, afirmar um lugar nela, debater seus problemas e encaminhar soluções. Para não separar a produção dos periódicos da existência concreta dos trabalhadores responsáveis pela sua edição na cidade do Rio de Janeiro, o levantamento está sendo realizado por categoria profissional para perceber o significado dos mesmos para o grupo que os mantinha, para além da difusão de informações como reuniões ou reivindicações em relação a salários ou condições de trabalho, numa conjuntura em que o letramento era uma forma de exclusão dos trabalhadores da vida social e política.

Estamos diante de diferentes projetos de educação, de diferentes perspectivas em relação à produção do conhecimento e aos significados da educação na vida do povo. Nada que lembre, no entanto, a imagem elaborada por José Murilo de que o Brasil era uma “ilha de letrados num mar

³ BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. Leituras de operárias. Petrópolis, Vozes, 2000, 10ª. Edição, p. 174.

de analfabetos”.⁴ Com essa compreensão é que podemos falar em memória popular como experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população, com fortes referências de grupo mas com um fraco nexo com a História instituída, para pensarmos como ela pode ser incorporada como produtora de outras histórias e materialidades.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. “Unificação da elite: uma ilha de letrados”. In: *A construção da ordem*. Brasília, Ed. da UnB, 1981, p. 51.

Cultura letrada e memórias populares Laura Antunes Maciel*

Resumo: Nesta comunicação reflito sobre as tensões presentes no processo de difusão da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro, discuto as razões da invisibilidade das ações populares neste processo para reconhecer os sinais da presença pública da memória popular na dinâmica social da conjuntura pesquisada.

Résumé: Dans cette communication je propose une réflexion a propos des tensions présents dans le processus de diffusion de la culture lettrée de la ville de Rio de Janeiro, je mets em discussion les raisons de la invisibilité des actions populaires dans ce processus, pour pouvoir reconnaître les signaux de la présence publique de la mémoire populaire dans la dynamique sociale de la conjuncture recherchée.

Palavras-chave: cultura letrada, memória, popular; culture lettrée, mémoire, populaire.

Entre as razões ou dificuldades apontadas por historiadores para “ouvir o discurso dos sem voz”, da gente “normal”, “simples” e “despolitizada”, destaca-se o fato de que o povo brasileiro é “pouco afeito ao mundo letrado” e, por essa razão, em seu cotidiano quase nunca produz registros ou testemunhos de suas experiências históricas. (SILVA, 1988: 26-27). Poderia-se supor que contornado o problema da ausência de registros, os limites e entraves à produção do conhecimento histórico sobre as experiências e ações populares estariam superados. No entanto, apesar da incorporação pelos historiadores de outras fontes e linguagens ter alterado, em parte, os critérios de fidedignidade e veracidade da escrita, ela não foi acompanhada pela “quebra do monopólio da fabricação de versões socialmente verossímeis” e legitimadas pela memória institucionalizada. (LOUZADA, 1992:15)

Estas são algumas questões que pretendo levantar neste texto a partir de pesquisas que venho desenvolvendo em busca de outras possibilidades “de reflexão sobre o processo de difusão da cultura letrada” na cidade do Rio de Janeiro, procurando reconhecer a presença pública da memória popular – como falas alternativas e dissidentes – na dinâmica social da conjuntura pesquisada. (CRUZ, 2000: 17 e Popular Memory Group, 2004: 295)

As evidências já articuladas até o momento permitem observar a ampliação dos circuitos de comunicação social no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX e articulações entre a renovação dos grupos produtores de materiais impressos (autores, editores, diretores,

* Doutora em História Social (PUC/SP, 1997), professora da Universidade Federal Fluminense – UFF, CNPq.

jornalistas) e a constituição de novos espaços de acesso e difusão da cultura letrada (livrarias, bibliotecas, redações, associações, escolas), além de indicar a diversificação na natureza dos textos editados (brochuras, folhetos, manuais, periódicos) evidenciando transformações sociais significativas na constituição de novos públicos leitores na cidade. (MACIEL, 2006:295-301)

Sinalizo desde já que a abordagem desenvolvida na pesquisa não se situa na perspectiva de uma ‘história do livro’ (reconstituindo as práticas de edição e distribuição de impressos) e nem da ‘história da leitura’ (para fazer genealogias das práticas e modos de ler, inventariando como se lia no passado, quais os objetos lidos, ou construindo tipologias de leituras populares). Proponho, ao contrário, buscar pistas materiais da existência de disputas e tensões num campo até então tido como domínio de uma elite culta para problematizar os efeitos causados pela produção e divulgação massiva de idéias, intenções e projetos populares por meio de escritos impressos na sociedade carioca. É preciso também esclarecer o modo como o popular é entendido aqui não como aquilo que é feito para consumo de trabalhadores ou dos pobres, nem daqueles impressos vendidos a preços módicos ou, ainda, daquelas iniciativas que trazem marcas de intenções de classe, mas de reconstituir experiências que tenham se constituído como espaços alternativos ao poder.

Com essa intenção, estamos evidenciando múltiplos espaços onde a população menos letrada podia ter acesso a livros, jornais e revistas, indicando possíveis articulações entre seus idealizadores, consumidores e freqüentadores. Desde algum tempo a historiografia atentou para o movimento de criação de associações e sociedades ‘filantrópicas’ constituídas na Corte, a partir de meados do século XIX, com o objetivo declarado de “distribuir o ensino às classes menos favorecidas da fortuna” favorecendo a educação de escravos, libertos e de homens livres, mas esses estudos em sua grande maioria ainda estão presos à identificação dos idealizadores e à reconstituição dos propósitos dessas iniciativas, sem avançar para o entendimento da construção social de novos significados em torno da educação naquela sociedade.

Um outro olhar para essas iniciativas permite observar diferenças significativas entre os vários esforços para ‘educar o povo’ que se expressam não apenas em seus nomes – como as diversas Sociedades *Amante da Instrução* e *Promotora da Instrução*, as *Sociedades Propagadoras das Belas Artes*, os diversos institutos profissionais e o *Liceu de Artes e Ofícios* –, por exemplo, como em seus objetivos e estratégias de ações distintas – oferta de donativos e contribuições, fundação e manutenção de escolas e bibliotecas, abertura de cursos diurnos e

noturnos, programas, métodos e disciplinas implementados, instituição de prêmios, auxílios e exposições pedagógicas, realização de conferências populares –, apesar de todas se destinarem à instrução das ‘classes pobres’ e ‘proletária’.

É possível também entrever a existência de uma pluralidade de intenções e concepções no interior dessas sociedades criadas e mantidas com uma composição social diversificada reunindo desde professores, senhoras de sociedade, intelectuais, fazendeiros, industriais e homens públicos, nem sempre coerentes em termos de suas razões e motivações em prol da educação dos pobres e trabalhadores. Mesmo entre os benfeitores envolvidos com a fundação e manutenção de escolas para os trabalhadores há aqueles que o fazem visando formar a mão de obra para as fábricas e oficinas e outros que investiam na educação das massas preocupados com a melhoria intelectual e moral do ‘povo brasileiro’. Apesar das diferenças, há em comum nesses projetos de educação dirigidos ao povo o fato deles se moldarem em torno de valores e da ideologia dos grupos proprietários e de sua difusão para os trabalhadores que ali estudam.

Acima de tudo, um novo olhar sobre estas práticas permite renovar a compreensão sobre a reelaboração das relações entre poder e cultura expressa nos intensos debates mantidos por meio das colunas dos jornais diários, e também nos periódicos editados pelas organizações de trabalhadores, além das tribunas parlamentares. Uma nova interpretação sobre os significados políticos da educação popular e dos embates em torno dessas iniciativas pode nos ajudar a perceber a existência de diferentes demandas por educação, as disputas em torno das propostas e projetos de reforma da instrução e a diversidade de perspectivas que orientava essas propostas. Não é possível minimizar os significados políticos de algumas das iniciativas dirigidas ao popular – criação de bibliotecas, edição de livros, ampliação da instrução pública – enquanto estratégias pedagógicas moralizantes que buscavam reformar a linguagem, as condutas, os modos de viver, enfim, a cultura do povo.

Mas é preciso reconhecer também, a existência de outros movimentos e demandas em torno da educação que afirme a intensa participação de indivíduos, grupos e organizações populares em congressos, associações, campanhas e movimentos para expansão do ensino e formulação de projetos educacionais populares. Recuperando falas alternativas naquele momento e menos preservadas nos arquivos ou privilegiadas nas pesquisas históricas em geral, estamos tentando rastrear os diferentes projetos que se relacionam com propostas de educação, criação de bibliotecas e surgimento de escolas por iniciativa de associações de trabalhadores. É o caso, por

exemplo, da *Associação Gráfica do Rio de Janeiro* formada por trabalhadores tipógrafos que mantinha jornal e biblioteca, realizava exames admissionais, com a exigência de exame de leitura, análise gramatical, conhecimento de aritmética e desenho. Além disso, a Associação tinha planos de instituir uma escola profissional para os gráficos e seus filhos, visando iniciá-los na profissão, ampliar sua formação intelectual e difundir o aprendizado das técnicas do trabalho tipográfico.

Esse é o caso, também, dos jornais constituídos e mantidos por trabalhadores tipógrafos no Rio de Janeiro, a partir de meados do século XIX, como o *Jornal dos Tipógrafos* (1858), *O Tippográfico* (1867), *O Gutemberg* (1881), a *Revista Tipográfica* (1888), *Brasil Tipográfico* (1898), além de outros criados já no início do século XX quando a tensão entre tipógrafos e linotipistas crescia no interior das oficinas – *Emancipação* (1902), *O Composedor* (1909) e *O Gráfico* (1916). Em geral, a imprensa e demais textos produzidos por trabalhadores e destinados a eles próprios têm sido lidos apenas como um “esforço de coesão de classe”, privilegiando o caráter de defesa ou resistência expresso nesses materiais, além de enfatizar suas estratégias para a formação política da classe. (BOSI, 2000: 174) Mas, em uma sociedade e conjuntura em que o letramento era uma forma de exclusão dos trabalhadores da vida social e política não deixa de ser significativo o empenho de diferentes categoriais profissionais em imiscuir-se nesses espaços letrados, dominar seus códigos e afirmar-se publicamente por meio da edição de periódicos.

Para não separar a produção dos periódicos da existência concreta dos trabalhadores responsáveis por sua publicação, estamos arrolando os títulos por categoria profissional tentando articular os significados do fazer e editar jornais para cada grupo, problematizando a imprensa para além de um canal de difusão de informações sobre reuniões ou reivindicações em relação a salários ou condições de trabalho. Tomando como referência o caso dos trabalhadores tipógrafos, por exemplo, a preocupação é não descolar os significados da produção de jornais e a implementação de escolas – com aulas de ortografia, línguas, história, geografia, filosofia – de um projeto mais amplo de luta pela sobrevivência dessa categoria profissional durante o processo de introdução dos linotipos.

Mas é possível ler os jornais, revistas, e outros materiais impressos produzidos por grupos específicos de trabalhadores urbanos letrados – como carteiros, telegrafistas, tipógrafos e gráficos, empregados de estradas de ferro, hotéis ou do corpo de bombeiros, metalúrgicos, compositores e músicos populares, guarda-livros, entre outros –, como um instrumento para

fazerem-se ouvir na cidade, debater problemas e necessidades, reivindicar soluções e, também, afirmar um lugar na cidade. Com esse olhar mais abrangente pudemos reconhecer a diversidade de lugares sociais e geográficos nos quais a cultura letrada se expandia no Rio de Janeiro, incluindo as inúmeras iniciativas que floresceram nos subúrbios cariocas – como a *Tribuna Suburbana*, diário produzido a partir de 1910, a *Gazeta Suburbana*, a *Revista Suburbana*, *O Echo Suburbano*, o *Comercio Suburbano*, *O suburbano e O Subúrbio* (1908) –, fundados e mantidos por advogados, jornalistas e outros trabalhadores moradores em bairros como o Méier, Madureira, Cascadura, entre outros.

Funcionando em fundos de padarias, lojas ou tipografias, utilizando equipamentos de impressão descartados ou em processo de substituição pelos grandes periódicos instalados no centro da cidade, os chamados jornais de bairro dedicavam-se à defesa do “*desenvolvimento material e intelectual da zona suburbana*” mas seus editores estavam dispostos, também, a cobrar serviços, denunciar irregularidades e reivindicar direitos para parcelas significativas dos moradores da cidade. Para muitos deles, a edição de jornais significou a constituição de uma tribuna de onde fosse possível exercer “*o direito de dizer as cousas como as cousas são*” nas palavras dos redatores do *Jornal Suburbano*, semanário editado em Madureira, em seu primeiro número de 28 de junho de 1911. A leitura desses jornais não indica que estivessem de forma alguma afastados do debate público e das redes de comunicação social em processo de massificação na cidade, naquele momento.

Estamos diante de diferentes projetos de imprensa, de múltiplas perspectivas na produção do conhecimento e dos significados da educação na vida do povo. Nada que lembre, no entanto, a imagem de que o Brasil era uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”. (CARVALHO, 1981: 51) Retomando as questões apresentadas no início deste texto, parece-me evidente que a reunião de inúmeros materiais impressos que testemunhem a experiência social dos populares na cidade não basta para legitimar as memórias que elas preservam. Com essa compreensão é que falo da existência de uma memória popular como experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população, com fortes referências de grupo mas com um fraco nexos com a História instituída, buscando afirmá-la como produtora de outras materialidades e histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. Leituras de operárias. 10ª. Edição, Petrópolis, Vozes, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. “Unificação da elite: uma ilha de letrados”. In: *A construção da ordem*. Brasília, Ed. da UnB, 1981.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, Educ/Fapesp/Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

LOUZADA, Nilson Moulin. “Diferentes suportes para a memória”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira, (Org.). *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.

MACIEL, Laura Antunes. “De ‘o povo não sabe ler’ a uma história dos trabalhadores da palavra”. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo, Olho d’Água, 2006.

Popular Memory Group. “Memória popular: teoria, política, método”. Traduzido por Helen Hedges e Yara A. Khoury, em FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun.(Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d’Água, 2004.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

NEOLIBERALISMO E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL

David Maciel*

1- Introdução.

A implantação da hegemonia neoliberal no Brasil, ao longo dos anos 90, exigiu não só a ascensão ao governo de uma orientação política afinada com os princípios doutrinários do livre-mercado e do antiestatismo, princípios ligados aos interesses do grande capital estrangeiro e nacional, particularmente o de caráter financeiro, mas a realização de uma série de reformas institucionais, muitas delas de caráter constitucional, que redefiniram a ossatura do aparelho de Estado, reforçando seu caráter autocrático-burguês.

Tais reformas foram criadas com a finalidade de conter “qualquer componente democrática de controle do movimento do capital” (NETTO, 1993: 81). Ou seja, favorecer a mobilidade do capital diante do Estado e de toda e qualquer forma de controle mediada pela esfera de representação política e não pelo mercado. Deste modo, o processo de privatização do aparelho de Estado e de mercantilização dos serviços públicos foi avassalador e agressivo, não só submetendo à lógica do mercado bens essenciais à reprodução da vida, como transferindo para o controle do capital privado a propriedade da maior parte do setor produtivo estatal e a regulação de setores fundamentais da economia, bem como reduzindo drasticamente ou precarizando o serviço público. As principais medidas adotadas de acordo com esta perspectiva foram o programa de privatização das empresas estatais; a criação das agências reguladoras em setores econômicos estratégicos; a Lei de Responsabilidade Fiscal; as diversas reformas da previdência social; a autonomia prática do Banco Central na definição da política monetária e da política de juros e a redução e/ou eliminação dos aparatos estatais voltados para a fiscalização e regulação do mercado.

Tais medidas, de caráter estrutural, pois estão inscritas no arcabouço jurídico que conforma o aparelho de Estado e independem da orientação econômica predominante no governo, condicionam negativamente a adoção de qualquer política econômica alternativa, de caráter antineoliberal, que, de uma forma ou de outra, buscam reforçar a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e social e a distribuição de renda e poder. Mais ainda, tais medidas impõem constrangimentos estruturais de ordem política e jurídica que se inscrevem na materialidade do Estado, imunizando em relação aos mecanismos democráticos todo um elenco de decisões importantes, que são submetidas a processos de tipo privado e neocorporativista baseados nas relações diretas entre capital e Estado. Tais procedimentos esvaziam o poder decisório dos mecanismos e instâncias democráticas, baseados no sistema de representação política mediado pelos partidos, no processo eleitoral, no equilíbrio entre os

poderes, no caráter público e meritocrático da função burocrática, no princípio universalista da igualdade jurídico-política e na própria noção de direitos sociais. Ao contrário, fortalecem-se processos decisórios de caráter autoritário e oligárquico, onde prevalecem vínculos baseados no corporativismo, no privatismo ou até mesmo em relações pessoais. Deste modo, a forma democrática do Estado assume muito mais a função de “carapaça” legitimadora de um sistema político fundamentalmente autocrático-burguês.

2- As reformas neoliberais.

A primeira e mais importante das reformas mencionadas foi a privatização da maior parte dos setores produtivo, de infra-estrutura, de serviços e financeiro estatais. Desde as empresas dos setores de siderurgia, de mineração, de distribuição de gás, de extração e refino de petróleo, de petroquímica e aeronáutica, até os setores de transporte urbano, portos e estradas, energia elétrica, telefonia, passando pela maioria dos bancos estaduais, todas elas foram adquiridas pelo grande capital monopolista, particularmente o de origem externa (BIONDI, 1999; PETRAS e VELTMEYER, 2001). Esta situação anulou a anterior capacidade do Estado de conduzir a economia em certo sentido por meio da ação e da presença de suas empresas em setores estratégicos, com influência direta e indireta em todos os setores econômicos. Também impediu que o Estado promovesse políticas de socialização de bens e serviços essenciais, que em muitos casos, foram implantados e expandidos independentemente de sua viabilidade mercantil, como nos casos da energia elétrica e da telefonia. Além disso, alterou drasticamente o peso econômico dos diversos segmentos do grande capital, favorecendo francamente o capital externo, em detrimento do capital estatal.

Com as privatizações foram criadas as agências reguladoras, que tiraram do governo, em geral, e dos respectivos ministérios, em particular, o poder de regulação direta sobre estes setores. As principais agências reguladoras foram criadas nos anos de 1996 e 1997 e atuam nos setores estratégicos do petróleo (ANP), da energia elétrica (ANEEL) e da telefonia (ANATEL). Mais tarde foram criadas também agências reguladoras no setor da saúde complementar (ANS), da vigilância sanitária (ANVS), dos recursos hídricos (ANA), etc. Tais agências surgem com grande autonomia diante do Estado e da burocracia, apesar de terem funções públicas, seu estatuto permite-lhes grande margem de autonomia diante do poder público, como autarquias especiais, com independência administrativa, autonomia financeira, não-subordinação hierárquica aos ministérios, mandato fixo e estabilidade dos seus dirigentes, para que estes fiquem imunes às “pressões políticas”. Além disso, os demais funcionários podem ser recrutados de acordo com critérios de mercado e não conforme o estatuto do servidor público, criando uma verdadeira “burocracia paralela”, imune aos limites

impostos à ação da administração direta pelas próprias reformas institucionais (privatizações e Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo). Suas funções vão desde a fiscalização dos serviços prestados e planejamento ou ordenamento do setor até a definição do valor das tarifas e encargos cobrados dos consumidores (BOSCHI e LIMA, 2002, p. 155- 252).

A autonomia formalmente constituída diante do Estado, mesmo considerando-a de modo relativo devido às inúmeras formas e mecanismos de pressão exercidas pelo poder Executivo, não se verifica diante das empresas, pois, na verdade, tais agências funcionam como uma instância neocorporativa, paralela às formas corporativas tradicionais de representação burocrática do capital frente ao Estado (sindicatos e associações empresariais), pois elimina o monopólio de representação submetendo-o à lógica da competição entre as empresas e se configura como espaço legislativo sem o “filtro” da representação política. Além disso, como instância neocorporativa as agências assumem funções públicas, cuja legitimidade é derivada de uma pretensa “competência técnica”, definida pela lógica empresarial e por meio da qual os interesses particulares das empresas são viabilizados como função pública, especialmente através de lobbies e “assessorias técnicas”. A representatividade do governo e dos ministérios nestas agências é bastante mediada, sendo viabilizada muito mais por pressões “externas” do que por subordinação hierárquica, dando-lhes grande autonomia diante da orientação política dominante, seja ela qual for. Em relação aos poderes Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Judiciário sua autonomia é ainda maior, particularmente nas questões de fiscalização e normatização, cabendo, basicamente, ao primeiro o papel de legitimação e legalização das medidas de interesse das agências e ao último o papel de arbitragem nos conflitos com os consumidores. Nos órgãos consultivos e deliberativos das agências, as empresas fazem valer seus argumentos e interesses, pautando sua política para o setor em questão. A participação dos consumidores e usuários é pequena, quando existente (BOSCHI e LIMA, 2002, p. 155- 252). Sendo assim, setores estratégicos da economia ficam imunes à qualquer perspectiva democrática, numa verdadeira privatização do aparelho de Estado e de suas funções públicas.

A terceira grande mudança estrutural do período foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de maio de 2000), que engessa a política de gastos dos governos das três esferas (federal, estadual e municipal) e privilegia o pagamento das dívidas com o sistema financeiro. Esta lei foi implementada no bojo dos acordos com o FMI após o colapso do Plano Real, no início de 1999, e sobreviveu a eles, inscrevendo-se na própria institucionalidade vigente (REPORTAGEM, 2005). Em primeiro lugar, as dívidas contraídas não podem mais ser roladas por meio de precatórios e outras

formas, devendo ser obrigatoriamente pagas no prazo combinado com os credores. Em segundo lugar, as despesas com pessoal ficam limitadas a 50% do Orçamento da União e 60% dos orçamentos de estados e municípios. Em terceiro lugar, os aumentos salariais ou dos benefícios previdenciários para o funcionalismo público só podem ocorrer mediante crescimento da receita ou corte equivalente nas despesas, sendo terminantemente proibidos nos seis meses anteriores à posse do novo governo. Por fim, os governantes não podem iniciar obras sem terminá-las em seu próprio mandato, inviabilizando investimentos de longo prazo (VEJA, 2000).

Estas medidas engessam os gastos com o pagamento do funcionalismo público, forçando os governos a reduzirem o número de servidores ou a arrocharem os seus salários, desaparelhando o Estado para cumprir suas funções de fiscalização, regulação, atendimento ao público, etc. Além disso, tornam as políticas sociais e de investimentos dos respectivos governos reféns do aumento da arrecadação. Por fim, tratam os gastos do Estado em infraestrutura, saneamento básico, escolas, hospitais, entre outros, muitas vezes cruciais para a alavancagem do desenvolvimento econômico e de impacto duradouro, como despesa e não como investimento, diminuindo drasticamente a capacidade estatal de financiamento, de investimento e de planejamento de médio e longo prazo. Além disso, os serviços sociais públicos são necessariamente precarizados e/ou diminuídos, deixando o campo aberto para a penetração da iniciativa privada nestes setores. Os gastos do Estado tornam-se base para a valorização do capital financeiro, particularmente de caráter fictício, pois passam a priorizar o pagamento rigoroso dos títulos emitidos, impedindo qualquer medida protelatória ou a renegociação (PAULANI e PATO, 2005).

As sucessivas reformas da previdência inserem-se na lógica descrita acima. Manifesta-se aqui a concepção de matriz liberal que considera os gastos do governo com o sistema de seguridade social como “déficit” e não como necessária universalização de direitos sociais. Em consequência, os benefícios de aposentadorias e pensões passam a ser vistos como um negócio privado, onde os indivíduos contratam um seguro junto ao sistema financeiro privado, para ser usufruído no futuro (CALIARI e PEREIRA, 2003). Desde o início dos anos 90 diversas leis e medidas foram aprovadas com o propósito de rebaixar os valores das pensões e aposentadorias e/ou dificultar sua obtenção. No entanto, em 1998 realizou-se a primeira reforma da previdência por meio de uma emenda constitucional que, ampliou os tempos de contribuição e a idade mínima para a obtenção da aposentadoria; aumentou o índice de contribuição para todas as faixas de renda; desvinculou os reajustes dos benefícios dos reajustes do salário mínimo e instituiu um teto para os benefícios pagos,

forçando os trabalhadores das faixas salariais mais altas a vincular-se aos planos de previdência complementar, administrados pelo capital financeiro, para tentar manter seu nível de renda após a aposentadoria. Estas mudanças atingiram, principalmente, os trabalhadores do setor privado (CALIARI e PEREIRA, 2003). Em 2003, por meio de nova emenda constitucional o governo atingiu os servidores públicos, cobrando aposentadoria dos inativos, abatendo o valor total das pensões, rebaixando a base de cálculo para a concessão do benefício e acabando com a aposentadoria proporcional (SOARES, 2003; MIRANDA, 2003).

As duas reformas da previdência promoveram um processo radical e jamais visto de anulação de direitos adquiridos e de abertura do setor previdenciário para o capital financeiro, submetendo o sistema de seguridade social à lógica do mercado e aos interesses dos grandes grupos financeiros, predominantemente de capital externo. Há também a intenção de fortalecer os chamados fundos de pensão, constituídos com contribuições dos trabalhadores e que formam gigantescos estoques de poupança privada, francamente utilizada no programa de privatizações pelos consórcios compradores. Há ainda o argumento, adotado pelos sucessivos governos, de que os fundos de pensão podem se constituir num instrumento financeiro de desenvolvimento e crescimento econômico, pois podem atuar financiando investimentos produtivos. Na verdade, os fundos de pensão participam ativamente da especulação financeira em busca de sua valorização, como todo e qualquer capital. Além disso, como fundos de investimento, os fundos de pensão financiam o capital privado com o rendimento dos trabalhadores. É importante frisar que nos últimos anos outros fundos originados dos rendimentos dos trabalhadores também assumiram este papel, como o FAT e o FGTS. Em outras palavras, no capitalismo *fin de siècle*, o salário tornou-se fonte de financiamento do capital (OLIVEIRA, 2003).

Outra mudança importante ocorrida nos últimos anos foi a autonomia adquirida pelo Banco Central na definição das políticas de câmbio e juros, que são decisivas no atual modelo econômico. Desde os anos 90 o Banco Central passou a ter forte centralidade na definição da política econômica, deixando de ser um mero órgão auxiliar do Ministério da Fazenda para se tornar num dos principais gestores da política econômica. Já em 1995 medida provisória concedia ao BC ampla autonomia para fortalecer e sanear o mercado financeiro, resolvendo os problemas de liquidez e/ou solvência das instituições financeiras. Pelo artigo 192 da Constituição de 1988 tal papel deveria caber ao Congresso Nacional, porém tal função nunca chegou a ser regulamentada, abrindo brecha para a intervenção do BC na questão (MINELLA, 1997). Neste sentido, sua intervenção ocorreu de modo a

favorecer a internacionalização e a concentração do sistema financeiro nacional, além de liberalizar a entrada e saída de capitais (PEREIRA, 2004 e PINHEIRO, 2006).

Ao longo dos anos o BC foi assumindo o controle do câmbio, usando suas reservas para intervir na taxa de câmbio por meio da compra e venda de dólares. Foi também assumindo papel decisivo na definição da política de juros, pois sua presença é preponderante no Comitê de Política Monetária (COPOM), que formalmente define a taxa de juros. Em 2003 formalmente caiu o limite de 12% ao ano para a taxa de juros, instituído pela Constituição de 1988, legalizando a política de juros altos, que na prática já vinha sendo adotada há muito tempo (PEREIRA, 2003). Recentemente, em dezembro de 2004, a presidência do Banco Central assumiu *status* legal de ministério, passando para o primeiro escalão do Executivo Federal. Tal medida se insere no processo de construção da autonomia operacional do Banco Central diante do governo, ainda não atingida, mas em estágio bastante adiantado, pelo menos do ponto de vista prático. Além disso, a medida concede aos presidentes da entidade e seus principais assessores foro privilegiado para julgamento de possíveis irregularidades. Só poderão ser julgados pelo STF (Supremo Tribunal Federal) (CARTA, 2004). A tese que justifica tal intenção defende que somente um BC autônomo diante do governo pode exercer plenamente seu papel de guardião da moeda e de controle da inflação, imunes às momentâneas intenções “populistas”, inflacionárias, “irresponsáveis” dos sucessivos governos. Na verdade, visa imunizá-lo diante da disputa política mais geral e a corporativizá-lo como um órgão exclusivamente vinculado ao mercado financeiro, agindo fundamentalmente para remunerar o capital financeiro na ciranda com os títulos da dívida pública (externa e interna) (BENJAMIN, 2006).

Finalmente, o desmonte dos serviços estatais públicos, particularmente aqueles ligados à fiscalização e regulação do mercado. Desde o início dos anos 90 os gastos do governo com bens sociais e com serviços públicos foi sendo reduzido progressivamente. Medidas como a redução de recursos e de pessoal, a descentralização dos serviços públicos, com sua transferência para estados e municípios, e até mesmo a extinção de órgãos modificaram estruturalmente o aparelho de Estado no Brasil, desconstruindo sua capacidade de promover políticas sociais universalizantes e distributivas de renda e de bens. Tais efeitos se fizeram sentir em diversos setores como saúde, educação, moradia, assistência social, serviços urbanos (como transporte, saneamento básico, asfalto, iluminação pública), entre outros, mas também no poder de fiscalização e regulação do Estado. O sucateamento do sistema judiciário, das delegacias do trabalho, dos órgãos de defesa do meio ambiente, de defesa dos consumidores, etc, contribui para submeter a distribuição e alocação de inúmeros serviços e

bens sociais à lógica do mercado, deixando às empresas uma liberdade de ação jamais vista e abrindo caminho para o avanço do capital privado em diversos setores. Com isto as políticas sociais públicas passaram a ser objeto de ações assistencialistas “focalizadas”, baseadas em programas circunstanciais e não estruturais, que se tornaram base para práticas políticas de caráter neopopulista, clientelista e paternalista (MARQUES e MENDES, 2005).

3- Neoliberalismo e autocracia burguesa.

Toda esta discussão nos remete ao problema das relações entre o caráter autocrático do Estado burguês no Brasil, a forma democrática atualmente vigente e as reformas neoliberais. Desde o seu nascimento, no final do século XIX, o Estado burguês assumiu no Brasil um caráter autocrático. Segundo Fernandes (1987), tal configuração estatal é própria de sociedades de capitalismo periférico e dependente, onde uma repetição da revolução burguesa clássica tornou-se impossível, estabelecendo uma associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia ou uma dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia. Ao longo do tempo o Estado autocrático-burguês no Brasil adotou diversas formas oscilando, grosso modo, entre a forma democrático-liberal e a forma ditatorial. No entanto, em nenhuma destas conjunturas a forma dominante do Estado apresentou-se em sua pureza, ao contrário, o Estado autocrático-burguês manteve seu caráter sincrético, combinando mecanismos políticos distintos, desde os democrático-representativos até os mecanismos oligárquicos (privatistas, corporativistas) e fascistas (repressivos). Na verdade, mesmo nos períodos onde predominaram mecanismos democrático-representativos, o Estado brasileiro funcionou como uma “ditadura dissimulada”, onde a sociedade política limitou-se, fundamentalmente, às classes burguesas, enquanto as classes subalternas eram vítimas da cooptação política, de tipo coronelístico ou populista, e da repressão. O auge da autocracia burguesa no Brasil foi a Ditadura Militar, parteira do capitalismo monopolista, onde o Estado tornou-se o dínamo do poder burguês, vocacionado para a auto-defesa e a expansão máxima da ordem social burguesa.

Com a transição democrática iniciada nos anos 70 e concluída no final dos anos 80 o cesarismo militar foi abolido e a forma democrático-liberal foi restaurada, atingindo uma amplitude ainda não vista. Nesta conjuntura as classes trabalhadoras ascendem politicamente criando um movimento sócio-político de envergadura, capaz de elaborar um projeto histórico alternativo ao autocrático-burguês (MACIEL, 2004). Bem ou mal a Constituição de 1988 reflete o ascenso das massas populares, criando uma série de direitos sociais e garantias políticas. No entanto, os mecanismos de tipo fascista e oligárquico se mantêm, atualizados e incorporados na nova ordem democrática. Entre os principais citaríamos a legislação

eleitoral; a estrutura partidária; a estrutura sindical; o estatuto legal dos militares, que lhes dá autonomia política e a condição de aparelho repressivo e reserva estratégica de poder, e a supremacia do poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário.

A incorporação destes mecanismos, herdados da Ditadura Militar, na institucionalidade democrática permitiu que o caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro fosse preservado e se tornou base para o novo giro autocrático criado pelas reformas neoliberais; permitindo que o avanço democrático fosse relativamente anulado, com o reforço dos mecanismos oligárquicos e fascistas. O avanço político do movimento social das classes trabalhadoras, que conseguiu inserir uma série de direitos sociais e garantias políticas na ordem democrática institucionalizada, no sentido de controlar politicamente o movimento do capital, foi em grande medida revertido, favorecendo sua desmobilização e/ou cooptação. Concluindo, as reformas neoliberais iniciadas nos anos 90 e ainda hoje implantadas permitiram que a autocracia burguesa atingisse uma forma ainda inédita no Brasil: a combinação entre a democracia representativa e os mecanismos oligárquicos e fascistas sem a mediação do populismo e/ou do coronelismo. Em outras palavras, desde que as massas urbanas ascenderam à cena política, é a primeira vez que a dominação burguesa busca se estabilizar sem recorrer à ditadura aberta, mas também sem fazer uso da concessão de direitos sociais como meio de cooptação e manobra. Ao contrário, prevalece uma forma política onde o processo democrático-representativo se reproduz, mas cujo poder decisório é cada vez mais limitado e/ou mediado por interesses burgueses particularistas, enraizados no Estado por meio de mecanismos legalizados pela própria ordem democrática, predominantes numa economia capitalista altamente dependente e concentradora de renda. Esta democracia altamente limitada (SAES, 2001) se baseia numa espécie de blindagem da economia em relação às disputas políticas, pois estas se limitam cada vez mais a decidir elementos secundários do modelo econômico vigente e, quando o fazem, fundamentalmente se limitam a expressar os dissensos inter-burgueses, sem alterar a hegemonia do capital financeiro. Em contrapartida os interesses das classes subalternas, particularmente das classes trabalhadoras, são diluídos numa miríade de casamatas da sociedade política em grande parte inoperantes e fortemente passivizadas diante do poder decisório real. Seu movimento sócio-político gasta enormes energias na busca de uma inserção institucional crescentemente inútil, para não dizer contraproducente.

Deste modo se estabelece um padrão de hegemonia burguesa diferente, onde o consenso obtido é muito mais fruto da passividade, da desmobilização e da desesperança, do que da concessão de benefícios materiais concretos. Esta hegemonia regressiva (BOITO JR.,

1999) usa e abusa dos mecanismos democrático-representativos como um “teatro de sombras”, onde a movimentação real e efetiva dos agentes políticos ocorre em outro lugar. Nestas condições, o estabelecimento de uma hegemonia alternativa, baseada numa perspectiva anti-neoliberal torna-se inviável, para não dizer impossível, sem uma reforma institucional de fôlego ou a própria ruptura institucional.

Referências:

BENJAMIN, César. “Autonomia legal para o Banco Central: uma tragédia anunciada”. In: SADER, Emir (coord.). *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo, 2004.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOSCHI, Renato R. e LIMA, Maria Regina S. de. “O Executivo e a construção do Estado no Brasil”. In: VIANNA, Luiz W. (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ/ FAPERJ.

CALIARI, Tânia e PEREIRA, Raimundo Rodrigues. “A reforma no país dos sem-previdência”. In: *REPORTAGEM*, nº. 45, São Paulo: Oficina de Informações, 2003.

CARTA, Mino. “Locupletemos todos”. In: *CARTA CAPITAL*, nº. 320, São Paulo: Editora Confiança, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquilas. “Desvendando o social do governo Lula: a construção de uma nova base de apoio”. In: PAULA, João Antonio de (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MINELLA, Ary César. “Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC”. In: RAMPINELLI, Waldir José e OURIQUES, Nildo Domingos (orgs). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã. 1997.

MIRANDA, Sérgio. “A mudança estrutural”. In: *REPORTAGEM*, nº. 46, São Paulo: Oficina de Informações, 2003.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULANI, Leda Maria e PATO, Christy Ganzert. “Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século”. In: PAULA, João Antonio de. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. “Na pressão”. In: *REPORTAGEM*, nº. 43, São Paulo: Oficina de Informações, 2003.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. “Uma manipulação extraordinária”. In: *REPORTAGEM*, nº. 53, São Paulo: Oficina de Informações, 2004.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Brasil de Cardoso. A desapropriação do país*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINHEIRO, Márcia. “Para exportar mais”. In: *CARTA CAPITAL*, nº. 404, São Paulo: Editora Confiança, 2006.

REPORTAGEM. “O FMI é para sempre”. In: *REPORTAGEM*, nº. 67, São Paulo: Oficina de Informações, 2005.

SAES, Décio. *A República do Capital*. Boitempo, São Paulo, 2001.

SOARES, Laura Tavares. “Um ponto de partida ruim”. In: *REPORTAGEM*, nº. 46, São Paulo: Oficina de Informações, 2003.

VEJA. “Agora, governar mal é crime”. In: *VEJA*, nº. 1648, São Paulo: Editora Abril, 2000.

*David Maciel é mestre e doutorando em História pela UFG e professor.

COTIDIANO JUVENIL, IDENTIDADE E ROCK'N'ROLL NA DÉCADA DE 50: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RITMO E DAS COMPOSIÇÕES

Marcelo Vieira Magalhães*

RESUMO

Pretendo aqui analisar as letras de rock'n'roll para perceber o cotidiano juvenil dos anos 50. É a partir da cultura juvenil da cidade de São Luis-Ma e utilizando outras fontes como os jornais e entrevistas que procuro demonstrar os limites e o alcance das letras como fonte, comparando suas mensagens à realidade dos jovens, seus comportamentos e suas possibilidades de lazer em São Luis.

PALAVRAS-CHAVE: música, comportamento e juventude

ABSTRACT

I intend here to analyze the rock'n'roll letters to perceive daily the juvenile one of years. It is from the juvenile culture of the city of São Luis-MA and using other sources like the periodicals and interviews that I look for to demonstrate to the limits and the reach of the letters as source, comparing its messengers with the reality of the young, its behavior and its possibilities of leisure in São Luis.

KEY WORDS: music, behavior and juvenile

Neste texto nos concentraremos na sociedade ludovicense¹, tentando captar a influência deste novo ritmo, rock' n'roll e o comportamento dos jovens cinquentistas de São Luís, através de seu cotidiano, traduzido principalmente nas atividades culturais. Discutiremos ainda o cotidiano juvenil utilizando como fonte, as letras de música (rock), ouvidas pelos jovens nos grandes centros urbanos do Brasil, os jornais de época, depoimentos orais e o acervo sonoro do Arquivo público do Estado do Maranhão.

* Mestrando em História e Culturas (UECE)

¹ Referente a quem nasce na cidade de São Luis

As letras muitas vezes chamadas de “pueris” e “ingênuas” por alguns autores eram as que “faziam a cabeça” dos Jovens transviados tupiniquins. Fica claro nas fontes bibliográficas que os jovens no Brasil ouviam mais as músicas cantadas em português, o que pode ser confirmado pela quantidade superior de discos de rock em português, existente no **APEM** (Arquivo Público do Estado do Maranhão) ².

As letras são geralmente ingênuas e superficiais, falando de amor e namoros, mas também da repressão e da falta de liberdade, além do cotidiano, como bailes, festivais, corridas de lambretas e a dança do rock’n’roll.

Entre essas músicas está **Hey Mama**, interpretada por Celli Campelo (versão de Paul Anka e Fred Jorge). A letra aborda um dos maiores dramas das meninas, a proibição do namoro.

“mamãe quase me bateu”. “Porque me viu flertando
com o brotinho na esquina”

Em outra música, **Laçinhos Cor de Rosa** (também interpretada por Celli Campelo) é possível identificarmos um elemento da cultura jovem, provavelmente inspirados na “corrida da morte” de James Jean no filme “*Juventude Transviada*”, as corridas de lambretas, que traduziam a coragem de seus condutores e a admiração das garotas, que diz:

“... ele usa lambreta e é tão veloz” “... passa na corrida
tão veloz que perco a voz”

Em **Broto Legal** (Celli Campelo), aparece outros elementos do cotidiano dos transviados, os festivais de rock e a dança do rock and roll.

“abafou no festival”. “no rock and roll nós demos um
show, puxei o broto pra cá, puxei o broto lá e a turma
toda gritou rock and roll”

Nas músicas que cantam o cotidiano das “meninas” é o namoro e os estudos que se fazem mais presentes. O primeiro as vezes em excesso “... sou muito namorada, tenho

² Acervo doado pela Rádio Difusora do Maranhão cujo os discos são em sua maioria são das décadas de 50 e 60.

muitos pretendentes” (**Rock do Espirro**, Trio Esperança), mas na maioria das vezes lamentando a falta de um amor, ou simplesmente um namorado, como na música **Não Tenho Namorado**.

Os estudos soam como castigo ou como única opção para elas, impostas pelos pais.

Em **Não Tenho Namorado**, a “menina” queixasse da vida que leva, dizendo que seu “dia é ocupado, sempre a estudar”. Ainda nesta música Tony (Campelo) pergunta a sua irmã Celi com quem ela vai sair, e esta responde:

*“...com Pedro Álvares Cabral
você ficou biruta (Tony)
não, esta noite vou estudar História (Celi)
Ela não tem namorado “(refrão)”*

Na música **Hey Mama**, já citada, porque foi pega flertando, deslize muitas vezes imperdoável para uma jovem garota de “boa família”, sua mãe “em casa” lhe “prende a estudar”

As músicas de rock dos anos 50 podiam nos dizer muito sobre o cotidiano juvenil daquela época, mas só elas bastam? Parece que não, apesar de se mostrarem fontes com um grande potencial, elas são limitadas. Olhar o cotidiano juvenil dos anos 50 na cidade de São Luis pode nos dizer mais sobre essas fontes.

Esse olhar tem como ponto de partida a exibição do filme “Ao Balanço das Horas”, exibido em 1957 e que teve grande repercussão onde foi mostrado. Apesar da longa permanência do filme que traz o rock para o Brasil na sala de exibição do cine-teatro Arthur Azevedo³ e a relativa quantidade de discos de rock em 78rpm encontrados no APEM, o rock não parece ter influenciado o comportamento aos jovens em São Luís. O filme ou mesmo a presença de ídolos da juventude daquela época em São Luís, como Celi e Tony Campelo não empolgou a juventude da Atenas Brasileira.

A cidade de São Luís no final da década de 50 e início de 60 não é o que poderíamos considerar uma grande cidade. O lazer de parte da população, principalmente da classe média, resumia-se ao centro da cidade, onde podíamos encontrar o melhor hotel, o Central, na praça Benedito Leite, as sedes sociais dos clubes como o Lítero e o Casino,

³ O filme passou sete dias em cartaz enquanto outras películas permaneciam no máximo três dias

palco de grandes festas e dos melhores restaurantes da cidade. Era também no centro que estavam a maior parte dos cinemas, a exemplo do Roxy, Édén ou o cine-teatro, os grêmios estudantis e as maiores igrejas.

Os jovens maranhenses pareciam contar com mais opções de lazer que seus pais, já que além de participarem dos mesmos eventos que seus tutores e freqüentarem os mesmos locais, contavam ainda com uma programação destinada a eles.

Os cinemas eram um dos pontos de encontro da juventude durante os anos 50 e 60 em São Luís, principalmente aos sábados e domingos. A grande quantidade de cinemas em São Luís (oito salas) na década de 50, as duas sessões diárias e o pouco tempo de permanência dos filmes em cartaz indicam a existência de um grande e assíduo público para tal entretenimento.

O cinema era antes de tudo um local de encontro das pessoas, ia-se para lá não somente para se assistir filmes, mas para encontrar os amigos, conversar e flertar com os “brotinhos”. A importância do cinema na vida cultural de São Luís dava oportunidade de se criar até uma sessão especial, chamada Cinema de Arte, que acontecia no cine Roxy e posteriormente no cine Édén, onde eram exibidos filmes americanos e europeus, como revela D. Lurdes Pfluger⁴.

O filme “Ao Balanço das Horas”, que tratávamos ainda a pouco mostrava os problemas comuns dos adolescentes, assim como “Sementes da Violência”, porém tinha um atrativo especial, ao contrário do segundo “Ao Balanço das Horas” trazia a trilha sonora que estava abalando o mundo ocidental, “Rock Around the Clock” música interpretada por Bill Halley e seus cometas que se tornou o hino dos transviados em todo o mundo ocidental.

Nos oito dias que passou em cartaz criou opiniões contraditórias entre alguns jornalistas, gritos, um pouco de histeria e só. O radialista Leonor Filho⁵ que assistiu a uma das sessões afirma que o cinema estava lotado e que os espectadores gritavam durante a sessão, o que para ele era perfeitamente normal, pois a campanha publicitária do filme induzia este tipo de atitude.

Mas a discussão naqueles dias de exibição do filme era outra, a questão era se as imagens e a música “alucinantes” teriam algum efeito nos espectadores ludovicenses como

⁴ Lurdes Pfluger. Entrevista concedida em maio de 1996

⁵ Leonor Filho. Entrevista concedida em junho de 1996

nos de outras cidades. O jornalista de O Imparcial, Serra de Castro, apostava que sim, chegando a afirmar que a casa de Apolônia Pinto⁶ seria transformada em manicômio pelos transviados que acreditava existir em São Luís:

“Finalmente, hoje, será exibido o filme americano ‘Ao Balanço das Horas’, que propaga o louco ritmo rock and roll, que vem dominando a juventude de todo o mundo e terminou causando tumultos no Rio e em São Paulo. Os adeptos do novo ritmo que representam a juventude ‘transviada’, pretendem dominar a platéia do teatro, transformando assim a casa de Apolônia Pinto em manicômio, fazendo verdadeiro contraste com a juventude do séc. XIX que lá comparecia para assistir óperas. Aguardem, pois a exibição de ‘Ao Balanço das Horas’, a partir de hoje, no teatro Arthur Azevedo.”
(Jornal O Imparcial, 11/04/1957)

Benito Neiva, colunista do Jornal do Povo, tinha certeza que o filme não causaria grande estardalhaço, apostando no “equilíbrio” dos jovens de São Luís:

“O filme ‘Ao Balanço das Horas’ que nos mostra o ritmo lançado por Elvis Presley na América do Norte, que vem obtendo sucesso e causando dificuldades em diversos países. Não acredito que o ritmo em questão consiga transformar um indivíduo equilibrado.” (Jornal do Povo, 11/04/1957)

No dia seguinte, como havia profetizado, anunciava satisfeito que a película não teve nenhum impacto aos que assistiram a primeira sessão:

“O rock and roll aconteceu ontem no cine-teatro .
Aconteceu como esperavamos. Tudo correu normalmente. Nada de espalhafatos. O ritmo, como

⁶ Apolônia Pinto foi uma atriz que viveu no final do século XIX, e que nasceu em um camarim do Teatro Arthur Azevedo.

havíamos comentado, não dava para mexer com nossa gente. E não mexeu.” (Jornal do Povo, 12/04/1957)

Se víamos mais filmes americanos e estes eram preferidos, pelo menos pelos mais jovens, na música o repertório era bem mais democrático. A programação musical das rádios de São Luís em abril de 1957 mostrava uma mistura de gêneros genuinamente brasileiro com outros importados. Eram sambas, Tangos, Baiões, Toadas e Boleros (Jornal O Povo, 12/08/1957). Esses ritmos ganharam notoriedade no Brasil na década de 40, mantendo seu prestígio por toda a década seguinte. O acervo sonoro do APEM reforça a preferência por estes ritmos, onde encontramos discos em sua maioria apresentados como samba, samba-canção, bolero e toadas, assim como músicas americanas.

Não haviam programas direcionados para determinados seguimentos, os programadores e locutores atendiam o ouvinte genericamente, jovens e adultos ouviam as mesmas seleções musicais e tinham seus gostos atendidos, o que era facilitado pela pouca diferenciação da preferência musical entre estes dois grupos, “a programação atendia a todos os gostos, o jovem, pelo menos se espelhava mais na família, no pai, na mãe (...)”⁷

A repercussão do rock’n’roll nas rádios de São Luís foi fraca, ao ponto de poucas pessoas lembrarem de terem ouvido o “ritmo alucinante” nas rádios Difusora, Timbira ou Ribamar. Mas segundo o radialista entrevistado, era possível sim ouvir rock nas rádios da ilha, ele mesmo em seu programa de domingo apresentou algumas “peças” de rock’n’roll. Questionado sobre a difusão do ritmo nas rádios de São Luís, ele responde que tocavam, principalmente Celli Campelo e Wanderléia, musa da Jovem Guarda nos anos 60.

Mesmo não tendo grande repercussão radiofônica, havia quem acreditasse que na “ilha rebelde” existiam transviados loucos para dançar rock ao som dos grupos ao vivo. A vinda da Orquestra do Rock’n’roll em 1958 foi considerado pelo jornal O Dia como um dos “maiores acontecimentos artísticos e sociais de 1957” (Jornal O Dia, 29/01/ 1958). Essa matéria chama a atenção por dois motivos, primeiro por que a apresentação da Orquestra estava incluído entre “Os Maiores Acontecimentos Artísticos e sociais de 1957”. Enquanto o rock provocava reações muitas vezes consideradas perigosas ou mesmo violentas nos grandes centros do país, em São Luís ele estava entre os “melhores” eventos artísticos e culturais, o que se pode considerar uma grande contradição, se o ritmo americano era

⁷ Leonor Filho se referindo ao comportamento dos jovens, que era muito parecido com o dos adultos.

considerado transgressor em outros lugares, em São Luís ele era artístico. Depois por que a apresentação da orquestra dividia a lista “dos melhores” com a eleição da “Miss Elegante Bangu”, da eleição da “Miss Maranhão”, com a “vinda da Orquestra Waldir Calmon” e com o desfile da “Alfaiataria Carioca”, eventos com nenhum aspecto ameaçador para a sociedade, como era considerado o rock naqueles anos, o que nos leva a crer que o rock já chegou a São Luís totalmente domesticado, sem nenhum elemento que pudesse corromper o comportamento dos jovens maranhenses.

Além da pacata Orquestra do Rock’n’roll, os pseudos “roqueiros” cinquentistas de São Luís puderam ver também os maiores ídolos da nascente cultura jovem do Brasil, Celli e Tony Campelo. Seu show ocorreu no Casino Maranhense, clube tradicional da cidade e teve como apresentador o radialista Leonor Filho, que garante que a apresentação dos irmãos Campelo, foi um sucesso, com casa cheia, porém, os espectadores limitaram-se somente a ouvir as músicas, não havendo nenhuma demonstração de dança ou de euforia.

Se o som de Chuck Berry ou Little Richard⁸ não empolgava muito os jovens ouvintes de São Luís, outros intérpretes americanos pareciam ter maior penetração entre os mais novos. O colunista social Benito Neiva, um dos organizadores do concurso “Campeão de Bom Gosto Musical”, evento onde os participantes levam o disco (78rpm) com sua música preferida (com inscrição prévia), indignou-se com a preferência pela música americana, chegando a sugerir que se fizesse um concurso somente com músicas nacionais (Jornal do Povo, 11/03/1957), pois a maioria das músicas inscritas pelos participantes era interpretada por norte-americanos, o que pode ser justificado pela forte influência do cinema.

Este evento que acontecia no Grêmio Lítro Português, “era feito para a juventude, naquela faixa nossa [nascido em 1940], não era dirigido para casais (...)” como afirma um outro organizador, Gerd Pfluger⁹.

As “Tertúlias” era outro evento organizado pelo colunista do Jornal do Povo, Benito Neiva, que também aconteciam no salão do clube Lítro. Esta festa era outro evento programado para os jovens.

Esta festa era talvez a de maior repercussão na época onde se dançava ao som de uma “alta fidelidade” ou de conjuntos musicais como “Os Colegiais” que contava com a

⁸ Dois dos precursores do rock nos Estados Unidos

⁹ Gerd Pfluger. Entrevista concedida em maio de 1996

participação do maestro Nonato, líder do grupo musical “Nonato e seu Conjunto” que animou os carnavais dos grandes clubes da cidade até o início da década de 80. As músicas que embalavam as moças e rapazes eram de gênero bem variado, tocavam-se boleros, sambas, valsas e blues americano, como lembra D. Lurdes.

Entre os que participavam existiam grupos de adolescentes “alucinados” que aterrorizavam as moças do centro de São Luís. Formados por rapazes da classe média, eles provocavam as garotas e arrumavam quebra-quebra em festas nos clubes da capital. Diferentes das turmas de outras cidades que podiam ser identificadas por suas roupas, cabelos ou trejeitos, os delinquentes juvenis de São Luís diferenciavam-se dos outros jovens somente pelo comportamento e agressividade, como lembra D. Lurdes Plugger.

Esse comportamento “distorcido” de parte da juventude foi registrado pelo jornal O Dia, que denunciava a presença de jovens “transviados” na praia do Olho d’água:

“ voltam a disputar corridas na praia os automóveis particulares, guiados como se informa por jovens irresponsáveis, pertencentes de certo modo a essa juventude transviada.” (Jornal O Dia. 19/03/1958)

Esses grupos de adolescentes, também se utilizavam de drogas para demarcar sua diferença dos mais velhos e dos mais comportados. Principalmente a maconha, parecia ser bastante usual no final da década de 50, tanto nas camadas mais populares, quanto nas mais endinheiradas, ao contrário do que acontecia em outras capitais, como por exemplo o Rio de Janeiro. Lá a maconha era coisa de marginal, “ainda não tinha descido o morro” e a cocaína “estava chegando neste momento às paradas”, mais o que jovens cariocas gostavam mesmo era de uma “bolinha”, o pervitin, “que deixava a pessoa mais ligada ainda” (SANTOS, 1997:?). Já na cidade de São Luís, entre os que gozavam de melhores condições financeiras, o uso da maconha também era usual entre os jovens, segundo o jornalista Gerd Pfluger, existia um grupo de usuário que ficou conhecido como “turma da maconha”, formados por jovens da classe média da capital maranhense.

Para completar esse quadro de delinqüência, São Luís contava ainda com um pequeno grupo de motociclistas, que precipitavam-se em corridas pela cidade. Os mais conhecidos de todos é sem dúvidas um indivíduo conhecido como Cupim. Ele já não era

mais um adolescente, mais participava de corridas na praça João Lisboa com outros motociclistas.

Essas motos existentes em São Luís pertenciam a indivíduos “respeitáveis”, e não a jovens rebeldes, como era possível ver em outras capitais. Aqui, esse grupo montou um clube que organizava passeios para a cidade de São José de Ribamar e corridas pelo centro da cidade, esse clube chamava-se Moto Clube, fundado na década de 40¹⁰, que mais tarde daria origem ao time de futebol com o mesmo nome.

Se a maioria era considerada responsável, não tendo nenhuma ligação com a chamada juventude transviada, até mesmo por suas idades, existiam aqueles que transgrediam, como foi o caso dos três motoqueiros presos no dia da estréia do filme “Ao Balanço das Horas”, completamente embriagados “dando um show com suas motos na praça Benedito Leite” (Jornal Pequeno, 11/04/1957).

Mas a vida cultural dos jovens ludovicenses não se resumia somente a festas, praias, e nem a assistir brigas e corridas de moto. O esporte e leitura faziam parte do cotidiano de um bom número de jovens de São Luís, os grêmios literários e os clubes preenchiam o tempo dos mais bem comportados.

O jornalista Ubiratan Teixeira em um artigo publicado em “O Clarim da Praia Grande” (1995), “um fórum de debates publicado com o apoio da Secretária de Cultura”, descrevia uma São Luís bem diferente desta descrita por nós até o momento. Era uma São Luís glamurosa, requintada e extremamente rica culturalmente. Segundo o jornalista, os grêmios culturais estavam espalhados por todo o centro da cidade, era o Centro Cultural Gonçalves Dias, que na Segunda metade da década de 40 funcionava no Grêmio Lítero Português, dirigido pelo poeta Nascimento de Moraes, existia também o Centro Cultural Graça Aranha, ao qual o autor fazia parte, “cujas reuniões se faziam, em princípio no Colégio São Luís, depois na casa do Dr. Éder Santos”, no Colégio Marista encontrava-se o Grêmio Cultural Coelho Neto. Nestas reuniões aconteciam discussões e palestras das mais diversas, discutia-se literatura, teoria estética ou podia-se fazer um “curso completo de Geometria não- Euclidiana, de Lobatschevsky”.

Apesar da decepção de Paulo Francis que quando passou por São Luís, nos anos 50, encontrou apenas uma livraria (CORREIA,1993:?), o hábito da leitura parecia fazer parte

¹⁰ Dejarde Martins. Depoimento concedido em maio de 1997.

do cotidiano de alguns jovens mais interessados. Ubiratan Teixeira, ainda no artigo citado acima, explica como se lia tanto numa cidade que contava com apenas uma livraria: “Freqüentava biblioteca, pedia, emprestava- que o pai mandasse buscar pela Panair ou Loyd Brasileiro livros no sul do país” (TEIXEIRA,1995:?).

Ao que tudo indica, a “Atenas Brasileira” ainda respirava no meado do século XX, pois não era difícil encontrarmos estudantes politizados e amantes da discussão literária de vanguarda, ou aqueles preferiam uma boa música erudita.

Os concertos aconteciam com freqüência, quase sempre numa promoção da JMB (Juventude Musical) ou da SCAM (Sociedade Cultural Artística do Maranhão), que traziam artistas brasileiros ou europeus, como na festa de reinício das atividades da Juventude Musical, que contou com a presença do sueco Fritz Hoffer (Jornal O Dia, 20 de agosto de 1958).

D. Lilah Lisboa de Araújo, uma senhora requintada e com grande conhecimento erudito, moradora do centro da cidade, também contribuía na formação cultural dos ludovicenses com seus saraus, que aconteciam em sua própria casa, contando com a presença de adultos, mas também de jovens que tivessem algum interesse por música clássica e canto. D. Lilah não se contentava somente com as apresentações, fazia questão de iniciar os presentes na história de vida dos grandes compositores clássicos, como nos conta o Sr. Gerd Pfluger.

D. Lurdes e seu Gerd transitavam pelos dois ambientes, o erudito e o popular e garantem que não eram somente eles, o que reforça a idéia de um espaço de lazer que abrigava jovens e adultos sem distinção, apesar de estes contarem com eventos dirigidos especialmente para eles.

Como pudemos observar as letras de rock podem descortinar um ambiente muito particular dos jovens dos anos 50, revelando seu cotidiano e suas angustias, porém elas não dão conta de várias nuances desse cotidiano, que pode ser descoberto a partir de outras fontes. Além disso a realidade cantada nos grandes centros urbanos, podia ser bem distinta das pequenas e distantes capitais.

Bibliografia:

CORREIA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: O Presente de Uma Arqueologia.** Maranhão: Sioge,1993.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: O Ano Que Não Devia Terminar.* Rio de Janeiro: Editora Record,1997.

TEIXEIRA, Ubiratan.Os Anos Dourados (Cultura e sexo nos anos 50) *In: O Clarim da Praia Grande*, 15 de agost a05 de set de 1995. Ano I, num-02

Visões do sertão: as expedições científicas descobrem as mazelas das populações interioranas

Sônia Maria de Magalhães*

Cobiçado, explorado e temido, o sertão foi imagem fabricada, invenção dos homens letrados que do litoral olhavam para o interior. Território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização, onde dominava a desordem, a barbárie, a selvageria, também portador de inúmeras patologias.

No final do século XIX, num período complexo de redefinições e debates acerca do que verdadeiramente seria o Brasil, é que a questão da identidade nacional surge vigorosa. Para alguns intelectuais, era nos sertões que se conservava a pureza, a forma mais original da cultura brasileira. A idéia de sertão veio a se identificar com os anseios de mais de uma geração de intelectuais empenhados em dizer onde o país era mais verdadeiro - onde o Brasil era mais Brasil.

As expedições científicas, a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil foi pioneira, nesse contexto, começaram a revelar a gente pouco conhecida do interior. Em 1892, por determinação do então presidente Floriano Peixoto, uma missão técnico-científica chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Luiz Cruls, composta de 22 membros, partiu do Rio de Janeiro com destino ao Planalto Central. Seguindo as determinações presentes na Constituição de 1891 visava demarcar o quadrilátero onde seria constituída a nova capital do país. A missão, que durou sete meses — de maio a novembro daquele ano — elaborou uma análise da flora, fauna, rios, solos, clima e do modo de vida dos habitantes do Planalto, considerando ainda as facilidades de comunicações para o desenvolvimento dessa área com as outras regiões (CRULS, 1947). A documentação produzida ou reunida pela equipe — gráficos, mapas, textos descritivos, fotografias, tabelas, cálculos, etc.— resultou em um volume de 388 páginas intitulado *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Por intermédio de observações empíricas, essa campanha desmistificou preconceitos bastante difundidos sobre o sertão, como região dominada por animais ferozes e comunidades de crudelíssimos silvícolas antropófagos. No parecer dessa comissão tudo isso não passava de “*factos inverossímeis. Puro romance. Pura fantasia*” (CRULS, 2003: 257).

* Doutora em História pela Universidade Federal Paulista (UNESP-Franca).

Antônio Martins de Azevedo Pimentel, médico higienista dessa expedição, fervoroso defensor da causa “mudancista”, vislumbrou o Brasil Central como “um verdadeiro paraíso”, “em que tudo é belo, agradável” (*A Informação Goiana*, 15/04/1918), ainda que povoado por pessoas acometidas por uma infinidade de moléstias, tais como sífilis, bócio, afecções gastrintestinais crônicas e de alterações do sistema nervoso, malária, pneumonias, broncopneumonias, morféia, epilepsia, histeria, entre outras. Pimentel admite, inclusive, que “nenhuma afecção constante da estatística por mim organizada, e que se acha no meu relatório de 1893, é peculiar à parte explorada do estado de Goiás, nem tão pouco depende do clima” (PIMENTEL, 1907:332). Atribuía o grande abuso dos condimentos pela alta incidência de doenças gastrintestinais, as bebidas alcoólicas pela degeneração do gênero humano, a ausência de conforto e a falta de noções elementares de higiene concorriam para o aparecimento das enfermidades.

Essa visão um tanto lúdica sobre o Brasil Central foi amplamente criticada, causou polêmicas e suscitou um acalorado debate em torno não apenas da cientificidade da expedição quanto a excelência da área recomendada. O jornalista Domingos Jaguaribe em sua obra *Mudança da Capital Federal do Brasil*, publicada em 1896, duvida do caráter científico e caprichoso da escolha, acusando Cruls de render-se aos imperativos políticos, sem o rigor metodológico que se exige de um profissional do seu nível. Jaguaribe, inclusive, desafiou a Comissão a responder publicamente por supostas falhas ou omissões no documento (JAGUARIBE, 1896).

Percebe-se que, ocultado pela retórica romântica que exaltava as condições pródigas de existência no interior, havia o projeto político de demarcar a área para a nova capital do Brasil estipulada pela Constituição de 1891.

O deslocamento pelo território conduz à experiência de contato com espaços e modos de vida tidos por brasileiros. Nas primeiras décadas da República, foram valorizados os relatos sobre o sertão, resultantes de viagens científicas, expedições militares e incursões ao interior. Pertencem a esse momento a viagem de Euclides da Cunha aos sertões baianos, a campanha sertanista de Rondon e as viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz.

A longa expedição de Belisário Pena e Artur Neiva em 1912, promovida pelo Instituto Oswaldo Cruz, pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Pará e norte e sul de Goiás, denunciou que os males dos sertanejos resultavam da falta de

assistência por parte dos governos. Neiva e Penna percorreram durante sete meses o trajeto de mais de quatro mil quilômetros no lombo de cavalo uma extensa área onde predominavam regiões periodicamente amofinadas pela seca, com objetivo de elaborar um levantamento preliminar para a construção de açudes pelo Governo Federal, visitou áreas pouco conhecidas, como certas extensões entre Goiás e Piauí, praticamente privadas de registros feitos por naturalistas estrangeiros ou brasileiros (HOCHMAN, 1998:66). A publicação do relatório da viagem científica causou enorme repercussão entre as elites médica, intelectual e política do país. Neste documento, os sertanejos foram caracterizados, sobretudo pelas imagens de isolamento geográfico e cultural; moléstias; impenetrabilidade ao progresso; rusticidade; conformismo; inércia; simplicidade; resistência às mudanças; analfabetismo; recurso à “terapêutica popular”; pobreza; apatia; espírito de rotina; primitivismo e desatenção às leis. Ou seja, Penna e Neiva ressaltam o embate entre o que observaram e relataram e a retórica romântica sobre o caboclo e o sertanejo, descrevendo o povo como ignorante, abandonado, isolado, com instrumentos primitivos de trabalho, desconhecendo o uso da moeda, tradicionalista e refratário ao progresso. Esse quadro de isolamento era responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional. Na opinião deles, os habitantes do interior desconheciam qualquer símbolo ou referência nacional, ou melhor, a única bandeira que conheciam era a do Divino.

O impacto dessa imagem negativa do interior iniciou-se, nesse mesmo ano, com o discurso de Miguel de Pereira e com a sua conhecida tese do Brasil como um “vasto hospital”. Seguiram-se a ele Monteiro Lobato e o próprio Belisário Penna escrevendo vários artigos para jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais repercutiu a imagem do Brasil como um país enfermo, a morada do Jeca Tatu.

Da reunião de vários artigos publicados em *O Estado de São Paulo*, Lobato publicou o livro *Problema Vital* (LOBATO, 1959), editado pela Liga Pró-Saneamento e pela Sociedade de Eugenia de São Paulo. Nessa obra, Lobato denuncia as endemias do homem da roça “escravizado” pelos vermes, pela sífilis, pela doença de Chagas e diversas outras. Os artigos publicados por Lobato no jornal “Estado” no decorrer em 1918 ilustram a mesma tendência. Lobato se embrenhou pelo campo, sem medo dos carrapatos, apresentando um quadro sombrio da saúde da população brasileira, à época calculada em vinte e cinco milhões, no qual denotou a existência de e milhões de opilados, idiotas e impaludados.

O que nos campos a gente vê, deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável naufrago da fisiologia, a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feiússimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto, fatalista, geófago – viveiro ambulante do verme destruidor (LOBATO, 1959).

Coube a Monteiro Lobato um papel fundamental na difusão da explicação higiênica e sanitária dos problemas brasileiros, pois tinha confiança nas possibilidades abertas pelo controle das endemias e doenças infecto-contagiosas. Para ele a solução parecia depender apenas da conscientização da gravidade da questão e da boa vontade por parte das autoridades constituídas. A probabilidade de aceitar a população não como inferior resultado da degeneração racial, mas como doente, abria novas perspectivas para o "Jeca Tatu" e, também, para todos os brasileiros (DE LUCA, 1999).

Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivos de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não... És tudo isso sem tirar uma vírgula, mas ainda és a melhor coisa da terra (LOBATO, 1957).

O ufanismo de Lobato representado nessa citação, extraída da obra *Urupês*, de 1918, ilustra o debate da época: de uma interpretação racial dos problemas sociais migrava-se para uma explicação sanitária.

Um argumento peculiar presente no relatório de Neiva e Penna é que, apesar de abandonados e esquecidos, e mesmo vitimados por inúmeras doenças, alguns sertanejos de certas localidades da Bahia e Pernambuco apresentavam-se robustos e resistentes. De qualquer forma o cenário geral era descrito como *dantesco*, sendo alarmante o número de portadores da doença de Chagas, especialmente em Goiás. Nesta região, cenário patológico mostrava-se aterrorizante: observaram que, em casos mais graves, os acometidos do mal de Chagas, dificilmente atingiam a idade adulta, porém, quando conseguiam sobreviver, resultavam “em criaturas de aspecto monstruoso, que naquelas regiões atenta contra a beleza da vida e contra a harmonia das coisas” (NEIVA E PENNA, 1918:53). Os facultativos também não deixaram de registrar o impacto da carência de iodo em Goiás, tão propalado na literatura de militares, cronistas, viajantes, administradores que visitaram aquela região. Neiva e Penna, por sua vez, perceberam a relação de bócio, cretinismo e deficiência de audição nos municípios de Duro,

Natividade, Pilar e Descoberto. Nesta última localidade, que na época abrigava cerca de 400 moradores, quase todos possuíam tireóide alterada. Na percepção desses doutores, a disfunção da glândula endócrina relacionava-se com a doença de Chagas. Durante muito tempo, Carlos Chagas e outros clínicos acreditaram na nítida relação da etiologia parasitária do bócio endêmico com a forma aguda da *tripanossomíase*, tal tendência perdurou até as pesquisas conclusivas de Lobo Leite, em 1939, indicarem que a referida analogia não possuía fundamento (MAGALHÃES, 2004).

O documento ressalta também os efeitos da fome crônica, denotando “o que figura no obituário como *causa mortis* é um nome qualquer de moléstia, mas a causa verdadeira, na maioria dos casos, é a fraca resistência do doente que durante a vida passou o martírio da fome parcial” (PENNA E NEIVA, 1918:53), ingerindo alimentos contaminados ou insuficientes para manter o equilíbrio orgânico (MAGALHÃES, 2004).

Quando se compara a visão do sertão presente nos relatórios da Comissão Cruls e dos médicos Neiva e Penna percebe-se que, em pouco mais de vinte anos, o sertão do Brasil foi rebaixado de paraíso a inferno. Não se pode deixar de considerar, entretanto, que nesses pareceres ou discursos estão em jogo interesses políticos e relações de poder: interiorização da capital e discurso médico (saneamento do país). A participação do discurso higienista na construção de interpretações do Brasil vincula-se ao projeto de saneamento dos sertões convocado por cientistas que mapearam as doenças curáveis da nacionalidade. Nesse contexto, idéias sobre sertão e litoral articularam teorias do Brasil inspiradas na sintomatologia médica e conduziram a ações profiláticas interessadas em salvar os valores morais essenciais encontrados naqueles sertões em agonia. A observação direta das populações sertanejas gerou descrições de valor etnográfico, que davam notícia sobre organização social, hábitos e linguagem local (LIMA, 1999).

Ademais, a grande mudança analítica presente na análise de Penna e Neiva quando comparada com a da Comissão Cruls, embora esboce muitas vezes uma imagem negativa da população, está na atribuição de responsabilidade ao governo pela apatia e pelo atraso do brasileiro. A sua improdutividade passava a ser justificada pela doença, decorrente do abandono das autoridades públicas. Imputava-se ao governo, e não mais à natureza, à raça ou ao próprio indivíduo, a responsabilidade pela indigência de tanta

gente que padecia sem assistência e com ausência absoluta de qualquer identificação com o país. Para esses sanitaristas, somente a medicina, aliada ao poder público, seria capaz de transformar “os estranhos habitantes do Brasil em brasileiros” (HOCHMAN, 67-68).

Esse esforço de (re)conhecer o Brasil buscava descartar tanto a visão ufanista quanto o pessimismo derivado dos determinismos climático, físico e racial que condenavam o país à barbárie e que levavam ao debate sobre miscigenação e imigração (HOCHMAN; LIMA, 2004). O diagnóstico de uma gente doente denotava que seria possível recuperá-la, por meio de ações de higiene e saneamento, fundamentadas no conhecimento médico e implementadas pelas autoridades públicas. A medicina, aliada ao poder público, era instrumento fundamental para operar essa transformação. A Ciência, a medicina, em especial, propiciaria um lenitivo para intelectuais, que, até então, não enxergavam alternativas para um país que parecia condenado, dada sua composição racial.

Os intelectuais agregados à revista *A Informação Goiana*, principal meio de divulgação das possibilidades econômicas do Brasil Central, entretanto, contestaram as informações do relatório de Neiva e Penna propaladas pelo *Correio da Manhã* em dezembro de 1916, cuja matéria afirmava que “estaríamos em maus lençóis se a capital do Brasil viesse um dia a ser localizada na área do planalto central, conforme deliberaram os legisladores constituintes” (*A Informação Goiana*, 1920). Em repúdio ao parecer desse relatório, os editores da referida revista, Henrique Silva e Americano do Brasil, endereçaram àquele matutino algumas cartas questionando a veracidade da pesquisa, denunciando “que nenhum médico de Manguinhos fizera pesquisa na área de 14.400 quilômetros quadrados demarcada pela Comissão Cruls para o futuro Distrito Federal da República”, cujo médico responsável, o doutor Pimentel, não encontrou na área de Planaltina, sede da nova capital, nenhum caso de impaludismo, leishmaniose (ferida brava ou úlcera de Bauru), doença de Chagas ou outra enfermidade perigosa.

A Informação Goiana, fundada em 1917 pelo oficial do Exército Henrique Silva e pelo médico Antônio Americano do Brasil, constituiu-se como um órgão temático especializado no Brasil Central, particularmente Goiás, com finalidades política e publicitária. Sua missão, conforme afirma Nepomuceno (2003: 35), era “[...] tornar conhecidas as riquezas naturais do estado, indicar e descrever o local onde

poderiam ser encontradas e, mais que isso, chamar a atenção das autoridades políticas e dos capitalistas para o estudo e, simultaneamente, a exploração dessas riquezas' (NEPOMUCENO, 2003).

Em meados do século XX, a população de Goiás vivia dispersa em um vasto território. Sua gente, composta, em sua maioria, de camponeses analfabetos e pobres, vivia na zona rural, em uma situação de quase isolamento em relação ao restante do País e do mundo. Goiás era, então, uma região desconhecida. A imprensa da Capital Federal pouco falava da Região e quando o fazia, geralmente, cometia equívocos e erros grosseiros como confundi-la com o estado de Mato Grosso. Esta situação provocava, nos intelectuais da *Informação Goiana*, muitos ressentimentos já que consideravam que Goiás era um estado pleno de recursos naturais sendo imensas as possibilidades econômicas geradas por estas riquezas. Mas a ignorância das elites a respeito da região atalhava que tais possibilidades fossem exploradas, o que, em última instância, impedia que Goiás contribuísse para o engrandecimento da nação brasileira (NEPOMUCENO, 2003). Aliado as suas riquezas naturais, sua localização geográfica – no centro do País – tornava Goiás, na visão destes intelectuais, uma região potencialmente importante para a afirmação da nacionalidade.

O trabalho jornalístico se mostrava pertinente para o alcance desse objetivo. Escrevendo para jornais e revistas publicadas no Rio de Janeiro, os jornalistas goianos esperavam ampliar o conhecimento sobre Goiás e, assim, estimular processos de imigração de pessoas e capital para o centro do país. Tornava-se imperativo, dessa forma, divulgar o Estado fazendo a propaganda de suas tradições, história, folclore, mas acima de tudo, de suas potencialidades econômicas. Mecanismo necessário para expurgar o imaginário de Goiás permeado de valorações negativas expressas na idéia de *decadência, atraso, preguiça e indolência, ignorância*. Negatividade apregoada também nas adjetivações dos naturais da terra — *atrasado, preguiçoso, analfabeto* — embora, o nacionalismo vislumbrasse o interior como Brasil autêntico. Trata-se de uma imagem forjada, sobretudo, por intermédio de uma literatura nacionalista e de caráter evolucionista, a qual teve na obra de Euclides da Cunha.

Contudo, o relatório médico produzido pelo Instituto Oswaldo Cruz, a partir da expedição de Penna e Neiva, confrontou não só projeto de interiorização da capital, mormente evidenciou as mazelas sociais e o abandono dos habitantes do interior do Brasil, uma imagem negativa contrária àquela apregoada pela *A Informação Goiana*,

que proclamava as virtudes de Goiás: “salubérrimo clima, gente saudável, riquezas extraordinárias e suas fontes de vida” (*A Informação Goyana*, 1933:1785). Ademais, os intelectuais goianos acreditavam que, com a edificação da nova capital, Goiás encontraria, enfim, o caminho do seu desenvolvimento econômico e o seu merecido lugar entre os estados mais importantes da federação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGEPEL CD-ROM. Revista. *A Informação Goiana*, 15/04/1918; 06/1922.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CRULS, Luís. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- . Relatório Cruls (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- HOCHMAN, G. *A era do saneamento*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.
- HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. “Pouca saúde e muita saúde”: sanitarianismo, interpretações e ciências sociais. HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, controlar, curar*. Ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- JAGUARIBE, Domingos. *Mudança da capital federal do Brasil*. São Paulo: Tip’Do Município, 1896.
- LIMA, Nísia Trindade. 1999. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM.
- LOBATO, José Bento Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- . *Mr. Slang e o Brasil e problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Franca. 2004. Tese de Doutorado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.
- NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília: s/e, 1984.
- NEPOMUCENO, M A. O papel político-educativo de *A Informação Goyana* na construção da nacionalidade. Goiânia/GO: Ed. da UFG, 2003.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1918.

PIMENTEL, M. A. O Brasil Central. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, tomo 68, parte 1, 1907.

Visões do sertão: as expedições científicas descobrem as mazelas das populações interioranas

Este texto analisa as impressões sobre o sertão do Brasil por intermédio dos pareceres da Comissão Exploradora do Planalto Central e da Expedição de Artur Neiva e Belisário Penna. A grande mudança analítica presente na análise de Penna e Neiva quando confrontada com a da Comissão Cruls está na atribuição de responsabilidade ao governo pela apatia e pelo atraso do brasileiro. A sua improdutividade passava a ser justificada pela doença, decorrente do abandono das autoridades públicas.

Palavras-chave: sertão, nacionalidade, doença

Impressions of the hinterland: the scientific expeditions discover mazelas of the provincial populations

This text analyzes the impressions on the hinterland of Brazil for intermediary of them to seem of the Comissão Exploradora do Planalto central and the expedition of Arthur Neiva and Belisário Penna. The great present analytical change in the analysis of Penna and Neiva when collated with the one of the Cruls Commission it is in the attribution of responsibility to the government for the apathy and the delay of the Brazilian. Its improdutividade passed to be justified by the illness, decurrent of the abandonment of the public authorities.

Keywords: hinterland, nationality, illness

A História na sala de aula a partir dos documentos visuais

Juliana Muylaert Mager¹

Resumo: Este trabalho procura discutir a relação traçada entre História e imagem e as formas pelas quais esta relação pode ser trabalhada no ensino da História a partir de participação no projeto intitulado “A História na sala de aula a partir dos documentos visuais”. Pretendo aqui mostrar tendo como base no trabalho realizado neste projeto as possibilidades e a importância pedagógicas e historiográficas de se trabalhar com imagens em História.

Palavras-chave: Ensino de História; imagens; historiografia.

Abstract: This work aims to discuss the relation between images and history and the many possible ways which this relation can be approached in the teaching of history based in my participation in the project named *A História na sala de aula a partir dos documentos visuais* which is in development in Universidade Federal de Uberlândia. In a few words, I intend here to show, having as base the work carried through this project, the pedagogical e historiographical possibilities of the use of images in History.

Keywords: History education; images; historiography.

Neste texto tenho o intuito de, a partir da apresentação do projeto *A História na sala de aula a partir dos documentos visuais* em desenvolvimento na Universidade Federal de Uberlândia pelos professores doutores Adalberto de Paula Paranhos, Kátia Rodrigues Paranhos e Luciene Lehmkuhl, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG/UFU), pelo qual atuo como bolsista desde maio de 2007, discutir a relação entre História e Imagem, especialmente o papel que as mesmas ocupam no ensino de História

Desde a primeira metade do século XX, com a Escola dos Annales, a historiografia propõe o debate dos conceitos de História e documento questionando uma visão positivista em que a disciplina era tida como objetiva e outros tipos de documento histórico apareciam desvalorizados em favor das fontes escritas. Dessa forma, a historiografia recente resgata outras formas (não escritas) de evidências históricas como as imagens, os testemunhos orais,

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG/UFU).

os textos literários, os objetos, entre outros, buscando compreendê-las como documentos tão capazes quanto qualquer outro de nos contar sobre um determinado passado. Assim sendo, o trabalho do historiador hoje não pode mais se limitar a uma única fonte, ou ignorar um determinado tipo de indício em favor de outros, sendo necessário abordar os documentos de maneira crítica, respeitando seu contexto. Assim temos nas palavras de Peter Burke:

Nos últimos tempos, os historiadores têm ampliado consideravelmente seus interesses para incluir não apenas eventos políticos, tendências econômicas e estruturas sociais, mas também a História das mentalidades, a História da vida cotidiana, a História da cultura material, a História do corpo, etc. Não teria sido possível desenvolver pesquisa nesses campos relativamente novos se eles tivessem se limitado a fontes tradicionais, tais como documentos oficiais produzidos pelas administrações e preservados em seus arquivos. (BURKE, 2004: 11)

Assim, a historiografia cada vez mais faz uso das imagens, entendendo-as como documentos históricos que vão muito além da mera ilustração dos fatos nos transmitindo informações valiosas de um passado. Essa relação tem crescido de tal forma que os estudos de História e imagem têm se estruturado como um campo dentro da História, abrangendo tanto os estudos de imagens de arte como de linguagens como a propaganda, o cinema, a fotografia, entre outras. Paulo Knauss nos fala sobre o resgate do estudo das imagens na História:

A afirmação do universo do estudo da história das representações, valorizada pelos estudos da história do imaginário, da antropologia histórica e da história cultural, impôs a revisão definitiva da definição de documento e a revalorização das imagens como fontes de representações sociais e culturais. É nesse sentido que a historiografia contemporânea, sem certa medida, promoveu um reencontro com o estudo das imagens. (KNAUSS, 2006: 102)

É nesse contexto da historiografia contemporânea e dialogando principalmente com a História cultural que o projeto *A História na sala de aula a partir dos documentos visuais*² se insere. Na verdade, trata-se de uma extensão de um projeto anterior intitulado *História e imagem: textos visuais e práticas de leitura* desenvolvido na mesma instituição de 2004 a

² O projeto *A História na sala de aula a partir dos documentos visuais* foi aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação foi aprovado em 2006, tendo sido desenvolvido pelos professores doutores Adalberto de Paula Paranhos, Kátia Rodrigues Paranhos e Luciene Lehmkuhl docentes da Ufu e contado com a participação dos bolsistas Clara Rodrigues Couto, Juliana Muylaert Mager, Lígia Gomes Perini, Renata Silva de Oliveira Galvão e Thiago Barbosa Vieira.

início de 2006 pelas professoras Kátia Rodrigues Paranhos e Luciene Lehmkuhl tendo participado como bolsistas os alunos Hallyne Luiz de Carvalho, Marcelo Marques Ferreira, Renata Silva Oliveira Galvão e Roberta Paula Gomes Silva também financiado pelo PIBEG/UFU.

Da pesquisa realizada neste projeto (*História e imagem: textos visuais e práticas de leitura*) sobre uso da imagem na História resultou uma base de dados contendo 163 títulos bibliográficos e 590 imagens, sendo que estas visavam um diálogo com disciplinas do curso de graduação em História da Ufu (Universidade Federal de Uberlândia). Assim, o projeto *A História na sala de aula a partir dos documentos visuais* aprovado, no ano de 2006, qual atuou como bolsista visa a divulgação desse material previamente levantado através da publicação dos resultados do mesmo e é claro ampliação desta base de dados através de novas pesquisas.

Esta publicação teria como público alvo professores de História de todos os níveis e alunos do Ensino superior que buscassem compreender mais sobre a relação História-imagem e principalmente sobre o uso de imagens na sala de aula.

A História na sala de aula a partir dos documentos visuais foi pensado, pois, nos vários momentos de divulgação do trabalho desenvolvido no anterior *História e imagem: textos visuais e práticas de leitura*, constatou-se grande interesse no acesso a esse material. Fora isso, verifica-se a importância de uma publicação sobre o tema que funcione como um guia completo capaz de sanar dúvidas, indicar leituras, entre outras possibilidades, visto que após análise de obras similares presentes no mercado editorial foi possível notar que há poucas obras com o mesmo perfil.

A publicação pretendida contaria com a bibliografia levantada sobre o tema e os resumos feitos de alguns desses livros e periódicos, também traria uma lista de periódicos e sites que trabalhassem com História e imagem e textos de autores convidados sobre o tema além do material já coletado mencionado. O intuito é que esta publicação funcione como uma obra de referência aos leitores interessados no tema proposto capaz de orientar alunos que desejem pesquisar e professores interessados em utilizar as imagens como recurso em suas aulas.

No presente momento, aguardamos resposta do pedido de renovação do projeto, já que este findaria em setembro deste ano, no entanto, viu-se necessário prazo maior para alcance e ampliação dos objetivos proposto. Dentro dessa primeira proposta não haveria possibilidade de divulgar as imagens captadas o que será possível com esse desdobramento do projeto, se aprovado, pois iremos efetuar além da publicação do livro o desenvolvimento de um material

didático digital que será disponibilizado e veiculará as imagens selecionadas e os resumos e referências organizados pelos alunos bolsistas.

Assim, nessa nova fase do projeto dividiremos a publicação em dois formatos, sendo um material digital no formato CD-ROM contendo as imagens captadas acompanhadas de suas respectivas referências iconográficas, os resumos de parte da bibliografia levantada efetuados pelos alunos bolsistas ao longo desses anos de duração do projeto e também a lista completa das referências bibliográficas e de lugares e sites para pesquisa. A outra publicação, já mencionada no texto, se dará no formato de livro e trará textos teóricos tratando da aproximação entre História e Imagem e também as referências presentes no CD-ROM.

O trabalho realizado no último semestre, do qual fiz parte, envolveu o levantamento de locais, sites, livros e filmes relacionados com o tema História-imagem. Assim pretendemos realizar uma lista com locais e sites aos quais o pesquisador, o aluno e o professor poderão se dirigir para encontrar imagens, facilitando o acesso e indicando caminhos. Os filmes podem ser diretamente incorporados na sala de aula e os livros podem orientar leituras importantes, facilitando o trabalho daqueles interessados no tema.

As possibilidades do uso pedagógico das imagens são extremamente vastas, visto que é um campo extenso, podendo o professor fazer uso de variados tipos de imagem, e também tendo em vista as diversas formas possíveis de se abordar cada imagem selecionada. Duas questões são importantes: o acesso às imagens e a forma de uso das mesmas. Assim, a publicação que nos propomos a realizar auxiliaria tanto como um guia de acesso às imagens e sua relação com a História como na questão pedagógica, já que os textos irão abordar essa questão e a própria disponibilização das imagens funciona como um auxílio pedagógico.

O uso de imagens é, assim, desafiador, visto que requer um conhecimento de leitura de imagens necessário para uma abordagem histórica. Dessa maneira, seja no âmbito da pesquisa ou na sala de aula é preciso saber lidar com as imagens, este é um dos pontos em que o projeto pode realmente auxiliar pessoas que queiram trabalhar com imagens, mas que precisem de alguma orientação.

É possível observar que o uso de imagens torna, não só o estudo de História mais dinâmico e interessante, como facilita o contato do aluno com um mundo que ele desconhece. A imagem permite ampliar as possibilidades oferecidas pelo texto escrito, assim, o uso pelo professor desses recursos complementares ao texto escrito traz para a sala de aula novas abordagens com relação ao ensino de História e mais importante, traz consigo o debate sobre as fontes historiográficas, mencionado acima, que cada vez mais trata as imagens, o cinema,

as fontes orais e uma série de outros recursos como documentos e não como mera ilustração dos fatos.

Assim, a utilização de diversos recursos didáticos diferenciados possibilita ao aluno diversos contatos diferenciados com a História, desmistificando o documento escrito, seja ele o livro didático ou mesmo um texto historiográfico, como fonte única do conhecimento tornando possível uma visão múltipla da História.

A importância de se pensar o ensino de História hoje se impõe como uma necessidade urgente, tendo em vista o avanço que a historiografia alcançou nos últimos anos do ponto de vista teórico e de pesquisa, permanecendo, no entanto, restrita a própria academia e não alcançando de forma satisfatória o ensino fora e dentro da própria universidade. Não mais se pode dissociar a pesquisa do ensino e vice-versa, dessa forma, podemos e devemos sempre pensar neles de forma conjunta. Paulo Knauss afirma sobre o estudo das imagens na História:

O estudo das imagens serve, assim, para estabelecer um contraponto a uma teoria social que reduz o processo histórico à ação de um sujeito social exclusivo e define a dinâmica social por uma direção única.

Essa postura, que compreende o processo social como dinâmico e com múltiplas dimensões, abre espaço para que a História tome como objeto de estudo as formas de produção de sentido. [...] Os significados não são tomados como dados, mas como construção cultural. Isso abre um campo para o estudo dos diversos textos e práticas culturais, admitindo que a sociedade se organiza, também, a partir do confronto de discursos e leituras de textos de qualquer natureza – verbal escrito, oral ou visual. (KNAUSS, 2006: 100)

A participação no projeto *A História na sala de aula a partir dos documentos visuais* possibilita a mim o contato com esse que é um tema de grande importância historiográfica, o estudo das imagens na História, além disso, me possibilita pensar uma outra grande questão que é o espaço do ensino de História hoje e de que forma o uso de imagens pode modificar o contato com a História.

Referências Bibliográficas

BERGER, John. *Modos de ver*. Lisboa: Edições 70, 1999

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*. Uberlândia: UFU, v.8, n.12, jan. –jun. 2006, p. 97-115.

MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

.

História Local: Uma didática a Ser Trabalhada no Ensino de História

Carlos Gilberto Barroso Maia

TEMA:

O estudo é uma análise da experiência enquanto professor de História, quanto à falta de interesse por parte dos alunos, em aprender os conteúdos transmitidos.

A pesquisa consiste na leitura e análise de livros à cerca de tal temática, e da realidade vivida por quem dá aulas de História.

OBJETIVO:

Promover mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História.

MATERIAL E MÉTODOS:

Definição do histórico dos Parâmetros Curriculares Nacionais, discutir o porquê da Criação dos PCN's e da Lei de Diretrizes e Bases, com base nas leituras dos mesmos e de bibliografias escritas por estudiosos da área, tais como: BITTENCOURT, FEITOSA, NIKITIUKI, SILVA e outros.

RESULTADOS PARCIAIS:

Os professores de História devem estar cientes de que é preciso acabar com essas aulas que avaliam o aluno pelo que é decorado e não aprendido. Faz-se necessário refletir ou analisar os conteúdos através de pesquisas vividas e não só decoradas. A importância do ensino de História Local nos dias de hoje levará o aluno a uma aprendizagem reflexiva. Ao indagar as pessoas que rodeiam um determinado ponto turístico de uma cidade, ela passará a participar ativamente de tudo que está relacionado às mudanças históricas desse lugar. O aluno de História precisa exercitar sua criatividade, identificar e observar os problemas reais a serem estudados e é onde entra a colaboração do educador, incentivando-o a explorar os lugares que fizeram parte da história da cidade. O professor precisa sair desse modelo de ensino que trabalha com a memorização de datas, nomes e fatos e seguir para um modelo de experiência mais prazerosa para os alunos. Trabalhar com a História Local desenvolve no aluno as habilidades de pesquisa, síntese, compreensão e transmissão do conhecimento sobre determinada realidade. Tornar possível o trabalho com o real mais perto das relações sociais que se determinam entre professor / aluno / sociedade e o ambiente em que moram e agem, mostram-se como o começo para a aprendizagem da história local.

FONTES:

ALARCÃO, I. Refletir na prática. **Revista Nova Escola**. Agosto, 2002. Edição 154. Rio de Janeiro: Editora Abril.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BÁRCIA, Paula. **O que é a história ao vivo?** Disponível em: <http://trajes.no.sapo.pt/oqueeahistoriaovivo>. Acesso em: 25 de janeiro de 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Volume 1 Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Volume 5. Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos Temas Transversais e Ética**. Volume 8. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

CABRINI, Conceição et ai. **O ensino de história: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO, L. A. M. **Pesquisando a formação de professores**. Mapeando alguns modos de ser professor ensinados por meio do discurso científico-pedagógico. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FEITOSA, Raimunda. **Os Fatores que Causam Desinteresse no Ensino de História no Curso Superior**. Tese de Mestrado. Fortaleza: Faculdade Filadélfia do Ceará, 2001, 61 p.

FENELON, Déa R. "A formação do profissional de história e a realidade do ensino". In: Cadernos Cedes (8). São Paulo: Cortez, 1988.

FIGUERÊDO, Haydée da Graça Ferreira de. **História Local e Educação Patrimonial: uma experiência em andamento**. Disponível em: www.uerj.br. Acesso em: 16 de janeiro de 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus. 1993.

LOKOL. Ziida Márcia Grócoli. **História Local nos Processos de Alfabetização de Crianças, Jovens e Adultos**. Disponível em: www.diadorim.org.br. Acesso em: 12 de março de 2005.

MANIQUE, António Pedro e PROENÇA, Maria Cândida. **Didática da História: património e história local**. 1ª ed. Lisboa: Texto Editora, 1994. 104p.

NAMO, G. H. **Formação inicial de professores para educação básica.** Disponível em:
Acesso em: 16 de março de 2000.

NIKITIUK, Sônia (org.). **Repensando o ensino de história.** São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, Natânia. **Ensino de História Local: um Desafio para os Professores do Interior da Zona da Mata - O Caso de Leopoldina.** Disponível em:
www.ufop.br/ichs/perspectivas/anais. Acesso em: 12 de março de 2005.

SAMUEL, Raphael. "História local e história oral". In: **Revista brasileira de história (19).**
São Paulo: Anpuh / Marco Zero, 1990.

SILVA, Marcos (org.). **Repensando a história.** Rio de Janeiro: Anpuh / Marco Zero,
1984.

SOUTO, Paulo Heimar e LEAL, Rita de Cássia Dias. **História local e ensino de história: múltiplos olhares a partir do litoral ao sertão sergipano** Disponível em: www.ufop.br.
Acesso em: 16 de janeiro de 2005.

PALAVRAS-CHAVE: História Local, PCN'S e Novas Didáticas.

Local history: A didactics To be worked in Ensino de História

Carlos Gilberto Barroso Maia

SUBJECT:

The study it is an analysis of the experience while professor of History, how much to the lack of interest on the part of the pupils, in learning the transmitted contents.

The research consists of the reading and book analysis to about such thematic one, and the reality lived for who of the lessons of History.

OBJECTIVE:

To promote significant changes in the process of teach-learning of it disciplines of History.

MATERIAL AND METHODS:

Definition of the description of the National Curricular Parameters, to argue the reason of the Creation of the PCN's and the Law of Lines of direction and Bases, on the basis of the same readings of and bibliographies written for estudiosos of the area, such as: BITTENCOURT, FEITOSA, NIKITIUKI, SILVA and others.

PARTIAL RESULTS:

The professors of History must be aware of that it is necessary to finish with these lessons that evaluate the pupil by what it is decorated and not learned. One becomes necessary to reflect or to analyze the contents through lived research and not only decorated. The importance of the Local education of History nowadays will take the pupil to a reflexive learning. When inquiring the people who encircle one definitive tourist point of a city, it will start to participate actively of whom this related to the historical changes of this place. The pupil of necessary History to exercise its creativity, to identify and to observe real problems to be studied and are where the contribution of the educator enters, stimulating it to explore it the places that had been part of the history of the city. The necessary professor to leave this model of education that works with the memorization of dates, names and facts and to follow for a model of more pleasant experience for pupils. To work with Local History develops in the pupil the research abilities, synthesis, understanding and transmission of the knowledge on determined reality. To more become possible the work with the Real close to the social relations that if they determine between professor/pupil/society and the environment where they live and they act, they reveal as the start for the learning of local history.

SOURCES:

ALARCÃO, I. To reflect in the practical one. **New magazine School**. August, 2002. Edition 154. Rio De Janeiro: Publishing company April.

BITTENCOURT, Circe (org.). **Knowing description in the classroom**. São Paulo: Context, 1997.

BÁRCIA, Paula. **that it is history to living creature?** Available in: <http://trajes.no.sapo.pt/oqueeahistoriaovivo>. Access in: 25 of January of 2005.

BRAZIL. Secretariat of Education Basic. **Parameters Curricular National: Introduction to Curricular parameters National**. Volume 1 Brasilia: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. Secretariat of Education Basic. **Parameters Curricular National: History and Geography**. Volume 5. Brasilia: MEC/SEF, 1997. 166p.

_____. Secretariat of Education Basic. **Parameters Curricular National: presentation of the Transversal Subjects and Ethical**. Volume 8. Brasilia: MEC/SEF, 1997. 146p.

CABRINI, Conceição et there. **The history education: urgent revision.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARDOSO, L. . M. **Searching the formation of professors.** Mapeando some taught ways of being professor by means of the scientific-pedagogical speech. Rio of January: DP&A, 2003.

FEITOSA, Raimunda. **The Factors that Cause Disinterest in Ensino of History in the Superior Course.** Thesis of Mestrado. \$fortaleza: Philadelphia college of Ceará, 2001, 61 P.

FENELON, Déa R. "The formation of the history professional and the reality of education". In: Notebooks You yield (8). São Paulo: Cortez, 1988.

FIGUERÊDO, Haydée of the Favour Blacksmith of. **Locaj_e_jEducação history Patrimonial: a in progress experience.** Available in: www.uerj.br. Access in: 16 of January of 2005.

FONSECA, Guimarães Forest. **Ways of taught history.** Campinas, SP: Papyrus. 1993.

LOKOI. Ziida Márcia Grócoli. **Local history in the Processes of Alfabetização of Children, Young e Adult.** Available in: www.diadorim.org.br. Access in: 12 of March of 2005.

MANIQUE, António Peter and PROENÇA, Maria Cândida. **Didactics of History: património and local history.** 1^[all] ed. Lisbon: Text Publishing company, 1994. 104p.

NAMO, G. H. **Initial formation of professors for basic education.** Available in: Access in: 16 of March of 2000.

NIKITIUK, Sônia (org.). **Rethink the history education.** São Paulo: Cortez, 1996.

WALNUT, Natânia. **Local education of History: a Challenge for the Professors of the Interior of the Zone of Mata - the Case of Leopoldina.** Available in: www.ufop.br/ichs/perspectivas/anais. Access in: 12 of March of 2005.

SAMUEL, Raphael. "Local History and verbal history". In: **Brazilian magazine of history (19).** São Paulo: Anpuh/Landmark Zero, 1990.

SILVA, Landmarks (org.). **Rethink history.** Rio De Janeiro: Anpuh/Landmark Zero, 1984.

SOUTO, Pablo LOYAL Heimar and, Rita de Cássia Dias. **Local history and education of history: multiple looks from the coast to the sergipano hinterland** Available in: www.ufop.br. Access in: 16 of January of 2005

PALAVRAS-CHAVE: Local history, PCN´S and New Didactics.

* Carlos Gilberto Barroso Maia é acadêmico de História/ Universidade Católica Dom Bosco.

E-mail: gilbert_mm@hotmail.com

A Cultura Cinematográfica do Cinema Novo como Expoente Social

Vichelson Mandu¹

RESUMO

A cinematografia do Cinema Novo foi profundamente marcada pelos temas sociais e políticos, numa perspectiva de denúncia e engajamento em busca de uma identidade e estética que traduzisse a realidade nacional. O objetivo é analisar o cinema enquanto “agente histórico e como documento historiográfico subjetivo”, e para isso devemos ter uma abordagem interdisciplinar. É importante trazer luz sobre como trabalhar os limites e possibilidades de uma historiografia que adota a cinematografia como fonte documental, além de analisar até que ponto o contexto repressor do período (1964 - 1968) interferiu no movimento e como podemos identificar essas interferências.

PALAVRAS-CHAVE

Cinema Novo; Documento; Ditadura; Metodologia cinematográfica.

ABSTRACT

The cinematography of the New Cinema deeply was marked by the social subjects and politicians, in a perspective of denunciation and enrollment in search of an aesthetic identity and that translated the reality national. The objective is to analyze the cinema while “historical agent and as historiographic subjective document”, and for this we must have a boarding to interdisciplines. It is important to bring light on as to work the limits and possibilities of a historiography that adopts the documentary cinematography as source, beyond analyzing until point the repressor context of the period (1964 – 1968) intervened with the movement and as we can identify these interferences.

KEY-WORDS

New Cinema; Document; Dictatorship; Methodology Cinematographic.

¹ Especializando do curso de História Cultural: Imaginário, Poder e Identidades, da Universidade Federal de Goiás.

Estudar este tema é fundamental para enriquecer, desenvolver e conhecer o período de repressão política da história recente do país. E neste trabalho, através do aparato cinematográfico, buscamos estabelecer uma aproximação entre o cinema e a história, já que o cinema pode e deve ser tratado como documento histórico e memória do seu tempo de produção. Em termos metodológicos, a análise das obras deste trabalho não se dará apenas por aspectos formais ou técnicos, se assim fosse seria um trabalho de comunicação social. Buscaremos compreender o processo histórico que as obras “transmitem” de uma forma subjetiva condicionada pela olhar do diretor. Tendo em vista que os movimentos artísticos são engrenagens pertinentes à conjuntura histórica da realidade à qual está inserida, não faz sentido buscar meios de tomá-los isoladamente.

Essa pesquisa se fundamenta a partir da nova história cultural, cuja proposta capta nas mais diversas formas culturais os aspectos contundentes das camadas sociais, suas manifestações, tradições, cultura, e, portanto, história. Para que seja um trabalho bem sucedido, os caminhos traçados entre antropologia, sociologia, cinematografia e História devem estar estreitamente ligados. Pode-se entender a área cultural como um aspecto privilegiado para a compreensão do mundo contemporâneo. É essa a meta, produzir novas abordagens históricas a partir de fontes que se encontram no campo da cultura, e ao fazer história, estamos tentando entender uma linguagem que não é a nossa através de um movimento de aproximação (compreensão) e afastamento (análise).

Os documentos e os fatos históricos jamais falam por si, são sempre interpretados. Nem mesmo existem fatos consensualmente importantes, um historiador pode selecionar um fato para pesquisa que seja totalmente irrelevante para outro, ou seja, não apenas a análise interpretativa é pessoal (subjetiva), mas a própria escolha dos fatos também. Assim sendo, poderíamos reescrever a história do regime militar através dos relatos dos próprios militares, ou através do ponto de vista do que foi transcrito nos meios de comunicação da época, ou ainda através dos relatos de quem foi perseguido pelo regime. O intuito deste trabalho é, a partir das obras do período, analisar as mudanças sofridas pela sociedade, pela política, pela economia e principalmente pela cultura brasileira, analisando a presença desses aspectos nos filmes.

O ano de 1964 foi um ano de rupturas, quando uma frágil democracia foi atropelada por uma ditadura política, tão dura que se estendeu para uma repressão social e cultural, a fim de censurar e punir toda e qualquer tentativa de manifestação contrária às idéias do então novo regime. Esse cenário estabelecido no dia 31 de março de 1964 estendeu-se por 21 anos, sustentado por uma linha dura que se legitimava através das

severas punições. O Cinema Novo teve início antes do estabelecimento do regime militar, e as cinematografias do período foram marcadas pelos temas sociais e políticos, numa perspectiva de denúncia e engajamento.

Neste trabalho a intenção é, a partir das fontes, verificar quais os elementos de intencionalidade presentes nos filmes, e com isso contestar a idéia do documento como prova. Tendo em vista é claro, que a proposta do trabalho não é um tratado teórico-metodológico. Levando em consideração que se trata de um discurso que trás consigo uma relação de poder, pelo fato de “defender” a idéia de alguma corrente de pensamento do referido recorte temporal. Serão discutidas as diferenças existentes entre a estética cinema-novista produzida respectivamente em 1964 e em 1969, portanto imersas ao contexto da Ditadura Militar Brasileira.

Pesquisar o enredo do golpe é fazer história, é desvendar, é colher as migalhas de um “tempo egoísta” que esconde tramas ainda obscuras. É esclarecer nosso próprio passado. São com esses olhos – críticos e atentos – que relacionamos o campo histórico com as representações das obras cinematográficas de Glauber Rocha. Analisar, tratar, ou mesmo comentar sobre este período da história trata-se de algo ainda complexo, muito do que se lê, ou se comenta acerca do período militar ainda é relativamente superficial, devido à dificuldade de acesso as fontes documentais do período e, principalmente, à respeito das leis sobre áudio-visual

Os filmes escolhidos são de Glauber Rocha, dramas produzidos e dirigidos por ele. Glauber estava inserido no contexto intelectual baiano que surgia na década de 1950, esta intelectualidade nascente no país foi possibilitada em grande parte pelo governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Portanto a camada média urbana que adentrava à Universidade pública do período passava a se conscientizar das discrepâncias sociais, políticas e econômicas que sufocava principalmente a região nordeste no Brasil. Esse conhecimento despertou iniciativas diversas no âmbito cultural – música, cinema, teatro, literatura, artes plásticas –, e os filmes selecionados fazem parte desta produção.

O cinema brasileiro, em sua maior parte, era restrito à região sudeste. A esta região a condição do sertanejo não fazia parte de uma “consciência de brasilidade”, ou seja, nos filmes antes do Cinema Novo o que era visto nas telas do cinema era um contexto urbano da “alta sociedade”. A miséria, a fome, a seca, o “coronelismo”, a religiosidade, entre outros elementos presentes em “O dragão da maldade contra o santo guerreiro” e “Deus e o diabo na terra do sol”, era quase um atentado contra aos

costumes do cinema brasileiro. A intenção do diretor era abordar essas perspectivas que estavam invisíveis, e isso foi possível pelo fato do próprio Glauber ter vivenciado muitas destas experiências e ter buscado o contato com as experiências não vivenciadas. Mas, no momento da produção fílmica de Glauber, ele fazia parte da realidade urbana baiana da década de 1950; era um elemento urbano produzindo sobre um elemento rural/sertanejo parco e isolado das transformações que a nação experimentava no período.

O set de filmagens não mais se restringia aos estúdios, se deslocava para o cenário natural, à céu aberto; se aproximando do cotidiano sertanejo para ser mais realista, mais representativo para que aquele povo se identificasse na tela, mesmo que fosse apenas uma amostragem que daquele universo gigantesco. Este documento com essa amostragem não pode ser considerado prova, pois as mesmas situações não aconteciam da mesma forma em lugares distintos e sociedades locais com elementos ímpares. A produção de qualquer documento por um ser vivente passa por uma série de escolhas mediadas pelo próprio autor que inclui ou exclui informações de acordo com sua intenção, por isso se trata de uma relação de poder do autor. Devemos considerar análises de elementos isolados e pensar na inserção deste particular sertanejo do filme à composição do “todo” sertanejo.

Estes documentos têm como alvo a sociedade que não considerava a existência de um sertão, que não tinha conhecimento das aflições e da realidade de uma parcela da sociedade brasileira. Isso também atingia o patamar governamental que com a “divulgação” destes problemas deveria buscar medidas que dessem conta da situação problemática.

Devemos analisar esta obra como fruto do desenvolvimento pelo qual passava o cinema nacional passava. O movimento Cinema Novo surgiu como uma forma de contestar as Chanchadas, que para os cinemanovistas era uma arte que não prezava uma crítica social e não representava uma visão que era incondizente com a representação do Brasil. Somente era possível perceber a imagem da burguesia carioca ou paulistana nas Chanchadas, o nordeste, norte, centro-oeste e o “interior” não se fazia presente. Daí o questionamento sobre, qual representação (identidade) de brasileiro era apreendida por quem assistia os filmes?

As obras de Glauber não são as que inauguram a estética do Cinema Novo e nem as que a finaliza, elas são uma escolha do autor do projeto para que a sua proposta seja alcançada; depois de suas produções, várias outras obras fazem parte desta estética. No

início da década de 1970 surgia outro movimento que revisionava e questionava o Cinema Novo, ou seja, esse processo de pensar sobre as obras que estão sendo produzidas é constante e muito importante para que tenhamos novas propostas e “o fazer arte” tenha uma busca por transformações.

No final da década de 1960, o Cinema Novo já havia conquistado um espaço muito grande junto à mídia internacional. Com isso o movimento passara a ser o “Modelo internacional de filmes”. Isso porque teve uma conotação artística pela linguagem dura e bem elaborada; pelo excelente uso das câmeras de filmagens com seus enquadramentos e jogos de luzes sempre peculiares; pela junção de elementos religiosos, políticos, econômicos e sociais que desnudavam a realidade brasileira terceiro-mundista e, por trazer aos países que se enquadravam nessa condição de reagir e se expressar, para que as autoridades tenham consciência que a população conhece e discorda dessa dura realidade.

Aliado à percepção do fenômeno humano e ao domínio da linguagem cinematográfica, o filme agrega a sensibilidade social, política e artística, produzindo um quadro das manifestações humanas mais importantes de determinada época, lugar e classe social. Revelando, paralelamente à reconstrução do ambiente físico e social, a fisionomia mental, emocional e intelectual de uma geração. Para tratar de uma parte da história do cinema brasileiro, da historiografia cinematográfica e da teoria do cinema, elegemos como vetor principal o cineasta Antonio Moreno². Mas não deixaremos de lado os outros ícones da área que entrecruzam cinema e história, tais como Marc Ferro, Jean-Claud Bernardet, Ismail Xavier, Alex Vianny, Massimo Canevacci e Guido Bilharinho.

Pode-se evidenciar o que pode corroborar a hipótese de que o regime militar na ditadura que começa a partir de 1964 teve influências na produção do Cinema Novo, e também existem sinais de protesto e contestação político-social, contudo diferentes das do protesto contra o golpe. Ao longo dos filmes podemos observar esses aspectos dispostos de forma clara, mas existem também fatores que não aparecem. Na obra de 1969 podemos ver colocada na tela um desfile cívico em alguma data comemorativa que não é especificada, mas isso faz com que vejamos que o diretor Glauber Rocha agregou à sua obra elementos que fizessem alusão a uma ordem estabelecida e que deveria ser respeitada. Duas cenas do filme: onde, na primeira notamos a intensidade

² Antonio Moreno é cineasta, pesquisador e professor do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense. Autor de vários livros tratando de cinema e diretor de inúmeros filmes.

das cores (que não era presente em “*Deus e o diabo na terra do sol*”) e o figurino da personagem que contrasta muito com a realidade local parca de recursos; na segunda podemos observar o combate entre Antônio das Mortes e o Cangaceiro Coirama, em uma paisagem árida, isso pelas locações escolhidas por Glauber para reproduzir com total fidelidade àquela região.

Um personagem, o de um professor da região, afirma que o Brasil não tem solução e que “a única coisa que pode salvar o país são os dólares americanos”. Denotando a crítica sobre a idéia de que a entrada maciça de capitais estrangeiros faria com que o Brasil se desenvolvesse, e isso não era um pressuposto isolado e sim geral. Por todo o filme podemos observar o discurso que era necessário respeitar o governo, ou seja, se isso não acontecesse haveria duras conseqüências, é importante observar como o diretor montou essas cenas para transmitir sua análise acerca daquele período.

Não mais recorrendo às descrições das cenas, o que vale entender é que esta obra, muito mais que “*Deus e o diabo na terra do sol*”, tem em seu enredo as marcas de uma política e uma sociedade que estava inserida no contexto do regime militar. E todas as atitudes e manifestações culturais deveriam passar pelo crivo dos censores para que pudessem ser divulgadas ou exibidas. Glauber Rocha, dois anos depois do lançamento desse filme, vai para o exílio onde passa seis anos sem poder retornar ao Brasil, isso por sua produção que poderia ameaçar a ordem nacional.

O estudo de imagens, seja elas de qualquer origem, pode (e até deve) ser tomado como a análise de um discurso, neste caso um discurso imagético. Esse discurso permite que o cinema seja tomado como uma possibilidade documental. O historiador Nicolau Sevecenko aborda essa temática em seu livro “*Literatura como missão*”:

“Falar, nomear, conhecer, transmitir, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma regularidade subjacente a toda ordem social: o discurso. A palavra ou imagem organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam. Daí porque o discurso se articula em função de regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas” (SEVECENKO, 1989, p. 19-20).

Existe agora um paralelo da nova onda de produção brasileira com o Cinema Novo da década de 1960, onde os filmes, a partir da década de 1990, ambientam e têm como enredo histórias muito similares às cinemanovistas. Filmes como “*Vidas secas*”, de Nelson Pereira dos Santos, “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”, de Glauber Rocha, e “*Macunaíma*”, de Joaquim Pedro de Andrade, marcos do Cinema Novo, são referenciais para filmes como “*Central do Brasil*” e “*Abril despedaçado*” de Walter Salles. Ou seja, o Cinema Novo tem sido visto como referencial em termos de obras cinematográficas nacionais, o que suscita uma pesquisa detalhada desse movimento e seus autores. Essa prerrogativa é de suma relevância, pois possibilita uma história mais democrática e atenta às diferenças do cinema nacional.

As obras selecionadas nos levam ao nordeste brasileiro, mostram um Brasil “feio”, com fome, explorado, pobre, mas rico em sentimentos; e é esse aspecto que tem maior importância para este trabalho. Os vários rostos marcados pela vida que narram as cartas nestes filmes são um retrato vivo de um país que deixa seu povo sofrer - mas que não consegue impedir que este expresse profundamente suas paixões ou que sorria de seus infortúnios. E isso, além de todos os outros aspectos e situações abordadas, é uma maravilhosa mensagem.

Cada pesquisa está repleta de subjetividade e deve-se levar em consideração a temporalidade e as particularidades. Peter Burke, no que tange ao historiador da cultura, engrossa o coro em sintonia com Mikhail Bakhtin e ressalta a pluralidade no campo historiográfico cultural. Em sua obra “*Variiedades da História Cultural*”, observa:

[...] deduz-se que uma história cultural centrada em encontros não deve ser escrita segundo um ponto de vista apenas. Nas palavras de Mikhail Bakhtin, essa história tem de ser “polifônica”. Em outras palavras, tem de conter em si mesma várias línguas e pontos de vista, incluindo os dos vitoriosos e vencidos, homens e mulheres, os de dentro e os de fora, de contemporâneos e historiadores. (BURKE, 2000, p. 267)

É importante constatar que qualquer documento histórico traz especificidades, talvez imperceptíveis, mas tudo é, e pode ser entendido como documento. Já afirmou Le Goff em *A “Nova História”* que o documento “não é inocente [...] o documento é

produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado quanto para dizer a verdade”. (LE GOFF, 1990, p. 54) Comungando da proposta de Carlo Ginzburg, em seu livro “*Mitos, emblemas e sinais*”, este trabalho pretende também verificar, através da influência do “paradigma indiciário”, a construção histórica através da busca por sentido nos sinais que serão analisados nos filmes, considerando as relações entre os filmes e o contexto histórico.

As relações existentes entre o cinema e a história trazem muitas dificuldades de definição e análise. A principal delas diz respeito à necessidade de discutir não somente o modo como um determinado filme (documentário ou ficção) foi concebido (o que remeteria para um possível projeto do diretor) ou o que ele pretendeu dizer (mensagem explícita/implícita), mas fundamentalmente como esta obra cinematográfica foi consumida/recebida por seu respectivo público e se atendia às definições da estética da qual se diz fazer parte. Desse ponto de vista apresentam-se as seguintes questões: como verificar historicamente o papel desempenhado por um filme? Quais parâmetros devem ser utilizados para caracterizá-lo historicamente? As análises internas (temáticas e de linguagem) seriam suficientes?

Analisar o papel historicamente desempenhado por um filme tange diretamente na representatividade do momento histórico ao qual está inserido ou ao momento histórico ao qual remete. O parâmetro para inserir uma obra por sua reprodução de uma determinada época requer um estudo abrangente do período remetente, considerando questões de amplas categorias, como cultura, política, economia, sociedade entre outros. Questões internas do filme são de extrema importância na compreensão da obra, mas não podem ser os únicos meios de estudá-la. Faz-se necessário que compreenda qual o motivo de certas escolhas do diretor, que busquemos as relações do diretor no filme em meio às influências (conscientes ou não) que a produção foi feita, ou seja, inseri-la historicamente com muita atenção. Podemos chamar de uma apreciação estético-política de um filme, ou então de uma apreciação estético-histórica, o que em ambos os casos trata-se de uma análise estrutural. É o que deve ser feito no caso deste trabalho: analisar

as duas obras de Glauber Rocha pela sua inserção na proposta do Cinema Novo e inseri-las aos acontecimentos do período das produções.

Assim como a experiência social pode ser traduzida numa certa noção de tempo/processo histórico, as obras podem trazer, internamente, uma interpretação do referente (externo). Com isso, é possível descortinar o foco narrativo, a construção das personagens, a composição das cenas, a relação personagens-espço, figurino, etc. Isso pode ser analisado de forma plena quando entra em contato com o público. Daí a importância desse estudo através do que a crítica de cinema publicou no período, e das publicações de historiadores ou de estudiosos do cinema.

Como não será possível expor de forma convincente todo o “costurar” de abordagens e teorias neste trabalho (por ser apenas um artigo), paremos por aqui. O que foi feito foi muito mais um ensaio que uma conclusão, intencionado neste momento instigar os pensadores sobre as inúmeras possibilidades do trato entre cinema e história. Como todo trabalho deve ser revisado este tem falhas e merece ser questionado e criticado.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: Propostas para uma História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Ed Contexto, 1994.

BILHARINHO, Guido. *O cinema brasileiro nos anos 80*. Uberaba, Brasil: Instituto Triangulino de Cultura, 2000.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. *Cinema e Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

CANEVACCI, Massimo. *Antropologia do cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 14ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FARIAS, Cordeiro de. *Antecedentes da Anti-Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J., NORA, P. (Dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas, sinais*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Glauber Rocha, esse vulcão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

- MORENO, Antonio. *Cinema brasileiro: história e relações com o Estado*. Niterói: EDUFF; Goiânia: CEGRAF/UFG, 1994.
- ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- _____. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra/EMBRAFILME, 1981.
- SANTOS, Nelson Pereira dos, ROCHA, Glauber & VIANY, Alex. Cinema Novo: origens, ambições e perspectivas. In: *Revista Civilização Brasileira*, Nº 1, março, 1965.
- SARACENI, Paulo César. *Por dentro do Cinema Novo: minha viagem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- VIANY, Alex. *Introdução ao cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Alhambra/EMBRAFILME, 1987.
- XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

O Ensino de História Através da Música e do Cinema de década de 1950

Vichelson Mandu¹

Resumo

Este artigo trata da perspectiva que a licenciatura incita e da articulação entre a teoria e a prática metodológica com o uso do cinema e da música em sala de aula a partir do estágio na segunda fase do ensino fundamental do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás.

Palavras-chave: Metodologia; Aprendizado; Música; Cinema.

Summary

This article deals with to the perspective that the licenciatura stirs up and the joint between the theory and the practical metodológica with the use of the cinema and music in classroom from the period of training in the second phase of the basic education of the Center of Education and Research Applied to the Education of the Federal University of Goiás.

Key Words: Methodology; Learning; Music; Cinema.

Este trabalho trata das perspectivas que a licenciatura possibilita ao historiador, e da articulação entre a teoria e a prática metodológica com o uso do cinema e da música em sala de aula. Elementos culturais importantes e recorrentes à realidade do ensino público e privado tomados como formas narrativas. Essa iniciativa se deu a partir do

¹ Especializando do curso de História Cultural: Imaginário, Poder e Identidades da Universidade Federal de Goiás.

estágio na segunda fase do ensino fundamental do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás. O objetivo é um intercâmbio entre as experiências dos professores de história com o uso desses instrumentos aliados ao ensino. Entretanto o que deve ser considerado é a forma de uso dessas mídias, até que ponto são ferramentas e até que ponto são limitadas. A história pensada através de uma linguagem diferenciada, dinâmica e envolvente que deve ser trabalhada aliada à história temática. Muito mais que tentar estabelecer um modelo a intenção é pensar a licenciatura convergindo com manifestações culturais extremamente ricas e reveladoras.

Analisar a disciplina Didática e Prática de Ensino de História, a qual integra a grade curricular do curso de graduação em História da Universidade Federal de Goiás, requer muito cuidado, pois esta disciplina deveria suprir a maioria das carências dos “futuros professores” no que tange a questões que vão desde a postura em sala de aula até a recursos didáticos, em suas mais variadas aplicações (Colégios Públicos e Privados). Mas sabemos que oferecer uma rica discussão que auxilie na avaliação de propostas de mecanismos que se refere à uma melhor formação de professores não é uma tarefa simples, pois não existe uma “receita” pronta que se aplique a todas as situações e pessoas. É necessário que haja um estudo de caso para cada situação, foi o que aconteceu durante o período de observação feito na oitava série “A” do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada a Educação – CEPAE – da Universidade Federal de Goiás.

Pôde ser percebido a dispersão dos alunos em meio a temas de extrema importância para a formação histórica de um brasileiro, como nessa série se daria o primeiro contato mais aprofundado na História do Brasil, a necessidade de recursos para que os alunos absorvam o máximo do conteúdo foi latente. A opção em trabalhar com música e cinema nasceu dali, pelo fato de dominar algumas teorias desses recursos.

O aprendizado somente acontece quando se é formado e não quando se é treinado. Formar é diferente de treinar temporariamente. A habilidade para formar ultrapassa os limites da teoria, exigindo uma compreensão prática e exata dos problemas a serem solucionados e a capacidade de ensinar. A experiência do estágio mostra que formar não é muito complicado, nós é que fazemos questão que pareça difícil. Formar é apresentar um conceito se comprometendo com sua compreensão, com a linguagem acessível e se responsabilizando pelo resultado, independente de como será alcançado. Aí está lançado o desafio, se comprometer com a sala de aula para que o aprendizado seja realmente pleno.

OBSERVAÇÃO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

Ao longo do curso pudemos constatar a ineficiência das políticas e estratégias, atribuída principalmente à constância de investimentos realizados em ações isoladas, fragmentadas e desarticuladas, existe um descaso (não por parte dos professores da disciplina que têm os mesmos anseios) por parte do sistema governamental que foi se cristalizando em nossa sociedade. Estamos em um ponto onde para qualquer pessoa responderia, quando questionada, que o ensino privado detém os melhores professores, a melhor estrutura, a melhor organização e o melhor ensino. Mas isso poderia ser diferente, não se trata de uma disputa entre o público e o privado, e sim de investimentos em salários melhores, em incentivos a desenvolvimento de projetos sociais e adoção de um critério de formação contínua dos professores. Isso acontecendo teríamos em nosso país uma escola pública com qualidade de ensino igual ou até melhor que as escolas privadas.

O ideal seria a implementação de programas de formação continuada, preocupados principalmente, com a introdução de múltiplas inovações curriculares e revestidas do propósito de melhoria e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas desenvolvidas por seu corpo docente. Não se pode deixar de considerar que uma carga significativa de recursos humanos e financeiros tem sido despendida pelas instâncias públicas em projetos de “capacitação” de professores, gerando uma série de atividades de formação continuada – palestras, seminários e cursos. Enquanto isso não for introjetado por todos os governos (Esquerda ou Direita, municipal, estadual ou federal) e a cada ano que se passar for aumentados os investimentos, levaremos décadas para observar as mudanças necessárias que se apresentam tão imediatas.

Há a pretensão de se resolver, a curto prazo, problemas complexos da educação, como a repetência e a evasão; ou a crença de que através das ações ocorreria uma rápida adequação das práticas docentes às mudanças pretendidas, e isso não pode acontecer. Os investimentos e mudanças devem ser aplicados na base do ensino, ou seja, no ensino fundamental, para que em torno de 10 ou 15 anos possamos levantar-nos e dizer que participamos de uma “revolução educacional” que nos colocará diante de brasileiros cada dia mais críticos e capacitados a tornar nosso país rico em desenvolvimento

“humano”, menos contrastante, menos “doente socialmente”, afetado pelos estigmas que nos circundam.

Quem melhor que os próprios professores (através de suas ricas experiências) para traçar um direcionamento no desenvolvimento de melhorias? Os saberes da experiência se fundam no conhecimento que o professor tem de seu meio, de sua prática cotidiana. Tais saberes brotam da experiência e incorporam-se à vivência individual e coletiva sob as formas de “saber fazer” e “saber ser” do professor. Eles constituem a cultura docente, e é através dessa cultura que os demais docentes avaliam a pertinência dos planos propostos na educação. Não basta pensarmos em mudanças se estas não forem muito bem elaboradas em um plano de ação que será estável e bem estruturado para que não se perca nem tempo e nem dinheiro público em utopias, pois já chegamos ao ponto de pensar que a boa educação faz parte do lúdico.

É preciso também refletir sobre a participação das universidades nesse processo, as tentativas de aproximação entre ensino básico e superior, onde a disciplina que estudamos deveria ser o diferencial, nos tornando capazes de discernir o ensinar por si só da formação de pensadores que colaborarão com a melhoria do nosso futuro cada vez mais pessimista e descrente. Conhecer as experiências de formação continuada vivenciadas pelos professores na Rede Pública de Ensino seria um bom começo.

Hoje os programas são pensados como blocos homogêneos e dentro de um único modelo de formação de professores, sem condições mais ampliadas de proposição de programas mais diversificados e alternativos, se partirmos da rede pública logo essas propostas chegarão a rede privada e a formação universitária, pois não é infundada a tão problemática Reforma Universitária. Devemos nos conscientizar da não condizência com a realidade do ensino público e a realidade que temos contato ao estagiarmos em um Colégio tão peculiar quanto o CEPAE.

CINEMA E MÚSICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Nesse Colégio é que relacionei o ensino de história com recursos do cotidiano dos alunos da faixa etária dos 13 aos 15 anos. Nos últimos anos tem sido cada vez mais freqüente o uso de “novas linguagens” não só para motivar os alunos, mas para tentar “atualizar” a concepção de documento histórico, incluindo-se nesse campo as imagens

produzidas pela sociedade. Se o professor optar por trabalhar com as “novas “ linguagens aplicadas ao ensino de História, ele deve ter claro que esta “novidade” não vai resolver os problemas didático-pedagógicos do seu curso. A incorporação desse tipo de documento/linguagem não deve ser vista como a substituição dos conteúdos de aprendizado por atividades fechadas em si mesmas. É certo que vivemos cada vez mais num universo midiático, permeado pelas imagens e pelo som, num universo onde cada vez mais substituímos nossas experiências reais pelas representações dessas experiências. O cinema e a música são ferramentas de imensa utilidade prática no ambiente escolar, isso não somente na disciplina de História, mas também na maioria das outras disciplinas.

É certo que hoje se admite que a imagem não ilustra e nem reproduz a realidade, ela constrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico. O filme passa a ser visto como uma construção que, como tal, altera a realidade através de uma articulação entre a imagem, a palavra, o som e o movimento. (SALIBA, 1993: 119) Esse tema não é tão inovador, justamente pela sua discussão e uso a mais de 15 anos, o que difere esses recursos é a forma com que apresentamos aos alunos, com chamar a atenção deles para a observação histórica naqueles recursos. Os alunos devem ser despertados pela possibilidade de construir pensamento crítico através da música e do cinema.

A intenção de trabalhar com esses recursos midiáticos e metodológicos (porque não), se apresentou como uma possibilidade de trabalhar o interesse dos alunos pelos temas históricos que os recursos faria alusão. É necessário que fique bem claro que o uso desses recursos não forma na intenção apenas de ilustrar o período histórico estudado, e sim na intenção de trabalhar historicamente esses recursos. Como? Fazendo com que os alunos sintam a necessidade de observar quais temas são pertinentes à produção, à letra, ao movimento do qual a música ou cinema faz parte, aos autores e seu tempo. Isso era o objetivo que foi alcançado em partes. Em partes pelo fato de ainda com essas “inovações” no ensino de história, os alunos não recuperaram totalmente o interesse pela disciplina que para eles já era vista como apenas leitura e escrita.

Toda a atenção – não apenas do professor, mas de todo aquele que lida com imagens e músicas – deve voltar-se para o lado mais invisível, frágil, onde talvez se encontrem os possíveis vestígios de um inconsciente visual de nossa época. Elias José Saliba, trata muito bem do cinema como recurso de aprendizagem em seu artigo “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das

imagens”, é preciso observar a pertinência dessas observações para que esse recurso seja utilizado de forma adequada. Vejamos as palavras de do autor SALIBA, 1993: 87-118.

Ao utilizar-se do filme no processo de ensino, ainda acredito que todo esforço do professor de humanidades deve ser no sentido de mostrar à maneira do conhecimento histórico – o filme também é produzido, também ele irradia um processo de pluralização de sentidos ou de verdades – e, da mesma forma que na História, o filme é uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente. A construção da história nos documentários ou na ficção fílmica é mais do que interpretação da História, pois o ato de engendrar significados para o presente lança o realizador (ou realizadores) da ficção cinematográfica em possíveis ideológicos que ele não domina em sua totalidade. Portanto, construir a história na narrativa fílmica pode implicar, inclusive, destruir significados estáveis, desmontar sentidos estabelecidos, desmistificar ilusões ou mitos já cristalizados. Porque ressaltar o aspecto de construção subjetiva da História na narrativa fílmica significa reconhecer a memória coletiva como terreno comum da ficção e da historiografia.

Esta discussão do autor remete exatamente ao objetivo do uso do cinema (por ter sido o alvo de sua tese) e da música, que precisa dos mesmos cuidados e intenções de uso.

O ESTÁGIO E A FORMAÇÃO DOCENTE

Voltando à discussão didática, a proposta do curso “Didática e Práticas de Ensino de História” de nos “apresentar a realidade social do estágio” foi alcançada. Mas

o que não podemos esquecer é de qual realidade estamos falando, o nosso caso de uma realidade singular em nossa cidade, pois o CEPAE está inserido no contexto de uma Universidade Federal que já possui um traçado crítico-construtivista que não está voltada apenas para o tão temido vestibular, e sim muito mais voltada a construção de cidadãos munidos de propósitos sociais. O problema nesta situação é que a maioria dos pais e alunos não têm essa visão do Colégio da rede pública da qual fazem parte, pois a realidade do ensino público em nosso país é muito mais amarga e frustrante por ser tão carente de tudo, recursos, estrutura, metodologias inovadoras, e etc.

Agora falando em objetivos é preciso admitir que todos os objetivos traçados pelo curso “Didática e Prática de Ensino de História” não foram alcançados. Mas isso não é reflexo do potencial dos professores e sim a expectativa do aluno do curso de graduação em História que é muito alta, pois são quatro anos em uma Universidade que aplica o Estágio apenas no último ano do curso sem ao menos direcionar anteriormente os requisitos para uma melhor e maior absorção. Nessa altura nos encontramos em meio a um tumulto tão indesejado que nos vemos impossibilitado de aplicar a Psicologia Educacional ou as Estruturas e Funcionamento do Ensino.

O que pode se agregar a disciplina é um estudo técnico das ferramentas teóricas e funcionais, uma perspectiva educacional que considera os meios que circundam o aluno (internet, novelas), quando estes os possui, e também a realidade de alunos que não têm nem o que comer antes de ir a escola. As disparidades são inúmeras e não podem ser desconsideradas para que não possamos reduzir o ensino e aprendizagem à alguns alunos dentre muitos. O professor deve buscar conhecer os alunos para que ela seja despertado a participar ativamente se sentir inserido no grupo social escolar. Os recursos paradidáticos devem ser analisados com cuidado para que os alunos, ao ter contato com coisas cotidianas, observem a possibilidade de aprender história ou qualquer outra disciplina em nosso dia-a-dia.

Ao ensino de história deve ser dada maior significância pela sua capacidade de fazer com que os alunos conheçam e estudem diversas culturas e formações de ideologias, políticas e sociedades espalhadas por todo o globo. Para que sejam estabelecidas as devidas conexões com tempos passados possibilitando um futuro mais promissor. “Não é possível ignorar acontecimentos em que se encontram as raízes da nossa sociedade tradicional tão resistente às mudanças, da noção arraigada de um Estado patrimonialista, dos preconceitos raciais e da desvalorização do trabalho manual” (JANOTTI, 2002: 47).

Analisar e usufruir da mídia (telejornais, jornal impresso, revistas, novelas), por exemplo, faz com que a educação ultrapasse a sala de aula e esteja imediatamente ao alcance dos alunos e familiares fazendo-os observar que tudo o que é transmitido é a partir da visão de alguém (discurso), que novelas podem tratar de assuntos polêmicos, que existem programas educativos e preocupados com questões sócio-ambientais.

Constatar que podemos preparar uma aula para que seja feito todo um planejamento em relação ao tempo, qual linguagem que pode ser utilizada. E depois que tudo esta planejado, ao entrarmos na sala para a sala de aula, e a aula acontecendo é possível constatar que o imprevisto reina, com isso a aula deve ser planejada com tempo que dê espaço aos imprevistos, às participações dos alunos, tudo deve ser pensado para que a aula não se torne cansativa e desinteressante.

O Colégio do estagio é um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, ou seja, possui toda uma estrutura que faz com que os futuros professores possam, ainda dentro da universidade, ter contato com a sala de aula, cotidiano escolar, hierarquia (muito peculiar e bem distribuída no caso do CEPAE), posturas em sala dos professores orientadores, etc. o período de observação em sala de aula faz com que os estagiários tenham uma melhor percepção da relação professor – aluno; de como o professor em sala consegue “dominar” o conteúdo, os alunos e o tempo em sala; qual é o perfil da sala em que os estagiários farão a regência; a metodologia necessária em relação a uso dos recursos didáticos em sala; como elaborar as atividades na linguagem dos alunos; trabalhar com conceitos; entre outras inúmeras observações que ajudam o estagiário.

Após a regência é preciso analisar se tudo, ou pelo menos parte do que foi planejado foi alcançado, se a teoria e prática foram convergentes, se o conteúdo foi absorvido, se os alunos tiveram participação nas aulas como era esperado, entre outros anseios. Em quase todos esses tópicos a constatação de sucesso, por parte do estagiário que elaborou o plano, foi muito gratificante, saber que estar em uma sala de aula com diversos alunos lhe dando espaço para desenvolvimento de um tema bem complexo, deixa uma sensação de mudanças encaminhadas. Mas um único professor ou então uma única disciplina não consegue (como um todo) modificar o caminho da educação em nosso país, é preciso uma reforma geral desde o ensino básico até às universidades. De qualquer forma o estágio, sem sombra de dúvidas, é capaz de nos trazer luz a uma realidade tão temida: a sala de aula. E derrubar o mito da dificuldade, criar uma atmosfera que agregue ensino e aprendizagem.

Bibliografia

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: Propostas para uma História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: *O Saber Histórico na Sala de Aula*. Circe Bittencourt (Org.). 6ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. Volume Único. - 6ª Edição Reformulada – São Paulo: Saraiva, 2002.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J., NORA, P. (Dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

MONTELLATO, Andrea Rodrigues Dias; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. *História Temática: O mundo dos cidadãos*. 8ª Série. São Paulo: Scipione, 2000.

MARANHÃO, Ricardo; ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e Civilização: uma história global: o mundo contemporâneo do século XIX aos dias atuais*. Volume 4. São Paulo: Moderna, 1999.

MORENO, Antônio. *Cinema brasileiro: história e relações com o Estado*. Niterói: EDUFF; Goiânia: CEGRAF/UFG, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. A televisão como documento. In: *O Saber Histórico na Sala de Aula*. Circe Bittencourt (Org.). 6ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In: *O Saber Histórico na Sala de Aula*. Circe Bittencourt (Org.). 6ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A produção do conhecimento histórico e suas relações com a narrativa fílmica. In: *Lições com o cinema*, n. 1. São Paulo: FDE, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 12ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

A Leitura de Imagens de Acervos Fotográficos: entre a memória registrada e a historiografia.

Miriam Paula Manini*

Resumo

Este trabalho discute o exercício de leitura de imagens fotográficas feito por historiadores em acervos de instituições coletoras e detentoras de cultura, tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e de informação. Aborda o tratamento dado à informação imagética pelos profissionais de acervos, a relação desta pré-análise com os interesses e necessidades de informação do pesquisador e os usos que o historiador faz da fotografia. O objetivo é observar em que medida a leitura do profissional da informação prepara a leitura do pesquisador e elencar os tipos de uso que o historiador faz de fotografias históricas quando seu interesse recai sobre registros imagéticos de memória.

Palavras-chave: leitura de imagens, acervos fotográficos, análise documentária de fotografias.

Abstract

This work argues the exercise of reading of photographic images made by historians in quantities of collecting and detainers institutions of culture, such as archives, libraries, museums and centers of documentation and information. It approaches the treatment given to the visual information for the professionals of quantities, the relation of this analysis with the interests and necessities of information of the researcher and the uses that the historian makes of the photograph. The objective is to observe where measured the reading of the professional of the information it prepares the reading of the researcher and to list the types of use that the historian makes of historical photographs when its interest falls again on visual registers of memory.

Key words: Reading of images, photographic quantities, documentary photograph analysis.

* Miriam Paula Manini é Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP) e professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (mpmanini@uol.com.br).

A Fonte Iconográfica na Perspectiva do Arquivista

A História e a Arquivologia são ciências que se tocam segundo várias perspectivas: i) a capacidade que a Arquivologia desempenha ao promover a reunião de documentos de uma pessoa ou instituição, com o intuito de preservar os registros que poderão contar sua história; ii) ou o conjunto deste mesmo acúmulo, que representa a capacidade incomensurável de contar a história de um local, uma época, uma sociedade, etc.; iii) o fato da História, enquanto ciência ou disciplina, produzir artefatos de toda e qualquer natureza, destinados a registrar, representar, contar, guardar, manter o fluxo dos acontecimentos, demandando a existência de métodos e técnicas de preservação e recuperação de informações; iv) e até remeter ao fato de que os arquivos permanentes, repositórios de documentos considerados de guarda e preservação “infinita”, são também chamados de arquivos históricos. Segundo qualquer uma destas perspectivas, a Arquivologia colabora com a historiografia.

Por vezes, em ambientes em que historiadores e arquivistas coabitam, existe uma certa animosidade, fruto de uma discussão que balança entre “para saber cuidar de documentos é preciso ser historiador” e “para saber recuperar uma informação é preciso ser arquivista”. Prefiro a parte da coisa que aproxima historiadores e arquivistas: o interesse pela preservação, palavra que até ganhou novos e mais amplos sentidos com a globalização e o movimento ambientalista, tornando-se sinônimo de vida na Terra.

Entre os diversos artefatos guardados em invólucros, estes presos a pastas suspensas, estas suspensas em gavetas de arquivos de aço, em salas – espera-se – climatizadas e monitoradas em prédios de arquivos, estão as fotografias: é sobre elas que lançaremos nosso foco, abordando a maneira adequada de se tratar a informação fotográfica para que a imagem se preste também adequadamente às interpretações do historiador ao usá-la como sinal, pista, marca ou indício de enunciados históricos.

Adianto que não falaremos da maneira adequada de se organizar documentos fotográficos dentro dos quadros de arranjo, mas de uma operação mais próxima à imagem: a leitura de fotografias e sua análise documentária, processos que resultam na tradução do icônico para o verbal e na elaboração de resumos/descrições e no levantamento de descritores ou de palavras-chaves.

Acredito que é sob esta perspectiva que o arquivista que lida com imagens em seu acervo deve atuar: aproximar-se da imagem ao máximo e dela extrair o que de melhor possa interessar

ao seu pesquisador usual, ou seja, quanto mais adentrar na fotografia, melhor a traduzirá e poderá oferecer aos usuários uma informação bem elaborada, pronta a se transformar em conhecimento, através de uma outra lente: a do historiador.

Certamente, o profissional da informação que quiser trabalhar com fotografias precisa se preparar minimamente para lidar com questões ligadas não só à técnica fotográfica, mas também com a narrativa proporcionada e encadeada pela fotografia. Deve-se aliar esta nova forma de olhar o documento fotográfico com a prática indispensável da pesquisa: será sempre necessário relacionar imagens entre si e imagens com textos e outros documentos, afinal o arquivo é um organismo pulsante que transpira significados.

Há uma operação que precede a análise documentária de fotografias – resumo e indexação – e que também se torna indispensável para que tal análise seja bem sucedida: a leitura da fotografia; e esta se realiza fazendo perguntas à imagem, evitando, já, tanto quanto possível, interpretações subjetivas.

Os usos da fotografia

Dos usos possíveis que se tem feito da fotografia podemos mencionar os que seguem¹.

No uso **comercial**, a imagem fotográfica será, de alguma forma, comercializada, seja em publicidade nos meios de comunicação ou divulgada dentro de um esquema de *marketing*. Ela deve ser convincente em termos de qualidade do produto ou situação que veicula. Nas relações de mercado, a imagem pode ser o início de um bom negócio. Para o uso comercial, a imagem não precisa ser, necessariamente, verossímil em termos de conteúdo, mas em termos da idéia que veicula. Uma imagem destinada a esta finalidade provavelmente seria escolhida prioritariamente segundo critérios estéticos, artísticos ou ilustrativos.

A finalidade de **exposição ou publicação** levará a fotografia a ser exibida ou publicada. Os motivos desta exibição/publicação podem ser: demonstrar uma produção artística, comemorar um evento, divulgar a documentação fotográfica de determinado acontecimento (com finalidade histórica e/ou científica), publicação em livro, jornal, revista, tese, vídeo, CD-ROM, DVD, entre outros possíveis. O uso de exposição, assim como o comercial, é de caráter temporário, e levaria mais em conta um critério de escolha estético ou artístico para o caso, por exemplo, de uma

¹ Para uma explanação pormenorizada sobre usos e critérios de escolha de imagens em acervos, ver Manini (2002: 124-148).

exposição de arte. Uma exposição histórica ou científica, por sua vez, já levaria em consideração critérios de verossimilhança, representação e ilustração. O uso de publicação não será tão temporário, sobrevivendo a imagem enquanto sobreviver o veículo de publicação.

No uso **probatório** a fotografia serve como prova ou evidência de um fato ou acontecimento, trazendo a certeza sobre uma verdade manifesta. A questão do estatuto probatório da imagem fotográfica modifica-se, em alguma medida, com o surgimento da imagem conceitual²; as fotografias digitais ou híbridas, criadas pelo computador e por programas a ele associados, vêm trazer consigo uma crise no caráter referencial da imagem fotográfica³. A recepção torna-se um momento de rendição para quem observa uma imagem nos dias atuais, e o usuário se torna refém de mais uma informação que deve buscar: “esta fotografia é digital ou analógica?”. Tudo o que antes era verdade se torna dúvida, já que um terceiro elemento veio se colocar no “casamento” do referente com a imagem fotográfica, alterando a relação do homem com a realidade no que diz respeito à recepção do conteúdo de uma fotografia. O uso probatório consideraria a verossimilhança e a representatividade em primeiro lugar.

O uso **didático/científico** diz respeito à utilização de imagens fotográficas em aulas, palestras, seminários e apresentações similares, seja em suporte-papel ou através de projeção de diapositivos ou de *slides* eletrônicos. Tal uso está relacionado às fotografias que são o objeto de estudo e pesquisa de determinada área do conhecimento, que pode ser de temática histórica, sociológica, biológica, antropológica, etc. Critérios importantes para este uso são o de verossimilhança, de representação e de ilustração. Dependendo da área de conhecimento (Arte, História, por exemplo), os critérios estético e artístico são igualmente importantes.

A categoria **pessoal/familiar** refere-se a usuários interessados em fotografias que possam compor seu acervo pessoal ou seu álbum de família. Os principais critérios a serem levados em consideração neste uso são os de verossimilhança e o representacional.

De toda a diversidade deste leque, vamos nos concentrar, aqui, na fotografia como registro e como documento de arquivo.

A fotografia documentária, cuja principal característica é ser uma reportagem visual de caráter especialmente – mas não exclusivamente – social, funciona, muitas vezes, como um

² A arte conceitual é uma corrente artística surgida na década de 1960, que privilegia o conceito, a idéia (por oposição ao objeto em si); o artista recorre a associações que convidam à reflexão. No nosso caso, estamos nos referindo às fotografias digitais, às imagens híbridas ou virtuais.

³ O probatório, quando de acordo com protocolos perfeitamente estabelecidos, mantém-se, contudo, até com valor legal (exemplos: fotografias da polícia técnica e fotografias para multar motoristas por excesso de velocidade).

testemunho histórico da ocorrência de fatos, da existência de pessoas e da participação das mesmas em eventos, além de poder demonstrar imageticamente objetos, artefatos e lugares. Vamos tentar nos concentrar na maneira como estas imagens se colocam – e se comportam – dentro dos arquivos, mas sempre lembrando de poder generalizar algumas formas de seu tratamento em acervos de outra natureza.

Acervos com imagens⁴

Tendo a fotografia surgido no primeiro quarto do século XIX, pode-se calcular que ela começou a fazer parte de acervos na virada para o século XX, considerando que durante este período houve não só sua consolidação como forma de registro mas também o surgimento da importância do objeto em si como documento: uma imagem fotográfica traz uma informação de conteúdo e também vários dados sobre a forma de produção da imagem.

Os arquivos audiovisuais não tiveram um começo formal. Emergiram de fontes difusas, em parte sob os auspícios de uma larga variedade de instituições de recolha, instituições acadêmicas e outras, como uma extensão natural do seu trabalho.

Desenvolveram-se em paralelo, com algum atraso, ao crescimento em popularidade e alcance dos próprios documentos audiovisuais. (...) Desde os anos 30 em diante, ganharam uma identidade mais visível estabelecendo federações internacionais para representar os respectivos media. Também, progressivamente foram reconhecidos pelas federações internacionais de arquivos e bibliotecas em geral. (EDMONDSON, 1998: 25).

Nos arquivos, é recomendável e necessário que a fotografia seja tratada, sob determinado aspecto, como um documento igual aos demais: deve compor arranjos, ser descrita, ser classificada, ter seu lugar nos instrumentos de pesquisa e se tornar possível de ser recuperada e acessada. De fato, o mais importante a se considerar são as particularidades da fotografia, que a diferenciam dos demais gêneros documentais. Existem dois exercícios que se estabelecem entre a imagem e o profissional da informação: o Resumo (descrição sucinta da imagem) e o levantamento de Descritores ou Termos de Indexação. Nestes processos, o estatuto da imagem fotográfica propõe – e exige – aplicação e atenção diferenciadas, visto ser a imagem um texto de diferente aplicação e leitura.

⁴ Para uma explanação específica sobre acervos iconográficos, ver Manini (1997).

Por ora, vamos nos concentrar numa atividade que se torna imprescindível à identificação completa – ou mais completo possível – de um documento fotográfico: a pesquisa histórica e iconográfica.

Pesquisa histórica e iconográfica

Há uma polêmica – fundada e enriquecedora de muitas discussões úteis e necessárias – sobre a real necessidade e cabimento da realização de pesquisas por parte do profissional da informação que lida com acervos imagéticos. De um lado, há os que defendem a simples e objetiva atuação deste profissional em colher no documento os dados encontráveis e simplesmente preencher alguns poucos campos de uma extensa ficha de identificação de documentos. De outro, há os que defendem uma participação mais ativa e efetiva deste profissional na busca extensiva de dados para obter da imagem uma completude informativa: é preciso contextualizar a imagem.

E esta contextualização é possível não só obtendo informações adicionais da imagem através de dados extra-imagéticos, escritos. A oferta dos dados de contextualização – que parte do profissional da informação para chegar ao usuário – também é feita através da escrita, na transposição de estruturas da imagem para as representações documentárias.

Ao conjunto de informações recolhidas a partir da ficha de identificação ou de alguma grade de análise da imagem⁵ pode se somar, às vezes, uma ou outra informação obtida através do repertório do profissional da informação, não devendo isto se constituir numa regra com extremos de liberdade, já que repertório é algo variável de pessoa para pessoa.

Um fator importante relacionado a estas operações é que a leitura do profissional condiciona a recuperação da informação, mas não condiciona a leitura do documento recuperado, que é feita pelo usuário.

A Análise Documentária de Imagens, como a de textos, inicia-se com a leitura do documento fotográfico com fins documentários. Ela requer do profissional da informação um certo conhecimento prévio (o repertório) sobre o conteúdo da fotografia ou do conjunto maior de que faz parte. Isto, contudo, não deve ser condição ou pré-requisito para a efetiva realização da análise.

⁵ Que pode ser, por exemplo, o conjunto de questões que se faz à imagem, apontadas por Shatford (1986) e por Smit (1989: 110-111): quem (seres), quando (tempo), onde (lugar), o que (ação) e como (técnica). Voltaremos a esta questão.

A importância desta operação está no fato de que a leitura do profissional da informação prepara a leitura do usuário. Tal preparação envolve, ainda, a elaboração de um resumo e a indexação (esta forma de representar o conteúdo de um documento que, algumas vezes, parte da própria imagem fotográfica e, outras vezes, do resumo que se faz da mesma).

Estas operações, notadamente quando envolvem a fotografia, um tipo de documento que possui algumas particularidades, necessitam de uma sistematização mais efetiva.

A tradução do imagético para o textual é a própria escolha do termo de indexação, a definição da marca de transposição do visual para o verbal. Aqui, percebe-se exatamente a importância do profissional da informação: ele deve ter um conhecimento mínimo sobre o conteúdo do documento que está analisando, bem como conhecer os interesses dos usuários do acervo e a política da instituição e ter acesso aos mecanismos de controle de vocabulário.

Quaisquer que sejam, entretanto, as fontes destas informações sobre a fotografia, o profissional da informação está construindo um outro significado, ele está efetuando uma transposição de estruturas.

A leitura do profissional da informação é, contudo, uma reconstrução, que deve ser bem menos pessoal que a construção de significado do fotógrafo, e muito cuidadosa, já que é esta leitura que dará acesso aos documentos.

É através da leitura do profissional da informação que serão elaborados o resumo e a indexação do documento fotográfico. A leitura que o fotógrafo faz da realidade é uma e a leitura a que o profissional da informação procede é outra. O fotógrafo pode se preocupar com o receptor/leitor de sua imagem numa medida muitas vezes diferente da preocupação que o profissional da informação deve ter com o usuário de documentos fotográficos.

Na ação dos leitores de fotografias, o profissional da informação lê para o usuário. O usuário lê diferente, pois enquadra a imagem numa outra perspectiva (a saber, sua necessidade informacional daquele momento). O papel do profissional da informação é mesmo dar acesso à informação através de uma organização: mediar.

O objetivo das duas leituras é diferente: o objetivo da leitura do profissional da informação é tornar o conteúdo do documento acessível, é socializar este documento; a leitura do usuário é guiada por objetivos individuais (de pesquisa, ilustração, etc.).

Ao usuário cabe fazer da fotografia o uso que bem entender, desde duplicar informações, reforçando com uma fotografia um dado já registrado através da escrita, até, em alguns casos,

fazer da imagem fotográfica seu objeto de pesquisa⁶.

A leitura do usuário (cientista social, historiador ou antropólogo, entre outros), quando utiliza a fotografia como ilustração ou objeto de análise, será feita sobre algo previamente interpretado pelo autor, pelo fotógrafo, ou seja, o usuário efetuará a sua leitura de uma imagem que é, por sua vez, a leitura (ou escrita...) que um fotógrafo fez de um dado acontecimento ou pessoa.

Na observação do documento fotográfico, sabemos que “aquilo foi”⁷, mas sabemos também que pode haver inúmeros pontos de vista sobre o conteúdo da imagem. A imagem é polissêmica por definição: o que escolher? Sob uma perspectiva arquivística, o conjunto maior em que esteja contida a fotografia é o primeiro – senão o único – indicador de qual rumo se deve tomar⁸.

A polissemia da imagem fotográfica aponta em várias direções e o profissional da informação deve fazer uma escolha: tal escolha não é, obviamente, aleatória; ela pressupõe critérios e método para ser feita. Ao fazer a opção, o profissional da informação renuncia ao restante do leque. Outrossim, idiossincrasias, conhecimento enciclopédico e repertório entram em jogo.

É possível escolher o que há de mais importante em termos informacionais como resultado desta leitura da fotografia? Sim, pelo menos sob a ótica da Ciência da Informação; é possível selecionar o que há de mais importante no conteúdo, ainda que para isto seja necessário saber algo mais sobre o conjunto documental do qual faz parte a fotografia (para ratificar informações), a instituição a que pertence e a política de seu acervo.

E, finalmente, parece ser possível representar tal conteúdo informacional para que ele possa ser utilizado documentariamente, e acreditamos que esta seja a operação que mais se assemelha ao processo descrito para textos escritos, uma vez que a fotografia, o documento “original” já foi lido e sua leitura configura uma codificação lingüística.

Em suma, o que há de mais importante em todos esses processos é que o profissional da informação problematiza, organiza e estrutura a informação; e o pesquisador usa a informação,

⁶ Ver, para um exemplo de utilização da fotografia como objeto de pesquisa, De Paula (1998).

⁷ Barthes (1984: 115) afirma que, se algo foi fotografado é porque “isto foi”, “isto aconteceu”, ainda que se tenha representado a cena (a fotografia e seu análogo).

⁸ Sob o ponto de vista da Documentação, a análise do conteúdo é necessária tanto em Arquivologia como na Documentação; para esta, a questão da procedência do documento não importa (ou importa menos que na Arquivologia).

problematizando-a, organizando-a e a estruturando segundo o enfoque historiográfico que esteja aplicando em sua leitura, análise e interpretação da imagem. Para a realização efetiva e apropriada desses processos, é importante que o profissional da informação que lida com fotografias tenha conhecimentos básicos de processamentos fotográficos históricos, de técnica e linguagem fotográficas, sem o que o tratamento documental e a análise documentária de imagens sofrerão prejuízos repassados ao usuário.

A fotografia como fonte e objeto de pesquisa

A principal ou talvez a mais notável diferença em se ter a imagem como fonte ou objeto de pesquisa é justamente o objetivo e o uso que se fará da fotografia. Se à foto couber exclusivamente a função de ilustrar um texto escrito, demonstrando em imagem algo previamente exposto, pode-se considerá-la apenas um objeto. Por outro lado, se da fotografia se pretende retirar todo seu “algo mais” – conteúdo informacional –, então a imagem se torna muito mais que objeto: fonte de dados que não estão todos num texto escrito previamente e que resultará numa descrição escrita destas “novas” informações, exclusivamente imagéticas.

Como já exposto, uma diversidade de usos se aplica à fotografia buscada nos acervos: reprodução para ilustrar livros, reportagens da imprensa escrita, programas de televisão, vídeos documentários, dissertações de mestrado e teses de doutorado e outras publicações; reprodução ou empréstimo de diapositivos para utilização como recurso didático (aulas, seminários, palestras), para consulta em trabalhos de pesquisa e para exibição (montagem de exposições) em eventos.

As solicitações, nos acervos, de imagens para ilustrar trabalhos, seminários, teses e outras publicações – livros, artigos, cartazes de eventos – são maciçamente maiores que as pesquisas que partem da imagem como ponto de análise, seja ela historiográfica ou de qualquer outra natureza. Destas raras pesquisas, há dois exemplos sempre memoráveis:

- *A Revolução Constitucionalista de 1932 e a Utilização da Fotografia como Documento Histórico*. Jeziel de Paula - IFCH/UNICAMP, Doutorado em História, Área de Fotografia e História; esta tese, que se transformou em livro, apropria-se do conteúdo informacional das imagens para compor a maior parte de seu texto escrito, perscrutando detalhes imagéticos e os transpondo para a análise histórica dos fatos abordados;

- *História da Homossexualidade no Brasil*. Expressão física dos bailarinos do Teatro de Revista dos anos 40 e 50 do século XX sugerindo um gestual homo-erótico. James Green – Universidade da Califórnia, Doutorado em História; a tese de Green, também publicada em livro⁹, observa e analisa as poses nos retratos de personalidades masculinas do teatro de revista brasileiro, algo impossível sem a existência dos registros imagéticos.

Em verdade, talvez a escassez de análises de fotografias históricas comparativamente à sua utilização como ilustração advenha de um certo receio em interpretar a realidade interna de uma imagem¹⁰. Analisar imagens seria revisitar o mito platônico da caverna: interpretar a realidade aparente de uma fotografia colocando em risco sua verdade imperscrutável, o que significaria, para Dubois (1986: 42), levar a ficção ao documental¹¹.

O historiador, quando utiliza a fotografia, seja como ilustração ou objeto de análise, está se relacionando com algo previamente interpretado – pelo fotógrafo – seja esta fotografia uma imagem histórica, um documento, ou não.

Muito embora a leitura de uma fotografia tenha um caráter histórico, uma vez que sobre a imagem que se apresenta sempre há algo a dizer, e ainda que se remeta à idéia do "isto foi" de Barthes, para aplicar à fotografia um papel de documento, de registro da realidade, é bom que não se deixe perder o fato de que o olhar do fotógrafo já é um detalhe importantíssimo na transformação da realidade histórica, ainda que este fotógrafo seja o próprio historiador. Seu olhar – que acaba sendo o da própria câmera – é pleno de idiosincrasias, de saberes e de juízos.

Na observação da fotografia documental sabemos que "aquilo foi", mas sabemos também que pode haver inúmeros pontos de vista a respeito do assunto. Talvez este seja um dos mais importantes aspectos que o pesquisador deva considerar. Se quiser ilustrar seu trabalho com

⁹ Green, James N. *Além do carnaval; a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.

¹⁰ Lembramos este conceito de realidade interna da fotografia a partir da obra da fotógrafa Diane Arbus analisada em Sontag (1981: 25-48). Sontag aponta para o fato de que Arbus, ao fotografar somente pessoas esquisitas – anões, gigantes e aleijados, entre outros –, pede-lhes para fazer pose de desajeitados. Assim, em suas fotos, o estranho aparece estranho, revelação extrema da realidade interna da imagem.

¹¹ Nesta passagem, Dubois conclui o item "A fotografia como transformação do real", após ter discorrido sobre "A fotografia como espelho do real" e antes de apresentar "A fotografia como rastro da realidade", passagens que compõem o capítulo "Da verossimilhança ao índice" desta importante obra sobre o ato fotográfico firmada metodologicamente sobre a tríplice concepção da teoria dos signos de Charles Sanders Peirce: ícone, índice e símbolo. Dubois coloca a fotografia em cada um destes pilares para proceder à sua análise do ato fotográfico.

determinada imagem, deve saber que por trás dela houve um outro observador, um analista anterior, um "pré-visor".

Os estudiosos das fontes fotográficas – teóricos, historiadores da fotografia e pesquisadores de outras áreas que se utilizam da iconografia fotográfica do passado em suas investigações específicas – deverão, mais cedo ou mais tarde, confrontar-se com o fato de que no momento em que observam e analisam uma fotografia eles estão diante da segunda realidade: a do documento. (...) um artefato que contém um registro visual, formando um conjunto portador de informações multidisciplinares, incluindo estéticas. (KOSSOY, 1989: 98).

É bom retomar, também, o ponto de vista do profissional da informação: ao descrever uma fotografia, ainda que obedeça a todas as regras contrárias à subjetividade¹², este profissional aplica, na análise da imagem, conhecimento, experiência e juízos próprios.

Conclusões

A Análise Documentária de imagens fotográficas deve abarcar regras e conceitos que resultem num exercício adequado de documentação e que representem, ao mesmo tempo, uma segurança quanto à recuperação de suas informações por parte dos usuários de um acervo fotográfico.

Os principais problemas que se pode apontar são: em primeiro lugar, há questionamentos com relação a como escolher as unidades, os elementos de representação; em segundo lugar, é preciso definir os parâmetros que relacionem tais unidades, tais elementos, para garantir a consistência na transposição do imagético para o escrito.

Quando se resume uma fotografia, não apenas se reduz o seu texto imagético em termos da unidade de conteúdo que ela representa, mas se escolhe uma entre várias possibilidades de leitura que uma imagem permite (por causa da polissemia).

Já o levantamento de termos para indexação – que é igualmente a transposição do visual para o verbal – pode ser feito a partir da própria fotografia (visual) ou do resumo (verbal) que se faça da mesma – ou, ainda, da legenda que, porventura, acompanhe a imagem.

O processo de elaboração de resumos de imagens fotográficas e de levantamento de termos para indexação está na base de nossas preocupações, pois é neste momento que o profissional da informação realiza a tarefa mais importante em termos de análise de conteúdo: é a

¹² Ver, a esse respeito, Smit, 1989.

hora de reunir as palavras que farão com que o usuário se interesse – ou não – pelo documento.

O objetivo da Análise Documentária é elaborar representações condensadas daquilo que aparece em determinado documento e expressar o seu conteúdo de forma a facilitar a recuperação de suas informações.

Entretanto, não é no emissor e na mensagem que se completam os objetivos da Ciência da Informação, que são organizar, comunicar e dar a conhecer a informação. Cabe ao receptor transformar a informação em conhecimento e estar imbuído de uma certa disposição epistemológica e, assim, potencialmente, gerar outras informações.

Estas qualidades do receptor, usuário de instituições coletoras de informação, são igualmente importantes e necessárias na compreensão da descrição e da representação que se faz dos documentos no processo de documentação da informação, de suas regras e procedimentos.

A Análise Documentária de Imagens Fotográficas tem como grande finalidade facilitar o acesso não a um maior número de imagens, mas às imagens que melhor atendam às necessidades do usuário.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DE PAULA, Jeziel. 1932: imagens construindo a história. Campinas: UNICAMP/Piracicaba: UNIMEP, 1998. (Tempo e Memória, 7).

DUBOIS, Philippe. El acto fotográfico; de la representación a la recepción. Barcelona, Paidós Comunicación, 1986.

EDMONDSON, Ray. Uma filosofia de arquivos audiovisuais, in Programa Geral de Informação e UNISIST. Paris: UNESCO, 1998. - v, 60 p.; 30 cm.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo, Ática (Série Princípios), 1989.

MANINI, Miriam P. Os usos da iconografia no ensino e na pesquisa: o acervo multimeios do Arquivo Edgard Leuenroth. Cadernos AEL, Campinas: AEL/IFCH, n. 5/6, p. 221-244, 1997.

MANINI, Miriam P. Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. São Paulo, 2002. Tese (doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, USP.

- MANINI, Miriam P. Análise documentária de fotografias: leitura de imagens incluindo sua dimensão expressiva. Cenário Arquivístico, Brasília, v. 3, n. 1, jan./jun. 2004a.
- MANINI, Miriam P. O futuro do passado: acervos fotográficos tradicionais + acervos fotográficos eletrônicos. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, p. 55-61, 2004b.
- SHATFORD, Sara. Analyzing the subject of a picture: a theoretical approach. Cataloging and Classification Quarterly, New York, v. 6, n. 3, p. 39-62, 1986.
- SMIT, Johanna W. Análise documentária: a análise da síntese. 2ª edição. Brasília: IBICT, 1989. A análise da imagem: um primeiro plano, p. 101-113.
- SMIT, Johanna W. A representação da imagem. Informare, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.
- SONTAG, Susan. Os Estados Unidos, através da fotografia, em uma visão sombria, in Ensaio sobre a fotografia. Rio de Janeiro, Arbor, 1981, p. 25-48.

SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA EM JACQUES RANCIÈRE

Javã Marcondes*

Resumo: Política no pensamento de Jacques Rancière não designa o simples gerenciamento de instituições governamentais, nem tampouco se identifica à ação de todo grupo social reivindicante. Antes, o filósofo francês a entende como instauração de uma cena específica onde necessariamente há um questionamento da divisão do comum a sociedade, questionamento da “partilha do sensível”, da participação dos elementos no conjunto comum e, inversamente, da distribuição das partes exclusivas. O questionamento da partilha do sensível ocorre mediante um erro de contagem, um erro fundamental, aquele em que os “sem-parcela”, os que não têm lugar na contagem corrente, identificam-se ao todo da comunidade, instaurado a *an-arquia* que é o governo do *demós*. Nesse sentido, a presente comunicação busca explorar a idéia de subjetivação política na obra de Rancière, observando como em seu pensamento um questionamento da “partilha do sensível” passa pela obstrução da lógica das identidades, e o modo como seu conceito de política permite estudar a fusão entre o “social” e o “político” no interior das ciências humanas.

Palavras-chave: Subjetivação política, história, história política.

Resume: Politique dans la pensée de Jacques Rancière ne désigne pas la simple gestion d'institutions gouvernementales, ni ni s'identifie à l'action de tout groupe social revendicant. Avant, le philosophe français le considère comme instauration d'une scène spécifique où nécessairement y a un questionnement de la division du commun à société, un questionnement du "partage du sensible", de la participation des éléments dans l'ensemble commun et, inversement, de la distribution des parties exclusives. Le questionnement du partage du sensible se produit moyennant une erreur de comptage, une erreur fondamentale, celui dans lequel la "sans-part", ce qui n'ont pas lieu dans le comptage courant, s'identifient en tout de la communauté, instauré l'anarchie qui est le gouvernement des *demós*. Dans ce sens, la présente communication cherche explorer l'idée de subjetivação politique dans l'oeuvre de Rancière, observant comme dans sa pensée un questionnement du "partage du sensible" passe par le blocage de la logique des identités et la manière comme son concept de politique permet d'étudier le fusion entre l'"social" et "politique" à l'intérieur des sciences humaines

Parole-clé: subjectivation politique, histoire, histoire politique.

Passo a apresentar andamento de pesquisa que, a meu ver, encontra as preocupações que motivaram a concepção da mesa proposta quando busca pensar a especificidade do agir político, do jogo que estabelece entre seus atores. Creio ser ainda marca dessa consonância o desejo de estudar a realidade brasileira no que tange ao exercício da política. Nesse sentido, deve ser apreciado o acionamento/problematização do conceito de *cultura política*, que, acima

*

Graduando em história pela Universidade Federal de Goiás.

de tudo, quer dar seqüência num exame de nossa tradição de exercício da política e da singularidade de nossos processos de arregimentação de indivíduos em torno de uma causa, estudando a natureza do envolvimento da sociedade nas deliberações públicas.

Há aqui, portanto, uma questão a ser devidamente desenvolvida: o que deve ser e como deve proceder a pesquisa histórica cujo objeto é a política? Sabe-se que a ciência histórica afirmou-se afastando de seus domínios algo como uma história política ou história da política, “teatro de aparências que mascara o verdadeiro jogo da história, que se desenvolve nos bastidores e nas estruturas ocultas em que é preciso ir detectá-lo, analisá-lo, explica-lo” (LE GOFF, 1998:13). A denegação da história política não é o estrito correlato de sua exclusão, mas a descoberta de seus “verdadeiros motivos”, e de que estes são tecidos pelas malhas ocultas das relações sociais. Isto é, a história política só é possível através daquilo que é a revelação de sua falsidade, as tramas do “social”. E assim deve ser entendido o esforço de Almond e Verba, que nos anos 60, buscando ultrapassar a velha prescrição da importância das instituições, cunharam o conceito de *cultura política*, com objetivo de explicar os valores culturais que compõem e modelam as orientações dos indivíduos ou grupos sociais nas tomadas de decisão. No entanto, é preciso, aqui, definirmos exatamente o que entendemos por política. Segundo Jacques Rancière, filósofo francês contemporâneo, ela não se confunde com o gerenciamento de instituições governamentais, nem tampouco se identifica à ação de todo grupo social reivindicante. Tal como pressuposto na recusa platônica e na tentativa de absorção aristotélica, apreciações fundadoras da filosofia política, a política é uma *atividade*, instauração de uma cena específica onde necessariamente questiona-se o todo comum e a distribuição das partes exclusivas. A política não surge com os administradores dos grandes impérios, ela aparece pela primeira vez ali onde o absurdo da ausência de legitimação natural de dominação dá ensejo à discussão sobre o que vem a ser a comunidade (Polis). A política só pode ter seu lugar numa comunidade sem fundamento, ou melhor, onde seu fundamento está em jogo. Há, portanto, um fenômeno específico que chamamos de política, a saber, a manifestação de uma *situação de palavra* que promove questionamentos sobre a simples dedução do justo e do injusto, do bom e do nocivo. Nas palavras de Rancière, “a atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (RANCIÈRE, 1996:42). Trata-se de algo diverso da luta de grupos sociais pelo reconhecimento de sua fala. A luta que dá vazão ao teatro da política é bem outra, figura como um modo específico de condução do litígio, de manifestação de uma causa, que por si só é a

negação do enfrentamento de partes previamente constituídas, integrantes da comunidade. Ela é a luta da não-parte pela redistribuição das partes, desse múltiplo indefinido, não-identificado, o simulacro contra o qual não foram ainda forjadas os instrumento de acomodação.

Pois bem, voltando ao que foi apresentado como nossa preocupação inicial, isto é, o direcionamento de esforços no que se poderia chamar de renovação da historia política, teríamos de considerar, juntamente com Rancière, que a emergência de algo como a “filosofia política”, em Platão e Aristóteles, está ligada ao esforço de resolver esse nó de pensamento que é a racionalidade da política, de fundar um princípio coerente a essa aberração que é uma comunidade destituída de *arché*. Ora, o que se opõe termo a termo a uma comunidade marcada pela sobre-impressão da verdade política é uma sociedade orgânica, onde as partes que lhe constituem são devidamente identificadas e a distribuição do que lhes compete leva em conta sua natureza. O que nos ensina Rancière é que a pesquisa histórica que queira dar conta das fraturas do corpo social, aquelas mesmas fraturas que em tudo antecedem as assembléias deliberativas dos organismos institucionais, e nem sempre mantém ligações com o comportamento eleitoral dos indivíduos, terá de começar por identificar a política como esfera autônoma, e repensar o uso de conceitos como o de representação social, por exemplo.

Para além da investigação do comportamento eleitoral e dos instrumentos discursivos de cooptação de correligionários, talvez mais proveitoso fosse atentar para essas *situações de palavra*, cenas espetaculares ou não, onde a manifestação do dano figura não como luta pela inclusão de uma fala, mas questionamento daquilo que vem a ser o uso da palavra. Ações como a da baiana Izabel Dillon, que em 1891 se apresenta como candidata ao cargo de deputado federal, apoiada na Lei Eleitoral de 1890 passa então a ganhar nitidez e assumir toda sua força. Seu gesto nada tem de pequeno, pois é uma das mais contundentes formas de questionamento da cidadania brasileira. Ali onde a instauração de uma cena política encontra a lógica policial¹, toma vida o não-ser que manifesta o litígio. Digo não-ser, mas talvez melhor seria dizer vir-à-ser, porque aquela que toma a Lei Eleitoral ao pé da letra está transgredindo as ações que lhe são atribuídas como próprias, o percurso que lhe é destinado; é o sujeito que se furta à lógica policial das ordenações correntes agindo segundo a lógica política. O sujeito político é aquele que promove o encontro dos heterogêneos, encontro entre as duas lógicas, policial e política. Nesse sentido, ele é um ser dialógico por excelência,

¹ O termo *polícia* não obedece, aqui, seu sentido usual, remetendo a uma noção mais específica, nomeada por Rancière como “configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (RANCIÈRE, 1996, pp. 42).

verdadeiro liame entre duas lógicas, elemento de ligação entre duas formas de entender a *polis*. Aí encontramos as mulheres no séc. XIX, não como grupo social definido lutando pela ampliação de sua participação nas deliberações públicas, mas, muito precisamente, como não-parte que problematiza a Constituição, que questiona o todo comum e a divisão das partes, como simulacros que não cabem nas ordenações correntes.

Naturalmente, um trabalho de história política não exclui a atuação das instituições, as assembleias, as esferas do Estado onde se tomam decisões. Mas aqui esses elementos aparecem como que em negativo, como que para revelar em seus detalhes algo que lhe difere: os processos de subjetivação política, pelos quais há acontecimento, há história. Segundo Rancière, lá onde os órgãos de representação discutem questões na perspectiva da busca por um consenso, a política já passou; lá onde grupos sociais definidos e perfeitamente identificados organizam-se em torno de uma causa, aciona-se a lógica policial de gerenciamento das reivindicações e organização dos corpos. A relevância de seu pensamento está na identificação da política como esfera autônoma, que já está presente na recusa platônica e na tentativa de absorção aristotélica, e que não deixa de sempre encontrar a lógica policial. No momento em que se discute a renovação da história política, em que a questão da *diferença* grassa nos círculos acadêmicos, há que se observar os casos em que há, efetivamente, apropriação da diferença como objeto de manifestação de uma cena política. Em seu entender, “a política na sua especificidade, é rara. É sempre local e ocasional” (RANCIÈRE, pp:138). Ela não é o falso que se explica pela verdade do social, tampouco a condução da essencialização da diferença em identidades perfeitamente constituídas e constituintes de uma comunidade orgânica. Essa é, portanto, no meu entender, a contribuição de Jacques Rancière no debate. Naturalmente, há muito que se aprender de seu pensamento. Põem-se, aqui, tão somente, resultados parciais, que não se prestam ainda a uma apresentação criteriosa, mas que, enquanto comunicação de pesquisa, tem seu valor naquilo que busca de novo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G. e VERBA, S. *The Civic Culture*. Princeton, Princeton University Press, 1963.
LE GOFF, Jacques *A Historia Nova*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. Política e Filosofia. São Paulo, Ed. 34, 1996.

UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE O IMAGINÁRIO NO *ESMERALDO DE SITU ORBIS* DE DUARTE PACHECO PEREIRA

Elby Aguiar Marinho¹

RESUMO: Duarte Pacheco Pereira foi um navegador e explorador português que além de grandes feitos no processo de expansão marítima europeia, escreveu uma obra extraordinária e símbolo da modernidade nascente desse período: o *Esmeraldo de Situ Orbis*. Este tinha como objetivo central servir de roteiro na navegação da costa africana aos pilotos portugueses, tal como fora pedido à Duarte Pacheco Pereira por D. Manuel. Porém, tal obra se faz interessante pela grande diversidade de temas, dos quais buscarei extrair, de maneira mais específica, o imaginário que cercava esse navegador que produzia em um período de tantas transformações como era o da passagem do medievo ao mundo moderno. Isso será possível por se tratar de um livro escrito por um europeu formado dentro da forte mentalidade medieval, mas que se deparava com realidades jamais imaginadas em suas explorações.

PALAVRAS-CHAVE: imaginário, navegações, transição.

RESUMÉ: Duarte Pacheco Pereira a été un navigateur portugais qui, au-delà des réalisations qu'il a accomplies dans le processus d'expansion européenne, a produit une oeuvre extraordinaire, symbole de la modernité naissante de cette période: le *Esmeraldo de Situ Orbis*. Son principal but était de servir de guide de navigation aux marins portugais dans la côte africaine, tout comme D. Manuel avait demandé à Duarte Pacheco Pereira. Toutefois, une telle oeuvre se montre intéressante par sa diversité de thèmes, dont je chercherai à relever le plus précisément l'imaginaire qui entourait ce navigateur, écrivain dans la période si pleine de transformations qu'était le passage du médiéval au monde moderne. Ceci sera possible, vu qu'il s'agit d'un livre écrit par un européen élevé par la puissante mentalité médiévale, s'affrontant à des réalités jamais imaginées dans ses exploitations.

MOTS-CLÉS: imaginaire, navigations, transition.

¹Instituição de origem: Universidade Federal de Goiás
Titulação: Mestrando em História

Segundo Franco Jr (1998) a historiografia atual vem admitindo a necessidade de reconstituir a história das sociedades imaginárias bem como a das sociedades concretas, já que os limites entre ambas são muito arbitrários. Nas sociedades concretas sempre ocorrem miragens de sociedades consideradas perfeitas, que permitem a reflexão da sociedade concreta bem como dão a esperança de construção de uma nova realidade. Outras miragens, conscientes de não passarem de nada disso, ajudam a suportar a realidade objetiva, aliviando as dificuldades da vida. Em outro extremo, na sociedade imaginária existe uma forte presença de uma sociedade concreta, por meio do exagero ou da inversão de suas características, da projeção de alguns de seus desejos ou da negação de medos.

O que há então entre uma sociedade imaginária e uma concreta é uma larga faixa de domínio comum, se tratando de um campo de análise ao historiador, seja de uma ou de outra. Não existe a possibilidade de compreensão de uma sem a outra. Daí a importância da história social do imaginário, que mostra a grande influência do imaginário na vida das sociedades históricas, além de considerar os condicionantes sociais nas produções imaginárias. Essa história social do imaginário busca uma articulação entre o mundo objetivo e o subjetivo, entre o mundo material e o psicológico, no âmbito das coletividades, mesmo quando se utiliza de casos individuais para essas análises (Franco Jr, 1998).

Tais concepções ajudam a enriquecer o período histórico e o tema central estudados nesse trabalho. Aqui se lida com os últimos suspiros do mundo medieval europeu, carregado de mitos, que vagarosamente ainda vão sendo reproduzidos ou derrubados pelo olhar empírico de Duarte Pacheco Pereira. O *Esmeraldo de Situ Orbis*, que por meio de alguns poucos exemplos posteriores poderemos comprovar², é carregado de relatos e opiniões do explorador sobre suas viagens e a história de Portugal que giram em torno de suas realidades concretas e de várias perspectivas do imaginário. Isso, pois, a sociedade europeia era, e continuará sendo por muito tempo ainda, uma sociedade cujo seu imaginário religioso determinava a maior parte das reflexões e das explicações sobre si mesma e também perante as características das sociedades e das regiões que lhe eram distantes e muito diferentes. E para esses dois casos o *Esmeraldo de Situ Orbis* nos serve como uma rica leitura desse período.

Mas se faz necessário agora, antes das abordagens ligadas ao imaginário que nos servirão como exemplo para a interpretação da obra, a tomada por uma posição teórica de

² Devido à pequena extensão destinada a este texto, o que impede um maior aproveitamento de uma fonte tão rica como o *Esmeraldo de Situ Orbis*.

análise. O debate se dará em torno do conceito de Imaginário social. Este foge do conceito de imaginário coletivo, por este último termo trazer uma idéia de totalidade a um mesmo grupo social. Imaginário social é encarado como campo de experiência humana, que não dá conta de toda uma totalidade. Apesar de muitos historiadores ainda utilizarem o conceito de imaginário coletivo, que se bem interpretado pode, com toda a certeza, enriquecer as reflexões aqui presentes, já fica explicitada a nossa posição perante os estudos do imaginário.

Atualmente dois caminhos sobre o estudo do imaginário são utilizados nos trabalhos que adotam essa perspectiva teórica como base de reflexões de sociedades históricas. Um deles foi o utilizado no interessante trabalho de José Rivair Macedo sobre o riso na Idade Média. Essa perspectiva localiza um tema específico, que para este fora o riso, e o rastreia em diferentes fontes documentais de um dado período histórico. A segunda via, a qual será a empregada no estudo do *Esmeraldo de Situ Orbis*, traz como tema central a análise do imaginário presente em um dado documento histórico, que por si mesmo já traz temas e um recorte espaço-temporal definido.

Por tudo isso é que fontes literárias e artísticas são as mais utilizadas no estudo do imaginário, pois são mais descompromissadas e passam mais facilmente as representações. Como a obra aqui estudada não pode ser definida totalmente como literária, artística e nem totalmente científica, uma posição desconfortável caracterizará sua análise. Porém, esta posição não é vista de uma maneira ruim, mas de interessante perspectiva que caracteriza a riqueza de tal obra. Isso, pois, o imaginário se faz presente nas complexas mediações entre a concretude da vida das pessoas, individual ou coletiva, e as imagens sobre si mesmas e seu mundo, fazendo mediações entre o pensado e o vivido, entre o coletivo e o individual, algo sempre encontrado nas linhas do *Esmeraldo de Situ Orbis*.

Muito presentes nas mais variadas culturas, o imaginário promove explicações a questões relacionadas à origem da vida e das sociedades, sobre o sentido do existir, sobre o destino e as divindades. Sua permanência é justificada por trazer a palavra fundadora, onde nunca se cristaliza em uma única forma, pois sempre se remodela para conseguir expressar as transformações pelas quais as sociedades vão sofrendo em cada época. Vai sendo sempre recriado por novas concepções sobre o existir (Mello, 2003). Nesse sentido é que nas próximas linhas o estudo do imaginário contribuirá na compreensão da obra do navegador, ou seja, como uma via de explicação da sociedade européia e portuguesa em transformação rápida devido o processo dos descobrimentos, transformação esta provinda tanto de novos elementos trazidos ao

imaginário e também da modificação constante de imaginários antigos, mas ainda muito presentes.

Diversas manifestações e interesses pessoais e políticos intervêm na formação do imaginário social já que este é uma das formas reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e determinando os perfis esperados ao sistema (Pesavento, 1995). Em uma sociedade de catolicismo tão exacerbado como a de Portugal nessa virada entre os séculos XV e XVI, a religiosidade compunha uma das maiores e mais influentes manifestações determinantes do imaginário e assim das ações políticas portuguesas, como podemos perceber na seguinte passagem do *Esmeraldo de Situ Orbis* que traz a vida do Infante D. Henrique como abordagem central.

“Foi o terceiro filho de el-rei D. João da gloriosa memória [...] e da rainha D. Filipa [...]. E no tempo de sua mocidade, sendo ele com el-Rei, seu padre, na tomada da grande cidade de Cepta que, por bravo combate contra os Mouros [...] o Infante exercitou ali tão esforçadamente a fortaleza de seu coração, que outro algum cavaleiro, neste feito de armas, a ele foi igual, segundo temos sabido por aquelas pessoas que na tomada desta cidade foram, que verdadeiro testemunho disto deram. No qual lugar mereceu o excelente grau do estado militar que lhe então foi dado [...]. E passados alguns anos [...] ele fez no cabo de S. Vicente [...] a sua vila de Terça Natal, situada sobre a angra de Sagres [...] onde se apartou em sua casa das fadigas e das maldades deste mundo. E viveu sempre tão virtuosa e castamente que nunca conheceu mulher nem bebeu vinho nem foi achado em outro vício que de reprender fosse, trazendo continuamente cilício a redor de suas carnes [...]. E como quer que os virtuosos barões amigos de Deus e de limpo coração, inimigos da cobiça, nunca são desamparados de graça do Espírito Santo, jazendo o Infante uma noite em sua cama, lhe ceio em revelação como faria muito serviço a Nosso Senhor descobrir as ditas Etiópias; na qual região se acharia tanta multidão de novos povos e homens negros, quanta do tempo deste descobrimento atégora temos sabido e praticado [...] e que destas gentes muita parte delas haviam de ser salvas pelo sacramento do santo Baptismo; sendo-lhe, mais, dito que nestas terras se acharia tanto ouro com outras tão ricas mercadorias, com que bem e abundantemente se manteriam os reis e povos destes reinos de Portugal, e se poderia fazer guerras aos infiéis inimigos da nossa santa fé católica [...] e, assi, são bem-aventurados os Reis de Portugal que suas vezes sobcederam, e em tanto lograram a glória, riquezas e honra destas conquistas e

comércio, com paz e acrecentamento, enquanto, com caridade e sem aspereza, servindo Nosso Senhor, delas bem usaram” (ESO, p.77-79).

Várias reflexões podem ser feitas desse rico trecho do *Esmeraldo de Situ Orbis*. A primeira, e muito bem conhecida e discutida dentro da historiografia, aborda todo o imaginário de ação do mundo cristão que desencadeou, entre outros fatores, a luta e a vitória contra os muçulmanos de Ceuta. Portugal, nação vitoriosa, passaria, a partir daquele momento, a ter como missão histórica a luta contra os infiéis. Para enfatizar mais ainda essa situação, que nos serve de excelente prova para a afirmação explicitada anteriormente sobre a existência de uma pequena faixa de domínio comum entre a sociedade concreta e suas perspectivas imaginárias, o próprio D. Henrique passava a ser o responsável pela ação política de descobrimento e domínio das Etiópias para atender as vontades do espírito santo. Este lhe havia aparecido em revelação e lhe afirmado que toda a força divina e as riquezas existentes nas Etiópias serviriam a Portugal na sua fervorosa luta contra os muçulmanos. Dessa forma, podemos concluir que este caso da revelação demonstra como o imaginário cristão português atua como real força de dominação e expansão religiosa, política e econômica no processo dos descobrimentos marítimos, já que estavam legitimados por Deus.

E como podemos perceber na leitura, somente um virtuoso barão como D. Henrique, que vivia afastado dos problemas e maldades do mundo, em constante castidade e distante de todos os tipos de vícios, poderia receber tamanha enunciação divina. Como nossa posição historiográfica de abordagem dos acontecimentos passados nos indica que tal enunciação não surgira de um fato empiricamente comprovável, nos resta perceber o tanto que é grande a influência do imaginário nesta sociedade portuguesa. Isso nos faz perceber a grande articulação entre o mundo material e o psicológico das coletividades que têm suas condutas e perfis assim determinados, mesmo que tudo provenha de casos e experiências individuais.

Os dois trechos citados que agora seguem são casos perceptíveis de um imaginário português que aceita que Deus está ao seu lado e em sua defesa, para que as próprias vontades de cristianização do restante das populações do mundo deste sejam atendidas por aqueles.

“Os negros desta terra [região de Anda, terra que fica entre o castelo de S. Jorge da Mina e a fortaleza de Axem] se mantêm de milho e de pescado e inhames, e de algumas carnes, ainda que são poucas. Andam nus da cinta pera cima e não são circuncisos. E são gentio; e prazera a Nosso Senhor que cedo os fará cristãos” (ESO, p.140).

Temos acima a descrição de uma população africana que, por suas características, é interessante ao deus cristão. Mas aí também podemos fazer um questionamento que novamente associa ações concretas originadas de perspectivas imaginárias. Até que ponto esse antigo imaginário de salvação cristã determinou também uma vontade real por dominação política e exploração econômica? Influenciados fielmente por este imaginário ou pensando também nos dividendos econômicos que surgiriam, o fato é que os portugueses dominaram esses povos, onde não podemos dissociar desse exemplo a relação de limites entre atitudes concretas e posições imaginárias.

O mesmo percebe-se na próxima passagem. Um naufrágio acometeu os flamengos na volta de sua viagem de exploração a regiões que Deus e os papas haviam reservado às ações portuguesas. Porém, a interpretação que Duarte Pacheco Pereira faz desse naufrágio não é tão simples. Para este, o que acometeu os flamengos fora uma punição divina, devido seu desrespeito às suas vontades de ação dos portugueses.

“E no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1475 anos se armou, em Frandes, um navio de Framengos, com um piloto castelhano e algumas mercadorias, os quais se atreveram ir resgatar à Mina primeiro, sete ou oito anos, que o castelo de S. Jorze fosse feito; e como quer que lá resgatassem cinco ou seis mil dobras e não temendo as graves excomunhões dos Santos Padres sobre este caso outorgadas aos reis de Portugal, que outra nenhuma geração lá não fosse senão os Portugueses por licença dos ditos reis, assi como os ditos Framengos não temeram as defesas do Pastor da Santa Madre Igreja, assi lhe deu Deus mau fim; porque, da torna-viagem da dita mina, vieram ter tanto avante como esta praia dos Escravos, e, como o vento então fosse calma, eles surgiram pelas vinte e cinco braças e, como quer que em toda esta costa este fundo é sujo, a pedra lhe cortou de noite a amarra e, ventando o vento do mar, deu com este navio na dita praia na costa onde se perdeu; e ali comeram os Negros trinta e cinco framengos que no dito navio iam; e isto soubemos depois pelos

ditos negros e por Pedro Gonçalves Neto que o outro ano ali foi por capitão de um navio, que quási todo o ouro que os ditos framengos traziam resgatou com alguma parte dos vestidos deles” (ESO, p.133-134).

Como podemos perceber todo o imaginário religioso relacionado ao deus cristão é intrinsecamente ligado, além de servir como justificativa, argumento e força de ação, aos objetivos econômicos e de expansão portuguesa. Tudo a estes era garantido pela divindade, que puniria a todos que contra a sua vontade fossem tal como se pode observar no trecho acima.

FONTE IMPRESSA:

PEREIRA, Duarte Pacheco. *O Esmeraldo de Situ Orbis*. 3 ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FRANCO JR, Hilário. “Introdução”. In: *Cocanha – A história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.15-23.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. Poesia e mito. In: SANTOS, D. O. Amarante dos; TURCHI, M. Zaira (Orgs.) *encruzilhadas do imaginário: ensaios de literatura e história*. Goiânia: Cânone Editorial, 2003. p.11-26.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p.9-27, 1995.

EXPLORANDO CONCEITOS E IMAGENS: DESLOCAMENTOS NA HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA

Adair Marques Filho *

RESUMO: As representações de nus masculinos na história da arte são correntes tanto no Ocidente quanto no Oriente, neste último com maior desembaraço. No entanto, a maioria dos trabalhos artísticos dessa natureza produzidos até a bem pouco tempo, eram clandestinos quando tratava de representar as relações entre pessoas do mesmo sexo, criando um agravamento quando essas pessoas eram do sexo masculino. Para entender um pouco da trajetória da arte homoerótica no Oriente e, principalmente, no Ocidente, faz-se necessário recorrer à história da sexualidade de Foucault. Ele faz uma oposição entre dois conceitos fundamentais: o de *ars erótica* e o da *scientia sexualis*. Nesse sentido, procuro problematizar a produção e reflexão sobre as imagens homoeróticas na Arte Contemporânea através das fotografias de Robert Mapplethorpe e Alair Gomes.

Palavras-chave: nu masculino, Robert Mapplethorpe, Alair Gomes.

ABSTRACT: The representations of masculine nudes in the history of the art are current in such a way in the Ocidente how much in the East, in this last one with bigger disembarassment. However, the majority of produced the artistic works of this nature until the well little time, was clandestine when it treated to represent the relations between people of the same sex, creating an aggravation when these people were of the masculine sex. To understand a little of the trajectory of the homoerotic art in the east and, mainly in occident, one becomes necessary to appeal to the history of the sexuality of Foucault. It makes an opposition between two basic concepts: of *ars erotica* one and of the *scientia sexualis*. In this direction, i look for to problematical the production and reflection on the homoerotics images in the Contemporary Art through photographs of Robert Mapplethorpe and Alair Gomes.

Key-words: male nude, Robert Mapplethorpe, Alair Gomes.

Introdução

Antes de entrar em questões mais específicas sobre as representações do homoerotismo nas produções artísticas de artistas brasileiros e estrangeiros, faz-se necessário uma incursão nos trabalhos teóricos de Gayle Rubin (1989), feminista radical que se opõe à onda das feministas-marxistas, até então hegemônica no campo acadêmico. Em seus trabalhos, a partir dos anos 70, dentre os quais cito *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo* e *Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoria radical de la sexualidad*, que é publicado nos anos 80, Rubin concentra suas atividades e estudos em duas frentes: primeiro, confronta as perspectivas das feministas que equiparavam opressão sexual com opressão de gênero e participavam do movimento contra a pornografia. E, em paralelo, critica os dispositivos de controle da sexualidade vigentes no contexto político estadunidense. A autora apresenta em seus trabalhos uma série de sugestões metodológicas

* Designer de Moda e Mestre em Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais da UFG. Professor e Coordenador do Curso de Tecnologia em Design de Moda da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Trindade/GO.

para os estudos do feminismo e da homossexualidade masculina, propostas que estabeleceram alguns caminhos para o processo de desenvolvimento desses campos de estudos. De forma mordaz, ela critica o feminismo acadêmico da época:

O feminismo é uma teoria da opressão de gênero. Ao assumirmos automaticamente que isto transforma o feminismo numa teoria da opressão sexual não distinguimos entre gênero, de um lado, e desejo erótico de outro [...] A fusão cultural entre gênero e sexualidade fez emergir a noção de que uma teoria da sexualidade poderia se derivar da teoria de gênero... gênero afeta a operação do sistema sexual, e o sistema sexual tem manifestações de gênero. Embora gênero e sexo estejam intimamente relacionados, eles não são a mesma coisa, mas constituem a base de duas arenas distintas das práticas sociais (RUBIN, 1984, p. 307-308 apud CORRÊA 1996).

A autora defende que uma teoria radical do sexo deve identificar, descrever, explicar e denunciar as injustiças eróticas e a opressão sexual. Nesses termos, torna-se necessário a criação de instrumentos conceituais que possam nos mostrar, de fato, o objeto a ser estudado. Descrições detalhadas sobre sexualidade devem ser construídas de forma que representem a existência da mesma na sociedade e na história. Essa tarefa requer uma linguagem crítica que demonstre e denuncie a crueldade e intolerância com que o assunto vem sendo tratado ao longo dos anos. Um dos entraves que dificulta o desenvolvimento de uma teoria desse tipo é o essencialismo sexual. De acordo com Rubin, tal essencialismo reforça a idéia de que “o sexo é uma força natural que existe em anterioridade à vida social e que dá forma às instituições” (RUBIN, 1989, p. 130).

Nesse sentido, há um essencialismo sexual arraigado ao saber popular das sociedades ocidentais que vêem o sexo como algo imutável, asocial e transhistórico. Reproduzindo esse essencialismo sexual temos as áreas da medicina, psiquiatria e psicologia que têm dominado os estudos acadêmicos durante mais de um século. No entanto, nas últimas décadas, surge um novo pensamento que apregoa que questões de gênero não podem ser compreendidas apenas em termos puramente biológicos. Esse pensamento sobre a conduta sexual deu ao sexo uma história e criou uma alternativa construtivista em relação ao essencialismo sexual. Mas, esse é apenas o começo da história.

Desejos e prazeres sexuais podem ser vividos pelos sujeitos de várias maneiras. Nesta perspectiva, identidades sexuais são construídas através do modo como lidam com sua sexualidade ou da forma como se relacionam com parceiros/as do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, etc. Ainda nesse sentido, ou de modo semelhante, os sujeitos constroem suas identidades de gênero, identificando-se social e historicamente como

masculinos ou femininos.

Uma visita a outros tempos e concepções

Muitas sociedades conviveram e aceitaram a “homossexualidade” como prática comum. Podemos tomar como exemplo a Grécia antiga onde os desejos e as relações de amor entre homens eram idealizados na arte e na poesia (PLATÃO, 2000). Poetas do mundo clássico enalteciam os homens capazes de amar indivíduos do mesmo sexo e o exemplo, provavelmente mais conhecido, é o Fedro, de Platão, cuja narrativa celebra um exército de homossexuais cuja beleza constitui um expoente de virilidade (PLATÃO, 2000). O Batalhão sagrado dos egípcios de Tebas é outro exemplo dessas práticas sexuais, situadas em contextos específicos e tendo como pano de fundo o amor da alma. Em uma das passagens de *O Banquete*, Fedro exalta o amor entre os homens afirmando “não sei eu, com efeito, dizer que haja maior bem para quem entra na mocidade do que um bom amante, e para um amante, do que o seu bem-amado” (PLATÃO, 2000, p. 13).

A mitologia grega está recheada de histórias de amor que envolvem homossexuais e lésbicas. A história de Adonis e Narciso, por exemplo, refere-se a um deus que se deixa cair na luxúria e, extasiado por tal sentimento, passa a perseguir belos jovens. O culto a Adonis mereceu a construção de templos e a realização de festivais dedicados a celebrar e promover relações homossexuais (GUIMARÃES, 1996). Essas cenas são retratadas em utensílios da época (vasos, pratos, etc.) bem como em paredes e edifícios.

Na sociedade grega, desejo, paixão e relações sexuais entre homens eram vistos socialmente como algo natural e aceito. No entanto, existia um limite para essas práticas sexuais, ou seja, o amor entre iguais era aceito no sentido da educação de jovens por homens mais velhos. A relação entre dois homens adultos era vista como vergonhosa.

Foucault, nas suas escavações conceituais para a construção genealógica de uma *História da Sexualidade*, constata que

O uso dos prazeres na relação com os rapazes foi, para o pensamento grego, um tema de inquietação. O que é paradoxal numa sociedade que passa por ter “tolerado” o que chamamos “homossexualidade” [...] Os gregos não opunham, como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo oposto (1984, p. 167).

Isso não nos leva a crer que a sociedade grega era um paraíso. Como sociedade

que aceitava a instituição da escravidão, a vasta maioria da população era composta por escravos que pertenciam a cidadãos livres. Aos escravos não eram concedidos direitos, eles eram apenas concebidos como diferentes raças de cães para diferentes funções - escravos robustos para trabalhos pesados, escravos passivos para trabalhos domésticos (HALPERIN, 1990).

Na cidade-estado de Esparta o amor entre jovens e homens era aspecto permanente e importante para o exército. Os guerreiros treinavam os jovens na arte da guerra, um aprendizado longo e árduo. Mas a relação entre guerreiro e aprendiz, era próxima, íntima e vital, tão importante e estratégica que os planos de batalha do exército espartano eram feitos com base nessa relação, ou seja, uma relação afetiva (GREENBERG, 1988).

A Alexandria de Cleópatra, capital do Egito e centro cultural do mundo helênico, cidade que se distinguia por sua intensa vida intelectual e artística era também notável como metrópole sensual, lugar onde prazer e liberdade sexual eram praticados e vendidos com requintes. A mescla cosmopolita de seus habitantes incluía viajantes, comerciantes, artesãos e funcionários públicos que tornavam os distritos de Eleusis e Canopus atraentes devido à convivência afetiva e cordial que mantinham com os *cinaedi*, jovens dançarinas, rapazes e moças prostitutas que viviam naqueles bairros (FLAMARION, 2002).

Imagem na História/história da imagem

As representações de nus masculinos na história da arte são correntes tanto no Ocidente quanto no Oriente, neste último com maior desembaraço. No entanto, a maioria dos trabalhos artísticos dessa natureza produzidos até a bem pouco tempo, era clandestina quando tratava de representar mais explicitamente as relações entre pessoas do mesmo sexo, criando um agravamento quando essas pessoas eram do sexo masculino.

Para entender um pouco da trajetória da arte homoerótica no Oriente e, principalmente no Ocidente, faz-se necessário recorrer à história da sexualidade de Foucault. Ele faz uma oposição entre dois conceitos fundamentais: o de *ars erótica* e o da *scientia sexualis*. *Ars erótica*, sendo própria de civilizações como Roma, Índia, China, Japão, etc., buscava no conhecimento sobre o prazer, mecanismos para que este fosse ampliado ao extremo. Nesse sentido, a verdade sobre o prazer é extraída do próprio conhecimento. A *scientia sexualis* se configurou no Ocidente como mecanismo de produção de saberes sobre o sexo através da confissão. Pela confissão, estabelece-se uma relação de poder onde aquele que confessa expõe seus prazeres, suas culpas, seus pecados, enquanto que aquele que ouve,

interpreta o discurso, redime, condena, domina.

O final do século XIX e início do século XX tornam-se palco para o reaparecimento de imagens, tanto na arte quanto na literatura do homoerotismo em suas mais variadas abordagens. Esse período marca também alguns escândalos homossexuais envolvendo escritores, aristocratas e artistas em países como Inglaterra, Alemanha, Bélgica, etc.

No final dos anos 60, as produções de imagens e produtos voltados ao público homossexual deram um grande salto, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Em particular nos Estados Unidos, esses materiais começaram a ser vistos como algo que poderia ser beneficiado pela garantia constitucional de liberdade de expressão. Segundo Lucie-Smith alguns materiais “que tinham sido estritamente “underground”, tais como as fotografias de *Bruce of Los Angeles* ou os desenhos eróticos de Tom da Finlândia, moveram-se mais para o campo da arte em geral” (1988, p. 112).

Um dos precursores da arte homoerótica, Wilhem von Glöden (1856-1931), influenciou vários artistas e sua obra foi revivida e agora é vista como uma contribuição significativa para a história da fotografia, tal como as fotografias homoeróticas do americano F. Holland Day, deste mesmo período. Estes fotógrafos/artistas viveram em uma época marcada pela repressão e por idéias alicerçadas na norma heterocêntrica.

Robert Mapplethorpe (1946-89) conseguiu, em finais dos anos 70 e início dos anos 80, que imagens homoeróticas fossem aceitas como contribuição legítima para o sistema restrito da arte norte-americana. O que tinha sido visto, até então, como um campo separado dos esforços artísticos, agora era aceito como mais um meio de fabricar imagens, com o mesmo estatuto estético.

O artista/fotógrafo trabalhou não apenas com o nu masculino, mas, também, com o nu feminino e auto-retratos com partes do seu corpo à mostra. No entanto, seu reconhecimento adveio de suas imagens de homens negros nus, retratando a virilidade e a sensualidade de corpos musculosos, realçando detalhes, volumes, cor, texturas e movimentos. Robert Mapplethorpe é exemplo de um artista que fotografava corpos masculinos e femininos em posições e situações inusitadas, tornando-se um dos grandes nomes da arte contemporânea. Tom of Finland, com seus desenhos de rapazes musculosos em cenas de sadomasoquismo, ou, onde dois ou mais policiais eram representados em situações homoeróticas aguçando as fantasias e fetiche de homossexuais do mundo inteiro, é outro exemplo de artista que trabalha com temas e questões sobre as quais esta pesquisa coloca em foco.

Não poderia citar aqui todos os artistas que se debruçaram sobre o tema para desenvolver seus trabalhos, ou de artistas (falo aqui num sentido mais amplo) que eram reconhecidos por sua orientação sexual e que produziam explicitando essa condição (não no sentido de condicionado) de estar em uma esfera que os identificava como sujeitos “diferentes”.

No processo de produção artística contemporânea percebemos e testemunhamos as mais variadas manifestações em que corpo, gênero e sexualidade são transformados em objetos artísticos, seja na forma de fotografia, pintura, desenho, performance, art xerox ou tantas outras possibilidades que a contemporaneidade permite.

No cenário brasileiro, temos Hudinilson Junior que, nos anos 80 surge com trabalhos em graffiti e, principalmente, com arte xerox, produções feitas a partir do próprio corpo. Este artista trabalha também com suportes como colagens, desenhos, etc. Hudinilson Junior que, no final dos anos 70 ficou conhecido através de performances do grupo 3NÓS3 do qual fazia parte com outros artistas de São Paulo. Nos anos 80 ele “passou a usar a máquina de xerox, fazendo cópias de cada parte de seu corpo, dando início assim a uma poética particular, paradoxal, a um só tempo impessoal e erótica” (OLIVA, S/D).

O mito de Narciso - “o desejo pelo outro como desejo de si, visto como cruel impossibilidade” – é, para Hudinilson Junior, algo que beira à obsessão. Em uma das imagens do trabalho deste artista, as palavras de Oliva (S/D) podem ser exemplificadas através de: “um painel de azulejos grafitados (que) traz um panteão de deuses gregos, representados em estética pop, ao lado de ícones como o Super-Homem, a flor solitária do Narciso”. Temos, ainda, Alair Gomes que nos anos 70 e 80 do século XX fotografava corpos masculinos nas praias do Rio de Janeiro e que apresenta uma produção considerável de imagens capturadas no decorrer deste período. Este fotógrafo, apesar de sua larga produção, é mais reconhecido no exterior do que no Brasil. Finalmente, incluo trabalhos de Alex Flemming, artista que aborda o corpo como território de disputas internas e externas, explorando suas experiências de vida em pinturas, instalação e objetos.

Tais artistas participaram do movimento da arte homoerótica ou, pelo menos, trabalharam questões que discutem o corpo e a sexualidade na arte contemporânea. Esses artistas produziram, principalmente a partir dos anos 70, fotografias, desenhos, colagens, art xerox, performances, peças de teatro, etc. Dentre eles, destaque, em primeiro lugar, Alair Gomes, que conseguiu registrar a beleza do homem carioca de maneira intensa. Os cliques de Alair Gomes registraram corpos em consonância com um conceito de beleza masculina que recaía sobre detalhes de vigor, energia e força. Hoje em dia, mudanças de padrões de beleza

masculina excluem os pêlos como sinônimo de virilidade. As transformações no corpo – extração de pêlos com depilação à cera ou a laser; utilização de cosméticos, cirurgias plásticas – são cada vez mais frequentes.

As transformações que os conceitos de masculinidades e identidades vêm experimentando nos últimos 30 anos são reflexos das crises pelas quais a sociedade, de modo geral, vem enfrentando no decorrer do século XX. As crises da masculinidade não são recentes. Entretanto, é a partir do final do século XX que as estratégias subversivas tornam-se mais prementes. Podemos notar claramente, principalmente através de registros fotográficos, essas transformações do comportamento e do corpo masculino na contemporaneidade. Estas transformações são influenciadas, significativamente, pelos meios de comunicação, pelas revistas de moda e de comportamento, pelos programas de televisão e pela internet. Nesse sentido, as imagens de masculinidades são atravessadas por questões de corpo, de gênero, de sexualidades, de identidades.

Referências:

- CATÁLOGO ALAIR GOMES. Paris: Thames e Hudson, 2003.
- CORRÊA, Sônia. Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar? In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996, p. 149-159.
- FLAMARION, Edith. **Cleopatra** – From History to Legend. London: Thames & Hudson, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I** – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- _____. **História da sexualidade 2** - o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GARCIA, Wilton. Traídos pelo desejo – ambigüidades da cena. In: LOPES, Denilson. et al. (Orgs.) **Imagem e Diversidade Sexual** – estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa edições, 2004, p. 265-271.
- _____. **Homoerotismo e Imagem no Brasil**. São Paulo: Nojosa Edições, 2004.
- GREENBERG, David F. **The Construction of homosexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- GUIMARAES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- HALPERIN, David. **One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love**. New York: Routledge, 1990.
- _____. **San Foucault** – para una hagiografía gay. Córdoba: Ediciones Literales, 2004.

LUCIE-SMITH, Edward. Os rapazes serão rapazes. In: _____ **Ars Erotica**. Lisboa: Livros e Livros, 1988, p. 106-117.

PLATAO. **O Banquete**. Lisboa: Edições 70, 2000.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoria radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (comp.). **Placer y perigo**: explorando la sexualidade femenina. Madrid: Revolucion, 1989, p. 113-190.

SITES CONSULTADOS

<http://www.actupny.org/>, acesso em 15 de setembro de 2006.

<http://americanhistory.si.edu/1896/i13.htm>, acesso em 20 de dezembro de 2005.

<http://www.bruce-of-la.com/contents.html>, acesso em 11 de novembro de 2005.

<http://www.mapplethorpe.org/>, acesso em 25 de outubro de 2005.

http://www.tomoffinlandfoundation.org/foundation/N_Home.html, acesso em 25 de outubro de 2005.